A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO IV

MAOMÉ

DANTE

WILL DURANT

A História da Civilização Medieval
de Constantino a Dante — 325 a 1300 d.C.

A IDADE DA FÉ aborda as realizações da Idade Média e a significação moderna da vida e das culturas cristã, islâmica e judaica, de Constantino a Dante — entre 325 e 1300 d.C. Como os demais volumes da série *História da Civilização*, trata-se de uma obra independente e autônoma que, ao mesmo tempo, se enquadra no plano total de uma história abrangente da humanidade. Inclui relatos sobre figuras como Santo Agostinho; Hipácia; Justiniano; Maomé; Harum al-Raschid; Omar Khayyam; Carlos Magno; Guilherme, o Conquistador; Alienor de Aquitânia; Ricardo Coração de Leão; Saladino; Maimônides; São Francisco; São Tomás de Aquino; Roger Bacon e muitos outros, sempre na perspectiva totalizante da história integrada.

O "método integral" deste livro visa fornecer um quadro unificado, e talvez uma perspectiva nova e mais ampla, da vida medieval: inspirar o leitor, por exemplo, a ver a civilização cristã contrastada com uma civilização islâmica de grande riqueza e complexidade; fazê-lo perceber que a filosofia cristã teve uma dívida profunda para com as filosofias islâmica e judaica; e entender as Cruzadas não como o confronto entre a civilização e a barbárie, mas como o contato estimulante entre uma cultura jovem e outra muito superior em maturidade e sutileza.

A obra se divide em cinco "livros" e trinta e nove capítulos. O Livro I começa com a história de Juliano, o Apóstata, que tentou e não conseguiu restaurar o paganismo em um Império que Constantino havia convertido à fé cristã. Outros capítulos descrevem as invasões bárbaras, a memorável legislação de Justiniano e a civilização da Pérsia Sassânida.

O Livro II aborda a trajetória pessoal de Maomé, analisa o Alcorão, conta a conquista espantosamente rápida da Palestina, Síria, Iraque, Egito, África do Norte, Sicília e Espanha pelo Islã; estuda o califado em seu apogeu sob Harum al-Raschid; examina a religião maometana em sua teoria e em sua prática, e revê todas as fases da vida e do pensamento muçulmanos.

A IDADE DA FÉ

Por WILL e ARIEL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Vol. I - Nossa Herança Oriental
Vol. II - Nossa Herança Clássica
Vol. III - César e Cristo
Vol. IV - A Idade da Fé
Vol. V - A Renascença
Vol. VI - A Reforma
Vol. VII - Começa a Idade da Razão
Vol. VIII - A Era de Luís XIV
Vol. IX - A Era de Voltaire
Vol. X - Rousseau e a Revolução
Vol. XI - A Era de Napoleão

WILL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

IV

A IDADE DA FÉ

História da Civilização Medieval
Cristianismo - Islamismo - Judaísmo
de Constantino a Dante:
A.D. 325-1300

Tradução de Mamede de Souza Freitas
Revisão de Marcos Roma Santa

Prefácio

Este livro pretende apresentar um relato tão abrangente e isento da civilização medieval, de 325d.C. a 1300, quanto o permitirem o espaço e os preconceitos. Seu método é a história integral: a apresentação de todas as fases de uma cultura ou de uma época em um quadro total, ou em uma única narrativa. A obrigação de cobrir os aspectos econômicos, políticos, legais, militares, morais, sociais, religiosos, educacionais, científicos, médicos, filosóficos, literários e artísticos de quatro diferentes civilizações — bizantina, islâmica, judaica e européia ocidental — tornou difíceis a unificação e a síntese. O encontro e o conflito dessas quatro culturas nas Cruzadas fornece uma medida de unidade; e o leitor cansado, desanimado ante a extensão do livro, talvez encontre consolo em saber que o manuscrito original era uma vez e meia maior que o texto final do livro. Só mantivemos o que parecia necessário para a compreensão adequada do período, ou para a vivacidade e o colorido da narrativa. Ainda assim, algumas passagens secundárias, assinaladas pelo corpo reduzido, podem ser omitidas pelo leitor sem prejuízo considerável para seu conhecimento.

Estes dois volumes constituem a Parte IV de uma história da civilização. A Parte I *Nossa Herança Oriental* (1935), abordou a história do Egito e do Oriente Próximo até sua conquista por Alexandre, cerca de 330 a.C., e da Índia, da China e do Japão até o presente século. A Parte II, *Nossa Herança Clássica* (1939), tratou da trajetória e da cultura da Hélade e do Oriente Próximo até a conquista da Grécia pelos romanos em 146 a.C. A Parte III, *César e Cristo* (1944), abrangeu a história de Roma e da cristandade desde seu início, e do Oriente Próximo desde 146 a.C., até o Concílio de Nicéia, em 325 d.C. Este livro dá prosseguimento ao estudo da vida do homem branco até a morte de Dante, em 1321. A Parte V, *A Renascença e a Reforma*, cobrindo o período de 1321 a 1648, deverá aparecer em 1955, e a Parte VI, *A Idade da Razão*, com a história de nossos tempos, deverá ficar pronta por volta de 1960. O autor já deverá então estar tão perto da senilidade, que se verá forçado a abdicar do privilégio de aplicar o método integral à história das duas Américas.

Cada um desses volumes é planejado como uma unidade independente, mas leitores familiarizados com *César e Cristo* hão de encontrar mais facilidade para seguir o fio da presente narrativa. A cronologia nos obriga a começar com as facetas da civilização medieval quadripartite que mais se afastam de nosso interesse normal — a bizantina e a islâmica. O leitor cristão ficará surpreso com o espaço dedicado à cultura muçulmana, e o estudioso muçulmano há de lamentar a brevidade com que a brilhante civilização do Islã medieval foi resumida aqui. Um esforço permanente foi feito para atingir a imparcialidade, para enquadrar cada fé e cultura segundo seu próprio ponto de vista. Mas os preconceitos persistem, mesmo que apenas na seleção do material e na distribuição do espaço. A mente, assim como o corpo, também é prisioneira de sua pele.

O manuscrito foi redigido três vezes, e a cada reelaboração novos erros eram descobertos. Muitos certamente persistiram; o aperfeiçoamento da parte é sacrificado em favor da consecução do todo. A correção de erros será sempre bem-vinda.

PREFÁCIO

Nossa gratidão vai para a Dr.ª Ilse Lichtenstadter, do Instituto Asiático de Nova York, pela leitura das páginas que tratam da civilização islâmica; para o Dr. Bernard Mandelbaum, do Seminário Teológico Judaico da América, pela revisão dos trechos sobre o judaísmo medieval; para a Prof.ª Lynn Thorndike, da Universidade Columbia, pelo uso de sua tradução de uma passagem de Alexander Neckham; para a Cambridge University Press, pela permissão de citar traduções da *História Literária da Pérsia*, de Edward G. Browne; para a Biblioteca Pública de Los Angeles, especialmente sua sede de Hollywood, e para a Biblioteca do Congresso, pelo empréstimo de livros; para a Srt.ª Rose Mary DeWitte, pela datilografia de 50.000 notas; para o Dr. James L. Whitehead, o Dr. C. Edward Hopkin e a Sr.ª Will Durant, pela competente ajuda na classificação do material; para as Srt.ªs Mary e Flora Kaufmann, pela assistência variada; e para a Sr.ª Edith Digate, por sua elevada competência na datilografia do manuscrito.

Este livro, como seus predecessores, deveria ser dedicado a minha mulher, que há 37 anos vem me dando sua paciente tolerância, sua proteção, sua orientação e a inspiração que nem todos esses volumes poderiam retribuir. É por sua imposição que estes dois volumes são dedicados a nossa filha, a nosso genro e a nosso neto.

WILL DURANT

22 de novembro de 1949

Indice

LIVRO I

O ZÊNITE DE BIZÂNCIO: 325-565

LIVRO II

CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA: 569-1258

LIVRO IV

A IDADE DAS TREVAS: 566-1095

LIVRO V

O CLÍMAX DO CRISTIANISMO: 1095-1300

TÁBUA CRONOLÓGICA

As datas de governantes e papas são de seus reinados. Todas as datas são d.C.

226: Ardaxir funda a dinastia dos sassânidas
241-72: Sapor I da Pérsia
251-356: Santo Antônio do Egito
293-373: Atanásio
300-67: Hilário de Poitiers
309-79: Sapor II da Pérsia
310-400: Ausônio, poeta
311-81: Ulfilas, apóstolo entre os godos
325: Concílio de Nicéia
325-403: Oribásio, médico
325-91: Amiano Marcelino, historiador
329-79: São Basílio
329-89: Gregório Nazianzeno
331: Nascimento de Juliano, o Apóstata
337: Morte de Constantino
340-98: Santo Ambrósio
340-420: São Jerônimo
345-407: São João Crisóstomo
345-410: Símaco, senador
348-410: Prudêncio, poeta
353-61: Constâncio, único imperador
354-430: Santo Agostinho
359-408: Estilicão, patrício
361-3: Juliano, imperador
363-4: Joviano, imperador
364-7: Valentiniano I, imperador do Ocidente
364-78: Valente, imperador do Oriente
365-408: Claudiano, poeta
366-84: Papa Dâmaso I
372: Os hunos atravessam o Volga
375-83: Graciano, imperador do Ocidente
378: Batalha de Adrianópolis
379: Téon de Alexandria, matemático
379-95: Teodósio I, imperador
382-92: O altar da deusa da Vitória
383-92: Valentiniano II, imperador do Ocidente
386-404: Tradução da Bíblia por Jerônimo
387: O batismo de Agostinho
389-461: São Patrício
390: Penitência de Teodósio
392-4: Eugênio, imperador do Ocidente
394: Fim dos Jogos Olímpicos
394-423: Honório, imperador do Ocidente
395-408: Arcádio, imperador do Oriente
395-410: Alarico I, rei dos visigodos
397: *Confissões*, de Santo Agostinho
c. 400: *Saturnalia*, de Macróbio
402: Alarico derrotado em Pollentia
403: Ravena torna-se capital do Ocidente
404: Fim dos jogos gladiatórios
407: As legiões romanas abandonam a Britânia
408-50: Teodósio II, imperador do Oriente
409: Pelágio, teólogo
410: Alarico saqueia Roma
410-85: Proclos, matemático
413: Orósio, historiador
413-26: *A Cidade de Deus*, de Agostinho
415: O assassínio de Hipácia
425: A Universidade de Constantinopla
425-55: Valentiniano III, imperador do Ocidente
428-31: Nestório, patriarca de Constantinopla
429: Os vândalos conquistam a África
431: Concílio de Éfeso
432-82: Sidônio Apolinário
432-61: São Patrício na Irlanda
433-54: Aécio, patrício
438: Código de Teodósio
439: Genserico toma Cartago
440-61: Papa Leão I
440: Moisés de Corene, historiador
449: Os anglo-saxões invadem a Britânia
450-67: Marciano, imperador do Oriente
450-550: Idade de ouro da arquitetura e do mosaico em Ravena
451: Átila derrotado em Troyes
452: Leão I afasta Átila de Roma
453: Morte de Átila
454: Valentiniano III mata Aécio
455: Genserico saqueia Roma
456: Ricimer governa o Ocidente
457-61: Majoriano, imperador do Ocidente
466-83: Os visigodos conquistam a Espanha
474-91: Zeno, imperador do Oriente
475-6: Rômulo Augustulo
475-526: Teodorico, rei dos ostrogodos
475-524: Boécio, filósofo
476: Fim do Império Romano do Ocidente
480-573: Cassiodoro, historiador
481: Clóvis e os francos iniciam a conquista da Gália
483-531: Kavadh I; comunismo mazdaquita
490-570: Procópio, historiador
491-518: Anastácio I, imperador do Oriente
493-526: Teodorico governa a Itália
525-605: Alexandre de Trales, médico
527-65: Justiniano I, imperador do Oriente
529: Justiniano fecha as escolas de Atenas; São Bento funda Monte Cassino
530-610: Fortunato, poeta
531-79: Cósroes I da Pérsia
532-7: A catedral de Santa Sofia
533: Belisário retoma a África
535-53: A "Guerra Gótica" na Itália
538-94: Gregório de Tours, historiador
546-53: Totila governa a Itália
552: A cultura da seda é introduzida na Europa
570-636: Isidoro de Sevilha, enciclopedista
577: Vitória anglo-saxônia em Deorham
589-628: Cósroes II da Pérsia
616: Os persas conquistam o Egito
637-42: Os árabes conquistam a Pérsia
641: Fim da dinastia sassânida

CAPÍTULO I

Juliano, o Apóstata

332 — 63

I. O LEGADO DE CONSTANTINO

NO ANO 335, ao sentir aproximar-se a morte, o Imperador Constantino chamou os filhos e sobrinhos para junto de si e, em um gesto de excessiva afeição, dividiu entre eles o governo do imenso império que havia conquistado. Ao filho primogênito, Constantino II, confiou o Ocidente — Britânia, Gália e Espanha; a seu filho Constâncio, o Oriente — Ásia Menor, Síria e Egito; ao filho mais novo, Constante, o norte da África, a Itália, a Ilíria e a Trácia, inclusive a nova e a antiga capital, Constantinopla e Roma; e a dois sobrinhos, a Armênia, a Macedônia e a Grécia. Esse primeiro imperador cristão despendera grande parte de sua vida restaurando a monarquia e unificando a fé. Sua morte (337) faria com que tudo isso periclitasse. Via-se em difícil alternativa. O tempo não consolidara seu governo. Ele não podia assegurar uma sucessão pacífica a um único herdeiro. Um governo dividido em todo caso afigurava-se-lhe um mal menor que o da guerra civil.

Mas, mesmo assim, sobreveio a guerra civil, e os assassínios simplificaram o cenário. O exército não quis reconhecer a autoridade de outros que não fossem filhos de Constantino. Todos os demais parentes do falecido imperador foram assassinados, com exceção dos sobrinhos Galo e Juliano. Galo achava-se enfermo e parecia que morte prematura o aguardava. Juliano tinha cinco anos e talvez o encanto de sua idade tivesse abrandado o coração de Constâncio, a quem a tradição e Amiano atribuíram todos aqueles crimes.[1] Constâncio recomeçou com a Pérsia a antiga guerra existente entre o Oriente e o Ocidente, a qual realmente jamais cessara desde Maratona e permitira que os irmãos se eliminassem uns aos outros em luta fratricida. Restando depois um único imperador, voltou para Constantinopla e governou o Império, novamente unificado, com obstinada integridade e devotada incompetência. Não podia ser muito feliz com seu temperamento desconfiado. Era demasiado cruel para ser amado e excessivamente fútil para ser considerado uma grande figura.

A cidade que Constantino chamara de Nova Roma, mas que recebera seu próprio nome durante o tempo em que vivera, havia sido fundada no Bósforo pelos colonizadores gregos lá pelo ano 657 a.C. Tinha sido conhecida como Bizâncio por quase mil anos, e a palavra *bizantino* haveria de permanecer como símbolo de sua arte e civilização. Nenhum local na terra poderia ser mais adequado para uma capital. Em 1807, em Tilsit, Napoleão haveria de chamá-la o Império do Mundo e recusar-se-ia a cedê-la a uma Rússia que ambicionava tê-la sob seu controle em virtude da direção tomada por seus rios. Ali, a qualquer momento, o governo que a dominasse poderia fechar as

principais comunicações entre o Oriente e o Ocidente; para ali convergiria o comércio dos continentes; ali também uma centena de Estados armazenaria os seus produtos e um exército poderia estar sempre a postos para repelir os senhores da Pérsia, os hunos do Oriente, os eslavos do norte e os bárbaros do Ocidente. As suas águas tumultuosas defendiam a cidade de todos os lados, com exceção de um que podia ser bem fortificado. E no "Corno Dourado" — uma tranqüila enseada do Bósforo — os navios de guerra e barcos mercantes podiam abrigar-se contra ataques e tempestades. Os gregos chamavam a passagem de Keras (corno, chifre), possivelmente devido à sua forma. Acrescentaram-lhe mais tarde a palavra *dourado* para dar a idéia da riqueza que para lá afluía, riqueza essa representada pela fartura de peixe e trigo e por seu grande comércio. Ali, em meio a uma população predominantemente cristã, há muito acostumada à monarquia e às pompas do Oriente, o imperador cristão pôdia receber do povo o apoio que lhe fora negado pelo orgulhoso Senado, e pela população pagã de Roma. O Império Romano sobreviveria ali durante mil anos às correntes de bárbaros que haveriam de inundar Roma. Godos, hunos, vândalos, ávaros, persas, árabes, búlgaros e russos, por sua vez, haveriam de ameaçar a nova capital e fracassariam. Apenas uma vez, em um milênio, seria Constantinopla conquistada. Sê-lo-ia pelos cruzados cristãos que veneravam o ouro um pouco mais do que a cruz. Durante oito séculos, depois de Maomé, haveria ela de conter a maré de muçulmanos que iria estender-se sobre a Ásia, África e Espanha. A civilização grega, ultrapassando todas as expectativas, iria manifestar-se ali de modo contínuo, preservaria tenazmente seus antigos tesouros, transmitindo-os depois finalmente para a Itália da Renascença e para o mundo ocidental.

Em novembro de 324, Constantino, o Grande, trouxe do porto de Bizâncio seus auxiliares, construtores e sacerdotes e os conduziu através das colinas a fim de traçar os limites da capital que projetava construir. Muitos admiraram-se da extensão do projeto, porém "hei de avançar", explicou Constantino, "até que Ele, o Deus invisível que marcha a minha frente, julgue conveniente que eu deva parar".[2] Fez tudo o que podia para dar ao plano e ao Estado um apoio que fortalecesse os sentimentos religiosos do povo e a lealdade da Igreja cristã.

"Obedecendo às ordens de Deus",[3] reuniu milhares de trabalhadores e artífices para levantarem muralhas, fortificações, edifícios públicos, palácios e residências. Adornou as praças e ruas com fontes e pórticos e com famosas obras de arte escolhidas imparcialmente de uma centena de cidades de seu reino. A fim de afastar da população o espírito de desordem, construiu um bem ornamentado e espaçoso hipódromo, onde ela podia dar vazão a sua paixão pelos jogos, paixão essa em tal escala que somente encontrou paralelo na degenerada Roma. Elevou a Nova Roma à capital do Império em 11 de maio de 330, data que foi depois celebrada anualmente com imponentes cerimônias. Terminou oficialmente com o paganismo. Iniciava-se oficialmente, por assim dizer, a Idade Média da fé triunfante. O Oriente vencera sua batalha espiritual contra o Ocidente materialmente vitorioso e iria governar a alma deste último por um período de mil anos.

Constantinopla tornou-se, no decorrer de dois séculos de sua fundação como capital, a cidade mais rica, mais bela e mais civilizada do mundo, posição essa em que se manteve ainda durante 10 séculos. Contava em 337 com umas 50.000 almas; em 400, com umas 100.000 e em 500 com quase um milhão.[4] Um documento oficial (*ca.* 250) mencionava a existência de cinco palácios imperiais, seis palácios para as damas da

corte, três para os altos dignitários, 4.388 mansões, com 322 aléias e 52 pórticos, a que se acrescentavam ainda 1.000 casas de negócios, 100 lugares de diversões, suntuosos banhos públicos, igrejas ricamente ornamentadas e magníficas praças que eram verdadeiros museus da arte do mundo clássico.[5] O Foro de Constantino ficava na segunda colina da cidade cercada pelas águas. Tinha a forma elíptica e nele se entrava, tanto em uma extremidade como noutra, por um arco de triunfo. Circundavam-no pórticos e estátuas. Na parte norte, levantava-se o imponente edifício do Senado; no centro, o célebre pilar de pórfiro, com 40 metros de altura, coroado com a estátua de Apolo e cuja construção se atribuía ao próprio Fídias. (Enegrecido pelo tempo e pelo fogo, é agora conhecido como o Pilar Queimado.)

Um grande terraço ou Via Central, ladeado de palácios e casas de negócios e sombreado por uma série de colunas, projetava-se do Foro para o oeste, atravessava a cidade até o Augusteum, uma praça de grandes proporções, denominada *Augusta*, em homenagem a Helena, mãe de Constantino. Na extremidade norte da praça erguia-se o primeiro templo de Santa Sofia — a igreja da Sagrada Sabedoria; a leste, encontrava-se uma segunda câmara do Senado e, ao sul, o palácio principal do imperador e os gigantescos banhos públicos de Zeuxipo, que abrigavam centenas de estátuas de mármore e bronze. A oeste, levantava-se um monumento abobadado — a Pedra Miliária, que assinalava o ponto de onde irradiavam as inúmeras estradas (algumas ainda em uso) que ligavam as províncias à capital. Ali também, a oeste do Augusteum, situava-se o grande hipódromo. Entre este último e Santa Sofia estendia-se o palácio sagrado ou imperial, uma complexa estrutura de mármore circundada por 150 acres de jardins e pórticos. Espalhadas aqui e acolá e pelos subúrbios, as mansões da aristocracia. As casas de negócios e as moradias ou abrigos da população se perfilavam pelas estreitas, sinuosas e congestionadas ruas. A Via Central ia alcançar o "Portão Dourado" no ponto terminal a oeste — na muralha de Constantino — o qual dava para o Mar de Mármara. Belos palácios ladeavam as três praias, cujas ondas refletiam-lhes a glória.

A população do alto da cidade era em sua maioria romana. O elemento grego, porém, era o que predominava nas demais partes. Contudo, todos se diziam romanos. Conquanto o latim fosse a língua do Estado, o grego ficou sendo o idioma do povo e, no século VII, alijou o latim até mesmo da esfera governamental. Havia logo abaixo dos grandes funcionários e senadores uma aristocracia de proprietários de terras, a qual passava sua existência ora na cidade ora em suas casas de campo. Desprezados por estes últimos, mas rivalizando com eles em riqueza, vinham os mercadores, os quais trocavam as mercadorias de Constantinopla e do interior com as que vinham de outras regiões do mundo; e, abaixo desses, um verdadeiro enxame de funcionários do governo. Seguiam-se depois os pequenos negociantes e mestres de todas as profissões, finalmente a massa dos trabalhadores livres, sem direito a voto e sempre pronta a promover desordens e normalmente mantida em disciplina pela fome e pela tropa. Comprava-se-lhes a paz com corridas, jogos e um donativo diário no total de 80.000 medidas de trigo ou com pedaços de pão. Os escravos, como em toda a parte do Império, figuravam em último lugar. Eram menos numerosos do que na Roma de César, porém tratados com mais espírito de humanidade devido às leis criadas por Constantino e à suavizadora influência da Igreja.[6]

Periodicamente a população livre deixava sua labuta para ir acotovelar-se no hipódromo. Havia ali, em um anfiteatro de 560 pés de comprimento por 380 de largura,

acomodações para 30.000 a 70.000 espectadores.[7] Um fosso de forma elíptica separava-os da arena. Eles podiam passear, no intervalo dos jogos, por um caminho sombreado com balaústres de mármore e com cerca de 2.800 pés.[8] Inúmeras estátuas ladeavam esse caminho, de ponta a ponta. No centro dele erguia-se um obelisco de Tutmés III que havia sido trazido do Egito. Ao sul, via-se um pilar com três serpentes de bronze entrelaçadas, o qual tinha sido primitivamente erguido em Delfos para comemorar a vitória de Platéia (479 a.C.). Esses dois monumentos ainda ali se encontram. O camarote do imperador, o *Kathisma*, era adornado, no século V, de quatro cavalos de bronze dourado, um antigo trabalho de Lisipo. Celebravam-se as grandes festas nacionais no hipódromo, com procissões, competições atléticas, acrobacias, caçadas, lutas e exposição de feras e aves exóticas. A tradição dos gregos e o sentimento dos cristãos tornavam as diversões de Constantinopla menos cruéis do que as de Roma. Não há notícias de que se travassem lutas de gladiadores na nova capital. As corridas de 24 cavalos e de bigas, que comumente predominavam nos programas, provocavam toda a excitação que assinalava um feriado romano. Cavaleiros e condutores de bigas eram divididos em azuis, verdes, vermelhos e brancos, de acordo com os trajes de seus amos. Havia também essa diferença na indumentária dos espectadores, na verdade na indumentária de toda a população da cidade. No hipódromo, os de trajes verdes vociferavam contra os de trajes azuis. Não passava disso; porém, nas ruas chegavam, às vezes, à luta armada. Somente nos jogos é que a população podia exprimir seus sentimentos. Era ali que ostentava o direito de pedir favores a seu governante. Exigiam reformas, denunciavam os funcionários opressores, censuravam, às vezes, até o próprio imperador, o qual ficava bem protegido no alto de seu camarote, de onde podia retirar-se para o palácio por uma saída particular bem defendida.

A populaça não tinha qualquer força política, salvo naquelas ocasiões. A constituição de Constantino, seguindo a de Diocleciano, era francamente monárquica. Os dois Senados — o de Constantino e o de Roma — podiam deliberar, legislar e decretar, mas suas decisões estavam sempre sujeitas ao veto do imperador. As funções legislativas do Senado eram sempre usurpadas pelo conselho consultivo do governante, o *sacrum consistorium principis*. O próprio imperador podia legislar por meio de simples decretos, e sua vontade constituía lei suprema. Na opinião dos imperadores, a democracia havia fracassado; fora destruída pelo Império que ajudara a conquistar; poderia, talvez, governar uma cidade, mas não uma centena de Estados diferentes; abusara-se da liberdade, provocando-se o caos até que a vida política e econômica de todos aqueles países do Mediterrâneo se vira ameaçada por suas lutas de classes e pela guerra civil. Diocleciano e Constantino chegaram à conclusão de que a ordem somente podia ser restabelecida restringindo-se os cargos elevados para uma aristocracia de patrícios (*comites*) e duques (*duces*), organizada não de acordo com sua origem mas por meio de nomeações feitas pelo imperador, o qual possuía plena responsabilidade e todos os poderes e se achava revestido do grande prestígio que lhe emprestavam sua intangibilidade, as pompas orientais e a coroação, a santificação e o apoio eclesiástico. Talvez a situação garantisse tal sistema. Com ele nada havia que pudesse refrear os ímpetos do governante, salvo o conselho de auxiliares desejosos de lhe ser agradável e o receio de uma morte súbita. O sistema criou uma organização judicial e administrativa extraordinariamente eficiente e manteve a existência do Império Bizantino durante um milênio, mas à custa de estagnação política, de atrofia pública, conspirações palacianas, intrigas de eunucos, guerras de sucessão e inúmeras revoluções que, oca-

sionalmente, entregavam o trono a um elemento competente, raramente a um que estivesse imbuído do espírito de justiça, muitas vezes a um aventureiro sem escrúpulos, outras a uma conspiração oligárquica ou mesmo a um néscio.

II. CRISTÃOS E PAGÃOS

Naquele mundo do Mediterrâneo do século IV, onde o Estado muito dependia da religião, era tal a confusão reinante nas questões eclesiásticas, que o governo viu-se obrigado a intervir até mesmo nos mistérios da teologia. O Concílio de Nicéia (325) não havia conseguido encerrar o grande debate que se travara entre Atanásio e Ario. Muitos bispos — uma maioria no Oriente[9] — ainda tomavam o partido de Ario pública ou secretamente, isto é, consideravam Cristo o Filho de Deus, mas sem que fosse consubstancial e coeterno ao Pai. O próprio Constantino, depois de ter aceito o decreto do Concílio e banido Ario, convidou-o para uma conferência pessoal (331). Não achou que ele fosse herético e recomendou que Ario e os arianos fossem repostos em suas igrejas. Atanásio protestou. Um concílio de bispos do Oriente, reunido em Tiro, depôs Atanásio da diocese de Alexandria (335); ele viveu durante dois anos exilado na Gália. Ario tornou a visitar Constantino e professou sua adesão ao Credo de Nicéia, mas com sutis restrições. Não era de esperar-se que um imperador pudesse compreendê-las. Constantino acreditou nele e ordenou a Alexandre, o Patriarca de Constantinopla, que o recebesse na comunhão. O historiador eclesiástico Sócrates descreve assim o doloroso episódio:

> Era um sábado e Ario esperava poder ir à reunião da congregação no dia seguinte, porém a Divina Providência o puniu por sua ousadia criminosa, pois, ao sair do palácio imperial... e ao aproximar-se do pilar de pórfiro, no Foro de Constantino, foi tomado de terror e logo sentiu relaxarem-se-lhe violentamente os intestinos... Inchou-lhe o ventre, seguindo-se às evacuações abundante hemorragia e a queda do intestino delgado; além disso, pedaços do fígado e do baço eram eliminados naquela perda de sangue, tendo assim morte quase imediata.[10]

Ao ter notícia daquele expurgo oportuno, Constantino começou a pensar se, no final, Ario não passara de um herege, porém o próprio imperador, quando morreu no ano seguinte, recebeu os ritos do batismo de um ariano, o seu amigo e conselheiro Eusébio, bispo de Nicomédia.

Constâncio levou a teologia mais a sério que o pai. Fez suas próprias pesquisas sobre a paternidade de Jesus, adotou o ponto de vista ariano e sentiu a obrigação moral de forçar toda a cristandade a seguir tal ponto de vista. Atanásio, que havia voltado para sua diocese depois da morte de Constantino, foi novamente expulso (339). Os concílios da Igreja, instalados e dominados pelo novo imperador, apenas confirmavam a semelhança de Cristo com o Pai, mas não a consubstancialidade. Os eclesiásticos fiéis ao Credo de Nicéia foram afastados de suas igrejas; em alguns casos foram delas violentamente arrancados pela turba amotinada. Durante meio século pareceu que o cristianismo seria unitário e iria abandonar a crença na divindade de Cristo. Naqueles dias amargos, Atanásio falava de si mesmo como sendo *solus contra mundum*. Todos os poderes do Estado lhe faziam oposição e até mesmo sua congregação de Alexandria se voltara contra ele. Fugiu cinco vezes de sua diocese, quase sempre com perigo de vida. Foi para terras estranhas. Durante meio século (323-73) lutou por seu

credo conforme havia o mesmo sido definido sob sua liderança em Nicéia; fê-lo paciente e diplomaticamente. Defendeu-o firmemente até mesmo quando o Papa Libério a ele renunciou. Suas censuras revestiam-se de grande eloqüência. É principalmente a ele que a Igreja deve a doutrina da Trindade.

Atanásio expôs seu caso perante o Papa Júlio I (340), que o colocou novamente em sua diocese, mas o concílio dos bispos orientais de Antioquia (341) não quis reconhecer a jurisdição do Papa e nomeou Gregório, um ariano, para ocupar o cargo de bispo de Alexandria. Quando Gregório chegou à cidade, as facções rivais empenharam-se em sangrentas lutas, nas quais muitos morreram. Atanásio retirou-se a fim de dar um paradeiro àquele derramamento de sangue (342).[11] Luta semelhante travou-se também em Constantinopla. Quando Constâncio ordenou a substituição do patriarca ortodoxo Paulo pelo ariano Macedônio, uma multidão de adeptos de Paulo opôs feroz resistência aos soldados, e três mil pessoas perderam a vida no conflito. Provavelmente mais cristãos foram mortos pelos próprios cristãos naqueles dois anos (342-3) do que em todas as perseguições que lhes fizeram os pagãos em toda a história de Roma.

Os cristãos divergiam em quase todos os pontos, com exceção de um: que os templos dos pagãos deviam ser fechados, suas propriedades confiscadas e que se deviam utilizar contra eles e seus adeptos, que haviam atacado a cristandade, as próprias armas do Estado.[12] Constantino havia desencorajado as cerimônias e sacrifícios pagãos, mas não os proibira. Constante os proibiu sob pena de morte. E Constâncio mandou fechar todos os templos pagãos no Império e cessar todos os seus ritos. Perderiam suas propriedades e suas vidas todos aqueles que desobedecessem. Tais penalidades eram extensivas também aos governadores de províncias que deixassem de cumprir o decreto.[13] Contudo, subsistiram ilhas pagãs naquele mar cristão que se ia disseminando por toda a parte. As cidades mais antigas, como Atenas, Antioquia, Esmirna, Alexandria e Roma, contavam com grande número de pagãos, principalmente nas escolas e entre os membros da aristocracia. Em Olímpia, os jogos continuaram até ao reinado de Teodósio I (379-95); em Elêusis, celebraram-se os mistérios até que Alarico destruiu o templo em 396, e as escolas de Atenas continuaram a transmitir com interpretações mais suaves as doutrinas de Platão, Aristóteles e Zenão. (Epicuro havia sido posto fora da lei e tornara-se sinônimo de ateísta.) Constantino e o filho continuaram a manter os eruditos e professores que faziam parte da Universidade de Atenas; juristas e oradores ainda afluíam a ela a fim de aprenderem as artimanhas da retórica, e os sofistas pagãos — professores de ciências — ofereciam suas mercadorias a todo aquele que pudesse pagá-las. Atenas toda venerava Proerésio, de quem se sentia orgulhosa, pois ele fora pobre para ali, quando jovem, partilhara a cama e o manto de outro estudante, conseguira alcançar a cadeira oficial de retórica e, mesmo na idade de 87 anos, mostrava-se tão atraente, vigoroso e eloqüente, que seu discípulo Eunápio tinha-o na conta de "um deus sempre jovem e imortal".[14]

Foi Libânio, porém, o principal sofista do século IV. Nascera em Antioquia (314) e abandonara sua mãe carinhosa para ir estudar em Atenas. Ao lhe oferecerem para esposa uma rica herdeira, caso permanecesse em sua terra natal, declarou que recusaria até mesmo a mão de uma deusa para poder ver as chaminés de Atenas.[15] Servia-se dos mestres para estímulo e não para oráculos e completou sua própria educação trocando de professor e de escola. Depois de lecionar durante algum tempo em Constantinopla e Nicomédia, voltou para Antioquia (354) onde fundou uma escola, que foi, durante

40 anos, a mais procurada e a mais famosa do Império. Sua fama era tão grande que os preâmbulos de seus discursos eram cantados nas ruas (afirma-nos ele).[16] Amiano Marcelino, São João Crisóstomo e São Basílio figuravam entre seus discípulos. Libânio gozava do favor dos príncipes cristãos, embora falasse e escrevesse a favor do paganismo e oferecesse sacrifícios nos templos. Quando os padeiros fizeram greve, foi ele escolhido por ambas as partes contendoras, para árbitro da pendência. Quando Antioquia se revoltou contra Teodósio I, foi indicado pela cidade, então muito castigada, para defender sua causa perante o imperador.[17] Sobreviveu durante quase uma geração ao assassínio de seu amigo Juliano e ao colapso da vivificação pagã.

O paganismo assumiu muitas formas no século IV: mitraísmo, neoplatonismo, estoicismo, cinicismo e cultos locais a deuses dos campos ou das cidades. O mitraísmo havia perdido terreno, porém o neoplatonismo constituía ainda uma força na religião e filosofia. As doutrinas às quais Plotino havia dado uma forma sombria — a de um espírito trino que encerrava toda a realidade, a de um Logos ou divindade intermediária que tinha feito o trabalho da criação, a de uma alma como sendo de essência divina e a matéria como sendo a carne e o mal, a das escadas nas esferas da existência, de cujos degraus invisíveis a alma descera de Deus para o homem, e pelos quais poderia voltar a Ele — eram idéias místicas que haviam deixado traços nos apóstolos Paulo e João. Elas granjearam muitos adeptos entre os cristãos e moldaram muitas heresias cristãs.[18] Iâmblico, de Cálcis, na Síria, acrescentou o milagre aos mistérios que a filosofia neoplatônica encerrava: o místico não somente via coisas que os sentidos não percebiam como também — ao tocar Deus em um momento de êxtase — adquiria poderes divinos para fazer magias e profecias. Máximo, de Tiro, discípulo de Iâmblico, demonstrava também ser dedicado e eloqüente pagão em suas pretensões de possuir faculdades místicas. Disse ele ao defender o uso de ídolos, na adoração dos pagãos, ante o escárnio dos cristãos:

> Deus, o pai e o criador de tudo que existe, mais antigo que o Sol e o Céu, maior que o tempo e a eternidade, a origem de todos os seres, não pode ser citado por nenhum legislador. Nenhuma voz poderá exprimir-lhe o nome, ninguém poderá vê-lo, porém nós, que não podemos compreender sua essência, servimo-nos dos sons, nomes e quadros, do ouro batido e marfim, da prata, plantas e rios, das torrentes e picos das montanhas, no grande anseio por conhecê-Lo e, em nossa fraqueza, atribuímos a sua natureza tudo que é belo neste mundo... Se a lembrança de Deus vem ao espírito de um grego que contempla a arte de Fídias, ou ao de um egípcio que adora os animais, ou a qualquer outro homem que adora um rio ou o fogo, não me encolerizarei por causa de suas divergências. Deixemo-los que gravem tudo na memória, deixemo-los com suas lembranças e com seu amor.[19]

Foi, em parte, a eloqüência de Libânio e de Máximo que arrancou Juliano do cristianismo, conquistando-o para o paganismo. Quando o discípulo subiu ao trono, Máximo correu imediatamente para Constantinopla, e Libânio entoou em Antioquia um cântico de triunfo e alegria: "Vede como fomos restaurados para a vida; passa sobre a terra um sopro de felicidade enquanto um verdadeiro Deus, sob forma humana, governa o mundo."[20]

III. O NOVO CÉSAR

Flávio Cláudio Juliano, sobrinho de Constantino, nasceu em Constantinopla em 332. O pai, o irmão primogênito e a maioria de seus primos foram vitimados no massacre que inaugurara o reinado dos filhos de Constantino. Mandaram-no para Nicomédia a fim de ser educado pelo bispo Eusébio. Recebeu exagerada dose de teologia cristã e deu demonstrações de que ia tornar-se um santo. Aos sete anos começou a estudar literatura clássica com Mardônio; o entusiasmo que o velho eunuco tinha pór Homero e Hesíodo contagiou o discípulo, o qual ingressou maravilhado no mundo brilhante e poético da mitologia grega.

Em 341, por motivos desconhecidos, Juliano e seu irmão Galo foram banidos para a Capadócia, onde ficaram durante seis anos como que prisioneiros na fortaleza de Macelo. Soltaram-no depois. Permitiram-no viver por algum tempo em Constantinopla, porém sua vivacidade de jovem, sinceridade e espírito tornaram-no demasiado popular para que o imperador pudesse usufruir paz de espírito. Ele foi novamente enviado para Nicomédia, onde recomeçou o estudo de filosofia. Quis assistir lá às preleções de Libânio, mas não lho permitiram. Contudo, arranjou para que lhe trouxessem todas as notas dos discursos do mestre. Já era então um belo e impressionável rapaz de 17 anos, no ponto de se deixar empolgar pelo perigoso fascínio da filosofia. Ainda às voltas com a filosofia e o livre pensamento, defrontou-se com o cristianismo, o qual lhe foi apresentado como um sistema de dogmas indiscutíveis, com uma Igreja debatendo-se em escândalos e cismas provocados pelas controvérsias dos arianos e as excomunhões que o Oriente e o Ocidente se faziam mutuamente.

Em 351 Galo recebeu o título de César — isto é, presumível herdeiro do trono — e assumiu as rédeas do governo em Antioquia. Livre por algum tempo das suspeitas do imperador, Juliano saiu de Nicomédia e dirigiu-se para Pérgamo e depois para Efeso, estudou filosofia sob a orientação de Edésio, Máximo e Crisâncio, os quais completaram secretamente sua conversão ao paganismo. Subitamente, em 354, Constâncio ordenou que Galo e Juliano comparecessem a sua corte em Milão. Galo havia-se excedido tanto em sua autoridade, governando as províncias asiáticas com despótica crueldade, que o próprio Constâncio se sentiu revoltado. Julgado perante o imperador, foi ele condenado por vários crimes e decapitado sumariamente. Juliano ficou preso na Itália durante vários meses; afinal conseguiu convencer o desconfiado monarca de que nunca cogitara de política e que se achava interessado apenas em filosofia. Constâncio sentiu-se aliviado quando verificou que ele não passava de um simples filósofo. Desterrou-o, mandando-o para Atenas (355). Tendo esperado a morte, Juliano logo se conformou com o exílio que o colocava junto à fonte da sabedoria, da religião e do pensamento pagãos.

Passou lá seis meses estudando nos bosques que tinham ouvido a voz de Platão, estreitando relações de amizade com Temístio e outros filósofos imortais e esquecidos, agradando-lhes pela sua sede de aprender e encantando os cidadãos pela graça e modéstia de sua conduta. Comparou aqueles pagãos polidos, herdeiros de um milênio de cultura, com os graves teólogos com os quais tinha vivido em Nicomédia ou com os devotos estadistas que haviam julgado necessário matar-lhe o pai, os irmãos e tantos outros, e chegou à conclusão de que não havia animais mais ferozes do que os cristãos.[21] Chorou quando soube da destruição de templos célebres, da condenação dos sacerdotes pagãos, cujas propriedades haviam sido distribuídas a eunucos e se-

quazes.[22] Foi, provavelmente nesse tempo, que, muito em segredo, aceitara iniciar-se nos mistérios em Elêusis. A moral pagã perdoava sua apostasia. Os amigos e professores que partilhavam o seu segredo dificilmente haveriam de consentir que ele o revelasse a outrem, pois sabiam que Constâncio logo faria dele um mártir. Ansiavam por que chegasse o dia em que seu protegido herdasse o trono, quando ele restauraria seus templos e seus deuses. Durante 10 anos conformou-se Juliano em observar, exteriormente, as práticas cristãs, chegando até mesmo a ler as escrituras na igreja, em público.[23]

Em meio a toda aquela dissimulação cheia de apreensões, recebeu nova mensagem para que se apresentasse ante o imperador em Milão. Mal ousava ir, porém recebeu depois, da Imperatriz Eusébia, recado de que ela havia advogado sua causa na corte e que ele nada tinha a temer. Para grande surpresa sua, Constâncio deu-lhe sua irmã Helena em casamento, concedeu -lhe o título de César e entregou-lhe o governo da Gália (355). O modesto jovem celibatário que viera vestido com o manto de filósofo, aceitou a contragosto o uniforme de general e as obrigações do matrimônio. Deveria tê-lo embaraçado ainda mais o fato de saber que os germanos, aproveitando-se das guerras civis que quase haviam destruído o poderio militar do Império no Ocidente, tinham invadido as províncias romanas do Reno. Haviam derrotado um exército romano, saqueado Colônia, a antiga *colônia* romana, conquistado outras 44 cidades e toda a Alsácia. Diante daquela nova crise, Constâncio chamou o jovem que desprezara e do qual suspeitara também, para transformá-lo ao mesmo tempo em administrador e guerreiro. Deu-lhe uma guarda de 360 homens, confiou-lhe a missão de reorganizar o exército da Gália e enviou-o para os Alpes.

Juliano passou o inverno em Vienne, no Ródano, praticando exercícios militares e estudando com afinco a arte da guerra. Formou um exército em 356, em Reims, e rechaçou os invasores germânicos, reconquistando Colônia. Sitiado em Sens pelos alemânis — a tribo da qual se originou o nome da Alemanha — repeliu seus ataques durante 30 dias, conseguiu prover de alimentos a população e as tropas, esgotando o inimigo. Deslocando-se para o sul, encontrou o exército principal dos alemânis nas vizinhanças de Estrasburgo. Formou com seus homens uma poderosa cunha e, com brilhantes táticas e heroísmo, conseguiu vitória decisiva sobre forças numericamente superiores.[24] A Gália pôde respirar mais livremente, mas ao norte os francos sálios ainda devastavam o vale do Mosa. Juliano marchou contra eles, derrotou-os, fê-los recuar para a outra margem do Reno e voltou triunfante para Paris, a capital da província. Reconhecidos, os gauleses saudaram o jovem César como se fosse outro Júlio, e seus soldados já manifestavam a esperança de vê-lo imperador em pouco tempo.

Juliano permaneceu cinco anos na Gália. Tornou a povoar as terras devastadas, reorganizou as defesas do Reno, refreou as explorações do comércio e a corrupção política, restabeleceu a prosperidade na província e as finanças do governo, reduzindo, ao mesmo tempo, os impostos. O povo admirou-se de ver que aquele jovem contemplativo, arrancado de seus livros há tão pouco tempo, se tivesse transformado, como que num passe de mágica, em general, estadista e juiz íntegro e humano.[25] Juliano estabeleceu o princípio de que todo acusado deveria ser considerado inocente enquanto não se provasse sua culpabilidade. Numério, antigo governador da Gália Narbonense, foi acusado de ter-se apropriado de fundos públicos; ele negou o crime e não se pôde contestá-lo em nenhum ponto. Desesperado por falta de provas, perguntou o juiz Delfídio: "Poderosíssimo César, poder-se-ia alguma vez encontrar alguém

culpado se a negação do crime fosse motivo suficiente para eximi-lo da culpa?", ao que Juliano replicou: "Poder-se-ia provar a inocência de alguém se, para culpá-lo, bastasse apenas acusá-lo do crime?" "E esse", diz Amiano, "foi um dos muitos exemplos de seu espírito de humanidade."[26]

As reformas de Juliano criaram-lhe muitos inimigos. Funcionários que temiam suas devassas ou lhe invejavam a popularidade enviaram mensagens secretas a Constâncio, nas quais o acusavam de estar planejando apoderar-se do trono imperial. Juliano desmentiu as acusações escrevendo um panegírico sobre o imperador. Ainda presa da suspeita, Constâncio ordenou a volta do prefeito gaulês Salústio, o qual havia cooperado lealmente com Juliano. Se dermos crédito à narrativa de Amiano, a Imperatriz Eusébia, que não tinha filhos e era muito ciumenta, subornou as servas de Juliano para que dessem à esposa dele, toda vez que estivesse esperando criança, um remédio abortivo. Quando, mesmo assim, Helena deu à luz, a parteira cortou o cordão umbilical da criança tão perto do corpo, que ela morreu esvaindo-se em sangue.[27] Em meio a todas essas tribulações, Juliano recebeu ordem de Constâncio para que os melhores elementos de seu exército gaulês participassem também da guerra contra a Pérsia.

Esta decisão de Constâncio não era de todo injustificada. Sapor (Shapur) II havia exigido a devolução da Mesopotâmia e da Armênia (358); quando Constâncio se recusou a atender-lhe a exigência, Sapor sitiou e tomou Amida (hoje Diyarbekir, no Curdistão turco). Constâncio pegou em armas contra ele e ordenou a Juliano que entregasse aos emissários imperiais 300 homens de cada regimento gaulês para a campanha na Ásia. Juliano protestou, dizendo que os soldados se haviam alistado em suas hostes sob a condição de que jamais seriam chamados a servir fora das fronteiras dos Alpes. Preveniu-o também de que a Gália ficaria sem segurança se lhe reduzissem o número de soldados. (Seis anos mais tarde os germanos invadiram com êxito a Gália.) Contudo, Juliano ordenou a seus homens que obedecessem aos emissários. Eles, porém, recusaram-se a cumprir a ordem, cercaram o palácio de Juliano e aclamaram-no *Augustus* — isto é, imperador — e pediram-lhe que os deixasse ficar na Gália. Juliano os aconselhou novamente a que obedecessem ao chamado, mas eles persistiram na mesma atitude. Percebeu então, qual novo César, que a sorte estava lançada. Aceitou o título imperial e preparou-se para lutar pelo Império e por sua vida. O exército que havia recusado deixar a Gália empenhava-se agora em marchar para Constantinopla a fim de colocar Juliano no trono.

Constâncio achava-se na Cilícia quando recebeu notícias da revolta. Durante mais de um ano lutou ele contra a Pérsia, arriscando o trono para proteger o país. Tendo assinado depois a paz com Sapor, voltou para o Ocidente com suas legiões a fim de enfrentar o primo. Juliano avançou com uma pequena força. Deteve-se, por algum tempo, em Sírmio (nas proximidades de Belgrado), onde afinal proclamou ao mundo seu paganismo. Escreveu, cheio de entusiasmo, a Máximo: "Estamos agora adorando os deuses publicamente e todo o exército que me acompanha dedica-se também a sua adoração."[28] A sorte o salvou de uma situação difícil: Constâncio morreu em novembro de 361 de uma febre que contraíra nas vizinhanças de Tarso. Morria aos 45 anos de idade. Um mês depois entrava Juliano em Constantinopla. Subiu ao trono sem encontrar oposição e presidiu aos funerais de Constâncio, dando mostras de grande amizade pelo primo.

IV. O IMPERADOR PAGÃO

Juliano tinha então 31 anos de idade. Amiano, que o visitava freqüentemente, descreve-o como sendo

> de estatura média, cabelos muito lisos como se tivessem sido penteados, barba hirsuta e terminada em ponta, olhos cintilantes denunciando vivacidade de espírito; sobrancelhas muito finas, nariz perfeito, boca um pouco grande, com o lábio inferior muito grosso, pescoço grosso, ombros muito largos; bem proporcionado de corpo, muito forte e bom corredor.[29]

O seu auto-retrato não é assim tão lisonjeiro:

> Conquanto a natureza não me tivesse favorecido com um rosto bonito nem lhe dado o frescor da mocidade, eu, por mera perversidade, acrescentei nele essa comprida barba... Tolero os piolhos que nela pululam como se ela fosse um bosque para animais selvagens... Ando sempre com os cabelos desgrenhados, raramente os corto. Raramente também corto as unhas, e meus dedos quase sempre estão sujos de tinta.[30]

Juliano orgulhava-se de manter a simplicidade de um filósofo no ambiente luxuoso da corte. Desembaraçou-se imediatamente dos eunucos, barbeiros e espiões que haviam servido a Constâncio. Tendo morrido sua jovem esposa, resolvera não se casar novamente, razão por que não precisava de eúnucos; achava que um só barbeiro poderia atender a todo o pessoal do palácio; a sua alimentação era a mais simples possível, e podia ser preparada por qualquer um.[31] Esse pagão vivia e trajava-se à maneira de um monge. Ao que parece, não teve relações carnais com nenhuma mulher depois que lhe morrera a esposa. Dormia em um leito muito duro, em quarto sem aquecimento;[32] mantinha todas as suas câmaras sem aquecimento durante todo o inverno "a fim de se acostumar a suportar o frio". Não gostava de diversões. Evitava o teatro com suas pantomimas pornográficas e desgostava a população por se manter afastado do hipódromo; comparecia às festas solenes, onde permanecia apenas alguns momentos. Não se interessava pelas corridas, as quais lhe pareciam todas iguais. A princípio o povo se mostrava impressionado com suas virtudes, ascetismo e a abnegação com que tratava as mínimas questões do governo e as crises que nele se verificavam. Comparavam-no, como general, a Trajano, como santo a Antonino Pio, como rei-filósofo a Marco Aurélio.[33] Surpreende-nos o fato de ter sido esse jovem pagão aceito tão prontamente por uma cidade e um Império que, durante uma geração, somente haviam conhecido imperadores cristãos.

Observava as tradições e prerrogativas do Senado bizantino, atitude que agradava a este último. Levantava-se de seu trono para cumprimentar os cônsules e geralmente fazia o papel de Augusto, considerando-se um servo e delegado dos senadores e do povo. Quando inadvertidamente infringia um privilégio do Senado, multava-se a si mesmo em 10 libras de ouro, declarando que se achava também sujeito, como qualquer de seus concidadãos, às leis e normas da República. Absorvia-se da manhã à noite na tarefa do governo, salvo um pequeno período à tarde, reservado para estudar. Consta que sua leve dieta lhe dava ao corpo e ao espírito uma nervosa agilidade, o que lhe permitia passar rapidamente de um assunto para outro. Isso exigia o trabalho diário de três secretários. Desempenhava com assiduidade e interesse as funções de

juiz; destruía o sofisma dos advogados, respeitava as opiniões que, porventura, os juízes mantivessem contra suas próprias e impressionava a todos pela justiça de suas decisões. Reduziu os impostos que sobrecarregavam os pobres, recusou as coroas de ouro com que tradicionalmente cada província costumava presentear um novo imperador, perdoou as dívidas da África que se haviam acumulado e restituiu aos judeus os tributos que lhes haviam sido cobrados até então em excesso.[34] Estabeleceu exigências mais severas para a concessão de licença na prática da medicina. O êxito que teve como administrador coroou seu triunfo como general. "A sua fama", diz Amiano, "foi-se espalhando gradativamente até alcançar todas as partes do mundo."[35]

Em meio a todas estas atividades governamentais, era a filosofia a paixão que o dominava. Tinha um objetivo, do qual jamais se esquecia: a restauração dos antigos cultos. Ordenou que se reparassem e abrissem os templos pagãos e se restituíssem as propriedades que deles haviam sido confiscadas. Autorizou também que os templos recomeçassem a recolher suas rendas habituais. Escreveu cartas aos principais filósofos da época, convidando-os a se hospedarem na corte. Quando Máximo chegou, Juliano interrompeu um discurso que estava fazendo no Senado e correu para cumprimentar o velho mestre, que apresentou a todos, tecendo-lhe grandes elogios. Máximo aproveitou-se do entusiasmo do imperador. Envergou trajes muito finos e levou uma vida luxuosa, o que provocou, depois da morte de Juliano, uma rigorosa devassa em sua vida para se descobrir a origem de sua rápida fortuna.[36] Juliano não dava atenção àquelas contradições; amava demasiado a filosofia para dela se afastar por causa da conduta dos filósofos. "Se alguém", escreveu ele a Eumênio, "vos tiver persuadido de que existe para a raça humana algo mais proveitoso do que o estudo ininterrupto da filosofia nas horas vagas, esse alguém não passa de um iludido que procura iludir-vos."[37]

Juliano amava os livros, levava uma biblioteca consigo em suas campanhas. Aumentou consideravelmente a biblioteca que Constantino havia fundado e formou outras. "Alguns homens", escreveu ele, "têm paixão pelos cavalos, outros pelos pássaros, outros pelos animais selvagens; eu, porém, tive, desde a infância, o grande desejo de adquirir livros."[38] Orgulhoso de ser escritor assim como estadista, procurava justificar sua política com diálogos, à maneira de Luciano ou com orações no estilo de Libânio, com cartas que prodigalizavam o mesmo encanto das de Cícero e tratados filosóficos. Em o "Hino ao Filho de um Rei" expôs seu novo paganismo; em um ensaio "Contra os Galileus" deu as razões por que abandonara o cristianismo. Os Evangelhos, diz ele em um prefácio de crítica muito elevada, acham-se em contradição; o Evangelho de João difere substancialmente dos três outros, tanto na narrativa como na teologia, e a história da criação do Gênese envolve uma pluralidade de deuses.

> A não ser que cada uma dessas lendas (do Gênese) seja um mito que envolve, como realmente acredito, alguma interpretação secreta, todas elas estão impregnadas de blasfêmias contra Deus. Em primeiro lugar, ele é representado como se ignorasse que a mulher que havia sido criada para ser a companheira de Adão iria ser a causa da queda do homem. Segundo, recusar-se ao homem o conhecimento do bem e do mal (o único conhecimento que dá coerência ao espírito humano) e ter-se ciúmes de que o homem possa tornar-se imortal por participar da árvore da vida — é coisa que somente poderia advir de um deus odioso e invejoso. Por que é tão cruel o vosso deus, a ponto de vingar-se nos filhos pelos pecados dos pais?... Por que um deus tão poderoso se encoleriza contra os demônios, anjos e homens? Comparai sua

conduta com a brandura até mesmo de Licurgo e dos romanos para com os transgressores. O Velho Testamento, à semelhança do paganismo, sancionou e exigiu o sacrifício de animais... Por que não se aceita a Lei que Deus deu aos judeus?... Afirma-se que essa lei antiga se achava limitada ao tempo e ao lugar. No entanto, eu poderia citar passagens do Livro de Moisés, não uma apenas, porém milhares, onde ele diz que a Lei é para todo o sempre.[39]

Quando Juliano procurou restaurar o paganismo, achou que a maneira como o praticavam era bem diferente da que era ditada pelas suas crenças. Julgou-o muito mais eivado de mitos e milagres do que o cristianismo. Compreendeu que nenhuma religião poderia conquistar e impressionar a alma do povo a não ser que se revestisse de esplendores, lendas e ritos a sua doutrina moral. "Não se poderia descobrir quando se inventara o mito... da mesma maneira que não se poderia descobrir quem fora o primeiro homem que espirrara."[40] Aceitou a mitologia como ela se apresentava e tolerou o uso dos mitos, esperando que isso infundisse moralidade no espírito dos ignorantes.[41] Ele mesmo contou novamente a história de Cibele, como a haviam transportado, na forma de uma pedra preta, da Frígia para Roma, e ninguém percebera, em sua narrativa, que ele duvidasse da divindade da pedra ou da eficácia de sua transferência. Juliano descobrira que havia necessidade de um simbolismo sensorial para infundir no povo idéias espirituais. Adotou então, na massa do povo, a adoração ao sol como contrapeso religioso à devoção dos filósofos à razão e à luz. Não fora difícil àquele rei-poeta escrever um hino a Hélio, o rei-sol, fonte da vida, autor de incontáveis bênçãos para a humanidade; esse último, disse, era o verdadeiro Logos ou a Palavra Divina que havia criado o mundo e que agora o mantinha. A esse Princípio Supremo e Primeira Causa acrescentou Juliano as inúmeras divindades e gênios dos velhos credos pagãos. Um filósofo tolerante, pensou ele, não se esforçaria por absorvê-los todos.

Seria um erro descrever Juliano como livre-pensador que procurasse substituir o mito pela razão. Ele denunciou o ateísmo como bestial[42] e ensinou doutrinas que eram tão sobrenaturais como as de qualquer outro credo. Raramente se encontrou tanta tolice escrita por um homem como no hino ao sol que Juliano compôs. Ele aceitou a trindade neoplatônica, identificou as idéias criadoras de Platão com o espírito de Deus, considerou-as um Logos ou sabedoria intermediária pela qual todas as coisas haviam sido feitas e julgava o mundo material e corporal empecilho diabólico para a virtude e libertação da alma. Achava que, pela bondade, piedade e filosofia, poderia a alma libertar-se, erguer-se para a contemplação das realidades e leis espirituais e absorver-se assim no Logos e chegar talvez ao próprio Deus. As divindades do politeísmo eram, na crença de Juliano, forças impessoais; ele não as podia aceitar em suas formas antropomórficas, mas sabia que o povo raramente poderia compreender as abstrações do filósofo ou as visões místicas dos santos. Praticava em público e em particular os antigos ritos e sacrificava tantos animais aos deuses que até mesmo seus admiradores envergonhavam-se de seus holocaustos.[43] Durante a campanha contra a Pérsia consultava regularmente os oráculos, à maneira dos generais romanos, e ouvia atentamente os interpretadores de seus sonhos. Parece que acreditou nas feitiçarias de Máximo.

Como reformador, achava que o mundo necessitava de uma renovação moral. Recorreu, para tal fim, não apenas à legislação exterior mas também a uma aproximação religiosa junto aos corações dos homens. Havia ficado profundamente impressionado

com o simbolismo dos Mistérios em Elêusis e Éfeso; nenhuma cerimônia lhe parecera mais adequada do que aquela para inspirar uma nova vida mais nobre; esperava que aqueles impressionantes ritos de iniciação e consagração pudessem estender-se de uns poucos aristocratas para uma maior parcela do povo. Segundo Libânio, "ele preferia que o chamassem de sacerdote a imperador".[44] Invejava a hierarquia eclesiástica do cristianismo, seus devotos sacerdotes e mulheres, sua adoração em comum, a persuasão de sua caridade. Não deixou de imitar os melhores aspectos de uma religião que esperava suplantar e destruir. Chamou sangue novo para o sacerdócio pagão, organizou uma Igreja pagã com ele mesmo em sua direção e incentivava seus sacerdotes para que imitassem e sobrepujassem os preceptores cristãos no ensino, distribuíssem esmolas aos pobres, oferecessem hospitalidade aos estranhos e dessem exemplo de vida regrada.[45] Em todas as cidades instalou escolas para prédicas e explicações sobre a fé pagã. Aos sacerdotes pagãos escreveu ele qual um franciscano a seus companheiros:

> Agi para comigo da maneira que julgais deveria eu agir para convosco; se quiserdes, poderemos fazer esse pacto, caberá a mim indicar-vos meu ponto de vista sobre todas as vossas questões e vós, por vossa vez, fareis o mesmo no tocante a meus atos e declarações. Em minha opinião nada é mais valioso para nós do que esse tratamento recíproco...[46] Devemos partilhar nosso dinheiro com todos os homens, mas principalmente com os bons, infelizes e pobres. Quero afirmar, embora isso pareça paradoxal, que será um ato piedoso o partilhar nossas roupas e alimentos com os maus, pois os estaremos dando ao espírito de humanidade que há no homem e não a seu caráter moral.[47]

Esse pagão era cristão em tudo menos na crença. À medida que vamos lendo sobre ele, desculpando sua morta mitologia, percebemos que Juliano devia muitos traços louváveis de seu caráter à ética cristã que lhe havia sido ministrada na infância e nos primórdios de sua juventude. Como então se conduziu ele perante a religião na qual havia sido educado? Permitira ao cristianismo toda a liberdade para fazer suas prédicas, adorações e práticas religiosas e mandou que voltassem os bispos ortodoxos que haviam sido exilados por Constâncio. Retirou das igrejas cristãs todos os subsídios do Estado e negou aos cristãos o acesso às cadeiras de retórica, filosofia e literatura nas universidades, sob o fundamento de que somente pelos pagãos tais matérias poderiam ser ministradas com mais fervor.[48] Terminou com a isenção de impostos e de encargos civis para o clero cristão e com a liberdade de poderem os bispos servir-se das facilidades concedidas aos postos públicos. Proibiu que deixassem legados às igrejas, tornou os cristãos inelegíveis para os cargos governamentais,[49] ordenou aos cristãos de todas as comunidades que reparassem completamente os danos que tivessem causado aos templos pagãos durante os reinados anteriores e permitiu que se demolissem as igrejas cristãs construídas nas terras que haviam sido ilegalmente arrancadas aos pagãos. Quando dessa lógica precipitada sobreveio a confusão, a injustiça e as desordens, Juliano procurou proteger os cristãos, mas recusou-se a modificar suas leis. Sabia também recorrer ao sarcasmo, o que nem sempre condizia com um filósofo, quando, por exemplo, lembrava a certos cristãos que haviam sofrido violências que "as suas escrituras os exortavam a suportarem pacientemente seus infortúnios".[50] Eram severamente punidos os cristãos que reagiam com insultos ou violências àquelas leis; eram tratados com brandura os pagãos que recorressem à violência ou aos insultos ao tratarem com os cristãos.[51] Em Alexandria, a população pagã alimentava ódio

profundo para com o bispo ariano Jorge, o qual ocupava a diocese de Atanásio; quando ele os provocou, promovendo uma procissão pública na qual satirizava os ritos mitraístas, os pagãos agarraram-no e lincharam-no. Como alguns cristãos quiseram defendê-lo, muitos foram os que morreram ou ficaram feridos nas desordens que se seguiram (362). Juliano quis punir os desordeiros, mas seus conselheiros conseguiram que ele se contentasse em escrever uma carta ao povo de Alexandria protestando energicamente contra o fato. Atanásio saiu de seu esconderijo e tornou a ocupar sua cadeira episcopal. Juliano protestou dizendo que ele assumira o cargo sem o consultar e ordenou que se retirasse. O velho prelado obedeceu, mas como no ano seguinte a morte colhesse o imperador, o patriarca, símbolo dos galileus triunfantes, voltou para sua diocese. Dez anos depois morria com a idade de 80 anos, cheio de honras e cicatrizes.

A apaixonada perseverança de Juliano acabou destruindo finalmente seu programa. Os homens aos quais injuriara combatiam-no com sutil pertinácia e os demais, aos quais favorecia, respondiam com indiferença. O paganismo morrera espiritualmente, já não encerrava em si qualquer estímulo para a mocidade, nem consolo para as amarguras, nem esperanças para além-túmulo. Alguns que se haviam convertido voltaram-se para ele, mais com a idéia de conseguirem posições políticas ou o seu dinheiro. Algumas cidades restabeleceram os sacrifícios oficiais, mas somente para pagarem os favores recebidos. Mesmo em Pessino, a terra de Cibele, Juliano teve de subornar os habitantes para que honrassem a grande deusa. Muitos pagãos interpretavam o paganismo como sendo uma consciência tranqüila em meio aos divertimentos. Ficaram desapontados ao ver que Juliano era mais puritano que Cristo. Esse suposto livre-pensador era o mais devoto do Estado e até seus amigos se aborreciam em seguir-lhe as práticas; havia também os cépticos que não dissimulavam seu sorriso ao vê-lo às voltas com seus deuses antigos e sacrifícios. Já quase não se observava mais no Oriente o costume de sacrificar animais nos altares, assim como no Ocidente, fora da Itália. O povo já começava a julgá-lo uma verdadeira desgraça. Juliano denominara seu movimento de helenismo, uma palavra que os pagãos da Itália repeliam, pois eles desprezavam todas as coisas gregas que não fossem mortas. Juliano confiava muito nas discussões filosóficas, as quais jamais alcançavam as bases emotivas da fé. Seus trabalhos eram compreendidos apenas pelos homens cultos, os quais, por serem cultos, não podiam aceitá-los. Sua crença era um sincretismo artificial que não lançava raízes nas esperanças e fantasias dos homens. Mesmo antes de morrer, já seu fracasso se tornava evidente, e o exército, que o havia amado e lamentado sua morte, nomeou um cristão para sucedê-lo no trono.

V. FIM DA JORNADA

O último e grande sonho de Juliano era poder rivalizar-se com Alexandre e Trajano: colocar os estandartes romanos nas capitais persas e terminar de uma vez por todas com a ameaça da Pérsia à segurança do Império Romano. Organizou logo o exército, escolheu os oficiais, fez todos os reparos nas fortalezas das fronteiras, abasteceu as cidades que lhe deveriam assinalar o caminho para a vitória. Chegou a Antioquia no outono de 362, e reuniu suas tropas. Os negociantes da cidade aproveitaram-se do afluxo de gente para subir os preços de suas mercadorias; o povo queixou-se de que "havia fartura, porém que tudo estava muito caro". Juliano chamou os chefes econômicos e insistiu com eles para que moderassem seus lucros. Eles prometeram atender

ao pedido, mas não cumpriram a promessa. Finalmente Juliano "decretou um preço razoável para tudo, ordenando que todos tomassem disso conhecimento". Talvez, para forçar a queda dos preços, tivesse ele trazido de outras cidades da Síria e do Egito 400.000 *modii* (9 litros) de trigo.[52] Os negociantes protestaram dizendo que os preços não davam margem para lucro; compraram secretamente o trigo importado e levaram-no para outras cidades juntamente com outras mercadorias suas, ficando Antioquia cheia de dinheiro, mas sem alimentos. A população logo acusou Juliano de ter intervindo naquela questão. Os espíritos críticos de Antioquia caçoavam de sua barba e do culto que dirigia aos deuses mortos. Ele respondeu em um panfleto, *Misopogon* ou *O homem que odeia a barba.* Fê-lo em estilo que não assentava bem para um imperador. Sarcasticamente pediu desculpas pela barba que usava e censurou os antioquenses por sua insolência, frivolidade, extravagância, imoralidade e indiferença para com os deuses da Grécia. O célebre parque denominado Dafne, que guardara outrora o sepulcro de Apolo, havia sido transformado em lugar de diversões; Juliano ordenou que terminassem com as diversões e restaurassem o túmulo; este último foi destruído por um incêndio antes de reparado. Suspeitando de que haviam sido os cristãos os incendiários, Juliano fechou a catedral de Antioquia e confiscou seus bens; várias testemunhas sofreram torturas e um sacerdote foi condenado à morte.[53] O único consolo que o imperador teve em Antioquia foi sua "festa da razão" com Libânio.

O exército ficou finalmente preparado e, em março de 363, Juliano deu início a sua campanha. Conduziu suas forças pelo Eufrates, atravessou depois o Tigre, perseguiu os persas em sua retirada, mas quase se viu frustrado em seu intento com a política de "terra devastada" que os persas iam empregando em sua retirada. Muitas e muitas vezes seus soldados se viram às portas da fome. O imperador demonstrou suas melhores qualidades naquela exaustiva campanha. Partilhou com seus homens todas as dificuldades, comia, como eles, uma pequena ração ou talvez menos, marchava a pé sob o calor e a chuva e lutava nas linhas de frente em todas as batalhas. Havia entre os prisioneiros feitos, mulheres jovens e belas; jamais ele as perturbou em sua intimidade. Não permitiu que as desonrassem. Sob sua hábil direção, as tropas avançaram até aos portões de Ctesifonte, que foi sitiada, mas a impossibilidade de conseguir alimentos o obrigou à retirada. Sapor II escolheu dois nobres persas, cortou-lhes o nariz e ordenou-lhes fossem procurar Juliano, dizendo-lhe que haviam desertado por causa daquela humilhação cruel, e que o levassem para um deserto. Eles obedeceram. Juliano acreditou nos dois persas e seguiu-os juntamente com seu exército por uma extensão de 20 milhas, numa região completamente desprovida de água. Quando procurava arrancar seus homens daquela armadilha, viu-se atacado pelo inimigo. Repeliram o ataque, tendo os persas fugido. Juliano, embora estivesse sem armadura, foi um dos primeiros a sair em perseguição ao inimigo. Uma azagaia atingiu-o na ilharga e penetrou-lhe no fígado. O imperador caiu do cavalo e foi transportado para uma tenda, onde os médicos o preveniram de que teria apenas poucas horas de vida. Libânio afirmou que a arma partira de mão cristã. Verificou-se que nenhum persa reclamara a recompensa que Sapor havia prometido para quem matasse o imperador. Alguns cristãos, como Sozomen, concordaram com a acusação de Libânio, e louvaram o assassino, "o qual, por amor a Deus e à religião, havia praticado feito audacioso".[54] A cena final (27 de junho de 363) foi de acordo com a tradição de Sócrates e Sêneca. Diz Amiano:

Juliano jazia em sua tenda e dirigiu-se desconsolada e amarguradamente a seus companheiros: "Mui oportunamente, meus amigos, chegou agora a ocasião para eu deixar esta vida, a qual folgo poder devolver à natureza." Todos os presentes choraram. Ele, entretanto, mantendo sua autoridade, os censurou dizendo que não lhes ficava bem lamentar um príncipe que estava sendo chamado a unir-se ao céu e às estrelas. Como isso os tivesse feito calar-se, virou-se para os filósofos Máximo e Prisco e travou com eles uma discussão muito complexa sobre a nobreza da alma. Subitamente a ferida se lhe abriu, a pressão do sangue diminuiu-lhe a respiração e, após beber um gole de água que pedira, morreu tranqüilamente. Contava então 32 anos de idade.[55] A história de que Juliano morrera exclamando: "Tu triunfaste, galileu" apareceu primeiramente no trabalho do historiador cristão Teodoreto, no século V, sendo agora, porém, considerada como lenda.[56]

O exército que ainda se achava em perigo necessitava de um comandante. Seus chefes escolheram para esse posto Joviano, capitão da guarda imperial.[57] O novo imperador fez a paz com a Pérsia entregando-lhe quatro das cinco satrapias de que Diocleciano se havia apoderado 70 anos antes. Joviano não perseguiu ninguém, mas transferiu imediatamente para a Igreja a proteção dispensada aos templos pagãos.[58] Os cristãos de Antioquia celebraram com grandes manifestações de júbilo a morte do imperador pagão. Na maioria dos casos, porém, os chefes cristãos então vitoriosos recomendaram, em seus sermões às congregações, que todos se mostrassem generosos e esquecessem as ofensas que o cristianismo havia sofrido. Haveriam de decorrer 11 séculos antes que o helenismo tornasse a reviver.

CAPÍTULO II

O Triunfo dos Bárbaros

325 — 476

I. A FRONTEIRA AMEAÇADA

A PÉRSIA era apenas um setor de uma fronteira de 10.000 milhas de extensão, através da qual aquele Império Romano de uma centena de nações poderia ser invadido em qualquer ponto e a qualquer momento por tribos que ainda não se achavam estragadas pela civilização, mas que invejavam seus frutos. Os persas eram, em si mesmos, um problema insolúvel. Estavam-se tornando cada vez mais fortes; logo haveriam de reconquistar quase tudo que Dario I havia conquistado mil anos antes. A oeste deles achavam-se os árabes, cuja maioria não passava de beduínos em condições miseráveis. Os grandes estadistas haveriam de sorrir se lhes dissessem que aqueles sombrios nômades estavam fadados a conquistar metade do Império Romano e também toda a Pérsia. Ao sul das províncias romanas, na África, encontravam-se os etíopes, líbios, berberes, númidas e mouros, os quais esperavam com feroz paciência pelo desmoronamento das defesas imperiais ou de sua moral. A Espanha parecia estar a salvo com os romanos por trás daquelas montanhas que impediam acesso a ela e do mar que a protegia. Ninguém pensaria que iria tornar-se germânica no século IV e maometana no século VIII. A Gália sobrepujava a Itália em altivez, ordem e riqueza e em sua literatura latina, porém cada geração tinha de defender-se contra os teutônios, cujas mulheres eram mais férteis do que seus campos. Podia-se dispor somente de uma pequena guarnição imperial para proteger a Britânia romana contra os escotos e pictos a oeste e norte e contra os piratas escandinavos e saxões a leste ou sul. As costas da Noruega eram uma cadeia de cavernas de piratas; seu povo achava a guerra menos trabalhosa do que o cultivo das terras, e considerava as incursões nas costas alienígenas uma ocupação nobre para estômagos famintos ou para os dias de lazer. Os godos diziam originar-se do sul da Suécia e de suas ilhas; possivelmente eram originários da região do Vístula; seja como for, espalharam-se como visigodos pelo sul até ao Danúbio e, como ostrogodos, instalaram-se entre o Dniéster e o Don. Movimentaram-se no coração da Europa — limitado pelo Vístula, Danúbio e Reno — as irrequietas tribos que iriam refazer o mapa e dar novos nomes aos países da Europa: os turíngios, burgúndios, anglos, saxões, jutos, frísios, gépidas, quados, vândalos, alemânis, suevos, lombardos e francos. Contra essas marés étnicas, o Império não dispunha de qualquer muralha protetora, salvo na Britânia; possuía apenas um ou outro forte ou guarnição ao longo das estradas ou rios que marcavam os limites das fronteiras (*limes*) do reino romano. A grande escala de natalidade fora do Império e o alto padrão de vida em seu interior tornaram o Império Romano, naquele tempo, o cha-

mariz para a imigração ou invasão, da mesma maneira como o é, hoje em dia, a América do Norte.

Talvez devamos modificar a tradição que cita aquelas tribos germânicas como sendo bárbaras. É verdade que, ao chamá-los de *barbari*, não desejavam os gregos e romanos com isso fazer-lhes um cumprimento. Provavelmente a palavra tivesse relação com a palavra *varvara* do sânscrito, a qual significava indivíduo grosseiro e ignorante;[1] ela aparece novamente em *berber*. Mas não foi por nada que durante cinco séculos deixaram os germanos traços da civilização romana em seu comércio assim como na guerra. Pelo século IV tinham eles adotado de há muito a palavra escrita e um governo com leis estáveis. Se fizermos exceção dos francos merovíngios, veremos que sua moral sexual era superior à dos romanos e dos gregos. (A nossa principal autoridade a respeito é ainda o moralístico Tácito [*Germania*, 18-19], porém uma carta do bispo Bonifácio, lá pelo ano de 756, cita: "Na antiga Saxônia, se uma virgem em casa do pai ou uma mulher casada sob a proteção do marido é julgada culpada de adultério, eles a queimam, estrangulam-na com as próprias mãos e enforcam o sedutor sobre sua própria sepultura, ou então despem-na até à cintura, e as modestas matronas a chicoteiam, esfaqueiam-na até morrer"[2] — meio extremo de se lhe fixar um preço.) Conquanto lhes faltassem a civilidade e a graça de um povo culto, muitas vezes deixavam os romanos envergonhados, dado o espírito de coragem, hospitalidade e honestidade que demonstravam. Eram cruéis, mas não tanto quanto os romanos; provavelmente se sentiam chocados ao ver que as leis romanas permitiam se torturassem homens livres para deles se arrancar uma confissão ou um testemunho.[3] Eram individualistas a ponto de chegarem ao caos, enquanto que os romanos já se haviam adaptado à sociabilidade e à paz. Demonstravam, em seus círculos mais elevados, apreciar a literatura e a arte; Estilicão, Ricimer e outros germanos ingressaram inteiramente na vida cultural de Roma e escreveram em um latim que Símaco muito apreciava.[4] Em geral, os invasores — principalmente os godos — reconhecendo que a civilização romana era melhor que a sua preferiam adquiri-la a destruí-la. Durante dois séculos, apenas pediram que os deixassem entrar no Império e nas terras que não estavam sendo cultivadas. Participaram ativamente de sua defesa. Se continuarmos a designar como bárbaras as tribos germânicas dos séculos IV e V, é por conveniência da tradição, mas fazemo-lo com as devidas reservas, pelo que pedimos desculpas.

Aquelas grandes tribos já haviam começado a entrar no Império, ao sul do Danúbio e dos Alpes, por meio de imigração pacífica e até mesmo a convite dos imperadores. Augusto tinha iniciado a política de instalar os bárbaros dentro da fronteira, a fim de preencher os claros, bem como as legiões para as quais os romanos estéreis e pacíficos não mais contribuíam. Aurélio, Aureliano e Probo haviam adotado esse plano. Em fins do século IV predominava nos Bálcãs e na Gália oriental o elemento germânico; o mesmo se verificava no exército romano. Muitos cargos elevados, tanto políticos como militares, estavam nas mãos dos teutônios. Outrora o Império havia *romanizado* tais elementos; agora os imigrantes é que transformavam os romanos em bárbaros.[5] Os romanos começaram a usar túnicas de peles à moda dos bárbaros e a deixar crescer os cabelos; alguns adotaram até mesmo o uso de calças, provocando, com isso, decretos do Império, o qual via nessa moda uma afronta aos costumes (397-416).[6]

A palavra de ordem para a grande invasão veio das distantes planícies da Mongólia. Os hsiung-nu ou hiung-nu ou hunos, uma divisão dos turanianos, ocuparam em nos-

so século III a região ao norte do lago Balcache e do Mar de Aral. Segundo Jordanes, a principal arma deles era a terrífica feição do rosto:

> As suas feições inspiravam grande terror aos homens que talvez os sobrepujassem na guerra. Faziam-nos fugir apavorados, pois seus rostos tisnados eram horríveis. A cabeça parecia uma massa grosseira e os olhos, dois pequenos buracos. Eram cruéis para com os filhos, mesmo no primeiro dia de nascimento. Cortavam-lhes as faces com uma espada a fim de que eles aprendessem a suportar os ferimentos antes de serem amamentados. Cresciam assim sem barba, o rosto marcado de cicatrizes. Eram de pequena estatura, os ombros largos e o porte altivo, ágeis de corpo, bons cavaleiros, sempre prontos a servir-se do arco e da seta.[7]

A guerra era sua indústria e a pastagem do gado seu divertimento. "A terra deles é o lombo de um cavalo",[8] dizia um provérbio. Impelidos pela exaustão de suas terras e pela pressão de inimigos, armaram-se de arcos e facas e, com sua coragem e agilidade, invadiram a Rússia aproximadamente no ano 355, dominaram e absorveram os alanos, atravessaram o Volga (372?), e atacaram os quase civilizados ostrogodos na Ucrânia. Ermanaric, o centenário rei destes últimos, lutou bravamente, foi derrotado e, segundo alguns, matou-se. Parte dos ostrogodos rendeu-se, unindo-se aos hunos; parte fugiu para o oeste, embrenhando-se nas terras dos visigodos, ao norte do Danúbio. Um exército dos visigodos que enfrentou os invasores no Dniéster foi por eles batido; um bando remanescente do exército solicitou permissão às autoridades romanas do Danúbio para atravessar o rio e instalar-se na Mésia e na Trácia. O Imperador Valêncio mandou avisá-los de que seriam admitidos com a condição, porém, de entregarem as armas e cederem os jovens como reféns. Os visigodos atravessaram o rio e foram vergonhosamente espoliados de seus bens pelos oficiais e soldados do Império. As moças e os rapazes foram feitos escravos dos lascivos romanos. Após muito suborno, conseguiram os imigrantes obter licença para ficar com suas armas. Os alimentos lhes eram vendidos a preços de fome; os famintos godos davam 10 libras de prata ou um escravo por um pedaço de carne ou pão. Eles se viram finalmente forçados a vender os filhos como escravos para escapar à fome.[9] Quando deram demonstrações de revolta, o general romano convidou para um banquete o chefe deles, Fritigern, com o fim de matá-lo. Fritigern conseguiu fugir e reunir os desesperados godos para a guerra. Valêncio veio incontinenti do leste e atacou os godos nas planícies de Adrianópolis com uma força inferior, firmada, em sua maioria, de bárbaros a serviço de Roma (378). O resultado, segundo as palavras de Amiano, foi "a derrota mais desastrosa que os romanos haviam sofrido desde Canes", 598 anos antes.[10] A cavalaria goda sobrepujou a infantaria romana. A estratégia e a tática da cavalaria predominaram, desde aquele dia até ao século XIV, na arte da guerra já então em declínio. Pereceram dois terços do exército romano. O próprio Valêncio ficou gravemente ferido. Os godos incendiaram a cabana em que ele se abrigara. O imperador e seus servos morreram queimados. A horda vitoriosa marchou contra Constantinopla, não conseguindo, porém, romper as defesas organizadas por Domínica, a viúva de Valêncio. Os visigodos, aos quais já se haviam juntado os ostrogodos e hunos que tinham atravessado o Danúbio então desprotegido, devastaram livremente os Bálcãs desde o mar Negro até às bordas da Itália.

II. OS IMPERADORES SALVADORES: 364 - 408

O Império não deixou de produzir, naquela crise, hábeis governantes. Com a morte de Joviano, o exército e o Senado passaram o poder para Valentiniano, rude soldado que fazia lembrar Vespasiano. Ele nomeou, com o consentimento do Senado, para imperador do Oriente seu irmão mais moço, Valêncio, escolhendo para si o Ocidente, que parecia a região mais perigosa. Fortificou novamente as fronteiras da Itália e da Gália, fortaleceu o exército, imprimindo-lhe disciplina, e novamente rechaçou os germanos para além do Reno. Decretou, de sua capital, em Milão, uma lei proibindo o infanticídio, fundou colégios, ampliou o estudo da medicina em Roma, reduziu os impostos, reformou a moeda que se achava aviltada, reprimiu a corrupção política e proclamou para todos a liberdade de culto. Valentiniano tinha seus defeitos e fraquezas; às vezes demonstrava fria crueldade para com inimigos e — se dermos crédito ao que nos diz o historiador Sócrates — legalizou a bigamia para justificar seu casamento com Justina,[11] cuja beleza lhe fora generosamente descrita pela esposa. No entanto, sua morte prematura foi uma tragédia para Roma (375). Seu filho, Graciano, sucedeu-lhe no poder, no Ocidente, seguiu-lhe o exemplo durante um ou dois anos, depois se entregou aos divertimentos e à caça, deixando o governo nas mãos de funcionários corruptos, os quais puseram em leilão todos os cargos públicos e a própria justiça. O general Máximo derrubou-o do poder e invadiu a Itália em um esforço para eliminar Valentiniano II, meio irmão e sucessor de Graciano, mas o novo imperador do Oriente, Teodósio I, o Grande, marchou para o Ocidente, derrotou o usurpador e colocou Valentiniano II no trono de Milão (388).

Teodósio era espanhol. Havia-se distinguido como general na Espanha, Britânia e Trácia. Persuadira os vitoriosos godos a juntar-se a seu exército em vez de lutarem contra ele. Havia governado as províncias orientais com sabedoria, mas sem tolerância. Metade do mundo olhava com respeito para aquela figura bonita e majestosa, fácil de se irritar e também pronta para perdoar; era um legislador humano e, ao mesmo tempo, um teólogo ortodoxo. Certa vez em que passava o inverno em Milão, ocorreu em Tessalônica um distúrbio característico daqueles tempos. Botérico, o governador imperial daquela região, havia prendido, por imoralidade, um cocheiro muito popular entre os cidadãos. O povo exigiu sua libertação; Botérico recusou-se a atender à exigência. A multidão dominou a guarnição, linchou-o, juntamente com seus auxiliares, e desfilou pelas ruas exibindo vários membros de seus corpos como emblemas da vitória. A notícia da revolta enfureceu Teodósio, o qual expediu ordens secretas para que se punisse toda a população de Tessalônica. O povo foi convidado para assistir aos jogos no hipódromo. Soldados, que ali se achavam escondidos, atacaram-no, massacrando sete mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças (390).[12] Teodósio havia expedido uma segunda ordem atenuando a primeira, mas a ordem chegou tarde.

O mundo romano revoltou-se contra aquela represália selvagem, e Ambrósio, que dirigia com estóico espírito cristão a diocese de Milão, escreveu ao imperador dizendo que ele, bispo, não podia mais celebrar missa em sua presença enquanto Teodósio não expiasse perante o povo o crime que cometera. Conquanto intimamente sentisse remorsos, o imperador relutava em desprestigiar seu cargo com uma humilhação em público. Tentou ir à catedral, mas o próprio Ambrósio vedou-lhe a entrada. Após várias semanas de esforços inúteis, Teodósio cedeu às exigências do bispo, despiu-se

de todas as insígnias imperiais, entrou na catedral como um humilde penitente e pediu aos céus perdão pelos seus pecados (390). Isto foi um triunfo histórico da Igreja na guerra que travava com o Estado.

Quando Teodósio voltou para Constantinopla, Valentiniano II, rapaz de 20 anos, demonstrou-se inepto para os problemas que o assediavam. Seus auxiliares o enganaram e apoderaram-se do governo; o chefe de sua milícia, Arbogasto, um franco pagão, assumiu a direção do governo na Gália. Quando Valentiniano chegou a Vienne (na Gália) para restabelecer sua soberania, foi assassinado (392). Inaugurando uma longa série de bárbaros fazedores de reis, Arbogasto colocou no trono do Ocidente Eugênio, um erudito complacente e maleável. Eugênio era cristão, porém mantinha relações tão íntimas com os partidos pagãos da Itália, que Ambrósio receou viesse ele a tornar-se outro Juliano. Teodósio marchou novamente para o Ocidente a fim de restaurar ali seus direitos e a ortodoxia. Seguiu com um exército composto de godos, alanos, caucasianos, iberos e hunos. Entre seus generais achavam-se o godo Gainas, que haveria de apoderar-se de Constantinopla, o vândalo Estilicão, que haveria de defender Roma, e o godo Alarico, que se encarregaria de saquear esta última cidade. Arbogasto e Eugênio foram derrotados em uma batalha que durou dois dias, nas imediações de Aquiléia. Eugênio foi entregue ao inimigo por seus próprios soldados, tendo sido assassinado; Arbogasto suicidou-se. Teodósio nomeou Honório, seu filho de 11 anos, imperador do Ocidente, e seu filho Arcádio, de 18 anos, co-imperador do Oriente. Esgotado pelas campanhas, morreu em Milão (395), com idade de 50 anos. Novamente dividiu-se o Império, que ele sempre se esforçara por unificar, e que, a não ser sob o curto governo de Justiniano, jamais haveria de unificar-se outra vez.

Os filhos de Teodósio eram de temperamento fraco. Conquanto a moral deles fosse tão boa quanto suas intenções, não eram pilotos para dirigir o barco em uma tormenta. Logo perderam o controle da administração e da política, entregando-o a seus ministros: no Oriente, ao corrupto e avarento Rufino; no Ocidente, a Estilicão, um homem capaz, mas sem escrúpulos. Esse nobre vândalo arranjou em 398 o casamento de sua filha Maria com Honório, esperando ser não só avô como também sogro de um imperador. Honório, porém, demonstrou ser tão despido de amor como de inteligência. Passava o tempo cuidando carinhosamente de suas aves, e Maria morreu virgem depois de ter sido sua esposa durante 10 anos.[13]

Teodósio manteve-se em paz com os godos, empregando-os na guerra e pagando-lhes um subsídio anual como aliados. Seu sucessor recusou-se a continuar pagando o subsídio, e Estilicão dispensou então os soldados godos. Esses guerreiros, então inativos, outra coisa não desejavam senão dinheiro e aventuras, o que lhes foi dado por Alarico, seu novo chefe, cuja habilidade na guerra e diplomacia sobrepujava a dos próprios romanos. Por que, perguntara a seus partidários, haveriam os altivos e fortes godos de sujeitar-se a ser simples serviçais de romanos ou gregos impotentes, quando, com sua coragem e armas, poderiam arrancar daquele Império decadente um reino para si mesmos? No próprio ano da morte de Teodósio, Alarico conduziu quase toda aquela massa de godos da Trácia para a Grécia, atravessou livremente o desfiladeiro das Termópilas, massacrou no caminho todos os homens em idade militar, arrebanhou as mulheres para escravas, devastou o Peloponeso, destruiu o templo de Deméter em Elêusis e somente poupou Atenas mediante um resgate que absorveu a maior parte da riqueza móvel da cidade (396). Estilicão correu em auxílio da cidade, mas já era demasiado tarde. Conseguiu, com hábil manobra, colocar os godos em

uma posição indefensável, porém suspendeu as hostilidades quando uma revolução na África obrigou-o a voltar novamente para o Ocidente. Alarico assinou uma aliança com Arcádio, o qual permitiu que os godos se estabelecessem no Epiro. O Império ficou em paz durante quatro anos.

Foi durante aqueles anos que Sinésio, de Cirene, um bispo meio cristão e meio filósofo pagão, em discurso feito perante a luxuosa corte de Arcádio, em Constantinopla, descreveu com clareza e vigor as alternativas que se ofereciam para a Grécia e Roma. Como poderia sobreviver o Império se seus cidadãos continuavam a esquivar-se ao serviço militar e a confiar sua defesa a mercenários recrutados das próprias nações que o ameaçavam? Propôs se terminasse com aquela vida luxuosa e cômoda e se recrutassem todos os cidadãos, constituindo com eles um exército para lutar pela sua pátria e liberdade. Pediu a Arcádio e Honório que eliminassem do Império as insolentes hostes dos bárbaros, repelindo-as para seus covis do outro lado do Mar Negro, Danúbio e Reno. A corte aplaudiu as palavras de Sinésio como se se tratasse apenas de um brilhante discurso, e mergulhou novamente em sua vida de prazeres.[14] Entrementes, Alarico obrigou os armeiros do Epiro a fazerem para os godos um completo sortimento de lanças, espadas, capacetes e escudos.

Em 401 ele invadiu a Itália, saqueando todas as cidades por onde passava. Milhares de refugiados correram para Milão, fugindo depois para Roma. Os lavradores abrigaram-se nas cidades fortificadas. Os ricos juntaram os bens que puderam e procuraram alcançar a Córsega, Sardenha e Sicília. Estilicão arrebanhou as guarnições das províncias a fim de formar um exército capaz de conter a invasão dos godos. E na manhã da Páscoa de 402, em Pollentia (Pollenza), atacou os godos, que haviam interrompido as pilhagens para fazer suas orações. A batalha não foi decisiva. Alarico retirou-se em direção a Roma, então desprotegida. Honório o persuadiu a deixar a Itália, porém à custa de suborno.

Esse tímido imperador, ao aproximar-se Alarico de Milão, pensou em transferir a capital para a Gália. Procurou descobrir um lugar mais seguro, encontrando-o em Ravena, cujos pântanos e lagoas a tornavam inacessível por terra. Seus bancos de areia tornavam-na também inacessível por mar. A nova capital tremeu também quando o bárbaro Radagásio conduziu uma hoste de 200.000 alanos, quados, ostrogodos e vândalos através dos Alpes, e atacou a próspera cidade de Florentia (Florença). Mais uma vez, Estilicão deu provas de sua capacidade como general. Derrotou aquela horda heterogênea com um exército relativamente pequeno e levou Radagásio acorrentado à presença de Honório. A Itália respirou novamente e a corte imperial de patrícios, princesas, bispos, eunucos e generais recomeçou sua vida de prazeres, corrupção e intrigas.

Olímpio, o chanceler, tinha inveja de Estilicão, em quem também não confiava. Suspeitava de conivência entre o grande general e Alarico, para justificar as retiradas deste último, e julgava perceber no primeiro a simpatia bem dissimulada de um germano para com os invasores germânicos. Protestou contra os subornos que, por instigação de Estilicão, haviam sido pagos ou prometidos a Alarico. Honório recusou-se a depor do cargo o homem que, durante 23 anos, havia conduzido os exércitos romanos à vitória e salvo o Ocidente; quando, porém, Olímpio o convenceu de que Estilicão estava conspirando para colocar o filho no trono, o tímido governante concordou em decretar a morte do general. Olímpio mandou imediatamente um esquadrão de soldados executar a ordem. Os amigos de Estilicão quiseram opor resistência àquela de-

cisão, mas ele os proibiu de assumir tal atitude, e ofereceu o pescoço à espada (408).

Alguns meses mais tarde Alarico tornava a entrar na Itália.

III. O CENÁRIO ITALIANO

O Império Romano do Ocidente, em fins do século IV, apresentava um quadro muito complexo de recuperação e declínio, de esterilidade e atividades literárias, de pompa política e decadência militar. A Gália prosperava e ameaçava a liderança italiana em todos os setores. O Império tinha aproximadamente 70.000.000 de habitantes, dos quais 20.000.000 ou mais eram gauleses. Talvez o número de italianos não chegasse a seis milhões.[15] Os restantes eram, em sua maioria, orientais que falavam grego. A própria Roma havia sido uma cidade etnicamente oriental desde o ano 100 da era cristã. Ela vivera outrora do Oriente, do mesmo modo que a Europa moderna viveu de suas conquistas e colônias até meados do século XX; as legiões canalizavam os produtos e os preciosos metais de uma dezena de províncias para as mansões e cofres dos vencedores. Terminara depois a conquista e começara a retirada. A Itália foi obrigada a depender de seus próprios recursos humanos e materiais, os quais haviam ficado perigosamente reduzidos pela limitação da natalidade, pela fome, epidemias, impostos, gastos e guerras. A indústria jamais havia progredido naquela península parasitária. Agora que estava perdendo os mercados no Oriente e na Gália, não poderia mais manter a população urbana, a qual, até então, além dos subsídios que recebia, vivia de trabalhos caseiros e empregos. Os colégios ou associações sofriam por não poder vender os votos em uma monarquia, onde a votação era coisa rara. O comércio interno caiu, e os assaltos nas estradas foram tomando vulto. As estradas, que, em outros tempos, haviam sido notáveis, foram-se arruinando por falta de reparos, conquanto ainda fossem melhores que as de muitos países antes do século XIX.

A classe média havia sido o baluarte da vida municipal na Itália; via-se agora enfraquecida pelo declínio econômico e exploração do fisco. Todos os proprietários arcavam com impostos cada vez maiores para sustentar uma burocracia que aumentava cada vez mais, e cuja principal função era cobrar-lhes tributos. Os críticos queixavam-se, dizendo que "o número dos que viviam à custa dos fundos públicos era maior do que o dos contribuintes".[16] A corrupção absorvia grande parte dos impostos pagos; centenas e centenas de leis procuraram desencorajar, descobrir ou punir a malversação das rendas ou propriedades do governo. Muitos coletores tributavam a mais os pobres e guardavam para si o excedente; por outro lado, podiam assim tributar os ricos com consideração.[17] Os imperadores esforçavam-se por que a taxação fosse feita com honestidade. Valentiniano I nomeou para cada localidade um Defensor da Cidade que protegesse os cidadãos contra as chicanas dos *susceptores*. Mais tarde Honório perdoou os impostos das cidades que se achavam em dificuldades financeiras. Contudo, se dermos crédito a Salviano, muitos cidadãos fugiram para além da fronteira a fim de viver sob o reinado dos reis búlgaros, os quais não haviam ainda aprendido toda a arte da tributação. "Os agentes do tesouro pareciam mais terríveis que o inimigo."[18] As condições reinantes naquela época enfraqueciam o estímulo para a constituição da família, e a população começou a decrescer. Milhares de acres de terra ficaram abandonados, criando-se um vazio econômico que, juntamente com a riqueza que ainda

restava nas cidades, constituía verdadeira isca para os bárbaros famintos de terra. Muitos aldeões proprietários, impossibilitados de pagar os impostos ou de defender suas terras contra a invasão ou o roubo, entregavam-nas aos proprietários mais ricos ou mais fortes, e tornavam-se seus colonos (*coloni*) ou lavradores; comprometiam-se a dar a seu novo amo uma parte de seus produtos, trabalho e tempo em troca da garantia de sua subsistência e de sua proteção na paz e na guerra. E assim a Itália, que jamais iria conhecer o feudalismo total, viu-se entre as primeiras nações que prepararam seus alicerces. Processo semelhante começou também a esboçar-se no Egito, África e Gália.

A escravidão começou a declinar vagarosamente. Em uma civilização bem desenvolvida nada pode igualar os salários ou lucros do homem livre como estímulo econômico. O trabalho escravo somente compensara enquanto os escravos haviam sido abundantes e baratos. O custo deles subira desde o tempo em que as legiões haviam cessado de trazer para a metrópole os frutos humanos de suas vitórias. Os escravos podiam fugir facilmente, agora que o governo havia enfraquecido. Além disso, tinha-se que cuidar deles quando adoeciam ou ficavam velhos. Como o custo dos escravos ia-se tornando cada vez mais alto, seus donos começaram a proteger a inversão de seus capitais neles, tratando-os com mais consideração. Contudo, o dono ainda tinha, dentro de certos limites, o poder de vida e morte sobre seus escravos,[19] podia recorrer à lei para recapturar os que fugiam e manter, à vontade, relações sexuais com quaisquer deles, fossem homens ou mulheres, conforme lhes ditasse a fantasia. Paulino de Pela elogiou-se a si mesmo pela pureza que observara em sua mocidade, quando "refreara seus desejos... jamais aceitara o amor de uma mulher livre... e contentara-se com o amor das escravas de sua casa".[20]

A maioria dos ricos vivia em suas propriedades campestres, evitando dessa maneira o tumulto e a canalha das cidades. Todavia, a maior parte da riqueza da Itália era canalizada para Roma. A grande cidade já não era mais capital, raramente via um imperador, porém continuava a ser o centro social e intelectual do Ocidente. Era lá que se encontrava a nata da aristocracia italiana, não uma casta como antigamente, porém recrutada periodicamente pelos imperadores no círculo dos proprietários de terras. Conquanto o Senado tivesse perdido o prestígio e muito de sua força, os senadores levavam, no entanto, uma vida cheia de esplendores e ostentação. Ocupavam, com competência, importantes cargos administrativos e custeavam os divertimentos públicos com seus recursos particulares. Suas casas tinham grande número de empregados e eram ricamente atapetadas; um tapete custava $400.000.[21] As cartas de Símaco e Sidônio e os poemas de Claudiano revelam uma feição mais agradável daquela vida principesca, que eram as atividades sociais e culturais, a lealdade no serviço do Estado, a amizade cordial entre os homens, a fidelidade dos cônjuges e a candura do amor paterno.

Um sacerdote de Marselha, do século V, pintou um quadro menos atraente das condições existentes na Itália e na Gália. O livro de Salviano — *Sobre o Governo Divino (ca.* 450) versou sobre o mesmo problema, do qual se originou a *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, e a *História Contra os Pagãos*, de Orósio — como poderiam os males das invasões dos bárbaros reconciliar-se com a Providência Divina? Aqueles sofrimentos, respondeu Salviano, eram o justo castigo pelas extorsões, corrupção política e degradação moral do mundo romano. Não se encontrava nos bárbaros aquela cruel pressão dos ricos sobre os pobres, assegura-nos ele; o coração dos

bárbaros era mais sensível do que o dos romanos; se os pobres pudessem dispor de veículos, emigrariam em massa para ir viver sob o domínio dos bárbaros.[22] Ricos e pobres, pagãos e cristãos, no Império, estão mergulhados em uma imoralidade jamais conhecida em toda a História, diz nosso moralista; o adultério e a embriaguez são vícios da moda, a virtude e a temperança constituem alvo dos gracejos, o nome de Cristo tornou-se uma expressão profana entre os que o chamam de Deus.[23] Contrastavam com tudo isso, diz o nosso segundo Tácito, a saúde, o vigor e a bravura dos germanos, a piedade simples de seu cristianismo, o brando tratamento que dispensavam aos romanos vencidos, a lealdade que existia entre eles, sua continência pré-marital e a fidelidade conjugal. O chefe vândalo Genserico, ao tomar a Cartago cristã, ficou admirado de encontrar um bordel em quase todas as ruas da cidade; fechou-os e fez com que as prostitutas escolhessem entre o casamento e a expulsão. O mundo romano está degenerando fisicamente, perdeu todo o seu valor moral, e está confiando sua defesa a estrangeiros mercenários. Por que tais covardes deveriam sobreviver? O Império Romano, conclui Salviano, "ou está morto ou está prestes a morrer", mesmo no apogeu de sua magnificência e divertimentos. *Moritur et ridet* — ri e morre.[24]

É um quadro tétrico, certamente muito exagerado; nem sempre se encontra a verdade nas palavras eloqüentes. Sem dúvida, naquele tempo, assim como hoje, a virtude vivia recatadamente e cedia o primeiro plano do cenário ao vício, às desgraças, à política e aos crimes. Agostinho descreve um quadro quase negro para fins assim também moralizadores; queixa-se de que as igrejas ficavam desertas pela concorrência que faziam as dançarinas, as quais exibiam nos teatros seus encantos íntimos.[25] Ainda se assistia às matanças de condenados e cativos nos espetáculos públicos. Podemos avaliar a crueldade de tais espetáculos pelo que escreveu Símaco, o ter ele despendido $900.000 em um dia de festas, e que os 29 gladiadores saxões, que haviam sido escolhidos para lutar na arena, tinham-no ludibriado estrangulando-se uns aos outros em um suicídio em massa antes de começarem os jogos.[26] Na Roma do século IV havia 175 dias feriados durante o ano; 10 se destinavam às lutas dos gladiadores, 64 aos de trabalhos de circo, e os restantes aos espetáculos teatrais.[27] Os bárbaros aproveitaram-se da situação reinante para atacar Cartago, Antioquia e Trier (Trèves). Fizeram-no enquanto o povo se achava absorvido nos anfiteatros e nos circos.[28] No ano 404, o programa em que figuravam os gladiadores comemorava em Roma a dúbia vitória de Estilicão em Pollentia. O sangue havia começado a correr, quando Telêmaco, um monge oriental, saltou para a arena e pediu que cessassem os combates. Enfurecidos, os espectadores mataram-no a pedradas. Impressionado pelo que vira, o Imperador Honório expediu um edito abolindo as lutas de gladiadores. (Baseamo-nos aqui tão somente na *História Eclesiástica* [V, 20], de Teodoreto, de Antioquia; talvez o episódio não passe de simples fantasia religiosa.) As corridas, no circo, continuaram até o ano de 549, quando terminaram devido à exaustão da riqueza da cidade nas guerras contra os godos.

Quanto à cultura, jamais Roma conhecera uma época tão ativa desde os tempos de Plínio e Tácito. A música estava muito em voga. Amiano[29] queixava-se de que ela suplantara a filosofia e "transformara as bibliotecas em túmulos"; descreve gigantescos órgãos hidráulicos e liras do tamanho de carros. Havia numerosas escolas; todos tinham oportunidade de desenvolver suas capacidades,[30] diz Símaco. As "universidades" dos professores, financiadas pelo Estado, ensinavam gramática, retórica, literatura e filosofia aos estudantes que para ali vinham de todas as províncias ocidentais,

enquanto os bárbaros pacientemente estudavam a arte da guerra. Toda civilização é fruto da árvore do barbarismo, fruto esse que cai a grande distância do tronco.

Um grego-sírio, Amiano Marcelino, de Antioquia, belo homem de nobre estirpe, chegara àquela cidade de um milhão de almas, por volta do ano 365. Tinha sido soldado de Ursicino, na Mesopotâmia, e participara ativamente das guerras de Constâncio, Juliano e Joviano. Escrevera todas as experiências que tivera na vida. Quando o Oriente entrou em paz, retirou-se para Roma, e tomou a si a tarefa de completar os trabalhos de Lívio e Tácito, escrevendo a história do Império, desde Nerva até Valêncio. Escrevia um latim difícil e confuso. Havia lido muito as obras de Tácito e falara o idioma grego durante muito tempo. Francamente pagão e admirador de Juliano, escarnecia do luxo dos bispos de Roma; no entanto, era geralmente imparcial, elogiava muitos aspectos do cristianismo e condenava as restrições que Juliano impunha à liberdade acadêmica como uma falta que "devia ser dominada pelo silêncio eterno".[31] Era homem preparado, tanto quanto um soldado podia sê-lo. Acreditava em demônios e teurgia, e citava a favor das profecias o arquicensor Cícero.[32] Em todos os aspectos, porém, era justo para com todos os homens e facções. "Não há eloqüência capciosa em minha história, mas tão-somente a realidade dos fatos."[33] Odiava a opressão, as extravagâncias e a ostentação, e as criticava sempre que as via. Foi o último dos historiadores clássicos. Depois dele apareceram no mundo latino apenas cronistas.

Naquela mesma Roma, cujos costumes Amiano achava extravagantes e corruptos, Macróbio encontrou uma sociedade de homens que aliavam a cortesia, cultura e filantropia à fortuna. Ele era acima de tudo um erudito, amante dos livros e da vida tranqüila. Encontramo-lo, porém, em 399, servindo como *vicarius* ou legado imperial, na Espanha. Seus comentários sobre o *Sonho de Cipião*, de Cícero, tornaram-no o veículo popular do misticismo e filosofia do neoplatonismo. Sua obra-prima, citada por quase todos os historiadores destes últimos 1.500 anos, foi a *Saturnália* ou *Festa de Saturno*, "curiosidades literárias", em cujo trabalho o autor reuniu os frutos heterogêneos dos dias e noites que passara lendo e estudando. Plagiou os trabalhos de Aulo Gélio, dando-lhes, porém, melhor feição na forma de um diálogo imaginário entre homens verdadeiros, tais como Pretextato, Símaco, Flaviano, Sérvio e outros, os quais se reuniram para celebrar os três dias de festas da Saturnália, em meio a bons vinhos e finas iguarias. Fazem perguntas a Disário, um médico: "Uma dieta simples é melhor do que uma dieta variada? — Por que as mulheres raramente se embriagam, e os homens regularmente o fazem? — A natureza das mulheres é mais fria ou mais quente que a dos homens?" Há um discurso sobre o calendário, uma longa análise do vocabulário, gramática, estilo, filosofia e plágios de Virgílio, uma coleção de anedotas de todos os tempos, um tratado sobre magníficos banquetes e iguarias raras. Aqueles eruditos divertem-se à noite com perguntas mais leves. — Por que nos coramos de vergonha e empalidecemos de medo? — Por que a calvície começa no alto da cabeça? — O que apareceu primeiro, o ovo ou a galinha? (*Ovumne primus fuerit an gallina?*)[34] Encontram-se nesse seu trabalho algumas passagens nobres, como, por exemplo, quando Pretextato fala sobre a escravidão:

> Não avalio os homens por sua posição, mas por suas maneiras e moral; estas vêm do coração, aquela, de uma oportunidade... Deveis procurar vossos amigos, Evangelo, não somente no Foro ou no Senado, mas também em vossa própria casa. Tratai com gentileza e bondade vosso escravo. Deixai-o participar de vossa conversação e, uma vez ou outra, até mesmo de vossas reuniões íntimas. Ao afas-

tarem o orgulho do amo e a vergonha do escravo, nossos antepassados chamaram o primeiro de *pater familias* e o segundo, de *familiaris* (isto é, um da família). Veríeis assim que encontraríeis em vossos escravos o respeito e não o temor.[35]

Foi um círculo como esse que, lá pelo ano de 394, acolheu em seu seio um poeta que estava fadado a entoar o canto de cisne das magnificências de Roma. Cláudio Claudiano, da mesma maneira que Amiano, nasceu no Oriente e falava grego como sendo sua língua materna, mas devia ter aprendido latim nos primeiros tempos, pois o escrevia fluentemente. Após curta estada em Roma, seguiu para Milão, conseguiu um lugar junto aos oficiais de Estilicão, tornou-se poeta laureado do Imperador Honório, porém não oficialmente, e casou-se com uma mulher nobre e rica; Claudiano não perdia de vista as boas oportunidades, não era sua intenção morrer pobre. Distinguiu Estilicão com melodiosos panegíricos, atacando fortemente, em seus poemas, os rivais dele. Voltou para Roma em 400, e foi muito aclamado quando, em um poema, *O Consulado de Estilicão*, fez para a Cidade Eterna um panegírico digno do próprio Virgílio:

Cônsul do mesmo nível dos deuses, protetor de uma cidade que é a maior que a terra encerra, e que é de uma extensão incomensurável e de beleza indescritível, intraduzível. Ela ergue a cabeça dourada para o céu estrelado e, com suas sete colinas imita as sete regiões celestes. Mãe das armas e da lei, estende seu domínio sobre toda a terra e foi o primeiro berço da justiça. É esta a cidade que, partindo de uma origem humilde, foi-se espalhando para ambos os pólos e que, de um pequeno lugar, estendeu por toda a parte sua força, igualando-a à própria luz do sol... Somente ela foi quem acolheu em seu seio o vencido e, à semelhança de uma mãe e não de uma imperatriz, protegeu a raça humana, dando-lhe um nome comum, chamando aqueles, aos quais derrotara, para que viessem participar de sua cidadania, e unindo com laços de afeição raças de terras distantes. Ao seu governo de paz devemos este mundo, que é nossa terra, onde podemos viver a nossa maneira e onde é um prazer visitar Tule e suas florestas outrora tão temidas; graças ao seu governo é que todos nós podemos beber das águas do Reno e das correntes de Orontes. Graças a ele somos todos nós um só povo.[36]

Em sinal de gratidão, o Senado ergueu uma estátua a Cláudio no Foro de Trajano "como sendo o mais brilhante dos poetas", que havia unido a graça de Virgílio à força de Homero. Depois de compor muitos versos sobre assuntos compensadores, Cláudio escreveu *O Rapto de Prosérpina,* narrando essa antiga história com cenas marítimas e terrestres, e empregando doces expressões que fazem lembrar os romances de amor dos gregos daqueles tempos. Em 408 recebeu notícias de que Estilicão havia sido morto e de que estavam prendendo e executando muitos dos amigos do general. Não se conhece o resto de sua história.

Sobrevivem muitas minorias pagãs em Roma, assim como em Atenas e Alexandria. No fim do século IV encontravam-se ainda de pé 700 templos pagãos.[37] Parece que Joviano e Valentiniano I não haviam fechado os templos que tinham sido abertos por Juliano. Os sacerdotes romanos ainda (394) se reuniam em seus sacros colégios, celebravam a Lupercália com seus antigos ritos meio selvagens e, de vez em quando, ressoava na Via Sacra o mugido dos bois que eram conduzidos para o sacrifício.

O mais respeitado dos pagãos de Roma daqueles últimos dias era Vécio Pretextato, líder da minoria pagã do Senado. Todos os homens lhe reconheciam a virtude — integridade, saber, patriotismo e a vida familiar exemplar que levava. Alguns o comparavam ao velho Catão e a Cincinato. O tempo lembra-nos melhor o seu amigo Símaco (345-410), cujas cartas descrevem primorosamente aquela encantadora aristocracia que se julgava imortal até mesmo às vésperas da morte. Até sua família parecia imortal: o avô havia sido cônsul em 330; o pai, prefeito em 364; ele próprio fora prefeito em 384, e cônsul em 391. O filho foi pretor, o neto haveria de ser cônsul em 446, o bisneto seria também cônsul em 485, o mesmo acontecendo em 552 a dois tataranetos. Sua fortuna era imensa. Possuía três vilas nas proximidades de Roma, sete outras no Lácio, cinco na baía de Nápoles, outras pela Itália, de maneira que "ele podia viajar por toda a península e, em toda parte, estaria sempre como se estivesse em casa".[38] Não se sabe de alguém que se tivesse queixado de sua fortuna, pois ele a gastava com generosidade e a resgatava, com uma vida de estudos, de serviços públicos, de moral impecável, e praticando sempre ações de inapreciável filantropia. Tinha amigos fiéis tanto entre os cristãos como entre os pagãos, bárbaros e romanos. Talvez ele mesmo fosse mais pagão do que patriota. Suspeitava talvez de que a cultura que ele representava e da qual usufruía estava ligada de maneira indissolúvel à religião antiga, e que uma não podia viver sem a outra. Pela observância dos antigos ritos, o cidadão haveria de julgar-se um elo de uma cadeia de maravilhosa continuidade, desde Rômulo até Valentiniano, e aprendera a amar uma cidade e civilização criadas no decorrer de mil anos. Não foi sem razão que seus concidadãos escolheram Quinto Aurélio Símaco para seu representante em sua última luta dramática em prol de seus deuses.

Em 380, o Imperador Graciano, tomado de apaixonada ortodoxia a que o levara a eloqüência de Ambrósio, proclamou o Credo de Nicéia obrigatório "para todos os povos sujeitos aos governos de nossa clemência" e tachou de "loucos e insanos" os adeptos de outras religiões.[39] Ordenou, em 382, que o tesouro imperial ou municipal cessasse de pagar as despesas com as cerimônias pagãs e virgens vestais ou sacerdotes, confiscou todas as terras pertencentes aos templos e colégios sacerdotais e ordenou a seus agentes que removessem do edifício do Senado, em Roma, a estátua da deusa Vitória, a qual havia sido colocada ali por Augusto no ano 29 a. C., e diante da qual doze gerações de senadores haviam prestado juramento de fidelidade ao imperador. O Senado nomeou uma delegação chefiada por Símaco para tratar do caso da deusa Vitória junto a Graciano. Este recusou-se a recebê-la, e ordenou que Símaco fosse expulso de Roma (382). Graciano foi assassinado em 383 e o Senado, de novo esperançado, enviou outra delegação a seu sucessor. A oração de Símaco defendendo a causa perante Valentiniano II foi aclamada como obra-prima de eloqüência. Não era aconselhável, argumentara ele, terminar assim tão bruscamente com práticas religiosas que, durante um milênio, estiveram relacionadas com a estabilidade da ordem social e o prestígio do Estado. Afinal de contas, "que importa a maneira pela qual cada um procura a verdade? Não é por um só trilho que os homens chegam à compreensão de tão grande mistério." (*Uno itinere non potest perveniri ad tam grande secretum.*)[40]

Sua oração impressionou o jovem Valentiniano. Diz-nos Ambrósio que os próprios cristãos do conselho imperial opinaram pela restauração da estátua da deusa Vitória. No entanto, Ambrósio que havia estado ausente, pois achava-se em missão diplomática a serviço do Estado, anulou a decisão do conselho com uma enérgica carta

endereçada ao imperador. Analisou todos os argumentos de Símaco, aos quais opôs os seus com denodado calor. De fato, ameaçou excomungar o governante se atendesse àquele pedido. "Vós podereis entrar nas igrejas, mas não ireis encontrar sacerdote algum para receber-vos, ou ireis então encontrar algum que proibirá a vossa entrada."[41] Valentiniano negou o pedido do Senado.

Os pagãos da Itália fizeram um último esforço em 393, arriscando tudo em uma revolução. Eugênio, o imperador meio pagão, o qual não havia sido reconhecido por Teodósio, restaurou a estátua da deusa Vitória e declarou que, depois de derrotar Teodósio, iria alojar seus cavalos nas igrejas cristãs, esperando, com isso, alistar em seu exército os pagãos do Ocidente. Nicômaco Flaviano, genro de Símaco, conduziu um exército para apoiar Eugênio. Como ele, foi também derrotado. Suicidou-se. Teodósio entrou com as suas tropas em Roma e obrigou o Senado a decretar a abolição do paganismo em todas as suas formas (394). Quando Alarico saqueou Roma, os pagãos viram, na humilhação da cidade que outrora havia dominado o mundo, a cólera de seus deuses abandonados. A guerra das religiões quebrou a unidade e a moral do povo, e quando a torrente da invasão os alcançou, somente a puderam enfrentar com insultos dirigidos uns aos outros, sem espírito de união em suas orações.

IV. A INVASÃO DOS BÁRBAROS

Olímpio ordenou a matança de milhares de adeptos de Estilicão, inclusive os chefes de suas legiões de bárbaros, logo em seguida ao seu assassínio. Alarico que, do outro lado dos Alpes, havia esperado por uma oportunidade, tratou de se aproveitar daquela ocasião. Queixou-se de que as quatro mil libras de ouro que os romanos lhe tinham prometido não haviam sido pagas. Em troca desse pagamento e de sua lealdade futura, ofereceu como reféns os jovens godos mais nobres. Honório recusou a oferta e ele atravessou então os Alpes com suas tropas, saqueou Aquiléia e Cremona, engrossou suas fileiras com mais 30.000 mercenários desgostosos com a matança de seus chefes e avançou pela Via Flamínia, chegando até às portas de Roma (408). Ninguém lhe opôs resistência, exceto um monge solitário, o qual o denunciou como assaltante; Alarico deixou-o estupefato quando lhe disse que fora o próprio Deus que havia ordenado a invasão. O Senado, atemorizado, viu-se colhido nas malhas do barbarismo. Suspeitaram que a viúva de Estilicão fosse cúmplice de Alarico, e condenaram-na à morte. A isso respondeu Alarico, cortando as comunicações de todas as estradas por onde pudessem entrar abastecimentos para a cidade. A população começou logo a sentir os horrores da fome; os homens se entredevoravam, as mulheres matavam os filhos para comê-los. Enviaram uma delegação a Alarico para pedir suas condições. Preveniram-no de que um milhão de romanos estavam prontos para resistir; ele escarneceu da delegação, dizendo: "quanto mais espesso o feno, tanto melhor para cortá-lo". Concordou depois em retirar-se se recebesse todo o ouro, prata e bens móveis de valor que havia na cidade. "Com o que ficaremos depois?", perguntaram os emissários. "Com vossas vidas", respondeu ele com desdém. Roma preferiu continuar a resistir, mas a fome obrigou os romanos a fazer nova proposta de rendição. Alarico aceitou cinco mil libras de ouro, 30.000 libras de prata, quatro mil túnicas de seda, três mil couros e três mil libras de pimenta.

Entrementes, incalculável número de escravos bárbaros fugiu de seus amos romanos e entrou a serviço de Alarico. Como se fosse uma compensação, Saro, um chefe

godo, abandonou Alarico e juntou-se a Honório. Levou consigo consideráveis contingentes de godos, e atacou o principal exército bárbaro. Alarico considerou esse ato uma violação da trégua que havia sido assinada, e sitiou Roma novamente. Um escravo abriu os portões da cidade e os godos entraram. Pela primeira vez em 800 anos, era a grande cidade tomada por um inimigo (410). Durante três dias saquearam a cidade, com exceção das igrejas de São Pedro e São Paulo, e pouparam também a todos os que nelas se haviam refugiado. Os hunos e escravos daquele exército de 40.000 homens não puderam ser controlados. Mataram centenas de homens ricos, violentaram suas mulheres e as eliminaram em seguida. Era quase impossível sepultar todos os cadáveres que atulhavam as ruas. Fizeram milhares de prisioneiros, entre os quais se encontrava Gala Placídia, meia-irmã de Honório. Apoderaram-se de todo o ouro e prata que conseguiram achar; fundiram obras de arte para aproveitar o precioso metal que elas continham. Obras-primas de esculturas e cerâmicas foram destruídas pelos escravos, os quais não podiam perdoar a pobreza, tampouco os trabalhos criados por todas aquelas belezas e riquezas. Alarico restabeleceu a disciplina e conduziu suas tropas para o sul, a fim de conquistar a Sicília, mas, naquele mesmo ano, apanhou uma febre maligna. Morreu em Cosença. Os escravos desviaram as águas do rio Busento a fim de lhe darem um túmulo seguro e espaçoso. Fizeram depois as águas voltar ao seu curso natural. Os godos mataram os escravos que haviam executado o trabalho para que ninguém mais descobrisse o túmulo.[42]

Ataulfo, cunhado de Alarico, foi escolhido para seu sucessor. Ele concordou em retirar o exército da Itália, sob a condição de lhe darem Placídia em casamento, e de receberem, os visigodos, como *foederati* de Roma, o sul da Gália, inclusive Narbona, Tolosa e Bordéus, a fim de que eles pudessem fazer dessa região o seu próprio reino. Honório recusou atender ao pedido de casamento, mas Placídia consentiu. O chefe godo proclamou que seu desejo não era destruir o Império Romano, porém preservá-lo e fortificá-lo. Retirou-se da Itália com seu exército e, com um misto de diplomacia e força, fundou o reino visigodo da Gália, teoricamente sujeito ao Império, fazendo de Tolosa a sua capital (414). Um ano depois era ele assassinado. Placídia, que o amava, quis permanecer viúva para sempre, mas Honório a deu em casamento ao general Constâncio. Depois da morte deste (421), e de Honório (423), Placídia tornou-se regente de Valentiniano III, seu filho, e, durante 25 anos, governou o Império do Ocidente sem desdouro para seu sexo.

Mesmo nos dias de Tácito, os vândalos constituíam uma grande e poderosa nação. Dominaram as partes central e oriental da Prússia moderna. Tinham-se deslocado para o sul e entrado na Hungria, no tempo de Constantino. Tendo seus exércitos sofrido esmagadora derrota por parte dos visigodos, os vândalos remanescentes pediram permissão a Constantino para atravessar o Danúbio e entrar no Império, permissão que lhes foi concedida. Eles se multiplicaram na Panônia. Os êxitos de Alarico incendiaram-lhes a imaginação; a retirada das legiões para além dos Alpes a fim de defender a Itália deixou-lhes abertas as portas daquela rica região do oeste, e, em 406, grandes massas de vândalos, alanos e suevos invadiam o Reno e devastavam a Gália. Saquearam Mogúncia e massacraram muitos de seus habitantes. Marcharam depois para a Bélgica, ao norte; saquearam e incendiaram a cidade imperial de Trier (Trèves). Atravessaram Reims, Amiens, Arras e Tournai, quase alcançando o canal inglês. Viraram depois para o sul, atravessaram o Sena e o Loire e entraram na Aquitânia. Desencadearam sua fúria sobre quase todas as cidades, com exceção de Tolosa, que foi heroi-

camente defendida pelo bispo Exupério. Detiveram-se nos Pireneus durante algum tempo, voltaram depois para leste e saquearam Narbona. Raríssimas vezes a Gália havia presenciado tão grande devastação.

Os vândalos, unidos aos alanos e suevos, entraram na Espanha em 409, com uma força de 100.000 homens. Ali, como na Gália e no Oriente, o domínio romano havia criado uma tributação opressiva a par de eficiente administração. A riqueza concentrava-se em imensas propriedades. Havia uma população de escravos, servos e homens livres que haviam empobrecido. Contudo, graças a sua estabilidade e leis, a Espanha figurava entre as mais prósperas províncias romanas. Mérida, Cartagena, Córdova, Sevilha e Tarragona também figuravam entre as mais ricas e mais cultas cidades do Império. Foi essa península aparentemente segura que os vândalos, suevos e alanos atacaram; durante dois anos saquearam a Espanha, desde os Pireneus até ao estreito, tendo estendido suas conquistas até mesmo pela costa africana. Não podendo defender o solo romano com as armas romanas, Honório subornou os visigodos do sudoeste da Gália a fim de que reconquistassem a Espanha para o Império. O rei deles, Wallia, realizou essa tarefa em campanhas bem planejadas (420). Os suevos retiraram-se para o noroeste da Espanha, os vândalos para Andaluzia, no sul, a qual traz ainda o seu nome. Wallia fez com que os diplomatas romanos se envergonhassem de sua fraqueza ao restaurar a Espanha para o Império.

Ainda famintos de conquista bem como de pão, os vândalos atravessaram o oceano e entraram na África (429). Se dermos crédito às palavras de Procópio[43] e Jordanes,[44] ali foram a convite do governador da África, Bonifácio, o qual desejava o auxílio deles para combater seu rival Aécio, sucessor de Estilicão. Essa história, porém, é de origem duvidosa. Seja como for, o rei vândalo era bastante capaz para executar aquele plano. Genserico era o altivo filho bastardo de um escravo, coxo, porém muito forte. Era ascético, destemido, furioso quando encolerizado, muito cruel para com os inimigos, mas um verdadeiro gênio para negociar e guerrear. Genserico chegou à África com seus 80.000 guerreiros vândalos e alanos, mulheres e crianças, aos quais se uniram os selvagens mouros que havia muito se ressentiam do domínio romano, e os hereges donatistas, que tinham sido perseguidos pelos cristãos ortodoxos e que agora acolhiam satisfeitos um novo governo. De uma população de oito milhões de almas na África do Norte romana, Bonifácio pôde reunir apenas um irrisório número de homens para reforçar seu pequeno exército regular. Tendo-lhe Genserico infligido esmagadora derrota, ele se retirou para Hipona, onde o velho Santo Agostinho incitou a população a uma heróica resistência. A cidade sustentou o cerco durante 14 meses (430-1). Genserico retirou-se então para enfrentar outra força romana, a qual sobrepujou de tal forma, que o enviado de Valentiniano foi obrigado a assinar uma trégua, reconhecendo a conquista dos vândalos na África. Genserico respeitou a trégua até pegar os romanos desprevenidos, ocasião em que invadiu a rica Cartago, conquistando-a facilmente (439). Os nobres e os sacerdotes foram despojados de suas propriedades e expulsos ou escravizados. Os vândalos apoderaram-se de todos os bens dos sacerdotes que encontraram, e não deixaram até mesmo de torturá-los para descobrir os lugares em que guardavam seus haveres.[45]

Genserico era ainda jovem. Conquanto fosse um administrador capaz que havia reformado a África de maneira a torná-la região lucrativa, sentia-se mais feliz quando empenhado em uma guerra. Construiu uma grande frota, com a qual devastou as costas da Espanha, Itália e Grécia. Ninguém podia adivinhar onde aqueles seus na-

vios carregados de cavalos iriam desfechar o golpe seguinte. Jamais houve na história romana uma pirataria tão livre quanto aquela que singrava o Mediterrâneo Ocidental. Finalmente o imperador — uma vez que Ravena e Roma viviam do comércio do trigo africano — assinou a paz com o rei bárbaro, e comprometeu-se a dar-lhe a mão de uma filha. Roma, que logo iria ser destruída, continuou com sua vida de prazeres.

Haviam decorrido 75 anos desde a ocasião em que os hunos tinham precipitado a invasão dos bárbaros ao atravessarem o Volga. O avanço deles para o oeste foi vagaroso, parecido mais com a colonização do continente norte-americano do que com a conquista feita por Alarico e Genserico. Instalaram-se gradativamente na Hungria e em suas imediações, e dominaram muitas tribos germânicas.

Rua, o rei huno, morreu por volta do ano 433, deixando o trono para os sobrinhos Bleda e Átila. Bleda foi assassinado mais ou menos em 444 (dizem que foi Átila quem o assassinou), e Átila (cujo nome em godo significa "Pequeno Pai") dominou diversas tribos ao norte do Danúbio, desde o Don até o Reno. Ignoramos se é verdade a descrição que dele faz o historiador godo Jordanes:

> Ele nasceu para abalar e aterrorizar as nações. Os boatos que circulavam a seu respeito apavoravam os homens. Tinha o porte altivo, os olhos irrequietos, o que fazia com que a força de seu espírito se refletisse nos próprios movimentos do corpo. Era, na verdade, um amante da guerra, mas sabia dominar-se. Severo em suas decisões, atendia com fidalguia os que a ele se dirigiam. Mostrava-se complacente para com os que se entregavam a sua proteção. Era de pequena estatura, encorpado e de cabeça grande. Tinha o nariz chato, as feições trigueiras, o que denotava sua origem.[46]

Átila apoiava-se mais na astúcia do que na força, e nisso se diferenciava dos demais conquistadores bárbaros. Aproveitava-se das superstições pagãs de seu povo a fim de poder dominar. Suas vitórias eram preparadas por meio de histórias exageradas que se contavam a respeito de sua crueldade, talvez veiculadas por ele mesmo. Até seus inimigos cristãos o chamavam de "flagelo de Deus", e achavam que somente os godos os podiam salvar dele, tal o horror que sua astúcia lhes infundia. Ele não sabia ler nem escrever. Isso, porém, não lhe diminuía a inteligência. Não era selvagem, tinha o senso da honra e da justiça, e provou muitas vezes ser mais magnânimo que os romanos. Vivia e trajava-se com simplicidade, comia e bebia moderadamente. Deixava o luxo para seus subalternos, os quais gostavam de exibir os utensílios de ouro e prata, os arreios e espadas, e os finos bordados que demonstravam a habilidade de suas esposas. Átila tinha muitas esposas, e ao mesmo tempo sentia repugnância pelo misto de monogamia e depravação que era moda em alguns círculos de Ravena e Roma. Seu palácio era uma gigantesca casa de madeira, de paredes lisas, revestidas de tapetes e peles para protegê-lo do frio. Sua capital era uma grande aldeia, provavelmente no mesmo local da Buda atual — cidade que até nosso século alguns húngaros chamavam de Etzelnburg, a cidade de Átila.

Era, em 444, o homem mais poderoso da Europa. Teodósio II, do Império do Oriente, e Valentiniano, do Ocidente, pagaram-lhe tributo para o manterem em paz, dando a entender a seus povos que se tratava de um pagamento por serviços prestados por um cliente real. Como se sentia capaz de levantar um exército de 500.000 homens, Átila não via razão para que não pudesse tornar-se senhor de toda a Europa e do Oriente Próximo. Em 441, seus generais e soldados atravessaram o

Danúbio, tomaram Sirmium (Sírmio), Singidunum (Belgrado), Naissus (Nish) e Sardica (Sófia), e ameaçaram a própria Constantinopla. Teodósio II lançou um exército contra ele, mas foi derrotado. O Império do Oriente apenas conseguiu a paz mediante o aumento do tributo anual de 700 para 2.100 libras de ouro. Em 447, os hunos entraram na Trácia, Tessália e Cítia (Rússia Meridional), saquearam 70 cidades e levaram consigo, como escravos, milhares de homens e mulheres. Os captores juntaram as mulheres capturadas a suas esposas, do que resultaram gerações de sangue cruzado que deixaram traços mongólicos até na Baviera, no oeste. Aquelas incursões dos hunos deixaram os Bálcãs arruinados durante quatro séculos. O Danúbio deixou de ser durante muito tempo a principal via de comércio entre o Ocidente e o Oriente, e as cidades que o margeavam entraram em decadência.

Tendo sangrado o Oriente a seu bel-prazer, Átila voltou-se para o Ocidente e encontrou uma desculpa extraordinária para a guerra. Honória, irmã de Valentiniano III, havia sido desterrada para Constantinopla por ter sido seduzida por um de seus camareiros. Procurando um meio qualquer para fugir, ela enviou um anel a Átila, apelando para seu auxílio. O sutil monarca, que tinha também senso de humor, preferiu interpretar tal gesto como proposta de casamento. Reivindicou imediatamente seus direitos sobre Honória, e metade do Império do Ocidente como dote dela. Os ministros de Valentiniano protestaram. Átila declarou então a guerra. O motivo principal, porém, era que Marciano, o novo imperador do Oriente, recusara-se a continuar o pagamento do tributo, e Valentiniano seguira-lhe também o exemplo.

Em 451, Átila avançou em direção ao Reno, saqueou e incendiou Trier (Trèves) e Metz, massacrando seus habitantes. Toda a Gália estava apavorada. O que se via não era um guerreiro civilizado como César, tampouco um invasor cristão — embora ariano — como Alarico e Genserico, mas sim um terrível e hediondo huno, o *flagellum dei,* que ali aparecia para punir indistintamente pagãos e cristãos. Naquela crise, Teodorico I, o velho rei dos visigodos, correu em auxílio do Império. Juntou-se aos romanos, sob a direção de Aécio, e os dois grandes exércitos se encontraram perto de Troyes, nos Campos Cataláunicos, onde travaram uma das mais sangrentas batalhas da História. Diz-se que nela morreram 162.000 homens, inclusive o heróico rei godo. A vitória do Ocidente não foi decisiva. Átila fez uma retirada em boa ordem e os vencedores se achavam demasiado exaustos, ou muito desunidos para irem em sua perseguição. No ano seguinte o rei huno invadia a Itália.

A primeira cidade a cair em poder de Átila foi Aquiléia. Os hunos a destruíram totalmente. Verona e Vicenza foram tratadas com mais complacência. Pavia e Milão conseguiram afastar o conquistador entregando-lhe sua riqueza móvel. O caminho de Roma ficou aberto para Átila. O exército de Aécio era demasiado pequeno para opor-lhe resistência eficaz. Átila deteve-se às margens do Rio Pó. Valentiniano III fugiu para Roma e enviou ao rei huno uma delegação composta do Papa Leão I e dos senadores. Ignora-se o resultado da conferência que tiveram. Leão I era uma imponente figura e recebeu todas as honras pela vitória que conseguira sem sangue. A História apenas registra o fato de que Átila se retirou. A peste irrompera em seu exército, os alimentos começaram a escassear, e Marciano estava enviando reforços do leste para o Ocidente (452).

Átila retirou-se com suas tropas, atravessou os Alpes e rumou para sua capital na Hungria, ameaçando voltar à Itália na próxima primavera, a menos que lhe enviassem Honória como sua noiva. Entrementes, consolou-se acrescentando ao seu harém

uma jovem chamada Hilda, a frágil criatura que serviu de motivo para os *Nibelungenlieds (O Poema dos Nibelungos)*, de Kriemhild. Celebrou o casamento empanturrando-se e embriagando-se, o que estava fora de seus hábitos. No dia seguinte, encontraram-no morto, no leito, ao lado de sua jovem esposa. Rebentara-lhe um vaso sangüíneo, e morrera sufocado com o sangue que lhe viera à garganta (453).[47] Seu reino foi dividido entre os filhos, os quais se mostraram incompetentes para preservá-lo. Viram-se logo presa da inveja. As tribos recusaram-se a prestar obediência a uma direção desorganizada. Passados poucos anos, rompia-se e desfazia-se o império que ameaçara subjugar os gregos, romanos, germanos e gauleses, e colocar o tacão da Ásia na face e no coração da Europa.

V. A QUEDA DE ROMA

Com a morte de Placídia em 450, Valentiniano III viu-se com plena liberdade para agir. Cometeu um grande erro. Assim como Olímpio persuadira Honório para que matasse Estilicão, o qual havia detido Alarico em Pollentia (Polência) também Petrônio Máximo convencera Valentiniano a matar Aécio, o qual havia barrado o caminho a Átila, em Troyes. Valentiniano não tinha filho homem e ressentia-se do fato de Aécio desejar casar um filho com sua filha Eudócia. Em um momento de desespero mandou chamá-lo e o assassinou com suas próprias mãos. "Vossa Majestade cortou a mão direita com a esquerda", disse-lhe um membro da corte. Alguns meses mais tarde, Petrônio induziu dois partidários de Aécio a que matassem Valentiniano. Ninguém se deu ao trabalho de punir os assassinos. Havia muito que se aceitara o assassínio como um meio para escolha de novo governante. Petrônio elegeu-se imperador, obrigou Eudóxia, viúva de Valentiniano, a casar-se com ele, e forçou Eudócia a receber como marido seu filho Paládio. De acordo com o que Procópio escreveu,[48] Eudóxia apelou para Genserico da mesma maneira que Honória apelara para Átila. Genserico tinha razões para atender àquele apelo: Roma era muito rica a despeito do que fizera Alarico, e o exército romano não tinha condições de defender a Itália. O rei vândalo pôs-se ao mar com uma armada invencível (455). Somente um papa desarmado, acompanhado do clero local, é que lhe foi barrar o caminho entre Óstia e Roma. Leão I não pôde, nessa ocasião, dissuadir o conquistador de levar a efeito o seu intento, mas obteve dele a promessa de que não faria massacres, torturas, tampouco incendiaria a cidade. Durante quatro dias ficou a cidade entregue ao saque; as igrejas cristãs foram poupadas, porém os tesouros que ainda restavam nos templos foram levados para os navios dos vândalos; as mesas de ouro, os candelabros de sete braços e as baixelas do Templo de Salomão, que Tito havia trazido para Roma, foram incluídos nos despojos. Apossaram-se de todos os metais preciosos, ornamentos e mobília do palácio imperial, e tudo que restava de valor nas casas dos ricos. Milhares de cativos foram levados para as galeras como escravos; separaram os homens de suas mulheres, os pais dos filhos. Genserico levou consigo para Cartago a Imperatriz Eudóxia e suas duas filhas, casou Eudócia com seu filho Hunerico e enviou a imperatriz e Placídia (a mais moça) para Constantinopla, a pedido do Imperador Leão I. Afinal, o saque de Roma não fora um vandalismo indiscriminado, processara-se de acordo com as antigas leis de guerra. Cartago vingara-se até certo ponto da crueldade dos romanos no ano 146 a. C.

A Itália era um verdadeiro caos. Meio século de invasões, fome e peste havia deixado milhares de propriedades arruinadas, milhares de acres de terra sem cultura, não por ter ficado esgotada a terra, mas por falta de braços. Santo Ambrósio (*ca.* 420) lamentou a devastação e o despovoamento de Bolonha, Módena e Piacenza; o Papa Gelásio (*ca.* 480) descreveu grandes regiões do norte da Itália quase despovoadas. A própria Roma ficara com sua população reduzida; em um século passara de 1.500.000 para umas 300.000 almas.[49] Os campos que cercavam Roma, outrora ricos de vilas e terrenos férteis, haviam sido abandonados por seus habitantes, os quais saíam em busca de segurança nas cidades fortificadas. As próprias cidades ficaram com sua superfície reduzida a uns 40 acres, medida econômica para poder cercá-las com muralhas de defesa. Em muitos casos, as muralhas foram improvisadas com os destroços dos teatros, basílicas e templos que tinham constituído outrora o esplendor da Itália. Ficara ainda alguma riqueza em Roma, mesmo depois do saque de Genserico. Ela e outras cidades italianas haveriam de levantar-se sob o domínio de Teodorico e dos lombardos, porém, em 470, o empobrecimento geral dos campos e cidades, dos senadores e proletários deprimiu o espírito daquela que fora em outros tempos uma grande raça, imprimindo-lhe um cinismo epicurista que duvidava de todos os deuses com exceção de Priapo. As pessoas viam-se tomadas de uma timidez que as fazia evitar as responsabilidades da vida e presas de uma covardia que clamava contra todas as derrotas, mas que as fazia esquivar-se das tarefas de guerra. A decadência política corria a par com o declínio econômico e biológico. Os aristocratas que estavam em condições de administrar o país não podiam governar; os homens de negócios cogitavam mais de seus lucros pessoais do que da salvação da península; os generais ganhavam mais pela força do suborno do que pela força das armas, e o funcionalismo ficara demasiado dispendioso e irremediavelmente corrupto. Aquela árvore majestosa apodrecera no tronco, e estava agora prestes a cair.

Aqueles últimos anos caracterizaram-se pelas figuras medíocres. Os godos da Gália proclamaram imperador um de seus generais, Avito (455). O Senado recusou-se a empossá-lo; nomearam-no então bispo. Majoriano (456-61) lutou bravamente para restabelecer a ordem, porém foi deposto pelo primeiro-ministro ou *patricius*, o visigodo Ricimer. Severo (461-5) foi um ineficaz instrumento de Ricimer. Antêmio (467-72) era um filósofo meio pagão, inaceitável para os cristãos do Ocidente; Ricimer prendeu-o e mandou matá-lo. Olíbrio, por graça de Ricimer, governou dois meses (472), e morreu de morte natural, o que foi uma surpresa. Glicério (473) foi logo deposto, sendo Roma governada por Júlio Nepos durante dois anos. Uma nova onda de bárbaros, constituída pelos hérulos, ciros e rugos, e outras tribos que haviam outrora reconhecido o domínio de Átila, invadiu a Itália por essa ocasião. Orestes, general panoniano, depôs Nepos e colocou no trono (475) seu filho Rômulo (apelidado Augústulo). Os novos invasores exigiram que Orestes lhes cedesse uma terça parte do território italiano. Ao recusar-se ele a atender àquela exigência, mataram-no e colocaram o general Odoacro no lugar de Rômulo (476). Odoacro, que era filho de Edecon, ministro de Átila, demonstrou ser muito hábil. Reuniu o Senado e, por meio dele, ofereceu a Zenão, o novo imperador do Oriente, o domínio sobre todo o Império, contanto que, como *patricius*, pudesse ele governar a Itália. Zenão aceitou a proposta e, com isso, pôs-se um fim à linhagem dos imperadores do Ocidente.

Ao que parece, ninguém viu nesse acontecimento a "queda de Roma"; ao contrário, afigurava-se a todos que se operara em boa hora a unificação do Império, como

se dera por ocasião do reinado de Constantino. Fora assim que o Senado romano encarara a situação, e a razão por que erigiram em Roma uma estátua a Zenão. A germanização do exército, do governo e dos camponeses italianos, e a multiplicação natural dos germanos na Itália haviam progredido tanto, que as conseqüências políticas pareciam meras alterações no cenário nacional. No entanto, Odoacro governou a Itália como rei, mostrando-se quase indiferente à soberania de Zenão. Com efeito, os germanos haviam conquistado a Itália da mesma maneira que Genserico conquistara a África, os visigodos, a Espanha, os anglo-saxões, a Britânia, e os francos, a Gália. O Ocidente já não mais pertencia ao grande Império.

As conseqüências da conquista dos bárbaros foram numerosas. Economicamente significava a volta à vida rural. Os bárbaros viviam do cultivo da terra, dos rebanhos, da caça e da guerra. Ainda não haviam aprendido as complexidades comerciais pelas quais as cidades prosperavam. Com sua vitória, deixou de existir durante sete séculos o caráter municipal da civilização ocidental. Etnicamente as imigrações trouxeram nova mistura de elementos raciais — uma substancial infusão de sangue germânico na Itália, Gália e Espanha, e de sangue asiático na Rússia, Bálcãs e Hungria. Tal mistura não revigorava misticamente as populações italianas e gaulesas. O que aconteceu foi a eliminação dos indivíduos fracos pela guerra, e outras formas de concorrência; todos se viram obrigados a desenvolver sua própria força, resistência e coragem, restabelecendo assim as qualidades viris que havia muito tinham sido suprimidas; a pobreza fez com que se modificasse o modo de vida, tornando-o mais sadio e mais simples do que o que havia sido criado pela assistência do governo e magnificência das cidades. Politicamente surgira outra forma de monarquia, a qual aumentava a autoridade do indivíduo e reduzia a força e proteção das leis, aumentando com isto o individualismo e a violência. Historicamente, a conquista destruíra a casca de um corpo que já havia apodrecido interiormente; eliminara com lamentável brutalidade um sistema de vida que, com todas as suas prendas de ordem, cultura e leis, se consumira e chegara a um estado de debilidade senil, e que havia perdido a capacidade de regeneração e desenvolvimento. Era agora possível dar início a uma nova era: o Império desaparecia no Ocidente, mas iam nascendo os Estados da Europa moderna. Mil anos antes de Cristo haviam os invasores nórdicos entrado na Itália. Subjugaram-na e misturaram-se com seus habitantes, receberam sua civilização e, juntamente com seus povos, construíram, no decorrer de oito séculos, uma nova civilização. Repetiu-se tal processo passados quatro séculos depois de Cristo; a roda da História dera uma volta completa. O começo e o fim se encontravam, mas o fim era sempre o começo.

CAPÍTULO III

O Progresso do Cristianismo

364 — 451

A MÃE de criação da nova civilização era a Igreja. À medida que a antiga ordem ia desaparecendo na corrupção, covardia e indiferença, surgia um exército de eclesiásticos que iria defender com energia e eficiência uma estabilidade regenerada e os bons costumes. A função histórica do cristianismo foi restabelecer a base moral do caráter e da sociedade por meio de sanções sobrenaturais e apoio aos preceitos de ordem social e infundir nos rudes bárbaros, por meio de um credo imbuído de milagres, mitos, medo, esperança e amor, a idéia de conduta mais elevada. Há uma grandeza épica, embora enegrecida pelas superstições e crueldades, naquela luta da nova religião para conquistar, domar e inspirar o espírito daqueles homens embrutecidos ou decadentes; e forjar um império de fé que novamente os unisse, como outrora os uniram a magia da Grécia e a grandeza de Roma. As instituições e as crenças são os frutos das necessidades humanas, e o espírito deve estar de acordo com tais necessidades.

I. ORGANIZAÇÃO DA IGREJA

Se a arte é a maneira de organizar os materiais, deve a Igreja Católica Romana figurar entre as mais imponentes obras-primas da História. Durante 19 séculos, todos eles acometidos de graves crises, sustentou ela a sua fé, levando seus ensinamentos para todas as partes da terra, formando o espírito dos homens, moldando-lhes o caráter, estimulando-lhes a fertilidade, solenizando o casamento, consolando a todos pelas suas perdas, exaltando a vida eterna, colhendo suas dádivas, sobrevivendo a todas as heresias e revoltas, e sempre reconstruindo pacientemente todas as bases de sua força. Como se desenvolveu essa majestosa instituição?

Ela se originou da fome espiritual dos homens e mulheres acossados pela pobreza e que se achavam cansados de tantas lutas e aos quais apavorava o mistério da morte. A milhões de almas levara a Igreja a fé e a esperança, diminuindo-lhes o temor da morte. A fé tornara-se-lhes o mais precioso dos bens, pelo qual davam a própria vida, e foi nessa rocha de esperança que se erigiu a Igreja. Fora a princípio uma simples associação de crentes, uma *ecclesia* ou congregação. Cada *ecclesia* ou igreja escolhia um ou mais *presbyteroi* — irmãos, sacerdotes — para guiá-los e um ou mais leitores, acólitos, subdiáconos e diáconos para auxiliarem o sacerdote. À medida que aumentava o número de crentes e as questões iam-se tornando mais complexas, as congre-

gações escolhiam um sacerdote ou um leigo em cada cidade para atuar como *episcopos* — administrador, bispo — o qual coordenava todas as funções. Como o número de bispos ia também crescendo, tornava-se necessário sujeitá-los a uma supervisão ou coordenação; já no século IV eram os arcebispos metropolitanos ou primazes que dirigiam os bispos e as igrejas de determinada província. Todo esse clero ficava subordinado aos patriarcas de Constantinopla, Antioquia, Jerusalém, Alexandria e Roma. Ao chamado de um patriarca ou de um imperador, os bispos e arcebispos reuniam-se em sínodos ou concílios. Se o concílio representava apenas uma província, chamavam-no de concílio provincial; se representava apenas o Oriente ou o Ocidente, chamavam-no de plenário; se ambos, geral. Se aplicava seus decretos a todos os cristãos, o concílio era ecumênico, de onde resultou a unidade que deu à Igreja o nome de Católica ou universal.

Essa organização, cuja força, afinal, apoiava-se na crença e no prestígio, exigia certa regulamentação para sua vida eclesiástica. Nos primeiros três séculos não se exigira o celibato do sacerdote, que podia manter uma esposa com a qual se tivesse casado antes da ordenação, porém não devia casar-se depois de receber as ordens sacras. Não podia ser ordenado o homem que se tivesse casado com duas mulheres ou com viúva, divorciada ou concubina. À semelhança de muitas sociedades, a Igreja teve também seus extremistas. Reagindo contra a licenciosidade sexual da moral pagã, alguns cristãos entusiastas, depois de lerem uma passagem de São Paulo,[1] chegaram à conclusão de que era pecado qualquer relação entre os sexos. Eles condenaram todos os casamentos e manifestaram sua repugnância pelos sacerdotes casados. O Concílio Provincial de Gengra (*ca.* 362) condenou esse ponto de vista, tachando-o de heresia, porém cada vez mais ia a Igreja exigindo o celibato para seus sacerdotes. As igrejas recebiam doação de propriedades e, uma vez ou outra, um sacerdote casado pedia que se fizesse o legado em seu próprio nome e o transmitia depois para os filhos. Surgiam algumas vezes casos de adultério ou outros escândalos nos casamentos deles, o que diminuía o respeito que o povo lhes tributava. Recomendou-se no sínodo realizado em Roma, no ano 386, que o clero observasse completamente a castidade, tendo o Papa Sirício decretado um ano mais tarde que deixassem suas vestes sacerdotais todos aqueles que se casassem ou continuassem a viver com suas esposas. Jerônimo, Ambrósio e Agostinho apoiaram fortemente o decreto, o qual, após uma geração em que houve resistências esporádicas, foi observado no Ocidente, com relativo êxito, porém.

O problema mais grave da Igreja, depois de reconciliados seus ideais com a castidade, era descobrir um meio de poder viver com o Estado. A criação de uma organização eclesiástica lado a lado com os funcionários de um governo deu origem a uma luta pelo poder, na qual o requisito essencial para a paz era sujeição de um ao outro. A Igreja tornara-se subordinada ao Estado, no Oriente; lutou, no Ocidente, pela sua independência e depois pelo seu domínio. Em ambos os casos, a união da Igreja com o Estado envolvia profunda modificação na ética cristã. Tertuliano, Orígenes e Lactâncio haviam ensinado que a guerra constituía sempre um ato ilegal; a Igreja, protegida pelo Estado, aceitava as guerras que julgasse necessárias para sua proteção ou proteção do Estado. Ela mesma não tinha consigo os meios de força para isso, mas, quando era preciso recorrer à força, apelava para o "braço secular", a fim de que o Estado fortalecesse a legislação dela. Recebia do Estado e do povo esplêndidas doações em dinheiro, templos e terrenos. Ia-se enriquecendo e necessitava do Estado para protegê-la em todos os direitos de propriedade. Mesmo quando o Estado caía, conseguia

a Igreja conservar sua riqueza. Os conquistadores bárbaros, embora heréticos, raras vezes assaltavam uma igreja. A autoridade da palavra logo rivalizou com a força da espada.

II. OS HERÉTICOS

A tarefa mais desagradável para a organização eclesiástica foi impedir a fragmentação da Igreja em virtude do aumento das heresias, isto é, doutrinas contrárias às definições do credo cristão. Conseguido o seu triunfo, a Igreja deixou de pregar a tolerância. Encarou o individualismo com o mesmo olhar hostil com que o Estado encarava a secessão ou a revolta. A Igreja, bem como os heréticos, não julgava a heresia sob o ponto de vista teológico. A heresia era em muitos casos a bandeira ideológica de uma localidade rebelde que procurava libertar-se das garras do Império. Os monofisitas desejaram libertar de Constantinopla a Síria e o Egito, e os donatistas esperavam separar a África de Roma, mas como a Igreja e o Estado se achavam unidos, aquela rebelião visava-os a ambos. A ortodoxia opunha-se ao nacionalismo, a heresia defendia-o. A Igreja lutava pela centralização e união, e os heréticos pela independência e liberdade de suas localidades.

O arianismo que havia sido dominado no Império obteve uma vitória peculiar entre os bárbaros. Foram os cativos romanos aprisionados durante as invasões dos godos na Ásia Menor, no século III, os primeiros que levaram o cristianismo para as tribos teutônicas. O "apóstolo" Ulfilas (311?-81) não era um apóstolo na verdadeira acepção da palavra. Descendente de um cativo cristão da Capadócia, nascera e criara-se entre os godos que viviam ao norte do Danúbio. Mais ou menos em 341, foi elevado à posição de bispo por Eusébio, o prelado ariano de Nicomédia. Quando o chefe godo Atanarico perseguiu os cristãos em seus domínios, Ulfilas obteve permissão do ariano Constâncio para atravessar o Danúbio e levar consigo para a Trácia a sua pequena comunidade de cristãos godos. A fim de instruir e aumentar o número de convertidos, ele traduzia pacientemente, do grego para a língua dos godos, toda a Bíblia, exceto a parte referente aos Livros dos Reis; considerava perigoso e marcial o texto destes últimos. Como os godos não haviam ainda aprendido a linguagem escrita, compôs ele um alfabeto gótico baseado no dos gregos. Sua Bíblia foi o primeiro trabalho literário no idioma teutônico. A vida abnegada e virtuosa de Ulfilas despertou entre os godos tal confiança em sua sabedoria e integridade, que o seu cristianismo ariano foi aceito por eles sem discussão. Como outros bárbaros haviam recebido suas doutrinas cristãs dos godos, nos séculos IV e V, quase todos os invasores do Império eram arianos. Os novos reinos que se instalavam nos Bálcãs, Gália, Espanha, Itália e África eram oficialmente arianos. Os conquistadores e conquistados diferiam em sua fé apenas em um detalhe: os ortodoxos sustentavam que Cristo era da mesma natureza *(homoousios)* de Deus, o Pai, e os arianos que Ele era apenas semelhante *(homoiousios)*, porém essa divergência tornou-se vital na política dos séculos V e VI. Com a concatenação casual dos acontecimentos, manteve-se o arianismo até o dia em que os francos ortodoxos derribaram os visigodos na Gália, quando também Belisário conquistou a África aos vândalos e a Itália aos godos e Recaredo modificou a fé dos visigodos, na Espanha (589).

Não nos podemos interessar hoje em dia pelas muitas doutrinas que agitaram a Igreja naquele período de eunomianos, anomeanos, apolinarianos, macedonianos,

sabelianos, massalianos, novacianos e priscilianistas. Só podemos lamentar os absurdos pelos quais os homens derramavam seu sangue. O maniqueísmo não era uma heresia cristã, era o dualismo persa de Deus e Satanás, do Bem e o Mal e da Luz e a Treva. Julgava conciliar o cristianismo com o zoroastrianismo e fora fortemente combatido por ambos. Encarava com extraordinária candura o problema do mal, a estranha abundância de sofrimentos aparentemente injustos em um mundo regido por uma providência, e julgara-se obrigado a postular um Espírito do Mal coeterno com o do Bem. O maniqueísmo fez muitos adeptos no Oriente e no Ocidente durante o século IV. Vários imperadores recorreram a medidas cruéis para combatê-lo. Justiniano classificou-o de crime capital. Aos poucos foi desaparecendo, mas deixou sua influência em outros hereges que vieram mais tarde, tais como os paulicianos, bogomilos e albigenses. Em 385, Prisciliano, bispo espanhol, foi acusado de pregar o maniqueísmo e o celibato universal; ele negou as acusações. Foi julgado em Trèves ante o Imperador Máximo, um usurpador. Dois bispos eram seus acusadores. Foi condenado e, não obstante os protestos de Santo Ambrósio e São Martinho, morreu queimado juntamente com vários de seus companheiros (385).

Embora enfrentasse todos esses assaltantes, a Igreja quase se viu sobrepujada na África pela heresia donatista. Donato, bispo de Cartago (315), havia negado a eficácia dos sacramentos ministrados pelos sacerdotes em estado de pecado. Não desejando arriscar-se tanto com as virtudes do clero, a Igreja, muito sabiamente, repudiou tal idéia. Essa heresia, porém, espalhou-se com rapidez pelo norte da África; a ela os pobres aderiram entusiasticamente, e a aberração teológica transformou-se numa revolta social. Os imperadores agiram de maneira fulminante contra o movimento, decretaram pesadas multas e o confisco dos bens de quem persistisse em tal idéia. Aos donatistas foi negado o direito de comprar, vender ou legar propriedades; os soldados imperiais expulsaram-nos de seus templos, que foram entregues aos sacerdotes ortodoxos. Bandos de revolucionários, tanto cristãos como comunistas, foram-se formando sob o nome de *circunceliões;* eles condenaram a pobreza e a escravidão, cancelaram dívidas, libertaram os escravos e propuseram restabelecer a igualdade mítica do homem primitivo. Geralmente se contentavam com os roubos que praticavam, porém, muitas vezes, irritados com a resistência encontrada, cegavam os ortodoxos ou ricos, esfregando-lhes cal nos olhos ou os matavam a pauladas. Pelo menos, é o que relatam seus inimigos. Por sua vez, regozijavam-se com a morte, certos de que iriam para o Paraíso. Tornaram-se depois totalmente fanáticos; renunciaram às heresias e procuravam o martírio; detinham os viajantes nas estradas e pediam-lhes que os matassem. Quando seus inimigos não os atendiam, lançavam-se sobre as chamas ou atiravam-se nos precipícios ou se jogavam ao mar.[2] Agostinho lutou por todos os meios contra o donatismo e parecia tê-lo vencido durante algum tempo, mas, quando os vândalos chegaram à África, os donatistas tornaram a aparecer em grande número e regozijaram-se com a expulsão dos sacerdotes ortodoxos. Manteve-se persistentemente uma tradição de feroz ódio sectário, a qual não encontrou nenhuma oposição quando os árabes lá apareceram (670).

Entrementes, Pelágio estava agitando três continentes com seus ataques contra a doutrina do pecado original, e Nestório cortejava o martírio exteriorizando suas dúvidas sobre a Mãe de Deus. Nestório havia sido discípulo de Teodoro, de Mopsuéstia (350?-428?), o qual havia elaborado uma grande crítica sobre a Bíblia. O Livro de Jó, disse ele, era um poema adaptado de fontes pagãs, o Cântico dos Cânticos, um

epitalâmio de significado puramente sensual, sendo que muitas das profecias do Velho Testamento que se supunha referirem-se a Jesus apenas aludiam aos acontecimentos pré-cristãos. Disse também que Maria não era a Mãe de Deus, mas tão-somente a mãe da natureza humana de Jesus.[3] Nestório ocupou a diocese episcopal de Constantinopla (428), atraiu as multidões com sua eloqüência e com seu rude dogmatismo criou inimigos, aos quais deu uma oportunidade ao adotar a indelicada opinião de Teodoro sobre Maria. Se Cristo era Deus, então Maria era *theotokos,* a Mãe de Deus, dizia a maioria dos cristãos. Nestório achou demasiado forte aquele termo. Maria, declarou ele, era apenas a mãe da natureza humana de Cristo e não de sua natureza divina. Seria preferível, sugerira, chamarem-na de a Mãe de Cristo.

Cirilo, arcebispo de Alexandria, pregou um sermão na Páscoa de 429, anunciando a doutrina ortodoxa de que Maria não era a verdadeira mãe da Divindade em si, porém do Logos encarnado ou Verbo de Deus, o qual encerrava a natureza divina e humana de Cristo.[4] O Papa Celestino I, instigado por uma carta de Cirilo, convocou um concílio em Roma (430), no qual se exigiu que Nestório fosse deposto ou então que se retratasse. Nestório recusou-se a atender àquela decisão, e o concílio ecumênico, realizado em Éfeso (431), não somente o depôs como também o excomungou. Muitos bispos protestaram, mas o povo rompeu em demonstrações de júbilo, as quais deveriam ter trazido à lembrança o caso de Diana-Ártemis. Permitiram que Nestório seguisse para Antioquia, mas, como continuasse ele a defender-se e a exigir sua restauração no cargo, o Imperador Teodósio II desterrou-o para um oásis no deserto da Líbia. Nestório viveu ainda durante muitos anos; finalmente a corte de Bizâncio apiedou-se dele e mandou um mensageiro levar-lhe o perdão do imperador. O mensageiro encontrou-o agonizante (*ca.* 451). Seus adeptos retiraram-se para a Síria Oriental, construíram igrejas, fundaram uma escola em Edessa, traduziram a Bíblia, Aristóteles e Galeno para o sírio e exerceram papel vital tornando a ciência, a medicina e a filosofia gregas conhecidas dos moslemes. Perseguidos pelo Imperador Zeno, fugiram para a Pérsia, abriram uma escola em Nisibis, a qual floresceu sob a tolerância dos persas. Eles fundaram comunidades na Bactriana e em Samarcanda, na Índia e na China. Espalhados pela Ásia, sobreviveram até hoje, ainda apegados à mariolatria.

A última grande heresia daquele turbulento período e de maiores conseqüências foi a pregada pelo monge Êutiques, superior do mosteiro nas vizinhanças de Constantinopla. Não havia em Cristo duas naturezas, humana e divina, disse ele, mas somente a natureza divina. Flaviano, patriarca de Constantinopla, convocou um sínodo local, o qual condenou essa heresia "monofisita" e excomungou Êutiques. O monge apelou para os bispos de Alexandria e Roma; Dióscoro, sucessor de Cirilo, persuadiu o Imperador Teodósio a convocar outro concílio em Éfeso (449). A religião ficou subordinada à política; a diocese de Alexandria continuou a combater a diocese de Constantinopla; Êutiques foi exonerado e Flaviano expressou-se com tanta violência em seus sermões que morreu.[5] O concílio expediu anátemas contra todos aqueles que sustentassem a idéia de que havia duas naturezas em Cristo. O Papa Leão I não havia participado do concílio, mas enviou-lhe várias cartas ("tomo de Leão") apoiando Flaviano. Surpreso com o relatório de seus delegados, o Papa Leão tachou o concílio de "Sínodo Assaltante" e recusou-se a reconhecer seus decretos. Um concílio realizado posteriormente em Calcedônia, em 451, aprovou as cartas de Leão I, condenou Êutiques e tornou a confirmar a dupla natureza de Cristo. Contudo o vigésimo oitavo cânon desse concílio afirmou também que havia igualdade de autoridade entre o bispo

de Constantinopla e o de Roma. Leão I, que havia lutado pela supremacia de seu cargo como sendo indispensável à união e autoridade da Igreja, rejeitou esse cânon, originando-se daí longa luta entre as dioceses rivais.

Para maior confusão ainda, a maioria dos cristãos da Síria e Egito recusou aceitar a doutrina de duas naturezas em uma só pessoa de Cristo. Os monges da Síria continuaram a pregar a heresia monofisita, e quando um bispo ortodoxo foi nomeado para a diocese de Alexandria, lincharam-no em sua igreja na Sexta-Feira Santa.[6] O monofisismo tornou-se depois disso a religião nacional dos cristãos do Egito e da Abissínia. Ela já predominava na Síria Ocidental e Armênia, no século VI, enquanto o nestorianismo desenvolvia-se na Mesopotâmia e Síria Oriental. O êxito dessa rebelião religiosa fortaleceu a revolta política. Quando os conquistadores árabes invadiram o Egito e o Oriente Próximo, no século VII, metade da população os acolheu como libertadores da tirania teológica, política e financeira da capital bizantina.

III. O OCIDENTE CRISTÃO

1. Roma

Os bispos de Roma, no século IV, não foram muito brilhantes. Silvestre (314-35) ficou com a glória de ter convertido Constantino. Diziam que recebera, como doação do imperador, quase toda a Europa Ocidental; no entanto, ele não se portara como possuidor de metade do mundo da raça branca. Júlio I (337-52) sustentou com veemência a autoridade suprema da diocese romana, porém Libério (352-66) submeteu-se às regras arianas de Constâncio, talvez por fraqueza ou devido à idade. Com sua morte, Dâmaso e Ursino disputaram o cargo; multidões rivais apoiaram-nos à maneira mais enérgica da tradição democrática de Roma. Em um dia mataram 137 pessoas numa só igreja.[7] Pretextato, na ocasião prefeito pagão de Roma, baniu Ursino, e Dâmaso governou durante 18 anos com grande habilidade. Ele era arqueólogo. Adornou com belas inscrições os túmulos dos mártires romanos. Diziam as línguas irreverentes que era também um *auriscalpius matronarum*, um bajulador de mulheres, isto é, adulava as ricas matronas de Roma e conseguia habilmente que elas fizessem doações à Igreja.[8]

Leão I, denominado o Grande, manteve-se no trono de São Pedro durante uma geração assoberbada por muitas crises (440-61) e, por sua coragem e qualidades de estadista, ergueu o mundo apostólico a novas alturas de força e dignidade. Quando Hilário, de Poitiers, recusou-se a aceitar sua decisão em uma disputa com outro bispo gaulês, Leão I enviou-lhe ordens categóricas, as quais o imperador apoiou com um edito imperial que confirmava a autoridade do bispo romano sobre todas as igrejas cristãs. Os bispos do Ocidente sem exceção concordaram com essa supremacia, mas os do Oriente se recusaram a reconhecê-la. Os patriarcas de Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria reivindicaram para si a mesma autoridade que Roma se reservava. Sobreveio violenta controvérsia com a Igreja Oriental, a qual pouca obediência prestava ao bispo de Roma. As dificuldades de comunicações e de viagem, assim como a diversidade de línguas, auxiliavam a separação da Igreja do Oriente da do Ocidente. No Ocidente, porém, os papas iam cada vez mais exercendo maior influência até mesmo em questões seculares. Estavam subordinados, em assuntos não religiosos, ao Estado e prefeito romanos, e até o século VII procuravam conseguir do imperador a

confirmação de sua eleição. A distância do Oriente e a fraqueza dos governantes ocidentais deram, porém, grande preeminência aos papas em Roma. Quando, em face de uma invasão, o Senado e o imperador fugiram, caindo com isso o governo civil, os papas mantiveram-se em seus postos e seu prestígio subiu rapidamente. A conversão dos bárbaros fez com que se estendessem mais ainda a autoridade e a influência da diocese de Roma.

A Igreja Romana ia participando cada vez mais da riqueza que afluía à capital ocidental à medida que as famílias ricas e aristocráticas deixavam o paganismo e abraçavam o cristianismo. Amiano surpreendeu-se ao ver que o bispo de Roma vivia como um príncipe no Palácio Laterano, e percorria as ruas da cidade com a pompa de um imperador.[9] Magníficas igrejas embelezavam a cidade (400). Formou-se uma brilhante sociedade, da qual participavam elegantes prelados e lindas mulheres, às quais eles ajudavam na feitura de seus testamentos.

Enquanto a população cristã se acotovelava com os remanescentes pagãos nos teatros, corridas e jogos, uma minoria cristã se esforçava por viver de acordo com o Evangelho. Atanásio levara para Roma dois monges egípcios; ele havia escrito a vida de Antônio, e Rufino tinha publicado para o Ocidente a história da vida monástica no Oriente. Os espíritos devotos viviam influenciados pela santidade de vida que, segundo se dizia, levavam Antônio, Schnoudi e Pacômio. Sisto III (432-440) e Leão I fundaram mosteiros em Roma; e muitas famílias, conquanto vivessem em suas casas, aceitaram as regras monásticas de castidade e pobreza. Senhoras romanas muito ricas, como Marcela, Paula e três gerações de Melânias, deram a maior parte de seus bens aos pobres, fundaram hospitais e conventos, fizeram peregrinações aos mosteiros do Oriente e mantiveram regime tão ascético, que algumas delas morreram de abnegação e renúncia. Os círculos pagãos de Roma queixaram-se de que tal espécie de cristianismo era hostil à família, à instituição do casamento e à força do Estado. Travaram violenta polêmica com o principal defensor do ascetismo — um dos maiores eruditos e mais brilhantes escritores que a Igreja cristã havia produzido.

2. São Jerônimo

Nasceu São Jerônimo por volta de 340 em Strido, nas proximidades de Aquiléia, provavelmente de família dálmata. Deram-lhe um nome promissor, Eusébio Jerônimo Sofrônio — "o sábio reverendo de nome sagrado". Recebeu boa educação em Trèves e Roma, estudou muito os escritores clássicos do latim e amava-os tanto a ponto de julgar que estivesse, com isso, em estado de pecado. Era, no entanto, um cristão convicto e verdadeiramente apaixonado por sua religião. Juntou-se a Rufino e outros amigos para fundar uma irmandade de ascetas em Aquiléia, e em suas prédicas aconselhava tanto a perfeição, que o bispo o censurou por se mostrar indevidamente impaciente com a fragilidade natural da alma humana. A isto respondeu ele chamando o bispo de ignorante, brutal, perverso, do mesmo nível do rebanho humano que conduzia e péssimo piloto de um barco desgarrado.[10] Jerônimo e alguns companheiros seus deixaram Aquiléia entregue a seus pecados e seguiram para o Oriente Próximo; entraram para um mosteiro do deserto de Cálcis, perto de Antioquia (374). O clima insalubre prejudicou-lhes a saúde; dois morreram e o próprio Jerônimo esteve, durante certo tempo, entre a vida e a morte. Deixou então o mosteiro para ir viver como anacoreta em uma ermida do deserto, onde se entregava, uma vez ou outra, à leitura

de Virgílio e Cícero. Levara consigo sua biblioteca e não podia afastar-se, de vez, da prosa e da poesia dos clássicos, cuja beleza o fascinava. Sua narrativa a respeito revela bem a disposição de seu espírito.

> Sonhara que tinha morrido e que havia sido arrastado à presença do Supremo Juiz. Pediram-me que dissesse qual era minha religião. Respondi que era cristão. Ele, porém, que presidia o julgamento, contestou dizendo: "Estás mentindo, és um ciceroniano e não um cristão. Pois onde tiveres teu tesouro, lá estará também teu coração." Fiquei logo sem fala e senti depois os golpes do açoite — pois ele havia ordenado que me açoitassem... Finalmente os presentes caíram de joelhos diante dele e imploraram que me perdoasse a juventude, e me desse oportunidade de poder arrepender-me dos erros, com a condição, porém, de que me seria infligida extrema tortura se tornasse a ler novamente os livros dos autores gentios... Essa experiência não foi um sonho agradável, tampouco sem razão de ser... Confesso que meus ombros estavam roxos e senti as dores dos açoites muito tempo depois de estar acordado... Dali por diante dispensei à leitura dos livros de Deus uma atenção muito maior da que, até então, vinha dando aos livros dos homens.[11]

Jerônimo voltou para Antioquia em 379 e foi ordenado sacerdote. Encontramo-lo, em 382, em Roma, como secretário do Papa Dâmaso, o qual o encarregou de fazer para o latim uma tradução do Novo Testamento. Continuou a usar o manto e a túnica de cor marrom dos anacoretas e vivia como asceta na luxuosa corte papal. As devotas Marcela e Paula recebiam-no em suas casas aristocráticas como conselheiro espiritual, e os pagãos que o criticavam julgavam que Jerônimo apreciava a companhia feminina mais do que devia, ele que se dizia um apaixonado do celibato e da virgindade... Respondeu com uma sátira que marcou época e feriu de cheio a sociedade romana:

> As mulheres que pintam as faces de ruge e os olhos de beladona, cujos rostos estão cobertos de pó... as quais o número de anos não pode convencê-las de que estão velhas, que usam tranças postiças... e se comportam diante dos netos como meninas de escola... Viúvas pagãs envergam vestidos de seda, cobrem-se de jóias cintilantes e cheiram a almíscar... Outras mulheres envergam roupas de homem, cortam os cabelos bem curtos... envergonham-se de serem mulheres e preferem ter a aparência de eunucos... Algumas mulheres solteiras evitam a concepção de filhos com o auxílio de poções, matam seres humanos antes de os conceberem; outras, quando descobrem que estão grávidas como resultado de um pecado, conseguem abortar por meio de drogas... Contudo, há mulheres que dizem: "Aos puros todas as coisas são puras... Por que devo fugir do alimento que Deus fez para a minha satisfação?"[12]

Censura uma senhora romana em termos que traem um olhar apreciador:

> O vosso vestido está cortado de propósito... Os vossos seios estão presos em faixas de linho, e a vossa cintura está presa a uma cinta muito apertada... O vosso manto cai às vezes para desnudar vossos alvos ombros, e logo torna a cobrir apressadamente o que revelara propositalmente.[13]

Aos preconceitos de um moralista Jerônimo acrescentava os exageros de um artista literato ao escrever um trecho e de um advogado ao enaltecer sua causa. Suas sátiras lembram as de Juvenal ou dos nossos próprios tempos; é agradável saber-se que as

mulheres tiveram sempre o mesmo encanto que têm hoje. À semelhança de Juvenal, Jerônimo agia de maneira imparcial e destemida para com todos. Revolta-se ao verificar o concubinato até mesmo entre os cristãos e mais ainda ao vê-lo dissimulado sob o pretexto de que, com isso, exercia-se a castidade de maneira mais difícil. "De onde veio essa praga de 'queridas irmãs' e como conseguiu ela chegar até à igreja? De onde vêm essas esposas que não são casadas? De onde vêm essas concubinas, essas cortesãs? Vivem na mesma casa com seus amigos, ocupam o mesmo quarto e, muitas vezes, o mesmo leito e, mesmo assim, chamam-nos de desconfiados quando dizemos que está ocorrendo alguma coisa de mal."[14] Ataca o clero romano, cujo apoio poderia tê-lo elevado ao papado. Ridiculariza os eclesiásticos de cabelos encaracolados e perfumados que freqüentavam a alta sociedade, e o padre que vivia à caça de legados e levantava-se logo ao romper do dia para visitar as mulheres, antes de deixarem elas o leito.[15] Condena o casamento de sacerdotes e suas digressões sexuais e argumenta calorosamente em favor do celibato do clero; acha que somente os monges é que são verdadeiros cristãos por serem despidos de desejo e de orgulho. Com uma eloqüência que teria conquistado Casanova, Jerônimo exorta os homens a renunciarem a tudo e a seguirem Cristo; pede às matronas cristãs que ofereçam o primeiro filho a Deus, como sacrifício, de acordo com a lei,[16] e aconselha às jovens de suas relações a viverem como virgens em suas casas, caso não possam entrar para o convento. Chega quase a tachar de pecado o casamento. "Eu somente louvo o casamento por causa das virgens que ele produz."[17] E propõe "cortar o tronco do casamento com o machado da virgindade".[18] Enaltece João, o apóstolo celibatário, mais do que a Pedro, por ter tido este último uma esposa.[19] Sua carta mais interessante (384) foi a que escreveu a uma jovem, Eustóquia, sobre os encantos da virgindade. Não sou contra o casamento, diz ele, porém aqueles que o evitam escapam de Sodoma, das dores do parto, do choro das crianças, dos cuidados da casa e das torturas do ciúme. Admite que o caminho da pureza é também bastante árduo, e que a vigilância eterna constitui o preço da virgindade.

> Pode-se perder a virgindade com um simples pensamento... Sejam vossos companheiros aqueles que têm o rosto pálido e são magros devido ao jejum. Seja o vosso jejum uma coisa cotidiana. Lavai vosso leito e molhai vosso divã à noite com vossas lágrimas... Que a solidão de vossa própria câmara vos proteja sempre; deixai que o noivo vos agrade... Quando o sonho descer sobre vós, ele aparecerá e tocará em vosso ventre *(ventrem)*. E vós acordareis e exclamareis: "Estou apaixonada." E Ele vos responderá: "A minha esposa é um jardim fechado, uma fonte estancada."[20]

A publicação dessa carta — é Jerônimo quem nô-lo diz — "foi acolhida com uma chuva de pedras". Talvez alguns leitores vissem um mórbido prurido naqueles estranhos conselhos de um homem que, aparentemente, não se achava ainda livre do calor do desejo. Quando a jovem ascética Blesila morreu alguns meses mais tarde (384), muitos criticaram os severos preceitos que Jerônimo lhe havia ensinado; alguns pagãos ofereceram-se para jogá-lo no Rio Tibre juntamente com todos os monges de Roma. Sem se mostrar arrependido, ele dirigiu à mãe que lamentava histericamente a morte da filha uma carta consolando-a e censurando-a ao mesmo tempo. Naquele mesmo ano morria o Papa Dâmaso e seu sucessor não nomeou novamente Jerônimo para seu secretário. Deixou Roma para sempre, em 385, levando consigo Paula e Eus-

tóquia respectivamente, mãe e irmã de Blesila. Construiu em Belém um mosteiro, do qual se tornou o superior, um convento que foi primeiro dirigido por Paula e depois por Eustóquia, uma igreja para os monges e as freiras fazerem suas práticas religiosas em comum e um retiro para os peregrinos que se dirigiam à Terra Santa.

Fez sua própria cela em uma caverna, onde colocou seus livros e papéis, e entregou-se inteiramente ao estudo, composição e administração; aí viveu os restantes 34 anos de sua vida. Discutiu, através da palavra escrita, com Crisóstomo, Ambrósio, Pelágio e Agostinho. Escreveu com força dogmática dezenas de trabalhos sobre questões casuísticas e interpretações da Bíblia, trabalhos esses que foram lidos avidamente até mesmo por seus inimigos. Abriu em Belém uma escola, onde ensinou humilde e livremente às crianças diversas matérias, inclusive latim e grego. Vivendo como santo, achou que podia ler novamente os autores clássicos, os quais havia abjurado em sua mocidade. Entregou-se novamente ao estudo do hebraico, o qual havia começado por ocasião de sua estada no Oriente. Após 18 anos de pacientes estudos, fez uma magnífica tradução da Bíblia para o latim, a qual conhecemos como *Vulgata*, e é a obra literária que mais influência exerceu no século IV. Havia erros na tradução, como sói acontecer em um trabalho assim tão vasto, e alguns "barbarismos" da linguagem comum que desgostavam aos puristas; o seu latim, porém, constituiu a língua da teologia e das cartas durante toda a Idade Média; ele soube transportar para o latim toda a beleza da forma e das imagens hebraicas e deu à literatura centenas de frases de grande eloqüência e vigor. (A tradução de Jerônimo fora, em sua maior parte, feita diretamente do original grego ou hebraico; em certos pontos ele traduziu das versões gregas de Aquila, Símaco ou Teodócion. Sua tradução, revista em 1592 e 1907, ainda é o texto-padrão em latim para o mundo católico romano.) O mundo latino ficou assim conhecendo a Bíblia como jamais a conhecera.

Jerônimo era um santo se considerarmos apenas a vida ascética que levou dedicada à Igreja; não o era totalmente em caráter ou na linguagem. Compunge saber-se que tão grande personagem tivesse tantas explosões de ódio, malícia e se entregasse a acerbas controvérsias. Ele chama a João, o patriarca de Jerusalém, um Judas, um Satanás, para o qual o inferno ainda não seria uma punição adequada;[21] descreve o majestoso Ambrósio como "uma gralha disforme"[22] e, para atormentar seu velho amigo Rufino, persegue furiosamente o falecido Orígenes com heresias, a fim de forçar o Papa Anastácio (400) a condenar este último. É mais fácil perdoar alguns pecados da carne do que as asperezas da alma.

Os seus críticos também o puniam sem perda de tempo. Quando ele ministrava o ensino dos clássicos gregos e latinos, denunciaram-no como pagão; quando estudava o hebraico com um judeu, acusaram-no de ter-se convertido ao judaísmo; quando dedicava seus trabalhos às mulheres, interpretaram seus motivos para isso como sendo de ordem financeira ou de coisa ainda pior.[23] Sua velhice não foi feliz. Os bárbaros invadiram o Oriente Próximo e conquistaram a Síria e a Palestina (395); "cada mosteiro que tomavam era mais um rio que se tingia de sangue". "O Império Romano está desmoronando",[24] concluiu. As suas amadas Paula, Marcela e Eustóquia morreram quando ele ainda vivia. Quase sem voz, descarnado pelas mortificações e curvado pelo peso dos anos, mesmo assim trabalhava dia após dia. Era mais um grande homem do que um homem verdadeiramente bom. Suas sátiras eram tão contundentes quanto as de Juvenal, suas cartas tinham a mesma eloqüência de Sêneca. Era incansável estudioso de ciência e teologia.

3. *Os Soldados Cristãos*

Jerônimo e Agostinho foram os dois maiores vultos de uma época extraordinária. Entre os Padres da Igreja medieval dos primeiros tempos, nove foram os que se distinguiram como "Doutores da Igreja": Atanásio, Basílio, Gregório Nazianzeno, João Crisóstomo e João Damasceno, no Oriente, e Ambrósio, Jerônimo, Agostinho e Gregório, o Grande, no Ocidente.

A carreira de Ambrósio (340?-398) demonstra a força do cristianismo ao atrair para seu serviço grandes homens que, numa geração anterior, teriam servido o Estado. Nascido em Trier (Trèves), filho do prefeito da Gália, Ambrósio estava fadado, em virtude de sua ascendência, a uma carreira política, e não nos surpreendemos ao saber que governou depois uma província do norte da Itália. Residindo em Milão, mantinha íntimas relações com o imperador do Ocidente, o qual viu nele as velhas qualidades romanas de grande discernimento, capacidade de direção e serena coragem. Sabendo que facções rivais estavam-se reunindo na catedral para eleger um bispo, apressou-se em ir até lá. Sua presença e suas palavras serenaram os ânimos que já começavam a exaltar-se. Como as facções não chegavam a um acordo para a escolha de um candidato, um dos presentes sugeriu o nome de Ambrósio. A indicação de seu nome entusiasmou a todos, e o governador, não obstante seus protestos, foi batizado, ordenado diácono, depois sacerdote e, por fim, bispo, tudo no decorrer de uma semana (374).[25]

Ocupou o novo cargo com a dignidade e força de um estadista. Abandonou as comodidades do cargo público e viveu uma vida simples e exemplar. Deu seus bens aos pobres e vendeu as baixelas da Igreja para resgatar os cativos de guerra.[26] Era um teólogo que defendia vigorosamente o Credo de Nicéia; orador cujas palavras ajudaram a converter Agostinho; poeta que compôs alguns dos primeiros e mais belos hinos da Igreja; juiz, cujo saber e integridade fizeram com que as cortes seculares se envergonhassem da corrupção em que viviam; diplomata, ao qual a Igreja e o Estado confiaram missões dificílimas; bom soldado que elevava bem alto o nome do Papa, mas que lhe fazia sombra; eclesiástico que fez com que o grande Teodósio se penitenciasse e que dominou a política de Valentiniano III. A mãe do jovem imperador, Justina, era ariana e procurava arranjar uma igreja em Milão para um sacerdote ariano. A congregação de Ambrósio manteve-se noite e dia "sentada, em greve" no interior da igreja então sitiada, contrapondo-se assim às ordens da imperatriz para que entregasse o templo. "Foi então que surgiu o costume de entoar hinos e cânticos, à maneira tradicional das províncias orientais, a fim de evitar que o povo se cansasse durante suas longas e penosas vigílias",[27] diz Agostinho. Foi célebre a luta que Ambrósio travou com a imperatriz, mas ele venceu.

Em Nola, no sul da Itália, Paulino (353-431) constituía o exemplo de um santo cristão mais simples. Descendente de velha e rica família de Bordéus e casado com uma dama também de alta linhagem, estudara com o poeta Ausônio, ingressando depois na política, onde progredira rapidamente. Converteu-se subitamente, afastando-se das coisas mundanas. Vendeu suas propriedades e entregou tudo aos pobres, reservando para si apenas o estritamente necessário para se manter; sua esposa Terásia concordou em viver com ele como sua casta "irmã em Cristo". Como não se havia ainda criado a vida monástica no Ocidente, transformaram sua modesta casa, em Nola, em um mosteiro particular, onde viveram durante 35 anos, abstendo-se de carne e vinho, jejuando em muitos dias de cada mês, felizes por se terem desembaraçado das com-

plexidades da riqueza. Os amigos pagãos de sua mocidade, principalmente seu velho professor, o poeta Ausônio, protestaram contra o que lhes parecia uma fuga às obrigações cívicas. Paulino respondeu convidando a todos para que fossem partilhar de sua felicidade. Manteve até o fim, em um século eivado de ódios e violências, espírito de tolerância. Tanto os pagãos como os judeus compareceram a seus funerais.

Paulino escreveu versos encantadores, porém apenas incidentalmente. O poeta que melhor exprimiu os objetivos cristãos naquela época foi o espanhol Aurélio Prudêncio Clemente (*ca.* 348-410). Enquanto Claudiano e Ausônio compunham seus versos aos deuses mortos, Prudêncio cantava, naquela antiga metrificação, novos e brilhantes temas: histórias dos mártires *(Peri stephanon* ou *Livro das Coroas),* hinos para todas as horas do dia e uma resposta em verso à defesa de Símaco em prol da estátua da deusa Vitória. Foi nesse último poema que fez memorável apelo a Honório para que extinguisse as lutas de gladiadores. Ele não odiava os pagãos; tivera palavras amáveis para com Símaco e até mesmo para com Juliano e solicitara a seus companheiros cristãos que não destruíssem as obras de arte pagãs. Partilhava a admiração que Claudiano tinha por Roma, e sentia-se feliz por saber que se podia percorrer a maior parte do mundo do homem branco e ver que se estava sempre sob as mesmas leis, com a mesma segurança. "Seja qual for o lugar em que estivermos, aí poderemos viver como concidadãos."[28] É desse poeta cristão que recolhemos o último eco da grandeza e domínio de Roma.

Uma das glórias de Roma era o fato de a Gália ter atingido nesse tempo uma grande civilização. Iguais a Ausônio e Sidônio na literatura, vamos encontrar na Gália, no século IV, os grandes bispos: Hilário, de Poitiers, Remígio, de Reims, Eufrônio, de Autun, e Martinho, de Tours. Hilário (falecido por volta de 367) foi um dos mais fervorosos defensores do Credo de Nicéia. Escreveu um tratado de 12 "volumes" em grande esforço para explicar a Trindade. Vemo-lo, no entanto, em sua modesta diocese, em Poitiers, levando a vida abnegada de sacerdote. Levantava-se cedo, recebia todos os que o procuravam, ouvia-lhes as queixas, resolvia as contendas, rezava a missa, pregava, lecionava, ditava seus trabalhos e correspondência, ouvia as leituras religiosas durante as refeições e fazia diariamente algum trabalho manual, ou cultivava a terra ou tecia roupas para os pobres.[29] Era uma grande figura de sacerdote.

São Martinho deixou mais que um nome; 3.675 igrejas e 425 aldeias na França trazem hoje seu nome. Nasceu na Panônia cerca de 316; quis, aos 12 anos, tornar-se monge, mas o pai obrigou-o a entrar para o exército aos 15 anos. Foi um soldado fora do comum. Dava seu soldo aos pobres, ajudava os aflitos, praticava a humildade e a paciência como se quisesse transformar o acampamento do exército em um mosteiro. Após cinco anos de serviço militar, Martinho realizou sua ambição, indo viver como monge em uma cela, primeiro na Itália, depois em Poitiers, perto de Hilário, pelo qual tinha grande amizade. Em 371, os habitantes de Tours insistiram para que ele fosse o seu bispo apesar de seus trajes modestos e cabelos revoltos. Martinho acedeu, porém insistiu em continuar a viver como monge. Construiu a duas milhas da cidade, em Marmoutier, um mosteiro, reuniu 80 monges e viveu com eles uma vida de despretensiosa austeridade. A idéia que fazia de um bispo era a de um homem que não somente celebrava missa, pregava, administrava sacramentos e levantava fundos para a Igreja, mas também que dava de comer aos que tinham fome, vestia os que estavam nus, visitava os enfermos e auxiliava os necessitados. Era tão grande a afeição que a Gália lhe tributava que todos os recantos do país contavam histórias de seus milagres, até mesmo o de ter ressuscitado três homens.[30] A França fez dele um de seus santos padroeiros.

O mosteiro que Martinho fundou em Poitiers (362) foi o primeiro de muitos que, naquele tempo, surgiram na Gália. Foi devido à idéia monástica que viera de Roma, através da *Vida de Antônio,* de Atanásio, e ao extraordinário apelo de Jerônimo para que todos levassem uma vida de abnegação, que o Ocidente adotou primeiro a mais árdua e a mais simples das formas do monasticismo, e procurou praticar em climas amenos as austeras disciplinas dos monges que viviam sob o sol do Egito. O monge Wulfilaich viveu durante anos, com as pernas e pés nus, sobre uma coluna em Trèves; no inverno, as unhas caíam-lhe dos dedos e sua barba ficava salpicada de pequenos flocos de neve. São Senoque, que vivia nas proximidades de Tours, encerrou-se num cubículo tão pequeno que não podia mover a parte inferior do corpo; viveu nessa posição durante muitos anos e foi venerado pela população.[31] São João Cassiano trouxe consigo

as idéias de Crisóstomo para contrabalançar o êxtase de Antônio; inspirado por alguns sermões de Crisóstomo, fundou um mosteiro e um convento em Marselha (415) e escreveu os primeiros regulamentos do Ocidente para a vida monástica. Antes de sua morte (435), uns cinco mil monges, na Provença, seguiam suas regras. Logo depois do ano 400, Santo Honorato e São Caprásio construíram um mosteiro na ilha de Lérins, defronte a Cannes. Essas instituições mais treinavam os homens para o trabalho cooperativista e estudos do que para a vida solitária; transformaram-se em escolas de teologia e exerceram grande influência no pensamento do Ocidente. Com a chegada das de São Bento à Gália, no século seguinte, criou-se, com base na tradição de Cassiano, uma das maiores ordens religiosas de beneficência de que há registro na História.

IV. O ORIENTE CRISTÃO

1. Os Monges do Oriente

Desde que deixara de ser um agrupamento de devotos e se tornara uma instituição que governava milhões de homens, a Igreja começou a adotar um ponto de vista mais complacente para com a fragilidade humana e a tolerar os prazeres do mundo, do qual, às vezes, participava. Uma minoria de cristãos considerou tal condescendência como traição a Cristo, e resolveu ganhar o reino dos céus levando uma vida de pobreza, castidade e orações. Isolaram-se completamente do mundo. Possivelmente foram os missionários de Açoca (*ca.* 250 a.C.) que levaram para o Oriente Próximo as formas monásticas, assim como a teoria e a ética do budismo e talvez tenham sido os anacoretas pré-cristãos, como os de Serápis no Egito, ou as comunidades dos essênios na Judéia, os que transmitiram a Antônio e Pacômio os ideais e métodos de uma vida estritamente religiosa. O monasticismo era para muitas almas um refúgio no caos e na guerra das invasões dos bárbaros. Não se cobravam tributos nos mosteiros nem nas celas dos desertos, não havia serviço militar nem lutas. Não se exigia ordenação para um monge. A eterna bem-aventurança viria depois de alguns anos de doce paz.

O Egito, cujo clima constituía incentivo para a vida monástica, regurgitava de anacoretas e cenobitas, os quais seguiam os hábitos solitários de Antônio ou a vida de comunidade que Pacômio havia criado em Tabena, às margens do Nilo. Mosteiros e conventos margeavam o Nilo, alguns encerrando até três mil monges e freiras. Antônio era até esse tempo o mais célebre dos anacoretas (*ca.* 251-356). Depois de percorrer muitos lugares solitários, fixou sua cela no monte Kolzim, perto do Mar Vermelho. Seus admiradores o encontraram, imitaram sua devoção e construíram suas celas perto da dele. Antes de morrer, o deserto já se havia povoado com seus descendentes espirituais. Raramente se lavava. Viveu até aos 105 anos de idade. Declinou um convite que Constantino lhe fez de ir a Alexandria, mas viajou até lá com a idade de 90 anos a fim de apoiar Atanásio contra os arianos. Não menos famoso foi Pacômio, o qual (325) fundou nove mosteiros e um convento de freiras; às vezes sete mil monges que seguiam suas regras reuniam-se para celebrar um dia santo. Esses cenobitas trabalhavam tanto quanto rezavam; periodicamente desciam pelo Nilo até Alexandria a fim de venderem seus produtos, comprar o que precisavam e participar de alguma luta político-religiosa.

Entre os anacoretas surgiu forte emulação, tentando sobrepujar uns aos outros em suas mortificações. Macário, de Alexandria, diz o abade Duchesne, "não podia ouvir falar sobre um grande feito de ascetismo sem que se esforçasse por excedê-lo". Se ou-

tros monges não comiam alimentos cozidos, na Quaresma, fazia o mesmo durante sete anos; se alguns se mortificavam passando noites sem dormir, ele era encontrado "esforçando-se loucamente por ficar acordado durante 20 noites consecutivas". Durante toda a Quaresma permanecia de pé, nada comia a não ser um pouco de legumes uma vez por semana. Durante esse tempo continuava a trabalhar, fazendo cestos para vender.[32] Dormiu, durante seis meses, em um pântano, expondo o corpo nu a moscas venenosas.[33] Alguns monges o excederam em feitos de vida solitária. Serapião morava em uma caverna, no fundo de um abismo, aonde poucos eram os peregrinos que ousavam ir. Quando Jerônimo e Paula chegaram até seu esconderijo, encontraram um homem que era quase um esqueleto, tendo como indumentária apenas uma faixa na cintura, a barba crescida e os cabelos a cobrir-lhe os ombros. Sua cela era pequeníssima, mal comportando o leito, que era uma prancha coberta de folhas. No entanto, esse homem tinha vivido no meio aristocrático de Roma.[34] Alguns jamais se deitavam quando dormiam; Bessarião, por exemplo, passou 40 anos sem se deitar e Pacômio, 50.[35] Outros entregaram-se ao silêncio, passaram muitos anos sem dizer palavras; outros, ainda, transportavam pesadas cargas quando saíam de suas celas ou cingiam os membros com grilhões. Muitos orgulhavam-se do número de anos decorridos desde que tinham visto o rosto de uma mulher.[36] Quase todos os anacoretas viviam — muitos até idade avançada — de leve ração de comida. Jerônimo fala sobre monges que se alimentavam exclusivamente de figos ou de pão de cevada. Certa ocasião Macário encontrava-se doente e alguém lhe enviou umas uvas. Ele não quis entregar-se ao doce prazer de saboreá-las, mandou-as para outro ermitão, o qual as mandou também a outro, e assim as uvas passaram de mão em mão, no deserto, até voltarem intactas para Macário (afirma-nos Rufino).[37] Os peregrinos que vinham de todas as partes do mundo cristão para visitar os monges do Oriente atribuíam-lhes milagres tão extraordinários quanto os de Cristo. Diziam que eles curavam moléstias ou expulsavam os demônios com uma simples palavra ou toque da mão, domavam leões e serpentes com um olhar ou oração e atravessavam o Nilo nas costas de crocodilos. As relíquias dos anacoretas tornaram-se os bens mais preciosos das igrejas cristãs, e nelas são guardadas até hoje como um tesouro.

Os abades, exigiam absoluta obediência nos mosteiros e submetiam os noviços a duras provas. Um abade (reza a história) ordenou a um noviço que saltasse sobre uma fogueira; ele obedeceu. Consta que as labaredas se separaram para deixá-lo passar. Ordenaram a outro monge que plantasse a vara que servia de bordão para o abade e a regasse até que florescesse; durante muito tempo ia o monge diariamente ao Nilo, distante duas milhas, buscar água a fim de regar a vara. No terceiro ano Deus se apiedou dele e a vara floresceu.[38] Diz Jerônimo que se instituíra o trabalho para os monges "a fim de evitar que pensamentos perigosos os desencaminhassem".[39] Uns cultivavam a terra, outros cuidavam de jardins, teciam esteiras ou cestos, faziam tamancos ou copiavam manuscritos. Graças aos monges, conservaram-se muitas obras antigas dos clássicos. A maior parte dos monges egípcios era analfabeta e desprezava o conhecimento das coisas mundanas por julgarem-nas fúteis.[40] Muitos deles consideravam a limpeza inimiga da santidade; a virgem Sílvia recusava-se a lavar qualquer parte do corpo exceto os dedos; em um convento de 130 freiras, nenhuma delas lavava os pés. Em fins do século IV, porém, os monges resignaram-se a banhar-se, e o abade Alexandre, desdenhando tal decadência, olhava saudoso para os tempos passados quando os monges "jamais lavavam o rosto".[41]

O Oriente Próximo rivalizava com o Nilo em número e maravilhas de seus monges e freiras. Em Jerusalém e Antioquia havia um número considerável de comunidades ou celas monásticas. O deserto da Síria estava povoado de anacoretas; alguns deles, à semelhança de faquires hindus, amarravam-se com correntes nas rochas, outros que desprezavam uma habitação assim imóvel erravam pelas montanhas onde comiam capim.[42] Consta que Simeão Estilita (390?-459) costumava passar os 40 dias da Quaresma sem se alimentar; durante uma Quaresma, insistiu em ficar encerrado em um cubículo apenas com um pouco de pão e água. Quando o retiraram do cubículo na Páscoa, viram que não tocara no pão nem na água. Simeão construiu para si, no norte da Síria, por volta do ano 422, uma coluna de dois metros de altura, no alto da qual morou muito tempo. Envergonhado de sua moderação, passou a construir outras mais altas, até que estabeleceu sua moradia permanente em uma coluna de 20 metros de altura. A circunferência no topo era de pouco mais de um metro; um gradil o impedia de cair quando estivesse dormindo. No alto dela viveu Simeão durante 30 anos, exposto às chuvas, sol e frio. Uma escada permitia aos discípulos levarem-lhe alimentos e retirarem os dejetos. Simeão amarrou-se à coluna com uma corda, a qual se lhe cravou na pele, deixando-a putrefata ao redor e infestada de vermes. Simeão pegava os vermes que caíam das chagas e tornava a colocá-los sobre elas, dizendo-lhes: "Comam o que Deus lhes deu." Do alto da coluna pregava seus sermões às multidões que ali apareciam para vê-lo, fazia curas maravilhosas, discorria sobre a política eclesiástica, convertia os bárbaros e fazia que os usurários, envergonhados, reduzissem a taxa de juros de 12 para 6 por cento.[43] Sua grande piedade criou, entre os ermitões, o hábito de viver em reclusão, coisa que durou 12 séculos e que, de forma completamente secularizada, persiste ainda.

A Igreja não aprovava tais excessos. Talvez vislumbrasse acentuado orgulho naquela humildade, uma ambição espiritual na renúncia, um sensualismo oculto ao fugirem os monges da mulher e do mundo. Os registros daqueles ascetas estão cheios de visões e sonhos sensuais; ressoam em suas celas os gemidos durante suas lutas contra tentações imaginárias e pensamentos eróticos. Eles acreditavam que o próprio ar estava infestado de demônios que os perseguiam. Ao que parece, os monges achavam que era muito mais difícil uma vida virtuosa na solidão do que em meio a todas as tentações da cidade. Não era raro ver-se um deles enlouquecer. Rufino conta o fato de uma bela jovem ter entrado na cela de um jovem monge, o qual sucumbiu a seus encantos, depois ela desapareceu no ar; pelo menos assim pensara. O monge correu desvairadamente até à aldeia mais próxima e atirou-se em uma fornalha para banhos públicos a fim de abrandar o fogo que o devorava. Noutro caso, uma jovem pediu licença para entrar na cela de um monge alegando que estava sendo perseguida por animais ferozes. O monge consentiu que ela ali ficasse alguns instantes. Aconteceu, porém, que ela o acariciou e ele se viu presa do desejo, como se todos aqueles anos de reclusão lhe tivessem mantido bem viva a chama da concupiscência. Ele tentou apertar a jovem em seus braços, mas ela se desvencilhou dele e desapareceu. Consta que um grupo de demônios exultou com a fraqueza dele, soltando grandes gargalhadas. Esse monge, diz Rufino, não pôde mais suportar a vida monástica; à semelhança de Pafúncio, na *Thaïs*, de Anatole France, não conseguiu exorcismar a bela visão que tinha visto ou julgado ver. Abandonou a cela, mergulhou na vida da cidade e perseguiu a visão até ir finalmente para o inferno.[44]

Conquanto estivesse bem organizada, a Igreja não tinha, a princípio, nenhum con-

trole sobre os monges, os quais raramente se ordenavam; contudo, julgava-se responsável por seus excessos, pois ela também partilhava a glória de seus feitos. Não podia concordar inteiramente com os ideais monásticos; louvava o celibato, a virgindade e a pobreza, mas não tachava de pecado o casamento ou os nascimentos ou a posse de uma propriedade. Ela encontrava na propagação da raça um apoio para si. Alguns monges deixavam suas celas ou mosteiros quando bem entendiam e importunavam a população pedindo-lhes esmolas; uns iam de uma cidade a outra pregando o ascetismo, vendendo relíquias verdadeiras ou licores, implantavam o terror nos sínodos e incitavam as pessoas impressionáveis a destruir os templos ou estátuas pagãs ou, às vezes, a matar até mesmo um filósofo, como se deu com o caso de Hipácia. A Igreja não podia tolerar tais ações independentes. O Concílio de Calcedônia (451) ordenou que se observasse circunspecção ao admitir-se pessoas aos votos monásticos, os quais deviam ser irrevogáveis, e que ninguém organizasse um mosteiro ou o deixasse sem permissão do bispo da diocese.

2. *Os Bispos do Oriente*

O cristianismo já se achava quase triunfante no Oriente, no ano 400. Os nativos cristãos ou *coptas,* no Egito, já constituíam a maioria da população e sustentavam centenas de igrejas e mosteiros. (*Copta* é a forma europeizada da palavra árabe *Kibt,* que é a corruptela da palavra grega *Aigyptos,* egípcio.) Noventa bispos egípcios reconheciam a autoridade do patriarca de Alexandria, cujo poder quase rivalizava com o dos faraós e Ptolomeus. Alguns desses patriarcas eram políticos eclesiásticos de caráter nada louvável, como Teófilo, o qual incendiou o templo e a biblioteca pagã de Serápis (389). Mais interessante é o modesto bispo de Ptolemais, Sinésio. Nascido em Cirene (*ca.* 365), estudou matemática e filosofia em Alexandria com Hipácia. Foi até o fim da vida abnegado amigo dela, à qual chamava de "verdadeiro expoente da verdadeira filosofia". Visitou Atenas, e foi lá confirmado no seu paganismo, mas, em 403, casou-se com uma dama cristã e galantemente aceitou o cristianismo. Ele considerou uma simples cortesia transformar a trindade neoplatônica de Uno, o *nous* e a Alma em Padre, Espírito e no Filho.[45] Escreveu inúmeras cartas interessantes e alguns pequenos trabalhos filosóficos, dos quais nenhum é de valor hoje em dia, exceto seu ensaio *Elogio à Calvície*. Teófilo ofereceu-lhe, em 410, o bispado de Ptolemais. Era, nessa época, um cavalheiro rural com mais dinheiro do que ambição. Declarou que não se achava apto para o cargo, que não acreditava na ressurreição do corpo (coisa exigida pelo Credo de Nicéia), que era casado e não tinha intenção alguma de deixar a esposa. Teófilo, que se servia dos dogmas como instrumentos, não deu ouvidos a suas alegações e transformou Sinésio em bispo antes que o filósofo tomasse qualquer decisão. Foi um ato bem característico dele o fato de ter escrito sua última carta a Hipácia e feito sua última oração a Cristo.[46]

Dispusera-se dos templos pagãos, na Síria, à moda de Teófilo. Os editos imperiais ordenaram seu fechamento. Os pagãos sobreviventes resistiram à ordem, porém conformaram-se com a derrota ao notar a indiferença com que seus deuses aceitavam sua própria destruição. O cristianismo asiático tinha chefes mais criteriosos que os do Egito. (São Nicolau, no século IV, exercia modestamente o cargo de bispo em Mira, na Lícia, e jamais sonhara que seria algum dia o santo padroeiro da Rússia, dos ladrões e crianças, e que viesse, por fim, com seu nome holandês de Santa Claus, a entrar no

espírito do Natal de metade do mundo cristão.) Basílio, em curta existência de 50 anos (329?-379), aprendeu retórica com Libânio, em Constantinopla, estudou filosofia em Atenas, visitou os anacoretas do Egito e da Síria e rejeitou seu introvertido ascetismo; tornou-se bispo de Cesaréia, na Capadócia, organizou o cristianismo em seu país, reviu seus rituais, criou o monasticismo cenobítico com apoio em si mesmo e traçou regras monásticas, as quais ainda governam os mosteiros do mundo greco-eslavônico. Aconselhou seus adeptos a que evitassem as mortificações teatrais dos anacoretas egípcios e servissem a Deus, cuidassem da saúde e do espírito por meio de trabalhos úteis. Achava que o cultivo da terra constituía excelente oração. Ainda hoje em dia os cristãos do Oriente reconhecem sua grande influência.

Quase não ficou vestígio do culto pagão em Constantinopla. O próprio cristianismo via-se abalado pelos inúmeros conflitos que lá se verificavam; o arianismo era ainda muito poderoso, surgiam sempre novas heresias e todos cultivavam sua própria teologia. "Esta cidade", escreveu o irmão de Basílio, Gregório, de Niassa, por volta do ano 380, "está cheia de mecânicos e escravos, os quais são todos profundos teólogos e pregam nas ruas e em suas casas de negócios. Se se deseja trocar uma peça de prata, logo começam a discorrer sobre a diferença existente entre o Pai e o Filho; se lhes perguntam o preço do pão... dizem que o Filho é inferior ao Pai e se lhes perguntam se o banho está pronto, respondem que o Filho saiu do nada."[47] O sírio Isaque fundou seu primeiro mosteiro na nova capital do reino de Teodósio I; instituições semelhantes foram-se multiplicando rapidamente e, no ano 400, eram os monges a força e o terror da cidade, exercendo papel preponderante nos conflitos entre os patriarcas e nas lutas destes últimos com o imperador.

Gregório Nazianzeno conheceu o amargor do ódio sectário quando atendeu ao chamado dos cristãos ortodoxos de Constantinopla para ser o seu bispo (379). O Imperador Valêncio tinha morrido havia pouco, porém os arianos ali colocados pelo imperador ainda se achavam sob o controle dos eclesiásticos e realizavam suas práticas religiosas na catedral de Santa Sofia. Gregório teve de erguer o seu altar em casa de um amigo, onde se reunia a congregação, e deu a sua modesta igreja um nome promissor, o de Anastásia (Ressurreição). Era homem muito piedoso e de grande saber; havia estudado em Atenas com seu compatriota Basílio; somente seu segundo sucessor é que rivalizava com ele em eloqüência. Sua congregação foi-se estendendo até que se tornou maior que a das basílicas oficiais. Na véspera da Páscoa, em 379, uma multidão de arianos atacou a pedradas a capela da Anastásia. Dezoito meses mais tarde o imperador ortodoxo Teodósio conduziu pomposa e triunfalmente Gregório para seu próprio trono em Santa Sofia. Os políticos eclesiásticos, porém, logo puseram fim a sua tranqüilidade. Bispos ciumentos proclamaram a invalidade daquela nomeação e ordenaram a Gregório que se defendesse perante um concílio. Demasiado altivo para lutar por sua diocese, resignou em 381 e voltou para Nazianzo, na Capadócia, a fim de passar, em paz e obscuridade, os oito anos restantes de sua vida.

Quando morreu o seu indiferente sucessor, a corte imperial convidou para Santa Sofia um sacerdote de Antioquia, conhecido pela História como São João Crisóstomo, o homem da boca de ouro. Nascido (345?) de nobre família, havia estudado a retórica de Libânio e familiarizara-se com a literatura e filosofia pagãs; geralmente, os prelados orientais eram mais cultos e mais polêmicos do que os do Ocidente. João era homem de aguçada inteligência e temperamento forte. Perturbou a nova congregação levando muito a sério o cristianismo, condenando com palavras incisivas as injustiças

e imoralidades da época.[48] Denunciou o teatro como um centro exibidor de mulheres dissolutas, uma escola de coisas profanas, sedução e intrigas. Perguntou aos cristãos opulentos da capital por que gastavam tanto com aquela vida desregrada, quando podiam dar a maior parte de sua fortuna aos pobres, conforme ordenara Jesus. Não podia compreender por que alguns homens tinham 20 mansões, 20 banheiros, mil escravos, portas de marfim, soalhos de mosaico, paredes de mármore, tetos dourados; então ameaçava os ricos com o inferno por entreterem seus convidados com dançarinas orientais.[49] Censurava a vida indolente e luxuosa do clero,[50] e o emprego suspeito de mulheres nas reitorias. Depôs 13 bispos de sua jurisdição por licenciosidade ou simonia. Reprovou o fato de os monges de Constantinopla serem vistos mais freqüentemente nas ruas do que em suas celas. Praticava o que pregava. As rendas de sua diocese eram aplicadas não em ostentações — o que comumente se via nas dioceses orientais — mas na fundação de hospitais e em obras de assistência aos pobres. Jamais Constantinopla ouvira sermões tão vigorosos, brilhantes e francos. Não havia em suas palavras abstrações piedosas, porém preceitos cristãos, aplicados de maneira específica.

> Quem poderia ser mais opressor que os proprietários? Se olharmos a maneira como entram na casa de seus pobres inquilinos, veremos que são mais selvagens que os bárbaros. Impõem constantemente intoleráveis tributos sobre os que ficaram enfraquecidos pela fome e pelo trabalho de todos os dias, e aos quais sobrecarregam com serviços opressivos... Fazem-nos trabalhar durante todo o inverno debaixo de chuva e no frio, privam-nos do sono e os mandam para casa de mãos vazias...,
>
> As torturas e castigos, as exigências e as ordens cruéis que tais escravos recebem dos feitores são piores que a fome. Quem poderia descrever todas as maneiras pelas quais os feitores se utilizam deles para fins de lucro e os enganam depois? Não ganham nem um pouco do óleo que produzem, o qual é engarrafado ilegalmente para os feitores. Apenas recebem uma ínfima soma pelo seu trabalho.[51]

As congregações gostam de ser censuradas, mas não de ser reformadas. As mulheres continuaram com seus perfumes, os ricos com seus banquetes, o clero com seus serviçais, os teatros com seus espetáculos, e não demorou muito para que toda a gente da cidade, com exceção dos pobres, se colocasse contra o homem da boca de ouro. A Imperatriz Eudóxia, mulher de Arcádio, que dirigia a alegre e luxuriosa vida da sociedade da capital, interpretou um dos sermões de João como fazendo alusão a ela e exigiu de seu pusilânime marido que reunisse o sínodo para julgar o patriarca. Realizou-se um concílio de bispos em Calcedônia, em 403. João recusou-se a comparecer ante ele, alegando que não podia ser julgado por seus inimigos. O concílio o depôs, seguindo ele tranqüilamente para o exílio. Foi tal o clamor público contra esse fato, que o imperador, amedrontado, mandou chamá-lo para que ocupasse de novo a sua diocese. Poucos meses depois começou João a criticar as classes elevadas; teceu algumas considerações acerbas sobre uma estátua da imperatriz. Eudóxia exigiu mais uma vez a sua expulsão. Teófilo de Alexandria, sempre pronto a enfraquecer uma diocese rival, lembrou a Arcádio que o decreto de deposição lavrado em Calcedônia estava ainda em vigor e podia ser cumprido. Mandaram os soldados prender Crisóstomo. Desterraram-no para uma aldeia na Armênia (404). Quando souberam da notícia, seus fiéis adeptos rebelaram-se e, no tumulto que sobreveio, incendiaram a catedral de Santa Sofia e o edifício do Senado. Crisóstomo enviou, do exílio, cartas de apelo a Honório e ao bispo de Roma. Arcádio ordenou que o removessem para o lon-

gínquo deserto de Pítio, no Ponto. O prelado morreu em Comana, quando se achava ainda a caminho para o deserto; estava com 62 anos (407). Desde então, com breves intervalos, tornou-se a Igreja Oriental a serva do Estado.

V. SANTO AGOSTINHO (354-430)

1. O Pecador

O norte da África, onde Agostinho nascera, era uma miscelânea de raças e credos; sua população, uma mescla de sangue púnico, númida e romano. Talvez Agostinho tivesse também essa mistura de sangue. Uma parte do povo tão grande falava púnico — a velha língua fenícia de Cartago — que Agostinho como bispo apenas nomeava sacerdotes que a soubessem falar. O donatismo desafiava a ortodoxia, o maniqueísmo a ambos e parecia que a maioria da população era ainda pagã.[52] O lugar de nascimento de Agostinho era Tagaste, na Numídia. Sua mãe, Santa Mônica, era uma cristã muito devota, cuja vida quase se consumira com as orações e cuidados que tinha pelo filho. O pai era homem de poucos meios e de largos princípios, cujas infidelidades a esposa aceitava pacientemente na firme esperança de que elas não durariam para sempre.

Aos 12 anos mandaram Agostinho para a escola em Madaura e aos 17 para um curso superior em Cartago. Salviano iria logo descrever a África como "a cloaca do mundo" e Cartago como "a cloaca da África",[53] daí os muitos conselhos de Mônica ao filho quando se despediu dele.

> Ela me ordenou, e foi com muita veemência que me preveniu, que não fornicasse e sobretudo não desonrasse a mulher do próximo. Para mim, tal conselho me pareceu muito fútil, o qual teria vergonha de seguir... Fui tão cego na minha conduta que fiquei envergonhado, no meio de meus companheiros, de sentir-me menos impudente do que eles, eles que se orgulhavam das façanhas que praticavam; quanto mais se excediam em suas proezas, tanto mais se vangloriavam, e eu comecei a sentir prazer em fazer a mesma coisa, não pelo prazer do ato em si, mas para poder vangloriar-me dele também... e quando não tinha oportunidade de praticar uma maldade que me tornasse tão mau quanto eles, fingia que a havia praticado.[54]

Provou ser bom aluno em latim e também em retórica, matemática, música e filosofia. "O meu espírito inquieto estava sempre à procura de novos conhecimentos."[55] Detestava o grego, jamais o pôde dominar ou aprender sua literatura. Sentia, no entanto, fascinação tal por Platão, que o chamava de "semideus".[56] Não deixou de ser platônico ao tornar-se cristão. Seus exercícios de lógica e filosofia prepararam-no para tornar-se o mais sutil teólogo da Igreja.

Depois de formado, lecionou gramática em Tagaste e, mais tarde, retórica em Cartago. Já aos 16 anos "havia muita dificuldade para conseguir-me uma esposa"; de qualquer maneira preferiu uma concubina — conveniência que tinha a sanção da moral pagã e da lei romana. Sem estar ainda batizado, Agostinho agia como bem entendia no que dizia respeito a sua moral, e parece que fora muito fiel a sua concubina até o tempo em que dela se separou, em 385. Em 382, ainda rapaz de 18 anos, viu-se pai de um filho, ao qual às vezes chamava "filho de meu pecado" e mais comumente de Adeodato — dádiva de Deus. Desenvolveu grande afeição pela criança e não a deixava sair de perto de si.

Aos 29 anos deixou Cartago; queria ir para uma cidade maior, para Roma. Sua mãe, receando que ele morresse sem ser batizado, pediu-lhe que não fosse. Como o filho insistisse, suplicou-lhe que a levasse consigo. Ele fingiu consentir, porém, ao chegar às docas, deixou-a em uma capela e partiu sem ela.[57] Lecionou retórica em Roma durante um ano; os alunos, porém, não lhe pagaram os honorários. Candidatou-se ao cargo de professor em Milão. Símaco o examinou, aprovou e mandou-o para Milão pela diligência do Estado. Sua corajosa mãe o alcançou lá e o persuadiu a ouvir juntamente com ela os sermões de Ambrósio. Mônica conseguiu também convencê-lo de que devia casar-se e, de fato, aos 32 anos, fê-lo ficar noivo de uma jovem que possuía mais dinheiro do que idade. Agostinho concordou em esperar dois anos até que a jovem completasse 12 anos de idade e a primeira coisa que fez foi mandar a amante de volta para a África, onde ela sepultou sua dor em um convento. Umas poucas semanas de continência o deixaram nervoso e, em vez de se casar, arranjou outra concubina. "Dai-me a castidade, porém não agora!"[58] pediu ele em uma oração.

Em meio a seus prazeres, achou tempo para estudar teologia. Tinha-se iniciado na fé muito simples de sua mãe, porém, por orgulho, a abandonara ao entrar na escola. Durante nove anos (374-83) aceitou o dualismo maniqueu como a explicação mais satisfatória de um mundo tão indiferente ao bem e ao mal. Cortejou durante algum tempo o cepticismo da academia. Era um homem de emoções fortes, portanto não demorava muito em pender por um ou por outro julgamento. Estudou Platão e Plotino em Roma; o neoplatonismo integrou-se profundamente em sua filosofia e, por intermédio dele, dominou a teologia cristã até o tempo de Abelardo. Tornou-se para Agostinho a porta de entrada do cristianismo. Ambrósio recomendou-lhe que lesse a Bíblia à luz da declaração de Paulo de que "a ciência mata, porém o espírito dá a vida". Agostinho achava que uma interpretação simbólica destruía o que do Gênese lhe parecia ser futilidade. Leu as epístolas de Paulo e viu nele um homem que, como ele, estivera também dominado pela dúvida. Não se encontrava na fé de Paulo o Logos platônico meramente abstrato, porém o Verbo Divino que se transformara em homem. Certo dia, estando sentado em um jardim de Milão com seu amigo Alípio, pareceu-lhe ouvir uma voz repetir-lhe muitas vezes no ouvido: "Lê, lê!..." Agostinho pôs-se a ler um trecho de Paulo: "Não vos entregueis a orgias e libações, não sejais ambicioso nem estróina, não sejais belicoso nem invejoso; entregai-vos a Nosso Senhor Jesus Cristo e não procureis satisfazer os desejos carnais." Esta passagem trouxe a Agostinho uma grande evolução de sentimentos e ideais; havia alguma coisa naquela fé que era mais ardente e mais profunda que toda a lógica da filosofia. O cristianismo lhe surgiu dando-lhe uma satisfação profundamente emotiva. Renunciando ao cepticismo de sua inteligência, encontrou, pela primeira vez em sua vida, um estímulo moral e paz para o espírito. Seu amigo Alípio confessou-lhe que estava também disposto a seguir-lhe o exemplo. Mônica, sabendo da capitulação do filho, dissolveu seu coração em preces de agradecimento.

No domingo da Páscoa de 387, Agostinho, Alípio e Adeodato foram batizados por Ambrósio. Mônica assistiu ao batismo mal podendo reprimir sua grande alegria. Todos os quatro resolveram partir para a África e viver ali uma vida monacal. Mônica morreu em Óstia, esperançosa de que eles se reunissem a ela no paraíso. Ao chegar à África, Agostinho vendeu o seu modesto patrimônio e distribuiu entre os pobres o dinheiro apurado. Formou depois com Alípio e alguns amigos uma comunidade religiosa. Viveu pobre e celibatário em Tagaste, entregando-se aos estudos e orações. E

assim se formou (388) a ordem de Santo Agostinho, a mais antiga irmandade do Ocidente.

2. O Teólogo

Adeodato morreu em 389 e Agostinho sentiu profundamente sua morte como se não se sentisse seguro da eterna bem-aventurança que aguarda todos aqueles que morrem cristãos. O trabalho era seu único consolo. Em 391, Valério, bispo da vizinha cidade de Hipona (hoje Bone), pediu-lhe que o auxiliasse na administração da diocese e, para tal fim, ordenou-o sacerdote. Muitas vezes Valério lhe cedia o púlpito, e a eloqüência de Agostinho empolgava o público até mesmo quando não o compreendiam. Hipona era um porto marítimo com uma população de aproximadamente 40.000 almas; os católicos possuíam ali uma igreja, os donatistas outra; a parte restante da população professava o maniqueísmo ou o paganismo. O bispo maniqueu, Fortunato, tinha sido ali, até então, a figura dominante em teologia; os donatistas juntaram-se aos católicos para pedirem a Agostinho que o enfrentasse em um debate, ao que ele acedeu; durante dois dias, os dois gladiadores novatos empenharam-se num grande debate ante a multidão que enchia os Banhos de Sósio. Agostinho saiu vencedor; Fortunato deixou então Hipona para sempre (392).

Quatro anos mais tarde, Valério, alegando sua idade avançada, pediu à congregação que escolhesse um sucessor. Agostinho foi unanimemente eleito. Conquanto protestasse, chorasse e solicitasse o privilégio de poder voltar para seu mosteiro, prevaleceu a vontade da população e, durante os 34 anos restantes de sua vida, foi bispo de Hipona. Desse trato de terra Agostinho empolgou o mundo todo. Escolheu um ou dois diáconos para auxiliares juntamente com dois monges que havia trazido de seu mosteiro. Viviam na reitoria episcopal uma vida de monges. Agostinho não pôde compreender como um de seus auxiliares, ao morrer, pudesse deixar um substancioso legado.[59] Todos eles viviam com dieta vegetariana e reservavam a carne para os hóspedes e enfermos. A descrição que se faz de Agostinho é que ele era de pequena estatura e magro; nunca fora forte; queixava-se de fraqueza pulmonar e sofria constantemente de resfriados. Era homem sensível, facilmente excitável. Tinha imaginação aguda e, às vezes, mórbida, e uma inteligência muito sutil e flexível. Não obstante fosse tenazmente dogmático e, uma vez ou outra, intolerante, deveria ter tido muitas qualidades louváveis. Muitos homens que foram aprender retórica com ele aceitaram-no como guia no cristianismo. Alípio seguiu-o até o fim.

Nem bem assumira o cargo de bispo, teve de travar uma guerra com os donatistas. Ele desafiou os líderes deles para travarem um debate público, mas poucos foram os que aceitaram o desafio. Convidou-os para conferenciarem amigavelmente. A princípio os adversários receberam o convite com o silêncio, depois com insultos e violência. Vários bispos católicos da África do Norte foram atacados e parece que tentaram até mesmo contra a vida do próprio Agostinho.[60] Todavia, não temos a versão que os donatistas fazem dessa história. Em 411, o Imperador Honório ordenou que se realizasse um concílio em Cartago a fim de dar um basta àquela contenda dos donatistas; estes enviaram 279 bispos, os católicos 286 — porém *bispos* na África não significava nada mais que um sacerdote de paróquia. Marcelino, emissário do imperador, após ouvir ambas as partes, decretou que os donatistas não mais deviam fazer reuniões e teriam de entregar todas as suas igrejas aos católicos. Os donatistas respon-

deram com atos de extrema violência, inclusive — consta — o assassínio de Restituto, um sacerdote de Hipona, e a mutilação de outro membro do grupo de Agostinho. Este pediu ao governo que se fizesse cumprir o decreto;[61] retratou-se de sua opinião anterior de que "ninguém devia ser coagido a entrar para o cristianismo... que se devia lutar com argumentos e servir-se apenas da força da razão".[62] Concluíra que, sendo a Igreja o pai espiritual de todos, devia ela ter o direito de pai para punir o filho desobediente, e isso para o próprio bem dele.[63] Parecera-lhe preferível que uns poucos donatistas sofressem a que "vivessem todos condenados ao inferno por falta de coação".[64] Ao mesmo tempo, solicitou repetidamente aos funcionários do Estado que não aplicassem a pena de morte contra os heréticos.[65]

À parte essa amarga contenda e os trabalhos de sua diocese, Agostinho vivia em um mundo espiritual e trabalhava principalmente com a pena. Escrevia cartas quase todos os dias, cartas que até hoje têm grande influência na teologia católica. Somente seus sermões encheram muitos volumes, e, conquanto alguns tenham sido prejudicados por uma retórica artificial e outros tratem de tópicos com cores locais e efêmeras em estilo simples adaptado para os analfabetos de sua congregação, muitos deles, no entanto, revestem-se de nobre eloqüência, fruto de uma paixão mística e crença profunda. Seu espírito constantemente ativo, treinado na lógica das escolas, não podia confinar-se nos pontos de vista de sua paróquia. Esforçou-se em muitos tratados por reconciliar com a razão as doutrinas de Cristo, as quais acabou considerando um baluarte da ordem e decência em um mundo arruinado e tumultuoso. Sabia que a Trindade era um tropeço para a compreensão. Trabalhou durante 15 anos em sua obra mais sistemática — *De Trinitate* — esforçando-se por encontrar analogias nas experiências humanas para as três pessoas em um só Deus. Mais extraordinário ainda — o que deu a Agostinho motivos para muitos debates — foi o problema de harmonizar a vontade livre do homem com a presciência de Deus. Se Deus é onisciente, ele vê o futuro em todos os seus detalhes: uma vez que Deus é imutável, esse quadro que ele tem de todos os próximos acontecimentos coloca estes últimos na necessidade de se efetivarem, pois haviam sido previstos por Ele. Já são predestinados de maneira irrevogável. Portanto, como poderão ser livres os homens? Não deverão fazer o que Deus já previu? E se Deus previu todas as coisas, devia ter sabido desde a eternidade o destino final de toda criatura que criou. Por conseguinte, por que devia Ele criar criaturas que estão predestinadas à condenação?

Nos seus primeiros anos como cristão Agostinho havia escrito um trabalho denominado *De Libero Arbitrio (Sobre o Livre-Arbítrio)*. Procurara, nessa ocasião, enquadrar a existência do mal com a benevolência de um Deus onipotente; sua explicação era que o mal é resultado da vontade livre: Deus não poderia deixar o homem livre sem lhe dar a possibilidade de praticar o mal assim como o bem. Mais tarde, sob a influência das epístolas de Paulo, argumentou que o pecado de Adão havia deixado na raça humana a mancha de uma tendência para o mal, que nenhum número de boas ações poderia habilitar a alma a destruir essa tendência, apagar a mancha e conseguir a salvação, porém somente a graça que fosse concedida livremente por Deus. Deus oferecia essa graça a todos, porém muitos a recusavam. Deus sabia que eles a recusariam; essa possibilidade de condenação, porém, era o preço da liberdade moral sem a qual o homem não seria verdadeiramente homem. A presciência divina não destrói essa liberdade; Deus apenas prevê o que o homem poderá escolher livremente.[66]

Agostinho não inventou a doutrina do pecado original; Paulo, Tertuliano, Cipria-

no e Ambrósio a haviam ensinado. Sua própria experiência com o pecado e a "voz" que o convertera haviam deixado nele uma triste convicção de que a vontade humana já vem com tendências para o mal desde o nascimento, e somente pode voltar-se para o bem pela graça de Deus. Agostinho não sabia explicar as más inclinações da vontade a não ser como resultado do pecado de Eva e do amor de Adão. Desde que somos todos filhos de Adão, argumentara Agostinho, temos de partilhar sua culpa; na verdade somos o fruto de sua culpa: foi a concupiscência o pecado original e ela ainda mancha todos os atos da geração; dada a própria ligação do sexo com o nascimento, é a humanidade uma "massa de perdição" e a maioria de todos nós seremos condenados. Alguns serão salvos, porém somente pela graça do Filho de Deus e pela intercessão da Mãe que O concebeu sem pecado. "Condenaram-nos à destruição por causa de uma mulher e foi por uma mulher que se restaurou para nós a salvação."[67]

Escrevendo assim tanto e apressadamente — muitas vezes, ao que parece, ditando aos amanuenses — Agostinho por mais de uma vez cometeu muitos exageros, que mais tarde procurou corrigir. Às vezes propunha a doutrina calvinista de que Deus escolhia arbitrariamente, desde a eternidade, o "eleito" ao qual Ele iria dar a graça da salvação.[68] Levantou-se uma multidão de críticos para contestar tais teorias; Agostinho combateu-os todos. Veio da Inglaterra o mais forte de seus oponentes, Pelágio, um monge independente, o qual defendeu com veemência a liberdade do homem e o fato de que ele podia salvar-se pela prática de boas ações. Na verdade, Deus nos auxilia, disse Pelágio, dando-nos a Sua lei e mandamentos, o exemplo e preceitos dos santos, purificando-nos com a água do batismo e redimindo-nos com o sangue de Cristo. Deus não faz pesar a balança contra nossa salvação ao fazer a natureza humana inerentemente má. Não houve pecado original, tampouco a queda do homem; somente aquele que comete o pecado é que será punido; sua culpa não recai nos filhos.[69] Deus não predestina o homem para o céu ou o inferno, não escolhe arbitrariamente aquele que será condenado ou salvo; Ele deixa a nós mesmos a faculdade de escolhermos nosso destino. A teoria de que a depravação é inata na natureza humana, disse Pelágio, é a maneira covarde de se atribuir a Deus a culpa pelos pecados do homem. O homem é dotado de razão e, por isso, é responsável por seus atos. "Se devo fazer uma coisa é porque posso fazê-la."

Pelágio chegou a Roma por volta de 400, viveu com famílias religiosas e granjeou a fama de ser muito virtuoso. Em 409 fugiu de Alarico, primeiro para Cartago, depois para a Palestina. Lá viveu em paz até que o sacerdote espanhol Orósio ali apareceu a mando de Agostinho para prevenir Jerônimo contra ele (415). Um sínodo realizado no Oriente julgou o monge e declarou-o ortodoxo; um sínodo africano, convocado por Agostinho, não aceitou essa decisão e apelou para o Papa Inocêncio I, o qual declarou Pelágio um herético; com isso Agostinho anunciou, cheio de esperanças, *Causa finita est* (o caso está encerrado).[70] (Não podemos descobrir nos trabalhos existentes de Agostinho as palavras muitas vezes a ele atribuídas nessa ocasião — *Roma locuta est, causa finita* [Roma falou, encerrou-se o caso.]). Com a morte de Inocêncio, subiu ao trono Zózimo, o qual declarou que Pelágio estava isento de culpa. Os bispos africanos apelaram para Honório; o imperador sentiu-se satisfeito por corrigir a decisão do Papa; Zózimo cedeu e o Concílio de Éfeso (431) condenou, como heresia, o ponto de vista de Pelágio de que o homem pode ser bom sem o auxílio da graça de Deus.

Podia-se apanhar Agostinho em contradições e absurdos, mesmo nas crueldades mórbidas do pensamento, mas não se podia vencê-lo porque, no fim, as especulações

de sua própria alma e sua natureza apaixonada é que lhe moldavam a teologia e não quaisquer elos de raciocínio. Ele conhecia a fraqueza da inteligência: era a curta experiência do indivíduo baseando-se em um julgamento descuidado sobre a experiência da raça; como poderia um homem de 40 anos compreender a experiência de quatro séculos? "Não discutais acaloradamente", escreveu ele a um amigo, "sobre coisas que ainda não compreendeis ou que nas Escrituras parecem... incongruentes e contraditórias; protelai para outra ocasião o vosso julgamento."[71] A fé deve preceder à compreensão. "Não procureis compreender aquilo em que possais crer, mas crede naquilo que possais compreender" — *crede ut intelligas*.[72] "A autoridade das Escrituras é maior que todos os esforços da inteligência humana."[73] Contudo, não se precisa tomar a Bíblia ao pé da letra; foi escrita para ficar ao alcance dos espíritos simples; nela se teve de empregar expressões materiais para as realidades espirituais.[74] Quando as interpretações diferem, cumpre-nos apoiarmo-nos na decisão dos concílios da Igreja, na sabedoria coletiva de seus maiores sábios.[75]

Contudo, mesmo a fé não é ainda bastante para se ter a compreensão; deve-se ter um coração puro para receber os raios da divindade que nos cerca. Humildes e puros, poderemos, algum dia, alcançar os verdadeiros objetivos e a essência da religião, que constituem "a posse do Deus vivo". "Desejo conhecer Deus e a alma. Nada mais? Nada mais."[76] O cristianismo oriental falava mais em Cristo; a teologia de Agostinho é a "da Primeira Pessoa"; era em Deus e para Ele que falava e escrevia. Não faz nenhuma descrição de Deus, pois somente Deus é que pode conhecer-se a Si mesmo.[77] Provavelmente "o verdadeiro Deus não tem sexo, nem idade nem corpo".[78] Podemos, porém, conhecer Deus, através da criação, em um sentido mais íntimo. Tudo no mundo constitui uma maravilha infinita em sua organização e funcionamento, a qual seria impossível conceber sem uma inteligência criadora.[79] A ordem, a simetria e o ritmo das coisas vivas proclamam a existência de uma divindade platônica, na qual a beleza e a sabedoria se irmanam.[80]

Não precisamos acreditar, diz Agostinho, que o mundo foi criado em seis "dias"; provavelmente Deus criou, no princípio, apenas uma matéria nebulosa (*nebulosa species*); havia, porém, nessa matéria, uma natureza seminal ou capacidades produtivas (*rationes seminales*), das quais todas as coisas haveriam de desenvolver-se pelas causas naturais.[81] Para Agostinho, assim como para Platão, as coisas e acontecimentos deste mundo preexistiam no espírito de Deus "assim como o plano de um edifício é concebido pelo arquiteto antes de sua construção",[82] e a criação prossegue no tempo de conformidade com esses eternos modelos encerrados no espírito divino.

3. O Filósofo

Como rendermos, com poucas palavras, justiça a um personagem tão poderoso e de pena tão fecunda? Agostinho transmitiu-nos, através de 230 tratados, os seus pensamentos sobre quase todos os problemas de teologia e filosofia e, comumente, em vibrante estilo, rico de frases lapidadas. Discutiu com desconfiança e sutileza a natureza do tempo.[83] Antecipou-se à frase de Descartes "*Cogito, ergo sum*", quando, para rebater os argumentos dos acadêmicos que negavam poder os homens ter a certeza de tudo, disse: "Quem duvida de estar vivo e pensar?... Se se duvida, é porque se está vivo."[84] Prognosticou a queixa de Bergson de que a inteligência torna-se constitucionalmente materialista por lidar durante muito tempo com coisas corpóreas. Co-

mo Kant, proclamou que a alma é a que mais conhecemos diretamente entre todas as realidades e afirmou claramente a posição idealista — desde que somente se conhece à matéria através do espírito, não se pode, logicamente, reduzir o espírito à matéria.[85] Inspirou a tese de Schopenhauer de que a vontade é fundamental no homem e não a inteligência, e concordou antecipadamente com este filósofo em que o mundo poderia melhorar se cessasse toda reprodução.[86]

Dois de seus trabalhos fazem parte da literatura clássica mundial. Sua obra *Confissões* (*ca.* 400) constitui a primeira e a mais famosa de todas as autobiografias. É dirigida diretamente a Deus, como ato de contrição de 100.000 palavras. Começa com os pecados de sua mocidade, conta em cores vivas a história de sua conversão e, ocasionalmente, entrega-se à oração. Todas as confissões são camufladas, porém as de Santo Agostinho revestem-se de uma sinceridade chocante. Escreveu-as aos 46 anos de idade, já então um bispo, citando o fato de que as antigas idéias carnais ainda viviam em sua memória e afluíam a seus pensamentos;... surgiam-lhe em sonho como fato que se materializava.[87] Os bispos não são sempre tão francos assim em uma psicanálise. Sua obra-prima é a história comovedora da maneira como uma alma alcançou a fé e a paz, e suas primeiras linhas constituem seu sumário: "Vós nos criastes para Vós mesmo e nossos corações não descansarão enquanto não repousarem em Vós." A sua fé é inegável e se torna transcendente:

> Comecei a amar-Vos muito tarde, a Vós que sois o Belo tão antigo e tão novo. ... Sim, também o céu e a terra e tudo o que eles encerram me dizem de todos os lados para que Vos ame. ... O que amo, agora que Vos amo? ... Perguntei-o à terra e ela respondeu que não era ela. ... Perguntei-o ao mar e ao abismo e às coisas que rastejam e todos me responderam: Nós não somos o teu Deus; procura-o acima de ti. Perguntei-o aos ventos passageiros, e todo o ar com seus habitantes me respondeu: Anaxímenes foi enganado; eu não sou Deus. Perguntei aos céus, ao sol, à lua e às estrelas; também eles disseram: não somos o Deus que procuras. Falei-lhes: Dizei-me algo sobre Deus. Uma vez que não sois Aquele a quem procuro, dizei-me algo sobre Ele. E todos disseram em voz alta: Foi Ele quem nos fez... Não estarão com o espírito aqueles que acham desagradável qualquer coisa que Vós criastes. ... As Vossas dádivas nos alegram e na Vossa boa vontade encontramos a paz.[88]

Esse último pensamento de Santo Agostinho é o tema do *Paraíso* de Dante (iii, 85): *La sua voluntate è nostra pace*. (A Sua vontade é a nossa paz.) O livro *Confissões* é um poema em prosa; a *Cidade de Deus* (413-26) é a filosofia em história. Quando chegou à África a notícia de que Alarico havia saqueado Roma, seguida logo depois pela chegada de milhares de refugiados, Agostinho, à semelhança de Jerônimo e outros, ficou vivamente impressionado pelo que se lhe afigurava uma calamidade irracional e satânica. Por que uma divindade benevolente haveria de entregar à devastação dos bárbaros a cidade, e agora cidadela da cristandade, cuja beleza e força haviam sido construídas pelos homens durante tantos séculos? Os pagãos de todas as regiões atribuíram o desastre ao cristianismo: os antigos deuses, vendo-se espoliados, destronados e banidos, haviam retirado sua proteção da cidade que, sob sua direção havia crescido e prosperado durante mil anos. Muitos cristãos ficaram com sua fé abalada. Agostinho percebeu a força daquele desafio; toda a sua vasta obra de teologia ameaçava desmoronar-se se não se dominasse o pânico. Resolveu empregar toda a força de seu gênio em convencer o mundo romano de que tais catástrofes não podiam

por um momento sequer impugnar o cristianismo. Trabalhou durante 13 anos em seu livro, em meio a inúmeras outras atividades. Publicou-o aos poucos; ao chegar à metade havia esquecido o que publicara no princípio e não previra o fim; aquelas 1.200 páginas inevitavelmente se tornaram uma confusa concatenação de ensaios sobre muitas coisas, desde o Primeiro Pecado até ao Dia do Juízo Final. Somente a profundeza de seus pensamentos e o brilho de seu estilo é que elevaram o livro do caos até o ponto mais alto na literatura da filosofia cristã.

Inicialmente Agostinho respondeu que Roma não havia sido punida por sua nova religião, porém pelos seus contínuos pecados. Descreveu a imoralidade da fase pagã e citou Salústio e Cícero no tocante à corrupção da política romana. Roma havia sido outrora uma terra de estóicos, fortalecida por Catões e Cipiões; criara a lei e implantara a ordem e a paz em metade do mundo. Naqueles dias heróicos, Deus havia feito sua graça resplandecer sobre ela. No entanto, as sementes da decadência moral jaziam na própria religião da antiga Roma, nos deuses que estimulavam a natureza sexual dos homens ao invés de reprimi-la: "o deus Virgínio desapertava a cinta da virgem, Subigo colocava-a debaixo do homem, Prema segurava-a... Príapo, de cujo membro gigantesco e bestial era a noiva obrigada, por ordem religiosa, a levantar-se e nele sentar-se!"[89] Roma fora punida porque adorava tais deuses e não porque os havia abandonado. Os bárbaros pouparam as igrejas cristãs e os que para elas fugiram, mas não tiveram contemplação para com os remanescentes tesouros pagãos. Como, pois, poderiam ser os invasores os instrumentos de uma vingança pagã?

A segunda contestação de Agostinho encerrou uma filosofia da história — tentou explicar em um princípio universal os acontecimentos passados. Foi buscar em Platão a concepção de um Estado ideal que existia "algures no céu"; em São Paulo, a idéia de uma comunidade de santos vivos e mortos;[90] no donatista Ticônio, a doutrina de duas sociedades, uma de Deus e outra de Satanás,[91] e com isso estabeleceu a idéia básica de seu livro como sendo a história de duas cidades: a cidade terrena dos homens que se entregam aos negócios e prazeres terrenos e a cidade divina dos adoradores passados, presentes e futuros de um só Deus verdadeiro. Marco Aurélio tinha dito uma frase nobre: "Se o poeta pôde chamar Atenas de bela cidade de Cécrope por que não chamais o mundo de bela cidade de Deus?"[92] Aurélio, com isso, quisera referir-se a todo o universo. A *civitas Dei*, diz Agostinho, foi fundada ao criarem-se os anjos, a *civitas terrena*, ao rebelar-se Satanás. "A humanidade está dividida em duas espécies, uma, na qual se vive de acordo com o homem, e a outra, de acordo com Deus. Chamamo-las misticamente de 'duas cidades' ou sociedades, uma predestinada a viver eternamente com Deus e outra condenada a ser perpetuamente atormentada pelo Diabo."[93] Uma cidade ou mesmo um império não precisam ficar confinados, em todos os seus aspectos, na Cidade Terrena; ambos podem praticar boas ações, podem legislar sabiamente, julgar com justiça e auxiliar a Igreja, e estas boas ações se fazem, por assim dizer, na Cidade de Deus. Essa cidade espiritual não se assemelha à Igreja Católica; a Igreja pode também ter interesses terrenos e seus membros podem cair no egoísmo e no pecado, passando assim de uma cidade para outra. As duas cidades somente ficarão separadas no Dia do Juízo Final.[94]

A Igreja pode identificar-se com a Cidade de Deus[95] — ocasionalmente Agostinho diz que ela está identificada — estendendo simbolicamente sua sociedade para as almas celestes assim como para as almas terrenas, pré-cristãos e cristãos justos. A Igreja iria mais tarde aceitar essa identificação como instrumento ideológico da política e de-

duzir logicamente da filosofia de Agostinho a doutrina de um Estado teocrático, no qual os poderes seculares, derivados dos homens, seriam subordinados ao poder espiritual mantido pela Igreja e oriundo de Deus. Com esse livro, o paganismo cessou de ser uma filosofia, mas, com ele, iniciou-se o cristianismo como filosofia. Foi a primeira formulação definitiva do espírito medieval.

4. O Patriarca

O velho leão da fé achava-se ainda em seu posto quando os vândalos chegaram. Ele permaneceu até o fim na arena teológica, destroçando as novas heresias, enfrentando os críticos, respondendo às objeções e resolvendo dificuldades. Imaginava se a mulher manteria o sexo no outro mundo, se os aleijados, mutilados, magros e gordos tornariam a aparecer nas mesmas condições em que se achavam; perguntava a si mesmo como seriam restaurados na outra vida os que, por causa da fome, tivessem sido devorados por outros.[96] Os anos, porém, foram-lhe pesando nos ombros e, com eles, os males. Ao perguntarem-lhe pela saúde, respondeu: "De espírito estou bem... quanto ao corpo, vejo-me obrigado a ficar na cama. Não posso andar nem levantar-me nem sentar-me por causa das hemorróidas... Contudo, já que isso é a vontade de Deus, que outra coisa poderia dizer senão que me sinto bem?"[97]

Esforçou-se por impedir que Bonifácio se rebelasse contra Roma e foi um dos que influíram para que ele se mantivesse leal. Como Genserico estava avançando, muitos bispos e sacerdotes perguntaram a Agostinho se deviam conservar-se em seus postos ou fugir. Agostinho ordenou que ficassem, e ele mesmo deu o exemplo. Quando os vândalos sitiaram Hipona, Agostinho sustentou o moral do povo faminto com sermões e orações. Morreu no terceiro mês do sítio com idade de 76 anos. Não deixou testamento, pois não tinha bens; escreveu, porém seu próprio epitáfio: "O que aflige o coração de um cristão? É o fato de ele ser um peregrino que sente saudades de sua própria terra."[98]

Poucos homens na História exerceram tão grande influência quanto ele. O cristianismo oriental nunca o aceitou, em parte por ser ele totalmente antigrego, em seus limitados conhecimentos e na sua subordinação do pensamento à sensação e vontade e, em parte, porque a Igreja Oriental já se havia submetido à direção do Estado. Contudo, Agostinho conseguiu dar, no Ocidente, feição definitiva à teologia católica. Antecipando e inspirando Gregório VII e Inocêncio III, reivindicou para a Igreja a supremacia sobre o espírito e o Estado; as grandes lutas dos papas contra os reis e imperadores foram corolários políticos de suas idéias. Dominou até o século XIII a filosofia católica, dando-lhe um quê de neoplatonismo. Até mesmo o aristotélico Santo Tomás de Aquino seguiu muitas vezes a orientação de Agostinho. Wycliff, Huss e Lutero julgaram voltar-se para as teorias de Agostinho ao deixarem a Igreja; Calvino baseou seu implacável credo nas teorias que Agostinho tecera sobre o eleito e o condenado. Agostinho, ao mesmo tempo que estimulava os homens de grande inteligência, tornou-se fonte de inspiração para as criaturas que eram cristãs mais pelo coração do que pela razão. Os místicos esforçavam-se por seguir-lhe os passos ao procurarem a visão de Deus; homens e mulheres encontraram alimento e palavras de conforto em sua bondade e orações. Talvez fosse o segredo de sua influência o fato de ter ele unido e fortalecido as expressões filosóficas e místicas no cristianismo, abrindo assim um ca-

minho não somente para Tomás de Aquino, mas também para Tomás de Kempis.

Sua energia subjetiva, emotiva e antiintelectual assinalou o fim da literatura clássica e o triunfo da literatura medieval. A fim de compreendermos a Idade Média precisamos esquecer o nosso racionalismo moderno, a confiança que depositamos na razão e nas ciências e a busca incansável a que nos dedicamos para adquirir a riqueza, o poder e um paraíso na terra. Devemos acolher com simpatia os que, em suas tentativas, ficaram desapontados ao ver sua utopia destruída pela guerra e pela pobreza, e procuraram depois o consolo na esperança de uma felicidade além-túmulo, confortando-se e inspirando-se na história e figura de Cristo, entregando-se à mercê e bondade de Deus e vivendo com o pensamento na Sua eterna presença, no Seu julgamento e na expiação de Seu Filho. Encontramos em Santo Agostinho essa disposição de espírito mais que em todos os outros homens, até mesmo ao tempo de Símaco, Claudiano e Ausônio. Ele é a voz mais autêntica, mais eloqüente e mais poderosa da Idade da Fé, na cristandade.

VI. A IGREJA E O MUNDO

O argumento de Agostinho contra o paganismo foi a última resposta nos maiores debates históricos. O paganismo sobreviveu no sentido moral como alegre indulgência de apetites naturais; como religião, permaneceu apenas na forma dos antigos ritos e costumes que haviam sido perdoados, ou aceitos e transformados por uma Igreja muitas vezes indulgente. A veneração íntima aos santos substituíra o culto aos deuses pagãos e satisfizera o politeísmo dos espíritos simples ou poéticos. Deram os nomes de Maria e Jesus às estátuas de Ísis e Hórus; a Lupercália romana e a festa da purificação de Ísis transformaram-se na Festa da Natividade;[99] a Saturnália foi substituída pelas comemorações do Natal, a Florália, pelo Dia de Pentecostes, antigo festival dos mortos pelo Dia de Finados,[100] e a ressurreição de Átis, pela ressurreição de Cristo.[101] Dedicaram os altares pagãos aos heróis cristãos; adaptaram e purificaram no ritual da Igreja o incenso, as luzes, as flores, as procissões, as vestes e hinos com os quais satisfaziam os povos nos cultos antigos. A própria imolação de um ser vivo foi sublimada no sacrifício espiritual da missa.

Agostinho protestou contra a veneração aos santos e em termos que Voltaire poderia ter usado ao dedicar sua capela de Ferney: "Não tratemos os santos como deuses; não desejamos imitar os pagãos que adoravam os mortos. Não construamos templos nem altares para eles, mas levantemos com suas relíquias um altar para um só Deus."[102] Contudo, a Igreja mui sabiamente aceitou esse antropomorfismo inevitável da teologia popular. Resistiu ao culto dos mártires e relíquias, praticou-o depois e nisso se excedeu também. Ela se opôs[103] à veneração das imagens, prevenindo os fiéis de que deviam respeitá-las apenas como símbolos,[104] mas o ardor do sentimento popular sobrepujou tais advertências, levando o povo aos excessos dos iconoclastas bizantinos. A Igreja condenou a feitiçaria, a astrologia e a profecia, porém isso se encontrava muito na literatura medieval, assim como na literatura antiga; logo o povo e os sacerdotes iriam servir-se do sinal-da-cruz como coisa maravilhosa para expulsar ou repelir os demônios. Pronunciavam-se exorcismos para os que se apresentavam para o batismo e exigia-se a imersão completa do corpo nu na água, de receio que o diabo estivesse escondido em alguma roupa ou ornamento.[105] A cura que outrora se procurava nos templos de Esculápio pôde ser obtida depois nos santuários de São Cosme e São Da-

mião, em Roma; ir-se-ia obtê-la mais tarde em centenas de santuários. Nessas questões não eram os sacerdotes que corrompiam o povo, mas o próprio povo que se corrompia por entregar-se a tais práticas e, com isso, convencendo aos sacerdotes de seus benefícios. Somente se pode chegar à alma dos homens simples pelos sentidos e imaginação, pelas cerimônias e milagres, pelo mito, medo e esperança. Eles rejeitarão ou transformarão qualquer religião que não lhes proporcionar isso. Era natural que, em meio à guerra, desolação, pobreza e doenças, um povo apavorado procurasse refúgio e consolo nas capelas, igrejas e catedrais, nas luzes místicas, no alegre bater dos sinos, nas procissões, festivais e ritos.

Foi cedendo a tais necessidades do povo que a Igreja pôde inculcar-lhe uma nova moral. Ambrósio, como administrador romano, tentara formular a ética do cristianismo em termos estóicos, convertendo Cícero; o domínio de si mesmo e a virtude, esse ideal dos estóicos que se viu nos grandes cristãos da Idade Média, de Agostinho a Savonarola, moldaram o cristianismo. No entanto, essa moral masculina não era o ideal do povo. Havia muito que o povo estava enfarado dos estóicos, tinha visto essas virtudes masculinas tingirem de vermelho metade do mundo e desejava processos mais suaves, pelos quais os homens pudessem convencer-se de que poderiam viver de maneira estável e em paz. Pela primeira vez na história européia, os professores pregaram uma ética revestida de bondade, obediência, humildade, paciência, misericórdia, pureza, castidade e ternura — virtudes, talvez, originadas das primeiras camadas sociais da Igreja e de sua popularidade entre as mulheres, mas admiravelmente adaptadas para se restabelecer a ordem em um povo sem moral, civilizar o bárbaro nômade e moderar a violência de um mundo decadente.

As reformas da Igreja foram maiores no domínio do sexo. O paganismo tolerara a prostituição, julgando-a necessária para mitigar as dificuldades de se manter a monogamia; a Igreja condenou-a e exigiu que ambos os sexos observassem uma fidelidade recíproca no casamento. Ela não foi coroada de pleno êxito nesse particular; levantou a moral do lar, é verdade, mas a prostituição continuou em sua marcha degradante. Talvez para contrabalançar o instinto selvagem que não se podia refrear, a nova moral exagerasse a castidade a ponto de transformar esta última em uma obsessão, e subordinasse o casamento e o nascimento a um ideal, o da virgindade ou o do celibato. Os chefes da Igreja levaram algum tempo para compreender que nenhuma sociedade poderia sobreviver com tais princípios estéreis. Pode-se compreender essa reação dos puritanos se nos lembrarmos da licenciosidade existente naquela época em Roma, das escolas de prostituição existentes em alguns templos gregos e orientais, do aborto e infanticídio praticados por toda a parte, das pinturas obscenas nas paredes das casas de Pompéia, das torpezas tão populares na Grécia e em Roma, da devassidão dos primeiros imperadores, da sensualidade das classes elevadas conforme se pode ler nas obras de Catulo, Marcial, Tácito e Juvenal. A Igreja chegou finalmente a adotar um ponto de vista mais razoável, e realmente assumiu a tempo uma atitude complacente para com os pecados da carne. Entrementes, a constituição da família sofria com isso. Muitos cristãos daqueles primeiros séculos julgavam poder servir melhor a Deus — ou, antes, escapar mais facilmente do inferno — abandonando os pais, as companheiras ou os filhos, e fugindo das responsabilidades da vida na busca egoística de sua salvação individual. A família havia sido no paganismo uma unidade religiosa e social; foi lamentável que tal unidade se tornasse puramente individual no cristianismo da Idade Média.

Contudo, a Igreja fortaleceu a família cercando o casamento de uma cerimônia solene e sublimando-o pelo sacramento. Em tornando o casamento indissolúvel, aumentou a segurança e a dignidade da esposa e estimulou a paciência que advém da falta de segurança. A posição da mulher foi, durante algum tempo, prejudicada pela doutrina de alguns chefes cristãos, os quais afirmavam que a mulher era a fonte do pecado e o instrumento de Satanás; modificou-se, porém, essa posição pelas honras prestadas à Mãe de Deus. Tendo aceito o casamento, a Igreja abençoou a maternidade e proibiu severamente que se praticasse o aborto ou o infanticídio; talvez fosse para desencorajar tais práticas que seus teólogos condenaram para o limbo eterno toda criança que morresse sem batismo. Foi devido à influência da Igreja que, em 374, Valentiniano I proclamou o infanticídio um crime capital.

A Igreja não condenava a escravidão. Os ortodoxos e hereges, romanos e bárbaros, todos eles consideravam muito natural e indestrutível essa instituição. Alguns filósofos protestaram contra isso, mas eles mesmos tinham também seus escravos. A legislação dos imperadores cristãos, nessa matéria, não é melhor do que as de Antonino Pio ou de Marco Aurélio. As leis pagãs condenavam à escravidão qualquer mulher livre que se casasse com um escravo; as leis de Constantino ordenavam que, em tais casos, a mulher devia ser executada e o escravo queimado vivo. O Imperador Graciano decretou que o escravo que acusasse o senhor de qualquer crime, exceto o de traição ao Estado, deveria ser imediatamente queimado vivo, sem julgamento.[106] Conquanto aceitasse a escravidão como parte das leis de guerra, a Igreja esforçou-se mais que qualquer outra instituição por mitigar seus males. Proclamou, pelos seus chefes, o princípio de que todos os homens eram, por natureza, iguais — presumivelmente referia-se aos direitos legais e morais. Praticava esse princípio enquanto recebia em sua comunhão os homens de todas as classes e castas. O escravo não podia ser ordenado sacerdote, mas o homem livre, por mais pobre que fosse, podia galgar as posições mais elevadas da hierarquia eclesiástica. A Igreja repudiava a distinção que a lei pagã havia estabelecido entre o mal praticado contra um homem livre e o praticado contra um escravo. Ela encorajava a manumissão, julgava a emancipação como sendo a maneira de expiar os pecados, de celebrar a felicidade ou de se aproximar do trono de Deus. Despendeu grandes somas libertando da escravidão os cristãos que haviam sido capturados durante as guerras.[107] Contudo, a escravidão continuou a existir durante toda a Idade Média, tendo depois desaparecido sem que o clero se beneficiasse com isso.

O que mais se distinguia na Igreja era a provisão que fazia para exercer a caridade. Os imperadores pagãos faziam doações de fundos do Estado para as famílias pobres, e os magnatas também faziam algo para seus "fregueses" e os pobres, porém jamais se viu no mundo tão grandes doações como as que eram feitas pela Igreja. Animava a todos para que legassem algo aos pobres e a deixassem administrar os bens legados; ocorreram alguns abusos e malversações, porém o fato de que ela bem cumpriu suas obrigações ficou atestado pela rivalidade que, nisso, encontrou em Juliano. A Igreja auxiliava as viúvas, os órfãos, os enfermos, os prisioneiros, as vítimas das catástrofes de ordem natural e freqüentemente intervinha junto aos governantes para proteger as classes mais baixas contra as explorações ou tributações excessivas.[108] Muitos casos houve em que os sacerdotes, ao assumirem o episcopado, doaram todos os seus bens aos pobres. Mulheres cristãs, como Fabíola, Paula e Melânia, doaram fortunas para as obras de caridade. Seguindo o exemplo da *valetudinaria* pagã, a Igreja e os leigos ri-

cos fundaram hospitais para o povo em uma escala jamais conhecida até então. Basílio criou um famoso hospital, o primeiro asilo para leprosos, em Cesaréia, na Capadócia. Xenodoquias — refúgio dos viajantes — começaram a surgir ao longo das rotas percorridas pelos peregrinos. O Concílio de Nicéia ordenou que se construísse um em todas as cidades. As viúvas ofereciam-se para distribuir esmolas, encontrando nesse trabalho novo significado para suas vidas solitárias. Os pagãos admiravam o desvelo que os cristãos dispensavam aos enfermos nas cidades assoladas pela fome ou pela peste.[109]

O que a Igreja fez, naqueles séculos, para o espírito dos homens? Como ainda existiam escolas romanas, não julgou função sua promover o desenvolvimento intelectual. Para ela, o coração estava acima da inteligência; o cristianismo foi, nesse sentido, uma reação "romântica" contra os "clássicos" que se apoiavam na razão; Rousseau foi simplesmente um Agostinho em grau menor. Convencida de que, para sobreviver, tornava-se necessário organizar-se, e que para se organizar seria preciso apoiar-se em princípios e crenças básicos, pois a maioria de seus adeptos ansiava por crenças firmemente estabelecidas, a Igreja definiu seu credo com dogmas imutáveis, tachou de pecado a dúvida e, com isso, entrou em uma interminável luta com a inteligência e as idéias evolucionistas dos homens. Afirmou que, pela revelação divina, havia encontrado as respostas aos velhos problemas que diziam respeito à origem, natureza e destino do mundo. "Nós, que recebemos da Sagrada Escritura os ensinamentos sobre a verdade", escreveu Lactâncio (307), "somos os que conhecemos a origem e o fim do mundo."[110] Um século antes (197) Tertuliano dissera algo semelhante e sugerira que se limitasse a questão na filosofia.[111] Tendo desviado deste mundo para o outro a preocupação do homem, o cristianismo oferecia explicações sobrenaturais para os acontecimentos históricos, e assim desencorajava quaisquer investigações sobre as causas naturais; muitos progressos alcançados pela ciência grega em sete séculos foram sacrificados em prol da cosmologia e biologia do Gênese.

Provocou o cristianismo um declínio na literatura? A maioria dos padres era hostil à literatura pagã; julgavam-na eivada de politeísmo demoníaco e de imoralidade degradante. No entanto, os maiores deles admiravam os clássicos, e cristãos, como Fortunato, Prudêncio, Jerônimo, Sidônio e Ausônio, aspiravam a poder escrever versos iguais aos de Virgílio ou prosa à semelhança de Cícero. Gregório Nazianzeno, Crisóstomo, Ambrósio, Jerônimo e Agostinho sobrepujam, mesmo em sentido literário, seus contemporâneos pagãos — Amiano, Símaco, Claudiano e Juliano. Mas depois que decaiu o estilo em prosa de Agostinho, o latim escrito substituiu o velho vocabulário e a sintaxe descuidada da língua popular. Os versos em latim tornaram-se, durante certo tempo, muito ruins antes de se adaptarem às novas formas e se transformarem em majestosos hinos.

A causa básica do retrocesso cultural não foi o cristianismo, mas sim o barbarismo; não foi a religião, porém a guerra. As torrentes humanas haviam arruinado ou empobrecido as cidades, mosteiros, bibliotecas e escolas, e dificultado completamente a vida dos eruditos ou cientistas. Talvez a destruição tivesse sido pior não tivesse a Igreja mantido certas medidas de ordem numa civilização em decadência. "A Igreja permanece imutável em meio às agitações do mundo", diz Ambrósio, "as ondas não podem abalá-la. Enquanto tudo a seu redor se encontra em um caos horrível, ela oferece a todos os náufragos um porto tranqüilo onde eles poderão encontrar segurança."[112] Foi o que se verificou muitas vezes.

O Império Romano havia elevado a ciência, a prosperidade e o poder às suas anti-

gas culminâncias. A decadência do Império no Ocidente, o desenvolvimento da pobreza e a extensão da violência exigiam que se dessem aos homens novo ideal e novas esperanças, a fim de confortá-los no sofrimento e dar-lhes coragem para a labuta de todos os dias. A idade da força cedia lugar à idade da fé. Somente depois que a riqueza e o orgulho voltassem na Renascença é que a razão iria rejeitar a fé e abandonar o céu em troca de uma utopia. Mas se depois disso a razão falhar e a ciência não encontrar respostas aos mistérios e começar a aumentar seus conhecimentos, e se a força não melhorar a consciência ou seu objetivo, se todas as utopias forem brutalmente destruídas em virtude dos constantes abusos dos fortes contra os fracos, então os homens compreenderiam o motivo por que seus antepassados, no barbarismo dos primeiros séculos cristãos, afastaram-se da ciência, do poder e do orgulho e refugiaram-se, durante mil anos, na humildade da fé, esperança e caridade.

CAPÍTULO IV

Forma-se a Europa

325 — 529

I. A BRITÂNIA TORNA-SE INGLATERRA: 325-577

TODAS as classes floresceram na Britânia durante o domínio dos romanos, com exceção dos sitiantes. As grandes propriedades prosperavam à custa das pequenas herdades; o lavrador era, em muitos casos, eliminado pela força do dinheiro e tornava-se um vassalo nos campos, ou um proletário nas cidades. Muitos lavradores apoiaram os invasores anglo-saxônios contra os proprietários de terras aristocráticos.[1] Por outro lado, a Britânia romana prosperava. Multiplicavam-se as cidades; sua riqueza ia-se tornando cada vez maior;[2] muitas casas dispunham de aquecimento central e de janelas com vidraças;[3] muitos magnatas possuíam vilas luxuosas. Seus tecelões exportavam excelentes lãs, das quais são ainda hoje os principais exportadores do mundo. Umas poucas legiões romanas, no século III, bastavam para manter a ordem interna e a segurança externa.

Aquela segurança, porém, viu-se ameaçada em todas as frentes nos séculos IV e V: ao norte, pelos pictos da Caledônia; a leste e ao sul, pelos incursores escandinavos e saxônios; a oeste, pelos indômitos celtas de Gales e os aventureiros gaélicos e escotos da Irlanda. As incursões dos escotos e saxões aumentaram de maneira alarmante nas costas durante os anos 364-7. Tropas bretãs e gaulesas repeliram-nas; Estilicão teve de repetir façanha semelhante uma geração mais tarde. Em 381, Máximo e, em 407, o usurpador Constantino transferiram da Britânia, para fins pessoais, as legiões que ali eram necessárias à defesa do país. Poucos foram os homens que para lá voltaram. Os invasores atravessaram as fronteiras; a Britânia recorreu a Estilicão para que a auxiliasse (400), mas ele estava inteiramente ocupado em expulsar da Itália e da Gália os godos e hunos. A um novo apelo feito ao Imperador Honório, este respondeu que os bretões deviam contar apenas consigo mesmos.[4] "O domínio dos romanos sobre a Britânia cessou no ano 409", escreveu Bede.[5]

Defrontando com uma invasão de pictos em grande escala, o chefe bretão Vortigern convidou algumas tribos germânicas do norte para que viessem em seu auxílio.[6] Os saxões surgiram da região do Elba, os anglos de Schleswig e os jutos da Jutlândia. Diz a tradição — talvez seja lenda — que os jutos chegaram em 449 sob o comando de dois irmãos com nomes suspeitos, Hengist e Horsa, isto é, garanhão e égua. Os vigorosos germanos expulsaram os pictos e escotos, receberam terras como recompensa, notaram a fraqueza militar da Britânia e disso informaram os companheiros em sua terra natal.[7] Hordas germânicas não convidadas desembarcaram inesperadamente nas costas da Britânia; havia mais coragem do que habilidade na resistência que encontra-

ram. Durante um século os germanos tentaram ganhar terreno ali em uma luta de guerrilhas; finalmente derrotaram os bretões em Deorham (577) e assenhorearam-se do que mais tarde foi chamado *Angle-land* — Inglaterra. A maior parte dos bretões aceitou a conquista e misturou seu sangue com o dos conquistadores; uma destemida minoria retirou-se para as montanhas de Gales, onde continuou a lutar; outros atravessaram o canal e deram seu nome à Armórica (Bretanha, na França). As cidades da Britânia ficaram arruinadas com a prolongada luta. Os transportes desorganizaram-se e a indústria decaiu. A lei e a ordem enfraqueceram, a arte perdeu seu estímulo, e o incipiente cristianismo da ilha viu-se sobrepujado pelos deuses pagãos e costumes da Germânia. A Britânia e sua língua tornaram-se teutônicas; as leis e instituições romanas desapareceram, e a organização municipal romana foi substituída por comunidades de aldeias. Restou um elemento céltico no sangue, feições, caráter, literatura e arte dos bretões, elemento esse, porém, extraordinariamente insignificante na língua, a qual ficara um misto de alemão e francês.

Se desejarmos perceber a febre daqueles dias amargos, deveremos passar da história para as lendas do rei Artur e seus cavaleiros, ler os tremendos golpes que desfecharam para "destruir os pagãos e apoiar os cristãos". São Gildas, um monge galês, menciona em estranho livro, meio história e meio sermão, *Da Destruição da Britânia* (546?), o "cerco de Mons Badonicus" naquelas guerras; Nênio (Nennius), historiador inglês que apareceu mais tarde (*ca.* 796), narra 12 batalhas que travou, a última no monte Badon, perto de Bath.[8] Geoffrey, de Monmouth (1100?-54), fornece a respeito pormenores muito românticos: como Artur sucedeu a seu pai Uther Pendragon, rei da Britânia, como se opôs aos invasores saxônios, como conquistou a Irlanda, Islândia, Noruega e Gália, e sitiou Paris em 505, como expulsou os romanos da Britânia, como dominou com grande sacrifício de seus homens a revolta de seu sobrinho Modred, como o matou em um combate, em Winchester, como ficou mortalmente ferido e morreu "no ano 542 da Encarnação de Nosso Senhor".[9] Guilherme de Malmesbury (1090?-1143) informa-nos que

> com a morte de Vortimer (irmão de Vortigern) enfraqueceram-se os bretões, os quais teriam logo perecido não tivesse Ambrósio, o único sobrevivente dos romanos,... vencido os presunçosos bárbaros com o poderoso auxílio do belicoso Artur. Artur sustentou durante algum tempo o Estado decadente e incitou seus compatriotas à guerra. Finalmente, confiando em uma imagem da Virgem que ele havia colocado em sua armadura, travou, no monte Badon, sozinho, uma batalha com uma força inimiga de 900 homens, dispersando-a após infligir-lhe grandes perdas.[10]

Concordemos que isso é inacreditável. Satisfaçamo-nos com o fato de que Artur não foi na realidade mais que uma indefinida figura histórica do século VI, provavelmente não teria sido um santo, tampouco um rei.[11] Quanto ao resto, temos de contentar-nos com o que dizem Chrétien, de Troyes, o interessante Malory e o íntegro Tennyson.

II. IRLANDA: 160-529

Os irlandeses acreditam — e não podemos contestá-los — que a ilha deles, "a ilha enevoada e muito fértil", fora habitada primeiro pelos gregos e citas, mil anos ou

mais antes de Cristo, e que seus primeiros chefes — Cuchalain, Conor e Conall — eram filhos de Deus.[12] Himilco, o explorador fenício, chegou à Irlanda por volta de 510 a.C. e descreveu-a como sendo muito "populosa e fértil".[13] Talvez no século V antes de Cristo alguns aventureiros celtas da Gália ou Britânia, ou de ambas, tivessem ali penetrado e vencido os nativos, dos quais nada sabemos. Ao que parece, os celtas levaram consigo a manipulação do ferro de Allstatt e uma forte organização que fazia com que o indivíduo se orgulhasse de seu clã a ponto de constituir ele para si um Estado estável. Os clãs e os reinos guerrearam-se durante mil anos; entre uma guerra e outra, os membros de um clã lutavam contra os de outro. Quando irlandeses bons morriam, eram enterrados de pé, o rosto voltado para seus adversários, prontos para lutarem,[14] isso antes da vinda de São Patrício. A maioria dos reis morria nos campos de batalha ou assassinada.[15] Talvez por questões de eugenia ou por serem vigários de deuses que deviam ser os primeiros a dar seus frutos, aqueles antigos reis, segundo a tradição irlandesa, tinham o direito de deflorar toda noiva antes de entregarem-na ao marido. O rei Conchobar era muito elogiado pela dedicação especial que dispensava a esse mister.[16] Os clãs mantinham um registro de seus membros e de sua genealogia, de seus reis, batalhas e bens antigos "desde o começo do mundo".[17]

Os celtas estabeleceram-se como classe dominante e distribuíram seus clãs por cinco reinos: Ulster, norte de Leinster, Leinster do Sul, Munster e Connaught. Cada um desses cinco reinos era Estado soberano, porém todos os clãs reconheciam Tara, no Meath, como a capital nacional. Aí eram coroados os reis. Ao começar seu reinado, o soberano promovia uma convenção, onde se reuniam todos os "feis", ou homens notáveis, da Irlanda para fazer a legislação que os ligava a todos os demais reinos, corrigir e registrar a árvore genealógica dos clãs, inscrevendo depois tudo nos arquivos nacionais. A fim de abrigar os homens daquela assembléia, o rei Cormac mac Airt construiu no século III um grande pátio, cujos alicerces ainda podem ser vistos. O conselho provincial — o Aonach ou Feira — reunia-se anual ou trienalmente na capital de cada reino. Legislava aí para a área de sua jurisdição, criava os tributos. O conselho atuava também como juiz. Em seguida a essas convenções, havia jogos e divertimentos: música, cantos, acrobacias, pantomimas, narrativas, recitais literários, e muitos casamentos abrilhantavam o acontecimento. Grande parte da população tomava parte nessas festividades. Volvendo os olhos para aqueles tempos distantes, os quais se nos afiguram encantadores, tal reconciliação do governo central com a liberdade local nos parece coisa quase ideal. Os "feis" continuaram até o ano 560 e o Aonach até 1168.

A primeira personagem que podemos admitir como sendo histórica é Tuathal, que governou Leister e Meath por volta do ano 160 de nossa era. O rei Niall invadiu o País de Gales (*ca.* 358) de onde trouxe consideráveis despojos, fez uma incursão na Gália, tendo sido morto (por um irlandês) às margens do rio Líger (Loire); dele descendeu a maioria dos reis irlandeses (O'Neills). No quinto ano do reinado de seu filho Laeghaire (Leary), chegou São Patrício à Irlanda. Antes desse tempo os irlandeses tinham organizado um alfabeto de linhas retas com várias combinações; possuíam uma grande literatura, tanto em poesia como em lendas, que transmitiam uns aos outros por via oral, e haviam feito belos trabalhos em cerâmica, bronze e ouro. Sua religião era um politeísmo animista, em que se adoravam o sol, a lua e diversos objetos naturais, e que povoava milhares de lugares da Irlanda com fadas, demônios e duendes. Os sacerdotes do clã, de vestes brancas, os druidas, faziam profecias, dominavam o sol e os ven-

tos com varinhas e instrumentos mágicos, provocavam aguaceiros e incêndios, decoravam as crônicas e poesias do clã, transmitindo-as depois para os outros, estudavam as estrelas, ensinavam aos jovens, auxiliavam o rei com seus conselhos e atuavam como juízes, elaboravam leis e faziam sacrifícios aos deuses em altares, em pleno ar livre. Entre os ídolos sagrados havia uma imagem coberta de ouro, à qual chamavam de Crom Cruach. Era o deus de todos os clãs irlandeses. Aparentemente, ofereciam-lhe, como sacrifício, o primeiro filho que nascesse em cada família[18] — talvez o fizessem para evitar o excesso de população. O povo acreditava na reencarnação, mas sonhava também com a existência de uma ilha celeste no outro lado do mar, "onde não havia lamentos nem traição, nada que fosse rude, porém uma doce música que embalava os ouvidos, uma terra maravilhosamente bela e de vista deslumbrante".[19] Conta a história que o príncipe Conall ficou tão encantado com tal descrição, que embarcou em um barco de pérolas para descobrir essa região feliz.

O cristianismo aparecera na Irlanda uma geração ou mais antes da chegada de Patrício. Lê-se em uma velha crônica, do ano 431, a qual é confirmada por Bede: "Paládio foi ordenado pelo Papa Celestino, o qual o enviou como primeiro bispo, para os irlandeses que acreditavam em Cristo."[20] Paládio, porém, morreu logo no primeiro ano de sua chegada, e coube ao santo patrono da Irlanda a honra de torná-la inflexivelmente católica.

Patrício nasceu na aldeia de Bonnaventa, no oeste da Inglaterra, em torno de 389. Era filho de uma família da classe média. Sendo filho de cidadão romano, deram-lhe o nome romano de Patrício. Recebeu educação muito modesta e desculpava-se sempre por causa de sua *rusticitas*; estudara tão profundamente a Bíblia que podia citar quase todos os seus trechos de memória. Foi capturado aos 16 anos pelos incursores escotos (irlandeses), tendo sido levado para a Irlanda, onde serviu como guarda de porcos durante seis anos.[21] Foi naquelas horas solitárias de seu trabalho que se converteu. De indiferente que era pela religião, passou a ser muito devoto. A descrição que faz de si mesmo é a de um jovem que se levantava todos os dias antes do nascer do sol e rezava, fosse qual fosse o tempo, com neve, chuva ou tempestade. Conseguiu finalmente escapar, chegou até à costa, onde uns marinheiros o recolheram, levando-o depois para a Gália, talvez para a Itália. Trabalhou para pagar sua viagem de volta à Inglaterra, foi ter com seus pais e viveu com eles alguns anos. No entanto, algo o chamava para que voltasse para a Irlanda — talvez a lembrança da encantadora vida rural ou a bondade de seus habitantes. Interpretou aquele chamado como mensagem divina, um chamado para que fosse converter os irlandeses ao cristianismo. Seguiu para Lérins e Auxerre, estudou para padre e foi ordenado. Quando chegou a Auxerre a notícia de que Paládio havia morrido, Patrício foi nomeado bispo, recebendo as relíquias de Pedro e Paulo. Enviaram-no depois para a Irlanda (432).

Lá encontrou no trono de Tara um ilustre pagão, Laeghaire. Patrício não conseguiu converter o rei, mas obteve plena liberdade para desempenhar sua missão. Os druidas colocaram-se contra ele e fizeram demonstrações de suas feitiçarias; Patrício enfrentou-os com as fórmulas dos exorcistas — uma terceira ordem menor — as quais havia levado consigo para expulsar os demônios. No livro *Confissões* que escreveu na velhice, conta Patrício os perigos que encontrara em seu trabalho: correra risco de vida 12 vezes; uma vez o apanharam, a ele e a seus companheiros, fizeram-nos prisioneiros durante 15 dias e os ameaçaram de morte; alguns amigos, porém, conseguiram persuadir seus captores a libertarem-nos.[22] Segundo a tradição, há centenas de histórias

fascinantes sobre seus milagres: "restituiu a vista aos cegos e a faculdade de poder ouvir aos surdos", disse Nênio;[23] "curou os leprosos, expulsou os demônios, libertou os cativos, ressuscitou nove pessoas e escreveu 365 livros". Provavelmente era mais o caráter de Patrício que convertia os irlandeses do que seus atos maravilhosos. Ele depositava inabalável confiança em sua crença e demonstrava grande paixão e persistência por seu trabalho. Não era muito paciente. Podia lançar maldições com a mesma presteza com que dava suas bênçãos.[24] No entanto, até mesmo esse orgulhoso dogmatismo convencia os que o ouviam. Ordenou sacerdotes, construiu igrejas, criou mosteiros e conventos e estabeleceu fortes guarnições espirituais para defender suas conquistas. Fez com que todos que ingressassem no estado eclesiástico vissem nisso uma suprema ventura; cercou-se de homens e mulheres corajosos e abnegados, os quais suportavam todas as privações para espalhar a nova de que o homem havia sido redimido. Não converteu toda a Irlanda ao cristianismo. Sobreviveram algumas seitas e literatura pagãs, das quais se vêem traços ainda atualmente. Mesmo assim, quando morreu (461), podia-se dizer, ao referir-se a ele, que um homem havia convertido uma nação.

Apenas uma mulher ocupa lugar na afeição do povo irlandês, logo em seguida a São Patrício, a qual muito trabalhou para consolidar a vitória dele. Consta que Santa Brígida era filha de uma escrava e de um rei, mas nada sabemos de definitivo a seu respeito antes do ano 476, quando recebeu o véu. Vencendo inúmeros obstáculos, fundou a "Igreja do Carvalho" — Cill-dara — lugar que ainda conserva esse nome, Kildare. Essa igreja logo se transformou em um mosteiro, convento e escola tão famosa quanto a de Patrício em Armagh. Santa Brígida morreu por volta de 525, venerada em toda a ilha. Dez mil mulheres irlandesas ainda trazem o nome de "*Mary of the Gael*". Uma geração mais tarde, São Ruadhan amaldiçoou Tara; depois do ano 558, com a morte do rei Diarmuid, foram as antigas salas abandonadas e os reis da Irlanda, conquanto ainda pagãos em sua cultura, abraçaram o credo cristão.

III. O PRELÚDIO DA FRANÇA

1. Os Últimos Dias da Gália Clássica: 310-480

Das províncias romanas do Ocidente, era a Gália a mais próspera materialmente e a mais adiantada intelectualmente. Seu solo era generoso, os homens mostravam-se habilidosos em suas profissões e os rios e os mares lhe proporcionavam grande comércio. Floresciam em Narbona, Arles, Bordéus, Tolosa, Lião, Marselha, Poitiers e Trèves inúmeras universidades financiadas pelo Estado; os professores, oradores, poetas e sábios gozavam de preeminente situação, que comumente se reserva aos políticos e pugilistas. A Gália assumiu com Ausônio e Sidônio a supremacia na literatura européia.

Décimo Magno Ausônio foi o poeta e a alma daquela Idade de Prata gaulesa. Nasceu em Bordéus por volta de 310, filho de um de seus principais médicos. Recebeu aí sua educação e contou mais tarde ao mundo, em brilhantes versos, as virtudes de seus mestres, lembrando-lhes os sorrisos e esquecendo seus castigos.[25] Tornou-se depois professor em Bordéus, lecionou "gramática" (literatura) e "retórica" (oratória e filosofia) durante uma geração e foi o tutor do futuro Imperador Graciano. A sincera afeição que transparece de seus versos sobre os pais, tios, esposa, filhos e alunos suge-

re um lar e uma vida que muito se assemelha à de uma cidade universitária dos Estados Unidos no século XIX. Descreve de maneira agradável a casa e os campos que herdara do pai e onde esperava passar os últimos anos de sua vida. Diz à esposa nos primeiros tempos de seu casamento: "Vamos viver sempre como vivemos agora e não abandonemos os nomes que adotamos um para com o outro quando nos começamos a amar... Devemos permanecer sempre jovens. Vós sereis sempre bela para mim. Não devemos dar atenção aos anos que se forem passando."[26] Logo, porém, perderam o primeiro filho. Alguns anos mais tarde, Ausônio imortalizou-o em versos de grande ternura: "Não deixarei de derramar lágrimas por vós, meu primeiro filho, por vós que tendes o mesmo nome que o meu. Nem bem tínheis começado a balbuciar as primeiras palavras da infância e já a morte vos arrebatava de nós. Vós repousais no seio de vosso bisavô e partilhais de sua sepultura."[27] A esposa morreu nos primeiros anos de casamento, deixando-lhe uma filha e um filho. Ausônio sentia-se tão apegado a ela que não mais quis casar-se. Já na velhice, descreveu, novamente dominado pela dor, a perda que tivera e o sombrio silêncio da casa que havia conhecido o cuidado de suas mãos e a cadência de seus passos.

Seus poemas agradaram à época em que viveu, dados os ternos sentimentos, os quadros rurais e a pureza do latim, que se notavam em seus versos de uma beleza quase virgiliana. Paulino, que foi mais tarde um santo, comparou os escritos de Ausônio com os de Cícero. Símaco não pôde encontrar em Virgílio algo que fosse mais belo do que o *Mosella*, de Ausônio. O poeta criara afeição por este rio quando se achava em companhia de Graciano, em Trèves. Descreve-o deslizando por um verdadeiro Éden coberto de videiras, pomares, vilas e sítios em plena prosperidade; em um momento faz-nos perceber as cores verdejantes de suas margens e a música que sobe de suas águas; logo depois expande-se alegremente ao citar os interessantes peixes que nelas se encontram. Essa paixão para catalogar parentes, professores, alunos e peixes não foi redimida pelo sentimento onívoro e ardente filosofia de Whitman. Após 30 anos de gramática, Ausônio tinha forçosamente que se deixar levar pela paixão literária. Seus poemas são verdadeiros rosários de amizade, verdadeiras ladainhas de louvores. Aqueles, porém, que não conheceram professores ou tios assim tão interessantes dificilmente se deixarão impressionar por tais louvores.

Ao morrer Valentiniano I (375), Graciano, eleito então imperador, chamou seu antigo tutor e cumulou-o de cargos políticos. Ausônio foi, em rápida sucessão, prefeito da Ilíria, Itália, África e Gália. Finalmente, aos 69 anos, foi nomeado cônsul. A instâncias suas, Graciano lavrou um decreto instituindo auxílio do Estado para a educação do povo, auxílio para os poetas e médicos e para a proteção da arte antiga. Por influência sua, Símaco foi nomeado prefeito de Roma e Paulino governador provincial. Ausônio lamentou bastante quando Paulino se tornou santo. O Império, que se achava ameaçado por todos os lados, precisava de homens como ele. Ausônio era também cristão, mas não o era de maneira assim tão irredutível. Os seus gostos, assuntos e mitologia eram pagãos.

Ao chegar aos 70 anos de idade, o velho poeta voltou para Bordéus, onde viveu mais 20 anos. Já era então avô. Seus poemas ainda tinham o mesmo calor e colorido dos de sua mocidade: "Não tenhais receio", aconselhava ao neto, "das muitas pancadas que possam ressoar na sala de aula, nem da carranca do mestre; não deixeis que os gritos ou o estalo do chicote vos façam tremer à medida que as horas da manhã vão correndo. Aquele que brande o chicote e está sempre empunhando varas... a isso re-

corre apenas para amedrontar. Vossos pais passaram também por tudo isso e viveram para amenizar a minha velhice."[28] Feliz Ausônio! Feliz por ter vivido e morrido antes da invasão dos bárbaros!

Apolinário Sidônio era para a prosa na Gália do século V o que Ausônio havia sido para a poesia desse país no século anterior. Nasceu em Lião (432), onde o pai era prefeito. O avô havia exercido o mesmo cargo e a mãe era parente de Avito, o qual, mais tarde, em 455, haveria de ser imperador, e com cuja filha Sidônio se casaria em 452. Teria sido difícil conseguir coisa assim melhor. Papianila dera-lhe como dote uma luxuosa vila nas vizinhanças de Clermont. Passou alguns anos de sua vida visitando e recebendo os amigos aristocráticos. Eram pessoas de cultura e trato, apreciadoras do jogo e da ociosidade,[29] que moravam em suas casas de campo e raramente conspurcavam as mãos com a política. Foram incapazes de defender aquele seu modo de vida contra os invasores godos. Não se interessavam pela vida da cidade; os franceses e ingleses ricos já preferiam o campo à cidade. Havia naquelas vilas que se iam espalhando pelo país — algumas com 125 quartos — todo conforto e elegância: soalhos de mosaico, salas com colunas, murais com paisagens, estátuas de mármore e bronze, grandes lareiras e banheiros, jardins e quadras de tênis,[30] matas onde damas e cavaleiros podiam entregar-se com elegância à falconaria. Quase todas as vilas tinham uma biblioteca, na qual se viam obras clássicas da antigüidade pagã e alguns livros cristãos.[31] Muitos dos amigos de Sidônio eram colecionadores de livros; de fato, havia na Gália, assim como em Roma, ricos que davam mais valor às boas encadernações do que ao seu conteúdo, e satisfaziam-se com a cultura que pudessem obter da capa dos livros.

Sidônio mostra o aspecto mais interessante daquele modo de vida — hospitalidade, cortesia, boas iguarias, moral — em versos burilados e em prosa encantadora. Quando Avito seguiu para Roma a fim de assumir o Império, Sidônio o acompanhou, tendo sido o homem escolhido para ler-lhe o panegírico das boas-vindas (456). Um ano depois voltou para a Gália ao ser Avito deposto. Vamos encontrá-lo novamente, em 468, em Roma, ocupando o alto cargo de prefeito da cidade em meio às últimas convulsões do Estado. Movendo-se confortavelmente através daquele caos, descreveu a alta sociedade da Gália e de Roma em cartas ao estilo das de Plínio e Símaco, igualando-se a eles em vaidade e graça. A literatura tinha então pouco o que dizer, dizia-o, porém, com tal cuidado, que dela apenas ficava a forma e o encanto. Havia naquelas cartas a tolerância e a compreensão complacente do homem educado que ilustrara a literatura da França desde os dias em que ela não era ainda francesa. Sidônio levara para a Gália o gosto romano pelas graciosas *causeries*, o que caracterizou o espírito de muitos, desde Cícero e Sêneca através de Plínio, Símaco, Macróbio e de Sidônio até Montaigne, Montesquieu, Voltaire, Renan, Saint-Beuve e Anatole France.

Para não darmos uma falsa impressão de Sidônio, devemos acrescentar que ele era bom cristão e excelente bispo. Viu-se inesperadamente, e contra sua vontade, lançado de sua posição de leigo ao episcopado de Clermont. Um bispo, naqueles dias, tinha de ser tanto administrador civil como guia espiritual, e homens experimentados e ricos, como Ambrósio e Sidônio, tinham predicados que provavam ser mais eficientes que a erudição teológica. Dispondo de poucos conhecimentos nessa matéria, poucos eram os anátemas que Sidônio empregava; ao invés, ele dava suas baixelas de prata aos pobres, e estava sempre disposto a perdoar os pecados. Depreendemos de uma de

suas cartas que os fiéis de seu rebanho muitas vezes interrompiam as orações para tomar refrescos.[32] A realidade destruiu tão agradável vida quando Eurico, rei dos visigodos, decidiu anexar Auvergne ao seu reino. Os godos costumavam sitiar Clermont, a capital, todo o verão, e isso durante quatro anos. Sidônio combateu-os com diplomacia e orações, porém não foi bem-sucedido; quando a cidade caiu, aprisionaram-no e encerraram-no em uma fortaleza perto de Carcassona (475). Soltaram-no dois anos depois, voltando ele a ocupar seu cargo na diocese. Não sabemos quanto tempo ainda viveu. Já aos 45 anos de idade desejava "livrar-se das penas e encargos da vida por meio de uma morte santa".[33] Havia perdido a confiança no Império Romano e depositava agora todas as suas esperanças no advento da civilização para a Igreja romana. A Igreja perdoou sua poesia meio pagã e o canonizou.

2. *Os Francos: 240-511*

Com a morte de Sidônio, a noite do barbarismo desceu sobre a Gália. Não exageremos, porém. Os homens ainda eram hábeis, faziam seu comércio, cunhavam suas moedas, compunham poesias e praticavam a arte. O reino dos visigodos, no sudoeste da Gália, ao tempo de Eurico (466-84) e Alarico II (484-507), era bastante ordeiro, civilizado e progressista, a ponto de arrancar louvores do próprio Sidônio.[34] Alarico II publicou, em 506, um *Breviarium* ou sumário das leis de seu reino; era um código relativamente explicativo, o qual impunha as regras das relações entre a população galo-romana e os conquistadores. Um código semelhante foi publicado (510) pelos reis burgúndios, os quais se haviam instalado pacificamente com o seu povo no sudeste da Gália. Até o ressurgimento das leis romanas no século XI, haveria a Europa latina de ser governada pelos códigos dos godos e burgúndios, e pelas leis dos francos.

A História toma conhecimento dos francos em 240, quando o Imperador Aureliano os derrotou nas proximidades de Mogúncia. Os francos ripuários — "das margens" — instalaram-se em princípios do século V nas encostas ocidentais do Reno. Eles tomaram Colônia (463), fizeram-na sua capital e estenderam seu domínio pelo vale do Reno desde Aachen (Aix-la-Chapelle, antiga Aquisgrana) até Metz. Algumas tribos dos francos permanceram na margem oriental daquele rio e deram seu nome à Francônia. Os francos sálios talvez tivessem adotado este último qualificativo do nome do rio Sala (atual Ijssel), nos Países-Baixos. Avançaram dali para o sul e oeste e, por volta de 356, ocuparam a região entre o Mosa, o oceano e o Somme. Na maioria das vezes entravam pacificamente, outras vezes a convite dos romanos, e assim metade do norte da Gália ficou em poder dos francos, em torno do ano 430. Eles trouxeram consigo sua língua germânica e sua fé pagã, de modo que, durante o século V, o latim deixara de ser o idioma dos povos situados ao longo do Reno inferior, bem como o cristianismo deixara de ser sua religião.

A descrição que os francos sálios fazem de si mesmos na introdução de suas "leis sálicas" era a de "um povo glorioso, sábio em seus conselhos, nobre de corpo, sadio, de grande beleza, ousado, arguto, rijo... o povo que arrancara de seus ombros o cruel jugo de Roma".[35] Não se consideravam bárbaros, mas homens livres, homens que haviam conseguido sua própria libertação. *Franco* significava livre, libertado. Eram altos e louros, traziam os cabelos enrolados no alto da cabeça, com as pontas caídas. Usavam bigodes, mas não barbas. Prendiam suas túnicas à cintura com cintas de couro, algumas das quais eram revestidas de pedaços de ferro esmaltado. Pendiam-lhes da

cinta uma espada, um machado e artigos de toalete, tais como tesouras e pentes.[36] Tanto os homens como as mulheres gostavam de jóias, usavam anéis, pulseiras e contas. Todo homem forte era guerreiro. Aprendia, desde a infância, a correr, saltar, nadar e a atirar sua lança ou machado a um alvo. A coragem era a suprema virtude, pela qual se podia perdoar facilmente o assassínio, a rapina e o rapto. A História, contudo, entrelaça os acontecimentos dramáticos de tal maneira, que dá uma falsa impressão de que os francos eram apenas guerreiros. Suas conquistas e batalhas não foram mais numerosas que as de nossos tempos, foram até menos extensas e menos destruidoras. Suas leis demonstram que eles se dedicavam à agricultura e trabalhos manuais, e esforçavam-se por fazer do nordeste da Gália uma sociedade rural pacífica e próspera.

A lei sálica foi elaborada em princípios do século VI, provavelmente na mesma geração que assistiu ao completo desenvolvimento da lei romana de Justiniano. Consta que "quatro venerandos chefes" a haviam escrito, tendo sido examinada e aprovada sucessivamente por três assembléias realizadas pelo povo.[37] Um julgamento era, em grande parte, feito por meio de "justificação" e ordálio. Certo número de testemunhas que atestassem o bom caráter de um réu era o bastante para eximi-lo de qualquer crime, do qual não fosse evidentemente culpado. O número de testemunhas variava de acordo com o crime imputado: 72 podiam libertar um suposto assassino, mas quando estava em jogo a honra da rainha de França, precisava-se de 300 nobres para atestar a paternidade do filho.[38] Houvesse ainda qualquer dúvida sobre qualquer questão, invocar-se-ia então a lei do ordálio. Podia-se atirar o acusado ao rio, de pés e mãos amarrados; afogar-se-ia se fosse culpado e boiaria se fosse inocente (pois as águas, depois de exorcismadas por meio de uma cerimônia religiosa, rejeitariam a pessoa que fosse inocente);[39] ou faziam o acusado andar descalço sobre fogo ou sobre ferro em brasa, ou segurar uma barra de ferro também em brasa durante certo tempo, ou mergulhar o braço em um recipiente com água fervendo e tirar do fundo um objeto, ou então acusado e acusador permaneciam de pé, com os braços estendidos, até que um deles, cansado, proclamasse sua culpa deixando os braços caírem; ou o acusado tomaria a hóstia da Eucaristia e cairia certamente fulminado por Deus, caso fosse culpado; ou o julgamento pela luta daria a decisão entre dois homens, quando a prova legal fosse ainda duvidosa. Algumas dessas provações já vinham de muito tempo: o Avesta indica que a provação da água fervendo fora usada pelos antigos persas; as leis de Manu (antes do ano 100 de nossa era) mencionam o ordálio dos hindus por meio de submersões, e lê-se em *Antígona*, de Sófocles, a prova pelo fogo e ferro em brasa.[40] Os semitas rejeitaram as provas do ordálio por julgarem-nas ímpias; os romanos as desprezavam por considerarem-nas fruto da superstição; os germanos desenvolveram-nas ao máximo; a Igreja Católica as aceitou com relutância e as cercou com cerimônias religiosas e votos solenes.

Julgamento pela luta era tão antigo quanto as provas de ordálio. Saxo Gramático descreve-o como sendo obrigatório na Dinamarca, no primeiro século de nossa era. As leis dos anglos, saxões, francos, burgúndios e lombardos mencionam que tal julgamento era comumente empregado entre eles, e São Patrício encontrou-o ainda na Irlanda. Quando um cristão romano se queixou ao rei burgúndio Cundibaldo de que semelhante processo não revelaria o culpado, mas sim o mais hábil, respondeu o rei: "Não é verdade que o resultado das guerras e combates é determinado pelo julgamento de Deus e que Sua Providência concede a vitória à causa do justo?"[41] A conversão dos bárbaros ao cristianismo apenas mudou o nome da divindade, cujo julga-

mento se invocava. Não podemos julgar ou compreender aqueles costumes, salvo se nos colocarmos no lugar dos homens que aceitavam o fato de que Deus intervinha em todos os acontecimentos e não se tornaria conivente com um veredicto injusto. Com tal meio de prova em vista, os acusadores, que não se julgassem muito seguros de seu caso ou das provas a seu favor, pensariam duas vezes antes de perturbar os tribunais com suas queixas. Os réus culpados procuravam evitar as provas oferecendo compensações.

Quase todos os crimes tinham seu preço: o acusado ou condenado podia obter a absolvição pagando uma soma fixa, sendo um terço para o governo, dois terços para a família da vítima. A quantia variava de acôrdo com a posição social da vítima, e um criminoso tinha, por isso, que levar muitos fatos em consideração. Se um homem atrevidamente tocasse na mão de uma mulher, seria multado em 15 denários; se lhe tocasse no braço, 35; e no seio, contra a vontade dela, 45.[42] Era uma tarifa razoável quando comparada com outras somas: 2.500 denários de multa ao romano que assaltasse e roubasse a um franco, 1.400 ao franco que assaltasse e roubasse ao romano; oito mil pelo assassínio de um franco, e quatro mil pelo de um romano.[43] (A lei sálica dava ao denário o valor de um quarenta avos de um sólido, o qual continha um sexto de uma onça de ouro. A escassez de ouro e de moedas naqueles tempos dava às somas mencionadas acima um poder aquisitivo, ou punitivo, muito maior do que teriam hoje em dia.) Os poderosos romanos haviam decaído muito ante os olhos de seus conquistadores. Se as vítimas ou parentes não recebessem uma compensação satisfatória, o que não era muito raro acontecer, eles mesmos podiam vingar-se a seu modo. Dessa maneira as vinganças muitas vezes deixavam traços de sangue através de muitas gerações. As indenizações por morte e as demandas judiciais foram o melhor meio que os germanos primitivos encontraram para evitar que os homens exercessem vingança uns contra os outros, obrigando-os a trilhar o caminho da lei.

A cláusula mais célebre da lei sálica dizia: "No tocante à terra sálica, nenhuma parcela da herança reverterá a favor de uma mulher"; baseando-se nisso, iria a França, no século XIV, repelir a reivindicação do trono francês pelo rei inglês Eduardo III, como herança de sua mãe Isabel, donde se seguiria a Guerra dos Cem Anos. A cláusula aplicava-se somente à realeza, a qual, para sua proteção — presumia-se — necessitava do poderio militar de um homem. Em geral, a lei sálica não protegia muito o direito das mulheres. Ela exigia, no entanto, do assassino de uma mulher multa dupla,[44] pois considerava que ela poderia ser mãe de muitos homens. Contudo, à semelhança das primeiras leis romanas, mantinha as mulheres sob a custódia perpétua do pai, marido ou filho; condenava à morte a esposa que cometesse adultério, porém não punia o marido adúltero.[45] Concedia o divórcio atendendo a um simples pedido do marido.[46] A tradição, ou a própria lei, permitia a poligamia aos reis francos.

O primeiro rei franco que se conhece pelo nome foi Clódio, o qual atacou Colônia em 431; foi derrotado por Aécio, mas conseguiu ocupar a Gália até o Somme, fazendo de Tournai a sua capital. Provavelmente foi um seu sucessor legendário, Meroveu ("Filho do Mar"?), que deu seu nome à dinastia dos merovíngios, a qual dominou os francos até o ano 751. Childerico, filho de Meroveu, seduziu Basina, esposa de um rei turingiano; ela o acompanhou para ser sua rainha, dizendo que não conhecia ninguém que fosse mais sensato, mais forte ou mais belo do que ele. O filho dessa união chamou-se Clóvis e foi quem fundou a França e deu seu nome a 18 reis franceses. (Chlodwig, Ludwig, Clóvis e Luís são um só nome.)

Clóvis herdou o trono merovíngio em 481, com a idade de 15 anos. Seu reino era, nessa ocasião, um simples recanto da Gália; outras tribos de francos dominaram a Renânia, tendo ficado completamente independentes com a queda de Roma os reinos dos visigodos e burgúndios. O noroeste da Gália, que ainda se achava nominalmente sob o domínio de Roma, ficara completamente indefeso. Clóvis invadiu a região, conquistou cidades e dignitários, aceitou resgates, vendeu despojos, comprou soldados, suprimentos e armamentos, avançou contra Soissons e derrotou um exército "romano" (486). Dilatou suas conquistas, nos 10 anos seguintes, até alcançar a Bretanha e o Loire. Conquistou a população gaulesa por deixá-la na posse de suas terras e ao ortodoxo clero cristão por respeitar-lhe o credo e a riqueza. Casou-se em 493 com uma cristã, Clotilde, a qual logo o converteu do paganismo ao cristianismo de Nicéia. Remígio (Remi), bispo e santo, batizou o rei em Reims perante grande número de prelados e pessoas notáveis que haviam sido convidados em toda a Gália para assistir ao ato. Três mil guerreiros acompanharam Clóvis até à fonte batismal. Talvez Clóvis desejasse alcançar o Mediterrâneo e julgasse valer a pena aquela cerimônia para a conquista da França. A população ortodoxa da Gália dos visigodos e burgúndios começou a olhar com desprezo seus dominadores arianos e tornou-se aberta ou secretamente aliada do jovem rei franco.

Alarico II percebeu o perigo da situação e tratou de conjurá-lo. Convidou Clóvis para uma conferência. Ambos se encontraram em Amboise e juraram eterna amizade. Alarico, porém, ao voltar para Tolosa, prendeu alguns bispos ortodoxos por conspirarem com os francos. Clóvis reuniu seus homens e disse-lhes: "Compunge-me ver esses arianos dominando parte da Gália. Vamos derribá-los com o auxílio de Deus."[47] Alarico defendeu-se tanto quanto pôde com um povo dividido. Foi derrotado em Vouillé, perto de Poitiers (507), tendo sido morto pelo próprio Clóvis. "Depois de ter passado o inverno em Bordéus e ter-se apoderado de todos os tesouros de Alarico que se encontravam em Tolosa", diz Gregório de Tours, "Clóvis foi sitiar Angoulême. Foi tal a graça que Deus lhe concedeu que as muralhas da cidade ruíram."[48] Vê-se nisso a nota característica do cronista medieval. Sigeberto, o velho rei dos francos ripuários, fora, durante muito tempo, aliado de Clóvis. Este deu a perceber ao filho daquele o quanto lucraria com a morte do pai. O filho matou o pai e Clóvis mandou emissários apresentar ao parricida seus protestos de amizade, ordenando também o seu assassínio. Realizada essa façanha, marchou para Colônia e persuadiu os chefes ripuários a aceitarem-no como rei. "Deus fazia os inimigos caírem todos os dias debaixo de suas mãos", diz Gregório, "porque ele era justo e só fazia o que agradava ao Altíssimo."[49]

Vencidos, os arianos logo se converteram à fé ortodoxa e o clero deles teve permissão para conservar a hierarquia sacerdotal. Clóvis, possuidor então de uma infinidade de escravos e despojos e coberto de bênçãos, mudou sua capital para Paris, onde, quatro anos mais tarde, morria com a idade de 45 anos. A rainha Clotilde, que havia auxiliado a construir a França gaulesa, "chegou a Tours depois da morte do esposo e serviu na igreja de São Martinho. Morou ali com a maior pureza e bondade até o fim de seus dias".[50]

3. Os Merovíngios: 511-614

Clóvis teve muitos filhos, ele que tanto os desejara. A fim de evitar uma guerra de sucessão, dividiu o reino entre eles: Childeberto recebeu a região de Paris; Clodomiro, a de Orléans; Clotário, a de Soissons; Teodorico, a de Metz e Reims. Os filhos continuaram, com grande energia, a política de unificação pela conquista. Conquistaram a Turíngia em 530, a Borgonha em 534, a Provença em 536 e a Bavária (hoje Baviera) e Suábia em 555. Clotário I, que sobrevivera aos irmãos e deles herdara os reinos, governou uma Gália muito mais vasta do que qualquer outra França que se formou posteriormente. Antes de morrer (561), tornou a dividir a Gália em três partes: a região de Reims e Metz, conhecida por Austrásia (leste), foi confiada a seu filho Sigeberto; a Borgonha, a Gontrão e a região de Soissons, conhecida por Nêustria (noroeste), a Chilperico.

A história da França foi um misto de amor e guerra desde o dia do casamento de Clóvis. Sigeberto enviou presentes caríssimos a Atanagildo, rei visigodo da Espanha, e pediu-lhe a mão de sua filha Brunilda; Atanagildo, que temia os francos até mesmo quando lhe traziam presentes, consentiu no casamento, e Brunilda foi adornar com sua graça os salões de Metz e Reims (566). Chilperico era invejoso. Tudo o que possuía era uma simples esposa, Audovera, e uma grosseira concubina, Fredegunda. Ele pediu a Atanagildo a irmã de Brunilda; Galswintha foi para Soissons e Chilperico caiu de amores por ela, porque a jovem levara consigo muitos tesouros. Ela, porém, era mais velha que a irmã. Chilperico logo tornou a voltar para os braços de Fredegunda; Galswintha quis voltar para a Espanha. Chilperico mandou estrangulá-la (567). Sigeberto declarou guerra a Chilperico e derrotou-o, mas foi assassinado por dois escravos a mandado de Fredegunda. Brunilda foi aprisionada, mas conseguiu escapar e coroou seu jovem filho Childeberto II, em nome do qual governou com bastante capacidade.

Descreveu-se Chilperico como "o Nero e o Herodes de nosso tempo", cruel, assassino, lascivo, glutão e faminto de ouro. Gregório de Tours, a única autoridade à qual devemos essa descrição, esclarece, em parte, dizendo que ele era também o Frederico II de seu tempo. Chilperico, diz-nos ele, desprezava a idéia da existência de três pessoas em Deus e da concepção de Deus à semelhança do homem. Discutia com os judeus, protestava contra a riqueza da Igreja e a atividade política dos bispos. Anulou testamentos que haviam sido feitos em favor das igrejas, vendeu bispados aos que deram maior lance e procurou remover o próprio Gregório de sua diocese em Tours.[51] O poeta Fortunato descreveu esse mesmo rei como sendo uma síntese de virtudes, um governante justo e genial, um Cícero de eloqüência. Acontece, porém, que Chilperico recompensara Fortunato pelos versos que fizera.[52]

Chilperico morreu apunhalado em 584, talvez a mandado de Brunilda. Deixou um filho, Clotário II, em nome do qual Fredegunda governou a Nêustria, aliás com uma habilidade, perfídia e crueldade iguais às de qualquer outro homem daquele tempo. Ela mandou um jovem sacerdote matar Brunilda. Como ele voltasse sem ter podido cumprir a missão, Fredegunda mandou decepar-lhe as mãos e os pés. Tais fatos, porém, vêm da pena de Gregório.[53] Entrementes, os nobres da Austrásia, encorajados por Clotário II, promoveram uma revolta atrás da outra contra a imperiosa Brunilda; ela, porém, ia-os controlando tanto quanto podia por meio da diplomacia e assassínios. Finalmente eles a depuseram. Brunilda estava então com 80 anos. Tortura-

ram-na durante três dias. Amarraram-lhe depois os cabelos, as mãos e os pés à cauda de um cavalo e fizeram o animal correr (614). Clotário II herdou todos os três reinos, surgindo assim novamente um só reino franco.

Por essa crônica vermelha podemos avaliar o grau de barbarismo que obscurecera a Gália, mal decorrido um século depois da morte do urbano e delicado Sidônio. Os homens precisavam descobrir um meio de substituir as eleições. O trabalho de unificação de Clóvis foi desfeito por seus descendentes, assim como o seria também o de Carlos Magno. Contudo, continuou-se o governo. Nem toda a Gália podia suportar a poligamia e brutalidade de seus reis. Os nobres invejosos limitavam com o poder de que dispunham a aparente autocracia do monarca, o qual recompensava seus serviços na administração e na guerra com terras, onde eles atuavam praticamente como soberanos. Começava nesses grandes domínios o feudalismo, o qual iria combater a monarquia francesa durante mil anos. A servidão aumentou e a escravidão recebeu novo incremento devido às novas guerras. A indústria passou da cidade para as propriedades feudais; as cidades não se desenvolveram, caíram sob o domínio dos senhores feudais; o comércio mostrava-se ainda ativo, porém prejudicado pela instabilidade da moeda, pelos assaltos nas estradas e aumento dos tributos. A fome e a peste encarregavam-se de contrabalançar a reprodução fecunda dos homens.

Os chefes francos casaram-se com os elementos sobreviventes da classe senatorial galo-romana, dos quais se originou a aristocracia da França. A nobreza, naqueles séculos, apreciava a guerra, desprezava a cultura, orgulhava-se de suas longas barbas e trajes de seda e entregava-se à poligamia quase tanto quanto os muçulmanos, exceto Maomé. Raramente uma classe superior mostrara tal desprezo pela moral. A conversão ao cristianismo não exercera nenhuma influência sobre eles. O cristianismo parecia-lhes apenas um meio dispendioso para dominar e pacificar o povo. "No triunfo do barbarismo e da religião", foi o primeiro que dominou durante cinco séculos. O assassínio, o parricídio, o fratricídio, a tortura, a mutilação, a traição, o adultério e o incesto mitigavam os aborrecimentos do governo. Dizem que Chilperico mandou queimar todas as juntas do corpo de Sigila, o godo, com ferro incandescente e arrancar-lhe os membros do tronco,[54] e que Cariberto tinha como amantes duas irmãs, das quais uma era freira. Dagoberto (628-39) tivera três esposas ao mesmo tempo. Talvez tenham sido os excessos sexuais a causa da esterilidade excepcional dos reis merovíngios: dos quatro filhos de Clóvis, somente Clotário teve descendentes; dos quatro filhos de Clotário, apenas um teve um filho. Os reis casavam-se com a idade de 15 anos e aos 30 já se achavam esgotados. Muitos deles morreram antes de atingir a idade de 28 anos.[55] Ao chegar o ano 614, já a casa dos merovíngios havia despendido toda a sua energia e estava pronta para ser substituída.

A cultura mal pôde sobreviver em meio àquele caos, e no ano 600 tornara-se, por assim dizer, privilégio do clero. A ciência estava quase extinta. Restara a medicina, pois temos notícias da existência de médicos da corte. Na massa do povo, porém, parecia que a magia e as orações surtiam melhores efeitos do que as drogas. Gregório, bispo de Tours (538?-94), tachou de pecado o uso de medicamentos para curar as doenças. Achando-se ele mesmo enfermo, mandou vir um médico, mas logo o dispensou por não prestar; bebeu depois um copo de água, no qual diluiu um pouco de pó do túmulo de São Martinho e ficou completamente curado.[56] Gregório foi o principal prosador de seu tempo. Conhecia pessoalmente diversos reis merovíngios e, uma vez ou outra, servia de emissário para eles. Sua *História dos Francos* é uma narra-

tiva crua, sem seqüência, cheia de preconceitos e superstições da era merovíngia. Seu latim é corrupto, vigoroso, direto; Gregório pede desculpas por seus erros gramaticais e espera não ser punido por isso no Dia do Juízo Final.[57] Aceita os milagres e as coisas sobrenaturais com a imaginação confiante de uma criança ou então com a argúcia de um bispo. "Trataremos, ao mesmo tempo, em nossa narrativa, dos feitos milagrosos dos santos e dos derramamentos de sangue causados pelas nações."[58] Afirma que, em 587, caíram cobras do céu e que uma aldeia desapareceu com todas as suas casas e habitantes.[59] Censura a todos que ousam desacreditar ou prejudicar a Igreja, porém aceita, sem tergiversar, as maldades, traições e imoralidades dos fiéis filhos da Igreja. Seus preconceitos revestem-se de franqueza, porém devem ser recebidos com reservas. A impressão final que se tem é de que sua narrativa se reveste de grande simplicidade.

Depois dele, a literatura da Gália torna-se predominantemente religiosa em seu conteúdo e bárbara na linguagem e forma. Houve, porém, uma exceção, a do espírito brilhante de Venâncio Fortunato (*ca.* 530-610), o qual nasceu na Itália e foi educado em Ravena. Fortunato transferiu-se para a Gália quando tinha 35 anos, escreveu verdadeiros panegíricos aos bispos e rainhas e cultivou um amor platônico por Radegunda, a esposa do primeiro Clotário. Quando ela fundou um convento, Fortunato envergou as vestes de sacerdote, foi seu capelão e finalmente se tornou bispo de Poitiers. Escreveu belos poemas homenageando potentados e santos, além de 29 outros a Gregório de Tours; escreveu a vida de São Martinho em primorosos versos e compôs alguns hinos, entre os quais o *Pange lingua*, que inspirou Tomás de Aquino a desenvolver tema semelhante, porém de maior efeito; outro hino que escreveu, a *Vexilla regis*, foi incluído na liturgia católica. A poesia de Fortunato revestia-se de grande sensibilidade. Lobrigava-se na leitura de seus encantadores versos a bondade, sinceridade e os mais nobres sentimentos, não obstante a crueldade daqueles reis da era merovíngia.

IV. A ESPANHA DOS VISIGODOS: 456-711

Em 420, como vimos, os visigodos da Gália retomaram a Espanha dos vândalos e a entregaram novamente a Roma, porém esta não pôde defendê-la; 18 anos mais tarde os suevos desciam de suas montanhas do noroeste e invadiam a península. Os visigodos, sob os reinados de Teodorico II (456) e de Eurico (466) atravessaram novamente os Pireneus, reconquistaram a maior parte da Espanha e, dessa vez, conservaram o país como verdadeiramente seu. Uma dinastia de visigodos dominou a Espanha desse tempo em diante até à chegada dos mouros.

A nova monarquia construiu em Toledo uma esplêndida capital, organizando ali luxuosa corte. Atanagildo (564-7) e Leovigildo (568-86) foram poderosos governantes, derrotaram os invasores francos ao norte e os exércitos bizantinos no sul; foi a riqueza de Atanagildo que deu a suas filhas o privilégio de serem assassinadas como rainhas dos francos. Em 589, o rei Recaredo mudou sua fé, e da maioria dos visigodos na Espanha, do arianismo para o cristianismo ortodoxo; talvez ele tenha lido a história de Alarico II. Os bispos tornaram-se o principal baluarte da monarquia e a força dominante no Estado. Graças a sua cultura superior e organização dominaram os nobres, os quais participaram com eles dos concílios de Toledo. Embora a autoridade do rei fosse teoricamente absoluta — era ele quem escolhia os bispos — tais concílios o

elegiam, dele exigindo antecipadamente garantias quanto a sua norma de governo. Promulgou-se, sob a direção do clero, um sistema de leis (634), o qual foi o mais eficiente e o menos tolerante de todos os códigos dos bárbaros. Esse sistema aperfeiçoou o processo de julgamento, levando mais em consideração a prova testemunhal do que os atestados de conduta dados pelos amigos do réu; aplicou também as mesmas leis aos romanos e visigodos indistintamente e estabeleceu o princípio de igualdade perante a lei.[60] Rejeitou, porém, a liberdade de culto, exigiu que todos os habitantes fossem cristãos ortodoxos e sancionou a longa e cruel perseguição que faziam aos judeus espanhóis.

Devido à influência da Igreja, a qual conservara o latim em seus sermões e liturgia, os visigodos esqueceram, no decorrer de um século após terem conquistado a Espanha, o seu idioma germânico, e corromperam o latim da península, transformando-o na língua espanhola, de força viril e beleza feminina. As escolas monásticas e episcopais proporcionavam educação principalmente eclesiástica, porém, em parte, clássica. Surgiram muitas academias em Vaclara, Toledo, Saragoça e Sevilha. Desenvolveu-se a poesia. O drama foi tachado de obsceno,como de fato era. O único nome que sobreviveu na literatura da Espanha dos godos foi o de Isidoro de Sevilha (*ca.* 560-636). Narra uma interessante lenda que um rapaz espanhol (Isidoro), tendo sido reprovado por incapacidade mental, fugira de casa e, cansado de vadiar, sentara-se à beira de um poço. Chamou-lhe a atenção uma grande depressão em uma pedra ali existente. Uma jovem que passava pelas proximidades explicou-lhe que aquela depressão era o resultado do atrito com a corda que baixava e suspendia o balde. Disse Isidoro para seus botões: "Se se podia fazer aquela depressão na pedra com o uso diário da corda, sem dúvida ele poderia também, com perseverança, vencer o embotamento de seu cérebro." Voltou para a casa dos pais e tornou-se mais tarde o erudito bispo de Sevilha.[61] Na verdade, pouco sabemos de sua vida. Consta que, em meio a suas atividades de sacerdote consciencioso, achou tempo para escrever meia dúzia de livros. Compilou, durante muitos anos, inúmeras passagens, sobre diversos assuntos, de vários autores pagãos e cristãos, talvez para auxiliar a memória. Seu amigo Bráulio, bispo de Saragoça, aconselhou-o a publicar os excertos. Isidoro aceitou o conselho e reuniu aqueles seus trabalhos, transformando-os em um dos livros que mais influência exerceram na Idade Média — o *Etymologiarum sive originum libri xx (Vinte livros de etimologia ou origem),* agora um volume de 900 páginas em oitavo. É uma enciclopédia, porém não disposta em ordem alfabética; versa sucessivamente sobre gramática, retórica e lógica como *trivium*; depois sobre aritmética, geometria, música e astronomia como *quadrivium*; em seguida, sobre medicina, leis, cronologia, teologia, anatomia, fisiologia, zoologia, cosmografia, geografia física, arquitetura, agrimensura, mineralogia, agricultura, guerra, esporte, navios, costumes, móveis, utensílios domésticos, etc. e, em cada tópico, dá ele a definição e procura a origem dos termos básicos. Ensina-nos que o homem é chamado *homo* porque Deus o fez da própria terra *(humus)*; os joelhos são *genua,* porque, no feto, ficam encostados às faces *(genae)*.[62] Isidoro foi erudito muito trabalhador, se bem que dispersivo. Conhecia bastante a língua grega, estava familiarizado com as obras de Lucrécio (raramente mencionadas na Idade Média) e conservou, em extratos, muitas passagens da literatura pagã, as quais se teriam perdido, não fosse isso. Sua obra é uma mistura de etimologia, milagres inacreditáveis, interpretações fantásticas e alegóricas das Escrituras, de deturpação de textos científicos e históricos para provar princípios morais e er-

ros que, sujeitos a um pequeno exame, poderiam ter sido sanados. Seu livro permanece como monumento duradouro à ignorância de sua época.

Quanto às artes na Espanha dos visigodos, quase nada ficou. Ao que parece, Toledo, Itálica (Sevilha, a velha), Córdova, Granada, Mérida e outras cidades possuíam belas igrejas, palácios e edifícios públicos desenhados em estilo clássico, mas que se distinguiam pelos símbolos cristãos e ornamentos bizantinos.[63] Segundo os historiadores árabes, os conquistadores semitas encontraram nos palácios e catedrais de Toledo 25 coroas de ouro cravejadas de brilhantes, um saltério escrito em folhas de ouro com tinta de rubis que haviam sido reduzidos a pó, tecidos bordados a ouro, armaduras, espadas e punhais cravejados de diamantes, vasos cheios de jóias e uma mesa toda trabalhada de prata e ouro — um dos muitos presentes caríssimos que os visigodos ricos deram à igreja que os protegia.

Sob o regime dos visigodos, os espertos e os fortes continuaram a explorar os simples e mal-afortunados da sorte, como aliás sempre se fez sob qualquer outra forma de governo. Príncipes e prelados uniam-se em majestosas cerimônias religiosas ou de caráter secular, recorrendo também a tabus e ao terror para dominar as paixões da população e apaziguar-lhes o espírito. A propriedade estava concentrada nas mãos de uns poucos; o grande abismo existente entre ricos e pobres, entre cristãos e judeus, dividia a nação em três Estados. Quando os árabes lá chegaram, os pobres conspiraram com os judeus para derribar a monarquia e a Igreja, que viviam esquecidas de sua miséria ou oprimiam sua fé.

Com a morte do pusilânime rei Witiza, em 708, recusou-se a aristocracia a ceder o trono a seus filhos. Deu-o, porém, a Rodrigo (Roderico). Os filhos de Witiza fugiram para a África e pediram auxílio aos chefes mouros. Estes fizeram algumas incursões na costa espanhola, encontraram a Espanha dividida e quase indefesa. Atacaram-na depois com forças maiores em 711. Os exércitos de Tárique e Rodrigo travaram batalha nas praias do lago Janda, na província de Cádis. Parte das forças dos visigodos passou para as fileiras dos mouros. Rodrigo desapareceu. Vitoriosos, os muçulmanos avançaram em direção de Sevilha, Córdova e Toledo; várias cidades abriram suas portas para os invasores. O general árabe Musa instalou-se na capital (713) e anunciou que, dali por diante, a Espanha pertencia ao profeta Maomé e ao califa de Damasco.

V. A ITÁLIA DOS OSTROGODOS: 493-536

1. Teodorico

Quando o império de Átila desmoronou-se com a sua morte (453), os ostrogodos, aos quais ele havia submetido, reconquistaram a independência. Os imperadores bizantinos pagaram-lhes para que levassem para o oeste os outros bárbaros germânicos. Como recompensa, deram-lhes a Panônia, porém levaram para Constantinopla Teodorico, filho do rei ostrogodo Teodomiro. Teodorico tinha sete anos de idade e ia ser mantido como refém, garantindo assim a fidelidade dos ostrogodos. Durante os 11 anos de sua estada na corte de Bizâncio, desenvolveu-se sua inteligência, embora não lhe dessem instrução; assimilou a arte da guerra e da administração, porém, ao que

parece, não aprendeu a escrever.[64] Granjeou a admiração do Imperador Leão I e, quando Teodomiro morreu (475), Leão I o reconheceu como rei dos ostrogodos.

Zenão, sucessor de Leão I, receando que Teodorico pudesse criar dificuldades em Bizâncio, sugeriu-lhe que conquistasse a Itália. Odoacro havia reconhecido formalmente os imperadores do Oriente, mas, para ele, era como se tais imperadores não existissem. Zenão esperava que Teodorico pudesse fazer com que a Itália voltasse para o domínio de Bizâncio. Em todo caso, seria a luta um bom divertimento para dois chefes de perigosas tribos, enquanto ele, Zenão, se entregaria ao estudo da teologia. A sugestão agradou a Teodorico, embora alguns dissessem que ela partira dele mesmo. Na qualidade de *patricius* de Zenão, o jovem conduziu os ostrogodos, inclusive 20.000 guerreiros, através dos Alpes (488). Os bispos ortodoxos da Itália que detestavam o arianismo de Odoacro apoiaram o invasor ariano por representar ele um imperador por assim dizer ortodoxo. Com o auxílio deles, Teodorico quebrou a resistência de Odoacro em uma guerra de cinco anos e persuadiu-o a fazer a paz. Convidou Odoacro e o filho para jantarem com ele em Ravena. Serviu-lhes boas iguarias e os assassinou com suas próprias mãos (493). Iniciou-se assim, de maneira traiçoeira, um dos reinos mais ilustres da História.

Teodorico realizou algumas campanhas, com as quais trouxe para seu domínio os Bálcãs ocidentais, a Itália meridional e a Sicília. Manteve-se formalmente subordinado a Bizâncio, cunhou moedas em nome do imperador apenas e, quando se dirigia ao Senado, que ainda se reunia em Roma, fazia-o de maneira respeitosa. Recebeu o título de *rex* (rei). Esse título, que havia sido outrora odiado pelos romanos, foi dado a todos os governantes das regiões que reconheciam a soberania de Bizâncio. Teodorico aceitou as leis e instituições do antigo Império do Ocidente, desvelou-se na proteção de seus monumentos e dedicou toda sua energia e inteligência em restabelecer a ordem e a prosperidade econômica na região que havia conquistado. Confiou a seus godos a tarefa de fazer o policiamento e de prestar o serviço militar, apaziguando-os com bons soldos. A administração e os tribunais continuaram em mãos dos romanos. Deixou dois terços do solo italiano na posse da população italiana e distribuiu o terço restante entre os godos; mesmo assim nem todo o solo arável foi cultivado. Teodorico libertou os cativos de todas as outras nações e deu-lhes propriedades rurais na Itália. Os pântanos pontinos foram drenados e puderam logo ser aproveitados para a cultura, deles advindo muita riqueza para o país. Acreditando nas vantagens da economia dirigida, Teodorico publicou um edito sobre os preços que deveriam ser mantidos em Ravena. Ignoramos quais foram os preços decretados. Dizem que o custo dos alimentos, durante o reinado de Teodorico, era uma terça parte do que prevalecera antes de seu tempo.[65] Isso, porém, mais poderia ter sido resultado da paz do que de seus regulamentos. Reduziu o número de funcionários do governo e os salários, terminou com os subsídios que o Estado concedia à Igreja e conservou baixos os impostos. Apesar disso, as rendas foram suficientes para reparar grande parte dos danos que os invasores haviam causado a Roma e à Itália e para construir, em Ravena, um modesto palácio e as igrejas de Santo Apolinário e São Vital. Durante seu reinado, Verona, Pavia, Nápoles, Spoleto e outras cidades italianas recuperaram todo o esplendor arquitetônico de seus áureos tempos. Embora fosse ariano, Teodorico protegeu as propriedades e o culto da Igreja. Seu ministro Cassiodoro, um católico, descreveu em memoráveis palavras a política de liberdade religiosa: "Não podemos ditar uma religião, pois não se pode forçar ninguém a crer em alguma coisa contra a vontade."[66]

Procópio, historiador bizantino da geração posterior, teceu uma homenagem imparcial ao rei "bárbaro":

> Teodorico era extremamente zeloso na observância da justiça... e atingiu o mais alto grau de sabedoria e valor.... Conquanto, de nome, fosse um usurpador, foi na realidade um imperador tão ilustre quanto os demais que, desde tempos imemoriais, se distinguiram em suas posições. Tanto os godos como os romanos lhe tinham grande afeição.... Sua morte causou profunda consternação a seus súditos, ele que tinha sido o terror de seus inimigos.[67]

2. *Boécio*

Foi nesse ambiente de segurança e paz que a literatura, na Itália, teve seu surto final. Flávio Magno Aurélio Cassiodoro (480?-573) trabalhou como secretário de Odoacro e Teodorico. Por sugestão deste último escreveu a *História dos Godos*,[68] a qual tinha por objetivo demonstrar aos arrogantes romanos que os godos também tinham antepassados nobres e grande acervo de feitos heróicos. Talvez tivesse sido mais objetivo o seu trabalho intitulado *Chronicon*, história cronológica do mundo desde Adão até Teodorico. Publicou ao término de sua longa carreira política *Variae*, coleção de suas cartas e documentos de Estado. Algumas eram um pouco absurdas, outras bombásticas, porém muitas revelavam grande caráter e grande espírito de estadista, tanto no ministro como em seu rei. Por volta de 540, tendo presenciado a ruína e a queda de ambos os governos a que servira, retirou-se para sua propriedade em Squilace, na Calábria, fundou dois mosteiros e ali viveu como monge e também como grande senhor até sua morte, aos 93 anos de idade. Ensinou seus companheiros monges a copiar manuscritos pagãos e cristãos, tendo preparado uma sala especial para esse trabalho — o *scriptorium*. Outras instituições religiosas seguiram-lhe o exemplo. Grande parte dos trabalhos literários que possuímos daqueles tempos devemos às cópias executadas pelos monges e que haviam sido iniciadas por Cassiodoro. Escreveu nos últimos anos de sua vida um livro de textos intitulado *Institutiones divinarum et humanarum lectionum* (*Curso de Estudos Religiosos e Seculares*), no qual defendeu corajosamente a leitura da literatura pagã pelos cristãos e adotou a divisão de Marciano Capela para o currículo escolar, qual seja a de *trivium* e *quadrivium*, divisão essa que se observou na educação medieval.

A carreira de Anício Mânlio Severino Boécio (475?-524) foi idêntica à de Cassiodoro, exceto no tocante à longevidade. Ambos descendiam de ricas famílias romanas, serviram a Teodorico como ministro, esforçaram-se por construir uma ponte entre o paganismo e o cristianismo e escreveram livros extraordinários que foram lidos e conservados durante mil anos. O pai de Boécio foi cônsul em 483. O sogro, Símaco, o Moço, descendia de Símaco, o qual havia combatido pelo altar da deusa Vitória. Boécio recebeu a melhor educação que Roma podia dar, tendo passado depois 18 anos nas escolas de Atenas. Voltou para sua vila na Itália e mergulhou nos estudos. Resolvido a salvar os elementos da cultura clássica, a qual parecia estar a caminho do esquecimento; dedicou todo seu tempo resumindo para o latim as obras de Euclides sobre geometria, as de Nicômaco sobre aritmética, as de Arquimedes sobre mecânica, as de Ptolomeu sobre astronomia... As traduções que fez da obra de Aristóteles, o *Organon* ou tratados de lógica, e da de Porfírio, *Introdução às Categorias de Aristóteles*, proporcionaram os principais textos e idéias dos sete séculos seguintes, no

tocante à lógica, e prepararam o terreno para a longa disputa entre o realismo e o nominalismo. Boécio escreveu também alguns ensaios sobre teologia. Em um ensaio sobre a Trindade, defendeu a doutrina ortodoxa cristã e pugnou pelo princípio de que deveria prevalecer a fé, onde a fé e a razão se entrechocassem. Nenhum desses trabalhos teriam interesse hoje em dia, mas seria difícil exagerar a influência que exerceram no espírito medieval.

Seguindo a tradição de sua família que ocupara funções públicas, Boécio deixou suas meditações de ordem transcendente para mergulhar no torvelinho da vida política, onde subiu rapidamente. Foi cônsul, depois *patricius* e primeiro-ministro (522). Distinguiu-se por sua filantropia e eloqüência. Os homens o comparavam a Demóstenes e Cícero. Contudo, tal projeção na vida criou-lhe inimigos. Os funcionários godos da corte não olhavam com bons olhos a simpatia que lhe dispensavam os romanos e a Igreja Católica, e despertaram as suspeitas do rei sobre o que poderia advir de sua influência. Teodorico estava então com 69 anos, fraco de espírito e de saúde, e indagava a si mesmo como iria manter pacificamente o governo de uma família de godos arianos sobre uma nação, da qual nove décimos de seus habitantes eram romanos e oito décimos católicos. Ele tinha razão para acreditar que tanto a aristocracia como a Igreja eram seus adversários e aguardavam impacientemente sua morte. Em 523, Justino, imperador bizantino, baixou um edito banindo todos os maniqueus do Império e excluindo das funções militares e civis todos os pagãos e heréticos, inclusive todos os arianos, mas excluindo os godos. Teodorico suspeitou que tal exceção tivera o fito de desarmá-lo, porém seria revogada na primeira oportunidade. Considerou o decreto uma injustiça, depois da ampla liberdade que havia dado aos religiosos ortodoxos no Ocidente. Não havia ele entregue as mais altas posições àquele mesmo Boécio que tinha escrito um trabalho antiariano sobre a Trindade? Ele havia dado à igreja de São Pedro, naquele mesmo ano de 523, dois candelabros de prata maciça, em um gesto de cortesia para com o Papa. Entretanto, ele (Teodorico) ofendera grande parte da população ao tomar a defesa dos judeus. Mandou reconstruir à custa do erário público as sinagogas que a populaça havia destruído em Milão, Gênova e Roma.[69]

Foi naquela sucessão de acontecimentos que chegou aos ouvidos de Teodorico a notícia de que os senadores estavam conspirando para depô-lo. Contaram-lhe que o cabeça da conspiração era Albino, presidente do Senado e amigo de Boécio. O generoso erudito apressou-se a tranqüilizar Teodorico e garantindo-lhe que Albino era inocente, acrescentou: "Se Albino é criminoso, eu e o Senado também o somos." Três homens que não gozavam de boa reputação acusaram Boécio de participar da conspiração e forjaram um documento que trazia a assinatura dele, e no qual se convidava o imperador bizantino a reconquistar a Itália. Boécio refutou todas aquelas acusações, declarando também que o documento havia sido forjado. Confessou, porém, mais tarde: "Houvesse qualquer esperança de liberdade, e eu teria sem dúvida favorecido a todos eles, e se tivesse tido conhecimento de uma conspiração contra o rei... bem, não seria de mim que ele iria saber."[70] Boécio foi preso (523).

Teodorico procurou entrar em entendimento com o imperador. Escreveu a Justino I com palavras dignas de um rei-filósofo:

> Pretender-se dominar a consciência é usurpar a prerrogativa de Deus. O poder dos soberanos acha-se, pela própria natureza das coisas, limitado ao governo

> político, não tendo eles o direito de punir, a não ser os que perturbam a ordem pública. A heresia mais perigosa é a do soberano que se afasta de uma parte de seus súditos por não professar ela o mesmo credo dele.[71]

Justino respondeu que tinha o direito de recusar cargos aos homens em cuja lealdade não pudesse confiar e que a ordem da sociedade exigia unidade de crença. Os arianos do Oriente apelaram para que Teodorico os protegesse. Ele pediu ao Papa João I que fosse a Constantinopla e intercedesse em favor dos arianos que haviam sido excluídos de seus postos. O Papa respondeu que aquilo não era missão para quem assumira o compromisso de extinguir a heresia. Teodorico insistiu, porém. O Papa foi acolhido com grandes homenagens em Constantinopla, mas voltou sem nada ter conseguido. Teodorico acusou-o de traidor e jogou-o na prisão, onde ele morreu um ano depois.[72]

Entrementes, Albino e Boécio haviam sido julgados perante o rei. Foram considerados culpados e condenados à morte. Apavorado, o Senado aprovou vários decretos, expulsando-os de seu seio, confiscando-lhes as propriedades e aprovando a sentença dada. Símaco defendeu o genro e também foi preso. Boécio escreveu, na prisão, um dos mais famosos livros daqueles tempos medievais — *De consolatione philosophiae*. É uma obra alternadamente em prosa e versos encantadores; encontra-se nela uma resignação estóica aos inexplicáveis caprichos do destino e uma tentativa heróica de reconciliar os infortúnios dos homens bons com a benevolência, onipotência e presciência de Deus. Boécio revive nela todas as bênçãos que recebeu na vida — riqueza, um "nobre sogro, uma casta esposa" e filhos exemplares. Relembra suas funções honoríficas e o grande momento em que, com sua eloqüência, comoveu um Senado, cujos cônsules que o presidiam eram seus filhos. Tal felicidade, diz ele para si mesmo, não podia durar para sempre; a fortuna tinha que desfechar uma vez ou outra o seu golpe punitivo, e tamanha felicidade pode perdoar uma calamidade assim fatal.[73] Contudo, diz, tal felicidade pode tornar ainda mais aguda a aflição: "em toda a adversidade da sorte", diz Boécio em um verso que Dante fez sair também dos lábios de Francesca, "a maior infelicidade é a gente ter sido feliz".[74] Ele pergunta à Dama Filosofia — cuja figura personifica em estilo medieval — onde se encontra a verdadeira felicidade. Descobre que ela não se encontra na riqueza, tampouco no prazer ou no poder, e chega à conclusão de que não há verdadeira felicidade senão na união com Deus. A bem-aventurança está unicamente com a Divindade.[75] Por mais estranho que pareça, não há nesse livro nenhuma sugestão de imortalidade pessoal, nenhuma referência ao cristianismo ou a qualquer doutrina especificamente cristã, nenhum trecho que não pudesse ser escrito por Zenão, Epicteto ou Aurélio. O último trabalho sobre a filosofia pagã foi escrito por um cristão que, na hora da morte, se lembrou mais de Atenas do que do Gólgota.

A 23 de outubro de 524 chegaram seus executores. Amarraram-lhe uma corda em volta da cabeça e apertaram-na até lhe saltarem os olhos. Mataram-no depois a pauladas. Símaco foi condenado à morte alguns meses mais tarde. Segundo a versão de Procópio,[76] Teodorico chorou amargamente pelo mal que havia feito a Boécio e Símaco. Em 526, seguia suas vítimas à sepultura.

Seu reino terminou pouco tempo depois de sua morte. Havia nomeado seu sucessor Atalarico, seu neto, mas este tinha apenas 10 anos de idade e foi Amalasonta, sua mãe, quem governou em nome dele. Era uma mulher de grande cultura, amiga e tal-

vez discípula de Cassiodoro, o qual lhe prestou serviços da mesma maneira que prestara ao pai. Amalasonta apegava-se demais aos costumes romanos e por isso desagradava a seus súditos godos; estes não concordaram com os estudos clássicos que estavam sendo ministrados ao rei; eram de opinião que ela estava prejudicando o filho. Foi então que ela o confiou a preceptores godos. Atalarico entregou-se a extravagâncias sexuais e morreu aos 18 anos de idade. Amalasonta associou-se no trono com seu primo Teodato, com a condição porém que ele a deixasse governar. O primo a depôs passado pouco tempo e a prendeu. Ela apelou para Justiniano, naquele tempo imperador de Constantinopla, para que viesse em seu auxílio. Foi então que surgiu a figura de Belisário.

CAPÍTULO V

Justiniano

527 — 565

I. O IMPERADOR

ARCÁDIO morreu em 408 e seu filho Teodósio II, com a idade de sete anos, tornou-se imperador do Oriente. Sua irmã Pulquéria, dois anos mais velha, encarregou-se da educação do menino e fê-lo com tal zelo, que jamais pôde ele ficar apto para governar. Teodósio deixou essa tarefa ao prefeito pretoriano e ao Senado, enquanto copiava e ilustrava os manuscritos e se instruía. Parece, no entanto, que Teodósio jamais lera o código que conserva seu nome. Pulquéria assumiu a regência, em 414, com a idade de 16 anos, e presidiu aos destinos do Império durante 33 anos. Ela e duas irmãs fizeram voto de virgindade e parece que o cumpriram. Vestiam-se com muita simplicidade, jejuavam, cantavam hinos e rezavam; fundaram hospitais, igrejas e mosteiros, fazendo-lhes grandes doações. O palácio transformou-se em verdadeiro convento, ao qual tinham acesso apenas as mulheres e alguns sacerdotes. Em meio a todo aquele espírito religioso, Pulquéria, sua cunhada Eudócia e os ministros governavam tão bem que, em todos aqueles 42 anos do reinado de Teodósio, pôde o Império Oriental gozar de excepcional tranqüilidade, enquanto o Ocidente se ia envolvendo no caos. O mais lembrado acontecimento daquele período foi a publicação do *Código de Teodósio* (438). Um corpo de juristas havia sido comissionado em 429 para codificar todas as leis decretadas no Império desde a ascensão de Constantino ao poder. O novo código foi aceito pelo Oriente e pelo Ocidente e ficou sendo a lei do Império até uma codificação maior, que se fez durante o reinado de Justiniano.

O Império Oriental teve, no período que decorreu entre Teodósio II e Justiniano I, muitos governantes, e seus reinados foram bastante agitados, mas passaram, por assim dizer, para o rol das coisas esquecidas. A vida dos grandes homens demonstra-nos o quanto é breve a imortalidade. Leão I (457-74) enviou contra Genserico (467) a maior frota que até então havia sido reunida por um governo romano, mas ela foi derrotada e destruída. Seu genro Zenão de Isaura (474-91), ansioso por tranqüilizar os monofisitas, causou uma grande cisão entre os cristãos latinos e gregos ao decidir imperialmente, em sua carta "unificadora", o *Henoticon*, que havia apenas uma natureza em Cristo. Anastácio (491-518) foi homem hábil, destemido e de boa vontade; restaurou as finanças do Estado por meio de uma administração honesta, reduziu os impostos, aboliu os jogos em que havia luta de homens contra animais ferozes, e tornou Constantinopla quase inexpugnável com a construção das "longas muralhas", de 40 milhas de extensão, desde o Mar de Mármara até o Mar Negro. Despendeu fundos do Estado em muitas outras obras de utilidade pública e deixou no tesou-

ro 320.000 libras de ouro ($134.400.000), graças às quais pôde Justiniano fazer as suas conquistas. Sua política econômica e tendências monofisitas desagradavam à população; sitiaram-lhe o palácio e mataram três de seus auxiliares. Anastácio apareceu diante do povo com toda a dignidade de seus 80 anos e se propôs a resignar se chegassem a um acordo quanto a seu sucessor. As condições tornaram-se inaceitáveis e a multidão acabou pedindo-lhe que continuasse a governar. Com sua morte pouco tempo depois, Justino, um senador analfabeto, usurpou o trono (518-27). O senador septuagenário apreciava de tal forma a sua vida tranqüila, que acabou entregando o governo do Império a Justiniano, seu brilhante regente e sobrinho.

A Procópio, seu historiador e inimigo, não agradara a figura de Justiniano, e isso devido a sua origem, pois o futuro imperador descendia de uma pobre família de camponeses ilírios — talvez eslavos[1] — e nascera nas proximidades da antiga Sárdica, hoje Sófia. Seu tio Justino o havia trazido para Constantinopla, onde conseguira dar-lhe boa educação. Justiniano distinguiu-se como oficial no exército e como auxiliar de Justino, cujo cargo exerceu durante nove anos, até a morte do tio (527), a quem sucedeu como imperador.

Tinha então 45 anos. Era de altura e corpo medianos, barba rapada, corado, cabelos encaracolados, maneiras agradáveis e sempre com um sorriso que podia significar muitas coisas. Era abstêmio como um anacoreta, sóbrio na alimentação, a qual consistia exclusivamente de vegetais.[2] Jejuava sempre, às vezes a ponto de ficar enfraquecido. Mesmo durante os jejuns continuava sua rotina de levantar-se cedo; entregava-se aos trabalhos do governo "desde o alvorecer até ao meio-dia e, às vezes, até altas horas da noite". Muitas vezes, quando seus auxiliares julgavam que já se tivesse recolhido, estava ele ainda acordado, absorvido nos estudos, ansioso por tornar-se tanto um músico ou arquiteto ou mesmo um poeta e advogado, teólogo e filósofo como um imperador. No entanto, tinha as mesmas superstições dos homens de seu tempo. Seu espírito desdobrava-se em atividade tanto nas grandes coisas como nos pequenos detalhes. Não era forte, tampouco valente; quis abdicar quando lhe surgiram as primeiras dificuldades de seu reinado, não aparecia nos campos de batalha das muitas guerras que fizera. Deixava-se dominar facilmente pelos amigos, talvez devido a sua falta de capacidade, motivo por que vacilava muitas vezes em suas decisões políticas. Freqüentemente as subordinava à vontade da esposa. Procópio, que dedicou um volume aos defeitos de Justiniano, chamou-o de "insincero, astucioso, hipócrita, homem que dissimulava sua ira, mestre de obras feitas que recorria até mesmo às lágrimas em determinadas circunstâncias".[3] Mas isso mais poderia ser a descrição de um diplomata. "Ele era amigo inconstante", continua Procópio, "inimigo inexorável, ardente aficionado do crime e do roubo." Poderia ter sido isso algumas vezes, mas o fato é que ele era também capaz de generosidade e benevolência. Probo, um general, fora acusado de vilipendiá-lo e julgado por crime de traição. Quando entregaram a Justiniano o relatório do julgamento, ele o rasgou e enviou uma mensagem a Probo, dizendo-lhe que perdoava as ofensas e pedia a Deus que lhe perdoasse também.[4] Tolerava qualquer crítica sem guardar ressentimento. "Esse tirano" — que não fora muito feliz com seu historiador — "era a criatura mais acessível deste mundo, pois até mesmo os homens da camada inferior e os humildes tinham completa liberdade, tanto para se apresentar diante dele como também de conversar com ele."[5]

Justiniano fez também com que as cerimônias em sua corte fossem revestidas de grande pompa e em escala que excedia a que havia sido criada por Diocleciano e

Constantino. Como Napoleão, percebera que lhe faltava o apoio dado aos legítimos herdeiros; pois era sucessor de um usurpador; sua origem não lhe dava o necessário prestígio a ritos pomposos sempre que aparecia em público ou diante dos embaixadores estrangeiros a fim de impressioná-los. Apoiou a concepção oriental de que a realeza devia ser considerada divina, aplicando a si mesmo e a suas propriedades o termo "sagrado" e exigindo que todas as pessoas que viessem a sua presença se ajoelhassem e beijassem a bainha de seu manto purpúreo ou os dedos dos pés. (O manto de púrpura fora por muito tempo o vestuário que distinguia o imperador. Vestir a púrpura já era então sinônimo de subir ao trono.) Fez-se ungir e coroar pelo patriarca de Constantinopla. Usava uma coroa de pérolas. Nenhum governo se esforçou tanto quanto o de Bizâncio para conseguir o respeito do povo por meio de cerimônias cheias de esplendor. Tal polícia era algo eficiente; tinham ocorrido muitas revoluções na história bizantina, mas em sua maioria eram golpes de Estado que partiam dos membros do palácio, aos quais não impressionavam tais solenidades.

A revolta mais importante durante o reinado de Justiniano deu-se logo no princípio (532) e quase lhe custou a vida. Os *Verdes* e os *Azuis* — as facções em que se dividira o povo de Constantinopla, de acordo com a indumentária de seus jóqueis favoritos — passaram das discussões às vias de fato; já não havia mais segurança nas ruas da capital, e as pessoas abastadas, ao saírem à noite, tinham de vestir-se como pobres para evitar fossem assaltadas. O governo resolveu intervir e prendeu vários membros das duas facções. Estas, por sua vez, uniram-se num movimento armado contra o governo. Alguns senadores participaram do movimento. Os proletários, que se achavam descontentes com a situação, esforçaram-se por transformá-lo em revolução. Invadiram as prisões e libertaram os que lá se achavam; mataram soldados e funcionários e atearam muitos incêndios, do que resultou ficar completamente destruído o templo de Santa Sofia assim como parte do palácio do imperador. A multidão gritava "*Nika!*" (vitória), nome que se deu à revolta. Embriagada com seus êxitos, exigiu a demissão de dois membros do conselho de Justiniano que não eram muito populares. O imperador acedeu à exigência. Animados, os rebeldes persuadiram o senador Hipácio a que aceitasse o trono. Hipácio aceitou a proposta, contra a vontade da esposa, e foi, em meio aos aplausos da multidão, ocupar o lugar do imperador nos jogos do hipódromo. Enquanto isso, Justiniano, oculto no palácio, planejava a fuga. A Imperatriz Teodora procurou dissuadi-lo do intento, insistiu para que resistisse. Belisário, chefe do exército, tomou a si a tarefa de jugular o movimento; reuniu os godos de suas tropas, conduziu-os ao hipódromo, matou 30.000 pessoas, prendeu Hipácio e mandou matá-lo na prisão. Justiniano reconduziu a seus postos os dois funcionários que havia demitido, perdoou aos senadores rebeldes e entregou aos filhos de Hipácio a propriedade[6] que dele fora confiscada. Justiniano manteve-se firme em seu trono durante os 30 anos seguintes, porém, ao que parece, havia sido amado apenas por uma pessoa.

II. TEODORA

Procópio descreveu em seu livro sobre *Construções* uma estátua da esposa de Justiniano: "A estátua é bela, porém ainda inferior à beleza da imperatriz, pois é quase humanamente impossível exprimir com palavras ou gravar em uma estátua todo o seu encanto."[7] Esse grande historiador bizantino, em todos os seus trabalhos, com ex-

ceção de um, somente teve palavras de louvor para com Teodora. Em um trabalho que deixou e que não foi publicado durante o tempo em que viveu, denominado *Anecdota*, Procópio contou uma história sobre a vida da rainha quando solteira e a história era tão escandalosa que muito se discutiu sobre sua veracidade durante 13 séculos. Essa "história secreta" era um compêndio em que transpareciam a malícia e um espírito completamente parcial, e que se destinava a denegrir posteriormente a memória de Justiniano, Teodora e Belisário. Uma vez que Procópio é a nossa principal autoridade para aquele período e parece ter demonstrado certo cuidado e exatidão em seus outros trabalhos, torna-se impossível tachar de meras invencionices as afirmações de seu livro *Anecdota*. Poderíamos apenas atribuí-las à vingança de um cortesão desapontado. João, de Éfeso, que conhecia bem a imperatriz e não a censurara, apenas a chamara de "Teodora, a inconstante".[8] Os demais historiadores contemporâneos, em seus trabalhos, confirmaram muito pouca coisa do que Procópio havia acusado. Muitos teólogos denunciaram as heresias dela, mas nenhum deles mencionou sua depravação — uma generosidade inacreditável caso ela fosse realmente depravada. Poderíamos, de maneira razoável, concluir que Teodora não fora, no início, uma verdadeira dama, mas acabou sendo uma verdadeira rainha.

Ela era — afirma-nos Procópio — filha de um domador de ursos, fora criada numa atmosfera de circo, tornara-se atriz e cortesã, escandalizou e deleitou Constantinopla com suas pantomimas de gênero livre. Praticou o aborto com êxito por diversas vezes, mas deu à luz um filho ilegítimo. Fora amante de Hecébolo, um sírio, o qual a abandonou depois, permanecendo ela durante algum tempo em Alexandria completamente esquecida. Reapareceu mais tarde em Constantinopla como mulher pobre, porém honesta, ganhando a vida como tecelã. Justiniano apaixonou-se por Teodora, fê-la sua amante, casou-se depois com ela, fazendo-a rainha.[9] Não podemos determinar agora o quanto há de verdade nesse preâmbulo. Se tais fatos não preocuparam um imperador, só nos resta prosseguir. Justiniano foi coroado imperador em Santa Sofia logo depois de seu casamento. A seu lado, Teodora recebeu também a coroa de imperatriz e "nenhum sacerdote", diz Procópio, "se mostrou ultrajado com o fato".[10]

Sem discutirmos seu passado, vemos que Teodora se tornara uma matrona cuja honestidade, como imperatriz, ninguém contestava. Era ávida por dinheiro, cedia, de vez em quando, a suas explosões de cólera e, vez por outra, tecia suas intrigas para conseguir objetivos opostos aos de Justiniano. Dormia muito, apreciava boas iguarias e bons vinhos, gostava de jóias e de uma vida luxuosa e cheia de ostentação e passava muitos meses do ano em seus palácios à beira-mar. Justiniano mostrava-se sempre apaixonado por ela, e com paciência filosófica suportava-lhe a interferência em seus planos. Dera-lhe direitos de soberano teoricamente iguais aos seus, não podia, por isso, queixar-se por exercê-los ela à sua vontade. Teodora participou ativamente da diplomacia e da política eclesiástica, nomeou e demitiu papas e patriarcas e depôs seus inimigos. Anulava, às vezes, as ordens do marido, na maioria dos casos com vantagens para o Estado.[11] Sua inteligência quase se igualava a sua força. Procópio acusa-a de crueldade para com os adversários, dizendo que os atirava em calabouços e que havia assassinado alguns deles, acrescentando que estavam fadados a desaparecer sem deixar traços os homens que a ofendiam, à semelhança do que acontece com certos políticos de nosso século. Mas ela sabia ser magnânima também. Protegeu durante dois anos o patriarca Antêmio, que havia sido exilado por Justiniano devido a uma

heresia, ocultando-o em seus próprios aposentos. Talvez ela tivesse sido demasiado complacente para com os adultérios da esposa de Belisário; contrabalançou isso construindo um belo convento para as prostitutas que se haviam regenerado, dando-lhe o nome de "Convento do Arrependimento". Algumas das jovens arrependiam-se daquela nova vida que ela lhes oferecia, fugiam através das janelas, horrivelmente enfadadas.[12] Teodora assumia interesse verdadeiramente maternal pelos casamentos de suas amigas, arranjara muitos deles e, às vezes, impunha o casamento como condição para promoção na corte. Como se podia esperar, tornou-se, na velhice, uma guardiã muito severa da moral pública.[13]

Interessou-se, no fim, pela teologia e travou muitas discussões com o marido sobre a natureza de Cristo. Justiniano esforçou-se por unir a Igreja do Oriente à do Ocidente, pois achava indispensável para a unidade do Império que houvesse espírito de união entre as Igrejas. Contudo, Teodora não podia compreender a doutrina das duas naturezas em Cristo, embora não levantasse dificuldades sobre a que se referia às três pessoas em Deus. Adotou a doutrina monofisita, percebendo que, nesse ponto, o Oriente não cederia ao Ocidente e achou que o poderio e a sorte do Império jaziam mais nas ricas províncias da Ásia, Síria e Egito do que nas províncias ocidentais, que haviam ficado arruinadas pelo barbarismo e pelas guerras. Suavizou a intolerância ortodoxa de Justiniano, protegeu os hereges, desafiou o papado, encorajou, em segredo, a criação de uma Igreja monofisita livre no Oriente e, com isso, combateu tenaz e inexoravelmente o imperador e o papa.

III. BELISÁRIO

Pode-se perdoar a paixão de Justiniano pela unidade; é a eterna tentação de que se vêem presa os filósofos e estadistas. As generalizações saem às vezes mais dispendiosas do que a guerra. O retomar a África aos vândalos, a Itália aos ostrogodos, a Espanha aos visigodos, a Gália aos francos, a Britânia aos saxões, o rechaçar o barbarismo para restaurar a antiga grandeza da civilização romana, o estender mais uma vez as leis romanas para o mundo do homem branco, desde o Eufrates até às Muralhas de Adriano, não constituiu isso ignóbil ambição, se bem que, no fim, os salvadores e os que por eles foram salvos viessem a ficar esgotados. Para conseguir tão grande objetivo, Justiniano terminou com o cisma do Oriente da Igreja Ocidental sobre as questões papais e sonhou em reunir os arianos, monofisitas e hereges em um só rebanho espiritual.

Justiniano dispunha de generais competentes, mas seus recursos eram limitados. O povo não se mostrava disposto a participar de suas guerras e não tinha recursos para custeá-las. Ele gastou em pouco tempo as 320.000 libras de ouro que os predecessores de Justino haviam deixado no tesouro; viu-se depois forçado a lançar mão de impostos, o que irritava o povo, e estabelecer economias, coisa que criava dificuldades a seus generais. O serviço militar obrigatório havia cessado um século antes. Seu exército imperial foi então formado quase todo ele de bárbaros mercenários vindos de uma centena de tribos e Estados, os quais viviam de pilhagens e sonhavam com riquezas e estupros; muitas vezes, em meio a uma batalha, revoltavam-se e deixavam de conseguir uma vitória por se dedicarem à colheita dos despojos. Nada os unia ou estimulava exceto o soldo regular e generais capazes.

Belisário, da mesma maneira que Justiniano, descendia de camponeses da Ilíria, fazendo lembrar aqueles imperadores balcânicos — Aureliano, Probo, Diocleciano — que haviam salvo o Império no século III. Nenhum general, desde os tempos de César, conquistara como ele tantas vitórias com tão limitados recursos, quer em homens quer em dinheiro. Poucos foram os que o sobrepujaram em estratégia, em popularidade entre seus homens e em magnanimidade para com os adversários. Talvez mereça menção o fato de que os grandes generais — Alexandre, César, Belisário, Saladino e Napoleão — viam na magnanimidade uma poderosa arma de guerra. Havia em Belisário, como naqueles outros, uma grande sensibilidade e brandura, as quais transformavam o soldado em criatura afetuosa, assim que terminava sua tarefa sangrenta. A adoração de Belisário por sua mulher Antonina era tão forte quanto a do imperador por Teodora e, a tal ponto, que acabava sempre perdoando as infidelidades dela. Ele costumava levá-la consigo em suas campanhas.

Ganhou Belisário suas primeiras vitórias na guerra contra a Pérsia. Após 150 anos de paz entre os dois impérios, havia-se recomeçado a antiga luta pelo controle das rotas comerciais para a Ásia Central e a Índia. Em meio a brilhantes vitórias, foi Belisário chamado inesperadamente a Constantinopla. Justiniano fez a paz com a Pérsia (532) pagando a Cósroes Anuchirvã 11.000 libras de ouro e mandou depois Belisário reconquistar a África. Chegara à conclusão de que jamais poderia conquistar o Oriente; a população ali seria sempre hostil e ele teria dificuldades em defender suas fronteiras. Já no Ocidente, as nações havia muitos séculos estavam acostumadas à dominação dos romanos, ressentiam-se de seus dominadores bárbaros e prometiam cooperar na guerra, assim como contribuir com impostos em tempo de paz. Além disso, o trigo que viesse da África acalmaria a população da capital.

Genserico morrera (477) após ter governado 39 anos. A África dos vândalos tornara a adotar, sob o governo de seus sucessores, a maior parte dos hábitos e tradições romanos. O latim tornara-se a língua oficial, na qual os poetas escreviam seus poemas enaltecendo os reis esquecidos. Restaurara-se o teatro romano em Cartago e os dramas gregos subiram novamente à cena.[14] Os monumentos de arte antiga passaram a ser respeitados. Construíram-se novos e magníficos edifícios. Procópio descreve os elementos das classes dominantes como homens civilizados que demonstravam, de vez em quando, um quê de barbarismo, mas que se descuravam da arte da guerra e viviam em doce inércia.[15]

Em 533, no mês de junho, 500 navios de transporte e 92 de guerra concentraram-se no Bósforo, receberam as ordens do imperador e as bênçãos do patriarca e partiram para Cartago. Procópio fez parte do estado-maior de Belisário e escreveu a história da "guerra dos vândalos". Belisário desembarcou na África com apenas cinco mil cavalarianos, rompeu as defesas improvisadas de Cartago e, em poucos meses, derribou os vândalos do poder. Justiniano apressou-se em chamá-lo para homenageá-lo em Constantinopla. Os mouros desceram de suas montanhas e atacaram as guarnições romanas; Belisário voltou imediatamente a tempo de abafar uma rebelião das tropas, levando-as à vitória. A África cartaginesa ficou desse tempo em diante sob o domínio bizantino até a chegada dos árabes.

Justiniano havia, com sutil diplomacia, conseguido uma aliança com os ostrogodos enquanto Belisário atacava a África; procurara depois fazer o mesmo com os francos, ordenando, entrementes, a Belisário que conquistasse a Itália que se encontrava sob o domínio dos ostrogodos. Utilizando-se da Tunísia como base, Belisário conquistou a

Sicília sem muita dificuldade. Fez a travessia do estreito em 536 e tomou Nápoles. As forças dos ostrogodos eram em pequeno número e, assim mesmo, divididas. Belisário foi recebido pelo povo de Roma como libertador e pelo clero como um trinitário. Entrou em Roma sem encontrar oposição. Teodato mandara matar Amalasonta. Os ostrogodos o depuseram e escolheram Witigis para rei. Witigis organizou um exército de 150.000 homens e sitiou Belisário em Roma. Forçados a economizar alimentos e água e a deixar de tomar seus banhos diários, os romanos começaram a manifestar-se contra Belisário, o qual tinha apenas cinco mil homens em armas. Ele defendeu a cidade com grande habilidade e coragem. Após um ano de luta, Witigis voltou para Ravena. Belisário insistiu durante três anos para que Justiniano lhe enviasse mais tropas. Recebeu-as sim, porém, sob o comando de generais que lhe eram hostis. Os ostrogodos foram sitiados em Ravena e passaram fome. Propuseram a rendição a Belisário, contanto que se tornasse seu rei. Ele simulou aceitar, tomou a cidade e deu-a de presente a Justiniano (540).

Tal gesto despertou a gratidão do imperador e, ao mesmo tempo, suas desconfianças. Belisário havia recompensado a si mesmo com os despojos da vitória e granjeado a lealdade das tropas. Tinham-lhe oferecido um reino. Não aspiraria ele ao trono do sobrinho de um usurpador? Justiniano chamou-o novamente a sua presença e foi com visível inquietação que notou o esplendor do séquito do general. "Os bizantinos", escreve Procópio, "sentiam prazer em ver Belisário sempre que ele lhes aparecia... Estava sempre acompanhado de grande número de vândalos, godos e mouros, o que dava a idéia de verdadeira procissão festiva. Além disso, era uma bela figura de homem, mas sua atitude era a de uma pessoa dócil e de maneiras delicadas, o que contrastava bastante com sua posição e fama."[16]

Os comandantes que haviam sido nomeados para substituí-lo na Itália descuraram-se da disciplina das tropas. Discutiam acirradamente uns com os outros e, com isso, granjearam o desprezo dos ostrogodos. Totila, um godo dotado de energia, bom senso e coragem, foi proclamado rei do povo derrotado. Ele recrutou todos os bárbaros sem teto na Itália, tomou Nápoles (543) e Tibur (Tívoli) e sitiou a cidade de Roma. Surpreendeu a todos com sua clemência e boa fé; tratou tão bem os prisioneiros de guerra que eles se alistaram sob sua bandeira. Cumpriu tão fielmente as promessas que fizera e pelas quais conseguira a rendição de Nápoles, que todo o mundo civilizado já não sabia mais quem era o bárbaro e quem era o grego civilizado. Caíram-lhe nas mãos algumas esposas de senadores. Ele as tratou com cortesia e lhes deu a liberdade. Condenou à morte um de seus soldados que tinha violado uma jovem romana. Os bárbaros que se achavam a serviço do imperador não haviam demonstrado tal delicadeza; não tendo recebido os soldos do governo quase falido de Justiniano, saquearam o país a ponto de a população se lembrar com saudades da ordem e justiça que reinavam no tempo de Teodorico.[17]

Belisário recebeu ordens de salvar a Itália. Atravessou sozinho as linhas de Totila e chegou à capital sitiada. Chegara tarde; a guarnição grega estava completamente desmoralizada, seus oficiais não passavam de incompetentes e covardes; alguns traidores abriram as portas da cidade e o exército de Totila, em um total de 10.000 homens, entrou na capital (546). Belisário, ao retirar-se, enviou-lhe uma mensagem pedindo que não destruísse a histórica cidade. Totila deu permissão a seus homens, que estavam famintos e sem dinheiro, que a saqueassem. Poupou, porém, a vida de seus habitantes e protegeu as mulheres contra a sanha dos soldados. Cometeu um erro: dei-

xar Roma para ir sitiar Ravena, pois, na sua ausência, Belisário retomara aquela cidade. Totila voltou, mas não conseguiu desalojar o grande grego. Julgando ter vencido no Ocidente, Justiniano declarou guerra à Pérsia e mandou Belisário para o Oriente. Totila tornou a ocupar Roma (549), a Sicília, a Córsega, a Sardenha e quase toda a península. Por fim, Justiniano deu a seu general Narsés, um eunuco, "uma grande quantia" e ordenou-lhe que formasse novo exército e expulsasse os godos da Itália. Narsés desempenhou a missão com grande habilidade e presteza. Derrotou Totila, o qual foi morto quando fugia. Permitiram aos godos sobreviventes que saíssem da Itália e, assim, após 18 anos, encerrara-se a "guerra dos godos" (553).

Aqueles anos completaram a ruína da Itália. Roma tinha sido tomada cinco vezes, sitiada três, passara fome e fora saqueada; sua população, que havia sido em outros tempos de um milhão de habitantes, ficara reduzida a 40.000 almas,[18] das quais metade era pobre e vivia das esmolas do papa. Milão havia sido destruída, tendo sido mortos todos os seus habitantes. Centenas de cidades e aldeias ficaram insolventes por causa dos impostos dos governantes e dos saques das tropas. Regiões outrora cultivadas foram caindo no abandono e, com isso, reduzira-se bastante o abastecimento alimentar. Consta que somente na província de Piceno 50.000 pessoas morreram de fome durante aqueles 18 anos.[19] A aristocracia deixou praticamente de existir; haviam morrido tantos de seus membros nas batalhas, saques ou quando fugiam do inimigo que poucos foram os que sobreviveram para continuar a participar do Senado de Roma. Já depois de 579 não mais se ouvia falar nela.[20] Os grandes aquedutos que Teodorico mandara reparar ficaram em ruínas, completamente abandonados, e a Campanha tornou-se de novo um grande pantanal infestado pela malária. Os majestosos banhos públicos debaixo dos aquedutos foram totalmente esquecidos. Das centenas de estátuas que haviam sobrevivido às devastações de Alarico e Genserico, parte ficou destruída e parte foi utilizada para a fabricação de projéteis e máquinas de guerra durante o cerco. Apenas as ruínas testemunhavam a antiga grandeza de Roma como capital de metade do mundo. O imperador do Oriente iria governar a Itália durante breve período. A vitória obtida fora dispendiosa e vazia. Somente na Renascença é que Roma iria restabelecer-se completamente daquela vitória.

IV. O CÓDIGO DE JUSTINIANO

É com razão que a História se esquece das guerras de Justiniano para se lembrar de suas leis. Passara-se um século desde a publicação do Código de Teodósio. Muitos de seus regulamentos haviam-se tornado obsoletos em virtude das mudanças de condições. Tinham decretado muitas leis novas, as quais figuravam de modo confuso nos códigos, e as muitas contradições nelas existentes criavam dificuldades ao executivo e aos tribunais. A influência do cristianismo havia modificado a legislação e sua interpretação. As leis civis de Roma muitas vezes colidiam com as das nações que formavam o Império; muitos dos decretos não se adaptavam às tradições helenísticas do Oriente. Todo o imenso corpo da legislação romana tornara-se mais um acúmulo empírico de textos do que um código em sua verdadeira acepção.

Justiniano sentia todo esse caos, via nisso o caminho para o desmembramento do Império, ele que sonhava com sua unificação. Nomeou 10 juristas em 528 para sistematizar, esclarecer e reformar as leis. O membro mais ativo e influente da comissão foi o questor Triboniano, o qual, apesar de sua venalidade e de ser suspeito de

ateísmo, continuou, até a morte, como o principal inspirador, conselheiro e executor dos planos legislativos de Justiniano. A primeira parte da tarefa foi realizada às pressas, tendo sido publicada em 529 sob a denominação de *Codex Constitutionum*; declarara-se que seria a lei do Império, revogando com ela a legislação anterior exceto na parte que se incorporara no novo código. O preâmbulo da obra tocava em um ponto interessante:

> Aos jovens desejosos de estudar as leis: Sua Majestade Imperial deve armar-se de leis da mesma maneira que deve ser glorificado pelas armas, de modo que possa fazer um bom governo tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, zelando escrupulosamente pela justiça e triunfando sobre seus inimigos.[21]

Os membros da comissão dedicaram-se depois à elaboração da segunda parte do trabalho que lhes havia sido confiado. Reuniram em um sistema as *responsa* ou opiniões dos grandes juristas romanos que ainda pareciam dignas de ter força de lei. Publicaram-no sob o título de *Digesta* ou *Pandectae* (533). Todos os juízes teriam de apoiar-se nas opiniões nele transcritas e nas interpretações que a elas haviam sido dadas; perdiam assim sua força legal todas as demais opiniões. Não se copiaram mais as antigas coleções de *responsa*, cuja maior parte acabou desaparecendo. O que delas ainda resta dá a perceber que os redatores de Justiniano omitiram opiniões favoráveis à liberdade e transformaram, por meio de ímpia fraude, algumas sentenças de antigos juristas de maneira a adaptá-las melhor a um governo autocrata.

Na ocasião em que se achava em elaboração esse grande trabalho, Triboniano e dois de seus companheiros, vendo que o *Codex* constituía um volume fatigante para os estudantes, publicaram um manual de código civil intitulado *Institutiones* (533). Esse código, em sua essência, reproduzia com emendas os *Comentários* de Gaio, o qual, no século II, havia resumido, com admirável habilidade e clareza, o código civil de sua época. Entrementes, Justiniano continuava a fazer novas leis. Triboniano e quatro auxiliares as incorporaram, em 534, em uma nova edição do *Codex*, perdendo a edição anterior toda sua força legal. A legislação adicional de Justiniano foi publicada depois de sua morte sob o título de *Novellae (sc. constitutiones)*, isto é, novas leis. Enquanto as primeiras publicações foram em latim, esta última era em grego e assinalava o fim do latim como o idioma para as leis do Império Bizantino. Todas essas publicações vieram a ser conhecidas como *Corpus iuris civilis* ou Corpo do Código Civil, e a elas todo o mundo se referia como sendo o Código de Justiniano.

Esse código, como o de Teodósio, transformava em lei o cristianismo ortodoxo. Começava pronunciando-se a favor da Trindade e anatematizando Nestório, Êutiques e Apolinário. Reconhecia a supremacia eclesiástica da Igreja Romana e ordenava a todos os grupos cristãos que se submetessem a sua autoridade. Os capítulos subseqüentes, porém, proclamavam o poder do imperador sobre a Igreja: todas as leis eclesiásticas e civis deviam emanar do trono. O código determinava as leis para os metropolitanos, bispos, abades e monges e especificava as penalidades para os clérigos que jogassem ou que fossem a teatros e divertimentos.[22] Os maniqueus e hereges relapsos seriam condenados à morte; os donatistas, montanistas, monofisitas e outros dissidentes deveriam sofrer o confisco de seus bens e seriam declarados incapazes; não podiam comprar, vender, herdar ou fazer legados; foram excluídos dos cargos civis, proibidos de fazer reuniões e de processar os cristãos ortodoxos por falta de pagamento de dívidas. Uma lei mais benigna dava aos bispos o direito de visitar as prisões e de proteger os prisioneiros contra os abusos praticados à sombra da lei.

O código restabeleceu as antigas diferenças de classes. Os libertos não eram mais tratados como grupo à parte; gozavam, desde sua emancipação, de todos os privilégios dos homens livres e podiam galgar posições, até mesmo as de senador ou imperador. Todos os homens livres classificavam-se em *honestiores* — honrados ou distintos — e *humiliores* — plebeus. O código sancionou uma hierarquia de castas que se desenvolveu entre os *honestiores* desde os tempos de Diocleciano: *patricii, illustres, spectabiles* (daí nossos *respeitáveis*) *clarissimi* e *gloriosi*. Havia muitos elementos orientais nessa lei romana.

O código mostrou ter sofrido alguma influência de cristãos e estóicos em sua legislação sobre a escravidão. A violação de uma mulher escrava ou livre seria punida com a morte. O escravo podia casar-se com uma mulher livre se o dono consentisse. Justiniano, da mesma maneira que a Igreja, favorecia a alforria, porém suas leis permitiam que se vendesse uma criança recém-nascida, como escrava, caso os pais se encontrassem em extrema pobreza.[23] Certas passagens do código legalizavam a servidão e, com elas, preparava-se o feudalismo. Exigia que o homem livre não abandonasse a gleba de terra na qual tivesse cultivado durante 30 anos;[24] essa medida estendia-se a seus descendentes. O código a justificava dizendo que era para desencorajar o abandono do solo. O senhor podia reclamar o servo que fugisse ou se tornasse clérigo sem o seu consentimento.

O código melhorou moderadamente a posição da mulher. Sua sujeição, durante toda a existência, à tutela, havia terminado no século IV. Tornara-se obsoleto o velho princípio de que as heranças somente podiam ser transmitidas pelos homens. A Igreja, que muitas vezes recebia legados de mulheres, muito trabalhara para conseguir tais reformas. Justiniano procurou fortalecer o ponto de vista da Igreja sobre o divórcio e o proibiu, exceto nos casos em que uma das partes desejasse entrar para um convento ou mosteiro. Isso, porém, contrastava abertamente com os costumes e leis então existentes; grande parte do público protestou contra tal expediente dizendo que o mesmo iria aumentar o número de divórcios. A legislação posterior do imperador dava uma relação mais liberal dos motivos para divórcio, os quais, salvo algumas interrupções, prevaleceram no Império Bizantino até 1453.[25] O código revogou as penalidades impostas por Augusto aos celibatários e casais sem filhos. Um decreto de Constantino declarava o adultério um crime capital, mas nem sempre era observada essa disposição da lei. Justiniano manteve a pena de morte para os homens, porém reduziu a das mulheres para o enclausuramento em um convento. O marido podia matar impunemente o amante da esposa se, depois de enviar a esta última três avisos assinados por testemunhas, a encontrasse em sua própria casa ou em uma taverna conversando com o homem do qual suspeitasse. Foram decretadas penas severas e semelhantes para as relações com mulher solteira ou viúva, salvo se a mulher fosse concubina ou prostituta. A violação de uma mulher era punida com a morte ou com o confisco dos bens. Entregava-se à mulher ultrajada o que se apurasse do confisco. Justiniano não somente decretou a pena de morte para os que praticavam atos homossexuais como também mandava torturar, mutilar e exibir em público os culpados, antes da execução. Percebe-se nessa legislação severíssima contra as anormalidades sexuais a influência de um cristão tomado de feroz puritanismo e revoltado com os pecados da civilização pagã.

Justiniano fez uma alteração decisiva nas leis de propriedade. Aboliu o antigo privilégio dos parentes por agnação de poderem herdar uma propriedade intestada. Tal herança caberia aos parentes por cognação em linha direta — filhos, netos, etc. O código estimulava os donativos e os legados. Os bens reais ou imóveis, rendas, servos ou escravos da Igreja foram declarados inalienáveis; nenhum membro ou grupo de membros do clero podia ceder, vender ou legar aquilo que pertencesse à Igreja. As leis de Leão I e Antêmio, confirmadas pelo código, tornaram-se a base da crescente prosperidade da Igreja. A propriedade eclesiástica foi-se acumulando no decurso do tempo. A Igreja fez todo o possível para que se abolissem os juros, mas nada conseguiu. Os devedores faltosos podiam ser presos, porém seriam soltos mediante fiança ou juramento de que voltariam para ser julgados.

Ninguém podia ser preso a não ser por ordem de um alto magistrado e havia limite para o tempo que deveria decorrer entre a prisão e o julgamento. Os advogados eram tão numerosos que Justiniano teve de construir para eles uma basílica, de cujo tamanho se pode fazer uma idéia considerando que só a biblioteca continha 150.000 volumes ou rolos. Realizava-se o jul-

gamento ante um magistrado nomeado pelo imperador. Mas se as partes litigantes o desejassem, o julgamento podia também ser feito no palácio do bispo. Colocavam um exemplar da Bíblia na frente do juiz em cada julgamento; os advogados tinham de jurar, junto à Bíblia, que tudo fariam para defender honestamente seus clientes. Eles teriam, porém, de resignar se fosse descoberto que estavam agindo de má fé. As partes litigantes tinham também de prestar juramento diante da Bíblia pela justiça de sua causa. As penas, se bem que muito severas, nem sempre eram aplicadas em toda sua extensão. Os juízes podiam atenuá-las para as mulheres, menores e pessoas embriagadas. Utilizava-se da prisão, para a detenção de uma pessoa até ao julgamento, raramente, porém, como castigo. Os coletores que falsificassem os dados de suas arrecadações, ou as pessoas que copiassem trabalhos monofisitas podiam ser punidos com a perda de uma das mãos, sob a alegação de que a parte culpada devia pagar pelo crime cometido. O código punia freqüentemente com a amputação do nariz ou a degola. Posteriormente as leis bizantinas decretaram a cegueira, em especial como meio de tornar incapazes os herdeiros ou pretendentes do trono. A pena de morte para as pessoas livres era a decapitação e para alguns escravos a crucificação. Feiticeiros ou desertores do exército eram queimados vivos. Um cidadão que tivesse sido condenado à morte podia apelar para um tribunal superior, podendo fazê-lo depois para o Senado e finalmente para o imperador.

O Código de Justiniano é mais admirável em seu todo do que em suas partes componentes. Difere dos anteriores por sua rigidez ortodoxa, pelo profundo obscurantismo e extrema severidade. Um romano culto teria achado a vida no tempo dos Antoninos mais civilizada do que no tempo de Justiniano. O imperador não podia escapar à influência das pessoas de seu círculo e de sua época. Em sua ambição de unificar tudo, codificou a superstição e a barbárie dos costumes assim como a justiça e a caridade existentes naquele tempo. Conservador, como todas as coisas bizantinas, o Código servia de camisa-de-força para uma civilização que parecia fadada a jamais desaparecer. Logo, porém, deixou de ser obedecido, exceto em um reino que se foi tornando cada vez menor. Os nacionalistas heréticos do Oriente, aos quais ele esfolava, abriram os braços para os muçulmanos e viveram melhor sob o Alcorão. A Itália dos lombardos, a Gália dos francos, a Inglaterra dos anglo-saxões e a Espanha dos visigodos ignoraram completamente os editos de Justiniano. No entanto, o Código trouxe, por algumas gerações, ordem e segurança a uma mescla de povos e permitiu, além das fronteiras e ao longo das ruas de uma dezena de nações, trânsito mais livre e mais seguro do que essas mesmas regiões gozam atualmente. Continuou sendo até o fim o Código do Império Bizantino. Cinco séculos após ter desaparecido no Ocidente, foi ressuscitado pelos juristas de Bolonha, e tendo sido aceito pelos imperadores e papas foi empregado como alicerce da ordem na estrutura de muitos Estados modernos.

V. O IMPERADOR TEÓLOGO

Faltava apenas unificar a crença, transformar a Igreja em um instrumento homogêneo de domínio. Provavelmente a devoção de Justiniano era sincera e não meramente política; ele mesmo, tanto quanto Teodora lho permitia, vivia como monge no palácio, jejuava e rezava, mergulhava nos livros de teologia e debatia as questões de doutrinas com professores, patriarcas e papas. Procópio transcreve a opinião de um conspirador com o qual se mostra de acordo: "Não fica bem a alguém que tenha um pouco de inteligência recusar assassinar Justiniano; tampouco é de se recear um homem que sempre permanece até altas horas da noite em alguma sala lendo avidamente as Escrituras Sagradas em companhia de sacerdotes de idade avançada."[26] O pri-

meiro ato de Justiniano como regente de Justino foi terminar com o abismo que o *Henoticon* do Imperador Zenão havia cavado entre as Igrejas ocidental e oriental. Tendo aceito o ponto de vista do papado, Justiniano conquistou o apoio do clero ortodoxo na Itália contra os godos, e também no Oriente contra os monofisitas.

O monofisismo que defendia apaixonadamente a doutrina de uma única natureza em Cristo havia-se tornado no Egito quase tão numeroso quanto os católicos. Tinha progredido tanto em Alexandria que, por sua vez, ficou dividida em monofisitas ortodoxos e heterodoxos. As duas facções travavam lutas nas ruas e nisso eram auxiliadas pelas mulheres, que dos telhados arremessavam setas e dardos contra os adversários. As forças do imperador instalaram um bispo católico na diocese de Atanásio; o seu primeiro sermão foi recebido com uma saraivada de pedras pela população, a qual foi massacrada *in situ* pelos soldados imperiais. Enquanto o catolicismo controlava o episcopado de Alexandria, ia-se espalhando a heresia pelos campos; os camponeses não davam atenção aos decretos do patriarca, tampouco às ordens do imperador, e o Egito já estava quase perdido para o Império um século antes da chegada dos árabes.

Nessa questão, como em muitas outras, a persistente Teodora acabava sempre dominando o vacilante Justiniano. Ela teceu suas intrigas com Virgílio, um diácono romano, para nomeá-lo papa se ele fizesse certas concessões aos monofisitas. O Papa Silvério foi arrancado de Roma por Belisário (537) e exilado para a ilha de Palmária, onde logo morreu em virtude dos maus tratos que recebeu. Virgílio foi então nomeado por ordem do imperador. Justiniano concordou finalmente com o ponto de vista de Teodora — de que não se podia destruir o monofisismo, e procurou acalmar seus adeptos redigindo um documento de teologia imperial conhecido pelo nome de Três Capítulos. Chamou Virgílio a Constantinopla e pediu-lhe que subscrevesse o documento. Virgílio, embora relutante, anuiu em fazê-lo. Foi o bastante para que o clero católico africano o excomungasse (550). Virgílio anulou sua anuência e foi exilado por Justiniano para um rochedo no Proconeso. Novamente concordou com o documento, obtendo permissão para voltar para Roma, porém morreu durante a viagem (555). Jamais um imperador fizera assim abertamente ta s tentativas para dominar o papado. Justiniano reuniu um concílio ecumênico em Constantinopla (553); poucos foram os bispos ocidentais que a ele compareceram. Aprovaram as fórmulas do imperador, mas a Igreja ocidental as repeliu, e os cristãos do Oriente e Ocidente novamente se dividiram, e assim permaneceram durante um século.

Foi a morte que afinal venceu todos os argumentos. O falecimento de Teodora em 548 foi para Justiniano o mais pesado dos golpes: abateu-lhe a coragem, o espírito e as forças. Estava então com 65 anos, enfraquecido pelo ascetismo e intermitentes crises. Deixara a direção do governo a seus subalternos, negligenciara-se das defesas que lhe custara tanto construir e dedicara-se à teologia. Uma série de catástrofes obscureceu os últimos 16 anos de sua vida. Os terremotos eram freqüentes no reino e destruíram uma dezena de cidades, cuja reconstrução constituiu verdadeira sangria no tesouro. Em 542 surgira a peste com todos os seus horrores; em 556 irrompeu a fome e, em 558, novamente a peste. Em 559, os hunos de Kotrigur atravessaram o Danúbio, saquearam a Mésia e a Trácia, fizeram milhares de prisioneiros, violaram matronas, virgens e freiras, atiraram aos cães as crianças que as mulheres haviam dado à luz durante a sua marcha, e avançaram rumo às muralhas de Constantinopla. Aterrorizado, o imperador apelou para o grande general que tantas vezes o salvara. Belisário estava velho e fraco; mesmo assim vestiu sua armadura, reuniu 300 veteranos

que haviam combatido com ele na Itália, recrutou algumas centenas de soldados bisonhos e foi enfrentar os sete mil hunos. Com a previsão e habilidade que lhe eram peculiares, dispôs as forças, ocultando 200 de seus melhores soldados nos bosques adjacentes ao campo da luta. Quando os hunos avançaram, os soldados os atacaram pelo flanco enquanto Belisário os enfrentava com seu pequeno exército. Os bárbaros fugiram sem que houvesse uma baixa sequer entre os soldados romanos. A população da capital queixou-se do fato de Belisário não ter ido em perseguição do inimigo e aprisionado o chefe huno. O invejoso imperador deu ouvido às calúnias lançadas contra o general, suspeitou-o de conspiração e ordenou-lhe que dispensasse seus soldados. Belisário morreu em 565 e Justiniano confiscou-lhe metade dos bens.

O imperador viveu ainda oito meses após a morte do general. Seu interesse pela teologia trouxe, em seus últimos anos, estranho fruto: o defensor da fé tornou-se um herege. Declarou que o corpo de Cristo era incorruptível e que sua natureza humana jamais ficara sujeita a qualquer das necessidades e indignidades da carne mortal. O clero o preveniu de que, se morresse alimentando tal erro, sua alma "seria atirada às chamas eternas, as quais a queimariam para todo o sempre".[27] Justiniano morreu sem dar provas de arrependimento (565) depois de viver 83 anos e reinar durante 38.

Pode-se dizer que a morte de Justiniano foi mais um marco do fim do espírito da antigüidade. Justiniano foi o verdadeiro imperador romano. Pensava na sorte de todo o Império do Oriente e Ocidente, esforçando-se sempre por conter as investidas dos bárbaros e dar novamente àquele vasto reino um governo com leis homogêneas e ordem. Conseguira bom resultado com tal objetivo: a África, Dalmácia, Itália, Córsega, Sardenha, Sicília e parte da Espanha tinham sido reconquistadas; os persas haviam sido rechaçados da Síria, e o Império, durante seu reinado, tinha duplicado em extensão territorial. Se bem que fosse extremamente severa no tocante à heresia e imoralidade sexual, sua legislação representava, no entanto, por sua unidade, clareza e objetivo, um dos pontos mais interessantes na história do direito. Sua administração foi maculada pela corrupção dos funcionários públicos, excessivos impostos e pelos perdões e castigos arbitrários, porém distinguiu-se pelo esforço feito para firmar a economia e o governo do Império. Criou um sistema de ordem que, embora indiferente à liberdade, manteve unida a civilização em um canto da Europa, enquanto o restante do continente mergulhava no caos dos tempos primitivos. Justiniano deixou seu nome na história da indústria e das artes. O monumento de Santa Sofia foi obra sua. Talvez houvesse parecido aos ortodoxos contemporâneos que o Império tivesse mais uma vez contido a maré adversa e protelado sua morte.

Foi também uma breve protelação. Justiniano deixara o tesouro vazio, ele que o encontrara cheio. Suas leis intolerantes e os desonestos coletores haviam provocado a perda de países com a mesma presteza com que tinham sido conquistados; os exércitos mal pagos, já então reduzidos, dispersos, não mais podiam defender o que haviam colocado sob sua bandeira. A África logo caiu em poder dos bárbaros; a Síria, Palestina, Egito, África e Espanha passaram para os árabes, a Itália para os lombardos. O Império perdeu, no decorrer de um século após a morte de Justiniano, mais território do que havia conquistado. Podemos agora ver quanto seria melhor se se tivesse podido reunir, em um só Estado federado, aquelas nações e credos que estavam surgindo, se se tivesse oferecido amizade aos ostrogodos que haviam governado a Itália relativamente bem e atuado como freio protetor, pelo qual a cultura antiga pudesse fluir livremente para os novos Estados.

Não precisamos aceitar o julgamento que Procópio fizera de Justiniano. O próprio Procópio[28] acabou por refutá-lo. Justiniano foi um grande governante, cujos erros se originaram da lógica e sinceridade de sua crença. Suas perseguições partiram de suas convicções; suas guerras, de seu espírito romano e seus confiscos, de suas guerras. Lamentamos a violência de que se revestiam seus métodos, mas aplaudimos a grandeza de seus objetivos. Ele e Belisário, não Bonifácio e Aécio, é que foram os últimos romanos.

CAPÍTULO VI

A Civilização Bizantina

326 — 565

I. TRABALHO E RIQUEZA

A ECONOMIA bizantina era uma mescla moderna de empreendimentos privados, de regulamentos de Estado e de indústrias nacionalizadas. Os camponeses ainda eram, no reinado de Justiniano, senhores de suas terras, porém, como as propriedades se iam expandindo, muitos deles eram forçados a submeter-se aos feudos dos grandes proprietários, a isso levados pela seca e inundações, concorrência, incompetência, impostos e guerras. Os recursos minerais do solo pertenciam ao Estado, porém, em sua maior parte, eram explorados por particulares mediante contrato com o governo. As minas da Grécia estavam esgotadas; todavia, antigos e novos veios foram lavrados na Trácia, no Ponto e nos Bálcãs. A maioria da mão-de-obra industrial era "livre", isto é, apenas trabalhava para não morrer de fome. Os escravos propriamente ditos exerciam papel secundário além do serviço doméstico e do trabalho na indústria têxtil, porém, na Síria, e provavelmente no Egito e norte da África, o Estado recorria ao trabalho forçado para a manutenção dos grandes canais de irrigação.[1] O governo produzia em suas fábricas a maior parte das mercadorias de que necessitava para o exército e funcionalismo, bem como para a corte.[2]

Por volta do ano 552, alguns monges nestorianos da Ásia Central interessaram Justiniano em uma proposta que lhe fizeram: a de proverem o Império da seda oriunda de uma fonte independente. Se nos lembrarmos das muitas guerras que a Grécia e Roma haviam tido com a Pérsia a fim de poderem controlar as rotas comerciais para a China e a Índia e notarmos o nome da "rota da seda" que foi dado às passagens do norte para o Extremo Oriente, bem como o nome de Sérica (terra da seda) que os romanos deram à China, e o de Seríndia à região entre este país e a Índia, compreenderemos então a razão por que Justiniano se apressou em aceitar a proposta. Os monges voltaram para a Ásia Central e tornaram depois a aparecer, dessa vez, porém, trazendo casulos de bichos-da-seda e provavelmente algumas mudas de amoreiras.[3] Já existia na Grécia uma pequena indústria de seda, porém ela dependia de bichos-da-seda que se alimentavam de folhas de carvalho, freixo ou de ciprestes. A indústria tornou-se depois importante, especialmente na Síria e naquele país; desenvolveu-se de tal maneira no Peloponeso, que deram à península o novo nome de Moréia — terra da amoreira (*morus alba*).

A manufatura de certos padrões de seda e de tintas, em Constantinopla, constituía monopólio do Estado e era trabalho de oficinas instaladas dentro do próprio palácio imperial ou em suas imediações.[4] Somente os altos funcionários do governo é que tinham permissão de usar tecidos de seda cara e apenas os membros da família imperial

podiam servir-se de tecidos mais finos. Algumas empresas particulares clandestinas começaram a produzir e a vender tecidos semelhantes a pessoas às quais era vedado tal privilégio. Justiniano fez cessar esse "mercado negro" levantando todas as restrições sobre o uso da seda e tinturas. Inundou as lojas com tecidos do Estado a preços com os quais as empresas particulares não podiam competir. Quando desapareceu a concorrência, o governo levantou os preços.[5] Seguindo o exemplo de Diocleciano, Justiniano procurou também estender o controle governamental sobre todos os preços e salários. Após a peste de 542, a mão-de-obra caiu, os salários subiram e, com eles, também os preços. À semelhança do que faria o parlamento inglês em 1351, depois da peste de 1348, Justiniano procurou auxiliar os desempregados e consumidores, expedindo um decreto estabilizando os preços e salários:

> Soubemos que os mercadores, artesãos, lavradores e marinheiros, depois da visita de Deus, deixaram-se dominar pelo espírito da cobiça e estão exigindo preços e salários duas ou três vezes maiores do que recebiam anteriormente... Proibimos que se exija um salário ou preço maior do que o de outros tempos. Proibimos também que os empreiteiros de obras, de serviços de agricultura ou de quaisquer outros trabalhos paguem aos trabalhadores mais do que era costume nos tempos anteriores.[6]

Não temos informações quanto aos efeitos desse decreto.

O comércio interno e externo floresceu no Império Bizantino desde os tempos de Constantino até à última fase do reinado de Justiniano. Conservaram-se as estradas e pontes romanas, e a sede de lucro fez com que se construíssem frotas, as quais ligavam a capital a uma centena de portos do Oriente e Ocidente. Constantinopla foi, desde o século V até o XV, o maior mercado e o maior centro exportador do mundo. Alexandria, que detivera essa supremacia desde o século III a.C., ficara com movimento inferior ao de Antioquia.[7] Toda a Síria prosperava com o grande comércio e indústria de Antioquia; ela ficava entre a Pérsia e Constantinopla e entre Constantinopla e o Egito; seus mercadores eram hábeis e destemidos, e somente os gregos podiam rivalizar com eles na extensão de seu tráfego e sutileza de seus modos de negociar; espalharam-se pelo Império e foram um fator de orientalização dos costumes e das artes que marcaram a civilização bizantina.

Como a antiga rota da Síria para a Ásia Central atravessava a Pérsia, a qual lhe era hostil, Justiniano arranjou outra, e para isso estabeleceu relações amistosas com os himiaritas do sudoeste da Arábia e os reis da Etiópia, os quais controlavam as passagens ao sul do Mar Vermelho. Os mercadores bizantinos partiam para a Índia, seguindo por essas passagens e pelo Oceano Índico. A Pérsia, porém, controlava os portos do Índico e cobrava os mesmos impostos desse comércio como se tal comércio fosse feito através do Irã. Derrotado nessa realização, Justiniano incentivou então a construção de portos no Mar Negro, de onde as mercadorias eram embarcadas por via marítima para Cólquida (Geórgia ocidental) e, daí, por caravana, para Sogdiana (Samarcanda atual), onde mercadores chineses e ocidentais podiam encontrar-se e fazer suas transações sem a interferência dos persas. O crescente tráfego nessa rota do norte contribuiu para o engrandecimento artístico e material da Seríndia. O comércio grego, nesse mesmo tempo, mantinha seus antigos escoadouros no Ocidente.

Este ativo movimento econômico era sustentado pela moeda do Império, a qual, em virtude da sua estabilidade, era aceita em quase todas as partes do mundo. Constantino havia emitido uma nova moeda, o *solidus*, ou *bezante*, em substituição ao

aureus de César; *solidus* continha 4,55 gramas de ouro. A desvalorização metálica e econômica do *solidus*, que reduziu seu valor ao de um simples soldo, constitui exemplo frisante do aumento dos preços em geral e da depreciação das moedas na História, do que depreendemos que a parcimônia é uma virtude que, como quase todas as demais, deve ser praticada com critério. As operações comerciais tinham-se desenvolvido bastante. Podemos fazer uma idéia da prosperidade do Império Bizantino durante a ascensão de Justiniano ao trono pelas taxas máximas de juros que fixara, a saber: 4 por cento sobre os empréstimos aos camponeses, 6 por cento sobre empréstimos particulares garantidos por títulos, 8 por cento sobre empréstimos comerciais e 12 por cento sobre inversões marítimas.[8] Em nenhuma outra parte do mundo, naquele tempo, eram as taxas de juros tão baixas.

A aristocracia do Senado, com suas propriedades, e os magnatas do comércio com seus grandes empreendimentos, nos quais os lucros eram proporcionais aos riscos, viviam em meio à muita riqueza e luxo. A aristocracia do Oriente tinha gostos mais apurados do que os romanos nos tempos de Cícero ou Juvenal; não se empanturrava com alimentos exóticos. O número de divórcios era muito menor. Mostravam-se sobremodo zelosos por bem servir ao Estado. Suas extravagâncias consistiam mais em vestir roupas muito enfeitadas, com bainhas de pele, e de cores berrantes, túnicas de seda tingidas e bordadas a ouro, nas quais se viam estampadas paisagens e episódios históricos. Alguns homens eram verdadeiros "quadros ambulantes". Podia-se ver na indumentária de um senador toda a história de Cristo.[9] Debaixo dessa camada de ouro da sociedade íamos encontrar uma classe média atormentada pelos impostos, um funcionalismo laborioso, uma colmeia de monges e a massa de proletários explorada pelo sistema de preços e pacificada pelos donativos.

A moral, tanto sexual como comercial, não era muito diferente da de outros centros culturais em fase idêntica de desenvolvimento econômico. Crisóstomo condenara a dança, tachando-a de diversão excitante, porém, mesmo assim dançava-se muito em Constantinopla. A Igreja continuava a recusar batismo aos atores. Os palcos bizantinos continuavam a exibir suas sugestivas pantomimas. O povo precisava encontrar um consolo para sua monogamia e narrativa fastidiosas. Procópio, em sua *História Secreta*, que jamais foi digna de fé, conta que em seu tempo "quase todas as mulheres eram corruptas".[10] Drogas contra a gestação constituíam objeto de estudos e pesquisas. Oribásio, preeminente médico do século IV, dedicou-lhes um capítulo em seu compêndio de medicina; outro escritor médico, Aécio, do século VI, recomendava o uso de vinagre e salmoura, ou a prática da continência no começo e fim da menstruação.[11] Justiniano e Teodora esforçaram-se por diminuir a prostituição banindo de Constantinopla as alcoviteiras e donas de bordéis; os resultados, porém, foram transitórios. Em geral, a posição da mulher estava em plano elevado; jamais tivera ela, com as leis e os costumes vigentes, mais liberdade ou mais influência junto ao governo como naqueles tempos.

II. CIÊNCIA E FILOSOFIA: 364-565

Qual era o destino da educação, erudição, literatura, ciência e filosofia naquela sociedade aparentemente religiosa?

A instrução primária continuava nas mãos dos professores particulares pagos pelos pais, por aluno e por curso. A educação secundária, até o reinado de Teodósio II, era

proporcionada por lentes independentes e por professores pagos pela municipalidade ou Estado. Libânio queixava-se de que estes últimos eram muito mal remunerados e que chegavam a reprimir o desejo de ir à padaria buscar pão com receio de que lhes cobrassem o atrasado.[12] No entanto, temos lido de professores que, como Eumênio, recebiam 600.000 sestércios por ano ($ 30.000).[13] Nesse, como em outros ramos de atividades, os melhores e os piores elementos recebiam demasiado, os restantes muito pouco. A fim de propagar o paganismo, Juliano instituiu exames por parte do Estado para a nomeação de professores em todas as universidades.[14] Teodósio II, por motivos opostos, decretou constituir ofensa penal ministrar instrução sem licença do Estado. Limitaram-se logo tais licenças tão-somente aos que estavam de acordo com o credo ortodoxo.

As grandes universidades do Oriente achavam-se em Alexandria, Atenas, Constantinopla e Antioquia, e especializavam-se respectivamente em medicina, filosofia, literatura e retórica. Oribásio, de Pérgamo (*ca.* 325-403), médico de Juliano, compilou uma enciclopédia de medicina de 70 "livros". Aécio, de Âmida, médico da corte de Justiniano, escreveu também estudo semelhante, considerado um dos melhores tratados antigos sobre doenças de olhos, ouvido, nariz, boca e dentes, com capítulos interessantes a respeito de gota e hidrofobia, bem como operações cirúrgicas desde amigdalite até hemorróidas. Alexandre, de Trales (*ca.* 525-605), foi o mais original desses autores médicos. Determinou vários parasitas dos intestinos, descreveu acuradamente os distúrbios do aparelho digestivo e comentou com clareza sem precedentes sobre o diagnóstico e tratamento das doenças pulmonares. O seu livro sobre patologia interna e terapêutica foi traduzido em sírio, árabe, hebraico e latim e exerceu, no mundo cristão, uma influência quase comparável à de Hipócrates, Galeno e Sorano.[15] Segundo Santo Agostinho, já se praticava a vivissecção de seres humanos no século V.[16] A superstição dominava a medicina. A maioria dos médicos recorria à astrologia; alguns receitavam tratamentos diferentes de conformidade com a posição dos planetas.[17] Aécio recomendava para evitar filhos que a mulher dependurasse perto do ânus o dente de uma criança[18] e Marcelo, em seu *De medicamentis* (395), antecipando a técnica moderna, aconselhava o uso de um pé de coelho.[19] As mulas tinham melhor tratamento que os homens. O trabalho científico mais importante daquele período foi o *Digestorum artis mulomedicinae libri IV*, de Flávio Vegécio (383-450), do qual se pode dizer que surgiu a medicina veterinária, e que prevaleceu até a Renascença.

A química e a alquimia andavam de mãos dadas, tendo como centro a cidade de Alexandria. Os alquimistas eram, em geral, pesquisadores sinceros; empregavam métodos experimentais mais exatos do que quaisquer outros cientistas da antigüidade. Progrediram consideravelmente na química de metais e ligas. Não poderíamos afirmar que o futuro não viesse a justificar seus objetivos. A astrologia tinha também uma base honesta. Quase todo o mundo tinha como certo que as estrelas, assim como o Sol e a Lua, influíam sobre os acontecimentos terrestres. O charlatanismo, porém, ergueu sobre esses fundamentos um falso templo de magias, profecias e coisas semelhantes. Os horóscopos estiveram mais em voga nas cidades medievais do que hoje em dia em Nova York e Paris. Santo Agostinho conta de dois amigos que anotavam cuidadosamente a posição das constelações por ocasião do nascimento de seus animais domésticos.[20] A maioria das tolices da astrologia e alquimia árabes foi herdada dos gregos pelos islamitas.

A figura mais interessante na ciência daquela época é a da matemática e filósofa

pagã Hipácia, cujo pai, Téon, era o último homem que se achava registrado como professor na escola de Alexandria. Ele escreveu um comentário sobre a *Syntaxis* de Ptolomeu, no qual agradece a participação da filha nesse seu trabalho. Hipácia, diz Suídas, escreveu comentários sobre Diofanto, de Alexandria, sobre o *Cânon Astronômico* de Ptolomeu e os *Cônicos* de Apolônio de Perga.[21] Nenhum de seus trabalhos existe hoje em dia. Hipácia passou da matemática para a filosofia, assentou seu sistema sobre os de Platão e Plotino e (segundo o historiador cristão Sócrates) "sobrepujou a todos os filósofos de seu tempo".[22] Foi nomeada para ocupar a cadeira de filosofia na escola de Alexandria e suas preleções atraíam grande assistência. Alguns estudantes apaixonaram-se por ela. Parece, porém, que não se casou. Suídas quis fazer-nos acreditar que ela se casara, porém que conservara a virgindade.[23] Ele nos transmite outra história, talvez inventada pelos inimigos de Hipácia: importunada por um jovem, ela perdeu a paciência e, levantando as roupas, disse-lhe: "É por esse símbolo de geração que estais apaixonado e ele não é nada bonito."[24] Hipácia gostava tanto de filosofia que chegava ao ponto de parar na rua e explicar, a quem lhe pedisse, alguns trechos difíceis dos trabalhos de Platão ou Aristóteles. "Era tal o domínio que tinha sobre si mesma e tal o seu desembaraço (qualidades que se originavam da grande cultura de seu espírito) que, ao comparecer diante dos magistrados da cidade, jamais perdia seu porte digno e modesto, pelo qual se tornara conhecida e com o qual granjeara o respeito e a admiração de todos." Isto é Sócrates, o historiador, quem nos conta.

Contudo, nem todos lhe tributavam essa admiração. Os cristãos de Alexandria deveriam tê-la considerado com desprezo, pois não somente ela era uma sedutora criatura sem religião como também íntima amiga de Orestes, o prefeito pagão da cidade. Quando o arcebispo Cirilo instigou seus monges a que expulsassem os judeus de Alexandria, Orestes enviou a Teodósio II um relatório imparcial sobre o incidente. Alguns monges apedrejaram o prefeito. Ele mandou prender o cabeça, o qual foi torturado até a morte. Os partidários de Cirilo acusaram Hipácia de exercer grande influência sobre Orestes, alegando também que somente ela é que havia impedido uma reconciliação entre o prefeito e o patriarca. Certo dia, um bando de fanáticos encabeçados por um "leitor" ou funcionário subalterno de Cirilo arrancou-a da carruagem em que se achava, arrastou-a até a igreja, despiu-a, cortou-lhe todo o corpo e o queimou em meio a uma orgia selvagem (415).[25] "Tão desumano ato não pôde deixar de refletir ignominiosamente sobre Cirilo bem como sobre toda a Igreja de Alexandria",[26] diz Sócrates. Apesar disso ninguém foi punido fisicamente. O Imperador Teodósio II apenas restringiu a liberdade dos monges de aparecer em público (setembro de 416) e demitiu os pagãos de todos os cargos públicos (dezembro de 416). A vitória de Cirilo foi completa.

Os professores pagãos de filosofia, depois da morte de Hipácia, procuraram segurança em Atenas, onde o ensino não cristão ainda gozava de relativa liberdade. A vida estudantil ali ainda era bastante animada e gozava de quase todas as vantagens de uma educação superior. Os estudantes tinham seus grêmios, suas indumentárias características, faziam "trotes" e viviam em meio a uma alegria geral.[27] Haviam desaparecido as escolas dos estóicos e epicuristas, e a Academia de Platão já começava a sofrer grande declínio sob a direção de Temístio, Prisco e Proclo. Temístio (no pináculo da fama em 380), com seus comentários sobre Aristóteles, estava fadado a exercer grande influência sobre Averróis e outros pensadores medievais. Prisco foi, durante

algum tempo, amigo e conselheiro de Juliano; foi preso por Valêncio e Valentiniano I sob a acusação de recorrer à feitiçaria para que eles ficassem doentes. Ele voltou para Atenas, onde lecionou até sua morte em 395, com 90 anos de idade. Proclo (410-85), à semelhança de um verdadeiro platônico, chegou à filosofia pela matemática. Extraordinariamente paciente, reuniu as idéias da filosofia grega em um só sistema, dando-lhe uma forma superficialmente científica. Sentiu também a influência mística do neoplatonismo. Achava que, pelo jejum e purificação, podia-se entrar em comunhão com as entidades sobrenaturais.[28] As escolas de Atenas já haviam perdido todo seu entusiasmo quando foram fechadas em 529 por Justiniano. Os estudos consistiam na repetição das teorias dos antigos mestres. Todos se sentiam oprimidos e abafados pela grandeza dos antepassados e entregavam-se a um misticismo oriundo das idéias menos ortodoxas do cristianismo. Justiniano fechou as escolas dos retóricos e filósofos, confiscou-lhes as propriedades e proibiu todos os pagãos de lecionarem. A filosofia grega, após 11 séculos de história, chegara ao fim.

A passagem da filosofia para a religião, de Platão para Cristo, aparece em alguns estranhos trabalhos gregos que os pensadores medievais atribuem a Dionísio, "o Areopagita", um dos atenienses que aceitaram os ensinamentos de Paulo. Esses trabalhos são quatro: *A Hierarquia Celeste, A Hierarquia Eclesiástica, Os Nomes Divinos*, e *A Teologia Mística*. Não sabemos onde nem quando foram escritos, tampouco os nomes de seus autores. Seu conteúdo indica terem-se originado entre os séculos IV e VI. Apenas sabemos que alguns livros exerceram profunda influência sobre a teologia cristã. João Escoto Erígena traduziu um deles, e Alberto Magno e Tomás de Aquino os veneraram; uma centena de místicos — judeus, muçulmanos e cristãos — cultivou o espírito com sua leitura e a arte medieval e a teologia popular os aceitaram como guia infalível para a compreensão dos seres e categorias divinos. Seu objetivo geral era combinar o neoplatonismo com a cosmologia cristã. Neles consta que Deus, conquanto seja de uma transcendência incompreensível, é, no entanto, imanente a todas as coisas, que entre Ele e o homem intervêm três tríades de seres sobrenaturais: Serafins, Querubins e Tronos; Dominações, Virtudes e Potestades; Principados, Arcanjos e Anjos. (O leitor lembrar-se-á da maneira como Dante classificou esses nove grupos ao redor do trono de Deus e como Mílton lhes teceu os nomes em versos harmoniosos.) Nesses trabalhos a criação é feita pela emanação: todas as coisas fluem de Deus através dessas categorias de anjos e depois, por meio de um processo contrário, os nove grupos da hierarquia celeste novamente conduzem a Deus os homens e a criação.

III. LITERATURA: 364-565

Em 425, Teodósio II, ou seu regente, reorganizou o ensino superior em Constantinopla e instalou oficialmente uma universidade com 31 professores: um de filosofia, dois de direito e 28 de "gramáticas" latina e grega e "retórica". Estes últimos lecionavam também literatura em ambas essas línguas. O número desproporcional de professores para tais matérias assinala o grande interesse que tinham pelas letras. Um deles, Prisciano, escreveu, cerca do ano 526, uma volumosa *Gramática* das línguas latina e grega, a qual se tornou um dos mais célebres livros didáticos da Idade Média. Parece que a Igreja Oriental não criou qualquer obstáculo, naquele tempo, a que se copiassem as páginas dos livros clássicos pagãos.[29] A escola de Constantinopla transmitiu fielmente para as gerações daquele tempo até o fim do Império Bizantino todas as obras-primas da antigüidade, embora alguns santos protestassem contra isso. A despeito do custo cada vez maior do pergaminho, a maré de livros continuava ainda abundante. Cerca de 450, Museu, autor de origem desconhecida, compôs o famoso poema, *Hero e Leandro* — como Leandro antecipou Byron ao atravessar a nado o Helesponto (os Dardanelos) a fim de chegar até sua amada Hero, como morreu nesta tentativa e como Hero, vendo as ondas arremessarem-no morto ao pé da torre em que ela se achava, atirou-se do rochedo, em vertigi-

noso salto, à procura do amado e, como ele, encontrou também a morte no seio das ondas.[30]

Foram os cavaleiros cristãos da corte bizantina que compuseram para a criação final da *Antologia Grega* interessantes e belos poemas de amor à feição antiga e à sombra dos deuses. Agatias (*ca.* 550) escreveu uma canção que teria auxiliado Ben Johnson a elaborar uma obra de arte:

I love not wine; yet if thou 'It make
A sad man merry, sif first sup,
And when thou givest I'll take the cup.
If thy lips touch it, for thy sake

No more may I be stiff and staid
And the luscious jug evade.
The cup conveys thy kiss to me,
And tells the joy it had of thee.[31]

Não gosto de vinho,
Mas se ele arrancar um homem de sua tristeza,
Sorvei o primeiro gole e dai-me depois a taça.
Se vossos lábios a tocarem

Não mais poderei manter minha sisudez
Nem desdenhar a deliciosa taça,
Pois ela me transmite vosso beijo,
E diz-me toda alegria que empolga vosso coração.

Os mais importantes trabalhos literários daquela época foram feitos pelos historiadores. Eunápio, de Sárdis, escreveu uma *História Universal* do período de 270 a 400, fazendo de Justiniano o seu herói, e 23 biografias dos últimos sofistas e neoplatônicos. Sócrates, um cristão ortodoxo de Constantinopla, escreveu a *História da Igreja,* desde 309 a 439; é mais ou menos cuidadosa conforme tivemos ocasião de ver no caso de Hipácia. Contudo, Sócrates enche sua narrativa de superstições, lendas e milagres e discorre freqüentemente sobre si mesmo como se lhe tivesse sido difícil estabelecer uma diferença entre ele e o mundo. Termina sua narrativa fazendo um apelo de paz a todas as seitas: com o advento da paz, diz, os historiadores nada mais terão sobre o que escrever e cessará de existir essa tribo de fabricantes de tragédias.[32] Quase toda copiada de Sócrates é a *História Eclesiástica* de Sozômen, um convertido da Palestina, o qual, como ele, era também advogado na capital; ao que parece, o estudo da lei não constituía empecilho para as superstições. Zózimo, de Constantinopla, escreveu por volta de 475 a *História do Império Romano.* Ele era pagão, mas não ficou muito aquém de seus rivais cristãos no tocante à credulidade e tolices. Em 525, Dionísio Exiguus — Dionísio, o Pequeno — propôs um novo método para datar os acontecimentos, partindo-se do ano em que se supunha ter nascido Cristo. A proposta não foi aceita pela Igreja Latina até o século X. Os bizantinos continuaram até o fim a numerar os anos a partir da criação do mundo. É desconcertante notar-se quantas coisas eram conhecidas nos primórdios de nossa civilização, e das quais não temos conhecimento hoje em dia.

Procópio foi o grande historiador daquele período. Nasceu em Cesaréia, na Palestina (490), estudou direito, seguiu para Constantinopla e foi nomeado secretário e conselheiro legal de Belisário. Acompanhou o general nas campanhas da Síria, África e Itália e com ele voltou para a capital. Publicou em 550 os *Livros das Guerras.* Conhecendo bem os méritos do general e a parcimônia do governante, fez de Belisário um herói de espírito brilhante, deixando Justiniano na sombra. O livro foi recebido com aplausos pelo público; o imperador o acolheu com o silêncio. Procópio escreveu de-

pois *Anecdota* ou *História Secreta*. Conseguiu conservá-la inédita e sem que fosse conhecida, a ponto de, em 554, ter sido comissionado por Justiniano para escrever a história dos edifícios que haviam sido erigidos durante aquele reinado. Procópio publicou *De Aedificiis* em 560 e nele elogiou tanto o imperador que Justiniano talvez tivesse chegado a suspeitar de que tudo não passasse de ironia e que não havia sinceridade da parte de Procópio. A *História Secreta* somente veio a lume depois da morte de Justiniano ou, talvez, de Procópio. É um livro fascinante, mas o fato é que não deixa de ser algo desagradável atacar por meio da palavra escrita pessoas que não mais podem falar em sua própria defesa. Um historiador que se esforça por provar uma tese pode muito bem torcer a verdade.

Procópio mostrava-se vez por outra inexato em questões que ultrapassavam suas próprias experiências. Imitava, às vezes, os hábitos e a filosofia de Heródoto, outras, as preleções e orações de Tucídides. Como os homens de sua época, era também supersticioso e obscureceu as páginas de seus livros com oráculos, milagres e sonhos. Foi, porém, absolutamente exato no que escreveu sobre os fatos que presenciou. Era bastante diligente, e seus textos dispostos com lógica. Sua narrativa é absorvente, seu grego é claro e quase puramente clássico.

Era cristão? Sim, exteriormente. Todavia, às vezes, suas páginas refletiam o paganismo de seus antecessores, o fatalismo dos estóicos, o cepticismo da Academia. Ele fala no Destino como sendo de

> natureza perversa e de vontade inexplicável. Creio, porém, que tais coisas jamais estiveram ao alcance da compreensão dos homens e jamais estarão. Contudo, muito se falou sobre esse assunto e as opiniões sempre divergiam... pois cada um de nós procura confortar-se na ignorância em que se vive... Considero loucura investigar a natureza de Deus... Manterei silêncio discreto nessas questões, pois não se pode destruir crenças antigas e veneráveis.[33]

IV. A ARTE BIZANTINA: 326-565

1. *A Passagem do Paganismo*

A administração governamental e a arte decorativa foram as maiores realizações da civilização bizantina: um Estado que sobreviveu 11 séculos e uma igreja, a de Santa Sofia, que ainda existe hoje em dia.

A arte pagã cessara no tempo de Justiniano. Metade de suas obras havia sido mutilada ou destruída. As devastações feitas pelos bárbaros, imperadores e cristãos criaram um estado de ruínas e abandono até que Petrarca, no século XIV, pleiteou, por assim dizer, que se poupasse o que ainda restava. Um motivo para aquela devastação era a crença popular de que os deuses pagãos não passavam de demônios e que os templos eram seu lugar de reunião. Seja como for, achavam que o material neles empregado poderia servir melhor para as igrejas cristãs ou as paredes das casas particulares. Os próprios pagãos participaram daquela espoliação. Vários imperadores cristãos, especialmente Honório e Teodósio II, fizeram tudo para proteger as antigas construções.[34] Sacerdotes mais esclarecidos preservaram o Partenon, o templo de Teseu, o Panteão e outros edifícios, transformando-os em templos cristãos.

A princípio o cristianismo suspeitava fosse a arte um esteio do paganismo, idolatria e imoralidade. As estátuas nuas não condiziam com o respeito à virgindade e ao celiba-

to. Quando o corpo foi considerado instrumento de Satanás e o monge, em vez do atleta, passou a ser a figura ideal, o estudo da anatomia desapareceu da arte, deixando a escultura e a pintura às voltas com semblantes sombrios e indumentária extravagante. Ao triunfar, porém, o cristianismo e, com ele, a necessidade de se erguerem grandes basílicas para abrigar o crescente número das congregações, as tradições locais e nacionais da arte mais uma vez se impuseram e a arquitetura ressurgiu das ruínas. Mais ainda, aqueles edifícios espaçosos exigiam decorações, os crentes precisavam de estátuas de Cristo e Maria como auxílio para sua imaginação e quadros que contassem aos simples e analfabetos a história do Deus crucificado. E assim ressurgiram a escultura, o mosaico e a pintura.

Em Roma, a nova arte diferia um pouco da antiga. O paganismo levou para o cristianismo a força da construção, a simplicidade da forma e os estilos das colunas das basílicas. Os arquitetos de Constantino ergueram nas proximidades do Circo de Nero, na colina do Vaticano, o primeiro templo de São Pedro, com 380 pés de comprimento por 212 de largura, o qual foi, durante 12 séculos, a sede pontifical da cristandade latina até ter sido demolido por Bramante para, no mesmo lugar, erguer-se uma obra ainda maior, a catedral de São Pedro de nossos dias. A igreja que Constantino construiu para São Paulo no lado exterior das muralhas — *San Paolo fuori le mura* — no lugar em que se dizia ter o apóstolo sofrido seu martírio, foi reconstruída por Valentiniano II e Teodósio I em uma escala também imensa: 400 pés por 200. (*San Paolo fuori le mura* foi destruída pelo fogo em 1823, porém restaurada com as mesmas linhas antigas em 1854-70. As suas proporções perfeitas bem como suas majestosas colunas a tornam uma das mais nobres criações do gênero humano.) Santa Constanza, erguida por Constantino como mausoléu para sua irmã Constância, continua, essencialmente, como a erigiram em 326-30. Os templos de São João de Latrão, Santa Maria, no Trastévere, São Lourenço *fuori le mura* foram reconstruídos depois de ter Constantino iniciado os trabalhos e têm sido reparados muitas vezes. O de Santa Maria Maior foi adaptado de um templo pagão em 432. A nave é, em sua essência, a mesma, salvo as decorações da Renascença.

As igrejas cristãs têm adotado, desde aquele tempo até hoje, o mesmo plano em suas construções, qual seja o de se lhes dar a forma de basílica. Seu custo modesto, sua majestosa simplicidade, lógica estrutural e grande solidez têm-no recomendado a todas as gerações. Contudo, ele não se prestou imediatamente às variações e desenvolvimento. Os construtores europeus começaram a procurar novas idéias e foram encontrá-las no Oriente — mesmo em Espálato, o posto avançado do Oriente, no Adriático. Ali, na costa da Dalmácia, Diocleciano dera, no começo do século IV, livres poderes aos artistas para erguerem um palácio para retiro dele, imperador. Eles conseguiram fazer uma verdadeira revolução na arquitetura européia. Os arcos partiam diretamente das colunas principais sem intervenção de entablamento. Criaram assim, num só golpe, os estilos bizantino, românico e gótico. Em vez de figuras de frisos, surgiu naquele palácio uma estranha decoração de linhas em ziguezague, que ofendiam a vista dos que estavam acostumados aos trabalhos dos clássicos, mas que havia muito eram familiares aos povos do Oriente. Espálato foi o primeiro sinal de que a Europa ia ser conquistada não somente pela religião oriental mas também, pelo menos no mundo bizantino, pela arte oriental.

2. *O Artista Bizantino*

De onde recebeu Constantinopla aquela arte brilhante e cheia de coloridos que se conhecia por arte bizantina? É uma questão em que os arqueólogos se debateram com ferocidade quase igual à dos soldados cristãos. Coube, porém, a vitória ao Oriente. À medida que a Síria e a Ásia Menor se tornavam mais fortes com suas indústrias e Roma mais fraca com as invasões, a maré helenística que havia acompanhado Alexandre refluiu da Ásia para a Europa. Partindo da Pérsia dos sassânidas, da Síria nestoriana e do Egito copta, foi a arte oriental exercer sua influência em Bizâncio e na Itália, até mesmo na Gália, cedendo a arte grega da representação naturalista seu lugar à arte oriental das decorações simbólicas. O Oriente preferia as cores às linhas, a abóbada e a cúpula ao teto de vigas de madeira, uma ornamentação rica a uma simplicidade severa, as togas de seda brilhante às togas simples. Da mesma maneira como Diocleciano e Constantino haviam adotado os costumes da monarquia persa, também a arte de Constantinopla ia seguindo cada vez menos o Ocidente já barbarizado e lançando cada vez mais suas vistas para a Ásia Menor, Armênia, Pérsia, Síria e Egito. Talvez a vitória das armas persas nos reinados de Sapor II e Cósroes Anuchirvã tivessem apressado a marcha dos motivos e formas orientais para o Ocidente. Edessa e Nísibis (hoje Nusaybin) eram, naquele período, os centros florescentes da cultura da Mesopotâmia, a qual amalgamava elementos do Irã, Armênia, Capadócia e Síria,[35] e os transmitia, por meio de mercadores, monges e artistas, para Antioquia, Alexandria, Éfeso, Constantinopla e, por fim, para Ravena e Roma. As antigas ordens clássicas — dórica, jônica e coríntia — tornaram-se quase sem nenhum significado em um mundo arquitetural de arcos, abóbadas e cúpulas.

A arte bizantina, assim gerada, dedicou-se à exposição de doutrinas do cristianismo e à exibição da glória do Estado. Tornou a narrar, por meio de indumentárias e tapetes, mosaicos e murais, a vida de Cristo, o sofrimento de Maria e a carreira do apóstolo ou mártir, cujos ossos foram guardados na igreja como relíquia. Invadiu também a corte, decorou o palácio do soberano, cobriu suas vestes oficiais de emblemas simbólicos ou desenhos com temas históricos, vestiu seus súditos com cores berrantes e terminou representando Cristo como imperador e Maria como rainha. Eram poucas as alternativas em que se via o artista bizantino para a escolha de um patrono e, por conseguinte, de um motivo ou estilo; o monarca ou o patriarca ordenavam-lhe o que tinha a fazer e como deveria fazer. Ele trabalhava em grupo e raramente seu nome ficava gravado para a história. Fazia trabalhos maravilhosos, enaltecia e humilhava o povo com o esplendor de suas criações; sua arte pagou em formalismo, mesquinhez e estagnação o preço de servir a um monarca absoluto e a uma fé inalterável.

O artista dispunha de abundantes materiais: pedreiras de mármore em Proconeso (Mármara, ilha), Ática, Itália, colunas e capitéis oriundos de algum templo pagão que ainda existisse e tijolos que já surgiam quase prontos da terra seca pelo sol. Trabalhava geralmente com argamassa, material que se prestava bem para as formas curvas impostas pelos estilos orientais. Na maioria das vezes contentava-se com o plano cruciforme — uma cúpula atravessada por um transepto e que se prolongava até um ápice. Às vezes, reduzia a forma da cúpula a um octógono, como se vê nas de São Sérgio e Baco, em Constantinopla, ou em São Vital, em Ravena. Mas sua principal habilidade, na qual sobrepujara todos os artistas que o antecederam ou mesmo os que vieram depois, consistia em levantar uma cúpula sobre uma estrutura poligonal. Re-

corria, para isso, à construção de um arco ou semicírculo de tijolos sobre cada lado do polígono, erguia um triângulo esférico também de tijolos entre cada semicírculo e colocava um domo sobre o anel circular daí resultante. Os triângulos esféricos eram pingentes, isto é, "pendiam" da orla da cúpula sobre a parte superior do polígono. Esse estilo desapareceu depois no Oriente.

O construtor bizantino empregava no interior do edifício toda a sua habilidade. Raramente esculpia estátuas; preferia criar belezas abstratas de formas simbólicas a reproduzir corpos de homens e mulheres. Mesmo assim eram os escultores bizantinos artistas habilidosos, pacientes e cheios de imaginação. Eles fizeram o capitel "teodosiano" combinando as "asas" jônicas com as folhas da ordem coríntia e, para maior realce ainda, talharam nesse capitel animais e plantas. Como o resultado não se adaptara bem para sustentar uma parede ou arco, inseriram entre estes últimos e o capitel uma imposta ou "pulvino", quadrada e larga na parte superior, redonda e mais estreita na base, e depois, com o decorrer do tempo, a esculpiram também com flores. Nisso também, assim como no domo quadrado, a Pérsia conquistou a Grécia. Mais ainda, os pintores decoravam as paredes com quadros explicativos e aterrorizadores; os mosaicistas assentavam seus mosaicos de pedra ou vidro de cores berrantes, com fundo azulado ou dourado, sobre os assoalhos ou paredes, nos tímpanos dos arcos ou onde uma superfície vazia ferisse o gosto oriental. Os joalheiros encarregavam-se de cravejar de jóias as vestes, altares e colunas; os operários metalúrgicos inseriam nas obras as chapas de ouro e prata; os carpinteiros talhavam os púlpitos e balaústres e os tecelões teciam os tapetes e cobriam de seda e rendas os altares e púlpitos. Jamais uma arte se revestira de tão rica profusão de cores e se mostrara tão sutil em simbolismos, tão exuberante em decorações e se adaptara tão bem à necessidade de acalmar o espírito e elevar a alma para as coisas sublimes.

3. *Santa Sofia*

Foi somente no reinado de Justiniano que os fatores artísticos gregos, romanos, orientais e cristãos completaram sua fusão com a arte bizantina. A revolta de Nika proporcionou a Justiniano, qual outro Nero, oportunidade de reconstruir sua capital. A turba arrebatada, em um momento de liberdade, havia incendiado o Senado, os banhos de Zeuxipo, os pórticos do Augusteum, uma ala do palácio imperial e Santa Sofia, a catedral do patriarca. Justiniano talvez pudesse reconstruir tudo isso na base dos antigos planos em um ou dois anos; ao invés, resolveu despender mais tempo, mais dinheiro e trabalho e tornar a capital mais bela do que Roma, erguendo uma igreja que ofuscaria a todos os outros edifícios da terra. Deu então início a um dos mais ousados programas de construção da História, o qual incluía fortalezas, palácios, mosteiros, igrejas, pórticos e portões e isso em todo o Império. Reconstruiu, em Constantinopla, o Senado com mármore branco e os banhos de Zeuxipo com mármore policrômico; construiu um pórtico e um passeio também de mármore no Augusteum e levou água fresca para a cidade em novo aqueduto que rivalizava com os melhores da Itália. Deu o máximo esplendor e luxo a seu próprio palácio; os soalhos e paredes eram de mármore; os tetos descreviam, nos brilhantes mosaicos, os triunfos de seu reinado e mostravam os senadores "em imponente postura, prestando ao imperador honras quase divinas".[36] Construiu do outro lado do Bósforo, perto da Calcedônia,

para residência de verão de Teodora e sua corte, a vila imperial de Hérion, na qual instalou seu próprio porto, foro, igreja e banhos.

Quarenta dias após ter sido dominada a revolta de Nika, começou ele a construção da nova catedral de Santa Sofia, a qual não era dedicada a uma santa desse nome, porém a *Hagia Sophia*, a Sabedoria Sagrada ou Logos Criador do Próprio Deus. Chamou Antêmio, de Trales, na Ásia Menor, e Isidoro de Mileto, na Jônia, os mais famosos arquitetos daquele tempo, a fim de traçarem os planos de construção e dirigirem os trabalhos. Eles renunciaram à forma tradicional das basílicas, conceberam um desenho, cuja parte central seria um domo muito espaçoso que se apoiava não em paredes, mas em pilares maciços. Empregaram nas obras 10.000 trabalhadores e com elas gastaram 320.000 libras de ouro, quase esvaziando, com isso, as arcas do tesouro. Os governadores das províncias receberam ordens para enviar para o novo templo as mais belas relíquias dos antigos monumentos. Importaram de lugares diferentes mármores de várias qualidades e matizes. Nas decorações aplicaram ouro, prata, marfim e pedras preciosas. O próprio Justiniano também se ocupou ativamente dos desenhos e construção e não deixou, às vezes, de intervir na solução de algum problema de ordem técnica (conforme diz com ironia um de seus bajuladores). Vestido de roupa de linho branco, segurando um bordão, lenço amarrado na cabeça, acompanhava o progresso dos trabalhos dia após dia, animando os trabalhadores a que trabalhassem com eficiência e terminassem a tarefa a tempo. O edifício ficou terminado em cinco anos e 10 meses, e a 26 de dezembro de 537 o imperador e o patriarca Menas saíam à frente de uma solene procissão para inaugurar a grande catedral. Justiniano subiu sozinho ao púlpito e, levantando as mãos, exclamou: "Glória a Deus que me julgou digno de realizar uma obra assim tão majestosa! Ó Salomão! Eu vos superei!"

O plano básico era uma cruz grega de 250 pés por 225; cada extremidade da cruz estava coberta por uma pequena cúpula; a cúpula central erguia-se sobre o quadrado (100 pés por 100) formado pela intersecção dos braços da cruz. O ápice da cúpula ficava a 180 pés acima do solo; seu diâmetro era de 100 pés, 32 menos do que o do Panteão de Roma. Este último havia sido feito de concreto e em um só bloco. A cúpula de Santa Sofia foi feita de tijolos em 30 faces convergentes, aliás uma construção mais fraca. O que sobressaía nessa cúpula não era seu tamanho, mas sim os suportes: ela não se apoiava em uma estrutura circular, como no Panteão, mas em colunas e arcos que se interpunham entre a borda circular e a base quadrada. Jamais se resolvera assim tão satisfatoriamente tal problema de arquitetura. Procópio descreveu a cúpula como sendo "um trabalho admirável e majestoso... que parecia não estar apoiado em fundamentos de pedra mas sim preso a uma corrente de ouro pendente do céu".[37] (Em 558, um terremoto fez ruir metade da parte central da cúpula. O filho do falecido Isidoro a reconstruiu, melhorando seus suportes e elevando-a uns oito metros mais. As fendas existentes nesses suportes dão a impressão de que a cúpula está atualmente com uma vida bastante precária.)

O interior do templo era um belíssimo quadro cheio de decorações. Mármores de variegadas cores — branco, verde, vermelho, amarelo, púrpura, dourado — revestiam o pavimento. As paredes e colunas semelhavam um campo florido. Delicados desenhos talhados na pedra cobriam os capitéis, arcos, molduras e cornijas, nos quais se viam as clássicas folhas de acanto e parreiras. Grandes mosaicos, de extraordinário esplendor, ornamentavam as paredes e abóbadas. Quarenta candelabros de prata, pendentes da orla da cúpula, iluminavam, juntamente com as janelas, toda a igreja.

A sensação de espaço que dava a comprida nave central e as laterais bem como a parte sem pilares logo abaixo da cúpula, a prata trabalhada do balaústre diante do ápice, as grades de ferro na galeria superior, o púlpito com incrustações de marfim, prata e pedras preciosas, a prata maciça do trono do patriarca, a cortina bordada a ouro e prata que se erguia sobre o altar e na qual se viam as figuras do imperador e da imperatriz recebendo as bênçãos de Cristo e Maria, o próprio altar dourado, com mármores raros, no qual se viam as sagradas baixelas de ouro e prata, tudo isso constituía para os olhos espetáculo maravilhoso que justificava as declarações dos xás de Mogol, de que eles começaram a construir à maneira de gigantes e acabaram requintando suas obras com as minúcias de um joalheiro.

O templo de Santa Sofia foi, ao mesmo tempo, o ponto inaugural e culminante do estilo bizantino. Todo mundo a ele se referia como sendo a "Grande Igreja", e até mesmo o céptico Procópio, ao escrever a respeito, fê-lo de maneira respeitosa. "Quando alguém entra nesse templo para rezar, vê que ele não é trabalho do homem... A alma, ao elevar-se para o céu, vê que Deus ali está presente e sente inefável prazer em estar no templo, no templo que Ele escolheu."[38] (Os turcos, após a conquista de Constantinopla, em 1453, cobriram os mosaicos de Santa Sofia com argamassa, tachando aquelas "imagens gravadas" de frutos da idolatria, mas em anos bem recentes o governo turco permitiu que um grupo do Instituto Bizantino de Boston, Massachusetts, tirasse a argamassa daqueles inigualáveis exemplares da arte mosaicista. Os conquistadores turcos expiaram, por assim dizer, seus erros construindo no templo quatro graciosos minaretes que se acham em perfeita harmonia com a feição dos domos.)

4. *De Constantinopla a Ravena*

O templo de Santa Sofia foi a maior realização de Justiniano, mais duradoura que todas as suas conquistas e leis. Procópio descreveu, no entanto, 24 outras igrejas que ele construíra ou reconstruíra na capital e faz a seguinte observação: "Se se contempla apenas uma delas, tem-se a impressão de que é a única que fora construída pelo imperador e que ele empregara todo o tempo de seu reinado nessa obra."[39] Essa febre de construções dominou todo o Império até a morte de Justiniano. O século VI, que marcou o início dos tempos obscuros da História no Ocidente, foi, no Oriente, uma das épocas mais brilhantes da arquitetura. Milhares de igrejas celebraram o triunfo do cristianismo sobre o paganismo e do estilo bizantino-oriental sobre o estilo greco-romano em Éfeso, Antioquia, Gaza, Jerusalém, Alexandria, Salônica, Ravena, Roma e de Kerch, na Criméia, até Sfax, na África. As colunas externas, arquitraves, cumeeiras triangulares e frisos cederam lugar às abóbadas, arcos e domos. Os séculos IV, V e VI foram verdadeiros séculos criadores na Síria. As escolas de Antioquia, Berytus (Beirute), Edessa e Nísibis (Nusaybin) primaram pelo número de seus oradores, advogados, historiadores e hereges; seus obreiros eram inigualáveis em trabalhos de mosaicos, tecidos e arte decorativa; seus arquitetos erigiram centenas de igrejas e os escultores as ornaram com primorosos relevos.

Alexandria foi a única cidade do Império que jamais cessara de prosperar. Seu fundador a localizara de tal forma que obrigava todos os povos do Mediterrâneo a se servirem de seus portos, aumentando, com isso, seu comércio. Não sobreviveu nenhuma de suas obras antigas ou medievais de arquitetura, porém as relíquias esparsas que se encontraram de artefatos de metal, marfim, madeira, bem como pinturas, revelam ter sido o seu povo tão rico de sentimento artístico como de espírito sensual e religioso. A arquitetura copta que havia começado com a basílica romana tornou-se, no reinado de Justiniano, predominantemente oriental.

O esplendor da arquitetura de Ravena começou logo depois que Honório fez dessa cidade a capital do Império do Ocidente, em 404. A cidade prosperou durante a longa regência de Gala Placídia. As boas relações que Ravena mantinha com Constantinopla proporcionaram à cidade a vinda de artistas orientais, cujos estilos se amalgamaram com os dos arquitetos italianos. O plano tipicamente oriental de um domo colocado com arcos sobre o transepto de uma base cruciforme apareceu ali em 450 no mausoléu em que Placídia encontrou a paz para seu espírito. Pode-se ver ainda, em seu interior, o famoso mosaico de Cristo como bom pastor. Em 458, o bispo Néon acrescentou ao domo do batistério da Basílica Ursiana uma série de mosaicos que incluía notáveis retratos dos apóstolos. Cerca do ano 500, Teodorico construiu para o bispo ariano, que ele nomeara, uma catedral a que deu o nome de Santo Apolinário, em homenagem ao fundador da comunidade cristã em Ravena; nesse templo, célebres mosaicos apresentam os santos em atitudes solenes, as quais sugerem o estilo bizantino.

A conquista de Ravena por Belisário favoreceu a vitória da arte bizantina na Itália. A igreja de São Vital foi terminada (547) durante o reinado de Justiniano e Teodora, os quais financiaram as suas decorações; suas figuras pouco sedutoras encontram-se ali também reproduzidas e tudo indica que se trata de uma reprodução fiel. Deve-se admitir que tanto o imperador como a imperatriz foram muito corajosos em permitir que seus retratos fossem transmitidos para a posteridade. A posição do corpo dos governantes, eclesiásticos e eunucos é rija e angular, foge à forma pré-clássica; a indumentária das mulheres é um verdadeiro triunfo da arte no mosaico, mas sentimos aí a falta da graça toda natural que se observa na procissão do Partenon ou na *Ara pacis* de Augusto, ou mesmo a nobreza e delicadeza das estátuas que figuram nos portais das catedrais de Chartres ou Reims.

Dois anos depois da consagração da igreja de São Vital, o bispo de Ravena procedeu à consagração da de Santo Apolinário em Classe — uma segunda igreja para o santo patrono da cidade, situada no subúrbio marítimo que havia sido outrora a base da frota romana no Adriático *(classis)*. Vê-se nela o plano da antiga basílica romana, mas nota-se no conjunto de seus capitéis um toque da arte bizantina nas folhas de acanto, as quais não se mostram enrugadas e torcidas à maneira clássica, parecendo sopradas por algum vento oriental. As compridas fileiras de colunas muito perfeitas, as variegadas cores dos mosaicos (século VII) nas arquivoltas e encontros de abóbada, os maravilhosos medalhões de estuque no coro, a cruz de pedras preciosas em um leito de estrelas de mosaico no ápice tornam esse templo um dos principais da península. Dá-nos a impressão de uma galeria de arte.

5. *As Artes Bizantinas*

A arquitetura foi a obra-prima do artista bizantino, porém havia nela ou a sua volta uma dezena de artes, nas quais ele realizou trabalhos notáveis. Não se preocupou muito com a forma na escultura; naquela época preferia-se a cor às linhas, contudo Procópio enaltecia os escultores de seu tempo — presumivelmente os cinzeladores de relevos — equiparando-os a Fídias e Praxíteles. Alguns sarcófagos de pedra dos séculos IV, V e VI apresentam corpos humanos talhados com graça quase helênica juntamente com abundância de ornatos verdadeiramente asiática. Os trabalhos em marfim constituíam uma arte favorita entre os bizantinos, os quais o empregavam na confecção de dípticos, trípticos, capas de livros, esquifes, caixinhas de perfumes, estatuetas e centenas de objetos decorativos. Nessa arte a técnica helenística sobreviveu sem alteração e substituiu os deuses e heróis por Cristo e santos. A cadeira de marfim do bispo Maximiliano na Basílica Ursiana, em Ravena (*ca.* 550), é uma grande obra-prima executada em uma arte menor.

Enquanto o Extremo Oriente, no século VI, fazia experiências com tintas a óleo de cor,[40] os pintores bizantinos ainda continuavam a adotar os métodos tradicionais dos

gregos: *encáustica* — tinta gravada nas almofadas de madeira, lonas ou linho; *afresco* — tinta misturada com cal e aplicada em superfícies úmidas de gesso; e *têmpera* — tinta misturada com clara de ovo e cola ou goma e que se aplicava em painéis ou em gesso já seco. O pintor bizantino sabia dar os efeitos de distância e profundidade, mas geralmente contornava as dificuldades da perspectiva cobrindo o fundo com casas e abrigos. Pintaram-se muitos retratos, poucos porém sobreviveram. As paredes das igrejas eram decoradas com murais; os fragmentos que deles restam demonstram um realismo cruel, corpos acanhados, mãos disformes, rostos magros e toucados esquisitos.

O artista bizantino foi uma verdadeira revelação nos trabalhos de miniatura; suas obras-primas de pintura, atualmente existentes, não são os murais ou painéis, mas as miniaturas com as quais literalmente "iluminou", com cores brilhantes, as publicações de sua época. (*Miniatura* vem de *minium*, palavra ibérica para o cinábrio que Roma importava da Espanha, de que resultou significar vermelhão — a cor favorita para a ilustração de livros.) Os livros, por custarem muito caro, eram adornados como quaisquer outros objetos preciosos. O artista desenhava o trabalho primeiro em papiro, pergaminho ou véu com um pincel muito fino ou pena, fazia um fundo geralmente dourado ou em cor azul; passava depois as tintas e decorava o fundo e as bordas com formas graciosas e delicadas. No começo fazia apenas a letra inicial de um capítulo ou página; às vezes esboçava o retrato do autor e fazia ilustrações para o texto; finalmente, à medida que se ia aperfeiçoando em sua arte, esquecia-se do texto e entregava-se a decorações exuberantes, seguindo um motivo geométrico ou floral, ou mesmo um símbolo religioso, repetindo-o de inúmeras maneiras até transformar toda a página em uma orgia de cores e linhas. O texto parecia então um intruso surgido de algum mundo selvagem.

A iluminura de manuscritos era muito usada no Egito, nos tempos dos faraós e Ptolomeus, passando depois a ser adotada na Grécia helenística e em Roma. O Vaticano possui um manuscrito da *Eneida*, e a Biblioteca Ambrosiana, em Milão, um da *Ilíada*, que se atribuem ao século IV, cheios de ornamentos clássicos. A transição dessa arte do paganismo para o cristianismo aparece na *Topographia Christiana (Topografia Cristã)*, de Cosmas Indicopleustes (*ca.* 547), o qual adquiriu tal sobrenome em virtude de sua viagem à Índia, tendo-se celebrizado também por haver tentado provar que a terra é plana. A mais antiga miniatura religiosa existente hoje é a do *Genesis*, do século V, a qual se encontra na Biblioteca de Viena; o texto é escrito em letras douradas e prateadas sobre 24 folhas de pergaminho purpúreo; suas 48 miniaturas em cores branca, verde, violeta, vermelha e preta descrevem a história do homem, desde a queda de Adão até a morte de Jacob. Belos também são os *Joshua Rotulus* (*Pequeno Registro do Livro de Josué*) existentes no Vaticano e o *Livro dos Evangelhos*, ilustrados pelo monge Rabula, na Mesopotâmia, em 586. Foi da Mesopotâmia e Síria que vieram as figuras e símbolos que prevaleceram na iconografia do mundo bizantino. Reproduzidas de mil formas, tornaram-se estereotipadas e convencionais e contribuíram também para a imutabilidade da arte bizantina.

Amante de coisas brilhantes e duradouras, o pintor bizantino tinha predileção pelo mosaico. Escolhia tesselas de mármore colorido para o assoalho, como o haviam feito também os gregos e romanos; para outras superfícies servia-se de cubos de vidro ou esmalte de tons e tamanhos diferentes, mas em geral o tamanho era de um oitavo de polegada quadrada. Às vezes embutiam neles pedras preciosas. Empregava-se muitas

vezes o mosaico para fazer quadros portáteis ou estatuetas de santos, os quais eram colocados nas igrejas e casas ou mesmo levados em viagem como auxílio para a fé e segurança. O artista, porém, preferia trabalhar em um plano maior de paredes de igrejas ou palácios. Em sua oficina, dispunha os cubos numa lona que havia pintado. Nisso a sua arte consistia em dar à obra a cor e gradação exatas que pudessem ser percebidas por outrem a grande distância. Entrementes, colocava duas camadas de cimento, uma muito grossa e outra muito fina, sobre a superfície que se devia cobrir. O artista, baseando-se no modelo de lona, colocava os cubos nessa matriz, geralmente com as bordas cortadas para captar a luz. Fazia também superfícies curvas em forma de domos e conchas, as quais, por esse processo, captavam uma luz suave em diferentes ângulos, de muitos reflexos. Nessa laboriosa arte é que o estilo gótico iria procurar parte de sua inspiração para o vidro colorido.

Os manuscritos do século V citam tal vidro, mas dele não ficou nenhum exemplar; parece que a cor era apenas em sua parte externa, não no vidro fundido.[41] O processo de cortar e soprar o vidro já existia há mil anos. A Síria, que se sabia ter sido a primeira a empregá-lo, ainda continuava sendo o principal centro desse ofício. A arte de gravar em metais e lapidar pedras preciosas tinha decaído muito desde o tempo de Aurélio. Os desenhos e a apresentação das jóias, moedas e selos bizantinos são relativamente medíocres. Contudo, os joalheiros vendiam seus artigos a quase todas as classes, pois o adorno constituía a alma de Bizâncio. Havia grande número de ourives na capital; muitos altares eram ornados de vasos, taças e escrínios de ouro e muitas famílias ricas atulhavam suas mesas com baixelas de prata.

Todas as casas, aliás quase todo o mundo, possuíam tecidos finos. Nisso o Egito tomou a dianteira com sua manufatura de vestidos, cortinas, tapetes e cobertores finos de variegadas cores. Os coptas eram verdadeiros mestres nessa arte. Alguns tapetes egípcios daquela época tecnicamente quase se igualavam aos "gobelins".[42] Os tecelões bizantinos faziam brocados e rendas de seda, e mesmo mortalhas de linho bordadas, nas quais pintavam com realismo o rosto do morto. Em Constantinopla, conhecia-se o homem pela roupa que trajava; cada classe procurava vestir-se aprimoradamente e de maneira a distinguir-se uma das outras. Uma reunião de bizantinos sem dúvida dava a impressão de uma cauda de pavão.

A música era muito popular entre eles. Exercia grande papel na liturgia da Igreja e ajudava a infundir emoção na crença. Alípio escreveu, no século IV, uma *Introdução Musical*, cujos fragmentos existentes atualmente é que nos revelam o sistema de notação musical dos gregos. As letras que representavam as notas foram, naquele século, substituídas por sinais abstratos, *neumes (neumas)*. Parece que Ambrósio, Hilário e Jerônimo introduziram essa modificação respectivamente em Milão, na Gália e em Roma: Por volta do final do século V, Romano, monge grego, compôs a letra e a música dos hinos que ainda fazem parte da liturgia grega, os quais jamais foram igualados quanto ao profundo sentimento e força de expressão que encerram. Boécio escreveu um ensaio, *De Musica*, no qual resumiu as teorias de Pitágoras, Aristóxeno e Ptolomeu. Esse pequeno tratado foi usado como texto musical em Oxford e Cambridge até nossos tempos.[43]

É preciso ser oriental para compreender a arte do Oriente. Para o espírito ocidental a essência do bizantinismo significa que o Oriente dominara o corpo e a alma da Grécia: no governo autocrático, na estabilidade hierárquica das classes, na estagnação da ciência e filosofia, no Estado sob o domínio da Igreja, no povo excessivamente reli-

gioso, na berrante indumentária, nos ritos sonoros e teatrais, na monotonia dos cânticos, no excessivo colorido das obras de arte, na conquista do naturalismo pela imaginação e arte decorativa. O antigo espírito grego teria achado tudo isso intolerável, mas o fato é que a Grécia, naquele tempo, fazia parte do Oriente. A lassidão dos asiáticos invadiu o mundo grego justamente quando devia ter sido combatida pela renovada vitalidade e incrível energia que lhe infundiram a Pérsia e o Islã.

CAPÍTULO VII

Os Persas

224 — 641

I. A SOCIEDADE SASSÂNIDA

ALÉM do Eufrates ou do Tigre estendia-se aquele império quase secreto que, durante mil anos, no decorrer de toda a história da Grécia e de Roma, havia contido longe de suas fronteiras as hordas asiáticas e uma Europa em plena expansão, e que jamais se esquecia das glórias dos aquemênidas e aos poucos ia-se refazendo das guerras dos partos. Esse império ia mantendo orgulhosamente sua cultura própria sob o regime dos viris monarcas sassânidas e iria transformar o Irã conquistado pelo Islã na Pérsia da Renascença.

O Irã tinha, no século III, maior significação do que o Irã ou a Pérsia de nossos dias. Era, de acordo com seu próprio nome, o país dos "arianos" e abrangia o Afeganistão, Beluquistão, Sogdiana (Bukhara), Balkh (Bactriana), bem como o Iraque. A "Pérsia" — antigo nome da moderna província de Fars ou Farsistão — era apenas uma parcela a sudeste daquele império, porém os gregos e romanos, que pouca atenção davam aos "bárbaros", deram o nome daquela parcela ao todo. Dividindo-o, corre pelo centro do Irã, desde o Himalaia, a sudeste, até ao Cáucaso, a noroeste, uma cadeia de montanhas. Estende-se a leste um planalto muito árido e, a oeste, jazem os verdejantes vales dos rios gêmeos, cujas águas, quando transbordavam periodicamente, corriam para um labirinto de canais e tornavam a Pérsia ocidental muito rica com sua cultura de trigo, vinha, tâmaras e outros frutos. Entre esses rios ou ao longo deles ou escondidas nas montanhas ou mesmo como verdadeiros oásis no deserto, viam-se inúmeras aldeias e cidades, entre as quais Ecbátana, Rai, Mossul, Ístakhr (outrora Persépolis), Susa, Selêucia e a grandiosa Ctesifonte, sede do reino dos sassânidas.

Amiano descreve os persas daquele período como sendo "quase todos muito magros, algo morenos... usando barbas que não lhes ficavam de todo mal e cabelos compridos e revoltos".[1] Os homens das classes superiores não tinham os cabelos revoltos, nem eram todos magros; muitos tinham bonitas feições, o porte altivo; apreciavam os esportes violentos e roupas finas. Os homens cobriam a cabeça com turbantes, as pernas, com calças largas e usavam botas de amarrar. Os ricos usavam mantos ou túnicas de lã e seda, amarrados à cintura com uma correia, da qual pendia uma espada. Os pobres tinham de resignar-se com roupas de algodão ou de couro. As mulheres usavam botas e calções, camisas largas, capas e vestimentas compridas, enrolavam os negros cabelos na frente e deixavam-nos soltos atrás, enfeitando-os de flores. Em geral, todos gostavam de vestes coloridas e cheias de adornos. Os sacerdotes e os zelosos zoroastrianos envergavam roupa branca de algodão como símbolo de pureza; os generais preferiam a de cor vermelha; os reis diferenciavam-se dos demais usando calçados

vermelhos, blusas azuis, e adornando a cabeça com uma bola ou cabeça de um animal feroz ou pássaro. Na Pérsia, como em todas as sociedades civilizadas, até certo ponto é o traje que faz o homem, principalmente a mulher.

O persa culto típico era impulsivo, entusiasta e amante do dinheiro; mostrava-se muitas vezes indolente, mas tinha o espírito sempre alerta. Era dado a "conversas loucas e extravagantes... e mais astucioso do que corajoso. Dele se devia recear somente à distância",[2] que era onde mantinha os inimigos. Os pobres bebiam cerveja, porém, em geral, quase todos preferiam vinho. Os persas devotos e esbanjadores derramavam-no nos copos por ocasião dos ritos religiosos, esperavam alguns instantes para que os deuses viessem também beber e sorviam depois o líquido.[3] Descreveram-se suas maneiras, naquela época dos sassânidas, como sendo mais grosseiras do que no tempo dos aquemênidas e mais requintadas do que na época dos partos.[4] As narrativas de Procópio, porém, deixam-nos com a impressão de que os persas continuaram a ser mais corteses do que os gregos.[5] As cerimônias e as formalidades que se observavam na corte persa foram em muitos de seus pontos adotadas pelos imperadores gregos; os soberanos rivais chamavam-se um ao outro de "irmão", proporcionavam imunidade e salvo-conduto aos diplomatas estrangeiros, isentando-lhes as bagagens do pagamento de taxas e de qualquer exame por parte dos fiscais aduaneiros.[6] As convenções da diplomacia, tanto na Europa como nos Estados Unidos, terão talvez sua origem nas cortes dos reis persas.

"A maioria dos persas", diz Amiano, "entrega-se aos prazeres sensuais",[7] mas confessa que a pederastia e a prostituição eram menos freqüentes entre eles do que entre os gregos. O rabino Gamaliel elogiava os persas por três qualidades: "Eles são moderados na alimentação, modestos em sua vida particular e comedidos em suas relações maritais."[8] Tudo faziam para estimular o casamento e os nascimentos a fim de que não houvesse falta de homens em uma guerra; sob este aspecto, Marte era o deus do amor e não Vênus. A religião prescrevia o casamento, celebrava-o com grandes solenidades e ensinava que a fertilidade fortalecia Ormuz, o deus da luz, em sua luta cósmica contra Arimã, o Satanás do credo zoroastriano.[9] O chefe de família rendia culto aos antepassados e procurava assegurar para si essa mesma prática por parte dos filhos. Adotava sempre um filho quando não os tinha. Os pais geralmente arranjavam o casamento dos filhos, muitas vezes com o auxílio de um agente matrimonial profissional. A mulher podia, no entanto, casar-se mesmo contra a vontade dos pais. Os casamentos prematuros eram financiados por meio de dotes e outras disposições. Permitia-se a poligamia, a qual era recomendada quando ficava provado que a primeira esposa era estéril. O adultério florescia.[10] O marido podia divorciar-se da esposa que lhe fosse infiel, e a esposa também podia divorciar-se do marido por abandono do lar ou crueldade. Permitia-se ao homem ter uma concubina. À semelhança das antigas heteras gregas, as concubinas tinham plena liberdade de andar em público e ir aos banquetes dos homens.[11] As esposas legais, porém, ficavam geralmente em casa, em seus aposentos particulares.[12] Esse velho costume dos persas foi herdado pelo Islã. As mulheres persas eram excepcionalmente belas e talvez os homens tivessem de precaver-se contra elas. Lê-se no *Shahnama*, de Firdusi, que eram as mulheres que tomavam a iniciativa do galanteio e sedução. Os encantos femininos venciam as leis dos homens.

Os filhos eram criados com o auxílio da crença religiosa, a qual parecia indispensável para firmar a autoridade dos pais. Eles se divertiam com jogos de bola, atle-

tismo e xadrez[13] e, na juventude, acompanhavam também os irmãos mais velhos em seus passatempos, tais como exercícios de arco, corridas de cavalo, pólo e caça. Todos os sassânidas achavam a música indispensável para a prática da religião, amor e guerra. "A música e os cantos das belas mulheres", diz Firdusi, "faziam parte das representações" nos banquetes e recepções do rei.[14] Eram abundantes os instrumentos musicais, tais como liras, cítaras, flautas, clarins, tambores, etc. Diz a história que Barbad, o cantor favorito de Cósroes Parvez, compusera 360 canções e as cantou para seu amo real, em um ano, uma em cada noite.[15] A religião exercia também grande papel na educação. As escolas primárias eram situadas nos terrenos dos templos, onde as lições eram ministradas por sacerdotes. Os estudos de literatura, medicina, ciência e filosofia eram feitos na célebre Academia de Jund-i-Sapor, em Susiana. Os filhos dos senhores feudais e dos sátrapas das províncias residiam a maior parte do tempo nas imediações da corte e tomavam suas lições com os príncipes da família real em um colégio anexo ao palácio real.[16]

Continuava-se a usar o pálavi, a língua indo-européia da Pérsia dos partos. Restam apenas umas 600.000 palavras da literatura daquele tempo, quase toda ela versando sobre religião. Sabemos que era imensa,[17] porém os sacerdotes eram seus guardiões e quem a veiculava. Eles deixaram perecer a maior parte daquele material secular. (Um processo semelhante poderá ter-nos iludido quanto ao caráter predominantemente religioso dos primeiros trabalhos literários medievais da cristandade.) Os reis sassânidas protegiam as letras e a filosofia, salientando-se entre eles Cósroes Anuchirvã, o qual mandou traduzir as obras de Platão e Aristóteles para o pálavi e ordenou que fossem usadas no ensino em Jund-i-Sapor. Ele mesmo as lia. Compilaram-se, durante seu reinado, muitos anais históricos, dos quais o único que ficou foi o *Karnamak-i-Artakhshartr* ou os *Feitos de Ardaxir*, um misto de história e romance que serviu de base para o *Shahnama*, de Firdusi. Quando Justiniano fechou as escolas de Atenas, sete de seus professores fugiram para a Pérsia e refugiaram-se na corte de Cósroes. Com o tempo foram ficando saudosos de sua terra natal. O "rei bárbaro", em seu tratado de 533 com Justiniano, estipulou que se devia permitir aos sábios gregos voltarem a viver livres de perseguições.

A Academia de Jund-i-Sapor, que havia sido fundada no século IV ou V, tornou-se, durante o reinado daquele culto monarca, "o maior centro intelectual da época".[18] A ela afluíam estudantes e professores de todas as partes do mundo. Os cristãos nestorianos foram ali recebidos e traduziram para o siríaco trabalhos gregos que versavam sobre medicina e filosofia. Os neoplatônicos lançaram ali a semente do misticismo sufista. Foi nesse colégio que se amalgamaram os conhecimentos médicos da Índia, Pérsia, Síria e Grécia, dos quais surgiu uma florescente escola de terapêutica.[19] De acordo com a teoria persa, as moléstias originavam-se da contaminação e impureza de um ou mais dos seguintes quatro elementos: fogo, água, terra e ar; a saúde pública, diziam os médicos e sacerdotes persas, exigia que se queimasse toda matéria putrefata, e a saúde individual pedia que se obedecesse severamente ao código de higiene de Zoroastro.[20]

Quanto à astronomia, na Pérsia, apenas sabemos que tinham um calendário que dividia o ano em 12 meses, cada mês em duas semanas de sete dias e duas de oito, a que se acrescentavam cinco dias intercalados no fim do ano.[21] A astrologia e a feitiçaria eram generalizadas. Não se dava um passo sem se consultar primeiro a posição das constelações, e todo destino — assim acreditavam — era determinado pelas boas e

más estrelas que ainda faziam a antiga guerra de Ormuz a Arimã, à semelhança da luta entre anjos e demônios na alma humana.

A dinastia dos sassânidas restabeleceu a religião de Zoroastro e cedeu terras e dízimos aos sacerdotes. O governo apoiava-se na religião, da mesma maneira que se dava na Europa. Um *Archimagus*, cuja força no país só era inferior à do rei, dirigia a casta sacerdotal de magos, a qual controlava quase toda a vida intelectual da Pérsia, atemorizava os pecadores e rebeldes ameaçando-os de irem para o inferno. Mantiveram assim escravizadas as massas durante quatro séculos.[22] De quando em vez protegiam os cidadãos contra a ganância do fisco e os pobres contra a opressão.[23] A organização desses magos era tão rica que, às vezes, fazia empréstimos de grandes somas aos próprios reis. Todas as cidades importantes tinham um templo que encerrava um fogo sagrado, o qual se supunha inextinguível, simbolizando o deus da luz. Somente se podia salvar a alma das mãos de Arimã se se levasse uma vida virtuosa e se se observassem os ritos de pureza; nessa batalha contra o demônio, era vital que se tivesse o auxílio dos magos e de suas *magias* — predições, feitiçarias e orações. Com tal auxílio, a alma se santificaria e se purificaria, passando depois no terrível julgamento do Juízo Final e gozaria eterna felicidade no paraíso.

Outras religiões encontraram modesta guarida à volta dessa religião oficial. Mitras, o deus do sol, muito popular entre os partos, tinha, como principal auxiliar de Ormuz, certo número de adeptos. Contudo, os sacerdotes zoroastrianos, à semelhança dos cristãos, muçulmanos e judeus, consideravam a apostasia ao credo oficial um crime capital. Quando Mani (*ca.* 216-76), intitulando-se emissário divino à semelhança de Buda, Zoroastro e Jesus, pregou sua doutrina em prol do celibato, pacifismo e quietismo, os magos militantes e nacionalistas mandaram crucificá-lo. O maniqueísmo teve de procurar outras paragens. Os sacerdotes e reis sassânidas eram, no entanto, tolerantes para com o judaísmo e o cristianismo, mais do que os papas para com os judeus e hereges. Grande número de judeus asilou-se nas províncias ocidentais do império persa. O cristianismo aí se achava instalado quando os sassânidas galgaram o poder; foi tolerado até o momento em que ficou sendo oficial na Grécia e Roma, os antigos inimigos da Pérsia. Perseguiram-na depois que seus sacerdotes, à semelhança do que fizeram em Nísibis em 338, tomaram parte ativa na defesa do território bizantino contra Sapor II[24] e os cristãos persas revelaram suas esperanças de uma vitória bizantina.[25] Em 341, Sapor ordenou o massacre de todos os cristãos no império; destruíram-lhes aldeias inteiras, limitando depois, Sapor, a sua ordem à proscrição dos sacerdotes, monges e freiras. Mesmo assim 16.000 cristãos morreram em uma perseguição que durou até à morte do soberano (379). Iezdegerd I (399-420) restabeleceu a liberdade de crença aos cristãos e os auxiliou a construírem suas igrejas. Os bispos persas, em um concílio realizado em 422, declararam a Igreja Cristã persa independente do cristianismo grego e romano.

Naquele cenário de cultos e lutas religiosas, de editos e crises governamentais, de guerras civis e de guerras no estrangeiro, ia o povo sustentando o Estado e a Igreja, arando o solo, cuidando de seus rebanhos e fomentando o comércio. Considerava-se a agricultura um dever sagrado. Desbastar o mato, cultivar a terra, canalizar as águas para irrigação dos campos — tudo isso era um trabalho heróico que, diziam, assegurava a vitória final de Ormuz sobre Arimã. O camponês necessitava realmente de muito consolo espiritual, pois em geral trabalhava como arrendatário de um senhor feudal, ao qual pagava taxas que variavam de um sexto a um terço de suas colheitas.

Cerca do ano 540, os persas aprenderam a arte de fabricar açúcar de cana, arte que já se praticava na Índia; o imperador grego Heráclio encontrou no palácio real de Ctesifonte (627) verdadeira fortuna em açúcar. Os árabes, tendo conquistado a Pérsia 14 anos mais tarde, aprenderam a cultivar a cana-de-açúcar e introduziram sua cultura no Egito, Sicília, Marrocos e Espanha, espalhando depois a cultura pela Europa.[26] A criação de animais domésticos era o forte dos persas. A beleza, a agilidade e a raça de seus cavalos apenas eram inferiores às dos árabes. Os persas tinham grande afeição por seus cavalos. O cão vigiava rebanhos e casas, era-lhes tão útil que o tinham na conta de animal sagrado. O gato também era muito venerado.

Na dinastia dos sassânidas, a indústria persa alcançou grande desenvolvimento. Havia numerosas corporações (guildas), e algumas cidades abrigavam um proletariado verdadeiramente revolucionário.[27] Viera-lhes da China o tecido de seda; as sedas sassânidas tornaram-se depois bastante procuradas e serviram de modelo para a arte têxtil de Bizâncio, China e Japão. Os mercadores chineses apareciam no Irã para vender seda bruta e comprar tapetes, jóias e carmim; armênios, sírios e judeus ligavam a Pérsia, Bizâncio e Roma com seu intercâmbio comercial. Boas estradas e pontes, bem patrulhadas, habilitavam o correio e as caravanas de mercadores a ligar Ctesifonte com todas as províncias. Construíram-se portos no Golfo Pérsico a fim de facilitar o comércio com a Índia. O governo estabeleceu regulamentos limitando o preço do trigo, remédios e outros artigos e impediu os açambarcamentos e monopólios.[28] Podemos julgar a riqueza das classes superiores pela história do ricaço que, tendo convidado mil pessoas para um banquete e verificado que dispunha de apenas 500 talheres, pôde pedir emprestado 500 mais a seus vizinhos.[29]

Vivendo principalmente de suas propriedades rurais, os senhores feudais organizavam a exploração das terras e dos homens, e formavam regimentos constituídos de seus próprios arrendatários para combater pelo país. Exercitavam-se para a batalha praticando a caça com verdadeira paixão e bravura. Serviam como cavaleiros, homem e animal metidos em uma armadura como na Europa feudal, mas não sabiam disciplinar suas tropas como os romanos, tampouco aplicar a arte de engenharia em um cerco ou em uma defesa. Acima deles, na casta social, estavam os grandes aristocratas que governavam as províncias como sátrapas ou dirigiam os departamentos do governo. A administração deve ter sido razoavelmente competente, pois, embora a tributação fosse menos pesada do que a do Império Romano do Oriente ou Ocidente, o tesouro persa muitas vezes era mais rico do que o dos imperadores. Em 626, Cósroes Parvez tinha o equivalente a $460.000.000 em seus cofres e uma renda anual de $170.000.000[30] — somas aliás enormes se se considerar o poder aquisitivo da prata e do ouro medievais.

A lei era instituída pelos reis, seus conselheiros e os magos na base do antigo código de Avesta. A sua interpretação e aplicação ficavam a cargo dos sacerdotes. Amiano, que combatera os persas, considerava os juízes "homens honestos, de comprovada experiência e conhecedores da lei".[31] Em geral, os persas eram conhecidos como homens de palavra. Cercavam os juramentos no tribunal com a auréola da religião. A lei punia severamente a quebra de um juramento, e o inferno, dizia-se, puniria o transgressor com infindável chuva de setas, machados e pedras. Recorria-se ao ordálio para se descobrir o culpado de algum crime. Faziam os suspeitos andarem sobre matérias incandescentes ou atravessarem uma fogueira ou comerem comida envenenada. Puniam com pesadas penas o infanticídio e o aborto, com a morte, a pederastia. Dester-

ravam o homem que cometesse adultério. A mulher adúltera perdia o nariz e as orelhas. Podia-se apelar de uma sentença para um tribunal superior. As sentenças de morte somente podiam ser executadas depois de examinadas e aprovadas pelo rei.

O rei atribuía seu poder aos deuses, apresentava-se como representante deles e procurava igualar-se a eles com seus próprios decretos. Chamava-se a si mesmo, quando lhe permitia a ocasião, "Rei dos Reis, Rei dos Arianos e não-Arianos, Soberano do Universo, Descendente dos Deuses".[32] Sapor II acrescentava ao seu nome a designação de "Irmão do Sol e da Lua, Companheiro das Estrelas". Teoricamente absoluto, o monarca sassânida agia em geral de acordo com o parecer de seus ministros, os quais formavam o conselho de Estado. Masudi, historiador muçulmano, louvou a "excelente administração dos reis sassânidas, a sua bem equilibrada política, o zelo que dispensavam a seus súditos e a prosperidade de seus domínios".[33] Disse Cósroes Anuchirvã, segundo escreve Ibn Khaldun: "Não se pode ser rei sem exército; não se pode ter um exército se não se tem rendas; sem impostos não se tem rendas; sem agricultura não se podem cobrar impostos e sem um governo justo não se pode ter agricultura."[34] Em tempos normais, o cargo monárquico era transmitido ao filho primogênito, mas o rei poderia transmiti-lo ao filho mais moço. Em ambos os casos o poder ficava em mãos da rainha. Quando não havia herdeiro direto, os nobres e os prelados escolhiam o governante, mas restringiam a escolha apenas entre os membros da família real.

A vida de um rei era um torvelinho exaustivo de obrigações. Tinha de conduzir-se com bravura nas caçadas. Ele ia em um pavilhão de brocado puxado por 10 camelos ricamente ajaezados. Sete camelos transportavam o trono, outros 100, seus menestréis. Dez mil cavaleiros podiam acompanhá-lo, porém, se dermos crédito às gravuras nas rochas, era a ele que cumpria, no final, montar a cavalo e enfrentar sozinho um veado ou um cabrito montês, antílope, búfalo, tigre, leão ou quaisquer dos animais que estivessem reunidos no parque real ou "paraíso". De volta ao palácio, atendia à tarefa governamental em meio a centenas de auxiliares e grande cerimonial. Tinha de vestir pesadas roupas cobertas de jóias, sentar-se no trono e usar uma coroa tão incômoda que a mesma tinha de ficar suspensa a uma imperceptível distância de sua cabeça, que éle conservava imóvel. Recebia assim os embaixadores e convidados, observava as normas protocolares, dava sentenças, entrevistas e recebia relatórios. As pessoas que dele se aproximavam tinham de ajoelhar-se, beijar o chão, levantar-se somente quando ele ordenasse e falar-lhe através do lenço, a fim de que o hálito não o infeccionasse ou profanasse. À noite recolhia-se aos aposentos de uma de suas esposas ou concubinas e, mui eugenicamente, disseminava o sêmen real.

II. A REALEZA SASSÂNIDA

Sassan, na tradição persa, foi um sacerdote de Persépolis; seu filho, Papak, fora um pequeno príncipe de Khur. Papak assassinou Gozihr, governador da província de Pérsis, fez-se rei da província e legou o trono a seu filho Sapor. Sapor morreu cedo em um acidente, sendo seu sucessor Ardaxir, um irmão seu. Artabano V, o último dos reis arsácidas ou partos da Pérsia, recusou-se a reconhecer a nova dinastia local. Ardaxir venceu Artabano em uma batalha (224) e tornou-se Rei dos Reis (226). Ele substituiu o domínio feudal dos arsácidas por uma forte administração real que dominava através de uma burocracia centralizada, porém numerosa. Conseguiu o apoio da casta

sacerdotal ao restaurar a hierarquia e a fé dos zoroastrianos e despertou o orgulho do povo ao anunciar que ia destruir a influência helenística na Pérsia, vingar Dario II contra os herdeiros de Alexandre e reconquistar todo o território que outrora havia estado sob o domínio dos reis aquemênidas. Quase cumpriu a palavra. Suas rápidas campanhas estenderam os limites da Pérsia até o Oxo, no nordeste, e até o Eufrates, no oeste. Ao morrer (241), colocou a coroa sobre a cabeça de seu filho Sapor e pediu-lhe que expulsasse para o mar os gregos e romanos.

Sapor I ou Shapur (241-72) herdou todo o vigor e habilidade do pai. As figuras em relevo encontradas nas rochas mostram que era homem de feições nobres e bonitas. Contudo, tais figuras eram sem dúvida um cumprimento estilizado. Recebeu boa educação, gostava de estudar. Entusiasmou-se de tal maneira pela conversação do sofista Eustácio, o embaixador grego, que pensou em resignar ao trono e tornar-se filósofo.[35] Contrariamente a seu homônimo, deu plena liberdade a todas as religiões, permitiu que Mani pregasse em sua corte e declarou que os "magos, maniqueus, judeus, cristãos e todos os homens, qualquer que fosse sua religião, poderiam viver em paz" no império.[36] Prosseguindo com a redação do *Avesta,* de Ardaxir, persuadiu os sacerdotes a incluir nessa Bíblia persa trabalhos seculares sobre metafísica, astronomia e medicina, a maioria deles originária da Índia e da Grécia. Era um patrono liberal das artes. Não foi grande general como Sapor II ou como os dois Cósroes, porém foi o mais eficiente dos administradores da longa linhagem dos sassânidas. Construiu uma nova capital em Sapor (Shapur), cujas ruínas trazem ainda seu nome, e ergueu, em Shustar, no rio Carum, um dos maiores trabalhos de engenharia — uma represa com blocos de granito formando uma ponte de 1.710 pés de comprimento por 20 de largura. Desviou-se temporariamente o curso das águas para que se pudesse fazer a construção. Lajearam solidamente o rio. Grandes comportas regulavam seu escoamento. Diz a tradição que Sapor empregara construtores e prisioneiros romanos para desenhar e construir a represa, a qual continuou a funcionar até nosso próprio século.[37] Foi com relutância que se voltou para a guerra. Invadiu a Síria, alcançou Antioquia. Foi derrotado por um exército romano e assinou a paz (244), restituindo a Roma tudo que ele havia conquistado. Aborrecido com a cooperação que a Armênia havia prestado a Roma, invadiu-a, estabelecendo ali uma dinastia amiga da Pérsia (252). Com seu flanco assim protegido, recomeçou a guerra contra Roma, derrotou e prendeu o Imperador Valeriano (260), saqueou Antioquia e trouxe para o Irã milhares de prisioneiros para trabalhos forçados. Odenato, governador de Palmira, juntou-se às forças romanas e obrigou novamente Sapor a aceitar o Eufrates como fronteira romano-persa.

Do ano de 272 a 302, seus sucessores não passaram de reis medíocres. A História faz pequena menção a Ormizde II (302-9), o qual manteve a prosperidade e a paz. Ele cuidou das reparações dos edifícios públicos e casas particulares, principalmente das moradias dos pobres, tudo às expensas do Estado. Instalou novo tribunal de justiça, cuja função era ouvir as queixas dos pobres contra os ricos e ao qual ele muitas vezes presidia. Ignoramos se tais hábitos estranhos impediram o filho de herdar o trono. Seja como for, quando Ormizde morreu, os nobres prenderam-lhe o filho e entregaram o trono ao que estava ainda por nascer e ao qual aclamaram Sapor II. Para evitar dúvidas, coroaram o feto suspendendo a coroa real sobre o ventre da mãe.[38]

Assim com tão bom começo, ingressou Sapor II no maior dos reinos da história asiática (309-79). Treinaram-no para a guerra desde sua juventude; enrijou o corpo e

a vontade e, aos 16 anos, assumiu o governo e iniciou as suas campanhas. Invadiu a Arábia oriental, devastou dezenas de aldeias, matou milhares de soldados e reduziu milhares de outros à escravidão. Recomeçou em 337 a guerra contra Roma pelo domínio das rotas comerciais do Extremo Oriente e prosseguiu com ela, com pequenos intervalos de paz, até sua morte. A conversão de Roma e da Armênia ao cristianismo deu nova intensidade à antiga luta, como se os deuses; num frenesi homérico, se tivessem juntado à peleja. Sapor combateu, no decorrer de 40 anos, uma longa série de imperadores romanos. Juliano o rechaçou para Ctesifonte, porém retirou-se de maneira pouco gloriosa. Joviano, em hábil manobra feita por Sapor, foi obrigado a fazer a paz (363), cedendo-lhe as províncias romanas do Tigre e toda a Armênia. Quando Sapor II morreu, a Pérsia estava no apogeu de seu poderio e prestígio, e milhares de acres de terra haviam-se fertilizado com o sangue humano neles derramado.

A guerra transplantou-se para a fronteira oriental no século seguinte. Por volta do ano 425, o povo turaniano, conhecido pelos gregos como eftalitas e erroneamente denominado "hunos brancos", conquistou a região entre o Oxo (Hum Darya) e Jaxartes (Syr Darya). O rei sassânida Bahram V (420-38), denominado o Gur — "a besta selvagem" — devido a seus feitos cruéis, combateu-os com êxito. Depois de sua morte, porém, eles se espalharam graças a sua fecundidade e à guerra e levantaram um império que se estendia do Mar Cáspio ao Indo, com a capital em Gurgan e principal cidade na Bactriana. Venceram e assassinaram o rei Firuz (459-84) e forçaram o rei Balas (484-8) a pagar-lhes tributo.

Assim ameaçada a leste, a Pérsia viu-se, ao mesmo tempo, lançada no caos com as lutas dos monarcas para manter sua autoridade contra os nobres e sacerdotes. Cavad I (488-531) pensava enfraquecer tais inimigos encorajando um movimento comunista que se tornara para eles a principal razão de ataque. Cerca do ano 490, Mazdak, sacerdote zoroastriano, proclamou-se enviado de Deus para pregar um antigo credo: que todos os homens nasciam com a mesma igualdade, que nenhum tinha direito de possuir mais do que o outro, que a propriedade e o casamento eram invenções do homem e um triste erro, e que todos os bens e todas as mulheres deviam ser propriedade comum de todos os homens. Seus inimigos alegaram que ele perdoava o furto, o adultério e o incesto como protesto natural contra a propriedade e o casamento e como legítimo meio de aproximar-se da utopia. Os pobres e alguns outros o ouviram com prazer, porém Mazdak provavelmente ficou surpreso de receber a aprovação do rei às suas teorias. Seus seguidores começaram a saquear não somente as casas como também os haréns dos ricos e a arrebatarem para seu próprio uso as mais ilustres e mais caras concubinas. Os nobres ultrajados aprisionaram Cavad e colocaram no trono seu irmão Djamasp. Após ter ficado encerrado três anos no "Castelo do Esquecimento", Cavad escapou e foi reunir-se aos eftalitas. Ansiosos por terem conseguido um governante da Pérsia, eles lhe forneceram um exército e o auxiliaram a tomar Ctesifonte. Djamasp abdicou e os nobres fugiram para as suas propriedades. Cavad tornou-se novamente Rei dos Reis (499). Depois de assegurar-se do poder, ele se voltou contra os comunistas e condenou à morte Mazdak e milhares de seus adeptos.[39] Talvez o movimento tivesse criado nova situação para os trabalhadores, pois os decretos do conselho de Estado foram dali por diante assinados não somente pelos príncipes e prelados, mas também pelos chefes das principais corporações.[40] Cavad governou durante toda uma geração, lutou com êxito contra os inimigos dos eftalitas, inclusive

Roma. Ao morrer, deixou o trono a seu segundo filho, Cósroes, o maior de todos os reis sassânidas.

Cósroes (Khosru) I ("Justa Glória", 531-79) era chamado Chosroes pelos gregos, Kisra pelos árabes; os persas cognominaram-no ainda de Anuchirvã ("Alma Imortal"). Quando seus irmãos mais velhos conspiraram para depô-lo, condenou-os à morte, a eles e aos filhos, com exceção de um. Os súditos o chamavam de "o Justo". Talvez merecesse esse título se distinguirmos a justiça da clemência. Procópio descreveu-o como "um velho mestre que fingia ter piedade" e que faltava a sua palavra.[41] Mas Procópio era seu inimigo. O historiador persa al-Tabari elogiou-lhe a "argúcia, saber, inteligência, coragem e prudência", e atribuiu-lhe um discurso inaugural muito bem inventado, se não verdadeiro.[42] Cósroes reorganizou completamente o governo, escolheu seus auxiliares de acordo com suas capacidades, independentemente das posições que ocupavam. Educou Buzurgmihr, filho de um tutor seu, para que se tornasse um célebre vizir. Substituiu a conscrição de forças bisonhas por um exército permanente, disciplinado e eficiente. Estabeleceu um sistema de tributação mais justo e consolidou as leis do país. Construiu represas e canais a fim de melhorar o abastecimento de água às cidades e a irrigação dos campos; reivindicou as terras não aproveitadas, para o trato das quais forneceu aos súditos gado, ferramentas e sementes. Desenvolveu o comércio por meio de construções, reparos e proteção das pontes e estradas. Dedicou grande energia e zelo a serviço do povo e do Estado. Estimulou — obrigando — o casamento sob o fundamento de que a Pérsia precisava de mais população para manter seus campos e fronteiras. Convenceu os celibatários a se casarem dando-lhes esposas e educando-lhes os filhos com fundos do Estado.[43] Sustentou e educou os órfãos e as crianças às expensas do erário público. Puniu com a morte a apostasia, porém tolerava o cristianismo até mesmo em seu harém. Cercava-se de filósofos, médicos e eruditos da Índia e deleitava-se em discutir com eles os problemas da vida, do governo e da morte. Uma discussão girou em torno da pergunta: "Qual é a maior tristeza?" Um filósofo grego respondeu: "É ter-se uma velhice pobre e estúpida." Um hindu declarou: "É ter-se um espírito atribulado em um corpo doente." O vizir de Cósroes foi aclamado por todos como tendo dado a melhor resposta: "Quanto a mim, penso que a maior tristeza é um homem ver aproximar-se o fim da vida sem que tivesse praticado a virtude."[44] Cósroes incentivou a literatura e a ciência com substanciosos subsídios e financiou muitas traduções e histórias. Durante seu reinado, a universidade de Jund-i-Sapor chegou ao apogeu. Ele zelava tanto pela segurança dos estrangeiros que sua corte vivia sempre apinhada de distintos visitantes vindos de outras terras.

Ao subir ao trono, proclamou seu desejo de manter a paz com Roma. Justiniano, que estava com as vistas lançadas para a África e Itália, concordou e, em 532, os dois "irmãos" assinaram uma "paz eterna". Quando a África e a Itália caíram, Cósroes mui jocosamente pediu uma parte dos despojos sob o fundamento de que Bizâncio não teria vencido se não tivesse feito a paz com a Pérsia. Justiniano enviou-lhe então finíssimos presentes.[45] Cósroes declarou guerra a "Roma" em 539, alegando que Justiniano tinha violado as condições do tratado de paz. Procópio confirma o caso. Provavelmente o rei persa tivesse julgado que o ataque seria aconselhável enquanto os exércitos de Justiniano estivessem ocupados no Ocidente em vez de esperar que uma Bizâncio vitoriosa e fortalecida se voltasse com todas as suas forças contra a Pérsia; mais ainda, afigurava-se-lhe necessário dar a seu país as minas de ouro de Trebizonda

e um escoadouro no Mar Negro. Ele marchou contra a Síria, sitiou Hierápolis, Apaméia e Alepo, deixou-as intactas mediante polpudos resgates e apareceu logo às portas de Antioquia. A população postada nas ameias acolheu-o com setas e pedras e também com o obsceno sarcasmo pelo qual ele granjeara reputação internacional.[46] Encolerizado, o monarca tomou de assalto a cidade, saqueou-a, incendiou-lhe todos os edifícios com exceção da catedral, massacrou parte da população e mandou o restante para a Pérsia a fim de ir povoar ali uma nova "Antioquia". Banhou-se depois satisfeito nas águas daquele Mediterrâneo que havia sido a fronteira ocidental persa. Justiniano enviou Belisário em socorro da cidade, porém o rei persa tranqüilamente atravessou o Eufrates com seus despojos. O cauteloso general achou melhor não ir em sua perseguição (541). Aquelas pequenas guerras intermitentes entre a Pérsia e Roma eram, sem dúvida, alimentadas pelas dificuldades de se poder manter uma força de ocupação na região inimiga do deserto da Síria ou da cordilheira do Taurus. A melhoria nos transportes e comunicações permitiu depois que se travassem guerras de grande envergadura. Em três invasões na Ásia romana, Cósroes fez rápidos progressos e cercos; cobrou resgates, fez grande número de prisioneiros e devastou a região, retirando-se depois tranqüilamente (542-3). Justiniano pagou-lhe 2.000 libras de ouro para manter uma trégua de cinco anos e, ao expirar esse prazo, deu-lhe mais 2.600 libras para prorrogá-la por mais cinco anos. Finalmente em 562, após todas aquelas lutas, os monarcas comprometeram-se a manter a paz durante 50 anos. Justiniano concordou em pagar anualmente à Pérsia 30.000 peças de ouro e Cósroes renunciou às suas reivindicações sobre os territórios do Cáucaso e do Mar Negro.

Todavia Cósroes não deu fim a suas guerras. Cerca do ano 570, a pedido dos himiaritas do sudoeste da Arábia, ele enviou um exército para libertá-los dos conquistadores abissínios. Realizada a proeza, viram os himiaritas que sua província passara depois para o domínio persa. Justiniano havia feito uma aliança com a Abissínia; seu sucessor, Justino II, considerou a expulsão dos abissínios da Arábia um ato inamistoso. Além disso, os turcos da fronteira oriental da Pérsia secretamente concordaram em um ataque conjunto contra Cósroes. Justino declarou-lhe então a guerra (572). Apesar de sua idade, Cósroes saiu a campo e tomou a cidade de Dara, na fronteira romana; sua saúde, porém, já não era a mesma, sofreu sua primeira derrota (578) e retirou-se para Ctesifonte, onde morreu no ano seguinte. Em 48 anos de governo, havia ganho todas as suas guerras e batalhas exceto uma; estendera seu império em todas as direções, tornara a Pérsia mais forte desde o tempo de Dario I e dera-lhe um sistema administrativo tão eficiente que, ao conquistarem os árabes a Pérsia, foi esse sistema adotado por eles sem que sofresse praticamente quaisquer modificações. Quase contemporâneo de Justiniano, Cósroes foi considerado um grande rei pelos homens de seu tempo. Os persas das gerações que se seguiram julgaram-no o mais forte e o mais capaz dos monarcas de sua história.

Seu filho Ormizde IV (579-89) foi destronado por um general, Bahram Cobin, o qual se fez regente do filho de Ormizde, Cósroes II (589), e, um ano mais tarde, rei. Ao tornar-se maior de idade Cósroes exigiu o trono, mas Bahram recusou-se a cedê-lo. Cósroes fugiu para Hierápolis, na Síria romana. O imperador grego Maurício ofereceu-se para restaurá-lo no poder se a Pérsia retirasse suas forças da Armênia. Cósroes concordou e Ctesifonte presenciou um espetáculo muito raro, qual o de um exército romano instalar no poder um rei persa (596).

Cósroes Parvez ("o Vitorioso") foi o mais poderoso rei dos persas depois de Xerxes

e foi quem preparou a queda do império. Quando Focas assassinou Maurício, usurpando-lhe o lugar, Parvez declarou-lhe guerra (603) para vingar o amigo. De fato, recomeçava com ele a antiga luta. Bizâncio enfraquecera-se com sedições e ódios partidários, e suas cidades Dara, Âmida, Edessa, Hierápolis, Alepo, Apaméia e Damasco foram tomadas pelos persas (605-13). Entusiasmado com o êxito alcançado, Parvez proclamou a guerra santa contra os cristãos. Vinte e seis mil judeus juntaram-se ao seu exército. Em 614, suas forças combinadas saquearam Jerusalém e massacraram 90.000 cristãos.[47] Incendiaram muitas igrejas cristãs, inclusive a do Santo Sepulcro, e levaram para a Pérsia a Verdadeira Cruz, a mais venerada relíquia de todos os cristãos. Parvez enviou a Heráclio, o novo imperador, uma mensagem, fazendo-lhe uma pergunta de ordem teológica: "Cósroes, o maior dos deuses e senhor de toda a terra, a Heráclio, o vil e insensato escravo: Vós dizeis que confiais em vosso Deus. Por que então ele não libertou Jerusalém de minhas mãos?"[48] Um exército persa tomou Alexandria em 616. Por volta do ano 619, já todo o Egito pertencia ao Rei dos Reis, o que não se verificara desde o tempo de Dario II. Entrementes, outro exército persa invadia a Ásia Menor e conquistava Calcedônia (617). Os persas ocuparam durante 10 anos essa cidade, a qual era separada de Constantinopla pelo Bósforo. Durante aquela década, Parvez demoliu as igrejas, transportou suas obras de arte e riqueza para a Pérsia, e tributou de tal maneira a Ásia Ocidental, que a deixou sem recursos para enfrentar os conquistadores árabes uma geração depois.

Cósroes entregou a direção da guerra a seus generais e retirou-se para seu luxuoso palácio em Dastagird (umas 60 milhas ao norte de Ctesifonte), onde se entregou à arte e ao amor. Reuniu arquitetos, escultores e pintores para fazerem a nova capital sobrepujar em esplendor a antiga e imortalizarem na pedra a figura de Xirim, a mais bela e a mais amada de suas três mil esposas. Os persas haviam-se queixado de que ela era cristã. Alegaram alguns que Xirim tinha convertido o rei. Seja como for, o fato é que ele, atarefado com a guerra santa, permitiu-lhe que construísse muitas igrejas e mosteiros. Contudo, a Pérsia, que prosperava com os muitos despojos e grandes suprimentos de escravos, perdoava ao rei suas fantasias e até mesmo sua tolerância; saudou suas vitórias como triunfo final sobre a Grécia e Roma, o triunfo de Ormuz sobre Cristo. Alexandre tivera finalmente sua resposta: Maratona, Salamina, Platéia e Arbela foram vingadas.

Nada restou do Império Bizantino salvo alguns portos asiáticos, uns pequenos domínios da Itália, África e Grécia, uma armada invencível e uma capital sitiada, tomada de terror e desespero. Heráclio levou 10 anos para organizar um novo exército e fazer surgir das ruínas um novo Estado. Depois, em vez de atravessar o estreito com suas tropas para retomar Calcedônia, seguiu pelo Mar Negro, atravessou a Armênia e atacou a Pérsia pela retaguarda. Cósroes havia profanado Jerusalém. Heráclio, por sua vez, destruiu Clorumia, terra natal de Zoroastro, e extinguiu sua chama sagrada (624). Cósroes enviou vários exércitos contra ele e todos foram derrotados. Com o avanço dos gregos, Cósroes fugiu para Ctesifonte. Seus generais, revoltados com os insultos que ele lhes atirara, juntaram-se aos nobres para depô-lo. Meteram-no em uma prisão e deram-lhe apenas pão e água como alimento. Dezoito de seus filhos foram assassinados diante dele. Finalmente, seu filho mais velho, Chiruié, lavrou a sentença de morte do rei e tomou-lhe o lugar (628).

III. A ARTE SASSÂNIDA

Apenas ruínas de obras de arte sassânida sobreviveram da riqueza e esplendor dos Sapors, Cavads e Cósroes. Todavia, elas nos fazem admirar a persistência e a adaptabilidade da arte persa desde os tempos de Dario, o Grande, e Persépolis até a época do xá Abas, o Grande, e Ispaã. A arquitetura sassânida existente é inteiramente secular; os templos de chamas sagradas desapareceram, restando apenas os palácios reais, "gigantescos esqueletos".[49] As mais antigas dessas ruínas são as do palácio de Ardaxir I, em Firuzabad, a sudeste de Xiraz. Ignora-se a data em que foi construído. Presume-se que tenha sido entre 340 a. C. e 460 d. C. Após 15 séculos de calor e frio, de saques e guerras, a cúpula ainda cobre um *hall* de 100 pés de altura por 55 de largura. Um portal arqueado, com 89 pés de altura por 42 de largura dividia a fachada do edifício, a qual media cerca de 170 pés de comprimento. Essa fachada ruiu com o tempo. Do *hall* central até uma cúpula circular erguiam-se arcos de apoio ou *squinch*. (O *squinch* — pendente — é um arco diagonal que se interpõe entre o canto superior de uma estrutura poligonal e a borda de um domo elíptico ou sobreposta. Creswell acredita que essa disposição foi criada pelos persas.)[50] Graças a uma incomum e interessante disposição, o peso da cúpula era sustentado por uma parede dupla, sendo a interna e a externa unidas por uma abóbada em forma de barril. Pesados pilares de pedra escoravam as paredes. Era uma arquitetura muito diferente da do clássico estilo de Persépolis — crua e desajeitada, mas servindo-se de formas que seriam perfeitas na igreja de Santa Sofia, de Justiniano.

Não muito distante, em Sarvistã, vêem-se ruínas semelhantes de data incerta: uma fachada com três arcos, um grande *hall* central com salas laterais coberto de cúpulas ovais, abóbadas em forma de barril e meias-cúpulas servindo de contrafortes. Possivelmente teriam evoluído dessas meias-cúpulas, deixando-se apenas o arcabouço que as sustém, os contrafortes da arquitetura gótica.[51] A noroeste de Susa, vêem-se outras ruínas, as do palácio de Ivã-i-Carca as quais mostram o mais antigo modelo que se conhece de abóbada transversal, formada de traves diagonais.[52] Contudo, o mais extraordinário dos edifícios sassânidas, cuja gigantesca massa tanto impressionou os conquistadores árabes, foi o palácio real de Ctesifonte, que os árabes denominaram Taq-i-Quitra ou Arco de Cósroes (I). Talvez seja o edifício descrito por um historiador grego de 638 d. C., o qual diz como Justiniano "forneceu mármore grego para Cósroes e como hábeis artífices construíram para ele um palácio no estilo romano, não muito distante de Ctesifonte".[53] A ala norte do edifício ruiu em 1888. Já não existe mais a cúpula. Três imensas paredes erguem-se a uma altura de cento e poucos pés, com uma fachada horizontal dividida por cinco fileiras de arcadas superpostas. Um grande arco central de forma elíptica — o mais alto (85 pés) e o mais largo (72 pés) que se conhece — dá para um *hall* de 115 pés de comprimento por 75 de largura, o compartimento predileto dos reis sassânidas. Aquelas fachadas em ruínas são uma cópia das fachadas romanas, como as do teatro de Marcelo, porém menos elegantes. São mais imponentes do que belas. Contudo, não podemos avaliar a beleza passada pelas ruínas que se vêem atualmente.

O mais impressionante das obras que sobreviveram dos sassânidas não é o espetáculo que nos oferecem os palácios em ruínas, e sim o majestoso das gigantescas figuras esculpidas nas encostas das montanhas da Pérsia. Estas figuras apresentam esculpidos na rocha os reis da dinastia dos aquemênidas e, em alguns casos, justapostas às destes, as dos reis sassânidas, como se quisessem demonstrar a continuidade do poderio persa e a igualdade dos reis sassânidas com os reis aquemênidas. A mais antiga das figuras em relevo representa Ardaxir pisando um adversário caído, provavelmente o último dos arsácidas. Os mais belos trabalhos são os que se encontram em Naqsh-i-Rustam, perto de Persépolis, em honra de Ardaxir, Sapor I e Bahram II. É imponente a reprodução das figuras reais, porém, como costuma acontecer com a maioria dos reis e homens, muito dificilmente podem tais desenhos revelar a graça e a simetria dos animais. Relevos semelhantes em Naqsh-i-Redjeb e Sapor apresentam as figuras de Sapor I e Bahram I e II. Em Taq-i-Bustan — "Arco do Jardim" — perto de Kermanshah, vêem-se dois arcos apoiados em colunas talhadas bem fundo na rocha. Os relevos nas faces dos arcos mostram Sapor II e Cósroes Parvez caçando. Elefantes enormes e porcos-do-mato parecem dar vida à rocha. A reprodução da mata é bem feita e os capitéis das colunas foram bem esculpidos. Não se

nota nesses trabalhos a graça dos gregos quanto ao movimento e delicadeza de linhas; tampouco nenhuma individualização apurada, nenhum sentido de perspectiva, vêem-se porém, que, em dignidade e imponência, em virilidade e força, eles podem rivalizar com a maioria dos relevos nos arcos da Roma imperial.

Ao que parece, aqueles relevos eram em cores, como o eram muitas decorações dos palácios, mas de tais pinturas apenas restaram vestígios. Os escritos literários deixaram, porém, bem claro que a arte da pintura floresceu nos tempos dos sassânidas. Diz-se que o profeta Mani fundou uma escola de pintura. Firdusi fala em magnatas persas que adornavam suas mansões com retratos dos heróis iranianos[54], e o poeta al-Buturi (falecido em 897) descreve os murais existentes no palácio de Ctesifonte.[55] Quando um rei sassânida morria, chamavam o melhor pintor da época para pintar-lhe o retrato, o qual se destinava a uma coleção conservada no palácio real.[56]

A pintura, escultura, cerâmica e outras formas decorativas exerciam grande influência na arte têxtil. Sedas, rendas, brocados, damascos, tapetes, forros de cadeiras, dosséis, tendas e passadeiras eram feitos com grande paciência e habilidade e tingidos de amarelo, azul e verde. Todo persa, com exceção do camponês e sacerdote, aspirava poder vestir-se bem. Muitas vezes os presentes que recebia eram constituídos de suntuosas roupas. Os grandes tapetes multicores haviam sido o apanágio da riqueza no Oriente desde os tempos dos assírios. As duas dúzias de tecidos que escaparam à devastação do tempo, e ainda existentes, demonstram a excelência de sua fabricação.[57] Mesmo naqueles tempos, os tecidos sassânidas eram muito admirados e imitados desde o Egito até ao Japão. Durante as Cruzadas, utilizavam-se, com preferência, esses produtos dos pagãos para cobrir as relíquias dos santos cristãos. Quando Heráclio tomou o palácio de Cósroes Parvez em Dastagird, entre seus mais preciosos despojos encontravam-se delicadas rendas e um enorme tapete.[58] Famoso era o "tapete de inverno" de Cósroes Anuchirvã. Tinham-no desenhado de maneira a fazê-lo esquecer essa estação do ano, com desenhos de cenas da primavera e do verão: neles se viam, incrustados, flores e frutas de rubis e diamantes, passeios de prata e riachos de pérola traçados em um fundo de ouro.[59] Harum-al-Raschid orgulhava-se de possuir um grande tapete todo cravejado de jóias.[60] Os persas escreveram verdadeiros poemas de amor em seus tapetes.[61]

Das louças sassânidas, pouca coisa restou, salvo algumas peças de uso doméstico. Contudo, a arte da cerâmica havia-se desenvolvido muito nos tempos dos aquemênidas, desenvolvimento esse que deveria ter continuado durante o domínio dos sassânidas para alcançar perfeição inigualável no Irã maometano. Ernest Benellosa achava que a Pérsia podia ser o centro de onde a arte do esmalte se irradiou, até mesmo para o Extremo Oriente.[62] Os historiadores têm travado debates sobre se foi na Pérsia sassânida, na Síria ou em Bizâncio que teria nascido a arte do polimento e *cloisonné*. (O verniz da cerâmica é uma cobertura vítrea de prata, cobre e manganês, queimada diretamente no fogo, e que simula o efeito do ouro ou da prata na cerâmica ou no vidro.)[63] Os artesãos sassânidas faziam jarros, terrinas e taças como se fossem destinadas a uma raça de gigantes. Faziam-nos em tornos, burilavam um desenho na parte externa e faziam os cabos e bicos com figuras de animais. A célebre "Taça de Cósroes" que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris apresenta medalhões de cristal embutidos em uma rede de ouro batido. Segundo a tradição persa, parece tratar-se de um dos presentes que Harun enviou a Carlos Magno. Talvez os godos tenham aprendido com os persas essa arte de embutir, levando-a depois para o Ocidente.[64]

Os artífices que trabalhavam a prata faziam baixelas finíssimas e auxiliavam os ourives na confecção de jóias para os senhores e damas da aristocracia e também para a gente do povo. Encontram-se muitas baixelas de prata dos tempos dos sassânidas no Museu Britânico, no Museu Hermitage de Leningrado, na Bibliothèque Nationale e no Museu Metropolitano de Arte de Nova York. Vêem-se nelas os mesmos desenhos de reis e nobres caçando, porém os animais estão mais bem desenhados do que os homens. Algumas de suas moedas rivalizavam em beleza com as de Roma, como as que foram cunhadas no tempo de Sapor I.[65] Mesmo os livros sassânidas são obras de arte. Segundo a tradição, ouro e prata escorreram das capas dos livros de Mani quando esses livros foram queimados em praça pública.[66] Os sassânidas utilizavam-se também de metal precioso em seu mobiliário. Cósroes I possuía uma mesa de ouro com embu-

tidos de pedras preciosas e Cósroes II enviou a seu salvador, o Imperador Maurício, uma mesa de âmbar com cinco pés de diâmetro, pés também de ouro e cravejada de gemas.[67]

A arte dos sassânidas revela um ressurgimento muito laborioso após quatro séculos de declínio dos partos. Se nos for facultado julgar pelo que dela resta, veremos que não se iguala à dos aquemênidas em nobreza ou grandeza, nem à da Pérsia islâmica no que diz respeito à idéia criadora, delicadeza e gosto. Mas conservou em seus relevos muito da antiga pujança e simbolizava antecipadamente algo da exuberância que mais tarde apareceria em seus temas decorativos. Ela acolheu novas idéias e estilos e Cósroes I teve o bom senso de trazer para seu país artistas e arquitetos gregos ao mesmo tempo em que derrotava os próprios generais gregos. Como pagamento de suas dívidas, a arte sassânida exportou seus modelos e motivos para a Índia, Turquestão, China, no Oriente, e para a Síria, Ásia Menor, Constantinopla, Bálcãs, Egito e Espanha, no Ocidente. É provável que sua influência tenha contribuído para modificar o sentido da arte grega, da representação clássica para a ornamentação bizantina. Influiu também na arte dos cristãos latinos, os quais substituíram os tetos de madeira por abóbadas e cúpulas de tijolos e pedras. Os grandes portais e cúpulas da arquitetura sassânida foram também adotados nas mesquitas dos muçulmanos e nos palácios e sepulcros de Mogol. Nada se perde na História. Cedo ou tarde toda idéia encontra uma oportunidade para desenvolver-se e dar novas cores à chama da vida.

IV. A CONQUISTA DOS ÁRABES

Tendo assassinado e sucedido ao pai, Chiruié — coroado como Cavad II — fez a paz com Heráclio, entregando-lhe o Egito, Palestina, Síria, Ásia Menor e a Mesopotâmia Ocidental. Os cativos voltaram para suas pátrias e os despojos da Verdadeira Cruz foram devolvidos para Jerusalém. Heráclio rejubilou-se com tão grande triunfo, mas ignorava que nesse mesmo dia do ano 629, quando colocava os despojos da Cruz no santo sepulcro, um bando de árabes atacava uma guarnição grega nas imediações do rio Jordão. Nesse mesmo ano a peste começou a grassar na Pérsia, matando milhares de pessoas, inclusive o rei. Seu filho Ardaxir III, com sete anos de idade, foi proclamado governante. Um general, Xar-Baraz, matou o menino, usurpando-lhe o trono. Os próprios soldados assassinaram Xar-Baraz e arrastaram-lhe o corpo pelas ruas de Ctesifonte, gritando que teria o mesmo fim todo aquele que não fosse de sangue real e se sentasse no trono persa. A populaça é sempre mais realista do que o rei. Reinou então a anarquia naquele país esgotado por 26 anos de guerra. A desintegração social culminou com a decadência moral que adviera com a riqueza proporcionada pela vitória.[68] Nove governantes disputaram o trono em quatro anos. Uns foram assassinados, outros fugiram ou morreram de morte natural. As províncias, até mesmo as cidades, declararam-se independentes do governo central já então incapaz de dominá-las. Em 634, foi dada a coroa a Iezdegerd III, descendente da casa dos sassânidas e filho de uma negra.[69]

Maomé morreu em 632 após ter fundado um novo Estado árabe. Seu segundo sucessor, o califa Omar, recebeu em 634 uma carta de Muthanna, seu general na Síria, informando-o de que a Pérsia encontrava-se em pleno caos e seria presa fácil de conquistar.[70] Omar confiou a tarefa de conquistá-la ao seu mais brilhante comandante, Calid. Com um exército de árabes beduínos, já acostumado à luta e faminto de despojos, Calid avançou ao longo da costa ao sul do Golfo Pérsico e enviou uma mensagem característica a Ormizde, governador da província fronteiriça: "Aceitai o Islamismo e com isso estareis salvo, caso contrário pagareis tributos... Um povo vos está atacando, um povo que ama a morte da mesma maneira que amais a vida."[71] Ormiz-

de desafiou-o para combaterem sozinhos. Calid aceitou o desafio e o matou. Os muçulmanos venceram toda a resistência do inimigo e alcançaram o Eufrates. Calid foi chamado para salvar um exército árabe em outra região. Muthanna substituiu-o e, com novos reforços, atravessou o rio em uma ponte feita de barcos. Iezdegerd, ainda um jovem de 22 anos, entregou o comando supremo a Rustam, governador de Curasã, e ordenou-lhe que organizasse um grande exército para salvar o país. Os persas enfrentaram os árabes na batalha da Ponte, derrotaram-nos e foram em perseguição dos fugitivos. Muthanna reorganizou suas colunas e destruiu, na batalha de El-Bowayd, quase todas as forças persas (624). As perdas árabes foram pesadas. Muthanna morreu em virtude de ferimentos recebidos, porém o califa enviou para o campo da luta outro general mais capaz, Saad, com novo exército de 30.000 homens. Iezdegerd, por sua vez, armou 120.000 persas. Rustam conduziu-os através do Eufrates rumo a Kadisiya, onde, durante quatro dias sangrentos, travou uma das batalhas decisivas da história asiática. No quarto dia, os persas defrontaram com uma tempestade de areia; os árabes aproveitaram essa oportunidade para vencer o inimigo. Rustam foi morto e seu exército dispersou-se (636). Saad conduziu suas tropas rumo ao Rio Tigre, atravessou-o e entrou em Ctesifonte sem que lhe pudessem opor resistência.

Aqueles árabes simples e corajosos ficaram maravilhados ao verem o palácio real com sua gigantesca cúpula, o pórtico de mármore, os grandes tapetes e o trono incrustado de pedras preciosas. Entregaram-se durante 10 dias à arrecadação dos despojos. Talvez fosse devido a isso que Omar proibiu a Saad de avançar ainda mais para leste. "O Iraque", disse ele, "já é bastante."[72] Saad cumpriu a ordem recebida e passou os três anos seguintes estabelecendo o domínio árabe em toda a Mesopotâmia. Entrementes, Iezdegerd formava em suas províncias do norte outro exército de 150.000 homens. Omar enviou 30.000 soldados contra ele. Graças a uma hábil manobra em Nahavand, os árabes alcançaram a "vitória das vitórias". Massacraram 100.000 persas que haviam sido colhidos naqueles desfiladeiros muito estreitos (641). Toda a Pérsia caiu logo nas mãos dos árabes. Iezdegerd fugiu para Bactriana, pediu auxílio à China, o qual lhe foi negado. Solicitou-o aos turcos; estes últimos forneceram-lhe uma pequena força; quando, porém, partia para iniciar sua nova campanha, foi assassinado por alguns soldados turcos que cobiçavam suas jóias (652). A Pérsia dos sassânidas chegara assim a seu fim.

LIVRO II

CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA

569 — 1258

TÁBUA CRONOLÓGICA

570-632: Maomé
610: A visão de Maomé
622: A Hégira
630: Maomé ocupa Meca
632-4: Abu-Béquer, califa
634-44: Omar, califa
635: Os muçulmanos tomam Damasco
637: Idem, Ctesifonte e Jerusalém
641: Os muçulmanos conquistaram a Pérsia e o Egito
641: Os muçulmanos fundam o Cairo (al-Fustat)
642: A mesquita de Amr, no Cairo
644-56: Otmã, califa
656-60: Ali, califa
660-80: Muawiya I, califa
660-750: O califado Omíada, em Damasco
662: Algarismos hindus na Síria
680: Husein morto em Kerbela
680-3: Iezid I, califa
683-4: Muawiya II, califa
685-705: Abd-al-Malik, califa
691-4: A Mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha de Jerusalém
693-862: Domínio muçulmano da Armênia
698: Os muçulmanos conquistam Cartago
705-15: Valid I, califa
705: A Grande Mesquita de Damasco
711: Os muçulmanos entram na Espanha
715-17: Solimão I, califa
717-20: Omar II, califa
720-24: Iezid II, califa
724-43: Hisham, califa
732: Os muçulmanos repelidos em Tours
743: Os relevos mshatta
743-4: Valid II, califa
750: Abu'l-Abbas al-Saffah funda o califado Abássida
754-75: Al-Mansur, califa; Bagdá torna-se capital
755-88: Abd-er-Ramã I, emir de Córdova
757-847: Os filósofos mutacilitas
760: O levante da seita ismailita

755-86: Al-Mahdi, califa
786: A Mesquita Azul de Córdova
786-809: Harum-al-Rachid, califa
789-974: Dinastia Idrísida, em Fez
803: Queda da família Barmécida
803: Al-Quíndia, filósofo
808-909: Dinastia Aglábida, em Cairuão
809-10: Os muçulmanos tomam a Córsega e a Sardenha
809-77: Hunain ibn Ishaq, doutor
813-33: Al-Mamun, califa
820-72: Dinastia Tairida, na Pérsia
822-52: Abd-er-Ramã II, emir de Córdova
827: Os sarracenos conquistam a Sicília
830: "Casa da Sabedoria", em Bagdá
830: *Álgebra* de Al-Khwarizmi
844-926: Al-Razi, médico
846: Os sarracenos atacam Roma
870-950: Al-Farabi, filósofo
872-903: Dinastia Safárida, na Pérsia
873-935: Al-Ashari, teólogo
878: Mesquita de Ibn Tulun, no Cairo
909: Califado Fatimita em Tairuão
912-61: Abd-er-Ramã, califa de Córdova
915: Fl. al-Tabari, historiador
915-65: Al-Mutannabi, poeta
934-1020: Firdusi, poeta
940-98: Abu'l Wafa, matemático
945-1058: Ascendência dos Buwayhidas em Bagdá
951: Morte do geógrafo al-Masudi
952-77: Ashot III e 920-1020: Gagik I: Idade de Ouro da Armênia Medieval
961-76: Al-Hakam, califa de Córdova
965-1039: Al-Haitham, físico
967-1049: Abu-Said, poeta sufista
969-1171: Dinastia Fatimita, no Cairo
970: Mesquita de el Azhar, no Cairo
973-1049: Al-Biruni, cientista
973-1058: Al-Ma'arri, poeta
976-1010: Al-Hisham, califa de Córdova
978-1002: Almanzor, primeiro-ministro de Córdova
980-1037: Ibn Sina (Avicena), filósofo
983: Irmãos da Sinceridade
990-1012: Mesquita de al-Hakim, no Cairo
998-1030: Mamude de Gasna
1012: Revolução berbere em Córdova
1017-92: Nizam al-Mulk, vizir
1031: Fim do califado de Córdova
1038: Turcos seljúcidas invadem a Pérsia
1038-1123: Omar Khayyam, poeta
1058: Os seljúcidas tomam Bagdá
1058-1111: Al-Ghazali, teólogo
1059-63: Tughril Beg, sultão de Bagdá
1060: Os turcos seljúcidas conquistam a Armênia
1063-72: Alp Arsian, sultão
1071: Os turcos derrotam os gregos em Mazincerta
1072-92: Malik Shah, sultão
1077-1327: Sultanato de Rum, na Ásia Menor
1088: Mesquita de Sexta-Feira, em Ispaã
1090: Funda-se a seita "Assassinos"
1090-1147: Dinastia Almorávida, na Espanha
1091-1162: Ibn Zohr, médico
1098: Os Fatimitas tomam Jerusalém
1100-66: Al-Idrisi, geógrafo
1106: Fl. Ibn Bajja, filósofo
1107-85: Ibn Tufail, filósofo
1117-51: Sanjar, sultão seljúcida
1126-98: Ibn Rushd (Averróis), filósofo
1130-1260: Dinastia Almóada, em Marrocos
1138-93: Saladino
1148-1248: Dinastia Almóada, na Espanha
1162-1227: Gengis Khan
1175-1249: Dinastia Ayyubida
1179-1220: Iacute, geógrafo
1181: Alcazar de Sevilha
1184-1291: Sa'di, poeta
1187: Saladino derrota os Cruzados em Hattin e toma Jerusalém
1188: Nizami, poeta
1196: Torre de Giralda, em Sevilha
1201-73: Jalal-ud-Din Rumi, poeta
1211-82: Ibn Calicã, biógrafo
1212: Os cristãos derrotam os mouros em Las Navas de Toledo
1218-38: Al-Camil, sultão no Cairo
1219: Gengis Khan invade a Transoxiana
1245: Os mongóis tomam Jerusalém
1248: O Alhambra
1250-1517: Reinado mameluco no Egito
1252: O domínio mouro na Espanha é confinado a Granada
1258: Os mongóis saqueiam Bagdá; fim do califado Abássida
1260: Os mamelucos repelem os mongóis em Ain-Jalut
1260-77: Balbars, sultão mameluco

CAPÍTULO VIII

Maomé

570 — 632

I. ARÁBIA

EM 565 morreu Justiniano, senhor de um grande império. Cinco anos depois nascia Maomé (Mohammed) no seio de uma família pobre de um país deserto em três quartos de sua extensão, escassamente habitado por tribos nômades, cuja riqueza total mal poderia mobiliar o santuário de Santa Sofia. Ninguém, naqueles tempos, teria sonhado que, dentro de um século, esses nômades conquistariam metade da Ásia bizantina, toda a Pérsia e o Egito, a maior parte da África setentrional e estariam a caminho da Espanha. A explosão da península arábica para a conquista e conversão de metade do mundo mediterrâneo constitui o fenômeno mais extraordinário da história medieval.

A redescoberta da Arábia pelos modernos europeus ilustra o internacionalismo da ciência no século XIX. Ela começou em 1761-64, quando Carsten Niebuhr viajou pela península sob os auspícios do governo dinamarquês; sua narrativa, publicada em 1772, constituiu a primeira descrição compreensiva da Arábia. Em 1807, o espanhol Domingo Badia y Leblich, fazendo-se passar por mouro, visitou Meca e apresentou o primeiro relato preciso do ritual da peregrinação. Em 1814-15, Johann Ludwig Burckhardt (1784-1817), suíço disfarçado em muçulmano, passou vários meses em Meca e Medina; suas eruditas informações foram corroboradas por viajantes posteriores. Em 1853, o inglês Richard Burton, disfarçado de peregrino afegão, visitou Medina e Meca e descreveu sua perigosa viagem em dois atraentes volumes. Em 1869-70, J. Halévy, judeu francês, explorou as terras e registrou as inscrições em rocha dos antigos reinos mineano, sabeu e himiarita. Em 1875, Charles Montagu Doughty, inglês, viajou de Damasco, em uma caravana de peregrinos, e anotou as vicissitudes experimentadas em seu livro *Arábia Deserta* (1888), um dos píncaros da prosa inglesa. Em 1882-8, E. Glaser, austríaco, em três expedições árduas, copiou 1.032 inscrições, que constituem agora nossa principal fonte da história da Arábia pré-islâmica.

A Arábia é a maior de todas as penínsulas: 1.400 milhas no seu comprimento máximo, 1.250 na sua largura maior. Geologicamente é uma continuação do Saara, parte do cinturão arenoso que corre pela Pérsia acima até o Deserto de Gobi. *Arab* quer dizer árido. Fisicamente a Arábia constitui um vasto platô que se eleva de modo abrupto a uma altitude de quase 12.000 pés, a menos de 30 milhas do Mar Vermelho, e declina para leste, através de terras agrestes e montanhosas, até a Golfo Pérsico. No centro existem alguns verdejantes oásis e aldeias ornadas de palmeiras, onde a água pode ser alcançada a pouca profundidade; em torno desse núcleo estendem-se as areias em toda as direções por centenas de quilômetros. Ali a neve cai uma vez em 40

anos; a temperatura da noite desce a 38 graus Fahrenheit; de dia, o sol queima as faces e ferve o sangue, e o ar carregado de areia exige roupas compridas e turbantes para proteger o corpo e os cabelos. O céu é quase sempre claro, o ar "como um vinho espumante".[1] Ao longo das costas, uma chuva torrencial de vez em quando traz a possibilidade de civilização: principalmente no litoral ocidental, no distrito de Hejaz, com as cidades de Meca e Medina, e no sudoeste, na região do Iêmen, pátria dos antigos reinos da Arábia.

Uma inscrição babilônica datada aproximadamente do ano 2400 a.C. registra a derrota de um rei de Magan pelo soberano da Babilônia Naram-Sin. Magan era a capital de um reino mineano no sudoeste da Arábia. Sabe-se, por intermédio de inscrições árabes, que 25 dos reis posteriores dessa cidade antecedem a 800 a.C. Uma inscrição provisoriamente tida como sendo de 2300 a.C., menciona outro reino árabe, o de Sabá, no Iêmen. De Sabá ou de suas colônias da Arábia setentrional, estabeleceu-se agora, a rainha de Sabá fora à procura de Salomão, por volta do ano 950 a.C. Os reis de Sabá estabeleceram sua capital em Marib, travaram as habituais guerras de "defesa", construíram grandes obras de irrigação como as represas de Marib (cujas ruínas são ainda visíveis), levantaram enormes fortalezas e templos, subsidiaram generosamente a religião e utilizaram-se dela como instrumento de governo.[2] Suas inscrições — provavelmente não mais antigas do que 900 a.C. — estão belamente gravadas em uma escrita alfabética. Os sabeus produziram o incenso e a mirra, que desempenharam papel tão preeminente nos ritos asiáticos e egípcios; controlaram o comércio marítimo entre Índia e Egito, e o extremo meridional da rota de caravanas que levava, através de Meca e Medina, a Petra e Jerusalém. Por volta de 115 a.C., outro pequeno Estado do sudoeste da Arábia, o reino Himiarita, conquistou Sabá e desde então controlou o comércio árabe durante vários séculos. No ano 25 a.C., Augusto, aborrecido pelo domínio árabe do comércio egípcio-indiano, enviou um exército sob o comando de Aélio Galo para tomar Marib. As legiões romanas foram porém desencaminhadas por guias nativos e dizimadas pelo calor e pelas doenças. Sua missão fracassou. Mas outro exército romano tomou o porto árabe de Adana (Áden) e entregou o controle da rota Egito-Índia a Roma. (Em nossa época, a Grã-Bretanha repetiu este processo.)

No século II antes de Cristo, alguns himiaritas cruzaram o Mar Vermelho, colonizaram a Abissínia e deram uma cultura semítica à população negra indígena, à qual mesclaram considerável quantidade de sangue semita. (O termo *semita* é devido à origem lendária das pessoas assim chamadas por causa de Sem, filho de Noé [Gên., X, I]. Não se pode dar nenhuma definição exata de *semita*. Geralmente, os habitantes da Síria, Palestina, Mesopotâmia e Arábia, bem como as populações árabes da África podem ser chamados semitas, no sentido de que eles usam línguas semitas. Os antigos povos da Ásia Menor, Armênia, e do Cáucaso e os povos da Pérsia, norte da Índia, maior parte da Europa e toda a América europeizada podem ser chamados "indo-europeus", por usarem línguas indo-germânicas.) Os abissínios receberam o cristianismo, ofícios e artes do Egito e de Bizâncio (Byzantium). Seus navios mercantes navegavam até a Índia e o Ceilão. Sete pequenos reinos reconheceram o Negus como seu soberano. (Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, edição Everyman Library, IV, 322. Um dos maiores feitos de Gibbon foi o fato de haver reconhecido a importância do Islã na história medieval e haver registrado sua carreira política com notável erudição, exatidão e eloqüência.) Entrementes na Arábia muitos himiaritas seguiram a orientação de seu rei Dhu-Nuwas e aceitaram o judaísmo. Com o zelo de um convertido, Dhu-Nuwas perseguiu os cristãos do sudoeste da Arábia. Estes recorreram a seus correligionários; os abissínios vieram, venceram os reis himiaritas (522 d.C.) e os substituíram por uma dinastia abissínia. Justiniano aliou-se a este novo Estado. A Pérsia reagiu abraçando a causa dos himiaritas depostos, expulsou os abissínios e estabeleceu no Iêmen (575) um governo persa que terminou, cerca de 60 anos depois, com a conquista muçulmana da Pérsia.

No norte alguns pequenos reinos árabes floresceram durante breve espaço de tempo. Os xeques da tribo Ghassanid governaram o noroeste da Arábia e a Síria Palmirense do século III ao VII na qualidade de filarcas ou reis-clientes de Bizâncio. Durante o mesmo período, os reis

Lakhmid estabeleceram em Hira, perto de Babilônia, uma corte e cultura semipersas, famosas por sua música e sua poesia. Muito antes de Maomé os árabes tinham-se expandido à Síria e ao Iraque.

Fora destes pequenos reinos do sul e do norte, e em grande parte dentro deles, a organização política da Arábia pré-islâmica era uma primitiva estrutura de grupo de famílias reunidas em clãs e tribos. As tribos recebiam nomes de um suposto ancestral comum. Assim, os banu-Ghassan julgavam-se "filhos de Ghassan". A Arábia, como unidade política, antes de Maomé, existia somente na descuidada nomenclatura dos gregos, que chamavam a toda a população de península *Sarakenoi,* sarracenos, ao que parece do árabe *sharqiyun,* "orientais". Dificuldades de comunicação acarretaram a auto-suficiência e os particularismos locais ou tribais. O árabe não sentia nenhum dever ou lealdade a qualquer grupo maior do que sua tribo, mas a intensidade de sua dedicação variava na razão inversa do tamanho da tribo; pela sua tribo ele faria, com nítida consciência, aquilo que o povo civilizado faz somente para sua pátria, religião ou "raça", isto é, mentir, roubar, matar e morrer. Cada tribo ou clã era vagamente governado por um xeque escolhido, por seus líderes, de uma família tradicionalmente destacada, pela riqueza, saber ou feitos de guerra.

Nas aldeias os homens plantavam no solo ingrato alguns cereais e legumes, criavam algum gado e belos cavalos. Achavam porém mais lucrativo cultivar hortas de tâmaras, pêssegos, abricós, romãs, limão, laranja, banana e figo. Alguns semeavam plantas aromáticas como incenso, timo, jasmim e lavanda; outros extraíam *itr* ou essência de rosa-da-montanha; outros davam talhos nos troncos das árvores para retirar mirra ou bálsamo. Possivelmente um duodécimo da população vivia nas cidades ou perto da costa ocidental. Aí existia uma série de portos e mercados para o comércio do Mar Vermelho, enquanto mais para o interior encontravam-se as grandes rotas de caravanas para a Síria. Ouvimos falar do comércio árabe com o Egito já no remoto ano de 2743 a.C.[3] Provavelmente tão antigo também era o comércio com a Índia. Feiras anuais atraíam mercadores ora para uma cidade ora para outra. A grande feira anual de Ukaz, perto de Meca, reunia centenas de mercadores, atores, pregadores, jogadores, poetas e prostitutas.

Cinco sextos da população eram de beduínos nômades, donos de rebanhos que levavam seus animais de uma pastagem para outra, de acordo com a estação e as chuvas hibernais. Os beduínos amavam os cavalos, mas no deserto seu maior amigo era o camelo. Ele arfava e bamboleava com uma dignidade ondulante, e fazia no máximo 13 quilômetros por hora. Mas no verão podia caminhar sem água durante cinco dias, no inverno, 25. Seu ubre produzia leite, a urina fornecia tônico para o cabelo. (Segundo Doughty, as mulheres nômades "lavam suas crianças na urina do camelo e pensam assim protegê-las dos insetos;... e nessa água homens e mulheres penteiam seus longos cabelos".[4]) As fezes do animal podiam ser utilizadas como combustível. Morto, sua carne macia servia de alimento e o pêlo e couro davam roupas e tendas. Com tão variada reserva de sustentação, o beduíno podia enfrentar o deserto, tão paciente e resistente como seu camelo e tão sensível e fogoso como seu cavalo. Baixo e magro, de constituição robusta e forte, era capaz de viver dia após dia com algumas tâmaras e um pouco de leite. E de tâmaras ele fabricava o vinho que o elevava da poeira para o romance. Variava a rotina de sua vida entre o amor e a luta, e era rápido como um espanhol (que herdou seu sangue) para vingar insulto e ofensa, não só por si como pelo

seu clã. Boa parte de sua vida passava-a em guerras tribais. Sua conquista da Síria, Pérsia, Egito e Espanha não passou senão de uma exuberante expansão de suas incursões de pilhagens ou *razzias*. Em certos períodos do ano ele fazia concessão à "trégua santa" para peregrinação religiosa ou comércio. De outro lado, julgava seu o deserto. Quem o cruzasse, exceto na época aludida, ou sem pagar-lhe tributo, era um intruso. E roubar tais transgressores constituía forma direta incomum de taxação. Desprezava a cidade porque ela significava lei e comércio. Amava o deserto impiedoso porque o deixava livre. Bondoso e sangüinário, generoso e avarento, desonesto e fiel, cauteloso e bravo, o beduíno, por mais pobre que fosse, enfrentava o mundo com dignidade e orgulho, vaidoso da pureza de seu sangue e doido por acrescentar sua linhagem a seu nome.

Sobre um ponto, acima de tudo, não tolerava nenhuma discussão: a beleza incomparável de suas mulheres. Era uma beleza morena, cálida, abrasadora, digna de um milhão de odes, mas breve como o trágico e rápido esmaecer próprio dos climas quentes. Antes de Maomé — e depois dele apenas um pouco menos — a carreira da mulher árabe passava de uma idolatria momentânea ao trabalho escravo de toda vida. Ela podia ser enterrada ao nascer se o pai o desejasse.[5] No máximo, o pai lamentava o nascimento da filha e escondia o rosto aos amigos; de algum modo seus melhores esforços haviam malogrado. Sua infância risonha merecia alguns anos de carinho. Mas aos sete ou oito anos era casada com qualquer jovem do clã cujo pai oferecesse o preço de aquisição à noiva. Seu amante e marido lutaria contra o mundo para defender sua pessoa ou honra. Algumas sementes e o estilo empolado da cavalaria foram levados para a Espanha com esses amantes apaixonados. Mas a deusa era, ao mesmo tempo, um bem móvel — fazia parte da propriedade do pai, marido ou filho — e era legada com a mesma. Vivia como serva, raramente como companheira do homem. Este exigia dela muitos filhos, principalmente varões. O dever dela era produzir guerreiros. Em muitos casos não passava de uma dentre as inúmeras mulheres do homem. Este podia dispensá-la quando o desejasse.

Entretanto, seus encantos misteriosos tornavam-na rival das batalhas, como tema e inspiração dos versos do homem. Os árabes da época pré-muçulmana eram geralmente analfabetos, mas amavam a poesia quase tanto quanto apreciavam os cavalos, as mulheres e o vinho. Não tinham cientistas ou historiadores, mas possuíam forte paixão pela eloqüência, pela oratória nobre e correta e pelo verso intricadamente modelado. Sua língua era intimamente aparentada à dos hebreus: complexa nas inflexões, rica no vocabulário, precisa nas diferenciações, expressando ora todas as nuanças da poesia ora cada sutileza da filosofia. Os árabes orgulhavam-se da antigüidade e riqueza de sua língua, tinham prazer em revolver suas melífluas sílabas em figuras de retórica, faladas ou escritas. E ouviam com êxtase compenetrado os poetas que, em aldeias e cidades, nos campos desérticos ou nas feiras, lhes recordavam, em métricas correntes e rimas intermináveis, os amores e guerras de seus heróis, tribos ou reis. Para os árabes, o poeta era seu historiador, genealogista, satirista, moralista, jornal, oráculo, chamado à batalha. E quando um vate vencia um dos muitos concursos de poesia, toda a tribo se sentia honrada e se rejubilava. Todos os anos, na feira de Ukaz, realizava-se o maior desses certames. Quase diariamente, durante um mês inteiro, os clãs competiam, por meio de seus poetas. Não havia juízes, mas multidões que ouviam ou atentamente ou com desprezo. Os poemas premiados eram transcritos em caracteres brilhantemente iluminados. Recebiam, então, o nome de "Cantos Doura-

dos" e eram preservados como bens inseparáveis dos tesouros de príncipes e reis. Os árabes chamavam-nos também *Muallaqat* ou "Pendurados" porque, dizia a lenda, os poemas premiados, inscritos em seda egípcia, com letras douradas, eram pendurados nos muros da Caaba, em Meca.

Sete desses *Muallaqat*, datados do século VI, sobrevivem até hoje desde aqueles dias pré-islamíticos. Sua forma é a *qasida*, ode narrativa, em métrica e rima complexamente trabalhadas, em geral de amor ou de guerra. Em um deles, escrito pelo poeta Labid, um soldado regressa de suas campanhas para a aldeia e o lar onde deixara a mulher. Encontra a choupana vazia; a mulher havia fugido com outro homem. Labid descreve a cena com a ternura de Goldsmith e com maior eloqüência e força.[6] Em outro, as mulheres árabes encorajam seus homens à batalha:

> Coragem! Coragem! Defensores de mulheres! Matai com o fio das vossas espadas!... Somos as filhas da estrela matutina; macios são os tapetes que calcamos debaixo de nossos pés; nossos pescoços estão adornados de pérolas; nossas madeixas são perfumadas com almíscar. Apertaremos em nossos seios os bravos que enfrentam o inimigo, mas os covardes que fogem nós os desprezaremos; não serão para eles nossos abraços![7]

Descaradamente sensual é uma ode de Imru'lqais:

> Formosa era também aquela outra, a de véu, tão distante, tão reservada e tão cautelosa! E no entanto me recebeu de braços abertos.
>
> Passei entre as cordas de sua tenda — embora sanguinários parentes seus estivessem na escuridão para me matar.
>
> Cheguei à meia-noite, quando as Plêiades se apresentavam como elos de aljôfar, prendendo o zodíaco do firmamento.
>
> Entrando furtivamente, ali fiquei. Ela havia despido toda a roupa menos uma, o vestido da noite.
>
> Ternamente me censurou: Que estratagema é este? Fala, sob teu juramento, ó louco. Grave é a tua loucura.
>
> Saímos juntos. Ela, astuta, arrastava a cauda do vestido para ocultar nossas pegadas duplas.
>
> Fugimos além das luzes do acampamento. Ali, na escuridão protetora, deitamo-nos na areia, longe de olhos importunos.
>
> Junto de suas tranças cortejei-a, atraí seu rosto para perto de mim, alcancei sua cintura; tão frágeis os anéis do tornozelo.
>
> Claras faces — não vermelhas — fisionomia nobre, seios lisos como se fossem vasos de vidro, nus com os colares.
>
> Assim são as pérolas ainda virgens, vistas através da escura água, claras na profundidade do mar, cintilando, puras, inacessíveis.
>
> Esquivamente ela se afasta, mostra uma face, um lábio — gazela de Wujra...
>
> Seu colo esbelto, branco como o de uma gazela, liso até os lábios entreabertos — pérolas são seus ornamentos.
>
> Sobre os ombros caem bastos anéis de cabelo, escuros como de frutos pendentes dos ramos da tamareira...
>
> Cintura delgada — uma corda de poço não é tão tênue. Suaves são suas pernas como caule de cana arrancado numa fonte.
>
> A manhã toda ela dorme, monte de indolência; ao meio-dia dificilmente está de pé com roupa de dia.
>
> Macio seu tato — os dedos aflautavam como vermes aquáticos, lisos como cobras de Thobya, palitos de Ishali.

Ela ilumina a treva da noite, sim, como uma lâmpada noturna e solitária, pendurada para sinal de orientação, numa ermida.[8]

Os poetas pré-islâmicos cantavam suas composições com acompanhamento musical; a música e a poesia estavam ligadas de alguma forma. A flauta, o alaúde, o oboé e o tamborim constituíam os instrumentos favoritos. Jovens cantoras eram muitas vezes convidadas para divertir os rega-bofes masculinos. Tabernas dispunham delas. Os reis gassânidas mantinham um grupo de tais jovens para aliviar os afazeres da realeza. E quando os coraixitas de Meca marcharam contra Maomé, em 625, levaram consigo um bando de jovens cantoras para alegrar o ambiente de seus acampamentos e estimulá-los na guerra. Mesmo nesses primitivos "Dias de Ignorância", como os muçulmanos iriam chamar o período pré-islâmico, o canto árabe era uma queixosa cantilena de poucas palavras, que trazia uma nota tão persistente ao longo dos pontos altos da escala que poucos versos podiam fornecer um libreto de uma hora.

O árabe do deserto tinha sua própria religião, primitiva e, assim mesmo, sutil. Temia e adorava uma porção de deidades nas estrelas, na lua e na profundidade da terra. Ocasionalmente implorava a graça de um céu implacável. Mas quase sempre desistia de apaziguá-lo, porque ficava tão confuso pela multidão de espíritos (*djins*) ao seu redor, que assumia uma resignação fatalística, orava com a brevidade própria do homem e dava de ombros para o infinito.[9] Parece ter dado pouca atenção à vida depois da morte. Às vezes, porém, mandava amarrar seu camelo, sem alimentos, ao seu túmulo, de modo que o animal logo pudesse segui-lo para o outro mundo, e salvá-lo da vergonha social de ir a pé para o paraíso.[10] De vez em quando oferecia sacrifício humano; aqui e acolá adorava pedras sagradas.

O centro dessa adoração de pedras era Meca. Esta cidade santa não devia seu desenvolvimento ao clima, pois que as montanhas de rochas nuas, que a cercavam quase completamente, propiciavam um verão de calor intolerável. O vale era deserto e agreste. Em toda a cidade, conforme sabia Maomé, mal vicejava um jardim. Mas sua localização — a meio caminho da costa ocidental, a 48 milhas do Mar Vermelho, tornara-a um conveniente ponto de parada para as longas caravanas, muitas vezes com mil camelos, que faziam o comércio entre a Arábia meridional (e portanto Índia e África Central) e o Egito, a Palestina e a Síria. Os mercadores que controlavam este comércio formavam sociedades anônimas, dominavam as feiras de Ukaz e conduziam o lucrativo ritual religioso, que tinha por objeto a Caaba e sua sagrada Pedra Preta.

Caaba quer dizer uma estrutura quadrada — é a mesma palavra nossa, *cubo*. Na crença dos muçulmanos ortodoxos, a Caaba foi construída ou reconstruída 10 vezes. A primeira fora erigida na alvorada da História pelos anjos do céu; a segunda por Adão; a terceira por seu filho Seth; a quarta por Abraão e seu filho Ismael, filho de Agar... a sétima por Qusay, chefe da tribo coraixita (Quraish); a oitava pelos chefes coraixitas, no tempo de Maomé (605); a nona e décima pelos dirigentes muçulmanos em 681 e 696. A décima é substancialmente a Caaba de hoje. Ergue-se perto do centro de amplo cercado com pórtico, o Masjid al-Haram, ou Mesquita Sagrada. É um edifício de pedra retangular, de 40 pés de comprimento por 35 de largura e 50 de altura. No seu canto sudeste, a cinco pés do solo, na altura exata para beijar, está colocada a Pedra Preta, de material vermelho-escuro, forma oval, e cerca de sete polegadas de diâmetro. Muitos de seus adoradores acreditam que essa pedra foi enviada do céu — e talvez tenha sido um meteorito. A maioria deles crê que ela fazia parte da

Caaba desde os tempos de Abraão. Os estudiosos muçulmanos interpretam-na como símbolo da parte da progênie de Abraão (Ismael e sua prole) que, repelida por Israel, tornou-se, julgam, os fundadores da tribo coraixita; aplicam eles a essa interpretação uma passagem do salmo CXVII, 22-3: "A pedra que os edificadores rejeitaram transformou-se em cabeça do ângulo; da parte do Senhor se fez isto", e outra de São Mateus XXI, 42-3, em que Jesus, depois de citar estas estranhas palavras, acrescenta: "Portanto eu vos digo que o reino de Deus vos será tirado, e será dado à gente que dê seus frutos", embora os viris muçulmanos dificilmente pretendam ter cumprido a ética de Cristo.

Dentro da Caaba, nos dias pré-muçulmanos, havia vários ídolos que representavam deuses. Um deles, chamado Alá (Allah), era provavelmente o deus tribal dos coraixitas; três outros eram filhas de Alá: al-Uzza, al-Lat e Manah. Podemos julgar a antigüidade deste panteão árabe pela menção de Al-il-Lat (al-Lat) por Heródoto, como grande deidade árabe.[11] Os coraixitas abriram caminho para o monoteísmo, adorando Alá, como deus principal. Ele foi apresentado aos habitantes de Meca como senhor de seu solo, a quem deviam entregar o dízimo de suas colheitas e os primeiros que nascessem entre seus animais. Na qualidade de pretensos descendentes de Abraão e Ismael, os coraixitas nomeavam os sacerdotes e guardas do templo e administravam suas receitas. Uma minoria aristocrática da tribo, como descendentes de Qusay, controlava o governo civil de Meca.

No começo do século VI os coraixitas estavam divididos em duas facções: uma chefiada pelo rico mercador e filantropo Hashim, a outra pelo ciumento sobrinho de Hashim, Umayya. Essa violenta rivalidade determinaria muita história. Quando Hashim morreu foi sucedido, como um dos chefes de Meca, pelo filho ou irmão mais novo, Abd al-Muttalib. Em 568, seu filho mais moço, Abdala, desposou Amina, também uma descendente de Qusay. Abdala permaneceu com sua esposa três dias, partiu em uma expedição mercantil e morreu em Medina, durante a viagem de regresso. Dois meses depois (569), Amina dava à luz a figura mais importante da história medieval.

II. MAOMÉ (MOHAMMED) EM MECA: 569-622

Maomé era de nobre estirpe, embora de patrimônio modesto. Abdala deixara-lhe cinco camelos, um rebanho de cabras, uma casa e uma escrava que o amamentara na infância. Seu nome, que significa "altamente louvado", prestava-se bem para ser aplicado a certas passagens bíblicas como se predissessem seu advento. A mãe morrera quando ele tinha seis anos. Maomé ficou sob os cuidados do avô, então com 76 anos, e posteriormente do tio Abu-Talib. Eles lhe dispensaram afeição e cuidados, mas parece que ninguém se incomodou em lhe ensinar a escrever e a ler.[12] Essa fraca realização era mantida em baixa reputação pelos árabes da época. Somente 17 homens da tribo coraixita se conformaram com isso.[13] Nunca se teve notícia de haver Maomé escrito algo de próprio punho; empregava um amanuense. Seu aparente analfabetismo entretanto não o impediu de compor o mais famoso e eloqüente livro da língua árabe e de adquirir tal capacidade de manejo dos homens, que raramente se observa em pessoas altamente educadas.

De sua juventude quase nada sabemos, embora lendas sobre ela tenham enchido 10.000 volumes. Diz uma tradição que aos 12 anos fora levado por Abu-Talib em

uma caravana a Bostra, na Síria. Talvez nessa viagem tenha ele obtido alguma noção de judaísmo e cristianismo. Outra tradição retrata-o, poucos anos depois, em viagem a Bostra, a negócios para a rica viúva Cadija. Então subitamente o encontramos, aos 25 anos, casado com ela, de 40, e mãe de várias crianças. Até a morte de Cadija, 26 anos depois, Maomé viveu com ela, uma vida monógama, muito incomum para um muçulmano abastado, porém talvez natural para ele. Cadija deu-lhe algumas filhas, das quais a mais famosa foi Fátima, e dois filhos que morreram na infância. Maomé consolou-se da dor, adotando Ali, órfão de Abu-Talib. Cadija era boa mulher, boa esposa e boa mercadora. Conservou-se fiel a Maomé no meio de todas as suas vicissitudes espirituais; das suas várias esposas ele se recordava de Cadija como tendo sido a melhor.

Ali, que desposou Fátima, descreve com ternura seu pai adotivo aos 45 anos, do seguinte modo:

> "Estatura média, nem alto nem baixo. A tez era branco-rósea; olhos pretos; os cabelos bastos, brilhantes e belos, caíam-lhe sobre os ombros. A barba profusa chegava até o peito... Havia uma tal doçura em sua fisionomia que ninguém, uma vez em sua presença, podia deixá-lo. Se estava com fome, um simples relance à face do Profeta dissipava-a. Perante ele todos esqueciam suas mágoas e penas."[14]

Maomé era homem de dignidade e raras vezes ria. Mantinha seu senso de humor sob controle, conhecedor do perigo que era para os homens públicos. De constituição delicada, era nervoso, impressionável, dado à tristeza melancólica. Em momentos de excitação ou zanga, suas veias faciais intumesciam-se alarmantemente. Mas ele sabia quando aplacar sua paixão e era capaz de perdoar a um inimigo desarmado e arrependido.

Havia muitos cristãos na Arábia, alguns em Meca. Pelo menos de um deles Maomé tornou-se íntimo — o primo de Cadija, Waraqah ibn Nawfal, "que conhecia as escrituras dos hebreus e dos cristãos".[15] Maomé visitava freqüentemente Medina, onde seu pai havia falecido. É possível que aí tenha conhecido alguns dos judeus, pois formavam uma grande parte da população. Muitas páginas do Alcorão provam que ele aprendera a admirar a moral dos cristãos, o monoteísmo dos judeus e o forte arrimo que proporcionava ao cristianismo e ao judaísmo a posse das Escrituras, tidas como sendo uma revelação de Deus. Comparadas com essas religiões, a idolatria politeísta, moralidade relaxada, guerra tribal e a desunião política da Arábia podem ter-lhe parecido, a ele, vergonhosamente primitivas. Sentiu a necessidade de uma nova religião — talvez de uma que unificasse todos esses grupos facciosos em uma nação viril e sadia; uma religião que lhes daria moralidade não terra a terra como a lei de violência e vingança dos beduínos, mas baseada nos mandamentos de origem divina e portanto de força indiscutível. Outros podem ter tido os mesmos pensamentos. Ouvimos falar de vários "profetas" que apareceram na Arábia mais ou menos por volta do começo do século VII.[16] Muitos árabes tinham sido influenciados pelas expectativas messiânicas dos judeus; também eles esperavam com ansiedade um mensageiro de Deus. Uma seita árabe, os Hanifs, já refutara a idolatria pagã da Caaba e pregava um Deus universal, a quem toda a humanidade deveria servir voluntariamente.[17] Tal como sucede com todo pregador de êxito, Maomé deu voz e forma às necessidades e anseios de seu tempo.

À medida que se aproximava dos 40 anos, ficava cada vez mais absorvido na religião. Durante o mês santo do Ramadã ele se retirava, às vezes em companhia da família, para uma caverna no sopé do monte Hira, a três milhas de Meca, e passava muitos dias e noites em jejum, meditação e oração. Uma noite, no ano 610, quando se achava sozinho na caverna, aconteceu-lhe a experiência-pivô de toda a história maometana. Segundo uma tradição relatada por seu principal biógrafo, Maomé ibn Ishaq, Maomé contou o acontecimento da maneira seguinte:

> "Enquanto estava dormindo, com uma colcha de brocado de seda, em que havia algumas escritas, o anjo Gabriel me apareceu e disse: 'Leia.' Repliquei: 'Não leio.' Ele me apertou com a colcha tão fortemente que pensei fosse morrer. A seguir soltou-me e disse de novo: 'Leia!'... Então li em voz alta e ele se foi finalmente. Acordei do meu sono e era como se aquelas palavras estivessem escritas em meu coração. Saí e comecei a andar e, a meio caminho da montanha, ouvi uma voz do céu que dizia: 'Ó Maomé, és o mensageiro de Alá e eu sou Gabriel.' Levantei a cabeça na direção do céu para ver, e ei-lo, Gabriel, em forma de homem, de pés juntos na extremidade do céu, dizendo: 'Ó Maomé, tu és o mensageiro de Alá e eu sou Gabriel.'"[18]

Voltando para junto de Cadija colocou-a a par das visões. Estamos informados de que ela as aceitou como verdadeira revelação do céu e animou-o a anunciar sua missão.

Depois disso Maomé teve muitas visões semelhantes. Freqüentemente quando isso acontecia, ele caía no chão em convulsões ou delíquio; o suor cobria-lhe a fronte. Mesmo o camelo, no qual estava montado, sentia a excitação e movia-se agitadamente.[19] Mais tarde Maomé atribuía seus cabelos grisalhos a essas experiências. Quando lhe pediam para descrever o processo de revelação, dizia que todo o texto do Alcorão estava no céu,[20] e que um fragmento por vez lhe era comunicado, geralmente por Gabriel.[21] Perguntado como podia lembrar-se dessas orações divinas, explicava que o arcanjo o fazia repetir palavra por palavra.[22] Pessoas que se achavam perto do Profeta no momento não viam nem ouviam o anjo.[23] Possivelmente suas convulsões não passavam de ataques epilépticos. Às vezes eram acompanhadas de um som por ele descrito como semelhante ao toque de um sino[24] — ocorrência freqüente nos acessos de epilepsia. Mas não temos nenhuma notícia de mordedura de língua, nem perda da força de preensão, que comumente acontecem nesses acessos. Também a história de Maomé não mostra nenhuma degeneração da capacidade cerebral que essa doença geralmente acarreta; pelo contrário, ele progrediu na lucidez do pensamento e na confiante liderança e poderio até os 60 anos.[25] A evidência não é concludente; pelo menos não foi bastante para convencer qualquer maometano ortodoxo.

No decorrer dos quatro anos subseqüentes, Maomé cada vez mais abertamente se apresentou como o profeta de Alá, divinamente escolhido para dirigir o povo árabe a uma nova moralidade e a uma fé monoteísta. As dificuldades eram muitas. As novas idéias somente são bem recebidas se prometem rápida vantagem material; e Maomé vivia em uma comunidade mercantil e céptica, que obtinha parte de suas rendas dos peregrinos que vinham adorar os numeroso deuses da Caaba. Contra essa desvantagem realizou ele algum progresso, oferecendo aos crentes a fuga de um ameaçado inferno para um paraíso alegre e tangível. Abriu sua casa a todos que quisessem ouvi-lo — ricos, pobres e escravos árabes; cristãos e judeus. E sua eloqüência apaixonada converteu alguns. O primeiro convertido de Maomé foi sua esposa, já idosa; o segundo,

seu primo Ali; o terceiro, seu criado Zaid, que ele havia comprado como escravo e libertara imediatamente; o quarto foi seu parente Abu-Béquer, homem de grande influência entre os coraixitas. Abu-Béquer trouxe para a nova fé cinco outros chefes de Meca. Ele e seus companheiros tornaram-se os seis "Companheiros" do Profeta, cujas memórias sobre ele constituiriam, posteriormente, as tradições mais reverenciadas do Islã. Maomé dirigia-se muitas vezes à Caaba, abordava peregrinos e pregava a crença em um só deus. No começo os coraixitas ouviram-no com uma paciência sorridente, chamaram-no de louco e propuseram-se a enviá-lo, a suas expensas, a um médico que pudesse curá-lo da loucura.[26] Mas quando ele atacou a adoração da Caaba como idolatria, os coraixitas ergueram-se na defesa de suas rendas, e o teriam maltratado se seu tio Abu-Talib não o tivesse protegido. Abu-Talib não tinha nada da nova fé, mas sua fidelidade aos velhos costumes exigia que ele defendesse qualquer membro de seu clã.

O receio de conflito sangrento impediu os coraixitas de empregarem a violência contra Maomé ou seus adeptos livres. Todavia contra os escravos convertidos podiam usar de medidas dissuasivas sem ofender a lei tribal. Vários deles foram encarcerados; alguns expostos, sem cobertura na cabeça e sem água, à inclemência do sol. Abu-Béquer havia economizado em muitos anos de comércio 40.000 peças de prata. Agora despendia 35.000 para comprar a liberdade do maior número possível de escravos convertidos. E Maomé amenizou a situação, decidindo que a retratação sob coação era perdoável. Os coraixitas ficaram mais perturbados com o apoio de Maomé aos escravos do que pela sua crença religiosa.[27] A perseguição dos convertidos mais pobres prosseguiu com tal severidade que o Profeta permitiu ou aconselhou a emigração dos mesmos para a Abissínia. Os refugiados eram bem recebidos lá pelo rei cristão (615).

Um ano depois ocorreu um fato que foi tão significativo para o maometismo como a conversão de Paulo o fora para o cristianismo. Omar Ibn al-Catab, até então seu mais violento adversário, foi conquistado pela nova fé. Era um homem de grande força física, influência social e coragem moral. Sua submissão trouxe uma confiança oportuna aos crentes vacilantes e novos adeptos à causa. Em vez de ocultarem sua adoração nas casas particulares, pregavam-na agora ousadamente nas ruas. Os defensores dos deuses da Caaba formaram uma liga que se comprometeu a renunciar a todo contato com os membros do clã hachimita que ainda se sentiam obrigados a defender Maomé. A fim de evitar o conflito, muitos hachimitas, inclusive Maomé e sua família, se retiraram para um bairro isolado de Meca, onde Abu-Talib podia oferecer proteção (615). Durante mais de dois anos continuou esta separação de clãs, até que alguns membros dos coraixitas, cedendo, convidaram os hachimitas a retornarem a seus lares desertos, prometendo-lhes paz.

O pequeno grupo de convertidos rejubilou-se, mas o ano de 619 trouxe tripla infelicidade a Maomé. Cadija, sua adepta mais leal, e Abu-Talib, seu protetor, morreram. Sentindo-se inseguro em Meca e desanimado pelo lento crescimento de seus correligionários nessa cidade, Maomé transferiu-se para Taif (620), agradável cidade a 60 milhas a leste. Mas Taif o repeliu. Seus chefes não se incomodavam em ofender a aristocracia mercante de Meca. Sua populaça, porém, horrorizada ante qualquer inovação religiosa, vaiou o Profeta nas ruas e atirou-lhe pedras até que o sangue lhe corresse das pernas. Retornando a Meca, desposou a viúva Sauda e, aos 50 anos, prometeu casamento a Aixa, a linda e petulante filha de Abu-Béquer, então com sete primaveras.

Entrementes, continuavam as visões. Uma noite, pareceu-lhe, foi transportado miraculosamente durante o sono a Jerusalém. Ali um cavalo alado, o Buraq, aguardava-o no Muro das Lamentações das ruínas do Templo dos judeus, e levou-o para o céu de onde o trouxe de volta. E por um outro milagre, o Profeta encontrou-se novamente a salvo, na manhã seguinte, em seu leito, em Meca. A lenda de seu vôo fez de Jerusalém uma terceira cidade santa para o islamismo.

No ano de 620 Maomé pregou aos mercadores que tinham vindo de Medina em peregrinação à Caaba. Prestaram-lhe alguma atenção, pois a doutrina do monoteísmo, de um mensageiro divino e do Juízo Final era familiar a eles através da crença dos judeus de Medina. Regressando a sua cidade, alguns dos mercadores expuseram o novo evangelho aos amigos. Vários judeus, vendo que havia pouca diferença entre os ensinamentos de Maomé e os seus, receberam-no acolhedoramente. E em 622, cerca de 70 cidadãos de Medina, em caráter particular, procuraram a Maomé para convidá-lo a fixar residência naquela cidade. Maomé perguntou-lhes se o protegeriam tão fielmente como a suas próprias famílias. Responderam afirmativamente, mas quiseram saber qual a recompensa que teriam se fossem mortos em sua defesa. Ele retrucou: o ''Paraíso.''[28]

Mais ou menos nessa época Abu-Sufyan, neto de Umayya, tornou-se chefe dos coraixitas de Meca. Tendo sido criado em ambiente de ódio por todos os descendentes de Haxim, Sufyan renovou a perseguição aos adeptos de Maomé. Possivelmente ele soubera dos planos de fuga do Profeta e receou que Maomé, uma vez estabelecido em Medina, poderia provocar uma guerra dessa cidade contra Meca e o culto da Caaba. Às suas instâncias, os coraixitas incumbiram alguns de seus membros de prenderem Maomé, talvez matá-lo. Tendo conhecimento do complô, Maomé refugiou-se com Abu-Béquer na caverna de Taur, a uma légua de distância. Os emissários coraixitas procuraram-nos em vão durante três dias. Os filhos de Abu-Béquer trouxeram camelos e os dois homens, durante a noite, dirigiram-se no lombo dos ruminantes para o norte; viajaram muitos dias para vencer 200 milhas, até que, a 24 de setembro de 622, chegaram a Medina. Duzentos adeptos de Meca haviam-nos precedido, disfarçados em peregrinos, e estavam nos portões da cidade, juntamente com os convertidos de Medina, para receber o Profeta. Dezessete anos depois, o califa Omar determinou que o primeiro dia — 16 de julho de 622 — do ano árabe em que teve lugar esta hégira (*hijra* — fuga) fosse considerado o início oficial da era maometana.

III. MAOMÉ EM MEDINA: 622-30

A cidade até então denominada Iatsrib, posteriormente chamada Medinat al-Nabi ou ''Cidade do Profeta'', estava situada na extremidade ocidental do platô central árabe. Comparada com Meca era um Éden climático, com centenas de jardins, bosquetes de palmeiras e granjas. Enquanto Maomé entrava na cidade em seu camelo, grupos após grupos chamavam-no: ''Apeai-vos aqui, ó Profeta!... Morai conosco!'' E com persistência árabe alguns pegaram no cabresto do camelo para detê-lo. Sua resposta era perfeitamente diplomática: ''A escolha está com o camelo. Deixai-o avançar livremente.''[29] O conselho acalmou a inveja e consagrou sua nova residência como escolhida por Deus. No ponto em que o camelo parou, Maomé construiu uma mesquita e duas casas adjacentes — uma para Sauda e outra para Aixa. Mais tarde acrescentou outros aposentos, à medida que ia tendo novas esposas.

Ao deixar Meca, havia rompido muitos laços de parentesco. Agora tentava substituir os laços de sangue com os da fraternidade religiosa, em um Estado teocrático. Para acalmar o ciúme já predominante entre os refugiados (*Muhajirin*) de Meca e os "ajudantes" (*Ançar*) ou convertidos de Medina, uniu cada membro de um grupo com um membro do outro em uma irmandade adotiva e aconselhou ambos os grupos a se reverenciarem em união sagrada na mesquita. Na primeira cerimônia ali realizada, subiu ao púlpito e gritou em alta voz: "Alá é o maior!" A congregação prorrompeu na mesma proclamação. Então, ainda de pé e de costas para a assembléia, curvou-se em oração. Desceu do púlpito, de costas, e três vezes se prostrou na frente do mesmo, continuando a orar. Nesse prostrar estava simbolizada a submissão da alma a Alá que deu à nova fé seu nome de *Islam* "*render-se*", "*fazer as pazes*" — e aos adeptos o de *Muslimin* — ou moslemes — "os que se rendem", "aqueles que fizeram as pazes com Deus". Voltando-se então para a assembléia, Maomé concitou-a a observar este ritual até o fim dos tempos. E até hoje essa é a forma de oração que os muçulmanos seguem, seja na mesquita, seja no deserto, ou em terras estrangeiras sem mesquita. Um sermão completava a cerimônia, anunciando muitas vezes, no caso de Maomé, uma nova revelação e dando orientação às ações e à política da semana.

De fato, a autoridade do Profeta estava criando um governo civil para Medina. E ele foi cada vez mais compelido a dedicar seu tempo e suas inspirações aos problemas práticos de organização social, moral cotidiana e até à diplomacia e guerra entre tribos. Tal como no judaísmo, não se fazia qualquer distinção entre os assuntos seculares e religiosos. Estavam todos indistintamente sob jurisdição religiosa. Maomé era ao mesmo tempo César e Cristo. Nem todos os medinenses, porém, aceitaram sua autoridade. Uma maioria de árabes permanceu de lado como "os descontentes"; encarava a nova crença e seu rito com ceticismo e perguntava se Maomé não estava destruindo suas tradições e liberdades e envolvendo-os em guerra. A maioria dos judeus de Medina ficou firme em sua própria fé e continuou a comerciar com os coraixitas de Meca. Maomé estabeleceu com esses judeus um acordo sutil:

> "Os judeus que se filiarem a nossa comunidade serão protegidos de todos os insultos e vexames; terão direitos iguais aos de nosso povo, no que concerne à assistência e bons ofícios; formarão com os muçulmanos uma nação composta; praticarão sua religião tão livremente como os muçulmanos... Eles se unirão aos muçulmanos na defesa do Iatsrib contra todos os inimigos... Todas as disputas futuras entre aqueles que aceitam esta Carta serão reportadas, com a permissão de Deus, ao Profeta."[30]

Este acordo foi logo aceito por todas as tribos judias de Medina e das circunvizinhanças: os Banu-Nadhir, os Banu-Kuraiza, os Banu-Kainuka...

A migração de 200 famílias de Meca trouxe a escassez de alimentos em Medina. Maomé solucionou o problema como fazem as pessoas famintas — tomando alimento onde houvesse. Ao encarregar seus lugar-tenentes de assaltar as caravanas que passavam por Medina, adotava a moral da maioria das tribos árabes de seu tempo. Quando os asssaltos eram rendosos, quatro quintos dos despojos iam para os assaltantes e um quinto para o Profeta, a fim de ser empregado em obras de caridade e religiosas. A parte de um assaltante morto destinava-se a sua viúva, e ele próprio ia para o paraíso imediatamente. Assim encorajados, multiplicaram-se os assaltos e os assaltantes, en-

quanto os mercadores de Meca, cuja vida econômica dependia da segurança das caravanas, planejavam vingança. Uma incursão escandalizou Medina, bem como Meca, pois realizou-se e provocou a morte de um homem justamente no último dia de Rajab, um dos meses sagrados em que a moral árabe determinava trégua nas violências. Em 623, Maomé em pessoa organizou um bando de 300 homens armados, a fim de tocaiar uma caravana que vinha da Síria para Meca. Abu-Sufyan, que comandava a caravana, soube do plano, mudou de rota, e pediu socorro a Meca. Acorreu uma força de 900 coraixitas. Os exércitos em miniatura encontraram-se em um leito de rio, em geral seco no verão, chamado rio Badr, 40 milhas ao sul de Medina. Se Maomé tivesse sido derrotado, sua carreira poderia ter terminado ali e naquele dia. Ele pessoalmente comandou seus homens e os levou à vitória, que atribuiu a Alá como um milagre; isso confirmou sua posição de chefe, e ele regressou a Medina com ricos despojos e muitos prisioneiros (janeiro de 624). Alguns destes, que tinham sido especialmente ativos nas perseguições de Meca, foram condenados à morte; os outros pagaram pesados resgates.[31] Mas Abu-Sufyan escapou e jurou vingança. "Não choreis pelos vossos mortos", disse aos parentes enlutados de Meca, "e não permitais que nenhum poeta lamente sua morte... Felizmente virá a nossa vez e podereis então obter vingança. De minha parte, não tocarei nenhum óleo nem me aproximarei de minha mulher até que tenha partido de novo para combater Maomé."[32]

Fortalecido pela vitória, Maomé empregou a moral costumeira da guerra. Omeir, um muçulmano cego, invadiu o quarto de Asma, poetisa de Medina, que tinha atacado Maomé em suas rimas, e enterrou com tanto fervor a espada no peito dela, quando dormia, que a prendeu ao leito. Na manhã seguinte, Maomé perguntou a Omeir: "Mataste Asma?"

"Sim", respondeu Omeir. "Há motivos para apreensão?" "Nenhum", declarou o Profeta, "dois cabritos dificilmente dariam cabeçadas um no outro por causa disso."[33] Afak, um centenário convertido ao judaísmo, compôs uma sátira contra o Profeta e foi morto quando dormia em seu pátio.[34] Um terceiro poeta medinense, Kab ibn al-Ashraf, filho de uma judia, abandonou o islamismo quando Maomé se voltou contra os judeus. Escreveu versos instigando os coraixitas a se vingarem da derrota e enfureceu os muçulmanos por dirigir sonetos de amor a suas mulheres em prematuro estilo trovador. "Quem me livrará deste homem?" perguntou Maomé. Na mesma tarde, a cabeça cortada do vate foi depositada aos pés do Profeta.[35] Do ponto de vista muçulmano, essas execuções eram uma defesa legítima contra a traição. Maomé, como chefe de Estado, tinha toda autoridade para condenar.[36]

Os judeus de Medina desgostaram dessa fé belicosa que uma vez parecera tão lisonjeiramente semelhante à deles. Riam-se agora das interpretações de Maomé das suas Escrituras e à afirmativa de ser o Messias prometido pelos seus profetas. Ele revidou com revelações em que Alá acusava os judeus de corromperem as Escrituras, matarem os profetas e rejeitarem o Messias. Originariamente Maomé havia feito de Jerusalém o *qibla* — o ponto para onde os muçulmanos deveriam voltar-se ao orar. Em 624 ele o mudou para Meca e a Caaba. Os judeus acusaram-no de voltar à idolatria. Mais ou menos nessa época, uma jovem muçulmana visitou o mercado dos judeus Banu-Kainuka em Medina. Enquanto estava sentada em uma oficina de ourives, um judeu perverso levantou-lhe a saia por trás e prendeu-a com alfinetes na parte de cima do vestido. Ao levantar-se, ela chorou alto, de vergonha, por estar exposta. Um muçulmano matou o judeu ofensor, cujos irmãos, por sua vez, o assassinaram. Maomé reu-

niu seus adeptos, bloqueou os judeus Banu-Kainuka em seu bairro durante 15 dias, aceitou-lhes a rendição e ordenou a seus 700 residentes que deixassem Medina, sem levar seus haveres.

Devemos admirar a paciência de Abu-Sufyan, que, depois da sua promessa forçada, esperou um ano antes de novamente combater Maomé. No começo de 625 dirigiu um exército de três mil homens à colina de Ohod, três milhas ao norte de Medina. Quinze mulheres, inclusive as esposas de Abu-Sufyan, acompanharam o exército e o animaram à luta com cantos selvagens de ressentimento e vingança. O Profeta pôde reunir apenas mil guerreiros. Os muçulmanos foram batidos. Maomé lutou valentemente, recebeu muitos ferimentos e foi retirado semi-inconsciente do campo de batalha. A principal esposa de Abu-Sufyan, Hind, cujo pai, tio e irmão haviam perecido em Badr, mastigou o fígado de Hamza que lhe matara o pai — e fez, com sua pele e unhas, ornamentos de tornozelos e braceletes para ela própria.[37] Certo de que Maomé estava morto, Abu-Sufyan regressou em triunfo a Meca. Seis meses depois estava o Profeta suficientemente restabelecido para atacar os judeus Banu-Nadhir, acusando-os de auxiliarem os coraixitas e de conspirarem contra sua vida. Após um sítio de três semanas, os judeus tiveram permissão de emigrar, levando cada família apenas o que um camelo podia transportar. Maomé apropriou-se de alguns dos pomares de tâmara dos judeus para a manutenção de sua casa e distribuiu o restante entre os refugiados.[38] Considerou-se em guerra com Meca e sentiu-se justificado em afastar grupos hostis de seus flancos.

Em 626, Abu-Sufyan e os coraixitas reiniciaram a ofensiva, desta vez com 10.000 homens e auxiliados materialmente pelos judeus Banu-Kuraiza. Incapaz de fazer frente a tal força em uma batalha, Maomé defendeu Medina, mandando cavar uma trincheira em torno dela. Os coraixitas sitiaram a cidade por 20 dias. Então, desanimados pelo vento e pela chuva, regressaram a seus lares. Imediatamente, Maomé lançou três mil homens contra os judeus Banu-Kuraiza. Ao se renderem, eles tiveram de escolher entre o islamismo e a morte. Optaram pela última. Seus 600 combatentes foram mortos e enterrados na praça do mercado de Medina. Suas mulheres e crianças foram vendidas como escravos.

Por esse tempo, o Profeta já se tornara um general hábil. Durante seus 10 anos em Medina planejou 65 campanhas e incursões e pessoalmente dirigiu 27. Mas ele era também um diplomata, e sabia quando a guerra devia ser continuada por meios pacíficos. Compartilhou dos anseios dos refugiados em rever seus lares e famílias de Meca e dos desejos destes e dos "ajudantes" de visitar de novo a Caaba que em sua juventude havia sido o centro de sua piedade. Do mesmo modo que os primeiros apóstolos pensavam do cristianismo como uma forma e reforma do judaísmo, também os muçulmanos julgavam que o maometismo era uma modificação e um desenvolvimento do antigo rito de Meca. Em 628, Maomé fez aos coraixitas uma oferta de paz, prometendo a segurança de suas caravanas em troca da permissão de realizar os ritos da peregrinação anual. Os coraixitas responderam que um ano de paz devia preceder ao acordo. Maomé, aceitando, chocou a opinião de seus adeptos. Foi assinada uma trégua de 10 anos. E o Profeta consolou seus incursores, atacando e saqueando os judeus Khaibar em sua colônia a nordeste de Medina, a seis dias de viagem. Os judeus se defenderam como bem podiam. Noventa e três morreram na defesa, os restantes se renderam. Estes tiveram permissão de permanecer e cultivar o solo, mas sob a condição de entregarem todas as suas propriedades e metade das suas futuras colhei-

tas ao conquistador. Todos os sobreviventes foram poupados, exceto o chefe Kinana e seu primo, decapitados por terem escondido parte de seus bens. Safiya, uma jovem judia de 17 anos, noiva de Kinana, foi tomada por Maomé como esposa adicional.[39]

Em 629, os muçulmanos de Medina, em número de dois mil, entraram pacificamente em Meca. E enquanto os coraixitas, para evitar conflitos, retiravam-se para as colinas, Maomé e seus adeptos deram sete voltas em torno da Caaba. O Profeta tocou reverentemente a Pedra Preta com seu bastão de comando, mas continuou a comandar os muçulmanos aos gritos de: "Não há outro deus senão Alá!" Os habitantes de Meca ficaram impressionados com o comportamento disciplinado e a piedade patriótica dos exilados. Vários coraixitas influentes, inclusive os futuros generais Calid e Amr, adotaram a nova crença. E algumas tribos do deserto vizinho ofereceram a Maomé a promessa de sua crença em troca do apoio de suas armas. Quando regressou a Medina, o Profeta julgou-se então suficientemente poderoso para tomar Meca pela força.

A trégua de dois lustros ainda tinha oito anos pela frente. Maomé, porém, alegou que um grupo aliado dos coraixitas havia atacado uma tribo muçulmana e portanto violara a trégua (630). Reuniu 10.000 homens e marchou contra Meca. Abu-Sufyan, reconhecendo o poderio das forças inimigas, permitiu que Maomé entrasse sem oposição. O Profeta respondeu generosamente, dando anistia geral para todos, com exceção de dois ou três de seus inimigos. Destruiu os ídolos de dentro e ao redor da Caaba; mas poupou a Pedra Preta, e sancionou o ato de beijar a mesma. Proclamou Meca a cidade santa do islamismo e decretou que jamais se deveria permitir a um infiel pisar seu solo sagrado. Os coraixitas abandonaram a oposição direta; e o derrotado pregador que havia fugido de Meca oito anos antes era agora senhor de toda a sua vida.

IV. MAOMÉ VITORIOSO: 630-32

Os seus dois anos restantes — passados na maior parte em Medina — foram uma sucessão de triunfos. Depois de algumas rebeliões sem importância, toda a Arábia se submeteu a sua soberania e crença. O mais famoso poeta da época, Kab ibn Zuhair, que havia escrito uma diatribe contra o Profeta, veio pessoalmente a Medina, entregou-se a Maomé, proclamou-se convertido e recebeu o perdão. Em seguida compôs um poema tão eloqüente em honra do Profeta que este lhe fez presente de seu manto. (O manto foi depois vendido aos Muawiyah por 40.000 dirhems [$ 3.200], e é conservado ainda pelos turcos otomanos e às vezes usado como estandarte nacional.[40]) Em troca de tributos moderados os cristãos da Arábia ficaram sob a proteção de Maomé e gozaram de inteira liberdade de culto, mas foram proibidos de cobrar juros sobre empréstimos.[41] Sabemos que Maomé enviou emissários ao imperador da Grécia, ao rei persa e aos governantes de Hira e Ghassan, convidando-os a aceitarem a nova fé. Aparentemente não houve resposta. Maomé acompanhou com resignação filosófica a destruição mútua em que se empenhavam então a Pérsia e Bizâncio. Mas não parece haver acalentado qualquer pensamento de estender seu poder fora da Arábia.

Seus dias eram inteiramente ocupados com as tarefas do governo. Conscienciosamente, ele em pessoa dava os pormenores de legislação, julgamento e da organização civil, religiosa e militar. Um de seus atos menos inspirados foi a regulamentação do calendário. Este consistia entre os árabes, como entre os judeus, de 12 meses lunares, com um mês intercalado, cada três anos, para manter a concordância com o ca-

lendário solar. Maomé decidiu que o ano muçulmano deveria consistir sempre de 12 meses lunares, de 30 e 29 dias, alternadamente. Resultado: o calendário muçulmano deixou de estar de acordo com as estações e ganhou um ano em cada 32 anos e meio do calendário gregoriano. O Profeta não era um legislador científico. Não elaborou código ou digesto, não tinha nenhum sistema. Baixava editos de acordo com a ocasião. Quando surgiam contradições, aplainava-as com novas revelações que rigorosamente superavam as antigas.[42] Mesmo as suas ordens mais prosaicas podiam ser apresentadas como revelações de Alá. Embaraçado pela necessidade de adaptar este método sublime a assuntos mundanos, seu estilo perdeu algo da antiga eloqüência e poesia. Mas talvez sentisse que isto era um preço pequeno para que toda a sua legislação tivesse o respeitoso carimbo da deidade. Ao mesmo tempo ele podia ser encantadoramente modesto. Mais de uma vez admitiu sua ignorância. Protestava contra o fato de ser tomado como sendo mais do que um homem falível e mortal.[43] Não reclamou para si nenhum poder de predizer o futuro ou de realizar milagres. Todavia, não deixou de empregar o método de revelação para fins muito humanos e pessoais, como no caso em que uma mensagem especial de Alá[44] sancionou seu desejo de desposar a bela esposa de Zaid, seu filho adotivo.

Suas 10 mulheres e duas concubinas têm constituído fonte de admiração, gracejo e inveja para o mundo ocidental. Devemos lembrar-nos sempre de que a elevada mortalidade dos homens entre os semitas antigos e do começo da Idade Média emprestava à poligamia, aos olhos dos mesmos, um aspecto de necessidade biológica, quase uma obrigação moral. Maomé tomou a poligamia como coisa natural e entregou-se ao casamento, com uma consciência clara e não com mórbida sensualidade. Segundo uma tradição de autoridade incerta, Aixa atribuiu a Maomé a afirmação de que as três coisas mais preciosas do mundo eram mulheres, odores fragrantes e orações.[45] Alguns de seus casamentos foram atos de bondade para com viúvas pobres de adeptos ou amigos; outros não passaram de casamentos diplomáticos, tal como no caso de Hafsa, filha de Omar — para amarrar o pai a ele — e da filha de Abu-Sufyan — para conquistar um inimigo. Outros ainda podem ter sido realizados com a esperança perpetuamente frustrada de ter um filho varão. Todas as suas esposas depois de Cadija foram estéreis, o que constituiu, para o Profeta, motivo de muito gracejo. Dos filhos que teve de Cadija somente sobreviveu Fátima. Maria, uma escrava copta, que lhe fora presenteada pelo Negus da Abissínia, alegrou-o com um filho, no último ano de sua vida, mas Ibrahim morreu aos 15 meses.

O numeroso harém de Maomé aborrecia-o com brigas, ciumeiras e pedidos de dinheiro para as despesas miúdas.[46] Recusava-se a tolerar as extravagâncias de suas mulheres, mas prometeu-lhes o paraíso. E durante certo tempo ele passou, em estrito cumprimento de seus deveres maritais, uma noite com cada uma delas, em rodízio. O senhor da Arábia não tinha aposento próprio.[47] A tentadora e vivaz Aixa, contudo, recebia tantas atenções, fora de sua vez, que as outras esposas se rebelaram, até a questão ficar resolvida por uma revelação especial:

> Das tuas mulheres, podes preterir quem desejares e receber quem quiseres; e qualquer que desejares daquelas que deixaste de lado, não será pecado para ti; é melhor que elas possam ser confortadas e não se queixem, e possam todas ser contentadas com o que tu lhes deres.[48]

Mulheres e poder constituíam seus únicos caprichos. Quanto ao resto, foi um homem de simplicidade sem par. As casas em que morou sucessivamente foram bangalôs de tijolo cru, de quatro a 4,5 metros quadrados e 2,70 metros mais ou menos de altura, cobertos de folhas de palmeira. A porta era uma cortina de pele de cabra ou camelo. A mobília compunha-se de uma esteira e travesseiros espalhados no soalho.[49] Muitas vezes foi visto remendando suas roupas ou sapatos, acendendo fogo, varrendo o chão, tirando leite da cabra no pátio ou fazendo compras de gêneros no mercado.[50] Comia com os dedos e lambia-os cuidadosamente depois de cada refeição.[51] Seu alimento principal consistia de tâmaras e pão de cevada. O leite e o mel eram luxos ocasionais[52] e obedecia à interdição do vinho, por ele próprio decretada. Cortês com os grandes, afável com os humildes, digno com os presunçosos, tolerante com os auxiliares, bondoso com todos, menos para com os inimigos — eis como seus amigos e seguidores o descrevem.[53] Visitava os doentes, e acompanhava qualquer cortejo fúnebre que encontrasse. Não se enfeitava de nenhuma das pompas do poder, recusava qualquer distinção especial de reverência, aceitava o convite de um escravo para jantar e, se tivesse tempo e força para executar um serviço, dispensava o auxílio dos escravos.[54] A despeito de todos os despojos de guerra e receitas que iam ter às suas mãos, gastava pouco com sua família, muito menos consigo próprio e muito em obras de caridade.[55]

Mas, como todos os homens, era vaidoso. Dedicava considerável tempo a sua aparência pessoal — perfumava o corpo, pintava os olhos, tingia os cabelos e usava um anel com o sinete: "Maomé, o Mensageiro de Alá";[56] talvez servisse para assinar documentos. Sua voz era hipnoticamente musical. Seus sentidos eram dolorosamente agudos. Não suportava mau cheiro, ruídos de sino ou vozes altas. "Sede modestos no comportamento", ensinava, "e dominai a voz. Observai que a mais áspera das vozes é a do asno."[57] Nervoso e inquieto, sujeito a melancolia ocasional, passava repentinamente a palrador e alegre. Tinha um humor malicioso. A Abu-Horairah, que o distinguia com suas freqüentes visitas, sugeriu: "Ó Abu-Horairah! Deixa-me só em dias alternados, a fim de que minha afeição possa crescer!"[58] Era um guerreiro inescrupuloso e um juiz justo. Podia ser cruel e traiçoeiro, mas seus atos de mercê foram inúmeros. Acabou com muitas superstições, como a de cegar parte do gado, a fim de propiciar o mau olhado ou de amarrar o camelo do morto junto ao túmulo deste.[59] Seus amigos o amavam até a idolatria. Seus adeptos colecionavam sua saliva, seu cabelo cortado ou a água em que havia lavado as mãos, esperando dessas coisas curas milagrosas para suas enfermidades.[60]

Sua saúde e energia haviam suportado bem todas as tarefas do amor e da guerra. Mas aos 59 anos começou a fraquejar. Julgava que um ano antes o povo de Caibar lhe servira carne envenenada. Desde então sofria de estranhas febres e ataques. Na calada da noite — contou Aixa — escapava de casa, visitava o cemitério, pedia perdão e orava em voz alta pelos mortos, ao mesmo tempo congratulava-se com eles pelo fato de já terem morrido. Agora, aos 63 anos, essas febres tornaram-se mais exaustivas. Uma noite Aixa queixou-se de dor de cabeça. Maomé disse que também sentia a mesma dor. E perguntou-lhe, brincando, se ela não preferia morrer primeiro e ter o privilégio de ser enterrada pelo Profeta de Alá — ao que, com seu mau humor habitual, ela respondeu que, sem dúvida, ele, ao regressar do enterro, instalaria nova noiva no lugar dela.[61] Durante 14 dias, desde então, a febre vinha e desaparecia. Três dias antes de morrer, levantou-se do leito, caminhou até a mesquita, viu Abu-Béquer dirigir os fiéis em seu lugar, e humildemente sentou-se a seu lado durante a cerimônia. A 7 de

junho de 632, depois de uma longa agonia, expirou, com a cabeça apoiada no colo de Aixa.

Se julgarmos a grandeza de um homem pela influência, Maomé foi um dos gigantes da História. Tomou a si a tarefa de elevar o nível espiritual e moral de um povo condenado ao barbarismo pelo calor e pelas terras desoladas, sem alimento, e conseguiu êxito mais brilhante do que qualquer outro reformador; muito poucas vezes um homem realizou tão integralmente seu sonho. Atingiu Maomé seu fim através da religião não somente porque ele próprio era religioso, mas porque nenhum outro meio poderia ter movido os árabes do seu tempo. Apelou para a imaginação, para os receios e esperanças dos conterrâneos, e falou-lhes em termos que podiam entender. Quando Maomé começou, a Arábia era um amontoado de tribos idólatras, naufragando no deserto; quando ele morreu, era uma nação. Reprimiu o fanatismo e a superstição, mas utilizou-se de ambos. Sobre o judaísmo, o zoroastrismo e sua crença nativa, Maomé ergueu uma religião simples, clara e forte, e uma moralidade de coragem impiedosa e orgulho racial, que em uma geração conquistou uma centena de vitórias e em um século tornou-se um império, até hoje continuando a ser uma força viril em toda metade do mundo.

CAPÍTULO IX

O Alcorão

I. FORMA

A PALAVRA *qur'ân* significa leitura ou discurso e os muçulmanos aplicam-na ao conjunto ou qualquer seção de suas sagradas escrituras. Tal como a Bíblia judaico-cristã, o Alcorão é um aglomerado literário e os maometanos ortodoxos afirmam que é inspirado, em todas as suas sílabas, por Deus. Diferindo da Bíblia, o Alcorão é obra quase exclusiva de um homem e portanto constitui, sem dúvida alguma, o livro mais influente saído de uma só mão. Em diversas ocasiões dos últimos 23 anos de sua vida, Maomé ditou fragmentos dessa revelação; cada um deles foi escrito sobre pergaminho, couro, folhas de palmeira ou ossos. Era lido para uma assembléia e depositado em vários receptáculos junto com revelações anteriores, sem especial cuidado de mantê-los em ordem lógica ou cronológica. Enquanto o Profeta viveu, não se fez nenhuma coleção desses fragmentos. Mas vários muçulmanos sabiam-nos de cor e serviram de textos vivos. No ano 633, quando muitos desses *qurra* (conhecedores) haviam morrido e não tinham sido substituídos, o califa Abu-Béquer ordenou ao principal amanuense de Maomé, Zaid ibn Tabit, "buscasse o Alcorão e o reunisse em um só conjunto". Zaid reuniu os fragmentos — diz a tradição — "de folhas de tamareiras e tabletes de pedra branca e esternos humanos". Do manuscrito assim completado de Zaid foram feitas várias cópias; mas como elas não tinham vogais, os leitores públicos interpretavam algumas palavras de várias maneiras e diversos textos apareceram em diferentes cidades do crescente reino muçulmano. A fim de acabar com essa confusão, o califa Otmã encarregou Zaid e três estudiosos coraixitas de proceder à revisão do manuscrito de Zaid (651). Cópias dessa revisão oficial foram enviadas a Damasco, Cufá e Basra. E desde então o texto vem sendo conservado com pureza sem par e cuidado reverente.

A natureza do livro condenou-o à repetição e desordem. Cada passagem tomada separadamente desempenha um fim inteligível: declara uma doutrina, dita uma oração, anuncia uma lei, denuncia um inimigo, dirige um procedimento, conta uma história, convoca às armas, proclama uma vitória, formula um tratado, apela por fundos, regulamenta um rito, moral, indústria, comércio ou finanças. Mas nós não estamos certos se Maomé queria que todos esses fragmentos fossem reunidos em um livro. Muitos deles eram argumentos *ad hominem* ou para o momento; dificilmente podem ser compreendidos sem o comentário da história e da tradição. E ninguém, senão o fiel, precisa esperar fruir todos eles. Os 114 capítulos ("suras") estão arranjados não em ordem de sua composição, que é desconhecida, mas na ordem decrescente de seu comprimento. Uma vez que as revelações do início eram geralmente mais curtas do que as posteriores, o Alcorão é uma história ao avesso. Os "suras" de Medina, prosai-

cos e práticos, aparecem primeiro. Os de Meca, poéticos e espirituais, vêm depois. O Alcorão apresenta na frente o seu pior pé de verso e por isso deveria ter começado do fim.

Todos os "suras", exceto o primeiro, têm a forma de discursos de Alá ou Gabriel a Maomé, seus adeptos, ou seus inimigos. Este foi também o plano adotado pelos profetas hebraicos e em muitas passagens do Pentateuco. Maomé sentiu que nenhum código moral podia conseguir adequada obediência à ordem e ao vigor de uma sociedade, a menos que os homens acreditassem que o código vinha de Deus. O método serviu bem para um estilo de grandeza e eloqüência apaixonantes, rivalizando às vezes com Isaías.[1] Maomé empregou um meio de expressão metade poesia metade prosa. O ritmo e a rima são penetrantes nele, mas irregulares. E nos primeiros "suras" de Meca há uma sonora cadência e ousado arroubo de estilo que somente podem ser sentidos por aqueles que estão familiarizados com a língua e simpatizam com a crença. O livro está escrito no árabe mais puro, rico em símiles vivos e demasiado floreado para o gosto ocidental. Segundo o consenso geral, constitui o melhor, bem como o primeiro trabalho na literatura em prosa da Arábia.

II. CREDO

Uma religião é, entre outras coisas, um mundo de governo moral. O historiador não pergunta se uma teologia é verdadeira — com que onisciência poderia ele julgar? Prefere inquirir que fatores sociais e psicológicos se combinaram para produzir a religião; quão bem realizou ela o propósito de transformar bestas em homens, selvagens em cidadãos e corações vazios em coragem esperançosa e mentes em paz; quanta liberdade ela ainda deixou para o desenvolvimento mental da humanidade e qual sua influência na História. (No bosquejo seguinte, empregar-se-ão certas passagens das tradições islâmicas para a elucidação do Alcorão, mas serão especificadas, como tais, geralmente no texto, e sempre nas notas.)

O judaísmo, o cristianismo e o islamismo supuseram que a primeira necessidade de uma sociedade sadia é a crença no governo da moral do universo — crença que, mesmo nos dias caóticos do mal, alguma inteligência benévola, embora de maneira ininteligível, orienta o drama cósmico para um fim justo e nobre. As três religiões que contribuíram para formar a mentalidade medieval concordavam em que esta inteligência cósmica é um Deus supremo. O cristianismo contudo acrescentou que o Deus único aparece em três pessoas distintas. O judaísmo e o islamismo consideraram isso um politeísmo disfarçado e proclamaram com apaixonada veemência a unidade e a singularidade de Deus. O Alcorão dedica todo um "sura" (CXII) a este tema. O muezim muçulmano canta-o diariamente em cem mil minaretes.

Alá é, antes de tudo, a fonte da vida e do crescimento e de todas as bênçãos da terra. Alá diz a Maomé:

> Vês a terra infecunda; mas quando Nós enviamos água... ela penetra e intumesce e produz todas as espécies amáveis (XXII, 5)... Que o homem considere seu alimento: como Nós derramamos água em forma de chuvas, e partimos a terra em fendas e fazemos o cereal crescer nelas, e uvas, e feno verde e palmeiras e oliveiras e sebe de jardim de grossa folhagem (LXXX, 24-30)... Olhai os frutos e seu amadurecimento; ei-los, na verdade, os portentos de um povo que crê (VI, 100).

Alá é também um Deus de força "que levantou os céus sem apoio visível..., e ordenou o curso do Sol e da Lua,... e abriu a terra e nela colocou colinas firmes e correntes de água" (XIII, 2-3). Ou, no famoso "Verso do Trono":

> Alá! Não há outro Deus senão Ele, e vivo, o eterno! Nem o repouso nem o sono O dominam. A Ele pertence tudo o que existe na terra. Quem é que intercede junto Dele salvo por Sua permissão? Ele sabe o que se acha em frente deles e o que se acha atrás... Seu trono inclui os céus e a terra e Ele nunca se cansa de preservá-los. Ele é o Sublime, o Tremendo (II, 255).

Mas ao lado da Sua força e justiça, existe a eterna piedade. Todos os capítulos, menos o nono do Alcorão, como todo livro ortodoxo muçulmano, começam com o solene prelúdio (chamado *bismillah*, tirado das suas primeiras palavras): "Em nome de Deus, o Compassivo, o Misericordioso." E embora Maomé enfatize os terrores do inferno, nunca se cansa de elogiar a infinita misericórdia de seu Deus.

Alá é uma deidade onisciente e conhece nossos pensamentos mais secretos. "Na verdade, Nós criamos o homem e sabemos o que sua alma lhe murmura, pois estamos mais perto dele do que as veias de seu pescoço" (I, 15). De vez que Alá conhece o futuro bem como o presente e o passado, todas as coisas estão predestinadas; tudo foi decretado e fixado de toda eternidade pela vontade divina, até mesmo o destino final de cada alma. Como o Deus de Agostinho, Alá não somente sabe da eternidade quem será salvo, mas "desvia ou guia aquele que Ele quiser" (XXXV, 8; LXXVI, 31). Assim como Jeová (Yahveh) endureceu o coração do Faraó, também Alá declara dos descrentes: "Atiramos véus sobre seus corações, para que não compreendessem o Alcorão, e um peso em seus ouvidos; e se tu os aconselhares ao guia, mesmo assim eles nunca serão guiados" (XVIII, 58). Isso — indubitavelmente destinado a estimular a crença — é uma coisa difícil de se dizer em qualquer religião, mas Maomé o faz com maior determinação do que Agostinho: "Se o quiséssemos", diz Alá, "teríamos dado a toda alma a sua orientação. Mas verdadeira será a palavra que partiu de Mim. Encherei certamente o inferno de demônios e homens" (XXXII, 13). Certa vez, conta uma tradição atribuída a Ali, estávamos sentados com o Profeta e ele escreveu no chão, dizendo: "Não há um entre vós cujo assento não esteja escrito por Deus, seja no inferno ou no paraíso."[2] Esta crença na predestinação fez do fatalismo uma proeminente característica do pensamento muçulmano. Ela foi empregada por Maomé e outros chefes para estimular a bravura na batalha, pois que nenhum perigo podia apressar, nem qualquer cautela adiar, a hora predestinada da morte de cada homem. Ele deu aos muçulmanos uma dignificante resignação contra as agruras e necessidades da vida. Mas conspirou, com outros fatores, para produzir, nos séculos posteriores, uma inércia pessimista na vida e no pensamento árabes.

O Alcorão enche seu mundo sobrenatural com anjos, demônios e um diabo. Os anjos servem como secretários e mensageiros de Alá e registram os bons e maus atos dos homens. Os demônios *(djins)* são gênios feitos de fogo; diferentemente dos anjos, eles comem, bebem, copulam e morrem. Alguns são bons e obedecem ao Alcorão (LXXII, 8); a maioria é má, passa seu tempo levando os seres humanos ao mal. O chefe dos *djins* maus é Íblis, que, tendo sido um grande anjo, foi condenado por se recusar a render homenagem a Adão.

A ética do Alcorão, como a do Novo Testamento, repousa sobre o medo do castigo e a esperança de recompensa, no além-túmulo. "A vida do mundo é apenas um jogo,

palavrório e aparato" (LVII, 20). Uma única coisa é certa: a morte. Alguns árabes pensavam que a morte termina tudo e riam-se das teorias de uma vida do além como "nada senão fábulas dos homens antigos" (XXIII, 83). Mas o Alcorão promete a ressurreição do corpo e da alma (LXXV, 3-4), ressurreição que não virá imediatamente. O morto dormirá até o Dia do Juízo Final. Mas por causa do sono, seu despertar lhe parecerá imediato. Somente Alá sabe quando essa ressurreição geral terá lugar. Entretanto, alguns sinais anteciparão sua vinda. Nos últimos dias, a fé religiosa terá decaído; os costumes se relaxarão num caos; haverá tumultos e sedições, grandes guerras e os homens sábios desejarão morrer. O sinal do fim serão três toques de trombetas. Ao primeiro toque, o sol desaparecerá, as estrelas cairão, os céus se fundirão, todos os prédios e montanhas serão nivelados com a terra e seus planos, os mares secarão ou se incendiarão (XX, 102 e segs.). Ao segundo toque, todas as criaturas vivas — anjos, *djins* ou homens — serão aniquiladas, exceto alguns poucos favorecidos de Deus. Quarenta anos depois, Israfel, o anjo da música, tocará o terceiro toque. Então os corpos dos mortos se erguerão dos túmulos e reunir-se-ão a suas almas. Deus aparecerá nas nuvens, assistido por anjos que carregam os livros dos atos, palavras e pensamentos de todos os homens. As boas ações serão pesadas contra as más em uma balança, e cada homem será assim julgado. Os profetas inspirados denunciarão aqueles que rejeitaram sua mensagem e intercederão pelos que acreditaram. Tanto os bons como os maus passarão pela ponte al-Sirat, que — mais fina do que um cabelo e mais aguda do que o fio de uma espada — está suspensa sobre o abismo do inferno. Os maus e descrentes cairão dela. Os bons a atravessarão com segurança rumo ao paraíso — não por seus próprios méritos, mas tão-somente pela graça de Deus. O Alcorão, como as formas fundamentalistas do cristianismo, parece mais interessado na crença correta do que na boa conduta. Centenas de vezes ele ameaça com o inferno aqueles que repelem o apelo de Maomé (III, 10, 63, 131; IV, 56, 115; VII, 41; VIII, 50; IX, 63, etc.). Havendo vários graus e espécies no pecado, existem sete níveis no inferno, cada um com castigos adequados à falta. Haverá calor abrasador e frio regelante. Mesmo os que são punidos com o mais leve castigo usarão sapatos de fogo. A bebida dos réprobos será água fervente e imundície (LVI, 40 e segs.). Talvez Dante tenha visto algumas de suas visões no Alcorão.

Diferente do céu de Dante, o retrato que Maomé dele faz é tão vivo quanto a descrição do inferno. Para lá irão os bons crentes e aqueles que morrem na guerra pela causa de Alá. Nele os pobres entrarão 500 anos antes dos ricos. O paraíso está dentro ou acima do sétimo céu astronômico. É um imenso jardim, onde correm rios aprazíveis e há sombras de árvores frondosas. Os bem-aventurados ali serão vestidos com brocados de seda e adornados com gemas;[3] reclinar-se-ão em coxins, serão servidos por lindas jovens e comerão frutos de árvores que se curvam para encher-lhes as mãos. Haverá rios de leite, mel e vinho; os salvos beberão vinho (proibido na terra) em taças de prata e não sentirão ressaca.[4] Por mercê de Alá, não haverá discursos nesses banquetes celestes (LXXVIII, 35); em lugar disso haverá virgens "ainda não tocadas por homem ou *djin*,... belas como o jacinto ou a pedra coral,... com seios túmidos porém olhar recatado, com olhos tão claros e puros como ovos no ninho,[5] e corpos feitos de almíscar, sem as imperfeições e indignidades da carne mortal. Cada varão abençoado terá como prêmio 72 dessas huris e nem a idade nem a fadiga nem a morte estragarão a amabilidade dessas virgens ou a bem-aventurança de seus camaradas (XLIV, 56). Como, porém, as mulheres piedosas e crentes também entrarão no paraíso, poderá

resultar alguma confusão, mas tais dificuldades não serão insuperáveis aos homens acostumados à poligamia. A estes prazeres sensuais Maomé acrescentou delícias espirituais: alguns dos salvos preferirão recitar o Alcorão; e todos eles experimentarão o supremo êxtase de contemplar a face de Alá. "E em torno deles haverá crianças, que nunca crescerão em idade."[6]

Quem poderia refutar tal revelação?

III. ÉTICA

Tanto no Alcorão como no Talmude, a lei e a moral são uma única coisa; o secular está incluído no religioso e todos os mandamentos são de Deus. Há regras não somente para boas maneiras e higiene, casamento e divórcio e o tratamento de crianças, escravos e animais, como também para o comércio e a política, juros e dívidas, contratos e testamentos, indústria e finanças, crime e castigo, guerra e paz.

Maomé não desprezava o comércio — era formado nele. Mesmo nos dias gloriosos de Medina, diz uma tradição, ele comprava por atacado e vendia a varejo, obtendo lucros, sem escrúpulo; algumas vezes serviu como leiloeiro.[7] Sua linguagem era cheia de metáforas comerciais; prometeu sucesso mundano aos bons muçulmanos (II, 5) e ofereceu o céu em troca de um pouco de crença. Ameaçou com o inferno a mercadores mentirosos ou trapaceiros; denunciou os monopolistas e especuladores que "retêm cereais para vender a preço alto";[8] e aconselhou os empregadores a "dar ao trabalhador o salário antes que seque o seu suor".[9] Proibiu cobrar ou pagar juros (II, 275; III, 130). Nenhum reformador foi mais ativo em taxar os ricos em favor dos pobres. Todo testamento devia deixar alguma coisa para os pobres; se um homem morria sem fazer testamento, seus herdeiros naturais eram obrigados a dar uma parte da herança à caridade (IV, 8). Do mesmo modo que seus contemporâneos religiosos, aceitou a escravidão como uma lei da natureza, mas fez o que podia para mitigar o peso e as dores da servidão.[10]

Da mesma maneira melhorou a posição da mulher na Arábia, embora aceitando sua sujeição legal com equanimidade. Encontramos nele as costumeiras graças picantes do macho que se ressente de sua escravização ao desejo. Quase como um padre da Igreja ele fala das mulheres como a suprema calamidade do homem e suspeita que a maioria delas irá para o inferno.[11] Elaborou sua própria lei sálica contra mulheres governantes.[12] Permitia que as mulheres fossem à mesquita, mas acreditava que "seus lares são melhores para elas".[13] Entretanto, quando vinham para seu serviço, ele as tratava bondosamente, mesmo que trouxessem crianças de colo. Diz uma tradição que quando ouvia choro de crianças, encurtava o sermão para não incomodar a mãe.[14] Acabou com a prática árabe do infanticídio (XVII, 31). Colocou a mulher em pé de igualdade com o homem, nos processos legais e na independência financeira. Ela podia seguir qualquer profissão legítima, guardar seus ganhos, herdar propriedades e dispor de seus pertences como quisesse (IV, 4, 32). Aboliu o costume árabe de transmitir as mulheres, como propriedade, de pai para filho. As mulheres deviam herdar metade do que os herdeiros masculinos recebiam e não podiam ser tratadas arbitrariamente.[15] Um verso do Alcorão (XXXIII, 33) parecia estabelecer a cortina (*purdah*):

"Permanecei em vossas casas e não mostreis os vossos adornos." Mas ele queria salientar aqui a modéstia no trajar. E diz uma tradição que o Profeta declarou às mulheres: "A vós é permitido sair quando houver necessidade."[16] Com respeito a suas próprias esposas, pediu a seus adeptos que falassem com elas somente por trás de uma cortina.[17] Sujeitas a essas restrições, vemos mulheres muçulmanas moverem-se livremente e sem véu no Islã de seu tempo e um século depois.

Os costumes são em parte função do clima; provavelmente o calor da Arábia intensificou a paixão e precocidade sexuais e alguma concessão deveria ser feita para os homens em perpétuo apetite sexual. As leis muçulmanas tinham por fim reduzir a tentação fora do casamento e aumentar a oportunidade dentro dele. A continência pré-marital era rigorosamente imposta (XXIV, 33) e o jejum, recomendado como uma ajuda.[18] O consentimento de ambas as partes era necessário para o matrimônio; esse consentimento, devidamente testemunhado e selado com um dote do noivo para a noiva, era suficiente para um casamento legal, tivesse ou não a sanção dos pais.[19] A um maometano era permitido desposar uma judia ou cristã, mas não uma idólatra — isto é, uma politeísta não-cristã. Tal como no judaísmo, o celibato era considerado pecaminoso e o casamento, obrigatório e agradável a Deus (XXIV, 32). Maomé aceitou a poligamia a fim de equilibrar a alta mortalidade em ambos os sexos, a duração do aleitamento materno e o desaparecimento prematuro da capacidade reprodutiva nos climas quentes. Mas limitou o número de esposas a quatro, atribuindo-se a si uma licença especial. Proibiu o concubinato (LXX, 29-31), mas julgou-o preferível ao casamento com idólatras (II, 221).

Tendo permitido ao homem tantos recursos para satisfazer o desejo, o Alcorão punia o adultério com uma centena de açoites em cada pecador (XXIV, 2). Mas, quando, sob alegações levianas, a esposa favorita de Maomé, Aixa, foi suspeita de adultério, e boatos persistentemente lhe manchavam o nome, ele teve um transe e divulgou uma revelação: exigiam-se quatro testemunhas para provar o adultério; além disso, "aqueles que acusarem mulheres honradas, mas não apresentarem quatro testemunhas, serão açoitados com 80 golpes e seu testemunho nunca mais será aceito" (XXIV, 4). Desde então tornaram-se raras as acusações de adultério.

Tanto o Alcorão quanto o Talmude permitiam ao homem o divórcio, pelos motivos mais insignificantes. A esposa podia divorciar-se do marido devolvendo-lhe o dote (II, 229). Embora aceitando a liberdade pré-islâmica de divórcio para o homem, Maomé o desaconselhou, dizendo que nada era tão desagradável a Deus. Árbitros deviam ser nomeados "um da parte do homem e outro da mulher" e devia ser envidado todo esforço para a reconciliação (IV, 35). Três declarações sucessivas, com intervalo de um mês, eram necessárias para tornar legal um divórcio. E a fim de obrigar a uma reflexão cuidadosa sobre o assunto, o marido não podia desposar novamente sua esposa divorciada até que ela tivesse casado de novo com outro e divorciado.[20] O marido não devia procurar a mulher nos períodos de menstruação; ela não era considerada "impura" nesse período, mas devia purificar-se de acordo com o rito antes de reiniciar a coabitação. As mulheres representavam "uma cultura" para o homem — um campo a ser cultivado. É uma obrigação do homem produzir filhos. A esposa devia reconhecer a inteligência superior e portanto a autoridade superior do sexo forte; devia obedecer ao marido; se se rebelasse, ele deveria "bani-la para uma cama separada e açoitá-la" (IV, 34). "Toda mulher que morre entrará no paraíso se o marido estiver satisfeito com ela" (IV, 35).

Aqui, como em outras partes, a incapacidade legal das mulheres mal competia com o poder de sua eloqüência, brandura e encantos. Omar, o futuro Califa, censurou a esposa por falar-lhe em um tom que ele considerou desrespeitoso. Ela lhe assegurou que esse era o tom em que sua filha Hafsa e outras mulheres de Maomé se dirigiam ao Profeta de Alá. Omar foi imediatamente queixar-se a Hafsa e às outras esposas de Maomé. Disseram-lhe que cuidasse de sua vida e ele se retirou desanimado. Ouvindo tudo isso, Maomé riu com gosto.[21] Como outros muçulmanos, discutia de vez em quando com suas mulheres, mas não deixava de amá-las apaixonadamente nem de falar delas com simpatia. "A coisa mais valiosa do mundo é uma mulher virtuosa"[22] — teria ele dito. Duas vezes, no Alcorão, lembrou aos muçulmanos que suas mães os tinham carregado com dor, os haviam gerado com dor, aleitando-os ainda, durante 24 ou 30 meses.[23] O paraíso — disse ele — está ao pé da mãe."[24]

IV. A RELIGIÃO E O ESTADO

O maior problema dos moralistas consiste primeiramente em tornar atraente a cooperação e depois determinar o tamanho do conjunto ou do grupo com o qual aconselhará a maior cooperação. Uma ética perfeita exigirá a máxima cooperação de todas as partes com o todo maior — com o próprio universo ou sua essencial vida e ordem ou com Deus; nesse plano a religião e a moralidade deviam ser uma só. Mas a moralidade é filha dos costumes e neta da compulsão; ela só desenvolve a cooperação dentro de grupos dotados de força. Portanto todas as moralidades reais têm sido moralidades grupais.

A ética de Maomé transcendeu os limites da tribo em que ele nasceu, mas ficou limitada ao agrupamento religioso por ele formado. Depois de sua vitória em Meca, restringiu, mas não pôde abolir completamente, as incursões de tribos contra tribos e deu à Arábia inteira, implicitamente a todo o Islã, um novo sentido de unidade, uma órbita mais ampla de cooperação e lealdade. "Os crentes nada mais são do que irmãos" (XLIX, 10). A distinção de hierarquia ou de raça, tão forte entre as tribos, diminuiu pela semelhança da fé. "Se um escravo negro for nomeado para te governar, ouve-o e obedece-lhe, mesmo que sua cabeça seja como uma uva seca."[25] Trata-se de uma nobre concepção que, de diversas nações espalhadas sobre os continentes, fez um só povo; é esta a glória tanto do cristianismo como do islamismo.

Mas a esse amor transcendental, em ambas as religiões, correspondeu violento antagonismo a todos aqueles que não acreditavam. "Não tomeis os judeus e os cristãos para amigos. ... Não escolhais vossos pais ou vossos irmãos para amigos se eles se comprazem mais na descrença do que na fé" (V, 51, 55; IX, 23). Maomé interpretou estes princípios com alguma moderação. "Que não haja violência na religião. Se abraçarem o islamismo, serão seguramente orientados; mas se voltarem as costas à religião, na verdade cabe a ti apenas a pregação."[26] "Dá aos descrentes um prazo. Trata-os brandamente por certo tempo" (XXXVI, 17). Mas contra os árabes descrentes que não se submetiam pacificamente, Maomé pregou a *jihad* (guerra santa), uma Cruzada em nome de Alá. Depois de começada a guerra com os coraixitas e já haviam passado os "meses sagrados" de trégua, os descrentes inimigos ou infiéis deviam ser mortos onde fossem encontrados (IX, 5). "Mas se qualquer dos idólatras procurar tua

proteção, pretege-o de maneira que ele possa ouvir a voz de Alá... Se eles se arrependerem e estabelecerem adoração (aceitarem o islamismo), então deixa aberto o seu caminho" (IX, 5-6). "Não mates o velho que não é capaz de lutar, nem crianças nem mulheres."[27] Todo varão fisicamente capaz no Islã deve participar da guerra santa. "Eis que Alá ama aqueles que lutam pela sua causa. ... Juro por Alá... que marchar, de manhã e à tarde, para combater pela religião é melhor do que o mundo e tudo que nele existe; e, na verdade, a presença de um de vós na linha de batalha é melhor do que as orações excessivas feitas em vossa casa durante 60 anos."[28] Esta ética de guerra, todavia, não é um incitamento geral à guerra. "Lutai, à maneira de Alá, contra aqueles que vos combatem, mas não comeceis as hostilidades. Alá não gosta de agressores" (II, 90). Maomé aceita as leis de guerra tal como eram praticadas pelas nações cristãs de seu tempo, e desencadeia a guerra contra os infiéis coraixitas, que dominavam Meca, precisamente como Urbano II pregaria uma Cruzada contra os muçulmanos que ocupavam Jerusalém.

A inevitável brecha entre a teoria e a prática parece mais estreita no islamismo do que em outras religiões. Os árabes eram sensuais, e o Alcorão aceitou a poligamia; de outro lado, a ética do Alcorão é tão puritana como a de Cromwell. Somente os que não estão bem informados julgam que o maometismo é uma religião moralmente relaxada. Os árabes eram inclinados à vingança e represália e o Alcorão não propôs que se retribuísse o mal com o bem. "E àquele que vos atacar, atacai da mesma maneira... Aquele que se defende depois de sofrer injustiça, não haverá meio (de censura) contra ele" (II, 194; XLII, 41). Trata-se de uma ética viril como a do Velho Testamento. Ela dá força às virtudes masculinas como o cristianismo o fez com as femininas. Nenhuma outra religião na História procurou tão tenazmente tornar fortes os homens e conseguiu êxito tão geral. "Ó vós que acreditais! Suportai! Superai todos os outros na paciência!" (III, 200). Assim também falava o Zaratustra de Nietzsche.

Reverenciado até os extremos da idolatria, copiado e iluminado com habilidade e arte, usado como livro no qual os muçulmanos aprendiam a ler, e então, como alma e clímax de sua educação, o Alcorão durante 13 séculos encheu a memória, elevou a imaginação, moldou o caráter e arrefeceu talvez a inteligência de centenas de milhões de homens. Deu às almas simples o mais simples, o menos ritualista, o menos místico de todos os credos, livre da idolatria e do sacerdotismo. Sua mensagem levantou o nível moral e cultural de seus adeptos, promoveu a ordem e a unidade sociais, inculcou a higiene, diminuiu a superstição e a crueldade, melhorou a condição dos escravos, elevou os humildes à dignidade e ao orgulho, e produziu entre os muçulmanos (com exceção das orgias de alguns califas) um grau de sobriedade e temperança sem igual, em qualquer parte do mundo do homem branco. Deu aos homens resignação para aceitar sem queixas as durezas e as limitações da vida e ao mesmo tempo estimulou à mais espantosa expansão da História. E definiu a religião em termos que qualquer cristão ou judeu ortodoxo poderia aceitar:

> Retidão não é voltardes vossas faces para o Oriente ou Ocidente, mas isto: quem quer que creia em Deus, e no Juízo Final, e nos anjos, e no Livro, e nos Profetas; e quem quer que, por amor de Deus, dê sua riqueza aos parentes, e aos órfãos, e aos pobres, e aos caminhantes e ao mendigo, e liberte os escravos; e quem observa as orações... e quando tenham convencionado, cumpram a convenção; e quem é paciente nas adversidades e dificuldades, e nos tempos de violência: estes são os retos, estes são os que acreditam no Senhor! (II, 177).

V. AS FONTES DO ALCORÃO

Assim como o estilo do Alcorão está modelado no dos profetas hebraicos, assim também seu conteúdo é, em grande parte, uma adaptação das doutrinas, histórias e temas judaicos. O Alcorão, que condena os judeus, constitui a lisonja mais sincera que estes jamais receberam. As suas idéias básicas — monoteísmo, profecia, fé, arrependimento, o Juízo Final, céu e inferno — parecem judaicas de origem próxima mesmo na forma e na aparência. Diverge do judaísmo principalmente ao insistir em que o Messias havia chegado. Com toda franqueza Maomé conta que seus contemporâneos increpavam suas revelações como "nada mais que uma fraude que ele inventou e na qual outras pessoas o ajudaram... ditando-lhe de manhã e à noite" (XXV, 5; XVI, 105). Generosamente aceita as Escrituras hebraica e cristã como revelações divinas (III, 48). Deus fez ao homem 104 revelações, das quais somente quatro foram preservadas — o Pentateuco a Moisés, os Salmos a Davi, o Evangelho a Jesus e o Alcorão a Maomé; aquele que rejeitar qualquer uma delas é, segundo Maomé, um infiel. Mas as primeiras três sofreram tamanha deturpação que não podem mais merecer confiança; e o Alcorão agora as substitui.[29] Houve muitos profetas inspirados, como, por exemplo, Adão, Noé, Abraão, Moisés, Enoque, Cristo, porém o último e o maior era Maomé. De Adão a Cristo, Maomé aceita todas as narrativas da Bíblia, mas ocasionalmente as corrige para salvaguardar a honra divina. Assim é que Deus não deixou realmente Jesus morrer na cruz (IV, 157). O profeta alega a concordância do Alcorão com a Bíblia como prova de sua divina missão, e interpreta várias passagens bíblicas[30] como predições de seu nascimento e apostolado.

Da criação ao Juízo Final ele se utiliza de idéias judaicas. Alá é Jeová; a palavra *Alá* é uma contração de *al-Ilah*, um deus da antiga Caaba. Palavra congênere era empregada em várias formas em diversas línguas semíticas para expressar divindade. Assim os judeus empregavam *Elohim* e Cristo na cruz apelou para *Eli*. Alá e Jeová eram deuses da compaixão, mas também deidades severas e belicosas, capazes de paixões humanas e resolvidos a não admitir outro deus além deles. O Shema de Israel do ritual judeu, que afirma a unidade de Deus, está repetido no primeiro artigo da fé muçulmana — "Não há outro deus senão Alá." O refrão do Alcorão, de que Alá "é misericordioso e compassivo", ecoa a mesma frase freqüente do Talmude.[31] A designação de Alá como *Rahman*, o misericordioso, lembra o emprego rabínico de *Rahmana* por Jeová na idade talmúdica.[32] O Talmude costuma dizer: "O Santo, seja Ele abençoado"; a literatura muçulmana segue o exemplo, com as palavras freqüentemente repetidas — "Alá (ou Maomé), seja Ele abençoado". Ao que parece, os judeus que deram ao Profeta a Bíblia também lhe deram trechos do Talmude; uma centena de passagens no Alcorão ecoam o Míxina e o Gemaras.[33] Os ensinamentos do Alcorão acerca de anjos, a ressurreição e o céu seguem mais o Talmude do que o Velho Testamento. As histórias que formam um quarto do Alcorão podem ser reconhecidas como originadas dos elementos hagádicos (ilustrativos) do Talmude.[34] Onde as narrativas do Alcorão divergem dos relatos da Bíblia (como na história de José), concordam, geralmente, com variações já existentes na literatura hagádica dos judeus pré-islâmicos.[35] (*Hagádico*: referente à parte não-oficial da literatura rabínica. Do hebraico *haggadah*, narrar.)

Do Míxina e do halaca — a lei oral dos judeus — parece que Maomé retirou muitos elementos do ritual, mesmo pormenores da dieta e higiene.[36] Está prescrita a purifi-

cação cerimonial antes da oração, e as mãos podem ser lavadas com areia se não houver água, o que vem a ser precisamente a fórmula rabínica. A instituição judaica do sábado agradou a Maomé; adotou-a com uma diferença, fazendo da sexta-feira o dia de oração dos muçulmanos. O Alcorão, como a Lei Mosaica, proíbe comer sangue, ou carne de porco ou de cães ou de qualquer animal que morreu, ou foi morto por outro animal, ou tenha sido oferecido a um ídolo (V, 3; VI, 146); o Alcorão, todavia, permite comer a carne do camelo, o que Moisés proibiu, mas que era às vezes a única carne disponível no deserto. O método muçulmano de jejum seguiu o modelo hebreu.[37] Os judeus eram aconselhados por seus rabinos a orarem três vezes ao dia, olhando na direção de Jerusalém e do Templo e de se prostrarem com a testa no chão. Maomé adotou estas regras para o islamismo. O primeiro capítulo do Alcorão, que é a oração básica do Islã, é essencialmente judaico. A amável saudação dos hebreus — *Sholom aleichem* — iguala a nobre "A paz esteja convosco" do islamismo. Finalmente, o céu talmúdico como o paraíso do Alcorão é um céu de deleites francamente físicos, bem como encantadoramente espirituais.

Alguns destes elementos de credo e prática podem ter uma origem comum dos semitas; alguns deles — anjos, demônios, satanás, céu, inferno, a ressurreição, o Juízo Final — foram tomados pelos judeus da Babilônia ou da Pérsia e podem ter ido diretamente da Pérsia para o Islã. Na escatologia zoroastriana como na maometana, o morto ressuscitado deve caminhar por uma perigosa ponte sobre profundo abismo; os maus caem no inferno, os bons passam para o paraíso onde gozarão, entre outras delícias, da companhia de mulheres (huris) cuja beleza e ardor durarão eternamente. À teologia, ética e ritual judaicos e à escatologia persa, Maomé acrescentou a demonologia árabe, a peregrinação e a cerimônia da Caaba e com isso fez o islamismo.

Ele deveu menos ao cristianismo. Se pudermos julgar do Alcorão, ele conhecia muito imperfeitamente o cristianismo, suas escrituras somente de segunda mão, e sua teologia principalmente na forma nestoriana persa. Sua prédica ardente do arrependimento com receio do Juízo vindouro tem uma tintura cristã. Ele confunde Maria (hebraico Miriam), a mãe de Jesus, com Miriam, a irmã de Moisés, e — iludido pela crescente veneração de Maria na cristandade — julga que os cristãos a consideram uma deusa que forma uma trindade com o Pai e Cristo (V, 116). Aceita várias lendas não canônicas sobre Jesus e seu nascimento da Virgem (III, 47; XXI, 91). Modestamente toma conhecimento dos milagres de Jesus, sem reivindicar poderes para si (III, 48; V, 110). Como os docetistas, pensa que Deus colocou um espectro em lugar de Cristo na cruz e o levou para o céu ileso. Mas Maomé não viu em Jesus o filho de Deus. "Longe da majestade transcendente de Alá que Ele tivesse um filho" (IV, 171). Pede ao "povo da Escritura" que "chegue a um acordo entre nós e vós, para que adoremos somente Alá" (III, 64).

Apesar de lamentar a intimidade com eles, Maomé estava bem disposto com relação aos cristãos. "Associai-vos no mundo generosamente com os cristãos" (XXXI, 15). Mesmo depois de sua contenda com os judeus ele aconselhou tolerância com relação aos "povos do Livro", ou seja os judeus e os cristãos. (O vocábulo e a política foram posteriormente estendidos aos persas, como tendo também um livro sagrado, o *avesta*.) O maometismo, embora tão fanático como qualquer fé, admite que outros que não maometanos possam ser salvos (V, 73) e aconselha seus adeptos a honrarem a "Lei" (o Velho Testamento), o Evangelho e o Alcorão como constituindo, todos, "a Palavra de Deus"; havia aí uma refrescante amplitude de visão. Maomé pede aos ju-

deus que obedeçam a sua lei, aos cristãos que obedeçam ao Evangelho (V, 72), mas convida-os a aceitarem também o Alcorão como o último pronunciamento de Deus. As primitivas revelações tinham sido deturpadas; agora a nova as uniria, corrigiria e ofereceria a toda a humanidade como uma fé integrante e revitalizadora.

Três livros fizeram e quase encheram a Idade da Fé: a Bíblia, o Talmude e o Alcorão — como que a dizer que na rebarbarização do Império Romano somente uma ética sobrenatural poderia restabelecer a ordem na sociedade e na alma. Todos os três livros eram semitas e preponderantemente judaicos. O drama da história medieval seria a competição espiritual dessas Escrituras e o conflito sangrento de seus credos.

CAPÍTULO X

A Espada do Islã

632 — 1058

I. OS SUCESSORES: 632-60

MAOMÉ não havia nomeado ninguém para sucedê-lo no poder, mas tinha escolhido Abu-Béquer (573-634) para conduzir as orações na mesquita de Medina; e, depois de alguns tumultos e rivalidades, essa prova de preferência persuadiu os chefes muçulmanos a elegerem Abu-Béquer primeiro califa do Islã. *Khalifa* ("representante") era, de início, mais uma designação do que um título. O título oficial era *amir al-muminin*, "Comandante dos Fiéis". Ali, primo e genro de Maomé, ficou desapontado com a escolha e manteve durante seis meses lealdade para com o novo chefe. Abas, tio de Ali e Maomé, compartilhou desse ressentimento. Desse desacordo inicial originaram-se uma dúzia de guerras, uma dinastia Abássida e uma divisão sectária que ainda agita o mundo muçulmano.

Abu-Béquer tinha então 59 anos. Baixo, magro e forte, com pouco cabelo e barba branca tingida de vermelho. Simples e abstêmio, bondoso mas resoluto, atendia pessoalmente aos pormenores da administração e da justiça, e não descansava até que a justiça fosse feita. Serviu sem recompensa até que o povo sobrepujou sua austeridade. E em seu testamento devolveu ao novo Estado os estipêndios que o mesmo lhe havia pago. As tribos da Arábia tomaram erradamente as suas maneiras modestas como fraqueza de vontade. Apenas superficial e relutantemente convertidas ao islamismo, agora o ignoravam e recusaram-se a pagar os dízimos estabelecidos por Maomé para elas. Quando Abu-Béquer insistiu, elas marcharam sobre Medina. O califa improvisou um exército em uma noite, conduziu-o para fora da cidade antes do amanhecer e derrotou os rebeldes (632). Calid ibn al-Valid, o mais brilhante e impiedoso dos generais árabes, foi enviado para fazer voltar a turbulenta península à ortodoxia, arrependimento e dízimos.

As dissensões internas podem ter constituído uma das muitas razões que levaram os árabes à conquista da Ásia ocidental. Nenhum pensamento de tão extenso empreendimento parece ter ocorrido aos chefes muçulmanos na época da ascensão de Abu-Béquer. Algumas tribos árabes da Síria rejeitaram o cristianismo e Bizâncio, mantiveram afastados os exércitos imperiais e pediram auxílio aos muçulmanos. Abu-Béquer enviou-lhes reforços e estimulou o sentimento antibizantino na Arábia; havia aí um assunto externo que poderia amalgamar a unidade interna. Os beduínos, cansados da fome e acostumados à guerra, alistaram-se imediatamente nessas campanhas aparentemente limitadas. E antes que eles compreendessem, os cépticos do deserto estavam morrendo com entusiasmo pelo islamismo.

Muitas causas deram origem à expansão árabe. Havia causas econômicas: o declínio do governo regular no século anterior a Maomé tinha feito com que o sistema de irrigação decaísse.[1] A baixa produtividade do solo ameaçava a população crescente. A fome pela terra cultivável pode ter movimentado os regimentos muçulmanos.[2] Causas políticas também: tanto Bizâncio como a Pérsia, exaustos pela guerra e devastação mútua, achavam-se numa decadência tentadora; em suas províncias os impostos aumentavam enquanto a administração declinava e a proteção desaparecia. As afinidades raciais desempenharam sua parte. A Síria e a Mesopotâmia abrigavam tribos árabes, de maneira que não encontraram dificuldade em aceitar, primeiro o governo, depois a fé dos invasores árabes. Considerações religiosas influíram: a opressão bizantina dos monofisitas, nestorianos e outras seitas havia isolado uma grande minoria de populações síria e egípcia, até mesmo algumas das guarnições imperiais. À medida que prosseguia a conquista, o papel da religião crescia. Os chefes muçulmanos eram discípulos apaixonados de Maomé, oravam mais do que lutavam e, com o tempo, inspiraram a seus adeptos um fanatismo que aceitava a morte na guerra santa como um "abre-te sésamo" para o paraíso. Fatores morais estavam envolvidos: a ética cristã e o monasticismo haviam reduzido no Oriente Próximo aquela disposição à guerra que caracterizava o costume árabe e o ensinamento muçulmano. As tropas árabes eram mais rigorosamente disciplinadas e conduzidas com maior habilidade; estavam habituadas às agruras e eram recompensadas com os despojos. Podiam lutar com o estômago vazio, e dependia da vitória a sua comida. Mas não eram bárbaras. "Sede justos" — dizia uma proclamação de Abu-Béquer — "sede valentes; morrei antes de render-vos; sede piedosos; não mateis nem velhos nem mulheres nem crianças. Não destruais árvores frutíferas, cereais ou gado. Mantende vossa palavra, mesmo aos vossos inimigos. Não molesteis as pessoas religiosas que vivem retiradas do mundo, mas compeli o resto do mundo a se tornar muçulmano ou nos pagar tributo. Se eles recusarem estes termos, matai-os."[3] A escolha dada ao inimigo não era o islamismo ou a espada; era o islamismo ou o tributo ou a espada. Finalmente havia causas militares da invasão: à medida que os vitoriosos exércitos árabes cresciam com recrutas famintos ou ambiciosos, criava-se o problema de lhes fornecer novas terras a conquistar apenas para prover-lhes alimentos e soldos. O avanço criou seu próprio ***momentum***: cada vitória exigia outra, até que as conquistas árabes — mais rápidas que as romanas e mais duradouras que as mongólicas — resultaram no mais espantoso feito da história militar.

Em princípios de 633, tendo já "pacificado" a Arábia, foi Calid, a "Espada de Alá", convidado por uma tribo nômade da fronteira a unir-se a ela em uma incursão a uma comunidade vizinha, através dos limites do Iraque. Inquieto na ociosidade ou na paz, Calid e 500 de seus homens aceitaram o convite e juntamente com 2.500 homens dessa tribo invadiram o solo persa. Não sabemos se essa aventura tinha recebido o consentimento de Abu-Béquer. Ao que parece ele aceitou filosoficamente o resultado. Calid tomou Hira e enviou ao califa tanta quantidade de despojos inimigos que Abu-Béquer exclamou: "Certamente as entranhas estão exaustas. Mulher nenhuma terá outro Calid."[4] A mulher tornara-se então um item substancial no pensamento e despojos dos vencedores. No cerco de Êmesa um jovem chefe árabe incendiou o ardor de suas tropas descrevendo a beleza das jovens sírias. Quando Hira se rendeu, Calid estipulou que uma certa dama, Quermat, devia ser dada a um soldado árabe, o qual alegava que Maomé lhe havia prometido. A família toda chorou, mas Quermat enca-

rou a situação sem muita preocupação: "O tolo me viu quando eu era jovem" — disse ela — "e esqueceu-se de que a juventude não dura sempre." O soldado, vendo-a, concordou e libertou-a em troca de um pouco de ouro.[5]

Antes que Calid pudesse gozar sua vitória em Hira, veio-lhe uma mensagem do califa, ordenando fosse em socorro de uma força árabe ameaçada por um exército grego, esmagadoramente superior em número, perto de Damasco. Entre Hira e Damasco havia um deserto sem água que requeria cinco dias de marcha para transpô-lo. Calid reuniu camelos e fê-los beber bastante água. No caminho os soldados obtinham o precioso líquido das gibas dos animais mortos e alimentavam seus cavalos com leite de camelo. As tropas de Calid estavam exaustas quando alcançaram o principal exército árabe no rio Iarmuc, 60 milhas a sudoeste de Damasco. Ali, dizem os historiadores muçulmanos, 40.000 (25.000?) árabes derrotaram 240.000 (50.000?) gregos em uma das inumeráveis batalhas decisivas da História (634). O Imperador Herálcio havia arriscado toda a Síria em uma batalha; daí em diante a Síria seria a base do crescente império muçulmano.

Enquanto Calid estava conduzindo seus homens à vitória, um despacho trouxe-lhe a notícia da morte de Abu-Béquer (634), e de que o novo califa, Omar, desejava que ele entregasse o comando a Abu-Obeida Calid ocultou a mensagem até que a batalha fosse ganha. Omar (Umar Abu Hafsa ibn al-Cattab) (582-644) tinha sido o principal conselheiro e sustentáculo de Abu-Béquer e havia conquistado tal reputação, que ninguém protestou quando o moribundo califa o nomeou seu sucessor. Todavia Omar era justamente o oposto de seu amigo. Alto, ombros largos e apaixonado, tendo em comum com Abu-Béquer apenas a simplicidade frugal, cabeça calva e barba tingida. A idade e a responsabilidade dele haviam feito uma rara mistura de temperamento ardente e julgamento frio. Tendo batido injustamente em um beduíno, rogou-lhe, em vão, que desse nele igual número de chicotadas. Era um puritano austero, que exigia estrita virtude de todos os muçulmanos. Levava consigo um chicote com que batia em qualquer maometano que apanhasse em flagrante violação do código alcorânico.[6] Diz a tradição que chicoteara o próprio filho até à morte, por descomedir-se no beber.[7] Historiadores muçulmanos contam-nos que Omar não tinha senão uma camisa e um manto, emendados e remendados; que ele vivia de pão de cevada e tâmaras e que não bebia senão água; que sua única preocupação era a propagação da fé por meio das letras e das armas. Quando um sátrapa persa veio render homenagem a Omar, encontrou o conquistador do Oriente dormindo entre os mendigos nas escadarias da mesquita de Medina.[8] Não podemos contudo garantir a veracidade dessa história.

Omar destituíra Calid porque a "Espada de Alá" havia manchado repetidamente sua coragem com crueldades. O invencível general aceitou seu rebaixamento com algo mais sutil que a bravura: colocou-se inteiramente à disposição de Abu-Obeida, que foi bastante sagaz para seguir seus conselhos na estratégia e opor-se a sua ferocidade na vitória. Os árabes, habilíssimos cavaleiros, mostraram-se superiores à cavalaria bem como à infantaria dos persas e dos gregos. Força terrestre alguma dos começos da Idade Média podia fazer frente a seus selvagens gritos de guerra, suas estonteantes manobras, sua velocidade. E eles, árabes, tinham o cuidado de escolher campos de batalha planos, favoráveis aos movimentos táticos de suas montarias. Em 635 Damasco foi tomada, em 636, Antioquia, em 638, Jerusalém; por volta de 640 toda a Síria estava em mãos árabes; em 641 a Pérsia e o Egito foram conquistados. O patriarca So-

frônio concordou em entregar Jerusalém se o califa viesse em pessoa para ratificar os termos da capitulação. Omar assentiu e partiu de Medina em uma simplicidade majestosa, armado de um saco de cevada, uma sacola de tâmaras, uma cabaça de água e um prato de madeira. Calid, Abu-Obeida e outros chefes do exército árabe foram ao seu encontro. Omar ficou aborrecido com a finura de seus trajes e os adornos de seus corcéis. Atirou-lhes um punhado de areia, gritando: "Fora! É assim enfeitados que vindes receber-me?" Tratou Sofrônio com bondade e cortesia, impôs um tributo leve ao vencido e confirmou os cristãos na posse pacífica de seus templos. Historiadores cristãos relatam que Omar acompanhou o patriarca em uma volta a Jerusalém. Durante sua estada de 10 dias, escolheu a sede da mesquita que seria conhecida pelo seu nome. Então, informado de que o povo de Medina estava inquieto, com receio de que ele fizesse de Jerusalém a cidade do islamismo, regressou a sua modesta capital.

Dominadas com segurança a Pérsia e a Síria, uma onda de migração esparramou-se da Arábia para o norte e o leste, comparável à migração das tribos germânicas para as províncias conquistadas de Roma. Mulheres juntaram-se ao movimento, mas não em número suficiente para o ardor árabe. Os conquistadores encheram seus haréns de concubinas cristãs e judias, e reconheciam a legitimidade dos filhos de tais uniões. Por esse método, o número de "árabes" na Síria e Pérsia chegava a meio milhão por volta de 644. Omar proibiu aos conquistadores comprar ou cultivar a terra. Esperava que fora da Arábia eles permanecessem uma casta militar, largamente apoiada pelo Estado, mas conservando intatas suas qualidades marciais. Suas proibições foram ignoradas depois de sua morte e, enquanto viveu, quase anuladas por sua generosidade. Distribuía 80 por cento dos despojos da vitória ao exército e 20 à nação. A minoria dos homens, tendo a maioria dos cérebros, reuniu-se logo em maioria de bens, nessa riqueza árabe, que crescia rapidamente. Os nobres coraixitas construíram ricos palácios em Meca e Medina. Zobeir tinha palácios em várias cidades, com mil cavalos e 10.000 escravos. Abd-er-Ramã tinha mil camelos, 10.000 carneiros e 400.000 dinares ($1.912.000). Omar via com tristeza a decadência de seu povo que mergulhava na luxúria.

Um escravo persa feriu mortalmente Omar em um momento em que ele dirigia as orações na mesquita (644). Incapaz de persuadir Abd-er-Ramã a suceder-lhe, o califa, em seu leito de morte, designou seis homens para escolherem seu sucessor. Eles nomearam o mais fraco do grupo, talvez na esperança de poder governá-lo. Othman (Otmã) ibn Affan era um velho de intenções bondosas. Reconstruiu e embelezou a mesquita de Medina e apoiou os generais que agora levavam as armas muçulmanas a Herat e Cabul, à Bactriana e Tíflis e através da Ásia Menor ao Mar Negro. Mas, para infelicidade sua, era membro leal do aristocrático clã Umayyad, que nos primitivos dias figurava entre os mais orgulhosos adversários de Maomé. Os Umayyad (Omíadas) acudiram em grande número a Medina para gozar os benefícios de suas relações com o velho califa. Ele não pôde evitar esta importunação. Dentro em breve, uma dúzia de cargos lucrativos aqueciam as mãos de homens que desprezavam o puritanismo e a simplicidade dos crentes muçulmanos. O islamismo, relaxando-se na vitória, dividiu-se em facções ferozes: "refugiados" de Meca contra "ajudantes" de Medina; as cidades dominantes de Meca e Medina contra as rapidamente crescentes cidades muçulmanas de Damasco, Cufa e Basra; aristocracia coraixita *versus* democracia beduína; o clã hachimita do Profeta, dirigido por Ali, contra o clã omíada chefiado por Muawiya — filho do principal inimigo de Maomé, Abu-Sufyan — agora governador da Síria.

Em 654, um judeu convertido iniciou a pregação de doutrina revolucionária em Basra. Dizia que Maomé retornaria à vida, que Ali era seu único e legítimo sucessor, que Otmã era usurpador e seus lugar-tenentes uma súcia de tiranos sem deus. Expulso de Basra, o rebelde dirigiu-se a Cufa; corrido de Cufa, fugiu para o Egito, onde sua pregação encontrou auditório apaixonado. Quinhentos muçulmanos egípcios foram para Medina como peregrinos e solicitaram a resignação de Otmã. Não atendidos, bloquearam o califa em seu palácio. Finalmente invadiram seus aposentos e o assassinaram no momento em que ele, sentado, lia o Alcorão (656).

Os chefes omíadas fugiram de Medina e a facção hachimita, finalmente, elevou Ali ao califado. Na juventude, Ali tinha sido modelo de piedade e enérgica lealdade. Estava agora com 55 anos, calvo e vigoroso, genioso e caridoso, meditativo e reservado. Ele recuou ante um drama em que a religião fora deslocada pela política e a devoção pela intriga. Pediram-lhe a punição dos assassinos de Otmã, mas, quando a isso se decidiu, eles haviam escapado. Exigiu a demissão dos funcionários nomeados por Otmã. A maioria deles se recusou. Em vez de resignar, Muawiya exibiu em Damasco a roupa de Otmã manchada de sangue e os dedos que a mulher do califa assassinado havia perdido ao tentar defendê-lo. O clã coraixita, dominado pelos omíadas, uniu-se a Muawiya; Zobeir e Talha, "companheiros" do Profeta, revoltaram-se contra Ali, e apresentaram reivindicações ao califado. Aixa, a orgulhosa viúva de Maomé, foi de Medina a Meca e uniu-se à revolta. Quando os muçulmanos de Basra aderiram aos rebeldes, Ali apelou para os veteranos de Cufa e prometeu fazer dessa cidade a sua capital, se viessem em seu auxílio. Eles concordaram. Os dois exércitos encontraram-se em Coraiba, no Iraque meridional, na batalha do Camelo — assim chamada por ter Aixa comandado as tropas do assento de seu camelo. Zobeir e Talha foram derrotados e mortos; Aixa foi escoltada com toda a cortesia a sua casa em Medina e Ali transferiu o governo para Cufa, próximo da antiga Babilônia.

Em Damasco, porém, Muawiya levantou outra força rebelde. Era um homem do mundo, que no íntimo dava pouco valor à revelação de Maomé. A religião parecia-lhe um substituto econômico dos policiais, mas nenhum aristocrata permitia que ela interferisse com os gozos terrenos. Com efeito, sua guerra contra Ali procurava restabelecer a oligarquia coraixita no poder e na liderança; liderança e poder que Maomé lhes arrebatara. As forças reorganizadas de Ali encontraram o exército de Muawiya em Siffin, sobre o Eufrates (657). Ali estava vencendo quando o general de Muawiya, Amr ibn al-As, pendurou cópias do Alcorão nas pontas das lanças de seus soldados e exigiu um arbitramento, "segundo a palavra de Alá" — presumivelmente segundo as regras traçadas no livro sagrado. Cedendo ao pedido das tropas, Ali concordou. Foram escolhidos os juízes, que tiveram seis meses de prazo para decidir o assunto, enquanto os exércitos regressavam a seus lares.

Parte dos soldados de Ali voltava-se agora contra ele e formava um exército separado e uma seita chamada *Khariji*, ou secessores; alegavam que o califa devia ser eleito e destituído pelo povo. Alguns eram anarquistas religiosos que não aceitavam nenhum governo exceto o de Deus.[9] Todos eles denunciaram o mundanismo e a luxúria das novas classes dominantes do Islã. Ali tentou reconquistá-los por meio da persuasão, mas não o conseguiu. A piedade desses soldados transformou-se em fanatismo que explodiu em atos de desordem e violência. Finalmente Ali declarou guerra a eles e aniquilou-os. No devido tempo, os árbitros concordaram em que tanto Ali como Muawiya deviam retirar suas pretensões sobre o califado. O representante de Ali

anunciou a resignação deste; entretanto, Amr, em vez de tomar atitude semelhante, em nome de Muawiya, proclamou-o califa. Em meio a este caos, um carijita aproximou-se de Ali, nas imediações de Cufa, e varou-lhe o cérebro com uma espada envenenada (661). O local onde Ali morreu tornou-se lugar santo para a seita Xia, que o adorou como "Wali", ou vigário de Alá, e fez de seu túmulo um centro de peregrinação, tão sagrado como a própria Meca.

Os muçulmanos do Iraque escolheram o filho de Ali, Hasan, para seu sucessor; Muawiya marchou sobre Cufa. Hasan submeteu-se. Recebendo uma pensão de Muawiya, retirou-se para Meca, casou uma centena de vezes e morreu aos 45 anos (669), envenenado pelo califa ou por uma esposa ciumenta.

Muawiya recebeu a lealdade relutante de todo o Islã. Mas para sua própria segurança, e também porque Medina ficava agora demasiado longe do centro da população e do poder muçulmano, tranferiu a capital para Damasco. A aristocracia coraixita, por intermédio do filho de Abu-Sufyan, havia vencido sua guerra contra Maomé. A "república" teocrática dos sucessores tornou-se uma monarquia hereditária secular. O governo semita substituiu o domínio dos persas e gregos na Ásia ocidental, expulsou da Ásia um controle europeu que havia durado mil anos e deu ao Oriente Próximo, Egito e África do Norte a forma que em essência conservariam durante 13 centúrias.

II. O CALIFADO OMÍADA: 661-750

Façamos justiça a Muawiya. Ele havia conquistado a sua força, primeiro como governador da Síria, nomeado pelo virtuoso Omar; depois, então, conduzindo a reação contra o assassínio de Otmã; em seguida, por meio de intrigas tão sutis que a força poucas vezes era usada. "Não uso minha espada" — disse ele — "onde minha chibata é suficiente, nem minha chibata onde minha língua basta. E quando há um cabelo prendendo-me a meus semelhantes, não o deixo romper; quando eles puxam eu solto e se eles soltam eu puxo."[10] O seu caminho para o poder foi menos sangrento do que o da maioria daqueles que inauguraram novas dinastias.

Tal como outros usurpadores, sentiu a necessidade de cercar seu trono de esplendor e cerimonial. Tomou para modelo os imperadores bizantinos que por sua vez tinham por modelo o Rei dos Reis persas. A persistência desse padrão monárquico, de Ciro ao nosso tempo, sugere que o mesmo serve para o governo e a exploração de uma população analfabeta. Muawiya sentiu seus métodos justificados pela prosperidade que teve lugar sob sua administração, o desaparecimento da luta tribal e a consolidação do poderio árabe do Oxo (Amu Darya) ao Nilo. Julgando que o princípio hereditário era a única solução para as lutas caóticas de um califado eletivo, declarou herdeiro presuntivo seu filho Iezid e arrancou de todo o reino um juramento de fidelidade.

Contudo, quando Muawiya morreu (680), uma guerra de sucessão repetiu a primitiva história de seu reinado. Os muçulmanos de Cufa fizeram chegar ao conhecimento de Husein, filho de Ali, que, se ele tornasse Cufa a capital, lutariam por sua elevação ao califado. Husein partiu de Meca com sua família e 70 adeptos dedicados. Vinte e cinco milhas ao norte de Cufa, a caravana foi interceptada por uma força das tropas de Iezid, sob o comando de Obeidallah. Husein quis submeter-se, mas seu bando preferiu a luta. O sobrinho de Husein, Qasim, de 10 anos, foi atingido por uma das primeiras flechas e morreu nos braços do tio. Um a um, os irmãos, filhos, primos e sobrinhos tombaram; todos os homens do grupo foram mortos, sob os olha-

res aterrorizados das mulheres e crianças. Quando a cabeça degolada de Husein foi trazida a Obeidallah, este virou-a indiferentemente com seu bastão. "Com cuidado!", protestou um de seus oficiais, "ele era neto do Profeta. Por Alá! Eu vi estes lábios serem beijados pela abençoada boca de Maomé!" (680)[11] Em Querbela, onde Husein caiu, os muçulmanos xiitas ergueram um santuário em sua memória. Todos os anos eles rememoram a tragédia em uma representação semelhante à Paixão de Cristo, cultuando por esta forma a memória de Ali, Hasan e Husein.

Abdala, filho de Zobeir, continuou a revolta. As tropas sírias de Iezid o derrotaram e sitiaram-no em Meca; pedras lançadas de suas catapultas caíram sobre o recinto sagrado e partiram em três a Pedra Preta. A Caaba pegou fogo e ficou completamente queimada (683). Subitamente o cerco foi levantado: Iezid morrera e o exército era necessário em Damasco. Em dois anos de caos monárquico, três califas ocuparam o trono. Finalmente Abd-al-Malik, filho de um primo de Muawiya, pôs fim à desordem com uma coragem cruel, e governou depois com relativa brandura, prudência e justiça. Seu general Hajjaj ibn Yusuf subjugou Cufa e renovou o sítio de Meca. Abdala, então com 72 anos, lutou com bravura, estimulado pela mãe centenária; foi derrotado e morto, e sua cabeça enviada como prova a Damasco. Seu corpo, depois de ficar pendurado durante certo tempo em um patíbulo, foi presenteado a sua mãe (692). Durante a paz que se seguiu, Abd-al-Malik escreveu poesias, patrocinou as letras, atendeu a oito esposas e teve 15 filhos, dos quais quatro lhe sucederam no trono. Seu cognome significava Pai dos Reis.

Seu reinado de 20 anos preparou o caminho para as realizações do filho Valid I (705-15). A marcha da conquista árabe havia sido reiniciada. Bactriana foi tomada em 705, Bocara em 709, a Espanha em 711, Samarcanda em 712. Nas províncias orientais, Hajjaj governava com energia criadora que igualava sua barbaridade: pauis foram drenados, terras áridas irrigadas e restabelecido e melhorado o sistema de canalização. Não satisfeito com isso, o general, que havia sido um mestre-escola, revolucionou a ortografia árabe, introduzindo os sinais diacríticos. O próprio Valid era rei modelar, muito mais interessado na administração do que na guerra. Estimulou a indústria e o comércio com novos mercados e melhores estradas. Construiu escolas e hospitais — inclusive os primeiros leprosários de que se tem notícia — e asilos para velhos, aleijados e cegos. Aumentou e embelezou as mesquitas de Meca, Medina e Jerusalém e ergueu em Damasco uma ainda maior, que existe até hoje. Entre esses trabalhos, compunha versos, escrevia música, tocava flauta, ouvia pacientemente a outros poetas e músicos e embriagava-se uma vez a cada dois dias.[12]

Seu irmão e sucessor Suleiman (Solimão) (715-17) destruiu vidas e riquezas em uma vã tentativa contra Constantinopla. O que o contentava mesmo era boa comida e mulheres de má vida, e recebeu o elogio da posteridade unicamente por legar o poder ao primo. Omar II (717-20) estava resolvido a expiar em um reinado toda a impiedade e liberalidade de seus predecessores omíadas. A prática e a propagação da fé constituíam o interesse maior de sua vida. Vestia-se tão modestamente e com tantos remendos, que nenhum estranho o tomava por um rei. Ordenou a sua mulher entregasse ao tesouro público as custosas jóias que o pai lhe havia dado e ela obedeceu. Participou ao seu harém que os deveres do governo o absorveriam a ponto de negligenciar as mulheres e deu-lhes licença para se retirarem. Ignorou os poetas, os oradores e os doutores que dependiam da corte, mas chamou ao seu conselho e companhia os elementos mais dedicados entre os sábios de seu reino. Fez as pazes com outros

países, retirou o exército que sitiava Constantinopla e chamou as guarnições das cidades muçulmanas hostis ao governo omíada. Enquanto seus predecessores desencorajavam as conversões ao islamismo, sob a alegação de que com isso se reduziam as taxas para os cofres do Estado, Omar apressou a aceitação do islamismo pelos cristãos, zoroastrianos e judeus. E quando os agentes fiscais se queixaram de que sua política estava arruinando o tesouro, ele respondeu: "Ficarei grato, por Alá, em ver todos se tornarem muçulmanos, de modo que vós e eu tenhamos de cultivar o solo com nossas próprias mãos para ganhar a vida."[13] Conselheiros inteligentes pensaram em deter a onda de conversões, exigindo a circuncisão. Omar, qual outro São Paulo, aconselhou-os a dispensar essa cerimônia. Sobre aqueles que se recusavam à conversão, ele impôs severas restrições, excluiu-os dos cargos públicos e proibiu-os de construir novos templos. Depois de um reinado de menos de três anos, adoeceu e morreu.

Outra faceta do caráter e costume muçulmano aparece em Iezid II (720-24), último dos filhos de Abd-al-Malik. Iezid amou uma jovem escrava, Habiba, como Omar II havia amado o islamismo. Ainda moço ele a havia comprado por quatro mil peças de ouro. Seu irmão Solimão, então califa, compelira-o a devolver a jovem ao vendedor; mas Iezid nunca se esqueceu de sua beleza e meiguice. Quando subiu ao poder, sua esposa lhe perguntou: "Meu amor, há alguma coisa mais que desejas neste mundo?" "Sim, Habiba", respondeu. A obediente mulher procurou Habiba, mandou-a de presente a Iezid e retirou-se à obscuridade do harém. Um dia, quando banqueteava com Habiba, Iezid, brincando, atirou-lhe um bago de uva na boca da mulher. Ela engasgou e morreu em seus braços. Uma semana depois Iezid morria de tristeza.

Hisham (724-43) governou durante 19 anos, com justiça e paz, melhorou a administração, reduziu as despesas e ao morrer deixou o tesouro cheio. Mas as virtudes de um santo podem ser a ruína de um governante. Os exércitos de Hisham foram repetidamente derrotados, rebeliões fervilharam nas províncias, o descontentamento alastrou-se em uma capital que desejava um rei pródigo. Seus sucessores desgraçaram uma dinastia até então competente, por uma vida de luxo e governo negligente. Valid II (743-4) era um libertino céptico e um cândido epicurista. Ele leu com prazer a notícia da morte de seu tio Hisham; aprisionou o filho de Hisham, apossou-se das propriedades dos parentes do falecido califa e esvaziou o tesouro com uma administração descuidada e gastos extravagantes. Seus inimigos diziam que ele nadava em piscina de vinho e mitigava a sede ao nadar; que usava o Alcorão como alvo para sua perícia no lançar flechas; que ele mandava sua amante presidir, em seu lugar, as orações públicas.[14] Iezid, filho de Valid I, matou o dissipador, governou durante seis meses e morreu (744). Seu irmão Ibraim ocupou o trono, mas não foi capaz de defendê-lo. Um hábil general o depôs e reinou durante seis trágicos anos sob o título de Merwan II, o último califa da dinastia dos omíadas.

Do ponto de vista prático, os califas omíadas muito fizeram pelo Islã. Estenderam suas fronteiras políticas mais longe do que elas poderiam novamente chegar em qualquer época. E, com exceção de alguns intervalos obscuros, deram ao novo império um governo ordeiro e liberal. Mas a loteria da monarquia hereditária colocou no trono, no século VIII, incompetentes que exauriram o tesouro, entregaram a administração a eunucos e perderam o controle sobre aquele individualismo árabe, que quase sempre impediu um poder muçulmano unificado. As velhas inimizades tribais persistiam como facções políticas: os hachimitas e omíadas odiavam-se mutuamente como se fossem mais aparentados do que realmente eram. A Arábia, o Egito e a Pérsia ressentiam

a autoridade de Damasco. E os orgulhosos persas, que começaram sustentando que eram tão bons quanto os árabes, passaram a reclamar superioridade, e não mais puderam tolerar o domínio sírio. Os descendentes de Maomé ficaram escandalizados em ver, no governo do Islã, um clã omíada do qual fazia parte o mais teimoso e o último convertido entre os inimigos do Profeta. Estavam chocados com a moral fácil, talvez pela tolerância religiosa, dos califas omíadas; oravam pelo dia em que Alá enviasse algum salvador para redimi-los do governo humilhante.

Tudo o de que essas forças hostis necessitavam era uma personalidade de iniciativa para dar-lhes unidade e voz. Abul-Abas, um tataraneto de um tio de Maomé, assumiu a chefia de um local oculto da Palestina, organizou a revolta nas províncias e conquistou o ardente apoio dos nacionalistas persas xiitas. Em 749 proclamou-se califa, em Cufa. Merwan II enfrentou as forças rebeldes sob o comando de Abdala, tio de Abul-Abas, no rio Zab, mas foi derrotado. Um ano depois Damasco capitulava ao cerco. Merwan foi aprisionado e morto, e sua cabeça enviada a Abul-Abas. O novo califa não estava satisfeito. "Se eles tivessem bebido meu sangue, este não lhes teria mitigado a sede; nem tampouco minha ira se abrandou com o sangue deste homem", disse ele. Chamou-se a si próprio de *al-Safá*, (cujo significado verdadeiro é o *Generoso*, mas que tem sido geralmente traduzido por) o *Sangüinário*, e ordenou que todos os príncipes da estirpe dos omíadas fossem caçados e mortos, a fim de impedir qualquer reerguimento da dinastia caída. Abdala, nomeado governador da Síria, desincumbiu-se da tarefa com humor e diligência. Proclamou anistia aos omíadas e, para confirmá-la, convidou 80 de seus membros mais importantes para um jantar. Enquanto eles comiam, seus soldados, escondidos, a um sinal seu, passaram todos a fio de espada. Tapetes recobriram os mortos e a festa prosseguiu sobre os corpos dos inimigos, e com a música dos gemidos dos moribundos. Corpos de vários califas omíadas foram exumados, esqueletos quase descarnados foram açoitados, pendurados em forcas e queimados, suas cinzas atiradas ao vento.[15]

III. O CALIFADO ABÁSSIDA: 750-1058

1. *Harum al-Raschid*

Abul-Abas al-Safá, viu-se senhor de um império que se estendia do Indo ao Atlântico: Sind (noroeste da Índia), Beluquistão, Afeganistão, Turquestão, Pérsia, Mesopotâmia, Armênia, Síria, Palestina, Chipre, Creta, Egito e África do Norte. A Espanha muçulmana, porém, repeliu sua autoridade e, no décimo segundo ano de seu reinado, Sind livrou-se de seu domínio. Odiado em Damasco, incomodado na turbulenta Cufa, al-Safá fez de Ambar, ao norte de Cufa, sua capital. Os homens que o ajudaram a galgar o poder e agora administravam o Estado eram predominantemente persas de origem ou cultura. Depois que al-Safá havia bebido sangue suficiente, um certo refinamento e urbanismo persas entraram nas maneiras da corte. E uma sucessão de esclarecidos califas dignificou o crescimento da riqueza, promovendo brilhante florescimento da arte e da literatura, da ciência e da filosofia. Depois de um século de humilhação, a Pérsia conquistava seus conquistadores.

Al-Safá morreu de varíola em 754. Seu meio-irmão Abu-Jafar sucedeu-o sob o nome de al-Mansur, "o Vitorioso". A genitora de Mansur era uma escrava berbere. Dos 37 califas abássidas, escravas criaram todos, exceto três, pela instituição do concubina-

to e legitimação de sua prole. Deste modo a aristocracia muçulmana era perpetuamente recrutada pela democracia da oportunidade e da fortuna, do amor e da guerra. O novo califa tinha 40 anos; alto, magro, barbado, moreno, austero. Não era escravo da beleza feminina, nem amigo do vinho ou da canção, mas um generoso protetor das letras, ciências e artes. Homem de grande habilidade e pouco escrúpulo, pela sua firme qualidade de estadista firmou uma dinastia que de outro modo ter-se-ia extinguido com a morte de al-Safá. Entregou-se diligentemente à administração, construiu uma esplêndida capital em Bagdá, reorganizou o governo e o exército, de forma duradoura, manteve olhar atento em todos os departamentos e quase todas as transações; periodicamente forçou funcionários corruptos — inclusive o irmão — a devolverem ao tesouro os frutos do peculato e gastou os fundos do Estado com parcimônia conscienciosa, de maneira que não granjeou nenhum amigo, apenas o apelido de "Pai dos Vinténs".[16] No início de seu reinado estabeleceu uma instituição, segundo o padrão persa: o vizirato, que iria desempenhar grande papel na história dos abássidas. Como seu primeiro vizir, ele nomeou Calid, filho de Barmac. Esta família Barmac tinha sido destinada a um importante papel no drama abássida. Al-Mansur e Calid estabeleceram a ordem e a prosperidade, cujos frutos iriam cair nas mãos de Harum al-Raschid.

Após um benéfico reinado de 22 anos, al-Mansur morreu durante uma peregrinação a Meca. Seu filho al-Madi (775-85) podia agora dar-se ao luxo de ser benevolente. Perdoou a todos, menos aos mais perigosos delinqüentes; gastou prodigamente para embelezar as cidades; favoreceu a música e a literatura e administrou o império com razoável competência. Tendo Bizâncio aproveitado a oportunidade da revolução abássida para recuperar o território da Ásia Menor conquistado pelos árabes, al-Madi enviou um exército sob o comando do filho Harum para renovar um roubo, há muito santificado pelo tempo. Harum fez os gregos recuarem até Constantinopla, a ponto de ameaçar essa capital. A Imperatriz Irene pediu a paz, comprometendo-se a um pagamento anual de 70.000 dinares ($332.500) aos califas (784). Daí por diante, al-Madi chamou ao jovem Harum de *al-Raschid* — Aarão, o Justo. Anteriormente havia nomeado outro filho herdeiro presuntivo do trono; mas então, vendo a capacidade muito superior de Harum, pediu a al-Hadi, o herdeiro, que desistisse de seus direitos em favor do irmão mais novo. Al-Hadi, que comandava um exército no Oriente, recusou-se e desobedeceu à ordem de voltar a Bagdá. Al-Madi e Harum partiram para prendê-lo, mas o califa, que contava 43 anos de idade, morreu no caminho. Harum — aconselhado por Iaia Barmac, filho de Calid — reconheceu al-Hadi como califa e ele próprio como herdeiro presuntivo. Mas, conforme disse Sadi, "dez darveses podem dormir em um tapete velho, mas dois reis não podem ser acomodados em um reino inteiro".[17] Logo al-Hadi pôs Harum de lado, prendeu Iaia e proclamou seu próprio filho como sucessor. Pouco depois (786) morreu al-Hadi. Circularam rumores de que sua própria mãe, favorável a Harum, o sufocara com travesseiros. Harum subiu ao trono, fez Iaia seu vizir e começou o mais famoso reinado da história muçulmana.

Lendas — principalmente *As Mil e Uma Noites* — pintam Harum como monarca alegre e culto, vez por outra despótico e violento, muitas vezes generoso e humano. Tão amante de boas histórias que as mandou registrar nos arquivos do Estado e recompensava uma contadora de histórias, uma ou outra vez, compartilhando seu leito com ela.[18] Todas essas qualidades aparecem na história, exceto a jovialidade, que tal-

vez ofendesse os historiadores. Estes o retratam antes de mais nada como um pio e resoluto ortodoxo muçulmano, que restringiu severamente as liberdades dos não-muçulmanos, fazia peregrinação a Meca, a cada dois anos, e realizava 100 prostrações nas suas preces diárias.[19] Bebia muito, mas quase sempre na intimidade de poucos amigos escolhidos.[20] Tinha sete esposas e várias concubinas; 11 filhos e 14 filhas, todos de escravas, exceto al-Emin, filho da princesa Zobaida. Era liberal com todas as formas de sua fortuna. Quando seu filho al-Mamun se apaixonou por uma das criadas do palácio de Harum, o califa presenteou-lha, pedindo em troca apenas que compusesse alguns versos.[21] Gostava tanto de poesia que em algumas ocasiões esmagava um poeta com presentes extravagantes, como quando deu ao poeta Merwan, por uma curta ode laudatória, cinco mil peças de ouro ($23.750), um rico traje, 10 jovens escravas gregas e um cavalo favorito.[22] Seu melhor companheiro era o poeta libertino Abu-Nuwas. Muitas vezes enfurecia-se ante a insolência ou franca imoralidade do poeta, outras vezes amolecia ante seu verso sublime. Reuniu em torno de si, em Bagdá, uma galáxia de poetas, juristas, médicos, gramáticos, retóricos, músicos, dançarinos, artistas e homens inteligentes. Julgava seus trabalhos com claro discernimento, recompensava-os generosamente e era retribuído com mil doxologias metrificadas. Ele próprio era um poeta, um douto, um orador impetuoso e eloqüente.[23] Nenhuma corte na História jamais teve constelação mais brilhante de intelectuais. Contemporâneo da Imperatriz Irene de Constantinopla e de Carlos Magno da França, e um pouco posterior a Tsuan Tsung de Chang-an (China), Harum superou a todos em riqueza, poder, esplendor e o adiantamento cultural que adorna um governo.

Mas ele não era diletante. Participou do trabalho da administração, conquistou a reputação de juiz íntegro e — a despeito da liberalidade e ostentação sem precedentes — deixou no tesouro a soma de 48.000.000 de dinares ($228.000.000) ao morrer. Comandou seus exércitos pessoalmente no campo de batalha, e manteve intatas todas as fronteiras. No entanto, na maior parte, ele confiou a administração e a política ao sábio Iaia. Logo depois de sua ascensão, chamou Iaia e disse-lhe. "Encarrego-o do governo de meus súditos. Governe-os como desejar. Demita quem quiser, nomeie quem quiser, dirija todos os assuntos conforme achar melhor"; e para ratificar suas palavras, deu a Iaia o seu anel.[24] Era um ato de confiança extrema e imprudente, mas Harum, jovem de 22 anos, julgou-se ainda imaturo para governar um reino tão extenso. Era também um ato de gratidão àquele que havia sido seu tutor, a quem chamava pai e que havia estado na prisão por sua causa.

Iaia provou ser um dos mais hábeis administradores da História. Afável, generoso, judicioso, incansável, levou o governo ao apogeu de sua eficiência. Estabeleceu a ordem, a segurança e a justiça; construiu estradas, pontes, estalagens e canais; e manteve todas as províncias prósperas mesmo tributando-as pessoalmente, a fim de encher a bolsa de seu chefe e a dele próprio, pois que ele, como o califa, patrocinava a literatura e a arte. Seus filhos al-Fadl e Jafar receberam dele altos cargos, desincumbiram-se bem das funções e locupletaram-se melhor; tornaram-se riquíssimos, construíram palácios, mantiveram seus próprios grupos de poetas, jograis e filósofos. Harum amava tanto a Jafar que correram mexericos a respeito da intimidade deles. O califa tinha mandado fazer uma capa com duas golas de modo que ele e Jafar pudessem usá-la ao mesmo tempo, e serem duas cabeças com um peito; talvez nesse traje siamês, os dois refletissem juntos a vida noturna de Bagdá.[25]

Não sabemos as causas exatas que tão repentinamente deram cabo do poderio dos barmécidas. Ibn Caldun viu a "causa verdadeira" na "sua presunção de toda autoridade, sua ciosa aplicação das receitas públicas, a tal ponto que al-Raschid era às vezes obrigado a pedir uma soma insignificante sem consegui-la".[26] À medida que o jovem governante ia avançando em idade, e não dava vazão completa a suas capacidades na consecução dos prazeres sensuais e das dissertações intelectuais, é possível que se tenha arrependido da onipotência com que dotara seu vizir. De uma feita mandou Jafar executar um rebelde, e o filho do vizir facilitou a fuga do homem. Harum nunca perdoou essa amável negligência. Uma história digna de figurar nas *Mil e Uma Noites* conta como Abassa, irmã de Harum, apaixonou-se por Jafar. Ora, Harum havia jurado manter o sangue de suas irmãs tão puro como o dos árabes da melhor linhagem, e Jafar era persa. O califa permitiu que eles se casassem, mas sob a promessa de não se encontrarem senão na presença dele. Os amantes porém logo violaram este acordo. Abassa teve dois filhos de Jafar, que foram escondidos e criados em Medina. Zobaida, mulher de Harum, descobriu tudo e contou ao marido. O califa ordenou ao seu principal carrasco, Mesrur, que matasse Abassa e a enterrasse no palácio, e dirigiu pessoalmente a execução de sua ordem. Em seguida, mandou que Mesrur decapitasse Jafar e lhe trouxesse a cabeça, o que foi devidamente feito. Mandou depois que trouxessem as crianças de Medina, conversou muito com os lindos meninos, admirou-os e mandou matá-los (803). Iaia e al-Fadl foram presos. Tiveram permissão de manter suas famílias e criados, mas jamais foram postos em liberdade. Iaia morreu dois anos depois do filho e al-Fadl três anos após o pai. Foram confiscadas todas as propriedades dos barmécidas, estimadas em 30.000.000 de dinares ($ 142.500.000).

O próprio Harum não lhes sobreviveu muito. Durante certo tempo sufocou a mágoa e o remorso no trabalho e mesmo os sofrimentos da guerra eram bem recebidos. Quando Nicéforo I, imperador de Bizâncio, recusou-se a continuar os pagamentos prometidos por Irene e ousadamente exigiu a devolução dos tributos já pagos, Harum respondeu: "Em nome de Alá, o Misericordioso, o Generoso. De Harum, Comandante dos Fiéis, a Nicéforo, cão de um romano: tenho em mãos a sua carta, ó filho de uma mãe infiel. A resposta é para ser vista pelos seus olhos e não para ser ouvida pelos seus ouvidos. Salaam."[27] Entrou imediatamente em ação, e de sua nova e estratégica residência de Raqqa, na fronteira norte, enviou para a Ásia Menor expedições tão impetuosas que Nicéforo logo concordou em reiniciar o pagamento dos tributos (806). A Carlos Magno — instrumento útil a Bizâncio — enviou uma embaixada com muitos presentes, inclusive um complicado relógio de água e um elefante.[28]

Embora Harum tivesse então 42 anos, seus filhos al-Emin e al-Mamun já disputavam a sucessão, esperando a morte do pai. Com o intuito de atenuar a luta dos dois, Harum fez al-Mamun herdeiro das províncias a leste do Tigre e a al-Emin do resto; com a morte de um dos irmãos, o sobrevivente governaria todo o império. Os irmãos assinaram o pacto, e juraram-no diante da Caaba. No mesmo ano de 806 irrompeu séria rebelião no Coraçã. Harum partiu com al-Emin e al-Mamun para sufocá-la, embora estivesse sofrendo de graves dores abdominais. Em Tus, no Irã oriental, não mais agüentou. Estava no fim de sua agonia, quando Baxin, um chefe rebelde, foi trazido a sua presença. Quase possesso de dor e raiva, Harum censurou o cativo por forçá-lo a empreender essa fatal expedição. Ordenou que Baxin fosse retalhado membro por membro, e assistiu à execução da sentença.[29] No dia seguinte, Harum, o Justo, morria, aos 45 anos (809).

2. *O Declínio dos Abâssidas*

Al-Mamun continuou em Merv e chegou a um acordo com os rebeldes. Al-Emin retornou a Bagdá, nomeou seu filho, ainda criança, herdeiro de seu poder, e exigiu de al-Mamun três províncias orientais, que lhe foram negadas. Declarou-lhe guerra, então. Tahir, general de al-Mamun, derrotou os exércitos de al-Emin, sitiou e quase destruiu Bagdá, e mandou a cabeça de al-Emin a al-Mamun, segundo o costume então inviolável. Al-Mamun, que continuava ainda em Merv, havia-se proclamado califa (813). A Síria e a Arábia continuavam a resistir-lhe, por ser ele filho de uma escrava persa. E somente em 818 conseguiu entrar em Bagdá, na qualidade de governante reconhecido do Islã.

Abdala al-Mamun figura, ao lado de al-Mansur e al-Raschid, como um dos grandes califas da dinastia abássida. Embora fosse às vezes capaz da fúria e crueldade que desgraçaram Harum, Mamun era normalmente um homem de temperamento brando e tolerante. No seu conselho de Estado incluiu representantes de todas as maiores religiões do reino — maometanos, cristãos, judeus, sabeus e zoroastrianos — e garantiu, até seus últimos anos, completa liberdade de culto e crença. Durante certo tempo o pensamento livre foi *de rigueur* na corte do califa. Masudi descreve uma das tardes intelectuais de al-Mamun:

> Al-Mamun costumava realizar uma reunião todas as terças-feiras para discutir questões de teologia e direito ... Os homens eruditos das diversas seitas eram conduzidos a uma sala forrada de tapetes. Mesas cheias de comidas e bebidas eram trazidas... Terminado o repasto, os criados seguravam braseiros de incenso e os convidados se perfumavam; eram então conduzidos à presença do califa. Este discutia com eles até certo ponto, com equanimidade e imparcialidade, tão diferentes da arrogância de um monarca quanto se possa imaginar. Ao pôr-do-sol era servida uma segunda refeição, e os convidados retiravam-se para seus lares.[30]

Sob o reinado de al-Mamun o apoio real às artes, ciências, letras e filosofia tornou-se mais variado e discriminativo do que no de Harum, e deixou resultados muito mais expressivos. Ele mandou procurar em Constantinopla, Alexandria, Antioquia e outros lugares escritos dos mestres gregos e pagou um corpo de tradutores para traduzir os livros para o árabe. Fundou uma academia de ciências em Bagdá e observatórios naquela capital e em Tadmor, a antiga Palmira. Médicos, juristas, músicos, poetas, matemáticos, astrônomos foram beneficiados com sua generosidade. E ele próprio, como certos micados do século XIX e como todo muçulmano culto, escreveu poesia.

Morreu muito jovem — aos 48 anos (833) — e no entanto muito tarde. Pois, numa febre de liberalismo autoritário, ele infelicitou seus últimos anos com a perseguição da crença ortodoxa. Seu irmão e sucessor, Abu Ishaq al-Mutassim, compartilhou de sua boa vontade, mas não do seu gênio. Cercou-se de uma guarda pessoal de quatro mil soldados turcos, como os imperadores romanos se tinham apoiado na guarda pretoriana. Em Bagdá como em Roma, a guarda tornou-se, com o tempo, rei de fato. O povo da capital queixava-se de que os turcos de al-Mutassim cavalgavam descuidadamente nas ruas e cometiam crimes que ficavam impunes. Receando uma revolta popular, o califa deixou Bagdá e construiu uma residência real, a cerca de 30 milhas ao norte, em Samarra. De 836 a 892 oito califas fizeram dela seu lar e sepulcro. (Mutassim [833-42], Wathiq [842-7], Mutawakkil [847-61], Muntasir [861-2], Mustain

[862-6], Mutazz [866-9], Muhtadi [869-70] e Mutamid [870-92], que pouco antes de morrer transferiu a sede do governo novamente para Bagdá.) Por 20 milhas ao longo do Tigre edificaram grandes palácios e mesquitas, e seus funcionários construíram luxuosas mansões com murais, fontes, jardins e banhos. O califa al-Mutawakkil demonstrou sua piedade gastando 700.000 dinares ($ 3.325.000) numa grande mesquita congregacional, e apenas um pouco menos em nova residência real, o "Jafariya", com um palácio chamado "Pérola" e um "Salão de Delícias", todos cercados de parques e correntes de água. Para custear essas construções e seus ornamentos, al-Mutawakkil elevou os impostos e vendeu cargos públicos a quem mais desse. E para aplacar Alá defendeu a ortodoxia com a perseguição. O filho de al-Mutawakkil persuadiu os guardas turcos a matarem o pai e assumiu o trono com o nome de al-Muntasir — "aquele que triunfa no Senhor".

O califado foi corrompido por causas internas antes que forças externas o reduzissem à subserviência. Os excessos de bebida, volúpia, luxúria e preguiça degeneraram o sangue real, resultando uma sucessão de fracalhões que fugiram das obrigações do governo para as delícias do harém. O crescimento da riqueza e do ócio, a concubinagem e a pederastia produziam efeitos semelhantes no seio da classe dominante e estragaram as qualidades marciais do povo. De tamanha indisciplina não poderia surgir a mão forte necessária para reunir uma conglomeração tão espalhada e diversa de províncias e tribos. Antipatias raciais e territoriais alimentaram repetidas revoltas: árabes, persas, sírios, berberes, cristãos, judeus e turcos só tinham uma característica comum — o desprezo recíproco. E a fé que uma vez forjara a unidade dividiu-se em seitas que expressavam e intensificavam as divisões políticas ou geográficas. O Oriente Próximo vive ou morre de irrigação. Os canais que alimentavam o solo necessitavam de proteção e cuidados permanentes, que nenhum indivíduo ou família podia proporcionar. Quando a administração oficial do sistema de canais tornou-se incompetente ou negligente, o abastecimento de gêneros alimentícios caiu abaixo do índice de natalidade, e a morte pela fome era o meio que tinha a natureza para restabelecer o equilíbrio entre esses fatores básicos da História. Mas o empobrecimento do povo pela fome ou epidemia raras vezes deteve a mão do coletor de impostos. O camponês, o artesão e o mercador viam seus ganhos absorvidos pelos gastos e frivolidades do governo e perderam o incentivo à produção, expansão ou empreendimento. Por fim a economia não pôde amparar o governo. As receitas caíram, soldados não podiam ser pagos ou controlados adequadamente. Turcos tomaram o lugar dos árabes nas forças armadas do Estado, tal como os germanos haviam substituído os romanos nos exércitos de Roma. E de al-Muntasir em diante, eram os capitães turcos que faziam e desfaziam, comandavam e matavam os califas. Uma sucessão de sórdidas e sangrentas intrigas palacianas tornou as últimas vicissitudes do califado de Bagdá indignas da lembrança da História.

O enfraquecimento da administração política e do poder militar no centro era uma porta aberta para o desmembramento do reino. Governadores dominavam as províncias com apenas referências formais à capital; planejaram tornar suas posições permanentes, e finalmente hereditárias. A Espanha declarou-se independente em 756, Marrocos em 788, Túnis em 801, o Egito em 868. Nove anos depois os emires egípcios tomaram a Síria e governaram-na em sua maior parte até 1076. Al-Mamun tinha recompensado seu general Tahir, confiando a ele e seus descendentes o governo do Coraçã. Esta dinastia tahírida (820-72) governou a maior parte da Pérsia em um estado

de semi-soberania até ser substituída pelos safáridas (872-903). De 929 a 944, uma tribo de muçulmanos xiitas, os hamdanidas, conquistou a Mesopotâmia setentrional e a Síria e dignificou seu poder fazendo de Mossul e Alepo brilhantes centros da vida cultural. Deste modo, Sayfu'l-Dawla (944-67), ele próprio um poeta, acolheu em sua corte de Alepo ao filósofo al-Farabi e ao mais popular dos poetas árabes, al-Mutanabi. Os buwayhidas, filhos do chefe montanhês do Cáspio, Buwayh, tomaram Isfahan e Xiraz e finalmente Bagdá (945); por mais de 100 anos forçaram os califas a obedecer às suas ordens. O comandante dos fiéis ficou reduzido a pouco mais do que um chefe do islamismo ortodoxo, enquanto o emir buwayhida, um xiita, assumia a direção do decadente Estado. Adud al-Dawla, o maior destes buwayhidas (949-83), fez de sua capital Xiraz uma das mais belas cidades do Islã, mas também gastou generosamente em outras cidades de seu reino. Sob seu governo e os de seus sucessores, Bagdá reconquistou algo da glória que havia conhecido no tempo de Harum al-Raschid.

Em 874, os descendentes de Samâni, um nobre zoroastriano, fundaram a dinastia dos samânidas, que dominou a Transoxiana e o Coraçã até 999. Não costumamos julgar a Transoxiana tão importante na história da ciência e da filosofia; assim mesmo, sob os reis samânidas, Bucara e Samarcanda rivalizaram com Bagdá como centros do saber e da arte; nessas cidades foi restaurada a língua persa, que se tornou veículo de uma vasta literatura. A corte samânida protegeu Avicena, o maior dos filósofos medievais, e proporcionou-lhe acesso a uma rica biblioteca. E al-Razi, o maior dos médicos medievais, dedicou o *al-Mansuri*, seu imenso compêndio de medicina, a um príncipe samânida. Em 990, os turcos conquistaram Bucara, em 999 acabaram com a dinastia samânida. Tal como os bizantinos tinham lutado durante três séculos para conter a expansão árabe, assim agora os muçulmanos lutavam para deter o movimento dos turcos para o oeste. Do mesmo modo, posteriormente, os turcos lutariam para impedir o fluxo mongol. Periodicamente a pressão de uma população crescente sobre os meios de subsistência gera as migrações em massa que eclipsam outros eventos da História.

Em 962, um bando de aventureiros turcos procedentes do Turquestão invadiu o Afeganistão sob a direção de Alp Teguin, um antigo escravo, assenhoreou-se de Gasna e estabeleceu ali a dinastia gasnévida. Subuc Teguin (976-97), primeiramente escravo, depois genro e a seguir sucessor de Alp Teguin, estendeu seu domínio sobre Pexauar e parte do Coraçã. Seu filho Mamude (998-1030) tomou toda a Pérsia, desde o Golfo até Oxo, e em 17 campanhas implacáveis adicionou o Penjabe ao seu império e muito da riqueza da Índia aos seus cofres. Saciado com saques e aborrecido com o desemprego causado pela desmobilização, empregou parte de seus bens e de seus soldados na construção da mesquita congregacional de Gasna. Diz um historiador muçulmano:

> Ela tinha uma imensa nave, em que seis mil servos de Deus podiam cumprir seus deveres sem se incomodarem uns aos outros. E Mamude erigiu perto dela um colégio e dotou-o com uma biblioteca e livros raros... E a essas paredes simples vinham estudantes, professores e sacerdotes... e das dotações do colégio eles recebiam o sustento diário e todos os requisitos essenciais, e um salário anual ou mensal.[31]

Para esse colégio e sua corte, Mamude trouxe muitos cientistas, inclusive al-Biruni e vários poetas, entre os quais Firdusi, que relutantemente dedicou a ele o maior dos

poemas persas. Durante essa geração, Mamude permaneceu em muitos sentidos no zênite do mundo. Mas sete anos depois de sua morte, seu império passou às mãos dos turcos seljúcidas.

Seria erro considerar os turcos como bárbaros. Assim como foi necessário modificar esse termo aplicado aos conquistadores germânicos de Roma, deve-se dizer também que os turcos já não eram bárbaros quando invadiram o Islã. Movendo-se do lago Baical para o oeste os turcos da Ásia norte-central organizaram-se, no século VI, sob a direção de um *khan* (cã) ou *chagan*. Fundindo o ferro encontrado em suas montanhas, fizeram armas tão duras quanto o era seu código, que punia com a morte não só a traição e o assassínio, mas também o adultério e a covardia. A fertilidade de suas mulheres superou a mortalidade de suas guerras. Aproximadamente no ano 1000, um ramo dos turcos, conhecido pelo nome do seu *beg*, ou chefe Seljuq, dominou a Transoxiana bem como o Turquestão. Mamude de Gasna, pensando em deter o poder de seu rival turco, seqüestrou um filho do Seljuq e o prendeu na Índia (1029). Determinados e enfurecidos, os turcos seljúcidas sob o enérgico e hábil chefe Tugril tomaram a maior parte da Pérsia e prepararam o caminho para futuros avanços, mandando ao califa al-Qaim, de Bagdá, uma delegação anunciando sua submissão a ele e ao Islã. O califa esperava que esses guerreiros destemidos fossem capazes de libertá-lo de seus senhores buwayhidas. Pediu a Tugril para vir em seu auxílio. Tugril veio (1055) e os buwayhidas fugiram. Al-Qaim desposou uma sobrinha de Tugril e fez dele "Rei do Leste e Oeste" (1058). Uma por uma as pequenas dinastias do Islã asiático se esboroaram ante os seljúcidas e reconheceram novamente a supremacia de Bagdá. Os governantes seljúcidas assumiram o título de *sultão* (senhor) e reduziram os califas a um papel meramente religioso; mas introduziram no governo um novo vigor e competência e no maometismo um novo fervor de fé ortodoxa. Não destruíram, como os mongóis fariam dois séculos depois, o que conquistaram; rapidamente absorveram a civilização mais elevada, unificaram em novo império os membros dispersos de um Estado moribundo e deram-lhe força para suportar e sobreviver àquele longo duelo entre o cristianismo e o islamismo, que conhecemos com o nome de Cruzadas.

IV. ARMÊNIA: 325-1060

No ano 1060 os turcos seljúcidas estenderam sua conquista à Armênia.

Este devastado país sentira as garras dos imperialismos rivais através de muitos séculos, porquanto suas montanhas estorvavam sua unidade de defesa, ao passo que seus vales proporcionavam estradas tentadoras entre a Mesopotâmia e o Mar Negro. A Grécia e a Pérsia combateram por essas estradas como caminho de comércio e guerra; os 10.000 de Xenofonte passaram por elas; Roma e a Pérsia lutaram por elas; também Bizâncio e a Pérsia, Bizâncio e o Islã, a Rússia e a Inglaterra. Através de todas as vicissitudes da pressão ou domínio estrangeiro, a Armênia conservou uma independência prática, uma vigorosa economia comercial e agrícola, uma autonomia cultural que produziu sua própria religião, literatura e arte. Foi a primeira nação a adotar o cristianismo como religião de Estado (303). Ela tomou o lado monofisita nos debates acerca da natureza de Cristo, recusando-se a admitir que Ele tivesse compartilhado das fraquezas da carne humana. Em 491, os bispos armênios separaram-se do cristianismo romano e grego e constituíram uma Igreja Armênia autônoma sob seus próprios *katholikos*. A literatura armênia usou a língua grega até os princípios do século V,

quando o bispo Mesrob inventou um alfabeto nacional e traduziu a Bíblia para o idioma armênio. Desde esse tempo a Armênia vem produzindo uma literatura rica, principalmente em religião e história.

De 642 a 1046 o país esteve nominalmente sujeito aos califas, mas permaneceu virtualmente soberano e zelosamente cristão. No século IX a família Bagratuni estabeleceu uma dinastia sob o título de "Príncipe dos Príncipes", construiu uma capital em Ani, e proporcionou ao país várias gerações de progresso e relativa paz. Ashot III (952-77) foi muito amado pelo seu povo; fundou muitas igrejas, hospitais, conventos e casas de caridade e (dizem) jamais se sentava à mesa de refeição sem se fazer acompanhar de pobres. Sob seu filho Gagic I (990-1020) — como devem parecer esquisitos aos armênios os nossos nomes! — a prosperidade atingiu o auge; numerosas eram as escolas, as cidades se enriqueciam pelo comércio e adornavam-se de arte. E Cars rivalizava com Ani como centro de literatura, teologia e filosofia. Ani apresentava palácios grandiosos e uma famosa catedral (cerca de 980), em uma combinação sutil de estilos persa e bizantino; havia pilares e colunas, arcos pontiagudos bem como redondos e outras formas que mais tarde entraram na arte gótica. Quando, em 989, a cúpula de Santa Sofia de Constantinopla foi destruída por um terremoto, o imperador bizantino encarregou Trdat, o arquiteto da catedral de Ani, da difícil tarefa de restaurá-la.[32]

CAPÍTULO XI

A Cena Islâmica

628 — 1058

I. A ECONOMIA

A CIVILIZAÇÃO é uma união do solo com a alma — os recursos da terra transformados pelo desejo e a disciplina dos homens. Atrás da fachada e debaixo do peso das cortes e dos palácios, templos, escolas, letras, luxos e artes, permanece o homem básico: o caçador que traz a caça das florestas, o mateiro que derruba a floresta; o pastor que apascenta e cria seu rebanho; o camponês que limpa, lavra, semeia, cultiva, colhe e guarda o pomar, a videira, a colmeia e a criação; a mulher absorvida nas centenas de afazeres de um lar em atividade; o mineiro que cava a terra; o construtor que dá forma a casas, veículos e navios; o artesão que amolda produtos e instrumentos; o bufarinheiro, o dono do armazém e o mercador que unem e dividem o produtor e o consumidor; o capitalista que incrementa a indústria com suas economias; o diretor que arranja braços, materiais e inteligências para a criação de serviços e bens. Estes são os pacientes e incansáveis leviatãs em cujas costas oscilantes a civilização caminha precariamente.

Todos eles trabalhavam ativamente no Islã. Homens criavam bois, cavalos, camelos, cabras, elefantes e cães; roubavam o mel das abelhas e o leite dos camelos, cabras e vacas; e cultivavam centenas de variedades de cereais, verduras, frutas, nozes e flores. A laranjeira foi levada da Índia para a Arábia antes do século X; os árabes a introduziram na Síria, Ásia Menor, Palestina, Egito e Espanha, países de onde ela passou para a Europa meridional.[1] A cultura da cana-de-açúcar e a refinação do açúcar foram igualmente difundidas pelos árabes a partir da Índia através do Oriente Próximo e trazidas pelos cruzados a seus países europeus.[2] O algodão foi pela primeira vez cultivado pelos árabes.[3] Estas realizações em terras geralmente áridas tornaram-se possíveis por meio de irrigação organizada. Neste setor os califas fizeram uma exceção ao seu princípio de deixar a economia à livre empresa: o governo dirigia e custeava a manutenção dos grandes canais. O Eufrates foi canalizado para a Mesopotâmia, o Tigre para a Pérsia e um grande canal ligou os dois rios em Bagdá. Os primeiros califas abássidas encorajaram a drenagem dos pauis e a restauração de aldeias arruinadas e fazendas desertas. No século X, sob os príncipes samânidas a região entre Bucara e Samarcanda foi considerada um dos "quatro paraísos terrestres" — sendo os demais a Pérsia meridional, o sul do Iraque e a região em torno de Damasco.

Ouro, prata, ferro, chumbo, mercúrio, antimônio, enxofre, asbesto, mármore e pedras preciosas eram extraídos ou tirados da terra. Mergulhadores pescavam pérolas no Golfo Pérsico. Fazia-se algum uso da nafta e do betume; um assentamento nos ar-

quivos de Harum dá o preço da "nafta e palha" empregadas na incineração do corpo de Jafar.[4] A indústria estava na fase do artesanato, praticado nas casas e nas oficinas dos artesãos, organizados em guildas. Encontramos poucas fábricas e nenhum avanço evidente na tecnologia, exceto o desenvolvimento dos moinhos de vento. Masudi, escrevendo no século X, refere-se ao fato de tê-los visto na Pérsia e no Oriente Próximo; não há sinais deles na Europa antes do século XII. Possivelmente foram outro presente do Oriente muçulmano a seus inimigos das Cruzadas.[5] Houve muita engenhosidade mecânica. A clepsidra enviada por Harum al-Raschid a Carlos Magno era feita de couro e latão adamascado; indicava as horas por meio de cavaleiros metálicos que a cada hora abriam a porta, faziam cair o número adequado de bolas em um címbalo e, em seguida, retirando-se, fechavam a porta.[6] A produção era lenta mas o trabalhador podia dedicar-se a um trabalho completo e fazia de quase toda a indústria uma arte. Tecidos persas, sírios e egípcios eram famosos pela paciente perfeição de sua técnica; Mossul pelo seu algodão *musseline*, Damasco pelo seu linho *damasco*, Áden pela sua lã. Damasco era conhecida também pelas suas espadas de aço finamente temperado, Sídon e Tiro por vidros de finura e clareza não superadas; Bagdá pelos seus vidros e cerâmica; Rayy pelas louças, agulhas e pentes; Raqqa pelo óleo de oliva e sabão; Fars pelos perfumes e tecidos de lã. Sob o domínio muçulmano, a Ásia ocidental atingiu um grau de prosperidade industrial e comercial não igualado pela Europa antes do século XVI.[7] O transporte terrestre era feito principalmente por camelos, cavalos, mulas e homens. Mas o cavalo era demasiado estimado para servir precipuamente como besta de carga. "Não o chame de meu cavalo", disse um árabe, "chame-o de meu filho. Ele corre mais rápido do que a tempestade e mais veloz do que um lampejo... Ele tem os pés tão leves que poderia dançar sobre o peito de sua amante e esta nada sofreria."[8] Assim o camelo, "navio do deserto", suportava a maior parte das cargas do comércio árabe; e caravanas de 4.700 camelos passavam pelo mundo muçulmano. Grandes estradas que se irradiavam de Bagdá levavam através de Rayy, Nixapur, Merv, Bucara e Samarcanda, e Caxegar e à fronteira chinesa; através de Basra, a Xiraz por Cufa, a Medina, Meca e Áden; via Mossul ou Damasco, para a costa síria. Caravançarás ou estalagens, hotéis e cisternas ajudavam o viajante e seus animais. Muito do tráfego interiorano era feito em rios e canais. Harum al-Raschid planejou um canal de Suez, mas Iaia, por motivos desconhecidos, provavelmente financeiros, desencorajou a idéia.[9] O Tigre, em Bagdá, com uma largura de 750 pés, era atravessado por três pontes construídas sobre botes.

Sobre essas artérias processava-se intenso comércio. Era uma vantagem econômica para a Ásia ocidental que um só governo unisse uma região outrora dividida em quatro Estados; tarifas aduaneiras e outras barreiras comerciais foram removidas e o fluxo de mercadorias foi facilitado pela unidade da língua e do credo. Os árabes não desprezavam os mercadores como os aristocratas europeus. Logo se uniram a cristãos, judeus e persas no negócio de transportar mercadorias do produtor ao consumidor com o menor lucro possível para estes. Cidades e vilas expandiram-se e tornaram-se ruidosas com o transporte, trocas e vendas; bufarinheiros gritavam suas mercadorias diante das gelosias; lojas balançavam seus artigos e retumbavam com seus regateios; feiras, mercados e bazares reuniam mercadorias, mercadores, compradores e poetas; caravanas ligavam a China e a Índia à Pérsia, Síria e Egito; e portos como Bagdá, Basra, Áden, Cairo e Alexandria enviavam os mercadores árabes ao mar. O comércio muçulmano dominou o Mediterrâneo até o tempo das Cruzadas, ocupando-se das tran-

sações entre a Síria e o Egito em uma extremidade, e em outra, Tunísia, Sicília, Marrocos e Espanha, e tocando a Grécia, a Itália e a Gália. Conseguiu o controle do Mar Vermelho, arrebatando-o da Etiópia; atingiu, através do Mar Cáspio, a Mongólia e de Astracã, Volga acima, alcançou Novgorod, Finlândia, Escandinávia e Germânia, onde deixou milhares de moedas muçulmanas; respondeu aos juncos chineses que visitaram Basra, enviando *dhous* árabes do Golfo Pérsico à Índia e Ceilão, através dos Estreitos e pela costa chinesa acima até Khanfu (Cantão). Aí, já no século VIII, estava bem estabelecida uma colônia de mercadores muçulmanos e judeus.[10] Esta atividade comercial vitalizante atingiu seu auge no século X, quando a Europa ocidental estava no nadir; e ao desaparecer, deixou sua marca em muitas línguas européias, em palavras tais como *tarifa, tráfego, magazine, caravana, bazar*.

O Estado deixou livres a indústria e o comércio e os auxiliou com uma moeda relativamente estável. Os primeiros califas usavam o dinheiro bizantino e persa, mas em 695 Abd-al-Malik cunhou dinares de ouro e *dirhems* de prata árabes. (O dinar [do romano *denarius*] continha 65 gramas de ouro ou 0,135 de uma onça e valeria $4,73 em termos do preço do ouro nos Estados Unidos em 1947; tomá-lo-emos aproximadamente ao preço de $4,75. O *dirhem* [do grego *drachma*] continha 43 gramas de prata, valendo cerca de oito *cents*. Como a pureza da cunhagem variava, nossos equivalentes serão apenas aproximados.) Ibn Hawqal (*ca.* 975) descreve uma espécie de nota promissória para 42.000 dinares destinada a um mercador de Marrocos; da palavra árabe *sakk* para esta forma de crédito derivou a nossa palavra "cheque". Investidores tinham parte no financiamento de viagens comerciais ou caravanas; e embora o juro fosse proibido, encontravam-se meios, como na Europa, de fugir à proibição e resgatar o capital pela sua aplicação e risco. Monopólios eram ilegais, mas prosperavam. Dentro de um século após a morte de Omar, as classes altas árabes haviam reunido grande riqueza e viviam em propriedades luxuosas, cuidadas por centenas de escravos.[11] Iaia, o barmécida, ofereceu 7.000.000 de *dirhems* ($560.000) por uma caixa de pérola feita de pedras preciosas e sua oferta foi recusada; o califa Muqtafi — se pudermos acreditar nas cifras muçulmanas — deixou, ao morrer, 20.000.000 de dinares ($94.500.000) em jóias e perfumes.[12] Quando Harum al-Raschid casou seu filho al-Mamun com Burã, a avó desta esvaziou uma caixa de pérolas sobre o noivo; e o pai da noiva distribuiu entre os convidados bolas de almíscar, cada uma das quais continha uma escritura dando direito a seu possuidor a um escravo, um cavalo, uma fazenda ou outro mimo.[13] Depois que Muqtadir confiscou 16.000.000 de dinares de fortuna de Ibn al-Jassa, este famoso joalheiro ainda continuou rico. Muitos homens que se dedicavam ao comércio com o além-mar tinham 4.000.000 de dinares; centenas de mercadores possuíam casas que custavam de 10.000 a 30.000 dinares ($142.500).[14]

Na base da estrutura econômica estavam os escravos. Eram provavelmente mais numerosos no Islã, em proporção à sua população, do que no mundo cristão, onde a servidão estava substituindo o cativeiro. Estamos informados de que o califa Muqtadir tinha 11.000 eunucos em sua corte; Musa capturou 300.000 nativos da África, 30.000 "virgens" da Espanha, e vendeu-os como escravos. Qutayba aprisionou 100.000 em Sogdiana; as cifras são orientais e devem ser feitos descontos. O Alcorão reconhecia como únicas fontes legítimas da escravidão o aprisionamento de não-mulçumanos na guerra e o nascimento de crianças de pais escravos; nenhum muçulmano (exatamente como nenhum cristão na cristandade) podia ser escravizado. Todavia, desenvolveu-se um rápido comércio de escravos aprisionados nas incursões: negros da África Oriental

e Central, turcos ou chineses do Turquestão, brancos da Rússia, Itália e Espanha. O muçulmano tinha todo direito de vida e morte sobre seus escravos; geralmente, porém, ele os tratava com natural humanidade que tornava a sorte dos pobres não pior — talvez melhor, visto que mais segura — do que a de um operário na Europa do século XIX.[15] Escravos faziam a maior parte dos trabalhos baixos nas fazendas, a maior parte dos trabalhos manuais não especializados nas cidades; serviam como criados na casa, e como concubinas ou eunucos no harém. A maioria dos dançarinos, cantores e atores eram escravos. O rebento de uma escrava com seu dono ou de uma mulher livre com seu escravo era livre desde o nascimento. Os escravos podiam casar-se, e seus filhos, quando talentosos, podiam receber instrução. É espantoso quão numerosos filhos de escravos galgaram altas posições no mundo intelectual e político do Islã e quantos, como Mamude e os primeiros mamelucos, tornaram-se reis.

A exploração do Islã asiático nunca chegou à crueldade dos pagãos, cristãos ou muçulmanos do Egito onde o camponês trabalhava o dia todo, ganhava o suficiente para pagar a choupana, a tanga e o alimento que mal dava para sua subsistência. Havia e ainda há muita mendicância e muitos falsos mendigos no Islã. Mas o asiático pobre tinha uma habilidade protetora no fato de trabalhar lentamente; poucos homens poderiam competir com ele em muitas modalidades de adaptação à ociosidade; a esmola era freqüente e, na pior das hipóteses, um homem sem lar podia dormir no melhor edifício da cidade — a mesquita. Mas, mesmo assim, a eterna guerra de classes ferveu sombriamente através dos anos e irrompeu uma ou outra vez (778, 796, 808, 838) em violentas revoltas. Em geral, uma vez que o Estado e a Igreja se entrosavam, as rebeliões assumiam uma aparência religiosa. Algumas seitas, como a Khurramiyya e a Muhayyda, adotaram as idéias comunistas do rebelde persa Mazdak; um grupo se chamava *Surckh Alam* — a "Bandeira Vermelha".[16] Por volta de 772, Hashim al-Muqanna — o "Profeta Velado" do Coraçã — anunciou que ele era a encarnação de Deus e viera restabelecer o comunismo de Mazdak. Reuniu várias seitas em seu redor, derrotou muitos exércitos, dominou o norte da Pérsia por 14 anos e foi finalmente preso (786) e morto.[17] Em 838, Babik al-Khurrani renovou o esforço, reuniu em torno de si um bando conhecido como Muhammira — isto é, "Vermelhos"[18] — ocupou o Azerbajã, conservou-o durante 22 anos, derrotou uma série de exércitos e (afirma-nos Tabari) matou 255.500 soldados e cativos antes de ser vencido. O califa Mutasim ordenou que o próprio carrasco de Babik cortasse os membros de Babik um por um; o tronco foi empalado na frente do palácio real, e a cabeça enviada para ser exibida nas cidades do Coraçã[19] como a lembrar que todos os homens nasceram desiguais e sem liberdade.

A mais famosa destas "guerras servis" do Levante foi organizada por Ali, um árabe que alegava ser descendente do genro do Profeta. Perto de Basra, eram empregados na escavação de salitre muitos escravos negros. Ali mostrou-lhes como estavam sendo maltratados, aconselhou-os a seguirem-no na revolta e prometeu-lhes liberdade, riqueza e... escravos. Eles concordaram, apoderaram-se de alimentos e provisões, derrotaram as tropas enviadas contra eles e construíram aldeias independentes com palácios para os chefes, prisões para os cativos e mesquitas para as orações (869). Os empregadores ofereceram a Ali cinco dinares ($23,75) por cabeça se ele persuadisse os rebeldes a voltarem ao trabalho; Ali recusou. Foi estabelecido o cerco em uma tentativa de submetê-los pela fome. Mas quando seus víveres se esgotaram, eles atacaram a cidade de Obola, libertaram os escravos ali encontrados, os quais aderiram aos rebel-

des, saquearam-na e incendiaram-na (870). Muito encorajado, Ali conduziu seus homens a outras cidades, tomou várias delas e assumiu o controle do sul do Irã e do Iraque até as portas de Bagdá. O comércio ficou paralisado e a capital começou a sentir os efeitos da fome. Em 871, o general negro Mohallabi, com um grande exército de rebeldes, tomou Basra. Se dermos crédito aos historiadores, 300.000 pessoas foram massacradas e milhares de mulheres e crianças brancas, inclusive a aristocracia hachimita, se tornaram concubinas ou escravas dos soldados negros. A rebelião continuou por 10 anos. Grandes exércitos foram enviados para abafá-la; anistia e prêmios foram oferecidos aos desertores; muitos dos homens de Ali abandonaram-no e uniram-se às forças do governo. O restante foi cercado, sitiado e bombardeado com chumbo fundido e "fogo grego" — tochas flamejantes de nafta. Finalmente um exército governamental sob o comando do vizir Mowaffaq entrou na cidade dos rebeldes, venceu a resistência, matou Ali e trouxe sua cabeça ao vencedor. Mowaffaq e seus oficiais ajoelharam-se e agradeceram a Alá pelas suas graças (883).[20] A rebelião durara 14 anos e havia ameaçado toda a estrutura econômica e política do Islã Oriental. Ibn Tulun, governador do Egito, aproveitou-se da situação e fez da mais rica das províncias do califa um Estado independente.

II. A FÉ

Em seguida ao pão e à mulher, na hierarquia do desejo, vem a salvação eterna. Quando o estômago está satisfeito e o desejo carnal saciado, o homem dedica um pouco de tempo a Deus. A despeito da poligamia, o muçulmano votava grande parte de seu tempo a Alá e fez de sua religião a base de sua moral, suas leis e seu governo.

Teoricamente a fé muçulmana era a mais simples de todas as crenças: "Não há outro deus senão Alá, e Maomé é o seu profeta." (*La ilaha il-Allah, Muhammad-un Rasulullah.*) Mas a simplicidade da fórmula é apenas aparente, pois sua segunda cláusula implica a aceitação do Alcorão e de seus ensinamentos. Conseqüentemente os muçulmanos ortodoxos também acreditavam no céu e no inferno, nos anjos e demônios, na ressurreição do corpo e da alma, na predestinação divina de todos os acontecimentos, no Juízo Final, nos quatro deveres da prática muçulmana — prece, esmola, jejum e peregrinação — e na inspiração divina de vários profetas que chegaram em sucessão até Maomé. Dizia o Alcorão: "Para cada nação há um mensageiro e profeta" (X, 48); alguns muçulmanos calculavam que o número de tais mensageiros atingia a 224.000;[21] mas ao que parece somente Abraão, Moisés e Jesus eram considerados por Maomé como tendo falado o verbo de Deus. Por isso os muçulmanos precisavam aceitar o Velho Testamento e os Evangelhos, como escrituras inspiradas. Quanto aos pontos em que contradiziam o Alcorão, a explicação era a de que seus textos divinos tinham sido voluntária ou premeditadamente corrompidos pelos homens; de qualquer modo, o Alcorão superava todas as revelações anteriores, e Maomé era superior a todos os outros mensageiros de Deus. Os muçulmanos proclamavam a condição humana do Profeta, mas o reverenciavam quase tão intensamente quanto os cristãos adoravam a Cristo. "Se eu vivesse no seu tempo", diz um muçulmano típico, "não teria permitido que o Apóstolo de Deus pusesse seus abençoados pés na terra: carregá-lo-ia em meus ombros onde quer que ele quisesse ir."[22]

Tornando sua fé mais complexa, os bons muçulmanos aceitaram e seguiram, além do Alcorão, as tradições (*hadith*) preservadas pelos conhecedores dos hábitos (*sunna*)

e conversações do seu Profeta. O tempo apresentou questões de credo, ritual, moral e direito às quais o livro sagrado não dava nenhuma resposta clara. Às vezes as palavras do Alcorão eram obscuras e necessitavam de elucidação. Era útil, em tais casos, saber o que o Profeta ou seus Companheiros tinham feito ou dito. Certos muçulmanos dedicaram-se à coleta de tais tradições. Durante o primeiro século de sua era abstiveram-se de escrevê-las; formaram escolas de *hadith* em diversas cidades e faziam conferências públicas, recitando-as. Não era incomum muçulmanos viajarem da Espanha à Pérsia para ouvir um *hadith* de alguém que dizia tê-lo recebido diretamente de Maomé. Desta maneira formou-se um corpo de ensinamento oral ao lado do Alcorão, tal como o Míxina e o Gemaras desenvolveram-se a par do Velho Testamento. E assim como Jehuda ha-Nasi reuniu as leis orais dos judeus em uma forma escrita em 189, também al-Bukhari, em 870, depois de pesquisas que o levaram do Egito ao Turquestão, examinou com espírito crítico 600.000 tradições maometanas e publicou 7.275 delas no seu *Sahih* (*Livro Correto*). Cada tradição selecionada era seguida, através de uma longa cadeia (*isnad*) de transmissores, até um dos Companheiros ou o próprio Profeta.

Muitas das tradições contribuíram para acrescentar nova coloração à crença muçulmana. Maomé não se atribui nenhum poder miraculoso, mas centenas de belas tradições falavam de maravilhas por ele realizadas: como ele alimentou uma multidão com o que mal dava para nutrir um homem; exorcizou demônios, fez chover com uma simples oração e depois cessar a chuva com outra prece; como ele tocara nas tetas de cabras estéreis e elas deram leite; como os doentes eram curados ao contato de suas roupas ou de seus cabelos cortados. Parece que influências cristãs moldaram muitas das tradições. O amor ao inimigo era inculcado, embora Maomé tivesse pontos de vista mais rigorosos. O Padre-Nosso foi copiado dos Evangelhos. As parábolas do semeador, dos convidados às bodas e dos trabalhadores da vinha foram postas na boca de Maomé;[23] acima de tudo, foi ele transformado em excelente cristão, apesar de suas nove mulheres. Críticos muçulmanos queixaram-se de que muito do *hadith* fora preparado como propaganda omíada, abássida, ou outras.[24] Ibn Abi al-Awja, executado em Cufa em 772, confessou ter inventado quatro mil tradições.[25] Alguns cépticos riram das coleções de *hadith* e compuseram histórias indecentes, na forma solene do *hadith*.[26] Todavia, a aceitação do *hadith* em uma e outra de suas coleções aprovadas, como força para impor fé e moral, tornou-se um sinal de distinção dos muçulmanos ortodoxos, que por isso receberam o nome de *sunni* ou tradicionalistas.

Uma tradição diz que o arcanjo Gabriel perguntou a Maomé: "O que é o islamismo?" e que o Profeta respondeu: "O Islã é a crença em Alá e seu Profeta, recitar as orações prescritas, dar esmolas, observar o jejum do Ramadã e fazer peregrinação a Meca."[27] Oração, esmola, jejum e peregrinação constituem os "Quatro Deveres" da religião muçulmana. Estes, juntamente com a crença em Alá e Maomé, são os "Cinco Pilares do Islamismo".

A oração tinha de ser precedida da purificação. Como do muçulmano a prece é exigida cinco vezes por dia, a limpeza tornou-se literalmente vizinha da religiosidade. Maomé, da mesma forma que Moisés, empregou a religião como meio de higiene bem como de moralidade, baseado no princípio geral de que o racional pode somente assegurar a aceitação popular na forma do místico. Advertiu que a oração de uma pessoa impura não seria ouvida por Deus; tornou até a higiene bucal um pré-requisito para a prece. Mas finalmente concordou com a fórmula de conciliação de lavar a face,

as mãos e os pés (V, 6). Um homem que tinha tido relações sexuais, e uma mulher que havia menstruado ou dado à luz, desde a última purificação, deviam banhar-se antes da oração. De madrugada, pouco depois do meio-dia, à tarde, ao pôr-do-sol e à hora de dormir o muezim subia ao minarete para soar o *adhan*, ou o chamado para a prece:

> Allahu Akbar (Deus é o maior)! Allahu Akbar! Allahu Akbar! Allahu Akbar! Testemunho que não há outro Deus senão Alá. Testemunho que não há outro Deus senão Alá. Testemunho que não há outro Deus senão Alá. Testemunho que Maomé é o Apóstolo de Alá. Testemunho que Maomé é o Apóstolo de Alá. Testemunho que Maomé é o Apóstolo de Alá. Vinde orar! Vinde orar! Vinde orar! Vinde para o êxito! Vinde para o êxito! Vinde para o êxito! Allahu Akbar! Allahu Akbar! Allahu Akbar! Não há outro Deus senão Alá!

Trata-se de poderoso apelo, nobre intimação para se levantar com o sol, bem-vinda interrupção no trabalho do dia, solene mensagem da majestade divina no silêncio da noite. Até a ouvidos estranhos é grato este agudo canto de muitos muezins de diversas mesquitas, conclamando a alma presa à terra para um momento de comunhão com a misteriosa fonte da vida e do espírito. Nessas cinco ocasiões, todos os muçulmanos, onde quer que estejam, devem abandonar o que estiverem fazendo, purificar-se, voltarem-se para Meca e a Caaba e recitar as mesmas orações breves, nas mesmas posturas sucessivas, em impressionante simultaneidade que se move com o sol através da terra.

Aqueles que tivessem tempo e vontade iriam à mesquita para orar. Geralmente ela estava aberta o dia todo; qualquer muçulmano ortodoxo ou herético podia entrar para fazer suas abluções, repousar ou orar. Ali, também, na penumbra claustral, mestres ensinavam seus discípulos, juízes julgavam casos, califas anunciavam suas políticas ou seus decretos; pessoas reuniam-se para conversar, ouvir notícias e, mesmo, para fazer negócios. A mesquita, como a sinagoga e a igreja, era o centro da vida diária, a casa, o lar da comunidade. Meia hora antes do meio-dia de sexta-feira os muezins cantavam dos minaretes a saudação ou *salaam* — uma bênção a Alá, Maomé, sua família e os grandes Companheiros e chamavam a congregação para a mesquita. Esperava-se que os oradores tivessem tomado banho e posto roupas limpas e se perfumado; ou podiam proceder a abluções menores no tanque ou fonte que ficava no pátio da mesquita. As mulheres geralmente ficavam em casa, quando os homens iam ao templo e vice-versa; receava-se que a presença de mulheres, mesmo com véus, distraísse o macho excitável. Os adoradores tiravam os sapatos na porta da mesquita propriamente dita e entravam com chinelos ou apenas com meias. Ali ou no pátio (se fossem numerosos) ficavam ombro a ombro, em uma ou mais fileiras, de frente para o *mihrab*, ou nicho de prece do muro, que indicava o *qibla* ou a direção de Meca. O imã (*iman*) ou dirigente da prece lia uma passagem do Alcorão e pregava um curto sermão. Cada adorador recitava várias preces e nas posturas prescritas de curvatura, genuflexão e prostração. *Mesquita* significa um lugar de prostração para prece. (*Mesquita* vem da palavra árabe *mesdjid*, que por sua vez deriva de *sajada*, inclinar-se, adorar. No Oriente Próximo *mesdjid* é pronunciado *mâsjid*; na África do Norte, *mêsghid* — de onde as formas francesa, inglesa e portuguesa da palavra.) Então o imã recitava uma série complexa de saudações, bênçãos e orações, que a congregação acompanhava silenciosamente. Não havia hinos, procissões ou sacramentos; nem co-

letas ou pagamentos pelos assentos. Sendo a religião ligada ao Estado, era financiada pelos fundos públicos. O imã não era sacerdote, mas um leigo, que continuava a ganhar sua vida em uma ocupação secular, e era nomeado pelo guardião da igreja, por um período determinado, ganhando pequena espórtula para dirigir a congregação na prece; não havia clero no islamismo. Depois das orações das sextas-feiras, os muçulmanos estavam livres, se quisessem, para se entregar ao trabalho, como em qualquer outro dia; entrementes, todavia, eles haviam conhecido uma hora purificante de elevação, acima da luta econômica e social, e inconscientemente tinham cimentado sua comunidade por um ritual comum.

O segundo dever da prática muçulmana era dar esmolas. Maomé foi um crítico dos ricos quase tão severo quanto Jesus; alguns chegaram a pensar que ele iniciou sua carreira como reformador social, revoltado pelo contraste entre o luxo dos nobres mercadores e a pobreza das massas;[28] e, aparentemente, seus primeiros adeptos foram em sua maioria de origem humilde. Uma de suas primeiras atividades em Medina foi estabelecer uma taxa anual de 2,5 por cento sobre os bens móveis de todos os cidadãos para assistência aos pobres. Funcionários regulares coletavam e distribuíam essa receita. Parte dos produtos era empregada na construção de mesquitas e cobertura dos gastos na administração e na guerra; mas esta, em troca, resultava em presas que aumentavam as dádivas ao pobre. Dizia Omar II: "A oração nos leva a meio caminho de Deus, o jejum nos conduz à porta de Seu palácio, a caridade nos faz entrar nele."[29] As tradições são ricas em histórias de muçulmanos generosos. Consta que Hasã, por exemplo, três vezes em sua vida dividiu seus bens com os pobres e duas vezes deu tudo o que possuía.

O terceiro dever era jejuar. Geralmente aos muçulmanos era ordenado evitasse o vinho, a carne de animal morto, sangue e carne de porco ou cão. Maomé, porém, era mais tolerante que Moisés: alimentos proibidos podiam ser comidos em casos de necessidade. De um queijo saboroso contendo carne proibida ele apenas mandou, com seu requintado humor: "Mencione o nome de Alá."[30] Franzia as sobrancelhas ao ascetismo e condenava o monasticismo (VII, 27): os maometanos deviam gozar os prazeres da vida em sã consciência, mas com moderação. Entretanto, o islamismo, como a maioria das religiões, prescrevia certos jejuns, em parte como disciplinação da vontade e em parte, conforme podemos presumir, como medida de higiene. Poucos meses depois de instalar-se em Medina, Maomé viu os judeus observarem o jejum anual de Yom Kippur; adotou-o para seus adeptos, na esperança de conquistar os judeus para o Islã. Quando essa esperança se desfez, transferiu o jejum para o mês do Ramadã. Por 29 dias os muçulmanos deviam abster-se, durante o dia, de comer, beber, fumar ou do contato sexual; exceções eram feitas para os doentes, o viajante fatigado, os muito jovens ou velhos e mulheres com criança ou lactantes. Quando foi decretado pela primeira vez, o mês do jejum caiu no inverno, época em que o dia é curto. Mas como o calendário lunar dos muçulmanos encurta o ano para menos de quatro estações, em cada 33 anos, o Ramadã cai em pleno verão, quando os dias são longos e o calor oriental faz da sede verdadeira tortura. No entanto os bons muçulmanos suportavam o jejum. Cada noite, todavia, o jejum era quebrado, e o muçulmano podia comer, beber, fumar e amar até a madrugada; armazéns e lojas permaneciam abertos durante essas noites, convidando a população a festas e diversões. O pobre trabalhava como sempre durante o mês de jejum; o rico podia facilitar sua passagem, dormindo de dia. Pessoas muito piedosas passavam as últimas 10 noites do Ramadã na mesqui-

ta. Numa dessas noites, segundo se acredita, Alá começou a revelar o Alcorão a Maomé. Essa noite foi considerada "melhor do que mil meses", e os crentes simples, na incerteza de saber qual das 10 era a "Noite do Decreto Divino", guardavam todas elas com terrível solenidade. No primeiro dia após o Ramadã os muçulmanos celebravam o festival de *Id al-Fitr*, ou "Quebra do Jejum". Banhavam-se, punham roupas novas, saudavam-se uns aos outros com um abraço, davam esmolas e presentes e visitavam os túmulos de seus mortos.

A peregrinação a Meca era o quarto dever da doutrina muçulmana. A peregrinação aos lugares santos era tradicional no Levante: os judeus viviam na esperança de um dia ver o Zion (ou Sião: nome de uma colina em Jerusalém, em que habitou Davi); e piedosos pagãos árabes, muito antes de Maomé, haviam visitado a Caaba em carros de bois. Maomé aceitou o velho costume porque sabia que o ritual é mais difícil de ser modificado do que a crença, e talvez porque ele próprio anelava ardentemente pela Pedra Preta. Cedendo ao velho rito, ele abriu uma ampla porta para a aceitação do islamismo por toda a Arábia. A Caaba expurgada de seus ídolos tornou-se a Casa de Deus para todos os muçulmanos. E a todos os maometanos foi imposta a obrigação (com exceção dos doentes e pobres) de fazer a peregrinação a Meca "tantas vezes quantas fossem possíveis" — o que logo foi interpretado como significando uma vez na vida. À medida que o islamismo se alastrava para terras distantes, somente uma minoria de muçulmanos realizava a peregrinação; mesmo em Meca há muçulmanos que nunca fizeram uma visita ritual à Caaba.[31]

Doughty descreveu de modo incomparável o panorama da caravana de peregrinação movendo-se com fantástica paciência através do deserto, entre a fúria do sol e o fogo remoinhante das areias. Cerca de sete mil crentes, a pé, a cavalo, no dorso de burro ou mula ou ainda em palanquim senhoril, a maioria entre as corcovas do camelo "curvando a cada passo lento... fazendo 50 prostrações em cada minuto, fôssemos ou não para Meca",[32] cobrindo 30 milhas em uma jornada cansativa, às vezes 50, para alcançar um oásis. Muitos peregrinos adoecendo e sendo deixados para trás; alguns moribundos e abandonados às hienas ou a uma morte mais lenta. Em Medina, os peregrinos faziam alto para visitar os túmulos de Maomé, Abu-Béquer e Omar I na Mesquita do Profeta. Perto desses sepulcros, diz uma tradição popular, um espaço está reservado para Jesus, o filho de Miriam.[33]

Ao avistar Meca, a caravana armava seu acampamento fora dos muros porque toda a cidade era *haram* (sagrada). Os peregrinos banhavam-se, vestiam roupas brancas e inconsúteis, e cavalgavam ou caminhavam em fila muitas milhas, por estradas poeirentas, para procurar bairros de moradia na cidade. Durante sua permanência em Meca, deviam abster-se de todas as disputas, de relações sexuais, de qualquer ato pecaminoso.[34] Nos meses especialmente destinados à peregrinação, a Cidade Santa tornava-se um gárrulo centro de tribos e raças, subitamente despido de nacionalidade e classe na unanimidade do ritual e da prece. Na grande clausura chamada Mesquita de Meca esses milhares de fiéis corriam em tensa antecipação de uma experiência suprema; mal notavam os elegantes minaretes do muro ou as arcadas e colunatas do interior fechado. Mas todos paravam com temor respeitoso ante o poço de Zenzém, cuja água, dizia a tradição, havia mitigado a sede de Ismael; cada peregrino bebia dessa água, por mais amargo que fosse seu gosto, por mais rápidos que fossem seus efeitos. Alguns levavam-na engarrafada para casa, a fim de sugar sua santidade salvadora diariamente e na hora da morte.[35] Por fim os adoradores, todo olhos e com a respiração

suspensa, aproximavam-se do centro da clausura, da própria Caaba, um templo em miniatura iluminado por dentro com lâmpadas de prata pendentes, a parede externa semicoberta com uma cortina de fazenda rica e delicada e em um canto a inefável Pedra Preta. Sete vezes os peregrinos davam a volta em torno da Caaba e beijavam ou tocavam a pedra ou se inclinavam para ela. (Esse ritual de dar a volta ao redor de um objeto sagrado — um fogo, uma árvore, um mastro, um altar do Templo em Jerusalém — era um velho rito religioso.) Muitos peregrinos, exaustos, porém insones por causa da devoção, passavam a noite na clausura, sentados sobre suas mantas, conversando e orando e contemplando com admiração e êxtase o alvo de sua peregrinação.

No segundo dia os peregrinos corriam sete vezes entre as colinas Safa e Marwa, que ficavam fora da cidade, a fim de comemorar a busca desesperada de água por Agar para seu filho... No sétimo dia aqueles que desejavam fazer a "peregrinação maior", partiam para o monte Ararat — a uma distância de seis dias de viagem — e ouviam um sermão de três horas. De volta, a meio caminho, passavam uma noite rezando no oratório de Muzdalifa; no oitavo dia corriam ao vale de Mina e atiravam sete pedras a três marcos ou pilares, pois, segundo acreditavam, desse modo Abraão havia atirado pedras em Satanás quando o Diabo lhe interrompeu os preparativos para imolar seu filho... No décimo dia, sacrificavam um carneiro, um camelo e alguns outros animais cornudos, comiam a carne e distribuíam esmolas. Esta cerimônia, que comemorava sacrifícios similares feitos por Maomé, era o rito principal da peregrinação. E este "Festival de Sacrifício" era celebrado com ofertas semelhantes a Alá por muçulmanos de todo o mundo no décimo dia do período de peregrinação. Então os peregrinos cortavam os cabelos, aparavam as unhas e enterravam os pedaços cortados. Isso completava a Peregrinação Maior. Mas geralmente o fiel fazia outra visita à Caaba antes de regressar ao acampamento da caravana. Ali ele retomava sua condição e vestes profanas e com espírito orgulhoso e confortado iniciava a longa viagem de volta ao lar.

Esta famosa peregrinação servia a muitos propósitos. Tal como a dos judeus a Jerusalém, a dos cristãos a Jerusalém ou a Roma, intensificava a fé do fiel e o prendia, por uma experiência emocional coletiva, à sua crença e aos correligionários. Na peregrinação, uma piedade comum unia os beduínos pobres do deserto, mercadores ricos das cidades, berberes, negros africanos, sírios, persas, turcos, tártaros, indianos muçulmanos, chineses — todos usando a mesma vestimenta simples, recitando as mesmas preces, na mesma língua arábica. Daí, talvez, a moderação de distinções raciais no Islã. A circulação em torno da Caaba parece supersticiosa aos não muçulmanos. Mas os maometanos sorriem de costumes similares de outras religiões, perturbam-se ante o rito cristão de comer o Deus, e somente podem compreendê-lo como um símbolo externo de comunhão espiritual e de subsistência. Todas as religiões são superstições para outras fés.

E todas as religiões, por mais nobres que sejam na origem, cedo sofrem o acréscimo de superstições que nascem naturalmente das mentes cansadas e embotadas pela fadiga do corpo e pelo terror da alma na luta pela sobrevivência. A maioria dos muçulmanos acreditava na magia, e raras vezes duvidava da capacidade de feiticeiros de adivinhar o futuro, revelar tesouros ocultos, criar afeição, afligir um inimigo, curar moléstia ou anular o mau-olhado. Muitos acreditavam na metamorfose mágica de homens em animais ou plantas, ou em trânsitos miraculosos pelo espaço; é esta quase a estrutura das *Noites Árabes*. Espíritos encontravam-se em toda parte, realizando toda

espécie de truques e encantamentos sobre os mortais, gerando crianças não desejadas em mulheres descuidadas. A maioria dos muçulmanos, como a metade do mundo cristão, usava amuletos, como proteção contra influências malignas, considerava alguns dias de sorte, outros de azar e acreditava que os sonhos podiam revelar o futuro e que Deus às vezes falava aos homens nos sonhos. Todos no Islã, como na cristandade, aceitavam a astrologia. Os céus eram cartografados não só para fixar a orientação das mesquitas e o calendário de festas religiosas, como para selecionar um momento celestialmente propício para qualquer empreendimento importante e determinar a genetliologia de cada indivíduo — isto é, seu caráter — e destino conforme estabelecidos pela posição dos astros no momento do nascimento.

Parecendo ao mundo exterior tão indiscriminadamente uno em ritual e crença, o islamismo ficou logo dividido em seitas tão numerosas e fanáticas como no cristianismo. Havia os marciais, puritanos e democráticos kharijitas; os murjiites que sustentavam que nenhum muçulmano seria eternamente condenado; os jabritas que negavam o livre-arbítrio e apoiavam a predestinação absoluta; os qadaritas que defendiam a liberdade da vontade; e muitas outras. Tributamos nossos respeitos a sua sinceridade e onisciência e passamos adiante. Mas os xiitas pertencem imprescindivelmente à História. Derrubaram os omíadas, conquistaram o Islã persa, egípcio e indiano e influíram profundamente na literatura e na filosofia. O movimento xiita (de Xia, isto é, grupo, seita) tinha sua origem em dois assassínios — a morte de Ali e de Husein e sua família. Uma numerosa minoria de muçulmanos argumentava: uma vez que Maomé era o Apóstolo escolhido de Alá, deve ter sido intenção de Alá que os descendentes do Profeta, recebendo em algum grau o seu divino espírito e propósito, devessem herdar sua liderança no islamismo. Todos os califas, exceto Ali, lhes pareciam usurpadores. Rejubilaram quando Ali se tornou califa, lamentaram-no quando foi assassinado e ficaram profundamente chocados com a morte de Husein. Ali e Husein tornaram-se santos no culto xiita; seus templos, em categoria, ficaram abaixo apenas da Caaba e do túmulo do Profeta. Talvez influenciados pelas idéias persas, judaicas e cristãs de um Messias e a concepção budista de *bodhisattvas* (santos repetidamente encarnados), os xiitas consideraram os descendentes de Ali como imãs ("exemplares"), isto é, encarnações infalíveis da sabedoria divina. O oitavo imã era Riza, cujo túmulo em Mashhad, no nordeste da Pérsia, é tido como a "Glória do Mundo Xiita". Em 873, o décimo segundo imã — Muhammad ibn Hasan — desapareceu aos 12 anos. Na crença xiita, ele não morreu, apenas aguarda sua hora para reaparecer e dirigir os muçulmanos xiitas à supremacia universal e à bem-aventurança.

Como em quase todas as religiões, as várias seitas do islamismo sentiam uma animosidade recíproca mais intensa do que a que tinham pelos "infiéis". A estes *dhimmi* — cristãos, zoroastrianos, sabeus, judeus — o califado omíada ofereceu um certo grau de tolerância dificilmente igualado nas terras cristãs contemporâneas. Tinham permissão de praticar livremente suas crenças e podiam manter suas igrejas sob a condição de que usassem uma roupa da cor do mel, para distingui-los, e pagar um imposto de renda de um a quatro dinares ($4,75 a $19,00) por ano, segundo suas receitas. Esse imposto era arrecadado somente dos homens não muçulmanos capazes de serviço militar; não era aplicado a monges, mulheres, adolescentes, escravos, velhos, aleijados, cegos ou muito pobres. Em troca os *dhimmi* ficavam isentos (ou excluídos) do serviço militar, eram dispensados de pagar o imposto de 2,5 por cento para a caridade da comunidade e recebiam a proteção do governo. Seus testemunhos não eram

admitidos nas cortes muçulmanas, mas tinham permissão de autogoverno sob seus próprios dirigentes, juízes e leis. O grau de tolerância variava com as dinastias: os sucessores eram uma vez por outra severos, os omíadas geralmente brandos, os abássidas alternadamente tolerantes e severos. Omar I expulsou todos os judeus e cristãos da Arábia, como Terra Santa do islamismo e uma duvidosa tradição atribui-lhe um "Convênio de Omar", que lhes restringia os direitos em geral; mas o edito, se existiu, foi ignorado na prática,[36] e o próprio Omar manteve no Egito a tolerância oferecida anteriormente pelo governo bizantino às igrejas cristãs.

Os judeus do Oriente Próximo haviam recebido os árabes como libertadores. Agora sofriam de diversas restrições e mesmo perseguições ocasionais. Mas permaneciam em situação de igualdade com os cristãos, tinham novamente a liberdade de viver e seguir seu culto em Jerusalém e prosperaram sob o islamismo na Ásia, no Egito e na Espanha, como nunca sob o domínio cristão. Fora da Arábia, os cristãos da Ásia Ocidental geralmente praticavam sua religião sem ser incomodados. A Síria permaneceu predominantemente cristã até o terceiro século maometano. No reinado de Mamum (813-33), ouvimos falar em 11.000 igrejas cristãs no Islã — bem como de centenas de sinagogas e templos do fogo. Celebravam-se livre e abertamente festivais cristãos; peregrinos cristãos vinham, com toda a segurança, em visita aos santuários cristãos da Palestina;[37] os cruzados encontraram grande número de cristãos no Oriente Próximo, no século XII; e comunidades cristãs ali sobrevivem até hoje. Hereges cristãos perseguidos pelos patriarcas de Constantinopla, Jerusalém, Alexandria ou Antioquia estavam agora livres e salvos sob um governo muçulmano que achava suas contendas completamente ininteligíveis. No século IX o governador muçulmano de Antioquia constituiu uma guarda especial para impedir que seitas cristãs se massacrassem umas às outras na igreja.[38] Mosteiros e conventos floresceram sob os cépticos omíadas; os árabes admiravam o trabalho dos monges na lavoura e na catequese, aclamavam os produtos das vinhas dos mosteiros e gozavam, nas viagens, da sombra e da hospitalidade dos claustros cristãos. Durante certo tempo as relações entre as duas religiões foram tão estreitas que os cristãos que usavam cruzes no peito conversavam nas mesquitas com amigos muçulmanos.[39] A burocracia administrativa maometana tinha centenas de funcionários cristãos; cristãos galgavam altos postos tão freqüentemente, que provocavam as queixas dos muçulmanos. Sérgio, pai de São João Damasceno, era ministro das Finanças de Abd-al-Malik, e o próprio João, último dos Patriarcas gregos da Igreja, chefiou o conselho que governava Damasco.[40] Os cristãos do Levante em geral consideravam o governo islamita como um mal menor do que o domínio e a igreja bizantinos.[41]

A despeito, ou por causa dessa política de tolerância, no islamismo primitivo, a nova fé conquistou para si, com o tempo, a maioria dos cristãos e quase todos os zoroastrianos e pagãos e muitos dos judeus da Ásia, Egito e África do norte. Constituía uma vantagem financeira compartilhar da fé da raça dominante; cativos de guerra podiam fugir à escravidão, aceitando Alá, Maomé e a circuncisão. Gradualmente as populações não maometanas adotavam língua e vestimenta árabes, as leis e a fé do Alcorão. Onde o helenismo, depois de mil anos de predomínio, não conseguira criar raízes e as armas romanas deixaram inconquistados os deuses nativos, bem como a ortodoxia bizantina havia levantado heresias rebeldes, o maometismo assegurou, quase sem proselitismo, não só a crença e a adoração como uma fidelidade tenaz que esqueceu inteiramente os deuses superados. Da China, Indonésia e India, através da Pérsia,

Síria, Arábia e Egito, ao Marrocos e Espanha, a fé maometana tocou o coração e a imaginação de uma centena de povos, ditou sua moral, moldou suas vidas, deu-lhes esperanças consoladoras e um orgulho fortalecedor; até hoje conta com o apoio ardente de 350.000.000 de almas e, através de todas as divisões políticas, une-os em um só bloco.

III. O POVO

Sob os omíadas os árabes constituíam uma aristocracia dominante e recebiam estipêndio do Estado. Em troca desses privilégios todos os homens árabes fisicamente capazes estavam sujeitos ao serviço militar em qualquer tempo. Como conquistadores eram orgulhosos de seu sangue supostamente sem mistura e da pureza da língua. Com profunda consciência genealógica, o árabe acrescentava o nome do pai ao seu próprio, como em Abdala ibn (filho de) Zobeir; às vezes acrescentava o nome da tribo e do lugar de origem, fazendo verdadeira biografia de nome, como no caso de Abu-Béquer Ahmad ibn Jarir al-Azdi. A pureza de sangue não passava de ficção uma vez que os conquistadores tomavam cativas para concubinas e reconheciam os filhos dessa união, mas o orgulho do sangue e da classe permaneceu. A classe superior árabe andava a cavalo, trajava-se com seda branca e usava alfanje; o homem comum andava a pé, vestia calças amplas, turbante enrolado e sapatos pontudos; os beduínos conservavam suas capas esvoaçantes, xale na cabeça e faixa na cintura. O Profeta proibira ceroulas compridas, mas alguns árabes as usavam. Todas as classes tinham predileção por jóias. Mulheres espicaçavam a imaginação masculina com peitilhos apertados, cintas brilhantes, saias largas e coloridas. Usavam o cabelo franjado na fronte, ondulado sobre as orelhas e em tranças atrás; às vezes enchiam-no com fios de seda pretos; freqüentemente o enfeitavam com gemas e flores. Cada vez mais, depois do ano 715, quando se achavam ao ar livre, velavam as faces abaixo dos olhos. Deste modo toda mulher podia ser romântica, pois que em qualquer idade os olhos de uma mulher árabe são perigosamente bonitos. As mulheres amadureciam aos 12 anos e aos 40 estavam velhas. Nesse intervalo, inspiravam a maior parte da poesia árabe e mantinham a continuidade da raça.

O muçulmano não respeitava o celibato e jamais sonhou com uma continência perpétua como condição ideal; a maioria dos santos muçulmanos casou-se e teve filhos. Talvez o islamismo tenha errado na direção oposta e levado o casamento ao extremo. Proporcionou ao apetite sexual tantas saídas dentro da lei que a prostituição diminuiu durante um tempo sob Maomé e os sucessores. Mas o esgotamento exige estímulos e logo dançarinas começaram a desempenhar papel preeminente na vida do macho muçulmano, mesmo com muitas mulheres. A literatura muçulmana, destinada somente para os olhos e ouvidos masculinos, era às vezes tão licenciosa como a conversa entre homens em uma terra cristã; continha uma superabundância de livros deliberadamente eróticos. E os trabalhos médicos muçulmanos davam muita atenção aos afrodisíacos.[42] Na lei estritamente maometana, a fornicação e a pederastia deviam ser punidas com a morte, mas o desenvolvimento da riqueza acarretou uma ética mais frouxa — puniu a fornicação com 30 chibatadas e fechou os olhos ao alastramento do amor homossexual.[43] Apareceu então uma classe de homossexuais profissionais (***mukhannath***) que imitava os hábitos e a conduta das mulheres, trançava os cabelos, pintava as unhas com hena e executava danças obscenas.[44] O califa Suleimão ordenou que

fossem castrados os ***mukhannath*** de Meca; e o califa al-Hadi, apanhando em flagrante duas mulheres, suas criadas, em práticas lésbicas, decapitou-as na mesma hora.[45] No entanto, apesar dessas medidas o homossexualismo progrediu rapidamente. Poucos anos depois de al-Hadi, tal perversão prevalecia na corte de Harum e nos cantos de seu poeta favorito Abu Nuwas. O muçulmano, separado das mulheres antes do casamento pela *purdah* e saciado delas depois do matrimônio pelo harém, caiu nas relações irregulares. E as mulheres separadas de todos os homens, exceto os parentes, descambavam para perversões similares.

O contato com a Pérsia promoveu a pederastia e o *purdah* no Islã. Os árabes sempre temeram assim como admiraram os encantos femininos e se vingaram por uma sujeição instintiva a elas por meio da habitual dúvida masculina a respeito das virtudes e inteligência delas. "Consultai as mulheres e fazei o contrário do que elas aconselharem", disse Omar I.[46] Mas os muçulmanos do século de Maomé não haviam segregado as mulheres; os dois sexos faziam visitas recíprocas, andavam sem discriminação nas ruas e oravam juntos na mesquita.[47] Quando Musab ibn al-Zobeir perguntou a sua esposa Aixa por que nunca velava suas faces, ela respondeu: "Uma vez que Alá — seja Ele abençoado e exaltado — me pôs uma marca de beleza, é meu desejo que o público veja essa beleza e nela reconheça a Sua mercê."[48] Todavia, sob Valid II (743-4), tomou forma o sistema harém-eunuco e o *purdah* se desenvolveu com ele. *Harim*, como *haram*, significava proibido, sagrado. A separação das mulheres era originariamente motivada pelo tabu da menstruação e do parto; o harém era um santuário. O marido muçulmano que conhecia o temperamento apaixonado do oriental sentiu a necessidade de proteger suas mulheres e não viu outra medida para impedir o adultério senão pelo encarceramento delas. Tornou-se repreensível à mulher andar pelas ruas a não ser para curtas distâncias e com véu. Podiam visitar-se umas às outras, mas geralmente viajavam em liteiras acortinadas e nunca deviam ser vistas fora de casa à noite. Na mesquita eram separadas dos homens por uma cortina, balaustrada ou corredor; finalmente foram completamente excluídas;[49] e a religião, que na cristandade latina foi qualificada como uma característica secundária sexual da mulher, no Islã tornou-se, como culto público, uma prerrogativa do homem. E mais cruelmente ainda, as mulheres foram proibidas do prazer de fazer compras; mandavam buscar o de que precisavam. E os bufarinheiros, geralmente mulheres, vinham espalhar suas mercadorias no soalho do harém. Raramente, a não ser nas classes baixas, as mulheres se sentavam à mesa com seus maridos. Era ilícito a um muçulmano ver o rosto de qualquer mulher exceto suas esposas, escravas e parentas próximas. O médico podia ver apenas a parte afetada de uma paciente. O homem achou muito conveniente o sistema. Em casa lhe dava o máximo de oportunidade e fora do lar estava completamente a salvo de surpresas. Quanto às mulheres não há nenhuma evidência, até o século XIX, de sua objeção ao *purdah* ou véu. Gozavam a intimidade, segurança e conforto do *zenana* ou alojamento de mulheres; consideravam um insulto qualquer negligência do marido em manter a segregação;[50] e de sua aparente prisão, as mulheres legais ainda desempenhavam parte ativa na história. Caizurã, mãe de Harum, e Zobaida, sua esposa, rivalizaram nos séculos VII e IX a influência e a audácia de Aixa no VII e, gozaram de uma magnificência dificilmente sonhada pelas esposas de Maomé.

Na maioria das classes da população, a educação das meninas raras vezes ia além do aprendizado de suas orações, alguns capítulos do Alcorão e trabalhos domésticos. Nas classes altas as mulheres recebiam boa educação, geralmente por meio de tutores par-

ticulares, às vezes em escolas e colégios;[51] aprendiam poesia, música e muitas variedades de trabalhos de agulha. Algumas tornaram-se eruditas e até professoras. Muitas ficaram famosas por sua filantropia esclarecida. Tinham sido educadas com uma marca de modéstia adaptada a seus costumes; surpreendidas no banho, cobriam primeiro as faces. Ficavam maravilhadas com a impudicícia das mulheres européias que descobriam a metade de seu busto em um baile, e abraçavam diversos homens na dança e acabavam admirando a tolerância de Alá, que não castigava tais pecadores com a morte.[52]

Como na maioria dos países civilizados os casamentos eram arranjados pelos pais. O pai podia casar a filha com quem ele quisesse, enquanto ela fosse menor. Na maioridade, ela podia escolher. Meninas eram casadas geralmente na idade de 12 anos e tornavam-se mães aos 13 ou 14; algumas casavam-se aos nove ou 10. Os homens casavam-se até com 15 anos. Os esponsais ou contrato de casamento obrigavam o noivo a dar um dote a ela; esse dote permanecia propriedade da mulher, mesmo no caso de divórcio. Raras vezes o noivo tinha permissão de ver o rosto de sua noiva antes do casamento. Este tinha lugar oito ou 10 dias depois dos esponsais; não exigia a presença de sacerdote, mas era acompanhado de breves preces. O casamento envolvia música, banquete, um "mostruário" de presentes e uma alegre iluminação da casa e da rua do noivo. Depois de muitas cerimônias, o marido, na intimidade da câmara nupcial, tirava o véu de sua esposa e dizia "em nome de Deus Misericordioso e Generoso".[53]

Se este exame retardado desagradasse ao noivo, podia ele imediatamente devolver a mulher aos pais com o seu dote. A poligamia no Islã era mais freqüentemente sucessiva do que simultânea; somente os ricos podiam permitir-se ao luxo de muitas mulheres.[54] A facilidade de divórcio tornava possível a um muçulmano desposar sucessivamente qualquer número de companheiras. Ali teve 200;[55] Ibn al-Teiyib, um tingidor de Bagdá que viveu até os 85 anos, teria tido 900 mulheres.[56] Em aditamento às mulheres legítimas, o muçulmano podia ter qualquer número de concubinas. Harum contentou-se com 200, mas al-Mutawakkil teve quatro mil, ao que nos informam, e cada uma delas dormiu uma noite com ele.[57] Alguns traficantes de escravos ensinavam música, canto e a arte de sedução sexual às escravas e vendiam-nas como concubinas até pelo elevado preço de 100.000 *dirhens* ($80.000).[58] Mas não devemos julgar o harém comum como um bordel particular. Na maioria dos casos as concubinas tornavam-se mães e orgulhavam-se do número e sexo dos filhos. E havia muitos exemplos de terna afeição entre senhor e concubina. As esposas legítimas aceitavam o concubinato como um fato. Zobaida, mulher de Harum, presenteou-o com 10 concubinas.[59] Deste modo em uma casa podia haver tantas crianças quanto em um subúrbio americano. Um filho de Valid I tinha 60 filhos e um número não registrado de filhas. Eunucos, proibidos pelo Alcorão, tornaram-se um apêndice necessário do harém; cristãos e judeus participaram na importação ou feitura deles; califas, vizires e magnatas pagavam altos preços por eles e logo esses ladinos *castrati* dominaram muitas fases do governo muçulmano à sua inteira discrição. Nos primeiros séculos depois da conquista, este sistema de harém impediu que os árabes fossem etnicamente absorvidos pela população conquistada e os multiplicou até o número necessário para governar seu império em expansão. Possivelmente o sistema tinha algum efeito eugênico devido à fertilidade livre dos homens mais capazes. Mas depois de Mamun, a poligamia tornou-se fonte de degradação moral e física e de crescente pobreza e descontentamento, pois que as bocas aumentavam mais depressa do que os alimentos.

A posição da mulher dentro do casamento era a de uma sujeição sagrada. Ela podia ter somente um marido por vez e, para divorciar-se, necessitava despender uma soma considerável. As infidelidades do marido ficavam muito além de seu controle e eram consideradas moralmente como não merecedoras de atenção; e no entanto sua própria infidelidade podia ser punida com a morte. Deve-se notar que a despeito dessas desvantagens ela conseguia cometer muitos adultérios. A mulher era injuriada e reverenciada, diminuída e suprimida e na maioria dos casos amada com paixão e ternura. "Por minha mulher", disse Abu'l Atiyya, "eu renunciarei de bom grado a todos os prêmios da vida e a todas as riquezas do mundo";[60] tais confissões eram freqüentes e às vezes sinceras. Em uma coisa, a esposa muçulmana era favorecida em comparação com algumas mulheres européias. Qualquer propriedade que ela recebesse ficava à sua disposição, não sendo sujeita a reivindicações do marido ou dos credores dele. Dentro da segurança do *zenana* ela fiava, tecia, costurava, dirigia a casa e as crianças, jogava, comia doces, mexericava e fazia intrigas. Esperavam que ela tivesse muitos filhos, como acervos econômicos em uma sociedade agrícola e patriarcal. A estima em que era tida dependia principalmente de sua fertilidade. "Um pedaço de esteira velha que está num canto é melhor do que uma esposa estéril",[61] disse Maomé. No entanto, o aborto e medidas anticoncepcionais eram largamente praticados no harém. Parteiras transmitiam técnicas antigas e médicos ofereciam novas. Al-Razi (falecido em 924) incluiu em sua *Quintessência da Experiência* uma seção "sobre os meios de evitar a concepção" e apresentou uma lista de 24 processos químicos ou físicos.[62] Ibn Sina (Avicena, 980-1037) em seu famoso *Qanun* deu 20 receitas contra a concepção.

Na moral não-sexual os maometanos pouco diferiam dos cristãos. O Alcorão condenou com mais energia o jogo e a embriaguez (V, 90); mas alguns jogos e muita bebedeira continuaram em ambas as civilizações. A corrupção no governo e no judiciário campeou tanto no Islã como no mundo cristão. De modo geral, parece que os muçulmanos superaram os cristãos na moralidade comercial,[63] fidelidade à palavra, e lealdade aos tratados assinados;[64] Saladino, no consenso geral, era o melhor cavalheiro das Cruzadas. Os muçulmanos eram honestos a respeito da mentira; permitiam-se mentir para salvar uma vida, para conciliar uma disputa, agradar a uma mulher, enganar os inimigos da fé na guerra.[65] As maneiras muçulmanas eram formais e alegres, e o discurso muçulmano, pleno de cortesias e hipérboles polidas. Tal como os judeus, os muçulmanos cumprimentavam-se uns aos outros com uma solene curvatura e saudação. "A paz (*salaam*) esteja convosco." E a resposta digna de todo mulçumano era: "Sobre vós esteja a paz e a mercê e a bênção de Deus." A hospitalidade era geral e generosa. A limpeza dependia da renda; os pobres eram negligentes e sujos; os ricos, limpos, manicurados e perfumados. A circuncisão, embora não fosse mencionada no Alcorão, era tida como natural, como medida de higiene; os meninos submetiam-se à operação aos cinco ou seis anos.[66] Banhos particulares eram um luxo dos ricos, mas havia numerosas casas de banho públicas. Temos informação de que no século X Bagdá tinha 27.000 dessas casas.[67] Perfumes e incensos eram populares entre os homens bem como entre as mulheres. Desde a antiguidade a Arábia era famosa por seu incenso e mirra; a Pérsia, por suas essências de rosas, violeta e jasmim. Jardins de arbustos, flores e árvores frutíferas existiam junto a muitas casas; e as flores eram estimadas, sobretudo na Pérsia, como a própria fragrância da vida.

Como se divertiam esses povos? Geralmente em festas, deleites sensuais, flerte,

poesia, música e canto; acrescentavam-se a tudo isso diversões de ordem inferior: briga de galo, dança de corda, pelotiqueiros, mágicos, marionetes... Encontramos no *Qanun* de Avicena que os muçulmanos do século X tinham quase todos os esportes e as mesmas inclinações de nosso tempo: pugilismo, luta, corrida, tiro de arco, lançamento de dardo, ginástica, esgrima, equitação, pólo, croquete, halterofilismo, jogo de bolas com maceta, bastão de hóquei ou bastão.[68] Sendo proibidos os jogos de azar, pouco eram usados os baralhos e os dados; o jogo de gamão era popular; o xadrez era permitido, embora Maomé tivesse condenado a escultura das peças à semelhança de homens. A corrida de cavalos era popular e patrocinada pelos califas. Consta que em um só programa tomavam parte quatro mil cavalos. A caça era o mais aristocrático dos esportes, menos violenta do que nos tempos dos sassânidas, reduzindo-se muitas vezes à falcoaria. Às vezes domesticavam-se os animais capturados. Algumas famílias tinham cães, outras macacos; alguns califas conservavam leões ou tigres para amedrontar súditos e embaixadores.

Quando os árabes conquistaram a Síria, constituíam-se ainda em tribos semibárbaras, descuidadamente bravos, violentos, sensuais, apaixonados, supersticiosos e cépticos. O islamismo abrandou algumas dessas qualidades, mas a maioria delas sobreviveu. Provavelmente a crueldade registrada dos califas não era pior em seu conjunto do que a dos reis contemporâneos cristãos, bizantinos, merovíngios ou escandinavos; mas constituía uma vergonha para qualquer civilização. Em 717, Suleimão, em peregrinação a Meca, convidou seus cortesãos a experimentarem suas espadas em 400 gregos recentemente capturados na guerra; o convite foi aceito e os 400 homens foram decapitados como um alegre esporte, sob os olhares do califa.[69] Al-Mutawakkil, logo que subiu ao trono, meteu no cárcere um vizir que o havia, anos atrás, tratado indignamente. Durante semanas o prisioneiro foi mantido acordado a ponto de enlouquecer; a seguir, foi-lhe permitido dormir 24 horas; assim fortalecido, foi colocado entre pranchas cheias de pregos, que o impediam de se mover sem se lacerar. Ficou nessa agonia durante dias até que sucumbiu.[70] Tal selvageria, naturalmente, era excepcional. Normalmente o muçulmano era a cortesia, humanidade e tolerância em pessoa. Era, se podemos descrever a média mítica, rápido na apreensão e entendimento; excitável e ocioso; divertia-se com pouco e entusiasmava-se logo; encontrava alegria na simplicidade, suportava calmamente os infortúnios, aceitava todos os acontecimentos com paciência, dignidade e orgulho. Ao partir para longa viagem, o muçulmano levava sua própria mortalha, pronto para encontrar a qualquer momento o Grande Varredor. Subjugado no deserto pela fadiga ou doença, dizia aos companheiros que seguissem adiante, fazia as abluções finais, cavava um buraco para sua sepultura, enrolava-se na mortalha, deitava na escavação e esperava a morte chegar para ser enterrado sob as areias sopradas pelo vento.[71]

IV. O GOVERNO

Teoricamente, na geração logo depois de Maomé, o Islã era uma república democrática no sentido antigo: todos os homens adultos livres deviam participar na escolha do governante e na determinação de sua política. Na realidade, o Comandante dos Fiéis era escolhido e a política decidida por um pequeno grupo de notáveis de Medina. Isso era de se esperar: sendo os homens, por natureza, desiguais na inteligência e no escrúpulo, a democracia na melhor das

hipóteses devia ser uma coisa relativa. E em comunidades com escassos meios de comunicações e poucas escolas, é inevitável alguma forma de oligarquia. De vez que a guerra e a democracia são inimigas, a expansão do Islã promoveu o governo de um homem; a unidade de comando e rapidez de decisão eram exigidas por uma política marcial e imperialista. Sob os omíadas, o governo tornou-se francamente monárquico e o califado era transmitido por sucessão ou pela decisão das armas.

Também teoricamente o califado era um cargo mais religioso do que político; o califa era em primeiro lugar chefe de um grupo religioso, o Islã. E seu dever primordial consistia em defender a fé; na teoria o califado era uma teocracia, um governo de Deus por intermédio da religião. Todavia o califa não era um papa nem um sacerdote, nem podia baixar novos decretos de fé. Na prática gozava de poder quase absoluto, que não era limitado por parlamento, aristocracia hereditária, clero, mas somente pelo Alcorão — que seus *pundits* pagos podiam interpretar à sua vontade. Sob este despotismo havia alguma democracia de oportunidade; qualquer homem podia galgar altos postos se não fosse filho de pais escravos.

Reconhecendo que haviam conquistado sociedades decadentes porém bem organizadas, os árabes aceitaram na Síria o sistema administrativo bizantino e na Pérsia, o sassânida. Na essência, a velha ordem de vida continuou no Oriente Próximo e mesmo a cultura helênica oriental, sobrepujando a barreira lingüística, reviveu na ciência e filosofia muçulmanas. Sob os abássidas, tomou forma um sistema complexo de governo central, provincial e local, dirigido por uma burocracia que sofria pouca interrupção em resultado de assassínios de reis ou revoluções palacianas. À testa da estrutura administrativa encontrava-se o *hajib* ou camareiro, que teoricamente conduzia apenas a cerimônia, mas na prática acumulava o poder pelo controle da escrituração do califa.

Em segundo lugar na hierarquia, mas (depois de Mansur) superior em poder, achava-se o vizir, que nomeava e fiscalizava os funcionários do governo e orientava a política do Estado. Os principais departamentos eram os de tributação, contas, correspondência, polícia, correios e um departamento de queixas, que se tornou uma corte de apelação, das decisões judiciais ou administrativas. Nas afeições do califa o Departamento da Receita vinha logo abaixo do exército; nessa repartição era emulada a penetrante pertinácia dos coletores de impostos de Bizâncio, e grandes somas da economia da nação eram canalizadas para manter o governo e os governadores. A renda anual do califado sob Harum al-Raschid excedia a 530.000.000 de *dirhens* ($42.400.000) em dinheiro, à qual se acrescentavam incalculáveis taxas em espécie.[72] Não havia dívida nacional. Pelo contrário, em 786 o tesouro possuía um saldo de 900.000.000 de *dirhens*.

O correio público, tal como sob os persas e romanos, apenas servia o governo e pessoas muito importantes. Sua principal utilidade consistia em transmitir informações secretas e diretrizes entre as províncias e a capital, mas servia também como veículo de espionagem do vizir sobre os funcionários locais. O sistema emitia roteiros, que serviam também aos mercadores e peregrinos, dando os nomes das várias estações e as distâncias entre as mesmas. Esses roteiros constituíam a base da geografia árabe. Pombos eram treinados e empregados como portadores de correspondência — esta foi a primeira vez, na História, que se fez referência a tal utilização dessas aves (837). "Informações secretas adicionais" eram fornecidas por viajantes e mercadores, e em Bagdá 1.700 "velhas" serviam como espias. Nenhuma medida de fiscalização, porém, podia impedir o apetite oriental-ocidental de "espremedura" ou "enxerto". Tal como nos dias de Roma, os governadores provinciais esperavam que sua permanência no cargo os recompensasse dos gastos de sua subida e das atribulações de sua queda. Os califas, às vezes, forçavam-nos a devolver o que haviam acumulado, ou vendiam este direito de "espremer" ao novo governo; assim Yusuf ibn Omar arrecadou 76.000.000 de *dirhens* dos seus antecessores no governo do Iraque. Juízes eram bem pagos, mas assim mesmo podiam ser influenciados pelos generosos; e, segundo uma tradição, Maomé estava convencido de que de três juízes pelo menos dois iriam para o inferno.[73]

Sustentava-se que a lei que governava o grande reino era deduzida do Alcorão. No islamismo como no judaísmo, a lei e a religião eram uma só. Todo crime era um pecado e todo pecado um crime. Assim a jurisprudência constituía um ramo da teologia. À medida que as con-

quistas estendiam o alcance e as responsabilidades da legislação improvisada de Maomé e a confundiam com casos não previstos no Alcorão, os juristas muçulmanos inventaram tradições que implícita ou explicitamente satisfaziam suas necessidades. Por isso o *hadith* tornou-se uma segunda fonte do direito maometano. Por estranha porém repetida coincidência, essas úteis tradições lembravam os princípios e julgamentos do direito romano e bizantino e mais ainda o Míxina ou o Gemara dos judeus.[74] A massa crescente e a complexidade de tradições legais deram apoio e alta posição à profissão do direito no Islã; os juristas (*faqihs*) que expunham ou aplicavam a lei adquiriram por volta do século X quase o poder e a santidade de uma classe sacerdotal. Como na França do século XII, eles se aliaram à monarquia, apoiaram o absolutismo dos abássidas e colheram vultosas recompensas.

Quatro famosas escolas de direito formaram-se no Islã ortodoxo. Abu-Hanifa ibn Tabit (falecido em 767) revolucionou o direito corânico com seu princípio da interpretação analógica. Uma lei originariamente promulgada para uma comunidade do deserto, argumentava ele, deve ser interpretada por analogia e não literalmente, quando aplicada a uma sociedade industrial ou urbana. Nessa base ele sancionou os empréstimos sob hipoteca e os juros (proibidos no Alcorão), como Hillel havia feito oito séculos antes na Palestina. "Regras de direito", disse Hanifa, "não são o mesmo que regras de gramática ou de lógica. Expressam um costume geral e transformam-se com as circunstâncias que as produziram."[75] Contra esta filosofia liberal de direito progressivo os conservadores de Medina apresentaram um forte defensor: Malic ibn Anas (715-95). Baseando seu sistema em um estudo de 1.700 *hadiths* jurídicos, Malic propôs que, uma vez que a maioria dessas tradições tinham surgido em Medina, o consenso da opinião dessa cidade fosse o critério da interpretação tanto do *hadith* como do Alcorão. Muhammad al-Shaffi (767-820), que vivia em Bagdá e no Cairo, pensou que a infalibilidade devia ter uma base mais ampla do que Medina, e encontrou no consenso geral de toda a comunidade muçulmana o teste final da legalidade, ortodoxia e verdade. O seu pupilo Ahmad ibn Hanbal (780-855) considerava esse critério muito vago e fundou uma quarta escola sobre o princípio de que a lei devia ser exclusivamente determinada pelo Alcorão e pelas tradições. Condenou o racionalismo dos mutazilitas na filosofia, foi encarcerado por ortodoxia por al-Mamun, mas manteve-se tão corajosamente fiel a seu ponto de vista conservador que quando morreu quase toda a população de Bagdá assistiu a seus funerais.

A despeito dessa discussão que durou um século, as quatro escolas de direito reconhecidas pelo islamismo ortodoxo concordavam nos pormenores tanto quanto discordavam em princípio. Todas elas pressupunham a origem divina do direito muçulmano e a necessidade de uma origem divina para qualquer lei apropriada a controlar uma humanidade naturalmente sem lei. Todas entravam em regulamentação tão minuciosa de conduta e ritual, que somente o judaísmo poderia igualar; prescreviam o uso correto dos palitos de dente e os direitos matrimoniais, o traje dos dois sexos e o arranjo moral do cabelo. Um legisperito jamais comia uma melancia porque não podia encontrar, nem no Alcorão nem nos *hadiths*, o método canônico para tal operação.[76] A multiplicidade das legislações podia ter abafado o desenvolvimento humano; mas ficções legais e evasões toleradas reconciliaram a lei com o fluxo e o vigor da vida. Mesmo assim e apesar da ampla aceitação do código Hanafita liberalizante, o direito maometano tendia a ser demasiado conservador, demasiada e inflexivelmente encaixado na ortodoxia para permitir uma livre evolução da economia, da moral e do pensamento.

Com estas condições devemos admitir que os primeiros califas, de Abu-Béquer a al-Mamun, deram uma organização eficaz à vida humana numa ampla área, e podem ser contados entre os mais eficazes governantes da História. Eles podiam ter devastado ou confiscado tudo, como os mongóis, os magiares ou os piratas escandinavos. Em lugar disso, limitaram-se a impor tributos. Quando Omar conquistou o Egito, repeliu o conselho de Zobeir de dividir a terra entre seus adeptos e o califa confirmou seu julgamento: "Deixai-a nas mãos do povo para nutrir e frutificar", disse Omar.[77] Sob o governo dos califas, terras foram medidas, arquivos foram sistematicamente conservados, estradas e canais foram multiplicados ou mantidos, construíram-se diques nos

rios para evitar inundações. O Iraque, agora semideserto, era então um jardim do Éden; a Palestina, até bem pouco tão rica em areia e pedras, era fértil, rica e populosa.[78] Sem dúvida, a exploração da simplicidade e fraqueza pela esperteza e força continuou sob esse sistema, bem como sob todos os governos; mas os califas deram proteção razoável à vida e ao trabalho, mantiveram abertas as carreiras ao talento, promoveram durante três a seis séculos a prosperidade das áreas, que nunca mais prosperaram tanto, e estimularam e apoiaram um tal florescimento da educação, literatura, ciência, filosofia e arte que fez da Ásia Ocidental, durante cinco séculos, a região mais civilizada do mundo.

V. AS CIDADES

Antes de irmos em busca dos homens e das obras que deram sentido e distinção a esta civilização, devemos tentar visualizar o ambiente em que viveram. A civilização é rural na base, mas urbana na forma; os homens devem-se reunir nas cidades para fornecer uns aos outros assistência e estímulo.

As cidades muçulmanas eram quase todas modestas em tamanho, com 10.000 almas ou menos, aglomeradas em uma área pequena e geralmente murada para se protegerem contra assaltos e sítios, com ruas de lama ou pó, sem iluminação e pequenas casas de estuque encerrando sua intimidade atrás da continuidade proibitiva da parede externa; toda a glória da cidade estava concentrada na mesquita. Mas aqui e ali erguiam-se cidades em que a civilização muçulmana atingia seu apogeu de beleza, saber e felicidade.

No sentimento muçulmano, tanto Meca como Medina eram cidades santas, uma como sede do antigo templo árabe e terra natal do Profeta, a outra como seu refúgio e lar. Valid II reconstruiu com esplendor a modesta mesquita de Medina. A pedido de Valid, e por 80.000 dinares, o imperador bizantino mandou 40 carregamentos de pedras de mosaico e 80 artífices do Egito e da Grécia; os muçulmanos se queixaram de que a mesquita de seu Profeta estava sendo construída por infiéis cristãos. A despeito da Caaba e dessa mesquita, as duas cidades assumiram sob os omíadas um aspecto de prazer e luxúria mundanos que teriam chocado os primitivos califas e contentado os coraixitas triunfantes. Os despojos das conquistas haviam fluído a Medina, e tinham sido distribuídos principalmente a seus cidadãos. Peregrinos vinham a Meca em número maior e com ofertas mais ricas do que antes, incrementando enormemente o comércio. As cidades santas transformaram-se em centros de riqueza, ócio, alegria e canto; palácios e vilas suburbanas abrigavam uma aristocracia empanturrada de criados e escravos; acumularam-se as concubinas, vinhos proibidos abundavam, cantores arranhavam melodias melancólicas e poetas multiplicavam rimas de guerra e amor. Em Medina a bela Suqainah, filha do martirizado Husein, presidia a um salão de poetas, juristas e estadistas. Sua inteligência, encanto e bom gosto ditavam um padrão para todo o Islã. Ela não podia contar seus sucessivos maridos nos dedos enfeitados de jóias. Em alguns casos impunha, ao casar-se, a condição de que teria inteira liberdade de ação.[79] O espírito omíada de *joie de vivre* tinha conquistado o puritanismo abstêmio de Abu-Béquer e Omar nos mais sagrados centros do Islã.

Jerusalém também era uma cidade santa para o Islã. Já no século VIII, os árabes predominavam em sua população. O califa Abd-al-Malik, invejando o esplendor com

que a igreja do Santo Sepulcro havia sido reconstruída depois de sua destruição por Cósroes Parvez, prodigalizou as receitas do Egito para ultrapassar aquele templo com um grupo de estruturas conhecido pelos mulçumanos como *Al-Haram al Sharif* (o Santuário Venerável). Na extremidade sul construiu-se (691-4) *Al-Masjid al-Aqsa* (a Mesquita mais Distante), assim chamada conforme uma passagem do Alcorão (XVII,1). Destruída por um terremoto em 746, foi esta última restaurada em 785 e modificada muitas vezes. Mas a nave retrocede até Abd-al-Malik e a maior parte das colunas à basílica de Justiniano em Jerusalém. Muqaddasi considerou-a mais bela do que a Grande Mesquita de Damasco. Alhures no claustro sagrado, Maomé havia encontrado Abraão, Moisés e Jesus e orara com eles, diz uma lenda. Nas proximidades tinha ele visto a pedra (reconhecida por Israel como sendo o centro do mundo) onde Abraão havia pensado em sacrificar Isaque, e Moisés recebera a Arca da Aliança e Salomão e Herodes tinham construído seus templos; dessa rocha Maomé havia subido ao céu. Quem tivesse fé podia ver nela as marcas dos pés do Profeta. Em 684, quando o rebelde Abdala ibn Zobeir ocupou Meca e recebeu as contribuições dos seus peregrinos, Abd-al-Malik, ansioso por atrair parte dessa renda sagrada, decretou que de então em diante a rocha em questão devia substituir a Caaba como objeto de piedosa peregrinação. Sobre essa histórica pedra, seus artesãos (691) construíram o famoso "Domo da Rocha" em estilo sírio-bizantino, que logo foi classificado como a terceira das "quatro maravilhas do mundo muçulmano" (as outras eram as mesquitas de Meca, Medina e Damasco). Não era uma mesquita mas um santuário para abrigar a rocha; os cruzados erraram duas vezes chamando-o "Mesquita de Omar". Sobre um edifício octogonal de pedras quadradas, de 528 pés de circunferência, ergue-se um domo, de 112 pés de altura, feito de madeira exteriormente recoberta de latão dourado. Quatro elegantes portais — suas vergas revestidas com esplêndidas chapas de bronze *repoussé* — conduziam a um interior dividido em octógonos decrescentes por colunatas concêntricas de mármore polido; as magníficas colunas foram tiradas de ruínas romanas, os capitéis eram bizantinos. Os tímpanos dos arcos são caracterizados pelos mosaicos que representam árvores com toda a delicadeza de um Courbet; ainda mais finos são os mosaicos do tambor debaixo do domo. Correndo em torno da cornija da colunata exterior, em letras amarelas sobre ladrilhos azuis, está uma inscrição em cúfico — os caracteres angulares preferidos em Cufa; Saladino o havia instalado em 1187; trata-se de amável exemplo desta única forma de decoração arquitetônica. Dentro da colunata está a rocha maciça, informe, de 66 metros de circunferência.

> "Ao amanhecer", escreveu Muqaddasi, "quando a luz do sol incide sobre a cúpula, e o tambor reflete seus raios, este edifício constitui uma vista maravilhosa de se contemplar e jamais vi algo que a igualasse em todo o mundo muçulmano; e também nunca ouvi falar de qualquer construção, nos tempos pagãos, que rivalizasse em graça com este Domo da Rocha."[80]

Malogrou o plano de Malik de fazer este monumento substituir a Caaba; tivesse ele logrado êxito, e Jerusalém se teria tornado o centro de todas as três religiões que lutaram pela conquista da alma do homem medieval.

Mas Jerusalém não era sequer capital da província da Palestina; essa honra foi dada a al-Ramlah. Muitas localidades que agora são pobres aldeias foram vilas florescentes nos dias muçulmanos. "Aqqa" (Acre) "é uma grande cidade, espaçosamente instalada", escreveu

Muqaddasi em 985; "Sídon é uma grande cidade cercada de jardins e árvores", escreveu Idrisi em 1154. "Tiro é uma bela povoação", construída sobre um rochedo que avança pelo Mediterrâneo, escreveu Iacubi em 891; "suas estalagens possuem cinco ou seis andares", escreveu Nasir-i-Cósroes, em 1047; "e grande é a quantidade de riqueza exposta nos seus asseados bazares."[81] Trípoli ao norte tinha um "excelente porto, capaz de abrigar mil navios". Tiberíades era famosa por suas fontes termais e seus jasmins. De Nazaré o viajante muçulmano Iacute escreveu em 1224: "Aqui nasceu o Messias Jesus, o filho de Miriam — a paz esteja com ele!... Mas o povo desta localidade lançou a desonra sobre Miriam, dizendo que em tempo algum nenhuma virgem dera à luz uma criança."[82] Baalbek, disse Iacubi, "é uma das mais encantadoras cidades da Síria"; "próspera e agradável", acrescentou Muqaddasi. Antioquia ficava logo depois de Damasco, entre as cidades da Síria; os muçulmanos a ocuparam de 635 a 964, os bizantinos de então até 1084. Os geógrafos maometanos admiravam as numerosas igrejas cristãs, os terraços altos de lindas residências, seus sumarentos jardins e parques, a água corrente em todas as casas. Tarso era uma grande cidade. Ibn Hawqal (978) calculou sua população masculina adulta em 100.000. O imperador grego Nicéforo retomou-a em 965, destruiu todas as mesquitas e queimou todos os alcorões. Alepo foi enriquecida pela junção de duas rotas de caravanas: a cidade "é populosa e construída de pedra", escreveu Muqaddasi; "ruas sombreadas com fileiras de lojas conduziam a cada um dos portões da mesquita"; nesse templo havia um *mihrab* famoso pela beleza do seu mármore e madeira entalhados, e um *minbar*, "o mais extraordinário de se contemplar"; nas proximidades havia cinco colégios, um hospital e seis igrejas cristãs. Homs (a antiga Emesa) "é uma das maiores cidades da Síria", escrevia Iacubi em 891; "quase todas as suas ruas e mercados estão calçados de pedra", escreveu Istakhri em 950; "as mulheres daqui são lindas e famosas por sua pele delicada",[83] disse Muqaddasi.

A expansão do império árabe para o leste favoreceu a transferência de sua capital para um ponto mais central do que Meca ou Jerusalém. E os omíadas prudentemente escolheram Damasco — já com uma história multissecular quando chegaram os árabes. Cinco rios convergentes faziam de seu interior o "Jardim da Terra", alimentavam uma centena de fontes públicas, uma centena de banhos públicos e 120.000 jardins[84] e iam ter, em direção a oeste, ao "Vale das Violetas", de 12 milhas de comprimento e três de largura. "Damasco", disse Idrisi, "é a mais deliciosa de todas as cidades de Deus."[85] No centro da cidade, com uma população de cerca de 140.000 almas, erguia-se o palácio dos califas, construído por Muawiya I, enfeitado de ouro e mármore, resplendente com mosaicos nos soalhos e paredes, refrigerado com fontes perenes e cascatas. No lado norte ficava a Grande Mesquita, uma das 572 da cidade, e a única relíquia que resta de Damasco dos omíadas. No tempo dos romanos adornara o local um templo de Júpiter; nas suas ruínas, Teodósio I havia erigido (379) a catedral de São João Batista. Por volta de 705, Valid I propôs aos cristãos que a catedral fosse remodelada e fizesse parte de uma nova mesquita, e prometeu dar-lhes terreno e material para outra catedral em qualquer outra parte da cidade. Os cristãos protestaram e o advertiram de que "está escrito em nossos livros que quem destruir esta igreja morrerá afogado"; mas Valid iniciou a demolição com suas próprias mãos. Diz-se que todos os impostos do império foram aplicados durante sete anos na construção da mesquita; em compensação uma grande soma foi dada aos cristãos para financiar uma nova catedral. Artistas e artesãos foram trazidos da Índia, Pérsia, Constantinopla, Egito, Líbia, Tunísia e Argélia. Ao todo empregaram-se 12.000 trabalhadores e a tarefa foi completada em oito anos. Viajantes muçulmanos descreveram-na como a mais suntuosa construção do mundo muçulmano; e os califas abássidas al-Madi e al-Mamun, que não morriam de amores pelos omíadas ou por Damasco, consideraram-na superior a todos os demais edifícios da terra. Uma grande muralha ameada, com

colunata, cercava um espaçoso pátio calçado com mármore. No lado sul desta clausura, erguia-se a mesquita, construída com pedras quadradas e guardada por três minaretes — um dos quais é o mais antigo do Islã. O plano dos alicerces e a decoração eram bizantinos e sem dúvida haviam sofrido a influência de Santa Sofia. O telhado e o domo — 50 pés de diâmetro — eram recobertos de chapas de chumbo. O interior, de 429 pés de comprimento, era dividido em nave e alas por duas fileiras de colunas de mármore branco, de cujos capitéis coríntios revestidos de chapas de ouro saltavam arcos redondos ou em forma de ferradura; eram os primeiros modelos muçulmanos com esse feitio. (O mais antigo arco em forma de ferradura aparece no templo de uma caverna de Nasic, Índia, cerca de dois séculos a.C.;[86] foi usado numa igreja cristã, de Nísibis, na Mesopotâmia, em 359 d.C.) Tapetes cobriam o assoalho de mosaico; as paredes eram enfeitadas de mosaicos de mármore colorido e azulejos esmaltados; seis lindas grades de mármore dividiam o interior; em uma das paredes, voltada para Meca, havia um *mihrab* forrado de ouro, prata e pedras preciosas. A iluminação era feita por meio de 74 janelas de vidro colorido e 12.000 lâmpadas. Disse um viajante: "Se um homem morasse 100 anos neste lugar e ponderasse cada dia sobre o que via, descobriria algo novo diariamente." Um embaixador grego, que teve permissão de entrar na mesquita, confessou a seus companheiros: "Eu havia declarado ao nosso Senado que o poderio árabe desapareceria dentro em breve, mas, agora, observando aqui como eles construíram, tenho a certeza de que seu domínio perdurará por muito tempo."[87] (A Grande Mesquita de Damasco sofreu um incêndio em 1069, mas foi restaurada. Em 1400 Timur [Tamerlão] fê-la consumir-se quase totalmente em chamas. Tornou a ser reconstruída. Novamente, em 1894, foi danificada pelo fogo. Desde então, o estuque e a caiação substituíram a decoração medieval. Em uma das paredes da Mesquita, ainda pode ser vista a inscrição gravada na padieira da igreja cristã, e que os muçulmanos nunca apagaram: "O Teu reino, ó Cristo, é perpétuo e o Teu domínio durará eternamente."[88]

Partindo de Damasco, em direção nordeste, através do deserto, chegava-se a Raqqa sobre o Eufrates, sede real de Harum al-Raschid; e então, por Hatra, através do Tigre, aproximava-se de Mossul; mais ao nordeste ficava Tabriz, que ainda não havia atingido a sua melhor época; daí, para o leste, Teerã (ainda uma vila pequena), Damghan e — a leste do Cáspio — Gurgan. No século X, esta cidade era uma capital de província notável pelos seus cultos príncipes; o maior deles, Shams al-Maali Qabus, era um poeta e literato que acolheu Avicena em sua corte e deixou, ao morrer, como seu túmulo, uma gigantesca torre de 167 pés de altura, o Gunbad-i-Qabus, a única construção que subsistiu, de uma outrora populosa e próspera cidade. Ao longo da rota norte, para o oriente, ficava Nixapur, ainda hoje melodiosa nos versos de Omar Khayyam; Mashhad, a Meca dos muçulmanos xiitas; Merv, capital de uma província outrora poderosa; e — quase sempre fora do alcance dos coletores de impostos do califa — Bucara e Samarcanda. Ao sul, além das cadeias de montanhas, ficava Gasna. Poetas falam de imensos palácios de Mamude ali existentes e "das altas torres que espantavam a lua". Ainda lá está de pé a "Torre de Triunfo", de Mamude, e, mais ornamentada ainda, a torre de Masude II. Voltando para o oeste, encontrava-se no século XI uma dúzia de cidades prósperas no Irã — Herat, Xiraz (com seus famosos jardins e aprazível mesquita), Yazd, Isfahan, Qashan, Qasvin, Qum, Hamadã, Kirmanshah, Samana; e, no Iraque, as populosas cidades de Basra e Cufa. Em toda parte o viajante podia ver os domos brilhantes e minaretes cintilantes, colégios e bibliotecas, palácios e jardins, hospitais e banhos e as ruas escuras e estreitas dos eternos pobres. E finalmente Bagdá.

"Abençoada seja Bagdá", exclamou o poeta Anwari:

Abençoado seja o sítio de Bagdá, sede de saber e arte;
Ninguém pode indicar no mundo uma cidade igual a ela;
Seus subúrbios emulam em beleza a abóbada azul do céu;
Seu clima rivaliza com as brisas vitalizantes do céu;
Suas pedras, em brilho, igualam diamantes e rubis;...
As ribanceiras do Tigre com suas donzelas formosas superam Culaque;
Os jardins cheios de lindas ninfas igualam Caxemira,
E milhares de gôndolas na água
Dançam e cintilam como raios de luz no ar.[89]

Bagdá era uma antiga cidade babilônica situada não longe da antiga Babilônia. Tijolos com o nome de Nabucodonosor foram encontrados em 1848 sob o Tigre nessa localidade. Prosperou sob o governo dos reis sassânidas. Depois da conquista muçulmana, tornou-se sede de vários mosteiros cristãos, na maioria nestorianos. Consta que o califa al-Mansur soube pelos monges que o local era fresco no verão e livre dos mosquitos que infestavam Cufa e Basra. Talvez o califa julgasse aconselhável colocar alguma distância entre ele e essas cidades turbulentas, que já se avultavam com um proletariado revolucionário; e sem dúvida ele viu a vantagem estratégica em um lugar seguro situado no interior, tendo comunicação fluvial, por intermédio do Tigre e dos grandes canais, com todas as cidades sobre os dois rios e daí, através do Golfo, com todos os portos do mundo. Assim, em 762, ele transferiu para Bagdá sua residência de Hashimiya e as repartições governamentais de Cufa. Cercou a cidade com três muralhas circulares e um fosso, mudou seu nome oficial de Bagdá ("Dádiva de Deus") para Medinat-al-Salam ("Cidade da Paz") e empregou 100.000 homens para construir em quatro anos grandes palácios de tijolo para ele próprio, seus parentes e os departamentos do governo. No centro dessa "Cidade Redonda de al-Mansur" elevava-se o palácio do califa chamado "Portão de Ouro" devido a sua entrada dourada ou "O Domo Verde" por causa de sua cúpula fulgurante. Fora dos muros e diretamente sobre a margem ocidental do Tigre, al-Mansur construiu uma residência de verão, o "Palácio da Eternidade"; ali Harum al-Raschid passou a maior parte de sua vida. Das janelas desses palácios podiam-se ver centenas de embarcações que descarregavam nas docas os produtos de metade da terra.

Em 768, a fim de proporcionar ao filho al-Madi uma residência independente, al-Mansur erigiu um palácio e uma mesquita no lado oriental ou persa do rio. Em torno dessas construções, surgiu um subúrbio, Rusafa, ligado à cidade circular por duas pontes dispostas sobre botes. Como a maioria dos califas posteriores a Harum morasse nesse subúrbio, este logo sobrepujou a cidade de Mansut em tamanho e riqueza; depois de Harum "Bagdá" significou Rusafa. Do centro real, dos dois lados do Tigre, ruas estreitas e tortas — assim feitas para evitar o sol — apresentavam suas ruidosas lojas até as proximidades dos distritos dos ricos. Cada negócio tinha a sua rua ou mercado — perfumistas, cesteiros, prestidigitadores, cambistas, tecelões de seda, livreiros... Acima e além das lojas ficavam as casas do povo. Com exceção das residências dos ricos, todas as casas eram de tijolo cru, feitas para o curso de uma vida, não mais. Não dispomos de estatísticas dignas de fé sobre sua população; provavelmente atingia a 800.000 almas, mas algumas autoridades estimaram-na em dois milhões de pessoas.[90] Em qualquer caso era, no século X, a maior cidade do mundo, com a possível exceção de Constantinopla. Havia um bairro cristão populoso, com igrejas, mosteiros e escolas; cristãos nestorianos, monofisitas e ortodoxos tinham seus conventos separa-

dos. Harum reconstruiu e ampliou uma primitiva mesquita de al-Mansur e al-Mutadid reconstruiu e ampliou essa mesquita de Harum. Sem dúvida, várias centenas de mesquitas serviam às esperanças do povo.

Enquanto os pobres buscavam consolo para suas vidas no céu, os ricos procuravam o paraíso na terra. Dentro ou perto de Bagdá ergueram-se milhares de esplêndidas mansões, vilas, palácios — simples por fora, porém no interior "nada senão ouro e azul". Podemos imaginar esse esplendor doméstico através de uma incrível passagem de Abulfeda, que nos assegura que o palácio real de Bagdá tinha em seus assoalhos 22.000 tapetes e nas paredes 38.000 tapeçarias, 12.500 das quais de seda.[91] As residências do califa e sua família, do vizir e dos chefes dos departamentos governamentais ocupavam uma milha quadrada da cidade oriental. Jafar, o barmécida, inaugurou uma migração dos aristocratas, construindo, no sudeste de Bagdá, uma mansão cujo esplendor contribuiu para sua morte. Tentou evitar a inveja de Harum, presenteando o palácio a Mamun. Harum aceitou-o pelo filho, mas Jafar continuou a viver e a divertir-se no "Qasr Jafari", até a sua queda. Quando os palácios de al-Mansur e Harum começaram a cair aos pedaços, novos edifícios suntuosos os substituíram. Al-Mutadid gastou 400.000 dinares ($1.900.000) no seu "Palácio das Plêiades" (892). Podemos imaginar sua grandeza pelos nove mil cavalos, camelos e mulas que viviam em seus estábulos.[92] Al-Muqtafi construiu nas vizinhanças o "Palácio da Coroa" (902), o qual, com seus jardins, abrangia nove milhas quadradas. Al-Muqtadir erigiu por seu turno o "Pavilhão da Árvore", assim chamado porque no tanque de seu jardim erguia-se uma árvore de prata e ouro; nas folhas e ramos de prata empoleiravam-se aves de prata, cujos bicos produziam cantos mecânicos. Os sultões Buwayhid gastaram mais do que essas construções, despendendo 13.000.000 de *dirhens* no Palácio Muizziyah. Quando embaixadores gregos foram recebidos por al-Muqtadir em 917, ficaram impressionados com os 23 palácios do califa e de seu governo, os pórticos de colunas de mármore, o número, tamanho e beleza dos pisos e tapetes que cobriam quase por completo os assoalhos e paredes, os milhares de criados em uniformes brilhantes, as selas de ouro e prata e gualdrapas de brocado dos cavalos imperiais, a variedade de animais domesticados ou selvagens nos extensos parques e as barcas reais, verdadeiros palácios, que navegavam no Tigre, aguardando as ordens caprichosas do califa.

Em meio a esse esplendor as classes superiores viviam uma vida de luxo, esportes, inquietações e intrigas. Iam ao Maydan ou praça para assistir às corridas de cavalo ou jogos de pólo; bebiam vinhos finos proibidos e comiam iguarias trazidas das maiores distâncias e aos mais elevados preços; vestiam-se e vestiam suas mulheres com roupas coloridas e alegres de seda e brocado de ouro; perfumavam suas vestes, o cabelo e a barba; aspiravam o aroma de âmbar virgem ou incenso queimado; usavam jóias na cabeça, orelhas, pescoço, pulsos, e, as mulheres, no tornozelo. "O tinir de teus ornatos do tornozelo me enlouqueceu",[93] cantou um poeta para uma moça. Geralmente as mulheres eram excluídas das reuniões sociais dos homens. Poetas, músicos e humoristas tomavam seu lugar e, sem dúvida, cantavam ou falavam do amor. E graciosas escravas dançavam até que os homens tornavam-se seus servos. Grupos mais educados ouviam a leitura de poesias ou recitações do Alcorão; alguns formavam clubes filosóficos como a Irmandade da Pureza. Por volta de 790 ouvimos falar de um clube de 10 membros: um sunita ortodoxo, um xiita, um kharijita, um maniqueu, um poeta erótico, um materialista, um cristão, um judeu, um sabeu e um zoroastriano.

Consta que suas reuniões eram caracterizadas por tolerância mútua, bom humor e discussões corteses.[94] Em geral a sociedade muçulmana era de maneiras excelentes. De Ciro a Li Hung Chang o Oriente superou o Ocidente em cortesia. Constituía um aspecto enaltecedor da vida de Bagdá o fato de todas as artes e ciências terem encontrado ali uma proteção sábia; também numerosos eram os colégios e as escolas e o ar ressoava de poesia.

Da vida do povo comum pouco sabemos. Podemos apenas presumir que ele tenha contribuído para erguer esse edifício de grandeza com seus serviços e sua diligência. Enquanto os ricos se divertiam com a literatura e a arte, ciência e filosofia, a gente mais simples ouvia cantores de rua ou assoprava suas próprias flautas e cantava suas próprias cantigas. De vez em quando uma procissão de casamento reunia a sujeira e o odor das ruas. E nos feriados festivos o povo fazia visitas recíprocas, trocava presentes com cuidadoso cálculo e comia com mais gosto do que aqueles que se regalavam em pratos de ouro. Mesmo o pobre se gabava da majestade do califa e do esplendor da mesquita; contribuía com alguns *dirhens* dos dinares que eram arrecadados em Bagdá; vivia com orgulho e dignidade de uma capital. E no âmago de seu coração considerava-se entre os dominadores do mundo.

CAPÍTULO XII

Pensamento e Arte no Islã Oriental

632 — 1058

I. O SABER

SE podemos acreditar nas tradições, Maomé, diferente da maioria dos reformadores religiosos, admirou e aconselhou a busca do saber. "Aquele que deixa sua casa à procura do saber caminha na trilha de Deus... e a tinta do estudioso é mais sagrada do que o sangue do mártir";[1] mas essas tradições têm o tom de narcisismo pedagógico. De qualquer maneira, o contato dos árabes com a cultura grega na Síria despertou neles o sentimento de séria emulação. E dentro em breve o sábio, assim como o poeta eram honrados no Islã.

A educação começava logo que a criança aprendia a falar. Ela era ensinada logo a dizer: "Juro que não há outro Deus senão Alá e juro que Maomé é seu Profeta." Com a idade de seis anos, algumas crianças escravas, algumas meninas e quase todos os meninos, exceto os ricos (que tinham tutores particulares), iam para a escola elementar, geralmente em uma mesquita, às vezes perto de uma fonte pública, ao ar livre. O ensino era normalmente gratuito ou tão barato que estava ao alcance de todos. O professor recebia dos pais cerca de dois *cents* semanais[2] por aluno; os filantropos custeavam o resto. O currículo era simples: as necessárias orações do culto muçulmano, leitura suficiente para decifrar o Alcorão, e, quanto ao mais, o próprio Alcorão como teologia, história, ética e direito. A escrita e a aritmética eram atribuições de um ensino mais elevado, talvez porque a caligrafia no Oriente requeresse treinamento especial. Além disso — dizia o muçulmano — escribas serão úteis para aqueles que insistirem em escrever.[3] Cada dia, uma parte do Alcorão era decorada e lida em voz alta. O objetivo dos alunos era decorar todo o livro. Aquele que o conseguisse era chamado *hafiz* (portador), e isto era motivo para uma celebração pública. O que aprendia também a escrever, a arte do arco e flecha e natação denominava-se *al-kamil*, "o perfeito". O método era a memória, e a disciplina, o chicote. O castigo comum, uma varada na sola dos pés. Disse Harum ao tutor de seu filho Amim: "Não sejas tão rigoroso a ponto de sufocar suas faculdades nem tão brando a ponto de acostumá-lo ao ócio. Endireita-o, se puderes, por meio de bondade e brandura, mas não te esqueças de recorrer à força e severidade no caso de ele não obedecer."[4]

A educação elementar visava à formação do caráter, a secundária, à transmissão do conhecimento. Sentados de costas contra um pilar ou parede de uma mesquita, mestres instruíam sobre a interpretação do Alcorão e ensinavam os *hadiths*, teologia e direito. Em data ignorada muitas dessas escolas secundárias foram colocadas sob regulamentação e subsídio oficiais como *madrasas* ou colégios. Ao currículo teológico fundamental acrescentavam-se gramática, filologia, retórica, literatura, lógica, matemática e astronomia. A gramática tinha importância capital, pois o árabe era julgado a mais perfeita de todas as línguas, e o uso correto dessa língua constituía a marca distintiva de um cavalheiro. O ensino nesses colégios era gratuito e em alguns casos o governo ou filantropos pagavam os salários dos professores e as despesas dos estudantes.[5] O professor ia além do texto, exceto no caso do Alcorão. Os meninos estudavam mais homens do que livros. Estudantes viajavam de uma extremidade a outra do mundo muçulmano, a fim de encontrar o espírito de um famoso professor. Todo estudioso que desejasse elevada reputação em sua terra tinha de ouvir os sábios de Meca, Bagdá, Damasco e Cairo. Este internacionalismo das letras tornava-se fácil pelo fato de que por causa do Islã — embora muito diversos fossem os povos — a língua do saber e da literatura era a árabe. O próprio latim não tinha domínio maior. Quando um visitante entrava em uma cidade muçulmana, ele achava natural poder ouvir uma conferência erudita na principal mesquita quase a qualquer hora do dia. Em muitos casos, o escolástico errante recebia não somente instrução livre no *madrasa*, como, durante algum tempo, também hospedagem e comida gratuitas.[6] Nenhum título era fornecido. O que o estudante procurava era um certificado de aprovação do professor particular. A meta final era a aquisição do *adab* — modos e gostos, agilidade e graça verbais, o saber esclarecido de um cavalheiro.

Quando os muçulmanos conquistaram Samarcanda (712) aprenderam dos chineses a técnica de bater o linho e outras plantas fibrosas para transformá-las em polpa, secando esta em forma de folhas finas. Introduzido como substituto do pergaminho e couro em uma época em que o papiro ainda não tinha sido esquecido, o produto recebeu o nome de *papyros* — papel. A primeira fábrica de papel no Islã foi montada em Bagdá em 794, por al-Fadl, filho do vizir de Harum. Essa arte foi levada pelos árabes à Sicília e Espanha, e daí passou para a Itália e França. Encontramos o papel empregado na China já no ano 105 d.C., em Meca em 707, no Egito em 800, na Espanha em 950, em Constantinopla em 1100, na Sicília em 1102, na Itália em 1154, na Alemanha em 1228, na Inglaterra em 1309.[7] A invenção facilitou a confecção de livros em toda parte. Iacubi conta-nos que no seu tempo (891) Bagdá tinha mais de 100 livreiros. Suas lojas eram ao mesmo tempo centros de cópia, caligrafia e reuniões literárias. Muitos estudantes ganhavam a vida copiando manuscritos e vendendo as cópias aos negociantes de livros. No século X ouvimos falar de "caçadores" de autógrafos e colecionadores de livros que pagavam grandes somas por manuscritos raros.[8] Os autores nada recebiam da venda de seus livros; dependiam de um meio de subsistência menos especulativo ou do patrocínio de príncipes e homens ricos. Escreviam-se obras e cultivava-se a arte, no Islã, para satisfazer o gosto da aristocracia do dinheiro ou de sangue.

A maioria das mesquitas possuía bibliotecas e algumas cidades dispunham de bibliotecas públicas muito ricas e de fácil acesso. Por volta de 950, Mossul possuía uma biblioteca, instalada à custa da filantropia particular. Nela os estudantes recebiam papel e livros. Dez grandes catálogos foram necessários para conter a lista de volumes da

biblioteca pública de Rayy. A de Basra fornecia estipêndios para estudiosos ali trabalharem. O geógrafo Iacute passou três anos nas bibliotecas de Merv e Khwarizm, colhendo dados para seu dicionário geográfico. Quando Bagdá foi destruída pelos mongóis, tinha 36 bibliotecas públicas.[9] Inúmeras eram as bibliotecas particulares. Era moda entre os ricos ter uma grande coleção de livros. Um médico recusou o convite do sultão de Bucara para ir viver em sua corte, alegando que necessitava de 400 camelos para transportar sua biblioteca.[10] Al Waqidi, ao morrer, deixou 600 caixas de livros, cada uma tão pesada que exigia dois homens para carregar;[11] "príncipes como Saib ibn Abas no século X podiam possuir tantos livros quantos podiam ser então encontrados nas bibliotecas de toda a Europa".[12] Em nenhuma outra parte nesses séculos VIII, IX, X e XI de nossa era houve uma paixão tão grande pelos livros, a menos que tenha havido na China de Ming Huang. O Islã atingiu então o apogeu de sua vida cultural. Em mil mesquitas que se espalhavam de Córdova a Samarcanda, os sábios eram tão numerosos como os pilares e faziam os claustros estremecerem com sua eloqüência; as estradas do reino eram palmilhadas por inumeráveis geógrafos, historiadores e teólogos que procuravam a sabedoria e a ciência. As cortes de uma centena de príncipes ressoavam com poesia e debates filosóficos. E nenhum homem ousava ser milionário sem patrocinar a literatura ou a arte. As vetustas culturas dos povos conquistados eram ardentemente absorvidas pelos árabes perspicazes. E os conquistadores mostraram tal tolerância, que dos poetas, cientistas e filósofos que tornavam agora o árabe o idioma mais culto e literário do mundo somente uma pequena minoria era de sangue árabe.

Os doutos do Islã desse período fortaleceram os alicerces de uma distinta literatura pelos seus trabalhos de gramática, que deu à língua árabe lógica e padrões; pelos seus dicionários que reuniram a riqueza verbal dessa língua em ordem e com sentido preciso; pelas suas antologias, enciclopédias e epítomes, que preservavam muito daquilo que de outro modo teria sido perdido; e pelos seus trabalhos na crítica de textos, literatura e história. Com gratidão omitimos seus nomes e louvamos sua realização.

Entre os eruditos de que melhor nos recordamos figuram os historiadores, pois lhes devemos nosso conhecimento de uma civilização que sem eles seria desconhecida, como a do Egito dos faraós antes de Champollion. Muhammad ibn Ishaq (falecido em 767) escreveu uma clássica *Vida de Maomé*. Com a revisão e os acréscimos feitos por Ibn Hisham (763) constitui — fora do Alcorão — a mais antiga obra árabe importante em prosa que chegou até nós. Curiosos e incansáveis estudiosos compuseram dicionários biográficos de santos, filósofos, vizires, juristas, médicos, calígrafos, mandarins, amantes ou literatos. Ibn Qutaiba (828-89) foi um dos muitos muçulmanos que tentaram escrever uma história do mundo. E, diferente da maioria dos historiadores, teve a coragem de estabelecer sua própria religião naquela modesta perspectiva que toda nação ou fé deve ter na imensidão do tempo. Muhammad al-Nadim escreveu em 987 um *Índice das Ciências* (*Fihrist al-'ulum*), uma bibliografia de todos os livros em árabe, originais ou traduzidos, sobre qualquer ramo do conhecimento, com uma nota biográfica e crítica de cada autor, inclusive uma lista de suas virtudes e vícios. Podemos estimar a riqueza da literatura muçulmana de seu tempo, observando que, em mil obras citadas por ele, nem um só volume existe hoje.[13]

O Tito Lívio do Islã[14] foi Abu Jafar Muhammad al-Tabari (839-923). Tal como muitos escritores muçulmanos, era persa, nascido em Tabaristão, ao sul do Mar Cáspio. Depois de vários anos passados como pobre mestre errante, na Arábia, Síria e

Egito, estabeleceu-se como jurista em Bagdá. Durante 40 anos dedicou-se à composição da enorme crônica universal — *Anais dos Apóstolos e Reis (Kitab akhbar al-Rusul wal-Muluk)* — desde a criação até 913. O que restou dessa obra enche 15 grandes volumes. Temos conhecimento de que o original era 10 vezes maior. Como Bosuet, al-Tabari viu a mão de Deus em todos os acontecimentos e encheu seus primeiros capítulos com piedosos despropósitos: Deus "criou os homens para experimentá-los";[15] Deus lançou na terra uma casa de rubis para a moradia de Adão, mas, quando este pecou, retirou-a.[16] Al-Tabari seguiu a Bíblia ao narrar a história dos judeus; aceitou o nascimento de Cristo da Virgem (Maria concebeu Jesus porque Gabriel soprou em sua manga),[17] e terminou a Primeira Parte com a ascensão de Jesus ao céu. A Segunda Parte constitui uma realização bem mais digna de crédito e dá uma história sóbria, às vezes viva, da Pérsia dos sassânidas. O método é cronológico, descrevendo os eventos ano por ano e geralmente tradicional — extraindo as narrativas de uma ou mais cadeias de *hadith*, ou testemunha ocular contemporânea do incidente. O método tem a virtude de citar cuidadosamente as fontes. Mas como al-Tabari não procura coordenar as diversas tradições em uma narrativa coerente e unida, sua história constitui antes um monumento de amor ao trabalho do que uma obra de arte.

Al-Masudi, o maior sucessor de al-Tabari, classificou este como seu maior predecessor. Abul-Hasã Ali al-Masudi, um árabe de Bagdá, viajou pela Síria, Palestina, Arábia, Zanzibar, Pérsia, Ásia Central, Índia e Ceilão. Afirmou mesmo que chegara até o Mar da China. Reuniu suas investigações em uma enciclopédia de 30 volumes, que era demasiado longa mesmo para os prolixos doutores do Islã; publicou um compêndio também gigantesco; finalmente (947) — compreendendo talvez que seus leitores tinham menos tempo de ler do que ele de escrever — reduziu a obra à forma na qual sobrevive, dando-lhe um título fantasista: *Prados de Ouro e Minas de Pedras Preciosas*. Al-Masudi passou em revista, onivoramente, a geografia, biologia, história, costumes, religião, ciência, filosofia e literatura de todas as terras, da China à França. Era o Plínio e o Heródoto do mundo muçulmano. Não reduziu o seu material a ponto de torná-lo árido, e uma vez ou outra escreveu com tal despreocupação, que não deixou de registrar, aqui e acolá, uma história divertida. Era um tanto céptico em matéria de religião, mas nunca impôs suas dúvidas a seu público. No último ano de sua vida resumiu suas opiniões sobre ciência, história e filosofia em um *Livro de Informações*, no qual sugeriu uma evolução "dos minerais às plantas, destas aos animais e dos animais ao homem".[18] Talvez estes pontos de vista o tenham colocado em situação difícil com relação aos conservadores de Bagdá; foi forçado, como diz, "a deixar a cidade em que nasci e cresci". Mudou-se para o Cairo, mas sentiu a separação. "Constitui característica de nosso tempo separar e dispersar tudo... Deus faz uma nação prosperar pelo amor do lar; é sinal de eqüidade moral ser afeiçoado ao local do nascimento; é indício de linhagem nobre desgostar-se da separação da lareira ancestral e do lar"[19], escreveu ele. Morreu no Cairo, em 956, após 10 anos de exílio.

Nas suas melhores partes estes historiadores são excelentes no escopo de suas empresas e nos seus interesses. Combinam devidamente a geografia com a história, e nada que é humano lhes escapa. E são muito superiores aos historiadores contemporâneos da cristandade. Mas perdem-se muito na política, na guerra e na retórica verborrágica. Raras vezes procuram as causas econômicas, sociais e psicológicas dos acontecimentos. Sentimos em seus vastos volumes a falta de um senso de síntese e encon-

tramos apenas um conglomerado de partes não coordenadas — nações, episódios e personalidades. Raras vezes fazem uma pesquisa consciencíosa das fontes e confiam demasiado piamente nas séries de tradições em que todo vínculo é um possível foco de erro ou engano. Conseqüentemente, suas narrativas às vezes degeneram em histórias infantis de presságios, milagres e mitos. Como muitos historiadores cristãos (excetuando sempre Gibbon) podem escrever histórias medievais em que toda a civilização islâmica não passa de um pequeno apêndice às Cruzadas, assim também muitos historiadores muçulmanos reduziram a história universal antes do islamismo a um preparativo para o aparecimento de Maomé. Mas como pode um espírito ocidental julgar com justiça um oriental? A beleza da língua árabe fenece na tradução como uma flor separada de suas raízes e os tópicos que enchem as páginas de historiadores muçulmanos, fascinantes a seus conterrâneos, parecem muitos remotos aos interesses naturais dos leitores ocidentais, que não compreenderam como a interdependência econômica dos povos exige fatalmente um estudo e compreensão mútuos do Oriente e do Ocidente.

II. CIÊNCIA

Nesses séculos plenos da vida islâmica, os muçulmanos trabalharam em prol do intelecto de que falamos atrás, em prol da ciência. (Todo escritor que trata da ciência islâmica deve consignar sua dívida para com George Sarton, pela sua *Introduction to the History of Science*. Essa obra monumental não somente constitui uma das mais nobres realizações da história da ciência, mas também presta inestimável serviço, revelando a riqueza e o escopo da cultura muçulmana. Estudiosos de toda parte devem esperar que toda facilidade seja proporcionada à conclusão dessa obra.) Os califas compreenderam o atraso dos árabes na ciência e na filosofia bem como a riqueza da cultura grega que sobrevivia na Síria. Os omíadas prudentemente deixaram intatos os colégios cristãos, sabeus ou persas de Alexandria, Beirute, Antioquia, Harão, Nísibis e Jund-i-Xapur, e nessas escolas os clássicos da ciência e da filosofia gregas foram estudados, muitas vezes em traduções sírias. Muçulmanos que aprendiam o sírio ou o grego ficavam intrigados com estes tratados; e logo foram feitas traduções para o árabe por cristãos nestorianos ou judeus. Príncipes omíadas e abássidas estimularam esse empréstimo frutífero. Al-Mansur, al-Mamun e al-Mutawakkil enviaram mensageiros a Constantinopla e outras cidades helênicas — às vezes aos seus tradicionais inimigos, os imperadores gregos — pedindo livros gregos, especialmente de matemática ou medicina; deste modo foi introduzida no Islã a obra *Elementos* de Euclides. Em 830, al-Mamun estabeleceu em Bagdá, pelo custo de 200.000 dinares ($ 950.000), uma "Casa de Sabedoria" (*Bayt al Hikmah*) com academia científica, observatório e biblioteca pública; aí instalou um corpo de tradutores e pagou-lhes com o dinheiro do fundo público. Ao trabalho dessa instituição, opinou Ibn Caldun,[20] o Islã deveu esse vibrante despertar que em suas causas — a expansão do comércio e a redescoberta da Grécia — e em seus resultados — o florescimento da ciência, literatura e arte — assemelhou-se à Renascença italiana.

De 750 a 900 este profícuo sistema de tradução continuou: do siríaco, grego, pálavi e sânscrito. Na chefia dos tradutores, na Casa da Sabedoria, encontrava-se um médico nestoriano, Hunain ibn Ishaq (809-73), ou seja, João filho de Isaque. Por sua própria

conta, traduziu uma centena de tratados de Galeno e da escola galênica para o siríaco, e 39 para o árabe. Foi devido a essas versões que algumas obras importantes de Galeno escaparam à destruição. Mais ainda, Hunain traduziu *Categorias, Física* e *Magna Moralia* de Aristóteles; *A República, Timeu* e *Leis* de Platão; *Aforismos* de Hipócrates; *Matéria Médica* de Dioscórides; *Quadripartium* de Ptolomeu e o Velho Testamento dos Setenta Gregos. Al-Mamun deixou em má situação o tesouro, pagando a Hunain a peso de ouro os livros que ele traduziu. Al-Mutawakkil fê-lo médico da corte mas o encarcerou durante um ano quando ele, embora ameaçado de morte, recusou-se a preparar um veneno para um inimigo. Seu filho Ishaq ibn Hunain ajudou-o em suas traduções, e ele próprio verteu para o árabe *Metafísica, Sobre a Alma, Da Geração* e *Corrupção de Animais* de Aristóteles, e os comentários de Alexandre de Afrodisíade — um trabalho destinado a exercer grande influência sobre a filosofia muçulmana.

Por volta de 850, havia sido traduzida a maioria dos textos clássicos gregos em matemática, astronomia e medicina. Foi por intermédio da versão árabe que o *Almajesto* de Ptolomeu recebeu seu nome, bem como somente as versões árabes preservaram os Livros V-VII da *Seções Cônicas* de Apolônio de Perga, a *Mecânica* de Hero de Alexandria e a *Pneumática* de Filo de Bizâncio. É estranho que os maometanos, tão apegados à poesia e à história, ignorassem a poesia, o drama e a historiografia dos gregos. O Islã aceitou nesse campo a liderança da Pérsia, desprezando a Grécia. Foi uma infelicidade para o Islã e a humanidade que Platão e mesmo Aristóteles viessem ao conhecimento dos árabes principalmente na forma neoplatônica: Platão na interpretação de Porfírio; e Aristóteles descolorido por uma *Teologia de Aristóteles* apócrifa, escrita por um neoplatônico do século V ou VI, e traduzida para o árabe como produto genuíno do filósofo de Estagira. As obras de Platão e Aristóteles foram quase todas traduzidas, embora com muitas inexatidões. Mas como os eruditos muçulmanos procuravam reconciliar a filosofia grega com o Alcorão, aceitaram mais depressa as interpretações neoplatônicas do que os próprios livros originais. O verdadeiro Aristóteles alcançou o Islã apenas na sua lógica e na sua ciência.

A continuidade de ciência e filosofia do Egito, Índia e Babilônia, através da Grécia e Bizâncio ao Islã oriental e espanhol e daí para a Europa setentrional e América, constitui um dos mais brilhantes fios da meada da História. A ciência grega, embora há muito enfraquecida pelo obscurantismo, mau governo e pobreza, continuava ainda viva na Síria quando os muçulmanos lá chegaram. Justamente no tempo da conquista, Severo Sebokht, abade de Ken-nesre, no Eufrates superior estava escrevendo tratados gregos sobre astronomia e fazendo a primeira menção conhecida aos números hindus fora da Índia (662). A herança árabe da ciência era em sua grande parte grega, mas em seguida vinha a influência hindu. Em 773, por ordem de al-Mansur, fizeram-se traduções dos *Siddhantas* — tratados astronômicos da Índia que datam até de 425 a.C. Estas versões podem ter constituído o veículo pelo qual os números "arábicos" e o zero provenientes da Índia foram introduzidos no Islã.[21] Em 813, al-Khwarizmi empregou os números hindus em suas tábuas astronômicas. Por volta de 825 ele publicou um tratado conhecido em sua forma latina como *Algoritmi de numero Indorum* — "Dos Números dos Indianos, de al-Khwarizmi". Com o tempo *algoritmo* ou *algorismo* veio a significar qualquer sistema aritmético baseado na notação decimal. Em 976 Muhammad ibn Ahmad, em sua *Chaves das Ciências*, observava que, se, em um cálculo, nenhum número aparecesse no lugar das dezenas, um

pequeno círculo devia ser usado para "manter a fileira".[22] A esse círculo os muçulmanos chamaram de *sifr*, "vazio", donde a nossa cifra. Os doutos latinos transformaram *sifr* em *zephyrum* que os italianos encurtaram para *zero*.

A álgebra que encontramos nos Diofantes gregos, no século III, deve seu nome aos árabes, que desenvolveram extensivamente esta ciência. Uma grande figura neste campo — talvez o maior dos matemáticos medievais — foi Muhammad ibn Musa (780-850), chamado al-Khwarizmi, por causa do local onde nasceu, Khwarizm (atual Quiva), a leste do Mar Cáspio. Al-Khwarizmi contribuiu efetivamente para o progresso de cinco ciências: escreveu sobre os números hindus, compilou tábuas astronômicas que, depois de revisadas na Espanha muçulmana, constituíram o padrão durante séculos entre os astrônomos de Córdova a Chang-an; formulou as mais antigas tábuas trigonométricas conhecidas; colaborou com 69 outros estudiosos na elaboração de uma enciclopédia geográfica para al-Mamun; e no seu *Cálculo de Integração e Equação*, deu soluções analíticas e geométricas de equações do 2º grau. Esta obra, agora perdida em sua forma árabe, foi traduzida por Geraldo de Cremona no século XII e usada como principal texto nas universidades européias até o século XVI; foi ela que introduziu no Ocidente a palavra *álgebra* (*al-jabr* — "restituição", "complemento"). Tabit ibn Qurra (826-901), além de proceder a importantes traduções, granjeou fama na astronomia e na medicina, e tornou-se o maior dos geômetras muçulmanos. Abu-Abdala al-Battani (850-929), um sabeu de Raqqa conhecido na Europa com o nome de Albategnus, desenvolveu a trigonometria muito além de seus princípios de Hiparco e Ptolomeu, substituindo as soluções triangulares pelas soluções quadriláteras de Ptolomeu, e o seno pela corda de Hiparco. Ele formulou as proporções trigonométricas essencialmente como nós as usamos hoje em dia.

O califa al-Mamun encarregou uma comissão de astrônomos de fazer observações e registros, para pôr à prova as descobertas de Ptolomeu e estudar as manchas solares. Dando como natural a esfericidade da Terra, os astrônomos mediram um grau terrestre tomando simultaneamente a posição do Sol em Palmira e na planície de Sinjar. A medida deu 56 milhas e dois terços — meia milha mais do que o nosso cálculo atual. E dos seus resultados calcularam a circunferência da Terra como sendo de aproximadamente 20.000 milhas. Esses astrônomos trabalhavam sobre bases inteiramente científicas: somente aceitavam como verdade aquilo que era confirmado pela experiência ou experimento. Um deles, Abul-Farghani, da Transoxiana, escreveu (*ca.* 860) um texto astronômico que permaneceu durante 700 anos como fonte autorizada na Europa e Ásia ocidental. Mais famoso ainda foi al-Battani: suas observações astronômicas continuadas durante 41 anos destacavam-se pelo seu alcance e exatidão. Determinou muitos coeficientes astronômicos com notável aproximação aos cálculos modernos — a precessão dos equinócios em 54.5" por ano e a inclinação da eclíptica em 23° 55'.[23] Trabalhando sob o patrocínio dos primeiros governantes buwayhidas de Bagdá, Abul-Wafa (na discutida opinião de Sadillot) descobriu a terceira variação lunar 600 anos antes de Tycho Brahe.[24] Instrumentos custosos foram construídos para os astrônomos muçulmanos: não somente astrolábios e esferas armilares, conhecidos pelos gregos, como quadrantes com um raio de 30 pés e sextantes com um raio de 80. O astrolábio, muito aperfeiçoado pelos muçulmanos, alcançou a Europa no século X e foi amplamente utilizado pelos marinheiros até o século XVII. Os árabes desenharam e construíram o aparelho com paixão estética, tornando-o ao mesmo tempo um instrumento de ciência e obra de arte.

Mais importante mesmo que a confecção de mapas do céu era cartografar a Terra, pois que o Islã vivia da lavoura e do comércio. Suleimão al-Tajir — isto é, o mercador — por volta de 840 levou suas mercadorias até o Extremo Oriente. Um autor anônimo (851) escreveu a narrativa da viagem de Suleimão. Essa antiqüíssima narrativa árabe da China antecipava-se às *Viagens* de Marco Polo em 425 anos. No mesmo século, Ibn Khordadhbeh fez uma descrição da Índia, Ceilão, Índias Orientais e China, ao que parece baseada em observação pessoal. E Ibn Hauqal descreveu a Índia e a África. Ahmad al-Iacubi, da Armênia e Coraçã, escreveu em 891 um *Livro dos Países*, em que apresentou narrativa digna de confiança das províncias e cidades muçulmanas e de muitos Estados estrangeiros. Muhammad al-Muqaddasi visitou todas as terras do Islã, menos a Espanha, sofreu inumeráveis vicissitudes e em 985 escreveu sua *Descrição do Império Muçulmano* — a maior obra de geografia árabe antes da *Índia* de al-Biruni.

Abu al-Rayhan Muhammad ibn Ahmad al-Biruni (973-1048) é o típico estudioso muçulmano. Filósofo, historiador, viajante, geógrafo, lingüista, matemático, astrônomo, poeta e físico — produzindo grandes e originais trabalhos em todos esses campos — era no mínimo o Leibnitz,[25] quase o Leonardo do Islã. Como al-Khwarizmi, nascido nas proximidades da moderna Quiva, marcou novamente a supremacia da região transcaspiana nesse século culminante da ciência medieval. Os príncipes de Khwarizm e Tabaristão, reconhecendo o talento de al-Biruni, deram-lhe um lugar nas suas cortes. Ouvindo falar na concentração de poetas e filósofos em Khwarizm, Mamude de Gasna pediu ao príncipe dessa cidade que lhe enviasse al-Biruni, Ibn Sina (Avicena) e outros sábios. O príncipe sentiu-se obrigado a assentir (1018) e al-Biruni foi viver com honra e paz estudiosa ao lado do belicoso assaltante da Índia. Talvez al-Biruni tenha entrado nesse país em uma comitiva de Mamude; em todo caso, ele permaneceu lá vários anos e aprendeu a língua e as antigüidades do país. Regressando à corte de Mamude, tornou-se o favorito desse déspota inconstante. Um visitante da Ásia setentrional ofendeu o rei, descrevendo uma região onde, segundo disse, o sol não se punha durante muitos meses. Mamude ia mandar prender o homem por brincar com a realeza quando al-Biruni explicou o fenômeno, para satisfação do monarca e grande alívio do viajante.[26] Masude, filho de Mamude, também um cientista amador, fez chover dinheiro e presentes sobre al-Biruni, que muitas vezes os devolveu ao tesouro, alegando que excedia a suas necessidades.

A sua primeira grande obra (*ca.* ano 1000) foi um tratado altamente técnico — *Vestígios do Passado (Athar-ul-Baqiya)* — sobre os calendários e festivais religiosos dos persas, sírios, gregos, judeus, cristãos, sabeus, zoroastrianos e árabes. Constitui tratado extraordinariamente imparcial, inteiramente isento das animosidades religiosas. Como muçulmano, al-Biruni inclinava-se para a seita xiita, com discreta tendência ao agnosticismo. Manteve, todavia, bom grau de patriotismo persa e condenou os árabes por destruírem a alta civilização do regime sassânida.[27] Por outro lado, sua atitude era a de um estudioso objetivo, assíduo nas pesquisas, crítico na busca das tradições e textos (inclusive os Evangelhos), preciso e consciencioso nas afirmativas, admitindo freqüentemente sua ignorância e prometendo prosseguir em suas pesquisas até que a verdade emergisse. No prefácio dos *Vestígios* escreveu como Francis Bacon: "Devemos limpar nossas mentes... de todas as causas que cegam o povo perante a verdade — costumes velhos, espírito faccioso, rivalidade e paixão pessoal e o desejo de influenciar." Enquanto seu hospedeiro estava devastando a Índia, al-Biruni pas-

sou muitos anos estudando seus povos, línguas, crenças, culturas e castas. Em 1030, publicou sua obra-prima, *História da Índia (Tarikh al-Hind)*. No começo da obra fez distinção rigorosa entre o "ouvir dizer" e o relato de testemunha ocular e classificou as variedades de "mentirosos" que haviam escrito história.[28] Gastou pouco espaço na história política da Índia, mas dedicou 42 capítulos à astronomia hindu e 11 à religião hindu. Ficou encantado pelo *Bhagavad Gita*. Viu similaridade entre o misticismo de Vedanta, dos sufistas, dos neopitagóricos e dos neoplatônicos. Comparou excertos de pensadores indianos com passagens semelhantes dos filósofos gregos e expressou sua preferência pelos helênicos. "A Índia não produziu nenhum Sócrates, e nenhum método lógico separou ali a fantasia da ciência",[29] escreveu ele. Todavia traduziu várias obras científicas do sânscrito para o árabe e, como que a pagar uma dívida, verteu para o sânscrito os *Elementos* de Euclides e o *Almajesto* de Ptolomeu.

O seu interesse estendeu-se a quase todas as ciências. Produziu a melhor explanação medieval sobre os números hindus. Escreveu tratados sobre o astrolábio, o planisfério, a esfera armilar e formulou tábuas astronômicas para o sultão Masude. Tomou como natural que a Terra é redonda, observou a "atração de todas as coisas na direção do centro da Terra" e assinalou que dados astronômicos podem ser explicados também pela suposição de que a Terra gira diariamente em torno de seu próprio eixo e anualmente em volta do Sol, bem como pela hipótese inversa.[30] Especulou a possibilidade de que o vale do rio Indo tivesse sido outrora o fundo de um mar.[31] Compôs extensiva lapidária na qual descreve grande número de pedras e metais do ponto de vista do estado natural, comercial e médico. Determinou o peso específico de 18 pedras preciosas e estabeleceu o princípio de que o peso específico de um objeto corresponde ao volume de água por ele deslocado.[32] Encontrou um método de calcular, sem somas trabalhosas, o resultado de duplicações repetidas de um número, como na história hindu dos quadrados do tabuleiro de xadrez e dos grãos de areia. Contribuiu para a geometria com a solução de teoremas que desde então receberam seu nome. Compôs uma enciclopédia de astronomia, um tratado de geografia e um epítome de astronomia, astrologia e matemática. Explicou o funcionamento das fontes naturais e dos poços artesianos pelo princípio hidrostático de vasos comunicantes.[33] Escreveu as histórias dos reinados de Mamude, de Subuktigin e de Khwarizm. Os historiadores orientais chamam-no "O Xeque" — como a significar "o mestre daqueles que sabem". Sua multifária produção, na mesma geração que Ibn Sina (Avicena), Ibn al-Haitham e Firdusi, marca a passagem do século X para o XI, como o zênite da cultura islâmica e o clímax do pensamento medieval.[34]

A química, como ciência, foi quase criada pelos muçulmanos, pois neste campo, onde os gregos (ao que sabemos) estiveram confinados à experiência industrial e vagas hipóteses, os sarracenos introduziram observações precisas, experiência controlada e registros cuidadosos. Inventaram e deram nome ao alambique (*al-anbiq*), analisaram quimicamente numerosas substâncias, compuseram lapidárias, distinguiram os álcalis (*alkalis*) e os ácidos, investigaram suas afinidades, estudaram e fabricaram centenas de drogas. (Álcool é palavra árabe, mas não produto árabe. Foi pela primeira vez mencionada numa obra italiana do século IX ou X.[35] Para os muçulmanos, *al-Kohl* era um pó para pintar as sobrancelhas.) A alquimia, que os muçulmanos herdaram do Egito, contribuiu para a química com milhares de descobertas casuais e pelos seus métodos, que eram os mais científicos de todas as operações medievais. Praticamente todos os cientistas muçulmanos acreditavam que todos os metais eram, em última

análise, da mesma espécie e podiam portanto ser transmutados uns nos outros. O objetivo dos alquimistas consistia em transformar os metais que se alteram facilmente pela ação do ar, como o ferro, cobre, chumbo ou estanho em prata ou ouro. A "pedra filosofal" era a substância — sempre procurada mas nunca encontrada — que quando devidamente tratada efetivaria essa transformação. O sangue, o cabelo, os excrementos e outros materiais foram tratados com vários reagentes e submetidos à calcinação, sublimação, luz solar e fogo, para ver se continham essa mágica *al-iksir* ou essência.[36] Aquele que possuísse este elixir seria capaz de prolongar a vida a sua vontade. O mais famoso dos alquimistas era Jabir ibn Hayyan (702-65), conhecido na Europa com o nome de Gebir. Filho de um droguista de Cufa, exerceu a profissão de médico mas passou a maior parte de seu tempo com alambiques e cadinhos. As 100 ou mais obras a ele atribuídas foram produzidas por autores desconhecidos, principalmente no século X. Muitos desses trabalhos anônimos foram traduzidos para o latim e muito contribuíram para o desenvolvimento da química européia. Depois do século X, a ciência da química, como as demais ciências, cedeu terreno ao ocultismo e não levantou a cabeça novamente durante quase 300 anos.

O que nos restou da biologia muçulmana desse período é escasso. Abu-Hanifa al-Dinavari (815-95) escreveu um *Livro de Plantas* baseado no Dioscórides, mas adicionando muitas plantas à farmacologia. Botânicos maometanos sabiam como produzir novos frutos por meio do enxerto; combinaram a roseira com a amendoeira para gerar flores raras e lindas.[37] Othman Amr al-Jahiz (falecido em 869) propôs uma teoria da evolução como a de al-Masudi: a vida evoluíra "do mineral ao vegetal e deste ao animal e do animal ao homem."[38] O poeta místico Jalal ud-din aceitou a teoria e simplesmente acrescentou que, se isso aconteceu no passado, então na próxima fase os homens se tornarão anjos e depois, finalmente, Deus.[39]

III. MEDICINA

Entrementes, os homens amavam a vida, apesar de maldizê-la, e despendiam grandes somas para afastar a morte. Os árabes haviam entrado na Síria apenas com conhecimentos e equipamentos médicos primitivos. À medida que aumentava a riqueza, médicos de maior quilate formavam-se na Síria e na Pérsia ou eram trazidos da Grécia e da Índia. Proibida pela sua religião de praticar a vivissecção ou a dissecação de cadáveres humanos, a anatomia muçulmana tinha de se contentar com Galeno e o estudo de homens feridos. A medicina árabe apresentava-se mais fraca na cirurgia, mais forte nos medicamentos e na terapêutica. À antiga farmacopéia, os sarracenos acrescentaram o âmbar-cinzento, cânfora, cássia, cravo, mercúrio, sene e mirra. E introduziram novos preparados farmacêuticos — xaropes (*sharab* em árabe), julepo (*golab*), água-de-rosas, etc. Uma das principais feições do comércio italiano com o Oriente Próximo era a importação de drogas árabes. Os muçulmanos estabeleceram as primeiras lojas de boticário e dispensários, fundaram a primeira escola medieval de farmácia e escreveram grandes tratados sobre farmacologia. Os médicos muçulmanos eram defensores entusiastas do banho, especialmente em caso de febre[40] e na forma de banho de vapor. Suas instruções sobre o tratamento de varíola e sarampo quase não poderiam ser melhoradas hoje.[41] A anestesia por inalação era praticada em algumas operações cirúrgicas;[42] o haxixe e outras drogas eram usados para provocar sono profundo.[43] Sa-

bemos da existência de 34 hospitais estabelecidos no Islã nesse período,[44] ao que parece sobre o modelo da academia e hospital persa de Jund-i-Xapur; em Bagdá o primeiro conhecido por nós foi instalado no reinado de Harum al-Raschid, e cinco outros inaugurados ali no século X. Em 918 ouvimos falar de um diretor de hospitais em Bagdá.[45] O mais famoso hospital no Islã foi o *bimaristan* fundado em Damasco em 706; em 978 tinha um corpo de 24 médicos. A instrução médica ministrava-se principalmente nos hospitais. Nenhum homem podia legalmente praticar a medicina sem passar por um exame e receber um diploma oficial. Do mesmo modo os droguistas, barbeiros e ortopedistas estavam sujeitos à regulamentação e fiscalização do Estado. O médico-vizir Ali ibn Isa organizou um corpo de médicos para ir de localidade em localidade a fim de cuidar dos doentes (931). Certos médicos faziam visitas diárias aos cárceres; havia um tratamento especialmente humano para os doentes mentais. Mas a saúde pública estava pouco desenvolvida em muitos lugares. E, em quatro séculos, 40 epidemias assolaram um ou outro país do Oriente muçulmano.

Em 931 havia 860 médicos licenciados em Bagdá.[46] Os honorários subiam com a proximidade da corte. Jibril ibn Bakhtisha, médico de Harum, al-Mamun e dos barmécidas, reuniu uma fortuna de 88.800.000 *dirhens* ($7.104.000); consta-nos que ele recebera 100.000 *dirhens* para sangrar duas vezes por ano o califa e soma igual para administrar-lhe um purgativo semestral.[47] Curou com êxito a paralisia histérica de uma jovem escrava, fingindo desnudá-la em público. De Jibril em diante há uma sucessão de médicos famosos no Islã oriental: Yuhanna ibn Masawayh (777-857), que estudou anatomia, dissecando macacos; Hunain ibn Ishaq, o tradutor, autor de *Dez Tratados sobre o Olho* — o mais antigo compêndio sistemático de oftalmologia; e Ali ibn Isa, o maior dos oculistas muçulmanos, cujo *Manual do Oculista* foi usado nas escolas da Europa até o século XVIII.

A maior figura nessa dinastia humana de médicos foi Abu-Béquer Maomé ibn Zacarias al-Razi (844-926), famoso na Europa com o nome de Razes. Tal como a maioria dos principais cientistas e poetas de seu tempo, ele era um persa que escrevia em árabe. Nascido em Raj, perto de Teerã, estudou química, alquimia e medicina em Bagdá e escreveu cerca de 131 livros, metade dos quais sobre medicina, sendo que a maioria deles se perdeu. O seu *Kitab al-Hawi (Livro Compreensivo)* abrangia em 20 volumes todos os ramos da medicina. Traduzido para o latim com o nome de *Liber continens*, constituiu provavelmente o compêndio médico mais respeitado e freqüentemente usado no mundo branco durante vários séculos. Era um dos nove livros que compunham toda a biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris em 1395.[48] O seu *Tratado sobre Varíola e Sarampo* constituía uma obra-prima de observação direta e análise clínica; era o primeiro estudo acurado de moléstias infecciosas, o primeiro esforço no sentido de distinguir as duas moléstias. Podemos aquilatar sua influência e reputação pelas 40 edições inglesas impressas entre 1498 e 1866. A obra mais famosa de al-Razi foi um inventário de medicina em 10 volumes, o *Kitab al-Mansuri (Livro de al-Mansur)*, dedicado a um príncipe de Coraçã. Geraldo de Cremona traduziu-o para o latim. O nono volume dessa tradução, o *Nonus Almansoris*, constituiu um livro popular na Europa até o século XVI. Al-Razi introduziu novos remédios como o ungüento mercurial e o emprego de tripas de animal nas suturas. Ele deteve o entusiasmo pela urocrasia em uma época em que os médicos inclinavam-se a diagnosticar qualquer moléstia por meio do exame da urina, às vezes sem ver o paciente. Algumas de suas obras mais curtas mostravam um lado humano; uma foi:

"Do Fato de que nem Mesmo Médicos Hábeis Podem Curar Todas as Moléstias". Outra tinha o título de: "Por que Médicos Ignorantes, Leigos e Mulheres Têm mais Êxito do que os Médicos Sábios". Al-Razi era no consenso geral de seu tempo o maior dos médicos muçulmanos e o maior clínico da Idade Média.[49] Morreu pobre, com a idade de 82 anos.

Na Escola de Medicina da Universidade de Paris estão pendurados dois retratos de médicos muçulmanos: "Razes" e "Avicena". O Islã teve em Avicena (Abu Ali al-Husein ibn Sina — 980-1037) seu mais famoso médico e maior filósofo. A sua autobiografia — uma das poucas na literatura árabe — mostra-nos como podia ser instável, nos dias medievais a vida de um douto ou sábio. Filho de um cambista de Bucara, Avicena foi educado por preceptores particulares que transformaram um sufista místico em um espírito científico. "Aos 10 anos", diz Ibn Calicã, com a habitual hipérbole oriental, "era um perfeito mestre do Alcorão e literatura geral e tinha obtido certo grau de conhecimento em teologia, aritmética e álgebra."[50] Estudou medicina sem professor e ainda jovem começou seus tratamentos gratuitos. Aos 17 anos restabeleceu a saúde do governador enfermo de Bucara, Nun ibn Mansur, tornou-se funcionário da corte e passava oito horas na imensa biblioteca do sultão. A queda da dinastia samânida em fins do século X fez que Avicena servisse com al-Mamun, príncipe de Khwarizm. Quando Mamude de Gasna mandou buscar Avicena, al-Biruni e outros luminares da intelectualidade da corte de al-Mamun, Avicena recusou-se a ir. Juntamente com seu colega Masihi, fugiu para o deserto. Este último morreu em uma tempestade de areia. Mas Avicena, depois de muitas privações, atingiu Gurgan, e serviu na corte de Qabus. Mamude fez circular em toda a Pérsia um retrato de Avicena, e ofereceu um prêmio por sua captura, mas Qabus o protegeu. Quando seu protetor foi assassinado, Avicena foi chamado para tratar do emir de Hamadã. E tamanho êxito conseguiu, que foi nomeado vizir. Mas o exército não gostou de seu governo. Aprisionou-o, saqueou sua casa e propôs sua condenação à morte. Avicena fugiu, ocultou-se nos aposentos de um droguista e nesse esconderijo começou a escrever os livros que o tornariam famoso. Quando planejava fugir secretamente de Hamadã, foi preso pelo filho do emir e passou vários meses na cadeia, onde continuou a escrever. Escapou novamente, disfarçado de místico sufista, e, depois de aventuras demasiado numerosas para o espaço de que dispomos aqui, encontrou abrigo e honrarias na corte de Alá ad-Dawla, o emir buwayhid de Isfahan. Um círculo de cientistas e filósofos reunia-se em torno dele e realizava conferências eruditas que o emir gostava de presidir. Algumas narrativas insinuam que o filósofo gozava tanto os prazeres do amor como da erudição. De outro lado, temos notícias de que ele ficava absorvido dia e noite nos estudos, ensino e assuntos públicos; e Ibn Calicã cita dele alguns conselhos incomuns: "Tome uma refeição por dia... Preserve o líquido seminal com cuidado — é a água da vida para ser derramada no útero."[51] Esgotado prematuramente, morreu aos 57 anos, em uma viagem para Hamadã, onde até hoje uma veneração piedosa lhe guarda o túmulo.

Em meio a essas vicissitudes, Avicena encontrou tempo para escrever, em árabe ou persa, no escritório ou na prisão, centenas de livros que abrangiam quase todos os campos da ciência e da filosofia. Compôs excelentes poemas, dos quais 15 sobrevivem; um deles entrou no *Rubayat* de Omar Khayyam; outro, "A Descida da Alma" (de uma esfera mais elevada para o corpo), é ainda decorado pelos jovens estudantes do Oriente muçulmano. Traduziu Euclides, realizou observações astronômicas e in-

ventou um instrumento semelhante ao nosso nônio. Fez estudos originais sobre movimento, força, vácuo, luz, calor e peso específico. O seu tratado sobre minerais constituiu uma das principais fontes da geologia européia até o século XIII. Suas observações sobre a formação de montanhas constitui um modelo de clareza:

> Montanhas podem ser produto de duas causas diferentes. Ou resultam de levantamentos da crosta terrestre, como pode ocorrer em um violento terremoto, ou resultam dos efeitos da água, que abrindo nova rota, desnudou os vales. As camadas são de espécies diferentes, algumas moles e outras duras. O vento e a água desintegram as da primeira espécie, deixando, porém, intactas as outras. Seria necessário um longo período de tempo para que todas essas transformações fossem realizadas... mas que a água foi a principal causa desses efeitos está provado pela existência de fósseis de animais aquáticos em muitas montanhas.[52]

Duas gigantescas produções contêm o ensinamento de Avicena: o *Kitab al-Shifa* ou o *Livro da Cura* (da alma), uma enciclopédia de 18 volumes de matemática, física, metafísica, teologia, economia, política e música; e o *Qanun-fi-l-Tibb* ou *Cânones de Medicina*, gigantesco levantamento dos conhecimentos de fisiologia, higiene, terapêutica e farmacologia, com diversas incursões na filosofia. O *Qanun* está bem organizado e contém monumentos de eloqüência; mas sua paixão escolástica pela classificação e distinção torna-se uma doença para a qual o autor não dispõe de receita. Ele começa com uma admoestação desanimadora: "Todo adepto de meus ensinamentos que desejar utilizá-los com proveito deverá decorar a maior parte desta obra"[52a], a qual compreende um milhão de palavras. Concebe a medicina como a arte de remover um impedimento ao funcionamento normal da natureza. Trata primeiro das doenças maiores: seus sintomas, diagnóstico e tratamento. Contém capítulos sobre profilaxia e higiene geral e individual e sobre a terapêutica por meio de enemas, sangria, cautério, banhos e massagens. Recomendou a respiração profunda e até gritos ocasionais para desenvolver os pulmões, peito e úvula. O Livro II sumaria os conhecimentos gregos e árabes relativos a plantas medicinais. O Livro III, concernente à patologia especial, abrange excelentes discussões a respeito de pleurisia, empiema, distúrbios intestinais, moléstias sexuais, perversões e doenças nervosas, inclusive amor. O Livro IV discute a febre, cirurgia, e os cosméticos, o cuidado do cabelo e da pele. O Livro V — matéria médica — fornece instruções pormenorizadas para o preparo de 760 drogas. O *Qanun*, traduzido para o latim no século XII, destronou al-Razi e o próprio Galeno, como compêndio principal nas escolas médicas da Europa. Conservou seu lugar como leitura indispensável nas Universidades de Montepellier e Louvain até os meados do século XVII.

Avicena foi o maior escritor sobre medicina, al-Razi, o maior médico, al-Biruni, o maior geógrafo, al-Haitham, o maior oculista, Jabir, provavelmente, o maior químico da Idade Média. Estes cinco nomes, tão mal conhecidos na cristandade de hoje, constituem uma medida de nosso provincialismo no encarar a história medieval. A ciência árabe, como todas as ciências medievais, estava empanada pelo ocultismo. Com exceção da óptica, distinguiu-se mais na síntese dos resultados acumulados do que em descobertas originais ou pesquisas sistemáticas; ao mesmo tempo, todavia, embora hesitante, desenvolveu na alquimia o método experimental que é o maior orgulho e instrumento do espírito moderno. Quando Roger Bacon proclamou esse método na

Europa, 500 anos depois de Jabir, deveu a sua iluminação aos mouros da Espanha, cuja luz tinha vindo do Oriente muçulmano.

IV. FILOSOFIA

Na filosofia como na ciência, o Islã tomou emprestado da Síria cristã o legado da Grécia pagã e o devolveu à Europa cristã, por intermédio da Espanha muçulmana. Naturalmente muitas influências concorreram para provocar a rebelião intelectual dos mutacilitas e das filosofias de al-Quíndi, al-Farabi, Avicena e Averróis. Especulações hindus entraram através de Gasna e da Pérsia; as escatologias zoroastriana e judaica desempenharam papel menor e os hereges cristãos animaram os círculos do Oriente Próximo com debates sobre os atributos de Deus, a natureza de Cristo e o Logos, predestinação e livre-arbítrio, revelação e razão. Mas a levedura que causou a fermentação do pensamento na Ásia muçulmana — como na Renascença italiana — foi a redescoberta da Grécia. Aqui, embora por intermédio de traduções imperfeitas, de textos apócrifos, surgiu um novo mundo, em que os homens haviam raciocinado sem medo acerca de tudo, tinham-se desembaraçado das sagradas escrituras e concebido um cosmos que não era de capricho divino ou de milagres incalculáveis, mas sim de lei majestosa e onipresente. A lógica grega trazida na sua íntegra por meio do *Organon* de Aristóteles foi como uma intoxicação para os muçulmanos, agora dotados da ociosidade necessária para pensar. Estavam aí os termos e os instrumentos de que necessitavam para pensar. Agora, durante três centúrias, o Islã se lançava ao novo jogo da lógica, bebia como os jovens atenienses do tempo de Platão a "cara luz" da filosofia. Em breve todo o edifício do dogma maometano começaria a tremer e a rachar, tal como a ortodoxia grega se havia fundido sob a eloqüência dos sofistas, tal como a ortodoxia cristã haveria de estremecer e empalidecer sob os golpes dos enciclopedistas e da chibata da inteligência de Voltaire.

Aquilo que podia ser chamado de Iluminação Muçulmana teve sua origem próxima em uma original disputa. Era o Alcorão eterno ou criado? A doutrina de Filo, de que o Logos era a sabedoria eterna de Deus; a identificação do quarto Evangelho de Cristo com o Logos, a Palavra Divina ou a Razão de que "no começo... era Deus" e "sem o qual nada do que foi feito se fez";[33] a personificação gnóstica e neoplatônica da Sabedoria Divina como agente da criação; a crença judaica na eternidade da Torah — tudo conspirou para criar no Islã ortodoxo um ponto de vista correlativo de que o Alcorão sempre existira no espírito de Alá e que somente sua revelação a Maomé constituiu um evento no tempo. A primeira expressão de filosofia no Islã (*ca.* 575) foi o desenvolvimento de uma escola de "mutacilitas" — isto é, secessores — que negavam a eternidade do Alcorão. Protestavam seu respeito para com o livro sagrado do islamismo, mas argumentavam que quando ele ou o *hadith* estavam em contradição com a razão, o Alcorão ou as tradições deviam ser interpretados alegoricamente. E deram o nome de *kalam*, ou lógica, para este esforço no sentido de reconciliar a razão com a fé. Parecia-lhes absurdo tomar literalmente aquelas passagens do Alcorão que atribuíam as mãos e os pés, a raiva e ódio, a Alá. Tal antropomorfismo poético, por mais adaptado que fosse aos objetos morais e políticos de Maomé no seu tempo, dificilmente podia ser aceito pelo intelecto educado. O espírito humano jamais poderia saber qual era a natureza real ou os atributos de Deus; apenas poderia concordar com a

fé na afirmação de uma força espiritual como fundamento de toda a realidade. Mais ainda, para os mutacilitas parecia fatal à moralidade e empreendimento humanos acreditar, como o fazia a ortodoxia, na completa predestinação de todos os acontecimentos por Deus, na eleição arbitrária, para toda a eternidade, dos salvos e condenados.

Em uma centena de variações destes temas, as doutrinas mutacilitas alastraram-se rapidamente nos reinados de al-Mansur, Harum al-Raschid e al-Mamun. No começo, na intimidade dos estudiosos e infiéis, depois, nas reuniões vespertinas dos califas e finalmente nos círculos de conferências dos colégios e mesquitas, o novo racionalismo ganhou voz e mesmo, aqui e ali, sua supremacia. Al-Mamun ficara fascinado por essa luta inquieta da razão, defendeu-a e acabou por proclamar a opinião dos mutacilitas como a fé oficial do reino. Misturando os velhos hábitos de monarquia com as últimas idéias dos muçulmanos helenizantes, em 832 al-Mamun baixou um decreto exigindo que todos os muçulmanos admitissem que o Alcorão havia sido criado no tempo; um decreto posterior ordenava que ninguém podia ser testemunha legal ou juiz a menos que declarasse a aceitação do novo dogma; novos decretos estenderam esta aceitação obrigatória às doutrinas de livre-arbítrio e da impossibilidade de a alma ver Deus com o olho físico. Finalmente, uma recusa em aceitar estas provas e juramentos foi considerada crime capital. Al-Mamun morreu em 833, mas seus sucessores al-Mutassim e al-Wathiq continuaram sua campanha. O teólogo Ibn Hanbal censurou esta inquisição. Convidado a apresentar provas, respondeu a todas as questões citando o Alcorão, em favor do ponto de vista ortodoxo. Foi chicoteado até cair inconsciente, e depois encarcerado. Mas seus sofrimentos tornaram-no, aos olhos do povo, um mártir e santo e prepararam a reação que subjugou a filosofia muçulmana.

Entrementes, essa filosofia havia produzido a sua primeira figura importante. Abu-Iussof Yacub ibn Isaque al-Quíndi nasceu em Cufa por volta de 803, filho do governador da cidade. Estudou ali e em Bagdá e conquistou grande reputação nas cortes de al-Mamun e al-Mutassim como tradutor, cientista e filósofo. Como tantos pensadores daqueles dias gloriosos do espírito muçulmano, era um polímata onívoro, que estudou tudo, e escreveu cerca de 265 tratados sobre tudo — aritmética, geometria, astronomia, meteorologia, geografia, física, política, música, medicina, filosofia... Concordou com Platão que ninguém podia ser filósofo sem ser antes um matemático e lutou por reduzir a saúde, medicina e música a relações matemáticas. Estudou as marés, procurou as leis que determinam a velocidade de um corpo que cai e investigou o fenômeno da luz em seu livro *Óptica*, que influenciou Roger Bacon. Chocou o mundo muçulmano com sua *Apologia do Cristianismo*.[54] Ele e um auxiliar traduziram a apócrifa *Teologia de Aristóteles*. Ficou profundamente impressionado por esse livro falsificado e rejubilou-se pensando que essa obra reconciliava Aristóteles com Platão — transformando ambos em neoplatônicos. A filosofia de al-Quíndi era uma reedição do neoplatonismo: o espírito tinha três degraus — Deus, a criadora Alma Mundial ou Logos e sua emanação, a alma do homem. Se um homem treinar sua alma no conhecimento certo, ele pode atingir a liberdade e a imortalidade.[55] Ao que parece al-Quíndi realizou esforços heróicos para ser ortodoxo. No entanto, seguiu Aristóteles[56] na distinção entre o intelecto ativo, que é divino, e o intelecto passivo do homem, que é meramente capacidade de pensar. Avicena transmitiria esta distinção a Averróis que chamaria a atenção do mundo com um argumento contra a imortalidade pessoal. Al-Quíndi associou-se aos mutacilitas. Quando sobreveio a reação, sua

biblioteca foi confiscada e sua imortalidade pendeu de um fio. Sobreviveu à tempestade, reconquistou sua liberdade e viveu até 873.

Numa sociedade em que o governo, o direito e a moralidade encontram-se vinculados a uma crença religiosa, qualquer ataque à fé é considerado uma ameaça aos próprios alicerces da ordem social. Todas as forças que haviam sido derrotadas pela conquista árabe — filosofia grega, cristianismo gnóstico, nacionalismo persa e o comunismo masdaquita — eram agressivamente rebeldes. O Alcorão foi controvertido e ridicularizado; um poeta persa foi decapitado por proclamar a superioridade de seus versos sobre o Alcorão (784);[57] toda a estrutura do islamismo, apoiada no Alcorão, parecia prestes a ruir. Nessa crise, três fatores concorreram para a vitória da ortodoxia: um califa conservador, a subida dos guardas turcos e a lealdade natural do povo às crenças herdadas. Al-Mutawakkil, subindo ao trono em 847, baseou seu apoio na populaça e nos turcos. E os turcos recém-convertidos ao maometismo, hostis aos persas e estranhos ao pensamento grego, entregaram-se de todo coração à política de salvar a fé pela espada. Al-Mutawakkil anulou e revogou o mesquinho liberalismo de al-Mamun. Os mutacilitas e outros hereges foram expulsos dos cargos públicos e das posições educacionais; era proibida qualquer expressão de idéias heterodoxas na literatura ou filosofia; a eternidade do Alcorão foi restabelecida por lei. A seita xiita foi proscrita e o santuário de Husein em Querbela, destruído (851). O edito, que se alegou teria sido baixado por Omar I contra os cristãos e fora por Harum (807) estendido aos judeus e logo ignorado novamente, foi redecretado por al-Mutawakkil (850); judeus e cristãos tiveram ordem de usar um distintivo de cor em suas roupas para distingui-los, colocar remendos coloridos nas vestimentas de seus escravos, andar somente em mulas ou asnos e afixar diabos de madeira em suas portas. Novas igrejas e sinagogas tiveram de ser demolidas e nenhuma elevação pública da cruz era permitida em cerimônias cristãs. Nenhum cristão ou judeu podia receber educação em escolas muçulmanas.[58]

Na geração seguinte, a reação assumiu forma mais branda. Alguns teólogos ortodoxos, aceitando corajosamente o desafio da lógica, propuseram provar pelo raciocínio a verdade da fé tradicional. Estes ***mutakallimun*** (isto é, lógicos) constituíam os escolásticos do islamismo; pretenderam aquela mesma reconciliação do dogma religioso com a filosofia grega, que Maimônides tentaria no século XII para o judaísmo e Tomás de Aquino no XIII para o cristianismo. Abul-Hasã al-Asari (873-935) de Basra, depois de ensinar doutrinas mutacilitas durante uma década, voltou-se contra elas aos 40 anos, atacou-as com a arma da lógica dos mutacilitas e lançou uma corrente de polêmicas conservadoras, que contribuíram poderosamente para a vitória da velha crença. Ele recitou a doutrina da predestinação de Maomé sem hesitar: Deus predeterminou todos os atos e eventos e é sua causa primacial; Ele está acima da lei e da moral; Ele "governa como um soberano Suas criaturas, fazendo o que quer; se Ele tiver que mandar todos ao inferno não estará errado".[59] Nem todos os ortodoxos gostaram dessa submissão da fé aos debates intelectuais; muitos proclamaram a fórmula *Bila kayf* — "Crer sem perguntar como".[60] Os teólogos, em sua maioria, cessaram de discutir os problemas básicos, mas se perderam nas minúcias escolásticas de uma doutrina cujos fundamentos aceitavam como axiomas.

Os fermentos da filosofia desapareceram em Bagdá, para surgirem apenas em cortes menores. Sayfu'l-Dawla forneceu uma casa em Alepo para Maomé Abu Nasr al-Farabi, o primeiro turco a fazer nome na filosofia. Nascido em Farab, no Turquestão,

estudou lógica com professores cristãos em Bagdá e Harão, leu 40 vezes a *Física* de Aristóteles e 200 vezes o *De Anima*. Foi denunciado como herege em Bagdá, adotou a doutrina e as vestes de um sufista e viveu como as andorinhas do ar. "Era o homem mais indiferente para as coisas deste mundo", diz Ibn Calicã; "nunca se deu ao trabalho de adquirir um meio de vida ou possuir uma habitação."[61] Sayfu'l-Dawla perguntou-lhe quanto precisava para sua subsistência: al-Farabi julgava que quatro *dirhens* ($2,00) por dia eram suficientes. O príncipe estipulou essa diária para toda a vida do filósofo.

Sobrevivem atualmente 39 trabalhos de al-Farabi, muitos dos quais são comentários sobre Aristóteles. A sua *Ihsa al-ulum*, ou *Enciclopédia da Ciência*, resume os conhecimentos de seu tempo em filologia, lógica, matemática, física, química, economia e política. Respondeu com uma franca negativa à pergunta que em breve agitaria os filósofos escolásticos da cristandade: Existe o universal (o gênero, a espécie, ou a qualidade) separado do indivíduo específico? Iludido, como os outros, pela *Teologia de Aristóteles*, transformou o teimoso filósofo estagirita em um místico, e viveu o bastante para submeter-se à crença ortodoxa. Tendo professado na juventude um agnosticismo teórico,[62] progrediu suficientemente, no fim da vida, para oferecer pormenorizada descrição da deidade.[63] Aceitou as provas da existência de Deus de Aristóteles exatamente como o faria Aquino três séculos mais tarde: uma cadeia de acontecimentos acidentais requer para sua inteligibilidade um ser final necessário; uma série de causas exige uma Causa Primeira; um conjunto de movimentos precisa de um Primeiro Motor imóvel; a multiplicidade requer a unidade. O escopo último, nunca atingido, da filosofia é o conhecimento da Causa Primeira; o melhor caminho para tal conhecimento é a pureza da alma. Tal como Aristóteles, al-Farabi conseguiu cuidadosamente tornar-se ininteligível na questão da imortalidade. Faleceu em Damasco em 950.

Entre as obras que ficaram, somente uma nos impressiona com sua força original: *Al-Medina al-Fadila — A Cidade Ideal*. Começa com uma descrição da lei da natureza como luta perpétua de cada organismo contra todo o resto — o *bellum omnium contra omnes* de Hobbes; todas as coisas vivas, em última análise, vêem, em todas as outras coisas vivas, meios para seus fins. Alguns cínicos argumentam daí — diz al-Farabi — que nessa inevitável competição o homem sábio é aquele que melhor consegue dobrar os demais à sua vontade e realiza mais integralmente seus próprios desejos. Como emergiu a sociedade humana dessa lei do jângal? Se confiarmos na história de al-Farabi, havia "rousseaunistas" e "nietzscheístas" entre os muçulmanos que encaravam esta questão: alguns pensavam que a sociedade havia começado com um acordo, entre indivíduos, e que a sobrevivência deles dependia da aceitação de certas restrições impostas pelos costumes ou leis; outros riam-se desse "contrato social" da História e insistiam em que a sociedade ou o Estado haviam começado como conquista e regimentação dos fracos pelos fortes. Os próprios Estados, diziam estes "nietzscheístas", constituem órgãos de competição. É natural que os Estados devam lutar uns com outros pela ascendência, segurança, poder e riqueza. A guerra é natural e inevitável. E nesse alvitre final, como na lei da natureza, o único direito é a força. Al-Farabi contraria essa opinião com um apelo a seus semelhantes no sentido de construírem uma sociedade baseada não em inveja, força e luta, mas na razão, devoção e amor.[64] Termina, recomendando com segurança uma monarquia baseada em forte crença religiosa.[65]

Um discípulo de um discípulo de al-Farabi estabeleceu em Bagdá, por volta de 970, uma associação de sábios — conhecida, por nós unicamente pelo nome do domicílio do fundador — Sociedade Sidjistani — para discutir problemas filosóficos. Nenhuma pergunta era feita sobre a origem nacional ou filiação religiosa de qualquer membro. Parece que o grupo mergulhou em lógica e epistemologia, mas sua existência indica que o apetite intelectual sobreviveu na capital. De maior significação ou resultado foi uma similar porém secreta fraternidade de cientistas e filósofos organizada em Basra mais ou menos em 983. Esses "Irmãos da Sinceridade" ou Pureza (*Ikhwan al-Safa*) estavam alarmados pelo enfraquecimento do califado, pobreza do povo e corrupção da moral. Aspiravam a uma renovação moral, espiritual e política do Islã. E pensavam que essa renovação podia ser fundada na mistura de filosofia grega, ética cristã, misticismo sufista, política xiita e direito muçulmano. Concebiam a amizade como a colaboração de capacidades e virtudes, cada parte trazendo para a união uma qualidade da qual os outros careciam. Pensavam que a verdade emergia mais rapidamente de uma reunião de espíritos do que de um pensamento individual. Assim, reuniam-se e discutiam em particular, com ampla liberdade, isenção de ânimo e cortesia, todos os problemas fundamentais da vida, e finalmente publicaram 51 pequenos tratados como seu meditado e cooperativo sistema e epítome de ciência, religião e filosofia. Um muçulmano espanhol, que viajou pelo Oriente Próximo por volta do ano 1000, gostou desses tratados, colecionou-os e preservou-os.

Nessas 1.134 páginas encontramos explanações científicas de marés, terremotos, eclipses, ondas sonoras e muitos outros fenômenos da natureza, completa aceitação da astrologia e alquimia, divertindo-se ocasionalmente com magia e numerologia. A teologia, como quase em todos os pensadores muçulmanos, é gnóstica e neoplatônica: Da Causa Primeira ou Deus emana a Inteligência Ativa (Logos, razão), da qual procede o mundo de corpos e almas. Todas as coisas materiais são formadas pela alma e por meio dela agem. Toda alma permanece inquieta até se reunir à Inteligência Ativa ou Alma do Mundo. Esta união exige absoluta pureza de alma; a ética é a arte de atingir essa pureza; ciência, filosofia e religião constituem os meios dessa purificação. Ao procurar a pureza devemos tentar moldar-nos à devoção intelectual de Sócrates, à caridade universal de Cristo e à modesta nobreza de Ali. Quando o espírito estiver emancipado pelo conhecimento, deverá sentir-se livre para reinterpretar por meio da alegoria e assim reconciliar com a filosofia "as cruas expressões do Alcorão, que foram adaptadas à compreensão do povo não civilizado do deserto"[66] — mordaz réplica persa ao orgulho árabe. Ademais, estes 51 tratados constituem a mais completa e coerente expressão que possuímos do pensamento muçulmano na época dos abássidas. Os chefes ortodoxos de Bagdá queimaram-nos como heréticos em 1150, mas eles continuaram a circular e exerceram influência penetrante sobre as filosofias muçulmana e judaica — sobre al-Ghazali e Averróis, Ibn Gabirol e Judas Halevi,[67] o poeta filósofo al-Ma'arri e talvez sobre o homem que em sua curta vida rivalizou o escopo e profundidade e superou a racionalidade dessa síntese, fruto de cooperação.

Pois Ibn Sina (Avicena) não se contentou em ser um cientista e uma autoridade de fama mundial na medicina — sem dúvida ele sabia que um cientista somente se completava por meio da filosofia. Conta-nos ele que lera 40 vezes a *Metafísica* de Aristóteles sem entendê-la e que quando o comentário de al-Farabi lhe possibilitou a compreensão do livro, sentiu-se tão feliz e grato que correu à rua para distribuir esmolas.[68] Aristóteles continuou como seu ideal em filosofia até o fim. Já no *Qanun* ele empre-

gou a expressão "o filósofo" que no mundo latino tornou-se sinônimo de Aristóteles. Expôs sua filosofia pormenorizadamente no *Kitab al-Shifa* (enciclopédia de ciências filosóficas) e depois resumiu-a no *Najat*. Possuía forte inclinação para a lógica e insistiu sobre a necessidade de definições precisas. Deu a clássica resposta medieval à pergunta sobre se os universais ou idéias gerais (*homem, virtude, vermelho*) existiam separados das coisas individuais: eles existiam (1) *ante res*, "antes das coisas", na mente de Deus como amostras platônicas segundo as quais as coisas são feitas; (2) *in rebus*, "nas coisas", nas quais aparecem ou são exemplificados; e (3) *post res*, "depois das coisas", como idéias abstratas na mente humana; mas os universais não existem no mundo natural fora das coisas individuais. Abelardo e Aquino dariam, depois de um século de confusão, a mesma resposta.

De fato, a metafísica de Avicena constitui quase um sumário daquilo que, dois séculos depois dele, os pensadores latinos sincretizaram como filosofia escolástica. Começa com uma laboriosa repetição de Aristóteles e al-Farabi sobre matéria e forma, as quatro causas, o contingente e o necessário, o múltiplo e o uno, e preocupa-se com o dilema de como o contingente e o muito variável — a multiplicidade de coisas mortais — poderiam ter saído do necessário e imutável Um. Tal como Plotino, pensa em solucionar o problema postulando uma intermediária Inteligência Ativa, distribuída nos mundos celeste, material e humano como almas. Encontrando alguma dificuldade em reconciliar a passagem de Deus da não-criação à criação com a imutabilidade divina, propõe-se a crer, com Aristóteles, na eternidade do mundo material. Mas julgando que isso ofenderia os *mutakallimun*, oferece-lhes uma conciliação por meio da distinção favorita dos escolásticos: Deus precede ao mundo no tempo, mas logicamente, isto é, na hierarquia, essência e causa: a existência do mundo depende a todo momento da existência da força que o sustenta e que é Deus. Avicena admite que todas as entidades, exceto Deus, são contingentes — isto é, a existência delas não é inevitável nem indispensável. Uma vez que tais coisas contingentes requerem uma causa para sua existência, elas não podem ser explicadas senão revertendo, na cadeia de causas, a um ser necessário — aquele cuja essência ou significação implica existência, um ser cuja existência deve ser pressuposta a fim de explicar qualquer outra existência. Deus é o único ser que existe pela sua própria essência; é essencial que Ele exista, pois sem essa Primeira Causa nada do que existe poderia ter começado a existir. De vez que toda matéria é contingente — isto é, sua essência não implica a existência — Deus não pode ser material. Por semelhantes razões Ele deve ser simples e uno. Uma vez que há inteligência em coisas criadas, deve haver inteligência em seu criador. A Inteligência Suprema vê todas as coisas — passado, presente e futuro — não no tempo ou em seqüência, mas de uma vez; sua ocorrência é o resultado temporal de Seu eterno pensamento. Mas Deus não causa diretamente cada ação ou acontecimento. As coisas desenvolvem-se por uma teleologia interna — elas têm seus propósitos e destinos escritos nelas mesmas. Portanto, Deus não é responsável pelo mal. O mal é o preço que pagamos pela liberdade da escolha; e o mal de uma parte pode ser o bem do todo.[69]

A existência da alma é atestada por nossa percepção mais imediata e íntima. A alma é espiritual pela mesma razão: simplesmente percebemos que assim é; nossas idéias são claramente distintas dos nossos órgãos. A alma é o princípio do automovimento e crescimento em um corpo; neste sentido mesmo as esferas celestes têm alma: "Todo o cosmos é a manifestação do princípio universal de vida."[70] Por si só, um cor-

po não pode causar coisa alguma. A causa de todo seu movimento é sua alma inerente. Cada alma ou inteligência possui uma medida de liberdade e poder criador semelhantes aos da Primeira Causa, pois constituem uma emanação dessa Causa. Depois da morte a alma pura volta à união com a Alma do Mundo; e nessa união reside a bem-aventurança dos bons.[71]

Avicena realizou melhor do que ninguém a sempre procurada reconciliação entre a fé do povo e o raciocínio dos filósofos. Não quis, como Lucrécio, destruir a religião por causa da filosofia, nem como al-Ghazali, no século seguinte, destruir a filosofia por causa da religião. Trata todas as questões apenas com a razão, independentemente do Alcorão, e proporciona uma análise naturalista da inspiração;[72] mas afirma a necessidade que tem o povo de profetas que lhe exponham as leis da moralidade em formas e parábolas popularmente inteligíveis e que sejam eficazes. Nesse sentido, como lançador ou preservador dos alicerces do desenvolvimento social e moral, o profeta é mensageiro de Deus.[73] Assim Maomé pregou a ressurreição do corpo e às vezes descreveu o céu em termos materiais. O filósofo duvidará da imortalidade do corpo, mas reconhecerá que, se Maomé tivesse pregado um céu puramente espiritual, o povo não o teria ouvido e não se teria unido em uma disciplinada e poderosa nação. Aqueles que podem adorar a Deus num amor espiritual, sem acalentar esperança nem medo, são os homens mais elevados da humanidade, mas eles revelarão essa atitude somente aos seus mais adiantados discípulos e não às massas.[74]

O *Shifa* e o *Qanun* de Avicena marcam o ápice do pensamento medieval e constituem uma das maiores sínteses na história do espírito. Muito de sua obra segue a direção de Aristóteles e al-Farabi, como Aristóteles seguiu Platão; somente os lunáticos podem ser completamente originais. Avicena fala às vezes de coisas que ao nosso juízo falível parecem absurdas. Mas o mesmo se pode dizer com referência a Platão e Aristóteles. Não há nada tão tolo, mas essas coisas absurdas podem ser encontradas nas páginas dos filósofos. Avicena não tinha a incerteza honesta, o espírito crítico nem a franqueza de al-Biruni e cometeu muito mais erros. A síntese deve pagar esse preço, enquanto a vida for breve. Ele, todavia, superou seus rivais na clareza e vivacidade do estilo, na capacidade de aliviar e iluminar o pensamento abstrato com anedotas ilustrativas e poesia perdoável e no alcance científico e filosófico do escopo sem igual. Sua influência foi grande: alcançou a Espanha para formar Averróis e Maimônides e a cristandade latina para auxiliar os grandes escolásticos. É espantoso verificar quanto Alberto Magno e Tomás de Aquino devem a Avicena. Roger Bacon chamou-o "a principal autoridade em filosofia depois de Aristóteles";[75] e Aquino não estava apenas praticando a sua costumeira cortesia ao falar dele com tanto respeito, quanto aquele que dedicava a Platão.[76]

A filosofia árabe no Oriente quase morreu com Avicena. Logo depois de seu culminante esforço, o peso ortodoxo dos seljúcidas, o medroso fideísmo dos teólogos e o vitorioso misticismo de al-Ghazali puseram um fim no pensamento especulativo. É pena que conheçamos tão mal estes três séculos de florescimento árabe (750-1050). Milhares de manuscritos árabes em ciência, literatura e filosofia permanecem ocultos nas bibliotecas do mundo muçulmano. Só em Constantinopla existem 30 bibliotecas-mesquitas cuja riqueza foi apenas arranhada; no Cairo, Damasco, Mossul, Bagdá e Delhi existem grandes coleções que nem foram catalogadas; uma imensa biblioteca no Escorial, perto de Madri, mal completou a organização da lista de seus manuscritos islâmicos sobre ciência, literatura, jurisprudência e filosofia.[77] O que sabemos do pen-

samento muçulmano desses séculos não passa de fragmentos do que sobreviveu; e o que sobrevive é apenas fragmento do que foi produzido; o que aparece nestas páginas é uma parte de uma fração de um fragmento. Quando os estudiosos tiverem examinado mais completamente esse legado semi-esquecido, provavelmente classificaremos o século X no Islã Oriental como uma das idades de ouro da história do espírito.

V. MISTICISMO E HERESIA

Nos seus picos a filosofia e a religião encontram-se no sentido e na contemplação da unidade universal. A alma intocada pela lógica, demasiado fraca de asa para o vôo metafísico do múltiplo para o uno, do incidente para a lei, poderia alcançar aquela visão por meio de uma absorção mística de um eu separado no espírito do universo. E onde a ciência e a filosofia malograram, onde a breve e finita razão humana falhou e cegou-se na presença do infinito, a fé podia subir aos pés de Deus pela disciplina ascética, devoção sincera, a rendição incondicional da parte ao todo.

O misticismo muçulmano tinha muitas raízes: o ascetismo dos faquires hindus, o gnosticismo do Egito e Síria, as especulações neoplatônicas dos gregos posteriores e o exemplo onipresente dos monges cristãos. Como na cristandade, também no Islã uma piedosa minoria protestou contra qualquer acomodação da religião aos interesses e práticas do mundo econômico; denunciou a luxúria dos califas, vizires e mercadores e propôs a volta à simplicidade de Abu-Béquer e Omar I. Ressentia-se de qualquer intermediário entre ela e a deidade; mesmo o rígido ritual da mesquita parecia-lhe um obstáculo ao estado místico em que a alma, purificada de todas as preocupações terrenas, alçava-se não somente à Visão Beatífica como à unidade com Deus. O movimento floresceu mais na Pérsia, talvez pela sua proximidade com a Índia, através da influência cristã em Jund-i-Xapur e das tradições neoplatônicas estabelecidas pelos filósofos gregos que fugiram de Atenas para a Pérsia em 529. A maioria dos místicos muçulmanos chamava-se a si de sufista por causa da roupa de lã simples (*suf*) que usavam; mas nesse termo enquadravam-se entusiastas sinceros, poetas exaltados, panteístas, ascetas, charlatães e homens com muitas mulheres. Sua doutrina variava de tempo a tempo e de rua para rua. Os sufistas, dizia Averróis, "sustentam que o conhecimento de Deus é encontrado em nossos próprios corações, depois de nossa separação voluntária de todos os desejos físicos e da concentração da mente sobre o objeto desejado".[78] Mas muitos sufistas procuraram alcançar Deus também por meio de objetos externos; tudo que vemos de perfeito e adorável no mundo é devido à presença ou à operação da divindade sobre os mesmos. Disse um místico: "Oh, Deus, nunca ouço o grito de animais ou o tremor das árvores, ou o múrmurio das águas ou o canto das aves ou o vento sussurrante ou ainda o troar do trovão, sem senti-los como uma evidência de Vossa unidade e uma prova de que não há nada como Vós."[79] Na realidade o místico sustentava que essas coisas individuais somente existem graças à força divina nelas contida; a sua única realidade constitui esta divindade subjacente. Portanto, Deus é tudo. Não somente não há outro Deus senão Alá como não há ser senão Deus.[80] Conseqüentemente, cada alma é Deus. E o místico convencido afirma sem modéstia que "Deus e eu somos um". "Na verdade eu sou Deus" disse Abu Iezid (*ca.* 900); "não há deus senão eu, adorai-me."[81] Sou Aquele Que eu amo e Aquele que eu amo sou Eu... Eu sou Aquele Que afogou o povo de Noel: Sou a Ver-

dade",[82] disse Husein al-Hallaj. Hallaj foi detido por exagerar sua crença, recebeu 1.000 chicotadas e foi morto na fogueira (922). Seus adeptos declararam que o viram e falaram com ele depois dessa interrupção e muitos sufistas fizeram dele o seu santo favorito.

Os sufistas, como os hindus, acreditavam em um curso de disciplina como necessário à revelação mística de Deus; exercícios purificadores de devoção, meditação e prece; a completa obediência do noviço ao mestre ou professor sufista; e o total abandono de qualquer desejo pessoal, mesmo o de salvação ou da união mística. O sufista perfeito ama a Deus por Sua causa e não por causa de qualquer recompensa. "Aquele que dá é melhor para vós do que a dádiva"[83], disse Abu'l-Qasim. Normalmente, porém, o sufista considerava sua disciplina como meio de alcançar o verdadeiro conhecimento das coisas, às vezes como um currículo que conduz a um grau de poder milagroso sobre a natureza, mas quase sempre como um caminho de união com Deus. Aquele que esquecia completamente o seu eu individual nessa união era chamado *al-insanu-l-Kamil* — o Homem Perfeito.[84] Tal homem, acreditavam os sufistas, estava acima das leis, mesmo acima da obrigação de peregrinar. Rezava um verso sufista: "Todos os olhares se voltam para a Caaba, mas os nossos se dirigem para a face do Bem-Amado."[85]

Até meados do século XI, os sufistas continuaram a viver no mundo, por vezes com suas famílias e filhos. Mesmo os sufistas atribuíam pequeno valor moral ao celibato. "O verdadeiro santo", disse Abu Said, "caminha entre o povo, come e dorme com ele, compra e vende no mercado, casa-se e toma parte nas relações sociais e por nenhum momento jamais esquece Deus."[86] Tais sufistas distinguiam-se apenas pela simplicidade de vida, piedade e quietismo, muito semelhantes aos primitivos *quakers*. E ocasionalmente se reuniam em torno de algum mestre santo ou exemplar, ou se reuniam em grupos para oração e estímulo mútuo à devoção. Já no século X aquelas estranhas danças dos daroeses estavam tomando a forma que iria desempenhar papel tão preeminente no sufismo posterior. Uns poucos se retiraram à reclusão e se atormentaram, mas o ascetismo nesse período era desaprovado e raro. Santos, desconhecidos no islamismo primitivo, tornaram-se numerosos no sufismo. Um dos primeiros foi uma mulher, Rabia al-Adawiyya de Basra (717-801). Vendida como escrava na juventude, foi libertada porque seu senhor vira uma radiação acima de sua cabeça, no momento em que ela orava. Recusando casar-se, viveu uma vida de privação e caridade. Perguntada se odiava Satanás, respondeu: "O meu amor por Deus não me deixa lugar para odiar Satã." A tradição atribui a ela uma famosa máxima sufista: "Oh, Deus! Dai aos vossos inimigos o que havíeis destinado a mim dos bens deste mundo e aos vossos amigos o que havíeis destinado a mim na vida vindoura, pois só Vós sois suficiente para mim."[87]

Tomemos como exemplo de muitos sufistas o santo e poeta Abu-Said ibn Abi'Khayr (967-1049). Nascido em Mayhana, no Coraçã, conheceu Avicena. Conta uma história que ele dissera do filósofo: "O que eu vejo, ele sabe" e que o filósofo declarara dele: "O que eu sei, ele vê."[88] Na juventude gostava de literatura profana e afirmou que decorara 30.000 versos da poesia pré-islamítica. Um dia, quando tinha 26 anos, ouviu uma conferência de Abu-Ali que tomara para tema o nono verso do sexto "sura" do Alcorão: "Dizei Alá! E deixai-os a se divertirem com sua dissertação vã." "No momento em que ouvi estas palavras", relata Abu-Said, "abriu-se uma porta no meu peito e fui arrebatado de mim mesmo." Reuniu todos os seus li-

vros e os queimou. "O primeiro passo no sufismo", diria ele, "consiste em quebrar os tinteiros, rasgar os livros, esquecer todas as espécies de conhecimentos." Retirou-se a um nicho da capela de sua casa. "Ali me sentei durante sete anos, exclamando continuamente Alá! Alá! Alá!" Essa repetição do nome santo era, entre os místicos muçulmanos, um meio favorito para realizar a *fana* — "libertação do eu". Praticou várias formas de ascetismo: usava sempre a mesma camisa, falava somente em caso de absoluta necessidade, nada comia até o pôr-do-sol e alimentava-se então com apenas um pedaço de pão; nunca se deitava para dormir; fez uma escavação na parede de seu nicho ou cela, o bastante em altura e largura para ficar de pé dentro dela e muitas vezes se fechava em seu interior e tapava os ouvidos para não ouvir nenhum som. Às vezes, à noite, descia em um poço por uma corda, de cabeça para baixo, e recitava o Alcorão inteiro antes de sair — tudo isso de acordo com o testemunho do pai. Tornou-se criado de outros sufistas, esmolou para eles, limpou-lhes as celas e privadas. "Certa vez, quando me achava sentado na mesquita, uma mulher subiu no teto e me sujou com fezes; e ainda ouvi uma voz que dizia: 'O teu senhor não te é suficiente?' " Aos 40 anos "atingiu a iluminação perfeita", começou a pregar e atraiu auditórios atentos; e assegura-nos ele que alguns de seus ouvintes sujavam as próprias faces com excrementos do burro dele "para ganhar uma bênção".[89] Deixou sua marca no sufismo, fundando um mosteiro de daroeses e formulando para o mesmo um conjunto de regras que se tornou modelo para instituições similares nos séculos posteriores.

Como Agostinho, Abu-Said ensinou que somente a graça de Deus, e não as boas ações do homem, trazia a salvação. Mas pensava na salvação em termos de uma emancipação espiritual independente de qualquer céu. Deus abre ao homem uma porta após outra. Primeiro a porta do arrependimento e depois

> a porta da certeza, de maneira que o homem aceita a contumélia e suporta a humilhação e sabe com certeza Quem fez tudo suceder... Então Deus abre-lhe a porta do amor; mas ainda ele pensa: "Eu amo."... Então Deus abre-lhe a porta da concórdia... Assim o homem percebe que tudo é Ele, tudo é feito por Ele... reconhece que não tem o direito de dizer "Eu" ou "meu"... deseja fugir de si próprio e torna-se livre e calmo... Tu nunca escaparás do teu eu até que o mates. O teu eu que te mantém afastado de Deus e que diz "fulano de tal me maltratou... sicrano me tratou bem" — tudo isso é politeísmo; nada depende das criaturas, tudo do Criador. Isso deves saber; e tendo-o declarado, deves manter-te firme... Manter-se firme quer dizer que quando tiverdes dito "um", nunca mais deverás dizer "dois"... Dize "Alá" e mantém-te firme aí.[90]

A mesma doutrina hindu-emersoniana aparece em uma das quadrinhas duvidosamente atribuídas a Abu-Said:

> Disse eu: "A quem pertence Tua beleza?" Ele
> respondeu: "Uma vez que só eu existo, a Mim;
> Amante, Amado e Amor sou Eu em um só;
> Beleza e Espelho e os olhos que vêem".[91]

Não havendo igreja para canonizar tais heróis do êxtase, eles receberam a canonização extra-oficial da aclamação popular. E por volta do século XII, o desencorajamento do Alcorão com respeito ao culto dos santos como forma de idolatria havia sido

sobrepujado pelos sentimentos naturais do povo. Um dos primeiros santos foi Ibraim ibn Adam (século VIII?), o Abou ben-Adem de Leigh Hunt. A imaginação popular atribuiu forças milagrosas a tais santos: eles conheciam os segredos da clarividência, leitura do pensamento e telepatia; podiam engolir fogo ou vidro, sem se ferirem, atravessar o fogo sem se queimarem, andar sobre a água, voar através do espaço e transportarem-se em um instante a grandes distâncias. Abu-Said informa feitos de leitura mental tão espantosos como qualquer um da mitografia atual.[92] Dia a dia a religião que alguns filósofos supunham ser o produto dos sacerdotes era formada e reformada pelas necessidades, sentimento e imaginação do povo; e o monoteísmo dos profetas transformou-se no politeísmo da populaça.

O islamismo ortodoxo aceitou o sufismo dentro dos limites do muçulmanismo e deu-lhe considerável latitude de expressão e crença. Mas esta política engenhosa era recusada às heresias que dissimulavam políticas revolucionárias ou pregavam um anarquismo da moralidade e da lei. Das muitas revoltas, meio religiosas meio políticas, a mais séria foi a dos ismailitas. Na doutrina xiita, lembremo-nos — cada geração dos descendentes de Ali, até a décima segunda, era chefiada por uma encarnação divina ou imã e cada imã nomeava seu sucessor. O sexto imã, Jafar al-Sadiq, nomeou seu filho mais velho Ismail como seu sucessor. Ismail, porém, ao que se diz, perdeu-se no vinho. Jafar anulou a nomeação e escolheu a outro filho, Musa, como o sétimo imã (*ca.* 760). Alguns xiitas sustentaram que a nomeação de Ismail era irrevogável e o consideravam, ou a seu filho Maomé, como o sétimo e último imã. Durante um século, estes ismailitas constituíram-se numa seita sem importância; então Abdala ibn Qaddah tornou-se seu chefe e enviou missionários para pregar a doutrina, relativa ao sétimo imã, tido como o último imã visível na crença xiita. Antes da iniciação na seita, o adepto prestava o juramento de sigilo, e prometia absoluta obediência ao Dai-d-Duat ou Grão-Mestre da ordem. O ensino dividia-se em exotérico e esotérico. O adepto era informado de que após passar por nove fases de iniciação todos os véus seriam retirados, o *Talim* ou a Doutrina Secreta (de que Deus é Tudo) seria revelada a ele, e ficaria então acima de todas as crenças e leis. No oitavo grau da iniciação, ao adepto era ensinado que nada se podia saber do Ser Supremo e que nenhum culto podia ser tributado a Ele.[93] Muitos remanescentes dos antigos movimentos comunitários foram trazidos ao ismailismo na expectativa de que um Madi ou Redentor viria para estabelecer um regime de igualdade, justiça e amor fraternal sobre a terra. Esta notável confraternidade tornou-se, em tempo, uma potência no Islã. Conquistou a África do Norte e o Egito e fundou a dinastia Fatimita; e no final do século IX deu origem ao movimento que quase pôs termo ao califado abássida.

Quando Abdala ibn Qaddah morreu em 874, um camponês de Iraqi chamado Hamdan ibn al-Ashrath, popularmente conhecido por Qarmat, tornou-se chefe da seita ismailita, e deu-lhe tal vigor que durante certo tempo ela recebeu o nome, na Ásia, de Qaramita ou seja os carmatianos. Planejando derrubar os árabes e restaurar o império persa, alistou secretamente milhares de adeptos e persuadiu-os a contribuírem com um quinto de suas propriedades e rendas para um tesouro comum. Novamente um elemento de revolução social entrou naquilo que ostensivamente constituía uma religião mística: os carmatianos defendiam um comunismo da propriedade e das mulheres,[94] organizaram os trabalhadores em guildas, pregaram a igualdade universal e adotaram interpretação alegórica do Alcorão, na base do livre-pensamento. Desprezaram os ritos e jejuns estabelecidos pela ortodoxia e riram dos "bur-

ros'' que prestavam culto a templos e pedras.[95] Em 890 estabeleceram um Estado independente na costa ocidental do Golfo Pérsico; em 900 derrotaram o exército do califa, não deixando quase nenhum soldado vivo; em 902 assolaram a Síria até as portas de Damasco; em 924 saquearam Basra e depois Cufa; em 930 assaltaram Meca, mataram 30.000 muçulmanos e levaram ricas presas, inclusive o véu da Caaba e a própria Pedra Preta. (Ela foi restabelecida na Caaba em 951, por ordem do califa fatimita al-Mansur.) O movimento esgotou-se nos seus sucessos e excessos. Cidadãos uniram-se contra sua ameaça à propriedade e ordem; mas suas doutrinas e meios violentos foram transmitidos no século seguinte aos ismailitas de Alamut — os assassinos inspirados no haxixe.

VI. LITERATURA

Na vida e religião islâmicas havia drama mas nenhuma literatura. Trata-se de uma forma aparentemente estranha ao espírito semita. E como em outras literaturas medievais, não havia novela. A maioria dos escritos era antes ouvida do que lida silenciosamente. E aqueles que cuidavam da ficção não chegaram à concentração necessária para uma narrativa complexa e continuada. Os contos eram tão velhos como o Islã ou Adão. Os muçulmanos mais simples ouviam-nos com o ardor e o apetite de crianças, mas os estudiosos nunca os contavam como literatura. As mais populares dessas histórias eram as *Fábulas* de Bidpai e *As Mil e Uma Noites*. As *Fábulas* foram levadas da Índia para a Pérsia no século VI, traduzidas para o pálavi e deste para o árabe, no século VIII. O original sânscrito perdeu-se, mas a versão árabe sobreviveu e foi traduzida para 40 línguas.

Al-Masudi (falecido em 597) fala, em seu *Prados de Ouro*,[96] de um livro persa *Hazar Afsana* ou *Mil Histórias* e de sua tradução árabe, *Alf Laylah wa Laylah*; é esta a primeira menção conhecida das *Mil e Uma Noites*. O plano do livro, segundo al-Masudi, era o mesmo do *Noites Árabes*; tal estrutura para uma série de histórias já era velha na Índia. Grande número dessas histórias circulou no mundo oriental; várias coleções poderão diferir na sua seleção e não estamos certos se quaisquer das histórias de nossas atuais edições apareceram nos textos conhecidos de al-Masudi. Pouco depois de 1700 um manuscrito árabe incompleto, cuja origem não pôde ser estabelecida além de 1536, foi enviado da Síria ao orientalista francês Antoine Galland. Fascinado pela sua fantasia caprichosa, seus relances da vida íntima muçulmana e talvez pela obscenidade ocasional, Galland publicou em 1704 a sua primeira tradução européia — *Les Mille et Une Nuits*. O livro obteve um sucesso que ultrapassou as melhores expectativas. Traduções foram feitas para todas as línguas européias. E crianças de todas as nações e idades começaram a falar de Simbad, o Marujo, a Lâmpada de Aladim e Ali Babá e os Quarenta Ladrões. Depois da Bíblia (também oriental), as *Fábulas* e *As Mil e Uma Noites* são os livros mais lidos no mundo.

A prosa literária no Islã é uma forma de poesia. O temperamento árabe era inclinado a sentimentos fortes. Os costumes persas constituíram a base da oratória florida e a língua árabe, então comum a ambos os povos, convidava à rima pela similaridade de suas terminações sem flexão. Assim, a prosa literária comumente rimava. Pregadores, oradores e contadores de histórias usavam a prosa rimada. Badi-uz-Zamã al-Hamadâni (falecido em 1008), usou esse método em seu famoso *Maqamat* (*Assembléias*) —

histórias contadas em variadas reuniões acerca de um velhaco errante com menos moral do que espírito. Os povos do Oriente Próximo, como todos os homens antes da imprensa, eram de inteligência auditiva. Para a maioria dos muçulmanos, literatura significava um poema recitado ou narrativa. Poemas eram escritos para serem lidos em voz alta ou cantados; e todos, desde o camponês até ao califa, ouviam-nos com prazer. Quase todos, como no Japão dos samurais, compunham versos. Nas classes educadas era jogo muito comum uma pessoa terminar em rima uma estrofe ou estância iniciada por outra, ou competir na formação de versos líricos ou epigramas poéticos de improviso. Poetas rivalizaram entre si na formação de padrões complexos de metrificação e rima. Muitos rimavam o meio, bem como o fim das linhas; um tumulto de rimas corria no verso árabe e influenciou o surgimento da rima na poesia européia.

Provavelmente nenhuma civilização ou período — nem mesmo a China nos dias de Li Po e Tu Fu nem Weimar quando tinha "uma centena de cidadãos e 10.000 poetas" — jamais igualou o Islã dos abássidas no número e na prosperidade de seus bardos. Abul-Faraj de Isfahan (897-967), já no fim dessa idade áurea, colecionou e registrou a poesia árabe no seu *Ktab al-Aghani* (*Livro dos Cantos*); seus 20 volumes dão uma idéia da riqueza e variedade do verso árabe. Os poetas serviam como propagandistas e eram temidos como implacáveis satiristas. Os ricos compravam o elogio por medida; e califas davam altas posições e gordas somas a poetas que produziam para eles uma estância agradável ou celebravam a glória ou os feitos deles ou suas famílias. O califa Hixã, desejando lembrar-se de um poema, mandou chamar o poeta Hamad, que felizmente se recordou do poema inteiro. Hixã recompensou-o com duas jovens escravas e 50.000 dinares ($237.500).[97] Nenhum poeta acreditará nesta história. A poesia árabe que outrora cantara aos beduínos, agora se dirigia a cortes e palácios; tornou-se em parte artificial, formal, delicadamente trivial e polidamente insincera. E seguiu-se uma batalha entre antigos e modernos, e os críticos se queixaram de que somente antes de Maomé[98] houvera grandes poetas.

O amor e a guerra sobrepujaram a religião como temas poéticos. A poesia dos árabes (isso não seria verdade quanto aos persas) raramente era mística; preferia os cantos de batalha, paixão ou sentimento. E à medida que o século da conquista se aproximava do fim, Eva superou Marte e Alá como fonte de inspiração do verso árabe. Os poetas islâmicos estremeciam de auto-intoxicação ao descrever os encantos da mulher — seus fragrantes cabelos, olhos brilhantes, lábios de uva e braços de prata. Nos desertos e cidades santas da Arábia os motivos dos trovadores tomaram forma; poetas e filósofos falavam de *adab* como, em uma fase, a ética e a etiqueta do amor. Esta tradição passaria através do Egito e da África para a Sicília e Espanha e dali para a Itália e Provença. E corações se partiriam em rimas e ritmos em muitas línguas.

Hassã ibn Hani ganhou o nome de Abu-Nuwas — "Pai dos Cachos" — por causa de seus abundantes cachos de cabelo. Nascido na Pérsia, dirigiu-se a Bagdá, tornou-se favorito de Harum e pode ter tido com ele uma ou duas aventuras a ele atribuídas nas *Mil e Uma Noites*. Amava o vinho, a mulher e seus cantos. Ofendeu o califa por excessiva bebedeira, agnosticismo e sensualidade. Foi preso muitas vezes e muitas vezes, solto. Aos poucos, porém, tornou-se virtuoso e terminou levando o rosário e o Alcorão a toda parte. Mas a sociedade da capital gostava mais dos hinos que ele havia escrito ao vinho e ao pecado:

Vem, Suleimão! Canta para mim,
E traze-me depressa o vinho!...
Enquanto a garrafa vai passando de mão em mão,
Enche-me uma taça que me submergirá
No olvido — nunca tão perto
Deixes o estridente muezim gritar![99]

Acumula quantos pecados puderes:
O Senhor está disposto a abrandar a Sua ira.
Quando chegar o Dia, encontrarás o perdão
Perante um poderoso Rei e um gracioso Senhor;
E roerás os dedos, arrependendo-te das alegrias
Que deixaste passar de medo do fogo do inferno.[100]

As cortes menores tinham também seus poetas e Sayfu' l-Dawla ofereceu um lugar a um que, quase ignorado na Europa, é tido pelos árabes como o melhor dos seus vates. Seu nome era Ahmad ibn Husein, mas o Islã se lembra dele como "al-Mutannabi" — "o pretendente a profeta". Nascido em 915 em Cufa, estudou em Damasco, anunciou-se profeta, foi preso e logo posto em liberdade e instalou-se na corte de Alepo. Como Abu-Nuwas, tinha sua própria religião e esqueceu-se de jejuar ou orar ou ler o Alcorão.[101] Embora denunciasse a vida como indigna de seu padrão, gozou-a demais para pensar na eternidade. Celebrou as vitórias de Sayfu com tal zelo e artifício verbal que seus poemas são tão populares no árabe como são intraduzíveis para outras línguas. Uma estrofe tornou-se-lhe fatal:

Sou conhecido das tropas, da noite e da extensão do deserto;
Não o sou mais do papel e da pena do que da espada e da lança.

Atacado por ladrões, desejou fugir, mas seu escravo o lembrou inoportunamente desses versos de fanfarrão. Al-Mutannabi resolveu demonstrar que os versos exprimiam o que sentia, lutou e morreu dos ferimentos recebidos (965).[102]

Oito anos depois o mais esquisito dos poetas árabes, Abu'l-'Ala al-Ma'arri nascia em al-Ma'arratu, perto de Alepo. A varíola deixou-o cego aos quatro anos. No entanto seguiu a carreira de um estudioso, aprendeu de cor, nas bibliotecas, os manuscritos de que gostava, viajou muito para ouvir mestres famosos, regressando depois a sua aldeia. Durante os 15 anos seguintes, sua renda anual era de 30 dinares, cerca de $12,00 por mês, que dividia com o criado e o guia. Seus poemas granjearam-lhe fama, mas, como se recusasse a escrever encômios, quase morreu de fome. Em 1008 visitou Bagdá, foi homenageado por poetas e doutos e aprendeu, talvez, entre os livres-pensadores da capital, parte do cepticismo que tempera o seu verso. Em 1010 retornou a al-Ma'arratu, tornou-se rico, mas viveu até o fim com a simplicidade de um sábio. Era vegetariano *à l'outrance*, evitando não somente carne de animais e aves como o leite, ovos e mel. Pensava que tomar qualquer uma dessas coisas do mundo animal constituía uma espécie de roubo. Pelo mesmo princípio rejeitava o uso de peles de animais, censurava as senhoras por vestirem peles e recomendava sapatos de madeira.[103] Morreu aos 84 anos. E um piedoso discípulo relata que 180 poetas lhe acompanharam os funerais e 84 sábios recitaram louvores em seu túmulo.[104]

Agora conhecemos al-Ma'arri principalmente através de 1592 poemas curtos chamados *Luzumiyyat* (*Obrigações*). Em vez de discutir a mulher e a guerra, como seus colegas, al-Ma'arri trata ousadamente de questões mais fundamentais: Devemos seguir a revelação ou a razão? — Vale a pena viver? — Haverá vida depois da morte? — Existe Deus?... Aqui e acolá o poeta professa sua ortodoxia. Adverte-nos, todavia, que se trata de uma legítima precaução contra o martírio, que não estava no seu gosto: "Levanto minha voz para dizer mentiras absurdas; mas, falando a verdade, minha voz sufocada mal é ouvida."[105] Deplora a honestidade sem discriminação: "Não dê a conhecer aos vagabundos a essência de sua religião, pois assim se exporá à ruína."[106] Em poucas palavras, al-Ma'arri é um pessimista agnóstico e racionalista:

> Alguns esperam que um Imã com olhar de profeta
> Se levantará e abismará toda uma silenciosa classe.
> Oh, pensar inútil! Não há Imã, mas sim Razão
> Para apontar os caminhos da manhã e da tarde...
>
> Descobriremos a verdade nessas histórias antigas,
> Ou são elas fábulas sem valor contadas à juventude?
> Nossa razão garante que elas não passam de mentiras,
> E a árvore da razão sustenta o exame da verdade...
>
> Quantas vezes, quando jovem, meus amigos eu difamava
> Se nossos credos religiosos não eram os mesmos;
> Mas agora minha alma perlustrou altos e baixos;
> Agora, tudo, exceto o Amor, é apenas um nome para mim.[107]

Denuncia os teólogos muçulmanos que "fazem a religião servir a vaidade do homem", que "enchem a mesquita com terror quando pregam", mas se conduzem como "alguns que bebem à música de uma taverna". "Você foi enganado, homem honesto, por um velhaco que prega às mulheres."

> Visando a seus próprios objetivos sórdidos, ele sobe ao púlpito,
> E embora não acredite na ressurreição,
> Faz todos os seus ouvintes desanimar enquanto narra uma história
> Das cenas do Último Dia que atordoam a lembrança.[108]

Os piores vilões, pensa ele, são aqueles que administram os lugares santos de Meca; tudo farão por dinheiro. Aconselha seus ouvintes a não perderem tempo em peregrinação,[109] e se contentarem com um mundo só.

> O corpo nada sente quando a alma foge;
> Sentirá o espírito, quando só e sem o corpo?...[110]
>
> Rimos, mas inepto é nosso riso;
> Deveríamos chorar, e chorar com mágoa,
> Os que são esmagados como vidro e depois disso
> Nunca mais serão remodelados.[111]

E conclui: "Se por decreto de Deus eu for feito um pote de barro que sirva para as abluções, ficarei grato e contente."[112] Acredita em um Deus onipotente e sábio e

"admira-se de um médico que nega o Criador depois de haver estudado anatomia".[113] Mas aqui também ele levanta dificuldades. "Nossas naturezas não se tornaram más por nossa vontade, mas por ordem do destino..."

> Por que culpar o mundo? O mundo é livre
> De pecado; a culpa é vossa e minha.
> Uvas, vinho e bebedor — são três;
> Mas de quem a culpa, quisera eu saber —
> Daquele que espremeu as uvas ou daquele que bebeu o vinho?

"Percebo", escreve com sarcasmo voltairiano, "que os homens são naturalmente injustos uns para com os outros, mas não há dúvida da justiça Daquele que criou a injustiça."[114] E prorrompe em furioso dogmatismo de um Diderot:

> Ó tolo, acorda! Os ritos que consideras sagrados
> São apenas trapaça engendrada por homens da antigüidade
> Que correram atrás da riqueza e tiveram sua luxúria,
> E morreram na vileza — e sua lei é o pó.[115]

Ofendido por aquilo que lhe parecia mentiras e crueldades dos homens, al-Ma'arri torna-se um recluso pessimista, o Tímon islamita. Desde que os males da sociedade são devidos à natureza do homem, não há esperança de reforma.[116] A melhor coisa é viver à parte, encontrar-se somente com um ou dois amigos, vegetar como alguns animais pacíficos e semi-solitários.[117] Melhor ainda é não nascer, pois uma vez nascidos devemos suportar "tormentos e tribulações" até que a morte nos conceda a paz.

> A vida é uma doença cujo único remédio é a morte...
> Todos morrem, tanto o senhor da casa como o vagabundo.
> A terra procura, tal como nós, o alimento diário
> Repartido; ela come e bebe da carne e do sangue humanos...
> Parece-me que a lua crescente a brilhar no firmamento
> É a lança recurva da morte, sua ponta bem aguçada,
> E o esplendor do dia ao amanhecer, um sabre desembainhado pela madrugada.

Não podemos escapar a esses Ceifadores. Mas podemos, como os bons schopenhauerianos, enganá-los acerca dos filhos que poderíamos ter tido.

> Se vós desejardes provar a vossos filhos
> Por atos o quanto os amais,
> Então todas as vozes da prudência se juntam
> Para vos aconselhar que os deixeis ao vosso lado.[118]

Ele seguiu seu próprio conselho e escreveu para si o mais expressivo e amargo epitáfio:

> Meu pai me trouxe a mim, mas eu a ninguém.[119]

Não sabemos quantos muçulmanos compartilhavam do cepticismo de al-Ma'arri. O renascimento da ortodoxia depois de seu tempo serviu como censor consciente ou inconsciente da literatura transmitida à posteridade e, como na cristandade, pode

conduzir-nos ao erro de diminuir a importância da dúvida medieval. Al-Mutannabi e al-Ma'arri marcaram o zênite da poesia árabe; depois deles a supremacia da teologia e o silêncio da filosofia conduziram o verso árabe à insinceridade, paixão artificial e elegância florida dos poemas palacianos e triviais. Mas ao mesmo tempo a ressurreição da Pérsia e sua autolibertação do domínio árabe estavam empurrando a nação para uma verdadeira renascença. A língua persa jamais havia cedido à árabe no linguajar do povo. Gradualmente no século X, refletindo a independência política e cultural dos príncipes tabiridas, samânidas e gasnévidas, estabeleceu-se como língua oficial e literária e tornou-se a Nova ou Moderna Língua Persa, enriquecida com palavras árabes e adotando a graciosa escrita árabe. A Pérsia surgia agora com uma esplendorosa arquitetura e poesia senhoril. Ao *qasida* ou ode, *qita* ou fragmento e *ghazal* ou poema de amor árabes, os bardos do Irã acrescentaram o *mathnawi* ou narrativa poética e o *rubai* (plural: *rubaiyyat*) ou quadra. Tudo na Pérsia — patriotismo, paixão, filosofia, pederastia, piedade — florescia agora em verso.

Este florescimento começou com Rudagi (falecido em 954) que improvisou poesia, cantou baladas, tocou harpa na corte samânida de Bucara. Ali, uma geração depois, o príncipe Nuh ibn Mansur pediu ao poeta Daqiqi que pusesse em forma de verso o *Khodainama* ou o *Livro dos Reis*, no qual Danishwar (*ca.* 651) tinha reunido as lendas da Pérsia. Daqiqi havia escrito 1.000 linhas quando foi morto a punhaladas pelo seu escravo favorito. Firdusi completou a tarefa e tornou-se o Homero da Pérsia.

Abul-Casim Mansur (ou Hasã) nasceu em Tus (perto de Mashhad) por volta de 934. Seu pai ocupava um posto administrativo na corte samânida e legou ao filho uma vila confortável em Bazh, perto de Tus. Gastando seu ócio na busca de antigüidades, Abul-Casim interessou-se pelo *Khodainama* e resolveu transformar a prosa dessas histórias em um poema épico nacional. Chamou à obra de *Shahnama — Livro dos Xás* — e, à moda de seu tempo, adotou um pseudônimo, Firdusi (jardim), talvez por causa dos bosques de sua propriedade. Após 25 anos de trabalho, terminou o poema na sua primeira forma e partiu para Gasna (999?), esperando apresentá-lo ao grande e terrível Mamude.

Um dos primeiros historiadores persas assegura-nos que havia "400 poetas a serviço efetivo do sultão Mamude".[20] Deve ter sido uma barreira invencível, mas Firdusi conseguiu interessar o vizir, que levou o imenso manuscrito ao Sultão. Mamude (diz uma narrativa) concedeu ao poeta alojamentos confortáveis no palácio, entregou-lhe resmas de material histórico e convidou-o a incluí-lo no poema. Todas as variações da história concordam em que Mamude prometera ao poeta um dinar de ouro ($4,70) por estrofe do poema revisto. Não se sabe quanto tempo levou Firdusi nesse trabalho. Finalmente (*ca.* 1010) o poema alcançou sua forma definitiva em 60.000 estâncias e foi enviado ao Sultão. Quando Mamude ia enviar a soma prometida, alguns cortesãos protestaram dizendo que era muito, e acrescentaram que Firdusi era um xiita e herege mutacilita. Mamude mandou 60.000 *dirhens* de prata ($30.000). O poeta, enraivecido e despeitado, dividiu o dinheiro entre um criado de banho e um vendedor de refrescos e fugiu para Herat. Escondeu-se durante seis meses em uma livraria até que os agentes de Mamude, com ordens de prendê-lo, desistiram das buscas. Encontrou refúgio junto a Shariyar, príncipe de Shirzad no Tabaristão. Ali compôs uma violenta sátira sobre Mamude. Mas Shariyar, temendo o Sultão, comprou o poema por 100.000 *dirhens* e o destruiu. Se pudermos acreditar nessas cifras, e nossos equivalentes, a poesia constituía uma das profissões mais lucrativas na Pérsia medieval. Firdusi

dirigiu-se a Bagdá e nessa capital escreveu um longo poema narrativo, *Yusuf e Zuleika*, variação da história de José e a esposa de Putifar. Já então com 76 anos, regressou a Tus. Dez anos depois, Mamude, impressionado com o vigor de uma estância que ouvira, perguntou o nome do autor. Quando soube que era de Firdusi, lamentou não tê-lo recompensado conforme prometera. Enviou a Firdusi uma caravana com índigo no valor de 60.000 dinares de ouro, e uma carta de desculpas. A caravana entrou em Tus quando se realizavam os funerais do poeta (1020?).

O *Shahnama* é uma das maiores obras da literatura mundial, considerando-se o tamanho. Há algo de nobre na figura do poeta que deixa de lado os assuntos triviais e tarefas fáceis, e dedica 35 anos de sua vida para contar a história de sua pátria em 120.000 linhas — excedendo de longe a *Ilíada* e a *Odisséia* juntas. Havia aí um velho louco pela Pérsia, enamorado de todos os pormenores de seus faustos, lendas ou fatos. O seu poema épico está em meio antes de atingir a História. Começa com as figuras mitológicas de Avesta, fala de Gayamurth, o Adão zoroastriano, e do poderoso neto de Gayamurth, Jamshid, que "reinou sobre a terra durante 700 anos... O mundo era mais feliz por sua causa; não se conhecia a morte, nem a tristeza ou a dor." Mas depois de alguns séculos "seu coração ficou cheio de orgulho, e ele se esqueceu de onde vinha sua prosperidade... Via somente a si na terra, chamava-se Deus e mandou que sua imagem fosse adorada."[121] Por fim chegamos ao herói do poema, Rustam, filho de Zal, nobre feudal. Quando Rustam já contava 500 anos, Zal apaixona-se por uma jovem escrava e por intermédio dela dá a Rustam um irmão. Rustam serve e salva três reis, e retira-se da vida militar aos 400 anos de idade. O seu fiel corcel Rakhsh também envelhece vagarosamente e é um grande herói, quase como Rustam, e recebe de Firdusi a atenção afeiçoada proporcionada por qualquer persa a um bom cavalo. Há bonitas histórias de amor no *Shahnama* e algo da reverência do trovador pela mulher. Há retratos encantadores de belas mulheres — um da rainha Sudaveh, que usava "véu para que ninguém pudesse ver sua beleza; e ela ia atrás dos homens como o sol marcha atrás de uma nuvem".[122] Mas no caso de Rustam, o amor desempenha parte pequena; Firdusi reconhece que dramas de amor paternal e filial podem ser mais tocantes do que os do romance sexual. Durante uma campanha longínqua, Rustam tem uma aventura com uma dama turca, Tahmineh, e depois perde-a de vista. Ela cria o filho de ambos, Sohrab, com tristeza e orgulho, contando ao jovem quem era seu grande porém desaparecido genitor. Em uma guerra dos turcos contra os persas, pai e filho, sem se conhecerem, defrontam-se com suas lanças. Rustam admira a coragem do belo rapaz e se oferece para poupá-lo. O jovem recusa com desdém, luta corajosamente e é mortalmente ferido. Ao morrer lamenta que nunca tivesse visto seu pai, Rustam. O vencedor percebe que havia matado seu filho. O cavalo de Sohrab, sem o cavaleiro, retorna ao acampamento turco e a notícia é levada à mãe de Sohrab, em uma das mais belas cenas do poema:

A forte emoção paralisou sua ofegante respiração,
Suas veias pareciam empalidecidas pelo frio da morte.
As amigas tremendo em torno dela choravam
Com gritos lancinantes, até que a vida lhe voltou.
Então, olhando, fora de si, ela chorou novamente,
E frenética, vendo entre a roda dos que choravam
O ginete favorito — agora mais caro do que nunca,

Beijou suas pernas e banhou-o com muitas lágrimas;
Apertando a malha que Sohrab usara na batalha;
Beijou-a vezes sem conta com os lábios quentes;
Seu traje marcial ela o comprimiu nos braços,
E como uma criança o apertou no peito.[123]

Trata-se de narrativa vivaz, que se move rapidamente de um episódio a outro e encontra unidade, em todas as linhas, somente na presença invisível da pátria amada. Nós — que temos menos tempo do que os homens tinham antes de serem inventados tantos engenhos para economizar trabalho — não podemos poupar tempo para ler todas estas estrofes e enterrar todos esses reis. Mas quem de nós leu todas as linhas da *Ilíada* ou a *Eneida*, a *Divina Comédia* ou o *Paraíso Perdido*? Somente homens de estômago épico são capazes de digerir essas histórias épicas. Depois de 200 páginas ficamos cansados das vitórias de Rustam sobre demônios, dragões, mágicos e turcos. Mas não somos persas. Não ouvimos o ritmo sonoro do verso original. Não podemos ser impressionados como o são os persas, que em uma só província têm 300 aldeias com o nome de Rustam. Em 1934, o mundo civilizado da Ásia, Europa e América uniu-se na comemoração do milenário do poeta, cujo maciço livro tem sido há mil anos o baluarte da alma persa.

VII. ARTE

Quando os árabes invadiram a Síria, a única arte deles era a poesia. (Esta seção deve-se particularmente ao *Levantamento da Arte Persa* editado por Arthur Upham Pope e especialmente aos capítulos escritos por ele mesmo. Sua obra neste campo, como a de James H. Breasted sobre o Egito, constitui monumento duradouro de estudos meticulosos e de minuciosa filantropia.) Acreditava-se que Maomé tivesse proibido a escultura e a pintura como cúmplices da idolatria — e a música, sedas ricas e ornamentos de ouro e prata como degenerescência epicurista. E embora todas estas proibições fossem aos poucos vencidas, elas quase confinaram a arte muçulmana desse período à arquitetura, cerâmica e decoração. Os próprios árabes, até épocas bem recentes nômades ou mercadores, não tinham nenhuma habilidade inteiramente desenvolvida na arte. Reconheciam suas limitações e empregaram os artistas e artesãos — adaptando-lhes as formas artísticas e tradições — de Bizâncio, Egito, Síria, Mesopotâmia, Irã e Índia. O Domo da Rocha de Jerusalém e a Mesquita de Valid II de Damasco eram puramente bizantinos, até na decoração. Mais para o leste, foram adotadas a velha decoração assírio-babilônica de azulejo e as formas correntes de igrejas armênias e nestorianas. E na Pérsia, depois de muita destruição da literatura e arte sassânidas, o Islã viu as vantagens das colunatas, do arco pontiagudo, da abóbada e daqueles estilos de ornamentos florais e geométricos que finalmente floresceram no arabesco. O resultado não foi mera imitação, mas uma síntese brilhante que justificou todos os empréstimos. Do Alhambra da Espanha ao Taj-Mahal na Índia, a arte islâmica venceu todos os limites do espaço e do tempo, riu-se das distinções de raça e sangue, desenvolveu um caráter único porém variado e expressou o espírito humano com delicadeza profunda jamais ultrapassada.

A arquitetura muçulmana, como a maioria dessa arte na Idade da Fé, era quase inteiramente religiosa. As moradias dos homens eram destinadas a durar pouco, mas a casa de Deus devia ser, pelo menos internamente, um espaço de beleza eterna. Todavia, embora pouco haja sobrevivido, ouvimos falar de pontes, aquedutos, fontes, reservatórios, banhos públicos, fortalezas e muralhas guarnecidas de torres construídas por engenheiros-arquitetos, que nos primeiros séculos depois da conquista árabe eram na maioria cristãos, mas nos séculos posteriores foram predominantemente muçulmanos. Os cruzados encontraram excelente arquitetura militar em Alepo, Baalbek e em todas as partes do Oriente muçulmano, aprenderam lá o uso de muros ameados e tomaram de seus inimigos muitas idéias para a construção dos seus incomparáveis castelos e fortes. O Alcáçar de Sevilha e o Alhambra de Granada eram uma combinação de fortalezas e palácios.

Dos palácios omíadas pouco restou, exceto uma casa de campo em Qusayr Amra, no deserto, a leste do Mar Morto, onde suas ruínas nos mostram casas de banho abobadadas e muros com afrescos. O palácio de Adub ad-Dawla em Xiraz, segundo nos asseguram, tinha 360 aposentos, um para cada dia do ano, cada qual pintado em uma só combinação de cor. Uma de suas maiores salas era uma biblioteca de dois andares, arqueada e abobadada. "Não havia nenhum livro sobre qualquer assunto", diz um muçulmano entusiasta, "que ali não tivesse uma cópia."[124] As descrições de Sheherazade das mansões de Bagdá são ficções, mas sugerem uma magnificência elegante da decoração interna.[125] Ricos possuíam vilas no campo bem como casas na cidade. Mesmo nas cidades, eles tinham caprichosos jardins. Mas em torno de suas vilas, esses jardins tornavam-se "paraísos" — parques com fontes, ribeiros, chafarizes, tanques de azulejos, flores raras, sombra, árvores frutíferas e geralmente um pavilhão para gozar o ar livre sem o resplendor ofuscante do sol. Na Pérsia havia uma religião das flores. Celebravam-se com pompa suntuosa festivais de rosas; as rosas de Xiraz e Firuzabad eram mundialmente famosas; rosas com 100 pétalas constituíam presentes gratos para um califa ou um rei.[126]

As casas dos pobres eram então como são agora, retângulos de tijolos secos ao sol, ligados com barro, e cobertos com uma mistura de lodo, talos, ramos, folhas de palmeira e palha. Casas melhores possuíam um pátio interno com um tanque de água e talvez uma árvore. Às vezes uma colunata de madeira e um claustro entre o pátio e os quartos. As casas raramente faziam frente ou se abriam para a rua. Constituíam cidadelas da intimidade, construídas para segurança e paz. Algumas tinham portas secretas para uma fuga repentina à prisão ou ataque, ou para a entrada furtiva de uma amante.[127] Em todas as casas, exceto nas mais pobres, havia alojamentos separados para as mulheres, às vezes com seu próprio pátio. Casas ricas possuíam uma série complicada de quartos de banho, mas a maioria das residências não dispunha de encanamentos; a água era carregada para dentro, os dejetos levados para fora. Casas elegantes podiam ter dois pavimentos, com uma sala de estar central que se elevava em um domo e um terraço do sobrado com frente para o pátio. Com exceção das mais pobres, todas as casas tinham pelo menos uma janela gradeada (*mashrabiy yah*), uma grade de madeira para deixar entrar a luz sem o calor e permitir que os ocupantes vissem o exterior sem serem vistos. Essas janelas eram muitas vezes elegantemente esculpidas, e serviram de modelo para as cortinas de pedra ou metal que adornavam o palácio ou a mesquita. Não havia lareira. O calor era fornecido por um braseiro portátil de carvão. As paredes eram de gesso, geralmente pintadas em muitas cores.

Cobriam-se os soalhos com tapetes tecidos à mão. Podia haver uma ou duas cadeiras, mas o muçulmano preferia agachar-se. Perto da parede, nos três lados da sala, o assoalho elevava-se cerca de um pé, formando um *diwan* (divã), provido de coxins. Não havia quartos próprios para dormir. O leito consistia de uma esteira que durante o dia era enrolada e colocada em um aposento retirado e oculto, como no Japão moderno. A mobília era simples: alguns vasos, utensílios, lampiões, e talvez um nicho de livros. O oriental é rico na simplicidade de suas necessidades.

Para o pobre e piedoso muçulmano bastava que a mesquita fosse bela. Ela era construída com seu trabalho e dinheiro; reunia sua arte e produtos de sua engenhosidade aos pés de Alá como um rico tapete. E todos os homens podiam gozar essa beleza e esplendor. Geralmente a mesquita estava situada perto do mercado, de acesso fácil. Nem sempre impressionava por fora. A não ser por sua fachada, mal podia ser distinguida das construções vizinhas, mesmo que estivesse anexada a elas. E raramente se utilizava na construção da mesquita material melhor que tijolo recoberto de estuque. As funções determinavam as formas: um pátio retangular para reunir a congregação; uma bacia central e fontes para abluções; um pórtico arqueado para abrigo, sombra e escola; e do lado do pátio, dando a frente para Meca, a mesquita, propriamente dita, em geral constituindo uma parte fechada do pórtico. Também era retangular, permitindo que os fiéis ficassem de pé em longas filas, com a frente voltada na direção de Meca. O edifício podia ser coroado com um domo, quase sempre construído de tijolos, projetando-se, cada camada, um pouco para o interior além da camada inferior, com uma superfície de reboque para ocultar os desvios.[128] Tal como na arquitetura sassânida e bizantina, a transição entre a base retangular e o domo circular era preenchida por pendentes (*squinches*). A principal característica da arquitetura de mesquita era o minarete (*manara,* um farol). Provavelmente os muçulmanos sírios a desenvolveram a partir dos zigurates babilônicos e dos campanários das igrejas cristãs. Os minaretes muçulmanos persas tomaram a forma cilíndrica da Índia e os muçulmanos africanos sofreram nos seus desenhos a influência do *Pharos* quadrangular ou farol de Alexandria;[129] talvez as torres quadrangulares do pátio do velho templo de Damasco tenham influído nessa forma.[130] Nesse período primitivo, o minarete era simples e na maior parte sem enfeites. Somente nos séculos seguintes, adquiriria ele a esbelteza altaneira, balcões delicados, arcadas decorativas e superfícies de faiança que fariam com que Fergusson o chamasse "a mais graciosa forma de arquitetura de torre no mundo".[131]

A mais variada e brilhante decoração estava reservada para o interior da mesquita: mosaicos e azulejos brilhantes no soalho e no *mihrab;* formas e cores delicadas nos vidros das janelas e lâmpadas; tapetes ricos sobre o pavimento; revestimento de mármore colorido nas partes baixas das paredes; adoráveis frisos de escrita árabe em torno de *mihrabs* ou cornijas; delicadas esculturas de madeira ou marfim, ou moldura graciosa de metal, nas portas, tetos, púlpitos e cortinas... O próprio púlpito ou *minbar* era de madeira cuidadosamente entalhada com incrustações de ébano ou mármore. Perto dele ficava o *diqqa,* mesa de leitura apoiada por colunas pequenas e que sustentava o Alcorão; naturalmente o próprio livro era um trabalho de arte caligráfica e miniaturista. Para mostrar o *qibla* ou a direção de Meca, achava-se escavado um nicho na parede, possivelmente uma imitação da abside cristã. Este *mihrab* foi aperfeiçoado até que se tornou quase um altar ou capela e toda a habilidade dos artistas muçulmanos foi desenvolvida para torná-lo belo com faiança ou mosaico, relevo e molduras

florais ou escriturais e desenhos coloridos de cerâmica, estuque, mármore, terracota ou azulejo.

Provavelmente devemos este esplendor de ornamento à proibição semítica de formas humanas ou animais na arte; como que em compensação o artista muçulmano inventou ou adotou exuberante abundância de formas não representativas. Procurou uma saída, primeiramente nas figuras geométricas — linha, ângulo, quadrado, cubo, polígono, cone, espiral, elipse, círculo, esfera. Repetiu essas figuras em centenas de combinações e desenvolveu-as em remoinhos, *guilloches* (filetes entrelaçados), rendados, *entrelacs* e estrelas; passando às formas florais, desenhou, em muitos materiais, coroas, videiras, ou rosetas de lótus, acanto ou broto ou folhas de palmeira. No século X fundiu todas essas formas em arabescos; e a todos eles, como único e maior ornamento, acrescentou a escrita árabe. Tomando comumente os caracteres cúficos, levantava-os verticalmente ou os expandia lateralmente ou vestia-os com floreios e pontos e transformava o alfabeto em uma obra de arte. À medida que as proibições religiosas afrouxavam, introduziu novos motivos de decoração representando aves do ar, animais do campo ou estranhos animais compostos que viviam somente em sua caprichosa imaginação. Sua vocação para os enfeites enriqueceu todas as formas de arte — mosaico, miniatura, cerâmica, tecidos, tapetes. E em quase todos os casos, os desenhos tinham a disciplina da unidade de uma forma dominante ou motivo desenvolvido do centro para a periferia ou do começo para o fim, tal como na elaboração de um tema musical. Nenhum material era considerado demasiado áspero para tal ornamento: madeira, metal, tijolo, estuque, pedra, terracota, vidro, azulejo e faiança tornaram-se veículos de tais poesias de formas abstratas que nenhuma arte, nem mesmo a chinesa, tinha antes realizado.

Assim adornada, a arquitetura islâmica ergueu na Arábia, Palestina, Síria, Mesopotâmia, Pérsia, Transoxiana, Índia, Egito, Tunísia, Sicília, Marrocos e Espanha uma série sem fim de mesquitas em que a força masculina da forma externa estava sempre equilibrada pela graça e delicadeza feminina dos ornamentos interiores. As mesquitas de Medina, Meca, Jerusalém, Ramleh, Damasco, Cufa, Basra, Xiraz, Nixapur e Ardebil; a mesquita de Jafar em Bagdá, a Grande Mesquita de Samarra, a mesquita Zakariyah de Alepo, a mesquita de Ibn Tulun e el-Azhar no velho Cairo, a Grande Mesquita de Túnis, a mesquita de Sidi Oqba de Cairuão (Qairuan), mesquita Azul de Córdova — não podemos fazer nada mais do que citá-las, pois, das centenas dessas mesquitas que foram construídas nesse período, somente uma dúzia permanece de maneira a poder ser distinguida sua forma. O tempo implacável arrasou o restante por meio de terremotos, negligência ou guerra.

Só a Pérsia — uma fração do Islã — forneceu às recentes pesquisas tal esplendor arquitetônico insuspeito que constitui grande acontecimento na nossa redescoberta do passado. (Em 1925 Reza-Cã, depois xá da Pérsia, autorizou Arthur Upham Pope a entrar nas mesquitas da Pérsia, que haviam sido fechadas aos não-muçulmanos, a fim de fotografar seus interiores. O resultado constituiu uma revelação sensacional da excelência técnica e artística da arquitetura persa.) A revelação foi atrasada demais; muitas obras-primas da arquitetura persa já haviam ruído aos pedaços. Muqaddasi igualou a mesquita de Fasa com a de Medina e a de Turshiz com a Grande Mesquita de Damasco; a mesquita de Nixapur, com suas colunas de mármore, azulejos dourados e paredes ricamente esculturadas, constituía uma das maravilhas da época; e "nenhuma mesquita do Coraçã ou Sistã igualou em beleza" a mesquita de Herat.[132] Po-

demos julgar vagamente a exuberância e a qualidade da arquitetura persa, nos séculos IX e X, a partir dos relevos de estuque e colunas e capitéis cinzelados do *mihrab* da Mesquita Congregacional de Nayn, agora em sua maior parte destruída, e os dois graciosos minaretes que sobrevivem em Damghan. A Mesquita de Sexta-Feira de Ardistão (1055) mostra ainda um belo *mihrab* e portal e muitos elementos que deviam aparecer posteriormente no gótico: arcos pontudos, pendentes recurvos, abóbada cruzada e domo estriado.[133] Nessas e na maioria das mesquitas e palácios persas, o material de construção era o tijolo, tal como na antigüidade sumeriana e mesopotâmica. Pedras eram raras e custosas, ao passo que o barro e calor havia-os em quantidade. No entanto, o artista persa transformou camadas de tijolo com luz e sombra, novos modelos e diversas posições, em tal multiplicidade de decoração que essa modesta substância nunca havia conhecido anteriormente. Sobre o tijolo, em lugares especiais como portais, *minbars* e *mihrabs*, o artesão persa colocava mosaicos multicoloridos e os mais brilhantes azulejos, e no século XI tornou as superfícies brilhantes mais resplendentes ainda com faiança de fulgente pintura. Dessa maneira, todas as artes no Islã serviam humilde e orgulhosamente à mesquita.

A escultura, proibida de fazer estátuas para evitar o retorno à idolatria, dedicou-se aos relevos decorativos. A pedra era habilmente esculpida e o estuque, antes de endurecer, modelado pela mão numa rica diversidade de desenhos. Resta-nos uma amostra notável. Em Mshatta, no deserto sírio, a leste do Jordão, Valid II começou (*ca.* 743), e deixou inacabado, um palácio de inverno. Ao longo da superfície inferior da fachada corria um friso de pedra esculturada de extraordinária excelência — triângulos, rosetas e bordas intricadamente cinzelados com flores, frutas, aves, animais e arabescos; esta obra-prima, levada para Berlim em 1904, sobreviveu à Segunda Guerra Mundial. Carpinteiros embelezavam janelas, portas, cortinas, balcões, tetos, mesas, estantes do coro, púlpitos e *mihrabs* com tão excelsa escultura como a que pode ser vista em um painel de Takrit no Museu Metropolitano de Arte de Nova York. Artesãos em marfim e osso adornavam mesquitas, alcorões, mobília, utensílios e pessoas com entalhes e incrustações. Dessa época somente uma peça chegou até nós — uma torre de marfim (no Museu Nacional de Florença) provisoriamente atribuída ao século IX e um jogo de xadrez enviado por Harum a Carlos Magno.[134] Os artífices de metal do Islã adquiriram a técnica sassânida, modelaram grandes lâmpadas, jarras, potes, copos, taças, bacias e braseiros de bronze, estanho ou cobre; deram-lhes por brincadeira formas de leões, dragões, esfinges, pavões e pombos; e às vezes os cinzelavam com desenhos esquisitos como na lâmpada existente no Instituto de Arte de Chicago. Alguns artesãos encheram os desenhos cinzelados com prata ou ouro, e faziam o metal adamascado — uma arte praticada, mas não originada em Damasco.[135] As espadas de Damasco eram de aço finamente temperado, adornadas com relevos ou incrustações de arabescos, inscrições ou outros desenhos em fios de ouro ou prata. Os artífices de metal do Islã significaram o apogeu da arte islamita.

Quando a conquista muçulmana se voltou para a absorção da cultura, a cerâmica maometana tornou-se, na Ásia, África e Espanha, herdeira de cinco tradições cerâmicas: egípcia, greco-romana, mesopotâmica, persa e chinesa. Sarre descobriu em Samarra alguns potes da época Tang, inclusive porcelana. E as primitivas louças pérsico-islamitas eram francamente copiadas dos protótipos chineses. Centros ceramistas desenvolveram-se em Bagdá, Samarra, Raj e muitas outras cidades. Por volta do século X os ceramistas persas estavam fazendo quase todas as espécies de louças de barro, ex-

ceto porcelana, de todas as formas, desde escarradeiras portáteis até vasos monstruosos "suficientemente grandes para conter pelo menos um dos Quarenta Ladrões".[136] No seu melhor período, a louça persa mostrou sutileza de concepção, esplendor de cor, refinada delicadeza, inferiores somente aos chineses e japoneses. Durante seis séculos não tinha rival deste lado do planalto de Pamir.[137] Constituía arte favorita dos persas e a eles adequada; aristocratas colecionavam ciosamente suas obras-primas e poetas como al-Ma'arri e Omar Khayyam encontraram nela muitas metáforas para sua filosofia. Ouvimos falar de um banquete do século IX em que poemas foram compostos e dedicados a taças que adornavam a mesa.[138]

Nesse século os oleiros de Samarra e Bagdá distinguiram-se por fabricar — e talvez inventar — louças lustradas: a decoração consistia em uma pintura de óxido metálico sobre a superfície envidrada do barro, após o que o vaso era submetido a um aquecimento fumarento e controlado, que reduzia o pigmento a uma fina camada metálica e dava ao verniz um brilho iridescente. Finas monocromias produziam-se desta maneira e policromias mais finas em ouro, verde, marrom, amarelo e vermelho, numa centena de tinturas quase fluidas. A técnica de lustro foi aplicada também na antiga arte mesopotâmica de azulejos decorativos. As ricas cores desses quadrados e suas harmoniosas combinações proporcionaram inexcedível esplendor aos portais e *mihrabs* de uma centena de mesquitas e a muitas paredes de palácios. Na arte similar de trabalhar com o vidro, os muçulmanos herdaram a habilidade do Egito e da Síria. Brilhantes quebra-luzes eram fabricados em vidro adornado de medalhões, inscrições ou desenhos florais; e talvez nesse período a Síria tenha inaugurado a arte do vidro esmaltado, que no século XIII atingiria o auge de sua perfeição.

Quando nos lembramos do emprego exuberante e onipresente da pintura e escultura nas catedrais católicas e de sua importância como veículo da crença e história cristãs, ficamos impressionados com a ausência de artes representativas no Islã. O Alcorão proibira a escultura (V, 92), mas nada havia dito acerca da pintura. Todavia uma tradição atribuída a Aixa dizia que o Profeta condenara também os quadros.[139] O direito muçulmano, tanto xiita como sunita, reforçou a dupla proibição. Sem dúvida Maomé fora influenciado pelo Segundo Mandamento e o ensinamento judaico e em parte pela noção de que o artista, dando forma a criaturas vivas, usurpava as funções do Criador. Alguns teólogos relaxaram a proibição, permitindo retratos de coisas inanimadas; outros fechavam os olhos a figuras de animais ou humanas em objetos destinados somente ao uso secular. Certos califas omíadas ignoraram as proibições. Mais ou menos em 712 Valid I adornou seu palácio de verão em Qusayr Amra com afrescos helenísticos, representando caçadores, dançarinas, mulheres no banho, e ele próprio em seu trono.[140] Os califas abássidas professavam piedade, mas tinham murais em suas alcovas particulares. Al-Mutasim empregou artistas, provavelmente cristãos, para pintar cenas de caçada, sacerdotes e dançarinas nuas nas paredes de seu palácio em Samarra; e al-Mutawakkil, que perseguiu hereges, permitiu que pintores bizantinos acrescentassem a esses afrescos um que representava monges cristãos em uma igreja cristã.[141] Mamude de Gasna decorou seu palácio com seus retratos, seus exércitos e seus elefantes; e seu filho Masude, pouco antes de ser deposto pelos turcos seljúcidas, cobriu as paredes de seus aposentos em Herat com cenas baseadas em manuais persas ou indianos de técnicas eróticas.[142] Narra uma história como em casa de certo vizir, dois artistas se rivalizaram na representação realista: Ibn Aziz propôs-se a pintar uma dançarina de tal maneira que ela parecesse surgir da parede; al-Qasir tomou a tarefa

mais difícil — pintá-la de modo que parecesse que ela estava entrando na parede. Ambos tiveram tamanho êxito na empreitada que o vizir lhes deu mantos de honra, e muito ouro.[143] Poderiam ser citadas muitas outras violações da interdição. Particularmente na Pérsia, encontramos coisas vivas pintadas em alegre abundância e em todas as formas da arte pictórica. No entanto, a proibição — apoiada pelo povo ao ponto de ocasionalmente mutilar ou destruir obras de arte — atrasou o desenvolvimento da pintura islâmica, restringindo-a, em grande parte, a ornamentos abstratos, excluindo quase os retratos (contudo ouvimos falar em 40 quadros de Avicena) e deixou os artistas completamente dependentes do patrocínio real ou aristocrático.

Dessa época não sobrevive nenhum mural muçulmano, exceto os de Qusayr Amra e Samarra. Eles revelam uma estranha e estéril união da técnica bizantina com o desenho sassânida. Como que em compensação, miniaturas islamíticas figuram entre as mais belas da História. Aqui tal realização resultou de várias heranças — bizantina, sassânida e chinesa. E mãos zelosas produziram uma arte tão intrinsecamente bela que a gente quase se ressente do aparecimento de Gutenberg. Tal como a música de câmera na moderna Europa, no Islã medieval a iluminura de manuscritos com pinturas em miniaturas constituía uma arte para poucos aristocratas. Somente os ricos podiam manter um artista na devotada pobreza que produziam essas obras-primas de paciência. Neste ponto novamente a decoração subordinou a representação. A perspectiva e a modelagem estavam completamente ignoradas. Um motivo central de forma — talvez uma figura geométrica ou uma simples flor — era desenvolvida em centenas de variações até que quase todas as polegadas, até a borda da página, ficavam cheias de linhas tão cuidadosamente traçadas como se tivessem sido talhadas. Nas obras seculares, homens, mulheres e animais podiam ser incluídos em cenas de caçada, humor ou amor. Mas, sempre, o ornamento era o fito principal, o jogo imaginoso de linhas delicadas, o fluxo líquido de cores harmoniosas, a fria perfeição da beleza abstrata, destinados ao espírito em paz. A arte é a significação construída pelo sentimento através da forma. Mas o sentimento deve aceitar a disciplina e a forma precisa ter uma estrutura e significado, mesmo que este ultrapasse o domínio das palavras. Esta é a arte da iluminura como a da música mais profunda.

A caligrafia fazia parte integral da iluminura. Devemos ir até a China para encontrar de novo uma união tão íntima da escrita e do desenho. De Cufa haviam chegado as letras cúficas, desajeitadamente angulares, cruamente agudas; os calígrafos vestiram esses ossos magros com vogais, sinais inflexíveis, prosódicos e diacríticos e um pouco de enfeites florais. Assim redimida, a escrita cúfica tornou-se uma forma freqüente de decoração arquitetônica. Todavia para a escrita cursiva, a forma *naskhi* do alfabeto árabe provou ser mais atrativa. Seus caracteres arredondados e o fluxo horizontal sinuoso constituíam por si sós uma decoração. Em todo o mundo não há nenhuma escrita ou letra de fôrma que o iguale em beleza. Até o século X havia conquistado a supremacia sobre os caracteres cúficos, em tudo, menos nas inscrições de monumentos e cerâmica. A maioria dos livros muçulmanos da Idade Média que chegaram até nós está escrita em *naskhi*. A maior parte desses volumes são alcorões. Uma simples cópia do livro sagrado era uma obra de piedade merecedora da recompensa divina. Ilustrá-lo com retratos constituía sacrilégio, mas enchê-lo com belas letras à mão considerava-se a mais nobre das artes. Enquanto os miniaturistas eram assalariados e artesãos, mal pagos, os calígrafos eram procurados e honrados com presentes régios e entre eles se contavam monarcas e estadistas. Um fragmento de papel escrito

por mão de mestre representava um tesouro inestimável; já no século X havia bibliófilos que viviam, trabalhavam e tinham a sua razão de ser em coleções de belos manuscritos, escritos em pergaminhos com tinta preta, azul, violeta, vermelha ou dourada. Apenas poucos volumes dessa época chegaram até nós. O mais antigo é um Alcorão existente na Biblioteca do Cairo, datado de 784. Quando acrescentamos que tais trabalhos estavam encadernados com o couro mais macio e forte, lavrados ou carimbados com arte inexcedível e a própria capa se achava, em muitos casos, adornada com elegante desenho, podemos sem exagero classificar os livros islâmicos do século IX ao XVIII como as mais belas obras jamais publicadas. Qual de nós pode ter seu livro publicado, hoje, com tamanho esplendor?

No embelezamento da vida islamítica todas as artes se fundiram como o entrelaçamento de um tema decorativo. Assim os padrões da iluminura e caligrafia foram urdidos nos tecidos, gravados nas louças, colocados nos portais e *mihrabs*. Se a civilização medieval fazia pouca diferença entre o artista e o artesão, não era para diminuir o primeiro mas sim para enobrecer o segundo. O alvo de toda indústria era tornar-se uma arte. O tecelão, como o oleiro, fabricava produtos vulgares para uso efêmero; mas às vezes sua habilidade e paciência encontravam expressão, seu sonho achava forma, em roupas ou armações, tecidos de lã ou cobertas, bordados ou brocados, tecidos para muitas gerações, desenhados com a finura de uma miniatura e tingidos em cores alegres, tão estimadas no Oriente. Tecidos bizantinos, coptas, sassânidas e chineses já eram famosos quando os muçulmanos conquistaram a Síria, Pérsia, Egito e Transoxiana. O Islã aprendeu rápido. E embora o Profeta tivesse proscrito a seda, fábricas muçulmanas logo produziam a substância pecaminosa em ousada abundância para homens e mulheres que procuravam o perdão para seus corpos bem como para suas almas. Um "manto de honra" constituía o mais precioso presente que um califa podia oferecer a seus servidores. Os muçulmanos tornaram-se os principais mercadores de seda do mundo medieval. A seda persa *taftah* foi comprada para as damas européias com o nome de tafetá. Xiraz era famosa pelos seus tecidos de lã, Bagdá pelos seus baldaquinos (*Baldaq*, o nome latino medieval de Bagdá) e chamalotes; o Cuzistão pelos tecidos de pêlo de camelo ou cabra; o Coraçã pelas suas capas de sofá (do árabe *suffah*), Tiro pelos seus tapetes, Bucara pelos seus coxins de reza, Herat pelos seus brocados de ouro. Nenhuma amostra desses produtos do período em apreço sobreviveu à deterioração do tempo; podemos apenas imaginar a sua excelência pelos trabalhos posteriores e o testemunho dos escritores da época. Um assentamento dos arquivos de Harum al-Rashid diz "400.000 peças de ouro, o preço de um manto de honra para Jafar, filho de Iaia, o vizir".[144]

VIII. MÚSICA

A música, como a escultura, era no início um pecado no Islã.[145] Não estava proibida no Alcorão. Mas, se pudermos acreditar em uma tradição duvidosa, o Profeta, receando os cantos e as danças de mulheres promíscuas, denunciara os instrumentos musicais como sendo a chamada do muezim do diabo para as penas eternas. Os teólogos e todas as quatro escolas do direito ortodoxo repeliram a música como causadora dos ventos da paixão. Mas alguns admitiram generosamente que ela em si não era pecaminosa. O povo, sempre mais vigoroso em sua conduta do que nas suas crenças, julgou-a como um provérbio: "o vinho é o corpo, a música a alma e a alegria

sua filha".[146] A música acompanhou todas as fases da vida muçulmana e encheu mil e uma noites árabes com cantos de amor, guerra e morte. Todos os palácios e muitas mansões empregavam menestréis para cantar os cantos dos poetas ou os seus próprios. No espantoso julgamento de um historiador perfeitamente competente para o caso, "o cultivo da música pelos árabes em todos os seus ramos reduz à insignificância o reconhecimento da arte na história de qualquer outro país".[147] Nenhum ouvido ocidental, a não ser depois de longo treinamento, pode apreciar bem a qualidade da música árabe — sua preferência pela elaboração melódica (arabescos do som) à harmonia e ao contraponto, sua divisão de tons não em meios mas sim em terços, seu florido padrão oriental de estrutura e ritmo. Para nós ela parece repetidamente simples, monotonamente triste, poderosa porém sem forma. Para os árabes, a música européia parece deficiente no número e sutileza de suas tonalidades e vulgarmente viciada em complexidade inútil e barulho monumental. A suavidade meditativa da música árabe afeta profundamente a alma muçulmana. Sa'di fala de um menino "que canta uma melodia tão chorosa que deteria uma ave em vôo";[148] al-Ghazali definiu o êxtase como "o estado que vem ao ouvir música";[149] um livro árabe contém um capítulo dedicado àqueles que desmaiaram ou morreram ouvindo música muçulmana; e a religião que no começo a condenara, adotou depois a música para o ritual intoxicante do dervixe.

A música muçulmana começou com as antigas formas e tons semíticos: desenvolveu-se em contato com os "modos" gregos que eram de origem asiática; e recebeu poderosa influência da Pérsia e da Índia. Uma notação musical e muitas teorias musicais foram recebidas dos gregos. Al-Quíndi, Avicena e os Irmãos da Sinceridade escreveram longamente sobre o assunto. O *Grande Livro sobre Música* de al-Farabi constituía importante produção medieval sobre a teoria da música — "igual, se não superior, a tudo que nos veio de fontes gregas".[150] Já no século VII, os muçulmanos escreviam com indicação de ritmos e compasso (aparentemente desconhecidos na Europa até 1190)[151] — a sua notação indicava a duração bem como o tom de cada nota.

Entre uma centena de instrumentos musicais os principais eram o alaúde, a lira, a bandurra, o saltério e a flauta, ocasionalmente reforçados por corneta, címbalo, tamborim, castanholas e tambor. A lira era uma pequena harpa. O alaúde era como o nosso bandolim, com um pescoço comprido e uma caixa sonora recurvada feita de pedaços de bordo colados; as cordas de tripa de gato eram puxadas com os dedos. Havia uma dúzia de tamanhos e variedades de alaúde. O grande era chamado cítara (*qitara*), do grego *kithara;* as nossas palavras *guitarra* e *alaúde* (do árabe al-ud) provêm do árabe. Alguns instrumentos de corda eram tocados com arco e o órgão era conhecido em suas formas pneumática e hidráulica. Certas cidades muçulmanas, como Sevilha, celebrizaram-se por fabricar belos instrumentos de música, muito superiores a qualquer coisa produzida no Islã contemporâneo.[152] Quase toda a música instrumental destinava-se a acompanhar ou introduzir o canto. As execuções limitavam-se geralmente a quatro ou cinco instrumentos ao mesmo tempo, mas lemos também referências a grandes orquestras,[153] e a tradição atribui ao músico de Medina, Sarayj, o primeiro uso da batuta.[154]

A despeito da paixão dos muçulmanos pela música, a posição dos músicos, com exceção dos virtuoses renomados, era baixa. Poucos homens de classes mais altas condescendiam em estudar essa arte intoxicante. A música de uma família rica era proporcionada por escravas. E uma escola de direito sustentou que o testemunho de um mú-

sico não podia ser aceito em juízo.[155] A dança, do mesmo modo, estava quase confinada a escravas treinadas e alugadas. Muitas vezes era erótica e artística. O califa Amin dirigiu pessoalmente um balé durante toda uma noite em que grande número de jovens dançou e cantou. O contato dos árabes com os gregos e persas elevou a posição do músico. Os califas omíadas e abássidas prodigalizaram liberalidade aos grandes músicos da época. Suleimão (Solimão) I ofereceu prêmios até de 20.000 peças de prata ($10.000) para uma competição de músicos de Meca; Valid II realizou torneios de canto, em um dos quais o primeiro prêmio era de 300.000 peças de prata ($150.000);[156] estas cifras porém constituem exageros orientais. Madi convidou à sua corte o cantor Siyat, de Meca, "cuja alma aquecia e esfriava mais do que um banho quente"; e Harum al-Raschid tomou para seu serviço o pupilo de Siyat, Ibraim al-Mawsili (isto é, de Mossul), deu-lhe 150.000 *dirhens* ($75.000), 10.000 mais por mês e 100.000 por um simples canto.[157] Harum amou tanto a música que — contra o hábito de sua classe — animou o talento de seu jovem meio-irmão, Ibraim ibn al-Madi, dotado de uma voz potente de três oitavos de escala. O tempo parece um círculo vicioso quando ouvimos falar que al-Madi dirigiu uma espécie de movimento romântico na música árabe contra a escola clássica de Isaque, filho de Ibraim al-Mawsili.[158] Na opinião geral Isaque foi o maior músico do Islã. Al-Mamum costumava dizer: "Ele jamais cantou para mim, mas senti que minhas posses haviam aumentado."[159]

Temos um retrato da sociedade muçulmana e da agitação provocada pela música no espírito muçulmano, em uma história contada por Mukhariq, discípulo de Ibraim al-Mawsili. Não precisamos acreditar nela para compreender sua significação:

> Depois de beber com o califa a noite toda, pedi-lhe licença para tomar um pouco de ar... que ele me concedeu. Enquanto caminhava vi uma donzela que apareceu como se o sol levante surgisse de suas faces. Carregava uma cesta e eu a segui. Ela parou em um fruteiro e comprou algumas frutas; e observando que eu a estava seguindo, olhou para trás e insultou-me várias vezes. Mas ainda assim continuei a segui-la até que ela chegou a uma grande porta... Quando ela entrou e a porta se fechou, sentei-me do outro lado, deveras impressionado por sua beleza... O sol me castigava enquanto eu estava ali sentado; por fim vieram dois belos rapazes montados em burros e bateram na porta. Assim que foram admitidos, entrei com eles. O dono da casa pensou que eu fosse um companheiro dos jovens e estes imaginaram que eu era um dos amigos do anfitrião. Foi servida uma refeição e nós comemos, lavamos as mãos e nos perfumamos. O dono da casa perguntou então aos jovens: "Desejais que a chame?" (e citou um nome de mulher). Eles responderam: "Se vossa mercê nos conceder esse favor." Então o dono mandou chamá-la e ela veio: era a donzela que eu tinha visto... Uma criada a precedia, carregando seu alaúde, que colocou no regaço. O vinho foi então trazido e ela cantou, enquanto bebíamos e nos deliciávamos. "De quem é essa ária?", perguntaram. Ela respondeu: "Do meu mestre Mukhariq." E cantou outra ária, que também disse ser minha, enquanto eles bebiam a grandes tragos. Ela olhava de esguelha para mim, como que receosa, até que eu, perdendo a paciência, aconselhei-a a fazer o melhor do seu esforço; mas ao tentar seguir o meu conselho, cantando uma terceira ária, ela desafinou e eu disse: "Cometeste um erro." Nisso, ela ergueu o alaúde do regaço e disse irada: "Tome-o e cante." Respondi: "Bem", e tomando o instrumento afinei-o perfeitamente e cantei a primeira das árias que ela havia cantado antes de mim; com isso todos se levantaram e beijaram minha cabeça. Cantei então a segunda ária e a terceira. E eles ficaram extasiados.

O dono da casa, depois de perguntar a seus convidados e terem estes respondido que não me conheciam, aproximou-se de mim e beijando-me a mão, disse: "Por Alá, meu senhor, quem sois vós?" Respondi: "Por Alá, eu sou o cantor Mukhariq." "E a que propósito", disse ele, beijando minhas duas mãos, "viestes aqui?" Repliquei: "Como um papa-jantares", e relatei o que havia acontecido a respeito da moça. Ele olhou para seus dois companheiros e lhes disse: "Por Alá, não sabeis que paguei 30.000 *dirhens* ($15.000) por essa moça e tenho-me recusado a vendê-la?" Eles responderam: "Assim é." Então, disse ele: "Tomo-vos como testemunhas de que dei essa jovem a ele." "E nós", disseram os dois amigos, "pagaremos dois terços do seu preço." Assim, o anfitrião me colocou de posse da jovem e à noite, quando parti, ele me presenteou ainda com ricas roupas e outros mimos, com os quais saí. E quando passava pelos lugares onde a donzela me havia ofendido, disse-lhe: "Repita suas palavras." Mas ela não o quis fazer, de vergonha. Segurando a mão da jovem, dirigi-me ao califa que encontrei furioso pela minha longa ausência. Mas quando lhe relatei minha história, ele ficou surpreso, e, rindo-se, ordenou que o dono da casa e seus dois amigos fossem trazidos a sua presença para os recompensar. Ao primeiro deu 40.000 *dirhens*, a cada um de seus dois amigos 30.000 e a mim, 100.000. Beijei-lhe os pés e me retirei.[160]

CAPÍTULO XIII

O Islã Ocidental

641 — 1086

I. A CONQUISTA DA ÁFRICA

O ORIENTE Próximo não passava de uma parte do mundo islâmico. O Egito, sob os muçulmanos, restaurou a glória dos faraós; Túnis, Sicília e Marrocos restabeleceram um governo ordeiro sob a direção dos árabes e um brilho passageiro iluminou Cairuão, Palermo e Fez; a Espanha mourisca constituiu um ponto alto na História da Civilização. E, posteriormente, os mongóis muçulmanos, governando a Índia, "construiriam como gigantes e acabariam como joalheiros".

Enquanto Calid e outros conquistadores subjugavam o Oriente, Amr ibn al-As, apenas sete anos após a morte de Maomé, partia de Gaza na Palestina, tomava Pelúsio e Mênfis e marchava sobre Alexandria. O Egito possuía bases navais e portos, e o poderio árabe necessitava de uma esquadra. O Egito exportava cevada para Constantinopla e a Arábia precisava desse cereal. O governo bizantino no Egito durante séculos havia empregado mercenários árabes na polícia e eles não constituíam nenhum obstáculo para os conquistadores. Os cristãos monofisitas do Egito haviam sofrido a perseguição de Bizâncio; receberam os muçulmanos de braços abertos, ajudaram-nos a tomar Mênfis e guiaram-nos para Alexandria. Quando esta caiu em poder de Amr, depois de um sítio de 23 meses (641), escreveu ele ao califa Omar: "É impossível enumerar as riquezas desta grande cidade ou descrever sua beleza. Eu me contentarei em observar que ela contém quatro mil palácios, 400 banhos, 400 teatros."[1] Amr evitou a pilhagem, preferindo a tributação. Incapaz de compreender as divergências teológicas entre as seitas cristãs, proibiu seus aliados monofisitas de se vingarem de seus inimigos ortodoxos e destruiu um costume secular, proclamando a liberdade de culto para todos.

Teria Amr destruído a Biblioteca de Alexandria? A primeira menção a essa história encontra-se em Abdalatife (1162-1231), um cientista muçulmano;[2] ela é narrada mais pormenorizadamente por Bar Hebraeus (1226-86), judeu cristianizado da Síria Oriental, que escreveu, em árabe, sob o nome de Abu'l-Faraj, um epítome da história do mundo. Em sua narrativa, um gramático alexandrino, João Filopono, pediu a Amr que lhe desse os manuscritos da biblioteca. Amr escreveu a Omar solicitando-lhe permissão. O califa, segundo nos contam, respondeu: "Se esses escritos dos gregos concordam com o Livro de Deus, são inúteis e não precisam ser conservados; se discordam, são perniciosos e devem ser destruídos." A tradição popular encurta essa resposta provavelmente lendária: "Queimem-se as bibliotecas, pois elas estão contidas em um só livro" — o Alcorão. Segundo Bar Hebraeus, Amr distribuiu o

conteúdo da biblioteca entre os banhos públicos da cidade, cujos quatro mil fornos foram abastecidos durante seis meses com rolos de papiro e pergaminho (642). Contra esta história deve-se observar que: 1 — grande parte da biblioteca fora destruída pelo ardor cristão sob o patriarca Teófilo em 392;[3] 2 — o restante sofrera tal hostilidade e negligência que "a maior parte da coleção já havia desaparecido por volta de 642";[4] e 3 — nos 500 anos entre o suposto acontecimento e seu primeiro narrador nenhum historiador cristão o menciona, embora um deles, Eutíquio, arcebispo de Alexandria em 933, tivesse descrito a conquista árabe da Alexandria com grande abundância de pormenores.[5] A história é agora considerada geralmente como uma fábula. Em qualquer caso, a dissolução gradual da Biblioteca de Alexandria constituiu uma tragédia de certa importância, pois acredita-se que ela contivesse todas as obras publicadas de Ésquilo, Sófocles, Políbio, Tito Lívio, Tácito, e centenas de outros, que chegaram até nós em forma fragmentária; textos completos de filósofos pré-socráticos, que sobrevivem apenas em pedaços, e milhares de volumes de história, ciência, literatura e filosofia gregas, egípcias e romanas.

Amr administrou habilmente o Egito. Com uma parte dos opressivos tributos, ele financiou reparações de canais e diques e reabriu o canal de 128 quilômetros entre o Nilo e o Mar Vermelho. Navios podiam agora navegar do Mediterrâneo para o Oceano Índico.[6] (Este canal foi coberto novamente pela areia em 723, sendo abandonado.) Amr construiu uma nova capital no local onde ele havia instalado seu acampamento em 641; foi denominada al-Fustat, ao que parece da palavra árabe que designa tenda; era a primeira forma de Cairo. Ali, durante dois séculos (661-868), governadores muçulmanos administraram o Egito em nome dos califas de Damasco ou Bagdá.

Toda conquista cria uma nova fronteira que, sendo exposta a perigo, sugere novas conquistas. A fim de proteger o Egito muçulmano de um ataque de flanco bizantino a Cirene, um exército de 40.000 muçulmanos avançou através do deserto para Barca, tomou-a e marchou até as proximidades de Cartago. O general muçulmano plantou sua lança na areia, a cerca de 80 milhas ao sul da moderna Túnis, construiu um acampamento e fundou assim (670) uma das maiores cidades islâmicas, Kairuan (Cairuão) — "o lugar de descanso". Compreendendo que a conquista de Cartago daria aos muçulmanos o controle do Mediterrâneo e abriria caminho para a Espanha, o imperador grego enviou tropas e uma esquadra. Os berberes, esquecendo-se momentaneamente de seu ódio a Roma, uniram-se na defesa da cidade. E foi somente em 698 que Cartago foi subjugada. Pouco depois a África era conquistada até a costa atlântica. Os berberes foram persuadidos, quase sob seus próprios termos, a aceitar o domínio muçulmano e, na realidade, a fé muçulmana. A África ficou dividida em três províncias: o Egito com sua capital em al-Fustat, Ifriqiya com sua capital em Cairuão e Magrebe (Marrocos) com sua capital em Fez.

Durante uma centúria mesmo essas províncias reconheceram os califas orientais como seus soberanos. Mas as dificuldades de comunicação e transporte aumentaram com a transferência do califado para Bagdá; e uma a uma as províncias africanas tornaram-se reinos independentes. Uma dinastia idrísida (789-974) governou em Fez, uma dinastia aglábida (800-909), em Cairuão e a dinastia tulunida (869-905), no Egito. Esse antigo celeiro, não mais roubado por senhores estrangeiros em seus produtos, assistia a uma pequena renascença. Ahmad ibn Tulun (869-84) conquistou a Síria para o Egito, construiu uma nova capital em Qatai (um subúrbio de al-Fustat), patrocinou o saber e a arte, edificou palácios, banhos públicos, um hospital e a gran-

de mesquita que ainda se conserva de pé como seu monumento. Seu filho Khumarawayh (884-95) transmutou essa energia para a luxúria, revestiu seu palácio de ouro e tributou o povo para obter para si uma piscina de mercúrio sobre a qual sua cama de coxins inflados de ouro pudesse flutuar maciamente para proporcionar-lhe o sono. Quarenta anos depois de sua morte os tulunidas foram substituídos por outra dinastia turca, os ikshididas (935-69). Estas monarquias africanas, que não possuíam raízes no sangue ou tradições do povo, tinham de basear sua autoridade na força e no comando militares; e quando a riqueza enfraquecia seu valor marcial, esvanecia-se seu poderio.

A maior das dinastias africanas reforçou sua supremacia militar, associando-se a uma crença religiosa quase fanática. Por volta de 905 Abu Abdala apareceu na Tunísia, pregou a doutrina ismailita dos Sete Imãs, proclamou a próxima vinda do Madi (Salvador) e obteve tal apoio entre os berberes que foi capaz de derrubar o governo aglábida em Cairuão. Para satisfazer as esperanças por ele levantadas, chamou da Arábia Obeidala ibn Muhammad, pretenso neto do profeta ismailita Abdala, saudou-o como Madi, fê-lo rei (909) e foi logo morto por ordem de seu soberano. Obeidala afirmava ser descendente de Fátima e deu o nome desta a sua dinastia.

Sob os aglábidas e fatimitas, a África do Norte recobrou a prosperidade que havia conhecido nos gloriosos dias de Cartago e debaixo da Roma Imperial. Na juventude de seu vigor, os conquistadores muçulmanos do século IX abriram três rotas de 1.500 a 2.000 milhas de extensão, através do Saara, ao lago Chade e Tombuctu; ao norte e oeste estabeleceram portos em Bone, Orã, Ceuta e Tânger. Um comércio próspero ligou o Sudão com o Mediterrâneo e o Islã Oriental com Marrocos e Espanha. Refugiados espanhóis trouxeram para Marrocos a arte do couro; Fez floresceu como centro de intercâmbio com a Espanha e tornou-se famosa pelas suas tinturas, perfumes e chapéus vermelhos cilíndricos sem aba.

Em 969, os fatimitas arrebataram o Egito dos ikshididas e logo depois ampliavam seu domínio sobre a Arábia e a Síria. O califa fatimita Muizz transferiu sua capital para Qahira (Cairo): assim como Qatai tinha sido uma extensão nordeste de Fustat, também Qahira ("A Vitoriosa") constituía um prolongamento nordeste de Qatai, e, tal como suas predecessoras, começou como acampamento militar. Sob Muizz (953-75) e seu filho Aziz (975-96) o vizir Iacube ibn Qillis, um judeu de Bagdá convertido ao Islã, reorganizou a administração do Egito e transformou os fatimitas nos reis mais ricos de seu tempo. Quando a irmã de Muizz, Rachida, morreu, deixou 2.700.000 dinares ($12.825.000) e 12.000 peças de roupas; quando sua irmã Abda faleceu deixou três mil vasos de prata, 400 espadas adamascadas em ouro, 30.000 peças de tecido siciliano e grande quantidade de jóias.[7] Mas nada ilude tanto como o êxito. O califa seguinte, al-Háquim (996-1021), quase enlouqueceu com a riqueza e o poder. Promoveu o assassínio de vários vizires, perseguiu cristãos e judeus, incendiou muitas igrejas e sinagogas, e ordenou a demolição da Igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém. A execução desta ordem contribuiu como causa das Cruzadas. Como que para repetir a carreira de Calígula, proclamou-se deus, e enviou missionários para estabelecer seu culto no meio do povo; quando alguns desses pregadores foram mortos, ele favoreceu cristãos e judeus e reconstruiu seus templos. Morreu assassinado com a idade de 36 anos.

A despeito dessas prerrogativas reais, o Egito prosperou como centro de ligação comercial entre a Europa e a Ásia. Cada vez mais os mercadores da Índia e China navegavam através do Golfo Pérsico e subiam o Mar Vermelho e o Nilo a caminho do Egito; a riqueza e o poderio de Bagdá declinavam, enquanto os do Cairo cresciam. Nasir-

i-Cósroes, que visitou a nova capital em 1047, descreveu-a como possuindo 20.000 casas, na maioria de tijolos, com a altura de cinco ou seis andares e 20.000 lojas, "tão cheias de ouro, jóias, bordados e cetins que não havia lugar para sentar".[8] As ruas principais eram protegidas contra o sol e iluminadas à noite por lâmpadas. O governo fixava os preços e qualquer um que fosse apanhado em flagrante violação desse dispositivo, cobrando mais do que o limite estabelecido, era conduzido pela cidade em um camelo, tocando uma campainha e confessando seu crime.[9] Milionários eram numerosos. Um mercador cristão alimentou toda a população durante cinco anos de fome causada pelo baixo nível do Nilo. E Iacube ibn Qillis deixou uma propriedade de cerca de $30.000.000.[10] Tais homens uniram-se aos califas fatimitas na construção de mesquitas, bibliotecas e colégios e no desenvolvimento das ciências e artes. A despeito de crueldades ocasionais, ruinosas luxúrias, a habitual exploração do trabalho, e o conveniente número de guerras, o governo dos fatimitas foi de modo geral benéfico e liberal, e pode ser comparado, em prosperidade e cultura, com qualquer idade da história egípcia.[11]

A riqueza dos fatimitas alcançou seu apogeu no longo reinado de Mustansir (1036-94), o filho de uma escrava sudanesa. Construiu para si um agradável pavilhão e viveu uma vida de música, vinho e conforto. "Isto é mais agradável do que contemplar a Pedra Preta, ouvir o zumbido dos muezins e beber a água impura" (do poço sagrado de Zenzém, de Meca),[12] disse Mustansir. Em 1067 suas tropas turcas se rebelaram, assaltaram seu palácio, e levaram, como presa de guerra, inestimáveis tesouros de arte, grande quantidade de jóias e manuscritos com que se carregaram 25 camelos. Alguns desses documentos serviram de combustível a oficiais turcos no aquecimento de seus lares, enquanto finas capas de couro remendavam os sapatos de seus escravos. Quando Mustansir morreu, o império fatimita caiu aos pedaços. Seu exército outrora poderoso dividiu-se em facções antagônicas de berberes, sudaneses e turcos. Ifriqiya e Marrocos já se haviam separado, a Palestina revoltou-se, a Síria perdeu-se. Quando, em 1171, Saladino destronou o último califa fatimita, outra dinastia egípcia havia seguido seus predecessores, na marcha do poder e prazer para a decadência.

II. CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA NA ÁFRICA: 641-1058

As cortes de Cairo, Cairuão e Fez rivalizaram entre si na proteção à arquitetura, pintura, música, poesia e filosofia. Mas quase todos os manuscritos que restaram da África islamítica desse período acham-se escondidos em bibliotecas que os estudiosos ocidentais mal começaram a explorar; muito da arte desapareceu e somente as mesquitas proclamam o vigor e o espírito da época. Em Cairuão ergue-se a mesquita de Sidi Oqba, originariamente construída em 670, restaurada sete vezes e em sua maior parte datada de 838. Seus claustros de arcos redondos são sustentados por centenas de colunas coríntias das ruínas de Cartago. Seu púlpito é uma obra-prima de entalhamento, seu *mihrab* um esplendor de pórfiro e faiança; seu minarete quadrado e maciço — o mais antigo no mundo[13] — estabeleceu um estilo sírio para os minaretes do Ocidente. Esta mesquita tornou Cairuão a quarta cidade santa do Islã, um dos "quatro portões do Paraíso". Somente menos sagradas e magnificentes eram as mesquitas de Fez e Marrakech, Túnis e Trípoli.

No Cairo as mesquitas eram numerosas e imensas: 300 ainda adornam essa atraente capital. A de Amr, iniciada em 642, foi reconstruída no século X. Somente as colunas

coríntias judiciosamente salvas das ruínas romanas e bizantinas restam da primitiva construção. A mesquita de Ibn Tulun (878) mantém precariamente sua primeira forma e ornamento. Uma alta muralha ameada cerca-lhe o espaçoso pátio. Dentro existem arcos pontiagudos, mais antigos do que quaisquer outros no Egito, exceto o arco do Nilômetro (865) — uma construção erguida em uma ilha do Nilo para medir o nível do rio; possivelmente esta graciosa e conveniente forma de arco passou do Egito através da Sicília e dos normandos para a Europa gótica.[14] No minarete em forma de torre e no túmulo em domo de Ibn Tulun, encontram-se arcos em forma de ferradura — um dos feitios menos agradáveis da arte muçulmana. Conta-se que Ibn Tulun pretendia elevar os arcos em 300 colunas; mas quando soube que elas somente poderiam ser conseguidas com a demolição de edifícios romanos ou cristãos, resolveu apoiar os arcos em maciços pilares de tijolo;[15] neste ponto também esta mesquita pode ter sugerido um elemento característico do estilo gótico. Finalmente, como que para fazer do edifício uma etapa para Chartres, algumas das janelas eram fechadas com vidro colorido, outras com grades de pedra em rosetas, estelares ou outras figuras geométricas. Estas, porém, são de data incerta.

Em 970-2 Jauar, o escravo cristão convertido, que havia conquistado o Egito para os fatimitas, construiu a mesquita de el-Azhar ("A Brilhante"), parte de cuja estrutura primitiva continua no lugar. Aqui também se encontram arcos pontudos, que se erguem de 380 colunas de mármore, granito ou pórfiro. A mesquita de al-Háquim (990-1012) era construída de pedra e a maior parte dela ainda existe, embora abandonada e em decadência; os elegantes arabescos do estuque e a fina inscrição cúfica do friso dão uma idéia de seu esplendor medieval. Outrora essas mesquitas, agora tão pouco atraentes como as fortalezas (e sem dúvida destinadas a esse fim), foram glorificadas com esculturas e escritas finas, mosaicos e *mihrabs* azulejados e candelabros que se tornaram raridades de museu. A mesquita de Ibn Tulun tinha 18.000 lâmpadas, muitas delas de vidro esmaltado multicolorido.[16]

As artes menores eram praticadas na África islâmica com a paciência e a finura muçulmanas. Azulejos envernizados apareceram na mesquita de Cairuão. Nasir-i-Cósroes (1050) descreveu a louça de barro do Cairo como sendo "tão delicada e translúcida que a mão colocada fora pode ser vista de dentro".[17] Os vidros egípcio e sírio continuaram com sua excelência antiga. Os vasos de cristal de rocha fatimitas, preservados intactos através de mil anos, estão guardados em Veneza, Florença e no Louvre. Os entalhadores deliciavam os olhos com seus trabalhos nas portas de mesquitas, partes de púlpitos, *mihrabs* e grades de janelas. Dos seus súditos coptas, os muçulmanos egípcios tomaram a arte de decorar caixas, cômodas, mesas e outros objetos com incrustações ou marchetaria de madeira, marfim, osso ou madrepérola. Jóias abundavam. Quando os mercenários turcos saquearam os aposentos de al-Mustansir, saíram com milhares de artigos de ouro — tinteiros, peças de xadrez, vasos, aves, árvores artificiais carregadas de pedras preciosas...[18] Entre os despojos figuravam cortinas de brocado de seda trabalhadas com fios de ouro e com retratos e biografias de reis famosos. Ainda dos coptas os muçulmanos aprenderam a arte de estampar e imprimir desenhos nos tecidos com blocos de madeira; esta técnica ao que parece foi levada pelos cruzados do Egito muçulmano para a Europa, e pode ter participado no desenvolvimento da imprensa. Mercadores europeus consideravam os tecidos fatimitas acima de todos os outros e falavam com respeito dos tecidos do Cairo e Alexandria, tão finos que uma roupa podia ser passada através de um anel.[19] Ouvi-

mos falar de finos tecidos fatimitas de lã, de tendas feitas de veludo, cetim, damasco, seda e vestidos de ouro, tudo pintado; uma tenda feita para Iazuri, vizir de al-Mustansir, exigiu o trabalho de 150 homens durante nove anos, custou 30.000 dinares ($142.500) e diz-se que nela se viam todas as espécies de animais do mundo, exceto o *homo lupus*. Tudo que resta das pinturas fatimitas são alguns fragmentos de afrescos existentes no Museu Árabe do Cairo. Nenhuma miniatura chegou até nós do Egito dos fatimitas, mas Maqrizi — que no século XV escreveu uma história da pintura — conta-nos que a biblioteca dos califas fatimitas continha centenas de manuscritos, inclusive 2.400 alcorões ricamente adornados de iluminuras.

Nos dias de al-Háquim, a biblioteca califal do Cairo possuía 100.000 volumes. No tempo de al-Mustansir, 200.000. Somos informados de que os manuscritos eram emprestados sem taxa a todos os estudantes responsáveis. Em 988, o vizir Iacube ibn Qillis persuadiu o califa Aziz a custear o ensino e a manutenção de 35 estudantes na mesquita de el-Azhar. Assim começou a universidade mais antiga existente. À medida que este *madrasah* se desenvolvia, atraía pupilos de todo o mundo muçulmano, tal como a universidade de Paris, um século depois, atrairia alunos de toda a Europa. Califas, vizires e particulares ricos ampliaram, ano após ano, o estabelecimento, até que em nossa época el-Azhar dispõe de cerca de 10.000 estudantes e 300 professores.[20] Uma das vistas mais agradáveis numa excursão mundial é a reunião de estudantes nos claustros desta mesquita milenar, cada grupo agachando-se em semicírculo na base de um pilar, em frente a um sábio sentado. Famosos doutores de todo o Islã iam ali ensinar gramática, retórica, matemática, poesia, lógica, teologia, *hadith*, exegese do Alcorão e direito. Os estudantes não pagavam taxas, e os professores não recebiam salários. Dependendo do subsídio governamental e da filantropia particular, a famosa universidade tendia para a mais ciosa ortodoxia, e seus dirigentes, ulemás ou homens eruditos, tiveram uma influência de efeito desanimador sobre a literatura, filosofia e ciência fatimitas. Não temos notícia de nenhum grande poeta sob essa dinastia.

Al-Háquim instalou no Cairo um Dar al-Hikmah ("Casa de Sabedoria"). Sua principal função consistia em ensinar a teologia xiita dos ismailitas. Mas seu currículo incluía a astronomia e a medicina. Al-Háquim financiou um observatório e protegeu Ali ibn Iunus (falecido em 1009), talvez o maior dos astrônomos muçulmanos. Após 17 anos de observações, Iunus completou as "Tábuas Haquimitas", de movimentos e períodos astrais e forneceu valores mais precisos à inclinação da eclíptica, à precessão dos equinócios e à paralaxe solar.

O nome mais brilhante da ciência egípcia é o de Maomé Ibn al-Haitam al Hazin, conhecido na Europa medieval como Alhazen, e entre nós como Avenatã ou Avenetã. Nascido em Basra em 965, ele conquistou reputação nessa localidade como matemático e engenheiro. Ouvindo falar que al-Haitam tinha um plano para regular a inundação anual do Nilo, al-Háquim convidou-o a ir ao Cairo. O plano mostrou-se impraticável e al-Haitam teve de se ocultar na obscuridade, com receio do caprichoso califa. Fascinado, como todo pensador medieval, pela tentativa de Aristóteles de formular uma síntese racional do saber, compôs vários comentários sobre as obras do filósofo. Nenhum desses comentários chegou até nós. Conhecemos al-Haitam principalmente através do seu *Kitab al-Manazir (Opticae Thesaurus)* ou *Livro de Óptica*. De todas as produções medievais, esta é provavelmente a mais inteiramente científica no seu método e pensamento. Al-Haitam estudou a refração da luz, através dos meios

transparentes como o ar e a água, e se aproximou tanto da descoberta da lente de aumento que Roger Bacon, Witelo e outros europeus basearam em sua obra, três séculos depois, os avanços na direção do microscópio e telescópio. Rejeitou a teoria de Euclides e de Ptolomeu de que a visão resulta de um raio que, partindo do olho, atinge o objeto; até, pelo contrário, "a forma do objeto percebido passa para o olho e é transmitida ali pelo corpo transparente" — a lente.[21] Observou o efeito da atmosfera no aumento do tamanho aparente do Sol ou Lua, quando nas proximidades do horizonte. Mostrou que, por meio da refração atmosférica, a luz do Sol nos alcança mesmo quando o astro se encontra até a 19 graus abaixo do horizonte; e nessa base ele calculou a altura da atmosfera em 10 milhas inglesas. Analisou a correlação entre peso e densidade da atmosfera e o efeito da densidade atmosférica no peso dos objetos. Estudou com complexas fórmulas matemáticas a ação da luz nos espelhos parabólicos ou esféricos, e através da lente convexa. Observou a forma de meia-lua da imagem do Sol durante os eclipses, na parede oposta a uma pequena cavidade feita nas folhas de janelas. Trata-se da primeira menção conhecida da câmara escura, da qual depende toda fotografia. Seria impossível exagerar a influência de al-Haitam sobre a ciência européia. Sem ele Roger Bacon talvez jamais tivesse alcançado qualquer notoriedade. Bacon cita-o ou a ele se refere quase a cada passo na parte do *Opus maius* que trata da óptica; e a parte XI repousa quase inteiramente nas descobertas do físico do Cairo. Até o tempo de Kepler e Leonardo da Vinci, os estudos europeus sobre a luz estavam baseados na obra de al-Haitam.

O mais impressionante de todos os efeitos decorrentes da conquista árabe da África do Norte foi o gradual porém quase completo desaparecimento do cristianismo. Os berberes não somente aceitaram o maometismo como se tornaram seus defensores mais fanáticos. Indubitavelmente entravam considerações econômicas: os não-muçulmanos pagavam impostos *per capita* e os convertidos ao islamismo estavam isentos dos mesmos durante algum tempo. Quando em 744 o governador árabe do Egito propôs essa isenção, 24.000 cristãos aderiram ao maometismo.[22] Perseguições ocasionais, porém severas, podem ter influído sobre muitos cristãos para que eles aceitassem a fé dominante. No Egito uma minoria cóptica manteve-se firme, construiu suas igrejas como fortalezas, conservou seu culto em segredo e sobrevive até os dias atuais. Mas as igrejas outrora concorridas de Alexandria, Cirene, Cartago e Hipona esvaziaram-se e decaíram. A memória de Atanásio, Cirilo e Agostinho desvaneceu-se; e as lutas de arianos, donatistas e monofisitas cederam lugar às brigas do maometismo sunita e ismailita. Os fatimitas reforçaram seu poderio reunindo os ismailitas em uma Grande Loja de complexas iniciações e graus hierárquicos; seus membros eram empregados em espionagem e intrigas políticas. Os moldes da ordem foram transmitidos a Jerusalém e à Europa e influíram fortemente na organização, no ritual e nas vestes características dos Templários, Iluminados e outras irmandades secretas do mundo ocidental. O homem de negócios americano é periodicamente um maometano cioso, orgulhoso de sua doutrina secreta, do seu fez marroquino e de seu templo muçulmano.

III. O ISLAMISMO NO MEDITERRÂNEO: 649-1071

Tendo conquistado a Síria e o Egito, os chefes muçulmanos compreenderam que não poderiam conservar a costa sem uma esquadra. Dentro em pouco seus navios de guerra ocuparam Chipre e Rodes e derrotaram a marinha bizantina (652-655). A

Córsega foi ocupada em 809, a Sardenha em 810, Creta em 823, Malta em 870. Em 827, foi reiniciada a velha luta entre a Grécia e Cartago pela Sicília. Os califas aglábidas de Cairuão enviaram expedições e mais expedições, e a conquista prosseguiu com derrame de sangue e rapina. Palermo caiu em 831, Messina em 843, Siracusa em 878, Taormina em 902. Quando os califas fatimitas sucederam no poder aos aglábidas (909), herdaram a Sicília como parte de seu domínio. E quando os fatimitas transferiram sua sede para o Cairo, seu governador da Sicília, Husein al-Calbi, fez-se emir com autoridade quase soberana e estabeleceu a dinastia calbita, sob a qual a civilização muçulmana da Sicília atingiu seu ponto culminante.

Fortalecidos pelo domínio do Mediterrâneo, os sarracenos olhavam agora cobiçosamente as cidades da Itália meridional. Como a pirataria se achava quase dentro dos limites dos costumes honrados dessa época, e cristãos e muçulmanos assaltavam costas muçulmanas ou cristãs para capturar infiéis a fim de vendê-los como escravos, frotas sarracenas, na maior parte da Tunísia ou Sicília, começaram, no século IX, a atacar portos italianos. Em 841 os muçulmanos tomaram Bari, a principal base bizantina no sudeste da Itália. Um ano depois, convidados pelo duque lombardo de Benevento a ajudá-lo contra Salerno, eles assolaram a Itália e retornaram, saqueando terras cultivadas e mosteiros. Em 846, 1.100 muçulmanos desembarcaram em Óstia, marcharam até as muralhas de Roma, livremente saquearam os subúrbios e as igrejas de São Pedro e São Paulo e comodamente regressaram a seus navios. Vendo que nenhuma autoridade civil poderia organizar a defesa da Itália, o Papa Leão IV encarregou-se disso, uniu Amalfi, Nápoles, Gaeta e Roma numa aliança, e constituiu uma cadeia de defesas estendida ao longo do Tibre para deter qualquer inimigo. Em 849, os sarracenos fizeram outra tentativa para tomar a cidadela do cristianismo ocidental. A esquadra unida italiana, abençoada pelo Papa, deu-lhes batalha e os derrotou — uma cena retratada por Rafael na Stanze do Vaticano. Em 866, o Imperador Luís II veio da Alemanha e fez os muçulmanos, entregues à pilhagem no sul da Itália, recuarem até Bari e Taranto. Por volta de 884, eles foram expulsos da península.

Mas suas incursões continuaram e a Itália central viveu, durante uma geração, no receio diário de assalto. Em 876, pilharam a Campânia; Roma esteve em tal perigo, que o Papa pagava aos sarracenos a importância anual de 25.000 *mancusi* (cerca de $ 25.000) para manter a paz.[23] Em 884 incendiaram o grande mosteiro de Monte Cassino, destruindo-o completamente; em ataques esporádicos assolaram o vale do Ânio; finalmente as forças combinadas do Papa e dos imperadores grego e germânico e das cidades da Itália meridional e central derrotaram-nos no Garigliano (916) e chegou ao fim um século trágico de invasões. A Itália, talvez o cristianismo, escapou por pouco. Se Roma tivesse caído, os sarracenos teriam avançado sobre Veneza; e, tomada esta, Constantinopla ficaria apertada entre duas concentrações de poderio muçulmano. De tais possibilidades de batalha dependia a teologia de milhões de homens.

Entrementes a cultura poliglota da Sicília, cedendo com a graça habitual aos novos conquistadores, recebeu um cunho muçulmano. Sicilianos, gregos, lombardos, judeus, berberes e árabes misturavam-se nas ruas da capital muçulmana — antiga Panormus, a Balerm árabe e Palermo italiana; odiando-se todos uns aos outros, religiosamente, mas vivendo juntos sem mais do que a média siciliana de paixão, poesia e crime. Aí, Ibn Hawqal, mais ou menos em 970, encontrou perto de 300 mesquitas e 300 mestres-escolas, que eram altamente considerados pelos habitantes "a despeito do fato de que os mestres-escolas são notórios pela sua deficiência mental e cérebros

vazios"[24], diz o geógrafo. Com a cooperação da luz solar e chuva na formação de luxuriante vegetação, a Sicília constituía um paraíso agrícola; e os espertos árabes colheram os frutos de uma economia bem dirigida. Palermo tornou-se porto de intercâmbio entre a Europa cristã e a África muçulmana. Logo ela se tornou uma das mais ricas cidades do Islã. A tendência muçulmana para roupas finas, jóias brilhantes e a arte da decoração preparou uma vida de *otium cum dignitate* — ócio com dignidade. O poeta siciliano Ibn Hamdis (*ca.* 1055-1132) descreve as horas ativas da juventude de Palermo: os bailes da meia-noite, a divertida excursão a um convento para comprar vinho de uma freira surpresa porém bondosa, a jovial mistura de homens e mulheres em festivais, "quando o Rei dos Bailes Noturnos proscreveu o cuidado", e jovens cantoras tocam alaúdes com dedos delgados e dançam "como luas resplendentes nas hastes de árvores graciosas".[25]

Havia milhares de poetas na ilha, pois os mouros amavam o espírito e a rima, e o amor siciliano oferece temas ricos. Havia estudiosos, pois Palermo se orgulhava de uma universidade; e grandes médicos, pois a medicina muçulmano-siciliana influiu na escola médica de Salerno.[26] Metade do brilho da Sicília normanda era um eco árabe, um legado oriental de ofícios e artesãos para uma jovem cultura desejosa de aprender de qualquer raça ou crença. A conquista normanda da Sicília (1060-91) ajudou o tempo a destruir os vestígios do islamismo na ilha; o conde Rogério orgulhava-se de haver arrasado "cidades, castelos e palácios sarracenos construídos com arte maravilhosa".[27] Mas o estilo muçulmano deixou sua marca no Palácio de La Ziza e no teto da Capela Palatina; nesta capela do palácio dos reis normandos, o ornamento mouro serve ao templo de Cristo.

IV. O ISLAMISMO ESPANHOL: 711-1086

1. *Califas e Emires*

Foram primeiro os mouros e não os árabes que conquistaram a Espanha. Tárique era um berbere e seu exército compunha-se de 7.000 berberes e 300 árabes. Seu nome foi dado à rocha em cujo sopé suas forças desembarcaram. Os mouros chamaram-na Gebel-al-Tárique, a Montanha de Tárique, que a Europa abreviou para Gibraltar. Tárique fora enviado à Espanha por Musa ibn Nusair, governador árabe da África do Norte. Em 712 Musa cruzou com 10.000 árabes e oito mil mouros o estreito; sitiou e subjugou Sevilha e Mérida; censurou Tárique por haver ultrapassado suas ordens, chicoteou-o e encarcerou-o. O califa Valid chamou Musa e libertou Tárique, que reiniciou suas conquistas. Musa havia nomeado seu filho Abd al-Aziz governador de Sevilha. Suleimão, irmão de Valid, suspeitou que ele estivesse conspirando para tornar-se soberano independente da Espanha e enviou assassinos para matá-lo. A cabeça de Abd al-Aziz foi levada a Suleimão, agora califa em Damasco. Mandou chamar Musa, que lhe pediu: "Dai-me a cabeça de meu filho para que possa fechar seus olhos." Dentro de um ano Musa morria de mágoa.[28] Acreditamos que a história não passa de uma lenda sangrenta.

Os vencedores trataram os vencidos com brandura, confiscaram somente as terras daqueles que haviam resistido ativamente, não impuseram nenhuma taxa maior do que as arrecadadas pelos reis visigodos e proporcionaram ao culto religioso uma liberdade raras vezes vista na Espanha. Tendo estabelecido sua posição na península, os

muçulmanos escalaram os Pireneus e entraram na Gália, tencionando transformar a Europa em província de Damasco. Entre Tours e Poitiers, a mil milhas ao norte de Gibraltar, foram enfrentados pelas forças combinadas de Eudes, duque da Aquitânia, e Carlos, duque da Austrásia. Após sete dias de luta, os muçulmanos foram derrotados numa das batalhas mais decisivas da História (732); novamente a fé de incontáveis milhões de pessoas foi determinada pela sorte da guerra. Daí por diante Carlos passou a ser Carolus Martellus, Carlos Martelo ou Martel. Em 735 os muçulmanos insistiram novamente e tomaram Arles; em 737 tomaram Avinhão e assolaram o vale do Ródano até Lião. Em759, Pepino, o Breve, finalmente os expulsou do sul da França. Mas sua permanência de 40 anos nessa região pode bem ter influído na incomum tolerância de diversas religiões do Languedoc, sua jovialidade colorida e sua inclinação para canções de amor proibido.

Os califas de Damasco subestimaram a Espanha; até 756 ela não passava de "o distrito de Andaluzia" e era governada de Cairuão. Mas em 755 uma figura romântica desembarcou na Espanha, armada somente de sangue real, destinada porém a estabelecer uma dinastia que rivalizaria em riqueza e glória com os califas de Bagdá. Quando, em 750, os triunfantes abássidas ordenaram a morte de todos os príncipes da família omíada, Abd-er-Ramã, neto do califa Hixã, foi o único omíada que escapou ao morticínio. Perseguido de aldeia em aldeia, ele atravessou a nado o largo Eufrates, passou para a Palestina, Egito e África e finalmente atingiu Marrocos. A notícia da revolução abássida havia intensificado a rivalidade facciosa de árabes, sírios, persas e mouros na Espanha. Um grupo árabe, leal aos omíadas e receoso de que o califa abássida pudesse investigar os títulos das terras que lhes haviam sido dadas por governadores omíadas, convidou Abd-er-Ramã a unir-se a ele e dirigi-lo. Abd-er-Ramã veio e foi feito emir de Córdova (756). Derrotou um exército enviado pelo califa al-Mansur para destituí-lo e mandou a cabeça do general dele para ser pendurada em frente a um palácio de Meca.

Foram estes acontecimentos, talvez, que salvaram a Europa do culto de Maomé: a Espanha muçulmana, enfraquecida com a guerra civil e privada de auxílio externo, cessou suas conquistas e retirou-se até mesmo do norte do país. Do século IX ao XI, a península esteve dividida entre muçulmanos e cristãos por uma linha que corria de Coimbra até Saragoça e daí seguia ao longo do rio Ebro. O sul muçulmano, finalmente pacificado por Abd-er-Ramã I e seus sucessores, floresceu em riqueza, poesia e arte. Abd-er-Ramã II (822-52) gozou os frutos dessa prosperidade. Entre guerras de fronteira com os cristãos, rebeliões de seus súditos e incursões normandas em suas costas, achou tempo para embelezar Córdova com palácios e mesquitas, recompensou generosamente os poetas e perdoou a ofensores com uma brandura amável que pode ter contribuído para produzir a desordem social que se seguiu ao seu reinado.

Abd-er-Ramã III (912-61) é a figura culminante dessa dinastia omíada na Espanha. Subindo ao poder aos 21 anos, encontrou a Andaluzia dividida por lutas raciais, animosidade religiosa, banditismo esporádico, além dos esforços de Sevilha e Toledo para estabelecer sua independência de Córdova. Embora homem refinado, famoso por sua generosidade e cortesia, enfrentou a situação com pulso firme, pacificou as cidades rebeldes e subjugou os aristocratas árabes que desejavam, tal como seus contemporâneos franceses, gozar de uma soberania feudal em seus ricos Estados. Convidou para seus conselheiros de Estado homens de diversas fés, ajustou suas alianças para manter um equilíbrio de força entre seus vizinhos e inimigos e administrou o go-

verno com diligência e atenção napoleônicas aos pormenores. Planejou as campanhas de seus generais, muitas vezes combateu pessoalmente no campo de batalha, repeliu os invasores de Sancho de Navarra, tomou e destruiu a capital de Sancho e desencorajou novas incursões cristãs durante seu reinado. Em 929, sabendo que era tão poderoso como qualquer governante de seu tempo, e compreendendo que o califa de Bagdá transformara-se em títere dos guardas turcos, assumiu o título de califa — Comandante dos Fiéis e Defensor da Fé. Quando morreu, deixou, escrita de próprio punho, uma apreciação modesta da vida humana:

> Reinei mais de 50 anos (maometanos) de vitória e paz... Riquezas, honrarias, poder e prazeres estiveram a minha disposição; não me parece que tivesse faltado qualquer bênção terrena para minha felicidade. Nesta situação contei diligentemente os dias de felicidade verdadeira e pura que me couberam. Eles atingiram a catorze. Ó homem! Não coloques tua confiança neste mundo presente![29]

Seu filho Hacã II (961-76) aproveitou sabiamente desse meio século de feliz administração. Garantido contra o perigo externo e revolta interna, entregou-se ao adorno de Córdova e outras cidades; construiu mesquitas, colégios, hospitais, mercados, banhos públicos e asilos para os pobres;[30] tornou a Universidade de Córdova a maior instituição educacional de seu tempo e auxiliou centenas de poetas, artistas e eruditos. Escreve al-Maqqari, historiador muçulmano:

> O califa Hacã superou todos os seus predecessores no amor à literatura e ciências, que ele mesmo cultivou e fomentou... transformou a Andaluzia em grande mercado para onde as produções literárias de todos os climas eram imediatamente levadas para venda. Empregou agentes para colecionar-lhe livros em terras distantes e enviou-lhes grandes somas de dinheiro, até que o número de livros assim reunidos na Andaluzia excedeu a todo cálculo. Do mesmo modo enviava presentes em dinheiro a autores célebres do Oriente, a fim de estimular a publicação de obras ou obter as primeiras cópias das mesmas. Assim é que, sabendo que Abu'l Faraj de Isfahan escrevera um livro denominado *Kitab ul-Aghani*, mandou-lhe mil dinares de ouro puro ($ 4.750), pelo que o autor lhe ofereceu um exemplar da obra, antes mesmo de ela aparecer no Iraque.[31]

Enquanto o califa douto gozava das amenidades da vida, deixava a administração do governo, até mesmo a orientação da política nacional, a cargo de seu hábil primeiro-ministro judeu Hasdai ibn Xaprut e o comando dos seus exércitos a um general brilhante e inescrupuloso, que sob o nome de Almançor iria fornecer material para muitos dramas ou romances cristãos. Seu nome real era Maomé ibn Abi Amir. Procedia de tradicional família árabe com mais genealogia do que recursos. Ganhava a vida escrevendo petições para pessoas que desejavam dirigir-se ao califa; entrou para o serviço do principal *qadi* ou procurador-geral, e em 967, com a idade de 26 anos, foi encarregado de administrar a propriedade do filho mais velho de al-Hacã, outro Abd-er-Ramã. Ele captou a simpatia da mãe do jovem, a rainha Sub, encantou-a com cortesias e cumprimentos e impressionou-a com sua incansável habilidade. Pouco depois estava dirigindo a propriedade da rainha bem como a de seu filho. E dentro de um ano foi nomeado diretor da casa da moeda. Tornou-se tão generoso para com os amigos que seus rivais o acusaram de malversação. Al-Hacã intimou-o a prestar contas. Sabendo que não poderia fazê-lo, Ibn Abi Amir pediu a um amigo rico que lhe

adiantasse a quantia necessária para cobrir o déficit. Assim armado, dirigiu-se ao palácio, enfrentou os acusadores e conduziu a questão tão triunfantemente, que o califa o nomeou ao mesmo tempo para vários cargos lucrativos. Quando Hacã morreu, Ibn Abi Amir assegurou a sucessão do filho de Hacã, Hixã II (976-1009; — 1010-13) dirigindo pessoalmente o assassinato do pretendente rival. Uma semana depois era nomeado vizir.[32]

Hixã II era um fracalhão, completamente incapaz de governar. De 978 a 1002 Ibn Abi somente não foi califa no nome. Seus inimigos o acusaram, com razão, de amar mais a filosofia do que a fé muçulmana. Para silenciá-los convidou teólogos ortodoxos a retirarem e queimarem todos os volumes da grande biblioteca de al-Hacã que de qualquer maneira impugnassem a crença sunita; e por este ato de vandalismo covarde conquistou reputação útil para a fé. Ao mesmo tempo atraiu o apoio das classes intelectuais, protegendo secretamente os filósofos, recebendo bem os homens de letras na sua corte e abrigando nela um grupo de poetas que recebia estipêndios do tesouro, seguia-o em suas campanhas e cantava suas vitórias. Construiu uma nova cidade, Zaara, a leste de Córdova, para seu palácio e escritórios administrativos, enquanto o jovem califa, cuidadosamente treinado para se absorver na teologia, permanecia quase como um prisioneiro esquecido na antiga residência real. Para consolidar sua posição, Ibn Abi Amir reorganizou o exército em sua maior parte com mercenários berberes e cristãos, que, hostis aos árabes, não sentiam nenhuma obrigação para com o Estado, mas retribuíam com lealdade pessoal a sua liberalidade e tato. Quando o Estado cristão de Leão ajudou uma rebelião interna contra ele, Ibn Abi exterminou os rebeldes, derrotou fragorosamente os leoneses e regressou em triunfo a sua capital; depois disso, assumiu o sobrenome de al-Mansur, "o vitorioso". Numerosas foram as conspirações contra ele, mas a todas fez fracassar com penetrante espionagem e bem calculados assassínios. Seu filho Abdala tomou parte em uma das conspirações, foi preso e decapitado. Como Sila, al-Mansur nunca deixava um favor sem recompensa nem uma ofensa sem vingança.

O povo perdoou-lhe os crimes porque ele efetivamente suprimiu outros criminosos e garantiu uma distribuição imparcial da justiça para ricos e pobres; nunca a vida ou a propriedade esteve tão segura em Córdova. Os homens não podiam deixar de admirar-lhe a persistência, inteligência e coragem. Certo dia, durante uma reunião na corte, sentiu uma dor na perna; mandou vir um médico que aconselhou o cautério. Sem interromper a sessão, al-Mansur deixou que lhe queimassem a carne sem dar nenhum sinal de mal-estar; "os presentes nada perceberam até que sentiram o cheiro de carne queimada",[33] diz al-Maqqari. Como nova contribuição para sua popularidade, aumentou a mesquita de Córdova com o trabalho de cativos cristãos, e ele em pessoa manejou picareta e pá, trolha e serra. Tendo aprendido que estadistas que organizam guerras levadas a efeito com êxito, justas ou injustas, são exaltados pelos contemporâneos e pela posteridade, renovou a guerra contra Leão, conquistou e arrasou sua capital e massacrou a população. Quase todas as primaveras, ele partia para uma nova campanha contra o norte infiel e nunca regressou sem vitória. Em 997 tomou e destruiu a cidade de Santiago de Compostela, deitou por terra o famoso templo dedicado a São Tiago e fez com que cativos cristãos carregassem os portais e os sinos da igreja nos ombros, quando de sua entrada triunfal em Córdova.[34] (Anos depois, os sinos seriam devolvidos a Compostela nas costas dos prisioneiros de guerra muçulmanos.)

Embora soberano de fato da Espanha muçulmana, al-Mansur não estava satisfeito. Desejava ser monarca de nome e fundar uma dinastia. Em 991 resignou o cargo e entregou-o ao filho Abd-al-Malik, de 18 anos, acrescentou os nomes de *sayid* (senhor) e *malik karim* (nobre rei) a outros títulos e governou com poder discricionário. Desejava morrer no campo de batalha e, preparado para isso, carregava consigo a própria mortalha nas campanhas. Em 1002, aos 61 anos, invadiu Castela, conquistou cidades, destruiu mosteiros, talou campos. No caminho de volta à pátria, caiu doente. Recusando assistência médica, mandou chamar o filho e disse-lhe que a morte viria em dois dias. Quando Abd-al-Malik chorou, al-Mansur declarou: "Isto é um sinal de que o Império cairá logo."[35] Uma geração depois o califado de Córdova entrava em colapso.

A história da Espanha moura depois de al-Mansur é um caos de reinados curtos, assassínios, lutas racial e de classe. Os berberes, desprezados e empobrecidos no reino que eles haviam conquistado e relegados às planuras áridas da Estremadura ou nas montanhas frias de Leão, revoltavam-se periodicamente contra a aristocracia árabe dominante. Os trabalhadores explorados das cidades odiavam seus patrões, e trocavam-nos espasmodicamente com insurreições assassinas. Todas as classes uniram-se num só ódio — contra a família amirida, os herdeiros de al-Mansur, que, sob o governo de seu filho, quase monopolizara todos os cargos do governo e os proventos do poder. Em 1008 Abd-al-Malik morreu e foi sucedido como primeiro-ministro por seu irmão Abd-er-Ramã Xandjul. Este bebia vinho em público e encarava o pecado com indulgência. Preferia embebedar-se a governar. Em 1009 foi deposto por uma revolução da qual participaram quase todas as facções. As massas revolucionárias, às soltas, saquearam os palácios dos amiridas em Zaara e os destruíram pelo fogo. Em 1012 os berberes tomaram e pilharam Córdova, mataram a metade da população, exilaram o resto e fizeram dessa cidade sua capital. É assim resumido que um historiador cristão conta a revolução francesa da Espanha islâmica.

Mas o ardor que destrói é poucas vezes acompanhado da paciência construtiva. Sob o domínio berbere, aumentaram as desordens, o banditismo e o desemprego. Cidades sujeitas a Córdova separaram-se e deixaram de pagar tributos, e até proprietários de grandes herdades tornaram-se soberanos em suas terras. Os cordoveses sobreviventes somente aos poucos se reabilitaram; em 1023 expulsaram os berberes da capital, e deram o trono a Abd-er-Ramã V. Não vendo nenhuma vantagem no retorno ao velho regime, o proletariado de Córdova ocupou o palácio real e proclamou um de seus chefes, Maomé al-Mustaqfi, como califa (1023). Al-Mustaqfi nomeou um tecelão como seu primeiro-ministro. O tecelão foi assassinado, o califa proletário envenenado, e em 1027 uma união das classes alta e média elevou Hixã III ao poder. Quatro anos depois o exército tomou as rédeas do governo, matou o primeiro-ministro de Hixã e exigiu a abdicação deste. Um conselho de cidadãos importantes, compreendendo que a luta pelo trono impossibilitava o governo, aboliu o califado espanhol, e substituiu-o por um conselho de Estado. Ibn Jauar foi eleito primeiro-cônsul e governou a nova república com justiça e sabedoria.

Era muito tarde, porém. A autoridade política e a supremacia cultural tinham sido irrevogavelmente destruídas. Os eruditos e os poetas, temerosos da guerra civil, tinham fugido da "Jóia do Mundo" para as cortes de Toledo, Granada e Sevilha. A Espanha muçulmana desintegrou-se em 23 *taifas* ou cidades-estado, demasiado ocupadas com intrigas e lutas para deter a gradual absorção do maometismo pela Espanha

cristã. Granada prosperou sob o competente ministério (1038-73) do rabino Samuel Halevi, conhecido dos árabes como Ismail ibn Naghdela. Toledo declarou sua independência de Córdova em 1035, e 50 anos depois submeteu-se ao domínio cristão.

Sevilha herdou a glória de Córdova. Alguns julgavam-na mais bela do que a capital. O povo amava-a pelos seus jardins, suas palmeiras e rosas e uma jovialidade sempre disposta com música, danças e canções. Antecipando a queda de Córdova, ela se tornou independente em 1023. O presidente do tribunal de justiça Abu'l Casim Maomé encontrou um fabricante de esteiras parecido com Hixã II, saudou-o como califa, abrigou-o; orientou-o e persuadiu Valência, Tortosa e até Córdova a reconhecerem-no. Por este simples ardil, o sutil jurista fundou a curta dinastia abádida. Quando ele morreu (1042), seu filho Abad al-Mutadid sucedeu-o, governou Sevilha com habilidade e crueldade durante 27 anos e estendeu seu poder até que metade da Espanha muçulmana lhe pagasse tributos. Seu filho, al-Mutamid (1068-91), herdou o reino aos 26 anos, mas sem a ambição e crueldade do pai. Al-Mutamid foi o maior poeta da Espanha muçulmana. Preferia a companhia de poetas e músicos à dos políticos e generais e recompensou seus competentes rivais em poesia com mão larga; julgava não ser excessivo oferecer mil ducados ($ 2.290) por um epigrama. Gostava da poesia de Ibn Ammar e fê-lo vizir. Ouviu uma jovem escrava, Rumaykiyya, improvisar excelentes versos; comprou-a, desposou-a e amou-a apaixonadamente até a morte, embora sem negligenciar outras beldades de seu harém. Rumaykiyya encheu o palácio com seu riso e levou seu senhor em uma espiral de jovialidade. Teólogos culparam-na de acarretar a frieza do marido com relação à religião e pela quase vacuidade das mesquitas da cidade. No entanto, al-Mutamid pôde governar tão bem como amar e cantar. Quando Toledo atacou Córdova e esta lhe pediu auxílio, ele enviou tropas que salvaram a cidade e a submeteram a Sevilha. O rei-poeta permaneceu durante uma geração precária à testa de uma civilização tão brilhante como a de Bagdá sob Harum e de Córdova sob al-Mansur.

2. *Civilização na Espanha Moura*

"Nunca a Andaluzia foi governada tão branda, justa e sabiamente como pelos seus conquistadores árabes."[36] É o julgamento de um grande orientalista cristão, cujo entusiasmo poderá exigir algum desconto em seu elogio; mas depois das devidas deduções o seu veredicto permanece de pé. Os emires e califas da Espanha eram tão cruéis quanto Maquiavel julgava necessário para a estabilidade de um governo; às vezes eles eram bárbara e duramente cruéis, como na ocasião em que Mutadid plantou flores nas caveiras de seus inimigos mortos ou quando o poético Mutamid picou em pedaços o amigo de toda vida, que finalmente o traíra e insultara.[37] Em contraposição a esses exemplos de desvio, al-Maqqari fornece uma centena de exemplos de justiça, liberalidade e refinamento dos senhores omíadas da Espanha.[38] Eles se comparam favoravelmente com os imperadores gregos de seu tempo; e eram certamente melhores do que o regime iliberal dos visigodos que os haviam precedido. Sua gestão nos assuntos públicos era a mais competente no mundo ocidental da época. As leis eram racionais e humanas e administradas por um judiciário bem organizado. Pois, na maior parte, os conquistados eram governados, em seus assuntos internos, pelas suas próprias leis e seus próprios funcionários.[39] As cidades eram bem policiadas; merca-

dos, pesos e medidas efetivamente fiscalizados. Um censo regular registrava a população e a propriedade. A tributação era razoável, comparada com os impostos de Roma ou Bizâncio. As receitas do califado de Córdova sob Abd-er-Ramã III atingiam a 12.045.000 dinares ouro ($ 57.213.750) — provavelmente mais do que as receitas unidas dos governos da cristandade latina;[40] mas estas receitas não eram devidas tanto a impostos elevados quanto à agricultura, indústria e comércio bem dirigidos.[41]

A conquista árabe representou uma prosperidade transitória para o campesino nativo. As propriedades excessivamente grandes dos nobres visigodos tinham sido divididas e os servos tornaram-se proprietários.[42] Mas as forças que nesses séculos estavam formando o feudalismo atuaram também na Espanha, embora encontrassem maior resistência nesse país do que na França. Por seu turno, os dirigentes árabes acumularam grandes glebas e lavraram-nas por meio de arrendatários quase servos. Os escravos eram um pouco mais bem tratados pelos mouros do que o foram por seus antigos donos;[43] e os escravos de não-muçulmanos podiam libertar-se simplesmente professando o islamismo. (Pelo termo *mouro* indicaremos a população muçulmana — parte árabe, na maioria berbere — da África do Norte ocidental e da Espanha.) Em sua maioria os árabes deixavam o trabalho real da agricultura aos conquistados; contudo usavam os últimos manuais de agronomia e sob sua direção a ciência agrícola desenvolveu-se na Espanha bem mais do que na Europa cristã.[44] Os bois vagarosos, até então universalmente usados na Espanha para arar ou puxar carros, foram em grande parte substituídos pelo burro, a mula e o cavalo. O cruzamento de sangue espanhol com árabe produziu os "nobres corcéis" dos cavaleiros árabes e *caballeros* espanhóis. A Espanha muçulmana trouxe da Ásia e ensinou à Europa cristã a cultura do arroz, trigo-mouro, cana-de-açúcar, romã, algodão, espinafre, aspargo, seda, banana, cereja, laranja, limão, marmelo, toranja, pêssego, tâmara, figo, morangos, gengibre, mirra.[45] A cultura da videira constituía uma grande indústria entre os mouros, cuja religião proibia o vinho. Hortas, culturas de oliveira e pomares fizeram de algumas áreas da Espanha — principalmente em torno de Córdova, Granada e Valência — "jardins do mundo". A ilha de Maiorca, conquistada pelos mouros no século VII, tornou-se sob sua lavra um paraíso de frutas e flores, dominado pela tamareira que posteriormente deu seu nome à capital.

As minas da Espanha enriqueceram os mouros com ouro, prata, estanho, cobre, ferro, chumbo, alúmen, enxofre e mercúrio. O coral era apanhado nas costas da Andaluzia; pérolas, pescadas ao longo da costa catalã; rubis eram extraídos em Baja e Málaga. A metalurgia desenvolveu-se bem; Múrcia era famosa por seus trabalhos de ferro e latão, Toledo pelas suas espadas, Córdova pelos escudos. Floresceu a indústria manual. Córdova fazia o couro "cordovês" para os sapateiros *(cordobanes)* da Europa. Havia 13.000 tecelões somente em Córdova; tapetes, coxins, cortinas de seda, xales, divãs encontravam ávidos compradores em toda parte. Segundo al-Maqqari,[46] Ibn-Firnas de Córdova, no século IX, inventou óculos, cronômetros complexos e uma máquina voadora. Uma frota mercante de mais de mil navios transportava os produtos da Espanha para a África e Ásia, e barcos de uma centena de portos enchiam os ancoradouros de Barcelona, Almeria, Cartagena, Valência, Málaga, Cádis e Sevilha. Um serviço postal regular era mantido para o governo. A cunhagem oficial de dinares de ouro, *dirhens* de prata e *fals* de cobre conseguiu relativa estabilidade em comparação com as moedas da cristandade latina contemporânea; mas essas cunhagens mouras, também, diminuíram gradualmente em peso, pureza e poder aquisitivo.

A exploração econômica prosseguiu ali como em outras partes. Árabes que possuíam extensas propriedades e mercadores que exploravam tanto o produtor como o consumidor absorviam a riqueza da terra. A maioria dos ricos vivia nas vilas campestres e deixava as cidades para a população proletária de berberes, "renegados" (cristãos convertidos ao maometismo), "moçárabes" (não-muçulmanos que aceitavam os costumes muçulmanos e a língua árabe) e a esparsa mistura de eunucos palacianos, oficiais, guardas eslavos e escravos domésticos. Os califas de Córdova, sentindo-se incapazes de acabar com a exploração sem desestimular a empresa privada, transigiram, dedicando um quarto de suas receitas provenientes da terra em socorrer os pobres.[47]

A fé desesperada dos indigentes deu um sutil poder aos *faqihs* ou teólogos da lei. Inovações de crença ou moral eram tão detestadas pela populaça, que a heresia e a investigação teórica ocultavam comumente seus cabeças na obscuridade do lugar ou do discurso; a filosofia era silenciada ou professava as conclusões mais respeitáveis. A apostasia era no Islã punida com a morte. Os próprios califas de Córdova eram muitas vezes homens de opiniões liberais, mas suspeitavam que os califas fatimitas egípcios empregavam estudantes errantes como espiões, e às vezes uniam-se aos *faqihs* na perseguição ao pensamento livre. Por outro lado, as autoridades mouras deram liberdade de culto a todas as crenças não-muçulmanas. Os judeus, duramente perseguidos pelos visigodos, haviam ajudado a conquista muçulmana da Espanha; viveram — até o século XII — em paz com os conquistadores, desenvolveram a riqueza e o saber, e alguns se elevaram a altos postos na administração. Os cristãos defrontavam maiores obstáculos na elevação política, mas conseguiram êxito apesar de tudo. Os cristãos, como todos os homens, estavam sujeiros à circuncisão compulsória como medida de higiene nacional; no entanto, eram governados pela sua própria lei visigótico-romana, administrada por magistrados de sua própria escolha.[48] Em troca da isenção do serviço militar, homens cristãos livres e capazes pagavam um imposto de terra, normalmente de 48 *dirhens* ($ 24,00) por ano para os ricos, 24 para a classe média e 12 para os trabalhadores manuais.[49] Cristãos e muçulmanos casavam-se livremente entre si. De vez em quando reuniam-se para celebrar um dia santo cristão ou muçulmano ou usavam o mesmo prédio como igreja e mesquita.[50] Alguns cristãos, aceitando o costume do país, estabeleciam haréns ou praticavam a pederastia.[51] Clérigos e leigos da Europa cristã iam, incólumes, a Córdova, Toledo ou Sevilha como estudantes, visitantes ou viajantes. Um cristão queixou-se dos resultados em termos que lembram a antiga crítica hebraica dos judeus helenizados:

> Meus correligionários cristãos deliciam-se nos poemas e romances dos árabes; eles estudam as obras de teólogos e filósofos maometanos, não para refutá-los mas para adquirir um correto e elegante estilo árabe. ...Ai de mim! Os jovens cristãos que mais se distinguem pelo talento não têm nenhum conhecimento de qualquer literatura ou língua a não ser as dos árabes; lêem e estudam com avidez os livros árabes; amontoam bibliotecas inteiras com grande custo; em toda parte eles elogiam a doutrina árabe.[52]

Podemos julgar a atração dos cristãos pelo Islã por uma carta de 1311, que dá a população maometana de Granada dessa época como sendo de 200.000 habitantes, dos quais *todos, exceto 500,* eram descendentes de cristãos convertidos ao islamismo.[53] Cristãos freqüentemente preferiam o governo muçulmano ao cristão.[54]

Mas havia o outro lado do retrato que escureceu com o tempo. Embora os cristãos fossem livres, a Igreja não o era. A maioria de suas propriedades imóveis foi confiscada por um decreto que afetava todos os resistentes ativos à conquista. Muitas igrejas foram destruídas e foi proibida a construção de novas.[55] Os emires muçulmanos herdaram dos reis visigodos o direito de nomear e depor bispos, e até de convocar concelhos eclesiásticos. Os emires vendiam bispados ao que mais oferecesse, mesmo que este fosse um céptico ou um libertino. Sacerdotes cristãos estavam sujeitos a abusos por parte dos muçulmanos, nas ruas. Teólogos muçulmanos comentavam livremente o que lhes parecia absurdo na teologia cristã, mas era perigoso aos cristãos responderem da mesma maneira.

Em tal situação tensa, um pequeno incidente poderia levar a uma grande tragédia. Uma linda jovem de Córdova, que conhecemos somente pelo nome de Flora, era filha de um casamento misto. Quando lhe morreu o pai maometano, ela resolveu tornar-se cristã. Fugiu da tutela do irmão para uma casa cristã, foi apanhada e surrada por ele. Persistiu na apostasia e foi entregue a uma corte muçulmana. O *qadi* que poderia tê-la condenado à morte mandou que a açoitassem. Ela fugiu novamente para um lar cristão, e ali conheceu um jovem padre, Eulógio, que teve por ela uma apaixonada afeição espiritual. Enquanto ela se escondia em um convento, outro sacerdote, Perfecto, sofreu o martírio, por dizer a alguns muçulmanos o que pensava de Maomé; eles haviam prometido não o trair, mas a veemência de sua exposição tanto os chocou, que o denunciaram às autoridades. Perfecto podia ter-se salvado, por uma retratação; em vez disso, repetiu ao juiz a sua convicção de que Maomé era um "servo de Satanás". O juiz mandou encarcerá-lo por alguns meses, esperando uma mudança de idéia; isso não se deu e ele foi condenado à morte. Marchou para o cadafalso, maldizendo o Profeta como "um impostor, um adúltero, um filho do inferno". Os muçulmanos assistiram com cruel satisfação a sua decapitação, e os cristãos de Córdova enterraram-no com pompas de santo (850).[56]

Sua morte inflamou o ódio teológico de ambos os lados. Formou-se um grupo de "fanáticos" cristãos, dirigido por Eulógio e resolvido a repudiar Maomé em público e aceitar o martírio alegremente, como uma promessa de paraíso. Isaque, um monge cordovês, compareceu à presença do *qadi* e professou seu desejo de conversão; mas quando o juiz, com visível prazer, começou a explicar o maometismo, o monge o interrompeu: "O seu Profeta", disse, "mentiu e o enganou. Seja ele maldito, pois arrastou tantos desgraçados para o inferno." O *qadi* repreendeu-o e perguntou se ele estivera bebendo; o monge replicou: "Estou perfeitamente são. Condene-me à morte." O *qadi* manteve-o preso, mas pediu a permissão de Abd-er-Ramã II para absolvê-lo como insano. O califa, irritado pelo esplendor dos funerais de Perfecto, ordenou a execução do monge. Dois dias depois, Sancho, um soldado franco da guarda palaciana, renegou publicamente a Maomé; foi decapitado. No domingo seguinte, seis monges apareceram ante o *qadi*, amaldiçoaram Maomé e pediram não somente a morte mas "as vossas mais agudas torturas"; eles também foram decapitados. Um sacerdote, um deão e um monge seguiram-lhes o exemplo. Os "fanáticos" rejubilaram-se, mas muitos cristãos — padres e leigos — condenaram essa luxúria pelo martírio. Diziam eles aos "fanáticos": "O sultão nos permite seguir nossa religião e não nos oprime; por que então este zelo fanático?"[57] Um conselho de bispos cristãos, convocado por Abd-er-Ramã, reprovou os "fanáticos" e ameaçou tomar medidas contra eles se continuassem a agitação. Eulógio acusou o conselho de covarde.

Entrementes, Flora, estimulada em seu ardor religioso pelo movimento dos "fanáticos", deixou o convento e, junto com outra jovem, Maria, compareceu ante o *qadi*. Ambas afirmaram que Maomé era "um adúltero, um impostor e vilão" e que o maometismo não passava de "uma invenção do diabo". O *qadi* mandou-as prender. Os pedidos de seus amigos haviam inclinado as duas jovens à retratação, mas Eulógio conseguiu que elas aceitassem o martírio. Ambas foram decapitadas (851) e Eulógio, muito animado, pediu novos mártires. Padres, monges e mulheres vieram para a corte, renegaram Maomé e conseguiram a decapitação (852). O próprio Eulógio foi martirizado sete anos depois. Após sua morte, o movimento declinou. Temos notícia de dois casos de martírio entre 859 e 983 e nenhum depois sob o domínio muçulmano na Espanha.[58]

Entre os muçulmanos o ardor religioso diminuía à medida que crescia a riqueza. Apesar do rigor da lei muçulmana, ergueu-se uma onda de cepticismo no século XI. Não somente entraram as suaves heresias dos mutacilitas na Espanha; uma seita surgiu declarando que todas as religiões eram falsas e ria-se dos mandamentos, oração, jejum, peregrinação e esmolas. Outro grupo, sob o nome de "Religião Universal", esconjurou todos os dogmas e pregou uma religião puramente ética. Alguns eram agnósticos: diziam que as doutrinas da religião "podem ser ou não verdadeiras; não as afirmamos nem as negamos, simplesmente não podemos dizer; mas nossas consciências não nos permitirão aceitar doutrinas cujas verdades não possam ser demonstradas".[59] Os teólogos combateram-nos com vigor. Quando sobreveio o desastre à Espanha islâmica, no século XI, apontaram a irreligiosidade como sua causa e quando, por algum tempo, o Islã prosperou novamente, foi sob governantes que uma vez mais tinham as raízes de seu poder fincadas na crença religiosa, e restringiram as controvérsias entre a religião e a filosofia à intimidade e diversão de suas cortes.

A despeito dos filósofos, cintilantes cúpulas e minaretes dourados marcavam as milhares de cidades ou vilas, que fizeram da Espanha muçulmana do século X o país mais urbano da Europa, provavelmente do mundo. Córdova, sob al-Mansur, era uma cidade civilizada, ficando abaixo somente de Bagdá e Constantinopla. Ali, diz al-Maqqari, havia 200.077 casas, 60.300 palácios, 600 mesquitas e 700 banhos públicos.[60] A estatística é ligeiramente oriental. Visitantes maravilhavam-se ante a riqueza das classes altas e aquilo que lhes parecia uma extraordinária prosperidade geral; toda família podia possuir um burro; somente os mendigos não andavam montados. As ruas eram pavimentadas, dispunham de passeios elevados e eram iluminadas à noite. Podia-se caminhar 15 quilômetros pelas ruas iluminadas e ao longo de uma série ininterrupta de edifícios.[61] Sobre o calmo Guadalquivir os engenheiros árabes lançaram uma grande ponte de pedra de 17 arcos, cada um com 50 palmos de largura. Um dos primeiros empreendimentos de Abd-er-Ramã I foi um aqueduto que trouxe água fresca e abundante às casas, jardins e banhos de Córdova. A cidade era famosa pelos seus famosos jardins e passeios.

Abd-er-Ramã I, saudoso dos lugares em que vivera na infância, construiu em Córdova um grande jardim parecido com o da vila em que havia passado a meninice, perto de Damasco, e ergueu ali o seu "Palácio de Rissafah". Califas posteriores adicionaram outras construções, às quais a fantasia muçulmana deu nomes floridos: Palácio das Flores, Palácio dos Amantes, Palácio do Contentamento, Palácio do Diadema. Córdova, como depois Sevilha, tinha seu Alcáçar (*al-qasr*, castelo, do latim *castrum*), uma combinação de palácio e fortaleza. Historiadores muçulmanos descrevem essas

mansões como sendo iguais em luxo e beleza às de Roma do tempo de Nero: portais majestosos, colunas de mármore, assoalhos de mosaico, tetos dourados e decorações tão finas, que somente a arte muçulmana poderia proporcionar. Os palácios da família real, dos senhores e magnatas da terra e do comércio alinhavam-se por milhas e milhas às margens do imponente rio. Uma concubina de Abd-er-Ramã III deixou-lhe uma grande fortuna. Ele propôs-se gastá-la resgatando seus soldados capturados em guerra. Investigadores orgulhosos declararam não poder encontrar nenhum de tais soldados. Então a esposa favorita do califa, Zahra, pediu-lhe que construísse um subúrbio e um palácio em homenagem ao nome dela. Durante 25 anos (936-61) 10.000 trabalhadores e 1.500 animais trabalharam arduamente para realizar o sonho da favorita. O palácio real de al-Zahra, que se elevava a três milhas a sudoeste de Córdova, foi ricamente desenhado e mobiliado: 1.200 colunas de mármore sustentavam-no. O harém podia acomodar seis mil mulheres. O salão de audiências tinha teto e paredes de mármore e ouro, oito portas incrustadas com ébano, marfim e pedras preciosas e um tanque de mercúrio cuja superfície ondulante refletia os raios oscilantes do sol. Al-Zahra tornou-se o centro residencial de uma aristocracia famosa pelo seu donaire e polidez de maneiras, o refinamento de seus gostos e a largueza de interesses intelectuais. Na extremidade oposta da cidade, al-Mansur construiu (978) um palácio rival, al-Zahira, que também reuniu em torno de si um subúrbio de senhores, criados, menestréis, poetas e cortesãos. Ambos os subúrbios foram completamente destruídos pelo fogo na revolução de 1010.

Normalmente o povo perdoava o luxo de seus príncipes quando estes elevavam a Alá templos que excedessem seus palácios em esplendor e espaço. Os romanos haviam construído em Córdova um templo dedicado a Jano; os cristãos haviam-no substituído por uma catedral; Abd-er-Ramã I pagou o preço do terreno aos cristãos, demoliu a igreja e em seu lugar erigiu a Mesquita Azul. Em 1238 a *reconquista* transformaria a mesquita em catedral. Assim o bom, a verdade e o belo flutuam com os azares da guerra. O projeto tornou-se o consolo de Abd-er-Ramã nos seus anos difíceis. Ele trocou a residência suburbana por sua casa da cidade a fim de superintender a construção, e esperava poder dirigir a congregação em uma graciosa oração, antes de morrer, nessa nova e majestosa mesquita. Abd-er-Ramã morreu em 788, dois anos depois de lançar os alicerces. Seu filho al-Hixã continuou a obra. Cada califa, durante dois séculos, acrescentou uma parte, até que no tempo de al-Mansur o templo cobria uma área de 742 por 472 pés. O exterior apresentava uma muralha ameada de tijolos e pedras, com torres irregulares e um minarete maciço que superava em tamanho e beleza a todos os minaretes da época, de maneira que também ele figurava entre as inumeráveis "maravilhas do mundo".[62] Dezenove portais, ao lado dos quais se elevavam arcos em forma de ferradura elegantemente esculpidos com desenhos florais e geométricos em pedra, conduziam ao Pátio de Abluções, atualmente Pátio de los Naranjos ou das Laranjas. Neste retângulo, pavimentado com ladrilhos coloridos, erguiam-se quatro fontes, cada uma talhada em um bloco de mármore tão grande que foram necessários 17 bois para arrastá-los da pedreira para o local. A mesquita propriamente dita era uma floresta de 1.290 colunas, que dividiam o interior em 11 naves e 21 transeptos. Dos capitéis das colunas partia uma variedade de arcos — alguns semicirculares, outros pontudos e outros ainda em forma de ferradura, a maioria com aduelas ou cunhas de pedra, alternadamente vermelhas e brancas. As colunas de jaspe, pórfiro, alabastro ou mármore, arrancadas das ruínas da Espanha romana ou vi-

sigótica, davam, pelo seu número, a impressão de um espaço ilimitado e desconcertante. O teto de madeira era esculpido em volutas que traziam inscrições alcorânicas e outras. Dele pendiam 200 candeladros que sustentavam sete mil lâmpadas de óleo perfumado em forma de taça, as quais eram alimentadas por reservatórios improvisados de sinos cristãos invertidos, também suspensos do teto. Assoalho e paredes eram adornados com mosaicos; alguns destes eram de vidro esmaltado cozido em cores ricas, muitas vezes contendo prata ou ouro. Depois de mil anos de uso ainda brilham como jóias nas paredes da catedral. Uma seção era isolada como um santuário e pavimentada com ladrilhos prateados e esmaltados, protegida com portas ornadas, decorada com mosaicos, coberta com três domos e separada por uma cortina de madeira de desenhos delicados. Dentro desse santuário estava construído o *mihrab* e o *minbar*, nos quais os artistas empregavam a sua maior habilidade. O *mihrab* propriamente dito era um recesso heptagonal com paredes de ouro, brilhantemente ornamentado de mosaicos esmaltados, rendilhados de mármore e inscrições douradas em um piso carmesim e azul e coroado por um renque de colunas delgadas e arcos triplos tão atraente como tudo na arte gótica. O púlpito era considerado o mais belo do seu tipo; consistia de 37.000 pequenos pedaços de marfim e madeiras preciosas — ébano, cidra, aloés, sândalo vermelho e amarelo, todos unidos por cravos de ouro ou prata e incrustados com gemas. Neste *minbar*, em uma caixa adornada com jóias e coberta por uma seda vermelha tecida de ouro, repousava um exemplar do Alcorão escrito pelo califa Otman e manchado pelo seu sangue. A nós que preferimos adornar nossos teatros com cores douradas e bronzeadas, a enfeitar catedrais com jóias e ouro, a decoração da Mesquita Azul parece extravagante: as paredes manchadas de sangue das gerações exploradas, as colunas confusamente numerosas, o arco em forma de ferradura estruturalmente fraco e esteticamente ofensivo como a obesidade sobre pernas curvas. Outros, porém, têm feito juízos diferentes. Al-Maqqari (1591-1632) considerava essa mesquita "sem igual em tamanho ou na beleza do desenho ou no arranjo delicado de seus ornamentos ou na ousadia da execução";[63] e mesmo a sua forma cristã reduzida é classificada "pelo consenso universal como o mais belo templo muçulmano do mundo".[64]

Era um ditado comum na Espanha moura que "quando morre um músico em Córdova, seus instrumentos, para serem vendidos, são enviados a Sevilha; quando morre um rico em Sevilha, sua biblioteca, para ser vendida, é enviada a Córdova".[65] Porque Córdova no século X constituía o foco e o ápice da vida intelectual espanhola, embora Toledo, Granada e Sevilha compartilhassem ativamente da animação mental da época. Historiadores muçulmanos pintam as cidades mouras como colmeias de poetas, estudiosos, juristas, médicos e cientistas. Al-Maqqari enche 60 páginas com seus nomes.[66] Havia muitas escolas primárias, mas o ensino era pago. Hacã II acrescentou 27 escolas para a instrução gratuita dos pobres. Meninas e meninos iam à escola; várias senhoras mouras sobressaíram na literatura ou na arte.[67] A educação superior era propiciada por prelecionistas independentes nas mesquitas; seus cursos constituíam a Universidade de Córdova, incipientemente organizada, que nos séculos X e XI era inferior apenas às instituições similares do Cairo e Bagdá. Colégios criaram-se também em Granada, Toledo, Sevilha, Múrcia, Almeria, Valência, Cádiz.[68] A técnica de fabricar papel foi trazida de Bagdá, os livros aumentaram e se multiplicaram. A Espanha muçulmana tinha 70 bibliotecas. Ricos ostentavam suas encardenações em marroquim e bibliófilos colecionavam livros raros ou adornados de iluminuras. O

douto al-Hadrã, num leilão de Córdova, viu-se coberto seguidamente nos lances por um livro que ele desejava, até que o preço oferecido excedeu de muito o valor do volume. O arrematador explicou que havia uma vaga em sua biblioteca na qual esse livro cabia perfeitamente. "Fiquei tão vexado", diz al-Hadrã "que não pude deixar de lhe dizer: 'Obtém a noz quem não tem dentes.' "[69]

Os doutos eram muito respeitados na Espanha muçulmana e consultados na simples crença de que o saber e a sabedoria são uma só coisa. Teólogos e gramáticos contavam-se às centenas; retóricos, filólogos, lexicógrafos, antologistas, historiadores, biógrafos, constituíam legião. Abu Maomé Ali ibn Hazm (994-1064), além de servir como vizir do último dos omíadas, era também teólogo e historiador de grande erudição. O seu *Livro das Religiões e Seitas*, que discute o judaísmo, zoroastrismo, cristianismo e as principais seitas do maometismo, constitui um dos primeiros ensaios mundiais de religião comparada. Se desejarmos saber o que pensava um muçulmano culto sobre o cristianismo medieval, precisamos ler apenas um de seus parágrafos:

> A superstição humana nunca precisa excitar nossa admiração. As mais numerosas e civilizadas nações são escravas dela... Tão grande é a multidão de cristãos que somente Deus poderá contá-los e eles podem orgulhar-se de príncipes sagazes e filósofos ilustres. Todavia acreditam em que um é três e três são um; que um dos três é o Pai, o outro o Filho e o terceiro o Espírito; que o Pai é o Filho e não é o Filho; que um homem é Deus e não é Deus; que o Messias existiu desde toda a eternidade e no entanto foi criado. Uma seita deles, os monofisitas, que se contam às centenas de milhares, acredita que o Criador foi açoitado, batido, crucificado e que durante três dias o universo ficou sem um senhor.[70]

Ibn Hazm, por seu lado, acreditava que todas as palavras do Alcorão eram literalmente verdadeiras.[71]

A ciência e filosofia, na Espanha muçulmana, frustraram-se em grande parte pelo receio de que elas pudessem prejudicar a fé do povo. Maslama ibn Ahmad (falecido em 1007), de Madri e Córdova, adaptou as tábuas astronômicas de al-Khwarizmi à Espanha. Uma obra duvidosamente atribuída a ele descreve um dos muitos experimentos pelos quais a alquimia foi transformada em química — a produção do óxido de mercúrio a partir do mercúrio. Ibraim al-Zarqali (*ca.* 1029-87), de Toledo, granjeou fama internacional aperfeiçoando instrumentos astronômicos; Copérnico citou o tratado dele sobre o astrolábio. Suas observações astronômicas foram as melhores de seu tempo e serviram-lhe para provar pela primeira vez o movimento do apogeu solar com referência às estrelas. Suas "Tábuas Toledanas" dos movimentos planetários foram empregadas em toda a Europa. Abul-Casim al-Zahrawi (936-1013), médico de Abd-Ramã III, foi honrado no mundo cristão como Abulcasis. Ele foi o maior dos cirurgiões muçulmanos. Sua enciclopédia médica, *al-Tasrif*, incluía três livros sobre cirurgia, os quais, traduzidos para o latim, tornaram-se texto-padrão da cirurgia durante muitos séculos. Nesse período Córdova era a cidade favorita dos europeus para operações cirúrgicas. Como toda cidade civilizada, tinha a sua cota de charlatães e médicos ávidos de dinheiro. Um tal Harrani anunciou um remédio específico contra distúrbios intestinais e vendia cada vidro a 50 dinares ($ 237,50), a tolos endinheirados.[72]

"Deixamos de citar", diz al-Maqqari, "os poetas que floresceram sob Hixã II e al-Mansur, pois eles eram tão numerosos como as areias do oceano."[73] Entre os vates

figurava a princesa Valada (falecida em 1087); sua casa em Córdova era um verdadeiro salão do século das luzes, em França. Pessoas de espírito, doutos e poetas reuniam-se em torno dela. A princesa amou uma dezena deles e escreveu a respeito de seus amores com uma impudência que teria chocado a Madame Recamier. Sua amiga Mugha superou-a em beleza pessoal e licenciosidade de versos. Quase todos na Andaluzia desses dias eram poetas e a qualquer provocação trocavam rimas improvisadas. Os califas juntavam-se ao jogo, e raramente havia um príncipe mouro que nao tivesse em sua corte um poeta não somente honrado como pago. Este patrocínio real produziu algum mal ao lado de resultados benéficos. A poesia dessa época que chegou até nós é muitas vezes artificial, florida, estropiada com analogias rebuscadas e cheias de pequenos conceitos. O tema era o amor, carnal ou platônico; na Espanha como no Oriente, os cantores muçulmanos anteciparam os métodos, o humor e a filosofia dos trovadores.[74]

Dessa galáxia dançante selecionamos um astro: Said ibn Judi, filho do prefeito de Córdova. Excelente guerreiro, amante, ao mesmo tempo, de muitas mulheres, possuía todas as qualidades que no modo de ver muçulmano faziam um perfeito cavalheiro: liberalidade, coragem, habilidade na equitação, boa aparência, eloqüência, talento poético, força física e perícia na arte da esgrima, manejo da lança e do arco.[75] Ele nunca sabia o que mais amava: o amor ou a guerra. Sensível ao mais leve toque de mulher, foi vítima de uma série de paixões loucas, cada uma das quais tinha toda aparência de perpetuidade. Como bom trovador, amava mais aquela com quem estivera por último; a sua ode mais calorosa foi dedicada a Jehane, da qual vira apenas a alva mão. Era um epicurista cândido e sentia que o peso da evidência estava sempre no moralista. "O bocado mais doce da vida", disse, "é quando a taça de vinho passa de mão em mão; quando, após uma briga, os amantes se reconciliam, se abraçam e estão em paz. Atravesso o círculo de prazeres como um cavalo de guerra frenético que tenha tomado o freio nos dentes. Não tenho nenhum desejo que não seja satisfeito! Firme quando o anjo da morte paira sobre minha cabeça em dia de batalha, um par de olhos brilhantes pode levar-me como o desejar."[76] Seus camaradas às vezes ressentiam sua sedução sobre as próprias esposas; um oficial apanhou-o *in situ* e matou-o (897).

Fim mais heróico teve um poeta maior, al-Mutamid, emir de Sevilha. Tal como outros reizinhos da Espanha em desintegração, havia ele durante anos pago tributo a Afonso VI de Castela como garantia da paz cristã. Mas o suborno deixa sempre um saldo para ser pago quando exigido. Com os recursos da guerra fornecidos pelas suas presas, Afonso caiu sobre Toledo em 1085, e al-Mutamid percebeu que Sevilha podia ser a próxima vítima. As cidades-estado da Espanha muçulmana estavam agora demasiado enfraquecidas pelas guerras de classes e intestinas para oferecer qualquer resistência adequada. Mas além do Mediterrâneo havia-se erguido uma nova dinastia muçulmana; era chamada almorávida, de *marabut* ou santo padroeiro da África do Noroeste. Fundada sob o fanatismo religioso, havia transformado quase todos os homens em soldados de Alá e seus exércitos tinham conquistado facilmente todo o Marrocos. Nessa conjuntura, o rei almorávida Iusuf ibn Tashfin, homem de coragem e astúcia, recebeu dos príncipes da Espanha um convite para socorrê-los do dragão cristão de Castela. Iusuf transportou seu exército através do Estreito, recebeu reforços de Málaga, Granada e Sevilha e enfrentou as forças de Afonso em Zalaca, perto de Badajoz (1086). Afonso enviou uma mensagem cortês a Iusuf: "Amanhã (sexta-feira) é

vosso dia santo e domingo é o nosso. Proponho, pois, que travemos a batalha no sábado." Iusuf concordou. Afonso atacou na sexta-feira. Al-Mutamid e Iusuf lutaram bem, os muçulmanos celebraram seu dia santo com uma mortandade vitoriosa e Afonso escapou com 500 homens apenas. Iusuf surpreendeu a Espanha, regressando sem presas de guerra à África.

Quatro anos depois ele voltou. Al-Mutamid aconselhara-o a destruir as forças de Afonso, que se estava preparando para novo ataque. Iusuf combateu os cristãos indecisamente e assumiu o poder soberano sobre a Espanha muçulmana. Os pobres receberam-no bem, pois sempre preferiram os novos aos velhos senhores. As classes intelectuais se lhe opuseram como representante da reação religiosa. Os teólogos abraçaram-no. Iusuf tomou Granada sem disparar uma só flecha e agradou ao povo abolindo todos os impostos não prescritos no Alcorão (1090). Al-Mutamid e outros emires formaram uma santa aliança com Afonso contra Iusuf. Este sitiou Córdova. Sua populaça entregou-lhe a cidade. Cercou Sevilha. Al-Mutamid lutou heroicamente, viu seu filho ser morto, fraquejou de mágoa e rendeu-se. Por volta de 1091 toda a Andaluzia, exceto Saragoça, estava nas mãos de Iusuf, e a Espanha muçulmana, governada de Marrocos, era novamente uma província da África.

Al-Mutamid foi enviado para Tânger como prisioneiro. Enquanto ali se achava, recebeu de um poeta local, Husri, alguns versos que o elogiavam e lhe pediam um presente. O arruinado emir possuía agora apenas 35 ducados ($87,00) que era o que restava de todos os seus bens; enviou-os a Husri com escusas pela modéstia do presente. Al-Mutamid foi transferido para Aghmat, perto de Marrocos, e viveu ali durante algum tempo, acorrentado, sofrendo privações mas escrevendo poesia, até sua morte (1095).

Um de seus poemas podia servir-lhe como epitáfio:

> Não cortejeis com demasiado arrebatamento o mundo, pois, vede,
> Debaixo da seda colorida e do bordado,
> Há uma coisa inconstante e sem fé.
> Ouvi a mim, Mutamid, que está envelhecendo.
>
> E nós — que sonhávamos a lâmina da juventude jamais se enferrujaria,
> Esperávamos poços da miragem, rosas da areia —
> Os arcanos do mundo compreenderemos
> E vestiremos a prudência com o manto do pó.[77]

CAPÍTULO XIV

Grandeza e Decadência do Islã

1058 — 1258

I. O ORIENTE ISLÂMICO: 1058-1250

QUANDO Togrul Bei morreu (1063) foi sucedido no sultanato seljúcida por seu sobrinho Alp-Arslã, então com 26 anos de idade. Um historiador muçulmano bem-intencionado descreve-o como

> alto, de bigodes tão compridos que costumava prender suas extremidades quando atirava flechas. E suas flechas nunca deixavam de acertar no alvo. Usava um turbante tão alto, diziam, que do seu topo à extremidade dos bigodes havia uma distância de mais de 1,80 metro. Era um rei forte e justo, quase sempre magnânimo, rápido em castigar a tirania ou extorsão entre seus funcionários, e extremamente caridoso para com os pobres. Dedicava-se também ao estudo da história, ouvindo com grande prazer e interesse crônicas de antigos reis e obras que lançavam luz sobre seus caracteres, instituições e métodos de administração.[1]

A despeito dessas inclinações eruditas, Alp-Arslã viveu conforme seu nome — "o herói de coração de leão" — conquistando o Herat, a Armênia, a Geórgia e a Síria. O imperador grego Romano IV reuniu 100.000 soldados heterogêneos e mal disciplinados para fazer frente aos 15.000 guerreiros experimentados de Arslã. O chefe seljúcida ofereceu uma paz razoável. Romano desprezou-a, travou uma batalha em Mazincerta, na Armênia (1071), lutou corajosamente em meio a suas tropas covardes, foi derrotado, capturado e conduzido ante o sultão. "Qual teria sido vosso procedimento se a sorte tivesse sorrido para as vossas armas?", perguntou Arslã. "Teria infligido muitas chibatadas sobre o teu corpo", respondeu Romano. Arslã porém tratou-o com toda a cortesia, libertou-o sob promessa de resgate real e mandou-o embora com ricos presentes.[2] Um ano depois, Arslã morria vítima de um punhal assassino.

Seu filho Malique Xá (1072-92) foi o maior dos sultões seljúcidas. Enquanto seu general Suleimão completava a conquista da Ásia Menor, ele tomava a Transoxiana, até Bucara e Caxegar. O seu hábil e dedicado primeiro-ministro, Nizã-al-Mulque, trouxe para o reinado de Arslã muito do brilho e da prosperidade que os barmécidas haviam propiciado a Bagdá nos dias de Harum al-Raschid. Durante 30 anos, Nizã organizou e controlou a administração, a política e as finanças, incrementou a indústria e o comércio, aperfeiçoou estradas, pontes e estalagens e tornou-as seguras para todos os caminhantes. Era um generoso amigo dos artistas, poetas e cientistas; levantou esplêndidos edifícios em Bagdá; fundou e dotou um famoso colégio nessa cidade; e dirigiu e financiou o levantamento da Grande Câmara do Domo na Mesquita de Sexta-

Feira em Isfahan. Ao que parece, foi por sugestão sua que Malique Xá chamou Omar Khayyam e outros astrônomos para reformar o calendário persa. Uma velha história conta como Nizã, Omar e Hassã ibn al-Sabá, quando colegiais, prometeram compartilhar entre si qualquer boa fortuna posterior. Como tantas outras histórias, provavelmente não passa de uma lenda, pois que Nizã nasceu em 1017, enquanto Omar e Hassã morreram em 1123-4; e não há indício de que qualquer dos dois tivesse vivido 100 anos.[3]

Na idade de 75 anos, Nizã escreveu sua filosofia de governo, em uma das maiores obras da prosa persa — o *Siyasatnama* ou o *Livro da Arte de Governar.* Recomendou severamente a ortodoxia religiosa do povo e do rei, considerou que nenhum governo estava firme sem uma base religiosa, e deduziu da religião o direito e a autoridade divinos do sultão. Ao mesmo tempo, não poupou a seu divino monarca alguns conselhos humanos sobre os deveres de um soberano. Um governante deve evitar excesso no vinho e na leviandade; deve impedir e punir a corrupção ou a tirania dos funcionários; e deve, duas vezes por semana, dar audiências públicas nas quais mesmo o súdito mais humilde possa apresentar petições ou queixas. Nizã era humano, porém intolerante. Lamentou que cristãos, judeus e xiitas fossem empregados pelo governo e condenou a seita ismaelita com violência especial, como uma ameaça à unidade do Estado. Em 1092 um fanático ismaelita aproximou-se dele disfarçado em suplicante e o matou a punhaladas.

O assassino pertencia à seita mais estranha da História. Por volta de 1090 um chefe ismaelita — o mesmo Hassã ibn al-Sabá que a lenda alia a Omar e a Nizã — ocupou a fortaleza montanhosa de Alamut ("Ninho de Águia") na Pérsia setentrional e desse baluarte, 3.300 metros acima do nível do mar, desencadeou uma campanha de terror e morte contra os adversários e perseguidores da fé ismaelita. O livro de Nizã acusava o grupo de descender genealogicamente dos comunistas mazdaquitas da Pérsia sassânida. Era uma irmandade secreta, com diversos graus de iniciação e um grão-mestre que os cruzados chamavam de "O Velho da Montanha". O grau mais baixo da ordem incluía os *fidais* que precisavam obedecer, sem hesitação ou escrúpulo, a qualquer ordem do seu chefe. Segundo Marco Polo, que passou por Alamut em 1271, o Mestre havia arranjado atrás da fortaleza um jardim habitado, como o paraíso maometano, por "damas e donzelas que dormiam com os homens até contentar seus corações". Os candidatos à admissão na ordem recebiam haxixe *(hashish)* para beber; quando ficavam estonteados pela bebida eram levados ao jardim; e ao despertarem do sono eram avisados de que se encontravam no paraíso. Depois de quatro ou cinco dias de vinho, mulheres e bons alimentos, eram novamente embebedados com haxixe e retirados do jardim. Ao acordarem, perguntavam pelo paraíso perdido e então lhes diziam que seriam nele readmitidos e para sempre se obedecessem fielmente ao Mestre ou morressem a seu serviço.[4] Os jovens que concordassem eram chamados *hashshasheen*, bebedores de haxixe *(hashish)* — de onde vem a palavra *assassino.* Hassã dominou Alamut durante 35 anos e tornou-o centro de assassínio, educação e arte. A organização continuou sua existência por muito tempo depois dele; ocupou outros baluartes, combateu os cruzados e (segundo se alega) matou Conrado de Monferrat a mando de Ricardo Coração de Leão.[5] Em 1256, os mongóis dirigidos por Hulagu conquistaram Alamut e outros centros ismaelíticos. Daí em diante os membros da ordem foram caçados e mortos como inimigos niilistas da sociedade. Entretanto ela continuou como seita religiosa e tornou-se com o tempo pacífica e respeitável.

Seus zelosos adeptos na Índia, Pérsia, Síria e África reconhecem o Aga Cã como seu chefe e anualmente lhe pagam um décimo de suas receitas.[6]

Malique Xá morreu um mês depois do seu vizir. Seus filhos travaram uma guerra de sucessão e no caos que se seguiu nenhuma resistência muçulmana organizada foi oferecida aos cruzados. O sultão Sinjar de Bagdá restabeleceu o esplendor seljúcida durante um reinado (1117-57) e a literatura prosperou sob seu amparo. Mas depois de sua morte o reino seljúcida se desmembrou em principados independentes sob pequenas dinastias e reis guerreiros. Em Mossul, um dos escravos curdos de Malique Xá, Zangi, fundou em 1127 a dinastia Atabeg ("Pai dos Príncipes") que ardorosamente combateu os cruzados e estendeu seu domínio sobre a Mesopotâmia. O filho de Zangi, Nur-ud-din Mamude (1146-73) conquistou a Síria, fez de Damasco sua capital, governou com justiça e diligência e arrebatou o Egito aos moribundos fatimitas.

A mesma decadência que tinha sujeitado os abássidas ao domínio dos buwayhidas e seljúcidas havia rebaixado, dois séculos depois, os califas do Cairo ao papel de sacerdotes xiitas, num Estado praticamente governado pelos seus vizires-soldados. Mergulhados num harém numeroso, cercados de eunucos e escravos, efeminados pelo conforto e concubinas, os fatimitas permitiram que seus primeiros-ministros tivessem o título de reis e distribuíssem à sua vontade os cargos e proventos do governo. Em 1164 dois candidatos concorreram para este vizirato real. Um deles, Shawar, pediu o auxílio de Nur-ud-din que lhe enviou uma pequena força sob o comando de Shirkuh. Este matou Shawar e fez-se vizir. Quando Shirkuh morreu (1169) foi sucedido pelo sobrinho al-Malik al-Nasir Salah-ed-din Yusuf ibn Ayyub — isto é, o Rei, o Defensor, a Honra da Fé, José, Filho de Jó — que conhecemos por Saladino.

Nasceu Saladino (1138) em Tecrit, no Tigre superior, de sangue curdo — não semita. Seu pai Ayyub foi primeiramente governador de Baalbek sob o governo de Zangi e depois de Damasco, sob Nur-ud-din. Saladino, criado nessas duas cidades e cortes, aprendeu bem as artes de estadista e da guerra. Mas a essas qualidades ele aliava a piedade ortodoxa, um estudo acurado da teologia e quase uma ascética simplicidade de vida; os muçulmanos o incluem entre seus maiores santos. Sua roupa principal era um traje grosso de lã, sua única bebida a água e sua temperança sexual (após algum excesso na juventude) despertou a emulação de todos os seus contemporâneos. Enviado com Shirkuh ao Egito, ele se saiu tão bem como soldado, que foi colocado no comando de Alexandria, a qual defendeu com êxito contra os francos (1167). Feito vizir aos 30 anos, dedicou-se à restauração do maometismo ortodoxo no Egito. Em 1171, Saladino ordenou a substituição do nome do califa fatimita xiita, pelo do califa abássida, nas orações públicas. Os califas abássidas estavam agora reduzidos a simples pontífices ortodoxos de Bagdá. Al-Adid, último dos fatimitas, achava-se doente em seu palácio e não percebeu a revolução eclesiástica. Saladino manteve-o completamente alheio, de modo que o perdulário "pudesse morrer em paz". Essa esperada morte sobreveio e como não fosse nomeado nenhum sucessor, a dinastia fatimita chegou a um fim silencioso. Saladino tornou-se governador em vez de vizir e reconheceu Nur-ud-din como seu soberano. Quando ele entrou no palácio califal do Cairo encontrou ali 12.000 ocupantes, todas mulheres, exceto os parentes masculinos do califa, e uma tal riqueza em jóias, mobília, marfim, porcelana, vidro e outros objetos de arte, que dificilmente poderia ser rivalizada por qualquer outra dinastia dessa era. Saladino nada conservou para si: entregou o palácio a seus capitães, e continuou a viver, nos aposentos de vizir, uma vida de feliz simplicidade.

À morte de Nur-ud-din (1173), os governadores provinciais recusaram-se a reconhecer como rei ao seu filho de 11 anos, e a Síria inclinava-se novamente para o caos. Alegando que os cruzados podiam tomar o país, Saladino partiu do Egito com uma força de 700 cavaleiros e em rápidas campanhas tornou-se senhor da Síria. Regressando ao Egito, tomou o título de rei, e inaugurou destarte a dinastia ayyubida (1175). Seis anos depois partiu novamente, fez de Damasco sua capital e conquistou a Mesopotâmia. Ali, como no Cairo, continuou a mostrar a firme ortodoxia de sua fé. Construiu várias mesquitas, hospitais, mosteiros e *madrasas* ou escolas teológicas. Incentivou a arquitetura, desaprovou a ciência secular e compartilhou do desprezo de Platão pela poesia. Todos os erros que chegavam ao seu conhecimento eram rapidamente remediados; e os impostos foram diminuídos ao mesmo tempo em que obras públicas eram estendidas e as funções do governo desempenhadas com eficiência e zelo. O Islã cobriu-se de glória na integridade e justiça do seu governo e a cristandade reconheceu nele um cavalheiro infiel.

Não entraremos nos pormenores das confusas dinastias locais que dividiram o Islã oriental depois da morte de Saladino (1193). Seus filhos não tinham sua capacidade e o governo ayyubida na Síria terminou em três gerações (1260). No Egito ela floresceu até 1250 e alcançou seu zênite sob o esclarecido Malique al-Camil (1218-38), amigo de Frederico II. Na Ásia Menor os seljúcidas estabeleceram (1077-1327) o sultanato de "Rum" (Roma), e durante algum tempo tornaram Cônia (Iconium de São Paulo) o centro da civilização culta. A Ásia Menor, que tinha sido metade grega desde o tempo de Homero, foi então deselenizada e tornou-se tão turca como o Turquestão; ali, hoje, a Turquia mantém sua precária posição em uma cidade outrora capital hitita. Uma tribo independente de turcos governou Khwarism (1077-1231) e estendeu seu poderio dos Urais ao Golfo Pérsico. Foi nesse estado de fragmentação política que Gengis Khan encontrou o Islã Asiático.

No entanto, mesmo nesses anos de decadência o Islã dirigiu o mundo na poesia, ciência e filosofia e emulou com os Hohenstaufen no governo. Os sultões seljúcidas — Tugril Beg, Alp-Arslã, Malique Xá, Sinjar — figuravam entre os monarcas mais competentes da Idade Média; Nizã al-Mulque classifica-se entre os maiores estadistas; Nur-ud-din, Saladino e al-Camil eram iguais a Ricardo I, Luís IX e Frederico II. Todos esses governantes muçulmanos e mesmo reis menos importantes continuaram com o apoio dado pelos abássidas à literatura e à arte. Nas suas cortes encontraremos poetas como Omar, Nizami, Sa'di e Jalal ud-din Rumi; e embora a filosofia desaparecesse sob sua cautelosa ortodoxia, a arquitetura floriu mais esplendidamente do que antes. Os seljúcidas e Saladino perseguiram a heresia muçulmana, mas eram tão tolerantes para com os cristãos e judeus, que historiadores bizantinos falam de comunidades cristãs convidando os governantes seljúcidas a virem expulsar governadores de Bizâncio que as oprimiam.[7] Sob a direção dos seljúcidas e ayyubidas, a Ásia ocidental prosperou de novo física e mentalmente. Damasco, Alepo, Mossul, Bagdá, Isfahan, Rajj, Herat, Amida, Nixapur e Merv figuravam neste período entre as cidades mais bem adornadas e mais cultas do mundo do homem branco. Tratava-se de um ocaso brilhante.

II. O OCIDENTE ISLÂMICO: 1086-1300

Em 1249, faleceu al-Sali, o último sultão egípcio da linhagem ayyubida. Sua viúva e antiga escrava, Chádje-Edur, maquinou o assassínio do filho adotivo e proclamou-se rainha. A fim de salvar sua honra masculina, os chefes muçulmanos do Cairo elegeram outro antigo escravo, Aibec, para governar de parceria com Chádje-Edur. Ela desposou-o, mas continuou a governar sozinha; e quando ele tentou tornar-se independente, a rainha mandou assassiná-lo no banho (1257). Ela própria foi espancada e morta com sapatos de madeira pelas escravas de Aibec.

Aibec vivera o suficiente para fundar a dinastia dos mamelucos (Mamluk) báritas. *Mamluk* significava "possuído" e aplicava-se aos escravos brancos, geralmente turcos e mongóis, fortes e destemidos, empregados como guardas palacianos pelos sultões ayyubidas. Como em Roma e Bagdá, também no Cairo os guardas tornaram-se reis. Durante 267 anos (1250-1517) os mamelucos dominaram o Egito e às vezes a Síria (1271-1516); eles ensangüentaram sua capital com assassínios e a embelazaram com arte; sua coragem salvou a Síria e o Egito — mesmo a Europa — quando derrotaram os mongóis em Ain-Jalut (1260). Receberam aclamação menos ampla quando salvaram a Palestina dos francos e expulsaram o último guerreiro cristão da Ásia.

O maior e menos escrupuloso dos governantes mamelucos foi al-Malique Baibars (1260-77). Nascido como um escravo turco, graças a seus dotes de coragem elevou-se ao alto comando do exército egípcio. Foi ele quem derrotou Luís IX em Mansura, em 1250. E 10 anos depois combateu com feroz habilidade sob o comando do sultão Qutuz em Ain-Jalut. Assassinou Qutuz no caminho de volta ao Cairo, fez-se sultão e aceitou com uma graça conquistadora o triunfo que a cidade havia preparado para sua vitoriosa vítima. Renovou repetidamente a guerra contra os cruzados, sempre com êxito; e por causa dessas campanhas santas a tradição muçulmana o honra quase como a Harum e Saladino. Na paz, diz um cronista cristão contemporâneo, era "sóbrio, casto, justo com seu povo, e mesmo bondoso para com seus súditos cristãos".[8] Organizou tão bem o governo do Egito, que nenhuma incompetência entre seus sucessores serviu para derrubar os mamelucos até que os turcos otomanos o fizeram em 1517. Deu ao Egito um poderoso exército e marinha, limpou seus portos, estradas e canais e construiu a mesquita que tem o seu nome.

Outro escravo turco depôs o filho de Baibars e tornou-se o sultão al-Mansur Sayf-al-Din Qalaun (1279-90). A história lembra-se dele principalmente pelo grande hospital que construiu no Cairo e ao qual doou a anuidade de um milhão de *dirhens* ($500.000). Seu filho Nasir (1293-1340) foi coroado três vezes, mas apenas duas vezes deposto. Construiu aquedutos, banhos públicos, escolas, mosteiros e 30 mesquitas; escavou com o trabalho forçado de 100.000 homens um canal que ligava Alexandria ao Nilo. E exemplificou o processo dos mamelucos, matando 20.000 animais para a festa de casamento de seu filho. Quando Nasir viajava pelo deserto, 40 camelos transportavam nas costas um jardim de terra fértil, a fim de fornecer-lhe todos os dias verduras frescas.[9] Sangrou o tesouro e condenou seus sucessores a declínio lento do poderio mameluco.

Estes sultões não nos impressionam favoravelmente como os seljúcidas ou os ayyubidas. Empreenderam grandes obras públicas, mas a maioria destas foram realizadas por camponeses e *proletários* explorados, até os limites da tolerância humana, por um governo completamente irresponsável perante a nação ou mesmo uma aristocracia. O

assassínio constituía a única forma de substituição. Por outro lado esses brutais governantes tinham bom gosto e um grande culto pela literatura e arte. O período mameluco é o mais brilhante na história da arquitetura medieval egípcia. O Cairo era então (1250-1300) a cidade mais rica a oeste do Indo.[10] Mercados repletos de todos os artigos necessários e supérfluos; grande tráfico de escravos em que se podiam comprar e vender homens e donzelas; pequenas lojas aninhadas nas muralhas e cheias de mercadorias de preço flexível; aléias arrastando-se com homens e animais, ruidosas de vendilhões e carros, deliberadamente estreitas para sombrear e tortas para facilitar a defesa; casas ocultas atrás de fachadas austeras, quartos escuros e frescos entre a luminosidade e o calor e o barulho das ruas, e respirando de um pátio interno ou jardim próximo; interiores luxuosamente mobiliados com guarnições, tapetes, bordados e obras de arte; homens mastigando haxixe para obter uma intoxicação sonhadora; mulheres mexericando no zenana (serralho) ou flertando furtivamente pelo vão da janela; música arranhada em mil alaúdes e excelentes concertos na Cidadela; redolentes parques públicos com flores e recantos agradáveis; canais e o grande rio pontilhados de barcaças, navios de passageiros e barcos de passeio; eis como era o Cairo do Islã medieval. De seu *dehabiya* (embarcação típica do Nilo) um de seus poetas cantou:

> Ao lado desse jardim fluía o plácido Nilo.
> Muitas vezes conduzi ali o meu *dehabiya;*
> Muitas vezes ali desembarquei para repousar um instante,
> E me aquentar e sonhar no sorriso ensolarado
> Da cidade, cuja presença tornava o local tão lindo.[11]

Neste entretempo, na África do Norte, tivera lugar uma sucessão de dinastias. Zairidas (972-1148) e hafsidas (1228-1534) governaram a Tunísia; hamadidas (1007-1152) dirigiram a Argélia; almorávidas (1056-1147) e almóadas (1130-1269) mantiveram o domínio do Marrocos. Na Espanha os vitoriosos almorávidas, outrora frugais guerreiros da África, rapidamente aprenderam os meios de vida luxuriosa dos príncipes cordoveses e sevilhanos a quem haviam substituído. A disciplina da guerra cedeu lugar às amenidades da paz; a coragem capitulava ante o dinheiro como um padrão de excelência e do alvo do desejo. As mulheres conseguiram pelas suas graças e encantos um poder rivalizado somente pelos teólogos que prometiam alegrias semelhantes no paraíso. Funcionários corromperam-se e a administração, que havia sido competente sob Iusuf ibn Taxfim (1090-1106), decaíra já no tempo de seu filho Ali (1106-43). À proporção que aumentava a negligência governamental, alastrava-se o banditismo; as estradas tornaram-se inseguras; o comércio decaiu, a riqueza diminuiu. Os reis da Espanha católica aproveitaram a oportunidade e atacaram Córdova, Sevilha e outras cidades da Espanha moura. Novamente os muçulmanos voltaram-se para a África a fim de escapar à perseguição cristã.

Na África, em 1121, uma revolução religiosa havia elevado nova seita ao poder e à violência. Abdala ibn Tumart denunciou tanto o antropomorfismo da ortodoxia como o racionalismo dos filósofos. Exigiu a volta à simplicidade de vida e crença e acabou por se proclamar o Mahdi ou Messias prometido na fé xiita. As tribos bárbaras das cordilheiras do Atlas se lhe uniram, organizaram-se sob o nome de almóadas ou Unitários, derrubaram os reis almorávidas no Marrocos e acharam fácil fazer o mesmo na Espanha. Sob os emires almóadas Abd al-Mumin (1145-63) e Abu Iacube Iusuf (1163-84) a ordem e a prosperidade voltaram à Andaluzia e ao Marrocos. A literatura

e o saber elevaram mais uma vez suas cabeças. E os filósofos foram protegidos no tácito entendimento de que tornariam suas obras ininteligíveis. Mas Abu Iusuf Iacube (1184-99) cedeu aos teólogos, desamparou a filosofia e ordenou a queima de todas as obras dos filósofos. Seu filho Maomé al-Nasir (1199-1214) não se interessou nem pela filosofia nem pela religião; negligenciou o governo, especializou-se no prazer e foi esmagadoramente derrotado em Las Navas do Tolosa, em 1212, pelos exércitos unidos da Espanha cristã. A Espanha almóada dividiu-se em pequenos Estados independentes, que foram conquistados pelos cristãos, um a um — Córdova em 1236, Valência em 1238, Sevilha em 1248. Os mouros derrotados retiraram-se para Granada, onde a Serra Nevada proporciona alguma defesa; campos bem irrigados floresceram em vinhedos, pomares de oliveiras e laranjais. Uma sucessão de cautos governantes manteve Granada e suas dependências — Xeres, Xaém, Almeria e Málaga — contra repetidos assaltos cristãos. O comércio e a indústria se restabeleceram, a arte floresceu, o povo ganhou renome pela sua roupa alegre e festas joviais. E o pequeno reino sobreviveu até 1492, como o último bastião europeu de uma cultura que durante muitos séculos havia feito da Andaluzia uma glória da humanidade.

III. RELANCES DA ARTE ISLÂMICA: 1058-1250

Foi nessa época de domínio berbere que a Espanha muçulmana construiu o Alhambra em Granada e o Alcáçar e a Giralda em Sevilha. O novo estilo arquitetônico é muitas vezes chamado mourisco, por ter-se originado em Marrocos. Mas seus elementos vieram da Síria e da Pérsia e marcam também o Taj Mahal na Índia — tão amplo e rico era o reino da arte muçulmana. Era um estilo feminino, visando não mais à força impressiva, como nas mesquitas de Damasco, Córdova e Cairo, mas sim a uma beleza delicada em que todas as habilidades pareciam absorvidas na decoração — e o escultor sobrepujava o arquiteto.

Os almóadas eram construtores entusiastas. Primeiramente construíram para defesa e cercaram suas cidades maiores com poderosas muralhas e torres, como a Torre del Oro que guardava o Guadalquivir em Sevilha. O Alcáçar era uma união de fortaleza e palácio e mostrava uma frente lisa e rústica para o exterior. Planejado pelo arquiteto toledano Jalubi para Abu Iacube Iusuf (1181), tornou-se, depois de 1248, o domicílio favorito dos reis cristãos. Foi modificado, reparado, restaurado ou ampliado por Pedro I (1353), Carlos V (1526)... e Isabel (1833). Agora ele é predominantemente cristão na origem, mas predominantemente mourisco — ou mouro-cristão (mudéjar) — na mão-de-obra e no estilo.

O mesmo Abu Iacube Iusuf, que iniciou o Alcáçar, construiu em 1171 a Grande Mesquita de Sevilha da qual nada mais resta. Em 1196 o arquiteto Jabir erigiu o magnífico minarete da mesquita conhecida por nós pelo nome de Giralda. Os cristãos conquistadores transformaram a mesquita em uma igreja (1235); em 1401 esta foi derrubada e em seu lugar — parcialmente com seus materiais — foi construída a enorme catedral de Sevilha. Da Giralda os 230 pés inferiores são da estrutura original, os restantes 82 são acréscimos cristãos (1568), inteiramente harmoniosos com a base mourisca. Os dois terços superiores acham-se ricamente ornamentados com sacadas em arcada e grades de pedra e estuque. No topo está uma poderosa figura de bronze simbolizando a Fé (1568), que mal representa o espírito permanentemente religioso da Espanha, girando com o vento. Daí o nome espanhol *Giralda* — aquilo que gira.

Torres quase tão belas foram levantadas pelos mouros em Marrakech (1069) e Rabat (1197).

Em Granada, no ano de 1248, Maomé ibn al-Ahmar (1232-73) ordenou a construção do edifício mais famoso da Espanha, o Alhambra — isto é, "o vermelho". O local escolhido era um rochedo montanhoso cercado por fossos profundos e a cavaleiro de dois rios, o Darro e o Genil. O emir encontrou ali uma fortaleza, o Alcaçaba, que datava do século IX. Ampliou-a e construiu as grandes muralhas externas do Alhambra e os primeiros de seus palácios e deixou em toda parte o seu modesto lema: "Não há nenhum conquistador senão Alá." A imensa estrutura foi repetidamente acrescida e reparada por cristãos bem como por mouros. Carlos V adicionou o seu próprio palácio, de puro estilo renascentista, solene, incongruente e incompleto. Seguindo os princípios da arquitetura militar, tal como fora desenvolvida no Islã oriental, o arquiteto desconhecido desenhou primeiro a clausura como uma fortaleza capaz de abrigar 40.000 homens.[12] O gosto mais luxurioso dos dois séculos seguintes transformou gradualmente esta fortaleza numa congérie de átrios e palácios, quase todos notáveis pela delicadeza insuperada de decoração floral ou geométrica, esculturada ou estampada em estuque colorido, tijolo ou pedra. No Pátio de Myrtles uma piscina reflete a folhagem e o pórtico cinzelado. Atrás dela eleva-se a Torre de Comares, ameada, onde os sitiados julgavam encontrar um reduto final inexpugnável. Dentro da torre fica o decorado Salão dos Embaixadores. Nesse salão os emires de Granada sentavam-se em seu trono, enquanto emissários estrangeiros maravilhavam-se com a arte e a riqueza do pequeno reino. Carlos V, olhando de uma janela do terraço para os jardins, parques e rios, murmurou: "Quão infeliz é o homem que perdeu tudo isso!"[13] No pátio principal, o Pátio de los Leones, uma dúzia de leões de mármore tosco guarda a majestosa fonte de alabastro; as colunas esbeltas e os capitéis floridos da arcada circundante, as arquivoltas de estalactites, as letras cúficas, as cores dos arabescos filigranados esmaecidas pelo tempo, tornam esta construção uma obra-prima do estilo mourisco. Talvez no seu entusiasmo e suntuosidade, os mouros tenham ali levado sua arte além da elegância, em excesso. Onde tudo é ornamento, a vista e a alma se cansam, mesmo da beleza e da habilidade. Esta delicadeza de decoração deixa uma sensação de fragilidade e sacrifica a impressão de força segura que a arquitetura deve provocar. E no entanto quase todo este ornamento sobreviveu a terremotos. O teto do Salão dos Embaixadores caiu, mas o resto permaneceu. Em suma, este pitoresco conjunto de jardins, palácios, fontes e sacadas sugere tanto o clímax como a decadência da arte mourisca na Espanha: uma riqueza que descambou para a extravagância, uma energia conquistadora que se relaxou pela queda no ócio, um gosto pela beleza que se desviou da força e grandeza para a elegância e a graça.

No século XII, a arte mourisca retornou da Espanha para a África do Norte, e Marrakech. Fez, Tlemcen, Túnis, Sfax e Trípoli alcançaram o apogeu de seu esplendor com lindos palácios, mesquitas deslumbrantes e labirínticos bairros pobres. No Egito e no Oriente uma nova virilidade fora introduzida na arte islâmica pelos seljúcidas, ayyubidas e mamelucos. A sudeste do Cairo, Saladino e seus sucessores, empregando o trabalho forçado de prisioneiros cruzados, construíram a imensa Cidadela provavelmente imitando os castelos construídos pelos francos na Síria. Em Alepo, os ayyubidas edificaram a Grande Mesquita e a Cidadela e em Damasco, o mausoléu de Saladino. Entrementes, uma revolução arquitetônica transformou o velho estilo de mesquita com pátio em *madrasa* ou mesquita colegial em todo o Islã oriental. À medida que as mesquitas aumentavam numericamente, não mais era necessário desenhá-las com um grande pátio central para acolher numerosa congregação; e a crescente exigência de es-

colas requeria novas facilidades educacionais. Da mesquita propriamente dita — agora quase coroada com um domo dominante — estendiam-se quatro alas ou transeptos, cada qual com seu minarete próprio, um portal ricamente decorado e uma espaçosa sala de preleções. Normalmente cada uma das quatro escolas ortodoxas de teologia e direito possuía a sua própria ala. Como um honesto sultão disse, era desejável apoiar todas as quatro escolas para que, pelo menos uma, em qualquer caso, justificasse os atos do governo. Esta revolução no desenho foi continuada pelos mamelucos nas mesquitas e túmulos solidamente construídos de pedra, protegidos com maciças portas de bronze adamascado, iluminados por janelas de vidro colorido e brilhante, com mosaicos, esculturas em estuque colorido e telhas tão duráveis como somente o Islã sabia fazer.

Dos monumentos arquitetônicos seljúcidas não sobrou nem um em 100. Na Armênia, a mesquita de Ani; em Cônia, o magnífico portal da mesquita de Diwrigi, a imensa mesquita de Ala-ud-din, o átrio semelhante a uma caverna e a fachada que parece um bordado da *madrasa* de Sirtjeli; na Mesopotâmia, a Grande Mesquita de Mossul, e a mesquita de Mustansir em Bagdá; na Pérsia, a torre de Tugril Beg em Rajj, o túmulo de Sinjar em Merv, o resplendente *mihrab* da mesquita Alaviyan de Hamadã, a abóbada estriada e os singulares "pendentes" da Mesquita de Sexta-Feira de Qasvin, e ali, também, os grandes arcos e o *mihrab* da mesquita de Haydaria: estas não passam das poucas estruturas que ficaram para provar a habilidade dos arquitetos seljúcidas e o gosto dos seus reis. Mais belo, porém, do que qualquer deles — igualado na Pérsia somente pelo posterior túmulo do Imã Riza em Mashhad — é a obra-prima da era seljúcida o Masjid-i-Jami ou Mesquita de Sexta-Feira de Isfahan. Como Chartres ou Notre Dame, constitui o fruto do trabalho e a marca de muitos séculos; iniciada em 1088, foi várias vezes restaurada ou ampliada, e atingiu a forma atual somente em 1612. Mas o maior dos grandes domos de tijolo traz a inscrição de Nizã al-Mulque e a data de 1088. O átrio e os portais do santuário — um deles com 80 pés de altura — são adornados com faiança de mosaico dificilmente igualado em toda a história dessa arte. As salas internas são cobertas de abóbadas estriadas, complexos pendentes e arcos pontudos que saltam de pilares maciços. O *mihrab* (1310) tem um relevo de estuque representando folhas de videira e lótus, e escritas cúficas que não foram superadas no Islã.

Tais monumentos desmentem o conceito de que os turcos eram bárbaros. Da mesma forma que os senhores e vizires seljúcidas figuravam entre os mais capazes estadistas na História, também os arquitetos seljúcidas contavam-se entre os mais competentes e corajosos construtores da Idade da Fé, que se distinguiam pelos projetos maciços e audaciosos. A inclinação persa pelos ornamentos foi reprimida pelo molde heróico do estilo seljúcida, e a união dos dois espíritos trouxe uma erupção arquitetônica na Ásia Menor, Iraque e Irã, estranhamente contemporânea com o florescimento gótico na França. Ao invés de esconder a mesquita no canto de um pátio, como o tinham feito os árabes, os seljúcidas deram-lhe uma fachada audaciosa e brilhante, elevaram sua altura e coroaram-na com um domo circular ou cônico que dava uma unidade a todo o edifício. O arco pontudo, a abóbada e o domo estavam agora perfeitamente combinados.[14]

Todas as artes atingiram seu clímax muçulmano nesta estranha era de grandeza e decadência. As louças de barro pareciam aos persas indispensável amenidade da vida; e raras vezes a arte cerâmica alcançou perfeição tão heterogênea.[15] As técnicas de decoração brilhante, de pintura monocrômica ou policrômica sobre ou sob verniz de esmalte, ladrilho, faiança e vidro, aperfeiçoavam agora suas heranças egípcia, mesopotâmica, sassânida e síria. Entrou em cena a influência chinesa, especialmente na pintura de figuras, mas não dominou o estilo persa. A porcelana foi importada da China, mas a escassez de caolim no Oriente Próximo e Médio desencorajou a manufatura muçulmana dessa louça translúcida. Todavia, durante os séculos XII, XIII e XIV a louça de barro persa continuou sem rival — superior em variedade de formas, elegância de proporções, brilho de decoração, graça e delicadeza de linhas.[16]

Em geral, as artes menores no Islã não mereciam um nome tão depreciativo. Nesse período, Alepo e Damasco produziram maravilhas frágeis de vidro com desenhos de esmalte, e o Cairo fabricava para as mesquitas e palácios lâmpadas de vidro esmaltado que figuram hoje entre as preciosidades dos colecionadores de arte. (Um pequeno jarro sarraceno de vidro esmaltado foi

adquirido pelos Rothschild por $13.650.[17]) O tesouro fatimita dispersado por Saladino continha milhares de vasos de cristal ou sardônica cuja qualidade artística parece estar além de nossas habilidades atuais. A velha arte assíria de trabalhos em metal alcançava então uma altitude sem precedentes na Síria e no Egito, de onde passou para Veneza no século XV.[18] Cobre, bronze, latão, prata e ouro eram fundidos ou batidos para formar utensílios, armas, brasões, lâmpadas, jarros, bacias, taças, tigelas, espelhos, instrumentos astronômicos, vasos de flores, candelabros, caixas de pena, tinteiros, braseiros, queimadores de perfumes, figuras de animais, caixas de Alcorão, trempes de lareira, chaves, tesouras... delicadamente gravados, e em muitos casos incrustados com pedras ou metais preciosos. Tampos de mesa de latão eram gravados com superabundantes desenhos e faziam-se grades magníficas de metal para santuários, portas ou tumbas. Uma salva de prata que traz gravados gansos e cabritos-monteses e o nome de Alp-Arslã, datada de 1066, atualmente no Museu de Belas-Artes de Boston, foi considerada "a mais importante peça de prata do período islâmico" da arte persa, e "o objeto simples de maior valor que sobrevive dos tempos dos seljúcidas".[19]

A escultura permaneceu uma arte dependente, confinada a relevos e escavações em pedra ou estuque, a escritas ornamentais e arabescos. Um descuidado governante podia mandar fazer uma estátua dele próprio, ou de sua mulher ou de uma cantora, mas tais figuras constituíam pecados secretos, raramente expostos ao olhar do povo. Floresceu porém a arte do entalhe em madeira. Portas, púlpitos, *mihrabs*, estantes, cortinas, tetos, mesas, janelas gradeadas, armários, caixas e pentes eram entalhados com desenhos floreados ou trabalhosamente lavrados por torneiros. Uma paciência mais incrível ainda produzia sedas, cetins, brocados, bordados, veludos, tecidos de ouro, cortinas, tendas e tapetes de tal delicada tessitura ou desenho tão fascinante, que deixou o mundo admirado e invejoso. Marco Polo que visitou a Ásia Menor por volta de 1270 observou ali "os tapetes mais bonitos do mundo".[20] John Singer Sargent julgou certo tapete persa "digno de todos os quadros pintados";[21] todavia os peritos julgam que os tapetes persas existentes constituem exemplos imperfeitos de uma arte na qual a Pérsia ocupou durante séculos a primazia mundial. Somente fragmentos esfarrapados restam dos tapetes iranianos da época dos seljúcidas, mas podemos vislumbrar sua excelência pela reprodução nas miniaturas do período mongólico.

A pintura no Islã constituía uma grande arte nas miniaturas, e maior ainda nos murais e nos retratos. O califa fatimita Amir (1101-30) engajou artistas para pintar em seus salões do Cairo os retratos dos poetas contemporâneos;[22] ao que parece a velha proibição de "imagens gravadas" estava enfraquecendo. A pintura seljúcida atingiu seu apogeu na Transoxiana, onde os preconceitos sunitas contra a representação estavam diluídos pela distância. E manuscritos turcos retratam abundantemente os seus heróis. Nenhuma autêntica miniatura seljúcida chegou até nós, mas o apogeu da arte no seguinte período mongol do Islã Oriental deixa pouca dúvida sobre o seu florescimento nos tempos dos seljúcidas. Espíritos e mãos sutis produziram belíssimos alcorões para as mesquitas, mosteiros, dignitários e escolas seljúcidas, ayyubidas ou mamelucas, e gravaram nas capas de couro ou laca desenhos tão delicados como teias de aranha. Homens ricos gastavam pequenas fortunas empregando artistas para confeccionar os livros mais belos até então conhecidos. Um corpo de fabricantes de papel, calígrafos, pintores e encadernadores, em alguns casos, trabalhava 17 anos em um só volume. O papel precisava ser da melhor qualidade; os pincéis tinham de ser feitos de pêlo branco do pescoço de gato de menos de dois anos de idade, segundo nos contam; a tinta azul era às vezes feita de lápis-lazúli moído e podia valer o seu peso em ouro; e o ouro líquido não era considerado demasiado precioso para algumas linhas ou letras de desenho ou texto. "A imaginação não pode abarcar o contentamento que a razão obtém de uma linha finamente traçada",[23] declarou um poeta persa.

IV. A ÉPOCA DE OMAR KHAYYÂM: 1038-1122

Aparentemente os artistas dessa época eram igualados em número pelos poetas e eruditos. Cairo, Alexandria, Jerusalém, Baalbek, Alepo, Damasco, Mossul, Êmesa, Tus, Nixapur e muitas outras cidades orgulhavam-se de seus colégios. Somente Bagdá tinha 30, em 1064. Um ano depois Nizã al-Mulque acrescentou outro, o Nizamiya;

em 1234 o califa Mustansir fundou mais um, que, em tamanho, arquitetura e equipamento, ultrapassou a todos os demais. Um viajante chamou-o o mais belo edifício da cidade. Continha quatro escolas distintas de direito, nas quais estudantes qualificados recebiam educação gratuita, alimentos e cuidados médicos e um dinar-ouro mensal para outras despesas; continha um hospital, uma casa de banhos e uma biblioteca franqueada aos estudantes e ao pessoal do estabelecimento. Provavelmente algumas mulheres cursaram a escola, pois ouvimos falar de uma *shaikha* — professora — cujas preleções, como as de Aspásia ou Hipácia, atraíam grande público (*ca.* 1178).[24] Bibliotecas eram agora mais ricas e numerosas do que nunca no Islã; só a Espanha muçulmana tinha 70 bibliotecas públicas. Gramáticos, lexicógrafos, enciclopedistas e historiadores continuaram a florescer. A biografia coletiva constituía um ponto forte e uma mania muçulmana: Ibn al-Qifti (falecido em 1248) escreveu as vidas de 414 filósofos e cientistas; Ibn Abi Usaybia (1203-70) realizou trabalho similar sobre 400 médicos; Maomé Awfi (1228) completou uma enciclopédia de 300 poetas persas sem mencionar Omar Khayyam; e Maomé ibn Calicã (1211-82) superou a todos os outros, em obra desse gênero escrita por uma só pessoa, com seu *Obituário de Homens Notáveis*, que contém a biografia anedótica de 865 maometanos de destaque. Trata-se de trabalho notavelmente exato para um livro que abrange um campo tão vasto. No entanto Ibn Calicã desculpou-se pelas suas imperfeições, dizendo, nas palavras finais, que "Deus não havia permitido nenhum livro sem defeito, fora o Alcorão". Muhammad al-Shahrastani, no *Livro de Religiões e Seitas* (1128), analisou as principais crenças e filosofias do mundo e fez o resumo de sua história. Nenhum cristão de sua época poderia ter escrito uma obra tão erudita e imparcial.

A ficção muçulmana nunca se elevou acima da produção de episódios picarescos de contos unificados somente pela persistência de um caráter singular. Depois do Alcorão, *As Mil e Uma Noites* e as fábulas de Bidpai, o livro mais popular no Islã era o *Maqamat (Discursos)* de Abu Maomé al-Hariri (1054-1122) de Basra. Esse livro narra, em prosa arábica rimada, as aventuras de um vilão encantador, Abu Zaid, que consegue perdão para suas burlas, crimes e blasfêmias, graças ao seu humor genial, presença de espírito e filosofia tentadora:

> Não obedeças ao tolo que te proíbe arrancar a linda rosa, quando em plena florescência és livre de possuí-la; persegue o teu alvo ainda que ele te pareça estar além de tuas habilidades; deixa que eles digam o que quiserem; toma o teu prazer e abençoa-o![25]

Quase todo muçulmano alfabetizado escrevia poesia agora e quase todos os governantes a estimulavam. Se pudermos confiar nas palavras de Ibn Caldun, podiam-se encontrar centenas de poetas nas cortes dos almorávidas e almóadas na África e Espanha.[26] Numa reunião de poetas rivais em Sevilha, el-Aama el-Toteli (o Poeta Cego de Tudela) conquistou o prêmio com linhas que resumem a metade da poesia do mundo:

> Quando ela ri, pérolas aparecem; quando ela retira o véu, vê-se a lua;
> O universo é pequeno demais para contê-la; contudo ela está dentro de meu coração.[27]

Consta que os outros poetas rasgaram sem ler os seus versos. No Cairo, Zuheir cantou o amor muito tempo depois que seus cabelos embranqueceram. No Islã oriental

a divisão do Império em pequenos reinos aumentou o número e a rivalidade de patronos, e favoreceu a literatura, tal como sucedeu na Alemanha do século XIX. A Pérsia era a nação mais rica em poetas. Anwari do Coraçã (floresceu em 1185) versejou durante algum tempo na corte de Sinjar, que ele considerava um poeta inferior somente a ele próprio.

> Tenho uma alma ardente como o fogo, uma língua fluente como a água,
> Um espírito aguçado pela inteligência e verso isento de eiva.
> Ai de mim! Não há um protetor digno de meus elogios!
> Ai de mim! Não há nenhuma namorada digna de minhas odes![28]

Tão confiante em si, como ele, era o seu contemporâneo Khagani (1106-85), cuja arrogância provocou de seu tutor uma farpeada genealógica:

> Meu caro Khagani, embora possas ser habilidoso
> No verso, faço-lhe uma sugestão gratuita:
> Não motejes com sátira qualquer poeta mais idoso;
> Talvez seja teu pai, embora não o saibas.[29]

A Europa conhece a poesia persa principalmente através de Omar Khayyam. A Pérsia, entretanto, classifica-o entre seus cientistas e considera suas quadras como simples "diversões casuais do maior matemático dos tempos medievais".[30] Abu'l-Fath Umar Khayyami ibn Ibrahim nasceu em Nixapur em 1038. Seu cognome significava fabricante de tendas, mas nada prova acerca de seu ofício ou do pai, Abraão. Os nomes de ofícios, no tempo de Omar, haviam perdido sua aplicação literal, tal como os Smiths (ferreiro), Taylors (alfaiate), Bakers (padeiro) e Porters (carregador) da Inglaterra, Estados Unidos e outros países de língua inglesa. A História pouco sabe de sua vida, mas registra várias de suas obras. Sua *Álgebra*, traduzida para o francês em 1857, representava importantes adiantamentos sobre al-Khwarizmi e os gregos; sua solução parcial das equações do terceiro grau foi julgada "talvez o ponto mais elevado da matemática medieval".[31] Outro trabalho seu sobre álgebra (um manuscrito conservado na Biblioteca de Leiden) estuda com espírito crítico os postulados e as definições de Euclides. Em 1074 o sultão Malique Xá encarregou-o e a outros da reforma do calendário persa. O resultado foi um calendário que requeria a correção de um dia em cada 3.770 anos — um pouco mais exato que o nosso, que exige uma correção de um dia em cada 3.330 anos.[32] Podemos deixar a escolha à próxima civilização. A religião maometana provou ser mais poderosa que a ciência muçulmana, e o calendário de Omar não conseguiu aceitação contra o de Maomé. A reputação do astrônomo está refletida em uma anedota contada por Nizami-i-Arudi, que o conhecera em Nixapur:

> No inverno de 508 d.H. (depois da Hégira) (1114-5) o rei enviou um mensageiro a Merv convidando seu governador a mandar Omar Khayyam escolher uma época favorável para a caça... Omar estudou o assunto durante dois dias, fez uma escolha cuidadosa do tempo desejável e ele próprio foi superintender a montaria do monarca. Quando o rei havia caminhado uma pequena distância, o céu escureceu, começou a ventar e sobrevieram neve e cerração. Todos os presentes desataram a rir e o rei quis voltar atrás. Mas Omar disse: "Não vos preocupeis, pois as nuvens desaparecerão imediatamente e durante estes cinco dias não haverá nenhuma chuva." Assim o rei prosseguiu na viagem e as nuvens sumiram e durante os cinco dias não houve nenhuma chuva nem foi vista qualquer nuvem.[33]

O *rubaiyah* ou quadra (de *rubai*, composto de quatro) constitui, em sua forma persa, um poema de quatro linhas que rimam em *aaba*. Trata-se de um epigrama no sentido grego, como expressão de um pensamento completo em forma de poesia concisa e elegante. Ignora-se a sua origem, mas data de época bem anterior a Omar. Na literatura persa nunca faz parte de um poema mais longo, porém forma um todo independente, razão por que os colecionadores persas dos *rubaiyat* os arranjam não pela sua seqüência de pensamento, mas sim pela ordem alfabética da letra final das sílabas rimantes.[34] Existem milhares de quadras persas, em sua maioria de autores incertos. Mais de 1.200 delas foram atribuídas a Omar, muitas, porém discutíveis. O mais antigo manuscrito persa do *Rubaiyat* de Omar (na Biblioteca Bodleiana de Oxford) vai somente até 1460 e contém 158 estâncias, alfabeticamente dispostas.[35] Várias delas foram esclarecidas como sendo de predecessores de Omar — algumas de Abu Said e uma de Avicena;[37] é muito difícil, salvo em poucos casos, assegurar positivamente que Omar escreveu qualquer das quadras a ele atribuídas.[38]

O orientalista alemão Von Hammer em 1818 foi o primeiro europeu a chamar a atenção para o *Rubaiyat* de Omar. Em 1859 Edward FitzGerald traduziu 75 deles para o verso inglês, de excelência única e sentenciosa. A primeira edição, embora pelo preço de um *penny*, encontrou poucos compradores. Novas e persistentes reedições, todavia, conseguiram transformar o matemático persa em um dos poetas mais lidos do mundo. Das 110 quadras traduzidas por FitzGerald, 49 — no julgamento dos que se acham familiarizados com o original — são paráfrases fiéis de quadras simples do texto persa; 44 são compostas, cada uma tomando algo de duas ou mais quadras; duas "refletem todo o espírito do poema original"; seis são de quadras às vezes incluídas no texto de Omar, mas que provavelmente não são dele; duas foram influenciadas pela leitura de Hafiz por FitzGerald; três não têm nenhuma origem em qualquer texto existente de Omar; foram aparentemente criadas por FitzGerald e por ele mesmo suprimidas na segunda edição.[39] Da estância LXXXI

Ó Tu, que fizeste o homem de barro,
E até com o Paraíso inventaste a serpente,
Por todo o pecado com que a face do homem
Está enegrecida, o perdão do homem dás — e tomas! —

não há passagem correspondente em Omar.[40] Quanto ao resto, uma comparação da versão de FitzGerald com uma tradução literal do texto persa indica que o inglês reflete sempre o espírito de Omar, e é fiel ao original quanto se pode esperar razoavelmente de uma paráfrase tão poética. O espírito darwiniano do tempo de FitzGerald levou-o a ignorar o bondoso humor de Omar e aprofundar a força antiteológica. Mas autores persas de apenas um século depois de Omar descrevem-no em termos perfeitamente compatíveis com a interpretação de FitzGerald. Mirsad al-Ibad (1223) chamou-o de "um filósofo infeliz, ateu e materialista"; a *História dos Filósofos* de al-Qifti (1240) classifica-o como "sem igual na astronomia e filosofia" mas considera-o avançado livre-pensador, constrangido pela prudência a moderar sua língua; al-Sharazuri, no século XIII representou-o como um adepto mal-humorado de Avicena e citou o nome de duas obras de Omar sobre filosofia agora perdidas. Alguns sufistas procuraram alegorias místicas nas quadras de Omar, mas o sufista Najmud-din-Razi acusou-o como o arqui-livre-pensador de seu tempo.[41]

Influenciado talvez pela ciência, ou talvez pelos poemas de al-Ma'arri, Omar repeliu a teologia com desprezo paciente e gabou-se de haver roubado tapetes para prece da mesquita.[42] Aceitou o fatalismo da crença maometana e, privado da esperança de uma vida do além, caiu em um pessimismo que procurava consolação no estudo e no vinho. As estâncias CXXXII-III do manuscrito da Biblioteca de Bodley elevam a beberronia quase à altura de uma filosofia mundial:

Sou eu quem varreu a adega com o bigode,
E àquilo que é bom e mau nos dois mundos, disse adeus.
Se os dois mundos caírem como uma bola de pólo na rua,
Vós me descobrireis. Serei um ébrio dormente...
De tudo que existe, exceto o vinho, é bom conter-se...
É bom inebriar-se, esquálido e vagabundo.
Um gole de vinho é bom desde a lua ao peixe...[43]

quer dizer, de uma extremidade do céu à outra. Mas quando verificamos quantos poetas persas cantam apologias similares à embriaguez, duvidamos se este culto báquico não é uma pose e forma literárias, como os amores de Horácio pelos dois sexos.

Provavelmente tais quadras incidentais dão uma falsa impressão da vida de Omar. Elas desempenharam, sem dúvida, pequeno papel em sua existência de 85 anos. Não devemos imaginá-lo como um bêbado arrastando-se pela rua, mas um velho sábio calmamente contente com as equações de terceiro grau, algumas constelações e cartas astronômicas e uma taça ocasional com colegas estudiosos "espalhados sobre a grama". Parece ter amado as flores com a paixão de alguém preso a uma terra queimada. E se dermos crédito a Nizami-i-Arudi, ele tinha permissão de ficar em lugar onde desabrochassem flores.

No ano 506 d.H. (1112-3) Omar Khayyam e Muzaffar-i-Isfizari apearam na cidade de Balc ... na casa do emir Abu sa'd, e eu me reunira a esse grupo. Nessa reunião amistosa ouvi essa Prova da Verdade (Omar) dizer: "Meu túmulo será em um lugar onde árvores deixarem cair suas flores sobre mim 12 vezes por ano." Isto me pareceu impossível, embora soubesse que uma pessoa como ele não pronunciaria palavras fúteis.

Quando cheguei a Nixapur no ano 530 (1135), cerca de 13 anos depois da morte do grande homem... fui visitar o seu túmulo... Sua tumba ficava ao pé do muro de um jardim, sobre o qual pereiras e pessegueiros atiravam seus topes; e sobre seu túmulo haviam caído tantas pétalas de flores que o sepulcro se ocultava debaixo delas. Lembrei-me então de suas palavras em Balc e me quedei chorando, porque sobre a face da terra, em todas as regiões habitáveis do globo, não vi em parte alguma alguém parecido com ele.[44]

V. A ÉPOCA DE SAADI: 1150-1291

Cinco anos depois da morte de Omar, nascia em Gandzha, agora Kirovabad, perto de Tíflis, um poeta muito mais considerado na Pérsia. Ao contrário de Omar, Ilyas Abu Muhammad, depois conhecido pelo nome de Nizami, viveu uma vida de verdadeira piedade, absteve-se rigorosamente do vinho e dedicou-se à família e à poesia. O seu *Romance de Layla e Majnun* (1188) é a mais popular de todas as histórias de

amor na poesia persa. Qays Majnun (o Louco) enamora-se de Layla, cujo pai a obriga a casar-se com outro homem. Majnun, louco de desilusão, retira-se da civilização para as selvas. Somente quando ouve o nome de Layla volta a uma breve sanidade. Enviuvando-se, ela se une a Majnun mas morre logo depois. E o Romeu Qays suicida-se no túmulo da amada. A tradução não pode exprimir a intensidade melodiosa do original.

Mesmo os místicos cantam o amor, mas temos a sua solene garantia de que a paixão por eles descrita não passa do símbolo do amor de Deus. Maomé ibn Ibraim, conhecido na literatura como Farid al-Din Attar ("Pérola da Fé, Droguista"), nasceu perto de Nixapur (1119), e recebeu o último nome vendendo perfumes. Sentindo uma tendência pela religião, deixou sua loja e entrou em um mosteiro sufista. Seus 40 livros, todos em árabe, incluem 200.000 linhas de poesia. Sua obra mais famosa foi o *Mantiq al-Tayr* ou *Discurso das Aves*. Trinta aves (isto é, sufistas) planejam uma procura conjunta do rei de todas as aves, o Simurgh (a Verdade). Passam por seis vales: Busca, Amor, Saber, Desinteresse (de todo desejo pessoal), Unificação (onde percebem que todas as coisas são uma) e Confusão (por perder todo o sentido de existência individual). Três das aves alcançam o sétimo vale, o da Aniquilação (do eu) e batem à porta do rei oculto. O camareiro real mostra a cada uma delas o registro dos próprios feitos. Ficam abatidas pela vergonha e transformam-se em pó. Mas desse pó elas se levantam em forma de luz e agora compreendem que elas e o Simurgh (que significa 30 aves) são um só. Assim se fundem no Simurgh tal como as sombras desaparecem ao sol. Em outros trabalhos Attar mostra seu panteísmo mais diretamente: a razão não pode conhecer Deus porque não é capaz de compreender a si própria; mas o amor e o êxtase podem alcançar Deus, pois Ele é a realidade e a força essencial de todas as coisas, a única fonte de todos os atos e movimentos, o espírito e a vida do mundo. Nenhuma alma é feliz até que se perca como uma parte neste espírito como um todo; desejar tal união constitui a única religião verdadeira; o auto-aniquilamento nessa união constitui a verdadeira imortalidade.[45] Os ortodoxos condenaram tudo isso como heresia; uma multidão atacou a casa de Attar e a incendiou. Todavia ele era relativamente indestrutível. Diz a tradição que viveu 110 anos. Antes de morrer, contam-nos, Attar pôs a mão abençoadora sobre uma criança que o saudaria como mestre e eclipsaria sua fama.

Jalal-ud-Din Rumi (1201-73) era natural de Balc, mas viveu a maior parte de sua vida em Cônia. Um sufista misterioso, Shams-i-Tabrizi, foi pregar ali e Jalal ficou tão impressionado com ele, que fundou a famosa ordem de Nawlawi, ou Daroeses Dançantes, que têm ainda hoje a sua capital em Cônia. Em sua existência relativamente curta, Jalal escreveu várias centenas de poemas. Os mais curtos, colecionados como seu *Divan* ou *Livro de Odes*, são marcados por grande profundidade de sentimento, sinceridade e riqueza de imagens, embora com simplicidade, capaz de colocá-los acima de qualquer poesia religiosa composta desde os Salmos. A obra principal de Jalal, o *Mathnawi-i-Ma'nawi (Estrofes Espirituais)*, constitui extensa exposição do sufismo, uma composição épico-religiosa, que supera em tamanho todo o legado de "Homero". Tem passagens de grande beleza, mas uma coisa bela, carregada de palavras, não é uma alegria perpétua. O tema é novamente a unidade universal.

> Alguém bateu à porta da Bem-Amada, e uma Voz lá de dentro perguntou: "Quem está aí?" — e ele respondeu: "Sou eu." A Voz então disse: "Esta casa não

conterá nós dois," e a porta continuou fechada. Então o Amante foi para o deserto e na solidão jejuou e orou. Depois de um ano retornou e bateu novamente à porta. E de novo a Voz perguntou: "Quem é?" e o Amante respondeu: "És tu mesma!" e a porta lhe foi aberta.[46]

Eu olhei em torno, procurando-O. Ele não estava na Cruz. Dirigi-me ao templo do ídolo, ao antigo pagode; nenhum sinal Dele era visível ali. Fui então para a Caaba; Ele não se achava naquele refúgio de velhos e jovens. Perguntei a Ibn Sina (Avicena) do Seu estado; Ele não se achava ao alcance de Ibn Sina. Olhei para meu próprio coração. Aí eu O vi. Ele não estava em nenhum outro lugar.

Toda forma que vedes tem o seu arquétipo no mundo sem lugar;
Se a forma perecer, não vos incomodeis, pois seu original é perene.
Toda forma distinta que tendes visto, todo dizer profundo que tendes ouvido —

Não seja deitado por terra, porque pereceu, pois tal não aconteceu...
Enquanto as fontes fluem, os rios correm.
Tirai a tristeza da cabeça e continuai bebendo a água desse rio;
Não penseis na falta de água, pois esta não tem fim.
Do momento em que viestes ao mundo
Uma escada foi colocada na vossa frente para que pudésseis escapar.
Primeiro vos fizestes mineral; depois vos tornastes planta;
E depois vos transformastes em animal; como podia isso constituir segredo para vós?

Em seguida fostes feito homem, dotado de saber, razão, fé...
Quando avançardes mais, sem dúvida tornar-vos-eis um anjo...
Saireis novamente do estado de anjo; e entrareis naquele oceano
Para que vossa gota possa tornar-se um mar...
Deixai de lado este "Filho"; dizei "Um" com toda a vossa alma.[48]

E finalmente temos Saadi. Naturalmente seu nome verdadeiro era muito mais longo — Mucharrif-ud-Din ibn Muslih ud-Din Abdala, também conhecido como Mucharrif-ed-Din Sadi. Seu pai ocupava um cargo na corte do bei Sad ibn Zangi, em Xiraz. Quando lhe morreu o genitor, o bei adotou o menino e Saadi, seguindo o costume muçulmano, acrescentou o nome do protetor ao seu. Estudiosos discutem a sua existência terrestre — 1184-1283,[49] 1184-1291,[50] 1193-1291;[51] em qualquer caso viveu quase 100 anos. "Na minha juventude", diz-nos ele, "era demasiado religioso... escrupulosamente piedoso e abstinente."[52] Depois de se graduar no colégio Nizamiya de Bagdá (1226), começou os extraordinários *Wanderjahre* (anos de vagabundagem) que o levaram, durante 30 anos, a viajar por todo o Oriente Próximo e Médio, Índia, Etiópia, Egito e África do Norte. Conhecia todas as dificuldades e todos os graus de pobreza; queixava-se de que não tivera sapatos até que encontrou um homem sem pés, pelo que, "agradeci à Providência por sua bondade para comigo".[53] Na Índia revelou o mecanismo de um ídolo que fazia milagres e matou o brâmane oculto que era o deus da máquina. Num verso humorístico posterior, recomendou processo semelhante e sumário para com todos os charlatães:

Também vós, se tiverdes ocasião de descobrir tal truque,
Dai cabo do trapaceiro; não o poupeis; sede rápido!
Pois se vós permitirdes que o vilão viva,

> Estejais certo, ele não vos dará quartel.
> Assim eu dei cabo do velhaco, não obstante seus lamentos,
> Com pedras, porque os mortos, como sabeis, não falam.[54]

Lutou contra os cruzados, foi capturado pelos "infiéis" e resgatado. Desposou com gratidão a filha do resgatador. Mas descobriu que ela era uma intolerável megera. "Os anéis da amabilidade constituem uma corrente nos pés da razão."[55], escreveu ele. Divorciou-se dela, encontrou mais anéis e ficou mais acorrentado. Sobreviveu à segunda esposa, aos 50 anos retirou-se para um pequeno eremitério de Xiraz e ali permaneceu durante seus últimos 50 anos.

Depois de viver intensamente, começou a escrever. Todas as suas maiores obras foram compostas depois que se retirou da vida pública. O *Pandnama* é um *Livro de Sabedoria*; o *Divan*, uma coleção de poemas curtos, na maior parte em persa, alguns em árabe, uns religiosos, outros obscenos. O *Bustan* (*Pomar*) expõe em versos didáticos a filosofia geral de Saadi, suavizada por passagens de moderada sensualidade:

> Nunca eu conhecera momentos mais deliciosos. Aquela noite eu apertei minha amada ao peito e olhei para seus olhos sonolentos... Disse-lhe: "Amor, meu delgado cipreste, esta não é hora de dormir. Canta, minha cotovia! Abre tua boca como se abre o botão de rosa. Não durmas mais, paixão do meu coração! Que teus lábios me ofereçam o filtro de teu amor." E minha amada me olhou e murmurou baixinho: "Paixão do teu coração? E ainda me acordas?"... Teu amor sempre te repetiu que ela nunca pertenceu a outrem... E tu sorris, pois sabes que ela mente. Mas que importa? Serão os lábios dela menos doces sob teus lábios? Serão os ombros dela menos macios sob tua carícia?... Dizem que a brisa de maio é doce como o perfume da rosa, o canto do rouxinol, a planície verde e o céu azul. Ó tu que não sabes, tudo isso é doce somente quando está conosco nosso amor![56]

O *Gulistan* (*Jardim das Rosas*) (1258) é uma mistura de anedotas instrutivas com poesia saborosa.

> Um rei injusto perguntou a um santo homem: "O que é melhor do que uma prece?" O santo homem respondeu: "Vossa Majestade ficar dormindo até o meio-dia, para que nesse intervalo não possa afligir os homens."[57] Dez daroeses podem dormir em um tapete, mas dois reis não podem acomodar-se em um reino inteiro.[58]Se cortejais os ricos, não procureis contentamento.[59] O homem religioso que se sente vexado com uma ofensa, não passa ainda de um ribeiro raso.[60] Ninguém jamais reconheceu sua própria ignorância, exceto aquele que, enquanto o outro está falando e não acabou de falar, começa a falar.[61] Se tiverdes uma perfeição e 70 falhas, vosso amante discernirá somente essa perfeição.[62] Não vos apresseis... Aprendei a deliberar. O cavalo árabe galopa a toda velocidade e logo se esgota; o camelo, com seu passo firme, viaja noite e dia e chega ao fim de sua jornada.[63] Adquiri o saber, pois nenhuma confiança se pode depositar nas riquezas ou posses... Se um profissional perde sua fortuna não precisa lamentar-se porque seus conhecimentos constituem uma fonte de riqueza.[64] A severidade do mestre-escola é mais útil do que a indulgência do pai.[65] Se a inteligência fosse aniquilada da face da terra, ninguém poderia dizer "eu sou ignorante".[66] A leveza de uma noz é sinal de sua vacuidade.[67]

Confronte-se a penúltima idéia com as primeiras linhas do *Discurso Sobre o Método*, de Descartes: "O bom senso é a coisa distribuída com maior igualdade no mun-

do, pois todos julgam possuir tanto bom senso que mesmo os que são dificilmente contentáveis em outros assuntos não desejam mais bom senso do que já possuem."

Saadi era um filósofo, mas perdeu a reputação por escrever inteligivelmente. A sua filosofia era mais sadia do que a de Omar. Compreendia a consolação da fé e sabia como curar a picada do saber com as simples bênçãos de uma vida generosa. Saadi experimentou todas as tragédias da comédia humana e no entanto perseverou durante 100 anos. Mas ele era também um poeta bem como um filósofo: sensível à forma e à textura de toda beleza, desde os "membros de cipreste" da mulher à estrela que durante um momento possui todo o céu noturno; e capaz de expressar a sabedoria ou a sensaboria com brevidade, delicadeza e graça. Nunca deixava de encontrar uma comparação brilhante e uma frase atraente. "Dar educação a um ser indigno é o mesmo que atirar nozes em um domo";[68] "um amigo e eu estamos ligados como as duas partes da casca de uma amêndoa";[69] "se o globo solar estivesse no saco" deste mercador miserável, "ninguém teria visto a luz do sol no mundo até o Dia do Juízo Final".[70] No fim, apesar de sua sabedoria, Saadi permaneceu poeta, entregando a sabedoria, de todo o coração, à rica escravidão do amor.

A sorte não me permite apertar ao peito a minha amada,
Nem me permite esquecer meu longo exílio num beijo apertado de seus doces lábios.
O laço com que ela costuma enlaçar suas vítimas
Eu o arrebatarei, de maneira que um dia possa atraí-la para meu lado.
No entanto não ousarei acariciar seu cabelo com mão temerária,
Pois ali presos, como aves numa armadilha, acham-se os corações de amantes não declarados.
Sou um escravo dessa graciosa forma, que, eu imagino,
Está vestida com donaire, com uma vara de medir, tal como os alfaiates que medem um traje.
Oh, cipreste, com membros de prata, tua cor e teu perfume
Envergonharam o aroma da mirta e a flor da rosa silvestre.
Julga com teus olhos e anda com teus pés livres e belos;
E calça, sob teus pés, o jasmim e as flores de olaia...
Oh, não te admires se na primavera levantares tal inveja,
Que a nuvem chore enquanto as flores sorriem e tudo por tua causa!
Se sobre o morto teus pés pisarem, esses pés tão belos e ligeiros,
Não te admires se ouvires uma voz partir de sua mortalha dobrada.
A distração está banida desta nossa terra no tempo de nosso senhor o Rei,
A não ser que eu esteja distraído com teu amor e os homens com as canções que eu canto.[71]

VI. A CIÊNCIA MUÇULMANA: 1057-1258

Os doutos muçulmanos dividiam os povos medievais em duas classes: os que cultivavam a ciência e aqueles que não o faziam. Na primeira classe incluíam-se os hindus, persas, babilônios, judeus, gregos, egípcios e árabes. Estes, segundo os muçulmanos, constituíam a elite do mundo; os outros, dos quais os chineses e os turcos eram os melhores, pareciam mais animais do que homens.[72] O julgamento pecava principalmente contra os chineses.

Os muçulmanos continuaram neste período sua ascendência indiscutível em matéria de ciências. Na matemática os avanços mais significativos realizaram-se em Marrocos e Azerbajã. Vemos aí novamente o surto da civilização islâmica. Em 1229 Hassã al-Marrakuchi (isto é, de Marrakech) publicou tábuas de senos para todos os graus e tábuas dos senos conhecidos, dos senos e co-tangentes de arcos. Uma geração

depois Nasir ud-Din al-Tusi (isto é, de Tus) publicava o primeiro tratado em que a trigonometria era considerada ciência independente e não um apêndice da astronomia; este *Kitab shakl al-qatta* permaneceu sem rival em seu campo até o *De Triangulis* de Regiomontano, dois séculos depois. Talvez a trigonometria chinesa, que aparece na segunda metade do século XIII, fosse de origem árabe.[73]

O mais notável trabalho sobre ciências físicas dessa época foi o *Kitab mizan al-hikmah* ou *Livro do Equilíbrio da Sabedoria*, escrito por volta de 1122 por um escravo grego da Ásia Menor, Abu'l Fath al-Khuzini. Apresentava uma história da física, formulava as leis da alavanca, compilava tábuas de peso específico de muitos líquidos e sólidos e propunha uma teoria da gravidade como força universal, que atraía todas as coisas na direção do centro da terra.[74] A roda hidráulica, conhecida dos gregos e romanos, foi aperfeiçoada pelos muçulmanos; os cruzados viram este aparelho levantar água do Orontes e o introduziram na Alemanha.[75] Alquimistas pupulavam. Eles sabiam, disse al-Latife, 300 métodos de trapacear.[76] Um alquimista conseguiu de Nur-ud-din um empréstimo considerável para pesquisas alquímicas e desapareceu. Um espirituoso publicou, ao que parece sem ser reprovado, uma lista de tolos encabeçada por Nur-ud-din, e ofereceu para substituir seu nome pelo do sultão se o alquimista voltasse.[77]

Em 1081 Ibraim al-Saad de Valência construiu o globo celeste mais antigo de que se tem notícia, uma esfera de latão com 209 milímetros de diâmetro. Na sua superfície, em 47 constelações, estavam gravadas 1.015 estrelas em suas respectivas magnitudes.[78] A Giralda de Sevilha (1190) era um observatório e, ao mesmo tempo, um minarete; ali Jabir ibn Aflah fez observações para o seu *Islah al-najisti* ou à *Correção do Almajesto* (1240). A mesma reação contra a astronomia de Ptolomeu marcava as obras de Abu Isaque al-Bitruji (Alpetrágio) de Córdova, que abriu caminho para Copérnico, criticando destrutivamente a teoria de epiciclos e excêntricos pela qual Ptolomeu procurara explicar as órbitas e movimentos das estrelas.

A época produziu dois geógrafos de renome universal. Abu Abdala Maomé al-Idrisi nasceu em Ceuta (1100), estudou em Córdova e escreveu em Palermo, por ordem do rei Rogério II da Sicília, o seu *Kitab al-Rujari* (*Livro de Rogério*). Dividia a Terra em sete zonas climáticas e cada zona em 10 partes. Cada uma das 70 partes estava ilustrada por um mapa pormenorizado. Esses mapas constituíam a realização máxima da cartografia medieval, sem precedente em perfeição, exatidão e escopo. Al-Idrisi, como a maioria dos cientistas muçulmanos, tomou por natural a esfericidade da Terra. Rivalizando com ele na honra de ser o maior geógrafo medieval estava Abu Abdala Iacute (1179-1229). Nascido de pais gregos na Ásia Menor foi capturado na guerra e escravizado. Mas o mercador de Bagdá que o comprou deu-lhe uma boa educação e depois o libertou. Viajou muito, primeiro como mercador, depois como geógrafo, fascinado por lugares e suas populações, trajes e meios de vida. Rejubilou-se em achar 10 bibliotecas em Merv, uma delas com 12.000 volumes. Os exigentes administradores permitiram-lhe que levasse para sua casa até 200 volumes por vez. Aqueles que amarem livros como o sangue vital dos grandes homens compreenderão a alegria que ele sentiu nesses tesouros da inteligência. Transferiu-se para Quiva e Balc; ali os mongóis quase o apanharam em seu sangüinário avanço; Iacute fugiu, nu, mas segurando seus manuscritos, através da Pérsia, para Mossul. Enquanto ganhava o pão da pobreza como copista, completou sua *Mu'jam al-Buldan* (1228) — vasta enciclopédia geográfica que reunia quase todo o conhecimento medieval do glo-

bo. Iacute incluiu quase tudo em seu livro — astronomia, física, arqueologia, etnografia, história, dando as coordenadas das cidades e as vidas e obras dos seus homens famosos. Raras vezes alguém amou tanto a Terra.

A botânica, quase esquecida desde Teofrasto, renasceu com os muçulmanos dessa época. Al-Idrisi escreveu um tratado sobre ervas, porém estendeu-se mais na parte de botânica do que propriamente sobre o valor medicinal de 360 plantas. Abul-Abas de Sevilha (1216) obteve o sobrenome de al-Nabati, o Botânico, por seus estudos da vida vegetal, do Atlântico ao Mar Vermelho. Abu Maomé ibn Baitar de Málaga (1190-1248) reuniu toda a botânica do Islã em uma vasta obra de extraordinária erudição, que permaneceu como padrão de autoridade botânica até o século XVI e fez dele o maior botânico e farmacologista da Idade Média.[79] Ibn al-Awan de Sevilha (1190) conquistou preeminência semelhante na agronomia; seu *Kitab al-Falaha (Livro do Camponês)* analisa solos e estercos, descreve o cultivo de 585 plantas e 50 árvores frutíferas, explica métodos de enxerto e discute os sintomas e curas de moléstias dos vegetais. É o mais completo tratado da ciência agrícola de todo o período medieval.[80]

Nesta época, como na precedente, os muçulmanos produziram os principais médicos da Ásia, África e Europa. Destacaram-se especialmente na oftalmologia, talvez porque moléstias da vista fossem muito freqüentes no Oriente Próximo. Ali, como em outras partes, a medicina era paga mais para curar do que para prevenir. Operações de catarata eram numerosas. Kahalifah ibn abi'l-Mahasin de Alepo (1256) confiava tanto em sua perícia que operou a catarata de um homem que tinha uma só vista.[81] Ibn Baitar escreveu a história da botânica medicinal em seu *Kitab al-Jami*; o livro contém uma lista de 1.400 plantas, víveres e drogas, 300 dos quais novos; analisa sua constituição química e suas propriedades curativas e acrescenta perspicazes observações sobre seu emprego na terapêutica. Mas o maior nome dessa época áurea da medicina muçulmana é o de Abu Marwan ibn Zuhr (1091-1162) de Sevilha, conhecido pelo mundo médico europeu como Avenzoar. Era o terceiro das seis gerações de médicos famosos, todos de uma família e cada um no apogeu de sua profissão. O seu *Kitab al-Teisir* (*Livro de Simplificação sobre Terapêutica e Dieta*) foi escrito a pedido de seu amigo Averróis, que (também o maior filósofo de seu tempo) considerava-o como o maior médico desde Galeno. Ibn Zor tinha como seu forte a descrição clínica; deixou análises clássicas de tumores do mediastino, pericardites, tuberculose intestinal e paralisia da faringe.[82] As traduções do *Teisir* para o hebraico e o latim influíram profundamente na medicina européia.

O Islã esteve na dianteira do mundo também no equipamento e competência de seus hospitais. Um deles, fundado por Nur-ud-din em Damasco, no ano de 1160, proporcionou tratamento e drogas gratuitos durante três séculos. Por 267 anos, pelo que somos informados, seus fogos jamais se apagaram.[83] Ibn Jubair, indo a Bagdá em 1184, maravilhou-se ante o grande Bimaristan Adadi, hospital que se erguia como um palácio real às margens do Tigre. Nesse estabelecimento, alimentos e medicamentos eram fornecidos gratuitamente aos pacientes.[84] No Cairo, em 1285, o sultão Qalaun iniciou a construção do Maristan al-Mansur, o maior hospital da Idade Média. Dentro de uma espaçosa clausura quadrangular, erguiam-se quatro edifícios em torno de um pátio adornado com arcadas e refrescado com fontes e correntes de água. Havia compartimentos separados para várias moléstias e para convalescentes. Laboratórios, um dispensário, clínicas de pacientes externos, cozinhas dietéticas, banhos, uma biblioteca, uma capela, um salão de leitura e confortáveis acomodações particularmente

para os insanos. Tratamentos eram feitos gratuitamente para homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e livres; e uma soma em dinheiro era entregue a cada convalescente quando recebia alta, para que não precisasse voltar imediatamente ao trabalho. Os insones tinham música suave, contadores profissionais de histórias e talvez livros de história.[85] Asilos para cuidar dos insanos existiam em todas as grandes cidades do Islã.

VII. AL-GHAZALI E O RENASCIMENTO RELIGIOSO

Em meio a esses avanços da ciência, a velha ortodoxia lutou por manter a fidelidade das classes cultas. O conflito entre a religião e a ciência levou muitos ao cepticismo e alguns ao ateísmo aberto. Al-Ghazali dividiu os pensadores em três grupos — teístas, deístas ou naturalistas e materialistas — e acusou todos os três grupos como infiéis, indistintamente. Os teístas aceitavam Deus e a imortalidade, mas negavam a criação e a ressurreição do corpo, e diziam que o céu e o inferno não passavam de condições espirituais tão-somente; os deístas reconheciam uma deidade, mas rejeitavam a imortalidade e consideravam o mundo como uma máquina auto-operadora; os materialistas rejeitavam completamente a idéia de Deus. Um movimento semi-organizado, o Dahriyya, professava um franco agnosticismo; vários desses Tomases que duvidavam entregaram suas cabeças ao carrasco. "Vós vos atormentais por nada", disse Isbahan ibn Qara a um piedoso jejuador durante o Ramadã, "o homem é como uma semente de cereal que brota e cresce e então é ceifado para desaparecer para sempre... Comei e bebei!"[86]

Foi em reação a tal cepticismo que o maometismo produziu seu maior teólogo, o Agostinho e o Kant do islamismo. Abu Hamid al-Ghazali nasceu em Tus em 1058, perdeu o pai em tenra idade e foi criado por um amigo sufista. Estudou direito, teologia e filosofia. Aos 33 anos foi nomeado para a cadeira de direito no Colégio Nizamiya em Bagdá; logo todo o Islã aclamava a sua eloqüência, erudição e capacidade dialética. Depois de quatro anos de glória, foi abatido por uma misteriosa moléstia. Seu apetite e digestão não se processavam normalmente, a paralisia da língua ocasionalmente lhe falseava a fala e sua inteligência começou a declinar. Um médico sábio diagnosticou seu caso como de origem mental. Na verdade, como Al-Ghazali confessou mais tarde em sua notável autobiografia, havia perdido a confiança na capacidade da razão de sancionar a fé maometana; e a hipocrisia de seu ensino ortodoxo tornara-se-lhe insuportável. Em 1094 deixou Bagdá, oficialmente em peregrinação a Meca; na realidade ele se refugiou em um lugar retirado, procurando a solidão, a contemplação e a paz. Incapaz de encontrar na ciência o apoio que procurava para sua frágil fé, voltou-se do mundo exterior para o interior; ali, pensou, encontrara uma realidade direta e imaterial que oferecia uma base firme para acreditar no universo espiritual. Ele submeteu a sensação — sobre a qual parece repousar o materialismo — a um exame crítico. Acusou os sentidos de fazer as estrelas parecerem pequenas, quando, para serem visíveis de tão longe, devem ser muito maiores do que a Terra; e concluiu de centenas de tais exemplos que a sensação por si só não podia constituir um teste certo da verdade. A razão era mais elevada, e corrigia um sentido com outro; mas no fim ela também repousava na sensação. Haveria no homem uma forma de conhecimento, um guia para a verdade, mais seguro do que a razão? Al-Ghazali sentiu que havia achado isso na meditação introspectiva dos místicos: os sufistas chegavam mais perto da alma oculta da realidade do que os filósofos; o conhecimento mais alto estava na

contemplação do milagre do espírito até que Deus aparecesse no seu eu, e o próprio eu desaparecesse na visão de um Uno que tudo absorve.[87]

Dentro desse espírito al-Ghazali escreveu seu livro mais influente — *Tahafut al-Filasifa* (*A Destruição da Filosofia*). Todas as artes da razão voltavam-se contra a razão. Por uma "dialética transcendental", tão sutil como a de Kant, o místico muçulmano argumentava que a razão conduz à dúvida universal, bancarrota intelectual, deterioração moral e colapso social. Sete séculos antes de Hume, al-Ghazali reduzia a razão ao princípio da causalidade e a causalidade a simples seqüência: tudo que nós observamos é que B segue regularmente a A e não que A produz B. A filosofia, a lógica, a ciência não podem provar a existência de Deus ou a imortalidade da alma; unicamente a intuição direta pode assegurar-nos dessas crenças, sem as quais não pode sobreviver nenhuma ordem moral e, portanto, nenhuma civilização.[88]

No fim al-Ghazali voltou a todos os pontos de vista ortodoxos por meio do misticismo. Os velhos receios e esperanças de sua juventude refloresceram nele e professou sentir perto de sua cabeça o olhar e as ameaças de uma severa deidade. Proclamou de novo os horrores do inferno maometano e preconizou a sua pregação como medida necessária à moralidade popular.[89] Aceitou novamente o Alcorão e o *hadith*. No seu *Ihya Ulum al-Din* (*Renascimento da Ciência da Religião*) expôs e defendeu sua renovada ortodoxia com toda a eloqüência e fervor de sua juventude. Nunca no Islã os cépticos e filósofos encontraram adversário tão vigoroso. Quando ele morreu (1111) a vaga da descrença havia sido efetivamente subjugada. Toda a ortodoxia encontrou conforto nele; mesmo teólogos cristãos ficaram gratos em descobrir, nas suas obras traduzidas, uma defesa da religião e uma exposição da piedade, de um modo que ninguém tinha escrito desde Agostinho. Depois dele e a despeito de Averróis, a filosofia ocultou-se nos cantos remotos do mundo muçulmano. As investigações científicas desvaneceram-se; e o pensamento do Islã mais e mais se consumia no *hadith* e no Alcorão.

A conversão de al-Ghazale ao misticismo constituiu uma grande vitória para o sufismo. A ortodoxia agora aceitava o sufismo, que durante algum tempo engolfou a teologia. Os *mullahs* — expoentes eruditos da doutrina e direito muçulmanos — ainda dominavam o mundo oficial religioso e legal; mas o campo do pensamento religioso passara para os monges e santos sufistas. Estranhamente contemporâneo com o aparecimento dos franciscanos no mundo cristão, um novo monasticismo formou-se no Islã do século XII. Crentes sufistas abandonavam agora a vida familiar, viviam em irmandades religiosas sob a direção de um xeque (*sheik*) ou mestre, e chamavam-se *devish* (dervixe darоês) ou *faquir* (faquir) — palavra persa e árabe, respectivamente, para significar pobre ou mendigo. Alguns pela prece e meditação, outros pela autoprivação ascética e terceiros ainda pela exaustão que se seguia a uma dança selvagem, procuravam transcender ao eu e elevar-se a uma unidade maravilhosa com Deus.

Sua doutrina foi exposta com precisão nos 150 livros de Muhyi al-Din ibn al-Arabi (1165-1240) — muçulmano espanhol domiciliado em Damasco. O mundo nunca fora criado, dizia al-Arabi, pois ele constitui o aspecto externo daquilo que na visão interna é Deus. A História é o desenvolvimento de Deus para a autoconsciência, que Ele realiza finalmente no homem. O inferno é temporário; no fim todos serão salvos. O amor é logrado quando ama uma forma física e transitória; é Deus que aparece no amado, e o verdadeiro amante encontrará e amará o autor de toda beleza em qualquer de suas formas. Lembrando talvez alguns cristãos do tempo de Jerônimo, al-Arabi ensinava que "aquele que ama e permanece casto até a morte é um mártir e realiza o mais elevado grau de devoção". Muitos dervixes casados confessavam viver assim castos com suas esposas.[90]

Com os presentes do povo algumas ordens religiosas tornaram-se ricas e consentiram em gozar a vida. "Antigamente", queixava-se um xeque sírio por volta de 1250, "os sufistas eram uma irmandade dispersa em carne mas unida no espírito; agora são um corpo materialmente bem vestido, porém esfarrapado no mistério divino."[91] A população sorria tolerantemente ante esses mundanismos sagrados, mas prodigalizava culto aos devotos sinceros, atribuía-lhes feitos e poderes miraculosos, honrava-os como santos, celebrava-lhes os aniversários natalícios, orava pela sua intercessão junto a Alá e fazia peregrinações aos seus túmulos. O maometismo, como o cristianismo, constituía uma religião tão evoluída e adaptável que teria espantado um Maomé ou Cristo renascido.

À medida que a ortodoxia triunfava, a tolerância desaparecia. De Harum al-Raschid em diante, observava-se cada vez mais o chamado "Estatuto de Omar", outrora ignorado. Teoricamente, embora nem sempre na prática, os não-muçulmanos tinham agora de usar listras amarelas em suas roupas; estavam proibidos de andar a cavalo, mas podiam usar um asno ou mula; não lhes era permitido construir novas igrejas ou sinagogas, mas tinham autorização para reparar as velhas; nenhuma cruz podia ser exibida fora de uma igreja, nenhum sino de igreja podia tocar; as crianças não-muçulmanas não eram admitidas em escolas muçulmanas, mas podiam ter suas próprias escolas: essa é ainda a letra da lei — nem sempre posta em vigor — no Islã.[92] No entanto havia 45.000 cristãos na Bagdá do século X.[93] Cortejos fúnebres cristãos passavam pelas ruas sem serem molestados;[94] mas protestos muçulmanos continuaram contra o emprego de cristãos e judeus no alto funcionalismo. Mesmo durante o ponto crítico das Cruzadas e sua ameaça, Saladino se deu ao luxo de ser generoso para com os cristãos em seu reino.

VIII. AVERRÓIS

Durante algum tempo a filosofia sobreviveu na Espanha muçulmana, espalhando sensatamente a profissão de ortodoxia entre as tímidas tentativas de crítica; e o pensamento encontrou uma liberdade incerta nas cortes de reis, que gozavam na intimidade as especulações que consideravam prejudiciais ao povo. Assim, o governador almorávida de Saragoça escolheu para seu ministro e amigo Abu-Béquer ibn Baga, que ali nascera por volta de 1106. Avempace, como a Europa iria chamá-lo, havia alcançado, ainda na juventude, uma proficiência extraordinária na ciência, medicina, filosofia, música e poesia. Ibn Caldun conta como o governador admirou alguns versos do jovem sábio que prometeu que o poeta sempre pisaria em ouro quando fosse a sua presença, pelo que Ibn Baga colocou uma moeda de ouro em cada um de seus sapatos, para que aquela promessa não diminuísse o bom acolhimento. Quando Saragoça caiu nas mãos dos cristãos, o poeta-cientista-ministro fugiu para Fez, onde se achou em condições de extrema necessidade entre muçulmanos que o acusavam de ateísmo. Morreu com 30 anos de idade, segundo se alega, envenenado. O seu perdido tratado sobre música era considerado a obra-prima nesse sutil assunto na literatura do Islã ocidental. Sua obra mais famosa, o *Guia do Solitário*, renovou um tema básico da filosofia árabe. O intelecto humano, dizia Ibn Baga, é composto de duas partes: o Intelecto Material, que está ligado ao corpo e morre com ele; e o Intelecto Ativo, ou espírito cósmico impessoal, que entra em todos os homens e é imortal. O pensamento é a função mais alta do homem; pelo pensamento, mais do que pelo êxtase místico, o

homem pode atingir o conhecimento do Intelecto Ativo ou Deus ou sua união com Ele. Mas o pensar constitui empreendimento perigoso, exceto quando em silêncio. O homem sábio viverá em retiro tranqüilo, evitando médicos, advogados e o povo; ou talvez um número reduzido de filósofos formem uma comunidade onde possam perquirir o saber em uma associação tolerante, longe da multidão enlouquecida.[95]

Abu-Béquer (Abubacer da Europa) ibn Tufail (1107?-1185) continuou as idéias de Ibn Baga e quase realizou seus ideais. Era também cientista, poeta, médico e filósofo. Tornou-se médico e vizir do califa Abu Iacube Iusuf em Marrakech, a capital almóada do Marrocos; passava a maior parte de suas horas na biblioteca real e encontrava tempo para escrever, em meio a obras mais técnicas, o mais notável romance filosófico da literatura medieval. Tomou, o título do livro, de Ibn Sina e (através da tradução inglesa de Ockley em 1708) pode ter sugerido o *Robinson Crusoé* a Defoe.

Haji ibn Iaqzã ("Vivo, Filho de Vigilante") que dá seu nome à história, fora abandonado, ainda criança, em uma ilha não habitada. Criado por uma cabra, desenvolveu sua inteligência e habilidades. Fazia seus sapatos e roupas com peles de animais, estudou as estrelas, dissecou animais vivos ou mortos e "chegou ao grau mais alto do saber, nessa espécie, que o mais culto naturalista jamais atingiu".[96] Passou da ciência à filosofia e teologia, demonstrou a si próprio a existência de um Criador todo-poderoso, praticou o ascetismo, abjurou a carne e realizou uma união extática com o Intelecto Ativo.[97] Haji, agora aos 49 anos de idade, estava preparado para enfrentar uma assistência. Felizmente um místico chamado Asal havia chegado nessa época à ilha, à procura de solidão. Encontrou Haji que pela primeira vez descobria a existência da humanidade; Asal ensinou-lhe a falar e rejubilou-se ao descobrir que Haji chegara por si só ao conhecimento de Deus. Confessou a Haji a rudeza da religião popular da terra de onde ele tinha vindo, e lamentou que um pequeno grau de moralidade fosse mantido apenas pelas promessas de céu e ameaças de inferno. Haji decide-se a ir converter este povo obscurecido a uma religião mais elevada e filosófica. Lá chegando, pregou o seu panteísmo no mercado. A população ignorou-o ou não o entendeu. Haji concluiu que Maomé estava certo: que o povo somente podia ser disciplinado à ordem social por uma religião de mito, milagre, cerimônia e castigos e recompensas sobrenaturais. Ele se desculpou de sua intromissão, regressou à ilha e ali viveu com Asal numa camaradagem diária em companhia de pacíficos animais e o Intelecto Ativo; e "assim continuaram a servir a Deus até a morte".

Foi com rara ausência de inveja que Ibn Tufail, por volta de 1153, apresentou para os favores de Abu Iacube Iusuf um jovem advogado e médico, conhecido no Islã como Abu al-Valid Maomé ibn Ruxd (1126-98) e como Averróis na Europa medieval — a figura mais influente na filosofia muçulmana. Seu avô e seu pai haviam sido por seu turno presidentes do Tribunal Superior de Córdova e tinham-lhe prodigalizado toda a educação que a velha capital podia oferecer. Um de seus pupilos trar .nitiu o conteúdo da narrativa do próprio Averróis sobre sua primeira entrevista com o emir:

> Quando fui apresentado ao Príncipe dos Fiéis encontrei-o a sós com Ibn Tufail, que... respondeu aos meus elogios com cumprimentos que eu não merecia... O emir iniciou a conversa, perguntando: "Que opinião tinham os filósofos acerca dos céus? São estes eternos ou tiveram um começo?" Fiquei tomado de medo e confusão e procurei um pretexto para não responder... mas o emir, percebendo minha dificuldade, voltou-se para Ibn Tufail e começou a discutir com ele sobre a questão, lembrando as opiniões de Platão e Aristóteles e outros filósofos e as objeções

> que lhes haviam sido feitas pelos teólogos muçulmanos; tudo com tal segurança de memória que eu não esperaria mesmo de filósofos profissionais. O emir pôs-me à vontade e experimentou meus conhecimentos. Quando me retirei, ele me entregou uma soma em dinheiro, um cavalo de montaria e um rico manto de honra.[98]

Em 1169 Averróis foi nomeado juiz do Tribunal Superior de Sevilha; em 1172, de Córdova. Dez anos depois Abu Iacube chamou-o a Marrakech para servir como médico da corte; e ele exercia essas funções quando (1184) Iacube foi sucedido por Iacube al-Mansur. Em 1194 foi banido para Lucena, perto de Córdova, a fim de satisfazer os ressentimentos públicos acerca de suas heresias. Foi perdoado e chamado de volta em 1198, mas morreu nesse ano. Seu túmulo ainda hoje pode ser visto em Marrakech.

Seus trabalhos sobre medicina quase se apagaram à sombra de sua fama como filósofo. Ele foi todavia "um dos maiores médicos de seu tempo", o primeiro a explicar a função da retina, e a reconhecer que um ataque de varíola proporciona imunidade subseqüente.[99] Sua enciclopédia da medicina (*Kitab al-Kulliyat fi-l-tibb*), traduzida para o latim, foi largamente empregada como compêndio escolar nas universidades cristãs. Entrementes, o emir Abu Iacube havia expressado o desejo de que alguém fizesse uma clara exposição escrita de Aristóteles; e Ibn Tufail entregou a tarefa à Averróis. A sugestão foi bem recebida pois que Averróis já havia concluído que toda a filosofia estava contida no sábio estagirita, que simplesmente necessitava de interpretação para tornar-se contemporâneo de qualquer época. (Santayana, em *A Vida da Razão*, adotou o mesmo princípio.) Resolveu preparar para cada uma das grandes obras de Aristóteles primeiro um sumário, em seguida um comentário breve e depois um comentário pormenorizado para estudantes adiantados — um modo de exposição progressivamente complexa, comum nas universidades muçulmanas. Infelizmente ele nada sabia do grego e teve de depender das traduções árabes feitas de traduções siríacas de Aristóteles. Entretanto, sua paciência, perspicácia e profundidade analítica conquistaram-lhe em toda a Europa o nome de Comentador e colocaram-no imediatamente quase no zênite da filosofia muçulmana, inferior somente ao grande Avicena.

A esses escritos acrescentou várias obras sobre lógica, física, psicologia, metafísica, teologia, direito, astronomia e gramática e uma réplica à *Destruição da Filosofia* de al-Ghazali, sob o título de *Destruição da Destruição (Tahafut al-Tahafut)*. Argumentou, como Francis Bacon o faria, que embora pouca filosofia pudesse inclinar um homem ao ateísmo, um estudo sem restrições conduziria a um melhor entendimento entre a religião e a filosofia. Pois, embora o filósofo não possa aceitar no sentido literal os dogmas do "Alcorão, da Bíblia e outros livros de revelação",[100] percebe a necessidade deles no desenvolvimento de uma piedade salutar e moralidade entre o povo, que se acha tão atrapalhado com as dificuldades econômicas que não encontra tempo senão para um pensamento incidental, superficial e perigoso sobre a primeira e última coisa. Assim, o filósofo maduro nunca expressará nem encorajará qualquer palavra contra a fé estabelecida.[101] Em troca, o filósofo deverá ser deixado livre para procurar a verdade; mas deverá confinar suas discussões ao círculo e à compreensão dos cultos, e não deve fazer nenhuma propaganda entre o povo.[102] Simbolicamente interpretadas, as doutrinas da religião podem harmonizar-se com as descobertas da ciência e da filosofia;[103] tal interpretação dos textos sagrados por meio de símbolos e alegorias

tem sido praticada, até pelos sacerdotes, durante séculos. Averróis não ensina explicitamente, limita-se a insinuar implicitamente, a doutrina a ele imputada pelos críticos cristãos de que uma proposição pode ser verdadeira na filosofia (entre os cultos) e falsa (prejudicial) na religião (e moral).[104] Assim, as opiniões de Averróis não devem ser procuradas nos tratados menores que ele compôs para o público em geral, mas em seus comentários mais profundos sobre Aristóteles.

Ele define a filosofia como "uma inquirição do sentido da existência" com vistas ao aperfeiçoamento do homem.[105] O mundo é eterno; os movimentos dos céus nunca tiveram começo e jamais terão fim. A criação é um mito.

> Os partidários da criação argumentam que o agente (Deus) produz um (novo) ser sem necessidade, para sua produção, de qualquer material preexistente... É essa concepção que levou os teólogos das três religiões existentes em nossos dias a declararem que algo pode surgir do nada..:[106] O movimento é eterno e contínuo; todo movimento tem sua causa em um movimento precedente. Sem movimento não há tempo. Não podemos conceber o movimento com um começo ou um fim.[107]

Contudo Deus é o criador do mundo no sentido de que este existe a qualquer momento apenas por meio de Sua força protetora e suporta, por assim dizer, uma criação contínua por meio da energia divina.[108] Deus é a ordem, a força e o espírito do universo.

Dessa suprema ordem e inteligência emanam uma ordem e inteligência nos planetas e estrelas. Da inteligência dos círculos celestiais mais baixos (do da lua) vem o Intelecto Ativo ou Efetivo que entra no corpo e espírito do homem individual. A mente humana é composta de dois elementos. Um é o Intelecto Passivo ou material — uma capacidade e possibilidade de pensamento, constituindo parte do corpo e morrendo com ele (o sistema nervoso?). O outro é o Intelecto Ativo — influxo divino que ativa o Intelecto Passivo em um pensamento real. Este Intelecto Ativo não tem individualidade; é o mesmo em todos os homens; e somente ele é imortal.[109] Averróis compara a operação do Intelecto Ativo sobre o Intelecto Passivo ou individual com a influência do sol, cuja luz torna luminosos muitos objetos, mas permanece em toda parte e sempre uma só.[110] E assim como o fogo alcança um corpo combustível, também o Intelecto Individual aspira à união com o Intelecto Ativo. Nesta união, o espírito humano torna-se como Deus, pois abarca potencialmente todo o universo nas garras de seu pensamento; de fato o mundo e seu conteúdo não têm existência ou significação para nós, exceto por intermédio do espírito que os apreende.[111] Apenas a percepção da verdade através da razão pode conduzir o espírito àquela união com Deus que os sufistas julgam alcançar pela disciplina ascética ou dança embriagadora. Averróis não serve ao misticismo. Sua noção de paraíso é a sabedoria quieta e generosa do sábio.[112]

Esta era também a conclusão de Aristóteles; e naturalmente a teoria do Intelecto Ativo e Passivo (*nous poietikos* e *nous pathekitos*) retrocede até o *De Anima* (III, 5) de Aristóteles, conforme fora interpretada por Alexandre de Afrodisíade e Temístio de Alexandria, transformada na teoria da emanação dos neoplatônicos e transmitida na dinastia dos filósofos por intermédio de al-Farabi, Avicena e Ibn Baga. Aqui, no fim como no começo, a filosofia árabe era o Aristóteles neoplatonizado. Mas enquanto na maioria dos filósofos muçulmanos e cristãos as doutrinas de Aristóteles eram recortadas para ir de encontro às necessidades da teologia, em Averróis os dogmas mao-

metanos reduziam-se ao mínimo para reconciliá-los com o mestre estagirita. Por isso Averróis teve maior influência no mundo cristão do que no Islã. Seus contemporâneos muçulmanos perseguiram-no, a posteridade muçulmana esqueceu-o e permitiu que grande parte de suas obras se perdesse em sua forma árabe. Os judeus preservavam muitas delas em tradução hebraica e Maimônides seguiu os passos de Averróis na procura da reconciliação entre a religião e a filosofia. Na cristandade, os *Comentários* traduzidos para o latim, do hebraico, alimentaram as heresias de Sigério de Brabante e o racionalismo da escola de Pádua e ameaçaram os fundamentos do credo cristão. Santo Tomás de Aquino escreveu as suas *Summa contra Gentiles* e *Summa Theologiae* a fim de conter essa vaga averroísta. Mas ele seguiu Averróis no método dos seus *Comentários*, em diversas interpretações de Aristóteles, na escolha de assuntos como o "princípio de individuação", na explanação simbólica dos textos antropomórficos das escrituras, na admissão da possível eternidade do mundo, na rejeição do misticismo como base suficiente da teologia e no reconhecimento de que alguns dogmas da religião encontram-se além da razão e somente podem ser aceitos pela fé.[113] Roger Bacon classificou Averróis em seguida a Aristóteles e Avicena, e acrescentou com exagero característico: "A filosofia de Averróis obtém hoje (*ca.* 1270) o sufrágio unânime dos homens sábios."[114]

Em 1150 o califa Mustanjid, em Bagdá, ordenou a queima de todas as obras filosóficas de Avicena e dos Irmãos da Sinceridade. Em 1194 o emir Abu Iusuf Iacube al-Mansur, então em Sevilha, mandou queimar todas as obras de Averróis, exceto algumas sobre ciências naturais; proibiu seus súditos que estudassem a filosofia e aconselhou-os a lançarem ao fogo todos os livros de filosofia que fossem encontrados. Essas instruções foram rigorosamente executadas pelo povo, que se ressentia dos ataques contra a fé, que para a maioria constituía o consolo mais caro de suas árduas vidas. Mais ou menos nessa época Ibn Habib foi morto por estudar filosofia.[115] Depois de 1200 o Islamismo proscreveu o pensamento especulativo. À medida que declinava o poder político no mundo muçulmano, este procurava cada vez mais o auxílio dos teólogos e advogados da ortodoxia. Essa ajuda foi dada mas à custa da supressão do pensamento independente. Mesmo assim o auxílio não foi suficiente para salvar o Estado. Na Espanha os cristãos avançaram de cidade em cidade, até que somente Granada permaneceu muçulmana. No Oriente os cruzados tomaram Jerusalém; e em 1258 os mongóis assaltaram e destruíram Bagdá.

IX. A INVESTIDA DOS MONGÓIS: 1219-58

Uma vez mais a História ilustrou o truísmo de que o conforto da civilização provoca a conquista dos bárbaros. Os seljúcidas haviam trazido nova força ao Islã oriental; mas eles também sucumbiram ao ócio e permitiram que o império de Malique Xá se dividisse em reinos autônomos culturalmente brilhantes, porém militarmente fracos. O fanatismo religioso e antipatias raciais dividiram o povo em seitas hostis e frustraram qualquer defesa unida contra os cruzados.

Enquanto isso, nas planícies e desertos da Ásia noroeste, os mongóis prosperavam sobre as dificuldades e a fertilidade primitiva. Viviam em tendas ou ao ar livre, seguiam rebanhos para pastagens novas, vestiam-se com couro de boi e estudavam com

entusiasmo as artes da guerra. Os novos hunos, como seus antepassados de oito séculos antes, eram peritos no manejo do punhal, da espada e da flecha atirada de seus corcéis em galope. Se dermos crédito ao missionário cristão Giovanni de Piano Carpini, "eles comem tudo que é comível, até piolhos",[116] e não se repugnavam de comer ratos, gatos, cães e sangue humano como nossos mais cultos contemporâneos comem enguias e caracóis. Gengis Khan (1167-1227) — isto é, o Grande Rei — disciplinou-os com leis severas para formar uma força irresistível e conduziu-os à conquista da Ásia Central, do Volga à Muralha Chinesa. Durante a ausência de Gengis Khan de sua capital em Caracorum, um rebelde mongol se revoltou e formou uma aliança com Aladim Maomé, o xá do Estado independente de Khwarizm. Gengis reprimiu a rebelião e ofereceu uma paz ao xá. A oferta foi aceita, mas logo depois dois mercadores mongóis da Transoxiana foram executados como espiões pelo governador de Aladim Maomé em Otrar. Gengis exigiu a extradição do governador; Maomé se recusou, decapitou o chefe da embaixada mongol e enviou os demais membros de volta, sem suas barbas. Gengis declarou guerra e teve início a invasão mongol do Islã (1219).

O exército comandado pelo filho do Grande Rei, Juji, derrotou os 400.000 soldados de Aladim Maomé em Jand; o xá fugiu para Samarcanda, deixando mortos no campo de batalha 160.000 dos seus homens. Outro exército sob a chefia de Jagatai, também filho de Gengis, tomou e saqueou Otrar. Um terceiro exército, comandado pelo próprio Gengis, incendiou completamente Bucara, raptou milhares de mulheres e massacrou 30.000 homens. Samarcanda e Balc renderam-se à sua chegada, mas sofreram pilhagem e morticínio geral. Um século depois Ibn Batuta descreveu essas cidades como ainda em grande parte em ruínas. O filho de Gengis, Tule, conduziu 70.000 homens através de Coraçã, saqueando todas as cidades que se lhe depararam em sua marcha. Os mongóis colocavam os cativos em sua vanguarda e mandavam escolher entre combater seus companheiros ou serem decapitados. Merv foi tomada à traição e queimada completamente; suas bibliotecas, que constituíam uma glória do Islã, consumiram-se na conflagração. Seus habitantes tiveram permissão de sair de seus portões com seus tesouros. Mas foram massacrados e roubados até o último objeto de suas posses. Este morticínio (asseveram historiadores muçulmanos) levou 13 dias e custou 1.300.000 vidas.[117] Nixapur resistiu muito tempo e corajosamente, mas sucumbiu (1221). Todos os homens, mulheres e crianças dessa cidade foram mortos, exceto 400 artistas-artesãos que foram levados para a Mongólia; as cabeças dos mortos foram empilhadas em uma horrível pirâmide. A bela cidade de Raji, com suas três mil mesquitas e seus famosos fornos de olaria, transformou-se e um montão de ruínas e (conta-nos um historiador muçulmano) toda sua população sucumbiu.[118] Jalal ud-Din, filho de Aladim Maomé, reuniu novo exército de turcos, ofereceu combate a Gengis no Indo, foi derrotado e fugiu para Delhi. Herat, tendo-se rebelado contra seu governador mongol, foi punida com a morte de 60.000 de seus habitantes. Esta ferocidade constituía parte da ciência militar dos mongóis; procuravam com isso lançar um terror paralisante no coração dos últimos oponentes, e não deixar nenhuma possibilidade de revolta entre os derrotados. Essa política teve êxito.

Gengis voltou para a Mongólia, deliciou-se com suas 500 esposas e concubinas e morreu no leito. Seu filho e sucessor Ogotai enviou uma horda de 300.000 homens para subjugar Jalal ud-Din que havia formado outro exército em Diarbequir; Jalal foi derrotado e morto e os mongóis sem obstáculo assolaram o Azerbajã, o norte da Mesopotâmia, a Geórgia e a Armênia (1234). Ouvindo que uma rebelião, conduzida pe-

los Assassinos (Hashshashin), havia irrompido no Irã, Hulagu, neto de Gengis, conduziu um exército mongol através de Samarcanda e Balc, destruiu o bastião dos Assassinos em Alamut e voltou-se contra Bagdá.

Al-Mustasim Billah, o último dos califas abássidas do Oriente, era um erudito, calígrafo meticuloso, homem de gentileza exemplar, dedicado à religião, livros e caridade: tudo isso desagradava ao gosto de Hulagu. O mongol acusou o califa de abrigar rebeldes e de recusar o auxílio prometido no combate aos Assassinos. Como castigo exigiu a submissão do califa ao grande Khan e a completa desmilitarização de Bagdá. Al-Mustasim respondeu com uma orgulhosa recusa. Após um mês de cerco, al-Mustasim enviou presentes e uma oferta de rendição a Hulagu. Iludido por uma promessa de clemência, ele e seus dois filhos entregaram-se ao mongol. A 13 de fevereiro de 1258, Hulagu e suas tropas entraram em Bagdá e começaram a pilhagem e massacre de 40 dias; 800.000 dos habitantes foram mortos, segundo nos informam. Milhares de doutos, cientistas e poetas caíram no indiscriminado morticínio; bibliotecas e tesouros acumulados durante séculos foram roubados ou destruídos; em uma semana centenas de milhares de volumes foram consumidos pelas chamas. Finalmente o califa e os membros de sua família, depois de serem forçados a revelar os lugares onde estavam escondidos seus tesouros secretos, foram mortos.[119] Assim terminou o califado Abássida na Ásia.

Hulagu retornou então à Mongólia. Seu exército ficou para trás e, sob o comando de outros generais, marchou para a conquista da Síria. Em Ain Jalut, os mongóis encontraram um exército egípcio comandado pelos chefes mamelucos Qutuz e Baibars e foram derrotados (1260). Em toda parte do Islã e na Europa homens de todas as crenças se rejubilaram; desfizera-se a magia do medo. Em 1303 uma batalha decisiva travada perto de Damasco deu cabo da ameaça mongol e salvou a Síria para os mamelucos, talvez a Europa para o cristianismo.

Nunca na História uma civilização sofreu golpe tão súbito e devastador. A conquista bárbara de Roma desenvolvera-se ao longo de dois séculos, e entre um golpe e outro era possível alguma reabilitação; e os conquistadores germânicos respeitaram e alguns tentaram mesmo preservar o moribundo Império que ajudaram a destruir. Mas os mongóis vieram e se foram em 40 anos; não conquistavam cidades para se estabelecer, mas para matar, pilhar e carregar os despojos para a Mongólia. Quando baixou sua sangrenta maré, deixou atrás uma economia fatalmente arruinada, canais rompidos ou entulhados, escolas e bibliotecas em cinzas, governos demasiado divididos, pobres e fracos para administrar, e uma população reduzida à metade, com a alma despedaçada. A indulgência epicurista, exaustão mental e física, incompetência e covardia militar, sectarismo e obscurantismo religiosos, corrupção e anarquia política, tudo culminando no colapso esfacelador diante do ataque externo — isso, e não a modificação do clima, arrastou a Ásia ocidental da hegemonia mundial à destituição, uma centena de cidades prósperas e cultas da Síria, Mesopotâmia, Pérsia, Cáucaso e Transoxiana à pobreza, doença, estagnação dos tempos modernos.

X. ISLÃ E CRISTANDADE

A ascensão e o declínio da civilização muçulmana constitui um dos grandes fenômenos da História. Durante cinco séculos, de 700 a 1200, o Islã encabeçou o mundo em poderio, ordem e extensão de governo, no refinamento de maneiras, no padrão

de vida, legislação humana e tolerância religiosa, na literatura, estudos, ciências, medicina e filosofia. Na arquitetura cedeu a palma, no século XII, às catedrais da Europa; e a escultura gótica não encontrou rival no Islã inibido. A arte islâmica esgotou-se na decoração, e sofreu as conseqüências da estreiteza de visão e monotonia do estilo; mas dentro de seus limites auto-impostos, jamais foi superada. No Islã a arte e a cultura eram mais amplamente compartilhadas do que na cristandade medieval; reis eram calígrafos, e mercadores ou médicos podiam ser filósofos.

Quanto à moralidade sexual durante esses séculos a cristandade provavelmente era melhor do que o Islã, embora não houvesse muita diferença; a monogamia cristã, apesar de desrespeitada na prática, conteve o impulso sexual dentro de certos limites e lentamente elevou a condição da mulher, enquanto o Islã obscurecia a face desta com o *purdah* e o véu. A Igreja conseguia limitar o divórcio e parece que os desvios homossexuais nunca atingiram, mesmo na Itália da Renascença, o alastramento e a liberdade permitidos, não na lei maometana, mas na vida muçulmana. Aparentemente, os muçulmanos foram mais cavalheiros do que seus pares cristãos; eles mantiveram mais freqüentemente a palavra dada, mostraram mais mercê aos derrotados e poucas vezes foram culpados de brutalidades como as que assinalaram a tomada de Jerusalém pelos cristãos em 1099. A lei cristã continuou a empregar o ordálio, água ou fogo no julgamento de acusados, enquanto o direito muçulmano desenvolvia uma jurisprudência adiantada e um judiciário esclarecido. A religião maometana, menos original que a hebraica, menos tolerante ao ecletismo do que a cristã, manteve sua crença e ritual mais simples e puros, menos dramáticos e coloridos do que os cristãos, e fez menos concessões ao politeísmo natural da humanidade. Parecia-se com o protestantismo em desprezar o auxílio e a diversão que a região mediterrânea oferecia à imaginação e aos sentidos; mas curvou-se ao sensualismo popular, na sua descrição do paraíso. Manteve-se quase livre do sacerdotalismo, mas caiu em estreita e obscurecida ortodoxia, exatamente no momento em que o cristianismo estava entrando no período mais exuberante da filosofia católica.

A influência da cristandade sobre o Islã estava quase limitada à religião e à guerra. Provavelmente dos exemplos cristãos resultaram o misticismo, o monasticismo e o culto de santos do maometismo. A figura e a história de Jesus tocaram a alma islamita e apareceram de maneira simpática na poesia e arte muçulmanas.[120]

A influência do Islã sobre a cristandade foi variada e imensa. Do Islã, a Europa cristã recebeu alimentos, bebidas, drogas, medicamentos, armadura, heráldica, motivos e gostos artísticos, artigos e técnica industrial e comercial, códigos e métodos marítimos e muitas vezes palavras para designar essas coisas: *laranja, limão, açúcar, xarope, sorvete, julepo, elixir, jarro, arcabuz, algodão, sofá, musselina, cetim, fustão, bazar, caravana, cheque, tarifa, tráfico, aduana, magazine, azeite, chalupa, gabarra, chafariz, almirante*. O jogo de xadrez foi da Índia à Europa, via Islã, e no caminho apanhou palavras persas; *xeque-mate* provém do persa *shah-mat* — o "rei está morto", Alguns de nossos instrumentos musicais trazem em seus nomes a evidência da sua origem semítica — *alaúde, rabeca, guitarra, tamborim*. A poesia e a música dos "*trobadours*" (trovadores-poetas provençais) foram da Espanha muçulmana à Provença e da Sicília muçulmana à Itália; e descrições árabes de viagens ao céu e ao inferno podem ter influído na composição da *Divina Comédia*. Fábulas e números hindus entraram na Europa com roupagem ou forma árabe. A ciência muçulmana conservou e desenvolveu a matemática, a física, a química, a astronomia e a medicina gregas e transmi-

tiu essa herança helênica, consideravelmente enriquecida, à Europa; e termos científicos árabes — *álgebra, zero, cifra, azimute, alambique, zênite, almanaque* — continuam ainda incluídos nos vários vocabulários europeus. A medicina muçulmana dirigiu o mundo durante meio milênio. A filosofia muçulmana preservou e deturpou Aristóteles para a Europa cristã. Avicena e Averróis eram luzes do Oriente para os estudiosos, que os citavam como autoridade logo abaixo dos gregos.

A abóbada estriada é mais antiga no Islã do que na Europa,[121] embora não possamos traçar a rota pela qual ela chegou à arte gótica. A espiral e a torre dos sinos cristãos devem muito ao minarete,[122] e talvez a escultura gótica da janela se tenha inspirado no arqueamento pontiagudo da Giralda.[123] O rejuvenescimento da arte cerâmica na Itália e França foi atribuído à importação de louças muçulmanas no século XII e a visitas de oleiros italianos à Espanha muçulmana.[124] Operários venezianos em metal e vidro, encadernadores italianos, armeiros espanhóis aprenderam suas técnicas dos artesãos muçulmanos,[125] e quase em toda a parte da Europa tecelões procuraram no Islã modelos e desenhos. Até jardins receberam uma influência persa.

Veremos depois por que vias entraram essas influências: por meio do comércio das Cruzadas; através de milhares de traduções do árabe para o latim; pelas visitas de estudiosos como Gerbert, Miguel Scot e Adelardo de Bath à Espanha muçulmana; pelo envio de jovens cristãos por seus pais espanhóis às cortes muçulmanas a fim de receber educação cavalheiresca[126] — pois os aristocratas muçulmanos eram considerados "cavaleiros e gentis-homens, apesar de mouros";[127] por meio do contato diário dos cristãos com os muçulmanos na Síria, Egito, Sicília e Espanha. Todo avanço dos cristãos na Espanha compreendia a entrada de uma onda de literatura, ciência, filosofia e arte muçulmanas na cristandade. Assim, a conquista de Toledo em 1085 adiantou imensamente o conhecimento cristão de astronomia e manteve viva a teoria da esfericidade da Terra.[128]

Atrás desse empréstimo fumegava um ódio imperecível. Nada, exceto o pão, é tão precioso para a humanidade como suas crenças religiosas; pois o homem não vive do pão somente, mas também da fé que o faz ter esperança. Portanto aquele que desafia seu sustento ou sua crença recebe seu ódio mais profundo. Durante três séculos, o cristianismo assistiu ao avanço islâmico, à ocupação e a absorção de terras e povos cristãos uns após outros pelos muçulmanos, sentiu sua mão constringente sobre o comércio cristão e ouviu-os chamar os cristãos de infiéis. Por fim o conflito potencial tornou-se real: as civilizações rivais chocaram-se nas Cruzadas; e os melhores do Oriente ou do Ocidente mataram os melhores do Ocidente ou do Oriente. Através de toda a história medieval repousa esta hostilidade mútua, com uma terceira fé, a judaica, apanhada entre os dois principais combatentes e cortada pelas espadas de ambos. O Ocidente perdeu as Cruzadas, mas venceu a guerra das crenças. Todo guerreiro cristão foi expulso da Terra Santa do judaísmo e do cristianismo; mas o Islã, sangrado por sua vitória tardia e assolado pelos mongóis, caiu, por seu turno, em uma Idade das Trevas do obscurantismo e da pobreza enquanto o Ocidente derrotado, amadurecido por seus esforços e esquecendo-se de sua derrota, aprendia avidamente de seu inimigo, erguia catedrais, vagava nos altos mares da razão, transformava suas novas línguas em Dante, Chaucer e Villon e marchava com ânimo para a Renascença.

O leitor comum admirar-se-á da extensão deste exame da civilização islâmica e o estudioso lastimará sua indevida brevidade. Somente nos apogeus da História uma sociedade produziu, em período igual, tantos homens ilustres — no governo, na educação, literatura, filologia, geografia, história, matemática, astronomia, química, filosofia e medicina — como o Islã nos quatro séculos entre Harum al-Raschid e Averróis. Uma parcela dessa brilhante atividade alimentou-se nos legados gregos, mas a maior parte, acima de tudo, a habilidade política, a poesia e a arte eram originais e inestimáveis. Em certo sentido este zênite do Islã constituía uma reabilitação do Oriente Próximo do domínio grego; retornava não somente à Pérsia sassânida e aquemênida, mas à Judéia de Salomão, à Assíria de Assurbanipal, à Babilônia de Hamurabi, à Acádia (Akkad, província do norte da antiga Babilônia) de Sargão, à Suméria dos reis desconhecidos. Estabelece-se assim a continuidade da História: apesar dos terremotos, epidemias, fomes, migrações abruptas e guerras catastróficas, os processos essenciais da civilização não se perdem; alguma cultura mais nova apanha-os, arranca-os da conflagração, condu-los imitativamente, depois criativamente até que nova juventude e novo espírito possam entrar na corrida. Como os homens são parte uns dos outros e as gerações constituem momentos na linhagem familiar, assim as civilizações são unidades dentro de um todo maior cujo nome é História; são estádios na vida do homem. A civilização é poligenética — é o produto da cooperação de muitos povos, classes e religiões. E ninguém que estude História pode ser um títere da raça ou da crença. Por conseguinte, o estudioso, embora pertença a seu país por meio de parentesco afetivo, sente-se também cidadão daquele País do Espírito que desconhece o ódio e fronteiras; não fará jus àquela condição se introduzir em seus estudos preconceitos políticos ou discriminações raciais ou animosidades religiosas, mas se rende grata homenagem a qualquer povo que tenha alimentado o fogo da civilização e enriquecido sua herança.

TÁBUA CRONOLÓGICA

1-220: O Tannaim
189: O Míxina de Jehuda Hanasi
219: Academia judaica em Sura
220: Academia judaica em Pumbeditha
220-500: O Amoraim
280-500: Compilação dos Talmudes
359: Hillel II fixa o calendário judaico
500-650: O Saboraim
658-1040: O Gaonato na Babilônia
815: Morte do astrônomo Mashallah
855-955: O filósofo Isaque Israeli
892-942: O filósofo Saadia Gaon
915-70: Hasdal ibn Xaprut, estadista
1000: Edito de monogamia do rabino Gershom
1021-70: Ibn Gabirol, poeta e filósofo
1038-55: Samuel ibn Naghdela, vizir
1040-1105: O Comentador do Talmude, Shelomoh ben Yitzhak (Rashi)
1055-66: O vizir Joseph ibn Naghdela
1065-1136: O matemático Abraham bar Hiyya
1070-1139: O poeta Moisés ibn Ezra
1086-1147: O poeta Jehuda Halevi
1093-1168: O poeta Abraham ibn Ezra
1096: *Pogroms* da Primeira Cruzada
1110-80: O filósofo Abraham ibn Daud
1135-1204: Maimônides
1147: *Pogroms* da Segunda Cruzada
1160: O falso messias Davi Alrui
1160-73: As Viagens de Benjamim de Tudela
1170: O *Míxina Torah* de Maimônides
1181-1254, 1306: Judeus expulsos da França
1190: O *Guia do Perplexo*
1190: O surgimento da Cabala
1190: *Pogroms* na Inglaterra
1215: O Quarto Concílio de Latrão ordena a marcação dos judeus
1234: Livros de Maimônides queimados em Montpellier
1242: Queima do Talmude em Paris
1290: Judeus expulsos da Inglaterra
ca. 1295: O *Sefer ha-Zohar* de Moisés de Leão.

CAPÍTULO XV

O Talmude

I. OS EXÍLIOS: 135-565

DENTRO do Islã e da cristandade, um povo notável manteve através de toda adversidade a sua própria cultura, consolado e inspirado por sua crença, vivendo pelas suas leis e moralidade, produzindo seus poetas, cientistas, doutos e filósofos, e servindo como transportador de sementes férteis entre dois mundos hostis.

A rebelião de Bar Cocheba (132-5) não foi o último esforço dos judeus no sentido de reconquistar para a Judéia a liberdade que Pompeu e Tito haviam destruído. Sob Antonino Pio (138-61) eles tentaram novamente e fracassaram. Sua cidade santa lhes estava vedada, exceto no amargo aniversário de sua destruição, quando tinham permissão, por uma deferência, de se lamentarem nos muros de seu templo em ruínas. Na Palestina, onde 985 cidades foram destruídas e 580.000 homens e mulheres mortos, durante a revolta de Bar Cocheba, a população judaica reduzira-se à metade do seu número primitivo e caíra num tal abismo de pobreza, que a vida cultural quase desapareceu. No entanto, dentro de uma geração, depois da revolta de Bar Cocheba, o *Beth Din* ou Conselho Nacional Judeu — uma corte de 71 doutos e legistas rabinos — foi estabelecido em Tiberíades, sinagogas e escolas foram inauguradas e surgiu novamente a esperança.

O triunfo do cristianismo trouxe novas dificuldades. Antes de sua conversão, Constantino havia colocado a religião dos judeus em pé de igualdade legal com a de seus súditos. Depois de sua conversão, os judeus foram oprimidos com novas restrições e exações e os cristãos proibidos de se associarem com eles.[1] Constâncio baniu os rabinos (337) e tornou crime capital o casamento de um judeu com uma mulher cristã.[2] O irmão de Juliano, Galo, taxou os judeus tão pesadamente que muitos venderam seus filhos a fim de satisfazer suas exigências. Em 352, rebelaram-se de novo e novamente foram vencidos; Séforis foi arrasada, Tiberíades e outras cidades parcialmente destruídas, milhares de judeus foram mortos, milhares escravizados. Naquele momento (359), a condição dos judeus da Palestina rebaixou-se tanto, e sua comunicação com outras comunidades judaicas era tão difícil, que seu patriarca Hillel II resignou ao direito de determinar para todos os judeus as datas dos festivais judaicos e publicou, para o cômputo independente dessas datas, um calendário que permanece em uso entre os judeus do mundo até os dias de hoje.

Dessas aflições, os judeus foram salvos durante um momento pela ascensão de Juliano. Ele reduziu as taxas, revogou leis de separação, louvou a caridade hebraica e reconheceu Jeová (Yahveh) como "um grande deus". Perguntou aos dirigentes judeus

por que haviam abandonado o sacrifício de animais; quando eles responderam que sua lei não permitia tal ato senão no templo de Jerusalém, ordenou que este fosse reconstruído com fundos do Estado.[3] Jerusalém foi novamente franqueada aos judeus; eles se reuniam ali, procedentes de todos os cantos da Palestina, de todas as províncias do Império; homens, mulheres e crianças davam o seu trabalho à reconstrução, suas economias e jóias para mobiliar o novo templo;[4] podemos imaginar a felicidade de um povo que durante três séculos havia orado por esse dia (361). Mas quando os alicerces estavam sendo cavados, irromperam chamas do chão e vários trabalhadores morreram queimados.[5] O trabalho foi pacientemente reiniciado, mas uma repetição do fenômeno — provavelmente devido à explosão do gás natural — interrompeu e desanimou o empreendimento. Os cristãos rejubilaram-se ante aquilo que parecia uma proibição divina; os judeus ficaram espantados e lastimaram-no. E então ocorreu a morte súbita de Juliano. Os fundos estatais foram suspensos; as velhas leis restritivas postas em vigor e tornadas mais severas. E os judeus, de novo excluídos de Jerusalém, voltaram a suas aldeias, a sua pobreza e a suas preces. Logo depois Jerônimo relatava que a população judaica da Palestina "não passava de um décimo da anterior".[6] Em 425, Teodósio II aboliu o patriarcado da Palestina. Igrejas greco-cristãs substituíram as sinagogas e escolas; e depois de um breve renascimento em 614, a Palestina renunciou à hegemonia do mundo judeu.

Os judeus dificilmente poderiam ser censurados se esperassem passar melhor em terras menos cristãs. Alguns se dirigiam para o leste, procurando a Mesopotâmia e a Pérsia, e revigoraram a judiaria babilônica que nunca havia cessado de existir desde o cativeiro de 597 a.C. Na Pérsia também os judeus eram excluídos dos cargos oficiais; mas, como todos os persas, exceto a nobreza, estavam excluídos do mesmo modo, havia menos ofensa na restrição.[7] E houve várias perseguições dos judeus na Pérsia. Mas a tributação ali era menos severa, o governo mostrava-se geralmente cooperador e o exilarca, ou chefe da comunidade judaica, era reconhecido e honrado pelos reis persas. O solo do Iraque estava então irrigado e era fértil; os judeus desse país tornaram-se lavradores prósperos, bem como ativos comerciantes. Alguns, inclusive famosos doutos, tornaram-se ricos, fabricando cerveja.[8] As comunidades judaicas na Pérsia multiplicaram-se rapidamente, pois a lei desse país permitia a poligamia e os judeus a praticavam, pelas razões que vimos na lei maometana. Os bons rabinos Rab e Naamã, quando viajavam, costumavam anunciar em cada cidade a procura de esposas temporárias, a fim de dar aos jovens do lugar um exemplo do matrimônio, como medida contra a vida promíscua.[9] Em Nehardea, Sura e Pumbeditha surgiram escolas de alta educação, cujo ensino e decisões rabínicas foram respeitados através da Diáspora.

Entrementes, a dispersão dos judeus continuou em todas as terras do Mediterrâneo. Alguns foram juntar-se às velhas comunidades judaicas da Síria e Ásia Menor. Outros dirigiram-se a Constantinopla a despeito da hostilidade dos imperadores e patriarcas gregos. Terceiros entraram da Palestina na Arábia, ao sul, viveram em paz e liberdade religiosa com os árabes (também semitas), ocuparam regiões inteiras como Caibar, quase igualaram os árabes em Iatrib (Medina), fizeram muitos convertidos e prepararam o espírito árabe para o judaísmo do Alcorão. Alguns cruzaram o Mar Vermelho para a Abissínia e multiplicaram-se tão rapidamente ali que em 315 estimava-se que eles constituíam a metade da população do país.[10] Judeus controlavam metade da navegação de Alexandria e sua prosperidade nessa cidade excitável alimentou as chamas da animosidade religiosa.

Comunidades judaicas desenvolveram-se em cidades da África do Norte, na Sicília e Sardenha. Na Itália eram numerosas; e embora ocasionalmente incomodadas pela população cristã, foram em sua maioria protegidas pelos imperadores pagãos, imperadores cristãos, Teodorico e os papas. Na Espanha houve colônias judaicas antes de César, as quais tinham-se desenvolvido sem serem molestadas no império pagão; prosperaram sob os visigodos arianos, mas sofreram desanimadoras perseguições depois que o rei Recaredo (586-601) adotou o credo de Nicéia. Não temos notícias de nenhuma perseguição de judeus na Gália até os severos decretos do III e IV Concílios de Orleãs (538-541), uma geração após a conquista da Gália visigótica ariana pelo cristão ortodoxo Clóvis. Por volta de 560 os cristãos de Orleãs queimaram uma sinagoga. Os judeus dirigiram uma petição a Gontrão, rei dos francos, no sentido de reconstruir o templo à custa dos cofres públicos, como Teodorico havia feito em caso semelhante. Gontrão recusou-se. "Ó rei glorioso pela vossa admirável sabedoria!", exclamou o bispo Gregório de Tours.[11]

De tais atribulações os judeus da Dispersão sempre se reabilitaram. Pacientemente reconstruíram suas sinagogas e suas vidas; trabalharam afanosamente, comerciaram, emprestaram dinheiro, oraram e esperaram, prosperaram e se multiplicaram. Cada colônia tinha de manter, à custa da comunidade, pelo menos uma escola elementar e outra secundária, ambas geralmente na sinagoga. Os estudiosos eram aconselhados a não viverem em qualquer cidade que não tivesse tais escolas. A língua do culto e da instrução era o hebraico; a língua diária era aramaica no Oriente, grega no Egito e Europa oriental; em toda parte os judeus adotavam a língua da população circundante. O tema central da educação judaica era a religião; a cultura secular era então quase ignorada. A judiaria dispersa podia manter-se, em corpo e alma, apenas por meio da Lei; e a religião constituía o estudo e a observância da Lei. A fé dos antepassados tornava-se mais preciosa aos judeus quanto mais era atacada; e o Talmude e a sinagoga constituíam o apoio indispensável e o refúgio para um povo oprimido e desgarrado, cuja vida repousava na esperança, e sua esperança na fé em seu Deus.

II. OS AUTORES DO TALMUDE

No templo, nas sinagogas e nas escolas da Palestina e da Babilônia, os escribas e os rabinos compuseram esses enormes corpos de leis e comentários conhecidos pelo nome de Talmudes palestino e babilônico. Sustentavam que Moisés não havia deixado a seu povo somente uma Lei escrita no Pentateuco, mas também uma Lei oral, que fora transmitida e ampliada de mestre a discípulo, de geração a geração. Tinha constituído o principal ponto de discussão entre fariseus e saduceus da Palestina, se essa Lei oral era também de origem divina e se possuía portanto obrigatoriedade. Como os saduceus desapareceram depois da Dispersão do ano 70 d.C. e os rabinos herdaram a tradição dos fariseus, a Lei oral foi aceita por todos os judeus ortodoxos como mandamento de Deus, e acrescentada ao Pentateuco para constituir a Torah ou Lei pela qual eles viviam e a qual, literalmente, era a sua razão de ser. O processo milenar por que a lei oral foi organizada, formada e escrita com o nome de Míxina; os oito séculos de debate, julgamento e elucidação que aumentaram os dois Gemaras como comentários sobre o Míxina; a união do Míxina com o mais curto desses Gemaras para constituir o Talmude palestino e com o mais longo para formar o babilônico — eis aí uma das mais complexas e espantosas histórias da História do espírito humano. A

Bíblia era a literatura e a religião dos antigos hebreus; a Torah constituía a vida e o sangue dos judeus medievais.

Só porque fora escrita, a Lei do Pentateuco não podia satisfazer a todas as necessidades e circunstâncias de uma Jerusalém sem liberdade ou um judaísmo sem Jerusalém ou uma judiaria sem a Palestina. Era função dos mestres do Sinédrio antes da Dispersão, e dos rabinos depois dela, interpretar a legislação de Moisés para uso e orientação de uma nova era ou local. Suas interpretações e discussões, com a opinião da maioria e minoria, foram transmitidas de uma geração de mestres a outra. Talvez para manter essa tradição oral flexível, possivelmente para tornar obrigatória a sua memorização não foi ela escrita. Os rabinos que expunham a Lei podiam ocasionalmente pedir a ajuda de pessoas que haviam realizado a façanha de gravá-la na memória. Nas primeiras seis gerações depois de Cristo, os rabinos foram chamados *tannaim* — "professores da Lei oral". Como os únicos peritos da Lei, eles eram ao mesmo tempo mestres e juízes de suas comunidades na Palestina depois da destruição do templo.

Os rabinos da Palestina e da Diáspora constituíram a mais singular aristocracia da História. Não estavam fechados em classes exclusivistas ou hereditárias; muitos deles elevaram-se das classes mais pobres. A maioria ganhava a vida como artesãos mesmo depois de alcançar renome internacional; e quase até o fim deste período eles não recebiam pagamento por seu trabalho como professores e juízes. Homens ricos às vezes faziam-nos sócios comanditários de empreendimentos comerciais ou os levavam para suas casas, ou ainda casavam suas filhas com eles, a fim de libertá-los da árdua labuta. Poucos se corromperam pela situação a que foram elevados em sua comunidade; alguns eram humanamente capazes de raiva, ciúme, ódio, censura indevida, orgulho; tinham de se lembrar freqüentemente de que o douto verdadeiro é um homem modesto, pois que somente a sabedoria vê a parte à luz do todo. O povo os amava pelas suas virtudes e suas faltas, admirava-os pelo saber e devoção, e contava milhares de histórias acerca de seus julgamentos e milagres. Até hoje nenhum povo honra tanto o estudante e o douto como os judeus.

À medida que se acumulavam as decisões rabínicas, a tarefa de guardá-las de memória tornava-se desarrazoada. Hillel Aquiba e Meir tentaram várias classificações e processos mnemônicos, mas nenhum deles teve aceitação geral. A desordem na transmissão da Lei tornou-se a ordem do dia; o número de homens que sabiam de cor toda a Lei oral reduziu-se perigosamente, e a Diáspora estava espalhando esses poucos para terras distantes. Por volta do ano 189, em Séforis, na Palestina, o rabi Jehuda Hanasi encarregou-se de transformar o trabalho de Aquiba e Meir, reajustou toda a Lei oral e a escreveu com algumas adições pessoais dando o nome de "Míxina do rabi Jehuda". (Uma minoria de doutos sustenta que Jehuda não escrevera seu Míxina e que o mesmo fora transmitido oralmente até o século VIII.) Foi tão amplamente lido que se tornou, o Míxina, a forma autorizada da Lei oral dos judeus.

Na forma em que a temos hoje, o Míxina (isto é, o ensino oral) constitui o resultado de muita revisão e interpolação desde Jehuda; assim mesmo é um resumo compacto destinado à memorização pela repetição e portanto atormentadoramente sucinto e obscuro a todo aquele que não esteja familiarizado com a vida e a história dos judeus. Os judeus da Babilônia e Europa bem como os da Palestina o aceitaram, mas cada escola deu a suas máximas uma interpretação individual. Como seis "gerações" (10-220) d.C.) de *tannaim* rabinos haviam participado da formulação do Míxina,

também agora seis "gerações" (220-500) de *amoraim* (expositores) rabinos aumentaram essas duas massas de comentários, os Gemaras palestino e babilônico. Os novos mestres fizeram em relação ao Míxina de Jehuda o que os *tannaim* haviam feito com o Velho Testamento: debateram, analisaram, explicaram, emendaram e ilustraram o texto para aplicá-lo aos novos problemas e circunstâncias de lugar e tempo. Em fins do século IV as escolas da Palestina coordenaram seus comentários na forma conhecida como Gemara palestino. Mais ou menos na mesma época (397) Rab (rabino) Ashi, chefe do colégio de Sura, iniciou a codificação do Gemara babilônico e trabalhou nele durante uma geração; 100 anos depois (499) Rabina II bar (filho de) Samuel, também em Sura, completou essa obra. Se considerarmos que o Gemara babilônico é 11 vezes mais longo do que o Míxina, começaremos a compreender por que sua compilação levou um século. Durante mais 150 anos (500-650) os *saboraim* (pensadores) rabinos revisaram esse vasto comentário e deram os toques finais ao Talmude babilônico.

O termo *Talmud* significa ensinar. Entre os *amoraim* ele era aplicado somente ao Míxina; no emprego moderno esse termo inclui tanto o Míxina como o Gemara. O Míxina é o mesmo nos Talmudes palestino e babilônico; os dois diferem apenas no Gemara ou comentário, que é quatro vezes mais longo no babilônico do que na forma palestina.

O Talmude babilônico enche 2.947 folhas de fólio ou cerca de seis mil páginas de 400 palavras cada uma. O Míxina está dividido em seis *sedarim* (ordens), cada uma destas em *masechtoth* (tratados) totalizando 63, cada um destes em *perakim* (capítulos), e cada um destes em *mishnayoth* (ensinamentos). As edições modernas do Talmude incluem geralmente: 1. o comentário de Rashi (1040-1105), que aparece nas margens interiores do texto; e 2. *tosaphoth* (aditamentos), discussões do Talmude pelos rabinos franceses e germânicos dos séculos XII e XIII, que aparecem nas margens exteriores do texto. Muitas edições acrescentam o *Tosefta* ou Suplemento — remanescente da Lei oral omitido no Míxina de Jehuda Hanasi.

Este capítulo fará também citações do Midraxe (exposição), alocuções atribuídas aos *tannaim* e *amoraim*, mas reunidas e escritas entre os séculos IV e XII e que expõem em estilo popular vários livros das Escrituras Hebraicas. Alguns dos principais Midraxim: Genesis Rabbah, sobre a Gênese; Wayykrah Rabbah, sobre o Levítico; cinco Megilloth (pergaminhos) — sobre Ester, o Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações e Eclesiástico; o Mechilta, sobre o Êxodo; o Sifra, sobre o Levítico; o Sifre sobre Números e Deuteronômio; o Pesikta, homilias sobre passagens da Bíblia.[12]

A língua dos dois Gemaras é o aramaico; a do Míxina é o neo-hebraico, com muitos empréstimos de idiomas vizinhos. O Míxina é conciso, declarando uma lei em poucas linhas; os Gemaras são deliberadamente discursivos expondo as diversas opiniões dos principais rabinos sobre o texto do Míxina, descrevendo as circunstâncias que poderiam exigir a modificação da lei e acrescentando material ilustrativo. O Míxina é em grande parte *halacá*, lei; os Gemaras são parcialmente *halacá* — reafirmando ou discutindo uma lei — parcialmente *hagadá* (história). *Hagadá* tem sido preguiçosamente definido como qualquer coisa que não é *halacá*, no Talmude. Em sua maior parte o *hagadá* inclui anedotas ou exemplos ilustrativos, trechos de biografia, história, medicina, astronomia, astrologia, magia e teosofia bem como exortações à virtude e obediência à Lei. Muitas vezes um *hagadá* aliviava os espíritos dos estudantes depois de um complexo e cansativo debate. Assim é que lemos:

Os rabinos Ami e Assi estavam conversando com o rabino Isaque Napcha, quando um deles disse ao último: "Senhor, contai-nos alguma lenda bonita"; e o outro acrescentou: "Por favor, explique-nos, antes, algum ponto interessante da lei." Quando ele começava a história, desagradava a um e quando começava a explicar um ponto da lei ofendia ao outro. Então, contou esta parábola: "Sou como um homem com duas esposas, uma jovem e outra velha. A jovem arrancou todos os cabelos brancos do homem para que ele pudesse parecer moço; a velha esposa arrancou todos os cabelos pretos dele para que pudesse parecer idoso; e assim entre as duas ele ficou calvo. O mesmo acontece comigo entre vós."[13]

III. A LEI

Se agora, com uma brevidade prejudicial e ignorância ecumênica, somos forçados a tentar um esboço de algumas fases desse imenso Talmude que entrou em toda brecha da vida medieval hebraica, devemos confessar que estamos apenas arranhando uma montanha e que nossa aproximação superficial nos condena ao erro.

1. *Teologia*

Primeiro, diziam os rabinos, deve-se estudar a Lei, escrita e oral. "Maior é o estudo da Torah do que a reconstrução do Templo."[14] "Todo dia em que um homem se ocupa em estudar a Lei deveria dizer-se a si mesmo: 'É como se eu A tivesse recebido hoje do Sinai.''[15] Nenhum outro estudo é necessário; a filosofia grega, ciência secular, pode ser estudada somente "naquela hora que não é nem dia nem noite".[16] Toda palavra das Escrituras hebraicas é literalmente a palavra de Deus; mesmo o Cântico dos Cânticos constitui um hino inspirado por Deus — para representar alegoricamente a união de Jeová com Israel como sua noiva escolhida. (Os teólogos católicos interpretam-no como descrevendo simbolicamente a união de Cristo com a Igreja como Sua noiva eleita.)[17] Uma vez que sem a Lei haveria um caos moral, Ela deve ter existido antes da criação do mundo "no íntimo ou no espírito de Deus". (Compare-se com a antiga crença chinesa de que a operação e o movimento do universo dependem da lei moral; a comparação de Heráclito dos desvios planetários com os pecados; e as "idéias" arquetípicas divinas de Platão. A teoria retrocede aos Prov. VIII, 22. Jesus aceitou a eternidade da Lei [Lucas XVII, 7; Mat. V, 18]. Os muçulmanos, para não serem superados, ensinaram a eternidade do Alcorão.) Apenas a comunicação da Lei a Moisés foi um evento no tempo. O Talmude enquanto for *halacá* é também a palavra eterna de Deus; é a formulação de leis oralmente comunicadas a Moisés por Deus, e por Moisés, a seus sucessores; e seus decretos são tão merecedores de obediência como tudo que se encontra nas Escrituras. (Nenhum concílio oficial judeu jamais aceitou este ponto de vista talmúdico do Talmude. O judaísmo moderno reformado repele esta idéia.) Alguns rabinos classificaram o Míxina acima das Escrituras em autoridade como sendo uma forma posterior e revisada da Lei.[18] Certos editos rabínicos esvaziaram francamente as leis do Pentateuco ou interpretaram-nas de maneira a torná-las inócuas.[19] Durante a Idade Média (476-1492) os judeus da Alemanha e da França estudaram o Talmude muito mais do que as Escrituras.

O Talmude, como a Bíblia, toma por natural a existência de um Deus inteligente e onipotente. Houve cépticos ocasionais entre os judeus, como o erudito Elisha ben

Abuyah que o piedoso rabino Meir tornou seu amigo; mas eles constituíam, aparentemente, uma minoria ínfima e quase sem voz. O Deus do Talmude é francamente antropomórfico: Ele ama e odeia, zanga-se,[20] ri,[21] chora,[22] sente remorso,[23] usa amuletos,[24] senta-se em um trono cercado de uma hierarquia oficiante de querubins e serafins e estuda a Torah três vezes ao dia.[25] Os rabinos reconheciam que estes atributos humanos eram um tanto hipotéticos; "tomamos emprestado termos de Suas criaturas para aplicá-los a Ele", diziam, "a fim de ajudar a compreensão";[26] não era sua falta se a gente comum pensasse somente em termos de pintura. Representavam também Deus como a alma do universo, invisível, penetrante, vitalizante, ao mesmo tempo transcendente e imanente, acima do mundo e no entanto presente em todo canto e fazendo parte dele. Esta presença divina universal, o Shekinah (moradia), é especialmente real nos lugares, pessoas e coisas sagrados e nos momentos de estudo ou prece. Todavia este Deus onipresente é uno. De todas as idéias, a mais desagradável ao judaísmo é a de uma pluralidade de deuses. A unidade de Deus é reiterada apaixonadamente contra o politeísmo dos pagãos e o aparente triteísmo da Trindade Cristã; é proclamada na mais famosa e universal das orações judaicas, o *Shema Yisrael*: "Ouvi, ó Israel, o Senhor é nosso Deus, o Senhor é uno" (*Shema Yisrael adonoi elohenu, adonoi ehad*).[27] Nenhum messias, nenhum profeta, nenhum santo terá lugar ao lado Dele no Seu templo ou culto. Os rabinos proibiram, exceto em raras ocasiões, a enunciação do nome de Deus, esperando impedir com isso a profanação e a magia; para evitar o tetragrama JHVH sagrado empregavam a palavra Adonai, Senhor, e recomendaram até, para esta, substituições como "O Santo", "O Misericordioso" "Os Céus" e "Nosso Pai que está no céu". Deus pode e realiza milagres, especialmente por intermédio de grandes rabinos; mas estas maravilhas não devem ser consideradas como infrações das leis da natureza; não há leis senão a vontade de Deus.

Toda coisa criada tem um propósito divino e beneficente. "Deus criou o caracol para curar a sarna, a mosca como remédio para picada de vespa, e o mosquito para curar mordida de serpente e esta como remédio para ferida."[28] Entre Deus e o homem há uma relação contínua; nenhum passo da vida humana escapa à vista de Deus; todo ato ou pensamento diário do homem honra ou desonra a presença divina. Todos os homens são descendentes de Adão; contudo "o homem foi primeiramente criado com uma cauda, como um animal";[29] e "até a geração de Enoque as faces das pessoas pareciam as de macacos".[30] O homem é composto do corpo e da alma; sua alma vem de Deus; seu corpo, da terra. A alma impele-o à virtude; o corpo, ao pecado. Ou talvez esses impulsos maus tenham vindo de Satanás e daquela multidão de espíritos malignos que se encontram escondidos em toda parte.[31] Todo mal, porém, pode ser finalmente bem; sem seus desejos terrenos o homem não poderia diligenciar nem gerar; diz uma passagem jovial: "Vem, atribuamos mérito a nossos ancestrais, pois se eles não tivessem pecado nós não teríamos vindo a este mundo."[32]

O pecado é natural, mas sua culpa não é herdada. Os rabinos aceitaram a doutrina da queda do homem, mas não a do pecado original ou expiação divina. Um homem sofre somente por seus próprios pecados. Se ele sofre na terra, por seus pecados, mais do que parece merecer, pode ser porque não conhecemos a extensão total de seus pecados; ou tal excesso de castigo pode ser uma grande bênção, tornando o sofredor digno de recompensas excepcionais no céu. Portanto, disse Aquiba, um homem deve-se rejubilar dentro da multidão de seus infortúnios.[33] Quanto à morte, veio ao mundo por meio do pecado; uma pessoa realmente sem pecado nunca morrerá.[34] A

morte é uma dívida da humanidade pecadora para com o autor de todas as vidas. Um midraxe conta-nos comovente história da morte e do rabino Meir:

> Enquanto o rabino Meir estava realizando sua preleção semanal numa tarde de sábado, seus dois filhos amados morreram repentinamente em casa. A mãe cobriu-os com um lençol e proibiu o luto no dia sagrado. Quando o rabino Meir regressou após os serviços noturnos perguntou pelos filhos, que não havia visto na sinagoga. Ela lhe pediu que recitasse o *habdalá* (cerimônia que marca o encerramento do sábado) e deu-lhe a refeição da noite. Então, disse ela: "Tenho uma pergunta a fazer-te. Um amigo me deu certa vez jóias para guardar; agora ele deseja reavê-las. Devo devolver as jóias?" "Não resta dúvida", declarou o rabino Meir. A esposa levou-o pela mão ao leito, e retirou o lençol. Meir prorrompeu em violento choro e a esposa disse: "Eles estiveram confiados a nós por algum tempo; agora seu Senhor os tomou de volta."[35]

As Escrituras hebraicas pouco haviam falado da imortalidade, da recompensa e do castigo; mas agora essa idéia desempenhava grande papel na teologia rabínica. O inferno foi descrito no Ge Hinnom ou Sheol e estava dividido, como o céu, em sete andares, com diversos graus de tormento. (O vale do Hinnom era um monte de lixo fora de Jerusalém, onde o fogo era mantido constantemente aceso a fim de evitar a peste. O Sheol foi concebido como uma região subterrânea de trevas que recebia todos os mortos.) Somente os mais perversos dos circuncidados ali entrariam,[36] e mesmo pecadores confessos não seriam castigados eternamente. "Todo aquele que for para o inferno voltará de novo para cima, exceto estes três: o que comete adultério, o que envergonha outro em público e o que dá a outro um nome feio."[37] O céu era chamado Gan Éden, e representado como um jardim de todas as delícias físicas e espirituais; o vinho ali seria de uma vindima preservada dos seis dias da criação; perfumes abençoariam o ar; e Deus em pessoa se reuniria aos salvos em um banquete cuja suprema alegria seria a visão de Sua face. Todavia, alguns rabinos confessavam que nenhum homem podia dizer o que existe além do túmulo.[38]

Os judeus pensavam na salvação antes em termos de nação do que em termos individuais. Corridos através da terra com uma dureza aparentemente irracional, eles se fortaleceram com a crença de que constituíam ainda o povo eleito e favorito de Deus. Ele era seu pai e um Deus justo; não podia Ele quebrar sua aliança com Israel. Não foi aos judeus que Ele havia dado aquelas Escrituras que tanto os cristãos como os muçulmanos aceitavam e reverenciavam? Nas profundezas de seu desespero eles se elevaram a um orgulho compensador tão alto que seus rabinos, que os haviam exaltado, tiveram que humilhá-los com a reprovação. Então, como agora, anelavam pela terra do nascimento de sua nação e a idealizaram na lembrança amorosa. "Aquele que caminha quatro varas na Palestina fica certo de uma vida sempiterna", diziam; "aquele que vive na Palestina não tem pecado";[39] "mesmo a conversa mais simples daqueles que moram na Palestina constitui Torah."[40] A parte central das orações diárias, os *Shemoneh Esreh* (dezoito parágrafos), incluía um pedido para a vinda do filho de Davi, o rei Messias que faria dos judeus novamente uma nação, unida, livre, cultuando a Deus em seu próprio templo com os antigos ritos e cantos.

2. *O Ritual*

O que distinguia os judeus nesta Idade da Fé, o que os mantinha unidos na dispersão, não era a teologia mas o ritual, não uma crença que o cristianismo havia simplesmente ampliado e o islamismo adotaria substancialmente, mas um cerimonial de complexidade tão incômoda que somente este povo orgulhoso de alta têmpera mostrou a humildade e a paciência requeridas para segui-lo. O cristianismo procurou a unidade por meio da crença uniforme, o judaísmo por intermédio do ritual uniforme. As leis "foram dadas", disse Abba Areca "somente com o propósito de disciplinar e refinar os homens pela sua observância".[41]

O ritual foi antes de mais nada uma lei de culto. Quando a sinagoga sucedeu ao templo, o sacrifício de animais foi substituído pelas oferendas e oração. Mas nem na sinagoga como no templo nenhuma imagem de Deus ou de homem foi permitida. Toda tentativa de adoração de ídolos foi vedada; e a música instrumental permitida no templo foi proibida na sinagoga. Aqui o cristianismo divergiu e o maometismo opôs-se ao judaísmo; os semitas desenvolveram uma sombria piedade, os cristãos uma arte sombria.

Para o judeu ortodoxo a oração de cada dia, quase de cada hora, constituía uma experiência religiosa. As preces matutinas eram ditas com filactérios (pequenos amuletos com passagens das Escrituras) afixados na fronte e nos braços. Nenhuma refeição devia ser tomada sem uma breve prece antes, e uma oração mais longa de ação de graças depois. Mas estas preces domésticas não eram suficientes; os homens só podem ser mantidos unidos fazendo coisas em conjunto; e os rabinos sustentavam, com hipérbole oriental, que "a prece de um homem é ouvida por Deus, somente quando oferecida em uma sinagoga".[42] A liturgia pública consistia principalmente do *Shemoneh Esreh*, o *Shema Yisrael*, leitura do Pentateuco, dos Profetas e dos Salmos, uma homilia de explanação das Escrituras, o *Kaddish* (orações de elogio e bênção para os vivos e mortos) e uma bênção final. Este é o ritual essencial da sinagoga até os dias presentes.

Muito mais detalhadas do que estes regulamentos de culto eram as regras de asseio ou pureza ritual. A higiene física era considerada favorável à saúde espiritual.[43] Os rabinos proibiam viver em uma cidade que não tivesse casa de banho,[44] e davam instruções quase médicas para o banho. "Se se tomar um banho de água quente mas não se faz seguir um frio, é como o ferro que é metido no forno e não é depois mergulhado na água fria";[45] o corpo, como o ferro, deve ser temperado e enrijecido. A unção deve seguir ao banho.[46] As mãos tinham de ser lavadas imediatamente após o levantar-se, antes e depois de cada refeição e antes de uma oração cerimoniosa ou qualquer outra prática de ritual. Cadáveres, funções sexuais, menstruação, parto, vermes intestinais, porcos e lepra (isto é, várias moléstias de pele) constituíam, pela lei religiosa, coisas desasseadas. Pessoas tocadas ou afetadas por qualquer dessas coisas deveriam ir à sinagoga e proceder ao cerimonial de purificação. Uma mulher era considerada impura (não se devia ter com ela contato sexual) durante 40 dias depois de dar à luz um filho e 80 dias no caso de uma filha.[47] De acordo com as injunções da Bíblia (Gen. XVII, 9-14), um menino devia ser circuncidado no oitavo dia de vida. Isso era considerado um sacrifício e um acordo com Jeová; mas a prevalência do costume entre egípcios, etíopes, fenícios, sírios e árabes sugere que constituía medida higiênica indicada no clima mais favorável à precocidade e excitabilidade sexual, do

que à limpeza; e esta conclusão é reforçada pelo mandamento rabínico de que nenhum judeu deve manter por mais de 12 meses um escravo não circuncidado.[48]

Ocasionalmente o Talmude é lido antes como manual de medicina caseira do que como código de leis religiosas; devia ser uma enciclopédia de conselhos para o povo. Os judeus dos séculos IV e V, como a maioria dos povos do Mediterrâneo, estavam retornando às superstições médicas e expedientes dos isolados e pobres; e uma boa quantidade dessa medicina popular e supersticiosa entrou no Talmude. No entanto, encontramos no Gemara babilônico excelentes descrições de esôfago, laringe, traquéia, pulmões, meninges e órgãos genitais; tumores dos pulmões, cirrose do fígado, degeneração caseosa e muitas outras enfermidades encontram-se descritas com precisão. Os rabinos observam que moscas e copos de bebida podem transmitir infecção;[49] e a hemofilia é reconhecida como doença hereditária, tornando desaconselhável a circuncisão dos descendentes de hemofílicos. Misturadas com estas idéias encontram-se fórmulas mágicas para exorcizar demônios que, segundo se supunha, causavam moléstias.

Os rabinos, como todos nós, eram peritos em dieta. A sabedoria dietética começa com os dentes. Estes nunca deviam ser extraídos, por mais que doessem,[50] pois "se um homem mastiga bem com seus dentes, seus pés encontrarão forças".[51] Legumes e frutas, exceto a tâmara, são altamente recomendados. A carne é um luxo, que somente os bem purificados devem comer.[52] O animal deve ser morto de maneira que seu sofrimento seja mínimo e o sangue escoe totalmente da carne; comer carne com sangue constitui uma abominação. Por conseguinte, o abatimento de animais para alimentação deve ser deixado a cargo de pessoas treinadas, que também deverão examinar as vísceras para se assegurar de que o animal é sadio. Carne e leite e os pratos preparados com esses produtos não devem ser comidos em uma mesma refeição, nem colocados um perto do outro na cozinha.[53] A carne de porco deve ser recusada. Não comer ovos, cebolas ou alhos que tenham sido deixados durante uma noite sem a casca.[54] Comer apenas nas horas marcadas; "não comer durante o dia todo como galinhas".[55] "Morre mais gente de superalimentação do que de subnutrição."[56] "Até os 40 anos, comer é benéfico; depois dessa idade, beber é benéfico."[57] Beber moderadamente é melhor do que uma abstinência total; o vinho é muitas vezes um bom remédio[58] e "não há alegria sem ele".[59] Prosseguindo no assunto da dieta até o seu fim, os rabinos sustentavam que "aquele que prolonga sua estada na intimidade alonga os anos de sua vida", e recomendavam uma prece de agradecimento depois de toda resposta ao apelo da natureza.[60]

Franziam o cenho ao ascetismo e aconselhavam o povo a gozar as boas coisas da vida onde nenhum pecado estivesse envolvido.[61] Jejuns eram obrigatórios em certos períodos e alguns dias santos; mas talvez aqui também a religião fosse empregada como uma ponte para a saúde. A prudência da raça fez com que os judeus realizassem festas e festivais de vez em quando, apesar dos tons de tristeza e anelo que soavam mesmo em suas alegrias. "Numa festa um homem deve contentar sua esposa e sua família"; se possível, deve dar-lhes roupas novas.[62] O Sabá (Sabbath) — sábado: a maior das invenções judaicas — constituía aparentemente um peso nos dias do Talmude; solicitava-se então ao judeu piedoso a falar o menos possível, não acender fogo em sua casa e passar algumas horas na sinagoga, em oração. Um longo tratado discutia com exagerada minúcia exatamente o que podia e não podia ser feito no Sabá. Mas a casuística dos rabinos era dirigida no sentido de mitigar ao invés de aumentar

os terrores da piedade. Sua sutileza inventou razões convincentes para fazer o que tinha de fazer no dia de descanso. Além disso, o bom judeu descobriu uma felicidade secreta em observar o velho ritual do Sabá. Começava-o com uma pequena cerimônia de "santificação" (*kiddush*). Cercado pela família e seus convidados (pois era um dia favorito para entreter amigos), enchia um copo de vinho, abençoava-o, bebia e passava a taça aos convidados, à esposa e às crianças para que bebessem. Em seguida, tomava o pão, abençoava-o, agradecendo a Deus "que produz o pão da terra" e repartia-o com todos que compartilhavam da mesa. Nenhum jejum ou luto era permitido no Sabá.

Muitos dias santos dividiam o ano e proporcionavam novas ocasiões para recordação da piedade ou repouso merecido. O Pesach, que começa a 14 de Nisã (abril), comemorava, durante oito dias, a fuga dos hebreus do Egito. Nos tempos bíblicos era chamada a Festa do Pão Ázimo, porque os israelitas haviam fugido com a massa de pão ainda não fermentada; nos tempos talmúdicos chamava-se Pesach, isto é, da Páscoa, porque Jeová, matando os primogênitos dos egípcios, "passou" pelas casas cujos batentes das portas haviam sido manchados, pelos ocupantes judeus, com sangue do cordeiro.[63] No primeiro dia da festa os judeus celebravam a refeição da Páscoa (Seder); cada pai agia como chefe do serviço para sua família reunida, realizava com ela um ritual que lembrava os dias amargos de Moisés, e transmitia, por meio de perguntas e respostas, sua preciosa história aos jovens. No Pentecostes, sete dias depois da Páscoa, a festa de Shavuot celebrava a colheita de trigo e a revelação do Monte Sinai. No primeiro dia do Tishri — o sétimo mês do ano eclesiástico e o primeiro do ano civil judeu, correspondendo mais ou menos com o equinócio do outono — os judeus celebravam Rosh-ha-Shana, a Festa do Ano-Novo e da lua nova do mês, e tocavam trombeta (*shofar*) para comemorar a revelação da Torah, incitar os homens ao arrependimento e antecipar o dia feliz quando toque semelhante reuniria todos os judeus do mundo para adorar seu Deus em Jerusalém. Desde a véspera do Rosh-ha-Shana até o décimo dia do Tishri faziam-se penitências; em todos, com exceção do nono desses dias, os judeus piedosos jejuavam e oravam; e no décimo, Yomha-Kippurim, o Dia do Resgate, do amanhecer ao pôr-do-sol não deviam comer nem beber, nem usar sapatos ou banhar-se, nem se entregar ao amor; durante todo o dia assistiam a serviços na sinagoga, confessavam e lamentavam seus pecados e os de seu povo, até mesmo o do culto do Bezerro de Ouro. No décimo quinto dia do Tishri vinha o Sukkoth, a Festa dos Tabernáculos; durante sete dias, os judeus deveriam viver em barracas, a fim de comemorar as tendas em que, dizia-se, seus ancestrais haviam dormido durante os 40 anos de permanência no deserto. Na Diáspora era difícil o cumprimento rigoroso deste antigo festival de vindima ou colheita, e os rabinos mostraram sua boa vontade definindo *sukka* como quase tudo que pudesse simbolizar uma habitação. Aos 25 do nono mês, Kislev (dezembro), e durante sete dias, o festival de Hanukkah ou Dedicação lembrava a purificação do templo pelos macabeus (165 a.C.) depois de sua conspurcação por Antíoco Epífanes. E no dia 14 de Adar (março) os judeus celebravam o Purim (*lotes*), a libertação de seu povo, por obra de Ester e Mardoqueu, dos ardis do ministro persa Amã. Presentes e bons votos eram trocados em festa alegre e regada a vinho; nesse dia, disse o Rab Raba, um homem devia beber até não mais poder distinguir entre "Maldito seja Amã!" e "Maldito seja Mardoqueu!"[64]

Não devemos pensar desses judeus talmúdicos como visceralmente pessimistas, sofrendo das dores dos talentos desprezados, atirados ao léu pelas tempestades dou-

trinárias e perdidos no anelo de sua pátria saqueada. Em meio à dispersão e opressão, expiação e pobreza, mantiveram as cabeças erguidas, provaram o amargor e a luta da vida, a beleza efêmera de suas mulheres sobrecarregadas de serviços e o esplendor permanente da terra e do céu. "Todo dia", disse o rabino Meir, "o homem devia expressar uma centena de agradecimentos."[65] E outro declarou-nos: "Andar quatro varas sem curvar a cabeça já constitui uma ofensa ao Céu; pois não está escrito: 'Toda a terra está repleta de Sua glória'?"[66] .

3. *Ética do Talmude*

O Talmude não é apenas uma enciclopédia da história, teologia, ritual, medicina e folclore judaicos; é ainda um tratado sobre agricultura, jardins, indústria, profissões, comércio,[67] finanças, tributação, propriedade, escravidão, herança, roubo, processos legais e direito penal. Para fazer justiça ao livro seria necessário examinar, com sabedoria polimática, seus pronunciamentos em todos esses campos.

Acima de tudo, o Talmude é um código de ética, tão diferente do cristão, e tão semelhante ao muçulmano, que mesmo um conhecimento supérfluo desafia o ponto de vista de que a Idade Média constitui meramente a história do cristianismo medieval. As três religiões concordavam em não admitir a praticabilidade de uma moralidade natural — não religiosa. Acreditavam que a maioria dos homens pode ser persuadida a uma conduta tolerável somente pelo temor de Deus. Todas as três baseavam seu código moral em concepções idênticas: o olho de Deus que tudo vê e Sua mão que tudo registra, a autoria divina do código moral e a igualação final da virtude com a felicidade por meio de castigos e recompensas *post-mortem*. Nas duas culturas semitas, a lei, bem como a ética, era inseparável da religião; nenhuma distinção podia ser admitida entre o crime e o pecado, entre a lei civil e a eclesiástica. Todo ato desabonador constitui ofensa a Deus, profanação a Sua presença e a Seu Santo Nome.

As três religiões concordavam mais em certos elementos de moralidade: a santidade da família e do lar, a honra devida aos pais e aos velhos, o cuidado amoroso das crianças e a caridade para com todos. Nenhum povo ultrapassou os judeus na ordem da beleza da vida familiar. No judaísmo, como no islamismo, o celibato voluntário ou a falta de filhos era grande pecado;[68] constituir um lar e uma família era mandamento religioso,[69] o primeiro dos 613 preceitos da Lei; "uma pessoa sem filho", diz um midraxe,[70] "conta-se entre os mortos". Judeus, cristãos e muçulmanos concordavam que a continuação adequada do grupo ficava em perigo quando o mandamento religioso sobre a criação de filhos perdia sua força. Sob certas circunstâncias, todavia, os rabinos permitiam a limitação familiar, de preferência por medidas anticoncepcionais. "Há três classes de mulheres que deveriam empregar absorventes: a de menor idade, pois a gravidez seria fatal; a mulher grávida, pois, caso contrário, poderia abortar; e a lactante, porque poderia engravidar-se e desmamar prematuramente a criança, causando-lhe a morte."[71]

Os judeus, como seus contemporâneos, não gostavam de ter filhas, mas rejubilavam-se com o nascimento de um filho; este, e não a filha, podia continuar o nome, a família e a propriedade do pai e ainda cuidar do túmulo deste; a filha desposaria um homem de outra família, talvez distante, e estaria perdida para os pais assim que sua educação estivesse completa. Uma vez, porém, nascida a criança, ela era acariciada sem favoritismo e com sábia mistura de disciplina e amor. "Se deveis bater

numa criança", disse um rabino, "usai um cordão de sapato";[72] "se alguém se abstém de castigar um filho", diz outro, "este acabará completamente estragado."[73] Todo sacrifício deve ser feito para dar ao filho uma educação, isto é, instruir o espírito, e treinar o caráter pelo conhecimento da "Lei e dos Profetas". "O mundo será salvo", dizia um provérbio hebraico, "pelo sopro dos escolares";[74] o Shekinah, ou presença divina, brilha em suas faces. O filho, por sua vez, deve honrar e proteger os pais, em todas as situações, até o fim.

A caridade era uma obrigação da qual não se podia fugir. "Maior é aquele que pratica a caridade" do que aquele que realiza "todos os sacrifícios."[75] Alguns judeus eram avarentos, outros miseráveis, mas, em sua maioria, nenhum outro povo jamais fez doações tão generosas como os judeus. Os rabinos tiveram de proibir os homens de doar mais do que um quinto de seus bens à caridade; assim mesmo descobria-se, na morte de alguns, que haviam dado a metade.[76] "Nas faces de Abba Umna pairava sempre uma expressão de santa paz. Era cirurgião, mas nunca aceitava diretamente qualquer pagamento por seu serviço. Tinha uma caixa colocada a um canto do consultório, de modo que aqueles que pudessem pagar depositassem qualquer quantia... e os que não pudessem pagar não se envergonhassem."[77] O rabino Huna, "quando se sentava para uma refeição, abria a porta e dizia: 'Que todo aquele que estiver com fome entre e coma.' "[78] Chama ben Ilai dava pão a todos os que o procuravam e mantinha a mão na carteira quando andava fora de casa a fim de que nenhum necessitado hesitasse em pedir.[79] Mas o Talmude proibia a caridade ostensiva e aconselhava dar recatadamente: "Aquele que dá esmolas na intimidade é maior do que Moisés."[80]

À instituição do casamento os rabinos dedicaram todo o seu saber e eloqüência; nela e na religião repousava toda a estrutura da vida judaica. Não condenavam o apetite sexual, mas temiam sua força e tomavam providências para controlá-la. Alguns aconselhavam que o sal deve ser comido com o pão "a fim de diminuir o fluido seminal";[81] outros sentiam que o único recurso contra a tentação sexual era o trabalho árduo combinado com o estudo da Torah. Se isso não fosse bastante... "deixemo-lo ir a um lugar onde é desconhecido, trajando roupas escuras, e fazer o que seu coração deseja; mas que não profane publicamente o Nome".[82] Um homem devia evitar qualquer situação que pudesse excitar suas paixões; não deve falar muito com mulheres; e "nunca deve andar atrás de uma mulher, ao longo da estrada, mesmo de sua própria esposa... Um homem deve andar antes atrás de um leão do que de uma mulher."[83] O delicioso humor dos rabinos transparece novamente na história de Reb Kahan.

> Reb Kahan estava certa vez vendendo cestas de senhoras quando foi exposto a uma tentação. Pediu à tentadora que o deixasse ir e prometeu voltar. Mas ao invés de voltar, subiu ao telhado de uma casa e dali se atirou. Antes de alcançar a terra, Elias amparou-o e censurou-o por tê-lo feito vir de uma distância de 650 quilômetros para salvá-lo da autodestruição.[84]

Ao que parece os rabinos sentiam que a virgindade tinha de ser observada, mas que a virgindade perpétua significava um desenvolvimento frustrado. Na opinião deles a suprema perfeição de uma mulher é a maternidade, como a virtude suprema de um homem é a paternidade. Todo pai era aconselhado a economizar e prover um dote para cada uma de suas filhas e uma doação pré-matrimonial para cada filho, para evitar que o casamento fosse retardado de maneira prejudicial à saúde. Recomendava-se

o casamento precoce — aos 14 anos para a moça e aos 18 para o homem. Uma menina podia casar-se legalmente com 12 anos e seis meses e um homem com 13 anos. O adiamento do matrimônio era permitido a estudantes empenhados no estudo da Lei. Alguns rabinos sustentavam que um homem devia ter sua base econômica antes de se casar: "Um homem deve primeiro construir uma casa, plantar um vinhedo e então casar-se"[85] — mas isso era a opinião de uma minoria e talvez não implicasse nenhuma contradição se os pais fornecessem o esperado auxílio financeiro. O jovem era aconselhado a escolher sua companheira não pela beleza, mas pelas suas possíveis qualidades de mãe.[86] "Desci um degrau na escolha da esposa e subi um degrau na escolha de um amigo";[87] desposar uma mulher que está acima de sua própria classe constitui um convite ao desprezo.

O Talmude, como o Velho Testamento e o Alcorão, permitia a poligamia. "Um homem pode desposar quantas mulheres quiser", disse um rabino; mas outra passagem do mesmo tratado limitava o número a quatro; e uma terceira exigia que o marido, ao tomar uma segunda esposa, se divorciasse da primeira, se esta o pedisse.[88] A instituição do levirato, pela qual um judeu era solicitado a desposar a viúva do irmão, presumia a poligamia, e provinha provavelmente não apenas do sentimento de bondade como também do desejo de aumentar a natalidade em uma comunidade que, como todas as sociedades antigas e medievais, sofria de elevada mortalidade. Tendo permitido tal liberdade de casamento ao homem, os rabinos fizeram do adultério um crime capital. Alguns concordavam com Jesus que "pode-se cometer adultério com os olhos";[89] outros iam mais adiante, afirmando: "Todo aquele que olha mesmo o dedo mínimo de uma mulher já pecou em seu coração."[90] Mas o rabino Areca era mais humano: "Um homem terá um desmerecimento em seu registro no Dia do Juízo Final por tudo o que seus olhos viram e declinou de gozar."[91]

O divórcio era permitido por consentimento mútuo. O marido podia divorciar-se se o desejasse; a esposa podia ser divorciada mesmo contra a sua vontade. Divorciar-se de uma esposa adúltera era obrigatório e recomendava-se o divórcio quando a mulher continuava sem filhos 10 anos após o casamento.[92] A escola de Xamai tinha permitido ao marido repudiar a mulher somente no caso de adultério; a de Hillel permitia-o sempre que o esposo encontrasse nela "qualquer coisa imprópria". A opinião de Hillel prevaleceu no período talmúdico; e Aquiba chegou a ponto de afirmar que um marido "pode divorciar-se de sua esposa se achar outra mulher mais bonita".[93] Um homem podia, sem entregar as arras, divorciar-se de "uma mulher que transgride a lei judaica, como, por exemplo, andar em público com a cabeça descoberta, fiar na rua ou conversar com todos os tipos de homens"; ou "mulher de voz alta, isto é, aquela que fala em sua casa de tal maneira que os vizinhos ouvem o que ela diz".[94] O abandono pelo marido não constituía fundamento para o divórcio.[95] Alguns rabinos permitiam que a esposa recorresse ao tribunal para se divorciar de um marido cruel, impotente ou de má vontade ou que não pudesse sustentá-la de maneira conveniente,[96] ou era inválido ou tinha mau cheiro.[97] Os rabinos fizeram algo para desencorajar o divórcio, exigindo formalidades legais complexas e, com exceção de poucos casos, a perda de ambos os dotes e das arras em favor da esposa. "O próprio altar derrama lágrimas", disse o rabino Eleazar, "sobre aquele que se divorcia da esposa de sua juventude."[98]

Acima de tudo, a lei talmúdica, como a maometana, era feita pelo homem, e favorecia demasiadamente o sexo masculino, de maneira a insinuar, nos rabinos, um ver-

dadeiro terror pelo poder da mulher. Tal como os patriarcas cristãos, censuravam-na por extinguir "A Alma do Mundo" por meio da inteligente curiosidade de Eva. Consideravam a mulher de "espírito leve",[99] admitindo, entretanto, que ela possuía uma sabedoria instintiva que faltava ao homem.[100] Deploravam muito a loquacidade das mulheres ("Dez medidas de palavra desceram ao mundo; as mulheres tomaram nove e os homens uma");[101] condenavam sua dedicação ao segredo,[102] ao ruge e ao *kohl* (preparado que usavam as mulheres do Oriente para escurecer as pálpebras).[103] Aprovavam os generosos gastos que um homem fazia com os vestidos da mulher, mas desejavam que ela se embelezasse para o marido mais do que para os outros homens.[104] Na lei, segundo um rabino, "100 mulheres equivalem apenas a uma testemunha".[105] Os direitos de propriedade da mulher estavam tão limitados no Talmude como na Inglaterra do século XVIII; seus ganhos e as rendas de qualquer propriedade que possuísse pertenciam ao marido.[106] O lugar da mulher era em casa. Nos utópicos "Dias do Messias", declarou um esperançoso rabino, a mulher "terá um filho todos os dias".[107] "Um homem que tem má esposa nunca verá a face do inferno."[108] Por outro lado, nenhum homem é tão rico, dizia Aquiba, como aquele que tem uma esposa afamada por seus bons atos.[109] "Tudo deriva da mulher", diz um midraxe.[110] De acordo com os provérbios hebreus, "todas as bênçãos da casa vêm por meio da mulher; por conseguinte, seu esposo deve honrá-la... Que os homens se acautelem de provocar o choro da mulher; Deus conta suas lágrimas."[111]

Na parte mais deliciosa do Talmude, o pequeno tratado Pirke Aboth, um editor desconhecido reuniu as máximas dos grandes rabinos dos dois séculos anteriores e dos dois posteriores a Cristo. Muitos desses apotegmas aplaudem a sabedoria e alguns a definem.

> Disse Ben Zoma: Quem é sábio? Aquele que aprende de todos os homens... Quem é poderoso? O que domina sua (má) inclinação... Aquele que governa seu espírito é melhor do que quem toma uma cidade. Quem é rico? Aquele que se satisfaz com sua sorte... Quando tu comes do labor de tuas mãos, deves ser feliz... Quem é honrado? Aquele que honra seus semelhantes...[112] Não desprezes qualquer homem ou coisa; pois não há nenhum homem que não tenha sua hora, nem coisa alguma que não tenha seu lugar.[113] Vivi todos os meus dias entre os sábios e nada encontrei melhor para uma pessoa do que o silêncio...[114]
>
> O rabino Eleazar costumava dizer: Aquele cuja sabedoria excede a seus feitos pode ser comparado a uma árvore em que os ramos são muitos e as raízes poucas, de maneira que quando venta ela é desarraigada e derrubada... Mas aquele cujos feitos excedem seu saber pode ser comparado a uma árvore em que os ramos são poucos e as raízes muitas, de modo que, mesmo que todos os ventos do mundo soprem sobre ela, não a tirarão do lugar.[115]

IV. A VIDA E A LEI

O Talmude não é uma obra de arte. A tarefa de reduzir o pensamento de um milênio em um sistema coerente foi demasiado pesada, mesmo para uma centena de pacientes rabinos. Obviamente vários tratados encontram-se em *seder* ou ordem errada, diversos capítulos acham-se em tratados incorretos; temas são incluídos, excluídos e resumidos sem método. Não é produto da deliberação, é a própria deliberação; todos os pontos de vista são registrados, e contradições, muitas vezes, foram deixadas sem solução; é como se tivéssemos atravessado 15 séculos escutando pelo buraco da fecha-

dura as discussões mais íntimas das várias escolas, e ouvido Aquiba, Meir, Jehuda Hanasi e Rab no calor dos seus debates. Lembrando que somos intrusos, que esses e outros homens tiveram suas palavras ocasionais arrancadas de suas bocas e lançadas em contextos não projetados e atiradas através dos anos, podemos perdoar a casuística, sofística, lendas, astrologia, demonologia, superstição, magia, milagres, numerologia e sonhos reveladores, uma arcaica montanha de argumentos, coroando uma teia de fantasia, a vaidade consoladora curando para sempre a esperança frustrada.

Se nos ressentirmos da severidade destas leis, da minúcia importuna desses regulamentos, da severidade oriental do castigo pela sua violação, não devemos tomar o assunto muito ao pé da letra; os judeus não pretendiam observar todos esses mandamentos, e os rabinos fechavam os olhos aqui e acolá à lacuna existente entre seus conselhos de perfeição e as fraquezas íntimas dos homens. "Se Israel observasse devidamente um só Sabá, o Filho de Davi viria imediatamente",[116] asseverou um rabino cauteloso. O Talmude não era um código de leis requerendo obediência estrita; era um registro de opiniões de rabinos, reunidas para guia da piedade. As massas ignorantes obedeciam somente a uma pequena parte selecionada dos preceitos da Lei.

O Talmude dava uma grande ênfase ao ritual; mas isso era em parte a reação dos judeus às tentativas da Igreja e do Estado de fazê-los abandonar a sua Lei; o ritual constituía um marco de identidade, um laço de unidade e continuidade, um distintivo de desafio para um mundo que nunca perdoava. Aqui e acolá, nesses 20 volumes, encontramos palavras de ódio ao cristianismo; mas destinavam-se a um cristianismo que havia esquecido a suavidade de Cristo; que perseguia os adeptos da Lei que Cristo havia aconselhado seus seguidores a observarem; e que tinha, segundo os rabinos, abandonado o monoteísmo que constituía a essência inalienável da fé antiga. Em meio a essas complexidades de cerimonial e barreiras de controvérsias, encontramos centenas de conselhos sábios e visões psicológicas penetrantes e passagens ocasionais que lembram a majestade do Velho Testamento ou a ternura mística do Novo. O humor caprichoso, característico dos judeus, alivia o peso da tediosa lição. Assim um rabino narra como Moisés entrou incógnito em uma sala de aula de Aquiba, sentou-se na última fileira e ficou maravilhado ante as muitas leis derivadas do Código Mosaico pelo grande mestre, e com as quais os seus amanuenses nunca haviam sonhado.[117]

Durante 1.400 anos, o Talmude foi a alma da educação judaica. Sete horas por dia, durante sete anos, o jovem hebreu lia-o atentamente, recitava-o, gravava-o em sua memória, pelo ouvido e pela vista; e tal como os clássicos confucianos, decorados de modo igual, o Talmude formava o espírito e o caráter pela disciplina, estudo e depósito de seus ensinamentos morais. O método de ensino não era a mera recitação e repetição; ensinava-se também pela discussão entre o mestre e o discípulo, entre os discípulos e a aplicação das velhas leis às circunstâncias de cada dia. O resultado era uma agudeza de espírito, uma capacidade retentora da memória que dava ao judeu boa vantagem em muitas esferas onde se exigia clareza, concentração, persistência e exatidão, enquanto que ao mesmo tempo tendia a tornar estreito o alcance e a liberdade do espírito judeu. O Talmude refreou a natureza excitável do judeu; deteve seu individualismo e modelou-o à fidelidade e sobriedade em sua família e sua comunidade. Espíritos superiores podiam ter sido prejudicados pelo "jugo da Lei", mas os judeus como um todo foram salvos.

O Talmude não pode ser compreendido senão em termos da História, como órgão de sobrevivência de um povo exilado, desamparado, oprimido e em perigo de com-

pleta desintegração. O que os Profetas haviam feito para manter o espírito judeu no Cativeiro Babilônico os rabinos fizeram nesta mais ampla dispersão. O orgulho tinha de ser reconquistado, a ordem restabelecida, mantidas a fé e a moral, refeita a saúde física e mental, depois de uma experiência desagregadora.[118] Por meio desta disciplina heróica, deste enraizamento do judeu desarraigado em sua própria tradição — a estabilidade e a unidade foram restauradas após caminhadas sem rumo pelos continentes e séculos de dor. O Talmude, como disse Heine, era uma pátria portátil; onde quer que houvesse judeus, mesmo como tímidas colônias encravadas em terras estranhas, eles podiam estabelecer-se novamente em seu próprio mundo e viver com seus Profetas e rabinos, banhando seus espíritos e corações no oceano da Lei. Não admira que eles tenham amado este livro, que para nós é mais ondulante e diverso do que uma centena de Montaignes. Até fragmentos do Talmude os judeus preservaram com feroz afeição. Revezavam-se na leitura de trechos do enorme manuscrito, pagavam grandes somas, nos séculos posteriores, para mandar imprimi-lo em seu todo, choravam quando reis, papas e parlamentos o baniam, confiscavam ou queimavam, rejubilavam-se ao ouvir Reuchlin e Erasmo defendê-lo, e fizeram dele, até os nossos tempos, o bem mais precioso de seus templos e lares, o refúgio, o consolo e a prisão da alma judaica.

CAPÍTULO XVI

Os Judeus Medievais

565 — 1300

I. AS COMUNIDADES ORIENTAIS

ISRAEL tinha agora uma Lei, mas nenhum Estado; um livro, mas nenhuma pátria. Até 614 Jerusalém foi uma cidade cristã; até 629, persa; até 637, novamente cristã; de então até 1099, uma capital provincial muçulmana. Nesse ano os cruzados sitiaram Jerusalém. Os judeus uniram-se aos muçulmanos em sua defesa; quando ela caiu, os judeus sobreviventes foram levados a uma sinagoga e queimados vivos.[1]

Um rápido crescimento da judiaria palestina seguiu-se à retomada de Jerusalém por Saladino em 1187; e o irmão de Saladino, o sultão al-Adil, recebeu hospitaleiramente os 300 rabinos que em 1211 haviam fugido da Inglaterra e da França. Cinqüenta e dois anos depois, todavia, Nachmanides encontrou ali poucos judeus;[2] a Cidade Santa tornara-se esmagadoramente maometana.

A despeito de conversões e perseguições ocasionais, os judeus permaneceram numerosos na Síria, Babilônia (Iraque) e Pérsia muçulmanas, e desenvolveram uma vigorosa vida econômica e cultural. Em seus assuntos internos continuavam, como sob os reis sassânidas, a gozar de autogoverno debaixo de seu exilarca e dirigentes de suas academias rabínicas. O exilarca era aceito pelos califas como o chefe de todos os judeus da Babilônia, Armênia, Turquestão, Pérsia e Iêmen. Segundo Benjamim de Tudela, todos os súditos do califa tinham obrigação de "levantar-se na presença do Príncipe do Cativeiro e saudá-lo respeitosamente".[3] O cargo de exilarca era hereditário em uma família que descendia de Davi. Constituía um poder antes político do que espiritual; e seus esforços para controlar o rabinato ocasionaram seu declínio e queda. Depois de 762 os dirigentes das academias elegiam e dominavam o exilarca.

Os colégios rabínicos de Sura e Pumbeditha proporcionavam a primazia religiosa e intelectual aos judeus do Islã e, em grau menor, aos da cristandade. Em 658, o califa Ali libertou a academia de Sura da jurisdição do exilarca; daí por diante, seu chefe, Mar-Isaque, assumiu o título de Gaon, ou Excelência, e inaugurou o Gaonato, a época dos Geonim na religião e erudição babilônica.[4] Assim que o colégio de Pumbeditha cresceu em rendas e dignidades devido a sua proximidade de Bagdá, seus dirigentes também assumiram o título de Gaon. Do século VII ao XI, perguntas sobre a

lei talmúdica, provenientes de todo o mundo judaico, eram endereçadas a esses Geonim; e suas *responsa* criaram nova literatura legal para o judaísmo.

A ascensão dos Geonim coincidiu com a heresia que então abalava e dividia a judiaria oriental. Em 762, quando morreu o exilarca Salomão, seu sobrinho Anan ben Davi esperou sucedê-lo; mas os chefes de Sura e Pumbeditha, desrespeitando o princípio hereditário, instalaram no cargo de exilarca o irmão mais novo de Anan, Chananya. Anan denunciou os dois Geonim, fugiu para a Palestina, estabeleceu sua própria sinagoga e conclamou os judeus de toda parte a rejeitarem o Talmude e obedeceram somente à lei do Pentateuco. Isto significava um retorno à posição dos saduceus; correspondia ao repúdio das "tradições", a exaltação do Alcorão pela seita xiita no Islamismo e ao abandono das tradições católicas pelos protestantes para voltar ao Evangelho. Anan foi mais adiante, e reexaminou o Pentateuco em um comentário que marcou um passo ousado no estudo crítico do texto da Bíblia. Protestou contra as modificações que os rabinos talmúdicos haviam introduzido na Lei mosaica por meio de suas interpretações adaptativas e insistiu no estrito cumprimento dos decretos do Pentateuco. Por isso seus adeptos receberam o nome de caraítas — "adeptos do texto". (De *Qera*, palavra aramaica que significa *texto*; de *qara*, ler; cf. *Quran*). Anan considerava Jesus como um homem santo que desejara pôr de lado não a lei escrita de Moisés, mas somente a lei oral dos escribas e fariseus. Segundo Anan, Jesus não visara fundar nova religião, mas expurgar e fortalecer o judaísmo.[5] Os caraítas tornaram-se numerosos na Palestina, no Egito e na Espanha; declinaram no século XII e somente uns poucos remanescentes sobrevivem hoje na Turquia, sul da Rússia e Arábia. Caraítas do século IX, presumivelmente influenciados pelos mutacilitas do islamismo, abandonaram o princípio da interpretação literal de Anan e propuseram que a ressurreição do corpo e certas descrições físicas do Deus na Bíblia deviam ser tomadas *cum grano salis* metafórico. Os judeus rabanitas ortodoxos, revertendo por seu turno ao literalismo, insistiam, como os muçulmanos ortodoxos, que frases como "mão de Deus" ou "Deus sentando-se" deviam ser tomadas ao pé da letra. Alguns expositores calcularam as medidas exatas do corpo, membros e barba de Deus.[6] Uns poucos livres-pensadores judeus, como Chivi al-Balchi, rejeitavam até o Pentateuco como lei obrigatória.[7] Foi nesse ambiente de prosperidade econômica, liberdade religiosa e vivos debates que o judaísmo produziu o seu primeiro famoso filósofo medieval.

Saadia ben Joseph al-Fayyumi nasceu em Dilaz, uma aldeia do Faiyûm, em 892. Cresceu no Egito e ali se casou. Em 915 migrou para a Palestina, depois para a Babilônia. Deve ter sido um bom estudante e mestre perfeito, pois na idade relativamente jovem de 36 anos foi nomeado Gaon ou dirigente do colégio de Sura. Percebendo as infiltrações que o caraísmo e o cepticismo tinham realizado no judaísmo ortodoxo, tomou a si mesmo a tarefa que o *mutakallimun* havia assumido no islamismo: demonstrar a completa concordância da fé tradicional com a razão e a História. Em sua breve existência de 50 anos, Saadia produziu — na maior parte em árabe — grande quantidade de escritos somente igualada pela produção de Maimônides nos fastos do pensamento judaico medieval. O seu *Agron*, dicionário aramaico do hebraico, fundou a filologia hebraica; o seu *Kitab al-Lugah*, ou *Livro da Língua*, é a gramática mais antiga conhecida do idioma hebraico; sua tradução árabe do Velho Testamento permaneceu até nossos dias como a versão usada pelos judeus de língua árabe; seus vários comen-

tários sobre livros da Bíblia classificam-no como "talvez o maior comentarista da Bíblia de todos os tempos";[8] o seu *Kitab al-Amanat* ou *Livro de Doutrinas Filosóficas e Crenças* (933) constitui a *Summa contra Gentiles* da teologia judaica.

Saadia aceita a revelação e a tradição, a Lei, escrita e oral; mas também aceita a razão e propõe-se a provar pelo raciocínio a verdade da revelação e da tradição. Onde quer que a Bíblia contradiga claramente a razão, podemos presumir que a passagem não é para ser tomada literalmente por espíritos maduros. Descrições antropomórficas da deidade terão de ser entendidas metaforicamente; Deus não é como um homem. A ordem e a lei do mundo indicam um Criador inteligente. Não tem sentido supor que um Deus inteligente não recompense a virtude, mas obviamente a virtude nem sempre é recompensada nesta vida; em conseqüência, deve haver outra vida, que redimirá a aparente injustiça desta. Talvez os sofrimentos dos virtuosos aqui constituam castigos de seus pecados ocasionais, de modo que eles possam entrar no paraíso imediatamente após a morte; e os triunfos terrenos dos maus são recompensas por suas virtudes incidentais, de modo que... Mas mesmo aquele que atinge a virtude, prosperidade e felicidade mais alta sobre a terra sente em seu coração que existe um estado melhor do que este, de possibilidades indefinidas e realizações limitadas; e como poderia um Deus, suficientemente inteligente para criar um mundo tão maravilhoso, permitir que tais esperanças se formassem na alma, se elas jamais se realizassem?[9] Saadia tomou uma ou duas folhas dos teólogos muçulmanos, seguiu seus métodos de exposição e até, de quando em quando, os pormenores de seus argumentos. Por seu turno, sua obra impregnou o mundo judeu e influiu sobre Maimônides. "Se não fosse Saadia, a Torah teria quase desaparecido",[10] disse Ben Maimon.

Deve-se admitir que Saadia era homem de alguma acerbidade, e que sua briga com o exilarca Davi ben Zakkai ofendeu a judiaria babilônica. Em 930 Davi excomungou Saadia que, por sua vez, excomungava aquele. Em 940 Davi morreu e Saadia nomeou novo exilarca; mas o indicado por ele foi assassinado pelos muçulmanos sob a alegação de que havia desprezado Maomé. Saadia apontou o filho da vítima para seu sucessor; este jovem também foi morto. Os judeus desanimados decidiram deixar o cargo vago; e em 942 o exilarcado babilônico encerrou sua carreira de sete séculos. Nesse ano morreu Saadia. A desintegração do califado de Bagdá, o estabelecimento do Egito, da África do Norte e da Espanha como Estados muçulmanos independentes enfraqueceram os laços entre a judiaria asiática, africana e européia. Os judeus da Babilônia participaram do declínio econômico do Islã oriental depois do século X; o colégio de Sura fechou suas portas em 1034, o de Pumbeditha, quatro anos depois; e em 1040 o Gaonato chegou ao fim. As Cruzadas isolaram mais os judeus babilônicos dos judeus egípcios e europeus; e depois do saque mongol de Bagdá em 1258, a comunidade judaica da Babilônia quase desapareceu da História.

Muito antes dessas catástrofes, numerosos judeus orientais haviam migrado para além da Ásia, Arábia, Egito, África do Norte e Europa. O Ceilão tinha 23.000 hebreus em 1165;[11] várias comunidades judaicas na Arábia sobreviveram à hostilidade de Maomé, quando Amr conquistou o Egito em 641, informou: "40.000 judeus 'tributários' (pagadores de impostos) em Alexandria". À medida que o Cairo expandia suas proliferações, crescia a sua população judaica — tanto a ortodoxa quanto a caraíta. Os judeus egípcios gozavam de autogoverno em assuntos internos sob seu *nagid* ou príncipe; enriqueceram-se no comércio e subiram a posições elevadas na administração do Estado muçulmano.[12] Em 960, segundo uma tradição, quatro rabinos parti-

ram de Bari, na Itália; seu navio foi capturado por um almirante muçulmano espanhol e eles foram vendidos como escravos: o rabino Moisés e seu filho Chanoch em Córdova, o rabino Shemaria em Alexandria, o rabino Hushiel em Cairuão. Cada rabino, contam-nos, posto em liberdade fundou uma academia na cidade onde havia sido vendido. Presume-se geralmente, mas não se tem certeza, de que eles eram doutores de Sura. De qualquer maneira, eles levaram o saber da judiaria oriental ao Ocidente e enquanto o judaísmo declinava na Ásia, começava seus dias tranqüilos no Egito e na Espanha.

II. AS COMUNIDADES EUROPÉIAS

Os judeus entraram na Rússia medieval, da Babilônia e da Pérsia, através da Transoxiana e do Cáucaso, e da Ásia Menor até às costas do Mar Negro, por Constantinopla. Nessa capital e no reino bizantino, os judeus gozaram uma prosperidade hostilizada, do século VIII ao XII. A Grécia tinha várias comunidades judaicas de tamanho considerável, notavelmente a de Tebas, onde suas manufaturas de seda conseguiram alta reputação. Através da Tessália, Trácia e Macedônia, migraram os judeus para os Bálcãs e seguiram o Danúbio até a Hungria. Um punhado de mercadores hebreus foi à Polônia partindo da Alemanha, no século X. Eles se achavam na Alemanha desde os tempos pré-cristãos. No século IX havia consideráveis colônias judaicas em Metz, Speyer, Mogúncia, Worms, Estrasburgo, Frankfurt e Colônia. Esses grupos estavam demasiadamente ocupados com o comércio para oferecer sua contribuição à história cultural; contudo, Gershom ben Jehuda (960-1028) fundou uma academia rabínica em Mogúncia, escreveu um comentário em hebraico sobre o Talmude e adquiriu tal autoridade que a judiaria germânica lhe dirigia, de preferência aos Geonim da Babilônia, suas perguntas sobre a lei talmúdica.

Havia judeus na Inglaterra em 691.[13] Muitos mais chegaram com Guilherme, o Conquistador, e foram de início protegidos pelos governantes normandos como fornecedores de capital e coletores de renda. Suas comunidades em Londres, Norwich, York e outros centros ingleses estavam fora da jurisdição das autoridades locais e eram apenas sujeitas ao rei. Este isolamento legal ampliou a barreira entre cristãos e judeus e desempenhou sua parte nos *pogroms* do século XII.

A Gália tinha mercadores judeus desde o tempo de César. Por volta do ano 600 havia colônias judaicas em todas as grandes cidades. Os reis merovíngios perseguiram-nas com religiosa ferocidade. Chilperico ordenou a todos os judeus que aceitassem o cristianismo, caso contrário teriam os olhos arrancados (581).[14] Carlos Magno, embora mantendo as leis discriminatórias contra os judeus, protegeu-os como úteis e empreendedores, lavradores e artesãos, mercadores, médicos e financiadores e empregou um judeu como seu médico pessoal. Em 787, segundo uma tradição discutida, ele levou a família Kalonymos de Luca a Mogúncia a fim de estimular os estudos judaicos no reino dos francos. Em 797, Carlos Magno enviou um judeu como intérprete ou drogomano com uma embaixada a Harum al-Raschid. Luís, o Piedoso, favoreceu os judeus como estimuladores do comércio e nomeou um *magister iudaeorum* — para defender seus direitos. A despeito de lendas hostis, incapacidades legais e pequenas perseguições ocasionais, os judeus gozavam na França, nos séculos IX e X, um grau de prosperidade e paz dificilmente experimentado outra vez pelos judeus da Europa antes da Revolução Francesa.[15]

Em toda a Itália havia pequenas colônias judaicas isoladas, de Trani a Veneza e Milão. Judeus eram especialmente numerosos em Pádua, e podem ter influído no desenvolvimento do Averroísmo na universidade dessa cidade. Salerno, pátria da primeira escola medieval de medicina científica na cristandade latina, abrigava 600 judeus,[16] vários deles conhecidos médicos. O Imperador Frederico II tinha doutos judeus na corte em Foggia e o Papa Alexandre III (1159-81), vários judeus em altas funções em sua corte;[17] mas Frederico uniu-se ao Papa Gregório IX nas medidas opressivas contra os judeus da Itália.

Os judeus espanhóis chamavam-se *Sephardim* e diziam descender da tribo real de Judá. (*Sepharad* é o nome dado no Livro de Obadias [I, 20] a uma região, presumivelmente a Ásia Menor, para onde alguns judeus foram deportados por Nabucodonosor [597 a.C.]; o termo foi mais tarde aplicado à Espanha. Os judeus da Alemanha eram negligentemente chamados *Ashkenazim*, por causa da sua pretensa descendência de Ashkenaz, neto de Jafé [Gen. X, 3].) Depois da conversão do rei Recaredo (586-601) ao cristianismo ortodoxo, o governo visigodo uniu-se à poderosa hierarquia da Igreja espanhola para tornar menos atraente a vida para os judeus. Foram eles excluídos dos empregos públicos e proibidos de desposarem cristãos ou terem cristãos como escravos. O rei Sisebuto ordenou que todos os judeus aceitassem o cristianismo ou emigrassem (613); seu sucessor revogou tal decreto, mas o Conselho de Toledo, de 633, decidiu que os judeus que se haviam submetido ao batismo e depois voltado ao judaísmo deviam ser separados de seus filhos e vendidos como escravos. O rei Chintila restabeleceu o decreto de Sisebuto (638); e o rei Egica proibiu aos judeus possuírem terras e qualquer transação entre cristão e judeu (693). Quando os mouros e árabes invadiram a península (711), os judeus os ajudaram a cada passo.

Os conquistadores, a fim de repovoar a terra, promoveram a imigração. Cinqüenta mil judeus vieram da Ásia e África;[18] algumas cidades, como Lucena, foram habitadas quase inteiramente pelos judeus. Libertos das restrições econômicas, os judeus da Espanha muçulmana espalhavam-se em todos os campos da agricultura, indústria, finanças e nas profissões. Adotaram a roupa, língua e costumes dos árabes, usavam turbantes e trajes de seda, andavam em carruagens e dificilmente se distinguiam de seus primos semitas. Vários judeus tornaram-se médicos da corte, e um deles foi nomeado conselheiro do maior dos califas de Córdova.

Hasdai ibn Shaprut (915-70) foi para Abd-er-Ramã III o que Nizã al-Mulque seria, no século seguinte, para Malique Xá. Nascido na rica e culta família Ibn Ezra, seu pai ensinou-lhe o hebraico, o árabe e o latim; estudou medicina e outras ciências em Córdova, curou moléstias do califa e mostrou tal saber e bom senso na política, que foi nomeado para o quadro diplomático, ao que parece com a idade de 25 anos. Sobre ele recaíram responsabilidades maiores quanto à vida financeira e comercial do Estado. Não tinha nenhum título oficial. O califa hesitava em provocar o ressentimento popular, nomeando-o oficialmente vizir. Mas Hasdai realizou suas múltiplas funções com tanto tato, que conquistou a boa vontade dos árabes, judeus e cristãos, indistintamente. Estimulou o saber e a literatura, concedeu bolsas de estudos, deu livros a estudantes e reuniu em torno de si uma plêiade de poetas, sábios e filósofos. Quando morreu, os muçulmanos disputaram com os judeus a honra de homenagear sua memória.

Houve figuras similares, porém menores, em toda parte da Espanha muçulmana. Em Sevilha, al-Mutamid chamou à sua corte o douto e astrônomo Isaque ben Baru-

que, deu-lhe o título de príncipe e fê-lo rabino-chefe de todas as congregações judaicas da cidade.[19] Em Granada, Samuel Halevi ibn Naghdela igualou a força e a sabedoria de Hasdai ibn Shaprut e superou-o em erudição. Nascido (993) e criado em Córdova, combinou o estudo do Talmude com o da literatura árabe, e ambos com a venda de especiarias. Quando Córdova foi conquistada pelos berberes, transferiu-se para Málaga e ali reforçava sua modesta receita escrevendo, para outros, petições ao rei Habbus de Granada. Impressionado com a caligrafia e o estilo dessas petições, o vizir do rei visitou Samuel, levou-o a Granada e instalou-o no Alhambra como seu secretário. Dentro em breve Samuel era também seu conselheiro, e o vizir dizia que "quando Samuel aconselha, ouve-se a voz de Deus". Ao morrer, o vizir recomendou Samuel como seu sucessor. Em 1027 Samuel tornou-se o único judeu a ocupar abertamente o cargo e o nome de vizir em um Estado muçulmano. Isso era mais exeqüível em Granada, onde a metade da população, no século XI, era judia.[20] Os árabes aprovaram logo a escolha, pois sob a administração de Samuel o pequeno Estado floresceu financeira, política e culturalmente. Ele próprio era um estudioso, poeta, astrônomo, matemático e lingüista, conhecedor de sete línguas. Escreveu (principalmente em hebraico) 20 tratados sobre gramática, vários volumes de poesia e filosofia, uma introdução ao Talmude e uma antologia da literatura hebraica. Dividiu sua sorte com outros poetas, socorreu o vate e filósofo Ibn Gabirol, financiou jovens estudantes e contribuiu para as comunidades judaicas de três continentes. Ao mesmo tempo que era vizir do rei, também era rabino dos judeus e fazia preleções sobre o Talmude. O povo agradecido conferiu-lhe o título de *Nagid* — príncipe (em Israel). Quando morreu (1055), foi sucedido como vizir e *Nagid* pelo seu filho Joseph ibn Naghdela.

Esses séculos — X, XI e XII — constituíram a idade de ouro da judiaria espanhola, o período mais feliz e fértil da história hebraica medieval. Quando Moisés ben Chanoch (falecido em 965), um dos *émigrés* de Bari, foi resgatado em Córdova, ali organizou, com a ajuda de Hasdai, uma academia que breve adquiriu a supremacia intelectual do mundo judaico. Escolas similares foram abertas em Lucena, Toledo, Barcelona, Granada...; e enquanto as escolas da judiaria oriental haviam-se confinado à educação religiosa, as da Espanha davam também lições de literatura, música, matemática, astronomia, medicina e filosofia.[21] Tal educação proporcionava à metade superior da população judaica da Espanha uma largueza e profundidade de cultura e refinamento, igualadas naquela época somente por seus contemporâneos muçulmanos, bizantinos e chineses. Constituía então vergonha para um homem de posses ou posição política desconhecer a história, ciência, filosofia e poesia.[22] Formou-se uma aristocracia judaica, tornada graciosa por lindas mulheres. Talvez ele estivesse profundamente consciente de sua superioridade, mas redimiu seu orgulho pela compreensão de que a boa linhagem e sorte constituem uma obrigação para a generosidade e a excelência.

O declínio da judiaria espanhola pode ser datado da queda de Joseph ibn Naghdela. Ele serviu seu rei quase com tanta competência como o pai, mas sem o modesto tato que havia reconciliado uma população metade moura no sentido de ser governada por um judeu. Assumiu todos os poderes em suas mãos, vestia-se tão regiamente como o monarca e ria-se do Alcorão. Corria o boato de que ele era ateu. Em 1066, os árabes e berberes revoltaram-se, crucificaram Joseph, massacraram quatro mil judeus em Granada e saquearam-lhes as casas. Os judeus remanescentes foram compelidos a vender suas terras e emigrar. Vinte anos depois, chegaram da África os almorávidas,

cheios de entusiasmo ortodoxo; e terminou a longa lua-de-mel dos muçulmanos espanhóis com os judeus. Um teólogo maometano anunciou que os judeus haviam prometido a Maomé aceitar o islamismo ao fim de 500 anos após a Hégira se até então o seu esperado Messias não tivesse vindo; os cinco séculos terminavam em 1107, pelo calendário maometano. O emir Iusuf exigiu a conversão de todos os judeus da Espanha, mas dela os isentou em troca do pagamento de enorme soma para seu tesouro.[23] Quando os almóadas substituíram os almorávidas como senhores de Marrocos e da Espanha muçulmana (1148), deram aos judeus e cristãos a mesma escolha que o rei Sisebuto tinha concebido aos judeus 535 anos antes — apostasia ou exílio. Muitos judeus fingiram converter-se ao islamismo; outros seguiram os cristãos para a Espanha do norte.

Ali, inicialmente, encontraram uma tolerância real tão magnânima como a que haviam gozado durante quatro séculos no Islã. Afonso VI e Afonso VII de Castela trataram-nos bem, tornaram judeus e cristãos iguais perante a lei e reprimiram com rigor uma explosão anti-semita em Toledo (1107), onde havia então 72.000 judeus.[24] Durante um século, existiu em Aragão uma "entente" semelhante entre as religiões mãe e filha. De fato o rei Jaime I convidou os judeus a se estabelecerem em Majorca, Catalunha e Valência, e em muitos casos deu gratuitamente aos colonos judeus casas e terras.[25] Em Barcelona dominavam o comércio no século XII e possuíam um terço das terras.[26] Os judeus da Espanha cristã eram pesadamente tributados, mas, gozando de autonomia interna, prosperaram. O comércio fluía livremente entre o cristão, o judeu e o mouro; os três trocavam presentes nos dias santos; de vez em quando um rei contribuía para um fundo de construção de uma sinagoga.[27] De 1085 até 1492, judeus podiam ser encontrados em altos cargos públicos nos Estados cristãos da Espanha, como agentes fiscais e diplomatas, algumas vezes como ministros.[28] Durante os séculos XII e XIII, o clero cristão unia-se a essa boa vontade cristã.[29]

A primeira eclosão de intolerância ocorreu entre os próprios judeus. Em 1149 Jehuda ibn Ezra, mordomo do palácio de Afonso VII de Leão e Castela, dirigiu os poderes do governo de seu senhor contra os judeus caraítas de Toledo; desconhecem-se os pormenores, mas desde então não mais se ouviu falar dos caraítas espanhóis outrora numerosos.[30] Em 1212 alguns cruzados cristãos entraram na Espanha para ajudar a libertá-la dos mouros; em sua grande parte, eles trataram bem os judeus. Um grupo, porém, atacou os judeus de Toledo, causando muitas baixas. Mas os cristãos da cidade levantaram-se na defesa de seus concidadãos e sobrestaram a perseguição.[31] Afonso X de Castela incluiu em seu código de 1265 uma legislação antijudaica, mas o código de Afonso X não foi posto em vigor antes de 1348; entrementes o rei tomou a seu serviço um médico e um tesoureiro judeus, presenteou os judeus de Sevilha com três mesquitas para serem transformadas em sinagogas[32] e beneficiou-se do esplendor que os estudiosos judeus e muçulmanos espalhavam sobre seu fecundo reinado. Em 1276 os empreendimentos militares de Pedro III de Aragão exigiram impostos insuportáveis. O seu ministro das finanças e vários outros funcionários eram judeus. Uma revolta de nobres e cidades contra a monarquia compeliu o rei a demitir seus auxiliares judeus e confirmar uma resolução das Cortes (1283) contra novo emprego de judeus em cargos públicos. A era de tolerância findou quando o Conselho Eclesiástico de Zamora (1313) decretou a imposição do distintivo, a segregação da população judaica da cristã e a proibição do emprego de médicos judeus pelos cristãos ou de servos cristãos pelos judeus.[33]

III. VIDA JUDAICA NA CRISTANDADE

1. O Governo

Com exceção de Palermo, e poucas cidades da Espanha, as cidades da cristandade medieval não exigiam nenhuma segregação da sua população judaica. Geralmente, todavia, os judeus viviam em isolamento voluntário por conveniência social, segurança física e unidade religiosa. A sinagoga constituía o centro geográfico, social e econômico do bairro israelita e atraía em sua volta a maior parte das residências judaicas. Em conseqüência havia superlotação, com detrimento da saúde pública e particular. Na Espanha os setores hebraicos ostentavam belas residências bem como choupanas e casas alugadas; no restante da Europa elas se aproximavam de cortiços.[34]

Tomando em consideração a influência universalmente maior dos ricos nas eleições e nomeações, as comunidades judaicas constituíam territórios semidemocráticos encravados dentro de outros países do mundo monárquico. Os membros de uma congregação que pagavam tributos escolhiam os rabinos e dirigentes da sinagoga. Um pequeno grupo de eleitos mais idosos constituíam o *Beth Din* ou corte comunal; esta arrecadava impostos, fixava preços, administrava a justiça, decretava normas — nem sempre observadas — sobre a dieta, dança, moral e vestimenta judaicas. Tinha poderes para julgar judeus que ofendessem a lei judaica e tinha funcionários para pôr em prática seus decretos. As penas variavam desde multas até excomunhão ou banimento. A pena capital raramente se achava dentro dos poderes ou costume do *Beth Din;* em seu lugar a corte judaica empregava o *herem* ou excomunhão completa — majestosa e tremenda cerimônia de acusações, maldições e candeias apagadas uma a uma como símbolo da morte espiritual do culpado. Os judeus, como os cristãos, usavam demasiadamente a excomunhão, de modo que em ambos os credos ela perdeu o seu terror e sua eficácia. Os rabinos, como a Igreja, perseguiam os hereges, colocavam-nos fora da lei, e às vezes queimavam seus livros.[35]

Geralmente a comunidade judaica não estava sujeita à autoridade local. O seu único senhor era o rei; a este, pagava generosamente por uma carta protetora de seus direitos religiosos e econômicos; mais tarde, pagava às comunas libertadas para confirmar sua autonomia. Os judeus, todavia, estavam sujeitos à lei do Estado e tinham por princípio obedecer a ela; "a lei do reino é lei", declarava o Talmude.[36] "Orai pelo bem-estar do governo", dizia outra passagem, "pois, se não fora o medo da lei, os homens devorar-se-iam uns aos outros."[37]

O Estado arrecadava dos judeus uma capitação, tributos sobre propriedades que iam até 33 por cento, e taxas relativas a carne, vinho, jóias, importações e exportações; em aditamento requeria contribuições "voluntárias" para ajudar a financiar uma guerra, uma coroação ou um "progresso" ou viagem real. Os judeus ingleses, que no século XII constituíam um quarto de um por cento da população, pagavam oito por cento dos tributos nacionais. Eles forneceram um quarto da arrecadação para a Cruzada de Ricardo I e doaram cinco mil marcos para resgatá-lo do cativeiro germânico — o triplo da quantia dada pela cidade de Londres.[38] O judeu era ainda tributado em sua própria comunidade e importunado periodicamente para financiar obras de caridade, educação e dar apoio aos judeus em dificuldades na Palestina. A qualquer momento, com ou sem motivo, o rei podia confiscar parte ou toda propriedade dos "seus judeus", pois, pela lei feudal, esses "homens" lhe pertenciam. Quando

morria um rei, terminava o ajuste para proteger os judeus; o seu sucessor podia ser induzido a renovar o acordo somente por meio de um grande presente; às vezes tal prenda representava um terço de toda a propriedade dos judeus no Estado.[39] Em 1463, Alberto III, margrave de Brandemburgo, declarou que todo novo rei germânico "podia, *segundo um velho hábito*, queimar todos os judeus ou mostrar-lhes sua mercê, e, para salvar-lhes a vida, tomar o terceiro *penny* (isto é, um terço) das propriedades deles".[40] Bracton, o principal jurista inglês do século XIII, resumiu o assunto de modo simples: "Um judeu não pode ter nada de seu, porque tudo o que adquire, não o faz para si próprio mas para o rei."[41]

2. *Economia*

A estes inconvenientes políticos acrescentavam-se restrições econômicas. Os judeus não estavam geral ou legalmente impedidos de possuir terras; num ou noutro tempo da Idade Média, eles possuíam consideráveis extensões na Espanha muçulmana ou cristã, na Sicília, Silésia, Polônia, Inglaterra e França.[42] Mas as circunstâncias tornaram tal propriedade cada vez mais impraticável. Proibido pela lei cristã de empregar escravos cristãos, e pela lei judaica de admitir escravos judeus, o judeu tinha de lavrar sua propriedade com o trabalho livre, difícil de se obter e custoso de manter. A lei judaica proibia o trabalho no sábado. A lei cristã geralmente o proibia de trabalhar no domingo; tal ócio constituía uma aflição. O costume ou a lei feudal tornava impossível a um judeu encontrar um lugar dentro do sistema feudal; qualquer posição exigia um juramento cristão de lealdade e serviço militar; mas as leis de quase todos os Estados cristãos proibiam aos judeus portarem armas.[43] Na Espanha visigótica, o rei Sisebuto revogou todas as concessões de terra feitas aos judeus por seus predecessores; o rei Egica "nacionalizou" todas as propriedades judaicas que em qualquer tempo tivessem pertencido aos cristãos; e, em 1293, as Cortes de Valladolid proibiram a venda de terras aos judeus. A possibilidade sempre presente de expulsão ou ataque levava os judeus, depois do século IX, a evitar a propriedade imóvel ou a solidão rural. Todas estas condições desaconselharam a agricultura aos judeus e os inclinaram à vida urbana, à indústria, comércio e finanças.

No Oriente Próximo e na Europa meridional, os judeus estavam ativos na indústria: de fato, em vários casos, levaram as técnicas manuais adiantadas do Islã ou Bizâncio às terras ocidentais. Benjamim de Tudela encontrou centenas de trabalhadores judeus na indústria do vidro, em Antioquia e Tiro; judeus do Egito e da Grécia eram famosos pela excelência de seus tecidos tingidos e bordados; e até no século XIII chamava, Frederico II, artífices judeus para dirigirem a indústria de seda do Estado na Sicília. Ali e em outras partes, judeus dedicavam-se ao comércio de metais, especialmente ourivesaria e joalheria; trabalhavam nas minas de estanho da Cornualha até 1290.[44] Artesãos judeus da Europa meridional achavam-se organizados em poderosas guildas e competiam, com êxito, com os artífices cristãos. Mas na Europa setentrional as guildas cristãs adquiriram o monopólio de muitos negócios. Estados após Estados proibiram os judeus de servir aos cristãos como ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, moleiros, padeiros ou médicos, ou vender vinho, farinha, manteiga ou óleo nos mercados,[45] ou comprar uma casa em qualquer parte, exceto no bairro judeu.

Assim peados, os judeus dedicaram-se aos negócios. Rab, o talmudista babilônico, havia dado a seu povo um lema sutil: "Negocie com 100 florins e terá carne e vinho;

empregue a mesma soma na agricultura e no máximo obterá pão e sal.''[46] O bufarinheiro judeu era conhecido em todas as cidades e vilas; o mercador judeu em todos os mercados e feiras. O comércio internacional constituía sua especialidade, quase o seu monopólio, antes do século XI; suas cargas, caravanas e navios cruzavam desertos, montanhas e mares; e na maioria das vezes eles acompanhavam suas mercadorias. Serviam como laços comerciais entre a cristandade e o Islã, entre a Europa e a Ásia, entre os Estados eslavos e os ocidentais. Lidavam com a maior parte do comércio de escravos.[47] Eram ajudados por sua facilidade e paciência em aprender línguas; pelo fato de compreenderem o hebraico e a similaridade de leis e costumes entre as comunidades judaicas largamente separadas; e pela hospitalidade do bairro judeu de todas as cidades a qualquer judeu estrangeiro. Assim, Benjamin de Tudela viajou metade do mundo e sentiu-se em casa em toda parte. Ibn Khordadbeh, diretor dos correios do califado de Bagdá em 870, em seu *Livro de Rotas*, falou de mercadores judeus que falavam o persa, grego, árabe, franco, espanhol e esloveno; e descreveu as rotas terrestres e marítimas pelas quais eles viajavam da Espanha e da Itália para o Egito, Índia e China.[48] Estes mercadores levavam eunucos, escravos, brocados, peles e espadas para o Extremo Oriente e, de volta, traziam almíscar, aloés, cânfora, especiarias e sedas.[49] A conquista de Jerusalém pelos cruzados e a do Mediterrâneo pelas frotas de Veneza e Gênova deram aos mercadores italianos uma vantagem sobre os judeus; e a supremacia comercial judaica terminou com o século XI. Mesmo antes das Cruzadas, Veneza havia proibido o transporte de mercadores judeus em navios venezianos, e logo depois a Liga Hanseática fechava seus portos do Mar do Norte e do Báltico ao comércio judeu.[50] Por volta do século XII o comércio judaico era em sua maior parte doméstico; e mesmo dentro desses estreitos limites sofria ainda restrições por leis que proibiam a venda de diversas mercadorias pelos judeus.[51]

Voltaram-se então para as finanças. Em um ambiente hostil em que a violência popular podia destruir, ou a cupidez real confiscar seus bens imóveis, os judeus eram forçados a concluir que suas economias deviam ser transformadas em forma líquida e móvel. Começaram com o negócio simples de cambiar, passaram depois a receber numerários para investimento comercial e mais tarde a emprestar dinheiro a juros. O Pentateuco[52] e o Talmude[53] haviam proibido tal coisa entre os judeus, mas não entre judeu e não-judeu. À medida que a vida econômica tornava-se cada vez mais complexa, e a necessidade de financiamento tornava-se mais aguda, com a expansão do comércio e da indústria, os judeus emprestavam dinheiro uns aos outros por meio de um intermediário cristão,[54] ou através de uma participação oculta em um empreendimento e seus lucros — artifício permitido pelos rabinos e vários teólogos cristãos.[55] Já que tanto o Alcorão como a Igreja proibiam a cobrança de juros e, conseqüentemente, eram escassos os prestamistas cristãos, antes do século XIII, os muçulmanos e cristãos que necessitavam de empréstimo — inclusive eclesiásticos, igrejas e mosteiros[56] — recorriam aos judeus; assim Aarão de Lincoln financiou a construção de nove mosteiros cistercienses e da grande abadia de Santo Albano.[57] No século XIII banqueiros cristãos invadiram esse campo, adotaram os métodos que haviam sido desenvolvidos pelos judeus e logo os superaram em riqueza e classe. ''O usurário cristão, embora, não tivesse que se precatar de qualquer coisa na mesma extensão como contra os riscos de assassínio e pilhagem, não era menos extorsionista do que o judeu.''[58] Ambos indiferentemente exerciam pressão sobre o devedor com rigor romano, e os reis exploravam a todos eles.

Todos os prestamistas estavam sujeitos a elevada tributação e, no caso dos judeus, a confisco ocasional. Os reis tinham por princípio permitir juros altos e periodicamente retiravam os lucros dos financiadores. O custo da coleta era elevado e em muitos casos o credor tinha de subornar funcionários para poder reaver seu dinheiro.[59] Em 1198, Inocêncio III ordenou a todos os príncipes cristãos, os quais estavam preparando a Quarta Cruzada, que compelissem os judeus a perdoar totalmente os juros devidos pelos cristãos.[60] Luís IX, o rei santo da França, "para a salvação de sua própria alma e da de seus antepassados", isentou todos os seus súditos de um terço do que deviam aos judeus.[61] Reis ingleses, em caso de necessidade, concediam cartas de remissão — cancelando juros ou capitais ou ambos — aos súditos que deviam dinheiro aos judeus; não raro, os reis vendiam tais cartas e anotavam em seus registros as somas recebidas pela sua filantropia vicarial.[62] O governo britânico exigia uma cópia de todos os acordos sobre empréstimos; um Erário dos Judeus foi criado a fim de arquivar e fiscalizar tais acordos e examinar casos concernentes aos mesmos; quando um banqueiro judeu não podia pagar as taxas e impostos que lhe eram tributados, o governo, verificando o registro dos empréstimos dele, confiscava-os integral ou parcialmente, e notificava os devedores para não pagarem ao credor mas sim ao governo.[63] Quando, em 1187, Henrique II lançou um imposto especial sobre o povo da Inglaterra, os judeus foram obrigados a pagar um quarto e os cristãos um décimo de sua propriedade. Quase a metade de todo o imposto foi paga pelos judeus.[64] Às vezes "os judeus financiavam o reino".[65] Em 1210 o rei João ordenou a prisão de todos os judeus da Inglaterra — homens, mulheres e crianças; uma "contribuição" de 66.000 marcos foi-lhes tomada;[66] os suspeitos de sonegação da importância total de suas economias eram torturados com a extração diária de um dente até que confessassem.[67] (O marco equivalia a meia libra de prata, com um poder aquisitivo provavelmente 50 vezes superior ao de hoje [$5,40].) Em 1230, Henrique III, alegando que os judeus haviam cerceado a moeda do reino (ao que parece alguns o fizeram), confiscou um terço de toda a propriedade móvel dos judeus ingleses. A operação mostrou-se lucrativa, e foi repetida em 1239; dois anos depois 20.000 marcos de prata foram extorquidos dos judeus; 60.000 marcos — soma equivalente à receita anual da coroa — foi cobrada em 1244. Quando Henrique III tomou emprestados cinco mil marcos do conde de Cornualha, deu-lhe, como garantia, todos os judeus da Inglaterra.[68] Uma série de impostos, de 1252 a 1255, levou os judeus a tal desespero que eles rogaram permissão para deixar a Inglaterra em massa; a permissão foi recusada.[69] Em 1275 Eduardo I proibiu estritamente o empréstimo com juros. Contudo os empréstimos continuaram; e como os riscos eram maiores, as taxas de juro subiram. Eduardo I ordenou a detenção de todos os judeus da Inglaterra e a apreensão total de seus bens. Muitos prestamistas cristãos também foram presos e três deles enforcados. Dos judeus, 280 foram enforcados, arrastados e esquartejados em Londres. Houve execuções adicionais nos condados. E as propriedades de centenas de judeus foram confiscadas pelo Estado.[70]

Nos inquietos intervalos entre os confiscos os banqueiros judeus prosperavam e alguns tornaram-se visivelmente ricos. Não somente adiantaram dinheiro para a construção de catedrais e mosteiros como ergueram casas ricas para uso próprio. Na Inglaterra suas casas contavam-se entre as primeiras moradias construídas de pedra. Havia ricos e pobres entre os judeus, apesar do dito do rabino Eleazar de que "todos os homens são iguais perante Deus — mulheres e escravos, ricos e pobres".[71] Os rabinos procuraram mitigar a pobreza e deter a riqueza aproveitadora, por uma variedade de

regulamentos econômicos. Ressaltaram a responsabilidade do grupo pelo bem-estar do todo, e suavizaram as dores da adversidade com a caridade organizada. Não denunciavam os ricos, mas conseguiram dar ao saber prestígio igual ao da riqueza. Condenavam o monopólio e o açambarcamento como pecados.[72] Proibiam o varejista de obter lucro superior a um sexto do preço de atacado;[73] fiscalizavam os pesos e as medidas; fixavam os preços máximos e os salários mínimos.[74] Muitos desses regulamentos fracassaram. Os rabinos não podiam separar a vida econômica dos judeus da dos vizinhos no Islã ou na cristandade; e a lei da procura e da oferta de mercadorias e serviços encontrava um caminho em torno de qualquer legislação.

3. *Moral*

Os ricos procuravam expiar seus lucros ilícitos por meio da generosa caridade. Reconheciam as obrigações sociais da riqueza e talvez receassem a maldição ou a fúria dos pobres. Não se tem notícia de nenhum judeu que tenha morrido de fome em uma comunidade judaica.[75] Periodicamente, e já no século II depois de Cristo, cada membro da congregação, por mais pobre que fosse, era taxado, por fiscais oficiais, com uma contribuição para o *kupah* ou "caixa da comunidade" que cuidava dos velhos ou doentes e da educação e casamento dos órfãos.[76] A hospitalidade era fornecida gratuitamente, em especial aos escolásticos errantes; em algumas comunidades, viajantes eram hospedados pelos dirigentes da congregação em casas particulares. Numerosas eram as sociedades filantrópicas judaicas nos fins da Idade Média; não somente havia muitos hospitais, orfanatos, casas de pobres e asilos de velhos como também organizações que providenciavam resgates de prisioneiros, dotes a noivas, visitas aos doentes, assistência a viúvas sem recursos e enterro grátis aos pobres.[77] Cristãos queixavam-se da cupidez dos judeus e procuravam estimular seus correligionários à caridade citando a generosidade exemplar dos judeus.[78]

Diferenças de classe transpareciam no vestir, na dieta, no falar e em centenas de outras coisas. O judeu simples usava um manto cingido de mangas longas ou cafetã, geralmente preto como se estivesse de luto pelo seu templo em ruínas e pela sua terra assolada. Mas na Espanha os judeus ricos ostentavam sua prosperidade com sedas e peles; e os rabinos deploravam em vão o crescimento da hostilidade e do descontentamento provocado por tal exibição. Quando o rei de Castela proibiu enfeitar os trajes, os judeus obedeceram, mas continuaram a ataviar suas esposas com esplendor; e quando o rei exigiu uma explicação, eles lhe asseguraram que a galanteria real jamais poderia ter tencionado aplicar tais restrições às mulheres;[79] e os judeus continuaram a vestir bem suas damas através de toda a Idade Média. Proibiam-nas, porém, de aparecer em público com a cabeça descoberta. Isto constituía motivo para divórcio; e os judeus eram ensinados a não orar na presença de uma mulher cujos cabelos fossem visíveis.[80]

Os aspectos higiênicos da Lei atenuaram os efeitos de povoados congestionados. A circuncisão, o banho semanal e a proibição do vinho ou da carne pútrida como alimento davam aos judeus uma proteção superior contra moléstias predominantes em suas vizinhanças cristãs.[81] A lepra era freqüente entre os cristãos pobres, que comiam carne ou peixe salgados, mas era rara entre os judeus. Talvez, por motivos semelhantes, os judeus sofressem menos do que os cristãos de cólera e de moléstias similares.[82] Mas nos cortiços de Roma, infestados de mosquitos dos pântanos da Campânia, judeus e cristãos tremiam do mesmo modo devido à malária.

A vida moral do judeu medieval refletia sua herança oriental e sua inabilidade européia. Discriminados a cada passo, pilhados e massacrados, humilhados e condenados por crimes que não haviam cometido, os judeus, tal como os fisicamente fracos de toda parte, recorriam à astúcia para a autodefesa. Os rabinos repetiam vezes sem conta que "enganar um gentio é pior do que enganar um judeu",[83] mas alguns judeus recorreram ao ardil;[84] e também os cristãos barganhavam talvez tão astutamente quanto eram capazes. Alguns banqueiros, judeus ou cristãos, não faziam nenhuma concessão ao cobrar o que lhes era devido, apesar de ter havido, sem dúvida, na Idade Média, como no século XVIII, prestamistas tão honestos e confiáveis como Meyer Anselm do *rote Schild*. Alguns judeus e cristãos ocultavam moedas ou recebiam mercadorias roubadas.[85] O emprego freqüente de judeus em altos cargos financeiros sugere que seus empregadores cristãos tinham confiança na integridade deles. De crimes violentos — assassínio, roubo, estupro — os judeus eram raramente culpados. A bebedeira era menos freqüente, entre eles, em terras cristãs do que nas muçulmanas.

A vida sexual dos judeus, embora de tendência poligâmica, era notavelmente sadia. Eram menos dados à pederastia do que outros povos de origem oriental. Suas mulheres eram virgens modestas, esposas industriosas, mães prolíficas e conscienciosas. E o casamento precoce reduziu a prostituição ao mínimo.[86] Celibatários constituíam raridades. O rabino Asher ben Yehiel estabeleceu que um solteiro de 20 anos, a menos que estivesse absorvido no estudo da Lei, podia ser compelido pelo tribunal a casar-se.[87] Os casamentos eram arranjados pelos pais. Poucas jovens, diz um documento judeu do século XI, eram "indelicadas e impudentes a ponto de expressar suas fantasias e preferências";[88] mas nenhum casamento era perfeitamente legal sem o consentimento de ambas as partes.[89] O pai podia dar a filha em casamento, em tenra idade, mesmo aos seis anos; mas tal matrimônio infantil não se consumava até a idade conveniente, e a jovem, chegando à maioridade, podia anulá-lo se o desejasse.[90] O contrato de casamento constituía um ato formal, para tornar a moça esposa legal do homem; depois disso não podiam separar-se a não ser por meio de uma sentença de divórcio. Nos esponsais assinava-se um contrato (*ketuba*) para o dote e a doação pré-nupcial. A última constituía uma soma colocada à parte da propriedade do marido para ser paga à mulher em caso de divórcio ou morte. Sem a doação pré-nupcial de pelo menos 200 *zuzas* (soma com que se podia adquirir uma casa), o casamento de uma noiva virgem não era válido.

A poligamia era praticada pelos judeus ricos das terras islâmicas, mas era rara entre os judeus da cristandade.[91] A literatura rabínica pós-talmúdica refere-se milhares de vezes a uma "esposa" de um homem e nunca a suas "esposas". Por volta do ano 1000 o rabino Gershom ben Judá, de Mogúncia, decretou a excomunhão de todos os judeus polígamos. E logo depois, em toda a Europa, exceto na Espanha, a poligamia e o concubinato quase desapareceram entre os judeus. Alguns casos continuaram a ocorrer, por exemplo, de uma esposa, estéril durante 10 anos de casamento, permitir que o marido tomasse uma concubina ou uma mulher adicional;[92] ser pai era questão vital. O mesmo decreto de Gershom aboliu o velho direito do marido de divorciar-se da mulher sem o consentimento ou culpa desta. O divórcio era provavelmente menos freqüente na judiaria medieval do que na moderna América.

A despeito da relativa frouxidão dos laços de casamento na lei, a família representava o centro salvador da vida judaica. O perigo externo ameaçava a unidade interna. E testemunhas hostis asseguram "o calor e a dignidade... o cuidado, consideração e

afeição paternal e fraternal" que marcavam e marcam a família judaica.[93] O jovem marido, unido à esposa no trabalho, na alegria e nas tribulações, nutria por ela profunda afeição, como parte de seu eu maior. Tornava-se pai e os filhos, crescendo ao seu redor, estimulavam suas energias de reserva e o obrigavam à lealdade mais profunda. Possivelmente ele não havia conhecido nenhuma mulher antes do casamento, e tinha, em uma comunidade tão pequena e íntima, poucas possibilidades de ser infiel. Quase desde o dia do nascimento das filhas ele economizava para preparar seu dote e a doação pré-nupcial dos filhos. Tinha por natural que devia sustentá-los nos primeiros anos da vida de casado. Isso parecia mais prudente do que permitir que jovens se preparassem com uma década de promiscuidade para as restrições da monogamia. Em muitos casos o noivo ia viver com a noiva no lar do sogro — raras vezes para o aumento da felicidade. A autoridade do pai mais velho no lar era quase tão absoluta como na Roma republicana. Ele podia excomungar os filhos e bater na esposa, dentro dos limites do razoável. Se ferisse gravemente a mulher, a comunidade multava-o até o máximo de seus recursos. Geralmente sua autoridade se exercia com uma firmeza que nunca ocultava um amor apaixonado.

A posição da mulher era legalmente baixa, porém moralmente elevada. Como Platão, o judeu agradecia a Deus por não ter nascido mulher; e a mulher replicava humildemente: "Agradeço a Deus por ter sido feita de acordo com a Sua vontade."[94] Na sinagoga as mulheres ocupavam um lugar separado na galeria ou atrás dos homens — um tosco cumprimento a seus encantos perturbadores; e elas não podiam ser contadas na formação do *quorum*. As canções em louvor da beleza feminina eram consideradas indecorosas, embora o Talmude as admitisse.[95] O flerte, se é que havia, era feito por correspondência. A conversação pública entre os dois sexos — mesmo entre marido e mulher — estava proibida pelos rabinos.[96] A dança era permitida, porém somente de mulher com mulher e de homem com homem.[97] Enquanto o marido era por lei o único herdeiro de sua mulher, a viúva não herdava do marido; quando este morria, ela recebia o equivalente do dote e a doação pré-nupcial. De resto, seus filhos, os herdeiros naturais, deviam sustentá-la decentemente. As filhas herdavam apenas na ausência de filhos; por outro lado, elas tinham de depender da afeição dos irmãos, que raras vezes faltava.[98] As meninas não eram enviadas à escola. No seu caso, mesmo uma cultura rudimentar era considerada especialmente perigosa. Todavia elas tinham permissão para estudar em particular. Ouvimos falar de várias mulheres que pronunciavam conferências públicas sobre a Lei, embora às vezes a conferencista se ocultasse do auditório.[99] A despeito de todas as desvantagens físicas e legais, a mulher judaica digna recebia depois do casamento todas as honras e dedicação. Judá ben Moses ibn Tibbon (1170) citou um sábio muçulmano aprovativamente: "Somente os honrados honram as mulheres, somente os desprezíveis as desprezam."[100]

As relações filiais eram mais perfeitas do que as maritais. O judeu, com a vaidade do lugar-comum, orgulhava-se de sua capacidade reprodutiva e dos filhos. O seu juramento mais solene consistia em colocar a mão sobre a testa do homem que recebia o penhor; donde a palavra *testemunho*. Todo homem tinha ordem de ter pelo menos dois filhos. Geralmente havia mais. A criança era reverenciada quase como uma visita do céu, um verdadeiro anjo em carne e osso. O pai era respeitado quase como um vigário de Deus; o filho ficava de pé na presença do pai até ser convidado a sentar-se, e consagrava-lhe solícita obediência que estava inteiramente de acordo com o orgulho do jovem. Na cerimônia da circuncisão, o menino era dedicado a Jeová pela aliança

de Abraão; e todas as famílias sentiam-se obrigadas a educar um dos filhos para o rabinato. Quando o menino completava o seu décimo terceiro ano, era recebido na comunidade dos homens, e ficava sujeito a todas as obrigações da Lei, por uma solene cerimônia de confirmação. (Esta cerimônia do *bar mitzvah* [filho do mandamento, isto é, herdeiro das responsabilidades] não pôde ser encontrada antes do século XIV,[101] mas provavelmente é mais antiga.) A religião lançava seu respeito e santidade em todas as fases do desenvolvimento e facilitava as tarefas dos pais.

4. *Religião*

Da mesma maneira a religião permaneceu como polícia espiritual vigiando todas as fases do código moral. Sem dúvida encontravam-se evasivas na Lei, e ficções legais se forjaram a fim de restaurar a liberdade indispensável para um povo empreendedor. Mas aparentemente o judeu medieval aceitava a Lei como um baluarte de defesa não somente contra a pena eterna como, mais visivelmente, contra a desintegração do grupo. Ela o embaraçava a cada passo, mas o judeu a honrava como o próprio lar e a escola do seu desenvolvimento, o meio vital de sua vida.

Todo lar no judaísmo era uma igreja, toda escola um templo, todo pai um sacerdote. As orações e o ritual da sinagoga tinham suas contrapartes mais curtas no lar. Os jejuns e festivais religiosos eram celebrados com cerimônias educativas que vinculavam o presente com o passado, os vivos com os mortos e os nascituros. Nas vésperas do Sabá o pai chamava a esposa, filhos e criados, abençoava-os individualmente e os dirigia na oração, leituras religiosas e cânticos sacros. Nas ombreiras de cada aposento grande estava atado um tubo (*mezuzah*) que continha um rolo de pergaminho com a inscrição de duas passagens do Deuteronômio (VI, 4-9; XI, 13-21), lembrando ao judeu que o seu Deus é uno e deve ser amado "com todo o teu coração, tua alma e tua força". Desde a idade de quatro anos, a criança era levada à sinagoga, e ali a religião lhe era inculcada durante os anos de sua maior receptividade.

A sinagoga não era simplesmente um templo; constituía o centro social da comunidade judaica; *sinagoge*, como *ecclesia, synodo* e *colegio*, significava uma assembléia, uma congregação. Nos dias pré-cristãos ela era essencialmente uma escola; e ainda hoje é chamada *schule* pelos judeus asquenaze. Na Dispersão, assumiu uma estranha variedade de funções. Em algumas sinagogas era costume publicar, no Sabá, as decisões tomadas pelo *Beth Din* durante a semana; coletar impostos, anunciar objetos perdidos, receber queixas de um membro contra outro e anunciar a próxima venda de uma propriedade, de maneira que qualquer pessoa que tivesse direitos sobre ela pudesse protestar contra a transação. A sinagoga dispensava caridade comunal e na Ásia servia como alojamento de viajantes. O edifício em si era sempre o mais belo do bairro judeu; às vezes, especialmente na Espanha e Itália, constituía uma obra-prima arquitetônica, adornado dispendiosa e adoravelmente. Autoridades cristãs repetidamente proibiram o levantamento de sinagogas com altura igual à mais alta igreja cristã da cidade; em 1221 o Papa Honório III ordenou a destruição de uma dessas sinagogas em Burges.[102] Sevilha tinha 23 sinagogas no século XIV, Toledo e Córdova também possuíam número quase igual; uma, construída em Córdova em 1315, é agora conservada como monumento nacional pelo governo espanhol. Toda sinagoga tinha uma escola (*Beth ha-midrash* — Casa de Estudo — o madrasa árabe); em adita-

mento havia escolas particulares e tutores pessoais; provavelmente a percentagem de alfabetizados era maior entre os judeus medievais do que entre os cristãos,[103] embora menor do que entre os muçulmanos. Professores eram pagos pela comunidade ou pelos pais, mas todos se achavam sob a supervisão comunal. Os meninos iam cedo para a escola — no inverno antes do amanhecer; algumas horas mais tarde voltavam para casa a fim de lanchar; retornavam à escola onde ficavam até às 11, quando voltavam para o almoço; ao meio-dia estavam novamente na escola; entre as duas e três horas havia um recreio e permaneciam na escola até o anoitecer. Finalmente voltavam a suas casas para a ceia, oração e leito. A vida era assunto sério para o menino judeu.[104]

O hebraico e o Pentateuco constituíam os estudos principais. Aos 10 anos o estudante começava o Míxina, e aos 13 os maiores tratados do Talmude; os que iam ser doutores continuavam o estudo do Míxina e do Gemara dos 13 aos 20 ou mais. Por meio da diversidade de assuntos do Talmude o estudante recebia uma tintura superficial de uma dúzia de ciências, mas quase nada da história que não a judaica.[105] Muito se aprendia pela repetição, o coro da recitação era tão vigoroso que algumas localidades dispensavam escolas.[106] A educação superior era proporcionada na *Yeshibah* ou academia. O graduado em tal academia denominava-se *talmid hakam* — doutor da Lei. Ele estava geralmente isento dos impostos da comunidade; e embora não fosse necessariamente um rabino, todos os não-doutos deviam levantar-se à sua entrada ou saída.[107]

O rabino era professor, jurista e sacerdote. Exigia-se que ele se casasse. Pouco ou nada lhe pagavam pelas suas funções religiosas. De modo geral ganhava a vida no mundo secular. Raras vezes pregava; esta função cabia aos pregadores itinerantes (*maggidim*), treinados na eloqüência sonora e atemorizadora. Qualquer membro da congregação podia dirigir uma oração, ler as Escrituras ou pregar. Geralmente, porém, concedia-se essa honra a algum judeu preeminente ou filantropo. A oração era uma cerimônia complexa para o judeu ortodoxo. Para um desempenho perfeito requeria-se que ele cobrisse a cabeça como sinal de reverência, amarrasse nos braços e na fronte pequenos estojos contendo passagens do Êxodo (XIII, 1-16) e do Deuteronômio (VI, 4-9; XI, 13-21) e usasse nas fímbrias da roupa franjas inscritas com os mandamentos fundamentais do Senhor. Os rabinos explicavam estas formalidades como lembranças necessárias da unidade, presença e leis de Deus; os judeus simples olhavam para elas como amuletos mágicos com poderes milagrosos. O serviço religioso culminava na leitura do pergaminho da Lei, guardado em pequeno arco acima do altar.

Os judeus da Diáspora franziam a testa ante a música na religião como imprópria para um estado de alma de tristeza causado pela pátria perdida. Mas a música e a religião encontram-se tão intimamente relacionadas como a poesia e o amor; as emoções mais profundas requerem para sua expressão civilizada a mais emocional das artes. A música voltou à sinagoga por meio da poesia. No século VI os *paitanim* ou poetas "neo-hebraicos" começaram a escrever o verso religioso, misturado com acróstico e artifícios de aliteração, mas elevado com o esplendor retumbante do idioma hebraico, todo cheio daquele ardor religioso que no judeu servia tanto para o patriotismo como para a piedade. Os hinos toscos porém vigorosos de Eleazar ben Kalir (século VIII) encontram ainda lugar em alguns rituais da sinagoga. Poesia similar apareceu entre os judeus da Espanha, Itália, França e Alemanha. Um desses hinos é cantado por muitos judeus no Dia da Expiação:

Com a vinda do Teu Reino
As colinas prorromperão em cantos
E as ilhas rirão exultantes
Por pertencerem a Deus.
E todas as suas congregações
Cantarão tão alto em Teu louvor
Que os povos mais longíquos, ouvindo,
Te saudarão Rei coroado.[108]

Quando tais *piutim* ou poemas sacros foram introduzidos no serviço da sinagoga, eles eram cantados por um *chantre* e a música retornou ao ritual. Mais ainda, as leituras das escrituras e as orações eram, em muitas sinagogas, cantadas por um cantor ou pela congregação em uma salmodia (espécie de recitativo cantado na liturgia hebraica) cujos tons musicais eram em grande parte improvisados, mas seguiam ocasionalmente padrões estabelecidos no cantochão da liturgia cristã.[109] Da escola de canto do mosteiro de St. Gall na Suíça, em época anterior ao século XI, veio a complexa canção do famoso canto hebreu *Kol Nidre* — "Todas as Consagrações".[110]

A sinagoga nunca substituiu o templo no coração do judeu. A esperança de que ele poderia um dia oferecer sacrifícios a Jeová ante a mais sagrada colina de Sião inflamava sua imaginação e deixava-o entregue às desilusões repetidas pelo falsos messias. Por volta de 720, Serene, um sírio, anunciou-se como o redentor esperado e organizou uma campanha para retomar a Palestina aos muçulmanos. Judeus da Babilônia e Espanha abandonaram suas casas para participar de sua aventura. Ele foi feito prisioneiro, desmascarado como charlatão pelo califa Iezid II e morto. Cerca de 30 anos depois, Obadiah Abu Isa ben Ishaq, de Isfahan, chefiou uma revolta similar; 10.000 judeus nela tomaram parte e lutaram corajosamente sob sua direção; foram porém derrotados, Abu Isa morreu em combate e os judeus de Isfahan foram punidos indiscriminadamente. Quando a Primeira Cruzada excitou a Europa, comunidades judaicas sonharam que os cristãos, se vencessem, restaurariam a Palestina para os judeus.[111] Eles acordaram dessa fantasia para uma série de *pogroms*. Em 1160 David Alrui levantou os judeus da Mesopotâmia com a declaração de que ele era o Messias e restaurar-lhes-ia Jerusalém e a liberdade; seu sogro, temendo um desastre para os judeus por causa de uma tal insurreição, matou-o quando ele dormia. Por volta de 1225, outro Messias apareceu na Arábia do Sul, e instigou os judeus a uma histeria coletiva; Maimônides, em famosa "Carta ao Sul", expôs as reivindicações do impostor e lembrou aos judeus árabes a morte e destruição que se haviam seguido a essas imprudentes tentativas no passado.[112] Todavia ele aceitava a esperança messiânica como um apoio indispensável ao espírito judaico na Diáspora, e fez dela um dos 13 dogmas principais da fé judaica.[113]

IV. ANTI-SEMITISMO: 500-1306

Quais eram as fontes da hostilidade entre os não-judeus e judeus?

As principais têm sido sempre econômicas, mas divergências religiosas forneceram o gume e a cobertura para as rivalidades econômicas. Os muçulmanos que viviam de acordo com Maomé ressentiam-se da rejeição judaica do seu Profeta; os cristãos, aceitando a divindade de Cristo, ficavam chocados ante o fato de que seu próprio povo não reconhecesse essa divindade. Bons cristãos não viam nada de anticristão ou desu-

mano em considerar um povo inteiro, durante séculos, responsável pelo procedimento de uma pequena minoria de judeus de Jerusalém nos últimos dias de Cristo. O Evangelho de São Lucas conta como verdadeiras "multidões" de judeus haviam aclamado Cristo, quando foi a Jerusalém (XIX, 37); como, quando Ele levava sua cruz ao Gólgota, "seguia-o uma grande multidão de povo e de mulheres, as quais batiam nos peitos e o lamentavam" (XXIII, 27); e como, depois da crucificação, "toda a multidão que se juntara a este espetáculo... batia em seus peitos" (XXIII, 48). Mas esta simpatia dos judeus para com Jesus foi esquecida quando, em toda Semana Santa, a amarga história da Paixão era contada de milhares de púlpitos; ressentimentos explodiam nos corações cristãos; e nesses dias os israelitas fechavam-se nos seus bairros e seus lares, receosos de que as paixões de almas simples pudessem ser instigadas a um *pogrom*.[114]

Em torno desse desentendimento central elevaram-se mil suspeitas e animosidades. Banqueiros judeus suportaram o ímpeto da hostilidade levantado pelas taxas de juros que refletiam a insegurança dos empréstimos. À medida que a economia da cristandade se desenvolvia e mercadores e banqueiros cristãos invadiam os campos outrora dominados pelos judeus, a competição econômica fomentou o ódio; e alguns prestamistas cristãos promoveram ativamente o anti-semitismo.[115] Judeus em cargos oficiais, especialmente nos departamentos financeiros do governo, constituíram o alvo natural para aqueles que detestavam impostos e judeus. Dada tal inimizade econômica e religiosa, tudo o que era judeu se tornou desagradável a certos cristãos, e tudo o que era cristão desagradável a alguns judeus. Os cristãos reprovavam os judeus pelo seu exclusivismo de clã e não o escusavam como uma reação à discriminação e assalto físico ocasional. Feições, língua, maneiras, dieta e ritual judaicos pareciam aos olhos cristãos ofensivamente bizarros. Os judeus comiam quando os cristãos jejuavam e jejuavam quando os cristãos comiam; o seu Sabá de repouso e prece continuara sendo o sábado como antigamente, enquanto o dos cristãos era o domingo. Os judeus celebravam a sua feliz libertação do Egito em uma festa de Páscoa que se passava demasiado perto da Sexta-Feira em que os cristãos lamentavam a morte de Cristo. Os judeus não podiam, pela sua Lei, comer alimento cozido, tomar vinho espremido ou usar pratos ou utensílios que tivessem sido tocados por um não-judeu,[116] ou desposar alguém que não fosse judeu ou judia;[117] os cristãos interpretavam estas antigas leis — formuladas muito antes do cristianismo — como significando que tudo que fosse cristão era imundo para um judeu; e replicavam que o israelita por sua vez não se distinguia geralmente pela limpeza de sua pessoa ou roupa. O isolamento mútuo criou lendas absurdas e trágicas de ambos os lados. Romanos haviam acusado os cristãos de matar crianças pagãs a fim de oferecer seu sangue em holocausto secreto ao Deus cristão; cristãos do século XII acusaram judeus de raptar crianças cristãs para sacrificá-las a Jeová, ou usar seu sangue como medicamento ou na fabricação do pão não fermentado da festa da Páscoa. Os judeus eram acusados de envenenar poços dos quais os cristãos bebiam, e de roubar hóstias sagradas para despedaçá-las e delas tirar o sangue de Cristo.[118] Quando alguns mercadores judeus alardeavam sua opulência em roupas caras, os judeus em conjunto eram acusados de canalizar a riqueza da cristandade para suas mãos. Mulheres judias eram suspeitas de bruxaria; julgava-se que muitos judeus mantinham ligação com o Diabo.[119] Os judeus respondiam com lendas semelhantes acerca dos cristãos e com histórias insultuosas sobre o nascimento e a juventude de Cristo. O Talmude aconselhava a extensão da caridade judaica aos não-judeus;[120] Ba-

hya elogiou o monasticismo cristão. Maimônides escreveu que "os ensinamentos de Cristo e Maomé tendem a levar a humanidade na direção da perfeição";[121] o judeu médio não podia compreender estas cortesias da filosofia, e devolvia todo o ódio que recebia.

Houve alguns intervalos de lucidez nessa loucura. Ignorando leis do Estado e da Igreja que o proibiam, cristãos e judeus muitas vezes se misturavam em amizade, ou em casamento, sobretudo na Espanha e França meridional. Eruditos cristãos colaboravam com judeus — Miguel Scot com Anatoli, Dante com Immanuel.[122] Cristãos ofereciam presentes a sinagogas; e em Worms um parque judeu era mantido com o legado de uma mulher cristã.[123] Em Lyon o dia de feira foi mudado de sábado para domingo atendendo à conveniência dos judeus. Governos seculares, convictos de que os judeus constituíam um ativo comercial e financeiro, davam-lhes proteção, embora incerta. E em vários casos em que o Estado restringiu os movimentos públicos dos judeus ou os expulsou de seu território, foi porque não mais podia salvaguardá-los da intolerância e da violência.[124]

A atitude da Igreja variava, em relação a estes assuntos, com o lugar e o tempo. Na Itália, ela protegia os judeus como "guardiães da Lei" do Velho Testamento e como testemunhas vivas da historicidade das Escrituras e "da ira de Deus". Mas periodicamente concílios da Igreja, muitas vezes com intenções excelentes, e raras vezes com autoridade geral, acrescentavam novas atribulações à vida dos judeus. O Código Teodosiano (439), o Concílio de Clermont (535) e o Concílio de Toledo (589) proibiram a nomeação de judeus para posições em que eles pudessem impor penalidades aos cristãos. O Concílio de Orléans (538) ordenou que os judeus não saíssem de casa na Semana Santa, provavelmente para protegê-los, e proibiu-lhes de ocupar cargos públicos. O Terceiro Concílio de Latrão (1179) proibiu as parteiras ou enfermeiras cristãs de servirem judeus; e o Concílio de Béziers (1246) condenou o emprego de médicos judeus por cristãos. O Concílio de Avinhão (1209) vingou-se das leis judaicas de asseio proibindo "judeus e prostitutas" de tocarem em pão ou fruta expostos à venda; confirmou as leis cristãs contra o emprego de criados cristãos por judeus; e advertiu os fiéis a não trocarem serviços com judeus e evitá-los como uma poluição.[125] Vários concílios declararam nulo o casamento entre cristão e judeu. Em 1222 um diácono foi queimado por ter-se convertido ao judaísmo e desposado uma judia.[126] Em 1234, uma viúva judia teve o seu dote recusado sob a alegação de que o marido se convertera ao cristianismo, anulando, com isso, o seu casamento.[127] O Quarto Concílio de Latrão (1215), argumentando que "às vezes, por erro, cristãos têm relações com mulheres de judeus ou sarracenos, e judeus ou sarracenos com mulheres cristãs", decidiu "que judeus e sarracenos de ambos os sexos, em quaisquer províncias cristãs e para todo o sempre, serão distinguidos aos olhos do público pela característica de suas roupas": depois dos 12 anos de idade tinham de usar uma cor distintiva, os homens em seus chapéus ou mantos, as mulheres em seus véus. Isto constituía em parte uma represália contra as leis muçulmanas similares e mais antigas impostas aos cristãos e judeus. O característico do distintivo era determinado localmente pelos governos ou concílios provinciais da Igreja. Ordinariamente era uma roda ou círculo de fazenda amarela, com cerca de três polegadas de diâmetro, costurada em relevo sobre a roupa. O decreto entrou em vigor na Inglaterra em 1218, na França em 1219, na Hungria em 1279; foi posto em vigor apenas esporadicamente na Espanha, Itália e Alemanha, antes do século XV, quando Nicolau de Cusa e São João de Capistrano

preconizaram a sua integral observância. Em 1219 os judeus de Castela ameaçaram abandonar o país em massa se o decreto fosse executado e as autoridades eclesiásticas consentiram em sua revogação. Médicos, eruditos, financistas e viajantes judeus eram muitas vezes isentos do decreto. Sua observância declinou depois do século XVI e terminou com a Revolução Francesa.

De modo geral, os papas eram os prelados mais tolerantes da cristandade. Gregório I, embora tão zeloso pela expansão da fé, proibiu a conversão compulsória dos judeus, e manteve seus direitos de cidadania romana em terras sob o seu governo.[128] Quando os bispos de Ferracina e Palermo se apropriaram de sinagogas para uso cristão, Gregório compeliu-os a restituírem tudo.[129] Ao bispo de Nápoles, escreveu: "Não permitais que os judeus sejam molestados na execução de seus serviços. Deixai-os gozar da inteira liberdade de observar e manter todos os seus festivais e dias santos, tal como eles e seus pais fizeram durante tanto tempo."[130] Gregório VII instou aos governantes cristãos que obedecessem aos decretos conciliares contra a nomeação de judeus. Quando Eugênio III foi a Paris em 1145 e se dirigiu com pompa à catedral, que se achava então no bairro judeu, os israelitas enviaram uma delegação para oferecer-lhe a Torah ou pergaminho da Lei; o Papa abençoou-os, os judeus voltaram felizes a seus lares e o pontífice comeu um cordeiro pascal com o rei.[131] Alexandre III era amigo dos judeus e empregou um deles na administração de suas finanças.[132] Inocêncio III orientou o Quarto Concílio de Latrão em sua exigência de um distintivo judeu e estabeleceu o princípio de que todos os judeus estavam condenados à servidão perpétua porque tinham crucificado Jesus.[133] De maneira mais suave ele reiterou a ordem papal contra conversões forçadas e acrescentou: "Nenhum cristão deverá fazer qualquer mal pessoal aos judeus... ou privá-los de suas posses... ou perturbá-los durante a celebração de suas festas... ou extorquir-lhes dinheiro pela ameaça de exumar seus mortos."[134] Gregório IX, fundador da Inquisição, isentou os judeus de sua ação ou jurisdição, exceto quando eles tentavam judaizar cristãos ou atacavam o cristianismo ou revertiam ao judaísmo depois de convertidos ao cristianismo;[135] e em 1235 baixou uma bula reprovando a violência da turba contra judeus.[136] Inocêncio IV (1247) repudiou a lenda da matança ritual de crianças cristãs pelos judeus:

> Certos elementos do clero, príncipes, nobres e grandes senhores... falsamente têm engendrado planos ímpios contra os judeus, privando-os injustamente de suas propriedades pela força, e apropriando-se delas; acusam-nos falsamente de dividirem entre si, na Páscoa, o coração de um menino assassinado... De fato, em sua intenção criminosa, eles atribuem aos judeus todos os assassínios, onde quer que eles ocorram. E sob a alegação desta e de outras fantasias, enchem-se de raiva contra os judeus, roubam-nos... oprimem-nos pela fome, prisão, tortura e outros sofrimentos, chegando às vezes a condená-los à morte, de tal maneira, que os judeus, embora vivendo sob príncipes cristãos, encontram-se em piores condições do que estiveram seus antepassados sob os faraós. São forçados a deixar em desespero a terra em que seus pais moraram desde tempos imemoriais. Uma vez que nos agrada não sejam eles perseguidos, ordenamos que vós vos comporteis com relação a eles de modo amistoso e bondoso. Sempre que qualquer ataque injusto contra os judeus chegar ao vosso conhecimento, remediai as ofensas e não permitais que eles sejam no futuro vítimas de atribulações similares.[137]

Este nobre apelo foi largamente ignorado. Em 1272 Gregório teve de repetir a denúncia da lenda do assassínio ritual. E para dar força a suas palavras decidiu que dali por diante o depoimento de um cristão contra um judeu não devia ser aceito a menos que fosse confirmado por um judeu.[138] A publicação de bulas semelhantes por papas posteriores até 1763 atesta tanto a humanidade dos sumos pontífices católicos como a persistência do mal. Que os papas eram sinceros está provado pela relativa segurança dos judeus e sua comparativa isenção das perseguições nos Estados papais. Expulsos de tantos países, uma ou outra vez, nunca o foram de Roma ou da Avinhão papal. "Não fora a Igreja católica", escreve um erudito historiador israelita, "os judeus não teriam sobrevivido à Idade Média na Europa cristã."[139]

Antes das Cruzadas a perseguição ativa dos judeus na Europa medieval era esporádica. Os imperadores bizantinos continuaram durante dois séculos a política opressiva de Justiniano com relação aos judeus. Heráclio (628) baniu-os de Jerusalém em represália a sua ajuda à Pérsia e fez tudo que podia para exterminá-los. Leão, o Isauriano, procurou refutar o rumor de que ele era judeu por um decreto (723) que impunha aos judeus bizantinos a escolha entre o cristianismo e o banimento. Alguns se submeteram; outros se suicidaram, queimando-se em suas sinagogas, preferindo esse recurso extremo a ceder.[140] Basílio I (867-86) reiniciou a campanha para obrigar o batismo dos judeus; e Constantino VIII (912-59) exigiu dos judeus nas cortes cristãs uma forma humilhante de juramento — *more Judaico* — que continuou em vigor na Europa até o século XIX.[141]

Quando, em 1095, o Papa Urbano II proclamou a Primeira Cruzada, alguns cristãos julgaram desejável matar os judeus da Europa antes de ir para tão longe a fim de combater os turcos em Jerusalém. Godofredo de Bolonha, tendo aceitado a chefia da Cruzada, anunciou que vingaria o sangue de Jesus nos judeus e que não deixaria nenhum deles com vida; e seus companheiros proclamaram a intenção de matar todos os judeus que não aceitassem o cristianismo. Certo monge estimulou mais ainda o ardor cristão, afirmando que uma inscrição encontrada no Santo Sepulcro de Jerusalém tornava a conversão de todos os judeus uma obrigação moral dos cristãos.[142] Os cruzados planejaram movimentar-se para o sul ao longo do Reno onde estavam os estabelecimentos mais ricos da Europa setentrional. Os judeus germânicos haviam desempenhado parte saliente no desenvolvimento do comércio da região, e tinham-se comportado com uma humildade e piedade que conquistaram o respeito dos cristãos, leigos e clérigos. O bispo Rüdiger de Speyer mantinha relações cordiais com os judeus de sua diocese, e deu-lhes uma carta que lhes garantia a segurança e autonomia. Em 1095 o Imperador Henrique IV baixou uma carta similar para todos os judeus de seu reino.[143] Nessas congregações pacíficas de judeus, a notícia da Cruzada, sua projetada rota e as ameaças de seus chefes provocaram um terror pânico. Os rabinos proclamaram vários dias de jejum e oração.

Chegando a Speyer, os cruzados levaram 11 judeus a uma igreja e ordenaram-lhes que aceitassem o batismo; como se recusassem foram mortos (3 de maio de 1096). Outros judeus da cidade refugiaram-se junto ao bispo Johannsen, que não somente os protegeu mas ordenou a execução de alguns dos cruzados que haviam participado dos assassínios na igreja. Quando alguns cruzados se aproximavam de Trèves, os judeus dessa cidade apelaram para o bispo Egilberto; este prometeu protegê-los com a condição de aceitarem o batismo. A maioria dos judeus assentiu; várias mulheres, porém, mataram seus filhos e lançaram-se ao Mosela (1º de junho de 1096). Em

Mogúncia, o arcebispo Ruthard ocultou 1.300 judeus em seus celeiros; os cruzados forçaram o caminho e mataram 1.014. O bispo conseguiu salvar alguns, escondendo-os na catedral (27 de maio de 1096). Quatro judeus de Mogúncia aceitaram o batismo mas se suicidaram logo depois. À medida que os cruzados se aproximavam de Colônia, os cristãos escondiam os judeus em suas casas; a turba queimou o bairro judeu e matou os poucos que conseguiu encontrar.

O bispo Armínio (Hermann), correndo grande risco, enviou secretamente os judeus de seus esconderijos para casas de cristãos no campo; os peregrinos descobriram a manobra, perseguiram suas presas nas aldeias e mataram todos os judeus que encontraram (junho de 1096). Em duas dessas aldeias 200 judeus foram mortos; em quatro outras os judeus cercados pela populaça mataram-se uns aos outros para escaparem ao batismo. Mães que davam à luz durante esses ataques matavam os recém-nascidos. Em Worms, o bispo Allebranches abrigou em seu palácio tantos judeus quantos podia, salvando-os da morte; os cruzados lançaram-se sobre os que não haviam encontrado proteção, com a selvageria do anonimato, matando muitos, saqueando e incendiando suas casas; ali também muitos judeus se suicidaram, preferindo a morte ao repúdio de sua fé. Sete dias depois, uma multidão sitiou a residência episcopal. O bispo declarou aos judeus que não podia por mais tempo conter a turba e aconselhou-os a aceitarem o batismo. Os judeus pediram que os deixasse a sós durante algum tempo; quando o bispo voltou haviam-se matado quase todos uns aos outros. Os sitiantes invadiram o palácio e assassinaram o resto. Ao todo, cerca de 800 judeus morreram neste *pogrom* de Worms (20 de agosto de 1096). Cenas semelhantes ocorreram em Metz, Regensburg e Praga.[144]

A Segunda Cruzada (1147) ameaçou exceder o exemplo da Primeira. Pedro, o Venerável, o santo abade de Cluny, aconselhou Luís VII da França a começar pelo ataque aos judeus franceses. "Não vos peço que mateis esses seres amaldiçoados... Deus não deseja aniquilá-los; mas como Caim, o fratricida, eles devem sofrer tormentos terríveis e ser preservados para ignomínia maior, para uma existência mais amarga do que a morte."[145] O abade Suger de São Dionísio protestou contra esta concepção de cristianismo e Luís VII contentou-se com arrecadações pecuniárias dos judeus ricos. Mas os judeus germânicos não sofreram apenas o confisco. Um monge francês, Rodolfo, deixando seu mosteiro sem permissão, pregou um *pogrom* na Alemanha. Em Colônia, Simão, "o Pio" foi assassinado e mutilado; em Speyer uma mulher foi torturada para que se convertesse ao cristianismo. Novamente os prelados seculares tudo fizeram para proteger os judeus. O bispo Arnoldo de Colônia deu-lhes um castelo fortificado como refúgio e permitiu que se armassem. Os cruzados abstiveram-se de atacar o castelo, mas trucidaram todo judeu não converso que lhes caiu nas garras. O arcebispo Henrique de Mogúncia admitiu em sua casa alguns judeus perseguidos pela multidão; esta achou um jeito de entrar e matou-os diante do prelado. O arcebispo lançou um apelo a São Bernardo, o cristão mais influente de seu tempo. Bernardo respondeu com uma enérgica denúncia contra Rodolfo e exigiu um fim à violência contra os judeus. Quando Rodolfo continuou sua campanha Bernardo foi pessoalmente à Alemanha e forçou o monge a voltar ao seu mosteiro. Pouco depois, o corpo mutilado de um cristão era encontrado em Würzburg; os cristãos acusaram os judeus desse crime, atacaram-nos a despeito dos protestos do bispo Embico e mataram 20; muitos outros, feridos, foram socorridos pelos cristãos (1147) e o bispo enterrou os mortos em seu jardim.[146] Da Alemanha, a idéia de iniciar as Cruzadas em casa retornou à França

e judeus foram massacrados em Carentan, Rameru e Sully. Na Boêmia, 150 judeus foram assassinados pelos cruzados. Passado o terror, o clero cristão local fez o que podia para ajudar os judeus sobreviventes; e aqueles que haviam aceitado o batismo sob coação tiveram permissão de retornar ao judaísmo sem incorrer nas penas apavorantes da apostasia.[147]

Estes *pogroms* começaram uma longa série de assaltos violentos que continuaram até nossos tempos. Em 1235 um assassínio misterioso em Baden foi atribuído aos judeus; a isto seguiu-se um massacre. Em 1243 toda a população de Belitz, perto de Berlim, foi queimada viva sob a acusação de que alguns deles haviam profanado uma hóstia consagrada.[148] Em 1283 a acusação de assassínio ritual foi levantada em Mogúncia e, a despeito de todos os esforços do arcebispo Werner, 10 judeus foram mortos e muitos lares israelitas saqueados. Em 1285 rumor semelhante excitou Munique, 180 judeus refugiaram-se em uma sinagoga, a populaça incendiou-a, e todos morreram queimados. Um ano depois 40 judeus foram mortos em Oberwesel sob a acusação de que haviam sangrado um cristão. Em 1298 os judeus de Röttingen foram queimados vivos sob a acusação de profanar uma hóstia sagrada. Rindfleisch, um barão piedoso, organizou e armou um bando de cristãos que jurou matar todos os judeus; o grupo exterminou completamente a comunidade judaica de Würzburg e matou 698 judeus em Nuremberg. A perseguição alastrou-se e, em meio ano, 140 congregações judaicas foram liquidadas.[149] Os judeus da Alemanha, tendo repetidamente reconstruído suas comunidades depois de tais ataques, perderam o ânimo; e em 1286 muitas famílias judaicas deixaram Mogúncia, Worms, Speyer e outras cidades alemãs e emigraram para a Palestina a fim de viver no Islã. Como a Polônia e a Lituânia estivessem convidando imigrantes e não tivessem experimentado ainda os *pogroms*, começou um lento êxodo de judeus da Renânia para o Oriente eslavo.

Os judeus da Inglaterra, excluídos da posse da terra e das guildas, tornaram-se mercadores e cambistas. Alguns tornaram-se ricos por meio da usura e todos por esse motivo foram odiados. Lordes e cavaleiros preparavam-se para as Cruzadas com o dinheiro emprestado dos judeus. Em troca penhoravam as rendas de suas terras; e os camponeses cristãos revoltavam-se ao pensar que os prestamistas enriqueciam-se à custa do seu trabalho. Em 1144 o jovem Guilherme de Norwich era encontrado morto. Os judeus foram acusados de o haverem assassinado para usar seu sangue; e o bairro judeu da cidade foi saqueado e incendiado.[150] O rei Henrique II protegeu os judeus; Henrique III fez o mesmo, mas extorquiu deles 422.000 libras esterlinas em impostos e tributos de capital em sete anos. Na coroação de Ricardo I em Londres (1190), uma pequena altercação provocada pelos nobres que procuravam fugir a suas dívidas aos judeus[151] degenerou em *pogrom* que se alastrou a Lincoln, Stamford e Linn. Em York, no mesmo ano, uma turba chefiada por Ricardo de Malabestia, "que devia muito aos judeus",[152] matou 350 deles; além disso, 150 judeus de York, dirigidos pelo seu rabino Yom Tob, se mataram.[153] Em 1211, 300 rabinos deixaram a Inglaterra e França para começar vida nova na Palestina; sete anos depois, quando Henrique III pôs em execução o edito dos distintivos, muitos judeus emigraram. Em 1255, espalhou-se em Lincoln o rumor de que um menino chamado Hugo havia sido atraído para o bairro judeu e ali açoitado, crucificado e varado com uma lança, na presença de jubilosa multidão de judeus. Bandos armados invadiram o bairro israelita, agarraram o rabino que se supunha tinha presidido à cerimônia, amarraram-no na cauda de um cavalo, arrastaram-no pelas ruas e o enforcaram. Noventa e um judeus foram presos, 18 en-

forcados; muitos prisioneiros foram salvos pela intervenção dos corajosos monges dominicanos.*[154]

Durante a guerra civil que agitou a Inglaterra entre 1257 e 1267, a população descontrolou-se, e os *pogroms* quase que eliminaram as comunidades judaicas de Londres, Cantuária, Northampton, Winchester, Worcester, Lincoln e Cambridge. Casas eram saqueadas e destruídas, documentos e títulos queimados e os judeus sobreviventes reduzidos à miséria.[155] Os reis ingleses estavam agora tomando dinheiro emprestado dos banqueiros cristãos de Florença ou Cahors; não mais precisavam dos judeus e acharam difícil protegê-los. Em 1290, Eduardo I ordenou que os 16.000 judeus remanescentes na Inglaterra deixassem o país até 1º de novembro, abandonando todas as suas propriedades imóveis e todos os empréstimos cobráveis. Muitos morreram afogados ao cruzar o Mancha em pequenos botes; alguns foram espoliados pelas tripulações dos navios; os que chegaram à França foram notificados pelo governo de que deviam partir dali antes da quaresma de 1291.[156]

Na França o clima espiritual para os judeus também se modificou com as Cruzadas contra os turcos da Ásia e os albigenses do Languedoc. Bispos pregavam sermões anti-semitas que agitavam o povo. Em Béziers um ataque ao bairro judeu constituía rito regular da Semana Santa; finalmente (1160) um prelado cristão proibiu tal pregação, mas exigiu que a comunidade judaica pagasse uma taxa especial todos os Domingos de Ramos.[157] Em Tolosa os judeus eram forçados a enviar um representante à catedral nas Sextas-Feiras Santas a fim de publicamente receberem nas orelhas uma bofetada como suave lembrança de culpa eterna.[158] Em 1171 vários judeus foram queimados em Blois sob a acusação de empregarem sangue cristão nos ritos de sua Páscoa.[159] Vendo uma oportunidade para arrecadar dinheiro, o rei Filipe Augusto ordenou que todos os judeus de seu reino fossem presos como envenenadores dos poços de cristãos,[160] e depois mandou soltá-los mediante pagamento de pesado resgate (1180). Um ano depois, o soberano baniu-os, confiscou-lhes todos os bens de raiz e deu suas sinagogas à Igreja. Em 1190 mandou matar 80 judeus de Orange, porque um de seus agentes fora enforcado pelas autoridades municipais por ter assassinado um judeu.[161] Em 1198 chamou de novo os judeus para a França e regulamentou-lhes os negócios bancários de maneira a assegurar para si grandes lucros.[162] Em 1236 cruzados cristãos invadiram as colônias judaicas de Anjou e Poitou — e especialmente as de Bordéus e Angoulême — e ordenaram que todos os judeus fossem batizados; como os israelitas se recusassem, os cruzados mataram três mil deles à pata de cavalo.[163] O papa Gregório IX condenou a matança, mas não conseguiu ressuscitar os mortos. São Luís aconselhou o povo a não discutir religião com judeus; "o leigo", disse ele a Joinville, "quando ouve alguém falar mal da fé cristã deve defendê-la não com palavras mas com a espada, com a qual deve transpassar o estômago do ofensor".[164] Em 1254, baniu os judeus da França, confiscando suas propriedades e sinagogas; poucos anos depois readmitiu-os e restaurou suas sinagogas. Eles estavam reconstruindo suas comunidades, quando Felipe, o Belo (1306), os prendeu, confiscou seus créditos e todos os

* A catedral de Lincoln mostra ainda as relíquias de um templo que ali se erguera outrora ao "Pequeno Hugo", acompanhadas da seguinte observação: "Há muitos incidentes da História que tendem a lançar dúvida sobre ela; e a existência de histórias similares na Inglaterra e em outros lugares tem sua origem no ódio fanático aos judeus na Idade Média, e na superstição comum, agora inteiramente desacreditada, de que o assassínio ritual constituía parte dos ritos pascais judaicos. Tentativas foram feitas, já no século XIII, pela Igreja, para proteger os judeus contra o ódio da população e contra estas acusações particulares."

seus bens, exceto a roupa que usavam, e os expulsou, em número de 100.000, da França, com provisões para um dia. O rei aproveitou-se tão bem da operação que presenteou seu cocheiro com uma sinagoga.[165]

Uma série tão numerosa de sangrentos episódios em um período de dois séculos apresenta um quadro unilateral. Na Provença, Itália, Sicília e no Império Bizantino, depois do século IX, houve apenas perseguições sem importância; e na Espanha cristã os judeus encontravam meios de se proteger. Mesmo na Alemanha, Inglaterra e França o período de paz foi longo; e uma geração após cada tragédia os judeus se tornavam novamente numerosos e alguns prosperavam. Todavia, suas tradições conservavam a lembrança amarga daqueles trágicos interlúdios. Os dias de paz tornavam-se permanentemente inquietantes por causa da ameaça sempre presente de *pogroms*, e todo judeu tinha de aprender de cor a prece a ser recitada no momento do martírio.[166] A procura da riqueza era feita mais febrilmente devido à embaraçosa insegurança de seus ganhos; o escárnio dos moleques de rua estava sempre pronto a saudar os que usavam o distintivo amarelo; a ignomínia de uma minoria frágil e segregada queimava a alma, quebrava o orgulho individual e a amizade inter-racial, e deixou nos olhos do judeu do norte aquela sombria *Judenschmerz* — a tristeza dos judeus — que lembra milhares de insultos e ofensas.

Por aquela morte na cruz, quantas crucificações!

CAPÍTULO XVII

Espírito e Sentimento do Judeu

500 — 1300

I. AS LETRAS

EM todas as épocas, a alma do judeu tem estado dividida entre a resolução de abrir caminho em um mundo hostil e sua fome pelos alimentos espirituais. O mercador judeu é um estudioso triste; inveja e honra generosamente o homem que, fugindo à febre da riqueza, prossegue em paz no amor aos estudos e segue a miragem da sabedoria. Os comerciantes e banqueiros judeus que iam à feira de Troyes paravam no caminho para ouvir o grande Rashi explicar o Talmude.[1] Assim, entre os afazeres comerciais ou a pobreza degradante ou a contumélia mortal, os judeus da Idade Média continuaram a produzir gramáticos, teólogos, místicos, poetas, cientistas e filósofos; e durante certo tempo (1150-1200) somente os muçulmanos os igualavam na ampla alfabetização e riqueza intelectual.[2] Tinham a vantagem de viver em contato ou comunicação com o Islã; muitos deles liam o árabe; todo o rico mundo da cultura muçulmana medieval estava aberto aos judeus. Receberam do Islã em ciência, medicina e filosofia o que haviam dado em religião a Maomé e ao Alcorão. E, pela meditação, elevaram o espírito do Ocidente cristão com o estímulo do pensamento sarraceno.

Dentro do Islã os judeus usavam o árabe na linguagem diária e prosa escrita; seus poetas conservaram o hebraico, mas aceitaram a métrica e formas poéticas árabes. Na cristandade, os judeus falavam a língua do povo entre o qual viviam, mas escreviam a sua literatura e adoravam Jeová na língua antiga. Depois de Maimônides, os judeus da Espanha, fugindo à perseguição dos almóadas, abandonaram o árabe, trocando-o pelo hebraico, como seu meio de expressão literária. O renascimento do hebraico tornou-se possível graças aos dedicados trabalhos de filólogos judeus. O texto do Velho Testamento tornara-se difícil de compreender por falta de vogais e da pontuação; três séculos de estudos — do VII ao X — aperfeiçoaram o texto massorético (sancionado pela tradição) com o acréscimo de sinais diacríticos, acentos tônicos, sinais de pontuação, separações de versos e notas marginais. A partir de então o judeu alfabetizado pôde ler as Escrituras do seu povo.

Tais estudos provocaram o desenvolvimento da gramática e lexicografia hebraicas. A poesia e a erudição de Menachem ben Saruk (910-70) atraíram a atenção de Hasdai

ben Shaput; o grande ministro chamou-o a Córdova e animou-o na tarefa de compilar um dicionário hebraico da Bíblia. Jehuda ibn Daud Chayuj (*ca.* do ano 100), pupilo de Menachem, colocou a gramática hebraica em base científica com três obras árabes sobre a linguagem da Bíblia; o discípulo de Chayuj, Jonah ibn Janaeh (995-1050), de Saragoça, ultrapassou-o com um *Livro de Crítica* árabe que melhorou a sintaxe e lexicografia hebraicas; Judah ibn Quraish de Marrocos (viveu por volta de 900) fundou a filologia, comparadas das línguas semíticas pelo seu estudo de hebraico, aramaico e árabe; o judeu caraíta Abraão al-Fasi (isto é, de Fez, *ca.* 980) trouxe progresso com um dicionário em que todas as palavras do Velho Testamento estavam reduzidas às suas raízes alfabeticamente ordenadas. Nathan ben Yechiel de Roma (falecido em 1106) ultrapassou a todos os outros lexicógrafos judeus com seu dicionário do Talmude. Em Narbona, Joseph Kimchi e seus filhos Moisés e Davi (1160-1235) trabalharam durante gerações nesse campo; o *Michlol* ou *Compendium* de Davi tornou-se durante séculos a gramática autorizada do hebraico, e constituiu um auxiliar constante dos tradutores da Bíblia do rei Jaime.[3] Os nomes aqui citados são escolhidos entre mil.

Tirando proveito desta difusão dos estudos, a poesia hebraica emancipou-se dos padrões árabes, desenvolveu suas próprias formas e temas, e produziu, somente na Espanha, três homens quase iguais a qualquer tríade da literatura muçulmana ou cristã de seu tempo. Salomão ibn Gabirol, conhecido no mundo cristão como o filósofo Avicebron, estava destinado, por sua tragédia pessoal, a dar voz aos sentimentos de Israel. Este "poeta entre os filósofos e filósofo entre os poetas", como Heine o chamou,[4] nasceu em Málaga por volta de 1021. Perdeu cedo os pais e cresceu em um meio pobre que o inclinou à contemplação melancólica. Seus versos atraíram a simpatia de Yekutiel ibn Hassã, alto funcionário da cidade-estado muçulmana de Saragoça. Ali, durante algum tempo, Gabirol encontrou proteção e felicidade e cantou a alegria da vida. Mas Yekutiel foi assassinado pelos inimigos do emir e Gabirol fugiu. Durante anos, errou pela Espanha muçulmana, pobre e doente, tão magro que "uma mosca poderia agora me carregar facilmente". Samuel ibn Naghdela, também poeta, deu-lhe refúgio em Granada. Ali Ibn Gabirol escreveu suas obras filosóficas e dedicou sua poesia à sabedoria:

> Como poderei eu abandonar a sabedoria?
> Fiz um acordo com ela.
> Ela é minha mãe, eu sou seu filho mais querido;
> Ela prendeu suas jóias em volta de meu pescoço...
> Enquanto a vida me pertencer, meu espírito aspirará
> Às alturas celeses onde ela se encontra...
> Não descansarei enquanto não encontrar a sua fonte.[5]

Presumivelmente este orgulho impetuoso fê-lo brigar com Samuel. Ainda jovem, quase aos 30 anos, reiniciou sua pobreza errante; a infelicidade tornou seu espírito humilde e ele passou da filosofia à religião:

> Senhor, que é o homem? Uma carcaça suja e pisada,
> Uma criatura corrupta, cheia de logro,
> Uma flor fenecente que se encolhe ao calor.[6]

Sua poesia assumia às vezes a sóbria grandeza dos Salmos:

Estabelecei a paz para nós, ó Senhor,
Em graça sempiterna,
Não permitais que por vós sejamos odiados,
Vós que sois a nossa moradia.
Erramos daqui para lá,
Ou sentamo-nos em cadeiras de triste exílio;
Mas proclamamos ainda, onde quer que vamos,
Que o esplendor de nosso Senhor ali está.[7]

Sua obra-prima, *Kether Malkurth* (*A Coroa da Realeza*), celebrava a grandeza de Deus como seus primeiros poemas o faziam de sua própria:

De Ti a Ti eu vôo para conquistar
Um lugar de refúgio, e dentro
De Tua sombra esconder-me de Tua ira
Até que Tua raiva tenha passado.
À Tua mercê me agarrarei
Até que apiedado me atenderás;
Não Te largarei
Até conseguir a Tua luz abençoadora.[8]

A riqueza e variedade da cultura judaica da Espanha muçulmana estavam consubstanciadas na família Ibn Ezra, de Granada. Jacó ibn Ezra ocupava importante posto no governo do rei Habbus sob Samuel ibn Naghdela. Sua casa era um salão de literatura e filosofia. Dos seus quatro filhos, educados nesta atmosfera de saber, três alcançaram fama: José galgou alto posto no Estado e na direção da comunidade judaica; Isaque era poeta, cientista e talmudista; Moisés ibn Ezra (1070-1139) era douto, filósofo e o maior poeta judeu da geração anterior a Halevi. Sua feliz juventude terminou quando se apaixonou por uma bela sobrinha, cujo pai (seu irmão mais velho, Isaque) a casou com seu irmão mais novo, Abraão. Moisés deixou Granada, errou por terras estranhas e alimentou sua paixão sem esperança com a poesia. "Embora teus lábios derramem mel para outros sugarem, continuas vivendo, exalas mirra para outros inalarem. Embora sejas falsa para mim, eu te serei fiel até que a terra fria reclame a sua parte. Meu coração se rejubila ao canto da cotovia, embora a cantora voe acima e longe de mim."[9] No fim, como Gabirol, Moisés dedicou sua harpa à piedade e cantou salmos de mística contrição.

Abraão ben Meir ibn Ezra — que Browning usou como porta-voz da filosofia vitoriana — era parente longínquo porém amigo íntimo de Moisés ibn Ezra. Nasceu em Toledo em 1093, conheceu a fome na juventude, e aspirou ao saber em todos os campos. Também vagou de cidade em cidade, de ocupação em ocupação, fracassando em todas elas. "Se as candeias fossem minha mercadoria, o sol nunca se poria; se eu vendesse mortalhas de enterro, os homens viveriam para sempre", disse ele com o humor peculiar dos judeus. Viajou pelo Egito, foi do Iraque ao Irã, talvez até à Índia, voltou à Itália, dirigiu-se então à França e à Inglaterra. Morreu aos 75 anos quando regressava à Espanha, ainda pobre mas aclamado em toda a comunidade judaica graças a sua poesia e prosa. Suas obras foram tão variadas como seus domicílios — sobre matemática, astronomia, filosofia, religião; seus poemas falavam do amor e amizade, Deus e natureza, anatomia e as estações, xadrez e as estrelas. Deu forma poética a idéias ubíquas na Idade da Fé e antecipou-se a Newman em uma melodia hebraica:

Ó Deus da terra e do céu,
O espírito e a carne são Teus!
Deste em sabedoria
A luz interior divina do homem...
Minhas horas estão em Tuas mãos,
Sabes o que é melhor;
E onde eu receio ficar de pé
Tua força traz o socorro abençoado.
Teu manto esconde meus pecados,
Tuas mercês são minha defesa segura:
E por Tua bondosa providência
Não exigirás nenhuma recompensa.[10]

Seus contemporâneos apreciavam-no principalmente por seus comentários bíblicos sobre todos os livros do Velho Testamento. Defendeu a autenticidade e inspiração divina das Escrituras hebraicas, mas interpretou como metáfora as frases antropomórficas aplicadas à Deidade. Foi o primeiro a sugerir que o *Livro de Isaías* era obra de dois profetas e não de um só. Spinoza considerou-o um fundador da crítica racional da Bíblia.[11]

O maior poeta europeu de seu tempo foi Jehuda Halevi (1086-1147?). Nascido em Toledo um ano depois de sua conquista por Afonso VI de Castela, cresceu em segurança no reinado do monarca cristão mais esclarecido e liberal da época. Um de seus primeiros poemas elogiava Moisés ibn Ezra; o velho poeta convidou Jehuda a ir a Granada para fazer-lhe companhia; ali Moisés e Isaque ibn Ezra o acolheram durante meses em suas casas. Seus versos eram lidos e seus epigramas repetidos em toda a comunidade judaica da Espanha. Sua poesia refletia-lhe o caráter bom e feliz da juventude; cantava o amor com todo o engenho e artifício de um trovador muçulmano ou provençal e com a intensa sensibilidade do Cântico dos Cânticos. Um poema — "O Jardim de sua Delícia" — põe em versos ardentes as passagens mais francas dessa obra-prima erótica:

Desce, bem amado; por que demoras
Para te nutrires nos seus jardins?
Desce do leito de amor,
Para juntar seus lírios.
Maçãs secretas de seu seio
Espalham sua fragrância;
Para ti ela oculta em seu colar
Frutas preciosas que cintilam como a luz...
Ela envergonharia, se não fora o seu véu,
Todas as estrelas do céu.[12]

Deixando a cortês hospitalidade de Ibn Ezra, Halevi foi para Lucena, e estudou durante vários anos na academia judaica daquela cidade; seguiu a medicina e tornou-se um profissional sem distinção. Fundou um instituto hebreu em Toledo e realizou conferências sobre as Escrituras. Casou-se e teve quatro filhos. À medida que envelhecia, tomava cada vez mais consciência das infelicidades de Israel do que de sua própria prosperidade; começou a cantar o seu povo, suas mágoas e sua fé. Como tantos outros judeus desejou ardentemente terminar seus dias na Palestina.

Ó cidade do mundo (Jerusalém), bela em esplendor orgulhoso!
Oh, tivera eu asas de águia com que pudesse voar para ti,
Até que molhasse teu pó com minhas lágrimas!
Meu coração está no Oriente, enquanto me demoro no Ocidente.[13]

Os judeus abastados da Espanha aceitaram tais versos como uma simples pose poética, mas Halevi era sincero. Em 1141, deixando sua família em boas mãos, iniciou fervorosa peregrinação a Jerusalém. Ventos adversos levaram seu navio a Alexandria. Ali a comunidade judaica festejou-o e pediu-lhe que não se aventurasse até Jerusalém, então em poder dos cruzados. Depois de algum tempo, dirigiu-se a Damieta e Tiro, e dali, por motivos desconhecidos, a Damasco. Nesta cidade ele desapareceu da História. Diz a lenda que Halevi foi até Jerusalém, ajoelhou-se ao avistar pela primeira vez a Cidade Santa, beijou a terra e foi morto a patadas por um cavalariano árabe.[14] Não sabemos se ele chegou ou não à cidade de seus sonhos. Em Damasco, talvez no último ano de sua vida, ele compôs uma "Ode a Sião" que Goethe classificou entre os maiores poemas da literatura mundial.[15]

Não estás alegre, Sião,
De enviar saudações da tua rocha sagrada
Ao teu súdito cativo
Que te saúda como sobrevivente do teu rebanho?...

Rouca é minha voz quando lamento tuas dores;
Mas quando em sonho de fantasia
Vejo tua liberdade, seu ritmo flui
Doce como as harpas que pendiam perto da fonte de Babel...

Se o Espírito de Deus fosse o de outrora
Manado em teus santos,
Eu poderia também verter minha alma!
A casa dos reis e o trono de Deus eram teus;
Como é que agora
Escravos enchem o trono onde sentavam antes teus reis?

Oh, quem me levará
À procura de lugares, onde, em anos distantes,
Os anjos levaram em sua glória
Os teus mensageiros e videntes?
Oh, quem me dará asas
Para que possa voar e fugir
E lá, repousando de minhas perambulações,
Deixar as ruínas do meu coração com as tuas?
Inclinarei meu rosto para teu solo e segurarei
Tuas pedras como ouro precioso...

Teu ar é a vida da minha alma, teus grãos
De pó são mirra, tuas fontes fluem com mel;
Nu e descalço, a teus templos em ruínas
Com que prazer eu iria!
Para onde a arca fora entesourada e em obscuros
Recessos morou o santo querubim...

Perfeito em beleza, Sião, como em ti
O amor e a graça se combinam!
As almas de teus companheiros ternamente
Voltam-se para ti; tua alegria era a sua delícia,
E chorando eles lamentam agora a tua ruína
Em distante exílio; por teu monte sagrado
Eles anelam, e em prece curvam-se para teus portões.

O Senhor te deseja para a sua Morada
Eternamente; e abençoado
É aquele que Deus escolheu para a graça
De repousar dentro de teu recinto.
Feliz é aquele que contempla, aproximando-se,
Até ver tuas luzes gloriosas se elevarem,
E sobre quem tua alvorada rompe clara
Nos céus levantinos.
O mais feliz porém é aquele que com olhos exultantes
Verá a bem-aventurança dos redimidos
E verá tua juventude renovada como nos dias de antigamente.[16]

II. AS AVENTURAS DO TALMUDE

Os judeus dessa idade áurea na Espanha eram demasiado prósperos para ser tão profundamente religiosos como seus poetas se tornaram nos anos de decadência. Produziram versos joviais, sensuais e graciosos, e expressaram uma filosofia que, confiadamente, reconciliava as Sagradas Escrituras com o pensamento grego. Mas quando o fanatismo almóada levou os judeus da Espanha onde o islamismo dominava para a Espanha cristã, eles continuaram a prosperar e academias judaicas floresceram sob a tolerância cristã em Toledo, Gerona e Barcelona no século XIII. Mas na França e na Alemanha os judeus não foram tão felizes. Abarrotavam timidamente seus estreitos bairros e deram suas melhores inteligências ao estudo do Talmude. Não se abalançavam a justificar sua fé ao mundo secular; nunca duvidaram de suas premissas; consumiram-se na Lei.

A academia fundada pelo rabino Gershom em Mogúncia tornou-se uma das escolas mais influentes de seu tempo; centenas de estudantes reuniram-se ali e cooperaram com Gershom na redação e esclarecimento do texto do Talmude durante dois séculos de trabalho. Papel semelhante foi desempenhado na França pelo rabino Sheomoh ben Yitzhak (1040-1105), afetuosamente chamado Rashi, termo composto das primeiras letras do seu título e nome. Nascido em Troyes, na Champagne, estudou nas academias judaicas de Worms, Mogúncia e Speyer; retornando a Troyes sustentou a família vendendo vinho, mas dedicou todo o tempo disponível à Bíblia e ao Talmude. Embora não fosse oficialmente um rabino, fundou uma academia em Troyes, lecionou aí durante 40 anos, e aos poucos escreveu comentários sobre o Velho Testamento, o Míxina e o Gemara. Não tentou, como haviam feito alguns doutos espanhóis, incluir idéias filosóficas nos textos religiosos. Simplesmente explicou estes com tal erudição lúcida, que seus comentários talmúdicos são agora impressos com o Talmude. A modesta integridade de seu caráter e de sua vida granjeou-lhe o respeito entre seu povo como um santo. Comunidades judaicas de toda parte, na Europa, enviavam-lhe perguntas de teologia e direito e davam autoridade legal a suas respostas. Sua velhice foi entristecida pelos *pogroms* da Primeira Cruzada. Depois de sua

morte, seus netos Samuel, Jacó e Isaque ben Meir continuaram sua obra. Jacó foi o primeiro dos comentaristas do Talmude: durante cinco gerações depois de Rashi, os talmudistas franceses e alemães revisaram e emendaram seus comentários com *tosafoth* ou "suplementos".

O Talmude mal havia sido completado quando Justiniano proscreveu o livro (553) como "um amontoado de puerilidades, fábulas, iniqüidades, insultos, imprecações, heresias e blasfêmias".[17] Depois disso parece que a Igreja esqueceu a existência do Talmude; poucos teólogos da Igreja Latina eram capazes de ler o hebraico ou o aramaico em que ele estava escrito; e durante 700 anos os judeus estiveram livres para estudar os volumes acarinhados — tão assiduamente que por sua vez parece que eles esqueceram a Bíblia. Mas em 1239 Nicholas Donin, um judeu francês convertido ao cristianismo, apresentou ante o Papa Gregório IX um libelo contra o Talmude, afirmando que o mesmo continha insultos vergonhosos a Cristo e à Virgem, e incitações à deslealdade no tratamento com cristãos. Algumas dessas acusações eram verdadeiras, pois os compiladores assíduos tanto reverenciavam os *tannaim* e os *amoraim* que incluíram na parte *hagádica*, ou popular do Gemara, observações ocasionais com que rabinos irados haviam retrucado às críticas cristãs do judaísmo.[18] Mas Donin, agora mais cristão do que o Papa, acrescentou várias acusações que não podiam ser consubstanciadas: que o Talmude considerava permissível enganar e meritório matar um cristão, por melhor que fosse; que aos judeus era permitido, pelos rabinos, violar promessas feitas sob juramento; e que qualquer cristão que estudasse a lei judaica seria morto. Gregório ordenou a entrega, aos dominicanos ou franciscanos, de todos os exemplares do Talmude que se pudessem descobrir na França, Inglaterra e Espanha. Mandou que os monges examinassem cuidadosamente os livros; e ordenou que os volumes fossem queimados se as acusações provassem ser verdadeiras. Não há nenhuma notícia sobre o que aconteceu com essa ordem. Na França, Luís IX ordenou a todos os judeus que entregassem seus exemplares do Talmude sob pena de morte, e convidou quatro rabinos a irem a Paris defender o livro em debate público perante o rei, a rainha Branca, Donin e dois principais filósofos escolásticos — Guilherme de Auvergne e Alberto Magno.[19] Após três dias de inquirição o rei ordenou a queima de todos os exemplares (1240). Walter Cornuto, arcebispo de Sens, intercedeu pelos judeus, e o rei concordou em que muitos volumes fossem restituídos a seus donos. Mas o arcebispo faleceu pouco depois, e alguns monges foram de opinião que isso constituía um juízo de Deus sobre a lenidade real. Convencido por eles, Luís IX ordenou o confisco de todos os exemplares do Talmude. Vinte e quatro carros cheios foram trazidos para Paris e lançados às chamas (1242). A posse do Talmude foi proibida na França por um legado papal em 1248; e depois disso os estudos rabínicos e da literatura hebraica declinaram em toda a França, exceto na Provença.

Debate similar foi realizado em Barcelona em 1263. Raimundo de Penaforte, monge dominicano encarregado da Inquisição em Aragão e Castela, propôs-se a converter os judeus destes Estados ao cristianismo. Para preparar seus pregadores, determinou o ensino do hebraico nos seminários da Espanha cristã. Um judeu convertido, Paulo, o Cristão, ajudou o monge dominicano nessa tarefa, e tanto o impressionou com seu conhecimento das teologias cristã e judaica, que Raimundo promoveu um debate entre Paulo e o rabino Moisés ben Nachman, de Gerona, na presença do rei Jaime I de Aragão. Nachmanides aceitou com relutância pois receava tanto a vitória quanto a derrota. Os debates continuaram por quatro dias, para deleite do rei; ao que parece as

amabilidades foram razoavelmente observadas. Em 1264, uma comissão eclesiástica apoderou-se de todos os exemplares do Talmude em Aragão, eliminou-lhes as passagens anticristãs e devolveu-os a seus proprietários.[20] Em um relatório que escreveu dos seus debates para as sinagogas judaicas de Aragão, Nachmanides falava do cristianismo em termos que soaram a Raimundo grosseiramente blasfemos.[21] O monge protestou junto ao rei, mas foi somente em 1266 que Jaime, cedendo à insistência do Papa, baniu Nachmanides da Espanha. Um ano depois o rabino morria na Palestina.

III. A CIÊNCIA ENTRE OS JUDEUS

A ciência e a filosofia judaicas na Idade Média residiam quase inteiramente no Islã. Isolados e desprezados e apesar disso influenciados pelos vizinhos, os judeus da cristandade medieval refugiaram-se no misticismo, superstição e sonhos messiânicos. Nenhuma situação poderia ter favorecido menos a ciência. A religião, todavia, encorajou o estudo da astronomia, pois desta dependia a correta determinação dos dias santos. No século VI, os astrônomos judeus da Babilônia substituíram os cálculos astronômicos pela observação direta dos céus; basearam o ano nos movimentos aparentes do Sol e os meses, nas fases da Lua; deram nomes babilônicos aos meses, fizeram alguns meses "cheios" com 30 dias, outros "defectivos" com 29; e então reconciliaram o calendário lunar com o solar, inserindo em um ciclo de 19 anos um décimo terceiro mês em todos os terceiro, sexto, oitavo, décimo primeiro, décimo quarto, décimo sétimo e décimo nono anos. No Oriente, os judeus dataram os acontecimentos pelo calendário selêucida que começava em 312 a.C.; na Europa, no século IX adotaram a atual "era judaica", *anno mundi* — "ano do mundo" — que começa com a suposta criação no ano 3761 a.C. O calendário judeu é tão tosco e sagrado como o nosso.

Um dos primeiros astrônomos no Islã foi o douto judeu Mashallah (falecido por volta de 815). O seu *De scientia motus orbis* foi traduzido do árabe para o latim por Geraldo de Cremona e obteve ampla aceitação na cristandade. Seu tratado *De Mercibus* (*Sobre Preços*) constitui a obra científica mais antiga existente na língua árabe. O tratado matemático mais avançado da época[22] era o *Hibbur ha-meshihah* — sobre álgebra, geometria e trigonometria — de Abraão ben Hiyya, de Barcelona (1065-1136), que também compôs uma enciclopédia, perdida, de matemática, astronomia, óptica e música, e o primeiro tratado hebraico sobrevivente a respeito do calendário. Abraão ibn Ezra, na geração seguinte, não achou nenhum impedimento entre escrever poesia e promover análises combinatórias. Estes dois Abraãos foram os primeiros judeus a escrever obras científicas em hebraico de preferência ao árabe. Através de tais livros e de grande número de traduções do árabe para o hebraico, a ciência e a filosofia muçulmanas invadiram as comunidades judaicas da Europa, e ampliaram sua vida intelectual além da erudição rabínica.

Tirando algum proveito da ciência islâmica, mas também retomando suas próprias tradições da arte de curar, os judeus desse período escreveram importantes tratados sobre medicina, e tornaram-se os médicos mais estimados na Europa cristã. Isaque Israeli (*ca.* 855-955) adquiriu tal fama como oftalmologista no Egito, que foi nomeado médico da corte agábida em Cairuão. Suas obras médicas, traduzidas do árabe para o hebraico e o latim, foram aclamadas como clássicas em toda a Europa; foram usadas como compêndios escolares em Salerno e Paris, e citadas, depois de 700 anos de existência, na *Anatomia da Melancolia*, de Burton (1621). A tradição descreve Isaque como indiferente à riqueza, celibatário obstinado, e um centenário. Provavelmente contemporâneo dele foi Asaf ha-Jehudi, autor obscuro de um manuscrito recentemente descoberto, reconhecido como a obra judaica mais antiga sobre medicina até hoje existente, e notável por seus ensinamentos de que o sangue circula nas artérias e veias; tivesse ele imaginado o funcionamento do coração e ter-se-ia antecipado completamente a Harvey.[23]

No Egito, após a chegada de Maimônides (1165), a arte médica foi dominada pelos profissionais e textos judeus. Abu al-Fada, do Cairo, escreveu o principal tratado oftalmológico do século XII, e al-Kuhin al-Attar compôs (*ca.* 1275) uma farmacopéia ainda usada no mundo

muçulmano. Os médicos judeus da Itália meridional e Sicília serviram como veículos pelos quais a medicina árabe entrou em Salerno. Shabbathai ben Abrahan (913-70), chamado Donnolo, nasceu perto de Otranto, foi capturado pelos sarracenos, estudou medicina árabe em Palermo e então voltou para praticá-la na Itália. Benvenuto Grasso, judeu de Jerusalém, estudou em Salerno, ensinou ali e em Montpellier, e escreveu uma *Practica oculorum* (*ca.* 1250) que o Islã e a cristandade aceitaram como um tratado definitivo sobre moléstias da vista; 224 anos depois de sua publicação foi escolhido como o primeiro livro a ser impresso sobre o assunto.

Escolas rabínicas, especialmente na França do sul, davam cursos de medicina, em parte para prover os rabinos com uma receita temporal. Médicos judeus formados na academia hebraica de Montpellier ajudaram a desenvolver a famosa escola de medicina dessa cidade. A nomeação de um judeu para reitor da faculdade em 1300 atraiu a ira das autoridades médicas da Universidade de Paris sobre o seu povo; a escola de Montpellier foi forçada a fechar suas portas aos israelitas (1301), e os médicos judeus da cidade foram banidos juntamente com seus irmãos da França em 1306. Por essa época, porém, a medicina cristã havia sido revolucionada pelos exemplos e influências judaicos e muçulmanos. Os profissionais semitas tinham desde muito posto de lado a teoria de moléstia como uma "posse" pelos demônios; e o êxito do diagnóstico e da terapêutica racionais havia enfraquecido a crença do povo na eficácia de relíquias e outros meios sobrenaturais de cura.

Os monges e o clero secular, cujos abades e igrejas acolhiam relíquias e dirigiam peregrinos, acharam difícil aceitar esta revolução. A Igreja condenou a recepção íntima de médicos judeus em casas cristãs; ela suspeitava de que esses homens tivessem mais medicina do que fé, e temia sua influência sobre mentes enfermas. Em 1246 o Concílio de Béziers proibiu os cristãos de empregar médicos judeus; em 1267 o Concílio de Viena proibiu os médicos judeus de tratarem de cristãos. Tais proibições não impediram que alguns cristãos importantes se servissem da capacidade médica dos judeus. O Papa Bonifácio VIII, sofrendo de uma enfermidade da vista, chamou Isaque ben Mordecai;[24] Raimundo Lúlio queixou-se de que todo mosteiro tinha um médico judeu; um legado do Papa ficou chocado ao verificar que essa era também a situação de muitos conventos; e reis cristãos da Espanha gozavam do cuidado médico judeu até o reinado de Fernando e Isabel. Sheshet Benveniste, de Barcelona, médico do rei Jaime I de Aragão (1213-76), escreveu o principal tratado ginecológico de seu tempo. Os judeus só perderam sua ascendência na prática médica da cristandade quando as universidades cristãs, no século XIII, adotaram a medicina racional.

Para um povo tão móvel e espalhado, os judeus contribuíram pouco para a ciência da geografia. Contudo, os mais destacados viajantes do século XII foram dois judeus — Petachya, de Ratisbona, e Benjamim de Tudela — que escreveram valiosas narrativas, em hebraico, de suas viagens pela Europa e Oriente Próximo. Benjamim deixou Saragoça em 1160, visitou demoradamente Barcelona, Marselha, Gênova, Pisa, Roma, Salerno, Brindisi, Otranto, Corfu, Constantinopla, as ilhas Egéias, Antioquia, todas as cidades importantes da Palestina, e Baalberk, Damasco, Bagdá e Pérsia. Regressou de navio através do Oceano Índico e do Mar Vermelho, Egito, Sicília e Itália e dali por terra à Espanha; alcançou a pátria em 1173 e morreu logo depois. Interessou-se principalmente pela comunidade judaica; mas descreveu com perfeita exatidão e objetividade as feições geográficas e étnicas de cada país da rota. Sua narrativa é menos fascinante, mas provavelmente mais digna de crédito, do que os relatos feitos por Marco Polo um século depois. Foi traduzida em quase todas as línguas européias e permaneceu até nosso tempo um livro favorito entre os judeus.[25]

IV. O ERGUIMENTO DA FILOSOFIA JUDAICA

A vida do espírito é uma composição de duas forças: a necessidade de acreditar a fim de viver, e a necessidade de raciocinar para progredir. Em épocas de pobreza e caos, o desejo de acreditar é fortíssimo, pois a coragem é a única coisa necessária; em tempos de riqueza, as forças intelectuais vêm em primeiro lugar como oferecedoras do estímulo e progresso; conseqüentemente uma civilização que passa da pobreza à

riqueza tende a desenvolver uma luta entre a razão e a fé, uma "guerra da ciência com a teologia". Neste conflito, a filosofia, dedicada a ver a vida em seu conjunto, geralmente procura a reconciliação dos opostos, uma paz mediadora, com um resultado que é desprezado pela ciência e suspeitado pela teologia. Numa idade de fé, em que o culto religioso torna a vida insuportável, a filosofia se volta para a religião, emprega a razão na defesa da fé, e transforma-se numa teologia disfarçada. Entre as três fés que dividiam a civilização branca na Idade Média, isso era menos verdadeiro no islamismo, que era o mais rico, mais verdadeiro no cristianismo que tinha menos riqueza, e ainda mais verdadeiro no judaísmo que tinha o mínimo. E a filosofia judaica aventurou-se, principalmente partindo da fé na próspera judiaria da Espanha muçulmana.

A filosofia medieval judaica tinha duas fontes: religião hebraica e pensamento muçulmano. A maioria dos pensadores judeus concebia a religião e a filosofia como similares no conteúdo e resultado, diferindo somente no método e na forma: o que a religião ensinava como dogma divinamente revelado, a filosofia ensinava como verdade racionalmente demonstrada. E a maioria dos pensadores israelitas, de Saadia a Maimônides, fazia esta tentativa no meio muçulmano; derivava seu conhecimento da filosofia grega de traduções árabes e comentários muçulmanos, e escrevia em árabe para os muçulmanos bem como para os judeus. Exatamente como Ashari voltou contra os mutacilitas as armas da razão e salvou a ortodoxia do islamismo, também Saadia, que deixou o Egito rumo à Babilônia, no mesmo ano (915) da conversão de Ashari do cepticismo, salvou a teologia hebraica por sua habilidade e capacidade de polêmica: e Saadia não somente seguiu os métodos dos *mutakallimun* muçulmanos como até os pormenores de seus argumentos.[26]

A vitória de Saadia teve o mesmo efeito no judaísmo oriental como a de al-Ghazali no islamismo oriental. Ela coincidiu com a desordem política e o declínio econômico para abafar a filosofia hebraica no Oriente. O resto da história pertence à África e à Espanha. Em Cairuão, Isaque Israeli encontrou tempo, entre sua prática médica e o trabalho de escrever livros, de compor algumas obras filosóficas influentes. Seu *Ensaio sobre Definições* deu vários termos à lógica escolástica; seu tratado *Sobre os Elementos* introduziu a *Física de Aristóteles* no pensamento judeu; seu *Livro da Alma e do Espírito* substituiu a história da criação do Gênese por um esquema neoplatônico de emanações progressivas ("esplendores") de Deus até o mundo material; ali estava uma das fontes da Cabala.

Ibn Gabirol teve maior influência como filósofo do que como poeta. Constitui um dos *jeux d'esprit* da História que os escolásticos o citassem com respeito igual ao tributado a Avicebron, e o julgassem um muçulmano ou cristão. Foi somente em 1846 que Salomão Munk descobriu que Ibn Gabirol e Avicebron eram um só.[27] O engano fora quase preparado pela tentativa de Gabirol de escrever a filosofia em termos completamente independentes do judaísmo. Sua antologia de provérbios — *Escolha de Pérolas* — tirava quase todas as suas citações de fontes não-judaicas, embora o folclore hebraico seja peculiarmente rico em apotegmas pungentes e sentenciosos. Uma das pérolas é perfeitamente confuciana: "Como se vingar de um inimigo? Por meio do aumento das boas qualidades próprias."[28] Isso constitui praticamente o sumário do tratado *Sobre o Aperfeiçoamento das Qualidades Morais*, que Gabirol parece ter composto aos 24 anos, quando a filosofia é imprópria. Por um esquematismo artificial o jovem poeta derivou todas as virtudes e vícios dos cinco sentidos, com resultados

insípidos: mas o livro tinha a peculiaridade de procurar construir, na Idade da Fé, um código moral não apoiado na crença religiosa.[29]

Com audácia semelhante, a obra-prima de Gabirol — *Mekor Hayin* — absteve-se de citar a Bíblia, o Talmude e o Alcorão. Foi este incomum supernacionalismo que tornou o livro tão ofensivo aos rabinos e, quando traduzido para o latim, como *Fons vitae* (*A Fonte da Vida*), tão influente na cristandade. Gabirol aceitou o neoplatonismo que permeava toda a filosofia árabe, mas impôs sobre o mesmo um voluntarismo que ressaltava a ação da vontade em Deus e no homem. Dizia Ibn Gabirol que devemos presumir a existência de Deus como primeira substância, primeira essência ou vontade primária, a fim de compreender a existência ou o movimento de qualquer coisa; mas nós não podemos conhecer os atributos de Deus. O universo não foi criado no tempo, mas flui em emanações contínuas e gradativas de Deus. Tudo no universo, exceto Deus, é composto de matéria e forma; estas sempre aparecem juntas, e somente podem ser separadas no pensamento.[30] Os rabinos repudiaram esta cosmologia aviceniana como um materialismo disfarçado; mas Alexandre de Hales, São Boaventura e Duns Scoto aceitaram a universalidade da matéria sob Deus, e a primazia da vontade. Guilherme d'Auvergne chamou Gabirol de "o mais nobre de todos os filósofos" e julgou-o um bom cristão.

Jehuda Halevi rejeitou toda especulação como intelectualismo vão; como al-Ghazali, receava que a filosofia estivesse minando a religião — não meramente por duvidar de dogmas, ou ignorando-os ou interpretando a Bíblia metaforicamente, porém ainda mais pela troca da devoção pela discussão. Contra a invasão do judaísmo por Platão e Aristóteles e a sedução dos judeus pelo maometismo e os ataques contínuos dos judeus caraítas contra o Talmude, o poeta escreveu um dos livros mais interessantes da filosofia medieval — o *Al-Khazari* (*ca.* 1140). Ele apresentou suas idéias em uma dramática *mise-en-scène* — a conversão do rei Cazar à religião judaica. Felizmente para Halevi, o livro, embora escrito na língua árabe, usava o alfabeto judaico, o que limitava seu público aos judeus cultos. Porque a narrativa trazendo um bispo, um *mullah* e um rabino ante o rei curioso, tratava brevemente do maometismo e do cristianismo. Quando o cristão e o muçulmano citam as Escrituras hebraicas como a palavra de Deus, o rei dispensa-os e detém o rabino; e a maior parte da obra consiste na conversação do rabino que instrui um rei dócil e circuncidado sobre a teologia e ritual judaicos. Diz o pupilo real ao seu mestre: "Nada houve de novo desde que vossa religião foi promulgada, exceto certos pormenores concernentes ao paraíso e ao inferno."[31] Assim estimulado, o rabino explica que o hebraico é a língua de Deus, que Deus falou diretamente apenas aos judeus, e que somente os profetas judeus estavam divinamente inspirados. Halevi sorria dos filósofos que proclamavam a supremacia da razão e sujeitavam Deus e os céus a seus silogismos e categorias, enquanto obviamente o espírito humano não passava de uma simples fração infinitesimal de vasta e complexa criação. O homem sábio (que não é necessariamente erudito) reconhecerá a fraqueza da razão nos assuntos mundanos; ele se aterá à fé que lhe foi dada nas Escrituras; e acreditará e orará tão simplesmente como uma criança.[32]

A despeito de Halevi, a fascinação do raciocínio sobreviveu, e prosseguiu a invasão aristotélica. Abraão ibn Daud (1110-80) era tão profundamente judeu como Halevi; defendeu o Talmude contra os caraítas, e orgulhosamente narrou a *História dos Reis Judeus na Segunda Comunidade*. Mas juntamente com inúmeros cristãos, muçulmanos e judeus dos séculos XII e XIII, ele procurou provar sua fé com a filosofia. Tal co-

mo Halevi, nasceu em Toledo, e ganhou a vida como médico. O seu *Kitab al-aqidah al-rafiah* (*Livro da Sublime Fé*) deu a Halevi a mesma resposta que Aquino daria aos inimigos cristãos da filosofia: a defesa pacífica de uma religião contra os não-crentes requer raciocínio, e não pode repousar em uma fé simples. Poucos anos antes de Averróis (1126-98), uma geração antes de Maimônides (1135-1204), um século antes de Santo Tomás de Aquino (1224-74), Ibn Daud diligenciou a reconciliação da fé dos seus pais com a filosofia de Aristóteles. O grego ter-se-ia divertido em se achar transformado no alvo de um tal triplo cumprimento, ou em saber que os filósofos judeus o conheciam somente pelos sumários de al-Farabi e Avicena, os quais o conheciam através de traduções imperfeitas e de uma falsificação neoplatônica. Mais leal do que Santo Tomás, a sua fonte aristotélica comum, Ibn Daud, como Averróis, reclamava imortalidade somente para a psique universal, não para a alma individual;[33] aqui, Halevi podia ter-se queixado, Aristóteles triunfara sobre o Talmude bem como sobre o Alcorão. A filosofia judaica, como a filosofia medieval em geral, começara com o neoplatonismo e a piedade, e culminara em Aristóteles e na dúvida. Maimônides partiria desta atitude aristotélica de Ibn Daud e enfrentaria com coragem e habilidade todos os problemas da razão em conflito com a fé.

V. MAIMÔNIDES: 1135-1204

O maior dos judeus medievais nasceu em Córdova, filho de um distinto douto, médico e juiz, Maimon ben Joseph. O menino recebeu o nome de Moisés, e tornou-se um adágio entre os judeus a frase: "De Moisés a Moisés ninguém houve como Moisés." Seu povo conheceu-o como Moses ben Maimon ou mais simplesmente Maimuni. Quando ele se tornou rabino famoso, as iniciais de seu título e de seu nome foram combinadas para formar o apelido familiar Rambam; e o mundo cristão expressou sua origem, chamando-o Maimônides. Uma história provavelmente lendária conta-nos como o menino mostrara aversão pelo estudo e como o desiludido pai, chamando-o "filho de açougueiro", enviara-o a viver com seu antigo mestre, o rabino Joseph ibn Migas.[34] Começando assim mal, o segundo Moisés tornou-se profundo na literatura bíblica e rabínica, medicina, matemática, astronomia e filosofia. Era um dos dois homens mais eruditos de seu tempo. Seu único rival era Averróis. Embora seja estranho, estes eminentes pensadores, nascidos na mesma cidade, somente com diferença de nove anos, parece que nunca se encontraram; e aparentemente Maimônides leu Averróis somente na velhice, quando já tinha escrito os próprios livros.[35]

Em 1148 fanáticos berberes conquistaram Córdova, destruíram igrejas e sinagogas e impuseram a cristãos e judeus a escolha entre o islamismo e o exílio. Em 1159 Maimônides, com sua esposa e filhos, deixou a Espanha; durante nove anos viveram em Fez, passando por muçulmanos;[36] pois que, também ali, a nenhum judeu ou cristão era permitido ficar. Maimônides justificou a adesão superficial ao islamismo entre os judeus de Marrocos em perigo, alegando que "não fomos solicitados a prestar homenagem ativa ao paganismo, mas apenas a recitar uma fórmula vazia; os próprios muçulmanos sabem que o fazemos insinceramente a fim de enganar os beatos".[37] O rabino-chefe de Fez não concordou com ele e sofreu o martírio em 1165. Receando a mesma sorte, Maimônides partiu para a Palestina; dali se transferiu para Alexandria (1165) e para o velho Cairo, onde viveu até a morte. Reconhecido logo como um dos mais hábeis profissionais de seu tempo, tornou-se médico pessoal do filho mais velho

de Saladino, Nur-ud-Din Ali e do vizir de Saladino, al-Qadi al-Fadil al-Baisani. Serviu-se dos favores da corte para proteger os judeus do Egito; e quando Saladino conquistou a Palestina, Maimônides persuadiu-o a permitir que os judeus se estabelecessem novamente ali.[38] Em 1177, Maimônides foi feito *Nagid* ou chefe da comunidade judaica do Cairo. Um jurista muçulmano acusou-o (1187) de apóstata do islamismo e exigiu a costumeira pena de morte; Maimônides foi salvo pelo vizir, que decidiu que um homem convertido ao maometismo pela força não podia ser legalmente considerado muçulmano.[39]

Durante esses anos ocupados no Cairo, Maimônides escreveu a maioria de seus livros. Dez obras médicas em árabe transmitiram as idéias de Hipócrates, Galeno, Dioscórides, al-Razi e Avicena. Os *Aforismos Médicos* reduziram Galeno a 1.500 exposições curtas que cobriam todos os ramos da medicina; foram traduzidos para o hebraico e o latim, e freqüentemente citados na Europa sob a fórmula de *Dixit Rabbi Moyses*. Para o filho de Saladino ele escreveu um tratado sobre dieta; e para o sobrinho de Saladino, al-Muzaffar I, sultão de Hamah, escreveu um *Ensaio sobre o Intercurso* (*Maqala fi-l-jima*) — sobre a higiene sexual, impotência, priapismo, afrodisíacos... A introdução desta obra constituiu uma nota pouco comum:

> O nosso Senhor, Sua Majestade (al-Muzaffar) — que Deus aumente sua força — ordenou-me que escrevesse um tratado que o ajudasse a aumentar-lhe as forças sexuais, porque ele teve... algumas dificuldades nesse campo... Ele não deseja abandonar seus costumes sobre o intercurso sexual, e está alarmado pela debilitação de sua carne e deseja um aumento (de sua virilidade), tendo em vista o número crescente de suas escravas.[40]

A estes escritos, Maimônides acrescentou várias monografias — sobre venenos, asma, hemorróidas e hipocondria — e um erudito *Glossário de Drogas*. Como todos os livros, estas obras médicas contêm vários itens que não estão de acordo com a infalibilidade passageira de nosso tempo — por exemplo, que se o testículo direito for maior do que o esquerdo o primeiro filho será do sexo masculino[41]— mas estão marcadas com um ardente desejo de ajudar o doente, bem como por uma cortês consideração de opiniões contrárias, e prudência e moderação das receitas e conselhos. Maimônides nunca receitava remédio quando a dieta bastasse.[42] Advertiu contra o excesso de alimentação: "O estômago não deve inchar como um tumor."[43] Considerava que o vinho era saudável, quando tomado em quantidade moderada.[44] Recomendou a filosofia como meio de treino e de equilíbrio mental e de calma conducente à saúde e longevidade.[45]

Na idade de 23 anos, Maimônides iniciou um comentário sobre o Míxina e trabalhou nele durante uma década entre o comércio, a medicina e viagens perigosas por terra e mar. Publicado no Cairo (1158) como *Kitab al-siraj* ou *Livro da Lâmpada*, sua clareza, erudição e bom juízo colocaram imediatamente seu autor, ainda um jovem de 33 anos, logo abaixo de Rashi como comentador do Talmude. Doze anos depois publicou a sua maior obra, escrita no neo-hebraico, e, provocantemente, a chamou de *Mishna Thorah*. Nela, em ordem lógica e brevidade lúcida, estavam dispostas todas as leis do Pentateuco, e quase todas do Míxina e dos Gemaras. "Dei o título de *Mishna Torah (Repetição de Lei)* a esta obra", dizia na introdução, "pela razão de que uma pessoa que lê primeiro a Lei escrita (o Pentateuco) e depois esta compilação, conhecerá toda a Lei oral, sem necessidade de consultar qualquer outro livro."[46] Ele

omitiu algumas regras talmúdicas concernentes a agouros, amuletos e astrologia; figurava entre os poucos pensadores medievais que rejeitavam a astrologia.[47] Classificou os 613 preceitos da Lei sob 14 títulos, dedicou um "livro" a cada título e procurou não somente explicar cada lei, como demonstrar sua necessidade lógica ou histórica. Somente um dos 14 livros foi traduzido para o inglês; é um volume substancial. Podemos pois julgar a imensidade do original.

Essa obra posterior — *O Guia dos Perplexos* — mostra claramente que Maimônides não era abertamente um livre-pensador. Ele se esforçou o quanto pôde para reduzir os milagres da Escritura a causas naturais, mas ensinou a inspiração divina de todas as palavras do Pentateuco, e a doutrina rabínica ortodoxa de que toda a Lei oral fora transmitida por Moisés aos veneráveis de Israel.[48] Talvez sentisse que os judeus não podiam reclamar menos de suas Escrituras do que os cristãos e muçulmanos exigiam delas; talvez, ele também, considerasse impossível a ordem social sem crença na origem divina do código moral. Ele era um patriota duro e ditatorial: "Todos os israelitas têm a obrigação de seguir tudo que está no Talmude babilônico, e devemos forçar os judeus de todas as terras a aderirem aos costumes estabelecidos pelos sábios talmúdicos."[49] Um pouco mais liberal do que a maioria dos muçulmanos e cristãos da época, julgava que um não-judeu virtuoso e monoteísta iria para o céu, mas era tão severo como o Deuteronômio ou Torquemada para com os hereges do território hebraico; qualquer judeu que repudiasse a Lei Judaica devia ser morto; e "segundo minha opinião, todos os membros de uma comunidade israelita que tenham insolente e presunçosamente transgredido qualquer dos preceitos divinos devem ser condenados à morte".[50] Antecipou-se a Aquino na defesa da pena de morte para a heresia, alegando que "a crueldade contra aqueles que induzem o povo a procurar a vaidade constitui verdadeira clemência para com o mundo";[51] e aceitou sem dificuldade a pena de morte prescrita pelas Escrituras para feitiçaria, assassínio, incesto, idolatria, roubo com violência, rapto, desobediência filial e violação do Sabá.[52] A situação dos judeus que migravam do antigo Egito e tentavam formar um Estado como uma horda paupérrima e sem pátria pode ter autorizado essas leis; o *status* precário dos judeus na Europa cristã ou na África muçulmana, sempre sujeitos ao ataque, conversão ou desmoralização, requeria um código severo para impor a ordem e a unidade; mas nesses assuntos (e antes da Inquisição) a teoria cristã, e provavelmente a prática judaica, eram mais humanas, do que a lei judaica. Um lado melhor deste espírito severo é encontrado no conselho de Maimônides aos judeus de seu tempo: "Se pagãos dissessem aos israelitas: 'Entregai um de vossos membros para que possamos matá-lo', eles todos deverão morrer ao invés de entregar um só dos seus."[53]

Mais agradável é o retrato que ele pintou do estudioso que se torna sábio. Ele aprovava o dito rabínico de que "um bastardo que é um estudioso (da Lei) tem precedência a um alto sacerdote ignorante".[54] Aconselhou o estudioso a dedicar três horas diárias para ganhar a vida, nove horas para estudar a Torah. Acreditando que o meio influi mais do que a hereditariedade, aconselhou o estudante a procurar associar-se a homens bons e sábios. O estudioso não devia casar-se até que atingisse a maturidade de seu saber, tivesse um negócio e uma casa.[55] Poderá desposar quatro mulheres, mas deverá coabitar com cada uma delas somente uma vez por mês.

> Embora o intercurso conjugal com a esposa seja sempre permitido, também esta relação deve ser revestida pelo estudioso com santidade. Ele não deve estar sempre

> com a esposa, como um galo caseiro, mas cumprir suas obrigações maritais nas noites de sexta-feira... Na cópula, nem o marido nem a mulher devem estar em estado de embriaguez, letargia ou melancolia. A esposa não deve estar dormindo no momento.[56]

E assim finalmente se faz o sábio. Ele

> cultiva a modéstia extrema. Não descobrirá sua cabeça ou corpo... Quando fala não elevará indevidamente a voz. Sua conversa com todos os homens será gentil... Evitará exageros ou discurso afetado. Julgará a todos favoravelmente; demorar-se-á nos méritos dos outros, e nunca falará injuriosamente de qualquer pessoa.[57]

Evitará os restaurantes a não ser em casos de extrema emergência; "o homem prudente não comerá em parte alguma, exceto em casa e em sua própria mesa".[58] Estudará a Torah todos os dias, até a morte. Ele se acautelará contra os falsos messias, mas nunca perderá sua fé em que algum dia o verdadeiro Messias virá e restabelecerá Israel para Sião, e conduzirá todo o mundo à fé verdadeira, abundância, fraternidade e paz. "As outras nações desaparecerão, mas os judeus permanecerão para sempre."[59]

O *Mishna Torah* irritou os rabinos; poucos podiam perdoar a presunção de procurar deslocar o Talmude; e muitos judeus ficaram escandalizados com a alegada asserção de Maimônides[60] de que aquele que estuda a Lei está acima daquele que a ela obedece. No entanto, o livro fez do autor o primeiro judeu de seu tempo. Todo Israel oriental o aceitou como seu conselheiro e enviava-lhe perguntas e problemas. Durante uma geração pareceu que se havia restabelecido o Geonato. Mas Maimônides, sem cessar de desfrutar seu renome, começou imediatamente a trabalhar no seu livro seguinte. Tendo codificado e esclarecido a Lei para os judeus ortodoxos, voltou-se à tarefa de devolver à família judaica aqueles que haviam sido seduzidos pela filosofia, ou atraídos para as comunidades caraítas de judeus heréticos do Egito, Palestina ou África do Norte. Depois de mais uma década de labor, publicou para o mundo judeu a sua obra mais famosa — *O Guia dos Perplexos* (1190). Escrito em árabe com caracteres hebraicos, foi logo traduzido para o hebraico com o nome de *Moreh Nebuchim* e para o latim, levantando umas das mais violentas tempestades intelectuais do século XIII.

"O meu objetivo principal", diz a introdução, "consiste em explanar certas palavras que ocorrem nos livros dos Profetas" — isto é, o Velho Testamento. Muitos termos e passagens bíblicos têm vários sentidos — literal, metafórico ou simbólico. Tomados literalmente, alguns deles constituem obstáculos embaraçadores para as pessoas sinceramente religiosas mas respeitadoras, também, da razão como a mais alta faculdade do homem. Tais pessoas não devem ser forçadas a escolher entre a religião sem o raciocínio e a razão sem a religião. Uma vez que a razão foi implantada no homem por Deus, não pode ser contrária à revelação de Deus. Onde tais contradições ocorrem, sugere Maimônides, é porque tomamos ao pé da letra expressões adaptadas à mentalidade imaginativa e pictórica das pessoas simples e analfabetas a quem a Bíblia se destinava.

> Nossos sábios disseram que é impossível fornecer ao homem uma narrativa completa da criação... Ela foi tratada em metáforas a fim de que pessoas incultas possam compreender de acordo com o grau de suas faculdades e a fraqueza de sua inteligência, enquanto as pessoas cultas poderão interpretá-la diferentemente.[61]

Deste ponto de partida Maimônides avança para uma discussão da deidade. Que alguma inteligência suprema governa o universo, ele o deduz das evidências de desígnio na natureza; mas ridiculariza a noção de que todas as coisas foram feitas por causa do homem.[62] As coisas existem somente porque Deus, sua fonte e vida, existe. "Se se pudesse supor que Ele não existe, concluir-se-ia que nada mais podia existir." Uma vez que é essencial que Deus exista, Sua existência é idêntica a Sua essência. Agora, "em uma coisa que tem em si a necessidade de existência, não pode ter para sua existência quaisquer outras causas".[63] (Estas proposições, formuladas por Avicena, foram adotadas por Santo Tomás de Aquino e adaptadas por Spinoza à idéia de uma substância auto-existente.) Se Deus é inteligente, Ele deve ser incorpóreo; por conseguinte, todas as passagens da Bíblia que implicam a descrição de órgãos físicos ou atributos de Deus devem ser interpretadas figuradamente. Na verdade, diz Maimônides (provavelmente seguindo os mutacilitas), não podemos saber nada de Deus, exceto que Ele existe. Mesmo os termos não físicos que empregamos para Ele — inteligência, onipotência, mercê, afeição, unidade, vontade — são homônimos, isto é, têm significação diferente, quando aplicados a Deus, daquela que têm quando aplicados ao homem. Nunca saberemos o que exatamente tais palavras significam para Deus; nunca poderemos defini-Lo; não devemos atribuir-Lhe nenhum atributo positivo, quaisquer qualidades ou predicados. Quando a Bíblia fala como Deus ou um anjo "falou" aos profetas, não devemos imaginar uma voz ou som. "Profecia consiste no mais perfeito desenvolvimento da faculdade imaginativa." Constitui "uma emanação do Ser Divino" por meio do sonho ou visão extática; o que o profeta relata não teve lugar na realidade, mas somente em tal visão ou sonho, e em muitos casos deve ser interpretado alegoricamente.[64] "Alguns de nossos sábios declararam francamente que Jó nunca existiu e que não passa de uma ficção poética... para revelar as verdades mais importantes."[65] Qualquer homem, se desenvolver suas faculdades até o extremo, é capaz de tais revelações proféticas; porque a razão humana é uma contínua revelação, não basicamente diferente da vívida visão interior do profeta.

Criou Deus o mundo no tempo, ou será eterno, como pensava Aristóteles, o universo da matéria e do movimento? Aqui a razão é perturbada; não podemos provar nem a eternidade nem a criação do mundo; sigamos pois a fé de nossos pais na sua criação,[66] diz Maimônides. Ele prossegue interpretando alegoricamente a história do Gênese: Adão é a forma ativa do espírito; Eva a matéria passiva, que é a raiz de todo o mal; a serpente é pura imaginação.[67] Mas o mal não é uma entidade positiva; é meramente a negação do bem. A maior parte de nossas desgraças é devida a nossa própria falta; outros males o são apenas do ponto de vista humano ou limitado; um ponto de vista cósmico poderia descobrir em todo o mal o bem, ou a necessidade do conjunto.[68] Deus permite que o homem tenha o livre-arbítrio que o torna um homem; este às vezes escolhe o mal; Deus previu a escolha, mas não a determinou.

É o homem imortal? Aqui Maimônides aplica toda a sua capacidade para mistificar seus leitores. No *Guia* ele evita a questão, limitando-se a dizer que "a alma que permanece depois da morte não é aquela que nasce juntamente com o homem";[69] a última — o "intelecto potencial" — é uma função do corpo e morre com ele; o que sobrevive é o "intelecto adquirido" ou "ativo" que existia antes do corpo e nunca uma função deste.[70] Esta opinião aristotélico-averroísta aparentemente negava a imortalidade individual. No *Mishna Torah* Maimônides rejeitou a ressurreição do corpo, ridicularizou a noção muçulmana de um paraíso fisicamente epicurista e considerou-o,

tanto no islamismo como no judaísmo, uma concessão à imaginação e à necessidade moral do homem simples.[71] No *Guia* acrescentou que "entidades imateriais podem ser somente contadas quando são forças situadas em um corpo";[72](teria sido uma fonte da doutrina de Aquino que considerava a matéria como o "princípio da individuação"?) o que parecia insinuar que o espírito incorpóreo que sobrevivia ao corpo não tinha nenhuma consciência individual. Como a ressurreição física havia-se tornado uma doutrina central, do judaísmo e do maometismo, muitos protestos levantaram-se por causa dessas sugestões cépticas. Traduzido para o árabe, o *Guia* provocou agitação no mundo muçulmano; um douto maometano, Abdalatife, denunciou como "minador dos princípios de todas as religiões pelos próprios meios com que parece apoiá-los".[73] Saladino achava-se nessa época empenhado em uma luta de vida ou morte com os cruzados; sempre ortodoxo, agora mais do que nunca, ele se ressentia da heresia como força ameaçadora do moral muçulmano, no meio da guerra santa; em 1191 ordenou a execução de Surawardi, um herege místico. No mesmo mês Maimônides publicou um *Maqala*, ou discurso, "Sobre a Ressurreição do Morto"; de novo expressou suas dúvidas sobre a imortalidade corporal, mas anunciou que a aceitava como um artigo de fé.

A tempestade acalmou-se durante certo tempo, e ele se ocupou de seu trabalho de médico e das *responsa* (respostas) por escrito às consultas doutrinárias e éticas do mundo judeu. Quando em 1199, Samuel ben Judá ibn Tibbon, que estava traduzindo o *Guia dos Perplexos* para o hebraico, propôs-se a visitá-lo, Maimônides advertiu-o de

> que não esperasse conferenciar comigo sobre qualquer assunto científico, mesmo por uma hora, seja de dia ou de noite; porque o meu dia eu o passo do seguinte modo. Moro em Fustat, e o sutão vive no Cairo, a uma distância de dois Sabás de viagem (cerca de milha e meia). Meus deveres para com o regente (filho de Saladino) são muito pesados. Sou obrigado a visitá-lo diariamente, de manhã cedo; e quando ele ou qualquer de seus filhos ou algum inquilino de seu harém está indisposto, não ouso deixar o Cairo, devo ficar a maior parte do dia no palácio... Somente à tarde volto a Fustat... E então estou quase morrendo de fome. Encontro as antecâmaras cheias de gente, teólogos, meirinhos, amigos e inimigos... Apeio-me de meu animal, lavo as mãos e rogo a meus pacientes que me esperem um pouco enquanto lancho — a única refeição que tomo em 24 horas. Então passo a atender os pacientes... até o anoitecer, às vezes até às duas horas da madrugada, ou mesmo mais tarde. Eu receito deitado de costas por causa da fadiga; e quando a noite desce estou tão exausto que mal posso falar. Em conseqüência disso, nenhum israelita pode ter qualquer entrevista particular comigo, exceto no sábado. Nesse dia toda a congregação, ou pelo menos a maioria, vem visitar-me depois do serviço matinal. Eu os instruo... Estudamos juntos até o meio-dia, quando eles partem.

Maimônides ficou prematuramente esgotado. Ricardo I da Inglaterra quis nomeá-lo seu médico pessoal, mas ele não pôde aceitar o convite. O vizir de Saladino, notando sua exaustão, aposentou-o. Ele morreu em 1204, com a idade de 69 anos. Seus restos mortais foram levados para a Palestina, onde seu túmulo pode ser visto ainda hoje em Tiberíades.

VI. A GUERRA MAIMONIDIANA

A influência de Maimônides foi sentida no Islã e na cristandade bem como no mundo judeu. *Pundits* (brâmanes eruditos) maometanos estudaram o *Guia* sob a orientação de mestres judeus. Traduções latinas eram usadas nas universidades de Montpellier e Pádua; e era freqüentemente citado em Paris por Alexandre de Hales e Guilherme d'Auvergne. Alberto Magno seguiu a orientação de Maimônides em muitos pontos; e Santo Tomás de Aquino muitas vezes considerou os pontos de vista do rabino Moisés, mesmo que fosse apenas para refutá-los. Spinoza, talvez com certa falta de compreensão histórica, criticou a interpretação alegórica das Escrituras de Maimônides como uma tentativa inábil para preservar a autoridade da Bíblia; mas aclamou o grande rabino como "o primeiro que abertamente declarou que a Escritura deve ser acomodada à razão";[75] e tomou de Maimônides algumas idéias sobre profecia, milagres e os atributos de Deus.[76]

No judaísmo a influência de Maimônides foi revolucionária. Seus próprios descendentes levaram avante sua obra como doutos e judeus: seu filho Abraão ben Moses sucedeu-o como *Nagid* e médico da corte em 1205; seu neto Davi ben Abraão e seu bisneto Salomão ben Abraão também o sucederam na direção dos judeus egípcios; e todos os três continuaram com a tradição maimonidiana na filosofia. Durante certo tempo tornou-se moda aristotelizar a Bíblia por meio de sofismas alegóricos e rejeitar a historicidade de suas narrativas; Abraão e Sara, por exemplo, eram meras lendas representando matéria e forma; e as leis ritualísticas judaicas tinham apenas um propósito e uma verdade simbólicos.[77] Toda a estrutura da teologia judaica parece prestes a cair sobre as cabeças dos rabinos. Alguns deles rebateram com vigor as idéias de Maimônides: Samuel ben Ali, da Palestina, Abraão ben Davi, de Posquières, Meir ben Todros Halevi Abulafia, de Toledo, Don Astruc, de Lunel, Salomão ben Abraão, de Montpellier, Jonas ben Abraão Gerundi, da Espanha, e muitos mais. Eles protestaram contra a "venda das Escrituras aos gregos", denunciaram a tentativa de substituir o Talmude pela filosofia, deploraram as dúvidas de Maimônides sobre a imortalidade e repeliram o seu Deus incognoscível como uma abstração metafórica que nunca levaria uma alma à piedade ou à prece. Os adeptos da mística Cabala uniram-se no ataque e profanaram a tumba de Maimônides.[78]

A guerra maimonidiana dividiu as comunidades judaicas da França meridional precisamente quando o cristianismo ortodoxo estava desencadeando ali uma luta de extermínio contra a heresia albigense. Como a ortodoxia cristã se defendeu contra o racionalismo banindo os livros de Aristóteles e Averróis das universidades, assim também o rabino Salomão ben Abraão, de Montpellier — talvez para impedir os ataques cristãos contra as congregações judaicas por abrigarem racionalistas — tomou a medida extraordinária de anatematizar as obras filosóficas de Maimônides e excomungar todos os judeus que estudassem a ciência ou literatura profanas ou tratassem a Bíblia alegoricamente. Os adeptos de Maimônides, dirigidos por Davi Kimchi e Jacó ben Machir Tibbon, revidaram, persuadindo as congregações de Lunel, Béziers e Narbona na Provença e as de Saragoça e Lérida na Espanha a excomungarem Salomão e seus sequazes. Salomão tomou então uma providência mais espantosa: denunciou os livros de Maimônides à Inquisição Dominicana de Montpellier como portadores de heresias perigosas para o cristianismo, bem como para o judaísmo. Os monges favoreceram-no e todas as publicações do filósofo encontradas foram queimadas pu-

blicamente em Montpellier em 1234, e em Paris em 1242. Quarenta dias depois o próprio Talmude era queimado em Paris.

Estes eventos provocaram violenta fúria dos adeptos de Maimônides. Prenderam os principais seguidores de Salomão em Montpellier, condenaram-nos pelo crime de haverem denunciado irmãos judeus e sentenciaram-nos a terem suas línguas cortadas; ao que parece Salomão foi morto.[79] O rabino Jonas, arrependendo-se de sua participação na queima dos livros de Maimônides, foi a Montpellier, fez penitência pública na sinagoga e realizou uma peregrinação de arrependimento ao túmulo de Moisés ben Maimon. Mas Don Astruc reiniciou a guerra, propondo uma proibição rabínica sobre qualquer estudo de ciências profanas. Nachmanides e Asher ben Yehiel o apoiaram; e em 1305 Salomão ben Abraão ben Adret, o reverenciado e poderoso chefe das congregações de Barcelona, baixou um decreto de excomunhão contra qualquer judeu que ensinasse ou estudasse, antes dos 25 anos, qualquer ciência secular, exceto medicina ou uma filosofia não-judaica. Os liberais de Montpellier replicaram, excomungando quaisquer judeus que impedissem seus filhos do estudo das ciências.[80] Nenhuma das ordens proibitivas teve efeito amplo; jovens judeus, aqui e acolá, continuaram a estudar a filosofia. Mas a grande influência de Adret e Asher na Espanha e o aumento da perseguição e do medo em toda a Europa, agora sujeita à Inquisição, levaram as comunidades judaicas ao isolamento intelectual bem como étnico. O estudo da ciência declinou entre eles; estudos puramente rabínicos dominavam as escolas hebraicas. Depois de sua escapada com a razão, a alma judaica, assombrada pelos terrores teológicos e uma inimizade circundante, enterrou-se no misticismo e na piedade.

VII. A CABALA

As ilhas da ciência e da filosofia são em toda parte lavadas pelos mares místicos. O intelecto reduz a esperança e somente os afortunados podem suportar isso prazerosamente. Os judeus medievais, como os muçulmanos e os cristãos, encobriam a realidade com mil e uma superstições, dramatizavam a História com milagres e portentos, enchiam o ar com anjos e demônios, praticavam encantamentos mágicos e feitiços, amedrontavam os filhos e a si próprios com conversa de feitiçarias e *ghouls* (ser imaginário que rouba túmulos e se alimenta de cadáveres), iluminavam o mistério do sono com interpretações de sonhos e liam segredos esotéricos em tomos antigos.

O misticismo judeu é tão velho como o povo israelita. Recebeu influências do dualismo zoroastriano da treva e da luz, da substituição neoplatônica da criação pelas emanações, do misticismo neopitagórico do número, das teosofias gnósticas da Síria e do Egito, das escrituras apócrifas do cristianismo primitivo, dos poetas e místicos da Índia, Islã e da Igreja medieval. Mas suas fontes básicas estavam na mentalidade e tradição judaicas. Mesmo antes de Cristo, circularam entre os judeus interpretações secretas da história da criação no Gênese e nos capítulos I e X de Ezequiel; no Míxina era proibido expor esses mistérios, exceto, e em particular, para um estudioso digno de confiança. A imaginação estava livre para conceber narrativas do que havia precedido a criação ou Adão, ou o que se seguirá à destruição do mundo. A teoria do Filo, do Logos ou Sabedoria Divina como agente criador de Deus foi elevado exemplo dessas especulações. Os essênios tinham escritas secretas que eram zelosamente guardadas da revelação, e apócrifos hebraicos, como o Livro dos Jubileus, expunham uma

cosmogonia mística. Fazia-se um mistério do Nome Inefável de Jeová: suas quatro letras — o *Tetragrammaton* — eram murmuradas para conservar um sentido oculto e eficácia milagrosa, para serem transmitidas somente aos homens maduros e discretos. Aquiba sugeriu que o instrumento de Deus na criação do mundo fora a Torah ou o Pentateuco e que toda palavra ou letra desses livros sagrados tinham uma significação e força ocultas. Alguns *geonins* babilônicos atribuíam tais forças ocultas às letras do alfabeto hebraico e aos nomes de anjos; quem quer que soubesse esses nomes podia controlar todas as forças da natureza. Homens instruídos jogavam com a magia branca ou preta — maravilhosas capacidades obteníveis pela aliança na alma com anjos ou demônios. A necromancia, bibliomancia, exorcismo, amuletos, encantamentos, adivinhação e a determinação da sorte pelos dados desempenharam sua parte na vida judaica tal como na cristã. Todos os prodígios da astrologia foram incluídos; as estrelas constituíam letras, uma misteriosa escrita celeste que somente os iniciados podiam ler.[81]

No século I d.C., apareceu em Babilônia um livro esotérico chamado *Sefer Yezira — O Livro da Criação.* Devotos místicos, inclusive Jehuda Halevi, atribuíam a sua autoria a Abraão e a Deus. O livro ensinava que a criação tinha-se efetuado pela mediação de dez *sefiroth* — números ou princípios: o espírito de Deus, três emanações dele — ar, água e fogo, três dimensões espaciais para a esquerda e três dimensões para a direita. Estes princípios determinavam o conteúdo enquanto as 22 letras do alfabeto hebraico determinavam as formas pelas quais a criação podia ser entendida pelo espírito humano. O livro provocou comentários eruditos, de Saadia até o século XIX.

Por volta do ano 840 um rabino babilônico levou estas doutrinas místicas aos judeus da Itália, de onde as mesmas se espalharam para a Alemanha, Provença e Espanha. Ibn Gabirol foi provavelmente influenciado por elas na sua teoria dos seres intermediários entre Deus e o mundo. Abraão ben Davi, de Posquières, usou a "tradição secreta" como um meio de afastar os judeus do racionalismo de Maimônides. Seu filho Isaque, o Cego, e seu pupilo Azriel foram provavelmente os autores (*ca.* 1190) do *Sefer-ha-Bahir* ou *Livro da Luz*, um comentário místico sobre o primeiro capítulo do Gênese; aqui as emanações demiúrgicas do *Sefer Yezira* transformaram-se em Luz, Sabedoria e Razão; e esta triplicação do Logos foi oferecida como uma Trindade Judaica.[82] Eleazar de Worms (1176-1238) e Abraão ben Samuel Abulafia (1240-91) ofereceram as Doutrinas Secretas como estudo mais profundo e recompensador que o Talmude. Tal como os místicos islamíticos e germânicos, empregavam a linguagem sensual do amor e do casamento na relação entre a alma e Deus.

No século XIII, a palavra *qabala*, tradição, tinha entrado no uso geral para descrever a Doutrina Secreta em todas as suas fases e resultados. Mais ou menos em 1295, Moisés ben Shem Tob, de Leão, publicou o terceiro clássico cabalístico, o *Sefer ha-Zohar*, ou o *Livro do Esplendor* . Atribuiu sua autoria a Simão ben Yohai, um *tanna* do século II; Simão, disse Moisés, fora inspirado pelos anjos e dez *sefiroth* para revelar a seus leitores esotéricos segredos outrora reservados para os dias do Messias que virá. Todos os elementos da Cabala foram reunidos no Zohar: o Deus que tudo abrange e que se conhece somente pelo amor, o *Tetragrammaton*, os demiurgos e as emanações criadoras, a analogia platônica do macrocosmo e do microcosmo, a data e a maneira da vinda do Messias, a preexistência e transmigração da alma, o sentido místico dos atos rituais, números, letras, pontos e acentos, o emprego de cifras, acrósticos, e a lei-

tura das palavras de trás para diante, a interpretação simbólica dos textos bíblicos, e a concepção da mulher como pecado e, no entanto, também como a corporificação do mistério da criação. Moisés de Leão estragou sua obra fazendo Simão ben Yohai mencionar um eclipse de 1264 em Roma e empregar algumas idéias aparentemente ignoradas antes do século XIII. Enganou a muitos, mas não a sua esposa; ela confessou que o seu Moisés considerava Simão um bom estratagema financeiro.[83] O êxito do livro inspirou falsificações similares e alguns dos cabalistas posteriores pagaram a Moisés com uma imitação dele próprio, publicando suas especulações sob o nome dele.

A influência da Cabala foi muito grande. Durante algum tempo o Zohar rivalizou com o Talmude como estudo favorito dos judeus; alguns cabalistas atacaram o Talmude como antiquado e cheio de discussões prolixas; e alguns talmudistas, inclusive o erudito Nachmanides, foram fortemente influenciados pela escola cabalística. A crença na autenticidade e inspiração divina da Cabala estava muito generalizada entre os judeus europeus.[84] Seu trabalho na ciência e filosofia sofria a mesma influência, e a Idade de Ouro de Maimônides terminou no brilhante contra-senso do Zohar. Mesmo sobre os pensadores cristãos a Cabala exerceu certa fascinação. Raimundo Lúlio (1235?-1315) tirou dela o misticismo de número e letra de sua *Ars magna*: Pico della Mirandola (1463-94) pensava que havia encontrado na Cabala as provas finais da divindade de Cristo.[85] Paracelso, Cornélio, Agripa, Roberto Fludd, Henry More e outros místicos cristãos basearam-se em suas especulações; João Reuchlin (1455-1522) confessou ter-se apoiado na Cabala para sustentar a sua teologia; e talvez idéias cabalísticas tenham influenciado Jacó Böhme (1575-1624). Se uma proporção maior de judeus do que muçulmanos ou cristãos procurava consolo em revelações místicas, era porque este mundo lhes voltava a sua pior face, e forçava-os, por causa da vida, a encobrir a realidade em uma teia de imaginação e desejo. São os infelizes que devem acreditar que Deus os escolheu.

VIII. LIBERTAÇÃO

Da exaltação mística, desilusão messiânica, perseguição periódica e a dura rotina da vida econômica, os judeus medievais encontraram refúgio na obscuridade de suas congregações e as consolações de seu ritual e crença. Celebravam com piedade os festivais que lembravam a história de seu povo, suas tribulações e sua antiga glória, e pacientemente ajustaram à vida urbana as cerimônias que outrora haviam dividido o ano agrícola. Os caraítas que estavam desaparecendo mantiveram o Sabá no escuro e oculto, receando violar a lei por acender fogo e lampiões; mas a maioria dos judeus, enquanto os rabinos fechavam os olhos, trazia amigos ou servidores cristãos para conservar o fogo aceso e as luzes. Toda oportunidade para um banquete era aproveitada com generosidade e pompa: a família oferecia uma festa na circuncisão ou confirmação de um filho, os esponsais ou casamento de um filho ou filha, a visita de um douto notável ou parente, a ocorrência de algum festival religioso. Regulamentos rabínicos relativos a festas proibiam aos oferecedores de tais banquetes convidar mais de 20 homens, 10 mulheres, cinco moças e todos os parentes até a terceira geração. Às vezes uma festa de casamento durava uma semana, e nem mesmo o Sabá podia interrompê-la. Os noivos eram coroados com rosas, murta e ramos de oliveira; o caminho por onde passavam era coberto de nozes e trigo; grãos de cevada eram atirados so-

bre eles como sugestão de fertilidade; canções e ironias acompanhavam todas as fases do acontecimento; e nos últimos dias medievais um palhaço profissional era contratado para assegurar alegria completa. Por vezes seus gracejos eram impiedosamente verdadeiros; mas quase sempre ele aceitava o bondoso decreto de Hillel de que "toda noiva é bonita".[86]

Assim a geração que ia passando celebrava sua própria substituição, rejubilava-se com os filhos dos filhos e conformava-se com uma velhice aborrecida porém generosa. Vemos as faces de tais judeus velhos nos retratos de Rembrandt: feições que trazem a história do povo e do indivíduo, barbas que respiram sabedoria, olhos marcados por tristes lembranças mas abrandados por indulgente amor. Nada na moral muçulmana ou cristã podia ultrapassar a afeição mútua dos jovens e velhos no judaísmo, o amor que perdoa todas as faltas, a orientação silenciosa da imaturidade pela experiência e a dignidade com que a vida integralmente vivida aceita a naturalidade da morte.

Quando fazia seu testamento, o judeu deixava não somente bens materiais como conselhos espirituais ao seu filho. "Sê um dos primeiros na sinagoga", está escrito no testamento de Eleazar, de Mogúncia (*ca.* 1337); "não fales durante as preces; repete os responsos; e depois do serviço pratica atos de bondade." E então vinha a instrução final:

> Lava-me bem, penteia meu cabelo, corta-me as unhas como eu costumava fazer em vida, de modo que eu possa entrar limpo no lugar do repouso eterno, exatamente como quando eu costumava ir todo sábado à sinagoga. Coloca-me do lado direito do meu pai, na terra; se o espaço for um pouco estreito, tenho certeza de que ele me amará bastante para me ceder lugar a seu lado.[87]

Quando dava o último suspiro, os olhos e a boca do morto eram fechados pelo filho mais velho ou o filho ou parente de maior destaque; o corpo era banhado e untado com ungüentos aromáticos, e envolvido em linho imaculado. Quase todos pertenciam a uma sociedade de enterros, que então se encarregava do corpo, vigiava-o e proporcionava-lhe os últimos ritos religiosos e acompanhava-o até o túmulo. No funeral, os portadores da mortalha caminhavam descalços; as mulheres precediam o caixão, entoavam um canto fúnebre, e tocavam tambor. Qualquer estranho que encontrasse a procissão devia acompanhá-la até o cemitério. Geralmente o féretro era colocado perto dos parentes mortos; ser enterrado era para um homem "deitar-se com seus pais", "reunir-se a seu povo". Os anojados não se desesperavam. Sabiam que embora o indivíduo morresse, Israel continuaria.

LIVRO IV

A IDADE DAS TREVAS

566—1095

TÁBUA CRONOLÓGICA

486-751: Dinastia Merovíngia na Gália
490-543: São Bento
520-60: Desenvolvimento das academias irlandesas
521-98: São Columba
543-615: São Columbano
568-774: Reino lombardo na Itália
568: Fundação de Veneza
582-602: Maurício, imperador do Oriente
590-604: Papa Gregório I, o Grande
590-616: Etelberto, rei de Kent
597: Agostinho converte a Inglaterra
600-1100: Floresce o canto gregoriano
602-10: Usurpação de Focas
610-41: Heráclio, imperador do Oriente
625-90: Paulo de Egina, médico
629-38: Dagoberto, rei dos francos
640: Os eslavos entram nos Bálcãs
c. 650: *Beowulf*; Caedmon, poeta.
651: Hôtel-Dieu fundado em Paris
673-735: O venerável Beda, historiador
680-754: Bonifácio, apóstolo da Alemanha
687-714: Pepino de Heristal governa os francos
697: Primeiro doge em Veneza
713-16: Anastácio II, imperador do Oriente
717-41: Leão III, o Isáurico, imperador do Oriente
726: Movimento iconoclasta em Bizâncio
735: A Escola de York
735-804: Alcuíno, educador
751-68: Pepino, o Breve, governa os francos
751-987: Dinastia Carolíngia de reis francos
756: A doação de Pepino estabelece o poder temporal dos papas
768-814: Carlos Magno, rei dos francos
772-804: Guerras de Carlos Magno contra os saxões
774: Carlos Magno anexa a coroa da Lombardia
774-1200: Arquitetura românica
776-856: Rabano Mauro, educador
778: Carlos Magno na Espanha; Rolando em Roncesvalles
780-90: Irene, regente de Constantinopla
787: Os dinamarqueses começam suas incursões à Inglaterra
795: Os dinamarqueses começam suas incursões à Irlanda
797-802: Irene, "imperador" do Oriente
800: O Papa Leão III coroa Carlos Magno imperador do Império Romano.
802: A Bulgária floresce sob o governo do cã Krum
813-20: Leão V, imperador armênio do Oriente
814-40: Luís I, o Pio, rei dos francos
815-77: João Scoto Erígena, filósofo
c. 820: Os varangianos entram na Rússia
829: Egberto funda a heptarquia anglo-saxônia e torna-se o primeiro rei da Inglaterra
829-42: Teófilo I, imperador do Oriente.
841-924: Incursões escandinavas na França
843: Partilha de Verdun; Ludwig torna-se primeiro rei da Alemanha
845-82: Hincmar, bispo de Reims
848: Escola de Medicina de Salerno
c. 850: O Livro de Kells; Leão de Salônica, matemático
852-88: Bóris, cã e santo búlgaro
857-91: Fócio, patriarca de Constantinopla

858-67: O Papa Nicolau I
859: Rurik, grão-príncipe da Rússia
860-933: Harald Haarfager, primeiro rei da Noruega
862: Os varangianos em Novgorod
863: A missão de Cirilo e Metódio junto aos moravianos
867-86: Basílio I funda a dinastia macedônia
871-901: Alfredo, o Grande
872: Os escandinavos colonizam a Islândia
875-7: Carlos, o Calvo, imperador do Ocidente
886: Os escandinavos sitiam Paris
886-912: Leão VI, o Sábio, imperador do Oriente
887: Crônica anglo-saxônia
888: Eudes, rei da França
893-927: Simeão, imperador da Bulgária
899-943: Os magiares assolam a Europa
905: Sancho I funda o reino de Navarra
910: Fundação da abadia de Cluny
911: Conrado I, rei da Alemanha; Rolo, duque da Normandia
912-50: Constantino VII, Porfirogênito
c. 917: A Antologia Grega
919-36: Henrique I, o Passarinheiro, rei da Alemanha
925-88: S. Dunstan
928-35: Venceslau I, rei da Boêmia
930: Estabelecido o Althing da Islândia
934-60: Haakon, o Bom Rei da Noruega
936-73: Oto I, rei da Alemanha
950: Zênite da literatura medieval irlandesa
955: Oto derrota os magiares em Lechfeld
961: Convento de Santa Lavra no Monte Atos
962: Oto I, imperador romano do Ocidente
963: Oto depõe o Papa João XII
963-9: Nicéforo Focas, imperador do Oriente.
965-95: Haakon, o "Grande Conde", rei da Noruega
968: Hroswitha, dramaturgo
973-83: Oto II, da Alemanha
975-1035: Sancho, o Grande Rei de Navarra
976: *Lexicon*, de Suídas
976-1014: Brian Borumha, rei de Munster
976-1026: Basílio II, imperador do Oriente
976-1071: São Marcos em Veneza
980-1015: Vladimir I, príncipe de Kiev
983-1002: Oto III, da Alemanha
987-96: Hugo Capeto funda a dinastia capeta dos reis franceses
989: A Rússia converte-se ao cristianismo
992-1025: Boslelau I, primeiro rei da Polônia
994: Reforma monástica de Cluny
997-1038: Santo Estêvão, rei da Hungria
999-1003: Papa Silvestre II (Gerberto)
1000: Leif Ericsson em "Vinlândia"
1002-24: Henrique II da Alemanha
1007-28: Fulberto, bispo de Chartres
1009-1200: Românico alemão
1013: Sweyn da Dinamarca conquista a Inglaterra
1014: Brian Borumha derrota os escandinavos em Clontarf
1015-30: Santo Olavo, rei da Noruega
1016-35: Cnut, rei da Inglaterra
1018-80: Miguel Pselo, historiador
1022-87: Constantino, o Africano, tradutor
1024-39: Conrado II, da Alemanha
1028-50: Zoé e Teodora governam o Império do Oriente
1033-1109: Santo Anselmo
1034-40: Duncan I, rei da Escócia
1035-47: Magno, o Bom, rei da Noruega
1039-56: Henrique III, da Alemanha
1040-52: Macbeth, rei usurpador da Escócia
1040-99: Rodrigo Diaz, el Cid
1043-66: Eduardo, o Confessor, rei da Inglaterra
1046-71: Igreja de Santo Ambrósio, em Milão
1048: Abadia de Jumièges
1049-54: Papa Leão IX
1052: Morte do Conde Godwin, estadista
1054: Cisma da Igreja Grega da Romana.
1055-6: Teodora, imperatriz do Oriente
1056-1106: Henrique IV, da Alemanha
1057-9: Isaque Comneno, imperador do Oriente
1057-72: Pedro Damiano, bispo de Óstia.
1058: Malcolm III da Escócia depõe Macbeth
1059-61: Papa Nicolau II; estabelecido o Colégio dos Cardeais
1060: Roberto Guiscard, duque das Apúlias
1061-91: A conquista normanda da Sicília
1063: O príncipe Haroldo conquista o País de Gales
1063: A Catedral de Pisa
1066: Haroldo, rei da Inglaterra; batalha de Hastings; conquista normanda da Inglaterra
1073-85: Papa Gregório VII (Hildebrando)
1075: Decreto contra a investidura leiga; excomunhão de Henrique IV
1077: Henrique IV em Canossa
1081-1118: Aleixo I, imperador do Oriente
1085: O saque de Roma, por Roberto Guiscard

CAPÍTULO XVIII

O Mundo Bizantino

565 — 1095

I. HERÁCLIO

SE encararmos agora o lado oriental do duelo interminável entre o Oriente e o Ocidente, sentiremos logo simpatia por um grande império acossado, ao mesmo tempo, pela discórdia interna e pelo ataque externo de todos os lados. Ávaros e eslavos estavam cruzando o Danúbio e tomando posse de terras e cidades imperiais; os persas preparavam-se para dominar a Ásia ocidental; a Espanha estava perdida para os visigodos; e os lombardos, três anos após a morte de Justiniano, conquistaram metade da Itália (568). A praga assolou o Império em 542 e novamente em 566; a fome, em 569; pobreza, barbarismo e guerra interromperam as comunicações, desencorajaram o comércio e sufocaram a literatura e a arte.

Os sucessores de Justiniano eram homens de capacidade, mas somente um século de Napoleões poderia ter enfrentado seus problemas. Justino II (565-78) lutou vigorosamente contra uma Pérsia em expansão. Tibério II (578-82), favorecido pelos deuses com quase todas as virtudes, foi por eles arrebatado depois de um reinado justo e breve. Maurício (582-602) atacou os ávaros invasores com coragem e habilidade, mas recebeu pouco apoio do Império; milhares entravam nos mosteiros para escapar ao serviço militar; e quando Maurício proibiu aos mosteiros receber novos membros até que houvesse passado o perigo da guerra, os monges reclamaram a sua destituição.[1] O centurião Focas chefiou uma revolta do exército e da populaça contra a aristocracia e o governo (602); os cinco filhos de Maurício foram mortos diante de seus olhos; o velho imperador recusou-se a permitir que o pajem de seu filho mais novo para o salvar morresse em seu lugar; ele próprio foi decapitado. As seis cabeças foram exibidas ao povo, e os corpos lançados ao mar. A Imperatriz Constantina e suas três filhas, bem como muitos membros da aristocracia, foram mortos, geralmente pela tortura, com ou sem julgamento. Olhos eram furados, línguas arrancadas, membros amputados;[2] uma vez mais as cenas da Revolução Francesa foram ensaiadas.

Cósroes II tirou vantagem da desordem e renovou a velha guerra da Pérsia contra a Grécia. Focas fez as pazes com os árabes, e transportou todo o exército bizantino para a Ásia; foi derrotado em toda parte pelos persas, enquanto que os ávaros, sem encontrar resistência, conquistavam toda a hinterlândia agrícola de Constantinopla. A aristocracia da capital apelou para Heráclio, governador grego da África, que viesse em socorro do Império e suas propriedades. Ele se escusou alegando idade avançada, mas mandou o filho. O jovem Heráclio organizou uma frota, partiu para o Bósforo, derrubou Focas, exibiu à populaça o cadáver mutilado do usurpador e foi aclamado como imperador (610).

Heráclio merecia seu título e seu nome. Quase com a energia de Hércules entregou-se à reorganização do esfacelado Estado. Gastou 10 anos na reconstrução do moral do povo, do poderio do exército e dos recursos do tesouro. Deu terras a camponeses sob a condição de que o filho mais velho de cada família prestasse serviço militar. Entrementes, os persas conquistavam Jerusalém (614) e avançavam sobre Calcedônia (615); somente a marinha bizantina, ainda senhora dos mares, salvou a capital e a Europa. Logo depois as hordas ávaras marchavam até Corno Dourado, assaltavam os subúrbios e levavam milhares de gregos para a servidão. A perda da hinterlândia e do Egito cortou a fonte de abastecimento de cereais da cidade, suspendendo a distribuição de rações (618). Desesperado, Heráclio pensou em levar seu exército para Cartago e dali tentar a reconquista do Egito; o povo e o clero recusaram-se a deixá-lo ir, e o patriarca Sérgio concordou em emprestar-lhe, com juros, a riqueza da Igreja Grega, para custear uma guerra santa destinada a retomar Jerusalém.[3] Heráclio concluiu a paz com os ávaros e finalmente (622) partiu para lutar contra os persas.

As campanhas que se seguiram constituíram obras-primas de concepção e execução. Durante seis anos Heráclio levou a guerra ao inimigo e repetidas vezes derrotou Cósroes. Na sua ausência, um exército persa e uma hoste de ávaros, búlgaros e eslavos sitiaram Constantinopla (626). Um exército enviado por Heráclio derrotou os persas em Calcedônia e a guarnição e a populaça da capital, levantadas pelo patriarca, desbarataram a horda dos bárbaros. Heráclio marchou até os portões de Ctesifonte, Cósroes II rendeu-se; a Pérsia pediu a paz, e entregou tudo que Cósroes havia tomado do Império Grego. Após sete anos de ausência, Heráclio regressou em triunfo para Constantinopla.

Ele não merecia a sorte que lhe deslustrou a velhice. Enfraquecido pela doença, dedicava suas últimas energias ao fortalecimento da administração civil, quando subitamente tribos selvagens árabes invadiram a Síria (634), derrotaram um exército grego exausto e subjugaram Jerusalém (638); e enquanto o imperador permanecia em seu leito de morte, o Egito caía (641). A Pérsia e o Império Bizantino haviam lutado para a ruína recíproca. Sob o governo de Constâncio II (642-68) continuaram as vitórias árabes; julgando impossível salvar o Império, Constâncio passou seus últimos anos no Ocidente e foi morto em Siracusa. Seu filho Constantino IV Pogonato foi mais capaz ou feliz. Quando, por cinco anos cruciais (673-8), os muçulmanos fizeram outro esforço para tomar Constantinopla, "o fogo grego", agora mencionado pela primeira vez, salvou a Europa. A nova arma, pretensamente inventada por Calinico da Síria, parecia-se com os nossos lança-chamas — uma mistura inflamada de nafta, cal viva, enxofre e piche; era lançada contra navios ou tropas inimigas em flechas chamejantes ou assoprada através de tubos, ou atirada em bolas ocas de ferro que continham cera e estopa embebida em óleo; ou era carregada e atirada em pequenos botes que se en-

viavam flutuando na direção do adversário. A composição da mistura constituía um segredo mantido com êxito durante 200 anos pelo governo bizantino. Revelar qualquer conhecimento do mesmo era traição e sacrilégio. Os sarracenos descobriram finalmente a fórmula e empregaram o "fogo sarraceno" contra os cruzados. Até a invenção da pólvora, foi a arma mais falada no mundo medieval.

Os muçulmanos desfecharam outro assalto à capital grega em 717. Um exército de 80.000 árabes e persas sob o comando de Moslema cruzou o Helesponto em Abidos e sitiou Constantinopla pela retaguarda. Ao mesmo tempo os árabes enviaram uma esquadra de 1.800 embarcações, presumivelmente pequenas. Esta armada entrou no Bósforo, sombreando o estreito, disse um cronista, como uma floresta em movimento. Foi uma sorte para os gregos que, nessa crise, um competente general, Leão, "o Isáurico", substituísse o incapaz Teodósio III no trono e organizasse a defesa. Fez uso da pequena marinha bizantina com habilidade tática e ordenou que todas as unidades fossem bem abastecidas de fogo grego. Em pouco tempo os navios árabes estavam em chamas e quase todos os barcos da grande frota foram destruídos. O exército grego realizou uma surtida contra os sitiantes e conseguiu uma vitória tão decisiva que Moslema se retirou para a Síria.

II. OS ICONOCLASTAS: 717-802

Leão III derivou seu cognome do distrito de Isáuria na Cilícia. Segundo Teófanes, ele nascera ali, de pais armênios. Seu genitor transferiu-se dessa cidade para a Trácia, criou carneiros e mandou 500 deles, com o filho Leão, de presente ao Imperador Justiniano II. Leão tornou-se guarda do palácio, depois comandante das legiões anatolianas, finalmente, pelo sufrágio convincente do exército, imperador. Ele era homem de ambição, vontade férrea e paciente perseverança; um militar que repetidamente derrotara forças muçulmanas muito superiores em número; um estadista que deu ao Império a estabilidade de leis aplicadas com justiça, que reformou a tributação, reduziu a servidão, estendeu a propriedade dos camponeses, distribuiu terras, repovoou regiões desertas e construtivamente procedeu à revisão das leis. Seu único defeito era a autocracia.

Talvez em sua juventude asiática tivesse haurido, dos muçulmanos, judeus, maniqueus, monofisitas e paulicianos, uma concepção puritano-estóica da religião que condenava a dedicação da cristandade popular ao culto de imagens, cerimonialismo e superstição. O Velho Testamento (Deut. IV, 15) havia proibido explicitamente a "imagem gravada de qualquer figura, masculina ou feminina, à semelhança de qualquer besta que existe sobre a terra". A primitiva Igreja tinha franzido a testa ante as imagens, como relíquias do paganismo, e olhara com horror as esculturas pagãs que pretendiam representar os deuses. Mas o triunfo do cristianismo sob Constantino e a influência do ambiente, tradições e estatuária gregas em Constantinopla e no Oriente helenístico abrandaram essa oposição. À medida que o número de santos venerados se multiplicava, surgia a necessidade de identificá-los e lembrá-los; seus retratos e os de Maria foram produzidos em grande quantidade. E no caso de Cristo não somente sua imagem, como também sua cruz tornaram-se objetos de reverência — e mesmo, para os espíritos simples, talismãs mágicos. Uma liberdade natural de fantasia entre o povo transformou as relíquias, retratos e estátuas sagrados em objetos de adoração;

pessoas prosternavam-se a sua frente, beijavam-nos, acendiam-lhes velas e queimavam incenso, coroavam-nos com flores e esperavam milagres de sua influência oculta. No cristianismo grego, especialmente, as imagens sacras encontravam-se em toda parte — nas igrejas, mosteiros, casas e lojas, até sobre mobílias, berloques e roupas. Cidades em risco de epidemia, fome ou guerra tendiam a confiar antes no poder das relíquias que abrigavam ou em seu santo padroeiro do que na iniciativa humana. Padres e concílios eclesiásticos repetidamente explicaram que as imagens não eram deidades, mas somente lembranças delas;[4] o povo não cuidava de fazer tais distinções.

Leão III ficou ofendido por estes excessos da fé popular; parecia-lhe que o paganismo estava, desse modo, reconquistando a cristandade; e sentiu profundamente a sátira lançada pelas seitas muçulmanas, judaicas e cristãs contra as superstições da multidão ortodoxa. A fim de enfraquecer o poder dos monges sobre o povo e o governo, e conquistar o apoio de nestorianos e monofisitas, ele reuniu um grande conselho de bispos e senadores e com o consentimento deles promulgou em 726 um edito exigindo a completa remoção de ícones das igrejas. Representações de Cristo e da Virgem foram proibidas e os murais da Igreja tiveram que ser recobertos com gesso. Alguns membros do alto clero apoiaram o edito; o baixo clero e os monges protestaram e o povo se revoltou. Soldados que procuravam pôr em execução a lei foram atacados por adoradores horrorizados e enfurecidos por esta profanação dos símbolos mais caros de sua fé. Na Grécia e nas ilhas Cíclades, forças rebeldes aclamaram um imperador rival e enviaram uma frota para tomar a capital. Leão destruiu a esquadra e aprisionou os chefes da rebelião. Na Itália, onde as formas pagãs de culto nunca haviam desaparecido, quase a totalidade da população era contra o edito. Veneza, Ravena e Roma expulsaram os funcionários imperiais; e um concílio de bispos ocidentais convocado pelo Papa Gregório II anatematizou os iconoclastas — destruidores de imagens — sem citar o nome do imperador. O patriarca de Constantinopla uniu-se à revolta e procurou, por meio desta, separar do Estado a Igreja oriental. Leão destituiu-o (730), mas não lhe aplicou nenhuma medida violenta; e o edito foi tão suavemente cumprido que, quando o imperador morreu (741), a maioria das igrejas conservava intatos seus afrescos e mosaicos.

Seu filho Constantino V (741-75) continuou a sua política e recebeu dos historiadores hostis o epíteto de Coprônimo — "nome derivado de estrume". Um conselho de bispos orientais, reunido por ele em Constantinopla (754), condenou a adoração de imagens como "abominável", declarou que por meio de tal adoração "Satanás havia reintroduzido a idolatria", denunciou "o artista ignorante que com suas mãos imundas dá forma àquilo que devia somente ser acreditado pelo coração"[5] e decretou que todas as imagens das igrejas deviam ser erradicadas ou destruídas. Constantino executou o decreto sem moderação ou tato; prendeu e torturou os monges que resistiam; novamente olhos e línguas foram arrancados e narizes cortados; o patriarca foi torturado e decapitado (767). Tal como Henrique VIII, Constantino V fechou mosteiros e conventos, confiscou suas propriedades, entregou os prédios ao uso secular e presenteou seus favoritos com terras monásticas. Em Éfeso, o governador imperial, com a aprovação do soberano, reuniu os monges e as freiras da província e forçou-os a se casarem entre si como único meio de escaparem à morte.[6] A perseguição continuou durante cinco anos (765-71).

Constantino obteve do filho Leão IV (775-80) o juramento de continuar a política iconoclasta. Leão fez o que pôde a despeito de sua frágil constituição. Ao morrer, no-

meou seu filho, Constantino VI, de 10 anos, imperador (780-97), deixando sua esposa, a Imperatriz Irene, como regente, durante a menoridade do filho. Ela governou com habilidade e sem escrúpulos. Simpatizando-se com os sentimentos religiosos do povo e de seu sexo, silenciosamente pôs fim à observância dos editos iconoclastas; permitiu que os monges voltassem a seus mosteiros e púlpitos e reuniu os prelados da cristandade no Segundo Concílio de Nicéia (787), no qual 350 bispos, sob a direção de legados papais, restabeleceram a veneração — não o culto — de imagens sacras como legítima expressão da piedade e fé cristãs.

Em 790 Constantino VI atingiu a maioridade. Vendo que sua mãe relutava em lhe entregar o poder, depô-la e exilou-a. Logo, porém, o amável jovem cedeu, chamou-a de volta à corte e juntos compartilharam do poder imperial (792). Em 797 ela mandou prendê-lo e cegá-lo e daí em diante reinou sob o título de imperador — não *basilissa* mas *basileus*. Durante cinco anos, administrou o Império com sabedoria e astúcia: reduziu os impostos, distribuiu esmolas aos pobres, fundou instituições de caridade e embelezou a capital. O povo aplaudiu-a e a amou, mas o exército ficou irritado por estar sob o domínio de uma mulher mais capaz do que muitos homens. Em 802 os iconoclastas revoltaram-se, depuseram a rainha e fizeram de seu tesoureiro, Nicéforo, imperador. Ela cedeu silenciosamente e pediu-lhe apenas uma retirada decente e segura; Nicéforo assentiu mas baniu-a para Lesbos, onde a ex-rainha viveu como simples costureira. Nove meses depois ela morria, sem um vintém e sem um amigo. Os teólogos perdoaram-lhe os crimes, por causa de sua piedade, e a Igreja canonizou-a como uma santa.

III. CALEIDOSCÓPIO IMPERIAL: 802-1057

Uma completa perspectiva da civilização bizantina exigiria neste ponto o registro de muitos imperadores e algumas imperatrizes — não de suas intrigas, revoluções palacianas e assassínios, mas de sua política e legislação e seu longo esforço para proteger o Império decadente, dos muçulmanos no sul e dos eslavos e búlgaros no norte. Sob certos aspectos, trata-se de um retrato heróico: através de todas as transformações das figuras que apareciam e desapareciam, a herança grega foi, em boa proporção, preservada. A ordem e a continuidade econômica foram mantidas; a civilização continuou como que impulsionada pelos trabalhos antigos de Péricles e Augusto, Diocleciano e Constantino. Em outros aspectos constituiu um triste espetáculo de generais que subiam, com o assassínio de rivais, ao poder imperial, para serem por seu turno mortos; de pompa e luxúria, suplícios físicos, incenso e piedade e traição; de imperador e patriarca lutando inescrupulosamente para determinar se o Império devia ser governado pela força ou pelo mito, pela espada ou pela palavra. Assim é que passamos por Nicéforo I (802-11) e suas guerras com Harum al-Raschid; Miguel I (811-13), destronado e tonsurado para entrar no mosteiro por causa de sua derrota frente aos búlgaros; Leão V, o Armênio (813-20), que novamente proibiu o culto de imagens e foi assassinado enquanto entoava um hino na igreja; Miguel II (820-9), o "Gago", analfabeto que se apaixonou por uma freira e persuadiu o Senado a solicitar-lhe que o desposasse;[7] Teófilo (829-42), um reformador legislativo, construtor real e administrador consciencioso que renovou as perseguições dos iconoclastas e morreu de disenteria; sua viúva Teodora, que como hábil regente (842-56) pôs termo à perseguição; Miguel III, "o Ébrio" (842-67), cuja amável incompetência deixou cair o governo, primeiro

nas mãos da mãe, e, depois da morte desta, nas do seu culto e capaz tio, César Bardas. Então subitamente surgiu em cena uma figura única e inesperada, que removeu todos os precedentes, exceto a violência, e fundou a poderosa dinastia macedônia.

Basílio, o Macedônio, nasceu (812?) perto de Adrianópolis, de uma família de camponeses armênios. Ainda criança foi capturado pelos búlgaros e passou sua juventude entre eles, além do Danúbio, na região então chamada Macedônia. Fugiu quando contava 25 anos de idade, seguiu para Constantinopla onde se empregou como criado de um diplomata, que admirou sua força física e a cabeça grande. Acompanhou seu amo em missão à Grécia e lá atraiu a atenção e parte da riqueza da viúva Danielis. Retornando à capital, domou um cavalo fogoso para Miguel III, foi engajado no serviço do imperador, e, embora completamente analfabeto, foi ocupar o cargo de camareiro-mor. Basílio era discreto e competente; quando Miguel procurou um marido para sua amante, Basílio divorciou-se de sua esposa camponesa, mandou-a para a Trácia com um bom dote e desposou Eudócia, que continuou a prestar seus serviços ao imperador.[8] Miguel arranjou uma amante para Basílio, mas o macedônio julgava merecer o trono como recompensa. Persuadiu o imperador de que Bardas estava conspirando para depô-lo, e depois o matou com suas enormes mãos (866). Acostumado havia muito a reinar sem governar, Miguel fez de Basílio seu companheiro de trono e entregou-lhe todas as tarefas do governo. Quando Miguel ameaçou demiti-lo, Basílio promoveu e orientou o assassinato dele, tornando-se o único imperador (867). Como se vê, mesmo em uma monarquia hereditária a carreira estava aberta ao talento. Com tal servilismo e crime, o filho analfabeto de um campônio estabeleceu a mais longa das dinastias bizantinas e começou um reinado de 19 anos de excelente administração, legislando com sabedoria, julgando com justiça, enchendo o tesouro e construindo novas igrejas e palácios para a cidade que ele havia conquistado. Ninguém ousava opor-se a ele; e quando morreu em conseqüência de um acidente de caçada, o trono passou, com uma tranqüilidade sem precedentes, ao filho.

Leão VI (886-912) era o complemento do pai: erudito, dado ao estudo, sedentário, suave. As más línguas diziam que ele era filho de Miguel e não de Basílio e talvez Eudócia não tivesse certeza. Obteve o cognome de "o Sábio" não por sua poesia, nem por seus tratados sobre teologia, administração e guerra, mas por sua reorganização do governo provincial e eclesiástico, suas novas formulações do direito bizantino e sua meticulosa regulamentação da indústria. Embora pupilo e admirador do douto patriarca Fócio, e ele próprio devotado à piedade, chocou o clero e divertiu o povo casando-se quatro vezes. Suas duas primeiras mulheres morreram sem lhe dar um filho. Leão insistiu em ter um filho como única alternativa para uma guerra de sucessão. A teologia moral da Igreja proibia um terceiro casamento. Leão persistiu e sua quarta esposa, Zoé, coroou-lhe a resolução com um menino.

Constantino VII (912-58) foi chamado Porfirogênito — "nascido na púrpura" — isto é, no apartamento revestido de pórfiro, reservado para o uso de imperatrizes grávidas. Herdou os gostos literários do pai, mas não sua capacidade administrativa. Compôs para o filho dois livros sobre a arte de governar: um sobre os *themes* ou províncias do Império e um *Livro de Cerimônias* onde descreve os rituais e etiquetas exigidos do imperador. Fiscalizou a compilação de obras sobre agricultura, medicina veterinária e zoologia e formou uma "história de historiadores do mundo", selecionando excertos de historiadores e cronistas. Sob seu patrocínio, a literatura bizantina floresceu em sua forma polida e anêmica.

Talvez Romano II (958-63) fosse como os outros filhos e não tenha lido os livros do genitor. Desposou uma jovem grega Teofânia; ela foi acusada de haver envenenado o sogro e apressado a morte de Romano; e antes mesmo da morte do marido de 24 anos, atraiu para seus braços o ascético general Nicéforo II Focas, que com a sua conivência tomou o trono. Nicéforo já havia expulso os muçulmanos de Alepo e Creta (961); em 965 colocou-os fora de Chipre; em 968, de Antioquia; foram estas vitórias que esmagaram o califado abássida. Nicéforo solicitou ao patriarca que prometesse todas as recompensas e honras de mártir aos soldados que caíssem na luta contra os muçulmanos; o patriarca recusou-se alegando que todos os soldados estavam temporariamente poluídos pelo sangue que derramavam; tivesse ele consentido, e as Cruzadas poderiam ter começado um século antes. Nicéforo perdeu a ambição, retirou-se para o palácio a fim de viver como um anacoreta. Aborrecida com esta existência monástica Teofânia tornou-se amante do general João Tzimisces. Com sua conivência, o general matou Nicéforo (969) e ocupou o trono. Arrependido, repudiou-a e exilou-a e foi expiar seus crimes em vitórias efêmeras contra os muçulmanos e eslavos.

Seu sucessor foi uma das mais poderosas personalidades na história de Bizâncio. Basílio II, filho de Romano e Teofânia (958), servira como co-imperador com Nicéforo Focas e Tzimisces. Então (976) começou, com a idade de 18 anos, o governo não dividido que durou meio século. Dificuldades surgiram: o seu principal ministro conspirou para derrubá-lo; os barões feudais, a quem o imperador procurava taxar, financiaram conspirações contra ele; Bardas Sclerus, general do exército oriental, rebelou-se e foi batido por Bardas Focas que então fora proclamado imperador pelas suas tropas. Os muçulmanos estavam reconquistando quase tudo que Tzimisces havia ganho na Síria; os búlgaros achavam-se em seu auge, invadindo o Império pelo leste e oeste. Basílio reprimiu a revolta, obteve dos sarracenos a devolução da Armênia e em uma guerra cruenta de 30 anos aniquilou o poderio búlgaro. Depois de sua vitória em 1014 fez cegar a 15.000 prisioneiros, deixando um olho em cada 100 homens para dirigir essa trágica hoste de volta para Samuel, o czar búlgaro. Talvez mais de medo do que de admiração, os gregos chamaram-no Bulgaróctono, o Matador de Búlgaros. Em meio a essas campanhas teve tempo de fazer a guerra contra "aqueles que se enriqueceram à custa dos pobres". Pelas suas leis de 996, procurou dividir algumas das grandes propriedades e encorajar o alastramento do campesinato livre. Estava prestes a dirigir uma armada contra os sarracenos da Sicília quando a morte o surpreendeu nos seus 68 anos de idade. Desde Heráclio nunca o Império fora tão extenso e desde Justiniano nunca estivera tão forte.

O declínio de Bizâncio recomeçou com seu idoso irmão Constantino VIII (1025-8). Não tendo filhos varões e somente três filhas, Constantino persuadiu Romano Argiro a desposar a mais velha, Zoé, que tinha quase 50 anos. Como regente e com a ajuda da sua irmã Teodora, Zoé governou o Estado através dos reinados de Romano III (1028-34), Miguel IV (1034-42), Miguel V (1042) e Constantino IX (1042-55); e raras vezes o Império foi mais bem governado. As imperiais irmãs combateram a corrupção no Estado e na Igreja, e forçaram os funcionários a devolverem o dinheiro público desviado; um deles que havia sido ministro-chefe entregou 5.300 libras-peso de ouro ($2.226.000) que havia escondido numa cisterna; e quando o patriarca Aleixo morreu, foi descoberto em seus aposentos[9] um esconderijo com 100.000 libras-peso de prata ($27.000.000). Durante um breve interlúdio foi impedida a venda de cargos oficiais. Zoé e Teodora sentaram-se como juízes do mais alto tribunal e aplicaram

uma justiça enérgica. Nada podia rivalizar a imparcialidade de Zoé. Casando-se aos 62 anos com Constantino IX, e sabendo que suas habilidades cosméticas mal conservavam a exterioridade de seus encantos, permitiu que seu novo marido trouxesse a amante, Sclerena, para viver no palácio real; Constantino instalou-se entre os aposentos das duas mulheres e Zoé nunca o visitava sem estar certa de que ele estava desocupado.[10] Quando Zoé morreu (1050), Teodora retirou-se para um convento e Constantino IX governou cinco anos com prudência e tato, escolheu homens competentes e cultos para seus auxiliares, embelezou a igreja de Santa Sofia, construiu hospitais e asilos para os pobres e protegeu a literatura e a arte. Com sua morte (1055) os partidários da dinastia macedônia conduziram uma revolta popular que obrigou a virgem Teodora a sair de seu retiro no convento e, muito contra a vontade, foi coroada imperatriz. A despeito de ter 74 anos, ela e seus ministros governaram com eficiência; mas em 1056 morreu tão repentinamente que provocou um caos no governo. A aristocracia palaciana nomeou imperador a Miguel VI; o exército preferiu o general Isaque Comneno. Uma batalha decidiu o assunto; Miguel tornou-se monge e Comneno entrou na capital em 1057 como imperador. A dinastia macedônia terminava assim depois de 190 anos de violências, guerras, adultério, piedade e excelente administração.

Isaque Comneno, resignando dois anos depois, nomeou Constantino Ducas, o presidente do Senado, como seu sucessor e entrou para um mosteiro. Quando Constantino morreu (1067), sua viúva Eudócia governou como regente por quatro anos; mas as necessidades da guerra exigiram um chefe mais enérgico e ela desposou e coroou Romano IV. Este foi derrotado pelos turcos em Manzikert (Malazkirt) (1071), regressou a Constantinopla desonrado, foi deposto, preso, cegado e morto. Quando Aleixo Comneno I, sobrinho de Isaque Comneno, subiu ao trono (1081) o Império Bizantino parecia próximo de seu fim. Os turcos haviam tomado Jerusalém (1076) e estavam avançando pela Ásia Menor; as tribos Patzinak e Cuman estavam-se aproximando de Constantinopla pelo norte; os normandos estavam atacando postos avançados bizantinos no Adriático; o governo e o exército encontravam-se estropiados pela traição, incompetência, corrupção e covardia. Aleixo enfrentou a situação com sutileza e coragem. Enviou agentes para fomentar revolução na Itália normanda; concedeu privilégios comerciais a Veneza em troca da ajuda de sua marinha na guerra contra os normandos; confiscou os tesouros da Igreja para reorganizar seu exército; dirigiu pessoalmente a campanha militar e conquistou vitórias, mais com estratégia do que com derramamento de sangue. Em meio a estes cuidados externos, encontrou tempo para reorganizar o governo e suas defesas e deu ao oscilante Império mais um século de vida. Em 1095, num golpe diplomático de grande alcance, apelou para o Ocidente que fosse em auxílio do Oriente cristão; no Concílio de Piacenza propôs a união da Igreja Grega com a Latina em troca da unidade da Europa contra o Islã. Seu apelo conspirou com outros fatores para lançar a primeira daquelas dramáticas Cruzadas que iriam salvar e depois destruir Bizâncio.

IV. A VIDA BIZANTINA: 566-1095

No começo do século XI o Império Grego, pelas armas e qualidades políticas das dinastias isáurica e macedônia, atingira novamente o poder, a riqueza e a cultura em seu grau mais elevado, sob Justiniano. A Ásia Menor, Síria setentrional, Chipre, Ro-

des, as Cíclades e Creta foram arrebatadas aos muçulmanos; a Itália meridional voltou a ser uma vez mais a Magna Grécia, governada por Constantinopla; os Bálcãs retomados aos búlgaros e eslavos; a indústria e o comércio bizantinos dominaram novamente o Mediterrâneo; o cristianismo grego triunfara nos Bálcãs e na Rússia; e a arte e a literatura gregas estavam gozando uma renascença macedônia. As rendas do Estado no século XI atingiram o equivalente atual de $ 2.400.000.000.[11]

Constantinopla achava-se no apogeu, ultrapassando Roma e Alexandria antigas, Bagdá e Córdova contemporâneas no comércio, riqueza, luxo, beleza, requinte e arte. Sua população de quase um milhão[12] era então predominantemente asiática ou eslava — armênios, capadócios, sírios, judeus, búlgaros e gregos semi-eslavos, com uma infusão colorida de mercadores e soldados da Escandinávia, Rússia, Itália e Islã; e, no topo, uma camada de aristocratas gregos que se ia adelgaçando. Milhares de variedades de casas — com empena, terraço ou domo — com sacadas, *loggias*, jardins ou pérgulas; mercados abarrotados de produtos de todo o mundo; milhares de estreitas e lamacentas ruas residenciais e comerciais; esplêndidas vias públicas, com imponentes mansões e pórticos sombrios e ornados com estatuária, e arcos de triunfo davam para o campo através dos portões das muralhas fortificadas; complexos palácios reais — o *Triconchus* de Teófilo, o Novo Palácio de Basílio I, o *Bucoleon* de Nicéforo Focas, que desciam por escadarias de mármore ao molhe de colunata esculpida no Mar de Mármara; igrejas "tantas quantas os dias do ano" (disse um viajante), várias delas constituindo verdadeiras jóias arquitetônicas; altares santificando as relíquias mais reverenciadas e preciosas da cristandade; mosteiros desavergonhadamente magnificentes por fora e turbulentos com santos orgulhosos por dentro; Santa Sofia sempre adornada, cintilando com candeias e lâmpadas, pesada com incenso, solene com pompa exterior, sonora com cantos convincentes: eis a estrutura, metade ouro metade lama, da vida transbordante da capital bizantina.

Dentro da cidade, palácios da aristocracia e dos grandes mercadores, e nas vilas à beira-mar e do interior, podia-se encontrar todo o luxo possível para a época e também a decoração que não sofria a inibição dos tabus semíticos: mármores de toda espécie e matiz, murais e mosaicos, esculturas e louças finas, cortinas que corriam em hastes de prata, tapeçarias e sedas, portas incrustadas de prata ou marfim, mobília finamente entalhada, baixelas de prata ou ouro. Nesse ambiente moviam-se os elementos da sociedade bizantina: homens e mulheres de fisionomias e figuras delicadas vestidos em sedas coloridas e colares e peles rivalizavam, na graça, amor e intrigas, com a Paris e Versalhes dos Bourbons. Em nenhuma outra época as mulheres estiveram mais empoadas e perfumadas nem usaram jóias mais finas e cabelos tão bem penteados. Nos palácios imperiais o fogo era mantido aceso durante o ano todo, a fim de produzir os perfumes indispensáveis para aromatizar rainhas e princesas.[13] Nunca a vida foi tão ornamentada e cerimoniosa, tão colorida de procissões, recepções, espetáculos e jogos, tão minuciosamente dirigida pelo protocolo e etiqueta. No hipódromo bem como na corte a aristocracia firmemente estabelecida exibia seus trajes e enfeites mais finos; nas estradas desfilavam cortejos pomposos, tão descuidados a ponto de suscitar o ódio dos pobres pedestres, e tão ricos a ponto de provocar os anátemas de prelados que serviam a Deus em vasos e em altares de mármore, alabastro, prata e ouro. Constantinopla, dizia Roberto de Clari,[14] continha "dois terços da riqueza mundial"; mesmo os "habitantes gregos" comuns parecem todos "filhos de reis",[15] afirmou Benjamim de Tudela.

"Se Constantinopla supera todas as demais cidades em riqueza, também as ultrapassa em vício",[16] declarou um escritor do século XII. Todos os pecados de uma grande cidade encontraram guarida nessa capital, imparcialmente distribuídos entre ricos e pobres. A brutalidade e a piedade revezavam-se nas mesmas almas imperiais; e, entre o povo, a intensidade da necessidade religiosa podia ser ajustada à corrupção ou violência da política e da guerra. A castração de crianças para servir como eunucos nos haréns e na administração, o assassínio ou cegamento de rivais presentes ou potenciais na conquista do trono continuaram através de diversas dinastias e do monótono caleidoscópio de mudanças imutáveis. A populaça, desordenada e dividida por separações raciais, classistas e religiosas, era inconstante, ávida de sangue e periodicamente turbulenta; peitada pelo Estado por meio de doações de pão, óleo e vinho; distraída por corridas de cavalo, número de animais, danças de corda, pantomimas indecentes no teatro e pela ostentação imperial ou eclesiástica nas ruas. Salas e salões de jogo espalhavam-se por toda parte; prostíbulos podiam ser encontrados em quase todas as ruas, às vezes "nas próprias portas da igreja".[17] As mulheres de Bizâncio eram famosas por sua licenciosidade e devoção religiosa, os homens pela sua inteligência rápida e ambição inescrupulosa. Todas as classes acreditavam em magia, astrologia, adivinhação, bruxaria e amuletos milagrosos. As virtudes romanas haviam desaparecido antes mesmo da língua latina; as qualidades romanas e gregas foram subjugadas por uma inundação de orientais erradicados que tinham perdido sua própria moralidade e não possuíam outra a não ser em palavras. No entanto, até nessa sociedade altamente teológica e sensual, a grande maioria de homens e mulheres constituía-se de decentes cidadãos e pais que se estabeleciam depois das extravagâncias da juventude para gozar das alegrias e tristezas da vida familiar, e realizavam, embora de má vontade, o trabalho do mundo. Os mesmos imperadores que cegavam seus rivais prodigalizavam caridades a hospitais, orfanatos, asilos de velhos, hospedagem gratuia para viajantes.[18] E naquela aristocracia em que o luxo e o ócio pareciam a ordem do dia permanente, havia centenas de homens que se entregavam, com zelo temperado de venalidade, às tarefas da administração e política, e conseguiram de algum modo, a despeito de todos os contratempos e intrigas, salvar o Império dos desastres e manter a mais próspera economia do mundo cristão medieval.

A burocracia que Diocleciano e Constantino haviam estabelecido tornara-se em sete séculos um mecanismo eficiente de administração, alcançando todas as regiões do reino. Herácliо substituíra a velha divisão do Império em províncias por uma divisão em *themes* ou unidades militares governadas por um *strategos* ou governador militar; este foi um dos cem processos pelos quais a ameaça islâmica modificou as instituições bizantinas. Os *themes* possuíam considerável autonomia e prosperaram sob este governo centralizado; recebiam uma continuidade de ordem, sem suportar a força direta das lutas e violências que perturbavam a capital. Constantinopla era governada pelo imperador, o patriarca e a turba; os *themes,* por sua vez, eram governados pela lei bizantina. Enquanto o Islã confundia a lei com a teologia e a Europa ocidental chafurdava no caos de uma dúzia de códigos bárbaros, o mundo bizantino aperfeiçoou e estendeu o legado de Justiniano. As "novelas" ou novas leis de Justino II e Heráclio, as *Éclogas,* ou leis selecionadas, baixadas por Leão III, as *Basílicas,* ou editos reais, promulgados por Leão VI, e as "novelas" do mesmo ajustaram as Pandectas de Justiniano às necessidades mutáveis de cinco séculos; códigos de direito militar, eclesiástico, marítimo, mercantil e rural que trouxeram ordem e confiança aos julgamentos le-

gais no exército, no clero, nos mercados e nos portos, na lavoura e no mar; e no século XI a escola de direito de Constantinopla constituía-se o centro intelectual da cristandade secular. Assim os bizantinos preservaram a maior herança de Roma — o Direito Romano — através de um milênio de perigos e transformações, até que seu ressurgimento em Bolonha, no século XII, revolucionou o direito civil da Europa latina e o direito canônico da Igreja Romana. O Código Marítimo bizantino de Leão II, desenvolvido dos regulamentos náuticos da antiga Rodes, foi o primeiro corpo de direito comercial na cristandade medieval; tornou-se no século XI a fonte de códigos similares das repúblicas italianas de Trani e Amalfi; e por essa linhagem entrou na herança legal do mundo moderno.

O Código Rural constituiu uma tentativa digna de encômios para deter o feudalismo e estabelecer o campesinato livre. Pequenas glebas foram dadas aos soldados reformados; extensões maiores pertencentes ao Estado foram cultivadas por soldados como uma forma de serviço militar; e grandes áreas foram colonizadas por seitas heréticas vindas da Ásia para a Trácia e a Grécia. Regiões mais vastas ainda eram colonizadas, sob a compulsão ou proteção governamental, por grupos bárbaros, considerados menos perigosos dentro do Império do que fora; assim é que godos foram recebidos na Trácia e Ilíria, lombardos na Panônia, eslavos na Trácia, Macedônia e Grécia; por volta do século X o Peloponeso era habitado predominantemente pelos eslavos e estes eram também numerosos na Ática e na Tessália. O Estado e a Igreja cooperavam para diminuir a escravização; a legislação imperial proibia a venda de escravos ou a escravidão de homens livres e automaticamente emancipava escravos que entravam no exército ou no clero ou desposavam pessoas livres. Em Constantinopla a escravidão estava de fato limitada ao serviço doméstico, porém ela floresceu nessa capital.

Todavia, constitui quase uma lei newtoniana da História que grandes glebas agrícolas, em proporção às suas massas e proximidades, atraem glebas menores e por compra ou outros meios acrescentam periodicamente terras às grandes propriedades; com o tempo a concentração torna-se explosiva, o solo é redividido pela tributação ou revolução e reinicia-se a concentração. No século X, a maior parte do solo do Oriente bizantino pertencia, em domínios extensos, a ricos proprietários de terras (*dynatoi*, "homens poderosos") ou igrejas, mosteiros e hospitais enriquecidos por legados piedosos. Tais terrenos eram trabalhados por servos ou *coloni* legalmente livres porém economicamente acorrentados. Os proprietários, cercados por um séquito de clientes, guardas e escravos domésticos, levavam vida de luxo em suas vilas ou em seus palácios da cidade. Vemos o lado bom e mau desses grandes senhores na história da benfeitora de Basílio I, a senhora Danielis. Quando ela o visitou em Constantinopla, 300 escravos se revezaram para carregar a liteira em que ela partiu de Patras. Levou ao seu protegido imperial presentes mais ricos do que os enviados por qualquer soberano ao imperador de Bizâncio: 400 jovens, 100 eunucos e 100 donzelas não passavam de uma parte de seu presente; havia também 400 peças de tecidos artisticamente trabalhados, 100 peças de cambraia (cada uma tão fina que podia ser colocada no tubo de uma flauta), e uma baixela de prata e ouro. Durante sua vida ela se desfez de grande parte de sua riqueza; ao morrer, deixou, por testamento, o restante para o filho de Basílio. Leão VI achou-se subitamente aquinhoado com 80 vilas e herdades, grande quantidade de moedas, jóias e pratos, mobílias caras, tecidos ricos, gado inumerável e milhares de escravos.[19]

Tais presentes gregos não eram absolutamente agradáveis aos imperadores. A riqueza assim arrancada da carne e do suor de milhões de homens dava aos proprietários uma força coletiva perigosa a qualquer soberano. Partindo de interesses próprios, bem como do ponto de vista humanitário, os imperadores procuravam deter este processo de concentração. O rigoroso inverno de 927-8 terminou em fome e praga; camponeses famintos vendiam suas propriedades aos grandes proprietários de terras a preços desesperadamente baixos ou meramente em troca de meios de subsistência. Em 934, o regente Romano baixou uma "novela" em que denunciava os proprietários de terra como tendo "se mostrado mais impiedosos do que a fome e a praga"; reclamava a devolução de propriedades adquiridas por menos do que "o preço justo"; e permitia a qualquer vendedor readquirir, dentro de três anos, a terra que ele tivesse vendido, pela importância que recebera. O edito teve, porém, efeito muito reduzido. A concentração de riquezas continuou. Mais ainda, muitos lavradores livres, queixando-se da elevação dos impostos, vendiam suas terras e transferiam-se para as cidades — se possível Constantinopla, onde recebiam alimentação gratuita. Basílio II renovou a luta dos imperadores contra os nobres. O seu decreto de 996 permitia que o vendedor remisse a qualquer tempo a sua terra pelo preço da venda; invalidou títulos de terras adquiridas em contravenção à lei de 934, e exigiu a imediata devolução de tais terras a seus antigos donos, sem custas. Estas leis foram em grande parte contornadas e um feudalismo modificado estabeleceu-se esporadicamente por volta do século XI no Oriente bizantino. Mas o esforço dos imperadores não foi perdido; os camponeses livres sobreviventes, sob o estímulo da propriedade, cobriram a terra com lavouras, hortas, vinhedos, colmeias e ranchos; os grandes proprietários desenvolveram a agricultura científica até seu zênite medieval; e do século VIII ao XI a agricultura bizantina acompanhou a prosperidade da indústria de Bizâncio.

O Império do Oriente deste período adquiriu um caráter urbano e semi-industrial bem diferente do ruralismo da Europa latina ao norte dos Alpes. Mineiros e metalúrgicos exploravam e trabalhavam ativamente o chumbo, o ferro, o cobre e o ouro. Não somente Constantinopla, mas uma centena de outras cidades bizantinas — Esmirna, Tarsos, Éfeso, Durazzo, Ragusa, Patras, Corinto, Tebas, Salônica, Adrianópolis, Heracléia, Selimbria — palpitavam e ressoavam com curtidores, sapateiros, seleiros, armeiros, ourives, joalheiros, ferreiros, carpinteiros, entalhadores, carpinteiros de rodas, padeiros, tingidores, tecelões, oleiros, mosaicistas, pintores. Como centros de manufatura e intercâmbio, Constantinopla, Bagdá e Córdova, no século IX, quase rivalizavam o alarido e o barulho das metrópoles modernas. A despeito da competição persa, a capital grega estava na dianteira do mundo branco na produção de sedas e tecidos finos; a este respeito seguiam-se-lhe Argos, Corinto e Tebas. A indústria têxtil, altamente organizada, empregava muito trabalho escravo; a maioria de outros trabalhadores era artesãos livres. A população proletária de Constantinopla e Salônica tinha consciência de classe e desencadeou muitas revoltas sem êxito. Seus empregadores formavam uma considerável classe média, disposta a comprar, caridosa, industriosa, inteligente e ferozmente conservadora. As grandes indústrias, inclusive seus trabalhadores, artistas, gerentes, mercadores, advogados e financiadores, estavam organizadas em *systemata* ou guildas corporativas, genealogicamente descendentes das antigas *collegia* e *artes* e semelhantes às grandes unidades econômicas de um moderno Estado "corporativo". Cada corporação tinha um monopólio, mas estava estritamente regulamentada pela lei em suas compras, preços,

métodos de manufatura e condições de venda; examinadores governamentais mantinham fiscalização sobre operações e contas; e por vezes o salário máximo era estabelecido por lei. As pequenas indústrias, contudo, estavam entregues a trabalhadores livres e ao empreendimento particular. O arranjo dava ordem, prosperidade e continuidade à indústria bizantina, mas impedia a iniciativa e a invenção, e tendia para uma fixidez oriental do *status* e da vida.[20]

O comércio era estimulado pelo custeio ou fiscalização estatal de docas e portos, pelo seguro oficialmente regulamentado, por empréstimos sob hipoteca, por uma vigorosa guerra contra a pirataria, e pela moeda mais estável da Europa. Sobre todo o comércio o governo bizantino exercia controle eficaz — proibia certas exportações, monopolizava o comércio de cereais e seda, arrecadava impostos de exportação e importação e tributava as vendas.[21] Quase acarretou a sua substituição, como centro comercial dos mares Egeu e Negro, permitindo que mercadores estrangeiros — armênios, sírios, egípcios, amalfinos, pisanos, venezianos, genoveses, judeus, russos e catalães — realizassem a maior parte de seu comércio e estabelecessem "fábricas" semi-independentes ou agências dentro ou perto da capital. Os juros eram permitidos, mas limitados por lei a 12, 10 e oito por cento, ou menos. Banqueiros, havia-os numerosos; e talvez foram os prestamistas de Constantinopla, mais do que os da Itália, que desenvolveram a letra de câmbio[22] e organizaram o mais extensivo sistema de crédito, na cristandade, antes do século XIII.

V. A RENASCENÇA BIZANTINA

Do trabalho e da habilidade do povo e das superficialidades dos ricos resultaram nos séculos IX e X um notável renascimento das letras e artes. Embora até o dia de sua morte o Império se chamasse romano, quase todos os elementos latinos haviam desaparecido dele, exceto o Direito Romano. Desde Heráclio, o grego tinha sido a língua oficial, literária e litúrgica e de uso diário, no Oriente bizantino. A educação era agora completamente grega. Quase todos os homens livres, muitas mulheres e mesmo muitos escravos recebiam alguma instrução. A Universidade de Constantinopla que, como as letras em geral, havia decaído nas crises da época heracliana, foi restaurada por César Bardas (863) e granjeou alta reputação devido a seus cursos de filologia, filosofia, teologia, astronomia, matemática, biologia, música e literatura; até o pagão Libânio e o ateu Luciano foram lidos. O ensino era em grande parte gratuito para estudantes qualificados e os professores pagos pelo Estado. Eram numerosas as bibliotecas, públicas e particulares, e conservavam ainda aquelas obras-primas clássicas que já tinham sido esquecidas no Ocidente desordenado.

Esta ampla transmissão da herança grega constituía ao mesmo tempo fator estimulante e restritivo. Aguçou e ampliou o pensamento e libertou-o de seu velho círculo de eloqüência homilética e debate teológico. Mas sua própria riqueza desencorajou a originalidade; ser original é mais fácil para o ignorante do que para o erudito. A literatura bizantina destinava-se principalmente aos cultos e ociosos cavalheiros e damas; polida e delicada, artística e artificial, helenística mas não helênica, fazia-se na superfície e não tocava no imo da vida humana. Embora os clérigos da época fossem notavelmente tolerantes, pensavam a seu próprio modo, pelos hábitos formados na juventude, e ficavam dentro do círculo de ortodoxia, ao passo que os iconoclastas mostravam-se mais piedosos do que os padres.

Foi outra idade alexandrina de estudos. *Pundits* analisavam a linguagem e a prosódia, escreviam epítomes, "esboços" e histórias universais, compilavam dicionários, enciclopédias e antologias. Constantino Céfalas (917) coligiu a *Antologia Grega;* Suidas (976), o seu léxico enciclopédico. Teófanes (*ca.* 814) e Leão, o Diácono (nascido em 950), escreveram valiosas histórias de seu tempo ou épocas recentes; Paulo de Egina (615-90) compôs uma enciclopédia de medicina que combinava a teologia e prática muçulmanas com os legados de Galeno e Oribásio; discutia-se quase em termos modernos operações de câncer do seio, hemorróidas, cateterismo da bexiga, litotomia e castração. Fabricavam-se eunucos, diz Paulo, esmagando-se os testículos das crianças em um banho quente.[23]

O mais destacado cientista bizantino desses séculos era um professor obscuro e pobre, Leão de Salônica (*ca.* 850), de cuja existência Constantinopla somente tomou conhecimento quando um califa o convidou a ir a Bagdá. Um de seus pupilos, capturado em combate, tornou-se escravo de um dignitário muçulmano, que logo ficou maravilhado ante o conhecimento de geometria demonstrado pelo jovem. Al-Mamum, sabedor disso, induziu-o a participar de uma discussão sobre problemas geométricos no palácio real; ficou impressionado com o preparo dele, ouviu com ávida curiosidade sua descrição do mestre e imediatamente mandou a Leão um convite para vir a Bagdá e viver na abastança. Leão consultou um funcionário bizantino, que por sua vez consultou o Imperador Teófilo, o qual se apressou em nomeá-lo para um cargo de professor oficial. Leão era um polímata. Ensinou e escreveu sobre matemática, astronomia, medicina e filosofia. Al-Mamum apresentou-lhe vários problemas de geometria e astronomia e ficou tão contente com as respostas, que ofereceu a Teófilo uma paz eterna e duas mil libras-peso de ouro se o imperador lhe emprestasse Leão por algum tempo. Teófilo recusou e nomeou Leão arcebispo de Salônica a fim de mantê-lo fora do alcance de al-Mamum.[24]

Leão, Fócio e Pselo constituíam os luminares de sua época. Fócio (820?-91), o homem mais erudito de sua época, foi elevado, em seis dias, de leigo a patriarca e pertence à história religiosa. Miguel Pselo (1018?-80), homem do mundo e da corte, era conselheiro de reis e rainhas, um Voltaire genial e ortodoxo que podia ser brilhante sobre qualquer assunto, mas descia em terra firme depois de qualquer discussão teológica ou revolução palaciana. Não deixava que seu amor aos livros obscurecesse seu amor à vida. Ensinou filosofia na Universidade de Constantinopla e recebeu o título de Príncipe dos Filósofos. Entrou para um mosteiro, achou a carreira monástica demasiado monótona, voltou ao mundo, serviu como primeiro-ministro de 1071 a 1078, e teve tempo para escrever sobre política, ciência, medicina, gramática, teologia, jurisprudência, música e história. Sua *Cronografia* registrava as intrigas e os escândalos de um século (976-1078) com candura, verve e vaidade (descreve Constantino IX como "pendurado na língua de Pselo"[25]). Eis, como amostra, um parágrafo da descrição da revolta que reconduziu Teodora ao trono em 1055:

> Cada (soldado na multidão) estava armado: um segurava uma machadinha, outro um machado de guerra, um arco de flecha e outro uma lança; alguns populares levaram pedras pesadas; e todos corriam em grande desordem... na direção dos apartamentos de Teodora... Mas esta se refugiou em uma capela, e permaneceu muda aos gritos da multidão. Abandonando a persuasão, o povo empregou a força; alguns, desembainhando seus punhais, lançaram-se sobre Teodora como que para matá-la. Ousadamente a arrebataram do santuário, vestiram-na de roupas suntuo-

> sas, fizeram-na montar a cavalo e, cercando-a, levaram-na à igreja de Santa Sofia. Então, toda a população, tanto nobres como plebeus, uniu-se para render-lhe homenagem, proclamando-a rainha.[26]

As cartas pessoais de Pselo eram quase tão encantadoras e divulgadoras como as de Cícero; seus discursos, versos e panfletos constituíam a conversa do dia; seu malicioso humor e espírito mordaz, um estímulo excitante em meio a ponderada erudição de seus contemporâneos. Comparados com ele e Fócio e Teófanes, os Alcuínos, Rabani e Gerberts do Ocidente contemporâneo não passariam de tímidos emigrantes do barbarismo no País do Espírito.

O lado mais notável deste renascimento bizantino foi a sua arte. De 726 a 842 o movimento iconoclasta proibiu a representação escultural ou (menos estritamente) pictórica de seres sagrados; mas em compensação libertou o artista de uma confinação monótona dentro de temas eclesiásticos e levou-o à observação, representação e decoração da vida secular. Os deuses foram substituídos como assuntos pela família imperial, patrões aristrocráticos, acontecimentos históricos, animais da floresta, plantas e frutas campestres, e pelo apaixonante *trivia* da vida doméstica. Basílio I construiu seu palácio, o Nea ou Nova Igreja, "toda adornada", diz um contemporâneo, "com pérolas finas, ouro, prata brilhante, mosaicos, sedas e mármore em milhares de variedades".[27] A maior parte da decoração recentemente descoberta em Santa Sofia era trabalho do século IX. O domo central foi construído em 975 depois de um terremoto, e então recebeu o seu grande mosaico de Cristo sentado em um arco-íris; mosaicos adicionais foram acrescentados em 1028; a maciça catedral, como um organismo vivo, continuou a sua vida pela morte e renovação de suas partes. As portas de bronze colocadas em 838 eram tão famosas pela sua excelência que se mandaram buscar portas similares em Constantinopla para o mosteiro de Monte Cassino, a catedral de Amalfi e a basílica de São Paulo, que ficava fora das muralhas de Roma; o último par, feito em Constantinopla em 1070, sobrevive ainda como testemunho da arte bizantina.

O "Palácio Sagrado" ou Real, do qual o Nea formava a capela, constava de uma reunião de câmaras, salões de recepção, igrejas, banhos, pavilhões, jardins, peristilos e pátios; quase todos os imperadores acrescentaram algo à obra. Teófilo deu ao grupo um novo toque oriental com uma sala de trono conhecida pelo nome de Triconcos, devido à abside em forma de concha que formava três dos seus lados — um projeto importado da Síria. Ao norte do palácio construiu o Pavilhão das Pérolas; ao sul, várias *heliaka* ou salas de sol e o *Kamilas*, um apartamento com teto de ouro, colunas de mármore verde e um mosaico excepcionalmente fino, representando homens e mulheres colhendo frutas em chão de ouro. Mesmo este mosaico foi superado por uma estrutura adicional, em cujas paredes, árvores de mosaico verde erguiam-se contra um céu de mosaico dourado; e perto, o assoalho da Sala de Harmonia, cujas tesselas davam a impressão de um prado inteiramente florido. Teófilo levou este gosto pelo esplendor bizarro *à outrance* em seu palácio de Magnaura: no salão de audiências uma árvore dourada curvava-se sobre o trono; aves douradas pousavam nos ramos e no trono; os grifos de ouro ficavam de cada lado do assento real e leões dourados a seus pés; quando um embaixador estrangeiro se apresentava, os grifos mecânicos erguiam-se, o mesmo fazendo os leões mecânicos, que agitavam as caudas e urravam, e as aves prorrompiam em cantos mecânicos.[28] Tudo isso era uma cópia franca de semelhantes absurdos do palácio de Harum al-Raschid em Bagdá.

Constantinopla foi embelezada com as taxas do comércio e pelos *themes*, mas sobrou o suficiente para acrescentar esplendores menores às capitais provinciais. Os mosteiros, novamente ricos, elevavam-se em construções maciças: no século X, o Lavra e o Iviron, no monte Atos; no XI, São Lucas em Fócis, o Nea Moni em Quios, o convento de Daphni perto de Elêusis — cujos mosaicos quase clássicos são os mais belos exemplos do estilo médio-bizantino. A Geórgia, a Armênia e a Ásia Menor participaram do movimento, e tornaram-se postos avançados da arte bizantina. Os edifícios públicos de Antioquia provocaram elogios dos muçulmanos. Em Jerusalém a igreja do Santo Sepulcro foi reconstruída, logo depois das vitórias de Heráclio. No Egito, antes e depois da conquista árabe, os cristãos coptas construíram igrejas com domos, modestas em tamanho, mas adornadas com tal arte em metal, marfim, madeira e tecidos, que todas as habilidades do Egito faraônico, ptolomaico, romano, bizantino e maometano pareciam terem-nas alcançado como um legado intacto. As perseguições iconoclastas levaram milhares de monges da Síria, Ásia Menor e Constantinopla à Itália do sul, onde eles tinham a proteção dos papas; por meio desses refugiados e por intermédio de mercadores orientais, os estilos bizantinos de arquitetura e decoração floresceram em Bari, Otranto, Benevento, Nápoles e mesmo em Roma. Ravena continuou sendo grega em arte, e produziu no século VII os magníficos mosaicos de Santo Apolinário em Classe. Salônica permaneceu bizantina e adornou a sua própria Santa Sofia com apóstolos de mosaico sombrios, tão magros como os santos de El Greco.

Em todas essas terras e cidades, como na capital, a renascença bizantina produziu obras-primas de mosaico, miniatura, cerâmica, esmalte, vidro, madeira, marfim, bronze, ferro, gemas e tecidos fiados, tintos e decorados com uma habilidade que todo o mundo admirava. Artistas bizantinos faziam taças de vidro azul decoradas sob a superfície com folhagem dourada, aves e figuras humanas; vasos de vidro com um gargalo de arabescos e flores esmaltados; e outras formas de vidro tão excelentes que constituíam os presentes favoritos dos imperadores bizantinos e potentados estrangeiros. Ainda mais valioso como presentes eram custosos mantos, xales, capas e dalmáticas que ostentavam a arte têxtil de Bizâncio; entre eles figuram o "Manto de Carlos Magno" da catedral de Metz e as sedas delicadas encontradas em Aachen, (Aix-la-Chapelle), no féretro daquele rei. A metade da majestade que cercava o imperador grego, a maior parte do temor respeitoso que exaltava o patriarca, parte do esplendor que vestia o Redentor, a Virgem e os mártires no ritual da Igreja provinham das ricas vestimentas que corporificavam a vida de uma dúzia de artesãos, a técnica de séculos e as tintas mais preciosas da terra e do mar. Os ourives e joalheiros bizantinos encontravam-se no apogeu de sua linha até o século XIII; o tesouro de São Marcos, em Veneza, é rico dos despojos da sua arte. A essa época pertence o espantosamente realista mosaico de São Lucas, ora no Collège des Hautes Études, de Paris; a cabeça luminosa de Cristo no mosaico "Deesis" em Santa Sofia; e o imenso mosaico, que cobre 40 jardas quadradas, desenterrado em Istambul em 1935, das ruínas do palácio dos imperadores macedônicos.[29] Quando diminuiu a iconoclastia ou aonde ela não chegara, a Igreja alimentou a piedade com ícones pintados em têmpera sobre a madeira, e às vezes encaixados em armações esmaltadas ou enfeitadas de jóias. Nenhuma miniatura em toda a história de iluminuras ultrapassa a "Visão de Ezequiel" no volume do século IX dos sermões de Gregório Nazianzeno, existente na Bibliothèque Nationale de Paris;[30] ou as 400 ilustrações dos "Monólogos" (manuscritos) do Vaticano

(*ca.* 1000); ou ainda os retratos de Davi no Saltério de Paris (*ca.* 900). Não encontraremos neles nenhuma perspectiva, nenhuma modelagem de formas por meio da luz e da sombra; mas, como uma ampla compensação, uma coloração rica e sensual, um jogo vivo da imaginação, um novo conhecimento da anatomia humana e animal, uma confusão feliz de animais e aves, de plantas e flores, entre santos e deidades, fontes, arcadas e pórticos — aves bicando frutas, ursos dançando, veados e touros travando seus chifres em luta, e um leopardo levantando uma perna ímpia para formar uma inicial fluente de uma frase piedosa.[31]

Os oleiros bizantinos conheciam havia muito tempo a arte da esmaltagem, isto é, de aplicar em uma base de terracota ou metal um óxido metálico que, quando submetido ao fogo, fundia com a base e dava-lhe proteção e brilho. Essa arte viera do Oriente para a Grécia antiga, desaparecera no século III a. C. e reaparecera no século III d. C. Este período médio-bizantino foi rico em esmaltes — medalhões de retratos, ícones, cruzes, relicários, taças, cálices, capas de livro e ornamentos de selas e outros equipamentos. Já no século VI, Bizâncio recebia da Pérsia sassânida a arte do esmalte *cloisonné:* a pasta colorida era derramada na superfície confinada por arames finos e tiras de metal; estes *cloisons* soldados em uma base metálica constituíam o desenho decorativo. Um famoso exemplo de *cloisonné* bizantino é um relicário feito (*ca.* 948) por Constantino Porfirogênito, e atualmente em Limburgo; é caracteristicamente bizantino na sua execução minuciosa e conscienciosa, seus luxuosos e belos ornamentos.

Nenhuma outra arte foi tão preponderantemente religiosa como a bizantina. Um concílio eclesiástico de 787 estabeleceu a lei: "Cabe aos pintores executar; cabe ao clero ordenar os assuntos e dirigir o procedimento."[32] Daí a sombria seriedade dessa arte, seu estreito escopo de tema, sua monotonia de método e estilo, a raridade de suas incursões no realismo, humor e vida comum; enfeitada e brilhante fora de qualquer concorrência, jamais atingiu, todavia, a luxuriante variedade e escandalosa secularidade da amadurecida arte gótica. Por isso mesmo devemos admirar-nos ante suas vitórias e influências. Toda a cristandade, de Kiev a Cádis, reconhecia sua liderança e a lisonjeava com imitações; a própria China curvava-se ante ela de vez em quando. Na sua forma síria, compartilhou com a Pérsia no moldar a arquitetura, mosaicos e motivos decorativos da arte islâmica. Veneza tomou Constantinopla por modelo e a igreja de São Marcos copiou a dos apóstolos daquela capital; a arquitetura bizantina apareceu na França, e chegou até Aix-la-Chapelle. Manuscritos com iluminuras de toda parte no Ocidente apresentavam a influência bizantina. Os búlgaros receberam a fé e o ornamento bizantino; e a conversão de Vladimir ao cristianismo grego abriu caminho para uma dúzia de avenidas pelas quais a arte bizantina penetrou na vida russa.

Do século V ao XII a civilização bizantina liderou a Europa cristã na administração, diplomacia, rendas, maneiras, cultura e arte. Sem dúvida que nunca antes houvera uma sociedade tão esplendidamente adornada ou uma religião tão sensualmente colorida. Como todas as outras civilizações, ela repousava nas costas de servos ou escravos, e o ouro e o mármore de seus templos e palácios eram o suor transformado dos trabalhadores que mourejavam na terra. Tal como todas as demais culturas de seu tempo, ela era cruel; o mesmo homem que se ajoelhava ante a imagem da Virgem podia matar os filhos de Maurício diante das vistas do pai. Havia nela algo de superficial, um embutido de refinamento aristocrático cobrindo uma massa de superstição popular, fanatismo, e ignorância literária; e a metade da cultura era dedicada à per-

petuação dessa ignorância. (Em 669 o exército do *theme* oriental exigiu que o Império tivesse três imperadores ao mesmo tempo, para estar de acordo com a Trindade.)[33] Nenhuma ciência ou filosofia tinha permissão de desenvolver-se em conflito com essa ignorância; e durante mil anos acréscimo algum foi feito pela civilização grega ao conhecimento humano do mundo. Nenhuma obra da literatura bizantina prendeu a imaginação da humanidade ou conquistou o sufrágio do tempo. Oprimido pela abundância de sua herança, preso nos labirintos teológicos em que a moribunda Grécia havia perdido o cristianismo de Cristo, o espírito da Grécia medieval não conseguia subir até o ponto de onde pudesse encarar realisticamente o homem e o mundo; dividiu o cristianismo pela metade e despedaçou o Império Romano do Oriente por ver traição em toda heresia.

O espantoso é que essa civilização durasse tanto. Que recursos ocultos ou vitalidade íntima lhe possibilitaram sobreviver às vitórias da Pérsia na Síria, à perda da Síria, do Egito, da Sicília e da Espanha para os muçulmanos? Talvez a mesma fé religiosa que enfraquecera a defesa por confiar em relíquias e milagres haja trazido alguma ordem e disciplina a um povo sempre paciente, embora periodicamente turbulento, e tenha cercado o imperador e o Estado com uma aura de santidade que espantava a transformação. A burocracia, coletivamente imortal, deu continuidade e estabilidade através de todas as guerras e revoluções, manteve a paz interna, regulamentou a economia e coletou os impostos que permitiram ao Império expandir-se novamente quase até a amplitude do tempo de Justiniano. Embora as possessões dos califas fossem mais vastas do que as bizantinas, as receitas deles talvez fossem menores; e a frouxidão do governo muçulmano, a imperfeição de suas comunicações e de sua máquina administrativa fizeram com que o domínio abássida se desintegrasse em três séculos, enquanto o Império Bizantino durou mil anos.

A civilização bizantina exerceu três funções vitais. Durante um milênio permaneceu como baluarte da Europa contra a Pérsia e o Islã oriental. Finalmente guardou e transmitiu completamente — até ser despojada pelos cruzados em 1204 — os textos recopiados que fizeram chegar até nós a literatura, ciência e filosofia da Grécia antiga. Monges que fugiam de imperadores iconoclastas levaram manuscritos gregos para a Itália meridional e restabeleceram ali o conhecimento das letras gregas; professores gregos, evitando tanto os muçulmanos como os cruzados, deixaram Constantinopla, por vezes se estabeleceram na Itália e serviram como portadores do germe do classicismo; assim, de ano para ano, a Itália redescobriu a Grécia, até que os homens se embebedaram na fonte da liberdade intelectual. E finalmente foi Bizâncio que arrebatou os búlgaros e eslavos do barbarismo para a cristandade, e trouxe a imensurável força do corpo e alma eslavos para a vida e o destino da Europa.

VI. OS BÁLCÃS: 558-1057

A apenas poucas centenas de milhas ao norte de Constantinopla havia agitados oceanos de homens que desprezavam as letras e amavam a guerra. Mal a maré de hunos havia baixado, quando um novo povo de sangue aparentado, os ávaros, moveu-se do Turquestão através da Rússia meridional (558), escravizou massas de eslavos, fez incursões à Alemanha até o Elba (562), impeliu os lombardos para a Itália (568) e assolou os Bálcãs de tal maneira que a popu-

lação de língua latina ali foi quase completamente eliminada. Durante algum tempo o poderio dos ávaros abrangeu do Báltico ao Mar Negro. Em 626 sitiaram e quase tomaram Constantinopla; o malogro constituiu o início do seu declínio; em 805 foram subjugados por Carlos Magno; e gradualmente foram absorvidos pelos búlgaros e eslavos.

Os búlgaros, originariamente uma mistura de sangue huno, úgrico e turco, haviam constituído parte do império huno na Rússia. Depois da morte de Átila, um ramo estabeleceu um reino — "Velha Bulgária" — ao longo do Volga, em torno da moderna Casã. Sua capital, Bolgar, enriqueceu-se pelo comércio fluvial e prosperou até que foi destruída pelos tártaros, no século XIII. No século V outro ramo migrou a sudoeste para o vale do Don. Uma tribo desse ramo, os Ntigurs, cruzaram o Danúbio (679), fundaram um segundo reino búlgaro na antiga Mésia, escravizaram os eslavos dessa região, adotaram sua língua e instituições e foram finalmente absorvidos pela raça eslava. O novo Estado alcançou seu zênite sob o Khagan ou Cã (Khan = chefe) Krum (802), homem de coragem e astúcia civilizada. Ele invadiu a Macedônia — província do Império oriental — tomou 1.100 libras de ouro e incendiou a cidade de Sárdica, atualmente capital da Bulgária, com o nome de Sófia.

O Imperador Nicéforo aperfeiçoou as instituições, queimando Pliska, capital de Krum (811), mas este armou uma emboscada e destruiu o exército grego em um desfiladeiro, matou Nicéforo e fez do crânio do imperador a sua taça de beber. Em 813, sitiou Constantinopla, incendiou os subúrbios e devastou a Trácia, ensaiando os eventos de 1913. Estava preparando outro ataque quando se lhe rompeu uma veia e morreu. Seu filho Omurtag fez as pazes com os gregos que lhe cederam metade da Trácia. Sob o Cã Bóris (852-88), a Bulgária adotou o cristianismo. O próprio Bóris, após longo reinado, entrou para um mosteiro; saiu quatro anos depois para depor seu filho mais velho Vladimir e coroar o mais novo Simeão; viveu até 907 e foi canonizado como o primeiro dos santos nacionais búlgaros. Simeão (893-927) tornou-se um dos grandes reis de seu tempo. Estendeu o seu reino até a Sérvia e o Adriático, chamou-se a si mesmo de "Imperador e Autocrata de Todos os Búlgaros e Gregos", e fez repetidas guerras contra Bizâncio; mas tentou civilizar seu povo com a literatura grega traduzida e procurou embelezar a capital danubiana com a arte helênica. Um contemporâneo descreve Preslav como "uma maravilha para se contemplar", cheia de "altos palácios e igrejas", ricamente adornados. No século XIII ela constituía a maior cidade dos Bálcãs; algumas escassas ruínas permanecem até hoje. Depois da morte de Simeão, a Bulgária enfraqueceu-se com a guerra civil. Heréticos bogomilos converteram a metade dos camponeses para o pacifismo e o comunismo; a Sérvia reconquistou sua Independência em 931; o Imperador João Tzimisces reconquistou a Bulgária oriental para o Império Grego em 972; Basílio II conquistou a Bulgária ocidental em 1014; e a Bulgária tornou-se novamente (1018-1186) província de Bizâncio.

Entrementes esse fatigado Império havia recebido a visita (934-42) de uma nova horda bárbara. Os magiares, como os búlgaros, originavam-se provavelmente daquelas tribos vagamente chamadas Ugri ou Igurs (donde a palavra *ogre*) que erravam nos confins ocidentais da China; elas também possuíam, por meio de um longo caldeamento, uma forte infusão do sangue huno e turco; falavam uma língua intimamente relacionada com a dos fineses e dos samoiedas. No século IX migraram das estepes ural-caspianas para as terras adjacentes do Don, Dnieper e do Mar Negro. Ali viviam lavrando a terra no verão, pescando no inverno, e em todas as estações capturando e vendendo eslavos como escravos aos gregos. Depois de cerca de 60 anos na Ucrânia, moveram-se novamente para o oeste. A Europa encontrava-se então no nadir; nenhum governo forte havia a oeste de Constantinopla; nenhum exército unido opôs-lhes resistência. Em 889 os magiares subjugaram a Bessarábia e a Moldávia; em 895, sob o comando de Arpad, começaram sua conquista permanente da Hungria; em 899 atravessaram os Alpes e entraram na Itália, incendiaram Pavia e todas as suas 43 igrejas, massacraram seus habitantes e durante um ano inteiro assolaram a península. Conquistaram a Panônia, incursionaram pela Bavária (900-7), devastaram a Caríntia

(901) tomaram a Morávia (906), saquearam a Saxônia, Turíngia, Suábia (913), o sul da Alemanha e a Alsácia (917) e esmagaram os alemães no rio Lech, um tributário do Danúbio (924). Toda a Europa tremia e orava, pois esses invasores ainda eram pagãos e toda a cristandade parecia condenada. Mas em 933 os magiares foram derrotados em Gota, e seu avanço foi detido. Em 943 invadiram novamente a Itália; em 955 pilharam a Burgúndia. Por fim nesse ano, os exércitos unidos da Alemanha, comandados por Oto I, obtiveram uma vitória decisiva em Lechfeld ou vale do Lech, perto de Augsburgo. E a Europa que tivera um século terrível (841-955) combatendo os normandos no norte, os muçulmanos no sul e os magiares no leste pôde respirar no meio de suas ruínas.

Dominados, os magiares tornaram a Europa mais segura, aceitando o cristianismo (975). O príncipe Geza receou a absorção da Hungria pelo Império Bizantino que se expandia novamente; escolheu o cristianismo latino para conseguir a paz no Ocidente e casou seu filho Estêvão com Gisela, filha de Henrique II, duque da Bavária. Estêvão I (997-1038) tornou-se o santo padroeiro da Hungria e seu maior rei; organizou os magiares nas linhas do feudalismo germânico e acentuou a base religiosa da nova sociedade, aceitando o reino e a coroa da Hungria das mãos do Papa Silvestre II (1000). Monges beneditinos acorreram para lá em grande número, construíram mosteiros e aldeias e introduziram técnicas ocidentais de agricultura e indústria. Assim, depois de um século de guerra, a Hungria passou do barbarismo à civilização; e quando a rainha Gisela ofereceu uma cruz a um amigo alemão, essa peça já constituía uma obra-prima da arte de ourivesaria.

A pátria mais antiga dos eslavos de que se tem notícia era a região pantanosa da Rússia, compreendida entre Kiev, Mohilev e Brest-Litovski. De sangue indo-europeu, falavam línguas aparentadas com o alemão e o persa. Periodicamente dominados pelas hordas nômades, muitas vezes escravizados, sempre oprimidos e pobres, tornaram-se pacientes e fortes, vencendo infindáveis dificuldades; e a fertilidade de suas mulheres sobrepujou a mortalidade resultante da fome, moléstias e guerras crônicas. Viviam em cavernas ou choças de barro; caçavam, criavam rebanhos, pescavam, domesticavam abelhas; vendiam mel, cera e peles e paulatinamente se resignaram ao cultivo permanente da terra. Eles próprios caçados até em pauis e florestas dificilmente acessíveis, brutalmente capturados e impiedosamente vendidos, adotaram a moral de seu tempo, e trocavam homens com mercadorias. Habitando uma terra fria e úmida, aqueciam-se com um licor forte; acharam o cristianismo preferível ao maometismo, que proibia bebidas alcoólicas.[34] Embriaguez, falta de limpeza, crueldade e paixão pela pilhagem constituíam seus principais defeitos; frugalidade, cautela e imaginação oscilavam neles entre a virtude e o vício; mas também eram afáveis, hospitaleiros, sociáveis e gostavam de jogos, danças, música e canções. Os chefes eram polígamos, os pobres, monógamos, as mulheres — compradas ou capturadas para o casamento — eram irregularmente fiéis e obedientes.[35] As famílias patriarcais estavam frouxamente organizadas em clãs e estes em tribos. Os clãs podem ter possuído propriedades em comum no seu primitivo estádio pastoril;[36] mas o desenvolvimento da agricultura — em que diferentes graus de energia e capacidade, sobre solos diversos, produziam resultados desiguais — geraram a propriedade particular ou familiar. Freqüentemente divididos pela migração e guerra fratricida, os eslavos desenvolveram uma variedade de línguas eslavônicas: polonês, *wendish*, tcheco e eslovaco no oeste; esloveno, servo-croata e búlgaro no sul, grão-russo, russo-branco e pequeno-russo (ruteno ou ucraniano) no leste; todavia, em sua maior parte, permaneceram compreensíveis aos que falassem quaisquer delas. O pan-eslavismo da língua e dos costumes, concomitantemente com o espaço, recursos e uma vitalidade nascida das duras condições, seleção rigorosa e alimentação simples, constituiu a força alastradora dos eslavos.

À medida que os germanos se movimentavam para o sul e oeste em suas migrações para a Itália e Gália, uma área de baixa pressão demográfica foi deixada atrás deles na Alemanha norte e central; atraídos por esse vácuo e acossados pelos hunos invasores, os eslavos expandiram-se na direção oeste através do Vístula até o Elba. Nessas terras tornaram-se os *wends*, poloneses, tchecos, valacos e eslovacos da história posterior. Em fins do século VI uma torrente de imigração eslava inundou a Grécia rural. As cidades fecharam seus portões, mas uma forte infusão eslava entrou no sangue helênico. Por volta de 640, duas tribos eslavas aparentadas, sérvios e croatas, repovoaram a Panônia e a Ilíria. Os sérvios aceitaram o cristianismo grego e os croatas o romano. Esta divisão religiosa, contrariando a unidade étnica e lingüística, enfraqueceu a nação contra seus vizinhos, e a Sérvia flutuou entre a independência e a sujeição a Bizâncio ou à Bulgária. Em 989, o czar búlgaro Samuel, tendo derrotado e aprisionado o czar sérvio João Vladimir, deu-lhe sua filha Cossara em casamento e permitiu-lhe retornar a Zita, sua capital, como príncipe-vassalo. Este é o tema da novela sérvia mais antiga — *Vladimir e Cossara*, escrita no século XIII. As cidades costeiras da antiga Dalmácia — Zara, Espálato, Ragusa — conservaram sua língua e cultura latinas; o restante da Sérvia tornou-se eslavo. O príncipe Voislav libertou a Sérvia em 1042, mas no século XII ela reconheceu novamente a suserania de Bizâncio.

Quando, no fim do século VIII, esta espantosa migração dos eslavos se completou, toda a Europa central, os Bálcãs e a Rússia eram um mar eslávico, que batia as fronteiras de Constantinopla, Grécia e Germânia.

VII. O NASCIMENTO DA RÚSSIA: 509-1054

Os eslavos não constituíam senão o último dos muitos povos que se deleitavam no solo rico, nas estepes espaçosas e em muitos rios navegáveis da Rússia e lamentavam os pantanais miasmáticos, as florestas insalubres e a ausência de barreiras naturais à invasão hostil, ao calor do verão ou ao frio do inverno. Em suas costas menos inóspitas, às margens do ocidente e norte do Mar Negro, os gregos haviam fundado uma dezena de cidades — Ólbia, Tanais, Teodósia, Panticapeum (Kerch)... — já no século VII a.C.; e haviam-se dedicado ao comércio e à guerra com os citas do interior. Estes nativos, provavelmente de origem iraniana, beberam alguma civilização dos persas e gregos, e até produziram um filósofo — Anacársis (600 a.C.) — que foi a Atenas e discutiu com Sólon.

Durante o século II a.C. outra tribo iraniana, os sármatas, venceu e deslocou os citas; em meio a este tumulto, as colônias gregas decaíram. No século II d.C. os godos entraram no Ocidente e estabeleceram o reino ostrogótico; por volta de 375 este país foi derrubado pelos hunos. E, desde então, durante séculos, as planícies meridionais da Rússia não viram qualquer civilização, mas sim uma sucessão de hordas nômades — búlgaros, ávaros, eslavos, cazares, magiares, *patzinaks*, cumans e mongóis. Os cazares eram de origem turca; no século VII expandiram-se através do Cáucaso para o sul da Rússia, estabeleceram um domínio ordeiro do Dnieper ao Mar Cáspio e construíram uma capital, Itil, na embocadura do Volga, perto da atual Astracã. Seus reis e altas classes aceitaram a religião judaica; apertados entre um império muçulmano e outro cristão, provavelmente preferiram desagradar a ambos igualmente a combater perigosamente um. Ao mesmo tempo deram inteira liberdade às várias crenças do povo. Sete cortes administravam a justiça — duas para os muçulmanos, duas para os cristãos, duas para os judeus e uma para os pagãos; era permitido apelação das cinco cortes citadas aos tribunais muçulmanos, cuja administração judicial era considerada, na época, a melhor.[37] Animados por essa política esclarecida, mercadores de vários

credos reuniram-se nas cidades de Cazar. Ativo comércio desenvolveu-se ali entre os mares Báltico e Cáspio. Itil, no século VIII, era uma das grandes cidades comerciais do mundo. No século IX, a Cazária foi subjugada pelos nômades turcos. O governo não podia por mais tempo proteger seus canais comerciais do banditismo e da pirataria; e no século X o reino de Cazar desapareceu no caos étnico do qual havia tomado forma.

A essa multidão variegada da Rússia meridional e central acrescentou-se no século VI uma migração de tribos eslavas das montanhas Carpáticas, tribos essas que colonizaram os vales do Dnieper e do Don e alcançaram o lago Ilmen no norte. Durante séculos elas se multiplicaram, ano após ano, abrindo florestas, drenando pauis, eliminando animais selvagens, criando a Ucrânia. Espalharam-se pelas planícies em um movimento de fertilidade humana comparado somente com os hindus e chineses. Através de toda a história conhecida, elas estiveram em marcha — para o Cáucaso e Turquestão e para os Urais e a Sibéria; este processo de colonização prossegue ainda hoje, e o oceano eslavo entra todos os anos em novas enseadas étnicas.

No começo do século IX um ataque aparentemente sem importância veio do noroeste contra os eslavos. Os vikings escandinavos podiam dispensar homens e energia de suas incursões à Escócia, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, França e Espanha e enviar bandos de 100 ou 200 homens ao norte da Rússia, para saquear as comunidades dos baltos, fineses e eslavos e voltar carregados de presas. Para proteger seus roubos com lei e ordem, estes *vaeringjar* ou *varangianos* ("sequazes" de um chefe) estabeleceram postos fortificados nas suas rotas, e gradualmente se estabeleceram como uma minoria escandinava dominante de mercadores armados entre os camponeses subjugados. Algumas cidades empregavam-nos como guardas da ordem e segurança sociais; ao que parece os guardas converteram seus salários em tributo e tornaram-se senhores de seus empregadores.[38] Nos meados do século IX, eles governavam Novgorod ("forte novo") e haviam estendido seu domínio até Kiev. As rotas e colônias por eles controladas estavam mais ou menos unidas em um império comercial e político denominado Ros ou Rus, termo de derivação muito discutida. Os grandes rios que atravessavam o país ligavam — por meio de canais e pequenas rotas terrestres — os mares Báltico e Negro e convidavam o comércio e o poderio *varangianos* a uma expansão para o sul. Logo estes destemidos guerreiros-comerciantes estavam vendendo suas mercadorias ou serviços na própria Constantinopla. Por outro lado, à medida que o comércio se tornava mais regular no Dnieper, no Volkhov e no Dvina ocidental, mercadores muçulmanos vinham de Bagdá e Bizâncio e trocavam especiarias, vinhos, sedas e gemas com peles, âmbar, mel, cera e escravos. Daí a razão do grande número de moedas islâmicas e bizantinas encontradas ao longo dos referidos rios e mesmo na Escandinávia. Como o controle muçulmano do Mediterrâneo oriental bloqueasse o fluxo de produtos europeus através da França e da Itália para os portos levantinos, Marselha, Gênova e Pisa decaíram nos séculos IX e X, enquanto na Rússia cidades como Novgorod, Smolensk, Chernigov, Kiev e Rostov floresciam graças ao comércio escandinavo, eslavo, muçulmano e bizantino.

A *Antiga Crônica* da Rússia (século XII) personificou esta infiltração escandinava com seu conto dos "três príncipes": a população finesa e eslava de Novgorod e suas vizinhanças, tendo expulsado seus senhores *varangianos*, entraram em uma tal luta entre si, que animou os *varangianos* a enviarem um governante ou general (862). Vieram três irmãos, diz a narrativa — Rurik, Sineus e Truvor — e estabeleceram o Estado

russo. A história pode ser verdadeira, a despeito do cepticismo posterior; ou pode ser um verniz patriótico acerca da conquista escandinava de Novgorod. A *Crônica* relata ainda que Rurik enviou dois ajudantes seus, Askold e Dir, para tomarem Constantinopla e que estes vikings desviaram-se da rota para conquistar Kiev, e declararam-se independentes de Rurik e dos cazares. Em 860 Kiev era suficientemente forte para enviar uma esquadra de 200 navios para atacar Constantinopla. A expedição falhou, mas Kiev permaneceu o centro comercial e político da Rússia. Mantinha sob seu controle uma extensa hinterlândia; e seus primeiros governantes — Askold, Oleg e Igor — mais do que Rurik em Novgorod, poderiam ser chamados com justiça os fundadores do Estado russo. Oleg, Igor e a hábil princesa Olga (viúva de Igor) e seu filho, o guerreiro Sviatoslav (962-72), ampliaram o reino kieviano até abarcar quase todas as tribos eslavônicas e as cidades de Polotsk, Smolensk, Chernigov e Rostov. Entre 860 e 1043 o jovem principado fez seis tentativas para tomar Constantinopla, tão antigo é o movimento russo para o Bósforo, a fome russa por um caminho seguro para o Mediterrâneo.

Com Vladimir (972-1015), quinto "Grande Duque de Kiev", a Rus, como se chamava a si o novo principado, tornou-se cristã (989). Vladimir desposou a irmã do Imperador Basílio II e daí em diante, até 1917, a Rússia foi uma filha de Bizâncio em religião, alfabeto, cunhagem e arte. Padres gregos explanaram a Vladimir a origem divina e o direito divino dos reis, bem como a utilidade desta doutrina para promover a ordem social e estabilidade monárquica.[39] Durante o reinado de Jaroslav (1036-54), filho de Vladimir, o Estado de Kiev alcançou seu zênite. Sua autoridade era vagamente reconhecida e ele recebia impostos, desde o Lago Ládoga e o Báltico ao Cáspio, ao Cáucaso e ao Mar Negro. Os invasores escandinavos foram absorvidos e o sangue e língua eslavos prevaleceram. A organização social era francamente aristocrática; o príncipe confiou a administração e a defesa a uma alta nobreza de boiardos (*boyars*) e a uma nobreza menor de *dietski* ou *otroki* — pajens ou servidores; abaixo deles vinham os mercadores, a gente da cidade, os camponeses semi-servis e os escravos. Um código de leis — *Russkaya Pravda* ou Direito Russo — sancionava a vingança pessoal, o duelo judicial e o juramento compurgativo, mas estabelecia o julgamento por um júri de 12 cidadãos.[40] Vladimir fundou uma escola para meninos em Kiev; Jaroslav, outra em Novgorod. Kiev, o ponto de reunião dos barcos procedentes de Volkhov, do Dvina e do baixo Dnieper, cobrava taxas de todas as mercadorias que por ele passavam. Logo se tornou suficientemente rico para construir 400 igrejas e uma grande catedral — outra Santa Sofia — no estilo bizantino. Artistas gregos foram importados para decorar estes edifícios com mosaicos, afrescos e outros ornamentos bizantinos, e a música grega entrou para preparar os triunfos do canto coral russo. Lentamente a Rússia elevou-se de sua sujeira e pó, construiu palácios para seus príncipes, erigiu cúpulas acima das choças de lama, e pelo esforço paciente de seu povo criou pequenas ilhas de civilização em um mar ainda bárbaro.

CAPÍTULO XIX

O Declínio do Ocidente

566 — 1066

ENQUANTO o Islã progredia, e Bizâncio se recobrava de golpes aparentemente fatais, a Europa prosseguia seu caminho através da "Idade das Trevas". Esta expressão é vaga, qualquer pessoa pode situá-la a seu modo; nós a confinaremos arbitrariamente à Europa não bizantina, entre a morte de Boécio em 524 e o nascimento de Abelardo em 1079. A civilização bizantina continuou a florescer durante esse período, a despeito de graves perdas em território e prestígio. Mas a Europa ocidental do século VI era um caos de conquista, desintegração e rebarbarização. Muito da cultura clássica sobreviveu, em sua maior parte, silenciosa e oculta em poucos mosteiros e famílias. Entretanto, os fundamentos físicos e psicológicos da ordem social tinham sido tão perturbados que seriam necessários séculos para restabelecê-los. O amor às letras, a dedicação à arte, a unidade e a continuidade da cultura, o intercâmbio de espíritos comunicativos desapareceram ante as convulsões da guerra, os perigos do transporte, as economias de pobreza, o desenvolvimento de vernáculos e o desaparecimento do latim no Oriente e do grego no Ocidente. Nos séculos IX e X, o controle muçulmano do Mediterrâneo, as incursões dos normandos, magiares e sarracenos às cidades e costas européias aceleraram este localismo de vida e defesa, este primitivismo de pensamento e língua. A Germânia e a Europa oriental constituíam um remoinho de migrações, a Escandinávia um covil de piratas, a Grã-Bretanha assolada pelos anglos, saxões, jutos e dinamarqueses; a Gália pelos francos, normandos, burgúndios e godos; a Espanha estava dividida entre visigodos e mouros; Itália esfacelada pela longa guerra entre os godos e Bizâncio, e a terra que havia dado ordens à metade do mundo sofria, durante cinco séculos, uma desintegração moral, econômica e administrativa.

Entretanto, durante essa longa treva, Carlos Magno, Alfredo e Oto I proporcionaram intervalos de ordem e estímulo à França, Inglaterra e Alemanha; Erígena restabeleceu a filosofia, Alcuíno e outros, a educação, Gerbert importou para a cristandade a ciência muçulmana, Leão IX e Gregório VII reformaram e fortaleceram a Igreja, a arquitetura desenvolveu o estilo romanesco; e a Europa começou no século XI sua lenta ascensão na direção dos séculos XII e XIII, os maiores das centúrias medievais.

I. ITÁLIA: 566 - 1095

1. *Os Lombardos: 568-774*

Três anos depois da morte de Justiniano, o governo bizantino foi extinto no norte da Itália pela invasão dos lombardos.

Paulo, o Diácono, que era um deles, pensava que os lombardos ou *longobardi* deviam seu nome a suas longas barbas.[1] Eles próprios acreditavam que sua pátria de origem tinha sido a Escandinávia,[2] e assim Dante, um seu descendente,[3] apostrofou-os.[4] Encontramo-los no baixo Elba no século I, no Danúbio no século VI, empregados por Narsés em sua campanha italiana de 552, e depois recambiados para a Panônia após a vitória dele; jamais, porém, esqueceram o encanto e fertilidade da Itália setentrional. Em 568, premidos ao norte e a leste pelos ávaros, 130.000 lombardos — homens, mulheres, crianças e bagagem — moveram-se com muito trabalho através dos Alpes para a "Lombardia", as ricas planícies do Pó. Narsés, que poderia tê-los detido, havia sido deposto e caído em desgraça um ano antes; Bizâncio estava ocupada com os ávaros e persas; a própria Itália, exausta pela guerra dos godos, não tinha ânimo para a luta, nem dinheiro para pagar o heroísmo comprado. Por volta de 573, os lombardos ocupavam Verona, Milão, Florença e Pavia — que se tornou sua capital; em 601, tomaram Pádua, em 603 Cremona e Mântua, em 640 Gênova. O seu rei mais poderoso, Liutprando (712-44), tomou Ravena, na Itália oriental, Spoleto no centro, Benevento, no sul, e desejou unir toda a Itália sob seu governo. O Papa Gregório III não podia permitir que o papado se tornasse um bispado lombardo; ele convocou os venezianos não subjugados, que retomaram Ravena para Bizâncio. Liutprando teve de se contentar com exercer a melhor administração que a Itália norte e central havia experimentado desde Teodorico, o Godo. Tal como Teodorico, ele não sabia ler.[5]

Os lombardos desenvolveram uma civilização progressista. O rei era eleito e assistido por um conselho de notáveis, e geralmente submetia sua legislação a uma assembléia popular de todos os homens livres em idade militar. O rei Rathari (643) publicou um código de leis ao mesmo tempo primitivo e adiantado: permitia a compensação em dinheiro para o assassínio, propunha-se a proteger os pobres contra os ricos, ridicularizava a crença em feitiçaria e dava liberdade de culto aos católicos, arianos e pagãos, indiferentemente.[6] O casamento absorveu os invasores germânicos no sangue italiano e conquistou-os para a língua latina; os lombardos deixaram sua assinatura aqui e ali em olhos azuis, cabelos louros e algumas palavras teutônicas na língua italiana. À medida que a conquista se submeteu à lei, o comércio natural do vale do Pó foi reiniciado; em fins do período lombardo as cidades do norte da Itália estavam ricas e fortes, preparadas para as artes e guerras do seu apogeu medieval. A literatura enfraqueceu; dessa época e reino, o tempo preservou somente um livro de algum valor — a *História dos Lombardos*, de Paulo, o Diácono (*ca.* 748); é obscuro, pobremente arranjado e sem um grão de sal filosófico. Mas a Lombardia deixou seu nome na arquitetura e finanças. Os construtores haviam conservado algo de sua velha organização e habilidade romana; um grupo, os *magistri Comacini*, ou senhores de Como, tomou a dianteira na criação de um estilo "lombardo" de arquitetura que mais tarde amadureceria no românico.

Dentro de uma geração após Liutprando, o reino lombardo quebrou-se contra a rocha do papado. O rei Astolfo ocupou Ravena em 751 e pôs termo ao exarcado bizanti-

no. Como o *ducatus Romanus* (ou ducado de Roma) tinha estado legalmente sob o governo do exarca, Astolfo reclamou Roma como parte de seu reino ampliado. O Papa Estêvão II pediu a ajuda de Constantino Coprônimo; o imperador grego enviou uma nota inócua a Astolfo; Estevão, sempre esperando um socorro que não vinha, apelou para Pepino, o Breve, rei dos francos. Farejando império, Pepino cruzou os Alpes, bateu Astolfo, fez da Lombardia um feudo franco e deu toda a Itália central ao papado. Os papas continuaram a reconhecer a suserania formal dos imperadores orientais, mas a autoridade bizantina tinha terminado no norte da Itália. O rei-vassalo lombardo Desidério tentou restaurar a independência e as conquistas da Lombardia. O Papa Adriano I chamou outro franco; Carlos Magno desceu precipitadamente em Pavia, internou Desidério em um mosteiro, acabou com o reino lombardo e transformou-o em província dos francos (774).

2. *Os Normandos na Itália: 1036-85*

A Itália estava agora abandonada para mil anos de governo dividido e alienígena, cujos pormenores não registraremos. Em 1036, os normandos começaram a arrebatar a Itália meridional ao poder bizantino. Era costume dos senhores normandos dividir as terras igualmente entre todos os seus filhos, como na França moderna; mas enquanto na França tal costume resultou em famílias pequenas, na Normandia medieval redundou em glebas pequenas. Sem nenhum gosto para a pobreza pacífica e com uma inclinação para aventura e rapina ainda quentes em suas lembranças vikings, alguns robustos normandos foram empregados pelos duques rivais da Itália do sul, combateram valentemente por e contra Benevento, Salerno, Nápoles e Cápua e receberam a cidade de Aversa como recompensa. Outros sangues jovens normandos, ouvindo falar de terras que se conquistavam com um ou dois golpes, deixaram a Normandia rumo à Itália. Dentro em breve os normandos desse país atingiam número suficiente para lutar por si mesmos; e por volta de 1053, o mais ousado deles, Roberto Guiscardo (Sábio ou Manhoso), havia instalado um reino normando na Itália do sul. Sua personalidade era tal, que correm a seu respeito os mitos seguintes: mais alto do que qualquer dos seus soldados, forte de braço e vontade, belo de feições, cabelos e barbas louros, esplêndido no vestir, avarento e liberal no ouro, ocasionalmente cruel e sempre corajoso.

Não reconhecendo nenhuma lei senão a força e a astúcia, Roberto devastou a Calábria, tomou Benevento quase sobre o cadáver do Papa Leão IX (1054), concluiu aliança com Nicolau II, prometeu-lhe tributo e vassalagem e dele recebeu direitos de propriedade da Calábria, Apúlia e Sicília (1059). Deixando seu irmão mais novo, Rogério, encarregado da conquista da Sicília, ele próprio conquistou Bari (1071) e expulsou os bizantinos da Apúlia. Aborrecendo-se ante a barreira do Adriático, sonhou em cruzá-lo, tomar Constantinopla e tornar-se o mais poderoso monarca da Europa. Improvisou uma frota e derrotou a esquadra bizantina ao largo de Durazzo (1081). Bizâncio apelou para Veneza; esta atendeu, pois não podia ser menos do que a rainha do Adriático. E em 1082 as destras galeras venezianas destruíram os navios de Guiscardo não longe do local de sua recente vitória. Mas no ano seguinte, Roberto, com energia cesariana, levou seu exército para Durazzo, derrotou ali as forças de Aleixo I, o imperador grego, e marchou através do Epiro e da Tessália quase até Salônica. Então, quando estava prestes a realizar seu sonho, recebeu um apelo desesperado do Pa-

pa Gregório VII para que viesse salvá-lo do Imperador Henrique IV. Deixando seu exército na Tessália, Roberto regressou apressadamente à Itália, reuniu nova força de normandos, italianos e sarracenos, socorreu o Papa, tomou Roma dos germânicos, reprimiu um levante do povo contra seu exército e permitiu que seus irritados soldados incendiassem e saqueassem a cidade tão completamente, que nem mesmo os vândalos de 451 se lhes poderiam igualar nesta destrutividade (1084). Entrementes, seu filho Boemundo voltava para confessar que seu exército na Grécia havia sido destruído por Aleixo. O velho bucaneiro construiu uma terceira esquadra, derrotou a marinha veneziana ao largo de Corfu (1084), tomou a ilha jônica de Cefalônia e ali morreu de infecção ou veneno, com a idade de 70 anos (1085). Foi o primeiro e maior dos *condottieri*, capitães ladrões da Itália.

3. Veneza: 451-1095

Entrementes, no extremo norte da península, um novo Estado havia nascido, destinado a crescer em poder e esplendor enquanto a maior parte da Itália estiolava-se na anarquia. Nas invasões bárbaras dos séculos V e VI — sobretudo durante a invasão lombarda de 568 — as populações de Aquiléia, Pádua, Belluno, Feltre e outras cidades fugiram do perigo para se unir aos pescadores que moravam nas pequenas ilhas formadas pelos rios Piave e Ádige, na cabeça do Mar Adriático. Alguns refugiados ali permaneceram depois de passada a crise, e fundaram as comunidades de Heracléia, Melamoco, Grado, Lido... e Rivo Alto (Rio Profundo) — que, como Rialto, tornou-se a sede de seu governo unido (811). Uma tribo de vênetos (*veneti*) havia ocupado o nordeste da Itália muito antes de César; no século XIII o nome Veneza foi aplicado à única cidade que se havia desenvolvido daquelas colônias de refugiados.

De início a vida era difícil ali. Com muito custo se obtinha água fresca, que valia tanto quanto o vinho. Forçados a negociar no continente o peixe e o sal que retiravam do mar, em troca do trigo e outros artigos, os venezianos tornaram-se uma gente de botes e comércio. Gradualmente o comércio da Europa setentrional e central com o Oriente Próximo fluía através de portos venezianos. A nova federação, para proteger-se dos germanos e lombardos, reconheceu Bizâncio como seu super-soberano; mas a inacessibilidade das ilhas, em suas águas rasas, a ataques por terra e mar, a industriosidade e vigor de seus cidadãos, a crescente riqueza de seu comércio em desenvolvimento deram ao pequeno Estado uma independência que não foi quebrada durante mil anos.

Doze tribunos ao que parece, um de cada uma das 12 principais ilhas, dirigiram o governo até 697, quando as comunidades, sentindo a necessidade de uma autoridade unida, escolheram seu primeiro *dux* ou doge — chefe ou duque — para servir até a morte ou até que uma revolução o depusesse. O doge Agnelo Badoer (809-27) defendeu tão habilmente a cidade contra os francos que os doges foram escolhidos de seus descendentes até 942. Sob Orseolo II (991-1008), Veneza vingou-se das incursões dos piratas dálmatas assaltando seus esconderijos, absorvendo a Dalmácia e estabelecendo seu controle sobre o Adriático. Em 998, os venezianos começaram a celebrar, no Dia da Ascensão, esta vitória marítima e conquista com a cerimônia simbólica do *sposalizia*: o doge, de uma galera festivamente decorada, atirava nas águas um anel consagrado, e exclamava em latim: "Caso-vos com o mar em sinal de nosso domínio real e perpétuo."[7] Bizâncio estava contente em aceitar Veneza como aliado independente e

recompensou sua útil amizade com tais privilégios comerciais em Constantinopla e outras partes, que o comércio veneziano alcançou o Mar Negro e mesmo os portos do Islã.

Em 1033, uma aristocracia de comércio pôs termo à transmissão hereditária do poder ducal, voltando ao princípio de eleição por uma assembléia de cidadãos e daí por diante compeliu o doge a governar com a colaboração do Senado. Por essa época, Veneza já era chamada "A Dourada" (*Venetia aurea*) e seu povo famoso pela sua roupa luxuosa, alfabetização ampla e devoção e orgulho cívicos. Os venezianos constituíam um povo incansavelmente aquisitivo, hábil e sutil, corajoso e briguento, piedoso e inescrupuloso. Vendiam escravos cristãos aos sarracenos,[8] e com parte do lucro construíam templos dedicados aos santos. As lojas de Rialto tinham artífices competentes que herdaram as habilidades industriais da Itália romana; um comércio local intenso fazia-se pelos canais, silenciosamente, a não ser os enérgicos gritos dos gondoleiros; os cais da ilha apresentavam-se pitorescos com galeras aventureiras carregadas de produtos da Europa e do Oriente. Viagens mercantis eram financiadas por empréstimos de capitalistas, pagando normalmente 20 por cento.[9] A brecha entre os ricos (*maggiori*) e os pobres (*minori*) tornava-se maior à medida que os ricos se enriqueciam e os pobres tornavam-se apenas um pouco menos pobres. Nenhum favor era mostrado à simplicidade. A corrida era vencida pélo mais rápido, a batalha pelo forte. Os *minori* andavam no chão descoberto e o lixo de suas casas corria pelas ruas para os canais; os *maggiori* construíam palácios esplêndidos e procuravam apaziguar Deus e o povo com a catedral mais ornada do mundo latino. O palácio dos Doges, erigido em 814 e incendiado em 976, sofreu muitas modificações de fachada e forma antes de encontrar a sua graciosa fusão do ornamento mourisco com o estilo da Renascença.

Em 828, alguns mercadores venezianos roubaram de uma igreja de Alexandria o que se supôs serem as relíquias de São Marcos. Veneza fez do apóstolo o seu santo padroeiro e assolou meio mundo para guardar seus ossos. A primeira igreja de São Marcos, iniciada em 830, foi tão danificada pelo fogo em 976 que Pedro Orseolo II iniciou novo e maior edifício. Artesãos bizantinos foram chamados. Eles tomaram por modelo a igreja de Justiniano dos Santos Apóstolos de Constantinopla — com cinco domos sobre um plano cruciforme. Durante quase um século a obra prosseguiu; a principal estrutura foi acabada substancialmente em sua forma atual em 1071, e consagrada em 1095. As relíquias de São Marcos perderam-se no incêndio de 976 e sua ausência ameaçava a santidade da catedral; combinou-se por isso que no dia da consagração os adoradores se reunissem na igreja para orar a fim de que fossem encontradas as relíquias. Segundo uma tradição cara aos bons venezianos, um pilar sucumbiu às suas orações, caiu ao chão pondo à vista os ossos do evangelista.[10] O edifício foi repetidamente danificado e reparado; não passava uma década sem ver alguma alteração ou embelezamento. A São Marcos que conhecemos não é de nenhuma data ou período, mas constitui uma pedra e jóia que recordam um milênio. Revestimentos de mármore foram adicionados às paredes de tijolo, no século XII; colunas de todas as variedades foram importadas de uma dúzia de cidades; artistas bizantinos radicados em Veneza fizeram mosaicos para a catedral nos séculos XII e XIII; quatro cavalos de bronze foram transferidos da Constantinopla conquistada em 1204 e colocados sobre o portal principal; artistas góticos no século XIV adicionaram pináculos, esculturas de janela e um painel de santuário; e no século XVII pintores da Renascença cobriram metade dos mosaicos com murais sofríveis. Através de todas essas modificações, e de todos es-

ses séculos, o estranho edifício manteve seu caráter e unidade — sempre bizantino e árabe, ornado e bizarro: o exterior predominantemente brilhante com arcos, esteios, espirais, pilares, portais, pináculos, mármore policrômico embutido, cornijas lavradas e domos majestosamente bulbosos; o interior com sua solidão opressiva de colunas coloridas, tímpanos lavrados ou pintados, afrescos sombrios, 500 jardas quadradas de mosaico, assoalho incrustado de jaspe, pórfiro, ágata e outras pedras preciosas; e o *Pala d'oro* ou retábulos dourados, feitos de metais caros e esmalte *cloisonné* em Constantinopla, no ano de 976, adornados de 2.400 gemas e colocados atrás do altar principal em 1105. Na igreja de São Marcos, como na de Santa Sofia, a paixão bizantina pela decoração superou-se a si mesma: Deus tinha de ser honrado com mármore e jóias; o homem tinha de ser aterrorizado, disciplinado, animado e consolado por uma centena de cenas da epopéia cristã, desde a criação até a destruição do mundo. A São Marcos era a suprema e característica expressão de um povo latino, familiarizado com a arte oriental.

4. *Civilização Italiana: 566-1095*

Enquanto a Itália oriental e a meridional permaneciam bizantinas em cultura, o resto da península desenvolvia uma nova civilização — uma nova língua, religião e arte — de sua herança romana. Pois que mesmo em meio à invasão, ao caos e à pobreza, essa herança nunca se perdeu por completo. A língua italiana era o latim rude da antiga população, que se transformava lentamente para chegar à mais melodiosa de todas as línguas. O cristianismo italiano era um paganismo romântico e colorido, um politeísmo amoroso de santos locais e protetores, uma franca mitologia de lenda e milagre. A arte italiana, suspeitada de gótica como de bárbara, apegou-se ao estilo imperial-bizantino, e, finalmente, na Renascença, voltou às formas do século de Augusto. O feudalismo jamais prosperou na Itália; as cidades nunca perderam sua ascendência sobre o campo; a indústria e o comércio, e não a agricultura, abriram o caminho para a riqueza.

Roma, que jamais foi uma cidade comercial, continuava a declinar. O seu Senado perecera na guerra gótica; suas antigas instituições municipais, depois de 700, tornaram-se instrumentos inócuos e sonhos rebeldes. A populaça heterogênea, que vivia na sordidez atenuada pela licenciosidade sexual e esmolas papais, podia expressar suas emoções políticas somente pelos freqüentes levantes contra os senhores estrangeiros e papas antipáticos. As velhas famílias aristocráticas gastavam seu tempo competindo umas com as outras no controle do papado ou com este para o controle de Roma. Onde cônsules, tribunos e senadores haviam outrora forjado leis com varas e machados, a ordem social era agora frouxamente mantida pelos decretos de conselhos eclesiásticos, sermões e agentes de bispos e pelos dúbios exemplos de milhares de monges, de todas as nacionalidades, nem sempre inativos, nem sempre celibatários. A Igreja havia condenado a promiscuidade dos banhos públicos; os grandes pavilhões e piscinas das termas ficaram desertos e a arte pagã de asseio entrou em decadência. Os aquedutos imperiais estavam arruinados pela negligência ou guerra, o povo bebia a água do Tibre.[11] O Circus Maximus e o Colosseum (Coliseu), de sangrenta memória, não mais eram usados; o Fórum começou, no século VII, a voltar a pastagem de gado da qual havia sido formado; o Capitólio estava coberto de lodo; velhos templos e edifícios públicos eram demolidos para fornecer material a igrejas cristãs e palácios.

Roma sofreu mais dos romanos do que dos vândalos e godos.[12] A Roma de César estava morta, a Roma de Leão X estava ainda por nascer.

As velhas bibliotecas haviam sido abandonadas ou destruídas e a vida intelectual quase que se confinara à Igreja. A ciência sucumbia ante a superstição que dá romance à pobreza. Somente a medicina manteve a cabeça erguida, agarrando com mãos monásticas a herança de Galeno. Talvez saída de um mosteiro beneditino de Salerno, no século IX, uma escola médica leiga tomou forma, preenchendo a lacuna existente entre a medicina antiga e a medieval, como o sul da Itália helenizada serviu de ponte entre a cultura grega e medieval. Salerno fora uma estação de cura durante mais de mil anos. A tradição local declarava que seu *collegium Hippocraticum* era composto de 10 instrutores médicos, dos quais um era grego, um sarraceno e um judeu.[13] Por volta de 1060, Constantino, o Africano, cidadão romano que havia estudado medicina nas escolas muçulmanas da África e Bagdá, trouxe a Monte Cassino (onde ele se tornou monge) e para Salerno, que ficava perto, uma parcela estimulante de cultura médica islâmica. Suas traduções de obras gregas e árabes em medicina e outros campos contribuíram para a ressurreição da ciência na Itália. Quando morreu (*ca.* 1087), a escola de Salerno estava na dianteira dos conhecimentos médicos no Ocidente cristão.

A realização mais expressiva desta época na arte foi a criação do estilo arquitetônico românico (774-1200). Herdando a tradição romana de solidez e permanência, os construtores italianos engrossaram as paredes da basílica, cruzaram a nave com um transepto, acrescentaram torres ou adicionaram pilares como suporte, e apoiaram com colunas ou pilares agrupados os arcos que sustentavam o teto. O arco românico característico era um semicírculo simples, uma forma de nobre dignidade, melhor adaptado para abarcar um espaço do que suportar um peso. No românico primitivo, as alas — no românico posterior a nave e as alas — eram abobadadas, isto é, teto em arcos de pedra. O exterior era geralmente plano e de tijolo nu. O interior, embora moderadamente adornado com mosaicos, afrescos e esculturas, excluía a decoração profusa do estilo bizantino. O românico era romano; procurava antes a estabilidade do que a elevação e graça góticas; visava a subjugar a alma a uma humildade silenciadora de preferência a elevá-la a um êxtase que atinge o céu.

A Itália produziu nesse período duas obras-primas de românico: a modesta igreja de Santo Ambrósio de Milão, e o imenso *duomo* de Pisa. O prédio, de cujas portas Ambrósio havia afastado um imperador, foi reconstruído por beneditinos em 789 e decaiu novamente. De 1046 a 1071, o arcebispo Guido mandou remodelá-lo completamente de uma basílica de colunatas para uma igreja abobadada. Nave e alas, outrora com tetos de madeira, agora sustentavam — por arcos que se projetavam de pilares compostos — um teto abobadado de tijolo e pedras. As curvas geométricas ou cristas formadas na abóbada pela interseção de arcos de pedra eram reforçadas com "frisos" de tijolo; esta é a "abóbada riscada" mais antiga da Europa.

A frente simples de Santo Ambrósio parece estar muito longe da complexa fachada da catedral de Pisa, mas os elementos de estilo são os mesmos. Depois da vitória decisiva da frota pisana sobre a sarracena, perto de Palermo (1063), a cidade encarregou os arquitetos Buschetto (grego?) e Rinaldo da comemoração da vitória, oferecendo parte dos despojos à Virgem, com a ereção de um templo que fizesse inveja a toda Itália. Quase todo o maciço edifício foi construído de mármore. Acima dos portais ocidentais — posteriormente (1606) providos de soberbas portas de bronze — quatro

fileiras de arcadas abertas abrangiam a fachada em excessiva repetição. Dentro, uma profusão de colunas elegantes — presas de várias procedências — dividia a igreja em nave e alas duplas; sobre o cruzamento do transepto e nave, elevava-se um domo desagradavelmente elíptico. Esta era a primeira das grandes catedrais da Itália; e continua sendo uma das obras mais impressionantes do homem medieval.

II. A ESPANHA CRISTÃ: 711 - 1095

A história da Espanha cristã deste período é a de uma longa Cruzada, cada vez maior, para expulsão dos mouros. Estes eram ricos e poderosos; ocupavam a maior parte dos solos férteis e tinham o melhor governo; os cristãos, pobres e fracos, lutavam com dificuldade para trabalhar a terra. Barreiras de montanhas isolavam-nos do resto da Europa, dividiam-nos em pequenos reinos e estimulavam o chauvinismo provincial e a luta civil. Nesta península apaixonada mais sangue cristão foi derramado pelos cristãos do que pelos mouros.

A invasão muçulmana de 711 levou os inconquistados godos, suevos, berberes cristianizados e celtiberos às montanhas Cantábricas do noroeste da Espanha. Os mouros perseguiram-nos, mas foram derrotados em Covadonga (718) por uma pequena força comandada pelo godo Pelágio, que então se fez rei das Astúrias e fundou a monarquia espanhola. O desbaratamento dos mouros em Tours permitiu a Afonso I (739-57) dilatar as fronteiras asturianas até a Galícia, Lusitânia e Biscaia. Seu neto Afonso II (791-842) anexou a província de Leão e fez de Oviedo sua capital.

Neste reino ocorreu um dos eventos-chave da história espanhola. Um pastor, guiado por uma estrela ao que se diz, achou nas montanhas um esquife de mármore, cujo conteúdo foi tido por muitos como sendo os restos mortais do Apóstolo Tiago, "irmão do Senhor". Foi construída no local uma capela e mais tarde uma esplêndida catedral; Santiago de Compostela — "Santo Iago do Campo da Estrela" — tornou-se alvo de peregrinação cristã, menos procurado apenas do que Roma e Jerusalém; e os ossos sagrados mostraram-se sem valor na elevação moral e no levantamento de fundos para a guerra contra os mouros. Santo Iago foi feito padroeiro da Espanha e espalhou o nome Santiago sobre três continentes. Crenças fazem história, especialmente quando são fortes; é pelo erro que os homens têm morrido mais nobremente.

A leste das Astúrias, e pouco ao sul dos Pireneus, fica Navarra. Seus habitantes eram em grande parte do tronco basco — provavelmente um misto de sangue celta-espanhol e berbere africano. Ajudados por suas montanhas, defenderam com êxito sua independência contra os muçulmanos, francos e espanhóis; e em 905, Sancho Garcia I fundou o reino de Navarra, com Pamplona como sua capital. Sancho, "o Grande" (994-1035), conquistou seu título absorvendo Leão, Castela e Aragão; durante algum tempo a Espanha cristã esteve quase unida; mas, ao morrer, Sancho desfez a obra de sua vida, dividindo o reino entre seus quatro filhos. O reino de Aragão deve sua existência a essa divisão. Fazendo recuar os muçulmanos ao sul e incorporando pacificamente Navarra ao norte (1076), veio a incluir, por volta de 1095, uma grande parte da Espanha norte-central. A Catalunha, nordeste da Espanha, em torno de Barcelona, foi conquistada por Carlos Magno em 788 e governada por condes franceses que fizeram da região uma "Marca Espanhola" semi-independente. Sua língua, a catalã, era uma combinação interessante do francês provençal com o castelhano. Leão, ao noroeste, entrou na história com Sancho, o Gordo, que era tão pesado que somente podia andar apoiado em um ajudante. Deposto pelos nobres, foi para Córdova, onde o famoso médico e estadista judeu Hasdai ben Shaprut curou-o da obesidade. Então, alegre como D. Quixote, Sancho regressou a Leão e recon-

quistou o trono (959).[14] Castela, na Espanha central, teve o nome derivado de seis castelos. Ela fazia fronteira com a Espanha muçulmana e vivia em contínuo alerta à guerra. Em 930 seus cavaleiros recusaram-se a obedecer por mais tempo aos reis das Astúrias ou Leão e estabeleceram um Estado independente, com capital em Burgos. Fernando I (1035-65) uniu Leão e a Galícia a Castela, obrigou os emires de Toledo e Sevilha a pagar-lhe tributos anuais e, como Sancho, o Grande, anulou seu trabalho, pela sua morte e divisão do reino entre seus três filhos, que ciosamente continuaram a tradição de guerra intestina entre os reis da Espanha cristã.

A pobreza agrícola e a desunião política mantiveram a Espanha cristã muito atrás de seus rivais muçulmanos ao sul e francos ao norte, nos confortos e artes da civilização. Mesmo dentro de cada pequeno reino a unidade constituía um interlúdio. Os nobres quase ignoravam os reis, exceto na guerra, e governavam seus servos e escravos com soberania feudal. A hierarquia eclesiástica formava uma segunda nobreza; bispos também possuíam terras, servos e escravos, dirigiam suas próprias tropas na guerra, geralmente ignoravam os papas, e governavam a cristandade espanhola como uma igreja quase independente. No ano de 1020, em Leão, nobres e bispos reuniram-se em conselhos nacionais e legislaram como um parlamento para o reino de Leão. O Conselho de Leão concedeu a essa cidade uma carta de autogoverno, fazendo dela a primeira comuna autônoma da Europa medieval; cartas similares foram conferidas a outras cidades espanholas, provavelmente a fim de alistar seu ardor e fundos na guerra contra os mouros; e uma limitada democracia urbana ergueu-se em meio ao feudalismo e sob as monarquias da Espanha.

A carreira de Rodrigo (Rui) Diaz ilustra a bravura, cavalheirismo e o caos da Espanha cristã no século XI. Ele chegou até nós mais com o título, recebido dos mouros, de El Cid (*saiyd*, em árabe — nobre ou senhor) do que pelo apelido cristão de El Campeador — o Desafiador ou Campeão. Nascido em Bivar, perto de Burgos, mais ou menos em 1040, cresceu como *caballero* ou aventureiro militar, lutando em toda parte por qualquer causa que lhe rendesse dinheiro; com cerca de 30 anos era admirado em toda Castela pela sua ousada habilidade na luta, e desacreditado pela sua aparentemente igual disposição de lutar contra os mouros a favor dos cristãos, ou de combater os cristãos pelos mouros. Enviado por Afonso VI de Castela para coletar tributos devidos por al-Mutamid, o poeta-emir de Sevilha, foi ele acusado, ao regressar, de conservar parte do dinheiro, pelo que foi banido de Castela (1081). Tornou-se um flibusteiro, organizou um pequeno exército de soldados da fortuna e vendia seus serviços a governantes cristãos ou muçulmanos, indiferentemente. Durante oito anos serviu ao emir de Saragoça e estendeu o domínio mouro à custa de Aragão. Em 1089, comandando sete mil homens, na maioria muçulmanos, tomou Valência e exigiu dela um tributo mensal de 10.000 dinares ouro. Em 1090 prendeu o conde de Barcelona e o deteve como refém de 80.000 dinares. Encontrando Valência fechada para ele, ao regressar da expedição, sitiou-a durante um ano; quando ela se rendeu (1094) violou todas as condições sob as quais a cidade havia deposto suas armas. Queimou vivo o presidente de seu tribunal de justiça, dividiu as posses dos cidadãos entre seus sequazes e teria queimado a esposa e filhas do juiz se a cidade e seus próprios soldados não tivessem dado um grito de protesto.[15] Desta e de outras maneiras, Cid portou-se segundo a moda de seu tempo. Resgatou seus pecados governando Valência com habilidade e justiça, fazendo dela um baluarte salvador contra os mouros almorávidas. Quando morreu (1099), sua esposa Jimena governou a cidade por três anos. Uma pos-

teridade admiradora transformou-o por meio da lenda em um cavaleiro que agia somente pelo santo zelo de restaurar o reinado de Cristo na Espanha; e seus ossos em Burgos são reverenciados como os de um santo.[16]

Tão dividida contra ela própria, a Espanha cristã realizou sua lenta *reconquista* unicamente porque a Espanha muçulmana afinal a ultrapassou na fragmentação e anarquia. A queda do califado cordovês em 1036 ofereceu a oportunidade brilhantemente aproveitada por Afonso VI de Castela. Com a ajuda de al-Mutamid, de Sevilha, ele conquistou Toledo (1085) e fez dela sua capital. Tratou os muçulmanos conquistados com decência muçulmana, e favoreceu a absorção da cultura moura à Espanha cristã.

III. FRANÇA: 614-1060

1. *O Advento dos Carolíngios: 614-768*

Quando Clotário II se tornou rei dos francos, a dinastia merovíngia parecia firme; nunca antes um monarca dessa família governara um reino tão grande e unido. Clotário devia sua ascensão aos nobres da Austrásia e Burgúndia. Ele os recompensou com maior independência e domínios aumentados, e escolheu um deles, Pepino I, o Velho, como seu "Prefeito do Palácio". O *major domus* — "Chefe da Casa" — tinha sido originariamente o superintendente da casa real e supervisor das propriedades reais; suas funções administrativas cresceram à medida que os reis merovíngios se concentravam no deboche e na intriga; passo a passo ele assumiu o controle das cortes, do exército e das finanças. O filho de Clotário, o rei Dagoberto (628-39), limitou durante algum tempo o poder do *major domus* e dos magnatas. "Agiu com justiça tanto para com os ricos como para com os pobres", diz o cronista Fredegário; "dormia e comia pouco e agia de maneira que todos os homens deixavam sua presença cheios de alegria e admiração."[17] Todavia Fredegário acrescenta: "Ele tinha três rainhas e uma multidão de concubinas" e era "escravo da incontinência".[18] Sob o governo de seus negligentes sucessores — os *rois fainéants* ou reis que nada faziam — o poder passou novamente às mãos do prefeito do palácio. Pepino II, o Moço, derrotou seus rivais na batalha de Testry (687), ampliou seu título de *major domus* para *dux et princeps Francorum* e governou toda a Gália exceto a Aquitânia. Seu filho ilegítimo, Carlos Martel (Martelo), nominalmente prefeito do palácio e duque da Austrásia, dominou toda a Gália no reinado de Clotário IV (717-19). Resolutamente repeliu as invasões da Gália pelos frísios e saxões e salvou a Europa para o cristianismo, derrotando os muçulmanos em Tours. Apoiou Bonifácio e outros missionários na conversão da Alemanha, mas, premido por grandes necessidades financeiras, confiscou terras da Igreja, vendeu bispados a generais, aquartelou suas tropas em mosteiros, decapitou um monge que protestou,[19] e foi condenado ao inferno em centenas de sermões e advertências.

Em 751 seu filho, Pepino III, como *major domus* de Childerico III, enviou uma embaixada ao Papa Zacarias para perguntar se era pecado depor o títere merovíngio e tornar-se ele próprio rei de nome, como já o era de fato. Zacarias, que necessitava do apoio dos francos contra os lombardos ambiciosos, respondeu-lhe com uma negativa animadora. Pepino convocou uma assembléia de nobres e prelados em Soissons; ali foi ele escolhido rei dos francos (751), e o último dos monarcas que nada fazia foi tonsurado e internado em um mosteiro. Em 754 o Papa Estêvão II veio à abadia de São Dionísio nos subúrbios de Paris e ungiu Pepino *rex Dei gratia* — "rei pela graça de Deus". Assim terminou a dinastia merovíngia (486-751) e começou a carolíngia (751-987).

Pepino III, o Breve, era governante paciente e que via longe, piedoso e prático, amando a paz e invencível na guerra, e, na moral, acima de qualquer precedente na Gália desses séculos. Tudo que Carlos Magno realizou foi preparado por Pepino; em seus dois reinados de 63 anos (751-814) a Gália foi por fim transformada na França. Pepino reconheceu a dificuldade de governar sem a ajuda da religião; restabeleceu a propriedade, os privilégios e as imunidades da

Igreja; trouxe relíquias sagradas para a França e usou-as nos ombros em uma ostentação para impressionar; salvou o papado dos reis lombardos e deu-lhe um poder temporal espaçoso na "Doação de Pepino" (756). Ficou contente em receber em troca o título de *patricius Romanus* e uma injunção papal aos francos para que nunca escolhessem um rei a não ser de sua progênie. Morreu na maturidade de suas forças em 768, depois de legar o reino dos francos conjuntamente a seus filhos Carlomano II e Carlos, que se tornaria Carlos Magno.

2. *Carlos Magno: 768-814*

O maior dos reis medievais nasceu em 742, em lugar desconhecido. Era de sangue e língua germânicos e possuía algumas características de seu povo — força corporal, coragem de espírito, orgulho de raça, e uma simplicidade rude muitos séculos distante da polidez urbana do francês moderno. Lia poucos livros, mas bons. Na velhice tentou aprender a escrever, mas nunca conseguiu fazê-lo bem. No entanto, sabia falar o teutônico antigo e o latim literário e compreendia o grego.[20]

Em 771 Carlomano II morreu e Carlos, aos 29 anos, tornou-se o único rei. Dois anos depois, recebeu do Papa Adriano II um apelo urgente de ajuda na luta contra o lombardo Desidério, que estava invadindo os Estados papais. Carlos Magno sitiou e tomou Pavia, assumiu a coroa da Lombardia, confirmou a Doação de Pepino e aceitou o papel de protetor da Igreja em todos os seus poderes temporais. Regressando a sua capital, Aix-la-Chapelle (Aachen), começou uma série de 53 campanhas — quase todas dirigidas pessoalmente — destinadas a arredondar seu império pela conquista e cristianização da Bavária e Saxônia, extermínio dos irrequietos ávaros, protegendo a Itália dos sarracenos incursionadores e fortalecendo as defesas da *Francia* contra os mouros em expansão na Espanha. Os saxões de sua fronteira oriental eram pagãos; tinham incendiado uma igreja cristã e feito incursões na Gália; estas razões foram suficientes para Carlos Magno encetar 18 campanhas (772-804), desencadeadas com incansável ferocidade de ambos os lados. Carlos propôs aos saxões vencidos uma escolha entre o batismo e a morte e mandou decapitar 4.500 saxões rebeldes em um só dia;[21] depois do que seguiu para Thionville a fim de celebrar a natividade de Cristo.

Em Paderborn, em 777, Ibn al-Arabi, o governador muçulmano de Barcelona, pedira o auxílio do rei cristão contra o califa de Córdova. Carlos conduziu um exército através dos Pireneus, sitiou e tomou a cidade cristã de Pamplona, tratou os cristãos, bem como os incontáveis bascos do norte da Espanha, como inimigos, e avançou até Saragoça. Mas os levantes muçulmanos que al-Arabi havia prometido como parte da estratégia contra o califa não se verificaram. Carlos Magno viu que suas forças sem auxílio não poderiam desafiar Córdova. Chegou então notícia de que os saxões conquistados estavam em violenta revolta e marchavam furiosamente sobre Colônia; e com a maior bravura fez seu exército retroceder, em longa e estreita fila, pelos desfiladeiros dos Pireneus. Em um deles, em Roncesvalles, na Navarra, uma força de bascos atacou a retaguarda dos francos e matou quase todos os homens (778). Ali morreu o nobre Hruodland (Rolando), que três séculos depois se tornaria o herói do poema mais famoso da França — a *Chanson de Roland*. Em 795, Carlos Magno enviou outro exército através dos Pireneus. A Marca Espanhola — um pedaço do nordeste da Espanha — tornou-se parte de Francia, Barcelona capitulou e Navarra e Astúrias reconheceram a soberania franca (806). Entrementes Carlos Magno havia subjugado os saxões

(785), repelido os eslavos em avanço (789), derrotado e dispersado os ávaros (790-805) e, no trigésimo quarto ano de seu reinado e no sexagésimo terceiro de sua vida, havia-se resignado à paz.

Na verdade Carlos Magno havia sempre amado mais a administração do que a guerra, e tinha recorrido às armas para forçar alguma forma de unidade de governo e fé em uma Europa ocidental dividida, durante séculos, pelos conflitos de tribos e crenças. Havia agora trazido para seu domínio todos os povos entre o Vístula e o Atlântico, entre o Báltico e os Pireneus, com quase toda a Itália e muito dos Bálcãs. Como podia um homem governar devidamente um reino tão vasto e heterogêneo? Carlos Magno era bastante forte de corpo e nervos para suportar mil e uma responsabilidades, perigos e crises, até mesmo a conspiração do filho para assassiná-lo. Tinha em si o sangue ou o ensinamento do sábio e cauteloso Pepino III e do impiedoso Carlos Martelo, sendo ele próprio uma espécie de martelo. Estendeu seu poder, guardou-o com uma firme organização militar, apoiou-o com sanção e rito religiosos. Era capaz de visualizar amplos propósitos e podia desejar os meios bem como os fins. Tinha capacidade para comandar um exército, persuadir uma assembléia, acalmar a nobreza, dominar o clero, contentar um harém.

Fez do serviço militar uma condição para possuir mais do que um pedaço de propriedade, e com isso fundou o moral marcial na defesa e extensão da terra. Todo homem livre, sendo chamado às armas, tinha de se apresentar completamente equipado ao conde local, e todo nobre era responsável pelo preparo militar de seus vassalos. A estrutura do Estado repousava nessa força organizada, apoiada por todos os fatores psicológicos favoráveis na santidade da majestade ungida, no esplendor do cerimonial da presença imperial e na tradição de obediência para com o governo estabelecido. Em torno do rei reunia-se uma corte de nobres administrativos e membros do clero — o mordomo ou chefe do palácio, o "conde palaciano" ou presidente do tribunal, os *palsgraves* ou juízes da corte do palácio, e centenas de doutos, criados e funcionários. O sentido da participação pública no governo foi estimulado pelas assembléias semi-anuais dos proprietários armados, reunidos por conveniência militar, ou outras causas, em Worms, Valenciennes, Aix-la-Chapelle, Genebra, Paderborn... geralmente ao ar livre. Em tais assembléias o rei apresentava a pequenos grupos de nobres ou bispos suas propostas de legislação; eles as consideravam e devolviam-nas ao rei com sugestões; este formulava os *capitula* ou capítulos de legislação e submetia-os ao povo para aprovar por aclamação. Raras vezes a assembléia mostrava sua desaprovação com um grunhido ou gemido coletivo. Hincmar, arcebispo de Reims, apresentou um retrato íntimo de Carlos Magno numa dessas reuniões "saudando os homens mais notáveis, conversando com aqueles que raras vezes via, mostrando carinhoso interesse para com os mais velhos e brincando pessoalmente com os jovens". Nessas reuniões cada bispo e administrador provincial tinha de apresentar ao rei um relatório sobre qualquer acontecimento significativo ocorrido em sua localidade desde a última sessão. "O rei queria saber", diz Hincmar, "se em qualquer parte ou recanto do reino o povo estava inquieto e por quê."[22] Às vezes (continuando a velha instituição romana de *inquisitio*) os representantes do rei convocavam os principais cidadãos para inquirir e fornecer sob juramento uma "verdadeira declaração" (*veredictum*) sobre a riqueza tributável, o estado da ordem pública, a existência de crimes e criminosos, no distrito visitado. No século IX, em terras dos francos, este veredicto de um *jurata* ou grupo

juramentado de inquiridores era empregado para decidir muitos assuntos locais de propriedade de terras ou culpas criminosas. Do *jurata*, através dos desenvolvimentos normandos e ingleses, adviria o sistema de júri dos tempos modernos.[23]

O império estava dividido em condados, cada um governado em assuntos espirituais por um bispo ou arcebispo e em seculares por um *comes* (companheiro... do rei) ou conde. Uma assembléia local de proprietários de terra reunia-se duas ou três vezes por ano em cada capital provincial para servir de governo da região e como corte de apelação da província. Os perigosos condados de fronteira ou "marcas" tinham governadores especiais — *graf, margrave* ou *markherzog*. Roland de Roncesvalles, por exemplo, era governador da "marca" da Bretanha. Toda administração local estava sujeita aos *missi dominici* — "emissários do senhor" — enviados por Carlos Magno a fim de transmitir seus desejos aos funcionários locais, passar em revista seus atos, julgamentos e contas, impedir o suborno, a extorsão, o nepotismo e a exploração, receber queixas e reparar erros, proteger "a Igreja, os pobres e os bairros e viúvas e todo o povo" da maldade ou tirania, e relatar ao rei a situação do reino; o *Capitulare missorum* que estabelecia estes emissários era uma "Magna Carta" para o povo, quatro séculos antes da Magna Carta da Inglaterra para a aristocracia. Que estas capitulares significavam o que diziam aparece no caso do duque de Ístria, que, sendo acusado pelos *missi* de diversas injustiças e extorsões, foi pelo rei forçado a restituir o fruto do roubo, compensar todos que sofreram injustamente, confessar publicamente seus crimes e dar garantias contra sua repetição. Além das suas guerras, o governo de Carlos Magno foi o mais justo e esclarecido que a Europa havia conhecido desde Teodorico, o Godo.

As 65 capitulares que restam da legislação de Carlos Magno figuram entre os corpos mais interessantes do direito medieval. Não constituíam um sistema organizado, mas antes uma extensão e aplicação dos códigos "bárbaros" anteriores para nova ocasião e necessidade. Em certos particulares eram menos claras do que as leis do rei Liutprando da Lombardia: mantinham o velho costume de os parentes de um assassino indenizarem os parentes da vítima para evitar uma vingança sangrenta, o ordálio, julgamento pelo combate e castigo por mutilação;[24] e decretavam a morte pela volta ao paganismo ou por comer carne no período de jejum da Quaresma — embora neste caso o sacerdote pudesse abrandar a pena.[25] Nem todas as capitulares eram leis; algumas eram respostas a perguntas, outras perguntas dirigidas por Carlos Magno a funcionários, algumas outras conselhos morais. "É necessário", dizia um artigo, "que todo homem procure com o melhor de suas forças e habilidade servir a Deus e seguir Seus preceitos; pois o Senhor Imperador não pode vigiar todos os homens em disciplina pessoal."[26] Vários artigos procuravam pôr mais ordem nas relações sexuais e maritais do povo. Nem todos esses conselhos eram obedecidos; mas em todas as capitulares existe um esforço consciencioso para transformar o barbarismo na civilização.

Carlos Magno baixou leis sobre agricultura, indústria, finança, educação e religião bem como sobre governo e moral. Seu reino caiu em um período em que a economia da França meridional e da Itália encontrava-se em maré baixa, por causa do controle do Mediterrâneo pelos sarracenos. "Os cristãos", disse Ibn Caldun, "não poderão mais flutuar nem uma tábua no mar."[27] Toda a estrutura de relações comerciais entre a Europa ocidental e a África e o Levante ficou abalada. Somente os judeus — que Carlos Magno cuidadosamente protegeu por essa razão — faziam a ligação entre as metades agora hostis do que tinha sido um mundo econômico unido sob a susera-

nia de Roma. O comércio sobreviveu na Europa eslava e bizantina e no norte teutônico. O Canal da Mancha e o Mar do Norte estavam ativos com comércio; mas mesmo este seria perturbado, antes da morte de Carlos Magno, pela pirataria e incursões escandinavas. Vikings ao norte e muçulmanos ao sul quase fecharam os portos da França e tornaram-na um Estado interiorano e agrícola. A classe média mercantil declinou, não deixando nenhum grupo para competir com a aristocracia rural; o feudalismo francês foi favorecido pelas concessões de terra de Carlos Magno e pelos triunfos do Islã.

Carlos Magno esforçou-se por proteger os camponeses livres contra o alastramento da servidão, mas o poder dos nobres e a força das circunstâncias fizeram-no frustrar. Até a escravidão desenvolveu-se durante algum tempo, como resultado das guerras carolíngias contra as tribos pagãs. As propriedades do rei, periodicamente aumentadas por confiscos, presentes, reversões de terras deixadas sem testamento e reivindicação, constituíam a principal fonte da receita real. Para cuidar destas terras ele baixou uma *Capitulare de villis* espantosamente pormenorizada e que revela sua cuidadosa apuração em toda receita e despesa do Estado. Florestas, terrenos devolutos, portos, estradas e todos os recursos minerais do subsolo constituíam propriedade do Estado.[28] Todo estímulo era dado a tal comércio, durante seu reerguimento; as feiras eram protegidas; pesos e medidas e preços, regulados; as peagens, moderadas; a especulação no termo, refreada; estradas e pontes, construídas ou reparadas; uma grande ponte foi lançada através do Reno em Mainz (Mogúncia), caminhos fluviais mantinham-se abertos; um canal foi planejado para ligar o Reno e o Danúbio, e, também, o Mar do Norte com o Negro. Uma moeda estável foi mantida; mas a escassez de ouro na França e o declínio do comércio levaram à substituição do *solidus*, moeda de ouro de Constantino, pela libra de prata. A energia e a solicitude do rei alcançavam todas as esferas da vida. Ele deu aos quatro ventos os nomes que conservam até hoje. Estabeleceu um sistema de ajuda aos pobres, tributou os nobres e o clero para pagar o custo do mesmo, tornando, desse modo, a mendicância um crime.[29] Apavorado pelo analfabetismo de seu tempo, quando quase só os eclesiásticos sabiam ler, e pela falta de educação entre o baixo clero, convidou estudiosos estrangeiros para restaurar as escolas de França. Paulo, o Diácono, foi chamado de Monte Cassino e Alcuíno de York (782), para ensinarem na escola que Carlos Magno organizou no palácio real de Aix-la-Chapelle. Alcuíno (735-804) era um saxão, nascido perto de York e educado na escola-catedral que o bispo Egberto havia fundado ali; no século VIII a Inglaterra e a Irlanda estavam culturalmente na frente da França. Quando o rei Ofa da Mércia enviou Alcuíno em missão a Carlos Magno, este rogou ao douto que ficasse; Alcuíno, contente de estar fora da Inglaterra, no momento em que os dinamarqueses a estavam "tornando desolada e desonrando os mosteiros com adultérios",[30] assentiu em ficar. Carlos Magno mandou vir, da Inglaterra e de outras partes, livros e professores, e logo a escola do palácio tornava-se um centro ativo de estudo, de revisão e cópia de manuscritos e de uma reforma educacional que se espalhou através do reino. Entre os alunos figuravam Carlos Magno, sua esposa Liutgarda, seus filhos, sua filha Gisela, seu secretário Eginardo, uma freira, e muitos outros. Carlos Magno era o mais sequioso de todos; entregou-se ao saber como havia absorvido Estados; estudou a retórica, a dialética, a astronomia. Fez um esforço heróico para escrever, diz Eginardo, "e costumava guardar tabuinhas debaixo do travesseiro, a fim de que nas horas vagas pudesse acostumar suas mãos a formar as letras; mas como tivesse começado tais esforços mui-

to tarde, não conseguiu êxito".[31] Estudou furiosamente o latim, mas continuou a falar o alemão em sua corte; compilou uma gramática germânica e colecionou espécimes da poesia primitiva alemã.

Quando Alcuíno, depois de oito anos na escola do palácio, pediu um ambiente menos excitante, Carlos Magno relutantemente nomeou-o abade de Tours (796). Nessa cidade, Alcuíno incentivou os monges a fazerem cópias mais perfeitas e exatas da Vulgata, dos mestres e clássicos latinos; e outros mosteiros imitaram o exemplo. Muitos dos nossos textos clássicos chegaram até nós dessa *scriptoria* monástica do século IX; praticamente toda a poesia latina existente, exceto Catulo, Tibulo e Propércio, e quase toda prosa latina existente, exceto Varro, Tácito e Apuleio, foram preservadas para nós pelos monges da idade carolíngia.[32] Muitos dos manuscritos dessa época estavam belamente iluminados pela paciente arte dos monges; a esta "Escola Palaciana" de iluminuras pertenciam as escrituras "Vienna", sobre as quais os posteriores imperadores germânicos prestavam o juramento de coroação.

Em 787 Carlos Magno baixou a todos os bispos e abades da Francia uma histórica *Capitulare de litteris colendis* ou diretriz sobre o estudo de letras. Repreendia os eclesiásticos por "linguagem grosseira" e "línguas incultas", e exortava todas as catedrais e mosteiros a estabelecerem escolas em que o clero e o leigo pudessem aprender a ler e escrever. Uma nova capitular de 789 aconselhava os diretores dessas escolas a "tomar cuidado para não fazer diferença entre os filhos de servos e de homens livres, de modo que eles possam vir e sentar-se nos mesmos bancos para estudar gramática, música e aritmética". Uma capitular de 805 estabelecia regulamentos para a educação médica e outra condenava as superstições médicas. Que seus apelos não deixavam de produzir resultados, está provado pelas muitas escolas de catedrais ou monásticas que atualmente se distribuem pela França e pela Alemanha ocidental. Teodulfo, bispo de Orléans, organizou escolas em todas as paróquias de sua diocese, recebia bem as crianças que ali compareciam e proibia que os sacerdotes-mestres recebessem qualquer remuneração;[33] este é o primeiro exemplo na História de educação gratuita e geral. Escolas importantes, quase todas adidas aos mosteiros, levantaram-se no século IX em Tours, Auxerre, Pavia, St. Gall. Fulda, Ghent (Gand) e outros lugares. A fim de fazer face à procura de professores, Carlos Magno mandava vir doutos da Irlanda, Inglaterra e Itália. Dessas escolas surgiram as universidades da Europa.

Não devemos superestimar a qualidade intelectual da época; esta ressurreição escolástica constituía o despertar da criança e não a maturidade das culturas como as que então existiam em Constantinopla, Bagdá e Córdova. Não produziu quaisquer grandes escritores. As composições formais de Alcuíno são asfixiantemente enfadonhas; somente suas cartas e versos ocasionais mostram-no como uma alma simples, capaz de reconciliar a felicidade com a piedade e não como um pedante aparatoso. Muitos homens escreveram poesia nessa breve renascença, e os poemas de Teodulfo são agradáveis de maneira restrita. Mas a única composição duradoura dessa época gaulesa foi a breve e simples biografia de Carlos Magno escrita por Eginardo. Segue o plano de *Vidas dos Césares* de Suetônio e chega mesmo a apanhar trechos dele para aplicar a Carlos Magno; mas tudo se perdoa a um autor que modestamente se declara "um bárbaro, muito pouco versado na língua romana".[34] Todavia ele deve ter sido homem de talento, pois Carlos Magno fez dele despenseiro e tesoureiro real e amigo íntimo, e escolheu-o para supervisar e talvez projetar muito da arquitetura de seu reino criador.

Palácios foram construídos para o imperador em Ingelheim e Nijmegen; e em Aachen (Aix-la-Chapelle), sua capital favorita, ele erigiu o famoso palácio e capela que sobreviveram a mil perigos e só vieram desmoronar sob as granadas e bombas da Segunda Guerra Mundial. Arquitetos desconhecidos modelaram seu plano na igreja de São Vital, em Ravena, que devia sua forma aos modelos bizantinos e sírios; o resultado era uma catedral oriental perdida no Ocidente. A estrutura octogonal era coroada por um domo circular; o interior, dividido por uma colunata circular de dois andares, era "adornado com ouro e prata e lâmpadas, grades e portas de sólido bronze, colunas e lâmpadas pendentes trazidas de Roma e Ravena",[35] e um famoso mosaico no domo.

Carlos Magno era generoso para com a Igreja; ao mesmo tempo ele se fez seu senhor e empregava suas doutrinas e pessoal como instrumentos de educação e governo. Muita parte de sua correspondência era sobre religião; enviava citações evangélicas a funcionários corruptos ou clérigos mundanos; e a intensidade de suas declarações veda a suspeita de que sua piedade não passava de uma atitude política. Mandava dinheiro a cristãos em dificuldades em terras estrangeiras, e em suas negociações com os governantes muçulmanos insistiu no justo tratamento das populações cristãs em países maometanos.[36] Bispos desempenharam parte saliente em seus conselhos, assembléias e administração. Mas ele os considerava, embora reverentemente, como seus agentes sob Deus; e não hesitava em mandar neles, mesmo em assuntos de doutrina ou moral. Condenou a veneração de imagens enquanto os papas a defendiam; exigiu de todo sacerdote uma descrição escrita de como o batismo era administrado em sua paróquia, enviou aos papas diretrizes tão numerosas como suas oferendas, suprimiu a insubordinação nos mosteiros e ordenou uma vigilância severa sobre os conventos, para impedir "atos de prostituição, bebedeira e cobiça" entre as freiras.[37] Em uma capitular de 811 perguntava ao clero o que ele queria dizer por "professar a renúncia ao mundo" que "nós vemos" quando alguns dos padres "diligenciavam dia após dia, por todos os meios, para aumentar suas posses; ora usando para esse fim de ameaças de chamas eternas ora promesssas de beatitude eterna; despojando pessoas de espírito simples de sua propriedade em nome de Deus ou de algum santo, com grande prejuízo para os herdeiros legais". Todavia, permitiu ao clero possuir suas próprias cortes de justiça, decretou que um dízimo ou décima parte de todo produto da terra deveria ser entregue à Igreja, deu ao clero o controle dos casamentos e testamentos, e ele próprio legou dois terços de suas propriedades imóveis aos bispados de seu reino.[38] Mas exigia dos bispos de vez em quando "presentes" substanciais a fim de contribuir para as despesas do governo.

Dessa cooperação íntima da Igreja e do Estado surgiu uma das mais brilhantes idéias na história política da humanidade: a transformação do reino de Carlos Magno no Santo Império Romano que teria atrás de si todo o prestígio, santidade e estabilidade da Roma imperial e papal. Os papas vinham-se ressentindo havia muito de sua subordinação territorial a Bizâncio, que não lhes dava nenhuma proteção nem garantia; viam a crescente sujeição do patriarca ao imperador de Constantinopla e receavam pela sua própria liberdade. Não sabemos quem concebeu ou desenvolveu o plano de uma coroação papal de Carlos Magno como imperador romano; Alcuíno, Teodulfo e outros chegados a ele tinham discutido essa possibilidade; talvez a iniciativa surgisse deles, ou dos conselheiros dos papas. Houve muitas dificuldades no caminho: o monarca grego já tinha o título de imperador romano, e todo direito histórico a esse

título; a Igreja não possuía nenhuma autoridade reconhecida para dar ou transferir o título; dá-lo a um rival de Bizâncio podia precipitar uma grande guerra do Oriente cristão, contra o Ocidente cristão, deixando uma Europa arruinada ao Islã conquistador. Foi de certa ajuda o fato de Irene haver ocupado o trono grego (797). Diziam alguns que agora não havia nenhum imperador grego e o campo estava aberto para quem quer que reclamasse o título. Se o ousado plano pudesse ser perfeitamente realizado haveria de novo um imperador romano no Ocidente, a cristandade latina erguer-se-ia forte e unida contra o Bizâncio cismático e os ameaçadores sarracenos e, pelo respeito e magia do nome imperial, a Europa barbarizada poderia retroceder, através de séculos de treva, e herdar e cristianizar a civilização e a cultura do mundo antigo.

Em 26 de dezembro de 795, Leão III foi eleito papa. A população romana não gostava dele; acusou-o de vários erros; e, a 25 de abril de 799, atacou-o, maltratou-o e prendeu-o em um mosteiro. Leão III escapou e buscou a proteção de Carlos Magno em Paderborn. O rei recebeu-o bondosamente, mandou-o de volta a Roma sob escolta armada e ordenou ao Papa e seus acusadores que comparecessem a sua presença no ano seguinte. Em 24 de novembro de 800 Carlos Magno entrou na antiga capital com pompa. A 1º de dezembro, uma assembléia de francos e romanos concordou em arquivar as acusações contra Leão se este as negasse sob juramento solene. Ele o fez e abriu-se o caminho para a magnífica celebração do Natal. No dia de Natal, quando Carlos Magno, envergando uma clâmide e calçando sandálias de um *patricius Romanus* ajoelhava-se ante o altar de São Pedro, Leão subitamente apresentou uma coroa ornada de gemas e colocou-a na cabeça do rei. A congregação, talvez de antemão instruída para agir conforme o ritual antigo do *senatus populusque Romanus* ao confirmar uma coroação, gritou três vezes: "Salve Carlos, o Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos!" A cabeça real foi ungida com óleo santo, o Papa saudou Carlos Magno como imperador augusto e ofereceu-lhe o ato de homenagem reservado desde 476 ao imperador do Oriente.

Se dermos crédito a Eginardo, Carlos Magno dissera-lhe que se soubesse da intenção do Papa de coroá-lo, ele não teria entrado na igreja. Talvez tivesse conhecimento do plano geral, mas lamentou a pressa e as circunstâncias de sua execução. Pode ser que não lhe tenha sido agradável receber a coroa de um Papa, abrindo a porta para uma luta de séculos sobre a dignidade relativa e o poder de doador e receptor. E, presumivelmente, anteviu dificuldades com Bizâncio. Agora enviava freqüentes embaixadas e cartas a Constantinopla, procurando sanar a lacuna. E, durante muito tempo, não fez uso do novo título. Em 802 propôs casamento a Irene como meio de mutuamente legitimar seus títulos duvidosos;[39] mas a queda de Irene do poder desfez o seu elegante plano. A fim de desencorajar qualquer ataque militar da parte de Bizâncio, ele arranjou uma *entente* com Harum al-Raschid. Este selou o acordo enviando-lhe alguns elefantes e as chaves para os lugares santos cristãos em Jerusalém. O imperador do Oriente, em troca, encorajou o emir de Córdova a renunciar à lealdade para com Bagdá. Finalmente, em 812, o *basileus* grego reconheceu Carlos Magno como co-imperador, em troca do reconhecimento, por Carlos Magno, de Veneza e Itália do sul como pertencentes a Bizâncio.

A coroação teve resultados para mil anos. Fortaleceu o papado e os bispos, tornando a autoridade civil derivada da confirmação eclesiástica. Gregório VII e Inocêncio III, com apoio nos acontecimentos de 800 em Roma, construiriam uma Igreja mais

poderosa. A coroação fortaleceu Carlos Magno contra o descontentamento dos barões e outros elementos, por torná-lo o próprio vigário de Deus; favoreceu muito a teoria do direito divino dos reis. Contribuiu para o Cisma do cristianismo grego do latino; a Igreja grega não gostava da subordinação a uma Igreja romana aliada a um império rival de Bizâncio. O fato de Carlos Magno (como desejava o Papa) continuar a fazer de Aachen, e não Roma, sua capital, sublinhou a passagem do poder político do Mediterrâneo para o norte da Europa, do povo latino para os teutônicos. Acima de tudo, a coroação estabeleceu de fato o Santo Império Romano, embora não em teoria. Carlos Magno e seus conselheiros conceberam a sua nova autoridade como um renascimento do velho poder imperial; somente com Oto I foi reconhecida distintamente a nova característica do regime; e ele se tornou "santo" somente quando Frederico Barba-Roxa introduziu a palavra *sacrum* no seu título em 1155. Além de tudo, a despeito de sua ameaça à liberdade do espírito e do cidadão, o Santo Império Romano constituía uma nobre concepção, um sonho de segurança e paz, ordem e civilização restabelecidas em um mundo heroicamente conquistado ao barbarismo, violência e ignorância.

Formalidades imperiais cercavam agora o monarca em ocasiões solenes. Então ele tinha de usar roupas bordadas, uma fivela de ouro, sapatos adornados de jóias e uma coroa de ouro e gemas, e os visitantes prostravam-se para beijar seu pé ou o joelho; Carlos Magno tinha aprendido tal costume de Bizâncio e este de Ctesifonte. Mas Eginardo assegura-nos que nos outros dias a roupa de Carlos Magno pouco diferia da vestimenta comum dos francos — camisa de linho e calções, acima deles uma túnica de lã às vezes com franjas de seda; canudos amarrados por laços cobriam-lhe as pernas, e sapatos de couro, seus pés. No inverno acrescentava uma capa apertada de pele de marta ou lontra; e sempre uma espada ao lado. Tinha um metro e noventa de altura e compleição sólida. Cabelos louros, olhos vivos, um forte nariz, bigode mas não barba, e uma presença "sempre solene e dignificada".[40] Era moderado no comer e beber, abominava a embriaguez e conservava boa saúde a despeito de exposto ao perigo e durezas da vida. Caçava muitas vezes ou fazia exercícios vigorosos montado a cavalo. Era bom nadador e gostava de banhar-se nas fontes termais de Aachen. Raras vezes entretinha hóspedes, preferindo ouvir música ou ler um livro enquanto comia. Como todo grande homem, dava valor ao tempo; concedia audiências e ouvia casos de manhã enquanto se vestia e calçava os sapatos.

Debaixo de sua gravidade e majestade havia paixão e energia, que eram dirigidas no sentido de suas metas por uma inteligência clara. Sua força vital não era consumida por meia centena de campanhas. Entregou-se também com entusiasmo inesgotável à ciência, direito, literatura e teologia; irritava-se em deixar qualquer parte de terra ou qualquer seção do saber sem ser dominada ou explorada. De certo modo, era mentalmente ingênuo. Desprezava a superstição, proscreveu os adivinhos e no entanto aceitava muitas maravilhas míticas e exagerava a força da lei para incentivar o bem ou a inteligência. Esta simplicidade de espírito tinha seu lado bom: havia em seu pensamento e discurso uma retidão e honestidade raras vezes permitidas ao homem político.

Podia ser impiedoso quando a política o exigia e era especialmente cruel em seus esforços para difundir o cristianismo. Era porém um homem de grande generosidade, muita caridade, calorosa amizade e amores variados. Chorou a morte dos filhos, da filha e do Papa Adriano. Em um poema, *Ad Carolum regem*, Teodulfo traça o retrato

agradável do imperador no lar. À sua chegada do trabalho, os filhos se reúnem em torno dele; o filho Carlos toma-lhe a capa, o filho Luís, a espada, as seis filhas o abraçam, trazem-lhe pão, vinho, maçãs, flores. O bispo aparece para abençoar a comida do rei; Alcuíno está perto para discutir letras com ele; o pequeno Eginardo corre daqui para lá como uma formiga trazendo livros enormes.[41] Gostava tanto de suas filhas, que as persuadiu a não se casarem, dizendo que não poderia viver sem elas. Estas se consolavam com amores não permitidos e tiveram vários filhos ilegítimos.[42] Carlos Magno aceitava estes acidentes com bom humor, uma vez que ele próprio, seguindo o costume de seus predecessores, tinha quatro esposas sucessivas e cinco amantes ou concubinas. Sua abundante vitalidade fê-lo extremamente sensível aos encantos femininos; e suas mulheres preferiam uma parte dele ao monopólio de qualquer outro homem. Seu harém deu-lhe cerca de 18 filhos, dos quais oito eram legítimos.[43] Os eclesiásticos da corte e Roma tolerantemente fechavam os olhos à moral muçulmana de um rei tão cristão.

Carlos Magno, agora, era chefe de um império muito maior do que o bizantino, somente superado no mundo do homem branco pelo reino do califado abássida. Mas toda fronteira ampliada de império ou do saber traz novos problemas. A Europa ocidental havia tentado proteger-se dos germânicos trazendo-os à civilização; mas agora a Alemanha tinha de ser protegida contra os escandinavos e eslavos. Os vikings haviam, por volta de 800, estabelecido um reino na Jutlândia e estavam assaltando a costa frísia. Carlos Magno apressou-se em enviar tropas de Roma, construiu frotas e fortes nas costas e nos rios, e estacionou guarnições em pontos estratégicos. Em 810, o rei da Jutlândia invadiu a Frísia e foi repelido; mas pouco depois, se pudermos seguir a crônica do monge de St. Gall, Carlos Magno ficou chocado ao ver, de seu palácio de Narbona, navios de piratas dinamarqueses no golfo de Lião.

Talvez por prever — como Diocleciano — que seu amplo império necessitava de uma defesa rápida em muitos pontos ao mesmo tempo, dividiu-o, em 806, entre seus três filhos — Pepino, Luís e Carlos. Mas Pepino morreu em 810 e Carlos em 811; restou somente Luís, demasiado absorto na religião e que parecia inadequado para governar um mundo tão rude e traiçoeiro. Contudo em 813, em solene cerimônia, Luís foi elevado da classe de rei à de imperador e o velho monarca exprimiu o seu *nunc dimittis*: "Abençoado sejas Tu, ó Senhor Deus, Que me concedeste a graça de ver com meus próprios olhos meu filho sentado em meu trono!"[44] Quatro meses depois, quando passava o inverno em Aachen, foi atacado de uma febre alta e pleurisia. Procurou curar-se tomando apenas líquidos; mas após uma enfermidade de sete dias veio a falecer, com 47 anos de reinado e 72 de vida (814). Foi enterrado sob o domo da catedral de Aachen, vestido com o traje imperial. Logo todo o mundo começou a chamá-lo Carolus Magnus, Karl der Grosse, Charlemagne; e em 1165, quando o tempo havia lavado toda lembrança de suas amantes, a Igreja que ele havia servido tão bem incluiu-o entre os bem-aventurados.

3. *O Declínio Carolíngio*

A renascença carolíngia constituiu um dos vários interlúdios heróicos na Idade das Trevas. Ela podia ter encerrado a treva três séculos antes de Abelardo se não fora pelas brigas e incompetência dos sucessores de Carlos Magno, a anarquia feudal dos barões, a luta intermitente entre a Igreja e o Estado, as invasões normanda, magiar e sarrace-

na acarretadas por essa inépcia. Um homem, uma vida, não servira para estabelecer nova civilização. O renascimento de curta existência era demasiado e estreitamente clerical; o cidadão comum não participara dela; poucos dos nobres se interessaram alguma coisa por ela e somente alguns deles se abalançaram a aprender a ler. O próprio Carlos Magno tem alguma culpa pelo colapso de seu império. Ele enriquecera tanto o clero que o poder dos bispos, agora que sua poderosa mão havia desaparecido, sobrepujava o do imperador; e ele tinha sido compelido por motivos militares e administrativos a ceder um grau perigoso de independência às cortes e aos barões das províncias. Tinha deixado as finanças de um governo imperialmente sobrecarregadas na dependência da lealdade e integridade desses rudes aristocratas, e sobre a renda modesta de suas próprias terras e minas. Não fora capaz, como os imperadores bizantinos, de organizar uma burocracia de servidores civis responsáveis somente perante o poder central ou capaz de levar avante o governo através de todas as vicissitudes da pessoa do imperador. Dentro de uma geração, depois da morte de Carlos Magno, já os *missi dominici*, que espalhavam sua autoridade nos condados, foram dispensados ou ignorados, e os senhores locais escaparam do controle central. O reinado de Carlos Magno tinha sido um feito de gênio; representou um adiantamento político em época e região de declínio econômico.

Os apelidos atribuídos a seus sucessores pelos seus contemporâneos contam a história: Luís, o Pio, Carlos, o Calvo, Luís, o Gago, Carlos, o Gordo, Carlos, o Simples. Luís, o *Pius* (Pio é tradução errada, encravada no tempo, do termo *pius* que significa reverente, fiel, bondoso, gentil, etc.) (814-40), era tão alto e belo como seu pai; modesto, gentil e gracioso e tão incorrigivelmente bondoso como César. Educado por padres, tomou ao pé da letra os preceitos morais que Carlos Magno havia praticado com tanta moderação. Tinha uma esposa e nenhuma concubina; expulsou de sua corte as amantes de seu pai e suas irmãs ilegítimas e quando estas protestaram encerrou-as em mosteiros. Seguiu os sacerdotes e convidou os monges a viverem segundo suas regras beneditinas. Sempre que encontrava injustiça ou exploração, procurava evitá-las e corrigir os erros cometidos. O povo se maravilhava em vê-lo tomar sempre o partido do fraco ou do pobre.

Sentindo-se preso ao costume franco, dividiu seu império em reinos governados pelos filhos — Pepino, Lotário e Luís, o "Germânico" (a quem chamaremos Ludwig). Do casamento com a segunda mulher, Judite, Luís teve um quarto filho, conhecido na história como Carlos, o Calvo. Luís amava-o com uma acentuação quase avoenga e quis dar-lhe uma parte do império, anulando a divisão de 817. Os três filhos mais velhos objetaram e começaram uma guerra civil de oito anos contra o pai. A maioria dos nobres e o clero apoiou a rebelião; os poucos que pareciam leais desertaram em um momento crítico em Rothfeld (perto de Colmar) que desde então ficou sendo *Lügenfeld*, o Campo das Mentiras. Luís ordenou a seus adeptos remanescentes que o deixassem para a salvação deles próprios e entregou-se aos filhos (833). Estes encarceraram e tonsuraram Judite, internaram o jovem Carlos em um convento e ordenaram ao pai que abdicasse e fizesse penitência pública. Em uma igreja de Soissons, Luís, cercado por 30 bispos e na presença de seu filho e sucessor, Lotário, foi compelido a descobrir-se até a cintura, prostrar-se sobre uma coberta de lã e ler alto uma confissão de crime. Tomou a veste cinzenta de penitente e durante um ano ficou encerrado em um mosteiro. Desde esse instante um episcopado unido governou a França em meio à desintegração da casa carolíngia.

O sentimento popular revoltou-se contra o tratamento de Lotário para com Luís. Muitos nobres e alguns prelados responderam aos apelos de Judite para anular a deposição; seguiu-se uma briga entre os filhos. Pepino e Ludwig libertaram o pai, restauraram-no no poder e devolveram Judite e Carlos aos braços do velho imperador (834). Luís não se vingou, perdoou a todos. Quando Pepino morreu (838), foi feita uma nova partilha; Ludwig não gostou dela e invadiu a Saxônia. O velho imperador novamente comandou seus soldados e repeliu a invasão; mas, de volta, adoeceu em caminho devido às intempéries e morreu perto de Ingelheim (840). Entre suas últimas palavras havia uma mensagem de perdão a Ludwig e um apelo a Lotário, agora imperador, para que protegesse Judite e Carlos.

Lotário tentou reduzir Carlos e Ludwig à situação de vassalos; estes o derrotaram em Fonteney (841) e em Estrasburgo ambos prestaram juramento de lealdade mútua, famoso por ser o mais antigo documento em francês. Entretanto, em 843, eles assinaram com Lotário o Tratado de Verdun e partilharam o império de Carlos Magno aproximadamente nos modernos Estados da Itália, Alemanha e França. Ludwig recebeu as terras entre o Reno e o Elba, Carlos a maior parte da França e a Marca Espanhola. Lotário recebeu a Itália e as terras entre o Reno no leste e o Escalda, Saona e Ródano no ocidente; este Estado heterogêneo, que se estendia da Holanda à Provença, tomou o nome do soberano e ficou sendo *Lothari regnum*, Lotaríngia, Lothringar, Lorraine, Lorena. Não tinha qualquer unidade étnica ou lingüística e tornou-se inevitavelmente o campo de batalha entre Alemanha e França, trocando repetidas vezes de dono segundo as flutuações sangrentas de vitória e derrota.

Durante estas custosas guerras civis que enfraqueciam o governo, o potencial humano, a riqueza e o moral da Europa ocidental, as tribos em expansão da Escandinávia invadiram a França em uma onda bárbara que reiniciou e completou a destruição e o terror das migrações germânicas de quatro séculos antes. Enquanto os suecos se estavam infiltrando na Rússia, os noruegueses obtendo um ponto de apoio na Irlanda e os dinamarqueses (danos) conquistando a Inglaterra, uma mistura de escandinavos, aos quais podemos chamar de normandos (*norse* ou *northmen*), assaltavam as cidades costeiras e fluviais da França. Depois da morte de Luís, o Pio, essas incursões tornaram-se grandes expedições, com frotas de mais de 100 navios completamente guarnecidos com guerreiros-remadores. Nos séculos IX e X a França suportou 47 ataques dos escandinavos. Em 840, os atacantes saquearam Ruão, começando um século de incursões contra a atual Normandia; em 843 entraram em Nantes e mataram o bispo em seu altar; em 844 subiram o Garona até Tolosa; em 845 subiram o Sena até Paris, mas pouparam a cidade em troca de um tributo de sete mil libras de prata. Em 846, enquanto os sarracenos estavam atacando Roma, os nórdicos conquistaram a Frísia, incendiaram Dordrecht e saquearam Limoges. Em 847, sitiaram Bordéus, mas foram repelidos; em 848, tentaram novamente, tomaram a cidade, saquearam-na, massacraram sua população e incendiaram-na completamente. Nos anos subseqüentes impuseram sorte idêntica a Beauvais, Bayeux, St.-Lô, Meaux, Évreux, Tours; podemos vislumbrar algo do terror daquela época observando que Tours foi pilhada em 853, 856, 862, 872, 886, 903 e 919.[45] Paris foi saqueada em 856, novamente em 861 e incendiada em 865. Em Orléans e Chartres os bispos organizaram exércitos e repeliram os invasores (855); mas em 856 piratas dinamarqueses saquearam Orléans. Em 859 uma frota escandinava navegou através do Gibraltar para o Mediterrâneo; assaltou cidades ao longo do Ródano até Valence; cruzou o gol-

fo de Gênova e saqueou Pisa e outras cidades italianas. Frustrados aqui e acolá pelos castelos fortificados dos nobres, os invasores roubaram ou destruíram os tesouros das igrejas e mosteiros não protegidos, muitas vezes queimando-os e a suas bibliotecas e às vezes matando os sacerdotes e monges. Nas litanias desses tenebrosos dias os homens oravam: *Libera nos a furore Normanorum* — "Livrai-nos do furor dos escandinavos!"[46] Como se estivessem mancomunados em conspiração com os nórdicos, os sarracenos tomaram a Córsega e a Sardenha em 810, assolaram a Riviera francesa em 820, saquearam Arles em 842 e ocuparam a maior parte da costa francesa do Mediterrâneo até 972.

O que estavam fazendo os reis e barões em todo esse meio século de destruição? Os barões, em situação difícil, detestavam ir em auxílio de outras regiões, e respondiam sem calor aos apelos por uma ação unida. Os reis estavam ocupados com suas guerras por causa de território ou trono imperial, e às vezes animavam os escandinavos a assaltarem as costas de países rivais. Em 859 o arcebispo Hincmar de Reims acusou diretamente Carlos, o Calvo, de negligência na defesa da França. Carlos foi sucedido (877-88) por fracalhões piores — Luís II, o Gago, Luís III, Carlomano e Carlos, o Gordo. Por circunstâncias do tempo e da morte, todo o reino de Carlos Magno foi novamente unido sob Carlos, o Gordo, e o moribundo império teve outra oportunidade de lutar por sua existência. Mas em 880 os escandinavos conquistaram e incendiaram Nijmegen e transformaram Courtrai e Gand em baluartes normandos; em 881, incendiaram Liège, Colônia, Bonn, Prüm e Aachen, em 882 tomaram Trier (Trèves), matando o arcebispo que dirigira sua defesa; no mesmo ano assaltaram Reims, forçando Hincmar a lutar até a morte. Em 883, ocuparam Amiens, mas retiraram-se com o recebimento de 12.000 libras de prata do rei Carlomano. Em 885, subjugaram Ruão, e navegaram para Paris em 700 navios com 30.000 homens. O governador da cidade, conde Odo ou Eudes, e seu bispo, Gozlin, opuseram forte resistência; durante 13 meses Paris agüentou o sítio e fez uma dúzia de surtidas; finalmente Carlos, o Gordo, ao invés de vir em socorro da cidade, pagou aos normandos 700 libras de prata e deu-lhes permissão de subir o Sena e passar o inverno na Burgúndia, que eles saquearam à vontade. Carlos foi deposto e morreu em 888. Odo foi eleito rei da França, e Paris, provado seu valor estratégico, tornou-se sede do governo.

O sucessor de Eudes, Carlos, o Simples (898-923), protegeu a região do Sena e do Saona, mas nada fez contra as depredações escandinavas no resto da França. Em 911 concedeu a Rolf ou Rolo, chefe normando, os distritos de Ruão, Lisieux e Évreux, de que os normandos estavam já de posse; consentiram eles em render homenagem feudal ao rei, mas riam em sua face quando realizavam a cerimônia. Rolo concordou com o batismo; seu povo seguiu-o à pia batismal e estabeleceu-se lentamente na agricultura e civilização. Assim começou a Normandia, como uma conquista dos escandinavos na França.

O ingênuo rei tinha encontrado finalmente uma solução para Paris; agora os próprios normandos deteriam os invasores que entrassem pelo Sena. Mas em outras partes continuavam as incursões dos escandinavos. Chartres foi pilhada em 911, Angers em 919; a Aquitânia e o Auvergne saqueados em 923; o Artois e a região de Beauvais em 924. Quase ao mesmo tempo, os magiares, tendo assolado o sul da Germânia, entraram na Burgúndia em 917, cruzaram e recruzaram a fronteira francesa sem encontrar obstáculo, roubaram e incendiaram mosteiros nas proximidades de Reims e Sens (937), passaram como gafanhotos vorazes através da Aquitânia (951)

queimaram os subúrbios de Cambrai, Laon e Reims (954) e livremente saquearam a Burgúndia. Sob estes repetidos golpes dos escandinavos e hunos, a estrutura da ordem social na França estava prestes a entrar em colapso. Um sínodo eclesiástico de Trosle em 909 proclamou:

> As cidades acham-se despovoadas, os mosteiros arruinados e queimados, o campo reduzido à solidão... Como os primeiros homens viveram sem a lei... assim agora todo homem faz o que lhe parece bom a seus próprios olhos, desprezando as leis humanas e divinas... Os fortes oprimem os fracos; o mundo está cheio de violências contra os pobres, e de saques de bens eclesiásticos... Homens devoram-se uns aos outros como os peixes no mar.[47]

Os últimos reis carolíngios — Luís IV, Lotário IV, Luís V — eram homens bem-intencionados, mas não tinham no sangue o ferro necessário para forjar uma ordem viva que partisse da desolação universal. Quando Luís V morreu sem filhos (987), os nobres e prelados da França procuraram o novo dirigente em alguma outra família que não a carolíngia. Encontraram-no entre os descendentes de um marquês da Nêustria, significativamente chamado Roberto, o Forte (falecido em 866). O conde Eudes, que tinha salvo Paris, era seu filho; um neto, Hugo, o Grande (falecido em 956), havia adquirido por compra ou guerra quase toda a região entre a Normandia, o Sena e o Loire como seu reino feudal, e tinha acumulado mais riqueza e poder do que os reis. Agora o filho de Hugo, chamado Hugo Capeto, herdara essa riqueza e poder e aparentemente a habilidade que havia granjeado a fortuna e a força. O arcebispo Adalberto, orientado pelo sutil e douto Gerbert, propôs Hugo Capeto como rei da França. Ele foi eleito por unanimidade (987) e começou a dinastia dos Capetos que, em linha direta ou colateral, governaria a França até a Revolução.

4. Letras e Artes: 814-1066

Talvez exageremos os danos causados pelas incursões escandinavas e magiares; amontoá-las em uma página por causa da brevidade obscurece indevidamente o retrato de uma época em que houve sem dúvida intervalos de segurança e paz. Mosteiros continuaram a ser construídos em todo esse terrível século IX e constituíram muitas vezes centros de indústria ativa. Ruão, não obstante as incursões e os incêndios, tornou-se mais forte pelo comércio com a Inglaterra; Colônia e Mogúncia dominavam o comércio sobre o Reno; e em Flandres, prósperos centros de indústria e comércio desenvolveram-se em Gand, Ypres, Lille, Douai, Arras, Tournai, Dinant, Cambrai, Liège e Valenciennes.

As bibliotecas monásticas sofreram perdas trágicas de tesouros clássicos com os assaltos, e sem dúvida muitas igrejas então destruídas tinham aberto escolas nas linhas do decreto de Carlos Magno. Bibliotecas sobreviveram nos mosteiros ou igrejas de Fulda, Lorsch, Reichenau, Mogúncia, Trèves, Colônia, Liège, Laon, Reims, Corbie, Fleury, St. Denis, Tours, Bobbio, Monte Cassino, St. Gall... O mosteiro beneditino de St. Gall era famoso por causa de seus escritores bem como por sua escola e seus livros. Ali, Notker Balbulo, o Gago (840-912), escreveu excelentes hinos e a *Crônica do Monge de St. Gall*; ali, Notker Labeo, o Lábio-Grosso (950-1022), traduziu Boécio, Aristóteles e outros clássicos para o alemão; estas traduções, que figu-

ram entre as primeiras produções da prosa alemã, contribuíram para fixar as formas e a sintaxe da nova língua.

Mesmo na França conturbada as escolas monásticas estavam iluminando a Idade das Trevas. Remy de Auxerre abriu uma escola pública em Paris no ano de 900; e no século X fundaram-se escolas em Auxerre, Corbie, Reims e Liège. Em Chartres, por volta de 1006, o bispo Fulberto (960-1028) fundou uma escola que se tornou a mais renomada na França antes de Abelardo; ali, o *venerabilis Socrates*, como seus pupilos o chamavam, organizou o ensino da ciência, medicina e literatura clássica bem como a teologia, Escrituras e liturgia. Fulberto era homem de nobre devoção, santa paciência e caridade infinita. À sua escola, antes do fim do século XI, iriam doutos como João de Salisbury, Guilherme de Conches, Berengário de Tours e Gilberto de la Porrée. Entrementes, ora em Compiègne ora em Laon, a escola palaciana estabelecida por Carlos Magno alcançava o auge de sua glória sob o estímulo e a proteção de Carlos, o Calvo.

Para essa escola palaciana, em 845, Carlos convidou diversos estudiosos irlandeses e ingleses. Entre eles estava um dos espíritos mais originais e audaciosos da Idade Média, Johannes Scotus Erigena, um homem cuja existência lança dúvida sobre a conveniência de manter a frase "Idade das Trevas", mesmo para o século IX. Seu nome revelava duplamente a sua origem. João Scoto Erígena — "João, o Irlandês, nascido em Erin"; chamá-lo-emos simplesmente Erígena. Embora, ao que parece, não fosse um eclesiástico, era homem de vasta erudição, mestre do grego, amante de Platão e dos clássicos, e uma espécie de espirituoso. Uma história que tem todo o cunho de invenção literária conta como Carlos, o Calvo, jantando com ele, perguntara: *Quid distat inter sottum et Scotum* — "O que distingue (ao pé da letra, o que separa) um tolo de um irlandês" — ao que João teria respondido: "A mesa".[48] Apesar disso Carlos gostava dele, assistia-lhe às conferências e provavelmente gozava suas heresias. O livro de João sobre a Eucaristia interpretava o sacramento como simbólico e implicitamente duvidava da presença real de Cristo no pão e no vinho consagrados. Quando Gottschalk, monge alemão, pregou a predestinação absoluta, e portanto negou o livre-arbítrio no homem, o arcebispo Hincmar pediu a Erígena que escrevesse uma réplica. O tratado disso resultante, *De divina praedestinatione* (*ca.* 851), começava com uma espantosa exaltação da filosofia: "Investigando seriamente e tentando descobrir a razão de todas as coisas, todos os meios de atingir uma doutrina piedosa e perfeita repousam nessa ciência e disciplina que os gregos chamam filosofia." Com efeito, o livro negava a predestinação. A vontade é livre tanto em Deus como no homem. Deus não conhece o mal, pois, se o conhecesse, Ele seria a causa do mesmo. A resposta era mais herética do que a de Gottschalk e foi condenada por dois conselhos de igreja em 855 e 859. Gottschalk foi encerrado em um mosteiro até a morte, mas o rei protegeu Erígena.

Em 824 o imperador bizantino Miguel, o Gago, havia enviado a Luís, o Pio, o manuscrito grego de um livro, *A Hierarquia Celestial*, tido pela ortodoxia cristã como tendo sido escrito por Dionísio, o Aeropagita. Luís, o Pio, enviou o manuscrito ao mosteiro de São Dionísio, mas ninguém ali era capaz de traduzir o seu grego. A pedido do rei, Erígena encarregou-se da tarefa. A tradução influenciou profundamente Erígena e restabeleceu na teologia cristã não-oficial o retrato neoplatônico de um universo que evolui ou emana de Deus através de diferentes estádios ou graus de perfeição decrescente, e lentamente retorna, passando por graus diferentes, à deidade.

Isso se tornou a idéia central da obra-prima do próprio João, *De divisione naturae* (867). Nela, entre muitos absurdos, e dois séculos antes de Abelardo, há uma ousada sujeição da teologia e da revelação à razão e uma tentativa para reconciliar o cristianismo com a filosofia grega. João aceita a autoridade da Bíblia, mas uma vez que seu sentido é muitas vezes obscuro, deve ser interpretado pela razão — geralmente por meio de simbolismo ou alegoria. Diz Erígena: "A autoridade às vezes procede da razão, mas a razão nunca vem da autoridade. Pois é fraca toda autoridade que não for aprovada pela verdadeira razão. Mas a verdadeira razão, já que repousa em sua própria força, não necessita de reforço de qualquer outra autoridade."[49] "Não devíamos alegar as opiniões dos santos padres... a menos que seja necessário para reforçar, por esse meio, argumentos aos olhos de homens que, inábeis no raciocínio, cedem antes à autoridade do que à razão."[50] Eis aqui a Idade da Razão movendo-se no ventre da Idade da Fé.

João define a natureza como "o nome geral para todas as coisas que são e que não são", isto é, todos os objetos, processos, princípios, causas e pensamentos. Divide a natureza em quatro espécies de seres: 1. aquele que cria mas não é criado, por exemplo, Deus; 2. aquele que é criado e cria, por exemplo, as causas primeiras, princípios, protótipos, idéias platônicas, logos, por cuja operação o mundo de coisas particulares é feito; 3. aquele que é criado e não cria, por exemplo, o dito mundo das coisas particulares; e 4. aquele que nem cria nem é criado, isto é, Deus como fim último e absorvente de todas as coisas. "Deus é tudo o que verdadeiramente existe, uma vez que Ele faz todas as coisas e é feito em todas as coisas." Não houve criação no tempo; pois isso implicaria uma modificação em Deus. "Quando ouvimos falar que Deus fez tudo, devemos entender somente que Deus está em todas as coisas, isto é, subsiste como essência de todas as coisas."[51] "Deus mesmo não é compreendido por nenhum intelecto nem é compreensível a essência secreta de quaisquer coisas criadas por Ele. Percebemos apenas acidentes, e não essências"[52] — fenômeno e não númeno, como diria Kant. As qualidades sensíveis das coisas não são inerentes às próprias coisas, mas são produzidas pelas nossas formas de percepção. "Quando ouvimos falar que Deus deseja, ama, escolhe, vê, ouve... não devemos pensar nada senão que sua inefável essência e força estão sendo expressas por sentidos co-naturais a nós" (congenial a nossa natureza) "para que os verdadeiros e piedosos cristãos sejam silenciados com referência ao Criador e não ousem dizer nada Dele para a instrução das almas simples."[53] Somente com um propósito semelhante podemos nós falar de Deus como masculino ou feminino; "Ele" não é nem um nem outra.[54] Se tomarmos "Pai" no sentido de substância criadora ou essência de todas as coisas, e "Filho" como a Sabedoria divina segundo a qual todas as coisas são feitas ou governadas e "Espírito" como a vida ou vitalidade de criação, podemos pensar de Deus como uma Trindade. Céu e inferno não são lugares, mas condições da alma; o inferno é a miséria do pecado, céu é a felicidade da virtude e o êxtase da visão divina (a percepção da divindade) revelada em todas as coisas à alma que for pura.[55] O Jardim do Éden era um tal estado de alma, não um lugar sobre a terra.[56] Todas as coisas são imortais; os animais também, como os homens, têm almas que voltam, depois da morte, a Deus, ou ao espírito criador do qual emanaram.[57] Toda a História constitui um vasto fluxo para o exterior da criação pela emanação, e um irresistível fluxo para dentro que leva finalmente todas as coisas de volta a Deus.

Houve filosofias piores do que esta e em épocas de iluminação. Mas a Igreja

suspeitou-a de cheirar a heresia. Em 865 o Papa Nicolau I exigiu de Carlos, o Calvo, que devia mandar João a Roma para julgamento ou demiti-lo da Escola Palaciana "para que ele não mais possa dar veneno àqueles que procuram o pão".[58] Não sabemos do resultado. Guilherme de Malmesbury[59] relata que "Johannes Scotus veio à Inglaterra e ao nosso mosteiro, conforme diz a notícia; foi espetado com as penas de ferro dos meninos a quem ele ensinava" e morreu dos ferimentos. Provavelmente a história não passa de um sonho de aluno. Filósofos como Gerbert, Abelardo e Gilberto de la Porrée foram secretamente influenciados por Erígena, mas de modo geral ele foi esquecido no caos e na escuridão da época. Quando no século XIII o seu livro foi exumado do esquecimento, o Conselho de Sens condenou-o (1225) e o Papa Honório III ordenou que todas as cópias fossem enviadas para Roma e ali queimadas.

Nestes séculos conturbados a arte francesa fez época. A despeito do exemplo de Carlos Magno, os franceses continuaram a construir suas igrejas no estilo bizantino. Por volta de 996 Guilherme de Volpiano, monge e arquiteto italiano, tornou-se chefe da abadia normanda de Fécamp. Trouxe com ele muitos desenhos do estilo lombardo e românico; e ao que parece foram seus pupilos que construíram a grande abadia românica de Jumièges (1045-67). Em 1042 outro italiano, Lanfranc, entrou no mosteiro normando de Bec e logo o transformou em um vibrante centro intelectual. Estudantes reuniram-se ali em tal número, que foi necessário providenciar novos prédios; Lanfranc projetou-os, talvez com auxílio de alguns outros arquitetos. Nenhuma pedra resta de suas estruturas; mas a Abbaye aux Hommes de Caen (1077-81) sobrevive como testemunha do poderoso estilo românico desenvolvido na Normandia por Lanfranc e seus discípulos.

Em toda a França e Flandres, no século XI, novas igrejas foram erguidas e artistas adornavam-nas com murais, mosaicos e estatuária. Carlos Magno tinha ordenado que os interiores de igreja deviam ser pintados para a instrução dos fiéis; os palácios de Aachen (Aix-la-Chapelle) e Ingelheim estavam decorados com afrescos; e sem dúvida muitas igrejas seguiram estes modelos. Os últimos fragmentos dos afrescos de Aachen foram destruídos em 1944; murais similares, porém, sobrevivem na igreja de São Germano de Auxerre. Estes diferem somente na escala do estilo e figuras das iluminuras manuscritas da época. Em Tours, no reinado de Carlos, o Calvo, uma grande Bíblia foi escrita e pintada pelos monges e apresentada ao rei; constitui ela agora o número um dos códices latinos na Biblioteca Nacional de Paris. Mais belo ainda é o evangelho "Lotariano", também feito nessa época pelos monges de Tours. Os monges de Reims, no mesmo século IX, produziram o famoso saltério "Utrecht" — 108 folhas de couro contendo os Salmos e o Credo dos Apóstolos, exuberantemente ilustradas com uma verdadeira coleção de animais e um museu de instrumentos e ocupações. Nestes retratos vivos, um realismo robusto transforma as figuras da arte da miniatura, outrora duras e convencionais.

5. O Erguimento dos Duques: 987-1066

A França que Hugo Capeto governou (987-996) erguia-se agora como nação separada, não mais reconhecendo a suserania do Santo Império Romano; a unificação da parte ocidental do continente europeu realizada por Carlos Magno nunca foi restabelecida, exceto momentaneamente por Napoleão e Hitler. Mas a França de Hugo não

era a França de nosso tempo. A Aquitânia e a Burgúndia ou Borgonha constituíam virtualmente ducados independentes, e a Lorena unir-se-ia durante sete séculos à Alemanha. Era uma França heterogênea em raça e língua: o nordeste, mais flamengo que francês, tinha uma grande proporção de elemento alemão em seu sangue; a Normandia era escandinava; a Bretanha, céltica e separada, dominada por refugiados da Inglaterra; a Provença era ainda em raça e língua uma "província" romano-gaulesa; a França das proximidades dos Pireneus, gótica; a Catalunha, tecnicamente sob a monarquia francesa, era gotalônia. O Loire dividia a França em duas regiões de culturas e línguas diferentes. A tarefa da monarquia francesa consistia em unificar esta diversidade, e de, de uma dúzia de povos, construir uma nação. A tarefa levaria 800 anos.

Para melhorar as possibilidades de uma sucessão ordeira, Hugo, no primeiro ano de reinado, fez o seu filho Roberto coroar-se co-rei. Roberto, o Pio (996-1031), é tido como um "rei medíocre",[60] talvez porque tenha fugido à glória da guerra. Surgida certa divergência sobre fronteiras com o Imperador Henrique II da Alemanha, combinaram uma conferência, trocaram presentes e chegaram a um acordo pacífico. Tal como Luís IX, Henrique IV e Luís XVI, Roberto tinha um sentimento bondoso para com os fracos e pobres, e protegeu-os como podia dos poderosos sem escrúpulos. Ele ofendeu a Igreja desposando sua prima Berta (998) e suportou daí por diante, com paciência, a excomunhão e o escárnio daqueles que julgavam sua mulher uma bruxa. Finalmente, separou-se dela e viveu infeliz desde então. Quando morreu, dizem, "houve grande pesar e mágoa insuportável".[61] Seguiu-se uma guerra de sucessão entre os filhos. Venceu o mais velho, Henrique I (1031-60), mas com a ajuda de Roberto, duque da Normandia. Quando terminou essa longa luta (1031-9), a monarquia estava tão empobrecida em dinheiro e homens que não era mais capaz de impedir o desmembramento da França pelos senhores poderosos e independentes.

Por volta do ano 1000, através da gradual apropriação do território circundante pelos grandes senhores, a França estava dividida em sete grandes principados governados por condes ou duques: Aquitânia, Tolosa, Burgúndia ou Borgonha, Anjou, Champagne, Flandres e Normandia. Estes duques ou condes eram em quase todos os casos os herdeiros de chefes ou generais a quem as terras haviam sido concedidas, em troca de serviços militares e administrativos, pelos reis merovíngios ou carolíngios. O rei tornara-se dependente desses magnatas para mobilização de tropas e proteção das províncias fronteiriças; depois de 888 não mais legislava para todo o reino, nem coletava impostos dele; os duques e condes aprovavam leis, cobravam taxas, faziam guerra, julgavam e castigavam com poderes praticamente soberanos em suas propriedades, e meramente ofereciam ao rei uma homenagem formal e limitado serviço militar. A autoridade do rei em lei, justiça e finanças estava reduzida ao seu domínio real, mais tarde chamado Île de France — a região do Saona e Sena médio, de Orléans a Beauvais e de Chartres a Reims.

De todos os ducados relativamente independentes, a Normandia desenvolveu-se mais rapidamente em autoridade e poder. Dentro de um século após sua cessão aos nórdicos ela se tinha tornado, talvez pela proximidade do mar e sua posição entre a Inglaterra e Paris, a província mais empreendedora e aventureira da França. Os escandinavos eram agora cristãos fervorosos, tinham grandes mosteiros e escolas-abadias e reproduziam-se com uma indiferença que breve levaria a juventude normanda a moldar novos reinos partindo de velhos Estados. A progênie dos vikings fez governadores fortes, não muito cuidadosos a respeito de sua moral, nem inibidos por escrúpulos,

mas capazes de governar com mão firme uma população turbulenta de gauleses, francos e escandinavos. Roberto I (1028-35) não era ainda duque da Normandia quando em 1026 seus olhos foram atraídos por Harlette, filha de um curtidor de peles de Falaise. Ela se tornou sua amante favorita, segundo um velho costume dinamarquês, e logo o presenteou com um filho conhecido pelos seus contemporâneos como Guilherme, o Bastardo, por nós como Guilherme, o Conquistador. Arrependido por seus pecados, em 1035 Roberto deixou a Normandia em uma peregrinação de penitência a Jerusalém. Antes de partir convocou seus principais barões e prelados e disse-lhes:

> Pela minha fé, não vos deixarei sem rei. Tenho um jovem bastardo que crescerá, queira Deus, e de cujas boas qualidades eu tenho grande esperança. Tomai-o por vosso senhor, peço-vos. Que ele não nasceu dos laços do himeneu pouco importa a vós; ele será apesar disso capaz na batalha... ou para fazer justiça. Faço-o meu herdeiro e constituo-o, a partir deste momento, senhor de todo o ducado da Normandia.[62]

Roberto morreu no caminho; durante algum tempo os nobres governaram em nome de seu filho. Mas dentro em breve Guilherme começou a baixar ordens na primeira pessoa. Uma rebelião tentou destroná-lo, mas ele a reprimiu com respeitável ferocidade. Mostrava-se homem de habilidade e coragem e de planos de longo alcance, um deus para os amigos e um diabo para os inimigos. Suportou com bom humor muitas piadas acerca de seu nascimento e assinava-se de vez em quando *Guilielmus Nothus* — Guilherme, o Bastardo; mas quando sitiava Alençon e os sitiados penduraram couros nas muralhas em alusão ao negócio de seu avô materno, Guilherme cortou as mãos e os pés dos prisioneiros feitos, arrancou-lhes os olhos, atirando esses membros, por meio de catapultas, para dentro da cidade. A Normandia admirou-lhe a brutalidade e o governo de ferro, e prosperou. Guilherme abrandou a exploração dos camponeses pelos nobres e apaziguou estes com feudos. Dominou e presidiu o clero e acalmou-o com presentes. Atendia devotamente a seus deveres religiosos e envergonhou o pai com uma fidelidade marital sem precedentes. Apaixonou-se da bela Matilda, filha de Balduíno, conde de Flandres. Não ficou desconcertado com os dois filhos da mulher nem com o marido que dela vivia separado. Ela repeliu Guilherme com insultos, dizendo que "preferia ser uma freira coberta de véus a casar-se com um bastardo";[63] ele insistiu, conquistou-a e desposou-a apesar da oposição do clero. Depôs o bispo Malger e o abade Lanfranc por condenarem o casamento e queimou parte da abadia de Bec no auge de sua raiva. Lanfranc persuadiu o Papa Nicolau II a tornar válida a união; e Guilherme, em sinal de expiação, construiu em Caen a famosa "Abbaye aux Hommes" normanda. Por este casamento Guilherme aliou-se ao conde de Flandres; em 1048 já tinha assinado uma *entente* com o rei de França. Tendo assim guardado e guarnecido seus flancos, ele se lançou, aos 39 anos de idade, à conquista da Inglaterra.

CAPÍTULO XX

O Erguimento do Norte

566—1066

I. INGLATERRA: 577-1066

1. Alfredo e os Dinamarqueses: 577-1016

DEPOIS da batalha de Deorham (577), a conquista anglo-saxônio-juta da Inglaterra encontrou apenas pequena resistência; e logo depois os invasores dividiram o país. Os jutos organizaram um reino em Kent; os anglos formaram três reinos — Mércia, Nortumberlândia e East Anglia; os saxões outros três em Wessex, Essex e Sussex, isto é, Saxônia ocidental, oriental e do sul. Estes sete pequenos reinos e outros ainda menores forneceram a "história da Inglaterra" até que o rei Egberto de Wessex, pelas armas ou pela sutileza, uniu a maior parte deles debaixo de seu governo (829).

Mas mesmo antes que esta nova terra de anglos fosse moldada pelo rei saxão, as invasões dinamarquesas já haviam começado; elas iriam abalar a ilha de mar a mar e ameaçar seu nascente cristianismo com um paganismo selvagem e analfabeto. "No ano 787", diz a *Crônica Anglo-Saxônia*, "vieram três navios às costas ocidentais da Saxônia... e mataram o povo. Foram os primeiros navios de dinamarqueses que procuravam a terra do povo de Engle (Inglaterra)." Em 793 outra expedição dinamarquesa atacou Nortumberlândia, saqueou o famoso mosteiro de Lindisfarne e assassinou seus monges. Em 794 os dinamarqueses entraram no rio Wear e pilharam Wearmouth e Jarrow, onde o erudito Beda havia trabalhado meio século antes. Em 838 os incursores atacaram East Anglia e Kent; em 839 uma frota pirata de 350 navios ancorou no Tâmisa, enquanto suas tripulações pilhavam Cantuária e Londres. Em 867, Nortumberlândia foi conquistada por uma força de dinamarqueses e suecos; milhares de "ingleses" foram mortos, mosteiros saqueados, bibliotecas dispersadas ou destruídas. York e suas vizinhanças, cuja escola havia dado Alcuíno a Carlos Magno, foram reduzidas à destruição e ignorância. Por volta de 871 a maior parte da Inglaterra, ao norte do Tâmisa, estava subjugada pelos invasores. Nesse ano um exército dinamarquês sob o comando de Guthrum marchou para o sul a fim de atacar Reading, a capital de Wessex; Etelredo, o rei, e seu jovem irmão Alfredo enfrentaram os dinamarqueses em Ashdown e venceram. Mas em uma segunda batalha, em Merton, Etelredo foi mortalmente ferido e os ingleses fugiram.

Alfredo subiu ao trono da Saxônia ocidental com a idade de 22 anos (871). Asser descreve-o como sendo então *illiteratus*, o que podia significar tanto analfabeto como ignorante do latim.[1] Ao que parece ele era epiléptico e sofreu um ataque no dia de seu casamento. Contudo é descrito como vigoroso caçador, belo e gracioso, superior aos irmãos em sabedoria e na habilidade marcial. Um mês depois da ascensão ao tro-

no dirigiu seu pequeno exército contra os dinamarqueses em Wilton e sofreu tamanha derrota, que para salvar a coroa teve de comprar a paz ao inimigo; mas em 878 obteve uma vitória decisiva em Ethandun (Edington). Metade das hostes dinamarquesas cruzou o Mancha para fazer pilhagens na França enfraquecida; o restante, pela paz de Wedmore, concordou em se confinar ao nordeste da Inglaterra, na região que veio a se chamar o Danelaw.

Asser, que não merece inteira confiança, diz que Alfredo, conduzindo seu exército a East Anglia "para saquear", conquistou a terra, e — talvez a fim de unificar a Inglaterra contra os dinamarqueses — fez-se rei de East Anglia e Mércia, bem como de Wessex. Então, como um Carlos Magno menos importante, voltou-se para o trabalho da restauração e do governo. Reorganizou o exército, construiu uma marinha, estabeleceu um direito comum a seus três reinos, reformou a administração da justiça, proporcionou proteção legal aos pobres, construiu ou reconstruiu cidades e vilas e erigiu "pavilhões reais e câmaras com pedra e madeira" para o seu crescente pessoal de governo.[2] Um oitavo de suas receitas era empregado em socorrer os pobres; outro oitavo, na educação. Em Reading, sua capital, estabeleceu uma escola-palaciana e fez doações generosas às obras educacionais e religiosas das igrejas e mosteiros. Lembrava-se com tristeza de como em sua infância "as igrejas estavam cheias de tesouros e livros... antes que todas elas fossem arrasadas e queimadas" pelos dinamarqueses. Agora "o saber tinha caído tanto entre os ingleses que muito poucos havia que... entendiam os ritos em inglês ou eram capazes de traduzir trechos de latim".[3] Mandou buscar doutos no estrangeiro — o bispo Asser de Gales, Erígena, da França e muitos outros — para virem instruir seu povo e a ele próprio. Lamentava que tivesse tão pouco tempo para ler e entregava-se como um monge aos estudos religiosos e eruditos. Ainda achava difícil a leitura; mas "dia e noite ordenava que lessem para ele". Reconhecendo, quase antes de qualquer outro europeu, a crescente importância das línguas vernáculas, fez com que certos livros básicos fossem traduzidos para o inglês. E ele próprio traduziu diligentemente a *Consolação da Filosofia,* de Boécio, *Cuidado Pastoral,* de Gregório, *História Universal,* de Orósio, e *História Eclesiástica da Inglaterra,* de Beda. Novamente, como Carlos Magno, compilou as canções de seu povo, ensinou-as a seus filhos e juntou-se aos menestréis da corte para cantá-las.

Em 894 nova invasão de dinamarqueses atingiu Kent. Os dinamarqueses do Danelaw enviaram reforços aos primeiros. E os galeses — patriotas celtas ainda não conquistados pelos anglo-saxões — assinaram uma aliança com os dinamarqueses. Eduardo, filho de Alfredo, caiu sobre o acampamento dos piratas e destruiu-o, e a nova marinha de Alfredo dispersou a frota dinamarquesa (899). Dois anos depois morria o rei, tendo vivido apenas 52 anos e reinado 28. Não podemos compará-lo com um gigante como Carlos Magno, pois a área de suas atividades era pequena. Mas em suas qualidades morais — piedade, retidão sem arrogância, temperança, paciência, cortesia, devoção a seu povo, desejo de melhorar a educação — ofereceu à nação inglesa um modelo e estímulo que ela recebeu gratamente e logo esqueceu. Voltaire admirava-o talvez com exagero: "Não penso que jamais tenha existido no mundo um homem mais digno do respeito da posteridade do que Alfredo, o Grande."[4]

Pelos fins do século X foi reiniciado o ataque escandinavo à Inglaterra. Em 991, uma força de vikings noruegueses, sob o comando de Olaf Tryggvesson, invadiu a costa inglesa, saqueou Ipswich e derrotou os ingleses em Maldon. Incapazes de continuar a resistir, os ingleses comandados pelo rei Etelredo (978-1013 , chamado o *Re-*

deless — Sem Conselho, porque recusou o conselho de seus nobres) livraram-se dos dinamarqueses com presentes sucessivos de 10.000, 16.000, 24.000, 36.000 e 48.000 libras de prata, que foram os primeiros impostos gerais arrecadados na Inglaterra — o vergonhoso e ruinoso *Danegeld*. (Imposto anual arrecadado [séc. X a XII] para a defesa da Inglaterra contra as invasões dinamarquesas. Posteriormente aplicado para outros fins.) Procurando auxílio estrangeiro, Etelredo negociou uma aliança com a Normandia e desposou Ema, filha do duque normando Ricardo I; dessa união surgiria muita história. Acreditando ou pretextando que os dinamarqueses da Inglaterra estavam conspirando para matá-lo e extinguir o *Witenagemot* (parlamento da nação), Etelredo ordenou secretamente um massacre geral dos dinamarqueses em toda a ilha (1002). Ignoramos quão eficazmente a ordem foi cumprida; provavelmente todos os dinamarqueses em idade militar residentes na Inglaterra foram mortos e também algumas mulheres. Entre estas figurava a irmã do rei Sweyn da Dinamarca. Jurando vingança, Sweyn ou Svens invadiu a Inglaterra em 1003 e novamente em 1013, desta vez com todas as suas forças. Os nobres de Etelredo o abandonaram; o rei fugiu para a Normandia e Sweyn tornou-se senhor e rei da Inglaterra. Quando Sweyn morreu (1014), Etelredo voltou à luta; os nobres o abandonaram de novo e concluíram a paz com o filho de Sweyn, Canuto (Cnut) (1015). Etelredo morreu dentro de Londres sitiada. Seu filho Edmundo, o Resoluto, lutou corajosamente, mas foi vencido por Canuto em Assandun (1016). Canuto foi desse modo aceito por toda a Inglaterra como seu rei e assim se completou a conquista dinamarquesa.

2. *Civilização Anglo-Saxônia: 577-1066*

A conquista era somente política. Instituições, língua e costumes anglo-saxões haviam criado tais raízes em seis séculos, que até hoje nem o governo, o caráter ou a língua dos ingleses podem ser entendidos sem eles. Nos intervalos sem novidade entre guerra e guerra e crime e crime, houvera uma reorganização da cultura da terra e do comércio, uma ressurreição da literatura, uma lenta formação da ordem e da lei.

A História não dá fundamentos à ilusão de que a Inglaterra dos anglo-saxões era um paraíso de camponeses livres, vivendo em comunidades democráticas de aldeias. Os chefes das massas de anglo-saxões apropriaram-se da terra; por volta do século VII umas poucas famílias possuíam dois terços do solo da Inglaterra;[5] até o século XI a maior parte das cidades estava incluída na propriedade de um *thane* (nobre), de um bispo ou do rei. Durante as invasões dinamarquesas muitos camponeses trocaram o direito de posse pela proteção. Mais ou menos no ano 1000, a grande maioria deles pagava o arrendamento em produtos ou trabalho para alguns senhores (lordes).[6] Havia *tun-moots* ou assembléias de cidade, e *folk-moots* ou *hundred-moots* que serviam como assembléias e tribunais para um condado; mas somente proprietários de terras podiam participar dessas reuniões; e depois do século VIII elas declinaram em autoridade e freqüência, e em grande parte foram substituídas pelas cortes senhoriais dos lordes. O governo da Inglaterra repousava essencialmente no *Witenagemot* ("reunião dos sábios") nacional — uma assembléia relativamente pequena de nobres, bispos e os principais ministros da Coroa. Sem consentimento desse parlamento incipiente nenhum rei inglês podia ser escolhido ou mantido, ou acrescentar um pedaço de terra às propriedades pessoais das quais obtinha suas receitas regulares; sem esse parlamento, o monarca não podia legislar ou tributar, julgar, declarar guerra ou fazer a paz.[7] O único recurso da monarquia contra a aristocracia repousava em uma aliança não oficial do trono com a Igreja. O Estado inglês, antes e depois da conquista normanda, dependia do clero na educação pública, ordem social, unidade nacional e até na

administração política. São Dunstan, abade de Glastonbury, tornou-se o principal conselheiro dos reis Edmundo (940-6) e Edredo (946-55). Defendeu as classes média e baixa contra os nobres, criticou corajosamente monarcas e príncipes, foi exilado pelo rei Edwig (955-9), chamado de novo por Edgar (959-75) e assegurou a coroa para Eduardo, o Mártir (975-8). Construiu a igreja de São Pedro em Glastonbury, estimulou a educação e a arte, morreu (988) como arcebispo de Cantuária e foi reverenciado como o maior santo da Inglaterra antes de Tomás Becket.

Neste governo centrífugo, o direito nacional desenvolveu-se lentamente e o antigo direito germânico, modificado na fraseologia e de acordo com as circunstâncias, era suficiente. A compurgação, a multa por homicídio e o ordálio sobreviveram, mas o julgamento pelo combate era desconhecido. A multa por homicídio (*wergild*) variava de modo instrutivo no direito anglicano: a multa ou dinheiro de indenização por matar um rei era de 30.000 *thrimsas* ($13.000), um bispo 15.000, um nobre ou sacerdote, dois mil, um *ceorl* ou camponês livre, 266. Pela lei saxônia, um homem pagava um ou dois xelins por causar um ferimento de uma polegada de comprimento, 30 xelins por cortar uma orelha. Deve-se acrescentar, porém, que com um xelim podia-se comprar um carneiro. Pelas leis de Etelberto uma adúltera era obrigada a pagar uma multa ao marido e comprar-lhe outra esposa.[8] Qualquer indivíduo que resistisse a uma ordem do tribunal era declarado "proscrito"; seus bens eram confiscados pelo rei e qualquer um podia matá-lo impunemente. Em alguns casos não se permitia o *wergild* e castigos severos eram infligidos: escravidão, chibatamento, castração, amputação — de mãos, pés, lábio superior, nariz ou orelha — e morte por enforcamento, decapitação, fogo, apedrejamento, afogamento ou precipitação em um abismo.[9]

A economia, como o direito, era primitiva e muito menos desenvolvida do que na Inglaterra romana. Muitas obras tinham sido feitas para limpeza e drenagem, mas a Inglaterra do século IX era ainda metade floresta, charneca ou pântano e animais selvagens — ursos, javalis, lobos — ocultavam-se ainda nas florestas. As lavouras eram na maior parte cultivadas por servos ou escravos. Homens podiam ser escravizados por dívida ou crime; mulheres e crianças podiam ser vendidas como escravas pelos maridos ou pais necessitados; e todos os filhos de escrava, mesmo de pais livres, eram escravos. O proprietário podia matar seu escravo se o desejasse. Podia engravidar uma escrava e depois vendê-la. Ao escravo não era permitido entrar com um processo no tribunal. Se um estranho o matasse, o modesto *wergild* ia para seu senhor. Se fugisse e fosse apanhado, podia ser açoitado até a morte.[10] Bristol comerciava principalmente com escravos. Quase toda a população era rural; vilas eram aldeias e cidades, vilas. (Muitas cidades inglesas mantêm sufixos anglo-saxões: *tun* [cidade], *ham* [casa], *wick* [casa ou angra], *thorp* [aldeia], *burh* [vila, burgo].) Londres, Exeter, York, Chester, Bristol, Gloucester, Oxford, Norwich, Worcester, Winchester eram pequenas cidades, mas cresceram rapidamente depois da época de Alfredo. Quando o bispo Melito veio pregar em Londres em 601, encontrou apenas uma "população escassa e pagã"[11] na cidade que havia sido uma metrópole nos dias romanos. No século VIII a cidade desenvolveu-se novamente como ponto estratégico a cavaleiro do Tâmisa. Sob Canuto, tornou-se capital da nação.

A indústria trabalhava geralmente para o mercado local; a tecelagem e o bordado, todavia, estavam mais adiantados e exportavam seus produtos para o continente. O transporte era difícil e perigoso; o comércio exterior, insignificante. O uso do gado, como meio de troca, perdurou até o século VIII, mas nessa centúria vários reis emitiram moedas de prata de xelins e libras. No século X, quatro xelins ingleses bastavam para comprar uma vaca, seis um boi.[12] Os salários eram, de modo correspondente, baixos. Os pobres viviam em casebres cobertos de madeira, numa dieta vegetariana; pão de trigo e carne eram para os abastados ou para uma festa dominical. Os ricos adornavam seus rudes castelos com *hangings* (peças de pano ou qualquer outro material, inclusive papel, que se penduravam nas paredes de uma sala, como enfeite), agasalhavam-se com peles, enfeitavam alegremente suas roupas com bordados e abrilhantavam suas pessoas com gemas.

As maneiras e a moral não estavam tão afetadas ou refinadas como em alguns períodos posteriores da história inglesa. Ouvimos falar muito em rudeza, grosseria, brutalidade, mentira, traição, roubo e outros defeitos. Os piratas normandos de 1066, inclusive alguns bastardos,

mostraram-se espantados ante o baixo nível moral e cultural de suas vítimas. O clima úmido persuadiu os anglo-saxões a comerem e beberem muito, e a "festa da cerveja" constituía a sua noção — como a nossa — de uma reunião ou dia santo. São Bonifácio, com exagero pitoresco, descreveu os ingleses do século VIII "tanto os cristãos como os pagãos recusando-se a ter esposas legítimas e continuando a viver na luxúria e adultério à maneira dos cavalos rinchantes e asnos zurrantes";[13] e em 756 escrevia ao rei Etelbaldo:

> O vosso desprezo pelo matrimônio legal, se fora por causa da castidade, seria louvável; mas uma vez que vos chafurdais na luxúria e até em adultério com freiras, é vergonhoso e condenável... Ouvimos dizer que quase todos os nobres da Mércia seguem o vosso exemplo, abandonam suas esposas legítimas e vivem em intimidade culposa com adúlteras e freiras... Atentai para isto: se a nação dos anglos... desprezando o matrimônio legal, der liberdade desenfreada ao adultério, uma raça ignóbil e escarnecedora de Deus deverá resultar necessariamente dessas uniões, e destruirá o país com suas maneiras relaxadas.[14]

Nos primeiros séculos do domínio anglo-saxônio o marido podia divorciar-se da esposa à vontade e casar-se novamente. O Sínodo de Hertford (673) condenou este costume e gradualmente a influência da Igreja promoveu a estabilidade do casamento. Mulheres eram altamente consideradas, embora isso não excluísse sua ocasional escravidão. Elas recebiam pouca educação livresca, mas não achavam isso uma desvantagem para atrair e influenciar os homens. Reis pacientemente cortejavam mulheres altivas e consultavam suas esposas sobre a política pública.[15] A filha de Alfredo, Etelfled, na qualidade de regente e rainha, proporcionou à Mércia, durante uma geração, um governo eficaz e consciencioso. Construiu cidades, planejou campanhas militares e tomou Derby, Leicester e York dos dinamarqueses. "Por causa das dificuldades experimentadas nas dores do primeiro parto", diz Guilherme de Malmesbury, "nunca mais ela permitiu os abraços do marido, declarando que era impróprio para a filha de um rei ceder a um gozo que, depois de certo tempo, acarretaria conseqüências tão desagradáveis."[16] Foi nesse período (*ca.* 1040) que viveu em Mércia, como esposa de seu governador, conde Leofric, "lady Godgifa", que, como Godiva, desempenhou papel tão atraente na lenda e mereceu uma estátua em Coventry. (Diz a lenda que Leofric concordou em isentar a cidade de uma taxa pesada se Godiva andasse a cavalo, despida, pelas ruas. Todo o mundo conhece o resto da história.)

A educação, como tudo o mais, sofreu as conseqüências da conquista anglo-saxônia, e lentamente se restabeleceu depois da conversão dos conquistadores. Benedito Biscop abriu uma escola monástica em Wearmouth por volta de 660; Beda foi um de seus graduados. O arcebispo Egberto estabeleceu em York (735) uma escola-catedral e biblioteca que se tornaram a principal sede de educação secundária na Inglaterra. Estas e outras escolas tornaram a Inglaterra, na segunda metade do século VIII, líder da cultura européia ao norte dos Alpes.

A fina devoção dos educadores monásticos brilha no maior dos doutos de seu tempo, o venerável Beda (673-735). Ele resumiu sua vida com uma brevidade modesta:

> Beda, o servo de Cristo, sacerdote do mosteiro dos abençoados apóstolos Pedro e Paulo, que fica em Wearmouth e Jarrow. Tendo nascido no território desse mosteiro, "fui entregue pelos meus parentes, quando tinha sete anos de idade, para ser educado pelo reverendíssimo abade Benedito (Biscop); e desde então, despendendo todos os dias de minha vida no mesmo mosteiro, empreguei toda a minha diligência ao estudo das Escrituras; e observando a disciplina regular e cumprindo o serviço diário de cantar na igreja, tive sempre prazer em aprender ou ensinar ou escrever... No 19º ano de minha vida fui nomeado diácono; no 30º tornei-me sacerdote... E de então até o meu 59º ano dediquei-me à Escritura Sagrada e nas obras seguintes..."[17]

Tudo em latim. Incluíam-se nelas comentários bíblicos, homilias e uma cronologia da história mundial, tratados sobre gramática, matemática, ciência e teologia, e, acima de tudo, a *Historia ecclesiastica Gentis Anglorum* ou *História Eclesiástica da Nação Inglesa* (731). Diferente da maior parte das histórias monásticas, não se trata de uma crônica árida. Talvez, já no fim, esteja demasiadamente carregada de milagres e é sempre inocentemente crédula, própria de uma mente que não cresceu além dos sete anos. Todavia constitui uma narrativa clara e cativante, elevando-se aqui e acolá a uma eloqüência singela, como na descrição da conquista anglo-saxônia.[18] Beda tinha uma consciência intelectual; cuidava muito da cronologia e é geralmente exato. Especificava as fontes, procurava evidência de primeira mão e citava documentos relativos aos fatos e fidedignos. Dizia: "Não desejaria que meus filhos lessem uma mentira"[19] — referindo-se, supomos, aos 600 alunos aos quais ele ensinava. Morreu quatro anos depois de escrever a autobiografia acima citada; e toda ternura e fé da piedade medieval encontram-se em suas linhas finais:

> E eu rogo a Ti, misericordioso Jesus, que, a quem Tu, em Tua bondade, deste docemente de beber nas palavras do Teu saber, também concedas, em Tua bondade amorosa, que ele possa um dia vir a Ti, fonte de toda sabedoria, e fique para sempre diante de Tua face.

Beda observa que cinco línguas eram faladas na Inglaterra: inglesa, britânica (céltica), irlandesa, picta (escocesa) e latina. O "inglês" era a língua dos anglos, mas diferia um pouco da dos saxões, sendo inteligível aos francos, noruegueses e dinamarqueses. Estes cinco povos falavam variedades do alemão, e o inglês desenvolveu-se da língua alemã. Já no século VII havia considerável literatura anglo-saxônia. Devemos julgá-la em grande parte por fragmentos, pois a maior parte dela desapareceu quando o cristianismo trouxe a escrita latina (substituindo os caracteres rúnicos da escrita anglo-saxônia), com a conquista dinamarquesa, que destruiu tantas bibliotecas e durante a conquista normanda, que quase absorveu a língua inglesa com palavras francesas. Mais ainda, muitos desses poemas anglo-saxônios eram pagãos, e tinham sido transmitidos oralmente através de gerações de *gleemen* ou menestréis um tanto relaxados no modo de viver e falar, aos quais os monges e sacerdotes estavam proibidos de ouvir. Foi provavelmente um monge do século VIII, todavia, que escreveu um dos mais antigos fragmentos anglos-saxônios existentes — uma paráfrase em verso do Gênese, não tão inspirada como o original. Interpolado no poema encontra-se a tradução de uma narrativa germânica da Queda; aqui o verso ganha vida, principalmente porque Satanás é representado como um rebelde desafiador e arrebatado. Talvez Milton tenha encontrado aí uma sugestão para o seu Lúcifer. Alguns dos poemas anglo-saxônios são elegias; assim *O Caminhante* conta os dias felizes passados no pavilhão baronial; agora que o senhor está morto, "toda esta terra firme torna-se vazia" e "o cúmulo da tristeza é lembrar-se de coisas mais felizes".[20] Nem mesmo Dante melhorou a expressão desta idéia. Geralmente estes velhos poemas cantam jovial e energicamente a guerra; *A Balada da Batalha de Maldon* (*ca.* 1000) vê apenas heroísmo na derrota inglesa. E o velho guerreiro Byrhtwold, de pé sobre seu senhor morto, "ensinava a coragem" aos saxões vencidos, em palavras que pressagiam Malory:

> O pensamento deve ser mais duro, o coração mais ardente, a disposição maior, à medida que diminuem nossas forças. Aqui jaz o nosso príncipe, eles o mataram! Luto e tristeza eternos pelo homem que deixa este teatro de guerra! Sou velho em idade, mas daqui não sairei. Penso em ficar ao lado do meu senhor, ao lado do homem a quem eu queria.[21]

O *Beowulf*, o mais longo e mais nobre dos poemas anglo-saxões, foi composto, presumivelmente, na Inglaterra, no século VII ou no VIII, e está preservado em um manuscrito do Museu Britânico que data do ano 1000. As suas 3.183 linhas são aparentemente a obra completa. O verso não tem rima, mas tem ritmo aliterativo antiestrófico, num dialeto saxão ocidental, totalmente ininteligível a nós, hoje. A história parece pueril: Beowulf, príncipe dos *geats* (go-

dos?), na Suécia meridional, cruza o oceano para libertar o rei dinamarquês Hrothgar do dragão Grendel; vence-o e à mãe deste. Volta à Geatlândia e reina com justiça durante 50 anos. Um terceiro dragão, cuspindo fogo aparece então e assola a terra dos *gels*. Beowulf ataca-o e fica gravemente ferido. Seu camarada Wiglaf vem em seu auxílio e juntos matam a fera. Beowulf morre em conseqüência dos ferimentos recebidos e é queimado na pira funerária. A história não é tão simples como soa aqui; os dragões da literatura medieval representam as feras que se ocultavam nas florestas em torno de cidades da Europa. A imaginação terrificada do povo pode ser perdoada por concebê-los fantasticamente. E ela teceu lendas acerca dos homens que venceram tais animais e tornaram seguras as aldeias.

Certas passagens são inconsistentemente cristãs, como se algum editor monacal e bondoso tivesse procurado preservar uma obra-prima pagã, inserindo aqui e acolá uma linha piedosa. Mas o tom e os incidentes são puramente pagãos. Era a vida, o amor e a batalha sobre a terra que interessavam estas "belas mulheres e homens corajosos", não um paraíso sem lutas além-túmulo. No começo, quando o rei dinamarquês Scyld é enterrado, segundo o ritual viking, em um bote sem tripulantes empurrado para o alto-mar, o autor acrescenta: "Os homens não podem na verdade dizer quem recebeu aquela carga." Mas não era um paganismo jovial. Um tom sombrio domina o poema e entra até nas festas de salão de Hrothgar. Entre os cantos ritmados e suspiros de linhas fluentes, apanhamos o queixume da harpa do menestrel.

> Então Beowulf sentou-se perto da parede... Ele falava de seu ferimento, da dor da morte; sabia bem que haviam acabado seus dias... Então homens ousados na luta cavalgaram em volta da elevação do túmulo. Estavam inclinados a expressar sua mágoa, lamentar o rei, entoar um canto e falar do homem; exaltavam sua vida heróica, e elogiavam seus valorosos feitos com todas as suas forças... Declararam que entre os reis do mundo ele era o homem mais suave e mais generoso, mais gentil ao seu povo, e mais digno de elogio... Assim era justo que um homem exaltasse seu amável senhor... e o amasse calorosamente, no momento em que ele precisava abandonar seu corpo e morrer.[22]

Beowulf é provavelmente o mais antigo poema existente na literatura da Inglaterra; mas Caedmon (falecido em 680) é o nome mais antigo. Conhecemo-lo apenas através de uma linda passagem em Beda. No mosteiro de Whitby, diz a *História Eclesiástica*[23], vivia um irmão que achava tão difícil cantar, a ponto de fugir, toda vez que tinha de cantar. Uma noite, quando estava dormindo em sua cama no estábulo, apareceu um anjo e lhe disse: "Caedmon, canta-me alguma coisa!" O monge protestou que não sabia. O anjo insistiu: Caedmon tentou cantar e ficou pasmo com o êxito. Na manhã seguinte lembrou-se da canção, e cantou-a. Depois disso, ensaiou com os Números e traduziu o Gênese, o Êxodo e os Evangelhos em versos "realizados com grande doçura e tocando o coração", diz Beda. Nada ficou deles, a não ser poucas linhas traduzidas para o latim, por Beda. Um ano depois Cynewulf (nascido por volta de 750), menestrel na corte de Nortumberlândia, tentou realizar a história versificando diversas narrativas religiosas — "Cristo", "Andreas", "Juliana". Mas estas obras, contemporâneas do *Beowulf*, estão mortas com retórica e artifício.

A prosa literária vem depois da poesia em todas as literaturas, porque o intelecto amadurece muito depois que floresce a fantasia. Os homens usam a prosa durante séculos "sem sabê-la", antes que tenham tempo ou vaidade para moldá-la em arte. Alfredo é a primeira figura distinta na prosa da Inglaterra. Suas traduções e prefácios eram eloqüentes por sua sinceridade singela. E foi ele que, pela força de editar e adicionar, transformou o "Rol do Bispo", conservado pelos funcionários da catedral de Winchester, nas mais vigorosas e vivas partes da *Crônica Anglo-Saxônia* — a primeira obra substancial da prosa inglesa. Seu mestre Asser pode ter escrito a maior parte da *Vida de Alfredo;* talvez seja uma compilação posterior (*ca.* 974);[24] em qualquer caso, constitui um fácil exemplo da disposição com que os ingleses usavam sua língua, ao invés do latim, para obras de história ou teologia, ao passo que o continente corava ao escrever tais trabalhos em "língua vulgar".

Mesmo entre a guerra e a poesia, homens e mulheres encontravam tempo e espírito para dar forma ao sentido e beleza às coisas de uso. Alfredo fundou uma escola de arte em Athelney, trouxe para ela, de todos os cantos, monges habilidosos nas artes e artifícios e "continuou, durante suas freqüentes guerras", diz Asser, "a ensinar seus trabalhadores do ouro e seus artífices de todas as espécies".[25] Dunstan, não contente em ser estadista e santo, trabalhou habilmente em metais e ouro, era um bom músico e construiu um órgão de fole para sua catedral de Glastonbury. Obras de arte em madeira, metal e esmalte *cloisonné* foram executadas. Cortadores de gema uniram-se a escultores para fazer as cruzes enfeitadas de jóias e esculturadas de Ruthwell e Bewcastle (*ca.* 700). Uma famosa estátua eqüestre do rei Cadwallo (falecido em 677) foi moldada em latão perto de Ludgate; mulheres faziam colchas e tapeçarias e bordados "do fio mais delicado";[26] os monges de Winchester adornaram com iluminuras de cor radiante um oratório do século X. Winchester e York construíram catedrais de pedra já em 635; Benedito Biscop trouxe o estilo lombardo para a Inglaterra na igreja que ele construiu em Wearmouth em 674; e Cantuária reconstruiu em 950 a catedral que havia sobrevivido desde os tempos romanos. Sabemos por intermédio de Beda que a igreja de Benedito Biscop estava adornada com pinturas feitas na Itália, "de modo que todos que entravam, mesmo sendo ignorantes das letras, para onde quer que se voltassem, contemplariam o aspecto sempre adorável de Cristo e Seus santos... ou, tendo o Juízo Final em frente de seus olhos, podiam lembrar-se de examinar-se a si próprios mais rigorosamente".[27] Em geral, o século VII viu uma exuberância de construções na Inglaterra; a conquista anglo-saxônia estava completada; a dinamarquesa não havia começado. E arquitetos, que até então haviam construído com madeira, tinham agora os recursos e o espírito para elevar grandes templos de pedra. Mas deve-se confessar que Benedito importou seus arquitetos, fabricantes de vidro e ferreiros da Gália; o bispo Wilfredo trouxe escultores e pintores da Itália para decorar a igreja do século VII em Hexham: e o belo Livro do Evangelho de Lindisfarne (*ca.* 730), lindamente iluminado, foi obra de monges irlandeses, transplantada pelo zelo eremita ou missionário para aquela ilha fria ao largo da costa da Nortumberlândia. A vinda dos dinamarqueses deu cabo desta breve renascença; e somente com o firme estabelecimento do poder de Canuto é que a arquitetura inglesa reiniciou sua ascensão para a majestade.

3. Entre Conquistas: 1016-1066

Canuto era mais do que um conquistador: era um estadista. Seu início de reinado ficou manchado de crueldades. Ele baniu os filhos de Edmundo, o Forte, e mandou matar o irmão deste a fim de evitar uma restauração anglo-saxônia. Vendo, então, que a viúva Ema e os filhos do rei Etelredo estavam vivos em Ruão, removeu muitas dificuldades, oferecendo-lhe casamento (1017). Tinha ela 33 anos e ele 23. Ema assentiu e de um golpe Canuto assegurou uma esposa, uma aliança com o irmão dela, o duque da Normandia, e um trono seguro. A partir desse momento, seu reinado tornou-se uma bênção para a Inglaterra. Disciplinou os nobres desordeiros que haviam rompido o espírito e a unidade do país. Protegeu a ilha de nova invasão, e proporcionou-lhe 12 anos de paz. Aceitou o cristianismo, construiu muitas igrejas, erigiu um templo em Assandun em honra dos anglo-saxões, bem como dos dinamarqueses, que ali haviam lutado, e ele pessoalmente fez uma peregrinação ao túmulo de Edmundo. Prometeu seguir as leis e as instituições existentes na Inglaterra, e cumpriu a palavra, com duas exceções: insistiu em que o conselho, que havia sido rebaixado pelos nobres autocráticos, devia ficar sob a direção de pessoas por ele indicadas; e substituiu o arcebispo por um ministro leigo como principal conselheiro da Coroa. Organizou um pessoal administrativo e serviço civil que deram continuidade sem precedente ao governo. Depois dos primeiros anos inseguros de sua administração, quase todos os seus nomeados eram ingleses. Diligenciou constantemente na tarefa do go-

verno, e repetidamente visitava todas as partes de seu reino a fim de fiscalizar a administração da justiça e a execução das leis. Veio como dinamarquês e morreu como inglês. Era rei da Dinamarca, bem como da Inglaterra, e em 1028 tornou-se também rei da Noruega. Mas era de Winchester que governava o seu reino triplo.

A conquista dinamarquesa continuou esse longo processo de invasão estrangeira e mistura racial que culminou na conquista normanda e finalmente produziu o povo inglês. Celtas e gauleses, anglos e saxões e jutos, dinamarqueses e normandos misturaram seu sangue, por casamento ou outros meios, para transformar o bretão indistinto e sem iniciativa dos dias romanos nos piratas da época de Elizabeth e nos silenciosos conquistadores do mundo dos séculos posteriores. Os dinamarqueses, como os alemães e escandinavos, trouxeram à Inglaterra um amor quase místico pelo mar, um desejo de aceitar seu convite traiçoeiro à aventura e comércio em terras distantes. Culturalmente as invasões dinamarquesas constituíram um obstáculo. A arquitetura marcou passo; a arte da iluminura decaiu desde 750 até 950; e o progresso intelectual tão estimulado por Alfredo arrefeceu, da mesma maneira como as incursões escandinavas na Gália estavam anulando o trabalho de Carlos Magno.

Canuto teria reparado melhor os danos provocados pelo seu povo se tivesse vivido mais. Mas os homens se consomem rapidamente na guerra ou no governo. Canuto morreu em 1035, aos 40 anos. A Noruega livrou-se imediatamente do jugo dinamarquês; Hartacanuto (Harthacnut), filho de Canuto e herdeiro indicado, estava de posse de todos os meios para proteger a Dinamarca contra a invasão norueguesa; outro filho, Harald Harefoot, governou a Inglaterra durante cinco anos, morrendo então; Hartacanuto governou-a durante dois anos, falecendo em 1042. Antes de sua morte, chamou da Normandia o filho sobrevivente de Etelredo e Ema, e reconheceu este meio-irmão anglo-saxônio como herdeiro do trono inglês.

Mas Eduardo, o Confessor (1042-66), era tão estrangeiro como qualquer dinamarquês na Inglaterra. Levado para a Normandia pelo pai aos 10 anos, havia passado 30 anos na corte normanda, educado por nobres e sacerdotes normandos e ensinado para uma piedade ingênua. Trouxe para a Inglaterra a língua, costumes e amigos franceses. Estes amigos tornaram-se altos funcionários e prelados do Estado, receberam privilégios do rei, construíram castelos normandos na Inglaterra, mostraram seu desprezo pela língua e modos ingleses e começaram a conquista normanda uma geração antes do Conquistador.

Somente um inglês era capaz de competir com eles no influenciar o rei brando e maleável: o conde Godwin. Governador de Wessex e primeiro conselheiro do reino sob Canuto, Harald e Hartacanuto, Godwin era homem de posses e um sábio, mestre da diplomacia paciente, de eloqüência convencedora e habilidade administrativa; foi sem dúvida o primeiro grande estadista leigo na história inglesa. Sua experiência no governo deu-lhe ascendência sobre o rei. Sua filha Edite tornou-se esposa de Eduardo e podia ter feito de Godwin avô de um monarca; mas Eduardo não teve nenhum filho. Quando o filho de Godwin, Tostig, desposou Judite, filha do conde de Flandres, e o sobrinho de Godwin, Sweyn, tornou-se governador da Dinamarca, o conde havia forjado, por meio de casamentos, uma tríplice aliança que o tornava o homem mais poderoso da Europa setentrional, muito mais forte do que o seu rei. Os amigos normandos de Eduardo provocaram a inveja deste; o rei depôs Godwin e este fugiu para Flandres, enquanto seu filho, Haroldo, seguia para a Irlanda e levantava um exército contra o Confessor (1051). Os nobres ingleses, ressentindo-se da ascendência norman-

da, convidaram Godwin a voltar e prometeram-lhe o apoio de suas armas. Haroldo invadiu a Inglaterra, derrotou as tropas do rei, assolou e saqueou a costa sudoeste, e uniu-se ao pai no avanço pelo Tâmisa. A população de Londres levantou-se para aclamá-los. Os funcionários e prelados normandos fugiram. Um *Witenagemot* de nobres e bispos ingleses promoveu a recepção triunfante a Godwin; e este reconquistou suas propriedades confiscadas e seu poder político (1052). Morria um ano depois, exausto com as tribulações e a vitória.

Haroldo foi nomeado conde de Wessex e sucedeu até certo ponto ao poder do pai. Tinha então 31 anos, alto, belo, forte, galante, descuidado; impiedoso na guerra, generoso na paz. Numa fúria de ousadas campanhas conquistou o País de Gales para a Inglaterra e apresentou a cabeça do chefe galês Gruffydd ao rei satisfeito e horrorizado (1063). Em uma fase mais suave de sua impetuosa carreira forneceu fundos para a construção da abadia de Waltham (1060) e para financiar o colégio que se desenvolvia da escola-catedral. Toda a Inglaterra sorria ao jovem romântico.

O grande acontecimento arquitetônico do reinado de Eduardo foi o início (1055) da abadia de Westminster. Durante sua vida em Ruão ele se familiarizara com o estilo normando; agora, ao decidir a construção da abadia que seria o templo e o túmulo do gênio inglês, ordenou ou permitiu que ela fosse projetada no estilo românico-normando, nas mesmas linhas que a magnífica igreja-abadia que havia sido iniciada cinco anos antes em Jumièges. Aqui também havia uma conquista normanda antes de Guilherme. A abadia de Westminster constituía o início de uma florescência arquitetural que daria à Inglaterra os mais belos edifícios de estilo românico na Europa.

Nessa abadia, Eduardo iria repousar no começo do fatídico ano de 1066. A 6 de janeiro o *Witenagemot* reunido elegeu Haroldo como rei. Mal tinha sido coroado, chegou a notícia de que Guilherme, duque da Normandia, reclamava o trono e estava preparando a guerra. Dizia Guilherme que Eduardo havia prometido em 1051 legar a ele a coroa inglesa em sinal de gratidão pelos 30 anos de proteção na Normandia. Ao que parece, a promessa fora feita,[28] mas Eduardo, arrependendo-se ou esquecendo-se dela, havia, pouco antes de morrer, recomendado Haroldo como seu sucessor. Em qualquer caso, tal promessa não tinha validade a menos que fosse aprovada pelo *Witan*. Mas, afirmava Guilherme, Haroldo em uma visita que lhe fizera em Ruão (em data agora desconhecida) aceitara o título de nobreza que ele oferecera, e tornara-se um "homem" de Guilherme, devia-lhe submissão segundo a lei feudal e tinha prometido reconhecê-lo e apoiá-lo como herdeiro do trono de Eduardo. Haroldo admitiu essa promessa.[29] Acontece, porém, que nenhum juramento dele podia comprometer a nação inglesa; os representantes da nação haviam-no livremente escolhido para seu rei; e agora Haroldo resolvera defender essa escolha. Guilherme apelou para o Papa; Alexandre II, aconselhado por Hildebrando, condenou Haroldo como usurpador, excomungou-o e a seus adeptos e declarou Guilherme o legítimo pretendente ao trono inglês. Ele abençoou a projetada invasão de Guilherme e enviou-lhe uma bandeira consagrada e um anel contendo, sob um diamante, um fio de cabelo da cabeça de São Pedro.[30] Hildebrando estava satisfeito por estabelecer um precedente para a disposição papal de tronos e deposição de reis; 10 anos depois ele aplicaria o precedente a Henrique IV da Alemanha; e esse precedente tornar-se-ia cômodo para o rei João em 1213. Lanfranc, abade de Bec, uniu-se a Guilherme na conclamação do povo da Normandia — na verdade de todos os países — para uma guerra santa contra o rei excomungado.

Os pecados da impetuosa juventude de Haroldo refletiam-se agora em sua maturidade benevolente. Seu irmão Tostig, havia muito exilado pelo *Witan*, não fora chamado por Haroldo ao subir ao poder. Tostig aliou-se então a Guilherme, organizou um exército no norte e persuadiu o rei Harald Hardrada da Noruega a unir-se a ele, prometendo-lhe o trono inglês. Em setembro de 1066, quando a armada de 1.400 navios de Guilherme zarpava da Normandia, Tostig e Hardrada invadiram Nortumberlândia. York rendeu-se e Hardrada ali foi coroado rei da Inglaterra. Haroldo acorreu com as tropas de que dispunha, e derrotou os invasores nortistas em Stamford Bridge (25 de setembro); nessa batalha morreram Tostig e Hardrada. Haroldo dirigiu-se para o sul com uma força diminuta, demasiado pequena para enfrentar as hostes de Guilherme. Todos os seus conselheiros lhe recomendaram que esperasse. Mas Guilherme estava devastando e saqueando a Inglaterra meridional e Haroldo sentiu-se obrigado a defender o solo que uma vez ele havia assolado mas agora amava. Em Senlac, perto de Hastings, defrontaram-se os dois exércitos (14 de outubro) e lutaram durante nove horas. Tendo a vista furada por uma flecha, Haroldo caiu cegado pelo sangue e foi esquartejado pelos cavaleiros normandos: um decepou-lhe a cabeça, outro uma perna, e um terceiro espalhou suas entranhas no campo. Quando os ingleses viram seu chefe abatido, fugiram. Foi tão grande a matança e o caos que os monges que mais tarde foram encarregados de encontrar o corpo de Haroldo não puderam descobri-lo até que levaram ao local Edite Swansneck, que tinha sido sua amante. Ela identificou o corpo mutilado de Haroldo, e seus restos foram enterrados na igreja de Waltham, que ele havia construído. No dia do Natal de 1066, Guilherme I foi coroado rei da Inglaterra.

II. PAÍS DE GALES: 325-1066

O País de Gales fora conquistado para Roma por Frontino e Agrícola em 78 d. C. Quando os romanos se retiraram da Inglaterra, Gales reconquistou a liberdade, e teve seus próprios reis. No século V, a parte ocidental do País de Gales foi ocupada por colonos irlandeses; posteriormente esse país recebeu milhares de bretões que fugiam de sua ilha, dos conquistadores anglo-saxões. Estes pararam nas montanhas galesas e chamaram ao povo não subjugado de *Wealhas* — "estrangeiros". Os irlandeses e bretões encontraram no País de Gales uma estirpe céltica que lhes era aparentada e logo os três grupos se misturaram como *Cymri* — "compatriotas"; este se tornou o seu nome nacional e Cymru o nome de sua terra. Como a maioria dos povos célticos — bretões da Cornualha, irlandeses, gaélicos da Escócia do norte — baseavam sua ordem social quase inteiramente na família e no clã e tão ciosamente que se ressentiam com o Estado e viam com desconfiança invencível qualquer indivíduo ou povo de sangue alienígena. O seu espírito de clã era contrabalançado por uma hospitalidade ilimitada, sua indisciplina pela bravura, sua vida dura e clima hostil pela música, canção e amizade leal, sua pobreza por um sentimento imaginativo que fazia de toda moça uma princesa, e de cada homem inferior um rei.

Os bardos vinham logo abaixo dos reis. Eram os adivinhos, historiadores e conselheiros reais, bem como poetas do povo. Dois deles deixaram nomes imperecíveis — Taliesin e Aneurin, ambos do século VI; havia centenas mais. E as narrativas que eles fiavam cruzaram o Canal para a Bretanha, e foram alcançar forma polida na França. Os bardos constituíram uma casta clerical poética. Ninguém era admitido em sua or-

dem a não ser depois de rigoroso treinamento na doutrina de sua raça. O candidato a admissão era chamado *mabinog;* o material que ele estudava era *mabinogi;* daí o nome de *Mabinogion,* dado a essas histórias, que são conhecidas até hoje por aquele nome.[31] Nas suas formas atuais não são mais antigas do que o século XIV, mas provavelmente recuam até o período mencionado, quando o cristianismo ainda não tinha atingido o País de Gales. Elas são primitivamente simples, pagãmente animísticas e cheias de estranhos animais e acontecimentos maravilhosos; nubladas com uma sombria certeza de exílio, derrota e morte, e no entanto reveladoras de um espírito de gentileza totalmente diferente do vigor e da violência dos *Eddas* da Islândia, sagas da Escandinávia e do *Nibelungenlied.* Na solidão das montanhas galesas, desenvolveu-se uma literatura romântica de devoção à nação, à mulher, e, posteriormente, a Maria e Jesus, que participou da formação da cavalaria e daquelas maravilhosas histórias de Artur e seus valorosos e galantes cavaleiros que juraram "derrotar o pagão e defender o Cristo".

O cristianismo chegou ao País de Gales no século VI e logo depois abriu escolas nos mosteiros e catedrais. O erudito bispo Asser, que serviu ao rei Alfredo como secretário e biógrafo, veio da cidade e catedral de São Davi em Pembrokeshire. Estas colônias e templos cristãos sofreram os ataques dos piratas da Normandia até que o rei Rhodri, o Grande (844-78), os expulsou e deu à ilha uma dinastia vigorosa. O rei Hywel, o Bom (910-50), uniu todo o País de Gales e forneceu-lhe um código uniforme de leis. Gruffydd ap Llywelyn (1039-63) teve êxito demasiado; quando ele derrotou a Mércia, o mais próximo dos condados ingleses, Haroldo, o futuro rei da Inglaterra, organizou uma guerra de defesa preventiva e conquistou o País de Gales para a Inglaterra (1063).

III. CIVILIZAÇÃO IRLANDESA: 461-1066

Já por ocasião da morte de São Patrício e até o século XI, a Irlanda estava dividida em sete reinos: três no Ulster; os demais eram Connaught, Leinster, Munster, Meath. Normalmente estes reinos lutavam entre si, por falta de transporte para esferas mais amplas de luta. Mas a partir do século III ouvimos falar de invasões e colônias irlandesas nas costas ocidentais bretãs. Os cronistas chamam a esses assaltantes de escoceses (*scots*) — aparentemente uma palavra céltica para designar "errantes"; através de todo esse período, "escocês" quer dizer irlandês. A guerra era endêmica: até 590 as mulheres e até 804 os monges e sacerdotes eram chamados para combater ao lado dos guerreiros comuns.[32] Um código de leis essencialmente similar aos códigos "bárbaros" do Continente era administrado pelos *brehons* — advogados-juízes altamente treinados que, já no século IV, orientaram escolas de direito e escreveram tratados de direito em língua gaélica.[33] A Irlanda, como a Escócia, escapou da conquista romana e perdeu a dádiva do direito romano e a ordem do governo. O direito jamais conseguiu de maneira completa substituir a vingança com o julgamento, ou a paixão com a disciplina. O governo permaneceu fundamentalmente tribal e apenas por momentos realizou uma unidade e escopo nacionais.

A unidade social e econômica era a família. Várias famílias constituíam um *sept,* vários *septs* um clã, e um agrupamento de clãs, uma tribo. Todos os membros de uma tribo supunham-se descendentes de um ancestral comum. No século X muitas famílias puseram o prefixo *Ui* ou *O'* (neto) em um nome tribal para indicar sua des-

cendência; assim os O'Neills declaravam-se descendentes de Niall Glundubh, rei da Irlanda em 916. Muitos outros usavam o nome do pai, colocando simplesmente o prefixo *Mac,* isto é, filho. A maior parte das terras, no século VII, era de propriedade comum, dos clãs ou *septs;*[34] a propriedade particular limitava-se aos bens domésticos;[35] mas pelo século X a propriedade individual estava espalhada. Breve, haveria ali uma pequena aristocracia dona de grandes propriedades, uma numerosa classe de camponeses livres, uma pequena classe de arrendatários, um grupo ainda menor de escravos.[36] Material e politicamente os irlandeses, nos três séculos após o advento do cristianismo (461-750), estavam mais atrasados do que os ingleses; culturalmente eram com toda a probabilidade os mais adiantados de todos os povos do norte dos Pireneus e dos Alpes.

Este estranho desequilíbrio tinha muitas causas: o influxo de estudiosos gauleses e bretões que fugiam das invasões germânicas do século V, o aumento de contatos comerciais com a Inglaterra e a Gália e a imunidade da Irlanda, antes do século IX, ao ataque estrangeiro. Monges, sacerdotes e freiras abriram escolas de todo escopo e grau; uma, em Clonard, estabelecida em 520, tinha 300 estudantes (se pudermos dar crédito aos historiadores patrióticos);[37] havia outras em Clonmacnois (544), Clonfert (550) e Bangor (560). Muitas delas davam um curso de 12 anos que conduzia ao doutorado em filosofia e incluía estudos bíblicos, teologia, clássicos latinos e gregos, gramática e literatura gaélicas, matemática e astronomia, história e música, medicina e direito.[38] Estudiosos pobres, cujos pais não podiam mantê-los, eram sustentados por fundos públicos, pois a maioria dos estudantes preparava-se para o sacerdócio, e os irlandeses faziam todo sacrifício para desenvolver essa vocação. Essas escolas continuaram o estudo do grego muito tempo depois que o conhecimento dessa língua havia quase desaparecido dos outros países da Europa ocidental. Alcuíno estudou em Clonmacnois; na Irlanda João Scoto Erígena aprendeu grego, que o tornou a maravilha da corte de Carlos, o Calvo, na França.

O espírito e a literatura da época favoreciam a lenda e o romance. Aqui e ali alguns espíritos voltavam-se para a ciência, como o astrônomo Dungal, ou o geômetra Fergil, que ensinava a esfericidade da Terra. Por volta de 825, o geógrafo Dicuil deu a notícia da descoberta da Islândia por monges irlandeses em 795, e mencionou o sol da meia-noite do verão irlandês, observando que se podia então encontrar luz bastante para apanhar pulga na camisa.[39] Havia gramáticos em grande número, porque a prosódia irlandesa era a mais complicada do tempo. Poetas abundavam e ocupavam alta posição na sociedade; geralmente, eles combinavam as funções de mestre, advogado, poeta e historiador. Agrupados em escolas bárdicas em torno de algum poeta importante, herdavam muito dos poderes e prerrogativas dos sacerdotes druidas da era pré-cristã. Essas escolas bárdicas floresceram sem solução de continuidade do século VI ao XVII, geralmente mantidas por concessões de terra da Igreja ou do Estado.[40] No século X havia quatro poetas de renome nacional: Flann MacLonain, Kenneth O'Hartigan, Eochaid O'Flainn, e aquele MacLiag que o rei Brian Boru tornou *archollamh*, ou poeta laureado.

Nessa época as sagas irlandesas assumiram a forma literária. Muito do seu material é de data anterior a Patrício, mas tinha sido transmitido oralmente; agora era incluído em uma mistura de prosa rítmica e verso de balada. E embora tenha chegado a nós somente em manuscritos posteriores ao século XI, foram os poetas dessa época que o tornaram literatura. Um ciclo de sagas comemorava os ancestrais míticos do povo ir-

landês. Um ciclo "feniano" ou "ossiânico" contava em estâncias emocionantes as aventuras do herói lendário Finn MacCumhail e seus descendentes, os Fianna ou Fenianos. A maioria desses poemas era atribuída pela tradição ao filho de Finn, Ossian, que, segundo nos informam, viveu 300 anos e morreu no tempo de São Patrício, depois de dar ao santo uma parte de seu espírito pagão. Um ciclo "heróico" gira em torno do velho rei irlandês Cuchulain, que encontra a guerra e o amor em uma centena de cenas vigorosas. A saga mais bela desta série conta a história de Deirdre, filha de Felim, principal bardo do rei Conor. Quando de seu nascimento, um sacerdote druida profetiza que ela acarretará muitas tristezas a sua terra de Ulster; o povo grita: "Que ela seja morta", mas o rei Conor protege-a, cria-a, e planeja desposá-la. Dia a dia ela se torna mais bela. Certa manhã, Deirdre vê o belo Naoise jogando bola com outros jovens; ela apanha uma bola desviada e lhe entrega e "ele apertou minha mão jovialmente". O incidente faz romper sua emotividade já madura e a jovem pede à ama: "Oh, gentil ama, se queres que eu viva, leva uma mensagem para ele e dize-lhe que venha falar secretamente comigo esta noite." Naoise vem e embriaga-se com a beleza da donzela. Na noite seguinte, ele e seus dois irmãos, Ainnle e Ardan, levam Deirdre do palácio e atravessam o mar, chegando à Escócia. Um rei escocês, apaixona-se por ela, e os irmãos a escondem nas montanhas. Depois de algum tempo o rei Conor envia-lhes uma mensagem: perdoar-lhes-á se eles voltarem para Erin. Naoise, ansiando pela terra natal e lugares que freqüentava na juventude, concorda, embora Deirdre o advirta e preveja traição. Depois de atingir a Irlanda, eles são atacados pelos soldados de Conor. Os irmãos lutam bravamente mas são mortos. E Deirdre, louca de mágoa, lança-se ao chão, bebe o sangue de seu amante morto e canta uma estranha canção fúnebre:

> Um dia quando os nobres de Alba (Escócia) estavam
> [festejando...
> À filha do senhor de Duntrone
> Naoise deu um beijo furtivo.
> Ele lhe mandou uma corsa travessa,
> Um veado da floresta com um fauno a seus pés,
> E foi fazer-lhe uma visita
> Quando regressava das hostes de Inverness.
> Mas no momento em que ouvi isso,
> Meu coração encheu-se de ciúme,
> Lancei meu pequeno caíque nas ondas;
> Não me importava morrer ou viver.
> Eles me seguiram, nadando,
> Ainnle e Ardan, que nunca mentiram,
> E me levaram de volta à terra,
> Os dois que subjugariam cem.
> Naoise deu-me sua palavra de honra,
> E jurou na presença de suas armas, três vezes,
> Que nunca mais anuviaria minha fisionomia,
> Até que se separasse de mim para se unir ao exército
> [dos mortos.
> Ai de mim! Se ela soubesse esta noite
> Que Naoise estava sob a terra,
> Ela choraria com toda certeza,
> E eu choraria com ela sete vezes.

A versão mais antiga de *Deirdre das Tristezas* termina com eloqüente simplicidade: "Havia perto uma grande rocha. Atirou-se de cabeça contra a pedra de tal maneira, que a partiu, e ela morreu."[41]

A poesia e a música eram quase aliadas na Irlanda, aliás como em toda parte na vida medieval. Meninas cantavam enquanto teciam ou fiavam ou tiravam o leite da vaca; os homens cantavam enquanto aravam o campo ou marchavam para a guerra; missionários dedilhavam a harpa para reunir pessoas. Os instrumentos favoritos eram a harpa, geralmente de 30 cordas, tocada com a ponta dos dedos; o *timpan*, espécie de violino de oito cordas, tocado com *plectrum* ou arco; e a gaita de foles, pendurada no ombro e inflada pelo sopro. Giraldus Cambrensis (1185) julgava os harpistas irlandeses como os melhores que já tinha ouvido — um alto tributo de um galês amante da música.

O mais fino produto da arte irlandesa neste período não foi o famoso cálice Ardagh (*ca.* 1000) — uma espantosa reunião de 354 pedaços de bronze, prata, ouro, âmbar, cristal, esmalte *cloisonné* e vidro — mas sim o *Livro de Kells* — os Quatro Evangelhos em pergaminho, feito por monges irlandeses de Kells, em Meath, ou na ilha de Iona, no século IX, e que agora constitui propriedade que orgulha o Trinity College, de Dublin. Pela lenta intercomunicação de monges através das fronteiras, estilos bizantino e islamítico de iluminura entraram na Irlanda, e por um momento alcançaram ali a perfeição. Aqui, como nas miniaturas muçulmanas, figuras de homens ou animais desempenhavam papel insignificante. O espírito desta arte estava em tomar uma letra, ou um simples motivo ornamental, de um fundo de azul ou ouro, e traçá-la com humor e delícia imaginativos, até cobrir quase toda a página com suas teias labirínticas. Nada, nos manuscritos iluminados cristãos, ultrapassa o *Livro de Kells.* Geraldo de Gales, embora sempre invejoso da Irlanda, chamou-o obra de anjos disfarçados de homens.[42]

Assim como este período áureo da Irlanda tornara-se possível pelo fato de haver escapado das invasões germânicas que lançaram o resto da Europa latina muitos séculos para trás, também esse período terminou com as incursões escandinavas que nos séculos IX e X anularam na França e na Inglaterra o trabalho tão laboriosamente realizado por Carlos Magno e Alfredo. Talvez tenha chegado à Noruega e à Dinamarca — ambas ainda pagãs — a notícia de que os mosteiros irlandeses eram ricos de ouro, prata e jóias e que a divisão política da Irlanda impedia uma resistência unida. Uma incursão experimental, realizada em 795, causou pouco dano, mas confirmou os rumores dessa presa fácil. Em 823, forças invasoras maiores saquearam Cork e Cloyne, destruíram os mosteiros de Bangor e Moville e massacraram o clero. De então em diante as incursões tornaram-se quase anuais. Às vezes pequenos exércitos valorosos os rechaçavam, mas os invasores voltavam e saqueavam mosteiros em toda parte. Bandos de escandinavos estabeleceram-se perto da costa, fundaram Dublin, Limerick e Waterford, e arrecadaram tributos da metade norte da ilha. O seu rei Thorgest fez da Armagh de São Patrício a sua capital pagã, e entronizou sua esposa idólatra no altar da igreja de St. Kieran, em Clonmacnois.[43] Os reis irlandeses combatiam separadamente os invasores, mas ao mesmo tempo lutavam uns com os outros. Malachi, rei de Meath, aprisionou Thorgest e o afogou (845); mas em 851 Olaf, o Branco, príncipe norueguês, estabeleceu o reino de Dublin, que permaneceu escandinavo até o século XII. Uma idade de saber e poesia cedeu lugar a uma era de guerra cruel em que soldados cristãos, bem como pagãos, pilhavam e incendiavam mosteiros, destruíam ma-

nuscritos antigos e dispersavam a arte acumulada em séculos. "Nem bardo, nem filósofo, nem músico seguia sua profissão habitual nesta terra", diz um antigo historiador irlandês.[44]

Por fim apareceu um homem suficientemente poderoso para unir os reinos em uma nação irlandesa. Brian Borumha ou Boru (941-1014) era irmão do rei Mahon de Munster e chefiava o clã Dalgas. Os irmãos combateram um exército dinamarquês perto de Tipperary (968) e o destruíram, sem lhe dar quartel. Conquistaram depois Limerick e liquidaram todo nórdico que encontraram. Mas dois pequenos reis — Molloy, de Desmond, e Donovan, de Hy Carbery — receando que os irmãos absorvessem seus reinos, fizeram uma liga com os dinamarqueses imigrantes, raptaram Mahon e o mataram (976). Brian, agora rei, derrotou novamente os dinamarqueses e assassinou Molloy. Resolvido a unificar toda a Irlanda, e não escolhendo meios para esse fim, Brian aliou-se com os dinamarqueses de Dublin, derrubou, com a ajuda deles, o rei de Meath e foi reconhecido como o monarca de toda a Irlanda (1013). Gozando de paz após 40 anos de guerra, ele reconstruiu igrejas e mosteiros, reparou pontes e estradas, fundou escolas e colégios, estabeleceu a ordem e reprimiu o crime; e uma posteridade imaginativa ilustrou a segurança "desta paz de Rei" pela história — freqüente em toda parte — de uma adorável donzela, ricamente adornada de jóias, que viajava pelos campos, só e sem ser molestada. Entrementes, os escandinavos da Irlanda levantaram outro exército e marcharam contra o rei já idoso. Ele os enfrentou em Clonfart, perto de Dublin, na Sexta-Feira da Paixão, 23 de abril de 1014, e os derrotou; mas seu filho Murrogh foi morto na batalha e o próprio Brian assassinado em sua tenda.

Durante algum tempo o exausto país recuperou as delícias da paz. No século XI a arte e a literatura renasceram. O *Livro de Leinster* e o *Livro de Hinos* quase igualavam o *Livro de Kells* em esplendor de iluminura. Historiadores e doutos floresceram nas escolas monásticas. Mas o espírito irlandês ainda não tinha sido domado. A nação dividiu-se novamente em reinos hostis e gastou suas forças na luta civil. Em 1172 um punhado de aventureiros do País de Gales e da Inglaterra achou que seria uma coisa simples conquistar — outra coisa governar — a "Ilha dos Doutores e Santos".

IV. ESCOCIA: 325-1066

Em fins do século V uma tribo dos *Scotti* gaélicos do norte da Irlanda migrou para o sudoeste da Escócia e deu o seu nome, primeiro a uma parte e, depois, a toda a pitoresca península ao norte do Tweed. Três outros povos contestaram a posse desta antiga "Caledônia": os pictos, uma tribo céltica, estabelecida acima da embocadura do Forth; os bretões, refugiados da invasão anglo-saxônia da Inglaterra, estabelecidos entre o rio Derwent e a embocadura do Clyde; e os anglos ou ingleses, entre o rio Tyne e a embocadura do Forth. Esses povos formaram a nação escocesa: inglesa na língua, cristã na religião, tão ferozes como os irlandeses, tão práticos como os ingleses, e tão sutis e imaginativos como qualquer celta.

Tal como os irlandeses, os escoceses detestavam desistir de sua organização baseada no parentesco; não queriam substituir o clã pelo Estado. A intensidade de seus conflitos de classe só se igualava a sua orgulhosa lealdade ao clã e a sua tenaz resistência aos

adversários estrangeiros. Roma não conseguira conquistá-los; pelo contrário, nem a Muralha de Adriano entre o Solway e o Tyne (120 da era cristã), nem a de Antonino Pio, 96 quilômetros mais ao norte, entre as embocaduras do Forth e do Clyde (140), nem as campanhas de Septímio Severo (208) ou Teodósio (368) conseguiram pôr termo à invasão periódica da Inglaterra pelos pictos famintos. Em 617 os saxões, sob o comando de Edwin, rei da Nortúmbria, tomaram a colina-bastião dos pictos e deram-lhe o nome de Ed (w) inburgh. Em 844 Kenneth MacAlpin uniu os pictos e escoceses sob sua coroa; em 954 as tribos reconquistaram Edimburgo e fizeram dela sua capital; em 1018 Malcolm II conquistou Lothian (a região norte do Tweed) e fundiu-o com os reinos dos pictos e escoceses. Parecia assegurada a supremacia céltica; mas as invasões dinamarquesas da Inglaterra levaram milhares de "ingleses" para o sul da Escócia e introduziram forte elemento anglo-saxão no sangue escocês.

Duncan I (1034-40) reuniu todos os quatro povos — pictos, escoceses, bretões-celtas e anglo-saxões — num reino da Escócia. A derrota de Duncan pelos ingleses, em Durham, deu a oportunidade a seu general Macbeth de reclamar o trono, porque sua esposa Gruoch era neta de Kenneth III. Macbeth assassinou Duncan (1040), reinou durante 17 anos, e foi morto pelo filho de Duncan, Malcolm III. Dos 17 reis que governaram a Escócia de 844 a 1057 doze morreram assassinados. Era uma época violenta de amarga luta pelo alimento e água, liberdade e poder. Nesses sombrios anos, a Escócia tinha pouco tempo para os caprichos e graças da civilização. Três séculos haveriam de decorrer antes que se iniciasse a literatura escocesa. Invasores escandinavos tomaram as Ilhas Orkney, as Faroes, as Shetlands e as Hébridas; e a Escócia vivia sempre sob a ameaça de conquista pelos destemidos vikings que estavam ampliando seu poder e sua raça sobre o mundo ocidental.

V. OS NÓRDICOS: 800-1066

1. A Saga do Rei

Aparentemente, os nórdicos eram teutos cujos antepassados se haviam dirigido, através da Dinamarca e do Skagerrak e Kattegat, para a Suécia e Noruega, deslocando uma população céltica que por sua vez havia afastado um povo mongol aparentado com os lapônios e esquimós.[45] Um dos primeiros chefes, Dan Mikillati, deu seu nome à Dinamarca — *march* ou província de Dan; a antiga tribo dos suiones, descrita por Tácito como dominadora da grande península, deixou o seu nome na Suécia (Sverige) e em muitos reis chamados Sweyn; a Noruega (Norge) era simplesmente o caminho do norte. *Skane*, o nome dado à Suécia por Plínio, o Velho, tornou-se *Scandia* em latim e formou *Escandinávia* que agora abrange três nações de sangue aparentado e língua mutuamente inteligível. Em todos os três países a fertilidade das mulheres ou a imaginação dos homens superavam a fecundidade do solo. Os jovens ou descontentes apanhavam seus botes e navegavam pelas costas à procura de alimento, escravos, mulheres ou ouro. E sua fome não conhecia nenhuma lei nem fronteiras. Os noruegueses inundaram a Escócia, Irlanda, Islândia e Groenlândia; os suecos, a Rússia; os dinamarqueses, a Inglaterra e a França.

A brevidade da vida impede a enumeração de deuses ou reis. Gorm (860-935) unificou a Dinamarca; seu filho Harald Bluetooth (945-85) deu-lhe o cristianismo; Sweyn Forkbeard (985-1014) conquistou a Inglaterra e fez da Dinamarca, durante

uma geração, uma das grandes potências da Europa. O rei Olaf Skottkonung (994-1022) cristianizou a Suécia e fez de Upsala sua capital. Em 800 a Noruega era um conglomerado de 31 principados, separados por montanhas, rios ou fiordes, e cada um governado por um chefe guerreiro. Por volta de 850 um desses chefes, Halfdan, o Preto, partindo de sua capital Trondheim, subjugou a maioria dos demais e tornou-se o primeiro rei da Noruega. Seu filho Harald Haarfager (860-933) foi desafiado por chefes rebeldes. Gyda, que ele cortejou, recusou-lhe casamento até que tivesse conquistado toda a Noruega. Ele jurou nunca cortar ou pentear o cabelo até que isso fosse feito. Cumpriu a promessa em 10 anos, desposou Gyda e nove outras mulheres, cortou o cabelo e recebeu o apelido de Cabelo-Louro.[46] Um de seus muitos filhos, Haakon, o Bom (935-61), governou bem a Noruega durante 27 anos. "A paz durou tanto tempo", queixou-se um guerreiro viking, "que receei morrer de velhice em uma cama dentro de casa."[47] Outro Haakon, "o Grande Conde", governou a Noruega com habilidade durante 30 anos (965-95); mas em sua velhice ele ofendeu os *bonders* ou camponeses livres, tomando suas filhas como concubinas e mandando-as de volta para casa depois de uma ou duas semanas. Os camponeses chamaram Olaf Tryggvesson e o fizeram rei.

Olaf, filho de Tryggve, era bisneto de Harald Cabelo-Louro. Era um homem "muito alegre e brincalhão", disse Snorri da Islândia, "jovial e sociável, muito generoso, e afetado no vestir... Vigoroso e forte, o mais belo dos homens, superior em exercícios físicos a qualquer nórdico de que já se tenha ouvido falar."[48] Era capaz de acompanhar, fora do barco, a sua velocidade enquanto os homens remavam; fazer malabarismo com três punhais pontiagudos, lançar dois dardos ao mesmo tempo e "podia cortar igualmente bem com qualquer das mãos".[49] Teve muitas brigas e aventuras; durante sua estada nas Ilhas Britânicas foi convertido ao cristianismo e tornou-se seu impiedoso defensor. Quando foi coroado rei da Noruega (995), destruiu os templos pagãos, construiu igrejas cristãs, mas continuou a viver na poligamia. Os camponeses opuseram-se ferozmente à nova religião e exigiram que Olaf fizesse sacrifícios a Thor, como no ritual antigo. Ele concordou, mas propôs-se a oferecer a Thor o sacrifício mais aceitável — os principais camponeses; com isso eles se tornaram cristãos. Quando um deles, Rand, persistiu no paganismo, Olaf mandou amarrá-lo e forçou uma serpente a descer pela sua garganta, queimando a cauda; a víbora passou pelo estômago e ilharga, e Rand morreu.[50] Olaf propôs casamento a Sigrid, rainha da Suécia, e ela aceitou, mas recusou-se a abandonar sua fé pagã; Olaf bateu na face da rainha com a luva, dizendo: "Como poderia ter eu a ti, uma mulher velha e murcha, um jade pagão?" "Isto poderá ser a tua morte algum dia", respondeu Sigrid. Dois anos depois, os reis da Suécia e Dinamarca e o conde Eric da Noruega declararam guerra a Olaf. Ele foi derrotado numa grande batalha naval perto de Rügen; suicidou-se saltando ao mar com toda a sua armadura (1000). A Noruega foi dividida entre os vencedores.

Outro Olaf, chamado o Santo, reuniu a Noruega (1016), restabeleceu a ordem, promoveu julgamentos justos e completou a conversão do país ao cristianismo. "Era homem bom e muito gentil", diz Snorri, "de pouca fala e generoso, porém ávido de dinheiro" e levemente inclinado para as concubinas.[51] Um camponês que preferiu o paganismo teve a língua cortada e outro, os olhos arrancados.[52] Os camponeses livres conspiraram com o rei Canuto da Dinamarca e Inglaterra, o qual veio com 50 navios e expulsou Olaf da Noruega (1028); este regressou com um exército e lutou pelo seu

trono em Stiklestad; foi vencido e morreu dos ferimentos recebidos (1030). No local, a posteridade dedicou uma catedral a ele como santo padroeiro da Noruega. Seu filho Magno, o Bom (1035-47), reconquistou o reino e proporcionou-lhe bom governo e boas leis; seu neto Harald, o Firme (1047-66), governou a Noruega com justiça implacável até o ano em que Guilherme da Normandia tomou a Inglaterra.

Por volta de 860 um bando de nórdicos da Noruega ou Dinamarca redescobriu a Islândia, e não ficou de todo descontente em encontrar terra tão parecida com a sua própria em nevoeiros e fiordes. Alguns noruegueses, aborrecidos com o novo absolutismo de Harald Haarfager, migraram para a ilha em 874; e aproximadamente em 934 ela estava tão densamente povoada, como nunca mais o foi até às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Cada uma das quatro províncias tinha o seu *thing* ou assembléia; em 930 estabeleceu-se um *allthing*, ou parlamento unido — uma das primeiras instituições na história do governo representativo, tornando então a Islândia a única república completamente livre no mundo. Mas o mesmo vigor e independência de espírito que motivara a migração e moldara este parlamento limitava a eficácia do governo comum e das leis. Poderosos particulares, arraigados em suas propriedades, tornaram-se a lei de suas terras, e logo reviveram na Islândia os feudos que haviam tornado tão difícil a Noruega para seus reis. No ano 1000 o *allthing* adotou formalmente o cristianismo. Mas o rei Olaf, o Santo, ficou escandalizado ao ouvir que os islandeses continuavam a comer carne de cavalo e praticar o infanticídio. Talvez porque as noites de inverno fossem tão longas e frias, desenvolveu-se uma literatura de mitos e sagas e, aparentemente, excedeu em quantidade e qualidade as histórias semelhantes contadas nas pátrias dos escandinavos.

Dezesseis anos depois da redescoberta da Islândia, um capitão de barco mercante norueguês, Gunnbjörn Ulfsson, avistou a Groenlândia. Mais ou menos em 985, Thorwald e seu filho Eric, o Vermelho, estabeleceram ali uma colônia norueguesa. Em 936, Bjerne Herjulfsson descobriu o Labrador; e no ano 1000, Leif, filho de Eric, o Vermelho, desembarcou no continente americano. Não sabemos se era Labrador ou Terra Nova ou Cabo Cod. Leif Ericsson passou o inverno em "Vinland" (terra do vinho), regressando depois à Groenlândia. Em 1002 seu irmão Thorwald, com 30 homens, passou um ano em Vinland. Uma interpolação, não posterior a 1395, na *Saga de Olaf Tryggvesson*, de Snorri Sturluson (1179-1241), fala de cinco expedições separadas de escandinavos à América continental entre 985 e 1011. Em 1477 Cristóvão Colombo, por sua própria conta, viajou para a Islândia e estudou suas tradições sobre o novo mundo.[53]

2. *Civilização Viking*

Como em outras partes do mundo, estava baseada na disciplina familiar, cooperação econômica e na crença religiosa a ordem social entre os escandinavos ou vikings. (Viking vem do velho escandinavo *vik*, enseada ou fiorde; *vik* aparece nesse sentido em Narvik, Schleswig, Reykjavik, Berwick, Wicklow, etc. *Vikingr* significava aquele que assaltava o campo adjacente aos fiordes. "Civilização viking" aqui será empregada no sentido de cultura dos povos escandinavos à "época dos vikings" — 700 a 1100 da era cristã.) "Naquele que reflete bem, nada pode sobrepujar o parentesco", diz uma passagem do *Beowulf*.[54] Filhos não desejados eram expostos à morte; mas,

uma vez aceita, a criança recebia judiciosa mistura de disciplina e amor. Não havia nome de família; cada filho limitava-se a acrescentar o nome do pai ao seu próprio: Olaf Haraldsson, Magnus Olafsson, Haakon Magnusson. Muito antes de adotarem o cristianismo, os escandinavos, ao darem nome a um filho, atiravam-lhe água como símbolo de admissão à família.

A educação era prática: meninas aprendiam as artes domésticas, inclusive a fabricação de cerveja; meninos aprendiam a nadar, esquiar, trabalhar em metal e madeira, esgrimir, remar, patinar, jogar hóquei (do dinamarquês *hoek*, "gancho"), caçar e lutar com arco e flecha, espada ou arpão. O salto era o exercício favorito. Alguns noruegueses, inteiramente armados e com toda armadura, eram capazes de saltar sua própria estatura ou nadar milhas. Alguns corriam mais rápido do que o corcel mais veloz.[55] Muitas crianças aprendiam a ler e escrever; alguns jovens eram treinados na medicina e no direito. Ambos os sexos gostavam por demais de cantar. Poucos, tanto entre homens como mulheres, tocavam instrumentos musicais, geralmente a harpa; lemos no *Elder Edda* como o rei Gunnar sabia tocar harpa com os dedos dos pés e encantar cobras com suas melodias.

A poligamia foi praticada pelos ricos até o século XIII. Casamentos eram arranjados pelos pais, muitas vezes por meio de compra; a mulher livre podia vetar tal arranjo,[56] mas, se ela se casasse contra a vontade dos pais, seu marido era declarado proscrito e podia ser legalmente morto por parentes dela. Um homem podia, a seu bel-prazer, divorciar-se da esposa; mas, a menos que apresentasse boa razão, ele também estava sujeito a ser assassinado pela família dela. Qualquer dos esposos tinha a faculdade de divorciar-se do outro por vestir-se com trajes do sexo oposto: quando a esposa usava calções ou o homem uma camisa aberta no peito. Um marido podia matar impunemente, isto é, sem provocar uma retaliação sangrenta, qualquer homem que apanhasse em relações ilícitas com sua mulher.[57] Mulheres trabalhavam arduamente, mas permaneciam suficientemente atraentes para levar os homens a se matarem uns aos outros por sua causa. E os homens dominantes na vida pública eram, como em toda parte, retraídos em casa. Em geral, a posição da mulher era mais elevada na Escandinávia pagã do que na cristã posterior;[58] ela era mãe não do pecado, mas de homens fortes e corajosos. Tinha direito a um terço (metade depois de 20 anos de casada) de toda a riqueza adquirida pelo marido; era consultada por ele em arranjos de negócios e misturava-se livremente com os homens no lar.

O trabalho tinha um lugar de honra e todas as classes dele participavam. A pesca era a grande indústria, e a caça mais uma necessidade do que esporte. Imaginai a força de vontade e a diligência que desbravaram as florestas da Suécia e transformaram em cultura as escarpas geladas das colinas norueguesas; os campos de trigo de Minnesota são filhos do solo americano cruzado com o gênio norueguês. Grandes propriedades eram raras; a Escandinávia distinguiu-se na ampla distribuição de terra entre os camponeses livres. Um seguro verbal atenuava as conseqüências de desastres: se um lavrador perdesse sua casa em incêndio, os vizinhos reuniam-se para reconstruí-la; se o seu gado perecesse por moléstia ou "ato de Deus", eles contribuíam com um número de animais igual à metade de sua perda. Quase todo nórdico era um artífice, especialmente hábil no trabalho de madeira. Os escandinavos estavam atrasados no uso do ferro, do qual tomaram conhecimento somente no século VIII; mas então fizeram uma variedade de fortes e lindos instrumentos, armas e ornamentos de bronze, prata e ouro;[59] couraças, espadas adamascadas, anéis, alfinetes, selas eram muitas ve-

zes objetos de beleza e orgulho. Estaleiros escandinavos construíram botes e navios de guerra, não maiores, mas aparentemente mais fortes do que os da antigüidade. Com fundo chato para maior estabilidade e proa aguda para abalroar o inimigo; quatro a seis pés de fundo, 60 a 180 de comprimento; impulsionados parcialmente por uma vela, em sua maior parte pelos remos — 10, 16 ou 60 de cada lado. Estes navios simples transportavam exploradores, comerciantes, piratas e guerreiros escandinavos pelos rios da Rússia até os mares Cáspio e Negro, e através do Atlântico até a Islândia e o Labrador.

Os vikings dividiam-se em *jarls* ou condes, *bondi* ou proprietários camponeses, e cativos ou escravos; e (como os guardiães na *República* de Platão) ensinavam firmemente aos filhos que a classe de cada homem era um decreto dos deuses, que somente os infiéis ousariam modificar.[60] Reis eram escolhidos entre os de sangue real, os governadores provinciais entre os *jarls*. Ao lado desta franca aceitação da monarquia e aristocracia como naturais concomitantes da guerra e agricultura, desenvolvia-se notável democracia pela qual os proprietários de terra agiam como legisladores e juízes nas *hus-thing* locais ou reunião de donos de casa, numa *mot* de aldeia, numa *thing* ou assembléia provincial e num *allthing* ou parlamento nacional. Tratava-se de um governo de leis e não somente de homens. A violência era exceção, o julgamento, a regra. Lutas entre famílias ensangüentavam as sagas, mas mesmo nessa época viking de sangue e ferro, o *wergild* estava substituindo a vingança pessoal e somente os ladrões do mar eram homens sem lei que viviam pela vitória ou derrota. Castigos severos eram empregados para compelir homens enrijecidos pela luta contra a natureza, à ordem e à paz; adúlteros eram enforcados ou arrastados por cavalos até morrer; incendiários eram queimados na estaca; parricidas eram suspensos pelos calcanhares ao lado de um lobo vivo pendurado do mesmo modo; rebeldes contra o governo eram rasgados por cavalos que corriam em sentido contrário ou arrastados até a morte por um touro selvagem;[61] talvez nestas barbaridades a lei ainda não tivesse substituído mas apenas socializado a vingança. Mesmo a pirataria cedeu finalmente à lei. Os ladrões transformaram-se em mercadores e substituíram a força pela esperteza. Grande parte do direito marítimo europeu é de origem escandinava, transmitido por intermédio da Liga Hanseática.[62] Sob Magnus, o Bom (1035-47), as leis da Noruega foram inscritas em um pergaminho chamado pela sua cor de o "Ganso Pardo"; este ainda existe e contém editos esclarecidos para o controle de pesos e medidas, o policiamento dos mercados e portos, o auxílio do Estado aos doentes e pobres.[63]

A religião ajudou a lei e a família, para transformar o animal em cidadão. Os deuses do panteão teutônico não constituíam mitologia para os escandinavos, mas divindades de fato, temidas ou amadas e intimamente ligadas com a humanidade por milhares de milagres e amores. No assombro e terror das almas primitivas, todas as forças e corporificações maiores da natureza haviam-se tornado deidades pessoais; e a mais poderosa delas impunha uma propiciação que fazia do sacrifício humano a exigência mínima. Era um Valhalla (Salão dos Eleitos) cheio: 12 deuses e 12 deusas; diversos gigantes (Jotuns), fadas (Norns) e Valquírias — mensageiras e carregadoras de cerveja dos deuses; e um pouco de bruxas, duendes, e *trolls*. (*Toll*: figura da mitologia nórdica: deus da montanha ou das cavernas, às vezes descrito como gigante, outras, como anão.) Os deuses eram mortais ampliados, sujeitos ao nascimento, fome, sono, doença, paixão, tristeza e morte; superavam os homens somente no tamanho, longevidade e força. Odin (o Woden alemão), o pai de todos os deuses, vivera perto

do Mar de Azofe no tempo de César; ali construíra Asgard ou o Jardim dos Deuses, para sua família e seus conselheiros. Sentindo fome de terra conquistou o norte da Europa. Ele não era livre de desafios nem onipotente; Loki o censurava como uma peixeira,[64] e Thor o ignorava completamente. Ele errou sobre a terra procurando sabedoria e trocou um olho por um gole do poço da sabedoria; então inventou letras, ensinou a escrita, poesia e as artes a seu povo, e deu-lhe leis. Antecipando o fim de sua vida terrena, convocou uma assembléia de godos e suecos, feriu-se a si mesmo em nove partes do corpo, morreu e retornou a Asgard a fim de viver como um deus.

Na Islândia, Thor era maior do que Odin. Ele era o deus do trovão, da guerra, do trabalho e da lei; as nuvens negras constituíam suas sobrancelhas franzidas; o trovão, sua voz; o relâmpago, seu martelo lançado dos céus. Os poetas escandinavos, talvez já tão cépticos como Homero, divertiram-se com ele, como os gregos com Hefesto ou Héracles; simbolizaram-no em toda sorte de conjunturas e trabalhos; todavia, ele foi tão amado que quase um quinto dos islandeses tomaram seu nome — Thorolf, Thorwald, Thorstein...

Grande na lenda, menor em culto, era o filho de Odin, Baldur — "deslumbrante em forma e feições... o mais suave, o mais sábio e o mais eloqüente dos deuses";[65] os primitivos missionários foram tentados a identificá-lo com Cristo. Ele teve um terrível sonho de sua próxima morte e falou disso aos deuses. A deusa Frigga obteve de todos os minerais, animais e plantas o juramento de que nada lhe causaria mal; daí em diante o seu glorioso corpo repeliu todas as coisas perniciosas, de maneira que os deuses divertiam-se atirando-lhe pedras e dardos, machados e espadas. Todas as armas eram desviadas e ele saía ileso. Mas Frigga havia esquecido de pedir o juramento de inocuidade a "um pequeno arbusto chamado agárico", considerando-o demasiado frágil para ferir qualquer homem. Loki, o irreverente causador do mal entre os deuses, cortou um ramo de agárico e persuadiu uma deidade cega a atirá-lo sobre Baldur. Atravessado por esse ramo Baldur expirou. Sua esposa Nep morreu de desgosto, e foi queimada na mesma pira com Baldur e seu cavalo magnificamente ornamentado.[66]

As Valquírias — "Escolhedoras dos Assassinados" — tinham poderes para decretar a data da morte de cada alma. Aqueles homens que morriam miseravelmente eram atirados aos domínios de Hel, a deusa da morte; aqueles que morriam em batalha eram levados pelas Valquírias ao Valhalla; ali, como filhos favoritos de Odin, eram reencarnados em força e beleza para passar seus dias em batalhas másculas, e suas noites a beber cerveja. Mas (diz uma mitologia escandinava posterior) chegou a hora em que os Jotuns — demônios monstruosos da desordem e da destruição — declararam guerra aos deuses, e lutaram com eles até o mútuo extermínio. Neste Crepúsculo dos Deuses todo o universo caiu em ruínas: não somente o sol, os planetas e as estrelas, mas, por fim, o próprio Valhalla e todos os seus guerreiros e deidades: somente a esperança sobreviveu — a esperança de que, com o lento decorrer do tempo, uma nova terra se formaria, um novo céu, uma justiça melhor e um deus mais alto do que Odin ou Thor. Talvez essa poderosa fábula simbolizasse a vitória do cristianismo e os ousados golpes que os dois Olafs deram por Cristo. Ou teriam os poetas vikings chegado a duvidar — e enterrar — seus deuses?

Era uma mitologia maravilhosa, inferior apenas à grega em fascinação. A forma mais antiga em que ela chegou até nós é nos estranhos poemas, aos quais erradamente se atribuiu o nome de *Edda*. (O termo ocorre, pela primeira vez, em um fragmento do século X, com o significado de bisavó; por alguma travessura do tempo, veio a sig-

nificar normas técnicas da prosódia norueguesa e, nesse sentido, foi empregado por Snorri Sturluson, quando [1222] escreveu sob esse título um tratado sobre a mitologia e arte poética escandinavas; conhecemos esta como a Prosa ou Edda Moderno.) Em 1643, um bispo descobriu na Biblioteca Real de Copenhague um manuscrito que continha alguns antigos poemas da Islândia. Por um duplo engano o prelado chamou-os *Edda* de Saemund, o Sábio (*ca.* 1056-1133), douto sacerdote islandês. Concorda-se agora, geralmente, que os poemas foram compostos na Noruega, Islândia e Groenlândia, por poetas desconhecidos, em datas ignoradas, entre os séculos VIII e XII, e que Saemund pode havê-los colecionado, mas não os escreveu, e também que *Edda* não era o nome deles. Mas o tempo sanciona o erro bem como o roubo, e aceita em chamar os poemas de os *Edda Poético* ou *Edda Antigo*. A maioria deles são baladas narrativas dos antigos heróis ou deuses escandinavos ou germânicos. Aqui, pela primeira vez, encontramos Sigurd, o Volsung, e outros heróis, heroínas e vilões destinados a tomarem forma mais definida no *Volsungasaga* e no *Nibelungenlied*. O mais poderoso dos poemas *Edda* é o *Voluspa*, em que a profetisa Völva descreve com imaginação sombria e majestosa a criação do mundo, sua próxima destruição e seu renascimento final. Em estilo completamente diferente está escrita *A Balada do Altíssimo*, no qual Odin, depois de haver visto toda espécie de condições e homens, formula suas máximas de sabedoria, nem sempre como um deus:

> Cheguei a muitos lugares demasiado cedo ou demasiado tarde; a cerveja não estava pronta ou já havia sido tomada.[67]... A melhor embriaguez é aquela que se apanha quando todo mundo recupera a razão.[68]... Ninguém deve dar fé às palavras de uma donzela ou de uma mulher; pois em seus seios se estabeleceu a traição;[69]... Isso eu o experimentei quando tentei seduzir aquela discreta donzela;... nem dela eu ganhei algo.[70]... O dia deve ser apreciado ao anoitecer, uma espada depois de provada, uma mulher depois de cremada.[71]... Das palavras que um homem fala a outro muitas vezes ele recebe o castigo[72] ... a língua é a perdição da cabeça.[73] Não discuta nem três palavras com um homem pior; muitas vezes o melhor cede, quando o pior agride.[74] ... Aquele que cobiça propriedade ou mulher alheias deve madrugar.[75] ... Moderadamente prudente deve ser o homem, e não superprudente. ... Que nenhum homem conheça seu destino de antemão; assim seu espírito estará mais livre de preocupações. ... O coração de um sábio raras vezes está contente.[76] ... Por menor que seja, o lar da gente é o melhor.[77]... melhor é a lareira da gente e a vista do sol.[78]

Provavelmente os poemas do *Edda Antigo* se preservaram oralmente até o século XII, quando foram escritos. Na época dos vikings, as letras eram rúnicas, como na Alemanha do Norte e Inglaterra anglo-saxônia. Os 24 símbolos (literalmente, "mistérios") constituíam um alfabeto grosseiramente formado sobre as escritas cursivas grega e latina. A literatura, porém, podia, nessa época, dispensar as letras; menestréis compunham, guardavam de memória, recitavam e transmitiam oralmente suas baladas dos deuses teutônicos e dessa "Idade Heróica" (do século IV ao VI) quando os povos germânicos estendiam seu poder sobre a Europa. Sturluson e outros preservaram alguns fragmentos das baladas e os nomes de muitos menestréis. O mais famoso deles foi Sigvat Thordarsson, que serviu a Santo Olavo (St. Olaf) como poeta e cândido conselheiro da corte. Outro, Egil Skallagrimsson (900-83), foi a principal figura de seu tempo na Islândia — um poderoso guerreiro, um barão individualista, um poeta apaixonado. Na velhice, perdeu o filho caçula afogado. Estava prestes a

suicidar-se quando sua filha o persuadiu a escrever um poema. O seu *Sonartorrek* (*A Perda do Filho*) constitui uma acusação desafiadora ao deus que ele inculpa pela morte do filho; lamenta que não possa encontrar Odin e dar-lhe combate, como havia combatido outros inimigos. Vem depois um estado de espírito mais brando, quando reflete que os deuses não lhe haviam dado somente tristeza, mas também o dom da poesia; reconciliado, resolve viver e reassume seu alto posto nos conselhos de seu país.[79]

A literatura escandinava deste período indubitavelmente exagera a violência da sociedade viking, como o jornalismo e a história, seduzindo os leitores com o excepcional, perdem o fluxo normal da vida humana. Contudo, as árduas condições da primitiva Escandinávia propiciavam uma luta pela existência em que sòmente os homens de fibra mais resistente podiam sobreviver; e uma ética nietzschiana da coragem inescrupulosa levantou-se dos costumes antigos de luta e vingança, e a pirataria sem lei de mares sem governo. "Dize-me de que religião és?", perguntou um viking a outro. "Acredito nas minhas próprias forças", foi a resposta.[80] Gold Harald queria o trono da Noruega e propôs-se a tomá-lo pela força. Seu amigo Haakon aconselhou-o: "Considera-te que és um homem capaz de fazê-lo; pois para realizar tal propósito é preciso um homem ousado e duro, que não se aterá nem ao bem nem ao mal para levar avante o que pretende."[81] Alguns desses homens encontravam tal prazer na batalha que quase anestesiavam seus ferimentos; alguns entravam numa batalha em delírio conhecido como *berserksgangr* — "à maneira de *berserkers*"; os *berserkers* — *bear-shirters* — eram campeões que corriam para o combate sem cota de malha, e lutavam e rugiam como animais, mordiam furiosamente seus escudos e, terminada a batalha, caíam em estado de coma por exaustão.[82] Somente os bravos entrariam no Valhalla; e todos os pecados seriam perdoados àquele que morresse pelo seu grupo na guerra.

Assim treinados nas privações e jogos violentos, "os homens dos fiordes" saíram remando em suas embarcações e conquistaram reinos para eles na Rússia, Pomerânia, Frísia, Normandia, Inglaterra, Irlanda, Islândia, Groenlândia, Itália e Sicília. Estas aventuras não eram invasões de massas de soldados como os *hijad* muçulmanos ou a avalancha magiar; constituíam surtidas descuidadas de simples punhados de homens, que julgavam toda fraqueza um crime e toda força um bem, que tinham fome de terras, mulheres, riqueza e poder, e sentiam possuir um direito divino de compartilhar dos frutos da terra. Começaram como piratas e terminaram como estadistas; Rolo deu uma ordem criadora à Normandia, Guilherme, o Conquistador, à Inglaterra; Rogério II, à Sicília; misturaram seu sangue fresco do norte, como um hormônio de energia, com o de povos entorpecidos pela rotina rural. A História raras vezes destrói aquilo que não merece morrer; e a queima de ervilhacas forma um solo mais rico para a próxima semeadura.

VI. ALEMANHA: 566-1106

1. *A Organização do Poder*

As irupções dos escandinavos constituíram a fase final das invasões bárbaras que haviam partido da Germânia cinco séculos antes e despedaçado o Império Romano nas nações da Europa ocidental. Que foi feito dos germanos que haviam permanecido em sua terra?

O êxodo das grandes tribos — godos, vândalos, burgúndios, francos, lombardos — deixou a Germânia subpovoada durante algum tempo; os *wends* (eslavos da Saxônia e da Prússia) moveram-se para o ocidente dos estados bálticos a fim de preencher o vácuo. E por volta do século VI o Elba era a fronteira étnica, como presentemente é a fronteira política, entre o mundo eslavo e o ocidental. A oeste do Elba e do Saale ficavam as tribos germânicas sobreviventes: saxões na Alemanha norte-central, francos orientais ao longo do Reno inferior; turíngios, entre eles; bávaros (outrora marcomanos) ao longo do Danúbio médio, e suábios (outrora suevos) ao longo e entre o Reno superior e o Danúbio superior e acompanhando o Jura oriental e os Alpes setentrionais. Não havia nenhuma Germânia, mas somente tribos germânicas. Durante algum tempo Carlos Magno deu-lhes a unidade da conquista, e as bases de uma ordem comum, mas o colapso do império carolíngio afrouxou esses laços. E até Bismarck a consciência tribal e o particularismo local combateram toda influência centralizadora, enfraquecendo um povo desconfortavelmente cercado pelos inimigos, pelos Alpes e pelo mar.

O Tratado de Verdun (843) fizera, com efeito, Luís ou Ludwig, o Alemão, neto de Carlos Magno, o primeiro rei da Germânia. O Tratado de Mersen (870) deu-lhe território adicional e definiu a Germânia como a terra entre o Reno e o Elba, mais uma parte da Lorena e os bispados de Mogúncia, Worms e Speyer. Luís era um estadista de primeira ordem, mas tinha três filhos; e com a sua morte (876) o reino foi dividido entre eles. Depois de uma década de caos, durante o qual nórdicos assaltaram as cidades do Reno, Arnolfo, filho ilegítimo de Carlomano, filho de Luís, foi eleito rei da "Frância oriental" (887) e rechaçou os invasores. Mas seu sucessor, Luís, o Infante (899-911), mostrou-se demasiado jovem e fraco para derrotar os magiares que assolaram a Bavária (900), a Caríntia (901), a Saxônia (906), a Turíngia (908) e a Alemânia (909). O governo central não conseguia proteger essas províncias; cada uma tinha de prover a sua própria defesa. Os duques provinciais organizaram exércitos, dando terras em feudo aos apaniguados que prestavam serviço militar. As forças assim levantadas proporcionaram aos duques uma virtual independência da coroa e estabeleceram uma Germânia feudal. Com a morte de Luís, os nobres e prelados, reclamando com êxito o direito de escolher o rei, deram o trono a Conrado I, duque da Francônia (911-18). Conrado consumiu-se na luta com o duque Henrique da Saxônia, mas teve a inteligência de recomendar o último como seu sucessor. Henrique I, chamado o Passarinheiro, porque gostava de caçar, expulsou os *wends* eslavos para o Óder, fortificou a Germânia contra os magiares, derrotou-os em 933, e preparou, por seu paciente trabalho, o terreno das realizações do filho.

Oto I, o Grande (936-73), foi o Carlos Magno da Germânia. Tinha 24 anos quando subiu ao trono, mas já era um rei nos gestos e na capacidade. Sentindo o valor da cerimônia e do simbolismo, persuadiu os duques da Lorena, Francônia, Suábia e Bavária a que servissem como assistentes em sua coroação solene em Aachen (Aix-la-Chapelle) pelo arcebispo Hildeberto. Posteriormente, os duques rebelaram-se contra seu crescente poder, e induziram seu irmão mais novo, Henrique, a participar de uma conspiração para depor o monarca. Oto descobriu e reprimiu a conspiração e perdoou a Henrique, que conspirou novamente e de novo foi perdoado. O sutil rei deu novos ducados a amigos e parentes, e pouco a pouco submeteu os duques; os monarcas posteriores não herdariam sua resolução e habilidade, e muito da Alemanha medieval foi consumido em conflitos entre o feudalismo e a realeza. Nessa disputa os prelados ger-

mânicos ficaram do lado do rei e tornaram-se seus ajudantes administrativos, às vezes seus generais. O rei nomeava bispos e arcebispos, bem como indicava outros funcionários do governo; e a Igreja alemã tornou-se uma instituição nacional, apenas frouxamente ligada ao papado. Utilizando-se do cristianismo como força unificadora, Oto fundiu as tribos germânicas em um poderoso Estado.

A conselho dos bispos, Oto atacou os *wends* e procurou convertê-los ao cristianismo pela espada. Compeliu o rei da Dinamarca e os duques da Polônia e Boêmia a aceitarem-no como seu suserano feudal. Aspirando ao trono do Santo Império Romano, ele recebeu de bom grado o convite de Adelaide, a linda viúva do rei Lotário da Itália, para socorrê-la das indignidades a que estava sujeita pelo novo rei Berengário II. Oto combinou destramente a política com o romance; invadiu a Itália, desposou Adelaide e permitiu que Berengário retivesse seu reino somente como um feudo da coroa alemã (951). A aristocracia romana recusou-se a reconhecer um germânico como imperador e portanto como senhor da Itália. Começava assim uma contenda que duraria três séculos. A rebelião de seu filho Ludolfo e seu genro Conrado chamou Oto de volta à Alemanha, pois se persistisse no intento de ser imperador acabaria perdendo a coroa real. Quando os magiares invadiram de novo a Alemanha (954), Ludolfo e Conrado receberam-nos bem e forneceram-lhes guias. Oto reprimiu a rebelião, perdoou Ludolfo, reorganizou seu exército, e derrotou tão decisivamente os magiares em Lechfeld, perto de Augsburgo (955), que a Alemanha conseguiu um longo período de segurança e paz. Oto dedicou-se então aos assuntos internos — restabeleceu a ordem, reprimiu o crime e durante algum tempo manteve a Alemanha unida, o mais próspero Estado de seu tempo.

Reapareceu a oportunidade de tornar-se imperador quando o Papa João XII pediu seu auxílio contra Berengário (959). Oto invadiu a Itália com um poderoso exército, entrou pacificamente em Roma e foi coroado imperador romano do Ocidente por João XII, em 962. O Papa, arrependendo-se desse ato, queixou-se de que Oto não cumprira a promessa de restaurar o exarcado de Ravena para o papado. Oto tomou a decisão extrema de marchar sobre Roma, convocando um sínodo de bispos italianos e persuadindo-o a depor João e fazer de um leigo um papa sob o nome de Leão VIII (963). O território papal estava agora confinado ao ducado de Roma e à região sabina; o resto da Itália central e setentrional fora absorvido em um Santo Império Romano que se tornou apanágio da coroa germânica. Desses acontecimentos, os reis germânicos deduziriam que a Itália era parte de sua herança, e os papas concluiriam que nenhum homem podia ser imperador romano do Ocidente a não ser por meio da coroação papal.

Com a aproximação da morte, Oto preveniu a desordem fazendo com que seu filho Oto II fosse coroado co-imperador pelo Papa João XIII (967); e assegurou como esposa de seu filho, Teofânia, filha de Romano II, imperador bizantino (972). O sonho de Carlos Magno, de unir os dois impérios pelas armas, tornou-se transitoriamente uma realidade. Então, já velho nos feitos, porém apenas com 60 anos de idade, Oto faleceu (973) e toda a Alemanha pranteou a morte de seu maior rei. Oto II (973-83) consumiu-se nos esforços para acrescentar a Itália do sul ao seu reino e morreu prematuramente nessa tentativa. Oto III (983-1002) era então uma criança de três anos; sua mãe Teofânia e sua avó Adelaide governaram como regentes durante oito anos. Teofânia, durante seus 18 anos de influência, trouxe algo do refinamento bizantino à corte germânica e estimulou a renascença otoniana nas letras e nas artes.

Com a idade de 17 anos (996) Oto III começou a reinar em seu próprio nome. Influenciado por Gerbert e outros clérigos, propôs fazer de Roma sua capital e unir toda a cristandade sob um Império Romano restaurado, governado conjuntamente pelo imperador e pelo papa. Os nobres e a população de Roma e da Lombardia interpretaram o plano como uma conspiração para estabelecer um domínio germano-bizantino sobre a Itália; resistiram a Oto e estabeleceram uma "República Romana". Oto suprimiu-a e executou seu chefe, Crescêncio. Em 999 fez Gerbert subir ao trono papal. Mas os 22 anos da vida de Oto e os quatro anos do papado de Gerbert mostraram-se demasiado breves para a realização da sua política. Metade santo, porém homem até certo ponto, Oto apaixonou-se por Estefânia, viúva de Crescêncio. Ela consentiu em ser sua amante e envenenadora. O jovem rei, sentindo a morte nas veias, tornou-se um penitente lamuriante, e morreu em Viterbo aos 22 anos de idade.[83]

Henrique II (1002-24), último da linha saxônia dos reis germânicos, diligenciou o restabelecimento do poder da monarquia na Itália e na Alemanha, onde os reinados de dois meninos haviam fortalecido os duques e encorajado os Estados vizinhos. Conrado II (1024-39), iniciando uma linha franconiana ou saliana de imperadores, pacificou a Itália, e acrescentou à Alemanha o reino da Burgúndia ou Arles. Necessitando de fundos, vendia bispados por somas tão grandes que sua consciência o incomodava; jurou nunca mais receber dinheiro por uma nomeação eclesiástica e "quase conseguiu cumprir o juramento".[84] Seu filho Henrique III (1039-56) levou o novo império ao zênite. No "Dia da Indulgência" em Constança, em 1043, ofereceu perdão a todos aqueles que o haviam ofendido, e exortou seus súditos a renunciarem a toda vingança e ódio. Durante uma década, sua pregação e exemplo — talvez também sua força — reduziram os feudos dos duques e cooperaram com a contemporânea "Trégua de Deus" para produzir uma breve idade áurea para a Europa central. Patrocinou estudos, fundou escolas e completou as catedrais de Speyer, Mogúncia e Worms. Mas ele não era nenhum santo que tivesse jurado uma paz eterna. Fez guerra à Hungria até que esta o reconheceu como seu suserano feudal. Depôs três pretendentes rivais ao papado e indicou dois sucessivos papas. Em toda a Europa nenhuma outra potência igualava à dele. Finalmente, levou sua autoridade ao ponto extremo de provocar a oposição dos prelados e duques. Ele porém morreu antes da tempestade e legou a Henrique IV um papado hostil e um reino perturbado.

Henrique tinha quatro anos ao ser coroado rei em Aachen, seis quando morreu o pai. Sua mãe e dois arcebispos serviram de regentes até 1065: então o menino de 15 anos foi declarado maior e viu-se investido de um poder imperial que teria virado a cabeça de qualquer jovem. Veio a acreditar naturalmente na monarquia absoluta e procurou governar segundo essa crença; logo estava em disputa ou guerra com um ou outro dos grandes nobres que, aproveitando-se de sua inexperiência, quase lhe desmembraram o reino. Os saxões ressentiram-se dos impostos que lhes foram tributados e recusaram-se a restaurar as terras da coroa que Henrique reclamava; durante 15 anos (1072-88) este travou uma guerra intermitente com os saxões; quando os derrotou em 1075, obrigou-os a todos, inclusive aos nobres mais orgulhosos e seus bispos marciais, a caminharem desarmados e descalços entre as filas de seu exército e a apresentar o ato de rendição a seus pés. No mesmo ano o Papa Gregório VII baixou uma bula contra a investidura leiga — a nomeação de bispos ou abades por leigos. Henrique, baseando-se nos precedentes de um século, nunca duvidou de seu direito de fazer tais nomeações. Combateu Gregório durante 10 anos, na diplomacia e na guerra, e literal-

mente até a morte, num dos mais violentos conflitos da história medieval. Os nobres rebeldes da Alemanha aproveitaram-se dessa luta para fortalecer seu poderio feudal, e os saxões humilhados revoltaram-se novamente. Os filhos de Henrique uniram-se à oposição e em 1098 a Dieta de Mogúncia declarou rei Henrique V. O filho fez prender o pai e forçou-o a abdicar (1105). O pai fugiu e estava formando novo exército quando morreu em Liège, com 57 anos de vida (1106). O Papa Pascoal II não pôde conceder um enterro cristão a um excomungado não-arrependido; mas o povo de Liège, desafiando o Papa e o rei, proporcionou a Henrique IV um funeral real e o enterrou em sua catedral.

2. *Civilização Germânica: 566-1106*

Através desses cinco séculos, o trabalho dos homens e mulheres que lavravam o solo e criavam filhos conquistou a Germânia para a civilização. As florestas eram terrivelmente imensas, abrigavam animais selvagens, impediam a comunicação e a unidade; heróis anônimos da floresta derrubaram as árvores — talvez demasiado descuidadamente. Na Saxônia a luta contra a floresta auto-regeneradora e o pântano infeccioso prosseguiu durante mil anos e foi somente no século XIII que a vitória coube ao homem. Geração após geração, os duros e corajosos camponeses faziam recuar as feras e a selva, domesticavam a terra com enxada e arado, plantavam árvores frutíferas, pastoreavam ovelhas, cultivavam videiras e consolavam-se da solidão com amor e prece, flores, música e cerveja. Mineiros extraíam da terra sal, ferro, cobre, chumbo e prata; artesanato feudal, monástico e doméstico casaram a destreza romana à germânica; o comércio fluía cada vez mais intenso pelos rios e mares do Norte e Báltico. Por fim a grande campanha foi vencida. O barbarismo ainda se escondia nas leis e no sangue; mas a lacuna entre o caos tribal do século V e a renascença otoniana do século X havia sido preenchida. De 955 a 1075 a Alemanha foi o país mais próspero da Europa, encontrando rival somente no norte da Itália que havia recebido lei e ordem dos reis germânicos. Velhas cidades romanas como Trèves, Mogúncia e Colônia continuavam; novas cidades desenvolviam-se em torno das sedes episcopais de Speyer, Magdeburgo e Worms. Mais ou menos em 1050 começamos a ouvir o nome de Nuremberg.

A Igreja era o educador bem como o administrador da Alemanha nessa época. Escolas monásticas — na realidade colégios — estavam abertas em Fulda, Tegernsee, Reichenau, Gandersheim, Hildesheim e Lorsch. Rabano Mauro (776?-856), depois de estudar com Alcuíno em Tours, tornou-se abade do grande mosteiro de Fulda na Prússia, e fez com que sua escola fosse conhecida em toda a Europa, como formadora de doutores e de 22 instituições filiadas. Ele estendeu o currículo a fim de incluir muitas ciências e condenou as superstições que atribuíam fenômenos naturais a poderes ocultos.[85] A biblioteca de Fulda cresceu para tornar-se uma das maiores da Europa. A ela devemos Suetônio, Tácito e Amiano Marcelino. Uma tradição duvidosa atribui a Rabano o majestoso hino *Veni Creator Spiritus*, que é cantado na consagração de papas, bispos ou reis.[86] São Bruno, que era duque de Lorena e arcebispo de Colônia, e se tornou chanceler imperial no reinado de Oto, o Grande, abriu uma escola no palácio real para treinar uma classe administrativa; trouxe doutos e livros de Bizâncio e da Itália, e ele próprio ensinou grego e filosofia.

A língua germânica ainda não tinha literatura; quase todo o trabalho escrito era feito pelos clérigos e em latim. O maior poeta germânico da época foi Walafrid Stra-

bo (809-49), monge suabiano de Reichenau. Durante algum tempo ele foi tutor de Carlos, o Calvo, no palácio de Luís, o Pio, em Aachen. Encontrou um patrono esclarecido na esposa de Luís, a bela e ambiciosa Judite. Regressando a Reichenau como seu abade, dedicou-se à religião, poesia e jardinagem. E em um delicioso poema — *De cultura hortorum (Dos Cuidados de Jardins)* — descreveu uma a uma as ervas e flores que cultivava com tanta ternura.

Seu maior rival na literatura da Alemanha desses séculos foi uma freira. Hroswitha era apenas uma das muitas mulheres germânicas que nessa época se distinguiram pela cultura e refinamento. Nascida mais ou menos em 935, ela entrou para um convento beneditino em Gandersheim. O padrão de instrução deve ter sido mais elevado do que imaginamos, pois Hroswitha familiarizou-se com os poetas da Roma pagã e aprendeu a escrever fluentemente o latim. Compôs algumas vidas de santos em hexâmetros latinos e um pequeno poema épico sobre Oto, o Grande. Mas as obras que a tornaram notável foram seis comédias latinas, em prosa, à moda de Terêncio. Segundo ela, seu propósito era "fazer o seu pequeno talento concedido pelo céu desenvolver-se, sob o martelo da devoção, num frágil som em louvor de Deus".[87] Lamenta a indecência pagã da comédia latina e propõe-se a oferecer um substitutivo cristão; mas mesmo seus teatros se voltam para um amor profano que mal oculta uma quente corrente subterrânea de desejo físico. No melhor de seus curtos dramas, *Abraão*, um anacoreta cristão, abandona sua ermida para cuidar da sobrinha órfã. Esta foge com um sedutor; logo é abandonada e torna-se prostituta. Abraão segue-a e disfarçado entra em seu quarto. Quando ela o beija, reconhece-o e recua de vergonha. Em um colóquio terno e poético, ele a persuade a abandonar aquela vida de pecado e voltar ao lar. Não sabemos se tais esboços dramáticos foram alguma vez representados. O drama moderno desenvolveu-se não de tais ecos de Terêncio, mas das cerimônias e "mistérios" da Igreja, cruzados com farsas de pantomimas errantes.

A Igreja que deu um lar à poesia, ao drama e à historiografia forneceu também assuntos e fundos para a arte. Monges germânicos estimulados pelos exemplos bizantino e carolíngio, e sob o patrocínio de princesas alemãs, produziram na época em apreço centenas de excelentes manuscritos iluminados. Bernevaldo, bispo de Hildesheim, de 993 a 1022, era quase um resumo da cultura de sua época: pintor, calígrafo, obreiro de metal, mosaicista, administrador e santo. Fez de sua cidade um centro de arte, reunindo artistas das mais diversas procedências e habilidades; com a ajuda deles, e também com suas próprias mãos, confeccionou cruzes adornadas de pedras preciosas, candelabros de ouro e prata, com relevos de formas animais e florais, e um cálice incrustado de gemas antigas, uma das quais representava as três Graças na sua habitual nudez.[88] As famosas portas de bronze que seus artistas fizeram para sua catedral constituíram as primeiras portas metálicas, enfeitadas com figuras de flores, homens e animais, da Idade Média, que foram solidamente fundidas em vez de compostas de chapas fixadas em madeira. A arquitetura doméstica não mostrava ainda sinais das formas adoráveis que embelezariam as cidades alemãs na Renascença, mas a arquitetura da Igreja, que agora variava da madeira à pedra, importou do românico lombardo idéias sobre transepto, coro, abside e torres, e iniciou a construção das catedrais de Hildesheim, Lorsch, Worms, Mogúncia, Trèves, Speyer e Colônia. Críticas estrangeiras queixam-se de tetos de madeira chata e excessiva decoração externa nesse "românico renano", mas essas igrejas expressaram bem a firmeza do gênio germânico e o espírito de uma época que diligentemente emergia para a civilização.

CAPÍTULO XXI

O Cristianismo em Conflito

529 — 1085

I. SÃO BENTO: *ca.* 480-543

O ANO de 529, que viu o fechamento das escolas atenienses de filosofia, assistiu também à abertura de Monte Cassino, o mais famoso mosteiro da cristandade latina. Seu fundador, Bento de Núrsia, nasceu em Spoleto, ao que parece em uma família da decadente aristocracia romana. Enviado a Roma para receber educação, ficou escandalizado pela licença sexual então reinante naquela cidade. Dizem alguns que ele se perdeu no amor.[1] Aos 15 anos fugiu para um lugar afastado cinco milhas de Subíaco, nas colinas sabinas; fez uma cela em uma caverna no pé de um precipício; e ali viveu durante alguns anos como monge solitário. Os *Diálogos* do Papa Gregório I contam como Bento lutou valentemente para esquecer a mulher,

> cuja lembrança o mau espírito punha em sua mente e por meio dessa lembrança tão fortemente inflamava com concupiscência a alma do servo de Deus... que, quase vencido pelo prazer, estava disposto a abandonar a selva. Mas, subtamente, assistido pela graça de Deus, voltou a si; e vendo muitas roseiras bravas e urtigas crescendo nas proximidades, despojou-se da roupa e lançou-se no meio delas e ali se rebolou tanto tempo que, quando saiu, sua carne estava miseravelmente dilacerada; e assim, pelos ferimentos do corpo, ele curou as feridas da alma.[2]

Após viver ali durante alguns anos, e depois que sua firmeza de resolução lhe granjeou fama, foi instado pelos monges de um mosteiro próximo a ser abade dos mesmos. Ele os advertiu de que seria severo; eles persistiram e Bento assentiu. Depois de poucos meses de seu rigoroso regime os monges puseram veneno em seu vinho. Bento voltou a sua vida solitária. Mas jovens dedicados vinham viver junto dele e solicitar sua orientação; pais traziam filhos, até mesmo de Roma, para serem por ele ensinados. Por volta de 520, haviam-se erguido em torno de sua caverna 12 pequenos mosteiros, cada qual com 12 monges. Quando mesmo muitos desses monges acharam sua regra demasiado rígida, ele se mudou com seus mais ardentes adeptos para Monte Cassino, uma elevação de 1.715 pés acima do nível do mar, a cavaleiro da antiga cidade de Casinum, 40 milhas a noroeste da Cápua. Ali demoliu um templo pagão e fundou (*ca.* 529) um mosteiro, formulando o Regulamento Beneditino que iria orientar a maioria dos mosteiros no Ocidente.

Os monges da Itália e da França haviam errado em imitar o ascetismo solitário do Oriente. Tanto o clima como o espírito ativo da Europa ocidental tornavam esse regime desanimadoramente difícil e conduziram a muitos fracassos. Bento não criticava

os anacoretas nem condenava o ascetismo, mas julgou mais prudente tornar o ascetismo comunal e não individual. Não deveria haver nenhuma ostentação nem rivalidade nele; cada passo ficaria sob o controle de um abade e estaria sempre a um passo de distância de qualquer dano à saúde física ou mental.

Até então nenhum voto era exigido no Ocidente daqueles que ingressavam na vida monástica. Bento sentiu que o aspirante devia servir como noviço e aprender pela experiência as austeridades que dele se exigiriam. Somente depois de uma prova dessas podia ele fazer o voto. Então, se ainda o desejasse, devia comprometer-se, por escrito, à "perpetuidade de sua estada, reforma de suas maneiras e obediência"; e o voto, assinado e testemunhado, tinha de ser colocado no altar pelo próprio noviço num ritual solene. Daí por diante, o monge não devia deixar o mosteiro sem permissão do abade. Este devia ser escolhido pelos monges e consultá-los em todos os assuntos de importância; mas a decisão final cabia ao abade e os monges deviam obedecer-lhe em silêncio e com humildade. Falavam somente quando necessário; não deviam gracejar ou rir alto; deviam andar com os olhos no chão. Não possuíam nada "nem livro, nem quadros, nem uma pena — nada absolutamente... Todas as coisas serão mantidas em comum."[3] Condições anteriores de riqueza ou escravidão deviam ser esquecidas e ignoradas. O abade

> não fará distinções pessoais no mosteiro... Um homem nascido livre não terá preferência a um que vem da servidão, a menos que haja alguma outra causa razoável. Pois, sejamos servos ou livres, somos todos um em Cristo... Deus não faz distinções pessoais.[4]

Esmolas e hospitalidade deviam ser dadas dentro dos recursos do mosteiro a todos que as solicitassem. "Todo hóspede que vier será recebido como se fosse Cristo."[5]

O monge deve trabalhar — nos campos ou oficinas do mosteiro, na cozinha, em torno da casa, copiando manuscritos... Nada devia ser comido até o meio-dia e na Quaresma até o pôr-do-sol. De meados de setembro à Páscoa haveria apenas uma refeição diária; nos meses de verão duas, porque os dias são longos. O vinho era permitido, mas nenhuma carne de animal quadrúpede. Trabalho ou sono eram freqüentemente interrompidos pela prece coletiva. Influenciado pelos exemplos orientais, Bento dividiu o dia em "horas canônicas" — horas de oração conforme estabelecidas por cânone ou regulamento. Os monges tinham de levantar-se às duas da madrugada, retirar-se para a capela e recitar ou cantar "noturnos" — leituras de escrituras, preces e salmos; ao amanhecer reuniam-se para as "matinas" e "laudes"; às seis para a "prima" — a primeira hora; às nove para a "terça", a terceira; ao meio-dia para a "sexta"; às 15 para a "nona"; ao pôr-do-sol para as "vésperas"; à hora de dormir para as "completas" — o fim. Iam para cama ao anoitecer; os monges quase dispensavam a luz artificial. Dormiam com suas roupas e raras vezes tomavam banho.[6]

A estes regulamentos especiais Bento acrescentou alguns conselhos gerais de aperfeiçoamento cristão:

> 1. Em primeiro lugar, amar a Deus de todo o coração, toda a alma, toda a força. 2. Amar ao próximo como a si mesmo. 3. Não matar... não cometer adultério... não roubar... não cobiçar... não dar falso testemunho. ... 8. Honrar todos os homens. ... 11. Purificar o corpo. ... 13. Observar o jejum. 14. Socorrer os pobres. 15. Vestir os que estão nus. 16. Visitar os doentes. ... 30. Não injuriar e agüentar

> pacientemente as injúrias. ... 31. Amar aos inimigos. ... 53. Não falar demais. ... 61. Não desejar ser chamado de santo... mas sê-lo. ... 71. Depois de um desentendimento, reconciliar-se antes do pôr-do-sol. 72. E nunca se desesperar da mercê de Deus.[7]

Numa época de guerra e caos, de dúvida e desorientação, o mosteiro beneditino constituía um refúgio consolador. Recebia camponeses despojados de suas posses ou arruinados, estudantes desejosos de algum retiro calmo, homens cansados da luta e tumulto do mundo e dizia-lhes: "Abandonai vosso orgulho e liberdade e encontrareis aqui segurança e paz." Não admira que centenas de mosteiros similares tenham-se erguido em toda Europa, cada um independente dos outros e todos sujeitos somente ao papa, servindo como ilhas comunais num mar agitado de individualismo. O regulamento e a ordem beneditinos provaram ser as mais duradouras das criações do homem medieval. O próprio Monte Cassino é um símbolo dessa permanência. Bárbaros lombardos saquearam-no em 589; os lombardos retiraram-se e os monges retornaram. Os sarracenos destruíram-no em 884; os monges o reconstruíram. Um terremoto arruinou-o em 1349; os monges o restauraram. A soldadesca francesa pilhou-o em 1799, as granadas e bombas da Segunda Guerra Mundial nivelaram-no à terra em 1944. Em 1948, os monges de São Bento, com suas próprias mãos, o reconstroem uma vez mais. *Succisa virescit*: cortai-o, ele brotará novamente.

II. GREGÓRIO, O GRANDE: 540-604

Enquanto Bento e seus monges trabalhavam e oravam pacificamente no Monte Cassino, a Guerra Gótica (536-53) devastou a Itália como uma chama destruidora, deixando, após sua passagem, a desordem e a miséria. A economia urbana estava em caos. Instituições políticas em ruínas; em Roma nenhuma autoridade secular sobreviveu exceto a dos legados imperiais fracamente apoiados por tropas não pagas e distantes. Nesse colapso dos poderes mundanos, a sobrevivência da organização eclesiástica parecia mesmo aos imperadores a salvação do Estado. Em 554, Justiniano promulgou um decreto exigindo que "pessoas capazes de administrar o governo local sejam escolhidas como governadores das províncias, *pelos bispos e principais pessoas de cada província*".[8] Mal porém havia esfriado o cadáver de Justiniano, a invasão lombarda (568) sujeitou o norte da Itália novamente ao barbarismo e arianismo e ameaçou toda a estrutura e liderança da Igreja na Itália. A crise fez surgir um homem, e a História mais uma vez testemunhou a influência do gênio.

Gregório nasceu em Roma três anos antes da morte de São Bento. Procedia de antiga família senatorial e passou a juventude em um belo palácio no Monte Célio. Com a morte do pai herdou uma grande fortuna. Subiu rapidamente na *ordo honorum* ou seqüência de graus hierárquicos. Aos 33 anos era prefeito — um *mayor* (chefe administrativo), como diríamos — de Roma. Mas ele não tinha nenhuma inclinação pela política. Terminando seu ano de exercício e aparentemente convencido, pela situação da Itália, de que o sempre anunciado fim do mundo estava próximo,[9] empregou a maior parte de sua fortuna na fundação de sete mosteiros, distribuiu o resto aos pobres, abandonou todos os privilégios da sua classe, transformou seu palácio no mosteiro de Santo André e tornou-se o seu primeiro monge. Sujeitou-se a um extremo ascetismo, vivia quase que só de legumes e frutas cruas e jejuava tão freqüente-

mente que quando chegou o Sábado de Aleluia, em que o jejum era especialmente recomendado, parecia que outro dia de abstinência o mataria. No entanto, os três anos que passou no mosteiro foram sempre lembrados por ele como os mais felizes de sua vida.

Saindo dessa paz, foi chamado a servir o Papa Benedito I como "sétimo diácono"; e em 579 foi enviado pelo Papa Pelágio II como embaixador à corte de Constantinopla. Entre os ardis da diplomacia e a pompa dos palácios continuou a viver como um monge, no hábito, dieta e prece;[10] todavia ele ganhou alguma experiência útil do mundo e suas chicanas. Em 586 foi chamado de volta a Roma e tornou-se o abade de Santo André. Em 590 a terrível peste bubônica dizimou a população de Roma; o próprio Pelágio foi uma das vítimas; e imediatamente o clero e o povo da cidade escolheram Gregório para sucedê-lo. Gregório não queria deixar seu mosteiro e escreveu ao imperador grego pedindo-lhe que recusasse confirmar a eleição. O prefeito da cidade interceptou a carta e quando Gregório se estava preparando para fugir foi agarrado e trazido à força para São Pedro e ali consagrado Papa; pelo menos assim nos conta um outro Gregório.[11]

Tinha agora 50 anos e já estava calvo, uma grande cabeça, tez morena, nariz aquilino, barba rala e escura, um homem de sentimentos fortes e fala branda, de propósitos imperiais e simples na opinião. A austeridade e as responsabilidades haviam-lhe arruinado a saúde; sofria de indigestão, febre e gota. No palácio papal vivia como no mosteiro — vestido com a roupa grossa de monge, comendo os alimentos mais baratos, compartilhando da vida comum dos monges e padres que o ajudavam.[12] Geralmente absorvido nos problemas de religião e Estado, era capaz de dar largas às palavras e atos de afeição paternal. Um menestrel errante apareceu com seu órgão e um macaco no portão do palácio. Gregório convidou-o para entrar e deu-lhe alimento e bebida.[13] Em vez de empregar as rendas da Igreja na construção de novos edifícios, ele as empregou na caridade, em donativos a instituições religiosas em toda a cristandade e na libertação de cativos de guerra. A toda família pobre de Roma distribuía mensalmente uma porção de cevada, vinho, queijo, legumes, azeite, peixe, carne, roupa e dinheiro, e todos os dias seus agentes levavam provisões cozidas aos doentes e fracos. Suas cartas, enérgicas para com os eclesiásticos negligentes ou potentados políticos, constituem jóias de simpatia a pessoas desgraçadas: a um camponês explorado em terras da Igreja, a uma jovem escrava desejosa de tomar o véu, a uma dama nobre aborrecida com seus pecados. Em sua concepção, o sacerdote era literalmente um pastor, um zagal que cuida de seu rebanho, e o bom Papa tinha todo o direito de compor o seu *Liber pastoralis curae* (590), um manual de conselho aos bispos, que se tornou obra clássica cristã. Muito embora sempre doente e prematuramente envelhecido, dedicou-se pessoalmente à administração eclesiástica, política papal, gestão agrícola, estratégia militar, tratados teológicos, êxtases místicos e interesse solícito por um milhar de pormenores da vida humana. Ele purificou o orgulho do seu cargo com a humildade do seu credo; chamava-se a si, na primeira das suas epístolas existentes, *servus servorum Dei*, "servo dos servos de Deus"; e os maiores papas aceitaram a nobre frase.

Sua administração da Igreja foi marcada pela prudência econômica e firme reforma. Esforçou-se por suprimir a simonia e a concubinagem no clero. Restabeleceu a disciplina nos mosteiros latinos e regulamentou suas relações com o clero secular e o papa. Aperfeiçoou o cânone da missa e contribuiu talvez para o desenvolvimento do

canto "gregoriano". Suprimiu a exploração nos Estados papais, adiantou dinheiro a lavradores arrendatários sem cobrar juros. Mas coletava prontamente as receitas devidas, astuciosamente oferecia reduções de aluguel a judeus convertidos e recebia, para a Igreja, legados de terra dos barões amedrontados pelos seus sermões sobre o próximo fim do mundo.[14]

Entrementes, defrontava os mais hábeis governantes de seu tempo em duelos políticos; ganhou muitas vezes, perdeu algumas, mas no fim deixou o poderio e o prestígio do papado e o "Patrimônio de Pedro" (isto é, os Estados Pontifícios da Itália central) imensamente ampliados e engrandecidos. Reconheceu oficialmente, mas na prática ignorou em grande parte a soberania do imperador do Oriente. Quando o duque de Spoleto, em guerra com o exarca imperial de Ravena, ameaçou Roma, Gregório assinou uma paz com o duque sem consultar o exarca ou o imperador. Quando os lombardos sitiaram Roma, Gregório participou da organização da defesa.

Lamentava todo minuto tomado pelas ocupações terrenas e desculpava-se a sua congregação pela sua incapacidade de pregar sermões confortadores em meio aos afazeres mundanos que lhe perturbavam o espírito. Nos poucos anos de paz que lhe foram concedidos voltou-se contente para a tarefa de difundir o Evangelho pela Europa. Submeteu os bispos rebeldes da Lombardia, restaurou o catolicismo ortodoxo na África, recebeu a conversão da Espanha ariana e conquistou a Inglaterra com 40 monges. Quando ainda abade de Santo André tinha visto alguns cativos ingleses expostos à venda em um mercado de escravos em Roma; ele ficou chocado, diz o venerável Beda, pela

> pele branca, fisionomia simpática e cabelo de rara beleza dos escravos. E olhando-os durante certo tempo, perguntou-lhes de que região ou terra tinham sido trazidos. Responderam-lhe que vinham da Inglaterra, onde essa era a fisionomia dos habitantes. Perguntou então se o povo daquela ilha era cristão... e responderam-lhe que era pagão. Então este bom homem... "eia", disse ele, "é uma pena que o Senhor das Trevas possua povo tão belo e que homens de aparência tão graciosa tenham o espírito destituído de graça interior". Novamente, inquiriu qual era o nome desse povo. Responderam-lhe que se chamavam anglos. Disse então: "Eles são bem chamados assim, pois têm a face de anjo e é próprio que tais homens sejam herdeiros dos anjos do céu."[15]

A história — demasiado bonita para ser digna de crédito — continua para dizer que Gregório pediu e obteve do Papa Pelágio II permissão para levar alguns missionários à Inglaterra; que Gregório ia partir mas foi detido por um gafanhoto que caiu na página da Escritura que estava lendo; "*locusta!*", gritou ele, "isto quer dizer, *loco sta*" — fique em seu lugar.[16] Elevado logo depois ao papado, não esqueceu a Inglaterra. Em 596 enviou uma missão chefiada por Agostinho, prior de Santo André. Chegados à Gália, os monges voltaram atrás ao ouvir as histórias dos francos sobre a selvageria saxônia. Informaram-nos de que aqueles "anjos eram bestas selvagens que preferiam matar a comer, tinham sede de sangue humano e gostavam do sangue cristão acima de tudo". Agostinho voltou a Roma com essa história, mas Gregório o reprovou e, encorajando-o, mandou-o de volta para realizar pacificamente em dois anos aquilo que Roma fizera transitoriamente numa guerra de 90 anos.

Gregório não era um filósofo-teólogo como o grande Agostinho nem um mestre do estilo como o brilhante Jerônimo; mas seus escritos influenciaram e expressaram tão

profundamente o espírito medieval que ao lado dele Agostinho e Jerônimo parecem clássicos. Deixou atrás de si livros de teologia popular tão ricos em absurdos que admirados perguntamos se o grande administrador acreditava no que escrevia ou simplesmente escrevia o que julgava bom para as almas simples e pecaminosas acreditarem. Sua biografia de São Bento é o mais agradável desses livros — um encantador idílio de reverência, sem nenhuma pretensão crítica de separar a lenda do fato. Suas 800 cartas são sua melhor herança literária. Aqui este homem multifário revela-se em centenas de fases e dá inconscientemente um retrato íntimo de seu espírito e de sua época. Seus *Diálogos* foram apreciados pelo povo porque ofereciam uma história das mais espantosas das narrativas de visões, profecias e milagres dos homens santos da Itália. Nelas o leitor aprendia que muros maciços foram removidos por meio de preces, que um santo era capaz de tornar-se invisível, que venenos tornavam-se inócuos pelo sinal-da-cruz, que provisões multiplicavam-se e aumentavam milagrosamente, que doentes saravam e mortos voltavam à vida. A força das relíquias atravessava estes diálogos, mas nenhuma mais maravilhosa do que as cadeias que se acreditavam tinham prendido Pedro e Paulo. Gregório acariciava-as com adoração; enviou limalhas delas a seus amigos como presentes. E com uma dessas ofertas escreveu a um amigo que sofria de moléstia da vista: "que elas sejam aplicadas continuamente em vossos olhos, pois muitos milagres foram realizados por este mesmo mimo".[17] O cristianismo das massas conquistara o espírito ou a pena do grande Papa.

Sua aventura mais profunda no campo da teologia tomou a forma do *Magna moralia* — comentário de seis volumes sobre o Livro de Jó. Ele aceita o drama como uma história literal em todas as suas linhas; mas também procura em toda linha uma significação alegórica ou simbólica e termina por achar em Jó toda a teologia agostiniana. A Bíblia é em todos os sentidos a palavra de Deus; constitui em si um sistema completo de sabedoria e beleza; e nenhum homem devia perder seu tempo e rebaixar sua moral lendo os clássicos pagãos. Todavia a Bíblia é ocasionalmente obscura e muitas vezes está posta em linguagem popular ou pictórica; exige uma interpretação cuidadosa por espíritos treinados. E a Igreja, como guardiã da tradição sagrada, é sua única intérprete. A razão do indivíduo é instrumento fraco e separador, não destinada a tratar com realidades sobrenaturais. E "quando o intelecto procura compreender além de suas forças, perde até aquilo que compreendia".[18] Deus está além de nosso entendimento. Sabemos apenas dizer o que Ele não é e não o que Ele é. "Quase tudo o que se diz de Deus é indigno pela própria razão de que é possível ser dito."[19] Por isso Gregório não faz qualquer tentativa formal para provar a existência de Deus. Mas, argumenta, podemos representá-Lo superficialmente considerando a alma humana: não é ela a força viva e o guia do corpo? "Muitos de nosso tempo", diz Gregório, "viram freqüentemente almas que partem do corpo."[20] A tragédia do homem é que pelo pecado original sua natureza é corrupta, e o inclina para o mal; e esta malformação espiritual básica é transmitida de pai a filho por meio da procriação sexual. Abandonado a si próprio o homem acumularia pecado sobre pecado e mereceria bem a condenação eterna. Inferno não é uma simples palavra; é um abismo escuro e subterrâneo sem fundo, criado no começo do mundo; é um fogo inextinguível, corpóreo, e no entanto capaz de queimar a alma e a carne; é eterno e no entanto nunca destrói os condenados ou diminui a sensibilidade destes à dor. E a cada momento de dor adiciona-se o terror da dor esperada, o horror de ver as torturas dos bem-amados também condenados, o desespero de nunca ser libertado ou nunca receber a bênção

da aniquilação.[21] Com um humor mais brando, Gregório desenvolveu a doutrina agostiniana do purgatório, em que os mortos completariam sua expiação pelos pecados perdoados. E como Agostinho, Gregório confortava aqueles que ele havia aterrorizado com a lembrança do dom da graça de Deus, a intercessão dos santos, os frutos do sacrifício de Cristo, o misterioso efeito salvador dos sacramentos disponíveis a todos os penitentes cristãos.

Talvez a teologia de Gregório refletisse sua saúde, bem como o apavorante caos de sua época. "Em 11 meses", escrevia ele em 599, "raras vezes consegui deixar meu leito. Sou tão atormentado pela gota e ansiedades dolorosas que todos os dias espero o alívio da morte." E em 600: "Durante quase dois anos estive confinado a minha cama, tão castigado pela dor que mesmo nos festivais mal posso levantar-me durante três horas para celebrar a missa. Estou diariamente no ponto de morrer, e diariamente dele afastado." Em 601: "Faz muito tempo que não posso deixar minha cama. Almejo a morte."[22] Ela veio em 604.

Ele dominou o fim do século VI como Justiniano havia dominado seu começo, e seus efeitos na religião somente foram excedidos em sua época pelos de Maomé. Não era homem erudito, nem teólogo profundo; mas pela simplicidade, influenciou o povo mais profundamente do que Agostinho, cuja orientação seguiu com dedicada humildade. No espírito, era o primeiro homem completamente medieval.[23] Enquanto sua mão dirigia um império disperso, seu pensamento se ocupava da corrupção da natureza humana, as tentações dos diabos ubíquos e a aproximação do fim do mundo. Pregou com força aquela religião de terror que iria obscurecer tanto a mente do homem durante séculos; aceitava todos os milagres da lenda popular, toda eficácia mágica das relíquias, imagens e fórmulas; viveu em um mundo povoado de anjos, demônios, mágicos e espíritos. Todo sentido de uma ordem racional no universo havia fugido dele; era um mundo em que a ciência era impossível, e somente restava uma fé terrível. Os próximos sete séculos aceitariam essa teologia; os grandes escolásticos diligenciariam por dar-lhes a forma da razão; constituiriam o fundo trágico da *Divina Comédia*.

Mas este mesmo homem, supersticioso e crédulo, fisicamente quebrantado por uma piedade aterrorizada, era na vontade e na ação um romano da antiga estirpe, tenaz de propósito, firme de julgamento, prudente e prático, amante da disciplina e da lei. Deu uma lei ao monasticismo, como São Bento lhe havia dado um regulamento; construiu o poder temporal dos papas, libertou-os da suserania imperial e administrou com tal prudência e integridade, que os homens olhariam para o papado como uma rocha de refúgio nos séculos tempestuosos. Seus agradecidos sucessores o canonizaram, e uma posteridade admiradora chamou-o Gregório, o Grande, ou Gregório Magno.

III. POLÍTICA PAPAL: 604-867

Os primeiros sucessores de Gregório Magno acharam difícil acompanhá-lo em sua altura de virtude ou poder. Em sua maioria aceitaram o domínio do exarca ou imperador e foram repetidamente humilhados em seus esforços para resistir. O Imperador Heráclio, ansioso por unificar seu reino salvado, procurou reconciliar o Oriente monofisita — que sustentava haver somente uma natureza em Cristo — com o Ocidente ortodoxo, que distinguia duas. Seu manifesto, *Ek-*

thesis (638), propunha um acordo por meio da doutrina do monoteísmo — que não havia senão uma vontade em Cristo. O Papa Honório I concordou, acrescentando que a questão de uma ou duas vontades constituía "um ponto que deixo aos gramáticos, como assunto de muito pouca importância";[24] mas os teólogos do Ocidente condenaram essa condescendência. Quando o Imperador Constâncio II baixou uma proclamação (648) a favor do monoteísmo, o Papa Martinho I rejeitou-a. Constâncio ordenou ao exarca de Ravena que o detivesse e trouxesse a Constantinopla; recusando-se a ceder, o Papa foi banido para a Criméia, onde morreu (655). O VI Concílio Ecumênico, reunido em Constantinopla no ano de 680, repudiou o monoteísmo e condenou o Papa Honório, *post mortem*, como "um protetor dos heréticos".[25] A Igreja oriental, purificada pela perda da Síria monofisita e o Egito para os muçulmanos, concorreu para a decisão, e a paz teológica pairou durante um momento sobre o Oriente e o Ocidente.

Mas as repetidas humilhações do papado pelos imperadores do Oriente, o enfraquecimento de Bizâncio pela expansão muçulmana na Ásia, África e Espanha, pelo controle muçulmano do Mediterrâneo, e pela incapacidade de Constantinopla ou Ravena de proteger os Estados Pontifícios, na Itália, dos assaltos dos lombardos, levaram os papas a se afastarem do Império decadente e procurar a ajuda dos francos em ascensão. O Papa Estêvão II (752-7), receoso de que a conquista de Roma pelos lombardos reduzisse o papado a um bispado local dominado pelos reis da Lombardia, apelou para o Imperador Constantino V. Dele não veio nenhum auxílio, e o Papa, em um ato rico de conseqüências políticas, voltou-se para os francos. Pepino, o Breve, veio, venceu os lombardos e enriqueceu o papado com a "Doação de Pepino", dando-lhe toda a Itália central (756); assim se estabeleceu o poder temporal dos pontífices católicos. Esta brilhante diplomacia papal culminou na coroação de Carlos Magno por Leão III (800). Daí por diante nenhum homem podia ser aceito imperador no Ocidente sem ser ungido por um papa. O assolado bispado de Gregório I tornara-se uma das maiores potências da Europa. Quando morreu Carlos Magno (814), o domínio da Igreja pelo Estado franco estava invertido; passo a passo o clero da França dominou seus reis; e enquanto o Império de Carlos Magno caía, a autoridade e a influência da Igreja cresciam.

De início foi o episcopado que mais aproveitou da fraqueza e das lutas dos reis franceses e germânicos. Na Alemanha, os arcebispos, aliados com os monarcas, desfrutavam a propriedade, os bispos e padres um poder feudal que prestava somente obediência verbal aos papas. Aparentemente isso constituía o ressentimento dos bispos alemães, irados pela autocracia arquiepiscopal que gerou as "Falsas Decretais"; esta coleção, que mais tarde fortaleceria o papado, visava primeiramente a estabelecer o direito dos bispos de apelar de seus metropolitanos aos papas. Não sabemos a data ou proveniência dessas Decretais; provavelmente elas foram reunidas em Metz por volta de 842. O autor era um clérigo francês chamado Isidoro Mercator. Era uma compilação engenhosa. Ao lado de um monte de decretos autênticos de concílios ou papas, incluía decretos e cartas que se atribuíam aos pontífices de Clemente I (91-100) a Melquíades (311-14). Estes documentos primitivos destinavam-se a mostrar que pelas tradições mais antigas e prática da Igreja nenhum bispo podia ser deposto, nenhum concílio da Igreja podia ser reunido e nenhum assunto de importância podia ser decidido sem o consentimento do papa. Mesmo os primeiros papas, segundo essas evidências, haviam reclamado autoridade absoluta e universal como vigários de Cristo sobre a terra. O Papa Silvestre I (314-35) foi representado como tendo recebido, na "Doação de Constantino", completa autoridade secular, bem como religiosa, sobre toda a Europa ocidental; conseqüentemente a "Doação de Pepino" não passava de restauração de uma propriedade roubada; e o repúdio da suserania bizantina pelo papa, ao coroar Carlos Magno, parecia como uma longamente retardada renovação de um direito derivado do próprio fundador do Império do Oriente. Infelizmente muitos dos documentos não autênticos citavam a Escritura na tradução de São Jerônimo, que nasceu 26 anos depois da morte de Melquíades. A falsificação teria sido evidente a qualquer bom estudioso, mas os estudos estavam em nível baixo, nos séculos IX e X. O fato de que a maior parte das reivindicações atribuídas pelas Decretais aos primitivos bispos de Roma tinham sido feitas por um ou outro dos pontífices posteriores desarmava a crítica; e durante oito séculos os papas presumiram a autenticidade desses documentos e os empregaram no apoio de suas políticas. (Loren-

zo Valla, em 1440, expôs tão claramente as fraudes das "Falsas Decretais" que todas as correntes concordam em que os documentos discutidos são falsos.)[26]

Por uma feliz coincidência as "Falsas Decretais" apareceram pouco antes da eleição de uma das mais imponentes figuras da história dos papas. Nicolau I (858-67) recebera uma educação excepcionalmente apurada em direito e tradições da Igreja e havia feito o aprendizado para seu alto cargo como auxiliar de vários pontífices. Igualou os grandes Gregórios (I e VII) na força de vontade e ultrapassou-os na extensão do êxito de suas reivindicações. Partindo de premissas então aceitas por todos os cristãos — de que o Filho de Deus havia fundado a Igreja nomeando Pedro seu primeiro chefe, e que os bispos de Roma herdavam seu poder diretamente de Pedro — Nicolau concluiu razoavelmente que o papa, como representante de Deus na Terra, devia gozar de autoridade suserana sobre todos os cristãos — tanto governantes como súditos — pelo menos em matéria de fé e moral. Nicolau expôs com eloqüência este argumento simples e ninguém na cristandade latina ousou contradizê-lo. Os reis e arcebispos apenas podiam desejar que ele não o tomasse demasiado a sério.

Mas eles foram desiludidos. Quando Lotário II, rei da Lorena, desejou divorciar-se de sua esposa, a rainha Teutberga, e desposar a amante Waldrada, os principais prelados de seu reino concordaram com seu desejo (862). Teutberga apelou para Nicolau que enviou legados a Metz a fim de examinar a questão; Lotário subornou os legados para confirmar o divórcio. Os arcebispos de Trèves e Colônia trouxeram essa decisão ao Papa. Nicolau descobriu a fraude, excomungou os arcebispos e ordenou a Lotário que dispensasse sua amante e recebesse de volta a esposa. Lotário recusou-se e comandou um exército contra Roma. Nicolau permaneceu durante 48 horas na catedral de São Pedro, jejuando e orando. Lotário perdeu a coragem e submeteu-se às ordens do Papa.

Hincmar, arcebispo de Reims e o maior prelado da Europa latina depois do próprio Papa, demitiu um bispo, Ratherad, que apelou para Nicolau (863). Depois de examinar o caso, este ordenou a reintegração de Ratherad no cargo; quando Hincmar hesitou, o Papa ameaçou baixar uma interdição — suspensão de todos os serviços da Igreja — sobre sua província. Hincmar ficou encolerizado mas cedeu. Nicolau escrevia a reis e prelados como quem tinha a autoridade suprema e somente Fócio de Constantinopla ousava contradizê-lo. Em quase todos os casos, os acontecimentos posteriores demonstraram que o Papa estivera do lado da justiça. E sua firme defesa da moralidade constituía uma lâmpada e uma torre numa era de decadência. Quando morreu, o poder do papado estava reconhecido mais amplamente do que nunca.

IV A IGREJA GREGA: 566-898

Os patriarcas da Igreja oriental não podiam admitir a superioridade jurisdicional do bispo de Roma por uma simples razão: estavam subordinados desde muito aos imperadores gregos e estes não abandonariam até 871 sua reivindicação à soberania sobre Roma e seus papas. Ocasionalmente os patriarcas criticavam os imperadores, desobedeciam-lhes e até os denunciavam; mas eram nomeados e depostos pelos imperadores que convocavam concílios eclesiásticos, regulamentavam os assuntos da Igreja pela lei do Estado e publicavam suas opiniões teológicas e diretrizes para o mundo eclesiástico. Os únicos freios na autocracia religiosa do imperador na cristandade oriental eram o poder dos monges, a língua do patriarca, e o voto feito pelo imperador, em sua coroação pelo patriarca, de que não introduziria nenhuma modificação na Igreja.

Constantinopla — na verdade todo o Oriente grego — estava agora pontilhada de mosteiros e conventos em número muito maior do que no Ocidente. A paixão monástica dominou alguns dos próprios imperadores bizantinos: viviam como ascetas em meio ao luxo do palácio, ouviam missa diariamente, comiam sobriamente e arrependiam-se de seus pecados tão assiduamente como os cometiam. A piedade dos im-

peradores e dos ricos moribundos enriqueceu e multiplicou os mosteiros com doações e legados; homens e mulheres da alta classe, amedrontados pelos augúrios da morte, procuravam admissão nos mosteiros e, em troca da graça, traziam consigo uma riqueza que não mais ficaria sujeita à tributação. Outros transferiam parte de sua propriedade a um mosteiro que lhes pagava então uma anuidade. Muitos mosteiros afirmavam possuir relíquias de santos reverenciados; o povo acreditava na força dos monges em controlar os poderes miraculosos de tais relíquias e oferecia suas moedas na esperança de obter um lucro absurdo sobre seus investimentos. Uma minoria dos monges aviltou sua fé com a indolência, deleites sensuais, facciosismo e cobiça; a maioria estava reconciliada com a virtude e a paz. Em conjunto, os monges gozavam de veneração popular, riqueza material e até influência política que nenhum imperador podia ignorar. Teodoro (759-826), abade do mosteiro de Studion em Constantinopla, era um exemplo de piedade e força monásticas. Oferecido à Igreja pela mãe, ainda em criança, aceitava o espírito cristão tão completamente que na última enfermidade da genitora felicitou-a pela aproximação da morte e da glória. Elaborou para seus monges um código de trabalho, prece, castidade e desenvolvimento intelectual que podia ser comparado com o de São Bento no Ocidente. Defendeu o uso de imagens religiosas e negou corajosamente, ante o Imperador Leão V, que o poder secular tivesse qualquer jurisdição sobre assuntos eclesiásticos. Quatro vezes foi banido por causa de sua intransigência; mas do exílio ele continuou a resistir aos iconoclastas até a morte.

Diferenças de linguagem, liturgia e doutrina durante estes séculos aumentaram a distância entre os cristianismos latino e grego, como espécies biológicas divididas no espaço e diversificadas no tempo. A liturgia, vestimentas, vasos e ornamentos eclesiásticos gregos eram mais complexos e ornados e artisticamente mais trabalhados do que os do Ocidente: a cruz grega tinha braços iguais; os gregos oravam de pé, os latinos ajoelhados; os gregos batizavam por imersão, os latinos por aspersão; o casamento era vedado aos padres latinos, permitido aos gregos; os sacerdotes latinos barbeavam-se, os gregos tinham barbas contemplativas. O clero latino especializou-se na política, o grego na teologia; a heresia quase sempre se erguia no Oriente que havia herdado a paixão helênica pela definição do infinito. Das antigas heresias gnósticas de Bardesanes na Síria e talvez do movimento para oeste das idéias maniqueístas, surgiu na Armênia, por volta de 660, uma seita de paulicianos que tiraram o nome de São Paulo, rejeitaram o Velho Testamento, os sacramentos, a reverência tributada a imagens, o simbolismo da cruz. Como certas pululações em processo, esses grupos e teorias alastraram-se através do Oriente Próximo para os Bálcãs, Itália e França. Suportaram heroicamente as perseguições mais impiedosas, e ainda sobrevivem, como remanescentes, nos Molokhani, Khlysti e Dukhobors.

A controvérsia monotelita foi mais agitada pelos imperadores do que pelo povo. E sem dúvida o povo não foi responsável pelo *filioque*, o qual tão tragicamente antecipou o cisma do cristianismo grego do latino. O credo de Nicéia havia falado do "Espírito Santo que procede do Pai" — *ex patre procedit;* durante 250 anos isso foi suficiente; mas em 589 um concílio eclesiástico reunido em Toledo modificou a declaração para *ex patre filioque procedit* — "procede do Pai e do Filho"; este aditamento foi aceito na Gália e zelosamente adotado por Carlos Magno. Os teólogos gregos protestaram que o Espírito Santo procedia não do Filho, mas por intermédio dele. Os papas mantiveram o equilíbrio pacientemente durante algum tempo e somente no século XI foi o *filioque* aceito oficialmente no credo latino.

Entrementes uma luta de vontades acrescentava-se ao conflito de idéias. Entre os monges que haviam fugido da opressão iconoclasta encontrava-se Inácio, filho do Imperador Miguel I. Em 840 a Imperatriz Teodora chamou o monge e nomeou-o patriarca. Homem piedoso e de coragem ele estigmatizou o primeiro-ministro César Bardas, que se havia divorciado da esposa e vivia com a viúva do filho; e como Bardas insistisse no incesto, Inácio o excluiu da Igreja. Bardas baniu Inácio e elevou ao patriarcado o mais completo douto da época (858). Fócio (820?-91) era mestre de filologia, oratória, ciência e filosofia; suas aulas na Universidade de Constantinopla haviam atraído para seu círculo um grupo de estudantes dedicados, a quem abriu sua biblioteca e seu lar. Pouco antes de sua elevação à sé patriarcal havia terminado um *Myriobiblion* enciclopédico com 280 capítulos, cada um dos quais examinava e mostrava um livro importante; por meio dessa vasta compilação, muitas passagens da literatura clássica foram conservadas. A vasta cultura de Fócio elevou-o acima do fanatismo da populaça, que não compreendia como podia ele manter boas relações com o emir de Creta. Sua repentina elevação de leigo a patriarca ofendeu o clero de Constantinopla; Inácio recusou-se a resignar e apelou para o bispo de Roma. Nicolau I enviou legados a Constantinopla para inquirir o caso; e em cartas ao Imperador Miguel III e Fócio estabeleceu o princípio de que nenhum assunto eclesiástico de importância devia ser decidido em qualquer parte da cristandade sem o assentimento do Papa. O imperador convocou um concílio da Igreja que ratificou a nomeação de Fócio e os legados do Papa aderiram na confirmação. Quando voltaram a Roma Nicolau os censurou por se terem excedido em suas atribuições; ordenou ao imperador que restituísse o cargo a Inácio. E como sua ordem fosse ignorada excomungou Fócio (863). Bardas ameaçou mandar um exército para depor Nicolau; o Papa, numa réplica eloqüente, apontou com escárnio a submissão do imperador aos eslavos e sarracenos pilhadores.

> *Nós* não invadimos Creta; *nós* não despovoamos a Sicília; *nós* não subjugamos a Grécia; *nós* não incendiamos as igrejas nos próprios subúrbios de Constantinopla; e no entanto, enquanto esses pagãos impunemente conquistam, queimam e assolam (vossos territórios), nós, cristãos católicos, somos ameaçados com o vão terror de vossas armas. Libertais Barrabás e matais Cristo.[27]

Fócio e o imperador convocaram outro concílio eclesiástico, que excomungou o Papa (876) e condenou essas "heresias" da Igreja Romana — entre as quais a processão do Espírito Santo do Pai *e* do Filho, o barbear-se dos padres e o forçado celibato do clero; "por causa desse costume, vemos no Ocidente tantas crianças que não conhecem os pais", disse Fócio.

Enquanto emissários gregos conduziam essas amabilidades a Roma, a situação mudou subitamente (867) pela ascensão de Basílio I que havia assassinado a César Bardas e dirigido a morte de Miguel III. Fócio denunciou o novo imperador como assassino; e recusou-lhe os sacramentos. Basílio reuniu um concílio da Igreja que obedientemente depôs, insultou e baniu Fócio, restaurando Inácio. Mas quando Inácio morreu pouco depois, Basílio chamou de novo Fócio; um concílio o reconheceu como patriarca; e (tendo falecido Nicolau) o Papa João VIII o aprovou. O cisma do Oriente e Ocidente foi por um momento adiado pela morte dos protagonistas.

V. A CONQUISTA CRISTÃ DA EUROPA: 529-1054

O evento mais momentoso na história religiosa destes séculos não foi a luta da Igreja grega com a Igreja latina, mas o surgimento do islamismo como um desafio ao cristianismo tanto do Oriente como do Ocidente. A religião de Cristo mal havia consolidado suas vitórias sobre o império pagão e as heresias, quando subitamente suas províncias mais fervorosas lhe foram arrebatadas, e com facilidade alarmante, por uma fé que desprezava a teologia e a ética do cristianismo. Patriarcas ainda se sentavam, pela tolerância muçulmana, nas sés de Antioquia, Jerusalém e Alexandria, mas a glória cristã tinha fugido dessas regiões. E o que de cristianismo havia permanecido nelas era herético e nacionalista. A Armênia, a Síria e o Egito haviam estabelecido hierarquias de igreja completamente independentes de Constantinopla ou Roma. A Grécia fora salva para o cristianismo; ali os monges triunfaram sobre os filósofos e o grande mosteiro de Santa Laura, estabelecido no Monte Atos em 961, rivalizava em majestade com o Partenon que se tornara uma igreja cristã. A África tinha ainda muitos cristãos no século IX, porém eles se reduziam rapidamente sob as desvantagens do governo muçulmano. Em 711 a maior parte da Espanha foi perdida para o islamismo. Derrotado na Ásia e na África, o cristianismo voltou-se para o norte e reiniciou a conquista da Europa.

A Itália, corajosa porém dificilmente salva dos sarracenos, estava dividida entre as formas grega e latina de cristianismo. Quase na linha divisória, achava-se Monte Cassino. Sob o abade Desidério, que o dirigiu por longo tempo (1058-87), o mosteiro atingiu o zênite de sua fama. De Constantinopla ele trouxe não somente duas magníficas portas de bronze, como artífices que adornaram os interiores com mosaicos, esmaltes e arte, nos trabalhos de metal, marfim e madeira. O mosteiro tornou-se quase uma universidade, com cursos de gramática, literatura clássica e cristã, teologia, medicina e direito. Seguindo modelos bizantinos os monges executaram manuscritos lindamente adornados de iluminuras, e copiaram em belos livros os clássicos da Roma pagã; alguns dos clássicos somente assim se preservaram. Em Roma a Igreja, sob o Papa Bonifácio IV e seus sucessores, em vez de permitir maior demolição de templos pagãos, reconsagrou-os ao uso e cuidado cristãos: o Panteão foi dedicado à Virgem Maria e todos os Mártires (609), o templo de Jano transformou-se na igreja de São Dionísio, o templo de Saturno na igreja do Salvador. Leão IV (847-55) renovou e embelezou a catedral de São Pedro. E pelo desenvolvimento do papado e a vinda de peregrinos, um subúrbio poliglota formou-se em torno daquele grupo de edifícios eclesiásticos que recebeu o nome da antiga colina do Vaticano.

A França constituía agora a possessão mais rica da Igreja latina. Os reis merovíngios, confiantes em comprar o céu depois de gozar a poligamia e o assassínio, presenteavam os bispados com terras e rendas. Aqui, como em toda parte, a Igreja recebia legados de magnatas penitentes e herdeiras devotas. A proibição de Chilperico sobre tais legados foi logo cancelada por Gontrão. Por uma das muitas facécias da História, o clero gaulês era quase totalmente recrutado dentre a população galo-romana; os francos convertidos ajoelhavam-se nos pés daqueles que eles haviam conquistado, e devolviam em piedosas doações o que tinham pilhado na guerra.[28] O clero constituía o elemento mais competente, educado e menos imoral na Gália; ele quase monopolizava a alfabetização; e embora uma pequena minoria levasse vida escandalosa, a maioria diligenciava lealmente para proporcionar escola e moral a uma população

que sofria as conseqüências das ambições e guerras de seus senhores e reis. Os bispos eram as principais autoridades seculares bem como religiosas em suas dioceses. E seus tribunais constituíam os refúgios favoritos dos litigantes mesmo em assuntos não eclesiásticos. Em toda parte os sacerdotes tomavam sob sua proteção órfãos e viúvas, pobres e escravos. Em muitas dioceses, a Igreja provia hospitais (*Hôtel-Dieu*); um desses *Hôtel-Dieu* — "estalagem de Deus" — foi aberto em Paris em 651. São Germano, bispo de Paris na segunda metade do século VI, era conhecido em toda Europa pelo seu trabalho de levantar fundos — e gastar o seu próprio — na emancipação de escravos. O bispo Sidônio de Mogúncia construiu diques no Reno; o bispo Félix, de Nantes, retificou o curso do Loire; o bispo Didier, de Cahors, construiu aquedutos. Santo Agobardo (779-840), arcebispo de Lião, era um modelo da religião e inimigo da superstição; condenava o julgamento pelo duelo ou ordálio, a adoração de imagens, a explicação mágica das tempestades e os sofismas empregados na perseguição de feitiçaria; era "a cabeça mais esclarecida de seu tempo".[29] Hincmar, o aristocrático primaz de Reims (845-82), presidiu a uma dezena de concílios da Igreja, escreveu 66 livros, serviu como primeiro-ministro de Carlos, o Calvo, e quase estabeleceu a teocracia na França.

Em cada país o cristianismo tomou as qualidades do temperamento nacional. Na Irlanda tornou-se místico, sentimental, individualista, apaixonado; adotou suas lendas, poesia, a imaginação selvagem e terna dos celtas; os sacerdotes herdaram os poderes mágicos dos druidas e os mitos dos bardos; a organização tribal favorecia a frouxidão centrífuga na estrutura da Igreja — quase toda localidade tinha um "bispo" independente. Mais numerosos e influentes dos que os bispos e padres eram os monges, que em grupos raras vezes superiores a 12, criavam mosteiros semi-isolados e em grande parte autônomos em toda a ilha, reconhecendo o papa como chefe da Igreja, mas não se submetiam a nenhuma direção externa. Os primitivos monges viviam em celas separadas, praticando sombrio ascetismo e reunindo-se somente para a prece; uma geração posterior, a "Segunda Ordem dos Santos Irlandeses" divergia desta tradição egípcia, estudava junto, aprendia o grego, copiava manuscritos e estabeleceu escolas para os clérigos e os leigos. Das escolas irlandesas dos séculos VI e VII uma sucessão de santos renomados e temíveis passou para a Escócia, Inglaterra, Gália, Alemanha e Itália para revitalizar e educar um cristianismo obscuro. "Quase toda a Irlanda, " escreveu um franco por volta de 850, "vem em grupos para as nossas costas com um bando de filósofos."[30] Como as invasões germânicas da Gália e Inglaterra tivessem levado os estudiosos desses países para a Irlanda, assim também agora, com a volta deles, a dívida estava paga. Missionários irlandeses lançavam-se sobre os vitoriosos pagãos anglos, saxões, noruegueses e dinamarqueses na Inglaterra e sobre os cristãos analfabetos e semibárbaros da Gália e da Alemanha, com a Bíblia em uma das mãos e manuscritos clássicos na outra; e durante algum tempo pareceu que os celtas reaveriam, por meio do cristianismo, as terras que tinham perdido pela força. Foi na Idade das Trevas que o espírito irlandês brilhou com luz mais forte.

O maior desses missionários foi São Columba. Conhecemo-lo bem pela biografia escrita (*ca.* 679) por Adamnan, um de seus sucessores em Iona. Columba nasceu em Donegal em 521, de família real. Como Buda, ele era um santo que podia ter sido rei. Na Escola de Moville mostrou tal devoção, que seu mestre lhe deu o nome de Columbkille — Coluna da Igreja. A partir da idade de 25 anos, fundou numerosos mosteiros e igrejas, dos quais os mais famosos estavam em Derry, Durrow e Kells. Mas ele

era um lutador, um santo, "um homem de poderosa estrutura e voz forte";[31] seu temperamento ardente levou-o a muitas lutas e, finalmente, a uma guerra com o rei Diarmuid; travou-se uma batalha, na qual, segundo nos informam, foram mortos cinco mil homens. Embora vitorioso, Columba fugiu da Irlanda (563), resolvido a converter tantas almas quantas haviam tombado naquela batalha de Cooldrevna. Fundou na ilha de Iona, ao largo da costa ocidental da Escócia, um dos mais notáveis mosteiros medievais. Dali, ele e seus discípulos levaram os Evangelhos às Hébridas, Escócia e Inglaterra do norte. E ali, depois de converter milhares de pagãos e iluminar 300 "livros nobres", morreu, durante uma prece, no altar, aos 78 anos.

Parecido com ele em espírito e nome foi São Columbano. Nascido em Leinster em 543, mais ou menos, não entra na História até o encontrarmos, aos 32 anos de idade, fundando mosteiros nas selvas dos Montes Vosges na França. Em Luxeuil ele instruiu seus noviços do seguinte modo:

> Deveis jejuar todos os dias, orar todos os dias, trabalhar todos os dias, ler todos os dias. Um monge deve viver sob o governo de um padre, e na sociedade de muitos irmãos, de maneira que possa aprender a humildade de um, a paciência de outro, o silêncio de um terceiro, a gentileza de um quarto... Deveis ir para a cama tão cansado que cairá dormindo no caminho.[32]

Os castigos eram severos, geralmente por meio de açoite: seis chibatadas por tossir quando se inicia um salmo ou neglicenciar do trato das unhas antes de dizer missa, ou sorrir durante os serviços, ou bater os dentes no cálice durante a comunhão; 12 por omitir a graça na refeição; 50 por atrasar-se às orações, 100 por participar de uma discussão, 200 por falar familiarmente com uma mulher.[33] A despeito deste reino de terror não havia falta de noviços. Luxeuil tinha 60 monges, muitos procedentes de ricas famílias. Viviam de pão, legumes e água, limpavam florestas, lavravam campos, plantavam e colhiam, jejuavam e oravam. Aqui Columbano estabeleceu o *laus perennis* ou louvor sem fim: todo dia e noite, por meio de revezamentos de monges, elevavam-se litanias a Jesus, Maria e os santos.[34] Mil mosteiros como Luxeuil constituem elementos penetrantes na cena medieval.

O gênio austero que estruturou este regulamento não permitia nenhum compromisso com outros pontos de vista. E Columbano, que proibia brigas, achava-se ele próprio em discussões freqüentes com os bispos — cuja autoridade ele ignorava — com funcionários seculares — cuja interferência repelia — e até com os papas, porque os irlandeses celebravam a Páscoa de acordo com uma contagem de data praticada pela primitiva Igreja, porém abandonada em 343. Em um conflito conseqüente com o clero gaulês, este apelou para Gregório, o Grande; Columbano recusou as instruções do Papa, declarando: "Os irlandeses são melhores astrônomos do que vós, romanos" e aconselhou Gregório a aceitar o modo irlandês de cálculo ou, disse, será "considerado herege e repudiado com escárnio pelas igrejas do Ocidente".[35] O rebelde irlandês foi expulso da Gália (609) por denunciar a maldade da rainha Brunhilda e tê-la posto à força em um navio destinado à Irlanda. O barco foi recambiado para a França; Columbano atravessou a terra proibida e pregou aos pagãos da Bavária. Dificilmente poderia ele ter sido tão terrível homem como seu regulamento e sua carreira o pintam, pois somos informados de que esquilos pousavam confiantemente em seus ombros e corriam pelo capuz, entrando e saindo.[36] Deixando um compatriota irlandês para fundar (613) o mosteiro de St. Gall no Lago Constança, cruzou com dificuldade o

Passo de São Gotardo e estabeleceu o mosteiro de Bobbio, na Lombardia, em 613. Ali, dois anos depois, morria na austeridade de sua cela solitária.

Tertuliano menciona cristãos na Inglaterra em 208; Beda fala de Santo Albano como tendo morrido nas perseguições de Diocleciano; bispos britânicos participaram do Concílio de Sárdica (Sófia) (347). Germano, bispo de Auxerre, foi à Inglaterra em 429 para extinguir a heresia pelagiana.[37] Guilherme de Malmesbury assevera que o bispo, presumivelmente em uma visita posterior, desbaratou um exército de saxões mandando seus convertidos britânicos gritarem "Aleluia!" [38] Começando em condição tão vigorosa, o cristianismo britânico enfraqueceu-se e quase morreu nas invasões anglo-saxônias. Nada ouvimos dele novamente até que no fim do século VI os discípulos de Columba entraram na Nortumberlândia, e Agostinho, com sete outros monges, alcançou a Inglaterra vindo de Roma. Indubitavelmente o Papa Gregório soubera que Etelberto, o rei pagão de Kent, desposara Berta, uma princesa merovíngia cristã. Etelberto ouviu cortesmente a Agostinho, permaneceu pagão, mas deu-lhe liberdade de pregar e forneceu alimento e alojamento para ele e seus monges em Cantuária. Por fim (599), a rainha convenceu o rei a aceitar a nova fé; e muitos súditos seus lhe seguiram o exemplo. Em 601, Gregório enviou o pálio a Agostinho que se tornou o primeiro de uma impressionante linhagem de notáveis arcebispos de Cantuária. Gregório era leniente para com o paganismo oscilante da Inglaterra; permitiu que os velhos templos fossem batizados e tornados igrejas, deixando que o costume de sacrificar bois aos deuses fosse transformado na "matança dos mesmos para uma leve refeição em louvor a Deus"[39] de maneira que os ingleses simplesmente fizeram a seguinte modificação: em vez de comer bife para louvar a Deus, passaram a louvar a Deus quando comiam bife.

Outro missionário italiano, Paulino, levou o cristianismo à Nortumberlândia (627). Osvaldo, rei da Nortumberlândia, convidou os monges de Iona a virem pregar a seu povo; e para ajudar o trabalho deles deu-lhes a ilha de Lindisfarne, ao largo da costa leste. Ali Santo Áidano (634) fundou um mosteiro que glorificou seu nome pela devoção missionária e esplendor de seus manuscritos iluminados. Ali e na abadia de Melrose São Cutberto (635?-87) deixou atrás de si amáveis lembranças de sua paciência, piedade, bom humor e bom senso. A santidade desses homens e talvez a paz e segurança que gozaram em meio a freqüentes guerras trouxeram muitos neófitos aos mosteiros e conventos que agora se erguiam na Inglaterra. A despeito de fugas ocasionais para a vida do homem comum, os monges emprestavam dignidade à obra pelos seus trabalhos nas florestas e nos campos; aqui também, como na França e na Alemanha, dirigiam o avanço da civilização contra o pântano e a jângal bem como contra o analfabetismo, violência, luxúria, embriaguez e cobiça. Beda julgava que um número demasiadamente grande de ingleses estava entrando nos mosteiros; que excessivo número de mosteiros estava sendo fundado pelos nobres a fim de colocar sua propriedade fora do alcance da tributação; e que as terras isentas de impostos da Igreja estavam absorvendo demasiadamente o solo da Inglaterra; advertia que muito poucos soldados eram deixados para defender a Inglaterra da invasão.[40] Breve os dinamarqueses e depois os normandos provariam a sabedoria mundana do monge.

A luta encontrou campo mesmo na paz monástica quando os monges beneditinos do sul da Inglaterra, seguindo o ritual e o calendário romanos, entraram em contacto e conflito com os monges, calendário e liturgia irlandeses no norte. No Sínodo de Whitby (664), a eloqüência de São Vilfrido decidiu o assunto — o dia apropriado,

tecnicamente, para a Páscoa — em favor de Roma. Os missionários irlandeses, depois de muito discutirem, aceitaram a decisão. A Igreja britânica , unificada e fortalecida, tornou-se uma potência econômica e política e assumiu um papel dirigente na civilização do povo e no governo do Estado.

O cristianismo chegou à Alemanha como um presente dos monges irlandeses e ingleses. Em 690 o monge nortumbriano Vilibrordo, que fora educado na Irlanda, cruzou o Mar do Norte com 12 auxiliares aventureiros, fixou sua sede episcopal em Utrecht e trabalhou 40 anos para converter os frisões. Mas estes realísticos habitantes dos Países-Baixos viram em Vilibrordo a mão de seu protetor Pepino, o Moço, e receavam que sua conversão os sujeitasse aos francos; além do mais, não lhes agradava ouvir que todos os seus ancestrais não batizados estavam no inferno. Um rei frisão, ao saber disso quando estava para receber o batismo, fugiu, dizendo que preferia passar a eternidade com seus antepassados.[41]

Um homem mais forte do que Vilibrordo renovou a campanha em 716. Vinfrido (680?-754), nobre inglês e monge beneditino, ganhou o nome de Bonifácio, do Papa Gregório II e o título de "Apóstolo da Germânia" de uma posteridade piedosa. Perto de Fritzlar, no Hesse, ele encontrou um carvalho adorado pelo povo como a residência de um deus; ele o derrubou e o povo, surpreso com a sua sobrevivência, acorreu em massa para ser batizado. Grandes mosteiros foram fundados em Reichenau (724), Fulda (744) e Lorch (763). Em 748 Bonifácio foi feito arcebispo de Mogúncia; nomeou bispos e organizou a Igreja germânica em uma poderosa máquina de ordem moral, econômica e política. Tendo cumprido sua missão no Hesse e na Turíngia, e procurando coroar sua carreira com morte de mártir, Bonifácio abandonou seu orgulhoso episcopado e entrou na Frísia resolvido a completar a obra de Vilibrordo. Tinha trabalhado ali três anos quando foi atacado e morto pelos pagãos. Uma geração depois, Carlos Magno levou o cristianismo aos saxões a ferro e fogo; os obstinados frisões julgaram que era tempo de ceder; e a conquista dos conquistadores de Roma pelo cristianismo romano estava completa.

O triunfo final da fé na Europa foi a conversão dos eslavos. Em 861, o príncipe Rostislav da Morávia, notando a entrada, em seu reino, de um cristianismo latino que ignorava o vernáculo na sua liturgia, pediu a Bizâncio o envio de missionários que pregassem e orassem na língua vulgar. O imperador mandou-lhe dois irmãos, Metódio e Cirilo, os quais, tendo sido criados em Salônica, falavam fluentemente o idioma eslavo. Foram bem recebidos, mas viram que os eslavos não tinham ainda nenhum alfabeto para expressar perfeitamente sua língua, ao escrever; os poucos eslavos que escreviam usavam os caracteres gregos e latinos para representar sua fala. Cirilo inventou então o alfabeto e escrita eslavos, adotando o alfabeto grego com os valores que o uso helênico lhe havia dado por volta do século IX — o *B* tinha o som de *V*, o *H* de *I* (*E* no inglês), *Chi* o do escocês *ch*; e engendrou letras originais para sons eslavos que não podiam ser expressos pelos caracteres gregos. Com este alfabeto Cirilo traduziu para o eslavo a versão dos Setenta Gregos do Velho Testamento e textos litúrgicos gregos, inaugurando assim uma nova língua escrita e uma nova literatura.

Seguiu-se então uma luta entre o cristianismo latino e grego para ver qual devia conquistar os eslavos. O Papa Nicolau I convidou Cirilo e Metódio a irem a Roma, onde Cirilo tomou votos monásticos, ficou doente e morreu (869); Metódio regressou à Morávia como arcebispo consagrado pelo Papa. O Papa João VIII permitiu o uso da liturgia eslávica, Estêvão V proibiu-o. A Morávia a Boêmia e a Eslováquia (que consti-

tuem hoje a Tchecoslováquia) e depois a Hungria e a Polônia foram conquistadas para a Igreja e o rito latinos; enquanto que a Bulgária, a Sérvia e a Rússia aceitavam a liturgia e o alfabeto eslavos, dando a sua fidelidade à Igreja grega e recebendo a cultura de Bizâncio.

Cálculos políticos influíram nestas transformações religiosas. A conversão dos germânicos visava a incorporá-los firmemente no reino dos francos. O rei Harald Bluetooh impôs o cristianismo na Dinamarca (974) como parte do preço que o Imperador Oto II exigia pela paz; Bóris da Bulgária, depois de flertar com o papado, bandeou-se para a Igreja grega (864) a fim de receber proteção contra uma Alemanha expansionista; e Vladimir I tornou cristã a Rússia (988) com o intento de obter a mão de Ana, irmã do Imperador grego Basílio II e conseguir parte da Criméia como seu dote.[42] Durante dois séculos a Igreja russa reconheceu o patriarca de Constantinopla; no século XIII declarou sua independência; e depois da queda do Império do Oriente (1453), a Igreja russa tornou-se fator dominante no mundo ortodoxo grego.

Os vitoriosos soldados na conquista cristã da Europa foram os monges e as enfermeiras dessa guerra, as freiras. Os monges ajudaram os pioneiros camponeses a dominar as selvas para a cultura, abrir florestas e matagais, drenar pântanos e colocar pontes nos rios, encurtando estradas; organizaram centros industriais, escolas, e a caridade; copiaram manuscritos e formaram bibliotecas, embora modestas; deram ordem moral, coragem e conforto aos homens desorientados, erradicados de seus costumes, cultos ou lares tradicionais. Bento de Aniane trabalhou, cavou e colheu entre seus monges; e o monge Teodulfo, perto de Reims, conduziu tão fielmente o arado durante 22 anos que, depois de sua morte, o arado foi conservado como objeto de veneração.

Periodicamente, depois de exaltações sobre-humanas da virtude, devoção e energia, monges e freiras desciam à natureza humana e em quase todos os séculos uma campanha de reforma monástica tornou-se necessária para elevar novamente os monges às alturas forçadas de suas normas. Alguns monges alistavam-se em um estado de espírito temporário de piedade e auto-sacrifício e não se adaptavam à disciplina depois de passado o êxtase. Alguns eram trazidos aos mosteiros e dedicados à vida monástica pelos pais quando crianças de sete anos de idade ou mais, às vezes ainda bebês; e o voto vicarial era irrevogável até que em 1179 decretos papais permitiram sua anulação na idade de 14 anos.[43] Em 817 Luís, o Pio, chocado com a relaxada disciplina dos mosteiros franceses, convocou uma assembléia nacional de abades e monges em Aix-la-Chapelle (Aachen), e encarregou Bento de Aniane de restabelecer as normas de São Bento de Núrsia em todos os mosteiros do reino. O novo Bento diligenciou assiduamente, mas morreu em 821; as guerras dos reis logo puseram em desordem o Império franco e incursões normandas, magiares e sarracenas despojaram centenas de mosteiros. Monges erravam sem casa no mundo secular; e aqueles que regressavam depois de passada a onda de devastação traziam consigo modos mundanos de vida. Senhores feudais ocupavam mosteiros, nomeavam seus abades, apropriavam-se de suas rendas. Por volta de 900, os mosteiros do Ocidente, como quase todas as instituições da Europa latina, haviam chegado ao ponto mais baixo de sua história medieval. Alguns clérigos seculares e regulares, disse São Eudes, de Cluny (falecido em 942), "desconsideram tanto o Filho da Virgem que praticam a fornicação em Suas próprias dependências, até mesmo nas casas construídas pela devoção dos fiéis a fim de que a castidade possa ser conservada dentro de seus recintos cercados; inundam-

nas com tanta luxúria que Maria não tem lugar para deixar o filho Jesus" [44] Foi de Cluny que veio a grande reforma dos mosteiros.

Mais ou menos em 910, 12 monges haviam estabelecido um mosteiro ali nas colinas da Burgúndia, quase na fronteira teuto-francesa. Em 927, o abade Eudes passou em revista suas normas, no sentido de dar-lhes um rigor moral combinado com lenidade física: o ascetismo foi rejeitado, banhos foram recomendados, a dieta era generosa e permitidos a cerveja e o vinho; mas os antigos votos de pobreza, obediência e castidade tinham de ser rigorosamente observados. Instituições similares foram criadas em toda parte na França; mas ao passo que cada mosteiro antigo possuía sua própria lei ou estava frouxamente sujeito ao bispo ou senhor local, os novos mosteiros beneditinos aliados a Cluny eram governados por priores sujeitos aos abades de Cluny e aos papas. Debaixo dos abades de Cluny, Mayeul (954-94), Odilo (994-1049) e Hugo (1049-1109), o movimento em prol da filiação monástica alastrou-se da França à Inglaterra, Alemanha, Polônia, Hungria, Itália e Espanha; muitos mosteiros antigos uniram-se à "Congregação de Cluny". Por volta de 1100, cerca de dois mil "priores" reconheciam Cluny como seu superior e dirigente. A força assim organizada, livre da interferência estatal e supervisão episcopal, dava ao papado uma nova arma com que controlar a hierarquia secular da Igreja. Ao mesmo tempo, tornava possível uma corajosa reforma do monasticismo pelos próprios monges. Desordem, preguiça, luxúria, imoralidade, simonia foram colocadas sob normas firmes; e a Itália assistiu ao fato estranho de um monge francês, Eudes, ser convidado a vir ao país para reformar o próprio Monte Cassino.[45]

VI. O NADIR DO PAPADO: 867-1049

A reforma atingiu Roma por último. A população da cidade tinha sido sempre ingovernável, mesmo quando a águia imperial manejava legiões em suas garras; agora os pontífices, armados somente com uma milícia fraca, a majestade de seu cargo e o terror de sua crença, achavam-se prisioneiros de uma ciumenta aristocracia e da massa de cidadãos, cuja piedade era influenciada pela proximidade do trono de Pedro. Os romanos eram demasiado orgulhosos para serem impressionados pelos reis e demasiado familiares para serem amedrontados pelos papas; viam nos vigários de Cristo homens sujeitos, como eles próprios, a doenças, erro, pecado e derrota; e chegaram a considerar o papado não uma fortaleza da ordem e uma torre de salvação, mas uma reunião de agências pela qual o dinheiro da Europa podia prover a subsistência de Roma. De acordo com a tradição da Igreja nenhum papa podia ser eleito sem o assentimento do clero, nobreza e povo romanos. Os governantes de Spoleto, Benevento, Nápoles e Toscana e a aristocracia de Roma estavam divididos em facções como no passado; e qualquer facção que predominasse na cidade usava de intrigas para escolher e orientar o papa. Eles próprios, pelas disputas entre si, colocaram o papado, durante o século X, no nível mais baixo de sua história.

Em 878 o duque Lamberto de Spoleto entrou em Roma com seu exército, aprisionou o Papa João VIII e tentou matá-lo pela fome a fim de favorecer a ascensão de Carlomano ao trono imperial. Em 897 o Papa Estêvão VI mandou exumar o cadáver do Papa Formoso (891-6), vesti-lo com o manto púrpura e julgá-lo perante um concílio eclesiástico sob a acusação de haver infringido certas leis da Igreja; o cadáver foi condenado, esfolado, mutilado e jogado no Tibre.[46] No mesmo ano uma revolução

política em Roma derrubou Estêvão, que foi estrangulado no cárcere.[47] Por vários anos, o trono papal fartou-se de suborno, assassínio ou dos favores de mulheres da classe alta porém de baixa moralidade. Durante meio século a família de Teofilacto, funcionário-chefe do palácio papal, fez e desfez papas. Sua filha Marózia assegurou a eleição de seu amante como o Papa Sérgio III (904-11);[48] sua esposa, Teodora, conseguiu a eleição do Papa João X (914-28). João foi acusado de ser amante de Teodora, mas sem prova evidente;[49] sem dúvida ele era excelente chefe secular, pois foi quem organizou a coalizão que em 916 repeliu os sarracenos de Roma. Marózia, depois de ter tido uma série de amantes, desposou Guido, duque de Toscana; eles conspiraram para depor João; mandaram matar seu irmão na presença dele; o Papa foi lançado à prisão e ali morreu poucos meses depois de causa desconhecida. Em 931 Marózia elevou ao papado João XI (931-5), considerado geralmente como seu filho bastardo com Sérgio III.[50] Em 932, seu filho Alberico prendeu João XI no castelo de Santo Ângelo, mas permitiu que exercesse da prisão as funções espirituais do papado. Durante 22 anos, Alberico governou Roma como chefe ditatorial de uma "República Romana" Ao morrer legou o poder a seu filho Otaviano e fez o clero e o povo prometer escolhê-lo papa quando morresse Agapito II. Foi feito conforme sua ordem; em 955 o neto de Marózia tornou-se João XII e distinguiu seu pontificado pelas orgias e deboches no palácio de Latrão.[51]

Oto I da Alemanha, coroado imperador por João XII em 962, soube da degradação do papado em primeira mão. Em 963, com o apoio de clero transalpino, Oto voltou a Roma, e convocou João para um julgamento ante um concílio eclesiástico. Os cardeais declararam que João havia recebido subornos para consagrar bispos, e fizera bispo a um menino de 10 anos, cometera adultério com a concubina do pai e incesto com a viúva do pai e a sobrinha desta, e transformara o palácio papal em verdadeiro bordel. João recusou-se a assistir ao concílio ou responder às acusações; ao invés disso foi caçar. O concílio o depôs e escolheu por unanimidade o candidato de Oto, um leigo, que recebeu o nome de Leão VIII (963-5). Depois que Oto regressou à Alemanha, João prendeu e mutilou os chefes do partido imperial em Roma e fez-se restaurar por um concílio obediente ao papado (964).[52] Quando João morreu (964) os romanos elegeram Benedito V, ignorando Leão. Oto desceu da Alemanha, depôs Benedito e reconduziu Leão ao trono papal: Leão reconheceu assim oficialmente o direito de Oto e de seus sucessores imperiais de vetar a eleição de qualquer futuro novo papa. (A Igreja Católica Romana considera Leão VIII como antipapa e não atribui nenhuma validade a seus atos e decretos.) Com a morte de Leão, Oto assegurou a eleição de João XIII (965-72). Benedito VI (973-4) foi preso e estrangulado por um nobre romano, Bonifácio Francone, que se fez papa durante um mês, fugindo em seguida para Constantinopla com todo o tesouro papal que pôde carregar. Nove anos depois regressou, matou o Papa João XIV (983-4), novamente se apoderou do trono papal e morreu pacificamente no leito (985). A República Romana ergueu novamente sua cabeça, assumiu a autoridade, e escolheu Crescêncio como cônsul. Oto III desceu sobre Roma com um exército irresistível e uma comissão de prelados germânicos para pôr termo ao caos, fazendo de seu capelão o Papa Gregório V (996-9). O jovem imperador derrubou a República, perdoou a Crescêncio e voltou para a Alemanha. Crescêncio imediatamente restabeleceu a República e depôs Gregório (997). O Papa excomungou-o, mas Crescêncio riu e promoveu a eleição de João XVI como papa. Oto retornou, depôs João XVI, arrancou seus olhos, cortou-lhe o nariz e a língua e exibiu-o nas ruas de

Roma no lombo de um burro, com a face voltada para a cauda. Crescêncio e 12 chefes republicanos foram decapitados e seus corpos pendurados das ameias de Santo Ângelo (998).[53] Gregório reassumiu o cargo, mas morreu, provavelmente envenenado, em 999. Oto substituiu-o com um dos mais brilhantes papas de todos os tempos.

Gerbert nasceu, de pais modestos, perto de Aurillac, em Auvergne (*ca.* 940), e ainda criança entrou para um mosteiro local. Por sugestão do abade, dirigiu-se à Espanha para estudar matemática; e em 970 o conde Borel de Barcelona levou-o a Roma. O Papa João XIII, impressionado com o saber do monge, recomendou-o a Oto I. Durante um ano Gerbert ensinou na Itália, e nessa época, ou mais tarde, teve Oto II entre seus pupilos. Foi então para Reims estudar lógica na escola-catedral; e logo depois foi feito diretor da escola (972-82). Ensinava uma extraordinária variedade de matérias, inclusive os poetas clássicos; escrevia um latim excelente e cartas que às vezes rivalizavam com as de Sidônio. Onde quer que fosse, colecionava livros e gastava seus fundos descuidadamente para obter cópias de manuscritos em outras bibliotecas; talvez devamos a ele a preservação das orações de Cícero.[54] Dirigiu o mundo cristão na matemática, introduziu uma forma primitiva de números "arábicos", escreveu sobre o ábaco e o astrolábio, e compôs um tratado sobre geometria; inventou um relógio mecânico e um órgão tocado a vapor.[55] Tantas foram suas realizações científicas que, depois de sua morte, consideraram-no possuidor de poderes mágicos.[56]

Quando morreu Adalberto (988), Gerbert procurou sucedê-lo como arcebispo de Reims; mas Hugo Capeto nomeou Arnulfo, um filho bastardo da agonizante casa carolíngia. Arnulfo conspirou contra Hugo, um concílio eclesiástico o depôs apesar dos protestos do Papa e escolheu Gerbert para arcebispo (991). Quatro anos depois um legado papal persuadiu um sínodo em Moisson a depor Gerbert. O douto humilhado dirigiu-se à corte de Oto III na Alemanha, recebeu ali todas as honras e moldou o espírito do jovem rei à idéia de restabelecer o Império Romano com sua capital em Roma. Oto nomeou-o arcebispo de Ravena, e, em 999, papa. Gerbert tomou o nome de Silvestre II, como a querer dizer que seria um segundo Silvestre de um segundo Constantino, unificador do mundo. Tivessem vivido ele e Oto mais uma década e teriam realizado seu sonho, pois Oto era filho de uma princesa bizantina e Gerbert podia tê-lo tornado um rei-filósofo. Mas no quarto ano de seu papado Gerbert morreu, envenenado, segundo rumores, pela mesma Estefânia que havia envenenado Oto.

Suas aspirações e a agitada política do mundo em torno deles mostraram quão poucos eram os cristãos que tomavam a sério a idéia de que o mundo acabaria no ano 1000. No começo do século X um concílio da Igreja tinha anunciado que havia começado o último século da História;[57] no fim do mesmo, uma pequena minoria de homens acreditava nisso e preparava-se para o Juízo Final. A grande maioria continuava sua vida habitual, trabalhando, jogando, pecando, orando e tentando sobreviver à senilidade. Não há nenhuma evidência de qualquer pânico no ano 1000, nem mesmo de qualquer aumento nas doações à Igreja.[58]

Depois da morte de Gerbert, recomeçou a decadência do pontificado. Os condes de Túsculo, em aliança com imperadores germânicos, compravam bispos e vendiam o papado sem procurar ocultá-lo. Benedito VIII (1012-24), Papa nomeado por eles, era homem inteligente e enérgico; mas Benedito IX (1032-45), feito sumo pontífice aos 12 anos, levou uma vida tão vergonhosa e turbulenta,[59] que o povo se levantou e o expulsou de Roma. Com o auxílio dos condes de Túsculo foi ele restabelecido; mas,

cansando-se do pontificado, vendeu-o a Gregório VI (1045-6) por uma (ou duas) mil libras de ouro.[60] Gregório surpreendeu Roma com ser um papa quase modelar. Aparentemente havia adquirido o papado com um sincero desejo de reformá-lo e libertá-lo dos senhores. A casa de Túsculo não podia favorecer uma tal reforma; ela fez Benedito subir novamente ao papado, enquanto uma terceira facção elevava Silvestre III. O clero italiano apelou para o Imperador Henrique III, a fim de pôr termo a essa vergonha. Ele foi a Sutri, perto de Roma, e reuniu um concílio eclesiástico; este prendeu Silvestre, aceitou a resignação de Benedito e depôs Gregório por ter admitido a compra do pontificado. Henrique persuadiu o concílio de que somente um papa estrangeiro, protegido pelo imperador, poderia terminar com a desmoralização da Igreja. O bispo de Bambergue foi eleito como Clemente II (1046-7); morreu um ano depois; e Dâmaso II (1047-8) também sucumbiu de malária que agora subia regularmente da Campânia não drenada. Por fim em Leão IX (1049-54) o papado encontrou um homem que podia enfrentar seus problemas com coragem, saber, integridade e uma piedade que de há muito se fazia rara em Roma.

VII A REFORMA DA IGREJA: 1049-54

Três problemas internos agitavam a Igreja nessa época: simonia no pontificado e no episcopado, casamento ou concubinato no clero secular e incontinência esporádica entre os monges.

Simonia — a venda de cargos ou serviços da Igreja — constituía o correspondente eclesiástico da corrupção contemporânea na política. Muitas pessoas eram uma fonte de simonia; assim a mãe de Guiberto de Nogent, ansiosa por dedicá-lo à Igreja, pagou a autoridades eclesiásticas para fazê-lo cônego de catedral aos 11 anos; um concílio de Igreja em Roma, no ano 1099, lamentou a freqüência de tais casos. Como bispos da Inglaterra, Alemanha, França e Itália administrassem assuntos profanos bem como assuntos eclesiásticos, e possuíssem terras ou aldeias ou mesmo cidades para suprir as receitas necessárias, homens ambiciosos pagavam a poderes seculares grandes somas para tais nomeações, e potentados cobiçosos passavam por cima de toda decência para receber esses subornos. Em Narbona um menino de 10 anos foi feito arcebispo pagando 100.000 sólidos (1016).[61] Filipe I da França consolou um candidato malogrado a uma sé episcopal com um conselho otimista: "Deixe-me aproveitar do seu rival; depois você procurará privá-lo do cargo pela simonia; e depois podemos considerar o seu caso."[62] Os reis franceses, seguindo tradição estabelecida por Carlos Magno, nomeavam regularmente os bispos de Sens, Reims, Lião, Tours e Bourges: em outras partes da França, os bispos eram nomeados pelos duques ou condes.[63] Muitos bispados tornaram-se no século XI o patrimônio hereditário de famílias nobres e foram usados como provisão para bastardos ou filhos mais novos; na Alemanha um barão possuiu e transmitiu oito bispados.[64] Um cardeal alemão alegou (*ca.* 1048) que os compradores simoníacos de sés e benefícios haviam vendido os revestimentos de mármore das igrejas, até mesmo telhas, para se reembolsarem do custo de suas nomeações.[65] Tais nomeados eram homens do mundo; muitos viviam no luxo, empenhavam-se em guerras, permitiam subornos em cortes episcopais,[66] nomeavam parentes para cargos eclesiásticos, e a quem eles adoravam mesmo com fidelidade única era a Mammon. O Papa Inocêncio III diria de um arcebispo de Narbona que ele tinha uma bolsa no lugar em que devia estar seu coração.[67] As compras de dioceses

tornaram-se tão comuns que homens experientes as aceitavam como normal; mas reformadores gritavam que Simão Mago havia dominado a Igreja.[68]

Entre o clero em geral o problema moral oscilava entre o casamento e a concubinagem. Nos séculos IX e X o casamento de padres constituía um costume na Inglaterra, na Gália e na Itália setentrional. O Papa Adriano II (867-72) era casado;[69] e o bispo Ratério de Verona (século X) informou que praticamente todos os padres de sua diocese estavam casados. No início do século XI o celibato no clero secular era excepcional.[70] Seria um engano considerar imoral o casamento clerical; embora muitas vezes contrário aos cânones e ideais da Igreja, estava perfeitamente de acordo com os costumes e julgamentos morais do tempo. Em Milão o padre casado tinha maior reputação pública do que o não casado;[71] o último era suspeito de concubinagem. A própria concubinagem — a coabitação regular de um homem não casado com uma mulher também não casada — era tolerada pela opinião pública. A grande maioria do clero europeu levava, ao que parece, vida moral decente. E em toda a Idade Média ouvimos falar de sacerdotes e bispos que viviam em santa dedicação a suas ovelhas. Aqui e acolá, contudo, havia exceções escandalosas. Em 742, o bispo Bonifácio queixou-se ao Papa Zacarias de que bispados estavam sendo dados a "leigos cobiçosos e clérigos adúlteros",[72] e que alguns diáconos "mantinham quatro ou cinco concubinas";[73] e o venerável Beda, no mesmo século, condenou "alguns bispos" da Inglaterra pelo "riso, momice, anedotas, galhofas, embriaguez e... vida dissoluta".[74] Pelo fim do primeiro milênio, tais acusações tornaram-se mais numerosas. Ralph Glaber descreveu o clero desse período como participando da imoralidade geral da época. Um monge italiano, Pedro Damião (1007-72), apresentou ao Papa um livro ominosamente intitulado *Liber Gomorrhianus*, em que descrevia, com os exageros que se esperavam de sua santidade, os vícios do clero; um capítulo era "Da Diversidade de Pecados contra a Natureza". Damião aconselhou energicamente a proibição do casamento dos clérigos.

A Igreja desde muito havia-se oposto ao casamento clerical sob o fundamento de que um sacerdote casado, conscienciosamente ou não, colocaria sua lealdade à esposa e filhos acima da devoção à Igreja; que por causa deles, seria tentado a acumular dinheiro ou propriedade; que procuraria transmitir sua diocese ou benefício a um dos filhos; que uma casta eclesiástica hereditária podia-se desenvolver, desse modo, na Europa como na Índia; e que o poder econômico combinado de um tal sacerdócio com posses seria muito grande para o papado controlar. O padre devia dedicar-se totalmente a Deus, à Igreja e seus semelhantes; seu padrão moral deve ser mais alto do que o do povo e deve conferir-lhe o prestígio necessário para obter a confiança e reverência públicas. Vários concílios tinham exigido o celibato do clero; um, o de Pavia, em 1018, decretara um estado de escravidão perpétua e exclusão da herança, para todos os filhos de sacerdotes.[75] Mas o casamento clerical continuou.

Leão IX achou a sé de Pedro empobrecida pelos legados clericais dos benefícios da Igreja a filhos de clérigos, pelas usurpações feitas pelos barões das propriedades da Igreja e pelos roubos, nas estradas, de peregrinos que traziam orações, petições e oferendas a Roma. Organizou a proteção aos peregrinos, retomou as propriedades eclesiásticas alienadas e entregou-se à pesada tarefa de dar cabo da simonia e do casamento clerical. Entregando os cuidados domésticos e administrativos do papado ao astuto e dedicado monge que se tornaria Gregório VII, Leão IX deixou Roma em 1049, decidido a examinar de primeira mão a moral do clero e o funcionamento da Igreja, nas

grandes cidades da Europa. A dignidade de sua figura, a austeridade simples de sua vida imediatamente fizeram renascer o respeito que os homens tinham pela mais alta autoridade da Igreja; o vício ocultava a cabeça à sua aproximação; e Godofredo de Lorena, que havia pilhado igrejas e desafiado reis, tremeu sob a excomunhão papal, consentiu em ser açoitado publicamente ante o altar da igreja que ele havia arruinado em Verdun, encarregou-se de reparar a igreja e trabalhou na obra com suas próprias mãos. Em Colônia, Leão manteve uma corte papal, e recebeu toda a honra de um clero germânico orgulhoso de um papa alemão. Passando para a França presidiu um tribunal em Reims, e dirigiu um inquérito sobre moral leiga e clerical, a venda de cargos eclesiásticos, a espoliação de propriedades da Igreja, o relaxamento de normas monásticas e o surgimento da heresia. Todo bispo presente teve ordem de confessar seus pecados. Um atrás do outro, inclusive arcebispos, acusaram-se. Leão firmemente os reprovou, destituiu alguns, perdoou a outros, excomungou quatro, chamou outros a Roma para se penitenciarem em público. Mandou ao clero que dispensasse suas esposas e concubinas, e abandonasse o uso de armas. O Concílio de Reims decretou ainda que bispos e abades deviam ser eleitos pelo clero e pelo povo, proibiu a venda de funções eclesiásticas e vedou que o clero recebesse honorários por administrar a eucaristia, assistir doentes ou enterrar mortos. Um concílio em Mogúncia (1049), promovido por Leão, decretou reformas similares para a Alemanha. Em 1050 voltou à Itália, presidiu o Concílio de Vercelli e condenou a heresia de Berengário de Tours.

Com sua longa e árdua visitação ao norte, Leão havia restaurado o prestígio do papado, substituído o imperador alemão chefe da Igreja alemã, feito com que os episcopados francês e espanhol reconhecessem a autoridade do papa e realizado algum progresso no sentido de limpar o clero da venalidade e deleites sensuais. Em 1051 e 1052, fez novas campanhas na Alemanha e França; presidiu uma grande assembléia eclesiástica em Worms e outra em Mântua. Retornando finalmente a Roma, assumiu a tarefa incomum para ele de defender os Estados Papais por meios militares. O Imperador Henrique III havia-lhe dado o ducado de Benevento; o duque Pandulfo de Cápua recusou-se a reconhecer a doação e com a ajuda dos normandos de Roberto Guiscard tomou e manteve o ducado. Leão pediu um exército alemão para ajudá-lo a expulsar Pandulfo; recebeu apenas 700 homens; a estes acrescentou alguns italianos destreinados; e a sua frente marchou contra os normandos; apenas a cavalaria destes tinha três mil piratas exercitados na guerra. Os normandos esmagaram as forças de Leão, capturaram-no, e então se ajoelharam para pedir seu perdão por haverem matado 500 de seus homens. Levaram-no a Benevento e ali, com toda cortesia, mantiveram-no prisioneiro durante nove meses. Desanimado e penitente por haver tomado a espada, Leão vestia-se apenas com uma roupa de serapilheira, dormia em um tapete e numa pedra, e passava quase o dia todo em preces. Os normandos viram que ele estava morrendo e o puseram em liberdade. Entrou em Roma entre júbilo universal, absolveu a todos que havia excomungado, ordenou que um caixão fosse colocado na igreja de São Pedro, sentou-se ao lado dele durante um dia, e morreu no altar. Aleijados, mudos e leprosos vieram de todas as partes da Itália para tocarem em seu corpo.

VIII. O GRANDE CISMA ORIENTAL: 1054

Foi no pontificado de São Leão que o cristianismo grego separou-se definitivamente do cristianismo latino. Enquanto a Europa ocidental estava envolta pelas trevas,

miséria e ignorância dos séculos IX e X, o Império do Oriente, sob o governo dos imperadores macedônios (867-1057), reconquistou algo do território que havia perdido para os árabes, reassegurou sua preponderância na Itália meridional e experimentou novo florescimento da literatura e da arte. A Igreja grega, adquirindo força e orgulho da renascida riqueza e do poder do Estado bizantino, conquistou a Rússia, a Bulgária e a Sérvia para a seita oriental e ressentiu-se mais agudamente do que nunca das reivindicações de um papado fraco e empobrecido à supremacia eclesiástica do mundo cristão. Para os gregos dessa época, os alemães, francos e anglo-saxões do Ocidente contemporâneo pareciam bárbaros, um povo analfabeto e violento conduzido por um episcopado mundano e corrupto. A rejeição papal da pretensão do imperador bizantino para se tornar rei dos francos, a apropriação papal do exarcado de Ravena, a coroação pelo papa de um imperador romano rival, a incursão papalina pela Itália grega — estes obstruidores eventos políticos, e não as pequenas diversidades de crença, dividiram o cristianismo em oriental e ocidental.

Em 1043 Miguel Cerulário foi nomeado patriarca de Constantinopla. Era homem de nobre nascimento, vasta cultura, vivo intelecto e vontade resoluta. Embora monge, subira mais pela carreira política do que pela eclesiástica. Tinha sido alto ministro do Império e dificilmente teria aceito o patriarcado se este implicasse submissão a Roma. Em 1053 fez circular um tratado latino escrito por um monge grego que criticava fortemente a Igreja Romana, por impor o celibato clerical, contrário ao exemplo apostólico e tradição eclesiástica, por usar pão não-fermentado na Eucaristia e por acrescentar o *filioque* ao Credo de Nicéia. Nesse mesmo ano, Cerulário fechou todas as igrejas de Constantinopla que observavam o ritual latino e excomungou todos os clérigos que persistiam em sua prática. Leão, então no auge de seu pontificado, enviou uma carta a Cerulário, exigindo que o patriarca reconhecesse a supremacia dos papas e tachando qualquer igreja que recusasse esse reconhecimento de "assembléia de hereges, conventículo de cismáticos, sinagoga de Satanás".[76] Com espírito mais brando, Leão enviou legados a Constantinopla a fim de discutir com o imperador e o patriarca as divergências que mantinham separados os dois ramos do cristianismo. O imperador recebeu os legados cordialmente, mas Cerulário negou-lhes competência para tratar do assunto. Leão morreu em abril de 1054 e o papado permaneceu vago durante um ano. Em julho os legados, agindo por conta própria, depositaram no altar de Santa Sofia uma bula excomungando Cerulário. O patriarca reuniu um conselho de representantes de toda a cristandade oriental. O conclave recapitulou as queixas dos gregos contra a Igreja Romana, inclusive o barbear-se; condenou formalmente a bula dos legados e "todos aqueles que contribuiram em sua elaboração, por meio de conselhos ou mesmo pelas suas preces".[77] O cisma estava agora completo.

IX. GREGÓRIO VII (HILDEBRANDO): 1073-85

Foi uma grande infelicidade para o cristianismo que um intervalo de caos e fraqueza separasse o pontificado de Leão IX do de um dos mais poderosos papas na história da Igreja.

Hildebrando é nome alemão e sugere linhagem germânica; os contemporâneos de Gregório interpretaram-no como significando *Hellbrand,* chama pura. Nasceu de pais modestos na aldeia de Sovano, nos pântanos da Toscana (1023?). Foi educado no convento de Santa Maria sobre o Aventino, em Roma, e entrou para a ordem benedi-

tina. Quando o Papa Gregório VI foi deposto e banido para a Alemanha em 1046, Hildebrando acompanhou-o como capelão; durante esse ano, em Colônia, aprendeu muito acerca da Alemanha, o que o ajudou mais tarde em sua luta contra Henrique IV. Logo depois de seu retorno a Roma, foi feito cardeal subdiácono por Leão IX, e nomeado administrador dos Estados Papais e ao mesmo tempo legado na França. Podemos julgar por essa notável elevação de um jovem de 25 anos, a reputação que tinha tão cedo granjeado por sua capacidade política e diplomática. Os Papas Vítor II (1055-7) e Estêvão IX (1057-8) o mantiveram em altos pontos. Em 1059 Nicolau II tornou-se papa em grande parte por influência de Hildebrando; e o monge indispensável, que ainda não era padre, foi feito chanceler do Papa.

A seu conselho, Nicolau e o Concílio de Latrão de 1057 baixaram um edito, transferindo a eleição do papa para o Colégio de Cardeais; com esse golpe, Hildebrando pretendeu salvar o papado dos nobres romanos e dos imperadores alemães. O jovem estadista já formulara uma política de longo alcance. Para assegurar o papado do domínio germânico, fechou os olhos às violentas invasões dos normandos na Itália do sul, reconheceu suas conquistas e aprovou suas ambições, em troca de uma promessa de proteção militar. Em 1073, depois de servir oito papas durante 25 anos, Hildebrando foi elevado ao pontificado. Resistiu, preferindo governar atrás do trono; mas cardeais, clero e povo clamaram: "São Pedro quer que Hildebrando seja Papa!" Foi ordenado padre, consagrado papa e recebeu o nome honrado de Gregório.

Era baixo, de feições simples, olhar penetrante, altivo de espírito, forte de vontade, seguro da verdade, e confiante na vitória. Quatro propósitos o inspiravam: completar a reforma da moral clerical iniciada por Leão, pôr termo à investidura leiga, unificar toda a Europa em uma Igreja e em uma república chefiada pelo papado e enviar um exército cristão ao Oriente para retomar a Terra Santa aos turcos. No começo de 1074 escreveu aos condes de Borgonha e Sabóia e ao Imperador Henrique IV, solicitando-lhes o levantamento de fundos e tropas para uma cruzada que se propunha comandar pessoalmente. Os condes não se deixaram impressionar e Henrique estava demasiado inseguro em seu trono para pensar numa cruzada.

O Concílio de Latrão de 1059, sob a direção de Nicolau II e Hildebrando, havia excomungado todo padre que tinha esposa ou concubina e havia proibido cristãos de assistirem à missa de um padre que sabidamente tivesse uma mulher em casa. Relutando em romper as famílias de seu clero, muitos bispos da Lombardia recusaram-se a promulgar esses decretos e preeminentes clérigos na Toscana defenderam o casamento clerical como moral e canônico. A legislação não pôde ser posta em execução e a idéia de que os clérigos "pecadores" não podiam administrar sacramentos válidos foi tão entusiasticamente abraçada pelos pregadores heréticos que o apelo papal às congregações foi retirado.[78] Quando se tornou Gregório VII (1073), Hildebrando atacou o problema com firme determinação. Um sínodo em 1074 renovou os decretos de 1059; Gregório enviou-os a todos os bispos da Europa com uma severa ordem de promulgá-los e aplicá-los. E isentou os leigos da obediência aos padres que desrespeitassem suas determinações. De novo a reação foi violenta. Muitos padres declararam que abandonariam seu ofício ao invés de suas esposas; outros desprezavam os decretos dizendo que faziam exigências absurdas sobre a natureza humana e predisseram que sua execução promoveria promiscuidade secreta. O bispo Oto de Constança favoreceu abertamente e protegeu seu clero casado. Gregório excomungou-o e desobrigou seu rebanho da obediência ao bispo. Em 1075 Gregório deu mais um passo, ordenando

aos duques da Suábia e Caríntia e outros príncipes que empregassem a força, se necessário, para obrigar o clero recalcitrante a desempenhar suas funções sacerdotais. Vários príncipes germânicos obedeceram-lhe; e muitos padres que não quiseram dispensar as esposas perderam suas paróquias.[79] Gregório morreria sem conseguir vitória. Mas Urbano II, Pascoal II e Calixto II reafirmaram e executaram seus decretos. O Concílio de Latrão de 1215, presidido por Inocêncio III, baixou uma condenação final e o casamento do clero desapareceu lentamente.

O problema da investidura parecia mais simples do que o do casamento clerical. Considerando, conforme haviam acordado reis e papas, que Cristo estabelecera a Igreja, parecia claro que seus bispos e abades fossem escolhidos pelos clérigos de preferência aos leigos; e certamente constituía fato escandaloso que um rei não somente nomeasse bispos mas (tal como na Alemanha) os investisse com o bastão e anel episcopal — sagrados símbolos do poder espiritual. Entretanto, para os reis uma conclusão oposta era igualmente evidente. Admitindo, como a maioria dos bispos e abades germânicos terão feito, que foram investidos pelo rei com terras, rendas e responsabilidades seculares, parecia a esses prelados, pelo menos aos bispos, próprio e justo que devessem sua nomeação e fidelidade temporal ao monarca, conforme tinham feito sem hesitação sob Constantino e Carlos Magno. Se fossem libertados de tal subordinação e lealdade, metade das terras da Alemanha — que por essa época já haviam sido concedidas a bispados e mosteiros[80] — escaparia ao controle do Estado, e de seus devidos e habituais serviços ao mesmo. Os bispos germânicos e muitos lombardos de origem e nomeação alemãs suspeitavam de que Gregório estivesse procurando acabar com sua relativa autonomia eclesiástica e subordiná-los completamente à sé romana. Gregório desejava que os bispos continuassem com suas obrigações feudais para com o rei,[81] mas não queria que eles entregassem as terras que haviam recebido por concessão real;[82] pela lei da Igreja a sua propriedade era inalienável. Gregório queixou-se de que a nomeação leiga produzira a maior parte da simonia, mundanidade e imoralidade que haviam aparecido nos episcopados alemão e francês. Sentia que os bispos deviam ser colocados sob a autoridade do papa ou, caso contrário, a Igreja ocidental — como a oriental — tornar-se-ia um apêndice subserviente do Estado.

Atrás deste conflito havia a questão do pontificado contra o Império: qual deveria unificar e governar a Europa? Os imperadores germânicos declaravam que seu poder também era divino, considerando-o uma necessidade da ordem social. Não tinha São Paulo dito que "os poderes que existem são conferidos por Deus?" Não eram eles, segundo os próprios papas, herdeiros do Império de Roma? Defendiam a liberdade de uma parte, assim como Gregório se batia pela unidade e a ordem do todo. Particularmente eles se ressentiam tanto tempo antes da Reforma — do fluxo de ouro e vencimentos e do dinheiro de Pedro da Alemanha para a Itália.[83] E viam na política papal um esforço da Roma latina para renovar seu antigo controle sobre aquilo que a Itália escarnecia como sendo o norte teutônico e bárbaro. Admitiam livremente a supremacia da Igreja em assuntos espirituais, mas defendiam tal supremacia para o Estado em assuntos temporais ou terrenos. A Gregório isso parecia um dualismo desordenado; considerações espirituais, sentia, deviam dominar os interesses materiais, como o Sol domina a Lua;[84] o Estado devia ficar subordinado à Igreja — a Cidade do Homem à Cidade de Deus — em todos os assuntos que se referissem à doutrina, educação, moral, justiça ou organização eclesiástica. Não tinham os reis da França e os imperadores do Santo Império Romano admitido implicitamente que o poder espiri-

tual constituía a fonte e a soberania do poder temporal, aceitando a unção ou consagração arquiepiscopal ou papal? A Igreja, como instituição divina, merecia autoridade universal; o papa como vice-gerente de Deus tinha o direito e o dever de depor maus reis e confirmar ou recusar a escolha de governantes feita por homens ou circunstâncias.[85] "Quem", perguntava Gregório em uma epístola apaixonada ao bispo Hermann de Metz, "ignora que reis e príncipes tiveram sua origem naqueles que, ignorando a Deus, e cobrindo-se de orgulho, violência e perfídia, na realidade, de quase todos os crimes... clamavam o governo sobre seus pares, isto é, homens, com força cega e arrogância intolerável?"[86] Olhando para a divisão política, o caos e as guerras da Europa, parecia a Gregório que o único meio de escapar a essa miséria antiga consistia em uma ordem mundial em que esses Estados entregassem algo de sua ciumenta soberania e reconhecessem o papa como seu suserano feudal, o chefe majestático de uma república cristã universal, ou pelo menos européia.

O primeiro passo para esse objetivo era a libertação do papado do controle germânico. O segundo, era trazer todos os bispos debaixo da autoridade da sé papal, até o ponto em que o bispo fosse escolhido pelo clero e povo da diocese sob os auspícios de um bispo nomeado pelo papa ou pelo metropolitano; e a eleição devia ser válida somente quando confirmada pelo arcebispo ou papa.[87] Gregório começou com uma carta (1073) ao bispo de Châlons, em que ameaçava excomungar o rei Filipe Augusto da França, por vender bispados. Em 1074 enviou uma carta ao episcopado francês, conclamando-o a denunciar os crimes do rei ao papa e a interromper todos os serviços religiosos na França se Filipe recusasse a reforma.[88] Todavia a investidura leiga continuou ali, mas os bispos franceses procederam com cautela, e deixaram o assunto para ser resolvido na Alemanha.

Em fevereiro de 1075, um sínodo de bispos italianos de Roma, sob a direção de Gregório, baixou decretos contra a simonia, casamento clerical e investidura leiga. Com uma precipitação estranha, Gregório excomungou, por simonia, cinco bispos, conselheiros de Henrique IV; suspendeu os bispos de Pavia e Tirum, depôs o bispo de Piacenza e ordenou o bispo Hermann de Bambergue que viesse a Roma para se defender das acusações de simonia. Quando Hermann tentou subornar o tribunal papal, Gregório o depôs sem cerimônia. Polidamente pediu a Henrique a nomeação de um sucessor apropriado para a catedral de Bambergue. Henrique não somente nomeou um favorito da corte como o investiu com o anel e bastão episcopais sem esperar a aprovação do Papa — procedimento de acordo com o costume, mas abertamente em desafio ao decreto do sínodo romano. Como que para tornar mais clara sua recusa às exigências de Gregório, Henrique nomeou bispos para as sés de Milão, Fermo e Spoleto — quase debaixo do nariz do Papa — e conservou no gozo de seus favores os conselheiros excomungados.

Em dezembro de 1075, Gregório enviou uma carta de advertência a Henrique, e encarregou os portadores da missiva de acrescentar uma mensagem oral, ameaçando excomungar o rei se continuasse a ignorar os decretos do sínodo romano. Henrique convocou um conselho de bispos germânicos em Worms (24 de janeiro de 1076); compareceram 24, alguns permaneceram afastados. Antes dessa assembléia, Hugo, um cardeal romano, acusou Gregório de licenciosidade, crueldade e feitiçaria e de obter o papado por suborno e violência; e lembrou aos bispos que o costume de vários séculos exigia, para a eleição de qualquer papa, o consentimento do imperador germânico que Gregório não havia pedido. O imperador, que se tornara mais ousado pe-

la recente supressão de uma revolta saxônia, propôs a deposição do Papa; todos os bispos presentes assinaram o decreto; um conselho de bispos lombardos reunido em Piacenza aprovou-o; e Henrique enviou-o a Gregório com significativo sobrescrito: "Henrique, rei não por usurpação, mas por decreto de Deus, a Hildebrando que não é papa, mas um falso monge."[89] A mensagem chegou às mãos de Gregório em um sínodo de Roma (21 de fevereiro de 1076); os 110 bispos ali presentes, todos da Itália e Gália, estiveram a ponto de matar o mensageiro, mas Gregório protegeu-o. O sínodo excomungou os bispos que haviam assinado o decreto de Worms. E o Papa lançou sobre o imperador uma tríplice sentença de excomunhão, anátema e deposição, e liberou os súditos de Henrique de seus juramentos de obediência (22 de fevereiro de 1076). Henrique reagiu persuadindo o bispo de Utrecht a anatematizar Gregório — "o monge perjuro" — do púlpito da catedral. Toda a Europa ficou chocada com a deposição de um imperador por um papa e mais ainda a deposição e maldição de um papa por um imperador. O sentimento religioso mostrou-se mais forte do que o nacional e o apoio público fugiu rapidamente do imperador. A Saxônia reiniciou sua revolta; e quando Henrique convocou os bispos e nobres de seu reino para os concílios de Worms e Mogúncia, seu chamado foi quase geralmente ignorado. Pelo contrário, a aristocracia germânica, vendo na situação uma oportunidade para fortalecer seu poder feudal contra o rei, reuniu-se em Tribúria (16 de outubro de 1076), aprovou a excomunhão do imperador e declarou que, se ele não obtivesse a absolvição do Papa, até 22 de fevereiro de 1077, nomearia um sucessor ao seu trono. Combinou-se entre os nobres e legados papais em Tribúria que uma dieta seria realizada em Augsburgo a 2 de fevereiro de 1077, sob a presidência do Papa, a fim de solucionar os assuntos da Igreja e do reino.

Henrique retirou-se para Speyer derrotado e quase completamente abandonado. Acreditando que a projetada dieta confirmaria sua deposição, enviou mensageiros a Roma, oferecendo-se para lá ir e pedir absolvição. Gregório respondeu que como partia logo para Augsburgo não podia receber Henrique em Roma. A caminho do norte, o Papa hospedou-se em Mântua, em casa de sua amiga e partidária, a condessa Matilda, da Toscana. Aí soube que Henrique havia entrado na Itália. Temendo que o rei levantasse um exército entre a população antipapal da Lombardia, Gregório refugiou-se no castelo fortificado de Matilda, em Canossa, no alto dos Apeninos, perto de Reggio Emilia. Ali a 25 de janeiro de 1077, no auge de um dos invernos mais rigorosos de que a Itália podia lembrar-se, Henrique, diz um relato de Gregório aos príncipes alemães:

> veio em pessoa a Canossa... trazendo consigo apenas uma pequena comitiva... Apresentou-se no portão do castelo, descalço e vestido apenas de roupas de lã, pobres, rogando-nos, com medo, a concessão da absolvição e do perdão. Continuou a fazê-lo durante três dias, enquanto que todos em torno de nós se apiedavam de seu estado, e intercediam por ele com lágrimas e preces... Por fim removemos a excomunhão e recebemo-lo novamente no seio da Santa Madre Igreja.[90]

Gregório hesitou tanto tempo, não por dureza de sentimentos. Havia concordado em não fazer a paz com Henrique sem consultar os príncipes germânicos; e sabia que se Henrique, perdoado, se rebelasse novamente, uma segunda excomunhão teria efeito menor, e receberia menos apoio da nobreza. De outro lado o mundo cristão acharia difícil compreender por que o Vigário de Cristo recusava perdão a um peni-

tente tão humilde. O evento constituiu um triunfo espiritual para Gregório, mas uma sutil vitória diplomática para Henrique, que agora automaticamente reconquistava seu trono. Gregório regressou a Roma, e dedicou-se durante os dois anos seguintes à legislação eclesiástica, visando principalmente à observância do celibato clerical. Os príncipes alemães, todavia, proclamaram a Rodolfo de Suábia rei da Alemanha (1077) e a estratégia de Henrique pareceu ter fracassado. Mas agora, tendo-se libertado do anátema papal, encontrou nova simpatia em um povo que não estava enamorado da nobreza. Novo exército foi recrutado para sua defesa e durante dois anos os reis rivais assolaram a Alemanha com a guerra civil. Gregório, após longa hesitação, deu seu apoio a Rodolfo, excomungou Henrique uma segunda vez, proibiu os cristãos de servi-lo e ofereceu absolvição dos pecados a todos que se alistassem sob a bandeira de Rodolfo (março, 1080).[91]

Henrique agiu exatamente como antes. Convocou em Mogúncia um conselho de nobres e bispos que lhe eram favoráveis; o conclave depôs Gregório; um conselho de bispos da Alemanha e norte da Itália, reunido em Brixen, confirmou a deposição, declarou papa o arcebispo Guiberto de Ravena e encarregou Henrique de executar seus decretos. Os exércitos rivais encontraram-se nas margens do Saale, na Saxônia (15 de outubro de 1080); Henrique foi derrotado, mas Rodolfo pereceu na luta. Enquanto os nobres rebeldes discutiam a questão de um sucessor para Rodolfo, Henrique entrava na Itália, marchava sem encontrar resistência pela Lombardia e, recrutando outro exército pelo caminho, lançou o cerco a Roma. Gregório apelou para Roberto Guiscard pedindo ajuda, mas o normando estava longe. O Papa apelou para Guilherme I, cuja conquista da Inglaterra sancionara e ajudara, mas o Conquistador não tinha certeza se ele desejava que Henrique perdesse aquela contenda real. O povo de Roma defendeu corajosamente o pontífice, mas Henrique conseguiu tomar grande parte da cidade, inclusive a igreja de São Pedro, e Gregório fugiu para o Castelo de Santo Ângelo. Um sínodo reunido no Palácio de Latrão, por ordem de Henrique, depôs e excomungou Gregório e consagrou Guiberto como Papa Clemente III (24 de março de 1084); e uma semana depois Clemente coroava Henrique imperador. Durante um ano, este foi senhor de Roma.

Mas em 1085 Roberto Guiscard, abandonando sua campanha contra Bizâncio, acercou-se de Roma à frente de 36.000 homens. Henrique não tinha exército para resistir a uma tal força; fugiu para a Alemanha, Roberto entrou na capital, libertou Gregório, saqueou Roma, deixou metade da cidade em ruínas e levou Gregório a Monte Cassino; a populaça de Roma estava tão furiosa contra os normandos que o Papa, aliado deles, não podia permanecer ali com segurança. Clemente retornou a Roma como Papa aparente. Gregório dirigiu-se para Salerno, reuniu outro sínodo, excomungou novamente Henrique e então entrou em colapso físico e espiritual. "Amei a justiça", disse ele, "e odiei a iniqüidade; por isso morro no exílio." Tinha apenas 62 anos, mas o esforço nervoso de suas violentas controvérsias o havia esgotado. E sua aparente derrota pelo homem que ele havia perdoado em Canossa não lhe deixou vontade nenhuma de viver. Ali em Salerno, morreu a 25 de maio de 1085.

Talvez ele tivesse amado a eqüidade demasiado imperiosamente, e odiado a iniqüidade demasiado apaixonadamente; está reservado ao filósofo e proibido ao homem de ação ver elementos de justiça do lado de seu inimigo. Inocêncio III, um século depois, realizaria grande parte do sonho de Gregório, um mundo unido sob o Vigário de Cristo; mas ele venceria com um espírito mais temperado e com diploma-

cia mais prudente. E no entanto a vitória de Inocêncio tornou-se possível pela derrota de Gregório. Hildebrando abarcara mais alto do que podia, mas elevara durante 10 anos o papado à mais elevada altura e força por ele até então atingida. Sua inflexível luta contra o casamento clerical obteve êxito, e preparou, para seus sucessores, um clero cuja lealdade não dividida fortaleceu imensuravelmente a Igreja. Sua campanha contra a simonia e a investidura leiga conquistaria uma vitória tardia, mas no fim o seu ponto de vista prevaleceria, e os bispos da Igreja tornar-se-iam os servidores voluntários dos papas a todas as paróquias da cristandade. Por intermédio de sua iniciativa, as eleições dos papas estavam agora livres do domínio real. Elas dariam dentro em breve à Igreja uma espantosa sucessão de homens fortes; e 10 anos depois da morte de Gregório, os reis e nobres do mundo reconheciam Urbano II como o chefe da Europa nessa síntese de cristianismo, feudalismo, cavalaria e imperialismo que conhecemos pelo nome de Cruzadas.

CAPÍTULO XXII

Feudalismo e Cavalaria

600 — 1200

I. ORIGENS FEUDAIS

NOS seis séculos que se seguiram à morte de Justiniano, notável concorrência de circunstâncias produziu a transformação fundamental da vida econômica no mundo europeu ocidental.

Certas condições já observadas reuniram-se para preparar o feudalismo. Como as cidades da Itália e da Gália haviam-se tornado inseguras durante as invasões germânicas, aristocratas saíram de suas vilas rurais e cercaram-se de dependentes agricultores, famílias "clientes" e ajudantes militares. Mosteiros, cujos monges lavravam o solo e praticavam o artesanato, acentuaram o movimento centrífugo na direção de unidades econômicas semi-isoladas no campo. Estradas danificadas pela guerra, negligenciadas pela pobreza e tornadas perigosas por assaltantes não podiam mais manter comunicação e intercâmbio regulares. As receitas de Estado diminuíam à medida que o comércio declinava e a indústria decaía; governos empobrecidos não mais podiam proporcionar proteção à vida, propriedade e comércio. A obstrução do comércio compeliu as vilas a procurarem auto-suficiência econômica; muitos artigos manufaturados comprados das cidades eram, a partir do século III em diante, produzidos nas grandes propriedades. No século V, as cartas de Sidônio Apolinário mostraram-nos senhores rurais vivendo no luxo, em espaçosas propriedades lavradas por arrendatários semi-servis; já constituem uma aristocracia feudal, possuindo seu próprio judiciário[1] e milícia,[2] e diferindo dos barões posteriores principalmente no saber ler.

Os mesmos fatores que abriram caminho para o feudalismo entre o século III e o VI estabeleceram-no entre o século VI e o IX. Reis merovíngios e carolíngios pagavam seus generais e administradores com concessões de terra; no século IX esses feudos tornaram-se hereditários e semi-independentes por causa da fraqueza dos reis carolíngios. As invasões sarracenas, escandinavas e magiares dos séculos VIII, IX e X repetiram e cimentaram os resultados das invasões germânicas de seis séculos antes: faltou a proteção central, o barão ou bispo local organizou uma ordem e defesa localizadas e permaneceu na posse de sua própria força e corte. Uma vez que os invasores muitas vezes apareciam montados, exigiam-se defensores que pudessem dispor de cavalos. A cavalaria tornou-se mais importante do que a infantaria; e exatamente como na primitiva Roma uma classe de *equites* — homens sobre o lombo de cavalos — formou-se entre os patrícios e a plebe, assim também na França, Inglaterra normanda e Espanha cristã desenvolveu-se uma classe de cavaleiros montados entre os duques ou barões e os camponeses. O povo não se ressentia desse desenvolvimento; em uma at-

mosfera de terror, quando o ataque podia sobrevir a qualquer momento, desejava a organização militar. O povo construía seus lares o mais perto possível do castelo baronial ou mosteiro fortificado; e prontamente oferecia lealdade e serviço a um senhor — isto é, um guardião da lei — ou a um duque — isto é, alguém que era capaz de dirigir; devemos imaginar seu terror para compreender sua sujeição. Homens livres que não podiam proteger-se ofereciam sua terra ou trabalho a algum poderoso em troca de abrigo e proteção; em tais casos de "recomendação" o barão geralmente entregava ao "seu homem" uma gleba de terra que seria mantida como *precarium*, em um empréstimo revogável pelo doador a qualquer tempo; este arrendamento precário tornou-se a forma costumeira da posse de terra pelos servos. O feudalismo constituía a sujeição econômica e fidelidade militar de um homem a um superior, em troca de organização econômica e proteção militar.

Ele não pode ser definido rígida e exatamente, pois tinha centenas de variações no tempo e lugar. Suas origens ficavam na Itália e na Germânia, mas seu desenvolvimento mais característico ocorreu na França. Na Inglaterra pode ter começado como meio de domínio dos bretões pelos conquistadores anglo-saxões[3], mas em sua maior parte constituía ali uma importação gaulesa da Normandia. Nunca amadureceu na Itália setentrional ou Espanha cristã; e no Império do Oriente os grandes proprietários de terra nunca desenvolveram independência militar ou judicial, nem aquela hierarquia de lealdades que no Ocidente parecia essencial ao feudalismo. Grandes setores dos camponeses europeus permaneceram sem ser feudalizados: os pastores e campônios dos Bálcãs, Itália oriental e Espanha; os plantadores de videiras da Alemanha ocidental e do sul da França; os obstinados lavradores da Suécia e Noruega; os pioneiros teutônicos de além-Elba; os montanheses dos Cárpatos, dos Alpes, dos Apeninos e dos Pireneus. Não era de se esperar que um continente tão diverso física e climaticamente tivesse uma economia uniforme. Mesmo dentro do feudalismo, condições de contrato e *status* variavam de nação para nação, de propriedade para propriedade, de tempo para tempo. A nossa análise aplicar-se-á principalmente à França e Inglaterra dos séculos XI e XII.

II. ORGANIZAÇÃO FEUDAL

1. O Escravo

Naquelas terras e tempos a sociedade consistia de homens livres, servos e escravos. Entre os livres incluíam-se nobres, clérigos, soldados profissionais, praticantes de profissões, a maioria de mercadores e artesãos, e camponeses que possuíam suas terras com pequena ou nenhuma obrigação a qualquer senhor feudal, ou tinham-nas arrendadas de um senhor a dinheiro. Tais proprietários camponeses constituíam cerca de 4 por cento da população rural da Inglaterra no século XI; eram mais numerosos na Germânia ocidental, Itália setentrional e França meridional; formavam provavelmente um quarto do total da população camponesa da Europa ocidental.[4]

A escravidão diminuía à medida que aumentava a servidão. Na Inglaterra do século XII ela estava em grande parte limitada ao serviço caseiro; na França ao norte do Loire sua importância podia ser negligenciada; na Alemanha ela surgiu no século X, quando não se sentia qualquer compunção na captura de eslavos pagãos para tarefas subalternas nas propriedades alemãs, ou para venda em terras muçulmanas ou bizan-

tinas. Outrossim, muçulmanos e gregos eram raptados por mercadores de escravos ao longo das costas do Mar Negro, Ásia ocidental, África do Norte, para venda como mão-de-obra da lavoura, criados domésticos, eunucos, concubinas ou prostitutas no Islã ou na cristandade.[5] O comércio escravo floresceu especialmente na Itália, provavelmente devido à proximidade dos países muçulmanos que podiam ser pilhados em sã consciência; parecia uma justa vingança às incursões sarracenas.

Uma instituição que havia durado através de toda a história conhecida parecia inevitável e eterna, mesmo aos honestos moralistas. É verdade que o Papa Gregório I libertou dois de seus escravos com palavras admiráveis a respeito da liberdade natural de todos os homens;[6] mas continuou a empregar centenas de escravos nas propriedades papais[7] e aprovou leis que proibiam a escravos tornarem-se clérigos ou desposarem cristãos livres.[8] A Igreja condenou a venda de cativos cristãos aos muçulmanos, mas permitiu a escravização de muçulmanos e de europeus não convertidos ao cristianismo. Milhares de eslavos e sarracenos capturados eram distribuídos entre mosteiros como escravos; e a escravidão nas terras da Igreja e propriedades dos papas continuou até o século XI.[9] A lei canônica às vezes estimava a riqueza de terras da Igreja de preferência em escravos do que em dinheiro; tal como o direito secular, ela considerava o escravo um bem móvel; proibia que escravos da Igreja fizessem testamentos e decretou que qualquer *peculium* ou economias que tivessem ao morrer deviam pertencer à Igreja.[10] O arcebispo de Narbona, no seu testamento de 1149, deixou seus escravos sarracenos ao bispo de Béziers.[11] Santo Tomás de Aquino interpretou a escravidão como uma conseqüência do pecado de Adão, e economicamente prático em um mundo em que alguns devem trabalhar para que outros possam estar livres para defendê-los.[12] Tal opinião figurava na tradição de Aristóteles e no espírito dos tempos. A norma da Igreja de que suas propriedades nunca deveriam ser alienadas exceto no seu valor completo de mercado[13] era infeliz para seus escravos e servos; a emancipação às vezes mostrava-se mais difícil nas propriedades eclesiásticas do que nas seculares.[14] Não obstante, a Igreja restringiu progressivamente o tráfico de escravos, proibindo a escravidão de cristãos em uma época em que o cristianismo se estava alastrando rapidamente.

O declínio da escravidão não foi devido ao progresso moral mas à transformação econômica. A produção sob direta compulsão física mostrou-se menos lucrativa ou conveniente do que a produção sob o estímulo do desejo de aquisição. A servidão continuou e o termo *servus* designou tanto o servo como o escravo; mas, com o tempo, tornou-se a palavra *servo*, assim como *villein* virou *vilão* e *slav* (eslavo) tornou-se *escravo*. Foi o servo e não o escravo que amassou o pão do mundo medieval.

2. O Servo

O servo típico cultivava um pedaço de terra de propriedade de um senhor ou barão que lhe proporcionava arrendamento vitalício e proteção militar enquanto pagasse um arrendamento anual em produtos, trabalho ou dinheiro. Podia ser expulso à vontade do dono;[15] e, quando morria, a terra passava aos filhos somente com o consentimento e satisfação do senhor. Na França podia ser vendido independentemente da terra, por mais ou menos 40 xelins ($ 400,00?); às vezes ele (isto é, seu trabalho) era vendido pelo proprietário, parte a uma pessoa e parte a outra. Na França podia abjurar o contrato feudal entregando a terra e todos os seus haveres ao senhor. Na Ingla-

terra negava-se-lhe esse direito de migração e servos medievais fugitivos eram capturados tão zelosamente como os modernos escravos quando fugiam.

Os deveres feudais do servo para com o proprietário de sua terra eram numerosos e diversos; alguma inteligência deve ter sido necessária para se lembrar deles. 1. Pagava anualmente três impostos em dinheiro: a) um pequeno imposto *per capita*, ao governo, porém, por intermédio do barão; b) um pequeno aluguel (*cens*); c) uma contribuição arbitrária (*taille*) arrecadada pelo dono uma vez por ano ou mais. 2. Fornecia anualmente ao senhor uma parte, geralmente um *dízimo*, ou décima parte, de suas colheitas e gados. 3. Devia ao seu senhor muitos dias de trabalho não pago (*corvée*); tratava-se de uma herança de economia mais antiga em que as tarefas, como abrir florestas, drenar pântanos, cavar canais, erguer diques, eram realizadas pelos camponeses coletivamente como obrigação à comunidade ou ao rei. Alguns senhores exigiam três dias por semana na maior parte do ano, quatro ou cinco dias em uma semana na época de aração ou colheita; dias adicionais de trabalho, pagos somente em comida, podiam ser impostos em casos de emergência. Esta obrigação de *corvée* recaía apenas em um homem em cada família. 4. O servo tinha obrigação de moer seu trigo, fazer seu pão, fabricar sua cerveja, espremer suas uvas, no moinho, forno, tina ou moenda do senhor e pagar uma pequena importância pelo uso. 5. Pagava uma taxa pelo direito de pescar, caçar, ou pastar seus animais, no domínio do senhor. 6. Suas ações de direito deviam ser propostas na corte baronial e custava-lhe uma contribuição que variava com a gravidade do caso. 7. Tinha de apresentar-se ao regimento do barão em caso de guerra. 8. Se o barão fosse aprisionado, o servo tinha de contribuir para o resgate. 9. Contribuía também no presente substancial devido ao filho do senhor quando era feito cavaleiro. 10. Pagava ao barão uma taxa sobre todos os produtos que levava para vender no mercado ou feira. 11. Não podia vender sua cerveja ou vinho até que o senhor tivesse tido duas semanas de tempo para vender a sua própria cerveja ou vinho. 12. Em muitos casos o servo era obrigado a comprar anualmente uma determinada quantidade de vinho do seu senhor; se não o fizesse, diz um "customal" (coleção de leis de uma propriedade), "o senhor derramaria quatro galões sobre o teto do homem; se o vinho corresse para baixo, o arrendatário devia pagar por ele; se corresse para cima nada pagaria".[16] 13. Pagava uma multa se desse ao filho uma educação mais elevada ou o entregasse à Igreja, pois assim se perdia um braço para o trabalho. 14. Pagava um tributo, e exigia-se o consentimento do senhor, no caso de seus filhos desposarem uma pessoa que não pertencesse a sua propriedade, pois então o senhor perderia alguns ou todos os filhos; em muitas propriedades, permissão e taxa eram exigidas para qualquer casamento. 15. Em raros exemplos,[17] ouvimos falar do *ius primae noctis* ou *droit du seigneur*, pelo qual o senhor podia reclamar o "direito da primeira noite" com a noiva do servo; mas em quase todos os casos o servo tinha permissão de "redimir" a noiva pagando uma taxa ao senhor;[18] desta forma o *ius primae noctis* sobreviveu na Baviera até o século XVIII.[19] Em algumas propriedades inglesas o senhor multava o camponês cuja filha cometesse um pecado, em algumas propriedades espanholas uma camponesa, condenada por adultério, entregava parte ou todos os seus pertences ao senhor.[20] 16. Se o camponês morresse sem filho morando com ele, a casa e a terra revertiam ao senhor por confisco. Se o herdeiro fosse uma filha solteira, esta só poderia ficar com o terreno se desposasse um homem que vivesse na mesma propriedade. Em qualquer caso, como uma espécie de imposto de herança, o senhor tinha direito, quando da morte de um servo arrendatário, de tomar um ani-

mal ou um artigo de mobília ou roupa, dessa terra arrendada; em alguns casos o pároco tomava *mortuarium*[21] similar; na França esses impostos de morte tributavam-se somente quando o servo morria sem herdeiro condomiciliado. 17. Em algumas propriedades — especialmente eclesiásticas — o servo contribuía com um imposto anual e uma taxa de herança ao *Vogt* que provia a defesa militar do Estado. À Igreja o camponês pagava um dízimo anual de sua produção.

De uma tão variada série de deveres — nunca cobrados *in totum* a uma família — é impossível calcular o total das obrigações de um servo. Para a Alemanha do período final da Idade Média foi calculado em dois terços de toda a produção do servo.[22] A força do hábito, predominante nos regimes agrícolas, favorecia o servo: geralmente seus impostos em dinheiro e espécie tendiam a ser os mesmos durante séculos,[23] a despeito do aumento da produção e depreciação das moedas. Muitas limitações ou obrigações que caíam sobre o servo em teoria ou lei eram abrandadas ou anuladas pela indulgência baronial, resistência eficaz ou pela erosão do tempo.[24] Talvez, de modo geral, tenha sido exagerada a miséria do servo medieval; os tributos arrecadados eram em grande parte destinados à comunidade para manter seus serviços e obras públicas; provavelmente suas contribuições representassem uma proporção menor, em relação à receita do servo, do que os impostos federais, estaduais, municipais e escolares que pesam sobre nossas rendas de hoje.[25] O camponês médio do século XII estava tão bem, pelo menos, como alguns dos colonos meeiros dos Estados modernos e melhor do que o *proletaire* romano do reinado de Augusto.[26] O barão não se considerava explorador; dirigia ativamente a propriedade e raras vezes gozava de grande riqueza. Os camponeses, até o século XIII, olhavam-no com admiração, muitas vezes com afeição. Se o senhor enviuvasse sem filhos mandavam deputações para instar por seu novo casamento, a fim de evitar que a propriedade ficasse sem um herdeiro regular e fosse despojada em uma guerra de sucessão.[27] Tal como a maior parte dos sistemas econômicos e políticos na História, o feudalismo era aquilo que tinha de ser para ir de encontro às necessidades de lugar e tempo e na natureza do homem.

O casebre do camponês era de madeira frágil, geralmente coberto de palha e turfa, ocasionalmente com ripas. Não temos notícia de nenhuma organização de combate ao fogo antes de 1250; quando uma choça dessas se incendiava, geralmente, resultava em perda total. Quase sempre a casa tinha apenas um quarto, no máximo dois; um fogão a lenha, um forno, uma masseira, mesa e bancos, guarda-louça e pratos, utensílios e trempe de lareira, caldeirão e pendurador de potes, e perto do forno, no chão de terra, um imenso colchão de penas ou palha, sobre o qual o camponês, sua mulher e filhos e seu convidado da noite, dormiam todos em calor promíscuo. Porcos e aves corriam pela casa. As mulheres mantinham ali a limpeza que as circunstâncias permitiam, mas os ocupados camponeses consideravam o asseio um aborrecimento; e anedotas narram como Satanás excluiu servos do inferno porque não lhe suportava o cheiro.[28] Junto do casebre ficava um celeiro com cavalo e vacas, talvez uma colmeia e um galinheiro. Perto do celeiro, uma estrumeira para a qual contribuía todo membro da casa, animal ou humano. Em volta havia os instrumentos agrícolas e de indústria doméstica. Um gato controlava os ratos e um cão vigiava tudo.

Vestindo uma blusa de fazenda ou peles, uma jaqueta de couro ou lã, cinta e calças, sapatos altos ou botas, o camponês deve ter apresentado uma figura vigorosa, não muito diferente do seu colega francês de hoje; devemos retratá-lo não como homem oprimido e derrotado, mas como forte e paciente herói do enxadão, sustentado, como

todo homem, por algum orgulho secreto, por mais irracional que seja. Sua esposa trabalhava como ele, da madrugada ao anoitecer. Em aditamento fornecia-lhe filhos; e de vez que as crianças constituíam acervos da fazenda, ela as tinha abundantemente. Todavia lemos no franciscano Pelágio (*ca.* 1330) como alguns camponeses "muitas vezes se abstêm de suas mulheres, a fim de evitar que nasçam filhos, temendo que, por causa da pobreza, não possam criar tantos" [29]

O alimento do camponês era substancial e saudável — laticínios, ovos, legumes e carnes; mas historiadores elegantes deploram que ele tivesse de comer pão preto — isto é, integral.[30] Participava da vida social da aldeia mas não tinha nenhum interesse cultural. Não sabia ler; um servo alfabetizado teria constituído ofensa ao seu senhor analfabeto. Era ignorante de tudo, menos da lavoura, embora não fosse muito perito nesse assunto. Suas maneiras, rudes e vigorosas, talvez grosseiras; nesse tumulto da história européia ele tinha de ser um bom animal para sobreviver e conseguiu sê-lo. Era cobiçoso porque pobre, cruel porque temeroso, violento porque oprimido, rústico porque tratado como vilão. Constituía o principal esteio da Igreja, mas tinha mais superstição do que religião. Pelágio acusou-o de enganar a Igreja nos dízimos e de negligenciar os dias santos e os jejuns; Gautier de Coincy (século XIII) queixava-se de que o servo "não tem mais medo de Deus do que um carneiro, não dá a mínima importância às leis da Santa Igreja".[31] Tinha seus momentos de humor pesado, grosseiro, mas nos campos e em casa era homem de poucas palavras, exíguo vocabulário e espírito solene, demasiado consumido pelo trabalho e afazeres diários para gastar energia em palavras ou sonhos. A despeito de suas superstições era um realista. Conhecia os caprichos impiedosos do céu, e a certeza da morte; uma estação de seca podia causar-lhe, a ele e aos seus, a morte pela fome. Sessenta vezes, entre 970 e 1100, a fome ceifou homens na França; nenhum camponês britânico podia esquecer as fomes de 1086 e 1125 na alegre Inglaterra; e o bispo de Trèves no século XII ficou chocado ao ver camponeses esfomeados matarem e comerem seus cavalos.[32] Inundações, pragas e terremotos entravam em cena e transformavam afinal toda comédia em uma tragédia.

3. A Comunidade Aldeã

Em torno da vida baronial, cerca de 50 a 100 camponeses — servos, semilivres ou livres — construíam sua aldeia, vivendo não em domicílios isolados, mas, por motivos de segurança, juntos dentro dos muros do estabelecimento. Geralmente a aldeia constituía parte de um ou mais feudos; a maioria de seus funcionários era nomeada pelo barão, e responsáveis somente perante o senhor. Mas os camponeses escolhiam um alcaide ou preboste para mediador entre eles e o senhor, e para coordenar suas atividades agrícolas. Reuniam-se periodicamente no mercado a fim de trocar mercadorias no resto de comércio que sobreviveu à autolimitação econômica do feudo. A casa rural da aldeia produziu seus próprios legumes e parte de sua carne, fiava sua lã ou linho, fazia a maior parte de suas roupas. O ferreiro da aldeia forjava instrumentos de ferro, o curtidor confeccionava utensílios de couro, o carpinteiro construía cabanas e mobílias, o carpinteiro de rodas fabricava carros; pisoeiros, tintureiros, pedreiros, seleiros, sapateiros, saboeiros... viviam na aldeia ou vinham ali de passagem para desempenhar seu ofício a pedido; e um açougueiro ou padeiro público competia com o camponês e a dona-de-casa no preparo da carne e do pão. Nove décimos da economia

feudal eram agrícolas. Normalmente, na França e Inglaterra do século XI, a terra cultivada do feudo dividia-se anualmente em três campos: um para plantar trigo ou centeio, outro para cevada ou aveia, e o terceiro ficava para alqueive. Cada campo era subdividido em faixas de acre ou meio acre, separadas por *balks* ou gleba não cultivada. Os funcionários da aldeia atribuíam a cada camponês um número variável de faixa em cada campo, e o obrigava a revezar sua safra de acordo com um plano fixado pela comunidade. Todo o campo era arado, gradado, plantado, cultivado e colhido pelo labor conjunto de todos. A distribuição de faixas de um homem entre três ou mais campos pode ter visado a dar-lhe uma participação eqüitativa de terras de produtividade desigual; e o cultivo cooperativo pode ter sido sobrevivência de um comunismo primitivo do qual poucos traços restam. Em aditamento a essas faixas, cada camponês que cumprisse seus deveres feudais tinha o direito de cortar madeira, pastar o gado e colher forragem das florestas do proprietário, baldias ou tratadas. E regra geral ele tinha terra suficiente, ao redor de sua casa, para um jardim.

A ciência agrícola na cristandade feudal dificilmente se poderia comparar às *columellas* dos romanos ou da Mesopotâmia ou Espanha muçulmanas. Restolhos e outros refugos queimavam-se nos campos para fertilizar o solo e livrá-lo de insetos e pragas; marga ou outras terras limosas forneciam esterco cru; não havia fertilizantes artificiais e o custo de transporte limitava o uso de esterco animal; o arcebispo de Ruão jogava o refugo de seus estábulos no Sena em vez de lançá-lo em seus campos de Deville que ficava perto. Camponeses reuniam seus *pence* para comprar um arado ou grade para uso comum. Até o século XI o boi era o animal de tração. Sua manutenção era menos dispendiosa e ao envelhecer podia ser comido com maior proveito do que o cavalo. Mas por volta do ano 1000 os fabricantes de selas inventaram a coleira dura que permitiria a um cavalo puxar um carregamento sem sufocação; assim equipado, o cavalo podia arar três ou quatro vezes mais do que um boi em um dia; em climas úmidos e temperados a velocidade de aração era importante; assim, durante o século XI, o cavalo substituiu cada vez mais o boi e perdeu sua alta posição como animal reservado para viagem, caça e guerra.[33] Moinhos de água, conhecidos havia muito no Levante muçulmano, entraram na Europa ocidental em fins do século XII.[34]

A Igreja abrandou a fadiga do camponês com domingos e feriados, nos quais era pecado fazer "trabalho servil". "Os nossos bois", diziam os camponeses, "sabem quando vém o domingo e não trabalharão nesse dia."[35] Em tais dias, depois da missa, o camponês cantava e dançava e esquecia em riso animado e rústico a pesada carga do sermão e da lavoura. A cerveja era barata, a conversa livre e profana, e anedotas obscenas sobre mulheres misturavam-se com terríveis lendas de santos. Grosseiros jogos de futebol, hóquei, luta e lançamento de peso atiravam homem contra homem, aldeia contra aldeia. Floresceram a briga de galo e a de cães com touros; e a hilaridade atingia o auge quando, dentro de um círculo fechado, dois homens de olhos vendados e armados de porretes tentavam matar um ganso ou um porco. Às vezes, à noite, os camponeses visitavam-se uns aos outros, praticavam jogos de salão e bebiam; em geral, porém, ficavam em casa, pois nenhuma rua era iluminada; e em casa, uma vez que as velas custavam caro, iam para a cama logo depois do escurecer. Nas longas noites de inverno a família recebia o gado dentro de casa, agradecendo-lhe o calor.

Assim, antes por meio do árduo labor e coragem silenciosa do que por iniciativas e habilidades que a invenção cria, os camponeses da Europa alimentavam-se e a seus senhores, soldados, reis e clero. Drenavam pauis, erguiam diques, abriam florestas, ca-

nais e estradas, construíam casas, avançavam a fronteira da cultura e assim venceram a batalha entre o homem e a jângal. A Europa moderna é criação sua. Olhando agora para essas sebes limpas e campos ordenados, não podemos divisar os séculos de labor e tribulação, que romperam costas e magoaram corações, que venceram as matérias-primas da relutantemente bondosa natureza, transformando-as nos alicerces econômicos de nossa vida. Mulheres, também, eram soldados nessa guerra. Foi a sua paciente fertilidade que conquistou a terra. Monges lutaram durante algum tempo tão corajosamente como qualquer outro homem; erigiram seus mosteiros como guardas avançadas nas selvas, forjavam a economia num caos, e deram nascimento a aldeias no deserto. No começo da Idade Média a maior parte do solo europeu não estava cultivada e suas terras não passavam de florestas despovoadas e agrestes. No fim dessa era o continente havia sido conquistado para a civilização. Talvez em uma perspectiva apropriada isso fosse a campanha maior, a vitória mais nobre, a realização mais vital da Idade da Fé.

4. *O Senhor*

Debaixo de todo sistema econômico os homens que podem dirigir seus semelhantes fazem-no com homens que somente podem dirigir coisas. Na Europa feudal o dirigente de homens era o barão — no latim *dominus*, em francês *seigneur* (*o senior* romano), no alemão *herr* (amo), no inglês *lord*. Três eram suas funções: proporcionar proteção militar a suas terras e seus habitantes; organizar a agricultura, indústria e comércio nessas terras; servir seu senhor feudal ou rei na guerra. Numa economia reduzida aos elementos e fragmentos por séculos de migração, invasão, rapina e guerra, a sociedade somente podia sobreviver pela independência local e suficiência de abastecimento alimentar e de soldados. Aqueles que podiam organizar a defesa e o cultivo tornavam-se senhores naturais da terra. A propriedade e a administração de terras tornaram-se fonte de riqueza e poder; e uma era de aristocracia da terra começou. Esta duraria até a Revolução Industrial.

O princípio básico do feudalismo era a lealdade mútua: a obrigação econômica e militar do servo ou vassalo ao senhor, deste ao suserano ou senhor superior, e deste ao rei; do rei ao suserano, deste ao senhor, e deste ao vassalo ou servo. Em troca dos serviços dos servos, o senhor dava-lhes terras de arrendamento vitalício, que se aproximava da posse; permitia-lhes, por um modesto pagamento, o uso de seus fornos, moendas, moinhos, águas, madeiras e campos; comutava muitos deveres laboriosos mediante pequenos pagamentos em dinheiro e deixava os demais cair no esquecimento. Não despojava o servo, geralmente cuidava dele, na doença ou velhice desamparada.[36] Em dias de festa podia abrir seus portões aos pobres e alimentar a todos que viessem. Organizava a conservação de pontes, estradas, canais e comércio; encontrava mercados para os produtos excedentes do feudo, braços para suas operações, dinheiro para suas compras. Trazia boas raças para fins de criação e permitia que os servos se servissem de seus reprodutores selecionados na criação dos animais. Podia bater — em algumas localidades ou circunstâncias podia matar — um servo impunemente; mas seu senso de economia refreava sua brutalidade. Exercia poderes judiciais bem como militares sobre o seu domínio, e tirava proveitos indevidos das multas arrecadadas no tribunal feudal; mas esta corte, embora muitas vezes intimidada pelo seu alcaide, era em grande parte dirigida pelos próprios servos. Que a rude justiça ali decretada não

constituía opressão excessiva transparece no fato de que o servo se mostrava disposto a comprar o livramento da culpa nessas assembléias judiciais. Qualquer servo que se interessasse ou ousasse, podia dar sua opinião na corte feudal; alguns ousavam e no seu modo fragmentário e despretensioso esses tribunais contribuíram para forjar as liberdades que puseram termo à servidão.

Um senhor feudal podia possuir mais de um feudo ou propriedade. Em tal caso nomeava um "senescal" para supervisar seu "domínio", isto é, todos os seus feudos, e um mordomo ou alcaide para cada um deles; e mudava-se de feudo em feudo com sua corte para consumir seus produtos *in loco*. Podia ter um castelo em cada uma de suas propriedades. Originário do acampamento murado (*castrum, castellum*) das legiões romanas, da vila fortificada do nobre romano ou da fortaleza ou *burg* do chefe germânico, o castelo feudal ou *château* era construído visando mais à segurança do que ao conforto. Sua proteção mais externa consistia de um fosso, largo e profundo; a terra lançada para cima e do lado interno do fosso formava uma elevação em que se plantavam postes quadrados, amarrados juntos para formar uma paliçada contínua. Por cima do fosso uma ponte levadiça conduzia a um portão de ferro ou porta levadiça que protegia uma outra porta maciça na muralha do castelo. Dentro dessa muralha havia estábulo, cozinha, armazéns, casas separadas do edifício principal, padaria, lavanderia, capela e alojamentos dos criados, geralmente tudo de madeira. Na guerra, os arrendatários do feudo apinhavam com seus gados e móveis esse espaço valado. No centro elevava-se o edifício principal, a casa do senhor; na maioria dos casos era uma grande torre quadrada, também de madeira; por volta do século XII construía-se de pedra e assumiu uma forma arredondada, por ser mais fácil à defesa. O pavimento inferior sendo um depósito não deixava de ser um calabouço; acima dele morava o senhor e sua família. Dessas torres, no século XI e XII desenvolveram-se os castelos e *châteaux* da Inglaterra, Alemanha e França, cujas inexpugnáveis pedras formavam a base militar do poderio do senhor contra seus arrendatários e seu rei.

O interior da residência senhorial era escuro e fechado. Poucas e pequenas as janelas, raras vezes envidraçadas; geralmente tela, papel oleado, portas ou grades conservavam afastadas a maior parte da chuva e a luz; a luz artificial era fornecida por candeeiros ou tochas. Na maioria dos casos, havia apenas um quarto em cada um dos três pavimentos. Escadas e alçapões ou escadarias sinuosas ligavam os andares. No segundo pavimento ficava o salão principal, que servia de corte de justiça do barão e de sala de jantar, de estar e quarto de dormir para a maioria da família. Numa extremidade podia encontrar-se uma plataforma levantada ou dossel, em que o senhor, sua família e hóspedes tomavam suas refeições; os demais comiam em mesas móveis colocadas em frente de bancos laterais. Na hora de dormir estendiam-se colchões no soalho ou sobre baixas armações de madeira nos lados; toda a família dormia em um quarto, com cortinas separadoras. As paredes eram caiadas ou pintadas, e adornadas com bandeiras, armas e armaduras, e o quarto podia estar protegido das correntes de ar por cortinas pendentes ou tapeçarias. O soalho, pavimentado de ladrilho ou pedra, era coberto de esteiras de junco ou ramos. No centro da sala uma espécie de aquecimento central produzido por fogo de lenha em uma lareira. Até os fins da Idade Média, não havia chaminé; a fumaça escapava por uma abertura no telhado ou "clarabóia" no teto. Atrás do dossel abria-se uma porta para um "solar" onde o senhor, sua família e seus hóspedes podiam descansar e tomar sol; a mobília ali era mais confortável, com tapete, lareira e leito luxuoso.

O senhor do feudo vestia túnica, geralmente de seda colorida, adornada com algum desenho geométrico ou floral; uma capa cobria-lhe os ombros, bastante larga para poder ser levantada sobre a cabeça; usava cuecas e calções curtos; meias que atingiam as coxas; e sapatos compridos com as pontas viradas para cima como proa de navio. Da cinta pendiam-lhe um punhal e uma espada; do pescoço em geral caía algum pendente como uma cruz. A fim de distinguir um cavaleiro de capacete e armadura do outro, na primeira Cruzada,[37] os nobres europeus adotaram a prática islâmica[38] de fazer suas roupas, librés, estandartes, armaduras e pessoal com desenhos heráldicos ou brasão de armas; daí em diante a heráldica desenvolveu uma algaravia esotérica apenas inteligível para os arautos e cavaleiros. (O amarelo, branco, azul, vermelho, verde, preto e violeta receberam respectivamente os nomes de or [ouro], argento [prata], azul-celeste, goles, verde, sable e púrpura. O azul-celeste era cor adotada do Oriente, de onde um de seus nomes, ultramarino; goles eram adornos de pele — geralmente tingidos de vermelho — usados pelos cruzados em torno do pulso e pescoço [latim: *gula*, garganta, gola]. No século XIII estes emblemas heráldicos ou brasões [escudo] eram usados por abadias, cidades e nações bem como por famílias. Sobre seus emblemas heráldicos ou bandeiras as antigas famílias geralmente colocavam um lema lacônico — *En bonne foi, Ni plus ni moins*, etc.[39]) A despeito de todos os adornos, o senhor não era nenhum parasita ocioso. Levantava-se ao amanhecer, subia à torre para observar qualquer perigo que se aproximasse, apressadamente tomava a refeição matinal, talvez assistisse à missa, fazia a principal refeição do dia às nove horas da manhã, fiscalizava os múltiplos misteres do feudo, participava ativamente de alguns deles, dava ordens do dia ao administrador, mordomo, criado e outros servidores, recebia viajantes e visitantes, "ceava" com eles e sua família às 17 e geralmente se recolhia às 21 horas. Em alguns dias a rotina era quebrada pela caça, mais raramente por torneios, de vez em quando pela guerra. Hospedava freqüentemente e trocava prodigamente presentes com seus hóspedes.

A esposa vivia quase tão ocupada como ele. Tinha e criava muitos filhos. Dirigia os muitos criados (com ocasionais bofetadas), mantinha olhar fiscalizador na padaria, cozinha e lavanderia, superintendia a fabricação de manteiga, queijo e cerveja, o salgamento de carne para o inverno, e essa grande indústria caseira de malharia, costura, fiação, tecelagem e bordado, que confeccionava a maior parte das roupas da família. Se o marido ia para a guerra, ela assumia a direção militar e econômica da propriedade, e esperava-se que provesse as necessidades financeiras do esposo enquanto ele estivesse em campanha; caso o marido caísse prisioneiro, cabia-lhe arrancar um resgate do trabalho de seus servos ou pela venda de seus adornos e gemas. Se o marido morresse sem filho ela podia herdar o senhorio e tornar-se *domina, dame*; mas esperava-se que ela se casasse de novo e depressa, a fim de prover o feudo e seu suserano de proteção ou serviço militar; e o suserano limitava a escolha a poucos candidatos capazes de satisfazer essas obrigações. Na intimidade do castelo ela podia ser uma amazona ou uma víbora, e responder ao marido pancada por pancada. Em suas horas vagas vestia seu vigoroso corpo de vestidos de seda guarnecidos de pele, usava toucado e calçados elegantes, e jóias cintilantes — um conjunto próprio para levar um trovador ao êxtase amoroso ou literário.

Seus filhos recebiam uma educação bem diferente da das universidades. Os filhos da aristocracia raramente eram enviados a escolas públicas; em muitos casos nenhum esforço se fazia para ensinar-lhes a ler. A alfabetização estava a cargo de clérigos ou es-

cribas que podiam ser empregados por uma ninharia. O conhecimento intelectual era desprezado pela maioria dos cavaleiros feudais; Du Guesclin, uma das figuras mais honradas da cavalaria, treinou em todas as artes da guerra e aprendeu a enfrentar com ânimo forte todas as condições atmosféricas, mas nunca se abalançou a aprender a ler; somente na Itália e em Bizâncio os nobres tinham tradição literária. Em vez de ir a uma escola, o menino da família de cavaleiro era mandado, mais ou menos aos sete anos, para servir de pajem junto a outra família aristocrática. Ali aprendia obediência, disciplina, boas maneiras, vestir-se, o código de honra do cavaleiro, e as artes de justa e guerra; talvez o padre local acrescentasse algum treino em letras e contas. Meninas aprendiam centenas de artes úteis ou bonitas, simplesmente vendo e fazendo. Tomavam conta dos hóspedes e do cavaleiro que regressava de uma batalha ou torneio; desfivelavam sua armadura, preparavam seu banho, tiravam trajes e linhos limpos e perfumes para ele, e serviam-no à mesa com modesta cortesia e graça ensinada. Elas, antes que os meninos, aprendiam a ler e escrever; forneciam a maior parte do auditório para os trovadores e jograis, *trouvères* e *jongleurs* e para a prosa e poesia românticas da época.

A família do barão incluía muitas vezes alguns vassalos e dependentes. O vassalo era o homem que, em troca de seu serviço militar, assistência pessoal ou apoio político, recebia do senhor alguma mercê substancial ou privilégio — geralmente área de terra com seus servos; em tais casos o usufruto pertencia ao vassalo, a posse ao senhor. Um homem demasiado orgulhoso ou poderoso para ser servo, porém muito limitado para prover sua própria segurança militar, realizava um ato de "homenagem" a um barão feudal: ajoelhava-se descalço e desarmado perante ele, colocava suas mãos nas do senhor, declarava-se *homme* ou homem do senhor (embora conservando seus direitos de homem livre), e por um juramento sobre relíquias sacras ou a Bíblia prometia lealdade eterna. O senhor fazia-o levantar-se, beijava-o, investia-o com um feudo, e dava-lhe, como símbolo, uma palha, uma bengala, lança ou luva. (A palavra feudo, *fief*, *feudum* em latim, provém do antigo alemão ou gótico *faihu*, gado; é parente do latim *pecus* e, como este, adquiriu o significado secundário de mercadorias ou dinheiro.) Daí por diante o senhor dava a seu vassalo proteção, amizade, fidelidade e auxílio econômico e legal; e não devia, diz um advogado medieval, insultar o vassalo ou seduzir sua mulher ou filha;[40] se o fizesse o vassalo podia "atirar a luva" como um desafio — isto é, como libertação da fidelidade — e continuar, entretanto, a manter seu feudo.

O vassalo podia "subenfeudar" parte de sua terra a um vassalo menor, que então teria a mesma relação e responsabilidade com referência a ele que aquela que ele tinha para com seu senhor. Um homem podia receber feudo de vários senhores e tributar-lhes "homenagem simples" e serviço limitado; mas para um "lígio" senhor prestava "homenagem lígia" — inteira lealdade e serviço na paz e na guerra. O próprio senhor, por maior que fosse, podia ser vassalo de outro senhor por manter propriedade ou privilégio em feudo dele; podia ser até vassalo — ter um feudo — de vassalo de outro senhor. Todos os senhores eram vassalos do rei. Nesta intricada relação, o primeiro laço não era econômico mas militar; um homem dava ou devia serviço militar e lealdade pessoal a um senhor; a propriedade constituía meramente sua recompensa. Em teoria, o feudalismo representava um sistema magnífico de reciprocidade moral, prendendo homens de uma sociedade em perigo entre si em uma complexa teia de obrigações, proteção e fidelidade.

5. A Igreja Feudal

Às vezes o senhor do feudo era um bispo ou um abade. Embora muitos monges trabalhassem com suas próprias mãos e muitos mosteiros e catedrais participassem dos dízimos da paróquia, apoio adicional tornava-se necessário para os grandes estabelecimentos eclesiásticos; e isso vinha em grande parte dos reis e nobres em doações de terra ou participação em rendas feudais. À medida que estes presentes se acumulavam, a Igreja tornava-se o maior proprietário de terras na Europa, o maior dos suseranos feudais. O mosteiro de Fulda possuía 15.000 pequenas vilas, o de St. Gall dois mil servos;[41] Alcuíno, em Tours, era senhor de 20.000 servos.[42] Arcebispos, bispos e abades recebiam investidura do rei, hipotecavam-lhe lealdade como outros feudatários, tinham títulos de duque e conde, cunhavam moeda, presidiam cortes episcopais ou abaciais e assumiam as tarefas feudais de serviço militar e administração agrícola. Bispos ou abades envergando armadura e lança tornaram-se uma vista freqüente na Alemanha e na França; Ricardo de Cornualha, em 1257, lamentava que a Inglaterra não tivesse tais "bispos belicosos e animados".[43] Assim embaraçada na teia feudal, tornou-se a Igreja uma instituição política, econômica e militar, bem como religiosa; suas "temporalidades", ou possessões materiais, suas "feudalidades" ou direitos e obrigações feudais tornaram-se um escândalo para os cristãos rigorosos, um ponto de falatório dos heréticos, uma fonte de exaustiva controvérsia entre imperadores e papas. O feudalismo feudalizou a Igreja.

6. O Rei

Exatamente como a Igreja constituía no século XII uma estrutura feudal e hierárquica de proteção, serviço e lealdades mútuas, sancionada por benefícios e encimada por um papa suserano, assim também o regime feudal secular exigia para sua completação um senhor de todos os vassalos, um suserano de todos os suseranos seculares, um rei. Teoricamente o rei era o vassalo de Deus e governava por direito divino no sentido de que Deus permitia, e portanto autorizava, seu governo. Praticamente, porém, o rei tinha sido elevado por eleições, herança ou guerra. Homens como Carlos Magno, Oto I, Guilherme, o Conquistador, Filipe Augusto, Luís IX, Frederico II e Luís, o Belo, ampliaram seu poder herdado por meio da força do caráter ou das armas; mas em geral os reis da Europa feudal não eram tanto os governantes de seus povos como os delegados de seus vassalos. Eram escolhidos ou aceitos pelos grandes barões e eclesiásticos: seu poder direto estava limitado ao seu próprio domínio feudal ou feudos; em toda parte, em seu reino, o servo ou vassalo juravam lealdade ao senhor que os protegia, raramente ao rei cujas forças, pequenas e distantes, não podiam alcançar os postos avançados espalhados do reino para a sua guarda. O Estado, no feudalismo, era simplesmente a propriedade do rei.

Na Gália esta atomização do governo tornou-se maior porque os príncipes carolíngios enfraqueceram-se dividindo o império, porque os bispos os reduziram à subserviência eclesiástica e porque os ataques escandinavos recaíram mais fortemente sobre a França. Neste feudalismo aperfeiçoado o rei era *primus inter pares*; ficava uma ou duas polegadas acima dos príncipes, duques, marqueses e condes; mas na prática não passava, como esses "pares do reino" de um barão feudal limitado nas receitas a suas próprias terras, forçado a se transferir de uma propriedade real para ou-

tra a fim de prover sua subsistência e dependendo, na guerra e na paz, da ajuda militar ou serviço diplomático de vassalos ricos que raramente lhe prometiam mais do que 40 dias de assistência armada por ano, e passavam metade do seu tempo conspirando para destroná-lo. A fim de granjear ou recompensar apoio, a coroa tinha concedido propriedade após propriedade a homens poderosos; nos séculos X e XI, domínio demasiado pequeno pertencia ao rei de França para lhe proporcionar ascendência segura sobre seus senhores vassalos. Quando estes tornaram hereditários os seus feudos, estabeleceram sua própria polícia e tribunais, e cunharam suas próprias moedas, o rei não teve força para impedi-los. Não podia interferir na jurisdição desses vassalos nas terras dos mesmos, exceto em casos capitais em que a apelação chegava até ele; não podia enviar seus funcionários ou coletores de impostos aos domínios dos vassalos; não podia impedi-los de concluírem tratados independentes e desencadearem guerras independentes. Na teoria feudal, o rei francês possuía todas as terras dos senhores que o chamavam seu soberano; na realidade, não passava de um grande proprietário de terras, não necessariamente o maior; e nunca suas posses igualaram as da Igreja.

Mas como a incapacidade dos reis para proteger seu reino tinha gerado o feudalismo, assim também a incapacidade dos senhores feudais em manter a ordem entre si ou realizar um governo uniforme para uma economia comercial em expansão enfraqueceu os barões e fortaleceu os reis. O zelo pelas disputas marciais absorveu as aristocracias da Europa feudal em guerras particulares e públicas; as Cruzadas, a Guerra dos Cem Anos, a Guerra das Duas Rosas e finalmente as guerras de religião sugaram seu sangue. Alguns deles, empobrecidos e não reconhecendo nenhuma lei, tornaram-se barões-ladrões que pilhavam e assassinavam à vontade; e o excesso de liberdade clamava por um poder unificado que mantivesse a ordem em todo o reino. O comércio e a indústria geraram uma classe crescente e rica, fora dos laços feudais; mercadores ressentiam-se da peagem e da insegurança do transporte através de domínios feudais; e exigiam que o direito privado fosse superado por um governo central. O rei aliou-se com essa classe das cidades em desenvolvimento; eles forneceram os recursos para a confirmação e extensão de sua autoridade; e todos que se sentiam oprimidos ou ofendidos pelos senhores olhavam para o rei em busca de socorro e remédio. Os barões eclesiásticos eram geralmente vassalos e leais ao rei; os papas, todavia, freqüentemente em discordância com a realeza, achavam mais fácil tratar com um monarca do que com uma nobreza espalhada e quase sem lei. Apoiados por estas diversas forças, os reis ingleses e franceses tornaram seu poder hereditário, em vez de eletivo, coroando um filho ou irmão antes de sua própria morte; e os homens aceitaram a monarquia hereditária como alternativa à anarquia feudal. O aperfeiçoamento das comunicações e a maior circulação de dinheiro tornaram possível a tributação regular; a crescente receita real financiava exércitos reais maiores; a crescente classe dos juristas ligou-se ao trono e fortaleceu-o por meio da influência centralizadora do direito romano redivivo. Aproximadamente no ano de 1250, os juristas afirmaram a jurisdição real sobre todas as pessoas no reino; e por essa época o juramento de fidelidade era feito por todos os franceses, não a seu senhor, mas a seu rei. No fim do século XIII, Filipe, o Belo, estava suficientemente forte para subjugar não somente seus barões como o próprio papado...

Os monarcas franceses abrandaram a transição para a aristocracia substituindo os direitos de cunhagem particular, julgamento e guerra por títulos e privilégios da corte real. Os vassalos maiores formavam a *curia regis* ou corte do rei; tornaram-se cortesãos

em vez de potentados; e o ritual do castelo baronial refinou-se em um serviço cerimonioso nas audiências, à mesa e no quarto de dormir do rei. Os filhos e filhas dos nobres eram mandados a servir ao monarca e à rainha como pajens ou damas de honor e aprendiam as etiquetas da corte; a casa real tornava-se a escola da aristocracia da França. A cerimônia culminante era a coroação do rei da França em Reims, do imperador alemão em Aachen (Aix-la-Chapelle) ou Frankfurt; então toda a elite da terra se reunia com vestes e séquitos de impor respeito; a Igreja estendia todo o mistério e a majestade de seus ritos para solenizar a ascensão do novo governante; o poder deste tornava-se, assim, divino, e nenhum homem podia contradizê-lo exceto por meio de uma impudica blasfêmia. Os senhores feudais reuniam-se na corte da monarquia que os havia subjugado e a Igreja conferia direito divino aos reis, que destruiriam sua supremacia e poder na Europa.

III. O DIREITO FEUDAL

No regime feudal, em que os juízes e executores do direito civil eram geralmente analfabetos, o costume e a lei constituíam uma só coisa. Quando surgia uma questão referente a lei ou penalidade, os membros mais velhos da comunidade eram consultados sobre qual tinha sido o costume relativo ao assunto quando eles eram jovens. A própria comunidade constituía portanto a principal fonte da lei. O barão ou rei podia dar ordens, mas estas não eram leis; e se ele excedesse ao costume sancionado enfrentaria com certeza uma resistência geral, expressa ou muda.[44] A França meridional tinha um direito escrito, uma herança de Roma; a França setentrional, mais feudal, preservava, em grande parte, as leis dos francos; e quando no século XIII essas leis também foram postas em forma escrita, tornaram-se mais difíceis de modificar-se do que antes, e surgiu uma centena de ficções legais para reconciliá-las com a realidade. O direito feudal de propriedade era complexo e único. Reconhecia três formas de posse da terra: 1. o alódio, ou propriedade incondicional; 2. o feudo, terra cujo usufruto, mas não a propriedade, era cedido a um vassalo sob a condição de prestar serviços nobres; e 3. terra arrendada, em que o usufruto era cedido a um servo ou arrendatário sob a condição de pagar impostos feudais. Na teoria feudal somente o rei gozava do direito de propriedade absoluto; até o nobre mais elevado era arrendatário, cuja posse era condicionada a serviços. Nem tampouco a possessão do senhor era completamente individual; todo filho tinha direito, ao nascer, às terras ancestrais e podia impedir sua venda.[45] Geralmente, toda a propriedade era legada ao filho mais velho. Este costume da primogenitura, desconhecido ao direito romano ou bárbaro,[46] tornou-se aconselhável nas condições feudais, porque colocava a proteção militar e a gestão econômica da propriedade sob uma cabeça, presumivelmente a mais madura. Os filhos mais novos recebiam estímulos para se aventurarem e formarem novas propriedades em outras terras. A despeito de suas limitações à propriedade, o direito feudal não cedia a outro qualquer na reverência à propriedade, e na severidade de castigo para a violação dos direitos de propriedade. Um código germânico estabelecia que se um homem retirasse a casca de um salgueiro que segurava um dique "seu bucho será lacerado, seus intestinos serão retirados e enrolados em torno do estrago por ele feito"; e até 1454 uma ordenação westfaliana estatuía que um homem que criminosamente tivesse retirado o marco de terra do seu vizinho deveria ser enterrado no solo, somente com a cabeça de fora. Essa terra seria então arada por bois e homens que nunca tivessem feito isso antes; "e o homem enterrado que se salve como puder".[47]

O processo no direito feudal seguia em grande parte os códigos bárbaros, e estendeu seus esforços para substituir a vingança particular por penalidades públicas. Igrejas, mercados, "cidades de refúgio" tinham o direito de asilo sagrado; por meio dessas restrições a vingança podia ser retardada até que a lei chegasse. Tribunais feudais julgavam casos entre arrendatários e entre arrendatário e senhor; disputas entre senhor e vassalo ou entre senhores eram submetidas a um júri de "pares da baronia" — homens de, pelo menos, igual posição e do mesmo feudo[48]

que o queixoso, e reuniam-se em algum salão baronial; cortes episcopais ou abaciais julgavam casos que envolviam pessoas das ordens; enquanto que as mais altas apelações eram ouvidas por um tribunal real composto de pares do reino e às vezes presidido pelo monarca. Nas cortes feudais tanto o queixoso como o acusado ficavam presos até pronunciar-se o julgamento. Em todos os tribunais, o queixoso que perdia estava sujeito à mesma penalidade que teria recaído no acusado se este fosse culpado. O suborno era comum em todas as cortes.[49]

O julgamento por ordálio continuou por todo o período feudal. Mais ou menos em 1215 alguns heréticos de Cambrai submeteram-se à prova do ferro quente; sofrendo queimaduras foram levados ao pelourinho; mas, somos informados, um foi poupado, quando, depois de confessar seus erros, sua mão imediatamente cicatrizou, não deixando nenhum sinal de queimadura. O desenvolvimento da filosofia no século XII e os novos estudos do direito romano produziram uma aversão para com estes "ordálios de Deus". O Papa Inocêncio III assegurou a sua completa proibição pelo Quarto Concílio de Latrão, de 1216; Henrique III adotou esta proibição na lei inglesa (1219), Frederico II no código napolitano (1231). Na Alemanha os velhos testes persistiram no século XIV; Savonarola submeteu-se a ordálio por fogo em Florença em 1498; essa prática foi ressuscitada no julgamento de feiticeiros no século XVI.[50]

O feudalismo estimulou o antigo julgamento germânico por combate, em parte como um método de prova, em parte para substituir a vingança particular. Os normandos restabeleceram-no na Inglatera depois de seu abandono pelos anglo-saxões e a prática permaneceu no código inglês até o século XIX.[51] Em 1127 um cavaleiro chamado Guy foi acusado por outro, de nome Hermann, de cumplicidade no assassínio de Carlos, o Bom, de Flandres. À negação de Guy, Hermann desafiou-o para um duelo judicial; lutaram durante horas até que ambos caíram do cavalo e ficaram sem armas; passaram da esgrima à luta corporal, e Hermann demonstrou a justiça de sua acusação arrancando os testículos de Guy; este expirou em conseqüência disso.[52] Talvez envergonhado por tais barbaridades, o costume feudal opôs restrições ao direito de desafio. O acusador, para adquirir tal direito, tinha de provar as suas razões; o acusado podia recusar-se a lutar se apresentasse um álibi; um servo não podia desafiar um homem livre, nem um leproso um homem sadio, nem um bastardo um homem de nascimento legítimo; regra geral, podia-se desafiar somente um homem de igual classe. As leis de várias comunidades davam à corte o direito de proibir, a seu juízo, qualquer duelo judicial. Mulheres, eclesiásticos e pessoas fisicamente incapazes estavam isentos do desafio, mas podiam escolher "campeões" — duelistas profissionalmente hábeis — para representá-los. Já no século X encontramos campeões pagos, empregados como substitutos mesmo por homens fisicamente capazes; uma vez que Deus decidiria o caso conforme a justiça da acusação, a identidade dos combatentes não parecia relevante. Oto I submeteu a duelo de campeões a questão da castidade de sua filha, e a disputada sucessão de certas propriedades;[53] e no século XIII o rei Afonso X de Castela recorria a tal duelo para decidir se devia introduzir o direito romano em seu reino.[54] Às vezes, embaixadas dispunham de campeões, em caso de disputas diplomáticas em que se admitisse uma decisão por meio de duelos. Até 1821 um tal campeão figurava na cerimônia de coroação dos reis ingleses; por essa época ele constituía uma relíquia pitoresca; mas na Idade Média, supunha-se que ele atirasse seu guante ao chão e proclamasse, em voz alta, sua disposição de defender, em duelo contra qualquer homem, o direito divino do novo monarca à coroa.[55]

O emprego de campeões lançou o descrédito no julgamento por combate; a *bourgeoisie* em ascensão proscreveu-o em sua legislação comunal; o direito romano substituiu-o na Europa meridional no século XIII. A Igreja repetidamente o condenou, e Inocêncio III tornou absoluta a proibição (1215). Frederico II excluiu-o de seus domínios napolitanos; Luís IX aboliu-o nas regiões diretamente submetidas a seu governo (1260); e Filipe, o Belo (1303), proibiu-o em qualquer parte na França. O duelo deriva não tanto do combate judicial mas do antigo direito de vingança pessoal.

As penalidades feudais eram barbaramente severas; havia multas inumeráveis. O encarceramento era usado como detenção, antes do julgamento, mais do que como castigo, mas podia, ele próprio, constituir uma tortura quando a cela estava infestada de vermes, ratos ou cobras.[56] Homens e mulheres podiam ser condenados ao pelourinho ou ao tronco e ser alvo do

escárnio público, alimentos deteriorados ou pedras. A cadeira de mergulho era usada para crimes leves, e como meio de desencorajar mulheres mexeriqueiras. A pessoa condenada era atada a uma cadeira presa numa comprida alavanca e, por meio desta, submergida em um rio ou tanque. Condenados mais graves podiam ser sentenciados à escravidão nas galés; seminus e mal alimentados, eram acorrentados aos bancos e compelidos, sob pena de severos açoites, a remar até a exaustão. Açoites com látego ou vara constituíam castigo comum. A carne — às vezes a face — podia ser marcada com uma letra que estigmatizava o crime; perjúrio e blasfêmia tinham como punição perfuração da língua com ferro em brasa. A mutilação era comum; cortavam-se mãos ou pés, orelhas ou nariz; arrancavam-se os olhos. Guilherme, o Conquistador, para reprimir o crime, decretou "que ninguém deve ser morto ou enforcado por qualquer crime, mas sim ter os olhos arrancados, as mãos, pés e testículos cortados, de maneira que qualquer parte restante do corpo constitua um sinal vivo de todo crime e iniqüidade praticados pelo ofensor".[57] A tortura era pouco usada no feudalismo; o direito romano e eclesiástico restaurou-a no século XIII. Roubo ou assassinato eram às vezes castigados com exílio, mais freqüentemente com decapitação ou enforcamento; assassinas eram enterradas vivas.[58] Um animal que matasse um ser humano podia também ser enterrado vivo ou enforcado. O cristianismo pregava a mercê, mas as cortes eclesiásticas decretaram as mesmas penalidades que os tribunais leigos para crimes similares. A corte da abadia de Santa Genoveva enterrou vivas sete mulheres por roubo.[59] Talvez numa época rude, fossem necessários castigos bárbaros para deter homens sem lei. Mas estas barbaridades continuaram até o século XVIII; e as piores torturas foram cominadas não sobre assassinos por barões, mas sobre piedosos heréticos pelos monges cristãos.

IV A GUERRA FEUDAL

O feudalismo surgiu como organização militar de uma sociedade agrícola em dificuldades; suas virtudes eram antes marciais do que econômicas; esperava-se que os vassalos e senhores treinassem para a guerra e estivessem prontos a qualquer momento para trocar o arado pela espada.

O exército feudal era a hierarquia feudal organizada por laços de fidelidade feudal e estratificada estritamente de conformidade com os graus de nobreza. Príncipes, duques, marqueses, condes e arcebispos representavam os generais; barões, senhores, bispos e abades, os capitães; cavaleiros ou *chevaliers*, os cavalarianos; escudeiros eram servidores de barões ou cavaleiros; "homens d'armas" — a milícia das comunas ou aldeias — lutavam como infantaria. Atrás do exército feudal, como vemos nas Cruzadas, uma multidão de lacaios seguia a pé, sem oficiais nem disciplina; ajudavam a despojar os conquistados e abreviavam os sofrimentos dos inimigos caídos ou feridos, despachando-os com acha de armas ou clavas.[60] Mas, essencialmente, exército feudal era o homem a cavalo multiplicado. A infantaria, insuficientemente móvel, perdera sua importância desde Adrianópolis (378), e não mais a reconquistaria até o século XIV. A cavalaria constituía a arma de batalha dos cavaleiros; a cavalaria e o cavaleiro, o *chevalier* e o *caballero*, tiraram seus nomes do cavalo.

O guerreiro feudal usava a lança e a espada, ou o arco e a flecha. O cavaleiro ampliava seu ego incluindo sua espada e dava-lhe nomes afetuosos, embora sem dúvida tenham sido os *trouvères* (trovadores) que chamaram à espada de Carlos Magno *Joyeuse*, à de Rolando *Durandel* e à de Artur *Excalibur*. O arco tinha muitas formas: podia ser um arco simples e curto, que se puxava à altura do peito; ou um arco longo com o qual se fazia a pontaria à altura dos olhos; ou uma besta na qual a corda distendida no entalho de um tronco de árvore era subitamente solta, às vezes com um gatilho, e propelia um projetil de ferro ou pedra. A besta era antiga; o arco longo teve

uso importante nas guerras de Eduardo I (1272-1307) com os galeses. Na Inglaterra, o manejo do arco constituía o elemento principal no treinamento militar e era importante componente dos esportes. O desenvolvimento do arco iniciou a desagregação militar do feudalismo; o cavaleiro escarnecia da luta a pé, mas os arqueiros matavam seu cavalo e forçavam-no a combater em terreno impróprio. O golpe final ao poder militar do feudalismo viria no século XIV com a pólvora e o canhão, que de uma distância segura matava o cavaleiro de armadura e destruía seu castelo.

Tendo um cavalo que o carregasse, o guerreiro feudal podia dar-se ao luxo de levar armadura. No século XII o cavaleiro, completamente vestido, cobria o corpo do pescoço aos joelhos com uma cota de malha — camisa de malha com mangas compridas — e um capuz do mesmo material lhe cobria toda a cabeça, exceto os olhos, o nariz e a boca; pernas e pés eram protegidos por grevas de malha. Em combate cobria-se ainda com um capacete de aço, cujo "nasal" — lâmina de aço projetada — protegia o nariz. O capacete com visor e armadura de chapas de metal apareceram no século XIV como defesa contra os virotes das bestas, e continuaram até o XVII; então quase toda armadura foi abandonada em troca das vantagens da mobilidade. À guisa de escudo o cavaleiro suspendia do seu pescoço e segurava com a mão esquerda, por meio de correias internas, um broquel feito de madeira, couro e ataduras de ferro, e adornado no centro com uma fivela de ferro dourado. O cavaleiro medieval era uma fortaleza móvel.

A fortificação constituía a defesa principal e adequada na guerra feudal. Um exército derrotado no campo podia encontrar refúgio dentro das muralhas de um feudo, e uma última tentativa de defesa podia ser feita na torre do edifício principal. A ciência do sítio declinou na Idade Média; a complexa organização e as máquinas para derrubar muralhas inimigas provaram ser muito dispendiosas ou trabalhosas para os nobres cavaleiros; mas a arte do sapador ou mineiro militar seguiu seu caminho. As armadas também ficaram reduzidas em um mundo cujo desejo de guerrear ultrapassava seus meios. Galés de guerra continuavam como as antigas — armadas com torres de batalha no convés e impelidas por homens livres ou escravos. O que faltava em força completava-se em ornamento no navio bem como no homem. Sobre uma cobertura de piche que preservava a madeira da água e do ar, os construtores e artistas medievais pintavam cores brilhantes misturadas com cera — branca, vermelho vivo, azul-ultramarino; douravam a proa e armaduras da tolda e do castelo, e esculturavam figuras de homens, animais e deuses na proa e na popa. As velas estavam alegremente pintadas, algumas em púrpura, outras douradas; e o navio de um senhor ostentava seu brasão de armas.

A guerra feudal diferia tanto da antiga como da moderna por maior freqüência e menor mortalidade e custo. Todo barão reclamava o direito de guerra particular contra qualquer homem não vinculado a ele por laços feudais, e todo rei estava livre para encetar, a qualquer momento, um roubo honroso de terras de outro governante. Quando um rei ou barão ia para a guerra, todos os seus vassalos e parentes até o sétimo grau tinham obrigação de acompanhá-lo e lutar por ele durante 40 dias. Poucos foram os dias no século XII em que alguma parte do país que agora constitui a França não estivesse em guerra. Ser um guerreiro representava a coroação do desenvolvimento de um cavaleiro; esperava-se que ele desse e recebesse duros golpes com gosto ou fortaleza de ânimo; sua última ambição consistia em morrer a morte do guerreiro no

"campo de honra", não à "morte de uma vaca" no leito.[61] Bertoldo de Ratisbona queixou-se de que "tão poucos grão-senhores atingiam a velhice devida ou morriam a morte devida";[62] mas ele era um monge.

Não era demasiado perigoso o jogo da guerra. Orderico Vitalis, descrevendo a batalha de Brémule (1119), relata que "dos 900 cavaleiros que lutaram somente três foram mortos".[63] Na batalha de Tinchebrai (1106), em que Henrique I da Inglaterra conquistou toda a Normandia, 400 cavaleiros foram capturados, mas não pereceu nem um dos de Henrique. Em Bouvines (1214), uma das mais sangrentas e decisivas batalhas da Idade Média, apenas 170 dos 1.500 cavaleiros empenhados na luta perderam a vida.[64] Armadura e fortaleza ofereciam vantagens na defesa; um homem completamente coberto de armadura dificilmente podia ser morto, a não ser que sua garganta fosse cortada no momento em que estivesse caído no chão, e isso era proibido à cavalaria. Além do mais, era mais prudente capturar um cavaleiro e cobrar o resgate do que matá-lo e preparar o terreno para a vingança feudal. Froissart lamentou a matança, em uma batalha, "de tantos prisioneiros bons que teriam dado 400.000 francos".[65] Normas de cavaleiros e prudência recíproca aconselhavam cortesia para com os prisioneiros e moderação nos resgates pedidos. Geralmente um prisioneiro era posto em liberdade sob sua palavra de honra de voltar com o resgate em determinada data, e raras vezes um cavaleiro faltava a uma tal promessa.[66] Os camponeses é que sofriam mais com as guerras feudais. Na França, Alemanha e Itália cada exército assaltava as terras e pilhava as casas dos vassalos e servos do inimigo e capturava ou matava todo gado que não fosse recolhido dentro das muralhas protetoras. Depois de tal guerra, muitos camponeses puxavam seus próprios arados e outros morriam de fome por falta de cereais.

Reis e príncipes esforçavam-se por manter alguns interlúdios de paz interna. Os duques normandos conseguiram êxito na Normandia, Inglaterra e Sicília; o conde de Flandres, em seu reino; o conde de Barcelona na Catalunha; Henrique III durante uma geração, na Alemanha. Quanto ao resto era a Igreja que chefiava o movimento para limitar a guerra. De 989 a 1050 vários concílios da Igreja na França decretaram a *Pax Dei* (Paz de Deus), e prometeram excomunhão a todos aqueles que usassem de violência contra não-combatentes em guerra. A Igreja francesa organizou um movimento de paz em vários centros, e persuadiu muitos nobres não somente a evitarem como a proscreverem a guerra privada. O bispo Fulberto de Chartres (960?-1028), em famoso hino, dava graças a Deus pela paz incomum. O movimento foi entusiasticamente aclamado pelo povo em geral e boas almas profetizavam que dentro de cinco anos o programa de paz seria aceito por toda a cristandade.[67] Os concílios da Igreja francesa, a partir de 1027, proclamaram a *Tregua Dei* (Trégua de Deus), talvez lembrando a proibição muçulmana da guerra em época de peregrinação: todos tinham de abster-se de violências durante a Quaresma, na estação da colheita ou vindima (15 de agosto a 11 de novembro), em determinados dias santos e durante parte da semana — geralmente de quarta-feira à noite até a manhã de segunda-feira; em sua forma final a Trégua concedia 80 dias por ano para a guerra privada ou feudal. Estes apelos e anátemas ajudaram; a guerra particular extinguiu-se gradualmente pela cooperação da Igreja, crescente força das monarquias, surgimento de cidades e da *bourgeoisie* e absorção de energias marciais nas Cruzadas. No século XII a Trégua de Deus tornou-se parte do direito civil bem como do canônico na Europa ocidental. O Segundo Concílio de Latrão (1139) proibiu o uso de máquinas militares contra homens.[68] Em 1190

Gerhoh de Reichersburgo propôs que o papa proibisse todas as guerras entre os cristãos, e que toda contenda entre governantes cristãos fosse submetida ao arbitramento papal.[69] Os reis julgavam que isso era um pouco demais; desencadearam mais freqüentemente as guerras internacionais à medida que diminuíam as guerras privadas; e no século XIII os próprios papas, fazendo o jogo real do poder com peões humanos, usavam a guerra como instrumento de política.

V. A CAVALARIA

Dos velhos costumes germânicos de iniciação militar, cruzados com as influências sarracenas da Pérsia, Síria e Espanha, e idéias cristãs de devoção e sacramento, floresceu a imperfeita porém generosa realidade da cavalaria.

O cavaleiro era pessoa de origem aristocrática — isto é, de família titulada e proprietária de terra — que formalmente fora recebido na ordem da cavalaria. Nem todos os "gentis" homens (homens distinguidos por sua *gens* ou linhagem) estavam qualificados para a cavalaria ou o título; filhos mais novos, quando não de sangue real, estavam normalmente confinados a modestas propriedades que excluíam os dispendiosos acessórios de cavaleiro; tais homens continuavam como escudeiros a menos que conquistassem novas terras e títulos para si.

O jovem que aspirava à cavalaria submetia-se a uma longa e árdua disciplina. Aos sete ou oito anos entrava como pajem, aos 12 ou 14, como escudeiro, ao serviço de um senhor; servia-o à mesa, no dormitório, na propriedade, nas justas e na batalha; fortalecia seu corpo e espírito em exercícios perigosos e esportes; aprendia por imitação e experiência a lidar com as armas da guerra feudal. Quando terminava sua aprendizagem, era recebido na ordem da cavalaria por um rito de reverência sacramental. O candidato começava com um banho como símbolo de purificação espiritual e, quiçá, uma garantia da física; daí a razão por que podia ser chamado "cavaleiro do banho", distinto daqueles "cavaleiros da espada", que tinham recebido sua investidura em algum campo de batalha como imediata recompensa à bravura. Vestia túnica branca, manto vermelho e capa preta, representando respectivamente a esperada pureza de sua moral, o sangue que podia derramar pela honra ou por Deus e a morte para a qual devia estar resolutamente preparado. Jejuava durante um dia; passava uma noite na Igreja, em prece, confessava seus pecados a um sacerdote, assistia à missa, recebia comunhão, ouvia um sermão sobre os deveres morais, religiosos, sociais e militares de um cavaleiro, e solenemente prometia cumpri-los. Avançava então para o altar com uma espada pendente do pescoço; o sacerdote tirava a espada, abençoava-a e a recolocava em seu pescoço. O candidato voltava-se para o senhor sentado, de quem procurava obter a qualidade de cavaleiro, e recebia uma áspera pergunta: "Por que motivo desejais entrar para a ordem? Se for para tornar-vos rico, nada fazer e receber honrarias sem fazer jus à cavalaria, sois indigno dela, e seríeis para a ordem da cavalaria o que o clero simoníaco é para a prelatura." O candidato estava preparado com uma resposta tranqüilizadora. Cavaleiros ou damas então o vestiam com os trajes cavaleirescos que consistiam de cota de malha, couraça ou peitoral, braceletes, guantes (luvas de placas de ferro), espada e esporas. (Esporas de ouro eram o sinal de um cavaleiro, esporas de prata, de um escudeiro; "conquistar suas esporas" [de ouro] significava atingir a qualidade de cavaleiro.) O senhor, erguendo-se, concedia-lhe o

título — três pancadas com a espada sobre o pescoço ou ombro e às vezes um tapa na bochecha, como símbolos das últimas afrontas que podia aceitar sem desagravo; e "batizava-o" com a fórmula: "Em nome de Deus, São Miguel e São Jorge, faço-te cavaleiro." O novo cavaleiro recebia uma lança, um capacete e um cavalo; ajustava o capacete, saltava sobre o cavalo, brandia a lança, sacudia a espada, saía montado da igreja, distribuía presentes a seus assistentes e dava uma festa aos amigos.

Tinha agora o privilégio de arriscar a vida em torneios que o treinariam mais ainda em habilidade, paciência e bravura. Iniciado no século X, o torneio floresceu sobretudo na França e engrandeceu parte das paixões e energia que perturbavam a vida feudal. Podia ser proclamado por um arauto, um rei ou um grande senhor para celebrar a ordenação de um cavaleiro, a visita de um soberano, ou o casamento de pessoas de sangue real. Os cavaleiros que se ofereciam para tomar parte vinham para a cidade indicada, penduravam peças de sua armadura das janelas de seus aposentos e afixavam seus brasões de armas em castelos, mosteiros e outros lugares públicos. Espectadores examinavam-nos e tinham liberdade de apresentar queixas contra agravos feitos por qualquer pretendente; autoridades do torneio ouviam o caso e desqualificavam o culpado; havia então uma "mancha no seu escudo de armas" ou no broquel. À excitada reunião compareciam negociantes de cavalos para equipar o cavaleiro, costureiros para vesti-lo e ao seu cavalo com roupagem apropriada, emprestadores de dinheiro para resgatar os vencidos, adivinhos, acrobatas, palhaços, trovadores, estudantes errantes, mulheres de moral baixa e damas de alta classe. A ocasião constituía um festival colorido de canções e danças, entrevistas e brigas, e de fortes apostas nos lutadores.

Um torneio podia durar quase uma semana ou apenas um dia. Em um torneio de 1285 o domingo foi um dia de reunião e festa; a segunda e terça-feira foram dedicadas a justas; na quarta-feira repousaram; na quinta-feira houve o torneio. A arena ou o campo de batalha era uma praça da cidade ou um espaço aberto fora dela, parcialmente fechado por palanques e sacadas de onde a gente mais rica, vestida com todo o esplendor do traje medieval, assistia à disputa; o povo comum ficava de pé em torno do campo. Os palanques estavam enfeitados de tapeçarias, pendões, bandeirolas e brasões de armas. Antes da luta, músicos executavam números e, depois, celebravam com floreios os golpes mais brilhantes do jogo. Nos intervalos entre as disputas os senhores nobres e damas atiravam moedas por entre a multidão de pé, que as recebia com os gritos de "*Largesse!*" e "*Noël!*"

Antes do primeiro combate os cavaleiros entravam na arena, marchando no campo com séquito brilhante e passos marciais, seguidos por seus escudeiros montados e, às vezes, puxados com correntes de ouro ou prata por damas por cuja glória iam lutar. Geralmente cada cavaleiro levava seu escudo, capacete ou lança, um lenço de pescoço, véu, manta, bracelete ou fita que sua eleita havia tirado do vestido.

O torneio ou justa era um combate simples de cavaleiros rivais; investiam um contra o outro "a toda brida" e de lança em riste. Se um dos combatentes caísse do cavalo, o regulamento exigia que o outro desmontasse; e a luta continuava até que um ou outro solicitasse desistência, ou ficasse *hors de combat*, em conseqüência da fadiga ou ferimentos ou morte, ou até que os juízes ordenassem a suspensão da luta. O vencedor comparecia então ante os juízes e recebia solenemente um prêmio deles ou de alguma bela dama. Várias lutas desse gênero podiam levar um dia inteiro. O clímax do festival vinha com o torneio de grupo; os cavaleiros alistados alinhavam-se em grupos opostos e travavam uma batalha real, embora geralmente com armas embotadas. No

torneio de Neuss (1240) cerca de 60 cavaleiros foram mortos. Em tais torneios faziam-se prisioneiros e cobravam-se resgates, tal como na guerra; os cavalos e a armadura dos cativos pertenciam aos vencedores; os cavaleiros amavam mais o dinheiro do que a guerra. Os *fabliaux* (contos franceses antigos, em verso) contam de um cavaleiro que protestara contra a condenação pela Igreja dos torneios, alegando que, se a medida se tornasse efetiva, acabaria com seu único meio de vida.[70] Quando todas as disputas terminavam, os sobreviventes e espectadores nobres reuniam-se numa noitada de festa, canções e danças. Os cavaleiros vencedores gozavam do privilégio de beijar as mulheres mais adoráveis, e ouviam poemas e cantos compostos em comemoração a suas vitórias.

Teoricamente o cavaleiro tinha de ser um herói, um cavalheiro e um santo. A Igreja, ansiosa por dominar o ânimo selvagem, cercou a instituição da cavalaria com rituais e votos religiosos. O cavaleiro comprometia-se a falar sempre a verdade, defender a Igreja, proteger os pobres, fazer reinar a paz na sua província e perseguir os infiéis. Ao seu lígio senhor devia a lealdade mais rigorosa do que o amor filial; de todas as mulheres tinha de ser guardião, defendendo a castidade das mesmas; de todos os cavaleiros tinha de ser irmão em cortesia e auxílio mútuos. Na guerra podia combater outros cavaleiros; mas se fizesse prisioneiros a qualquer um deles, devia tratá-lo como seu hóspede; assim é que os cavaleiros franceses aprisionados em Crécy e Poitiers viveram, até serem resgatados, em liberdade e conforto nas propriedades de seus captores ingleses, tomando parte em festas e esportes com seus hospedeiros.[71] Acima da consciência dos plebeus, o feudalismo exaltava a honra aristocrática e a *noblesse oblige* do cavaleiro — compromisso de valor marcial e fidelidade feudal, de serviço ilimitado a todos os reis, a todas as mulheres, a todos os fracos ou pobres. Assim a *virtus*, varonilidade, foi restabelecida no seu sentido romano, depois de mil anos de exaltação cristã das virtudes femininas. A cavalaria, a despeito de sua aura religiosa, representava uma vitória das concepções germânica, pagã e árabe sobre o cristianismo; uma Europa atacada em todos os lados necessitava novamente de virtudes marciais.

Todavia tudo isso não passava de teoria cavaleiresca. Poucos cavaleiros a seguiam à risca, assim como poucos cristãos se elevavam às difíceis alturas do desinteresse cristão. Mas a natureza humana, nascida da jângal e da besta, inquinou tanto um ideal como o outro. O mesmo herói que um dia lutara corajosamente em um torneio ou batalha podia ser em outro um assassino sem fé; podia carregar sua honra tão orgulhosamente como sua plumagem e, tal como Lancelote, Tristão e outros verdadeiros cavaleiros, dissolver boas famílias pelo adultério. Podia falar muito na proteção aos fracos e golpear camponeses desarmados com a espada; tratava com escárnio o trabalhador manual, em cujo labor repousava sua cidadela de galantaria, e com rudeza freqüente e brutalidade ocasional a esposa a quem havia jurado tratar com ternura e proteger.[72] Podia ouvir missa de manhã, roubar uma igreja à tarde e embebedar-se na obscenidade à noite; assim, Gildas, que vivia entre eles, descreveu os cavaleiros ingleses daquele século VI, em que alguns poetas colocavam Artur e a "grande ordem da Távola Redonda".[73] Ele falava de lealdade e justiça e no entanto encheu as páginas de Froissart com traição e violência. Enquanto os poetas germânicos cantavam a cavalaria, os cavaleiros germânicos entregavam-se a pelejas, incêndios e assaltos nas estradas a viajantes inocentes.[74] Os sarracenos ficaram surpresos pela crueza e tirania dos cruzados; mesmo o grande Boemundo, para mostrar seu desprezo pelo imperador grego, enviou-lhe uma carga de narizes e polegares cortados.[75] Tais homens constituíam exceções,

mas havia-os em abundância. Seria naturalmente absurdo esperar-se que soldados fossem santos; a boa matança exigia suas próprias virtudes. Estes rudes cavaleiros confinaram os mouros em Granada, expulsaram os eslavos do Óder, os magiares da Itália e da Alemanha; transformaram os escandinavos em normandos e levaram a civilização francesa à Inglaterra na ponta de suas espadas. Eram o que tinham que ser.

Duas influências moderaram o barbarismo da cavalaria: a mulher e o cristianismo. A Igreja conseguiu em parte desviar a pugnacidade feudal para as Cruzadas. Talvez ela fosse ajudada pela crescente devoção à Virgem Maria; uma vez mais as virtudes femininas foram exaltadas a fim de reprimir o ardor sangrento de homens vigorosos. Mas podia ser que mulheres experientes, apelando para o sentido, bem como para alma, tivessem tido ainda maior influência na transformação do guerreiro em cavalheiro. A Igreja repetidamente proibiu os torneios, e foi jovialmente ignorada pelos cavaleiros; as damas assistiam aos torneios e não foram ignoradas. A Igreja franzia a testa acerca do papel das mulheres nos torneios e na poesia; surgiu um conflito entre a moral de damas da nobreza e a ética da Igreja; e, no mundo feudal, as damas e os poetas venceram.

O amor romântico, isto é, o amor que idealiza seu objeto, provavelmente ocorreu em todas as épocas, em grau correspondente *grosso modo* à demora e aos obstáculos entre o desejo e a realização. Até nossa época ele constituiu raramente causa de casamento; e se o achamos bem afastado do matrimônio quando o espírito da cavalaria encontrava-se no apogeu, devemos considerar essa situação mais normal do que a nossa própria. Na maioria das épocas, e acima de tudo no feudalismo, mulheres desposavam homens por suas propriedades, e admiravam outros homens pelos seus encantos. Poetas que não possuíam propriedades tinham de desposar mulheres de baixo nível social ou amar à longa distância, e dirigiam seus cantos mais belos às damas inacessíveis. A distância entre o amante e a amada era geralmente tão grande, que mesmo a poesia mais apaixonada considerava-se apenas como uma homenagem, e um senhor bem-educado recompensava poetas por compor versos amorosos a sua esposa. Assim o visconde de Vaux continuou sua hospitalidade e a prodigalizar seus favores ao trovador Peire Vidal depois que este dirigiu poemas de amor à viscondessa — mesmo depois que Peire tentou seduzi-la[76], embora isso fosse um grau de amabilidade que geralmente não se presumia. O trovador alegava que o casamento, combinando um máximo de oportunidade com um mínimo de tentação, mal poderia engendrar ou sustentar um amor romântico; mesmo o piedoso Dante parece que nunca sonhou dirigir poemas de amor a sua esposa ou achou impróprio dirigi-los a outra mulher, solteira ou casada. O cavaleiro concordava com o poeta em que o amor cavaleiresco tinha de ser para alguma outra dama que não a própria esposa, geralmente para a mulher de outro cavaleiro.[77] A maioria dos cavaleiros, embora não devamos suspeitar muito de sua fidelidade marital, ria-se do "amor galante", contentava-se em tempo com suas companheiras, e consolava-se com a guerra. Ouvimos falar de cavaleiros que não davam ouvidos a damas que ofereciam romance.[78] Rolando, na *Chanson*, morreu quase sem se lembrar de sua noiva Aude, a qual morreria de mágoa ao saber de sua morte. Também nem todas as mulheres eram românticas; mas a partir do século XII tornou-se uma convenção entre muitas delas que a dama devia ter um amante, platônico ou byroniano, acrescentado ao marido. Se podemos acreditar nos romances medievais, o cavaleiro estava comprometido ao *devoir* ou serviço da senhora que lhe havia dado suas cores para usar; podia impor explorações perigosas para prová-lo ou

afastá-lo; e se ele a servisse bem, esperava-se que ela o recompensasse com um abraço ou coisa melhor; esta era a recompensa que ele reclamava. A ela dedicava todos os seus feitos de armas; invocava seu nome no auge do combate ou no suspiro da morte. Ainda aqui o feudalismo não constituía parte do cristianismo, mas seu oposto e rival. As mulheres, teologicamente tão diminuídas no amor, asseguraram sua liberdade e moldaram seu próprio código moral; o culto da mulher de carne e osso competiu com a adoração da Virgem. O amor proclamou-se um princípio independente de valor e oferecia ideais de serviço, normas de conduta, ignorando escandalosamente a religião, mesmo quando tomava emprestados os seus termos e formas.[79]

Separação tão complicada do amor e casamento acarretava muitos problemas de moral e etiqueta; e, como nos dias de Ovídio, autores lidavam com estas questões com toda a elegância dos casuístas. Entre 1174 e 1182 um André Capelano — André, o Capelão — compôs um *Tractatus de amore et de amoris remedio* (*Tratado sobre o Amor e sua Cura*) em que, entre outros assuntos, estabeleceu o código e os princípios do "amor galante". André limita tal amor à aristocracia; presume desavergonhadamente que esse amor é a paixão ilícita de um cavaleiro pela esposa de outro cavaleiro, mas considera seus característicos diferenciais a homenagem, vassalagem e serviço do homem à mulher. O livro constituía a principal autoridade para a existência do "amor galante" medieval, em que damas da nobreza respondiam a perguntas e tomavam decisões sobre *l'amour courtois*. No tempo de André, se podemos dar crédito à sua narrativa, a principal dama neste assunto era a poetisa princesa Maria, condessa de Champagne; uma geração antes fora sua mãe a mulher mais fascinante da sociedade feudal, Eleanor, duquesa da Aquitânia, durante algum tempo rainha da França e mais tarde da Inglaterra. Ocasionalmente, segundo o *Tractatus*, mãe e filha presidiam juntas, como juízas na corte do amor de Poitiers.[80] André conhecia bem Maria, serviu-a como capelão e, ao que parece, escreveu o livro a fim de publicar as teorias e julgamentos de amor dessa senhora. "O amor", diz ele, "ensina as pessoas a ter boas maneiras em profusão"; debaixo da tutela de Maria, somos informados, a rude aristocracia de Poitiers tornou-se uma sociedade de mulheres generosas e homens galantes.

Os poemas dos trovadores contêm várias referências a tais tribunais de amor, mantidos por damas da alta sociedade; a viscondessa de Narbona, a condessa de Flandres, e outras — em Pierrefeu, Avinhão e outras partes da França.[81] Dez, 14, 60 mulheres, segundo nos informam, sentavam-se no julgamento de casos submetidos a elas, principalmente por mulheres, às vezes por homens; contendas eram solucionadas, brigas de amantes apaziguadas, penalidades estabelecidas contra os violadores do código. Assim (segundo André), Maria de Champagne, a 27 de abril de 1174, baixou um *responsum* à pergunta: "Pode existir verdadeiro amor entre pessoas casadas?" Ela respondeu pela negativa, sob a alegação de que "os amantes dão tudo gratuitamente, sem serem constrangidos por qualquer motivo ou necessidade; pessoas casadas são compelidas como um dever a se submeterem aos desejos uns dos outros".[82] Todas as cortes, diz o nosso alegre André, concordavam em 31 "Leis do Amor": 1. O casamento não pode constituir alegação para se recusar o amor... 3. Ninguém pode realmente amar duas pessoas ao mesmo tempo. 4. O amor nunca estaciona; sempre aumenta ou diminui. 5. Favores concedidos contra a vontade são destituídos de prazer. ... 11. Não é conveniente amar damas que amam somente tendo em vista o casamento... 14. A posse demasiado fácil torna o amor desprezível; a posse obtida com difi-

culdade torna o amor... de grande preço... 19. Se o amor começar a diminuir uma vez, desvanece rapidamente e raramente se recobra... 21. O amor aumenta invariavelmente sob a influência do ciúme... 23. Uma pessoa que é presa do amor come pouco e dorme pouco... 26. O amor não pode negar nada ao amor.[83]

Estas cortes de amor, se existiram alguma vez, constituíam parte de uma espécie de jogo de salão feito pelas damas da aristocracia; barões ocupados não tomavam conhecimento delas, e cavaleiros amorosos fizeram suas próprias normas. Mas não pode haver dúvidas de que a riqueza crescente e o ócio geraram um romance e etiqueta de amor que encheram a poesia dos trovadores e a fase inicial da Renascença. Em junho de 1283, escreve o historiador florentino Villani (1280?-1348)

> no festival de São João quando a cidade de Florença estava feliz, calma e em paz... formou-se uma união social, composta de mil pessoas que, vestidas de branco, chamavam-se Servos do Amor. Arranjaram uma série de esportes, jogos alegres e danças com damas; nobres e burgueses marchavam ao som de trombetas e música, e realizavam banquetes festivos em pleno dia e à noite. Esta Corte de Amor durou quase dois meses, e foi a mais fina e famosa que jamais existiu na Toscana.[84]

A cavalaria, que começou no século X, alcançou seu apogeu no século XIII, sofreu as conseqüências da brutalidade da Guerra dos Cem Anos, reduziu-se no ódio impiedoso que dividiu a aristocracia inglesa na Guerra das Duas Rosas e morreu na fúria teológica das guerras religiosas do século XVI. Mas deixou marca decisiva na sociedade, educação, maneiras, literatura, arte e vocabulário da Europa medieval e moderna. As ordens de cavalaria — da Jarreteira, do Banho, do Tosão de Ouro — elevaram-se a 234 na Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha; e escolas como Eton, Harrow e Winchester combinaram o ideal da cavalaria com a educação "liberal" no treino mais efetivo do espírito, da vontade e do caráter na história pedagógica. Assim como o cavaleiro aprendia maneiras e galantaria na corte de um nobre ou rei, também ele transmitia algo desta *courtoise* àqueles que estavam debaixo dele na escala social; a polidez moderna é uma diluição da cavalaria medieval. A literatura da Europa floresceu desde a *Chanson de Roland* a *Don Quixote*, tratando caracteres e temas cavaleirescos; e a redescoberta da cavalaria constituiu um dos elementos excitantes do movimento romântico da literatura nos séculos XVIII e XIX. Apesar de seus excessos e absurdos na literatura, por mais que a cavalaria de fato tenha ficado muito aquém de seus ideais, continua sendo uma das maiores realizações do espírito humano, uma arte de vida mais esplêndida do que qualquer outra arte.

Nesta perspectiva, o retrato feudal não é simplesmente o da servidão, analfabetismo, exploração e violência, mas verdadeira representação de vigorosos camponeses que devassam as selvas; de homens cheios de vivacidade na linguagem, amor e guerra; de cavaleiros comprometidos à honra e ao serviço, procurando aventura e fama antes que conforto e segurança e desprezando o perigo, a morte e o inferno; de mulheres que pacientemente diligenciam e dão à luz em choças de camponeses e damas da nobreza que misturam preces mais ternas à Virgem com a ousada liberdade da poesia sensual e amor galante — talvez o feudalismo tenha feito mais do que o cristianismo para elevar a condição da mulher. A grande tarefa do feudalismo foi restaurar a ordem política e econômica da Europa depois de um século de invasões intermitentes e de calamidades. Conseguiu êxito e quando decaiu, a civilização moderna ergueu-se de suas ruínas e legados.

A Idade das Trevas não é um período sobre o qual o estudioso possa olhar com desprezo superior. Ele não mais condena a ignorância e a superstição, a desintegração política, a pobreza econômica e cultural dessa época; ele se maravilha, ao contrário, de que a Europa se restabelecesse dos sucessivos golpes dos godos, hunos, vândalos, muçulmanos, magiares e escandinavos e preservasse através do tumulto e da tragédia tantas letras e técnicas antigas. Ele somente pode sentir admiração pelos Carlos Magnos, Alfredos, Olavos e Otos, que impuseram ordem nesse caos; pelos Bentos, Gregórios, Bonifácios, Columbas, Alcuínos, Brunos, que tão pacientemente restauraram a moral e as letras da confusão de seu tempo; pelos prelados e artesãos, que puderam erguer catedrais, e os poetas sem nome que podiam cantar, entre uma guerra ou terror e a próxima. O Estado e a Igreja tinham de começar novamente no fundo, como Rômulo e Numa Pompílio haviam feito mil anos antes; e a coragem requerida para arrancar cidades da jângal e cidadãos de selvagens era maior do que aquela que ergueria Chartres, Amiens e Reims, ou esfriaria a febre vingativa de Dante em verso medido.

TÁBUA CRONOLÓGICA

750-1100: Elder Edda
842: O Juramento de Estrasburgo usa o vernáculo
c. 1000: Surge a música polifônica
1020: Primeira carta comunal (a Leão)
1040: Escala musical de Guido de Arécio
1050-1122: Roscelino, filósofo
1056-1114: Nestor e a Crônica Russa
1056-1133: Hilderberto de Tours, poeta
1056-87: Guilherme I, rei da Inglaterra
1066-1200: Arquitetura normanda na Inglaterra
1076-1185: Gilberto de la Porrée, filósofo
1079-1142: Abelardo, filósofo
1080: Cônsules em Lucca: surgimento de cidades autônomas na Itália
1080-1154: Guilherme de Conches, filósofo
1081-1151: Abade Suger de São Dionísio
1083-1148: Ana Comnena, historiadora
1085: *Domesday Book*, inglês
1086-1127: Guilherme X, duque da Aquitânia, primeiro trovador conhecido
1088 e segs.: Irnério e o direito romano em Bolonha
1088-99: Papa Urbano II
1089-1131: Abadia de Cluny
1090-1153: São Bernardo
1093-1109: Anselmo, arcebispo de Cantuária
1093-1175: Catedral de Durham
c. 1095 *Chanson de Roland*
1095: Proclamação da Primeira Cruzada
1095-1164: Rogério II, da Sicília
1098: Funda-se a Ordem dos Cistercienses
1098-1125: Henrique V, rei da Alemanha
1099: Os cruzados tomam Jerusalém
1099-1118: O Papa Pascoal II
1099-1143: O Reino latino de Jerusalém
1099-1179: Santa Hildegarda
c. 1100: Números árabes na Europa; papel manufaturado em Constantinopla
1100-35: Henrique I, rei da Inglaterra
1100-55: Arnoldo de Bréscia, reformador
1104-94: Estilo de transição na arquitetura
1105: *Quaestiones naturales*, de Abelardo
1110: A Universidade de Paris toma forma
1113: O príncipe Monomakh domina uma revolução em Kiev
1114-58: Oto de Freising, historiador
1114-87: Geraldo de Cremona, tradutor
1117: Abelardo ensina Heloísa
1117-80: João de Salisbury, filósofo
c. 1120: Estatuto dos Hospitalares
1121: Abelardo condenado em Soissons
1122: Concordata de Worms
1122-1204: Eleanor de Aquitânia
1123: Primeiro Concílio de Latrão
1124-53: Davi I, rei da Escócia
1127: Estatuto dos Cavaleiros Templários
1133 e segs.: Abadia de São Dionísio reconstruída em gótico
1135-54: Estêvão, rei da Inglaterra
1137: As primeiras Cortes; *Historia Britonum* de Godofredo Monmouth
1137-96: Walter Map (es), satirista
1138: Conrado III começa a dinastia Hohenstaufen
1139-85: Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal
1140: Abelardo condenado em Sens
1140-91: Cristiano de Troyes
1140-1227: Os poetas goliardos
1142: Levante das facções guelfa e gibelina
1142: *Decretum* de Graciano
1145-1202: Joaquim de Flora
1146-7: Revolta de Arnoldo de Bréscia
1147-1223: Geraldo de Cambrai, geógrafo
c. 1150: Os *Nibelungenlied*
1150: *Sententiae* de Pedro Lombardo; esculturas de Moiassac; arcobotantes usados em Noyon
1150-1250: Apogeu dos trovadores franceses
1152-90: Frederico I, Barba-Roxa, imperador do Santo Império Romano
1154-9: O Papa Adriano IV
1154-89: Henrique II inicia a dinastia plantageneta
1154-1256: Mosteiro de York
1156: Fundação de Moscou
1157: O Banco de Veneza emite apólices do governo
1157-82: Valdemar I, rei da Dinamarca
1157-1217: Alexandre Neckham, naturalista
1159-81: O Papa Alexandre III
c. 1160: *El Cid*
1160-1213: Godofredo, de Villehardouin, historiador
1163-1235: Notre Dame de Paris
1165-1220: Wolfram von Eschenbach, poeta
c. 1165-1228: Walter von der Vogelweide, poeta
1167: Formação da Liga Lombarda; começo da Universidade de Oxford
1167-1215: Peire Vidal, trovador
1170: Assassínio de Tomás Becker; "Strongbow" começa a conquista da Irlanda; Pedro Valdo em Lião
1170-1221: São Domingos
1170-1245: Alexandre de Hales, filósofo

1172 e segs.: Palácio dos Doges
1174-1242: Catedral de Wells
1175-1234: Miguel Scoto
1175-1280: Primitivo gótico inglês
1175 e segs.: Catedral de Cantuária
1176: Estabelecimento da Ordem Cartuxa; Frederico Barba-Roxa derrotado em Legnano
1178 e segs.: Heresia albigense: catedral de Peterborough
1178-1241: Snorri Sturluson, historiador
1179: Terceiro Concílio de Latrão
c. 1180: Fundação da Universidade de Montpellier; Marie de France, poetisa.
1180-1225: Filipe II, Augusto da França
1180-1250: Leonardo de Fibonacci, matemático
1180-1253: Roberto Grosseteste, cientista
1182-1216: São Francisco de Assis
1185-1219: A Cilícia floresce sob Leão III
1185-1237: A Catedral de Bambergue
1189-92: A Terceira Cruzada
1189-99: Ricardo I, Coração de Leão
1190: Fundação da Ordem Teutônica
1190-7: Henrique VI, da Alemanha
1192-1230: Ottokar I, rei da Boêmia
1192-1280: Mosteiro de Lincoln
1193-1205: Enrico Dandolo, doge de Veneza
1193-1280: Alberto Magno
1194-1240: Llywlyn, o Grande, de Gales
1194-1250: Frederico II, da Sicília
1195-1231: Santo Antônio de Pádua
1195-1390: Catedral de Bourges
1198-1216: O Papa Inocêncio III
1119-1216: O Rei João, da Inglaterra
c. 1200: Davi de Dinant, filósofo
1200-1304: Pavilhão dos Mercadores (les Halles) de Ypres
1200-59: Mateus Paris, historiador
1200-64: Vicente de Beauvais, enciclopedista
1201: Os alemães conquistam a Livônia
1201-1500: Catedral de Ruão
1202-4: A Quarta Cruzada
1202-5: Filipe II, da França toma a Normandia, Anjou, Maine e a Bretanha da Inglaterra
1202-41: Valdemar II, rei da Dinamarca
1202-29: Cruzadas albigenses
1204-50: A Maravilha do Monte São Miguel
1204-61: Reino latino de Constantinopla
1205: A mais antiga referência cristã ao compasso magnético; *Der arme Heinrich*, de Hartman von Aue
1205-1303: Catedral de Leão
1206-22: Teodoro Lascaris, imperador do Oriente
1207-28: Estêvão Langton, arcebispo de Cantuária
1208: São Francisco funda a Ordem dos Frades Menores: Inocêncio III baixa a interdição sobre a Inglaterra
1209: Fundação da Universidade de Cambridge
1210: Aristóteles proibido em Paris; *Tristan*, de Godofredo de Estrasburgo
1211-1247: Catedral de Reims
1212: Cruzada das Crianças; Santa Clara funda a Ordem de Santa Clara
1213-76: Jaime I, rei de Aragão
1214: Filipe II vence em Bouvines
1214-92: Roger Bacon
1215: Magna Carta; Quarto Concílio de Latrão; fundação da Ordem Dominicana
1216-27: O Papa Honório III
1216-72: Henrique III, rei da Inglaterra
1217: A Quinta Cruzada
1217-52: Fernando II, de Castela
1217-62: Haakon IV, da Noruega
1220-45: Catedral de Salisbury
1220-88: Catedral de Amiens
1221-74: São Boaventura
1221-1567: Catedral de Burgos
1224: Fundação da Universidade de Nápoles
1224-1317: João de Joinville, historiador
1225: Leis do *Sachsenspiegel*
1225-74: Santo Tomás de Aquino, filósofo
1225-78: Niccolò Pisano, escultor
1226-35: Regência de Branca de Castela
1226-70: Luís IX, da França
1227: Fundação da Universidade de Salamanca; início da Inquisição papal
1227-41: O Papa Gregório IX
1227-1493: Catedral de Toledo
1227-1552: Catedral de Beauvais
1228 e segs.: Igreja de São Francisco de Assis
1228: Sexta Cruzada; Frederico II reconquista Jerusalém
1229-1348: Catedral de Siena
1230 e segs.: Catedral de Estrasburgo
1230-75: Guido Guinizelli
1232-1300: Arnolfo di Cambio, artista
1232-1315: Raimundo Lúlio, filósofo
1235-81: Siger de Brabante, filósofo
1235-1311: Arnoldo de Villanova, médico
1237: Os mongóis invadem a Rússia; *Roman de la Rose*, de Guilherme de Lorris
1240: Vitória de Alexandre Nevsky sobre o Neva
c. 1240: *Aucassin et Nicolette*
1240-1302: Cimabue
1240-1320: Giovanni Pisano, artista
1241: Os mongóis derrotam os alemães em Liegnitz, tomam Cracóvia e assolam a Hungria
1243-54: O Papa Inocêncio IV

1244: Os muçulmanos tomam Jerusalém
1245: O Primeiro Concílio de Lião depõe Frederico II
1245: Giovanni de Piano Carpini visita a Mongólia
1245-8: Santa Capela
1245-72: Abadia de Westminster
1248: São Luís dirige a Sétima Cruzada
1248-1354: O Alhambra
1248-1880: Catedral de Colônia
1250: São Luís aprisionado; morte de Frederico II, *De legibus et consuetudinibus Angliae*, de Bracton
1252-62: Formação da Liga Hanseática
1252-82: Afonso X, o Sábio, de Castela
1253-78: Ottokar II, da Boêmia
1254-61: O Papa Alexandre IV
1255-1319: Duccio de Siena, pintor
1258: Haakon IV da Noruega conquista a Islândia
1258-66: Manfredo, rei da Sicília
1258-1300: Guido Cavalcanti
c. 1260: Flagelantes
1260-1320: Henrique de Mondeville, cirurgião
1261: Miguel Paleólogo VIII restaura o Império do Oriente em Constantinopla
1265: Parlamento de Simão de Montfort
1265-1308: Duns Scoto, filósofo
1265-1321: Dante
1266: *Opus maius*, de Roger Bacon
1266-85: Carlos de Anjou, rei da Sicília
1266-1377: Giotto
1268: Derrota de Conradino; fim da dinastia Hohenstaufen
1269: Baibars toma Jafa e Antioquia
1270: Luís IX dirige a Oitava Cruzada
1271-95: Marco Polo na Ásia
1272-1307: Eduardo I, rei da Inglaterra
1273-91: Rodolfo de Habsburgo, imperador do Santo Império Romano
1274: Segundo Concílio de Lião
1279-1325: D. Dinis, rei de Portugal
1280-1380: Gótico decorado inglês
1282: Vésperas Sicilianas; Pedro III de Aragão toma a Sicília
1283: Eduardo I reconquista o País de Gales
1284: Belfray de Bruges
1285-1314: Filipe IV, o Belo, da França
c. 1290: *Legenda Dourada*, de Jacopo de Voragine; João de Meung escreve *Roman de la Rose*
1290-1330: Catedral de Orvieto
1291: Os mamelucos tomam Acra; fim das Cruzadas; Liga dos Cantões Suíços
1292-1315: João Balliol, rei da Escócia
1294: Lanfranchi inicia a cirurgia francesa
1294: Igreja de Santa Cruz em Florença
1294-1303: O Papa Bonifácio VIII
1294-1436: Catedral de Santa Maria de Fiore em Florença
1295: "Parlamento Modelo" de Eduardo I
1296: A Bula de Bonifácio *Clericis laicos*
1298: Wallace derrotado em Falkirk; Palazzo Vecchio e Batistério em Florença
1298 e segs.: Catedral de Barcelona
1302: Os flamengos derrotam os franceses em Courtrai; bula de Bonifácio *Unam sanctam*; Filipe IV convoca os Estados Gerais
1305-16: O Papa Clemente V
1308-13: Henrique VII, imperador do Ocidente
1309: Clemente muda o papado para Avinhão
1310-12: Supressão dos Templários na França
1314: A Escócia conquista a independência em Bannockburn
1315: A Suíça derrota o exército dos Habsburgos em Morgarten e funda a Confederação Suíça

CAPÍTULO XXIII

As Cruzadas

1095 — 1291

I. CAUSAS

AS Cruzadas constituíram o ato culminante do drama medieval, e talvez o acontecimento mais pitoresco na história da Europa e do Oriente Próximo. Agora, finalmente, depois de séculos de disputa, as duas grandes religiões, cristianismo e maometismo, recorriam ao arbítrio final do homem — a suprema corte da guerra. Todo desenvolvimento medieval, toda a expansão do comércio e da cristandade, todo o fervor da crença religiosa, todo o poder do feudalismo e a magia da cavalaria chegaram a um clímax em uma Guerra de Duzentos Anos pela alma do homem e lucros comerciais. Cruzada é palavra que vem do espanhol *cruzado* — "marcado com a cruz".

A primeira causa próxima das Cruzadas foi o avanço dos turcos seljúcidas. O mundo havia-se ajustado ao controle muçulmano do Oriente Médio; os fatimitas do Egito tinham governado com brandura na Palestina; e, com algumas exceções, as seitas cristãs dali gozavam de ampla liberdade de culto. Al-Hakim, o califa louco do Cairo, destruíra a igreja do Santo Sepulcro (1010), mas os próprios maometanos haviam contribuído substancialmente para sua restauração.[1] Em 1407 o viajante muçulmano Nasir-i-Cósroes descreveu-a como "o edifício mais espaçoso, capaz de conter oito mil pessoas, e construído com a máxima habilidade. Interiormente, a igreja está adornada em toda parte com brocado bizantino, trabalhado em ouro... E retrataram Jesus — a paz esteja com Ele! — cavalgando num burro."[2] Esta não passava de uma das muitas igrejas cristãs em Jerusalém. Peregrinos cristãos tinham livre acesso aos lugares santos; uma peregrinação à Palestina constituía, havia muito tempo, uma forma de devoção ou penitência; em toda parte na Europa encontravam-se "romeiros" que, como sinal da peregrinação realizada, usavam folhas de palmeiras cruzadas da Palestina; tais homens, disse Piers Plowman, "tinham permissão de ficar deitados por toda a vida daí em diante".[3] Mas em 1070 os turcos tomaram Jerusalém aos fatimitas e peregrinos começaram a trazer para suas terras narrativas de opressão e profanação. Uma velha história, não verificável, conta que um caminhante, Pedro, o Eremita, trouxera ao Papa Urbano II uma carta de Simeão, patriarca de Jerusalém, pormenorizando a perseguição dos cristãos ali e implorando o auxílio pontifical (1088).

A segunda causa próxima das Cruzadas foi o perigoso enfraquecimento do Império Bizantino. Durante sete séculos ele havia estado na encruzilhada da Europa e Ásia, rechaçando os exércitos asiáticos e as hordas das estepes. Agora, suas discórdias internas, suas heresias intermitentes, seu isolamento do Ocidente pelo cisma de 1054 deixaram-no demasiado fraco para cumprir sua tarefa histórica. Enquanto os búlga-

ros, patzinaks, cumans e russos assaltavam suas portas européias, os turcos estavam desmembrando suas províncias asiáticas. Em 1071 o exército bizantino foi quase aniquilado em Manzikert; os seljúcidas tomaram Edessa, Antioquia (1085), Tarso e até mesmo Nicéia, e olhavam para a própria Constantinopla através do Bósforo. O Imperador Aleixo I (1081-1118) salvou uma parte da Ásia Menor assinando uma paz humilhante, mas não tinha meios militares para resistir a novos ataques. Se Constantinopla caísse, toda a Europa oriental ficaria franqueada aos turcos e a vitória de Tours (732) teria sido inútil. Esquecendo o orgulho teológico, Aleixo enviou delegados a Urbano II e ao Concílio de Piacenza, instando à Europa latina que o ajudasse a derrotar os turcos; seria mais prudente, argumentava ele, combater os infiéis no solo asiático do que esperar que eles atacassem as capitais ocidentais, através dos Bálcãs.

A terceira causa próxima das Cruzadas foi a ambição das cidades italianas — Pisa, Gênova, Veneza, Amalfi — de estender seu crescente poder comercial. Quando os normandos tomaram a Sicília dos muçulmanos (1060-91) e exércitos cristãos reduziram o domínio muçulmano na Espanha (1085 e seguintes), o Mediterrâneo ocidental ficou livre para o comércio cristão; as cidades italianas, como portos de saída para os produtos internos e transalpinos, tornaram-se ricas e fortes, e planejaram acabar com a ascendência muçulmana no Mediterrâneo oriental, abrindo o mercado do Oriente Próximo às mercadorias da Europa ocidental. Não sabemos o quanto estes mercados italianos se faziam ouvir pelo papa.

A decisão final partiu do próprio Urbano. Outros papas haviam alimentado tal idéia. Gerbert, como Silvestre II, havia apelado para a cristandade no sentido de salvar Jerusalém, e uma fracassada expedição desembarcara na Síria (*ca.* 1001). Gregório VII, em meio a sua fatigante luta com Henrique IV, exclamara: "Preferia expor minha vida na libertação dos lugares santos a reinar sobre o universo."[4] A disputa estava ainda quente quando Urbano presidiu o Concílio de Piacenza, em março de 1095. Ele apoiou o apelo dos legados de Aleixo no conclave, mas aconselhou uma espera até que uma assembléia mais amplamente representativa pudesse considerar uma guerra contra o Islã. Estava demasiado bem informado para ter como certa a vitória em um empreendimento tão longínquo; indubitavelmente previa que um malogro prejudicaria seriamente o prestígio do cristianismo e da Igreja. Provavelmente ele desejava canalizar a pugnacidade desordenada dos barões feudais e dos aventureiros normandos para uma guerra santa a fim de salvar a Europa e Bizâncio do Islã; sonhava em abrigar a Igreja oriental novamente sob o domínio papal, com Roma, mais uma vez, como a capital do mundo. Era uma concepção da mais alta ordem de estadista.

De março a outubro de 1095, percorreu a Itália do norte e a França do sul sondando chefes e assegurando apoio. Em Clermont, na Auvergne, reuniu-se o Concílio histórico; e embora fosse um novembro frio, milhares de pessoas vieram de centenas de comunidades, instalaram suas tendas ao ar livre, reuniram-se em vasta assembléia que nenhum salão poderia abrigar, e vibraram de emoção quando seu compatriota francês, Urbano, levantou-se numa plataforma erguida no meio deles e dirigiu-se a eles em francês, no discurso de maior influência na história medieval.

> Ó raça dos francos! Raça amada e eleita de Deus!... Dos confins de Jerusalém e de Constantinopla chegou-nos uma notícia dolorosa, a qual diz que uma raça amaldiçoada, inteiramente afastada de Deus, invadira violentamente as terras desses cristãos e as despovoara com pilhagem e fogo. Essa raça levou uma parte dos cativos para sua própria terra e matou a outra por meio de cruéis torturas. Eles des-

troem os altares, depois de os profanarem com sua impureza. O reino dos gregos está agora desmembrado e privado de um território tão vasto que não poderia ser atravessado em dois meses.

Sobre quem repousa então a tarefa de vingar essas afrontas e de reconquistar este território se não sobre vós — a quem, acima de todos os outros, Deus conferiu uma notável glória em armas, grande bravura e força a fim de humilhar as cabeças daqueles que vos resistem? Que os feitos de vossos ancestrais vos encorajem — a glória e a grandeza de Carlos Magno e outros monarcas vossos. Que o Santo Sepulcro de Nosso Senhor, o Salvador, agora na posse de nações impuras, vos faça erguer-vos e aos santos lugares que se acham agora manchados com poluição... Que nenhuma de vossas posses vos atenha, nem a ansiedade pelos vossos assuntos familiares. Pois esta terra onde habitais, cercada de todos os lados pelo mar e pelas montanhas, é agora demasiado pequena para a vossa grande população; mal fornece suficiente alimento para seus cultivadores. Eis por que vós vos matais e devorais uns aos outros, por que desencadeais guerras e muitos de vós pereceis em lutas intestinais.

Façamos, portanto, com que o ódio vos abandone; que vossas disputas terminem. Entrai no caminho para o Santo Sepulcro; arrebatai aquela terra de uma raça perversa e submetei-a a vós próprios. Jerusalém é uma terra mais frutuosa do que todas as outras, um paraíso de delícias. Aquela cidade real, situada no centro da terra, implora que vades em seu socorro. Empreendei esta viagem seriamente para a remissão de vossos pecados e estejais certos da recompensa, da glória imperecível no Reino do Céu.[5]

No meio do povo ergueu-se uma exclamação: *Dieu li volt* — "Deus o quer!" Urbano aceitou-a e conclamou a assembléia a tomá-la como seu grito de guerra. E aconselhou aqueles que empreendiam a Cruzada a usarem uma cruz na testa ou no peito. "Imediatamente", diz Guilherme de Malmesbury, "alguns nobres, lançando-se aos pés do Papa, ofereceram-se, e suas propriedades, ao serviço de Deus."[6] Milhares de pessoas do povo comum comprometeram-se do mesmo modo; monges e eremitas abandonaram seus retiros e tornaram-se soldados de Cristo, não no sentido metafísico.

O enérgico Papa passou a outras cidades — Tours, Bordéus, Tolosa, Montpellier, Nimes... e durante nove meses pregou a Cruzada. Quando retornou a Roma após dois anos de ausência, foi entusiasticamente aclamado pela cidade menos religiosa da cristandade. Assumiu, sem nenhuma oposição séria, a autoridade de livrar os cruzados de obrigações que prejudicassem a Cruzada; libertou o servo e o vassalo, durante a guerra, da lealdade a seu senhor; conferiu a todos os cruzados o privilégio de serem julgados por cortes eclesiásticas ao invés de feudais e garantiu-lhes, durante sua ausência, a proteção episcopal a suas propriedades; ordenou, embora não pudesse realizar perfeitamente, uma trégua em todas as guerras de cristãos contra cristãos; estabeleceu novo princípio de obediência acima do código da lealdade feudal. Agora, mais do que nunca, a Europa estava una. Urbano tornou-se um senhor aceito, ao menos em teoria, pelos reis europeus. Toda a cristandade se comoveu como nunca, quando se preparava febrilmente para a guerra santa.

II. A PRIMEIRA CRUZADA: 1095-99

Instigações extraordinárias trouxeram multidões à Cruzada. Um indulto geral perdoando todos os castigos devidos a pecado foi oferecido àqueles que tombassem na guerra. Servos tinham permissão de deixar o solo ao qual estavam presos; cidadãos es-

tavam isentos de impostos; devedores gozavam de uma moratória quanto ao juro; prisioneiros eram postos em liberdade e sentenças de morte comutadas, por uma ousada extensão da autoridade papal, ao serviço vitalício na Palestina. Milhares de vagabundos aderiram à jornada sagrada. Homens cansados da pobreza e sem esperança, aventureiros dispostos a um feito corajoso, filhos mais novos esperançosos de conquistar feudos para si próprios no Oriente, mercadores que procuravam novos mercados para suas mercadorias, cavaleiros cujos servos, alistados nas Cruzadas, os haviam deixado sem trabalho, espíritos tímidos fugindo ao escárnio de covardia juntaram-se a almas sinceramente religiosas para libertar a terra de nascimento e morte de Cristo. A propaganda do tipo habitual em guerras ressaltou a impotência dos cristãos na Palestina, as atrocidades dos muçulmanos, as blasfêmias da crença maometana; os muçulmanos foram descritos como adoradores de uma estátua de Maomé,[7] e uma anedota piedosa contava como o Profeta, vítima de ataque epiléptico, fora devorado vivo pelos porcos.[8] Faziam-se narrativas fabulosas da riqueza oriental e de belezas morenas que esperavam ser arrebatadas por homens corajosos.[9]

Uma tal variedade de motivos mal poderia reunir massa homogênea capaz de organização militar. Em muitos casos, mulheres e crianças insistiam em acompanhar seus maridos ou pais, talvez com razão, pois logo prostitutas alistaram-se para servir os guerreiros. Urbano havia indicado o mês de agosto de 1096 como data da partida, mas os camponeses impacientes, que constituíam os primeiros recrutas, não podiam esperar. Uma dessas hostes de 12.000 pessoas aproximadamente (das quais somente oito eram cavaleiros) partiu da França em março sob a direção de Pedro, o Eremita, e Walter, o Sem-Vintém (Gautier sans-Avoir); outra, talvez de umas cinco mil pessoas, saiu da Alemanha sob a direção do padre Gottschalk; uma terceira avançou do Reno sob o comando do conde Emico de Leiningen. Foram principalmente esses bandos desorganizados que atacaram os judeus da Alemanha e Boêmia, rejeitaram os apelos do clero e cidadãos locais e degeneraram, durante algum tempo, em fraseologia bruta, sua orgia sangrenta na piedade. Os recrutados haviam trazido poucos fundos e alimentos, e seus chefes inexperientes tinham feito escassa provisão de gêneros. Muitos dos marchadores haviam subestimado a distância; e como avançassem ao longo do Reno e do Danúbio, as crianças perguntavam a cada passo se não estavam ainda em Jerusalém.[10] Quando se esgotaram seus fundos e começaram a sentir fome, foram forçados a pilhar os campos e lares de sua rota; e logo acrescentaram a violência ao roubo.[11] A população resistiu energicamente; ao passo que algumas cidades lhes fecharam as portas, outras desejavam-lhes bom êxito sem demora. Chegando finalmente diante de Constantinopla, quase sem vintém, e dizimados pela fome, praga, lepra, febre e combates travados pelos caminhos, foram bem recebidos por Aleixo, mas não satisfatoriamente alimentados; irromperam nos subúrbios e saquearam igrejas, casas e palácios. Para livrar a capital desses gafanhotos predadores, Aleixo forneceu-lhes navios para cruzar o Bósforo, mandou-lhes abastecimentos e aconselhou-os a esperarem até a chegada de destacamentos mais bem armados. Mas seja por causa da fome seja por causa da inquietação, os cruzados ignoraram essas instruções e avançaram sobre Nicéia. Uma força disciplinada de turcos, todos hábeis arqueiros, saiu da cidade e quase aniquilou a primeira divisão da Primeira Cruzada. Walter Sem-Vintém figurou entre os mortos; Pedro, o Eremita, desgostoso com sua hoste incontrolável, regressara antes da batalha a Constantinopla e viveu até 1115.

Neste comenos, os chefes feudais que haviam tomado a cruz tinham reunido cada

qual sua própria força no seu território. Nenhum rei estava entre eles; na verdade Filipe I da França, Guilherme II da Inglaterra e Henrique IV da Alemanha achavam-se todos sob a sentença de excomunhão quando Urbano pregou a Cruzada. Mas muitos condes e duques alistaram-se, quase todos eles franceses ou francos; a Primeira Cruzada constituiu em grande parte um empreendimento francês, e até hoje o Oriente Próximo fala dos europeus ocidentais como sendo os francos. O duque Godofredo, senhor de Bolonha (pequeno feudo na Bélgica), combinava as qualidades de soldado e de monge — corajoso e competente na guerra e no governo, e religioso quase fanático. O conde Boemundo de Taranto era filho de Roberto Guiscard; ele tinha a coragem e a habilidade do pai e sonhava talhar um reino para si próprio e suas tropas normandas aproveitando as antigas possessões bizantinas do Oriente Próximo. Com ele se achava seu sobrinho Tancredo de Hauteville, destinado a ser o herói da *Jerusalém Libertada* de Tasso: belo, destemido, galante, generoso, amante da glória e da riqueza, e universalmente admirado como ideal do cavaleiro cristão. Raimundo, conde de Tolosa, já havia lutado contra o Islã na Espanha; agora, na velhice, dedicava-se pessoalmente e com toda sua vasta fortuna à guerra maior; mas um gênio arrogante manchou sua nobreza e a avareza estragou sua piedade.

Por diversas rotas, estas hostes seguiram para Constantinopla. Boemundo propôs a Godofredo que ocupasse a cidade; Godofredo recusou declarando que tinha vindo unicamente para combater os infiéis;[12] mas a idéia não morreu. Os cavaleiros másculos e semibárbaros do Ocidente desprezaram aqueles sutis e cultos cavaleiros do Oriente como heréticos perdidos na luxúria efeminada; olharam com espanto e inveja as riquezas depositadas nas igrejas, palácios e mercados da capital bizantina e julgaram que essa fortuna devia pertencer aos bravos. Aleixo pode ter sido informado dessa idéia reinante entre seus salvadores; e sua experiência com a horda de camponeses (por cuja derrota o Ocidente o havia censurado) inclinava-o à cautela, talvez à duplicidade. Havia pedido assistência contra os turcos, mas não tinha feito nenhum tratado sobre a força unida da Europa que avançava sobre suas portas; nunca sabia ao certo se esses guerreiros aspiravam tanto a Jerusalém como a Constantinopla, nem se eles restaurariam para seu Império qualquer antigo território bizantino que pudessem tomar dos turcos. Ofereceu aos cruzados provisões, subsídios, transporte, ajuda militar, e, aos chefes, ricos subornos;[13] em troca pediu que os nobres lhe jurassem fidelidade como soberano feudal; quaisquer terras por eles tomadas tinham que ser colocadas sob sua suserania. Os nobres, abrandados com a prata, juraram.

Nos começos de 1097, os exércitos, num total de 30.000 homens, ainda sob comando dividido, cruzaram o estreito. Felizmente os muçulmanos achavam-se ainda mais divididos do que os cristãos. Não somente o poderio muçulmano na Espanha se consumira e na África do Norte se esfacelara por causa de facções religiosas, como no Oriente os califas fatimitas do Egito mantinham a Síria meridional, enquanto seus inimigos, os turcos seljúcidas, possuíam a Síria setentrional e a maior parte da Ásia Menor. A Armênia rebelou-se contra seus conquistadores e aliou-se com os "francos". Assim ajudadas, as armas da Europa avançaram para sitiar Nicéia. À promessa de Aleixo, de que suas vidas seriam poupadas, a guarnição turca se rendeu (19 de junho de 1097). O imperador grego ergueu a bandeira imperial sobre a cidadela, protegeu-a da pilhagem indiscriminada e pacificou os chefes feudais com presentes substanciais; mas a soldadesca cristã queixou-se de que Aleixo estava aliado com os turcos. Depois de uma semana de repouso, os cruzados partiram rumo a Antioquia. Encon-

traram um exército turco comandado por Qilij Arslan perto de Dorylaeum, venceram uma batalha sangrenta (1º de julho de 1097) e marcharam através da Ásia Menor, sem outros inimigos senão a falta de água e alimentos e um grau de calor para o qual o sangue ocidental não se achava preparado. Homens, mulheres, cavalos e cães morreram de sede nessa difícil marcha de 500 milhas. Cruzando o Taurus, alguns nobres separaram suas forças do exército principal para realizar conquistas privadas — Raimundo, Boemundo e Godofredo na Armênia, Tancredo e Balduíno (irmão de Godofredo) em Edessa; ali Balduíno, por meio de estratégia e traição,[14] fundou o primeiro principado latino no Oriente (1098). A massa dos cruzados queixava-se agourentamente contra essas demoras; os nobres voltaram e foi reiniciado o avanço na direção de Antioquia.

Antioquia, descrita pelo cronista de *Gesta Francorum*, como uma "cidade extremamente bela, distinta e deliciosa",[15] resistiu ao cerco durante oito meses. Muitos cruzados morreram em conseqüência das chuvas frias do inverno ou de fome; alguns encontraram nova nutrição mastigando "as doces canas chamadas *zucra*" (do árabe *sukkar*). Pela primeira vez os "francos" provavam o açúcar e aprenderem como era ele extraído de plantas cultivadas.[16] Prostitutas forneciam doces mais perigosos; um amável arquidiácono foi morto pelos turcos quando se deitava em um pomar com sua concubina síria.[17] Em maio de 1098 chegou a notícia de que um grande exército muçulmano, sob o comando de Karbogha, príncipe de Mossul, se aproximava; Antioquia caiu (3 de junho de 1098) poucos dias antes da chegada desse exército; muitos dos cruzados, receando que Karbogha não pudesse ser contido, abordaram navios no rio Orontes (hoje Nahr el Asi) e fugiram. Aleixo, que avançava com uma força grega, acreditou, vendo os desertores, que os cristãos já haviam sido derrotados; voltou para proteger a Ásia Menor e nunca foi perdoado. Para restaurar a coragem aos cruzados, Pedro Bartolomeu, um padre de Marselha, alegou haver encontrado a lança que havia perfurado o flanco de Cristo; quando os cristãos avançavam para a batalha, a lança era conduzida alto como um pavilhão sagrado. E três cavaleiros, vestidos de branco, saíram das colinas ao chamado do legado papal Ademar, que os proclamou como sendo os mártires São Maurício, São Teodoro e São Jorge. Assim inspirados e sob o comando único de Boemundo, os cruzados alcançaram uma vitória decisiva. Bartolomeu, acusado de fraude piedosa, ofereceu-se para se submeter ao ordálio do fogo como prova da veracidade do que dizia. Ele correu através de um feixe de chamas e saiu aparentemente salvo; mas morreu das queimaduras ou de colapso cardíaco no dia seguinte; e a lança sacra foi retirada dos estandartes da hoste.[18]

Boemundo tornou-se o agradecido e consentido príncipe de Antioquia. Oficialmente ele mantinha a região como feudo de Aleixo; na realidade governava como soberano independente; os chefes alegavam que o fato de Aleixo não ter vindo em sua ajuda os libertava de seus votos de fidelidade. Depois de passar seis meses na renovação e reorganização de suas forças enfraquecidas, conduziram seus exércitos para Jerusalém. Por fim, em 7 de junho de 1099, depois de uma campanha de três anos, os cruzados, reduzidos a 12.000 combatentes, estavam exaltados e fatigados diante dos muros de Jerusalém. Por um capricho da História, os turcos, aos quais eles tinham vindo combater, haviam sido expulsos da cidade pelos fatimitas, um ano antes. O califa ofereceu a paz em termos de segurança garantida para os peregrinos e adoradores cristãos em Jerusalém, mas Boemundo e Godofredo exigiram rendição incondicional. A guarnição fatimita de mil homens resistiu durante 40 dias. A 15 de julho, Godofredo

e Tancredo conduziam seus adeptos sobre as muralhas, e os cruzados conheceram o êxtase do alto propósito realizado depois de heróico sofrimento. Então, relata a testemunha ocular eclesiástica, Raimundo de Agiles,

> coisas admiráveis se verificaram. Numerosos sarracenos foram decapitados... outros atravessados com flechas ou forçados a saltarem das torres; outros, ainda, torturados durante vários dias e depois queimados nas chamas. Nas ruas viam-se pilhas de cabeças e mãos e pés. Andava-se em toda parte por entre cadáveres de homens e cavalos.[19]

Outros contemporâneos acrescentaram mais pormenores: mulheres mortas a punhaladas, crianças de colo arrancadas pelas pernas do seio das mães e atiradas sobre as muralhas, ou quebravam-se-lhes o pescoço, lançando-as contra postes;[20] e 70.000 muçulmanos que permaneceram na cidade foram dizimados. Os judeus sobreviventes, reunidos numa sinagoga, foram queimados vivos. Os vitoriosos juntaram-se na igreja do Santo Sepulcro, cuja grota, acreditavam eles, havia uma vez guardado o Cristo crucificado. Ali, abraçando-se uns aos outros, choraram de alegria e alívio, e agradeceram a Deus as mercês pela sua vitória.

III. O REINO LATINO DE JERUSALÉM: 1099-1143

Godofredo de Bolonha, cuja integridade excepcional tinha afinal sido reconhecida, foi escolhido para governar Jerusalém e suas cercanias sob o modesto título de Defensor do Santo Sepulcro. Aqui, onde o domínio bizantino cessara 465 anos antes, não se fez nenhuma simulação de subordinar o território a Aleixo; o reino latino de Jerusalém tornou-se imediatamente um Estado soberano. A Igreja grega desmantelou-se, seu patriarca fugiu para Chipre e as paróquias do novo reino aceitaram a liturgia latina, um primaz italiano e o governo papal.

O preço da soberania é a capacidade de autodefesa. Duas semanas depois da grande libertação, um exército egípcio veio até Ascalão para libertar de novo uma cidade, sagrada para muitas religiões. Godofredo derrotou-o, mas um ano depois ele morria (1100). Seu irmão Balduíno I (1100-18), menos hábil, assumiu o título mais elevado de rei. Sob o rei Fulk, conde de Anjou (1131-43), o novo Estado compreendia a maior parte da Palestina e Síria; mas os muçulmanos conservavam ainda Alepo, Damasco e Êmesa (Homs). O reino ficou dividido em quatro principados feudais, com sede, respectivamente, em Jerusalém, Antioquia, Edessa e Trípoli. Cada um dos quatro estava dividido praticamente em feudos independentes, cujos ciumentos senhores faziam a guerra, cunhavam dinheiro e por outros meios arremedavam a soberania. O rei era eleito pelos barões, e vigiado por uma hierarquia eclesiástica sujeita somente ao papa. Ele se enfraqueceu mais ao ceder o controle de vários portos — Jafa, Tiro, Acre, Beirute, Ascalão — a Veneza, Pisa ou Gênova, como preço de ajuda naval e abastecimentos transportados por mar. A estrutura e o direito do reino eram formulados nos tribunais de Jerusalém — uma das mais lógicas e impiedosas codificações do governo feudal. Os barões assumiram toda a posse da terra, reduziram os antigos proprietários — cristãos ou muçulmanos — à condição de servos, e impuseram-lhes obrigações feudais mais severas do que quaisquer outras na Europa contemporânea. A população cristã nativa olhava para trás, para o domínio muçulmano, como para uma época de ouro.[21]

O jovem reino tinha muitos elementos de fraqueza, mas dispunha de um único apoio nas novas ordens de monges-soldados. Já em 1048 mercadores de Amalfi tinham obtido a permissão muçulmana de construir um hospital em Jerusalém para os peregrinos pobres ou doentes. Por volta de 1120 o pessoal desta instituição foi reorganizado por Raimundo de Puy como uma ordem religiosa votada à castidade, pobreza, obediência e à proteção militar dos cristãos na Palestina; e estes Hospitalários ou Cavaleiros do Hospital de São João ou Cavaleiros da Ordem de Malta tornaram-se uma das organizações mais caridosas no mundo cristão. Mais ou menos na mesma época (1119) Hugo de Payens e oito outros cavaleiros cruzados dedicaram-se solenemente à disciplina monástica e ao serviço marcial do cristianismo. Conseguiram de Balduíno II uma residência perto do local onde fora o templo de Salomão e logo receberam o nome de Cavaleiros Templários. São Bernardo elaborou rigoroso regulamento para eles, o qual não foi obedecido durante muito tempo; elogiou-os por serem "os mais eruditos na arte da guerra", e aconselhou-os a "se lavarem raras vezes" e cortarem o cabelo bem rente.[22] "O cristão que mata um incréu na Guerra Santa", escreveu Bernardo aos Templários, numa passagem digna de Maomé, "está certo de sua recompensa; mais certo se for morto. O cristão cobre-se de glórias na morte do pagão porque Cristo é por esse meio glorificado."[23] Os homens devem aprender a matar em sã consciência se pretendem travar guerras de êxito. Um Hospitalário usava manto escuro com uma cruz branca na manga esquerda; um Templário, manto branco com uma cruz vermelha sobre o manto. Um odiava o outro religiosamente. Da proteção e cuidado dos peregrinos, os Hospitalários e Templários passaram para os ataques ativos contra bastiões sarracenos; embora os Templários fossem apenas 300 e os Hospitalários cerca de 600 em 1180,[24] desempenharam parte importante nas batalhas dos cruzados e conquistaram grande reputação como guerreiros. Ambas as ordens encetaram campanhas em prol do apoio financeiro e receberam-no da Igreja e do Estado, de ricos e pobres; no século XIII cada uma delas possuía grandes propriedades na Europa, inclusive abadias, aldeias e cidades. Ambas espantavam cristãos e sarracenos por construírem vastas fortalezas na Síria, onde, individualmente entregues à pobreza, gozavam de um luxo coletivo em meio às fadigas da guerra.[25] Em 1190, os germânicos da Palestina, ajudados por uns poucos da pátria, fundaram a ordem dos Cavaleiros Teutônicos e estabeleceram um hospital perto de Acre.

A maioria dos cruzados regressou à Europa depois de libertar Jerusalém, deixando o potencial humano do governo em nível perigosamente baixo. Muitos peregrinos vieram, mas poucos ficaram para lutar. Ao norte os gregos vigiavam, à espera de uma oportunidade para reconquistar Antioquia, Edessa e outras cidades que reclamavam como sendo bizantinas; no Oriente os sarracenos estavam sendo levantados e unificados por apelos muçulmanos e incursões cristãs. Refugiados maometanos de Jerusalém contavam com amargos pormenores a tomada dessa cidade pelos cristãos; assaltaram a Grande Mesquita de Bagdá e exigiram que armas muçulmanas libertassem Jerusalém e o sagrado Domo da Rocha, das mãos impuras dos infiéis.[26] O califa não tinha forças para atender ao seu apelo, mas Zangi, o jovem príncipe de Mossul, de mãe escrava, o atendeu. Em 1144 seu pequeno porém bem dirigido exército tomou aos cristãos o seu posto avançado oriental de al-Ruah; e poucos meses depois reconquistou Edessa para o Islã. Zangi foi assassinado, mas sucedeu-lhe o filho, Nur-ud-din, de igual coragem e maior habilidade. Foram as notícias desses eventos que estimularam a Europa a levantar a Segunda Cruzada.

IV. A SEGUNDA CRUZADA: 1146-1148

São Bernardo apelou para o Papa Eugênio III no sentido de promover outra convocação às armas. Eugênio, entretido no conflito com os infiéis de Roma, pediu a Bernardo que tomasse a si esse encargo. Foi uma sábia sugestão, porquanto o santo era homem mais capaz do que o que ele tinha feito papa. Quando deixou sua cela em Claraval a fim de pregar a Cruzada aos franceses, o cepticismo que se esconde no âmago da fé foi silenciado e desapareceram os receios espalhados por narrativas da Primeira Cruzada. Bernardo dirigiu-se diretamente ao rei Luís VII e persuadiu-o a tomar a cruz. Com o rei a seu lado, ele falou à multidão em Vézelay (1146); quando terminou, o povo se alistou em massa; as cruzes preparadas não bastaram e Bernardo rasgou seu manto em pedaços para fornecer emblemas adicionais. "Cidades e castelos esvaziaram-se", escreveu ele ao Papa; "não há nem um homem para sete mulheres e em toda parte há viúvas de maridos ainda vivos." Tendo conquistado a França, passou-se para a Alemanha onde sua arrebatadora eloqüência induziu o Imperador Conrado III a aceitar a Cruzada como uma causa que poderia unificar as facções guelfos e Hohenstaufen, que então dividiam o reino. Muitos nobres aceitaram a chefia de Conrado; entre eles o jovem Frederico da Suábia, que se tornaria Barba-Roxa e morreria na Terceira Cruzada.

Na Páscoa de 1147 Conrado e os alemães partiram; no Pentecostes, Luís e os franceses seguiram a uma distância cautelosa, não sabendo quais, entre alemães e turcos, constituíam seus inimigos mais odiados. Os alemães sentiram hesitação similar entre os turcos e gregos; e assim tantas cidades bizantinas foram pilhadas que muitas fecharam suas portas e forneceram uma ração magra em cestas suspensas das muralhas. Manuel Comneno, então Imperador do Oriente, sugeriu gentilmente que as nobres hostes cruzassem o Helesponto em Sestos, em vez de passar por Constantinopla; mas Conrado e Luís não aceitaram a sugestão. Um grupo do conselho de Luís recomendou-lhe que tomasse Constantinopla para a França; ele se refreou; mas novamente os gregos podem ter tomado conhecimento de sua tentação. Estavam amedrontados pela estatura e armadura dos cavaleiros ocidentais, e divertiram-se com seu séquito feminino. A impertinente Eleanor acompanhou Luís e trovadores acompanharam a rainha; os condes de Flandres e Tolosa estavam acompanhados de suas condessas e o trem de bagagem dos franceses pesava com malas e caixas de vestidos e cosméticos destinados a assegurar a beleza dessas senhoras contra todas as vicissitudes do clima, da guerra e do tempo. Manuel Comneno apressou-se em transportar os dois exércitos através do Bósforo, e forneceu aos gregos moeda desvalorizada para suas transações com os cruzados. Na Ásia uma carestia de provisões e os preços altos exigidos pelos gregos provocaram muitos conflitos entre salvadores e salvados; e Frederico Barba-Roxa lamentou que sua espada tivesse que derramar sangue cristão pelo privilégio de enfrentar os infiéis.

Conrado insistiu, contra o conselho do imperador, em tomar a rota seguida pela Primeira Cruzada. A despeito ou por causa de seus guias gregos, os germânicos caíram em uma sucessão de desertos sem recursos e cheios de armadilhas muçulmanas; e sua perda em vidas humanas era desencorajadora. Em Dorylaeum (hoje Eskisehir), onde a Primeira Cruzada havia derrotado Qilij Arslan, o exército de Conrado encontrou a principal força muçulmana, e foi tão grande a derrota que apenas um décimo

dos cristãos escapou com vida. O exército francês, muito atrás, iludiu-se com a falsa notícia de uma vitória germânica; avançou descuidadamente e foi dizimado pela fome e incursões muçulmanas. Atingindo Attalia (Antalya), Luís negociou com capitães de navios gregos o transporte de seu exército para a Tarso e Antioquia cristãs. Os capitães exigiram um pagamento impossível por passageiro; Luís e vários nobres, Eleanor e várias damas obtiveram passagem para Antioquia, deixando o exército francês em Attalia. Forças maometanas caíram sobre a cidade e mataram quase todos os franceses ali encontrados (1148).

Luís chegou a Jerusalém com damas, mas sem nenhum exército, e Conrado com insignificante resto da força com que havia partido de Ratisbona. Com esses sobreviventes e soldados que já se achavam na capital, improvisou-se um exército que marchou contra Damasco sob o comando dividido de Conrado, Luís e Balduíno III (1143-62). Durante o cerco, surgiram desavenças entre os nobres no tocante à questão de quem governaria Damasco quando esta caísse. Agentes muçulmanos acharam caminho para penetrar no exército cristão e subornaram alguns chefes para uma política de inação ou retirada.[27] Quando se soube que os emires de Alepo e Mossul estavam avançando com grande força para libertar Damasco, os defensores da retirada prevaleceram; o exército cristão dividiu-se em facções e fugiu para Antioquia, Acre ou Jerusalém. Conrado, derrotado e doente, regressou desonrado para a Alemanha. Eleanor e a maioria dos cavaleiros franceses retornaram à França. Luís permaneceu mais um ano na Palestina, fazendo peregrinações a templos sagrados.

A Europa ficou aturdida com o colapso da Segunda Cruzada. Alguns começaram a perguntar como era que o Todo-Poderoso permitia que seus defensores fossem tão humilhados; críticos atacaram São Bernardo como visionário negligente que enviara homens à morte; e aqui e acolá cépticos encorajados interpelaram os dogmas mais fundamentais da fé cristã. Bernardo replicou que os caminhos do Todo-Poderoso estão além do entendimento humano e o desastre constituía um castigo pelos pecados dos cristãos. Mas desde esse tempo as dúvidas filosóficas que Abelardo (falecido em 1142) havia espalhado encontraram expressão mesmo entre o povo. O entusiasmo pelas Cruzadas desvaneceu-se rapidamente; e a Idade da Fé se preparou para defender-se pelo fogo e pela espada contra a invasão de crenças estranhas ou da descrença absoluta.

V. SALADINO

Entrementes, estranha e nova civilização havia-se desenvolvido na Síria cristã e Palestina. Os europeus que se haviam instalado ali desde 1099 gradualmente adotaram a roupa do Oriente Próximo que constava de turbante e manto esvoaçante como apropriada para um clima de sol e areia. À medida que se familiarizavam com os muçulmanos que viviam no reino, a desconfiança e hostilidade mútuas diminuíam. Mercadores muçulmanos livremente entravam nas colônias cristãs e vendiam seus artigos; médicos muçulmanos e judeus tinham preferência entre os pacientes cristãos;[28] o culto muçulmano nas mesquitas era permitido pelo clero cristão e o Alcorão ministrado nas escolas da Antioquia e Trípoli cristãs. Salvo-condutos para viajantes e mercadores trocavam-se entre Estados cristãos e muçulmanos. Como apenas poucas esposas cristãs tivessem vindo com os cruzados, muitos colonos cristãos desposaram mulheres sírias;

dentro em breve seus filhos mestiços constituíam o elemento maior da população. O árabe tornou-se a língua diária de todos os homens comuns. Príncipes cristãos faziam alianças com emires muçulmanos contra rivais cristãos, e emires muçulmanos, às vezes, pediam a ajuda dos "politeístas" na diplomacia ou guerra. A amizade pessoal desenvolveu-se entre cristãos e maometanos. Ibn Jubair, que viajou pela Síria cristã em 1183, descreveu seus companheiros muçulmanos dali como muito prósperos e bem tratados pelos francos. Lamentou ver Acre "cheia de porcos e cruzes" e cheirando a vil odor europeu, mas tinha alguma esperança de que os infiéis seriam aos poucos civilizados pela civilização superior para a qual tinham vindo.[29]

Nos 40 anos de paz que se seguiram à Segunda Cruzada, o reino latino de Jerusalém continuou dividido pelas lutas intestinas, enquanto seus inimigos muçulmanos moviam-se na direção da unidade. Nur-ud-din ampliou seu poder de Alepo a Damasco (1164); quando morreu, Saladino submeteu o Egito e a Síria muçulmana ao seu governo (1175). Mercadores genoveses, venezianos e pisanos puseram em desordem os portos orientais com sua rivalidade mortal. Cavaleiros disputavam o poder real em Jerusalém; e quando Gui de Lusignan subiu ao trono agindo a seu modo (1186), alastrou-se o descontentamento entre a aristocracia. "Se este Gui é um rei", disse seu irmão Godofredo, "sou digno de ser um deus." Reginaldo de Châtillon fez-se soberano no grande castelo de Carac, além do Jordão, perto da fronteira árabe, e repetidamente violou a trégua assinada entre o rei latino e Saladino. Anunciou sua intenção de invadir a Arábia, destruir o túmulo do "maldito condutor de camelo" em Medina e quebrar a Caaba de Meca em pedaços.[30] Sua pequena força de aventureiros-cavaleiros navegou pelo Mar Vermelho, desembarcou em el-Haura, e marchou para Medina; ela foi surpreendida por um destacamento egípcio e todos os seus componentes foram passados a fio de espada, exceto poucos que escaparam com Reginaldo e alguns prisioneiros que, levados para Meca, ali morreram em lugar de bodes no sacrifício anual de peregrinação (1183).

Saladino contentara-se até então com pequenas incursões contra a Palestina; agora, ofendido profundamente em sua piedade, reorganizou seu exército que lhe havia conquistado Damasco e encontrou as forças do reino latino em uma batalha indecisa na histórica planície de Esdrelon (1183). Poucos meses depois atacou Reginaldo em Carac, mas não conseguiu entrar na cidadela. Em 1185 assinou uma trégua de quatro anos com o reino latino. Mas em 1186, Reginaldo, aborrecido com a paz, armou uma emboscada contra uma caravana muçulmana e tomou rica presa de guerra e vários prisioneiros, inclusive uma irmã de Saladino. "Já que eles acreditam em Maomé, que este venha salvá-los", disse Reginaldo. Maomé não veio; mas Saladino, enfurecido, conclamou uma guerra santa contra os cristãos e jurou matar Reginaldo com suas próprias mãos.

A batalha crucial dos cruzados travou-se em Hittin, perto de Tiberíades, em 4 de julho de 1187. Saladino, conhecedor do terreno, tomou posição controlando todos os poços; os cristãos de pesadas armaduras, tendo marchado através da planície no calor do pleno verão, entraram na luta ofegantes de sede. Aproveitando-se do vento, os sarracenos puseram fogo nas moitas, cuja fumaça atrapalhou mais ainda os cruzados. Na cega confusão, os soldados de infantaria ficaram separados dos da cavalaria e foram decapitados; os cavaleiros, lutando desesperadamente contra armas, fumo e sede, caíram finalmente exaustos ao chão e foram capturados ou mortos. Ao que parece, por ordem de Saladino, nenhuma mercê receberam os Templários ou Hospi-

talários. Ele ordenou que o rei Gui e o duque Reginaldo fossem levados a sua presença; ao rei deu de beber como sinal de perdão; a Reginaldo ordenou a escolha entre a morte e o reconhecimento de Maomé como profeta de Deus; tendo Reginaldo recusado, Saladino o matou. Como parte da presa de guerra tomada pelos vencedores figurava a Cruz Verdadeira, que havia sido conduzida como estandarte por um padre; Saladino enviou-a ao califa em Bagdá. Vendo que nenhum exército restava para desafiá-lo, prosseguiu na luta, tomando Acre, onde libertou quatro mil prisioneiros muçulmanos e pagou suas tropas com a riqueza desse ativo porto. Dentro de poucos meses quase toda Palestina estava em suas mãos.

Quando ele se aproximou de Jerusalém, os principais cidadãos saíram da cidade para pedir a paz. "Acredito", disse-lhes Saladino, "que Jerusalém é a casa do Senhor assim como o acreditais: e eu por minha vontade não a sitiarei nem a assaltarei." Concedeu permissão para a cidade se fortificar e cultivar a terra, sem ser molestada, numa extensão de 15 milhas ao seu redor, e prometeu fornecer todo o dinheiro e alimento que faltassem até o Pentecostes; se, nessa data, os habitantes da cidade vissem esperança de serem salvos, podiam mantê-la e resistir honrosamente a Saladino; se tal não se verificasse, deviam cedê-la pacificamente o que pouparia as vidas e propriedades dos cristãos. Os delegados recusaram a oferta, declarando que nunca entregariam a cidade onde o Salvador havia morrido pela humanidade.[31] O sítio durou apenas 12 dias. Quando a cidade capitulou, Saladino exigiu um resgate de 10 peças de ouro ($47,50?) por homem, cinco por mulher e uma por criança; os sete mil mais pobres riam libertados com a entrega de aproximadamente 30.000 besantes de ouro ($270.000) que haviam sido enviados aos Hospitalários por Henrique II da Inglaterra. Essas condições foram aceitas, diz um cronista cristão, "com gratidão e lamentação"; talvez alguns cristãos lidos comparassem estes acontecimentos de 1187 com os de 1099. O irmão de Saladino, al-Adil, pediu uma contribuição de mil escravos dos pobres ainda não resgatados; ela foi concedida e ele os pôs em liberdade. Balian, chefe da resistência cristã, solicitou mercê semelhante, recebeu-a e libertou outros mil; o primaz cristão pediu e obteve igual favor e agiu da mesma forma. Então Saladino declarou: "Meu irmão praticou caridades e o patriarca e Balian também; agora farei a minha", e libertou todos os velhos que não podiam pagar. Aparentemente cerca de 15.000 dos 60.000 cristãos capturados ficaram sem resgate e tornaram-se escravos. Entre os resgatados figuravam as esposas e filhas dos nobres que tinham sido mortos ou capturados em Hittin. Amolecido pelas lágrimas dessas mulheres, Saladino pôs em liberdade os maridos e pais (inclusive o rei Gui) que pudessem ser encontrados no cativeiro muçulmano, e (relata Ernoul, escudeiro de Balian) "às damas e donzelas cujos senhores estavam mortos, ele distribuiu tanto do seu próprio tesouro que elas deram graças a Deus e divulgaram no estrangeiro a bondade e a honra que Saladino lhes havia concedido".[32]

O rei e os nobres libertados juraram nunca mais tomar armas contra Saladino. Salvos na Trípoli e Antioquia cristãs, eles foram "libertados, por sentença do clero, da enormidade de sua promessa" e traçaram planos de vingança contra Saladino.[33] O sultão permitiu aos judeus que residissem novamente em Jerusalém e deu aos cristãos o direito de entrar, mas desarmados; assistiu a sua peregrinação e protegeu-lhes a segurança.[34] O Domo da Rocha que havia sido convertido em uma igreja foi purificado da mancha cristã espargindo-se-lhe água de rosa, e a cruz dourada que se sobrepunha à cúpula foi retirada entre aclamações muçulmanas e lamentos cristãos. Saladino le-

vou suas cansadas tropas para sitiar Tiro, encontrou-a inexpugnável, dispensou a maior parte de seu exército e retirou-se doente e esgotado para Damasco (1188) no 50º ano de sua vida.

VI. A TERCEIRA CRUZADA: 1189-92

A retenção de Tiro, Antioquia e Trípoli deixou aos cristãos alguma margem de esperança. Frotas italianas controlavam ainda o Mediterrâneo, e estavam dispostas a levar novos cruzados conforme o preço. Guilherme, arcebispo de Tiro, retornou à Europa e narrou a suas assistências na Itália, França e Alemanha a queda de Jerusalém. Em Mogúncia, seu apelo comoveu tanto a Frederico Barba-Roxa que o grande Imperador, com 67 anos de idade, partiu quase incontinenti com seu exército (1189), e toda a cristandade o aclamou como um segundo Moisés que abriria caminho para a Terra Prometida. Cruzando o Helesponto em Gallipoli, a nova hoste, em uma nova rota, repetiu os erros e as tragédias da Primeira Cruzada. Bandos turcos embaraçaram sua marcha e cortaram seus abastecimentos; centenas morreram de fome; Frederico afogou-se ignominiosamente no pequeno rio Selef na Cilícia (1190), e apenas uma fração de seu exército sobreviveu para participar do cerco de Acre.

Ricardo I, o Coração de Leão, recentemente coroado rei da Inglaterra aos 31 anos de idade, resolveu experimentar sua força com os muçulmanos. Temendo um ataque francês em sua ausência, sobre as possessões inglesas da França, insistiu em que Filipe Augusto o acompanhasse; o rei francês — de 23 anos — concordou. E os dois jovens monarcas receberam a cruz de Guilherme de Tiro em comovente cerimônia em Vézelay. O exército de normandos de Ricardo (poucos ingleses tomaram parte nas Cruzadas) partiu de Marselha, o de Filipe saiu de Gênova, para um encontro na Sicília (1190). Ali os reis brigaram e, por outro lado, se divertiram durante meio ano. Tancredo, rei da Sicília, ofendeu Ricardo, que tomou Messina "mais depressa do que um padre poderia cantar uma matina" e restituiu-a em troca de 40.000 libras de ouro. Assim solvável, enviou seu exército para a Palestina. Alguns de seus navios naufragaram na costa de Chipre; os tripulantes foram aprisionados pelo governador grego. Ricardo parou um pouco, conquistou Chipre e deu-a a Gui de Lusignan, o rei sem reino de Jerusalém. Alcançou Acre em junho de 1191, um ano depois de deixar Vézelay. Filipe o havia precedido; o cerco de Acre pelos cristãos já estava durando 19 meses e custaria milhares de vidas. Poucas semanas após a chegada de Ricardo, os sarracenos renderam-se. Os vencedores pediram, e foram-lhes prometidos, 200.000 peças de ouro ($ 950.000), 1.600 prisioneiros escolhidos e a restituição da Cruz Verdadeira. Saladino confirmou o acordo e a população muçulmana de Acre, excetuando os 1.600, teve permissão de retirar-se com as provisões que pudessem carregar. Filipe Augusto, doente, com febre, retornou à França, deixando atrás de si uma força francesa de 10.500 homens. Ricardo tornou-se o único chefe da Terceira Cruzada.

Começou então uma campanha única e confusa em que golpes e batalhas alternavam-se com cumprimentos e cortesias, enquanto o rei inglês e o sultão curdo ilustravam algumas das mais finas qualidades de suas civilizações e crenças. Nenhum era santo. Saladino podia administrar a morte com vigor quando os fins militares o exigiam; e o romântico Ricardo permitiu algumas interrupções em sua carreira de cavaleiro. Quando os chefes da Acre sitiada demoraram em cumprir os termos do acordo de rendição, Ricardo mandou decapitar 2.500 prisioneiros muçulmanos diante das

muralhas como sugestão para se apressarem.[35] Quando Saladino soube disso ordenou a execução de todos os prisioneiros feitos daí por diante em batalha com o rei inglês. Mudando seu tom, Ricardo propôs acabar com as Cruzadas casando sua irmã Joana com o irmão de Saladino, al-Adil. A Igreja vetou o plano e este foi arquivado.

Sabendo que Saladino não ficaria quieto na derrota, Ricardo reorganizou suas forças e preparou-se para marchar 60 milhas para o sul ao longo da costa a fim de salvar Jafa, que, novamente em mãos cristãs, encontrava-se sitiada pelos muçulmanos. Muitos nobres recusaram-se a acompanhá-lo, preferindo ficar atrás em Acre e fazer intrigas pela conquista do trono de Jerusalém que, esperavam, Ricardo tomaria. As tropas germânicas regressaram à Alemanha e o exército francês repetidas vezes desobedeceu às ordens e frustrou a estratégia do rei britânico. Também as tropas não estavam dispostas a um novo esforço. Depois do demorado sítio, diz o cronista cristão da Cruzada de Ricardo, os cristãos vencedores

> entregaram-se à indolência e luxúria, não queriam abandonar uma cidade tão rica em confortos, isto é, os melhores vinhos e as mais belas donzelas. Muitos, por terem conhecido demasiado intimamente esses prazeres, tornaram-se dissolutos até que a cidade ficou poluída pela sua luxúria, e sua glutonaria e lascívia envergonharam os homens prudentes.[36]

Ricardo tornou a situação mais difícil, ordenando que nenhuma mulher devia acompanhar o exército, exceto lavadeiras que não constituíssem causas de pecado. Ele supriu as falhas de suas tropas com a excelência de suas qualidades de general, de sua engenharia e valor inspirador no campo de batalha; nestes itens ele superou Saladino bem como a todos os outros chefes cristãos das Cruzadas.

Seu exército encontrou o de Saladino em Arsuf e conquistou uma vitória não decisiva (1191). Saladino ofereceu-se para nova batalha, mas Ricardo retirou seus homens para o interior das muralhas de Jafa. O chefe muçulmano enviou-lhe uma oferta de paz. Durante as negociações, Conrado, marquês de Montferrat, que mantinha Tiro, entrou em correspondência particular com Saladino propondo tornar-se seu aliado e retomar Acre para os muçulmanos, se concordasse com a posse de Sídon e Beirute por ele, Conrado. A despeito desta oferta, Saladino autorizou seu irmão a assinar com Ricardo uma paz, cedendo aos cristãos todas as cidades costeiras que estavam ocupando e metade de Jerusalém. Ricardo ficou tão satisfeito que em solene cerimônia conferiu o título de cavaleiro ao filho do embaixador muçulmano (1192). Pouco depois, ao saber que Saladino estava enfrentando uma revolta no Oriente, denunciou os termos do chefe maometano, sitiou e tomou Darum e avançou até uma distância de 12 milhas de Jerusalém. Saladino, que havia dispensado suas tropas para o inverno, chamou-as de volta às armas. Neste comenos irromperam dissensões no campo cristão, batedores informaram que os poços da estrada de Jerusalém haviam sido envenenados e que o exército nada teria para beber. Um conselho reuniu-se para decidir a estratégia; o conclave resolveu abandonar Jerusalém e marchar sobre o Cairo, a 250 milhas de distância. Ricardo, doente, desgostoso e desalentado, retirou-se para Acre e pensou em retornar à Inglaterra.

Mas quando ouviu a informação de que Saladino atacara novamente Jafa e a tomara em dois dias, o orgulho de Ricardo o reanimou. Com as tropas que pôde reunir, partiu imediatamente para Jafa. Chegando ao porto gritou: "Pereçam os mais covardes!" e saltou para o mar, afundando até a cintura. Brandindo seu famoso machado dinamarquês, derrubou a todos que lhe resistiam, levou seus homens à cidade e lim-

pou-a da soldadesca muçulmana, quase antes de Saladino saber o que havia ocorrido (1192). O sultão convocou seu exército principal para socorrê-lo. Este exército superava de longe, em número, o de Ricardo, de três mil homens, mas a temerária coragem do rei venceu a batalha. Vendo Ricardo desmontado, Saladino mandou dar-lhe uma montada, dizendo ser uma vergonha que um guerreiro tão valente lutasse a pé. Os soldados de Saladino tinham-na suficiente; censuraram-no por haver poupado a guarnição de Jafa, que agora estava lutando de novo. Finalmente, se pudermos dar crédito à narrativa cristã, Ricardo cavalgou ao longo da frente sarracena, a lança em descanso, e ninguém ousou atacá-lo.[37]

No dia seguinte a sorte mudou. Reforços chegaram a Saladino; e Ricardo, doente de novo, sem o apoio dos cavaleiros de Acre e Tiro, uma vez mais pediu a paz. Na sua febre gritou por fruta e bebida refrescante. Saladino mandou-lhe peras, maçãs e neve e também seu próprio médico. A 2 de setembro de 1192 os dois heróis assinaram uma paz de três anos, e dividiram a Palestina: Ricardo ficaria com todas as cidades costeiras que conquistara, de Acre a Jafa; muçulmanos e cristãos teriam passagem livre para o território dos outros, e peregrinos seriam protegidos em Jerusalém; mas esta cidade permaneceria em poder dos muçulmanos. (Talvez os mercadores italianos, interessados principalmente no controle dos portos, tivessem persuadido Ricardo a ceder a Cidade Santa em troca da área costeira.) A paz foi celebrada com festas e torneios. "Somente Deus", diz o cronista de Ricardo, "sabe o deleite sem fim dos dois povos";[38] durante um momento os homens cessaram de se odiar. Ao embarcar em seu navio para a Inglaterra, Ricardo enviou uma última nota de desafio a Saladino, prometendo voltar dentro de três anos e tomar Jerusalém. Saladino replicou que se tivesse que perder suas terras ele o faria com a maior boa vontade para Ricardo do que para qualquer outro homem vivo.[39]

A moderação, paciência e justiça de Saladino haviam derrotado o brilho, a coragem e a arte militar de Ricardo. A relativa unidade e fidelidade dos chefes muçulmanos triunfaram sobre as divisões e deslealdades dos chefes feudais; e uma curta linha de abastecimentos na retaguarda dos sarracenos provou ser de maior vantagem do que o controle cristão dos mares. As virtudes e faltas cristãs foram melhor exemplificadas no sultão muçulmano do que no rei cristão. Saladino era religioso a ponto de fazer perseguição, e isso permitiu que ele agisse com violência desarrazoada contra os Templários e Hospitalários. Geralmente, era gentil para com os fracos, misericordioso para com os vencidos e tão superior a seus inimigos em fidelidade a sua palavra, que cronistas cristãos admiravam-se de como uma teologia tão errada podia produzir um homem tão fino. Tratava seus criados com gentileza e ele pessoalmente ouvia a todas as petições. "Desprezava o dinheiro como ao pó" e deixou apenas um dinar em seu tesouro pessoal.[40] Não muito antes de sua morte deu ao filho ez-Zahir instruções que nenhum filósofo cristão poderia ultrapassar:

> Meu filho, recomendo-te ao mais alto Deus... Faze a Sua vontade, pois nisso repousa a paz. Abstém-te do derrame de sangue... porque o sangue derramado nunca descansa. Procura conquistar o coração de teu povo, e vigia a sua propriedade; pois é para assegurar a felicidade dele que és nomeado por Deus e por mim. Tenta ganhar o coração de teus ministros, nobres e emires. Se me tornei grande foi porque conquistei o coração de homens por meio da bondade e gentileza.[41]

Saladino morreu em 1193, com a idade de apenas 55 anos.

VII. A QUARTA CRUZADA: 1202-1204

A Terceira Cruzada libertara Acre, mas havia deixado Jerusalém irredimida; tratava-se de um resultado desanimadoramente pequeno da participação dos maiores reis da Europa. O afogamento de Barba-Roxa, a deserção de Filipe Augusto, o brilhante fracasso de Ricardo, as intrigas inescrupulosas de cavaleiros cristãos na Terra Santa, os conflitos entre Templários e Hospitalários e a renovação da guerra entre a Inglaterra e a França quebraram o orgulho da Europa e enfraqueceram ainda mais a segurança teológica da cristandade. Mas a morte prematura de Saladino e a fragmentação de seu império trouxeram novas esperanças. Inocêncio III (1198-1216) no início do seu pontificado exigiu outro esforço; e Fulk de Neuilly, simples sacerdote, pregou a Quarta Cruzada aos homens comuns e aos reis. Os resultados foram desanimadores. O Imperador Frederico II era um menino de quatro anos; Filipe Augusto julgava que uma Cruzada bastava para uma vida; e Ricardo I, esquecendo-se de sua última palavra a Saladino, ria-se das exortações de Fulk. "Aconselha-me", disse ele, "a deixar minhas três filhas — orgulho, avareza e incontinência. Lego-as àquele que mais merecer: meu orgulho aos Templários, minha avareza aos monges de Cîteaux, minha incontinência aos prelados."[42] Mas Inocêncio persistiu. Sugeriu que uma campanha contra o Egito poderia obter êxito pelo controle italiano do Mediterrâneo, e ofereceria um meio de se aproximar de Jerusalém, tendo o rico e fértil Egito como base de operações. Depois de muito regatear, Veneza concordou, mediante o pagamento de 85.000 marcos de prata ($ 8.500.000), em fornecer embarcações para 4.500 cavaleiros e cavalos, 9.000 escudeiros, 20.000 homens de infantaria e abastecimentos para nove meses; forneceria também 50 galés de guerra, mas sob a condição de que a metade dos despojos da conquista iria para a República Veneziana.[43] Todavia os venezianos não tinham intenção de atacar o Egito; ganhavam milhões todos os anos pela exportação de madeira, ferro e armas para o Egito, e importação de escravos; não se propunham a pôr em perigo esse comércio com a guerra, ou dividi-lo com Pisa e Gênova. Enquanto negociavam com a comissão de cruzados, fizeram um tratado secreto com o sultão do Egito, garantindo esse país contra a invasão (1201).[44] Ernoul, cronista contemporâneo, alega que Veneza recebeu grande suborno para desviar a Cruzada da Palestina.[45]

No verão de 1202 as novas hostes reuniram-se em Veneza. Estavam lá o marquês Bonifácio de Montferrat, o conde Luís de Blois, o conde Balduíno de Flandres, Simão de Montfort, de fama albigense, e, entre muitos outros notáveis, Godofredo de Villehardouin (1160-1213), marechal da Champagne, que não apenas desempenharia papel importante na diplomacia e nas campanhas da Cruzada, mas conservaria como tesouro sagrado sua história escandalosa em memórias destinadas a salvar as aparências que marcaram o início da literatura em prosa da França. A França, como sempre, forneceu a maioria dos cruzados. Todo homem recebeu instrução para trazer uma soma em dinheiro proporcional a seus meios, a fim de arrecadar os 85.000 marcos a serem pagos a Veneza pelas suas despesas. Faltaram 34.000 marcos para completar o total. Então Enrico Dandolo, o mais cego doge "de grande coração", com toda a santidade dos seus 94 anos, propôs que o saldo não pago deveria ser perdoado se os cruzados ajudassem Veneza a tomar Zara, que constituía então o porto mais importante do Adriático depois da própria Veneza. Zara tinha sido conquistada por Veneza em 998, muitas vezes se revoltara e fora subjugada; pertencia na ocasião à Hungria e constituía

a única saída desse país para o mar; sua riqueza e poder estavam crescendo e Veneza temia sua competição no comércio adriático. Inocêncio III condenou a proposta como infame e ameaçou excomungar todos os que dela participassem. Mas o maior e mais poderoso dos papas não pôde fazer ouvir sua voz acima do clamor do ouro. As frotas combinadas atacaram Zara, tomaram-na em cinco dias e dividiram os despojos. Então os cruzados enviaram uma embaixada ao Papa pedindo sua absolvição; ele a deu, mas exigiu a restituição da presa de guerra; eles lhe agradeceram a absolvição, mas ficaram com a presa. Os venezianos ignoraram as excomunhões e procederam à segunda parte de seu plano — a conquista de Constantinopla.

A monarquia bizantina nada havia aprendido das Cruzadas. Ajudou pouco e obteve muito lucro; reconquistou a maior parte da Ásia Menor, e olhava com equanimidade o enfraquecimento mútuo do Islã e do Ocidente em sua luta pela Palestina. O Imperador Manuel havia prendido milhares de venezianos em Constantinopla e acabara durante algum tempo com o privilégio comercial veneziano naquela capital (1171).[46] Isaque Ângelo II (1185-95) não tivera escrúpulo em aliar-se com os sarracenos.[47] Em 1195 Isaque foi deposto, preso e cegado pelo seu irmão Aleixo III. O filho de Isaque, também de nome Aleixo, fugiu para a Alemanha; em 1202 dirigiu-se a Veneza, pediu ao Senado veneziano e aos cruzados que socorressem e restaurassem o pai; e prometeu em troca tudo que Bizâncio podia fornecer para seu ataque contra o Islã. Dandolo e os barões franceses fizeram uma dura barganha com o jovem: este foi persuadido a prometer aos cruzados 200.000 marcos de prata, equipar um exército de 10.000 homens para serviço na Palestina e submeter a Igreja Ortodoxa Grega ao papa romano.[48] A despeito deste sutil ensopado, Inocêncio III proibiu aos cruzados, sob pena de excomunhão, atacarem Bizâncio. Alguns nobres recusaram-se a participar da expedição; uma parte do exército considerou-se absolvida da Cruzada, e voltou à pátria. Mas a perspectiva de tomar a cidade mais rica da Europa tornou-se irresistível. A 1º de outubro de 1202, partia a grande frota de 480 navios em meio de muito júbilo, enquanto sacerdotes nos castelos dos navios cantavam *Veni Creator Spiritus*.[49]

Após várias delongas a armada chegou diante de Constantinopla a 24 de junho de 1203. Diz Villehardouin:

> Podeis estar certos de que aqueles que nunca tinham visto Constantinopla abriam agora seus olhos espantados; pois não podiam acreditar que pudesse haver cidade tão rica em todo o mundo, quando viram as altas muralhas e as grandes torres com que ela se guarnecia e os magníficos palácios e altas igrejas, tão numerosos que nenhum homem poderia crer sem vê-los, e a extensão e a largura desta cidade que era soberana de todas as outras. E sabiam que não havia entre nós nenhum homem tão ousado que sua carne não estremecesse a sua vista; e nisso não havia nenhuma maravilha; pois nunca nenhum homem empreendera tarefa tão grande como este nosso assalto, desde o início do mundo.[50]

Um ultimato foi entregue a Aleixo III: devia restituir o trono a seu irmão cego ou ao jovem Aleixo que acompanhava a frota. Quando ele recusou, os cruzados desembarcaram, contra uma fraca oposição, diante das muralhas da cidade; e o velho Dandolo foi o primeiro a tocar a terra. Aleixo III fugiu para a Trácia; os nobres gregos escoltaram Isaque Ângelo da prisão para o trono e em seu nome enviou-se uma mensagem aos chefes latinos, dizendo que ele estava esperando para saudar o filho. Depois de obterem de Isaque uma promessa de que respeitaria os compromissos que o filho

havia feito com eles, Dandolo e os barões entraram na cidade, e o jovem Aleixo IV foi coroado co-imperador. Mas quando os gregos souberam do preço pelo qual ele havia comprado sua vitória, voltaram-se contra ele, de raiva e escárnio. O povo avaliou os impostos que seriam necessários para arrecadar-se o pagamento prometido a seus salvadores; a nobreza ressentiu-se da presença de uma aristocracia e força alienígenas; o clero rejeitou com fúria a proposta de que devia curvar-se perante Roma. Entrementes, alguns soldados latinos, horrorizados de encontrar muçulmanos praticando seu culto numa mesquita de cidade cristã, puseram fogo na igreja muçulmana e mataram os adoradores. O fogo assolou a cidade durante oito dias, alastrou-se por três milhas e transformou considerável parte de Constantinopla em cinzas. Um príncipe de sangue real dirigiu uma revolta popular, matou Aleixo IV, prendeu Isaque Ângelo, ocupou o trono com o nome de Aleixo Ducas V e começou a organizar um exército para expulsar os latinos de seu acampamento de Gálata. Mas os gregos haviam permanecido por muito tempo seguros dentro de suas muralhas para manter as virtudes do seu nome romano. Após um mês de sítio, renderam-se; Aleixo V fugiu e os vitoriosos latinos passaram pela capital como vorazes gafanhotos (1204).

Tanto tempo impedidos de avançar sobre sua presa prometida, agora — na Semana Santa — eles submeteram a rica cidade a um saque como jamais Roma havia sofrido dos vândalos ou godos. Não foram mortos muitos gregos — talvez uns dois mil; mas a pilhagem não teve limites. Os nobres dividiram os palácios entre si e apropriaram-se dos tesouros ali encontrados; os soldados entraram nos lares, igrejas, lojas e tomaram tudo que lhes agradava. As igrejas foram saqueadas não só em ouro, prata e jóias acumulados através de milênios, como também em relíquias sagradas que posteriormente seriam revendidas na Europa Ocidental a bom preço. Santa Sofia sofreu mais danos do que os turcos iriam infligir-lhe em 1453;[51] o grande altar foi feito em pedaços a fim de se distribuir sua prata e ouro.[52] Os venezianos, familiarizados com a cidade que outrora os havia recebido bem, como mercadores, conheciam os lugares onde se encontravam os maiores tesouros e roubaram-nos com inteligência superior; estátuas e tecidos, escravos e gemas caíram discriminadamente em suas mãos; os quatro cavalos de bronze que contemplavam a cidade grega saltariam agora sobre a Praça de São Marcos; nove décimos das coleções de arte e jóias que distinguiriam mais tarde o Tesouro de São Marcos provieram desse roubo bem dirigido.[53] Fez-se alguma tentativa para limitar o saque; muitos soldados modestamente se contentaram com prostitutas; mas Inocêncio III queixou-se de que a lascívia reprimida dos latinos não poupou nem idade nem sexo nem a profissão religiosa e que freiras gregas tiveram de suportar os amplexos de camponeses e criados franceses ou venezianos.[54] Em meio à pilhagem, bibliotecas foram rebuscadas e preciosos manuscritos arruinados ou perdidos; dois novos incêndios consumiram bibliotecas e museus bem como igrejas e casas; das peças de Sófocles e Eurípides, até então preservadas completas, somente uma pequena parte sobreviveu. Milhares de obras-primas de arte foram roubadas, mutiladas ou destruídas.

Quando acalmou a fúria da rapina, os nobres latinos escolheram Balduíno de Flandres para a chefia do reino latino de Constantinopla (1204) e fizeram do francês a sua língua oficial. O Império Bizantino ficou dividido em domínios feudais, cada um governado por um nobre latino. Veneza, desejosa de controlar as rotas de comércio, assegurou para si Adrianópolis, o Epiro, a Acarnânia, as Ilhas Jônias, parte do Peloponeso, a Eubéia, as Ilhas Egéias, Gallipoli, e três oitavos de Constantinopla; os genove-

ses perderam suas feitorias e postos avançados em Bizâncio; e Dandolo, agora coxeando em coturnos imperiais, tomou o título de "Doge de Veneza, Senhor de um Quarto e um Oitavo do Império Romano";[55] logo depois morria no gozo completo de seu inescrupuloso êxito. O clero grego foi em grande parte substituído por elementos latinos, em alguns casos ingressos nas ordens sacras, nessa ocasião; e Inocêncio III, que ainda protestava contra o ataque, aceitou, com graça, a formal reunião da Igreja grega com a latina. A maioria dos cruzados regressou à pátria com seus despojos; alguns se estabeleceram nos novos domínios; apenas um punhado alcançou a Palestina, mas sem resultado. Talvez os cruzados julgassem que Constantinopla, em suas mãos, fosse uma base mais poderosa contra os turcos do que Bizâncio havia sido. Mas gerações de luta entre latinos e gregos absorviam agora a vitalidade do mundo grego; o Império Bizantino nunca se refez do golpe; e a tomada de Constantinopla pelos latinos preparou, através de dois séculos, a sua conquista pelos turcos.

VIII. O COLAPSO DAS CRUZADAS: 1212-1291

O escândalo da Quarta Cruzada, acrescentado em uma década ao malogro da Terceira, não trouxe nenhum conforto a uma fé cristã que dentro em breve enfrentaria a redescoberta de Aristóteles e o sutil racionalismo de Averróis. Pensadores esforçaram-se muito para explicar por que havia Deus permitido a derrota de Seus defensores em causa tão santa e concedido êxito somente à vilania veneziana. Em meio a ess dúvidas ocorreu às almas simples que apenas a inocência poderia reconquistar a cidadela de Cristo. Em 1212 um jovem alemão vagamente conhecido na história como Nicolau anunciou que Deus o encarregara de conduzir uma Cruzada de crianças para a Terra Santa. Sacerdotes bem como leigos condenaram-no, mas a idéia alastrou-se prontamente em uma idade mais do que nunca sujeita às ondas de entusiasmo emocional. Pais lutaram para deter os filhos, mas milhares de meninos (e algumas meninas em roupa de meninos), de 12 anos em média, escaparam e seguiram Nicolau, talvez contentes em fugir do governo do lar para a liberdade da estrada. A massa de 30.000 crianças, partindo em grande parte de Colônia, atravessou o Reno e os Alpes. Muitos morreram de fome; alguns, desgarrados, foram devorados pelos lobos; ladrões misturaram-se com os caminhantes e roubaram suas roupas e alimentos. Os sobreviventes chegaram a Gênova, onde italianos grosseiros sorriam deles, duvidosos; navio algum queria levá-los à Palestina. E quando apelaram para o Papa Inocêncio III, este lhes aconselhou gentilmente que voltassem para casa. Alguns, desconsoladamente, tornaram de volta através dos Alpes; muitos estabeleceram-se em Gênova e aprenderam os costumes de um mundo comercial.

Na França, nesse mesmo ano, um pastor de 12 anos chamado Estêvão procurou Filipe Augusto e anunciou que Cristo, aparecendo-lhe quando ele cuidava de seu rebanho, o havia aconselhado a conduzir uma Cruzada de crianças para a Palestina. O rei ordenou-lhe que voltasse para seus carneiros; no entanto 20.000 jovens reuniram-se para seguir sob a direção de Estêvão. Caminharam através da França para Marselha, onde, segundo Estêvão lhes prometera, o oceano se dividiria para permitir que eles alcançassem a Palestina de pés enxutos. Mas o mar não atendeu ao desejo dos meninos. Dois proprietários de navios ofereceram-se, então, para levá-los ao seu destino sem despesa alguma. Embarcaram em sete navios e partiram entoando hinos de

vitória. Dois dos navios naufragaram ao largo da Sardenha, com a perda de todos a bordo; as outras crianças, levadas à Tunísia ou Egito, foram vendidas como escravos. Os proprietários dos navios foram enforcados por ordem de Frederico II.[56]

Três anos depois Inocêncio III, no Quarto Concílio de Latrão, novamente apelou para a Europa a fim de que reconquistasse a terra de Cristo, e renovou o plano que Veneza havia feito malograr — um ataque contra o Egito. Em 1217, a Quinta Cruzada partiu da Alemanha, Áustria e Hungria, sob o comando do rei húngaro André, e alcançou sem novidade Damieta, na boca extremo-oriental do Nilo. A cidade caiu após um ano de sítio; e Malic al-Camil, o novo sultão do Egito e Síria, fez proposta de paz — a entrega da maior parte de Jerusalém, a libertação de prisioneiros cristãos, a devolução da Cruz Verdadeira. Os cruzados exigiram também uma indenização, que al-Camil recusou. A guerra reiniciou-se, mas continuou muito mal; reforços esperados não chegaram; finalmente uma trégua de oito anos foi assinada, pela qual os cruzados obtinham a Cruz Verdadeira, mas restituíam Damieta aos muçulmanos. Essa trégua exigia ainda a evacuação de todas as tropas cristãs do solo egípcio.

Os cruzados inculparam Frederico II, o jovem imperador da Alemanha e Itália, pela sua tragédia. Ele havia recebido o voto de cruzado em 1215 e prometido unir-se aos sitiantes em Damieta; mas complicações políticas na Itália e talvez uma fé insuficiente detiveram-no. Em 1228, embora excomungado por causa do seu atraso, Frederico partiu para a Sexta Cruzada. Chegando à Palestina, não recebeu nenhum auxílio dos bons cristãos dali, os quais expulsaram um proscrito da Igreja. Ele enviou emissários a al-Camil que estava agora à testa do exército sarraceno em Nablus. Al-Camil respondeu cortesmente; e o embaixador do sultão, Fakhrud Din, ficou impressionado com o conhecimento da língua, literatura, ciência e filosofia árabes por parte de Frederico. Os dois soberanos começaram uma amistosa troca de cumprimentos e idéias; e para espanto da cristandade e do Islã assinaram um tratado (1229) pelo qual al-Camil cedia a Frederico Acre, Jafa, Sídon, Nazaré, Belém e toda Jerusalém, exceto o recinto — sagrado para o islamismo — que contém o Domo da Rocha. Peregrinos cristãos tinham de ser admitidos a esse recinto para realizar suas preces no local do templo de Salomão; e direitos similares seriam gozados pelos maometanos em Belém. Todos os prisioneiros seriam postos em liberdade; e durante 10 anos e 10 meses cada uma das partes se conservou fiel à paz.[57] O imperador excomungado tivera êxito num ponto em que durante um século o cristianismo nada conseguira; as duas culturas colocadas juntas durante um momento, em mútuo respeito e entendimento, acharam que era possível serem amigas. Os cristãos da Terra Santa rejubilaram-se, mas o Papa Gregório IX denunciou o pacto como insulto à cristandade, e recusou-se a ratificá-lo. Após a partida de Frederico, a nobreza cristã da Palestina assumiu o controle de Jerusalém, e aliou o poderio cristão na Ásia com o governador muçulmano de Damasco contra o sultão egípcio (1244). Este último chamou em sua ajuda os turcos khwarazmianos, que tomaram Jerusalém, saquearam-na e massacraram grande número de seus habitantes. Dois meses depois Baibars derrotou os cristãos em Gaza, e uma vez mais Jerusalém caiu em poder do islamismo (outubro de 1244).

Enquanto Inocêncio IV pregava a Cruzada contra Frederico II e oferecia a todos aqueles que combatessem o imperador na Itália a mesma graça e privilégios concedidos aos que serviam na Terra Santa, São Luís, o Luís IX, de França, organizava a Sétima Cruzada. Logo depois da queda de Jerusalém, o rei francês tomou a cruz e persuadiu seus nobres a que procedessem do mesmo modo; a alguns que relutavam,

ele presenteou, no Natal, com roupas custosas contendo uma cruz tecida dentro. Trabalhou para reconciliar Inocêncio com Frederico, de maneira que uma Europa unida pudesse apoiar a Cruzada. Inocêncio recusou; e em lugar disso ele enviou um frade — Giovanni de Piano Carpini, ao Grande Cã, propondo uma união de mongóis e cristãos contra os turcos; o Cã replicou propondo a submissão da cristandade ao poder muçulmano. Finalmente, em 1248, Luís IX partiu com seus cavaleiros franceses, inclusive João, *sieur* de Joinville, que narraria as proezas de seu rei em uma crônica famosa. A expedição atingiu Damieta e logo a tomou; mas a inundação anual do Nilo, que havia sido esquecida no planejamento da campanha, começou assim que chegaram, os cruzados e em tal extensão mergulhou o país sob as águas que ficaram confinados a Damieta durante meio ano. Eles não o lamentaram absolutamente. "Os barões", diz Joinville, "começaram a oferecer grandes festas... e o povo comum a dormir com mulheres impudicas."[58] Quando o exército reiniciou sua marcha, estava enfraquecido pela fome, doença e deserção, e debilitado pela indisciplina. Em Mansura, a despeito de lutar corajosamente, foi derrotado e debandou num tropel selvagem. Dez mil cristãos foram aprisionados, inclusive o próprio Luís IX que havia desfalecido de disenteria (1250). Um médico árabe curou-o; depois de um mês de atribulações, libertou-se, mas somente em troca da entrega de Damieta e de um resgate de 500.000 *livres* ($3.800.000). Quando Luís concordou com esse enorme resgate, o sultão reduziu-o a um quinto e fiou ao rei a metade não paga.[59] Luís IX levou o remanescente de seu exército para Acre e ali permaneceu durante quatro anos, conclamando em vão a Europa a cessar suas guerras e unir-se a ele em nova campanha. Despachou o monge Guilherme de Rubruquis ao Cã mongol renovando o convite de Inocêncio — mas com o mesmo insucesso. Em 1254 regressou à França.

Durante os anos em que esteve no Levante acalmou ali o facciosismo dos cristãos; sua partida reanimou-o. De 1256 a 1260 uma guerra civil dos venezianos contra os genoveses nos portos sírios arrastou todas as facções e debilitou as forças cristãs na Palestina. Aproveitando a oportunidade, Baibars, o escravo sultão do Egito, marchou pela costa e tomou as cidades cristãs, uma após outra: Cesaréia (1265), Safad (1266), Jafa (1267), Antioquia (1268). Os cristãos aprisionados foram mortos ou escravizados, e Antioquia ficou tão devastada com saques e incêndios que nunca mais se recobrou.

Animado de novo fervor em sua velhice, Luís IX tomou a cruz pela segunda vez (1267). Seus três filhos seguiram-lhe o exemplo; mas a nobreza francesa repeliu seus planos como quixotescos, e recusou-se a aderir; o próprio Joinville, que o amava, não quis saber de sua Oitava Cruzada. Desta vez o rei, prudente no governo e tolo na guerra, desembarcou suas inadequadas forças na Tunísia, esperando converter seu bei ao cristianismo, e atacar o Egito do ocidente. Mal tinha tocado o solo africano quando "caiu doente de fluxo no estômago"[60] e morreu com a palavra "Jerusalém" nos lábios (1270). Um ano depois, o príncipe Eduardo da Inglaterra desembarcou em Acre, corajosamente dirigiu algumas surtidas inúteis e apressou-se em regressar para aceitar a coroa inglesa.

O desastre final surgiu quando alguns aventureiros cristãos assaltaram uma caravana muçulmana na Síria, enforcaram 19 mercadores muçulmanos e saquearam várias cidades maometanas. O sultão Calil exigiu satisfação; não recebendo nenhuma, marchou contra Acre, o mais poderoso posto avançado cristão na Palestina; tomando-o após um sítio de 43 dias, permitiu que seus homens massacrassem ou escravizassem 60.000 prisioneiros (1291). Tiro, Sídon, Haifa e Beirute caíram logo depois. O reino

latino de Jerusalém manteve uma existência espectral durante algum tempo nos títulos de potentados vaidosos e, durante dois séculos, uns poucos aventureiros ou entusiastas encetaram esforços esporádicos e fúteis para reiniciar o "Grande Debate"; mas a Europa sabia que as Cruzadas haviam chegado ao fim.

IX. OS RESULTADOS DAS CRUZADAS

As Cruzadas malograram em seus propósitos diretos e confessados. Depois de dois séculos de guerra, Jerusalém estava nas mãos dos ferozes mamelucos, e peregrinos cristãos tornaram-se menos numerosos e mais temerosos do que antes. Os países muçulmanos, outrora tolerantes quanto à diversidade religiosa, haviam-se tornado intolerantes por causa dos ataques. Os portos palestinos e sírios que haviam sido tomados para o comércio italiano perderam-se todos sem exceção. A civilização muçulmana mostrara-se superior à cristã em refinamento, conforto, educação e guerra. O esforço magnífico dos papas no sentido de proporcionar paz à Europa por meio de um propósito comum fora esmagado pelas ambições nacionalistas e pelas "cruzadas" de papas contra imperadores.

O feudalismo refez-se com dificuldade de seu malogro nas Cruzadas. Adequado à aventura individualista e heroísmo dentro de um estreito limite, não soubera como ajustar seus métodos aos climas orientais e campanhas distantes. Errara imperdoavelmente quanto ao problema dos abastecimentos ao longo de uma extensa linha de comunicações. Desgastara seus equipamentos e embotara o espírito, não conquistando a Jerusalém muçulmana mas sim a Bizâncio cristã. Para financiar suas expedições ao Levante, muitos cavaleiros haviam vendido ou penhorado suas propriedades ao senhor, emprestador de dinheiro, Igreja ou rei; por um certo preço haviam renunciado a seus direitos sobre muitas cidades dos seus domínios; a muitos campo ıeses venderam a remissão de futuras obrigações feudais. Milhares de servos haviam usado o privilégio de cruzados para deixar a terra, e milhares deles jamais retornaram a seus feudos. Enquanto a riqueza e as armas feudais desviavam-se para o leste, o poder e a riqueza da monarquia francesa aumentaram como um dos grandes resultados das Cruzadas. Ao mesmo tempo, os dois impérios romanos enfraqueceram-se: os imperadores do Ocidente perderam o prestígio pelos seus fracassos na Terra Santa e seus conflitos com um papado exaltado pelas Cruzadas; e o Império do Oriente, embora renascido em 1261, nunca reconquistou sua antiga força ou reputação. As Cruzadas, entretanto, tiveram este resultado: sem elas os turcos teriam tomado Constantinopla muito antes de 1453. Pois também o Islã foi enfraquecido pelas Cruzadas e caiu mais facilmente ante a torrente mongol.

Algumas das ordens militares tiveram trágico destino. Os Hospitalários que sobreviveram ao morticínio de Acre fugiram para Chipre. Em 1310 tomaram Rodes dos muçulmanos, modificaram seu nome para Cavaleiros de Rodes e governaram a ilha até 1522; expulsos pelos turcos transferiram-se para Malta, tornando-se os Cavaleiros de Malta, e continuaram a viver ali até sua dissolução em 1799. Os Cavaleiros Teutônicos, depois da queda de Acre, transferiram sua sede para Marienburgo, na Prússia, que haviam conquistado dos eslavos para a Alemanha. Os Templários, expulsos da Ásia, reorganizaram-se na França. Possuindo ricas terras em toda a Europa, estabeleceram-se para gozar suas rendas. Isentos de tributação, emprestavam dinheiro a juros mais baixos do que os lombardos e judeus, e colheram excelentes proventos. Diferen-

tes dos Hospitalários, não mantiveram nenhum hospital, não criaram nenhuma escola nem socorreram os pobres. Por fim sua riqueza acumulada, seu estado armado dentro do Estado, sua insubordinação ao poder real levantaram a inveja, o medo e a ira do rei Filipe IV, o Belo. Em 12 de outubro de 1310, por sua ordem e sem aviso prévio todos os Templários da França foram detidos e o selo real aposto em todos os seus bens. Filipe acusou-os de se entregarem a luxúrias homossexuais, de terem perdido sua fé cristã por causa do longo contacto com o Islã, de negar a Cristo e cuspir na cruz, de adorar ídolos, de estarem aliados secretamente com muçulmanos e de terem repetidas vezes traído a causa cristã. Um tribunal de prelados e monges, leal ao rei, interrogou os detidos; eles negaram as acusações reais e foram submetidos a torturas para que confessassem. Alguns, amarrados pelos punhos, eram suspensos e largados repetidas vezes; outros tiveram seus pés descalços colocado sobre chamas; a outros foram introduzidas estilhas pontudas nas unhas; de outros arrancavam um dente por dia. Alguns tiveram grandes pesos suspensos nos órgãos genitais; outros foram mortos lentamente de fome. Em muitos casos empregaram-se todos estes recursos, de maneira que a maioria dos presos, quando examinados de novo, estavam mais mortos do que vivos. Um deles mostrou os ossos que haviam caído de seus pés torrados. Muitos admitiram todas as acusações do rei; alguns declararam que a vida e a liberdade lhes haviam sido prometidas pelo poder real, se admitissem as alegações do governo. Vários morreram no cárcere; outros se suicidaram; 59 foram queimados na fogueira (1310), protestando inocência até o fim. Du Molay, o grão-mestre da Ordem, confessou debaixo de tortura; levado à fogueira retirou sua confissão e os inquisidores propuseram-se a julgá-lo de novo. Filipe reprovou a demora e ordenou que ele fosse imediatamente queimado; e a presença real coonestou a execução. Todas as propriedades dos Templários na França foram confiscadas pelo Estado. O Papa Clemente V protestou contra esse procedimento; o clero francês apoiou o rei; o Papa, um virtual prisioneiro em Avinhão, cessou a resistência e aboliu a Ordem, a mandado de Filipe (1312). Eduardo II, também necessitando de dinheiro, confiscou as propriedades dos Templários na Inglaterra. Parte da riqueza esbulhada por Filipe e Eduardo foi entregue à Igreja; outra parte foi doada pelos reis aos favoritos, que por este meio fundaram grandes feudos e apoiaram os reis contra a nobreza feudal mais antiga.

Possivelmente alguns dos cruzados haviam aprendido no Oriente uma nova tolerância para as perversões sexuais; isto e a reintrodução dos banhos públicos e latrinas particulares no Ocidente podem ser incluídos entre os resultados das Cruzadas. Provavelmente, devido ao contacto com o Levante muçulmano, tenham os europeus voltado ao velho costume romano de fazer a barba.[61] Um milheiro de vocábulos árabes entrou nas línguas européias. Romances orientais introduziram-se na Europa e encontraram nova roupagem nos vernáculos nascentes. Os cruzados, impressionados pelo vidro esmaltado dos sarracenos, podem ter trazido do Oriente os segredos técnicos que resultaram no vidro colorido aperfeiçoado das catedrais góticas evoluídas.[62] O compasso, a pólvora e a imprensa eram conhecidos no Oriente antes do fim das Cruzadas, e podem ter vindo para a Europa no dorso da vaga de retorno. Aparentemente os cruzados eram demasiado incultos para se interessarem pela poesia, ciência ou filosofia "árabes". As influências muçulmanas em tais campos vieram antes por intermédio da Espanha e Sicília do que pelos contactos das Cruzadas. Influências culturais gregas foram sentidas pelo Ocidente depois da tomada de Constantinopla; assim, Guilherme de Moerbeke, arcebispo flamengo de Corinto, forneceu a Tomás de Aqui-

no traduções de Aristóteles feitas diretamente do original. Em geral a descoberta, pelos cruzados, de que os adeptos de outra religião podiam ser tão civilizados, humanos e dignos como eles próprios, senão mais, deve ter desorientado alguns espíritos e contribuído para o enfraquecimento da crença ortodoxa nos séculos XIII e XIV. Historiadores como Guilherme, arcebispo de Tiro, falavam da civilização muçulmana com respeito, às vezes com uma admiração que teriam chocado os rudes guerreiros da Primeira Cruzada.[63]

O poder e o prestígio da Igreja Romana foram imensamente elevados pela Primeira Cruzada e progressivamente prejudicados pelas outras. A visão de diversos povos, de barões senhoriais e cavaleiros orgulhosos, às vezes de imperadores e reis, unidos em uma causa religiosa conduzida pela Igreja, elevou o *status* do pontificado. Legados papais entraram em todos os países e dioceses para estimular o recrutamento e reunir fundos para as Cruzadas; sua autoridade usurpava, muitas vezes superava, a da hierarquia; e por intermédio deles os fiéis tornavam-se quase que diretamente tributários do papa. As coletas assim feitas tornaram-se habituais e logo se aplicaram a muitos propósitos além do das Cruzadas; o papa adquiriu, para grande descontentamento dos reis, o poder de tributar seus súditos e desviar para Roma grandes somas que podiam ter ido para os cofres reais ou satisfeito necessidades locais. A distribuição das indulgências para o serviço de 40 dias na Palestina constituía uma legítima aplicação da ciência militar; a concessão de favores similares àqueles que pagavam as despesas de um cruzado parecia perdoável; a extensão de tais indultos aos que contribuíam para os fundos dirigidos pelos papas, ou que combatiam nas guerras papais da Europa contra Frederico, Manfredo, ou Conrado, tornou-se uma fonte adicional de irritação para os monarcas, e de humor para os escritores satíricos. Em 1241, Gregório IX instruiu o legado na Hungria para comutar, mediante pagamento em dinheiro, os votos de pessoas comprometidas em uma Cruzada, e empregou os resultados líquidos no financiamento de sua luta de vida ou morte contra Frederico II.[64] Trovadores provençais criticaram a Igreja por desviar a ajuda da Palestina, oferecendo iguais indultos para uma Cruzada contra os heréticos albigenses na França.[65] "Os fiéis admiraram-se", escreve Mateus Paris, "de que a mesma indulgência plenária de pecados fosse prometida tanto para o derramamento de sangue cristão como para o de infiéis."[66] Para financiar sua Cruzada, muitos proprietários de terra venderam ou hipotecaram suas propriedades a igrejas ou mosteiros a fim de levantar fundos. Deste modo alguns mosteiros adquiriram vastas propriedades; quando o malogro das Cruzadas diminuiu o prestígio da Igreja, sua riqueza tornou-se alvo direto da inveja real, ressentimento popular e reprovação da crítica. Alguns atribuíam os desastres de Luís IX em 1250 à campanha simultânea de Inocêncio IV contra Frederico II. Cépticos tornados ousados asseguravam que o fracasso das Cruzadas refutava a afirmativa do Papa de que era o vigário ou representante de Deus na terra. Quando, depois de 1250, monges solicitaram fundos para novas Cruzadas, alguns de seus ouvintes, humorística ou amargamente, chamaram os pedintes e deram-lhes esmolas em nome de Maomé, pois este, diziam eles, havia-se mostrado mais poderoso do que Cristo.[67]

Depois do enfraquecimento da crença cristã, o principal resultado das Cruzadas consistiu no estímulo da vida secular na Europa pelo conhecimento da indústria e do comércio muçulmanos. A guerra faz um bem: ensina a geografia aos povos. Os mercadores italianos que se enriqueceram nas Cruzadas aprenderam a fazer bons mapas do Mediterrâneo; os cronistas monacais que acompanharam os cavaleiros receberam e

transmitiram uma nova concepção da vastidão e variedade da Ásia. O gosto pela exploração e viagem foi estimulado; e roteiros de viagem apareceram para orientar os peregrinos pela Terra Santa. Médicos cristãos aprenderam dos praticantes judeus e muçulmanos, e a cirurgia tirou proveito das Cruzadas.

O comércio seguiu a cruz e talvez a cruz fosse orientada pelo comércio. Os cavaleiros perderam a Palestina, mas as frotas mercantes italianas conseguiram o controle do Mediterrâneo não somente do Islã como também de Bizâncio. Veneza, Gênova, Pisa, Amalfi, Marselha, Barcelona já tinham comerciado com o Oriente muçulmano, o Bósforo e o Mar Negro, mas este tráfico foi imensamente ampliado pelas Cruzadas. A conquista veneziana de Constantinopla, o transporte de peregrinos e guerreiros para a Palestina, a compra de abastecimentos para os cristãos e outros no Oriente, a importação de produtos orientais para a Europa — tudo isso apoiava um grau de comércio e transporte marítimo desconhecidos desde os dias mais florescentes da Roma imperial. Sedas, açúcar, especiarias — pimenta, gengibre, cravo-da-Índia, cinamomo — raros luxos na Europa do século XI — vieram para ela em deliciosa abundância. Plantas, espigas e árvores já conhecidas na Europa por meio da Espanha muçulmana eram agora transplantadas em maior quantidade do Oriente para o Ocidente — milho, arroz, sésamo, alfarroba, limão, melão, pêssego, abricó, cereja, tâmara... escalônia teve seu nome derivado do porto de Ascalão, que a embarcava para o Ocidente; e os abricós eram desde há muito conhecidos como "ameixas de Damasco".[68] Damascos, musselines, cetins, veludos, tapeçarias, tinturas, pós, perfumes e gemas vieram do Islã para adornar ou perfumar lares e corpos feudais e burgueses.[69] Espelhos de chapas de vidro com camada metálica substituíam agora os de bronze ou aço polido. A Europa aprendeu do Oriente a refinação de açúcar e a fabricação do vidro "veneziano".

Novos mercados no Oriente desenvolveram a indústria italiana e flamenga e promoveram o crescimento da cidade e da classe média. Técnicas aperfeiçoadas no sistema bancário foram introduzidas de Bizâncio e do Islã; surgiram novas formas e instrumentos de crédito; mais dinheiro circulou, mais idéias, mais homens. As Cruzadas começaram com um feudalismo agrícola inspirado pelo barbarismo germânico, e misturado com o sentimento religioso; terminaram com o surgimento da indústria e a expansão do comércio, numa revolução econômica que antecipou e financiou a Renascença.

CAPÍTULO XXIV

A Revolução Econômica

1066 — 1300

I. O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO

TODO florescimento cultural tem suas raízes e encontra alimento em uma expansão do comércio e da indústria. A conquista, pelos muçulmanos, dos portos e do comércio de leste e do sul do Mediterrâneo, as incursões dos muçulmanos, dos vikings e dos magiares, a anarquia política durante o domínio dos sucessores de Carlos Magno levaram a vida econômica e mental da Europa ao nadir, nos séculos IX e X. A proteção feudal e a reorganização da agricultura, a transformação dos piratas escandinavos em camponeses e mercadores normandos, a derrota e a conversão dos hunos, a reconquista do Mediterrâneo pelo comércio italiano, a reabertura do Levante pelas Cruzadas e o contacto vivificante do Ocidente com as civilizações mais avançadas do Islã e de Bizâncio produziram, no século XII, oportunidade e estímulo para a reabilitação da Europa, fornecendo os meios materiais para o florescimento cultural do século XII e do meridiano medieval do século XIII. Tanto para a sociedade, como para o indivíduo, *primum est edere, deinde philosophari* — o comer vem antes da filosofia, a riqueza antes da arte.

O primeiro passo, no sentido da restauração econômica, foi a remoção dos obstáculos ao comércio interno. Governos de pouca visão haviam imposto centenas de gravames ao transporte e à venda de mercadorias — entradas de portos, travessia de pontes, uso de estradas, rios ou canais, ofertas de mercadorias em mercados ou feiras. Os barões feudais julgavam-se no direito de exigir o pagamento de taxas pelas mercadorias que passavam por seus domínios, como os Estados fazem agora — sendo que alguns deles, por meio de escoltas e conveniente hospitalidade, chegavam a prestar reais serviços e proteção aos mercadores. (Certas mansões feudais dependuravam seus escudos ou exibiam seus brasões de armas sobre os portais. como sinal de que estavam prontas a fornecer hospitalidade. Daí, mais tarde, os nomes de hospedagens de beira de estrada: "A Águia Vermelha", "O Leão de Ouro", "O Urso Cinzento".) Mas o resultado da interferência estatal e feudal foi a criação de 62 postos de arrecadação de taxas no Reno, 74 no Loire, 35 no Elba, 77 no Danúbio... Um mercador pagava 60 por cento de sua carga para transportá-la pelo Reno.[1] Lutas feudais, soldadesca indisciplinada, barões salteadores, piratas dos rios e dos mares tornavam as estradas e os caminhos marítimos e fluviais sumamente arriscados para os mercadores e viajantes. A Trégua e a Paz de Deus ajudaram o comércio terrestre, instaurando períodos relativamente seguros para viagens, e o crescente poderio dos reis fez diminuir os roubos, estabeleceu medidas e pesos uniformes, limitou e regulamentou os impostos e aboliu in-

teiramente as taxas cobradas em certas estradas e mercados, por ocasião das grandes feiras.

As feiras constituíam a vida do comércio medieval. Os vendedores ambulantes, naturalmente, levavam pequenas mercadorias de porta em porta, os artesãos vendiam seus produtos em suas lojas, os dias de mercado reuniam nas cidades vendedores e compradores; os barões abrigavam mercados perto de seus castelos, as igrejas os permitiam em seus pátios, os reis os mantinham em *halles* ou armazéns, nas capitais. Mas o comércio internacional e atacadista centralizava-se nas feiras regionais que se realizavam, periodicamente, em Londres e Stourbridge, na Inglaterra; em Paris, Lião, Reims e em Champagne, na França; em Lille, Ypres, Douai e Bruges, em Flandres; em Colônia, Frankfurt, Leipzig e Lübeck, na Alemanha; em Genebra, na Suíça, e em Novgorod, na Rússia.[1]. As mais famosas e populares dessas feiras realizavam-se em Lagny, na região de Champagne, em janeiro; em Bar-sur-Aube, na Quaresma, e Provins, em maio e setembro; e, em Troyes, em setembro e novembro. Cada uma dessas seis feiras durava de seis a sete semanas, de modo que, em sua seqüência, constituíam um mercado internacional que continuava durante quase todo o ano. Eram elas convenientemente localizadas, a fim de colocar os produtos e os mercadores da França, dos Países-Baixos e do vale do Reno em contacto com os da Provença, da Espanha, Itália, África e Oriente. Constituíam, em seu conjunto, uma grande fonte de riqueza e de poderio para a França, no século XII. Tendo-se originado em Troyes, no século V, declinaram quando Filipe IV, (1285-1314), após tomar a região de Champagne de seus condes esclarecidos, fez com que as feiras, por meio de impostos e regulamentos, chegassem a uma situação de penúria. No século XIII, deram elas lugar ao comércio marítimo e aos portos.

Tanto a construção de navios como a navegação progrediram lentamente, desde os tempos romanos. Centenas de cidades costeiras dispunham de bons faróis; muitas delas — como Constantinopla, Veneza, Gênova, Marselha, Barcelona — possuíam amplas docas. Os navios, em geral, eram pequenos, com meio convés ou desprovidos dele, e transportavam cerca de 30 toneladas. Suas limitadas dimensões lhes permitiam subir os rios, penetrando bastante terra adentro; daí cidades como Narbona, Bordéus, Nantes, Ruão, Bruges, Bremen, embora a alguma distância do mar, serem acessíveis a navios transoceânicos, transformando-se em portos florescentes. Alguns navios do Mediterrâneo eram maiores, transportando 600 toneladas e 1.500 passageiros.[2] Veneza ofereceu a Luís IX um navio de 108 pés de comprimento, tripulado por 110 homens. A antiga galera conservava ainda seu tipo regular, com popa grandemente ornamental, um ou dois mastros e velas, e casco baixo, com duas ou três fileiras de remos, os quais podiam chegar até 200. A maioria dos remadores compunha-se de homens livres, alistados; as galeras de escravos eram raras na Idade Média.[3] A arte de velejar contra o vento, conhecida no século VI, desenvolveu-se lentamente até o século XII, quando — principalmente nos navios italianos — foram acrescentadas armações latinas às antigas velas quadradas;[4] mas a principal força propulsiva ainda residia nos remos. A bússola de origem duvidosa, surgiu, na navegação cristã, mais ou menos em 1200. (Pode ter sido originado na Europa, cf. *Speculum,* abril de 1940, p. 146.) Os marinheiros sicilianos valiam-se dele, em águas agitadas, colocando uma agulha magnética em um pivô móvel.[5] Mesmo assim, decorreu outro século antes que os marinheiros (com exceção dos escandinavos) se atrevessem a perder de vista a terra, rumando diretamente através do mar aberto. De 11 de novembro a 22 de fevereiro,

eram excepcionais as viagens oceânicas, sendo proibidas aos navios da Liga Hanseática. A maior parte da navegação, no Mediterrâneo ou no Mar Negro, interrompia-se durante esse período. As viagens marítimas eram tão lentas como na antigüidade. Demorava-se 15 dias para ir de Marselha a Acre. (Acre: porto marítimo da Palestina, assediado pelos cruzados em 1191 e por Napoleão em 1799, e que, na antigüidade, chamava-se Ptolemais.) Não se recomendavam viagens para a saúde; a pirataria e os naufrágios eram numerosos, e os estômagos mais fortes enjoavam. Froissart conta que Sir Hervé de Léon passou 15 dias sacudido entre Southampton e Harfleur, "ficando tão enjoado que, dali por diante, jamais teve boa saúde".[6] Como ínfima compensação, era barato o transporte marítimo: uma moeda de seis *pence* pagava pela travessia do Canal da Mancha, no século XIV — e custos proporcionais, para carga e viagens longas, deram ao transporte marítimo uma vantagem que, no século XIII, transformou o mapa político da Europa.

A reconquista, pelos cristãos, da Sardenha (1022), da Sicília (1090) e da Córsega (1091), que se encontravam nas mãos dos sarracenos, abriu os estreitos de Messina e o Mediterrâneo central à navegação européia; e as vitórias da Primeira Cruzada reconquistaram todos os portos daquele mar, exceto os do sul. Assim, livre de seus grilhões, o comércio ligou a Europa numa teia cada vez mais ampla de rotas comerciais, unindo-a não apenas aos cristãos da Ásia, mas à África e à Ásia islâmicas e, mesmo, à Índia e ao Extremo Oriente. Mercadorias procedentes da China ou da Índia vinham, através do Turquestão, da Pérsia e da Síria, para os portos sírios ou palestinos; ou, através da Mongólia, para o Cáspio e o Volga; ou, por barco, para o Golfo Pérsico, subindo o Tigre ou o Eufrates e, sobre montanhas e desertos, para o Mar Negro, o Cáspio ou o Mediterrâneo; ou, ainda, pelo Mar Vermelho, através de canais ou caravanas, para o Cairo e Alexandria. Dos portos muçulmanos da África, o comércio — em sua maior parte, no século XIII, cristão — estendeu-se à Ásia Menor e Bizâncio; a Chipre, Rodes e Creta; a Salônica, Pireu, Corinto e Patras; à Sicília, Itália, França e Espanha. Constantinopla contribuía com seus produtos de luxo ao fluxo de mercadorias, alimentando o tráfego que subia o Danúbio e o Dnieper, rumo à Europa central, à Rússia e aos Estados Bálticos. Veneza, Pisa e Gênova conquistaram o comércio ocidental bizantino, lutando como selvagens pelo domínio cristão do mar.

Estrategicamente colocada de través no Mediterrâneo, entre o Oriente e o Ocidente, com portos voltados em três direções sobre esse mar, e com cidades, ao norte, dominando os desfiladeiros dos Alpes, a Itália estava geograficamente destinada a aproveitar o máximo do comércio da Europa com Bizâncio, a Palestina e o Islã. Do lado do Adriático, estavam Veneza, Ravena, Rimini, Ancona, Bari, Brindisi, Taranto; ao sul, Crotona; ao longo de sua costa ocidental, Reggio, Salerno, Amalfi, Nápoles, Óstia, Pisa efetuaram rico comércio, e Florença, a banqueira, movia os cordéis financeiros; o Arno e o Pó levavam parte do comércio terra adentro a Pádua, Ferrara, Cremona, Piacenza e Pavia; Roma atraía para seus santuários os dízimos e as contribuições da devoção européia; Siena e Bolonha achavam-se no rendoso cruzamento de grandes vias interiores; Milão, Como, Brescia, Verona e Veneza colhiam em seu regaço os frutos do comércio que se movia através dos Alpes e em ambas as direções do Danúbio e do Reno. Gênova dominava o Mar Tirreno, como Veneza governava o Adriático. Sua frota mercante compunha-se de 200 barcos, tripulados por 20.000 homens; seus portos de comércio estendiam-se da Córsega a Trebizonda. Como Veneza e Pisa, Gênova comerciava livremente com o Islã, Veneza com o Egito, Pisa com a Tunísia, Gênova

com a África mourisca e com a Espanha. Muitas dessas cidades venderam armas aos sarracenos durante as Cruzadas. Papas poderosos como Inocêncio III condenaram todo tráfico com os muçulmanos, mas o ouro corria mais espesso do que a fé ou o sangue, e o "comércio blasfemo" continuou.[7]

Suas guerras com Veneza debilitaram Gênova, e os portos do sul da França e do oeste da Espanha desenvolveram-se, a fim de compartilhar do comércio no Mediterrâneo. Marselha, porto estagnado durante a ascendência muçulmana, readquiriu, por algum tempo, sua antiga preeminência; mas a vizinha cidade de Montpellier, estimulada por sua população poliglota e pela cultura de gauleses, muçulmanos e judeus, rivalizava com Marselha, no século XII, como entrada no sul da França. Barcelona beneficiou-se com as antigas famílias de negociantes judeus que lá permaneceram, após ter sido ela reconquistada ao islamismo; lá e em Valência, a Espanha cristã, bloqueada pelos Pireneus, entrou em contacto com o mundo do Mediterrâneo. Cádis, Bordéus, La Rochelle e Nantes enviaram seus navios, ao longo das costas atlânticas, a Ruão, Londres e Bruges; Gênova, no século XIII, Veneza, em 1317, enviavam navios, através de Gibraltar, a todos esses portos atlânticos. Em 1300, aproximadamente, diminuiu o comércio através dos Alpes, e o comércio atlântico começou a erguer as nações do Atlântico à supremacia que, mais tarde, Colombo lhes asseguraria.

A França enriqueceu com seus rios, caminhos líquidos de um comércio unificador. O Ródano, o Garona, o Loire, o Saôna, o Sena, o Oise e o Mosela fizeram frutificar tanto o seu comércio como os seus campos. A Inglaterra não podia ainda rivalizar com ela; mas os Cinco Portos do Mancha recebiam de bom grado os navios e as mercadorias estrangeiras, sendo que o Tâmisa, em Londres, já era, no século XII, margeado por uma linha contínua de docas, em que as exportações de tecidos, lã e estanho pagavam pelas especiarias da Arábia, sedas da China, peles da Rússia e vinhos da França. Ainda mais movimentado — mais movimentado do que qualquer outro porto do norte — era Bruges, capital comercial e ponto de saída de uma Flandres rica tanto na agricultura como na indústria. Lá, como em Veneza e Gênova, o eixo leste-oeste cruzava o eixo norte-sul do comércio europeu. Situada junto à costa do Mar do Norte, do lado oposto da Inglaterra, importava lã inglesa, para ser fiada pelos teares flamengos ou franceses; localizada suficientemente no interior, o que oferecia porto seguro, atraía as frotas de Gênova, Veneza e da França ocidental, permitindo-lhe redistribuir suas mercadorias, ao longo de centenas de rotas, em portos de menor importância. À medida que o transporte marítimo tornava-se mais seguro e barato, o comércio terrestre ia declinando, e Bruges sucedeu às feiras de Champagne, como centro, no norte, do comércio europeu. Pesado tráfego fluvial sobre o Mosa, o Escalda e o Reno levava a Bruges as mercadorias da Alemanha ocidental e do leste da França, a fim de serem exportadas para a Rússia, Escandinávia, Inglaterra e Espanha. Outras cidades eram alimentadas pelo comércio fluvial: Valenciennes, Cambrai, Tournai, Gante (Ghent) e Antuérpia, no Escalda; Dinant, Liège e Maestricht, no Mosa.

Bruges era o principal membro ocidental da Liga Hanseática. A fim de promover cooperação internacional contra a concorrência exterior, organizar associação conveniente para os mercados estacionados em lugares distantes, proteger-se contra piratas, salteadores de alto-mar, flutuações monetárias, devedores faltosos, coletores de impostos e portagens feudais, as cidades comerciais do norte da Europa formaram, no século XII, várias alianças, chamadas pelos alemães *hanses* — isto é, uniões ou corporações (guildas). Londres, Bruges, Ypres, Troyes e 20 outras cidades formaram a

"London Hanse". Lübeck, que fora fundada em 1158, como posto avançado de guerra e de comércio germânicos com a Escandinávia, estabeleceu união semelhante com Hamburgo (1210) e Bruges (1252). (Pode-se considerar tal fato como data do nascimento da Liga Hanseática, embora tal nome só viesse a ser usado depois de 1370). Gradualmente, outras cidades se uniram: Dantzig, Bremen, Novgorod, Dorpat, Magdeburgo, Thorn, Berlim, Visby, Estocolmo, Bergen, Londres. No ponto máximo de seu desenvolvimento, no século XIV, a Liga unia 52 cidades. Tinha em seu poder a desembocadura de todos os grandes rios — Reno, Weser, Elba, Óder, Vístula — os quais traziam os produtos da Europa central para o Norte ou o Mar Báltico. Controlava o comércio do norte da Europa, de Ruão até Novgorod. Durante longo tempo, monopolizou as pescarias de arenque do Báltico, bem como o comércio entre o continente e a Inglaterra. Estabeleceu cortes para a solução de disputas entre seus membros, defendia-os contra litígios exteriores e, às vezes, declarava guerra, como potência independente. Fez leis regulamentando as operações comerciais e, mesmo, a conduta moral de suas cidades-membros ou indivíduos. Protegia seus associados contra legislação, taxas ou multas arbitrárias; punha em execução boicote contra cidades das quais seus membros recebessem agravos; punia a falcatrua, a desonestidade ou a aquisição de mercadorias roubadas. Estabelecia uma feitoria ou entrepostos em cada cidade-membro, mantinha seus associados, onde quer que se encontrassem, sob as suas próprias leis germânicas, proibindo-os de contrair casamento com estrangeiros.

A Liga Hanseática foi, durante um século, um agente de civilização. Limpou de piratas o Báltico e o Mar do Norte, dragou e retificou cursos de água, fixou em mapas correntes e marés, assinalou canais, construiu faróis, portos e canais, estabeleceu e codificou o direito marítimo e, em geral, substituiu o caos pela ordem, no comércio do norte da Europa. Organizando a classe mercantil em associações poderosas, protegeu a burguesia contra os barões e promoveu a libertação de cidades que se encontravam sob regime feudal. Processou o rei de França pelas mercadorias da Liga avariadas pelas tropas dele, e obrigou o rei da Inglaterra a pagar missas que redimissem do purgatório as almas dos mercadores hanseáticos afogados pelos ingleses.[8] Estendeu o comércio, a língua e a cultura alemãs à Prússia, Livônia e Estônia, e fundou as grandes cidades de Königsberg, Libau, Memel e Riga. Controlava o preço e a qualidade dos produtos negociados pelos seus membros, criando tal reputação de integridade, que o nome *Easterlings* (homens do leste), que lhes foi dado pelos ingleses, foi adotado, pela língua inglesa, como significando valor *sterling*, sendo, dessa forma, ligado a *silver* (prata) ou *pound* (libra), no sentido de digno de confiança ou real.

Com o tempo, porém, a Hansa tornou-se tanto opressora como defensora. Limitava, de modo demasiado tirânico, a independência de seus membros; obrigava as cidades, por meio de boicotes ou de violência, a que se tornassem membros da Liga; combatia seus competidores por meios justos ou desonestos; e chegava até a contratar piratas para que prejudicassem o comércio de uma nação rival. Organizava seus próprios exércitos, estabelecendo-se como um Estado próprio dentro de muitos Estados. Fez tudo o que estava a seu alcance para oprimir e acabar com a classe dos artesãos, da qual provinham suas mercadorias. Todos os trabalhadores, bem como outras classes, chegaram a temê-la e odiá-la como o mais poderoso dos monopólios jamais empenhados na sujeição do comércio. Quando os trabalhadores da Inglaterra se revoltaram, em 1381, perseguiram todos os hanseáticos, mesmo os que se achavam nos santuários

das igrejas, assassinando todos aqueles que não eram capazes de dizer *bread and cheese* (pão e queijo) com puro sotaque inglês.[9]

Em 1160 aproximadamente, a Hansa conquistou a ilha sueca de Gotland, desenvolvendo Visby como base e bastão do comércio báltico. De decênio em decênio, foi estendendo seu controle sobre o comércio e a política da Dinamarca, Polônia, Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia. Na Rússia do século XIII, narra Adam de Bremen, os mercadores hanseáticos eram "tão numerosos como o estrume, e lutavam desesperadamente para conseguir uma pele de marta como se ela constituísse a salvação eterna".[10] Fixaram a sua sede em Novgorod, nas margens do Volkhov, viviam lá como uma guarnição de mercadores armados, faziam de depósito a igreja de São Pedro, amontoavam barris de vinho em torno de seu altar, guardavam seus armazéns como cães ferozes e cumpriam todas as observâncias exteriores da piedade religiosa.[11]

Não contente com isso, a Liga volveu seus pensamentos para o comércio do Reno. Colônia, que formara uma *hansa* independente, foi obrigada a submeter-se. Bem mais ao sul, porém, os hanseáticos foram detidos pela Liga do Reno, constituída, em 1254, por Colônia, Mogúncia, Speyr, Worms, Estrasburgo e Basel (Basiléia). Ainda mais ao sul, Augsburgo, Ulm e Nuremberg mantinham o comércio procedente da Itália. Hoje, ainda pode-se ver, em Veneza, o Fondaco de Tedeschi, com seu armazém sobre o Grande Canal. Regensburgo e Viena acham-se na extremidade ocidental da grande artéria do Danúbio, que recebia os produtos do interior da Alemanha através de Salônica, no Mar Egeu, ou através do Mar Negro, rumo a Constantinopla, Rússia, Islã e Oriente. Assim, o comércio europeu atingiu seu pleno ciclo, completando-se a teia do comércio medieval.

Que espécie de homens eram os mercadores que enviavam suas mercadorias por essas rotas, em meio das fisionomias suspeitas, das línguas estranhas e dos credos intolerantes de uma dúzia de terras? Provinham de muitos povos e de muitos países, mas em sua maioria eram sírios, judeus, armênios ou gregos. Mas eram muitíssimo diferentes dos homens de negócio que conhecemos hoje em dia, de vida segura e sedentária atrás de sua mesa de trabalho, em suas próprias cidades. Acompanhavam, habitualmente, suas mercadorias. Percorriam, com freqüência, grandes distâncias, a fim de comprar barato, nas terras em que os mesmos eram abundantes, os produtos que desejavam — e voltavam para vendê-los caro, nos lugares em que tais mercadorias eram raras. Geralmente, compravam e vendiam por atacado — *en gros,* como dizem os franceses. Os ingleses traduziram *en gros* para *grosser,* usando essa primeira forma da palavra *grocer* para designar aquele que vendia especiarias por atacado.[12] Tais mercadores eram aventureiros, exploradores, cavaleiros das caravanas, armados de adagas e de subornos, prontos a enfrentar salteadores, piratas e mil adversidades.

A diversidade das leis e a multiplicidade de jurisdições constituíam, talvez, seus piores obstáculos, sendo que a formulação progressiva de uma lei internacional de comércio foi uma de suas maiores realizações. Se o mercador viajava por terra, estava sujeito a uma outra corte e, talvez, a leis diferentes, em cada domínio feudal. Se suas mercadorias se espalhassem pela estrada, o senhor local poderia reclamá-las. Se seu navio, desgarrado, desse à costa, pertencia, de acordo com a "lei de naufrágio", ao senhor a cujas praias fosse ter. Um nobre bretão vangloriava-se de que um rochedo perigoso, ao largo de suas terras, era a mais preciosa pedra da sua coroa.[13] Durante séculos, os mercadores lutaram contra tal abuso e, no século XII, começaram a conseguir que o mesmo fosse revogado. Entrementes, os mercadores internacionais judeus

compilaram, para seu próprio uso, um código de direito mercantil, sendo que suas regulamentações tornaram-se a base do direito comercial no século XI.[14] Esse *ius mercantorum* aumentava ano a ano, devido a ordenanças, postas em vigor por nobres ou por reis, destinadas à proteção de mercadores ou visitantes de países estrangeiros. Criaram-se cortes especiais para ministrar o direito mercante e, o que era significativo, essas cortes menosprezavam antigas formas de evidência ou julgamento, como torturas, duelos ou ordálio.

Já no século VI, segundo a lei dos visigodos, concedia-se aos mercadores estrangeiros o direito, em contendas que afetassem somente a eles próprios, de serem julgados por delegados de seus próprios países, começando, assim, esse sistema consular pelo qual as nações empenhadas no comércio internacional mantinham, no exterior, "cônsules" conselheiros, a fim de proteger e ajudar seus concidadãos. Em 1180, Gênova estabeleceu um consulado em Acre. As cidades francesas adotaram o mesmo processo no século XII. Os acordos entre nações — mesmo entre Estados cristãos e muçulmanos — referentes a esses direitos constituem uma das melhores contribuições medievais ao direito internacional.

Em certa medida, o direito marítimo provém da antigüidade, não tendo deixado jamais de existir entre os esclarecidos mercadores de Rodes, sendo que um dos códigos marítimos mais antigos era o *Code des Rhodiens,* de 1167. As *Lois d'Oléron* foram publicadas, em fins do século XII, por uma ilha ao largo de Bordéus, a fim de governar o comércio de vinho, sendo adotadas pela França, Flandres e Inglaterra. A Liga Hanseática publicou para seus membros detalhado código de regulamentos marítimos: precauções a serem tomadas para segurança de passageiros e de carga, obrigações dos que socorriam e dos que eram socorridos, deveres e salários de capitães e tripulações, bem como as condições sob as quais um navio mercante poderia ou deveria transformar-se em navio de guerra. Nesses códigos, as penalidades eram severas, mas, ao que parece, a severidade era necessária para estabelecer tradições e hábitos de disciplina náutica e de confiança. A Idade Média disciplinou homens durante 10 séculos, a fim de que o homem moderno pudesse, durante quatro séculos, ser livre.

II. O PROGRESSO DA INDÚSTRIA

O desenvolvimento da indústria acompanhou de perto a expansão do comércio. Mercados mais amplos estimulavam a produção, e a crescente produção alimentava o comércio.

Os meios de transporte progrediram menos. A maioria dos caminhos medievais eram avenidas de imundícies, pó ou lama; nenhuma valeta ou bueiro retirava a água das estradas; havia buracos e charcos em abundância; muitos eram os riachos e poucas as pontes. Os fardos eram carregados em mulas ou cavalos, em lugar de carros, que não podiam evitar tão bem os buracos. Os carros eram grandes e desajeitados, usavam rodas com aros de ferro e não tinham molas.[15] Eram tão pouco confortáveis, embora muito enfeitados, que a maioria dos homens e mulheres preferia viajar a cavalo — ambos os sexos montados à maneira masculina. Até o século XII, a conservação de estradas dependia do dono da propriedade junto da qual as mesmas passavam, e o qual ficava a meditar por que razão deveria ele gastar dinheiro com um caminho usado principalmente pelos transeuntes. No século XIII, Frederico II, inspirado em exemplos bizantinos e muçulmanos, ordenou fossem reparadas as estradas da Sicília e do

sul da Itália; e , mais ou menos na mesma época, os primeiros "caminhos reais" foram construídos na França, deitando-se paralelepípedos em leitos de terra ou areia. No mesmo século, as cidades começaram a pavimentar suas ruas centrais. Florença, Paris, Londres e as cidades flamengas construíram excelentes pontes. No século XII, a Igreja organizou irmandades religiosas para reparar ou construir pontes, oferecendo indulgências àqueles que participassem de tal trabalho. Esses *frères pontifs* ergueram a ponte de Avinhão, que ainda conserva três arcos construídos pelas suas mãos. Certas ordens monásticas e, entre elas, de modo preeminente, a dos cistercienses, labutavam por manter em bom estado estradas e pontes. De 1176 a 1209, o rei, o clero e os cidadãos contribuíram, com fundos ou trabalho, para a ereção da Ponte de Londres, sendo que várias casas e uma igreja se ergueram junto a ela, enquanto 20 arcos de pedra a lançavam através do Tâmisa. No começo do século XIII, a primeira ponte suspensa de que se tem notícia foi erguida sobre um desfiladeiro, no Passo de São Gotardo, nos Alpes.

Sendo penosas as estradas, os cursos fluviais gozavam de popularidade, desempenhando papel relevante no transporte de mercadorias. Um único barco podia transportar tanto quanto 500 animais — e por preço muito mais barato. Desde o Tejo até o Volga, os rios da Europa constituíam seus principais caminhos e, tanto a direção dos seus cursos como suas saídas para o mar determinavam o aumento das populações, o desenvolvimento das cidades e, freqüentemente, a política nacional. Eram inumeráveis os canais, embora fossem desconhecidas as comportas.

Tanto por terra como por mar, as viagens eram árduas e lentas. Um bispo levava 29 dias para ir de Cantuária (Canterbury) a Roma. Os mensageiros do correio, substituindo os cavalos, podiam percorrer 100 milhas por dia; mas os mensageiros particulares eram caros, e o correio (restabelecido, na Itália, no século XII) limitava-se aos assuntos do governo. Aqui ou ali — como, por exemplo, entre Londres e Oxford, ou Winchester — havia serviço regular de diligências. Como os homens, as notícias viajavam lentamente. As novas da morte de Barba-Roxa, na Cilícia, demoraram quatro meses para chegar à Alemanha.[16] O homem medieval podia fazer sua primeira refeição sem ser perturbado pelas calamidades do mundo diligentemente reunidas — e as que chegavam ao seu conhecimento eram, felizmente, muito velhas para que pudessem ser remediadas.

Certos progressos foram feitos quanto ao controle da energia natural. O *Domesday Book* anotava a existência de cinco mil moinhos de água na Inglaterra, em 1086; e um desenho de 1169 mostra uma roda de moinho cujas tranqüilas rotações foram multiplicadas, por meio de engrenagens cada vez menores, até atingir alta velocidade.[17] Com essa aceleração, a roda hidráulica transformou-se em instrumento básico da indústria. Uma serraria movida por água apareceu na Alemanha em 1245;[18] um moinho de água, em Douai (1313), era usado na cutelaria. O moinho de vento, aparecido pela primeira vez na Europa ocidental em 1105, estendeu-se rapidamente, depois que os cristãos notaram seu amplo uso no Islã.[19] Somente Ypres possuía, no século XIII, 120 moinhos de vento.

As ferramentas aperfeiçoadas e o aumento das necessidades encorajaram o aparecimento da mineração. As exigências comerciais no sentido de que se cunhasse uma moeda de ouro digna de confiança, e a crescente possibilidade dos indivíduos de satisfazerem sua paixão pelas jóias, levaram à renovação da extração de pepitas de ouro dos rios e à mineração de ouro na Itália, França, Inglaterra, Hungria e, principalmen-

te, na Alemanha. Em 1175, mais ou menos, ricos veios de cobre, prata e ouro foram encontrados em Erz Gebirge (isto é, montanhas de minérios). Freiberg, Goslar e Annaberg tornaram-se centros de uma "corrida de ouro" medieval, sendo que da pequena cidade de Joachimsthal veio a palavra *joachimsthaler* — e, por inevitável abreviação, as palavras alemã e inglesa *thaler* e *dollar*.[20] A Alemanha tornou-se a principal fornecedora de metais preciosos à Europa, e suas minas converteram-se nos alicerces — e o seu comércio no arcabouço — do seu poderio político. O ferro era extraído das Montanhas Harz e na Westfália, bem como nos Países-Baixos, Inglaterra, França, Espanha e Sicília e, uma vez mais, na antiga Elba. Derbyshire minerava chumbo; Devon, Cornualha e a Boêmia, estanho; a Espanha, mercúrio e prata; a Itália, enxofre e alúmen, e Salzburgo tomou o nome de seus grandes depósitos de sal. O carvão, usado na Inglaterra romana, mas, ao que parece, negligenciado no período saxônio, foi novamente extraído no século XII. Em 1237, a rainha Eleanor abandonou o castelo de Nottingham, devido à fumaça do carvão queimado na cidade abaixo; e, em 1301, Londres proibiu o uso do carvão, pois a fumaça estava envenenando a cidade — exemplos medievais de um mal supostamente moderno.[21] Não obstante, em fins do século XIII, o carvão estava sendo ativamente extraído em Newcastle e Durham, bem como em outros lugares da Inglaterra, Bélgica e França.

A propriedade de depósitos minerais transformou-se numa confusão de leis. Quando o regime feudal era forte, o nobre exigia todos os direitos sobre os minérios existentes em suas terras, empregando seus servos na extração dos mesmos. As propriedades eclesiásticas faziam idênticas exigências, usando servos ou trabalhadores assalariados para extrair os valiosos depósitos existentes em suas terras. Frederico Barba-Roxa decretou ser o soberano o único proprietário de todos os minérios do solo, e que estes só poderiam ser extraídos por firmas sob o controle do Estado.[22] Essa nova aplicação do "régio direito", comum ao tempo dos imperadores romanos, tornou-se a lei da Alemanha medieval. Na Inglaterra, a coroa reclamava todos os depósitos de ouro e prata; metais de menor valor podiam ser extraídos pelo proprietário de terras, mediante o pagamento de direitos ao rei (*royal-ty*).[23]

As fundições eram feitas por meio de carvão, usando-se ainda muita lenha nos fornos primitivos. Mesmo assim, os caldeireiros de Dinant fabricavam excelentes artigos; as fundições de Liège, Nuremberg, Milão, Barcelona e Toledo produziam magníficas armas e ferramentas. Em fins do século XIII, o ferro fundido (cuja fusão se fazia a 1.535 graus C) começou a ser substituído pelo ferro forjado (amolecido a 800 graus C). Quase todo o trabalho em ferro, anteriormente, era feito por meio de "martelamento" — o *smitting* — do qual o forjador (*smith*) derivou seu nome saxão. A fundição de sinos constituía indústria importante, pois as catedrais e os campanários rivalizavam no peso, sonoridade e timbre de seus sinos. Os que trabalhavam o cobre faziam pequenos sinos *(couvre-feus)* para que, ao seu toque, se apagasse o fogo nas lareiras, à hora de recolher. A Saxônia era famosa por suas fundições de bronze; a Inglaterra, pelas suas *pewter* — mistura de cobre, bismuto, antimônio e estanho. O ferro forjado possibilitava a fabricação de elegantes grades para janelas, e majestoso gradeamento para os coros das catedrais, bem como poderosos gonzos, que se estendiam, de várias formas, sobre as portas, servindo-lhes como reforço e adorno. Eram numerosos os ourives e os prateiros, pois os objetos de ouro e prata serviam não apenas para exibir ou dissimular a riqueza dos que os possuíam, mas lhes dava, também, em caso de necessidade, uma forma de riqueza convertível em alimento ou mercadorias.

No século XIII, a indústria têxtil, em Flandres e na Itália, assumia grande escala, numa estrutura semicapitalista, em que milhares de artesãos produziam mercadorias para o mercado geral, recebendo lucro de investidores de capital que eles raramente viam. Em Florença, a *Arte della Lana,* ou Guilda de Lã, possuía grandes fábricas *(fondachi)* nas quais lavadores, pisoeiros, classificadores, fiandeiros, tecelões, inspetores e empregados trabalhavam, debaixo de um mesmo teto, com materiais, ferramentas e teares que não lhes pertenciam e sobre os quais não tinham direito ou controle algum.[24] Mercadores atacadistas de tecidos organizavam fábricas, forneciam equipamento, asseguravam trabalho e capital, fixavam salários e preços, promoviam distribuição e venda, assumiam riscos de empreendimentos, agüentavam as perdas, em casos de fracasso, e colhiam os proventos dos negócios bem-sucedidos.[25] Outros empregadores preferiam cultivar as matérias-primas para trabalhadores individuais ou famílias que, com seu próprio equipamento, as transformavam, em casa, em produtos acabados, fornecendo-os ao mercador por um salário ou preço. Dessa maneira, milhares de homens e de mulheres, na Itália, em Flandres e na França, foram levados a ocupações industriais.[26] Amiens, Beauvais, Lille, Laon, St. Quentin, Provins, Reims, Troyes, Cambrai, Tournai, Liège, Louvain — e, sobretudo, Gante, Bruges, Ypres e Douai — transformaram-se em verdadeira voragem dessas indústrias de comissão, famosas pelos seus trabalhos artísticos e pelas suas revoltas. Laon deu o seu nome a *lawn* (um linho), Cambrai à cambraia, sendo que o tipo de tecido adamascado provém de Ypres.[27] Em Gante, 2.300 tecelões trabalhavam em teares; Provins tinha 3.200 no século XIII.[28] Doze cidades italianas possuíam sua própria indústria têxtil. Em Florença, durante o século XII, a *Arte della Lana* especializou-se na manufatura de produtos de lã tintos; no começo do século XIII, a *Arte di Calimala*,ou Guilda de Tecidos, organizou extensos negócios na importação de lã e exportação de produtos manufaturados. Em 1306, aproximadamente, Florença contava com 300 fábricas têxteis e, mais ou menos em 1336, com 30.000 operários têxteis.[29] Gênova fabricava excelentes veludos e sedas listradas de ouro. Em fins do século XIII, Viena importava tecelões flamengos, tendo, logo depois, uma florescente indústria têxtil. A Inglaterra tinha quase monopólio sobre a produção de lã do norte da Europa. Enviava a maior parte de seus produtos para Flandres, unindo a si aquele país tanto na política como na guerra. A cidade de Worstead, em Norfolk, deu seu nome a grande variedade de tecidos de lã. A Espanha também fabricava excelente lã; seus carneiros merinos constituíam uma das fontes principais de sua renda nacional.

Os árabes tinham trazido a cultura e a manufatura de seda para a Espanha no século VIII e, para a Sicília, no século seguinte. Valência, Cartagena, Sevilha, Lisboa e Palermo continuaram essa arte após se haverem tornado cristãs. Rogério II importou tecelões de seda, gregos e judeus, de Corinto e Tebas, para Palermo, em 1147, hospedando-os num palácio. Através desses homens e de seus descendentes, a sericultura estendeu-se pela Itália. Luca organizou a manufatura de seda em escala capitalista, tendo por rivais Florença, Milão, Gênova, Módena, Bolonha e Veneza. A arte atravessou os Alpes, produzindo hábeis tecelões em Zurique, Paris e Colônia.

Uma centena de outros ofícios completou o escopo da indústria medieval. Os oleiros vidravam seus artigos de cerâmica polvilhando com chumbo a sua superfície úmida e, depois, cozendo-os em fogo brando — e acrescentando cobre ou bronze ao chumbo, se desejavam um revestimento verde, em lugar de amarelo. Como os edifícios e os incêndios tornavam-se cada vez mais caros, nas cidades cada vez maiores do

século XIII, as telhas substituíram as coberturas de palha e outros materiais semelhantes. Londres, em 1212, tornou obrigatória tal substituição. As indústrias de construção devem ter sido competentes, pois algumas das estruturas mais sólidas da Europa datam desse período. A indústria de vidro fabricava espelhos, vidraças e vasos, mas em escala relativamente pequena. As catedrais possuíam os melhores vitrais jamais produzidos, mas muitas casas não tinham vidraças. A fabricação do vidro, por meio de sopro, era praticada, na Europa, pelo menos desde o século XI; talvez essa arte não tenha jamais deixado de existir na Itália, desde seus grandes dias do Império Romano. O papel, até o século XII, era importado do Oriente muçulmano ou da Espanha; mas em 1190 uma fábrica de papel foi montada em Ravensburgo, na Alemanha, sendo que, no século XIII, a Europa começou a fabricar papel empregando como matéria-prima o linho. Os couros eram um dos principais artigos do comércio internacional, sendo geral a prática da curtidura. Os luveiros, seleiros, fabricantes de bolsas, de calçados e sapateiros mantinham-se ciosamente separados. As peles eram trazidas do norte e do leste, destinando-se à realeza, à nobreza e à burguesia. O vinho e a cerveja substituíam o aquecimento central, e muitas cidades se beneficiavam com monopólios municipais para a fabricação de bebidas. Os alemães já se achavam à frente do mundo em tal arte — e Hamburgo, que no século XIV contava com 500 fábricas de bebidas, devia a sua cerveja a maior parte de sua prosperidade.

À parte os produtos têxteis, a indústria permanecia na fase de trabalhos manuais. Trabalhadores que serviam a um mercado local — padeiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, etc. — controlavam tanto seus próprios equipamentos como seus produtos, permanecendo individualmente livres. A maioria das indústrias funcionava nas próprias casas dos trabalhadores, ou em lojas anexas às mesmas; e a maioria das famílias dedicava-se a muitas das tarefas agora delegadas a oficinas ou fábricas; fazia seu próprio pão, tecia sua roupa e reparava seus calçados. Na indústria doméstica, o progresso foi lento. Eram simples as ferramentas e poucas as máquinas. Os motivos de concorrência e de lucro não estimulavam os homens à invenção, ou à substituição da habilidade humana pela força mecânica. E, não obstante, talvez essa tenha sido a forma mais salutar de organização industrial verificada em toda a História. Sua produtividade era baixa; seu grau de satisfação, com toda probabilidade, relativamente elevado. O trabalhador permanecia junto de sua família; determinava as horas e (de certo modo) o preço de seu trabalho. O orgulho que sentia pela sua habilidade dava-lhe caráter e confiança — e tinha, ainda, a satisfação do artista, ao ver um produto integral adquirindo forma em suas mãos.

III. DINHEIRO

A expansão comercial e industrial revolucionou as finanças. O comércio não poderia progredir por meio de permuta de gêneros. Era necessário um padrão estável de valores, um meio conveniente de troca, bem como fácil acesso aos fundos investidos.

Sob o feudalismo europeu, os grandes senhores e os prelados exerciam o direito de cunhagem, e a economia européia era afetada por uma confusão de moedas pior do que a que existe atualmente. Os falsificadores e os *coin clippers* (cunhadores) aumentavam o caos. Os reis ordenavam que tal gente fosse esquartejada, castrada ou lançada em tachos de azeite em ebulição;[30] mas eles próprios diminuíam, repentinamente, o valor de suas moedas. ("Neste ano", diz a *Crônica Anglo-Saxônia* de 1125, "o rei

Henrique ordenou que todos os falsificadores, na Inglaterra, deveriam perder, cada um, a sua mão direita, bem como seus testículos."[31]) O ouro tornou-se escasso após as invasões dos bárbaros, desaparecendo das cunhagens da Europa ocidental após a conquista do leste pelos muçulmanos. Entre os séculos VIII e XIII, todas essas cunhagens eram feitas de prata ou de metais inferiores. O ouro e a civilização florescem e declinam juntos.

No Império Bizantino, porém, o ouro foi cunhado através de toda a Idade Média. Ao aumentar o contacto entre o Ocidente e o Oriente, as moedas de ouro bizantinas, chamadas, no Ocidente, bezantes, começaram a circular pela Europa como a moeda mais prestigiada da cristandade. Em 1228, Frederico II, tendo observado o efeito benéfico, no Oriente Médio, das moedas de ouro estáveis, cunhou, na Itália, as primeiras moedas de ouro da Europa ocidental. Chamava-as *augustales*, em franca emulação das moedas e do prestígio dos tempos de Augusto. Contudo, mereciam elas o nome, pois, embora imitativas, eram de nobre desenho, tendo alcançado, logo, o mais alto nível da arte numismática medieval. Em 1252, tanto Gênova como Florença punham em circulação moedas de ouro. O florim florentino, que se igualava, em valor, à libra de prata, era a mais bela e corrente dessas duas moedas, sendo aceito em toda a Europa. Por volta de 1284, todas as grandes nações da Europa, exceto a Inglaterra, possuíam cunhagem de ouro digna de confiança — um feito notável sacrificado no torvelinho do século XX.

Em fins do século XIII, os reis de França já haviam comprado ou confiscado quase todos os direitos senhoriais de cunhagem de moedas. O sistema monetário francês conservou, até 1789, senão os valores, pelo menos os nomes estabelecidos por Carlos Magno: a *livre*, ou libra de prata; o *sou*, ou a vigésima parte de uma *livre;* e o *denier*, ou a duodécima parte de um *sou*. Tal sistema foi levado para a Inglaterra pela invasão normanda. Lá, também, a *pound sterling* (libra esterlina) foi dividida em 20 partes — *shillings* (xelins) — sendo estas divididas em 12 partes — os *pence*. Os ingleses tiraram as palavras *pound, shilling* e *penny* do alemão *Pfund, Schilling* e *Pfennig*, mas seus símbolos provêm do latim: ℔ de libra, *s.* de *solidus* e *d.* de *denarius*. A Inglaterra não adotou a moeda de ouro senão em 1343; sua moeda de prata, porém, tal como foi estabelecida por Henrique II (1154-89), continuou a ser a mais estável da Europa. Na Alemanha, o marco de prata foi cunhado no século X, valendo a metade da libra francesa ou inglesa.

Apesar desses progressos, as moedas medievais sofriam com as flutuações de valor, com as relações instáveis entre a prata e o ouro, e com o poder que tinham os reis e as cidades — e, às vezes, os nobres e os eclesiásticos — de recolher, em qualquer ocasião, todas as moedas, cobrar uma taxa pela sua recunhagem e lançar novas moedas de menor valor, com maior liga de metal e inferior. Devido à desonestidade dos que cunhavam moedas e ao fato de que o ouro aumentava mais rapidamente do que as mercadorias, bem como à conveniência de saldar dívidas nacionais com dinheiro depreciado, uma adulteração irregular afetou todas as moedas européias, tanto durante toda a Idade Média como nos tempos modernos. Na França, a *livre* tinha, em 1789, somente 1,2 por cento do seu valor no tempo de Carlos Magno.[32] Por meio de alguns preços típicos, podemos julgar da queda sofrida pela moeda: em Ravena, em 1268, uma dúzia de ovos custava um *penny*. Em Londres, em 1328, um porco custava quatro xelins, e um boi 15;[33] no século XIII, três francos franceses compravam um carneiro, seis francos, um porco.[34] A História é inflacionária. (Coulton, o maior medievalista in-

glês, calculava que a moeda inglesa, em 1200, valia 40 vezes mais do que em 1930.[35] Ignorando-se as flutuações verificadas durante a Idade Média, tal cálculo atribui aos valores monetários medievais, aproximadamente, um valor 50 vezes maior do que as correspondentes unidades monetárias ou metais preciosos em 1948.)

De onde vinha o dinheiro que financiava e expandia o comércio e a indústria? A maior fornecedora isolada era a Igreja. Possuía ela inimitável organização para conseguir fundos, contando sempre com um capital líquido disponível destinado a qualquer empreendimento. Era a maior potência financeira da cristandade. Além disso, muitos indivíduos depositavam, nas igrejas e monastérios, como medida de segurança, fundos particulares. De sua riqueza, a Igreja emprestava dinheiro a pessoas ou instituições que se achassem em dificuldade. Eram feitos empréstimos, principalmente a aldeões que desejassem melhorar suas terras; agiam assim como uma espécie de bancos agrícolas, desempenhando papel benéfico no sentido de promover a libertação dos camponeses.[36] Já em 1070, emprestavam dinheiro aos nobres das vizinhanças, em troca da participação nos lucros produzidos pelas propriedades de tais senhores.[37] Por meio desses empréstimos hipotecários, os mosteiros tornaram-se as principais corporações bancárias da Idade Média. A abadia de Santo André, na França, realizava tão produtivos negócios bancários que contratava agiotas judeus para dirigirem suas operações financeiras.[38] Os Cavaleiros Templários emprestavam dinheiro, a juros, a reis e príncipes, nobres e cavaleiros, igrejas e prelados. Seus negócios de hipoteca eram, provavelmente, os maiores do mundo, no século XIII.

Mas esses empréstimos, concedidos por corporações religiosas, eram, habitualmente, para consumo ou uso político, e quase nunca para financiamento de operações comerciais ou industriais. O crédito comercial começou no momento em que um indivíduo ou uma família — que a cristandade latina chamava de *commenda* — passou a recomendar ou confiar dinheiro a um mercador para uma viagem ou um empreendimento particular, recebendo participação nos lucros. Essa tranqüila e "sonolenta" modalidade de sociedade constituía antigo costume romano, provavelmente reaprendido pelo Ocidente cristão, do Oriente bizantino. Uma tão útil maneira de participação nos lucros, sem incorrer em contravenção direta da proibição eclesiástica quanto aos interesses financeiros, estava destinada a alastrar-se; e as "companhias" (*companis,* aquele que compartilhava do pão) ou investimentos de família, transformaram-se em *societas,* sociedade em que várias pessoas, não necessariamente aparentadas, financiavam um grupo ou uma série de especulações, em lugar de apenas uma. Tais organizações financeiras apareceram, em Gênova e Veneza, em fins do século X, atingindo grande desenvolvimento no século XII, e às quais se atribui, em grande parte, o rápido progresso do comércio italiano. Esses grupos de investidores distribuíam, com freqüência, seus riscos, comprando, ao mesmo tempo, "partes" em diversos navios ou empreendimentos. Quando, na Gênova do século XIV, tais "partes" começaram a tornar-se transferíveis, nasceu a companhia por ações.

A maior fonte isolada de capital *financeiro* — isto é, fundos para fazer frente aos custos anteriores à renda de uma empresa — era o agiota profissional. Começara ele, na antigüidade, como cambista (trocador de dinheiro), transformando-se, havia muito, em agiota, que empregava tanto o seu próprio dinheiro, como o dos outros, em empreendimentos ou em empréstimos a igrejas, mosteiros, nobres ou soberanos. O papel dos judeus, como agiotas, tem sido exagerado; eram eles poderosos na Espanha e, durante certo tempo, na Inglaterra, fracos na Alemanha e superados, na Itália e na

França, pelos financistas cristãos.[39] O principal fornecedor de dinheiro aos reis da Inglaterra foi Guilherme Cade; os maiores agiotas, durante o século XIII, na França e em Flandres, foram as famílias Louchard e Crespin, de Arras.[40] Guilherme, o Bretão, descreveu Arras, na época, como "empanturrada de usurários".[41] Outro centro de finanças, no norte, foi a bolsa *(bursa)* ou mercado de dinheiro de Bruges. Um grupo ainda mais poderoso de agiotas cristãos surgiu em Cahors, cidade do sul da França. Mateus Paris escreve:

> Hoje em dia (1235), a abominável praga de cahorsianos encontra-se em tão furiosa atividade, que dificilmente se acha alguém, na Inglaterra, principalmente entre os prelados, que não se encontre emaranhado em suas peias. O rei devia-lhes uma soma incalculável. Eles cercavam de estratagemas os necessitados, escondendo sua usura sob a capa de um pretenso comércio.[42]

Durante algum tempo, o papado confiou seus interesses financeiros na Inglaterra aos banqueiros cahorsianos; mas sua implacabilidade ofendeu tanto os ingleses, que um deles foi assassinado em Oxford, sendo que o bispo Rogério, de Londres, os anatematizou e Henrique III os baniu da Inglaterra. Roberto Grosseteste, bispo de Lincoln, lamentou, em seu leito de morte, as extorsões praticadas pelos "mercadores e cambistas de nosso senhor, o Papa", os quais são "mais insensíveis que os judeus".[43]

Foram os italianos que, no século XIII, desenvolveram as transações bancárias em escala sem precedentes. Surgiram grandes famílias de banqueiros, constituindo os tendões do extenso comércio italiano: os Buonsignori e os Gallerani, de Siena, os Frescobaldi, os Bardi e os Peruzzi, de Florença, os Pisani e os Tiepoli, de Veneza... Estendiam eles suas operações para além dos Alpes, e emprestavam grandes somas aos reis, sempre necessitados, da Inglaterra e da França, a barões, bispos, abades e cidades. Papas e reis empregavam-nos para cobrar impostos, dirigir casas de cunhagem de moeda, aconselhá-los quanto à política a seguir. Compravam lã, especiarias, jóias e sedas por atacado, e possuíam navios e hotéis de um extremo ao outro da Europa.[44] Em meados do século XIII, esses "lombardos", como os povos do norte chamavam a todos os banqueiros italianos, eram os mais ativos e poderosos financistas do mundo. Tanto em seu país como no estrangeiro, eram odiados pelas suas extorsões; de outro lado, porém, invejavam-nos pela sua fortuna. Todas as gerações tomam dinheiro emprestado e odeiam aqueles que o emprestam. O aparecimento de tais "lombardos" constituiu violento golpe contra os banqueiros internacionais judeus, sendo que os primeiros não hesitavam em aconselhar o banimento desses seus perseverantes competidores.[45] Os mais fortes dos "lombardos" eram as firmas bancárias florentinas, das quais 80 foram registradas entre 1260 e 1347.[46] Financiavam elas as campanhas políticas e militares do papado, obtendo ricas recompensas; e a posição das mesmas, como de casas bancárias papais, fornecia-lhes útil disfarce em operações que dificilmente se coadunavam com o ponto de vista da Igreja a respeito de interesses financeiros. Conseguiram lucros dignos dos tempos modernos. Os Peruzzi, por exemplo, pagaram 40 por cento de dividendos em 1308.[47] Mas essas firmas italianas quase reparavam sua ganância com os serviços vitalizantes que prestavam ao comércio e à indústria. Quando sua maré baixou, essas casas deixaram alguns de seus termos — *banco, crédito, débito, cassa* (caixa), *conto, disconto, conto corrente, netto, bilanza, banca rotta* — em quase todas as línguas européias.[48]

Como bem sugerem essas palavras, as grandes firmas bancárias de Veneza, Florença e Gênova, durante ou antes do século XIII, exerciam quase todas as funções de um banco moderno. Aceitavam depósitos, mantinham contas correntes — entre partes que tinham entre si uma série infindável de transações financeiras. Já em 1171, o Banco de Veneza realizava transferências de contas, entre seus clientes, por meio de simples operações contáveis.[49] Faziam empréstimos, aceitando, como garantia, jóias, armaduras de valor, bônus governamentais, ou o direito de receber impostos ou dirigir as rendas públicas. Recebiam mercadorias em bônus, para transferência a outros países. Através de suas articulações internacionais, estavam em condições de usar letras de crédito, mediante as quais um depósito feito em um país seria restituído ao depositante, ou à pessoa por ele designada, em outro país — processo esse de há muito conhecido pelos judeus, muçulmanos e Templários.[50] Inversamente, emitiam notas de câmbio: um mercador, ao receber mercadorias ou um empréstimo, dava, em troca, uma nota promissória, pela qual se comprometia a pagar ao credor, dentro de determinado prazo, numa das grandes feiras ou bancos internacionais. Essas notas eram computadas umas com as outras, nas feiras ou bancos, e somente o saldo final era pago em dinheiro. Centenas de transações podiam, assim, efetuar-se, sem o incômodo de carregar e trocar grandes somas e grandes pesos de dinheiro. Os bancos transformaram-se em lugares onde se liquidavam cheques, e com isso os banqueiros evitavam as longas jornadas para as feiras. Mercadores de toda a Europa, bem como do Levante, podiam sacar de suas contas nos bancos da Itália, pondo em ordem seus saldos mediante contabilidade interbancária.[51] Com efeito, a utilidade e a circulação de dinheiro tornaram-se 10 vezes maiores. Esse "sistema de crédito" — possibilitado por confiança mútua — não constituía o aspecto mais importante e honroso da revolução econômica.

O seguro, também, teve seu começo no século XIII. As guildas de mercadores forneciam aos seus membros seguros contra fogo, naufrágio e outros infortúnios ou prejuízos, mesmo contra processos em que incorressem por crime — fossem seus membros culpados ou inocentes.[52] Muitos mosteiros ofereciam uma anuidade vitalícia: em troca de uma soma de dinheiro paga no ato, prometiam fornecer ao doador alimentos e bebidas e, às vezes, até mesmo roupas e alojamento, até o fim de sua vida.[53] Já no século XII, uma casa bancária de Bruges oferecia seguro sobre mercadorias, e parece que uma companhia de fretes, garantida por lei, foi lá estabelecida em 1310.[54] Os Bardi de Florença, em 1318, aceitavam riscos de seguro sobre consignações de fazendas transportadas por terra.

Os primeiros bônus governamentais foram emitidos por Veneza, em 1157. As necessidades de guerra levaram a República a exigir dos cidadãos empréstimos compulsórios. Um departamento especial (*Camera de gli Impresidi*) foi criado a fim de receber empréstimos, fornecendo aos subscritores, como garantia de repagamento, certificados ou bônus do Estado. Depois de 1206, esses bônus governamentais tornaram-se negociáveis ou transferíveis; podiam ser comprados ou vendidos, ou usados, como garantia, para empréstimos. Idênticos certificados de dívida municipal eram aceitos, em Como, em 1250, como equivalentes à moeda corrente. Como o papel-moeda é simplesmente uma promessa governamental de pagamento, tais certificados negociáveis de ouro assinalaram o advento do papel-moeda na Europa.[55]

As complicadas operações dos banqueiros, do papado, das monarquias exigiam cuidadoso sistema contábil. Os arquivos e os livros de contas empanturravam-se com

o registro de rendas, taxas, recibos, gastos, créditos e débitos. Os métodos de contabilidade da Roma imperial, perdidos na Europa ocidental durante o século VII, mas que continuaram em Constantinopla, foram adotados pelos árabes, revivendo, na Itália, durante as Cruzadas. Um sistema amplamente desenvolvido de contabilidade, com duas colunas de anotações, aparece nos registros mercantis de Gênova, em 1340; a perda dos registros genoveses, referentes aos anos que vão de 1278 a 1340, deixa aberta a possibilidade de que tal progresso constituiu, também, uma realização do século XIII.[56]

IV. LUCRO

O maior obstáculo ao desenvolvimento bancário foi a doutrina eclesiástica referente ao lucro. Esta tinha três origens: a condenação do lucro, por Aristóteles, como meio artificial de criar dinheiro por meio de dinheiro;[57] a condenação do lucro por Cristo;[58] e a reação dos padres da Igreja contra o comercialismo e a usura de Roma. A lei romana legalizara o lucro, e "homens honrados", como Bruto, haviam cobrado juros escorchantes. Ambrósio denunciara a teoria de que se pode fazer o que se quiser com o que nos pertence:

> "Meu próprio", dizeis vós? Que é que vos pertence? Quando viestes do ventre de vossa mãe, que riqueza trouxestes convosco? Aquilo que tomais, além do que vos basta, é tomado por meio de violência. É acaso Deus injusto por não distribuir os meios de vida igualmente entre nós, de modo que pudésseis ter abundância, enquanto os demais se acham em necessidade? Ou não será, acaso, que Ele desejou conferir sobre vós o sinal de Sua bondade, ao coroar vossos semelhantes com a virtude da paciência? Vós, pois, que recebestes a dádiva de Deus, pensais, então, que não cometeis injustiça, ao conservar somente para vós o que seria o meio de vida de muitos? É ao pão dos famintos que vos aferrais; é a roupa dos despidos que tendes debaixo de chave; o dinheiro que escondeis é a redenção dos pobres.[59]

Outros padres da Igreja tinham chegado às raias do comunismo. "O uso de todas as coisas existentes no mundo", disse Clemente de Alexandria, "deveria ser comum a todos os homens. Mas, por injustiça, uns dizem que isto lhes pertence; outros, que aquilo; e, assim, surgiu a divisão entre os homens."[60] Jerônimo considerava injusto qualquer lucro; Agostinho achava que "todos" os negócios eram um mal, pois "desviavam os homens da procura do verdadeiro repouso, que é Deus".[61] O Papa Leão I rejeitara todas essas doutrinas extremas; mas o estado de espírito da Igreja continuava a não ser simpático ao comércio, a suspeitar de todos os lucros e especulações, a mostrar-se hostil a todas as formas de "proveitos", "açambarcamentos" e "usura" — sendo que esta última expressão significava, na Idade Média, qualquer cobrança de juros. "A usura", disse Ambrósio, "é tudo o que se acrescenta ao capital."[62] E Graciano encerrou esta embotada definição na lei canônica da Igreja.

Os Concílios de Nicéia (325), Orléans (538), Mâcon (585) e Clichy (626) haviam proibido ao clero emprestar dinheiro com fins de lucro. As capitulares de Carlos Magno, referentes ao ano de 789, bem como os conselhos da Igreja, durante o século X, estenderam tal proibição aos leigos. O renascimento do Direito Romano, no século XII, animou Irnério e os "glosadores" de Bolonha a defenderem o lucro, sendo que puderam citar, em seu favor, o Código de Justiniano. O Terceiro Concílio de Latrão

(1179), porém, renovou a proibição, decretando que os "usurários declarados não serão admitidos à comunhão, nem, se morrerem em pecado, ao sepultamento cristão, sendo que nenhum sacerdote aceitará suas dádivas".[63] Inocêncio III deve ter adotado uma atitude mais leniente, pois, em 1206, aconselhou que, em certos casos, "um lucro deveria ser permitido a certos mercadores", de modo que, "mediante ganho honesto", pudesse disso provir uma renda.[64] Gregório IX, porém, voltou à concepção da usura como sendo a do recebimento de qualquer lucro por meio de empréstimo.[65] E esta concepção permaneceu lei da Igreja Romana até 1917.

A riqueza da Igreja consistia de terras, não de comércio. Do mesmo modo que os barões feudais, desprezava ela os mercadores; terra e trabalho (incluindo administração) pareciam-lhe a única fonte verdadeira de riqueza e de valores. Ressentia-se do poder crescente e da opulência da classe mercantil, a qual não se mostrava muito bem disposta nem para com os senhores feudais, nem para com a Igreja. Durante séculos, encarara como judeus todos os agiotas; e sentia-se justificada em censurar as duras condições impostas pelos agiotas às necessitadas instituições eclesiásticas. De modo geral, os esforços da Igreja, no sentido de controlar o motivo do lucro, foi uma afirmação heróica de moralidade cristã. Constituíam sadio contraste com a prisão e a escravização dos devedores, que haviam desgraçado gregos, romanos e a vida e o direito dos bárbaros. Não podemos ter a certeza de que os homens são mais felizes hoje do que o teriam sido se a opinião da Igreja houvesse prevalecido.

Durante longo tempo, a legislação dos governos apoiou a posição da Igreja; e a proibição do lucro foi posta em vigor pelas cortes seculares.[66] A necessidade comercial, porém, provou ser mais forte do que o medo da prisão ou do inferno. A expansão do comércio e da indústria exigia o emprego do dinheiro inativo em empreendimentos ativos. Nações que se encontravam em guerra e em outras emergências achavam mais fácil tomar dinheiro emprestado do que estabelecer impostos. As guildas tanto emprestavam como recebiam dinheiro a juros; proprietários de terras que desejavam aumentar suas propriedades, ou que partiam para as Cruzadas, acolhiam de bom grado os agiotas; as próprias igrejas e mosteiros sobreviviam às suas crises, ou ao aumento de seus gastos e necessidades, recorrendo aos lombardos, cahorsianos e judeus.

A agudeza de espírito dos homens encontrava muitos subterfúgios para burlar a lei. Aquele que tomava emprestado vendia terras, por pequeno preço, ao que emprestava, deixava a este, como lucro, o usufruto das mesmas e, mais tarde, tornava a comprá-las. Ou, então, o proprietário de terras vendia ao emprestador uma parte ou todos os proventos anuais de suas terras. Se, por exemplo, *A* vendia a *B*, por dois mil cruzeiros, as rendas de um trato de terra que produzia 200 cruzeiros anuais, *B* estava, na realidade, emprestando a *A* dois mil cruzeiros a 10 por cento. Muitos mosteiros empregavam seus fundos na aquisição de tais "preços de aluguel", principalmente na Alemanha, onde a palavra para designar lucro, *zins*, surgia do latim medieval que significava aluguel, *census*.[67] As cidades tomavam dinheiro emprestado cedendo a quem emprestava uma participação em suas rendas.[68] Indivíduos e instituições, inclusive mosteiros, emprestavam dinheiro em troca de dádivas secretas ou vendas fictícias.[69] O Papa Alexandre III queixava-se, em 1163, de que "grande parte do clero" (principalmente monástico), "conquanto se afaste da usura comum como de uma coisa tão claramente condenada, empresta, não obstante, dinheiro a outros que se encontram necessitados, toma seus bens em garantia, e, recebe, muito além da

quantia do empréstimo original, os frutos produzidos pela soma emprestada".[70] Certas pessoas que tomavam dinheiro emprestado comprometiam-se a pagar "danos", os quais aumentavam com o decorrer de cada dia ou mês de atraso quanto ao pagamento do empréstimo; e a data de pagamento era estipulada dentro de prazo muito curto, de modo a tornar inevitável tal lucro oculto.[71] Nessa base, os cahorsianos emprestavam dinheiro a certos mosteiros em base equivalente a 60 por cento ao ano.[72] Muitas firmas bancárias emprestavam abertamente a juros, clamando imunidade, pois defendiam a teoria de que a lei se aplicava apenas a indivíduos. As cidades da Itália não procuravam desculpar-se por pagar juros em seus bônus governamentais. Em 1208, Inocêncio III afirmou que, se todos os usurários fossem excluídos da Igreja, como exigia a lei canônica, seria melhor que todas as igrejas cerrassem suas portas.[73]

A Igreja, relutantemente, ajustou-se às realidades. Santo Tomás de Aquino, mais ou menos em 1250, formulou, corajosamente, a nova doutrina eclesiástica referente ao lucro: o investidor, em um empreendimento comercial, poderia legitimamente, participar dos ganhos, se verdadeiramente houvesse participado dos riscos ou das perdas;[74] e as perdas eram interpretadas de modo a incluir qualquer atraso verificado no pagamento do empréstimo, além de uma data estipulada.[75] São Boaventura e o Papa Inocêncio III aceitaram esse princípio, ampliando-o, a fim de tornar legítimo o pagamento feito ao emprestador em compensação da perda temporária do uso do seu capital.[76] Alguns canonistas do século XV admitiam aos Estados o direito de emitir bônus com juros. O Papa Martinho V legalizou, em 1425, a venda de *rent charges*; depois de 1400, a maioria dos países europeus aboliu suas leis contra o lucro; e a proibição da Igreja sobreviveu como letra morta, que todos, tacitamente, ignoravam. A Igreja procurou encontrar uma solução encorajando São Bernardino de Feltre e outros eclesiásticos a estabelecer, a partir de 1251, *montes pietatis* — "montes de socorro" — nos quais pessoas dignas de confiança, quando necessitadas, poderiam obter empréstimos sem juros, depositando, como garantia, algum objeto. Mas esses precursores das casas de penhor abrangiam apenas um pequeno setor do problema; as necessidades do comércio e da indústria continuavam as mesmas — e surgiu o capital em seu auxílio.

Os agiotas profissionais exigiam juros elevados não por serem demônios sem consciência, mas porque corriam grandes riscos não só de perder seu dinheiro como a própria cabeça. Nem sempre podiam fazer vigorar seus contratos recorrendo à lei; suas reservas monetárias estavam sujeitas a requisições dos reis ou imperadores; podiam eles, a qualquer momento, ser banidos, e eram considerados, sempre, como amaldiçoados. Numerosos empréstimos não eram jamais saldados; muitos dos que tomavam emprestado morriam em estado de insolvência; outros seguiam nas Cruzadas, ficavam isentos do pagamento de juros e jamais voltavam. Quando os que tomavam emprestado deixavam de pagar, o que emprestava somente podia compensar a perda mediante aumento de juros em outros empréstimos; os bons empréstimos tinham de compensar os maus empréstimos, pois o preço das utilidades adquiridas, incluía o custo das utilidades estragadas antes da venda. Na França e na Inglaterra, durante o século XII, a média de juros ia de 33,3 por cento a 43,3.[77] Às vezes, porém subia, a 86 por cento. Na próspera Itália, regulavam de 12,5 por cento a 20 por cento.[78] Frederico II, em 1240, aproximadamente, procurou baixar a média para 10 por cento, mas logo teve de pagar mais do que isso aos agiotas cristãos. Séculos depois, já em 1409, o governo de Nápoles permitia 40 por cento como o máximo

legal.[79] A média de juros foi diminuindo à medida que aumentava a segurança dos empréstimos e a concorrência entre os emprestadores. Gradualmente, através de milhares de experiências e de erros, os homens aprenderam a usar os novos instrumentos financeiros de uma economia progressiva, e a Idade do Dinheiro começou na Idade da Fé.

V. AS GUILDAS

Na antiga Roma havia incontáveis *collegia, scholae, sodalitates, artes* — associações de artesãos, mercadores, corretores, clubes políticos, fraternidades secretas, irmandades religiosas. Sobreviveu, acaso, alguma destas, a fim de gerar as guildas medievais?

Duas cartas de Gregório I (590-604) referem-se a uma corporação de fabricantes de sabão em Nápoles, bem como a uma outra, de padeiros, em Otranto. No código de direito do rei lombardo Rotharis (636-52) lemos a respeito de *magistri Comacini* — ao que parece mestres-pedreiros procedentes de Como, os quais se referiam uns aos outros como *collegantes,* colegas do mesmo *collegium.*[80] Na Roma do século VII e na Worms do século X, há referência à existência de uma associação de trabalhadores em transportes.[81] As antigas guildas continuaram no Império Bizantino. Encontramos referências a muitas *scholae,* ou associações econômicas, em Ravena: no século VI, associações de padeiros; no século IX, de notários e mercadores; no século X, de pescadores; no século XI, de fornecedores. Ouvimos falar de uma *ministeria* de artesãos na Veneza do século IX, e de uma *schola* de jardineiros na Roma do século XI.[82] Indubitavelmente, a maioria das antigas guildas, no Ocidente, sucumbiu ante as invasões bárbaras, de que resultou a pobreza e o êxodo da gente da cidade para as regiões rurais. Parece, contudo, que algumas guildas sobreviveram na Lombardia. Quando o comércio e a indústria se restabeleceram, no século XI, as condições que haviam criado os *collegia* deram nova vida às guildas.

Por conseguinte, estas eram mais fortes na Itália, onde as antigas instituições romanas foram mais bem preservadas. Em Florença, no século XII, encontramos *arti* — "artes", uniões de artífices — de notários, tecelões, mercadores de lã, banqueiros, médicos e farmacêuticos, merceeiros ou vendedores de seda, peleiros, curtidores, armeiros, estalajadeiros...[83] Tais guildas tinham por modelo, ao que parece, as de Constantinopla.[84] Ao norte dos Alpes, a destruição dos antigos *collegia* foi, presumivelmente, mais completa do que na Itália. Não obstante, encontramo-los mencionados nas leis de Dagoberto I (630), nas capitulares de Carlos Magno (779-789) e nas ordenanças do arcebispo Hincmar, de Reims (852). No século XI, as guildas reapareceram na França e em Flandres, multiplicando-se, rapidamente, como *charités, frairies* (irmandades) ou *compagnies.* Na Alemanha, as guildas (*hansas*) surgiram das antigas *Markgenossenschaften* — associações locais de auxílio mútuo, práticas religiosas e alegres festivais. No século XII, muitas dessas guildas haviam-se transformado em associações de comércio ou de artífices; e, no século XIII, eram estas tão poderosas, que disputavam, tanto política como economicamente, a autoridade dos conselhos municipais.[85] A Liga Hanseática era uma dessas guildas. A primeira referência às guildas inglesas encontra-se nas leis do rei Ine (688-726), as quais falam de *gegildan* — associados que se auxiliavam mutuamente a pagar qualquer espécie de *wergild* que lhes fosse imposta. (*Wergild:* segundo a lei anglo-saxônia ou teutônica, multa ou compensação pecuniária por crime contra a pessoa, principalmente homicídio, paga

pelos parentes do que matou aos parentes do que foi morto.) A palavra anglo-saxônia *gild* (confronte-se com o alemão *geld*, e com o inglês *gold* e *yield*) significava uma contribuição para fundo comum e, posteriormente, a sociedade que administrava tal fundo. As mais antigas referências às guildas comerciais inglesas datam de 1093.[86] No século XIII, quase todas as cidades importantes da Inglaterra possuíam uma ou mais guildas, sendo que uma espécie de *guild socialism* (socialismo de guilda) prevalecia na Inglaterra e na Alemanha.

Quase todas as guildas existentes no século XI eram guildas de mercadores: incluíam somente mercadores independentes e artífices especializados, excluindo todos os indivíduos que dependiam de outros. Eram instituições francamente a favor da restrição de comércio. Habitualmente, persuadiam suas próprias cidades a excluir, por meio de elevadas tarifas protecionistas ou outros meios, outras mercadorias que competissem com as suas. Essas mercadorias de fora, quando se lhes permitia entrar na cidade, eram vendidas a preços fixados pela guilda interessada. Em muitos casos, uma guilda de mercadores obtinha, da comuna ou do rei, monopólio local ou nacional no campo de comércio a que se dedicava. A Companhia de Paris para Trânsito de Mercadoria por Água era quase proprietária do Sena. Por meio de ordenanças ou pressão econômica, a guilda, habitualmente, compelia os artífices a que trabalhassem apenas para a guilda ou com o seu consentimento, e que vendessem seus produtos somente à guilda ou por meio dela.

As guildas maiores transformaram-se em poderosas corporações. Negociavam com grande variedade de mercadorias, adquiriam matérias-primas por atacado, forneciam seguro contra perdas, organizavam, por sua própria conta, o suprimento de víveres e o sistema de esgotos em suas cidades, pavimentavam as ruas, construíam estradas e docas, dragavam portos, policiavam caminhos, supervisavam mercados, regulavam salários, horas e condições de trabalho, processo de aprendizagem, métodos de produção e venda, preços de materiais e de mercadorias.[87] Quatro ou cinco vezes por ano, fixavam um "preço justo", que, na sua opinião, concedia justo estímulo e recompensa a todos os interessados. Pesavam, examinavam e cotavam todos os produtos comprados ou vendidos em seu ramo e em sua área, fazendo todo o possível para conservar fora do comércio mercadorias inferiores ou que indicassem desonestidade da parte dos que pretendiam vendê-las.[88] Uniam-se para fazer frente a bandoleiros, senhores feudais, cobradores de dízimos, trabalhadores rebeldes e governos que lançavam novos impostos. Exerciam papel importante na política, dominavam muitos conselhos municipais, apoiavam, efetivamente, as comunas, em suas lutas contra barões, bispos e reis, transformando-se, elas próprias, em opressiva oligarquia de mercadores e financistas.

Cada guilda costumava ter sede própria, a qual, mais tarde, na Idade Média, poderia vir a ser arquiteturalmente ornamental. Contava com um pessoal complexo, formado de intendentes, arquivistas, tesoureiros, mordomos, meirinhos... Possuía, para julgar seus membros, seus próprios tribunais, exigindo que aqueles submetessem suas querelas ao tribunal da própria guilda, antes de apelar para as leis do país. Obrigava seus membros auxiliar os companheiros de guilda em caso de doença ou dificuldades, a socorrê-los e pagar pelo seu resgate, se fossem atacados ou se se encontrassem presos.[89] Observava a moral, os hábitos e a maneira de vestir de seus membros, estabelecendo multa para os que compareciam às reuniões sem meias. Quando dois membros da Guilda de Mercadores de Leicester se empenharam em luta, a socos, na

Feira de Boston, seus companheiros lhes impuseram como multa o pagamento de um barril de cerveja, a fim de que, de acordo com a guilda, ficassem cooperativamente bêbedos.[90] Cada guilda realizava um festival anual em honra de seu santo padroeiro, ocasião em que um breve prelúdio de preces sancionava um dia inteiro de "úmida" exuberância. Participava do financiamento e do adorno das igrejas e catedrais da cidade, além de preparar e levar à cena aquelas peças miraculosas, das quais surgiu o teatro dramático moderno. Nas paradas municipais, seus dignitários desfilavam com vistosas vestimentas, exibindo, em colorido aparato, os estandartes de sua profissão. Fornecia a seus membros seguro contra incêndio, inundações, roubos, prisão, incapacidade física e velhice.[91] Construía hospitais, casas de caridade, orfanatos e escolas. Pagava o funeral de seus mortos, bem como missas que lhes resgatassem do purgatório as almas. Seus mortos endinheirados raramente deixavam de lembrar-se da missa em seus testamentos.

Excluídos, normalmente, dessas guildas de mercadores, mas, não obstante, sujeitos a seus regulamentos econômicos e a sua força política, os artífices de cada indústria começaram no século XII a formar, em sua própria cidade, suas guildas de artífices. Em 1099, encontramos guildas de tecelões em Londres, Lincoln e Oxford e, logo depois, de pisoeiros, curtidores, açougueiros, ourives... Sob os nomes de *arti, Zunfte*, *mêtiers*, "companhias", "mistérios", estenderam-se elas por toda a Europa, durante o século XIII. Veneza abrigava 58 guildas, Gênova 33, Florença 21, Colônia 26, Paris 100. Em 1254, aproximadamente, Estêvão Boileau, "preboste dos mercadores" — secretário de comércio — no reinado de Luís IX, publicou, oficialmente, um *Livre des Mêtiers*, ou *Livro das Profissões*, o qual fornecia normas e regulamentos a 101 guildas de Paris. Nessa lista, a divisão do trabalho é surpreendente: na indústria de couros, por exemplo, havia associações independentes para peleiros, curtidores, sapateiros, fabricantes de arreios, seleiros e artífices de finos utensílios de couro; na carpintaria, havia associações diversas de fabricantes de arcas, marceneiros, construtores de barcos, carpinteiros de rodas, tanoeiros, fabricantes de máquinas de torcer fios. Cada guilda guardava ciosamente seus segredos profissionais, isolava seus locais de trabalho do contacto de estranhos e empenhava-se em vivas disputas quanto a sua jurisdição.[92]

De acordo com o espírito da época, as guildas de profissões tomavam orientação religiosa, adotavam um santo padroeiro e aspiravam ao monopólio. Em geral, ninguém podia dedicar-se a uma profissão se não pertencesse a sua guilda.[93] Os dirigentes das guildas eram eleitos anualmente por assembléias gerais dos membros da profissão a que pertenciam, mas, freqüentemente, eram escolhidos pela sua avançada idade e situação econômica. Os regulamentos das guildas determinavam — tanto quanto as guildas de mercadores, ordenanças municipais e leis econômicas o permitiam — as condições sob as quais seus membros trabalhavam, os salários que percebiam e os preços que cobravam. As normas das guildas limitavam o número de mestres em cada área, bem como de aprendizes de mestres; proibiam, nas tarefas industriais, o emprego de mulheres, exceto a mulher do mestre, bem como o trabalho de homens depois das seis horas da tarde; e punia seus membros pela cobrança de preços injustos, transações desonestas e mercadorias adulteradas. Em muitos casos, a guilda, orgulhosamente, estampava em seus produtos a sua *trademark*, ou a "marca da guilda", atestando sua qualidade.[94] A guilda de Bruges expulsou da cidade um membro que forjara, em mercadorias inferiores, a "marca de fábrica" de Bruges.[95] A concorrência entre os artesãos, tanto quanto à quantidade de produção como ao preço do produto, foi

desencorajada, pois, do contrário, os mais hábeis e trabalhadores tornar-se-iam demasiado ricos a expensas dos demais; mas a concorrência quanto à qualidade do produto era estimulada, tanto entre os artesãos como entre as cidades. As guildas de artesãos, como as de mercadores, construíam hospitais e escolas, forneciam seguros diversos, socorriam os membros pobres, dotavam suas filhas, enterravam os mortos, ajudavam as viúvas, davam não somente trabalho, como fundos, para a construção de igrejas e catedrais, pintando, nos vitrais das catedrais, as operações e a insígnia de seu artesanato.

Um espírito fraterno entre os artesãos não impedia acentuada graduação entre os membros e os dirigentes no seio das próprias guildas. No fundo, estava o aprendiz, de 10 ou 12 anos de idade, destinado pelos pais a viver, durante um período que ia de três a 12 anos, em companhia do mestre-artesão, servindo-o em sua loja e em seu lar. Em troca, recebia alimento, roupa e alojamento, além de ser-lhe ensinada a profissão do mestre. Nos últimos anos de serviço, recebia salário e ferramentas e, no fim de seu termo, uma dádiva em dinheiro, a fim de que pudesse começar a trabalhar por sua própria conta. Se acaso fugia, deveria ser enviado de volta a seu mestre, sendo castigado; se continuasse desaparecido, era barrado para sempre da profissão. Ao completar seu aprendizado, tornava-se trabalhador de empreitada (*serviteur, garçon, compagnon*, servente), passando de um mestre a outro como diarista ou jornaleiro (*journée*). Após dois ou três anos, o jornaleiro, caso dispusesse de capital suficiente para abrir loja própria, era examinado, para aferição de sua habilidade técnica, por uma câmara da guilda a que pertencia. Se passasse no exame, tornava-se mestre. Às vezes — mas somente no fim da Idade Média — solicitava-se ao candidato que submetesse aos dirigentes da guilda uma "obra-prima" — uma amostra satisfatória de sua habilidade.

O artesão graduado, ou mestre, possuía suas próprias ferramentas e, em geral, produzia seus artigos diretamente para o consumidor, que os havia encomendado e que, em certos casos, fornecia o material, podendo, a qualquer momento, aparecer na oficina e observar o andamento do serviço. Nesse sistema, o intermediário não controlava os canais entre o fabricante e o consumidor. A escala de operações do artesão era limitada pelo mercado para o qual produzia, e que era em geral a sua cidade; mas não dependia das flutuações de um mercado geral, ou do estado de espírito de investidores ou compradores distantes. Não conhecia a paranóia econômica de exaltações e depressões alternadas. Suas horas de trabalho eram longas — de oito a 13 horas diárias; mas ele próprio as escolhia, trabalhava de maneira sabiamente tranqüila e gozava de muitos feriados religiosos. Comia alimentos substanciais, adquiria móveis sólidos, usava roupas simples mas duráveis e tinha, pelo menos, uma vida cultural tão ampla como a dos operários especializados de hoje. Não lia muito e, assim, evitava muita droga embrutecedora; mas participava ativamente de cantos e de danças, bem como das representações dramáticas e dos rituais de sua comunidade.

Durante todo o século XIII, as guildas de artesãos aumentaram de número e de poderio, exercendo controle democrático sobre as guildas oligárquicas de mercadores. Mas as próprias guildas de artesãos transformaram-se numa aristocracia do trabalho. Tendiam a restringir a posição de mestres aos filhos dos mestres; pagavam mal a seus jornaleiros, os quais, no século XIV, as enfraqueceram com repetidas revoltas; e erguiam barreiras cada vez mais altas contra a entrada em suas fileiras ou em suas cidades.[96] Eram organizações excelentes para uma época industrial em que as dificuldades de transportes restringiam, com freqüência, os mercados aos compradores locais, e em

que os acúmulos de capital ainda não eram suficientemente ricos e fluidos para financiar empreendimentos em grande escala. Quando tais fundos surgiram, as guildas — de mercadores ou de artesãos — perderam o controle do mercado e, portanto, das condições de trabalho. A Revolução Industrial destruiu-as, na Inglaterra, com a lenta fatalidade da transformação econômica; e a Revolução Francesa, abruptamente, as aniquilou, como hostil àquela liberdade e dignidade do trabalho que defendera durante um momento de fulgor.

VI. AS COMUNAS

A revolução econômica dos séculos XII e XIII, à semelhança das que se verificaram nos séculos XVIII e XX, produziu também uma mudança radical na sociedade e no governo. Novas classes surgiram para o poderio econômico e político, dando à cidade medieval aquela independência viril e aguerrida que culminou na Renascença.

A questão da hereditariedade *versus* meio afetou tanto as cidades como as guildas da Europa. Eram descendentes diretas das municipalidades romanas, ou novas concreções, depositadas pelo fluxo da transformação econômica? Muitas cidades romanas mantiveram sua continuidade através de séculos de caos, de pobreza e da decadência; mas somente umas poucas, na Itália e no sudoeste da França, conservaram suas antigas instituições romanas e, menos ainda, o velho direito romano. Ao norte dos Alpes, leis bárbaras haviam soterrado a herança romana; e, de certo modo, os costumes políticos da tribo ou da cidade germânica haviam-se insinuado mesmo nas antigas municipalidades. A maioria das cidades transalpinas pertencia a domínios feudais, sendo dirigidas segundo a vontade de seus membros feudais ou dos representantes por estes designados. As instituições municipais eram estranhas, mas as instituições feudais eram naturais aos conquistadores teutônicos. Fora da Itália, a cidade medieval surgiu através da formação de novos centros, classes e poderes comerciais.

A cidade feudal havia-se desenvolvido, em geral sobre elevações, na junção de caminhos, ao longo de cursos de água de importância vital ou junto de fronteiras. Em torno dos muros do castelo feudal ou das fortificações dos mosteiros, desenvolvera-se, lentamente, a indústria modesta e o comércio dos citadinos ou burgueses. Quando cessaram as incursões nórdicas e magiares, essa atividade extramural expandiu-se, as lojas multiplicaram-se, e mercadores e artesãos, antes transitórios, tornaram-se residentes da cidade. Em tempos de guerra, porém, voltava a insegurança; e a população extramural construía um segundo muro, de circunferência mais ampla do que a do fosso feudal, a fim de proteger-se tanto a si mesma como a suas lojas e mercadorias. O barão ou bispo feudal ainda governava essa aumentada cidade como parte de seu domínio; mas sua crescente população era cada vez mais mercantil e secular, impacientava-se sob as taxas e controles feudais e conspirava no sentido de conquistar a liberdade municipal.

Das velhas tradições políticas e das novas necessidades administrativas surgiram uma assembléia de cidadãos e um corpo de dirigentes; e, cada vez mais, essa "comuna" — o corpo político — regulamentava os negócios da cidade — o corpo geográfico. Em fins do século XI, os principais mercadores começaram a exigir as cartas de domínio feudais referentes à liberdade comunal para as cidades. Com característica astúcia, lançavam um senhor contra outro: barões contra bispos, cavaleiros contra ba-

rões, reis contra quaisquer deles ou contra todos eles. Os citadinos lançavam mão de diversos meios para conseguir liberdade municipal: faziam juramento solene de se recusar a pagar e de resistir a quaisquer dízimos ou impostos baroniais ou episcopais. Ofereciam ao senhor feudal uma quantia determinada, ou uma anuidade, em troca de uma carta. No domínio real, conquistavam autonomia mediante concessões de dinheiro ou de serviços em tempo de guerra. Às vezes, anunciavam claramente sua independência, desencadeando violentas revoluções. A cidade de Tours lutou quatro vezes, antes de conquistar sua liberdade. Nobres que se achavam em necessidade ou em débito, principalmente ao preparar-se para uma Cruzada, vendiam cartas de governo próprio às cidades que mantinham sob feudo. Muitas cidades inglesas conquistaram, desse modo, a sua autonomia local, durante o reinado de Ricardo I. Alguns nobres, sobretudo em Flandres, concediam cartas de liberdade incompleta a cidades cujo desenvolvimento comercial aumentava as rendas baroniais. Os abades e os bispos foram os que resistiram mais, pois segundo seu voto de consagração, comprometiam-se a não fazer diminuir a renda de suas abadias ou sedes episcopais — por meio da qual eram custeadas muitas de suas funções sacerdotais. Daí ser mais encarniçada e prolongada a luta das cidades contra seus proprietários eclesiásticos.

Os reis da Espanha favoreciam as comunas como um meio de oposição à nobreza impertinente e incômoda — e eram muitas e liberais as cartas reais concedidas. Leão recebeu a sua carta, do rei de Castela, em 1020; Burgos, em 1073, Najera, em 1076, Toledo, em 1085; e Compostela, Cádis, Valência e Barcelona, logo depois. O feudalismo, na Alemanha, bem como as cidades, na Itália, beneficiaram-se com a mútua exaustão do Império e do papado, nas guerras de investidura e outros conflitos entre a Igreja e o Estado. No norte da Itália, as cidades conseguiram um vigor político dificilmente conhecido antes ou depois dessa época. Como os cursos de água alpinos alimentavam os grandes rios da Lombardia e da Toscana, e como estes favoreciam o comércio e fertilizavam as planícies, o comércio da Europa transalpina e da Asia ocidental, encontrando-se no norte da Itália, geraram, lá, uma burguesia mercantil, cuja riqueza reconstruiu velhas cidades, ergueu outras novas, financiou a literatura e a arte, desfazendo-se, altivamente, dos grilhões feudais. A nobreza, de seus castelos no campo, empreendeu guerras malsucedidas contra o movimento comunal; depois, submetendo-se, passou a residir na cidade, jurando lealdade à comuna. Os bispos, que, durante séculos, haviam sido os verdadeiros e hábeis governadores das cidades da Lombardia, foram subjugados com o auxílio dos papas, cuja autoridade ignoravam havia muito. Ouvimos falar em "cônsules" que, em 1080, governavam Luca; em 1084, encontramo-los em Pisa; em 1098, em Arécio, em 1099, em Gênova, em 1105, em Pavia, em 1138, em Florença. As cidades do norte da Itália continuaram a reconhecer, até o século XV, a soberania formal do Império, redigindo em seu nome seus documentos de Estado;[97] mas, na prática, para todos os efeitos, eram livres — e foi ressuscitado o antigo regime da cidade-estado, com todos os seus caos e estímulos.

Na França, a liberdade das cidades acarretou longas e, às vezes, violentas lutas. Em Le Mans (1069), Cambrai (1076) e Reims (1139), os bispos governantes, por meio da excomunhão ou da força, conseguiram suprimir as comunas estabelecidas pelos cidadãos; em Noyon, porém, o bispo, espontaneamente, concedeu uma carta à cidade (1108). St. Quentin libertou-se em 1080, Beauvais em 1099, Marselha em 1100, Amiens em 1113. Em Laon, em 1115, os cidadãos aproveitaram-se da ausência de seu corrupto bispo para estabelecer uma comuna. Quando este voltou, subornaram-no

para que prestasse o juramento de proteger a cidade. Decorrido um ano, o bispo induziu Luís VI a suprimir a comuna. A narrativa do que se seguiu, feita pelo monge Guiberto de Nogent, dá-nos um exemplo da intensidade da revolução comunal:

> No quinto dia da semana da Páscoa, surgiu tumultuoso alarido por toda a cidade, sendo que os homens bradavam: "Comuna!" Os cidadãos, a seguir, entraram, em número muito grande, armados de espadas, achas-d'armas, flechas, machados, cacetes e lanças, na corte do bispo... Os nobres acorreram de todos os lados em seu auxílio... Ajudado por alguns homens, ele os enfrentou com pedras e flechas... Depois escondeu-se em um barril, implorando-lhes, lastimavelmente, clemência, e prometendo-lhes que deixaria de ser bispo, que lhes daria suas riquezas ilimitadas, e que abandonaria o país. E, enquanto eles, com seus enrijecidos corações, caçoavam dele, um certo Bernardo, erguendo sua acha-d'armas, arrebentou os miolos daquela cabeça sagrada, embora pecadora; e ele, escorregando das mãos dos que o agarravam, estava morto antes de chegar ao chão, recebendo outro golpe debaixo dos olhos, sobre o nariz. Chegado, assim, a seu fim, foram-lhe amputadas as pernas, sendo-lhe infligidos muitos outros ferimentos. Thibaut, vendo um anel no dedo do bispo, e não conseguindo tirá-lo, decepou-lhe o dedo.[98]

A catedral foi incendiada e arrasada. Pensando em dar dois passos de uma vez, os saqueadores começaram a saquear e a queimar as mansões da aristocracia. Um exército real tomou de assalto a cidade, juntando-se aos nobres e ao clero no massacre da população. A comuna foi suprimida. Quatorze anos depois, foi restaurada; e os cidadãos trabalharam com piedoso entusiasmo a fim de reconstruir a catedral que eles e seus pais haviam destruído.

A luta continuou durante um século. Em Vézelay (1106), o povo matou o abade Arnaud e estabeleceu uma comuna. Orléans sublevou-se em 1137, mas fracassou. Luís VII concedeu uma carta a Sens, em 1146, revogando-a, porém, três anos mais tarde, por petição do abade, dentro dos limites em que estava situada a cidade. O populacho matou o abade e seu sobrinho, mas não conseguiu restabelecer a comuna. O bispo de Tournais empenhou-se em guerra civil, por espaço de seis anos (1190-96), a fim de derrubar o comuna; o Papa excomungou todos os seus cidadãos. No Domingo de Páscoa de 1194, o povo de Ruão saqueou as casas e as catedrais; em 1207, a cidade foi colocada sob interdição papal. Em 1235, em Reims, as pedras trazidas para reconstrução da catedral foram usadas pela populaça como projéteis e barricadas, em uma revolta, contra a mais alta autoridade eclesiástica da Gália. Esta e seus cônegos fugiram, não regressando senão dois anos mais tarde, quando o Papa induziu Luís VII a abolir a comuna. Muitas cidades da França jamais foram bem-sucedidas, até à época da Revolução, no estabelecimento de sua liberdade. No norte da França, porém, a maioria das cidades, libertou-se entre 1080 e 1200, e, sob o estímulo da liberdade, alcançaram suas maiores épocas. Foram as comunas que construíram as catedrais góticas.

Na Inglaterra, os reis conseguiram o apoio das cidades, contra a nobreza, concedendo-lhes cartas de limitado autogoverno. Guilherme, o Conquistador, concedeu uma dessas cartas a Londres. Cartas semelhantes foram concedidas, por Henrique II, a Lincoln, Durham, Carlisle, Bristol, Oxford, Salisbury e Southampton; e, em 1201, Cambridge adquiriu do rei João os seus direitos comunais. Em Flandres, os condes governantes fizeram importantes concessões a Gante (Ghent), Bruges, Douai, Tournai, Lille... mas conseguiram vencer todas as tentativas no sentido de independência

municipal. Leyden, Haarlem, Roterdã, Dordrecht, Delft e outras cidades holandesas obtiveram, no século XIII, cartas de autonomia local. Na Alemanha, a libertação processou-se lentamente e da maneira mais pacífica possível. Os bispos, que, durante séculos, haviam governado as cidades como feudatários dos imperadores, concederam às cidades como Colônia, Trèves, Metz, Mogúncia, Speyer, Estrasburgo, Worms e outras o direito de escolher seus próprios magistrados e de elaborar suas próprias leis.

Em fins do século XII, a revolução comunal saiu vencedora, na Europa ocidental. As cidades, conquanto só raramente adquirissem completa liberdade, haviam expulso seus senhores feudais, abolido ou diminuído os impostos feudais, e limitado seriamente os direitos eclesiásticos. As cidades flamengas proibiram o estabelecimento de novos mosteiros, bem como a concessão de terras às igrejas; restringiram o direito do clero de ser julgado por cortes episcopais, e contestaram o direito clerical quanto às escolas primárias.[99] A burguesia mercantil, agora, dominava a vida municipal e econômica. Em quase todas as comunas, as guildas de mercadores eram reconhecidas como corporações que se governavam a si próprias. Em muitos casos, a comuna e a guilda de mercadores eram organizações idênticas. Em geral, as duas eram distintas, mas a comuna raramente contrariava os interesses das guildas. O lorde *mayor* (prefeito) de Londres era escolhido pelas guildas da cidade. Agora, pela primeira vez, no espaço de mil anos, a posse de dinheiro tornou-se de novo força maior do que a posse da terra; a nobreza e o clero viam-se ameaçados por uma plutocracia nascente. Em grau muito maior do que na antigüidade, a burguesia mercantil transformou sua riqueza, sua energia e sua habilidade, em vantagem política. Na maioria das cidades, eliminava os pobres de assembléias e profissões. Oprimia o trabalhador manual e o camponês, monopolizava os proventos do comércio, impunha pesados impostos à comunidade e gastava muito de sua renda em disputas internas e em guerras destinadas à conquista de mercados e à destruição de seus competidores. Procurou suprimir as associações de artesãos, recusando-lhes o direito de greve, sob pena de exílio ou de morte. Seus regulamentos de preços e salários tinham em vista apenas o seu próprio benefício, em sério detrimento da classe trabalhadora.[100] Como na Revolução Francesa, a derrota dos senhores feudais constituiu vitória principalmente para a classe dos homens de negócio.

Não obstante, as comunas constituíam magnífica reafirmação da liberdade humana. Ao chamamento dos sinos do campanário da cidade, os cidadãos acorriam a suas reuniões, escolhendo seus funcionários municipais. As cidades organizavam sua própria milícia comunal, defendiam-se com vigor, lutavam, umas contra as outras, até completa exaustão, e, em 1176, derrotaram as bem exercitadas tropas do imperador alemão, em Lenhano. Embora os conselhos administrativos logo reduzissem os seus membros, até se converterem numa aristocracia mercantil, as assembléias municipais constituíam os primeiros governos representativos, desde os tempos de Tibério. Mais do que a Magna Carta, foram elas as principais precursoras da democracia moderna.[101] As relíquias atávicas do direito feudal ou tribal — provas de inocência, duelos, ordálios — foram substituídas pelo exame legal e regular de testemunhas; o *wergild*, ou preço do sangue, deu lugar à multa, prisão ou castigo corporal. As delongas judiciais foram reduzidas, os contratos legais substituíram o *status* e as lealdades feudais, e todo um novo corpo de direito comercial criou nova ordem na vida européia.

A jovem democracia saltou imediatamente para uma economia semi-socialista dirigida pelo Estado. A comuna cunhava sua própria moeda, ordenava e supervisionava

as obras públicas, construía estradas, pontes e canais, pavimentava algumas ruas da cidade, organizava o suprimento de víveres, proibia o açambarcamento, os monopólios, os armazenamentos para aumento de preço, punha vendedores e compradores em contacto direto em mercados e feiras, aferia pesos e medidas, inspecionava mercadorias, punia a adulteração de produtos, controlava a exportação e a importação, armazenava cereais para os anos de escassez, fornecia, nos casos de emergência, cereal a preço justo, e regulamentava os preços dos alimentos essenciais e da cerveja. Quando via que um preço estabelecido muito baixo desencorajava a produção de desejada mercadoria, permitia que certos preços por atacado chegassem, através da concorrência, ao seu próprio nível, mas estabelecia cortes ou *assizes* (sessão periódica de tribunal superior dos condados da Inglaterra) de pão ou cerveja, a fim de manter, no varejo, o preço desses produtos em constante relação com o custo do trigo e da cevada.[102] Publicava, periodicamente, uma lista de preços justos. Achava que, para cada produto, deveria haver um "preço justo", combinando o custo do material e do trabalho. Essa teoria ignorava a oferta e a procura, bem como as flutuações do valor da moeda. Certas comunas, como as de Basiléia ou Gênova, monopolizavam o comércio com relação ao sal; outras, como Nuremberg, produziram sua própria cerveja ou armazenavam cereais em celeiros municipais.[103] O fluxo de mercadorias era impedido por tarifas protecionistas municipais;[104] e, em alguns casos, pelo regulamento municipal que obrigava os mercadores em trânsito a exibir, antes de passar pela cidade, as mercadorias destinadas à venda na mesma.[105] Como acontece em nosso século, tais regulamentos eram, com freqüência, burlados pela esperteza de cidadãos contumazes, sendo numerosos os "mercados negros".[106] Muitas dessas ordenanças restritivas causavam mais mal do que bem, deixando logo de vigorar.

De modo geral, porém, o trabalho das comunas medievais constitui crédito à habilidade e à coragem dos homens de negócio que o dirigiam. Sob sua direção, a Europa desfrutou, nos séculos XII e XIII, de uma prosperidade que jamais conhecera, desde a queda de Roma. Apesar das epidemias, das fomes e das guerras, a população da Europa aumentou, sob o sistema comunal, como jamais acontecera durante o milênio anterior. A população européia começou a declinar no século II, tendo, provavelmente, atingido o seu nadir no século IX. Desde o século XI até a Peste Negra (1349), aumentou novamente com o renascimento do comércio e da indústria. Na região situada entre o Mosela e o Reno, multiplicou, talvez 10 vezes; na França, talvez tenha chegado a 20.000.000 de habitantes — pouco menos do que no século XVIII.[107] A revolução econômica acarretou uma migração do campo para a cidade quase tão definida como nos tempos recentes. Constantinopla, com 800.000 habitantes, Córdova e Palermo, com meio milhão cada uma, eram, havia muito, cidades populosas; mas, antes de 1100, somente poucas cidades, ao norte dos Alpes, tinham mais de três mil almas.[108] Em 1200, aproximadamente, Paris possuía cerca de 100.000 habitantes; Douai, Lille, Ypres, Gante, Bruges, cerca de 50.000 cada; Londres, 20.000. Em 1300, Paris contava com 150.000 habitantes, Veneza, Milão, Florença, com 100.000,[109] Siena e Módena com 30.000,[110] Lübeck, Nuremberg, e Colônia, com 20.000, Frankfurt, Basiléia, Hamburgo, Norwich, York, com 10.000. Todos esses algarismos baseiam-se, naturalmente, em cálculos aproximados.

O crescimento da população foi tanto resultado como causa do desenvolvimento econômico: decorreu de melhor proteção da vida e da propriedade, de melhor exploração dos recursos naturais por meio da indústria, e de uma distribuição mais ampla,

por meio da riqueza e do comércio crescente, de víveres e mercadorias. Por outro lado, oferecia um mercado cada vez maior ao comércio e à indústria, à literatura, à arte dramática, à música e às artes, em geral. O orgulho rival das comunas transformava sua riqueza em catedrais, palácios municipais, campanários, fontes, escolas e universidades. A civilização atravessou mares e montanhas no encalço do comércio. Partindo do Islã e de Bizâncio, lançou-se sobre a Itália e a Espanha, marchou, sobre os Alpes, rumo à Alemanha, França, Flandres e Inglaterra. A Idade das Trevas transformou-se apenas numa lembrança — e a Europa estava de novo viva, cheia de vigorosa juventude.

Não devemos idealizar como era a cidade medieval. Era pitoresca (aos olhos modernos) com seus montes coroados de castelos e de ameias, casas cobertas de palha ou telha, cabanas de camponeses e lojas repletas de gente, em torno de catedrais, castelos ou praças públicas. Mas, em sua maioria, as ruas eram becos estreitos e tortuosos (ideais para defesa e solidão), nos quais homens e animais se moviam, em meio ao estrupido de animais, de palavras e de sapatos de madeira, com a morosidade de uma época que não tinha máquinas para poupar-lhes músculos e esgotar-lhes os nervos. Em torno de muitas habitações da cidade, havia jardins, galinheiros, chiqueiros, pastos para vacas, monturos. Londres, afetada, decretou que "aquele que alimentar um porco deverá conservá-lo em sua própria casa", pois, de outro modo, os suínos chafurdavam-se livremente entre os montes de lixo.[111] De quando em quando, chuvas violentas enchiam os rios e inundavam campos e cidades, de modo que os homens remavam seus barcos à procura de abrigo no Palácio de Westminster.[112] Depois das chuvas, as ruas ficavam enlameadas durante dias. Os homens, então, usavam botas, e as senhoras de sociedade eram transportadas em carruagens ou liteiras, sacolejando de buraco em buraco. No século XIII, algumas cidades pavimentavam as ruas principais com paralelepípedos; na maioria delas, porém, as ruas não eram calçadas, não apresentavam segurança alguma ao pé ou ao nariz. Os mosteiros e castelos possuíam bons sistemas de esgoto;[113] as casas, porém, em geral não possuíam. Aqui e acolá, havia praças revestidas de relva ou de areia, com uma bomba por meio da qual o povo podia beber, bem como um bebedouro para os animais de passagem.

Ao norte dos Alpes, as casas eram quase todas de madeira; somente os nobres e os mercadores mais ricos construíam com tijolos ou pedra. Eram freqüentes, os incêndios, os quais, às vezes, estendiam-se livremente por toda a cidade. Em 1188, Ruão, Beauvais, Arras, Troyes, Provins, Poitiers e Moissac foram destruídas por incêndio. Ruão ardeu seis vezes, entre 1200 e 1225.[114] O uso de telhas, para cobrir as casas, só se transformou em hábito no século XIV. O combate ao fogo era feito por meio de brigadas de voluntários armados de baldes, as quais se entregavam a uma luta heróica, mas ineficaz. Os guardas municipais eram providos de longos ganchos, a fim de fazer desmoronar as casas incendiadas, se estas ameaçassem outros edifícios. Já que todos desejavam, como medida de segurança, viver perto de castelos, as edificações tinham, às vezes, vários andares, chegando até a seis, com os andares superiores projetando-se encantadora e alarmantemente sobre a rua. As cidades publicavam decretos limitando o peso dos edifícios.

Apesar dessas dificuldades — que quase não eram sentidas porque todos as experimentavam — a vida podia ser interessante nas cidades medievais. Os mercados estavam sempre repletos, conversava-se muito, as vestes e as mercadorias eram de cores vivas, os vendedores ambulantes apregoavam suas mercadorias em voz alta, os artífices

exibiam seus produtos. Artistas teatrais podiam estar representando, em praça pública, uma peça de milagre ou de mistério; uma procissão religiosa poderia passar pela rua, acompanhada de orgulhosos mercadores ou de rijos trabalhadores, em meio de vistosos estandartes, vestimentas solenes e inspirados cantos; alguma bela igreja poderia estar sendo construída; alguma linda rapariga poderia debruçar-se sobre um balcão; o campanário da cidade poderia chamar os cidadãos a reuniões ou às armas. Ao pôr-do-sol, os sinos tocavam o recolher, conclamando todo mundo a que se recolhesse, pois não havia luz nas ruas, exceto velas nas janelas e, aqui e acolá, uma lâmpada votiva diante de um santuário. Um ou outro burguês noctívago fazia-se preceder de seus servos, munidos de tochas, lanternas e de armas, pois os guardas eram raros. O cidadão prudente recolhia-se cedo, fugindo ao tédio das noites brancas, sabendo que, ao amanhecer, os galos, ruidosos, cantariam, e que haveria o clamor do trabalho a ser ealizado.

VII. A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

O desenvolvimento do comércio e da indústria, a expansão da economia monetária e o aumento, nas cidades, da procura de trabalho transformaram o regime agrícola. As municipalidades, ansiosas de conseguir novas "mãos", anunciaram que qualquer pessoa que vivesse numa cidade, durante 366 dias, sem que fosse procurada, identificada e tomada como servo, tornava-se automaticamente livre, gozando da proteção das leis e dos poderes da comuna. Em 1106, Florença convidou todos os camponeses que viviam nas aldeias circunvizinhas a que fossem lá viver, como criaturas livres. Bolonha e outras cidades pagavam aos senhores feudais para que deixassem seus servos mudar-se para a cidade. Grande número de servos fugiu ou foi convidado a fugir para novas terras a leste do Elba, onde se tornavam automaticamente livres.

Os que permaneciam nos feudos demonstravam incômoda resistência aos impostos feudais havia muito sancionados pelo tempo. Copiando as guildas das cidades, muitos servos formaram associações rurais — *confrèries, conjurations* — comprometendo-se, por juramento, a agir juntos, quanto aos impostos feudais. Roubavam ou destruíam cartas senhoriais que registravam sua servidão ou obrigações; queimavam castelos de senhores obstinados; ameçavam abandonar o domínio, se suas exigências não fossem atendidas. Em 1100, os vilões de St. Michel-de-Beauvais anunciaram que, dali por diante, casar-se-iam com qualquer mulher que lhes agradasse, dando suas filhas em casamento a qualquer homem com quem quisessem contrair matrimônio. Em 1102, os servos de St. Arnould-de-Crépy recusaram ao abade, seu senhor, o pagamento da taxa tradicional, ou imposto de morte, ou, ainda, da multa por permitirem que suas filhas casassem fora do domínio. Rebeliões semelhantes irromperam em dezenas de cidades, de Flandres à Espanha. Os senhores feudais achavam cada vez mais difícil obter lucro com o trabalho dos servos; a crescente resistência exigia uma direção cada vez mais dispendiosa. O trabalho dos servos, nas oficinas dos senhores, mostrava-se mais caro, e menos eficiente, do que o trabalho livre que produzia mercadorias semelhantes nas cidades.

A fim de manter os camponeses em suas terras, tornando seu trabalho rendoso para ele próprio, o barão reduzia as antigas obrigações feudais de pagamentos em dinheiro, vendia a liberdade aos servos que, com suas economias, podiam pagar por ela, arrendava, por certa quantia, extensões cada vez maiores de terras em torno de seu

domínio, e contratava trabalho livre para as oficinas existentes em suas propriedades. De ano para ano, seguindo as pegadas do Oriente muçulmano e bizantino, a Europa ocidental, do século XI, ao século XIII, passou dos pagamentos predominantemente em espécie aos pagamentos predominantemente em moeda. Os senhores rurais feudais, desejando os produtos manufaturados que o comércio lhes apresentava, ansiavam pelo dinheiro com que pudessem adquiri-los. Ao partirem para as Cruzadas, desejavam antes dinheiro do que víveres e mercadorias; os governos exigiam impostos em dinheiro, não em espécie; os proprietários feudais cediam ao curso dos acontecimentos, e vendiam seus produtos em troca de dinheiro, em lugar de dispor dos mesmos mediante trabalhosa migração de cidade a cidade. A mudança para uma economia monetária tornou-se muito dispendiosa para os proprietários feudais; os aluguéis e as rendas que recebiam adquiriam a fixidez dos costumes medievais, e não podiam ser aumentadas tão rapidamente quanto caía o valor do dinheiro. Muitos membros da aristocracia tiveram de vender suas terras — em geral à burguesia que surgia; muitos nobres, já em 1250, morriam sem terras ou na miséria.[115] No começo do século XIV, o rei Filipe, o Belo, de França, libertou os servos em seus domínios reais e, em 1315, seu filho, Luís X, ordenou que todos os servos fossem libertados "em condições justas e convenientes".[116] Gradualmente, do século XII ao século XVI, em épocas e em países diversos a oeste do Elba, a servidão deu lugar à propriedade camponesa; a propriedade feudal dividiu-se em pequenas propriedades, e os camponeses ergueram-se, no século XIII, a um grau de liberdade e de prosperidade como, no espaço de mil anos, jamais haviam conhecido. As cortes senhoriais perderam sua jurisdição sobre os camponeses, e as comunidades das vilas elegiam seus próprios dirigentes, os quais juravam fidelidade não ao senhor local, mas somente à coroa. A emancipação da Europa ocidental não se completou inteiramente senão em 1789. Muitos senhores feudais ainda apelavam para os antigos direitos que lhes conferiam as leis, procurando, no século XIV, restaurá-los de fato; mas o movimento no sentido do trabalho livre e móvel não poderia ser detido, enquanto o comércio e a indústria se desenvolvessem.

O novo estímulo despertado pela liberdade cooperou, com a imensa ampliação do mercado agrícola, para a melhoria dos métodos, das ferramentas e dos produtos da agricultura. A crescente população das cidades, o aumento da riqueza, as novas facilidades das finanças e do comércio expandiram e enriqueceram a economia rural. Novas indústrias começaram a exigir a criação de novas plantações: de cana-de-açúcar, anis, cominho, linho e vegetais que produzem óleos e matérias corantes. A proximidade de cidades populosas fez com que surgisse a criação de gado, de granjas e a produção de hortaliças. Procedente de milhares de vinhedos existentes nos vales do Tibre, do Arno, do Pó, do Guadalquivir, do Tejo, do Ebro, do Ródano, do Gironda, do Garona, do Loire, do Sena, do Mosela, do Mosa, do Reno e do Danúbio, o vinho fluía, ao longo dos rios e do mar, para consolar os trabalhadores dos campos, das oficinas e dos escritórios mercantis da Europa. Até mesmo a Inglaterra, do século XI ao século XVI, produziu vinho. A fim de alimentar as cidades famintas, onde os dias de jejum eram numerosos e a carne dispendiosa, grandes frotas partiam para o Báltico ou o Mar do Norte, para trazer arenque e outros peixes. Yarmouth devia sua vida ao comércio de arenque; os mercadores de Lübeck reconheciam sua dívida para com ele fazendo gravar arenques em seus genuflexórios;[117] e os honestos holandeses admitiam ter "construído sobre arenques" a altiva cidade de Amsterdã.[118]

A técnica agrícola desenvolveu-se lentamente. Os cristãos aprenderam-na dos ára-

bes, na Espanha, na Sicília e no Oriente; e os monges beneditinos e cistercienses transportaram para os países ao norte dos Alpes antigos métodos romanos e novos processos italianos de cultivar a terra e poupar o solo. O sistema de faixas foi deixado de lado, ao se estabelecerem novas propriedades agrícolas, sendo que cada agricultor agia de acordo com sua própria iniciativa e empreendimento. Em Flandres, nas terras conquistadas aos pântanos, os camponeses do século XIII praticavam, rotativamente, três colheitas diferentes — a terra era usada todo ano, mas, de três em três anos, era recoberta de forragem ou de plantas leguminosas. Poderosas juntas de bois puxavam arados de ferro que penetravam a terra mais profundamente do que antes. A grande maioria dos arados, porém, era ainda (1300) de madeira; apenas poucas regiões conheciam o emprego do estrume; e as rodas das carretas raramente eram revestidas de aros de ferro. A criação de gado era difícil devido a prolongadas secas; mas o século XIII viu as primeiras experiências em enxertos e aclimatação de novas espécies. As granjas quase não se desenvolviam. As vacas, no século XIII, em geral davam pouco leite, dificilmente produzindo meio quilo de manteiga por semana. (Hoje, uma vaca bem criada produz de cinco a 15 quilos de manteiga semanalmente.)

Enquanto seus senhores lutavam entre si, os camponeses da Europa travavam batalha ainda maior — mais heróica e não decantada — do homem contra a natureza. Entre os séculos XI e XIII, o mar invadira, 35 vezes, os diques dos Países-Baixos, formando novos golfos e baías onde antes havia terra, e matando, em um século, 100.000 pessoas. Do século XI ao XIV, os camponeses dessas regiões, sob as ordens de seus príncipes e abades, transportaram blocos de pedra da Escandinávia e da Alemanha, levantando a "Muralha de Ouro" atrás da qual os belgas e os holandeses construíram dois dos mais civilizados países da História. Milhares de acres foram arrancados do mar e, no século XIII, os Países-Baixos já se encontravam recortados de canais. De 1179 a 1257, os italianos abriram o famoso Naviglio Grande, ou Grande Canal, entre o Lago Maggiore (Maior) e o Pó, fertilizando, desse modo, 86.485 acres de terra. Entre o Elba e o Óder, pacientes imigrantes de Flandres, Frísia, Saxônia e Renânia transformaram em férteis campos os alagadiços *mooren*. As extensas florestas da França foram, progressivamente, desbastadas, transformando-se em propriedades rurais que, através de séculos de convulsões políticas, conseguiram alimentar a França. Talvez tenha sido esse heroísmo em massa no trabalho de desbastação de florestas, drenagem, irrigação e cultivo do solo, mais do que quaisquer vitórias na guerra ou no comércio, que, em última análise, tenha constituído a base dos triunfos da civilização européia nos últimos 700 anos.

VIII. A LUTA DE CLASSES

No começo da Idade Média, havia somente duas classes na Europa ocidental: os conquistadores germânicos e os nativos vencidos. De maneira geral, as aristocracias posteriores, na Inglaterra, França, Alemanha e norte da Itália, eram descendentes dos conquistadores, permanecendo conscientes dessa relação de sangue mesmo em meio a suas guerras. No século XI, havia três classes: os nobres, que combatiam; o clero, que orava; e os camponeses, que trabalhavam. Essa divisão tornou-se tão tradicional que muitos a encaravam como coisa ordenada por Deus; e a grande maioria dos camponeses, bem como a maioria dos nobres, pensavam que um homem deveria continuar, pacientemente, na classe em que nascera.

A revolução econômica do século XII fez surgir uma nova classe — a dos burgueses, ou a burguesia: os padeiros, mercadores e os mestres-artífices das cidades. Não incluía ela as profissões. Na França, as classes eram chamadas *états* — estados, e a burguesia era reconhecida como o *tiers état*, ou "terceiro estado". Controlava ela os assuntos municipais, conseguindo entrar no Parlamento inglês, na Dieta alemã, nas cortes espanholas e nos Estados Gerais — o Parlamento nacional francês que raramente se reunia. Contudo, antes do século XVIII, tinha pouca influência na política nacional. Os nobres continuavam a governar e a administrar o Estado, conquanto constituíssem, agora, apenas uma pequena força nas cidades. Viviam no campo (exceto na Itália), desdenhavam o comércio e os habitantes da cidade, votavam ao ostracismo qualquer membro de sua classe que contraísse matrimônio com mulher burguesa, e estavam persuadidos de que uma aristocracia de nascimento era a única alternativa a uma plutocracia mercantil, ou uma teologia de mitos, ou um despotismo de armas. Não obstante, a riqueza proveniente do comércio e da indústria começou então a competir com a riqueza da propriedade de terras, sobrepujando-a no século XVIII.

Os ricos comerciantes adquiriram ares aristocráticos, desdenhando e explorando a classe dos artesãos. Viviam em mansões ornamentadas, compravam móveis finos, comiam alimentos exóticos e trajavam vestuários caros. Suas esposas cobriam as formas, cada vez mais avultadas, em sedas e peles, veludos e jóias. Joana de Navarra, rainha de França, sentiu-se despeitada ao ser recebida, em Bruges, por 600 senhoras burguesas tão suntuosamente vestidas como ela própria. Os nobres queixavam-se, exigindo leis suntuárias que evitassem essa insolente exibição. Tais leis eram periodicamente sancionadas, mas, como os reis necessitavam do apoio e dos fundos burgueses, só esporadicamente eram postas em vigor.

O rápido desenvolvimento da população urbana favorecia os proprietários burgueses, donos de terrenos na cidade; e o conseqüente desemprego tornava fácil controlar a classe dos trabalhadores manuais. O proletariado, composto de servidores, aprendizes e jornaleiros, tinha pouca educação e nenhuma força política, vivendo, às vezes, em pobreza ainda mais sombria que a dos servos. Um trabalhador diarista, na Inglaterra, no século XIII, recebia cerca de dois *pence* por dia — o que equivalia, em poder aquisitivo, a mais ou menos dois dólares, em 1948, nos Estados Unidos da América. Um carpinteiro ganhava, por dia, quatro *pence* e um oitavo ($ 4,12); um pedreiro, três *pence* e um oitavo; um arquiteto, 12 *pence*, além de gastos de viagem e presentes ocasionais.[119] Os preços, porém, eram sumamente baixos; na Inglaterra, em 1300, uma libra de carne custava um *farthing* (21 *cents*); uma galinha, um *penny* (84 *cents*); um *quarter* (8 quintais) de trigo, cinco xelins, nove *pence* e meio ($ 57,90).[120] O dia começava ao clarear e terminava ao crepúsculo — mais cedo nas vésperas de domingo e de dias de festa. Havia no ano cerca de 30 dias de festa, mas, na Inglaterra, apenas seis isentavam o povo do trabalho. As horas eram um pouco mais longas, os salários reais não eram piores (alguns diriam, mesmo, que eram mais elevados)[121] do que na Inglaterra do século XVIII ou XIX.

Em fins do século XIII, a luta de classes transformou-se em guerra. Cada geração presenciava alguma revolta entre os camponeses, principalmente na França. Em 1251, os oprimidos camponeses da França e de Flandres ergueram-se contra seus senhores seculares e eclesiásticos. Chamando-se a si próprios *pastoureux* (pastores), organizaram uma espécie de cruzada revolucionária, sob a chefia de um pregador não autorizado conhecido como "o Mestre da Hungria". Marcharam desde Flandres,

através de Amiens, até Paris, sendo que, no caminho, camponeses e *proletaires* descontentes uniram-se a eles, até que seu número chegou a mais de 100.000. Levavam estandartes religiosos e proclamavam devoção ao rei Luís IX, então prisioneiro dos muçulmanos, no Egito; mas achavam-se sinistramente armados de porretes, adagas, machados, chuços e espadas. Denunciaram a corrupção do governo, a tirania do rico contra o pobre, a ambiciosa hipocrisia de sacerdotes e de monges — e o populacho recebia com aclamações suas denúncias. Assumiram os direitos eclesiásticos de pregar, conceder absolvição e realizar casamentos, assassinando alguns sacerdotes que a eles se opuseram. Seguindo para Orléans, massacraram várias centenas de membros do clero e estudantes universitários. Mas, tanto lá como em Bordéus, as tropas os bateram. Seus chefes foram presos e executados; e os miseráveis sobreviventes da inútil marcha viram-se perseguidos com cães, sendo dispersados e passando a viver nas garras da mais negra miséria. Alguns deles fugiram para a Inglaterra, provocando, lá, um pequeno levante de camponeses, o qual, por sua vez, foi também dominado.[122]

Nas cidades industriais da França, as guildas de artesãos ergueram-se, em repetidas greves e insurreições armadas, contra o monopólio político e econômico e as arbitrariedades da classe dos negociantes. Em Beauvais, o prefeito e alguns banqueiros foram expulsos por 1.500 amotinados (1233). Em Ruão, os trabalhadores têxteis revoltaram-se contra os negociantes de tapeçaria, matando o prefeito, quando de sua intervenção (1281). Em Paris, o rei Filipe, o Belo, dissolveu a união dos operários, sob acusação de que os mesmos estavam planejando uma rebelião (1295, 1307). Não obstante, as guildas de artesãos obtiveram admissão nas assembléias municipais e nas magistraturas, em Marselha (1213), Avinhão, Arles (1225), Amiens, Montpellier, Nîmes... Às vezes, um membro do clero tomava assento em meio aos rebeldes, fornecendo-lhes *slogans*. "Todas as riquezas", disse um bispo do século XIII, "provêm de furto; todo rico é um ladrão ou herdeiro de um ladrão."[123] Revoltas semelhantes desorganizaram a vida das cidades de Flandres. A despeito da pena de morte e de desterro, a que estavam sujeitos os dirigentes de greves, os caldeireiros de Dinant sublevaram-se em 1255, os tecelões de Tournai em 1281, todos os de Gante em 1274, e os de Hainault em 1292. Os trabalhadores de Ypres, Douai, Gante, Lille e Bruges, uniram-se, em 1302, à revolta, derrotaram um exército francês em Courtrai, conseguiram a admissão de seus representantes nos conselhos e cargos comunais, e revogaram a opressiva legislação com que a oligarquia mercantil havia perseguido os ofícios. Adquirindo pôder durante algum tempo, os tecelões procuraram fixar, e mesmo reduzir, os salários dos pisoadores, os quais, então, haviam-se aliado aos ricos negociantes.[124]

Em 1191, as guildas de negociantes conseguiram o controle de Londres. Logo depois, ofereceram ao rei João um pagamento anual, se este suprimisse a guilda dos tecelões. O rei aceitou (1200).[125] Em 1194, um certo Guilherme Fitzobert, ou Longbeard, pregou aos pobres de Londres a necessidade de uma revolta. Milhares de pessoas ouviam-no avidamente. Dois burgueses procuraram matá-lo. Ele fugiu para uma igreja, foi obrigado a sair por meio de fumaça e praticou o haraquiri quase à maneira do ritual japonês. Seus adeptos reverenciaram-no como a um mártir, considerando sagrado o chão que lhe recebeu o sangue.[126] A popularidade de Robin Hood, que roubava grandes senhores e prelados, mas que era bondoso para com os pobres, sugere o sentimento de classe prevalecente na Inglaterra, no século XII.

Os mais violentos conflitos verificaram-se na Itália. A princípio, os trabalhadores

uniram-se às guildas de mercadores, numa série de sangrentas insurreições contra os nobres, e, em fins do século XIII, essa luta terminou em vitória. Durante algum tempo, a população industrial compartilhou do governo de Florença. Logo, porém, os grandes mercadores e os homens de negócio conseguiram ascendência no conselho da cidade, impondo normas tão árduas e arbitrárias a seus empregados que, no século XIV, a luta entrou em sua segunda fase — guerra esporádica e intermitente entre os ricos industriais e os trabalhadores nas fábricas. Foi em meio a essas cenas de guerra civil que São Francisco pregou o evangelho da pobreza, lembrando aos *nouveaux riches* que Cristo jamais tivera qualquer bem particular.[127]

As comunas, do mesmo modo que as guildas, declinaram, no século XIV, através da expansão, para o âmbito nacional, da economia e do mercado municipais, onde suas normas e monopólios obstruíam o progresso das invenções, da indústria e do comércio. Decaíram, ainda, devido a suas caóticas lutas intestinas, à impiedosa exploração dos campos vizinhos, a seu estreito patriotismo municipal, a suas normas políticas de luta e suas moedas, a suas mesquinhas guerras entre si mesmas, em Flandres e na Itália, e a sua inabilidade para organizar-se numa confederação autônoma, que poderia ter sobrevivido ao desenvolvimento do poder real. Depois de 1300, diversas comunas francesas fizeram uma petição ao rei, para que assumisse a direção das mesmas.

Mesmo assim, a revolução econômica do século XIII constituiu o nascimento da Europa moderna. Destruiu, subseqüentemente, um feudalismo que completara a função de proteção e de organização agrícola, e que se tornara obstáculo à expansão da iniciativa humana. Transformou a riqueza estática do feudalismo nos fluentes recursos de uma economia de âmbito mundial. Forneceu a maquinaria ao desenvolvimento progressivo do comércio e da indústria, a qual aumentou substancialmente o poder, o conforto e o conhecimento do homem europeu. Trouxe uma prosperidade que, em dois séculos, conseguiu construir uma centena de catedrais, cada uma das quais sugere surpreendente abundância e variedade de meios e de habilidades. Sua produção para um mercado que se expandia tornou possíveis os sistemas econômicos nacionais em que se baseia o desenvolvimento dos países modernos. Mesmo a luta de classes que desencadeou talvez tenha sido outro acicate para o espírito e a energia dos homens. Quando cessou a tormenta da transição, estava transformada a estrutura econômica e política da Europa. Transbordante maré de indústria e de comércio levou de roldão os obstáculos, profundamente enraizados, ao desenvolvimento humano, fazendo com que os homens seguissem das glórias esparsas das catedrais para o ardor universal da Renascença.

CAPÍTULO XXV

A Recuperação da Europa

1095 — 1300

I. BIZÂNCIO

ALEIXO I, Comneno, após conduzir, com êxito, o Império do Oriente, através das guerras turca e normanda, bem como da Primeira Cruzada, terminou seu longo reinado (1081-1118) em meio de uma trama caracteristicamente bizantina. Sua filha mais velha, Ana Comnena, era um exemplo de cultura, um compêndio de filosofia, uma poetisa de ofício, mestra na sutileza, historiadora de cabal mendacidade. Noiva do filho do Imperador Miguel VII, sentiu-se pelo nascimento, pela beleza e pelo cérebro destinada ao Império; e jamais pôde perdoar a seu irmão João por haver nascido e ser o herdeiro do trono. Conspirou para assassiná-lo, mas, descoberta e perdoada, retirou-se para um convento e escreveu a crônica da carreira do pai em uma prosa *aleixíada*. João Comneno (1118-43) surpreendeu a Europa com um reinado de virtudes domésticas, de competência administrativa, de bem-sucedidas campanhas contra inimigos pagãos, muçulmanos e cristãos. Parecia, durante algum tempo, que iria restaurar o Império em sua antiga extensão e glória; mas um arranhão, causado por uma flecha envenenada que ele próprio trazia, acabou com sua vida e seu sonho.

Seu filho Manuel I (1143-80) era a personificação de Marte, dedicado à guerra e deliciando-se nela, sempre à frente de suas tropas, travando com alegria os combates e vencendo todas as batalhas, menos a última. Estóico no campo de luta, era um epicurista em seu palácio, entregue ao luxo de alimentos e de vestuário, e feliz com o amor incestuoso de sua sobrinha. Sob seu indulgente patrocínio, floresceram novamente a literatura e a cultura; as damas da corte encorajavam os escritores, condescendendo, elas próprias, em escrever poesias, sendo que Zonaras compilou, então, o seu imenso *Epítome de História*. Manuel I construiu para si um novo palácio à beira-mar, o Blachernae, localizado na extremidade do Corno Dourado. Odom de Deuil considerava-o "o mais suntuoso edifício do mundo", pois "seus pilares e suas paredes eram revestidos, até à metade, de ouro, com gemas incrustadas que cintilavam na obscuridade da noite".[1] Constantinopla, no século XII, ensaiava a Renascença italiana.

O esplendor da capital, bem como as muitas guerras em que o Império se empenhou, para afastar o aniquilamento, exigiam pesados impostos, que os gozadores do luxo impunham aos que produziam o que se fazia necessário. Os camponeses tornaram-se mais pobres, entregando-se à servidão; os trabalhadores manuais das cidades viviam em habitações asquerosas, cuja negra imundície ocultava crimes incontáveis. Vagos movimentos de revolta semicomunistas agitavam o proletariado,[2] mas foram esquecidos no despreocupado passar do tempo. Entrementes, a conquista da Palestina

pelos cruzados abrira os portos sírios ao comércio latino, e Constantinopla perdeu, em favor das nascentes cidades da Itália, um terço de seu comércio marítimo. Tanto os cristãos, como os muçulmanos, aspiravam conquistar esse tesouro de riqueza milenária. Um bom muçulmano, visitando a cidade, nos dias faustosos de Manuel I, rogou: "Possa Deus, em Sua generosidade e graça, tornar Constantinopla a capital do Islã!"[3] E Veneza, filha de Bizâncio, convidou os cavaleiros da Europa a unirem-se a ela no rapto da Rainha do Bósforo.

O reino latino de Constantinopla, estabelecido pela Quarta Cruzada, não durou senão 57 anos (1204-61). Sem raiz quanto à raça, a fé e o costume do povo; odiado por uma Igreja grega obrigatoriamente sujeita a Roma; debilitado pela divisão, em principados feudais, num arremedo de soberania; falto de experiência necessária para organizar e regular a economia industrial e comercial; atacado do exterior por exércitos bizantinos e minado por conspirações internas, e incapaz de arrancar, de uma população hostil, as rendas necessárias à defesa militar, o novo reino permaneceu de pé somente enquanto faltaram armas e unidade à vingança bizantina.

Os conquistadores saíram-se melhor na Grécia. Os francos, venezianos, bem como outros nobres italianos, apressaram-se em transformar a terra histórica em baronatos feudais, construindo castelos pitorescos em lugares sobranceiros e governando, com violência e competência, uma população industriosa e indolente. Prelados da Igreja latina substituíram os bispos da fé ortodoxa exilados; e monges vindos do Ocidente coroaram as antigas colinas com mosteiros que eram monumentos e repositórios de tesouros da arte medieval. Um altivo franco tomou o título de duque de Atenas, o qual Shakespeare, por um ligeiro erro de dois mil anos, aplicou, "antibaconianamente", a Teseu. Mas o mesmo espírito marcial que criara esses pequenos reinos destruiu-os por meio de lutas fratricidas. Facções rivais empenharam-se em guerras suicidas nas colinas da Moréia e nas planícies da Beócia, e, quando a "Grande Companhia Catalã", composta de aventureiros militares provenientes da Catalunha, invadiu a Grécia (1311), a flor da cavalaria franca foi dizimada em uma batalha próxima ao rio Cefiso, e a indefesa Hélade tornou-se um joguete nas mãos dos piratas espanhóis.

Dois anos após a queda de Constantinopla, Teodoro Láscaris, genro de Aleixo III, estabeleceu em Nicéia um governo bizantino exilado. Toda a Anatólia, com as ricas cidades de Prusa, Filadélfia, Esmirna e Éfeso, recebeu com satisfação o seu governo — e sua administração, hábil e justa, trouxe nova prosperidade a essas regiões, deu vida nova às letras gregas e nova esperança aos patriotas helenos. Bastante mais a leste, em Trezibonda, Aleixo Comneno, filho de Manuel, estabeleceu outro reino bizantino, sendo que se formou um terceiro reino no Epiro, sob o cetro de Miguel Ângelo. O genro e sucessor de Láscaris, João Vatatzes (1222-54), acrescentou parte do Epiro ao reino de Nicéia, reconquistou Salônica aos francos (1246) e poderia ter reconquistado Constantinopla, se não houvesse sido chamado de volta à Ásia Menor, ao saber que o Papa Inocêncio IV convidara os mongóis, que avançavam, a atacá-lo pelo leste (1248). Os mongóis repeliram o plano do Papa sob o irônico pretexto de que odiavam encorajar "o ódio mútuo entre cristãos".[4] O longo reinado de João Vatatzes foi um dos mais dignos da História. Apesar das dispendiosas campanhas no sentido de restaurar a unidade bizantina, diminuiu os impostos, estimulou a agricultura, construiu escolas, bibliotecas, igrejas, mosteiros, hospitais e asilos para os velhos e os pobres.[5] A literatura e a arte prosperaram em seu reinado, e Nicéia transformou-se em uma das mais ricas e belas cidades do século XIII.

Seu filho Teodoro Láscaris II (1254-8) foi um erudito doentio, culto e abstraído. Morreu após curto reinado, e Miguel Paleólogo, chefe da insatisfeita aristocracia, usurpou o trono (1259-82). Se é que podemos acreditar nos historiadores, Miguel possuía todos os defeitos: "era egoísta, hipócrita, mentiroso nato, fútil, cruel e rapace";[6] mas era estrategista sutil, e hábil diplomata. Com apenas uma batalha, assegurou o seu poderio no Epiro; mediante aliança com Gênova, conquistou forte auxílio contra os venezianos e os francos em Constantinopla. Ordenou a um de seus generais, Estrategópulo, que simulasse um ataque pelo ocidente contra a capital. Estrategópulo aproximou-se da cidade com apenas mil homens. Vendo que a mesma se achava fracamente defendida, nela penetrou, conquistando-a sem necessidade de desfechar um único golpe. O rei Balduíno II fugiu com seu séquito, sendo que o clero latino da cidade seguiu-lhe os passos tomado de justo pânico. Miguel, mal podendo acreditar em tal notícia, atravessou o Bósforo, sendo coroado imperador (1261). O Império Bizantino, que o mundo julgara morto, despertou para uma vida *post-mortem*, a Igreja grega readquiriu sua independência e o Estado bizantino, corrupto e competente, permaneceu, por mais dois séculos, como um tesouro e um veículo das letras antigas, e como frágil mas valioso bastião contra o Islã.

II. OS ARMÊNIOS: 1060-1300

Em 1080, aproximadamente, numerosas famílias armênias, desgostosas do domínio seljúcida, deixaram o país, cruzaram os Montes Taurus e fundaram na Cilícia o reino da Armênia Menor. Enquanto os turcos e os mongóis governaram a primitiva Armênia, o novo Estado manteve, durante três séculos, a sua independência. Durante um reinado de 34 anos (1185-1219), Leão II repeliu os ataques dos sultões de Alepo e de Damasco, conquistou a Isáuria, construiu sua capital em Sis (agora na Turquia), estabeleceu aliança com os cruzados, adotou leis européias, encorajou a indústria e o comércio, concedeu privilégios aos mercadores venezianos e genoveses, fundou orfanatos, hospitais e escolas, levou seu povo a uma prosperidade sem paralelo, conquistou o nome de Magnificente e foi, integralmente, um dos monarcas mais sábios e generosos da história medieval. Seu genro Hethum I (1226-70), achando que os cristãos não eram merecedores de confiança, aliou-se aos mongóis, rejubilando-se com a expulsão dos seljúcidas da Armênia (1240). Os mongóis, porém, converteram-se ao maometismo, guerrearam contra a Armênia Menor e reduziram-na a ruínas (*ca.* 1303). Em 1335, a Armênia foi conquistada pelos mamelucos, sendo o país dividido entre senhores feudais. Em meio a toda essa perturbação, os armênios continuaram a demonstrar habilidade inventiva na arquitetura, alta excelência na pintura em miniatura, bem como uma forma resolutamente independente de catolicismo, que repelia quaisquer tentativas de dominação, tanto da parte de Constantinopla, como de Roma.

III. A RÚSSIA E OS MONGÓIS: 1054-1315

No século XI, o sul da Rússia achava-se em poder de tribos semibárbaras: cumãs, búlgaros, cazars, polovtsi, patzinaks... O restante da Rússia européia estava dividido em 64 principados — dos quais os principais eram Kiev, Volhynia, Novgorod, Sudzdalia, Smolensk, Ryazan, Chernigov e Pereyaslavl. A maior parte dos principados re-

conhecia a soberania de Kiev. Quando Yaroslav, Grande Príncipe de Kiev, morreu (1054), distribuiu os principados, segundo sua importância, entre seus filhos, por ordem de idade. O mais velho recebeu Kiev — e, mediante um sistema rotativo único, ficou estabelecido que, em caso de morte de qualquer dos príncipes, cada um dos sobreviventes passaria de uma província menor para outra maior. Durante o século XIII, diversos principados foram divididos em "apanágios" — regiões destinadas a seus filhos pelos príncipes. Com o decorrer do tempo, esses apanágios tornaram-se hereditários, constituindo a base daquele feudalismo modificado que, mais tarde, participaria, por ocasião da invasão mongólica, da culpa de conservar-se a Rússia ainda medieval, enquanto a Europa ocidental progredia. Contudo, durante esse período, as cidades russas contavam com uma indústria manual ativa e com um comércio mais rico do que o que teria em muitos séculos posteriores.

O poder de cada príncipe, embora geralmente herdado, era limitado por uma *veche* ou assembléia popular, e por um senado de nobres (*boyarskaya duma*). A administração e as leis eram, em geral, deixadas a cargo do clero, cujos membros, juntamente com alguns poucos nobres, mercadores e usurários, quase monopolizavam a cultura: por meio de textos bizantinos e de exemplos de que dispunham, deram à Rússia literatura e leis, religião e arte. Devido ao seu trabalho, o *Russkaya Pravda*, Direito ou Lei Russa, formulado pela primeira vez sob a soberania de Yaroslav, recebeu emendas e codificação definitiva (*ca.* 1160). À Igreja russa foi concedida ampla jurisdição sobre a religião e o clero, realizando casamentos, ditando a moral e cuidando de testamentos. Tinha ilimitada autoridade sobre os escravos e outras pessoas de suas extensas propriedades. Seus esforços melhoraram, de certo modo, a situação legal do escravo na Rússia, mas o tráfico de escravos continuou, atingindo seu ponto culminante no século XII.[7]

Esse mesmo século presenciou o declínio e a queda do reino de Kiev. A anarquia feudal do Ocidente teve sua rival na anarquia tribal e dos principados do Oriente. Entre 1054 e 1224, houve 83 guerras civis na Rússia, 46 invasões da Rússia, 16 guerras movidas por Estados russos contra povos não russos, sendo que 293 príncipes disputaram o trono de 64 principados.[8] Em 1113, o empobrecimento da população de Kiev, causado por guerra, cobrança de elevados juros, exploração e desemprego, provocou uma agitação revolucionária. A populaça, enfurecida, atacou e saqueou as casas dos empregadores e agiotas, ocupando, durante breve instante de domínio, os departamentos do governo. A assembléia municipal convidou o príncipe Monomakh, de Pereyaslavl, para que se tornasse Grande Príncipe de Kiev. Ele aceitou o poder com relutância, desempenhando papel semelhante ao de Sólon em Atenas, em 594 a.C. Reduziu a média dos juros nos empréstimos, restringiu a venda que os devedores em bancarrota faziam de suas próprias pessoas, convertendo-se em escravos, limitou a autoridade de empregadores sobre empregados e, mediante essas e outras medidas — condenadas como confiscatórias pelos ricos e inadequadas pelos pobres — evitou uma revolução e consolidou a paz.[9] Monomakh muito trabalhou no sentido de acabar com as lutas entre famílias e com as guerras entre os príncipes, e dar à Rússia unidade política — mas esta tarefa era demasiado grande para seus 12 anos de governo.

Depois de sua morte, continuou a luta entre os príncipes e as classes. Entrementes, a prolongada posse do Dniester, do Dnieper e do Don inferiores por tribos estrangeiras, bem como o desenvolvimento do comércio italiano em Constantinopla, no Mar Negro e portos da Síria, desviaram para o Mediterrâneo grande parte do comércio que

passava, procedente do Islã e de Bizâncio, pelos rios da Rússia, rumo aos países bálticos. A riqueza de Kiev declinou, enfraquecendo seus recursos ou seu espírito marcial. Já em 1096, seus vizinhos bárbaros começaram a realizar incursões em seu território e mesmo em seus subúrbios, saqueando mosteiros e vendendo como escravos os camponeses aprisionados. A população retirou-se de Kiev como lugar perigoso, e os recursos humanos caíram ainda mais. Em 1169, o exército de Andrey Bogolyubski saqueou tão completamente Kiev, escravizando tantos e tantos milhares de seus habitantes, que, durante três séculos, a "mãe das cidades russas" quase foi apagada da História. A conquista de Constantinopla e de seu comércio pelos venezianos e francos, em 1204, bem como as invasões mongóis de 1229-40 completaram a ruína de Kiev.

Na segunda metade do século XII, a chefia da Rússia passou dos "Pequenos Russos" da Ucrânia aos mais rudes e audaciosos "Russos Grandes" da região em torno de Moscou e ao longo do Volga superior. Fundada em 1156, Moscou era, nessa época, uma pequena aldeia que servia à Suzdalia (que se estende, partindo de Moscou, para nordeste) como posto avançado no caminho entre as cidades de Vladimir e Suzdal a Kiev. Andrey Bogolyubski (1157-74) lutou para tornar supremo sobre toda a Rússia o principado da Suzdalia; mas morreu nas mãos de um assassino, enquanto realizava campanhas tendentes a colocar Novgorod e Kiev sob seu domínio.

A cidade de Novgorod estava situada no noroeste da Rússia, em ambas as margens do Volkhov, perto da nascente deste rio, que sai do Lago Ilmen. Como o Volkhov desaguava, ao norte, no Lago Ladoga, e outros rios deixavam o Lago Ilmen e seguiam para o sul e oeste, e como o Báltico, via Lago Ladoga, não era nem muito próximo quanto à segurança, nem muito distante quanto ao comércio, Novgorod desenvolveu intenso comércio interno e internacional, tornando-se o pivô oriental da Liga Hanseática. Negociava, através do Dnieper, com Kiev e Bizâncio e, através do Volga, com o Islã. Quase monopolizava o comércio de peles na Rússia, pois seu controle estendia-se desde Pskov, no oeste, ao Ártico, ao norte, bem como quase até aos Urais, a leste. Após 1196, os poderosos mercadores-aristocratas de Novgorod dominaram a assembléia que, através de seu príncipe eleito, governava o principado. A cidade-estado era uma república livre, e chamava-se a si própria "Meu Senhor Novgorod, o Grande". Se um príncipe se revelava insatisfatório, os burgueses lhe "fariam uma reverência e lhe mostrariam a maneira de deixar a cidade"; se o mesmo resistia, metiam-no na cadeia. Quando Sviatopolk, Grande Príncipe de Kiev, desejou impor-lhes o filho como príncipe (1015), os novgorodianos responderam-lhe: "Se ele tiver uma cabeça sobressalente, mandai que venha para cá."[10] Mas a república não era uma democracia; os trabalhadores e os pequenos negociantes não tinham voz no governo, podendo influenciar na política somente por meio de repetidas revoltas.

Novgorod atingiu seu zênite durante o governo do príncipe Alexandre Nevsky (1238-63). O Papa Gregório IX, ansioso por fazer que a Rússia passasse da cristandade grega para a cristandade latina, pregou uma Cruzada contra Novgorod. Um exército sueco apareceu no Neva; Alexandre derrotou-o perto da atual Leningrado (1240) recebendo do rio o seu cognome. Sua vitória tornou-o muito grande para uma república, fazendo com que fosse exilado; mas, quando os alemães reiniciaram a Cruzada e tomaram Pskov, avançando 70 milhas em território de Novgorod, a assembléia, assustada, pediu a Alexandre que voltasse. Ele voltou, reconquistou Pskov e derrotou os Cavaleiros Teutônicos sobre os gelos do Lago Peipus (1242). Nos seus últimos anos, sofreu a humilhação de governar seu povo sob o jugo mongólico.

Isso aconteceu porque os mongóis penetraram na Rússia com força em número decisivamente superior. Vieram do Turquestão, através do Cáucaso, onde esmagaram um exército georgiano, e saquearám a Criméia. Os cumãs, que, durante séculos, guerrearam contra Kiev, pediram o auxílio russo, dizendo: "Hoje, conquistaram a nossa terra; amanhã conquistarão a vossa."[11] Alguns príncipes russos compreenderam o que havia de verdadeiro nisso, e enviaram tropas para ajudar a defesa dos cumãs. Os mongóis enviaram emissários aos russos propondo aliança contra os cumãs. Os russos mataram os emissários. Numa batalha travada nas margens do Rio Kalka, perto do Mar de Azov, os mongóis derrotaram o exército russo-cumã, aprisionaram, por meio de traição, diversos chefes russos, manietaram-nos e colocaram-nos debaixo de uma plataforma, sobre a qual os chefes mongóis saborearam um banquete de vitória, enquanto seus aristocráticos prisioneiros morriam sufocados (1232).

Os mongóis retiraram-se para a Mongólia, ocupando-se ativamente da conquista da China, enquanto os príncipes russos reiniciavam suas guerras fratricidas. Em 1237, os mongóis voltaram, sob o comando de Batu, sobrinho-neto de Gengis Khan. Eram em número de 500.000, quase todos montados. Vieram contornando a extremidade norte do Mar Cáspio, passaram a fio de espada os búlgaros do Volga, destruíram Bolgar, sua capital. Batu enviou uma mensagem ao príncipe de Ryazan: "Se desejais paz, dai-nos um décimo de vossos bens." O príncipe respondeu: "Quando estivermos mortos, podeis ter o total."[12] Ryazan solicitou auxílio aos principados. Estes recusaram. Ryazan, então, lutou só, bravamente, mas perdeu todos os seus bens. Os irresistíveis mongóis saquearam e destruíram todas as cidades de Ryazan, assolaram a Suzdalia, desbarataram seu exército, incendiaram Moscou e assediaram Vladimir. Os nobres fizeram-se tonsurar, escondendo-se, como monges, na catedral; morreram quando a catedral, bem como a cidade, foram incendiadas. Suzdal, Rostov e grande número de burgos do principado foram totalmente destruídos pelo fogo (1238). Os mongóis movimentaram-se, então, rumo a Novgorod; forçados a recuar, diante das espessas florestas e grandes rios que encontraram, devastaram Chernigov e Pereyaslavl, alcançando Kiev. Enviaram emissários, pedindo rendição. Os kievanos mataram os emissários. Os mongóis cruzaram o Dnieper, venceram fraca resistência, saquearam a cidade e mataram milhares de seus habitantes. Quando Giovanni de Piano Carpini viu Kiev, seis anos depois, descreveu-a como uma cidade de 200 cabanas, cujos terrenos adjacentes estavam semeados de crânios humanos. Os russos da classe superior e da classe média jamais armaram os camponeses ou a populaça das cidades. Quando os mongóis chegaram, o povo não tinha meios de defesa, sendo massacrado ou escravizado, segundo o arbítrio dos conquistadores.

Os mongóis avançaram sobre a Europa central, venceram e perderam batalhas e regressaram pela Rússia, causando devastações a sua passagem. Numa das ramificações do Volga, construíram uma cidade, Sarai, como capital de uma comunidade independente conhecida como a Horda de Ouro. Dessa cidade, Batu e seus sucessores, por espaço de 240 anos, mantiveram a maior parte da Rússia sob seu domínio. Os príncipes russos podiam conservar suas terras, mas sob a condição de pagar um tributo anual e de realizar, de quando em quando, longas viagens, a fim de render homenagem ao Cã da Horda ou, mesmo, ao Grande Cã, no Caracorum mongol. O tributo era recolhido pelos príncipes em forma de imposto por cabeça, que recaía, com idêntica crueldade, tanto sobre ricos como sobre pobres, sendo, os que não podiam pagar, vendidos como escravos. Os príncipes conformaram-se com o domínio mongol, pois

isso os protegia das revoltas sociais. Uniram-se aos mongóis no ataque a outros povos, mesmo a principados russos. Muitos russos casavam-se com mongóis, sendo que muitos traços da fisionomia e do caráter mongólicos entraram na raça russa.[13] Certos russos adotaram a maneira de falar e de vestir dos mongóis. Transformada numa dependência de uma potência asiática, a Rússia ficou, em grande parte, isolada da civilização européia. O absolutismo do Cã, unido ao dos imperadores bizantinos, gerou o "Autocrata de Todas as Rússias", na Moscóvia que surgiria posteriormente.

Reconhecendo que não poderiam manter a Rússia sossegada somente por meio da força, os chefes mongóis fizeram a paz com a Igreja russa, protegendo seus bens e seu pessoal, isentando-os de impostos e punindo o sacrilégio com a morte. Por gratidão ou por ver-se obrigada a tal, a Igreja recomendava a submissão da Rússia aos senhores mongólicos, orando publicamente pelo seu bem-estar.[14] A fim de encontrar segurança em meio a uma situação de sobressaltos, milhares de russos tornaram-se monges. Choviam dádivas sobre as organizações religiosas, e a Igreja russa, em meio da pobreza geral, tornou-se imensamente rica. Um espírito de submissão ia nascendo entre o povo, abrindo o caminho para séculos de despotismo. Não obstante, foi a Rússia, vergada pelo ciclone mongólico, que permaneceu, como imenso fosso e trincheira, a proteger a maior parte da Europa contra a conquista asiática. Toda a fúria daquela tempestade humana desabou sobre os eslavos — russos, boêmios, morávios, polacos — e sobre os magiares.

A Europa ocidental tremeu, conquanto mal fosse atingida. Talvez o resto da Europa tenha podido seguir avante, rumo à liberdade política e mental, rumo à riqueza, ao luxo e à arte — por ter a Rússia, durante mais de dois séculos, permanecido derrotada, humilhada, estagnada e pobre.

IV. O FLUXO BALCÂNICO

Para o estrangeiro distante os Bálcãs são uma confusão montanhosa de instabilidade e de intrigas políticas, de pitoresca sutileza e habilidade comercial, de guerras, assassínios e *pogroms*. Mas para o búlgaro, o rumeno, o húngaro ou o iugoslavo nativos, a sua nação é o resultado de uma luta milenária em busca de sua independência, uma luta para livrar-se de impérios envolventes, manter sua própria e expressiva cultura e manifestar, livremente, na arquitetura, no vestuário, na poesia, na música e no canto, o seu caráter nacional.

Durante 168 anos, a Bulgária, antes tão poderosa sob os reinados de Krum e Simeão, permaneceu sujeita a Bizâncio. Em 1186, o descontentamento da população búlgara e valáquia (*vlach*) encontrou expressão em dois irmãos, João e Pedro Asen, os quais possuíam a mistura de astúcia e de coragem que a situação e seus compatriotas exigiam. Convocando o povo de Trnovo a que se reunisse na igreja de São Demétrio, eles o persuadiram de que o santo deixara Salônica, na Grécia, para ir viver em Trnovo, e que, sob seu estandarte, a Bulgária poderia reconquistar sua liberdade. Ambos foram bem sucedidos e, irmãmente, dividiram entre si o novo império. João governando em Trnovo e Pedro em Preslav. O maior monarca de sua linhagem, e de toda a história da Bulgária, foi João Asen II (1218-41). Não só absorveu ele a Trácia, a Macedônia, o Epiro e a Albânia, mas governou com tanta justiça que até mesmo seus súditos gregos o amavam. Agradava aos padres ortodoxos com declarações de lealdade e com construções de mosteiros; apoiava, por meio de leis e de patrocínio esclareci-

dos, o comércio, a literatura e a arte. Fez de Trnovo uma das cidades mais bem adornadas da Europa, elevando a Bulgária, em civilização e cultura, ao mesmo nível da maioria das nações da época. Seus sucessores não lhe herdaram a sabedoria; invasões mongólicas desorganizaram e enfraqueceram o país (1292-5), o qual, no século XIV, sucumbiu primeiro à Sérvia e, depois, aos turcos.

Em 1159, o *zhupan* (chefe) Estêvão Nemanya reuniu, sob um único governo, vários clãs e distritos sérvios, fundando, na realidade, o reino da Sérvia, que a sua dinastia governou por espaço de 200 anos. Seu filho Sava serviu à nação como arcebispo e estadista, tornando-se um de seus santos mais venerados. O país permanecia ainda pobre, e mesmo os palácios reais eram construídos de madeira; possuía um porto florescente, Ragusa (hoje Dubrovnik), o qual, porém, constituía uma cidade-estado independente que se tornou protetorado veneziano em 1221. Durante esses séculos, a arte sérvia, bizantina na origem, atingiu um estilo e uma perfeição inteiramente peculiares. Na igreja monástica de São Pantaleão, em Nerez (*ca.* 1164), os murais revelam um realismo dramático incomum na pintura bizantina, antecipando de um século certos métodos atribuídos, em determinada época, a Duccio e Giotto. Entre esses e outros murais sérvios dos séculos XII e XIII, aparecem retratos individuais de reis de que até hoje não se conhece nenhum precedente bizantino.[15] A Sérvia medieval estava caminhando para uma alta civilização, quando a heresia e a perseguição destruíram a unidade nacional que poderia ter barrado o avanço turco. A Bósnia, também, após seu zênite medieval, sob o governo do ban (rei) Culin (1180-1204), enfraqueceu-se devido a disputa religiosas e, em 1254, caiu sujeita à Hungria.

Depois da morte de Estêvão I (1038), a Hungria viu-se conturbada por revoltas magiares pagãs contra os reis católicos, bem como pelos esforços de Henrique III no sentido de anexar a Hungria à Alemanha. André I derrotou Henrique; e, quando o Imperador Henrique IV renovou a tentativa, o rei Geza I frustrou-a, fazendo doação da Hungria ao Papa Gregório VII e recebendo-a de volta, como feudo papal (1076). Durante o século XII, rivais que pretendiam o trono estimularam o feudalismo por meio de grandes concessões de terras aos nobres, em troca de apoio; e, em 1222, a nobreza estava suficientemente forte, a ponto de conseguir, de André II, um "Edito de Ouro", extraordinariamente semelhante à Magna Carta que o rei João, da Inglaterra, assinara em 1215. O edito negava o direito de herança dos feudos, mas prometia reunir anualmente uma dieta, não prender nobre algum sem julgamento ante o "conde palatino" (isto é, um conde do palácio imperial) e não taxar as propriedades de nobres ou eclesiásticos. Esse edito real, cujo nome provém da caixa em que era guardado, ou de seu sinete de ouro, constituiu, por espaço de sete séculos, uma carta de liberdade para a aristocracia húngara, enfraquecendo sua monarquia precisamente no momento em que os mongóis se estavam preparando para desencadear sobre a Europa uma das maiores crises de sua história.

Podemos julgar a extensão e o alcance do movimento mongólico ao notar que, em 1235, Ogadai, o Grande Cã, pôs em ação três exércitos — contra a Coréia, contra a China e contra a Europa. O terceiro exército, sob o comando de Batu, cruzou o Volga, em 1237, com 300.000 homens — não uma horda indisciplinada, mas uma força muito bem treinada, habilmente conduzida e equipada não só com poderosas máquinas de assédio mas também com armas novas, armas de fogo, cujo uso haviam aprendido com os chineses. Em três anos, esses guerreiros devastaram quase todo o sul da Rússia. Foi então que Batu, incapaz de conceber qualquer derrota, dividiu seus

guerreiros em dois exércitos: um marchou sobre a Polônia, tomou Cracóvia e Lublin, atravessou o Óder e derrotou os alemães em Liegnitz (1241); o outro, sob o comando de Batu, transpôs os Cárpatos, invadiu a Hungria, enfrentou as forças unidas da Hungria e da Áustria em Mohi, desbaratando-as de tal maneira, que os cronistas medievais, nunca moderados em seu trato com algarismos, calcularam em 100.000 o número de cristãos mortos; é de notar que o Imperador Frederico II reconheceu as baixas húngaras como sendo de "quase toda a força militar do reino".[16] Aqui, por inexorável ironia da História, vencidos e vencedores eram do mesmo sangue: a derrotada nobreza da Hungria era descendente dos magiares mongóis que haviam devastado o país três séculos antes. Batu tomou Peste e Esztergom (1241), enquanto um corpo de mongóis cruzava o Danúbio e perseguia o rei húngaro Bela IV até às margens do Adriático, incendiando e destruindo tudo o que encontrava em seu caminho. Frederico II apelou inutilmente para que a Europa se unisse contra a ameaça de conquista pela Ásia; Inocêncio IV procurou, em vão, chamar os mongóis ao cristianismo e à paz. O que salvou o cristianismo e a Europa foi simplesmente a morte de Ogadai, bem como o regresso de Batu a Caracorum, a fim de participar da eleição de um novo Cã. Jamais, na História, se verificara tão extensa devastação — uma devastação que ia do Oceano Pacífico ao Adriático e ao Báltico.

Bela IV voltou à arruinada Peste, repovoou-a de alemães, transferiu sua capital para Buda, na outra margem do Danúbio (1247) e, lentamente, restaurou a destroçada economia do país. Uma nobreza recém-nascida de novo organizou as grandes fazendas e as propriedades agrícolas, em que guardas de gado e trabalhadores rurais, em estado de servidão, produziam alimento para a nação. Mineiros alemães desceram de Erz Gebirge, a fim de extrair os ricos minérios de Transilvânia. A vida e as maneiras eram ainda rudes, os instrumentos, primitivos, as casas, cabanas cobertas de palha. Entre a confusão de raças e de línguas, os homens procuravam o seu pão e o seu ganho de cada dia, restaurando aquela continuidade econômica que constitui a base da civilização.

V. OS ESTADOS LIMÍTROFES

Como em um universo ilimitado qualquer ponto pode ser tomado como centro, assim, no cortejo de civilizações e de países, cada nação, como cada alma, interpreta o drama da História ou da vida segundo seu papel e seu caráter próprio. Ao norte dos Bálcãs, encontra-se outro conglomerado de povos: boêmios, polacos, lituanos, livonianos, finlandeses; e cada um desses povos, com o orgulho de quem cria, dependura o mundo em sua própria história nacional.

No começo da Idade Média, os finlandeses, parentes distantes dos magiares e dos hunos, viviam ao longo da parte superior do Volga e do Oka. Ao chegar o século VIII, já haviam emigrado para a rude e pitoresca terra conhecida pelos estrangeiros como Finlândia e, pelos finlandeses, como Suomi, ou Terra de Pântanos. Suas incursões pelas costas da Escandinávia levaram o rei sueco Eric IX a conquistar-lhes o país, em 1157. Em Upsala, Eric deixou com eles um bispo, como germe de civilização. Os finlandeses mataram o bispo Henrique e, depois, fizeram-no seu santo padroeiro. Com tranqüilo heroísmo, puseram abaixo florestas, drenaram os pântanos, canalizaram seus "10.000 lagos",[17] armazenaram peles e lutaram contra a neve.

Ao sul do Golfo da Finlândia, o mesmo trabalho de machado e pá era realizado por

tribos semelhantes aos finlandeses: borussianos (prussianos), esths (estonianos), livs (livonianos), litva (lituanos) e latvianos ou letonianos. Caçavam, pescavam, faziam criações de abelhas, trabalhavam o solo — e deixaram letras e artes à posteridade menos vigorosa para a qual labutavam. Todos esses povos, com exceção dos estonianos, permaneceram pagãos até o século XII, quando os alemães, a ferro e fogo, levaram-lhes o cristianismo e a civilização. Vendo que o cristianismo estava sendo usado pelos alemães como meio de infiltração e domínio, os livonianos mataram seus missionários, mergulharam, a fim de limpar-se da mancha do batismo, nas águas do Dvina, e voltaram a seus deuses nativos. Inocêncio III pregou uma cruzada contra eles; o bispo Alberto penetrou no Dvina com 23 barcos de guerra, construiu Riga como sua capital e submeteu a Livônia ao domínio alemão (1201). Duas ordens de caráter religioso-militar — a dos Cavaleiros Livonianos e a dos Cavaleiros Teutônicos — completaram a conquista dos Estados bálticos para a Alemanha, apoderaram-se de vastos bens para si próprias, converteram os nativos ao cristianismo e reduziram-nos à servidão.[18] Animados por esse sucesso, os Cavaleiros Teutônicos avançaram pela Rússia, esperando conquistar, para a Alemanha, para o cristianismo, pelo menos as suas províncias ocidentais. Foram, porém, derrotados no Lago Peipus (1242), em uma das inumeráveis e decisivas batalhas da História.

Em torno desses Estados bálticos surgiu um oceano de eslavos. Um grupo chamava-se a si próprio de polania — "povos dos campos" — e cultivava os vales do Warthe e do Óder; outro, os mazurs, vivia ao longo do Vístula; um terceiro, os pomorzania ("de junto do mar"), deu seu nome à Pomerânia. Em 963, o príncipe polonês Mieszko I, a fim de evitar que a Polônia fosse conquistada pela Alemanha, confiou-a à proteção dos papas; desse momento em diante, a Polônia, voltando as costas à escravidão semibizantina do Oriente, passou a participar da Europa ocidental e do cristianismo romano. O filho de Mieszko, Boleslau I (992-1025), conquistou a Pomerânia, anexou Breslau e Cracóvia (Cracow), fazendo de si próprio o primeiro rei da Polônia. Boleslau III (1102-39) dividiu o reino entre seus quatro filhos; a monarquia debilitou-se; a aristocracia retalhou a terra em principados feudais, a Polônia flutuou entre liberdade e sujeição à Alemanha ou à Boêmia. Em 1241, a avalanche mongólica desencadeou-se sobre o país, conquistou Cracóvia, a capital, e destruiu-a, não deixando pedra sobre pedra. À medida que o fluxo asiático retrocedia, uma onda de imigração germânica inundou a Polônia ocidental, lá deixando forte mistura de língua, sangue e leis alemães. Simultaneamente (1246), Boleslau V recebeu com satisfação os judeus fugitivos dos *pogroms* da Alemanha, encorajando-os a desenvolver o comércio e as finanças. Em 1310, o rei Venceslau II, da Boêmia, foi eleito rei da Polônia, unindo as duas nações sob uma única coroa.

A Boêmia e a Morávia foram fundadas por eslavos, nos séculos V e VI. Em 623, um chefe eslavo, Samo, libertou a Boêmia dos ávaros, estabelecendo uma monarquia que findou com ele, em 658. Carlos Magno invadiu o país em 805 e, durante um período que não se conhece bem, a Boêmia e a Morávia fizeram parte do Império carolíngio. Em 894, a família dos Premysl anexou as duas nações à sua longa dinastia; mas os magiares governaram a Morávia durante meio século (907-57) e, em 928, Henrique I submeteu a Boêmia à Alemanha. O duque Venceslau I (928-35) trouxe prosperidade à Boêmia, apesar dessa intermitente dependência. Sua mãe, Santa Ludmila, dera-lhe uma educação inteiràmente cristã — e ele não deixou de continuar cristão quando se tornou governante. Alimentava e vestia os pobres, protegia os órfãos e as viúvas, dava

hospitalidade a forasteiros e deu liberdade aos escravos. Seu irmão procurou assassiná-lo, por faltar-lhe os vícios desejáveis em um rei. Venceslau pô-lo por terra com um soco, e perdoou-lhe. Mas outros membros da conspiração assassinaram o rei, quando este se dirigia à missa, em 25 de setembro de 935. Esse dia é comemorado, anualmente, como a festa de São Venceslau, santo tutelar da Boêmia.

Sucederam-no duques guerreiros. De Praga, seu castelo e capital estratégicos, Boleslau I (939-67), Boleslau II (967-99) e Bratislau I (1037-55) conquistaram a Morávia, a Silésia e a Polônia; mas Henrique III obrigou Bratislau a evacuar a Polônia e reiniciar o pagamento de tributo à Alemanha. Otocar I (1197-1230) libertou a Boêmia, tornando-se seu primeiro rei. Otocar II (1253-78) submeteu a Áustria, a Estíria e a Caríntia. Ansioso por desenvolver a indústria e a classe média, como contrapesos a uma nobreza rebelde, Otocar II encorajou a imigração alemã, até que quase todas as cidades da Boêmia e da Morávia se tornaram predominantemente germânicas.[19] As minas de prata de Cutna Hora tornaram-se a base da prosperidade da Boêmia, bem como o objetivo de seus muitos invasores. Em 1274, a Alemanha declarou guerra contra Otocar; seus nobres recusaram-se a apoiá-lo; ele entregou as conquistas feitas e conservou seu trono unicamente como feudo alemão. Mas quando o Imperador Rodolfo de Habsburgo interferiu nos assuntos internos da Boêmia, Otocar organizou novo exército e lutou contra os alemães em Dürnkrut; de novo abandonado pelos nobres, mergulhou ele nas mais cerradas fileiras inimigas, morrendo em meio de desesperado combate.

Venceslau II (1278-1305) conquistou a paz mediante renovada vassalagem e, laboriosamente, restaurou a ordem e a prosperidade. Com sua morte, a dinastia dos Premysl chegou a seu termo, após um governo de 500 anos. Os boêmios, os morávios e os poloneses foram os únicos sobreviventes de uma migração eslava que, durante certo tempo, enchera até ao Elba a Alemanha ocidental — e encontravam-se, agora, sujeitos ao poderio germânico.

VI. ALEMANHA

Os vitoriosos na histórica luta pela investidura secular foram os membros da aristocracia alemã — os duques, nobres, bispos e abades que, após a derrota de Henrique IV, controlaram uma monarquia debilitada, desenvolvendo um feudalismo centrífugo que, no século XIII, alijou a Alemanha de sua liderança na Europa.

Henrique V (1106-1125), tendo deposto o pai, continuou as lutas paternas contra barões e papas. Quando Pascoal II se recusou a coroá-lo imperador, exceto sob a condição de que renunciasse ao direito à investidura secular, ele aprisionou o Papa e os cardeais. Quando morreu, a nobreza acabou com o princípio da monarquia hereditária, pôs fim à dinastia franconiana e fez de Lotário III um rei saxão. Treze anos após, Conrado III, da Suábia, começou a dinastia dos Hohenstaufen, a mais poderosa linhagem de reis na história da Alemanha.

O duque Henrique, da Baviera, rejeitou a escolha dos eleitores, sendo apoiado pelo seu tio Welf, ou Guelf — surgindo, então, aquele conflito entre "guelfos" e "gibelinos" que adquiriria tantas formas e aspectos nos séculos XII e XIII. ("Gibelino" era uma variante de Waiblingen, aldeia pertencente aos Hohenstaufen. Essa família tirou o seu nome — *High Staufen* — de um castelo e aldeia nas montanhas da Suábia.) O exército Hohenstaufen assediou os rebeldes bávaros na cidade e fortaleza de

Weinsberg; lá, diz uma velha tradição, os gritos rivais de "*Hi Welf!*" e "*Hi Weibling!*" estabeleceram os nomes de grupos de guerreiros; e lá (diz uma encantadora lenda), quando os suábios vitoriosos aceitaram a rendição da cidade, sob a condição de que somente as mulheres deveriam ser poupadas, podendo partir com o que pudessem carregar, as robustas donas-de-casa saíram da fortaleza com os maridos às costas.[20] Foi feita uma trégua em 1142, quando Conrado partiu para as Cruzadas; mas ele fracassou e voltou em desgraça. A Casa de Hohenstaufen parecia marcada pelo infortúnio, quando sua primeira figura de projeção alcançou o trono.

Frederico ("Senhor da Paz") ou Frederico I (1152-90) tinha 30 anos de idade ao ser escolhido para rei. Não era imponente; era homem pequeno e de pele delicada, cabelos muito loiros e uma barba ruiva que lhe conquistou, na Itália, o cognome de Barbarossa (Barba-Roxa). Tinha, porém, o espírito lúcido e grande força de vontade; sua vida, gastou-a ele em trabalhos para o Estado e, conquanto sofresse muitas derrotas, levou de novo a Alemanha à liderança do mundo cristão. Trazendo em suas veias o sangue tanto dos Hohenstaufen como dos Welf, proclamou ele uma *Landfried* ou Paz da Terra, reconciliou seus inimigos, acalmou seus amigos e energicamente reprimiu as lutas entre famílias, a desordem e o crime. Seus contemporâneos descreviam-no como genial, tendo sempre pronto um sorriso que conquistava; mas constituía um verdadeiro terror para os malfeitores, e o barbarismo de suas leis penais fez a civilização progredir na Alemanha. Sua vida privada era justamente louvada pela decência; não obstante, divorciou-se de sua primeira esposa, alegando consangüinidade, e contraiu matrimônio com a herdeira do conde de Borgonha, conquistando, juntamente com a noiva, um reino.

Ansioso por uma coroação papal, prometeu ao Papa Eugênio III, em troca do ungüento imperial, auxílio contra os romanos rebeldes e os impertinentes normandos. Chegando a Nepi, próximo de Roma, o jovem e altivo rei encontrou o novo pontífice, Adriano IV, mas não cumpriu o rito habitual pelo qual o governante secular segurava as rédeas e o estribo da montaria papal, ajudando o pontífice a desmontar. Adriano chegou ao chão sem auxílio algum, recusando o "ósculo da paz" a Frederico, bem como a coroa imperial, até que o rito tradicional fosse executado. Durante dois dias, os membros da comitiva do Papa e do rei discutiram a questão, ficando o Império dependendo do protocolo. Frederico cedeu. O Papa retirou-se e fez uma segunda entrada a cavalo. Frederico segurou as rédeas e o estribo da montaria papal, referindo-se, a seguir, ao *Santo* Império Romano, na esperança de que o mundo considerasse o imperador, bem como o papa, o vice-administrador de Deus.

Seu título imperial fê-lo, também, rei da Lombardia. Governante algum, desde Henrique IV, tomara tal título literalmente; mas Frederico enviou a cada uma das cidades setentrionais italianas um *podestà* para governar em seu nome. Algumas cidades aceitaram, outras repeliram esses amos estrangeiros. Amando a ordem mais do que a liberdade, e talvez ansioso por controlar os pontos de saída italianos do comércio alemão com o Oriente, Frederico propôs-se, em 1158, subjugar as cidades rebeldes, que amavam mais a liberdade do que a ordem. Concitou a que comparecessem a sua corte, em Roncaglia, os eruditos legisladores que estavam revivendo, em Bolonha, o direito romano — e ficou satisfeito de saber, por eles, que, de acordo com a lei, o imperador tinha absoluta autoridade sobre todas as partes do Império, era dono de todas as propriedades que nele se achassem, e que poderia modificar ou revogar quaisquer direitos privados, sempre que isso lhe parecesse desejável para o Estado. O

Papa Alexandre III, temendo pelos direitos temporais do papado, e citando as doações de Pepino e Carlos Magno, repeliu tais exigências e, como Frederico insistisse, excomungou-o (1160). Os brados de guelfo e gibelino passaram, então, à Itália, para designar, respectivamente, os partidários do Papa e os do imperador. Por espaço de dois anos, Frederico sitiou a obstinada Milão, acabando, afinal, por conquistá-la e incendiá-la completamente (1162). Iradas ante tal desumanidade, e irritadas com as exigências dos *podestàs* germânicos, Verona, Vicenza, Pádua, Treviso, Ferrara, Mântua, Bréscia, Bérgamo, Cremona, Piacenza, Parma, Módena, Bolonha e Milão formaram a Liga Lombarda (1167). Em Legnano, em 1176, as tropas da Liga derrotaram o exército germânico de Frederico, obrigando-o a uma trégua de seis anos. Decorrido um ano, o imperador e o Papa reconciliaram-se; e, em Constança, Frederico assinou (1183) um tratado restaurando o governo próprio das cidades italianas. Estas, em troca, reconheceram a suserania do Império e, magnanimamente, concordaram em abastecer Frederico e sua comitiva durante suas visitas à Lombardia.

Derrotado na Itália, Frederico triunfou em todas as outras partes. Firmou, com êxito, a autoridade imperial sobre a Polônia, Boêmia e Hungria. Reassegurou ao clero alemão, senão na prática, pelo menos em palavra, todos os direitos de designação que Henrique IV defendera, conquistando o apoio desse clero mesmo contra os papas.[21] A Alemanha, contente de tê-lo conquistado à Itália, aqueceu-se ao esplendor de seu poder, exultando com o espetáculo cavaleiresco de sua coroação, de seus casamentos, de seus festivais. Em 1189, o velho imperador seguiu para a Terceira Cruzada à frente de 100.000 homens, esperando, talvez, poder unir o Oriente e o Ocidente num Império Romano restaurado em sua antiga extensão. Um ano após, morria afogado, na Cilícia.

Como Carlos Magno, abeberara-se demasiado profundamente na tradição romana, exaurira-se no esforço de reviver um passado morto. Admiradores da monarquia choravam suas derrotas como vitórias a favor do caos; partidários da democracia celebravam-nas como fases na prossecução da liberdade. Dentro dos limites de sua visão, Frederico estava justificado. A Alemanha e a Itália estavam mergulhando em licenciosa desordem; somente uma poderosa autoridade imperial poderia pôr termo às lutas feudais e às guerras municipais; a ordem tinha de pavimentar o caminho, antes que uma liberdade racional pudesse desenvolver-se. Nos últimos anos de debilidade da Alemanha, amáveis lendas formaram-se em torno de Frederico I; aquilo que o século XIII imaginava de seu neto foi, em seu tempo, aplicado a Barba-Roxa: ele não se encontrava realmente morto, mas apenas adormecido na montanha Kyffhauser, na Turíngia. Podia-se ver a sua longa barba crescendo através do mármore que o cobria. Algum dia, ele despertaria, sacudiria a poeira dos ombros e faria de novo a Alemanha ordeira e poderosa. Quando Bismarck forjou uma Alemanha unida, um povo altivo viu nele Barba-Roxa erguer-se, triunfante, da tumba.[22]

Henrique VI (1190-7) quase realizou o sonho do pai. Em 1194, com a ajuda de Gênova e de Pisa, conquistou aos normandos a Itália meridional e a Sicília. Toda a Itália, com exceção dos Estados Pontifícios, a ele se submeteu. A Provença, o Delfinado, Borgonha, Alsácia, Lorena, Suíça, Holanda, Alemanha, Áustria, Boêmia, Morávia e Polônia foram unidos sob o governo de Henrique; a Inglaterra reconheceu-se sua vassala; os mouros almóadas, da África, enviaram-lhe tributo; Antioquia, Cilícia e Chipre pediram para ser anexadas ao Império. Henrique olhava a França e a Espanha com incontido apetite, planejando, ainda, conquistar Bizâncio. Os primei-

ros destacamentos de seu exército já haviam embarcado para o Oriente quando Henrique, que contava 33 anos de idade, sucumbiu à disenteria, na Sicília.

Não tinha ele feito cálculo algum quanto a tão ignominiosa vingança, levada a cabo pelo clima do país que conquistara. Seu único filho era um garotinho de apenas três anos de idade. Seguiu-se uma década de desordem, durante a qual os pretendentes ao Império lutaram pelo trono. Ao chegar Frederico II à maioridade, reiniciou-se a guerra entre o Império e o papado, que foi travada por um monarca germano-normando que se tornara italiano, e que será melhor analisada do próprio cenário italiano. Outra turbulenta geração se seguiu à morte de Frederico II (1250) — aquela *herrenlose, schreckliche Zeit* (como Schiller a chamou), aquela "época rebelde, espantosa", na qual os príncipes eleitores vendiam o trono da Alemanha a qualquer criatura débil que os deixasse livres para consolidar seu poder independente. Quando o caos se dissipou, a dinastia Hohenstaufen havia terminado; e, em 1273, Rodolfo de Habsburgo, fazendo de Viena a sua capital, começou uma nova linhagem de reis. A fim de obter a coroa imperial, Rodolfo assinou, em 1279, uma declaração reconhecendo a completa subordinação do poder real ao poder papal, e renunciando a todas as reivindicações quanto à Itália meridional e à Sicília. Rodolfo jamais se tornou imperador; mas sua coragem, dedicação e energia restauraram a ordem e a prosperidade na Alemanha, estabelecendo, firmemente, uma dinastia que governou a Áustria e a Hungria até 1918.

Henrique VII (1308-13) fez um último esforço para unificar a Alemanha e a Itália. Com fraco apoio dos nobres alemães, e acompanhado de pequeno séquito de cavaleiros valões, atravessou os Alpes (1310), sendo acolhido com satisfação por muitas cidades lombardas cansadas de guerra e de conflitos entre cidades, e ansiosas por libertarem-se da autoridade política da Igreja. Dante saudou o invasor com um tratado intitulado *Da Monarquia*, proclamando, desassombradamente, a liberdade do poder secular, ante o poder espiritual, e apelando a Henrique para que salvasse a Itália do domínio papal. Os guelfos florentinos, porém, venceram a última jogada; as cidades, turbulentas, retiraram o seu apoio; e Henrique, cercado de inimigos, morreu de malária, enfermidade com que a Itália, de vez em quando, correspondia ao interesse de seus amantes importunos.

Separada, de novo, ao sul, por barreiras topográficas, de raça e de língua, a Alemanha encontrou saída e recompensa no leste. A migração, conquista e colonização germânicas e holandesas reclamaram dos eslavos três quintos da Alemanha. Alemães prolíficos expandiram-se, ao longo do Danúbio, pela Hungria e Romênia; mercadores germânicos estabeleceram feiras e portos de embarque em Frankfurt sobre o Óder, Breslau, Praga, Cracóvia, Dantzig, Riga, Dorpat e Reval, bem como centros de comércio em toda a parte, do Mar do Norte e do Báltico até os Alpes e o Mar Negro. A conquista foi brutal — e seus resultados, um imenso progresso na vida econômica e cultural dos Estados limítrofes.

Entrementes, o interesse dos imperadores, voltado para os negócios italianos, a constante necessidade de conseguir ou recompensar o apoio dos nobres e cavaleiros mediante concessões de terra ou de poder, e o enfraquecimento da monarquia alemã, devido à oposição papal e às revoltas lombardas, deixaram a nobreza livre para absorver a zona rural e reduzir os camponeses à servidão — e, assim, o feudalismo triunfou na Alemanha do século XIII, exatamente no momento em que sucumbia, na França, ante o poder real. Os bispos, que os primeiros imperadores tinham favorecido em

oposição aos barões, tornaram-se uma segunda nobreza, tão rica, poderosa e independente como os nobres seculares. Em 1263, sete nobres — os arcebispos de Mogúncia, Trèves e Colônia, os duques da Saxônia e da Baviera, o conde palatino e o margrave de Brandemburgo — receberam, da feudalidade, autoridade para escolher o rei — e esses eleitores assenhoreavam-se de parte do poder do governante, usurpavam prerrogativas reais e apoderavam-se de terras da coroa. Poderiam ter agido como um governo central, dando unidade à nação. Mas não o fizeram. Entre eleições cada qual agia de maneira diversa, por si próprio. Ainda não existia nação alemã alguma; havia apenas saxônios, suábios, bávaros, francos. ... Não havia, ainda, um parlamento nacional, mas, apenas, dietas territoriais, *Landtage;* um *Reichstag,* ou Dieta da Comunidade, estabelecida em 1247, languidamente definhou, adquirindo preeminência somente em 1338. Um corpo de *ministeriales* — servos ou homens livres designados pelo rei — forneceu frouxa burocracia e continuidade de governo. Capital alguma centralizava a lealdade e os interesses do país; sistema algum de leis governava o reino. Apesar dos esforços de Barba-Roxa, no sentido de impor o direito romano a toda a Alemanha, cada região conservava seus próprios costumes e seu próprio código. Em 1225, as leis dos saxônios foram formuladas no *Sachsenspiegel,* ou Espelho Saxônio; em 1275, o *Schwabenspiegel* codificou as leis e os costumes da Suábia. Esses códigos afirmavam o antigo direito de o povo escolher seu rei, bem como de os camponeses manterem sua liberdade e suas terras. A servidão e a escravatura, dizia o *Sachsenspiegel,* são contrárias à natureza e à vontade de Deus, e devem sua origem à imposição pela força, ou à fraude.[23] Mas a servidão desenvolveu-se.

A época dos Hohenstaufen (1138-1254) foi a maior época da Alemanha, antes de Bismarck. As maneiras do povo eram ainda rudes, as suas leis, caóticas, a sua moral, meio cristã, meio pagã, e o seu cristianismo, um ligeiro disfarce para a conquista de territórios. A sua riqueza e o seu conforto não podiam comparar-se, cidade por cidade, com os de Flandres ou da Itália. Mas seus camponios eram industriosos e prolíficos, seus mercadores, aventureiros e empreendedores, sua aristocracia, a mais culta e poderosa da Europa, seus reis, as cabeças seculares do mundo ocidental, governando um reino que se estendia do Reno ao Vístula, do Ródano aos Bálcãs, do Báltico ao Danúbio, do Mar do Norte à Sicília. Surgindo de uma vida comercial intensa, centenas de cidades adquiriram forma; muitas delas tinham cartas de governo próprio; de década em década, aumentavam em riqueza e em arte, até que, na Renascença, se tornassem o orgulho e a glória da Alemanha, sendo ainda hoje pranteadas como uma beleza que desapareceu da terra.

VII. ESCANDINÁVIA

Após um século de feliz obscuridade, a Dinamarca reentrou, com Valdemar I (1157-82), na história do mundo. Ajudado pelo seu ministro Absalão, arcebispo de Lund, organizou ele forte governo, limpou seus mares de piratas e enriqueceu a Dinamarca mediante a proteção e encorajamento do comércio. Em 1167, Absalão fundou Copenhague como "um porto mercantil" — Kjoebenhavn. Valdemar II (1202-41) respondeu à agressão germânica com a conquista do Holstein, Hamburgo e regiões alemãs a nordeste do Elba. "Para honra da abençoada Virgem", empreendeu ele três "cruzadas" contra os eslavos do Báltico, conquistou o nordeste da Estônia e fundou Reval. Numa dessas campanhas, foi atacado em seu acampamento, escapan-

do à morte, afirma-se, em parte pela sua própria coragem, em parte por haver descido do céu, em tempo, uma bandeira vermelha, na qual, havia uma cruz branca. Esse *Dannebrog*, ou Estandarte dos dinamarqueses, tornou-se, depois, o estandarte de guerra dos dinamarqueses. Em 1223, Valdemar II foi feito prisioneiro pelo conde Henrique de Schwerin, sendo libertado, após dois anos e meio de cativeiro, unicamente sob a condição de entregar aos alemães todas as suas conquistas germânicas e eslavas, exceto Rügen. Dedicou o resto de sua notável existência a reformas internas e à codificação das leis dinamarquesas. Por ocasião de sua morte, a Dinamarca era duas vezes maior do que a sua área atual, incluindo o sul da Suécia, e tinha uma população igual à da Suécia (300.000 habitantes) e à da Noruega (200.000) reunidas. O poder de seus reis diminuiu após o reinado de Valdemar II e, em 1282, os nobres conseguiram de Eric Glipping uma carta reconhecendo a sua assembléia, o *Danehof*, como constituindo o parlamento nacional.

Somente a viva imaginação de um grande novelista poderia dar-nos uma visão do que foram as realizações da Escandinávia nesses séculos distantes — a heróica conquista, dia a dia, palmo a palmo, da difícil e perigosa península. A vida era ainda primitiva; a caça e a pesca, bem como a agricultura, eram as fontes primárias de sua manutenção. Vastas florestas tinham de ser desbastadas, animais selvagens precisavam ser domesticados, as águas tinham de ser canalizadas em cursos aproveitáveis, portos precisavam ser construídos, os homens tinham de fazer frente a uma natureza que parecia ressentir-se ante a intrusão humana. Monges cistercienses desempenharam nobre papel nessa guerra permanente, cortando madeira, lavrando o solo e ensinando aos camponeses métodos aperfeiçoados de agricultura. Um dos muitos heróis dessa luta foi o conde Birger, que serviu à Suécia, como primeiro-ministro, de 1248 a 1266, aboliu a servidão, estabeleceu o reino do direito, fundou Estocolmo (*ca.* 1255), e inaugurou a dinastia Folkung (1250-1365), colocando no trono seu filho Valdemar. Bergen prosperou, como porto de saída do comércio norueguês, e Visby, na ilha de Gotland, tornou-se o centro de contacto entre a Suécia e a Liga Hanseática. Excelentes igrejas foram construídas, multiplicaram-se as catedrais e as escolas monásticas, os poetas cantavam suas baladas — e a Islândia, distante, situada em meio às brumas árticas, tornou-se, no século XIII, o mais altivo centro literário do mundo escandinavo.

VIII. INGLATERRA

1. *Guilherme, o Conquistador*

Guilherme, o Conquistador, governou a Inglaterra com magistral mistura de força, legalidade, piedade, sutileza e fraude. Elevado ao trono por um Witan acovardado, jurou observar as leis inglesas existentes. Alguns *thanes* (barões saxões), a oeste e ao norte, aproveitaram-se de sua ausência na Normandia para tentar a revolta (1067). Guilherme voltou, passando como uma flama de vingança pela terra — e "assolou o norte" com tão meticulosa mortandade e destruição de casas, estábulos, colheitas e gado, que o norte da Inglaterra, até o século XIX, ainda não se havia refeito inteiramente.[24] Distribuiu as melhores terras do reino, em grandes propriedades rurais, entre seus servidores normandos, animando-os a que construíssem castelos que fossem fortalezas em meio a uma população hostil. (Robin Hood, famoso na lenda, mas obscuro na História, bem pode ter sido um dos anglo-saxônios que continuaram, durante

mais de um século, a sua resistência ante os conquistadores normandos. Os pobres da Inglaterra reverenciavam-lhe à memória como a de um rebelde invencível que vivia na floresta de Sherwood, não reconhecia lei normanda alguma, roubava os nobres, ajudava os servos e adorava os santos.) Conservou grandes extensões de terras como pertencentes à coroa; uma parte dessas terras, que se estendia por 30 milhas, foi reservada às caçadas reais; todas as casas, igrejas e escolas nelas existentes foram demolidas, não ficando pedra sobre pedra, a fim de desimpedir o caminho para os cavalos e os cães de caça; e qualquer homem que abatesse um veado ou uma corça, nessa Floresta Nova, perderia os olhos.[25]

E assim foi fundada a nova nobreza da Inglaterra, cuja progênie ainda exibe, aqui e acolá, nomes franceses; e o feudalismo que antes fora relativamente fraco, assenhoreou-se de toda a nação, reduzindo à servidão a maior parte do povo dominado. Todas as terras pertenciam ao rei; mas os anglos que pudessem provar não haver oposto resistência à conquista podiam comprar novamente suas terras da Coroa. A fim de arrolar e conhecer seus despojos, Guilherme, em 1085, enviou agentes, por toda a nação, com o objetivo de registrar as propriedades, suas condições e o que havia em cada pedaço de terra da Inglaterra. E "tão estritas eram as suas ordens", diz uma velha crônica, "que não havia uma jarda de terra... e nem mesmo um boi, uma vaca ou um suíno, que não fossem anotados em seu registro".[26] O resultado disso foi o *Domesday Book* (Livro da Condenação), assim designado, agourentamente, como uma "condenação" ou julgamento final em todas as contendas que envolvessem propriedades. A fim de assegurar o apoio militar e o limitado poderio de seus grandes vassalos, Guilherme conclamou todos os proprietários importantes da Inglaterra — 60.000 deles — a que participassem de um torneio em Salisbury (1086), fazendo com que cada um prestasse solene juramento de fidelidade ao rei. Era uma sábia precaução contra o feudalismo individualista que, na época, estava desmembrando a França.

É de esperar-se que haja um governo forte, após uma conquista. Guilherme escolhia ou depunha cavaleiros e condes, bispos, arcebispos e abades; não hesitava em meter em enxovias a grandes nobres e em afirmar o seu direito sobre as designações eclesiásticas ante o próprio e poderoso Gregório VII, que estava, naquela época, levando a Canossa o Imperador Henrique IV. A fim de impedir incêndios, ordenou um toque de "apaga fogo" — isto é, extinção de fogo nas lareiras e, portanto, no inverno, recolhimento à cama — às oito horas da noite, para todo o povo da Inglaterra.[27] Para financiamento de seu crescente governo e de suas conquistas, impôs pesadas taxas a todas as vendas, importações e exportações, bem como ao uso de pontes e caminhos; restaurou o *Danegeld*, que Eduardo, o Confessor, abolira; e quando soube que alguns anglos, a fim de escapar-lhe das mãos, haviam colocado seu dinheiro em abóbadas monásticas, ordenou que todos os mosteiros fossem revistados e que todo o dinheiro neles amontoado fosse removido para seu próprio tesouro. Sua corte real aceitava prontamente subornos, anotando-os, honestamente, em registro público.[28] Era, claramente, um governo de conquistadores, resolvido a que os lucros de suas empresas fossem correspondentes aos riscos que essas mesmas empresas envolviam.

O clero normando compartilhava da vitória. O hábil e condescendente Lanfranc foi trazido de Caen, tendo sido feito arcebispo de Canterbury (Cantuária) e primeiro-ministro do rei. Encontrou o clero anglo-saxônio entregue à caça, ao jogo de dados e ao casamento,[29] e substituiu-o por clérigos, bispos e abades normandos. Elaborou nova regra monástica, os Hábitos de Cantuária, soerguendo o nível moral e intelectual do

clero inglês. Provavelmente por sua sugestão, Guilherme decretou a separação entre as cortes eclesiásticas e seculares, ordenou que todos os assuntos espirituais fossem submetidos à lei canônica da Igreja, e prometeu que o Estado executaria as penalidades fixadas pelos tribunais eclesiásticos. Foram impostos dízimos ao povo, para manutenção da Igreja. Guilherme, porém, exigiu que nenhuma bula ou carta papal fosse adotada ou posta em vigor, na Inglaterra, sem o consentimento real. A assembléia nacional de bispos da Inglaterra, que formava parte do Witan, deveria ser, dali em diante, um corpo distinto, sendo que seus decretos não deveriam ter validez alguma, exceto quando confirmados pelo rei.[30]

À semelhança de muitos grandes homens, Guilherme achava mais fácil dirigir um reino do que a própria família. Os últimos 11 anos de sua vida foram toldados por desavenças com a rainha Matilde. Seu filho Roberto exigiu plena autoridade sobre a Normandia e, sendo-lhe ela negada, rebelou-se. Guilherme combateu-o de maneira pouco firme e fez com ele a paz, após prometer-lhe a concessão do ducado. O rei havia engordado tanto que mal podia montar a cavalo. Guerreou contra Filipe de França por questões de limites territoriais e, tardando a chegar a Ruão, devido a uma corpulência que quase o impedia de movimentar-se, Filipe zombou dele (segundo se afirma) dizendo que o rei da Inglaterra estava "repousando", e que haveria grande exibição de velas durante sua ida à missa. Guilherme jurou que, com efeito, acenderia muitas velas. E ordenou a seu exército que incendiasse Mantes e seus arredores, destruindo todas as plantações e todos os frutos. E isso foi feito. Cavalgando, feliz, em meio das ruínas, Guilherme foi lançado, devido a um tropeço de sua montaria, contra o arção de ferro de sua sela. Levaram-no para o priorado de São Gervásio, próximo de Ruão. Confessou todos os seus pecados e fez o seu testamento. Distribuiu, penitentemente, o seu tesouro entre os pobres e a Igreja, fornecendo os meios para a reconstrução de Mantes. Todos os seus filhos, com exceção de Henrique, abandonaram seu leito de morte, para lutar pela sucessão; seus oficiais e servidores fugiram com os despojos que puderam carregar. Um vassalo rústico transportou seus restos para a Abbaye aux Hommes, em Caen (1087). O ataúde que lhe foi feito era demasiado pequeno para o cadáver. Quando os servos procuraram forçar o enorme corpo naquele exíguo espaço, o corpanzil estourou, enchendo a igreja com seu mau cheiro real.[31]

As conseqüências da conquista normanda foram ilimitadas. Um novo povo e uma nova classe foram impostos aos dinamarqueses, que haviam substituído os anglo-saxônios, vencido os bretões romanos e dominado os celtas...; e decorreria ainda um século antes que os elementos anglo-saxônios e célticos pudessem afirmar-se novamente no sangue e na língua inglesa. Os normandos eram aparentados com os dinamarqueses, mas, desde o século de Rolo, haviam-se tornado franceses — e, com a sua chegada, os costumes e o idioma oficial da Inglaterra tornaram-se, por espaço de três séculos, franceses. O feudalismo foi importado, da França para a Inglaterra, com todos os seus adornos, sua cavalaria, sua heráldica e seu vocabulário. O servilismo foi mais profunda e implacavelmente imposto do que jamais o fora antes na Inglaterra.[32] Os agiotas judeus, que para lá foram com Guilherme, deram novo estímulo à indústria e ao comércio ingleses. A ligação mais estreita com o Continente levou para a Inglaterra muitas idéias, no campo da literatura e da arte. A arquietetura normanda atingiu, na Inglaterra, os seus maiores triunfos. A nova nobreza contribuiu com novas maneiras, nova vitalidade, melhor organização da agricultura — e os nobres norman-

dos aperfeiçoaram a administração do Estado. O governo foi centralizado e, embora exercido com despotismo, houve unificação do país. A vida e a propriedade tornaram-se mais seguras, e a Inglaterra entrou em longo período de paz interna. E jamais foi, novamente, invadida com êxito.

2. *Tomás Becket*

Há um adágio, na Inglaterra, que diz que, entre dois reis poderosos, aparece um rei fraco; mas a verdade é que não há limite para os intermediários medíocres. Depois da morte do Conquistador, seu primogênito, Roberto, recebeu a Normandia como reino à parte. Um seu filho mais jovem, Guilherme Rufo (o Ruivo, 1087-1100), foi coroado rei da Inglaterra sob promessa de bom procedimento ao ministro Lanfranc, que o consagrou. Governou como tirano até 1093, quando caiu enfermo, fez nova promessa de bem proceder, sarou e continuou a reinar, como tirano, até que foi morto, numa caçada, por mão desconhecida. O piedoso e santo Anselmo, que sucedeu a Lanfranc como arcebispo de Cantuária, opôs-se a ele pacientemente, sendo mandado de volta à França.

Um terceiro filho do Conquistador, Henrique I (1100-35), chamou novamente Anselmo. O prelado-filósofo exigiu que se pusesse termo à eleição real de bispos. Henrique recusou-se. Após tediosa disputa ficou decidido que os bispos e abades ingleses deveriam ser escolhidos pelos capítulos das catedrais ou dos monges, na presença do rei, devendo prestar-lhe homenagem pelas suas propriedades e poderes feudais. Henrique amava o dinheiro e detestava o desperdício. Cobrava pesados impostos, mas governava com previdência e justiça. Manteve a Inglaterra em ordem e em paz, exceto por ocasião de uma batalha — ocorrida em Tinchebrai, em 1106 — com a qual recuperou a Normandia para a coroa britânica. Ordenava aos nobres que se "abstivessem de tratar com as mulheres, os filhos e as filhas dos seus homens".[33] Quanto a si próprio, tinha muitas filhas e filhos ilegítimos, de diversas amantes.[34] Mas teve a graça e a sabedoria de contrair matrimônio com Maud (Matilda), descendente tanto dos reis escoceses como herdeira do trono e, ao morrer Estêvão, tornou-se rei, unindo o velho sangue real à sua nova linhagem.

Em seus últimos dias de vida, Henrique fez com que seus barões e seus bispos jurassem fidelidade a sua filha Matilda e a seu jovem filho, o futuro Henrique II. Mas, quando da morte do rei, Estêvão de Blois, neto do Conquistador, apoderou-se do trono, e a Inglaterra sofreu, durante 14 anos, mortes e impostos, em uma guerra civil assinalada pelas mais horríveis crueldades.[35] Entrementes, Henrique II fez-se homem, casou-se com Leonor de Aquitânia e seu ducado, invadiu a Inglaterra, obrigou Estêvão a reconhecê-lo como herdeiro do trono e, ao morrer Estêvão, tornou-se rei (1154). E assim terminou a dinastia normanda, começando a dinastia dos Plantagenetas. (Godofredo de Anjou, pai de Henrique II, usara em seu chapéu uma vergôntea de giesta — fr. *genêt*.) Henrique era homem de temperamento forte, ambição impaciente e desenvolvido intelecto, meio inclinado ao ateísmo.[36] Nominalmente senhor de um reino que ia da Escócia aos Pireneus, incluindo metade da França, viu-se ele, ao que parece, desamparado em meio de uma sociedade feudal em que os grandes senhores, cercados de mercenários e fortificados em seus castelos, reduziram o Estado a baronatos. Com surpreendente energia, o jovem rei reuniu dinheiro e homens, combateu e subjugou um nobre após outro, destruiu os castelos feudais e estabeleceu or-

dem, segurança, justiça e paz. Com magistral economia de dinheiro e de força, colocou sob o domínio inglês uma Irlanda vencida e pilhada pelos piratas galeses. Mas êsse homem poderoso, um dos maiores reis da história da Inglaterra, foi derrotado e humilhado, ao encontrar em Tomás Becket uma vontade tão inflexível quanto a sua própria e, na religião, um poder que era, então, muito superior ao de qualquer nação.

Tomás nasceu em Londres, cerca de 1118, de pais normandos da classe média. O brilho precoce de seu espírito chamou a atenção de Teobaldo, arcebispo de Cantuária, que o enviou a Bolonha e a Auxerre, para estudar direito civil e canônico. Retornando à Inglaterra, tomou ele o hábito, elevando-se logo ao posto de arcediago de Cantuária. Mas, como muitos religiosos daquela época, era mais homem de negócios do que um sacerdote; seu interesse e habilidade estavam na administração e na diplomacia — e demonstrou tal capacidade nesses setores que, com 37 anos de idade, fizeram-no secretário de Estado. Durante algum tempo, ele e Henrique deram-se bem. O belo chanceler compartilhava da intimidade e dos esportes cavaleirescos do rei, e quase compartilhava, também, de sua riqueza e poder. Sua mesa era a mais suntuosa da Inglaterra, sendo que sua caridade para com os pobres era igualada por sua hospitalidade para com os amigos. Em tempo de guerra, comandava, pessoalmente, 700 cavaleiros, lutava em combates simples, planejava campanhas. Quando foi enviado em missão a Paris, sua luxuosa comitiva, composta de oito carros e 200 servidores, impressionou os franceses, que ficavam a imaginar quão rico deveria ser o rei de tão opulento ministro.

Em 1162, foi nomeado arcebispo de Cantuária. Como por meio de um mágico encantamento, mudou então abrupta e completamente de maneiras. Renunciou a seu majestoso palácio, às suas vestes reais e a seus amigos da nobreza. Apresentou sua renúncia como chanceler. Passou a usar roupa grosseira e um tecido de crina sobre a pele, a viver de vegetais, cereais e água e, todas as noites, lavava os pés de 20 mendigos. Tornou-se inflexível defensor de todos os direitos, privilégios e temporalidades da Igreja. Entre esses direitos estava a isenção do clero de julgamentos por cortes civis. Henrique, que aspirava a estender seu domínio sobre todas as classes, encolerizou-se ao ver que crimes cometidos pelo clero não eram, freqüentemente, punidos pelos tribunais eclesiásticos. Reunindo os cavaleiros e os bispos da Inglaterra em Clarendon (1164), persuadiu-os a que assinassem os Estatutos de Clarendon, que puseram termo a muitas imunidades clericais. Becket, todavia, recusou-se a apor no documento o seu sinete arquiepiscopal. Henrique, não obstante, promulgou as novas leis, convocando o prelado, enfermo, a julgamento pela corte real. Becket foi e, tranqüilamente, se opôs a seus próprios bispos, os quais, por unanimidade, declararam-no culpado de desobediência feudal à suserania do rei. O tribunal ordenou a sua prisão; Becket anunciou que apelaria do caso para o papa — e, em suas vestes arquiepiscopais, que ninguém ousou tocar, retirou-se, indene, da sala. Naquela noite, alimentou grande número de pobres, em sua casa de Londres. Depois, fugiu, disfarçado, por caminhos tortuosos, rumo ao Canal da Mancha; atravessou o agitado estreito em frágil embarcação e encontrou abrigo em um mosteiro, em St. Omer, em terras do rei de França. Apresentou sua renúncia, como arcebispo, ao Papa Alexandre III, o qual defendeu seu ponto de vista, reinvestiu-o em sua dignidade eclesiástica, mas o enviou, por algum tempo, à abadia de Pontigny, para que vivesse como simples monge cisterciense.

Henrique baniu da Inglaterra todos os parentes de Becket, de qualquer idade ou sexo. Quando o rei inglês foi à Normandia, Tomás abandonou sua cela e, de um púlpito, em Vézelay, excomungou todos os clérigos ingleses que haviam apoiado os Estatutos de Clarendon (1166). Henrique ameaçou confiscar as propriedades de todos os conventos existentes na Inglaterra, Normandia, Anjou e Aquitânia, filiados à abadia de Pontigny, se seu abade continuasse a dar abrigo a Becket. O abade, amedrontado, pediu a Becket que partisse, após o que o alquebrado rebelde viveu, durante algum tempo, de esmolas, em míseras estalagens de Sens. Alexandre III, ante a insistência de Luís VII, de França, exigiu que Henrique restaurasse o arcebispo em sua sede, pois, do contrário, sofreriam interdição todos os serviços religiosos sob domínio inglês. Henrique cedeu. Foi a Avranches, avistou-se com Becket e prometeu atender a todas as suas queixas, segurando o estribo da montaria do arcebispo, quando o triunfante prelado iniciou seu regresso à Inglaterra (1169). De volta a Cantuária, Tomás excomungou, de novo, os bispos que a ele se opuseram. Alguns deles foram ao encontro do rei, na Normandia, e despertaram-lhe a ira contra o arcebispo, exagerando talvez o que lhe contaram sobre o procedimento de Becket. "O quê?!", exclamou Henrique, "então um homem que comeu de meu pão insulta o rei, e todo o seu reino, sem que nenhum dos servidores mandriões que alimento em minha mesa faça justiça em meu lugar ante tal afronta?" Quatro cavaleiros que o ouviram rumaram para a Inglaterra, ao que parece sem conhecimento do rei. Em 30 de dezembro de 1170, encontraram o arcebispo no altar da catedral de Cantuária, e o abateram com suas espadas.

Toda a cristandade se ergueu, horrorizada, contra Henrique, apostrofando-o com espontânea e geral excomunhão. Após encerrar-se em seus aposentos durante três dias, recusando qualquer alimento, o rei deu ordem para que os assassinos fossem presos, enviou emissários ao Papa, para que lhe protestassem a inocência, e prometeu cumprir qualquer penitência que Alexandre lhe quisesse impor. Anulou os Estatutos de Clarendon, restaurando, em seu reino, todos os direitos e propriedades anteriores da Igreja. Entrementes, o povo canonizava Becket, proclamando que muitos milagres se haviam realizado em seu túmulo. A Igreja, oficialmente, declarou-o santo (1172), sendo que, logo, milhares de pessoas começaram a fazer peregrinações ao lugar de seu sepultamento. Finalmente, também Henrique foi a Cantuária como peregrino e penitente. As últimas três milhas de caminho percorreu-as ele descalço, com os pés a sangrar sobre o cascalho. Prostrou-se, depois, ante o túmulo de seu inimigo e, pedindo aos monges para que o flagelassem, submeteu-se a suas vergastadas. Sua vigorosa força de vontade cedeu sob o peso da desonra e das crescentes agitações em seu reino. Sua esposa, a rainha Leonor, banida e encarcerada pelo rei adúltero, conspirou, juntamente com os filhos, para destroná-lo. Seu filho mais velho, também chamado Henrique, chefiou revoltas feudais contra o pai, em 1173 e 1183, morrendo durante o último desses levantes. Em 1189, seus filhos Ricardo e João, aguardando-lhe impacientemente a morte, aliaram-se a Filipe Augusto, de França, em guerra contra o próprio pai. Expulso de Le Mans, apostrofou o Deus que lhe tomara a cidade de seu nascimento e de seu coração; e, ao morrer, em Chinon (1189), amaldiçoou, até o derradeiro alento, os filhos que o traíram, bem como a vida que lhe dera poder e glória, riquezas e amantes, inimigos, agravos, traições e derrotas.

Mas não falhara totalmente. Cedera a Becket morto o que havia recusado a Becket vivo — e, em meio a essa amarga disputa, foi o ponto de vista de Henrique que obte-

ve a aclamação do tempo: de reinado em reinado, após sua morte, as cortes seculares estenderam sua jurisdição tanto sobre os religiosos como os leigos, súditos do rei.[37] Libertou a lei inglesa das limitações feudais e eclesiásticas, colocando-a no caminho do progresso que fez dela uma das supremas realizações jurídicas desde os tempos da Roma Imperial. À semelhança de seu bisavô, o Conquistador, fortaleceu e unificou o governo da Inglaterra, reduzindo à disciplina e à ordem uma nobreza rebelde e anárquica. Nisto obteve êxito total: o governo central tornou-se tão forte que chegou às raias de irresponsável e incalculável despotismo. E a jogada seguinte, na histórica alternação entre a ordem e a liberdade, pertenceu à aristocracia e à liberdade.

3. Magna Carta

Ricardo I, o Coração de Leão, subiu sem objeção ao trono do pai. Filho da intrépida, impulsiva e indomável Leonor, seguiu antes suas pegadas do que as do sombrio e competente Henrique. Nascido em Oxford, em 1157, recebeu delegação de sua mãe para administrar seus domínios na Aquitânia. Lá, embebeu-se da céptica cultura de Provença, "a alegre ciência" dos trovadores, não sendo jamais, desde então, um verdadeiro inglês. Amava mais a aventura e as canções do que a política e a administração. Encheu um século de romance em seus 42 anos de existência, dando aos bardos da época a honra de imitá-los e o estímulo de seu patrocínio. Os primeiros cinco meses de seu reinado gastou-os ele reunindo fundos para uma Cruzada. Apropriou-se, para tal fim, de todo o tesouro deixado por Henrique II; dispensou milhares de altos funcionários do reino e, depois, admitiu-os novamente, em troca de compensações; vendeu cartas concedendo a liberdade a cidades que podiam pagar por ela, reconhecendo, por 15.000 marcos, a independência da Escócia — não que amasse menos o dinheiro, mas porque amava ainda mais a aventura. Seis meses após sua ascensão ao trono, pôs-se a caminho da Palestina. Importava-se tão pouco com sua própria segurança quanto com o direito dos outros. Impôs o máximo de impostos ao seu reino, esbanjando as rendas do trono em luxo, festas e exibições; mas galopou através da década final do século XII com tal fanfarronice e bravura, que os poetas seus confrades colocaram-no acima de Alexandre, Artur e Carlos Magno.

Combateu e admirou Saladino, fracassou em sua investida contra ele, jurou vencê-lo e voltou para seu reino, sendo, em caminho (1192), aprisionado pelo duque Leopoldo da Áustria, que fora por ele ofendido na Ásia. Em princípios de 1193, Leopoldo entregou-o ao Imperador Henrique VI, o qual tinha rancor de Henrique II e de Ricardo. Apesar de haver uma lei, geralmente reconhecida na Europa, que proibia a detenção de um cruzado, Henrique VI conservou o rei da Inglaterra prisioneiro em um castelo, em Dürnstein, nas margens do Danúbio, exigindo da Inglaterra, pelo seu resgate, 150.000 marcos ($15.000.000), o dobro da renda anual da coroa britânica. Entrementes, João, irmão de Ricardo, procurou conquistar o trono. Sendo repelido em seu intento, fugiu para a França e uniu-se a Filipe Augusto em seu ataque à Inglaterra. Filipe, violando um juramento de paz, atacou e tomou as possessões inglesas na França, oferecendo grande soma a Henrique VI para que conservasse Ricardo prisioneiro. Este, que se aborrecia em confortável prisão, escreveu excelente balada,[38] apelando ao seu país para que pagasse o seu resgate. Em meio de todo esse turbilhão, Leonor, como regente, governou com êxito o país, seguindo os sábios conselhos de seu *justiciar* (chefe da administração e da justiça entre os reis normandos da Inglaterra

até o século XIII) Huberto Walter, arcebispo de Cantuária. Mas foi-lhes difícil conseguir a quantia do resgate. Finalmente livre (1194), Ricardo voltou, às pressas, para a Inglaterra, reuniu impostos e soldados e, à frente de um exército, cruzou o Canal da Mancha, vingou-se a si próprio e à Inglaterra, do rei Filipe. Diz a tradição que, durante anos, Ricardo recusou os sacramentos, a fim de não precisar perdoar ao seu desleal inimigo. Reconquistou todos os territórios de que Filipe se apoderara, conformando-se com uma paz que permitia que Filipe vivesse. Nesse meio tempo, desentendeu-se com um de seus vassalos, Ademar, visconde de Limoges, o qual encontrara, em suas terras, um tesouro oculto. Ademar ofereceu uma parte dele a Ricardo; mas este exigiu-o todo — sitiando-o. Uma flecha, disparada do castelo de Ademar, atingiu o rei, e Ricardo Coração de Leão morreu, aos 43 anos de idade, numa contenda motivada por um pouco de ouro.

Seu irmão João (1199-1216) (cognominado Lackland — Sem Terra — pois, ao contrário de seus irmãos mais velhos, não recebera do pai qualquer apanágio no Continente) sucedeu-o após certa oposição e desconfiança. O arcebispo Walter fê-lo jurar, em sua coroação, que seu trono era sustentado por escolha da nação (isto é, dos nobres e prelados) e por graça de Deus. Mas João, que fora falso ao pai, ao irmão e à esposa, não se viu seriamente tolhido por mais um juramento. À semelhança de Henrique II e de Ricardo I deu poucas provas de fé religiosa. Afirmava-se que, desde que se tornara maior de idade, jamais tomara a Eucaristia, nem mesmo no dia de sua coroação.[39] Os monges acusavam-no de ateísmo, afirmando que, ao apanhar gordo veado, observara: "Que roliço e bem alimentado é este animal! E, no entanto, atrevo-me a jurar, jamais foi à missa!" Os monges, ressentidos, interpretaram tal comentário como uma alusão à corpulência deles.[40] O novo rei era homem de muita inteligência e poucos escrúpulos, excelente administrador, "não muito amigo do clero" e, portanto, disse Holinshed, um tanto caluniado pelos seus cronistas monásticos.[41] Nem sempre agia mal, mas com freqüência afastava os outros de si com seu temperamento rude, o seu espírito, o seu humor escandaloso, o seu altivo absolutismo, e os impostos de que lançou mão a fim de defender a Inglaterra continental contra Filipe Augusto.

Em 1199, João obteve permissão do Papa Inocêncio para divorciar-se de Isabel de Gloucester, alegando consangüinidade, mas, logo após, contraiu matrimônio com Isabel de Angoulême, apesar de noiva do conde de Lusignan. A nobreza de ambos os países sentiu-se ofendida, e o conde apelou a Filipe, para que o desagravasse. Quase ao mesmo tempo, os barões de Anjou, Touraine, Poitou e Maine protestaram junto a Filipe, afirmando que João estava oprimindo suas províncias. Devido a fidelidades feudais que datavam do tempo da cessão da Normandia a Rolo, os senhores territoriais de França, mesmo nas províncias pertencentes à Inglaterra, reconheciam o rei francês como seu suserano feudal — e, segundo a lei feudal, João, como duque da Normandia, era vassalo do rei de França. Filipe ordenou a seu súdito real que fosse a Paris, a fim de defender-se de várias acusações e apelos. João recusou-se. O tribunal feudal francês declarou confiscadas suas possessões na França, concedendo a Normandia, o Anjou e o Poitou a Artur, conde da Bretanha e neto de Henrique II. Artur proclamou seu direito ao trono da Inglaterra, organizou um exército e sitiou, em Mirabeau, a rainha Leonor, a qual, embora contasse 80 anos de idade, dirigiu tropas em defesa de seu indômito filho. João foi em seu auxílio, aprisionou Artur e, ao que parece, ordenou que o mesmo fosse morto. Filipe invadiu a Normandia. João estava muito ocupado, em sua lua-de-mel, em Ruão, para dirigir suas tropas, que foram

derrotadas. João fugiu para a Inglaterra — e a Normandia, Anjou, Maine e Touraine passaram à coroa francesa.

O Papa Inocêncio II, então em desavença com Filipe, fez o que foi possível para auxiliar a João; mas eis que João também se desaveio com Inocêncio. Por ocasião da morte de Huberto Walter (1205), o rei persuadiu os velhos monges de Cantuária a que elegessem João de Gray, bispo de Norwich, para a sede arquiepiscopal. Um grupo de monges mais jovens escolheu a Reginaldo, seu subprior, como arcebispo. Os candidatos rivais seguiram apressadamente para Roma, em busca da confirmação papal. Inocêncio III rejeitou-os a ambos, designando, para o cargo, a Estêvão Langton, prelado inglês que, durante os últimos 25 anos, vivera em Paris, e que era, então, professor de teologia na Universidade de Paris. João protestou, declarando que Langton não estava credenciado para o cargo de primaz da Inglaterra, posição que envolvia tanto funções políticas como eclesiásticas. Ignorando as chicanices de João, Inocêncio, em Viterbo, na Itália, consagrou Estêvão como arcebispo de Cantuária (1207). João desafiou Langton a pôr os pés em solo inglês; ameaçou incendiar os claustros sobre a cabeça dos monges rebeldes de Cantuária; jurou, "pelos dentes de Deus", que, se o Papa lançasse qualquer interdição sobre a Inglaterra, ele baniria do país a todos os clérigos católicos, arrancando os olhos e decepando o nariz de alguns deles, como bom exemplo. A interdição foi lançada (1208); todos os serviços religiosos do clero, na Inglaterra, foram suspensos, exceto o batismo e a extrema-unção; as igrejas foram fechadas pelo clero, os sinos das igrejas silenciaram, e os mortos eram sepultados em terra não consagrada. João confiscou todas as propriedades episcopais ou monásticas, dando-as a leigos. Inocêncio excomungou o rei. João ignorou o decreto de excomunhão e empreendeu bem-sucedidas campanhas na Irlanda, na Escócia e em Gales. O povo estremeceu diante da interdição, mas os nobres aquiesceram em espoliar as propriedades da Igreja, como um meio de desviar, momentaneamente, o apetite real de suas próprias riquezas.

Orgulhoso da sua aparente vitória, João, com seus excessos, cometeu agravos a muitos. Negligenciou sua segunda esposa, gerando filhos ilegítimos em despreocupadas amantes. Encarcerou os judeus, para sugar-lhes o dinheiro; permitiu que certos prelados, que se encontravam encarcerados, sucumbissem a maus-tratos; afastou os nobres de si, acrescentando insultos à arrecadação de impostos; pôs, ainda, em vigor impopulares leis florestais, rigorosamente executadas. Em 1213, Inocêncio lançou mão do último recurso que lhe restava: promulgou um decreto de deposição contra o rei inglês, desobrigou seus súditos do juramento de fidelidade, declarando que as possessões do rei seriam consideradas, daquele momento em diante, despojos legais de quem quer que as arrancasse de suas mãos sacrílegas. Filipe Augusto aceitou o convite, reuniu impressionante exército e marchou rumo ao Canal da Mancha. João preparou-se para resistir à invasão, mas descobriu que os nobres não o apoiariam numa guerra contra um papa armado não só de força material como espiritual. Furioso contra eles, e vendo a derrota iminente, propôs um acordo com Pandulfo, o legado papal: se Inocêncio retirasse seus decretos de excomunhão, interdição e deposição, e se se convertesse de inimigo em amigo, João se comprometia a devolver todas as propriedades eclesiásticas confiscadas e a submeter sua coroa e seu reino ao Papa, em vassalagem feudal. E assim ficou assentado. João entregou toda a Inglaterra ao Papa, recebendo-a de volta, após cinco dias, como concessão papal sujeita a tributo e lealdade perpétua (1213).

João embarcou rumo a Poitou, a fim de atacar Filipe, concitando os barões da Inglaterra a que o acompanhassem com armas e homens. Estes se recusaram. A vitória de Filipe, em Bouvines, privou João de seus aliados germânicos, bem como de outros, para os quais se voltara em busca de auxílio contra uma França que se expandia. Regressou à Inglaterra para lá encontrar uma aristocracia amargurada. Os nobres queixavam-se de seus excessivos impostos, destinados a guerras desastrosas, as suas violações de precedentes e de leis, a negociação que fizera com o Papa, em troca de perdão e de apoio. A fim de forçar a questão, João exigiu-lhes o pagamento de *scutage*, isto é, pagamento em dinheiro, em lugar de serviço militar. Eles, em lugar disso, enviaram-lhe uma deputação exigindo a volta às leis de Henrique I, as quais haviam protegido os direitos dos nobres e limitado os poderes do rei. Não recebendo resposta satisfatória, os nobres reuniram suas forças em Stamford; e, enquanto João se divertia em Oxford, enviaram emissários a Londres, os quais obtiveram o apoio da comuna e da corte. Em Runnymede, perto de Windsor, sobre o Tâmisa, as forças da aristocracia acamparam do lado oposto ao dos poucos homens que apoiavam o rei. Aí, João fez a sua segunda e grande rendição, assinando (1215) a Magna Carta, o mais famoso documento da história da Inglaterra.

> João, pela graça de Deus Rei da Inglaterra... aos seus arcebispos, bispos, abades, condes, barões... e a todos os seus leais súditos, saudações. Sabei todos que, por esta, temos a nossa presente Carta confirmada, para nós e para nossos herdeiros, eternamente:
>
> 1. Que a Igreja da Inglaterra será livre, e que terá invioláveis todos os seus direitos e liberdades...
>
> 2. Concedemos a todos os homens livres de nosso reino, a nós e aos nossos descendentes, para sempre, todas as liberdades abaixo descritas...
>
> 12. *Scutage* ou auxílio algum serão impostos, a não ser por consenso geral de nosso reino...
>
> 14. Para realização do conselho geral referente à contribuição de auxílios e *scutage*... determinaremos a convocação dos arcebispos, bispos, abades, condes e dos maiores barões do reino... e de todos os demais que nos apóiam como chefe... (Os cinco grupos aqui citados transformaram-se mais tarde, na Câmara dos Lordes.)
>
> 15. Não concederemos a ninguém, no futuro, o direito de valer-se da ajuda de seus próprios locatários (não escravos), exceto para resgatar sua pessoa, fazer de seu filho mais velho um cavaleiro, e casar sua filha mais velha, sendo que, para isso, haverá apenas uma ajuda razoável...
>
> 17. Causas comuns não correrão pela nossa corte, mas serão tratadas em lugares fixados...
>
> 36. Nada, doravante, será dado ou tomado por mandado de inquisição, mas sim concedido livremente (isto é, pessoa alguma ficará presa, por muito tempo, sem julgamento)...
>
> 39. Nenhum homem livre será preso, encarcerado, despojado de seus bens, colocado fora da lei, banido, ou morto de qualquer maneira... a não ser pelo julgamento legal de seus pares (seus iguais em hierarquia) ou pela lei da terra.
>
> 40. Não venderemos a homem algum; não negaremos a homem algum a justiça ou o direito.
>
> 41. Todos os mercadores poderão, de maneira certa e segura, sair ou entrar na Inglaterra, e aqui permanecer, ou por aqui passar, tanto por terra como por água, para comprar ou vender... sem que lhes sejam cobrados impostos injustos...
>
> 60. Todos os costumes e liberdades acima referidos serão observados, tanto quanto a ele dizem respeito, no trato com seus dependentes, por todo o povo do nosso reino, leigo e religioso.

Firmado pela nossa mão, na presença de testemunhas, no bosque chamado Runnymede, aos 15 dias de junho, no 17º ano de nosso reinado.[42]

A Magna Carta merece a sua fama, como base das liberdades de que hoje desfrutam os povos de língua inglesa. Era ela, com efeito, limitada; definia muito mais os direitos dos nobres e do clero do que os de todo o povo; arranjo algum foi feito a fim de pôr em prática a generosa disposição do Artigo 60; a carta era mais uma vitória do feudalismo do que da democracia. Mas definia e salvaguardava direitos básicos; estabelecia *habeas corpus* e julgamento por meio do júri; dava ao Parlamento incipiente um poder de ação que, mais tarde, haveria de armar a nação contra a tirania; transformava a monarquia absoluta em monarquia limitada e constitucional.

João Sem Terra, contudo, não tinha idéia de que se imortalizara, renunciando a seus poderes despóticos ou a seus direitos. Assinou a Carta sob pressão e, no dia seguinte, planejou anulá-la. Apelou para o Papa — e Inocêncio III, cuja política, agora, precisava do apoio da Inglaterra contra a França, veio em defesa de seu humilhado vassalo declarando nula a Carta e proibindo que João a ela obedecesse, ou que os nobres a pusessem em vigor. Os barões não deram importância ao seu decreto. Inocêncio excomungou-os, fazendo o mesmo com os cidadãos de Londres e dos Cinco Portos; mas Estêvão Langton, que tivera papel saliente na elaboração da Carta, recusou-se a publicar o edito papal. Os legados do sumo-pontífice na Inglaterra suspenderam Langton de seu cargo, promulgaram o decreto, organizaram, em Flandres e na França, um exército de mercenários e, por meio dele, dizimaram a nobreza inglesa a ferro e fogo, entregando-se a pilhagens, assassínios e raptos. Aparentemente, os nobres não dispunham de apoio público com o qual pudessem contar; em lugar de resistir com suas próprias forças, convidaram Luís, filho do rei de França, a que invadisse a Inglaterra, os defendesse e ocupasse, como recompensa, o trono inglês. Se tal plano tivesse tido êxito, a Inglaterra poderia ter-se tornado uma parte da França. Os legados papais proibiram Luís de atravessar o Mancha, excomungando-o, bem como a seus partidários, quando ele persistiu em seu intento. Chegando a Londres Luís recebeu as homenagens e os juramentos de lealdade dos barões. Em toda a parte, fora da Londres mercantil, João continuava vitorioso e implacável. Então, em meio da força e da fúria de seu triunfo, foi derrubado pela disenteria, seguiu, penosamente, para um mosteiro e morreu em Newark, aos 49 anos de idade.

Um legado papal coroou o filho de João, de seis anos de idade, como Henrique III (1216-72). Formou-se uma regência, com o conde de Pembroke à frente. Encorajados por essa ascensão de um de seu pares, os nobres colocaram-se ao lado de Henrique, enviando Luís para a França. Henrique cresceu e transformou-se em um rei-artista, *connoisseur* da beleza, sendo o inspirador e o financiador da construção da abadia de Westminster. Considerava a Carta uma força desagregadora, e procurou revogá-la. Mas fracassou. Impôs tantos impostos aos nobres que quase os levou ao ponto de se revoltarem, jurando sempre que o último imposto seria, de fato, o último. Os papas, também, necessitavam de dinheiro e, com o assentimento do rei, cobravam dízimos das paróquias inglesas, a fim de manter a luta do papado contra Frederico II. A lembrança dessas exações preparou as revoltas de Wycliffe e Henrique VIII.

Eduardo I (1271-1307) era menos erudito do que o pai, porém mais rei do que ele. Ambicioso, dotado de grande força de vontade, tenaz na guerra, sutil na política, rico em estratagemas e despojos, mas, não obstante, capaz de moderação e de cautela,

bem como de vislumbrar objetivos distantes, o que fez de seu reinado um dos mais bem-sucedidos da história da Inglaterra. Reorganizou o exército, treinou grande força de arqueiros no uso do arco de mão, criando uma milícia nacional mediante ordem de que todo inglês válido deveria possuir e aprender a manejar armas. Sem o saber, criou uma base militar para a democracia. Assim fortalecido, conquistou o País de Gales, venceu e perdeu a Escócia, recusou-se a pagar o tributo que João prometera aos papas e aboliu a suserania papal sobre a Inglaterra. Mas o maior acontecimento de seu reinado foi a criação do Parlamento. Talvez sem o desejar, Eduardo tornou-se a figura principal da mais bela realização da Inglaterra: a reconciliação, no governo e no caráter, da liberdade e do direito.

4. *O Desenvolvimento do Direito*

Foi durante esse período — da conquista normanda até Eduardo II — que o direito e o governo da Inglaterra adquiriram as formas que mantiveram até o século XIX. Pela sobreposição do direito feudal normando sobre o direito local anglo-saxônio, o direito inglês tornou-se, pela primeira vez, nacional: já não era mais o direito de Essex, ou de Mércia, ou o *Danelaw* (direito dinamarquês), mas "a lei e o costume do reino". Dificilmente podemos compreender, hoje, que espécie de revolução legal estava em jogo quando Ranulfo de Glanville (falecido em 1190) empregou essa frase.[43] Sob o estímulo de Henrique II, e a orientação de seu *justiciar* Glanville, as leis e os tribunais ingleses adquiriram tal reputação, quanto ao que diz respeito a rapidez e eqüidade (temperada com corrupção), que os reis rivais da Espanha submetiam suas querelas ao tribunal real da Inglaterra.[44] Glanville bem pode ter sido o autor de um *Treatise on Laws* (*Tractatus de legibus — Tratado sobre as Leis*) que lhe é tradicionalmente atribuído. De qualquer modo, é esse o nosso compêndio mais antigo de direito inglês. Meio século após (1250-6) Henrique de Bracton fez a primeira condensação sistemática em obra clássica de cinco volumes: *On the Laws and Customs of England* (*De Legibus et consuetudinibus Angliae — Sobre as Leis e Costumes da Inglaterra*).

A crescente necessidade de dinheiro e de tropas, por parte do rei, forçou a expansão do Witenagemot anglo-saxônio, que se transformou no Parlamento Inglês. Ansioso por conseguir mais dinheiro do que os nobres lhe permitiriam, Henrique III convocou dois cavaleiros de cada condado, a fim de que se juntassem aos barões e prelados que participaram do Grande Conselho de 1254. Quando Simão de Montfort, filho de famoso cruzado albigense, chefiou uma revolta dos nobres contra Henrique III, em 1264, procurou ele atrair para seu lado as classes médias, convocando não apenas dois cavaleiros de cada condado, mas também dois cidadãos preeminentes de cada burgo ou localidade, a fim de que se unissem aos barões em uma assembléia nacional. As cidades estavam crescendo, os mercadores tinham dinheiro. Valia, pois, a pena consultar tais homens, se pagassem tanto quanto falassem. Eduardo I aproveitou-se do exemplo de Simão de Montfort. Apanhado nas engrenagens de guerras simultâneas com a Escócia, com Gales e com a França, viu-se obrigado a procurar ajuda e fundos entre todas as camadas sociais. Em 1295, convocou o "Parlamento Modelo", o primeiro Parlamento completo na história da Inglaterra. "O que diz respeito a todos", dizia seu documento de convocação, "deve ser por todos aprovado... sendo que os perigos comuns devem ser enfrentados mediante medidas assentadas em comum."[45]

Desse modo, Eduardo convidou dois burgueses "de cada cidade, burgo ou localidade principal" a que comparecessem ao Grande Conselho de Westminster. Esses homens foram escolhidos pelos cidadãos mais influentes de cada localidade; ninguém sonhava com o sufrágio universal numa sociedade em que apenas uma minoria sabia ler. No próprio "Parlamento Modelo", os "comuns" não tinham, a princípio, poderes iguais aos da aristocracia. Não havia, ainda, Parlamento algum anual reunindo-se, por sua própria vontade, como fonte única do direito. Em 1295, porém, foi aceito o princípio de que nenhum estatuto aprovado pelo Parlamento poderia ser revogado, exceto pelo Parlamento; e, em 1297, ficou ainda assentado que nenhum imposto seria cobrado sem o consentimento do Parlamento. Eis aí os modestos princípios de onde surgiu o governo mais democrático da História.

Só com relutância participava o clero desse Parlamento. Os clérigos sentavam-se à parte, recusando-se a votar fundos, exceto em suas assembléias provinciais. As cortes eclesiásticas continuavam a julgar todos os casos que envolvessem o direito canônico, bem como a maioria dos casos que se referiam ao clero. Os clérigos acusados de traição poderiam ser julgados por autoridades seculares; mas os acusados de crimes não de traição costumavam ser entregues, por "benefício clerical", a um tribunal eclesiástico, o qual era o único que podia puni-los. Além disso, a maioria dos juízes das cortes seculares era composta de eclesiásticos, pois a cultura jurídica estava limitada ao clero. No reinado de Eduardo I, os tribunais seculares tornaram-se mais seculares. Quando o clero se recusou a votar leis, Eduardo I, alegando que aqueles que eram protegidos pelo Estado deviam compartilhar dos fardos que sobre o mesmo recaíam, ordenou a seus tribunais que não mais tomassem conhecimento de causa alguma em que um religioso fosse o queixoso, mas que julgassem todos os processos em que um clérigo fosse o acusado.[46] Como nova represália, o Conselho de Eduardo I, em 1279, de acordo com o Estatuto de Mortmain, proibiu a concessão de terras, sem consentimento real, a entidades religiosas.

Apesar dessa fracionada jurisdição, o direito inglês progrediu rapidamente, durante os reinados de Guilherme I, Henrique II, João e Eduardo I. Era, inteiramente, um direito feudal, recaindo pesadamente sobre o servo; os crimes dos cidadãos livres contra os servos eram, habitualmente, solucionados por meio de multas. A lei permitia que as mulheres possuíssem, herdassem ou cedessem propriedades, fizessem contratos, movessem processos e fossem processadas, dando à esposa o direito de dote de um terço das propriedades do marido; mas todas as propriedades móveis que o esposo levasse ao casamento, ou adquirisse durante o mesmo, pertenciam ao esposo.[47] Legalmente, todas as terras pertenciam ao rei, sendo por ele cedidas sob juramento de lealdade. Normalmente, todas as propriedades de um senhor feudal eram transmitidas ao filho mais velho, não apenas para que este mantivesse as propriedades intactas, mas também para que protegesse a suserania feudal, impedindo a divisão da responsabilidade feudal nos casos de taxação e de guerra. Entre os camponios livres, não prevalecia tal norma de primogenitura.

Em um código assim tão feudal, a lei de contrato continuava imperfeita. Uma lei de medidas (1197) padronizou os pesos, as medidas e as moedas, estabelecendo a supervisão do Estado quanto ao seu uso. A esclarecida legislação comercial, na Inglaterra, começou com o Estatuto dos Mercadores (1283) e a Carta dos Mercadores (*Carta mercatoria*, 1303) — mais duas realizações do reinado criador de Eduardo I.

Os processos legais desenvolveram-se lentamente. A fim de fazer cumprir a lei, ca-

da distrito tinha um "vigia", cada burgo um condestável, cada condado um *shire-reeve*, ou *sheriff* (xerife). Todos os cidadãos tinham o dever de dar um "brado de socorro", ao perceber qualquer violação da lei, bem como de unir-se aos demais na perseguição do ofensor. Era permitida a fiança. Grande merecimento da lei inglesa é o fato de não adotar meios de tortura no exame de suspeitos ou de testemunhas. Quando Eduardo II foi induzido, por Filipe IV, de França, a aprisionar os Templários ingleses, não pôde encontrar prova alguma que pudesse condená-los. Diante do que o Papa Clemente V, sem dúvida forçado por Filipe, escreveu a Eduardo: "Sabemos que proibis a tortura, como sendo contrária às leis de vosso país. Mas lei alguma estatal pode sobrepor-se à lei canônica, à nossa lei. Ordeno-vos, portanto, que, imediatamente, submetais esses homens à tortura."[48] Eduardo cedeu; mas a tortura não foi de novo usada no processo judicial inglês senão durante o reinado de Maria, a Sanguinária (1553-8).

Os normandos levaram para a Inglaterra o velho sistema francônio da *inquisitio*, ou inquérito judicial mediante *jurata*, isto é, grupo juramentado de cidadãos locais, o qual julgava as questões fiscais e judiciárias de cada distrito. O Tribunal de Clarendon (*ca.* 1166) desenvolveu o sistema de *jury* (Júri), permitindo que os litigantes submetessem a questão da sua veracidade não a um julgamento por meio de disputa, mas ao "país", isto é, a um júri composto de 12 cavaleiros escolhidos pelos cidadãos locais, na presença do tribunal, e de quatro cavaleiros designados pelo xerife. Isso constituía o grande tribunal, ou alta reunião; nos tribunais menores, ou sessões ordinárias, para julgamento de casos comuns, o próprio xerife escolhia 12 homens das vizinhanças. Os homens retraíam-se dos trabalhos do júri, como fazem ainda hoje, sem que tivessem noção alguma de que tal sistema seria uma das bases da democracia. Em fins do século XIII, o veredicto, por meio de júri, já havia quase substituído, em toda a Inglaterra, os velhos processos da lei bárbara.

5. *O Cenário Inglês*

A Inglaterra, em 1300, era 90 por cento rural, com centenas de cidades que suas sucessoras modernas classificariam de aldeias, e com uma cidade, Londres, que se vangloriava de possuir uma população de 40.000 habitantes,[49] quatro vezes maior do que qualquer outra cidade do país, mas muitíssimo inferior, em riqueza e em beleza, a Paris, Bruges, Veneza ou Milão, não se falando de Constantinopla, Palermo ou Roma. As casas eram de madeira, de dois ou três andares, com telhados em declive; o andar superior freqüentemente se projetava para além do andar inferior. Leis municipais proibiam que se lançassem pelas janelas dejetos da cozinha, dos quartos de dormir ou do banho, mas os inquilinos dos andares superiores quase sempre cediam ante essa conveniência. A maior parte da água empregada no uso doméstico escoava-se em meio da água das chuvas, pelas sarjetas. Era proibido lançar fezes, mas permitia-se esvaziar urinóis nessa água.[50] O conselho municipal fazia o possível para melhorar as condições sanitárias: ordenava que os cidadãos varressem a rua diante de suas casas, impunha multas por negligência e empregava homens para colher o lixo e as imundícies, e transportá-los, em carroções, para as barcaças de estrume ancoradas no Tâmisa. Muitos cidadãos tinham em casa cavalos, gado, porcos e aves domésticas; mas isso não constituía grande mal, pois havia, na cidade, muito espaço disponível, sendo que quase todas as casas possuíam quintal. Aqui e acolá erguia-se uma estrutura de pedra,

como, por exemplo, a igreja do Templo, a abadia de Westminster, ou a Torre de Londres, que Guilherme, o Conquistador, construíra, a fim de defender sua capital e abrigar prisioneiros ilustres. Os londrinos já se orgulhavam de sua cidade. Logo Froissart diria que eles "eram de maior importância do que todo o resto da Inglaterra, pois eram sumamente poderosos em riquezas e em homens". E o monge Tomás de Walsigham descrevê-los-ia como sendo, "dentre todos os povos, quase o mais orgulhoso, arrogante, avarento, descrente dos velhos costumes, descrente de Deus".[51]

Através de todos esses séculos, o amálgama de raça, língua e hábitos normandos, anglo-saxônios, dinamarqueses e celtas produziu a nação, o idioma e o caráter ingleses. Ao separar-se a Normandia da Inglaterra, as famílias normandas da Bretanha esqueceram a Normandia e aprenderam a amar a sua nova terra. As qualidades místicas e poéticas dos celtas permaneceram, principalmente entre as classes inferiores, mas eram modificadas pelo vigor e pelo espírito prático dos normandos. Em meio do conflito de nações e de classes, bem como dos golpes desferidos pelos períodos de fome e de epidemia, o bretão que resultou disso tudo ainda conseguiu fazer o que Henrique de Huntingdon (1084?-1155) chamou de *Anglia plena iocis* — a alegre Inglaterra — uma nação de abundante energia, rude gracejo, jogos turbulentos, boa camaradagem, e de amor pela dança, pela companhia de menestréis e pela cerveja. Dessas gerações viris, surgiria a alegre sensualidade dos peregrinos de Chaucer, bem como a magnífica linguagem bombástica dos cultos fanfarrões da época elisabetana.

IX. IRLANDA — ESCÓCIA — GALES: 1066-1318

No ano de 1154, Henrique II tornou-se rei da Inglaterra, e um inglês, Nicolau Breakspear, transformou-se no Papa Adriano IV. Um ano após, Henrique enviou João de Salisbury a Roma, com uma mensagem sutil: a Irlanda encontrava-se em situação de caos político, de decadência literária, de rebaixamento moral, de independência e corrupção religiosas. Não permitiria acaso o Papa que Henrique se apoderasse da individualística ilha, restaurando nela a ordem social e a obediência papal? Se é que podemos acreditar em Geraldo Cambrensis, o Papa concordou e, pela bula *Laudabiliter,* concedeu a Irlanda a Henrique, sob a condição de que ele lá instaurasse um governo ordeiro, fizesse com que o clero irlandês estabelecesse melhor cooperação com Roma e providenciasse para que um *penny* (83 *cents*) fosse pago, anualmente, à Santa Sé, correspondente a cada casa existente na Irlanda.[52] Henrique estava, na ocasião, muito atarefado para aproveitar-se desse *nihil obstat;* mas permaneceu em estado de espírito receptivo.

Em 1166, Dermot MacMurrough, rei de Leinster, foi derrotado por Tiernan O'Rourke, rei de Brefni, cuja esposa fora por ele seduzida. Expulso pelos seus súditos, fugiu ele, em companhia de sua formosa filha Eva, para a Inglaterra e para a França, conseguindo de Henrique II uma carta assegurando a boa vontade real a todos os seus súditos que ajudassem Dermot a reconquistar o trono de Leinster. Em Bristol, Dermot recebeu, de parte de Richard FitzGilbert, conde de Pembroke, em Gales, conhecido pelo cognome de "Strongbow", um juramento de ajuda militar, em troca da mão de Eva e da sucessão ao reino de Leinster. Em 1169, Richard conduziu uma pequena força de galenses à Irlanda, restaurou Dermot em seu trono, com a ajuda do clero de Leinster, e, por ocasião da morte de Dermot (1171), herdou-lhe o reino. Rory O'Connor, então Alto Rei da Irlanda, dirigiu um exército contra os inva-

sores galenses, cercando-os em Dublin. Os sitiados realizaram uma investida heróica, e os irlandeses, mal treinados e pobremente equipados, debandaram. Intimado por Henrique II, Strongbow partiu para Gales, avistou-se com o rei e concordou em entregar-lhe Dublin e outros portos irlandeses, mantendo o resto de Leinster como domínio feudal da coroa inglesa. Henrique desembarcou perto de Waterford (1171) com quatro mil homens, conquistou o apoio do clero irlandês e recebeu o voto de fidelidade de toda a Irlanda, com exceção de Connaught e Ulster. A conquista galense transformou-se, sem uma simples batalha, numa conquista anglo-normanda. Um sínodo dos prelados irlandeses declarou sua plena submissão ao Papa, anunciando que, daquele momento em diante, o ritual da Igreja irlandesa seria conforme o da Inglaterra e o de Roma. A maioria dos reis irlandeses teve permissão de conservar seus tronos, sob condição de lealdade feudal e de tributo anual ao rei da Inglaterra.

Henrique realizara seu propósito de maneira econômica e hábil, mas errou ao pensar que as forças que deixou após sua partida podiam manter a ordem e a paz. Seus representantes lutaram entre si pelos despojos, e seus chefes e soldados saquearam o país com o mínimo de restrição. Os conquistadores fizeram o possível para reduzir os irlandeses à servidão. Os irlandeses resistiram por meio de guerrilhas, e o resultado foi um século de escaramuças e de destruição. Em 1315, alguns chefes irlandeses ofereceram a Irlanda à Escócia, onde Roberto Bruce acabava de derrotar os ingleses em Bannockburn. Eduardo, irmão de Roberto, desembarcou na Irlanda com seis mil homens. O Papa João XXII declarou excomungados todos os que ajudassem os escoceses. Mas quase todos os irlandeses atenderam ao apelo de Eduardo e, em 1316, coroaram-no rei. Dois anos após, foi ele derrotado e morto próximo de Dundalk, e a revolta terminou em pobreza e desespero.

Os escoceses, disse Ranulfo Higden, bretão do século XIV, "são despreocupados, fortes e selvagens; mas sua mistura com os ingleses fez com que se emendassem bastante. São cruéis para com os inimigos, e odeiam a escravidão mais do que tudo, considerando imundamente vergonhoso o fato de qualquer homem morrer na cama, e adorando com fervor os que morrem no campo de batalha."[53]

A Irlanda permaneceu irlandesa, mas perdeu a sua liberdade. A Escócia tornou-se britânica, mas permaneceu livre. Anglos, saxônios e normandos multiplicaram-se nas terras baixas, reorganizando, em plano feudal, a vida agrícola. Malcolm III (1058-93) foi um guerreiro que invadiu repetidamente a Inglaterra; mas sua rainha Margarida foi uma princesa anglo-saxônia que converteu a corte escocesa à língua inglesa, levou para o país o clero de língua inglesa e criou os filhos à maneira inglesa. O último e mais poderoso deles, Davi I (1124-53), transformou a Igreja em seu instrumento preferido de governo, fundou mosteiros de língua inglesa em Kelson, Dryburgh Melrose e Holyrood, estabeleceu dízimos (pela primeira vez na Escócia) para manutenção da Igreja e presenteou os bispos e abades de maneira tão pródiga que o povo o considerava um santo. No reinado de Davi I, toda a Escócia, com exceção de sua zona montanhosa, tornou-se um Estado inglês.[54]

Mas não era, por isso, menos independente. Os imigrantes ingleses transformaram-se em patriotas escoceses. Dentre eles, surgiram os Stuart e os Bruce. Davi I invadiu e conquistou a Nortumberlândia; Malcolm IV (1153-65) perdeu-a; Guilherme, o Leão (1165-1214), tentou reconquistá-la, mas foi feito prisioneiro por Henrique II, sendo libertado somente após jurar fidelidade da coroa escocesa ao rei da Inglaterra (1174). Quinze anos após, comprou a dispensa desse juramento ajudando a financiar Ricardo

I na Terceira Cruzada, mas os reis ingleses continuaram a reivindicar o direito de suserania feudal sobre a Escócia. Alexandre III (1249-86) reconquistou as Hébridas da Noruega, manteve relações amistosas com a Inglaterra e deu à Escócia uma idade dourada de prosperidade e de paz.

Quando Alexandre morreu, Roberto Bruce e João Balliol, descendentes de Davi I, contestaram a sucessão. Eduardo I, da Inglaterra, aproveitou-se de tal oportunidade e, com seu auxílio, Balliol foi feito rei, reconhecendo, porém, a supremacia da Inglaterra (1292). Quando, porém, Eduardo ordenou a Balliol que reunisse tropas para lutar pela Inglaterra na França, os nobres e bispos escoceses rebelaram-se, pedindo a Balliol que se aliasse com a França contra a Inglaterra (1295). Eduardo derrotou os escoceses em Dunbar (1296), recebeu a submissão da aristocracia, destronou Balliol, designou três ingleses para que governassem a Escócia em seu nome e voltou para a Inglaterra.

Muitos nobres escoceses possuíam terras na Inglaterra, ficando, assim, obrigados à obediência. Mas os velhos escoceses gaélicos das Terras Altas ressentiram-se grandemente ante tal rendição. Um deles, Sir Guilherme Wallace, organizou um "exército de comuns da Escócia", expulsou a guarnição inglesa e, por espaço de um ano, governou a Escócia como regente, em nome de Balliol. Eduardo voltou e derrotou Wallace em Falkirk (1298). Em 1305, aprisionou Wallace, fazendo com que fosse destripado e esquartejado, de acordo com a lei inglesa nos casos de traição.

Um ano após, outro defensor foi obrigado a abandonar o terreno. Roberto Bruce, neto do Bruce que reclamara o trono em 1286, teve uma querela com João Comyn, um dos principais representantes de Eduardo I na Escócia, e o matou. Obrigado, assim, à rebelião, Bruce fez-se coroar rei, embora apenas pequeno grupo de nobres o apoiasse, e o Papa o houvesse excomungado pelo seu crime. Eduardo, mais uma vez, marchou para o norte, mas morreu em caminho (1307). A incompetência de Eduardo II foi uma bênção para Bruce; os nobres e o clero passaram-se para as fileiras do proscrito. E seus exércitos, reforçados, valentemente chefiados pelo seu irmão Eduardo e por Sir Jaime Douglas, tomaram Edinburgo, invadiram a Nortumberlândia e conquistaram Durham. Em 1314, Eduardo II levou à Escócia o maior exército que o país jamais vira, enfrentando os escoceses em Bannockburn. Bruce fizera com que seus homens escavassem e ocultassem fossos diante das posições em que se achavam; muitos ingleses, ao atacar, caíram no lamaçal, sendo o exército inglês quase totalmente exterminado. Em 1328, com Eduardo III empenhado em guerra com a França, seus regentes assinaram o Tratado de Northampton, que tornava a Escócia novamente livre.

Entrementes, em Gales, luta semelhante chegara a um resultado diverso. Guilherme I reivindicava suserania sobre o país, como parte do reino do derrotado Haroldo. Não tivera tempo de juntá-lo às suas conquistas, mas estabelecera três condados em sua fronteira oriental, encorajando seus nobres a que a estendessem na direção de Gales. A Gales do Sul achava-se, então, dominada por piratas normandos, os quais deixaram o prefixo Fitz (*fils*, filho) em alguns nomes galenses. Em 1094, Cadwgan ap Bledyn subjugara esses normandos; em 1165, os galenses derrotaram os ingleses em Corwen — e Henrique II, ocupado com o caso de Becket, reconhecera a independência da Gales do Sul, sob o governo de seu esclarecido rei, Rhys ap Gruffydd (1171). Llywelyn, o Grande, hábil tanto na guerra como na diplomacia, estendeu seu governo sobre quase todo o país. Seus filhos desavieram-se e desorganizaram o reino, mas seu neto Llywelyn ap Gruffydd (morto em 1282) restaurou-lhe a unidade, fez a paz

com Henrique III e criou para si o título de Príncipe de Gales. Eduardo I, que pretendia unir Gales e Escócia à Inglaterra, invadiu Gales com imenso exército e poderosa esquadra (1282). Llywelyn morreu em um encontro fortuito com pequenas forças que se achavam na fronteira; seu irmão Davi foi aprisionado por Eduardo, e sua cabeça, decepada, foi, juntamente com a de Llywelyn, dependurada na Torre de Londres, para esbranquiçar ao sol, ao vento e à chuva. Gales tornou-se parte da Inglaterra (1284), e Eduardo, em 1301, deu o título de Príncipe de Gales ao herdeiro do trono inglês.

Através dessas grandezas e decadências, os galenses conservaram sua própria língua e seus antigos costumes, lavraram seu áspero solo com obstinada coragem e aliviavam seus dias e suas noites com lenda, poesia, música e canto. Seus bardos, então, deram forma às narrações do *Mabinogion,* enriquecendo a literatura com uma ternura melodiosa e mística tipicamente galense. Anualmente, reuniam-se os bardos e menestréis em uma *eisteddfod* nacional (de *eistedd,* sentar), cuja história se pode traçar desde 1176. Realizavam-se, então, concursos de oratória, poesia, canto e instrumentos musicais. Os galenses sabiam lutar com denodo, mas não durante muito tempo. Ficavam logo ansiosos por voltar, a fim de proteger as esposas, os filhos e os lares — e um de seus provérbios diz que eles desejariam que "cada raio de sol fosse um punhal que trespassasse os amigos da guerra".[55]

X. AS TERRAS DO RENO: 1066-1315

Os países que se comprimiam junto do Reno inferior e de suas muitas desembocaduras estavam entre os mais ricos do mundo medieval. Ao sul do Reno, encontrava-se o condado de Flandres, que se estendia desde Calais, através da Bélgica atual, até o Escalda. Era, oficialmente, um feudo, sob o domínio do rei de França, mas, na realidade, governava-o uma dinastia de condes esclarecidos, os quais apenas eram limitados, em seu governo, pela altiva autonomia das cidades. Próximo do Reno, o povo era flamengo, originário da Baixa Alemanha, e falava um dialeto alemão; a oeste do rio Lys, era valão *(walloon)* — mistura de alemão e de francês, de origem celta — e falava um dialeto francês. O comércio e a indústria faziam a prosperidade e causavam perturbações em Gante, Audernaarde, Courtrai, Ypres e Kassel, no nordeste de Flandres, bem como em Bruges, Lille e Douai, no sudoeste valão. A população, nessas cidades, era mais densa do que em qualquer outra parte da Europa, ao norte dos Alpes. Em 1300, as cidades dominaram os condes; os magistrados das comunidades maiores formaram uma corte suprema para o país, negociando, pela sua própria autoridade, com cidades e governos estrangeiros.[56] Geralmente os condes cooperavam com as cidades, encorajavam as manufaturas e o comércio, mantinham uma moeda estável e, em 1100 — dois séculos antes da Inglaterra — já haviam estabelecido, para todas as cidades, medidas e pesos uniformes.

A guerra de classes acabou por destruir a liberdade das cidades, bem como a dos condes. À medida que aumentavam o número, o ressentimento e o poderio do proletariado, e que os condes se colocavam a seu lado como um renovo da presunçosa *bourgeoisie*, os mercadores procuraram o apoio de Filipe Augusto, da França, o qual lhes prometeu tal ajuda na esperança de colocar efetivamente Flandres sob o domínio da coroa francesa. A Inglaterra, ansiosa por conservar o principal mercado para sua lã, livre do controle do rei francês, aliou-se aos condes de Flandres e Hainault, ao duque de Brabante e Oto IV, da Alemanha. Filipe derrotou, em Bouvines, essa coligação

(1214), subjugou os condes e protegeu os mercadores, em seus regimes oligárquicos. A luta de forças e de classes continuou. Em 1297, o conde Gui de Dampierre fez com que Flandres de novo se aliasse à Inglaterra; Filipe, o Belo, invadiu Flandres, aprisionou Gui e obrigou-o a ceder o país à França. Mas quando o exército francês se pôs em marcha para ocupar Bruges, o povo se levantou, subjugou as tropas, massacrou ricos mercadores e apoderou-se da cidade. Filipe enviou um grande exército para vingar tal afronta; os trabalhadores das cidades formaram entre si um exército improvisado, derrotando os cavaleiros e os mercenários da França na batalha de Courtrai (1302). O velho Gui de Dampierre foi libertado e restabelecido em seu posto, sendo que a estranha aliança entre condes feudais e proletários revolucionários desfrutou de um decênio de vitórias.

O que agora conhecemos como Holanda foi, do século III ao IX, parte do reino franco. Em 843, tornou-se ela a parte mais setentrional do estado-tampão da Lorena, criado pelo Tratado de Verdun. Nos séculos IX e X foi dividida em possessões feudais, a fim de que pudesse opor maior resistência às incursões escandinavas. Os alemães que desbastaram e colonizaram o distrito de densas florestas que ficavam ao norte do Reno chamaram-no de Holtland, isto é, Terra de Florestas. A maioria de seu povo era composta de servos, absorvidos na faina de arrancar a subsistência de uma terra que sempre fora cercada de diques ou drenada. A metade da Holanda somente existe devido ao fato de o mar haver sido dominado. Mas havia, também, cidades; não tão ricas e turbulentas como as cidades flamengas, mas baseadas solidamente em uma indústria segura e num comércio bem dirigido. Dordrecht era a mais próspera delas. Utrecht era um centro de cultura. Haarlem era a sede do conde de Holanda. Delft tornou-se, durante algum tempo, sua capital; depois, em fins de 1250, Haia. (Anteriormente, os condes usavam o lugar como um sítio de encontro para caçadas; daí seu nome *'s Graven Haag*, alojamento do conde, agora den Haag.) Amsterdã surgiu em 1204, quando um senhor feudal construiu o seu castelo-fortaleza na desembocadura do rio Amstel. A localização, abrigada, no Zuider Zee, bem como os penetrantes canais, convidavam ao comércio. Em 1297, a cidade tornou-se porto livre: as mercadorias podiam ser recebidas e reembarcadas livres de direitos alfandegários. Desde então, a pequena Holanda desempenhou papel importante no mundo econômico. Lá, como em todas as outras partes, o comércio alimentou a cultura. Encontramos, no século XIII, um poeta holandês, Maerlant, que satirizou ardorosamente a vida luxuosa do clero; e, nos mosteiros, a arte holandesa na escultura, na cerâmica, na pintura, na iluminura estava começando sua extraordinária e típica carreira.

Ao sul da Holanda havia o ducado de Brabante, que abrangia, então, as cidades de Antuérpia, Bruxelas e Louvain. Liège era governada, independentemente, pelos seus bispos, os quais lhe concediam larga medida de autonomia. Ainda mais ao sul, havia os condados de Hainault, Namur, Limburgo e Luxemburgo; o ducado da Lorena, com as cidades de Trier, Nancy e Metz; e vários outros principados, sujeitos, nominalmente, ao imperador alemão, mas que, na maior parte, ficavam a cargo de seus condes reinantes. Cada um desses distritos tinha uma história vibrante de política, amor e guerra. Rendemo-lhes aqui nosso tributo e prosseguimos. Ao sul e a oeste dos mesmos, ficava a Borgonha, que é hoje a parte leste do centro da França. A variedade de suas fronteiras desencoraja qualquer definição; seus sucessos políticos encheriam vários tomos inúteis. Em 888, Rodolfo I fez da Borgonha um reino independente; em 1032, Rodolfo III legou-o à Alemanha, mas, naquele mesmo ano, parte dela foi ane-

xada, como ducado, à França. Os duques da Borgonha, como seus primeiros reis, governavam com inteligência e, em sua maioria, amavam a paz. A grande época da Borgonha viria no século XV.

Nos tempos clássicos, a Suíça era uma terra habitada por tribos diferentes — helvécios, récios e lepôncios — de misturada origem céltica, teutônica e itálica. No século III, os alemanos (*alemanni*) ocuparam e germanizaram o seu planalto norte. Após o colapso do Império carolíngio, o país foi dividido em possessões feudais sujeitas ao Santo Império Romano. Todavia, é difícil escravizar-se montanheses — e os suíços, embora reconhecendo certas obrigações feudais, logo se libertaram da servidão. As vilas, em democráticas assembléias, escolheram seus próprios dirigentes, governando-se a si mesmas segundo as antigas leis germânicas dos alemães e dos burgúndios. Como medida de proteção mútua, os camponeses das imediações do lago Lucerna organizaram-se em "Cantões Florestais" *(Waldstätte)* — Uri, Nidwalden e Schwyz, este último dando, mais tarde, seu nome ao Estado. Os rudes burgueses das cidades que haviam surgido ao longo dos caminhos dos Alpes — Genebra, Constança, Friburgo, Berna e Basiléia — elegiam seus próprios dirigentes e administravam suas próprias leis. Os supremos senhores feudais não faziam objeção a isso, contanto que fossem pagas as taxas feudais.[57]

Os condes de Habsburgo que, desde 1173, mantinham sob sua jurisdição os distritos do norte, constituíram uma exceção a essa regra, merecendo, por haverem tentado aplicar, com toda a severidade, as obrigações feudais, o ódio dos homens de Schwyz. Em 1291, os Cantões Florestais formaram uma "Liga Eterna", jurando constituir uma *confederatio* (confederação) que prestasse, uns aos outros, ajuda contra a agressão externa e perturbações internas, arbitramento a todas as divergências, bem como o não reconhecimento a juiz algum que não fosse nativo do vale, ou que houvesse comprado seu cargo. Lucerna, Zurique e Constança logo se uniram à Liga. Em 1315, os duques de Habsburgo enviaram dois exércitos à Suíça, a fim de que fossem cumpridas todas as obrigações feudais. No passo de Morgarten, a infantaria de Schwyz e de Uri, armadas de alabardas, derrotaram, na "Maratona da Suíça", a cavalaria austríaca. As forças austríacas retiraram-se. Os três cantões renovaram seu juramento de auxílio mútuo (9 de dezembro de 1315), criando a Confederação Suíça. Mas não se tratava ainda de um Estado independente. Os cidadãos livres reconheciam ainda certas obrigações feudais, bem como a suserania do Santo Império Romano. Mas os senhores feudais e os santos imperadores tinham aprendido a respeitar os exércitos e as liberdades dos cantões e cidades suíças — e a vitória de Morgarten abrira caminho à mais estável e racional democracia da História. (Parece não haver qualquer garantia histórica quanto à existência de Guilherme Tell.)[58]

XI. FRANÇA: 1060-1328

1. *Filipe Augusto*

Na época da ascensão de Filipe Augusto — Filipe II (1180) — a França era uma nação secundária e hostilizada, a qual dificilmente prometia qualquer futura grandeza. A Inglaterra dominava a Normandia, a Bretanha, Anjou, Touraine e Aquitânia — um domínio três vezes maior do que o controlado diretamente pelo rei de França. A maior parte da Borgonha aderira à Alemanha, e o florescente condado de Flandres

era, com efeito, um principado independente. E assim também o eram os condados de Lião, Savóia e Chambéry. E, ainda, a Provença — no sudeste da França — rica em vinho, azeite, frutas, poetas, bem como as cidades de Arles e Avinhão, Aix e Marselha. O delfinado, que se estendia em torno de Vienne, fora legado à Alemanha, como parte da Borgonha, e era, agora, governado, independentemente, por um delfim, que tirara seu título do delfim que formava o emblema de sua família.

A França, propriamente dita, dividia-se em ducados, condados, senhorios, senescalias e *bailliages* (bailiados ou comarcas), governados — a fim de aumentar sua dependência ante o rei — por duques, condes, nobres, senescais (intendentes reais) e bailios. Essa frouxa agregação, já chamada Frância no século IX, era, em graus diversos e com muitas limitações, sujeita ao rei de França. Paris, sua capital, era, em 1180, uma cidade de construções de madeira e ruas enlameadas. O seu nome romano, *Lutetia,* significava "cidade lamacenta". Filipe Augusto, chocado com o cheiro das vias públicas que corriam ao lado do Sena, ordenou que todas as ruas de Paris fossem pavimentadas com pedras sólidas.[59]

Foi ele um dos três poderosos governantes que, naquela época, elevaram a França à direção intelectual, moral e política da Europa. Antes dele, porém, tinha havido outros homens poderosos. Filipe I (1060-1108) conquistou para si mesmo um lugar seguro na História, divorciando-se, aos 40 anos, da esposa e persuadindo o conde Fulk, do Anjou, a ceder-lhe a condessa Bertrade. Foi encontrado um sacerdote que solenizou o adultério em casamento, mas o Papa Urbano II, chegando à França, para pregar a Primeira Cruzada, excomungou o rei. Filipe persistiu no pecado durante 12 anos e, finalmente, mandou Bertrade embora, reconhecendo o próprio erro. Mas, pouco depois, arrependeu-se de seu arrependimento e trouxe de volta a sua rainha. Viajou ela em sua companhia para o Anjou, ensinou amizade a seus dois maridos e, ao que parece, serviu a ambos da melhor maneira permitida pelos seus encantos.[60]

Estando, aos 45 anos, demasiado gordo, Filipe entregou os principais assuntos do reino a seu filho Luís IV (1108-37), que era, também ele, conhecido como Luís, o Gordo. Merecia, porém, melhor nome. Combateu, durante 24 anos — e, finalmente, com êxito — os barões salteadores que saqueavam viajantes nas estradas; fortaleceu a monarquia com a organização de um exército eficiente; fez o que pôde para proteger os camponeses, os artesãos e as comunas; e teve o bom senso de fazer do abade Suger o seu principal ministro e amigo. Suger, de São Dionísio (1081-1151), foi o Richelieu do século XII. Dirigiu os negócios de França com sabedoria, justiça e visão. Encorajou e melhorou a agricultura. Desenhou e construiu uma das primeiras e mais finas obras-primas do estilo gótico, escrevendo, ainda, inspirada narração de seu ministério e de seu trabalho. Foi o mais valioso legado deixado por Luís, o Gordo, a seu filho, a quem Suger serviu até à morte.

Luís VII (1137-80) era o homem a quem Leonor de Aquitânia se referiu, dizendo que casara com um rei e encontrara em seu lugar apenas um monge. Dedicava-se conscienciosamente a suas tarefas reais, mas suas virtudes o arruinaram. Sua dedicação ao governo parecia a Leonor negligência marital; sua paciência ante os amores da esposa, acrescentou insulto à negligência. Ela se divorciou dele e concedeu sua mão e seu ducado da Aquitânia a Henrique II, da Inglaterra. Desiludido da vida, Luís voltou-se para obras piedosas, deixando ao filho a tarefa de construir uma França poderosa.

Filipe Augusto II, à semelhança de um Filipe posterior, era um *bourgeois gen-*

tilhomme no trono de França: um mestre de inteligência prática amolecido pelo sentimentalismo, um patrono da cultura sem gosto por ela, um homem de astuta cautela e prudente coragem, de gênio violento e de pronto perdão, de inescrupulosos desejos de posse, mas de moderada piedade, a qual podia ser generosa para com a Igreja, sem permitir que a religião interferisse em sua política. Dotado de paciente perseverança, granjeou o que um ousado amor à aventura jamais lhe teria concedido. Tal homem, a um tempo prosaico e *auguste*, amavelmente inflexível e implacavelmente sensato, era o de que seu país necessitava, numa época em que, entre a Inglaterra de Henrique II e a Alemanha de Barba-Roxa, a França poderia ter deixado de existir. (O título de *auguste*, que lhe foi dado pelo capelão, não era corrente nos tempos medievais, mas foi-lhe também concedido pelos modernos historiadores franceses.)

Seus casamentos perturbaram a Europa. Sua primeira esposa, Isabela, morreu em 1189. Quatro anos após, contraiu matrimônio com Ingeborg, uma princesa da Dinamarca. Políticos como eram, tais casamentos proporcionavam mais propriedades do que romance. Ingeborg não era do gosto de Filipe, que a abandonou depois de um dia de casados, sendo que, decorrido um ano, persuadiu um conselho de bispos franceses a que lhe concedesse o divórcio. O Papa Celestino III recusou-se a confirmar o decreto. Em 1196, desafiando Celestino, Filipe Augusto casou-se com Inês de Meran. O Papa excomungou-o, mas Filipe continuou na sua obstinação. "Preferiria perder a metade de meus domínios", disse ele, num momento de ternura, "a separar-me de Inês." Inocêncio III ordenou-lhe que recebesse de novo Ingeborg e, tendo ele se recusado a isso, o invencível Papa interditou os serviços religiosos nos domínios de Filipe. Este, enraivecido, depôs todos os bispos que obedeceram à interdição. "Feliz Saladino", queixava-se ele, "que não tem papa algum acima dele!" E ameaçou tornar-se maometano.[61] Após quatro anos de uma tal guerra espiritual, o povo começou a resmungar, com medo do inferno. Filipe despediu a sua bem-amada Inês (1202), mas conservou Ingeborg enclausurada em Étampes até 1213, quando a chamou de novo para seu leito.

Entre essas alegrias e atribulações, Filipe reconquistou a Normandia à Inglaterra (1204) e, nos dois anos seguintes, anexou a Bretanha, Anjou, Maine, Touraine e Poitou às terras que diretamente governava. Estava, agora, suficientemente forte para dominar todos os duques, condes e senhores de seu reino. Seus bailios e senescais supervisionavam o governo local. Seu reino transformara-se em uma potência internacional, deixando de ser apenas uma faixa de terra ao longo do Sena. João Sem Terra, da Inglaterra, privado de suas possessões, não se conformou: persuadiu Oto IV da Alemanha, bem como os condes de Bolonha e de Flandres, a que a ele se unissem contra essa França que assim se estendia. João atacaria através da Aquitânia (ainda da Inglaterra); os outros, pelo nordeste. Em lugar de dividir suas forças, a fim de enfrentar esses ataques isolados, Filipe conduziu seu principal exército contra os aliados de João, derrotando-os em Bouvines, próximo de Lille (1214). A batalha decidiu muitas questões. Causou a deposição de Oto, assegurou o trono alemão a Frederico II, terminou com a hegemonia alemã e apressou o declínio do Santo Império Romano. Reduziu os condes de Flandres a uma situação de obediência à França, anexou Amiens, Douai, Lille e St. Quentin à coroa francesa, estendendo, com efeito, o noroeste da França até o Reno. Deixou João desamparado ante seus barões, obrigando-o a assinar a Magna Carta. Debilitou a monarquia e fortaleceu o feudalismo na Inglaterra e na Alemanha, enquanto fortalecia a monarquia e debilitava o feudalismo na França.

Além disso, favoreceu o desenvolvimento das comunas e das classes médias na França, as quais haviam apoiado vigorosamente Filipe, tanto em tempo de guerra como de paz.

Tendo triplicado os domínios reais, Filipe governou-os com dedicação e habilidade. A metade do tempo em atrito com a Igreja, substituiu os eclesiásticos, nos conselhos e na administração, por homens da nascente classe dos advogados. Concedeu cartas de autonomia a muitas cidades, estimulou o comércio mediante concessão de privilégios aos mercadores, protegeu e saqueou, alternadamente, os judeus, e atulhou de dinheiro o seu tesouro, mediante a quitação de serviços feudais em troca de pagamentos em dinheiro. A renda real duplicou em um dia, de 600 para 1.200 *livres* ($ 240.000). Durante seu reinado, foi terminada a fachada da catedral de Notre Dame, e o Louvre foi edificado como fortaleza, para defender o Sena.[62] Quando Filipe morreu (1223), a França de hoje já havia nascido.

2. *São Luís*

Seu filho Luís VIII (1223-6) governou muito pouco para poder realizar muita coisa. A História recorda-o principalmente por haver-se casado com a admirável Branca de Castela, e por haver tido, com ela, um filho que foi, na história medieval, o único homem que, à semelhança de Açoca na velha Índia, conseguiu ser, ao mesmo tempo e de fato, um santo e um rei. Luís IX contava 12 anos de idade — e sua mãe 38 — quando o pai morreu. Filha de Afonso IX de Castela, neta de Henrique II e de Leonor de Aquitânia, Branca viveu de conformidade com seu sangue real. Era uma mulher de formosura e encanto, energia, caráter e habilidade. Impressionou sua época tanto por suas puríssimas virtudes de esposa e de viúva, como pela sua dedicação a seus 11 filhos. A França honrava-a não somente como *Blanche la bonne reine,* mas, igualmente, como *Blanche la bonne mère.* Libertou muitos servos das propriedades reais, despendendo grandes somas em obras de caridade e na concessão de dotes a raparigas cuja pobreza desencorajava o amor. Ajudou a financiar a construção da catedral de Chartres, e foi devido a sua influência que seus vitrais mostravam Maria não como virgem, mas como rainha.[63] Amava com excessivo zelo o seu filho Luís, chegando a ser pouco generosa com a esposa dele. Exercitava-o incansavelmente nas virtudes cristãs, dizendo-lhe que preferia vê-lo morto a vê-lo cometer um pecado mortal.[64] Mas não foi devido a sua influência que ele se tornou um devoto. Ela própria raramente sacrificava a política a seus sentimentos, tendo, para aumentar o poderio da coroa no sul da França, participado da cruel Cruzada Albigense. Durante nove anos (1226-35), enquanto Luís crescia, ela governou o reino — e poucas vezes foi a França mais bem governada. Logo no início de sua regência, os barões revoltaram-se, pensando reconquistar de uma mulher os poderes que haviam perdido durante o tempo de Filipe II; mas ela os venceu por meio de sábia e paciente diplomacia. Resistiu habilmente à Inglaterra, assinando, depois, uma trégua, em condições justas. Quando Luís IX chegou à maioridade e assumiu o governo, herdou um reino poderoso, próspero e em paz.

Era um belo rapaz, mais alto uma cabeça do que a maioria de seus cavaleiros, de traços delicados, pele clara e bastos cabelos louros. Elegante em suas predileções, amante de móveis luxuosos e roupas vistosas. Não era rato de biblioteca, mas um jovem dado à caça e à falcoaria, diversões e jogos atléticos. Não era, porém, um santo,

pois um monge se queixou a Branca dos reais namoricos do filho. Ela descobriu-lhe uma esposa, e ele assentou, tornando-se modelo de fidelidade conjugal e de energia como pai. Teve 11 filhos, participando intimamente de sua educação. Aos poucos, foi abandonando o luxo, vivendo cada vez com maior simplicidade, dedicando-se inteiramente ao governo, à caridade e à piedade. Tinha a concepção real da monarquia como sendo um órgão da unidade e da continuidade nacional, e como uma proteção dos pobres e dos fracos contra seus superiores, ou alguns pouco afortunados.

Respeitava o direito dos nobres, animava-os a cumprir suas obrigações para com os servos, os vassalos e o suserano, mas não admitia transgressão alguma do novo poder real. Interferia resolutamente na repressão das injustiças de senhor para escravo e, em muitos casos, punia com severidade os barões que executavam homens sem o devido julgamento. Quando Enguerrand de Coucy enforcou três estudantes flamengos, por terem caçado alguns coelhos em sua propriedade, Luís ordenou que o mesmo fosse encarcerado na Torre do Louvre, ameaçou enforcá-lo e só o libertou sob a condição de que ele construísse três capelas, onde, diariamente, fossem rezadas missas pelas almas de suas vítimas; que desse a floresta, em que os estudantes estiveram caçando, à abadia de São Nicolau; que terminasse, em suas propriedades, os seus direitos de jurisdição e de caça; que servisse três anos na Palestina; e que pagasse ao rei uma multa de 12.500 libras.[65] Luís proibiu a vingança e as lutas feudais, condenando o duelo judicial. Como os julgamentos por meio de combates foram substituídos por julgamentos mediante provas, foram organizadas, em cada localidade, pelos representantes do rei, as cortes baroniais; foi estabelecido o direito de apelação, dos juízes baroniais à corte real central — e tanto na França, como na Inglaterra, o século XIII viu o direito feudal ceder lugar ao direito comum do reino. Jamais, desde os dias de Roma, gozara a França de tal segurança e prosperidade. Durante seu reinado, a riqueza da França foi suficiente para fazer com que a arquitetura gótica atingisse a sua maior grandeza e perfeição.

Luís acreditava e provou que um governo podia ser justo e generoso, em suas relações exteriores, sem que com isso perdesse seu prestígio e poderio. Evitava as guerras o mais que podia; mas quando ameaçado de agressão, organizava eficientemente seus exércitos, planejava suas campanhas e — na Europa — levava-as avante, com energia e habilidade, até chegar a uma paz honrosa, que não deixava lugar para desejo algum de desforra. Logo que estava garantida a segurança da França, adotava uma política conciliatória, que respeitava os direitos contrários, embora recusasse conciliar reivindicações injustas. Restituiu à Inglaterra e à Espanha os territórios que seus antecessores haviam conquistado. Seus conselheiros lamentaram que tal acontecesse, mas a paz se manteve, e a França viu-se livre de agressões mesmo durante as longas ausências de Luís nas Cruzadas. "Os homens temiam-no", disse Guilherme de Chartres, "porque sabiam que ele era justo."[66] De 1243 a 1270, a França não se empenhou em guerra contra qualquer inimigo cristão. Quando seus vizinhos combatiam-se entre si, Luís procurava, por todos os meios, reconciliá-los, zombando da sugestão de seus conselheiros, os quais afirmavam que tais conflitos deviam ser fomentados, a fim de debilitar possíveis inimigos.[67] Reis estrangeiros submetiam suas divergências ao seu arbitramento. O povo maravilhava-se de que um homem tão bom pudesse ser também um bom rei.

Não era ele "aquele perfeito monstro que o mundo jamais conheceu" — o homem inteiramente sem defeitos. Mostrava-se, às vezes, irritadiço, talvez devido ao

seu mau estado de saúde. Sua simplicidade, às vezes, chegava quase às raias da ignorância ou da credulidade culpáveis, como, por exemplo, em suas mal concebidas cruzadas e suas desastradas campanhas no Egito e na Tunísia, onde, além da sua, perderam-se muitas outras vidas. E, embora fosse honesto com seus inimigos muçulmanos, não sabia aplicar-lhes a mesma compreensão generosa que dera tão bons resultados com seus inimigos cristãos. Suas convicções infantis, com respeito à fé, levaram-no a uma intolerância religiosa que conduziu ao estabelecimento da Inquisição na França, recalcando sua piedade natural para com as vítimas da Cruzada Albigense. Seu tesouro se atulhou de bens confiscados aos hereges condenados,[68] e seu bom humor habitual falhou, no que dizia respeito aos judeus franceses.

Descontando-se, porém, tais falhas, aproximou-se ele, nobremente, do ideal cristão. "Em dia algum de minha vida", conta Joinville, "ouvi o rei falar mal de quem quer que fosse."[69] Quando os muçulmanos que o aprisionaram receberam, por engano, 10.000 *livres* ($ 2.000.000) a menos pelo seu resgate, Luís, que já se achava em liberdade segura, enviou aos sarracenos, para desgosto de seus conselheiros, a quantia que faltava.[70] Antes de partir para a sua primeira cruzada, ordenou aos funcionários de todo o reino que "recebessem por escrito, e examinassem, as queixas que possam ser feitas contra nós ou nossos ancestrais, bem como as reclamações contra injustiças ou cobranças de que possam ter sido culpados nossos bailios, prebostes, guardas-florestais, procuradores, ou seus subordinados".[71] "Freqüentemente", diz Joinville, "ele, depois da missa, ia sentar-se debaixo de uma árvore, no bosque de Vincennes, fazendo com que também nós nos sentássemos em torno dele. E todos aqueles que tinham alguma causa em mãos iam falar-lhe sem impedimento e sem se fazer anunciar." Ele próprio costumava resolver alguns casos, entregando os demais aos conselheiros que estavam sentados à sua volta, mas dava a qualquer reclamante o direito de apelar para o rei.[72] Fundou e custeava hospitais, asilos, mosteiros, hospícios, uma instituição para cegos e outra (a *Filles-Dieu*) para prostitutas regeneradas. Ordenava a seus agentes de cada província que descobrissem os anciãos e os pobres e os socorressem à custa do Estado. Onde quer que estivesse, observava o princípio de alimentar, todos os dias, 120 pessoas pobres, fazendo com que três delas se sentassem a sua mesa e fossem por ele servidas, além de lavar-lhes os pés.[73] Como Henrique III, da Inglaterra, cuidava de leprosos, alimentando-os com as próprias mãos. Quando a fome assolou a Normandia, gastou somas enormes em alimentos para os necessitados de lá. Dava esmolas diárias aos pobres, enfermos, viúvas, mulheres que se achavam presas, prostitutas e trabalhadores inválidos, "de modo que dificilmente seria possível enumerar tais esmolas".[74] E nem eram esses atos de caridade prejudicados pela publicidade. Os pobres cujos pés ele lavava eram escolhidos de longe, sendo o ato realizado em particular, sem que soubessem que a pessoa que tinham a seu lado era o rei. Suas autoflagelações ascéticas eram desconhecidas dos demais, até serem reveladas, em sua própria carne, após sua morte.[75]

Durante a campanha de 1242, contraiu malária, nas regiões pantanosas de Saintonge. A doença causou-lhe anemia perniciosa e, em 1244, estava ele próximo da morte. Talvez tais experiências tenham feito com que se voltasse cada vez mais para a religião. Foi, com efeito, ao convalescer-se dessa enfermidade que fez votos de dedicar-se à Cruzada. Debilitou-se com as mortificações ascéticas que ele próprio se infligia. Ao regressar de sua primeira cruzada, contando apenas 38 anos de idade, já estava curvado e calvo, nada mais restando de sua formosa juventude, exceto a graça ra-

diante de sua fé simples e de sua boa vontade. Usava uma camisa de crina animal debaixo do hábito marrom de monge, e fazia-se flagelar com pequenas correntes de ferro. Amava as novas ordens monásticas dos franciscanos e dominicanos, fazia-lhes doações sem limites, e somente com muita dificuldade foi dissuadido de tornar-se ele próprio um franciscano. Ouvia, todos os dias, duas ou três missas, recitava as preces canônicas dos terços, das sextas, das novenas, das vésperas e das completas, rezava 50 ave-marias antes de recolher-se, e acordava, à meia-noite, para participar com os sacerdotes, na capela, das matinas.[76] Abstinha-se de relações maritais no Advento e na Quaresma. A maioria de seus súditos sorria de sua devoção, chamando-o de "Irmão Luís". Uma mulher atrevida disse-lhe, certa vez: "Seria melhor que outro fosse rei em vosso lugar, pois sois apenas o rei dos franciscanos e dos dominicanos... É um ultraje pensar que chegastes a vos tornar rei de França. Causa espanto o fato de o povo não vos depor." Luís respondeu: "Tens razão. Não sou digno de ser rei, e, se fosse da vontade de nosso Salvador, outro estaria em meu lugar, outro que soubesse governar melhor o reino."[77]

Compartilhava com entusiasmo das superstições de seu tempo. A abadia de São Dionísio dizia possuir um cravo da Cruz Verdadeira. Um dia, o cravo desapareceu, após sua exibição ritual ao povo. O fato causou grande sensação. Mas o cravo foi encontrado e o rei sentiu grande alívio. "Preferiria", disse ele, "que a melhor cidade de meu reino fosse inundada."[78] Em 1236, Balduíno II, de Constantinopla, necessitando de fundos que lhe permitissem socorrer seu velho Estado, vendeu a Luís, por 11.000 *livres* ($ 2.200.000), a coroa de espinhos usada por Jesus durante Sua Paixão. Cinco anos depois, Luís comprou desse mesmo "leiloeiro" um pedaço da Cruz Verdadeira. Essas aquisições, possivelmente, eram feitas com a intenção de auxiliar a um reino cristão que se achava em dificuldades. A fim de receber as relíquias, Luís encarregou Pedro de Montreuil da construção da Santa Capela.

Apesar de toda sua profunda fé, Luís não era instrumento do clero. Reconhecia as falhas humanas do clero e castigava seus membros com bons exemplos e censuras diretas.[79] Restringiu os poderes das cortes eclesiásticas, e firmou a autoridade da lei sobre todos os cidadãos, leigos ou religiosos. Em 1268, lançou a primeira Sanção Pragmática, limitando o poder do papado quanto a nomeações eclesiásticas e taxação na França. "Decretamos que ninguém deverá estabelecer ou receber, de maneira alguma, taxas ou cobranças de dinheiro que tenham sido impostos pela corte de Roma... a menos que a causa seja razoável, piedosa, sumamente urgente... e reconhecida pelo nosso expresso e espontâneo consentimento, e pelo consentimento da Igreja de nosso reino." (Milman, *History of Latin Christianity,* VI, 119. O edito é geralmente aceito como verdadeiro,[80] mas pode ter sido forjado, pelos advogados de Filipe IV, como uma arma contra Bonifácio VIII. Cf. *The Catholic Encyclopedia, sub voce* Luís IX.)

A despeito de suas propensões monásticas, Luís manteve-se sempre como rei, preservando a soberania real mesmo quando, como frei Salimbene o descreve, "magro e esguio, com o rosto de anjo e a fisionomia cheia de graça",[81] ele aparece a pé, com as vestes e com o cajado de peregrino, pronto para iniciar a sua primeira cruzada (1248). A rainha Branca, que ele deixou, ao partir, como regente com plenos poderes, embora contasse 60 anos de idade, soluçou, à despedida: "Meu doce, meu terno filho, jamais te verei de novo!"[82] Luís foi aprisionado, no Egito, sendo exigida, pelo seu resgate, uma quantia que Branca, com grande dificuldade, conseguiu reunir e pagar Mas quando, derrotado e humilde, ele voltou à França (1252), encontrou a mãe mor-

ta. Em 1270, fraco e enfermo, pôs-se ele de novo a caminho, dessa vez rumo à Tunísia. Não foi um empreendimento tão quixotesco quanto seu fracasso fez parecer. Luís permitira que seu irmão, Carlos de Anjou, levasse um exército francês à Itália, não apenas para conter, lá, o domínio alemão, mas, também, na esperança de que a Sicília pudesse transformar-se em uma base para a invasão da Tunísia pelos franceses. Pouco depois de atingir a Tunísia, o grande cruzado, mais velho de corpo do que de anos, morreu de disenteria. Vinte e sete anos após, a Igreja o canonizou. As gerações e os séculos voltaram os olhos para seu reinado como tendo sido uma Idade de Ouro para a França, a pensar por que seria que uma Providência inescrutável não enviava novamente um soberano semelhante a ele. Era um rei cristão.

3. *Filipe, o Belo*

A França saiu fortalecida pelas Cruzadas, nas quais tomou parte principal. Os longos reinados de Filipe Augusto e Luís IX deram ao seu governo continuidade e estabilidade, enquanto a Inglaterra sofria com o negligente Ricardo I, o precipitado João Sem Terra e o incompetente Henrique III, e enquanto a Alemanha se desintegrava em guerras entre os imperadores e os papas. Em 1300, aproximadamente, a França era o país mais poderoso da Europa.

Filipe IV (1285-1314) era chamado *le Bel* pela sua bela figura e seu formoso rosto, mas não pela sua arte política ou pela sua audácia implacável. Eram vastos os seus objetivos: trazer todas as classes — os nobres e o clero, bem como os cidadãos e os servos — sob a lei e o controle direto do rei; alicerçar o desenvolvimento francês, mais do que na agricultura, no comércio e na indústria; estender os limites territoriais da França até o Atlântico, os Pireneus, o Mediterrâneo, os Alpes e o Reno. Escolhia seus servidores e seus conselheiros não nas fileiras dos eclesiásticos e dos barões que vinham servindo, havia quatro séculos, os reis de França, mas entre a classe dos advogados, os quais se aproximavam dele impregnados das idéias imperiais do Direito Romano. Pedro Flotte e Guilherme de Nogaret eram cérebros brilhantes, indiferentes quanto a questões morais e quanto a precedentes. Sob a orientação de ambos, Filipe reconstruiu a estrutura jurídica da França, substituiu o direito feudal pelo direito real, sobrepujou seus inimigos mediante astuta diplomacia e, no fim, rompeu o poder do papado, transformando o Papa, na verdade, em prisioneiro da França. Procurou separar a *Guyena* da Inglaterra, mas achou que Eduardo I era demasiado forte para ele. Conquistou Champagne, Brie e Navarra mediante casamento, comprando, por grande soma, Chartres, o Franco Condado, o Lionês e parte da Lorena.

Sempre necessitado de dinheiro, gastava a metade de sua inteligência e de seu tempo inventando impostos e arrecadando dinheiro. Em troca de dinheiro, isentou os barões de suas obrigações militares para com a coroa. Repetidas vezes, rebaixou a cunhagem de moedas, insistindo em que as taxas fossem pagas em ouro ou prata em barra, ou, então, em moeda honesta. Exilou os judeus e os lombardos, assim como aniquilou os Templários, a fim de lhes confiscar a riqueza. Proibiu a exportação de metais preciosos do reino. Impôs pesadas taxas às exportações, importações e vendas, bem como o imposto de guerra de um *penny* sobre cada *livre* da riqueza privada em França. Finalmente, sem consultar o Papa, taxou os bens da Igreja, que possuía, então, um quarto do território do país. O resultado disso pertence à história de Bonifácio VIII. Quando, esgotado pela luta, o Papa morreu, os agentes e o dinheiro de Filipe

asseguraram a eleição de um francês, o qual assumiu a tiara pontifícia como Clemente V, transferindo a sede do papado para Avinhão. Jamais qualquer leigo conquistou tão grande vitória sobre a Igreja. Desde então, na França, os juristas governaram os sacerdotes.

O grão-mestre dos Templários, ao seguir para o cadafalso, vaticinou que Filipe o seguiria dentro de um ano. E assim aconteceu. Não apenas Filipe, como, também, Clemente V, morreram em 1314 — sendo que o rei triunfante contava apenas 46 anos de idade. O povo francês admirara-lhe a tenacidade e a coragem, apoiando-o contra Bonifácio; mas amaldiçoaram a sua memória, como a de um dos mais ambiciosos monarcas de sua história. A França estava quase arruinada com a sua vitória. Sua moeda, desvalorizada, desorganizou a economia nacional, os aluguéis e os preços altos empobreceram o povo, os impostos atrasaram a indústria, e a expulsão dos judeus e dos lombardos paralisou os tendões do comércio, arruinando as grandes feiras. A prosperidade, que crescera no reinado de São Luís, declinou sob o reinado do mestre de todos os estratagemas do direito e da habilidade diplomática.[83]

Três filhos de Filipe subiram e desceram do trono, para o túmulo, durante os 14 anos que se seguiram a sua morte. Nenhum deles deixou filhos que herdassem o trono. Carlos IV (morto em 1328) deixou filhas, mas invocou-se a velha lei sálica, a fim de impedir que herdassem a coroa. O varão e herdeiro mais próximo da família real era Filipe de Valois, sobrinho de Filipe, o Belo. Com sua ascensão ao trono, cessou a linhagem direta de reis capetos, começando o reinado da Casa de Valois.

Um simples olhar de relance sobre a França desse período revela progressos notáveis no campo da economia, do direito, da educação, da literatura e da arte. A servidão foi desaparecendo rapidamente, à medida que o desenvolvimento da indústria urbana ia atraindo para a cidade homens que antes trabalhavam a terra. Paris, em 1314, tinha cerca de 200.000 habitantes; a França, cerca de 22.000.000.[84] Brunetto Latini, fugindo da opressão política de Florença, ficou maravilhado com a paz e a segurança que reinavam nas ruas de Paris durante o reinado de Luís IX, com a viva atividade das manufaturas e do comércio das cidades, e com os produtivos campos e vinhedos da zona rural que se estendia em torno da capital.[85]

O aparecimento das classes comerciais e profissionais, as quais quase rivalizavam, em riqueza, com a nobreza, forçou a representação das mesmas nos *États généraux* (Estados Gerais), que Filipe IV reuniu, em Paris, no ano de 1302, a fim de que lhe dessem apoio moral e financeiro em sua luta contra Bonifácio VIII. Essas assembléias gerais dos três estados ou classes — nobreza, clero, povo — eram convocadas somente em casos de emergência (1302, 1308, 1314...), sendo habilmente dirigidas pelos juristas que serviam ao rei como *conseil d'état* (Conselho de Estado). O Parlamento de Paris, que tomou forma durante o reinado de Luís IX, não era uma assembléia representativa, mas um grupo de cerca de 94 juristas e clérigos designados pelo rei, e que se reunia, uma ou duas vezes por ano, a fim de servir como corte suprema. Suas *ordonnances* (ordenações) criaram um corpo de direito nacional, baseado mais nos códigos romanos do que nos códigos francos, o qual dava ao monarca o amplo apoio da tradição jurídica clássica.

A excitação intelectual na época de Filipe IV nos foi preservada nos tratados políticos de um de seus defensores — Pedro Dubois (1255-1312), jurista que representou Coutances no Estados Gerais de 1302. Numa *Supplication du peuple de France au roi contre le pape Boniface* (1304) (*Apelo do Povo de França ao Rei Contra o Papa Bo-*

nifácio), e num tratado *Sobre a Reconquista da Terra Santa* (1306), Dubois apresentou sugestões que revelam a nítida divisão então existente, na França, entre a mentalidade jurídica e a mentalidade eclesiástica. A Igreja, disse Dubois, deveria ser privada de seus privilégios e não mais receber apoio financeiro do Estado; a Igreja de França deveria ser separada da de Roma; o papado deveria ser despido de todo poder temporal; e a autoridade do Estado deveria ser suprema. Filipe deveria ser feito imperador de uma Europa unida, tendo Constantinopla como sua capital. Deveria ser criada uma corte internacional para julgar as divergências entre as nações, devendo-se declarar boicote econômico contra qualquer nação cristã que fizesse guerra a outra. Deveria ser estabelecida em Roma uma escola de estudos orientais. As mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades de educação e os mesmos direitos políticos que os homens.[86]

Era essa a época dos trovadores da Provença, dos *trouvères* do norte, da *Chanson de Roland* e outras *chansons de geste*, do *Aucassin et Nicolette* e do *Roman de la Rose*, dos primeiros grandes historiadores franceses — Villardhouin e Joinville. Nesse período, grandes universidades foram fundadas em Paris, Orléans, Angers, Toulouse e Montpellier. Começou com Roscelino e Abelardo, e culminou no zênite da filosofia escolástica. Era a época do êxtase gótico — das majestosas catedrais de São Dionísio, Chartres, Notre Dame, Amiens e Reims, bem como da escultura gótica em sua maior perfeição espiritual. Os franceses sentiam-se perdoavelmente orgulhosos do seu país, da sua capital, da sua cultura. Um patriotismo nacional unificador estava substituindo o provincialismo da era feudal. Já na *Chanson de Roland*, os homens falavam, com ternura, de *la douce France* (a doce França). Estava na França, bem como na Itália, o clímax da civilização cristã.

XII. ESPANHA: 1096-1285

A reconquista cristã da Espanha prosseguiu tão rapidamente quanto o permitia o caos fraternal existente entre os reis espanhóis. Os papas davam o nome e os privilégios de cruzados aos cristãos que ajudassem a expulsar os mouros da Espanha. Alguns Templários vieram da França, a fim de ajudar a causa. Três ordens militar-religiosas espanholas — a dos Cavaleiros de Calatrava, de Santiago e de Alcântara — foram criadas no século XII. Em 1118, Afonso I, de Aragão, tomou Saragoça; em 1195, os cristãos foram derrotados em Alarcos; mas, em 1212, quase acabaram de vez com o principal exército mouro, em Las Navas de Tolosa. A vitória foi decisiva; a resistência mourisca ruiu e, uma a uma, foram caindo as cidadelas muçulmanas: Córdova (1236), Valência (1238), Sevilha (1248), Cádis (1250). Depois disso, a *reconquista* sobresteve durante dois séculos, a fim de dar tempo à guerra dos reis.

Quando Afonso VIII de Castela foi derrotado em Alarcos, os reis de Leão e Navarra, que haviam prometido ir em seu auxílio, invadiram seu reino, e Afonso teve de fazer a paz com os infiéis, a fim de proteger-se contra a infidelidade dos cristãos.[87] Fernando III (1217-52) reconciliou-se com Leão e Castela, estendeu as fronteiras católicas até Granada, fez de Sevilha a sua capital, da Grande Mesquita a sua catedral, e do Alcáçer a sua residência. A Igreja, que o considerara bastardo quando de seu nascimento, fê-lo santo após sua morte. Seu filho, Afonso X (1252-84) era um grande erudito e um rei irresoluto. Seduzido pela cultura mourisca que encontrara em Sevilha,

Afonso, o Sábio, despertou a ira dos intolerantes ao contratar eruditos árabes e judeus, bem como cristãos, a fim de que traduzissem para o latim obras muçulmanas, em benefício da cultura européia. Criou uma escola de astronomia, cujas, "Tábuas Afonsinas" dos astros e dos movimentos celestes se tornaram padrões para os astrônomos cristãos. Organizou um corpo de historiadores que escreveu, sob seu patrocínio, uma história da Espanha, bem como uma vasta história geral do mundo. Compôs cerca de 450 poemas — alguns em castelhano, outros em galego-português; muitos desses poemas foram musicados, e sobrevivem como um dos mais importantes monumentos do canto medieval. Sua paixão literária transbordou-se em livros, escritos ou encomendados por ele, sobre jogo de damas, xadrez, dados, pedras preciosas, música, navegação, alquimia e filosofia. Ao que parece, ordenou que se fizesse uma tradução da Bíblia diretamente do hebreu para o castelhano. Com ele, a língua castelhana atingiu a preeminência de onde, desde então, governou a vida literária da Espanha. Foi ele, com efeito, o fundador da literatura espanhola e portuguesa, bem como da historiografia e da terminologia científica espanhola. Deslustrou sua brilhante carreira com intrigas tendentes a assegurar-lhe o trono do Santo Império Romano. Gastou, nessa tentativa, muito do tesouro espanhol — e procurou refazer seus cofres aumentando os impostos e rebaixando a moeda. Foi deposto em favor de seu filho, sobreviveu, por dois anos, a sua queda, e morreu exilado.

Aragão adquiriu preeminência devido ao casamento de sua rainha Petronilha com o conde Ramón Berenguer, de Barcelona (1137). Com isso, Aragão adquiriu a Catalunha, incluindo os maiores portos espanhóis. Pedro II (1196-1213) trouxe prosperidade ao novo reino, protegendo, mediante leis postas rigorosamente em prática, a segurança de seus portos, mercados e estradas. Fez da sua corte, em Barcelona, o mais alegre e amoroso centro de cavaleiros e de trovadores, e salvou sua alma — e garantiu seu título — presenteando Aragão, como possessão feudal, a Inocêncio III. Seu filho, Jaime I (1213-76), contava cinco anos de idade quando o pai morreu em combate. Os nobres aragoneses aproveitaram a oportunidade para reconquistar sua independência feudal. Mas Jaime, aos 10 anos, assumiu as rédeas do poder, colocando novamente os nobres sob a disciplina real. Quando ainda jovem de 20 anos, tomou aos mouros e comercializou as estratégicas Ilhas Baleares (1229-35), reconquistando, delas, Valência e Alicante. Em 1265, num gesto cavaleiresco de unidade espanhola, conquistou Múrcia aos mouros, presenteando-a ao rei de Castela. Mais sábio do que Afonso, o Sábio, tornou-se o monarca espanhol mais poderoso do seu século — rival de Frederico II e Luís IX. Sua astuta inteligência e inescrupulosa coragem assemelhavam-no a Frederico; mas sua lassa moralidade, seus muitos divórcios, suas guerras impiedosas e, às vezes, sua brutalidade desencorajavam qualquer comparação com São Luís. Conspirou para conquistar o sudoeste da França, mas o paciente Luís foi mais hábil do que ele, embora lhe cedesse Montpellier. Já na velhice, Jaime planejou a conquista da Sicília, como bastião estratégico e porto comercial, a fim de fazer do Mediterrâneo ocidental um mar espanhol. Mas a realização de seu sonho ficou para seu filho. Pedro III (1276-85) contraiu matrimônio com uma filha de Manfredo, filho de Frederico e rei da Sicília, e achou que tinha direito àquela ilha, quando Carlos de Anjou a conquistou com a bênção do Papa. Pedro renunciou à suserania papal sobre Aragão, aceitou a excomunhão e fez-se ao mar, a fim de lutar pela Sicília.

Como na Inglaterra e na França, esse período foi contemporâneo, na Espanha, do nascimento e declínio do feudalismo. Os nobres começaram quase a ignorar o poder

central. Eles e o clero estavam isentos de impostos, os quais recaíam, de maneira muito pesada, sobre as cidades e o comércio, mas acabaram por submeter-se a reis armados de suas próprias tropas, apoiados pelas rendas e pelas milícias das cidades, e dotados do prestígio de um renascente direito romano que considerava a monarquia absoluta como um axioma de governo. No princípio desse período, não havia direito espanhol; havia códigos isolados para cada Estado, e para cada classe em cada Estado. Fernando III começou, e Afonso X terminou, um novo código de leis castelhanas, cujas sete divisões são conhecidas como *Siete Partidas (Leis das Sete Partidas)* (1260-5) — um dos códigos mais completos e importantes da história do Direito. Baseadas nas leis dos visigodos espanhóis, mas remodeladas de acordo com as *Institutas* de Justiniano, as *Siete Partidas* demonstraram ser muito avançadas para a época. Durante 70 anos, foram em grande parte ignoradas, mas, em 1338, tornaram-se as verdadeiras leis de Castela e, em 1492, de toda a Espanha. Um código semelhante foi introduzido por Jaime em Aragão. Em 1283, Aragão promulgou importante código de direito comercial e marítimo, estabelecendo em Valência e, mais tarde, em Barcelona e em Maiorca, tribunais do Consulado do Mar.

A Espanha achava-se à frente do mundo medieval quanto à criação de cidades livres e de instituições representativas. Procurando o apoio das cidades contra os nobres, os reis concederam cartas de governo próprio a muitas cidades. A independência municipal tornou-se paixão na Espanha. Pequenas cidades desejavam libertar-se das grandes, da Igreja ou dos reis. Quando o conseguiam, construíam suas próprias forças no lugar de seus mercados, como símbolos de sua liberdade. Barcelona, em 1258, era governada por um conselho constituído de 200 membros, do qual a maioria representava o comércio e a indústria.[88] Durante algum tempo, as cidades eram tão soberanas a ponto de, independentemente, fazer guerra contra os mouros ou umas contra as outras. Mas formavam, também, *hermandades* (irmandades) para ação ou segurança mútuas. Em 1295, quando os nobres tentaram subjugar as comunas, 34 cidades formaram a *Hermandad de Castilla,* juraram defesa comum e organizaram um exército conjunto. Essa Irmandade, tendo sobrepujado os nobres, fiscalizava e controlava os funcionários do rei, e, ainda, aprovava leis para observância comum das cidades-membros, leis essas que, às vezes, chegavam a uma centena.

Era antigo costume dos reis espanhóis convocar, em certas ocasiões, assembléias de nobres e de membros do clero. Uma dessas assembléias, reunida em 1137, recebeu, pela primeira, vez, o nome de *Cortes.* Em 1188, nas Cortes de Leão, foram incluídos negociantes das cidades — constituindo isso, provavelmente, o primeiro exemplo de instituições políticas representativas na Europa cristã. Nesse histórico congresso, o rei prometeu não fazer guerra ou paz, ou publicar qualquer decreto, sem o consentimento das Cortes.[89] Em Castela, a primeira dessas Cortes de nobres, membros do clero e da burguesia, reuniu-se em 1250 — 45 anos antes do "Parlamento Modelo" de Eduardo I. As Cortes não legislavam diretamente, mas formulavam "petições" ao rei, e à "força" de sua bolsa, com freqüência, persuadia o monarca que as aprovasse. Um decreto das Cortes da Catalunha, em 1283, aceito pelo rei de Aragão, estipulava que, daquela data em diante, nenhuma legislação nacional seria aprovada sem o consentimento dos cidadãos *(cives).* Outra provisão exigia que o rei convocasse, anualmente, as Cortes. Essas leis anteciparam de quase um quarto de século os outros pronunciamentos semelhantes (1311, 1322) do Parlamento inglês. Além disso, as Cortes designavam membros de cada classe social para uma *Junta,* ou União, para que fisca-

lizassem, nos intervalos entre as sessões das Cortes, a administração das leis e das verbas por elas votadas.[90]

O problema de governo na Espanha foi complicado pelo sistema montanhoso que a recorta, o que impedia que o direito comum fosse amplamente posto em vigor. O terreno acidentado, os planaltos ressequidos, as devastações periódicas da guerra, tudo isso desanimava a agricultura, fazendo da Espanha, de um modo geral, apenas um terreno de pasto para gado e carneiros. Os seus magníficos rebanhos de carneiros alimentavam milhares de teares nas cidades, e a Espanha conservava sua antiga reputação de fornecedora de lãs de alta qualidade. O seu comércio internacional era prejudicado por dificuldades de transporte e pela diversidade de pesos, medidas e moedas. Contudo, o comércio exterior desenvolveu-se nos portos de Barcelona, Tarragona, Valência, Sevilha e Cádis. Os mercadores catalães achavam-se em toda a parte — e, em 1282, os mercadores de Castela mantinham, em Bruges, uma situação com a qual só rivalizava a Liga Hanseática.[91] Mercadores e manufatureiros tornaram-se o principal esteio econômico da coroa. O proletariado urbano organizou-se em corporações ou *grêmios* (guildas), mas estes eram rigorosamente controlados pelos reis, e a classe trabalhadora sofria exploração econômica, sem ter qualquer representação política.

A maioria dos trabalhadores industriais era composta de judeus ou mudéjares — muçulmanos que viviam na Espanha cristã. Os judeus prosperaram em Aragão e Castela. Participavam ativamente da vida intelectual dos dois reinos. Muitos deles eram ricos mercadores. No fim desse período, porém, viram-se sujeitos a restrições cada vez maiores. Aos mudéjares era concedida liberdade de culto, gozando eles de considerável governo próprio. Também entre eles havia ricos mercadores, sendo que alguns conseguiram entradas nas cortes reais. Seus artífices exerceram grande influência na arquitetura espanhola, bem como em obras de carpintaria e trabalhos em metais, aos quais levaram o estilo mudéjar — uso de formas e temas mouriscos na arte cristã. Afonso I, numa época católica, chamou-se a si próprio de *Emperador de los Dos Cultos*.[92] Mas os mudéjares, em geral, tinham de usar trajes diferentes, viver em distritos separados nas cidades, e pagar impostos excessivamente pesados. Finalmente, a riqueza acumulada pela sua habilidade industrial e comercial excitou a inveja da raça majoritária. Em 1247, Jaime I ordenou sua expulsão de Aragão. Mais de 100.000 muçulmanos deixaram o país, levando consigo sua capacidade técnica. Desse momento em diante, a indústria aragonesa declinou.

A absorção parcial, pela civilização espanhola, da cultura muçulmana, o estímulo da vitória sobre um antigo inimigo, o desenvolvimento da indústria e da riqueza, bem como de maneiras e de gostos, animou a vida intelectual da Espanha. O século XIII presenciou a criação de seis universidades na Espanha. Afonso II de Aragão (1162-96) foi o primeiro trovador espanhol. Pouco depois, havia centenas deles — e não escreviam apenas poesias, mas transformavam as cerimônias da Igreja em peças teatrais seculares, abrindo o caminho para os triunfos de Lope de Vega e Calderón de La Barca. A esse período pertence o *Cid*, a obra épica nacional da Espanha. Melhor do que tudo isso, eram a música, as canções, as danças que fluíam do coração do povo em suas casas e nas ruas, e que chegaram ao esplendor e ao fausto das cortes reais. A primeira corrida de touros, em estilo moderno, realizou-se em Ávila, em 1107, para festejar uma cerimônia nupcial. Em 1300, já era um esporte comum nas cidades da Espanha. Ao mesmo tempo, os cavaleiros franceses que para lá foram, a fim de ajudar a combater os mouros, levaram as idéias e os torneios de cavalaria. O respeito pelas

mulheres, ou pela propriedade exclusiva do homem sobre a mulher, tornou-se uma questão de honra, tão importante como o orgulho do homem por sua própria coragem e integridade. O duelo de honra tornou-se parte da vida espanhola. A mistura de sangue europeu e afro-semítico, das culturas ocidental e oriental, dos motivos sírios e persas na arte gótica, do vigor romano com o sentimentalismo oriental, gerou o caráter espanhol, fazendo da civilização espanhola, no século XIII, um elemento único e colorido no cenário europeu.

XIII. PORTUGAL: 1095

No ano de 1095, o conde Henrique de Borgonha, cavaleiro que se achava em cruzada na Espanha, agradou tanto a Afonso VI de Castela e Leão, que o rei lhe deu em casamento uma filha, Teresa, a qual trazia como dote, como possessão feudal, o condado leonês chamado Portugal. (Nome derivado do porto marítimo chamado Portus Cale pelos romanos e, hoje, Porto.) O território fora conquistado à Espanha mourisca havia apenas 31 anos — e, ao sul do rio Mondego, os mouros ainda dominavam. O conde Henrique não se sentia à vontade com outro título senão o de rei — e, desde seu casamento, ele e a esposa planejaram transformar sua possessão em um país independente. Quando Henrique morreu (1112), Teresa continuou a trabalhar pela sua independência. Ensinou seus nobres e vassalos a pensar na liberdade nacional; encorajou suas cidades a que se fortificassem e a que estudassem as artes da guerra. Ela, pessoalmente, chefiava seus soldados em campanha após campanha e, nos períodos entre guerras, cercava-se de músicos, poetas e amantes.[93] Foi derrotada, aprisionada, libertada e restaurada no governo de sua possessão. Prodigamente, gastou grandes somas com um dos seus amores ilícitos, sendo deposta e exilada em companhia do amante, morrendo na miséria (1130).

Foi sob sua inspiração e preparativos que seu filho, Afonso Henriques I (1128-85), conseguiu os objetivos maternos. Afonso VII de Castela prometera reconhecê-lo como governante soberano de quaisquer terras que lhe fosse possível conquistar aos mouros, abaixo do rio Douro. Dotado de toda a inquieta bravura do pai e do espírito e pertinácia da mãe, Afonso Henriques atacou os mouros, derrotou-os em Ourique (1139) e proclamou-se rei de Portugal. A hierarquia levou os dois reis a submeter a questão ao Papa Inocêncio III, o qual decidiu a favor de Castela. Afonso Henriques modificou tal decisão, oferecendo seu novo reino ao papado, como possessão feudal. Alexandre III aceitou-o, reconhecendo-o como rei de Portugal (1143), sob a condição de pagar tributo anual à Igreja de Roma.[94] Afonso Henriques reiniciou suas guerras contra os mouros, conquistou Santarém e Lisboa, estendendo seu reino até o Tejo. Durante o reinado de Afonso III (1248-79), Portugal atingiu os atuais limites territoriais, e Lisboa, estrategicamente colocada na desembocadura do Tejo, tornou-se seu porto e capital (1263). Uma antiga lenda conta que Ulisses-Odisseu fundara a cidade e dera-lhe o seu antigo nome de Ulissipo, o qual, devido à alteração da pronúncia popular, transformou-se em Lisboa.

Os últimos anos de Afonso III foram amargurados por uma guerra civil com seu filho, D. Diniz, o qual ficava a meditar por que razão o pai tardava tanto a morrer. Partindo desse dúbio princípio, D. Diniz iniciou longo e benéfico reinado (1279-1325). Por meio de aliança matrimonial, conseguiu a paz com Leão e Castela, enquanto que uma contenda com outro herdeiro do trono foi evitada pela mediação de

Isabel, a piedosa rainha de Dinis. Renunciando às glórias da guerra, D. Dinis dedicou-se ao desenvolvimento econômico e cultural de seu reino. Fundou escolas de agricultura, ensinou a seu povo métodos agrícolas aperfeiçoados, plantou árvores para combater a erosão, auxiliou o comércio, construiu navios e cidades, organizou uma marinha portuguesa, e negociou um tratado comercial com a Inglaterra — conseguindo, assim, o título que, carinhosamente, lhe davam seus súditos: *Rei Lavrador.* Era administrador diligente e juiz justiceiro. Ajudava poetas e eruditos, escrevendo ele próprio a melhor poesia do país, em sua época. Devido a ele, o português deixou de ser um dialeto galego, transformando-se em idioma literário. Em suas *pastorellas,* deu forma literária às canções do povo — e, em sua corte, os trovadores eram encorajados a cantar as alegrias e os sofrimentos de amor. O próprio D. Dinis era um *connoisseur* de mulheres, preferindo seus descendentes bastardos ao seu único filho legítimo. Quando o filho se revoltou e formou um exército para destroná-lo, Santa Isabel, que vivera apartada da alegre corte do rei, penetrou, a cavalo, entre as forças hostis, propondo fosse ela a primeira vítima daquela luta — o que fez com que pai e filho, envergonhados, fizessem as pazes (1323).

CAPÍTULO XXVI

Pré-Renascença na Itália

1057—1308

I. A SICÍLIA NORMANDA: 1090-1194

É NOTÁVEL a quantos ambientes diferentes os normandos se adaptaram, desde a Escócia até a Sicília; espanta-nos com que violenta energia despertaram regiões e povos adormecidos, e como foram completamente, em poucos séculos, absorvidos por seus súditos, a ponto de desaparecerem da História.

Durante um século turbulento os normandos governaram o sul da Itália, como sucessores do poder bizantino, bem como a Sicília, como herdeiros dos sarracenos. Em 1060, Rogério Guiscard, com um pequeno bando de piratas, começou a invasão da ilha. Em 1091, a conquista estava terminada. Em 1085, a Itália normanda aceitou Rogério como seu governante, e quando ele morreu (1101) as "duas Sicílias" — a ilha e o sul da Itália — constituíam já uma força na política européia. O controle do estreito de Messina, e das 50 milhas entre a Sicília e a África, deu aos normandos decisiva vantagem comercial e militar. Amalfi, Salerno e Palermo tornaram-se foco de ativo comércio com os portos do Mediterrâneo, inclusive centros muçulmanos na Tunísia e na Espanha. A Sicília, naquela época possessão papal, substituiu as mesquitas maometanas por resplendentes igrejas cristãs e, no sul da Itália, prelados gregos iam cedendo lugar a sacerdotes católicos.

Rogério II (1101-54) fez de Palermo a sua capital, estendeu seu domínio na Itália até Nápoles e Cápua e, em 1130, elevou seu título de conde para o de rei. Possuía toda a ambição e coragem, todos os engenhos e sutilezas de seu tio Roberto Guiscard. Era de espírito tão alerta e de atividade tão industriosa que Idrisi, seu biógrafo muçulmano, disse, dele, que realizava mais coisas dormindo do que os demais homens acordados.[1] Combatido pelos papas, que se ressentiam de sua anexação dos Abruzos; pelos bizantinos, que sonhavam em reconquistar o sul da Itália; e pelos muçulmanos da África, que desejavam retomar a Sicília, lutou contra todos eles, às vezes com muitos deles ao mesmo tempo, saindo dessas lutas com seu reino ainda maior do que antes, e com novas aquisições em Túnis, Sfax, Bone e Trípoli. Usou os inteligentes sarracenos, gregos e judeus da Sicília, na organização de um melhor serviço civil e uma melhor burocracia administrativa do que qualquer outra nação européia daquela época. Permitiu a organização feudal da agricultura na Sicília, porém manteve seus barões sob controle por meio de uma corte real, cujas leis abrangiam todas as classes. Enriqueceu a economia da Sicília levando para lá tecelões de seda provenientes da Grécia, incentivando o comércio mediante eficiente proteção de vida, viagem e pro-

priedade. Permitiu liberdade religiosa e autonomia cultural a mulçumanos, judeus e católicos gregos, abrindo possibilidades, em todas as profissões, aos homens de talento. Ele próprio usava vestes muçulmanas, apreciava a moral muçulmana e vivia como um rei latino em uma corte oriental. Seu reino foi, durante uma geração, "o mais rico e civilizado Estado da Europa",[2] sendo ele "o mais esclarecido governante de seu tempo".[3] Sem ele, a existência de Frederico II, um inflexível e grande rei, teria sido impossível.

O *Livro do Rei Rogério,* de Idrisi, dá idéia da prosperidade da Sicília normanda. Robustos e laboriosos camponeses cobriam de plantações o seu rico solo, alimentando as cidades. Viviam eles em choças, sofrendo a exploração habitual dos úteis pelos espertos, mas sua vida era dignificada por uma religião curiosa, bem como animada por festivais e cantos. Cada estação do ano agrícola tinha suas danças e seus cantos. O tempo da vindima produzia festas báquicas que constituíam um elo entre a antiga saturnália e o moderno carnaval. Mesmo para os mais pobres existia amor, e as canções folclóricas iam da licenciosidade e da sátira até um lirismo da mais cândida ternura. Na cidade de San Marco, diz Idrisi, "o ar era perfumado pelas violetas, que cresciam em toda a parte". Messina, Catânia, Siracusa novamente floresceram, como nos dias de Cartago, da Grécia e de Roma. Palermo parecia a Idrisi a mais bela cidade do mundo: "Transtorna a cabeça de todos aqueles que a vêem... Possui edifícios de tal beleza, que os viandantes a procuram em bandos, arrastados pela fama de suas maravilhas arquitetônicas, das delicadas realizações de seus artífices, de sua admirável concepção de arte." A rua central era uma visão de "altos palácios, grandes e soberbas hospedarias, igrejas, casas de banhos, lojas de grandes mercadores... Todos os viajantes logo dizem que não há, em parte alguma, edifícios mais maravilhosos do que os de Palermo, nem visão mais encantadora do que a de seus jardins de recreação". E o viajante Ibn Jubair, vendo Palermo, em 1184, exclamou: "Estupenda cidade!... Os palácios do rei a cingem como um colar envolve o colo de uma donzela de seios túrgidos."[4] Os visitantes ficavam perplexos diante da variedade de idiomas falados em Palermo, a pacífica mistura de raças e de religiões, a estreita confusão de igrejas, sinagogas e mesquitas, os cidadãos elegantemente vestidos, as ruas animadas, os jardins tranqüilos, os lares confortáveis.

Nesses lares e palácios, as artes do Oriente serviam os conquistadores vindos do Ocidente. Os teares de Palermo teciam magníficas sedas e brocados com fios de ouro; os artífices em marfim faziam caixinhas trabalhadas em desenhos delicados e caprichosos; os mosaicistas cobriam soalhos, paredes e tetos com temas orientais. Os arquitetos e artesãos gregos e sarracenos construíam igrejas, mosteiros e palácios cujo plano e ornamentação, sem revelar traço algum de estilos normandos, sintetizavam um milênio de influência bizantina ou arábica. Em 1143, artistas gregos construíram, para freiras gregas, com fundos fornecidos pelo almirante George, o qual servia sob as ordens de Rogério, um convento dedicado a Santa Maria dell'Ammiraglio, mas que é hoje conhecido como a Martorana, nome que provém de seu fundador. Esse convento foi tantas vezes restaurado que pouco resta do que foi no século XII. De maneira típica, uma inscrição arábica, tirada de um hino cristão grego, estende-se em torno do interior da abóbada. Os pisos são de cintilante mármore multicolorido; oito colunas de pórfiro negro servem de estrutura a três absides, de capitéis graciosamente entalhados; as paredes, tímpanos e abóbadas são de brilhantes mosaicos dourados, inclusive um famoso *Christos Pantocrater* — o Rei Universal — na cúpula do santuário. Ainda

mais bela é a Capela Palatina, a capela do palácio que Rogério II começou a construir em 1132. Aqui tudo é delicado: o desenho simples do pavimento de mármore, a perfeição das esguias colunas e dos diversos capitéis, os 282 mosaicos que recobrem todo o atraente espaço, a figura solene de Cristo sobre o altar, num dos mais soberbos mosaicos existentes no mundo e, sobretudo, o maciço teto de madeira, em forma de favo de mel, talhado, dourado ou pintado com figuras orientais de elefantes, antílopes, gazelas e "anjos" que eram, provavelmente, huris de um paradisíaco sonho maometano. Em toda a arte medieval ou moderna, não há capela real alguma que possa comparar-se a essa jóia da Sicília normanda.

Rogério morreu em 1154, aos 59 anos de idade. Seu filho, Guilherme I (1154-66), recebeu o cognome de "o Mau", parte porque sua vida foi escrita pelos seus inimigos, parte porque deixou que outros governassem enquanto ele vivia entre eunucos e concubinas, numa ociosidade oriental. Em seu reinado, os muçulmanos da Tunísia levantaram-se de novo contra os cristãos, liqüidando com o poder normando na África. Guilherme II (1166-89) viveu uma existência que se assemelhava muito à do "Mau", mas foi chamado "o Bom" por biógrafos amáveis, talvez apenas para evitar confusão de nomes. Penitenciou-se de sua lassidão moral, financiando, em 1176, a construção do mosteiro e da catedral de Monreale — um "monte real" — que ficava a cinco milhas de Palermo. O exterior dessa construção é uma desagradável confusão de fustes e colunas entrelaçadas; os claustros constituem uma obra de majestosa força e beleza; os mosaicos do interior são famosos, mas grosseiros; os capitéis, todavia, são ricamente entalhados de figuras representativas da vida real: Noé bêbedo, a dormir; um guardador de porcos dando de comer a um suíno; um acrobata a equilibrar-se sobre a própria cabeça.

Talvez a moral oriental dos reis normandos das Sicílias lhes tenha debilitado o físico e abreviado a vida. Quarenta anos após a morte de Rogério II, a sua dinastia, ingloriamente, também morreu. Guilherme II não deixou herdeiros, e Tancredo, filho ilegítimo de um filho de Rogério II, foi coroado rei (1189). Entrementes, o imperador alemão Henrique VI contraíra matrimônio com Constância, tia de Guilherme II. Ansioso por unir toda a Itália sob sua coroa imperial, Henrique VI reivindicou o trono das Sicílias. Para tal, conseguiu a eficiente aliança de Pisa e Gênova, cujo comércio era prejudicado pelo controle normando sobre o Mediterrâneo Central. Em 1194, surgiu ele ante Palermo com irresistível força, persuadiu que lhe fossem abertas as portas da cidade, e foi lá coroado rei. Quando morreu (1197), deixou o trono a seu filho Frederico, de três anos de idade, e que deveria tornar-se o mais poderoso e esclarecido monarca do século XII, rico em reis poderosos.

II. OS ESTADOS PAPAIS

Ao norte da Itália normanda situa-se a cidade-estado de Benevento, governada por duques de origem lombarda. Mais adiante, achavam-se as terras dominadas pelo poder temporal imediato dos papas — o "Patrimônio de Pedro" — e que incluía Anagni, Tivoli, Roma e, desta cidade, até Perúgia.

Roma era o centro, mas, em absoluto, o modelo do cristianismo latino. Cidade alguma da cristandade tinha menos respeito pela religião, exceto como fim lucrativo. A

Itália participou apenas modestamente das Cruzadas. Veneza participou da Quarta Cruzada somente para conquistar Constantinopla. As cidades italianas pensavam unicamente nas Cruzadas mais como oportunidade para o estabelecimento de portos, mercados e comércio com o Oriente Próximo. Frederico II adiou sua Cruzada o máximo possível, empreendendo-a com o mínimo de fé religiosa. Havia, em Roma, almas religiosas, espíritos gentis que ajudavam os peregrinos a conservar os santuários, mas suas vozes raramente eram ouvidas em meio do ruído da política.

À parte o papado, Roma era, nesse período, uma cidade pobre. O saque normando de 1084 rematara seis séculos de destruição e negligência. A sua população caíra para cerca de 40.000 habitantes, do milhão de almas que possuíra em outros tempos. Não era um centro de comércio ou indústria. Enquanto as cidades do norte da Itália conduziam a revolução econômica, os Estados Papais mantinham-se presos a um simples regime agrário. Hortas, vinhedos, pastagens com gado misturavam-se a casas e ruínas, dentro das muralhas de Aurélia. As classes inferiores da capital viviam de trabalhos manuais e da caridade eclesiástica; a classe média era um amálgama de mercadores, juristas, professores, banqueiros, estudantes e sacerdotes residentes ou visitantes; a classe superior era composta do clero e da nobreza que possuíam propriedades agrárias. O antigo costume romano de possuir propriedade no campo e viver na cidade ainda prevalecia. Despidos, havia muito, de qualquer patriotismo geral que os unisse para a defesa nacional, os nobres romanos dividiam-se em facções dirigidas por famílias ricas e poderosas: os Frangipani, Orsini, Colonna, Pierleoni, Caetani, Savelli, Corsi, Conti, Annibaldi... Cada família fazia da sua residência romana um castelo-fortaleza, armava seus membros e dependentes e, freqüentemente, entregava-se a arruaças e, às vezes, a guerras civis. Os papas, dispondo apenas de armas espirituais pouco temidas em Roma, lutavam em vão para manter a ordem na cidade. Eram, com freqüência, submetidos a insultos, às vezes sofrendo até mesmo violências — sendo que muitos deles, em busca de paz ou de segurança, fugiam para Anagni, Viterbo ou Perúgia e, até mesmo, para Lião, e, por fim, para Avinhão.

Os papas haviam sonhado com uma teocracia na qual o mundo de Deus, interpretado pela Igreja, seria suficiente como lei; mas viram-se esmagados em meio das autocracias dos imperadores, da oligarquia dos nobres e da democracia dos cidadãos. As ruínas do Fórum e do Capitólio mantinham viva, entre os romanos, a lembrança de sua antiga República e, periodicamente, eram feitos esforços no sentido de restaurar a autonomia e as formas antigas. Os nobres de destaque eram ainda chamados senadores, embora o Senado não mais existisse; os cônsules eram eleitos ou designados, embora não mais tivessem força, e alguns velhos manuscritos preservavam os editos quase esquecidos do Direito Romano. Inspirado pelo despertar das cidades livres do norte da Itália, o povo de Roma, no século XII, começou a exigir o retorno ao governo secular. Em 1143, elegeu um Senado composto de 56 membros e, por espaço de alguns anos, elegeu, anualmente, novos senadores.

O espírito da época estava a exigir uma voz para suas aspirações, e a encontrou em Arnoldo de Bréscia. Diz a tradição que ele estudara com Abelardo, na França. Retornou a Bréscia como monge, tendo um procedimento tão austero que Bernardo o descreveu como sendo homem que "nem come nem bebe". Era substancialmente ortodoxo em suas doutrinas, mas negava a validez de sacramentos ministrados por sacerdotes que se achassem em estado de pecado. Afirmava ser imoral a posse de propriedade por sacerdotes, exigiu o retorno do clero à pobreza apostólica, e aconselhou à

Igreja entregar ao Estado todas as suas posses materiais e todo o seu poder político. No Concílio de Latrão, em 1139, Inocêncio II condenou-o, ordenando-lhe que permanecesse em silêncio. Mas o Papa Eugênio III o absolveu, sob a condição de que fizesse uma peregrinação a todas as igrejas de Roma. Foi isso um grande erro. O espetáculo dos grandes marcos republicanos incendiou a imaginação de Arnoldo. De pé em meio das ruínas, exortou os romanos a que repelissem o domínio clerical e restaurassem a República Romana (1145). Fascinado pelo seu fervor, o povo escolheu cônsules e tribunos para que fossem verdadeiros governadores, estabelecendo uma ordem eqüestre cujos membros servissem de chefes da nova milícia de defesa. Embriagados pela facilidade com que se levou a efeito essa gloriosa revolução, os adeptos de Arnoldo renunciaram não apenas ao poder temporal dos papas, mas à autoridade, na Itália, dos imperadores germânicos do Santo Império Romano. Com efeito, argüíam eles, era a República Romana que deveria governar não só a Itália, mas, como nos velhos tempos, "o mundo".[5] Reconstruíram e fortificaram o Capitólio, ocuparam a catedral de São Pedro, transformaram-na em castelo, apoderaram-se do Vaticano e impuseram impostos aos peregrinos. Eugênio III fugiu para Viterbo e Pisa (1146), enquanto São Bernardo, procedente de Claraval, fazia acusações ao povo de Roma, lembrando-lhe que sua subsistência dependia da presença do papado. Durante 10 anos, a *Comune di Roma* governou a cidade dos Césares e dos Papas.

Retomando coragem, Eugênio III voltou a Roma em 1148. Limitou-se, durante algum tempo, a funções espirituais, distribuiu caridade e conquistou o afeto do populacho. Seu segundo sucessor, Adriano IV, chocado com a morte de um cardeal em tumulto público, impôs uma interdição sobre a capital (1155). Receoso de uma revolução mais profunda do que a que poderia suportar a aristocracia, o Senado revogou a República e rendeu-se ao Papa. Arnoldo, excomungado, refugiou-se na Campânia. Quando Frederico Barba-Roxa se aproximou de Roma, Adriano pediu-lhe para prender o rebelde. Arnoldo foi encontrado e preso. Foi entregue, pelo imperador, ao prefeito papal de Roma, sendo por ele enforcado (1155). O cadáver foi queimado e as cinzas lançadas ao Tibre, "por receio", disse um contemporâneo, "de que o povo as recolhesse e venerasse como as cinzas de um mártir".[6] As idéias de Arnoldo sobreviveram à sua morte, reaparecendo nos hereges paterinos e valdenses da Lombardia, nos albigenses da França, em Marsílio de Pádua, e nos chefes da Reforma. O Senado continuou a existir até 1216, quando Inocêncio III conseguiu substituí-lo por um ou dois senadores favoráveis à causa papal. O poder temporal dos papas sobreviveu até 1870.

Em épocas diferentes, os Estados Papais incluíam a Úmbria, com Spoleto e Perúgia; a "Marca", ou terra fronteiriça de Ancona, sobre o Adriático; e a Romagna, região governada por Roma, com as cidades de Rimini, Imola, Ravena, Bolonha e Ferrara. Ravena continuava, por essa época, a decair, enquanto que Ferrara despertava para sua grandeza sob a direção da Casa de Este. Sob a liderança dos grandes chefes formados pela sua universidade, Bolonha desenvolveu vida comunal viril. Estava ela entre as primeiras cidades a escolher um *podestà* para dirigir os negócios internos da comuna, e um *capitano,* que seria encarregado dos negócios externos. O *podestà* devia ser nobre, estranho à cidade e de mais de 30 anos de idade; não devia possuir propriedades dentro da comuna e não ter parentes entre os eleitores; não devia ter parentesco, nem vir do mesmo lugar de onde viera o *podestà* anterior. Essas estranhas normas, adotadas a fim de assegurar uma administração imparcial, prevaleciam em muitas comunas italianas. O "capitão do povo" era escolhido não pelo conselho comu-

nal, mas pelo partido popular, dominado pelas corporações de mercadores. Representava não os pobres, mas a classe comercial. Em séculos posteriores, estenderia ele o seu poder à custa do *podestà,* à medida que a burguesia fosse sobrepujando a nobreza em riqueza e influência.

III. VENEZA TRIUNFANTE: 1096-1311

Ao norte de Ferrara e do Pó estende-se o distrito de Vêneto, orgulhoso de suas cidades de Veneza, Treviso, Pádua, Vicenza e Verona.

Foi nessa época que Veneza amadureceu o seu poder. Sua aliança com Bizâncio deu-lhe entrada aos portos do Egeu e do Mar Negro. Afirma-se que em Constantinopla, no século XII, os naturais de Veneza eram em número superior a 100.000, mantendo uma parte da cidade, com sua insolência e com suas brigas, em constante terror. Inesperadamente, o imperador grego Manuel, instigado pelos ciumentos genoveses, voltou-se contra os venezianos em sua capital, prendeu grande número deles e ordenou uma confiscação por atacado de todos os seus bens (1171). Veneza declarou guerra. Seu povo trabalhou noite e dia para construir-lhe uma esquadra e, em 1171, o doge Vitale Michieli II dirigiu 130 navios contra Eubéia, como primeiro objetivo estratégico contra os Estreitos. Mas, nas praias de Eubéia, suas tropas caíram enfermas, vítimas de um mal que, ao que se disse, foi causado pelo envenenamento, pelos gregos, do suprimento de água. Morreram tantos homens que os navios ficaram sem tripulação suficiente para as manobras de guerra. O doge, pois, conduziu sua esquadra de volta a Veneza, onde a praga contaminou e dizimou seus habitantes. Numa reunião da assembléia, o doge, acusado desses infortúnios, foi morto a punhal (1172).[7] É tendo por fundo de cena tais acontecimentos que devemos encarar a Quarta Cruzada, bem como a revolução oligárquica que transformou a constituição de Veneza.

Os grandes mercadores, receando que tais derrotas continuassem e provocassem o colapso de seu império comercial, resolveram avocar a si a eleição do doge, fazer com que a assembléia geral determinasse as normas políticas do povo, e estabelecesse um conselho mais seleto, mais apto para considerar e tratar dos negócios de Estado, e que pudesse servir de elemento de controle tanto quanto ao que dizia respeito às paixões do povo, como à autocracia do doge. Os três mais altos juízes da República foram persuadidos a designar uma comissão para elaborar nova constituição. O relatório por eles apresentado recomendava que cada um dos seis distritos da cidade-estado deveria escolher dois homens preeminentes, cada um dos quais deveria escolher, por sua vez, 40 homens capazes, sendo que os 480 deputados assim escolhidos deveriam formar o *Maggior Consiglio* (Grande Conselho), que constituiria o corpo legislativo geral da nação. O Grande Conselho, por sua vez, deveria escolher 60 de seus membros para que constituíssem um Senado, para dirigir o comércio, as finanças e as relações exteriores. O *arrengo* (assembléia popular) reunir-se-ia apenas para ratificar ou vetar propostas de guerra ou paz. Um Conselho Privado, composto de seis membros, eleitos, separadamente, pelos seis distritos, deveria governar o país em qualquer interregno, sendo necessária a sua sanção para legalizar qualquer ato governamental do doge. O primeiro Grande Conselho, eleito dessa maneira, escolheu 34 de seus membros, os quais, por sua vez, escolheram 11 de seus pares, sendo que estes, em deliberação

pública, na catedral de São Marcos, escolheram o doge (1173). Um brado de protesto surgiu do povo, ao perder o direito de nomear o chefe do Estado; mas o novo doge desfez tal agitação espalhando moedas por entre a multidão.[8] Em 1192, por ocasião da eleição de Enrico Dandolo, o Grande Conselho exigiu que o doge prometesse, durante o juramento da coroação, obedecer a todas as leis do Estado. A oligarquia mercantil era, agora, suprema.

Dandolo, que já contava 84 anos de idade, provou ser um dos mais poderosos governantes da história veneziana. Através de sua diplomacia maquiavélica e de seu heroísmo pessoal, Veneza vingou-se do desastre que sofrera em 1171, tomando e saqueando Constantinopla, em 1204. Com isso, Veneza tornou-se potência dominante no Mediterrâneo oriental e no Mar Negro, e a supremacia comercial da Europa passou de Bizâncio para a Itália. Em 1261, os genoveses ajudaram os gregos a reconquistar Constantinopla, sendo recompensados, lá, com a preferência comercial. Três anos após, todavia, a frota veneziana derrotou os genoveses perto da Sicília, e o imperador grego foi obrigado a restabelecer Veneza como potência favorecida em sua capital.

A oligarquia triunfante completou essas vitórias externas com outro golpe constitucional. Em 1297, o doge Pietro Gradenigo fez pressão para que o Conselho aprovasse uma proposta segundo a qual somente os cidadãos que nele tinham assento desde 1293 — bem como seus descendentes do sexo masculino — seriam elegíveis para o Conselho.[9] A grande maioria do povo estava excluída de tal posto, com esse "Fechamento do Conselho". Foi criada uma casta à parte e, dentro dessa casta patrícia, conservado um *Libro d'oro* (*Livro de Ouro*), no qual eram anotados os casamentos e nascimentos, a fim de assegurar a pureza de sangue e o monopólio do poder. A oligarquia mercantil decretou para si mesma uma aristocracia de nascimento. Quando o povo planejou uma revolta contra a nova constituição, seus chefes foram admitidos ao salão do Conselho, sendo imediatamente enforcados (1300).

Deve-se admitir que essa franca e inexorável oligarquia governou bem. A ordem pública foi mais bem mantida, as normas políticas foram orientadas de maneira muito mais hábil, as leis tornaram-se mais estáveis e efetivas do que em outras comunidades da Itália medieval. As leis venezianas referentes à regulamentação da medicina e da farmácia precederam de meio século os estatutos similares de Florença. Em 1301, foi proibido por lei o funcionamento de indústrias insalubres em distritos residenciais da cidade, removendo-se de Veneza as indústrias que lançavam ao ar fumaças prejudiciais. As leis de navegação eram rigorosas e minuciosas. Todas as importações e exportações estavam sujeitas à supervisão e ao controle do Estado. Os relatórios diplomáticos tratavam mais do comércio do que de política, e as estatísticas econômicas, pela primeira vez, passaram a fazer parte do governo.[10]

A agricultura era quase desconhecida em Veneza, mas os trabalhos manuais encontravam-se muito desenvolvidos, pois Veneza importara, das velhas cidades do Mediterrâneo oriental, artes e profissões já meio esquecidas em meio às transformações políticas verificadas no Ocidente. Os produtos venezianos de ferro, bronze, cristal, tecidos adamascados e seda eram famosos em três continentes. A construção de barcos para diversão, comércio ou guerra constituía, provavelmente, a maior das indústrias venezianas, chegando a atingir uma fase capitalística de trabalho em massa e corporação financeira, e quase, também, uma fase socialista, mediante o controle do seu cliente principal — o Estado. Galeras pitorescas, de altas proas, velas pintadas e remos cujo número chegava, às vezes, a 180, ligavam Veneza a Constantinopla, Ti-

ro, Alexandria, Lisboa, Londres e algumas dezenas mais de outras cidades, num elo dourado de portos e comércio. Mercadorias do Vale do Pó eram conduzidas a Veneza, para serem reembarcadas; os produtos das cidades do Reno vinham através dos Alpes, espalhando-se, de seus cais, ao mundo mediterrâneo; o Rialto tornou-se a via pública mais movimentada da Europa, repleta de mercadores, marinheiros e banqueiros de centenas de países. A riqueza do norte não podia comparar-se à opulência de uma cidade onde tudo tinha por finalidade o comércio e as finanças, e onde um navio enviado a Alexandria trazia de volta 1.000 por cento do capital empregado em suas mercadorias — caso não encontrasse inimigos, piratas ou tempestades destruidoras.[11] No século XIII, Veneza era a cidade mais rica da Europa, igualada, talvez, apenas pelas cidades chinesas descritas, incrivelmente, por Marco Pólo.

A fé declina à medida que a riqueza aumenta. Os venezianos fizeram muito uso da religião no governo, consolando os que não tinham direito a voto com procissões e promessas do paraíso. Mas as classes governantes raramente permitiam que o cristianismo, ou a excomunhão, interferissem em seus assuntos comerciais ou bélicos. *Siamo Veneziani, poi Cristiani* (Antes de ser cristãos, sejamos venezianos) era sua divisa.[12] Os eclesiásticos eram excluídos de qualquer participação no governo.[13] Os mercadores venezianos vendiam armas e escravos e, às vezes, forneciam informes militares aos muçulmanos, por ocasião de guerras com os cristãos.[14] Uma certa liberalidade andava a par com esse espírito de ampla venalidade: os muçulmanos podiam ir com segurança a Veneza; e os judeus podiam adorar tranqüilamente o seu Deus nas sinagogas, principalmente na Giudecca, situada na ilha de Spinalunga.

Dante condenou a "irrefreada lascívia" dos venezianos,[15] mas não devemos confiar nas críticas de quem blasfemava de todo mundo. Mais significativas são as severas penalidades prescritas na lei veneziana para os pais que prostituíam as filhas, ou as leis, inutilmente citadas, tendentes a pôr cobro à corrupção eleitoral.[16] A impressão que temos é a de uma aristocracia empedernida e brilhante, estoicamente resignada com a pobreza das massas, e de uma populaça que aliviava a pobreza com as incontroladas alegrias do amor. Já em 1094, ouvimos falar do carnaval; em 1228, aparece a primeira referência a máscaras; em 1296, o Senado fez do último dia antes da Quaresma (o *mardi gras* dos franceses — a nossa terça-feira gorda, o dia do Entrudo ou o último dia de carnaval) um feriado público. Em tais ocasiões, ambos os sexos exibiam seus mais caros adornos. Damas ricas coroavam-se de tiaras ou capuzes adornados de pedras preciosas, ou turbantes tecidos de fios de ouro. Seus olhos brilhavam através de véus de tessitura de ouro ou prata; fios de pérolas enlaçavam-lhes o colo; as mãos escondiam-se em luvas de camurça ou seda; os pés pousavam em sandálias ou sapatos de couro, madeira ou amianto, bordados de rubro ou de ouro; seus vestidos eram de fino linho, de seda ou de brocado, salpicados de gemas, e talhados baixo no decote, para escândalo e fascinação da época. Usavam cabeleiras postiças, pintavam e empoavam o rosto, cingiam e apertavam o corpo para parecer esguias.[17] Moviam-se livremente em público em qualquer ocasião, participavam, com ar de recato, de reuniões sociais e de escapadas em gôndolas, e ouviam, de bom grado, os cantos, que abordavam os eternos temas do amor, dos trovadores importados da Provença.

Os venezianos não andavam, nessa época, em busca de cultura. Tinham uma boa biblioteca pública, mas, parece, fizeram pouco uso dela. Contribuição alguma ao saber, à poesia eterna, surgiu em meio dessa riqueza sem rival. Eram numerosas as escolas no século XIII, e encontramos referências a bolsas de estudo particulares e oficiais

para estudantes pobres; mas, ainda no século XIV, havia juízes venezianos que não sabiam ler.[18] Gozava a música de alta estima. A arte não atingira ainda a soberba *coloratura* dos dias que haveriam de chegar; mas a riqueza estava trazendo à Veneza a arte de muitas terras, o bom gosto estava-se refinando, os alicerces da cultura estavam sendo assentados, e os velhos dotes artísticos romanos sobreviveram, sobretudo nos trabalhos em vidro.

Não devemos imaginar que Veneza fosse, nessa época, tão encantadora como Wagner ou Nietzsche a encontraram no século XIX. As casas eram de madeira, e as ruas de terra batida. A Praça de São Marcos, porém, foi pavimentada, com tijolos, em 1172, e os pombos já lá estavam em 1256. Formosas pontes começaram a arquear-se sobre os canais e, sobre o Grande Canal, o *traghetti* já transportava muitos passageiros. Os canais laterais eram, provavelmente, menos malcheirosos do que agora, pois, para qualquer pleno amadurecimento, é necessário tempo. Falha alguma, porém, em rua ou curso de água, podia tornar a alma indiferente ao esplendor de uma cidade que se ia erguendo, século após século, dos pântanos e das brumas das lagoas — ou à maravilha de um povo surgindo da desolação e do isolamento para cobrir o mar com seus navios e impor um tributo de riqueza e beleza à metade do mundo.

Entre Veneza e os Alpes está a cidade e a Marca de Treviso, das quais diremos apenas que seu povo amava tanto a vida que lhes conquistou o nome de *Marca amorosa* ou *gioiosa*. Em 1214, segundo nos contam, a cidade celebrou o festival do *Castello d'amore*: um castelo de madeira foi erguido e adornado de tapetes, cortinas e festões. Formosas raparigas de Treviso mantinham-no em seu poder, armadas de água de cheiro, frutas e flores; jovens cavaleiros de Veneza competiam com os alegres rapazes de Pádua, atacando as castelãs com armas idênticas às que elas usavam. Os venezianos, dizem eles, foram os heróis do dia, pois misturaram às flores ducados de ouro. De qualquer modo, o castelo e suas belas defensoras caíram.[19]

IV. DE MÂNTUA A GÊNOVA

A oeste do Vêneto, famosas cidades da Lombardia dominavam as planícies entre o Pó e os Alpes: Mântua, Cremona, Bréscia, Bérgamo, Como, Milão, Pavia. Ao sul do Pó, onde agora se acha Emília, estavam Módena, Reggio, Parma, Piacenza. Os amantes da Itália não ressentirão estas litanias sonoras. Entre a Lombardia e a França, a província do Piemonte incluía Vercelli e Turim — e, ao sul destas, a Ligúria se inclinava em torno do golfo e da cidade de Gênova. A riqueza da região era uma dádiva do Pó, que cortava a península de oeste para leste, transportando o comércio, enchendo os canais, irrigando os campos. O desenvolvimento da indústria e do comércio deu a essas cidades a riqueza e o orgulho que lhes permitiam, geralmente, ignorar seu soberano nominal, o imperador germânico, e subjugar os senhores semifeudais de seu interior.

Usualmente, erguia-se uma catedral ao centro dessas cidades italianas, iluminando a vida com o drama da devoção e o incentivo da esperança. Junto dela, um batistério, para registrar a entrada das crianças nos privilégios e responsabilidades da cidadania cristã, e um campanário, para lançar o chamado da adoração, das reuniões ou das armas. Na praça pública vizinha, camponeses ou artesãos ofereciam seus produtos, atores, acrobatas e menestréis exibiam-se, arautos gritavam suas proclamações, cidadãos

palestravam após a missa de domingo, e jovens ou cavaleiros entregavam-se a esportes ou torneios. O palácio da cidade, algumas lojas, algumas residências ou casas coletivas ajudavam a formar uma guarda de tijolos em torno da praça. Desse centro partiam ruas tortuosas, ínvias, íngremes, tão estreitas que, quando passava um carro ou um cavaleiro, os pedestres abrigavam-se na soleira de uma porta ou se encolhiam contra uma parede. À medida que prosseguia o século XIII e aumentava a riqueza, as casas de estuque eram cobertas de telhas vermelhas, apresentando uma visão pitoresca aos que podiam esquecer o mau cheiro ou a lama. Somente algumas poucas ruas e a praça central eram pavimentadas. Em torno da cidade, estendia-se um muro torreado ou ameado, pois a guerra era freqüente, e um homem tinha de saber como lutar, se quisesse ser outra coisa que não um monge.

As maiores dentre essas cidades eram Gênova e Milão. Gênova — *la superba*, como seus amantes a chamavam — estava perfeitamente situada tanto para diversões como para negócios, erguendo-se sobre uma colina, diante de um mar que convidava ao comércio, e compartilhando o clima ameno de uma Riviera que chegava a leste, até Rapalho e, a oeste, até San Remo. Porto movimentado já na época romana, Gênova tinha uma crescente população de mercadores, manufatureiros, banqueiros, construtores navais, marinheiros, soldados e políticos. Engenheiros genoveses traziam para a cidade a água pura dos Alpes ligurianos, através de um aqueduto digno da antiga Roma, e construíram gigantesco dique no meio da baía, a fim de assegurar grande proteção em caso de tempestade ou de guerra. À maneira dos venezianos da época, os genoveses pouco se importavam com as letras ou com a arte: entregavam-se de corpo e alma à luta contra os concorrentes e a explorar novos meios de lucro. O Banco de Gênova era quase o Estado. Emprestava dinheiro à cidade com a condição de cobrar as rendas municipais e, por meio desse poder, dominava o governo, sendo que cada cliente que o procurava tinha de jurar lealdade ao banco.[20] Os genoveses, porém, eram tão valentes quanto ambiciosos. Cooperaram com Pisa para varrer os sarracenos do Mediterrâneo ocidental (1015-1113) e, depois, lutaram, intermitentemente, contra Pisa, até que aniquilaram o poder de sua rival na batalha de Meloria (1248). Para esse último conflito, Pisa chamou às armas todos os homens entre 20 e 30 anos de idade, enquanto Gênova convocou todos os que contassem de 18 a 70 anos. Por aí podemos julgar o espírito e a paixão da época. "Assim como há uma aversão natural entre homens e serpentes", escreveu o monge Salimbene, "assim também há aversão entre os pisanos e os genoveses, bem como entre os pisanos e os homens de Lucca."[21] Nesse combate, travado ao largo da costa da Córsega, os homens lutaram corpo a corpo, até que morreu metade dos combatentes — "e houve tal lamentação, em Gênova e em Pisa, como jamais se ouviu nessas cidades, desde a sua fundação até hoje".[22] Ao saber do desastre sofrido por Pisa, os bons homens de Lucca e de Florença acharam ser aquela uma excelente ocasião para enviar uma expedição contra a infortunada cidade; mas o Papa Martinho IV ordenou-lhes que não lhe pusessem as mãos. Entrementes, os genoveses seguiram para leste, entraram em competição com os venezianos, surgindo entre os dois povos o mais violento dos ódios. Em 1255, disputaram a posse de Acre; os Hospitalários lutaram do lado de Gênova, os Templários do lado de Veneza. Somente nessa batalha, caíram 20.000 homens.[23] Destruiu ela a unidade cristã na Síria, decidindo, talvez, o fracasso das Cruzadas. A luta entre Gênova e Veneza continuou até 1379, quando os genoveses sofreram, em Chioggia, a mesma decisiva derrota que haviam infligido aos pisanos um século antes.

Das cidades lombardas, Milão era a mais rica e poderosa. Tendo sido capital romana, sentia-se orgulhosa de sua idade e das suas tradições. Os cônsules de sua República desafiavam os imperadores, seus bispos desafiavam os papas, seu povo compartilhava ou abrigava heresias que ameaçavam a própria cristandade. No século XIII, tinha 200.000 habitantes, 13.000 casas, 1.000 tabernas.[24] Amando ela própria a liberdade, não a concedia, de bom grado, às demais. Com suas tropas, patrulhava as estradas, a fim de obrigar as caravanas, qualquer que fosse seu destino, a se dirigirem primeiro a Milão. Arruinou Como e Lodi, e lutou para dominar Pisa, Cremona e Pavia. Não descansou enquanto não controlou todo o comércio do Pó.[25] Na Dieta de Costância, em 1154, dois cidadãos de Lodi apareceram diante de Frederico Barba-Roxa e imploraram a proteção imperial para a sua cidade natal. O imperador advertiu Milão a que desistisse de suas tentativas contra Lodi. Sua mensagem foi repelida com escárnio, e pisada. Frederico, ansioso por submeter a Lombardia à obediência imperial, aproveitou a oportunidade para destruir Milão (1162). Cinco anos após, os sobreviventes e amigos de Milão reconstruíram a cidade, e toda a Lombardia se rejubilou com essa ressurreição, como um símbolo da determinação da Itália de jamais ser governada por um rei germânico. Frederico cedeu. Antes, porém, de sua morte, casou seu filho, Henrique VI, com Constança, filha de Rogério II, da Sicília. No filho de Henrique, a Liga Lombarda iria encontrar um Frederico ainda mais terrível.

V. FREDERICO II: 1194-1250

1. O Cruzado Excomungado

Constança tinha 13 anos de idade ao contrair matrimônio com Henrique, e 42 anos quando deu à luz o seu único filho. Receando que pairassem dúvidas quanto a sua gravidez e legitimidade do filho, fez com que fosse armada uma tenda na praça do mercado de Iesi (próximo de Ancona) e, lá, à vista de todos, teve o menino que deveria tornar-se a figura mais fascinante do culminante século medieval. Em suas veias, o sangue dos reis normandos da Itália misturava-se ao sangue dos imperadores Hohenstaufen da Alemanha.

O menino tinha quatro anos quando, em Palermo, foi coroado rei da Sicília (1198). O pai morrera um ano antes; a mãe um ano depois. Em seu testamento, encarregou o Papa Inocêncio III da guarda, educação e proteção política do filho, oferecendo-lhe, em troca, um belo estipêndio, bem como a regência e a renovada suserania sobre a Sicília. Inocêncio III aquiesceu de bom grado, valendo-se da situação para pôr fim à união da Sicília à Alemanha, que o pai de Frederico acabara de conseguir. Os papas temiam, com razão, um império que abrangesse de todos os lados os Estados Papais e, com efeito, aprisionasse e dominasse o papado. Inocêncio cuidou da educação de Frederico, mas apoiou Oto IV em sua pretensão ao trono alemão. Frederico cresceu ao abandono, às vezes em meio da pobreza, tanto assim que alguns cidadãos de Palermo tiveram oportunidade de dar de comer ao real garoto.[26] Permitiam-lhe que corresse livremente pelas ruas e mercados da capital poliglota, e que escolhesse companheiros onde quer que os encontrasse. Não recebeu educação sistemática, mas seu espírito, ávido, recebeu ensinamentos de tudo o que ele ouvia ou observava.

O mundo, mais tarde, iria maravilhar-se ante a extensão e variedade de seus conhecimentos. Nesses dias — e dessa maneira — aprendeu o árabe e o grego, bem como um pouco do saber dos judeus. Familiarizou-se com povos, vestes, costumes e religiões diferentes, e jamais perdeu seu hábito juvenil de tolerância. Leu muitos volumes de história. Tornou-se bom cavaleiro e esgrimista, bem como amante de cavalos e de caçadas. Era baixo mas forte, de "belo e gracioso semblante",[27] cabelos longos, ruivos e crespos; inteligente, perseverante e orgulhoso. Aos 12 anos, despediu o regente nomeado por Inocêncio e assumiu o governo. Aos 14 atingiu a maioridade; aos 15 casou-se com Constança de Aragão, e passou a reclamar a coroa imperial.

A sorte o favoreceu, por certo preço. Oto IV violara seu acordo com respeito à soberania do sumo pontífice nos Estados Papais; Inocêncio o excomungou, ordenando aos barões e aos bispos do Império que elegessem como imperador o seu jovem pupilo Frederico, "tão velho em sabedoria quanto jovem em anos".[28] Mas Inocêncio, voltando-se tão repentinamente para Frederico, não se afastou de seu propósito de defender o papado. Como preço de seu apoio, exigiu de Frederico (1212) o juramento de que continuaria a pagar tributos da Sicília e ser leal aos papas; proteger a inviolabilidade dos Estados Papais; conservar as "Duas Sicílias" — o sul da Itália normando e a ilha — perpetuamente separadas do Império; residir, como imperador, na Alemanha, e deixar as Sicílias ao seu filho, o infante Henrique, que seria rei da Sicília, com um regente designado por Inocêncio. Além disso, Frederico comprometeu-se a manter, em seu reino, todos os poderes do clero, a punir os hereges e a receber a cruz como cruzado. Custeando sua viagem e os gastos de seus homens com dinheiro fornecido pelo Papa, Frederico penetrou numa Alemanha ainda em poder dos exércitos de Oto. Este, porém, foi derrotado por Filipe Augusto, em Bouvines, sua resistência sofreu um colapso, e Frederico foi coroado imperador, em esplêndida cerimônia, em Aachen (Aix-la-Chapelle) (1215). Lá, renovou solenemente seu compromisso de empreender uma cruzada e, com todo o seu entusiasmo de jovem triunfante, conseguiu que muitos príncipes fizessem o mesmo juramento. Por um momento, pareceu ele à Alemanha um Davi-enviado-de-Deus, que libertaria, dos herdeiros de Saladino, a Jerusalém de Davi.

Mas ocorreram contratempos. O irmão de Oto, Henrique, organizou um exército para depor Frederico, e o novo papa, Honório III, concordou em que o jovem imperador devia defender seu trono. Frederico venceu Henrique, mas, entrementes, envolveu-se na política imperial. Ao que parece, já ansiava pela sua Itália natal. O calor e o sangue do sul estavam em seu temperamento — e os alemães enfadaram-se dele: de seus 56 anos de idade, apenas oito foram lá vividos. Concedeu grandes poderes feudais aos barões, deu cartas de governo próprio a várias cidades, e confiou o governo da Alemanha ao arcebispo Engelberto, de Colônia, e a Herman de Salza, o hábil grão-mestre dos Cavaleiros Teutônicos. Apesar da aparente negligência de Frederico, a Alemanha, durante os 35 anos de seu reinado, gozou de prosperidade e de paz. Os barões e os bispos sentiam-se tão satisfeitos com a ausência de seu soberano que, para lhe ser agradável, coroaram seu filho Henrique, de sete anos de idade, "Rei dos Romanos", isto é, herdeiro do trono imperial (1220). Ao mesmo tempo, Frederico designou a si próprio como regente da Sicília, em nome de Henrique, o qual permaneceu na Alemanha. Isso, de certo modo, modificava os planos de Inocêncio, mas ele já havia morrido. Honório cedeu, coroando, mesmo, Henrique imperador em Roma, pois estava ansioso de que Frederico partisse, incontinenti, em defesa dos cruzados

que se achavam no Egito. Todavia, os barões, no sul da Itália, e os sarracenos, na Sicília, ensaiaram uma revolta. Frederico alegou que devia restaurar a ordem nesse seu reino italiano, antes de se arriscar a uma longa ausência. Nesse meio tempo, sua esposa falecia (1222). Na esperança de levá-lo a cumprir sua promessa, Honório persuadiu-o a contrair matrimônio com Isabel, herdeira do perdido reino de Jerusalém. Frederico concordou (1225), acrescentando o título de Rei de Jerusalém aos de Rei da Sicília e Imperador do Santo Império Romano. Complicações com as cidades lombardas novamente o detiveram. Em 1227, Honório morreu, e o austero Gregório IX ascendeu ao trono papal. Frederico, então, preparou-se seriamente, organizou uma grande esquadra e reuniu, em Brindisi, 40.000 cruzados. Mas uma terrível peste irrompeu em seu exército. Milhares de homens morreram; milhares desertaram. O próprio imperador, bem como seu lugar-tenente principal, Luís da Turíngia, também foram infeccionados. Não obstante, Frederico ordenou que os navios partissem. Luís morreu. Frederico piorou. Seus médicos, e os altos membros do clero que se achavam em sua companhia, aconselharam-no a que voltasse à Itália. Ele o fez, procurando curar-se em Pozzuoli. O Papa Gregório, esgotada a paciência, recusou-se a ouvir as explicações dos emissários de Frederico, e anunciou ao mundo a excomunhão do imperador.

Sete meses após, ainda excomungado, Frederico fez-se ao mar, rumo à Palestina (1228). Ao tomar conhecimento de sua chegada à Síria, Gregório dispensou os súditos de Frederico, bem como seu filho Henrique, do juramento de fidelidade, e iniciou negociações no sentido de depor o imperador. Encarando tais atos como uma declaração de guerra, o regente de Frederico na Itália invadiu os Estados Papais. Os monges espalharam a notícia de que Frederico havia morrido, e, logo, uma parte da Sicília e do sul da Itália passou para as mãos do papado. Dois franciscanos, delegados do Papa, alcançaram Acre logo depois de Frederico, proibindo que qualquer homem das fileiras cristãs obedecesse ao excomungado. O comandante sarraceno, al-Camil, ficou surpreso ao encontrar um soberano europeu que entendia o árabe e apreciava a literatura, a ciência e a filosofia dos muçulmanos. Concertou, pois, com Frederico, uma paz favorável, entrando o imperador em Jerusalém como conquistador pacífico. Como nenhum sacerdote o coroaria Rei de Jerusalém, ele próprio se coroou, na igreja do Santo Sepulcro. O bispo de Cesaréia, declarando o santuário e a cidade profanados com a presença de Frederico, interditou todos os serviços religiosos em Jerusalém e Acre. Alguns cavaleiros Templários, sabedores de que Frederico planejava visitar o famoso lugar do batismo de Cristo, no Jordão, enviaram uma mensagem secreta a al-Camil, sugerindo que aquela era uma oportunidade para o sultão aprisionar o imperador. O chefe muçulmano reenviou a carta a Frederico. A fim de livrar Jerusalém da interdição que sobre ela fora lançada, o imperador deixou-a no terceiro dia, seguindo para Acre. Lá, quando o imperador se dirigia a seu navio, o populacho lançou sobre ele toda a espécie de imundície.[29]

Chegado a Brindisi, Frederico organizou um exército improvisado, e avançou, com o objetivo de reconquistá-las, sobre as cidades que haviam cedido ante as forças do Papa. O exército papal fugiu; as cidades abriram suas portas. Apenas Sora resistiu, sendo sitiada e, após, tomada e reduzida a cinzas. Na fronteira dos Estados Papais, Frederico deteve-se e enviou ao Papa um pedido de paz. O sumo pontífice aquiesceu, sendo assinado (1230) o Tratado de San Germano. A excomunhão foi retirada. Por um momento, houve paz.

2. *A Maravilha do Mundo*

Frederico voltou-se para a administração e, de sua corte, em Foggia, na Apúlia, viu-se a braços com os problemas de um reino demasiado amplo. Visitou a Alemanha, em 1231, e confirmou, em um "Estatuto a Favor dos Príncipes", os poderes e privilégios que ele e o filho haviam estendido aos barões. Estava disposto a entregar a Alemanha ao feudalismo, se isso o deixasse em paz para realizar seus planos na Itália. Talvez haja reconhecido que a batalha de Bouvines terminara com a hegemonia alemã na Europa, e que o século XIII pertencia à França e à Itália. Pagou, pela sua negligência quanto à Alemanha, com a rebelião e o suicídio do filho.

Com as paixões poliglóticas da Sicília a sua despótica mão forjou uma ordem e uma prosperidade que lembravam o brilho do reinado de Rogério II. Os sarracenos rebeldes das colinas foram capturados, transportados para a Itália, treinados como mercenários, transformando-se nos soldados mais dignos de confiança do exército de Frederico. Podemos imaginar a ira dos papas à vista de guerreiros muçulmanos, chefiados por um imperador cristão, lutando contra as tropas papais. Palermo continuou a ser, pela lei, a capital do *Regno*, como foram chamadas, durante breve tempo, as Duas Sicílias; mas a verdadeira capital era Foggia. Frederico amava a Itália mais ardentemente do que a maioria dos italianos. Maravilhou-se de que Jeová (Yahveh) se tivesse interessado tanto pela Palestina quando existia a Itália. Dizia que seu reino meridional era a menina de seus olhos, "um porto em meio de inundações, um jardim de delícias entre uma selva de espinhos".[30] Em 1223, começou ele a construir, em Foggia, o escarpado palácio-castelo do qual só resta hoje um dos portões. Logo, uma cidade de palácios surgiu em torno, para abrigar seus servidores. Convidou os nobres de seu reino italiano para que servissem como pajens em sua corte, de onde, através da ampliação das suas funções, chegaram a administrar o governo. À frente de todos eles estava Piero delle Vigne, diplomado pela Escola de Direito de Bolonha. Frederico transformou-o em uma espécie de secretário de Estado, amando-o como a um irmão ou a um filho. Em Foggia, como em Paris 70 anos depois, os advogados substituíram o clero na administração. Lá, no Estado mais próximo do Trono de São Pedro, era completa a secularização do governo.

Criado em uma época de caos e familiarizado com as idéias orientais, Frederico jamais sonhou que a ordem chamada Estado pudesse ser mantida a não ser pela força monárquica. Parece ter acreditado, honestamente, que, sem um forte poder central, os homens se destruiriam ou, pelo menos, se empobreceriam, repetidamente, devido ao crime, à ignorância e à guerra. Como Barba-Roxa tinha a ordem social em mais alta estima do que a liberdade popular, achando que o governante que mantém, competentemente, a ordem, goza de todas as vantagens de seus domínios. Permitia, em seu governo, uma certa medida de representação popular: duas vezes por ano, em cinco pontos do *Regno*, reuniam-se assembléias para tratar de problemas locais, queixas e crimes. Para tais assembléias, convocava não só os nobres e prelados do distrito, como, também, quatro representantes de cada cidade importante, além de dois de cada aldeia. Quanto ao resto, Frederico era um monarca absoluto: aceitava como axiomático o princípio do Direito Civil Romano, de que os cidadãos haviam entregue ao imperador o direito único de legislar. Em Meifi, em 1231, publicou, para o *Regno* — devido, principalmente, à habilidade jurídica e ao conselho de Piero delle Vigne — o *Liber Augustalis*, o primeiro sistema de leis cientificamente codificado, desde o

tempo de Justiniano, e um dos mais completos corpos de jurisprudência na história do direito. Era, de certo modo, um código reacionário: aceitava todas as distinções de classe do feudalismo, e mantinha velhos direitos do senhor sobre o servo. Sob vários aspectos, porém, era um código progressista: privava os nobres dos poderes legislativo, judicial e de cunhagem de moeda, centralizando-os no Estado. Abolia o julgamento por combate ou ordálio. Dava aos promotores públicos o direito de processar pessoas por crimes que ficavam até então sem punição se ninguém apresentasse queixa. Condenava as demoras judiciais, aconselhava os juízes a interromper as perorações dos advogados, e exigia que os tribunais do Estado funcionassem diariamente, exceto nos feriados.

À semelhança de muitos governantes medievais, Frederico regulamentou a economia nacional. Um "preço justo" foi estabelecido para vários serviços e mercadorias. O Estado nacionalizou a produção de sal, ferro, aço, cânhamo, breu, tecidos tintos e sedas,[31] mantinha fábricas têxteis com mulheres sarracenas trabalhando como operárias e eunucos como mestres de oficina;[32] possuía e fazia funcionar matadouros e banhos públicos; criava fazendas-modelo, incentivava o cultivo de algodão e de cana-de-açúcar, limpava os bosques e os campos de animais daninhos, construía estradas e pontes e perfurava poços, a fim de aumentar o suprimento de água.[33] O comércio exterior era, em grande parte, dirigido pelo Estado, sendo feito em navios pertencentes ao governo. (Um desses navios tinha uma tripulação de 300 homens.)[34] As taxas de tráfego interno foram reduzidas, mas as tarifas sobre exportações e importações constituíam as principais rendas do Estado. Havia muitas outras taxas, pois esse governo, como todos os outros, sabia sempre encontrar meios de empregar dinheiro. Para crédito de Frederico, deve-se dizer que a moeda era firme e conscienciosamente cunhada.

Para tornar esse monolítico Estado majestoso e santo, sem contar com uma cristandade que lhe era normalmente hostil, Frederico procurou, por todos os meios, cercar a sua pessoa de todo o respeito e esplendor que cercava um imperador romano. Suas belas moedas não eram cunhadas com qualquer palavra ou símbolo cristão, mas uma legenda circular *IMP/ROM/Cesar/Aug*; e, no reverso, havia uma águia romana em meio a um círculo formado pelo nome *Fredericus*. Ensinavam ao povo que o imperador era, de certo modo, o Filho de Deus; suas leis eram a justiça divina codificada, sendo chamadas de *Iustitia* — quase a terceira pessoa de uma nova trindade. Ansioso por colocar-se ao lado dos antigos imperadores romanos na História e nas galerias de arte, Frederico contratou escultores para que fixassem sua efígie em pedra. Uma cabeça de ponte no Volturno, uma porta em Cápua foram adornados com relevos, em estilo antigo, de sua própria pessoa e de seus servidores. Nada resta, hoje, desses trabalhos, exceto uma cabeça de mulher de grande beleza.[35] Essa tentativa, da pré-Renascença, de reviver a arte clássica, fracassou — foi varrida pela onda gótica.

Apesar de sua quase-divindade e de sua diligência como soberano, Frederico achou possível gozar a vida, em todos os planos, em sua corte de Foggia. Um exército de escravos, muitos deles sarracenos, atendia às suas necessidades e dirigia a burocracia. Em 1235, tendo morrido sua segunda esposa, ele se casou de novo; mas Isabel de Inglaterra não podia compreender-lhe o espírito ou a moral, e retirou-se para um segundo plano, enquanto Frederico mantinha convívio com amantes e gerava seu filho ilegítimo. Seus inimigos acusavam-no de manter um harém, e Gregório IX acusou-o de sodomia.[36] Frederico explicou que todas aquelas raparigas e rapazes, brancos e pre-

tos, eram mantidos na corte unicamente pela sua habilidade no canto, nas danças, na acrobacia ou em outros entretenimentos tradicionais em cortes reais. Além dessa gente, mantinha ele uma coleção de animais selvagens e, às vezes, viajava com uma comitiva de leopardos, linces, leões, panteras, macacos e ursos, conduzidos, acorrentados, por escravos sarracenos. Frederico amava a caça e a falcoaria, colecionava pássaros exóticos e escreveu, para seu filho Manfredo, admirável tratado científico sobre a falcoaria.

Depois da caça, deliciava-se com a conversação culta e graciosa — *delicato parlare*. Preferia a reunião de espíritos cultos às justas de armas. Era, ele próprio, o mais culto *causeur* da época, sendo famoso pelo seu espírito e pelas suas réplicas. Frederico era seu próprio Voltaire.[37] Falava nove idiomas e escrevia em sete. Correspondia-se, em árabe, com al-Camil a quem chamava o seu mais querido amigo, depois dos filhos; em grego, com o seu genro, o imperador grego João Vatatzes; em latim, com o mundo ocidental. Seus associados — principalmente Piero delle Vigne — desenvolveram seu admirável estilo latino na leitura dos clássicos romanos. Sentiam e emulavam vivamente o espírito clássico, chegando quase a antecipar os humanistas da Renascença. O próprio Frederico era poeta, sendo seus versos italianos louvados por Dante. A poesia de amor da Provença e do Islã penetrou em sua corte, sendo adotada pelos jovens nobres que lá serviam — e o imperador, como um potentado de Bagdá, gostava de repousar, após um dia de administração, de caça ou de guerra, com formosas mulheres em seu derredor, bem como poetas que lhe cantassem a própria glória e os encantos de suas favoritas.

À medida que se tornava mais idoso, Frederico ia-se voltando, cada vez mais, para a ciência e a filosofia. Aqui, entusiasmava-o, acima de tudo, a herança muçulmana da Sicília. Leu muitas obras-primas arábicas, levou para sua corte muitos cientistas e filósofos muçulmanos e judeus, e pagou a eruditos para que traduzissem para o latim as obras clássicas científicas da Grécia e do Islã. Gostava tanto de matemática que persuadiu o sultão do Egito a enviar-lhe o famoso matemático al-Hanifi; e era íntimo de Leonardo Fibonacci, o maior matemático cristão da época. Compartilhou de muitas das superstições do tempo, mergulhando na astrologia e na alquimia. Atraiu a sua corte o polímata Miguel Scot, estudando com ele ciências ocultas, química, metalurgia e filosofia. Era universal a sua curiosidade. Fazia perguntas sobre ciência e filosofia aos eruditos de sua corte, bem como aos que viviam distantes, no Egito, na Arábia, na Síria e no Iraque. Mantinha um jardim zoológico mais para estudos do que para divertimento, organizando experiências quanto à criação de galinhas, pombos, cavalos, camelos e cães. Suas leis, estabelecendo quais as estações de caça, eram baseadas em cuidadosos registros das épocas de acasalamento e procriação — pelo que, segundo se dizia, os animais da Apúlia lhe enviaram um voto de agradecimento. Sua legislação incluía esclarecida regulamentação da prática da medicina, operação e venda de drogas. Favorecia a dissecção de cadáveres — e os médicos muçulmanos maravilhavam-se ante seu conhecimento de anatomia. A extensão de seus conhecimentos, no campo da filosofia, aparece claramente em seu pedido a certos sábios muçulmanos para que resolvessem as discrepâncias existentes entre a opinião de Aristóteles e Alexandre de Afrodisíade quanto à eternidade do mundo. "Ó afortunado imperador!", exclamou Miguel Scot. "Eu acredito deveras que se algum homem pudesse, pela cultura, fugir à morte, vós seríeis esse homem!"[38]

A fim de que o conhecimento dos eruditos que reunira não desaparecesse com a

morte dos mesmos, Frederico fundou, em 1224, a Universidade de Nápoles — um raro exemplo de universidade medieval criada sem sanção eclesiástica. Convidou para sua faculdade eruditos em todas as artes e ciências, pagando-lhes salários elevados. Além disso, destinou verbas que permitissem aos estudantes pobres, mas habilitados, freqüentá-la. Proibiu que os jovens do *Regno* saíssem do mesmo, a fim de realizar estudos superiores. Nápoles, esperava ele, logo rivalizaria com Bolonha, como escola de direito, treinando homens para a administração pública.

Era Frederico, acaso, um ateu? Fora, em sua juventude, religioso, obedecendo, talvez, até a sua Cruzada, aos preceitos básicos do cristianismo. Contudo, o íntimo convívio com chefes e pensadores muçulmanos parece haver acabado com sua fé cristã. Sentia-se atraído pela cultura muçulmana, que era por ele considerada muito superior ao pensamento e ao conhecimento cristão de sua época. Na Dieta dos príncipes alemães, em Friuli (1232), recebeu, cordialmente, uma deputação muçulmana e, depois, à vista de bispos e príncipes, uniu-se aos sarracenos em um banquete em comemoração a uma festa religiosa maometana.[39] "Diziam seus rivais", narra Mateus Paris, "que o imperador aceitava e acreditava mais nas leis maometanas do que nas leis de Jesus Cristo... sendo mais amigo dos sarracenos do que dos cristãos."[40] Certos rumores, aos quais Gregório IX deu crédito, acusavam-no de haver dito que "três conspiradores enganaram tão astutamente seus contemporâneos a ponto de conseguir o domínio do mundo: Moisés, Jesus e Maomé".[41] E toda a Europa se escandalizou com tal blasfêmia. Frederico defendeu-se da acusação, mas ela contribuiu para que a opinião pública se voltasse contra ele, na crise final de sua vida. Ele era, indubitavelmente, uma espécie de livre-pensador. Tinha suas dúvidas quanto à criação do mundo em sete dias, a imortalidade do homem, a concepção da Virgem e outras doutrinas da fé cristã.[42] Ao condenar o julgamento por ordálio, perguntava: "Como pode o homem acreditar que o calor natural do ferro em brasa esfriará sem causa justa, ou que, devido a uma consciência endurecida, o elemento água se recusará a aceitar (submergir) o acusado?"[43] Em todo o seu reinado não construiu senão uma igreja cristã.

Dentro de certos limites, concedia liberdade de culto às diversas religiões existentes em seu reino. Católicos gregos, maometanos e judeus podiam praticar, sem ser molestados, as suas religiões, mas (com uma única exceção) não podiam ensinar na universidade, ou elevar-se a uma posição oficial no Estado. Todos os muçulmanos e hebreus eram obrigados a usar roupas que os distinguissem dos cristãos — e todos os impostos que os governantes muçulmanos impunham aos cristãos e aos judeus no Islã eram também impostos aos judeus e sarracenos, como substitutivos do serviço militar. A conversão do cristianismo para o judaísmo ou islamismo era severamente punida pelas leis de Frederico. Mas quando, em 1235, os judeus de Fulda foram acusados de "ritual assassino" — da morte de crianças cristãs, para usar seu sangue no festival da Páscoa hebraica — Frederico foi em defesa dos mesmos, tachando tal história como uma lenda cruel. Tinha, em sua corte, muitos eruditos judeus.[44]

A grande anormalidade existente no reino desse racionalista era a perseguição dos hereges. Frederico não permitia liberdade de idéias ou de palavras, mesmo aos professores de sua universidade, pois esse era um privilégio que concedia apenas a si mesmo e a seus associados. À semelhança de muitos soberanos, reconhecia a necessidade da religião, para que houvesse ordem social, e não podia permitir que ela fosse solapada pelos seus sábios. Ademais, a supressão da heresia facilitava uma paz intermitente com os papas. Enquanto outros monarcas do século XIII hesitavam em cooperar com

a Inquisição, Frederico dava-lhe pleno apoio. Somente nisso concordavam os papas e o seu maior inimigo.

3. *Império* versus *Papado*

À medida que se desenvolvia o domínio de Frederico em Foggia, seus objetivos de futuro tornavam-se cada vez mais claros: estabelecer seu domínio sobre toda a Itália, unificar a Itália e a Alemanha em um Império Romano restaurado e, talvez, fazer novamente de Roma a capital tanto política como religiosa do mundo ocidental. Quando, em 1226, convidou os nobres e as cidades da Itália para uma Dieta em Cremona, revelou seu jogo ao incluir em seu convite o ducado de Spoleto, então Estado Papal, e fazer com que suas tropas marchassem sobre as terras papalinas. O Papa proibiu que os nobres de Spoleto participassem da reunião. As cidades lombardas, suspeitando que Frederico planejava sujeitá-las a uma submissão real, em lugar de nominal, recusaram-se a enviar delegados. Ao invés disso, formaram a segunda Liga Lombarda, na qual Milão, Turim, Bérgamo, Bréscia, Mântua, Bolonha, Vicenza, Verona, Pádua e Treviso se comprometeram a uma aliança defensiva por espaço de 25 anos. A Dieta jamais se realizou.

Em 1234, seu filho Henrique revoltou-se contra o pai e aliou-se à Liga Lombarda. Frederico seguiu desde o sul da Itália até Worms, sem exército, mas carregado de dinheiro. A rebelião, ante a notícia de sua chegada ou do toque de seu ouro, fracassou. Henrique foi preso, definhou na prisão durante sete anos e, depois, ao ser transferido para uma outra prisão, suicidou-se, lançando-se, com seu cavalo, a um precipício. Frederico seguiu para Mogúncia, presidiu lá a uma Dieta e persuadiu muitos dos nobres presentes a que se unissem a ele numa campanha para a restauração do poder imperial na Lombardia. Com esse auxílio, derrotou o exército da Liga em Cortenuova (1237). Todas as cidades se renderam, com exceção de Milão e Bréscia. Gregório IX ofereceu-se como mediador, mas o sonho de unidade de Frederico não podia coadunar-se com o amor dos italianos pela liberdade.

Ante tal conjuntura, Gregório, embora tivesse 90 anos de idade e se achasse enfermo, decidiu juntar sua sorte à da Liga, arriscando, na guerra, todo o poder temporal dos papas. Não sentia amor algum pelas cidades lombardas; ele também, como Frederico, considerava a liberdade dessas cidades como uma permissão para conflitos caóticos, pois sabia que elas abrigavam hereges abertamente hostis à riqueza e ao poder temporal da Igreja. Naquele momento, os hereges da sitiada Milão estavam saqueando altares e colocando crucifixos de cabeça para baixo.[45] Mas, se Frederico se apoderasse dessas cidades, os Estados Papais seriam envolvidos por uma Itália unida e um Império unido dominados por um inimigo do cristianismo e da Igreja. Em 1238, Gregório persuadiu Veneza e Gênova a que se juntassem a ele e à Liga numa guerra contra Frederico. Em vigorosa encíclica, acusou o imperador de ateísmo, despotismo e do desejo de destruir a autoridade da Igreja. Em 1239, excomungou-o, ordenando a todos os prelados católicos romanos que o proclamassem proscrito, dispensando seus súditos do juramento de fidelidade. Frederico respondeu com uma carta circular aos reis da Europa, repelindo a acusação de heresia e acusando o Papa de desejar destruir o Império, e reduzir todos os reis a um estado de subserviência ao papado. Estava em marcha a luta final entre o Império e o papado.

Os reis da Europa olhavam Frederico com simpatia, mas prestaram pouca atenção ao seu pedido de auxílio. A nobreza da Alemanha e da Itália colocou-se a seu lado, esperando restaurar as cidades à obediência feudal. Nas cidades, porém, as classes média e inferior eram, geralmente, a favor do Papa; e os velhos termos Waibling e Welf, no sentido de gibelino e guelfo, foram, de novo, empregados, para significar, respectivamente, os adeptos do Império e os defensores do papado. Mesmo em Roma existia tal divisão, pois Frederico contava, lá, com muitos adeptos. Quando se aproximou de Roma com um pequeno exército, as cidades, uma após outra, abriram-lhe as portas como a um segundo César. Gregório previu a conquista de Roma, conduzindo, em pessoa, uma fúnebre procissão de sacerdotes através da capital. A coragem e o aspecto frágil do Papa tocaram o coração dos romanos, e muitos tomaram armas para protegê-lo. Não desejando forçar a situação, Frederico passou ao largo de Roma, ficando, durante o inverno, em Foggia.

Persuadiu os príncipes alemães a coroarem seu filho Conrado como Rei dos Romanos (1237). Colocara antes seu genro, o hábil e brutal Ezzelino da Romano, no governo de Vicenza, Pádua e Treviso, pondo à testa das outras cidades dominadas o seu filho predileto, Enzio, "no semblante e no físico a nossa própria imagem", belo, altivo e alegre, bravo na guerra e perfeito artista na poesia. Na primavera de 1240, o imperador conquistou Ravena e Faenza e, em 1241, destruiu Benevento, o centro das forças papais. Sua esquadra interceptou um comboio genovês que conduzia a Roma um grupo de cardeais, bispos, abades e sacerdotes franceses, espanhóis e italianos. Frederico encarcerou-os na Apúlia, como reféns que lhe servissem para entabular negociações. Logo, porém, pôs os franceses em liberdade, mas o longo aprisionamento a que submeteu os demais, bem como a morte de muitos deles nas prisões chocaram a Europa, acostumada a considerar o clero como inviolável — e muita gente passou, então, a acreditar que Frederico era o Anticristo cuja vinda fora predita, alguns anos antes, pelo místico Joaquim de Flora. Frederico prontificou-se a libertar os prelados, se Gregório fizesse a paz, mas o velho Papa permaneceu firme até à morte (1241).

O Papa Inocêncio IV era mais conciliatório. Ante a insistência de São Luís, concordou com os termos de paz (1244). As cidades lombardas, todavia, recusaram-se a ratificar o acordo, lembrando a Inocêncio que Gregório assumira o compromisso de que o papado não faria uma paz em separado. Inocêncio deixou Roma secretamente, seguindo para Lião. Frederico reiniciou a guerra, e força alguma parecia agora capaz de impedir que conquistasse e absorvesse os Estados Papais, estabelecendo seu poder em Roma. Inocêncio convocou os prelados da Igreja para o Concílio de Lião. O Concílio renovou a excomunhão do imperador, depondo-o como vassalo imoral, ímpio e desleal para com seu reconhecido suserano, o Papa (1245). A pedido do Papa, um grupo de nobres e de bispos alemães escolheu Henrique Raspe como antiimperador; e, quando ele morreu, designaram, como seu sucessor, a Guilherme da Holanda. Foi lançada a excomunhão sobre todos os adeptos de Frederico, sendo interditados os serviços religiosos em todas as regiões que lhe eram leais. Uma cruzada foi decretada contra ele e Enzio, e todos aqueles que tinham tomado da cruz, para a redenção da Palestina, tinham direito a todos os privilégios dos cruzados, se participassem da guerra contra o imperador infiel.

Entregando-se a uma fúria de ódio e de vingança, Frederico incendiou, então, todas as pontes que ia deixando para trás. Lançou um "Manifesto de Reforma", denunciando o clero como "escravos ante o mundo, embriagados de auto-indulgência:

o crescente fluxo de sua riqueza afogara-lhes a religião".[46] No *Regno*, confiscou, para financiar sua guerra, os tesouros da Igreja. Quando uma cidade da Apúlia iniciou uma conspiração tendente a aprisioná-lo, fez com que seus cabeças fossem cegados, mutilados e mortos. Recebendo um pedido de auxílio de seu filho Conrado, empreendeu viagem rumo à Alemanha. Ao chegar a Turim, foi informado de que Parma dominara sua guarnição, de que Enzio achava-se em perigo e de que todo o norte da Itália, bem como a Sicília haviam-se revoltado. Dominou rebelião após rebelião, em cidade após cidade; fez reféns em cada uma delas, mandando matá-los quando suas cidades se revoltavam. Prisioneiros considerados emissários do Papa tinham as mãos e os pés decepados; e os soldados sarracenos, imunes às lágrimas e às ameaças cristãs, eram usados como executores.[47]

Durante o sítio de Parma, Frederico, impaciente por achar-se inativo, afastou-se, em companhia de Enzio e de 50 cavaleiros, para caçar aves aquáticas nos pântanos próximos. Enquanto eles se achavam ausentes, os homens e as mulheres de Parma desfecharam desesperada surtida, derrotaram as desorganizadas e acéfalas forças do imperador, conquistando-lhe o tesouro, o harém e a coleção de animais vivos. Frederico impôs a sua gente novos impostos, organizou novo exército e reiniciou a luta. Chegaram a seu conhecimento provas de que o seu *premier*, Piero delle Vigne, em quem confiava, estava conspirando contra ele. Frederico mandou prendê-lo e fez com que o cegassem, após o que Piero bateu com a cabeça contra as paredes da prisão, até morrer (1249). Naquele mesmo ano, chegaram notícias de que Enzio fora aprisionado pelos bolonheses, na batalha de La Fossalta. Quase na mesma ocasião, o médico de Frederico tentou envenená-lo. Tão rápida sucessão de golpes abateu o espírito do imperador, que se retirou para a Apúlia, não mais participando da guerra. Em 1250, seus generais conseguiram muitas vitórias, parecendo que a maré tinha virado. São Luís, capturado no Egito pelos muçulmanos, pediu a Inocêncio IV que pusesse fim à guerra, de modo que Frederico pudesse ir em auxílio dos cruzados. Mas, mesmo renascidas as esperanças, seu corpo baqueou. A disenteria, humilhante nêmesis dos reis medievais, lançou por terra o altivo imperador. Pediu absolvição e recebeu-a. O livre-pensador, trajando vestes de monge cisterciense, morreu, em Florentino, no dia 13 de dezembro de 1250. O povo sussurrava que sua alma fora levada para o inferno, por demônios, através da cratera do vulcão do monte Etna.

Sua influência não se fez sentir imediatamente. Seu império logo sofreu um colapso, sobrevindo um caos muito maior do que quando Frederico subiu ao poder. A unidade pela qual lutara desapareceu, mesmo na Alemanha; e as cidades italianas prosseguiram na consecução da liberdade, e seu estímulo criador, através da desordem, até chegar à fragmentária tirania de duques e *condottieri* que, sem o saber, herdaram a imoralidade de Frederico, sua independência intelectual e seu patrocínio das letras e das artes. A *virtù* — ou inescrupulosa inteligência masculina — dos déspotas da Renascença era um eco do caráter e do espírito de Frederico, sem sua graça e encanto. A substituição da Bíblia pelos clássicos, da fé pela razão, de Deus pela Natureza, da Providência pela Necessidade, surgiu no pensamento e na corte de Frederico e, após um interlúdio ortodoxo, conquistou os humanistas e os filósofos da Renascença. Frederico, um século antes de seu advento, foi o "homem da Renascença". O *Príncipe* de Maquiavel tinha César Bórgia como modelo, mas foi Frederico quem preparou a sua filosofia. Nietzsche tinha em mente Bismarck e Napoleão, mas reconheceu a in-

fluência de Frederico — "o primeiro dos europeus segundo o meu gosto".[48] A posteridade, chocada pela sua moral, fascinada pelo seu espírito — e apreciando, vagamente, a grandeza de sua visão imperial — aplicou-lhe, repetidas vezes, o epíteto forjado por Mateus Paris: ***stupor mundi et immutator mirabilis*** — "o maravilhoso transformador e maravilha do mundo".

VI. O DESMEMBRAMENTO DA ITÁLIA

Em seu testamento, Frederico deixou o Império a seu filho Conrado IV, designando a Manfredo, seu filho ilegítimo, como regente da Itália. Em quase toda a parte da Itália irromperam revoltas contra Manfredo. Nápoles, Spoleto, Ancona, Florença submeteram-se aos legados papais. "Que os céus se rejubilem e a terra se alegre!", exclamou Inocêncio IV. O vitorioso Papa voltou à Itália, fez de Nápoles seu quartel-general militar, pôs-se em ação para anexar o *Regno* aos Estados Pontifícios, e planejou uma suserania menos direta sobre as cidades do norte da Itália. Mas essas cidades, embora unindo-se ao Papa em seu *Te Deum*, estavam resolvidas a defender sua independência tanto ante pontífices como ante imperadores. Entrementes, Ezzelino e Uberto Pallavicino mantinham várias cidades como possessões feudais de Conrado. Nenhum desses homens tinha qualquer respeito pela religião e, sob seu domínio, a heresia se alastrou. Havia perigo de que a Igreja perdesse todo o norte da Itália. Subitamente, o jovem Conrado, com um novo exército constituído de alemães, desceu os Alpes, reconquistou cidades desleais e penetrou, triunfante, no *Regno*, para logo morrer de malária (maio de 1254). Manfredo assumiu o comando das forças imperiais, pondo em fuga, perto de Foggia, um exército papal (2 de dezembro). Inocêncio encontrava-se em seu leito de morte quando chegaram até ele as notícias da derrota. Morreu desesperado, murmurando: "Senhor, devido à iniqüidade do homem, Tu o corrompeste."

O resto da história constitui brilhante caos. O Papa Alexandre IV (1254-6) organizou uma cruzada contra Ezzelino. O tirano foi ferido e preso e, recusando médicos, sacerdotes e alimento, morreu de fome, impenitente e sem absolvição (1259). Seu irmão Alberigo, também culpado de brutalidades e de crimes, foi igualmente aprisionado, sendo forçado a assistir às torturas infligidas a sua família. Depois disso, suas carnes foram arrancadas por meio de tenazes e, ainda vivo, foi ele amarrado a um cavalo, que o arrastou até à morte.[49] Tanto os cristãos como os ateus entregaram-se então a uma existência selvagem, com exceção de Manfredo, o jovial e encantador bastardo. Tendo derrotado de novo as tropas papais em Montaperto (1260), permaneceu, durante os seis anos subseqüentes, senhor do sul da Itália. Tinha tempo para caçar, cantar e dedicar-se à poesia, "não havendo outro no mundo", disse Dante, "que tocasse como ele instrumentos de corda".[50] O Papa Urbano (1261-4), desesperado por não encontrar na Itália um corretivo para Manfredo, e percebendo que o papado teria, dali em diante, de depender da França para proteção, apelou para Luís IX, para que aceitasse as Duas Sicílias como feudo. Luís recusou, mas permitiu a seu irmão, Carlos de Anjou, receber de Urbano o "reino de Nápoles e da Sicília" (1264). Carlos marchou através da Itália com 30.000 soldados franceses, derrotando as forças, inferiores, de Manfredo. Manfredo lançou-se em meio das tropas inimigas e morreu de maneira mais nobre do que seu progenitor. No ano seguinte, Conradino, filho de Conrado, ainda um rapaz de apenas 15 anos, veio da Alemanha desafiar Carlos de

Anjou. Foi derrotado em Tagliacozzo e decapitado, publicamente, na praça do mercado de Nápoles, em 1268. Com ele — e com a morte, quatro anos após, de Enzio, que se achava, havia muito, encarcerado — a Casa dos Hohenstaufen chegou a um fim lamentável. O Santo Império Romano tornou-se um fantasma cerimonioso, e a liderança da Europa passou para a França.

Carlos fez de Nápoles a sua capital, e estabeleceu, nas Duas Sicílias, uma nobreza e uma burocracia francesas, bem como soldados, monges e sacerdotes também franceses, governando e cobrando impostos com tal absolutismo que fez que com a região ansiasse por um novo Frederico, e com que o Papa lamentasse aquela vitória papal. Na segunda-feira da Páscoa de 1282, enquanto Carlos se preparava para levar sua esquadra à conquista de Constantinopla, a populaça de Palermo, com seu ódio desencadeado pela insultuosa familiaridade de um soldado francês para com uma jovem siciliana recém-casada, ergueu-se em violenta revolta, matando todos os franceses da cidade. Pode-se avaliar a amargura acumulada, pela selvageria com que os sicilianos abriam, a golpes de espada, o ventre das mulheres sicilianas engravidadas por soldados ou oficiais franceses, calcando os fetos sob os pés.[51] Outras cidades seguiram o exemplo de Palermo e, na Sicília, mais de três mil franceses foram trucidados, num massacre conhecido como "Vésperas Sicilianas", por haver começado à hora das vésperas. Os sacerdotes franceses da ilha também não foram poupados: os sicilianos, em geral religiosos, invadiram igrejas e conventos, matando monges e sacerdotes. Carlos de Anjou jurou "uma vingança de mil anos", prometendo que transformaria a Sicília "num rochedo maldito, árido e desabitado".[52] O Papa Martinho IV excomungou os rebeldes, pregando uma cruzada contra a Sicília. Sem meios de defesa, os sicilianos ofereceram a ilha a Pedro III, de Aragão. Pedro rumou para lá com um exército e uma esquadra, estabelecendo a Casa de Aragão como a dos reis da Sicília (1282). Carlos tentou, inutilmente, reconquistar a ilha. Sua esquadra foi destruída e ele morreu de exaustão e de pesar em Foggia (1285). E seus sucessores, após 17 anos de luta inútil, contentaram-se com o reino de Nápoles.

Ao norte de Roma, as cidades italianas opunham o Império ao papado, mantendo temerária liberdade. Em Milão, a família Della Torre governou, para satisfação geral, durante 20 anos; em 1277, porém, uma coalizão de nobres, chefiada por Otto Visconti, tomou o poder, e os Visconti, como *capitani* ou *duci*, deram a Milão, por espaço de 170 anos, competente governo oligárquico. A Toscana — incluindo Arezzo, Florença, Siena, Pisa e Lucca — tinha sido cedida ao papado pela condessa Matilde (1107), mas essa teórica posse papal raramente interferia no direito das cidades de se governarem por si mesmas e de escolherem seus próprios déspotas.

Siena, como tantas outras cidades toscanas, tinha um passado altivo, que vinha desde os tempos dos etruscos. Arruinada pelas invasões bárbaras, ressurgira, no século VIII, como ponto de parada no meio do caminho das peregrinações e do comércio entre Florença e Roma. Ouvimos dizer da existência, lá, de corporações de mercadores, em 1192, depois, de corporações de artesãos e, finalmente, de banqueiros. A Casa de Buonsignori, fundada em 1209, tornou-se uma das principais instituições mercantis e financeiras da Europa. Seus agentes eram encontrados em toda a parte; seus empréstimos a mercadores, cidades, reis e povos atingiam uma soma enorme. Florença e Siena discutiram o controle da Via Francesa, que as ligava. As duas cidades comerciais tiveram entre si, intermitentemente, guerras exaustivas, de 1207 a 1270 — e enquanto Florença apoiava os papas, nas lutas entre Império e papado, Siena apoiava os impera-

dores. A vitória de Manfredo em Montaperto (1260) foi, principalmente, uma vitória de Siena sobre Florença. Os sienenses, embora lutando contra o Papa, atribuíam seu êxito, nessa batalha, a sua santa padroeira, a Virgem Mãe de Deus. Ofertaram Siena à Virgem Maria como feudo, colocaram a orgulhosa legenda *Civitas Virginis* em suas moedas e depuseram as chaves da cidade aos pés da Virgem, na grande catedral que dedicaram a seu nome. Celebravam, todos os anos, com solene e comovente cerimônia, a sua Assunção ao céu. Na véspera do festival, todos os cidadãos, de 18 a 70 anos, cada qual empunhando uma vela acesa, formavam uma procissão, de acordo com suas paróquias, atrás de seus sacerdotes e de seus magistrados, e caminhavam para o *duomo*, onde renovavam seus votos de submissão à Virgem. No dia da festa, chegava outra procissão, de representantes de cidades e aldeias conquistadas ou dependentes, bem como de mosteiros. Esses delegados também se dirigiam para a catedral, onde depunham suas dádivas e renovavam seu juramento de lealdade à comuna de Siena e a sua Rainha. Na praça da cidade — *Il Campo* — havia, nesse dia, uma grande feira, onde podiam ser adquiridas mercadorias trazidas de centenas de cidades. Acrobatas, cantores e músicos exibiam-se ao povo — e a renda produzida pelo jogo somente ficava aquém, em valor, das dádivas depositadas no santuário de Maria.

A centúria entre 1260 e 1360 assistiu ao apogeu de Siena. Nesses cem anos, foram construídos a sua catedral (1245-1339), o seu maciço *Palazzo pubblico* (1310-20) e seu encantador campanário (1325-44). Em 1266, Niccolò Pisano talhou uma fonte senhoril para o *duomo* — e, em 1311, aproximadamente, Duccio di Buoninsegna estava empenhado em adornar as igrejas de Siena com algumas das primeiras obras-primas da pintura do Renascimento. Mas a altiva cidade empreendeu mais do que lhe era possível financiar. A vitória de Montaperto foi fatal para Siena. O Papa, vencido, lançou uma interdição sobre a cidade, proibindo a entrada de mercadorias ou o pagamento de débitos — e muitos bancos sienenses faliram. Em 1270, Carlos de Anjou incluiu a castigada cidade na Liga dos Guelfos (ou papal). Desde então, Siena foi dominada e sobrepujada pela sua implacável rival do norte.

VII. A ASCENÇÃO DE FLORENÇA: 1095-1308

Florentia, assim chamada devido a suas flores, surgira, dois séculos antes de Cristo, como posto comercial junto ao Arno, onde desaguava o Mugnone. Arruinada pelas invasões bárbaras, refez-se, no século VIII, como encruzilhada na Via Francesa, entre França e Roma. Fácil acesso ao Mediterrâneo, encorajou o comércio marítimo. Florença adquiriu grande frota mercantil, a qual trazia tintas e sedas da Ásia, lã da Inglaterra e da Espanha, e levava produtos têxteis manufaturados à metade do mundo. Um segredo comercial zelosamente mantido permitia aos florentinos tingir sedas e lãs em nuances de uma beleza insuperável, mesmo pelos hábeis e antigos produtores do Oriente. As grandes corporações da indústria da lã — a *Arte della Lana* e a *Arte de' Calimala* (assim chamada devido ao seu centro de exposição, a Viela do Mal, habitada, anteriormente, por cortesãs) — importavam a matéria-prima de que se serviam, obtendo polpudos lucros com sua transformação em produtos manufaturados. A maior parte do trabalho era feito em pequenas fábricas, algumas das quais na própria cidade e, outras, em residências rurais. Os mercadores forneciam a matéria-prima, recebiam o produto pronto e pagavam por peça. A concorrência entre os trabalhadores

caseiros — principalmente mulheres — mantinha baixos os salários nas fábricas. Não era permitido aos tecelões tomarem qualquer providência em comum no sentido de aumentar seus ordenados ou melhorar suas condições de trabalho. E estavam, ainda, proibidos de emigrar. A fim de promover ainda maior disciplina, os empregadores persuadiram os bispos a divulgarem pastorais, as quais deveriam ser lidas, quatro vezes por ano, em todos os púlpitos, ameaçando de censura eclesiástica e, mesmo, de excomunhão, ao trabalhador que, repetidamente, desperdiçasse lã.[53]

Essa indústria e esse comércio necessitavam de pronto fornecimento de capitais — e logo os banqueiros estavam a disputar com os mercadores o controle da vida florentina. Adquiriam grandes propriedades através de hipotecas que não podiam ser saldadas depois da morte dos que faziam os empréstimos; tornaram-se indispensáveis ao papa devido ao controle financeiro de propriedades eclesiásticas que lhes estavam hipotecadas e, no século XIII, tinham monopólio sobre as finanças papais na Itália.[54] A aliança geral de Florença com os papas, em sua luta contra os imperadores, foi motivada, em parte, pelo receio de infiltrações imperiais e aristocráticas nas liberdades municipais e mercantis. Os banqueiros eram, portanto, os principais defensores da propriedade papal em Florença. Foram eles que financiaram a invasão da Itália por Carlos de Anjou, por meio de um empréstimo de 148.000 *livres* ($29.600.000) ao Papa Urbano IV. Quando Carlos conquistou Nápoles, os banqueiros florentinos, a fim de assegurar o pagamento do dinheiro que haviam empregado, tiveram permissão de cunhar moedas e receber impostos do novo reino, bem como de monopolizar o comércio de armaduras, sedas, cera, azeite, cereais, além do fornecimento de armas e provisões às tropas.[55] Esses banqueiros florentinos, se pudermos acreditar em Dante, não eram como os polidos manipuladores de nossa época, mas grosseiros e avarentos piratas de lucros, que fizeram fortunas com hipotecas, cobrando juros extorsivos de seus empréstimos — como aquele Folco Portinari, pai da Beatriz de Dante.[56] Estendiam suas operações sobre ampla região. Em 1277, aproximadamente, encontramos duas firmas bancárias florentinas — os Brunelleschi e os Medici — a controlar as finanças em Nîmes. A Casa dos Franzesi, florentina, financiava as guerras e as intrigas de Filipe IV; e, de seu reino, os banqueiros italianos dominaram as finanças francesas até o século XVII. Eduardo I, da Inglaterra, tomou emprestados 200.000 florins de ouro ($2.160.000) aos Frescobaldi de Florença, em 1295. Tais empréstimos eram arriscados, sujeitando a vida econômica de Florença a acontecimentos distantes e aparentemente sem importância. Uma série da investimentos políticos e de faltas governamentais, que culminaram com a queda de Bonifácio VIII e a transferência do papado para Avinhão (1307), provocou numerosas falências bancárias na Itália, uma depressão geral e a intensificação da luta de classes.

Três classes dividiam a vida secular de Florença: o *popolo minuto*, ou "povo miúdo", composto de lojistas e artesãos; o *popolo grasso*, ou "povo gordo", constituído de patrões e homens de negócio; e os *grandi*, os nobres. Os artesãos, reunidos nas *arti minori*, ou corporações menores, eram, em grande parte, manobrados, na política, pelos patrões, mercadores e financistas, os quais constituíam as *arti maggiori*, ou grandes corporações. Na competição para o controle do governo, os "miúdos" e os "gordos" uniram-se, durante algum tempo, como *popolani*, contra os nobres, os quais reivindicaram antigos direitos feudais da cidade, apoiando primeiro os imperadores e, depois, os papas, contra as liberdades municipais. Os *popolani* organizaram uma milícia na qual todos os habitantes válidos da cidade tinham de servir e aprender

a arte da guerra. Assim preparados, conquistaram e demoliram os castelos dos nobres no campo, obrigando-os a vir morar dentro dos muros da cidade, sob a lei municipal. Os nobres, ainda ricos, devido a suas rendas rurais, construíram palácios acastelados na cidade, dividiram-se em facções e lutaram entre si nas ruas, competindo para ver qual a facção que venceria a limitada democracia de Florença e estabeleceria uma constituição aristocrática. Em 1247, a facção Uberti chefiou uma revolta gibelina destinada a estabelecer em Florença um governo favorável a Frederico. Os *popolani* resistiram bravamente, mas venceu-os um destacamento de cavaleiros germânicos, ruindo a democracia florentina. Os principais guelfos fugiram da cidade. Seus lares foram arrasados, em inesquecível vingança pela destruição, um século antes, de castelos feudais. Desde então, cada flutuação de vitória, na luta de classes e de facções, era celebrada com o desterro dos chefes derrotados ou confiscação ou destruição de suas propriedades.[57] Durante três anos, a aristocracia gibelina, apoiada por uma guarnição de soldados alemães, governou a cidade; depois, em conseqüência da morte de Frederico, uma revolta de guelfos, da classe média e das classes inferiores, depôs o governo, que ficou em seu poder (1250), designando um *capitano del popolo* para fiscalizar o *podestà*, à semelhança dos antigos tribunos do povo, que fiscalizavam os cônsules de Roma. Os guelfos exilados foram chamados de volta e a triunfante burguesia cimentou seus êxitos internos com guerras contra Pisa e Siena, a fim de controlar o caminho do comércio florentino que conduzia ao mar e a Roma. Os mercadores mais ricos transformaram-se em nova nobreza, procurando confinar à sua própria classe os postos do Estado.

A derrota de Florença em Montaperto, por Siena e Manfredo, produziu uma segunda luta entre os chefes guelfos; e, durante seis anos, Florença foi governada pelos delegados de Manfredo. O colapso da causa imperial, em 1268, trouxe de novo os guelfos ao poder, nominalmente sujeitos a Carlos de Anjou. A fim de controlar o *podestà*, que era designado por Carlos, estabeleceram um corpo de 12 *anziani* (anciãos) para que *aconselhassem* aquele funcionário, bem como um Conselho dos Cem, "sem cuja sanção nenhuma medida ou gasto importante podia ser efetuado".[58] Aproveitando-se da preocupação de Carlos com as Vésperas Sicilianas, a burguesia, em 1282, realizou uma mudança constitucional pela qual uma "Prioria das Artes", composta de seis *priori* (maiorais) escolhidos pelas maiores corporações, tornava-se, efetivamente, o corpo dirigente do governo da cidade. Através de todas essas mutilações o cargo de *podestà* sobreviveu, mas despido de poder. Os mercadores e os banqueiros eram supremos.

O vencido partido da antiga nobreza reorganizou-se, sob a chefia do belo e arrogante Corso Donati e, por motivos desconhecidos, recebeu o nome de *Neri*, os Negros. A nova nobreza, de banqueiros e mercadores, chefiada pela família Cerchi, adotou o nome de *Bianchi*, os Brancos. Sem poder esperar ajuda do arruinado império, a antiga nobreza voltou-se para o Papa, a fim de que ele a socorresse da burguesia triunfante. Através dos Spini, seus agentes florentinos em Roma, Donati planejou com Bonifácio VIII a conquista do governo em Florença. As facções toscanas haviam contaminado os Estados Papais, e Bonifácio perdeu a esperança de restaurar, entre elas, a ordem, a menos que assegurasse uma voz decisiva nos governos municipais da Toscana.[59] Um procurador da justiça florentina soube dessas negociações, acusando os três agentes Spini que se achavam em Roma, de traição a Florença. Os *priori* condenaram os três homens (abril de 1300), levando o Papa a ameaçar de excomunhão os acu-

sadores. Um grupo armado de nobres da facção assaltou alguns funcionários das corporações. A Prioria, da qual Dante era, então, membro, exilou vários nobres; em desafio ao Papa (junho de 1300). Bonifácio apelou para Carlos de Valois a fim de que invadisse a Itália, subjugasse Florença e reconquistasse a Sicília, então em poder de Aragão.

Carlos atingiu Florença em novembro de 1301, anunciando que o fazia para restabelecer a ordem e a paz. Mas, logo depois, Corso Donati penetrou na cidade com um grupo armado, saqueou as residências dos *priori* que o haviam banido, abriu as prisões e soltou não só seus amigos mas todos aqueles que quisessem fugir. A sedição estendeu-se a rédeas soltas. Nobres e criminosos uniram-se em roubos, assaltos, raptos e assassínios. Os armazéns foram saqueados; herdeiras eram forçadas a casar com pretendentes improvisados e os pais das mesmas obrigados a assinar ricos dotes. Finalmente, Corso expulsou os maiorais e o *podestà;* os Negros escolheram uma nova Prioria, que submetia todas as medidas propostas à apreciação dos chefes Negros. Durante sete anos, Corso foi o audacioso ditador de Florença. Os maiorais depostos foram julgados, condenados e exilados, inclusive Dante (1302). Foram condenados 359 Brancos à morte, mas permitiram que a maioria deles fugisse. Carlos de Valois aceitou com elegância tais acontecimentos, bem como 24.000 florins pelos incômodos que tivera — e partiu para o sul. Em 1304, os Negros, sem nada que os refreasse, atearam fogo às casas de seus inimigos. Destruíram-se 1.400 casas, deixando em cinzas o centro de Florença. Os Negros dividiram-se em novas facções e, no decorrer de uma centena de atos de violência, Corso Donati morreu apunhalado (1308).

Devemos lembrar-nos, novamente, de que o historiador, como o jornalista, é sempre tentado a sacrificar o normal ao dramático, e de que quase nunca transmite um quadro exato de qualquer época. Durante esses conflitos entre papas e imperadores, guelfos e gibelinos, Negros e Brancos, a Itália era mantida por uma classe de camponeses sumamente trabalhadora. Talvez então, como agora, os campos italianos fossem cultivados tanto com arte como com diligência, sendo divididos e arranjados não só para alegrar os olhos como também para alimentar a carne. Montes, penhascos e montanhas eram arados e eirados para abrigar vinhedos, pomares, plantações de nozes e olivais. Os canteiros eram cuidadosamente amurados, a fim de evitar a erosão e conservar a preciosa chuva. Nas cidades, centenas de indústrias absorviam a grande maioria dos homens, deixando pouco tempo para os conflitos de idéias, as lutas eleitorais e as de espada e punhal. Os negociantes e banqueiros não eram todos vampiros implacáveis; eles, também, senão por outros motivos, pelo menos pela sua febre aquisitiva, faziam com que as cidades se desenvolvessem e fervilhassem de atividade. Nobres como Corso Donati, Guido Cavalcanti, Can Grande della Scala podiam ser tidos como homens de cultura, embora, às vezes, fizessem prevalecer suas opiniões à ponta de espada. As mulheres moviam-se com vibrante liberdade nessa sociedade ousada. O amor não era, para elas, nem o palavroso embuste dos trovadores, nem a grosseira fusão de camponeses suarentos — e nem mesmo os serviços de um cavaleiro a uma deusa parcimoniosa. Era um amor galante e ardente, levado, com precipitada veemência, até o pleno abandono físico e inesperada maternidade. Aqui e ali, em meio dessa fermentação, professores agiam com desesperada paciência para transmitir instrução a uma juventude relutante. Prostitutas acalmavam os ímpetos de homens imaginativos; poetas destilavam seus frustrados desejos em versos compensadores; artistas sucumbiam à fome, em busca da perfeição; sacerdotes dedicavam-se à política e

consolavam os espoliados e os pobres; e os filósofos lutavam, em meio de um labirinto de mitos, para atingir a cintilante miragem da verdade. Havia, nessa sociedade, um estímulo, uma excitação e uma concorrência que aguçavam o espírito e a língua dos homens, despertavam reservas de insuspeitadas energias, e os impeliam, mesmo ao preço de sua própria destruição, a abrir caminho e a preparar o cenário para a Renascença. Através de muitas dores — e de derramamento de sangue — chegaria o grande Renascimento.

CAPÍTULO XXVII

A Igreja Católica Romana

1095 — 1294

I. A FÉ DO POVO

SOB muitos aspectos, a religião constitui o mais interessante dos comportamentos humanos, pois é o comentário fundamental do homem sobre a vida e a sua única defesa contra a morte. Nada é mais comovente, na história medieval, do que a onipresença e, às vezes, quase a onipotência, da religião. É difícil, àqueles que hoje vivem no conforto e na fartura, descer, mesmo em espírito, ao caos e à penúria que moldaram as religiões medievais. Mas precisamos pensar nas superstições, apocalipses, idolatria e credulidade dos cristãos, muçulmanos e judeus medievais, com a mesma simpatia com que pensaríamos em suas dificuldades, em sua pobreza e em seus sofrimentos. A fuga de milhares de homens e mulheres que se afastavam do "mundo, da carne e do Diabo" e se recolhiam a conventos e mosteiros sugere não tanto a sua covardia, mas a extrema desordem, a insegurança e a violência da vida medieval. Parecia óbvio que os impulsos selvagens dos homens só poderiam ser controlados por um código moral sancionado por forças sobrenaturais. O mundo necessitava, antes de mais nada, naquela época, de uma crença que contrabalançasse as atribulações com a esperança, que suavizasse as agruras com o alívio, que redimisse o prosaísmo da labuta diária com a poesia da crença, que cancelasse, com sua continuação, a brevidade da vida, e que desse significado inspirador e enobrecedor ao drama cósmico, que, do contrário, poderia ser uma procissão, intolerável e sem sentido, de almas, espécies e estrelas entrechocando-se entre si, até chegar à inevitável extinção.

O cristianismo procurou atender a essas necessidades por meio de extraordinária e épica concepção da criação e do pecado humano, da Virgem Mãe e do Deus sofredor, da alma imortal destinada a enfrentar o Juízo Final, a ser condenada ao inferno perpétuo, ou a ser salva, para a bem-aventurança eterna, por uma Igreja que ministrasse, através de seus sacramentos, a graça divina conquistada pela morte do Redentor. Era dentro dessa ampla visão que a maioria dos cristãos vivia e encontrava significado para sua vida. A maior dádiva da fé medieval era a sustentadora convicção de que, no fim, o justo prevaleceria, e de que toda vitória aparente do mal se sublimaria, afinal, no triunfo universal do bem.

O Juízo Final era o pivô da religião cristã, bem como da crença judia e muçulmana. A crença no Segundo Advento de Cristo e no fim do mundo, como prelúdios do Juízo Final, sobrevivera aos desapontamentos dos Apóstolos, à passagem do ano 1000 e aos temores e esperanças de 40 gerações. Tornara-se menos vívida e geral, mas não morrera. "Homens sensatos", disse Roger Bacon, em 1271, "consideravam próximo o fim do mundo."[1] Toda grande epidemia ou desastre, todo terremoto, cometa ou

outro acontecimento extraordinário era encarado como prenúncio do fim do mundo. Mesmo, porém, que o mundo continuasse, as almas e os corpos dos mortos ressuscitariam incontinenti, a fim de comparecer perante o seu Juiz. (A primitiva teoria cristã de que o julgamento dos mortos seria adiado até o dia do "julgamento final", no fim do mundo, foi substituída pela doutrina de que cada indivíduo seria julgado imediatamente após sua morte.)[2]

Os homens esperavam vagamente pelo céu, mas temiam sobremaneira o inferno. Havia muita ternura no cristianismo medieval, provavelmente mais do que em qualquer outra religião da História, mas a teologia e as prédicas católicas, como as dos primitivos protestantes, achavam-se justificadas no acentuar o terror do inferno. (Sobre os métodos dos pregadores do Exército da Salvação: vide general William Booth [1829-1912]. "Nada impressiona tanto o povo como o terrífico. É preciso que se lhe ponha o fogo do inferno a arder diante dos olhos, pois, do contrário, não dará um passo."[3]) Cristo não era, naquela época, o "gentil Jesus, humilde e suave", mas o severo vingador de todo pecado mortal. Quase todas as igrejas mostravam alguma representação de Cristo como Juiz; muitas continham pinturas acerca do Juízo Final, e estas revelavam, de maneira bem evidente, mais as torturas dos condenados do que a bem-aventurança dos justos. São Metódio, segundo nos contam, converteu o rei Bóris, da Bulgária, pintando um quadro do inferno em uma das paredes do palácio imperial.[4] Muitos místicos afirmavam ter tido visões do inferno, e descreviam a sua geografia e o seu terror.[5] O monge Tundale, no século XII, narrou estranhos pormenores. No centro do inferno, disse ele, o Demônio achava-se atado, por meio de corrente incandescente, a uma grelha ardente. Seus gritos de agonia jamais cessavam; tinha as mãos livres, estendia-as e agarrava os condenados; seus dentes esmagavam-nos como se fossem uvas; seu hálito, de fogo, arrastava-os pela sua garganta ardente. Demônios assistentes, munidos de arpões de ferro, mergulhavam os corpos dos condenados, alternadamente, no fogo ou em água gelada, ou os dependuravam pela língua, ou os cortavam a serrote, ou os amassavam em um cepo de bigorna, ou os punham a ferver ou, ainda, os distendiam entre ganchos. Ao fogo era misturado enxofre, para que terrível mau cheiro pudesse aumentar a tortura dos condenados; mas o fogo não produzia luz, de modo que horrorosa escuridão envolvia a incalculável diversidade de sofrimentos.[6] Quanto à Igreja, não dava a localização ou a descrição oficial do inferno; mas encarava de cenho carregado os que, como Orígenes, duvidavam da realidade de seu fogo material.[7] O propósito da doutrina teria sido frustrado, fosse ela mais leniente. Santo Tomás de Aquino afirmava que "o fogo que atormentará os corpos dos condenados é corpóreo", e localizava o inferno na "parte mais profunda da terra".[8]

Para a imaginação medieval comum — e para homens como Gregório, o Grande — o Diabo não era uma figura de retórica, mas uma realidade de carne e sangue, vagando por toda a parte, fazendo tentações e criando toda espécie de males. É verdade que se podia repeli-lo esparzindo água benta ou fazendo-se o sinal-da-cruz; mas ele deixava atrás de si terrível cheiro de enxofre queimado. Era ele grande admirador de mulheres, de cujos sorrisos e encantos se valia para seduzir suas vítimas, e das quais, às vezes, recebia favores — se se acreditar no que elas próprias diziam. Assim é que uma mulher de Tolosa admitiu haver, freqüentemente, dormido com Satanás, tendo, aos 53 anos de idade, dado à luz, através dos seus serviços, a um monstro com cabeça de lobo e cauda de serpente.[9] O Diabo tinha imensa coorte de demônios assis-

tentes, os quais ficavam a rondar as almas de todas as criaturas, agindo, persistentemente, com o fim de conduzi-las ao pecado. Gostavam, também, de deitar, como íncubos, em companhia de mulheres displicentes, solitárias ou que pertencessem à Igreja.[10] O monge Richalm descreveu-os como "enchendo o mundo todo; o próprio ar não é senão uma massa espessa de demônios, sempre, e em toda a parte, à nossa espera... sendo maravilhoso o fato de conseguirmos manter-nos vivos. Se não fosse pela graça de Deus, nenhum de nós escaparia".[11] Todos, praticamente, inclusive os filósofos, acreditavam nessa multidão de demônios; mas um senso de humor salvador temperava essa demonologia, e os homens mais saudáveis encaravam esses pequenos diabos mais como espíritos buliçosos e maldosos do que como objetos de terror. Tais demônios, acreditava-se, intrometiam-se audível mas invisivelmente nas conversações, faziam buracos nas vestes das pessoas e atiravam imundícies nos que passavam. Um demônio, cansado, sentou-se sobre um pé de alface, sendo, inadvertidamente, comido por uma freira.[12]

Mais alarmante ainda era a doutrina de que "muitos são os chamados, mas poucos os escolhidos" (Mateus XXII, 14). Teólogos ortodoxos — tanto maometanos como cristãos — afirmavam que vasta maioria da raça humana iria para o inferno.[13] A maioria dos teólogos cristãos interpretavam literalmente a afirmação atribuída a Cristo: "O que crer, e for batizado, será salvo; o que porém não crer será condenado" (Marcos XVI, 16). Santo Agostinho concluiu, relutantemente, que as crianças que morriam sem batismo iam para o inferno.[14] Santo Anselmo pensava que a condenação de crianças não batizadas (culpadas em conseqüência do pecado de Adão e Eva) não era mais irrazoável do que o estado de escravidão das crianças que nasciam de escravos — o que ele considerava razoável.[15] A Igreja suavizou essa doutrina, ensinando que as crianças não batizadas iam para o limbo (*Infernus puerorum*), e não para o inferno, e que, no limbo, seu único sofrimento era a dor da perda do paraíso.[16] Quase todos os cristãos acreditavam que todos os muçulmanos — e quase todos os muçulmanos (com exceção de Maomé) que todos os cristãos — iriam para o inferno, sendo em geral aceito que todos os "pagãos" seriam condenados.[17] O Quarto Concílio de Latrão (1215) declarou que homem algum poderia ser salvo fora da Igreja Universal.[18] O Papa Gregório IX condenou, como heresia, a esperança de Raimundo Lúlio de que "Deus tinha tanto amor pelo Seu povo que quase todos os homens seriam salvos, pois se a maioria fosse condenada, em lugar de ser salva, não haveria grande amor na misericórdia de Cristo".[19] Religioso preeminente algum se permitia acreditar — ou dizer — que os salvos seriam em maior número que os condenados.[20] Bertoldo de Regensburgo, um dos mais famosos e populares pregadores do século XIII, calculou que, diante dos salvos, a proporção dos condenados era de 100.000 para um.[21] Santo Tomás de Aquino achava que "também nisso aparece, principalmente, a misericórdia de Deus, pois que Ele, de onde muitos caíram, ergue alguns poucos para a salvação".[22] O rumor dos que eram salvos constituía débil eco ante os gemidos dos condenados;[23] e Gregório, o Grande, afirmava que a cratera do Etna estava aumentando, diariamente, para receber o enorme número de almas destinadas à condenação.[24] As convulsionadas entranhas da terra mantinham em seu ardente abraço a grande maioria dos seres humanos que haviam até então nascido. Do inferno, não havia saída nem salvação durante toda a eternidade. Disse Bertoldo: Contai os grãos de areia da praia, ou os cabelos ou pêlos que cresceram nos homens e nos animais desde Adão; calculai um ano de tortura para cada grão ou pêlo, e esse espaço de tempo mal

representaria o começo da agonia do condenado.[25] O derradeiro momento da vida do homem era decisivo para toda a eternidade; e o receio de que o momento final pudesse encontrá-los em pecado ou sem absolvição pesava terrivelmente sobre a alma dos homens.

Tais terrores eram, de certo modo, cuidadosamente mitigados pela doutrina do purgatório. As preces para os mortos constituíam um costume tão velho quanto a Igreja. Pode-se traçar até ao ano 250 a realização de penitências e de missas a favor dos mortos.[26] Agostinho discutira a possibilidade de haver um lugar para a purgação de pecados esquecidos que não haviam sido inteiramente expiados antes da morte. Gregório I aprovara a idéia, e sugerira que o sofrimento das almas, no purgatório, poderia ser abreviado ou atenuado por meio de preces dos amigos vivos.[27] Essa teoria não conquistou inteiramente a crença popular até que Pedro Damião, mais ou menos em 1070, deu-lhe a inspiração de sua eloqüência febril. No século XII, foi ela fortalecida pela divulgação de uma lenda segundo a qual São Patrício, a fim de convencer alguns incrédulos, permitira que um poço fosse escavado na Irlanda, pelo qual desceram diversos monges. Alguns deles voltaram, diz a narração, e descreveram o purgatório e o inferno com desencorajadora vivacidade. O cavaleiro irlandês Owen declarara, em 1153, que descera por esse poço ao inferno. E a descrição de suas experiências subterrâneas alcançou prodigioso sucesso.[28] Turistas vinham de longe, a fim de visitar o tal poço. Verificaram-se abusos de ordem financeira — e o Papa Alexandre VI, em 1497, ordenou que o mesmo fosse fechado, como impostura.[29]

Qual a proporção do povo que, na cristandade medieval, aceitava as doutrinas do cristianismo? Ouvimos falar de muitos hereges, mas a maioria deles admitia os princípios básicos do credo cristão. Em Orléans, em 1017, dois homens, "dentre os mais dignos pela linhagem e pelo saber", negaram a criação, a Trindade, o céu e o inferno, como sendo "meros desvarios".[30] João de Salisbury, no século XII, conta que ouviu muitas pessoas dizerem: "embora a religião possa afirmar o contrário".[31] Nesse século, diz Villani, havia, em Florença, epicuristas que escarneciam de Deus e dos santos, e que viviam "de acordo com a carne".[32] Geraldo Cambrensis (1146?-1220) conta a história de um sacerdote, cujo nome não menciona, e o qual, censurado por outro, por haver celebrado descuidadamente a missa, perguntou se o seu crítico acreditava, realmente, na transubstanciação, na encarnação, na concepção da Virgem e na ressurreição, acrescentando que tudo isso tinha sido inventado pelos ardilosos antigos, a fim de manter os homens em estado de terror e sujeição, e sustentado depois pelos hipócritas.[33] O próprio Geraldo de Gales cita o erudito Simão de Tournai (*ca.* 1201) como tendo bradado, certo dia: "Ó Deus Todo-Poderoso! Até quando durará esta supersticiosa seita de cristãos e esta invenção adventícia?"[34] Deste Simão, diz a história que, durante uma conferência, provou, com engenhosos argumentos, a doutrina da Trindade e que, depois, exaltado pelos aplausos da assistência, vangloriou-se de que poderia provar a falsidade da doutrina com argumentos ainda mais convincentes — depois do que, afirma-se, foi imediatamente tomado de paralisia e de idiotice.[35] Em 1200, mais ou menos, Pedro, prior da Santíssima Trindade, em Aldgate, Londres, escreveu: "Há certas pessoas que não acreditam na existência de Deus, e que acham que o mundo é governado pelo acaso... Há muitos que não crêem em anjos bons ou anjos maus, nem na vida depois da morte, nem em qualquer outra coisa espiritual e invisível."[36] Vicente de Beauvais (1200?-64) lamentava-se de que muitos "zombavam de visões e de histórias" (de santos), as quais consideravam como "fábu-

las vulgares ou mentirosas invencionices". E acrescentava: "Não é, pois, de espantar que tais narrações não mereçam a fé dos homens que não crêem no inferno."[37]

A doutrina do inferno encravava-se em muitas gargantas. Certas almas simples perguntavam: "Por que criou Deus o Diabo, se previu o pecado e a queda de Satanás?"[38] Os cépticos argumentavam que Deus não poderia ser tão cruel a ponto de punir pecados passageiros com sofrimentos infindáveis; ao que os teólogos contestavam que o pecado mortal era uma ofensa contra Deus e, portanto, envolvia culpa infinita. Um tecelão de Toulouse, em 1247, continuava incrédulo: "Se", dizia ele, "pudesse agarrar esse Deus que, dentre cada mil homens que criou, salva apenas um e condena o resto, eu o seguraria, com unhas e dentes, como a um traidor, e lhe cuspiria no rosto."[39] Outros cépticos argüíam, mais genialmente, que o fogo do inferno acabaria, dentro de certo tempo, por calcinar a alma e o corpo dos condenados, tornando-os insensíveis, de modo que "aquele que se acostumasse ao inferno, estaria, lá, tão confortavelmente como em qualquer outro lugar".[40] A velha piada de que o inferno abriga gente mais interessante do que o céu aparece no idílio francês de *Aucassin et Nicolette* (*ca.* 1230).[41] Os sacerdotes queixavam-se de que a maioria das pessoas protelavam a idéia do inferno até o instante em que se achavam em seu leito de morte, confiantes de que, por mais pecaminosas que tivessem sido suas vidas, "três palavras" (*ego te absolvo*) "as salvariam".[42]

Ao que parece, tanto então como agora, havia os ateus de aldeia. Mas os ateus de aldeia deixam poucas memórias atrás de si — e a literatura que provém da Idade Média foi, em grande parte, escrita por clérigos, ou então, peneirada por seleção eclesiástica. Encontraremos "eruditos errantes" a compor versos irreverentes, rudes aldeões a proferir as mais terríveis blasfêmias; pessoas a dormir e a roncar[43] e, mesmo, a dançar[44] e a praticar a prostituição[45] em igrejas; e havia mais lascívia, glutonaria, assassínio e roubo no domingo (disse um frade) "do que durante toda a semana precedente".[46] Tais tópicos, sugerindo falta de verdadeira fé, poderiam ser multiplicados, somando-se exemplos de centenas de países e de milhares de anos em uma página — e servem-nos para advertir-nos e impedir que exageremos a idéia que temos da religiosidade medieval. Não obstante, a Idade Média ainda transmite ao estudioso insinuante atmosfera de práticas e crenças religiosas. Todos os países europeus tomaram o cristianismo sob a sua proteção, obrigando, por lei, a submissão à Igreja. Quase todos os reis enchiam a Igreja de dádivas. Quase todos os acontecimentos da História eram interpretados sob o ponto de vista religioso. Cada incidente do Velho Testamento prefigurava alguma coisa no Novo. *In vetere testamento*, disse Santo Agostinho, *novum latet, in novo vetus patet*, isto é, afirmou o grande bispo, Davi observando o banho de Betsabá simbolizava o Cristo a observar Sua Igreja purificando-se da poluição do mundo.[47] Tudo que era natural tinha um signo sobrenatural. Cada parte da Igreja, afirmou Guilherme Durand (1237?-96), bispo de Mende, tem um significado religioso: o portal é Cristo, através do qual penetramos no céu; os pilares são os bispos e os doutores que sustentam a Igreja; a sacristia, onde os sacerdotes vestem seus hábitos, é o ventre de Maria, onde Cristo se revestiu de carne humana.[48] Cada animal tinha, desse modo, um significado teológico. "Quando uma leoa tem seu filhote", diz um livro medieval típico sobre animais, "este nasce morto, e ela o observa durante três dias, até que o pai, chegando no terceiro dia, lança sobre a cara do filho o seu hálito, dando-lhe vida. Assim, o Pai Todo-Poderoso fez erguer-se da morte Seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo."[49]

O povo recebia de boa vontade e, em geral, criava milhares de narrações de acontecimentos, poderes e curas sobrenaturais. Um garoto inglês procurou furtar, em seu ninho, uns filhotes de pombo — e sua mão ficou miraculosamente colada à pedra sobre a qual se apoiara. Somente após três dias de preces feitas pelos membros da comunidade conseguiu ele libertar-se.[50] Uma criança ofereceu pão a um Menino Jesus esculpido em um santuário que representava a Natividade. O Menino Jesus agradeceu-lhe e convidou-o para o paraíso. Três dias depois, a criança morria.[51] "Certo sacerdote lascivo cortejava uma mulher. Incapaz de obter-lhe o consentimento, conservou na boca, após a missa, o puríssimo Corpo do Senhor, na esperança de que, se assim a beijasse, ela aquiesceria ao seu desejo pela força do Sacramento... Mas quando ele, ansioso, ia deixando a igreja, sentiu-se crescer tanto a ponto de bater com a cabeça contra o teto." Enterrou, então, a hóstia em um canto da igreja, confessando-se, depois, com outro padre. Desenterraram, então, a hóstia e viram que ela se havia convertido na figura, manchada de sangue, de um crucificado.[52] Uma mulher conservou na boca a hóstia sagrada, indo da igreja para casa e colocando-a, afinal, em uma colmeia, a fim de diminuir a mortalidade entre as abelhas. Estas construíram, "com maravilhosa habilidade para seu mais doce hóspede, dos seus mais doces favos, minúscula capela."[53] O Papa Gregório I encheu seus trabalhos de histórias desse gênero. Talvez o povo, ou seus literatos, recebesse tais narrações com uma ponta de malícia, ou como agradáveis composições de ficção, de maneira alguma piores do que as espantosas narrativas com que nossos presidentes e reis descansam seus cérebros sobrecarregados. Pode ser que a credulidade haja mudado em suas maneiras, mas não em seu escopo. Há comovente fé em todas essas lendas medievais: assim quando o bem-amado Papa Leão IX retornou à Itália, de regresso de sua viagem de reforma à França e à Alemanha, o rio Aniene dividiu-se como o Mar Vermelho, para deixá-lo passar.[54]

A força do cristianismo reside em oferecer, ao povo, fé em lugar de conhecimento, arte em lugar de ciência, beleza em lugar de verdade. Os homens o preferiam assim. Tinham a suspeita de que ninguém poderia responder a suas perguntas. Era, pois, prudente, achavam eles, receber com fé as respostas que lhes eram dadas, com autoridade tão tranqüilizadora, pela Igreja; teriam perdido a confiança que nela depositavam, se ela alguma vez houvesse admitido sua falibilidade. Talvez desconfiassem do conhecimento como o fruto mais amargo de uma árvore sabiamente proibida, uma miragem que afastaria o homem do Éden da simplicidade e de uma existência isenta de dúvida. E, assim, o espírito medieval, em sua maior parte, entregou-se à fé, confiou em Deus e na Igreja, como o homem moderno confia na ciência e no Estado. "Não podeis perecer", disse Filipe Augusto a seus marinheiros, em meio de uma tempestade, à meia-noite, "pois, neste momento, milhares de monges estão-se levantando de seus leitos e, dentro em pouco, estarão rezando por nós."[55] Os homens acreditavam que se achavam nas mãos de um poder maior do que o que lhes poderia dar qualquer conhecimento humano. Na cristandade, como no Islã, entregavam-se a Deus — e, mesmo em meio de profanação, violência e luxúria, ansiavam por Ele e pela salvação. Era uma época de embriaguez por Deus.

II. OS SACRAMENTOS

Depois da determinação da fé, a maior força da Igreja reside na administração dos sacramentos — cerimônias que simbolizam a confirmação da graça divina. "Em religião alguma", disse Santo Agostinho, "podem os homens manter-se unidos, a me-

nos que sejam congregados por alguma espécie de associação, por meio de símbolos ou sacramentos visíveis."[56] O termo *sacramentum* era aplicado, no século IV, a quase todas as coisas sagradas: ao batismo, à cruz, à prece; no século V, Agostinho aplicou-o à celebração da Páscoa; no século VII, Isidoro de Sevilha restringiu-o ao batismo, à confirmação e à eucaristia. No século XII, os sacramentos foram, finalmente, fixados em sete: batismo, confirmação, penitência, eucaristia, matrimônio, ordens santas e extrema-unção. Cerimônias menores — como, por exemplo, espargir água benta ou fazer o sinal-da-cruz — eram distinguidas como "sacramentais".

O sacramento mais importante era o batismo. Tinha duas funções: remover a mancha do pecado original e, mediante esse novo nascimento, receber formalmente o indivíduo na congregação cristã. Nessa cerimônia, esperava-se que os pais dessem à criança o nome de um santo, que seria seu padroeiro, modelo e protetor: era isso o seu "nome cristão". No século IX, o primitivo método cristão de batismo por meio de imersão total foi, gradualmente, substituído pelo método de aspersão, menos perigoso à saúde, nos climas nórdicos. Qualquer sacerdote — ou, em caso de emergência, qualquer cristão — podia conferir o batismo. O antigo costume de se adiar o batismo, até aos anos avançados da vida, foi, então, substituído pelo batismo na infância. Em certas congregações, principalmente na Itália, era construída uma capela especial, o batistério, para esse sacramento.

Na Igreja oriental, os sacramentos da confirmação e da eucaristia eram conferidos imediatamente após o batismo. Na Igreja ocidental, a idade da confirmação era, gradualmente, adiada até ao sétimo ano, a fim de que a criança pudesse aprender as noções essenciais da religião cristã. Era ministrado somente pelos bispos, com uma aposição das mãos, uma prece, para que o Espírito Santo entrasse no candidato, uma unção da testa com o crisma e um ligeiro tapa nas faces. Assim, ao conferir-se as honras de cavaleiro, o jovem cristão era confirmado em sua fé, implicando, tal ato, o juramento de que participava dos direitos e dos deveres de cristão.

Mais importante ainda era o sacramento da penitência. Se as doutrinas da Igreja inculcavam um sentimento de pecado, ofereciam, também, os meios de, periodicamente, purificar as almas por meio da confissão a um sacerdote dos próprios pecados e de realizar as penitências que fossem impostas. De acordo com o Evangelho (Mateus XVI, 19; XVIII, 18), Cristo perdoara os pecados, dotando os apóstolos do idêntico direito de "atar e desatar". Esse poder, afirmava a Igreja, proviera, através da sucessão apostólica dos apóstolos para os primitivos bispos, de Pedro para os papas — e, no século XII, o "poder das chaves" foi estendido, pelos bispos, aos sacerdotes. A confissão pública praticada no cristianismo primitivo fora substituída, no século IV, pela confissão privada, a fim de poupar os dignitários de embaraços, mas a confissão pública sobreviveu em muitas seitas heréticas, e uma penitência pública podia ser imposta por crimes tão monstruosos como o massacre de Tessalônica ou o assassínio de Becket. O Quarto Concílio de Latrão (1215) tornou a confissão e a comunhão anual uma obrigação solene, cuja negligência excluiria o ofensor dos serviços da Igreja e do sepultamento cristão. A fim de encorajar e proteger o penitente, um "selo" era colocado sobre cada confissão privada: sacerdote algum podia jamais revelar o que fora assim confessado. Do século VIII em diante, eram publicadas as "Penitências", que prescreviam penitências canônicas (com autorização eclesiástica) para cada pecado: preces, jejuns, peregrinações, dádiva de esmolas, ou outras obras piedosas ou de caridade.

"Essa portentosa instituição", como chamou Leibniz ao sacramento da penitência,[57] produzia muitos e excelentes efeitos. Dava ao penitente alívio a muitas ruminações secretas e neuróticas de remorso; permitia ao sacerdote melhorar, por meio de conselhos e de advertências, a saúde física e moral de seus paroquianos; confortava o pecador com a esperança de que podia corrigir-se; servia, dizia o céptico Voltaire, como repressão ao crime.[58] "A confissão auricular", afirmava Goethe, "não deveria jamais ter sido tirada da humanidade."[59] Havia, também, alguns maus efeitos. Às vezes, a instituição era usada para fins políticos, como quando os sacerdotes recusavam absolvição àqueles que se colocavam ao lado dos imperadores, contra os papas.[60] Em algumas ocasiões, era empregada como meio de inquisição, como quando Carlos Borromeu (1538-84), arcebispo de Milão, instruiu seus sacerdotes a solicitarem dos penitentes os nomes de quaisquer heréticos, ou suspeitos de heresia, que pudessem conhecer.[61] E havia, também, certas almas simples que encaravam a absolvição como uma licença para que novamente pecassem. À medida que o fervor da fé diminuía, as severas penitências canônicas tentavam os penitentes a mentir, e os sacerdotes tinham permissão para substituir as penitências leves, em geral, por alguma contribuição de caridade, para uma causa aprovada pela Igreja. Dessas "comutações" provieram indulgências.

Uma indulgência não era uma permissão para que os penitentes pecassem, mas uma isenção parcial ou plena, concedida pela Igreja, de alguns ou de todos os castigos do purgatório em que incorriam pelos pecados terrenos. A absolvição, na confissão, removia do pecado a culpa que teria condenado o pecador ao inferno, mas não o absolvia do castigo "temporal" merecido pelo seu pecado. Somente uma pequena minoria de cristãos expiava seus pecados na terra; o saldo da expiação seria cobrado no purgatório. A Igreja reivindicava o direito de perdoar tais castigos, transmitindo a qualquer cristão penitente, que realizasse as obras de piedade estipuladas, uma fração do rico tesouro de graças conquistado pelos sofrimentos e pela morte de Cristo, bem como pelo dos santos cujos méritos sobrepujavam os próprios pecados. As indulgências vinham sendo concedidas desde o século IX. No século XI, foram concedidas também indulgências a peregrinos que visitavam os santuários sagrados. A primeira indulgência plenária foi a que Urbano II ofereceu, em 1095, aos que participassem da Primeira Cruzada. Nasceu daí o costume de se conceder indulgência pela repetição de certas preces, participação em certas cerimônias religiosas especiais, construção de pontes, estradas, igrejas, hospitais, derrubadas de florestas, drenagem de pântanos, contribuição para cruzadas, instituições eclesiásticas, jubileu de alguma igreja, guerra cristã, etc... O sistema foi posto a serviço de boas causas, mas também abriu caminho para a cupidez humana. A Igreja comissionava certos eclesiásticos, em geral frades, como *quaestiarii*, para que arrecadassem fundos, oferecendo indulgências em troca de dádivas, arrependimento e preces. Esses solicitadores — que os ingleses chamavam de *pardoners* — punham tal zelo em suas tarefas que chegavam a escandalizar muitos cristãos. Exibiam, para incentivar as contribuições, relíquias falsas ou verdadeiras, conservando para si próprios uma parte devida ou indevida de suas arrecadações. A Igreja fez vários esforços para diminuir tais abusos. O Quarto Concílio de Latrão ordenou aos bispos que advertissem os fiéis contra falsas relíquias e falsas credenciais; acabou com o direito dos abades e limitou o direito dos bispos, de conceder indulgências — e fez um apelo a todos os eclesiásticos para que exercessem com moderação seu zelo nesse novo encargo. Em 1261, o Concílio de Mogúncia condenou muitos *quaes-*

tiarii como mentirosos perversos, os quais exibiam ossos, de homens ou animais, como sendo de santos, exercitavam-se na arte de "soluçar por encomenda" e propunham transações referentes ao purgatório por um máximo de moedas e por um mínimo de preces.[62] Condenações semelhantes foram lançadas por concílios de igreja em Vienne (França — 1311) e Ravena (1317).[63] Mas os abusos continuaram.

Depois do batismo, o sacramento mais importante era o da eucaristia, ou a sagrada comunhão. A Igreja interpretou literalmente as palavras atribuídas a Cristo durante a Última Ceia: "este é o meu corpo", para o pão; e "este é o meu sangue", para o vinho. A característica principal da missa era a "transubstanciação" da hóstia de trigo e do cálice de vinho, pelo miraculoso poder do sacerdote, no corpo e no sangue de Cristo, sendo que a finalidade original da missa era permitir ao fiel participar do "corpo e do sangue, da alma e da divindade" da Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, engolindo a hóstia e bebendo o vinho consagrados. Como o ato de beber o vinho transubstanciado encerrava o perigo de se derramar o sangue de Cristo, surgiu, no século XII, o costume da comunhão somente através da hóstia; e quando certos conservadores (cujas opiniões foram, mais tarde, adotadas pelos hussitas da Boêmia) exigiram que a comunhão se realizasse de ambas as formas, para que ficassem certos de que recebiam tanto o sangue como o corpo do Senhor, os teólogos explicaram que o sangue de Cristo era "concomitante" com o Seu corpo no pão, e que o Seu corpo era "concomitante" com o Seu sangue no vinho.[64] Mil maravilhas eram contadas do poder da hóstia consagrada, para afastar os demônios, curar enfermidades, apagar incêndios e denunciar, afogando-os, os perjuros.[65] Cada cristão precisava comungar pelo menos uma vez por ano; e a Primeira Comunhão dos jovens cristãos realizava-se, com solene aparato, em meio de feliz comemoração.

A doutrina da Presença Real desenvolveu-se lentamente. Sua primeira formulação oficial foi feita pelo Concílio de Nicéia, em 787. Em 855, um monge beneditino francês, Ratramnus, ensinou que o pão e o vinho consagrados eram apenas espiritualmente — e não carnalmente — o corpo e o sangue de Cristo. Em 1045, mais ou menos, Berengário, arcebispo de Tours, levantou dúvidas quanto à realidade da transubstanciação, sendo excomungado; e Lanfranc, abade de Bec, escreveu-lhe uma resposta (1063), afirmando qual a doutrina ortodoxa:

> Cremos que a substância terrena é, por inefável, incompreensível operação do poder celeste, convertida na essência do corpo do Senhor, enquanto que a aparência, e certas outras quantidades, das mesmas realidades, permanecem atrás, a fim de que aos homens seja poupado o choque de perceber coisas descarnadas e sangrentas, e para que os crentes recebam as mais amplas recompensas da fé. Não obstante, ao mesmo tempo, o mesmo corpo do Senhor está no céu... inviolado, inteiro, sem contaminação ou injúria.[66]

A doutrina foi proclamada, como dogma essencial da Igreja, pelo Concílio de Latrão de 1215, sendo que o Concílio de Trento, em 1560, acrescentou que cada partícula da hóstia consagrada, não importa quão partida esteja, contém todo o corpo, sangue e alma de Jesus Cristo. Assim, uma das mais antigas cerimônias da religião primitiva — o ato de comer o deus — é hoje amplamente praticada e reverenciada pela civilização européia e americana.

Tornando o matrimônio um sacramento, um voto sagrado, a Igreja elevou imensamente a dignidade e a permanência dos laços matrimoniais. No sacramento das san-

tas ordens, o bispo conferia ao novo sacerdote os poderes espirituais herdados dos apóstolos e, presumivelmente, concedidos a estes pelo próprio Deus, na pessoa de Cristo. E no sacramento final — extrema-unção — o sacerdote ouvia a confissão do cristão agonizante, dava-lhe a absolvição que o salvava do inferno e ungia-lhe os membros, de modo que pudessem ficar limpos de pecado e preparados para a ressurreição diante de seu Juiz. Seus sobreviventes davam-lhe sepultamento cristão, em lugar de cremação pagã, pois a Igreja afirmava que também o corpo ressuscitaria com a alma dos mortos. Envolviam-no em um sudário, colocavam uma moeda em seu ataúde como para o frete de Caronte,[67] e conduziam-no à sepultura em solene e dispendiosa cerimônia. Podiam ser contratadas pessoas para velar e prantear o morto; os parentes vestiam-se de preto durante um ano — e ninguém poderia dizer, a julgar por luto tão longo, que um coração contrito e o sacramento de um sacerdote haviam garantido para o morto sua entrada no paraíso.

III. PRECE

Em todas as grandes religiões, o ritual é tão necessário como a própria crença. Instrui, alimenta e, às vezes, até mesmo gera a crença; leva o crente a confortante contato com o seu deus; encanta os sentidos e a alma com drama, poesia e arte; liga os indivíduos entre si e à comunidade por meio da convivência, persuadindo-os a compartilhar dos mesmos ritos, dos mesmos cantos, das mesmas preces e dos mesmos pensamentos.

As mais antigas preces cristãs são o *Padre-Nosso* e o *Credo*. Em fins do século XII, começou a tomar forma a terna e sugestiva *Ave-Maria*. Havia, ainda, litanias poéticas, de louvor e súplica. Certas preces medievais chegavam quase até a encantamentos mágicos, para produzir milagres; algumas eram constituídas de inoportunas repetições, que ignoravam as palavras de Cristo quanto às "repetições inúteis".[68] Monges e freiras e, mais tarde, os leigos, seguindo um costume oriental trazido pelos cruzados,[69] foram, gradualmente, adotando o uso do rosário. Assim como os monges dominicanos tornaram esse hábito popular, assim também os franciscanos popularizaram a *Via Crucis*, na qual os fiéis recitavam preces diante de cada uma das 14 "estações" ou quadros representando fases da Paixão de Cristo. Sacerdotes, monges, freiras e certos leigos cantavam ou recitavam as "horas canônicas" — preces, leituras, salmos e hinos formulados por São Bento, e outros, e reunidos em um *breviarium* feito por Alcuíno e Gregório VII. Durante todo o dia e toda a noite, a intervalos de cerca de três horas, essas preces uníssonas alcançavam o céu, provindas de um milhão de capelas e de lareiras. Agradável deveria ter sido a sua música para os lares aos quais chegava o som dessas preces. *Dulcis cantilena divini cultus*, disse Orderico Vitalis, *quae corda fidelium mitigat ac laetificat* — "doce é o canto da música do culto divino, que conforta e alegra o coração dos fiéis".[70]

As preces oficiais da Igreja eram, com freqüência, dirigidas a Deus Pai; poucas apelavam para o Espírito Santo; mas as preces do povo eram dirigidas, principalmente, a Jesus, Maria e aos santos. O Todo-Poderoso era temido, pois ainda trazia, na concepção popular, muito da severidade que viera desde os tempos de Jeová. Como poderia um simples pecador ousar erguer sua prece a um trono tão terrível e distante? Jesus estava mais próximo, mas Ele também era Deus, e dificilmente alguém se aventurava a falar-Lhe frente a frente, após haver ignorado tão completamente Suas Beatitudes.

Parecia mais prudente fazer as preces ante um santo que a canonização garantia estar no céu, solicitando a sua intercessão junto de Cristo. Todo o popular e poético politeísmo da antigüidade nasceu do passado jamais extinto, enchendo o culto cristão de animadora comunhão de espíritos, numa aproximação fraterna de terra e céu, redimindo a fé dos seus elementos mais obscuros. Cada nação, cidade, abadia, igreja, profissão, alma e crise de vida tinha seu santo padroeiro, como na Roma pagã tivera o seu deus. A Inglaterra tinha São Jorge; a França, São Dionísio. São Bartolomeu era o protetor dos curtidores, pois fora esfolado vivo. São João era invocado pelos fabricantes de velas, por haver sido mergulhado em um caldeirão de azeite em ebulição. São Cristóvão era o patrono dos carregadores, pois transportara Cristo nos ombros. Maria Madalena recebia as petições dos fabricantes de perfume, pois derramara óleos aromáticos sobre os pés do Salvador. Para qualquer emergência ou mal, os homens tinham um amigo no céu. São Sebastião e São Roque eram poderosos em épocas de pestilência. Santa Apolônia, cujo queixo fora partido pelo carrasco, curava dor de dente. São Brás curava dor de garganta. São Cornélio protegia os bois, São Gall as galinhas, Santo Antônio os porcos. São Medardo era, na França, o santo mais freqüentemente invocado para fazer chover. Se ele deixava de enviar chuva, seus impacientes devotos atiravam, de vez em quando, a sua estátua na água, talvez como magia sugestiva.[71]

A Igreja organizou um calendário eclesiástico no qual cada dia era destinado à comemoração de um santo. Mas o ano não comportava os 25.000 santos que haviam sido canonizados no século X. O calendário de santos era tão familiar ao povo que o almanaque dividia o ano agrícola pelos seus nomes. Na França, a festa de São Jorge assinalava o dia de semear. Na Inglaterra, o dia de São Valentino marcava o fim do inverno e, nesse dia feliz, os pássaros (diziam eles) acasalavam-se ardentemente nos bosques, enquanto os jovens colocavam flores no peitoril da janela das raparigas que amavam. Muitos santos receberam canonização — às vezes, mesmo, ante oposição eclesiástica — através do insistente culto prestado a sua memória pelo povo ou pela localidade. Colocavam-se imagens de santos em igrejas e praças públicas, edifícios e caminhos, recebendo uma veneração espontânea que escandalizava certos filósofos e iconoclastas. O bispo Cláudio, de Turim, queixava-se de que muitas pessoas "adoravam imagens de santos", não tendo "abandonado os ídolos, mas, apenas, mudado seus nomes".[72] Neste assunto, pelo menos, a vontade e a necessidade do povo criaram a forma do culto.

Com tantos santos, deveria haver, forçosamente, muitas relíquias: seus ossos, cabelos, vestes ou qualquer coisa que tivessem usado. Esperava-se que cada altar contivesse uma ou mais dessas lembranças sagradas. A basílica de São Pedro vangloriava-se de possuir os corpos de Pedro e Paulo, o que fazia de Roma o principal objetivo das peregrinações européias. Uma igreja, em St. Omer, dizia possuir pedaços da Verdadeira Cruz, da lança que perfurara o corpo de Cristo, de seu berço e de seu túmulo, dos manás que caíram do céu, do cajado de Aarão, do altar em que São Pedro celebrara missa, do cabelo, do capuz, da camiseta e da mecha do cabelo retirado da tonsura de Tomás Becket, bem como as pedras originais em que os Dez Mandamentos foram traçados pelo próprio dedo de Deus.[73] A catedral de Amiens tinha, em um santuário, a cabeça de São João Batista, sobre uma taça de prata.[74] A abadia de São Dionísio abrigava a coroa de espinhos e o corpo de Dionísio, o Areopagita. Três igrejas, distintas, na França, afirmavam guardar o corpo completo de Maria Madalena;[75] e cinco

igrejas, também na França, garantiam possuir uma relíquia autêntica da circuncisão de Cristo.[76] A catedral de Exeter exibia pedaços da vela que o anjo do Senhor usava para lumiar o túmulo de Jesus, bem como pedaços do arbusto de trás do qual Deus falou com Moisés.[77] A abadia de Westminster tinha um pouco do sangue de Cristo, e um pedaço de mármore com o sinal do pé do Senhor.[78] Um mosteiro, em Durham, exibia uma das juntas de São Lourenço, o carvão que o queimara, a bandeja em que a cabeça de São João Batista fora apresentada a Herodes, a túnica da Virgem e uma pedra em que havia sinais de seu leite.[79] As igrejas de Constantinopla, antes de 1204, eram particularmente ricas em relíquias: tinham a lança, ainda manchada de sangue, que ferira o Cristo, a vara com que Ele fora vergastado, muitos pedaços da Verdadeira Cruz em relicários de ouro, a "côdea de pão" dada a Judas durante a Última Ceia, alguns fios da barba do Senhor, o braço esquerdo de São João Batista... [80] Durante o saque de Constantinopla, muitas dessas relíquias foram roubadas, outras compradas, sendo, depois, vendidas no Ocidente, de igreja em igreja, a quem fizesse a oferta mais alta. Atribuíam-se a todas as relíquias poderes sobrenaturais, contando-se centenas de histórias a respeito de seus milagres. Homens e mulheres procuravam com afã mesmo as mais insignificantes relíquias, ou até mesmo relíquias, para usar como talismãs mágicos: um fio de vestuário de santo, um pouco de pó de relicário, uma gota de azeite de alguma lâmpada de santuário. Os mosteiros competiam e disputavam entre si na reunião de relíquias e em sua exibição a fiéis generosos, pois a posse de relíquias famosas fazia a fortuna de qualquer abadia ou igreja. A "trasladação" dos ossos de Tomás Becket para uma nova capela, na catedral de Cantuária (1220), trouxe dos fiéis que a ela acorreram uma coleta avaliada, hoje, em $300.000.[81] Um negócio assim tão proveitoso atraía muitos praticantes: milhares de relíquias espúrias foram vendidas a igrejas e indivíduos — sendo que os mosteiros eram tentados a "descobrir" novas relíquias, quando necessitavam de fundos. A culminação do abuso foi o desmembramento de santos mortos, a fim de que vários lugares pudessem gozar de seu patrocínio e de seu poder.[82]

Constitui crédito a favor do clero secular, bem como da maioria dos mosteiros, o fato de que, embora aceitando a eficácia miraculosa das verdadeiras relíquias santas, desaprovavam e, mesmo, freqüentemente, condenavam os excessos desse fetichismo popular. Certos monges, procurando maior retraimento para suas devoções, ressentiam-se dos milagres produzidos pelas suas relíquias. Em Grammont, o abade apelou para os restos de Santo Estêvão, pedindo-lhe que deixasse de realizar seus prodígios, os quais estavam atraindo multidões ruidosas. "Do contrário", ameaçou ele, "atirarei vossos ossos ao rio."[83] Era o povo, e não a Igreja, que tomava a iniciativa de criar ou acrescentar lendas aos milagres efetuados pelas relíquias, sendo que a Igreja, em muitos casos, advertia o público, recomendando-lhe que não desse crédito a tais histórias.[84] Em 386, um decreto imperial, presumivelmente solicitado pela Igreja, proibiu que os fiéis "carregassem consigo ou vendessem" restos de "mártires". Santo Agostinho queixava-se de "hipócritas em vestes de monge", que "mercadejam membros de mártires, se é que são mártires". E Justiniano repetiu o edito de 386.[85] Em 1119, mais ou menos, o abade Guiberto de Nogent escreveu um tratado intitulado *Das Relíquias de Santos*, no qual exigia que se pusesse termo àquela loucura a respeito de relíquias. Muitas das relíquias, disse ele, eram de "santos celebrados em registros sem valor"; "certos abades, seduzidos pelo grande número de dádivas que lhes traziam, toleravam a fabricação de falsos milagres". "Velhas megeras e grupos

de prostitutas cantavam, junto de seus teares, as falsas lendas de santos padroeiros... e, se alguém lhes refutava as palavras, elas o atacavam com suas rocas." O clero, observa ele, raramente tinha ânimo ou coragem de protestar; e ele próprio confessa que também continuava seu caminho, quando deparava com traficantes de relíquias oferecendo, a fiéis ávidos de possuí-las, "um pedaço do próprio pão que Nosso Senhor mordeu com seus próprios dentes", pois "eu seria imediatamente considerado louco, se entrasse a disputar com loucos".[86] Observa ele que muitas igrejas tinham cabeças inteiras de São João Batista, maravilhando-se das cabeças de hidra daquele santo que jamais perdia a cabeça.[87] O Papa Alexandre III (1179) proibiu que os mosteiros levassem suas relíquias de um lugar para outro, procurando contribuições; o Concílio de Latrão de 1215 proibiu a exibição de relíquias fora de seus santuários;[88] e o Segundo Concílio de Lião (1274) condenou o aviltamento de relíquias e imagens.[89]

Em geral, a Igreja não fez tanto para encorajar a superstição, mas a herdou da imaginação do povo ou das tradições do mundo mediterrâneo. A crença no poder miraculoso de objetos, talismãs, amuletos e fórmulas era tão cara ao islamismo como ao cristianismo, e ambas as religiões haviam recebido tais crenças da antigüidade pagã. Antigas formas de adoração fálica eram bastante espalhadas na Idade Média, mas foram, gradualmente, suprimidas pela Igreja.[90] A adoração de Deus como Senhor dos Exércitos e Rei dos Reis herdou maneiras semíticas e romanas de aproximação, veneração e comunicação com o Senhor; o incenso queimado diante do altar e do sacerdote lembrava os antigos sacrifícios junto ao fogo; a aspersão com água benta era uma antiga forma de exorcismo; as procissões e cerimônias lustrais eram continuação de ritos imemoriais; as vestimentas do clero e o título papal de *pontifex maximus* eram legados da Roma pagã. A Igreja teve conhecimento de que alguns convertidos rurais ainda reverenciavam certas fontes, poços, árvores e pedras. Achou, pois, sábio abençoá-los para uso cristão, em lugar de romper abruptamente com costumes tão ligados ao sentimento. Assim, um dólmen, em Blouaret, foi consagrado como capela dos Sete Santos, sendo que a adoração do carvalho foi neutralizada por meio de imagens de santos cristãos penduradas nas árvores.[91] Festivais pagãos apreciados pelo povo, ou necessários como moratória catártica sobre a moralidade, reapareceram como festas cristãs; e ritos pagãos, relacionados com a vegetação, foram transformados em liturgia cristã. O povo continuava a acender fogueiras, em meados do verão, na véspera de São João, e a celebração da ressurreição de Cristo tomou o nome pagão de Eostre, a antiga deusa teutônica da primavera. O calendário cristão dos santos substituiu os *fasti* romanos; antigas divindades caras ao povo tiveram permissão para reviver, sob nomes de santos cristãos. A Dea Victoria (deusa Vitória) dos Baixos-Alpes transformou-se em Santa Vitória, e o Castor e o Pólux renasceram como São Cosme e São Damião.

O maior triunfo conseguido por esse tolerante espírito de adaptação foi a sublimação dos cultos da deusa-mãe pagã na veneração de Maria. Aqui, também, o povo tomou a iniciativa. Em 431, Cirilo, arcebispo de Alexandria, em famoso sermão proferido em Éfeso, aplicou a Maria muitos dos termos carinhosamente aplicados pelos pagãos de Éfeso à sua "grande deusa", Ártemis-Diana; e o Conselho de Éfeso, naquele ano, diante dos protestos de Nestório, sancionou para Maria o título de "Mãe de Deus". Gradualmente, os traços mais suaves de Astarte, Cibele, Ártemis, Diana e Ísis foram reunidos na devoção a Maria. No século VI, a Igreja estabeleceu a festa da Assunção da Virgem ao céu, escolhendo, para sua celebração, o dia 13 de agosto, data dos antigos festivais de Ísis e Ártemis.[92] Maria tornou-se a santa padroeira de Constan-

tinopla e da família imperial. Sua imagem era carregada à frente de todas as grandes procissões, sendo (como ainda o é) colocada em todas as igrejas e casas da cristandade grega. Foram, talvez, os cruzados que trouxeram, do Oriente para o Ocidente, um culto mais íntimo e expressivo da Virgem.[93]

A Igreja, porém, não encorajava a idolatria de Maria. Os padres recomendaram Maria como um antídoto a Eva; mas sua hostilidade geral para com as mulheres, como "o vaso mais frágil" e origem da maior parte das tentações ao pecado; a tímida fuga dos monges diante da presença das mulheres; as tiradas dos pregadores contra os encantos e as fraquezas do sexo — tudo isso dificilmente poderia conduzir a uma veneração intensa e ecumênica de Maria. Foi o povo que criou a mais bela flor do espírito medieval, transformando Maria na figura mais amada da História. A população de uma Europa que se refazia não podia mais aceitar a figura severa de um deus que condenava ao inferno a maioria de suas criaturas; e, de comum acordo, o povo abrandou os terrores dos teólogos com sua fé na Mãe de Cristo. Aproximavam-se de Jesus — ainda bastante sublime e justo — através dela, que a ninguém repelia, e a quem o Seu filho não poderia repelir. Um jovem, diz Cesário de Heisterbach (1230), foi persuadido por Satanás, sob promessa de grandes riquezas, a negar o Cristo, mas não foi possível induzi-lo a negar Maria. E, ao arrepender-se, a Virgem persuadiu Cristo a perdoá-lo. Esse mesmo monge conta de um irmão leigo cisterciense que foi ouvido rezando ao Cristo: "Senhor, se tu não me livrares desta tentação, queixar-me-ei de Ti a Tua Mãe."[94] Os homens rezavam tanto à Virgem que a imaginação popular descrevia Jesus como se sentindo enciumado. A um deles, que havia inundado o céu de ave-marias (diz uma formosa lenda), Jesus apareceu e repreendeu-o gentilmente: "Minha mãe muito te agradece por todas as saudações que lhe fazes, mas mesmo assim não deverias esquecer de saudar-me também a mim."[95] Assim como a severidade de Jeová necessitara de Cristo, assim também a justiça de Cristo necessitava, para abrandá-la, da misericórdia de Maria. Com efeito, a Mãe — a figura mais antiga dos cultos religiosos — tornou-se, como Maomé profética e erroneamente a considerara, a terceira pessoa de uma nova Trindade. Todos uniam-se em seu amor e louvor: rebeldes como Abelardo curvavam-se ante ela; satiristas como Rutebeuf, cépticos ruidosos, como os mestres errantes, jamais se aventuraram a proferir uma palavra irreverente sobre ela; cavaleiros colocavam-se a seu serviço, e as cidades davam-lhe suas chaves; a nascente burguesia via nela o símbolo santificado da maternidade e da família; os rudes homens das corporações — e mesmo os heróis blasfemos dos acampamentos e dos campos de batalha — rivalizavam com as jovens camponesas e com as mães aflitas, depositando-lhe aos pés suas preces e suas dádivas.[96] A mais apaixonada poesia da Idade Média era a ladainha que, em crescente fervor, proclamava a glória da Virgem Maria e solicitava sua ajuda. Imagens de Maria erguiam-se em toda a parte, mesmo nas esquinas, nas encruzilhadas e nos campos. Finalmente, nos séculos XII e XIII, no mais nobre nascimento do sentimento religioso da História, os pobres e os ricos, os humildes e os poderosos, o clero e os leigos, os artistas e os artesãos dedicavam suas economias e suas habilidades em sua honra, em milhares de catedrais quase todas dedicadas ao seu nome, ou que continham, como constituindo o seu principal esplendor, alguma capela especial dedicada a Nossa Senhora.

Uma nova religião havia sido criada — e, talvez, o catolicismo haja sobrevivido por havê-la absorvido. Um Evangelho de Maria tomou forma, anticanônico, incrível, indescritivelmente sedutor. O povo gerou as lendas, os monges escreveram-nas. Assim

A Lenda de Ouro contava como uma viúva entregara seu único filho ao chamado de seu país. O jovem foi aprisionado pelo inimigo. A viúva rezava diariamente à Virgem, para que redimisse e lhe devolvesse o filho. Tendo passado muitas semanas sem resposta, a mulher furtou a imagem do Menino Jesus dos braços de Maria e escondeu-O em sua casa — após o que a Virgem abriu as portas da prisão, libertou o jovem e pediu-lhe: "Dize a tua mãe, meu menino, para que me devolva meu Filho, agora que lhe devolvi o dela."[97] Em 1230, aproximadamente, um prior francês, Gautier de Coincy, reuniu as lendas de Maria em um formidável poema de 30.000 versos. Nele, encontramos a Virgem curando um monge enfermo por meio de leite sugado de sua *douce mamelle;* um ladrão que, antes de realizar suas façanhas, sempre elevava a ela suas preces e que, tendo sido preso e condenado à forca, foi, no cadafalso, segurado por suas mãos invisíveis, até que, tendo seus executores percebido a proteção de Maria, puseram-no em liberdade; e uma freira que, tendo abandonado o convento, para entregar-se a uma vida de pecado, regressou, anos mais tarde, tomada de profundo arrependimento, e viu que a Virgem — a quem jamais deixara de fazer uma prece diária — havia, durante todo o tempo de sua ausência, permanecido em seu lugar, para que não notassem a sua falta.[98] A Igreja não podia aprovar todas essas histórias, mas comemorava com grandes festividades os principais eventos da vida de Maria: a Anunciação, a Visitação, a Purificação (Candelária), a Assunção — e, finalmente, acedendo ao apelo de gerações de leigos e de monges franciscanos, permitiu que os fiéis acreditassem e, em 1854, exortou-os na crença da Imaculada Conceição, ou seja, que Maria fora concebida livre da mancha do pecado original que, na teologia cristã, recai sobre cada criança nascida de homem e mulher, desde Adão e Eva.

A veneração de Maria transformou o catolicismo de uma religião de terror — talvez necessária na Idade Média — numa religião de misericórdia e de amor. A metade da beleza do culto católico, muito do esplendor da arte e dos cantos católicos são criação dessa fé galante na devoção e na suavidade, e, mesmo, no encanto e na graça da mulher. As filhas de Eva penetraram no templo, transformando-lhe o espírito. Devido, em parte, a esse novo catolicismo, o feudalismo foi atenuado, transformando-se no cavaleirismo, e a situação da mulher elevou-se um tanto, em um mundo feito pelo homem — e, por esse motivo, a escultura e a pintura da Idade Média e da Renascença deram à arte uma profundidade e uma ternura que os gregos raramente conheceram. Pode-se perdoar muita coisa a uma religião e a uma época que criaram Maria e suas catedrais.

IV. RITUAL

Na arte, nos hinos e na liturgia, a Igreja, sabiamente, deu lugar à devoção da Virgem; mas, nos antigos elementos de sua prática e de seu ritual, insistia nos aspectos mais severos e solenes da fé. Seguindo costumes antigos e, talvez, por motivos de saúde, prescrevia jejuns periódicos: nas sextas-feiras não devia haver carne; durante todos os 40 dias da quaresma, não se podia comer carne, ovos ou queijo, e o jejum não devia ser interrompido até à hora nona (três horas da tarde). Além disso, não deveria haver, nesse período, casamentos, diversões, caçadas, julgamentos em tribunais ou relações sexuais.[99] Estes eram conselhos de perfeição, raramente observados ou postos em prática em sua inteireza, mas ajudavam a enrijecer a vontade e dominar os apetites excessivos de uma população onívora e carnal.

A liturgia da Igreja constituía outra velha herança, remodelada em formas mais

elevadas e comoventes de drama, música e arte religiosos. Os salmos do Antigo Testamento, as preces e homilias do templo de Jerusalém, as leituras do Novo Testamento, e a administração da eucaristia constituíam os primitivos elementos do serviço cristão. A divisão da Igreja em oriental e ocidental tivera como resultado a divergência de ritos, e a inabilidade dos primeiros papas em estender sua plena autoridade além da Itália central resultou em diversidade de cerimônias mesmo no seio da Igreja latina. Um ritual estabelecido em Milão estendeu-se à Espanha, à Gália, à Irlanda e à Bretanha no norte, não sendo sobrepujado pelo ritual romano até 664. O Papa Adriano I, provavelmente completando trabalhos iniciados por Gregório I, reformou a liturgia em um "Sacramentário" enviado a Carlos Magno em fins do século VIII. Guilherme Durand escreveu a obra clássica medieval sobre a liturgia romana em seu *Rationale divinorum officiorum* (*Exposição Racional dos Ofícios Divinos* — 1286). Podemos julgar a sua larga aceitação pelo fato de haver sido o primeiro livro publicado depois da Bíblia.

O centro e o ponto culminante do culto cristão era a missa. Nos primeiros quatro séculos, essa cerimônia era chamada eucaristia ou ação de graças — e a comemoração sacramental da Última Ceia continuava a sua essência. Em torno dela, foi-se acumulando, no decurso de 12 séculos, uma complicada sucessão de preces e cantos, variando de acordo com o dia e as estações do ano e com o propósito da missa individual, e inscritos para conveniência do sacerdote no Missal, ou Livro da Missa. No rito grego e, às vezes, no latino, os dois sexos eram separados na congregação. Não havia bancos: todos permaneciam de pé e, nos momentos mais solenes, ajoelhavam-se. Eram feitas exceções para os velhos e pessoas débeis. Quanto aos monges ou cônegos, que deviam ficar de pé durante longas cerimônias, tinham, construídas especialmente, pequenas saliências transversais em seus bancos do coro, a fim de suportar-lhes a base da espinha. Estas *misericordiae* (misericórdias) tornaram-se a peça favorita dos entalhadores da época, que nela revelavam suas habilidades. O sacerdote oficiante vestia uma toga coberta de alva, casula, manípulo e estola — vestes coloridas, com decorações simbólicas. Os símbolos mais importantes eram, habitualmente, as letras IHS, isto é, *Iesus Huios Soter*, "Jesus Filho (de Deus), o Salvador". Quanto à própria missa, começava ao pé do altar, com um intróito humilde: "Irei ao altar de Deus", ao que o acólito acrescentava: "Ao Deus que dá alegria a minha juventude." O sacerdote subia ao altar e beijava-o, como repositório sagrado de relíquias santificadas. Entoava o *Kyrie eleison* ("Senhor, tende piedade de nós"), sobrevivência grega na missa latina; e recitava o *Gloria* ("Glória a Deus nas alturas") e o *Credo*. Consagrava pequenas hóstias de pão e um cálice de vinho, transformando-os, com as palavras *Hoc est corpus meum* e *Hic est sanguis meus*, no corpo e no sangue de Cristo. E oferecia esses elementos transubstanciados — isto é, o Filho do Pai — como um sacrifício propiciatório a Deus, em comemoração do sacrifício na cruz, em lugar do antigo sacrifício de seres vivos. Voltando-se para os fiéis, concitava-os a elevar seus corações a Deus: *sursum corda* — ao que o acólito, representando a congregação, respondia: *Habemus ad Dominum*, "Nós o elevamos ao Senhor". O sacerdote, então, recitava o tríplice *Sanctus*, o *Agnus Dei* e o *Pater noster*. Em seguida, ele próprio participava do pão e do vinho consagrado, administrando a eucaristia aos que comungavam. Após algumas preces adicionais, proferia a fórmula final — *Ite, missa est* — "Parti, dispersai-vos" — da qual, provavelmente, a missa deriva seu nome.[100] Em cerimônias adotadas posteriormente, havia, ainda, a bênção da congregação pelo sacerdote, bem como outra leitu-

ra do Evangelho — usualmente o exórdio neoplatônico do Evangelho de São João. Normalmente, não havia sermão, exceto quando algum bispo oficiava, ou quando, após o século XII, algum frade vinha pregar.

No princípio, todas as missas eram cantadas, e a congregação participava dos cantos; do século IV em diante, diminuiu a participação vocal dos fiéis, sendo que "coristas canônicos" forneciam a resposta musical ao canto do sacerdote celebrante. Os hinos cantados nas diversas cerimônias da Igreja estão entre as mais comoventes manifestações do sentimento e da arte medievais. A história conhecida do hino latino começa com o bispo Hilário de Poitiers (falecido em 367). Retornando à Gália, após exílio na Síria, trouxe consigo alguns hinos greco-orientais, traduziu-os para o latim e, ele próprio, compôs alguns outros — mas todos eles se perderam. Em Milão, Ambrósio começou novamente: sobrevivem, ainda hoje, 18 de seus melodiosos hinos, cujo fervor reprimido tanto afetou Santo Agostinho. O nobre hino de fé e ação de graças, o *Te Deum laudamus*, antes atribuído a Ambrósio, provavelmente foi escrito pelo bispo rumeno Nicetas de Remisiana, em fins do século IV. Nos séculos posteriores, talvez os hinos latinos hajam adquirido nova delicadeza de sentimento e de forma, sob a influência da poesia de amor muçulmana e provençal.[101] Alguns desses hinos (como certos poemas árabes) chegavam quase a ser, pela excessiva saturação de rimas, quase desagradáveis ao ouvido; mas os melhores hinos do florescimento medieval — os séculos XII e XIII — desenvolveram uma maneira sutil de frase compacta, uma melodia de rimas freqüentes, uma graça e uma ternura de pensamento que os colocam entre as maiores poesias líricas de toda a literatura.

Ao famoso mosteiro de São Vítor, nos arredores de Paris, chegou, aproximadamente em 1130, um jovem bretão que conhecemos apenas pelo nome de Adão de São Vítor. Lá viveu ele, em calma satisfação, os 60 anos de vida que lhe restavam, embebendo-se do espírito dos famosos místicos Hugo e Ricardo, e expressando esse espírito, humilde, encantadora e poderosamente, em hinos que se destinavam, em sua maioria, a acompanhar as seqüências da missa. Um século após sua morte, um monge franciscano, Jacopone da Todi (1228?-1306), compôs o supremo canto lírico medieval, o *Stabat Mater*. Jacopone era um bem-sucedido advogado de Todi, perto de Perugia. Sua esposa, conhecida tanto pela bondade como pela formosura, morreu esmagada no desabamento de uma plataforma, por ocasião de um festival. Jacopone enlouqueceu de dor, passando a percorrer a esmo os caminhos da Úmbria, a clamar aos céus seus pecados e suas tristezas. O corpo coberto de alcatrão e de penas, passava todas as horas a perambular, até que, um dia, tornou-se membro da confraria dos franciscanos e escreveu o poema que sintetiza toda a suave piedade de seu tempo:

Stabat mater dolorosa
iuxta crucem lacrimosa,
  dum pendebat filius;
cuius animan gementem
contristatam et dolentem
  pertransivit gladius.

Permanecia a mãe dolorosa
Banhada em lágrimas ante a cruz,
  Enquanto o filho pendia, agonizante
Pelo seu espírito cheio de angústia,
Pranteando-o, sofredora,
  Penetrou um punhal de dor.

O quam tristis et afflicta
fuit illa benedicta
  mater unigeniti!
Quae maerebat et dolebat,
Pia Mater, dum videbat
  nati poenas incliti.

Ó quão triste e aflita
Estava a mãe abençoada
  Do único Filho!
Gemente, lamentosa,
Mãe piedosa ao ver a tortura
  Do seu nobre Filho.

Quis est homo qui non fleret	Qual o homem que não sofreria
matrem Christi si videret	Se visse a mãe do Salvador
in tanto supplicio?	Em tal agonia?
Quis non posset contristari	Quem poderia deixar de compartilhar de sua dor.
Christi matrem contemplari,	Vendo a mãe de Cristo
dolentem cum filio?...	Sofrendo com o Filho?
Eia, mater, fons amoris,	Vem, mãe, repleta de amor.
me sentire vim doloris	Faze-me sentir tua maior angústia,
fac, ut tecum lugeam;	Deixa-me lamentar contigo.
fac ut ardeat cor meum	Faze meu coração incendiar-se de ardor
in amando Christum deum	Amando Cristo nosso Deus e Salvador,
ut sibi complaceam.	Deixa-me servi-lo assim!
Sancta mater, illud agas,	Santa mãe, faze isto por mim:
crucifixi fige plagas	Fixa os golpes Dele, tão martirizado,
cordi meo valide;	Profundamente em meu coração;
tui nati vulnerati,	Do teu filho tão ferido,
tam dignati pro me pati,	Suportando ignomínia por mim,
poenas mecum divide.	Deixa-me compartilhar o sofrimento!
Fac me vere tecum pie flere	Faze-me piamente soluçar a teu lado
crucifixo condolere,	Chorar contigo o Crucificado
donec ego vixero.	Enquanto eu viver.
Iuxta crucem tecum stare,	De pé junto à cruz, contigo
et me tibi sociare	Faze com que eu esteja sempre em tua companhia,
in planctu desidero.	Ligados, de bom grado, pelo sofrimento.
Fac me cruce custodire	Deixa-me ser guardado pela cruz,
morte Christi praemuniri	Salvo pela Paixão redentora de Cristo
confoveri gratia;	confortado pela Sua graça;
quando corpus morietur,	Quando meu corpo tiver perecido,
fac ut animae donetur	Deixa que minha alma, na glória do céu,
paradisi gloria.	O veja face a face.

Somente dois poemas se rivalizam com este entre os hinos medievais cristãos. Um deles é o *Pange lingua,* composto por Santo Tomás de Aquino para a festa de Corpus Christi. O outro é o terrível *Dies irae* escrito, em 1250 mais ou menos, por Tomás de Celano, e que é ainda cantado nas missas fúnebres. Nele, o horror do Juízo Final inspira um poema tão negro e perfeito quanto qualquer um dos atormentados sonhos de Dante.[102]

Ao tocante ritual de suas preces, hinos e missa, a Igreja juntava as imponentes cerimônias e procissões de festas religiosas. Nos países do norte, a Festa da Natividade apoderou-se dos agradáveis ritos com os quais os teutônicos pagãos haviam celebrado a vitória do sol no solstício de inverno, sobre a noite que se afastava. Daí os cepos de lenha que, na época do Natal, ardiam nos lares alemães, do norte da França, ingleses, e escandinavos, as árvores de Natal carregadas de presentes, e as alegres festas que punham à prova fortes estômagos até à Décima Segunda Noite. Havia muitas outras festas e dias santos: Epifania, Circuncisão, Domingo de Ramos, Páscoa, Ascensão, Pentecostes... Tais dias — e, em menor grau, todos os domingos — constituíam acontecimentos excitantes na vida do homem medieval. Na Páscoa, confessava ele todos os

pecados que lhe importava recordar. Banhava-se. Aparava a barba ou o cabelo, vestia suas melhores e mais confortáveis roupas, recebia Deus na eucaristia, e sentia, mais profundamente do que nunca, o impressionante drama cristão do qual se tornara parte. Em muitas cidades, nos últimos três dias da Semana Santa, os eventos da Paixão eram representados nas igrejas numa peça religiosa, com diálogos e cantochão; e várias outras ocasiões do ano eclesiástico eram assinaladas com tais "mistérios". Por volta de 1240, Juliana, prioresa de um convento das proximidades de Liège, contou ao padre de sua aldeia que uma visão sobrenatural instara junto a ela pela necessidade de honrar, com solene festival, o corpo de Cristo consusbstanciado na eucaristia; em 1262, o Papa Urbano IV sancionou essa celebração, e confiou a Santo Tomás de Aquino a composição de um "ofício" para ela — hinos e preces apropriados. O filósofo desincumbiu-se admiravelmente bem dessa tarefa; e em 1311 a Festa de Corpus Christi foi finalmente estabelecida e celebrada na primeira quinta-feira depois de Pentecostes, com a procissão mais impressionante do ano cristão. Tais cerimônias atraíam imensas multidões e glorificavam numerosos participantes; elas abriram caminho para o drama secular medieval; e contribuíram para o teatro das guildas, os torneios e iniciações de cavaleiros e a coroação de reis, para ocupar com emoção piedosa e espetáculo sublimador a ociosidade ocasional de homens que por sua natureza não se acham inclinados à ordem e à paz. A Igreja baseou sua técnica de moralizar por meio da fé não em argumentos dirigidos à razão, mas sim em apelos aos sentidos por meio de drama, música, pintura, escultura, arquitetura, ficção e poesia. E deve-se confessar que tais apelos às sensibilidades universais são capazes de maiores êxitos — tanto para o mal como para o bem — do que os desafios ao intelecto mutável e individualista. Através de tais invocações a Igreja criou a arte medieval.

Os espetáculos culminantes realizavam-se nos lugares de peregrinação. Homens e mulheres medievais iam em peregrinação para cumprir uma penitência ou um voto, ou procurar uma cura milagrosa, ou ganhar uma indulgência e, sem dúvida alguma, como os turistas modernos, ver terras e vistas estranhas, e encontrar aventura no caminho, como libertação da rotina de uma vida limitada. No fim do século XIII havia cerca de 10.000 lugares sancionados para a peregrinação dos cristãos. Os peregrinos mais corajosos partiam para a longínqua Palestina, às vezes descalços ou vestidos somente de uma camisa, e geralmente armados de cruz, bastão e bolsa, tudo dado por um sacerdote. Em 1054 o bispo Liedbert de Cambrai levou três mil peregrinos a Jerusalém; em 1064 os arcebispos de Colônia e Mogúncia e os bispos de Speyer, Bambergue e Utrecht partiram para Jerusalém com 10.000 cristãos atrás deles; três mil pereceram no caminho; somente dois mil voltaram sãos e salvos à terra natal. Outros peregrinos cruzavam os Pireneus ou se arriscavam no Atlântico, para visitar os ossos considerados como sendo do apóstolo Tiago em Compostela, na Espanha. Na Inglaterra, peregrinos procuravam o túmulo de St. Cuthbert em Durham, o de Eduardo, o Confessor, em Westminster ou o de Santo Edmundo em Bury, a igreja supostamente fundada por José de Arimatéia em Glastonbury, e, acima de tudo, o túmulo de Tomás Becket em Cantuária. Em França havia romaria de peregrinos a São Martinho, em Tours, a Nossa Senhora de Chartres, a Nossa Senhora de Le-Puy-en-Velay. Na Itália sucedia o mesmo com a igreja e os ossos de São Francisco, em Assis, e à Santa Casa, de Loreto, que os fiéis acreditavam ser a mesma casa que Maria tinha habitado com Jesus em Nazaré; quando os turcos expulsaram da Palestina o último cruzado, os anjos carregaram essa casa pelos ares e a depositaram na Dalmácia (1291), depois, ain-

da pelos ares e através do Adriático, transportaram-na para os bosques (*lauretum*) de Ancona, daí o nome Loreto que recebeu a venerada povoação.

Todas as estradas do mundo cristão conduziam peregrinos a Roma para verem os túmulos de Pedro e Paulo, receberem indulgência ao visitar as paragens ou as famosas igrejas da cidade, ou celebrarem algum jubileu ou alguma alegre comemoração da história cristã. Em 1299, o Papa Bonifácio VIII decretou um jubileu para o ano 1300 e ofereceu indulgência plenária àqueles que fossem prestar culto no templo de São Pedro, naquele ano. Calculou-se que havia diariamente na cidade, no decorrer daqueles 12 meses, não menos de 200.000 forasteiros e que um total de dois milhões de visitantes, cada um com sua modesta oferenda, deixou uma fortuna tal diante do túmulo de São Pedro, que se tornou necessário que dois sacerdotes ali ficassem dia e noite para recolher o dinheiro.[103] Havia guias que indicavam aos peregrinos as estradas por onde deviam viajar e quais os pontos a visitar na cidade ou no caminho. Podemos conceber algo da exaltação daqueles peregrinos cansados e cobertos de pó, pois, ao avistarem a Cidade Eterna, eles entoavam um cântico de alegria e louvores:

O Roma nobilis, orbis et domina,
cunctarum urbium excellentissima,
roseo martyrum sanguine rubea,
albis et virginum liliis candida;
salutem dicimus tibi per omnia;
te benedicimus; salve per saecula!

Ó nobre Roma, deste mundo a rainha,
de todas as cidades a mais magnífica,
És da cor do rubi pelo sangue dos mártires,
e branca como os lírios das virgens;
A ti saudamos para todo o sempre,
a ti abençoamos; salve pelos séculos!

A Igreja prestava serviços sociais além de seus vários trabalhos religiosos. Ela enaltecia a dignidade do trabalho, dando o exemplo com a operosidade de seus monges na agricultura. Santificou a organização do trabalho nas associações e formou sociedades religiosas para obras de caridade.[104] Cada igreja era um santuário com direito de asilo, no qual um homem perseguido podia encontrar refúgio até que a sanha de seus perseguidores se acalmasse e cedesse lugar aos processos da lei. Arrancar os homens de tal santuário era cometer um sacrilégio que acarretaria a excomunhão. A igreja ou catedral era o centro social e religioso em uma aldeia ou cidade. Servia-se, às vezes, dos recintos sagrados ou mesmo da própria igreja, aliás com o consentimento do clero, para armazenagem do trigo, feno e vinho e até para moer trigo ou fabricar cerveja.[105] Ali era onde se batizava e enterrava a maioria dos camponeses. Era também onde, aos domingos, se reuniam as pessoas idosas para uma pequena palestra, e os rapazes e moças para se verem e serem vistos. Os pobres ali se reuniam também para receber esmolas da Igreja. Era onde se viam quase todas as coisas belas da aldeia realçar a grandeza do templo de Deus. A pobreza de centenas de lares era como que iluminada pela glória do templo que o povo construíra com seu dinheiro e suor e que todos consideravam como propriedade sua, como o lar espiritual. Os sinos da torre anunciavam as horas do dia e chamavam os fiéis para as orações, e sua música era mais suave que qualquer outra exceto a dos hinos, os quais uniam as vozes e os corações e acalentavam a fé com

os cânticos da missa. Campanários erguiam-se para o céu desde Novgorod até Cádis, de Jerusalém às Hébridas, pois os homens não podem viver sem esperanças e não desejam também morrer.

V. A LEI CANÔNICA

A par com aquela liturgia complexa e colorida, desenvolveu-se uma legislação eclesiástica de forma ainda mais complexa, a qual regulava a conduta e as decisões de uma Igreja que dominava um reino de extensão maior e mais variado do que qualquer império daqueles tempos. A lei canônica era um amálgama de antigos costumes religiosos, passagens das Escrituras, opiniões dos padres, leis dos romanos ou dos bárbaros, decretos dos concílios da Igreja, decisões e opiniões dos papas. Adotaram-se partes do Código de Justiniano a fim de regular a conduta do clero. Adaptaram também outras partes para ficarem mais em consonância com os pontos de vista da Igreja sobre as questões de casamento, divórcio e herança. Fizeram-se, nos séculos VI e VIII, coletâneas da legislação eclesiástica. Os imperadores bizantinos faziam-nas também periodicamente no Oriente. As leis da Igreja romana receberam, de Graciano, cerca de 1148, a sua formulação medieval definitiva.

Graciano, como monge de Bolonha, teria estudado sob a direção de Irnério na universidade lá existente. O seu trabalho, sem dúvida, demonstra amplos conhecimentos da lei romana e filosofia medieval. Intitulou-o *Concordia discordantium canonum — Reconciliação dos Cânones Discordes*. As gerações posteriores chamaram-no de *Decretum*. Nele pôs Graciano, na devida ordem e seqüência, as leis e costumes, os decretos dos papas e concílios, a organização, administração e manutenção da propriedade eclesiástica, os processos dos tribunais, os regulamentos da vida monástica, os contratos de casamento e as disposições sobre legados. O método de exposição poderá ter-se originado de *Sic et non*, de Abelardo, que, por sua vez, exerceu alguma influência sobre os métodos escolásticos depois do tempo de Graciano: começava com proposições imperiosas, citava asserções ou fatos precedentes que as contradiziam, procurava resolver as contradições e acrescentava um comentário. Conquanto o livro não tivesse sido aceito pela Igreja medieval como autoridade definitiva, tornou-se, no período em que abrangia, um texto indispensável e quase sagrado. Gregório IX (1234), Bonifácio VIII (1294) e Clemente V (1313) acrescentaram-lhe alguns suplementos. Esses e alguns outros de pouca monta foram publicados com o *Concordia* de Graciano em 1582 como *Corpus iuris canonici*, um corpo de leis canônicas que se comparava ao do *Corpus iuris civilis*, de Justiniano. (Em 20 de maio de 1918, o *Corpus iuris canonici*, então revisto, tornou-se a lei oficial da Igreja.)

Realmente, o campo que a lei canônica abrangia era maior do que de qualquer outro código civil contemporâneo. Abrangia não somente a estrutura, dogmas e funcionamento da Igreja como também as regras para tratar com os não cristãos em terras cristãs, o processo para a investigação e supressão da heresia e organização das Cruzadas, leis do matrimônio, legitimidade, doações, adultério, divórcio, heranças, regulamentos para as escolas e universidades, juramento, perjúrio, sacrilégio, blasfêmia, simonia, libelo, usura e preço justo, tréguas de Deus e outros meios de limitar a guerra e organizar a paz, direção dos tribunais episcopais e papais, emprego da excomunhão, anátema e interdição, aplicação das penas eclesiásticas, relações entre os pode-

res civis e eclesiásticos, entre o Estado e a Igreja. Esse vasto corpo da legislação da Igreja aplicava-se a todos os cristãos. A Igreja se reservava o direito de punir qualquer infração com uma variedade de penalidades físicas ou espirituais, salvo o fato de que nenhum tribunal poderia dar uma "sentença de sangue" — isto é, não poderia condenar ninguém à pena capital.

Comumente, antes da Inquisição, a Igreja apoiava-se no terror espiritual. Uma pequena excomunhão excluía o cristão dos sacramentos e ritos da Igreja. Qualquer sacerdote podia aplicar essa pena, a qual, para os crentes, significava a condenação às chamas eternas caso o transgressor morresse antes de receber a absolvição. Uma excomunhão maior (à única de que se serve agora a Igreja) somente podia ser dada pelos concílios ou prelados de cargos mais elevados do que o sacerdote e somente para as pessoas dentro de sua jurisdição. Ela afastava a vítima de qualquer convívio legal ou espiritual com a comunidade cristã. O excomungado não podia mover ação judicial, herdar ou praticar qualquer ato válido perante a lei, mas podia ser demandado, e nenhum cristão devia comer ou conversar com ele sob pena de incorrer em uma pequena excomunhão. Quando o rei Roberto de França foi excomungado (998) por haver-se casado com uma prima, todos os seus cortesãos e quase todos os seus servos o abandonaram. Dois empregados que permaneceram com ele costumavam atirar ao fogo as iguarias que sobravam das refeições do rei com receio de ficarem contaminados por elas. Em casos extremos, a Igreja acrescentava à excomunhão o anátema — uma maldição bem urdida com todas as redundâncias da fraseologia legal. Como último recurso, o papa podia lançar uma interdição sobre qualquer parte da cristandade — isto é, suspender todos os serviços religiosos ou a maioria deles. O povo, que sentisse a necessidade de receber os sacramentos e receasse morrer com a alma em estado de pecado obrigaria, cedo ou tarde, o indivíduo excomungado a fazer as pazes com a Igreja. Lançaram-se tais interdições sobre a França em 998, sobre a Alemanha em 1102, sobre a Inglaterra em 1208 e sobre a própria Roma em 1155.

A aplicação excessiva de excomunhões e interdições enfraqueceu sua importância depois do século XI.[106] Os papas empregavam algumas vezes a interdição para fins políticos, como, por exemplo, quando Inocêncio II ameaçou Pisa de interdição caso ela não se juntasse à Liga Toscana.[107] Excomunhões generalizadas — por exemplo, por declarações falsas sobre os dízimos devidos à Igreja — foram em tão grande número, que grandes parcelas da comunidade cristã ficaram privadas da proteção da lei, todas ao mesmo tempo ou sem que delas tivessem conhecimento. Muitos que disso sabiam não lhe deram atenção e até escarneceram do ocorrido.[108] Milão, Bolonha e Florença foram excomungadas três vezes no decorrer dos séculos XIII e XIV. Milão, durante 20 anos, não deu a mínima atenção ao terceiro edito. Disse o bispo Guilherme le Maire em 1311: "Vi, às vezes, com meus próprios olhos, 300 ou 400 excomungados numa única paróquia, e até mesmo 700... os quais desprezavam o Poder das Chaves e blasfemavam contra a Igreja e seus ministros."[109] Filipe Augusto e Filipe, o Belo, pouca atenção deram aos decretos que os haviam excomungado.

Tal indiferença ocasional assinalou o início do declínio da autoridade da lei canônica sobre os leigos da Europa. Da mesma maneira que a Igreja havia colocado sob seu domínio uma tão vasta área de vidas humanas quando ruíram, no primeiro milênio cristão, os poderes seculares, também o governo secular, nos séculos XIII e XIV, à medida que se foi tornando mais forte, foi recuperando para as leis civis, incorporando-as nelas, as disposições das leis canônicas. A Igreja venceu na questão da nomeação de

seus membros, mas sua autoridade começou a declinar na maioria dos outros campos — ensino, casamento, moral, economia e guerra. Os Estados, que se haviam desenvolvido sob a proteção da ordem social por ela criada, declararam-se emancipados e entraram nesse longo processo de secularização que hoje em dia chega a seu ponto culminante. No entanto, o trabalho dos canonistas, à semelhança da maioria das atividades criadoras, não ficou perdido; com ele se prepararam e treinaram os maiores estadistas da Igreja. Ele exerceu também o seu papel na transmissão das leis romanas para o mundo moderno, instituiu os direitos civis das viúvas e dos filhos, estabeleceu o princípio do dote para a mulher na lei civil, na Europa ocidental,[110] e auxiliou a dar uma feição à forma e termos da filosofia escolástica. A lei canônica figura entre as grandes realizações do espírito medieval.

VI. O CLERO

Na linguagem medieval, dividiam-se todas as pessoas em duas classes: as que viviam sob regras religiosas e as que viviam "no mundo". Tanto o monge como a freira eram "religiosos". Alguns monges eram também sacerdotes e constituíam o "clero regular" — isto é, o clero que seguia as regras monásticas (*regula*). Todos os demais clérigos eram chamados "seculares", viviam no "mundo" (*saeculum*). Distinguiam-se as categorias de clérigos pela tonsura — uma coroa rapada na cabeça. Eles usavam manto comprido de cor vermelha ou verde e abotoado de cima para baixo. O termo *clérigo* abrangia não somente os de "ordens menores" — isto é, porteiros de igreja (ostiários), leitores, exorcistas e acólitos, mas também todos os estudantes, universitários e professores e todos aqueles que, tendo recebido a tonsura quando estudantes, tornavam-se mais tarde médicos, advogados, artistas, autores ou serviam como guarda-livros ou auxiliares em trabalhos literários. Podiam casar-se ou seguir qualquer profissão honrada os que não tivessem ingressado nas ordens maiores, quando então não eram obrigados a continuar com a tonsura.

As três "ordens maiores" ou "sacras" — as de subdiáconos, diáconos e sacerdotes — eram irrevogáveis e, em geral, fechavam a porta ao casamento, depois do século XI. Registraram-se casos de casamento e concubinato entre os sacerdotes latinos depois do reinado de Gregório VII,[111] porém tais casos foram-se tornando cada vez mais raros.*

*A generalização do celibato entre os monges, sacerdotes e freiras depois de 1215 apresenta um problema na questão genética. Possivelmente a Europa tivesse sofrido alguma perda de ordem biológica com o fato de tantas pessoas capazes se terem abstido da procriação, mas ignoramos até que ponto se pode herdar uma capacidade superior. Menos teóricos foram os efeitos do desequilíbrio numérico causado entre os sexos na população leiga ao afastarem-se do casamento monges e sacerdotes. As viagens, guerras, cruzadas, lutas de famílias e outros fatores elevaram o índice da mortalidade dos homens acima do das mulheres, deixando com isso solteira ou em promiscuidade uma substancial porcentagem destas. A Igreja acolhia nos conventos as mulheres capazes que para eles desejassem entrar, porém, o número de monges e sacerdotes excedia de muito o de freiras. As filhas dos nobres que não se tinham casado eram muitas vezes doadas a um convento, porém, nas outras classes, as mulheres excedentes resignavam-se a trabalhar como fiandeiras ou viviam, como tias toleráveis, com os parentes, ou se entregavam, por má índole ou terror, à satisfação das exigências de homens respeitáveis.

O pároco tinha de contentar-se com as alegrias espirituais. Como a paróquia era comumente contérmina a uma mansão ou aldeia, era ele geralmente nomeado pelo senhor da mansão[112] de acordo com o bispo. Raramente era um homem de grande saber, pois a educação universitária exigia muito dinheiro e os livros eram raros. Bastava saber ler o breviário e o missal, administrar os sacramentos e organizar a paróquia para o culto e obras de caridade. Era, em muitos casos, um *viçarius*, vigário ou substituto, alugado por um reitor a fim de desempenhar o serviço religioso da paróquia por um quarto das rendas do "benefício". O reitor podia, dessa maneira, possuir quatro ou cinco "benefícios", enquanto o sacerdote vivia muito humildemente[113] e aumentava sua renda com as "taxas do altar" para batizados, casamentos, funerais e missas pelas almas dos mortos. Às vezes, nas lutas de classes, ele tomava o partido dos pobres, como João Ball.[114] Não se podia comparar a sua moral com a do sacerdote moderno, o qual, dada a concorrência de religiões, encontra-se na contingência de portar-se com mais cautela. Em suma, ele fazia paciente e conscienciosamente seu trabalho. Visitava os enfermos, consolava os aflitos, ensinava as crianças, lia o breviário e levava um pouco de moral e o verniz da civilização à população rude dos campos. Disse um de seus críticos mais implacáveis que muitos párocos "eram o sal da terra".[115] Declarou o livre-pensador Lecky que "jamais uma associação de homens demonstrara maior zelo, despido de qualquer interesse pessoal, do que eles. Sacrificavam as melhores coisas terrenas no cumprimento de seus deveres e enfrentavam com grande heroísmo todas as dificuldades, sofrimentos e até a própria morte."[116]

O sacerdócio e o episcopado constituíam o *sacerdotium* ou a ordem sacerdotal. O bispo era um dos membros escolhidos para coordenar várias paróquias e sacerdotes em uma diocese. Fora a princípio escolhido pelos sacerdotes e pelo povo. Antes do pontificado de Gregório VII, era geralmente nomeado por um barão ou rei. Foi, depois de 1215, eleito pelo capítulo da catedral e de acordo com o papa. Ficavam a seu cargo muitas questões de ordem secular e eclesiástica. Sua corte episcopal julgava muitos casos civis bem como todos os que se relacionavam com os clérigos, fosse qual fosse a sua hierarquia. Tinha o poder de nomear e destituir sacerdotes, porém, diminuiu muito, naquele período, sua autoridade sobre os abades e mosteiros de sua diocese, pois os papas, temendo a força dos bispos, traziam as ordens monásticas diretamente sob seu controle. Suas rendas provinham em parte das paróquias, principalmente das propriedades de sua diocese. Às vezes dava a uma paróquia mais do que dela recebia. Os candidatos ao bispado geralmente concordavam em pagar — a princípio, ao rei, depois, ao papa — uma taxa pela sua nomeação e, como regentes seculares, cediam, às vezes, a essa agradável fraqueza de nomear parentes para posições vantajosas. O Papa Alexandre III, queixando-se disso certa vez, declarou que "quando Deus privou os bispos de terem filhos, o diabo deu-lhes sobrinhos".[117] Muitos bispos viviam luxuosamente quando se tornavam senhores feudais; muitos outros, porém, definharam-se na devoção com que atenderam a suas tarefas espirituais e administrativas. Depois da reforma que Leão IX fez no episcopado, os bispos da Europa tornaram-se, moral e espiritualmente, a melhor associação de homens da história medieval.

Acima dos bispos de uma província, estava o arcebispo ou o metropolitano. Somente ele podia reunir ou presidir o concílio provincial da Igreja. Alguns arcebispos, dado seu caráter ou riqueza, exerciam grande domínio sobre quase todos os habitantes de suas províncias. Na Alemanha, os arcebispos de Hamburgo, Bremen, Colônia,

Trier, Mogúncia, Magdeburgo e Salzburgo eram poderosos senhores feudais, os quais, em muitos casos, eram escolhidos pelos imperadores para administrar o império ou servir de embaixadores ou conselheiros do rei. Os arcebispos de Reims, Ruão e Cantuária exerceram papel semelhante na França, Normandia e Inglaterra. Transformaram em "primazes" certos bispos de Toledo, Lião, Narbona, Reims, Colônia e Cantuária, os quais tiveram sobre todos os eclesiásticos de suas regiões uma autoridade que foi muito discutida.

Os bispos que se reuniam periodicamente em um concílio representavam o governo da Igreja. Nos séculos seguintes, esses concílios exigiram poderes superiores ao do próprio papa. Mas naquela época, em que reinavam grandes pontífices, ninguém na Europa ocidental deixava de reconhecer a suprema autoridade eclesiástica e espiritual do bispo de Roma. As virtudes de Leão IX e Hildebrando resgataram os escândalos do século X. O poder do papa havia aumentado muito em meio aos abalos e lutas do século XII até que, no pontificado de Inocêncio III, procuraram estendê-lo por toda a Terra. Reis e imperadores curvavam-se diante do Servo dos Servos de Deus de manto branco e beijavam-lhe os pés. O papado era então a posição mais alta a que um homem podia aspirar. Os maiores espíritos daquele tempo preparavam-se em rigorosas escolas de teologia e leis para conseguir um lugar na hierarquia da Igreja, e os que galgavam o posto máximo eram homens de inteligência e coragem, que não temiam a tarefa de governar um continente. A morte de cada um deles não chegava a interromper a política que eles e seus concílios adotavam. Inocêncio III terminou o que Gregório VII havia iniciado, Inocêncio IV e Alexandre IX alcançaram uma vitória final na luta que Inocêncio III e Gregório IX haviam travado contra o domínio que o império queria exercer sobre o papado.

Teoricamente a autoridade do papa derivava de sua sucessão ao poder conferido por Cristo aos apóstolos. Nesse sentido, o governo da Igreja era uma teocracia, o governo do povo, por meio da religião, pelos vigários de Cristo na Terra. Em outro sentido, a Igreja era uma democracia: todos os homens da cristandade podiam ser eleitos para os cargos de sacerdotes e o de sumo sacerdote, exceto os que fossem mental e fisicamente incapazes, os criminosos sentenciados, os excomungados e escravos. Como em todos os sistemas, os ricos tinham maiores oportunidades de se preparar para a longa caminhada na hierarquia eclesiástica; contudo, a carreira estava aberta para todos e era principalmente o talento do indivíduo que determinava o êxito e não sua linhagem. Centenas de bispos e muitos papas vieram da pobreza.[118] A afluência de sangue novo de todas as classes para a hierarquia eclesiástica alimentava continuamente a inteligência do clero e "foi durante séculos a única maneira prática de se reconhecer a igualdade dos homens".*

*James Westfall Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages*, N. Y., 1928, P. 601. Cf. Voltaire: "A Igreja romana teve sempre a vantagem de dar ao mérito o que, em outros governos, se dá apenas às pessoas de elite" [*Essay on the Manners and Morals of Europe*, em *Works*, N. Y., 1927, XIII b, 30]. Isso, disse Hitler, "é a origem da força poderosíssima que se encontra nessa antiqüíssima instituição. Esta gigantesca hoste de dignitários do clero, refazendo-se ininterruptamente nas mais baixas camadas das nações, preserva não somente seus laços instintivos com o mundo sentimental dos povos como também assegura para si uma soma de energia e força ativa, a qual, por isso mesmo, estará sempre presente apenas nas grandes camadas populares" [*Mein Kampf*, N.Y. 1939, p. 643].

Em 1059, como já vimos, o direito de escolher o papa estava limitado aos "bispos cardeais" estabelecidos perto de Roma. De sete cardeais que eram, nomeados em várias nações pelo papa, foram aos poucos aumentando até formarem o Sacro Colégio com 70 membros, os quais se distinguiam pelos solidéus e mantos púrpura que usavam e constituíam uma nova categoria na hierarquia, acima da qual figurava apenas o papa.

Auxiliado por tais homens e grande número de eclesiásticos e funcionários que constituíam a Cúria Papal ou corte judicial e executiva, o papa governava verdadeiro império espiritual, o qual, no século XIII, atingira seu ponto culminante. Apenas ele podia reunir o concílio geral dos bispos, cujas leis somente entravam em vigor depois de confirmadas por um decreto seu. O papa tinha liberdade de interpretar, rever e prorrogar as leis canônicas da Igreja e de conceder dispensas de suas disposições. Era o último tribunal de apelação para as sentenças das cortes episcopais. Somente ele podia absolver certos pecados graves, dar indulgências maiores ou canonizar um santo. Depois de 1059, todos os bispos tiveram de jurar-lhe obediência e submeter seus negócios à supervisão dos delegados do papa. Ilhas, como Sardenha e Sicília, e nações, como a Inglaterra, Hungria e Espanha, reconheceram-no como seu senhor feudal e enviaram-lhe tributos. Por intermédio dos bispos, sacerdotes e monges, seus olhos e suas mãos podiam estar em qualquer parte do seu reino. Esses homens constituíram um serviço de informação e administrativo com o qual nenhum Estado podia competir. O governo de Roma foi-se restaurando gradativa e sutilmente sobre a Europa pela extraordinária força da palavra.

VII. O SUMO PONTIFICADO: 1085-1294

O conflito entre a Igreja e o Estado sobre as investiduras dos leigos não morreu com Gregório VII e com o aparente triunfo do império; continuou durante toda uma geração através de vários pontífices, tendo-se chegado a um acordo na Concordata de Worms (1122) assinada pelo Papa Calixto II e o Imperador Henrique V. Este último concedeu à Igreja "a investidura do báculo e do anel" e concordou em que as eleições dos bispos e abades "seriam feitas canonicamente" — isto é, seriam feitas pelos clérigos e monges interessados — "e estariam livres de qualquer interferência" e simonia. Calixto concordou em que, na Alemanha, as eleições de bispos ou abades que mantinham terras da coroa fossem realizadas na presença do rei e que, na disputa delas, poderia o rei dar a sua decisão aos contendores após consultar os bispos da província. Calixto concordou também em que cumpriria ao abade ou bispo que tivesse terras da coroa prestar ao rei todas as obrigações feudais de vassalo para soberano.[119] Acordos semelhantes já haviam sido assinados para a Inglaterra e França. Seus signatários reivindicaram para si essa vitória. A Igreja havia feito substanciais progressos rumo a sua autonomia, mas as obrigações feudais continuaram a dar aos reis uma voz predominante na eleição dos bispos em todas as partes da Europa.[120]

Em 1130, o colégio dos cardeais dividiu-se em duas facções: uma que escolhera Inocêncio II e outra que escolhera Anacleto II. Anacleto, conquanto descendesse da nobre família de Pierleoni, tivera um avô judeu que se convertera ao cristianismo. Seus oponentes chamaram-no de "pontífice judeu". São Bernardo, que em outras ocasiões fora amigo dos judeus, escreveu ao Imperador Lotário II que "para vergonha dos cristãos um homem de origem judia havia chegado para ocupar o trono de São

Pedro" — nisso esquecendo a origem deste último. A maior parte do clero e todos os reis da Europa, com exceção de um, apoiaram Inocêncio. A população européia divertiu-se com as calúnias atiradas contra Anacleto — acusavam-no de incesto e de expoliar as igrejas cristãs para enriquecer seus amigos judeus, porém, o povo de Roma o apoiou até sua morte (1138). Foi provavelmente a história de Anacleto que deu origem à lenda de Andreas, no século XIV, sobre "o papa judeu".[121]

Adriano IV (1154-9) foi outro exemplo da carreira eclesiástica *ouverte aux talents*. Nicolau Breakspear nasceu na Inglaterra, filho de pais pobres, e foi, como mendigo, para um mosteiro e, pela sua capacidade, galgou os postos de abade, cardeal e papa. Doou a Irlanda a Henrique II da Inglaterra, obrigou Barba-Roxa a beijar-lhe os pés e quase conseguiu fazer que o grande imperador concedesse aos papas o direito de dispor dos tronos reais. Quando morreu, uma maioria de cardeais escolheu para seu sucessor Alexandre III (1159-81) e a minoria Vítor IV. Barba-Roxa, julgando restaurar o poder que os imperadores alemães exerciam sobre o papado, convidou ambos para vir a sua presença e expor seus direitos. Alexandre recusou-se a atender ao chamado; Vítor, porém, concordou, e Barba-Roxa o reconheceu como papa no sínodo de Pavia (1160). Alexandre excomungou Frederico, eximiu os súditos de prestarem obediência ao imperador e auxiliou a revolução que estourara na Lombardia. A vitória da Liga Lombarda em Legnano em (1176) foi uma humilhação para Frederico. Ele fez a paz com Alexandre em Veneza e, mais uma vez, beijou os pés do pontífice. Esse mesmo pontífice obrigou Henrique II, da Inglaterra, a ir descalço ao túmulo de Becket para aí receber as disciplinas dos cânones de Cantuária. Foi a longa luta de Alexandre e sua completa vitória que alicerçaram o caminho para um dos maiores papas da história.

Inocêncio III nasceu em Anagni, nas proximidades de Roma, em 1161. Como Lotário dei Conti, filho do conde de Segni, tivera todas as vantagens oriundas de uma linhagem aristocrática e de uma educação muito culta. Estudou filosofia e teologia em Paris e leis canônicas e civis em Bolonha. De volta a Roma, graças a sua mestria, tanto diplomática quanto doutrinária, e relações influentes, elevou-se rapidamente na hierarquia eclesiástica. Aos 30 anos já era diácono, aos 37, conquanto não fosse ainda sacerdote, foi eleito papa por unanimidade (1198). Foi ordenado em um dia e consagrado no outro. Foi-lhe uma sorte o fato de o Imperador Henrique VI, que havia assumido o controle do sul da Itália e Sicília, ter morrido em 1197, deixando o trono a Frederico II, uma criança de três anos de idade. Inocêncio aproveitou-se logo dessa oportunidade, depôs o prefeito alemão de Roma, expulsou os feudatários alemães de Spoleto e Perugia, aceitou a submissão da Toscana, restabeleceu o domínio papal nos Estados Papais, foi reconhecido pela viúva de Henrique como senhor das Duas Sicílias e consentiu em ser o guardião de seu filho. Em 10 meses fez-se senhor absoluto da Itália.

De acordo com provas existentes, foi o mais brilhante espírito de seu tempo. Antes de entrar nos 30 anos já havia escrito quatro trabalhos sobre teologia, os quais revelavam muito saber e eloqüência, porém ficaram ofuscados pela fama de que gozava na política. As suas decisões, como papa, eram caracterizadas pela clareza e lógica de seus pensamentos, pelas frases apropriadas e incisivas que poderiam ter feito dele um brilhante Aquino ou um Abelardo ortodoxo. Seus olhos penetrantes e suas feições severas impunham grande respeito não obstante a sua pequena estatura. Tinha também seus momentos de alegre disposição de espírito, era bom cantor e fazia seus versos. Tinha o seu lado bom e podia mostrar-se afável, paciente e tolerante. Não permi-

tia, porém, no tocante a doutrina e a moral, desvios dos dogmas e ética da Igreja. O mundo da fé e esperança cristãs era o império que lhe fora dado proteger e, à semelhança de um rei, ele defenderia seu reino com a espada quando falhasse a palavra. Nascera em meio a riquezas e viveu, no entanto, com filosófica simplicidade. Permaneceu incorruptível[122] numa época de venalidade generalizada. Logo após sua consagração proibiu aos funcionários de sua Cúria cobrar emolumentos pelos serviços prestados. Gostava de ver a riqueza do mundo afluir para a Santa Sé, porém administrava os bens papais com honestidade. Era um verdadeiro diplomata e participava moderadamente dos atos um tanto desonestos dessa distinta profissão.[123] Como se 11 séculos tivessem desaparecido, portava-se ele como um imperador romano. Era mais estóico do que cristão, jamais duvidava de seu direito de dominar o mundo.

Com tão grande número de papas fortes ainda fresco na memória de Roma, era natural que Inocêncio baseasse a sua política na crença da santidade e alta missão de seu cargo. Cuidava em manter a pompa e majestade de suas cerimônias e jamais perdia sua dignidade em público. Acreditando-se sinceramente herdeiro dos poderes que comumente se julgava terem sido conferidos pelo Filho de Deus aos apóstolos e à Igreja, dificilmente admitiria que houvesse qualquer outra autoridade igual à sua. "O Senhor confiou a Pedro", disse ele, "o governo não somente de toda a Igreja como também de todo o mundo."[124] Não reivindicava um poder supremo sobre as questões terrenas ou puramente seculares, salvo nos domínios papais,[125] porém insistia em que se mantivesse o poder espiritual acima do poder secular, toda a vez que ambos se entrechocassem, e cuja diferença era a mesma que havia entre o sol e a lua. Partilhava o ideal de Gregório VII de que todos os governos deviam aceitar um lugar em um Estado mundial, do qual devia ser chefe o papa, com absoluta autoridade sobre todas as questões de justiça, moralidade e fé. E quase realizou esse sonho.

Em 1204, com a conquista de Constantinopla pelos cruzados, realizou ele uma parte de seus planos: a Igreja grega submeteu-se ao bispo de Roma. Inocêncio pôde discorrer satisfeito sobre "a túnica inconsútil de Cristo". Colocou a Sérvia e até mesmo a longínqua Armênia sob o domínio da diocese romana. Aos poucos foi assumindo o controle sobre as nomeações eclesiásticas, transformando o poderoso episcopado em órgão e servo do papado. Graças a uma série de lutas vitais, fez com que os potentados da Europa reconhecessem sua soberania, coisa até então sem precedentes na História. A sua política foi menos eficiente na Itália: fracassou em seus constantes esforços para dar um paradeiro às guerras entre as cidades-estado italianas e, em Roma, seus inimigos políticos criaram-lhe um ambiente de tal insegurança, que, durante certo tempo, teve de ficar fugido da Itália. O rei Sverre, da Noruega (1184-1202) conseguiu resistir-lhe não obstante a excomunhão e a interdição.[126] Filipe II, de França, não atendeu a sua ordem para que fizesse a paz com a Inglaterra, mas cedeu a seus insistentes pedidos para aceitar novamente a esposa, da qual se separara. Afonso IX de Leão foi persuadido a separar-se de Berengária, com a qual se tinha casado apesar dos laços consangüíneos de ambos. Portugal, Aragão, Hungria e Bulgária reconheceram-se como regiões feudais do papado e pagaram-lhe tributos anualmente. Quando o rei João recusou aceitar a nomeação de Langton para arcebispo de Cantuária feita por Inocêncio, este último, por meio da interdição e da diplomacia, fê-lo acrescentar a Inglaterra à lista dos feudos do papado. Inocêncio estendeu seu domínio sobre a Alemanha apoiando Oto IV contra Filipe da Suábia, depois Oto contra Frederico II e, em seguida, este último contra Oto, exigindo em cada caso concessões para o papado como

preço de seus favores, e libertando os Estados Papais da ameaça de cerco. Lembrou aos imperadores que havia sido um papa quem tinha "transferido" dos gregos para os francos o *imperium* ou poder imperial, e que Carlos Magno somente fora imperador por ter sido ungido e coroado por um papa. Fê-los ver também que, da mesma forma como tais favores lhes eram dados pelos sumo pontífices, estes últimos podiam igualmente arrebatar-lhos. Um visitante bizantino que estivera em Roma descreveu Inocêncio como sendo "o sucessor de Constantino e não de Pedro".[127]

Ele repeliu todos os esforços dos seculares para taxar o clero cristão sem o consentimento do papa. Forneceu fundos aos sacerdotes necessitados e trabalhou muito para melhorar a educação do clero. Elevou-lhes a posição social definindo a Igreja não como a associação de todos os crentes cristãos mas sim como a associação de todo o clero cristão. Condenou a absorção dos dízimos pelos episcopados e mosteiros à custa do pároco.[128] Ordenou que se exercesse vigilância nos mosteiros e conventos e fossem visitados regularmente a fim de reformá-los. Sua legislação estabeleceu a ordem nas complexas relações do clero com os leigos, do sacerdote com o bispo e do bispo com o papa. Transformou a Cúria Papal em eficiente corte de deliberações, administração e justiça, a qual se tornou o mais competente corpo governativo da época, e seus métodos e terminologia contribuíram para formar a arte e a técnica da diplomacia. O próprio Inocêncio era provavelmente o melhor advogado de seu tempo, sempre capaz de descobrir apoio legal, quer na lógica quer em atos precedentes, para todas as decisões que tomasse. Advogados e homens eruditos freqüentavam o "consistório", onde ele presidia aos cardeais como juiz supremo, a fim de se beneficiarem das discussões e decisões sobre pontos de leis civis ou canônicas. Alguns o chamavam de *Pater iuris*, "Pai da Lei",[129] outros, de Salomão III.[130]

Seu último triunfo foi quando, na qualidade de legislador e papa, presidiu, em 1215, ao Quarto Concílio Lateranense, realizado na igreja de São João Latrão, em Roma. Àquele décimo segundo concílio ecumênico compareceram 1.500 abades, bispos, arcebispos e outros prelados bem como plenipotenciários de todas as nações importantes de uma cristandade unida. O Papa começou sua oração com uma ousada confissão e desafio: "A corrupção do povo tem sua principal fonte no próprio clero. Deste é que surgem os males que afetam a cristandade. A fé está desaparecendo, a religião desfigurando-se... espezinham a justiça, multiplicam-se os hereges, os cismáticos estão sendo encorajados, os infiéis vão-se tornando mais fortes e os sarracenos se cobrem de triunfos."[131] A força e a inteligência da Igreja ali reunida deixaram-se dominar completamente por um só homem. As suas decisões transformaram-se em decretos do Concílio. Permitiram-lhe definir novamente os dogmas básicos da Igreja; pela primeira vez ficou definida oficialmente a doutrina da transubstanciação. Aceitaram seus decretos que exigiam fosse usado um distintivo pelos não cristãos em todos os países cristãos. Acolheram entusiasticamente o seu pedido de guerra contra os hereges albigenses. Como ele, reconheceram também as falhas da Igreja. Condenaram a venda de relíquias falsas, censuraram severamente as "indulgências indiscretas e supérfluas que alguns prelados concediam com facilidade, tornando-se com isso desprezíveis as Chaves da Igreja e privando de sua força a satisfação da penitência".[132] Tentaram fazer uma reforma ainda maior na vida monástica. Condenaram a embriaguez, a imoralidade e os casamentos clandestinos do clero, aprovando medidas rigorosas contra eles; mas repeliram a asserção dos albigenses, de que constituíam pecado as relações sexuais. Pelo número de prelados que compareceram, objetivos e conse-

qüências, o Quarto Concílio de Latrão constituiu a assembléia mais importante que a Igreja realizou desde o Concílio de Nicéia.

Foi daquele ponto culminante de sua carreira que Inocêncio começou a declinar rapidamente até a sua morte prematura. Tinha-se dedicado com tanto afã à administração e expansão do cargo que, aos 55 anos, estava esgotado. "Não disponho de lazer", queixou-se ele, "para meditar sobre as coisas supramundanas. Mal posso respirar. Devo viver tanto para os outros que quase chego a esquecer-me de mim mesmo."[133] Talvez, no último ano de sua vida, tivesse podido considerar seu trabalho, julgando-o de maneira mais objetiva do que no calor da luta que travara. As Cruzadas que havia organizado para a reconquista da Palestina tinham fracassado. A que se seguiria depois de sua morte seria o feroz extermínio dos albigenses no sul da França. Inocêncio havia granjeado a admiração de seus contemporâneos, mas não a afeição, como Gregório I e Leão IX. Alguns membros da Igreja queixaram-se dele, dizendo que agia mais como rei do que como sacerdote. São Lutgardis achava que somente por poucas probabilidades escaparia ele de ir para o inferno.[134] A própria Igreja, conquanto orgulhosa de seu gênio e cheia de gratidão pelos seus esforços, negou-lhe a canonização que havia concedido a outros homens mais ou menos escrupulosos.

Contudo, devemos reconhecer o seu grande valor por ter engrandecido a Igreja, quase realizando seu sonho, qual o da existência de um Estado mundial e moral. Foi o mais capaz dos estadistas de seu tempo. Diligenciou alcançar seus objetivos com visão, devoção, flexível persistência e extraordinária energia. Quando morreu (1216), havia a Igreja alcançado, em matéria de organização, esplendor, fama e poder, um ponto que jamais conhecera e que somente iria conhecer novamente em breve espaço de tempo.

Honório III (1216-27) não ocupa um grande lugar nos cruéis anais da História, porque era demasiado bom para levar à frente com vigor a guerra entre o império e o papado. Gregório IX (1227-41), conquanto octogenário quando foi eleito papa, arriscou-se àquela guerra com uma tenacidade quase fanática; coroou-se de tal êxito na luta contra Frederico II, que retardou a Renascença por 100 anos. Organizou depois a Inquisição. Contudo, era homem de indiscutível sinceridade e heróica devoção, e defendeu o que lhe parecia o mais precioso bem da humanidade — a fé que provinha de Cristo. Não teria sido um homem inflexível. Como cardeal, protegeu e sabiamente orientou o possivelmente herético Francisco de Assis. Inocêncio IV (1243-54) destruiu Frederico II e sancionou o emprego da tortura pela Inquisição.[135] Foi um patrono da filosofia, auxiliou as universidades e fundou escolas de direito. Alexandre IV (1254-61) foi homem pacífico, afável, misericordioso e justo, que "surpreendeu o mundo por libertar-se do despotismo".[136] Lamentou as qualidades marciais de seus antecessores.[137] Preferia a piedade à política e "morreu de tristeza por pensar, todos os dias, na terrível, e cada vez maior, luta entre os cristãos",[138] disse um cronista franciscano. Clemente IV (1265-8) tornou a fazer a guerra, derrotou Manfredo e arruinou a dinastia dos Hohenstaufen e a Alemanha Imperial. A reconquista de Constantinopla pelos gregos ameaçara pôr fim ao acordo entre as Igrejas grega e romana, porém Gregório X (1271-6) conquistou a gratidão de Miguel Paléologo ao dissuadir o ambicioso Carlos de Anjou de conquistar Bizâncio. O imperador grego, que fora restaurado em seu trono, submeteu então a Igreja oriental ao domínio de Roma. Novamente se tornou o papa a figura suprema.

VIII. AS FINANÇAS DA IGREJA

Uma Igreja que, na realidade, era um superestado europeu às voltas com cultos, moral, educação, casamento, guerras, cruzadas, mortes e legados da população de metade de um continente, participando ativamente da administração das questões seculares e erguendo as mais dispendiosas estruturas da história medieval, só poderia manter suas funções explorando dezenas de fontes de renda.

O maior afluxo de rendas provinha dos dízimos. Após o reinado de Carlos Magno, todas as terras seculares da cristandade latina tinham de pagar, de conformidade com a lei do Estado, uma décima parte de sua produção ou rendas à igreja local. Todas as paróquias, depois do século X, tiveram de remeter parte de seus dízimos ao bispo da diocese. Sob a influência das idéias feudais, os dízimos de uma paróquia podiam ser negociados, hipotecados, legados ou vendidos como qualquer outra propriedade ou renda, de modo que, no século XII, já se havia formado uma teia financeira, na qual a igreja local ou seu sacerdote agiam mais como coletores do que como consumidores de dízimos. Cumpria ao sacerdote "esforçar-se por cobrar os dízimos", excomungando aqueles que sonegassem o pagamento ou falseassem as suas declarações, pois os homens mostravam-se relutantes em pagá-los à Igreja, cujas funções eles consideravam vitais para sua salvação, da mesma maneira que os homens hoje com relação ao pagamento dos impostos devidos ao Estado. Sabemos de certas revoltas dos contribuintes. Diz Fra Salimbene que em Reggio Emilia, em 1280, desafiando a ameaça de excomunhão e interdição, todos os cidadãos combinaram que ninguém devia pagar o dízimo ao clero, nem sentar-se com eles à mesa, nem dar-lhes de comer ou beber — uma excomunhão às avessas. O bispo foi obrigado a entrar num acordo com eles.[139]

A principal renda da Igreja provinha de suas próprias terras, as quais haviam sido recebidas por meio de doações, legados, compras e hipotecas vencidas e não pagas, por serem devolutas, reivindicadas por monges ou quaisquer outros grupos de eclesiásticos. Cumpria a cada proprietário ou rendeiro, no sistema feudal, deixar alguma coisa para a Igreja quando morresse. Os que assim não procedessem seriam considerados hereges. Podia-se, por isso, recusar-lhes o sepultamento em terreno sagrado.[140] Como eram poucos os leigos que sabiam escrever, chamavam geralmente um sacerdote para fazer-lhes um esboço de seus testamentos. O Papa Alexandre III decretou em 1170 que não seria válido o testamento que não tivesse sido feito na presença de um sacerdote, sendo excomungado o notário que não observasse essa circunstância,[141] e que a Igreja teria exclusiva jurisdição sobre a verificação dos testamentos. Doações e legados para a Igreja eram tidos como o melhor meio de evitar as penas do purgatório. Muitos legados para a Igreja, especialmente antes do ano 1000, começavam com as palavras *adveniente mundi vespero* ("já que se aproxima a noite do mundo").[142] Alguns proprietários, como já vimos, entregavam seus bens à Igreja *in precarium*, como seguro de invalidez: a Igreja concedia ao doador uma anuidade, trataria dele quando estivesse doente e o ampararia na velhice. Ela recebia assim os bens livres de quaisquer encargos por ocasião de sua morte.[143] Alguns mosteiros, por meio de "confrarias", davam a seus benfeitores uma participação em seus direitos ou "deduções do purgatório".[144] Os cruzados não somente vendiam terras à Igreja a preços baixos a fim de levantarem dinheiro, como também recebiam empréstimos dela, sob garantias hipotecárias, as quais, muitas vezes, perdiam, por não poderem efetuar o resgate. Algumas pessoas que morriam sem deixar herdeiros naturais legavam todos

os bens à Igreja. A condessa Matilda, da Toscana, tentou legar à Igreja quase uma quarta parte da Itália.

Como as propriedades da Igreja eram inalienáveis e, antes de 1200, completamente isentas de quaisquer impostos seculares,[145] foram elas aumentando de século para século. Não era fora do comum uma catedral, mosteiro ou convento possuir vários milhares de mansões, inclusive uma dezena de pequenas cidades ou mesmo uma ou duas grandes cidades.[146] O bispo de Langres era o dono de todo o seu condado. A abadia de São Martinho, de Tours, tinha sob seu domínio 20.000 servos. O bispo de Bolonha mantinha duas mil mansões, o mesmo se dando com a abadia de Lorsch. A de Las Huelgas, na Espanha, possuía 64 comunidades.[147] Em Castela, (*ca.* 1200), a Igreja era proprietária de uma quarta parte das terras; na Inglaterra, de um quinto; na Alemanha, de um terço, na Livônia, de metade.[148] Trata-se, porém, de estimativas. Tais acúmulos de bens despertaram a inveja e a cobiça do Estado. Carlos Martel confiscou propriedades da Igreja a fim de financiar suas guerras. Luís, o Pio, decretou leis contra os legados que deserdavam os filhos do testador em favor da Igreja.[149] Henrique II, da Alemanha, despojou muitos mosteiros de suas terras, dizendo que os monges haviam feito votos de pobreza. Vários estatutos de mão-morta da Inglaterra puseram restrições à transferência de propriedades a "corporações", visando com isso os corpos eclesiásticos. Eduardo I despojou a Igreja inglesa, em 1291, de uma décima parte de suas propriedades e, em 1294, de metade de sua renda anual. Filipe II foi quem iniciou a tributação das propriedades eclesiásticas na França, o que foi continuado por São Luís e, depois, por Filipe IV. À medida que a indústria e o comércio se desenvolviam e o curso do dinheiro e preços aumentavam, a renda das abadias e bispados foi-se tornando insuficiente não só para sua suntuosidade como para sua própria manutenção, pois ela advinha, em grande parte, de taxas sobre propriedades feudais que haviam sido lançadas em um nível baixo de preço que não podia ser majorado.[150] A maioria das catedrais e abadias de França já em 1270 achava-se grandemente endividada; havia levantado empréstimos nos bancos a juros muito altos a fim de satisfazer às tributações dos reis, de que resultou, em parte, o declínio de atividades em obras de arquitetura, no final do século XIII.

Os papas contribuíram também para o empobrecimento dos bispados, taxando-lhes as propriedades e rendas, a princípio para financiar as Cruzadas depois para pagar as despesas cada vez maiores do papado. Novas fontes de renda central se foram tornando necessárias com a ampliação da área do papado e complexidade de suas funções. Inocêncio III (1199) ordenou a todos os bispos que enviassem anualmente à Santa Sé uma quadragésima parte de suas rendas. Criou-se um *cens* ou taxa sobre todos os mosteiros, conventos e igrejas que ficavam diretamente sob a proteção do papa. Os papas exigiam uma anata — teoricamente toda a renda que um novo bispo tivesse em um ano, na prática metade dessa renda — a título de taxa para confirmarem a nomeação de um bispo. Contavam com grandes somas que lhes deviam ser entregues pelos sacerdotes. Pediam a todas as famílias cristãs que enviassem anualmente um *penny* à corte do pontífice, como o "óbolo de Pedro". Os papas tinham o direito de, em certos casos, contrariar as disposições das leis canônicas sobre os casamentos entre pessoas consangüíneas, casamentos esses a que davam sua aprovação quando isso lhes parecia conveniente para fins políticos. Os interessados pagavam-lhes emolumentos para o processo legal que isso envolvia. Recebiam consideráveis somas pelas indulgências que concediam bem como dos peregrinos que iam a Roma. Calculou-se

que a renda do papa em 1250 era maior do que o total das rendas de todos os soberanos seculares da Europa.[151]. O papado recebeu em 1252, da Inglaterra, uma soma que era o triplo da renda da coroa.[152]

A riqueza da Igreja, conquanto fosse proporcional à extensão de suas funções, era a principal fonte de heresia daquele tempo. Arnoldo de Bréscia proclamou que iria para o inferno todo monge ou sacerdote que, ao morrer, tivesse propriedades.[153] Os bogomilos, valdenses, paterinos e cátaros granjearam muitos partidários ao condenarem a riqueza dos seguidores de Cristo. Uma sátira favorita no século XIII era o "evangelho de acordo com as moedas de prata", a qual começava assim: "Naqueles dias disse o papa aos romanos: Quando o Filho do Homem vier sentar-se no trono de nossa majestade, perguntai-lhe primeiramente a razão de Sua vinda, e, se Ele nada vos der, expulsai-o de vossa presença."[154] Encontramos queixas sobre a avareza e riqueza dos eclesiásticos em quase toda a literatura daquele tempo, no *fabliaux, chansons de gestes*, no *Roman de la Rose* , nos poemas de mestres errantes, trovadores, em Dante e até mesmo nas crônicas dos mosteiros.[155] Mateus Paris, monge inglês, denunciou a venalidade de prelados ingleses e romanos, os quais "viviam suntuosamente à custa do patrimônio de Cristo".[156] Hubert de Romans, superior da ordem dominicana, escreveu sobre o fato de "pessoas terem subornado prelados de tribunais eclesiásticos".[157] Pedro Cantor, sacerdote, contou histórias de sacerdotes que vendiam missas e rezas.[158] Becket, arcebispo de Cantuária, atacou em público a corte do pontífice, tachando-a de venal e citou Henrique II por ter-se vangloriado de ter a seu soldo todo o colégio de cardeais.[159] Tem-se acusado de corrupção aos governos, na História. Parte das acusações é verdadeira, parte exagerada, porém às vezes elas provocam um ressentimento que conduz à revolução. Os mesmos paroquianos que construíram as catedrais para Maria protestaram violentamente contra certas propensões da Igreja, e chegaram a assassinar sacerdotes recalcitrantes.[160]

A própria Igreja criticava também a coleta excessiva do clero e muito se esforçava para refrear-lhe a cobiça e o luxo. São Pedro Damião, São Bernardo, São Francisco, o cardeal de Vitry e até mesmo simples monges muito se esforçaram por atenuar esses abusos naturais.[161] Foi por intermédio dos escritos desses reformadores que chegamos a conhecer tais ocorrências. Uma dezena de ordens monásticas dedicou-se a pregar a reforma, dando, para isso, o bom exemplo de sua conduta. O Papa Alexandre III e o Concílio de Latrão, de 1179, condenaram a exigência de emolumentos para ministrar batismo ou extrema-unção e celebrar casamentos. Gregório X fez realizar um concílio ecumênico em Lião, em 1274, unicamente para tomar medidas relacionadas com a reforma da Igreja. Os próprios papas, naquela época, não apreciavam a vida faustosa e mereciam seu sustento pela árdua devoção com que se entregavam a suas exaustivas tarefas. É a tragédia das coisas espirituais o fato de se enfraquecerem elas com a falta de organização e perderem seu valor em virtude das necessidades materiais.

CAPÍTULO XXVIII

Os Primórdios da Inquisição

1000 — 1300

I. A HERESIA DOS ALBIGENSES

A CORRENTE anticlerical chegou ao máximo no fim do século XII. Havia, na Idade da Fé, grupos imbuídos de misticismo e sentimentos religiosos que ressentiam-se da organização dos sacerdotes cristãos. Novas ondas de misticismo oriental invadiram o Ocidente, talvez trazidas pelos homens que voltavam das Cruzadas. Vinham da Pérsia, através da Ásia Menor e dos Bálcãs, os ecos do dualismo maniqueu e do comunismo masdeísta; da Ásia, a hostilidade às imagens, um obscuro fatalismo e a ojeriza pelos sacerdotes. O fracasso das Cruzadas desenvolveu uma dúvida quanto à origem da Igreja e ao apoio divino a ela. Os paulicianos, que tiveram de fugir para o Ocidente em virtude da perseguição que lhes moviam os bizantinos, levaram, através dos Bálcãs, para a Itália e a Provença, o seu desdém pelas imagens, sacramentos e clero. Eles dividiram o universo em um mundo espiritual criado por Deus e um mundo material, criado por Satanás, e identificaram Satanás com o Yahveh do Velho Testamento. Os bogomilas (isto é, os amigos de Deus) surgiram então na Bulgária e espalharam-se depois pela Bósnia; foram, várias vezes, atacados a ferro e fogo no século XIII. Defenderam-se tenazmente, porém, em 1463, renderam-se, não aos cristãos, mas sim aos islamitas.

Por volta do ano 1000 apareceu em Toulouse e Orléans uma seita que negava a veracidade dos milagres, a virtude regeneradora do batismo, a presença de Cristo na eucaristia e a eficácia das orações aos santos. Não lhes deram atenção durante algum tempo, mas os condenaram depois. Treze de seus membros morreram queimados na fogueira em 1023. Surgiram depois outros hereges semelhantes, os quais provocaram muitos tumultos nas cidades de Cambrai e Liège (1025), Goslar (1052), Soissons (1114), Colônia (1146), etc. Bertoldo de Regensburgo calculou em 150 o número de seitas heréticas durante o século XIII.[1] Algumas eram grupos inofensivos que se reuniam para ler a Bíblia e dar a sua própria interpretação sobre os pontos em controvérsia. Várias delas, como a dos *humiliati*, na Itália, a dos beguinos e *beghards*, nos Países-Baixos, eram ortodoxas em tudo salvo em um ponto que defendiam, o de deverem os sacerdotes viver na pobreza. Os franciscanos surgiram como uma dessas seitas e quase foram tachados de hereges.

A isso não escaparam os valdenses. Cerca de 1170, Pedro Valdo, rico mercador de Lião, contratou alguns eruditos para traduzirem a Bíblia na *langue d'oc* do sul da França. Ele estudou com afinco a tradução e chegou à conclusão de que os cristãos deviam morrer como os apóstolos — sem a posse de qualquer propriedade. Deu meta-

de de sua riqueza à esposa, distribuiu o restante entre os pobres e começou a pregar a pobreza evangélica. Reuniu à volta de si um pequeno grupo, "os pobres de Lião", os quais se vestiam como monges, viviam castamente e andavam descalços ou de sandálias. Tudo o que ganhavam revertia para o bem comum.[2] A princípio o clero não criou nenhuma objeção a suas atividades. Permitiam-lhes ler e cantar nas igrejas,[3] mas quando Pedro entrou em seara alheia, observando literal e rigorosamente o Evangelho, foi advertido pelo arcebispo de Lião, o qual lhe fez ver que somente aos bispos era permitido pregar. Pedro foi a Roma (1179) e pediu a Alexandre III licença para tanto. Foi-lhe concedida contanto que tivesse a permissão e a supervisão do clero local. Pedro recomeçou a pregar o Evangelho, porém, ao que parece, sem tal permissão. Os seus adeptos entregaram-se ao estudo da Bíblia, da qual decoraram grandes trechos. Aos poucos o movimento foi assumindo uma cor anti-sacerdotal. Deixaram de reconhecer o clero, negaram a validade dos sacramentos ministrados por sacerdotes pecadores e deram a todos os crentes em estado de santidade o poder de perdoar pecados. Alguns membros desprezaram as indulgências, o purgatório, a transubstanciação e as orações aos santos; um grupo pregava que "todas as coisas deviam ser propriedade comum a todos";[4] outro identificou a Igreja como sendo a mulher escarlate do Apocalipse.[5] A seita foi condenada em 1184. Parte dela, "os católicos pobres", foi aceita na Igreja, em 1206, por Inocêncio III. A maioria persistiu em sua heresia e espalhou-se pela França, Espanha e Alemanha. Um concílio que se realizou em Toulouse, em 1229, talvez com o fito de impedir-lhes o desenvolvimento, decretou que nenhum leigo deveria possuir livros das Escrituras, exceto o Saltério e às Horas (os quais consistiam principalmente de salmos), tampouco podia ler esses últimos a não ser em latim, pois nenhuma tradução para o vernáculo havia sido ainda examinada e autorizada pela Igreja.[6] Durante a supressão dos albigenses, milhares de valdenses morreram na fogueira. O próprio Pedro, porém, morreu na Boêmia, em 1217, ao que parece, de morte natural.

Havia, em meados do século XII, considerável número de seitas heréticas nas cidades da Europa ocidental. "As cidades estão repletas desses falsos profetas",[7] disse um bispo em 1190. Milão, sozinha, contava com 17 novas seitas. Os principais hereges ali eram os patarinos — cujo nome talvez se tivesse originado de Pataria, um quarteirão pobre da cidade. Parece que o movimento começara como protesto contra os ricos; transformou-se em anticlericalismo, condenou a simonia, a riqueza e o concubinato do clero e propôs, na palavra de um chefe, "que se apropriassem da riqueza do clero e a vendessem em leilão, e que se saqueassem as casas dos sacerdotes que opusessem resistência, enxotando da cidade esses bastardos".[8] Outros grupos anticlericais surgiram em Viterbo, Orvieto, Verona, Ferrara, Parma, Piacenza, Rimini...[9] Às vezes chegavam a dominar as assembléias populares, apoderavam-se do governo da cidade e obrigavam o clero a pagar um tributo em prol dos empreendimentos civis.[10] Inocêncio III deu instruções a seu emissário na Lombardia para que exigisse de todas as autoridades municipais o juramento de que não nomeariam hereges para as funções públicas. Em 1237, uma multidão, em Milão, "blasfemando e injuriando", profanou várias igrejas,[11] com indizível torpeza.

A mais poderosa das seitas heréticas foi a que diversamente se denominou *cátara,* nome derivado do grego e que significa "puro", *búlgara,* oriunda dos Bálcãs, e *albigense,* da cidade francesa Albi, onde tinha adeptos em grande número. Montpellier, Narbona e Marselha foram os primeiros centros heréticos, talvez devido ao contato

com os moslemes, judeus e mercadores que ali apareciam, vindos da Bósnia, Bulgária e Itália, onde havia também seitas heréticas. Os mercadores levaram suas doutrinas a Toulouse, Orléans, Soissons, Arras e Reims. O Languedoc e a Provença tornaram-se as suas fortalezas. A civilização medieval francesa ali havia chegado ao zênite; as grandes seitas religiosas viviam em harmonia; as mulheres eram belas, a moral, livre. Os trovadores espalhavam a alegria com seus cantos, e, como na Itália de Frederico, preparava-se o caminho para a Renascença. O sul da França, naquela ocasião (1200), consistia praticamente de principados independentes, teoricamente vassalos do rei. Os condes franceses eram, nessa região, os grandes senhores, possuindo territórios mais extensos do que os do próprio soberano. As doutrinas e práticas cataristas eram, em parte, um retrocesso às primitivas crenças e costumes cristãos, em parte uma vaga lembrança da heresia ariana que prevalecera no sul da França, quando sob o domínio dos visigodos, e também um resultado do maniqueísmo e outras idéias do Oriente. Eles tinham seus sacerdotes e bispos denominados *perfecti,* os quais usavam mantos pretos. Ao serem ordenados, faziam votos de deixar os parentes, as companheiras e os filhos e de se dedicarem "a Deus e aos Evangelhos... e de jamais tocarem, em uma mulher, matar um animal e comer carne, ovos e laticínios. Alimentar-se-iam apenas de peixe e verduras". (Conforme reza do relatório do inquisidor Sacchoni.[12] Apenas sabemos das doutrinas e práticas dos cátaros pelo que escreveram seus inimigos. Os seus escritos desapareceram ou foram destruídos.) Os "crentes" *(credentes)* eram adeptos que prometiam fazer mais tarde tais votos. Permitia-se-lhes, entrementes, que comessem carne e casassem, mas deles se exigia que renunciassem à Igreja Católica, procurassem atingir uma vida "perfeita" e que, ao cumprimentarem qualquer um dos *perfecti,* o fizessem reverentemente com três genuflexões.

A teologia dos cátaros dividia o cosmo maniqueistamente em Bem, Deus, Espírito e Céu, e o universo material em Mal, Satanás e Matéria. Era Satanás, e não Deus, o criador do mundo visível. Toda a matéria era considerada um mal, inclusive a cruz em que Cristo morrera e a hóstia sagrada da eucaristia. Segundo eles, Cristo apenas falara em sentido figurado quando dissera do pão, "Este é o meu corpo".[13] Toda carne era matéria e qualquer contato com ela constituía um ato impuro. Toda união sexual era pecado. O coito havia sido o pecado de Adão e Eva.[14] Os albigenses foram descritos pelos seus oponentes, como sendo a seita que não acreditava em sacramentos, missas, veneração aos santos, Trindade e concepção da Virgem, e para a qual Cristo era um anjo e não o próprio Deus. Segundo se dizia, repudiavam a instituição da propriedade particular e queriam os bens para todos.[15] O Sermão da Montanha era a essência de sua moral. Aprendiam a amar os inimigos, a cuidar dos doentes e pobres, a jamais blasfemar e a manter sempre a paz. Para eles, a força jamais fazia parte da moral, até mesmo contra os infiéis. A pena capital era um crime. Deviam contar sempre com o triunfo de Deus sobre o mal, e não recorrer a medidas condenáveis.[16] Não havia inferno ou purgatório em sua teologia, todas as almas seriam salvas, mesmo que fosse após muitas transmigrações purificadoras. Para se conseguir o céu, ter-se-ia que morrer em estado de pureza; para isso, era necessário receber o *consolamentum* de um sacerdote cátaro, o último sacramento que purificava a alma. Os crentes cátaros (à semelhança dos primeiros cristãos no caso do batismo) adiavam o sacramento para a ocasião em que julgavam que iam morrer de alguma doença. Os que dela sobreviviam corriam o risco de adquirir nova impureza e morrer sem o *consolamentum,* razão por que era uma grande infelicidade o restabelecer-se da doença após tê-lo

recebido. Consta que os sacerdotes albigenses procuravam persuadir um convalescente a morrer de fome a fim de evitar tal infelicidade e, com isso, conseguir entrar no paraíso. Assegurava-se que, às vezes, os sacerdotes matavam o paciente, sufocando-o, com o consentimento dele, a fim de que tivesse a certeza de ir para o paraíso.[17]

A Igreja teria talvez permitido que essa seita cometesse seu próprio suicídio, não tivessem os cátaros se empenhado em atividades contra a Igreja, criticando-a. Negavam que ela fosse a Igreja de Cristo, que São Pedro tivesse ido a Roma e fundado o papado. Para eles, os papas eram os sucessores dos imperadores e não dos apóstolos; Cristo não tinha um lugar onde repousar, enquanto o papa vivia em um verdadeiro palácio. Diziam que Cristo não tivera propriedades nem dinheiro e, no entanto, os prelados cristãos eram ricos. Esses grandes senhores bispos e arcebispos, esses sacerdotes mundanos e monges bem nutridos eram, sem dúvida, os antigos fariseus que haviam voltado à vida, diziam os cátaros. Tinham também a certeza de que a Igreja romana era a cortesã da Babilônia, o clero a sinagoga de Satanás, o papa um anticristo.[18] Acusaram de assassinos os que pregavam as Cruzadas.[19] Muitos ridicularizavam as indulgências e relíquias. Alega-se que certo grupo fez uma imagem da Virgem. Fizeram-na muito feia, com um olho só e deformada, dizendo que ela fazia milagres. Depois que conseguiram que muitos acreditassem nisso, revelaram então o embuste.[20] Muitas doutrinas cátaras eram espalhadas pelas canções dos trovadores, os quais ressentiam a ética de Cristo sem, porém, seguir inteiramente a da nova seita. Todos os principais trovadores, com exceção de dois, eram tidos como partidários dos albigenses; eles ridicularizavam os peregrinos, a confissão, a água benta e a cruz, e chamavam as igrejas de "antros de ladrões", tendo os sacerdotes na conta de "traidores, mentirosos e hipócritas".[21]

Os eclesiásticos e as forças seculares do sul da França toleraram durante algum tempo os cátaros. Parecia que se permitia ao povo escolher, entre a nova e a antiga religião, a que lhe convinha.[22] Teólogos católicos e cátaros travavam debates em público. Travou-se um deles em Carcassona, na presença do emissário do Papa e do rei Pedro II de Aragão (1204). Vários ramos cátaros realizaram um congresso em 1167, ao qual compareceram representantes de vários países. Aí discutiram e regularam a doutrina, disciplina e administração cátaras. Marcaram depois outra reunião sem que tivessem sido perturbados em seus trabalhos.[23] A nobreza julgava que se devia enfraquecer a Igreja no Languedoc. A Igreja era muito rica e possuía muitas terras; os nobres, que eram relativamente pobres, começaram a apoderar-se de suas propriedades. Em 1171, Rogério II, visconde de Béziers, saqueou uma abadia, lançou o bispo de Albi na prisão sob a guarda de um herege. Quando os monges de Allet elegeram um abade que não era do agrado do visconde, este último incendiou o mosteiro e encerrou na prisão o abade, o qual morreu pouco tempo depois. O irônico visconde colocou o cadáver em um púlpito e aconselhou aos monges que escolhessem um substituto que tivesse uma figura mais agradável que aquela. Raimundo Rogério, conde de Foix, expulsou o abade e os monges da abadia de Pamiers. Seus cavalos comeram aveia no altar e seus soldados se utilizaram dos crucifixos para peças de moer trigo e fizeram da imagem de Cristo um alvo para seus exercícios de lançamento de dardos. O conde Raimundo VI, de Toulouse, destruiu várias igrejas, perseguiu os monges de Moissac e foi excomungado (1196). A excomunhão tornara-se, porém, coisa de somenos importância para os nobres do sul da França. Muitos deles professavam abertamente a heresia cátara ou a protegiam liberalmente.[24]

Inocêncio III, ao assumir o papado em 1198, viu naqueles acontecimentos uma ameaça à Igreja e ao Estado. Reconheceu que certas críticas à Igreja eram desculpáveis, mas achou que não podia permanecer inativo quando a grande organização eclesiástica, para a qual tinha grandes planos e esperanças, e que lhe parecia o principal baluarte contra a violência dos homens, contra o caos social e a iniqüidade dos homens, estava sendo atacada em seus próprios fundamentos, expoliada de seus bens e dignidade, e ridicularizada com blasfêmias disfarçadas. Também o Estado havia cometido pecados e sustentado a corrupção e funcionários indignos, mas somente loucos é que poderiam destruí-lo. Como se poderia construir para sempre qualquer ordem social sob princípios que proibiam a procriação e aconselhavam o suicídio? Poderia qualquer economia prosperar apenas com o culto da pobreza, sem os incentivos oriundos da posse dos bens materiais? Poder-se-ia salvar da desordem as relações dos sexos e a criação dos filhos em outra instituição que não fosse a do casamento? O catarismo pareceu a Inocêncio um acervo de tolices que envenenaria as almas simples. Que adiantaria uma Cruzada contra os infiéis da Palestina, quando aqueles infiéis albigenses multiplicavam-se no coração da cristandade?

Dois anos após sua ascensão, escreveu Inocêncio ao arcebispo de Auch, na Gasconha:

> O pequeno barco de São Pedro está sendo sacudido por muitas tempestades no mar, porém o que mais me compunge... é o fato de estarem surgindo agora, cada vez mais livres e injuriosos, ministros que cometem erros diabólicos e tecem armadilhas às almas simples. Com suas superstições e mentiras estão pervertendo o significado das Sagradas Escrituras, procurando destruir a união da Igreja Católica. Uma vez que... esse erro pestilento se está desenvolvendo na Gasconha e territórios vizinhos, desejaria que vós e vossos bispos resistissem a ele com toda a energia... Damo-vos ordens peremptórias para destruirdes todas essas heresias e repelirdes de vossa diocese todos os que estiverem contaminados por elas, empregando para isso todos os meios que puderdes... Se necessário, podereis obrigar os príncipes e o povo a suprimi-las com a espada.[25]

O arcebispo de Auch, homem muito indulgente para com os outros e também para consigo mesmo, parece não ter tomado qualquer iniciativa ao receber esta carta. O arcebispo de Narbona e o bispo de Béziers opuseram resistência aos emissários que Inocêncio enviara a fim de pôr em execução seus decretos. Mais ou menos nessa ocasião, seis senhoras da nobreza, dirigidas pela irmã do conde de Foix, converteram-se ao catarismo em uma cerimônia pública a que compareceram muitos nobres. Inocêncio substituiu os emissários que haviam fracassado por um agente mais resoluto, Arnaldo, superior dos monges cistercienses (1204). Deu-lhe poderes extraordinários para fazer inquisições em toda a França, e encarregou-o de oferecer indulgência plenária ao rei e aos nobres de França em troca de seu auxílio na supressão da heresia cátara. A Filipe Augusto, o Papa ofereceu, em troca desse auxílio, as terras de todos aqueles que deixassem de participar da Cruzada contra os albigenses.[26] Filipe hesitou em aceitar a proposta. Ele tinha acabado de conquistar a Normandia, precisava de tempo para refletir. Raimundo VI, de Toulouse, concordou em servir-se das armas da persuasão junto aos hereges, mas recusou-se a tomar parte em uma guerra contra eles. Inocêncio o excomungou. Raimundo prometeu fazer o que pediam, foi absolvido e, mais uma vez, adotou a atitude anterior. "Como poderíamos agir?", perguntou um cavaleiro que tinha recebido ordens de um emissário do Papa para expulsar de suas terras os cátaros. "Fomos criados com essa gente, temos parentes no meio deles e

muitos vivem honradamente."[27] Surgiu em cena, vindo da Espanha, São Domingos, o qual pregou pacificamente contra os hereges e converteu muitos à ortodoxia com o exemplo de sua vida santa.[28] Talvez se tivesse podido enfrentar com semelhante meio o problema, auxiliado também por uma reforma no clero, não tivesse Pedro de Castelnau, emissário do Papa, sido assassinado por um cavaleiro que, depois ficou sob a proteção de Raimundo.[29] Inocêncio, que havia suportado pacientemente o malogro de seus esforços durante quase 10 anos, recorreu então a medidas extremas. Excomungou Raimundo e toda a sua gente. Interditou suas terras, oferecendo-as a todos os cristãos que delas pudessem apoderar-se. Chamou os cristãos de todos os países para fazerem uma Cruzada contra os albigenses. Chegaram muitos contigentes para ela, procedentes da Alemanha e Itália. Prometeu-se a todos os seus participantes a mesma indulgência plenária que havia sido prometida àqueles que levaram a cruz para a Palestina. Raimundo pediu perdão, penitenciou-se em público (foi flagelado, meio nu, na igreja de São Gilles), foi novamente absolvido, tendo-se alistado depois na guerra santa (1209).

A maioria da população do Languedoc, tanto os nobres como a gente do povo, resistiu aos cruzados. Viam no ataque dos barões do norte e soldados da sorte uma tentativa para se apoderarem, sob a capa de zelo religioso, das terras que lhes pertenciam. Até mesmo os cristãos ortodoxos do sul combateram os invasores do norte.[30] Os cruzados, ao se aproximarem de Béziers, propuseram poupar a cidade dos horrores da guerra se lhes entregassem todos os hereges mencionados numa lista feita pelo bispo deles. Os principais chefes da cidade recusaram aceitar a proposta, dizendo que prefeririam resistir ao cerco, nem que fossem obrigados a comer os próprios filhos. Os cruzados escalaram as muralhas, conquistaram a cidade e massacraram 20.000 habitantes, entre homens, mulheres e crianças. Mataram até mesmo os que procuraram asilo na igreja.[31] Cesário de Heisterbach, monge cisterciense, que escreveu a esse respeito 20 anos mais tarde, é a nossa única autoridade para a notícia de que ao perguntarem a Arnaldo, o emissário do Papa, se se devia poupar os católicos, ele respondeu: "Matai-os a todos, pois Deus sabe quais são os Seus."[32] Talvez temesse que todos os derrotados se declarassem ortodoxos na ocasião. Tendo reduzido a cinzas a cidade de Béziers, os cruzados, conduzidos por Raimundo, avançaram para atacar a fortaléza de Carcassona, onde o sobrinho de Raimundo, o conde Rogério de Béziers, opôs uma última resistência. A fortaleza foi conquistada e Rogério morreu de disenteria.

O mais valoroso dos chefes daquele cerco foi Simão de Montfort. Nascido na França, por volta do ano 1170, era o filho mais velho do grão-senhor de Montfort, nas proximidades de Paris. Tornou-se conde de Leicester por parte da genitora que era inglesa. À semelhança de muitos homens daquela época de fanfarrões, ele soube combinar uma grande piedade com um espírito guerreiro; ouvia missa todos os dias, era célebre pela sua castidade e distinguira-se durante a campanha da Palestina. Com seu pequeno exército de 4.500 homens e estimulado pelo emissário do Papa, atacou cidade por cidade, venceu toda resistência e ordenou a suas populações que escolhessem, ou obediência à fé romana ou a morte como hereges. Milhares deles fizeram votos de fé, centenas de outros preferiram a morte.[33] Simão prosseguiu em suas campanhas durante quatro anos, devastando quase todo o território do conde Raimundo, exceto Toulouse. Em 1215, essa cidade rendeu-se a ele. O conde Raimundo foi deposto por um concílio de prelados que se realizou em Montpellier, e Simão herdou-lhe o título e a maior parte de suas terras.

Inocêncio III não aprovou todos aqueles processos. Surpreendeu-se ao saber que os cruzados haviam-se apropriado de bens que pertenciam a homens que não eram culpados de heresia, e praticado roubos e assassínios quais cruéis piratas.[34] Concedeu mercê a Raimundo, dando-lhe uma anuidade, e deixou à Igreja a tarefa de zelar por uma parcela de suas propriedades em favor do filho. Raimundo VII, ao chegar à maioridade, reconquistou Toulouse. Simão morreu no segundo dia do cerco da cidade (1218). Com a morte de Inocêncio, suspendeu-se a Cruzada. Os albigenses que haviam sobrevivido entregaram-se novamente à prática de suas crenças sob o governo complacente do novo conde de Toulouse.

Em 1223, Luís VIII, da França, ofereceu-se para depor Raimundo VII e esmagar todos os hereges no território deste último, caso o Papa Honório III permitisse que ele ficasse com toda a região. Ignoramos qual tenha sido a resposta do sumo pontífice. Começou-se, todavia, nova Cruzada. Luís achava-se quase às portas da vitória quando a morte o surpreendeu em Montpellier (1226). Aproveitando essa oportunidade para fazer a paz com Branca de Castela, regente de Luís IX, Raimundo ofereceu a mão de sua filha, Joana, a Afonso, irmão de Luís, para cujo casal reverteriam suas terras, quando ele, Raimundo, morresse. Atendendo às insistências dos rebeldes nobres, Branca aceitou o noivo que lhe ofereciam, com o que o Papa Gregório concordou sob a condição de que Raimundo haveria de suprimir todos os hereges. Assinaram um tratado de paz em Paris, em 1229, e as guerras contra os albigenses chegaram a um fim após 30 anos de devastações. O ortodoxos triunfaram e deixaram de ser tolerantes. O Concílio de Narbona (1229) proibiu que os leigos mantivessem consigo qualquer parcela da Bíblia.[35] O feudalismo tomou vulto, a liberdade dos municípios entrou em declínio e a alegre era dos trovadores desapareceu no sul da França. Em 1271, morriam sem descendentes Joana e Afonso, os quais haviam herdado todas as propriedades de Raimundo, e o grande condado de Toulouse passou para as mãos de Luís IX e para a coroa francesa. A França central ficou então com escoadouros comerciais completamente livres no Mediterrâneo e deu um grande passo para sua união. Isso e a Inquisição foram os principais resultados das Cruzadas contra os albigenses.

II. O CENÁRIO DE FUNDO DA INQUISIÇÃO

O Antigo Testamento traçara um código muito simples para se tratar com os hereges. Eles deviam ser inquiridos cuidadosamente, e se três testemunhas idôneas depusessem terem eles "ido servir outros deuses", cumprir-se-ia levá-los para fora da cidade e "apedrejá-los até morrerem" (Deut. XVII, 25).

> Quando profeta ou sonhador... disser: Vamos após outros deuses... esse profeta ou sonhador será morto... Se teu irmão... ou teu filho, ou tua filha, ou a mulher do teu amor, ou teu amigo que amas como a tua alma, te incitar em segredo dizendo: Vamos e sirvamos a outros deuses... não concordarás com ele, nem o ouvirás; não o olharás com piedade, não o pouparás, nem o esconderás, mas certamente o matarás (Deut XIII, 1-9)... A feiticeira não deixarás viver (Ex. XXII, 18).

Conforme reza o Evangelho de São João (XV, 6), Jesus aceitou essa tradição: "Se alguém não permanecer em mim, será lançado fora como a vara, e secará, e enfeixá-lo-ão, e lançá-lo-ão no fogo, e ali arderá." As comunidades medievais dos judeus

conservaram teoricamente essa lei bíblica acerca da heresia, porém raramente a praticaram. Maimônides adotou-a sem restrições.[36]

As leis gregas dispunham que a *asebeia* (impiedade) — deixar de adorar os deuses do panteão dos ortodoxos helenistas — era crime capital. Foi devido a elas que Sócrates foi condenado à morte. Na clássica Roma, onde o Estado vivia em estreita harmonia com os deuses, a blasfêmia e a heresia eram consideradas traição e punidas com a morte. Quando não se encontrava alguém que pudesse denunciar o transgressor, o juiz romano ordenava ao suspeito que comparecesse a sua presença e fazia uma *inquisitio*, inquisição. Foi com semelhante processo que surgiu a Inquisição medieval, donde lhe adveio também o nome. Os imperadores orientais, que aplicavam as leis romanas no mundo bizantino, infligiam a pena de morte aos maniqueus e outros hereges. Durante a Idade Média, no Ocidente, quando o cristianismo muito raramente era desafiado por seus próprios filhos, a tolerância ganhou terreno e Leão IX determinou que a excomunhão devia ser o único castigo para a heresia.[37] No século XII, como a heresia se ia espalhando, alguns eclesiásticos acharam que a excomunhão dos hereges pela Igreja devia ser seguida de desterro e prisão pelo Estado.[38] O restabelecimento das leis romanas em Bolonha, no século XII, fez que se criassem condições, métodos e estímulos para a inquisição religiosa; copiou-se, palavra por palavra, a lei canônica da heresia a partir da quinta lei do título *De haereticis*, no Código de Justiniano.[39] Finalmente, no século XIII, a Igreja adotou a lei de seu maior inimigo, Frederico II, de acordo com a qual a heresia devia ser punida com a morte.

Era crença geral dos cristãos, e até mesmo de muitos hereges, que a Igreja havia sido criada pelo Filho de Deus. Com isso, qualquer ataque contra a fé católica somente podia ser considerado como oriundo de Satanás, com o fim de desfazer o trabalho de Cristo, e qualquer homem ou governo que tolerasse a heresia estaria, portanto, servindo a Lúcifer. Julgando-se parte inseparável da moral e governo político da Europa, a Igreja considerava a heresia com o mesmo espírito com que o Estado considerava a traição: um ataque contra os fundamentos da ordem social. "A lei civil pune os traidores com a confiscação de suas propriedades e a morte", disse Inocêncio III. "Por isso mesmo devemos excomungar todos os que traírem a fé cristã e confiscar-lhes as propriedades, pois uma ofensa que se faça à majestade divina é crime infinitamente maior que o ataque contra a majestade de um soberano."[40] Aos estadistas eclesiásticos, como Inocêncio, um herege afigurava-se criatura pior que um mosleme ou judeu; estes viviam à margem da cristandade ou, graças a uma lei justa ou igualmente severa, dentro de sua própria esfera. O inimigo alienígena era um soldado em guerra aberta, o herege um traidor que minava a união da cristandade empenhada em gigantesca luta contra o Islã. Além disso, diziam os teólogos, se qualquer um pudesse interpretar a Bíblia de acordo com suas próprias luzes (embora ofuscado), e organizar a sua própria seita cristã, a religião que mantinha o fraco código moral da Europa ficaria logo reduzida a centenas de credos, e perderia sua eficácia como cimento social que liga à sociedade e civilização homens que, por natureza, são selvagens.

Fosse porque partilhassem de tais idéias, sem, no entanto, enunciá-las ou porque as almas simples naturalmente temem tudo que é diferente ou estranho, ou porque os homens gostam de dar vazão, no anonimato das multidões, aos instintos que normalmente são refreados pela responsabilidade do indivíduo, quando isolado, o fato é que o próprio povo, exceto no sul da França e norte da Itália, era o mais entusiasta dos perseguidores. "A turba há muito costumava linchar os hereges, antes mesmo que a

Igreja tivesse começado a persegui-los."[41] A população ortodoxa queixava-se de que a Igreja era demasiado complacente para com os hereges e,[42] às vezes, "arrebatavam seus sectários das mãos protetoras dos sacerdotes".[43] "Nessa região, a devoção do povo é tão grande, que eles se mostram sempre prontos a mandar para a fogueira, não somente os hereges mas também os que são suspeitos de heresia",[44] escreveu um sacerdote do norte da França a Inocêncio III. Em 1114, o bispo de Soissons encerrou na prisão alguns hereges. Na sua ausência, a populaça, "achando que o clero tinha sido muito condescendente", arrombou as portas da prisão, arrancou dali os hereges e os queimou na fogueira.[45] Em 1144, em Liège, a populaça insistiu em queimar alguns, aos quais o bispo Adalberto esperava ainda poder converter.[46] Quando Pedro de Bruys declarou que "os sacerdotes mentem quando dizem que o corpo de Cristo está presente na eucaristia",[47] e queimou uma pilha de cruzes na Sexta-Feira Santa, o povo o matou no próprio local.[48]

O Estado associou-se, embora com certa relutância, à perseguição movida contra os hereges, pois receava fosse impossível governar sem o auxílio de uma Igreja que exigia a união na crença religiosa. Além disso, suspeitavam que a heresia religiosa fosse um manto para o radicalismo político, e, nesse ponto, nem sempre estavam errados.[49] As considerações de ordem material poderiam ter exercido seu papel também, pois a heresia religiosa ou política ameaçava os bens da Igreja e do Estado. As classes superiores — exceto as do Languedoc — exigiam que se extirpasse a heresia a qualquer custo.[50] Henrique VI, da Alemanha (1194), ordenou que se punissem severamente os hereges e suas propriedades fossem confiscadas. Editos semelhantes foram baixados por Oto IV (1210), Luís VIII, da França (1226), por Florença (1227) e Milão (1228). O mais severo código de repressão foi decretado por Frederico II em 1220-39. Os hereges condenados pela Igreja tinham de ser entregues às "armas seculares" — autoridades locais — para morrerem queimados. Se se retratassem, seriam condenados à prisão perpétua. Confiscavam-lhes todas as propriedades, deserdavam-lhes os filhos, os quais não seriam elegíveis para qualquer função remunerada ou cargo de destaque, salvo se resgatassem o pecado dos pais denunciando outros hereges. As casas destes últimos deviam ser destruídas, não podiam jamais ser reconstruídas.[51] Luís IX inseriu leis semelhantes nos estatutos da França. Realmente, foram os reis que disputaram com o povo a primazia de inaugurar a perseguição aos hereges. O rei Roberto da França mandou queimar na fogueira 13 hereges em Orléans, em 1022; foi o primeiro caso que se conhece de punição capital por heresia desde a execução de Prisciliano em 385. Em 1051, Henrique III, da Alemanha, enforcou vários maniqueus ou cátaros em Goslar contra os protestos do bispo Wazo, de Liège, o qual achava que a excomunhão seria bastante.[52] Em 1183, o conde Filipe, de Flandres, em colaboração com o arcebispo de Reims, "enviou para a fogueira grande número de nobres, clérigos, cavaleiros, aldeões, moças, mulheres casadas e viúvas, cujas propriedades foram confiscadas e divididas entre eles".[53]

Geralmente, antes do século XIII, a inquisição dos hereges ficava a cargo dos bispos. Não eram propriamente inquisidores, esperavam que os boatos ou o clamor público apontassem os hereges. Intimavam-nos a ir a sua presença. Sentiam dificuldades em obrigá-los a confessar. Repugnava-lhes utilizar-se da tortura e recorriam ao julgamento do ordálio, ao que parece, na crença sincera de que Deus faria milagres para proteger os inocentes. São Bernardo aprovou esse expediente, e um concílio episcopal, que se realizou em Reims (1157), decretou que dele se servisse como processo re-

gular nos julgamentos dos hereges. Inocêncio, porém, o proibiu. Em 1185, o Papa Lúcio III, descontente com a negligência que os bispos demonstravam na perseguição aos hereges, ordenou-lhes que visitassem as paróquias ao menos uma vez por ano, prendessem todos os suspeitos, considerassem culpados todos aqueles que não jurassem completa lealdade à Igreja (os cátaros recusaram-se a fazer qualquer juramento) e entregassem todos os recalcitrantes às armas seculares. Os emissários do Papa tinham poderes de depor os bispos que se descurassem do combate à heresia.[54] Inocêncio III exigiu, em 1215, que todas as autoridades civis jurassem em público, sob pena de interdição por heresia, "expulsar de suas terras todos os hereges que haviam sido assinalados pela Igreja para o *animadversio debita* — devida punição". O príncipe que se descurasse dessa obrigação seria destituído, e o Papa eximiria seus súditos de qualquer obediência a ele.[55] A "devida punição" consistia então de, apenas, desterro e confisco dos bens.[56]

Quando Gregório IX subiu ao trono papal (1127), descobriu que, não obstante as perseguições do povo, governo e sacerdotes, a heresia continuava a progredir. Os Bálcãs, a maior parte da Itália e grandes regiões da França estavam de tal maneira eivados de hereges que a Igreja, mesmo depois do grande poderio exercido por Inocêncio, parecia condenada à cisão e desintegração. Para o velho pontífice, a Igreja, lutando simultaneamente contra Frederico e hereges, estava empenhada em uma luta para sua sobrevivência e tinha o direito de adotar a moral e as providências de um Estado em guerra. Gregório surpreendeu-se ao saber que o bispo Filipe Paternon, cuja diocese se estendia desde Pisa até Arezzo, havia-se convertido ao catarismo e nomeou uma junta de inquisidores, chefiada por um monge dominicano, com sede em Florença, para julgar os hereges (1227). Isso foi, com efeito, o começo da inquisição papal, embora os inquisidores oficialmente ficassem sob a jurisdição do bispo da cidade. Em 1231, Gregório adotou para a legislação da Igreja as leis de 1224, de Frederico. Daquele ano em diante, tanto a Igreja como o Estado concordaram em que a heresia impenitente seria considerada traição e deveria ser punida com a morte. Estabeleceu-se então oficialmente a Inquisição sob o controle dos papas.

III. OS INQUISIDORES

Depois de 1227, Gregório e seus sucessores nomearam um número cada vez maior de *inquisitores* especiais para perseguir os hereges. Ele escolhia para essa tarefa os membros das novas ordens de mendicantes, em parte pela sua devoção e vida simples que levavam, em parte porque não podiam depender dos bispos; contudo, nenhum inquisidor deveria condenar um herege a uma pena grave sem o consentimento episcopal. Tantos eram os dominicanos empregados nesse mister que o povo os apelidou de *Domini cannes* — "os cães de Deus".[57] A maioria era de homens de moral elevada; poucos, porém, os que possuíam espírito misericordioso. Tinham-se na conta não de juízes que pesavam de maneira imparcial as provas que lhes apresentavam, mas de guerreiros que perseguiam os inimigos de Cristo. Alguns eram zelosos e conscienciosos, como Bernardo Gui, outros sádicos, como "Roberto, o Dominicano", herege patarino que se havia convertido e que, em um só dia, no ano de 1239, enviou 180 prisioneiros para a fogueira, inclusive um bispo que, num julgamento que fizera, havia dado muita liberdade aos hereges. Gregório suspendeu Roberto de suas funções e condenou-o à prisão perpétua.[58]

A jurisdição dos inquisidores estendia-se apenas aos cristãos. Judeus e moslemes não eram citados salvo se fossem convertidos relapsos.[59] Os dominicanos esforçaram-se bastante por converter os judeus, mas nisso recorreram apenas a meios pacíficos. Quando, em 1256, alguns judeus foram acusados de ritos assassinos, os monges dominicanos e franciscanos arriscaram suas próprias vidas para salvá-los da sanha da multidão.[60] Uma bula de Nicolau III (1280) exprime melhor o objetivo e o alcance da Inquisição.

> Por este meio excomungamos e anatematizamos todos os hereges — catáros, patarinos, os "pobres de Lião"... e todos os demais, sejam quais forem suas denominações. Quando condenados pela Igreja, deverão eles ser entregues ao juiz secular a fim de serem punidos... Se qualquer um deles, depois de preso, arrepender-se e desejar penitenciar-se, poderá o mesmo ser condenado à prisão perpétua... Todos os que acolherem, defenderem ou ajudarem pessoas heréticas serão excomungados. Será proscrito aquele que permanecer sob excomunhão um ano e um dia... Serão excomungados aqueles que, suspeitos de heresia, não puderem provar sua inocência. Não terão direito de apelar da sentença. Todo aquele que fizer um sepultamento cristão de herege ficará excomungado até que dê as devidas satisfações por que o fez. Não será absolvido enquanto não tiver desenterrado, com as próprias mãos, os corpos dos heréticos e espalhado suas cinzas... Proibimos a todos os leigos que discutam sobre questões relacionadas com a fé cristã; será excomungado o que assim proceder. Todo aquele que conheça hereges ou saiba do lugar onde eles se reúnem secretamente, ou conheça os que não concordam em todos os respeitos com a fé ortodoxa, deve disso dar conhecimento ao seu confessor ou a algum outro, o qual informará o bispo ou inquisidor. Será excomungado todo aquele que não o fizer. Os hereges e todos aqueles que os acolherem, protegerem ou auxiliarem, e todos os seus filhos até à segunda geração não serão admitidos na função eclesiástica... Privaremos para sempre a todos esses de tais benefícios.[61]

O processo inquisitorial poderia começar com a prisão sumária de todos os hereges, às vezes também com a de todos os suspeitos. Os inquisidores podiam intimar toda a população adulta de uma localidade para que comparecesse a sua presença a fim de ser submetida a um interrogatório preliminar. Durante um "tempo de graça" inicial, cerca de 30 dias, aqueles que se confessassem hereges e disso se arrependessem, seriam libertados após breve prisão ou trabalho em alguma instituição religiosa.[62] Os hereges que não queriam confessar, mas que eram descobertos nesse primeiro interrogatório ou por espiões da Inquisição[63] ou outros, eram intimados a comparecer diante do tribunal inquisitorial. Esse tribunal consistia geralmente de 12 homens escolhidos pelo governante secular local, de uma lista que lhe era apresentada pelo bispo e inquisidores. Havia ainda dois notários e vários *servitors*. Se o acusado aproveitasse essa segunda oportunidade para confessar, a pena que lhe seria imposta variaria de acordo com o grau da culpa; se negasse, seria condenado à prisão. As pessoas acusadas podiam ser julgadas mesmo quando ausentes ou após sua morte. Eram necessárias duas testemunhas. Aceitavam-se, como testemunhas contra outros, hereges que já haviam confessado. As esposas e filhos podiam depor contra os esposos e pais, mas não a favor.[64] Todos os acusados de uma localidade podiam, a pedido, ver uma lista de todos os denunciantes, na qual não se especificava o nome da pessoa que os tinha acusado. Receava-se que tal indicação provocasse o assassínio dos acusadores pelos amigos do acusado. "De fato", diz Lea, "muitas testemunhas foram assassinadas por simples

suspeita."[65] Geralmente pedia-se ao acusado que revelasse o nome de seus inimigos; refutava-se qualquer testemunho destes últimos contra ele.[66] Eram severamente punidos os que prestassem falso testemunho.[67] Antes do ano de 1300, não se permitia que o acusado tivesse ajuda legal.[68] Depois de 1254, um decreto papal exigiu que os inquisidores submetessem as provas recebidas não somente ao bispo mas também a homens de boa reputação na localidade, provas que deviam ser julgadas de acordo com os votos de todos.[69] Às vezes uma junta de peritos (*periti*) era chamada para revê-las. Em geral os inquisidores tinham instruções de que seria preferível deixar escapar um culpado a condenar um inocente. Deviam ter ou provas concretas ou uma confissão.

A lei romana permitia que se obtivessem confissões por meio de torturas. Não foi usada nos tribunais episcopais nem nos primeiros anos da Inquisição papal. Inocêncio IV (1252), porém, autorizou esse método quando os juízes estivessem convencidos da culpa do acusado. Outros pontífices posteriores toleravam a sua aplicação.[70] Os papas aconselhavam que se aplicasse a tortura apenas em último recurso e uma única vez, "porém não a ponto de causar a perda de um membro ou acarretar perigo de morte". Os inquisidores interpretaram "uma única vez" como significando uma vez para cada interrogatório; às vezes eles interrompiam a tortura para recomeçar o interrogatório. Sentiam-se assim livres para aplicá-la novamente. Aplicava-se, em vários casos, a tortura, a fim de obrigar as testenunhas a depor, ou induzir um herege a revelar o nome de outros.[71] O açoite, a queimadura, o cavalete ou prisão em celas escuras e estreitas eram as formas usuais de tortura. Queimavam-se lentamente os pés do acusado com brasas ou o amarravam a um cavalete em forma de triângulo, quando então lhe puxavam os braços e as pernas por meio de cordas presas a um molinete. Limitava-se, às vezes, a alimentação do prisioneiro para enfraquecer-lhe o organismo e a vontade, tornando-o assim sensível à tortura psicológica, qual a de se lhe prometer o perdão ou ameaçá-lo de morte.[72] O tribunal inquisitorial não acolhia com bons olhos as confissões obtidas por meio da tortura. Removia-se, porém, essa dificuldade, fazendo com que os acusados confirmassem três horas mais tarde as declarações que fizeram quando estavam sendo torturados. Se eles se recusassem a fazê-lo, estariam sujeitos a sofrer novamente. Em 1286, os funcionários de Carcassona enviaram a Filipe IV, da França, e ao Papa Nicolau IV uma carta reclamando contra a severidade com que o inquisidor João Galand aplicava suas torturas. Às vezes os prisioneiros de Galand eram isolados em celas completamente escuras durante longos períodos. Alguns ficavam de tal forma amarrados, que tinham de ficar sentados sobre suas próprias fezes e somente podiam deitar-se sobre uma laje fria.[73] Outros sofriam tais torturas no cavalete, que perdiam o uso dos braços e pernas, outros chegavam a morrer.[74] Filipe condenou tais crueldades e o Papa Clemente V (1312) esforçou-se então por que os inquisidores moderassem seus métodos, mas estes últimos logo deixaram de dar atenção às recomendações recebidas.[75]

Os prisioneiros que, em duas oportunidades, haviam-se recusado a confessar e eram julgados mais tarde, e os que tornavam a cair em heresia, após se terem retratado, eram condenados à prisão perpétua ou à morte. A prisão perpétua podia ser amenizada dando-se ao prisioneiro certa liberdade de movimento; podia receber visitas e jogar. Podia-se também agravá-la, quando então o prisioneiro era obrigado a jejuar ou ficava acorrentado.[76] O confisco de propriedades constituía também uma penalidade após a resistência oposta pelo acusado. Geralmente parte dos bens confiscados era entregue ao governo secular da província, parte à Igreja. Na Itália, dava-se um ter-

ço desses bens ao delator. Na França, era a coroa quem ficava com todos os bens. Tais considerações estimulavam os indivíduos e o Estado a colaborarem uns com os outros na caça aos hereges e provocavam os julgamentos dos mortos. Podia-se tomar os bens de qualquer pessoa inocente sob a acusação de que o testador havia morrido em estado de heresia. Foi esse um dos muitos abusos que os papas em vão condenaram.[77] O bispo de Rodez vangloriou-se de que havia feito 100.000 soles numa única campanha contra os hereges de sua diocese.[78]

Periodicamente os inquisidores anunciavam, em uma cerimônia geral (*sermo generalis*), todas as condenações e penalidades. Os penitentes eram colocados em um tablado, no centro da igreja. Liam suas confissões e pediam-lhes que as confirmassem e repetissem uma fórmula abjurando a heresia. O inquisidor celebrante absolvia então alguns da excomunhão e depois anunciava a outros as várias sentenças. Os que deviam ser "soltos" ou entregues às armas seculares dispunham de um dia para converter-se; os que haviam confessado ou se tivessem mostrado arrependidos, mesmo quando ao pé do cavalete, eram condenados à prisão perpétua; os impenitentes eram queimados em praça pública. Na Espanha, esse processo de *sermo generalis* e execução era denominado ato de fé, *auto-de-fé,* pois destinava-se a fortalecer a ortodoxia do povo e reafirmar a fé na Igreja. A Igreja jamais dera uma sentença de morte; o seu antigo lema era *ecclesia abhorret a sanguine* — "repugna à Igreja o sangue". Proibia-se ao clero o derramamento de sangue. Assim, ao entregar às armas seculares aqueles que ela havia condenado, a Igreja apenas se limitava a pedir às autoridades do Estado que infligissem "a devida pena", precavendo-se contra "todo derramamento de sangue e todo perigo de morte". Depois do pontificado de Gregório IX, a Igreja e o Estado concordaram em que não se devia considerar de modo literal tal precaução e que o condenado devia morrer sem derramar sangue — isto é, queimado na fogueira.[79]

O número dos que foram condenados à morte pela Inquisição Oficial foi menor do que haviam acreditado os historiadores.[80] Bernardo de Caux, zeloso inquisidor, deixou um longo registro dos casos julgados por ele, do qual não consta ter sido "solto" ninguém.[81] Como inquisidor durante 17 anos, Bernardo Gui condenou 930 hereges, dos quais 45 à morte.[82] Num *sermo generalis,* em Toulouse, em 1310, 20 pessoas foram condenadas a fazer uma peregrinação, 65 à prisão perpétua, 18 à morte. Num auto-de-fé, em 1312, 51 pessoas foram condenadas a peregrinação, 86 a diversas penas de prisão e 5 entregues às armas seculares.[83] As piores tragédias da Inquisição jaziam ocultas nos calabouços. De fato, eram ali piores do que as que vinham à luz na tortura do cavalete.

IV. CONSEQÜÊNCIAS

A Inquisição medieval alcançou seu objetivo imediato. Eliminou o catarismo na França, reduziu os valdenses a uns poucos fanáticos, restaurou a ortodoxia no sul da Itália e protelou por três séculos o desmembramento da cristandade do Ocidente. A França perdeu, em favor da Itália, a sua supremacia na Europa, porém a monarquia francesa, engrandecida pela aquisição do Languedoc, tornou-se bastante forte para dominar o Papa Bonifácio VIII e aprisionar Clemente V.

Foi menor o papel exercido pela Inquisição na Espanha, antes de 1300. Raimundo de Peñaforte, confessor dominicano de Jaime I de Aragão, convenceu este último, em

1232, a que aceitasse a Inquisição. O estatuto de 1233 tornou o Estado o principal beneficiário dos confiscos feitos aos hereges, talvez com o fito de reprimir o excesso de zelo dos inquisidores. Isso provaria ser, nos séculos seguintes, um forte estímulo para os monarcas, os quais perceberiam que a Inquisição e a aquisição eram quase aliados, por assim dizer.

Continuou a existir no norte da Itália grande número de hereges. A maioria dos ortodoxos era demasiado indiferente para persegui-los também. Ditadores independentes, como Ezzelino, em Vicenza, e Pallavicino, em Cremona e Milão, protegiam-nos clandestina ou abertamente. O monge Ruggieri organizou em Florença uma ordem militar de nobres ortodoxos para apoiar a Inquisição. Os patarinos travaram com eles lutas sangrentas nas ruas e foram derrotados (1245); depois disso os hereges florentinos deixaram de manifestar-se. Em 1252, o inquisidor frei Piero da Verona foi assassinado pelos hereges em Milão. Sua canonização como Pedro, o Mártir, muito contribuiu para reprimir a heresia no norte da Itália, mais do que toda a severidade dos inquisidores. O papado organizou verdadeiras cruzadas contra Ezzelino e Pallavicino; o primeiro foi derribado do poder em 1259, o segundo em 1268. O triunfo da Igreja na Itália foi, sob todos os aspectos, completo.

A Inquisição jamais pôde firmar-se na Inglaterra. Henrique II, ansioso por provar sua ortodoxia em suas controvérsias com Becket, flagelou e estigmatizou 29 hereges em Oxford (1166).[84] Poucos eram os que havia na Inglaterra antes de Wyclif. A Inquisição floresceu na Alemanha somente durante curto espaço de tempo, depois desapareceu do cenário. Em 1212, o bispo Henrique de Estrasburgo lançou à fogueira 80 hereges em um só dia. A maioria deles era valdense. Seu chefe, o sacerdote, João, proclamara não acreditar em indulgências, purgatório e celibato dos sacerdotes e sustentou seu ponto de vista de que os eclesiásticos não deviam possuir propriedades. Em 1227, Gregório IX fez de Conrado, um sacerdote de Marburgo, chefe da Inquisição na Alemanha, e encarregou-o não somente de exterminar a heresia como também de reformar o clero, cujas propriedades tinham sido denunciadas pelo Papa como a causa principal do enfraquecimento da fé. Conrado desempenhou ambas as tarefas com extraordinária crueldade. Ele deu a todos os indigitados heréticos uma escolha simples: confessar e ser punido, ou negar e ser queimado na fogueira. Quando se entregou à tarefa de reformar o clero, os ortodoxos e hereges se uniram para opor-lhe resistência. Foi morto pelos amigos de suas vítimas (1233), e os bispos alemães chamaram a si a jurisdição da Inquisição e adotaram processos mais justos nos julgamentos. Muitas seitas, algumas heréticas, outras místicas, sobreviveram ainda na Boêmia e na Alemanha e prepararam o caminho para Huss e Lutero.

Ao julgarmos a Inquisição, devemos considerá-la dentro do cenário de uma era acostumada à brutalidade. Talvez possa ela ser compreendida melhor pela nossa época, a qual tem matado mais gente nas guerras e eliminado mais vidas inocentes sem os devidos processos legais do que todas as guerras e perseguições de César a Napoleão. A intolerância é a companheira natural de uma fé muito forte. A tolerância apenas se desenvolve quando a fé enfraquece. Esse enfraquecimento lhe arma os braços para o assassínio. Platão sancionou a intolerância em suas *Leis*; os reformadores a aprovaram no século XVI. Alguns críticos defendem os métodos da Inquisição quando praticados pelos Estados modernos. Os métodos dos inquisidores, inclusive a tortura, foram adotados nos códigos de muitos governos. Talvez a tortura de suspeitos que se faz secretamente em nossos tempos se inspire mais na Inquisição do que nas leis romanas.

Comparada com a perseguição dos hereges na Europa, de 1227 a 1492, a perseguição dos cristãos pelos romanos, nos primeiros três séculos depois de Cristo, foi muito mais benigna e mais humana. Dando-se o desconto devido ao historiador e permitido a um cristão, cumpre-nos colocar a Inquisição, juntamente com as guerras e perseguições de nossos tempos, no rol das manchas mais negras de que há registro na História, revelando uma ferocidade que se desconhece em qualquer animal selvagem.

CAPÍTULO XXIX

Monges e Freiras

1095 — 1300

I. A VIDA MONÁSTICA

PODE muito bem ser que a Igrega tivesse sido salva não pelas torturas da Inquisição mas sim pela criação de novas ordens monásticas que arrancaram dos lábios dos hereges o evangelho da pobreza e que, durante um século, deu às antigas ordens monásticas e ao clero um belo exemplo com a pureza de sua sinceridade.

Os mosteiros haviam-se multiplicado durante a Idade Média, chegando a um ponto culminante nos atribulados tempos do século X e declinando depois em número à medida que aumentavam as ordens seculares e a prosperidade. Na França, por volta do ano 1100, havia 543 deles e, em 1250, 287.[1] Possivelmente essa perda em número fosse compensada por aumento na média de seus membros, mas poucos eram os mosteiros que tinham 100 monges.[2] Era ainda costume, no século XIII, os pais religiosos ou estigmatizados confiarem os filhos de sete anos de idade ou mais aos mosteiros como *oblates* (oblatas) — "oferecidos" a Deus. Foi assim que começou a carreira de Santo Tomás de Aquino. A ordem beneditina considerava irrevogáveis os votos que os pais faziam para um *oblata*.[3] São Bernardo e as novas ordens achavam que o *oblata*, ao chegar à maioridade, podia voltar para o mundo, sem que isso constituísse motivo de censura.[4] Geralmente um monge adulto precisava ser dispensado pelo papa caso desejasse, sem pecado, renunciar a seus votos.

Antes de 1098, a maioria dos mosteiros do Ocidente seguia, com variável fidelidade, algumas disposições das regras dos beneditinos. Prescrevia-se um ano de noviciado, durante o qual o candidato podia retirar-se livremente. Um cavaleiro renunciou ao voto, disse o monge Cesário de Heisterbach, "sob a covarde alegação de que temia os piolhos da indumentária monástica, pois os nossos trajes de lã abrigam muitos desses bichinhos".[5] As orações tomavam quatro horas do dia de um monge; as refeições eram breves e geralmente consistiam em vegetais. O restante do dia era dedicado ao trabalho, leitura, ensino, trabalhos de hospital, caridade e descanso. Conta Cesário como o seu mosteiro, durante a fome que grassou em 1197, chegou a distribuir 1.500 "pratos" de comida em um só dia e "sustentou até à colheita todos os pobres que lá apareciam".[6] Naquela mesma carestia, uma abadia cisterciense da Westfália matou todos os seus rebanhos e empenhou todas as baixelas sagradas e livros a fim de poder alimentar os pobres.[7] Com o seu próprio labor e o de seus servos, os monges construíam abadias, igrejas e catedrais, cultivavam grandes glebas de terras, muitas das quais eram saneadas e preparadas por eles mesmos, exerciam dezenas de ofícios e fabricavam excelentes vinhos e cervejas. Embora parecessem arrancar do mundo muitos

homens bons e capazes para mergulhá-los em uma santidade egoísta, os mosteiros treinavam milhares deles dentro de uma grande disciplina mental e moral e depois os devolviam ao mundo para servirem de conselheiros e administradores dos bispos, papas e reis.

Com o decorrer do tempo, a crescente riqueza das comunidades beneficiou muito os mosteiros, e a generosidade do povo pôde também financiar o luxo ocasional dos monges. A abadia de São Riquier não figurava entre as mais ricas, mas possuía 117 vassalos, 2.500 casas na cidade em que se achava situada e recebia anualmente de seus inquilinos 10.000 frangos, 10.000 galos capões, 75.000 ovos... e um aluguel razoável de cada um, mas que, cumulativamente, perfazia uma grande soma.[8] Mais ricos eram os mosteiros de Monte Cassino, Cluny, Fulda, St. Gall e São Dionísio. Abades como Suger, da abadia de São Dionísio, Pedro, o Venerável de Cluny, ou mesmo Sansão, da abadia de Santo Edmundo de Bury, eram grandes proprietários que controlavam imensa riqueza material e dispunham de grande força social e política. Suger, depois de sustentar seus monges e construir uma majestosa catedral, deixou ainda bastantes recursos para financiar metade das despesas de uma cruzada.[9] Foi provavelmente sobre Suger que São Bernardo escreveu: "Minto se não vi um abade viajando em uma carruagem com 60 cavalos ou mais."[10] Mas Suger era primeiro-ministro e tinha de trajar-se pomposamente a fim de impressionar as massas. Ele mesmo vivia com austera simplicidade em uma cela humilde, observava todas as regras de sua ordem tanto quanto lhe permitiam suas funções públicas. Pedro, o Venerável, era homem bom, porém fracassou, não obstante seus esforços, em suas tentativas de reprimir a tendência dos mosteiros de Cluniac — outrora os chefes da reforma — para a riqueza corporativista, a qual habilitaria os monges a viver em uma indolência degeneradora, embora não possuíssem bens.

A moral decai à medida que aumenta a riqueza, e a natureza dá vazão aos instintos dos homens de acordo com as posses destes. Encontram-se em quaisquer grandes grupos certos indivíduos, cujos instintos são mais fortes que os votos que fazem. Enquanto a maioria dos monges permanecia razoavelmente leal às suas regras, uma minoria mostrava-se mais complacente para com o mundo e a carne. Em muitos casos o abade havia sido nomeado por algum grande senhor ou rei, vinha geralmente de uma classe acostumada ao conforto. Tais abades passavam por cima das regras monásticas, gostavam da caça, jogos e política, e seu exemplo contaminava os monges. Geraldo Cambrensis descreve jocosamente a figura do abade de Evesham: "Ninguém se achava a salvo de sua concupiscência." Os seus vizinhos calculavam em 17 o número de seus rebentos. Tiveram de depô-lo afinal.[11] Os abades mundanos, gordos, ricos e poderosos, tornaram-se alvo do bom humor do povo e das diatribes dos literatos. A mais impiedosa e inacreditável sátira da literatura medieval é a descrição que Valter Map fez

*Disse um grande erudito, o qual não era muito indulgente para com as falhas da Igreja: "A acusação vulgar que geralmente se fazia contra os monges medievais de que eles eram glutões, perdulários, extravagantes e malvados é desmentida pelas centenas de cartulários que foram conservados e nos quais se vêem o cuidado, inteligência e honestidade de sua administração. Os grandes melhoramentos econômicos que os monges fizeram na Europa medieval provam terem sido eles, no seu todo, proprietários e agricultores inteligentes." — Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages*, 630. "Os trabalhos mais perfeitos e eficazes do cristianismo" disse o cético Renan, "foram os executados pelas ordens monásticas." — *Marc Aurèle, Paris, n. d., 627.*

de um abade.[12] Alguns conventos eram conhecidos pelos seus bons vinhos e finas iguarias. Não devemos censurar os monges por se entregarem às vezes a um bom repasto. Compreendemos muito bem o quanto deviam estar fartos de verduras e o quanto sentiam a falta de carne. Devemos, por isso, perdoar-lhes o fato de, às vezes, se entregarem a pequenos mexericos, briguinhas e a uma soneca uma vez ou outra durante a missa.[13]

Os monges, ao fazerem votos de celibato, haviam subestimado a força do instinto sexual que os exemplos dos seculares e os quadros da vida constantemente agitavam. Cesário de Heisterbach conta a história, muitas vezes repetida na Idade Média, de um abade e um jovem monge que estavam viajando a cavalo. O jovem viu as mulheres pela primeira vez. "O que são elas?", perguntou. "Demônios", respondeu o abade. "Pensei que fossem as mais belas criaturas deste mundo", redargüiu o monge.[14] O asceta Pedro Damião disse, ao aproximar-se o fim de sua santa porém amarga vida:

> Eu, que sou agora um velho, posso olhar sem receio para um rosto encarquilhado e de olhos nublados, porém evito olhar uma mulher mais jovem e enfeitada, da mesma maneira que as crianças evitam o fogo. Oh, pobre coração o meu! — que não consegue reter os mistérios das Escrituras que li centenas de vezes, mas que não consegue esquecer a lembrança de uma forma vista apenas uma vez.[15]

Para alguns monges a virtude parecia uma luta para suas almas, uma luta entre a mulher e Cristo. Sua prevenção contra as mulheres era um esforço para se tornarem insensíveis a seus encantos. Muitas vezes o orvalho do desejo suavizava-lhes os sonhos de religiosos, e suas visões de santos cercavam-se de formas amorosas.[16] Ovídio era bem acolhido em alguns mosteiros e seus livros sobre a arte do amor não deixavam de ser manuseados por muitos monges.[17] As estátuas de algumas catedrais, os relevos de seu mobiliário, até mesmo as pinturas em alguns missais representavam monges e freiras turbulentos, porcos vestidos de monges, figuras eretas com trajes monásticos muito folgados, freiras brincando com diabos.[18] Um relevo no Portal do Julgamento, em Reims, mostra um diabo arrastando homens condenados ao inferno; há entre eles a figura de um bispo. Os eclesiásticos medievais — talvez seculares que invejavam os regulares — permitiam que tais caricaturas permanecessem naqueles lugares, porém o clero moderno achou melhor remover a maioria delas. A própria Igreja era o crítico mais severo dos membros que pecavam. Reformadores eclesiásticos muito trabalharam para colocar novamente os monges e abades dentro dos ideais de Cristo.

II. SÃO BERNARDO

Ao fim do século XI, simultaneamente com a purificação do papado e o fervor da Primeira Cruzada, um movimento de auto-reforma varreu a cristandade, o qual melhorou bastante o clero secular e criou novas ordens monásticas que se entregaram completamente à observância das regras de Santo Agostinho e São Bento. São João Gualberto[19], em data desconhecida, anterior a 1039, criou a ordem de Vallombrosa no chamado "vale sombrio", na Itália, inaugurando com ela a instituição dos homens leigos, mais tarde desenvolvida pelas ordens mendicantes. O Sínodo Romano de 1059 exortou os cônegos — clérigos que participavam dos labores e rendas de uma catedral — a viverem em comunidade e a manterem todas as suas propriedades em

comum, como os apóstolos. Alguns se recusaram a atender a essa exortação e permaneceram "cônegos seculares"; muitos a aceitaram, adotaram regras monásticas, as quais atribuíam a Santo Agostinho, e formaram comunidades conhecidas, coletivamente, por Cônegos Agostinianos ou Austinianos. (Não confundir com os frades agostinianos ou austinianos das ordens fundadas por anacoretas, na Toscana, em 1256.)

Em 1084, São Bruno, de Colônia, tendo recusado o arcebispado de Reims, fundou a Ordem dos Cartuxos, criando um mosteiro em um lugar deserto denominado Chartreuse, nos Alpes, nas proximidades de Grenoble. Outros religiosos, aborrecidos com as discórdias dos homens e a indolência do clero, formaram entidades cartusianas idênticas, também em lugares ermos. Cada monge trabalhava, comia e dormia em sua própria cela, vivia de pão e leite, usava indumentária de crina de cavalo e mantinha-se quase constantemente em silêncio. Reuniam-se três vezes por semana a fim de assistir à missa e à reza e fazer orações à meia-noite. Aos domingos e feriados entregavam-se ao doce prazer de uma conversação e refeição em comum. De todas as ordens monásticas, era essa a mais severa e a que observou, durante oito séculos, as suas primitivas regras.

Em 1098, Roberto de Molesmes, cansado de tentar reformar os vários mosteiros beneditinos, dos quais havia sido o prior, construiu uma nova casa monástica em um sítio agreste denominado Cîteaux, nas vizinhanças de Dijon. Da mesma maneira que os de Chartreuse receberam o nome de cartuxos, os de Cîteaux receberam o de cistercienses. O terceiro abade de Cîteaux, Estêvão Harding, de Dorsetshire, reorganizou o mosteiro e deu-lhe grande expansão, estabelecendo outros semelhantes, e elaborou a *Carta caritatis* — Carta da Caridade, a fim de assegurar uma cooperação pacífica de todos os mosteiros cistercienses com sede em Cîteaux. Restauraram-se as regras beneditinas, observando-se nelas a maior severidade: era essencial absoluta pobreza; devia-se evitar a carne na alimentação e desencorajar a cultura do espírito; era proibido fazer versos e devia-se evitar também qualquer esplendor na indumentária religiosa, baixelas ou construção. Todos os monges fisicamente capazes deviam dedicar-se a plantações e ofícios que tornassem o mosteiro independente do mundo exterior. Com isso eles não teriam desculpas para saírem de seus terrenos. Os cistercienses sobrepujaram todos os demais grupos, monásticos ou seculares, na energia e habilidade com que cuidavam de suas plantações. Criaram novos centros de sua ordem em regiões despovoadas, transformaram terrenos pantanosos e florestas em terras de cultura, e exerceram um papel dominante na colonização da Alemanha oriental e na reparação dos danos que Guilherme, o Conquistador, havia causado no norte da Inglaterra. Os monges cistercienses foram auxiliados nesse magnífico trabalho civilizador por irmãos leigos (*conversi*) que haviam feito votos de celibato e de uma vida silenciosa, sem cultura,[20] e trabalhavam como sitiantes ou servos em troca de abrigo, roupa e alimento.[21]

Esse regime austero espantava grande número de noviços. O pequeno grupo progredia mui lentamente e a nova ordem teria morrido na sua infância, não tivesse ela recebido novo alento na figura de São Bernardo. Nascido nas proximidades de Dijon (1091), filho de nobre família, tornara-se um jovem muito tímido e religioso, amante da solidão. Achara o mundo secular um lugar desagradável e resolvera entrar para um mosteiro. Contudo, desejando talvez companheiros para aquela vida solitária, começou a fazer intensa propaganda entre parentes e amigos para entrarem juntos em Cîteaux. Consta que mães e donzelas casadouras tremiam quando ele se aproximava, te-

mendo que convencesse os filhos e namorados a ingressarem numa vida de castidade. A despeito das lágrimas e encantos das mulheres, conseguiu seu objetivo. Quando foi recebido em Cîteaux (1113), levava consigo um grupo de 29 candidatos, inclusive irmãos, um tio e amigos. Mais tarde convenceu a mãe e a irmã a se tornarem freiras e o pai, monge, sob pena de "irem para as chamas eternas".[22]

Estêvão Harding encheu-se logo de tal admiração pelo espírito religioso e energia de Bernardo, que o mandou (1115), como abade, juntamente com 12 outros monges, fundar uma nova casa cisterciense. Bernardo escolheu um lugar em densa floresta, a noventa milhas de Cîteaux, conhecido por *Clara vallis,* Vale Claro, Clairvaux, ou Claraval. Não havia ali nenhuma habitação, nenhum habitante. A tarefa inicial daquele grupo fraternal foi construir com as próprias mãos o seu primeiro "mosteiro" — uma casa de madeira com capela e refeitório, em um só cômodo, em cima do qual ficava o dormitório, a que se tinha acesso por meio de uma escada. As camas eram caixões forrados de folhas. As janelas não eram maiores do que a cabeça de um homem e o soalho era a própria terra. Observavam uma dieta vegetariana, às vezes acrescida de algum peixe. Não comiam pão branco, não usavam temperos e bebiam pouco vinho. Aqueles monges, desejosos de alcançar o céu, comiam à semelhança de filósofos que cortejavam a longevidade. Preparavam suas próprias refeições e revezavam-se na cozinha. De acordo com as regras estabelecidas por Bernardo, o mosteiro não podia comprar propriedades, somente podia possuir o que lhe dessem; ele desejava ter apenas as terras suficientes para o trabalho dos monges. Bernardo e sua irmandade trabalhavam em silêncio e satisfeitos, livres do "mundo tempestuoso", limpando o mato, plantando e colhendo, fazendo sua própria mobília e reunindo-se nas horas regulamentares para cantar, sem acompanhamento de órgão, os salmos e hinos do dia. "Quanto mais os observo, tanto mais acredito serem eles os perfeitos adeptos de Cristo... são um pouco menos que os anjos, porém estão muito acima dos homens", disse Guilherme de St. Thierry.[23] Espalhou-se a notícia daquela doce paz cristã e abstinência e, antes da morte de Bernardo, já havia 700 monges em Claraval. Deviam ter sido muito felizes ali, pois quase todos os que eram enviados para servir como abades, bispos e conselheiros ansiavam por voltar. O próprio Bernardo, ao qual ofereceram as mais altas funções na Igreja e que ia a muitas cidades, atendendo a solicitações destas, mostrava-se sempre ansioso por voltar a sua cela em Claraval, "que meus olhos possam ser fechados pelas mãos de meus filhos, e que meu corpo possa ser enterrado em Claraval, lado a lado com os corpos dos pobres".[24]

Bernardo era homem de inteligência média, forte convicção e grande firmeza de caráter. Não se importava com a ciência nem com a filosofia. Achava que o espírito do homem era uma parte ínfima do universo para poder julgá-lo ou pretender compreendê-lo. Surpreendia-se com o tolo orgulho dos filósofos que viviam discutindo sobre a natureza, origem e destino do universo. Sentiu-se chocado quando Abelardo propôs submeter a fé à razão e combateu esse racionalismo, o qual considerou uma impudente blasfêmia. Em vez de procurar compreender o universo, preferia viver pacatamente, grato pelo milagre da revelação. Aceitou a Bíblia como a palavra de Deus. Achava que sem ela o mundo seria um lúgubre deserto. Quanto mais pregava essa fé, à maneira de uma criança, tanto mais se convencia de que estava trilhando o verdadeiro caminho. Não censurou um dos monges que lhe confessara não acreditar que um sacerdote tivesse o poder de transformar o pão da eucaristia no corpo e sangue de Cristo, apenas pediu-lhe que recebesse assim mesmo o sacramento; "ide e pregai com

a *minha* fé", e estamos seguros de que a firme convicção de Bernardo transmitiu-se ao agnóstico e salvou sua alma.[25] Bernardo sabia também odiar e perseguir, quase até à morte, hereges, como Abelardo e Arnoldo de Bréscia, que haviam enfraquecido a Igreja, a qual, não obstante todas as suas faltas, lhe parecia o próprio veículo de Cristo. A adoração que tinha pela Virgem Maria atingia as raias da ternura. Ao ver um ladrão a caminho das galés, intercedeu por ele junto ao conde de Champagne, prometendo-lhe que sujeitaria o homem a uma penitência que seria mais severa que a morte.[26] Costumava pregar aos reis e papas, mas sentia mais prazer em fazê-lo aos camponeses e pastores do vale em que morava. Mostrava-se complacente para com as faltas deles, convertia-os pelo seu exemplo e granjeava-lhes a afeição pela fé e amizade que neles infundia. Entregava-se ao ascetismo, jejuava tanto que seu superior, em Cîteaux, precisava ordenar-lhe que se alimentasse. Viveu, durante 38 anos, numa cela muito acanhada em Claraval, onde dormia sobre a palha, tendo apenas por banco um simples vão na parede.[27] Todos os confortos e bens do mundo nada significavam para ele comparados com a bem-aventurança prometida por Cristo. Foi com essa disposição de espírito que escreveu vários hinos de despretensiosa simplicidade e tocante ternura:

Iesu dulcis memoria,	Doce lembrança de Jesus,
dans vera cordi gaudia,	Que ao coração dá verdadeira alegria,
sed super mel et omnia	Sua presença é mais doce que o mel
eius dulcis praesentia.	E que todas as outras coisas.
Nil canitur suavius,	Nenhum canto é mais suave,
auditur nil iocundius,	Nenhuma voz mais agradável,
nil cogitatur dulcius	Nenhum pensamento mais doce
quam Iesu Dei filius.	Que Jesus, o Filho de Deus.
Iesu spes poenitentibus,	Jesus, esperança dos penitentes,
quam pius es petentibus,	Quão piedoso sois para com os suplicantes!
quam bonus es quaerentibus,	Quão bondoso sois para com os que Vos procuram!
sed quid invenientibus?[28]	Como sereis Vós para com os que Vos encontrarem?

Apesar de sua propensão para formular frases elegantes, pouco se importava com o que não se revestisse de beleza espiritual. À vista do espetáculo que lhe ofereciam os lagos da Suíça, cerrava os olhos para evitar que seu espírito se inebriasse com ele.[29] O Cristo crucificado era o único ornamento de sua abadia. Censurou Cluny por ter gasto muito na construção e decoração de suas abadias. "A Igreja mostra-se faustosa e, ao mesmo tempo, indiferente aos pobres. Ela doura suas pedras e deixa desprotegidos os seus filhos. É com a prata dos pobres que ela encanta os olhos dos ricos", disse ele.[30] Queixou-se do fato de a grande abadia de São Dionísio encontrar-se sempre apinhada de cavaleiros orgulhosos metidos em suas armaduras, em vez de simples fiéis. Chamou-a de "guarnição, escola de Satanás, covil de ladrões".[31] Impressionado com essa observação, Suger reformou os costumes de sua igreja e dos monges, e procurou viver de maneira que pudesse merecer o elogio de Bernardo.

A reforma monástica que se irradiou de Claraval e a melhoria obtida na hierarquia, com a elevação dos monges para os cargos de bispos e arcebispos, foram apenas parte da influência que esse homem extraordinário, que nada pedia senão pão, exerceu sobre todas as classes sociais naquele século. Henrique, da França, irmão do rei, foi visitá-lo, ouviu-o e nesse mesmo dia tornou-se monge e começou a lavar também os pra-

tos na abadia.[32] Dominava a todos com seus sermões, os quais se revestiam de grande eloqüência e chegavam a ter quase o colorido de um poema. As suas cartas, obras-primas de defesas apaixonadas, influenciaram concílios, bispos, papas e reis. Moldava, por meio de contatos pessoais, as normas para a Igreja e o Estado. Não quis passar de um simples abade, mas fez e desfez papas. Nenhum pontífice foi ouvido com mais respeito ou reverência do que ele. Deixava muitas vezes a cela para desempenhar importante missão diplomática, quase sempre a pedido da Igreja. Quando grupos rivais elegeram papas Anacleto II e Inocêncio III (1130), Bernardo apoiou o último. Por ocasião da tomada de Roma por Anacleto, Bernardo entrou na Itália e, com a força de sua personalidade e o calor de sua palavra, levantou a população das cidades da Lombardia a favor de Inocêncio. A multidão, arrebatada pela sua oratória e santidade, beijava-lhe os pés e arrancava-lhe pedaços da roupa para guardá-los como relíquia. Os enfermos o procuravam. Epilépticos, paralíticos e outros infelizes proclamavam ter sido curados pelo simples toque de suas mãos. Camponeses e pastores deixavam o serviço para pedir-lhe a bênção toda vez que voltava a Claraval após seus triunfos diplomáticos; e uma vez tendo-a recebido, retornavam a seus afazeres, muito satisfeitos, o ânimo levantado.

Quando Bernardo morreu em 1153, o número de casas cistercienses tinha subido de 30, em 1134 (ano em que morreu Estêvão Harding), para 343. A fama de santidade e força que possuía trouxe muitos convertidos para a nova ordem. Em 1300 ela já contava com 60.000 monges em 693 mosteiros. Outras ordens monásticas surgiram no século XII. Por volta do ano 1100, Roberto de Arbrissol fundou a ordem de Fontevrault, no Anjou; em 1120, São Norberto renunciou a uma rica herança e criou a ordem premonstratense dos Cônegos Regulares, em Prémontré, nas proximidades de Laon; em 1131, São Gilberto fundou a ordem inglesa de Sempringham — os gilbertinos — à feição da de Fontevrault. Cerca de 1150, alguns ermitães palestinos adotaram as regras dos eremitas de São Basílio e espalharam-se pela Palestina. Quando os muçulmanos conquistaram a Terra Santa, esses "carmelitas" emigraram para Chipre, Sicília, França e Inglaterra. Em 1198, Inocêncio III aprovou os artigos da ordem dos Trinitários, dedicando-a aos cristãos que haviam sido resgatados dos sarracenos, seus captores. Essas novas ordens eram mais um elemento para elevar o espírito da Igreja cristã.

A reforma monástica que teve seu apogeu durante o tempo de Bernardo esmoreceu no decorrer do século XII. As ordens mais novas observavam suas severas regras com razoável fidelidade, mas não se podia encontrar, naquele dinâmico período, muitos homens que suportassem tal regime, aliás muito severo. Com o tempo, os cistercienses — até mesmo os de Claraval — foram-se enriquecendo com as dádivas recebidas. Os donativos feitos como óbolos habilitavam os monges a adicionar a sua dieta, não somente carne, como também bastante vinho.[33] Eles confiavam todos os trabalhos manuais aos irmãos leigos. Quatro anos após a morte de Bernardo, adquiriram uma leva de escravos sarracenos.[34] Desenvolveram grande comércio, muito lucrativo, com os produtos de sua indústria socialista, despertando com isso a animosidade de várias organizações, tanto mais que gozavam de isenção de pagamento de impostos sobre transportes.[35] O número de noviços diminuiu muito com o declínio da fé em seguida ao fracasso das Cruzadas. A própria moral de todas as ordens monásticas ficou também muito abalada, mas não desaparecera o antigo ideal de se viver como apóstolos em um regime comunitário, sem propriedades. Perdurava ainda em milhares de al-

mas a convicção de que o verdadeiro cristão devia evitar a riqueza e o poder e ser estritamente pacífico. Surgiu, no começo do século XIII, nas serranias da Úmbria, na Itália, um homem que deu novo vigor a velhos ideais de uma vida de tal simplicidade, pureza e amor, a ponto de todos julgarem que Cristo havia nascido outra vez.

III. SÃO FRANCISCO DE ASSIS*

Giovanni de Bernadone nasceu em 1182, em Assis, filho de Ser Pietro de Bernadone, rico mercador que tinha muitas transações comerciais com a Provença. Pietro apaixonara-se por uma jovem francesa dessa cidade, de nome Pica. Levou-a como esposa para Assis. Ao voltar de outra viagem que fizera à Provença, viu-se pai de uma criança. Mudou o nome do filho para Francisco, e parece tê-lo feito em homenagem à esposa. O filho cresceu numa das mais belas regiões da Itália, e jamais perdeu sua afeição pela paisagem e o céu da Úmbria. Aprendeu francês e italiano com os pais e latim com o sacerdote da paróquia. Não teve outros estudos escolares completos, começando logo a trabalhar com o pai. Desapontou Ser Pietro ao demonstrar que tinha mais facilidade em gastar dinheiro do que em fazê-lo. Era o jovem mais rico e mais generoso da cidade. Vivia cercado de amigos que bebiam, comiam e cantavam com ele as canções dos trovadores. Francisco usava, de vez em quando, roupas de muitas cores, próprias dos menestréis.[36] Era um bonito rapaz, de olhos e cabelos pretos, feições delicadas e voz melodiosa. Seus primeiros biógrafos contestam houvesse tido ele relações com o outro sexo; na verdade ele conhecera de vista apenas duas mulheres.[37] Certamente isso é uma injustiça que lhe fazem. Talvez, naqueles anos de sua formação, tivesse ouvido do pai a história dos hereges albigenses e valdenses do sul da França, bem como de suas doutrinas e pobreza evangélica.

Combateu em 1202 no exército de Assis contra Perugia, foi feito prisioneiro e passou um ano no cativeiro. Em 1204 entrou como voluntário no exército do Papa Inocêncio III. Em Spoleto, ao guardar o leito presa de febre, julgou ouvir uma voz perguntar-lhe: "Por que abandonas o Senhor pelo servo, o príncipe pelo vassalo?" "Senhor, o que desejais que eu faça?", murmurou. A voz respondeu: "Volta para casa. Lá ouvirás o que deverás fazer."[38] Francisco deixou o exército e voltou para Assis. Mostrou-se ainda menos interessado pelos negócios do pai, preocupou-se mais pela religião. Havia nas proximidades de Assis uma humilde capela, a capela de São Damião. Ao fazer ali suas orações em fevereiro de 1207, Francisco julgou ouvir Jesus Cristo dizer-lhe, do altar, que aceitava sua vida e sua alma como oblação. Daquele momento em diante viu-se ele atraído a uma nova vida. Deu ao sacerdote da capela todo o dinheiro que trazia consigo e voltou para casa. Um dia encontrou um leproso e dele se afastou horrorizado. Censurou a si mesmo por ter-se mostrado infiel para com Cristo, voltou e esvaziou a bolsa nas mãos do infeliz e o beijou. Esse ato, conta-nos ele, assinalou uma nova era em sua vida espiritual.[39] Desde então começou a visitar as habitações dos leprosos, para os quais levava sempre esmolas.

*Parte do que se escreveu sobre São Francisco são fatos verídicos, parte são simples lendas. Como estas últimas se encontram entre as obras-primas da literatura medieval, incluímos algumas nas páginas seguintes, mas com a necessária advertência em cada caso. A maior parte dos *Fioretti (As Pequeninas Flores de São Francisco)* e de *Speculum perfectionis (Espelho da Perfeição)* não passa de lenda, e é assim que se devem interpretar tais textos.

Logo após aquele acontecimento, passou vários dias na capela ou em suas imediações, aparentemente alimentando-se com frugalidade. Quando apareceu novamente em Assis, estava tão magro, pálido, esfarrapado, e o espírito tão confuso, que os garotos, na praça, começaram a gritar, chamando-o de louco — *Pazzo! Pazzo!* O pai foi buscá-lo, chamou-o de tonto, arrastou-o para casa e trancou-o em um quarto. A mãe libertou-o e ele correu novamente para a capela, mas o pai o alcançou, repreendeu-o pelo fato de pôr a família no ridículo e fazer tão pouco do dinheiro que havia sido gasto com sua educação. Ordenou-lhe que saísse da cidade. Francisco havia vendido todos os seus pertences pessoais para auxiliar a capela. Entregou o que apurara ao pai, mas não quis reconhecer sua autoridade para dar ordens a uma criatura que agora pertencia a Cristo. Chamado para comparecer diante do tribunal do bispo, na Praça Santa Maria Maggiore, ali se apresentou humildemente em meio a uma multidão que o observava com curiosidade, cena essa que o pincel de Giotto tornou inesquecível. Para ter uma prova de tudo o que ele dizia, o bispo ordenou-lhe que renunciasse a todos os seus bens. Francisco recolheu-se a um dos aposentos do palácio episcopal e voltou depois completamente nu. Depositou diante do bispo a roupa e umas poucas moedas que possuía e disse: "Até este momento chamava de pai a Pietro Bernadone, porém agora desejo servir somente a Deus. Essa é a razão por que devolvo esse dinheiro... assim como a minha roupa e tudo o que dele recebi, pois doravante nada mais quero dizer a não ser 'Pai nosso que estais no Céu'."[40] Bernadone levou embora a roupa, enquanto o bispo cobria com seu manto o corpo de Francisco que tiritava de frio. Francisco voltou para a capela de São Damião, fez para si uma roupa de eremita, mendigava comida de porta em porta e, com as próprias mãos, começou a reconstruir a capela que se achava em ruínas. Algumas pessoas da cidade vieram ajudá-lo e todos juntos cantavam enquanto trabalhavam.

Em fevereiro de 1209, ao assistir a uma missa, ficou impressionado com o texto das instruções de Jesus aos apóstolos que o sacerdote havia lido:

> E quando fordes pregar, dizei que o reino dos céus está próximo. Curai os enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos e afugentai os demônios. Dai generosamente o que receberdes também generosamente. Não coloqueis ouro, nem prata, nem cobre em vossas bolsas; não leveis em vossas viagens pergaminhos, nem duas roupas, nem sapatos nem bordão, porque digno é o operário do seu alimento. (Mat. X, 7-10.)

Parecera a Francisco que havia sido o próprio Jesus Cristo que falara, dirigindo-se a ele diretamente. Resolveu seguir ao pé da letra aquelas palavras — iria pregar sobre o reino dos céus sem nada possuir. Dominaria aqueles 1.200 anos passados que haviam obscurecido a figura de Cristo, e moldaria a própria vida no Seu exemplo divino.

Assim, naquela primavera, enfrentando o ridículo, postou-se ele nas praças de Assis e cidades adjacentes e pregou o Evangelho de Cristo e a pobreza. Revoltado com a falta de escrúpulos na luta pela riqueza, o que aliás caracterizava aquela época, e chocado com o esplendor e o luxo de alguns clérigos, denunciou o dinheiro como sendo o demônio e a maldição. Pediu a seus adeptos que o desprezassem por ser coisa imunda[41], e incitou os homens e mulheres a que vendessem tudo o que possuíssem em benefício dos pobres. Era pequeno o grupo que o ouvia tomado de admiração. A maioria dos homens não lhe dava atenção e tinha-o na conta de um tolo cristão. O bondoso bispo de Assis protestou, "Sua maneira de viver sem nada possuir parece-me mui-

to dura e difícil''; ao que Francisco respondeu: ''Meu senhor, se possuíssemos bens haveríamos de precisar de armas para defendê-los.''[42] Alguns corações se enterneceram; doze homens ofereceram-se para seguir a sua doutrina e o seu exemplo. Ele os acolheu bondosamente e citou-lhes as palavras de Cristo acima relatadas como sendo o que deviam observar em sua linha de conduta. Todos fizeram roupas marrons para si e construíram abrigos de troncos de árvores para neles morarem. Desprezando a vida isolada dos monges de outros tempos, saíam todos os dias em companhia de Francisco para pregarem. Iam descalços e sem dinheiro. Às vezes ficavam ausentes durante muitos dias e dormiam em depósitos de feno ou em hospitais de leprosos ou sob o pórtico de alguma igreja. Quando voltavam, Francisco lavava-lhes os pés e dava-lhes alimentos.

Saudavam-se uns aos outros e a todos que encontravam nas estradas com a antiga forma oriental: ''A paz do Senhor esteja convosco.'' Não se chamavam ainda franciscanos. Intitulavam-se *Fratres minores*, frades menores ou menoritas, frades significando mais irmãos do que sacerdotes, menores significando os mais humildes servos de Cristo. Deviam ficar sempre subordinados até mesmo a sacerdotes de última categoria, e beijar a mão de todos os clérigos que encontrassem. Poucos foram os que se ordenaram naquela primeira geração da ordem. O próprio Francisco não passou de um diácono. Serviam uns aos outros e faziam trabalhos manuais naquela sua pequena comunidade; o vadio não era tolerado muito tempo naquele grupo. Desencorajava-se, ali, a cultura do espírito; Francisco não via nenhuma vantagem nos estudos seculares, os quais considerava um meio de consecução da riqueza e do poder; ''meus irmãos, que sentirem a fome do saber verão depois suas mãos vazias no dia da tribulação''.[43] Francisco desprezava os historiadores que registravam os grandes feitos de outrem[44] e os quais, no entanto, não praticavam nenhuma boa ação. Antecipando-se à asserção de Goethe de que é inútil e venenosa a sabedoria que nada produz, disse São Francisco: *Tantum homo habet de scientia, quantum operatur* (''Toda a sabedoria que o homem possui é a de que ele se utiliza'').[45] Nenhum frade devia possuir livro, nem mesmo um saltério. Quando pregassem teriam de recorrer aos cânticos e às palavras. Podiam até, dissera Francisco, imitar os *jongleurs* e tornar-se os *ioculatores Dei*, os músicos de Deus.[46]

Às vezes os frades eram ridicularizados, espancados e roubados quase até mesmo de sua última roupa. Francisco ordenava-lhes que não opusessem resistência a isso. Em muitos casos, os descrentes, surpresos com o que lhes parecia uma sobre-humana indiferença, pediam-lhes perdão e devolviam-lhes o que deles roubavam.[47] Não sabemos se o seguinte trecho de *As Pequeninas Flores de São Francisco* é verídico ou lenda, mas ele descreve o êxtase religioso que se nota em tudo que se relaciona com aquele santo:

> Num dia de inverno, ao sair de Perugia, Francisco, sofrendo horrivelmente de frio, virou-se para frei Leão e disse-lhe: ''Embora os frades menores dêem bons exemplos de santidade, não é nisso que se encontra a perfeita felicidade.'' Deu mais alguns passos e observou: ''Ó frei Leão, embora os frades menores tenham devolvido a vista aos cegos, regenerado os maus, afugentado os demônios, curado os surdos e paralíticos... e ressuscitado os que jaziam há quatro dias na cova, escrevei: não é nisso que se encontra a perfeita felicidade.'' Continuou a andar durante algum tempo e exclamou depois: ''Ó frei Leão, se os frades menores soubessem todas as línguas e ciências e todas as Escrituras, de maneira a poder prever e revelar não somente as coisas futuras mas também os segredos da consciência e da alma, escre-

vei ainda: não é nisso que está a perfeita felicidade"... Mais adiante tornou a dizer em voz alta: "Ó frei Leão, se bem que os frades menores tivessem sido preparados para pregar assim tão bem, de maneira a converter os infiéis, escrevei: não é nisso que está a perfeita felicidade." Perguntou-lhe frei Leão, depois de ouvi-lo falar desse modo durante um percurso de duas milhas: "Pai, por amor de Deus, dizei-me onde está a perfeita felicidade." E Francisco respondeu: "Quando chegarmos à capela de Santa Maria dos Anjos (naquele tempo a capela franciscana de Assis), inteiramente encharcados, regelados de frio e atormentados pela fome, e quando batermos à porta e o porteiro aparecer encolerizado e perguntar: 'Quem sois vós?' e nós respondermos: 'Somos dois de vossos frades', gritando ele então: 'Vós mentis, não passais de dois velhacos que andam por aí enganando todo o mundo e furtando as esmolas dos pobres! Fora daqui!' E ele não abrirá a porta para nós, deixar-nos-á ficar do lado de fora sofrendo fome e frio a noite inteira, debaixo da chuva e da neve. Então, se suportarmos pacientemente tal crueldade... sem nos lamentarmos, e se acreditarmos humildemente que foi Deus quem mandou o porteiro gritar assim contra nós — ó frei Leão, escrevei: é aí que está a perfeita felicidade. E se insistirmos em bater à porta e o porteiro aparecer enraivecido e maltratar-nos, cuspir em nossos rostos e expulsar-nos, gritando: 'Ide embora, ladrões!', e se sofrermos isso com paciência e prazer, escrevei: essa é a perfeita felicidade! E se, obrigados pela fome e pelo frio, batermos novamente à porta e pedirmos com lágrimas nos olhos e pelo amor de Deus para que ele a abra para nós e ele... sair com um grande cacete e pegar-nos pelo capuz e atirar-nos ao chão, fazendo-nos rolar na neve, machucando-nos todos os ossos do corpo com o cacete; se, pensando na agonia de Jesus Cristo, suportarmos todas essas coisas com paciência e alegria por amor a Ele — escrevei, ó frei Leão: nisso é que está a perfeita felicidade."[48]

A lembrança que tinha de seus primeiros tempos de indulgência dava-lhe uma sensação de remorso pelos pecados cometidos, e, se formos acreditar nas *Pequeninas Flores*, veremos que, às vezes, ele pensava se Deus lhe perdoaria algum dia. Uma história tocante é a que se passou nos primeiros dias da ordem que fundara, quando não encontraram nenhum breviário no qual pudessem ler o ofício divino. Francisco improvisou uma ladainha de contrição e pediu ao irmão Leão que repetisse as palavras em que se acusava a si próprio de ter caído em estado de pecado. Leão tentou repetir para cada sentença a acusação, porém, ao invés, acabava sempre dizendo: "Que a misericórdia de Deus seja infinita."[49] Noutra ocasião, ainda convalescente de febre quartã, arrastou-se nu até à praça do mercado de Assis e, ali, diante do povo, pediu a um frade que lhe atirasse sobre o rosto um prato cheio de cinzas, e, dirigindo-se à multidão, disse: "Vós julgais que eu sou santo, mas devo confessar a Deus e a vós que comi carne e caldo feito também de carne, durante a minha enfermidade."[50] Isso firmou ainda mais a fé do povo em sua santidade. Contaram como um jovem frade havia visto Jesus Cristo e a Virgem conversando com ele, atribuíram-lhe muitos milagres e trouxeram-lhe enfermos e "possessos" para que os curasse. O seu espírito de caridade tornou-se uma lenda. Não podia tolerar que outros fossem mais pobres do que ele. Muitas vezes dava aos pobres a própria roupa do corpo, a ponto de ser difícil a seus discípulos mantê-lo sempre vestido. Consta de o *Espelho da Perfeição*,[51] provavelmente uma lenda; que

ao voltar ele de Siena, encontrara-se no caminho com um pobre e dissera ao monge que o acompanhava: "Devemos devolver este manto a seu dono. Pois que o recebemos apenas como empréstimo, deveríamos devolvê-lo no dia em que encontrássemos alguém que fosse mais pobre do que nós... Seria considerado um furto se não o entregássemos a um homem que dele tem mais necessidade."

O seu amor transbordava dos homens para os animais, plantas e até mesmo para as coisas inanimadas. O *Espelho da Perfeição* atribuiu-lhe uma espécie de ensaio que fez para o "Hino ao Sol":

> De manhã, quando o sol se levanta, todo homem deve tecer louvores a Deus, o Qual o criou para nós... Quando anoitecer, todo homem deve louvá-lo também por causa de seu Irmão Fogo, pelo qual nossos olhos são iluminados, pois sem ele estaríamos todos cegos, e o Senhor, com esses nossos dois irmãos, ilumina os nossos olhos.

Admirava tanto o fogo, que hesitava em apagar uma vela; o fogo podia opor objeção a que o apagassem. Era muito sensível para com toda criatura viva. Quis "enviar uma mensagem ao Imperador" (Frederico II, grande caçador de pássaros) "para pedir-lhe que fizesse, por amor de Deus e a pedido dele, uma lei especial proibindo os homens de matar ou fazer mal às nossas irmãs cotovias; também para que todos os potentados ou prefeitos das cidades e os grandes senhores dos castelos e aldeias exigissem de todos os homens, no dia de Natal, jogassem grãos de trigo fora das cidades e castelos a fim de que nossas irmãs cotovias e outros pássaros pudessem ter alguma coisa para comer".[52] Encontrando um jovem que havia apanhado num alçapão algumas cotovias e as ia levando para o mercado, Francisco conseguiu persuadi-lo a que lhas entregasse; os santos fizeram ninhos para elas "a fim de que se multiplicassem"; elas se procriaram e viveram nas proximidades dos mosteiros, tendo sido muito amigas dos monges e, de vez em quando, arrebatavam-lhes da mesa parte de sua comida.[53] Teceram-se várias lendas sobre esse tema. Uma dizia como Francisco pregara a "meus irmãozinhos, os pássaros" na estrada que ia de Canora a Bevagna, e "a passarada que estava nas árvores desceu para ouvi-lo, e ficou imóvel no chão até ele terminar o sermão".

> Meus irmãozinhos, os pássaros, vós que contemplais Deus, o vosso Criador, deveis sempre louvá-Lo em toda a parte, pois Ele vos deu uma dupla e tripla veste. Ele vos deu liberdade para irdes aonde quiserdes.... Além disso, vós não semeais nem colheis, e Deus vos alimenta e vos dá os rios e as fontes para neles poderdes saciar a sede. Ele vos dá as montanhas e os vales para vosso abrigo e as grandes árvores para nelas construirdes vossos ninhos, e a vós que não sabeis tecer nem coser, Deus também dá a roupa, a vós e a vossos filhotes... Portanto, precavei-vos, irmãozinhos meus, contra o pecado da ingratidão e esforçai-vos sempre por louvar a Deus.[54]

Asseguram-nos os freis Jaime e Masseo que os pássaros baixaram a cabeça, em sinal de reverência a Francisco, e não quiseram partir sem primeiro receber a bênção dele. O livro *Pequeninas Flores* (*Fioretti*), do qual foi extraída essa história, é uma ampliação feita em italiano do *Actus Beati Francisci*, escrito em latim (1323). É mais um trabalho literário do que uma história de fato. Contudo, figura entre os grandes trabalhos da Idade da Fé.

Tendo sido advertido de que precisava de permissão papal para fundar uma ordem religiosa, Francisco e seus 12 discípulos foram a Roma em 1210 e apresentaram seu pedido e regras da ordem ao Papa Inocêncio III. O grande Papa muito amavelmente aconselhou-os a que protelassem a instituição oficial da nova ordem até que o tempo provasse a praticabilidade das regras. "Meus caros filhos", disse ele, "a vossa vida me parece demasiado severa. Vejo que vosso fervor é realmente muito grande... porém

devo considerar aqueles que vierem depois de vós, para os quais o vosso modo de vida poderá estar além de suas forças."[55] Francisco insistiu em seu pedido. Finalmente o Papa cedeu. Os frades receberam a tonsura, submeteram-se à hierarquia religiosa e receberam dos beneditinos de Monte Subasio, perto de Assis, a capela de Santa Maria dos Anjos, a qual era tão pequena que veio a chamar-se *Portiuncula* — "pequena porção". Os frades construíram nas imediações cabanas para si mesmos, as quais formaram o primeiro mosteiro da Primeira Ordem de São Francisco.

Novos membros puderam então ingressar na ordem. Para alegria daquele santo, uma rica jovem de 18 anos, Clara dei Sciffi, pediu-lhe permissão para formar uma Segunda Ordem de São Francisco para mulheres (1212). Ela deixou a família, fez votos de pobreza, castidade e obediência e tornou-se a abadessa de um convento franciscano que se construíra nas vizinhanças da capela de São Damião. Em 1221, formou-se entre os leigos uma Terceira Ordem de São Francisco — os terciários, os quais, conquanto não observassem todas as regras dos franciscanos, desejavam, no entanto, seguir todas as que pudessem durante sua vida naquele "mundo", auxiliar a Primeira e a Segunda Ordens com seu trabalho e obras de caridade.

Já então cada vez mais numerosos, os franciscanos levaram em 1211 o seu evangelho às cidades da Úmbria e, mais tarde, para outras províncias da Itália. Não proferiam heresias, porém pregavam pouca coisa sobre teologia. Não pediam a seus ouvintes que praticassem castidade, pobreza e obediência como eles. "Temei e honrai a Deus", diziam, "louvai-O... Arrependei-vos... pois sabeis que logo morreremos... Abstende-vos de praticar o mal, perseverai sempre no caminho do bem." A Itália já tinha ouvido essas palavras antes, mas raramente haviam elas saído de lábios tão sinceros como aqueles. As multidões acorriam para ouvi-los. A população de uma aldeia da Úmbria, ao saber da chegada de Francisco, saiu em massa para saudá-lo com flores, estandartes e cânticos.[56] Encontrou Siena mergulhada na guerra civil; sua palavra trouxe ambas as facções a seus pés e, a conselho seu, abandonaram a luta durante algum tempo.[57] Foi nessas missões através da Itália que contraiu a malária, a qual iria causar-lhe morte prematura.

Encorajado pelos seus êxitos na Itália, embora nada soubesse a respeito do Islã, Francisco resolveu ir à Síria converter os muçulmanos, até mesmo o sultão. Partiu, em 1212, de um porto italiano, mas uma tempestade lançou o navio às costas da Dalmácia e ele foi então forçado a regressar. Conta, porém, a lenda como "São Francisco converteu o sultão de Babilônia".[58] Naquele mesmo dia, diz uma história, talvez um mito também, Francisco foi à Espanha converter os mouros, porém, ao chegar ali, caiu de tal forma doente, que seus discípulos tiveram de trazê-lo de volta para Assis. Outra narrativa duvidosa cita uma sua viagem ao Egito. Chegara incólume até ao exército muçulmano que resistia aos cruzados em Damietta. Ofereceu-se para atravessar as linhas de combate se o sultão lhe prometesse alistar suas tropas na fé cristã, caso ele, Francisco, saísse incólume. O sultão recusou a proposta, no entanto mandou que uma escolta o acompanhasse até o campo cristão. Horrorizado pela fúria com que os soldados do cristianismo massacraram a população mosleme durante a tomada de Damietta,[59] Francisco voltou para a Itália doente e com o coração despedaçado. Consta que, além da malária, contraiu no Egito uma infecção nos olhos, a qual iria, mais tarde destruir-lhe a vista.

Durante as longas ausências daquele santo, o número de seus discípulos aumentou rapidamente, mais do que convinha para as regras da Ordem. Sua fama atraía

discípulos que prestavam os votos sem refletir maduramente. Alguns se arrependiam de sua precipitação, e muitos queixavam-se das severas regras que tinham de observar. Foi com relutância que Francisco fez certas concessões. Sem dúvida, também, a expansão da Ordem, a qual se tinha dividido em vários mosteiros espalhados por todos os recantos da Úmbria, exigia-lhe grandes encargos e muita habilidade e tato na administração. Os encargos quase ultrapassavam sua capacidade de trabalho. Consta que certa vez estava um monge falando mal de outro. Francisco ordenou-lhe que comesse esterco a fim de que sua língua não saboreasse mais o mal. O monge obedeceu, porém seus companheiros ficaram mais chocados pelo castigo do que pela ofensa praticada.[60] Em 1220 Francisco resignou a direção da Ordem, pediu aos discípulos que elegessem outro geral e continuou dali por diante um simples monge. Um ano mais tarde, porém, preocupado com novos afrouxamentos nas regras primitivas (1210), elaborou novas normas — o seu famoso "Testamento" — visando a restabelecer completa observância dos votos de pobreza, e proibindo aos monges mudarem de suas cabanas em *Portiuncula* para os alojamentos mais sadios que o povo da cidade havia construído para eles. Submeteu as normas a Honório III, o qual as entregou a uma comissão de prelados para as reverem. Quando estes as entregaram, mencionavam elas uma dezena de disposições de Francisco e muitas outras menos severas. Acontecera o que Inocêncio III havia previsto.

Francisco aceitou-as com relutância. Obedeceu humildemente, porém entregou-se a uma vida solitária de contemplação, ascetismo e orações. A intensidade de sua devoção e imaginação trazia-lhe, às vezes, visões de Cristo e Maria ou dos apóstolos. Em 1224, deixou a cidade de Assis, acompanhado de três discípulos, e atravessou planícies e montanhas até chegar a uma ermida no monte Verna, perto de Chiusi. Encerrou-se em uma cabana atrás de uma profunda ravina; a única pessoa que ele permitia fosse visitá-lo era o irmão Leão. Ordenara-lhe que o visitasse apenas duas vezes por dia, mas que não entrasse na cabana sem primeiramente ouvir a sua voz chamá-lo. A 14 de setembro de 1224, Festa da Exaltação da Santa Cruz, após longo jejum e uma noite passada em vigília e orações, Francisco julgou ver um serafim descer do céu trazendo uma imagem do Cristo crucificado. Quando a visão desapareceu, começou a sentir dores estranhas. Descobriu excrescências de carne nas palmas e nas costas das mãos, nos pés, no corpo. Pareciam, pelo lugar em que estavam e pela cor das mãos, os ferimentos — *stigmata* — feitos talvez, pelos cravos que se acreditava terem fixado os membros de Jesus na cruz e pela lança que O golpeara. (Aventou-se que tais inchações tivessem sido ocasionadas pela malária, a qual, na ausência de tratamento, pelo que se sabe produz hemorragia de sangue na pele.[61])

Francisco voltou para a ermida e depois para Assis. Um ano após o aparecimento daquelas marcas, começou a perder a vista. Numa visita ao convento de Santa Clara, ficou completamente cego. Clara tratou dele carinhosamente, restaurando-lhe a vista e reteve-o em São Damião durante um mês. Ali, um dia, em 1224, talvez tomado da alegria de se ver convalescente, compôs o seu "Hino ao Sol":[62]

> Altíssimo, Onipotente, Deus misericordioso, para Vós sejam os louvores, glórias, honrarias e todas as bênçãos; somente a Vós, Altíssimo, é que são eles devidos e ninguém é digno de mencionar Vosso nome.
>
> Louvado sejais Vós, meu Deus, com todas as Vossas criaturas, acima de todas o Irmão Sol, o qual nos dá o dia todo iluminado. E ele é belo e radiante em todo o

seu grande esplendor e guarda de Vós, Altíssimo, uma semelhança. Louvado sejais Vós, meu Deus, pela Irmã Lua e as Estrelas, Vós as fizestes no céu cintilantes, preciosas e belas.

Louvado sejais Vós, meu Deus, pelo Irmão Vento, pelo ar e pelas nuvens e por todos os tempos, com os quais Vós dais o sustento às Vossas criaturas.

Louvado sejais Vós, meu Deus, pela água que é muito útil, humilde, preciosa e pura.

Louvado sejais Vós, meu Deus, pelo Irmão Fogo, pelo qual Vós iluminais a noite, e ele é belo, alegre e forte.

Louvado sejais Vós, meu Deus, pela nossa Irmã e Mãe, a Terra, a qual nos mantém dentro da ordem e produz vários frutos com flores e plantas multicores.

Louvados sejais Vós, meu Deus, pelos que perdoam, dado o amor que tributam a Vós e suportam as doenças e aflições.

Abençoados os que as suportam pacificamente, pois por Vós, Altíssimo, serão eles recompensados.

Em 1225, alguns médicos de Rieti, tendo derramado em seus olhos "a urina de um rapaz puro" sem que isso produzisse efeito, resolveram passar em sua testa uma barra de ferro em brasa. Consta que Francisco apelou para o Irmão Fogo, dizendo: "Irmão Fogo, vós que tendes uma beleza que sobrepuja a de todas as criaturas, sede benigno para comigo nesta hora, pois sabeis muito bem o quanto sempre vos amei." Disse ele mais tarde que não sentiu nenhuma dor. Recuperou um pouco a vista, o que lhe permitiu fazer nova viagem para pregar aos homens. Mas logo as vicissitudes da viagem o dominaram. A malária e a hidropisia travaram-lhe os movimentos. Os companheiros o levaram para Assis.

Não obstante seus protestos, deitaram-no no leito, no palácio episcopal. Ele pediu ao médico que lhe dissesse a verdade. O médico falou-lhe então que ele mal chegaria a atravessar o outono. Surpreendeu a todos ao começar a cantar. Consta que acrescentou uma quadra ao seu "Hino ao Sol":

Louvado sejais Vós, meu Deus, pela nossa Irmã, a Morte, da qual ninguém pode escapar. Infelizes aqueles que morrerem com pecado mortal. Abençoados os que cumprem a Vossa vontade sagrada, porque uma segunda morte não lhes causará nenhum sofrimento.[63]

Consta que naqueles últimos dias ele se arrependera de seu ascetismo, pois "ofendera com isso o seu irmão, o corpo".[64] Na ausência do bispo, Francisco persuadiu os monges a que o levassem para *Portiuncula*. Ditou ali o seu testamento, muito modesto e imperioso ao mesmo tempo. Ordenava a seus adeptos que se contentassem com "as igrejas pobres e abandonadas" e não aceitassem moradias que estivessem em desarmonia com seus votos de pobreza, e levassem à presença do bispo todo herege ou monge que transgredisse as regras, as quais deviam ser mantidas inalteráveis.[65]

Morreu a 3 de outubro de 1226, aos 45 anos de idade. Morreu cantando um salmo. A Igreja o canonizou dois anos mais tarde. Dois outros líderes dominaram aquela era dinâmica: Inocêncio III e Frederico II. Inocêncio engrandeceu a Igreja, porém ela de-

caiu no decorrer de um século. Frederico também engrandeceu o Império, e sua queda sobreveio no decorrer de uma década. Francisco exagerava as virtudes da pobreza e ignorância, mas revigorara o cristianismo ao fazê-lo volver para o espírito de Cristo. Hoje apenas os eruditos têm conhecimento daquele Papa e daquele imperador, porém a figura de São Francisco jamais desaparecerá da lembrança de milhões de criaturas.

A Ordem que ele fundou contava, ao tempo de sua morte, com uns cinco mil membros e havia-se espalhado pela Hungria, Alemanha, Inglaterra, França e Espanha. Provara ser o baluarte da Igreja ao conquistar para o catolicismo os hereges do norte da Itália. A sua doutrina de pobreza e ignorância era aceita apenas por pequena minoria. A Europa insistia em percorrer a excitante parábola da riqueza, ciência, filosofia e dúvida. Entrementes, haviam-se afrouxado ainda mais (1230) as regras da Ordem, cujas modificações Francisco aceitara com relutância. Não se esperava que os homens permanecessem muito tempo, e em número absolutamente necessário, naquelas alturas de ascetismo quase delirante que haviam abreviado a vida de Francisco. Com normas mais suaves, os frades menores cresceram, atingindo por volta de 1280 cerca de 200.000 membros em oito mil mosteiros. Tornaram-se grandes pregadores e, com seu exemplo, levaram o clero secular a adotar o costume de pregar, costume esse até então seguido pelos bispos. Eles produziram santos, como São Bernardino de Siena e Santo Antônio de Pádua, cientistas como Roger Bacon, filósofos como Duns Scoto, professores como Alexandre de Hales. Alguns se tornaram agentes da Inquisição; outros chegaram a bispo, arcebispo e papa. Muitos realizaram perigosos apostolados em terras longínquas. Recebiam dádivas dos devotos. Alguns chefes, como o irmão Elias, tomaram gosto pelo luxo. Embora Francisco tivesse proibido a construção de igrejas magnificentes, Elias ergueu em sua memória uma imponente basílica, a qual ainda coroa a colina de Assis. Os quadros de Cimabue e Giotto que ali se encontram foram os primeiros resultados da grande influência exercida por São Francisco, sua história e lenda, na arte italiana.

Muitos minoritas protestaram contra o afrouxamento das regras de São Francisco. Viviam como "espirituais" ou "fanáticos" nas ermidas ou pequenos conventos, nos Apeninos, enquanto a grande maioria de franciscanos preferia os grandes e espaçosos mosteiros. Os "espirituais" argumentavam que Cristo e seus apóstolos não tinham possuído bem algum. São Boaventura concordou com eles; o Papa Nicolau III aprovou o argumento em 1279; o Papa João XXII tachou-o de falso, em 1323. Os "espirituais" que insistiram depois em pregar essa doutrina foram suprimidos como hereges. Um século depois da morte de São Francisco, seus mais leais adeptos foram queimados na fogueira pela Inquisição.

IV. SÃO DOMINGOS

É uma injustiça que se faz a São Domingos ligar seu nome à Inquisição. Não foi ele o fundador dela, tampouco o responsável pelas suas atrocidades. Sua atividade consistia em converter os homens pelo exemplo e pelos sermões. Era de natureza mais forte que São Francisco e tinha para com este uma grande veneração, achava-o o mais santo dos santos, e Francisco retribuía-lhe essa veneração. O trabalho de ambos, em sua essência, era o mesmo. Cada um organizou uma grande ordem de homens que se devotavam não somente à sua própria salvação com sua vida solitária, mas, também, aos

trabalhos missionários junto aos cristãos e infiéis. Cada um tomou dos hereges a sua arma mais convincente — o louvor à pobreza e a prática de sermões. Juntos salvaram a Igreja.

Domingos de Gusmão nasceu em Calaruega, em Castela, (1170). Educado por um tio sacerdote, foi um dos milhares de homens que, naqueles dias, abraçou com o coração a causa do cristianismo. Dizem que, quando a fome grassou em Palencia, ele vendeu todos os seus bens, até mesmo seus preciosos livros, a fim de poder comprar alimentos para os pobres. Tornou-se cônego regular agostiniano na catedral de Osma e, em 1201, acompanhou o bispo em uma missão a Toulouse, naquela época centro dos hereges albigenses. O seu próprio anfitrião era um albigense. Talvez seja uma lenda o fato de que Domingos o converteu em uma noite. Inspirado pelo conselho do bispo e o exemplo de alguns hereges, Domingos adotou a vida de pobreza voluntária; andava descalço e esforçava-se por converter o povo. Viu em Montpellier três emissários do Papa — Arnoldo, Raul e Pedro de Castelnau. Sentiu-se chocado com a riqueza de seus trajes e o luxo em que viviam. Atribuiu a isso o fato de terem eles fracassado na luta contra os hereges. Censurou-os com a mesma coragem de um profeta hebraico: "Não é pela ostentação do poder e pompas, nem pela imponente comitiva de vassalos, nem por grandes aparatos que os hereges conquistaram prosélitos, mas sim pelo zelo nos sermões, humildade cristã, austeridade e santidade."[66] Os mesmos emissários, segundo consta, dispensaram a própria comitiva e renunciaram também aos sapatos.

Domingos permaneceu durante 10 anos (1205-16) no Languedoc, onde pregava fervorosamente. A única menção que a seu respeito se fez com relação a perseguições físicas diz como salvou um dos hereges que estavam sendo queimados na fogueira.[67] Alguns de sua ordem chamaram-no orgulhosamente, depois de sua morte, de *Persecutor haereticorum* — não necessariamente o perseguidor, mas o importunador de hereges. Ele tinha à sua volta um grupo de companheiros pregadores, cuja eficiência era tal, que o Papa Honório III (1216) resolveu reconhecer os Frades Pregadores como nova ordem e aprovou a regra que Domingos elaborara para ela. Domingos estabeleceu sua sede em Roma, aliciou neófitos, ensinou-os, inspirou-os com seu zelo quase fanático e enviou-os para diversas partes da Europa, até para lugares longínquos como Kiev, e depois para países estrangeiros a fim de converter os pagãos ao cristianismo. No primeiro capítulo geral dos dominicanos que se realizou em Bolonha, em 1220, Domingos persuadiu seus adeptos a fazerem votos de absoluta pobreza, uma regra que obteve aprovação unânime. Um ano mais tarde morria ele naquela cidade.

À semelhança dos franciscanos, os dominicanos espalharam-se por toda a parte como frades mendicantes e errantes. Mateus Paris descreveu-os na Inglaterra de 1240:

> Muito frugais na alimentação e comedidos no traje, não possuindo ouro nem prata nem mesmo quaisquer outros bens, iam de uma cidade a outra pregando o Evangelho... viviam em grupos de 10 ou sete... não pensavam no dia de amanhã e nada guardavam para o dia seguinte... Entregavam sempre aos pobres tudo o que sobrava de sua mesa, e o que lhes era dado também como esmola. Levavam consigo apenas o Evangelho, dormiam vestidos sobre esteiras e serviam-se das pedras como travesseiros.[68]

Tomaram parte ativa, nem sempre pacífica, nos trabalhos da Inquisição. Os papas confiavam-lhes altas posições e missões diplomáticas. Entraram nas universidades e

produziram os dois gigantes da filosofia escolástica, Alberto Magno e Tomás de Aquino, os quais salvaram a Igreja de Aristóteles, transformando-o em um cristão. Juntamente com os franciscanos, carmelitas e agostinianos revolucionaram a vida monástica ao se misturarem com o povo em suas atividades diárias, e deram ao monasticismo, no século XIII, uma força e beleza que até então não havia atingido.

Observando-se a história monástica em um quadro de perspectiva mais ampla, vê-se que ela não apaga os exageros dos moralistas nem as depreciações dos satiristas. Podem-se citar muitos casos de má conduta dos monges, os quais chamam a atenção justamente por serem excepcionais. Qual de nós é tão puro que possa exigir de qualquer classe de homens uma vida imaculada? Os monges que permaneceram fiéis a seus votos — os que viviam em obscura pobreza, castidade e devoção — passaram despercebidos na História; a virtude é silenciosa e enfada os leitores e historiadores. Ouve-se falar em "edifícios suntuosos" que os monges franciscanos possuíam em 1249. Roger Bacon, cujas hipérboles o privaram de ouvintes, informara o Papa de que "as novas ordens estão agora muito aquém de sua dignidade primitiva".[69] Mas isso é apenas uma descrição que obtemos de frei Salimbene, em sua *Crônica* (1288?), trabalho aliás muito simples e íntimo. Nesse livro, um monge franciscano conduz-nos aos bastidores para assistir à função diária de sua Ordem. Há pecadilhos ali e acolá e algumas discussões e inveja, porém paira sobre essa vida árdua, cheia de inibições, uma atmosfera de modéstia, simplicidade, fraternidade e paz.[70] Se uma mulher entra ocasionalmente nessa história, é apenas para trazer a vidas acanhadas e solitárias um quê de ternura e graça. Transcrevemos um exemplo da tagarelice desmaliciosa de frei Salimbene:

> Havia certo jovem no convento de Bolonha que se chamava irmão Guido. Costumava roncar tão alto quando dormia, que ninguém podia descansar no mesmo aposento em sua companhia, motivo por que lhe ordenaram que fosse dormir em um depósito de lenha e palha. Mesmo assim a irmandade não podia escapar a seus roncos malditos que dali atingiam ainda todo o convento. À vista disso, todos os sacerdotes e discretos irmãos reuniram-se... e ficou formalmente decidido que se devia mandá-lo de volta para a mãe, a qual havia ludibriado a Ordem, pois ela sabia de tudo isso a respeito do filho antes de ser ele recebido em nosso meio. Contudo ele não foi mandado embora por obra e graça de Deus... Pois o irmão Nicolau, achando que o jovem ia ser afastado da Ordem em virtude de um defeito da natureza, sem que disso tivesse culpa, chamou-o todos os dias, ao amanhecer, para assisti-lo na missa. Ao terminar o ofício religioso, o jovem, a mando seu, ajoelhava-se atrás do altar e esperava que lhe desse a bênção. O irmão Nicolau tocava-lhe então nas faces e nariz, desejando-lhe, com a graça de Deus, a saúde. Resumindo, o jovem logo ficou completamente curado para sossego da irmandade. Dali por diante dormia em paz e tranqüilamente como qualquer outro.[71]

V. AS FREIRAS

Já no tempo de São Paulo, era costume, nas comunidades cristãs, empregarem as viúvas e outras mulheres solitárias e devotas, uma parte do dia ou todo ele, em obras de caridade. O mesmo faziam com seus bens. Algumas mulheres, no século IV, seguindo o exemplo dos monges, deixaram a vida mundana e adotaram uma vida religiosa na solidão ou em comunidade, observando votos de pobreza, castidade e obediência. Por volta do ano 530, Escolástica, irmã gêmea de São Bento, fundou um convento perto de Monte Cassino sob a direção dele. Daí por diante, começaram os con-

ventos beneditinos a se espalhar pela Europa, e as freiras beneditinas tornaram-se quase tão numerosas quanto os monges beneditinos. Em 1125, a ordem cisterciense abriu o primeiro de seus conventos, dos quais o mais célebre foi o de Port Royal, por volta de 1204. Já em 1300 havia 700 conventos cistercienses na Europa.[72] A maioria das freiras daquelas ordens antigas vinha das classes superiores.[73] Os conventos eram, em muitos casos, o refúgio de mulheres para as quais as relações com homens pouco interesse despertavam. Em 458, o Imperador Majoriano teve de proibir que os pais obrigassem as filhas a entrarem para o convento; era este um meio a que recorriam para se desembaraçarem delas.[74] Exigia-se geralmente um dote para o ingresso de uma mulher nos conventos beneditinos, se bem que a Igreja proibisse qualquer oferecimento que não fosse voluntário.[75] Daí o fato de uma superiora, como a de Chaucer, ser uma mulher de família nobre e de grandes responsabilidades a fim de administrar um grande domínio, fonte das rendas de seu convento. Geralmente, naquele tempo, chamava-se a freira não pelo nome de irmã, mas sim pelo de madame.

São Francisco revolucionou as instituições monásticas assim como as conventuais. Quando Santa Clara procurou-o em 1212 e manifestou o desejo de fundar para mulheres uma ordem à semelhança da que ele havia fundado para homens, ele passou por cima dos regulamentos canônicos e, embora ele mesmo não fosse mais que um simples diácono, recebeu os votos dela, aceitou-a na Ordem Franciscana e encarregou-a de organizar as Claras Pobres. Inocêncio III, com sua tradicional habilidade de perdoar as infrações, aprovou tal encargo (1216). Santa Clara reuniu algumas mulheres devotas e instituiu a sua comunidade destituída de riqueza. Trabalhavam, cuidavam dos enfermos e faziam obras de caridade. Teceram-se lendas em torno de Santa Clara da mesma forma como o fizeram em torno de São Francisco. Consta que uma vez um papa

> foi ao convento para ouvi-la discorrer sobre as coisas divinas e celestes... Santa Clara havia mandado pôr a mesa e deixar nela os pães para que o Santo Padre os abençoasse... Santa Clara ajoelhou-se respeitosamente diante dele e suplicou-lhe que se dignasse abençoar os pães. O Santo Padre respondeu: "Fidelíssima irmã Clara, desejaria que fosseis vós que abençoásseis os pães; fazei sobre eles o sacratíssimo sinal-da-cruz, ao qual vós vos devotastes completamente." E Santa Clara falou então: "Sacratíssimo Padre, perdoai-me, eu, uma pobre e vil mulher, mereceria grande censura se, na presença do Vigário de Cristo, tivesse a presunção de dar essa bênção." E o papa respondeu: "A fim de que não considerem uma presunção vossa, mas sim obediência, ordeno-vos que abençoeis os pães em nome de Deus." À vista disso, Santa Clara, como verdadeira filha obediente, mui religiosamente abençoou os pães com o sinal-da-cruz. Coisa maravilhosa de se contar! A figura do sinal-da-cruz apareceu lindamente desenhada em todos os pães. Quando viu esse milagre, o Santo Padre deles partilhou e partiu depois, agradecendo a Deus e deixando sua bênção a Santa Clara.[76]

Santa Clara morreu em 1253 e foi canonizada logo depois. Os monges franciscanos organizaram em diversas localidades grupos idênticos de *Clarissi* ou Claras Pobres. As outras ordens mendicantes — dominicanos, agostinianos e carmelitas — também fundaram uma "segunda ordem" de freiras. Já em 1300, a Europa contava com um número de freiras igual ao de monges. Os conventos, na Alemanha, tendiam mais para um intenso misticismo. Muitos, em França e Inglaterra, eram refúgios de damas nobres que se "haviam convertido" ou abandonado o mundo, ou que tinham ficado

desiludidas com ele. A *Ancren Riwle*, isto é, a Regra dos Anacoretas, revela a conduta que se esperava das freiras na Inglaterra, no século XIII. Talvez tivesse sido escrita pelo bispo Poore para um convento em Tarrant, em Dorsetshire. Ela traz muita referência sombria a pecado e inferno, e alguma ao abuso pecaminoso do corpo feminino[77]; porém um tom de fina sinceridade redime-a, e ela se encontra entre os exemplos mais antigos e nobres da prosa inglesa.[78]

Seria fácil colher, daqueles 10 séculos, alguns casos interessantes da imoralidade que havia nos conventos. Certo número de mulheres tinha entrado para o convento contra sua vontade.[79] Achavam difícil conservarem-se santas. O arcebispo Teodoro de Cantuária e o bispo Egberto de York julgaram necessário proibir que os abades, sacerdotes e bispos seduzissem as freiras.[80] O bispo Ivo de Chartres (1035-1115) relatou que as freiras do convento de Santa Fara praticavam a prostituição; Abelardo (1079-1142) descreveu um quadro semelhante a respeito dos conventos franceses de seu tempo; o Papa Inocêncio III declarou que o convento de Santa Ágata era um bordel que corrompia com sua devassidão toda a região que lhe era circunvizinha.[81] O bispo Rigaud de Ruão (1249) fez um relatório mais favorável sobre os grupos religiosos de sua diocese, porém mencionou um convento, no qual, de 33 freiras e três irmãs leigas, oito eram culpadas ou suspeitas de fornicação, mencionando também que "a prioresa se embriagava todas as noites".[82] Bonifácio VIII (1300) procurou melhorar a disciplina nos conventos, decretando completo afastamento do mundo, mas o decreto não pôde ser posto em execução.[83] Quando um bispo apareceu em um convento da diocese de Lincoln para ali entregar essa bula papal, as freiras a atiraram em sua cabeça e afirmaram que jamais cumpririam tal ordem;[84] talvez essa reclusão não tivesse constado de seus votos. A prioresa nos *Contos* de Chaucer não tinha o que fazer porque a Igreja havia proibido que as freiras fizessem romarias.[85]

Se a História porfiasse em registrar casos de obediência às regras dos conventos da mesma maneira como registrara as infrações, teríamos provavelmente podido contrapor a cada caso escabroso centenas de exemplos de fidelidade. Em muitos casos, as regras eram severas e desumanas e mereciam ser violadas. As freiras cartusianas e cistercienses tinham de manter-se silenciosas, só podendo falar quando fosse absolutamente indispensável — ordem difícil de ser cumprida pelo sexo fraco. Em geral as freiras cuidavam de suas próprias necessidades quanto à limpeza, cozinha e costura. Faziam roupas para os monges e pobres, toalhas para os altares e mantos para os sacerdotes; teciam e bordavam cortinas e tapetes, pintavam neles, pacientemente com seus dedos delicados, metade da história do mundo. Copiavam e ilustravam os manuscritos, recebiam crianças como pensionistas e as ensinavam a ler, dando-lhes também lições de higiene e de artes domésticas. Proveram, durante séculos, cursos de educação superior para meninas. Muitas freiras serviam como enfermeiras nos hospitais. Levantavam-se à meia-noite para fazer suas orações e também ao amanhecer e recitavam as horas canônicas. Muitos dias eram reservados ao jejum, quando passavam sem alimentos até a hora da refeição da noite.

Possivelmente infringiam, às vezes, regras tão severas. Se volvermos os olhos para os 19 séculos do cristianismo com todos os seus heróis, reis e santos, veremos que nos será difícil fazer uma relação dos que chegaram tanto à perfeição como as freiras. Sua vida de serena devoção e trabalhos trouxe a bênção para muitas gerações. Quando se pesam todos os pecados da História, verifica-se que as virtudes daquelas mulheres fazem pender a balança a favor delas e redimem a nossa raça.

VI. OS MÍSTICOS

Muitas daquelas mulheres podiam ser santas porque sentiam a divindade mais próxima delas do que suas próprias mãos e pés. A imaginação medieval estava de tal maneira estimulada por todas as forças da palavra, pintura, estátuas, cerimônias, até mesmo pela cor e quantidade de luz, que as visões supersensoriais surgiam facilmente e as almas crentes viam-se como que rompendo os laços da natureza para alcançar o sobrenatural. O próprio espírito humano, com todo o mistério de sua força, parecia transcendente e sobrenatural, sem dúvida relacionado (numa imagem apagada e numa fração infinitesimal) com o Espírito que se acha atrás e dentro da matéria do mundo. O espírito podia assim alcançar o pé do trono de Deus. Ardia nessa ambiciosa humildade do místico a esperança de que a alma que não fosse maculada pelo pecado poderia elevar-se nas asas da graça até à Visão Beatífica e à companhia divina. Essa visão jamais poderia ser alcançada pela sensação, razão, ciência ou filosofia, qualidades essas ligadas ao tempo, ao *quantum* e à terra, qualidades que jamais poderiam atingir a essência, a força e a unidade do universo. O problema do místico era purificar a alma, órgão interior de percepção espiritual, expurgá-la de todas as manchas da individualidade egoísta e multiplicidade ilusória, ampliar o seu alcance e amor até às raízes mais profundas e ver depois, com olhar claro e transcendente, o cósmico, o eterno e o divino e daí voltar, como de um grande exílio, para se unir a Deus, cuja separação pelo nascimento significaria castigo. Não havia Jesus Cristo prometido que os corações puros veriam a Deus?

Assim surgiram os místicos em todos os tempos, em todas as religiões e países. Havia grande número deles entre os cristãos gregos a despeito da razão que lhes deixara o helenismo. Santo Agostinho foi uma fonte de misticismo para o Ocidente; suas *Confissões* constituíram a volta da alma para Deus, da alma que saíra das coisas criadas; raramente houve um mortal que conversasse tanto tempo com a Divindade. Santo Anselmo, o estadista, São Bernardo, o organizador, sustentaram a aproximação mística contra o racionalismo de Roscelino e Abelardo. Quando Guilherme de Champeaux foi expulso de Paris pela lógica de Abelardo, fundou em um subúrbio (1108) a abadia agostiniana de São Vítor como escola de teologia, e seus sucessores Hugo e Ricardo, desconhecendo a perigosa aventura da nova filosofia, basearam a religião, não em argumentos, mas na experiência mística da presença divina. Hugo (falecido em 1141) via símbolos sacramentais e sobrenaturais em cada fase da criação; Ricardo (falecido em 1173) refutou a lógica e o saber, preferiu *à la* Pascal o "coração" à "cabeça" e descreveu com grande lógica a ascensão mística da alma para Deus.

Os espíritos apaixonados, na Itália, mergulharam o misticismo em um evangelho revolucionário. Joaquim de Flora (Giovanni dei Gioacchini di Fiori), um nobre da Calábria, sentiu uma grande vontade de ver a Palestina. Em sua viagem, ficou impressionado com a miséria do povo e despediu seus servos. Prosseguiu seu caminho depois como humilde peregrino. Diz a lenda que ele passou toda uma quaresma em um velho poço, no monte Tabor, e que, no Domingo de Páscoa, surgiu-lhe uma grande luz, que lhe iluminou de tal maneira o espírito, que ele pôde imediatamente compreender todas as Escrituras, todo o futuro e o passado. Voltando depois para a Calábria, tornou-se monge e sacerdote cisterciense, e ansioso por entregar-se a uma vida austera, retirou-se para uma ermida. Reuniu os discípulos e com eles formou a nova Ordem de Flora, cujos votos de pobreza e orações foram aprovados por Celestino

III. Enviou, em 1200, uma série de trabalhos a Inocêncio III, trabalhos que havia escrito, dissera ele, sob inspiração divina, mas que, mesmo assim, desejava submeter à censura papal. Morreu dois anos mais tarde.

Seus escritos foram baseados na teoria agostiniana, largamente aceita nos círculos ortodoxos, de que existia concordância simbólica entre os acontecimentos do Antigo Testamento e a história do cristianismo, desde o nascimento de Cristo até o estabelecimento do Reino do Céu na terra. Joaquim dividira a história da humanidade em três fases: a primeira, sob o domínio de Deus, o Pai, terminava com a Natividade; a segunda, dominada pelo Filho, duraria, de acordo com os cálculos do Apocalipse, 1260 anos e a terceira, sob o domínio do Espírito Santo, seria precedida por uma era atribulada de guerras e miséria e de corrupção entre os eclesiásticos, e inauguraria uma nova ordem monástica que expurgaria a Igreja e tornaria realidade, no mundo, o sonho de paz, justiça e felicidade.[86]

Milhares de cristãos, inclusive altos dignitários da Igreja, aceitaram a declaração de Joaquim de que seus trabalhos haviam sido feitos sob inspiração divina e olhavam cheios de esperanças para o ano 1260, como o do Segundo Advento. Os franciscanos espirituais, cônscios de que eram eles a nova ordem, animaram-se com os ensinamentos de Joaquim. Quando foram banidos da Igreja, continuaram a fazer a sua propaganda com os escritos publicados sob o nome dele. Em 1254, apareceu uma edição dos principais trabalhos de Joaquim, sob o título de *O Evangelho Eterno*, com comentário de que um papa corrompido pela simonia assinalaria o término da Segunda Era e que na Terceira Era terminaria a necessidade de sacramentos e sacerdotes, visto que iria reinar o amor universal. O livro foi condenado pela Igreja. O seu pseudoautor, Gherardo da Borgo, um monge franciscano, foi condenado à prisão perpétua. Contudo, o livro continuou a circular secretamente e afetou profundamente o pensamento místico e herético na Itália e França desde São Francisco até Dante; este último colocou Joaquim no paraíso.

Uma mania de penitência religiosa assolou a região circunvizinha de Perugia em 1259 e invadiu o norte da Itália, talvez devido à excitação provocada pela expectativa do advento do Reino do Céu. Milhares de penitentes de todas as classes e idades andavam em procissão desordenada, tendo por indumentária apenas uma faixa na cintura, choravam, rezavam pedindo misericórdia a Deus e flagelando-se a si mesmos com correias de couro. Ladrões e usurários juntaram-se a eles e entregaram a seus donos o que deles haviam tirado ilegalmente; assassinos, contagiados por aquelas demonstrações de arrependimento, ajoelharam-se diante dos parentes de suas vítimas e pediram que os matassem; os prisioneiros foram postos em liberdade, os exilados foram chamados e os inimigos se reconciliaram. O movimento espalhou-se pela Alemanha e chegou até à Boêmia. Durante algum tempo tinha-se a impressão de que uma nova fé, que ignorava a Igreja, ia inundar a Europa. Logo, porém, a natureza do homem voltou ao que era. As inimizades tornaram a surgir, os homens começaram a pecar e a assassinar novamente, e aquela loucura de flagelados desapareceu nos recessos psíquicos de onde havia emergido.[87]

A chama do misticismo foi menos intensa em Flandres. Um sacerdote de Liège, Lambert, o Gago, fundou em 1184, no Mosa, uma casa para mulheres que, sem fazer votos monásticos, desejassem viver juntas em pequenos grupos semicomunistas, sustentando-se a si mesmas com o que ganhassem como tecelãs e bordadeiras. Fundaram-se também, para homens, *maisons-Dieu* (casas de Deus), semelhantes às

primeiras. Os homens intitulavam-se beguinos (*beghards*), e as mulheres, beguinas (*beguines*). Essas comunidades, como as dos valdenses, condenavam a Igreja por possuir propriedades e viviam voluntariamente como pobres. Uma seita idêntica, a dos Irmãos do Espírito Livre, surgiu por volta de 1262 em Augsburgo e espalhou-se pelas cidades ao longo do Reno. Ambos os movimentos reivindicavam para si uma inspiração mística que os eximia do controle eclesiástico, até mesmo das leis do Estado ou da moral.[88] O Estado e Igreja decidiram eliminá-los. Eles se ocultavam, surgiam repetidas vezes sob nomes diferentes e contribuíram assim para o nascimento e fervor dos anabatistas e outras seitas radicais da Reforma.

A Alemanha tornou-se o país favorito para o desenvolvimento do misticismo no Ocidente. Hildegarda de Bingen (1099-1179), a "Sibila do Reno", viveu 74, dos seus 82 anos como freira beneditina, e morreu como abadessa de um convento em Rupertsbergue. Era um misto extraordinário de administradora e visionária, de religiosa e radical, de poetisa e cientista, de médica e santa. Correspondia-se com papas e reis, sempre num tom autoritário e num latim eivado de força masculina. Publicou vários livros sobre visões (*Scivias*), dizendo terem sido escritos com a colaboração divina. O clero sentiu-se magoado com tal declaração, pois suas revelações constituíam severa crítica à riqueza e corrupção da Igreja. Disse Hildegarda, com palavras que traduziam eternas esperanças:

> A justiça divina terá a sua hora... os julgamentos de Deus estão para se realizar a todo o momento; o Império e o papado, mergulhados na impiedade, ruirão juntos... Mas uma nova nação emergirá de suas ruínas... Os pagãos, judeus, mundanos e descrentes converter-se-ão; a primavera e a paz reinarão sobre um mundo regenerado e os anjos voltarão a morar, cheios de confiança, entre os homens.[89]

Um século mais tarde, Isabel da Turíngia (1207-31) despertou a Hungria com sua curta vida de santo ascetismo. Filha do rei André, casou-se aos 13 anos com um príncipe alemão, foi mãe aos 14 anos, viúva aos 20. Seu cunhado despojou-a de todos os seus haveres e expulsou-a de casa. Ela se tornou uma religiosa errante, dedicando-se aos pobres. Abrigava mulheres leprosas e pensava-lhes as chagas. Tinha também visões celestes, mas não as comentava, nem arrogava a si nenhum poder sobrenatural. Encontrando-se com o severo inquisidor Conrado de Marburgo, sentiu-se fascinada pelo seu grande apego à ortodoxia. Tornou-se sua obediente escrava. Ele lhe batia por qualquer desvio que fizesse de seu conceito de santidade. A isso ela se submetia humildemente, infligia a si mesma novas punições, das quais morreu aos 24 anos.[90] A sua fama de santidade era tão grande que, em seus funerais, devotos meio fanáticos cortaram-lhe os cabelos, as orelhas e os seios para guardarem como relíquias sagradas.[91] Uma outra Isabel entrou no convento beneditino de Schonau, perto de Bingen, com a idade de 12 anos (1141), e ali viveu até à morte em 1165. Enfermidades e extremado ascetismo provocaram-lhe crises, durante as quais ela recebia revelações celestes de vários santos falecidos, quase todos anticlericais. "As vinhas do Senhor definharam", dizia-lhe o anjo da guarda; "a cabeça da Igreja está doente e seus membros estão mortos... Reis da terra! O clamor de vossa iniqüidade chegou até mesmo a mim!"[92]

Em fins daquele período a maré do misticismo atingia grandes alturas na Alemanha. Mestre Eckhart, nascido por volta de 1260, amadurecia a sua doutrina em 1326,

e seria julgado e morto em 1327. Seus discípulos Suso e Tauler continuariam com seu panteísmo místico, e dessa tradição de religiosidade não-eclesiástica haveria de surgir uma fonte da Reforma.

Em geral a Igreja suportava pacientemente os místicos. Não tolerava desvios graves da linha oficial de suas doutrinas ou o individualismo anárquico de algumas seitas religiosas, porém admitia a alegação dos místicos, de se aproximarem diretamente de Deus. Ouvia com bom humor as denúncias que se faziam sobre suas falhas humanas. Muitos clérigos, mesmo altos dignitários, não ocultavam suas simpatias para com os críticos, reconheciam os defeitos da Igreja e desejavam poder também renunciar aos instrumentos e tarefas da política do mundo e gozar a segurança e paz dos mosteiros, alimentados pela fé do povo e protegidos pela fôrça da Igreja. Talvez fossem esses pacientes eclesiásticos que sustentaram o cristianismo em meio às delirantes revelações que periòdicamente ameaçavam o espírito medieval. À medida que lemos sobre o misticismo dos séculos XII e XIII, vemos que a ortodoxia constituiu muitas vezes uma barreira contra as superstições contagiantes e que, sob um aspecto, a Igreja era uma religião — assim como o Estado era uma força — que se organizara do caos e se transformara em uma ordem para manter os homens dentro da lei.

VII. O PAPA TRÁGICO

Quando Gregório X foi eleito papa em 1271, a Igreja achava-se novamente no auge de sua força. Como papa, era também cristão, homem amigo da paz e que mais procurava a justiça do que a vitória. Esperando reconquistar a Palestina pela união de esforços, persuadiu Veneza, Gênova e Bolonha a pôr um fim às suas guerras. Assegurou a eleição de Rodolfo de Habsburgo para imperador e, ao mesmo tempo, acalmou cortês e amavelmente os candidatos derrotados. Reconciliou guelfos e gibelinos em Florença e Siena, dizendo aos guelfos: "Os seus inimigos são os gibelinos, mas eles são também homens, cidadãos e cristãos."[93] Conclamou os prelados da Igreja para o Concílio de Lião (1274); 1.570 clérigos de grande projeção ali compareceram. Todos os grandes Estados enviaram representantes. O imperador da Grécia enviou os chefes da Igreja grega para reafirmarem sua submissão à Santa Sé de Roma. Clérigos latinos e gregos cantaram juntos um *Te Deum* de alegria. Os bispos foram convidados a fornecer uma lista dos abusos que precisavam ser eliminados da Igreja. Atenderam ao pedido com extraordinária candura,[94] e a legislação foi aprovada a fim de mitigar os males que atribulavam a Igreja. Toda a Europa encontrava-se unida para um grande esforço na luta contra os sarracenos. Contudo, Gregório morreu quando regressava a Roma (1276). Os seus sucessores achavam-se muito atarefados com a política da Itália para poderem levar a cabo seus planos.

Quando Bonifácio VIII foi eleito papa em 1294, o papado era ainda o mais forte governo da Europa, o mais bem organizado, o mais bem administrado, o que possuía mais rendas. Foi uma infelicidade para a Igreja que, nessa conjuntura, ao aproximar-se o fim de um século progressista, fosse o mais poderoso trono na cristandade cair nas mãos de um homem, cujo amor pela Igreja e sinceridade de objetivos corriam a par com sua moral imperfeita, orgulho pessoal e falta de tato. Bonifácio não era de todo despido de encanto: gostava de ciências e rivalizava com Inocêncio III no conhecimento das leis e também na própria cultura. Fundou a Universidade de Roma, restabeleceu e ampliou a biblioteca do Vaticano; contratou os trabalhos de Giotto e Ar-

nolfo di Cambio e auxiliou a financiar a extraordinária fachada da catedral de Orvieto.

Havia preparado a sua própria eleição persuadindo Celestino V, um santo homem, porém incompetente, a resignar após um pontificado de cinco meses — um ato sem precedentes que provocou em todos muita má vontade para com Bonifácio desde o princípio de sua gestão. A fim de anular quaisquer planos para uma restauração, ordenou que encerrassem Celestino em uma prisão, em Roma. Celestino estava então com 82 anos. Escapou. Recapturaram-no, tornou a escapar, errou durante várias semanas pela Apúlia, alcançou o Adriático, tentou ir à Dalmácia, mas o barco em que viajava naufragou e as ondas o devolveram novamente para a Itália. Levaram-no à presença de Bonifácio. Foi condenado à prisão pelo Papa, tendo sido encerrado em uma estreita cela em Ferentino, onde morreu 10 meses depois (1296).[95]

Uma sucessão de derrotas diplomáticas e de vitórias dispendiosas influiu fortemente na têmpera do novo Papa. Procurou dissuadir Frederico de Aragão de aceitar o trono da Sicília; quando Frederico insistiu em sua pretensão, Bonifácio excomungou-o e lançou uma interdição sobre a ilha (1296). Nem o rei nem o povo deram atenção a esse ato.[96] Por fim Bonifácio reconheceu o governo de Frederico. A fim de poder preparar uma cruzada, ordenou a Veneza e Gênova que assinassem a paz; essas cidades, porém, continuaram a guerrear-se durante três anos mais e repeliram a intervenção do Papa em prol da paz. Não conseguindo assegurar em Florença uma ordem que lhe fosse favorável, colocou a cidade sob interdição e convidou Carlos de Valois para que entrasse na Itália a fim de pacificá-la (1300). Carlos nada conseguiu, apenas angariando para si e para o Papa o ódio dos florentinos. Procurando restabelecer a paz em seus próprios Estados, o Papa quis pôr fim a uma pendência entre os membros da poderosa família Colonna; Pedro e Jacopo Colonna, ambos cardeais, refutaram suas sugestões; ele os destituiu do cargo e os excomungou (1297). Os nobres rebeldes resolveram então afixar nas portas das igrejas romanas e até mesmo no altar de São Pedro um manifesto conclamando o Papa para um concílio geral. Bonifácio reiterou a excomunhão, estendeu-a ainda para cinco outros rebeldes, ordenou o confisco de seus bens; suas tropas invadiram o domínio dos Colonna, tomaram-lhes as fortalezas, devastaram Palestrina e derramaram sal sobre suas ruínas. Os rebeldes renderam-se, foram perdoados, revoltaram-se novamente, foram mais uma vez derrotados pelo Papa guerreiro, fugiram dos Estados Papais e planejaram vingar-se dele.

Em meio às atribulações da Itália, Bonifácio viu-se subitamente confrontado com uma crise ainda maior na França. Filipe IV, que havia resolvido unificar o seu reino, tinha ocupado a província inglesa da Gasconha; Eduardo I declarara-lhe guerra (1294). Ambos os reis tinham decidido tributar as propriedades e o pessoal da Igreja para financiar a luta. Os papas haviam permitido que se lançassem tais tributos para as Cruzadas, nunca porém para uma guerra puramente secular. O clero francês havia reconhecido sua obrigação de contribuir para a defesa do Estado que protegia as propriedades eclesiásticas, mas temia que, se não refreasse o Estado nas suas taxações, seria depois mais uma força a combater. Filipe havia reduzido o papel que o clero exercia na França; já o tinha afastado da corte e de suas antigas posições na administração governamental bem como no conselho real. Preocupada pelo rumo que tomavam as coisas, a ordem cisterciense recusou-se a enviar a Filipe a quinta parte de suas rendas que ele solicitara para a guerra contra a Inglaterra, e seu chefe endereçou um apelo nesse sentido ao Papa. Bonifácio tinha de agir com prudência, pois a França de há

muito vinha apoiando o papado em sua luta contra a Alemanha e o Império. Ele achava, porém, que a Igreja perderia logo a base econômica de sua força e liberdade se viesse a ficar privada de suas rendas com a tributação de suas propriedades pelo Estado sem o consentimento do Papa. Expediu em fevereiro de 1296 uma das mais célebres bulas que se registraram na história eclesiástica. As primeiras palavras, *Clericis laicos*, deram-lhe um nome, a primeira frase era uma confissão indiscreta e o tom fazia lembrar os dardos papais de Gregório VII:

> Os leigos demonstraram, no passado, ter sido excessivamente hostis para com o clero, e nossa experiência inegavelmente prova que isso ainda se dá presentemente... Aconselhados pelos nossos irmãos e, de acordo com nossa autoridade apostólica, decretamos que, se qualquer clérigo... pagar aos leigos... qualquer parcela de suas rendas ou bens... sem a permissão do papa, incorrerá ele em excomunhão... E decretamos também que serão excomungadas todas as pessoas, seja qual for sua posição ou categoria, que exigirem ou receberem tais tributos ou se apoderarem ou mandarem apoderar-se dos bens da Igreja ou do clero.[97]

Filipe, por seu lado, estava convencido de que a Igreja, dada a grande riqueza que possuía na França, deveria contribuir também para as despesas do Estado. Eliminou os efeitos da bula papal proibindo a exportação do ouro, prata, pedras preciosas ou alimentos, e também, proibindo que mercadores ou emissários estrangeiros permanecessem na França. Essas medidas bloquearam a principal fonte de renda do Papa e baniram do país seus agentes que estavam levantando fundos para uma cruzada no Oriente. Bonifácio recuou, publicando a bula *Ineffabilis amor* (setembro de 1296); nela sancionou as contribuições voluntárias do clero para a defesa do Estado e concedeu ao rei o direito de julgar quando isso se tornasse necessário. Filipe revogou as ordens que decretara como represália. Tanto ele como Eduardo aceitaram Bonifácio — não como papa, porém como pessoa privada — para servir de árbitro em sua contenda. Bonifácio pronunciou-se a favor de Filipe na maioria das questões. A Inglaterra acatou por algum tempo a sua decisão, gozando, com isso, os três guerreiros, de uma paz efêmera.

O Papa proclamou o ano 1300 como o ano de jubileu, talvez para encher a arca do tesouro desfalcada com a queda dos recebimentos da Inglaterra e da França, talvez para financiar a guerra para a reconquista da Sicília a fim de integrá-la no feudo do papado, ou uma outra guerra para estender os Estados Papais à Toscana.[98] O plano foi coroado de pleno êxito. Jamais Roma vira, em toda a sua história, tão grande número de forasteiros. Naquele tempo, ao que parece, os regulamentos do tráfego tiveram de ser aplicados com o auxílio da força a fim de controlar o movimento do povo nas ruas.[99] Bonifácio e seus auxiliares dominaram bem a situação. Receberam abundância de alimentos, os quais foram vendidos a preços moderados, que eram controlados pelo Papa. Proporcionou-lhe vantagem o fato de que as grandes somas que assim recolheram não se destinavam a qualquer fim especial e podiam ser utilizadas a seu bel-prazer. A despeito de meias vitórias e duras derrotas, Bonifácio estava agora no ponto mais alto de sua trajetória.

Entrementes, os exilados da família Colonna contaram a Filipe histórias sobre a ambição, injustiça e heresias do Papa. Ocorreu um desentendimento entre os auxiliares de Filipe e o legado do Papa, Bernardo Saisset, o qual foi preso sob a acusação de incitar o povo à revolta. O legado foi julgado pela corte real, condenado e confiado à

custódia do arcebispo de Narbona (1301). Chocado com aquele tratamento sumário dispensado a seu legado, Bonifácio exigiu que o libertassem imediatamente e deu instruções ao clero francês para suspender o pagamento das rendas eclesiásticas ao Estado. Apelou para Filipe, na bula *Ausculta fili* (*Escuta-me, filho*) de dezembro de 1301, que ouvisse humildemente o Vigário de Cristo, como sendo o monarca espiritual de todos os reis da terra; protestou contra o julgamento de um clérigo por uma corte civil e o uso contínuo de fundos eclesiásticos para fins seculares. Anunciou que ia reunir os bispos e abades de França para tomar medidas "destinadas a preservar a liberdade da Igreja, a reforma do reino e do rei".[100] Quando apresentaram a bula a Filipe, o conde de Artois arrancou-a das mãos do emissário do Papa e arremessou-a ao fogo. Eliminaram também uma cópia que o clero francês ia publicar. Inflamaram-se as paixões com a circulação de dois documentos que haviam sido forjados, um que se alegava ser de Bonifácio para Filipe e exigia obediência até mesmo em questões temporais e outro de Filipe a Bonifácio, no qual o rei francês informava o Papa de que em questões temporais não se achava subordinado a quem quer que fosse. Ambos os documentos foram, no entanto, aceitos como sendo verdadeiros.[101]

A 11 de fevereiro de 1302, foi a bula *Ausculta fili* queimada oficialmente em Paris, perante o rei e grande multidão. Filipe convidou os três Estados de seu reino para se reunirem em Paris, em abril, antecipando-se com isso ao concílio eclesiástico proposto por Bonifácio. Durante essa primeira assembléia geral que se registrou na história francesa, todas as suas três classes — nobres, clero e comuns — escreveram, cada uma em separado, a Roma defendendo o rei e seu poder temporal. Uns 45 prelados franceses assistiram ao concílio de Roma em outubro de 1302, não obstante a proibição de Filipe e o confisco de seus bens. Expediu-se, nesse concílio, a bula *Unam sanctam*, a qual especificou claramente as reivindicações do Papa. Há apenas uma só verdadeira Igreja, dizia a bula, fora da qual não há salvação; há apenas um só corpo de Cristo, com uma só cabeça e não duas; essa cabeça é Cristo e seu representante, o papa de Roma. Há duas espadas ou poderes — a do poder espiritual e a do poder temporal; a primeira é empunhada pela Igreja e a segunda pelo rei para a Igreja, porém de acordo com a vontade e a tolerância do sacerdote. O poder espiritual está acima do poder temporal e tem o direito de dar-lhe instruções relativamente a seus altos objetivos e julgá-lo quando praticar o mal. "Declaramos, definimos e decidimos", concluía a bula, "que se torna necessário, para a salvação, que todos os homens fiquem subordinados ao pontífice de Roma."[102]

A resposta de Filipe foi a realização de duas assembléias (uma em março e outra em junho de 1303), ocasião em que se elaborou um libelo formal contra Bonifácio, acusando-o de tirano, feiticeiro, assassino, dilapidador de fundos públicos, adúltero, sodomita, simoníaco, idólatra e infiel[103] e exigindo a sua deposição por um concílio geral da Igreja. O rei encarregou Guilherme de Nogaret, seu legista-chefe, de ir a Roma e notificar o Papa do apelo que fizera para a realização do concílio geral. Bonifácio, que na ocasião se encontrava no palácio papal de Anagni, declarou que somente o sumo pontífice poderia promover um concílio geral e redigiu um decreto excomungando Filipe e lançando uma interdição sobre a França. Antes que pudesse expedi-lo, Guilherme de Nogaret e Sciarra Colonna, chefiando um bando de dois mil mercenários, invadiram o palácio, apresentaram a mensagem de notificação ao Papa e exigiram a sua renúncia (7 de setembro de 1303). Bonifácio recusou-se a renunciar. Diz uma "fonte digna de crédito"[104] que Sciarra deu um soco no rosto do Papa e tê-

lo-ia matado não fosse a intervenção de Nogaret. Bonifácio contava 75 anos de idade, era fisicamente muito fraco, mesmo assim, porém, não transigiu. Ficou prisioneiro no palácio durante três dias; nesse ínterim, o palácio foi saqueado pelos mercenários. O povo de Anagni, auxiliado por 400 cavaleiros da família Orsini, conseguiu dispersar os soldados e o libertou. Aparentemente, seus carcereiros não lhe deram de comer naqueles três dias, pois em plena praça do mercado, o Papa pedira: "Se houver alguma boa mulher que me dê uma esmola de pão e vinho, eu lhe darei a bênção de Deus e a minha." Os Orsini levaram-no para o Vaticano. Ali caiu presa de violenta febre e, poucos dias depois, morria (11 de outubro de 1303).

O seu sucessor, Benedito XI (1303-4), excomungou Nogaret, Sciarra Colonna e 13 outros que tinham sido vistos assaltando o palácio em Anagni. Benedito morreu um mês mais tarde, em Perugia, ao que parece, envenenado pelos gibelinos italianos.[105] Filipe concordou em apoiar Bertrand de Got, arcebispo de Bordéus, para o papado, se ele adotasse uma política conciliatória, absolvesse os que haviam sido excomungados pelo ataque contra Bonifácio, permitisse uma tributação anual de 10 por cento sobre a renda do clero francês durante cinco anos, reintegrasse os Colonna em seus cargos e propriedades e condenasse a gestão de Bonifácio.[106] Não sabemos até que ponto Bertrand concordou. Ele foi eleito papa e tomou o nome de Clemente V (1305). Os cardeais o preveniram de que a sua vida não estaria segura em Roma. Após alguma hesitação e talvez aceitando uma sugestão de Filipe, Clemente transferiu a Santa Sé para Avinhão, à margem oriental do Ródano, fora dos limites da parte sudeste da França (1309). Começaram assim os 68 anos do "Cativeiro de Babilônia" dos papas. O papa havia-se libertado da Alemanha, rendeu-se, porém, à França.

Clemente tornou-se, contra sua vontade, um humilde instrumento nas mãos do insaciável Filipe. Absolveu o rei, reintegrou a família Colonna em suas posições, revogou a bula *Clericis laicos*, permitiu a supressão dos Templários e consentiu ainda (1310) que se fizesse o julgamento *post-mortem* de Bonifácio por um consistório eclesiástico reunido em Groseau, nas vizinhanças de Avinhão. Nos trabalhos preliminares que se fizeram perante o Papa e os membros da comissão por ele nomeados, seis eclesiásticos depuseram ter ouvido Bonifácio, um ano antes de subir ao pontificado, declarar que todas as leis que se supunham de origem divina não passavam de invencionices dos homens a fim de obrigar a plebe a manter boa conduta; que era "tolice" acreditar que Deus era uma só pessoa em três ou que uma virgem havia concebido um filho, que Deus se havia transformado em um mortal ou que se podia transformar em pão o corpo de Cristo e que haveria outra vida. "É o que acredito e sustento, como aliás todo homem culto. A plebe pensa diferentemente. Precisamos falar à maneira da plebe, mas devemos pensar e acreditar de acordo com a elite." Foi esse o depoimento dos seis eclesiásticos. Três deles, novamente inquiridos, pouco tempo depois, confirmaram o que disseram ter ouvido de Bonifácio. O prior de St. Giles, em San Gemino, informou que Bonifácio, quando apenas cardeal Gaetani, havia negado que houvesse ressurreição, quer da alma quer do corpo, declaração essa que foi confirmada por vários outros prelados. Um deles mencionou ter ouvido de Bonifácio que a hóstia sagrada não passava de "simples massa". Homens que haviam trabalhado para ele anteriormente acusaram-no de praticar pecados sexuais naturais e também contrários à natureza; outros o acusaram de pseudocéptico, de procurar comunicar-se, por meio de feitiçarias, com "as forças das trevas".[107]

Antes, porém, que se realizasse o julgamento final, Clemente persuadiu Filipe a

deixar a questão da culpabilidade de Bonifácio aos cuidados do Concílio Ecumênico que estava para se realizar em Viena. Durante o Concílio (1311), três cardeais a ele compareceram e fizeram seus depoimentos defendendo a ortodoxia e a moral do falecido Papa. Dois cavaleiros sustentaram a inocência dele e desafiaram para a luta quem os contestasse. Ninguém aceitou o desafio e o Concílio deu então a questão por encerrada.

VIII. RETROSPECTO

Aquele testemunho contra Bonifácio, verdadeiro ou falso, revela a corrente subterrânea de cepticismo que se preparava para destruir a Idade da Fé. Também o golpe, físico ou político, desfechado contra Bonifácio VIII em Anagni assinala, de certo modo, o início dos "tempos modernos": era a vitória do nacionalismo contra o supernacionalismo, do Estado contra a Igreja, da força da espada contra a magia da palavra. O papado tinha ficado enfraquecido com a luta contra os Hohenstaufen e com o fracasso das Cruzadas. A França e a Inglaterra fortaleceram-se com o colapso do Império, tendo a primeira se enriquecido ao adquirir o Languedoc com o auxílio da Igreja. Talvez o apoio que o povo dera a Filipe IV em sua luta contra Bonifácio VIII refletisse o ressentimento desse mesmo povo pelos excessos da Inquisição e a Cruzada contra os albigenses. Dizia-se que alguns antepassados de Nogaret haviam sido queimados pelos inquisidores.[108] Bonifácio não percebera que, com as muitas lutas que empreendera, tornara ineficazes as armas do papado. A indústria e o comércio geraram uma classe menos religiosa que a da lavoura; a vida e o pensamento iam-se tornando secularizados e o leigo foi reconquistando a sua soberania. Durante 70 anos iria o Estado absorver a Igreja.

Volvendo os olhos para o panorama do cristianismo latino, é de impressionar, acima de tudo, a relativa unanimidade da fé religiosa entre os diversos povos bem como a hierarquia e a força da Igreja romana que davam à Europa ocidental — não à Europa eslava e bizantina — uma unidade de espírito moral que jamais se viu depois. Em parte alguma, na História, uma organização exercera, durante tanto tempo, uma influência assim profunda em tantos homens. A autoridade da República e Império romanos sobre o seu imenso reino durou 480 anos, desde os tempos de Pompeu até os de Alarico, a do império mongólico ou britânico, uns 200. Todavia, era a Igreja Católica Romana a força dominante na Europa desde a morte de Carlos Magno (814) até a morte de Bonifácio VIII (1303) — 489 anos. A sua organização e administração não parecem ter sido tão eficientes quanto as do Império Romano, tampouco seus membros foram tão competentes ou cultos quanto os homens que governaram as províncias e cidades para os Césares. A Igreja havia, porém, herdado uma casa de orates e tinha de descobrir um meio de implantar novamente a ordem e a cultura. Mesmo assim, seus clérigos eram os homens mais instruídos daquela época e haviam sido eles os que tinham ministrado a única cultura que existia na Europa ocidental durante os cinco séculos de sua supremacia. As suas cortes foram as mais justas do tempo. A sua cúria papal, às vezes venal, às vezes incorruptível, constituía até certo ponto o tribunal mundial de arbitramento para as disputas internacionais e limitação das guerras. Conquanto os italianos predominassem nesse tribunal, eram eles, no entanto, os mais eruditos daqueles séculos, e qualquer homem podia fazer parte dele, fosse qual fosse a sua posição e país na cristandade latina.

Não obstante as chicanas que geralmente se notam em um forte agrupamento de homens, era ainda conveniente que pairasse acima dos Estados e reis da Europa uma autoridade que os pudesse chamar à ordem e moderar-lhes as lutas. Já que deveria haver um governo mundial, nenhum estaria mais apto para tal do que o trono de Pedro, de onde os homens, por mais limitada que fosse a sua visão, poderiam lançar a vista sobre toda a terra, tendo, para guiá-los, os ensinamentos dos séculos passados. Quais as decisões que poderiam ser aceitas de maneira mais pacífica ou aplicadas com mais facilidades do que as de um pontífice que era considerado o Vigário de Deus por quase toda a população da Europa ocidental? Quando Luís IX partiu para a Cruzada de 1248, Henrique III, da Inglaterra, fez grandes exigências à França e preparou-se para invadi-la. O Papa Inocêncio IV ameaçou de interdição a Inglaterra, caso Henrique insistisse em seus desígnios, o que foi suficiente para dissuadi-lo do intento. A força da Igreja era o baluarte contra a tirania e a injustiça dos reis, disse o céptico Hume.[109] A Igreja teria realizado a grande concepção de Gregório VII — o domínio supremo de sua força moral sobre a força física dos Estados, tivesse ela se servido de sua influência somente para fins morais e espirituais e jamais para fins materiais. O sonho de Gregório quase se concretizou quando Urbano II uniu os cristãos contra os turcos. Esse grande ideal, porém, desfez-se nas mãos dos papas, manchadas de sangue cristão, quando Inocêncio III, Gregório IX, Alexandre IV e Bonifácio VIII deram às suas guerras contra os albigenses, Frederico II e os Colonna o nome santo de Cruzada.

A Igreja mostrava-se bastante tolerante para com várias doutrinas, até mesmo para com as heréticas, quando isso não lhe ameaçava a estabilidade. Iremos encontrar extraordinária liberdade de pensamento entre os filósofos dos séculos XII e XIII, mesmo entre professores de universidades licenciadas e dirigidas pela Igreja. Ela apenas pedia que suas discussões se limitassem ao círculo de homens cultos e não assumissem a forma de apelos revolucionários ao povo para que abandonasse seu credo ou a Igreja.[110] "A Igreja", segundo seus críticos recentes mais ativos, "ao envolver todo o povo envolveu também toda a espécie de espíritos, desde os mais supersticiosos até os mais agnósticos, e muitos desses elementos ortodoxos trabalhavam, sob um manto de conformismo exterior, com muito mais liberdade do que geralmente se supunha."[111]

Em resumo, o quadro que esboçamos da Igreja latina medieval é o de uma organização complexa que, não obstante as fraquezas humanas de seus adeptos e dirigentes, esforçava-se por estabelecer a ordem moral e social e por elevar e consolidar a fé em meio aos destroços de uma civilização antiga e as paixões de uma sociedade adolescente. A Igreja do século VI encontrou na Europa uma torrente flutuante de bárbaros, uma babel de línguas e crenças e um caos de leis não escritas e incalculáveis. Ela lhe deu um código moral estribado em sanções sobrenaturais com força bastante para reprimir os impulsos de homens violentos e insociáveis. Ofereceu abrigos em seus mosteiros a homens e mulheres e foi a depositária de manuscritos clássicos. Governou a Europa com suas cortes episcopais, deu-lhe escolas e universidades e despertou nos reis o espírito de responsabilidade moral, concitando-os também a se dedicarem a tarefas de paz. Abrilhantou a vida de seus filhos com a poesia, o drama e as canções e deu-lhes inspiração para erguerem os mais nobres e artísticos monumentos da História. Impossibilitada de estabelecer a utopia da igualdade entre os homens, conseguiu, no entanto, organizar instituições de caridade e asilos e, até certo ponto, protegeu os fracos contra os fortes. Foi inegavelmente a maior força civilizadora na história da Europa medieval.

CAPÍTULO XXX

A Moral e os Costumes da Cristandade

700 — 1300

I. A ÉTICA CRISTÃ

O HOMEM, na idade da pedra e da caça, tinha de ser voraz, precisava procurar o alimento e empanturrar-se, pois, quando o encontrava, não sabia quando o teria novamente. Tinha de ser sexualmente sensível, muitas vezes promíscuo, porque um alto índice de mortalidade exigia uma alta taxa de natalidade. A maternidade explorada ao máximo era uma necessidade. O macho tinha, portanto, de se manter sempre ativo e pronto para lutar a fim de conseguir alimento e uma companheira. Os vícios constituíam então uma virtude, eram indispensáveis para se poder sobreviver.

Ao descobrirem os homens que a melhor maneira de sobreviverem, o indivíduo e a espécie, era formar uma organização social, começaram eles a adotar um sistema de ordem social, no qual os instintos, outrora úteis na idade da caça, tinham sempre de ser refreados para se tornar possível a vida em sociedade. Eticamente a civilização é um equilíbrio e tensão entre os instintos primitivos dos homens e as inibições de um código moral. Sem as inibições, os instintos destruiriam a civilização, sem os instintos as inibições destruiriam a vida. O problema da moralidade é ajustar as inibições a fim de proteger a civilização sem enfraquecer a vida.

Naquela tarefa de moderar a violência, promiscuidade e voracidade dos homens, vieram à tona certos instintos, principalmente de ordem social, os quais proporcionaram uma base biológica para a civilização. O amor dos pais criou a sociedade natural da família com sua disciplina educativa e auxílio mútuo. Os pais, com sua autoridade alimentada pelo amor e a alegria da tirania, transmitiam ao filho, para proteção dele, um código de conduta social. A força organizada dirigida pelos chefes, cidades ou Estados limitava e ludibriava a força do indivíduo isolado. O desejo de conseguir a aprovação para seus atos fazia com que o indivíduo se sujeitasse à vontade do grupo organizado. Os costumes e a imitação guiavam-no para os caminhos que a experiência da raça havia sancionado com os seus julgamentos. A lei atemorizava os instintos com o espectro da punição. A consciência domesticou o jovem com os resíduos de infindável torrente de proibições.

A Igreja acreditava que aquelas fontes de moralidade naturais ou seculares não eram suficientes para controlar os impulsos que preservam a vida nas selvas, mas que destroem a civilização, ou a ordem na sociedade. Tais impulsos são demasiado fortes para que possam ser refreados por qualquer autoridade humana que não pode estar em toda a parte ao mesmo tempo, com a sua polícia atemorizadora. Um código pro-

fundamente moral que não for congênito à carne deve, para ser obedecido, trazer consigo o selo de uma origem sobrenatural. Deve trazer a sanção e o prestígio divinos a fim de ser respeitado pelo indivíduo, na ausência de qualquer outra força, em todos os momentos e circunstâncias da vida. Até mesmo a autoridade dos pais, tão vital para a moral e a ordem social, desaparece na luta contra os instintos primitivos, a não ser que se apóie na crença religiosa que se inculcou no filho. Para salvar e servir a sociedade, a religião não deve opor aos instintos aquelas diretrizes feitas pelo homem e que possam ser duvidosas, mas sim os imperativos categóricos do próprio Deus. Os mandamentos de Deus (tão pecador e selvagem é o homem) devem ser apoiados não somente pelo louvor e respeito que se rendem para a eles obedecer, tampouco pela infelicidade e penas impostas por infringi-los, mas também pela esperança de se alcançar o céu pela virtude e o temor de ir para o inferno por causa do pecado que não tenha sido punido. Os mandamentos devem vir de Deus e não de Moisés.

A teoria biológica dos instintos primitivos que incapacitavam os homens para a civilização era simbolizada na teologia cristã pela doutrina do pecado original. À semelhança da concepção hindu do *karma*, era uma tentativa de explicar um sofrimento aparentemente não merecido: os bons sofriam neste mundo em razão de algum pecado cometido pelos seus antepassados. De acordo com a teoria cristã, toda a raça humana traz em si o pecado de Adão e Eva. Disse Graciano no *Decretum* (*ca.* 1150), aceito pela Igreja em seus ensinamentos, porém não oficialmente: "Todo ser humano que for concebido pelo coito do homem com a mulher nascerá com o pecado original, ficará sujeito à impiedade e morte e será, portanto, um filho do ódio."[1] Somente a graça divina e a morte redentora de Cristo é que poderiam salvá-lo do mal e do inferno (somente o exemplo do Cristo martirizado poderia redimir o homem da violência, volúpia e ambição, e salvá-lo, juntamente com a sociedade, de destruição). Essa doutrina, combinada com as catástrofes da natureza, as quais pareciam inexplicáveis salvo como castigo pelos pecados cometidos, provocou em muitos cristãos medievais a idéia de que já nasciam impuros, depravados e culpados, idéia essa que encheu muitas páginas de sua literatura antes de 1200. Depois disso, até à Reforma, foi diminuindo muito tal concepção de pecado e temor, depois ela surgiu novamente com grande intensidade entre os puritanos.

Gregório I e outros teólogos posteriores citaram sete pecados capitais — orgulho, avareza, inveja, ira, volúpia, gula e preguiça, aos quais opuseram as sete virtudes cardeais: quatro "naturais" ou virtudes pagãs, enaltecidas por Pitágoras e Platão — sabedoria, coragem, justiça e temperança, e três virtudes "teologais" — fé, esperança e caridade. No entanto, embora aceitasse as virtudes pagãs, o cristianismo jamais as assimilava. Preferia a fé à sabedoria, a paciência à coragem, o amor e perdão à justiça, e a abstinência e pureza à temperança. Enaltecia a humildade, considerando o orgulho (tão preeminente no homem ideal de Aristóteles) o pior de todos os pecados mortais. Uma vez ou outra falava nos direitos do homem, insistia mais em seus deveres, não somente para consigo mesmo mas também para com seus companheiros, a Igreja e Deus. Ao pregar sobre a "delicada e bondosa figura de Jesus", não se mostrou a Igreja receosa, de que isso transformasse o homem em uma criatura efeminada. De fato, os homens do mundo latino cristão eram mais viris — sem dúvida porque enfrentavam maiores dificuldades — do que os seus modernos beneficiários e herdeiros. As teologias e filosofias, assim como os homens e Estados, são o que são porque assim devem ser de acordo com o tempo e o lugar.

II. MORALIDADE PRÉ-NUPCIAL

Até onde a moralidade, na Idade Média, refletiu sua teoria ética ou justificou-a? Consideremos primeiramente o quadro que vamos apresentar, sem tese alguma para provar.

O primeiro incidente moral da vida cristã era o batismo: a criança era introduzida solenemente na comunidade e Igreja e ficava, por esse meio, sujeita às suas leis. Toda criança recebia um "nome cristão" — isto é, geralmente o nome de algum santo cristão. Os sobrenomes eram de várias origens, provinham de gerações que indicavam o parentesco, profissão, lugar, uma particularidade do corpo ou caráter e até mesmo um pouco de um rito da igreja: Cecília Filha de Wilkins, Jaime Ferreiro, Margarida Barqueira, Mateus Paris, Inês do Cabelo Ruivo, João Alegre, Roberto Litania, Roberto Benedito ou Benedito.[2]

Gregório Magno, como também Rousseau, aconselhava as mães a amamentarem os próprios filhos.[3] A maioria das mulheres pobres o fazia, o que já não se dava, porém, com a grande maioria das mulheres da alta classe.[4] Os filhos eram também amados naquele tempo, porém eram mais castigados. Eram numerosos a despeito do alto grau de mortalidade que se verificava entre as crianças e adolescentes. Sobrepujavam uns aos outros pelo número e tornavam-se civilizados em razão da luta. Aprendiam dezenas de ofícios dos campos e das cidades com os parentes e companheiros, e desenvolviam rapidamente seus conhecimentos e malícia. "Ensina-se o mal às crianças assim que elas começam a falar, e ao crescerem tornam-se cada vez piores, sendo cristãos apenas no nome",[5] disse Tomás de Celano no século XIII. Os moralistas, porém, são maus historiadores. Os meninos começavam a trabalhar na idade de 12 anos e atingiam a maturidade legal aos 16.

A ética cristã adotava para com os adolescentes uma política de silêncio a respeito do sexo. A maturidade financeira — a capacidade de sustentar a família — vinha muito depois da maturidade biológica, a capacidade de reproduzir. A educação sexual podia agravar as inquietações da abstinência, e a Igreja exigia abstinência pré-nupcial como ajuda para a fidelidade conjugal, ordem social e saúde pública. Contudo, aos 16 anos um jovem da Idade Média já havia provavelmente tido várias experiências de ordem sexual. A pederastia, que o cristianismo atacara fortemente no passado, tornou a surgir com as Cruzadas, com o afluxo de idéias do Oriente e o isolamento unissexual de monges e freiras.[6] Em 1177, Henrique, abade de Claraval, referindo-se à França, escreveu que "a antiga Sodoma estava surgindo de suas cinzas".[7] Filipe, o Belo, acusou os Templários de praticarem atos homossexuais. O Penitencial, manual eclesiástico que impunha penitência pelos pecados cometidos, menciona a ocorrência de atos verdadeiramente bestiais. Uma surpreendente variedade de animais recebia tais atenções.[8] Quando se descobriam tais ocorrências, ambos os participantes eram punidos com a morte. Os registros do Parlamento inglês contêm muitos casos em que cães, cabras, vacas, porcos e gansos eram queimados juntamente com seres humanos que neles satisfaziam seus instintos bestiais. Eram numerosos os casos de incesto.

As relações antes do casamento e fora dele já eram cultivadas em grande extensão, tanto quanto no século XX. A natureza promíscua do homem vencia os diques levantados pela legislação secular e eclesiástica. O rapto era ocorrência comum,[9] não obstante as severíssimas penas. Cavaleiros que serviam damas e jovens aristocráticas para

conseguir-lhes um beijo ou tocar-lhes nas mãos, podiam consolar-se com as criadas delas; algumas damas não podiam dormir com a consciência tranqüila enquanto não lhes tivessem proporcionado essa cortesia.[10] O cavalheiro de La Tour-Landry queixou-se da fornicação entre os jovens da aristocracia. Declarou — se é que podemos dar crédito às suas palavras — que alguns homens daquela sociedade fornicavam-se na igreja, até mesmo "junto ao altar". Citou o fato de "duas rainhas que, em uma Quinta-Feira Santa... entregaram-se a seus prazeres dentro da própria igreja enquanto se celebrava o ofício divino".[11] Guilherme de Malmesbury descreveu a nobreza normanda como "muito dada à gula e à volúpia" e que os homens costumavam trocar de concubinas[12] receosos de que a fidelidade viesse a tornar muito monótona a vida conjugal. Era abundante o número de filhos ilegítimos na cristandade; isso serviu de enredo para centenas de livros. Os heróis de várias lendas da Idade Média eram bastardos — Cuchulain, Artur, Gawain, Rolando, Guilherme, o Conquistador, e muitos cavaleiros citados por Froissart em suas *Crônicas*.

A prostituição ajustava-se aos tempos. Segundo o bispo Bonifácio, algumas mulheres, por ocasião das romarias, ganhavam a sua passagem, vendendo-se nas cidades que atravessavam.[13] Todo exército era seguido de outro exército, o qual era tão perigoso quanto o inimigo. "Os cruzados", relata Alberto de Aix, "tinham em suas fileiras uma multidão de mulheres que usavam roupas de homem; elas viajavam com eles em verdadeira promiscuidade."[14] Disse Em-ad-Eddin, historiador árabe, que, durante o cerco de Acre (1189), "300 francesas muito bonitas... haviam ali chegado para consolo dos soldados franceses... pois estes últimos haviam dito que não lutariam se os privassem de mulheres". Ao saberem disso, os exércitos muçulmanos trataram também de imitá-los.[15] Segundo Joinville, os barões da primeira Cruzada de São Luís "instalaram bordéis nas imediações da tenda real".[16] Os estudantes das universidades, especialmente em Paris, manifestaram-se também sequiosos por imitar aquelas disposições, e as *filles* instalaram então ao redor das universidades os seus centros de acomodação.[17]

Algumas cidades, como, por exemplo, Toulouse, Avinhão, Montepellier e Nuremberg, legalizaram a prostituição colocando-a sob direção municipal, alegando que, sem tais lupanares, *bordelli, Frauenhäuser*, as mulheres de família não podiam aventurar-se a sair sozinhas à rua.[18] Santo Agostinho escreveu que "se se eliminassem os lupanares, a volúpia convulsionaria o mundo",[19] com o que Santo Tomás de Aquino concordou.[20] Havia grande número de bordéis junto à Ponte de Londres no século XII. Tinham primeiramente sido licenciados pelo bispo de Winchester, licença essa que foi depois sancionada pelo Parlamento.[21] Um ato do Parlamento, em 1161, proibia as donas de bordéis de manterem mulheres que sofressem de "perigosa doença venérea". Foi o primeiro regulamento que se conheceu contra a propagação de doenças venéreas.[22] Luís IX, em 1254, decretou fossem banidas da França todas as prostitutas. O decreto foi aplicado, de que resultou logo uma promiscuidade clandestina que substituiu o comércio de portas abertas. Os cavalheiros burgueses queixavam-se de que era quase impossível defender a virtude de suas esposas e filhas contra as solicitações dos soldados e estudantes. A grita que se levantou contra o decreto foi tão generalizada, que acabaram revogando-o (1256). Emitiu-se novo decreto, o qual especificava as regiões em Paris onde as prostitutas podiam viver e exercer legalmente a sua profissão; regulamentava também seu modo de vestir e uso de ornamentos, submetendo-as à supervisão de um magistrado popularmente conhecido por *roi des*

ribauds — rei das alcoviteiras, pedintes e vagabundas.[23] Ao morrer, Luís IX aconselhou o filho a expedir novamente o decreto de expulsão. Filipe fez o que o pai aconselhara, sobrevindo, com isso, os mesmos resultados anteriores. A lei permaneceu nos estatutos, porém deixaram de aplicá-la.[24] Segundo o bispo Durand II, de Mende (1311), havia bordéis em Roma, nas imediações do Vaticano, os quais os marechais do papa permitiam por simples consideração.[25] A Igreja mostrou-se humanitária para com as prostitutas; mantinha asilos para mulheres que se haviam regenerado e distribuía aos pobres os donativos que recebia de cortesãs convertidas.[26]

III. O CASAMENTO

A juventude era uma fase muito breve da vida e o casamento realizava-se muito cedo na Idade da Fé. Consentia-se dar em casamento uma criança de sete anos. Tais uniões eram feitas, às vezes, com o fim de facilitar a transferência ou proteção da propriedade. Graça de Saleby casou-se, aos quatro anos, com um grande nobre, o qual podia preservar a sua rica propriedade. Ele morreu logo depois e ela se casou com outro aos seis anos de idade e depois com um terceiro aos 11 anos.[27] Podia-se anular tais uniões em qualquer tempo antes da idade normal para o casamento, que se presumia ser 12 anos para a jovem e 14 para o rapaz.[28] A Igreja julgava desnecessário para a validez do casamento o consentimento dos pais ou tutores, quando as partes interessadas já eram adultas. Proibia o enlace de moças com menos de 15 anos, porém abria muitas exceções, pois nessas questões os direitos de propriedade suplantavam os caprichos do amor, e o casamento não passava de um incidente de ordem financeira. O noivo dava presentes ou dinheiro aos futuros sogros; presenteava também a noiva logo após o casamento e dava-lhe um dote. Na Inglaterra, isso consistia no direito de a viúva gozar do usufruto de um terço das terras deixadas pelo marido. A família da noiva dava presentes à família do noivo e, às vezes, até mesmo uma propriedade. Processava-se o contrato de casamento por meio de uma troca de compromissos; o próprio enlace era um compromisso (do anglo-saxão *weddian*, "promessa"). Os esposos eram os que tivessem respondido com a palavra "sim"

Tanto o Estado como a Igreja aceitavam a validez do casamento pela simples consumação de uma união seguida de uma troca de compromisso verbal entre os participantes, sem outra cerimônia, quer legal quer religiosa.[29] A Igreja procurava assim proteger as mulheres contra o abandono de seus sedutores e preferia tais uniões às relações ilícitas. Negou, porém, depois do século XII, a validez de casamentos que se efetuassem sem a sanção eclesiástica e, depois do Concílio de Trento (1563), exigiu a presença de um sacerdote na cerimônia. As leis seculares acolheram bem os regulamentos eclesiásticos para o casamento. Bracton (falecido em 1268) defendeu a tese de que era essencial uma cerimônia religiosa para que o casamento fosse válido. A Igreja fez do casamento um sacramento, tornando-o um contrato sagrado entre o homem, a mulher e Deus. Gradativamente foi ela estendendo sua jurisdição sobre todas as fases desse contrato, desde as obrigações no leito nupcial até à última vontade e testamento do esposo ou esposa. Suas leis canônicas elaboraram uma longa lista de "motivos que impediam a realização de um matrimônio". A parte interessada devia achar-se livre de qualquer laço matrimonial anterior e de qualquer voto de castidade. Era proibido o casamento com pessoa que não fosse batizada. Contudo, havia muitos casamentos entre cristãos e judeus.[30] Reconhecia-se a validez dos que eram efetuados entre escra-

vos, entre estes últimos e as pessoas livres, entre cristãos ortodoxos e hereges, mesmo entre os fiéis e excomungados.[31] As partes interessadas não podiam ter graus de parentesco até à quarta geração. Nesse caso a Igreja rejeitou a lei romana e aceitou a exogamia dos tempos primitivos, quando se temia a degenerescência da raça pelas uniões entre parentes. Talvez ela censurasse também a concentração da riqueza em um círculo limitado. Era difícil evitar tais uniões nas aldeias. Nesse ponto a Igreja tinha de fechar os olhos, como o fazia a muitas outras brechas existentes entre a lei e a realidade.

Seguia-se à cerimônia do casamento uma procissão — ao som da música e ao farfalhar dos vestidos de seda. Saíam assim todos da igreja e rumavam para a casa do noivo. Celebrava-se ali uma festa que ia até altas horas da noite. O casamento somente era válido depois de consumada a união. Era proibido recorrer a meios para evitar a concepção. Tomás de Aquino julgava tal ato um crime igual ao homicídio.[32] No entanto, utilizavam-se vários processos mecânicos, químicos, mágicos e, principalmente o *coitus interruptus*.[33] Vendiam-se drogas que, diziam, provocavam aborto, esterilidade, impotência e ardor sexual. As fórmulas penitenciais de Rabano Mauro decretavam anos de penitência para "a mulher que misturasse o sêmen do marido com o alimento dela a fim de poder receber melhor o seu amor".[34] Era coisa rara o infanticídio. As instituições cristãs de caridade criaram, a partir do século VI, hospitais para crianças enjeitadas. O concílio realizado em Ruão, no século VIII, lançou um manifesto convidando as mulheres que secretamente tivessem dado à luz crianças a depositarem-nas à porta da igreja; a igreja tomaria a si o encargo de criá-las. Tais órfãos eram criados como servos nas propriedades dos eclesiásticos. Carlos Magno decretou uma lei, segundo a qual todas as crianças enjeitadas seriam escravas daqueles que as recolhessem e educassem. Um monge de Montpellier fundou, por volta do ano 1190, a Fraternidade do Espírito Santo, que se destinava à proteção e educação dos órfãos.

As penalidades para o adultério eram muito severas. As leis saxônias, por exemplo, condenavam a esposa infiel a, pelo menos, sofrer a perda do nariz e orelhas, e davam ao marido o direito de matá-la. Mesmo assim era muito comum o adultério.[35] Ocorria menos na classe média, sendo a maioria dos casos entre os membros da nobreza. Os senhores feudais seduziam suas servas à custa de uma pequena multa: aquele que "cobrisse" uma jovem "sem os seus agradecimentos" — contra a vontade dela — tinha de pagar ao tribunal três *shillings* (xelins).[36] Disse Freeman que o século XI "foi um período de perversão", tendo-se, no entanto, surpreendido com a aparente fidelidade conjugal de Guilherme, o Conquistador,[37] de cujo pai, porém, já não se podia dizer o mesmo. "A sociedade medieval era profundamente imoral e licenciosa", disse o erudito e judicioso Tomás Wright.[38]

A Igreja permitia a separação do casal por crime de adultério, apostasia ou grave crueldade. Chamava a isso *divortium*, porém não no sentido de anulação de casamento. Tal anulação somente era concedida quando se pudesse provar que o casamento infringira um dos impedimentos citados pelas leis canônicas. Não é muito provável que tivessem ampliado deliberadamente tais impedimentos a fim de fornecer bases de divórcio para aqueles que dispusessem de meios para pagar as taxas e emolumentos necessários para a anulação do casamento. A Igreja utilizava-se de tais impedimentos para decidir com flexível critério casos excepcionais, em que o divórcio criaria a possibilidade de se dar um herdeiro a um rei que não tivesse filhos ou atenderia a uma questão de ordem pública ou de paz. As leis germânicas permitiam o divórcio

por crime de adultério, às vezes até mesmo por acordo mútuo das partes.[39] Os reis preferiam as leis de seus antepassados às leis mais severas da Igreja. Os senhores e damas feudais recorriam aos códigos antigos e, às vezes, divorciavam-se sem a licença dos eclesiásticos. Somente depois que Inocêncio III negou divórcio a Filipe Augusto, o poderoso rei da França, foi que a Igreja se tornou bastante forte, quer em sua autoridade quer em sua consciência, para defender ardorosamente seus próprios decretos.

IV. A MULHER

As teorias dos clérigos eram geralmente hostis à mulher; algumas leis da Igreja aumentavam sua sujeição; muitos princípios e atos do cristianismo melhoraram, no entanto, a sua posição. Para os sacerdotes e teólogos a mulher era ainda, naqueles séculos, o que parecera ser a Crisóstomo — "um mal necessário, tentação natural, calamidade desejável, perigo doméstico, fascinação mortal, o próprio mal que se apresenta disfarçado".[40] Ela continuava sendo a ubíqua reencarnação da Eva que havia perdido o Éden em prol da humanidade, o instrumento favorito pelo qual Satanás levava os homens para o inferno. Santo Tomás de Aquino, que foi a bondade em pessoa, falando com as restrições próprias de um monge, colocou, em certo sentido, a mulher abaixo do escravo:

> A mulher é subordinada ao homem em virtude da fraqueza de sua natureza, tanto no espírito como no corpo.[41] ... O homem é o começo da mulher e é o seu fim, assim como Deus é o começo e o fim de todas as criaturas.[42] ... A sujeição da mulher está de acordo com a lei da natureza, o que já não se dá com o escravo.[43] ... Os filhos devem amar o pai mais do que a mãe.[44]

A lei canônica impunha ao marido o dever de proteger a esposa e a esta o dever de obedecer ao marido. O homem, não a mulher, foi feito à imagem e semelhança de Deus; "é claro, portanto, que as esposas fiquem subordinadas aos esposos e sejam até mesmo suas servas", argumentara o canonista.[45] Tais trechos não deixam de ser vã pretensão. Por outro lado, a Igreja instituiu a monogamia, insistiu em um único padrão de moral para ambos os sexos, honrou a mulher na adoração à Virgem Maria e defendeu o direito da mulher de herdar propriedades.

A lei civil era mais hostil à mulher que a lei canônica. Ambos os códigos permitiam que o marido castigasse a esposa;[46] foi um grande progresso quando, no século XIII, as "Leis e Costumes de Beauvais" ordenaram que o homem castigasse a esposa, porém "com certa moderação".[47] A lei civil dispunha que não devia ser aceita a palavra da mulher no tribunal "em virtude de sua fragilidade".[48] A multa cobrada por uma ofensa feita à mulher era apenas metade do valor da que se determinava para a mesma ofensa feita ao homem.[49] A lei excluía até mesmo as mulheres da nobreza de representarem suas próprias propriedades no Parlamento da Inglaterra ou nos Estados Gerais da França. O casamento dava ao marido plena autoridade para usar e usufruir qualquer propriedade que a esposa possuísse ao casar-se.[50] Nenhuma mulher podia exercer a profissão de médica.

Sua vida econômica variava tanto quanto a do homem. Ela aprendia as artes domésticas, como cozer pão, pudins e tortas, salgar carnes, fazer sabão, velas, creme, queijo, cerveja, medicina caseira, tecidos, roupas para a família, cortinas, lençóis e ta-

petes, ornamentar e limpar a casa, tanto quanto lhe permitia o companheiro, e educar os filhos. Trabalhava também pacientemente nos campos, semeando e cultivando, criava galinhas, ordenhava as vacas, tosquiava os carneiros, ajudava a pintar, reparar e construir a casa. Nas cidades, em casa ou nas lojas, fazia a maior parte dos tecidos para as organizações têxteis. Foi uma companhia de mulheres a primeira a criar, na Inglaterra, a arte de fiar, torcer e tecer a seda.[51] A maioria das organizações inglesas tinha quase o mesmo número de mulheres e de homens, em grande parte devido ao fato de os obreiros poderem empregar as esposas e filhas. Várias organizações, que se dedicavam à fabricação de artigos destinados ao mundo feminino, eram compostas somente de mulheres. Havia 17 de tais organizações em Paris no fim do século XIII.[52] No entanto, as mulheres raramente se tornavam chefes nas associações em que trabalhavam homens; também recebiam salários menores por trabalhos idênticos aos deles. As mulheres da classe média ostentavam, com seus vestidos, a riqueza de seus maridos e participavam ativamente das festas religiosas e sociais da cidade. Partilhando as responsabilidades do marido e aceitando graciosamente as profissões grandiosas ou amorosas dos cavaleiros e trovadores, as damas da aristocracia haviam atingido uma posição que até então muito raramente haviam alcançado.

Geralmente, não obstante a teologia e as leis, a mulher medieval sempre descobria, por meio de seus encantos, meios de anular sua incapacidade. A literatura daquele período registrou prodigamente figuras de mulheres que dominavam seus esposos.[53] Em vários aspectos reconhecia-se a superioridade delas sobre eles. Entre os membros da nobreza, havia as que aprendiam algo sobre as letras e as artes, enquanto o marido analfabeto entregava-se ao trabalho e à luta. A mulher sabia ostentar toda a graça de uma *salonnière* do século XVIII e desmaiar como uma heroína de Richardson; rivalizava, ao mesmo tempo, com o homem na sua liberdade de ação e na palavra, no contar histórias picantes e, muitas vezes, no tomar iniciativa temerária em matéria de amor.[54] Movia-se com ampla liberdade, muitas vezes sem *chaperon* (dama de companhia). Iam às feiras e dominavam os festivais, participavam também de romarias e seguiam nas Cruzadas não como consolo dos soldados mas como um deles, envergando a panóplia de guerra. Tímidos monges procuravam convencê-las de sua inferioridade; os cavaleiros lutavam pelos seus favores e os poetas confessavam-se seus escravos. Os homens citavam-nas como servas obedientes, mas elas eram as deusas com que sonhavam. Eles rezavam para a Virgem Maria, no entanto teriam ficado satisfeitos com a presença de Eleanor de Aquitânia.

Eleanor muito se sobressaiu entre as grandes mulheres da Idade Média — Gala Placídia, Teodora, Irene, Ana Comnena, Matilda, condessa da Toscana, Matilde, rainha da Inglaterra, Branca de Navarra, Branca de Castela, Heloísa... O avô de Eleanor foi Guilherme X, da Aquitânia, príncipe e poeta, patrono e chefe dos trovadores. À sua corte, em Bordéus, afluíam os mais brilhantes espíritos e a nata da sociedade francesa do sudoeste da França, e nessa corte foi Eleanor educada; seria depois uma rainha e uma grande cultivadora das letras. Absorveu toda a cultura e caráter daquele clima livre e sadio: o vigor do corpo e a poesia do movimento, o sentimento, a liberdade de espírito, dos costumes e da palavra, a fantasia lírica e o espírito cintilante (*esprit*), uma ilimitada afeição pelo amor, prazeres e guerra e até mesmo pela própria morte. Aos 15 anos (1137), o rei da França ofereceu-lhe a mão, ansioso por acrescentar o ducado da Aquitânia e o grande porto de Bordéus às suas rendas e à coroa. Eleanor não sabia que Luís VII era devoto e absorvia-se inteiramente nos negócios de Esta-

do. Foi para ele alegre, adorável, e despida de seus escrúpulos. Ele não se deixou fascinar pela sua extravagância; pouca atenção deu aos poetas que a acompanharam até Paris a fim de compensar a proteção da rainha com suas poesias.

Desejosa de aventuras, resolveu acompanhar o marido à Palestina na Segunda Cruzada (1147). Envergou, juntamente com as damas de seu séquito, trajes marciais masculinos e seguiu na caravana do exército com os estandartes desfraldados e uma plêiade de trovadores.[55] Vendo-se esquecida pelo rei ou tendo sido por ele censurada, não hesitou em ter algumas aventuras amorosas em Antioquia ou algures. Tivera, dizia-se, ora um caso com seu tio Raimundo de Poitiers, ora com um belo escravo sarraceno, ora (diziam os mexeriqueiros ignorantes) com o próprio Saladino.[56] Luís tolerara pacientemente tais leviandades bem como sua língua mordaz, mas São Bernardo de Claraval, o guardião do cristianismo, denunciou-a ao mundo. Em 1152, suspeitando que o rei desejava separar-se dela, moveu-lhe um processo de divórcio, alegando serem parentes em sexto grau. A Igreja sorriu ante o pretexto, mas concedeu o divórcio, e Eleanor voltou para Bordéus, readquirindo seus direitos à Aquitânia. Uma multidão de admiradores ali a cortejou. Ela escolheu a Henrique Plantageneta, herdeiro do trono da Inglaterra, como marido. Dois anos depois tornava-se ele Henrique II, e Eleanor tornou-se mais uma vez rainha (1154) — "Rainha da Inglaterra pela ira de Deus", como deveria dizer.

Levou para a Inglaterra os costumes do sul. Continuou a ser em Londres a suprema ditadora, patrona e ídolo dos trovadores. Já podia ser fiel, dada a sua idade. Henrique não soube de nenhum escândalo seu. De fato, Henrique era 11 anos mais moço, possuía quase o mesmo temperamento; logo começou a prodigalizar seu amor pelas damas da corte, e Eleanor, que outrora zombara de um marido ciumento, viu-se presa também dos ciúmes. Ao ser abandonada por Henrique, fugiu da Inglaterra, indo refugiar-se na Aquitânia. Henrique mandou emissários em sua perseguição. Prendeu-a e encerrou-a numa prisão. Durante 16 anos definhou Eleanor na reclusão, mas isso não lhe quebrou a fibra. Os trovadores despertaram os sentimentos da Europa, atiçando-a contra o rei. Seus filhos, obedecendo a uma ordem sua, conspiraram para depor o rei, porém ele os combateu até o dia de sua morte (1189). Ricardo, Coração de Leão, foi o sucessor do rei, libertou a mãe e tornou-a regente da Inglaterra enquanto fazia a Cruzada contra Saladino. Quando João, um outro filho, tornou-se rei, Eleanor recolheu-se a um convento na França e ali morreu "de tristeza e angústia", na idade de 82 anos. Ela havia sido "má esposa, má progenitora e má rainha",[57] mas quem poderia pensar que pertencesse a um sexo submisso?

V. MORAL PÚBLICA

As nações têm lutado muito, em todas as épocas, com suas leis e preceitos morais, para desencorajar o inveterado espírito de desonestidade dos homens. Na Idade Média, como em outras épocas, os homens, bons e maus, mentiam a seus filhos, companheiros, congregações, inimigos, amigos, governos e a Deus. Forjavam evangelhos apócrifos, talvez sem jamais terem a intenção de que tais evangelhos devessem ser tomados a sério. Forjavam decretos como armas na política dos eclesiásticos. Monges leais forjavam documentos para obter favores reais para seus mosteiros.[58] O arcebispo Lanfranc de Cantuária, segundo a Cúria Papal, falsificou um documento para provar a antigüidade de sua diocese.[59] Professores falsificaram também documentos que da-

vam a algumas escolas de Cambridge foros de antigüidade. Adulteraram-se muitos textos religiosos e inventaram-se muitos milagres. O suborno era coisa generalizada nas questões de educação, comércio, religião, governo e leis.[60] Os alunos enviavam tortas a seus examinadores,[61] políticos pagavam para conseguir nomeações para cargos públicos e cobravam de seus amigos as quantias necessárias.[62] Subornavam-se testemunhas para depor de acordo com os interesses da parte em jogo; os litigantes davam presentes aos jurados e juízes.[63] Eduardo I, da Inglaterra, teve de demitir, em 1289, a maioria dos juízes e ministros devido a sua corrupção.[64] A cada passo estavam as leis instituindo juramentos solenes; os homens prestavam-nos diante das Escrituras ou diante das mais sagradas relíquias. Às vezes exigia-se que jurassem manter o juramento que estavam prestes a fazer.[65] Mesmo assim, o perjúrio era tão freqüente que, às vezes, se recorria ao "julgamento por combate", na esperança de que Deus identificaria o que estivesse mentindo.[66]

Não obstante as penalidades previstas nos estatutos municipais e corporações, os negociantes medievais muitas vezes ludibriavam os compradores fornecendo produtos falsificados e roubando-lhes no peso. Alguns padeiros roubavam pequena quantidade de massa de pão à vista do próprio freguês, por meio de uma pequena abertura que faziam na tábua de amassar. Substituíam-se secretamente por outros mais baratos, tecidos que já tinham sido pagos ou cuja entrega já havia sido prometida. "Preparavam" couro de qualidade inferior de maneira a dar-lhe a aparência de um produto de alta qualidade.[67] Colocavam pedras em sacos de feno ou lã vendidos a peso.[68] Os negociantes de carne de Norwich foram acusados de "comprar porcos doentes e de, com eles, fazer salsichas e chouriços impróprios para consumo humano".[69] Bertoldo de Regensburgo (*ca.* 1220) descreveu as diferentes maneiras com que se lograva o público em vários ramos de negócio e os ardis de que lançavam mão os mercadores nas feiras para ludibriar a gente dos campos.[70] Escritores e pregadores condenavam a sede de dinheiro, mas um provérbio alemão da Idade Média já dizia: "Todas as coisas obedecem ao dinheiro." Alguns moralistas medievais consideravam a sede de lucro mais forte que os reclamos do sexo.[71] Ocorriam muitos atos de cavalheirismo naqueles tempos feudais; parece, porém, que o século XIII foi tão materialista quanto qualquer época da História. Aqueles exemplos de trapaças verificaram-se em uma grande área e durante um grande período. Conquanto fossem numerosos, é de presumir ocorressem excepcionalmente. Eles não nos autorizam a chegar a uma conclusão categórica de que os homens na Idade da Fé não eram melhores do que os desta idade duvidosa em que vivemos. Em todas as épocas, a lei e a moral têm procurado manter a ordem social contra o inato individualismo de homens que, por natureza, jamais pretendem ser cidadãos respeitadores da lei.

A maioria dos Estados considerava o furto grave um crime capital. A Igreja excomungava os salteadores. Mesmo assim, furtos e roubos eram coisa comum, desde os batedores de carteiras nas ruas até os grandes assaltantes às margens do Reno. Mercenários famintos, criminosos fugitivos e cavaleiros arruinados tornavam as estradas perigosas. As ruas das cidades, depois do anoitecer, eram palco de muitas brigas, roubos, raptos e assassínios.[72] Os registros das autoridades da Inglaterra no século XIII mostram "uma quantidade de homicídios que seria considerada um escândalo nos tempos modernos".[73] O número de assassínios era quase o dobro das mortes ocorridas por acidentes, e os culpados muito raramente eram apanhados nas malhas da lei.[74] A Igreja esforçou-se com paciência por reprimir as guerras entre os feudos. Nisso conse-

guiu, todavia, certo êxito desviando os contendores para as Cruzadas, as quais, sob certo aspecto, eram guerras imperialistas para a conquista de territórios e comércio. Quando em guerra, os cristãos não se mostravam mais magnânimos para com os vencidos, nem mais leais aos compromissos e tratados do que os guerreiros de outras religiões e de outros tempos.

Ao que parece, a crueldade e a brutalidade eram mais freqüentes na Idade Média do que em qualquer outra civilização anterior à nossa. Os bárbaros não deixaram imediatamente de ser bárbaros quando se tornaram cristãos. Senhores e damas da nobreza maltratavam seus servos, e uns aos outros. A lei criminal era muitíssimo severa, mas mesmo assim não podia suprimir a brutalidade e o crime. A roda, o caldeirão de óleo quente, o cavalete, a fogueira, o esfolamento e o esquartejamento dos membros eram muitas vezes os meios de punição. A lei anglo-saxônia punia a escrava condenada por furto fazendo com que 80 escravas pagassem, cada uma, uma multa e trouxessem achas de lenha, morrendo na fogueira a culpada.[75] Diz o monge italiano Salimbene numa crônica daquele tempo que, nas guerras da Itália central, durante o século XIII, os prisioneiros eram tratados com incrível selvageria:

> A alguns homens, amarravam-lhes à volta da cabeça uma corda e torciam por meio de um pau, e com tal força, que os olhos saltavam das órbitas rolando pelas faces; a outros, amarravam apenas o dedo polegar, direito ou esquerdo, e por ele ficavam suspensos; em alguns, praticavam toda a sorte de selvageria que sinto pejo em relatar; a outros... faziam-nos sentar de mãos amarradas atrás das costas e colocavam-lhes os pés em uma vasilha cheia de brasas... ou amarravam-lhes os pés e as mãos em uma espécie de espeto (como se faz com um cabrito que se leva ao açougue) e deixavam-nos assim pendurados o dia todo sem comer nem beber ou, então, esfolavam-lhes o queixo com um pedaço de pau até aparecer o osso, cena que dilacerava o coração da gente.[76]

O homem medieval suportava o sofrimento com bravura e talvez com menos sensibilidade que os homens da Europa ocidental mostrariam hoje. Os homens e mulheres de todas as classes eram fortes e sensuais; suas festas eram verdadeiras orgias, suas piadas revestiam-se de uma simplicidade quase inigualável hoje em dia,[77] falavam com mais liberdade e praguejavam freqüentemente.[78] Diz Joinville que não havia talvez em França um homem que, ao abrir a boca, não deixasse de pronunciar a palavra "diabo".[79] O estômago do homem medieval era mais forte que o nosso e tolerava perfeitamente as comidas mais estranhas. As freiras em Chaucer escutavam, imperturbáveis, as escatologias dos contos de Miller. É, às vezes, impossível traduzir a crônica que, sobre aquele tempo, escreveu o bom monge Salimbene.[80] Eram numerosas as tavernas, algumas das quais forneciam até pastéis com cerveja.[81] A Igreja tentou fechá-las aos domingos, pouco êxito conseguindo nesse sentido.[82] Embriagar-se, uma vez ou outra, era prerrogativa de todas as classes. Certo forasteiro encontrou em uma adega de Lübeck damas que estavam bebendo vinho às escondidas.[83] Havia em Colônia uma sociedade que se reunia para beber vinho e tinha por lema *Bibite cum hilaritate*, a qual, porém, impunha a seus membros severas normas para moderar-lhes a conduta e refrear-lhes a palavra.[84]

O homem medieval, como qualquer outro, era um misto de volúpia e romance, de humildade e egoísmo, de crueldade e ternura, de devoção e ambição. Aqueles mesmos homens e mulheres que bebiam e praguejavam tanto eram capazes de praticar

atos de tocante ternura e obras de caridade. Cães e gatos eram animais favoritos tanto quanto hoje. Treinavam os cães para guiar os cegos.[85] Os cavaleiros mostravam-se afeiçoados a seus cavalos, falcões e cães. As instituições de caridade galgaram novas alturas nos séculos XII e XIII. Indivíduos, associações, governos e a Igreja contribuíam com seu quinhão para auxiliar os mal-afortunados da sorte. A esmola era instituição universal. Homens que esperavam alcançar o paraíso deixavam legados para obras de caridade. Os ricos davam dotes às moças pobres, alimentavam diariamente dezenas de mendigos e centenas deles durante os grandes festivais. Distribuía-se ração de comida três vezes por semana em muitas mansões.[86] Quase toda grande dama achava uma necessidade social, senão moral, participar da administração de uma instituição de caridade. Roger Bacon, no século XIII, advogou a instituição de fundos públicos para assistência aos pobres, doentes e velhos,[87] porém a maior parte desse trabalho ficou a cargo da Igreja. Esta, em certo aspecto, era uma instituição mundial de obras de caridade. Gregório, o Grande, Carlos Magno e outros exigiram que uma quarta parte dos dízimos cobrados por qualquer paróquia fosse aplicada em socorrer os pobres e doentes,[88] o que foi feito durante algum tempo; contudo, a expropriação das rendas das paróquias pelos leigos e superiores eclesiásticos desorganizou a instituição que se criara no século XII, recaindo a tarefa nos ombros dos bispos, monges, freiras e papas. Todas as freiras, com exceção de algumas pecadoras, dedicavam-se a trabalhos educacionais, enfermagem e obras de caridade. O desenvolvimento por elas dado a tais tarefas figura entre os mais nobres empreendimentos quer dos tempos medievais quer dos tempos modernos. Mosteiros que recebiam dádivas e esmolas e tinham as suas rendas alimentavam os pobres, cuidavam de enfermos e resgatavam prisioneiros. A grande abadia de Cluny fez jus à sua riqueza fazendo ampla distribuição de esmolas. Os papas fizeram o possível para auxiliar os pobres de Roma e continuaram a exercer, a seu modo, a prática adotada pelos imperadores.

A despeito de todas aquelas instituições, o número de mendicantes ia-se tornando cada vez maior. Hospitais e casas de misericórdia procuravam dar alimento e abrigo a todos; seus portões logo ficaram apinhados de paralíticos, decrépitos, cegos e vagabundos que iam de "hospital a hospital pilhando e assenhoreando-se de pedaços de pão e carne".[89] A extensão que assumiu a mendicância na cristandade e no Islã, durante a Idade Média, somente poderá encontrar paralelo hoje em dia nas paupérrimas áreas do Extremo Oriente.

VI. O VESTUÁRIO NA IDADE MÉDIA

Quais eram os povos da Europa medieval? Não se pode dividi-los em "raças", eram todos de "raça branca", exceto os escravos negros. Mas que desconcertante variedade de homens! Gregos de Bizâncio e da Hélade, italianos meio gregos do sul da Itália, a população greco-mouro-judia da Sicília, romanos, úmbrios, toscanos, lombardos, genoveses, venezianos da Itália — todos tão diferentes e todos traindo sua origem pelo vestuário, ornamentos e idioma; berberes, árabes, judeus e cristãos da Espanha; gascões, provençais, burgúndios, parisienses e normandos, da França; flamengos, valões e holandeses dos Países-Baixos; celtas, anglos, saxões, dinamarqueses e normandos, na Inglaterra; celtas de Gales, Irlanda e Escócia; noruegueses, suecos e dinamarqueses; as dezenas de tribos da Alemanha; finos, magiares e búlgaros; eslavos da Polônia, Boêmia, Estados Bálticos, Bálcãs e Rússia. Era tal a mescla de sangue,

tipos, narizes, barbas e roupas, que se torna impossível descrever com acerto a diferença existente entre eles.

Os germânicos, graças a um milênio de migrações e conquistas, fizeram com que o seu tipo prevalecesse nas classes superiores de toda a Europa ocidental, exceto nas partes central e sul da Itália e Espanha. Era tal a admiração que se tinha pelos cabelos e olhos dos homens de tipo louro que São Bernardo teve de esforçar-se, no decorrer de um sermão, por conciliar essa preferência com o *Nigra sum, sed formosa* ("Sou preta, porém bela"), do Cântico dos Cânticos. O cavaleiro ideal devia ser alto, louro e usar barbas; a mulher ideal, nos poemas e romances, era delgada e graciosa, de olhos azuis e cabelos compridos, louros ou dourados. Os cabelos compridos dos francos cederam lugar, nas classes altas do século IX, a cabelos cortados rente atrás e apenas com um birote no alto da cabeça. O uso da barba desaparecera entre as pessoas de nascimento nobre na Europa do século XII. Os camponeses, porém, continuaram a usá-la comprida, sem trato, e seus cabelos eram tão espessos que, às vezes, se entrançavam.[90] Todas as classes, na Inglaterra, usavam cabelos compridos e o galã do século XIII costumava tingi-los e encaracolá-los a ferro, amarrando-os depois com fitas.[91] Naquele mesmo país e naquele mesmo século, as mulheres casadas prendiam os cabelos com uma rede de fios dourados, enquanto as jovens de nascimento nobre deixavam-nos cair sobre as costas, permitindo, porém, às vezes, que um cacho resvalasse sobre cada um dos ombros, até o peito.[92]

Os europeus ocidentais da Idade Média vestiam-se com mais roupas e com mais aprumo do que em outros tempos passados e posteriores, e os homens muitas vezes sobrepujavam as mulheres no esplendor e cor da indumentária. A toga e a túnica dos romanos perderam terreno, no século V, na concorrência que lhes fizeram as calças e o cinto dos gauleses; o clima mais frio e a ocupação militar do norte exigiam vestuário mais justo e mais grosso do que o adotado no clima quente e tranqüilo do sul. À transferência de domínio através dos Alpes seguiu-se uma verdadeira revolução na indumentária. O homem do povo usava calças justas e túnica ou blusa, ambas de couro ou de tecido grosso; pendiam-lhe da cinta uma faca, bolsa, chaves e, às vezes, até mesmo ferramentas. Trazia sobre os ombros uma capa. Usava boné ou chapéu de lã ou de pêlo ou de pele de animais, meias compridas e sapatos de couro rebitados nas pontas para evitar tropeções. As meias foram-se tornando cada vez mais compridas nos últimos tempos da Idade Média até alcançarem os quadris, transformando-se depois em calças nada confortáveis, as quais o homem moderno substituiu, como eterna penitência, pela camisa de couro cru dos animais de pêlo usada pelos santos medievais. Quase todas as roupas eram de lã, salvo algumas de pele ou couro usadas pelos camponeses e caçadores. Quase todas tecidas, cortadas e costuradas no lar; os ricos, porém, dispunham de alfaiates que, na Inglaterra, eram conhecidos pelo nome de "tesouras". Evitava-se o emprego de botões antes do século XIII, embora, uma vez ou outra, tivessem sido usados em tempos remotos. Eram considerados ornamento inútil.[93] Ambos os sexos usavam sobre a roupa muito justa, à moda alemã do século XII, um manto cintado.

Os ricos adornavam de inúmeras maneiras essas roupas básicas. Guarneciam de peles as bainhas e golas, substituíam por tecidos de seda, cetim ou veludo os tecidos de lã quando o permitia o tempo; usavam gorros de veludo e botinas de cor que acompanhavam a forma dos pés. As mais finas peles provinham da Rússia; a favorita era a de arminho. Os barões chegavam a hipotecar suas terras para poder comprá-la para suas

esposas. Os ricos usavam calças de fino tecido de linho, meias na maioria coloridas, geralmente de lã e, às vezes, de seda, camisa de linho branco, com gola e punhos de rendas e sobre ela uma túnica. Como complemento de tudo isso, usavam no tempo frio ou chuvoso um manto ou capa ou *chaperon* — capa com capuz. Alguns gorros tinham a copa quadrada e eram muito procurados pelos advogados e médicos nos últimos tempos da Idade Média. Os janotas andavam sempre de luvas, fosse qual fosse o tempo e (queixava-se o monge Orderico Vital) "varriam o chão com as compridas caudas de seus mantos".[94]

Os homens ostentavam jóias não apenas no corpo, mas também na roupa, no gorro e calçados. Algumas roupas tinham textos sagrados ou profanos bordados com pérolas;[95] outras eram guarnecidas de rendas de ouro ou de prata; outras ainda, de tecidos de ouro. Os reis tinham de diferenciar-se dos demais por meio de uma profusão de adornos: Eduardo, o Confessor, usava um manto resplendente que havia sido bordado a ouro pela sua prendada esposa Edgita, e Carlos, o Temerário, da Borgonha, usou um manto de Estado de tal maneira cravejado de pedras preciosas, que foi o mesmo avaliado em 200.000 ducados ($1.082.000). Todos, com exceção dos pobres, usavam anéis, e todo homem de certa posição tinha um anel com sinete próprio. Uma marca feita com o sinete era aceita como sua própria assinatura.

Pela roupa conhecia-se a posição e a riqueza das pessoas. Cada classe protestava contra a imitação de seu vestuário por parte da classe que lhe era inferior. Expediram-se muitas leis, aliás inutilmente — como se deu na França, em 1294 e 1306 — pelas quais se procurava regular os gastos de um cidadão com suas roupas segundo suas posses e situação. Os assalariados ou cavaleiros dependentes de um grande senhor usavam, quando em funções especiais, roupas que este lhes dava, as quais eram tingidas com suas cores favoritas ou cores que o diferenciavam de outra classe. Tais roupas eram chamadas *livrée*, porque o grande senhor as entregava a seus homens duas vezes por ano. As de boa qualidade, na Idade Média, eram feitas para durar sempre e algumas eram deixadas por testamento.

As damas da nobreza usavam uma comprida camisa de linho, sobre a qual punham um *pelisson* ou manto guarnecido de pele, a que acrescentavam ainda um *bliaut* ou blusa, muito justa, pois todas as damas elegantes gostavam de parecer delgadas. Usavam ainda cintos cravejados de jóias, uma bolsa de seda e luvas de pêlo de camelo. Muitas vezes adornavam de flores os cabelos ou prendiam-nos com fitas de seda adornadas de jóias. Algumas irritavam o clero e, sem dúvida, o marido, com o uso de chapéus altos em forma de cone, adornados de chifres. Houve um tempo em que uma mulher ficava sujeita a cair no ridículo se não tivesse chifres no chapéu.[96] Tornou-se moda também, nos últimos tempos da Idade Média, o uso de sapatos com solas altas. Os moralistas queixavam-se de que as mulheres sempre achavam pretexto para levantar os vestidos, uma ou duas polegadas, com o fito de mostrarem seus finos tornozelos e belos sapatos. A vista de uma perna feminina não era lá muito fácil, geralmente saía bem cara. Dante acusou as damas de Florença por aparecerem decotadas em público, "mostrando o colo e os seios".[97] O vestido feminino, por ocasião dos jogos esportivos, fornecia um excitante tópico para o clero. Os cardeais fizeram algumas leis sobre o seu comprimento. Quando o clero decretou que as mulheres deviam usar véus, "elas mandaram fazê-los de musselina e seda muito fina com fios de ouro, com os quais mostravam-se ainda mais belas, provocando com isso ainda mais os olhares dos homens".[98] O monge Guyot de Provins queixava-se de que as mulheres

usavam tanta pintura no rosto, que nada sobrava depois para colorir as imagens; preveniu-as de que, ao usarem cabelos postiços ou ao aplicarem no rosto cataplasmas de feijões moídos e leite de vaca para melhorar sua cútis, estariam, com isso, prolongando por muitos séculos o seu sofrimento no purgatório.[99] Por volta de 1220, Bertoldo de Regensburgo deu vãos conselhos às mulheres:

> Vós, mulheres, sois toda ternura e ides à igreja mais do que os homens... e muitas de vós seriam salvas não fosse apenas uma armadilha:.. vós dedicais ao vestuário todo o vosso tempo a fim de conquistar o elogio dos homens... Muitas de vós pagais à costureira uma importância equivalente ao custo do próprio tecido; desejais que vosso vestido tenha enchimento nos ombros e preguinhas nas bordas. Não basta exibirdes o vosso orgulho com ele, ainda é preciso submeterdes vossos pés a um tormento sem fim... Vós vos preocupais muito com os véus, adornando-os com fios de ouro. Despendeis, na feitura de um, bons pares de meses, e isso representa um trabalho pecaminoso e unicamente para que os homens possam elogiar vosso vestuário: "Oh, que beleza! Já se viu por acaso um vestido mais bonito?" "Mas, irmão Bertoldo", dizeis vós, "nós nos vestimos assim tão-somente por causa de nossos maridos, para que eles olhem menos para as outras mulheres." Não é verdade, crede-me; se vosso marido for de fato uma bela alma haverá de preferir a vossa casta conversa a ver vossos adornos exteriores... E vós, homens, podereis dar paradeiro a isso combatendo com galhardia. Primeiro, com boas palavras e, se as mulheres se mostrarem teimosas, recorrei a processos mais fortes... arrancai-lhes o véu da cabeça, mesmo que com ele saiam alguns fios de cabelos, e jogai-o no fogo! Fazei isso três, quatro ou mais vezes, no fim elas acabarão desistindo de usá-lo.[100]

As mulheres acataram esse sermão em certas ocasiões. Dois séculos antes de Savonarola, elas lançaram ao fogo os véus e os adornos,[101] porém, felizmente, tal arrependimento foi de curta duração.

VII. NO LAR

Não havia muito conforto em um lar da Idade Média. As casas tinham poucas janelas, das quais raras eram as que possuíam vidraças e eram dotadas de postigos para proteger o interior contra a luz excessiva do sol e o frio. Fazia-se o aquecimento por meio de uma ou mais lareiras. Correntes de ar entravam por uma infinidade de fendas existentes nas paredes, razão por que uma cadeira de espaldar alto constituía um verdadeiro regalo. Era muito comum o uso de chapéus e mantos de pele dentro de casa. A mobília era escassa, porém bem feita. Havia poucas cadeiras, as quais geralmente não tinham espaldar. Algumas, porém, eram bem talhadas e cravejadas de pedras preciosas e ostentavam os escudos da família. A maioria dos assentos era talhada nas paredes de pedra ou feitos sobre caixas nas alcovas. Tapetes eram coisas fora do comum antes do século XIII. Já os havia, porém, na Itália e Espanha. Quando Eleanor de Castela partiu para a Inglaterra, em 1254, como noiva do futuro rei Eduardo I, seus servos cobriram o assoalho de seus aposentos em Westminster com tapetes, de acordo com a tradição espanhola, moda essa que depois se espalhou por toda a Inglaterra. Comumente, cobriam-se os soalhos com esteiras ou palha, o que causava mau cheiro em algumas casas, a ponto de o sacerdote da paróquia recusar-se a visitá-las. Dependuravam cortinas nas paredes, parte como ornamento, parte para dividir um grande *hall* da casa em pequenos compartimentos. As casas na Itália e na Provença, lembrando ainda o fausto romano, eram mais confortáveis e mais higiênicas do que as

do norte. As do burguês alemão, no século XIII, tinham água encanada na cozinha, água que vinha de poços.[102]

O asseio, na Idade Média, não era considerado uma necessidade próxima da devoção. Os primeiros cristãos haviam acoimado os banhos romanos de poços de perversão e promiscuidade e, dado seu desapego pelo corpo, não davam muito valor à higiene. Desconhecia-se o uso moderno dos lenços.[103] Acima do asseio estava o dinheiro e isso variava de acordo com o rendimento. Os senhores feudais e os burgueses ricos banhavam-se com razoável freqüência em grandes banheiras de madeira. Ao espalhar-se a riqueza no século XII, espalhou-se também o hábito do asseio pessoal. Muitas cidades na Alemanha, França e Inglaterra possuíam banhos públicos no século XIII. Um estudioso de nossos tempos julga que os parisienses banhavam-se mais freqüentemente em 1292 do que no século XX.[104] Um dos resultados das Cruzadas foi a introdução de banhos de vapor públicos, na Europa, à moda dos muçulmanos.[105] A Igreja encarava tais banhos como fonte de imoralidade; de fato, vários deles justificaram o seu ponto de vista. Havia em algumas cidades banhos medicinais também públicos.

Os mosteiros, castelos feudais e as casas ricas tinham privadas, cujo escoamento processava-se para cloacas, porém a maioria das casas contava apenas com anexos na parte exterior da propriedade. Em muitos casos, tal compartimento servia a uma dúzia de casas.[106] Os canos de esgoto foram uma das reformas sanitárias introduzidas na Inglaterra durante o reinado de Eduardo I (1271-1307). No século XIII, em Paris, despejava-se livremente das janelas para a rua o conteúdo dos vasos noturnos apenas com um grito de advertência *Gar' l'eau!* Tais inconvenientes apareciam como cenas cômicas em muitas comédias até o tempo de Molière. Instalações sanitárias públicas eram raras; havia algumas em San Gimignano, em 1255; em Florença, nenhuma.[107] O povo satisfazia suas necessidades nos pátios, nas escadas e varandas, até mesmo no palácio do Louvre. Após a peste de 1531, expediu-se um decreto ordenando que todo proprietário provesse cada casa com uma privada; muitos, porém, deixaram de observar tal decreto.[108]

As pessoas das classes alta e média lavavam as mãos antes e depois das refeições, pois para a maior parte dos pratos serviam-se dos dedos para comer. Havia apenas duas refeições por dia, uma às 10 e outra às 16 horas. Todavia, ambos os repastos duravam várias horas. Anunciava-se a refeição nas grandes casas por meio de toques de corneta. A mesa era feita de pranchas grosseiras montadas sobre cavaletes e havia também as que eram de forte construção e bem talhadas. Colocavam-se bancos à sua volta — em francês, ***bancs***, daí a palavra ***banquet*** (banquete). Em algumas casas da França, aparelhos engenhosos erguiam ou baixavam, de um andar para outro, uma mesa já arrumada, a qual voltava pelo mesmo caminho assim que terminava a refeição.[109] Os criados traziam um jarro de água para cada conviva, o qual nele lavava as mãos; os convivas enxugavam as mãos depois na própria toalha que cobria a mesa.[110] Não se usavam guardanapos no século XIII. Sentavam-se aos pares, a dama ao lado do cavalheiro. Geralmente cada par comia do mesmo prato e bebia do mesmo copo.[111] Cada conviva recebia uma colher. Já se conhecia o garfo no século XIII, mas raramente o empregavam. Todos se serviam de sua própria faca. Xícaras, pires e pratos eram geralmente feitos de madeira,[112] porém a aristocracia e a burguesia rica possuíam pratos de barro ou baixelas de estanho. Alguns tinham jogos de prata e até mesmo de ouro.[113] Exibiam-se, às vezes, pratos de cristal e uma grande baixela de prata em forma de na-

vio, a qual continha vários condimentos, a faca e a colher do anfitrião. Em vez de um prato, cada conviva recebia uma grande fatia de pão, redonda e grossa, e era sobre esse *tranchoir* que ele colocava a carne e outro pão, os quais tirava, com as mãos, de uma travessa que lhe passavam. Terminada a refeição, o "prato improvisado" era comido pelo conviva ou dado aos cães e gatos que pululavam ali ao redor, ou enviado para os pobres da vizinhança. Completava-se uma grande refeição com especiarias, doces e uma última rodada de vinho.

A comida era abundante, variada e bem preparada. A falta de refrigeração, porém, fez que subisse o custo da carne e dos condimentos que podiam preservá-la. Algumas especiarias eram importadas do Oriente, outras cultivadas nas próprias hortas das casas, tais como salsa, mostarda, salva, segurelha, erva-doce, alho, endro, etc. Havia numerosos e complexos livros de arte culinária. O cozinheiro, em uma grande mansão, era homem importante; dependiam dele a dignidade e a reputação da casa. Contava com um brilhante jogo de caldeirões, panelas e frigideiras de cobre, e orgulhava-se de servir pratos que tanto agradavam aos olhos como ao paladar. A carne, aves e ovos eram baratos,[114] se bem que não estivessem ao alcance da maioria da classe pobre que, por tal razão, tinha de ser vegetariana,[115] contra a vontade, é claro. Os homens do campo alimentavam-se de pão de cereais não moídos, feitos por eles mesmos. Os habitantes da cidade preferiam pão branco, feito por padeiro, o que constituía sinal de distinção. Não havia batatas, café ou chá, contudo o homem medieval comia todas as espécies de carne e verduras atualmente usadas na Europa — inclusive enguia, rãs e caracóis.[116] Os frutos e nozes da Ásia já se achavam quase aclimatados no continente ao tempo de Carlos Magno; as laranjas, porém, ainda constituíam uma raridade ao norte dos Alpes e Pireneus, no século XIII. A carne mais comum era a de porco. Os porcos comiam os detritos lançados à rua e o povo comia os porcos. Acreditava-se geralmente que a carne de porco causava a lepra, mas isso não impedia que a comessem. Salsichas e chouriços constituíam um dos pratos daqueles tempos. Os grandes anfitriões mandavam servir leitões assados, e eles mesmos os trinchavam para seus convidados; era um prato tão apreciado quanto o de perdizes, codornizes, pavão e grus. O peixe era abundante. O arenque era o alimento principal para os soldados, marinheiros e gente pobre. Serviam-se menos produtos lacticínios do que hoje, porém o queijo de Brie já era muito famoso.[117] Não se conheciam ainda as saladas; os confeitos eram muito raros. O açúcar tinha de ser importado, e ainda não tinha substituído o mel como adoçante. A sobremesa era geralmente constituída de frutas e nozes. Era considerável o número de pasteleiros. Padeiros engenhosos davam aos bolos e pãezinhos as formas mais interessantes que se podiam imaginar — *quaedam pudenda muliebra, aliae virilia.*[118] Parece inacreditável, mas não se fumava depois da refeição. Ao invés, ambos os sexos bebiam nessa ocasião.

Como era algo perigoso tomar água que não fosse fervida, todos preferiam substituí-la por cerveja e vinho. "Água para se beber" e "Boileau" eram nomes pouco comuns e indicavam preferências desusadas. Fazia-se de cidras e peras uma bebida barata para a gente do campo. A embriaguez era na Idade Média um vício favorito, a que se entregavam ambos os sexos de todas as camadas. Havia numerosas tavernas, onde a cerveja era barata, a qual constituía geralmente a bebida do pobre, até mesmo na sua refeição matinal. Dava-se normalmente aos mosteiros e hospitais, ao norte dos Alpes, um galão de cerveja por dia, por cabeça.[119] Muitos mosteiros, castelos e casas ricas fabricavam sua própria cerveja, pois naqueles países do norte essa bebida era considera-

da, depois do pão, necessária à vida. Os homens ricos de todos os países, inclusive os de todas as camadas da Europa latina, preferiam o vinho. A França produzia os vinhos mais famosos, cuja glória proclamou em centenas de canções populares. Os camponeses trabalhavam com mais afã durante a vindima e eram recompensados pelos bons abades com um feriado. Constam de um registro da abadia de São Pedro, na Floresta Negra, algumas cláusulas suaves:

> Depois de descarregado o vinho, os camponeses serão levados ao mosteiro, onde terão carne e bebida em abundância. Haverá um grande jarro, cheio de vinho... e cada um poderá beber... e se ficarem embriagados e maltratarem o encarregado da adega ou o cozinheiro, não serão multados por isso, e deverão beber, mas de maneira que um não se exceda mais do que o outro.[120]

Após um banquete, o anfitrião costumava entreter os convidados com malabaristas, dançarinos, músicos, menestréis e bufões. Algumas mansões dispunham de pessoal próprio para tais divertimentos. Alguns homens ricos mantinham bufões, os quais podiam, sem receio, dar vazão a seus alegres gracejos e humor, e não seriam censurados por isso. Se os comensais preferissem proporcionar para si seus próprios divertimentos, poderiam então contar histórias, ouvir ou executar alguma música, dançar, flertar, jogar gamão, xadrez ou entregarem-se a outras diversões de salão. Não se conhecia ainda o jogo de cartas. As leis francesas de 1256 e 1291 proibiam que se fabricassem e jogassem dados, mas mesmo assim jogava-se desbragadamente com eles. Os moralistas mencionaram o fato de que muita gente se enriqueceu e empobreceu com esse jogo. Na realidade nem sempre o jogo era proibido pela lei; Siena instalava barracas em praças públicas para tal fim.[121] O jogo de xadrez foi proibido por um concílio realizado em Paris em 1213 e um edito de Luís IX expedido em 1254; ninguém deu atenção a tal proibição. O jogo tornou-se um passatempo da classe aristocrática.[122] Durante a mocidade de Dante, um sarraceno deixou Florença toda boquiaberta ao jogar xadrez, simultaneamente com os melhores enxadristas da cidade; ele observava um tabuleiro e guardava de memória os movimentos de outros dois. Em três jogos, ganhou dois e empatou um.[123] Conhecia-se o jogo de "damas" na França e Inglaterra.

Os padres condenavam a dança, a qual era praticada por quase todas as pessoas, com exceção das devotas. Santo Tomás de Aquino, com seu espírito aliás muito moderado, permitiu que se dançasse por ocasião de casamentos, chegada de algum amigo do estrangeiro ou celebração de alguma vitória nacional. O bondoso santo foi mais longe ainda, dizendo que a dança constituía exercício saudável quando feito dentro dos limites da decência.[124] Alberto Magno mostrou-se também liberal nesse ponto, porém os moralistas da Idade Média geralmente reprovavam a dança, tachando-a de uma invenção do diabo.[125] A Igreja censurava-a, achava-a uma fonte de imoralidades;[126] os jovens da Idade Média realmente contribuíram para justificar aquela opinião.[127] Os franceses e especialmente os alemães eram apaixonados da dança e dela criaram muitas espécies para assinalar as festas anuais da colheita, para celebrar vitórias ou manter o moral do povo por ocasião dos tempos de carestia e peste. Um dos *Carmina Burana* descreve as danças das jovens como sendo um dos mais doces prazeres da primavera. Quando se concedia o grau de cavaleiro a alguém, reuniam-se todos os demais cavaleiros da região, envergando suas armaduras, e faziam evoluções a cavalo ou a pé, enquanto a população dançava à volta deles ao som de música mar-

cial. A dança tornou-se, em certa ocasião, verdadeira epidemia: em 1237, um bando de crianças alemãs dançou durante todo um trajeto que fez, de Erfurt a Arnstadt; muitas morreram no caminho e algumas sobreviventes sofreram depois, até ao fim de sua existência, da doença de São Guido ou outros desequilíbrios nervosos.[128]

A maior parte das danças realizava-se durante o dia e ao ar livre. As casas eram mal iluminadas à noite. Recorria-se a mechas embebidas de óleo ou tochas com gordura de carneiro. Lia-se e trabalhava-se pouco à noite devido ao alto preço da gordura e dos óleos. Os convidados dispersavam-se ao anoitecer, ocasião em que os anfitriões se recolhiam. O número de dormitórios não era, às vezes, suficiente. Não era coisa fora do comum ver-se uma cama extra no vestíbulo ou em um salão de recepção. Os pobres dormiam bem em camas de palha e os ricos dormiam muito mal em travesseiros perfumados e sobre colchões de pena. Havia mosquiteiros ou dosséis sobre as camas dos ricos; subia-se nelas por meio de um banco. Muitas pessoas de idade e sexo diferentes dormiam, às vezes, no mesmo quarto. Na Inglaterra e na França, as pessoas de todas as camadas dormiam nuas.[129]

VIII. SOCIEDADE E ESPORTE

Certos gestos e hábitos amenizavam a grosseria generalizada daqueles tempos da Idade Média. Os homens apertavam-se as mãos quando se encontravam como garantia de paz por não estarem preparados para desembainhar a espada. Eram numerosos os títulos, havia-os em dezenas de categorias. Era costume elegante dirigir-se a cada pessoa ilustre pelo título que possuía ou pelo nome de batismo ou pelo nome de sua propriedade. Elaborou-se um código de conduta para a sociedade e para todos os momentos — em casa, na dança, na rua, nos jogos e na corte. As damas tinham de aprender como se devia andar, fazer reverências, andar a cavalo, jogar, carregar um falcão pousado no pulso...; tudo isso e um código semelhante para os homens constituíam a *courtoisie*, os hábitos da corte, a cortesia. Publicaram-se muitos manuais de etiqueta no século XIII.[130]

Em viagem, esperava-se receber cortesias e hospitalidade de pessoas de sua própria classe. Os conventos e mosteiros davam abrigo aos viajantes pobres a título de caridade e aos ricos com o fito de receber pagamento ou dádivas. Já no século VIII havia hospedarias nos Alpes, fundadas e mantidas por monges e destinadas aos viajantes. Alguns mosteiros possuíam grandes hospedarias, com capacidade para abrigar 300 viajantes e dispunham de estábulos para seus cavalos.[131] A maioria das pessoas que viajavam instalava-se nas estalagens das estradas, cujos preços eram baixos e onde se podia ter uma companheira a preço razoável, se se tomasse cuidado com a bolsa. Com tais confortos, muitos enfrentavam os riscos de uma viagem — mercadores, banqueiros, sacerdotes, peregrinos, estudantes, monges, turistas e vagabundos. As estradas, nos tempos medievais, não eram muito agradáveis, estavam sempre cheias de gente que esperava ser mais feliz algures.

As diferenças de classes eram notadas tanto nas diversões como em viagem. Os poderosos misturavam-se, às vezes, com a classe baixa quando o rei realizava uma reunião pública de seus vassalos e distribuía alimentos à multidão; quando os cavaleiros da aristocracia executavam, com seus cavalos, manobras guerreiras; quando algum príncipe ou princesa, rei ou rainha, entrava na cidade em meio a muita pompa e a massa do povo alinhava-se pela estrada para vê-lo, ou quando se permitia ao povo as-

sistir a um torneio ou julgamento por combate. Os espetáculos que então realizavam constituía parte vital daqueles tempos medievais. As procissões religiosas, os desfiles militares, as comemorações das associações, tudo isso fazia com que as ruas se enchessem de estandartes, imagens de santos, mercadores, cavaleiros e militares. Saltimbancos ambulantes faziam pequenas representações nas aldeias ou praças das cidades; os menestréis cantavam ao som de alegres instrumentos, os acrobatas executavam seus números interessantes, homens e mulheres andavam ou dançavam em cordas esticadas sobre abismos. Às vezes dois homens de olhos vendados procuravam vencer um ao outro com seus bastões ou um circo surgia na cidade, exibindo estranhos animais e homens ainda mais estranhos e jogava um animal contra outro numa luta de morte.

A caça era o esporte favorito dos nobres. As leis restringiam a estação propícia a breves períodos e protegiam as reservas de caça da aristocracia contra os caçadores furtivos. As florestas da Europa ainda eram habitadas por animais ferozes, os quais não tinham ainda reconhecido a vitória do homem na luta pela conquista da terra. A cidade de Paris, na Idade Média, por exemplo, foi muitas vezes invadida por lobos. Sob certo aspecto, o caçador empenhava-se em manter a precária ascendência dos homens sobre os animais; sob outro, em prover o alimento e também em se preparar para uma guerra inevitável, enrijando o corpo e o espírito a fim de enfrentar o perigo e os combates sangrentos. Ele organizava, ao mesmo tempo, um grande espetáculo para isso. Damas, cavaleiros e cães reuniam-se ao som de grandes cornetas de marfim, as quais eram, às vezes, adornadas de ouro. As mulheres cavalgavam belos ginetes. Os homens envergavam roupas coloridas e traziam consigo variada espécie de armas — arco e setas, machadinha, lança e faca, seus cães de caça presos por uma corda. Durante a caça, o barão, seus vassalos e convidados tinham o direito de atravessar a propriedade de um lavrador, embora sacrificassem com isso a semeadura e a colheita. Somente os lavradores mal avisados se atreveriam a queixar-se contra essa invasão de suas terras.[132] A aristocracia francesa fez da caça uma instituição, deu-lhe o nome de *chasse*, e para ela organizou um ritual complexo, cheio de normas.

As damas mostraram-se dotadas para o mais aristocrático de todos os esportes — a falcoaria. Quase todas as grandes propriedades tinham aviários que abrigavam grande variedade de pássaros, dos quais o falcão era o mais valioso. Ensinavam-no a pousar no pulso dos amos, e algumas damas elegantes o mantinham nessa posição enquanto ouviam missa. O Imperador Frederico II escreveu um excelente livro de 589 páginas sobre a falcoaria e introduziu na França o costume adotado no Islã, o de se controlar os nervos e a curiosidade do pássaro, cobrindo-lhe a cabeça com um capuz de couro. Treinavam várias espécies deles para voar e atacar, matar ou ferir outros pássaros e voltar depois para o pulso do caçador. Atraídos para aí e recompensados com um pedaço de carne, deixavam que lhes prendessem os pés até que surgisse nova presa no espaço. Um falcão bem treinado era, por assim dizer, o melhor presente que se podia oferecer a um nobre ou rei. O duque de Borgonha resgatou o filho prisioneiro enviando 12 falcões ao seu captor, o sultão Bajazet. O cargo de grande falcoeiro da França era o mais alto e o mais bem remunerado de todos no reino.

Havia muitos outros esportes com que se podia tolerar o calor do verão e os rigores do inverno e transformar as paixões e energias da mocidade para fins práticos. Quase todos os rapazes aprendiam a nadar. Todos, no norte, aprendiam a patinar. A corrida de cavalos era muito popular, especialmente na Itália. Toda classe de gente praticava a arte de atirar setas. Somente as classes trabalhadoras é que se davam ao prazer de

pescar. Havia outros esportes, tais como jogo de bolas, hóquei, arremesso de discos, luta, boxe, tênis, futebol... O tênis desenvolveu-se muito na França, provavelmente tivesse tido origem entre os muçulmanos. Parece que o nome se derivara de *tenez!* (jogai!), com que o tenista anunciava a sua jogada.[133] Esse esporte tornou-se tão popular na França e Inglaterra que, às vezes, o praticavam perante grande multidão, em teatros ou ao ar livre.[134] Os irlandeses já praticavam o hóquei no século II. Um historiador bizantino do século XII descreveu minuciosamente um jogo de pólo feito com raquetes de cordas.[135] O futebol, diz um cronista medieval que se horrorizara com esse esporte, "é um abominável jogo em que jovens movimentam uma grande bola, não a atirando para o ar, porém fazendo-a rolar no chão. Não a movimentam com as mãos, mas com os pés".[136] Ao que parece, esse jogo viera da China para a Itália[137] e Inglaterra, onde se tornou tão popular e violento no século XIII, que Eduardo II proibiu-o por julgá-lo uma fonte de distúrbios (1314).

A vida naquele tempo era muito mais social do que posteriormente; as atividades grupais movimentavam os mosteiros, conventos, universidades, aldeias e corporações. A vida era alegre, especialmente aos domingos e feriados solenes, quando os camponeses, mercadores e os grandes senhores envergavam suas melhores roupas, rezavam muito e bebiam o mais que podiam.[138] No primeiro dia de maio, os ingleses erguiam nas ruas um grande mastro, acendiam fogueiras e dançavam à volta delas, qual lembrança subconsciente das festas de fertilidade dos pagãos. Por ocasião do Natal, muitas cidades e castelos nomeavam um *chefe de confusão,* o qual ficava encarregado de organizar passatempos e espetáculos para o povo. Mascarados com trajes vistosos percorriam as ruas pregando peças aos outros ou cantando canções do Natal. Decoravam-se as casas e igrejas com heras "e com qualquer outra planta verde que houvesse durante aquela estação".[139] Havia festivais para as épocas de colheita, comemoração de triunfos da cidade ou do país, dos santos e associações. Raro o homem que, nessas ocasiões, deixava de embriagar-se. Havia bazares, onde se servia cerveja abundante e rapidamente, mas a dinheiro. A Igreja condenou esses festivais no século XIII, porém os adotou no século XV.[140]

Em alguns festivais faziam-se paródias das cerimônias da Igreja, paródias essas que iam desde a crítica leve até à sátira escandalosa. Beauvais, Sens e outras cidades francesas celebraram durante muitos anos, no dia 14 de janeiro, a *fête de l'âne* — Festa do Jumento: colocavam uma bonita jovem sobre um jumento, aparentemente imitando a Virgem Maria na fuga para o Egito; levavam o jumento a uma igreja, onde o faziam ajoelhar-se e permanecer ao lado do altar e ouvir missa e hinos em sua homenagem. Ao findar a cerimônia, tanto o sacerdote como a congregação urravam três vezes em homenagem ao animal que havia salvo a Mãe de Deus da sanha de Herodes e levado Jesus para Jerusalém.[141] Uma dúzia de cidades comemorava anualmente — em geral na Festa de Circuncisão — a *fête des fous* — Festa dos Loucos. Nesse dia o clero de categoria inferior tinha permissão de vingar-se de sua subordinação ao sacerdote e bispo durante o ano, assumindo a direção da igreja e de seus rituais. Vestiam trajes femininos ou os de sacerdote, às avessas. Escolhiam um dentre eles para *episcopus fatuorum* — bispo dos loucos. Cantavam hinos, comiam salsichas no altar, jogavam dados ao pé dele, queimavam sapatos velhos no turíbulo e pregavam sermões engraçados.[142] Muitas cidades da Inglaterra, Alemanha e França, nos séculos XIII e XIV, escolhiam um *episcopus puerorum,* bispo dos meninos, para dirigir os companheiros numa cerimônia bem-humorada, na qual se imitavam os ritos eclesiásticos.[143] O clero lo-

cal achava espírito naquelas manifestações. A Igreja fechou os olhos a elas durante muito tempo, mas, como se iam tornando cada vez mais irreverentes e indecentes, viu-se forçada a condená-las. Elas deixaram finalmente de existir no século XVI (Um bispo de meninos continua, porém, sendo eleito anualmente em Addlestone, Surrey, Inglaterra.[144])

Em geral a Igreja se mostrava complacente para com aquele humor impudente da Idade da Fé; ela sabia que os homens tinham necessidade de um feriado moral uma vez ou outra, uma moratória para as restrições de caráter moral necessárias à subsistência de uma sociedade civilizada. Alguns ultrapuritanos, como São João Crisóstomo, poderiam gritar: "Cristo foi crucificado e vós ainda zombais!" — que ainda haveria "bolos e cervejas", e o vinho haveria de correr abundante para os lábios sedentos. São Bernardo temia a alegria e a beleza. Contudo, a maioria dos clérigos, no século XIII, era gente que gostava de desopilar o fígado, saborear boas iguarias e bons vinhos e não se ofendia com uma boa peta ou ao ver um tornozelo bem-formado. Afinal de contas, a Idade da Fé não era tão solene; ao contrário, revestia-se de grande vitalidade, forte alegria, ternos sentimentos e felicidade simples pelas bênçãos da terra. Um estudante medieval lançou na capa de um dicionário daquele tempo os seguintes votos para todos nós:

> E desejo que todos os tempos sejam os de abril e maio e todos os meses nos dêem novamente todos os frutos, que todos os dias nos dêem lírios, girassóis, violetas e rosas por onde quer que passemos, campos e prados verdejantes, e que todo amante tenha sua companheira e que todos se amem sinceramente e a todos seja dado usufruir os prazeres da vida e a doçura do coração.[145]

IX. A MORAL E A RELIGIÃO

É de se acreditar pelo quadro geral da Europa medieval, que a religião seja o esteio da moral?

A impressão geral que temos é de que na Idade Média havia, entre a teoria da moral e a maneira como era praticada, uma brecha maior do que em outras épocas da civilização. O reino cristão, naquele tempo, parecia, tanto quanto em nossa própria era, eivado de sensualidade, violência, embriaguez, crueldade, brutalidade, irreverência, ambições, roubos, desonestidade e fraudes. Parece ter sobrepujado os nossos tempos na escravização dos indivíduos, sem rivalizar, porém, conosco em matéria de escravização econômica de áreas econômicas ou de Estados derrotados. Sobrepujou-nos na sujeição das mulheres, e estava longe de igualar-se a nós em indecência, fornicações e adultérios, ou na enormidade e barbarismo da guerra. Comparado com o Império Romano, desde Nerva a Aurélio, a cristandade medieval fora um entrave moral. Grande parte do Império usufruíra, desde os tempos de Nerva, muitos séculos de civilização, enquanto a Idade Média, durante a maior parte de sua duração, representara a luta entre a moral cristã e o barbarismo viril, o qual ignorava a ética de uma religião, cuja teologia acolhia com indiferença. Os bárbaros chamariam de virtudes alguns de seus vícios, como sendo necessários para aqueles tempos: sua violência como feição de sua coragem, sua sensualidade como saúde animal, sua palavra rude e ferina e a impudência de sua conversa sobre fatos naturais como não sendo pior que a malícia de nossa mocidade.

Seria tarefa fácil condenar o mundo cristão da Idade Média pela boca de seus próprios moralistas. São Francisco queixava-se no século XIII, classificando-o como "estes dias de excessiva malícia e iniqüidade";[146] Inocêncio III, São Boaventura, Vicente de Beauvais e Dante consideravam a moral daquele "maravilhoso século" bastante desencorajadora, e o bispo Grosseteste, um dos mais judiciosos prelados daquela era, dissera ao Papa que "a população católica, no seu todo, estava integrada no diabo".[147] Roger Bacon (1214?-94) julgou o tempo em que viveu com uma hipérbole característica:

> Nunca houve tanta ignorância assim... Hoje em dia há mais pecados do que em tempos passados... maior corrupção... luxúria... gula... No entanto, temos o batismo e a revelação de Cristo... que os homens não honram nem respeitam, caso contrário não seriam assim tão corruptos... Por conseguinte, muitos homens justos acreditam que se acha próxima a vinda do Anticristo e próximo o fim do mundo.[148]

Tais passagens são naturalmente exageros necessários para os espíritos reformadores e poderiam encontrar-se em qualquer época.

Parecia que o medo do inferno proporcionava menos efeito para erguer o nível moral do que o medo da opinião pública ou da lei hoje em dia; no entanto, a opinião pública e, até certo ponto, a lei foram formadas pelo cristianismo. Provavelmente o caos moral, proveniente de meio milênio de invasões, guerras e devastações, teria sido muito pior não fosse o efeito moderador da ética cristã. Os exemplos que mostramos neste capítulo talvez tenham sido de espíritos parciais, são no melhor dos casos fragmentos. Não temos dados precisos, nos quais possamos confiar, e a história, nesse ponto, sempre deixa de lado o homem médio. Deve ter havido, naquele mundo cristão da Idade Média, muita gente boa e simples como a mãe do Frei Salimbene, a qual ele próprio descreveu como "uma dama humilde e devota que jejuava muito e sentia grande prazer em dar esmolas aos pobres".[149] Mas quantas vezes se ocupou a história de tais mulheres?

O cristianismo trouxe consigo não somente alguns retrocessos como também progressos de ordem moral. As virtudes intelectuais declinaram sem dúvida na Idade da Fé; a consciência intelectual e a procura da verdade foram substituídas pelo zelo e admiração pela santidade e, às vezes, por uma religiosidade não muito verdadeira. As "fraudes" que se praticaram com textos religiosos pareciam pecados veniais, por assim dizer, negligenciáveis. As virtudes cívicas sofreram com a concentração do espírito na outra vida e mais ainda com a desintegração do Estado; contudo, deve ter havido patriotismo por parte de homens e mulheres que construíram tantas catedrais e imponentes edifícios públicos. Talvez a hipocrisia, tão indispensável à civilização, fosse maior na Idade Média, se a compararmos com o franco secularismo dos tempos antigos ou com a grande brutalidade de nossos tempos.

Em meio a todos esses e outros males, processou-se também o bem, e muito. O cristianismo lutou com tenaz heroísmo contra a inundação do barbarismo. Esforçou-se por diminuir as guerras, as lutas entre feudos e os julgamentos por combate e provações; aumentou os intervalos de tréguas e paz e transformou, de maneira sublime, algo da violência e pugnacidade dos senhores feudais em devoção e cavaleirismo. Suprimiu os torneios de gladiadores, condenou a escravização dos prisioneiros, proibiu a escravização dos cristãos, resgatou incontável número de prisioneiros e estimulou — mais do que praticava — a emancipação dos servos. Ensinou os homens a res-

peitarem a vida humana e o trabalho. Pôs fim ao infanticídio, diminuiu o número de abortos e abrandou as penas impostas pelas leis dos romanos e bárbaros. Condenou com todo rigor a imoralidade sexual. Ampliou de maneira considerável o fim e a ação das instituições de caridade. Acalmou o espírito dos homens quanto aos enigmas do universo, embora desencorajasse com isso os avanços da ciência e da filosofia. Ensinou aos homens que o patriotismo que não fosse reprimido por uma lealdade mais elevada seria um instrumento para a ambição e o crime. Criou e manteve uma lei moral para todas as cidades e pequenos Estados europeus concorrentes entre si. Sob sua direção e com um sacrifício necessário à sua liberdade, a Europa alcançou durante um século a moral internacional pela qual luta hoje em dia — uma lei que arrancará os Estados de seu código selvagem e libertará as energias dos homens para as batalhas e vitórias da paz.

CAPÍTULO XXXI

Ressurreição das Artes

1095 — 1300

I. O DESPERTAR DA ESTÉTICA

QUAL a razão de ter alcançado a Europa ocidental, nos séculos XII e XIII, um apogeu artístico somente comparável ao da Atenas de Péricles e ao da Roma de Augusto?

As incursões dos nórdicos e sarracenos haviam sido repelidas; os magiares, subjugados. As Cruzadas despertaram uma febre de energia criadora, carreando de Bizâncio e do Oriente muçulmano para a Europa um sem-número de idéias e formas artísticas. A reabertura do Mediterrâneo e a abertura do Atlântico ao comércio cristão, a segurança e organização do comércio ao longo dos rios da França e Alemanha e através dos mares do norte, bem como a expansão da indústria e finanças geraram uma riqueza desconhecida desde os tempos de Constantino, novas classes capazes de sustentar a arte, e comunas prósperas, todas resolvidas a construir catedrais, cada uma mais bela que a outra. As arcas dos abades, bispos e papas recolhiam os dízimos do povo, os donativos dos mercadores, nobres e reis. Os iconoclastas haviam sido derrotados; a arte já não era considerada idolatria, e a Igreja que outrora a temia encontrou nela o meio propício para inculcar sua fé e ideais entre os ignorantes e despertar nas almas uma devoção que tocava as raias do sublime. A nova religião da Virgem Maria, saindo espontaneamente do coração do povo, foi agasalhar-se confiantemente nos magnificentes templos, onde milhares de seus filhos podiam reunir-se para prestar-lhe homenagem e pedir-lhe auxílio. Todas essas influências, e muitas outras mais, juntaram-se para inundar metade de um continente com pródigos caudais de arte inédita.

As antigas técnicas sobreviveram ali e acolá às devastações dos bárbaros e ruínas das municipalidades. Não se perdera a antiga habilidade dos artistas no Império do Oriente. Foi sobretudo do Oriente grego e da Itália bizantina que surgiram artistas e temas artísticos, os quais ingressaram na vida do Ocidente que então ressuscitava. Carlos Magno chamou a seu serviço artistas gregos que fugiam dos iconoclastas bizantinos, daí o ter a arte de Aachen (Aix-la-Chapelle) amalgamado a delicadeza e o misticismo de Bizâncio com a solidez e a rudeza dos germânicos. Os monges artistas de Cluny, inaugurando no século X uma nova era na arquitetura e ornamentos no Ocidente, começaram a copiar os modelos bizantinos. A escola de arte monástica criada em Monte Cassino pelo abade Desidério (1072) tinha, como professores, gregos que lecionavam de conformidade com as normas do estilo bizantino. Honório III (1218) mandou vir mosaístas de Veneza quando quis decorar San Paolo Fuori le Mura, e os que ali aportaram estavam inteiramente dominados pela tradição de Bizâncio.

Podiam-se encontrar colônias de artistas bizantinos em uma vintena de cidades do Ocidente, e foi o estilo de sua pintura que serviu de modelo para Duccio, Cimabue e o próprio Giotto na sua primeira fase. Os motivos bizantinos ou orientais — palmitos, folhas de acanto, animais em medalhões, etc. — surgiram, no Ocidente, em tecidos, obras de marfim e manuscritos iluminados e foram adotados durante centenas de anos nas ornamentações de estilo românico. As formas de arquitetura síria, anatoliana e persa — abóbada, cúpula, fachada de torre flanqueada, coluna compósita, janelas ligadas por arco em grupos de duas ou três — tornaram a aparecer na arquitetura do Ocidente. A História não dá saltos e nela nada se perde.

O desenvolvimento da vida requer variações bem como hereditariedade, e o desenvolvimento de uma sociedade necessita de inovações de ordem experimental e um costume estável. O desenvolvimento da arte na Europa ocidental não somente envolveu a continuação de uma tradição de formas e habilidade e o estímulo dos exemplos bizantino e muçulmano, como também fez com que o artista se voltasse para a obra da natureza, materializasse suas idéias, volvesse do passado para o presente e deixasse de copiar modelos para criar apenas segundo suas próprias idéias. Havia um tom triste e estático na arte bizantina, uma frágil elegância feminina nas ornamentações dos árabes, pontos esses que jamais poderiam representar a vitalidade viril e dinâmica de um Ocidente "rebarbarizado" e revigorado. As nações que estavam emergindo da Idade Média, no século XIII, preferiam a graça nobre das mulheres de Giotto à severidade das linhas de Teodora nos mosaicos bizantinos, e escarneceram do horror dos semitas pelas imagens, transformando as decorações simples no anjo sorridente da catedral de Reims e na Virgem Dourada de Amiens. A alegria de viver vencera, na arte gótica, o temor da morte.

Foram os monges que, ao preservarem a literatura clássica, mantiveram e disseminaram a técnica das artes romana, grega e oriental. Nos mosteiros eles aprendiam trabalhos de decorações bem como outros ofícios de utilidade prática. As igrejas das abadias tinham necessidade de mobiliário para seus altares, presbitérios, cálices, cibórios, escrínios, missais, candelabros e talvez mosaicos, quadros e imagens, e quase tudo isso os monges faziam com suas próprias mãos. Realmente, em muitos casos, o próprio mosteiro era desenhado e construído por eles, como o de Monte Cassino, o qual é obra dos beneditinos. A maioria dos mosteiros tinha oficinas. Em Chartres, por exemplo, Bernardo de Tiron fundou uma casa religiosa e consta que reuniu nela "marceneiros, ferreiros, talhadores, ourives, pintores e pedreiros... e outros obreiros muito engenhosos".[1] Quase todos os manuscritos iluminados da Idade Média haviam sido feitos pelos monges. Monges e freiras produziam os mais finos tecidos. Foram monges os arquitetos das primeiras catedrais românicas.[2] A abadia de Cluny forneceu no século XI e em princípios do século XII a maioria dos arquitetos para a Europa ocidental bem como muitos pintores e escultores.[3] A abadia de São Dionísio era, no século XIII, um grande centro artístico. Até mesmo os mosteiros cistercienses, os quais nos dias do zeloso Bernardo haviam fechado as portas às decorações, renderam-se logo à atração da forma e à beleza das cores e começaram a construir abadias com ornatos que rivalizavam com os de Cluny e São Dionísio. Como as catedrais inglesas eram geralmente mosteiros, o clero regular ou monástico continuou a dominar até o fim do século XIII na arquitetura eclesiástica da Inglaterra.

Todavia, um mosteiro, embora seja excelente escola e refúgio para o espírito, está, pela sua vida reclusa, condenado a ser mais um repositório de tradições do que um

teatro de experiências permanentes de vida. Está mais aparelhado para preservar uma obra do que criá-la. Somente depois que maiores exigências de um leigo mais rico encorajaram os artistas seculares foi que a vida na Idade Média encontrou uma expressão exuberante nas formas extraordinárias que colocaram a arte gótica em toda a sua plenitude. Os leigos emancipados e especializados do século XII organizaram-se em associações e construíram as grandes catedrais. Fizeram-nas primeiramente na Itália, uma grande maioria delas na França e algumas na Inglaterra.

II. OS ADORNOS DA VIDA

Foi, no entanto, um monge quem escreveu o sumário mais completo e mais extraordinário das artes e ofícios da Idade Média. Teófilo — "o apaixonado de Deus" do mosteiro de Helmershausen, nas vizinhanças de Paderborn — escreveu por volta de 1190 o *Schedula diversarum artium:*

> Teófilo, humilde sacerdote... dirige suas palavras a todos aqueles que, pelo trabalho prático de suas mãos e agradável meditação sobre tudo que é novo, desejarem pôr de lado... a preguiça e as divagações do espírito... (Tais homens encontrarão aqui) tudo o que os gregos possuem no que diz respeito às diversas tintas e misturas, tudo o que a Toscana sabe sobre o trabalho em esmalte... tudo o que a Arábia tem para mostrar no tocante a produtos finos, bem elaborados; os muitos vasos, jóias e trabalhos de marfim que a Itália orna de ouro; tudo o que a França preza com seus vitrais caríssimos, tudo o que se realça no ouro, prata, cobre ou nos finíssimos trabalhos de madeira e pedra.[4]

Vemos, em um parágrafo, outra feição da Idade da Fé — homens e mulheres, não poucos monges e freiras, procurando satisfazer sua ânsia de dar às coisas simples expressão, proporções, harmonia, forma e beleza. A cena medieval, embora matizada pela religião, oferece-nos, acima de tudo, um quadro de homens e mulheres em plena atividade, cujo primeiro fim básico, em sua arte, é adornar seus trabalhos, seus corpos e suas casas. Milhares de trabalhadores usavam facas, brocas, formões, escopros e materiais de polimento para lavrar mesas, cadeiras, bancos, cômodas, caixas, camas, aparadores, bufês, imagens, altares, balcões, etc., numa variedade inacreditável de formas e temas em alto e baixo-relevo, muitas vezes com alegre e maliciosa disposição de espírito que não reconhecia barreiras entre as coisas sagradas e as coisas profanas. Não era difícil encontrar nos refeitórios eclesiásticos quadros mostrando miseráveis, glutões, mexeriqueiros, animais grotescos e pássaros com cabeças humanas. Os que esculpiam em madeira, em Veneza, faziam, às vezes, molduras mais belas e mais caras que as próprias imagens que elas encerravam. Os alemães iniciariam, no século XII, um extraordinário trabalho de escultura em madeira, o qual se tornou uma grande arte no século XVI. (Conforme o *Crucifixion,* do século XII, na Liebfrauenkirche, de Halberstadt, ou a estátua de Jaime, o Pequeno, do século XIII, existente no Museu Metropolitano de Arte, de Nova York.)

Os que trabalhavam em metal rivalizavam com os que trabalhavam em madeira. Transformavam as peças de ferro em belas grades para igrejas, pátios e portões, em poderosos gonzos, tais como os que se destinavam a portas maciças, com grande variedade de desenhos (como, por exemplo, os que se notam na catedral de Notre Dame, em Paris), em telas para o coro de catedrais tão "fortes como o próprio ferro" e tão

delicadas como a própria renda. Aplicavam-se ferro, bronze e cobre na feitura de belos vasos, taças, jarros, candelabros, turíbulos, escrínios e lâmpadas. Muitas portas de catedrais eram revestidas de bronze. Os armeiros gostavam de adornar um pouco as espadas, bainhas, capacetes, couraças e escudos. O majestoso candelabro de bronze com que Frederico Barba-Roxa presenteou a catedral de Aachen atesta a grande habilidade dos metalúrgicos alemães daquele tempo. Prova semelhante da habilidade dos ingleses encontra-se no grande candelabro de bronze de Gloucester (*ca.* 1100), agora no Museu Alberto e Vitória. Vê-se nos adornos dos parafusos, fechaduras e chaves o carinho que o homem da Idade Média tinha em dar às coisas simples um cunho artístico. Até mesmo os cata-ventos eram adornados com esmero, tinham adornos que somente se podiam ver por meio de um telescópio.

A arte de metais e pedras preciosas floresceu em meio à pobreza geral então existente. Os reis merovíngios tinham baixelas de ouro. Carlos Magno acumulou em Aachen um verdadeiro tesouro de trabalhos de ourivesaria. Se o ouro e a prata abrilhantavam as mesas dos barões e banqueiros, é de se perdoar que a Igreja achasse poder servir-se também desses metais para o Rei dos Reis. Alguns altares eram de prata lavrada, outros de ouro também lavrado, como os da igreja de Santo Ambrósio, em Milão, e das catedrais de Pistóia e Basiléia. Empregava-se geralmente o ouro na feitura do *ciborium* (cibório) para a guarda da hóstia consagrada, dos vasos em que era exposta para a veneração dos fiéis, dos cálices que continham o vinho do sacramento e dos escrínios em que se guardavam as santas relíquias. Tais obras eram, em muitos casos, mais belas e mais dispendiosas do que as mais ricas taças que hoje costumamos dar de prêmio. Os ourives espanhóis fizeram resplendentes tabernáculos para com eles carregar a hóstia nas procissões. Em Paris, o ourives Bonnard (1212) empregou 1.544 onças de prata e 60 de ouro para a feitura de uma caixa destinada a guardar os ossos de Santa Genoveva. Podemos avaliar o alcance da arte dos ourives pelos 79 capítulos que lhes foram dedicados por Teófilo. Neles veremos que se esperava que todo ourives da Idade Média fosse um verdadeiro Cellini e, ao mesmo tempo, fundidor, escultor, esmaltador, gravador e embutidor. Paris tinha, no século XIII, uma poderosa associação de ourives e joalheiros. Os lapidadores parisienses já gozavam da fama de produzir gemas artificiais.[5] Os sinetes que os homens ricos usavam em suas cartas e envelopes eram bem desenhados e feitos com muito esmero. Cada prelado possuía um anel oficial e todo cavaleiro que se prezava ostentava nos dedos pelos menos um anel. Aqueles que cultivavam a vaidade humana raramente morriam de fome.

Os camafeus — pequenas imagens em relevo em material precioso — eram muito populares entre os ricos. Henrique III, da Inglaterra, tinha um "grande camafeu" avaliado em 200 libras. Balduíno II trouxe de Constantinopla um camafeu ainda mais célebre para guardá-lo em Paris, na Santa Capela. O marfim era muito empregado na Idade Média. Empregavam-no para a feitura de pentes, caixas, punhos de espadas, copos, imagens, capas de livros, dípticos e trípticos, báculos dos bispos, escrínios, etc. Um extraordinário trabalho feito em marfim, no século XIII, o qual chega a ser quase perfeito, é um existente no Louvre e que representa a Descida da Cruz. Em fins daquele século, o romance e o espírito já venciam a religião; as caixinhas de espelho e de toalete das damas traziam muitas vezes cenas íntimas que nelas haviam sido delicadamente cinzeladas.

O marfim era um dos muitos materiais usados para embutir, ao qual os italianos davam o nome de *intarsia* (do latim *interserere*, inserir), e os franceses de *marquetry*

(*marquer*, marcar). A própria madeira era também empregada para tal fim em outras peças de madeira: fazia-se um desenho em uma peça e aplicavam-se outras nelas, colando-as. Uma das menos conhecidas artes da Idade Média era o *niello* — nigela (do latim *nigellus*, preto): na superfície de um metal incrustava-se uma massa composta de prata, cobre, enxofre e chumbo; ao ficar dura essa massa, lixava-se a superfície até que a prata ficasse brilhante na mistura. Finiguerra serviu-se dessa técnica, no século XV, para criar as gravuras com chapas de cobre.

A arte da cerâmica reapareceu ao despertar a Europa da Idade Média com a volta dos cruzados. O esmalte *cloisonné* entrou no Ocidente no século VIII, procedente de Bizâncio. Uma placa de cerâmica do século XII, representando o Dia do Juízo Final (existente no Museu Alberto e Vitória), constitui excelente exemplar de *champlevé*, isto é, os espaços entre as linhas do desenho eram talhados em um fundo de cobre, cujas depressões se enchiam com massa de esmalte. Limoges, na França, fabricava peças esmaltadas desde o século III e foi, no século XII, o principal centro de *champlevé* e *cloisonné*, no Ocidente. Os oleiros mouros da Espanha cristã, no século XIII, revestiam seus vasos de barro com um verniz opaco da cor de folha-de-flandres ou com um esmalte, como base para a pintura. No século XV, os mercadores italianos importavam essas mercadorias da Espanha, a qual vinha em barcos maiorquinos, pelo que chamavam de *majólica* a esse material.

A arte do vidro, que chegou quase à perfeição na antiga Roma, surgiu novamente em Veneza, vinda do Egito e Bizâncio. Já em 1024 vamos encontrar ali 12 *phiolarii*, cujos produtos eram tão variados que o governo tomou a indústria sob sua proteção e deu o título de "cavaleiros" aos fabricantes de vidros. Transferiram os fabricantes, em 1278, para uma região especial da ilha de Murano, em parte para protegê-los, em parte para manter segredo de suas atividades. Expediram-se leis severas proibindo os fabricantes de vidro venezianos de ir para o estrangeiro e de revelar sua técnica esotérica naquela arte. Os venezianos dominaram, daquele "pequeno trecho de terra", durante quatro séculos, a arte e a indústria de vidro no mundo ocidental. Desenvolveu-se bastante a arte de esmaltar e dourar os vidros. Olivo de Veneza fez tecidos de vidro. Murano fez, com esse material, mosaicos, conchas, frascos, taças, utensílios de mesa e até mesmo espelhos, os quais, no século XIII, substituíram os espelhos de aço polido. A França, Inglaterra e Alemanha também fabricaram vidros naquele período, porém em sua maior parte para fins industriais. O vidro colorido das catedrais constituiu um trabalho excepcional.

Nem sempre se deu às mulheres todo o valor que, em questões de arte, elas merecem. Os adornos das pessoas e do lar representam preciosos elementos na arte da vida, e o trabalho das mulheres nos desenhos de vestidos, decorações dos interiores de uma casa, bordados, cortinas e tapetes contribuiu mais do que a maioria das artes para despertar esse prazer inefável que nos proporciona a presença íntima e silenciosa de coisas belas. Os tecidos finos e delicados eram muito admirados na Idade da Fé. Com eles se cobriam os altares, as relíquias e as baixelas sagradas e com eles se cobriam também os homens e as damas de alta posição. Embrulhavam-nos em papel muito fino, chamado "papel de tecido". No século XIII, a França e Inglaterra destronaram Constantinopla de sua posição como centro principal dos bordados artísticos. Consta que já em 1258 havia em Paris associações de bordadeiras e Mateus Paris, no ano 1246, contou como o Papa Inocêncio IV se surpreendeu com as vestes bordadas a ouro dos prelados ingleses que estavam de visita à cidade de Roma e ordenou que se fizesse esse *opus*

anglicanum para seus mantos e casulas. O peso das jóias, fios de ouro e das pequenas placas de esmalte de algumas vestes sacerdotais era tão grande que o prelado mal podia andar.[6] Um milionário americano pagou $60.000 por uma veste sacerdotal conhecida pelo nome de Capa de Ascoli. (Sabendo que a capa tinha sido furtada, ele a devolveu ao governo italiano, contentando-se em receber uma medalha em paga de sua honestidade.[7]) A mais célebre das vestes bordadas da Idade Média foi a "dalmática de Carlos Magno". Acreditava-se que fosse um produto da Dalmácia, porém é mais provável que tenha sido um trabalho de Bizâncio do século XII. É agora um dos mais preciosos objetos existentes no Museu do Vaticano.

As cortinas e tapetes bordados substituíram, na França e na Inglaterra, as pinturas, especialmente nos edifícios públicos. Somente em dias de festas eram exibidos em todo o seu esplendor. Penduravam-nos então debaixo dos arcos das igrejas, nas ruas. Ostentavam-nos também nas procissões. Geralmente eram tecidos com lã e seda por criadas dos castelos feudais sob a direção da castelã; muitos eram feitos por freiras, alguns por monges. Os tapeceiros não tinham naturalmente pretensões de querer rivalizar com os pintores. Faziam os tapetes para serem vistos à distância e tinham de sacrificar a beleza das linhas e sombras à nitidez da figura e ao brilho e permanência das cores. Comemoravam neles um acontecimento histórico ou uma lenda célebre ou abrilhantavam os interiores das residências com representações de paisagens, flores ou mares. Menciona-se a existência de tapetes já no século X, em França, porém os espécimes mais antigos que temos raramente são anteriores ao século XIII. Florença, na Itália, Chinchilla, na Espanha, Poitiers, Arras e Lille, na França, foram as pioneiras na arte de tapeçaria. Os tapetes Bayeux, de fama mundial, não eram tapetes na verdadeira acepção da palavra, porquanto o seu desenho era bordado na superfície em vez de fazer parte do próprio tecido. O seu nome advém do da catedral de Bayeux, a qual havia muito os possuía. A tradição os atribui a Guilherme, o Conquistador, à rainha Matilda e damas de sua corte normanda, porém eruditos menos corteses preferiram dar-lhes uma origem anônima e uma data de fabricação mais recente.[8] Eles rivalizam com os cronistas como autoridades na questão da conquista normanda. Sessenta e uma cenas mostram uma faixa de linho marrom de 19 polegadas de largura por 71 jardas de comprimento, em série, os preparativos da invasão, os navios nórdicos singrando o canal com suas proas altas, a sangrenta batalha de Hastings, a morte de Haroldo, a derrota das tropas anglo-saxônias e o triunfo da força abençoada. Esses tapetes constituem formidáveis exemplos de paciente trabalho de agulha, mas não figuram entre os mais belos produtos de sua espécie. Em 1803 Napoleão deles se serviu como propaganda para incitar os franceses a invadirem a Inglaterra,[9] porém ele se esqueceu de pedir a bênção dos deuses.

III. A PINTURA

1. *O Mosaico*

A arte da pintura assumiu, na Idade da Fé, quatro formas principais: mosaico, miniaturas, murais e vidros pintados.

O mosaico já se achava então em decadência, porém adquirira, no decurso de dois mil anos, muitas sutilezas. A fim de fazerem o fundo dourado que tanto apreciavam, os mosaicistas envolviam a folha de ouro nos cubos de vidro, cobriam-na com uma ca-

mada de vidro muito fina para evitar que o ouro ficasse embaciado e depois, para evitar um brilho excessivo na superfície, colocavam os cubos assim dourados em planos levemente desiguais. A luz refletia em diversos ângulos e dava aos cubos, em seu todo, um aspecto muito vivo e brilhante.

Foram provavelmente artistas bizantinos que, no século XI, cobriram a abóbada leste e a parede da parte oeste de uma velha catedral de Torcello (ilha nas imediações de Veneza) com um dos mais belos mosaicos da história medieval.[10] Os mosaicos da catedral de São Marcos são uma obra-prima. O doge Domenico Selvo encomendou em 1071 que se fizessem trabalhos de mosaicos nos interiores, provavelmente se servira de artistas bizantinos; os mosaicistas de 1153 achavam-se ainda sob a influência bizantina. Somente em 1450 foi que começaram a predominar os artistas italianos nos trabalhos de mosaico da catedral de São Marcos. O mosaico que representa a Ascensão, feito no século XII e que se encontra na cúpula central, constitui o ponto culminante dessa arte mas tem um rival na figura de José que se acha na cúpula do vestíbulo. O mosaico de mármore do chão há 700 anos vem resistindo ao pisar dos homens.

Trabalhadores gregos e sarracenos uniram-se na outra extremidade da Itália para produzirem as obras-primas de mosaicos da Sicília normanda, as da Capela Palatina e Martorana de Palermo, as do mosteiro de Monreale e as da catedral de Cefalu (1148). Talvez as guerras do papado, no século XIII, tivessem retardado o desenvolvimento dessa arte em Roma; contudo, fizeram-se resplendentes mosaicos naquele período para as igrejas de Santa Maria Maggiore, Santa Maria em Trastevere, São João de Latrão e San Paolo Fuori le Mura. O italiano Andrea Tafi (1213-94) desenhou o mosaico para um batistério em Florença, mas não ficou à altura dos trabalhos dos gregos em Veneza e Sicília. A abadia de Suger, em São Dionísio (1150), tinha magnificente piso de mosaico, parte do qual se acha conservado no museu de Cluny. O assoalho da abadia de Westminster (*ca.* 1268) constitui um belíssimo trabalho de mosaicos. Essa arte jamais se desenvolveu ao norte dos Alpes; o vidro colorido superou-a e os painéis, com a vinda de Duccio, Cimabue e Giotto, provocaram até mesmo seu desaparecimento na Itália.

2. *As Miniaturas*

A iluminura de manuscritos com pinturas em miniatura e adornos com prata e ouro líquidos e tintas coloridas continuou a ser a arte favorita, que se adaptava perfeitamente à vida religiosa e tranqüila dos mosteiros. Como tantas outras fases das atividades na Idade Média, ela também alcançou seu apogeu no Ocidente, no transcurso do século XIII, sem jamais imbuir-se novamente daquela mesma delicadeza e espírito criativo com que se apresentara. As figuras e os trajes rígidos, com suas cores verde e vermelho demasiado fortes, do século XI, foram aos poucos sendo substituídos por formas mais graciosas e mais ternas, com tonalidades mais ricas em fundo azul e dourado; a imagem da Virgem dominou a miniatura da mesma maneira como dominara as catedrais.

Muitos livros foram destruídos durante a Idade Média; os que ficaram eram duplamente preciosos e constituíam, por assim dizer, uma tênue linha da vida da civilização em seu texto e arte.[11] Os saltérios, os evangelhos, os sacramentários, os missais e os livros de horas eram considerados os veículos vivos da revelação divina; não se poupavam esforços para adornarem-nos condignamente. O artista gastava às vezes um dia

para desenhar uma inicial, uma semana para fazer o título de uma página. Hartker, monge de St. Gall, esperando talvez que o mundo se findasse naquele século, fez em 986 um voto de permanecer o resto de sua vida terrena dentro de quatro paredes; encerrou-se em sua pequena cela até a sua morte, a qual se verificou 15 anos mais tarde; ali ilustrou ele com belos quadros e enfeites o *Antifonário de St. Gall.*[12]

O trabalho de perspectiva e modelagem não era tão bem feito quanto na era carolíngia. O *enlumineur,* nome pelo qual os franceses denominavam os miniaturistas, procurava mais a profundidade e o esplendor das cores e a densidade e vitalidade para sua obra do que a ilusão do espaço de três dimensões. Freqüentemente tirava seus motivos de passagens da Bíblia ou de evangelhos apócrifos ou mesmo de lendas de santos. Às vezes um tratado sobre plantas ou um bestiário eram ilustrados, e o iluminador se deliciava ao retratar plantas e animais reais ou imaginários. As regras eclesiásticas para as miniaturas em livros religiosos eram menos severas no Ocidente do que no Oriente; o pintor podia assim dar rédeas soltas à sua imaginação. Animais com cabeças humanas, corpos humanos com cabeças de animais, macaco mascarado de monge, um monge dando um concerto esfregando duas queixadas de burro — tais eram os desenhos que alegravam um *Livro de Horas da Virgem.*[13] Outros textos, sagrados e profanos, surgiram à luz com cenas de caçadas, torneios e guerras. Um saltério do século XIII incluía em suas imagens o interior de um banco italiano. O mundo secular, ao dominar o terror que lhe inspirara a eternidade, começava a invadir os recintos da própria religião.

Os mosteiros ingleses mostraram-se muito férteis nessa arte tranqüila. A escola anglicana do Oriente fez saltérios famosos: um que se acha na Biblioteca de Bruxelas, outro *(Ormsby)* em Oxford e um terceiro *(St. Omer)* no Museu Britânico. Contudo o mais belo trabalho ilustrado da época era francês. Os saltérios pintados para Luís IX inauguraram um estilo de imagens centralizadas e distribuídas em medalhões emoldurados, estilo esse certamente influenciado pelos vidros coloridos das catedrais. Os Países-Baixos participaram desse movimento; os monges de Liège e Gante imprimiram em suas miniaturas algo do calor e da graça fluente das esculturas de Amiens e Reims. A Espanha produziu a maior obra-prima do século XIII em matéria de livros iluminados, o livro dos hinos à Virgem — *Las cantigas del Rey Sabio* (*ca.* 1280). As suas 1.226 miniaturas demostram o trabalho árduo que se tinha com aqueles livros medievais. Tais livros eram, naturalmente, trabalhos de verdadeiros calígrafos e pintores. Às vezes o mesmo artista copiava, compunha, escrevia o texto e fazia as ilustrações. Vários manuscritos nos deixam indecisos quanto à escolha do mais bonito, se as ilustrações se o texto. A impressão tinha também grande valor.

3. *Os Murais*

É difícil dizer-se até que ponto os motivos e os desenhos de miniaturas exerceram influências sobre os afrescos, imagens, pinturas em cerâmica, relevos e vidros coloridos e até onde estes, por sua vez, exerceram também influência sobre as iluminuras. Havia entre essas artes um livre e contínuo intercâmbio de temas e estilos; às vezes um mesmo artista praticava todas elas. Fazemos injustiça à arte e ao artista quando separamos uma arte das demais ou as artes da vida de seu tempo. A realidade é sempre mais perfeita do que as nossas crônicas; o historiador costuma separar, por conveniência, os elementos de uma civilização cujos componentes fluíam como uma só corren-

te. Não devemos tentar separar o artista do complexo cultural que o criou e ensinou, que lhe deu uma tradição e motivos, que o enalteceu e atormentou, esgotou, enterrou e muitas vezes (por que não?) esqueceu-lhe o nome.

A Idade Média, como qualquer outra idade de fé, desencorajava o individualismo por julgá-lo uma insolente manifestação ímpia e fazia com que o próprio gênio submergisse no trabalho e na corrente de seu tempo. A Igreja, o Estado, as comunas e as guildas é que eram a eterna realidade; eram eles os artistas. Os indivíduos eram os operários desse grupo. Quando se erguia uma catedral, o seu corpo e a sua alma passavam a ser os corpos e as almas de todos os que a desenharam e construíram. E assim a História devorou quase todos os nomes dos homens que pintaram as paredes das estruturas medievais anteriores ao século XII. As guerras, as revoluções e as intempéries não deixaram também de destruir parte de suas obras. Devia-se censurar os muralistas pelos métodos que empregaram? Eles usavam os antigos processos de fresco e têmpera — aplicavam as tintas em paredes revestidas de massa fresca ou pintavam em paredes secas com tintas que se tornavam adesivas graças a um material glutinoso. Esperava-se conseguir fixidez nas tintas com tais métodos por meio de impregnação ou coesão. Mesmo assim as tintas começaram a despegar-se com o decorrer dos anos. Poucos foram os murais que restaram anteriores ao século XIV. Teófilo (1190) descreveu o preparo das tintas a óleo, porém essa técnica somente se desenvolveu na Renascença.

A invasão dos bárbaros e a miséria ocorrente dos séculos seguintes fizeram com que desaparecesse a tradição da pintura clássica romana. Ao ressurgir a pintura italiana nos murais, os artistas foram buscar seus temas não na antigüidade mas sim nos métodos de Bizâncio meio gregos e meio orientais. Já no começo do século XIII encontramos pintores gregos trabalhando na Itália — Teófanes em Veneza, Apolônio em Florença, Melormo em Siena... Os primeiros painéis da arte italiana naquele período traziam a assinatura de pintores gregos, os quais trouxeram consigo os temas e estilos bizantinos, figuras simbólicas místicas e religiosas, sem pretensão de gravar nas telas atitudes e cenas naturais.

À medida que a riqueza foi crescendo na Itália do século XIII e o gosto foi-se apurando, com isso atraindo para o país os grandes talentos, os pintores italianos — Giunta Pisano em Pisa, Lapo em Pistóia, Guido em Siena, Pietro Cavallini em Assis e Roma — começaram a abandonar os hábitos sonhadores dos bizantinos e a imprimir em suas pinturas as cores e a natureza apaixonada da Itália. Guido pintou na igreja de São Domingos, em Siena (1271), uma Madonna, cujas "feições puras e doces"[14] suplantavam as formas frágeis e sem vida da pintura bizantina daquela época. Essa pintura é, por assim dizer, o início da Renascença na Itália.

Uma geração mais tarde, Duccio di Buoninsegna (1273-1319) despertou na cidade de Siena uma espécie de fervor cívico e estético com seu *Maestà* (Majestade) da Virgem entronizada. Os cidadãos ricos acharam que a Mãe de Deus, sua rainha feudal, devia ter o seu retrato pintado em grande escala por um grande artista. Foi com prazer que escolheram Duccio, um de seus concidadãos. Prometeram-lhe ouro, deram-lhe alimento e tempo e acompanharam todas as fases de seu trabalho. Ele o terminou três anos mais tarde (1311) e o assinou com a frase: "Santa Mãe de Deus, dai paz a Siena e vida a Duccio por Vos ter assim pintado." Uma procissão formada de bispos, sacerdotes, monges, funcionários e metade da população acompanhou o retrato (14 pés de comprimento por sete de largura) até à catedral, ao som alegre dos clarins e do bimbalhar dos sinos. O trabalho ainda era de estilo meio bizantino, apegava-se mais

a uma expressão religiosa do que a um retrato realista; o nariz da Virgem era demasiado longo e reto, os olhos muito sombrios. Havia, porém, graça e caráter nas figuras que a cercavam. As cenas da vida de Maria e Cristo no altar tinham um novo encanto. Foi uma das maiores pinturas antes do tempo de Giotto. (O quadro principal acha-se agora na Ópera ou Museu da Catedral de Siena.)

Entrementes, Giovanni Cimabue (1240?-1302) havia inaugurado em Florença uma dinastia de pintores, a qual iria dominar a arte italiana durante quase três séculos. Descendente de família nobre, sem dúvida Giovanni a entristecera ao abandonar o estudo das leis pela arte. Era um espírito altivo, sempre pronto a deixar de lado qualquer trabalho seu no qual ele ou outro houvesse encontrado alguma falha. Embora tivesse vindo, como Duccio, da escola ítalo-bizantina, empregara toda a sua energia em sua arte para dela conseguir resultados revolucionários; sobrepujou o estilo bizantino mais do que o grande artista Duccio, tendo criado uma escola nova. Deu suavidade às linhas de seus predecessores, materializou o espírito dando-lhe cor e calor, e emprestou aos deuses e santos toda aquela expressão de candura humana. Serviu-se das cores vivas do vermelho, róseo e azul para as roupagens, dotando suas pinturas com uma vida e brilho que, até a sua aparição, eram desconhecidos na Itália medieval. Tudo isso, porém, temos de aceitar pelo testemunho do tempo. Não se pode afirmar, com absoluta certeza, sejam seus todos os trabalhos que lhe são atribuídos. É mais provável que a *Madonna e o Filho com os Anjos,* pintada em têmpera para a capela Rucellai de Santa Maria Novela, em Florença, seja obra de Duccio.[15] Segundo uma tradição, provavelmente verdadeira, atribui-se a Cimabue a pintura de *A Virgem e o Filho entre Quatro Anjos,* da igreja Menor de São Francisco, em Assis. Esse formidável trabalho afresco, datado geralmente de 1296 e restaurado no século XIX, é a primeira obra-prima existente na pintura italiana. A figura de São Francisco assume ali uma feição fortemente realista — a feição pálida e assustada de um homem por causa das visões de Cristo. Os quatro anjos como que uniram os temas religiosos da Renascença com a beleza feminina.

Cimabue foi nomeado *capomaestro* dos mosaicos da catedral de Pisa nos últimos anos de sua vida; ali, dizem, desenhou para a abóbada um mosaico de *Cristo em toda sua glória entre a Virgem e São João.* Vasari conta-nos uma interessante história: de como Cimabue encontrara uma vez um pequeno pastor de 10 anos, chamado Giotto di Bondone, desenhando em uma lousa, com um pedaço de carvão, a figura de um cordeiro e levou-o para Florença como aluno.[16] Sem dúvida Giotto trabalhara no atelier de Cimabue e ocupara a casa do mestre depois de sua morte. E assim surgiu a maior escola de pintores na história da arte.

4. Vitrais

Em matéria de murais e mosaicos, a Itália estava um século mais adiantada do que o norte e, em arquitetura e vidros coloridos, um século atrasada. A arte de pintar no vidro já vinha de tempos antigos, isso, porém, na forma de mosaicos de vidro. Gregório de Tours (538?-93) fez os vitrais da catedral de São Martinho com vidros de "variadas cores". Naquele mesmo século, Paulo, o Silenciário, surpreendeu-se com o esplendor da luz solar que se filtrava através dos vários vitrais coloridos da catedral de Santa Sofia em Constantinopla. Naquele tempo, pelo que sabemos, ninguém ainda cuidava de projetar pinturas no vidro. Todavia, por volta de 980, o arcebispo Adal-

berto, de Reims, adornou sua catedral com vitrais que "continham histórias".[17] São Benigno descreveu em uma crônica de 1052 "um vitral muito antigo com uma pintura" representando São Pascácio, vitral esse existente numa igreja de Dijon.[18] Trata-se de peça histórica; parece que a tinta foi aplicada no vidro. Quando se adotaram janelas grandes na arquitetura gótica, a luz abundante que por elas atravessava e iluminava a igreja permitia — exigia, aliás — o emprego de vidraças coloridas. Houve muito esforço para se descobrir um processo que desse ao vidro uma pintura duradoura.

O vidro colorido foi provavelmente fruto da arte do vidro esmaltado. Teófilo descobriu essa nova técnica em 1190. Colocava-se sobre uma mesa um "cartão" ou desenho, o qual se dividia em pequenas secções, cada uma marcada com o símbolo da cor desejada. Cortavam-se as peças de vidro, geralmente de uma polegada de comprimento ou largura, para ajustá-las às secções do cartão. Pintava-se cada peça de vidro, na cor assinalada, com um pigmento constituído de vidro pulverizado misturado com vários óxidos metálicos — cobalto para o azul, cobre para o vermelho ou verde, manganês para a púrpura... Punha-se o vidro no fogo para nele fundir os óxidos metálicos. Ao se olhar uma janela com esse mosaico de vidro, mal se percebiam as divisões; a superfície parece quase toda igual no seu colorido. O artista achava-se interessado principalmente na cor e procurava fundir as diversas tonalidades, não se preocupando com o realismo, tampouco com a perspectiva; dava as cores mais esquisitas para suas figuras: fazia camelos verdes, leões encarnados, cavaleiros de rosto azul, etc.[19] Conseguia, no entanto, o efeito que desejava: uma pintura brilhante e duradoura, uma luz suave e colorida que penetrava na igreja e elevava a alma dos crentes para as coisas sublimes.

Os vitrais — mesmo as grandes "rosáceas" — eram em muitos casos divididos em almofadas, medalhões, círculos, losangos ou quadrados de modo que um vitral podia mostrar várias cenas de um só tema ou história. Os profetas do Velho Testamento apareciam pintados em confronto com seus análogos e realizações do Novo Testamento; e este último era acrescido de evangelhos apócrifos, cujas fábulas pitorescas muito agradavam à mentalidade medieval. Gravavam-se freqüentemente nelas mais histórias de santos do que episódios da Bíblia, e assim narraram nos vitrais da catedral de Chartres as aventuras de Santo Eustáquio, o que também se fez nas de Sens, Auxerre, Le Mans e Tours. Muito raramente se via um vitral com um tema profano.

O vidro colorido alcançou a sua perfeição na catedral de Chartres no decurso de meio século em que se tornara pelo menos conhecido. Os vitrais dessa catedral serviram de modelo e meta para os das catedrais de Sens, Laon, Bruges e Ruão, de onde a arte cruzou o Canal e foi inspirar os vitrais das catedrais de Cantuária e Lincoln, na Inglaterra. Em um tratado assinado entre a França e a Inglaterra especificara-se que se devia dar permissão a um dos pintores de vitrais de Luís VII (1137-80) para que fosse trabalhar neste último país.[20] No século XIII fizeram as partes componentes dos vitrais com um comprimento maior, o que fez com que as cores perdessem algo da vibrante sutileza dos primeiros trabalhos. A pintura em *grisaille* — traços decorativos com linhas finas de cor vermelha ou azul numa base monocrômica cinzenta — substituiu, em fins daquele século, as sinfonias de cores das grandes catedrais; os próprios cruzeiros, que eram feitos com desenhos cada vez mais complexos, exerceram grande papel nessa espécie de pintura. Declinou, no entanto, a habilidade do pintor de vitrais não obstante o encanto daqueles traços decorativos. O esplendor do vidro colorido surgira com a catedral gótica e desapareceu com o crepúsculo da glória desse estilo.

IV. A ESCULTURA

Grande parte dos trabalhos de escultura dos romanos foi destruída quer durante os saques por ocasião da invasão dos bárbaros vitoriosos quer durante as devastações feitas pelos primeiros cristãos que os consideravam instrumentos de idolatria. Restara no entanto alguma coisa, especialmente na França, para excitar a imaginação dos bárbaros então subjugados e para incentivar a cultura dos novos cristãos. Nessa arte, como em outras, o Império Romano do Oriente havia preservado os antigos modelos e habilidades, dando-lhes a convenção e o misticismo asiáticos e redistribuindo para o Ocidente as sementes que lhe vieram de Roma. Escultores gregos partiram para a Alemanha depois que Teofânia se casou com Oto II (972); seguiram depois para Veneza, Ravena, Roma, Nápoles, Sicília e talvez para Barcelona e Marselha. Talvez os escultores de Frederico II tivessem aprendido a sua profissão com tais homens ou com os artistas muçulmanos do *Regno*. Os bárbaros, ao se enriquecerem, puderam dar-se ao luxo de cultivar tal arte. Também a Igreja, com o afluxo da riqueza para suas arcas, adotou a escultura, assim como outras artes, para empregá-la no seu credo e nos seus ritos. Aliás, fora esse o meio pelo qual as grandes artes se haviam desenvolvido no Egito, Ásia, Grécia e Roma. Uma grande arte é filha de uma fé triunfante.

A escultura assim como os murais, mosaicos e vidros coloridos, não foi concebida como arte independente; surgiu como fase de uma arte que se aperfeiçoara e para a qual não se encontrava um nome em nenhuma língua — a de adornar as coisas para o culto da fé. A princípio a função do escultor era embelezar a casa de Deus com estátuas e imagens em relevo, depois fazer imagens para despertar os sentimentos religiosos e, em seguida, em sobrando tempo e dinheiro, poderia ele esculpir bustos de pessoas seculares ou adornar coisas profanas. A Igreja preferia, para seus trabalhos de escultura, material que fosse de substância duradoura, tais como pedra, mármore, alabastro e bronze, e, para as estátuas, a madeira. As imagens de madeira podiam ser carregadas pelos cristãos durante as procissões religiosas sem exigir-lhes penoso esforço. As estátuas eram pintadas, como na antiga arte religiosa, com feições realistas. O crente devia sentir a presença do santo através da imagem. Conseguia-se atingir de tal maneira esse objetivo, que o cristão, da mesma maneira que os adeptos de outras religiões mais antigas, esperava obter milagres da estátua; chegava até a acreditar quando lhe diziam que o braço de um Cristo de alabastro havia-se movido para dar a bênção e que o seio de uma Virgem de madeira tinha dado leite.

Deve-se começar qualquer estudo sobre a escultura na Idade Média com um ato de contrição. Uma grande parte dela, na Inglaterra, foi destruída por puritanos fanáticos e também por decretos do Parlamento e, na França, pelo terror da arte da Revolução. Na Inglaterra, operou-se a reação contra o que parecia aos novos iconoclastas ser a ornamentação pagã de santuários cristãos; na França, atacaram as coleções, imagens e túmulos da aristocracia, odiada. Em todos aquêles séculos vamos encontrar estátuas sem cabeças, narizes quebrados, sarcófagos destruídos, imagens em relevo amassadas, cornijas e capitéis danificados. Ressentimentos que se haviam acumulado contra a tirania dos eclesiásticos e senhores feudais deram vazão à sua fúria, causando satânica destruição. Como se quisessem associar-se às armas destruidoras, o tempo e seus elementos também se encarregaram de desgastar os trabalhos na pedra, apagaram as inscrições e não deram tréguas em sua luta fria e silenciosa contra os trabalhos do homem. O próprio homem, em centenas de campanhas, procurou alcançar a vitória com devastações sem fim. Apenas conhecemos a escultura medieval em suas ruínas.

Cometemos um erro quando observamos as suas partes esparsas nos museus. Não se devia considerá-las isoladas; elas fazem parte de um tema teológico e de um todo arquitetônico. O que poderia parecer cru e desajeitado talvez se tivesse adaptado habilmente à sua composição na pedra. Uma estátua de uma catedral era elemento de uma concepção arquitetural; ajustavam-na no seu lugar, fazendo-a seguir, por prolongamento, as linhas verticais do templo: as pernas eram unidas, os braços presos no corpo; às vezes alongavam o corpo de um santo, fazendo-o acompanhar todo o comprimento da ombreira de um portal. Algumas vezes, também, procuravam dar certos efeitos em figuras horizontais; as imagens sobre uma porta tinham suas formas muito estendidas e achatadas como sobre o portal da catedral de Chartres. Via-se também a figura de um homem ou de um animal acaçapada em um capitel à semelhança de um deus grego acuado. Haviam fundido a escultura de estilo gótico com a arquitetura que ela adornava e fizeram-no com um espírito de unidade inigualável.

Tal subordinação das linhas esculturais às estruturas e objetivo assinalaram essa arte do século XII. O século XIII presenciou a revolta do escultor, o qual, nessa época, aventurou-se a sair do formalismo para ingressar no realismo, deixou o espírito religioso para adotar o humor, a sátira e o prazer da vida terrena. Na catedral de Chartres, do século XII, as imagens são sombrias e rígidas; na de Reims, do século XIII, vemo-las conversando naturalmente ou em atitude natural, e suas feições são características; há graça em suas linhas. Muitas imagens das catedrais de Chartres e Reims assemelham-se aos camponeses barbados que ainda encontramos nas aldeias francesas. O pastor que se está aquecendo junto ao fogo no portal do lado oeste da catedral de Amiens tanto podia estar hoje num campo da Normandia como num de Gaspé. Nenhuma obra de escultura da História rivaliza com os temas caprichosos das imagens em relevo das catedrais de estilo gótico. Encontramos na de Ruão, comprimidas em pequenos quadrifólios, a figura de um filósofo com cabeça de porco meditando, a de um doutor metade homem e metade ganso examinando um frasco de urina, a de um professor de música, metade homem e metade corvo, dando lição de órgão a um centauro e a de um homem que um feiticeiro transformou em cão com os pés ainda metidos dentro dos sapatos.[21] Vêem-se ainda pequenas figuras muito engraçadas abaixo das estátuas das catedrais de Chartres, Amiens e Reims. Um capitel na catedral de Estrasburgo, já reformado, mostrava o sepultamento de Reinaldo, o Raposo: um porco e uma cabra carregavam o caixão, um lobo a cruz, uma lebre alumiava o caminho com uma tocha, um urso esparzia água benta, um veado dizia missa e um jumento cantava as orações fúnebres de um livro apoiado sobre a cabeça de um gato.[22] Na basílica de Beverley via-se a imagem de uma raposa envergando os trajes de monge e pregando de um púlpito para uma congregação de gansos.[23]

As catedrais eram, entre outras coisas, verdadeiras *menageries* (zoológicos) de pedras; quase todos os animais que os homens conheciam e inúmeros outros que saíam da imaginação daqueles tempos medievos enchiam espaços naquelas grandes estruturas. Viam-se na catedral de Laon, em suas torres, 16 touros, os quais representavam, segundo consta, os fortes animais que, pacientemente, durante muitos anos, transportaram os blocos de pedra para o cume do outeiro. Dizia a lenda que um dia um dos touros que ali trabalhavam caíra exausto; colocaram então a carga em uma parte íngreme do terreno; foi quando apareceu formidável touro, o qual tomou o lugar do morto, puxou o carro até ao cume do outeiro, desaparecendo depois no ar.[24] Achamos absurdas essas lendas e geralmente preferimos ler histórias de paixões e crimes.

As catedrais acharam também espaço para um jardim botânico. Junto à Virgem, aos anjos e santos, que melhor ornamento podia haver do que plantas, frutas e flores dos campos da Inglaterra, França e Alemanha? A arquitetura românica (800-1200) mantinha ainda os antigos temas — flores de acanto e videiras; no estilo gótico esses motivos formais cederam lugar a uma extraordinária profusão de plantas indígenas, talhadas em bases, capitéis, arquivoltas, cornijas, colunas, púlpitos, coros, ombreiras, assentos... Tais formas não são convencionais; eram muitas vezes variedades características, apreciadas localmente e que se restituíam à vida; outras, plantas compostas, uma faceta da imaginação no estilo gótico, mas que traziam ainda consigo o frescor da natureza. Árvores, ramos, folhas, botões, flores, frutas, fetos, tanchagens, agriões, celidônias, roseiras, morangueiros, cardos, salvas, salsas, chicória, couve e aipos — tudo isso vai caindo da inesgotável cornucópia da catedral. A primavera como que embriagava o coração do escultor e guiava-lhe o escopro na pedra. Mas não era apenas a primavera; viam-se também todas as outras estações do ano a colaborarem naqueles trabalhos. Neles se encontrava toda a labuta e consolo da semeadura e colheita. Em toda a história da escultura, nada há mais belo, em sua espécie, do que o trabalho representando a *Colheita*, existente na catedral de Reims.[25]

Todavia, aquele reino de plantas e flores, de pássaros e animais era subordinado ao tema principal da escultura medieval — a vida e a morte do homem. Algumas imagens em relevo das catedrais de Chartres, Laon, Lião, Auxerre e Bruges narram a história da criação. Na de Laon, o Criador conta nos dedos os dias que Lhe faltam para completar Sua obra e, nas últimas cenas, vemo-Lo, cansado, apoiar-se no cajado, sentar-se para descansar e ir depois dormir. É um Deus que qualquer camponês pode compreender. Outras imagens em relevo mostram os meses do ano, cada um com seus trabalhos e alegrias característicos. Algumas mostram as ocupações dos homens: camponeses trabalhando nos campos ou esmagando uvas, guiando cavalos ou bois para arar as terras, tosquiando carneiros ou ordenhando vacas, e há também, nessas imagens, moleiros, carpinteiros, mercadores, artistas, eruditos e até mesmo um ou dois filósofos. O escultor faz as coisas abstratas por meio de exemplo: Donato representa a gramática, Cícero a oratória, Aristóteles a dialética, Ptolomeu a astronomia. A filosofia está com a cabeça nas nuvens, tendo um livro na mão direita e um cetro na esquerda; ela é *Regina scientiarum, Rainha das Ciências.* Figuras aos pares personificam a Fé e a Idolatria, Esperança e Desespero, Caridade e Avareza, Castidade e Luxúria, Paz e Discórdia. Um portal da catedral de Laon mostra o combate entre os vícios e as virtudes. Na fachada do lado oeste da catedral de Notre Dame de Paris vê-se uma graciosa figura com olhos vendados representando a Sinagoga e diante dela uma mulher ainda mais bela, com um manto real e porte altivo — a Igreja como Noiva de Cristo. O próprio Cristo aparece, às vezes, muito terno, outras terrível; vemo-Lo ao ser tirado da cruz pela Mãe, levantando-se do túmulo enquanto ao lado uma leoa anima seus filhotes com um sopro, e vemo-Lo depois julgando os vivos e os mortos. O Dia do Juízo é reproduzido em todos os trabalhos de escultura e pintura das igrejas; não se permitia que o homem dele se esquecesse e somente se podia contar com uma intercessora para conseguir o perdão dos pecados cometidos. E, assim, na escultura, como nas litanias, a figura de Maria ocupava o lugar principal, era ela a Mãe infinitamente misericordiosa que jamais deixaria o Filho cumprir literalmente as terríveis palavras que dissera a respeito dos muitos que seriam chamados, porém poucos os escolhidos.

Há um sentimento bastante profundo naquela escultura de estilo gótico, uma vida

variada e cheia de energia, uma simpatia para com todas as plantas e o mundo animal, uma ternura, bondade e graça, um milagre que se operava na pedra ao revelar, ela, não a carne mas a alma, o que nos comove e satisfaz quando se vê que as estátuas gregas perderam — talvez devido ao nosso envelhecimento — algo de sua atração tradicional. Ao lado daquelas figuras vivas da fé medieval os pesados deuses do Partenon parecem frios e mortos. A escultura gótica é tecnicamente deficiente; nada há nela que possa igualar a perfeição do friso do Partenon ou os belos deuses e as deusas sensuais de Praxíteles, ou mesmo as matronas e senadores da Ara Pacis de Roma; e, sem dúvida, aqueles graciosos e dóceis efebos afroditas deviam ter significado outrora a alegria que se tinha por gozar uma vida sadia e cheia de amor. Contudo, os preconceitos de nossas crenças, lembrando-se de sua beleza e esquecendo o seu terror, fazem-nos voltar mais uma vez para as grandes catedrais e preferir o *Beau Dieu* de Amiens, o Anjo Sorridente de Reims e a Virgem de Chartres.

À medida que se ia desenvolvendo sua habilidade, o escultor medieval ia procurando libertar sua arte da arquitetura. Quis produzir trabalhos que agradassem ao gosto dos príncipes, prelados, nobres e burgueses. Na Inglaterra, os marmoristas de Purbeck, utilizando-se do excelente material extraído do promontório de Dorsetshire, adquiriram muita fama no século XIII com seus fustes de colunas e capitéis e as efígies talhadas nos sarcófagos. Por volta de 1292, Guilherme Torel, ourives de Londres, fundiu no bronze as imagens de Henrique III e de sua nora Eleanor de Castela para seus túmulos de mármore na abadia de Westminster. É um trabalho de bronze tão belo quanto qualquer outro daquela época. Havia notáveis escolas de escultura, naquele período, em Liège, Hildesheim e Naumburgo. Um mestre desconhecido fez, por volta de 1240, com roupagens magnificentes, as figuras fortes e simples de Henrique, o Leão, e sua leoa, na catedral de Brunswick. A França foi a pioneira na Europa na qualidade de suas estátuas de estilo românico (século XII) e gótico (século XIII), porém a maioria delas encontra-se integrada em suas catedrais e é aí que pode ser mais bem estudada.

A escultura, na Itália, não se achava tão intimamente ligada à arquitetura, comuna e corporações como na França. Ali, no século XIII, começamos a ver artistas, cuja personalidade domina seu trabalho e lhes imortaliza o nome. Nicolau Pisano encarnava uma diversidade de influências fundidas em uma única síntese. Nascido na Apúlia, em torno de 1225, gozara do ar estimulante do regime de Frederico II. Ao que parece, estudou as obras remanescentes e as restaurações da arte clássica.[26] Ao mudar-se para Pisa, herdou a tradição romana e ouviu falar do estilo gótico, então em seu ponto culminante na França. Quando esculpiu um púlpito para o batistério de Pisa, tomou por modelo um sarcófago romano do tempo de Adriano. Achava-se profundamente impressionado com as linhas firmes, porém graciosas, das formas clássicas; conquanto o púlpito mostrasse arcos romanos e góticos, suas figuras na maioria traziam feições e vestes romanas; o rosto e o traje de Maria, no quadro da Apresentação, eram os de uma matrona romana, e, a um canto, um atleta nu proclamava o espírito da antiga Grécia. Essa obra-prima despertou a inveja de Siena, a qual (1265) contratou Nicolau, seu filho João e seu aluno, Arnolfo di Cambio, para fazerem um púlpito ainda mais belo para a sua catedral. Eles foram coroados de êxito no trabalho. Apoiado em colunas com capitéis de flores num estilo gótico, esse púlpito de mármore branco era uma cópia dos temas do trabalho feito em Pisa, com um quadro descrevendo a Crucificação. Ali, a influência do estilo gótico sobrepujou o estilo clássico, porém o espírito

antigo ainda encontrou apoio na reprodução dos corpos sadios das figuras femininas que coroavam suas colunas. Como se quisesse realçar seus sentimentos clássicos, Nicolau esculpiu sobre o túmulo do ascético São Domingos, em Bolonha, formas viris em estilo pagão, cheias da alegria de viver. Juntou-se, em 1271, a seu filho e a Arnolfo para fazer a fonte batismal, a qual ainda se acha na praça pública de Perugia. Nicolau morreu sete anos mais tarde, relativamente jovem, porém abriu, em sua vida, caminho para Donatello e o ressurgimento da escultura clássica na Renascença.

Seu filho João Pisano (*ca.* 1240 — *ca.* 1320), teve também influência igual; suplantou-o, porém, em habilidade técnica. Em 1271, Pisa encarregou João Pisano de construir um cemitério para os homens que estavam então dividindo o Mediterrâneo ocidental com Gênova. Trouxeram terra sagrada do Monte Calvário para o Campo Santo. O artista ergueu ao redor de um retângulo gramado, graciosos arcos em estilos românico e gótico. Levaram para ali obras-primas de escultura para adornarem os peristilos, e o Campo Santo ficou sendo uma obra monumental de João Pisano até que a Segunda Guerra Mundial lhe destruiu metade dos arcos. (O Campo Santo está sendo restaurado.) Quando os pisanos foram derrotados pelos genoveses (1284), não mais puderam pagar os serviços de João Pisano, o qual seguiu então para Siena, onde auxiliou a desenhar e executar os trabalhos de escultura da fachada da catedral. Ele fez, em 1290, algumas imagens em relevo para a catedral de Orvieto. Voltou depois para Pistóia e ergueu para a igreja de Santo André um púlpito menos viril do que aquele que o pai fizera em Pisa, porém o sobrepujou com suas linhas simples e graciosas. É esse, na verdade, o mais belo produto de escultura gótica na Itália.

O terceiro membro desse famoso trio, Arnolfo di Cambio (*ca.* 1232 — *ca.* 1300), continuou a adotar o estilo gótico sob o patrocínio dos papas, vários dos quais tinham tido uma cultura francesa. Em Orvieto, participou da construção da fachada da catedral e construiu um belo sarcófago para o cardeal de Braye. Em 1296, com a extraordinária versatilidade dos artistas da Renascença, desenhou e começou a executar três obras que foram a glória de Florença: a catedral de Santa Maria del Fiore, a igreja de Santa Cruz e o Palácio Velho (Palazzo Vecchio).

Com Arnolfo e seus trabalhos passamos da escultura para a arquitetura. Todas as artes haviam então ressurgido. Tinham-se não somente restaurado antigos conhecimentos como também criado novas formas e técnicas com uma fertilidade quase exuberante. As artes uniram-se como nunca acontecera antes, ou aconteceria depois, no mesmo trabalho e no mesmo homem. Preparara-se tudo para aquela arte culminante da Idade Média que iria reunir todas as outras em uma cooperação perfeita e dar seu nome a um estilo e a uma época.

CAPÍTULO XXXII

O Florescimento do Estilo Gótico

1095 — 1300

I. A CATEDRAL

POR que a Europa ocidental construiu tantas igrejas naqueles três séculos depois do ano 1000? Que necessidade existia, em uma Europa com um quinto de sua atual população, de construir templos tão grandes e que agora raramente se enchem de fiéis mesmo nos dias mais santos? Como pôde uma civilização alicerçada na agricultura prover a construção de edifícios assim tão caros, que um industrialismo rico mal pode sustentar?

A população naquele tempo era pequena, mas tinha fé; era pobre, mesmo assim dava o que tinha. Nos dias santos ou durante as romarias, os fiéis eram tão numerosos que "as mulheres eram obrigadas a correr para o altar pisando sobre as cabeças dos homens",[1] disse Suger, de São Dionísio. O grande abade estava levantando fundos para construir sua obra-prima e podia-se-lhe perdoar essa declaração exagerada. Em cidades como Florença, Pisa, Chartres, York, etc., era desejável, em certas ocasiões, reunir-se toda a população em um só edifício. As igrejas dos mosteiros, por sua vez, tinham de acomodar monges, freiras e leigos. As relíquias tinham de ser guardadas em compartimentos especiais, com espaço para que os fiéis pudessem cultivar a sua devoção, e havia também necessidade de um amplo santuário para nele se celebrarem os grandes ritos. Necessitava-se de altares laterais nas abadias e catedrais, cujos inúmeros sacerdotes esperavam poder dizer missa todos os dias; um altar ou uma capela separada para cada santo favorito poderia talvez atender melhor às súplicas dos fiéis, e a Virgem Maria devia ter uma "Capela da Senhora", se por acaso toda a catedral não fosse somente para ela.

A construção era em grande parte financiada pelos fundos que se acumulavam na diocese episcopal. Além disso, o bispo solicitava donativos dos reis, nobres, comunas, corporações, paróquias e indivíduos. Provocava-se sadia rivalidade entre as comunas, nas quais a catedral se tornava o símbolo de sua força e riqueza. Ofereciam-se indulgências aos contribuintes; exibiam-se as relíquias nas ruas da diocese a fim de estimular o povo a dar suas contribuições. Um milagre ocasional despertava também maior generosidade nas dádivas.[2] Era muito forte a concorrência no levantamento dos fundos; os bispos não permitiam que se fizessem coletas em suas dioceses para beneficiar o empreendimento de outras. Houve muitos casos, porém, em que bispos de outras regiões, até mesmo de outros países, enviaram auxílios para a construção de um templo em terras que não eram de sua jurisdição, como se deu no caso da construção da catedral de Chartres. Conquanto houvesse quase certa pressão nos apelos que então se

faziam, eles não chegavam, no entanto, a rivalizar com a intensidade das influências mobilizadas para conseguir o financiamento do povo para uma guerra moderna. Os capítulos das catedrais chegavam a ficar com seus fundos completamente esgotados e quase levaram a Igreja francesa à falência no seu arrebatamento pelas construções de estilo gótico. O próprio povo não se sentia explorado ao dar sua contribuição, mal sentia falta do que lhe saía do bolso e, em troca disso, recebia, como realização coletiva, um templo para a sua adoração, uma escola de letras para os filhos, uma escola de artes e ofícios para suas corporações e uma Bíblia em pedra, onde podia contemplar, em estátua e imagem, a história de sua fé. A casa do povo era à casa de Deus.

Quem desenhou as catedrais? Se a arquitetura é a arte de desenhar e embelezar um edifício e dirigir a sua construção, devemos então refutar, no que diz respeito ao estilo gótico, a antiga idéia de que foram seus arquitetos os sacerdotes e monges. A sua função consistia em formular suas necessidades, conceber um plano geral, escolher um lugar e levantar o dinheiro. Antes do ano de 1050, era comum o clero, especialmente os monges de Cluny, desenhar e superintender, tanto quanto planejar; mas para as grandes catedrais — para todas elas depois de 1050 — tornou-se, no entanto, necessário contratar arquitetos profissionais, os quais, com raras exceções, não eram monges nem sacerdotes. Somente em 1563 é que se deu a tais indivíduos o nome de arquitetos: o seu nome na Idade Média era "mestre construtor"; chamavam-no, às vezes, de "mestre pedreiro". Tais expressões revelam a sua origem. Ele se iniciara como artesão fisicamente empenhado no trabalho que dirigia. No século XIII, quando a riqueza já permitia a construção de maiores edifícios e especializações, o mestre construtor não mais participava do trabalho material, porém submetia a exame os desenhos e as estimativas dos concorrentes, aceitava contratos, fazia os planos de trabalho, procurava os materiais necessários, aliciava e pagava os artífices e artesãos e dirigia a construção desde os alicerces até ao seu acabamento. Conhecemos os nomes de muitos de tais arquitetos depois do ano 1050. Só na Espanha medieval havia 137 arquitetos de estilo gótico. Alguns deles inscreveram seus nomes nos edifícios que construíram e uns poucos escreveram livros sobre o seu ofício. Villard de Honnecourt (*ca.* 1250) deixou um álbum de anotações sobre arquitetura e desenhos que fez em suas viagens de Laon e Reims a Lausanne e Hungria, no exercício de sua profissão.

Não se diferenciavam dos artesãos por qualquer nome especial os artistas que faziam os trabalhos mais delicados — os que esculpiam as imagens e relevos, ou que pintavam os vitrais ou paredes, ou decoravam os altares ou o coro. O artista era o mestre-artesão. Cada ofício esforçava-se por ser uma arte. Grande parte do trabalho era distribuída, por contrato, entre as associações, às quais pertenciam os artistas e artesãos. Os servos e trabalhadores imigrantes forneciam a mão-de-obra não especializada. Quando havia premência de tempo, o governo aliciava homens — até mesmo artesãos especializados — a fim de completar a obra.[3] As horas de trabalho iam, no inverno, desde o amanhecer até ao pôr-do-sol, no verão, um pouco depois do levantar do sol até um pouco antes de ele se deitar. Havia um intervalo ao meio-dia para uma refeição substancial. Os arquitetos ingleses, em 1275, recebiam 12 *pence* por dia, com despesas de viagem pagas e, uma vez ou outra, eram aquinhoados com gratificações.

O plano básico da catedral ainda era essencialmente o da basílica romana: uma nave longitudinal que terminava em um santuário e elevava-se entre os lados do coro até um teto apoiado em paredes e colunas. Essa simples basílica transformou-se por uma

complexa evolução, que não deixou de ser fascinante, em uma catedral que primeiramente foi de estilo românico e depois gótico. A nave e o lado do coro eram cortados por uma galeria transversal que dava ao plano a forma de uma cruz latina. A área do terreno foi-se estendendo, fruto de rivalidades e devoção. A catedral de Notre Dame de Paris cobria uma área de 63.000 pés quadrados, as de Chartres e Reims 65.000, a de Amiens 70.000, a de Colônia 90.000 e a de São Pedro 100.000. A igreja cristã era quase sempre orientada para Jerusalém — construída com o lado do coro apontando para leste.

O portal principal ficava na fachada do lado oeste, cujas decorações especiais recebiam a luz do sol poente. Cada portal, nas grandes catedrais, era uma arcada, composta de arcos sobrepostos uns aos outros, formando o todo uma concha dilatada. Uma série semelhante de "ordens" realçava a beleza dos arcos das naves e ombreiras das janelas. Cada "ordem" daquele conjunto de arcos podia abrigar estátuas ou qualquer outro ornato escultural, de maneira que o portal, principalmente na frente oeste, tornava-se um grande capítulo no livro de pedra da doutrina cristã.

A imponência da fachada oeste era realçada pelas torres que a flanqueavam. As torres são tão antigas quanto os registros da História. Nos estilos românico e gótico, elas não somente eram empregadas para abrigar os sinos como também para sustentar a pressão lateral da fachada e a pressão longitudinal do lado do coro. Na Normandia e na Inglaterra adotava-se uma terceira torre com muitas janelas ou muito ampla em sua base, a qual servia de "lanterna" a fim de projetar no centro da igreja uma luz natural. Os arquitetos de estilo gótico, enamorados das linhas verticais, desejavam acrescentar um coruchéu em cada torre; fracassavam nisso, talvez devido à falta de fundos ou técnicas; alguns coruchéus caíram, como os de Beauvais; as catedrais de Notre Dame, Amiens e Reims não receberam nenhum deles; construíram apenas dois na de Chartres, quando se projetava construir três; na de Laon fizeram apenas um dos cinco que haviam sido traçados e esse mesmo foi destruído durante a Revolução. Como do coruchéu se descortinavam as paisagens do norte, o campanário e a torre do sino dominavam as cidades da Itália. Eram em geral separados da igreja, como a Torre Inclinada de Pisa ou o Campanário de Giotto em Florença. Talvez os arquitetos se inspirassem nos minaretes muçulmanos. Eles, por sua vez, espalharam o seu estilo pela Palestina e pela Síria, e os campanários tornaram-se as torres municipais nas cidades do norte.

A parte central, na igreja, parecia o interior de um casco de navio de cabeça para baixo, daí o seu nome de nave, quando as colunas que a flanqueavam sustentavam arcos que se encontravam na abóbada. Às vezes tinha-se a impressão de que seu comprimento era pequeno, especialmente na Inglaterra, isso devido a um gradil de ferro ou parapeito de mármore, aliás bem trabalhado, que atravessava a nave a fim de proteger o santuário contra os intrusos durante os ofícios religiosos. Viam-se, nos santuários, os bancos do coro, os quais constituíam sempre verdadeiras obras de arte, dois púlpitos, às vezes chamados *ambos*, assentos para os sacerdotes oficiantes e o altar principal, o qual costumava ostentar, atrás de si, uma cortina vermelha cheia de adornos. À volta do santuário e seguindo pelas alas via-se um passeio, o qual permitia que as procissões fizessem o circuito de todo o edifício. Algumas igrejas construíram debaixo dos altares uma cripta para nela conservarem as relíquias de algum santo patrono ou os restos mortais de algum morto ilustre; isso fazia lembrar os túmulos das catacumbas romanas.

O problema dominante das construções românicas e góticas era determinar como se devia sustentar o teto. As primeiras igrejas românicas tinham tetos de madeira, geralmente de carvalho bem seco; essa madeira, quando bem ventilada e resguardada da umidade, dura indefinidamente. O transepto sul da catedral de Winchester ainda ostenta seu teto de madeira do século XI. A desvantagem de tais estruturas era no caso de ocorrer um incêndio, o qual, uma vez ateado, nem sempre podia ser dominado. Quase todos os templos do século XII tinham tetos de alvenaria. Seu peso é que determinou a evolução da arquitetura da Europa medieval. Grande parte daquele peso tinha de ser sustentada pelas colunas que flanqueavam a nave, colunas essas que precisavam ser bastante fortes ou em grande número, o que se fazia agrupando-se várias delas ou substituindo-as por pilares de alvenaria. Um capitel coroava as colunas ou pilares, talvez também com uma imposta a fim de prover uma superfície maior que suportasse o grande peso. Erguia-se de cada pilar ou coluna um leque de arcos de alvenaria: um arco transverso atravessava a nave até o pilar oposto; outro arco cruzava a parte central até um pilar na parede; dois arcos longitudinais sobrepunham-se ao pilar da frente e ao de trás; dois arcos diagonais ligavam o pilar com os que ficavam diagonalmente opostos através da nave e talvez dois outros também diagonalmente opostos cruzando a parte central. Em geral cada arco tinha seu próprio suporte na imposta ou capitel do pilar. Melhor ainda, cada um podia prosseguir em linha ininterrupta até ao chão a fim de formar o componente de uma coluna ou pilar. O efeito que isso produzia significava uma das mais belas feições dos estilos românico e gótico. Cada quadrângulo de pilares na nave ou parte central constituía o "vão", do qual os arcos se erguiam em graciosa curvatura para formarem uma secção da abóbada. Exteriormente esse teto era coberto por um coruchéu de madeira, encoberto e protegido por telhas de barro ou ardósia.

A abóbada tornou-se a grande realização da arquitetura medieval. O arco possibilitava um espaço maior do que o que se obtinha com o teto de madeira ou a arquitrave. Podia-se alargar a nave para colocá-la em harmonia com um comprimento maior; a nave assim alargada exigia uma altura proporcionalmente maior; isso permitia o levantamento do nível para onde convergiam os arcos procedentes dos pilares e paredes. Esse novo prolongamento do fuste realçava as extraordinárias linhas verticais da catedral. A abóbada ficava mais harmoniosa quando as linhas nas quais os arcos de alvenaria se encontravam eram orladas com "nervuras" de tijolo ou pedra. Essas "nervuras" provocaram um grande melhoramento na estrutura e estilo: os pedreiros aprenderam a construir a abóbada, começando pela "nervura", colocando-a, uma de cada vez, sobre uma armação de madeira móvel; enchiam de material leve de alvenaria os triângulos entre cada par delas; faziam essa pequena teia de alvenaria toda côncava, passando a maior parte de seu peso para as nervuras. Estas eram fortes a fim de desviar a pressão para pontos específicos que eram os pilares da nave ou as paredes. Tal abóbada tornou-se a feição característica da arquitetura medieval.

O problema de apoio para as superestruturas foi também resolvido ao construir-se a nave mais alta que as alas; o teto da ala, juntamente com sua parede exterior, servia assim como apoio para a abóbada da nave. Se a própria ala era abobadada, seus arcos desviariam metade do peso para dentro a fim de contrabalançar a pressão externa da abóbada central nos pontos mais fracos dos suportes da nave. Ao mesmo tempo, essa parte da nave que se erguia além dos tetos das alas tornou-se uma divisão livre, cujas janelas deviam então iluminar a nave. As próprias alas eram geralmente divididas em

dois ou três andares, dos quais o último constituía uma galeria e o segundo um trifório, assim chamado porque os espaços arqueados pelos quais ele dominava a nave eram normalmente divididos em "três portas" por duas colunas. Esse lugar, nas igrejas orientais, era reservado para as mulheres. A nave era destinada aos homens.

Assim, paulatinamente, em 10, 20 e 100 anos, foram-se erguendo as catedrais para a glória de Deus. Quando uma ficava pronta para o culto religioso, fazia-se um grande cerimonial, ao qual compareciam altos prelados e dignitários, peregrinos e turistas e todos os habitantes da cidade exceto os ateus. Ainda seriam precisos muitos anos para o acabamento do interior e exterior e a aplicação de uma centena de adornos. Por muitos séculos haveria o povo de ler em seus portais, vitrais, capitéis e paredes a história esculturada ou pintada de sua fé — a história da Criação, da Queda do Homem e do Dia do Juízo, a história da vida de seus profetas e patriarcas, os sofrimentos e milagres dos santos, as alegorias morais do mundo animal, os dogmas dos teólogos, até mesmo as abstrações dos filósofos; tudo ficaria ali encerrado numa vasta enciclopédia que o cristianismo erguera na pedra. Quando morresse, o bom cristão haveria de desejar ser enterrado junto às suas paredes, onde os demônios teriam receio de aparecer. Uma geração atrás da outra iria fazer suas orações na catedral e gerações após gerações haveriam de sair do templo para ir para seus túmulos. A catedral contemplaria suas idas e vindas com o calmo silêncio da pedra até que, na morte final, na morte do seu próprio credo, viessem suas sagradas paredes a sucumbir à destruição que lhe infligisse o tempo onívoro ou à aparição de novos templos dedicados á novos deuses.

II. ESTILO ROMÂNICO NO CONTINENTE: 1066-1200

Julgaríamos mal a variedade da arquitetura ocidental nos séculos XII e XIII se permitíssemos que o esboço que fizemos da estrutura de uma catedral valesse para todo o mundo latino cristão. Em Veneza, continuava ainda a perdurar a influência do estilo bizantino; a catedral de São Marcos recebia sempre novas decorações e coruchéus, porém à maneira de Constantinopla em cruzamento com a de Bagdá. Talvez tivesse sido através de Veneza ou mesmo de Gênova ou Marselha que o estilo bizantino de cúpulas colocadas com "pingentes" sobre uma base greco-cruciforme entrou em França, aparecendo nas igrejas de Santo Estêvão e St. Front, em Périgueux, e nas catedrais de Cahors e Angoulême. Em 1172, Veneza, tendo resolvido restaurar e ampliar o Palácio dos Doges, adotou uma mescla de estilos — românico, lombardo, bizantino e árabe — e uniu-os numa grande obra-prima que Villehardouin, em 1202, achou *moult riche et biaux*, e que continua ainda sendo a principal glória do Grande Canal.

Nenhuma definição de um estilo de arquitetura tem escapado às exceções. Os trabalhos dos homens, assim como os da natureza, ressentem as generalizações e ostentam seu individualismo perante todas as regras. Consideremos como características do estilo românico o arco redondo, as paredes e pilares compactos, as janelas estreitas, com contrafortess ou não, e as linhas predominantemente horizontais, e sejamos tolerantes em nossas divagações.

Quase um século após a construção de seu *duomo*, Pisa encarregou Diotisalvi de erigir um batistério na praça fronteira à catedral (1152). Diotisalvi adotou um plano circular, guarneceu de mármore a estrutura, desfigurou-a com arcadas, cercou-a de colunas e coroou-a com um domo que teria sido perfeito não fosse a sua cúpula cônica. Bonanno de Pisa e Guilherme de Innsbruck ergueram atrás da catedral a Torre In-

clinada como campanário (1174). Era uma cópia do estilo da fachada da catedral — uma série de arcadas romanas sobrepostas com o oitavo andar abrigando os sinos. A Torre afundou do lado sul após a ereção de três andares sobre um alicerce de apenas 10 pés de profundidade, e os arquitetos procuraram então sanar essa falha inclinando os últimos andares em direção norte. Numa altura de 179 pés, a Torre apresenta agora um desvio de 16,5 pés de sua perpendicular — um aumento de um pé entre os anos de 1828 e 1910.

Os monges italianos que emigraram para França, Alemanha e Inglaterra levaram consigo o estilo românico. Talvez fosse devido a eles que a maioria dos mosteiros de França eram desse estilo, razão por que, nesse país, o românico figura em segundo lugar no estilo monástico. Os beneditinos de Cluny construíram uma abadia magnífica em sua cidade (1089-1131), com quatro alas, sete torres e com tal profusão de imagens zoológicas que provocaram a ira de São Bernardo.

> O que esses monstros ridículos procuram fazer nos claustros, à vista dos monges que estão lendo? O que significam esses macacos sujos, esses dragões, centauros, tigres e leões... essa luta de soldados e essas cenas de caça?... O que vêm fazer aqui essas criaturas que são metade animal e metade homem?... Podem-se ver aqui vários corpos debaixo de uma só cabeça e várias cabeças sobre um só corpo. Ali vê-se um quadrúpede com a cabeça de serpente, acolá um peixe com a cabeça de quadrúpede, mais adiante um animal que na frente é cavalo e atrás uma cabra.[4]

A abadia de Cluny foi destruída nas *Jacqueries* da Revolução, porém sua influência na arquitetura estendeu-se sobre os dois mil mosteiros de sua ordem. O sul da França ainda possui inúmeras igrejas de estilo românico; a tradição romana dominava as artes e as leis desse país e resistiu durante muito tempo ao estilo gótico "bárbaro" que descera do norte. O mármore era raro na França e as catedrais compensavam a falta de seu brilho externo com uma profusão de estátuas. O que surpreende nas igrejas do sul da França é o expressionismo de suas estátuas — parecem mais querer transmitir um sentimento. A imagem de São Pedro em um portal da abadia de Moissac (1150), com seu rosto torturado e pernas de aracnídeo, parece ter sido feita mais para impressionar e aterrorizar a imaginação do que para acentuar as linhas da estrutura. Os escultores adulteraram de caso pensado tais figuras, basta ver o realismo da folhagem nos capitéis de Moissac. A melhor fachada de estilo românico na França é o portal oeste da catedral de São Trófimo, em Arles (1152), a qual se encontra adornada de animais e santos.

A Espanha ergueu imponente túmulo na igreja de Santiago de Compostela (1078-1211), cujo Pórtico da Glória contém os mais belos trabalhos de escultura em estilo românico na Europa. Coimbra, que seria mais tarde a cidade universitária de Portugal, construiu uma bela catedral também desse estilo, no século XII. Mas foi com maiores emigrações de povos do norte que o estilo românico alcançou o apogeu. A Île de France repeliu-o, mas a Normandia acolheu-o de braços abertos; sua força rude adaptava-se bem a um povo até há pouco tempo viking e que ainda era da casta de piratas. Já em 1048, os monges beneditinos de Jumièges, nas proximidades de Ruão, construíram uma abadia que tinha a fama de ser o maior edifício construído na Europa ocidental desde os tempos de Constantino; a Idade Média também se orgulhava de possuir obras grandiosas. Os fanáticos da Revolução destruíram uma parte da abadia; a fachada e as torres que sobreviveram demonstram ser ela um desenho ousado e

viril. Na verdade, nela é que se formou o estilo normando do românico, o qual se apoiava mais na massa e forma estrutural do que nas ornamentações.

Em 1066, Guilherme, o Conquistador, para expiar o pecado de haver-se casado com Matilda de Flandres, doou fundos para uma igreja de Santo Estêvão, em Caen conhecida como sendo a Abbaye aux Hommes. Matilda, talvez guiada por motivos semelhantes, também financiou ali a construção da igreja da Trindade, conhecida por Abbaye aux Dames. Por volta de 1135, ao restaurar-se a Abbaye aux Hommes cada vão da nave foi dividido por uma coluna extra de cada lado ligada por um arco transversal; dessa maneira a habitual abóbada quadripartita tornou-se sexpartita, forma que ficou sendo muito popular no decorrer do século XII.

Da França o estilo românico passou para Flandres, onde se ergueu uma bela catedral em Tournai (1066); e de Flandres, França e Itália para a Alemanha. Mogúncia havia começado sua catedral em 1009, Trier em 1016, Speyer em 1030. Essas foram reconstruídas antes de 1300, ainda no estilo arredondado. Colônia construiu naquele período a igreja de Santa Maria im Kapitol, famosa pelo seu interior e a igreja de Santa Maria, famosa por suas torres; ambos esses templos foram destruídos na Segunda Guerra Mundial. A catedral de Worms, consagrada em 1171 e restaurada no século XIX, ainda é um monumento do estilo reno-românico. Esses templos tinham uma abóbada em cada extremidade. Não se cuidava de fazer esculturas em suas fachadas. Sua parte exterior era adornada de colunas e suas torres tinham formas muito interessantes. Os críticos estrangeiros elogiam esses templos com certa moderação, mas o fato é que eles possuem uma beleza encantadora e *gemütlich* que se harmoniza bastante com a extraordinária placidez do Reno.

III. ESTILO NORMANDO NA INGLATERRA: 1066-1200

Ao subir ao trono em 1042, Eduardo, o Confessor, levou consigo muitos amigos e idéias da Normandia, onde passara sua mocidade. A abadia de Westminster havia sido começada em seu reinado como uma igreja normanda com seus arcos redondos e muros pesados. Essa estrutura ficou soterrada sob a abadia de 1245, de estilo gótico, mas foi o início de uma revolução no campo da arquitetura. A rápida substituição dos bispos saxônios e dinamarqueses pelos bispos normandos assegurou o triunfo do estilo normando na Inglaterra. O Conquistador e seus sucessores deram aos bispos muito da riqueza que haviam confiscado aos ingleses que não apreciavam a sua conquista; as igrejas transformaram-se em instrumentos de pacificação espiritual. Os bispos anglo-normandos logo rivalizaram com os nobres em riqueza e as catedrais e castelos multiplicaram-se como aliados no país conquistado. "Quase todos procuravam rivalizar uns com os outros na construção de edifícios suntuosos de estilo normando", escreveu Guilherme de Malmesbury, "pois os nobres achavam que não devia passar um dia sem que celebrassem qualquer grande feito."[5] Jamais havia a Inglaterra presenciado tão grande febre de construções.

A arquitetura anglo-normanda, variação do tema romano, seguia os modelos franceses ao suportar o teto por meio de arcos arredondados assentados sobre pilares e pesados muros — embora os seus tetos fossem geralmente de madeira. Quando a abóbada era de pedra, as paredes tinham uma espessura de oito a 10 pés. Era em grande parte monástica. Os templos costumavam ser erguidos em lugares afastados, longe das cidades. Colocavam poucas estátuas em sua parte externa, pois temiam as

conseqüências de um clima úmido. Mesmo os capitéis das colunas eram muito simples e mal esculpidos. A Inglaterra jamais pôde igualar-se ao Continente em matéria de escultura. Contudo, não muitas torres puderam rivalizar com as grandes estruturas que dominavam os castelos normandos ou protegiam as fachadas da igreja normanda.

Poucas eram as obras de arquitetura eclesiástica na Inglaterra de estilo puramente românico. A maioria das catedrais sofreu a influência do estilo gótico no levantamento do arco e abóbada no século XIII, nelas permanecendo apenas a forma básica normanda. Em 1067, um incêndio destruiu a antiga catedral de Cantuária; Lanfranc reconstruiu-a (1070-7) de acordo com sua antiga Abbaye aux Hommes, de Caen. Nada resta da catedral de Lanfranc salvo algumas partes de alvenaria, onde Becket tombou. De 1096 a 1110, os priores Ernulfo e Conrado construíram novo coro e cripta nova; eles conservaram o arco semicircular, apoiando-o nos contrafortes externos. Era o começo da transição para o estilo gótico.

O mosteiro de York, iniciado em 1075 de acordo com um projeto de estilo normando, foi terminado em 1291, porém em estilo gótico. (É costume dizer-se mosteiro de York [*York Minster*] embora esta catedral jamais tenha sido monástica.) A catedral de Lincoln, no princípio, também de estilo normando (1075), foi reconstruída depois do terremoto de 1185 naquele segundo estilo, mas suas grandes torres e os imponentes portais da fachada ainda conservavam a feição e a força do primeiro. Em Winchester, os transeptos e a cripta ainda são os da catedral normanda de 1081-1103. O bispo Walkelin construiu-a para comportar o número de peregrinos que desejavam visitar o túmulo de São Swithin.* Walkelin fez um apelo a seu primo, o Conquistador, para que lhe fornecesse madeira para o teto de sua grande nave. Guilherme permitiu-lhe que cortasse tôda a madeira que pudesse dentro de um prazo de três dias. O rebanho de Walkelin abateu todas as árvores da floresta em 72 horas. Quando a catedral ficou pronta, quase todos os abades e bispos da Inglaterra compareceram à sua consagração. Podemos imaginar facilmente o estímulo que a construção desse enorme edifício significou para outras cidades.

Podemos aquilatar algo da atividade em edifícios normandos quando observamos que a construção da abadia de Santo Albano fora iniciada em 1075, a da catedral Ely em 1081, a de Rochester em 1083, a de Worcester em 1084, a da Antiga São Paulo em 1087, a de Gloucester em 1089, a de Durham em 1093, a de Norwich em 1096, a de Chichester em 1100, a de Tewkesbury em 1103, a de Exeter em 1112, a de Peterborough em 1116, a da abadia de Romsey em 1120, a de Fontains em 1140, a de São Davi, em Gales, em 1176. Não são nomes, são obras-primas; compunge-nos não nos determos nelas com alguns comentários. Todas, com exceção de uma, foram reconstruídas em estilo gótico ou a ele adaptadas. Durham continua predominantemente normanda e é a estrutura românica mais impressionante da Europa.

Durham é uma pequena cidade mineira de aproximadamente 20.000 almas. Um promontório rochoso ergue-se numa curva do rio Wear. É nessa estratégica elevação que se encontra a gigantesca massa da catedral, "meio igreja de Deus e meio castelo contra os escoceses".[6] Monges da ilha de Lindisfarne, ao fugirem dos incursores dinamarqueses, construíram ali, em 995, um templo de pedra. Em 1093, seu segundo bispo normando, Guilherme de São Carilef, demoliu o edifício e, com incrível cora-

* Bispo de Winchester do século IX. Diz a lenda que a chuva fez com que se protelasse por 40 dias a transferência de seu corpo (em 971) para o túmulo que lhe tinham preparado; daí o ditado popular de que, quando chove no dia de São Swithin (15 de julho), é sinal de 40 dias de chuva.

gem e fundos de origem misteriosa, ergueu o atual templo. A construção prosseguiu até o ano de 1195, de maneira que a catedral representa a aspiração e o labor de um século. A alta nave é normanda com dupla arcada de arcos redondos apoiando-se em capitéis não lavrados e em fortes pilares. A abóbada de Durham introduziu na Inglaterra duas inovações vitais: as curvas angulares, formadas pela interseção de dois arcos que auxiliam a distribuição das pressões, e os arcos transversais agudos, enquanto os diagonais eram redondos. Se os arcos transversais tivessem sido redondos, suas coroas não teriam alcançado a mesma altura dos diagonais, que são mais compridos, e o ápice da abóbada teria sido uma linha desigual e interrompida. Em se erguendo as coroas dos arcos transversais, podia-se fazê-los alcançar a altura desejada. Essa consideração estrutural e não um objetivo estético é que parece ter criado a mais proeminente feição do estilo gótico.

Em 1175, o bispo Pudsey acrescentou à extremidade oeste da catedral de Durham um atraente pórtico, o qual, por alguma razão desconhecida, recebeu o nome de *galilee* (galiléia). Aí — onde se acha o túmulo do Venerável Beba — os arcos são redondos, porém as colunas estão mais próximas da forma gótica. A abóbada do coro ruiu logo no princípio do século XIII. Ao reconstruírem-na, os arquitetos apoiaram a arcada da nave com contrafortes dissimulados no trifório. Em 1240-70, acrescentou-se ao templo a Capela dos Nove Altares para guardar os restos mortais de São Gutberto. Os arcos aí são agudos. A transição para o gótico foi completa.

IV. EVOLUÇÃO DO ESTILO GÓTICO

Pode-se definir a arquitetura gótica como a localização e equilíbrio de pressões de estrutura, realce de linhas verticais, abóbadas com nervuras e formas agudas. Ela evoluiu pela solução dos problemas de ordem mecânica criados pelas necessidades eclesiásticas e aspiração artística. O receio de um incêndio deu origem às abóbadas de pedra ou tijolos. Tetos mais pesados exigiam paredes grossas e pilares fortes; a ubiqüidade da pressão para baixo limitava o espaço da janela, as paredes grossas sombreavam as janelas estreitas e o interior ficava demasiado escuro para os climas do norte. A invenção da abóbada com nervuras diminuiu o peso do teto, permitiu o uso de colunas menos grossas, localizando-se as pressões; a concentração e equilíbrio das pressões deram ao edifício estabilidade sem muito peso; a localização do suporte por meio de contrafortes permitiu que se colocassem janelas mais compridas em paredes mais finas; as janelas ofereceram grande oportunidade para a arte de vidros coloridos já então existente. A moldura de pedra nas janelas compostas incentivou a nova arte da escultura. Os arcos da abóbada tornaram-se agudos para permitir que arcos de comprimentos desiguais alcançassem suas coroas em uma altura igual, e outros arcos e formas de janelas também se tornaram agudos para ficarem em harmonia com os arcos da abóbada. Métodos melhores para suportar a pressão permitiram que se fizessem naves mais altas; as torres e arcos agudos realçaram a verticalidade das linhas e produziram essa graça sublime do estilo gótico. Tudo isso fez com que a catedral gótica se tornasse a suprema realização e expressão da alma humana.

Mas é presunção concentrar um século de evolução da arquitetura em um parágrafo. Algumas fases nesse desenvolvimento convidam-nos a um exame mais calmo. O problema de conciliar uma graça leve com uma força estável foi melhor resolvido pelo gótico do que por qualquer outra arquitetura anterior ao nosso tempo. Não sabemos

quanto tempo nossos ousados desafios às leis da gravidade escaparão aos fenômenos destruidores da terra. Os arquitetos góticos nem sempre foram coroados de êxito, a catedral de Chartres não mostra ainda uma fenda, mas o coro da catedral de Beauvais desmoronou 12 anos após a sua construção. A feição essencial do estilo gótico era a nervura funcional: as nervuras dos arcos transversais e diagonais, erguendo-se de cada vão da nave, uniam-se para formar uma unidade estrutural que sustentava o peso e as pressões causadas pelos arcos que partiam dos pilares e que eram apoiados também pela pressão externa dos vãos correspondentes das naves laterais e contrafortes aplicados às paredes no interior de cada arco transversal.

O contraforte já era um recurso antigo. Muitas igrejas anteriores ao estilo gótico tinham pilares de alvenaria, os quais haviam sido acrescentados externamente nos pontos sob forte pressão. Contudo, um contraforte volante ocasiona também uma pressão no suporte da base. Algumas catedrais normandas empregaram metades de arcos no trifório a fim de sustentar os arcos da nave, mas tais contrafortes internos alcançavam apenas um ponto demasiado baixo da nave e não davam a necessária resistência à galeria onde a pressão da abóbada era mais intensa. Para dar apoio àquele alto ponto, tornava-se necessário tirar o contraforte de seu lugar oculto, levantá-lo e aplicá-lo sobre o teto da nave, de maneira a sustentar diretamente a parede da galeria. Ao que se sabe, começou-se a empregar esse contraforte volante externo por volta de 1150, aliás na catedral de Noyon.[7] Em fins daquele século tornou-se um processo favorito. Encerrava, no entanto, defeitos muito graves: às vezes dava a impressão de um esqueleto estrutural, uma espécie de andaime que não havia sido removido por negligência ou recurso de última hora de algum construtor, cujo edifício estivesse aluindo, o que provocou o comentário de Michelet de que "a catedral estava de muletas". A Renascença iria repelir o contraforte como obstrução indesejável e tratar de obter outros meios de apoio para estruturas pesadas, tais como a cúpula da catedral de São Pedro. O arquiteto gótico pensava diferentemente; ele gostava de expor as linhas e o mecanismo de sua arte; apegou-se aos contrafortes e, talvez, multiplicou-lhes o número além do que era preciso. Combinou-os de maneira a sustentarem dois ou mais pontos ou um ao outro, embelezou com pináculos os pilares estabilizadores e achou também que, pelo menos, um anjo podia permanecer na ponta de um pináculo, como na catedral de Reims.

O equilíbrio das pressões era mais vital para o gótico do que o arco agudo ou ogival. Estes, porém, tornaram-se o sinal externo e visível de uma graça interior. O arco agudo já era uma forma muito antiga. Encontramo-lo em Diyarbakir, na Turquia, numa colunata romana de data incerta. Conhece-se um modelo em Qasr ibn Wardan, na Síria, datado de 561.[8] Encontra-se essa forma no Domo da Rocha e na mesquita de el-Aqsa, de Jerusalém, no século VII; em um nilômetro, do Egito, em 861; na mesquita de Ibn Tulum, do Cairo, em 879. Era empregado freqüentemente entre os persas, árabes, coptas e mouros antes de sua primeira aparição na Europa ocidental na segunda metade do século XI.[9] Talvez tivesse surgido no sul da França procedente da Espanha sarracena ou por meio de peregrinos, que voltavam do Oriente ou pode muito bem ser que tivesse surgido espontaneamente no Ocidente com o fim de resolver problemas de ordem mecânica nos trabalhos de arquitetura. Devia-se notar, porém, que esse problema de lançar arcos de comprimentos desiguais ao nível de uma coroa podia ser resolvido sem a ogiva, para o que bastaria levantar do pilar ou da parede a sua ponta de projeção interna. Isso, também, teria um efeito estético, porquanto

ressaltaria as linhas verticais. Adotou-se largamente esse sistema, nem sempre, porém, como substituto para o arco agudo, mais como complemento auxiliar. A forma ogival solveu mais um problema: uma vez que as naves laterais eram mais estreitas que a parte central, um vão da primeira tinha mais comprimento do que largura e as coroas de seus arcos transversais não alcançariam as dos seus arcos diagonais, exceto se os transversais fossem agudos ou mais levantados, de maneira a impedir seu harmonioso movimento interno com os diagonais. A forma ogival ofereceu idêntica solução para a difícil tarefa de abobadar com arcos de coroa igual o deambulatório da abside, onde a parede externa era mais comprida que a da parte interna e cada vão formava um trapezóide, cuja abóbada seria imperdoável se fosse desenhada sem o arco agudo. Depreende-se que a princípio não a escolheram pela sua feição graciosa porquanto a vemos em grande número de edifícios, nos quais a empregaram a fim de enfrentar tais problemas, enquanto o arco redondo continuou a ser usado em janelas e portais. Gradativamente a verticalidade da feição ogival deu a vitória ao arco agudo, fruto talvez do desejo de se conseguir uma forma harmoniosa. Os 90 anos de luta entre os arcos redondo e agudo — desde o aparecimento da forma ogival na catedral românica de Durham (1104) até a construção final da catedral de Chartres (1194) — constituem, no gótico francês, o período do estilo de transição.

O emprego do arco agudo nas janelas criou novos problemas, novas soluções e novos encantos. A canalização da pressão através das nervuras da abóbada aos pilares e destes últimos a pontos específicos sustentados por contrafortes tornou desnecessárias as paredes grossas. O espaço entre cada ponto de apoio e o seguinte arcava com uma pressão relativamente pequena. Podia-se estreitar aí a parede, até mesmo removê-la. Não se podia adaptar, com segurança, em uma abertura tão larga uma única vidraça. Dividiu-se, portanto, o espaço em duas ou mais janelas de pontas agudas, encimadas por um arco de pedra. A parede externa, assim como a da nave, tornava-se desta forma uma série de arcos, uma arcada. Esse "escudo" de quatro pontas de alvenaria, deixado entre as extremidades superiores das janelas emparelhadas e no topo do arco de pedra, oferecia um aspecto desagradável e isso exigia ornamentações. Por volta de 1170, os arquitetos da França resolveram esse problema com trabalhos ornamentais, isto é, perfuraram o "escudo" de maneira a deixar as barras de pedra e os pequenos pilares decorados, e cobriram os interstícios e as janelas com vidros coloridos. Os escultores, no século XIII, abriram ainda mais essa parte da pedra e inseriram na abertura pequenas barras, cujos desenhos foram assumindo feições cada vez mais complexas. Suas linhas predominantes deram nomes a estilos e períodos da arquitetura gótica: lanceta, geométrico, curvilíneo, perpendicular e flamejante. Processos similares aplicados às superfícies das paredes sobre os portais produziram as grandes rosáceas, cujos desenhos geraram o termo *rayonnant* para esse estilo que começou em Notre Dame, em 1230, e atingiu sua perfeição em Reims e na Sainte Chapelle. Na catedral gótica somente o ritmo das linhas da abóbada é que sobrepuja a beleza das rosáceas.

A escultura na pedra, no sentido lato dos trabalhos de decorações, passou das paredes para outras partes da catedral gótica — para os pináculos de contrafortes, empenas, sofitos e rins das abóbadas, arcada do trifório, santuário, púlpito e retábulos, pois o escultor gótico, arrebatado por sua arte, primava em decorar todas as superfícies, tanto quanto pudesse. Cobria as fachadas, cornijas e torres com imagens de apóstolos, demônios, santos e condenados; dava asas à sua fantasia, nos talhes que fazia nos capitéis, nichos, molduras, vergas e ombreiras; comprazia-se em lançar seu humorismo

na pedra lavrando figuras esquisitas e aterrorizadoras de animais que inventava, como as de alguns monstros de fauces escancaradas para afastar da parede a água da chuva ou mesmo para escoá-la através dos contrafortes (gárgulas). Jamais se viu algures a maneira como a riqueza, habilidade e espírito combinavam para prover aquela abundância de ornamentos, tanto quanto na catedral gótica. Inegavelmente eram, às vezes em grande profusão, em excesso. Os capitéis e estátuas deviam ter tido cores bizarras que naturalmente desapareceram com o tempo. Tudo isso, porém, é prova de exuberância vital, quaisquer falhas são francamente perdoáveis. Percorrendo aquelas selvas e jardins de pedra, convencemo-nos de que a arte gótica, apesar de suas linhas e pináculos apontando para o céu, era uma arte que amava a terra. Em meio àqueles santos proclamando a vaidade das vaidades e o terror do Dia do Juízo Final que devia vir logo, percebemos o invisível, porém onipresente, artista medieval, orgulhoso de sua habilidade, satisfeito de sua força, que escarnecia das teologias e filosofias e bebia com prazer, até a última gota, o néctar cujas espumas borbulhantes extravasavam da taça letal da vida.

V. O GÓTICO FRANCÊS: 1133-1300

Por que a revolução da arte gótica começou e culminou na França?

O estilo gótico não surgira puro. Dezenas e dezenas de tradições uniram-se num solo fertilizante: basílicas, arcos, abóbadas e botaréus romanos, temas bizantinos, ogivas, cúpulas e arcos agrupados de estilos armênio, sírio, persa, egípcio e árabe, temas mouriscos e arabescos, abóbadas com nervuras e torres lombardas bem como o temperamento germânico pelas coisas alegres e grotescas... Mas por que tais correntes preponderantes convergiram para a França? A Itália, por riqueza e herança, a nação favorecida da Europa ocidental, poderia ter sido a pioneira no florescimento da arte gótica, porém ela se achava prisioneira da arte clássica que herdara. Com exceção da Itália, era a França o país mais rico e mais adiantado do Ocidente no século XII. Foi o país que, entre todos, mais contribuiu com homens e dinheiro para as Cruzadas e usufruiu de seu estímulo cultural; foi o pioneiro da cultura, literatura e filosofia na Europa. Seus artistas eram considerados os melhores em Bizâncio. Ao tempo de Filipe Augusto (1180-1223), o poder real havia triunfado sobre a desunião feudal, e a afluência, a força e a vida intelectual de França começaram então a congregar-se no próprio domínio do rei — aquela Île de France como é imprecisamente chamada a região do médio Sena. Um grande comércio corria pelos rios Sena, Oise, Marne e Aisne, deixando atrás de si uma riqueza que se transformou em pedras para as catedrais de Paris, São Dionísio, Senlis, Mantes, Noyon, Soissons, Laon, Amiens e Reims. O dinheiro adubara o solo para o desenvolvimento da arte.

A primeira obra-prima da transição desse estilo foi o magnificente templo de São Dionísio no subúrbio de Paris que tem esse nome. Foi o trabalho de uma das personalidades mais completas e que mais êxito teve na história de França. Suger (1081?-1151), abade beneditino e regente de França, era homem de gosto requintado, e que, embora vivesse dentro da maior simplicidade, não considerava pecado amar as coisas belas e colhê-las para adornar sua igreja. "Se a lei antiga", respondera ele às críticas de São Bernardo, "ordenava que se utilizasse de taças de ouro para as libações e recebimento do sangue de carneiro... não seria isso mais uma razão para dedicar-se o ouro, as pedras preciosas e os materiais raros aos vasos destinados a guardar o sangue de

Nosso Senhor?''[10] E assim nos diz ele, cheio de orgulho, da beleza e do custo do ouro e da prata, das ricas vestes e baixelas que colheu ou mandou fazer para sua igreja. Reuniu, em 1133, artistas e artesãos ''de todos os países'' para erguer e adornar um novo templo para São Dionísio, o patrono da França, e para nele também abrigar os túmulos dos reis franceses. Persuadiu o rei Luís VII e a corte a contribuírem com os fundos necessários. ''Seguindo o nosso exemplo'', diz-nos ele, ''todos tiraram os anéis dos dedos'' para pagar os caríssimos desígnios.[11] Podemos vê-lo levantando-se cedo para superintender a construção, desde o corte das árvores que escolhera para o madeirame até a instalação dos vitrais coloridos, cujos temas havia escolhido e cujas inscrições haviam saído de sua pena. Quando consagrou o templo em 1144, 20 bispos foram os oficiantes. O rei, duas rainhas e centenas de cavaleiros compareceram à consagração e Suger podia muito bem ter sentido que ganhara uma coroa mais gloriosa que a de qualquer rei.

Apenas algumas partes do templo é que restam presentemente: a fachada oeste, duas divisões da nave, as capelas do deambulatório e a cripta. A maior parte do interior foi reconstruída por Pedro de Montereau nos anos que decorreram entre 1231 e 1281. A cripta é românica; a fachada oeste compreende arcos redondos e agudos; suas esculturas, em sua maioria do tempo de Suger, incluem uma centena de imagens muito bem individualizadas que se centralizam todas ao redor de uma das melhores concepções de Cristo, o Juiz, em toda a manifestação da arte medieval.

Doze anos depois da morte de Suger, o bispo Maurice de Sully fez jus às lições que dele recebera, e a Notre Dame de Paris ergue-se numa ilha do Sena. A cronologia desse templo dá uma idéia da tarefa: o coro e os transeptos foram construídos de 1163 a 1182, a nave de 1182 a 1196, as arcadas da parte situada mais a oeste e as torres de 1218 a 1223; a catedral ficou pronta em 1235. Pelo plano original, o trifório devia ser de estilo românico, mas na construção toda a estrutura seguiu o estilo gótico. A fachada da parte oeste é sobremodo horizontal para uma catedral gótica, isso, porém, devido a não se terem construído os pináculos projetados para as suas torres. Talvez seja essa a razão de ser firme e simples a feição dessa fachada, o que tem levado os estudiosos a considerá-la ''uma das mais nobres concepções do homem em matéria de arquitetura''.[12] As rosáceas de Notre Dame de Paris são obras-primas de escultura e colorido. Não há palavras que as possam descrever. A escultura, conquanto danificada pelo tempo e pela Revolução, representa o mais belo trabalho naquela arte que decorreu entre a época de Constantino e a construção da catedral de Reims. O Dia do Juízo Final acha-se esculpido no tímpano sobre o portal principal com mais serenidade do que na maioria dos exemplares desse ubíquo tema que surgiram depois. A imagem de Cristo ali aparece calma e majestosa e o anjo à Sua direita constitui um dos triunfos da escultura gótica. Melhor ainda é *La Vierge du trumeau* (Virgem do Pilar) no portal da parte norte: vê-se aí uma nova beleza de tratamento, um acabamento esmerado na superfície, naturalidade nas vestes; há graça e serenidade na posição; o corpo, com o peso apoiado em um pé, liberta-se de um sentido vertical muito duro. A escultura gótica, nessa bela imagem, quase declarou sua independência da arquitetura e produziu uma obra-prima que podia muito bem figurar isoladamente em um pedestal. O estilo de transição terminaria na Notre Dame de Paris. O gótico atingia seu grande desenvolvimento.

A história de Chartres ilumina a cena e o caráter da Idade Média. Era uma pequena cidade a 55 milhas a sudoeste de Paris, fora dos domínios do rei, um mercado para a

planície de Beauce, o "celeiro da França". Dizia-se, porém, que a Virgem havia visitado esse lugar; os paralíticos, cegos, doentes e despojados da sorte transformaram-no em um centro de romaria; alguns ficavam curados ou confortados ao visitarem o seu relicário. Chartres tornou-se uma Lourdes milagrosa. Mais ainda, o bispo Fulberto, homem cheio de bondade, inteligência e fé, fê-la, no século XI, um centro de cultura, a *alma mater* de algumas das mais brilhantes figuras da filosofia escolástica. Quando se incendiou a catedral do século IX, no ano de 1020, Fulberto tomou logo a iniciativa de reconstruí-la imediatamente e viveu bastante tempo para ver terminada sua obra. Essa, por sua vez, foi destruída por um incêndio em 1134. O bispo Teodorico organizou uma verdadeira cruzada para a construção do novo templo; despertou tal interesse financeiro e físico pela tarefa que, em 1144, segundo o testemunho do abade Haimon, da Normandia,

> reis, príncipes, homens poderosos e orgulhosos de suas honrarias e riquezas, bem como homens e mulheres da nobreza, não hesitaram em atrelar-se a carros carregados de vinho, trigo, óleo, cal, pedras, vigas e outras coisas necessárias à vida e à construção de templos, puxando-os à maneira de animais... Mais ainda, à medida que puxam os carros, podemos presenciar esse espetáculo, qual seja o de muitas centenas de homens e mulheres marcharem em tal silêncio, que não se percebe um murmúrio, uma voz sequer, embora estejam todos jungidos aos veículos... Quando se detêm no caminho, apenas se ouvem confissões de culpa, súplicas e orações... Os sacerdotes pregam a paz, aplaca-se o ódio, afasta-se a discórdia, perdoam-se as dívidas e restaura-se o espírito de união.[13]

Mal havia sido terminada a catedral do bispo Teodorico (1180), quando, em 1194, um incêndio lavrou na nave, destruindo a abóbada e as paredes, poupando-lhe apenas a cripta subterrânea e a fachada da ala oeste com suas duas torres e pináculos, neles deixando, porém, os sinais de sua fúria. Consta que todas as casas da cidade foram destruídas naquele horrível sinistro, do qual a catedral de hoje mostra ainda vestígios. Desanimado, o povo perdeu durante algum tempo a fé na Virgem e quis abandonar a cidade, porém Melior, o infatigável legado do papa, disse-lhes que aquela calamidade tinha sido uma punição divina aos pecados que haviam cometido e ordenou-lhes que reconstruíssem o templo e suas casas. O clero da diocese contribuiu, durante três anos, com quase toda a sua renda para os trabalhos de reconstrução. Ouviu-se falar de novos milagres da Virgem de Chartres, e a fé tornou a alimentar o coração dos homens. Novamente os fiéis surgiram, como em 1144, para auxiliar os trabalhadores pagos a puxarem os carros e a assentarem as pedras. Todas as catedrais da Europa forneceram também fundos para a grande obra e,[14] em 1224, o esforço e a esperança terminavam a construção da catedral que fez mais uma vez de Chartres o alvo das peregrinações.

O arquiteto desconhecido havia projetado construir torres não somente nos flancos da fachada da parte oeste mas também nos portais transeptos e na abside. Apenas as duas torres da fachada foram construídas. Ergueu-se *Le Clocher vieux* (1145-70) — a Velha Torre do Sino — com seus pináculos a uma altura de 351 pés na extremidade sul da fachada: muito simples, não tem decorações e sua forma conquista a preferência do arquiteto profissional.[15] O seu companheiro do norte, *Le Clocher neuf* — a Nova Torre do Sino — perdeu duas vezes o seu pináculo de madeira devido à ação do fogo. O pináculo foi reconstruído com pedra (1506-12) por Jean le Texier em flame-

jante estilo gótico cheio de delicadas decorações. Fergusson achou-o "o mais belo pináculo que se havia desenhado no continente europeu",[16] porém a impressão geral é de que um pináculo assim tão decorado não se coaduna com uma fachada austera.[17]

A fama de Chartres apóia-se em suas esculturas e vitrais. Nesse palácio da Virgem vivem 10.000 personagens esculpidos na pedra ou reproduzidos em pinturas — homens, mulheres, crianças, santos, demônios, anjos e as figuras da Santíssima Trindade. Só nos portais há duas mil estátuas;[18] outras foram colocadas junto às colunas no interior. Visitantes que sobem os 312 degraus que conduzem ao teto surpreendem-se ao ver o esmerado talho de figuras de tamanho natural onde somente o olhar curioso pode lobrigá-las. Um esplêndido Cristo encontra-se sobre o portal central; não aparece, como em fachadas construídas posteriormente, julgando os mortos, mas sentado com serena majestade no meio de uma multidão feliz, a mão estendida como que para abençoar a todos os que entram para adorá-lo. Anichados junto às "ordens" do arco do portal vêem-se 19 profetas, reis e rainhas; muitos são crus e não acabados, talvez danificados ou desgastados pela ação do tempo, porém alguns rostos têm uma expressão de profunda filosofia, de calma e pureza, traços esses que seriam aperfeiçoados em Reims.

As fachadas do transepto e pórticos são as mais belas da Europa. Cada uma tem três portais, flanqueados e separados por bonitas colunas e ombreiras bem talhadas e quase tudo coberto de estátuas, as quais se apresentam com tais características individuais que muitas delas receberam nomes dos habitantes de Chartres. O pórtico sul centraliza suas 783 figuras ao redor de Cristo que se acha sentado em Seu trono de julgamento. Nossa Senhora de Chartres fica ali subordinada ao Filho, mas em compensação acha-se ela, como em Alberto Magno, senhora de todas as ciências e filosofias, e, a seu serviço, nesse portal, aparecem as Sete Artes Liberais — Pitágoras como a música, Aristóteles como a dialética, Cícero como a retórica, Euclides como a geometria, Nicômaco como a aritmética, Prisciano como a gramática e Ptolomeu como a astronomia. São Luís, nos dizeres de sua carta de 1259, fez com que terminassem a construção do pórtico norte "em razão de sua particular devoção para com o templo de Nossa Senhora de Chartres e também para salvação de sua alma e das almas de seus antepassados".[19] Em 1793, a Assembléia Revolucionária Francesa anulou, por pequena margem de votos, uma proposta para que se destruíssem as estátuas da catedral de Chartres em nome da filosofia e da República. A "filosofia" assentiu mutilando-lhes algumas mãos.[20] Esse pórtico da parte norte pertence à Virgem e conta sua história com reverente afeição. As estátuas aí se destacam; a indumentária é graciosa e natural como a de qualquer escultura grega; a figura da Modéstia é representada por uma jovem francesa em toda a sua graça feminina, uma imagem sem beleza igual em toda a história da escultura. "Essas estátuas", disse Henry Adams, "são os mármores do Egeu da arte francesa."[21]

Quando se entra na catedral, quatro impressões logo se confundem: a da simplicidade das linhas da nave e da abóbada, as quais mal se podem comparar em tamanho e beleza com a nave de Amiens ou Winchester; a decoração da parede do coro começada em 1514 pelo flamejante Jean le Texier; a imagem serena de Jesus sobre um pilar do transepto sul, e, esparzindo sobre tudo aquilo uma cor suave, os inigualáveis vitrais coloridos. Aí, em 174 vitrais, acham-se 3.884 figuras procuradas na lenda e na História, desde as imagens de sapateiros remendões até às dos reis. É a França medieval que ali se vê através das mais ricas cores até então criadas — vermelho escuro,

azul suave, verde-esmeralda, açafrão, amarelo, marrom e branco. Ali, acima de tudo, vê-se a glória de Chartres. Não devemos procurar figuras realistas naqueles vitrais: elas são desajeitadas, às vezes absurdas. A cabeça de Adão, no medalhão da Expulsão do Paraíso, está muito forçada e os encantos bilaterais de Eva mal podem reprimir a concupiscência de algum fiel que os contempla. Parecia suficiente para os artistas que as imagens contassem uma história e suas cores impressionassem o visitante e se fundissem no templo. Desenho excelente é o do vitral do Filho Pródigo, célebre por suas cores e linhas, bem como o da simbólica Árvore de Jessé, porém o melhor de todos é o da *Notre Dame de la belle verrière* (Nossa Senhora da bela janela), o qual, segundo a tradição, foi salvo do incêndio de 1194.[22]

Se nos detivermos no cruzamento do transepto e da nave, poderemos observar as principais rosáceas de Chartres. Na fachada principal, a rosácea central mede 45 pés, quase tão larga quanto a nave; algumas pessoas a consideraram o mais belo trabalho que se conhece na História em matéria de vitrais.[23] Iluminando o transepto norte vê-se a "Rosácea de França", doada por Luís IX e Branca de Castela e dedicada à Virgem; defronte a ela, no outro lado do templo, encontra-se a "Rosácea de Dreux" na fachada do transepto sul, doada pelo inimigo de Branca, Pedro Mauclerc, de Dreux, a qual opõe o Filho de Maria à Mãe de Deus, de Branca. Trinta e cinco rosáceas pequenas e 12 outras ainda menores completam a lista dos vitrais circulares de Chartres. O espírito moderno, demasiado apressado e nervoso para atingir uma perfeição serena, fica extasiado ao contemplar tais obras de arte, as quais devemos atribuir à inteligência e operosidade de um povo, de uma comunidade, de uma época e à fé e não ao gênio de indivíduos isolados.

Consideramos Chartres um gótico *rayonnant* ou amadurecido e não deveríamos deter-nos em apreciações idênticas nas catedrais de Reims, Amiens e Beauvais. Mas quem poderia passar apressadamente pela frente oeste de Reims? Se seus pináculos originais se erguessem ainda de suas torres, a fachada seria o mais nobre trabalho do homem. Surpreendentes são a unidade e a harmonia de estilo e partes numa estrutura elaborada por seis gerações. A catedral que havia sido terminada em 841 por Hincmar incendiou-se em 1210; iniciaram a construção de novo templo no aniversário daquele incêndio, tendo sido desenhado por Robert de Coucy e Jean d'Orbais a fim de se adaptar à coroação dos reis de França. Após 40 anos de trabalho, esgotaram-se os fundos, paralisando-se a construção (1251). O grande templo somente pôde ficar terminado em 1427. Um incêndio em 1480 destruiu os pináculos. Consumiram-se todas as economias da catedral nos reparos da estrutura principal, mas não se reconstruíram os pináculos. Durante a Primeira Guerra Mundial algumas granadas danificaram vários contrafortes e abriram grandes rombos no teto e na abóbada; o teto externo foi destruído por um incêndio e muitas estátuas ficaram destroçadas. Outras imagens haviam sido mutiladas por fanáticos ou avariadas pela erosão dos séculos. A História provoca sempre um duelo entre a arte e o tempo.

As obras de escultura de Reims, à semelhança de sua fachada, assinalam o ponto culminante da arte gótica. Algumas são arcaicamente cruas, as do portal principal são inigualáveis. Em vários pontos dos portais, pináculos e parte interna encontramos imagens que têm quase o mesmo acabamento da estatuária do tempo de Péricles. Algumas, como a da Virgem no portal central, são demasiado graciosas, sugerindo um enfraquecimento da força gótica. Já a Virgem da Purificação, na parte esquerda do mesmo portal, e a Virgem da Visitação, à direita, figuram entre as grandes realizações

artísticas, tanto em sua concepção como em sua construção, diante das quais não encontramos palavras que possam descrever nossa admiração. Mais célebres, porém não tão próximas da perfeição, são as imagens dos anjos sorridentes do grupo da Anunciação dessa fachada. Quão diferentes são as feições alegres desses anjos das de São Paulo do portal da frente norte! — ele mesmo um dos mais extraordinários retratos até então talhados na pedra.

As estátuas da catedral de Amiens sobrepujam as de Reims em elegância e acabamento, mas lhes são inferiores na severidade da concepção e profundeza da revelação. Vemos no pórtico oeste o famoso *Beau Dieu*, um pouco formal e sem vida com relação às vigorosas imagens de Reims; aí vemos também São Firmino, não um asceta assustado, porém um homem firme e calmo que jamais duvidou do triunfo do direito. Depara-se-nos também uma Virgem segurando o filho nos braços, estampando em suas feições toda a ternura de uma jovem mãe. No portal sul a *Vierge dorée*, a Virgem dourada, sorri docemente ao contemplar o filho brincando com uma bola; está um pouco adornada, porém é graciosa demais para merecer o epíteto nada galante que lhe deu Ruskin, o de "*soubrette* da Picardia". É um prazer verificar como os escultores góticos, após servirem a teologia durante um século, descobriram homens e mulheres e talharam a alegria de viver nas fachadas dos templos. A Igreja, que também aprendera a desfrutar a beleza da terra, apreciou a descoberta, mas achou prudente estampar um Dia do Juízo Final lavrado também na fachada principal.

A catedral de Amiens foi construída no período de 1220 a 1288 por sucessivos arquitetos — Robert de Luzarches, Thomas de Cormont e seu filho Regnault. As torres somente ficaram terminadas em 1402. O interior apresenta a mais extraordinária nave de estilo gótico; ela se ergue até uma abóbada a 140 pés de altura, e mais parece arrastar o templo para cima do que suportar-lhe o peso. Contínuos fustes do chão até à abóbada ligam as arcadas de três andares da nave dando-lhe majestosa feição estrutural; o arqueamento da abside é um triunfo em matéria de desenho harmonioso sobre desconcertantes irregularidades. Fica-se tomado de viva emoção ao contemplar pela primeira vez os vitrais e as rosáceas dos transeptos e da fachada. No entanto, a nave parece demasiado estreita para sua altura e as paredes muito fracas para o teto. Em meio ao respeito que nos provoca essa massa imensa, sentimo-nos também assaltados por um quê de insegurança.

Essa obsessão para com o arqueamento de estilo gótico foi exagerada na construção da catedral de Beauvais e isso fê-lo fracassar. A magnificência de Amiens despertou a inveja dos cidadãos daquela cidade. Começaram a construir a sua catedral em 1227 e prometeram a si mesmos fazer a abóbada 13 pés mais alta que a de Amiens. Ergueram o coro até à altura que haviam projetado, porém ele caiu assim que lhe colocaram o teto. Em 1272, uma geração revigorada iniciou nova construção do coro, fazendo-o tão alto quanto anteriormente. Tornou a cair em 1284. Construíram-no mais uma vez, porém a 157 pés do solo. Nessa ocasião esgotaram-se os fundos e o templo ficou sem transeptos e nave durante dois séculos. Em 1500, ao recuperar-se a França da Guerra dos Cem Anos, iniciaram novamente a construção dos gigantescos transeptos. Em 1552, ergueram uma pequena torre sobre a cruz do transepto a uma altura de 500 pés, a fim de sobrepujar o pináculo da catedral de São Pedro, em Roma. Essa torre caiu em 1573 e arrastou em sua queda grande parte dos transeptos e do coro. Os bravos cidadãos de Beauvais resolveram então tomar uma decisão: reparariam o coro, inclusive seu teto inclinado provisório. Não lhe acrescentaram a nave. A catedral de

Beauvais é, portanto, apenas uma cabeça, falta-lhe o corpo. Exteriormente, é ela formada de duas ricas fachadas de transepto e uma abside envolvidas por contrafortes e, interiormente, um coro profundo iluminado por magnificentes vitrais coloridos. Dizia um velho ditado francês que, se se pudesse combinar o coro de Beauvais com a nave de Amiens, a fachada de Reims e os pináculos de Chartres, ter-se-ia uma catedral gótica perfeita.

Em épocas posteriores iriam os homens voltar seus olhos para aquele século XIII e procurariam descobrir qual a fonte de riqueza e fé que havia jorrado tal glória sobre a terra, pois ninguém pode saber o que a França produziu naquele século — além de suas universidades, poetas, filósofos e com suas Cruzadas — salvo se se contemplam, uma após outra, suas audaciosas obras góticas que nestas páginas apenas podem figurar como simples nomes: Notre Dame, Chartres, Reims, Amiens e Beauvais; Bourges (1195-1390), com sua imensa nave central e as quatro laterais, os célebres vitrais e a bela estátua do Anjo com as Balanças; o Monte São Miguel com seu maravilhoso mosteiro (*La Merveille*, 1204-50), erigido em uma fortaleza que domina uma ilha ao largo da costa da Normandia; Coutances (1208-1386), com seus nobres pináculos; Ruão (1201-1500), com seu *Portail des libraires* com profusa decoração e a Sainte Chapelle, em Paris, um "escrínio de jóias" de vitrais góticos construído (1245-8) por Pierre de Montereau como capela anexa ao palácio de São Luís para abrigar as relíquias que o rei havia obtido no Oriente. Vale a pena lembrar, em épocas de destruição, que os homens, quando querem, podem construir grandes obras, como o fizeram outrora na França.

VI. O GÓTICO INGLÊS: 1175-1280

Partindo de Chartres e da Île de France, o estilo gótico foi arrebatar as províncias francesas, e, atravessando fronteiras, penetrou na Inglaterra, Suécia, Alemanha, Espanha e, por fim, na Itália. Os arquitetos e artífices franceses aceitaram incumbências do estrangeiro e a nova arte tomou em toda a parte o nome de *opus Francigenum* — trabalho nascido na França. A Inglaterra acolheu-a alegremente, pois o país era, no século XII, metade francês; o Canal era apenas um rio que corria entre duas margens de um reino britânico que incluía metade da França e, desse reino, era Ruão a capital cultural. O gótico inglês derivou mais na Normandia do que da Île de France e conservou em um arcabouço gótico a forma maciça do estilo normando. A transição do românico para o gótico na Inglaterra e França foi quase simultânea. Mais ou menos na mesma ocasião em que estavam empregando o arco agudo em São Dionísio (1140), aparecia ele nas catedrais de Durham e Gloucester e na abadia de Fountains, bem como em Malmesbury.[24] Henrique III (1216-72) tinha admiração pela França e causava-lhe inveja a glória da arquitetura do reino de São Luís. Levou o povo à miséria com os impostos que tributara para reconstruir a abadia de Westminster e pagar a escola de artistas — construtores, escultores, pintores, iluminadores e ourives — que centralizara perto de sua corte com o fim de executar seus projetos.

Dos três períodos, nos quais entra o gótico inglês — *Primeiro Estilo Inglês* (1175-1280), *Decorado* (1280-1380) e *Perpendicular* (1380-1450) — limitamo-nos a abordar aqui o primeiro. A forma comprida e aguda das janelas e arcos do *Primeiro Estilo Inglês* deu a este estilo mais um nome — o de *Lanceta*. As fachadas e portais eram

mais simples do que os de França; Lincoln e Rochester tinham algumas estátuas, já Wells possuía muito mais, porém constituíam exceções e não podiam ser comparadas, em qualidade ou quantidade, com a estatuária dos portais de Chartres, Amiens ou Reims. As torres eram mais maciças do que altas, contudo os campanários de Salisbury, Norwich e Lichfield demonstram o que o arquiteto inglês podia fazer quando preferia a elegância e altura à grandeza e massa. A altura do interior deixou também de empolgar os arquitetos da Inglaterra; experimentaram-na em alguns casos, como em Westminster e Salisbury, porém, na maioria de suas construções, permitiram que a abóbada fosse opressivamente baixa, como as de Gloucester e Exeter. O grande comprimento das catedrais inglesas desencorajava todos os esforços para a obtenção de uma altura proporcional. Winchester tem 556 pés de comprimento, Ely 517, Cantuária 514, a abadia de Westminster 511; Amiens conta com 435 pés de comprimento, Reims 430, a própria Milão conta apenas com 475. A altura na parte interna de Winchester é de apenas 78 pés, a de Cantuária 80, a de Lincoln 82, a de Westminster 103, enquanto a de Amiens atinge a 140 pés.

A extremidade leste do templo gótico inglês conservou a abside quadrada do estilo anglo-saxônio, desprezou a conveniência da feição francesa na criação da abside poligonal ou semicircular. Em muitos casos, a extremidade leste transformava-se em uma capela para veneração especial à Virgem, porém, a devoção a Maria jamais alcançou na Inglaterra o entusiasmo que, nesse particular, havia na França. Geralmente, na Inglaterra, a casa do cabido do clero da catedral e o palácio do bispo ficavam anexos ao templo e formavam com ele a "corte da catedral"; o conjunto era quase sempre cercado por um muro. O conjunto de dormitórios, refeitórios, abadia e passeios nos mosteiros góticos da Inglaterra e Escócia oferecia aspecto artístico.

O princípio essencial da arquitetura gótica — equilíbrio e distribuição das pressões para reduzir o tamanho inconveniente do suporte — parece não ter tido amplo acolhimento na Inglaterra. A antiga espessura românica da parede era apenas levemente moderada no gótico inglês mesmo quando o desenho não se adaptava a uma base românica, como em Salisbury. Aos arquitetos, ingleses, assim como aos italianos, repugnava o emprego de contrafortes volantes, adotavam-no ali e acolá, mas sem entusiasmo. Achavam que os suportes de um edifício deviam ficar encerrados dentro da própria estrutura e não em forma de excrescências. Talvez tivessem razão. Conquanto falte em suas catedrais a graça feminina das obras-primas francesas, observa-se que elas se revestem de uma força firme e máscula que chega a ultrapassar o belo para quase atingir o sublime.

Quatro anos após o assassínio de Becket, em Cantuária, o coro da catedral foi destruído por um incêndio (1174). O sinistro provocou a raiva e a estupefação do povo, que não podia compreender como o Todo-Poderoso permitira acontecesse tal catástrofe com um relicário que já se havia tornado um centro de peregrinações religiosas.[25] Os monges confiaram o trabalho de reconstrução a Guilherme de Sens, arquiteto francês que tinha adquirido renome com a catedral que construíra para sua cidade. Guilherme trabalhou em Cantuária de 1175 a 1178; ficou entrevado devido a uma queda que sofreu, e o trabalho prosseguiu sob a direção de Guilherme, o Inglês, homem "pequeno de corpo, porém muito vivo e honesto em seus muitos ofícios", diz o monge Gervásio.[26] Muita coisa ficou da catedral românica de 1096; os arcos redondos sobreviveram em meio à renovação gótica, mas o antigo teto de madeira do coro foi substituído por uma abóbada de pedra com nervuras, as colunas tomaram

um comprimento mais harmonioso, os capitéis receberam escultura mais requintada e as janelas foram cobertas de brilhantes vitrais coloridos. Assentado ali na "corte da catedral" e dominando sua bela e encantadora cidade, o grande templo de Cantuária é hoje um dos mais imponentes espetáculos do mundo.

Vista por extraordinário número de prelados e peregrinos, a catedral de Cantuária fez com que o estilo gótico se espalhasse pela Inglaterra, especialmente a parte meridional. Em 1177, Peterborough ergueu à frente do transepto oeste de sua catedral um esplêndido pórtico gótico. Em 1189, o bispo Hugo de Lacy construiu o belo coro interior da catedral de Winchester. Em 1186 um terremoto abriu muitas fendas na catedral de Lincoln, da base ao telhado; o bispo Hugo começou seis anos mais tarde a sua reconstrução de acordo com um desenho de Geofredo de Noyers, em estilo gótico. O nobre Grosseteste terminou-a por volta de 1240. Ela se ergue numa colina, de onde se descortina bela paisagem tipicamente inglesa. Raramente uma massa sublime harmonizou-se tão bem com a delicadeza dos pormenores. As três grandes torres, a ampla fachada com seus portais esculturados e complexas arcadas, a imponente nave aparentemente leve a despeito de sua massa e comprimento, as graciosas colunas e o talho dos pilares, as rosáceas, o arqueamento da casa do cabido, os magnificentes arcos dos claustros — tudo isso teria feito da catedral de Lincoln uma extraordinária obra do homem, mesmo que não houvesse lá o "Coro dos Anjos". Em 1239, ruiu uma antiga torre normanda destruindo o coro do bispo Hugo. Ergueu-se novo coro em 1256-80 no nascente estilo *Decorado*, ornado com requinte. A lenda atribuía seu nome aos anjos que se dizia terem sido seus construtores, pois não se julgava que criatura alguma pudesse conseguir tal perfeição. Provavelmente o nome derivasse dos sorridentes anjos músicos esculpidos no trifório. Os escultores ingleses, no portal sul desse coro, quase rivalizaram com os que esculpiram os das catedrais de Reims e Amiens. Quatro estátuas ali, às quais faltam as cabeças, talvez mutiladas pelos Puritanos, constituem obras que podem ser comparadas às daquelas catedrais. Uma representando a Sinagoga e outra a Igreja são as mais belas estátuas inglesas do século XIII. Um grande cientista, Sir William Osler, considerava esse Coro dos Anjos a mais bela de todas as produções artísticas do homem.[27]

Em 1220 o Bispo Poore contratou Elias de Derham para desenhar e construir a catedral de Salisbury, a qual foi erguida no extraordinário espaço de 25 anos; é toda do *Primeiro Estilo Inglês* e quebra a regra de que as catedrais inglesas são de vários estilos. A unidade do desenho, a harmonia da massa e das linhas, a simples majestade da torre de transepto e pináculo, a graça da abóbada na capela de Nossa Senhora e as belas janelas da casa do cabido redimem a opressão dos pilares da nave e a simplicidade da abóbada. A catedral de Ely ainda tem um teto de madeira, o qual porém não é desagradável à vista; há calor e qualidades vivas na madeira, coisa que jamais se encontra na pedra trabalhada. Os arquitetos góticos acrescentaram à bela nave normanda de Ely um gracioso pórtico oeste, ou galilé (*ca.* 1205); um presbitério com imponentes colunas de mármore Purbeck e, no estilo gótico *Decorado* do século XIV, uma capela de Nossa Senhora, um coro e, sobre o cruzamento do transepto, uma bela torre — o "Octógono de Ely". A catedral de Wells (1174-91) foi um dos primeiros modelos do gótico inglês; a sua nave não foi muito bem desenhada. A fachada oeste, acrescentada pelo bispo Jocelyn (1220-42), "por pouco deixou de ser a mais bela da Inglaterra".[28] Havia 340 estátuas nos nichos dessa fachada; faltam 106, vítimas do puritanismo, vandalismo e da ação do tempo. As que restaram constituem a maior

coleção de imagens que se esculpiu na Bretanha. Já não podemos dizer a mesma coisa quanto a sua qualidade.

A obra culminante do *Primeiro Estilo Inglês* foi a abadia de Westminster. Henrique III, o qual fizera de Eduardo, o Confessor, o seu santo patrono, achou que a igreja normanda construída por Eduardo (1050) não era digna de conservar os restos mortais do Confessor. Ele ordenou a seus artistas que construíssem em seu lugar um edifício gótico em estilo francês e, para tal fim, arrecadou por meio de impostos £750.000, que equivaleria a bem mais de $90.000.000 atualmente. O trabalho foi iniciado em 1245 e prosseguiu até à morte de Henrique em 1272. O desenho seguia o modelo de Reims e Amiens, admitindo até mesmo a abside poligonal do continente. Os trabalhos de escultura do pórtico norte, reproduzindo o Dia do Juízo Final, sofreram a influência dos da fachada oeste da catedral de Amiens. Vêem-se extraordinários baixos-relevos no trifório do transepto; um anjo no transepto sul oferece aos séculos um delicado e gracioso rosto que rivaliza com o do querubim de Reims. Sobre a porta de entrada da casa do cabido acham-se duas imagens representando a Anunciação e mostrando a Virgem em um encantador movimento de modesta súplica. Mais belos são os antigos túmulos na abadia e, superior a todos eles, o do próprio Henrique III. Os crimes de uma série de governantes são esquecidos naqueles esplêndidos túmulos, e meio redimidos pelo gênio inglês que jaz sob as pedras desse extraordinário sepulcro.

VII. O GÓTICO ALEMÃO: 1200-1300

Flandres importou o estilo gótico da França em data antiga. O templo de Santa Gudula que se ergue orgulhoso em sua colina, em Bruxelas, foi começado em 1220. Os vitrais coloridos constituem sua principal glória. No de São Bavon, em Gante, contruiu-se um coro gótico em 1274. O de São Rombaus, em Mechlin, dominava a região em redor com suas gigantescas torres que não haviam sido terminadas, mas que se revestiam de muitos ornatos. Flandres achava-se mais interessada em tecidos do que em teologia; sua arquitetura era caracteristicamente cívica; seus primeiros triunfos no estilo gótico foram os "mercados de tecidos" em Ypres, Bruges e Gante. O de Ypres (1200-1304) era o mais majestoso: tinha uma fachada com arcadas de três andares, de 450 pés de comprimento, colunas e uma bela torre central. Ficou reduzida a ruínas na Primeira Guerra Mundial. O "mercado de tecidos" de Bruges (1284) ainda domina a praça onde se encontra com o soberbo campanário de fama mundial. Esses belos edifícios e os de Gante (1325) dão a idéia da prosperidade e justo orgulho das associações flamengas, constituindo parte do encanto daquelas cidades hoje em dia tão agradáveis e tranqüilas.

À medida que o gótico se ia espalhando pelo leste, foi encontrando cada vez maior resistência na Holanda e Alemanha. Em geral, a graça do estilo gótico não se coadunava com a força característica da estrutura e espírito germânicos; o românico era mais adequado e a Alemanha a ele se apegou até o século XIII. A grande catedral de Bambergue (1185-1237) é do período de transição: as janelas são pequenas e com arqueamento redondo e não há contrafortes volantes, porém a abóbada contém nervuras e tem forma aguda. Aí no princípio do gótico alemão, vamos encontrar um notável desenvolvimento na escultura: primeiramente imitam o francês, porém logo prosse-

guem em um estilo de esplêndido naturalismo e força. Realmente, a imagem da Sinagoga no templo de Bambergue agrada mais do que sua figura similar de Reims.[29] A Isabel e a Maria do coro estão longe de ser réplicas das mesmas imagens na França. Isabel tem o rosto e a aparência de um senador romano de toga e Maria apresenta-se como a mulher de constituição física e vigor que a Alemanha sempre tem apreciado.

Quase todas as catedrais alemãs que restaram daquele período contêm uma extraordinária estatuária. A melhor é a da catedral de Naumburgo (*ca.* 1250). Há no seu coro oeste uma série de 12 estátuas, as quais reproduzem figuras de dignitários locais com forte realismo, dando a impressão de que os artistas eram mal pagos. Em compensação, porém, a imagem de Uta, esposa de um margrave, é uma bela concepção que o alemão faz da mulher ideal. Um friso na cortina do coro mostra Judas recebendo dinheiro para trair Cristo; as imagens ali se acotovelam numa composição ousada, mas sem prejudicar suas individualidades. Judas está representado com certa simpatia e os fariseus são poderosas personalidades. É a obra-prima da escultura alemã do século XIII.

Em 1248, Conrado de Hochstaden, arcebispo de Colônia, lançou a pedra fundamental da mais célebre e menos alemã das catedrais alemãs. Os trabalhos prosseguiram vagarosamente em meio ao caos que sobreveio à morte de Frederico II. A catedral somente foi consagrada em 1322. Muita coisa dela data do século XIV. Os elegantes pináculos, muito complexos com seus consolos ou modilhões e esculturas, foram construídos em 1880 baseados em desenhos do século XV. Feita de acordo com o modelo de Amiens, Colônia seguiu o estilo e métodos estritamente franceses. As linhas da fachada são muito retas e duras, porém os altos e delgados pilares da nave, as brilhantes janelas e as 14 estátuas sobre os pilares do coro tornam muito atraente o interior; escaparam quase milagrosamente de serem destruídos pela Segunda Guerra Mundial.

A catedral de Estrasburgo agrada mais. A proximidade da França ali, como na de Colônia, fez com que o estilo francês não parecesse mais estrangeiro do que pareceria na de Estrasburgo de hoje. A parte externa apresenta a graça francesa, a interna a força alemã. As estátuas adornam a fachada, mas são sobrepujadas por uma rosácea de grande esplendor. A torre, em um canto da fachada, dá à estrutura uma feição de incapacidade, porém a combinação de dignidade e decorações é ali muito feliz. Chegamos assim a compreender o ter Goethe descrito essa fachada como "música congelada", embora devêssemos empregar uma expressão mais calorosa. "Educado como fui a considerar o gótico com desdém, desprezei-a, porém, quando lá entrei, fiquei maravilhado e senti-me atraído pela sua beleza", escreveu ele.[30] Os vidros coloridos ali são muito antigos, talvez mais antigos do que os da França. As estátuas do transepto do portal sul (1230-40) são excelentes. O tímpano sobre a porta é um baixo-relevo da morte da Virgem; os apóstolos reunidos a seu lado são inadequadamente individualizados, porém a figura de Cristo está bem concebida e habilmente talhada. Erguidas ao longo desse portal, vemos duas preeminentes estátuas: uma representando a Igreja — uma jovial rainha alemã; outra, uma delgada e graciosa figura com os olhos vendados, porém bela, simbolizando a Sinagoga. Removessem a venda dos olhos, e a Sinagoga teria ganho a discussão sobre a beleza de ambas. A Convenção Revolucionária Francesa, em 1793, ordenara a destruição das estátuas da catedral para transformá-la no "Templo da Razão". Um naturalista, o qual se conhece apenas pelo nome de Hermann, salvou as imagens da Igreja e da Sinagoga, ocultando-as em seu jardim bo-

tânico. Salvou também os baixos-relevos do tímpano cobrindo-os com uma tábua, a qual trazia o dístico francês: *Liberté, Égalité, Fraternité*.[31]

VIII. O GÓTICO ITALIANO: 1200-1300

Os italianos medievais chamavam o gótico *lo stile Tedesco* e os italianos da Renascença, igualmente equivocados sobre sua origem, inventaram para eles o nome de gótico, sob o fundamento de que somente os bárbaros transalpinos é que poderiam ter criado uma arte assim tão extravagante. A exuberância decorativa e a grande audácia do estilo ofendiam o gosto clássico durante tanto tempo enraizado na alma italiana. Se a Itália adotou finalmente o gótico, fê-lo, no entanto, com uma relutância quase vizinha do desprezo. Somente depois que o transformou para enquadrá-lo em suas necessidades e disposição de espírito é que pôde ela produzir não somente a exótica e brilhante catedral de Milão, mas também as gótico bizantino-românicas de Orvieto, Siena, Assis e Florença. O seu solo, assim como suas ruínas, tinha mármore em abundância com o qual podia revestir seus relicários com tonalidades diversas. Mas como pôde ela talhar uma fachada de mármore naqueles complexos portais do norte? A Itália não tinha necessidade daquelas enormes janelas, pelas quais o frio e nublado norte convidavam a luz e o calor para que entrassem; preferiu janelas pequenas, as quais transformaram suas catedrais em santuários frios; não achava que as paredes espessas, até mesmo o material de ferro, fossem mais feios que os contrafortes ressaltados. Não precisando de pináculos ou de arcos agudos, como meios de suporte, utilizou-os como ornamentos e jamais se ajustou à lógica construtiva do estilo gótico.

Esse estilo, no norte, havia sido, antes de 1300, quase inteiramente eclesiástico, as poucas exceções existentes eram em cidades comerciais, tais como Ypres, Bruges e Gante. A arquitetura exerceu papel preponderante no desenvolvimento do estilo gótico na Itália setentrional e central, onde seu comércio e indústria eram mais ricos que os dos Países-Baixos. Os edifícios públicos, as muralhas das cidades, os portões e as torres, os castelos feudais e os palácios dos mercadores revestiram-se da forma e ornamentos góticos. Perugia começou a construção do Palazzo del Municipio em 1281, Siena o seu Palazzo Pubblico em 1289, Bolonha o seu Palazzo Comunale em 1290, Florença o seu único e gracioso Palazzo Vecchio em 1298 — todos em estilo gótico toscano.

Em Assis, em 1228, o irmão Elias, a fim de acomodar os numerosos monges franciscanos e a grande multidão de peregrinos que iam visitar o túmulo de São Francisco, ordenou a ereção do espaçoso convento e igreja de São Francisco — a primeira igreja gótica na Itália. Foi encarregado da obra um construtor alemão, o qual os italianos chamavam de Iacopo d'Alemannia. Talvez fosse essa a razão de ser o gótico conhecido na Itália sob a denominação de "o estilo alemão". Iacopo construiu uma igreja Menor em estilo românico e sobre esta a igreja Maior com janelas rendilhadas e abóbada aguda com nervuras. As igrejas e o convento constituem imponente massa, não tão interessante quanto os notáveis afrescos de Cimabue, Giotto e discípulos deste último ou os turistas e fiéis que diariamente ali afluem de centenas de cidades para ver o túmulo do santo favorito da Itália.

Siena ainda é uma cidade medieval: existe ali uma praça pública com edifícios governamentais, barracas de mercado e modestas lojas adjacentes que não fazem esforço algum para atrair os olhares dos visitantes. Parte desse centro uma dúzia de ruas mui-

to estreitas e sombrias, cujas casas de moradia são muito antigas e cheias de gente amável e inconstante, para a qual a água constitui um conforto mais raro e mais perigoso que o vinho. Numa colina, atrás daquelas casas, ergue-se La Metropolitana — a catedral da cidade, com seu mármore estriado de preto e branco. Começou-se sua construção em 1229, tendo sido terminada em 1348. Em 1380, com os planos deixados por João Pisano, acrescentaram-lhe nova e magnífica fachada toda de mármore vermelho, preto e branco, com três portais românicos flanqueados por ombreiras de esplêndido talho e, sobre elas, oitões com desenhos de modilhões; enorme rosácea coava a luz do sol poente, arcadas e colunas ao longo da frente apresentavam um desfile de estátuas; pináculos e torres de mármore branco suavizavam os cantos e, no alto, um grande mosaico mostrava a Virgem Mãe subindo para o Paraíso. O arquiteto italiano estava interessado em uma superfície brilhante e colorida, não como o francês, no sutil jogo de luz e sombras sobre ordens de portais recônditos e fachadas profundamente entalhadas. Não existem ali contrafortes. Um domo bizantino sobrepõe-se ao coro. O peso é apoiado por espessas paredes e por gigantescos arcos redondos que se elevam das colunas de mármore até atingirem uma abóbada de nervuras redondas e agudas. O templo é de estilo toscano gótico, predominando, porém, o românico, inteiramente diferente das maravilhas que se notam nas catedrais de Amiens e Colônia. Em seu interior acham-se o púlpito de mármore branco de Nicolau e João Pisano, um Batista de bronze de Donatello (1457), afrescos de Pinturicchio, um altar de Baldassare Peruzzi (1532) e os bem esculpidos bancos do coro de Bartolomeu Neroni (1567); pôde assim uma igreja italiana desenvolver-se de um século a outro graças à corrente interminável do gênio italiano.

Quando se construía a catedral de Siena, teve-se notícia de um milagre ocorrido na aldeia de Bolsena, fato esse que muito refletiu no campo da arquitetura. Um sacerdote que duvidava da doutrina de transubstanciação tinha visto sangue na hóstia consagrada e isso o convenceu. Para comemorar esse milagre, o Papa Urbano IV não somente instituiu a Festa do Corpo de Crsito (1264), como também ordenou que se erigisse uma catedral em Orvieto, a cidade vizinha. Arnolfo di Cambio e Lourenço Maetani a desenharam, contrataram 40 arquitetos, escultores e pintores de Siena e Florença e nela trabalharam, de 1290 até ao fim de sua construção, em 1330. A fachada seguiu o estilo da de Siena, porém com mais belo acabamento e em muito melhores proporções e simetria. É uma vasta pintura de mármore, cujo próprio elemento é, em si mesmo, uma extraordinária obra-prima. Os detalhes nos baixos-relevos das largas pilastras entre os portais são muito preciosos e contam a história da Criação, a vida de Cristo, a Redenção e o Dia do Juízo Final; um dos relevos, a Visitação, tem a perfeição das obras da Renascença. Colunas delicadamente talhadas dividem as três partes da alta fachada e abrigam uma multidão de profetas, apóstolos, padres e santos. Vê-se no centro da complexa estrutura uma rosácea que se atribuiu a Orcagna (1359), se bem que isso não possa ser confirmado. Havia acima dela um belo mosaico, representando o Coração da Virgem, o qual foi retirado. O interior, estranhamente estriado, é uma simples basílica com arcadas sob um teto baixo de madeira. A iluminação é pobre e mal se pode render justiça aos afrescos de Fra Angelico, Benozzo Gozzoli e Luca Signorelli.

Foi, porém, na opulenta Florença que a fúria de construções que varria a Itália no século XIII levantou suas maiores maravilhas. Em 1294, Arnolfo di Cambio começou a construção da igreja de Santa Croce; Arnolfo conservou o tradicional plano de

basílica sem transeptos, de teto liso de madeira, mas adotou o arco agudo para as janelas, a arcada da nave e a fachada de mármore. A beleza da igreja consistia mais na riqueza da escultura e afrescos de seu interior, os quais mostravam a habilidade de uma arte italiana já amadurecida, do que na sua arquitetura. Em 1298, Arnolfo revestiu o batistério com a desgraciosa alternação de camadas de mármore branco e preto, a qual desfigura tantos trabalhos do estilo toscano por esmagarem a elevação vertical sob uma pletora de linhas horizontais. Mas o orgulhoso espírito daquela época — outro prenúncio da Renascença — pode ser lido no edito (1294), pelo qual a Signoria encarregou Arnolfo de construir a grande catedral:

> Conquanto seja soberana a prudência por parte de um povo de alta origem em conduzir seus negócios de maneira tal, que a sabedoria e magnanimidade de seus atos possam transparecer em seus trabalhos visíveis, ordena-se que Arnolfo, arquiteto-mestre de nossa comuna, prepare modelos ou desenhos para a restauração da (catedral de) Santa Maria Reparata com a mais alta e mais pródiga magnificência, a fim de que a operosidade e força dos homens jamais possam criar ou empreender algo que seja mais vasto e mais belo; de acordo com o que foi declarado e aconselhado em sessão pública e em conclave secreto pelos nossos mais sábios cidadãos, mão alguma deverá tocar nos trabalhos da comuna a não ser com a intenção de fazê-los corresponder à nobre alma, a qual é composta das almas de todos os seus cidadãos unidos numa só e única vontade.[32]

Essa proclamação estimulou as doações do povo. Sem dúvida foi feita com tal objetivo. As corporações da cidade ofereceram-se também para financiar o projeto. Ao falharem algumas, mais tarde, nesse propósito, a associação dos mercadores de lã tomou a si a tarefa de custear todas as despesas, contribuindo com a grande quantia de 51.500 liras ouro por ano.[33] Arnolfo traçou, pois, os planos de construção em escala grandiosa. A abóbada de pedra teria 150 pés de altura, igual à de Beauvais, a nave de 260 por 55 e o peso deveria ser sustentado por espessas paredes, escoras de ferro e arcos agudos da nave, notáveis pelo seu pequeno número — quatro, e pela sua grande largura, 65 pés, e altura de 90 pés. Arnolfo morreu em 1301. Prosseguiu-se o trabalho sob a direção de Giotto, André Pisano, Brunelleschi e outros com consideráveis alterações de planos. A catedral, cujo nome trocaram para o de Santa Maria de Fiore, somente foi consagrada em 1436. É uma estrutura imensa e bizarra, levou seis séculos para ser construída e cobre uma área de 84.000 pés quadrados, tendo-se tornado inadequada para a assistência de Savonarola.

IX. O GÓTICO ESPANHOL: 1091-1300

Os monges da França haviam trazido para a Espanha, no século XI, a arquitetura românica e também, no século XII, para lá levaram o gótico. A catedral de San Salvador (1091), da pequena e pitoresca cidade de Ávila, inaugurou a transição com arcos redondos, um portal gótico e, na abside, elegantes colunas que se erguiam até às nervuras da abóbada. O espírito religioso de Salamanca conservou aquela velha catedral do período de transição do século XII ao lado da nova, do século XVI. As duas juntas formam uma das mais imponentes obras de arquitetura da Espanha. Dificuldades de ordem financeira retardaram, em Tarragona, a construção do *seo* — sé episcopal — de 1089 até 1375. A solidez dos elementos mais antigos forma um cenário adequado

para as decorações góticas e mouriscas, e os claustros — colunatas românicas sob uma abóbada gótica — figuram entre as mais belas produções da arte medieval.

Tarragona é caracteristicamente espanhola; Burgos, Toledo e Leão são progressivamente mais francesas. O casamento de Branca de Castela com Luís VIII, da França (1200), alargou as vias de intercâmbio que já haviam sido abertas pelos monges peregrinos. Foi o sobrinho dela, Fernando III, de Castela, quem lançou a primeira pedra da catedral de Burgos (1221), a qual foi desenhada por um arquiteto francês desconhecido. Um alemão de Colônia — João de Colônia — ergueu os pináculos (1442), um borgonhês, Felipe de Borgonha, reconstruiu a grande torre sobre a cruz do transepto (1539-43) e, finalmente, seu discípulo, o espanhol João de Vallejo, terminou o edifício em 1567. Os pináculos com suas esculturas, as torres que os sustentam e a arcada dão à fachada de Santa Maria la Mayor uma imponência e esplendor inesquecíveis. Toda essa fachada de pedra havia sido pintada, mas a tinta de há muito desapareceu. Somente nos resta imaginar como teria sido a feição daquele todo que outrora rivalizava com o sol.

O mesmo Fernando III forneceu fundos para uma catedral ainda mais magnificente, a de Toledo. Poucas cidades do interior do país têm paisagem mais encantadora. Toledo aninha-se em uma curva do rio Tejo, oculta entre montanhas protetoras. Vendo-a em sua atual pobreza, ninguém imaginaria que outrora os reis visigodos e depois os emires mouros e os monarcas cristãos de Leão e Castela haviam feito dela a sua capital. Começaram a construção da catedral em 1227; foi uma obra demorada que terminou em 1493. Somente uma torre é que foi construída de acordo com o plano original; é meio mourisca, no estilo da Giralda de Sevilha, e quase com a mesma elegância. A outra torre foi coberta, no século XVII, com um domo desenhado pelo mais célebre cidadão de Toledo, Domingo Teotocópuli — El Greco. O interior, medindo 395 pés de comprimento e 178 de largura, é composto de cinco alas com altos pilares, com capelas decoradas, estátuas de santos, grades de ferro e 750 janelas com vitrais coloridos. Toda a energia do caráter espanhol, toda a tristeza e paixão do espírito religioso da Espanha, toda a elegância de seus costumes e algo da inclinação dos muçulmanos pelas decorações encontram forma e voz naquela imensa catedral.

Há um provérbio espanhol que diz ser "Toledo a mais rica de nossas catedrais, a de Oviedo a mais sagrada, a de Salamanca a mais forte e a de Leão a mais bela".[34] A construção desta última foi começada pelo bispo Manrique em 1205, tendo sido financiada por meio de pequenas contribuições, as quais foram recompensadas com indulgências. Ficou terminada em 1303. O plano de construção adotado foi o da ereção de uma catedral com grande número de janelas, segundo o gótico francês; seus vitrais figuram entre as obras-primas dessa arte. Talvez seja verdade que o plano do pavimento térreo tenha sido copiado do da catedral de Reims, a fachada oeste da de Chartres, e o portal sul da de Burgos. O resultado é um encantador agregado das belas partes das catedrais francesas com torres e pináculos aperfeiçoados.

Ergueram-se muitos outros relicários para celebrar a reconquista da Espanha pelo cristianismo — o de Zamora em 1174, o de Tudela em 1188, o de Lérida em 1203, o de Palma em 1229, o de Valência em 1262 e o de Barcelona em 1298. Não poderíamos declarar fossem góticas as catedrais espanholas daquele período, exceção feita a de Leão. Evitaram, nelas, a construção de grandes janelas e contrafortes volantes. Elas apóiam seu peso sobre grossas paredes e pilares; os próprios pilares elevam-se quase até à abóbada, ao invés de o reforço dos arcos ir da base ao teto. Essas altas colu-

nas, que se erguem quais gigantes de pedra, dão ao interior das catedrais espanholas um quê de grandeza opressiva que atemoriza a alma, ao passo que o gótico do norte a ilumina com sua luz. Os portais e as janelas, no gótico espanhol, conservavam geralmente o arco românico. A decoração com diferentes fieiras e tipos de tijolos coloridos mantinha um quê de mourisco em meio às ornamentações góticas. A influência bizantina sobreviveu nos domos e meios domos com as modulações dos pendentes de uma base poligonal. Foi desses vários elementos que a Espanha desenvolveu um estilo único para algumas das mais belas catedrais da Europa.

Os castelos e fortalezas dos campos e as muralhas e portas das cidades constituíam também notáveis realizações da arquitetura medieval. As muralhas de Ávila ainda estão de pé para provar o espírito de forma da Idade Média, e portas, como a Puerta del Sol, em Toledo, são um exemplo típico da beleza unida à utilidade prática. Os cruzados construíram no Oriente Próximo, como lembrança que tinham do *castellum* romano ou, talvez, de observações feitas acerca dos fortes muçulmanos,[35] fortalezas semelhantes à de Queraque (1121) que sobrepujavam, em massa e forma, todas as de sua espécie naquela era belicosa. A Hungria, o bastião da Europa contra os mongóis, ergueu magnificentes castelos-fortaleza no século XIII. A arte fluiu para o oeste e deixou na Itália obras-primas de arte militar, tais como a torre-fortaleza de Volterra e, na França, os castelos do século XIII, os de Coucy e Pierrefonds, e o célebre Château Gaillard que Ricardo Coração de Leão construiu (1197) ao voltar da Palestina. Os castelos na Espanha não eram simples fantasias, porém formidáveis massas de alvenaria que mantinham à distância os mouros e foram eles que deram o nome a Castela. Quando Afonso VI, de Castela (1073-1108), conquistou Segóvia aos muçulmanos, construiu ali um castelo-fortaleza de acordo com o plano do Alcáçar de Toledo. Na Itália, os castelos eram cidadelas urbanas dos nobres; as cidades da Toscana e Lombardia ainda os têm em abundância; só San Gimignano abrigava 13 antes da Segunda Guerra Mundial. Já no século X, a França começara a construir alguns em Châteaudun, os quais, no período da Renascença, haveriam de constituir imponente feição de sua arte. A técnica de edificar castelos de pedra entrou na Inglaterra com os favoritos normandos de Eduardo, o Confessor, e aí progrediu com as medidas de ataque e defesa de Guilherme, o Conquistador, sob cujo comando se iniciara a construção da Torre de Londres, do Castelo de Windsor e do de Durham. Novamente a idéia de construir castelos emigrou da França para a Alemanha, onde se tornou verdadeira mania entre os barões sem leis, reis guerreiros e os conquistadores. O formidável *Schloss* de Königsberg, construído (1257) como fortaleza da qual os cavaleiros teutônicos podiam dominar a população hostil, foi uma justa vítima da Segunda Guerra Mundial.

X. CONSIDERAÇÕES

A arquitetura gótica foi a suprema realização da alma medieval. Os homens que ousaram erguer aquelas abóbadas sobre uns poucos suportes de pedra estudaram e exprimiram sua ciência com maior carinho do que qualquer filósofo medieval em qualquer *summa*. As linhas e harmonia de Notre Dame constituem um poema maior que a *A Divina Comédia*. É preciso recorrer a minúcias para se fazer uma comparação do estilo gótico com a arquitetura clássica. Nenhuma cidade da Europa medieval pôde rivalizar com Atenas ou Roma em matéria de arquitetura, nenhum relicário gótico tem aquela beleza pura do Partenon, porém nenhuma dessas estruturas clássicas que

conhecemos tem a sublime complexidade da fachada de Reims ou a força inspiradora da abóbada de Amiens. A restrição e o repouso do estilo clássico expressavam a racionalidade e moderação que a Grécia pregava a seus filhos apaixonados. O êxtase romântico do gótico francês, a sombria imensidade de Burgos ou Toledo simbolizavam a ternura e a nostalgia do espírito medieval, o terror, o mito e o mistério de uma fé religiosa. A arquitetura e a filosofia clássicas eram ciências de estabilidade; as arquitraves que ligavam as colunas do Partenon eram o *meden agan* da inscrição délfica, o qual pousava uma pesada mão sobre a exaltação, aconselhava firmeza e quase forçava os pensamentos dos homens a se voltarem para a realidade da vida terrena. O espírito do norte chamava-se propriamente gótico porque herdara a grande audácia dos conquistadores bárbaros; ele passou, insaciável, de vitória em vitória, até fazer um cerco ao céu com seus contrafortes volantes e arcos. Mas foi também um espírito cristão que apelou pela paz aos céus, pela paz que o barbarismo havia afastado da terra. Desses motivos contraditórios é que surgiu o grande triunfo da forma sobre a matéria em toda a história da arte.

Por que declinou a arquitetura gótica? Em parte, porque todo estilo, assim como a emoção, exaure-se ao manifestar-se de maneira completa e provoca reação ou mudança. A transformação do gótico no *Perpendicular* na Inglaterra, e no *Flamejante* na França, deixou a forma sem qualquer futuro exceto exagero e decadência. O colapso das Cruzadas, o declínio da fé religiosa, o desvio de fundos para outros cultos, dos da Igreja para o Estado, tudo isso fez com que se quebrasse o espírito da idade gótica. A tributação do clero, depois de Luís IX, esgotou as arcas das catedrais. As comunas e corporações (guildas) que haviam partilhado sua glória e custo perderam sua independência, riqueza e orgulho. A Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos haviam esgotado a França e a Inglaterra. As novas construções não somente diminuíram no século XIV, como também ficou inacabada a maioria das grandes catedrais começadas nos séculos XII e XIII. Além disso, a civilização clássica descoberta novamente pelos humanistas e o culto à arquitetura clássica na Itália, onde ela jamais perecera, sobrepujaram de maneira exuberante o estilo gótico. A arquitetura da Renascença, desde o século XVI até o XIX, dominou a Europa ocidental, mesmo através do barroco e do rococó. Quando aquela inclinação pelo clássico, por sua vez, enfraqueceu, o movimento romântico do princípio do século XIX recriou a Idade Média, idealizando-a, e a arquitetura gótica reapareceu. A luta entre os estilos clássico e gótico ainda prossegue em nossas igrejas, escolas, feiras e capitais, enquanto uma nova arquitetura indígena, ainda mais ousada que a gótica, procura atingir o céu.

O homem medieval, com julgar que a verdade lhe havia sido revelada, pôde deixar de procurá-la. Toda a energia que empregamos em descobri-la era, naqueles dias, dispensada à criação da beleza, e, em meio a pobreza, epidemias, fome e guerra , os homens acharam tempo e disposição para tornarem belas centenas de variedades de coisas, desde as mais simples até às catedrais. Emocionados ao contemplar algum manuscrito da Idade Média, humildes diante da Notre Dame e percebendo ao longe a doce visão da nave de Winchester, esquecemos as superstições e fraquezas, as pequenas guerras e os monstruosos crimes da Idade da Fé. Mais uma vez nos maravilhamos da paciência, gosto e devoção daqueles nossos antepassados, e só nos cabe agradecer a um milhão de homens esquecidos por terem redimido o sangue da História com o sacramento da arte.

CAPÍTULO XXXIII

A Música Medieval

326 — 1300

I. A MÚSICA SACRA

SOMOS injustos para com a catedral. Ela não era esse túmulo frio e despojado que se apresenta hoje em dia ao visitante. Palpitava de vida. Os fiéis não somente viam nela uma obra de arte como também sentiam ali a presença consoladora e confortadora de Maria e de seu Filho. A catedral recebia os monges e cônegos, os quais passavam muitas horas por dia nos bancos do coro recitando as horas canônicas. Ouvia as constantes ladainhas das congregações que imploravam a misericórdia e o auxílio divinos. Pelas suas naves passavam as procissões que carregavam diante do povo a imagem da Virgem ou o corpo e o sangue de Cristo. A música da missa ecoava solenemente no interior do templo imenso e era tão vital quanto o próprio edifício da igreja, e provocava uma emoção mais profunda do que toda a glória estampada em suas pedras e vitrais. Muitas almas estóicas que duvidavam da religião acabavam sendo vencidas pela música, prostrando-se diante do inefável mistério.

A evolução da música medieval coincidiu de maneira extraordinária com o desenvolvimento dos estilos de arquitetura. Assim como as primeiras igrejas passaram, no século VII, das antigas formas de domos e basílicas para o simples e másculo estilo românico e, no século XIII, para as decorações, elevação e complexidade do gótico, também a música cristã conservou até ao tempo de Gregório I (540-604) as antigas árias monódicas da Grécia e do Extremo Oriente, passando, no século VII, para o cantochão e, no século XIII, para os arrojos polifônicos que rivalizavam com a concepção das equilibradas pressões de uma catedral gótica.

As invasões dos bárbaros no Ocidente e o ressurgimento do orientalismo no Oriente Próximo fizeram com que se quebrasse a tradição da notação musical grega por meio de letras colocadas acima das palavras; mas os quatro "modos" gregos — dórico, frígio, lídio e mixolídio — sobreviveram e geraram, por divisão, os *octoechos,* ou as "oito espécies" da composição musical: contemplativa, restritiva, grave, solene, animada, alegre, espirituosa e extática. A língua grega manteve-se durante três séculos depois de Cristo na música sacra do Ocidente e ainda permanece como vestígio no *Kyrie eleison.* A música bizantina formou-se ao tempo de São Basílio, igualou-se à dos cantos gregos e sírios, alcançou seu ponto culminante nos hinos de Romano (*ca.* 495) e Sérgio (*ca.* 620), tendo feito sua maior conquista na Rússia.

Alguns dos primeiros cristãos opuseram-se a que se empregasse a música na religião; compreendeu-se logo, porém, que uma religião sem música não podia sobreviver com a concorrência de credos que despertavam no homem o desejo de se expressar

em cânticos. O sacerdote aprendeu a celebrar a missa cantada e herdou algumas das árias e melodias dos cantores hebraicos. Ensinou-se aos diáconos e acólitos a cantarem as respostas; alguns recebiam treinamento técnico na *schola lectorum*, a qual, no reinado do Papa Celestino I (422-32), tornou-se a *schola cantorum*. Aqueles que já se achavam aptos formavam o grande coro. O da catedral de Santa Sofia tinha 25 cantores e 111 "ledores" ou leitores, em sua maioria meninos.[1] O cântico de congregações espalhou-se do Oriente para o Ocidente; os homens alternavam-se com as mulheres nos cânticos e, juntos, entoavam o Aleluia. Os salmos que cantavam eram considerados um eco ou imitação dos hinos de louvores que os anjos e santos entoavam a Deus no paraíso. Santo Ambrósio, não obstante o conselho apostólico de que as mulheres deviam manter-se silenciosas na igreja, introduziu o canto antifônico em sua diocese. "Os salmos são agradáveis para todas as idades e ambos os sexos e criam um laço de união quando todos erguem, em uníssono, as suas vozes", disse aquele sábio administrador.[2] Agostinho chorou quando ouviu a congregação de Milão cantar os hinos de Ambrósio e convenceu-se da verdade contida na declaração de São Basílio, de que o ouvinte que se entrega ao prazer da música pode ficar também dominado por uma doce emoção religiosa.[3] O "canto ambrosiano" ainda é usado atualmente nas igrejas de Milão.

Uma tradição universalmente aceita na Idade Média e que agora, após muitas dúvidas, tornou-se geralmente admissível,[4] atribui a Gregório Magno e a seus auxiliares a reforma e a determinação canônica da música católica romana, de que resultou a criação do "canto gregoriano" como música oficial da Igreja, música essa que foi adotada durante seis séculos. As árias helenistas e bizantinas fundiram-se com as dos templos e sinagogas hebraicos, formando o cantochão romano. Eram monódicas. Não importava o número de vozes que participasse, todos cantavam no mesmo tom embora as mulheres e os meninos quase sempre cantassem uma oitava mais alta que os homens. Era música simples para vozes de pouco volume. Uma vez ou outra podia-se empregar um melisma mais complexo. O ritmo era livre e contínuo, não era dividido em tempo regular ou compassado.

Antes do século XI, as únicas notas musicais usadas pelo canto gregoriano consistiam de pequenos sinais derivados dos acentos gregos, colocados sobre as palavras que se deviam cantar. Esses neumas indicavam um aumento ou diminuição de tom, mas não o seu grau ou duração da nota. Adquiriam-se tais conhecimentos somente à viva voz e pela memorização de grande número de cânticos litúrgicos. Não se permitia o acompanhamento de instrumentos. A despeito dessas restrições — talvez devido a elas — o canto gregoriano tornou-se uma das características mais impressionantes da liturgia cristã. O ouvido moderno, acostumado a uma harmonia complexa, acha aqueles velhos cânticos monótonos e sem vida; eles encerram uma tradição das monodias gregas, sírias e hebraicas que somente o ouvido oriental hoje em dia pode apreciar. Mesmo assim, as árias cantadas em uma catedral católica romana, durante a Semana Santa, atingem o coração de uma maneira mais poderosa e mais direta do que as outras músicas, cujas complicações agradam ao ouvido sem, no entanto, arrebatarnos a alma.

O canto gregoriano espalhou-se pela Europa ocidental como se fosse mais outro meio de conversão ao cristianismo. Milão repeliu-o da mesma maneira como resistira à autoridade papal. O sul da Espanha conservou durante muito tempo o seu canto "moçárabe", o qual havia sido criado pelos cristãos ao tempo do domínio dos mu-

çulmanos e que ainda se empregava numa parte da catedral de Toledo. Carlos Magno, que, como governante, prezava o espírito de união, substituiu na Gália o canto galicano pelo gregoriano e fundou escolas de música sacra romana em Metz e Soissons. Já os germânicos, com as gargantas formadas por climas e necessidades muito diferentes dos da Itália, tiveram dificuldades com as modulações mais delicadas do canto. Disse João, o Diácono: "As suas vozes grosseiras, que soam como trovão, não podem executar modulações suaves porque estão roucas por excesso de bebida."[5]

Talvez os germânicos depreciassem a *fioritura* que, desde o século VIII, embelezava o canto gregoriano com "tropos" e "seqüências". O tropo começou como uma composição de palavras para o melisma, o qual ficava assim mais fácil de gravar na memória. Tornou-se mais tarde uma interpolação de palavras e música do canto gregoriano por ocasião em que o sacerdote cantava não o *Kyrie eleison* mas sim o *Kyrie (fons pietatis, a quo bona cuncta procedunt) eleison*. A Igreja permitiu tais embelezamentos, porém jamais os aceitou na liturgia oficial. Alguns monges, para se distraírem, compunham ou cantavam tais interpolações e chegou a haver tantos tropos, que deles se publicaram livros para o ensino ou conservação dos favoritos. A música dos dramas eclesiásticos desenvolveu-se desses tropos. As seqüências eram tropos destinados a acompanhar o Aleluia. Adotara-se o costume de prolongar a última vogal da palavra em uma melodia comprida conhecida por *iubilus*, ou cântico da alegria. Escreveram-se vários textos, no século VIII, para tais melodias. A composição de tropos e seqüências tornou-se uma verdadeira arte e, gradativamente, foi transformando o canto gregoriano em uma forma figurada e diferente de seu espírito original. (Somente cinco seqüências foram aceitas pela Igreja na liturgia: *Victimae paschali laudes*, de Wipo; *Veni Sancte Spiritus*, atribuída a Inocêncio III; *Lauda Sion*, de Tomás de Aquino; *Stabat Mater*, de Iacopone da Todi, e *Dies irae*, de Tomás de Celano.) Essa evolução pôs fim à pureza e domínio do canto gregoriano naquele mesmo século XII, ocasião em que se verificou a transição do estilo românico para o gótico, na arquitetura do Ocidente.

O número sucessivo de composições complexas exigiu, para sua transmissão, uma notação melhor do que a que tinha sido empregada no canto simples. No século X, Odo, abade de Cluny, e Notker Bálbulo, monge de St. Gall, restauraram o processo grego de indicar as notas por meio de letras. Um escritor anônimo descreveu, no século XI, o emprego das primeiras letras maiúsculas do alfabeto latino para a primeira oitava de uma escala e das minúsculas correspondentes para a segunda oitava, bem como das letras gregas para a terceira.[6] Por volta de 1040, Guido de Arezzo, um monge de Pomposa (perto de Ferrara), deu seus atuais nomes às primeiras seis notas da escala, tirando as primeiras sílabas de cada metade dos versos de um hino a João Batista:

Ut queant laxis *re*sonare floris
*Mi*ra gestorum *fa*muli tuorum,
*Sol*ve polluti *la*bii reatum.

Essa "solmização" ou representação das notas musicais pelas sílabas *ut (dó), ré, mi, fá, sol* e *lá* integrou-se na herança da juventude do Ocidente.

Mais importante ainda foi a criação da pauta musical por Guido. Em torno do ano 1000, empregava-se uma linha vermelha para indicar a nota agora representada por *fá*; acrescentara-se depois uma segunda linha amarela ou verde para representar o *dó*. Guido, ou alguém pouco antes dele, aumentou as linhas para fazer uma pauta de

quatro linhas, às quais professores posteriores acrescentaram uma quinta. Com essa nova pauta e o *ut*, *ré* e *mi* — escreveu Guido — os meninos do coro poderiam aprender em poucos dias o que antes exigia muitas semanas. Foi uma inovação simples na época, com a qual Guido de Arezzo ganhou o título de *inventor musicae* e uma esplêndida estátua que ainda se vê na praça pública que traz seu nome. Os resultados foram revolucionários. Os cantores libertaram-se do trabalho de decorar toda a liturgia musical; podia-se compor, transmitir e conservar a música com mais facilidade; o executante podia lê-la à primeira vista, e o compositor, já não se sentindo mais obrigado a manter o estilo das melodias tradicionais com o receio de que os cantores se recusassem a decorar seu trabalho, podia aventurar-se em inúmeras outras modalidades. Mais importante que tudo isso ainda, ele podia escrever música polifônica, com a qual se podia cantar simultaneamente em duas ou mais vozes ou executar modulações diferentes, porém harmônicas.

Devemos aos nossos antepassados da Idade Média mais outra invenção que tornou possível a música moderna. Podiam-se determinar tons por meio de pontos colocados sobre as linhas da pauta ou entre elas, mas esses sinais não davam nenhuma idéia do tempo em que se devia sustentar uma nota. Tornava-se indispensável para o desenvolvimento da música de contraponto — execução simultânea e harmônica de duas ou mais melodias independentes — um sistema para medir e indicar a duração de cada nota. Talvez algumas informações tivessem surgido da Espanha, dos tratados árabes de al-Quíndi, al-Farabi, Avicena e de outros muçulmanos que haviam escrito sobre música medida ou notas mensuráveis.[7] Franco de Colônia, sacerdote matemático, escreveu, em uma data qualquer do século XI,[8] o tratado *Ars cantus mensurabilis*, no qual reuniu as sugestões das primeiras teorias e exercícios e traçou a essência de nosso atual sistema para a indicação da duração das notas musicais. Escolheu-se uma *virga* (varinha), de cabeça quadrada, anteriormente empregada como neuma, para representar uma nota longa; outro neuma, o *punctum* — ponto — foi ampliado, tomando a forma de um losango, para representar uma nota curta. Com o tempo, esses sinais foram modificados: acrescentou-se-lhes uma pequena cauda. O nosso simples sistema de notações mensurais desenvolveu-se depois de muitos erros, experiências e absurdos.

Aquelas criações vitais abriram um vasto campo para a música polifônica. Havia-se escrito tal música antes de Franco, porém de maneira muito imperfeita. Ao fim do século IX vamos encontrar uma prática musical em que o canto era entoado com vozes em conjunto. Pouco se soube dele até que, em fins do século X, vemos os nomes *organum* e *symphonia* aplicados às composições para duas vozes. O *organum* era uma peça litúrgica, na qual uma antiga modulação monódica era "sustentada" pelo tenor (daí seu nome), enquanto outra voz acrescentava uma melodia harmônica. Uma variante dessa forma, o *conductus*, proporcionava ao tenor nova digressão enquanto dirigia outra voz em uma ária concorrente. Os compositores do século XI deram um passo em suas concepções que foi tão ousado quanto o equilíbrio das pressões nas construções de estilo gótico: escreveram harmonias, nas quais a voz "dirigida" não acompanhava o tenor nos altos e baixos da melodia, ao contrário, aventurava-se em outras harmonias por meio de notas que não seguiam em linhas paralelas o *cantus firmus* do tenor. Essa declaração de independência tornou-se quase uma rebelião quando a segunda voz acompanhava a melodia ascendente do tenor com um movimento descendente. A harmonia por contraste e a fluente resolução de discordâncias mo-

mentâneas tornaram-se uma paixão entre os compositores, quase uma lei. Escreveu a esse respeito João Cotton por volta de 1100: "Se a voz principal for ascendendo, a voz acompanhante deverá descer simultaneamente."[9] Finalmente, no *motet* (aparentemente a forma diminutiva da palavra francesa *mot*), três, quatro, cinco e mesmo seis vozes diferentes cantavam em uma complexa rede de melodias individuais, cujas modulações concordantes cruzavam-se e fundiam numa teia de harmonia vertical e horizontal tão sutil e graciosa quanto os arcos convergentes de uma abóbada gótica. Essa *Ars antiqua* de polifonia construiu, no século XIII, as bases da composição da música moderna.

O entusiasmo pela música, naquele século extraordinário, rivalizava com o que despertavam a arquitetura e a filosofia. A Igreja olhava com desprezo a polifonia, não confiava nos efeitos que a música poderia causar à religião ao tornar-se ela um atrativo, um fim. João de Salisbury, bispo e filósofo, ordenou que se pusesse um paradeiro às composições complexas; o bispo Guilherme Durand tachou o *motet* de "música desordenada" e Roger Bacon, um rebelde da ciência, lamentou o desaparecimento do majestoso canto gregoriano. O Concílio de Lião (1274) condenou a nova música e o Papa João XXII (1324) lançou a condenação papal ao *discantus* — polifonia — sob o fundamento de que aqueles compositores inovadores "destruíam as melodias... deixando-as em um movimento incessante que envenenava o ouvido sem que o acalmasse, perturbando a devoção ao invés de despertá-la".[10] A revolução, porém, continuou. Numa cidadela da Igreja — Notre Dame de Paris — o dirigente do coro, Leonino, compôs, cerca do ano 1180, os mais belos *organa* de seu tempo. Perotino, seu sucessor, escreveu composições para três ou quatro vozes. A polifonia, à semelhança do gótico, espalhou-se da França para a Inglaterra e Espanha. Geraldo Cambrensis (1146?-1220) mencionou o canto a duas vozes na Islândia e disse de Gales, sua terra natal, o que hoje se podia também dizer:

> Em suas canções eles não entoam uniformemente... mas o fazem de muitas maneiras e tons; assim, em um grande grupo de cantores, que aliás é costume desse povo reunir, ouvem-se tantas canções quantos são os cantores que nelas figuram, com uma variedade de vozes as quais se entrelaçam e terminam em uma melodia cheia de consonância.[11]

A Igreja acabou curvando-se à infalibilidade do *Zeitgeist*, aceitou a polifonia, transformou-a em poderosa serva da fé e preparou-a para suas vitórias na Renascença.

II. A MÚSICA DO POVO

A tendência para o ritmo expressou-se em uma centena de formas de música e dança seculares. A Igreja tinha suas razões para recear a liberdade desse instinto, pois ele se aliava muito naturalmente ao amor, o grande rival da religião como fonte criadora das canções, além do que o espírito folgazão do homem medieval, quando longe das vistas do sacerdote, tendia para um texto livre, às vezes obsceno, o que melindrava o clero e provocava decretos inúteis por parte dos concílios. Os mestres errantes descobriam ou compunham músicas para seus hinos em louvor às mulheres e ao vinho bem como para as paródias escandalosas que faziam dos ritos religiosos. Circulavam manuscritos que continham música solene para versos engraçados da *Missa de potatori-*

bus — a Missa dos Beberrões — e do *Officium ribaldorum* — Livro de Orações dos Fanfarrões.[12] As canções de amor eram tão populares como hoje em dia. Algumas eram tão delicadas como as que se ofereciam a Deus e outras, cheias de diálogos encantadores com acompanhamento muito suave. É claro que havia canções guerreiras, destinadas a desenvolver o espírito de união ou a amenizar a luta pela glória com ritmo hipnótico. Algumas canções eram tradicionais, haviam sido compostas por algum gênio anônimo, das quais o povo se tinha assenhoreado, modificando-as talvez. Outras canções populares eram fruto da habilidade de autores profissionais que se serviam de todos os recursos da polifonia que aprendiam na liturgia da Igreja. Uma forma complexa e favorita na Inglaterra era o "rondó", no qual uma voz começava o canto, uma segunda o seguia ou iniciava uma melodia harmoniosa quando a primeira tivesse alcançado determinado ponto, uma terceira entrava no decurso da segunda e assim por diante, com umas seis vozes fazendo assim uma alegre fuga de contraponto.

Talvez o "rondó" mais antigo que se conhece seja o célebre *Sumer is i-cumen in* (Aproxima-se o verão...), provavelmente composto por algum monge estudioso lá pelo ano de 1240. A complexidade de sua música de seis vozes demonstra que o povo já estava bem familiarizado com a polifonia. Seus versos ainda vivem com o espírito de um século, no qual estava florescendo toda a civilização da Idade Média:

Sumer is i-cumen in;
Llude sing cuccu!
Groweth sed and bloweth med,
And springth the wude nu:
Sing cuccu!

Awe bleteth after lomb,
Lhouth after calve cu;
Bulluc sterteth, bucke verteth;
Murie sing cuccu!

Cuccu, cuccu, wel singes thu cuccu;
Ne swik thu naver nu;
Sing cuccu nu, sing cuccu,
Sing cuccu, sing cuccu, nu!

O verão está chegando,
Alto canta o cuco!
Cresce a semente e venta na campina,
E florescem os bosques agora;
Canta cuco!

A ovelha bale seguindo o cordeiro,
O terneiro segue a vaca;
O novilho salta, o cervo vira;
Alegre canta o cuco!

Cuco, cuco, que lindo canta o cuco;
Não pare, jamais agora;
Canta cuco agora, canta cuco,
Canta cuco, canta cuco agora!

Tal canção devia ser do tempo dos menestréis que iam de uma cidade a outra ou percorriam as cortes ou mesmo vários países. Consta que menestréis de Constantinopla iam cantar na França e que cantores da Inglaterra iam exibir-se na Espanha. Geralmente eles tomavam parte nos grandes festivais. Eduardo I da Inglaterra contratou 426 cantores para o casamento de sua filha Margarida.[13] Os seus cantos, às vezes muito bizarros, geralmente eram compostos — tanto a letra como a música — na França, por *troubadours*, na Itália por *trovatori* e na Alemanha, por *minnesingers*. As poesias medievais em sua maioria antes do século XIII eram escritas para serem cantadas: "um poema sem música é um moinho sem água", disse o trovador Folquet.[14] Das 2.600 canções de trovadores que existem, temos a música de 264, geralmente na forma de neumas e ligaduras em uma pauta de quatro ou cinco linhas. Os bardos da Irlanda e Gales provavelmente tocavam instrumentos e cantavam.

Muitas gravuras dos manuscritos que conservam as *Cantigas* colecionadas por Afonso X de Castela mostram músicos com trajes árabes tocando instrumentos também árabes; além do que, árabe é o estilo de muitas canções.[15] Possivelmente a música, assim como os primeiros temas e formas poéticas dos trovadores, derivou das canções e melodias mouriscas que alcançaram o sul da França através da Espanha cristã.[16] Talvez os cruzados tivessem trazido consigo as formas da música árabe ao regressarem do Oriente; cumpre notar que os trovadores apareceram por volta do ano 1100, por ocasião da Primeira Cruzada.

É extraordinária a variedade dos instrumentos musicais da Idade Média. Havia os de percussão — sinos, címbalos, adufes, triângulos, bombos, tambores; os de corda — lira, cítara, harpa, saltério, *organistrum*, alaúde, guitarra, viela, viola, monocórdio, etc.; instrumentos de sopro — gaita, flauta, oboé, gaita-de-foles, clarim, flajolé, trombeta, buzina, órgão, etc. Mencionamos aí apenas alguns das centenas que havia; dispunha-se de tudo que pudesse ser executado com as mãos, pés e arcos. Alguns se originaram na Grécia, outros no Islã, como a rabeca, o alaúde e a guitarra; muitos constituíam preciosos modelos da arte medieval em trabalhos de metal, marfim e madeira. O instrumento que o menestrel geralmente usava era a viola, pequeno violino, no qual se tocava com um arco muito curvo. Antes do século VIII, a maioria dos órgãos eram hidráulicos. Todavia, Jerônimo descreveu um órgão pneumático,[17] e Beda (673-735) escreveu sobre alguns que tinham "canos de latão que se enchiam do ar dos foles e dos quais saía uma suave melodia".[18] St. Dunstan (*ca.* 925-88) foi acusado de fazer feitiçarias quando construiu uma harpa eólia, que vibrava quando colocada ante a fenda de uma parede.[19] Por volta do ano 950, instalou-se na catedral de Winchester um órgão que tinha 26 foles, 42 sopradores e 400 canos; as teclas eram tão grandes que o organista tinha de tocar com as mãos fechadas e protegidas com luvas grossas.[20] Milão tinha um órgão, cujos canos eram de prata, e Veneza, um com canos de ouro.[21]

Toda a idéia que temos daquela feição infernal da Idade Média desfaz-se diante da coleção de seus instrumentos musicais. O que fica é mais uma vez o quadro de um povo que era, pelo menos, tão feliz quanto nós, amava a vida e não se sentia oprimido pelo temor do fim do mundo mais do que nós que duvidamos se a civilização será ou não destruída antes que possamos concluir a sua História.

CAPÍTULO XXXIV

A Transmissão do Saber

1000 — 1300

I. SURGEM OS IDIOMAS

ASSIM como a Igreja tinha preservado até certo ponto aquela união política da Europa ocidental que o Império Romano havia realizado, também seus ritos, sermões e escolas mantiveram uma herança dos romanos agora perdida — uma língua internacional que era compreendida por toda a população instruída da Itália, Espanha, França, Inglaterra, Escandinávia, Países-Baixos, Alemanha, Polônia, Hungria e os Bálcãs ocidentais. Os homens cultos desses países empregavam o latim na correspondência, registros comerciais, diplomacia, leis, governo, ciência, filosofia e em quase toda a literatura antes do século XIII. Falavam o latim como se fosse uma língua viva, na qual se criava quase diariamente uma nova palavra ou frase para coisas novas e as constantes idéias que surgiam em suas vidas. Escreviam em latim suas cartas de amor, desde os mais simples bilhetes até às clássicas epístolas de Heloísa e Abelardo. Escrevia-se um livro para um continente e não para uma nação. Tal livro não precisava ser traduzido e passava de um país para outro com uma rapidez e liberdade desconhecidas hoje em dia. Os estudantes iam de uma universidade para outra sem preocupações de ordem lingüística; os eruditos podiam fazer suas palestras na mesma língua em Bolonha, Salamanca, Paris, Oxford, Upsala e Colônia. Eles não hesitavam em introduzir novas palavras no latim, às vezes para horror de um ouvido acostumado à erudição de um Petrarca ou de um Cícero; e a Magna Carta determinava que nenhum homem livre devia ficar *dissaisiatus* ou *imprisonatus*. Tais palavras fazem-nos estremecer, mas elas mantiveram vivo o latim. Muitos termos modernos da língua inglesa, como, por exemplo, *instance, substantive, essence, entity*, etc., provêm das expressões medievais que foram acrescentadas à língua latina.

Contudo, a ruptura das relações internacionais em virtude do colapso de Roma, a pobreza da Idade Média, a ruína das estradas e o declínio do comércio criaram nas palavras variações que a segregação logo tratou de aumentar. Mesmo em seus dias de glória, o latim sofrera modificações, dadas às diversidades de clima e de fisiologia oral. A velha língua tinha-se modificado até mesmo em sua terra nativa. O abandono da literatura deixara o campo para o vocabulário e estrutura da frase do homem comum, vocabulário e estrutura que haviam sido sempre diferentes daqueles dos poetas e oradores. A afluência de alemães, gauleses, gregos e asiáticos à Itália ocasionou uma pronúncia multiforme, e a preguiça natural da língua e do espírito afetou profundamente as inflexões e terminações exatas no modo correto de se falar. O *H* tornou-se mudo no latim dos últimos tempos; o *V* que, classicamente, se pronunciava como o *W* inglês, adquiriu o som do *V* português; caiu o *N* antes de *S* — *mensa* passou a ter a

pronúncia de *mesa*; os ditongos *AE* e *OE* que, classicamente, se pronunciavam como *AE* e *OE* em português, eram agora como o *A* e o *E* longos de nossa língua. Como pronunciavam mal as letras finais, delas se esquecendo também (*portus, porto, porte; rex, re, roi, rei; coelum, cielo, ciel, cêu*), substituíram as terminações dos vocábulos por preposições e as das conjugações por verbos auxiliares. Os antigos pronomes demonstrativos *ille* e *illa* tornaram-se artigos definidos *il, el, lo, le, la,* e abreviou-se o *unus* do latim para formar o artigo indefinido *um.* As declinações desapareceram e; às vezes, tornava-se difícil saber se um nome era o sujeito ou o objeto. Considerando aquele contínuo processo de alterações através de 20 seculos, talvez se nos afigure que o latim, como língua viva e literária da Itália, França e Espanha, em nada era diferente do que falava Cícero com relação ao latim de Rômulo ou o idioma atual dos ingleses com relação ao que falava Chaucer.

A Espanha começou a falar latim já no ano 200 a.C. Ao tempo de Cícero, o dialeto latino na Espanha já se diferenciava tanto do que era empregado em Roma que aquele grande orador se sentiu chocado. Para ele o dialeto parecia barbarismo de Córdova. O contato com os dialetos da Península Ibérica abrandou as consoantes latinas na Espanha: o *T* passou para *D*, o *P* para *B*, o *K* para *G*; *totum* transformou-se em *todo, operam* em *obra, ecclesia* em *iglesia* e em Portugal *igreja.* O francês suavizou também as consoantes latinas e, conquanto as conservasse muitas vezes em sua escrita, deixava freqüentemente de pronunciá-las: *tout, oeuvre, église, est,* etc. O juramento que Luís, o Germânico, e Carlos, o Calvo, prestaram em Estrasburgo, em 842, foi feito em duas línguas: em francês e alemão* — um francês tão impregnado do latim que o chamaram de *lingua romana.* Somente no século X é que ele se tornou suficientemente diferente para receber então o nome de *lingua gallica.* A *lingua romana*, por sua vez, dividiu-se, na França, em *langue d'oc*, ao sul do Loire, e *langue d'oïl*, do norte. Era costume na Idade Média distinguir-se os dialetos pela maneira com que diziam *sim*: no sul da França diziam-no com *oc*, do latim *hoc*, este; o norte empregava *oil*, uma contração do *hoc ille* (este-esse), do latim. O sudeste da França tinha um dialeto da *langue d'oc* chamado provençal; esse dialeto tornou-se uma língua rebuscada entre os trovadores e quase foi extinto durante as cruzadas contra os albigenses.

A Itália levou mais tempo que a Espanha e a França para formar seu idioma. O latim era a sua língua materna; o clero que a falava era bastante numeroso na Itália. A continuidade de sua cultura e escolas impediu que a língua se modificasse com a mesma liberdade que se notara em países já então sem tradições. Em 1230 Santo Antônio de Pádua pregou ao povo em latim. Contudo, um sermão que um prelado visitante fez em latim, em Pádua, em 1189, teve de ser traduzido pelo bispo local para o dialeto da cidade.[2] O italiano ainda não era bem um idioma no começo do século XIII; havia cerca de 14 dialetos derivados do antigo latim da praça do mercado, cada um pouco conhecido dos demais e todos eles apegados a suas diferenças com apaixonado atomismo. Havia cidades cujos distritos falavam dialetos diferentes, como, por exemplo,

* As três primeiras linhas do juramento de Estrasburgo indicam como o francês e o alemão se desenvolveram lentamente: "*Pro Deo amur et pro Christian poblo et nostro commun salvament, dist di in avant, in quant Deus savir et podir me dunat.*" — "*In Geds minna ind in these Christianes folches ind unser bedhero Gealtnissi, fon thesemo dage frammordes, so fram so mir Got gewizci indi madh furgibit.*" O que significa: "Por amor a Deus e ao povo cristão e pela nossa salvação comum possa Deus dar-me, de hoje em diante, sabedoria e forças."[1]

na cidade de Bolonha. Os predecessores de Dante tiveram de criar uma língua bem como uma literatura. Esse poeta achava que os trovadores toscanos preferiam o italiano e, em sua fantasia, atribuía isso ao fato de eles escreverem cartas de amor nessa língua e não em latim, receosos de que as destinatárias não soubessem esta última.[3] Mesmo assim para escrever a *Divina Comédia*, por volta de 1300, ele hesitou entre o latim e o dialeto toscano. Por uma pequena margem, nessa escolha, não caiu ele no esquecimento.

Enquanto o latim se ia dividindo nas línguas românicas, o antigo idioma alemão foi-se decompondo no médio alemão (do período de 1050 a 1500), frísio, holandês, flamengo, inglês, dinamarquês, sueco, norueguês e islandês. O "velho alemão" é mera expressão para denominar os muitos dialetos que foram falados pelas tribos e províncias da Alemanha antes de 1050: flamengo, holandês, vestfalense, ostfalense, alemânico; bávaro, francônio, turíngio, saxônio, silesiano, etc. O idioma que se falava no período de 1050 a 1500 ("o velho alemão") sofreu em parte a influência dos novos vocábulos que surgiram com o advento do cristianismo. Os monges da Irlanda, Inglaterra, França e Itália muito se esforçaram por inventar vocábulos a fim de poderem traduzir os do latim. Às vezes se apropriavam de palavras latinas e incorporavam-nas ao alemão — *Kaiser, Prinz, Legende*. Era um legítimo furto. Trágica, porém, foi a influência da estrutura da frase em latim — conservação do verbo no fim da frase — pela qual a sintaxe simples usada outrora pelo povo alemão ficou completamente modificada, apresentando-se no estilo posterior da língua com períodos duros e longos.[4] Talvez o alemão mais belo fosse o que escreveram os grandes poetas do século XIII — Walter von der Vogelweide, Hartmann von Aue, Gottfried von Strasbourg e Wolfram von Eschenbasch. Nunca mais a língua alemã, exceto com Heine e o jovem Goethe foi tão simples, flexível, direta e clara.

Os anglos, os saxões e os jutos levaram a língua teutônica para a Inglaterra no século V, onde ela assentou as bases da língua inglesa, à qual forneceu quase todos os seus vocábulos curtos e incisivos. O francês espalhou-se no país com os normandos, dominou os tribunais, cortes e a aristocracia de 1066 a 1362, enquanto o latim continuou a presidir na religião e na educação e (até 1731) permaneceu *de rigueur* nos documentos oficiais. Milhares de vocábulos franceses integraram-se na língua inglesa, principalmente os referentes à indumentária, arte culinária e termos legais. Metade da terminologia das leis inglesas é francesa.[5] Durante três séculos a literatura da França e da Inglaterra foi uma só. Mesmo ao tempo de Chaucer (1340-1400), o espírito e a linguagem das cartas inglesas eram metade em francês. Após a perda das possessões francesas, a Inglaterra ficou circunscrita a si mesma, quando então triunfaram os elementos anglo-saxônios no idioma inglês. A língua inglesa enriqueceu-se incomensuravelmente após o domínio do francês. Ao acrescentarem o francês e o latim à sua base do alemão, os ingleses puderam exprimir triplamente quaisquer denominações de centenas de idéias (*kingly, royal, regal; twofold, double, duplex; daily, journal, diurnal*...). A isso deve a língua a sua riqueza de sinônimos e de *nuances* verbais. Aquele que conhecer a história da formação dos vocábulos conhecerá toda a História.

II. O MUNDO DOS LIVROS

Como eram escritas essas diversas línguas? Após a queda de Roma, em 476, os conquistadores bárbaros adotaram o alfabeto latino e escreviam-no com letra cursiva,

unida. Davam à maioria das letras uma forma curva ao invés de uma linha reta, a qual se julgara mais conveniente adotar sobre as superfícies de pedra e madeira. A Igreja preferiu, naqueles séculos, que se escrevesse com letras maiúsculas a fim de facilitar a leitura dos missais e dos livros das horas. Ao preservarem a literatura latina com a feitura de inúmeras cópias dos trabalhos clássicos, os copistas do tempo de Carlos Magno economizaram pergaminhos caríssimos ao adotarem uma caligrafia miúda. Eles concordaram em seguir uma forma estabelecida para as letras e adotaram as "letras minúsculas fixas", as quais foram durante quatro séculos a maneira comum de se escreverem os livros na Idade Média. No século XII, como se seguissem as exuberantes decorações que se iam criando na arquitetura gótica, as letras foram adquirindo adornos, linhas finas e curvas, e assumiram a feição gótica, a qual prevaleceu na Europa até à Renascença e ainda na Alemanha de nossos dias. Muito poucos eram os manuscritos medievais que tinham pontuação. Esse meio de fazer pausas respiratórias, que os helenistas gregos conheciam e havia desaparecido com os bárbaros, tornou a aparecer no século XIII, porém só foi comumente adotado ao ter sido ele estabelecido com as letras impressas, no século XV. Os trabalhos tipográficos já eram, até certo ponto, feitos no ano 1147 por meio de peças de madeira, nos mosteiros do Reno, para a impressão de letras iniciais ou marcas de tecidos.[6] Empregavam-se diversas formas de abreviaturas, as quais eram muito inferiores às "notas tironianas" criadas pelo escravo de Cícero.

Escrevia-se em pergaminhos, papiro e papel com o auxílio de penas de aves ou caniço com tinta preta ou colorida. O papiro deixou de ser usado na Europa depois da conquista do Egito pelos maometanos. O pergaminho preparado de fina pele de carneiro era muito caro. Empregavam-no apenas em manuscritos luxuosos. Escrevia-se geralmente em pergaminhos de pele de carneiro, porém grossa. O papel constituía até o século XII um artigo caríssimo que se importava do Islã, mas, em 1190, instalaram-se fábricas na Alemanha e França. A Europa começou a fabricar papel de linho no século XIII.

Raspavam-se antigos manuscritos feitos em muitos pergaminhos a fim de que estes pudessem receber uma segunda composição (palimpsesto). Perderam-se muitas obras em virtude disso e de outras causas, tais como mau arquivamento dos manuscritos, guerras, saque, incêndio e outros estragos. Os hunos saquearam bibliotecas monásticas na Baviera; o mesmo fizeram os nórdicos na França e os sarracenos na Itália. Muitas obras clássicas gregas desapareceram no saque de Constantinopla em 1204. A princípio, a Igreja desaprovara a leitura dos clássicos pagãos. Quase sempre, no decorrer de cada século, uma ou outra voz se levantava contra ela — ora um Gregório I, ora um Isidoro de Sevilha ou um Pedro Damião. Teófilo, arcebispo de Alexandria, destruiu todos os manuscritos pagãos que encontrou. Segundo Demétrio Calcondilas,[7] sacerdotes gregos persuadiram os imperadores gregos a queimar os trabalhos dos poetas eróticos de seu país, inclusive Safo e Anacreonte. No entanto, havia, naqueles séculos, muitos eclesiásticos que apreciavam as obras dos antigos pagãos e tudo fizeram para conservá-las. Em muitos casos, para acalmarem os censores, atribuíam sentimentos cristãos à poesia pagã e, por meio de hábeis alegorias, transformaram até a poesia erótica de Ovídio em poemas moralistas. Conservou-se grande número de trabalhos da literatura clássica graças aos copistas monásticos.[8] Dizia-se aos monges fatigados que Deus perdoaria um de seus pecados por linha que copiassem. Orderico Vitalis diz-nos que um monge escapou de ir para o inferno pela vantagem de uma única

carta." Logo em seguida aos monges, como copistas, figuravam os copistas particulares ou profissionais, os quais eram contratados por mosteiros, livreiros ou homens ricos. O trabalho deles era exaustivo e muitas vezes chegavam a escrever na página final:

Explicit hoc totum;	Está tudo terminado;
Pro Christo da mihi potum.	Por amor de Cristo, dai-me algo para beber.[10]

Outro escriba achava que merecia mais ainda e escrevia, como texto final: *Detur pro penna scriptori pulchra puella* — "Pelo trabalho da pena dai ao escritor uma bela donzela."[11]

A Igreja medieval não exercia regularmente censura sobre a publicação de livros. Se um livro era herético e viesse a exercer certa influência sobre o público, como o de Abelardo sobre a Trindade, ele seria condenado por um concílio da Igreja. Contudo, os livros eram poucos para constituírem grande perigo para a ortodoxia. Mesmo a Bíblia era muito rara fora dos mosteiros; era preciso um ano para copiá-la e a renda anual de um sacerdote de paróquia para se poder comprá-la. Poucos eram os clérigos que dela possuíam uma cópia completa.[12] O Novo Testamento e livros especiais do Antigo tinham grande circulação. Produziram-se Bíblias de grande formato e magnificamente adornadas no século XII; podia-se lê-las apenas em cima de uma mesa, geralmente na biblioteca de um mosteiro. Prendiam-na à mesa para a conservarem melhor. A Igreja assustou-se muito ao descobrir que os valdenses e albigenses estavam fazendo e espalhando as traduções que eles mesmos haviam feito dos livros das Escrituras. Um concílio da Igreja, realizado em Narbona (1227), como já vimos, proibiu que os leigos possuíssem qualquer parte de tais Escrituras.[13] Em geral, porém, antes do século XIV, a Igreja não se opunha a que os leigos lessem a Bíblia. Ela não os encorajava a que o fizessem, porque receava as interpretações do povo sobre os mistérios das Escrituras.

Determinava-se o tamanho de um livro e de suas páginas pelo tamanho das peles existentes, cada uma das quais era dobrada para se fazer um "fólio". Não se produziram, depois do século V, livros em rolos como nos tempos antigos;* as peles eram cortadas em tamanhos retangulares para se formar em quatro ("quarto"), oito ("octavo"), 12 ("duodécimo") ou 16 ("sextodécimo") páginas para um fólio. Alguns trabalhos em "sextodécimo" eram escritos em letra muito fina e encerravam muita matéria, podendo caber em um bolso. A encadernação tanto podia ser de pergaminho pesado como de linho, couro ou madeira. Estampavam às vezes desenhos nas capas por meio de matrizes de metal aquecido. Artistas muçulmanos que se haviam instalado em Veneza introduziram, na Europa, a técnica de cobrir as depressões daqueles desenhos com tintas douradas. Enfeitavam também as capas com esmalte ou marfim, ou com incrustações de ouro, prata ou pedras preciosas. São Jerônimo censurou os romanos, dizendo-lhes: "Vossos livros trazem pedras incrustadas e Cristo morreu nu!"[14] Poucos livros modernos podem rivalizar com as suntuosas encadernações medievais.

Até os livros simples constituíam objeto de luxo. Um livro comum custava entre

* Muitos registros governamentais eram escritos em rolos, dos quais se serviu a Inglaterra de 1131 a 1833. O encarregado do arquivamento destes rolos chamava-se "Mestre dos Rolos".

$160 e $200 na moeda dos Estados Unidos de 1949.[15] Bernardo de Chartres, um líder no aproveitamento das antigas obras clássicas no século XII, deixou uma biblioteca de apenas 24 volumes. A Itália era mais rica que a França, e seu famoso jurista, o irmão Acúrsio, tinha uma coleção de 63 livros. Consta que se vendera uma Bíblia por 10 talentos — cerca de $10.000; sabe-se também que se trocara um missal por um terreno, e que se pagara com uma casa e terreno dois volumes de Prisciano, o gramático do século V.[16] O custo dos livros protelou o desenvolvimento do comércio livreiro até o século XII; as cidades universitárias costumavam contratar homens como *stationarii* e *librarii* para organizarem corpos de copistas, os quais transcreviam os trabalhos para os professores e estudantes. Tais homens vendiam suas cópias a todo aquele que estivesse em condições de pagá-las. Parece que nunca sonharam em pagar a um autor vivo. Se alguém insistisse em escrever um novo livro, teria de pagar seu custo ou descobrir algum rei ou magnata que o fizesse. A propaganda de seu livro era feita apenas por via oral. Ele não podia publicá-lo — torná-lo público, salvo se conseguisse sua adoção em uma escola ou o tivesse lido perante algum auditório. Foi assim que Geraldo de Gales, ao voltar da Irlanda em 1200, leu a sua *Topografia* sobre aquela região, diante de uma grande assistência em Oxford.

O custo dos livros e a míngua de fundos para as escolas provocaram uma taxa de analfabetismo que teria parecido vergonhosa para a antiga Grécia ou Roma. A cultura, no norte dos Alpes, antes de 1100, quase ficava confinada aos "clérigos", isto é, aos sacerdotes, contadores, escribas, funcionários do governo e técnicos. O livro constituía objeto precioso em um lar. Liam-no geralmente em voz alta perante muitos ouvintes. Adotaram-se mais tarde regras de pontuação e estilo para conveniência da leitura oral. Trocavam-se livros de uma família a outra, o mesmo se dando entre mosteiros e países.

As bibliotecas, conquanto pequenas, eram numerosas. São Bento determinara que cada mosteiro beneditino devia ter uma. As ordens cartusiana e cisterciense, não obstante a aversão de São Bernardo pela ciência, tornaram-se diligentes colecionadoras de livros. Muitas catedrais — como as de Toledo, Barcelona, Bambergue, Hildesheim — tinham grandes bibliotecas; a de Cantuária possuía cinco mil livros em 1300. Isso, porém, era um caso excepcional;[17] a maior das bibliotecas não tinha mais que 100 livros. A de Cluny, uma das melhores, tinha 570 volumes.[18] Manfredo, rei das Duas Sicílias, possuía uma valiosa coleção, a qual passou para o papado e tornou-se o núcleo das coleções gregas no Vaticano. A biblioteca papal começou com o Papa Dâmaso (366-84); seus preciosos manuscritos e arquivos perderam-se quase todos no agitadíssimo século XIII. A atual biblioteca do Vaticano data do século XV. As universidades — ou antes os seus colégios — começaram a ter bibliotecas no século XII. São Luís fundou a biblioteca da Santa Capela em Paris e enriqueceu-a de livros que lhe haviam sido copiados por uma centena de mosteiros. Muitas bibliotecas, como, por exemplo, as de Notre Dame, St. Germain des Près e a da Sorbonne, foram abertas a estudantes responsáveis, os quais podiam levar os livros a título de empréstimo, porém mediante garantias adequadas. Os estudantes de hoje mal podem apreciar a riqueza literária que as bibliotecas das municipalidades e universidades põem livremente à sua disposição.

Havia aqui e acolá bibliotecas particulares. Mesmo naqueles sombrios tempos do século X encontramos um Gerbert colecionando livros com a verdadeira paixão de bibliófilo. Outros eclesiásticos, como João de Salisbury, tinham suas próprias coleções.

Alguns nobres possuíam pequenas bibliotecas em seus castelos. Frederico Barba-Roxa e Frederico II possuíam grandes coleções de livros. Henrique de Aragão, senhor de Villena, na Espanha, organizou uma grande biblioteca, a qual foi incendiada sob a acusação de que ele mantinha relações com o diabo.[19] Por volta de 1200, Daniel de Morley levou da Espanha para a Inglaterra "uma preciosa coleção de livros".[20] No século XII, descobriu-se na Europa a riqueza que a Espanha possuía em livros; os eruditos procuravam Toledo, Córdova e Sevilha, e uma maré de novos conhecimentos atravessou os Pireneus, agitando a vida intelectual do adolescente norte.

III. OS TRADUTORES

A Europa medieval, em parte unida por uma língua comum, ainda se encontrava dividida por meios latinos e gregos mutuamente hostis e ignorantes. A herança latina, exceto o direito, fora esquecida no Oriente grego; a herança grega, exceto na Sicília, também foi esquecida no Ocidente. Parte da herança grega achava-se oculta além das muralhas da cristandade — na Jerusalém dos muçulmanos, Alexandria, Cairo, Túnis, Sicília e Espanha. Quanto àquele vasto e distante mundo da Índia, China e Japão com rica bagagem literária, filosófica e artística, os cristãos quase nada dele sabiam antes do século XIII.

Os judeus desempenharam também algum trabalho de ligação das diversas culturas, movendo-se entre elas quais correntes subterrâneas fertilizantes. À medida que maior número deles emigrava dos reinos islâmicos para o mundo cristão, e perdia contato com a língua árabe, foi-se despertando em seus homens cultos o desejo de traduzir as obras árabes (muitas escritas por judeus) para a única língua que os sábios daquela raça espalhada conheciam — o hebraico. E assim, José Kimchi (*ca.* 1105—*ca.* 1170), em Narbona, traduziu o livro do filósofo judeu Bahya intitulado *Guia para as Obrigações do Coração*. José tinha uma prole brilhante, porém mais notáveis ainda, como tradutores, eram os filhos e descendentes de Judas ben Saul ibn Tibbon (*ca.* 1120—*ca.* 1190). Também ele, à semelhança de Kimchi, mudara-se da Espanha muçulmana para o sul da França. Conquanto fosse um dos mais brilhantes médicos de seu tempo, ainda achava energia para traduzir para o hebraico os trabalhos judeu-arábicos de Saadia Gaon, Ibn Gabirol e Jehuda Halevi. Seu filho Samuel (*ca.* 1150 — *ca.* 1232), provocou sensação no mundo judaico ao traduzir para o hebraico o *Guia dos Perplexos*, de Maimônides. Moisés ibn Tibbon, filho de Samuel, traduziu do árabe os *Elementos*, de Euclides, o *Cânon*, de Avicena, o *Antidotário* de al-Razi, três obras de Maimônides e os pequenos comentários de Averróis sobre Aristóteles. Jacó ibn Tibbon, neto de Samuel, além de conduzir a luta em prol de Maimônides, em Montpellier, e adquirir a fama de grande astrônomo, traduziu vários tratados árabes para o hebraico e alguns para o latim. A filha de Samuel casou-se com um erudito que era ainda mais célebre, Jacó Anatoli. Nascido em Marselha, por volta de 1194, Jacó fora convidado por Frederico II para ensinar hebraico na Universidade de Nápoles. Ele traduziu ali, para o hebraico, os grandes comentários de Averróis, afetando com isso profundamente a filosofia judaica. Estímulo semelhante foi proporcionado à medicina hebraica através da tradução de *Kitab al-Mansuri*, de al-Razi, pelo médico e filósofo Chem Tob, em Marselha (1264).

Muitas traduções hebraicas do árabe foram vertidas para o latim. Assim, uma versão de *Taysir* (*Auxílio à Saude*), de Avenzoar, foi traduzida para o latim, em Pádua (1280). Em princípios do século XIII um judeu traduziu todo o Antigo Testamento diretamente para o latim. As várias rotas da emigração cultural acham-se exemplificadas pelas *Fábulas de Bidpai*, as quais foram traduzidas para o inglês de uma tradução do latim que, por sua vez, o fora do árabe e esta do pálavi, parecendo que o original era em sânscrito.[21]

A principal corrente pela qual as riquezas do pensamento islâmico se derramaram no Ocidente cristão foi através da tradução do árabe para o latim. Por volta de 1060, Constantino, o Africano, traduziu para o latim o *Liber Experimentorum*, de al-Razi, os trabalhos de medicina

árabe de Isaque Judeu, e à versão árabe de Hunain dos *Aforismos*, de Hipócrates, bem como dos *Comentários*, de Galeno. Em Toledo, logo após a sua reconquista aos mouros, o esclarecido e tolerante arcebispo Raimundo (*ca.* 1130) organizou um corpo de tradutores sob a direção de Dominico Gundisalvi e encarregou-os de traduzir as obras de ciência e filosofia árabes. A maioria dos tradutores era constituída de judeus, os quais conheciam árabe, hebraico e espanhol. Havia também os que conheciam o latim. O mais ativo dos membros daquele grupo era um judeu convertido, João de Espanha (ou "de Sevilha"), cujo nome patronímico árabe, Ibn Daud (filho de Davi), foi mudado para Avendeath pelos eruditos. João de Espanha traduziu uma verdadeira biblioteca de trabalhos árabes e judaicos de Avicena, al-Ghazali, al-Farabi... e de al-Khwarizmi. Através deste último foi que apresentou os números indo-arábicos ao Ocidente.[22] De quase igual valor foi sua versão de um livro pseudo-aristotélico sobre filosofia e ocultismo, o *Secretum Secretorum*, de cuja grande circulação se pode fazer uma idéia pelos 200 manuscritos que ficaram. Algumas dessas traduções eram feitas diretamente do árabe para o latim, outras para o castelhano e depois para o latim por Gundisalvi. Dessa maneira, os dois eruditos transformaram o *Mekor Hayim*, de Ibn Gabirol, na *Fons Vitae* (*Fonte da Vida*) que transformou "Avicebron" em um dos mais célebres filósofos do saber escolástico.

Pequenos tributários alimentaram a corrente latino-árabe. Adelardo de Bath, tendo aprendido o árabe em Antioquia, Tarso e Toledo, fez de uma versão árabe a primeira versão latina de Euclides (1120) e introduziu a trigonometria árabe no Ocidente com a tradução dos quadros astronômicos de al-Khwarizmi (1126).[23] Em 1141, Pedro, o Venerável, abade de Cluny, traduziu o Alcorão para o latim com o auxílio de três eruditos cristãos e um árabe. A alquimia e a química dos muçulmanos entraram no mundo latino através da tradução de um texto árabe de Roberto de Chester, em 1144. Um ano mais tarde, um italiano, Plato de Tívoli, traduziu o *Hibbur ha-meshihah* do matemático judeu Abraão bar Hiyya.

O maior dos tradutores foi Geraldo de Cremona. Chegara a Toledo por volta de 1165 e ficara impressionado com a riqueza da literatura árabe tanto na ciência como na filosofia. Resolveu traduzir a melhor parte dela para o latim e passou os restantes nove anos de sua vida entregue a essa tarefa. Aprendeu árabe e, ao que parece, tivera o auxílio de algum cristão ou judeu;[24] é inacreditável que tivesse feito sozinho suas 71 traduções. A ele deve o Ocidente as versões latinas das versões árabes de a *Ciência Analítica Posterior, No Céu e na Terra, Geração e Corrupção* e a *Meteorologia*, de Aristóteles, vários comentários de Alexandre de Afrodisíade, os *Elementos* e *Data*, de Euclides, a *Medição do Círculo*, de Arquimedes, a *Ciência das Secções Cônicas*, de Apolônio de Perga, 11 obras atribuídas a Galeno, vários trabalhos gregos de astronomia, quatro volumes de física greco-árabes, 11 livros de medicina árabe, inclusive os maiores trabalhos de al-Razi e Avicena, o *Silogismo*, de al-Farabi, três obras de al-Quindi e duas de Isaque Israeli; 14 volumes sobre matemática e astronomia árabes; três jogos de quadros astronômicos e sete trabalhos árabes sobre geomancia e astrologia. Nenhum outro homem na História fez tanto para enriquecer a cultura de seus semelhantes. Só podemos comparar a operosidade de Geraldo com a de Hunain ibn Ishaq e a "Casa da Sabedoria" de al-Mamun que, no século IX, moldaram no árabe a ciência e a filosofia gregas.

Em seguida à Espanha, como doadora nessa transfusão de cultura, figurava o reino normando das Duas Sicílias. Logo após a conquista da ilha (1091), os conquistadores normandos empregaram tradutores para verter para o latim as obras gregas e árabes sobre matemática e astronomia que, na ocasião, eram usadas em Palermo. Frederico II levou avante esse trabalho em Foggia; em parte, para tal fim, trouxe para sua corte um dos espíritos mais estranhos e ativos do princípio do século XIII. Miguel Scot recebeu seu cognome da terra natal, a Escócia. Encontramo-lo em Toledo em 1217, em Bolonha em 1220, em Roma em 1224-7 e depois em Foggia e Nápoles. A sua primeira tradução importante foi a *Ciência da Esfera*, de al-Bitruji, uma crítica sobre Ptolomeu. Fascinado com a descoberta que fez do escopo e liberdade do pensamento de Aristóteles, Scot traduziu de versões árabes para o latim a *História dos Animais*, inclusive as *Partes dos Animais* e a *Geração de Animais*. Consta também ter traduzido a *Metafísica*, a *Física*, a *Alma*, o *Céu* e talvez a *Ética*. As versões que Miguel fez das obras de Aristóteles chegaram até Alberto Magno e Roger Bacon e incentivaram o desenvolvimento das ciências no século XIII. Carlos de Anjou continuou a dispensar o apoio real aos tradutores no

sul da Itália. O sábio judeu, Moisés de Salerno, trabalhou para ele e, provavelmente, foi Carlos quem financiou a tradução para o latim do grande livro sobre medicina de al-Razi, o *Liber Continens*, pelo sábio judeu Faraj ben Salim, de Girgenti.

Todas as traduções para o latim, até então mencionadas, dos livros de ciência e filosofia gregos, foram feitas de versões árabes — muitas destas já o eram de versões do siríaco — cujos trabalhos originais já eram de procedência obscura. Não eram tão incorretas como as tachara Roger Bacon, mas justificava-se a necessidade de versões mais diretas. Entre as primeiras dessas figuravam as feitas por Jaime (que ficou conhecido apenas pelo epíteto de "funcionário de Veneza"), algum tempo antes de 1128, quais sejam os *Tópicos*, *Elenchi* e *Ciência Analítica Posterior*, de Aristóteles. Em 1154, Eugênio, "o emir" de Palermo, traduziu a *Óptica*, de Ptolomeu e, em 1160, participou da tradução para o latim do *Almagesto* diretamente do grego. Entrementes, Aristipo de Catânia traduzia (*ca*. 1156) as *Vidas dos Filósofos*, de Diógenes Laércio, e o *Meno* e *Fedo*, de Platão. A tomada de Constantinopla pelos cruzados não refletiu de maneira séria sobre as traduções, como se podia esperar. Consta que se fizera apenas uma tradução parcial da *Metafísica*, de Aristóteles (1209). Após um intervalo, por volta de 1260, Guilherme de Moerbeke, arcebispo flamengo de Corinto, começou, provavelmente com o auxílio de outros, uma série de traduções diretamente do grego, cujo número e importância colocam-no em segundo lugar após Geraldo de Cremona entre os grandes vultos da transmissão da cultura. Foi, em parte, a pedido de seu amigo e companheiro, o dominicano Tomás de Aquino, que traduziu muitas obras de Aristóteles: a *História dos Animais*, a *Geração de Animais*, a *Política* e a *Retórica*, e completou ou reviu as primeiras versões da *Metafísica*, a *Meteorologia* e a *Alma*. Traduziu para Santo Tomás vários comentários gregos sobre Aristóteles e Platão. Para melhores referências acrescentou ainda versões de os *Prognósticos*, de Hipócrates, *Alimentos*, de Galeno e de diversos trabalhos sobre física, de Hierão de Alexandria e Arquimedes. Talvez devamos a ele a tradução da *Ética*, de Aristóteles, anteriormente atribuída a Roberto Grosseteste. Tais traduções forneceram parte do material do qual Santo Tomás fez a sua magistral *Summa Theologica*. Em 1280 quase todas as obras de Aristóteles ficaram ao alcance do espírito ocidental.

As conseqüências de todas aquelas traduções na Europa latina foram revolucionárias. O afluxo de textos do Islã e da Grécia agitou profundamente aquele mundo de erudição que despertava, provocou novos estudos em questões de gramática e filologia, dilatou o *curriculum* das escolas e concorreu para o surpreendente crescimento das universidades nos séculos XII e XIII. Foi mero acidente a introdução de muitas palavras árabes nas línguas européias, isso devido à impossibilidade de os tradutores poderem encontrar termos equivalentes para o latim. Mais importante ainda foi o fato de que a álgebra, o zero e o sistema decimal entraram no Ocidente cristão por meio de tais versões, que a teoria e a prática de medicina progrediram muito com a tradução que se fez das obras dos mestres gregos, latinos, árabes e judeus e que os trabalhos gregos e árabes sobre astronomia deram expansão à teologia e uma nova concepção da divindade, preparando a grande mudança que haveria de seguir-se à teoria de Copérnico. As constantes referências de Roger Bacon a Averróis, Avicena e "Alfarabius" dão-nos uma medida daquela nova influência e estímulo. "A filosofia foi-nos dada pelos árabes", disse Bacon.[25] Veremos que Tomás de Aquino foi levado a escrever a sua *Summa* para evitar que se perdesse a essência da teologia cristã com as interpretações árabes dos trabalhos de Aristóteles. O Islã devolvera à Europa os conhecimentos que adquirira da Grécia através da Síria. Da mesma maneira que aqueles conhecimentos despertaram a grande era da ciência e filosofia árabes, também eles iriam estimular o espírito europeu para o estudo e especulações, forçando-o a construir a catedral intelectual da filosofia escolástica. Iria também rachar as pedras desse majestoso edifício, provocando o colapso do sistema medieval no século XIV e o início da filosofia moderna no auge da Renascença.

IV. AS ESCOLAS

A família, a Igreja e a escola encarregavam-se de transmitir a cultura de uma geração a outra. Na Idade Média cuidava-se mais da educação moral do que do ensino, ao passo que hoje em dia se cuida mais deste último, aliás em detrimento da disciplina moral. Não era prática fora do comum, nas classes média e alta da Inglaterra, enviar-se uma criança de sete anos ou mais para a casa de outra família a fim de ali ser criada durante algum tempo, em parte para cimentar as relações entre as famílias, em parte para contrabalançar os inconvenientes que decorrem do excesso de amor dos pais.[26] O esplêndido sistema escolar do Império Romano havia enfraquecido bastante durante as invasões e com o despovoamento das cidades. Poucas foram as escolas seculares que restaram na Itália depois que cessou a migração de sua gente no século VI. As demais eram em sua maioria destinadas ao treinamento de convertidos e preparo de futuros sacerdotes. A Igreja dispensou durante algum tempo (500-800) toda a sua atenção à cultura moral e não considerou a transmissão do ensino secular como parte de suas funções. Todavia, as catedrais, mosteiros, igrejas paroquiais e conventos, estimulados por Carlos Magno, abriram escolas para a educação geral de rapazes e moças.

A princípio, as escolas monásticas arcaram com todo o peso da tarefa. A *schola interior* encarregava-se de ministrar o ensino a noviços e oblatos e a *schola exterior* proporcionava educação aos jovens, ao que parece, gratuitamente.[27] Tais escolas monásticas sobreviveram às dificuldades do século IX e frutificaram na Renascença otoniana. A Alemanha, nos séculos IX e X, suplantou intelectualmente a França. A desintegração da casa dos Carolíngios e as incursões dos escandinavos causaram golpes cruéis nas escolas monásticas. A escola que Carlos Magno havia criado junto à corte dos francos não sobreviveu durante muito tempo ao governo de Carlos, o Calvo (falecido em 877). O episcopado francês foi-se tornando mais forte à medida que os soberanos se iam enfraquecendo. Ao cessarem as incursões dos escandinavos, o clero secular achava-se mais rico que os abades e mosteiros; enquanto as escolas monásticas iam declinando no século X, as das catedrais iam-se formando em Paris, Chartres, Orléans, Tours, Laon, Reims, Liège e Colônia. Quando o grande e bondoso Fulberto morreu em Chartres, o bispo Ivo (1040?-1116) tomou a si a tarefa de manter o mesmo padrão e renome para sua escola de estudos clássicos, e essa bela tradição foi também observada pelo seu sucessor, Bernardo de Chartres, o qual João de Salisbury, no século XII, descreveu como sendo "a mais extraordinária fonte espiritual nos tempos *modernos* da Gália".[28] A escola de York, na Inglaterra, foi muito famosa antes mesmo de ter dado Alcuíno a Carlos Magno. A de Cantuária tornara-se quase uma universidade, possuía farta biblioteca e tinha como secretário o próprio João de Salisbury, um dos filósofos mais brilhantes da Idade Média. Naquelas escolas, a catedral custeava os estudos de alguns estudantes que se preparavam para o sacerdócio, enquanto outros pagavam uma taxa modesta. O Terceiro Concílio de Latrão (1179) decretou que "a fim de que não se privem as crianças sem recursos da oportunidade de aprenderem a ler e progredir... cumpre dispensar suficientes rendimentos, em todas as catedrais, a um mestre, o qual deverá lecionar gratuitamente os funcionários da mesma igreja e os escolares pobres".[29] O Quarto Concílio de Latrão (1215) exigiu a criação de uma cadeira de gramática em todas as catedrais do mundo cristão e ordenou a todos os bispos que mantivessem também cadeiras de filosofia e de leis canônicas.[30] As decretais do Papa Gregório IX (1227-41) ordenavam que cada paróquia organizasse uma escola de

educação elementar. Pesquisas recentes indicam que tais escolas paroquiais — as quais se dedicavam principalmente à educação religiosa — eram muito comuns em toda a cristandade.[31]

Qual a proporção da população adolescente que freqüentava a escola? Das mulheres, ao que parece, somente as de famílias ricas. A maioria dos conventos mantinha escolas para jovens, como o de Argenteuil, o qual deu à Heloísa esmerada educação clássica (*ca.* 1110). Tais escolas, porém, atenderam provavelmente a uma pequena percentagem de jovens. Algumas escolas das catedrais admitiam moças. Abelardo cita "mulheres de nascimento nobre" que freqüentavam sua escola em Notre Dame de Paris, em 1114.[32] Os rapazes tinham mais oportunidades, mas possivelmente era difícil ao filho de um servo receber uma educação;[33] contudo, citam-se casos de servos que conseguiram obter lugares para os filhos na escola de Oxford.[34] Muitas coisas que se ensinavam nas escolas eram também aprendidas em casa ou nas oficinas de trabalho. Sem dúvida, a amplidão e a excelência da arte na Idade Média sugerem ter havido grandes oportunidades para a aprendizagem nesse ramo. Calcula-se que o número de crianças nas escolas elementares da Inglaterra, em 1530, era de 26.000 para uma população que se estimava em cinco milhões de almas — cerca de 1/30 da proporção no ano de 1931.[35] Pelos estudos recentes que se fizeram, conclui-se que "o século XIII ultrapassou o século XVI na instrução às massas e na educação social".[36]

Normalmente a escola da catedral era dirigida por um cônego do cabido da própria catedral, ao qual davam o nome de *archiscola* ou de *scolarius* ou *scholasticus*. Os professores eram clérigos de ordens menores. Todo o ensino era feito em latim. A disciplina era muito severa. O açoite era considerado tão necessário para a educação como o inferno para a religião. A escola de Winchester recebia os estudantes com um hexâmetro: *Aut disce aut discede; manet sors tertia caedi* — "Aprendei ou ide embora; a terceira alternativa será a de ser açoitado."[37] O *curriculum* começava com o *trivium* — gramática, retórica e lógica — passando-se depois para o *quadrivium* — aritmética, geometria, música e astronomia. Essas eram as "sete artes liberais". Tais termos não implicavam, naquela ocasião, todo o significado que hoje têm. Naturalmente, *trivium* significava três caminhos. As artes liberais eram as que Aristóteles havia definido como as carreiras adequadas para os homens livres que não se interessavam por ofícios práticos (os quais se deixavam para os aprendizes), porém pelos trabalhos intelectuais e morais.[38] Varrão (116-27 a.C.) escreveu *Nove Livros de Disciplinas*, dando a relação de nove disciplinas, as quais constituíam o *curriculum* greco-romano; Marciano Capela, erudito norte-africano do século V a.C., numa alegoria pedagógica amplamente empregada e denominada *A União da Filologia e Mercúrio*, excluíra a medicina e a arquitetura por julgá-las de ordem muito prática. Permaneceram assim apenas as sete artes então citadas. A "gramática" não era esse monótono estudo que deixa perder a alma da língua ao estudar-lhe os ossos, era a arte de escrever *(grapho, gramma)*; Cassiodoro definiu-a como sendo o estudo das grandes poesias e oratória, de maneira a habilitar alguém a escrever com exatidão e elegância. Nas escolas medievais, ela começava com os salmos, passava para outros livros da Bíblia, depois para os mestres latinos, clássicos, como Cícero, Virgílio, Horácio, Estácio, Ovídio, etc. A retórica significava a arte de falar, porém incluía consideráveis estudos sobre literatura. A lógica parece matéria algo avançada para o *trivium*, todavia era aconselhável que os estudantes aprendessem a raciocinar assim que começassem a discutir.

A revolução econômica causou algumas modificações no cenário da educação. As

cidades que viviam de comércio e indústria tinham necessidade de empregados com conhecimentos práticos. Mesmo contra a oposição dos eclesiásticos, elas criaram escolas seculares, nas quais professores leigos lecionavam mediante taxas pagas pelos pais dos alunos. Em 1300, a taxa anual em uma escola particular em Oxford era de quatro ou cinco *pence* ($ 4,50). Villani, em 1283, calculou em nove mil o número de jovens nas escolas eclesiásticas de Florença, 1.100 em seis escolas *abacus*, em que se preparavam para a carreira comercial, e 575 o de alunos em escolas secundárias. As escolas seculares surgiram em Flandres no século XII; já na segunda metade do século XIII elas se haviam espalhado até Lübeck e às cidades do Báltico. Cita-se que em 1292 uma professora mantinha uma escola particular em Paris; surgiram depois muitas.[39] Estava em marcha a secularização da educação.

V. AS UNIVERSIDADES DO SUL

Eram numerosas as escolas seculares na Itália; seus professores eram, geralmente, leigos e não clérigos como os de além das fronteiras dos Alpes. O espírito e a cultura da Itália eram menos eclesiásticos do que em outras regiões; de fato, por volta do ano 970, certo Vilgardo organizou em Ravena um movimento para a restauração do paganismo.[40] Havia lá, naturalmente, muitas escolas de catedrais; as de Milão, Pavia, Aosta e Parma eram eficientes, como podemos depreender dos homens que nelas se graduaram, tais como Lanfranc e Anselmo. A de Monte Cassino, ao tempo de Desidério, era quase uma universidade. A manutenção das instituições municipais, a brilhante resistência das cidades lombardas contra Barba-Roxa (1176) e a crescente exigência de conhecimentos legais e comerciais contribuíram para dar à Itália a honra de criar a primeira universidade medieval.

A Universidade de Pavia celebrou em 1925 o 1.100º aniversário de sua fundação por Lotário I. Provavelmente foi mais uma escola de direito do que uma universidade; somente em 1361 foi que recebeu sua carta de *studium generale* — o nome medieval para uma universidade que abrangia diversas faculdades. Foi uma das muitas escolas que, a partir do século IX, reviveram o estudo das leis romanas. As de Roma, Ravena e Orléans começaram-no no século IX, as de Milão, Narbona e Lião, no século X e as de Verona, Mântua e Angers no século XI. Parece ter sido Bolonha a primeira das cidades ocidentais da Europa a ampliar sua escola transformando-a em *studium generale*. Disse em 1076 o cronista Odofredo: "Certo mestre Pepo começou a dar por iniciativa própria preleções sobre leis... em Bolonha, e era um homem de grande renome."[41] Outros professores a ele se associaram e, ao tempo de Irnério, a escola de Bolonha ficou sendo por todos considerada a melhor da Europa.

Irnério começou a ensinar direito em Bolonha em 1088. Não sabemos se as leis romanas o convenceram dos argumentos práticos e históricos para a supremacia do poder imperial sobre o poder eclesiástico ou se a recompensa por serviços prestados ao primeiro o atraía, mas o fato é que ele passou do partido dos guelfos para o dos gibelinos e deu à jurisprudência, revivida, interpretações que favoreciam as reivindicações imperiais. Reconhecidos, os imperadores contribuíram com dinheiro para a escola. Bolonha recebeu depois verdadeiro enxame de estudantes alemães. Irnério compôs um volume de interpretações e comentários sobre o *Corpus iuris* de Justiniano, e aplicou métodos científicos para a organização das leis. A *Summa codicis Irnerii*, compilada por ele ou de suas preleções, é uma obra-prima de exposições e argumentos.

A idade de ouro da jurisprudência medieval começou com Irnério. Homens de todos os países da Europa latina iam a Bolonha para aprender a rejuvenescida ciência da lei. Graciano, discípulo de Irnério, aplicou os novos métodos à legislação eclesiástica e publicou o primeiro código das leis canônicas (1139). Após Irnério, os "Quatro Doutores" — Búlgaro, Martinho, Jacó e Hugo — em uma série de comentários célebres, aplicaram o Código de Justiniano aos problemas legais do século XII e conseguiram a adoção da lei romana numa esfera cada vez maior. Em princípios do século XIII, o venerável Acúrsio (1185?-1260), o maior dos comentaristas, condensou o trabalho deles e o seu próprio em uma *Glossa ordinaria,* a qual se tornou a autoridade-padrão com que os reis e comunas romperam o jugo das leis feudais e combateram o poderio dos papas. O papado esforçou-se por impedir a exumação de um código que fazia da religião a serva do Estado; mas os novos estudos alimentaram o ousado racionalismo e a secularização dos séculos XII e XIII, e criaram uma prolífera classe de advogados. Estes trabalharam arduamente para reduzir o papel da Igreja no governo e estender a autoridade do Estado. São Bernardo queixava-se de que, nas cortes européias, ressoavam as leis de Justiniano e nelas não mais se ouviam as de Deus.[42] A extensão da nova jurisprudência foi um estímulo tão forte quanto as traduções gregas e árabes para a criação daquele respeito e paixão pela razão, a qual iria criar e enfeitiçar o escolasticismo.

Não sabemos quando a escola de artes — isto é, as sete artes liberais — surgiu em Bolonha, nem quando foi fundada sua famosa escola de medicina. Pelo que consta, a única relação entre as três escolas consistia no fato de os alunos, formados em qualquer uma delas, receberem seus diplomas de um arquidiácono de Bolonha. Os próprios professores organizaram um *collegium* ou corporação. Por volta de 1215, os estudantes das faculdades associaram-se em dois grupos: o da *universitas citramontanorum* ou união dos estudantes do sul dos Alpes e o da *universitas ultramontanorum* ou união dos estudantes de além dos Alpes. Já havia, desde o começo do século XIII, mulheres estudantes nessas "universidades", e, no século XIV, mulheres professoras nas faculdades de Bolonha.[43]

As corporações de estudantes, que surgiram para prover proteção mútua e governo próprio, chegaram a exercer, no século XIII, extraordinário poder sobre os corpos docentes. Os estudantes podiam terminar com a carreira pedagógica de qualquer professor em Bolonha, para o que faziam uma sabotagem organizada. Em muitos casos os salários dos professores eram pagos pelas "universidades" estudantis; os professores eram obrigados a jurar obediência aos "reitores" das "universidades", isto é, aos chefes das corporações estudantis.[44] O professor que desejasse licença para ausentar-se, mesmo que fosse por um dia, tinha de obter permissão de seus discípulos por intermédio dos reitores e era expressamente proibido "fazer feriado a seu bel-prazer".[45] Os regulamentos estabelecidos pelas corporações estudantis determinavam a hora exata em que o professor devia começar sua preleção, quando terminá-la e quais as penalidades em que incorria caso se afastasse de tais regras. Se, em sua preleção, passasse da hora, os alunos deviam deixar a sala de aula, isto de acordo com os estatutos. Outros regulamentos das corporações instituíam uma multa ao professor que pulasse um capítulo de alguma lição, e determinavam o tempo que se devia empregar em cada parte dos textos. Exigiam-lhe, no começo de cada ano acadêmico, que depositasse 10 libras num banco de Bolonha; deduziam dessa soma as multas que lhe haviam sido impostas pelos reitores e entregavam-lhe no fim do ano o saldo.

Nomeavam-se comitês de estudantes para observarem a conduta de cada professor e informarem os reitores de todas as irregularidades ou faltas que constatassem.[46] Se tais disposições parecem demasiado estranhas ao estudante moderno, cumpre lembrar que os estudantes de direito, em Bolonha, eram homens cujas idades iam de 17 a 40 anos, portanto com senso bastante para prover sua própria disciplina; que iam estudar e não divertir-se, e o professor não era um empregado da administração, porém uma figura independente que os estudantes contratavam para lecionar. O salário de um professor em Bolonha consistia das taxas que os alunos lhe pagavam, as quais eram determinadas mediante acordo. Modificaram esse sistema de pagamento pelos fins do século XIII quando as cidades italianas, ansiosas por terem suas próprias universidades, ofereceram salários a determinados professores bolonheses. A cidade de Bolonha (1289) prometeu fazer um pagamento anual a dois deles. Contudo, ficava ainda a critério dos alunos a escolha dos mestres. O número desses salários *(salaria)* municipais aumentou gradativamente e, no século XIV, a seleção de professores e o pagamento dos mesmos passaram para a jurisdição da cidade. A sua nomeação tornou-se função das autoridades eclesiásticas depois que Bolonha começou a fazer parte dos Estados Papais em 1506.

Contudo, a Universidade de Bolonha e, em não menor grau, outras universidades da Itália demonstravam, no século XIII, estar imbuídas de espírito leigo, quase anticlerical, o que muito raramente se notava em outros centros educacionais da Europa. Conquanto nesses últimos a teologia fosse a matéria principal, não havia em Bolonha antes de 1364 nenhuma faculdade teológica. As leis canônicas substituíam tal matéria. Até mesmo a retórica assumiu a feição de lei e a arte de escrever tornou-se em Bolonha, Paris, Orléans, Montpellier, Tours, etc., a *ars dictaminis* ou *ars notaria,* a arte de escrever documentos legais, comerciais ou oficiais. Conferiam-se diplomas especiais nessa arte.[47] Dizia-se comumente que Bolonha era a cidade que oferecia a educação mais realista. Corria a história de um pedagogo parisiense que desaprendera em Bolonha o que ensinara em Paris e que, quando voltara para esta cidade, desaprendeu o que aprendera em Bolonha.[48] Bolonha foi, no século XII, a guia do movimento cultural da Europa. Deixou, no entanto, que o ensino se estagnasse em um escolasticismo no decorrer do século XIII. As interpretações de Acúrsio tornaram-se texto sagrado e quase imutável, e impediram a adaptação progressiva da lei ao curso da vida. Os espíritos estudiosos correram então para campos mais livres.

A Itália teve muitas universidades nos séculos XII e XIII. Algumas delas foram geradas por Bolonha através da emigração de professores e estudantes. Em 1182, Pílio deixou aquela cidade e partiu para fundar uma escola em Módena; em 1188 Jacó de Mandra seguiu para Reggio Emilia e levou consigo os discípulos; em 1204, outra leva, provavelmente oriunda de Bolonha, criou um *studium generale*, ou união de várias faculdades, em Vicenza; em 1215, Rofredo deixou a Universidade de Bolonha para abrir, em Arezzo, uma faculdade de direito; em 1222, professores dela demissionários, bem como estudantes, foram dar alma nova a uma velha escola em Pádua. Eles acrescentaram a essa escola faculdades de medicina e artes. Veneza enviou para Pádua seus estudantes e contribuiu também para o pagamento dos professores subsidiados pela cidade. Pádua tornou-se, no século XIV, um dos mais vigorosos centros do pensamento europeu. Frederico II fundou, em 1224, a Universidade de Nápoles, a fim de impedir que os estudantes do sul da Itália fossem para as escolas do norte. Inocêncio IV fundou a Universidade da Corte de Roma (1244) talvez por idênticas ra-

zões, bem como para treinar homens para a diplomacia eclesiástica. Essa universidade seguiu a corte papal em sua peregrinação, mesmo em Avinhão. Em 1303, Bonifácio VIII fundou a Universidade de Roma, a qual granjeou muitas glórias sob os pontificados de Nicolau V e Leão X, tomando o nome de *Sapienza* sob o de Paulo III. Siena inaugurou sua universidade municipal em 1246, Piacenza em 1248. Em fins do século XIII já havia escolas de direito e artes bem como algumas escolas de medicina em todas as grandes cidades da Itália.

As universidades da Espanha foram as únicas fundadas pelos reis, aos quais serviam, submetendo-se ao controle do governo. Castela criou uma universidade real em Palença (1208), depois outra em Valladolid (1304); Leão teve uma em Salamanca (1227), as Baleares em Palma (1280) e a Catalunha em Lérida (1300). A despeito de tais relações com a realeza, as universidades espanholas aceitavam a supervisão e fundos eclesiásticos, e algumas, como Palença, provieram das escolas das catedrais. A Universidade de Salamanca recebeu, no século XIII, grandes doações de São Fernando e Afonso, o Sábio, e logo granjeou o mesmo renome das de Bolonha e Paris. A maioria dessas instituições ensinava latim, matemática, astronomia, teologia e direito; algumas lecionavam medicina, hebraico e grego. Monges dominicanos instituíram em Toledo, em 1250, uma escola de estudos orientais para ensinar árabe e hebraico. Os resultados nela obtidos deveriam ter sido excelentes, pois um dos que nela se formaram, Raimundo Martin (*ca.* 1260), demonstrou conhecer amplamente todos os grandes filósofos e teólogos do Islã. O estudo da língua árabe constituía matéria importante na Universidade de Sevilha, a qual foi fundada por Afonso, o Sábio, em 1254. O rei poeta, Dom Dinis, em Lisboa, deu uma universidade a Portugal em 1290.

VI. AS UNIVERSIDADES DA FRANÇA

O líder indiscutível do espírito europeu, no meridiano medieval dos séculos XII e XIII, foi a França. As escolas de suas catedrais tinham alcançado, desde o princípio do século XI, grande renome internacional. Se tais escolas se transformaram em uma grande universidade em Paris, em vez de ter sido em Chartres ou em Laon ou em Reims, foi sem dúvida devido ao próspero comércio, através do Sena e em sua capital. Tais atividades comerciais proporcionaram à cidade uma grande riqueza, a qual atraiu para sua esfera a inteligência, a ciência das finanças, a filosofia e a arte.

O primeiro mestre que se conhece da escola da catedral de Notre Dame foi Guilherme de Champeaux (1070?-1121); foram suas preleções, dadas nos claustros de Notre Dame, que despertaram o movimento intelectual de que surgiu a Universidade de Paris. Quando Abelardo ali chegou (*ca.* 1103), vindo da Bretanha, e arrasou Guilherme com um silogismo, iniciando depois as mais célebres preleções de que há registro na história francesa, considerável foi o número de estudantes que foram ouvi-lo. A freqüência às escolas de Paris aumentou e, com ela, o número de professores. Um mestre (*magister*), no mundo educacional da cidade de Paris do século XII, era homem que o chanceler da catedral de Notre Dame licenciava para ensinar. A Universidade de Paris ergueu-se então das escolas das igrejas da cidade e recebeu sua primeira unificação dessa única fonte de licenciamento pedagógico. Concedia-se nor-

malmente a licença a qualquer um que tivesse sido, durante certo período, discípulo de um mestre autorizado, e cujo pedido para exercer o magistério tivesse sido aprovado por aquele mestre. Uma das acusações que se fizeram contra Abelardo foi a de ter-se tornado ele professor sem haver observado tal aprendizagem.

Tal concepção da arte de ensinar em termos de mestre e aprendiz participou da idéia e origem da universidade. Como o número de professores aumentava eles trataram naturalmente de formar uma corporação. A palavra *universitas* havia sido aplicada, durante séculos, a qualquer coletividade, inclusive corporações. Mateus Paris descreveu, em 1214, uma "sociedade de professores eleitos" em Paris como sendo instituição já antiga. Podemos supor, mas não provar, que a "universidade" formou-se por volta do ano de 1170 mais como corporação de professores do que como união de faculdades. Em torno de 1210, uma bula de Inocêncio III — ele mesmo diplomado por Paris, reconheceu e aprovou os estatutos escritos da corporação de professores, e outra bula do mesmo Papa dava a tal corporação o direito de escolher um procurador para representá-la na corte papal.

Em meados do século XIII os mestres parisienses formaram quatro faculdades ou poderes: as de teologia, leis canônicas, medicina e "artes". A lei civil não teve, depois de 1219, nenhuma cadeira na Universidade de Paris, o que contrastava com a de Bolonha; o *curriculum* começava com as sete artes, seguindo-se-lhes depois a filosofia e, por fim, a teologia. Os estudantes de arte (chamados *artistae*) correspondiam aos de nossos cursos secundários. Como eles constituíam até então a maior parte da população acadêmica de Paris, dividiam-se — provavelmente para se auxiliarem mutuamente, ou mesmo para fins de disciplina e sociabilidade — em quatro "nações", de conformidade com seu lugar de nascimento (*natio*) ou origem: "França" (isto é, o pequeno reino diretamente sujeito ao rei francês), Picardia, Normandia e Inglaterra. Os estudantes do sul da França, Itália e Espanha eram recebidos na "nação" francesa, os dos Países-Baixos na "Picardia" e os da Europa central e oriental na "Inglaterra". Era tão grande o número de estudantes que haviam deixado a Alemanha que este país levou muito tempo para criar suas universidades; somente pôde fazê-lo em 1347. Cada "nação" era dirigida por um *procurator*, cada faculdade por um *decanus* ou deão. Os estudantes — e talvez também os mestres — escolhiam um reitor para chefe na faculdade de artes; suas funções foram-se ampliando até tornar-se ele, em 1255, o reitor da universidade.

Não vemos menção de edifícios especiais para as universidades. Ao que parece, as preleções, no século XII, eram dadas nos claustros de Notre Dame, Santa Genoveva, São Vítor ou em outras estruturas eclesiásticas; vamos, porém, encontrar no século XIII professores que alugavam salas particulares para suas aulas. Os mestres que ficaram também sendo chamados *professores*, proclamadores, eram clérigos tonsurados, os quais, antes do século XV, perdiam suas posições se casassem. Ministrava-se o ensino por meio de preleções, em grande parte porque nem todos os estudantes dispunham de meios para adquirir todos os livros necessários, os quais nem sempre se conseguiam nas livrarias. Os estudantes sentavam-se no pavimento ou no assoalho e tomavam suas notas. O esforço de memória que tinham de empregar era tão grande que recorriam a expedientes mnemônicos, geralmente na forma de versos muito significativos, porém repulsivos na composição. Os regulamentos da universidade vedavam aos professores lerem suas preleções; eles tinham de falar de improviso; proibiam-lhes também falar "com voz arrastada".[49] Os estudantes veteranos preve-

niam sempre os colegas novos de não pagarem o curso até que tivessem comparecido a três preleções. Guilherme de Conches, no século XII, queixava-se de que os professores organizavam cursos fáceis a fim de adquirirem popularidade, alunos e taxas, e de que o sistema eletivo pelo qual cada estudante tinha a possibilidade de escolher professores e matérias estava baixando muito o padrão do ensino.[50]

Os cursos tornavam-se, às vezes, animados com as discussões que se travavam, em público, entre os mestres, alunos adiantados e visitantes ilustres. Geralmente as discussões seguiam uma forma já determinada, a *scholastica disputatio*: apresentavam uma questão; davam uma resposta negativa, a qual era defendida por meio de citações doutrinárias e raciocínio em forma de objeções; seguia-se uma resposta positiva, apoiada em citações da Bíblia e dos padres da Igreja e em respostas adequadas às objeções. Tal *scholastica disputatio* determinou a forma definitiva da filosofia de Santo Tomás de Aquino. Além de tais *quaestiones disputatae* formais havia ainda outras discussões denominadas *quodlibeta* — "o que quiser" — nas quais os concorrentes podiam tratar de qualquer ponto. Os debates livres criaram também uma forma literária, como na dos pequenos trabalhos de Santo Tomás; fossem eles formais ou não, o fato é que aguçaram o espírito do homem medieval e cederam lugar a muita liberdade de pensamento e de ação. Em alguns homens, tais debates infundiam certa agilidade intelectual de grande efeito, ou uma logorréia que acumulava grande quantidade de argumentos sobre pontos absolutamente triviais.

A maioria de estudantes vivia em *hospicia* ou casas de pensão alugadas por grupos organizados entre eles mesmos. Havia pensões que abrigavam estudantes pobres mediante uma taxa nominal; assim o Hôtel-Dieu, nas vizinhanças de Notre Dame, tinha um quarto destinado a "funcionários pobres". Jócio, de Londres, comprou em 1180 esse quarto e, depois, juntamente com a pensão, financiou o alojamento e refeições para 18 estudantes. Em 1231, esse grupo de estudantes começou a ocupar maiores alojamentos, porém continuaram a intitular-se *Collège des dix-huit* — Colégio dos Dezoito. Outras residências (*hospicia*) foram criadas por ordens monásticas, igrejas, filantropos, etc., com bolsas (*bursae*) ou anuidades, as quais reduziam o custo de vida do estudante. Em 1257, Roberto de Sorbon, capelão de São Luís, fez uma doação à "Casa de Sorbonne" para a acomodação de 16 estudantes de teologia. Benefícios adicionais de Luís e outros proporcionaram a criação de novas acomodações, elevando o número de bolsas para 36. Foi dessa "casa" que surgiu o Colégio de Sorbonne.* Novos "colégios" — *collegia* no sentido antigo de associações — foram fundados depois de 1300; os professores foram morar neles, serviam como educadores, ouviam recitações e liam os textos com os estudantes. Os mestres davam aulas nas casas de residência no século XV. Tais aulas aumentaram de número, enquanto as dadas fora começaram a decrescer, e o colégio tornou-se uma casa de ensino bem como moradia de estudantes. O mesmo ocorreu em Oxford, Montpellier e Toulouse, onde o *hospicium* transformou-se em colégio. As universidades começaram como associações de professores relacionadas com as de estudantes e tornaram-se depois uma associação de faculdades e colégios.

Entre as casas de residência de Paris havia duas que eram destinadas a membros estudantes ou noviços das ordens dominicana e franciscana. Os dominicanos haviam

* A Sorbonne tornou-se no século XVI a faculdade de teologia da universidade; foi fechada em 1792 pela Revolução, tendo sido restaurada depois por Napoleão, e é agora a sede de cursos populares de ciência e letras na Universidade de Paris.

desde o início insistido no ensino como meio de combater a heresia. Eles estabeleceram seu próprio sistema de escolas, das quais o *studium generale* dominicano de Colônia foi o mais afamado. Tiveram instituições similares em Bolonha e Oxford. Muitos frades tornaram-se mestres e lecionavam nas casas de residência da ordem. Em 1232 Alexandre de Hales, um dos mais capazes professores de Paris, juntou-se aos franciscanos e prosseguiu suas aulas públicas no convento deles. O número de frades que lecionavam em Paris aumentava de ano para ano e a freqüência de alunos não-monásticos ia-se tornando também cada vez maior. Os mestres seculares queixavam-se do abandono em que viviam, a que os frades respondiam dizendo que eles bebiam e comiam muito e, por isso, ficavam preguiçosos e maçantes.[51] Um estudante foi morto em 1253, em um conflito; as autoridades da cidade prenderam diversos de seus companheiros e não deram atenção ao pedido que estes fizeram para que fossem julgados pelos mestres da universidade ou pelo bispo. Em sinal de protesto, os mestres ordenaram a cessação das preleções. Dois professores dominicanos e um franciscano, todos membros da associação de professores, recusaram-se a obedecer à ordem. A associação suspendeu-os. Eles apelaram para Alexandre IV, o qual (1255) ordenou à universidade de professores que os readmitisse. Os membros da universidade dispersaram-se a fim de não cumprirem a ordem. Os estudantes e o povo atacaram então os frades nas ruas. Após seis anos de divergências, chegou-se a um acordo: reorganizados, os mestres aceitaram os colegas monásticos, os quais prestaram juramento de obedecer aos estatutos da "universidade" daquela data em diante, porém a faculdade de artes excluiu para sempre todos os monges de seu meio. A Universidade de Paris que havia sido outrora a favorita dos papas tornou-se hostil ao papado, apoiou os reis contra os pontífices e formou depois o centro do movimento "galicano" que visava separar a Igreja francesa de Roma.

Nenhuma instituição educacional, desde o tempo de Aristóteles, teve a mesma influência da Universidade de Paris. Durante três séculos ela atraiu para seus cursos não somente o maior número de estudantes como também a maior dinastia de homens que se distinguiu pela inteligência. Abelardo, João de Salisbury, Alberto Magno, Siger de Brabante, Tomás de Aquino, Boaventura, Roger Bacon, Duns Scoto e Guilherme do Occam são nomes que quase representam o história da filosofia do ano 1100 a 1400. Deve ter havido grandes mestres em Paris para que se tenham produzido tão grandes homens e uma atmosfera de recreação mental que somente se observa nos pontos culminantes da história humana. Além disso, a Universidade de Paris constituía uma poderosa força perante a Igreja e o Estado durante aqueles séculos. Era órgão que exercia grande influência na opinião pública. Foi no século XIV um verdadeiro tabuleiro de especulações livres e, no século XV, uma cidadela de ortodoxia e conservantismo. Não se pode dizer que não tenha exercido "algum papel mesquinho" na condenação de Joana d'Arc.

Outras universidades contribuíram também para dar à França o papel de líder na cultura européia. Orléans teve uma faculdade de direito no século IX; ela rivalizava, no século XII, com Chartres como centro de estudos clássicos e literários; no século XIII figurava apenas em seguida a Bolonha no ensino das leis civis e canônicas. Não deixou de ser também famosa a faculdade de direito de Angers, a qual, em 1432, tornou-se uma das maiores universidades da França. Toulouse devia sua universidade à heresia: em 1229, Gregório IX obrigou o conde Raimundo a comprometer-se a pagar os salários de 14 professores de teologia, leis canônicas e artes, os quais iam ser envia-

dos de Paris a Toulouse para combater a heresia albigense com sua influência junto à mocidade da Aquitânia.

A mais famosa universidade de França, fora a de Paris, achava-se em Montpellier. Situada no Mediterrâneo, a meio caminho entre Marselha e Espanha, a cidade gozava da viva mistura de sangue e cultura franceses, gregos, espanhóis e judeus, de que participavam mercadores italianos e alguns remanescentes do elemento mourisco que havia outrora dominado a região. O comércio ali era bastante animado. Montpellier fundou, em data que nos é desconhecida, uma escola de medicina que logo suplantou a de Salerno, isso talvez devido à influência dos médicos salernenses ou árabes ou judeus; seguiram-se depois escolas de direito, teologia e artes. Conquanto tais colégios fossem independentes, sua proximidade e cooperação granjearam grande renome para Montpellier. A universidade começou a declinar no século XIV, porém a escola de medicina tomou novo alento durante a Renascença. Em 1537, Rabelais deu lá, em grego, um curso de preleções sobre Hipócrates.

VII. AS UNIVERSIDADES DA INGLATERRA

Oxford, como o Estreito de Bósforo, desenvolveu-se como entreposto de gado; o Tâmisa ali se estreitava e era menos profundo. Construíram nela uma fortaleza em 912, criaram um mercado e os reis Cnut e Haroldo também ali mantiveram suas assembléias antes da criação de sua universidade. Provavelmente havia escolas em Oxford nos dias de Cnut, mas não consta que houvesse escolas de catedrais. Encontramos a menção de um "mestre em Oxenford" por volta de 1117. Em 1133, Roberto Pullen, um teólogo, ali aportou, vindo de Paris, e deu preleções sobre teologia.[52] As escolas de Oxford transformaram-se no século XII em um *studium generale* ou universidade, porém a origem desta última se perde, por assim dizer, em tempos remotos da História.[53] Segundo uma estimativa contemporânea, havia em Oxford, em 1209, três mil estudantes e professores.[54] A cidade tinha, como Paris, quatro faculdades: artes, teologia, medicina e leis canônicas. O ensino das leis civis na Inglaterra não era ministrado nas universidades, porém nas escolas da Corte em Londres. Lincoln's Inn, Gray's Inn e os Templos Interior e Médio são os descendentes, no século XIV, das casas ou câmaras, nas quais juízes e professores de direito, nos séculos XII e XIII, recebiam os estudantes como aprendizes.

Os colégios, em Oxford, começaram como casas de residência doadas para o abrigo de estudantes pobres, como o foram também em Paris e Cambridge. Transformaram-se também em casas para preleções; os mestres moravam nelas juntamente com os estudantes. Em fins do século XIII as *aulae (halls)* haviam-se tornado parcelas físicas e pedagógicas da universidade. Por volta de 1260, Sir João de Balliol, da Escócia (pai do rei escocês de 1292), criou, em Oxford, talvez como penitência de algum crime, a "Casa de Balliol" para manter, mediante a concessão semanal de oito *pence*, certo número de estudantes pobres chamados *socii*, "companheiros". Três anos mais tarde Walter de Merton fundou a "Casa dos Estudantes de Merton", primeiro em Malden e depois em Oxford, para cuidar de tantos estudantes quantos pudesse com a renda de que dispunha. Tais rendas eram sempre duplicadas pela valorização das propriedades. O arcebispo Peckham, em 1284, queixava-se de que os "estudantes pobres" estavam recebendo subsídios adicionais para "um modo de vida agradável".[55] Em geral

os colégios ingleses iam-se enriquecendo não somente com as doações e anuidades como também com a valorização das terras que lhes eram doadas. Por volta de 1280, com um legado feito por Guilherme de Durham, arcebispo de Ruão, criou-se o University Hall, agora Colégio Universitário. O início modesto desses célebres colégios pode ver-se pelas condições de sua fundação, as quais dispunham que deveriam ter quatro mestres e tantos alunos quantos neles pudessem alojar-se. Os mestres escolhiam um entre eles para *senior fellow* a fim de dirigir o estabelecimento. Com o tempo, ele ou seus sucessores tomaram o título de *master* ou *principal*, pelo qual os chefes dos colégios ingleses são conhecidos ainda hoje em dia. A Universidade de Oxford, no século XIII, era a associação desses colégios sob a direção de uma "universidade" ou grêmio de mestres, eles mesmos dirigidos por regentes e um chanceler de sua própria escolha, o qual, por sua vez, ficava sujeito ao bispo de Lincoln e ao rei.

Por volta de 1300, Oxford figurava logo em seguida a Paris como centro de grande atividade e influência intelectuais. Um dos mais célebres de seus diplomados foi Roger Bacon; outros monges franciscanos, inclusive Adam Marsh, Tomás de York e João Peckham, formavam com ele ali um ilustre grupo de sábios. O seu chefe e fonte de inspirações, Roberto Grosseteste (1175?-1253), foi a mais extraordinária figura na vida de Oxford, no século XIII. Ele estudou direito, medicina e ciências naturais; formou-se em 1179, colou grau em teologia em 1189 e logo depois foi eleito "Mestre das Escolas de Oxford" — a primeira forma do título de chanceler. Em 1235, conquanto fosse ainda chefe de Oxford, tornou-se bispo de Lincoln e dirigiu a construção final da grande catedral. Promoveu ativamente o estudo do grego e de Aristóteles, e participou dos heróicos esforços do espírito do século XIII para conciliar a filosofia de Aristóteles com a fé cristã. Escreveu comentários sobre a *Física* e a *Ciência Analítica Posterior* de Aristóteles, fez um resumo da ciência de seu tempo em um *Compendium Scientiarum* e trabalhou pela reforma do calendário. Compreendeu os princípios do microscópio e telescópio e abriu caminhos para Roger Bacon no domínio da matemática e da física. Foi provavelmente ele quem esclareceu Bacon sobre a propriedade de aumento das lentes.[56] Muitas idéias que atribuímos a Bacon — sobre perspectiva, arco-íris, marés, calendário, a vantagem das experiências, etc. — parecem ter-lhe sido sugeridas por Grosseteste, sobretudo a de que todas as ciências devem ser baseadas na matemática, uma vez que toda força, na sua passagem pelo espaço, segue formas e regras geométricas.[57] Grosseteste escreveu poesias em francês e um tratado sobre agricultura, e era, ao mesmo tempo, advogado, médico, teólogo e cientista. Estimulou o estudo do hebraico com o fito de converter os judeus. Entrementes, portava-se diante deles de maneira singular sob o ponto de vista cristão, protegendo-os tanto quanto podia contra o sadismo das multidões. Era um reformador social muito ativo, sempre leal para com a Igreja, porém não receou apresentar ao Papa Inocêncio IV (1250) um memorial escrito, no qual atribuía as fraquezas da Igreja às práticas da Cúria Papal.[58] Foi o primeiro a criar, em Oxford, uma "arca" para fazer empréstimos gratuitos a estudantes.[59] Era a primeira figura entre as centenas de espíritos brilhantes, cujas realizações criaram o extraordinário prestígio de Oxford no mundo educacional e intelectual.

Hoje Oxford é um centro manufatureiro e também universitário, fabrica automóveis e títulos honoríficos, porém Cambridge continua sendo a cidade dos colégios, a jóia medieval que cintila com a riqueza moderna e o bom gosto dos britânicos. Tudo nela pertence a seus colégios. A paz de espírito da Idade Média sobrevive

em Cambridge que é a mais encantadora das cidades universitárias. Ao que parece, sua projeção intelectual deve datar do tempo em que ocorreu um assassínio em Oxford. Em 1209, uma mulher foi ali assassinada; o povo invadiu uma casa de estudantes e enforcou dois ou três deles. A universidade — isto é, a associação de mestres — suspendeu suas atividades em sinal de protesto contra aquele ato do povo e, se podemos acreditar no que afirma o idôneo Mateus Paris, três mil estudantes e provavelmente muitos mestres deixaram Oxford. Consta que grande número deles seguiu para Cambridge e montou ali suas residências e faculdades. É essa a primeira menção que temos de uma instituição que tinha ali cursos superiores. Uma segunda leva de estudantes parisienses, em 1228, foi engrossar-lhe as fileiras. Monges mendicantes ou beneditinos também ali aportaram e fundaram colégios. Em 1281, o bispo de Ely organizou o primeiro colégio secular em Cambridge — o colégio de São Pedro — agora *Peterhouse*. Os séculos XIV, XV e XVI presenciaram a fundação de novos colégios e o embelezamento de outros, alguns dos quais constituem obras-primas da arquitetura medieval. Todos eles juntos, com seus campos dominando as águas tranqüilas do sinuoso rio Cam, oferecem ao olhar um dos mais belos trabalhos do homem.

VIII. A VIDA ESTUDANTIL

O estudante medieval podia ser de qualquer idade. Podia ser cura, prior, abade, mercador e também casado. Podia ser jovem de 13 anos, às voltas com a súbita dignidade que lhe trazia essa idade. Ia a Bolonha, Orléans ou Montpellier para tornar-se médico ou advogado e a outras universidades a fim de preparar-se para serviços governamentais, em geral para fazer carreira em uma igreja. Não havia exames de admissão; as únicas exigências eram o conhecimento do latim e a capacidade de pagar uma modesta taxa a cada professor do curso que seguisse. Se era pobre podia ser auxiliado com uma bolsa ou pela sua aldeia, amigos, igreja ou bispo. Havia milhares nessa situação.[60] O abade Samson, o herói da *Crônica*, de Jocelyn, e de *Passado e Presente*, de Carlyle, deveu sua educação a um sacerdote pobre que vendia água benta para custear-lhe os estudos.[61] Um estudante que viajasse de uma universidade para outra recebia geralmente transporte grátis bem como alimento e hospedagem gratuitos nos mosteiros que ficavam no caminho.[62]

Chegado a Oxford, Paris ou Bolonha, via-se ele parte integrante de uma multidão de estudantes, uns alegres, outros embaraçados e muitos ansiosos, todos eles envolvidos em uma onda de entusiasmo intelectual que tornava a filosofia — com uma queda para heresia — tão excitante quanto a guerra, e os debates tão fascinantes como um torneio. Em Paris, ele teria encontrado, em 1300, uns sete mil estudantes, em Bolonha seis mil e em Oxford três mil;* em geral, as universidades de Paris, Oxford e Bo-

*Estas são estimativas conservadoras de Rashdall.[63] O jurista Odofredo, escrevendo lá por 1250, calculou que o número de estudantes em Bolonha no ano de 1200 era de 10.000. Rabano Gauma, monge nestoriano, estimou em 30.000 o número dos de Paris, em 1287. Fitzralph, arcebispo de Armagh, calculou, por volta de 1360, ter havido durante certo tempo em Oxford 30.000 estudantes. Mais ou menos em 1380, Wyclif duplicou essa estimativa. Em 1450, o bispo Gascoigne, que havia sido chanceler de Oxford, situou o número em 30.000.[64] Tais estimativas são evidentemente meras especulações e exageradas, mas não podemos provar sua inexatidão.

lonha tiveram mais estudantes no século XIII do que em tempos posteriores, provavelmente devido a terem tido menos concorrência. O recém-vindo era acolhido pela sua "nação" e levado para seu alojamento — talvez em casa de alguma família pobre. Se tivesse as relações necessárias, podia conseguir uma cama e partilhar um quarto em um dos *hospicia* ou casas de residência, onde suas despesas seriam pequenas. Em 1374, um estudante em Oxford pagava de pensão 104 xelins por ano, 20 pelo ensino e 40 para sua indumentária.[65]

Não era obrigado a envergar roupa acadêmica, contudo recomendavam-lhe que abotoasse o manto e não andasse descalço a não ser que o manto chegasse até os pés.[66] Para diferenciar-se dos estudantes, os mestres usavam uma *cappa* — manto vermelho ou purpúreo orlado de pele de esquilo com um capuz; às vezes usavam na cabeça um barrete. Os estudantes, em Paris, gozavam das imunidades eclesiásticas de um clérigo: eram isentos de serviço militar, de imposto do Estado ou de julgamento secular. Esperava-se que recebessem tonsura, se bem que nem sempre fossem a isso obrigados. Se casassem, podiam continuar ainda como estudantes mas perdiam seus privilégios como clérigos e não podiam receber grau. Uma promiscuidade judiciosa, porém, não envolvia tais penalidades. O monge Jacques de Vitry, escrevendo, por volta de 1230, a respeito dos estudantes parisienses, disse que eles eram

> mais dissolutos que a gente do povo. Não consideravam a fornicação um pecado. As prostitutas arrastavam os clérigos para os bordéis quase à força e em plena via pública. Se eles se recusassem a entrar, elas os chamavam de sodomitas... Esse vício abominável (sodomia) campeava de tal modo na cidade, que constituía sinal de honra o fato de o homem manter uma ou mais concubinas. Numa mesma casa havia classes de aula e um bordel, as primeiras no andar superior e o segundo no andar térreo. Em cima, os mestres davam suas preleções, embaixo as cortesãs desempenhavam sua vil profissão. Podiam-se ouvir na mesma casa os debates dos filósofos juntamente com as brigas das cortesãs e rufiões.[67]

Tal descrição deve ser naturalmente muito exagerada; dela, porém, podemos concluir que, em Paris, clérigos e santos não eram sinônimos.* Vitry prossegue dizendo que, entre os estudantes, cada grupo tinha denominações especiais para os demais: os ingleses eram grandes beberrões, os franceses orgulhosos e efeminados; os alemães, *furibundi* (briguentos) e "obscenos quando bêbados", e os flamengos, gordos, gulosos e "moles como manteiga", e todos eles, "ao trocarem entre si tais epítetos, passavam, às vezes, das palavras a vias de fato".[69] A princípio os estudantes achavam-se instalados na ilha em que se situava a catedral de Notre Dame; era ali o primeiro *quartier latin*, assim chamado porque tinham de falar latim até mesmo em conversação que não fosse de natureza escolástica, regra que muitas vezes eles infringiam. Mesmo quando se estendeu o *quartier latin* para nele se incluir a extremidade oeste do subúrbio ao sul do Sena, o número de estudantes era demasiado considerável para que pudesse ser facilmente policiado. Eram freqüentes as altercações entre eles, bem como deles com os mestres, o povo, seculares e monges. Em Oxford, o sino do templo de Santa Maria chamava os estudantes e o do tempo de São Martinho, os burgueses, a fim de lutarem em um conflito que, intermitentemente, se travava entre os togados e

*Diz Rashdall: "Há, no entanto, muitas provas de que o quadro que Vitry apresenta sobre a vida escolástica de seu tempo, caso exagerado, não deixa de ser fundamentalmente verdadeiro."[68]

o povo. Um conflito em Oxford (1298) causou prejuízos às propriedades da ordem de $150.000.[70] Um oficial de Paris (1269) lançou uma proclamação contra "escolares que, de noite e de dia, feriam e assassinavam gente, raptavam mulheres, violentavam virgens, assaltavam casas" e cometiam "constantemente roubos e inúmeras outras monstruosidades".[71] Os rapazes de Oxford talvez tivessem sido menos libertinos do que os de Paris, porém os homicídios eram ali freqüentes e as execuções muito raras. Muito raramente se perseguia um criminoso quando ele fugia da cidade. Os estudantes de Oxford achavam que já era bom castigo quando um criminoso da cidade era obrigado a ir para Cambridge.[72]

Como a água nem sempre era potável e não se conhecia ainda na Europa o café, o chá e o fumo, os estudantes contentavam-se em beber vinho e cerveja para suavizar seus estudos e o desconforto de seus quartos sem aquecimento. Uma das principais razões para a formação de uma "universidade" de estudantes tinha por objetivo celebrar os festivais religiosos ou acadêmicos com uma grande bebedeira. Cada fase importante do ano escolástico era um "acontecimento alegre" que se devia brindar com vinho. Em muitas ocasiões os estudantes proporcionavam tal bebida a seus examinadores, e as "nações" geralmente consumiam, nas tavernas, tudo o que nelas ainda restava ao findar um ano de escola. O jogo de dados constituía também um passatempo. Alguns estudantes eram excomungados por se entregarem a tal jogo diante dos altares de Notre Dame.[73] Nos momentos em que eram mais comunicativos, divertiam-se com cães, falcões e música, dançavam, jogavam xadrez, contavam história e troçavam dos calouros. Tais troças denominavam-se *bejauni*. Atormentavam-nos e faziam-nos dar uma festa aos veteranos. A disciplina era em grande parte estabelecida pelas regras impostas por cada casa de residência: as infrações eram punidas por meio de multas. O estudante transgressor era multado em galões de vinho que deviam ser consumidos por todos. Não se mencionou até o século XV o uso de açoite para a manutenção de disciplina nas universidades, se bem que fosse freqüente nas escolas de gramática. Geralmente as autoridades universitárias exigiam que cada estudante fizesse um juramento solene, no começo de cada ano, de que obedeceria a todos os regulamentos. Uma das exigências também era a de o estudante comprometer-se a não executar nenhuma vingança contra os examinadores que deixassem de aprová-lo.[74] Os estudantes faziam seus juramentos com a mesma facilidade com que pecavam. O perjúrio era o que prevalecia, o inferno não atemorizava os jovens teólogos.

Contudo, os estudantes achavam tempo para assistir às preleções. Havia muitos vadios entre eles; os que preferiam horas de lazer à fama freqüentavam os cursos de leis canônicas, cujas aulas começavam à terceira hora e permitiam-lhes dormir mais.[75] Como a terceira hora era às nove da manhã, é de concluir-se que a maioria das classes começasse logo depois do romper do dia, provavelmente às sete. No princípio do século XIII o período escolar durava 11 meses; em fins do século XIV, as "grandes férias", que se originaram da necessidade de jovens para o trabalho da colheita, iam de 28 de junho a 25 de agosto ou 15 de setembro. Em Oxford e Paris, poucos eram os dias livres, aliás por ocasião do Natal e da Páscoa. Em Bolonha, onde os estudantes eram de mais idade e dispunham de mais recursos, talvez também devido ao fato de virem de terras mais distantes, davam-lhes 10 dias de férias durante o Natal, 14 durante a Páscoa e 21 para as festas de carnaval, antes da quaresma.

Parece que não havia exames durante o curso escolástico. Havia recitações e debates

e os estudantes incompetentes podiam então ser eliminados durante o curso. Surgiu em meados do século XIII o costume de exigir do estudante, após cinco anos de curso escolar, se submetesse a um exame preliminar presidido pelo comitê de sua "nação". Isso envolvia primeiro um teste particular — uma *responsio* às perguntas; segundo, um debate público, no qual o candidato defendia uma ou mais teses contra os que o desafiavam e concluía com uma súmula dos resultados (*determinatio*). Os que fossem aprovados nesses testes preliminares eram chamados *baccalarii* (bacharéis) e tinham permissão de servir a um mestre atuando como professor-adjunto. O bacharel podia continuar com seus estudos durante três anos mais; depois, se o mestre o julgasse apto para a prova, era então apresentado aos examinadores nomeados pelo chanceler. Esperava-se que os mestres não apresentassem candidatos muito crus, salvo se fossem pessoas de muitas posses ou posição. Em tais casos, ajustava-se o exame em público de acordo com a capacidade do candidato ou dispensavam-no do exame.[76] As qualidades de caráter eram também levadas em consideração durante o exame. Ofensas morais cometidas durante os quatro ou seis anos de universidade poderiam impedir a diplomação de um candidato, pois a diplomação atestava idoneidade moral assim como preparo intelectual. Em um exame que se fez em Viena, em 1449, fracassaram 17 candidatos entre 43, e todos por deficiência de ordem moral e nenhum por questão de ordem intelectual.

Se passasse nesse exame público e final, o estudante podia tornar-se mestre ou "doutor" e recebia automaticamente uma licença aprovada pelos eclesiásticos para poder lecionar em qualquer parte da cristandade. Como bacharel, ensinava com a cabeça descoberta; recebia então um barrete, um beijo e a bênção do mestre e sentava-se junto a sua cátedra, dava uma preleção inaugural ou presidia um debate inicial. Era sua *inceptio* — o que em Cambridge se denominava o "início" de sua carreira como professor. Era essencial que à sua diplomação oferecesse um banquete a todos os professores da universidade, ou a um grande número deles, e lhes desse presentes. Então com tais cerimônias e outras era recebido na corporação dos mestres.

É um conforto observar que a educação medieval tinha falhas tão desagradáveis como as que se observam nos sistemas educacionais de hoje. Somente pequena proporção de matriculados atingia os cinco anos necessários para o bacharelado. A suposição de que todas as doutrinas da Igreja deviam ser aceitas como parte integrante da fé tratava a atividade do espírito. A procura de argumentos para provar tais crenças, a citação de trechos das Escrituras e da literatura dos padres em apoio a elas, e a interpretação dos trabalhos de Aristóteles para conciliá-lo com elas constituíam mais um sutil exercício intelectual do que uma consciência intelectual propriamente dita. Podemos perdoar facilmente tais faltas se considerarmos que qualquer meio de vida desenvolve um dogmatismo idêntico acerca das suposições em que ele se apóia. Assim, permitimos hoje que os homens duvidem livremente da fé religiosa de seus pais, exceção feita de sua fé política. Pune-se a heresia política com o ostracismo social da mesma maneira como na Idade da Fé se punia a heresia teológica com a excomunhão. Agora que a política se esforça por assumir o lugar de Deus, torna-se mais perigoso duvidar do Estado do que da Igreja. Nenhum sistema favorece qualquer desafio a seus axiomas.

A transmissão do saber e o exercício do entendimento são evidentemente em maior escala e parecem mais abundantes do que ao tempo da Idade Média, porém já não poderíamos dizer o mesmo quanto à educação do caráter. Não faltava ao bacharel medieval capacidade prática; as universidades produziram considerável número de

administradores capazes, advogados que criaram a monarquia francesa, filósofos que conduziram o cristianismo através dos grandes caminhos da razão, e papas que ousaram pensar em termos europeus. As universidades aguçaram a inteligência do homem ocidental, criaram uma língua para a filosofia, tornaram o saber uma virtude respeitável e puseram um paradeiro à adolescência mental dos bárbaros triunfantes.

Enquanto tantas outras realizações da Idade Média se desmoronam diante do indiferentismo do tempo, as universidades, a nós legadas pela Idade da Fé com todos os elementos de sua organização, ajustam-se a uma inexorável transformação, vão assumindo novas feições e esperam que as integremos no próprio governo.

CAPÍTULO XXXV

Abelardo

1079—1142

I. A FILOSOFIA DIVINA

DEDIQUEMOS um capítulo especial a Abelardo, não unicamente por ser ele filósofo, um dos criadores da Universidade de Paris, a chama que iluminou o espírito da Europa Latina no século XII, mas por ser, como Heloísa, parte e personificação da moral e da literatura, bem como a mais fascinante figura de seu tempo.

Abelardo nasceu na Bretanha, perto de Nantes, na aldeia de Le Pallet. O pai, que apenas conhecemos pelo nome de Berengário, possuía modesta propriedade e pôde dar uma educação liberal a seus três filhos e uma filha. Pedro (ignoramos a origem de seu sobrenome Abelardo) era o mais velho e podia impor seus direitos na sucessão como primogênito, mas sentiu-se tão vivamente interessado nos seus estudos e idéias que acabou cedendo aos irmãos a sua parte nos bens para dedicar-se inteiramente à filosofia. Teve alta significação em sua carreira o fato de um de seus primeiros mestres ter sido João Roscelino (*ca.* 1050 — *ca.* 1120), um rebelde que foi seu precursor no sentido de chamar sobre si a condenação da Igreja.

A controvérsia que Roscelino havia criado originara-se do mais inofensivo problema da lógica — a existência objetiva dos "universais". O universal, na filosofia grega e medieval, era a idéia geral que designava uma classe de objetos e seres (livro, pedra, planeta, homem, humanidade, o povo francês, a Igreja Católica, etc.), as ações (crueldade, justiça, etc.) ou as qualidades (beleza, verdade, etc.). Platão, vendo a transitoriedade dos organismos dos homens e das coisas, sugerira que o "universal" é mais duradouro, portanto mais real, do que qualquer membro da classe que ele designa: a beleza era mais real do que Frinéia, a justiça mais real do que Aristides, o homem mais real do que Sócrates. Era isso o que a Idade Média pretendia significar com a expressão "realismo". Aristóteles contraditara declarando que o universal é mera idéia formada pelo espírito com o fim de representar uma classe de coisas semelhantes. Em nossos tempos os homens têm travado debates para determinar se há um "espírito de grupo" à parte dos desejos, idéias e sentimentos dos indivíduos que compõem o grupo, e Hume, argumentando, declarou que o "espírito" do indivíduo em si mesmo é apenas um nome abstrato para a série e coleção de sensações, idéias e volições em um organismo. Os gregos não se deixaram apaixonar pelo problema; um dos últimos filósofos pagãos — Porfírio da Síria e Roma (*ca.* 232 — *ca.* 304) — apenas lhe deu uma designação sem, contudo, oferecer solução. Todavia, a questão apresentava-se de maneira vital para a Idade Média. A Igreja declarava-se uma entidade espiritual adicional à totalidade de seus adeptos, achava que o todo tinha quali-

dades e poderes que ultrapassavam os de suas partes componentes, não admitia que ela fosse uma abstração e que as idéias e relações infindas que a expressão "igreja" sugeria fossem apenas idéias e sentimentos em seus membros constituintes. Ela era a "esposa viva de Cristo". Pior ainda: se existissem apenas as pessoas, as coisas, os atos e as idéias, o que seria da Trindade? Era a união das três Pessoas mera abstração? Eram elas três deuses distintos? Devemos colocar-nos nesse ambiente teológico a fim de poder compreender o destino de Roscelino.

Conhecemos seus pontos de vista pelo que escrevem seus oponentes. Dizem-nos eles que Roscelino considerava o universal ou as idéias gerais como meras palavras *(voces)*, simples sopros da voz *(flatus vocis)*, que os objetos individuais e as pessoas existiam e que tudo mais não passava de nomes *(nomina)*. O gênero, as espécies e as qualidades não têm existência independente; não existe homem, mas sim homens e a cor somente existe na forma de coisas coloridas. A Igreja teria indubitavelmente deixado de dar atenção a Roscelino não tivesse ele aplicado tal "nominalismo" à Trindade. *Deus*, segundo asserção sua, é uma palavra que se aplica às três Pessoas da Trindade, assim como *homem* aplica-se a muitos homens, porém tudo que realmente existe são as três Pessoas — com efeito, três deuses. Isso era admitir o politeísmo de que o Islã implicitamente acusava o cristianismo cinco vezes ao dia do alto de centenas de minaretes. A Igreja não podia admitir tal doutrina de alguém que era cônego da catedral de Compiègne. Roscelino foi intimado a comparecer diante de um sínodo episcopal em Soissons (1092), onde lhe foi dada a alternativa de poder retratar-se ou então sofrer a excomunhão. Ele se retratou. Fugiu depois para a Inglaterra e atacou ali o concubinato do clero.[1] Regressou à França e começou a lecionar em Tours e Loches. Foi provavelmente em Loches que Abelardo se tornou o seu discípulo.[2] Abelardo rejeitou o nominalismo, mas foi devido a suas dúvidas quanto à Trindade que foi condenado duas vezes. Convém também observar que o século XII chamava de realismo a "antiga doutrina" e de *moderni* (modernos) os seus adversários.[3]

Anselmo (1033-1109) defendeu eficientemente a Igreja em vários trabalhos que parecem ter impressionado profundamente Abelardo, se bem que talvez o tivesse feito por mera oposição. Anselmo descendia de uma família patrícia da Itália; foi nomeado abade de Bec, na Normandia, em 1078. Sob sua gestão, bem como sob a de Lanfranc, Bec contou com uma das maiores escolas do Ocidente. Segundo a descrição que Eadmer, um monge seu companheiro, fez em interessante biografia, Anselmo era uma figura bondosa de asceta que apenas desejava meditar e orar, tendo abandonado com relutância sua cela para ir dirigir o mosteiro e sua escola. Para tal homem, cuja fé estava integrada em sua vida, não havia lugar para a dúvida; para ele a fé devia vir muito antes da compreensão. Como poderia qualquer espírito finito esperar que alcançaria a compreensão de Deus algum dia?, indagava a si mesmo. "Não procuro compreender para crer, creio a fim de compreender", disse ele imitando Agostinho. Seus discípulos, porém, pediam-lhe argumentos para deles se servirem contra os infiéis; ele mesmo achava que "era desleixo da parte dele se, depois de apoiados em sua fé, não se dispusessem a compreender aquilo em que acreditavam".[4] Adotava o mote *fides quaerens intellectum* (a fé em busca da compreensão) e, em uma série de trabalhos que tiveram grande influência em seu tempo, inaugurou a filosofia escolástica ao empreender a defesa racional da fé cristã.

Em um pequeno tratado denominado *Monologion*, teceu argumentos em torno da existência objetiva do universal: as nossas noções sobre bondade, justiça e verdade são

relativas e somente têm significação quando em confronto com alguma bondade, justiça e verdade absolutas; não dispomos de regras exatas para julgamento, a não ser que exista o Absoluto, e nossa ciência, assim como nossa moralidade, é despida de base,é vazia; Deus — a bondade, justiça e verdade objetivas — é o salvador absoluto, a razão de ser de nossa vida. Como se quisesse levar esse realismo ao extremo, Anselmo prosseguiu em seu trabalho denominado *Proslogion* (*ca.* 1074) com seus célebres argumentos provando ontologicamente a existência de Deus: Deus é o ser mais perfeito que podemos conceber; se Ele fosse apenas uma idéia em nosso espírito, faltar-lhe-ia um elemento de perfeição — isto é, a existência: portanto, Deus, o ser mais perfeito, existe. Gaunilo, um modesto monge, assinando-se *Insipiens* (tolo), escreveu a Anselmo protestando que não se podia passar assim, em um passe de mágica, da concepção para a existência, e que um argumento igual provaria a existência de uma ilha perfeita. Tomás de Aquino concordou com Gaunilo.[5] Em outro tópico brilhante, mas que não convencia — *Cur Deus homo?* — Anselmo procurou apoio racional para a crença fundamental dos cristãos, a de que Deus se havia feito homem. Por que foi necessária tal encarnação? Ambrósio, o Papa Leão I e vários padres da Igreja[6] defenderam a opinião de que Adão e Eva, ao comerem o fruto proibido, haviam-se vendido ao Diabo e com eles os seus descendentes, e que somente a morte de Deus que se havia feito homem salvara a humanidade de Satanás e do inferno. Anselmo propôs um argumento mais sutil: a desobediência de nossos primeiros pais fora uma ofensa infinita, porque se pecou contra um ser infinito e perturbou a ordem moral do mundo; somente uma expiação infinita poderia contrabalançar e anular essa ofensa infinita; somente um ser infinito poderia oferecer tal expiação; somente Deus, que se fizera homem, poderia restaurar o equilíbrio moral do mundo.

Guilherme de Champeaux (1070?-1121), um dos discípulos de Roscelino, desenvolveu o realismo de Anselmo. Ele começou a lecionar dialética na escola da catedral de Notre Dame de Paris, em 1103. Se dermos crédito à versão de Abelardo, o qual era por demais polêmico para ser um bom historiador, Guilherme ultrapassou o próprio Platão sustentando que o universal é objetivamente real, porém que o indivíduo é uma modificação acidental da realidade genérica e somente existe por participar do universal; portanto, a humanidade é o ser real que entra na doutrina de Sócrates e lhe dá vida. Mais ainda: consta que Guilherme dissera que todo universal encontra-se presente em cada indivíduo de sua classe; toda a humanidade se acha integrada em Sócrates, em Alexandre.

Após vagar muito tempo pelos domínios do saber, Abelardo entrou na escola de Guilherme (1103?). Estava então com 24 ou 25 anos. Era uma bela figura de homem, o porte altivo,[7] a fronte larga e majestosa. A vivacidade de seu espírito dava vida e encanto às suas maneiras e erudição. Sabia compor canções e cantá-las; seu humor sadio fazia estremecer até a própria sala de aula.

Era um jovem alegre que havia descoberto Paris e a filosofia ao mesmo tempo. Os seus defeitos eram os de suas qualidades: era presumido, jactancioso, insolente e egoísta. Absolutamente cônscio de seu talento, passava por cima dos dogmas e sensibilidades dos mestres de seu tempo com o desprendimento próprio da mocidade. Sentia-se inebriado pela filosofia. Essa célebre figura de apaixonado amara mais a dialética do que a sua doce Heloísa.

Abelardo divertiu-se com o realismo exagerado do mestre e desafiou-o em plena aula. Toda a humanidade encontra-se integrada em Sócrates? Nesse caso, achando-se

toda a humanidade integrada em Alexandre, Sócrates (nela também integrado) devia achar-se presente em Alexandre. Presumivelmente Guilherme quisera dizer que todos os elementos essenciais da humanidade acham-se presentes em cada ser humano. Não dispomos dos argumentos tecidos então por Guilherme. Seja como for, o fato é que Abelardo não os aceitou. Ao realismo de Guilherme e ao nominalismo de Roscelino opôs ele o que veio a ser chamado conceptualismo. A classe (homem, pedra, etc.) existe fisicamente apenas na forma de seus membros componentes (homens, pedras, etc.); as qualidades (brancura, bondade, verdade, etc.) apenas nos objetos, ações ou idéias que elas qualificam, porém a classe e a qualidade não são meros nomes, são conceitos formados pelo nosso espírito, formados de elementos ou coisas que notamos serem comuns a um grupo de indivíduos, objetos, ações ou idéias. Tais elementos comuns são reais embora apareçam apenas em formas individuais. Os conceitos pelos quais pensamos nesses elementos comuns — as idéias universais ou genéricas pelas quais pensamos nas classes de coisas semelhantes — não são "sopros de voz", porém os instrumentos mais úteis e indispensáveis ao pensamento. Sem eles a ciência e a filosofia não teriam razão de ser.

Abelardo cursou as aulas de Guilherme, diz-nos ele, "por algum tempo". Passou depois a lecionar, primeiro em Melun e mais tarde em Corbeil, aquela a 40 milhas de Paris, esta a 25 milhas. Muitos o criticaram por lecionar após tão breve aprendizagem, porém grande número de estudantes o acompanhou, usufruindo a agilidade de seu espírito e de sua palavra. Guilherme tornou-se monge em São Vitor e, "a pedido", continuou a dar ali suas preleções. Abelardo voltou a cursar suas aulas após uma "séria doença"; ao que parece, havia ainda muita coisa que aprender na filosofia de Guilherme, mais do que a autobiografia de Abelardo dava a entender. No seu trabalho, diz Abelardo que forçara Guilherme a modificar seu realismo, com isso abalando o prestígio do mestre, cujo sucessor em Notre Dame (1109?) ofereceu seu lugar a Abelardo. Guilherme recusou-se a dar seu consentimento a tal substituição. Abelardo voltou então a lecionar em Melun, passando depois para Monte Santa Genoveva, fora de Paris. Entre ele e Guilherme e entre os respectivos estudantes travou-se uma verdadeira guerra sobre a teoria de ambos e isso durante muitos anos. Abelardo, não obstante rejeitar o nominalismo, tornou-se o chefe e o herói dos *moderni*, os ardentes jovens rebeldes da escola "moderna".

Nesse período de luta acesa, seus pais entraram para uma ordem religiosa, provavelmente como missionários, e Abelardo teve de voltar a Le Pallet para se despedir deles e, talvez, para acertar alguns problemas sobre propriedades. Regressou a Paris em 1115 após passar algum tempo estudando teologia em Laon. Parece não haver encontrado oposição ali e estabeleceu sua escola ou curso de preleções naqueles mesmos claustros de Notre Dame, onde 12 anos antes havia sido estudante. Tornou-se membro da catedral,[8] conquanto não fosse ainda sacerdote. Poderia alcançar alta posição eclesiástica se pudesse conter sua linguagem. Isso, porém, era coisa muito difícil para Abelardo. Tinha estudado literatura e filosofia e era um mestre que sabia fazer suas exposições com clareza e elegância. Como qualquer francês, reconhecia que tinha a obrigação moral de ser muito claro e não receava imprimir certo espírito em suas orações a fim de suavizar-lhes o peso. Estudantes de muitos países vieram cursar suas aulas, as quais eram tão concorridas, que Abelardo não somente ganhou muito dinheiro como também granjeou fama internacional.[9] Testemunha o fato uma carta que o abade Foulques endereçou-lhe alguns anos depois:

> Roma vos enviou os filhos para que lhes désseis uma boa instrução... A distância, as montanhas, os vales e as estradas infestadas de bandidos não impediram que a mocidade vos fosse procurar. Jovens ingleses atravessaram mar perigoso para ingressarem em vossos cursos; todas as regiões da Espanha, Flandres e Alemanha vos enviaram alunos, e eles jamais cessaram de elogiar o vigor de vosso espírito e, com eles, todos os habitantes de Paris e das mais longínquas regiões da França, os quais ansiavam também por receber vossos ensinamentos quase como se fosseis o único que pudesse lecionar-lhes todas as ciências.[10]

Colocado naquelas alturas e cercado do esplendor de seu êxito e fama, por que não haveria de elevar-se até ao bispado (como Guilherme) e depois ao arcebispado? Por que não até ao papado?

II. HELOÍSA

Até aquele tempo (1117?), afirma Abelardo, tinha mantido "a máxima continência" e "diligentemente evitado todos os excessos".[11] Mas a virgem Heloísa, sobrinha de Fulberto, o cônego da catedral, despertara-lhe, com sua graciosa figura e gosto pela cultura, toda a sensibilidade de homem e a admiração de seu espírito. Durante aqueles anos atribulados em que Abelardo e Guilherme se digladiavam com suas teorias, Heloísa passara da infância à juventude. Era órfã. Não existem dados sobre sua filiação. Seu tio a enviara para um convento, em Argenteuil, onde ficara muitos anos. Ali ela se apaixonou pela leitura dos livros existentes em uma pequena biblioteca e tornou-se uma das alunas mais brilhantes que até então as freiras tinham tido. Quando Fulberto soube que ela podia conversar em latim tão bem como em francês, e estava até mesmo estudando hebraico,[12] encheu-se de orgulho e levou-a para morar em sua casa, perto da catedral.

Heloísa contava 16 anos quando Abelardo surgiu em sua vida (1117). É provável que ela já tivesse ouvido de há muito tempo falar sobre ele; devia ter visto as centenas de estudantes que enchiam as salas de aula do claustro para ouvir-lhe as preleções; talvez, sequiosa de aprender, tivesse ido aberta ou furtivamente ver e ouvir o ídolo e modelo dos estudantes de Paris. Podemos imaginar seu pequeno alvoroço quando Fulberto lhe disse que Abelardo ia morar com eles e ser o preceptor dela. O próprio filósofo usa da máxima franqueza ao explicar o que se passou:

> Era aquela a jovem com a qual resolvi unir-me pelos laços do amor. Realmente, pareceu-me que tudo seria muito fácil. Eu gozava de grande prestígio e possuía a vantagem de ser jovem e garboso, não receava que uma mulher a quem pudesse favorecer com meu amor viesse a rejeitar-me... Assim, completamente apaixonado por aquela virgem, tratei de descobrir meios a fim de poder conversar diariamente com ela na maior intimidade e, com isso, conquistar-lhe facilmente a afeição. Persuadi, para tal fim, o tio da jovem... em troca do pagamento de uma pequena quantia... Ele era muito avarento... acreditou que a sobrinha lucraria imensamente com minhas lições... A simplicidade daquele homem não deixou de ser algo extraordinário; não me causaria mais surpresa se o visse confiar uma inocente ovelha aos cuidados de um lobo cruel...
>
> Por que deveria acrescentar algo mais? Ficamos unidos, primeiro na casa que abrigava nosso amor e depois pelo calor de nossos corações. Com o pretexto de estudarmos, passávamos horas gozando a felicidade de nosso amor... Trocávamos mais beijos do que palavras sensatas. Procurávamos mais as carícias do que os livros, vivíamos presos do amor.[13]

O que começara com um simples desejo físico foi-se transformando, com a delicadeza de Heloísa, em "uma ternura que ultrapassava em suavidade o mais fragrante bálsamo". Aquilo foi uma nova experiência para ele, fazia-o esquecer a filosofia. Abelardo entregou-se a seu amor com o mesmo calor com que se entregara às suas preleções, as quais se tornaram depois muito monótonas. Seus alunos lamentaram-lhe a atitude, porém acolheram com entusiasmo o amante. Ficaram satisfeitos de saber que até um Sócrates podia pecar; consolaram-se, ao perderem os torneios de oratória, cantando as canções de amor que ele começara a compor, e Heloísa, de sua janela, ouvia, por sua vez, dos lábios de todos eles o eco de suas canções.[14]

Passado algum tempo ela lhe anunciou que ia ser mãe. Abelardo tirou-a da casa do tio uma noite, mandando-a, às escondidas, para a moradia da irmã, na Bretanha.[15] Movido pelo medo e também pela piedade, ofereceu-se ao tio enfurecido para casar-se com Heloísa, contanto que Fulberto o deixasse manter o casamento em segredo. O cônego concordou. Abelardo suspendeu as aulas e seguiu para a Bretanha a fim de ir buscar sua delicada noiva. O filho, Astrolábio, estava com três dias de idade quando ele lá chegou. Heloísa recusou casar-se. Uma geração antes, as reformas de Leão IX e Gregório VII tinham vedado o ingresso no sacerdócio a todos os homens que fossem casados, salvo se a esposa se tornasse freira. Heloísa não se achava ainda preparada para enfrentar tal renúncia, não podia ainda renunciar a um companheiro e ao filho. Propôs continuar como sua amante, alegando que tais relações, mantidas em segredo, não iriam, como o casamento, fechar-lhe o caminho para uma promoção na igreja.[16] Uma longa passagem da *História de Minhas Desgraças* (VII), de Abelardo, atribui a Heloísa, nesse ponto, uma lista de exemplos que ela lhe deu muito judiciosamente, e um ataque ao casamento de filósofos. Atribui-lhe também a súplica eloqüente que lhe fez, qual a de que "não se devia privar a Igreja de uma luz assim tão brilhante". Relata ele como sendo palavras dela: "Lembrai-vos de que Sócrates fora casado e com que sordidez ele expurgou essa mancha na filosofia para que depois os homens pudessem ser mais prudentes." E ainda: "Ser-me-ia mais agradável se me chamassem de vossa amante ao invés de vossa esposa; aliás, isso me honraria muito mais."[17] Abelardo, porém, convenceu-a a casar-se, com a promessa de que apenas uns poucos amigos íntimos ficariam sabendo do casamento.

Deixaram o filho com a irmã, voltaram para Paris e casaram-se na presença de Fulberto. A fim de que o casamento ficasse em segredo, Abelardo foi morar em seus aposentos de solteiro e Heloísa voltou a viver na casa do tio; os dois passaram a ver-se mais raramente e sempre às escondidas. No entanto, Fulberto, que estava ansioso por recuperar seu prestígio, quebrou a promessa feita a Abelardo de guardar segredo sobre o casamento, e espalhou a notícia. Heloísa desmentiu-a e "Fulberto visitou-a repetidamente infligindo-lhe, ao mesmo tempo, castigos". Mais uma vez Abelardo a arrancou de casa; enviou-a dessa vez, contra a vontade dela, para o convento de Argenteuil e ordenou-lhe que vestisse trajes de freira, porém sem fazer os votos, tampouco receber o véu. Diz Abelardo que, quando Fulberto e os parentes souberam disso,

> ficaram convencidos de que eu os tinha traído, desvencilhando-me para sempre de Heloísa, obrigando-a a entrar para um convento. Enraivecidos, urdiram uma trama contra mim. Certa noite, quando dormia em um quarto secreto de minha residência, eles invadiram meu aposento, auxiliados por um de meus criados por eles subornado. Vingaram-se de mim infligindo-me uma punição cruel e vergonhosa,

pois cortaram as partes de meu corpo com as quais eu fizera aquilo que causara sua tristeza. Feito isso, fugiram, mas dois deles foram capturados e sofreram a perda dos olhos e dos órgãos genitais.[18]

Os inimigos de Abelardo não podiam ter escolhido vingança mais sutil. Aquilo não o lançou no opróbrio imediatamente. Todo o mundo em Paris, inclusive o clero, condoeu-se dele.[19] Os estudantes procuraram confortá-lo. Fulberto homiziou-se em algum lugar e o bispo confiscou-lhe as propriedades. Mas Abelardo compreendeu que estava arruinado e que a "história daquele espantoso ultraje espalhar-se-ia por todos os cantos da terra". Já não podia mais pensar numa carreira eclesiástica. Sentiu que sua fama ficara "completamente manchada" e que ele iria ser doravante alvo de zombarias. Deduziu de sua queda um ato de justiça nada poético: mutilaram-lhe a carne que havia pecado e fora traído pelo homem a quem traíra. Ordenou a Heloísa que recebesse o véu e ele mesmo ingressou como monge em São Dionísio.

III. O RACIONALISTA

Um ano mais tarde (1120), a instâncias de seus estudantes e de seu abade, recomeçou a lecionar numa "cela" do convento beneditino de Maisoncelle. Presume-se que a essência de suas preleções conste de seus livros. Estes, porém, foram compostos em períodos diferentes e cheios de atribulações. É difícil determinar-lhes a data em que foram feitos. Foram revistos nos últimos anos de sua vida, quando seu espírito estava inteiramente alquebrado. Impossível dizer-se o quanto o curso do tempo prejudicou o calor de seu espírito. Quatro pequenos trabalhos de lógica giram em torno do problema dos universais; não temos necessidade de perturbar-lhes o descanso. Contudo, o que se denomina *Dialectica* é um tratado de lógica dentro do espírito aristotélico (375 páginas): encerra a análise racional das partes da oração, as categorias do pensamento (substância, quantidade, lugar, posição, tempo, relação, qualidade, posse, ação, "paixão"), formas de proposições e as regras de raciocínio; o renascente espírito da Europa ocidental teve de esclarecer tais idéias básicas para si, da mesma maneira que uma criança que aprendia a ler. A dialética era a parte mais interessante da filosofia ao tempo de Abelardo, em parte porque a nova filosofia originava-se de Aristóteles através de Boécio e Porfírio. Somente os tratados de lógica de Aristóteles (nem todos eles, porém) tornaram-se conhecidos daquela primeira geração da filosofia escolástica. Portanto, o livro *Dialectica* não é uma obra fascinante; contudo, em suas páginas formais, encontramos um ou dois ataques nas primeiras escaramuças da Guerra de Duzentos Anos entre a fé e a razão. Como podemos nós, nesta época em que já se começa a duvidar do intelecto, recuperar o brilho de um tempo em que se começava a descobrir "aquele grande mistério do conhecimento"?[20] A verdade não pode contrariar a si mesma, diz Abelardo; as verdades das Escrituras devem concordar com as descobertas da razão, caso contrário Deus, que nô-las deu, nos estaria iludindo com uma e outra.[21]

Talvez em seus primeiros tempos — antes de sua tragédia — tivesse Abelardo escrito o seu *Diálogo entre um Filósofo, um Judeu e um Cristão*. Diz ele que "numa visão à noite" três homens o procuraram por ser ele professor famoso e pediram-lhe que julgasse a sua controvérsia. Todos os três acreditavam em um só Deus; dois admitiam as Escrituras Hebraicas. O filósofo refuta aquelas opiniões e propõe que se baseie a vi-

da e a moral na razão e leis naturais. Que absurdo, argumenta, apegar-se a crenças de nossa infância, partilhar as superstições populares e condenar-se ao inferno aqueles que não admitem tais frivolidades![22] Termina, de maneira nada filosófica, chamando os judeus de tolos e os cristãos de loucos. O judeu responde que os homens não podiam viver sem leis, que Deus, à semelhança de um bom rei, deu ao homem um código de conduta, e que os preceitos de Pentateuco mantiveram a coragem e a moral dos judeus através dos séculos em que eles se viram dispersados e sofrendo grandes tragédias. O filósofo pergunta então como os patriarcas deles viveram tão nobremente muito antes de Moisés e suas leis? Como podiam acreditar em uma revelação que prometia a felicidade terrena e que, no entanto, permitia que sofressem tal pobreza e desolação? O cristão admite muita coisa que o filósofo e o judeu disseram, porém apresenta um argumento dizendo que o cristianismo desenvolveu e aperfeiçoou as leis naturais de um e as leis mosaicas de outro, que o cristianismo elevou-se mais do que nunca frente aos ideais morais da humanidade. A filosofia e as Escrituras dos judeus não ofereciam ao homem a felicidade eterna; o cristianismo dá ao homem atribulado essa esperança e é, portanto, infinitamente precioso. Esse diálogo inacabado é uma obra extraordinária para um membro da catedral na Paris de 1120.

Idêntica liberdade de discussão encontrou outra oportunidade em um dos mais célebres trabalhos de Abelardo, *Sic et non (Sim e Não)* (1120?). A primeira menção que dele se tem encontra-se em uma carta de Guilherme de St. Thierry a São Bernardo (1140), descrevendo-o como sendo um livro muito suspeito que circulava secretamente entre os alunos e partidários de Abelardo.[23] Esse manuscrito somente voltou a aparecer na história em 1836, quando foi descoberto por Vítor Cousin em uma livraria em Avranches. A sua própria forma deve ter inquietado bastante os mitrados. Após uma introdução religiosa, divide-se o livro em 157 questões, inclusive os mais básicos dogmas da fé; debaixo de cada questão, em uma coluna oposta, figuram duas citações, uma apoiando a afirmativa, a outra a negativa; trata-se de citações da Bíblia, dos padres da Igreja, clássicos pagãos e até mesmo da *Arte de Amar*, de Ovídio (*Ars amandi*). Talvez o livro tivesse sido escrito com o objetivo de fornecer referências às divergências escolásticas, porém a introdução, premeditadamente ou não, impugnava a autoridade dos padres da Igreja mostrando-os em contradição uns com os outros e até consigo mesmos. Abelardo não refuta a autoridade da Bíblia, mas argumenta que sua linguagem foi feita para os analfabetos e devia ser interpretada pela razão, que o texto sagrado muitas vezes apresentava deslizes, talvez devido a desleixo na ocasião em que o copiaram, e que as passagens patrísticas e das Escrituras estavam em contradição umas com as outras, devendo a razão procurar conciliá-las. Antecipando a "dúvida de Descartes" por 400 anos, escreveu ele no mesmo prólogo: "Constantes indagações constituem a primeira chave para abrir a porta da filosofia, pois é duvidando que se chega às indagações e é com estas últimas que se chega à verdade."[24] Cita o fato de que o próprio Jesus, ao enfrentar os doutores do Templo, cumulou-os de perguntas. O primeiro debate no livro é quase uma declaração de independência para a filosofia: "A fé deve ser fundamentada de acordo com a razão humana e vice-versa." Ele cita Ambrósio, Agostinho e Gregório I como defensores da fé, e Hilário, Jerônimo e Agostinho para dizer que é bom poder provar sua fé pela razão. Conquanto afirme repetidamente sua ortodoxia, Abelardo abre, para debate, problemas tais como o da Divina Providência *versus* a Vontade Livre, a existência do pecado e do mal em um mundo criado por Deus bom e onipotente, e a possibilidade de Deus não

ser onipotente. Seu raciocínio livre, a respeito de tais questões deve ter abalado a fé de jovens estudantes apaixonados pelos debates. Contudo, tal processo de ensino por meio de discussões livres tornou-se, provavelmente devido ao exemplo de Abelardo,[25] o método professado regularmente nas universidades francesas, constou dos escritos filosóficos e teológicos. Iremos encontrar Santo Tomás adotando-o sem temor e sem que o censurassem por isso. O racionalismo encontrou um lugar para si no próprio nascimento do escolasticismo.

Se o *Sic et non* feriu apenas uns poucos em virtude de ter sido limitada sua circulação, deve-se notar que a tentativa de Abelardo, de aplicar a razão ao mistério da Trindade, não podia restringir sua influência e alarme, pois era o assunto de suas preleções em 1120 e de seu livro *A Unidade Divina e a Trindade.* Ele escreveu isso, diz ele,

> para meus estudantes, porque eles estavam sempre procurando explicações de ordem racional e filosófica, pediam que lhes desse razões que pudessem compreender e não meras palavras, dizendo que era futilidade exprimir palavras que a inteligência não podia entender, que não se podia acreditar em coisa alguma a não ser que fosse primeiramente compreensível, e que era absurdo querer pregar a outros uma coisa que a própria pessoa, tanto quanto aqueles a quem procurava ensinar, não podia compreender.[26]

Esse livro, diz-nos ele, ''tornou-se muito popular'' e sua sutileza surpreendeu o público. Declarou que a unidade de Deus constituiu um ponto com o qual concordaram as maiores religiões e os maiores filósofos. Em um único Deus podemos considerar a Sua força como Primeira Pessoa, a Sua sabedoria como a Segunda, a Sua graça, caridade e amor como a Terceira; são essas as fases ou modalidades da Essência Divina, porém todas as obras de Deus sugerem e unem, ao mesmo tempo, a Sua força, a Sua sabedoria e o Seu amor.[27] Muitos teólogos consideraram tal analogia admissível. O bispo de Paris rejeitou o apelo do então velho e ortodoxo Roscelino para que se condenasse Abelardo por heresia. O bispo Geofredo de Chartres defendeu-o durante toda aquela fúria que se desencadeara sobre ele. Contudo, em Reims dois professores — Alberico e Lotulfo — que haviam discutido com Abelardo em Laon, em 1113, incitaram o arcebispo a que o intimasse a comparecer em Soissons com o livro sobre a Trindade a fim de se defender contra as acusações de heresia. Quando Abelardo surgiu em Soissons (1121), viu que tinham levantado a população contra ele e ''quase me apedrejaram... na crença de que eu havia pregado a existência de três deuses''.[28] O bispo de Chartres exigiu que Abelardo fosse ouvido pelo concílio para sua própria defesa. Alberico e outros a isso se opuseram, alegando que não se podia resistir aos argumentos dele. O concílio condenou-o sem sequer ouvi-lo, obrigou-o a lançar o livro ao fogo e ordenou que o abade de São Medardo o encerrasse durante um ano em seu mosteiro. Mas, logo depois, um representante do Papa o libertou, enviando-o de volta para São Dionísio.

Após passar ali um ano agitado em companhia dos monges, Abelardo conseguiu permissão do novo abade, o grande Suger, para construir para si uma ermida em um lugar solitário a meio caminho entre Fontainebleau e Troyes (1122). Aí, com um companheiro de ordens menores, ergueu ele com varas e troncos um pequeno oratório a que deu o nome de Trindade Sagrada. Quando os estudantes souberam que ele se encontrava novamente livre, correram para ele e improvisaram para si mes-

mos uma escola; construíram cabanas naquele lugar ermo. Os estudantes dormiam sobre esteiras e palhas e viviam de "pão muito ruim e de ervas do campo".[29] Havia ali uma sede de conhecimentos que logo iria dar origem à criação de universidade; na verdade, a Idade Média já era então um pesadelo quase esquecido. Em paga de suas preleções, os estudantes cultivavam os campos, erguiam edifícios e construíram novo oratório para ele, feito de madeira e pedra, ao qual Abelardo chamou de Paráclito, como se com isso quisesse dizer que a afeição dos discípulos surgira em sua vida como um espírito santo justamente quando tinha fugido da sociedade dos homens para se entregar a uma vida solitária.

Aqueles três anos que passou ali foram tão felizes quanto os de que se lembrava ter passado em outros tempos. Provavelmente as preleções que deu aos sequiosos estudantes estejam conservadas e remodeladas em dois livros, um chamado *Theologia christiana*, o outro simplesmente *Theologia*. A doutrina era ortodoxa, porém uma geração ainda estranha à maior parte das doutrinas da filosofia grega ficou um pouco abalada ao encontrar naqueles livros tantas referências elogiosas a pensadores pagãos e a idéia de que Platão também tivera, em certo grau, gozado de inspiração divina.[30] Abelardo não podia acreditar que todos aqueles maravilhosos espíritos pré-cristãos não tivessem conseguido salvar-se;[31] Deus, insistiu ele, dá Seu amor a todas as criaturas, inclusive aos judeus e pagãos.[32] Abelardo, impenitentemente, voltou a fazer a defesa da razão na teologia, argumentando que se devia combater os hereges mais pela razão do que pela força.[33] Aqueles que recomendam a fé sem a compreensão estão em muitos casos procurando encobrir a própria incapacidade de ensiná-la de maneira inteligível:[34] via-se nisso mais um argumento contundente que deve ter atingido muita gente! Ao procurar explicar o cristianismo, Abelardo parecia não se ter excedido em seus argumentos mais do que Alexandre de Hales, Alberto Magno e Tomás de Aquino o fariam depois dele. Mas enquanto até mesmo o bravo Tomás iria deixar a Trindade e a criação no tempo para entregar-se a uma fé além ou acima da razão, Abelardo procurara abraçar as mais místicas doutrinas da Igreja que se achavam ao alcance da razão.

A audácia do empreendimento e a agudeza de seu espírito, que mais uma vez se fortalecia, criaram-lhe novos inimigos. Escreve ele, talvez referindo-se a Bernardo de Claraval e a Norberto, o fundador da Ordem Premonstratense:

> Alguns novos apóstolos, nos quais o mundo deposita uma grande fé, correram aqui e acolá... difamando-me descaradamente de toda a maneira que podiam, e com isso conseguiram que grandes espíritos lançassem seu desprezo sobre mim... Deus é testemunha de que toda a vez que se reunia uma nova assembléia do clero eu julgava que o faziam com o fim exclusivo de me condenarem.[35]

Abelardo abandonou o ensino, talvez para silenciar tais críticas, e aceitou um convite para ser abade do mosteiro de São Gildas, na Bretanha (1125?); é mais provável que o político Suger tivesse arranjado a transferência na esperança de acalmar a tempestade. Aquilo foi para ele uma promoção e prisão ao mesmo tempo. O filósofo viu-se no meio de gente "bárbara" e "incompreensível", entre monges "vis e selvagens", os quais viviam abertamente com concubinas.[36] Ressentindo suas reformas, os monges puseram veneno na taça em que ele bebia na missa; como falhassem nisso, subornaram seu criado para que lhe envenenasse a comida; outro monge dela se ser-

viu e "caiu morto imediatamente".[37] Contudo, Abelardo é a única fonte que temos a esse respeito. Ele travou aquela batalha com bravura e, salvo algumas interrupções, permaneceu naquele posto solitário durante 11 anos.

IV. AS CARTAS DE HELOÍSA

Abelardo teve um intervalo de moderada felicidade quando Suger resolveu utilizar-se da casa de Argenteuil para outros fins, em vez de convento. Heloísa, desde que se separara de Abelardo, entregara-se com tal devoção a suas obrigações de freira que a fizeram prioresa. "Caíra de tal forma na graça de todos... que os bispos a amavam como filha, os abades como irmã e os leigos como mãe." Sabendo que Heloísa e suas freiras estavam procurando novos alojamentos, Abelardo ofereceu-lhes o oratório e os edifícios do "Paráclito". Ele foi pessoalmente ajudá-las a instalar-se ali, e freqüentemente as visitava, quando então pregava suas orações a elas e aos aldeões que se haviam estabelecido nas imediações. Os mexeriqueiros diziam que "eu que, em tempos passados, mal podia tolerar uma vida longe da mulher que amava, estava ainda atraído pelos prazeres terrenos".[38]

Foi durante aqueles tempos inquietos que passou na abadia de São Gildas que ele escreveu a sua autobiografia — *Historia calamitatum mearum* (1133?). Ignoramos as razões que o levaram a isso; a obra assumia a feição de um ensaio na consolação que oferecia a um amigo que se lamentava, "de maneira que, se comparardes vossas mágoas com as minhas, descobrireis que as vossas, na verdade, nada representam". Parece, porém, que aquele trabalho destinava-se ao mundo como confissão moral e defesa teológica. Diz um depoimento antigo, mas que não se pode confirmar, que uma cópia de sua autobiografia chegou às mãos de Heloísa e que esta escreveu uma resposta extraordinária:

> A seu mestre, aliás pai, a seu esposo, aliás irmão: sua serva, aliás filha, sua esposa, aliás irmã: a Abelardo, Heloísa. A vossa carta escrita a um amigo para levar-lhe conforto, querido, chegou há alguns dias as minhas mãos por acaso... Ela encerra coisas que não se podem ler ou ouvir sem que nos venham lágrimas aos olhos, pois aumentaram ainda mais meus sofrimentos... Em Seu nome, Dele que ainda vos protege... em nome de Cristo, como Suas servas e vossas também, suplicamo-vos que vos digneis informar-nos freqüentemente por carta, dos infortúnios que vos acometem, a fim de que possais pelo menos contar conosco, nós que fomos as únicas que permanecemos as vossas companheiras tanto nas alegrias como nas tristezas...
>
> Sabeis, querido — todo o mundo sabe — o que perdi em vós... Obedecendo a vossa ordem, troquei meus hábitos e meu coração para que pudesse mostrar que éreis o dono de meu corpo e de meu espírito... Não tive em vista a promessa de matrimônio, nem de qualquer doação... E se o nome de esposa parece ser mais sagrado e valer mais, devo dizer que para mim é mais doce a palavra amiga ou, se não vos envergonhais de ouvir, a de concubina ou meretriz... Apelo para o testemunho de Deus que, se Augusto, dominando todo o mundo, viesse a julgar-me digna da honra de um casamento e me entregasse todo o mundo para que eu o governasse para sempre, diria que me seria mais caro e mais digno se me chamassem de vossa prostituta em vez de imperatriz...
>
> Pois quem, entre os reis e filósofos, poderia igualar a vós em celebridade? Qual o reino ou cidade ou aldeia que não ansiou por ver-vos? Quem, pergunto, não correu para contemplar-vos quando aparecíeis em público?... Qual a esposa, qual a vir-

gem que não sentiu a vossa ausência e não se entusiasmou em vossa presença? Qual a rainha ou dama poderosa que não teve inveja de minha felicidade e de minha cama?...

Dizei-me apenas uma coisa se puderdes: por que, depois de nossa conversão (à vida religiosa), a qual fostes o único a decretar, caí em tal esquecimento de vossa parte sem que possa confortar-me com a vossa palavra e presença, sem sequer poder contar com uma carta em vossa ausência? Dizei-me apenas uma coisa, se puderdes, ou deixa-me dizer-vos o que sinto, aliás o que desconfio: foi mais a concupiscência que vos uniu a mim do que a afeição... Portanto, quando cessou o que tínheis desejado, desapareceu também tudo o que havíeis demonstrado para comigo. Isso, meu amado, não é conjetura apenas minha, é conjetura de todos... Quisera que isto se desse tão-somente comigo e que vosso amor tivesse encontrado outrem que o desculpasse, com o que então poderia apaziguar um pouco a minha dor.

Atentai, suplico-vos, ao que vos peço... Enquanto estiver privada de vossa presença, dai-me com palavras escritas — das quais tendes abundância — a doçura de vossa imagem... Eu merecia mais do que isso de vós, tendo feito tudo o que fiz para vós... Eu, que ainda jovem fui levada para as asperezas da conversão monástica... não por devoção religiosa, porém unicamente por uma ordem vossa... Não posso esperar nenhuma recompensa de Deus, pelo amor do Qual é fato bem conhecido que nada fiz...

E assim, em Seu nome, ao Qual vós vos entregastes, perante Deus vos suplico que, de qualquer maneira que puderdes, restaureis em mim a vossa presença escrevendo algumas palavras de conforto... Adeus, meu querido.[39]

Abelardo achava-se fisiologicamente incapacitado de responder a tão grande paixão. A história atribui-lhe uma resposta lembrando os votos religiosos: "À Heloísa, sua amada irmã em Cristo, Abelardo, seu irmão também em Cristo." Ele a aconselha que aceite com humildade os infortúnios como meio de se purificar e salvar-se da punição de Deus. Pede suas orações, recomenda que acalme sua dor com a esperança de que irão unir-se no céu, e pede que o enterre, quando morrer, nos terrenos do Paráclito. A segunda carta de Heloísa repete manifestações ímpias e cheias de amor: "Sempre receei ofender-vos mais do que a Deus, procuro agradar-vos mais do que a Ele... Vede que vida infeliz a minha, se tenho de suportar tudo isso em vão, sem esperança de uma recompensa futura. Durante muito tempo vós, como muitos outros, fostes enganado pelas minhas simulações, de maneira a julgar que era religião o que não passava de hipocrisia."[40] Abelardo responde que Cristo é quem a amava verdadeiramente e não ele: "O meu amor era concupiscência e não amor; satisfiz em vós os meus degradantes desejos, e isso foi tudo o que amei... Chorai pelo vosso Salvador e não pelo vosso sedutor, chorai pelo vosso Redentor e não pelo homem que vos desonrou."[41] E compõe uma tocante oração pedindo que a reze para ele. A terceira carta dela demonstra achar-se resignada com a morte terrena de seu amor; pede dessa vez apenas novas regras pelas quais ela e suas freiras possam viver adequadamente uma vida religiosa. Abelardo a satisfaz: elabora para elas um código moderado. Escreveu sermões para doutriná-las e enviou tais composições a Heloísa com um terno final: "Adeus à serva de Nosso Senhor, a qual me foi outrora muito cara e que agora é muito cara a Cristo." No íntimo de seu coração despedaçado, ele ainda a amava.

São genuínas essas cartas célebres? As dificuldades para se saber saltam aos olhos. A primeira carta de Heloísa dá a entender que resultou de sua *Historia calamitatum*, a qual, no entanto, registra várias visitas de Abelardo a Heloísa no Paráclito; contudo, ela se queixa de que ele a esqueceu. Provavelmente a *Historia* foi publicada aos pou-

cos e somente as primeiras partes precederam a carta. A ousada sensualidade de certas passagens parece inacreditável em uma mulher, cuja devoção religiosa durante 14 anos lhe havia granjeado grande respeito por parte de todos, o que se atesta nos testemunhos de Pedro, o Venerável, e do próprio Abelardo. Há artifícios de retórica naquelas cartas, e pedantes citações dos clássicos e padres da Igreja, o que dificilmente ocorreria a um espírito que sinceramente sentisse amor ou piedade ou remorso. Os mais antigos manuscritos daquelas cartas datam do século XIII. João de Meung aparece como os tendo traduzido do latim para o francês em 1285.[42] Podemos, provisoriamente, concluir que elas figuram entre as mais brilhantes falsificações de que há registro na História, as quais naturalmente não são dignas de crédito, mas constituem parte inesquecível da literatura romântica da França.[43]

V. O CONDENADO

Não sabemos quando e por que Abelardo se afastou de suas altas funções na abadia. João de Salisbury menciona ter assistido a suas preleções em Santa Genoveva, no ano de 1136. Tampouco sabemos com que licença recomeçou ele o ensino. Talvez não a tivesse solicitado. É bem possível que, tendo desprezado a disciplina da Igreja, fizesse com que os eclesiásticos se levantassem contra ele e provocassem, por um meio ou outro, a sua queda final.

Não há indícios de que a castração o tivesse prejudicado nos trabalhos, pelos quais nos transmitiu a essência de seus ensinamentos. É difícil encontrar-se neles uma heresia explícita, porém deparamo-nos com trechos que, sem dúvida, devem ter proporcionado muita inquietação ao clero. Argumentou ele em um livro de filosofia moral, intitulado *Scito te ipsum (Conhece-te a ti mesmo),* que o pecado não está no ato que se pratica, mas sim na intenção. Nenhum ato — nem mesmo o de matar-se alguém — é, em si mesmo, um pecado. Assim uma mãe que tinha pouca roupa para agasalhar o filho, apertou-o contra o peito e, sem que fosse essa sua intenção, sufocou-o; ela matou o ente que amava e a lei a puniu a fim de que outras mulheres agissem com mais cautela. No entanto, aos olhos de Deus, ela não cometera um pecado. Mais ainda, para que haja pecado será preciso que o agente viole sua própria consciência moral e não apenas a de outros. Também a matança dos mártires cristãos não constituiu pecado para os romanos, os quais acharam que a perseguição que faziam era necessária à preservação do Estado ou de uma religião que, para eles, parecia verdadeira. Não, "mesmo aqueles que perseguiram Cristo ou seus adeptos, que eles consideravam de seu dever perseguir, diz-se que pecaram por ato cometido; teriam, porém, cometido falta mais grave se, contrariando suas consciências, os tivessem poupado".[44] Tudo isso podia parecer lógico e irritante, porém, com semelhante teoria, toda a doutrina de pecados como sendo violação da lei de Deus ameaçava embaralhar a casuística no tocante a intenções; quem, a não ser uns poucos Paulos, iria admitir que agira contra sua própria consciência? Dos 16 excertos, pelos quais Abelardo foi condenado em 1141, seis foram extraídos daquele livro.

O que mais inquietou a Igreja, mais do que qualquer heresia específica de Abelardo, foi sua afirmação de que não havia mistérios na fé e que se podia explicar de maneira racional todos os dogmas. Não estava ele embriagado com a borra da lógica para ligá-la assim com o Logos, o Verbo de Deus, como ciência quase divina?[45] Convenhamos que esse extraordinário professor chegasse, por métodos não ortodoxos, a conclu-

sões ortodoxas; quantos espíritos ainda não amadurecidos, infeccionados pelos germes destruidores de sua lógica, deveriam ter ficado indecisos e inquietos frente a seus prós e contras! Tivesse sido ele o único de sua espécie, não lhe teriam, talvez, dado muita atenção, na esperança de que não levaria muito tempo para morrer, mas Abelardo tinha centenas de adeptos e havia ainda outros professores — Guilherme de Conches, Gilberto de la Porrée, Berengário de Tours, etc. — que estavam também fazendo pronunciamentos sobre a fé através da razão. Com tal processo por quanto tempo iria poder a Igreja manter a unidade e o fervor da crença religiosa sobre os quais a moral e a ordem social da Europa pareciam apoiar-se? Já um dos discípulos de Abelardo, Arnoldo de Bréscia, estava fomentando uma revolução na Itália.

Foram provavelmente considerações semelhantes que levaram São Bernardo a travar luta aberta contra Abelardo. O vigilante defensor da fé percebeu o perigo que ameaçava seu rebanho e tratou de enfrentá-lo. Havia muito que olhava com desconfiança os assaltos audaciosos da inteligência; o ir à cata do conhecimento a não ser com o fim de ministrar os princípios de santidade afigurava-se-lhe mero paganismo; o procurar explicar os mistérios sagrados pela razão era impiedade e loucura. O mesmo racionalismo que começava explicando aqueles mistérios acabaria por profaná-los. O santo não era truculento; quando (1139) Guilherme de St. Thierry, monge de Reims, chamou sua atenção para os perigos decorrentes dos ensinamentos de Abelardo e pediu-lhe que denunciasse o filósofo, São Bernardo usou de paliativos, nada fez. O próprio Abelardo precipitou a questão escrevendo uma carta ao arcebispo de Sens, na qual pediu que lhe fosse dada, no primeiro concílio da Igreja que ali se realizasse, oportunidade para se defender contra as acusações de heresia que lhe estavam fazendo. O arcebispo concordou; sua intenção era também tornar sua diocese alvo da atenção do mundo cristão. Convidou São Bernardo para que comparecesse ao concílio com o fito de preparar uma boa polêmica. Bernardo recusou-se a ir, dizendo que no jogo da dialética ele seria "uma simples criança" frente a Abelardo, o qual há 40 anos entregava-se aos estudos da lógica, porém escreveu a vários bispos solicitando-lhes que fossem ao concílio e defendessem a fé cristã:

> Pedro Abelardo está procurando diminuir o mérito da fé cristã ao julgar-se capaz de compreender Deus pela razão humana. Ele se apega aos céus e mesmo aos abismos, dele nada se pode ocultar!... Não se contenta em ver as coisas através de um vidro escuro, ainda deseja vê-las face a face... Ele se inebria com Ario quando fala da Trindade, com Pelágio quando fala sobre a graça e com Nestório quando fala na pessoa de Cristo... A fé dos justos é clara, está fora de discussão. Esse homem não tem vontade alguma de acreditar em uma matéria da qual sua razão não o tenha primeiramente convencido.[46]

Os aliados de Bernardo manifestaram-se também impotentes para enfrentar a situação e insistiram junto a ele para que comparecesse ao concílio. Quando Abelardo chegou a Sens (junho de 1140), viu que sua presença e hostilidade a Bernardo acirraram os ânimos populares; encontrou ali a mesma situação que se lhe deparara em Soissons 19 anos antes. Não tinha coragem de sair à rua. O arcebispo realizou, no entanto, o seu sonho; durante uma semana Sens tornou-se o centro do mundo; o rei da França lá se achava presente com sua faustosa corte, bem como dezenas de altos dignitários da Igreja. A figura severa e santa de Bernardo, não obstante seu reumatismo, impunha respeito a todos. Alguns dos prelados tinham sentido em si mesmos, e

também em sua coletividade, as agulhadas nos ataques de Abelardo sobre as faltas do clero, imoralidade dos sacerdotes e monges, venda de indulgências e invenção de licores milagrosos. Convencido de que o concílio o condenaria naquele julgamento, Abelardo compareceu à primeira sessão, declarou que aceitaria apenas o Papa como juiz e deixou depois a assembléia e a cidade. O concílio ficou hesitante, não sabia se o julgamento seria válido legalmente depois daquela declaração. Bernardo, porém, venceu suas hesitações e, dando andamento ao processo, condenou 16 questões dos livros de Abelardo, inclusive a definição do pecado e a teoria da Trindade como força, sabedoria e amor de um só Deus.

Já quase desprovido de recursos, Abelardo partiu para Roma a fim de submeter o caso ao Papa. A idade e a enfermidade retardaram sua viagem. Quando chegou ao mosteiro de Cluny, na Borgonha, foi ali recebido muito afetuosamente por Pedro, o Venerável, e descansou durante alguns dias. Entrementes, Inocêncio II expediu um decreto confirmando a sentença do concílio, a qual impunha perpétuo silêncio a Abelardo e ordenava que ele fosse encerrado em um mosteiro. Mesmo assim Abelardo quis prosseguir viagem; Pedro dissuadiu-o da idéia, dizendo que o Papa jamais se pronunciaria contra Bernardo. Física e espiritualmente cansado, Abelardo cedeu. Tornou-se monge em Cluny e encerrou-se na obscuridade de suas paredes e de seus ritos. Surpreendeu os monges, seus companheiros, com sua piedade, silêncio e orações. Escreveu a Heloísa — a qual jamais tornou a ver — uma tocante profissão de fé nos ensinamentos da Igreja. Compôs, provavelmente para ela, uns dos mais belos hinos da literatura medieval. O "Lamento" que a ele se atribui é, formalmente, o Lamento de Davi por Jônatas, porém qualquer leitor encontrará nele um grande espírito de ternura:

Vel confossus pariter
morerer feliciter
cum, quid amor faciat,
maius hoc non habeat,
et me post te vivere
mori si assidue;
nec ad vitam anima
satis sit dimidia...

Se meu corpo fosse jazer no mesmo túmulo
Que o teu, eu morreria muito feliz,
Pois, felicidade maior que a proporcionada
Pelo amor terreno eu não conheço.
Seria uma morte sem fim se tivesse de viver,
Sabendo que estás fria e morta;
Minha alma força não teria suficiente
Para conservar-me a vida

Do quietem fidibus;
vellem ut et planctibus
sic possum et fletibus
Laesis pulsu manibus,
raucis planctu vocibus,
deficit et spiritus.[47]

Abandonei a harpa!
Oxalá pudesse assim
As lágrimas e os queixumes estancar!
Minhas mãos se ressentem da dor de tanger-lhe
As cordas e o sofrimento me sufocam por completo.
Meu espírito já se apaga.

Logo depois Abelardo caiu enfermo e o bondoso abade enviou-o, para mudar de clima, ao convento dos religiosos de São Marcelo, nas proximidades de Châlons. Ali morreu aos 21 de abril de 1142, com a idade de 63 anos. Foi sepultado na capela do convento. Heloísa lembrou então a Pedro, o Venerável, que Abelardo pedira para ser enterrado junto ao Paráclito. O próprio abade lhe levou o corpo, procurou consolá-la falando em seu amado como sendo um Sócrates, Platão e Aristóteles de seu tempo, e deixou-lhe uma carta cheia de ternura cristã:

> Assim, cara e venerável irmã em Cristo, aquele a quem, depois de unida na carne, vos unistes por um laço melhor e mais forte, qual seja o do amor divino, e com quem tendes servido a Deus, foi agasalhar-se no calor de Seu seio. Deus o chamou em vosso lugar como se fosse também a vós. Ele o conserva para, com Sua graça, vô-lo entregar novamente no dia de Sua vinda, dia em que descerá do céu ao soar a voz do arcanjo e ao troarem os clarins.[48]

Ela foi unir-se ao seu bem-amado em 1164 com a mesma idade dele e quase com o mesmo renome. Foi sepultada a seu lado nos jardins do Paráclito. Esse oratório foi destruído durante a Revolução e as sepulturas foram revolvidas, porém o que se julgava terem sido os restos mortais de Abelardo e Heloísa foram transferidos para o Cemitério de Père Lachaise, em Paris, em 1817. Aí, mesmo até em nossos tempos, podem ser vistos homens e mulheres, em um domingo de verão, levando flores para adornar-lhes o túmulo.

CAPÍTULO XXXVI

A Aventura da Razão

1120 — 1308

I. A ESCOLA DE CHARTRES

COMO explicar aquela extraordinária aparição da filosofia que começou com Anselmo, Roscelino e Abelardo e culminou em Alberto Magno e Santo Tomás de Aquino? Como sempre acontece, foram muitas as causas que para isso contribuíram. O Oriente grego jamais renunciara à herança que recebera dos clássicos; as obras dos antigos filósofos estavam sendo estudadas, em todos aqueles séculos, em Constantinopla, Antioquia e Alexandria; homens, como Miguel Pselo, Nicéforo Blemydes (1197?-1272), Jorge Pachymeres (1242?-1310) e o sírio Bar Hebraeus (1226?-82) conheceram em primeira mão os trabalhos de Platão e Aristóteles e, gradativamente, professores e manuscritos gregos foram entrando no Ocidente. Mesmo alguns fragmentos da herança dos helenos ali ficaram depois da tempestade levantada pelos bárbaros, bem como a maior parte do *Organon* da lógica de Aristóteles e o *Meno* e *Timeu* de Platão, cuja visão do Er coloria a concepção dos cristãos sobre o inferno. As sucessivas traduções que se fizeram do árabe e do grego, nos séculos XII e XIII, levaram para o Ocidente a revelação e o desafio das filosofias grega e árabe, as quais eram tão diferentes da filosofia cristã, que ameaçavam destruir toda a teologia da cristandade a não ser que esta última estruturasse uma filosofia em oposição a elas. Mas tais influências mal teriam produzido uma filosofia cristã se o Ocidente tivesse continuado em situação de pobreza. O que deu vida a esses fatores foi o advento da riqueza com o cultivo das terras no Continente, a expansão do comércio e da indústria, e os trabalhos de ordem financeira. Esse ressurgimento econômico influiu na libertação das comunas, criação de universidades, renascimento da literatura latina e leis romanas, codificação de leis canônicas, glória da arte gótica, florescimento do romance, a "alegre ciência" dos trovadores; despertou também a ciência e ressuscitou a filosofia para constituir a "Renascença do século XII".

Da riqueza advieram o lazer, o estudo e as escolas; a princípio *scholê* significa "lazer". O *scholasticus* era o diretor ou professor de uma escola; a "filosofia escolástica" era a filosofia que se ensinava nas escolas secundárias da Idade Média ou nas universidades que, em sua maioria, originavam-se daquelas escolas. O "método escolástico" era a forma da exposição e argumentação filosóficas empregada em tais escolas. No século XII, excluindo-se as classes de Abelardo em Paris ou em suas imediações, era Chartres a que possuía a mais ativa e a mais célebre dessas escolas. Ali, amalgamava-se a filosofia com a literatura, e os que nela se formavam conseguiam escrever sobre

problemas transcendentes com clareza e graça, atributos esses que se tornaram uma hontosa tradição em França. Platão, que também criara uma filosofia inteligível, era ali o mestre favorito. Operava-se a mediação na luta entre realistas e nominalistas, identificando-se no espírito de Deus o universal "verdadeiro" com as idéias platônicas ou arquétipos criadores. A escola de Chartres atingiu o apogeu de sua influência ao tempo de Bernardo de Chartres (*ca.* 1117) e de seu irmão Teodorico (*ca.* 1140). Três dos que nela se formaram dominaram o cenário da filosofia da Europa ocidental na segunda metade do século depois de Abelardo: Guilherme de Conches, Gilberto de la Porrée e João de Salisbury.

Pode-se avaliar o alcance da esfera escolástica pelos extraordinários conhecimentos de Guilherme de Conches (1080?-1154). Era homem conhecedor dos trabalhos de Hipócrates, Lucrécio, Hunain ibn Ishaq, Constantino, o Africano, e até mesmo dos de Demócrito.[1] Achava-se fascinado pela teoria atômica; todos os trabalhos da natureza, diz ele, originam-se de combinações de átomos, e isso é verdade até nos processos mais altos e vitais do corpo humano.[2] A alma é a união do princípio vital do indivíduo com a alma cósmica ou princípio vital do mundo.[3] Seguindo Abelardo em caminhos misteriosos e perigosos, escreveu ele: "Há na Divindade força, sabedoria e vontade, as quais os santos denominam três pessoas."[4] Considera fantasiosa a história de que Eva fora criada da costela de Adão. Responde vigorosamente a certo Cornifício e outros "cornificianos" que haviam condenado a ciência e a filosofia sob a alegação de que uma simples fé era o bastante.

> Por desconhecerem as forças da natureza e desejarem ter companheiros em sua ignorância, eles não toleram que outros investiguem tudo. Querem obrigar-nos a acreditar em coisas como se fôssemos ignorantes e não permitem que chamemos a razão... Diremos, porém, que se deve indagar a razão de tudo; se a razão falhar, cumpre confiarmos a questão... ao Espírito Santo e à fé...[5] (Dizem eles) "Não sabemos como isso é, porém sabemos que Deus pode fazê-lo." Coitados! Deus pode fazer uma vaca de uma árvore, mas será que algum dia Ele fez isso? Portanto, daime a razão de ser de alguma coisa ou cessai então de apregoá-la dessa forma...[6] *Trabalhamos arduamente em busca da verdade, regozijando-nos não com a probidade de muitos, porém de poucos.*[7]

Aquilo foi muito forte para o estômago de Guilherme de St. Thierry; o zeloso monge que instara para que São Bernardo enfrentasse Abelardo, apressou-se em denunciar o novo racionalista ao abade de Claraval. Guilherme de Conches retratou-se de suas heresias, concordou que Eva havia sido feita da costela de Adão,[8] abandonou a filosofia como uma empresa na qual os lucros não compensavam os riscos, e tornou-se preceptor de Henrique Plantageneta da Inglaterra, afastando-se da História.

Gilberto de la Porrée (1070-1154) foi mais feliz naquela perigosa questão. Estudou e lecionou em Chartres e Paris, tornou-se bispo de Poitiers e escreveu o *Liber sex principiorium (Livro dos Seis Princípios)*, o qual, durante muitos séculos, foi o texto-padrão de lógica. O seu *Comentário sobre Boécio* sugeria que a natureza de Deus ultrapassava de tal forma o alcance da compreensão humana, que todas as asserções a respeito deviam ser consideradas meras analogias. Insistiu na unidade de Deus de maneira a fazer a Trindade parecer apenas uma figura de retórica.[9] Em 1148, embora estivesse com 72 anos, foi acusado de herege por São Bernardo. Foi julgado em Auxerre, confundiu seus oponentes com declarações sutis e voltou para sua diocese sem que

tivesse sido condenado. Um ano mais tarde foi julgado novamente. Consentiu que queimassem certas passagens de seus livros, porém mais uma vez saiu livre. Quando sugeriram que devia discutir seus pontos de vista com Bernardo, recusou-se a fazê-lo dizendo que o santo não era teólogo bastante experiente para poder compreendê-lo.[10] "Ninguém podia ultrapassar a cultura liberal de que Gilberto era possuidor", disse João de Salisbury.[11]

João de Salisbury poderia ter tecido esse mesmo comentário a respeito de si próprio, pois, de todos os filósofos escolásticos, era ele quem possuía a maior cultura, o espírito mais urbano e a pena mais elegante. Nascido em Salisbury por volta de 1117, estudou sob a direção de Abelardo em Monte Santa Genoveva, sob a de Guilherme de Conches, em Chartres, e sob a de Gilberto de la Porrée, em Paris. Voltou em 1149 para a Inglaterra e serviu como secretário de dois arcebispos de Cantuária, Teobaldo e Tomás Becket. Empreendeu para eles várias missões diplomáticas, visitou seis vezes a Itália e permaneceu oito anos na corte papal. Partilhou do exílio de Becket em França e presenciou sua morte na catedral. Tornou-se bispo de Chartres em 1176 e morreu em 1180. Teve uma carreira muito ativa e variada, na qual aprendeu a reprimir a lógica com a vida e a considerar a metafísica com a modéstia de um átomo que julga o universo. Ao visitar novamente as escolas nos últimos anos de sua existência, achou graça ao ver debater-se ainda nelas o nominalismo *versus* realismo.

> Jamais se pode fugir a essa questão. Há muito que se vem discutindo (a questão dos universais), e ela tem levado mais tempo que o consumido pelos Césares na conquista e domínio do mundo... Seja qual for o ponto que se ferir, sempre se volta a ela. É a loucura de Rufo a respeito de Névia: "Ele não pensa e não fala em outra coisa. Não existisse Névia, e Rufo estaria completamente mudo."[12]

O próprio João resolveu a questão de maneira simples: o universal é o conceito mental que une convenientemente as qualidades comuns dos seres; o "conceptualismo" partiu, por assim dizer, de João e não de Abelardo.

Escreveu em um latim, que foi o melhor desde as cartas de Alcuíno, a história da filosofia grega e romana — prova surpreendente da expansão do horizonte medieval; o *Metalogicon,* o qual iluminou a lógica com uma autobiografia e o *Polycraticus* (1159), a que deu o fantástico subtítulo de *De nugis curialium et vestigiis philosophorum* ("Loucuras de Cortesãos e Vestígios de Filósofos"). É o primeiro ensaio importante sobre filosofia política na literatura do mundo cristão. Expõe os erros e vícios dos governos contemporâneos, delineia um Estado ideal e descreve o homem ideal. "Hoje", consola-nos ele, "compra-se tudo abertamente, salvo se a modéstia do vendedor o impedir. O fogo impuro da avareza ameaça até os altares sagrados... Nem mesmo os representantes da Santa Sé apostólica afastam suas mãos puras do suborno; às vezes se entregam a verdadeiras bacanais nas províncias."[13] Segundo sua versão (já citada), se podemos dar crédito a ela, ele declarou ao Papa Adriano IV que a Igreja participava liberalmente da corrupção daqueles tempos, ao que o Papa respondeu que, com efeito, os homens eram sempre homens, fossem eles togados ou não. Acrescenta João judiciosamente: "Em todos os cargos da casa de Deus (a Igreja), quando alguns prevaricam, outros os substituem em suas funções. Vi, entre os diáconos, arcediagos, bispos e legados, alguns que trabalhavam com tal carinho na messe de Deus que, pelo valor de sua fé e virtude, podia-se perceber que as vinhas do Senhor haviam sido confiadas a boas mãos."[14] O governo civil, julga ele, é mais corrupto que o clero

e é conveniente que a Igreja exerça, para proteção do povo, uma jurisdição moral sobre todos os reis e Estados da terra.[15]

As passagens mais famosas do *Polycraticus* referem-se ao tiranicídio:

> Mesmo que os príncipes se afastem pouco a pouco do caminho verdadeiro, não convém derribá-los imediatamente; é preferível censurar-lhes a injustiça armando-se de paciência até que se torne absolutamente evidente que eles não desejam renunciar a suas más ações... Mas se o governante se opuser aos mandamentos divinos e desejar obrigar-me a participar de sua guerra contra Deus, então responderei alto e bom som que se deverá preferir Deus a qualquer outro homem na terra. Matar-se tal tirano não somente é legal como também justo.[16]

Foi, sem dúvida, uma explosão desusada da parte de João. Ele acrescentou noutra passagem do mesmo volume, "contanto que o matador não esteja ligado ao tirano por juramento de fidelidade que lhe fez".[17] Era uma cláusula salvadora, pois todo governante exigia que seus súditos lhe jurassem fidelidade. Jean Petit defendeu, no século XV, o assassínio de Luís de Orléans, citando o *Polycraticus*, mas o Concílio de Constança condenou-o sob o fundamento de que mesmo um rei não pode condenar uma pessoa acusada sem a submeter primeiro a um julgamento.

Nós, "modernos", nem sempre podemos concordar com os *moderni*, a cuja classe João pertencia no século XII. Certas asserções suas parecem-nos tolas, porém, ao fazê-las, ele lhes imprime uma tolerância e graça que somente se encontraram depois em Erasmo. João era humanista, amava a vida mais do que à eternidade, e a beleza e bondade mais do que aos dogmas de qualquer religião. Tinha mais prazer em citar os clássicos antigos do que os textos sagrados. Fez uma longa lista de *dubitabilia* (coisas sobre as quais o homem douto pode duvidar) e nela incluiu a natureza e origem da alma, a criação do mundo e a relação da previsão de Deus com a vontade livre do homem. Contudo, ele foi demasiado hábil para não se comprometer com heresias. Enfrentou as controvérsias de seu tempo com imunidade diplomática e encanto. Não julgava a filosofia uma forma de guerra porém um bálsamo de paz: *philosophia moderatrix omnium* — a filosofia deve exercer uma influência moderadora em tudo. São ainda palavras suas: "Alcançou o verdadeiro objetivo da filosofia todo aquele que, por intermédio dela, alcançou a bondade."[18]

II. ARISTÓTELES EM PARIS

Por volta de 1150, Pedro Lombardo, um dos discípulos de Abelardo, publicou um livro, o qual era uma compilação dos pensamentos de Abelardo expurgados de heresia e, ao mesmo tempo, era o início da filosofia escolástica formal. Pedro Lombardo, à semelhança de Anselmo, Arnoldo de Bréscia, Boaventura e Tomás de Aquino, era um italiano que havia chegado a Paris a fim de empreender estudos mais adiantados de teologia e filosofia. Ele gostava de Abelardo e dizia ser o *Sic et non* o seu breviário, porém desejava também ser bispo. O seu *Sententiarum libri IV* (Quatro Livros de Sentenças) empregou e purificou o método de *Sic et non*: ele colocou debaixo de cada questão de teologia uma série de citações bíblicas e patrísticas pró e contra; nisso, porém, ele se esforçou conscienciosamente por resolver todas as contradições e delas tirou conclusões ortodoxas. Foi nomeado bispo de Paris e seu livro tornou-se, durante quatro séculos, o material favorito dos cursos de teologia de Paris, e a tal ponto

que Roger Bacon censurou-o por ter tomado o lugar da própria Bíblia. Diz-se que mais de quatro mil teólogos, inclusive Alberto e Tomás, escreveram comentários sobre as *Sentenças*.

O livro de Lombardo impediu durante meio século o progresso do racionalismo, porquanto defendia a autoridade das Sagradas Escrituras e da Igreja contra as pretensões da razão individual. Contudo, estranho acontecimento, naquele meio século, fez operar uma transformação na teologia. A tradução dos trabalhos científicos e metafísicos de Aristóteles para o árabe havia obrigado os pensadores muçulmanos, no século IX, a procurarem uma conciliação entre a doutrina do islamismo e a filosofia grega; além disso, o impingir-se Aristóteles no espírito hebraico, entre os judeus da Espanha, fez com que, naquele século XII, Ibn Daud e Maimônides procurassem harmonizar o judaísmo com o pensamento helênico. Assim, o aparecimento dos trabalhos de Aristóteles com roupagens latinas, na Europa de 1150-1250, impeliu os teólogos católicos a empreenderem a síntese da metafísica grega e teologia cristã. Como Aristóteles parecia imune à autoridade dos textos das Sagradas Escrituras, os teólogos viram-se obrigados a usar a linguagem e as armas da razão. Como o filósofo grego haveria de sorrir se visse todas aquelas crenças religiosas que abalavam o mundo homenagearem o seu pensamento!

Não devemos, no entanto, exagerar a influência dos pensadores gregos no florescimento da filosofia naquele período. A disseminação do ensino, a vitalidade dos debates e a vida intelectual nas escolas e universidades do século XII, o estímulo proporcionado por homens tais como Roscelino, Guilherme de Champeaux, Abelardo, Guilherme de Conches e João de Salisbury, a ampliação dos horizontes pelas Cruzadas, as relações cada vez maiores com a vida e o pensamento islâmicos no Oriente e Ocidente — tudo isso teria produzido um Tomás de Aquino mesmo que Aristóteles não tivesse sido conhecido. Na verdade, o móvel interior da atividade de Aquino não foi sua admiração por Aristóteles, porém o temor que sentia de Averróis. Já no século XII os filósofos árabes e judeus exerciam influência sobre o pensamento cristão na Espanha. Al-Quíndi, al-Farabi, al-Ghazali, Avicena, Ibn Gabirol, Averróis e Maimônides entraram na Europa latina pelas mesmas portas que deram acesso a Platão e Aristóteles, Hipócrates e Galeno, Euclides e Ptolomeu.

A invasão do pensamento alienígena foi um choque mental de primeira ordem para o Ocidente imaturo. Não nos devemos surpreender com o fato de ter sido, a princípio, enfrentado com uma tentativa de repressão e embaraços; devemos admirar a maneira pela qual aqueles conhecimentos, ainda novos para o Ocidente, foram absorvidos na nova fé. O impacto inicial da *Física* e *Metafísica* de Aristóteles e dos comentários de Averróis, que atingiram Paris na primeira década do século XIII, abalou a ortodoxia de muitos estudantes; alguns eruditos, como Amalrico de Bène e Davi de Dinant, começaram a atacar as doutrinas básicas do cristianismo, tais como as da criação, milagres e imortalidade pessoal. A Igreja suspeitou que a disseminação do pensamento greco-árabe no sul da França havia enfraquecido a ortodoxia entre as classes cultas e, com isso, arrefecido também a vontade delas de controlar a heresia dos albigenses. Em 1210, um concílio da Igreja realizado em Paris condenou Amalrico e Davi, e proibiu a leitura da "filosofia natural e metafísica" de Aristóteles e dos "comentários" a respeito. Como a proibição foi confirmada por um legado do Papa em 1215, é de supor-se que o decreto de 1210 havia estimulado a leitura de tais obras então proibidas. O Quarto Concílio de Latrão permitiu o ensino dos trabalhos de

Aristóteles sobre lógica e moral, porém condenou o dos restantes trabalhos. Em 1231, Gregório IX absolveu os mestres e escolares que haviam desobedecido aos editais, mas renovou esses últimos "temporariamente até que os livros do filósofo tivessem sido examinados e expurgados". Parece que os três professores parisienses que haviam sido nomeados para atender à fumigação de Aristóteles abandonaram a tarefa. As proibições não foram observadas durante muito tempo, pois em 1255 exigia-se, na Universidade de Paris, a leitura da *Física, Metafísica* e outros trabalhos de Aristóteles.[19] O Papa Urbano IV restabeleceu as proibições em 1263. Parece, porém, que Tomás de Aquino lhe assegurara que se podiam esterilizar as obras de Aristóteles, razão por que Urbano não insistiu em seus vetos. Em 1366, os legados de Urbano V, em Paris, exigiram que todos os candidatos a diplomas de artes estudassem minuciosamente as obras de Aristóteles.[20]

O dilema que se apresentou à cristandade latina no primeiro quartel do século XIII provocou uma grande crise na história da fé. O interesse pela nova filosofia tornou-se uma febre intelectual que quase já não se podia controlar. A Igreja abandonou seus esforços para debelá-la; ao invés, multiplicou suas forças para cercar e assimilar os invasores. Os monges que lhe eram leais estudaram as obras daquele grego extraordinário que havia transtornado três religiões. Os franciscanos, conquanto preferissem Agostinho a Aristóteles, acolheram com prazer Alexandre de Hales, o qual fez a primeira tentativa para conciliar "o filósofo" com a cristandade. Os dominicanos encorajaram Alberto Magno e Tomás de Aquino a que se entregassem também àquela mesma tarefa. Quando aqueles três homens terminaram o trabalho, parecia que Aristóteles já não mais oferecia perigo ao cristianismo.

III. OS LIVRES-PENSADORES

Para se compreender o escolasticismo como não sendo vã acumulação de abstrações insípidas, deve-se considerar o século XIII não como o campo absoluto dos grandes escolásticos, porém como o campo de batalha, no qual, durante 70 anos, cépticos, materialistas, panteístas e ateus disputaram aos teólogos da Igreja a posse do espírito europeu.

Notamos a falta de crença em uma pequena minoria da população européia. O contato com o Islã através das Cruzadas e as traduções aumentaram essa minoria no século XIII. A descoberta de que havia outra grande religião que produzira grandes homens, como Saladino e al-Camil, e filósofos, como Avicena e Averróis, constituía, por si mesma, uma revelação inquietadora: afinal, não faz bem comparar-se uma religião com outra. Afonso, o Sábio (1252-84), mencionou que havia uma descrença geral entre os cristãos da Espanha no tocante à imortalidade da alma;[21] talvez o averroísmo tivesse descido até ao povo. Havia no sul da França, no século XIII, racionalistas que argumentavam que Deus, depois de criar o mundo, deixara seu funcionamento a cargo das leis naturais; os milagres, diziam, não eram possíveis; nenhuma oração podia modificar a ação dos elementos, e a origem das espécies era devido não a uma criação especial porém a um desenvolvimento natural.[22] Em Paris, alguns livres-pensadores — mesmo alguns sacerdotes — não admitiam a transubstanciação;[23] e, em Oxford, um professor declarara que "não havia nenhuma idolatria como a do sacramento do altar".[24] Alain de Lille (1114-1203) observa que "muitos falsos cristãos

de nosso tempo dizem que não há ressurreição, uma vez que a alma perece com o corpo"; eles citaram Epicuro e Lucrécio, adotaram o atomismo e chegaram à conclusão de que o melhor que havia a fazer era gozar a vida aqui na terra.[25]

O industrialismo urbano de Flandres parece ter promovido a descrença. No começo do século XIII, vamos encontrar Davi de Dinant e, ao fim do mesmo século, Siger de Brabante encabeçando um forte movimento de cepticismo. Davi (*ca.* 1200) lecionava filosofia em Paris e distraía Inocêncio III com seus argumentos sutis.[26] Ele jogava com um panteísmo materialista, no qual Deus, o espírito e a matéria pura (matéria antes de receber a forma) tornaram-se um só em uma nova trindade.[27] O seu livro, *Quaternuli*, agora perdido, foi condenado e queimado pelo Concílio de Paris em 1210. O mesmo sínodo denunciou o panteísmo de outro professor parisiense, Amalrico de Bène, o qual declarara que Deus e a criação eram uma coisa só. Amalrico foi obrigado a retratar-se e, segundo consta, morreu de mortificação (1207).[28] O Concílio exumou-lhe os restos mortais e queimou-os em uma praça de Paris como advertência a muitos de seus adeptos. Mesmo assim eles persistiram no ponto de vista de Amalricò e o desenvolveram, negando a existência de céu e inferno e o poder dos sacramentos. Dez destes *amalricanos* foram queimados na fogueira (1210).[29]

A liberdade de pensamento floresceu no sul da Itália de Frederico II, onde se criara Santo Tomás de Aquino. O cardeal Ubaldini, amigo de Frederico, professava abertamente o materialismo.[30] No norte da Itália, os trabalhadores da indústria, as classes comerciais, os advogados e professores mostravam-se imbuídos de certo cepticismo. A faculdade de Bolonha era conhecida como indiferente à religião; as escolas de medicina ali e algures eram centros em que pairava a dúvida. Surgiu um adágio que dizia: *ubi tres medici, duo athei* (onde houver três médicos, dois são ateus).[31] O averroísmo quase se tornou moda entre os leigos cultos da Itália por volta de 1240.[32] Milhares deles aceitaram as doutrinas de Averróis de que as leis naturais governavam o mundo sem qualquer interferência de Deus, que o mundo era coeterno de Deus, que havia apenas uma alma imortal, "a inteligência ativa" do cosmos, da qual o indivíduo era uma fase ou forma transitória, e que céu e inferno eram histórias destinadas a iludir ou a aterrorizar o povo, a fim de que ele se conduzisse de conformidade com a moral.[33] Com o fim de acalmar a Inquisição, alguns averroístas apresentaram a doutrina da verdade dupla: uma proposição, argumentaram, podia parecer verdadeira na filosofia ou de acordo com a razão natural e, no entanto, ser falsa de acordo com as Escrituras e a fé cristã; ao mesmo tempo, professaram acreditar de conformidade com a fé no que duvidavam em virtude da razão. Tal teoria negava a suposição básica da escolástica — a possibilidade de se conciliar a razão com a fé.

Pelo final do século XIII e no decorrer dos séculos XIV e XV, foi a Universidade de Pádua um turbulento centro de averroísmo. Pedro de Abano (*ca.* 1250-1316), professor de medicina em Paris e depois professor de filosofia em Pádua, escreveu, em 1303, um livro, *Conciliator controversiarum*, destinado a conciliar as teorias filosóficas com a medicina. Abano conquistou um lugar na história das ciências ao ensinar que o cérebro é a fonte dos nervos e o coração a dos vasos; e pelo fato de determinar o ano como tendo exatamente 365 dias, seis horas e quatro minutos.[34] Astrólogo convicto, atribuiu quase todos os acontecimentos à força e movimento dos astros, e praticamente eliminou Deus do governo do mundo.[35] Os inquisidores o acusaram de heresia; figuravam entre seus pacientes o marquês Azzo d'Este e o Papa Honório IV, os quais o protegeram. Foi acusado novamente em 1315, escapando do julgamento ao

morrer de morte natural. Os inquisidores condenaram seu corpo a ser queimado na fogueira, mas seus amigos esconderam tão bem seus restos mortais, que Pedro de Abano só pôde ser queimado em efígie.[36]

Quando Tomás de Aquino partiu da Itália para Paris, foi descobrir aí que o averroísmo havia muito tinha conquistado parte da faculdade. Em 1240, Guilherme de Auvergne notou que "muitos homens" da universidade "engoliam aquelas conclusões (do averroísmo) sem investigá-las"; Tomás descobriu, em 1252, que o averroísmo florescia entre os jovens estudantes da universidade.[37] Alarmado, talvez, pelo relatório de Tomás, o Papa Alexandre IV (1256) encarregou Alberto Magno de escrever um tratado: A *Unidade do Intelecto contra Averróis*. Quando Tomás lecionava em Paris (1252-61, 1269-72), o movimento averroísta estava no apogeu; seu chefe em França, Siger de Brabante, lecionara na universidade desde 1266 até 1276. O averroísmo e o catolicismo fizeram de Paris, durante uma geração, o seu campo de batalha.

Siger (1235?-1281), sacerdote secular,[38] era homem de grande saber: mesmo os fragmentos que ficaram de seus trabalhos citam al-Quíndi, al-Farabi, al-Ghazali, Avicena, Avempace, Avicebron, Averróis e Maimônides. Ao tecer seus argumentos em uma série de comentários sobre Aristóteles e em um livro de controvérsias, *Contra os Homens Célebres na Filosofia, Alberto e Tomás*, Siger acusou Alberto e Tomás de, contrariamente a Averróis, interpretarem falsamente o filósofo.[39] Chegou à mesma conclusão de Averróis, dizendo que o mundo é eterno, que as leis naturais são imutáveis e que somente a alma das espécies é que sobrevive ao morrer o indivíduo. Deus, disse Siger, é a causa final e não a causa eficiente das coisas. Ele é o alvo da criação e não a causa. Levado pelo fascínio da lógica, como Vico e Nietzsche, Siger jogou com a sombria doutrina das repetições eternas: desde que os acontecimentos terrenos (argumentou ele) são, em último caso, determinados pelas combinações estelares, e o número dessas possíveis combinações é finito, cada combinação deve repetir-se sempre em uma infinidade de tempo e trazer consigo os mesmos efeitos que anteriormente; "as mesmas espécies" e "as mesmas opiniões, leis e religiões" voltarão.[40] Siger, cautelosamente porém, acrescentou: "Dizemos isso de acordo com a opinião do filósofo, porém sem afirmarmos que seja verdadeiro."[41] Ele acrescentava sempre advertência semelhante a todas as suas heresias. Não professava a doutrina de duas verdades; ensinava certas conclusões como, no seu julgamento, seguindo Aristóteles e a razão; quando tais conclusões entravam em contradição com o credo cristão, afirmava a sua crença nos dogmas da Igreja e aplicava somente a elas, não à filosofia, o rótulo da verdade.[42]

Que Siger teve grande número de adeptos na universidade é coisa evidente ao ter-se ele candidatado à reitoria (1271), embora tenha fracassado sua candidatura. Nada poderia provar melhor a força do movimento averroísta em Paris do que as contínuas denúncias do bispo de Paris, Estêvão Tempier. Em 1269, ele condenou, como heresias, 13 proposições ensinadas por certos professores da universidade:

> Que havia apenas uma inteligência em todos os homens... Que o mundo é eterno... Que jamais houve um primeiro homem... Que a alma se corrompe com a corrupção do corpo... Que a vontade do homem age de acordo com a necessidade... Que Deus ignora os fatos individuais... Que as ações humanas não são governadas pela Divina Providência.[43]

Aparentemente os averroístas continuaram a ministrar suas doutrinas, pois em 1277 o bispo expediu uma lista de 219 proposições, por ele condenadas oficialmente como heresias. Segundo o bispo, eram doutrinas ensinadas por Siger ou Boécio da Dácia, ou Roger Bacon, ou por outros professores parisienses, inclusive o próprio Santo Tomás de Aquino. As 219 incluíam as que haviam sido condenadas em 1269 e outras, das quais as seguintes constituem exemplos:

> Que a criação era inadmissível... Que o corpo, uma vez corrompido (pela morte) não pode ressuscitar novamente como sendo o mesmo corpo... Que o filósofo não podia acreditar em uma ressurreição futura, uma vez que não se podia investigá-la pela razão... Que as palavras dos teólogos apoiavam-se em fábulas... Que a teologia nada acrescentou a nossos conhecimentos... Que a religião cristã cerceia o saber... Que a felicidade se obtém nesta vida e não na outra... Que somente os filósofos são os homens sábios da terra... Que não há condições mais excelentes do que a de ter vagares para o estudo da filosofia.[44]

Em outubro de 1277, Siger foi condenado pela Inquisição. Passou seus últimos anos na Itália como prisioneiro da Cúria Romana, e foi assassinado em Orvieto por um psicopata.[45]

IV. O DESENVOLVIMENTO DA ESCOLÁSTICA

Não bastava condenar as proposições heréticas para enfrentar aqueles ataques contra a cristandade. A mocidade havia provado o forte vinho da filosofia; poderiam reconquistá-la pela razão? Da mesma maneira que o *mutakallimun* havia defendido o maometismo dos mutacilitas, também os teólogos franciscanos e dominicanos bem como os prelados seculares, como Guilherme de Auvergne e Henrique de Gante, apressaram-se em defender o cristianismo e a Igreja.

A defesa dividiu-se em dois campos principais: o dos platônicos místicos, em sua maioria franciscanos, e o dos aristotélicos intelectuais, formados na maior parte por dominicanos. Os beneditinos, como Hugo e Ricardo de São Vítor, achavam que a melhor defesa da religião estava na consciência direta que o homem tinha de uma realidade espiritual mais profunda que todas as especulações da inteligência. Os "rigoristas", como Pedro de Blois e Estêvão de Tournai, argumentavam que a filosofia não devia discutir os problemas teológicos ou, se o fizesse, deveria então falar ou agir como modesta serva da teologia — *ancilla theologiae*.[46] Cumpre notar que esse ponto de vista foi sustentado apenas por um setor da frente escolástica.[47]

Uns poucos franciscanos, como Alexandre de Hales (1170?-1245), adotaram a aproximação intelectual e procuraram defender o cristianismo em termos filosóficos e aristotélicos, porém a maioria dos franciscanos não confiava na filosofia; eles achavam que a aventura da razão, por mais força e glória que pudesse trazer, durante algum tempo, para a Igreja, poderia mais tarde fugir ao seu controle e afastar os homens da religião, enfraquecendo assim o cristianismo e deixando-o sem ação em um mundo descrente e sem moral. Preferiram Platão a Aristóteles, Bernardo a Abelardo e Agostinho a Aquino. Como Platão, definiram a alma como sendo um espírito independente que habitava o corpo e por ele contrariado, e ficaram chocados ao ouvir que Tomás de Aquino aceitara a definição de Aristóteles de que a alma era "a forma substancial" do corpo. Perceberam que a teoria de Platão sobre a imortalidade da alma era

completamente inútil para reprimir os impulsos bestiais do homem. Guiando-se por Agostinho, colocaram a vontade acima da inteligência, quer em Deus quer no homem, e tiveram por mira mais o bem do que a verdade. Em sua hierarquia de valores, os místicos achavam-se mais próximos da essência secreta da vida e de seu significado do que os filósofos.

Aquela divisão platônico-agostiniana do exército escolástico dominou a teologia ortodoxa na primeira metade do século XIII. O seu expoente mais capaz foi São Boaventura — bondoso espírito que perseguiu a heresia, místico que escrevia como filósofo, erudito que lamentava o saber, amigo e oponente de Tomás de Aquino, defensor e modelo da pobreza evangélica, sob cuja atuação a ordem franciscana muito lucrou materialmente. Giovanni di Fidanza nasceu na Toscana em 1221 e, por alguma razão qualquer que se desconhece, passou a ser chamado Boaventura — Boa Sorte. Quase morreu de uma moléstia que o acometera na infância; a mãe rezou a São Francisco para que ele se restabelecesse; daquele tempo em diante, Giovanni achou que devia sua vida ao santo. Assim que ingressou na Ordem, enviaram-no a Paris para estudar sob a direção de Alexandre de Hales. Começou a lecionar teologia na universidade, em 1248; em 1257, não obstante ter apenas 36 anos, foi eleito Geral da Ordem dos Franciscanos. Esforçou-se por reformar a Ordem, mas seu temperamento bondoso impediu que fosse coroado de êxito na tarefa. Ele mesmo vivia como asceta e na maior simplicidade. Quando alguns mensageiros o procuraram para anunciar-lhe que o haviam nomeado cardeal, foram encontrá-lo lavando pratos. Morreu um ano depois em virtude do excesso de trabalho (1274).

Seus livros eram bem escritos, claros e concisos. Ele pretendia ser mero compilador, porém infundia ordem, fervor e grande modéstia a todos os assuntos que abordava. Seu *Breviloquium* era uma súmula admirável da teologia cristã; o *Soliloquium* bem como o *Itinerarium mentis in Deum* (Viagem do Espírito para Deus) eram jóias de mística piedade. O verdadeiro conhecimento advém, não através da percepção do mundo material pelos sentidos, mas através da intuição do mundo espiritual pela alma. Conquanto admirasse Santo Tomás, Boaventura reprovava leituras filosóficas, tendo criticado livremente algumas de suas conclusões. Lembrou aos dominicanos que Aristóteles era pagão, e que seus textos não deviam ser considerados ao lado das citações dos padres da Igreja; e perguntou se a filosofia de Aristóteles podia explicar a causa dos movimentos das estrelas.[48] Deus não é uma conclusão filosófica, porém uma presença viva; é preferível senti-Lo a defini-Lo. O bem está acima da verdade, e uma simples virtude excede a todas as ciências. Consta que certo dia o irmão Egídio, oprimido pelo grande saber de Boaventura, perguntou-lhe: "Ai de mim! O que nós, simples e ignorantes, devemos fazer para merecer o favor de Deus?" "Meu irmão", respondeu Boaventura, "vós sabeis muito bem que, para isso, basta amar ao Senhor." "Acreditais, então, que uma simples mulher poderia agradar-lhe tanto quanto um mestre de teologia?", perguntou Egídio. Quando o teólogo respondeu afirmativamente, Egídio precipitou-se para a rua e disse, entusiasticamente, a uma pedinte: "Regozijai-vos, pois, se amais a Deus, tereis no Reino dos Céus um lugar mais alto que o do irmão Boaventura!"[49]

É claro que é um erro julgar a filosofia escolástica um acervo de opiniões unânimes. Havia uma centena de filosofias escolásticas. Uma mesma universidade abrigava um Tomás que respeitava a razão, um Boaventura que a lamentava, um Guilherme de Auvergne (1180-1249) que seguia voluntariamente Ibn Gabirol, e um Siger que le-

cionava o averroísmo. As divergências e conflitos no campo ortodoxo eram quase tão intensos quanto os que se travavam entre a fé e a descrença. Um bispo franciscano, como João Peckham, acusaria Aquino com a mesma severidade com que este último acusava Siger e Averróis. Alberto Magno escreveu em um momento de cólera: "Há ignorantes que lutariam por todos os meios possíveis contra o emprego da filosofia, especialmente os franciscanos, esses animais ferozes que blasfemam contra coisas que desconhecem."[50]

Alberto Magno amava o saber e admirava Aristóteles, com exceção de sua heresia. Foi ele o primeiro entre os escolásticos que analisou todos os grandes trabalhos do filósofo e empreendeu sua interpretação em termos cristãos. Nasceu em Lauingen, Suábia, por volta de 1201, filho do riquíssimo conde de Bollstädt. Estudou em Pádua, ingressou na Ordem Dominicana e lecionou nas escolas dominicanas de Hildesheim, Freiburg, Ratisbona, Estrasburgo, Colônia (1228-45) e Paris (1245-8). A despeito de sua preferência pela vida escolástica, foi nomeado provincial da Ordem na Alemanha e bispo de Ratisbona (1260). Segundo a tradição, viajava sempre de pés descalços.[51] Permitiram-lhe, em 1262, que se recolhesse a um convento em Colônia. Deixou aquele seu tranqüilo repouso aos 76 anos de idade (1277) para ir defender, em Paris, a doutrina e a memória de seu falecido discípulo Tomás de Aquino. Foi coroado de êxito, voltou novamente para o convento e morreu aos 79 anos de idade. Sua vida abnegada, sua sinceridade e vastos interesses intelectuais mostram o monasticismo medieval em sua melhor feição.

Somente a tranqüila rotina dos anos passados no mosteiro, e a grande diligência da educação alemã é que podem explicar como um homem, que despendeu tão grande parte de seu tempo em ensinar e administrar, pôde escrever ensaios sobre quase todas as fases da ciência e tratados substanciais sobre todos os ramos da filosofia e da teologia.* Poucos foram os homens na história que escreveram assim tanto, ou reconheceram francamente suas obrigações. Alberto Magno baseia seus trabalhos, quase título por título, em Aristóteles; emprega os comentários de Averróis para interpretar o filósofo, mas energicamente corrige a ambos quando diferem da teologia cristã. Recorre de tal maneira aos pensadores muçulmanos, que suas obras constituem uma importante fonte para nossos conhecimentos sobre a filosofia árabe. Cita Avicena em suas páginas e, ocasionalmente, o *Guia dos Perplexos*, de Maimônides. Reconhece Aristóteles como a mais alta autoridade em ciências e filosofia, a Agostinho em teologia e às Escrituras em tudo. O seu grande número de discursos acha-se mal organizado e não forma um sistema consistente de pensamento; em um lugar ele defende uma doutrina, em outro ataca-a, às vezes no mesmo tratado. Não teve tempo de resolver suas contradições. Era demasiado bom e piedoso para ser um pensador objetivo. Atirou-se aos comentários sobre Aristóteles com um grande tratado em 12 "li-

*Principais trabalhos de Alberto Magno sobre filosofia e teologia: I. Lógica: *Philosophia rationalis; De praedicabilibus; De praedicamentis; De sex principiis; Perihermenias* (isto é, *De interpretatione*) *Analytica priora; Analytica posteriora; Topica; Libri elenchorum*. II. Metafísica: *De unitate intellectus contra Averroistas; Metaphysica; De fato*. III. Psicologia: *De anima, De sensu et sensato, De memoria et reminiscentia; De intellectu et intelligibili; De potentiis animae*. IV. *Ethica*. V. *Politica*. VI. Teologia: *Summa de creaturis; Summa theologiae; Commentarium in Sententias Petri Lombardi; Commentarium de divinis nominibus*. Os primeiros cinco tratados aqui mencionados enchem 21 volumes dos trabalhos de Alberto Magno, que se encontram ainda incompletamente publicados.

vros'' — *Em Louvor à Santa Virgem Maria* — no qual argumentava que Maria possuía perfeitos conhecimentos de gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, música e astronomia.

O que foi que ele conseguiu então? Acima de tudo, conforme veremos, contribuiu substancialmente para as investigações e teorias científicas de seu tempo. No tocante à filosofia, ''entregou Aristóteles aos latinos'' — que era tudo o que almejava fazer; promoveu o uso das obras de Aristóteles no ensino da filosofia; reuniu os pensamentos e argumentos pagãos, árabes, judaicos e cristãos, aos quais seu célebre discípulo recorreu para fazer uma síntese mais lúcida e mais sistemática. Talvez sem Alberto Magno, Tomás não tivesse sido o que foi.

V. TOMÁS DE AQUINO

Tomás de Aquino, da mesma maneira que Alberto Magno, descendia de família rica e renunciou à riqueza para ganhar a eternidade. Seu pai, o conde Landulfo de Aquino, pertencia à nobreza alemã, era sobrinho de Barba-Roxa e figurava entre as mais altas personalidades da corte apuliana do ímpio Frederico II. Sua mãe descendia de príncipes normandos da Sicília. Conquanto fosse nascido na Itália, Tomás era por ambos os lados de origem nórdica, e essencialmente teutônico. Não havia nele a graça própria dos italianos, razão por que cresceu assumindo a forma pesada dos alemães, a testa larga, feições rústicas, cabelos louros e uma natureza satisfeita com sua atividade intelectual. Os amigos chamavam-no de ''a toupeira da Sicília''.[52]

Nasceu em 1225 no castelo do pai em Roccasecca, a três milhas de Aquino e a meio caminho entre Nápoles e Roma. A abadia do Monte Cassino ficava nas imediações daquela cidade, e foi ali que Tomás recebeu sua primeira educação escolar. Começou, aos 14 anos, a estudar na Universidade de Nápoles. Ali se encontrava Miguel Scot traduzindo Averróis para o latim. Ali se encontravam também Jacó Anatoli, que traduzia Averróis para o hebraico, Pedro de Irlanda, um dos professores de Tomás e grande entusiasta de Aristóteles. A universidade era um mar agitado de influências grega, árabe e hebraica que se chocavam contra o pensamento cristão. Os irmãos de Aquino dedicaram-se à poesia. Um deles, Reinaldo, tornou-se pajem e falcoeiro na corte de Frederico e chamou Tomás para que fosse para lá. Piero delle Vigne e o próprio Frederico secundaram o convite. Ao invés de aceitar, Tomás ingressou na Ordem Dominicana (1244). Logo depois foi enviado a Paris para estudar teologia; foi raptado por dois de seus irmãos a pedido da mãe, e levado para o castelo de Roccasecca, onde ficou um ano sob vigilância.[53] A família recorreu a todos os meios para fazê-lo desistir de sua vocação. Diz uma história — talvez seja lenda — que introduziram uma bela jovem em seu quarto com o propósito de seduzi-lo, e que ele, porém, a expulsou ameaçando-a com um tição de fogo, tendo depois gravado na porta, com o próprio tição, o sinal da cruz.[54] Sua firme convicção religiosa conquistou afinal a mãe. Ela o auxiliou a fugir, e sua irmã Marotta, após muitas conversações com ele, tornou-se freira beneditina.

Teve, como um de seus professores em Paris, Alberto Magno (1245). Quando este foi transferido para Colônia, Tomás o acompanhou e continuou a estudar com ele até 1252. Às vezes Tomás de Aquino parecia obtuso, porém Alberto o defendia, profetizando que ele seria algum dia um grande homem.[55] Voltou a Paris para lecionar, na

qualidade de bacharel em teologia. Aí, seguindo o mesmo caminho do mestre, iniciou longa série de trabalhos, apresentando a filosofia de Aristóteles com indumentária cristã. Deixou Paris em 1259 para lecionar no *studium* mantido pela corte papal, na ocasião estabelecida em Anagni, depois em Orvieto e Viterbo. Encontrou-se na corte papal com Guilherme de Moerbeke e pediu-lhe que traduzisse as obras de Aristóteles diretamente do grego para o latim.

Entrementes, Siger de Brabante estava encabeçando um movimento em prol do averroísmo na Universidade de Paris. Tomás para lá foi enviado a fim de enfrentá-lo. Ao chegar a Paris, levou a luta ao campo inimigo com um tratado sobre *A Unidade do Intelecto contra os Averroístas* (1270). Concluiu com inusitado entusiasmo:

> Contemplai os erros que refutamos. Não nos baseamos nos documentos da religião, porém nas razões e declarações dos próprios filósofos. Se houver, pois, alguém que jactanciosamente se vanglorie de sua pseudo-sabedoria e deseje contestar o que escrevemos, não o deixeis fazê-lo em algum canto nem diante das crianças, as quais não têm capacidade para pronunciar-se sobre questões tão difíceis. Deixai-o responder publicamente, se é que ousa fazê-lo. Ele aí me encontrará para enfrentá-lo, não apenas a minha desprezível pessoa, porém muitos outros que estudam a verdade. Combateremos seus erros e curaremos sua ignorância.[56]

Foi um caso complexo, pois Tomás, naquele seu segundo período de magistério em Paris, não somente teve de combater o averroísmo, como também teve de enfrentar os ataques dos monges, seus companheiros, que não confiavam na razão e que repeliam sua crença de que se podia conciliar Aristóteles com o cristianismo. João Peckham, sucessor de Boaventura na cadeira franciscana de filosofia, em Paris, censurou Tomás por conspurcar a teologia cristã com a filosofia de um pagão. Tomás, declarou Peckham mais tarde, sustentou seu ponto de vista, mas respondeu "com grande brandura e humildade".[57] Talvez tivessem sido aqueles três anos de controvérsia que minaram a sua vitalidade.

Em 1272, chamaram-no para a Itália, a pedido de Carlos de Anjou, a fim de reorganizar a Universidade de Nápoles. Deixou de escrever nos últimos anos de sua vida, talvez devido ao cansaço ou a suas desilusões com a dialética e argumentos. Ao pedir-lhe, um amigo, que completasse a sua *Summa Theologica*, disse: "Não posso; revelaram-me tantas coisas que o que escrevi parece agora ser inútil."[58] Gregório X chamou-o, em 1274, para comparecer ao Concílio de Lião. Encetou ele a longa viagem a cavalo, através da Itália, porém, quando a caminho entre Nápoles e Roma, sentiu-se demasiado fraco e recolheu-se ao leito no mosteiro cisterciense de Fossanuova, na Campânia. Ali, nesse mesmo ano, morreu. Contava apenas 49 anos de idade.

Durante sua canonização, as testemunhas atestaram que ele "falava suavemente, tinha a palavra fácil, era alegre, as feições tranqüilas... procedia de maneira generosa, cheio de paciência e prudência; era um espírito caridoso e impregnado de religião, maravilhosamente complacente para com os pobres".[59] Vivia obcecado pela religião e pelos estudos, os quais lhe ocupavam todos os pensamentos. Assistia a todas as orações, celebrava a missa ou ouvia duas todas as manhãs, lia e escrevia, pregava, lecionava e rezava. Orava antes de fazer um sermão ou preleção, antes de sentar-se ou de escrever alguma coisa. Os monges, seus companheiros, achavam que "ele devia seus conhecimentos mais à virtude de suas orações do que aos esforços de seu espírito".[60] Encontramos constantemente à margem de seus manuscritos invocações reli-

giosas, como *Ave Maria!*[61] Absorvia-se tanto na vida religiosa e intelectual que mal percebia o que se passava ao redor de si. Podia-se tirar ou substituir seu prato no refeitório que ele não dava por isso, mas parece que seu apetite era excelente. Convidado a participar, juntamente com outros sacerdotes, de um jantar com Luís IX, mergulhou em suas meditações durante o repasto; subitamente deu um murro na mesa e exclamou: "Esse é o argumento decisivo contra os maniqueus!" O prior censurou-o, dizendo: "Vós estais sentado à mesa do Rei de França"; mas Luís, com cortesia real, ordenou a um serviçal que trouxesse material de escrita para o vitorioso monge.[62] Apesar disso, aquele santo meditador sabia escrever judiciosamente sobre muitas questões da vida prática. Chamava a atenção de todos a maneira como sabia ajustar seus sermões quer para o espírito estudioso dos companheiros quer para a compreensão simples da gente comum. Não era presumido, nada exigia da vida, não procurava honrarias e recusava promoções nos cargos eclesiásticos. Seus escritos deram volta ao mundo, neles não se encontra uma só palavra jactanciosa. Neles, enfrenta todos os argumentos contra a religião e responde com cortesia e tranqüilidade.

Melhorando os costumes de sua época, agradeceu de maneira explícita aos autores a que recorreu. Cita Avicena, al-Ghazali, Averróis, Isaque Israeli, Ibn Gabirol e Maimônides; certamente nenhum estudante pode compreender a filosofia escolástica do século XIII sem considerar seus antecedentes árabes e judaicos. Tomás de Aquino não partilha a afeição de Guilherme de Auvergne por Avicebron, porém tributa grande respeito ao "rabino Moisés", nome pelo qual chama a Moisés ben Maimon. Concorda com Maimônides ao afirmar que se pode conciliar a razão com a religião, mas afirma que certos mistérios da religião encontram-se fora do alcance da razão, e cita o argumento para tal exclusão no *Guia dos Perplexos*.[63] Concorda também com Maimônides que a inteligência humana pode provar a existência de Deus, que, porém, jamais poderá conhecer Seus atributos, e segue Maimônides em suas discussões sobre a eternidade do universo.[64]* Toma Aristóteles como guia na lógica e metafísica e cita-o em quase todas as suas páginas; contudo, não hesita em divergir dele sempre que o filósofo se afasta da doutrina cristã. Tendo admitido que a Trindade, a Encarnação, a Redenção e o Juízo Final não podem ser provados pela razão, prossegue com todos os outros pontos para aceitar a razão, cabal e prontamente, a ponto de surpreender os adeptos de Agostinho. Foi um místico no tocante ao reconhecimento da supra-racionalidade de certos dogmas cristãos, e ao desejo também místico de união com Deus. Era, no entanto, um "intelectual" no sentido de que preferia a inteligência ao "coração" como órgão para se chegar à verdade. Viu que a Europa caminhava para a Idade da Razão e achou que os filósofos cristãos deviam enfrentar aquela nova tendência em seu próprio terreno. Prefaciou seus raciocínios com textos da Sagrada Escritura e eclesiásticos, dizendo, porém, com piedosa candura: *Locus ab auctoritate est infirmissimus* — "o argumento de autoridade é o mais fraco".[66] "O estudo da filosofia", escreveu, "não tem por objetivo descobrir o que os outros pensaram, mas sim o que há de verdade na matéria."[67] Os seus escritos rivalizam com os de Aristóteles na força de sua lógica.

Raramente na História um espírito reduziu tão grande área de pensamentos em um

* "Se Maimônides não tivesse sido arrastado por Averróis a ter uma noção especial da imortalidade", diz o erudito Gilson, "poderíamos dizer que Maimônides e Tomás concordaram em todos os pontos importantes."[65] É um pequeno exagero, salvo se considerarmos a Trindade, a Encarnação e a Expiação elementos sem importância da fé cristã.

círculo de ordem e clareza. Não vamos encontrar um estilo fascinante em Tomás de Aquino: seu estilo é simples e direto, conciso e preciso, e não contém floreados. Sentimos, porém, que faltam nele o vigor, a imaginação, a paixão e a poesia de Agostinho. Tomás de Aquino achava descabido ser brilhante em filosofia. Podia, no entanto, igualar-se aos poetas, em seu próprio *métier*, quando lhe aprazia. As mais perfeitas obras de sua lavra são os hinos e orações que ele compôs para a Festa de Corpus Christi. Entre elas se encontra a majestosa seqüência *Lauda Sion salvatorem*, a qual prega a Presença Verdadeira em versos sonoros. Nas Laudes há um hino que começa com o verso de Ambrósio — *Verbum supernum prodiens* — que termina com duas estrofes — *O salutaris hostia* — as quais se cantam regularmente por ocasião da Bênção do Santíssimo Sacramento.

Nas *Vésperas*, encontramos um dos grandes hinos de todos os tempos, tocante união de teologia e poesia:

Pange, lingua, gloriosi
corporis mysterium
sanguinisque pretiosi,
quem in mundi pretium
fructus ventris generosi,
rex effudit gentium.

Canta, ó língua, o mistério
daquele corpo glorioso
e do sangue precioso,
fruto do ventre sagrado
que o rei das gentes derramou
para a redenção do mundo.

Nobis datus, nobis natus
ex intacta virgine,
et in mundo conversatus,
sparso verbi semine,
sui moras incolatus
miro clausit ordine.

Dado a nós e por nós nascido
de intacta virgem,
entre os homens viveu,
espalhou a semente da Palavra
e maravilhosamente
concluiu sua jornada.

In supremae nocte cenae
recumbens cum fratribus,
observata lege plene
cibis in legalibus,
cibum turbae duodenae
se dat suis manibus.

À mesa com seus irmãos,
na noite da última ceia,
depois de comidó o alimento
prescrito pela lei antiga,
aos doze se entrega como comida,
dando-se com suas próprias mãos.

Verbum caro panem verum
verbo carnem efficit,
fitque sanguis Christi merum,
et, si sensus deficit,
ad firmandum cor sincerum
sola fides sufficit.

O Verbo encarnado
com sua palavra, transforma
em carne o pão verdadeiro
e o vinho em sangue de Cristo,
e não alcançando a idéia o espírito,
basta a fé para avivar o sincero coração.

Tantum ergo sacramentum
veneremur cernui,
et antiquum documentum
novo cedat ritui;
praestet fides supplementum
sensuum defectui.

Humildemente veneremos, portanto,
esse grande sacramento;
e que ceda a antiga liturgia
seu lugar ao novo rito;
e que a nossa fé redima
a fraqueza dos nossos sentidos.

Genitori genitoque laus et iubilatio salus, honor, virtus quoque sit et benedictio; procedenti ab utroque compar sit laudatio.*	Mil vezes louvemos ao Pai e ao Filho igualmente, toda honra, poder e bênção a Ambos tributemos; e Ao que de Ambos procede os mesmos louvores prestemos.

Tomás escreveu quase tanto quanto Alberto, apesar de ter vivido muito menos que o outro. Escreveu comentários sobre as *Sentenças* de Pedro Lombardo, os *Evangelhos*, Isaías, Jó e Paulo; o *Timeu*, de Platão, sobre Boécio e o Pseudo-Dionísio, sobre o *Organon*, *Céu e Terra, Geração e Corrupção, Meteorologia, Física, Metafísica, A Alma, Política, Ética*, de Aristóteles; escreveu *questiones disputatae*, sobre *Verdade, Força, o Mal, o Espírito, as Virtudes*, etc.; *quodlibeta*, nas quais discutiu pontos levantados ao acaso nas sessões da universidade; tratados: *Princípios da Natureza, O Ser e a Essência, O Governo dos Príncipes, As Operações Ocultas da Natureza, A Unidade do Intelecto*, etc., a *Summa de veritate catholicae fidei contra Gentiles* (1258-60) em quatro volumes, a *Summa theologica* (1267-73) em 21 volumes, e um *Compendium theologiae* (1271-3). Os escritos publicados de Santo Tomás enchem 10.000 páginas de coluna dupla in-fólio.

A *Summa contra Gentiles* (*Sumário da Verdade da Religião Católica contra os Pagãos*) foi preparada a instâncias de Raimundo de Peñafort, Geral da Ordem Dominicana, como elemento auxiliar na conversão dos muçulmanos e judeus na Espanha. Nesse trabalho Tomás de Aquino argumentou quase exclusivamente com base na razão, se bem que tivesse observado com tristeza que "isso é deficiente quando se trata das coisas de Deus".[68] Abandona aí o método de discussão escolástico e apresenta seu material em um estilo quase moderno, uma vez ou outra com mais aspereza, o que não era de seu feitio, ele que a posteridade haveria de chamar *doctor angelicus* e *seraphicus*. Acha que o cristianismo deve ser divino porque conquistou Roma e a Europa, a despeito de suas pregações contra os prazeres do mundo e da carne. O Islã fez sua conquista pregando os prazeres e recorrendo à força das armas.[69] Na Parte IV admite francamente que os dogmas cardeais do cristianismo não podem ser provados pela razão e requerem a fé na relação divina das Escrituras hebraicas e cristãs.

O mais extenso trabalho de Santo Tomás de Aquino, a *Summa theologica*, é dirigidos aos cristãos. É uma tentativa que faz para expor e defender — pelas Escrituras, padres da Igreja e razão — todo o corpo da doutrina católica na filosofia e teologia.**

"Tentaremos," diz o prólogo, "seguir a matéria relativa à doutrina sagrada com a brevidade e clareza que elas nos permitirem." Essa brevidade de 21 volumes faz-nos sorrir, mas está ali escrito. A obra é imensa, contudo não contém exageros de linguagem. O seu tamanho resulta dos assuntos abordados, pois nesse compêndio de teologia há tratados completos de metafísica, psicologia, moral e leis; são 38 tratados, 631 questões ou tópicos e 10.000 objeções ou respostas. A disposição dos argumentos em cada questão é admirável, contudo a estrutura da *Summa* recebeu um louvor maior do que lhe era devido. Ela não pode igualar-se à organização euclidiana da *Ética* de Spinoza ou à concatenação da *Filosofia Sintética*, de Spencer. O tratado sobre psicologia (Parte I, Questões 75-94) apresenta-se entre a discussão dos seis dias da criação e o

* As estrofes finais do *Pange, lingua* são também cantadas na Bênção do Santíssimo Sacramento; o hino todo é empregado nas procissões de Quinta-Feira Santa.

** A *Summa* até à Parte III, questão 90, inclusive, é da autoria de Tomás de Aquino; o restante talvez seja de Reginaldo de Piperno, seu companheiro e editor.

estudo do homem no estado de sua primeira inocência. A forma é mais interessante que a estrutura. Em sua essência, continua e aperfeiçoa o método de Abelardo conforme foi desenvolvido por Pedro Lombardo: apresentação da questão, argumentos para a negativa, objeções à afirmativa, argumentos para a afirmativa de acordo com a Bíblia, os padres da Igreja e a razão e respostas às objeções. O método, uma vez ou outra, perde tempo em apresentar um testa-de-ferro a ser derrotado, porém, em muitos casos, o debate torna-se vivo e real. É característico de Tomás de Aquino o fato de apresentar ele um caso contra seu próprio ponto de vista com uma candura e energia extraordinárias. A *Summa* é, pois, um sumário de heresias bem como um monumento de dogmas e pode ser empregada como um arsenal de dúvidas. Talvez as respostas nem sempre nos satisfaçam, porém o fato é que jamais poderemos queixar-nos de que o Diabo tenha tido um advogado incompetente.

VI. A FILOSOFIA TOMISTA

1. Lógica

O que é o conhecimento? É a luz divina que Deus transmitiu ao homem, sem a qual ele não existiria? Tomás afasta-se, desde o princípio, de Agostinho, dos místicos e intuicionistas: conhecimento é o produto natural que se deriva dos sentidos corporais externos e dos sentidos internos chamados consciência do "eu". É extremamente limitado, pois até ao nosso tempo nenhum cientista conhece ainda a essência de uma mosca;[70] mas, mesmo dentro desses limites, podemos confiar no conhecimento e não precisamos afligir-nos com a possibilidade de o mundo exterior ser uma ilusão. Tomás aceita a definição escolástica da verdade como uma *adequatio rei et intellectus* — equivalência do pensamento com a coisa.[71] Uma vez que o intelecto obtém todos os seus conhecimentos naturais dos sentidos,[72] seu conhecimento direto das coisas exteriores fica limitado aos corpos, ao "sensível" — ao mundo sensorial. Não pode conhecer diretamente o mundo supersensível e metafísico — os espíritos que se encontram nos corpos ou Deus em Sua criação; mas pode, por analogia, obter pela experiência dos sentidos um conhecimento indireto de outros espíritos e também de Deus.[73] Quanto a um terceiro reino, o sobrenatural — o mundo em que Deus vive — o espírito do homem não pode ter conhecimento dele, a não ser através da revelação divina. Podemos saber pela compreensão natural que Deus existe e é um só, porque Sua existência e unidade resplandecem nas maravilhas e na organização do mundo, porém, sem um auxílio para nossa inteligência, não podemos conhecer Sua essência ou a Trindade. Mesmo os conhecimentos dos anjos são limitados, pois caso contrário eles seriam Deus.

As próprias limitações do conhecimento indicam a existência de um mundo sobrenatural. Deus nos revela esse mundo nas Escrituras. Da mesma maneira que seria tolice um campônio julgar falsas as teorias de um filósofo pelo fato de não as compreender, não deixa também de ser insensatez o fato de o homem refutar a revelação de Deus sob a alegação de parecer, em alguns pontos, em contradição com seu conhecimento natural. Podemos acreditar que não haveria contradição entre a revelação e a filosofia se nossos conhecimentos fossem completos. É um erro dizer-se que a proposição pode ser falsa em filosofia e verdadeira em matéria de religião. Toda verdade vem de Deus e é uma só. Contudo é desejável que se diferencie o que compreendemos através da razão do que acreditamos pela fé.[74] Os campos da filosofia e ideologia são distintos. Permite-se aos escolares discutirem entre si objeções quanto à religião, porém "não convém às pessoas simples ouvirem o que os descrentes têm a dizer contra a religião", pois os espíritos simples não se encontram preparados para responder.[75] Os eruditos e filósofos, assim como os campônios, devem curvar-se às decisões da Igreja. "Devemos ser dirigidos por ela em todas as coisas",[76] pois foi à Igreja que Deus nomeou depositária da sabedoria divina. Cabe ao

papa "o poder de decidir em última instância as questões de fé, de maneira que elas possam ser defendidas por todos com inabalável convicção".[77] Outra alternativa representa o caos intelectual, moral e social.

2. *Metafísica*

A metafísica de Tomás de Aquino é uma obra complexa de definições difíceis e diferenciações sutis, na qual se apóia sua teologia.

1. A essência e a existência são diferentes nas coisas criadas. A essência é o que se torna necessário para a concepção de uma coisa; a existência é o ato de ser. A essência de um triângulo — isto é, três linhas retas cercando um espaço — é a mesma quer o triângulo exista quer seja mera concepção. Mas em Deus a essência e a existência são uma só, pois Sua essência é a de ser Ele a Primeira Causa, a força fundamental (ou, como diria Spinoza, a *sub-stantia*) de todas as coisas; por definição, Ele deve existir a fim de que tudo o mais possa existir.

2. Na realidade Deus existe; Ele é o Ser de todos os seres, a causa que os sustenta. Todos os outros seres existem por analogia, por participação limitada na realidade de Deus.

3. Todos os seres criados são ativos e passivos, isto é, agem por si ou por influência de outrem. Outrossim, são uma mistura de ser e vir-a-ser: possuem certas qualidades e podem perder algumas delas assim como adquirir outras — pode-se esquentar a água. Tomás de Aquino assinala essa suscetibilidade à ação exterior ou mudança interior pelo termo *potentia*. Somente Deus é que não tem *potentia*, isto é, possibilidade de ser; Ele não pode ser influenciado, não pode alterar-se; Ele é *actus purus*, atividade pura, atualidade pura, ato puro; Ele já é tudo o que pode ser. Abaixo de Deus, todas as entidades podem ser classificadas em uma escala descendente, de conformidade com sua maior "possibilidade" de serem influenciadas e determinadas pelo exterior. Assim, o homem é superior à mulher porque "o pai é o princípio ativo, enquanto a mãe é o princípio passivo e material; ela fornece a matéria informe do corpo, a qual recebe sua forma através da força criadora que existe no sêmen do pai".[78]

4. Todos os seres corporais são compostos de matéria e forma; mas aqui (como em Aristóteles) a forma significa não o corpo mas sim o princípio inerentemente energético e característico. Quando a forma ou princípio vital constitui a essência de um ser, ela é substancial ou essencial; assim, a alma racional — isto é, a força criadora capaz de pensar — é a forma substancial do corpo humano, e Deus, a forma substancial do mundo.

5. Todas as realidades são ou substâncias ou acidentes: ou são entidades separadas, como a pedra ou o homem, ou existem apenas como qualidades em algo mais, como o branco ou a densidade. Deus é substância pura, a realidade que existe completamente por si.

6. Todas as substâncias são indivíduos; nada existe que não seja individual, salvo na idéia; a noção de que a individualidade é uma ilusão não passa de ilusão.

7. Nos seres compostos de matéria e forma, o princípio ou fonte de individuação — isto é, da multiplicidade de indivíduos em uma espécie ou classe — é a matéria. Em todas as espécies a forma ou o princípio vital é essencialmente o mesmo; para cada indivíduo esse princípio usa, proporciona, dá forma a certa quantidade e tipo de matéria; essa *materia signata quantitate* (matéria assinalada pela quantidade) é o princípio da individuação — não da individualidade, porém da identidade separada.

3. *Teologia*

Deus, não o homem, constitui o centro e o tema da filosofia de Tomás de Aquino. "O mais alto conhecimento que temos de Deus nesta vida", escreve, "é saber que Ele está acima de tudo que possamos conceber a Seu respeito."[79] Tomás repele o argumento ontológico de Anselmo,[80] porém quase dele se aproxima ao identificar a existência de Deus com Sua essência. Deus é o próprio Ser: "Sou Aquele que Sou."

Sua existência, diz ele, pode ser provada pela razão natural. (1) Todos os movimentos são causados por movimentos anteriores, e assim por diante até alcançar a Primeira Causa imutável

(Primeiro Motor imóvel), ou a um "retorno infinito", o que é inconcebível. (2) A série de causas exige também uma Primeira Causa. (3) O contingente, que pode existir mas que não pode ser preciso, depende do necessário, o qual deve existir; o possível depende do atual; essa série leva-nos a um ser necessário que é atualidade pura. (4) As coisas são boas, verdadeiras e nobres em vários graus; deve haver uma fonte perfeitamente boa, verdadeira e nobre, bem como norma dessas virtudes imperfeitas. (5) Há milhares de provas da ordem que rege o mundo; mesmo os objetos inanimados movem-se dentro de determinada ordem. Como poderia ser isso se não existisse alguma força inteligente que os tivesse criado?[81] (Os argumentos [1], [2] e [5] são de Aristóteles através de Alberto Magno; [3], de Maimônides e [4] de Anselmo.)

À parte a existência de Deus, Tomás de Aquino é quase um agnóstico em teologia natural. "Não podemos saber o que Deus é, porém apenas o que Ele não é"[82] — não é móvel, nem mutável, nem múltiplo, nem temporal. Por que haveriam os espíritos infinitesimais de esperar conhecer algo sobre o Infinito? É difícil para nós conceber um espírito imaterial, disse Santo Tomás (antecipando Bergson), porque o intelecto depende dos sentidos, e todas as nossas experiências externas são com coisas materiais; por conseguinte, "as coisas incorpóreas, das quais não há imagens, nos são conhecidas por meio de comparações com os corpos sensíveis, dos quais há imagens".[83] Somente podemos conhecer Deus por analogia (conforme ensinava Maimônides), raciocinando com nós mesmos e pelas nossas experiências; assim, se há nos homens bondade, amor, verdade, inteligência, força, liberdade ou quaisquer outros atributos, esses também devem existir no Criador do homem e Nele são em maior grau, na mesma proporção que há entre o infinito e nós mesmos. Aplicamos a Deus o pronome masculino, isso porém, por mera conveniência. Não há sexo em Deus nem nos anjos. Deus é um só por definição, porque Ele é a própria existência, e o movimento unificado do mundo revela a existência de um espírito e de uma lei. Constitui um mistério que ultrapassa a razão o fato de haver três Pessoas na unidade divina, e isto os que confiam na fé devem defender.

Tampouco podemos saber se o mundo foi criado no tempo e, portanto, do nada ou se, como pensavam Aristóteles e Averróis, ele é eterno. Os argumentos apresentados pelos teólogos sobre a criação do mundo no tempo são fracos e devem ser refutados "a fim de que a religião católica não deva parecer que esteja fundada em razões ocas".[84] Tomás de Aquino conclui que devemos acreditar com fé em uma criação no tempo, mas acrescenta que a questão tem pouca significação, uma vez que o tempo não teve existência antes da criação; sem transformação, sem matéria em movimento, não existe tempo. Ele se esforça demasiado para explicar como Deus pôde passar da não-criação para a criação sem sofrer alteração. O ato da criação, diz ele, é eterno, porém incluiu em sua vontade a determinação do tempo para poder aparecer[85] — uma hábil evasiva para seu espírito.

Os anjos constituem o mais alto grau da criação. São inteligências incorpóreas, incorruptíveis e imortais. Servem como ministros de Deus no governo do mundo; guiam e movimentam os corpos celestes;[86] todo homem tem um anjo da guarda, e os arcanjos têm a seu cuidado uma multidão de homens. Sendo imateriais, podem ir de uma extremidade a outra no espaço sem percorrer a parte que fica entre ambas. Tomás de Aquino escreve 93 páginas sobre hierarquia, movimentos, amor, conhecimento, vontade, comunicação e costumes dos anjos — a parte mais transcendente de sua extensa *Summa*, e a mais irrefutável.

Assim como há anjos, há também demônios, pequenos diabos que fazem o que Satanás ordena. Não são meras fantasias do espírito comum, são reais e praticam sempre o mal. Podem causar impotência, despertando no homem uma repulsa pela mulher.[87] Executam as mais variadas formas de magias possíveis; assim, um demônio pode deitar-se debaixo de um homem, receber dele o sêmen, transportá-lo rapidamente através do espaço, coabitar com uma mulher e impregnar nela o sêmen do homem que se acha ausente.[88] Os demônios podem habilitar os feiticeiros a predizer acontecimentos que não dependam da vontade livre do próprio homem. Podem dar-lhes informações por meio de impressões em suas imaginações ou aparecendo-lhes de maneira visível ou falando-lhes. Podem também colaborar com as feiticeiras e ajudá-las a prejudicar as crianças com mau-olhado.[89]

Como quase todos os seus contemporâneos, e maioria dos nossos, Tomás também deu crédito à astrologia.

> Os movimentos dos corpos aqui embaixo... devem ser atribuídos aos movimentos dos corpos celestes como sendo a sua causa... O fato de os astrólogos preverem freqüentemente a verdade ao observarem as estrelas pode ser explicado de duas maneiras. Primeiro, porque grande número de homens obedece a suas próprias paixões, de maneira que suas ações, na maior parte, são dispostas de acordo com a inclinação dos corpos celestes, enquanto há uns poucos — isto é, apenas os homens prudentes — que moderam tais inclinações pela razão... Segunda, em virtude da interferência dos demônios.[90]

Contudo, "as ações humanas não estão sujeitas à ação dos corpos celestes salvo acidental e indiretamente";[91] sempre fica uma grande área à ação livre dos homens.

4. *Psicologia*

Tomás de Aquino analisa minuciosamente os problemas filosóficos da psicologia, e suas páginas sobre esses tópicos figuram entre as melhores de sua síntese. Ele começa com uma concepção de natureza orgânica, em contraposição a uma concepção mecânica, dos organismos: uma máquina compõe-se de partes que lhe são acrescentadas externamente; um organismo faz suas próprias partes e movimenta-se por meio de sua própria força interna.[92] Essa força interna é a alma. Tomás exprime a idéia em termos de Aristóteles: a alma é a "forma substancial" do corpo — isto é, o princípio e energia vitais que dão existência e forma a um organismo. "A alma é o princípio primário de nosso sustento, sensações, movimento e compreensão."[93] Há três graus de alma: o vegetativo — o poder de desenvolver-se; o sensitivo — o poder de sentir; e o racional — o poder de raciocinar. Toda a vida tem o primeiro, somente os animais e o homem é que têm o segundo e somente o homem, o terceiro. Mas os organismos superiores, em seu desenvolvimento corporal e individual, atravessam fases pelas quais os organismos inferiores não passam; "quanto mais elevada for a forma na escala do ser... tanto mais deverá ela atravessar as formas intermediárias antes de atingir a forma perfeita",[94] — uma anotação da teoria de "recapitulação" do século XIII, de que o embrião do homem atravessa fases pelas quais se desenvolveram as espécies.

Enquanto Platão, Agostinho e os franciscanos consideravam a alma um prisioneiro do corpo, e identificavam o homem somente com a alma, Tomás de Aquino, corajosamente, aceita o ponto de vista de Aristóteles e define o homem — até mesmo a personalidade — como um composto de corpo e alma, matéria e forma.[95] A alma, que dá a vida, energia interior criadora da forma, é indivisível em todas as partes do corpo.[96] É ligada ao corpo por centenas de maneiras. Como alma vegetativa, depende do alimento; como sensitiva, depende das sensações e, como racional, necessita de imagens produzidas pelas sensações ou compostas destas últimas. Mesmo as percepções morais e a capacidade intelectual dependem de um corpo relativamente são; uma pele grossa encerra em si uma alma que não é sensível.[97] Os sonhos, paixões, doenças mentais e temperamentos têm uma base fisiológica.[98] Às vezes, Tomás de Aquino fala como se o corpo e a alma fossem uma realidade unificada, a energia interior e a forma exterior de um todo indivisível. Contudo, parecia-lhe evidente que a alma racional — abstraindo, generalizando, raciocinando e investigando o universo — era uma realidade incorpórea. Embora tentemos, apesar de nossa tendência de pensar em todas as coisas em termos materiais, nada descobriremos na consciência que seja material; ela é uma realidade inteiramente diferente a tudo que é físico ou espacial. Essa alma racional deve ser classificada como espiritual, como alguma coisa que nos foi dada por Deus que é a força psíquica por trás de todos os fenômenos físicos. Somente uma força imaterial podia formar uma idéia universal, avançar ou retroceder no tempo ou conceber, com igual facilidade, as grandes e mínimas coisas.[99] O espírito pode ser cônscio de si mesmo, mas é impossível conceber-se uma entidade material cônscia de si mesma.

Portanto, é razoável acreditar-se que sobrevive à morte a força que existe em nós. Mas a alma, assim separada, não é uma personalidade, não pode sentir nem querer nem pensar; é um espírito que não pode funcionar sem sua carne.[100] Somente depois que se reunir, pela ressur-

reição do corpo, ao arcabouço corporal, do qual ela era a vida interior, é que constituirá com o corpo um indivíduo e uma personalidade imortal. Foi por não acreditarem na ressurreição do corpo que Averróis e seus adeptos se apegaram à teoria de que somente era imortal o "intelecto ativo", ou a alma do cosmos ou das espécies. Tomás de Aquino desenvolve todos os recursos de sua dialética para refutar essa teoria. Para ele, aquela luta com Averróis sobre imortalidade era o ponto vital do século, ao lado do qual as questões de mudanças de fronteiras e de títulos, que as batalhas físicas ocasionavam, não passavam de trivialidades.

A alma, diz Tomás, tem cinco faculdades ou poderes: vegetativa, pela qual se alimenta, desenvolve-se e reproduz-se; sensitiva, pela qual recebe sensações do mundo exterior; apetitiva, pela qual manifesta sua vontade; locomotriz, pela qual inicia movimentos; e intelectual, pela qual pensa.[101] Todo conhecimento tem sua origem nos sentidos; já as sensações não caem sobre uma superfície rasa (*tabula rasa*); elas são recebidas por uma estrutura complexa, o *sensus communis* ou centro sensório comum, o qual coordena as sensações ou percepções para as idéias. Tomás de Aquino concorda com Aristóteles e Locke de que "nada há no intelecto que não estivesse primeiro nos sentidos" (*nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*), porém acrescenta, como Leibniz e Kant, "exceto o próprio intelecto" — uma capacidade organizada para formar as sensações no pensamento, enfim nas idéias universais e abstratas que são os instrumentos da razão e, nesta terra, a exclusiva prerrogativa do homem.

A vontade é a faculdade pela qual a alma ou força vital movimenta-se em direção daquilo que o intelecto concebe como sendo o bem. Tomás, adotando a opinião de Aristóteles, define o "bem" como sendo "aquilo que é desejável".[102] A beleza é uma forma do bem; é aquilo que agrada quando se vê. Por que agrada? Agrada porque é visto através da proporção e harmonia das partes em um todo organizado. O intelecto está sujeito à vontade enquanto o desejo puder determinar a direção do pensamento, porém a vontade fica sujeita ao intelecto enquanto nossos desejos estiverem determinados pela maneira com que concebemos as coisas, pelas opiniões que delas formamos (geralmente imitando outros); "o bem assim compreendido move a vontade". A liberdade não jaz realmente na vontade, a qual "é necessariamente movida" pela compreensão da matéria conforme apresentada pelo intelecto,[103] mas a liberdade repousa no discernimento (*arbitrium*). Portanto, a liberdade varia diretamente com o conhecimento, razão, sabedoria, com a capacidade de o intelecto apresentar à vontade um quadro verdadeiro da situação; somente os sábios são realmente livres.[104] A inteligência não somente é a melhor e a mais elevada das faculdades da alma como também é a mais poderosa. "De todos os esforços feitos pelo homem, o mais perfeito, o mais sublime, o mais proveitoso e o mais agradável é o que ele empreende em busca da sabedoria."[105] "A própria atividade do homem visa a compreender tudo."[106]

5. *Ética*

O próprio fim do homem é, pois, nesta vida, alcançar a verdade e, na outra, ver esta Verdade um Deus. Supondo, como Aristóteles, que o que o homem procura é a felicidade, onde melhor poderia ele encontrá-la? Não certamente nos prazeres corporais, nem nas honrarias, nem no poder, nem mesmo nas ações de virtude moral, embora tudo isso possa proporcionar grande satisfação. Concedamos também que "é necessária uma perfeita disposição do corpo para se conseguir uma felicidade perfeita".[107] Mas nenhum desses bens pode ser comparado à serena, penetrante e contínua felicidade do saber. Talvez lembrando-se de um comentário de Virgílio — *Felix qui potuit rerum cognoscere causas* ("feliz aquele que tenha podido conhecer as causas das coisas") — é que Tomás de Aquino acredita que a mais alta realização e satisfação da alma, a culminância natural de sua racionalidade peculiar, seria a de que "devia-se inscrever nela a ordem total do universo e suas causas".[108] A paz que proporciona o saber advém dele mesmo.

Mesmo essa suprema alegria mundana não deixaria o homem satisfeito. Ele sabe vagamente que "não se pode ter uma felicidade perfeita e verdadeira nesta vida". Há algo nele que o faz ansiar por uma felicidade e compreensão que o afaste de vicissitudes e mudanças. Alguns poderão encontrar sua paz em bens intermediários, porém o espírito do verdadeiro homem não

descansará enquanto não atingir o ponto culminante da verdade que é Deus.[109] Somente em Deus é que está o supremo bem, fonte de todos os outros bens e a causa de todas as outras causas, a verdade de todas as verdades. O objetivo final do homem é a Visão Beatífica — a visão que dá a bem-aventurança.

Por conseguinte, toda ética é a arte e a ciência de preparar o homem para conseguir essa felicidade culminante e eterna. Pode-se definir a virtude, bondade moral, como a conduta pela qual o homem chega ao seu verdadeiro fim que é o de ver Deus. Naturalmente o homem inclina-se para o bem — o desejável; mas o que ele julga ser um bem nem sempre o é moralmente. Devido à concepção falsa que Eva teve do bem, o homem desobedeceu a Deus e agora carrega em todas as gerações a mancha daquele primeiro pecado.* Se nesse ponto se perguntar por que Deus, que prevê tudo, criou o homem e a mulher destinados a satisfazerem tal curiosidade, e uma raça destinada a receber tal culpa hereditária, Tomás de Aquino responde que é metafisicamente impossível a qualquer criatura ser perfeita, e que a liberdade do homem para pecar é o preço que ele deve pagar pela liberdade de poder ditar a sua escolha. Sem vontade livre (ou livre-arbítrio), o homem seria um autômato que ficaria abaixo do bem e do mal e não teria valor maior que o da máquina.

Tão aprofundado assim na doutrina do pecado original, na filosofia de Aristóteles, no isolamento da vida monástica e sentindo como que terror pelo outro sexo, era quase fatal que Tomás de Aquino pensasse mal da mulher e dela falasse com masculina inocência. Ele segue o climático egoísmo de Aristóteles ao supor que a natureza, qual patriarca medieval, deseja produzir sempre um macho e que a mulher é algo defeituoso e acidental (*deficiens et occasionatum*); ela é um macho prejudicado (*mas occasionatum*), provavelmente o resultado de alguma fraqueza da força geradora do pai ou de algum fator externo, como um vento sul úmido.[111] Apoiando-se em Aristóteles e na biologia daquele tempo, Tomás supunha que a mulher contribuía para a geração apenas com matéria passiva ao passo que o homem contribuía com a forma ativa; a mulher é o triunfo da matéria sobre a forma. Por conseguinte, ela é o vaso mais fraco do corpo, do espírito e da vontade. Ela é para o homem o que os sentidos são para a razão. Nela predomina o apetite sexual ao passo que o homem é a expressão de um elemento mais estável. O homem e a mulher são feitos segundo a imagem de Deus, principalmente o primeiro. O homem é o princípio e o fim da mulher, assim como Deus é o princípio e o fim do universo. A mulher precisa do homem para tudo; ele apenas precisa dela para a procriação. O homem pode realizar todas as tarefas melhor do que a mulher — pode até mesmo cuidar melhor dos afazeres da casa.[112] Ela não está em condições de preencher qualquer posição vital na Igreja ou no Estado, é uma parte do homem, é literalmente uma costela.[113] Deve pois a mulher considerar o homem o seu amo natural, deve aceitar a orientação dele e submeter-se a suas reprimendas e disciplina. Nisso ela encontrará a sua diretriz e felicidade.

Quanto ao mal, Tomás de Aquino esforça-se por provar que, metafisicamente, ele não existe. *Malum est non ens,* o mal não é uma entidade positiva; toda realidade, como tal, é boa;[114] o mal é apenas a ausência ou privação de alguma qualidade ou capacidade que um ser deveria ter. Portanto, não constitui mal o fato de faltar asas ao homem, porém é um mal se lhe faltam as mãos; no entanto, não é um mal faltarem mãos aos pássaros. Tudo que é criado por Deus é bom, porém mesmo Deus não podia transmitir Sua infinita perfeição às coisas criadas. Ele permite que haja certos males a fim de atingir a um bom fim ou impedir mal maior, da mesma maneira que "os governos... acertadamente toleram certos males" — como a prostituição — "para que não se incorra em um mal maior".[115]

O pecado é um ato da vontade livre que viola a ordem da razão, a qual é também a ordem do universo. A ordem da razão é a própria adequação dos meios aos fins. No caso do homem, isso é o ajustamento da conduta para se alcançar a eterna felicidade. Deus nos dá liberdade de fazer o mal, porém Ele também nos dá, por inspiração divina, a noção do que é certo e do que

* Tomás de Aquino, não prevendo que a Igreja se decidiria a favor da Imaculada Conceição da Virgem — isto é, sua libertação da mancha do pecado original — julgou que Maria havia também "concebido pelo pecado"; acrescentou, mais tarde, porém, que ela fora "santificada antes do nascimento do fruto de seu ventre".[110]

é errado. Essa consciência inata é absoluta e deve ser obedecida a todo custo. Se a própria Igreja ordenar ao homem que faça algo que seja contra sua consciência, cumpre ao homem desobedecer. Se a sua consciência lhe disser que sua fé em Cristo é um mal, cumpre-lhe repeli-la.[116]

Normalmente a consciência faz-nos pender não somente para as virtudes naturais, justiça, prudência, temperança e fortaleza, como também para as virtudes teologais, fé, esperança e caridade. Estas três últimas constituem a moral e a glória características do cristianismo. A fé é uma obrigação moral, uma vez que a razão humana é limitada. O homem deve acreditar com fé não somente nos dogmas da Igreja que estão acima da razão, mas também nos que somente podem ser conhecidos pela razão. Uma vez que o erro em questões de fé pode levar muitas criaturas para o inferno, não se deve mostrar intolerância para com os descrentes, salvo se for para evitar uma mal maior; por isso "a Igreja tem tolerado, às vezes, até mesmo os ritos de hereges e pagãos, quando os descrentes eram muito numerosos".[117] Não se deve permitir jamais que os descrentes exerçam domínio ou autoridade sobre os crentes.[118] Pode-se mostrar certa tolerância para com os judeus, pois seus ritos prefiguraram os do cristianismo e, portanto, "constituem prova de religião".[119] Não se deve jamais obrigar os judeus não-batizados a aceitar o cristianismo,[120] mas pode-se fazê-lo com os hereges — aqueles que tenham abandonado sua fé nas doutrinas da Igreja.[121] Não se deve considerar ninguém como herege salvo se a pessoa insistir no erro depois que uma autoridade eclesiástica lho tenha apontado. Pode-se dar penitência a todo aquele que abjurar sua heresia e mesmo restaurá-lo em suas antigas funções. Se a pessoa, porém, reincidir na heresia, "poder-se-á dar-lhe penitência, embora não fique livre da pena de morte".[122]

6. *Política*

Tomás de Aquino escreveu três vezes sobre filosofia política: no seu comentário sobre a *Política*, de Aristóteles, na *Summa theologia*, e em um breve tratado *De regimine principiun*, *O Governo dos Príncipes*.* A primeira impressão que se tem é de que ele apenas repete o que Aristóteles diz; à medida que se vai lendo, fica-se surpreso com a quantidade de idéias originais e incisivas que o seu trabalho encerra.

A organização social é o instrumento que o homem desenvolveu como substituto dos órgãos fisiológicos de aquisição e defesa. A sociedade e o Estado existem para o indivíduo e não vice-versa. A soberania vem de Deus, mas esse poder é dado ao povo. Mas o povo é demasiado numeroso, esparso, inconstante e inculto para exercer esse poder soberano direta ou sabiamente, daí o delegar ele sua soberania a um príncipe ou a outro chefe. Esse poder conferido pelo povo é sempre revogável, e "o príncipe somente conservará essa faculdade de legislar enquanto representar a vontade do povo".[123]

O poder soberano do povo pode ser delegado a muitas pessoas, a poucas ou a uma só. Democracia, aristocracia e monarquia podem todas ser boas se as leis forem boas e bem aplicadas. Em geral, a monarquia constitucional é a melhor forma de governo, porquanto proporciona união, continuidade e estabilidade; "uma multidão é melhor governada por um do que por muitos", disse Homero.[124] O príncipe ou rei, porém, deve ser escolhido pelo povo de entre qualquer classe da população.[125] Se o monarca tornar-se um tirano, deverá ele ser derribado pelo povo por meio de uma ação moderada.[126] Ele deve ser sempre o servo e não o senhor absoluto da lei.

Há três espécies de leis: as leis naturais, como as leis do universo, as leis divinas, conforme as que nos foram reveladas pela Bíblia e as leis humanas ou positivas, conforme constam da legislação dos Estados. Estas últimas tornaram-se necessárias em virtude das paixões dos homens e desenvolvimento do Estado. Os padres da Igreja acreditavam que a propriedade privada estava em oposição às leis naturais e divinas e se originara dos pecados do homem. Tomás de Aquino não concorda em que a propriedade seja contrária às leis naturais. Ele analisa os argumentos dos comunistas de seu tempo e como Aristóteles, responde que, quando alguém é senhor de

*Dessa obra, apenas o Livro I e capítulos 1-4 do Livro II são de Tomás de Aquino; o restante é de Ptolomeu de Luca.

tudo, ninguém cuida de coisa alguma.[127] Mas a propriedade é um bem público. "O homem deve possuir seus bens exteriores não como seus porém como sendo comuns a todos, de maneira que esteja preparado a transmiti-los a outros quando deles precisarem."[128] O homem que deseja ou procura uma riqueza acima de suas necessidades a fim de manter sua situação na vida, comete com isso um pecado.[129] "Tudo o que alguém possuir com abundância é devido a leis naturais para que possa socorrer aos pobres"; se não houver outro recurso, é legal o ato de um homem atender a suas próprias necessidades recorrendo à propriedade de outrem, dela se apoderando quer aberta quer secretamente.[130]

Tomás de Aquino não era homem que pudesse fazer da economia uma lúgubre ciência, divorciando-a da moral. Ele acreditava no direito de a comunidade regular a agricultura, a indústria e o comércio, bem como controlar a usura e mesmo estabelecer um "preço justo" para as mercadorias e serviços. Não encarava com bons olhos essa arte de se comprar barato e vender caro. Condenava, sem titubear, as especulações e tentativas de obter lucros por meio de hábeis flutuações no mercado.[131] Opunha-se a que se emprestasse dinheiro a juros, mas não considerava pecado que se pedisse dinheiro emprestado a um agiota profissional a fim de se atender a "um objetivo bom".[132]

Ele não se salientou na questão da escravidão. Os sofistas, estóicos e legisladores romanos haviam ensinado que, por "natureza", todos os homens são livres; os padres da Igreja haviam concordado e explicado que a escravidão, assim como a propriedade, era o resultado do pecado adquirido pelo homem em virtude da queda de Adão. Aristóteles, amigo dos poderosos, justificara a escravidão como produzida pela desigualdade natural dos homens. Tomás de Aquino procurou conciliar tais opiniões; não havia escravidão no estado de inocência, porém, desde a queda de Adão, viu-se que era útil sujeitar os homens simples aos doutos; aqueles que tivessem corpos fortes, mas que possuíssem espírito fraco, estariam, por natureza, destinados a ser escravos.[133] O escravo, porém, pertenceria ao amo apenas de corpo, e não de alma. Não era obrigado a ter com ele relações sexuais. Todos os preceitos da moral cristã deviam ser aplicados no tratamento que se desse ao escravo.

7. *Religião*

Como os problemas políticos e econômicos são também de ordem moral, Tomás de Aquino considera justo que a religião deva ser colocada acima da indústria e política, e que o Estado deva submeter-se, em questões de moral, à supervisão e orientação da Igreja. Quanto maior a autoridade, tanto mais alto será seu objetivo; os reis da terra, guiando os homens para a felicidade terrena, devem sujeitar-se ao papa, o qual guia os homens para eterna felicidade. O Estado deve ter a autoridade suprema sobre as questões seculares, porém, mesmo nessas questões, o papa tem o direito de intervir quando os soberanos violam as leis da moral ou fazem ao povo um mal que se podia evitar. Portanto, o papa pode punir um mau rei ou libertar os súditos de seus juramentos de fidelidade. Além disso, o Estado deve proteger a religião, apoiar a Igreja e executar suas leis.[134]

A suprema função da Igreja é guiar os homens para a salvação. O homem é um cidadão, não somente desse Estado terreno mas também de um reino espiritual que é maior do que qualquer Estado. Os supremos fatos da História são os de que o homem cometeu um crime infinito ao desobedecer a Deus, razão por que merece um castigo infinito, e que o Filho de Deus, ao fazer-se homem e ao sofrer a ignomínia e a morte, criou uma graça redentora, pela qual o homem pode salvar-se a despeito do seu pecado original. Deus dá essa graça ao Seu eleito. Não podemos sondar as razões que O levam a fazer a Sua escolha, mas "ninguém chegou a ponto de ser insano dizendo que o mérito é a causa da predestinação divina".[135] Tomás recorre à terrível doutrina de Paulo e Agostinho:

> Sem dúvida convém que os homens sejam predestinados por Deus, pois todas as coisas estão sujeitas a Sua Providência... Como eles são constituídos para gozar a vida eterna através da Providência de Deus, também faz parte da Providência permitir que alguns se afastem desse objetivo; chama-se a isso reprovação... Da mesma maneira que a predestinação inclui a vontade de conferir graça e glória a uma

pessoa, também a reprovação inclui a vontade de permitir que uma pessoa caia em estado de pecado, com isso impondo-lhe o castigo da condenação eterna... "Ele nos escolheu para Si antes da criação do mundo."[136]

Tomás de Aquino esforça-se por conciliar a predestinação com a liberdade do homem, e por explicar por que uma criatura, cujo destino já está determinado, deve lutar pela virtude e como o crente pode enternecer um Deus imutável, ou qual pode ser a função da Igreja em uma sociedade, cujos indivíduos já tenham sido escolhidos para a salvação e condenação eternas. Ele responde que Deus apenas tem previsto como cada uma das criaturas irá fazer livremente sua escolha quanto à conduta. Presumivelmente todos os pagãos figuram entre os que serão condenados, salvo talvez alguns poucos, aos quais Deus se tenha dignado de fazer uma revelação especial e pessoal.*[137]

A principal felicidade dos que se salvam consiste em ver Deus. Não que o compreenderão; somente o infinito é que pode compreender o infinito; contudo, o bem-aventurado, em virtude da graça divina, verá a essência de Deus.[139] Toda a criação que procede de Deus a Ele voltará; a alma humana, dádiva de sua bondade, jamais descansa enquanto não voltar a sua fonte. Assim, completa-se o ciclo divino da criação e da volta, e a filosofia de Tomás de Aquino termina, da mesma maneira que começou, com Deus.

8. O Acolhimento Dispensado ao Tomismo

O tomismo foi recebido pela maioria de seus contemporâneos como um monstruoso amontoado de argumentos fatais para a religião cristã. Os franciscanos, que procuravam Deus pela mística estrada de amor de Agostinho, ficaram chocados com o "intelectualismo" de Tomás de Aquino, sua exaltação intelectual acima da vontade, sua compreensão acima do amor. Muitos duvidavam de como se podia endereçar suas orações a um Deus tão frio, negativo e distante como o do *Actus Purus* da *Summa*, como Jesus podia ser parte de tal abstração, e imaginavam o que São Francisco diria a respeito de tal Deus. O fazer-se o corpo e a alma uma única unidade parecia eliminar a imortalidade incorruptível da alma; o fazer-se a matéria e a forma uma única unidade era, não obstante as negativas de Tomás, recorrer à teoria de Averróis sobre a eternidade do mundo; o fazer-se a matéria, não a forma, o princípio da individuação parecia deixar a alma indistinta, era cair naquela mesma doutrina de imortalidade impessoal e unidade da alma. Pior ainda, o triunfo de Aristóteles sobre Agostinho na filosofia tomista parecia aos franciscanos a vitória do paganismo sobre o cristianismo. Já não havia, na Universidade de Paris, professores e estudantes que colocavam Aristóteles acima dos Evangelhos?

A ortodoxia cristã defendeu-se, naquele terceiro quartel do século XIII, contra o aristótelico Tomás de Aquino, da mesma maneira como o islamismo ortodoxo acusara e banira, ao fim do século XII, o aristotélico Averróis, e o judaísmo ortodoxo queimara, no começo do século XIII, os livros do aristotélico Maimônides. Em 1277, a instâncias do Papa João XXI, o bispo de Paris expediu um decreto estigmatizando 219 proposições como sendo heresias. Entre essas havia três que eram uma acusação expressa "contra o irmão Tomás": que os anjos não tinham corpo e constituíam, cada um deles, uma espécie separada; que a matéria é o princípio da individuação e que

* A passagem, tantas vezes citada, a respeito de os bem-aventurados no céu enaltecerem sua grande ventura ao observarem os sofrimentos dos condenados, encontra-se no Suplemento da *Summa* (xcvii, 7) e deve ser atribuída a Reginaldo de Piperno e não a Tomás de Aquino.[138]

Deus não pode, sem matéria, multiplicar as criaturas em uma espécie. Todo aquele que defender tais doutrinas, disse o bispo, fica *ipso facto* excomungado. Alguns dias depois da aparição daquele decreto, Roberto Kilwardby, eminente dominicano, persuadiu os mestres da Universidade de Oxford a condenarem várias doutrinas tomistas, inclusive a que se referia à união do corpo com a alma, no homem.

Fazia então três anos que Tomás de Aquino tinha morrido; não podia, pois, defender-se, mas seu antigo professor Alberto apressou-se em partir de Colônia para Paris. Convenceu aí os dominicanos da França a fazerem causa comum com o irmão seu companheiro. Um franciscano, Guilherme de la Mare, entrou na contenda com um livro denominado *Correctorium fratris Thomae*, retificando 118 pontos de Tomás de Aquino. Outro franciscano, João Peckham, arcebispo de Cantuária, condenou oficialmente o tomismo e aconselhou a volta às doutrinas de Boaventura e São Francisco. Dante entrou na liça ao fazer do arcabouço doutrinal de *A Divina Comédia* um tomismo modificado, e escolhendo Tomás de Aquino como guia na estrada para o céu. Após metade de um século de lutas, os dominicanos convenceram o Papa João XXII de que Tomás tinha sido um santo, e sua canonização (1323) trouxe a vitória ao tomismo. Desse tempo em diante os místicos encontraram na *Summa*[140] a exposição mais profunda e mais clara da vida místico-contemplativa. Colocaram a *Summa theologica*, durante o Concílio de Trento (1545-63), em um altar juntamente com a Bíblia e as Decretais.[141] Inácio de Loyola impôs à Ordem Jesuíta a obrigação de ensinar o tomismo. Em 1879, o Papa Leão XIII, e, em 1921, o Papa Benedito XV, conquanto não declarassem que estavam livres de erros os trabalhos de Santo Tomás, fizeram deles a filosofia oficial da Igreja Católica, a qual é, hoje em dia, ensinada em todos os colégios católicos romanos. O tomismo, conquanto tenha alguns críticos entre os teólogos católicos, tem adquirido novos defensores em nossos tempos e rivaliza agora com o platonismo e o aristotelismo como sendo um dos corpos mais influentes e mais resistentes do pensamento filosófico.

É questão simples para alguém, decorridos esses últimos 700 anos, apontar, na obra de Tomás de Aquino, os elementos que não resistiram à análise do tempo. Representa ao mesmo tempo um defeito e um valor o fato de ter-se ele apoiado tanto em Aristóteles: nesse ponto faltou-lhe originalidade, mas ele mostrou possuir grande coragem, a qual abriu novos caminhos para o espírito medieval. Tomás de Aquino, tendo estudado traduções diretas e exatas, conhecia os trabalhos filosóficos de Aristóteles (não os científicos) mais acuradamente que qualquer outro pensador medieval, com exceção de Averróis. Estudou com os árabes e judeus, e tratou seus filósofos com um respeito confiante. Há um grande amontoado de tolices em seu sistema, como em todas as filosofias que não se encontram de acordo com as nossas. É estranho que um homem tão modesto tivesse escrito tanto sobre o que os anjos sabem, o que o homem era antes de sua queda e o que teria sido a raça humana, não fosse a curiosidade inteligente de Eva. Talvez erremos em julgá-lo um filósofo; ele não teve nenhuma pretensão de seguir a razão em todos os seus labirintos; confessou que começara com suas conclusões e, embora a maioria dos filósofos faça o mesmo, uma grande parte classifica isso de traição à filosofia. Ocupou-se de mais matéria que qualquer outro pensador. Somente Spencer ousou repetir semelhante façanha. Levou a todos os campos a luz de sua inteligência bem como um temperamento sereno, o qual repelia os exageros, procurando apenas meios moderados para seu objetivo. *Sapientis est ordinare* ("o sábio cria a ordem"), disse ele.[142] Não conseguiu conciliar

Aristóteles com o cristianismo, porém, com seus esforços, alcançou para a razão uma vitória que marcou época. Levara a razão, como cativa, para a cidadela da religião, porém, em seu triunfo, dera paradeiro à Idade da Fé.

VII. OS SUCESSORES

O historiador costuma sempre simplificar e selecionar apressadamente uma pequena quantidade de fatos e personagens de um grande número de almas e acontecimentos, cuja enorme complexidade jamais pode ele abranger totalmente ou compreender. Não devemos considerar a escolástica como uma abstração expurgada de um milhar de peculiaridades individuais, porém um nome generalizante para as centenas de teorias teológicas e filosóficas que se entrechocavam e que eram ensinadas nas escolas medievais desde o tempo de Anselmo, no século XI, até o de Guilherme de Occam, no século XIV. O historiador, infelizmente, vê-se presa da brevidade do tempo e da paciência humana, vê-se na situação de desonrar em uma linha homens que foram imortais um dia, mas que agora jazem ocultos entre os pináculos da História.

Uma das mais estranhas figuras daquele característico século XIII era Ramon Lull (Raimundo Lúlio) (1232?-1315). Nasceu em Palma, filho de rica família catalã. Ingressou na corte de Jaime II, em Barcelona, teve um mocidade agitada e, aos poucos, reduziu seus amores à monogamia. Subitamente, aos 30 anos, renunciou ao mundo, à carne e ao diabo para dedicar sua energia polimorfa ao misticismo, ocultismo, filantropia, evangelismo e martírio. Estudou árabe, fundou um colégio de estudos árabes em Majorca, e pediu ao Concílio de Viena (1311) que instalasse escolas de línguas e literaturas orientais a fim de preparar homens para trabalhos missionários junto aos sarracenos e judeus. O Concílio criou cinco de tais escolas — em Roma, Bolonha, Paris, Oxford e Salamanca — com cadeiras de hebraico, caldeu e árabe. Talvez Lúlio tivesse aprendido hebraico, pois tornara-se um estudante da Cabala.

Os seus 150 trabalhos fogem a uma classificação. Lúlio fundou, durante sua mocidade, a literatura catalã com vários volumes de poesias de amor. Escreveu em árabe, traduzindo depois para o catalão, o *Libre de contemplacio en Deu (Livo da Contemplação a Deus).* Não é mero sonho místico, mas uma enciclopédia de teologia (1272) com um milhão de palavras. Dois anos mais tarde, como se tivesse outra alma, escreveu um manual de guerra de cavalaria: *Libre del orde de cavalyeria (Livro da Ordem da Cavalaria),* e, quase ao mesmo tempo, um manual de educação: *Liber doctrinae puerilis.* Experimentou sua habilidade em diálogos filosóficos, e publicou três desses trabalhos, nos quais apresentou com extraordinária tolerância, lealdade e bondade os pontos de vista dos muçulmanos, judeus, cristãos gregos, cristãos romanos e tártaros. Escreveu, por volta de 1283, extenso romance religioso, *Blanquerna,* o qual peritos pacientes declararam ser "uma das obras-primas da Idade Média cristã".[143] Publicou em Roma, em 1295, outra enciclopédia, a *Arbre de sciencia (Árvore da Ciência),* citando quatro mil perguntas em 16 ciências, às quais dá respostas seguras. Durante uma estada em Paris (1309-11), combateu ali o averroísmo com alguns pequenos trabalhos teológicos, os quais assinou, com desusada pontualidade, com o nome de *Phantasticus.* Publicou, durante sua existência, tantos trabalhos sobre ciências e filosofia que se torna difícil enumerá-los.

Em meio a todos aqueles interesses, vivia ele, no entanto, fascinado por uma idéia que tem seduzido muitos espíritos brilhantes de nossos próprios tempos, qual seja

que todas as fórmulas e processos de lógica podiam ser reduzidos a formas simbólicas ou matemáticas. A *ars magna,* ou a "grande arte" da lógica, disse Raimundo, consiste em escrever os conceitos básicos do pensamento humano em quadrados móveis e, depois, combinar estes últimos em várias posições não somente para reduzir todas as idéias da filosofia a equações e diagramas como também para provar, por equivalência matemática, as verdades do cristianismo. Raimundo tinha essa lhaneza que se nota em alguns lunáticos e esperava converter os maometanos ao cristianismo por meio de operações convincentes de sua *ars.* A Igreja aplaudiu sua confiança, porém censurou sua proposta de querer reduzir toda a fé à razão e colocar a Trindade e a Encarnação em sua máquina de lógica.[144]

Em 1292, resolvido a contrabalançar a perda da Palestina que caíra em poder dos sarracenos, Raimundo tomou a si a tarefa de converter a África muçulmana. Atravessou para Túnis e, secretamente, organizou lá uma pequena colônia de cristãos. Em 1307, em uma de suas viagens de missionário, na Tunísia, foi preso e levado à presença do principal juiz de Bougie. Este promoveu um debate público entre Raimundo e alguns sacerdotes muçulmanos. Diz o biógrafo de Raimundo que ele saiu vencedor no debate, tendo sido recolhido à prisão. Alguns mercadores cristãos conseguiram libertá-lo e levaram-no para a Europa. Em 1314, porém, talvez ansioso pelo martírio, novamente rumou para Bougie, onde pregou abertamente o cristianismo. Acabou morrendo apedrejado por uma turba de muçulmanos (1315).

Passar de Raimundo Lúlio para João Duns Scoto é o mesmo que emergir da *Carmen* para se entrar no *Cravo bem temperado.* Os dois últimos nomes de João vêm de seu nascimento (1266?) em Duns, em Berwickshire (?). Ele foi, na idade de 11 anos, enviado a um mosteiro franciscano, em Dumfries; ingressou na Ordem quatro anos depois. Estudou em Oxford e Paris, lecionando depois em Oxford, Paris e Colônia. Morreu ainda moço (1308), com 42 anos. Deixou grande número de trabalhos, principalmente sobre metafísica, os quais se distinguiam por um estilo obscuro, porém sutil, que somente iria surgir novamente na filosofia com o advento de outro escocês. Na realidade, a função de Duns Scoto era muito semelhante à de Kant cinco séculos depois — a de argumentar que as doutrinas de religião deviam ser defendidas mais pela sua necessidade prática e moral do que pela força de sua lógica. Os franciscanos, prontos a desembaraçar-se da filosofia a fim de salvarem Agostinho do dominicano Tomás, fizeram do jovem *Doctor Subtilis* o seu paladino, e seguiram sua diretriz durante muitas gerações em que se empenharam em lutas filosóficas.

Duns foi um dos mais agudos espíritos da história medieval. Tendo estudado matemática e outras ciências, e sentindo a influência de Grosseteste e Roger Bacon em Oxford, formou uma noção rigorosa do que constituía prova e, aplicando esse teste à filosofia de Tomás, terminou com o apressado casamento da teologia com a filosofia, quase mesmo durante sua lua-de-mel. A despeito da clara compreensão de seu método indutivo, Duns argumentava — precisamente o contrário de Francis Bacon — que toda prova indutiva ou posterior, desde o efeito até à causa, é incerta; que somente a prova real é dedutiva e *a priori* — para mostrar que certos efeitos devem originar-se da natureza essencial da causa. Por exemplo, para provarmos a existência de Deus, devemos estudar primeiro a metafísica, isto é, estudar o "ser como ser" e, por uma lógica estrita, chegarmos às qualidades essenciais do mundo. Deve haver no reino das essências uma que seja a fonte de todas as demais, o *Primus;* esse Primeiro Ser é Deus. Duns concorda com Tomás de Aquino que Deus é o *Actus Purus,* porém

não interpreta a frase como Atualidade Pura, porém como Atividade Pura. Primariamente, Deus é mais vontade do que intelecto, Ele é a causa de todas as causas e é eterno. Mas isso é tudo o que Dele podemos saber pela razão. Que Ele é o Deus de Misericórdia, Três em um só, o Criador do Mundo no tempo, o que pela providência vigia a todos — estas e praticamente todas as doutrinas da religião cristã são *credibilia;* devem ser acreditadas em razão da autoridade das Escrituras e da Igreja, porém não podem ser demonstradas pela razão. Realmente, no momento em que começamos a raciocinar a respeito de Deus, caímos em grandes contradições (as "antinomias da razão pura" de Kant). Se Deus é onipotente, é Ele a causa de todas as falhas, inclusive todos os males, e as causas secundárias, inclusive a vontade humana, são ilusórias. Em vista destas ruinosas conclusões e da necessidade de uma crença religiosa para nossa vida moral ("razão prática" de Kant), torna-se mais prudente abandonar a tentativa tomista de provar a teologia pela filosofia, e aceitar os dogmas da religião de acordo com a autoridade da Bíblia e da Igreja.[145] Não podemos conhecer Deus, porém podemos amar a Ele, o que é melhor.[146]

Duns é, em psicologia, um "realista" à sua maneira, aliás muito sutil: o universal é objetivamente real no sentido de que as feições idênticas, que o espírito abstrai de objetos similares para formar uma idéia geral, devem estar encerradas nos objetos, caso contrário como poderíamos percebê-las e abstraí-las? Ele concorda com Tomás de Aquino, dizendo que todo conhecimento natural deriva das sensações. Quanto ao resto, difere dele em todas as questões psicológicas. O princípio de individuação não é a matéria, porém a forma, e a forma apenas nesse seu estrito sentido (*haecceitas*) — as qualidades pecualiares e os sinais distintos das pessoas ou coisas individuais. As faculdades da alma não se distinguem uma da outra, nem da própria alma. A sua faculdade básica não é a compreensão, porém a vontade; é a vontade que determina ao intelecto a que sensações ou fins deve ele atender; somente a vontade (*voluntas*), não o discernimento *(arbitrium),* é livre. O argumento de Tomás de Aquino, de que a nossa sede de contínua e perfeita felicidade prova a imortalidade da alma, é um argumento exagerado, pois isso poderia ser aplicado a qualquer animal no campo. Não podemos provar imortalidade pessoal, devemos simplesmente crer.[147]

Da mesma maneira que os franciscanos disseram que viam em Tomás de Aquino a vitória de Aristóteles sobre os Evangelhos, também os dominicanos podiam ter visto em Duns Scoto o triunfo da filosofia árabe sobre a filosofia cristã: sua metafísica é de Avicena, sua cosmologia, de Ibn Gabirol. Contudo, o fato básico e trágico em Scoto é ter ele abandonado sua tentativa de provar pela razão as doutrinas básicas cristãs. Seus adeptos levaram a questão mais longe, removeram da esfera da razão um por um dos artigos da religião, e multiplicaram assim suas diferenças e sutilezas a ponto de, na Inglaterra, um "dunsman" significar um tolo que faz distinções muito sutis, um insípido sofista, um bobo. Aqueles que tinham aprendido a amar a filosofia recusaram-se a ficar subordinados a teólogos que a repeliam; os estudos de filosofia e teologia entrechocaram-se, operou-se neles uma separação. A rejeição da razão pela fé provocou também a rejeição da fé pela razão. E assim terminou, para a Idade da Fé, a grande aventura.

O escolasticismo foi uma tragédia grega, cuja nêmesis ocultava-se em sua essência. A tentativa de se criar a fé pela razão era o reconhecimento implícito da autoridade da razão; o fato de aceitarem, Duns Scoto e outros, que a fé não podia ser criada pela razão destruiu o escolasticismo e enfraqueceu a fé que, na revolta do século XIV, irrom-

peu de todas as questões doutrinárias e eclesiásticas. A filosofia de Aristóteles foi um presente de grego para a cristandade latina, um cavalo de Tróia que trazia no bojo milhares de elementos hostis. Aquelas sementes da Renascença e do Iluminismo não eram somente "a vingança do paganismo" contra o cristianismo, eram também a vingança inconsciente do Islã; com a invasão da Palestina e expulsos de quase todas as partes da Espanha, os muçulmanos transmitiram sua ciência e filosofia à Europa ocidental, o que constituiu uma força desintegradora. Foram Avicena e Averróis, bem como Aristóteles, que infeccionaram o cristianismo com os germes do racionalismo.

No entanto, nenhuma perspectiva pode ofuscar o esplendor da escolástica. Foi um empreendimento tão ousado e arrojado quanto uma natureza jovem; tinha, como toda força juvenil, suas falhas, um excesso de confiança em si e amor pelos debates; era a voz da nova Europa adolescente que havia descoberto de novo o excitante jogo da razão. Apesar dos concílios e inquisidores que viviam perseguindo as heresias, o escolasticismo usufruiu e exibiu, durante dois séculos de sua exaltação, uma liberdade de investigações, pensamento e ensino que não chega, por assim dizer, a ser ultrapassada nas universidades da Europa hoje em dia. Com o auxílio de juristas dos séculos XII e XIII, o escolasticismo aguçou o espírito ocidental, forjando os instrumentos e os termos da lógica, e recorrendo também a esse raciocínio sutil que não encontra paralelo na filosofia pagã. Certamente aquela facilidade de debates provocava excessos de argumentações sutis contra os quais se rebelaram Roger e Francis Bacon, bem como a própria Idade Média. (Conta Geraldo Cambrensis que um jovem, com penoso sacrifício para o pai, tinha estudado filosofia em Paris durante cinco anos e que, ao voltar para casa, provou ao pai, com uma lógica inexorável, que os seis ovos que estavam sobre a mesa eram 12; o pai comeu então os seis ovos que podia ver, deixando os demais para o filho.[148]) Contudo, o bem herdado do escolasticismo sobrepuja sua parte má. "A lógica, a ética e a metafísica", disse Condorcet, "devem ao escolasticismo uma precisão que era desconhecida aos próprios antigos." "É aos escolásticos," disse Sir William Hamilton, "que a língua vulgar deve o que ela possui de precisão e de sutileza analítica."[149] A qualidade peculiar do espírito francês — seu amor pela lógica, sua clareza e *finesse* — foi, em grande grau, formada pelo vigor da lógica que se ensinava nas escolas da França medieval.[150]

O escolasticismo, o qual, no século XVII, haveria de ser um obstáculo ao desenvolvimento do espírito europeu, foi, nos séculos XII e XIII, um progresso ou restauração revolucionária do pensamento humano. O pensamento "moderno" começa com o racionalismo de Abelardo, alcança seu primeiro ponto elevado na clareza das obras de Tomás de Aquino, sustenta uma derrota efêmera em Duns Scoto, eleva-se novamente com Guilherme de Occam, conquista o papado em Leão X e o cristianismo em Erasmo, zomba em Rabelais, sorri em Montaigne, luta em Voltaire, triunfa sardonicamente em Hume e lamenta sua vitória em Anatole France. Foi a colisão da Idade Média com a razão que fundou essa brilhante e descuidada dinastia.

CAPÍTULO XXXVII

Ciência Cristã

1095 — 1300

I. O AMBIENTE DE MAGIAS

NO tempo do apogeu de seu Império, os romanos souberam dar valor à ciência aplicada, mas haviam quase esquecido a ciência pura dos gregos. Já na *História Natural*, de Plínio, o Velho, vamos encontrar em quase todas as suas páginas, ao que parece, um mundo de superstições medievais. A indiferença dos romanos cooperou com a dos cristãos para quase estancar a fonte da ciência muito antes que as invasões dos bárbaros cobrissem as vias de transmissão cultural com os destroços de uma sociedade arruinada. O que restou da ciência grega na Europa foi enterrado nas bibliotecas de Constantinopla e ainda veio a sofrer com o saque de 1204. A ciência grega atravessou a Síria no século IX e emigrou para o Islã, agitou o pensamento muçulmano, despertando-lhe uma sede pela cultura sem paralelo na História, enquanto a Europa cristã debatia-se para livrar-se da barbárie e das superstições.

A ciência e a filosofia, no Ocidente medieval, tiveram de desenvolver-se em uma atmosfera de mitos, lendas, milagres, agouros, demônios, prodígios, magias, astrologia, profecias e feitiçarias, como acontece somente em épocas de caos e terror. Tudo isso havia existido no mundo pagão e ainda hoje existe, porém temperado por um clima mais civilizado e esclarecido. Tais condições prevaleceram muito fortemente no mundo semítico e triunfaram depois de Averróis e Maimônides. Do século VI ao XI, elas quebraram, na Europa ocidental, os diques da cultura e engolfaram o espírito medieval em um oceano de ocultismo e crendice. Os maiores e os mais instruídos homens compartilharam desta credulidade: Agostinho julgava que os deuses pagãos ainda existiam na qualidade de demônios e que os faunos e sátiros eram figuras reais;[1] Abelardo pensava que os demônios podiam fazer feitiçarias, dados os conhecimentos que possuíam sobre os segredos da natureza;[2] Afonso, o Sábio, admitia a magia e aprovava as profecias feitas através dos estudos dos astros.[3] Como, pois, haveriam de duvidar disso homens de menos cultura?

Uma multidão de seres misteriosos e sobrenaturais havia descido sobre a cristandade, vindos da antigüidade pagã, e a ela ainda afluíam provenientes da Alemanha, Escandinávia e Irlanda, na forma de duendes, gigantes, fadas, gnomos, dragões misteriosos, vampiros sugadores de sangue, etc. Novas superstições estavam também entrando na Europa, procedentes do Oriente. Homens que haviam morrido andavam pelos ares como fantasmas; criaturas que tinham vendido a alma ao diabo vagueavam pelas florestas e campos como lobisomens; almas de crianças que haviam morrido antes do batismo pairavam como fogo-fátuo sobre os pântanos. Ao ver um bando de

corvos pretos, Santo Edmundo Rico reconheceu nele, imediatamente, um grupo de diabos que surgira para buscar a alma de um agiota da cidade.[4] Quando se exorcizava o demônio de um homem, podia-se ver sair da boca deste último uma enorme mosca preta, às vezes um cachorro, dizia uma história medieval.[5] A população de diabos jamais diminuía.

Recorria-se a dezenas de objetos — pedras, amuletos, anéis, etc. — como força mágica para afastar demônios e trazer boa sorte. A ferradura também proporcionava boa sorte porque tinha a forma de lua crescente, a qual havia sido outrora uma deusa. Marinheiros à mercê dos elementos, e camponeses que se achavam sujeitos aos caprichos da natureza viam coisas sobrenaturais a todos os instantes, e viviam em um mundo de superstições. A atribuição de força mágica a certos números viera de Pitágoras através dos padres cristãos: o algarismo três, o número da Trindade, era o mais sagrado e representava a alma; o quatro, o corpo e o sete, a sua soma, simbolizava o homem completo; daí, a predileção pelo sete — idades do homem, planetas, virtudes cardeais e pecados mortais. Um espirro em um momento não apropriado era de mau agouro e era sempre aconselhável que fosse acompanhado por um *salute* para evitar contratempos. Serviam-se de filtros para despertar ou destruir amor. Cuspia-se três vezes na boca de uma rã ou segurava-se uma pedra de jaspe durante o coito para evitar a gravidez.[6] Agobardo, arcebispo de Lião, no século IX, queixou-se de que "os cristãos acreditavam em coisas tão absurdas que nem os próprios pagãos, em outros tempos, chegaram a acreditar".[7]

A Igreja lutou contra aquelas superstições pagãs, condenou muitas crendices e práticas e as punia com vários graus de penitências. Denunciou a magia negra — meio de recorrer-se aos demônios para dominar os acontecimentos; essa prática, porém, floresceu em centenas de lugares secretos. Seus praticantes faziam circular, às ocultas, o *Liber perditionis (Livro da Condenação)*, no qual davam os nomes, moradias e poderes especiais dos principais demônios.[8] Quase todo mundo acreditava em algum meio mágico de transformar o poder de seres naturais de maneira a conseguir o fim visado. João de Salisbury menciona a magia empregada por um diácono, um sacerdote e um arcebispo.[9] A forma mais simples era pelo encantamento. Recitava-se uma fórmula, geralmente muitas vezes; com ela podia-se evitar um mau sucesso, curava-se uma doença e afastava-se um inimigo do caminho. Provavelmente a maioria dos cristãos considerava o sinal-da-cruz, o Padre Nosso e a Ave Maria encantamentos, e usava a água benta e os sacramentos como ritos de magia que tinham efeitos milagrosos.

Seguiam-se depois as bruxarias. O *Livro de Penitência* do bispo de Exeter condenava as mulheres "que professavam poder mudar o espírito dos homens por meio de feitiçarias, transformando o amor em ódio e vice-versa, ou enfeitiçar-lhes ou furtar-lhes os bens", ou que "professavam cavalgar certas noites em certos animais com um bando de demônios com forma de mulher e privar da companhia deles".[10] O "Sábado das Bruxas" tornou-se célebre no século XIV. Uma espécie de feitiçaria consistia em fazer-se um modelo de cera da vítima que se tinha em vista, furando-o com agulhas e atirando pragas; um ministro de Filipe IV foi acusado de contratar uma feiticeira para fazer isso com a efígie do rei. Acreditava-se que algumas mulheres eram capazes de prejudicar ou matar uma pessoa deitando-lhe apenas um "mau-olhado". Bertoldo de Regensburgo achava que iriam mais mulheres para o inferno do que homens porque tão grande número delas fazia feitiçarias — "feitiços para arranjar mari-

dos, para casamentos, para antes do nascimento de um filho, para antes de um batizado... que era de admirar o fato de os homens não perderem o juízo com as monstruosas mandingas que as mulheres lhes preparavam''.[11] A lei dos visigodos acusava as feiticeiras de invocar demônios, sacrificar criaturas a eles, provocar tempestades, etc., e ordenava que se rapasse a cabeça de todas aquelas que fossem condenadas por tais maldades, e se lhes infligissem também 200 chibatadas.[12] As leis de Cnut, na Inglaterra, admitiam a possibilidade de se tirar a vida a alguém por meio de feitiçarias. A princípio a Igreja mostrou-se complacente com aquelas crenças populares considerando-as tolices deixadas pelos pagãos e que logo haveriam de desaparecer; no entanto, tais superstições foram-se espalhando e aumentando. A Inquisição começou sua campanha em 1298 para suprimir a feitiçaria, queimando mulheres na fogueira. Muitos teólogos acreditavam sinceramente que certas mulheres achavam-se ligadas com demônios e que os fiéis deviam ficar protegidos contra seus sortilégios. Assegura-nos Cesário de Heisterbach que, em seu tempo, muitos homens faziam pactos com o diabo e[13], alega-se, que tais praticantes de magia negra desprezavam de tal forma a Igreja, que chegavam a parodiar-lhe os ritos, adorando Satanás em uma missa negra.[14] Milhares de criaturas doentes ou tímidas julgavam-se possuídas pelo demônio. Talvez as orações, fórmulas e cerimônias de exorcismo empregadas pela Igreja tivessem sido destinadas, qual remédio psicológico, a acalmar os espíritos supersticiosos.

A medicina medieval era, em certa medida, um ramo da teologia e dos ritos. Agostinho achava que as moléstias dos homens eram causadas pelos demônios. Lutero concordou com ele. Parecia, pois, lógico que se pudesse curar as doenças com orações, e debelar as epidemias por meio de procissões religiosas ou construindo-se igrejas. Erigiram assim o templo de Santa Maria della Salute, em Veneza, a fim de debelar uma peste. As orações a São Gerboldo, bispo de Bayeux, extinguiram uma epidemia de disenteria que grassava nessa cidade.[15] Havia médicos que aceitavam o auxílio da fé religiosa na cura dos enfermos; recomendavam orações e o uso de amuletos.[16] Mesmo ao tempo de Eduardo, o Confessor, vamos encontrar soberanos ingleses que benziam anéis para a cura de epilepsia.[17] Reis que haviam sido consagrados pelas mãos de religiosos achavam que podiam também curar enfermos com o toque de suas mãos. Pessoas que sofriam de escrófula eram consideradas muito sensíveis a esse gesto real, daí o nome de ''mal do rei'' dado àquela moléstia. São Luís, a esse respeito, foi muito liberal, e consta que Filipe de Valois ''benzeu'' 1.500 pessoas em uma só audiência.[18]

Havia outros meios de feitiçaria para se adivinhar o futuro e tratar da saúde. A maior parte dos métodos para se adivinhar o futuro ou ver os ausentes floresceu durante toda a Idade Média, não obstante as constantes condenações feitas pela Igreja. Tomás Becket, desejando aconselhar Henrique II a respeito de uma invasão que se preparava contra a Bretanha, consultou um arúspice, o qual predisse o futuro observando um bando de pássaros, e também a um quiromante, que fez suas predições estudando as linhas da mão.[19] A arte da quiromancia, dizia-se, contava com a aprovação divina de acordo com um verso do Êxodo (XIII, 9): ''Será de acordo com um sinal que tens em tua mão.'' Outros profetas procuraram predizer acontecimentos observando os ventos (aeromancia) ou as águas (hidromancia), ou a fumaça de uma fogueira (piromancia). Alguns, imitando os muçulmanos, marcavam pontos, ao acaso, no chão (ou em qualquer trabalho escrito), ligavam-nos com linhas e diziam a sorte de acordo com as figuras geométricas assim formadas (geomancia). Alega-se que ou-

tros procuravam conhecer o futuro evocando os mortos (necromancia). Consta que Alberto Groto evocou, a pedido de Frederico Barba-Roxa, o espírito da esposa do imperador.[20] Muitos consultavam livros de profecias, como os que, se dizia, continham as predições de sibilas, do mago Merlin ou de Salomão. Alguns abriam a Bíblia, ao acaso *(sortes sanctorum)*, ou a *Eneida (sortes vergilianae)* e prediziam o futuro pelo primeiro verso que viam. Os mais sérios historiadores medievais (como Lívio) quase sempre eram de opinião que importantes acontecimentos haviam sido direta ou simbolicamente previstos por visões, profecias e sonhos. Havia grande quantidade de livros — por exemplo, um de Arnoldo de Villanova — que ofereciam as últimas interpretações científicas dos sonhos (oniromancia). Tais livros não eram mais tolos do que os que muitos cientistas célebres escreveram no século XX. Quase todos aqueles modos de adivinhações haviam sido empregados em tempos antigos; ainda são praticados hoje em dia.

Mas nossos tempos, a despeito de alguns esforços, ainda não se igualam à Idade da Fé — no Islã, no judaísmo e na cristandade — quanto à crença de que se pode decifrar o futuro pelas estrelas. Se o clima da terra e o crescimento das plantas podiam ser tão claramente influenciados pelos corpos celestes, por que estes últimos não haveriam de afetar, aliás determinar, a produção, natureza, doenças, períodos, fertilidade, epidemias, revoluções e os destinos dos homens e dos Estados? Havia um astrólogo profissional em quase todas as mansões de príncipes e reis. Os doutores sangravam os pacientes da mesma maneira como muitos fazendeiros ainda fazem às semeaduras — de acordo com as fases da lua. A maioria das universidades tinha cursos de astrologia, matéria essa que denominavam de ciência dos astros; nela se achava incluída a astronomia, a qual progrediu muito em virtude de seus objetivos e interesses. Estudiosos apaixonados declaravam haver previsto ocorrências de acordo com a influência dos corpos celestes sobre a Terra. Dizia-se que pessoas nascidas sob o signo de Saturno eram frias, graves e sombrias; as nascidas sob o signo de Júpiter, sóbrias e joviais; sob o signo de Marte, ardentes e belicosas; sob o signo de Vênus, afetuosas e fecundas; sob o signo de Mercúrio, inconstantes; e as que nasciam durante a lua cheia, melancólicas, quase chegando ao ponto de loucura. A genetliologia predizia a vida toda do indivíduo pela posição das constelações por ocasião de seu nascimento. Para se conseguir um bom horóscopo, tinha-se de "observar a hora", anotar o momento exato do nascimento e a posição das estrelas. Compilavam-se mapas celestes especialmente para a feitura de tais horóscopos.

Certos homens salientaram-se como versados em ocultismo. Pedro de Abano quase transformou a filosofia em astrologia; Arnoldo de Villanova, médico célebre, tinha predileção pela magia. Cecco d'Ascoli (1257?-1327), que ensinava astrologia na Universidade de Bolonha, vangloriava-se de que, pela data do nascimento, podia ler o pensamento dos homens ou adivinhar o que eles ocultavam nas mãos. Para dar um exemplo, traçou o horóscopo de Cristo e mostrou como as constelações durante o Natal haviam tornado inevitável a crucificação. Foi condenado pela Inquisição (1324), retratou-se, tendo sido poupado com a condição de manter-se calado. Seguiu para Florença, onde exerceu a profissão de astrólogo e morreu na fogueira por negar que houvesse livre-arbítrio (1327). Muitos estudiosos sinceros — Constantino, o Africano, Gerbert, Alberto Magno, Roger Bacon, Vicente de Beauvais, etc. — foram acusados de feitiçaria e de manterem relações com o demônio, pois o povo não acreditava que os conhecimentos deles tivessem sido obtidos por meios naturais. Miguel Scot

também caiu em suspeita por ter escrito tratados célebres sobre ocultismo: um *Liber introductorius* sobre astrologia, a *Physiognomia* sobre a correlação das qualidades de caráter com as peculiaridades do corpo, e duas obras sobre alquimia. Miguel Scot condenou a magia, mas divertiu-se escrevendo a respeito dela. Deu uma relação de 28 métodos de adivinhação e parece ter acreditado em todos eles.[21] Ao contrário da maioria de seus contemporâneos, fez cuidadosas observações e algumas experiências. Deu também a entender que a posse de um jaspe ou topázio auxiliaria o homem a manter abstinência.[22] Foi hábil bastante para manter boas relações com Frederico II e os papas, porém o inexorável Dante colocou-o no inferno.

A Igreja e a Inquisição faziam parte daquele ambiente de ciências na Europa do século XIII. A maioria das universidades funcionava sob a jurisdição eclesiástica. Contudo, a Igreja concedia aos professores grande elasticidade em suas doutrinas e, em muitos casos, estimulou as investigações científicas. Guilherme de Auvergne, bispo de Paris (falecido em 1249), promoveu tais investigações e ridicularizou os que acreditavam ver um ato de Deus em qualquer acontecimento extraordinário. O bispo Grosseteste, de Lincoln, estava tão adiantado no estudo de matemáticas, óptica e ciência experimental, que Roger Bacon o colocou no mesmo plano de Aristóteles. As ordens dominicanas e franciscanas não fizeram objeção alguma aos estudos científicos de Alberto Magno ou de Roger Bacon. São Bernardo e alguns outros religiosos desencorajavam o estudo das ciências, mas seus pontos de vista não foram adotados pela Igreja.[23] Esta não se conformava com a dissecação de cadáveres, pois figurava entre suas doutrinas básicas o fato de que o homem fora feito segundo a imagem de Deus e que o corpo, assim como a alma, se ergueria da sepultura. Aquela sua relutância era inteiramente partilhada pelos muçulmanos e judeus[24], e também por quase toda a gente.[25] Guido de Vigevano, em 1345, falou sobre a dissecação como sendo "proibida pela Igreja",[26] mas não encontramos nenhuma proibição eclesiástica antes da bula *De Sepulturis* de Bonifácio VIII, expedida em 1300; esta última apenas proibia que se retalhasse um cadáver e lhe tirassem a carne com água fervendo, processo que se adotava para enviar aos parentes os ossos esterilizados de cruzados mortos a fim de serem enterrados em sua terra natal.[27] Talvez isso tivesse sido mal interpretado como sendo proibição de dissecação *post-mortem*, porém encontramos o cirurgião italiano Mondino fervendo e dissecando cadáveres por volta de 1320 sem que se saiba tivesse havido qualquer protesto eclesiástico.[28]

Se as realizações da ciência medieval no Ocidente parecem poucas no sumário seguinte, cumpre, no entanto, lembrar-nos de que ela se desenvolveu em ambiente hostil, cheio de superstições e magias, em época que atraíra os melhores espíritos para a lei e teologia e quando quase todos os homens acreditavam terem sido resolvidos os maiores problemas de origem cósmica e humana. Todavia, depois de 1150, com o advento da riqueza e derrame de obras traduzidas do Islã, o espírito da Europa ocidental despertou de seu torpor, com ele a sua curiosidade e os homens começaram a discutir sobre o grande e antigo mundo dos gregos livres e, dentro de um século, toda a Europa latina se entregou à ciência e à filosofia.

II. A REVOLUÇÃO DA MATEMÁTICA

O primeiro grande nome a figurar nessa ciência, naquele período, é o de Leonardo Fibonacci, de Pisa.

A matemática dos sumerianos, de origem desconhecida, havia atravessado a Babilônia, surgindo na Grécia; a geometria dos egípcios, ainda visível nas pirâmides, passara, talvez através de Creta e Rodes, para a Jônia e Grécia; os matemáticos gregos foram à Índia percorrendo o caminho de Alexandre e exerceram certo papel na evolução hindu, a qual atingiu sua culminância em Brahmagupta (588?-660); por volta de 775, traduziram-se para o árabe as obras de matemáticos hindus e logo depois as dos matemáticos gregos; os algarismos hindus entraram no Islã ocidental por volta de 830; Gerbert levou-os para a França mais ou menos no ano 1000; matemáticos gregos, árabes e hebreus afluíram, nos séculos XI e XII, à Europa ocidental, através da Espanha e Sicília, e encaminharam-se, juntamente com mercadores italianos, para Veneza, Gênova, Amalfi e Pisa. A transmissão do saber representa para a civilização o que a reprodução representa para a vida.

Outro ramo de transmissão de conhecimentos apareceu no século VI antes de Cristo, na forma do ábaco chinês, aparelho para fazer contas por meio da transferência de pequeninas varas chinesas de um grupo para outro; os chineses de hoje ainda empregam o descendente do ábaco, o *suanpan*. Diz Heródoto que, no século V a.C., os egípcios faziam contas com seixos, "passando-os da mão direita para a esquerda"; os gregos faziam-no de modo contrário. Os romanos empregavam várias formas de ábacos; em uma delas, os tentos deslizavam em encaixes e eram feitos de pedra, metal ou vidro colorido, a que davam o nome de *calculi*, pedrinhas.[29] Boécio, por volta de 525, mencionou que o ábaco permitia que se contasse de 10 em 10, porém ignorou-se esse convite para a adoção do sistema decimal. Os mercadores da Itália empregavam o ábaco, mas escreviam os resultados com algarismos romanos.

Leonardo Fibonacci nasceu em Pisa, em 1180. O pai era gerente de uma agência comercial na Argélia; na adolescência, Leonardo ali viveu com ele, tendo por professor um muçulmano. Viajou pelo Egito, Síria, Grécia e Sicília, estudou os métodos dos mercadores e aprendeu a contar, diz-nos ele, "por um maravilhoso método através dos nove algarismos dos indianos";[30] no começo de seu emprego na Europa, aqueles novos algarismos chamavam-se *hindus*, e o que representa agora uma coisa aborrecida em nossa infância era, naquele tempo, motivo de admiração e prazer. Talvez Leonardo tivesse aprendido o grego e o árabe; seja como for, o fato é que o vemos muito familiarizado com a matemática de Arquimedes, Euclides, Hero e Diofano. Publicou, em 1202, o seu *Liber abaci*. Foi a primeira exposição acurada dos algarismos hindus, do zero e do sistema decimal feita por um autor cristão, a qual assinalou o renascimento da matemática no mundo latino cristão. Aquele mesmo trabalho apresentou a álgebra árabe à Europa ocidental e causou uma pequena revolução dessa ciência com o emprego ocasional de letras, em vez de algarismos, a fim de se generalizar e abreviar as equações.[31] Em sua *Practica geometriae* (1220), Leonardo, pela primeira vez no mundo cristão, ao que sabemos, aplicou a álgebra aos teoremas de geometria. Fez, em 1225, em dois pequenos trabalhos, contribuições originais para a solução das equações de primeiro e segundo graus. Frederico II presidiu, naquele ano, em Pisa, um torneio de matemática, durante o qual João de Palermo apresentou vários problemas que foram solucionados por Fibonacci.

A despeito de ter seu trabalho marcado época, o fato é que o novo método encontrou, durante certo tempo, muita resistência por parte dos mercadores da Europa; muitos deles preferiam trabalhar com o ábaco e escrever os resultados com algarismos romanos. Já em 1299, os partidários do ábaco em Florença passaram uma lei contra o

uso daquelas "ridículas figuras".[32] Somente uns poucos matemáticos compreenderam que aqueles novos símbolos, o zero e o alinhamento decimal das unidades, dezenas, centenas, etc. abriam um caminho para o desenvolvimento da matemática, o que se tornava quase impossível fazer com as antigas letras dos gregos, romanos e judeus. Somente no século XVI foi que os algarismos hindus substituíram, finalmente, os algarismos romanos; o sistema duodecimal de cálculo ainda vive em muitos pontos; o 10 ainda não venceu totalmente sua longa guerra milenar contra o 12.

A matemática, na Idade Média, tinha três objetivos: atender aos trabalhos de mecânica, à escrituração das contas comerciais e à feitura de mapas celestes. Aliava-se estreitamente à física e à astronomia. Quem escrevesse sobre cada uma dessas matérias estaria geralmente contribuindo para o desenvolvimento das demais. Assim, João de Holywood (em Yorkshire), que era conhecido no mundo latino como Joannes de Sacrobosco, tendo estudado em Oxford e lecionado em Paris, escreveu um *Tractatus de sphaera* — *Tratado sobre a Esfera* (*Celeste*) — e outro sobre a nova matemática, *Algorismus vulgaris* — *Matemáticas para o Povo* (*ca.* 1230). *Algorismus*, corruptela do nome al-Khwarizmi, era a expressão latina para o sistema aritmético que empregava algarismos hindus. João de Holywood atribuiu aos "árabes" a invenção desse sistema e foi, em parte, o responsável pela denominação errônea de "algarismos árabes".[33] Roberto de Chester, por volta de 1149, ao fazer uma adaptação das tábuas astronômicas de al-Battani e al-Zarqali, levou a trigonometria árabe para a Inglaterra e introduziu a palavra *sinus* (seno) na nova ciência.

As necessidades da navegação e a paixão pela astrologia mantiveram o interesse pela astronomia. A grande autoridade derivada das muitas traduções do *Almagest* petrificou a astronomia da Europa cristã nas teorias de Ptolomeu sobre excêntricos e epiciclos, colocando a Terra como centro de todos os movimentos celestes; espíritos agudos, como Alberto Magno, Tomás de Aquino e Roger Bacon, perceberam a força das críticas que o astrônomo mouro al-Bitruji havia feito àquele sistema no século XII, mas não se encontrou nenhuma alternativa satisfatória para a mecânica celeste antes de Copérnico. Os astrônomos cristãos, no século XIII, idealizavam os planetas como girando em torno da Terra; as estrelas fixas, retidas em um firmamento de cristal e dirigidas por uma inteligência divina, giravam também em torno da Terra com absoluta precisão; o centro e o zênite do universo eram aquele mesmo ser a quem os teólogos descreviam como um miserável verme maculado pelo pecado e quase sempre condenado ao inferno. A concepção oferecida por Heraclides Pôntico, quatro séculos antes de Cristo, de que o aparente movimento diário do céu era devido à rotação da Terra em seu eixo, foi discutida pelos astrônomos semitas no século XIII, mas ficou completamente esquecida no mundo cristão. Outra idéia de Heraclides — de que Mercúrio e Vênus giravam em torno do Sol — foi também comunicada por Macróbio e Marciano Capela; João Scoto Erígena a ela recorreu e aplicou-a a Marte e Júpiter. O sistema heliocêntrico já se achava às portas da vitória.[34] Mas aquelas brilhantes hipóteses figuravam entre os acidentes da Idade Média e a Terra foi, até 1521, considerada o centro do universo. Contudo, todos os astrônomos concordavam em que a Terra é uma esfera.[35]

Os mapas e instrumentos astronômicos do Ocidente foram importados do Islã e copiados de acordo com os modelos originais. Em 1091, Walcher de Lorraine, mais tarde prior da abadia da Malvern, observou eclipses da Lua na Itália com um astrolábio; é o primeiro que se conhece de observação astronômica no Ocidente cristão; contudo, mesmo dois séculos mais tarde (*ca.* 1296) Guilheme de St. Cloud teve de lembrar aos astrônomos, por preceitos e exemplos, que a ciência desenvolvia-se melhor por meio de observações do que pela leitura ou filosofia. A melhor contribuição para a astronomia no mundo cristão, naquele período, foi a dos mapas afonsinos de movimentos celestes preparados por dois judeus espanhóis para Afonso, o Sábio.

A quantidade de dados astronômicos acumulados revelou as imperfeições do calendário criado por Júlio César (46 a.C.) dos trabalhos de Sosígenes, o qual encompridava o ano com o acréscimo de 11 minutos e 14 segundos. As crescentes relações entre astrônomos, mercadores e historiadores através das fronteiras mostravam também as inconveniências surgidas com ca-

lendários diferentes. Al-Biruni fez substancioso estudo dos sistemas rivais de divisão do tempo e de se datarem acontecimentos (*ca.* 1000); Aaron ben Meshullam e Abraham bar Hiyya ampliaram os estudos em 1106 e 1122, seguindo-se Roberto Grosseteste e Roger Bacon com sugestões construtivas no século XIII. O *Computus* (*ca.* 1232) de Grosseteste — um jogo de quadros para calcular os acontecimentos na astronomia e as datas móveis (ex. Páscoa) — foi o primeiro passo para o calendário gregoriano (1582), o qual nos orienta hoje em dia e também nos deixa confusos.

III. A TERRA E SUA VIDA

A ciência que menos progrediu na Idade Média foi a da geologia. A Terra era a morada que Cristo escolhera, e a crosta do inferno. O tempo era um capricho de Deus. Muçulmanos, judeus e cristãos abordaram a mineralogia com superstições e compuseram trabalhos sobre o poder mágico das pedras. Marbod, bispo de Rennes (1035-1123), escreveu em versos, na língua latina, o *Liber lapidum*, o qual foi muito popular e descrevia as qualidades ocultas de 60 pedras preciosas; uma safira segura na mão durante a oração, dizia aquele erudito bispo, faria com que se conseguisse uma atenção favorável por parte de Deus.[36] Uma opala dentro de uma folha de louro tornava invisível a pessoa que a segurava; a ametista imunizava as criaturas contra intoxicações e o diamante tornava-as invencíveis.[37]

Aquela mesma grande curiosidade que gerava superstições no tocante aos minerais da Terra, fez com que os homens medievais percorressem a Europa e o Oriente e enriquecessem a geografia. Geraldo Cambrensis — Giraldo de Gales (1147-1223) — viajou por muitos países, adquiriu perfeito domínio de idiomas exceto o seu, acompanhou o príncipe João à Irlanda, onde viveu dois anos, percorreu o País de Gales para pregar a Terceira Cruzada e escreveu quatro livros interessantes sobre aqueles dois países. Encheu suas páginas de preconceitos e milagres, porém amenizou-as com vívidas descrições de homens e lugares, bem como comentários alegres sobre coisas triviais, trabalho esse que julgava fosse imortalizá-lo,[38] mas ele subestimou a propensão do tempo para lançar ao esquecimento tudo o que se passa.

Foi um dos muitos milhares que, nos séculos XII e XIII, fizeram peregrinação ao Oriente. Elaboraram-se mapas e rotas para guiarem-nos e com isso muito lucrou a geografia. Em 1107-11, Sigurd Jorsalafare, rei da Noruega, fez-se ao mar, rumo à Palestina, com 60 navios, via Inglaterra, Espanha e Sicília. Partira numa cruzada. Após combater os muçulmanos em todas as ocasiões, dirigiu sua frota, já então reduzida, para Constantinopla e daí, com seus homens, atravessou os Bálcãs, Alemanha e Dinamarca, rumo à Noruega. A história dessa viagem cheia de aventuras constitui uma das grandes lendas escandinavas. Em 1270, Lanzarotte Malocello tornou a descobrir as Ilhas das Canárias, as quais já haviam sido conhecidas aos homens da antigüidade. Por volta de 1290, Ugolino e Vadino Vivaldo, segundo reza uma história, cuja veracidade não foi confirmada, partiram de Gênova para a Índia em duas embarcações dando a volta pela África; consta que desapareceram todos os que nelas seguiram. Um logro muito célebre foi o que surgiu em forma de carta de um hipotético "Prestes João" (*ca.* 1150), o qual dizia possuir grandes domínios na Ásia central e, ao mesmo tempo, fazia uma descrição fantástica das terras do Oriente. A despeito das Cruzadas, poucos eram os cristãos que acreditavam em antípodas. Santo Agostinho achava "inacreditável que houvesse habitantes em outro globo, onde o Sol se levantava quando se deitava juntamente conosco, e onde os homens andavam em direção a nós".[39] Um monge irlandês, São Fergil, aventou, por volta de 748, a possibilidade de haver "outro mundo e outros homens debaixo da Terra";[40] Alberto Magno e Roger Bacon aceitaram essa idéia, mas ela permaneceu apenas uma concepção ousada de uns poucos até o tempo da circunavegação do globo por Magalhães.

As principais contribuições para os conhecimentos da Europa sobre o Extremo Oriente foram feitas por dois monges franciscanos. Em abril de 1245, Giovanni di Piano Carpini, uma gorda criatura de 65 anos de idade, foi enviado por Inocêncio IV à corte da Mongólia, em Caracorum. Giovanni e o companheiro que seguiu com ele

sofreram toda a sorte de dificuldades, viajaram durante 15 meses, trocando os cavalos quatro vezes por dia. Fiéis às regras franciscanas que impunham a abstenção de carne, quase morreram de fome entre os nômades, os quais nem sempre tinham outro alimento para lhes dar. Giovanni fracassou em sua missão, mas, depois de sua volta à Europa, fez uma descrição da viagem, a qual constitui uma obra clássica na literatura da geografia — clara, impessoal, real, sem uma palavra de louvor a si mesmo ou de queixa. Em 1253, Luís IX enviou Guilherme de Rubruquis (Guilherme van Ruysbroeck) ao Grande Cã para renovar as propostas do Papa para uma aliança; Guilherme trouxe, ao voltar, um duro convite, qual o de a França submeter-se ao poder mongólico.[41] Tudo que restou da expedição dele foi uma excelente descrição dos costumes e da história dos mongóis. Foi nela que, pela primeira vez, os geógrafos europeus conheceram as nascentes do Don e do Volga, a posição do lago Balcache, o culto do Dalai Lama, as colônias dos cristãos nestorianos na China e a diferença que havia entre mongóis e tártaros.

Os mais famosos e brilhantes viajantes da Europa medieval no Extremo Oriente foram os membros da família Pólo, mercadores venezianos. Andréia Pólo tinha três filhos — Marco, o primogênito, Nicolau e Mafeu — dedicando-se todos ao comércio com Bizâncio e vivendo em Constantinopla. Por volta de 1260, Nicolau e Mafeu transferiram-se para Bucara, onde permaneceram três anos. Dali viajaram com a comitiva de um embaixador tártaro rumo à corte de Cublai-Cã, em Xangtu. Cublai mandou-os de volta ao Papa Clemente IV como emissários; eles levaram três anos para alcançar Veneza, ocasião em que Clemente faleceu. Em 1271, partiram novamente para a China. Nicolau levou consigo seu filho mais novo, Marco, um rapazola de 17 anos. Em três anos e meio atravessaram a Ásia, via Bactriana, o planalto de Pamir, Cachegar, Cotã, Lop Nor, o deserto de Gobi e Tangute. Quando chegaram a Xangtu, Marco já estava com quase 21 anos. Cublai simpatizou-se com o jovem, deu-lhe importantes cargos e missões e manteve os três Pólo na China durante 17 anos. Eles voltaram depois. Fizeram em três anos a viagem via Java, Sumatra, Cingapura, Ceilão e o Golfo Pérsico, atravessaram Trebizonda e, de barco, seguiram para Constantinopla e depois para Veneza, onde, como todo o mundo sabe, ninguém queria acreditar nas histórias que Marco contou sobre o "majestoso Oriente". Na luta que se travou por Veneza em 1298, Marco foi capturado e mantido durante um ano em uma prisão veneziana. Ali ditou ele as suas narrativas a um companheiro de cárcere. Quase todos os elementos daquela história que parecia inacreditável foram confirmados por explorações posteriores. Foi Marco quem fez a primeira descrição de uma viagem através de toda a Ásia, o primeiro europeu a vislumbrar o Japão, o primeiro que descreveu Pequim, Java, Sumatra, Sião, Birmânia, Ceilão, a costa de Zanzibar, Madagascar e Abissínia. O livro revelou o Oriente ao Ocidente. Auxiliou a abrir novas rotas para o comércio, idéias e artes e contribuiu para a feitura de uma geografia que inspirou Colombo a partir em sua nau, do Ocidente para o leste.

Como a órbita de comércio e viagens se ampliava, a ciência da cartografia procurou alcançar o nível que tivera nos dias de Augusto. Os navegadores prepararam *portolani* (portolanos) — guias para os portos de comércio, com mapas, cartas, itinerários e descrições dos vários pontos de ancoradouros. Tais portolanos alcançaram, nas mãos dos cartógrafos de Pisa e Gênova, alto grau de precisão. Os mapas-múndi desenhados pelos monges daquele período eram, no entanto, esquemáticos e incompreensíveis.

Estimulado pelos tratados de zoologia de Aristóteles e a obra clássica de botânica

de Teofrasto, o espírito já então despertado do Ocidente lutou por livrar-se das lendas e de Plínio, entregando-se ao estudo dos animais e plantas. Quase todo o mundo acreditava que os pequeninos organismos, inclusive vermes e moscas, geravam-se espontaneamente do pó, lama e podridão. As fábulas sobre animais haviam quase substituído a zoologia; como eram os monges que faziam quase todos os trabalhos escritos, o mundo animal era, em grande parte, considerado em termos teológicos como um repositório de extraordinário simbolismo. Inventaram-se novas criaturas para fins de alegre fantasia ou necessidades de fundo religioso. Disse o bispo Honório de Autun no século XII:

> O unicórnio é um animal muito feroz que tem apenas um chifre. Para capturá-lo, coloca-se uma donzela em um campo. O unicórnio aproxima-se dela e descansa em seu colo, quando então é agarrado. Afigura-se Cristo pelo animal; pelo chifre, a sua força insuperável... Foi agarrado pelos caçadores quando descansava sobre o ventre de uma virgem — isto é, Cristo foi encontrado na forma de um homem por aqueles que o amavam.[42]

O principal trabalho científico na Idade Média, em matéria de biologia, foi o de Frederico II, *De arte venandi cum avibus*, um tratado de 589 páginas sobre "a arte de caçar com aves". Foi baseado, em parte, nos manuscritos gregos e muçulmanos, porém mais em observações diretas e experiências. O próprio Frederico era um hábil falcoeiro. A descrição que faz da anatomia das aves contém grande quantidade de contribuições originais; sua análise do vôo e migração das aves, suas experiências sobre a incubação artificial de ovos e os movimentos dos abutres demonstram um espírito científico sem rival naquela época.[43] Frederico ilustrou o texto com centenas de desenhos de pássaros, talvez com a própria mão — desenhos "fiéis até aos mínimos detalhes".[44] A sua coleção de animais não era, como pensava a maioria de seus contemporâneos, um capricho de bizarro exibicionismo, mas um laboratório para o estudo direto da conduta dos animais. Aquele Alexandre foi o seu próprio Aristóteles.

IV. MATÉRIA E ENERGIA

A química e a física saíram-se melhor do que a geologia e a biologia; suas leis e maravilhas sempre se harmonizavam bem com a concepção dos teístas sobre o mundo, melhor do que com uma "natureza cruel". Os esforços de Oliver de Malmesbury para fazer um aeroplano, quase no começo daquele período, dão-nos uma idéia de sua vitalidade; seu invento ficou pronto em 1065. Oliver voou nele de uma grande altura e morreu.[45]

A ciência da mecânica produziu no século XIII uma notável figura, o monge dominicano, que antecipou Isaac Newton em várias concepções básicas. Jordano Nemorário tornou-se o segundo geral da Ordem Dominicana em 1222. A sede de cultura que tinham os frades pregadores atesta a capacidade desse homem em apresentar tão brilhante trabalho científico, caso não bastasse para confirmar isso a palavra de Alberto e Tomás. Em três tratados de matemática que rivalizam com os de Fibonacci

em coragem e influência, aceitou ele os algarismos hindus e aperfeiçoou a álgebra com o emprego regular de letras em vez de algarismos para suas fórmulas gerais. O seu *Elementa super demonstrationem ponderis* estudou os componentes da gravidade ao longo de uma trajetória e traçou o princípio agora conhecido por axioma de Jordano: aquilo que puder erguer certo peso a determinada altura pode erguer um peso *K* vezes mais pesado até a uma altura *K* vezes menor. Outro tratado, *De ratione ponderis* (talvez de um discípulo), analisava a noção do movimento estático — o resultado da força no braço da alavanca, antecipando-se às idéias modernas na mecânica da alavanca e do plano inclinado.[46] Um terceiro tratado, atribuído à "escola de Jordano", procurou exprimir a teoria dos deslocamentos virtuais — princípio desenvolvido por Leonardo da Vinci, Descartes e João Bernoulli e finalmente formulado por J. Willard Gibbs no século XIX.

O progresso da mecânica afetou vagarosamente as invenções. Em 1271, Roberto da Inglaterra expôs claramente a teoria do relógio de pêndulo. Em 1288, já nos falam sobre um grande relógio existente em uma torre de Westminster e, por esse mesmo tempo, de outros semelhantes nas igrejas do Continente. Contudo, não há indicações certas de que fossem inteiramente mecânicos. A primeira menção positiva que se faz de um relógio movido por roldanas, pesos e rodas dentadas data de 1320.[47]

O ramo de física que mais se salientou naquele período foi o da óptica. Os tratados árabes de al-Haitham, traduzidos para o latim, abriram quase um novo mundo para o Ocidente. Em um ensaio sobre o arco-íris, escreveu Roberto Grosseteste, por volta de 1230, sobre um

> terceiro plano de perspectiva... que se manteve intocável e desconhecido entre nós até ao presente... (o qual) nos mostra como fazer com que objetos distantes pareçam estar bem próximos da gente, e como fazer objetos grandes perto de nós parecerem pequenos e objetos distantes aparecerem do tamanho que se desejar.

Tais maravilhas, acrescenta ele, podem ser realizadas quebrando-se o "raio visual" e passando-o através de vários objetos transparentes ou lentes de várias estruturas. Tais idéias fascinaram seu discípulo Roger Bacon. Outro monge franciscano, João Peckham, provavelmente também aluno de Grosseteste em Oxford, tratou da reflexão, refração e estrutura do olho em um tratado denominado *Perspectiva communis*; quando nos lembramos de que Peckham tornou-se arcebispo de Cantuária, novamente percebemos que havia uma *entente* entre a ciência e a Igreja medieval.

Um dos resultados daqueles estudos de óptica foi a invenção de óculos. Os vidros de aumento já haviam sido conhecidos da Grécia antiga,[48] porém a fabricação de vidros que podiam focalizar propriamente quando perto dos olhos parece ter aguardado as pesquisas na geometria da refração. Um documento chinês cuja data incerta oscila entre 1260 e 1300 fala-nos de vidros chamados *ai tai*, com os quais os velhos podiam ler escritos miúdos. Um frade dominicano, pregando em Piacenza em 1305, fez a seguinte observação: "Ainda não faz 20 anos que se descobriu a arte de fazer óculos (*occhiali*), que nos permitem ver bem... Eu mesmo conversei com o homem que foi o primeiro a descobrir e a fazer óculos." Diz uma carta datada de 1289: "Os anos já me pesam tanto que sem os vidros chamados *okiali*, recentemente inventados, eu não poderia ler nem escrever." Esse invento é geralmente atribuído a Salvino d'Amarto, em cuja lápide de sua sepultura que data de 1317 lia-se: "inventor dos óculos". Em

1305, um médico de Montpellier anunciara que havia preparado uma água oftálmica que tornava desnecessários os óculos.[49]

A força de atração do magneto já era também do conhecimento dos gregos. O seu poder de indicar a direção parece ter sido descoberto pelos chineses no século I de nossa era. Os chineses, segundo a história deles, atribuem aos muçulmanos, por volta de 1093, o primeiro uso da agulha magnética como guia na navegação. Tal uso provavelmente se espalhou entre os marinheiros muçulmanos e cristãos ao fim do século XII. A mais antiga referência que a esse respeito se tem dos cristãos data de 1205, a dos muçulmanos é de 1282.[50] Mas talvez aqueles que havia muito conheciam o precioso segredo não tivessem pressa de publicá-lo. Mas ainda, os marinheiros que se serviam da agulha magnética eram suspeitos de magia, e alguns se recusavam a viajar com um capitão que tivesse um instrumento assim tão diabólico.[51] A primeira descrição que se conhece de uma bússola aparece numa *Epistola de magnete* de Pedro Peregrino, de 1269. Pedro Peregrino realizou muitas experiências, defendeu o método experimental e explicou a ação do magneto ao atrair o ferro, magnetizar outros objetos e apontar o norte. Tentou também construir uma máquina de moto-contínuo operada por magnetos de geração própria.[52]

A química progrediu muito em virtude de pesquisas da alquimia. Textos árabes nesse ramo foram traduzidos para o latim desde o século X e logo invadiram o Ocidente e até mesmo os mosteiros. O irmão Elias, sucessor de São Francisco, publicou um trabalho sobre alquimia para Frederico II; outro franciscano, Grosseteste, escreveu sobre a possibilidade de se transformar os metais, e um dos mais célebres livros medievais, o *Liber de causis*, apresentou a alquimia e a astrologia em um trabalho que passava como sendo de Aristóteles. Muitos reis europeus empregavam alquimistas na esperança de salvarem seus tesouros, transformando metais baratos em ouro.[53] Outros fanáticos continuaram as pesquisas para descobrir o elixir da longa vida e a pedra filosofal. Em 1307, a Igreja condenou a alquimia como sendo uma arte diabólica, mas continuou-se a praticá-la. Vários autores dos séculos XII e XIII atribuíam seus trabalhos sobre alquimia ao muçulmano "Gebir", talvez com o fito de escaparem à censura eclesiástica.

As experiências médicas com drogas trouxeram novos conhecimentos à química, e as operações industriais exigiam em grande parte experiências e descobertas. A fabricação de cerveja, tinturas, potes, esmaltes, vidros, cola, vernizes, tintas e cosméticos muito contribuiu para o desenvolvimento da química. Pedro de St. Omer, por volta de 1270, escreveu o *Liber de coloribus faciendis*, o qual continha receitas de vários ingredientes usados nas tintas; uma receita descrevia a fabricação de tintas a óleo por meio da mistura de um ingrediente com óleo de linhaça.[54] Por volta de 1150, um tratado conhecido por *Magister Salernus* — presumivelmente trabalho da escola de medicina de Salerno — mencionou a destilação do álcool; é a primeira referência que se fez sobre essa operação, hoje universal. Os países produtores de uvas destilavam vinho e chamavam o produto assim obtido de *aquavitae, eau de vie, água da vida.* Os do norte, que possuíam menos uvas e cujo clima era mais frio, achavam mais barato destilar grãos de trigo. O termo céltico *uisqebeatha,* que se abreviou para *whisky,* significava também "água da vida".[55] Os alquimistas muçulmanos já conheciam a destilação, mas a descoberta do álcool — e a dos ácidos minerais no século XIII — ampliaram a indústria e os conhecimentos químicos.

Quase tão importante quanto a destilação do álcool, em seus efeitos, foi a desco-

berta da pólvora. Discute-se agora aqui se coube aos antigos chineses a primazia dessa invenção. Não consta nenhuma menção clara dessa substância nos manuscritos árabes antes de 1300.[56] A primeira que se tem desse explosivo está no *Liber ignium ad comburendos hostes* (*Livro de fogos para queimar os inimigos*), escrito por Marco, o Grego, lá por 1270. Depois de descrever o fogo e a fosforescência feitos pelos gregos, Marco, o Grego, forneceu uma receita para a fabricação de pólvora: reduz-se a um pó muito fino, em separado, uma libra de enxofre, duas libras de carvão de tília ou de salgueiro e seis libras de salitre (nitrato de potássio), misturando-se tudo depois.[57] Não há registro de que se tenha empregado pólvora em operações militares antes do século XIV.

V. O RESTABELECIMENTO DA MEDICINA

A pobreza sempre mistura o mito com a medicina, pois o mito é grátis e a ciência é muito cara. O quadro básico da medicina medieval é representado pela mãe com seu pequeno depósito de remédios caseiros, por velhas que conheciam as propriedades de ervas e emplastros, e que recorriam também a feitiçarias, hervanários às voltas com plantas que curavam, com drogas infalíveis e pílulas milagrosas, parteiras prontas a ceifar a vida originada na ignomínia, charlatães dispostos a curar e a matar em troca de uma ninharia, monges que herdavam conhecimentos de medicina monástica, freiras que, serenas, confortavam os enfermos com orações, e ali e acolá gente de posses que aprendia e exercia uma medicina mais ou menos científica. Floresciam drogas horríveis e fórmulas fabulosas. Da mesma maneira que se acreditava que certas pedras, quando seguradas na mão, evitavam a gravidez, também se acreditava que se obtinha a fecundidade comendo esterco de burro, coisa que alguns homens e mulheres faziam, até mesmo os da culta cidade de Salerno.[58]

Até 1139 havia membros do clero que exerciam a medicina, já que os doentes eram geralmente hospitalizados nas enfermarias dos mosteiros e conventos. Os monges exerceram honroso papel na conservação de dados relativos à medicina e foram os pioneiros no cultivo de plantas medicinais. Talvez soubessem o que faziam ao misturarem milagres com remédios. Até mesmo as freiras mostravam-se também hábeis no tratamento de enfermos. Hildegarda, a mística abadessa de Bingen, escreveu um livro de clínica médica — *Causae et curae* (*ca.* 1150) — e um livro de *Subtilitates*, eivado aqui e acolá de fórmulas de feitiçaria, mas rico de doutrinas médicas. O fato de homens e mulheres velhos recolherem-se aos conventos pode talvez ser atribuído, em parte, ao desejo de quererem eles receber um tratamento médico constante. Como se desenvolvia a medicina leiga e a sede de lucro infeccionava os mosteiros que a praticavam, a Igreja foi progressivamente proibindo o exercício da medicina pelo clero (1130, 1339, 1663); já em 1200 a antiga arte era quase completamente secular.

A medicina científica sobreviveu à Idade Média, no Ocidente, principalmente devido aos médicos judeus, os quais transmitiam os conhecimentos de medicina dos gregos e árabes ao mundo cristão, e também pela cultura bizantina do sul da Itália e traduções de tratados de medicina do grego e árabe para o latim. Provavelmente a Escola de Salerno foi a mais bem situada e a mais capacitada para usufruir vantagens daquelas influências. Médicos gregos, latinos, muçulmanos e judeus ali ensinavam ou estudavam. Foi até ao século XII a principal instituição médica da Europa latina. As

mulheres estudavam enfermagem bem como obstetrícia em Salerno.[59] *Mulieres Salernitanae* eram provavelmente parteiras que haviam sido treinadas naquela escola. Uma das obras mais famosas de Salerno foi um tratado de obstetrícia logo no início do século XII, intitulado *Trotulae curandarum aegritudinum muliebrum* (*Trotula na Cura das Moléstias de Mulheres*); segundo a teoria em geral aceita, Trotula foi uma parteira de Salerno.[60] Vários tratados importantes que abrangiam todos os ramos da medicina chegaram até nós da Escola de Salerno. Um, por Arquimateu, receita a própria maneira de conduta junto ao leito: o médico deve sempre considerar grave o estado do paciente, de maneira que um desenlace fatal não venha a arruinar sua profissão e a cura possa aumentar-lhe a fama; não deve flertar com a esposa, filha ou criada do doente e, mesmo que não haja necessidade de remédio, deve receitar-lhe alguma poção inofensiva a fim de que o doente não julgue que o tratamento não valha os honorários, e também para que não pareça que foi a natureza que o curou sem o auxílio do médico.[61]

A Escola de Salerno cedeu lugar à Universidade de Nápoles depois de 1268: e pouco se ouviu falar dela desde então. Naquela ocasião os que nela se haviam formado exerciam medicina em toda a Europa. Existiram boas escolas de medicina, no século XIII, em Bolonha, Pádua, Ferrara, Perugia, Siena, Roma, Montpellier, Paris e Oxford. As três principais tradições médicas da Idade Média — grega, árabe e judaica — amalgamaram-se e tornaram-se a base da medicina moderna. Os antigos métodos de auscultação e exame de urina mantiveram (e ainda mantêm) sua popularidade, de maneira que em alguns lugares o urinol tornou-se o emblema da profissão médica.[62] Continuaram a adotar os antigos métodos de purgantes e sangrias. O médico na Inglaterra era um "sanguessuga". Os banhos quentes eram uma receita favorita; os pacientes viajavam para "fazer uso das águas" de fontes minerais. Receitava-se dieta em quase todas as doenças.[63] Havia drogas de toda a espécie. Quase todos os elementos eram usados para se curar alguém, desde algas (muito ricas de iodo), as quais Rogério de Salerno, em 1180, recomendava para o tratamento de papeira, até o ouro, que era absorvido para "confortar os membros doloridos"[64] — aparentemente o nosso elegante tratamento de artrite. Havia uso terapêutico na farmacopéia medieval, para quase todos os órgãos de animais: chifres de veados, sangue de dragões, bílis de cobras, sêmen de rãs, etc. Receitava-se, às vezes, excremento de animais.[65] A mais popular de todas as drogas era a *theriacum*, curiosa mistura de 57 substâncias, das quais a principal era a carne de cobras venenosas. Importavam-se muitas drogas do Islã, as quais conservavam seus nomes árabes.

Os governos começaram a regular o exercício da medicina à medida que o número de médicos aumentava. Rogério II, da Sicília, provavelmente influenciado pelos antigos precedentes criados pelos muçulmanos, restringiu a prática da medicina a pessoas licenciadas pelo Estado. Frederico II (1224) exigia que, para o exercício dessa profissão, a pessoa deveria ter uma licença da Escola de Salerno. Para obtê-la, o estudante tinha de fazer um curso de três anos de *scientia logicalis* — o que presumivelmente significava ciência e filosofia; tinha depois de estudar medicina na escola durante cinco anos, passar em dois exames e praticar durante um ano sob a direção de um médico experiente.[66]

Todas as cidades de certa importância pagavam a médicos para tratarem gratuitamente dos indigentes.[67] Algumas delas adotavam certa medida de medicina socializada. Na Espanha cristã do século XIII, a municipalidade contratava um médico para

atender a determinada parte da população; ele examinava periodicamente todas as pessoas de sua região e dava seu parecer de acordo com o que descobria, tratava dos indigentes em um hospital público e era obrigado a visitar todos os enfermos três vezes por mês, tudo isso gratuitamente, salvo se suas visitas passassem de três em um mês, quando lhe permitiam cobrar uma taxa. O médico recebia, para desempenhar tais serviços, um salário anual de 20 libras (o equivalente a $4.000)* e ficava isento do pagamento de imposto.[68]

Como não era grande o número de médicos na Europa cristã do século XIII, eles ganhavam bons honorários e ocupavam alta posição social. Alguns fizeram grande fortuna, outros tornaram-se colecionadores de obras de arte e muitos conquistaram fama internacional. Pedro de Espanha — Pedro de Lisboa e Compostela — emigrou para Paris e depois para Siena, escreveu o mais popular dos manuais de medicina da Idade Média (*Thesaurus pauperum*) (*Tesouro dos Pobres*) e o melhor texto medieval sobre psicologia (*De anima*), tornou-se Papa João XXI em 1276 e morreu esmagado em 1277 com o desabamento de um teto. O mais celebre médico cristão daquele período foi Arnoldo de Villanova (*ca.* 1235-1311). Nascido perto de Valência, aprendeu árabe, hebraico e grego, estudou medicina em Nápoles, lecionou-a (ou talvez filosofia natural) em Paris, Montpellier, Barcelona e Roma, tendo escrito grande número de obras sobre medicina, química, astrologia, magia, teologia, fabricação de vinho e interpretação de sonhos. Nomeado médico de Jaime II de Aragão, prevenia sempre o rei de que iria para o inferno se não protegesse os pobres contra os ricos.[70] Mesmo assim o rei lhe tinha grande amizade, tendo-o enviado em muitas missões diplomáticas. Chocado com a miséria e exploração que viu em muitos países, tornou-se adepto do místico Joaquim de Flora e declarou, em cartas que endereçou a príncipes e prelados, que a maldade dos poderosos e o luxo do clero eram os arautos da destruição do mundo. Foi acusado de feiticeiro e herege e de ter feito, por meio de processos alquímicos, barras de ouro para o rei Roberto de Nápoles. Foi condenado por uma corte eclesiástica, mas Bonifácio VIII tirou-o da prisão. O médico tratou do velho Papa, tendo sido muito feliz ao eliminar-lhe as pedras dos rins, e recebeu dele um castelo em Anagni. Arnoldo preveniu Bonifácio de que a ira de Deus cairia sobre a Igreja caso ela não sofresse uma reforma completa. Logo depois o Papa recebia em Anagni as maiores indignidades, quando então morreu. A Inquisição continuou a perseguir Arnoldo de Villanova, porém os reis e papas o protegeram por causa de seus próprios males. Ele morreu afogado quando de uma missão junto a Clemente por ordem de Jaime II.[71]

A cirurgia, naquele período, lutou numa guerra de duas frentes: contra os barbeiros, de um lado e os clínicos gerais, do outro. Durante muito tempo os barbeiros haviam dado clister, arrancado dentes, tratado de feridas e feito sangrias. Os cirurgiões que tinham feito o curso médico protestaram contra semelhante prática dos tosquiadores de cabelos, mas a lei defendeu os barbeiros durante toda a Idade Média. Na Prússia, até o tempo de Frederico, o Grande, era uma das obrigações do cirurgião do exército fazer a barba dos oficiais.[72] Em parte, devido a tais funções, os cirurgiões ocupavam posição inferior aos médicos, tanto na ciência como na sociedade. Eram considerados simples técnicos que obedeciam à orientação do doutor, o qual geralmente,

* De acordo com as leis da Espanha visigótica o médico não tinha direito a honorários caso o paciente morresse.[69]

antes do século XIII, não gostava de praticar cirurgia dado o desprezo que lhe tributava.[73] Mais ainda, o receio de ser preso e condenado à morte no caso de um fracasso desencorajava os cirurgiões. Somente os mais corajosos é que praticavam operações arriscadas. A maioria dos cirurgiões exigia, antes de uma operação, a garantia por escrito de que não lhe adviria nenhum mal caso falhasse nela.[74]

Contudo, a cirurgia progrediu naquele período mais rapidamente do que qualquer outro ramo da medicina, em parte porque foi obrigada a cuidar de condições físicas em vez de teorias, em parte também devido às grandes oportunidades que lhe ofereciam os ferimentos dos soldados. Rogério de Salerno, por volta de 1170, publicou sua *Practica chirurgiae*, o primeiro tratado cirúrgico do Ocidente cristão. Esta obra foi, durante três séculos, um texto clássico. Em 1238, Frederico II ordenou que se dissecasse um cadáver em Salerno em cada período de cinco anos.[75] Essa dissecação de cadáveres na Itália foi praticada regularmente depois de 1275.[76] Em 1286, um médico de Cremona abriu um cadáver para estudar a causa de uma peste que grassara; é o primeiro caso que se conhece de um exame *post-mortem*. Em 1266, Teodorico Borgognoni, bispo de Cervia, começou uma longa luta da medicina italiana contra a noção árabe de que se devia estimular primeiro a supuração no tratamento dos ferimentos. A sua obra de tratamento asséptico é clássica na medicina medieval. Guilherme Salicetti (1210-77), professor de medicina em Bolonha, apresentou notáveis melhoramentos em sua *Chirurgia* (1275); associou o diagnóstico cirúrgico com o conhecimento de medicina interna, empregou registros clínicos, mostrou como suturar nervos separados e defendeu a faca — como proporcionando melhor cura e deixando menos cicatrizes — de preferência ao uso de cautérios que era tão popular junto aos profissionais muçulmanos. Em um tratado geral — *Summa conservationis et curationis* — Salicetti atribuiu o cancro e o bubão às relações com cortesãs infeccionadas, fez uma descrição clássica da hidropisia como sendo proveniente do endurecimento e estreitamento dos rins e ofereceu excelentes conselhos sobre higiene e dieta para todas as idades da vida.

Os alunos de Guilherme Salicetti, Henrique de Mondeville (1260?-1320) e Guido Lanfranchi (falecido em 1315) levaram para a França as doutrinas médicas de Bolonha. Como Teodorico, de Mondeville, aperfeiçoou a assepsia, defendendo o método de Hipócrates, qual o de se manter simplesmente limpa a ferida. Lanfranchi, que se exilara de Milão em 1290, partiu para Lião e Paris e escreveu a *Chirurgia magna*, obra cirúrgica que foi adotada na Universidade de Paris. Traçou os princípios que salvaram a cirurgia do barbarismo: "Ninguém pode ser bom cirurgião se não conhece cirurgia e ninguém pode fazer uma operação sem conhecer medicina."[77] Lanfranchi foi o primeiro a empregar neurotomia no tétano bem como a fazer tubagens no esôfago, tendo sido o primeiro a fazer uma descrição da concussão do cérebro. O seu capítulo sobre ferimentos na cabeça é um dos que têm grande importância na história da medicina.

As doses soporíferas empregadas na cirurgia são mencionadas por Orígenes (185-254) e pelo bispo Hilário de Poitiers (*ca.* 353). O método usual de anestesia empregado no mundo cristão da Idade Média era o de se aspirar, e provavelmente beber, uma mistura baseada em mandrágora e que geralmente continha ópio, cicuta e suco de amora. Desde o século IX que essa "esponja soporífera" é mencionada.[78] A anestesia local era aplicada por meio de cataplasma embebido de solução similar. Acordavam o paciente aplicando-lhe suco de funcho no nariz. Os instrumentos cirúrgicos não ha-

viam ainda progredido desde a época dos gregos. A obstetrícia ficara aquém da prática de Sorano (*ca*. 100 d.C.) e de Paulo de Egina (*ca*. 640). Discutiu-se a operação cesariana, mas parece que não a praticaram. Em muitos casos, praticava-se a embriotomia — operação que consiste em extrair o feto em fragmentos do útero — porque o obstetra raramente compreendia as transformações. O parto realizava-se em cadeiras especialmente destinadas para tal fim.[79]

Os hospitais já se achavam adiantados, ultrapassando a tudo que se conhecera nos tempos antigos. Os gregos haviam tido *asklepieia*, instituições religiosas para o tratamento de doentes; os romanos mantiveram hospitais para soldados. Foi, porém, a caridade cristã que deu a tais instituições grande desenvolvimento. Em 369, São Basílio fundou em Cesaréia, na Capadócia, uma instituição que recebeu o nome de *Basilias*, com vários edifícios para pacientes, enfermeiras, médicos, oficinas e escolas. Santo Efraim abriu um hospital em Edessa, em 375; no Oriente grego, surgiram outros, de várias especialidades. Os gregos bizantinos tinham *nosocomia* para os doentes, *brephotrophia* para crianças enjeitadas, *orphanotrophia* para órfãos, *ptochia* para indigentes, *xenodochia* para peregrinos pobres ou enfermos e *gerontochia* para os velhos. O primeiro hospital do mundo cristão latino foi fundado por Fabíola, em Roma, por volta do ano 400. Muitos mosteiros dispuseram de pequenos hospitais, tendo surgido várias ordens de monges — hospitalares, templários, antoninos, alexianos, etc., — e de freiras, para cuidar dos doentes. Inocêncio III organizou em Roma, em 1204, o hospital do Espírito Santo (Santo Spirito), tendo sido instaladas, sob sua inspiração, em toda a Europa, instituições semelhantes. Só a Alemanha possuía, no século XIII, mais de 100 desses "hospitais do Espírito Santo". Em França, os hospitais serviam aos pobres, velhos e peregrinos bem como aos doentes; da mesma maneira que os centros monásticos, eles ofereciam *hospital*idade. Por volta de 1260, Luís IX fundou em Paris um asilo, *Les Quinze-vingt*; foi a princípio um abrigo para os cegos, tornando-se depois um hospital para moléstia dos olhos e é agora um dos mais importantes centros médicos de Paris. O primeiro hospital inglês que se conhece na história foi criado em Cantuária, em 1084. Geralmente o serviço naqueles hospitais era gratuito para os que não podiam pagar e as enfermeiras eram freiras (exceto nos hospitais monásticos). Essa indumentária aparentemente incômoda desses "anjos e ministros da graça" surgiu no século XIII, provavelmente para protegê-las de moléstias contagiosas; daí, talvez, o fato de cortarem os cabelos e cobrirem a cabeça.[80]

Duas moléstias exigiram defesas especiais. O "fogo de Santo Antônio" era uma doença de pele — talvez erisipela — tão séria que se fundou, por volta de 1095, uma ordem de monges, a Congregação dos Antoninos, para tratar de suas vítimas. Gregório de Tours (*ca*. 560) menciona a existência de hospitais de leprosos; organizou-se a Ordem de São Lázaro para servir nesses leprosários (*leprosaria*). Oito moléstias eram consideradas contagiosas: peste bubônica, tuberculose, epilepsia, sarna, erisipela, antraz, tracoma e lepra. A vítima de qualquer delas era proibida de entrar na cidade salvo se se mantivesse isolada; não podia dedicar-se à venda de alimentos e bebidas. O leproso era obrigado a prevenir sua aproximação por meio de um toque de corneta ou de sineta. Sua moléstia geralmente se manifestava com erupções virulentas no rosto e no corpo. Era apenas levemente contagiosa, porém, com toda a probabilidade, as autoridades medievais receavam que ela se propagasse pelo coito. Possivelmente empregou-se aquela palavra para compreender o que é agora diagnosticado como sífilis. Contudo, não há referência certa sobre a sífilis antes do século XV.[81] Com

relação aos loucos, não parece tenham adotado qualquer disposição especial para o tratamento deles antes do século XV.

A Idade Média, demasiado pobre para ser limpa ou adequadamente alimentada, sofreu mais epidemias do que qualquer outro período que se conhece. A febre amarela devastou a Irlanda nos anos 550 e 664, matando dois terços da população, embora esses dados não sejam muito fidedignos.[82] Pestes semelhantes atingiram o País de Gales no século VI, e a Inglaterra no século VII. Uma moléstia que os franceses conheciam por *mal des ardents* — a qual se descrevia como queimando os intestinos — atacou a França e a Alemanha em 994, 1043, 1089 e 1130. Os flagelos da lepra e escorbuto deviam talvez ter sido trazidos pelos cruzados quando de seu regresso. A *plica polonica*, moléstia dos cabelos, parece ter sido levada à Polônia pelos invasores mongóis em 1287. As infelizes populações atribuíam tais epidemias à fome, seca, enxames de insetos, influência dos astros, envenenamento de poços pelos judeus ou à ira de Deus; provavelmente as causas deviam ser a densidade de habitantes dentro daquelas pequenas cidades cercadas de muralhas, as péssimas condições sanitárias e falta de higiene, assim como também a falta de defesa contra as infecções que os soldados, peregrinos ou estudantes traziam ao regressarem.[83] Não dispomos de estatísticas da mortalidade na Idade Média, mas é provável que não tenha alcançado a maioridade mais que metade dos que nasciam. A fecundidade das mulheres trabalha para compensar a estupidez dos homens e a bravura dos generais. A saúde melhorou no século XIII, porém, jamais, na Idade Média, conseguira reconquistar as boas condições que prevaleciam ao tempo da Roma Imperial. A maioria das cidades e praças de armas nomeava funcionários para cuidar das ruas,[84] porém o trabalho que executavam era ainda muito primitivo. Os muçulmanos que visitavam as cidades cristãs queixavam-se — da mesma maneira como o fazem agora os cristãos que visitam as cidades muçulmanas — da sujeira e do cheiro das "cidades dos infiéis".[85] Em Cambridge, agora tão bonita e limpa, os restos e detritos corriam ao longo de esgotos abertos nas ruas e "exalavam um cheiro tão abominável que muitos mestres e escolares caíam doentes".[86] Algumas cidades, no século XIII, tinham aquedutos, esgotos e privadas públicas; na maioria delas era a chuva que removia os resíduos; poços contaminados provocavam muitos casos de tifo. A água empregada no fabrico de pão e cerveja era geralmente — ao norte dos Alpes — tirada dos mesmos rios que recebiam os detritos das cidades.[87] A Itália achava-se mais adiantada, em grande parte devido à herança dos romanos e também devido à douta legislação de Frederico II sobre o emprego que se devia dar aos resíduos. No entanto, a malária oriunda dos pântanos das adjacências de Roma tornava a cidade insalubre; ela tirou a vida a muitos dignitários e visitantes e, ocasionalmente, salvou a cidade contra exércitos inimigos, os quais sucumbiram àquela febre em meio a suas vitórias.

VI. ALBERTO MAGNO: 1193-1280

Três homens salientaram-se naquele período como abnegados da ciência: Adelardo de Bath, Alberto Magno e Roger Bacon.

Adelardo, depois de estudar em muitos países muçulmanos, voltou para a Inglaterra e escreveu (*ca.* 1130) um longo diálogo, *Questiones naturales*, abordando muitas ciências. Começa platonicamente, descrevendo uma reunião de Adelardo com seus amigos. Indaga sobre a situação da Inglaterra. Contam-lhe que os reis costumam lançar-se à guerra, os juízes aceitam subornos, os prelados bebem demasiado, as pro-

messas não são cumpridas e todos os amigos são invejosos. Ele recebe isso como simples resumo de um estado de coisas natural e imutável e trata de esquecê-lo. Um sobrinho pergunta-lhe o que aprendeu com os muçulmanos. Adelardo manifesta sua preferência pela ciência árabe. Os amigos desafiam-no com perguntas e suas respostas constituem uma interessante seleção de todas as ciências da época. Ele censura a escravidão da tradição e dos mestres. "Aprendi com os professores árabes sob a luz da razão; vós, no entanto, dominados pelos... mestres, seguis de acordo com o cabresto. E como poderíamos chamá-los senão de cabrestos?" Aqueles que são tidos agora como autoridades numa matéria adquiriram fama guiando-se pela razão. "Por conseguinte", diz ele ao sobrinho, "se quiserdes ouvir algo mais de mim, dai vossas razões e aceitai também as que vos dou... Nada é mais positivo do que a razão... nada é mais falso do que os sentidos."[88] Conquanto Adelardo confie demasiado no raciocínio dedutivo, ele dá, no entanto, respostas interessantes. Perguntado como a Terra se mantém no espaço, responde que o centro e a extremidade são os mesmos. Até onde cairia uma pedra se a jogassem em um buraco que atravesse o centro da Terra de lado a lado?, perguntaram-lhe. Somente até ao centro da Terra, responde. Ele expõe claramente a indestrutibilidade da matéria, argumentando que a continuidade do universo faz com que o vácuo seja impossível. Na verdade, Adelardo é uma prova brilhante da inteligência que despertava na Europa cristã no século XII. Era grande entusiasta quanto às possibilidades da ciência e, orgulhosamente, chamava o seu tempo — a era de Adelardo — de *modernus*,[89] o ponto culminante de toda a História.

Alberto Magno não tinha um espírito científico tão grande quanto o de Adelardo, mas sua imensa curiosidade e fecundidade granjearam-lhe o nome de o Grande. Seus trabalhos científicos, assim como filosóficos, assumiam, em sua maioria, a forma de comentários sobre os tratados semelhantes de Aristóteles, todavia contêm aqui e ali asserções novas revestidas de observações originais; em meio a um amontoado de citações de autores gregos, árabes e judeus, encontra ele algumas oportunidades de contemplar a natureza. Visitou laboratórios e minas, estudou a natureza de diversos metais, examinou a fauna e a flora da Alemanha, sua pátria, notou os deslocamentos de terra pelo mar e vice-versa e, com isso, explicou a razão dos fósseis existentes nas rochas. Demasiado filósofo para ser um cientista perfeito, permitiu *a priori* que as teorias colorissem sua visão, quando, por exemplo, declarou ter visto crinas de cavalo transformarem-se em vermes na água. Todavia, à semelhança de Adelardo, repeliu a explicação de fenômenos naturais como sendo a vontade de Deus. Deus age através de causas naturais e é aí que o homem deve procurá-Lo.

A confiança que tinha em Aristóteles obscureceu sua idéia sobre experimentos. Uma passagem célebre do livro X de seu *De vegetabilibus* exorta-nos com as palavras *Experimentum solum certificat*, as quais parecem dizer que "somente os experimentos é que nos dão a certeza". Mas a palavra *experimentum* tinha então uma significação mais ampla que agora, significava mais *experiência* do que *experimento*, conforme aparece no contexto dessa passagem: "Tudo o que está aqui estabelecido é resultado de nossas próprias experiências ou extraído de autores, os quais sabemos terem escrito o que sua experiência pessoal confirmou; pois nessas questões *experimentum solum certificat.*" Mesmo assim, aquilo constituía um salutar avanço. Alberto Magno escarnecia de criaturas mitológicas, tais como harpias e grifos, e das lendas sobre animais de um livro então popular, *Physiologus*, e observa que "os filósofos dizem muitas mentiras".[90] Às vezes, fazia experimentos, quando, por exemplo, ele e

seus companheiros provaram que a cigarra, mesmo depois de cortada a cabeça, continuava a cantar. Todavia, ele confiava na autoridade dos conhecimentos de Plínio com santa inocência e acreditava piamente nas histórias que lhe contavam caçadores e pescadores, os quais são em geral contumazes mentirosos.[91]

Como os homens de seu tempo, acreditava na astrologia e em profecias. Atribuía poderes maravilhosos às pedras preciosas e declara ter visto com os próprios olhos uma safira que curava úlceras. Acha, como o indubitável Tomás de Aquino, que o feitiço é real e é devido à ação dos demônios. Os sonhos às vezes predizem acontecimentos. Quanto à matéria física "as estrelas são na verdade, os governantes do mundo"; as conjunções dos planetas provavelmente sejam a explicação de "grandes acidentes e grandes prodígios", e os cometas podem talvez significar guerras e a morte de reis. "Há no homem uma dupla mola de ação: a natureza e a vontade. A natureza é governada pelas estrelas, a vontade é livre, porém, a vontade será dominada pela natureza a não ser que lhe oponha resistência." Alberto Magno acredita que astrólogos competentes podem, em uma medida considerável, profetizar os acontecimentos da vida de um homem ou o resultado de um empreendimento pela posição das estrelas. Aceita, com certas reservas, a teoria alquímica, da transmutação dos elementos (hoje física nuclear).[92]

O seu melhor trabalho científico versou sobre botânica. Foi o primeiro botânico desde Teofrasto (pelo que sabemos) a considerar as plantas pelo que representavam e não o seu uso na agricultura ou na medicina. Classificou-as, descreveu-lhes as cores, odor, partes e frutos, estudou-lhes a sensibilidade, sono, sexo e germinação e aventurou-se a fazer um ensaio sobre agricultura. Humboldt surpreendeu-se ao encontrar no *De vegetabilibus* de Alberto "observações excessivamente sutis sobre estrutura e fisiologia das plantas".[93] O seu grande trabalho *De animalibus* é, em grande parte, uma paráfrase de Aristóteles, mas aqui também vamos encontrar observações originais. Alberto Magno conta-nos de "uma viagem pelo Mar do Norte a fim de fazer pesquisas (*experimenti causa*), desembarcando nas ilhas e praias para colher objetos para estudo".[94] Ele comparava a semelhança existente nos órgãos do homem e dos animais.[95]

Ao volvermos os olhos agora para aquela época, vemos que tais trabalhos continham muitos erros, mas considerados no cenário intelectual daqueles tempos, tais trabalhos figuram entre as grandes realizações do espírito medieval. Alberto Magno foi conhecido, durante todo o tempo em que viveu, como um dos maiores professores de sua época. Viveu bastante para ser citado como grande autoridade por homens como Pedro de Espanha e Vicente de Beauvais, os quais morreram antes dele. Não podia rivalizar com Averróis ou Maimônides ou Tomás de Aquino em agudeza de julgamento ou de compreensão filosófica, mas foi o maior naturalista de seu tempo.

VII. ROGER BACON: *ca* 1214-92

Este cientista, o mais famoso da Idade Média, nasceu em Somerset mais ou menos em 1214. Sabemos que viveu até 1292 e que, em 1267, já se julgava um velho.[96] Estudou em Oxford, sob a direção de Grosseteste, e, pela influência desse grande polímato, ficou completamente fascinado pela ciência. Já o espírito inglês de empirismo e utilitarismo se estava delineando naquele círculo dos franciscanos de Oxford. Bacon seguiu para Paris lá por 1240, mas não encontrou ali o estímulo que Oxford lhe havia dado. Surpreendeu-se ao ver que eram poucos os professores que sabiam outras

línguas além do latim, que davam pouca atenção à ciência, importando-se mais com debates sobre lógica e metafísica, coisa que, para Bacon, parecia completamente inútil na vida. Formou-se em medicina e começou a escrever um tratado sobre assistência aos velhos. Com o fito de coligir dados, visitou a Itália, estudou grego na Magna Grécia e ali se familiarizou com alguns trabalhos de medicina dos muçulmanos. Voltando para Oxford em 1251, juntou-se ao corpo de professores. Escreveu em 1267 que, nos 20 anos precedentes, havia dispendido "mais de £ 2.000 com a aquisição de livros e instrumentos secretos" e com o treinamento de jovens nas línguas e na matemática.[97] Contratou judeus para ensinar-lhes, a ele e aos estudantes, a língua hebraica e auxiliá-lo na leitura do Velho Testamento, no original. Por volta de 1253, ingressou na Ordem dos Franciscanos, mas parece que jamais se tornou sacerdote.

Farto da metafísica das escolas, Bacon entregou-se com paixão ao estudo de matemática, ciências naturais e filologia. Não devemos considerá-lo um criador isolado, uma voz científica a esgoelar-se no deserto escolástico. Tudo o que sabia devia a seus predecessores, e sua originalidade era a conseqüência natural de uma longa evolução. Alexandre Neckam, Bartolomeu, o Inglês, Roberto Grosseteste e Adam Marsh haviam estabelecido uma tradição científica em Oxford; Bacon herdou-a e proclamou-a ao mundo. Reconhecia sua dívida para com aqueles homens, seus predecessores, e cumulou-os de louvores. Reconheceu também sua dívida — e a dívida do mundo cristão — para com a ciência e a filosofia do Islã e, por intermédio destas últimas, para com os gregos, e deu a entender que os sábios "pagãos" da Grécia e do Islã tinham sido também, à sua própria maneira, inspirados e guiados por Deus.[98] Tinha em alto conceito Isaque Israeli, Ibn Gabirol e outros pensadores hebraicos e não tergiversou em dizer algo a favor dos judeus que viviam na Palestina ao tempo da crucificação de Cristo.[99] Tinha sede de aprender não somente com homens sábios, mas também com qualquer um, cujos conhecimentos práticos sobre trabalhos manuais ou agricultura pudessem aumentar os seus cabedais. Escreveu com extraordinária humildade:

> É certo que o homem jamais saberá qualquer coisa com absoluta certeza, antes que Deus seja visto face a face... Pois ninguém é versado na natureza a ponto de saber tudo... a natureza e as propriedades de uma simples mosca... E já que, em comparação com o que o homem sabe, são infinitas e indubitavelmente maiores e mais belas as coisas que ele ignora, ele está fora do juízo se se vangloriar a respeito de seus próprios conhecimentos... Tanto mais sábio será o homem quanto mais humildemente se mostrar disposto a receber os ensinamentos de outrem, não desdenhando a simplicidade do mestre, porém, conduzindo-se de maneira humilde para com os aldeões, mulheres idosas e crianças, pois muitas coisas que os simples ignorantes conhecem escapam à observação dos sábios... Tenho aprendido importantes verdades com homens de posição humilde, mais do que com doutores célebres. Portanto, não deve ninguém vangloriar-se de sua sabedoria.[100]

Era tal o ardor com que trabalhava que, em 1256, se lhe abalou a saúde; retirou-se então de sua vida universitária. Durante 10 anos não se teve notícia de Bacon. Provavelmente nesse período foi que escreveu alguns de seus pequenos trabalhos — *De speculis comburentibus (Espelhos Ustórios), De mirabili potestate artis et naturae (O Poder Maravilhoso das Invenções e da Natureza)* e *Computus naturalium (Computação dos Acontecimentos Naturais).* Traçou também os planos do seu *Scriptum prin-*

cipale (Trabalho principal), uma enciclopédia de um só homem a ser feita em quatro volumes: 1) gramática e lógica; 2) matemática, astronomia e música; 3) ciências naturais — óptica, geografia, astrologia, alquimia, agricultura, medicina e ciência experimental, e 4) metafísica e moral.

Havia escrito alguns pontos esparsos quando teve de interromper o programa traçado por causa do que parecia ser um golpe feliz da sorte. Em fevereiro de 1265, Guy Foulques, arcebispo de Narbona, tornou-se o Papa Clemente IV e levou para sua corte algo do espírito liberal que se havia desenvolvido no sul da França com miscigenação de povos e credos. O Papa escreveu-lhe, em junho, pedindo que lhe enviasse uma "cópia fiel" de seus trabalhos, fazendo-o "em segredo e sem demora" e "não obstante a proibição de qualquer prelado ou de quaisquer disposições da Ordem".[101] Bacon pôs-se febrilmente a trabalhar a fim de completar sua enciclopédia (como se pode ver pela paixão que se nota em seu estilo); mas, em 1267, receando que Clemente pudesse morrer ou desinteressar-se antes que ela ficasse concluída, resolveu pô-la de lado e compôs, em 12 meses — reunindo seus manuscritos — o tratado preliminar que conhecemos pelo nome de *Opus maius (Grande Trabalho)*. Receando que mesmo esse seria demasiado longo para um Papa ocupadíssimo, escreveu um resumo dele, o *Opus minus (Pequeno Trabalho)*. Enviou os dois manuscritos a Clemente em princípios de 1268, juntamente com um ensaio, *De multiplicatione specierum (Multiplicação da Visão)*. Receoso de que os trabalhos pudessem extraviar-se em viagem, compôs outro resumo de suas idéias, o *Opus tertium*, e o enviou a Clemente por portador especial juntamente com uma lente, com a qual, disse, o Papa poderia ele mesmo fazer algumas experiências. Clemente morreu em novembro de 1268. Pelo que consta, não chegou aos ouvidos ansiosos do filósofo nenhuma palavra de agradecimento por parte dele ou de seus sucessores.

O *Opus maius*, portanto, constitui literalmente para nós agora a sua grande obra, embora a sua intenção fosse fazer dela apenas o prelúdio de outra. É bastante substanciosa. As suas 800 páginas dividem-se em sete tratados: 1) ignorância e erro; 2) as relações entre a filosofia e a teologia; 3) estudo das línguas estrangeiras; 4) utilidade da matemática; 5) perspectiva e óptica; 6) ciência experimental, e 7) filosofia moral. O livro contém sua devida cota de tolices e muitas digressões, mas é escrito com vigor, retidão e sinceridade e é de leitura mais fácil, hoje, do que quaisquer outros trabalhos de ciências ou filosofia da Idade Média. A sua excitante desordem, e bajulação que faz ao Papa, sua profissão de fé ortodoxa, colocando a ciência e a filosofia no papel de servos da teologia, são coisas compreensíveis em um livro de tal magnitude e assuntos, escrito às pressas em um sumário e destinado a conseguir o apoio do Papa aos trabalhos de educação científica e pesquisas. Pois Roger, como São Francisco, achava que para o progresso do ensino eram necessários auxílio e dinheiro de prelados e magnatas para fazer face a livros, instrumentos, registros, laboratórios, experimentos e pessoal.

Como se se antecipasse aos "ídolos" que seriam denunciados pelo seu homônimo três séculos mais tarde, Roger começa expondo quatro causas dos erros dos homens: o "exemplo de autoridades fracas e indignas, o costume já estabelecido há muito tempo, as noções da turba ignorante e o dissimular a gente, sua ignorância com uma exibição de sabedoria".[102] Precavém-se, contudo, ao acrescentar que "de forma alguma se refere à sólida e firme autoridade que... tem sido atribuída à Igreja". Lamenta a presteza com que, em seu tempo, se considera uma proposição aprovada se a podem encontrar em Aristóteles e declara que, tivesse ele poder, queimaria todos os livros do

filósofo como fontes de erros e ignorância.[103] Depois disso, passa a citar trechos de Aristóteles em quase todas as suas páginas.

Escreve no princípio da Parte II: "Depois que as quatro causas de erros tiverem sido banidas para as regiões inferiores, é meu desejo mostrar que há uma sabedoria que é perfeita e está contida nas Escrituras." Se os filósofos gregos gozaram de uma espécie de inspiração secundária, foi porque leram os livros dos profetas e patriarcas.[104] Aparentemente Bacon aceita a história da Bíblia com a simplicidade de sua fé e procura saber por que Deus não mais permite que os homens vivam 600 anos.[105] Acredita no próximo advento de Cristo e no fim do mundo. Recorre à ciência para revelar o Criador na Criação e possibilitar aos cristãos a conversão dos pagãos imunes às Escrituras. Assim, "pode-se influenciar o espírito humano para que reconheça a verdade da Concepção da Virgem, porque certos animais concebem e dão cria em estado de virgindade, como por exemplo os abutres e macacos, conforme cita Ambrósio no *Hexaemeron*. Mais ainda, em muitas regiões, as éguas concebem em virtude da ação dos ventos apenas, quando desejam o macho, conforme declara Plínio"[106] — infelizes exemplos de confiança na palavra de certos autores.

Na Parte III, Bacon se esforça por ensinar hebraico ao Papa. O estudo das línguas é necessário à teologia, filosofia e ciências, pois nenhuma tradução dá o sentido exato das Escrituras ou dos filósofos pagãos. Em o *Opus minus* Bacon fez notável descrição das várias traduções que se fizeram da Bíblia e demonstra íntimo conhecimento dos textos hebraico e grego. Propõe que o Papa nomeie uma comissão de eruditos versados em hebraico, grego e latim para rever a *Vulgata* e que essa versão revista — e não mais as *Sentenças* de Pedro Lombardo — constitua o principal estudo em teologia. Aconselha a criação de professores universitários para o ensino dos idiomas hebraico, grego, árabe e caldeu. Condena o emprego da força na conversão dos não-cristãos e pergunta como a Igreja poderia tratar com cristãos gregos, armênios, sírios e caldeus a não ser em seus próprios idiomas. Nesse campo, Bacon lutou com o mesmo calor de suas orações. Foi o primeiro erudito do Ocidente cristão a completar uma gramática grega para uso dos latinos e o primeiro cristão a redigir uma gramática hebraica. Declarou ter capacidade para escrever em grego e hebraico e parece também que estudou árabe.[107]

Quando chega a matéria da matemática, suas páginas se revestem de eloqüente entusiasmo; nelas afluem os teoremas. "Sou de opinião que a matemática é necessária, vem em seguida ao estudo das línguas." Presta sua usual obediência à teologia: a matemática "deve auxiliar-nos a determinar a posição do paraíso e do inferno", promover nossos conhecimentos referentes à geografia bíblica e cronologia sacra e possibilitar a Igreja a retificar o calendário;[108] e observai, diz ele, como "a primeira proposição de Euclides" — construção de um triângulo eqüilateral em dada linha — ajuda-nos a "perceber que, se se admite a pessoa de Deus, o Pai, tem-se de admitir também uma Trindade de pessoas iguais".[109] Desse ponto sublime passa para uma notável antecipação da física-matemática moderna, insistindo em que, conquanto a ciência deva servir-se de experimentos como método, eles não se tornarão absolutamente científicos enquanto não puderem reduzir suas conclusões a formas matemáticas. Todos os fenômenos não espirituais são o produto de matéria e força; todas as forças agem uniforme e regularmente e podem, por conseguinte, ser expressas por meio de linhas e algarismos; "é necessário verificar a questão por meio de demonstrações feitas em linhas geométricas"; em última análise, toda ciência natural é matemática.[110]

Conquanto a matemática seja o resultado, o experimento deve ser o meio e a prova da ciência. Enquanto os filósofos escolásticos, desde Abelardo até Tomás de Aquino, se apoiaram na lógica e quase transformaram Aristóteles em um membro da Trindade, verdadeiro fantasma sagrado, Bacon formula uma revolução científica em termos de matemática e experimentos. As mais rigorosas conclusões da lógica deixam-nos indecisos até serem confirmadas pela experiência; somente uma queimadura é que nos convence de que o fogo queima. "Aquele que quiser sem dúvida rejubilar-se com respeito às verdades que os fenômenos encerram deve saber como se devotar aos experimentos."[111] Às vezes ele parece pensar no *experimentum* não como método da pesquisa, porém como maneira final de prova submetendo as idéias — alcançadas pela experiência ou raciocínio — a um teste, construindo com base nelas coisas de utilidade pública.[112] Mais claramente que Francis, percebe e declara que o experimento, na ciência natural, constitui a unica prova. Não teve a pretensão de dizer que se tratava de uma idéia nova; Aristóteles, Hierão, Galeno, Ptolomeu, os muçulmanos, Adelardo, Pedro de Espanha, Roberto Grosseteste, Alberto Magno e outros haviam feito, ou louvado experimentos. Roger Bacon explicitou o que estava implícito e cravou a bandeira da ciência firmemente no terreno conquistado.

Tanto ele como Francis poucas contribuições fizeram à ciência, exceto em óptica e na reforma do calendário. Ambos eram mais filósofos da ciência do que cientistas. Prosseguindo o trabalho de Grosseteste e outros, Bacon chegou à conclusão de que o Calendário Juliano aumentava o ano solar com mais um dia a cada 125 anos — o mais acurado cálculo que se havia feito — e que o calendário em 1267 estava com 10 dias de avanço com referência ao Sol. Propôs que se eliminasse um dia do Calendário Juliano a cada 125 anos. As 100 páginas sobre geografia, na Parte IV do *Opus maius*, revestiam-se quase do mesmo brilhantismo. Bacon palestrou com seu companheiro franciscano, Guilherme de Rubruquis, sobre o regresso dele do Oriente, aprendeu muito com ele a respeito daquela região e ficou impressionado com a descrição que Guilherme lhe fez dos incontáveis milhões de criaturas que jamais haviam ouvido falar a respeito do cristianismo. Partindo de asserções de Aristóteles e Sêneca, observou que "o mar entre a extremidade da Espanha a oeste e o começo da Índia a leste é navegável durante poucos dias, caso o vento seja favorável".[113] Essa passagem, copiada no *Imago mundi* (1480) do cardeal Pedro d'Ailly, foi citada por Colombo em uma carta a Fernando e Isabel em 1498, como uma das sugestões que haviam inspirado sua viagem de 1492.[114]

O trabalho de Bacon em física constitui uma visão das invenções modernas, coloridas aqui e ali com as idéias populares da época. Eis, em tradução literal, a passagem célebre na qual ele salta do século XIII para o século XX:

> A quinta parte da ciência experimental diz respeito à fabricação de instrumentos de maravilhosa e excelente utilidade, tais como máquinas para voar ou movimentar veículos sem necessidade de animais e ainda com inigualável velocidade, ou para navegar sem remadores com mais velocidade do que se julgaria possível com as mãos do homem. Pois essas coisas têm sido feitas em nossos dias para que não as ridicularizem ou causem surpresa. E essa parte ensina como fazer instrumentos com os quais se podem levantar ou baixar sem dificuldade ou esforço, pesos incrível...[115] As máquinas de vôo podem ser feitas, e um homem sentado no centro dela poderá girar algum dispositivo engenhoso, pelo qual asas artificiais possam vencer o ar à maneira de um pássaro voador... Podem-se também fazer máquinas andar no mar e nos rios, mesmo no fundo sem perigo.[116]

Uma passagem no *Opus maius* (VI, 12) tem sido interpretada como uma referência à pólvora:

> Descobriram-se importantes artes contra os adversários do Estado de maneira que se podem destruir, sem espadas ou quaisquer armas que exijam contacto físico, todos aqueles que oferecerem resistência... Da força do sal, chamada salitre, produz-se um som tão horrível com a explosão de uma pequenina coisa, isto é, um pequeno pedaço de pergaminho que... ultrapassa o ronco do trovão, e o clarão excede o brilho do relâmpago acompanhado do trovão.

Numa passagem que possivelmente foi inserida no *Opus tertium*, Bacon acrescenta que certos brinquedos, "busca-pés", já se acham em uso, contendo uma mistura de salitre (41,2 por cento), carvão (29,4 por cento) e enxofre (29,4 por cento)[117], e diz que o poder explosivo daquele pó pode ser aumentado se colocado dentro de um corpo sólido. Ele não afirma ter inventado a pólvora, apenas foi um dos primeiros a estudar sua constituição e prever suas possibilidades.

O melhor trabalho de Bacon é a Parte V do *Opus maius, Perspectivas da Ciência* e o tratado suplementar *Multiplicação da Visão.* Esse brilhante ensaio sobre óptica originou-se do trabalho de Grosseteste sobre o arco-íris, da adaptação que Witelo fez de al-Haitham, e de estudos ópticos que vieram através de Avicena, al-Quíndi e de Ptolomeu a Euclides (300 a.C.), o qual havia engenhosamente aplicado a geometria aos movimentos da luz. É a luz a emanação de partículas do objeto que se vê ou é o movimento de algum meio entre o objeto e os olhos? Bacon acreditava que todas as coisas físicas irradiam força em todas as direções e que tais raios podem penetrar objetos sólidos:

> Nenhuma substância é tão densa que possa impedir completamente a passagem de raios. A matéria é comum a todas as coisas e, portanto, não há substância na qual a ação provocada pela passagem de um raio não produza modificação... Os raios de calor e som penetram as paredes de um vaso de ouro ou de latão. Disse Boécio que o olho de lince penetra paredes espessas.[118]

Não temos assim tanta certeza quanto ao olho de lince, mas devemos aplaudir a ousada fantasia do filósofo. Experimentando lentes e espelhos, Bacon procurou formular as leis de refração, reflexão, aumento e microscopia. Lembrando a força de uma lente convexa para concentrar muitos raios do sol num ponto e espalhar os mesmo raios além desse ponto, de maneira a formar uma imagem aumentada, escreveu ele:

> Podemos assim fazer corpos transparentes (lentes) e arranjá-los de tal maneira com relação a nossa vista e objetos de visão, que os raios se refratarão e inclinarão em qualquer direção que desejarmos; e sob qualquer ângulo que quisermos, veremos o objeto perto ou distante. Assim, poderíamos ler de incrível distância as menores letras e os grãos de areia... Assim um pequeno exército poderia parecer muito grande e... próximo da gente... Assim também poderíamos fazer o Sol, a Lua e as estrelas darem a impressão de que estariam descendo até aqui embaixo bem como muitos outros fenômenos semelhantes de maneira a não poder o espírito de um homem ignorante da verdade suportá-los...[119] O céu poderia ser pintado, em toda a sua extensão em uma figura corpórea fazendo o seu movimento diurno, e *isso para o sábio vale mais que a posse de todo um reino*... E um número infinito de outras maravilhas poderia ser mostrado.[120]

São trechos brilhantes. Quase todos os elementos de sua teoria podem ser encontrados antes do tempo de Bacon, sobretudo em al-Haitham; mas em seu trabalho reuniu-se o material em uma visão prática e revolucionária que, na época, transformou o mundo. Foram tais trechos que levaram Leonardo Digges (falecido por volta de 1571) a formular a teoria, com a qual se inventou o telescópio.[121]

Mas suponhamos que o progresso da ciência física dê poder maior ao homem sem melhorar o seu objetivo: e então? Talvez a introspecção mais profunda de Bacon seja a de antecipar-se ele a um problema que se tornou muito claro somente em nossos tempos. Exprime Bacon no tratado *Opus maius* a convicção de que o homem não pode salvar-se apenas com a ciência.

> Todas aquelas ciências precedentes são especulativas. Na verdade, há em cada ciência um lado prático... Mas somente sob o ponto de vista da moral filosófica é que se pode dizer que seja... essencialmente prático, pois ele trata da conduta do homem das virtudes e vícios, da felicidade e miséria... Todas as demais ciências são de pouca importância a não ser que contribuam para boas ações. Nesse sentido, vê-se que as ciências "práticas", tais como experimentos, química (*alkimia*) e as restantes, são especulativas com referência às operações com as quais a ciência política ou moral se encontra relacionada. A ciência da moral é a senhora absoluta de todos os domínios da filosofia.[122]

As últimas palavras de Bacon não se destinam à ciência, porém à religião; somente por uma moral apoiada pela religião é que o homem pode salvar-se. Mas qual seria essa religião? Ele fala na assembléia de religiões — budista, maometana, cristã — que Guilherme de Rubruquis mencionou ter-se realizado em Caracorum, por sugestão de Mangu-Cã e sob a presidência deste último.[123] Compara as três religiões e conclui a favor do cristianismo, porém sem mera concepção teológica de sua função no mundo. Para ele, o papa, a despeito das críticas de Grosseteste, era o elo moral de uma Europa que, sem ele, seria um caos de crenças e forças que se entrechocavam. Desejou fortalecer a Igreja com a ciência, idiomas e filosofia para melhor poder ele governar o mundo.[124] Terminou o livro como o tinha começado, fazendo calorosa profissão de fidelidade à Igreja e concluindo com a glorificação da Eucaristia — como se dissesse que o homem, a menos que procure periodicamente comungar com seu mais alto ideal, estará perdido na conflagração do mundo.

Talvez o fato de não terem os papas atendido de alguma maneira ao programa e apelos de Bacon lhe tenha obscurecido o espírito, provocando-lhe certo azedume. Em 1271, Bacon publicou um trabalho ainda incompleto, o *Compendium studii philosophiae*, o qual se pouco contribuiu para a filosofia, muito o fez, porém, para o *odium theologicum* que desorganizava as escolas. Resolveu sumariamente os debates entre o realismo e o nominalismo: "o universal nada é a não ser a semelhança existente entre vários indivíduos", e "um indivíduo tem mais realidade do que todos os universais reunidos".[125] Adotou a doutrina de Agostinho de *rationes seminales*, chegando à conclusão de que os esforços que todas as coisas faziam para aperfeiçoar-se engendravam uma longa série de desenvolvimentos.[126] Aceitou a idéia de Aristóteles quanto a um Intelecto Ativo ou Inteligência Cósmica "fluindo para nosso espírito e iluminando-o" e aproximou-se perigosamente do panteísmo averroísta.[127]

Mas o que chocou seus contemporâneos não foram suas idéias filosóficas, foram mais os ataques que desfechou contra os rivais e a moral da época. Quase todas as fa-

ses do século XIII sentiram no *Compendium philosophiae* o seu látego: a desordem da corte papal, a degeneração das ordens monásticas, a ignorância do clero, a insipidez dos sermões, a má conduta dos estudantes, as falhas das universidades, a fútil verbosidade dos filósofos. Mencionou no *Tractatus de erroribus medicorum* "36 erros radicais e grandes" na teoria e exercícios da medicina de seu tempo. Em 1271, escreveu uma passagem que poderia fazer-nos aceitar com mais complacência as falhas de nossa época:

> Reinam mais pecados em nossos dias do que em qualquer outra época passada... A Santa Sé encontra-se dividida pelos embustes e fraudes de homens injustos... Reinam o orgulho e a cobiça. A inveja corrói a todos. Toda a Cúria se acha infelicitada pela libertinagem, e a gula apoderou-se de todos... Se isso se passa com os chefes, o que se passa então com os subalternos? Vejamos os prelados: como correm atrás do dinheiro, como negligenciam das almas, promovem os sobrinhos e outros amigos carnais e advogados astutos que arruínam todos com seus conselhos... Consideremos as ordem religiosas. Do que digo não excluo nenhuma. Vejam até onde caíram, todas; afastaram-se de seus fins, e as novas ordens (os frades) já estão horrivelmente arruinadas, sem a sua dignidade primitiva. Todo o clero se vê presa do orgulho, libertinagem e avareza, e onde se reúnem (estudantes) ... escandalizam os leigos com suas lutas, brigas e outros vícios. Príncipes, barões e cavaleiros oprimem uns aos outros e perturbam seus súditos com infindáveis guerras e exações... O povo, atormentado pelos seus príncipes, odeia-os e não se mantém fiel a eles a não ser compulsoriamente; corrompidos pelo mau exemplo de seus chefes, oprimem e fraudam uns aos outros como vemos em toda a parte com nossos próprios olhos; e eles se entregaram completamente à libertinagem e à gula e se aviltaram de tal modo, que não há palavras que possam descrevê-los. Quanto aos mercadores e artesãos, já é coisa sabida, pois a fraude, o embuste e a malícia reinam desbragadamente em suas palavras e ações... Os antigos filósofos, embora não tenham aquela graça que torna os homens dignos de uma vida eterna, viveram melhor do que nós, sem comparação, tanto em decência como no desprezo que manifestaram pelo mundo com todos os seus prazeres e riquezas e honrarias, como todos podem ler nos trabalhos de Aristóteles, Sêneca, Túlio, Avicena, al-Farabi, Platão, Sócrates e outros; e por isso é que alcançaram os segredos da sabedoria e descobriram todos os conhecimentos. No entanto, nós, cristãos, nada descobrimos que fosse digno daqueles filósofos, nem mesmo podemos compreender sua sabedoria. A nossa ignorância provém desta causa: é que nossa moral é pior do que a deles... Não paira dúvida alguma entre os homens justos quanto à necessidade de se expurgar a Igreja.[128]

Bacon não se impressionou com seus contemporâneos em matéria de filosofia; nenhum deles, escreveu ele a Clemente IV, poderia em 10 anos escrever um livro como o *Opus maius*; as obras deles pareciam a Bacon uma massa cheia de matéria supérflua e de "inefável falsidade"[129] e toda a estrutura de seus pensamentos apoiava-se numa Bíblia e num Aristóteles mal traduzidos e mal compreendidos;[130] Ridicularizou a longa exposição que Tomás de Aquino fez dos hábitos, poder, inteligência, e movimentos dos anjos.[131]

Uma acusação assim exagerada contra a vida, moral e pensamento da Europa devia ter deixado Bacon sozinho contra o mundo. Contudo, não há evidência de que sua Ordem ou a Igreja o perseguiram ou intervieram em sua liberdade de pensamento ou de expressão, antes de 1277 — isto é, seis anos depois da publicação de suas jeremiadas. Naquele ano João de Vercelli, geral dos dominicanos, e Jerônimo de Ascoli, geral

dos franciscanos, conferenciaram para dirimir as divergências que haviam surgido entre as duas ordens. Concordaram que os frades de ambas as ordens deviam abster-se de fazer críticas uma à outra e que "qualquer frade que se descobrisse ter ofendido, por palavra ou ato, a algum membro de outra ordem deveria receber de seu provincial um castigo que satisfizesse o irmão ofendido".[132] Logo depois, Jerônimo, segundo a *Crônica dos XXIV Gerais da Ordem* dos franciscanos do século XIV, "agindo de acordo com o conselho de muitos frades, condenou e reprovou os ensinamentos de frei Roger Bacon, mestre de teologia sagrada, como contendo algumas novidades suspeitadas, razão por que o mesmo Roger foi condenado à prisão."[133] Não dispomos de outros conhecimentos sobre a questão. Não podemos dizer se as "novidades" eram heréticas ou refletiam a suspeita de que ele se entregava a feitiçarias ou dissimulavam uma decisão para silenciar uma crítica que atingia tanto os dominicanos como os franciscanos. Tampouco sabemos se eram severas as condições da prisão em que o encerraram, nem quanto tempo lá esteve. Consta que em 1292 haviam sido libertados certos prisioneiros que tinham sido condenados em 1277. Provavelmente Bacon foi posto em liberdade nessa ocasião ou antes, pois em 1292 publicou o *Compendium studii theologiae*. Depois disso lemos apenas um registro em uma velha crônica: O nobre doutor Roger Bacon foi sepultado em Grey Friars (igreja franciscana), em Oxford, no ano de 1292."[134]

Bacon exerceu pouca influência no seu tempo. Era lembrado principalmente como um homem que fazia coisas extraordinárias, um mágico e exorcista. Desta maneira foi apresentado em uma peça de Roberto Greene 300 anos depois de sua morte. É difícil dizer o quanto Francis Bacon (1561-1626) lhe devia com referência a seus conhecimentos. Apenas podemos observar que o segundo Bacon, como o primeiro, repeliu a lógica e o método escolástico de Aristóteles, refutou autores, costumes e outros "ídolos" do pensamento tradicional, louvou a ciência, mencionou as invenções que dela se esperavam, catalogou seu programa, salientou sua utilidade prática e procurou auxílio financeiro para as investigações científicas. Lentamente, a fama de Roger Bacon cresceu desde aquele século XVI até tornar-se ele uma figura lendária — o suposto inventor da pólvora, o herói livre-pensador, a eterna vítima das perseguições religiosas, o grande iniciador do pensamento moderno. Hoje, o pêndulo retrocede. Os historiadores esclarecem que ele tinha apenas uma idéia muito confusa sobre as experiências, tendo feito poucas, que em matéria de teologia era mais ortodoxo do que o Papa e suas páginas estavam eivadas de superstições, feitiçarias, citações falhas, acusações falsas e lendas extraídas da História.

É verdade. Também é verdade, que, embora tivesse feito poucas experiências, auxiliou, no entanto, a asseverar seu princípio e a preparar seu advento e que seus protestos de ortodoxia foram o fruto da diplomacia de um homem que procurava o apoio do Papa para as ciências. Seus erros foram devidos às contaminações de seu tempo ou à pressa de seu espírito demasiado ansioso por receber todos os conhecimentos para sua província; seu auto-elogio era o bálsamo do gênio ignorado, e suas acusações, a cólera de um titã fracassado que, presenciando a ruína de seus mais nobres sonhos em um mar de ignorância, nada podia fazer contra isso. Seus ataques contra os mestres em matéria filosófica e científica abriram um caminho mais amplo e mais livre para o domínio do pensamento. Sua insistência sobre a base da matemática e objetivo da ciência estava meio milênio adiante da época. Sua advertência contra a subordinação da moral à ciência é uma lição para o dia de amanhã. Com todas as suas falhas e peca-

dos, o *Opus maius* merece o nome que tem como sendo a maior obra em toda a literatura daquele século extraordinário.

VIII. OS ENCICLOPEDISTAS

Intermediários da ciência e da filosofia eram os incansáveis polímatas, os quais procuravam estabelecer ordem e unidade na difusão dos conhecimentos da época, colocando a ciência e a arte, a indústria e o governo, a filosofia e a religião, a literatura e a história em um todo ordenado que pudesse fornecer base para a sabedoria. O século XIII destacou-se com suas enciclopédias e *summae* (sumas), verdadeiras sínteses que versavam sobre tudo. Os enciclopedistas mais modestos limitavam-se a fazer um resumo das ciências naturais. Alexandre Neckam, abade de Cirencester (*ca.* 1200) e Tomás de Cantimpré, um dominicano francês (*ca.* 1244), escreveram estudos populares sobre ciências sob o título de *A Natureza das Coisas*, e Bartolomeu da Inglaterra, um franciscano, editou interessante volume sobre *As Propriedades das Coisas* (*ca.* 1240). Por volta de 1266, Brunetto Latini, um notário florentino, exilado devido a sua atitude política e que viveu durante alguns anos na França, escreveu, na *langue d'oïl, Li Livres dou tresor (Livro dos Tesouros)*, breve enciclopédia sobre ciências moral, história e governo. Provou ser tão popular que Napoleão pensou em mandar fazer dela uma nova edição. O Estado publicou-a meio século depois da aparição da *Grande Encyclopédie de Diderot* que abalou o mundo. Todos aqueles trabalhos do século XIII mesclavam a teologia com ciência e a superstição com observações. Exalam o ar de seu próprio tempo. Nossa tristeza seria bem grande se pudéssemos prever como nossa própria onisciência será considerada daqui a sete séculos.

A mais célebre enciclopédia da Idade Média cristã foi o *Speculum maius* de Vicente de Beauvais (*ca.* 1200 — *ca.* 1264), o qual ingressou na Ordem Dominicana, tornou-se preceptor de Luís IX e seus filhos, foi encarregado de zelar pela biblioteca do rei e empreendeu, com auxílio de outros, a tarefa de reduzir a uma forma digerível os conhecimentos que o cercavam. Chamou a sua enciclopédia *Imago mundi* (*Imagem do Mundo*), apresentando o universo como um espelho que refletia a inteligência e o plano divinos. Era uma gigantesca compilação, igual a 40 tomos modernos de grande tamanho. Vicente, com copistas e tesouras, completou três partes — *Speculum naturale, Speculum doctrinale, Speculum historiale*; os herdeiros da tarefa acrescentaram, por volta de 1310, o *Speculum morale*, em grande parte plagiado da *Summa* de Tomás de Aquino. Vicente mesmo era uma alma modesta e bondosa. "Não conheço mesmo uma única ciência", disse. Não reconhecia originalidade alguma em sua obra, apenas se propusera recolher excertos de 450 autores, entre gregos, latinos e árabes. Transcreveu fielmente os erros de Plínio, reconheceu todas as maravilhas da astrologia e encheu suas páginas com as qualidades ocultas das plantas e pedras. Mesmo assim, as maravilhas e a beleza da natureza brilham aqui e acolá em seu livro, e ele próprio as sente como nenhum outro afeiçoado aos livros pode sentir:

> Confesso, pecador que sou, com o espírito maculado pela carne, que me sinto tocado de doçura espiritual para com o Criador e Senhor deste mundo, e o honro com a maior veneração, quando contemplo a magnitude e beleza... de Sua criação. Pois o espírito, alçando-se das afeições sórdidas e erguendo-se, como pode, na luz das especulações, vê, como se fosse de uma grande altura, a grandeza do universo que encerra em si mesmo lugares infinitos cheios das diversas espécies de criaturas.[135]

A irrupção das atividades científicas no século XIII rivaliza com a magnitude de suas filosofias e com a variedade e esplendor de uma literatura que se estendia desde os trovadores até Dante. Como as grandes sumas (*summae*) e a *Divina Comédia*, as ciências daquela época sofreram por se julgarem muito seguras, por deixarem de examinar suas suposições e mesclarem indiscriminadamente os conhecimentos com a fé. Contudo, aquela pequena crosta de ciências, navegando em um mar oculto, fez progressos substanciais até mesmo na Idade da Fé. Em Adelardo, Grosseteste, Alberto, Arnoldo de Villanova, Guilherme Salicetti, Henrique de Mondeville, Lanfranchi, Bacon, Pedro, o Peregrino, e Pedro de Espanha, as novas observações e as tímidas experiências começaram a romper as autoridades de Aristóteles, Plínio e Galeno; o zelo pelas explorações e empreendimentos enfunou as velas dos barcos dos aventureiros. Já no começo daquele maravilhoso século exprimia Alexandre Neckam muito bem aquela nova devoção: "Adquire-se a ciência", disse, "com grande sacrifício, freqüentes vigílias, grande dispêndio de tempo, diligência no trabalho e veemente concentração do espírito."[136]

Mas ao fim do livro de Alexandre, foi a disposição do espírito medieval que novamente falou, em sua melhor feição, com prematura ternura:

> Por acaso, ó livro, sobrevivereis a este Alexandre, e os vermes me devorarão antes que os afeiçoados aos livros vos corroam... Sois o espelho de minha alma, o intérprete de minhas meditações... a verdadeira testemunha de minha consciência, o doce conforto de minhas dores... A vós, como fiel depositário, tenho confiado os segredos de meu coração;... em vós eu leio meus próprios pensamentos. Caireis nas mãos de algum piedoso leitor que se dignará orar por mim. Pois, na verdade, pequeno livro, tereis vantagem com vosso mestre e recompensareis o vosso Alexandre por um intercâmbio mais grato. Não lastimo meus esforços. Surgirá um piedoso leitor, cheio de devoção, o qual vos deixará então repousar em seu colo, levar-vos-á ao peito e, às vezes, vos fará de doce travesseiro para sua cabeça; às vezes, fechando-vos docemente, irá ele orar fervorosamente por mim a Nosso Senhor Jesus Cristo, o Qual com o Pai e o Espírito Santo vivem e reinam através dos ciclos infinitos dos tempos. Amém.[137]

CAPÍTULO XXXVIII

A Idade do Romance

1100 — 1300

I. O RENASCIMENTO DO LATIM

TODA idade é propícia ao romance, pois os homens não podem viver do pão apenas, e a imaginação é o esteio da vida. Talvez os séculos XII e XIII, na Europa, tivessem sido algo mais românticos que os demais períodos. Além de herdarem todas as criaturas místicas de um mundo de fantasia, aceitaram a epopéia cristã em toda beleza e terror de sua visão, fizeram da religião do amor e da guerra uma arte, viram as Cruzadas, e importaram centenas de lendas e maravilhas do Oriente. Os romances que escreveram foram os mais longos que se conhecem na História.

O aumento da riqueza, das horas de lazer e a cultura dos leigos, a criação de novas cidades e da classe média, o desenvolvimento das universidades, a exaltação da mulher pela religião e pela cavalaria — tudo isso contribuiu para o florescimento da literatura. À medida que se multiplicavam as escolas, Cícero, Virgílio, Horácio, Ovídio, Tito Lívio, Salústio, Lucano, Sêneca, Estácio, Juvenal, Quintiliano, Suetônio, Apuleio, Sidônio, mesmo o vil Marcial e Petrônio começaram a abrilhantar com sua arte e mundo exóticos um sem-número de retiros pedagógicos e monásticos e, talvez, aqui e ali, os caramanchões de alguns palácios. As almas cristãs, desde um Jerônimo até um Alcuíno ou uma Heloísa e Hildeberto, tiravam alguns minutos de suas Horas para cantar em voz baixa a música da *Eneida*. A Universidade de Orléans amava especialmente os clássicos da Roma pagã, e um puritano horrorizado queixou-se de que eram ali venerados os antigos deuses e não mais Cristo e Maria. O século XII foi quase a "era de Ovídio"; ele destronou Virgílio, ao qual Alcuíno fizera o poeta laureado da corte de Carlos Magno. Monges, damas e "mestres errantes" liam com prazer as *Metamorfoses*, as *Heroídas* e a *Arte de Amar*. Podemos perdoar aos monges muitas pagodeiras beneditinas, pois eles não deixaram perecer aquelas almas danadas, conservaram-nas, carinhosamente e transmitiram suas obras a uma mocidade relutante que, no fim, acabou por lhes agradecer.

Surgiu daqueles estudos clássicos um latim medieval, cuja diversidade e interesse figuram entre as mais agradáveis surpresas nas investigações literárias. São Bernardo, que fazia tão pouco caso dos empreendimentos intelectuais, escreveu cartas de grande ternura e eloqüência em primoroso latim. Os sermões de Pedro Damião, Bernardo, Abelardo e Bertoldo de Regensburgo mantinham essa língua qual uma força viva.

Os cronistas dos mosteiros escreviam em um latim horrível, porém não tinham qualquer pretensão de poder oferecer uma linguagem encantadora. Registravam antes de tudo o desenvolvimento e a história de suas próprias abadias — as eleições,

construções, falecimentos de abades, milagres e discussões dos monges; acrescentavam observações sobre eclipses, cometas, secas, inundações, fome, pestes e profecias do tempo. Alguns se estendiam em suas crônicas, mencionando acontecimentos nacionais e até mesmo internacionais. Poucos investigavam as fontes de origem ou inquiriam as causas; a maioria era negligente e descurada em sua redação e acrescentava alguns algarismos para dar vida a certas estatísticas. Todos relatavam milagres e demonstravam amável credulidade. Assim, os cronistas franceses supunham que a França havia sido formada por nobres troianos, e que Carlos Magno havia conquistado a Espanha e tomado Jerusalém. A *Gesta Francorum* (*ca.* 1100) procurou fazer uma descrição relativamente honesta da Primeira Cruzada, enquanto a *Gesta Romanorum* (*ca.* 1280) fornecia uma história de pura ficção para Chaucer, Shakespeare e milhares de romancistas. Geofredo de Monmouth (*ca.* 1100-54) fez de sua *Historia Britonum* uma espécie de mitologia nacional, na qual os poetas encontraram as lendas dos reis Lear e Artur, Merlin, Lancelote, Tristão, Percival e do *Vaso Sagrado* (Santo Graal). Trabalhos ainda vivos, porém, são os que se referem às crônicas despidas de malícia de Jocelyn de Bury St. Edmunds (*ca.* 1200) e de Fra Salimbene de Parma (*ca.* 1280).

Por volta de 1208, Saxo Lange, postumamente chamado Saxo Gramático, dedicou ao arcebispo Absalão de Lund a sua *Gesta Danorum (Feitos dos Dinamarqueses)*, obra um pouco bombástica, incrivelmente crédula,[1] mas que encerrava uma vívida narrativa mais bem coordenada que a maioria das crônicas contemporâneas do Ocidente. No Livro III conhecemos Amleth, príncipe da Jutlândia, cujo tio assassinou o rei seu pai e casou-se com a rainha. Amleth, diz Saxo, "fingiu ser um espírito completamente embotado, recurso muito hábil pelo qual se salvou". Os cortesãos do rei fratricida sujeitaram Amleth a uma prova colocando uma bela mulher em seu caminho; ele aceitou as carícias dela e acabou conquistando seu amor e fidelidade. Tentaram toda a sorte de perguntas ardilosas, porém "ele mesclava a astúcia com a ingenuidade, e de uma tal maneira, que se tornava difícil saber a verdade". Foi com material semelhante que Shakespeare criou um homem — *Hamlet*.

Cinco historiadores em língua latina, daqueles séculos, passaram das crônicas para a história, mesmo quando conservavam a feição das primeiras. Guilherme de Malmesbury (*ca.* 1090-1143) dispôs a matéria de suas *Gesta pontificum* e *Gesta regum Anglorum* para compor uma vívida e coordenada história dos prelados e reis britânicos, história essa muito fidedigna e sincera. Orderico Vitalis (*ca.* 1075-1143), nascido em Shrewsbury, foi enviado como oblato, com a idade de 10 anos, ao mosteiro de St. Evroul, na Normandia. Ali viveu os restantes 68 anos de sua vida sem jamais se avistar com os pais. Dezoito anos daquele tempo passou ele escrevendo os cinco volumes de sua *História Eclesiástica*. Consta que somente suspendia o trabalho nos dias muito frios do inverno, quando já não podia escrever, tão duros lhe ficavam os dedos. É notável que um espírito encerrado em espaço tão limitado tivesse falado tão bem sobre várias questões seculares e eclesiásticas com apartes sobre a história das letras, maneiras e coisas da vida diária. O bispo Oto de Freising (*ca.* 1114-58), em *De duabus civitatibus (As Duas Cidades)*, narrou a história da religião e do mundo secular desde Adão até o ano de 1146, e começara a escrever uma bela biografia de seu sobrinho, Frederico Barba-Roxa, porém a morte colheu-o quando seu herói se achava na metade de sua carreira. Guilherme de Tiro (*ca.* 1130-90), um francês nascido na Palestina, tornou-se chanceler de Balduíno IV, de Jerusalém, e depois arcebispo de Tiro; aprendeu francês, latim, grego, árabe e alguma coisa de hebraico. Escreveu em bom

latim a *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum (História dos Acontecimentos de Além-Mar),* relato que é a nossa mais fidedigna fonte para a história das primeiras cruzadas. Ele procurou explicações naturais para todos os acontecimentos, e sua sinceridade no descrever os caracteres de Nur-ud-din e Saladino influi muito na opinião favorável que a Europa cristã formou sobre aqueles cavaleiros infiéis. Mateus Paris (*ca.* 1200-1259) era um monge de Santo Albano. Como historiador de sua abadia e depois do rei Henrique III, escreveu sua vívida *Chronica maiora,* na qual abrangeu os maiores acontecimentos da história européia entre 1235 e 1259. Escreveu com clareza, exatidão e inesperada parcialidade; condenou a "avareza que havia desviado o povo do papa", e foi a favor de Frederico II contra o papado. Encheu suas páginas de milagres, e contou a história do Judeu Errante (*anno* 1228); porém registrou francamente o cepticismo com que os londrinos consideraram a transferência de algumas gotas do sangue de Cristo para a abadia de Westminster (1247). Desenhou para seu livro vários mapas da Inglaterra, os melhores daquele período; talvez tenha sido ele mesmo quem fez as demais ilustrações da obra. Admiramos sua operosidade e instrução, contudo o esboço que fez de Maomé (*anno* 1236) constitui surpreendente revelação do quanto um cristão culto ignorava sobre a história do Islã.

Os maiores historiadores daquela época foram dois franceses que escreveram em seu próprio idioma, e partilharam com os trovadores e poetas a honra de fazerem do francês uma língua literária. Geofredo de Villehardouin (*ca.* 1150—*ca.* 1218) era nobre e guerreiro, não tinha educação completa, mas, precisamente por desconhecer os artifícios da retórica que se ensinava nas escolas, ditou sua *Conquête de Constantinople (Conquista de Constantinopla)* (1207) em um francês cuja objetividade simples e precisão natural tornaram o livro uma obra clássica da historiografia. Não que não fosse imparcial, mas exerceu papel muito íntimo na Quarta Cruzada, de maneira a poder ver aquela pitoresca traição com olhos objetivos. Mas ali esteve, presenciou e interpretou acontecimentos com uma independência de espírito que deu ao livro uma vívida qualidade imune ao tempo. Quase um século mais tarde, João Sire de Joinville, senescal de Champagne, após servir Luís IX na cruzada e em França, escreveu, quando se achava com 85 anos, a sua *Histoire de St. Louis (História de São Luís)* (1309). Somos-lhe gratos por descrever com a maior sinceridade os homens da História, os costumes e as anedotas, e, por meio dele, sentimos o sabor do tempo, o que não encontramos nem mesmo em Villehardouin. Sentimos com ele quando deixa o castelo depois de empenhar quase todos os seus bens a fim de partir para a cruzada; não ousou olhar para trás, diz, receoso de que seu espírito fraquejasse quando divisasse a esposa e os filhos, os quais talvez não mais tornasse a ver. Não tinha o espírito sutil e astuto de Villehardouin, mas tinha bom senso e via a argila no seu santo. Quando Luís quis que seguisse em uma segunda cruzada, recusou-se a fazê-lo, prevendo o insucesso do empreendimento. E quando o piedoso rei lhe perguntou: "O que preferias: ser leproso ou alguém que tivesse cometido pecado mortal?"

> Eu, que jamais lhe mentira, respondi que preferia ter cometido 30 pecados mortais a ser leproso. Quando os monges partiram, ele me chamou de lado, fez-me sentar a seus pés e disse-me: "Por que disseste isso?"... E eu respondi que o diria mais uma vez. E ele então falou: "Falaste precipitada e tolamente, pois devias saber que não há lepra mais horrível que a de se achar, alguém, em estado de pecado mortal..." Perguntou-me se lavava os pés dos pobres na Quinta-Feira Santa. "*Sire*", disse-lhe

eu, "isso me deixaria enojado! Não lavaria os pés de tais *villeins*." "Na verdade", observou o rei, "não disseste uma coisa sensata, pois jamais deverias desprezar o que Deus fez para nos ensinar. Portanto, peço-te, primeiro por amor a Deus, e depois por amizade a mim, que te acostumes a lavar os pés dos pobres."[2]

Nem todas as Vidas dos Santos eram tão sinceras quanto a que ele escreveu. O sentido da História e a consciência intelectual achava-se tão pobremente desenvolvidos no espírito medieval, que os escritores daquelas edificantes narrativas parecem ter sentido que muito bem e pouco mal adviriam se seus leitores as aceitassem como sendo verdadeiras. Provavelmente, em muitos casos, os autores recebiam narrações de outros e acreditavam no que escreviam. Se aceitarmós as Vidas dos Santos como simples histórias, veremos que elas são mui interessantes e cheias de encanto. Consideremos como São Cristóvão granjeou o seu renome. Ele era um gigante de Canaã, 18 pés de altura. Entrou a serviço de um rei porque ouvira falar que era um dos homens mais poderosos do mundo. Um dia o rei persignou-se à menção da palavra Diabo; Cristóvão concluiu então que o Diabo era mais poderoso que o rei e passou a servir ao outro. O Diabo, porém, fugiu ao avistar uma cruz na beira da estrada, e Cristóvão, raciocinando que Jesus devia ser mais forte que Satanás, dedicou-se a Cristo. Achava muito difícil observar o jejum conforme os preceitos cristãos, pois seu corpo exigia muito alimento e sua enorme língua sempre tropeçava nas mais simples orações. Um santo ermitão colocou-o à borda de um rio, em cuja corrente rápida muita gente se afogava quando tentava atravessá-la. Cristóvão carregava os viajantes nas costas e depositava-os sãos e salvos na outra margem. Um dia carregou uma criança e perguntou-lhe por que estava tão pesada, e a criança respondeu que era devido ao fato de carregar ela o peso do mundo. Posta a salvo na outra margem, a criança agradeceu, dizendo: "Eu sou Jesus Cristo", e desapareceu. O cajado de Cristóvão, o qual ele havia fincado na areia, cobriu-se subitamente de flores.[3] E quem era São Jorge da Bretanha? Um dragão nas imediações de Silenum, na Líbia, recebia anualmente como alimento um jovem ou uma virgem, vivos ainda, escolhidos por sorte, como preço para não envenenar a aldeia com seu bafo. Certa vez a sorte recaiu na virgem filha do rei. Quando chegou o dia fatal, ela foi até ao poço onde o dragão ficava. São Jorge viu-a ali e perguntou por que chorava. "Jovem, creio que tens um grande e nobre coração, porém trata de deixar-me", respondeu ela. Ele se recusou a ir-se embora e fê-la responder a sua pergunta. "Nada receies, pois te auxiliarei em nome de Jesus Cristo." Nesse momento o monstro saiu da água. Jorge fez o sinal-da-cruz, recomendou-se a Cristo e atacou o monstro, enterrando a lança na fera. Ordenou depois à virgem que amarrasse no pescoço do dragão ferido a cinta que ela trazia. Ela fez o que ele ordenou, e a fera, cedendo qual um cavaleiro qualquer perante poderoso encanto, seguiu-a docemente e não mais a largou daquele dia em diante. Esses e outros bonitos contos foram reunidos, por volta de 1290, em um célebre livro de Iacopo de Voragine, arcebispo de Gênova. Ele contava para cada dia do ano a história de seus santos, e chamou seu livro *Legenda sanctorum (Lendas dos Santos)*. A coleção dos contos de Iacopo, chamada *Legenda aurea* ou *Lenda Dourada*, tornou-se leitura favorita na Idade Média. A Igreja aconselhou que não se desse nenhum crédito a algumas daquelas histórias,[4] porém o povo apreciava-as e acreditava em todas elas. Talvez não tivesse ficado desapontado com a vida mais do que essa gente simples que absorve os romances populares de nossos tempos.

Os versos constituíam a glória do latim medieval. Muita coisa era poesia apenas na

forma, pois davam-se ritmos e rimas, como auxiliares mnemônicos a todas as variedades de material didático — história, lenda, matemática, lógica, teologia, medicina, etc. Havia poemas grandes, como o *Alexandreis* (1176) de Walter de Châtillon, os quais nos parecem tão insípidos como o *Paraíso Perdido.* Havia também discussões poéticas — entre o corpo e a alma, morte e homem, misericórdia e verdade, camponês e clérigo, homem e mulher, vinho e água, vinho e cerveja, rosa e violeta, estudante pobre e sacerdote bem nutrido, e até mesmo entre Helena e Ganímedes quanto aos méritos rivais do amor heterossexual e homossexual.[5] Nenhum ente humano era estranho à poesia medieval.

A partir do século V, abandonara-se a confiança clássica que se dispensava à quantidade de vogais necessárias à metrificação, e então os versos latinos, brotando mais dos sentimentos populares do que de uma arte culta, moldaram a nova poesia, baseada na acentuação, ritmo e rimas. Tais formas haviam existido entre os romanos antes que lhes tivesse chegado a metrificação grega, e sobreviveram, clandestinamente, mil anos ao estilo clássico. As formas clássicas — hexâmetro, elegíada e sáfica — mantiveram-se durante toda a Idade Média, mas o mundo latino delas se saturara; pareciam inadequadas para os característicos da piedade, ternura, delicadeza e orações que o cristianismo havia espalhado. Apareceram ritmos mais simples, versos curtos de pés jâmbicos que podiam transmitir quase todas as emoções, desde o pulsar do coração até o tropel de soldados marchando para a guerra.

Ninguém sabe de onde o mundo cristão ocidental adotou a rima. Muitos conjecturam sobre isso. Ela havia sido empregada em uns poucos poemas pagãos, como, por exemplo, nos de Ênio, Cícero e Apuleio; uma vez ou outra na poesia hebraica e síria; esporadicamente na poesia latina do século V; abundantemente nos versos árabes já no século VI. É possível que a paixão dos muçulmanos pelas rimas tivesse afetado os cristãos que aportaram no Islã; o excesso de rimas médias e terminais nos versos do latim medieval lembra um excesso semelhante na poesia árabe. Seja como for, aquelas novas formas geraram um corpo inteiramente novo de poesia latina, inteiramente diverso dos tipos clássicos, numa abundância surpreendente, e de uma excelência que até então não se suspeitava. Vejamos, por exemplo, Pedro Damião (1007-72), o reformador asceta, igualando o chamado de Cristo ao apelo que um namorado faz a uma virgem:

Quis est hic qui pulsat ad ostium? noctis rumperis somnium? Me vocat: "O virginum pulcherimma, soror, coniux, gemma splendidissima. Cito, surgens aperi, dulcissima.	Quem é esse que bate a minha porta? Queres roubar-me o sono esta noite? Ele me chama: "Ó mais encantadora das virgens, Irmã, companheira, jóia mais resplandecente! Depressa, levantai! Abri a porta, querida!
Ego sum summis regis filius, primus et novissimus; qui de caelis in has veni tenebras, liberare captivorum animas: passus mortem et multas iniurias"	Eu sou o filho do maior dos reis, O primogênito e o mais jovem; O que desceu do céu para estas trevas, A fim de libertar as almas dos cativos. Sofri a morte e muitas dores".
Mox ego dereliqui lectulum, cucurri ad pessulum: ut dilecto tota domus pateat, et mens mea plenissime videat quem videre maxime desiderat.	Sem demora abandonei meu leito, Correndo à porta pressurosa, Para abrir ao amado toda a casa, E pudesse minha alma contemplar Aquele a quem tanto por ver anelava.

At ille iam inde transierat;	Mas ele logo embora-se foi
ostium reliquerat.	Deixando-me só à porta.
Quid ergo, miserrima, quid facerem?	Triste de mim, o que podia fazer?
Lacrymando sum secuta iuvenem	Chorando, saí correndo em busca do jovem
manus cuius plasmaverunt hominem...	Cujas mãos plasmaram o homem.

Para Pedro Damião a poesia era um incidente; para Hildeberto de Lavardin (1055?-1133), arcebispo de Tours, era uma paixão que lutava cheia de fé pela sua alma. Provavelmente fora de Berengário de Tours que havia estudado sob a direção de Fulberto, em Chartres, que ele (Hildeberto) aprendera aquele grande amor pelos clássicos latinos. Após muitas tribulações, fez uma viagem a Roma. Não estava muito seguro do que ia fazer, se fora receber a bênção do Papa ou contemplar um espetáculo que suas leituras enalteciam. Sentiu-se tão comovido com a grandeza e decadência da velha capital que exprimiu seus sentimentos em uma clássica forma elegíaca:

Par tibi, Roma, nihil, cum sis prope tota ruina;
quam magni fueris integra fracta doces.
Longa tuos fastus aetas destruxit, et arces
Caesaris et superum templa palude iacent.
Ille labor, labor ille ruit quem dirus Araxes
et stantem tremuit et cecidisse dolet...
Non tamen annorum series, non flamma, nec ensis
ad plenum potuit hoc abolere decus.

Nada vos iguala, ó Roma! Nem quando sois quase uma ruína.
Quão grande éreis quando intacta; prostrada, agora, uma lição nos dais.
Vosso orgulho o tempo destruiu, e as cidadelas
De César jazem sob os pântanos com os templos dos deuses.
Desmoronaram-se aquelas obras, aquelas obras poderosas
Que, de pé, faziam tremer os bárbaros e, em ruínas, por eles são lamentadas....
Mas nem mesmo o decorrer dos anos, nem mesmo o fogo,
Nem mesmo a espada poderão destruir toda essa glória!

Aqui por um instante, o poeta medieval empregou a língua latina com a mesma nobreza de um Virgílio. É grande a força do cristianismo. Hildeberto encontrou mais conforto em Jesus e Maria do que em Júpiter e Minerva. Em um poema que fez tempos depois, renunciou de maneira impecável aos antigos deuses. É Roma quem fala nos versos seguintes:

Gratior haec iactura mihi successibus illis;
maior sum pauper divite, stante iacens.
Plus aquilis vexilla crucis, plus Caesare Petrus,
plus cinctis ducibus vulgus inerme dedit.
Stans domui terras, infernum diruta pulso;
corpora stans, animas fracta iacensque rego.
Tunc miserae plebi, modo principibus tenebrarum
impero; tunc urbes, nunc mea regna polus.

Essa derrota me é mais doce que aquelas vitórias;
Sou maior pobre do que rica, prostrada agora do que altiva outrora.
Recebi da Cruz mais que das águias, mais de Pedro que de César,
Da multidão desarmada mais auferi que dos comandantes.

De pé, dominei as nações; arruinada, alcanço as profundezas da terra;
De pé, dominei os homens; arruinada e prostrada, domino as almas.
Outrora uma população desesperada comandei, hoje os príncipes das trevas;
Outrora as cidades eram meu reino, hoje meu reino é o céu.

Nenhuma pena latina compôs, desde Fortunato, uma poesia como essa.

II. VINHO, MULHERES E CANÇÕES

O conhecimento que temos dos aspectos pagãos e cheios de cepticismo da vida medieval é naturalmente fragmentário. O passado não se transmitiu imparcialmente para nós exceto em nosso sangue. Por isso mesmo devemos admirar a liberalidade de espírito que levou o mosteiro dos *Benediktbeuern* (na Baviera do Norte) a conservar o manuscrito que finalmente foi publicado em 1847 como *Carmina Burana (Poemas de Beuern)*, e que é agora nossa principal fonte da poesia dos "escolares errantes". (Outra fonte é o manuscrito existente na Biblioteca Harleiana, de composição anterior a 1264 e publicado por Thomas Wright em 1841, sob o título de *Latin Poems Commonly Attributed to Walter Mapes*.) Não eram vagabundos; alguns eram monges que se haviam afastado de seus mosteiros, outros clérigos sem função, a maioria estudantes que, muitas vezes, faziam viagens a pé de uma universidade para outra, ou iam de suas casas à universidade. Muitos estudantes pousavam nas estalagens durante o percurso; experimentavam vinhos e mulheres e aprendiam douttinas que não faziam parte do programa. Alguns compunham canções, cantavam-nas, vendiam-nas; outros renunciavam à esperança de seguir a carreira eclesiástica e viviam do fruto da pena, dedicando sua veia poética aos bispos e grão-senhores. Trabalhavam principalmente na França e Alemanha ocidental mas, como escreviam em latim, seus poemas tinham o curso de moeda internacional. Diziam ter uma organização — a *Ordo vagorum* ou corporação dos peregrinos — e inventaram como sendo seu fundador e santo patrono um personagem rabelaisiano de pura ficção, ao qual chamavam de Golias. Já no século X, o arcebispo Walter de Sens atacava fortemente a escandalosa "família de Golias"; e depois, em 1227, em um concílio realizado pela Igreja, os *goliardi* foram condenados por fazerem paródias com os mais sagrados cânticos litúrgicos.[6] "Eles vivem andando por aí completamente nus", declarou o Concílio de Salzburgo em 1281; "dormem nos fornos, freqüentam tavernas, casas de jogo, bordéis, ganham o pão com seus vícios e apegam-se obstinadamente a sua seita."[7]

Individualmente, conhecemos apenas uns poucos daqueles poetas de "goliardos". Um deles era Hugo ou Hugo Primas, cônego de Orléans (*ca.* 1140), "um sujeito vil, de rosto deformado", diz um escriba rival,[8] mas famoso "em muitas províncias" devido a seu espírito versátil e às suas poesias; sofria por não ter quem as comprasse, lançava sátiras terríveis contra os eclesiásticos ricos; era um homem de grande erudição e pouca vergonha, e escrevia grandes indecências em hexâmetros quase tão puros quanto os de Hildeberto. Mais famoso ainda foi um outro, cujo nome se perdeu, mas a quem os admiradores chamavam de Arquipoeta (*ca.* 1161), cavaleiro alemão que preferia o vinho e a tinta à espada e ao sangue e vivia satisfeito com as esmolas que uma vez ou outra recebia de Reinaldo von Dassel, arcebispo-eleitor de Colônia e embaixador de Barba-Roxa em Pavia. Reinaldo tentou reformá-lo, mas o poeta pediu-lhe que o deixasse livre, escrevendo um dos mais célebres poemas medievais — a "Confissão de Golias" — cujas estrofes finais tornaram-se a canção báquica favorita nas universidades alemãs.

1. Ouvi a declaração que faço,
Tomada de viva e feroz
Indignação
A minha alma amarga.
Sou apenas de um elemento,
A leviandade é minha matéria,
Qual folha seca
Para ser tocada pelo vento.

2. A sobriedade e a tristeza
Jamais pude suportar.
Adoro gracejar e a alegria
Para mim é mais doce que o mel.
Grande satisfação é para mim
Tudo o que Vênus me ordena;
Um coração eivado de maldade
Nunca ela o habitou.

3. Quero caminhar pela grande estrada
Jovem e sem arrependimento,
Em meus vícios envolto,
E esquecido de todas as virtudes.
Desejo mais os prazeres do que o Céu,
E já que em mim a alma morta está,
Preferível é pois
Salvar-me o corpo.

4. Perdoai-me, bom senhor,
Mestre da discrição
Porém esta minha morte é mais doce
E o veneno mais delicioso.
O que mais prontamente me fere
É a beleza de uma jovem;
Não está ela a meu alcance? Pois bem,
Deixemos a imaginação cumprir sua tarefa.

5. Se sentardes no meio do fogo,
Não irá ele vos queimar?
Ide a Pavia; voltaríeis
Tão casto quanto éreis antes?
Pavia, onde a beleza atrai
Com um aceno de mão a mocidade,
Prendendo-a com seus olhos,
Arrebatando-a com seus lábios.

6. Levai Hipólito
Para um jantar em Pavia,
Nunca mais Hipólito
Encontraríeis depois.
Em Pavia todas as estradas
Conduzem direto ao prazer,
Entre as grandes torres não se vê uma
Que possa levar-nos à morada da castidade.

7. Meum est propositum
in taberna mori,
ut sint vina proxima
morientis ori.
Tunc cantabunt laetius
angelorum chori:
"Sit deus propitius
huic potatori!"

8. Já tomei por isso a minha decisão:
Quando chegar a minha hora,
Deixai-me morrer numa taverna
Com um jarro de vinho ao lado.
Então os anjos cantarão,
Em coro alegremente:
"*Deus sit propitius*
huic potatori."*[9]

O *Carmina Burana* estende-se por todos os temas da mocidade: primavera, amor, alarde de conquistas feitas, delicadas obscenidades, ternos versos de amor não correspondido, canção de um estudante aconselhando uma moratória para os estudos e um feriado para o amor (*omittamus studia, dulce est desipere*)... Numa canção, a jovem interrompe os estudos de um escolar com *Quid tu facis, domine? Veni mecum ludere (O que faz, senhor? Venha divertir-se comigo).* Outra canta a infidelidade da mulher, outra o sofrimento de uma jovem traída e abandonada, cujo crescimento horizontal provoca pancadarias dos pais. Muitas canções descrevem os prazeres da bebida e do jogo; outras atacam a riqueza da Igreja *(O evangelho de acordo com o marco de prata);* umas constituem paródias dos mais nobres hinos, como o *Lauda Sion,* de Santo Tomás; outra é uma canção à maneira de Whitman.[10] Muitas são de péssimos versos, algumas verdadeiras obras-primas de lirismo. Eis, em verso livre, o idílio de um namorado com a morte ideal:

* "Seja Deus benevolente com este beberrão!"

Ao entregar-se ela toda
Ao amor e a mim descuidadamente,
O sorriso de sua alegre estrela
Fez resplandecer todo o céu.
Um desejo demasiado forte me dominou;
  Meu coração não era bastante grande
Para conter aquela alegria que de mim tomava posse;
  Em seus braços,
O amor fez de mim outro homem,
E esgotei, num longo beijo que me deu,
Todo o doce mel de seus lábios.
Repetidas vezes sonhei
  Com o doce aconchego em seu colo;
E assim cheguei, qual outro deus,
  Entre os demais, ao paraíso.
Sim, e tranqüilo governaria deuses e homens
Se novamente pudesse
  Em meus braços enlaçá-la.[11]

A maioria das poesias de amor em *Carmina* é francamente sensual; há momentos de ternura e graça, porém são breves prelúdios. Podíamos ter adivinhado que, a par dos hinos da Igreja, haveria de aparecer, cedo ou tarde, hinos à Vênus. A mulher, a abnegada patrona da Igreja, é a principal rival dos deuses. A Igreja ouviu com bastante paciência aqueles cantos sobre o amor e o vinho. Mas em 1281 um concílio decretou que qualquer clérigo (portanto qualquer estudante) que compusesse ou cantasse canções ímpias ou licenciosas perderia sua posição e privilégios no clero. Aqueles escolares errantes que depois disso permaneceram fiéis a "Golias" caíram ao nível dos menestréis, saíram da literatura para ingressar no terreno dos maus versos. Em 1250, tiveram eles o seu fim. Como haviam, porém, herdado uma corrente pagã que deslizava à sombra dos séculos cristãos, seu espírito e poesia conseguiram sobreviver e entraram na Renascença.

A própria poesia em latim quase desapareceu com os "goliardos". O século XIII arrastou os melhores espíritos para a filosofia; os clássicos recolheram-se para um lugar secundário no currículo das universidades, e a graça quase augusta de Hildeberto e de João de Salisbury ficou sem herdeiros. Ao findar o século XIII e ao escolher Dante a língua italiana para sua obra, as línguas vernáculas tornaram-se literatura. Mesmo o drama, filho e servo da Igreja, despiu sua roupagem latina e exprimiu-se nos idiomas dos povos.

III. O RENASCIMENTO DO DRAMA

O drama clássico havia morrido antes do início da Idade Média, pois havia degenerado em pantomimas e farsas, tendo sido substituído por espetáculos de hipódromo. As peças de Sêneca e Hroswitha eram exercícios literários e parecem jamais ter subido à cena. Mantiveram-se em atividade dois ramos: os ritos mímicos dos festivais campestres, e as farsas representadas por menestréis e saltimbancos nos recintos dos castelos ou em praças públicas.[12]

Na Idade Média, do mesmo modo que na antiga Grécia, era a liturgia religiosa a principal fonte do drama. A própria missa era um espetáculo dramático; o santuário

constituía um palco sagrado, os celebrantes envergavam costumes simbólicos, o sacerdote e os acólitos empenhavam-se em um diálogo, e as respostas sonoras do sacerdote e coro, bem como as deste último para si mesmo, sugeriam precisamente aquela mesma evolução do drama do diálogo que havia gerado a peça sagrada dionisiana. O elemento dramático desenvolvia-se explicitamente nas cerimônias de certos feriados. No Natal, em alguns ritos religiosos do século XI, homens envergando roupas de pastores entravam na igreja, eram cumprimentados alegremente por um "anjo" do coro e iam adorar uma criança de cera ou de massa em uma manjedoura; três reis entravam de uma porta ao lado e eram guiados até à manjedoura por uma estrela, a qual corria ao longo de um arame.[13] No dia 28 de dezembro certas igrejas representavam a "matança dos inocentes": os meninos do coro caminhavam ao longo da nave, caíam como se tivessem sido mortos por Herodes, erguiam-se e dirigiam-se para o santuário como símbolo da subida ao céu.[14] Na Sexta-Feira Santa muitas igrejas tiravam o crucifixo do altar e o levavam para um receptáculo representando o Santo Sepulcro, tirando-o no dia da Páscoa e repondo-o solenemente no altar como sinal da ressurreição.[15] Já antes, em 380, a história da Paixão de Cristo havia sido escrita por Gregório Nazianzeno, patriarca de Constantinopla,[16] como um drama de Eurípedes, e desde então tem sido venerada pelos povos cristãos. O primeiro registro que se tem da representação desse drama é mais ou menos do ano 1200, realizada na cidade de Siena; provavelmente teria havido anteriormente muitas dessas representações.

A Igreja recorria à arquitetura, escultura, pintura e música para impressionar os fiéis com as principais cenas e idéias do poema cristão. Dava, assim, asas à imaginação e intensificava o fervor religioso do povo, desenvolvendo cada vez mais o esplendor e pormenores daquelas grandes festas com seu grande significado dramático. Os textos que se ampliavam e acrescentavam à liturgia, para elaboração da música, eram algumas vezes adaptados para pequenos dramas. Assim, um texto da Páscoa, constante de um manuscrito do século X de São Gall, dá esse diálogo às partes de um coro que havia sido dividido para representar os anjos e as três Marias:

Anjos: A quem procurais no túmulo, ó servas de Cristo?
Marias: Procuramos Cristo que foi crucificado, ó hoste celeste.
Anjos: Ele não está aqui; e ressuscitou, conforme havia profetizado. Ide, e anunciai a Sua ressureição
Coro unido: Aleluia, Nosso Senhor ressuscitou.[17]

Gradativamente, desde o século XII, os espetáculos religiosos foram-se tornando cada vez mais complexos para sua representação em recintos fechados. Instalou-se então uma plataforma fora da igreja e o *ludus*, ou espetáculo, passou a ser executado por atores escolhidos entre o povo. Como o enredo era muito longo, eles tinham de decorar seus papéis e ensaiar. O exemplar mais antigo que se tem de tais peças é o da *Representação de Adão,* datado do século XII, escrito em francês com "rubricas" em latim, lançadas com tinta vermelha, como indicações para os artistas.

Mostra Adão e Eva, de túnicas brancas, brincando no Éden, o qual é representado por arbustos e flores na frente da igreja. Aparecem os demônios envergando roupas vermelhas justas ao corpo, traje esse que desde então passou a ser adotado para eles nos teatros; eles correm por entre a assistência torcendo o corpo e fazendo horríveis caretas. Oferecem o fruto proibido a Adão, o qual o recusa; oferecem-no depois a Eva.

Esta o aceita e convence Adão a prová-lo. Condenados por terem provado o fruto da ciência, ambos são agrilhoados e arrastados para o inferno pelos demônios. O inferno é um buraco que se fez ali no terreno e de onde sobe um barulho ensurdecedor. No segundo ato, Caim prepara o assassínio de Abel. "Abel", anuncia ele, "serás agora um homem morto." Abel: "Por que serei agora um homem morto?" Caim: "Queres saber por que desejo matar-te?... Vou dizer. Porque procuras demais cair na graça de Deus." Caim lança-se contra Abel e mata-o a pauladas. Mas o autor é generoso: "Abel", lê-se na rubrica, "deverá ter uma panela debaixo da roupa."[18]

Tais *ludi* bíblicos foram mais tarde chamados "mistérios", do latim *ministerium* no sentido de ação, cuja palavra significava também *drama*. Quando a história era pós-bíblica, chamavam-na de *miraculum*, ou peça do milagre, e geralmente girava em torno de algum feito maravilhoso da Virgem ou dos santos. Hilário, um discípulo de Abelardo, escreveu várias dessas peças pequenas (*ca.* 1125), num latim mesclado com francês. As línguas vernáculas passaram, em meados do século XIII, a ser o meio de expressão em tais "milagres"; o bom humor, cada vez mais amplo, exerceu neles um papel saliente. O enredo também se foi tornando cada vez mais secular.

Entrementes, aquelas peças desenvolveram-se com tendência para o drama. O exemplo dessa evolução acha-se concretizado em duas pequenas peças que chegaram até nós escritas por um corcunda de Arras, Adão de la Halle (*ca.* 1260). Uma delas, *Li jus Adam (O drama de Adão)*, versa sobre o próprio autor. Ele tinha planejado ser sacerdote, mas apaixonou-se pela doce Maria. "Fazia um belo e claro dia de verão; os pássaros entoavam seu alegre gorjeio. Avistei no alto da floresta, junto ao riacho, aquela que é hoje a minha esposa e agora me parece pálida, muito pálida... O desejo que alimentei por ela acha-se satisfeito." Ele diz isso a ela com a franqueza de um camponês e planeja ir a Paris para entrar na universidade. O autor introduz naquela cena conjugal, com mais rimas do que lógica, um médico, um louco, um monge pedindo esmolas e prometendo milagres, e um grupo de fadas cantando, qual um balé projetado à força em uma ópera moderna. Adão ofende uma das fadas, que lhe lança uma praga: a de jamais poder deixar a esposa. De tais tolices, foram-se desenvolvendo as peças até às sátiras de Bernard Shaw.

À medida que prosseguia a secularização, as representações começaram a passar dos recintos da igreja para a praça do mercado ou outras praças públicas da cidade. Não havia teatros. Para as poucas representações que se davam — geralmente durante algum festival do verão — erigia-se um palco provisório, com bancos para o povo e camarotes alegremente decorados para a nobreza. As casas em redor podiam ser usadas como cenário e "propriedades". Nas peças religiosas, os atores eram os clérigos jovens; nas peças seculares eram "mascarados" da cidade ou artistas errantes; as mulheres raramente tomavam parte na representação. À proporção que os espetáculos iam-se realizando cada vez mais distantes da igreja, iam eles tendendo para as palhaçadas e obscenidades, e a Igreja, que havia criado o drama sério, viu-se obrigada a condenar os *ludi* das aldeias como sendo imorais. Assim, o bispo Grosseteste, de Lincoln, classificou tais peças, mesmo os "milagres", bebedeiras e a Festa dos Loucos, como práticas a que nenhum cristão devia assistir. De acordo com seus editos (1236-44), os atores que nelas tomassem parte ficavam automaticamente excomungados. Santo Tomás foi mais complacente, determinando que a profissão de *histrio* havia sido ordenada para consolo da humanidade, e que o ator que a exercesse condignamente poderia, por mercê de Deus, escapar ao inferno.[19]

IV. POEMAS E SAGAS

A secularização da literatura processou-se juntamente com o desenvolvimento das línguas nativas. Já no século XII, apenas os clérigos compreendiam o latim, e os escritores que desejassem conseguir uma assistência de leigos eram obrigados a servir-se das línguas vernáculas. Com o desenvolvimento da ordem social, cresceu o número dos que sabiam ler, e a literatura desenvolveu-se para atender as suas necessidades. A literatura francesa começou no século XI, a alemã no XII, e a inglesa, espanhola e italiana, no XIII.

A primeira forma natural daquela literatura indígena foi a canção popular; passaram-na para as baladas e estas, por proliferação ou aglutinação, foram engrossar pequenos poemas tais como *Beowulf*, a *Chanson de Roland*, o *Nibelungenlied* e o *Cid*. A *Chanson* foi provavelmente formada, por volta de 1130, de baladas dos séculos IX ou X. Ela conta em quatro mil versos simples, fluentes e jâmbicos, a história da morte de Rolando em Roncesvalles. Carlos Magno, tendo "conquistado" a Espanha muçulmana, toma o caminho de volta para a França juntamente com seu exército. O traidor Ganelon revela sua rota ao inimigo e Rolando oferece-se para ir à frente do destacamento da retaguarda. Numa estreita curva da garganta dos Pireneus, uma horda de bascos desce dos rochedos e lança-se sobre o pequeno contingente de Rolando. Seu amigo Oliveiro pede-lhe que toque sua grande corneta chamando Carlos Magno em seu auxílio, porém Rolando altivamente se recusa a fazê-lo. Ele, Oliveiro e o arcebispo Turpin e seus homens lutam até morrerem quase todos. Oliveiro, cego pelo sangue que lhe escorre dos ferimentos da cabeça, toma Rolando por um inimigo e desfecha-lhe tremendo golpe, mas o capacete do amigo, embora fendido, salva-lhe a vida.

> Ao receber o golpe, Rolando
> Fita o amigo e pergunta-lhe gentilmente:
> "Sir companheiro, quisestes mesmo fazer isto?
> Eu sou Rolando, que muito vos ama.
> E vós nem sequer me desafiastes".
> Diz Oliveiro: "Ouço agora vossa voz,
> E não vos estou enxergando. Deus vos viu e vos salvou!
> Ataquei-vos. Perdoai-me!"
> Responde Rolando: "Não estou ferido.
> Perdôo-vos aqui e também perante Deus."
> Com essas palavras fazem ambos uma reverência,
> E com tal demonstração de amizade, separam-se os amigos.[20]

Finalmente Rolando toca a corneta, sopra-a com força tal, que quase lhe arrebentam as veias nas têmporas. Carlos Magno ouve o chamado e volta-se para salvá-lo, "a sua barba branca esvoaçando ao vento". Mas o caminho é bastante longo; "as montanhas são altas, extensas e escuras; os vales são profundos e as águas do rio caudalosas". Entrementes Rolando chora sobre o cadáver de Oliveiro e diz-lhe: "Sir companheiro, passamos muitos dias e muitos anos juntos. Nunca me fizestes mal, nem eu a vós. A vida me será um sofrimento se estiverdes morto." O arcebispo que também estava moribundo pede a Rolando que fuja para que se possa salvar; ele porém não atende às suas palavras, continua a lutar até pôr em fuga os últimos atacantes. Mas Rolando também está mortalmente ferido. Com as últimas forças que lhe restam

quebra a espada de encontro a uma pedra para que ela não caia em mãos pagãs. "O conde Rolando deitou-se depois embaixo de um pinheiro, o rosto voltado em direção à Espanha... Surgiram-lhe então muitas lembranças: pensou ns terras que havia conquistado, na doce França, na família e em Carlos que o havia educado, e chorou." Ergueu o guante para Deus em sinal de vassalagem leal. Carlos Magno, ao chegar, encontrou-o morto. Nenhuma tradução pode exprimir a simplicidade e o elevado cavalheirismo das expressões daquele original, e ninguém, a não ser os que tenham sido educados para amar a França e a honrá-la, pode sentir toda a força e sentimento daquele poema nacional que toda a criança francesa aprende, por assim dizer, com suas orações.

Por volta de 1160, um poeta desconhecido, idealizando romanticamente o caráter e as proezas de Rui ou Rodrigo Diaz (falecido em 1099), deu à Espanha um poema nacional — o *Poema del Cid*. Nele também o tema versa sobre a luta dos cavaleiros cristãos contra os mouros de Espanha, a exaltação da coragem e da honra e a magnanimidade daqueles tempos feudais, a glorificação da guerra acima da servidão do amor. Assim, Rodrigo, banido de sua terra por um rei ingrato, deixa a esposa e os filhos em um convento e jura jamais voltar a viver novamente com eles até que tenha vencido cinco batalhas. Ele vai guerrear os mouros, e a primeira metade do poema reveste-se de vitórias homéricas. Entre uma batalha e outra, Cid rouba aos judeus, distribui esmolas aos pobres, dá de comer a um leproso, come do mesmo prato dele, dorme no mesmo leito e descobre ser ele Lázaro, a quem Cristo ressuscitara dos mortos. Sem dúvida, essa não é a história de Cid, mas também não prejudica os fatos mais do que a *Chanson* com a idealização sobre Carlos Magno. O *Cid* tornou-se forte estimulante para o pensamento e orgulho dos espanhóis; centenas de baladas foram compostas tendo por tema esse herói assim como dezenas de contos mais ou menos históricos. Poucas são as coisas neste mundo que sejam tão impopulares quanto a verdade, e um romance bem concatenado constitui um baluarte para os homens e os Estados.

Ninguém ainda explicou por que a pequena Islândia, tão atormentada pelos elementos e isolada pelo mar, produziu naquele período uma literatura de alcance e brilhantismo completamente fora de proporção com seu lugar e tamanho. Duas foram as circunstâncias que para isso contribuíram: um rico suprimento de tradições históricas que lhe foi transmitido por via oral, o que é muito precioso a qualquer grupo que vive segregado, e o hábito da leitura, favorecido pelas longas noites de inverno. Já no século XII, havia muitas bibliotecas particulares na ilha além das existentes nos mosteiros. Quando o escrever tornou-se um dote familiar, os leigos assim como os sacerdotes puseram em forma literária suas tradições, outrora privilégio dos poetas escandinavos.

Por uma rara anomalia, o principal escritor da Islândia do século XIII foi também o mais rico de seus homens e o que havia sido duas vezes presidente da república — "o porta-voz da lei". Snorri Sturluson (1178-1241) amava a vida mais do que às letras, viajou muito, empenhou-se fortemente na política e nas lutas entre famílias, tendo sido assassinado por seu genro aos 62 anos de idade. O seu trabalho, *Heimskringla (O Mundo Redondo),* contava a história e a lenda nórdicas com a simplicidade e concisão naturais a um homem de ação. O *Edda Snorra Sturlusonar (Prosa de Edda)* apresentava o resumo da história bíblica e da mitologia nórdica, um ensaio sobre metrificação da poesia, um tratado sobre a arte da poesia e uma única explicação para a origem urológica dessa arte. Dois grupos de deuses que se guerreavam fizeram a paz cuspin-

do em um vaso; desse cuspo formou-se um semideus, Kvasir, o qual ensinou aos homens a sabedoria, qual Prometeu. Kvasir foi morto por anões, os quais misturaram seu sangue com vinho e produziram um néctar que proporcionava a quem o bebesse o dom de poder cantar. O grande deus Odin descobriu o lugar onde os anões haviam guardado aquele poético vinho, bebeu-o todo e voou para o céu. Mas uma parte do líquido escapou dele por um meio raramente empregado nas fontes públicas; esparziu-se sobre a terra e todos aqueles que foram alcançados por ele receberam o dom da poesia.[21] Era uma tola concepção de um homem culto, tão racional quanto a história.

A literatura da Islândia naquele período é surpreendentemente rica e ainda se reveste de interesse, sendo muito viva, bem-humorada e cheia de encantos. Escreveram-se centenas de sagas, algumas breves, outras tão compridas quanto uma novela, outras históricas, mas em sua maioria uma mescla de história e mito. Em geral eram lembranças civilizadas de uma era bárbara, às voltas com honra e violências e litígios complicados, mitigadas com casos de amor. As sagas de Ynglinga de Snorri falam constantemente nos cavaleiros nórdicos que se queimavam uns aos outros ou a si mesmos. A mais fecunda daquelas lendas era a *Volsungasaga.* Suas histórias tiveram uma forma original na *Edda Poética,* sendo sua última no *Anel dos Nibelungos,* de Wagner.

O Volsung era qualquer descendente de Waels, um rei nórdico, o qual era bisneto de Odin e avô de Sigurd (Siegfried). No *Nibelungenlied (Canção dos Nibelungos),* os Nibelungos são os reis burgúndios; na *Volsungasaga,* eles são uma raça de anões que guardam no Reno um tesouro de ouro e anéis que é infinitamente precioso, mas que traz a maldição e a desgraça a todos que o possuírem. Sigurd mata Fafnir, o dragão guardião do tesouro, e apodera-se da riqueza. Em suas viagens, chega a uma montanha cercada pelo fogo, na qual dorme Brunhild (uma semideusa descendente de Odin); esta é uma feição do conto sobre a Bela Adormecida. Sigurd sente-se arrebatado por sua beleza e ela por ele. Fazem votos de fidelidade um ao outro e, depois — como é o costume dos homens em muitos romances medievais — ele a abandona e recomeça suas viagens. Encontra na corte de Giuki, um rei do Reno, a princesa Gudrun. A mãe dá-lhe um vinho encantado, o qual o faz esquecer Brunhild. Sigurd casa-se com Gudrun. Gunnar, filho de Giuki, casa-se com Brunhild e leva-a para a corte. Ressentindo o esquecimento de Sigurd, ela manda matá-lo; depois, dominada pelo remorso, sobe à pira funeral, crava a espada dele no peito e o mesmo fogo que queima o corpo de Sigurd devora também o dela.

A mais moderna dessas sagas da Islândia, em sua forma, é a *História de Njal que Foi Queimado (ca.* 1220). Os caracteres definem-se nitidamente mais pelos seus feitos e palavras do que pela sua descrição; o conto é bem construído e movimenta-se com inerente fatalismo através de acontecimentos emocionantes até atingir a catástrofe principal — o incêndio da casa de Njal, nela morrendo ele e a esposa Bergthora juntamente com os filhos, por obra de um bando de inimigos armados e encabeçados por um tal Flosi, os quais queriam vingar-se dos filhos de Njal.

> Então Flosi... chamou Njal, dizendo:
> "Quero propor-te, mestre Njal, que saias, pois não é justo que morras queimado."
> "Não sairei", respondeu Njal, "pois sou homem velho e pouco capaz para vingar meus filhos, mas não quero viver com vergonha de mim mesmo."

> Disse então Flosi a Bergthora: "Saia, mulher, pois por coisa alguma quero ver-te morrer queimada aí dentro."
> "Eu fui dada a Njal quando jovem e prometi-lhe que ambos haveríamos de partilhar o mesmo destino", replicou Bergthora.
> Depois disso ambos entraram novamente na casa.
> "O que devemos agora fazer?", perguntou Bergthora.
> "Vamos para nosso leito e deitemo-nos. Há muito que estou desejando um descanso", propôs Njal.
> Ela se voltou então para Thord, o filho de Kari: "Quanto a ti, vou levar-te para fora para que não morras queimado."
> "Vós me prometestes, vovó, que jamais nos separaríamos enquanto eu desejasse ficar convosco; parece-me que é muito melhor morrer convosco e Njal do que viver depois assim."
> Bergthora carregou então o neto para o leito e... colocou-o entre ela e Njal. O casal e o neto persignaram-se e entregaram suas almas a Deus. Foram as últimas palavras que os homens os ouviram dizer.[22]

A era das migrações (300-600) havia deixado na confusa memória dos povos e menestréis uma centena de histórias sobre o caos social, coragem dos bárbaros e amores criminosos. Algumas dessas histórias foram levadas para a Noruega e Islândia e produziram a *Volsungasaga;* muitas, com nomes e temas semelhantes, viveram e multiplicaram-se na Alemanha, na forma de lendas, baladas e sagas. Em data desconhecida do século XII, um alemão também desconhecido, unindo e transformando tais materiais, compôs o *Nibelungenlied* ou *Canção dos Nibelungos.* A sua forma é a concatenação de estrofes rimadas do médio alto-alemão; a narrativa é uma síntese de paixões primitivas e costumes pagãos.

Foi antigamente, no século IV. O rei Gunther e seus dois irmãos governavam a Burgúndia de seu castelo em Worms, à margem do Reno, e com eles morava sua jovem irmã Kriemhild — "de uma beleza sem par". Naquele tempo o rei Siegmund governava os Países-Baixos e entregou ao filho Siegfried (Sigurd) uma rica propriedade perto de Xanten, também junto às margens do Reno. Ouvindo falar da beleza de Kriemhild, Siegfried foi à corte de Gunther, onde o receberam bem; ali viveu durante um ano, mas não conseguiu ver Kriemhild, embora ela, olhando de sua alta janela os jovens que esgrimiam no pátio, já o amasse desde o dia em que o vira pela primeira vez. Siegfried sobrepujava a todos nos lances e lutou bravamente pelos burgúndios em suas guerras. Quando celebrou uma paz vitoriosa, Gunther ordenou que as damas comparecessem também à festa.

> Muitas donzelas nobres enfeitaram-se primorosamente. Os jovens ansiavam por cair-lhes nas graças, por elas deixariam de receber do rei um rico pedaço de terra... E, olhai, Kriemhild surgiu qual raio de sol de entre as nuvens sombrias, e aquele que a havia trazido tanto tempo no coração não mais se sentiu fatigado... E Siegfried alegrou-se e mortificou-se pois disse para si mesmo: "Como poderia cortejar uma criatura como ela? Sem dúvida foi um sonho vão; mesmo assim preferia ser morto a ser um estranho para ela." O rubor invadiu as faces da jovem quando ela viu a nobre figura. "Sede bem-vindo, sire Siegfried, nobre e bom cavaleiro", disse-lhe. Estas palavras deram-lhe coragem, e com a graça própria de um cavaleiro curvou-se diante dela e agradeceu. E o amor, que é um ser poderoso, deixou-os constrangidos. Somente os olhos deles é que diziam o que sentiam nos corações.

Gunther, solteiro, ouve falar de Brunhild, a rainha da Islândia; informam-no, porém, de que ela somente será dada àquele que a sobrepujar em três provas de resistência, e que se essa pessoa falhar em qualquer delas, será mais uma a ficar sem cabeça. Siegfried concorda em auxiliar Gunther a conquistar Brunhild, se o rei lhe der Kriemhild para esposa. Eles atravessam o mar com a rapidez e facilidade próprias do romance. Siegfried, tornando-se invisível por uma capa mágica, ajuda Gunther a enfrentar as provas, e este leva depois consigo a relutante Brunhild como sua noiva. Oitenta e seis donzelas auxiliam Kriemhild a preparar seus belos vestidos e adornos. Realizam-se com grandes pompas os dois casamentos, o de Gunther com Brunhild e o de Siegfried com Kriemhild.

No entanto, Brunhild, ao avistar Siegfried, acha que é ele e não Gunther quem devia ser seu companheiro. Ao procurá-la na noite do casamento, Gunther é por ela repelido, amarrado e pendurado numa parede. Liberta-se e pede a ajuda de Siegfried. O herói, na noite seguinte, disfarça-se, toma o lugar do rei e deita-se ao lado de Brunhild, enquanto Gunther, oculto no quarto então escuro, ouve tudo sem que nada pudesse enxergar. A mulher atira Siegfried para fora do leito e empenha-se depois em uma luta feroz com ele infringindo todas as regras. "Ai de mim", diz o jovem para si mesmo em meio à luta, "se perder a vida nas mãos de uma mulher, todas as esposas irão daqui em diante fazer pouco de seus maridos." Finalmente a feroz criatura é subjugada e promete ser boa esposa. Gunther toma seu lugar junto à exausta rainha. Siegfried faz presente a Kriemhild de uma cinta e de um anel que havia tirado da outra. Leva a esposa para seu reino, onde o pai o coroa rei dos Países-Baixos. Com a riqueza dos *Nibelungos*, ele veste a esposa e suas damas com trajes maravilhosos, como jamais outras mulheres tiveram em sua vida.

Algum tempo mais tarde Kriemhild faz uma visita a Brunhild em Worms; esta, invejando os adornos de Kriemhild lembra-lhe que Siegfried é vassalo de Gunther. Kriemhild responde mostrando-lhe a cinta e o anel como prova de que havia sido o seu esposo quem a vencera. Hagen, o meio-irmão de Gunther, desperta nele ódio contra Siegfried. Ambos o convidam para uma caçada. Quando o jovem se abaixa para beber água em um riacho, Hagen trespassa-o com uma lança. Ao ver seu herói morto, Kriemhild "desmaiou e assim passou aquele dia e a noite". Ela herda o tesouro dos *Nibelungos*, na qualidade de viúva, porém Hagen convence Gunther a apoderar-se dele. Gunther, os irmãos e Hagen enterram-no no Reno e juram não revelar a ninguém o esconderijo.

Durante 13 anos pensa Kriemhild em vingar-se de Hagen e dos irmãos, mas não encontra oportunidade. Aceita depois a proposta de casamento que lhe faz o viúvo Etzel (Átila), rei dos hunos, e parte para Viena como sua rainha. "Gozava de tanta fama o domínio de Etzel, que os mais destemidos cavaleiros, tanto cristãos como pagãos, não deixavam de ir freqüentemente a sua corte... Via-se lá uma coisa raríssima: cristãos e pagãos juntos. O rei era pródigo para com todos eles, tivessem eles o credo que tivessem." Ali Kriemhild "governou virtuosamente" durante 13 anos, parecendo ter esquecido toda e qualquer idéia de vingança. Na realidade, ela pede a Etzel que convide os irmãos e Hagen para uma festa; eles aceitam a despeito da advertência do último, mas comparecem com uma comitiva de cavaleiros armados. Enquanto os irmãos reais, Hagen e os cavaleiros gozam a hospitalidade da corte do huno no interior da mansão, os demais membros da comitiva que se achavam fora são assassinados por ordem de Kriemhild. Contam o acontecido a Hagen, o qual pega em armas; trava-se então uma terrível batalha no pátio entre os burgúndios e os hunos (o que lembra talvez sua guerra de 437); ao primeiro golpe, Hagen decepa a cabeça do pequeno Ortlieb, de cinco anos, filho de Kriemhild e Etzel, e atira-a ao regaço da mãe. Quando quase todos os burgúndios já tinham sido mortos, Gernot, irmão de Kriemhild e Gunther, pede a Etzel que poupe os visitantes sobreviventes. Os cavaleiros hunos acedem, porém Kriemhild não o permite e a luta prossegue. O irmão caçula, Giselher, uma inocente criança de cinco anos, quando Siegfried tombara assassinado, apela para ela: "Querida irmã, por que mereço morrer às mãos dos hunos? Sempre vos fui fiel, nunca vos fiz mal. Cavalguei para vir até aqui, querida irmã, porque confiava em vosso amor. É preciso que vos mostreis misericordiosa." Ela concorda em deixá-lo escapar contanto que lhe entreguem Hagen. "Deus nos livre!", exclama Gernot. "É preferível morrermos todos a entregarmos um homem para nosso resgate." Kriemhild sai do edifício com os hunos e fecha os

burgúndios dentro. Manda depois incendiarem-no. Enlouquecidos pelo calor e pela sede, os burgúndios soltam gritos alucinantes; Hagen pede-lhes que mitiguem sua sede com o sangue dos que haviam sido mortos; fazem o que ele pede. Alguns emergem de entre os escombros em chamas; a batalha continua no pátio até restarem vivos, dos burgúndios, apenas Gunther e Hagen. Dietrich, o godo, luta com Hagen, domina-o e leva-o amarrado à presença de Kriemhild. Esta pergunta ao prisioneiro onde escondeu o tesouro dos *Nibelungos*; ele se recusa a dizer-lhe enquanto Gunther estiver vivo; este, também aprisionado, é assassinado por ordem da irmã. Levam sua cabeça a Hagen, o qual enfrenta depois desafiadoramente Kriemhild: "Agora ninguém sabe onde está o tesouro a não ser Deus e eu; isso, mulher diabólica, é coisa que jamais ireis saber." Ela lhe arranca a espada e dá-lhe um golpe mortal. Hildebrando, o godo, um de seus guerreiros, farto de vê-la sedenta de sangue, mata-a também.

É uma história tétrica, porém injustiçamos a narrativa tirando-lhe os piores momentos das partes referentes às festas, torneios, caças e questões femininas; mas aquele é o tema principal e amargo — o de uma gentil donzela transformada pelo mal sofrido em feroz assassina. Pouca coisa de religião ficou na história; é mais uma tragédia grega de Nêmesis, sem a relutância dos gregos em permitir que a violência suba ao palco. Naquela torrente de crimes submergiram todas as virtudes feudais, mesmo a honra do anfitrião para com os hóspedes que ele convidou. Até nosso tempo, nada ultrapassou o barbarismo que essa história encerra.

V. OS TROVADORES

Ao fim do século XI, quando era de se esperar que todas as letras européias se colorissem com o entusiasmo da religião pelas cruzadas, desenvolveu-se no sul de França uma escola de poesia lírica, aristocrática, pagã e anticlerical, trazendo as marcas da influência árabe e assinalando o triunfo da mulher sobre o castigo que lhe fora imposto pela teoria da queda do homem. Aquele estilo de versos movimentou-se de Toulouse para Paris e Londres com Eleanor da Aquitânia, conquistou o coração de leão de seu filho Ricardo I, criou os poetas líricos da Alemanha e moldou o *dolce stil nuovo* italiano que chegaria até Dante.

Como o primeiro a criar aquele estilo figura o avô de Eleanor, Guilherme IX, conde de Poitou e duque da Aquitânia, o qual, aos 11 anos (1087), viu-se praticamente como o governante absoluto do sudoeste da França. Ele participou da Primeira Cruzada e cantou em versos suas vitórias. Como muitos nobres daquelas terras infeccionadas de heresia, tributava pouco respeito à Igreja e ridicularizava seus sacerdotes. Antiga biografia provençal descreve-o como sendo "um dos homens mais corteses do mundo e um grande sedutor de mulheres; era bravo cavaleiro sempre envolto em questões de amor; sabia cantar e fazer versos bem e, durante muito tempo, vagueou por toda a região à conquista de mulheres".[23] Conquanto casado, desencaminhou a bela viscondessa de Châtellerault e vivia com ela pública e escandalosamente. Quando o indômito e calvo bispo de Angoulême ordenou-lhe que pusesse fim àquela situação, respondeu: "Repudiarei a condessa assim que começardes a usar um pente." Excomungado, encontrou um dia o bispo de Poitiers. "Absolvei-me senão vos mato", disse. "Matai-me pois", respondeu o bispo oferecendo o pescoço. "Oh, não, não vos quero assim tanto bem para mandar-vos para o Paraíso", confessou ele.[24] O duque criou a moda de escrever versos de amor às damas nobres. Aplicou a ação à palavra, teve vida curta, porém alegre, morrendo aos 56 anos de idade (1137). Deixou a Eleanor o seu imenso domínio e o gosto pela poesia e pelo amor.

Ela reunia poetas em seu palácio em Toulouse. Eles cantavam de bom grado, para ela e a corte, a beleza das mulheres e o doce calor provocado pelos seus encantos. Ber-

nardo de Ventadour, cujos poemas pareciam a Petrarca ser pouco inferiores aos seus, começou a elogiar a beleza da viscondessa de Ventadour; ela o levava tão a sério, que o esposo teve de fechá-la a sete chaves na torre do castelo. Encorajado, Bernardo voltou seu canto para a própria Eleanor, enaltecendo-lhe os encantos. Seguiu-a até Ruão. Ao preferir ela o amor de dois reis, colocou toda a sua alma em uma canção fúnebre que se tornou famosa. Uma geração depois, o trovador Berttand de Born tornava-se amigo íntimo de Ricardo I e seu feliz rival no amor da mais bela mulher de seu tempo, a Dama Maenz de Martignac. Outro trovador, Peire Vidal (1167?-1215), acompanhou Ricardo na cruzada, voltou são e salvo, viveu e escreveu rimas de amor em sua pobreza, e recebeu finalmente uma propriedade do conde Raimundo VI de Toulouse.[25] Conhecemos os nomes de 446 outros trovadores, mas por aqueles podemos fazer um juízo de sua tribo livre e sonora.

Alguns eram músicos errantes; a maioria, pequenos nobres com inclinação para o canto, e quatro reis — Ricardo I, Frederico II, Afonso II e Pedro III de Aragão. Dominaram durante um século (1150-1250) a literatura do sul da França; moldaram os costumes da aristocracia que emergia de uma brutalidade rústica, passando-a para um cavalheirismo que quase redimia a guerra com a cortesia, e o adultério com a graça. A língua dos trovadores era a *langue d'oc* ou o *roman* do sul de França e nordeste de Espanha. O nome deles é um enigma; *troubadour* vem provavelmente da palavra do *roman*, "*trobar*" (descobrir, encontrar, inventar), como o *trovatore* dos italianos origina-se evidentemente de *trovare;* alguns, porém, acham que vem da palavra árabe *tarraba* (cantar).[26] Chamavam a sua arte de *gai saber* ou *gaya ciencia*, "sabedoria alegre"; contudo, levavam-na muito a sério, pois se submetiam a longo período de estudos de poesia, música e formas de linguagem galante; vestiam-se como a gente da nobreza. Ostentavam um manto com bordados de ouro e peliças finas, cavalgavam metidos em armaduras de cavaleiros, alistavam-se nos torneios e combatiam com a lança tão bem quanto com a pena pelas damas às quais tivessem oferecido seus versos, se não as suas vidas. Escreviam apenas para a aristocracia. Geralmente compunham a música para suas próprias poesias e contratavam menestréis para cantá-las nos banquetes e torneios, porém, muitas vezes, eram eles mesmos que tocavam seus alaúdes, despertando com suas canções algumas paixões.

Provavelmente a paixão constituía uma forma literária; esse desejo ardente, cheio de devaneios, esse desespero trágico dos trovadores prodigalizavam um material bastante fácil para suas poesias. Aparentemente, os maridos percebiam tais ardores, se bem que tivessem menos noção de propriedade que a maioria dos machos. Como o casamento na aristocracia era normalmente um incidente em uma transferência de propriedades, o romance tinha de surgir depois do casamento, como nas obras de ficção francesas. Os amores na literatura medieval são, com poucas exceções, contos de ligações ilícitas, desde Francesca e Beatrice no sul até Isolda e Guinevere no norte. A inacessibilidade da mulher casada gerou a poesia dos trovadores; é difícil romantizar um desejo satisfeito, e onde não há dificuldades não há poesia. Falam-nos de uns poucos trovadores que receberam o favor final das damas que eles haviam escolhido para seus poemas, mas isso foi uma quebra de etiqueta literária; geralmente o poeta tinha de saciar sua sede com um beijo ou uma carícia. Tais restrições contribuíam para elevar mais o grau de educação. No século XIII, a poesia dos trovadores — talvez influenciada pela veneração à Virgem Maria — foi gradativamente subindo do simples sensualismo para uma delicadeza quase espiritual.

Poucos eram os que tinham religião. O seu ressentimento pela castidade fazia com que se desaviessem com a Igreja. Muitos deles difamavam os prelados, ridicularizavam o inferno,[27] defendiam os hereges albigenses e celebravam em seus versos a cruzada vitoriosa do ímpio Frederico, onde São Luís havia fracassado. Guillem Adémar aprovou uma cruzada somente porque, com isso, afastara de seu caminho um marido. Raimon Jorden preferia uma noite em companhia de sua amada a qualquer promessa de vida em um paraíso transmundano.[28]

As formas de composição pareciam para os trovadores mais importantes do que os mandamentos da moral. O *canzo* era uma canção de amor; o *plante*, uma canção fúnebre dedicada a uma amiga ou amante que a morte tivesse arrebatado; o *tenson*, um debate em rimas sobre questão de amor, moral ou cavalheirismo; o *sirvente*, um canto de guerra, de luta entre famílias ou de ataque político; a *sixtine*, uma poesia complicada de seis estrofes, cada uma com seis versos, inventada por Arnaud Daniel e muito admirada por Dante; a *pastourelle*, um diálogo entre um trovador e uma pastora; a *aubade* ou *alba*, a canção da alvorada, geralmente prevenia os amantes de que o romper do dia trairia sua presença; a *serena* ou *serenade*, a canção nortuna e a *balada*, uma narrativa em versos. Eis uma *aubade* anônima em parte falada a uma Julieta do século XII:

A minha dama tinha seu amor ao lado,
Em um jardim onde o alvo espinheiro estende suas folhas,
Até o momento em que o vigia grita a alvorada — ah!
o mal que causa a alvorada!
Oh, Deus! Oh, Deus! Oxalá não viesse tão cedo a alvorada!

"Que Deus jamais deixasse desaparecer a noite,
Que jamais meu amor de mim se afastasse,
E o guarda a alvorada anunciasse" — Ah! a alvorada que
destrói a doce paz!
Oh, Deus! Oh, Deus! Oxalá não viesse tão cedo a alvorada!

"Bela e doce amiga, dai-me vossos lábios! Nossos lábios
Juntemos novamente! Vede, os pássaros chilreiam no prado.
Amemo-nos intensamente. O ciúme é dor!
Oh, Deus! Oh, Deus! Oxalá não viesse tão cedo a alvorada!"

"Sorvi profundamente o sopro de minha amada,
Com a doce aragem que de bem longe vem,
Sim, de meu amor que é tão precioso e alegre.
Oh, Deus! Oh, Deus! Oxalá não viesse tão cedo a alvorada!"

Bela e cortês é esta donzela e
Muitos são os que sua graciosa beleza observam.
Não existe perfídia em seu amor.
Oh, Deus! Oh, Deus! Oxalá não viesse tão cedo a alvorada![29]

Aquela marcha da poesia na França chegou a um fim em meados do século XIII, em parte devido à crescente artificialidade de suas formas e sentimentos, em parte devido à ruína do sul da França como resultado das cruzadas contra os albigenses. Pois naqueles tempos turvos ruíram muitos castelos que haviam abrigado trovadores, e a

ordem dos cavaleiros na Aquitânia desapareceu ao sofrer Toulouse duas vezes as agruras de um cerco. Alguns cantores fugiram para a Espanha, outros para a Itália. Aqui, na segunda metade do século XIII, foi onde renasceu a poesia lírica. Dante e Petrarca foram os descendentes dos trovadores. Aquela alegre sabedoria de suas galantarias auxiliaram a moldar o código do cavalheirismo e a transformar os bárbaros da Europa setentrional em cavalheiros. A literatura sofreu desde então a influência daquelas canções sutis e talvez o amor, agora, traga uma fragrância mais doce do incenso que lhe lançaram.

VI. OS TROVADORES ALEMÃES

Aquele movimento de poesia espalhou-se da França para o sul da Alemanha e floresceu ali na idade de ouro dos imperadores Hohenstaufen. Os poetas alemães eram chamados *Minnesänger* (trovadores), e sua poesia coincidia com o *Minnedienst* (serviço de amor) e *Frauendienst* (serviço às damas) do cavaleirismo contemporâneo. Conhecemos por seus nomes mais de 300 daqueles trovadores, dos quais temos grande número de poesias. Alguns deles pertenciam à baixa nobreza, sendo a maioria pobre e dependente da proteção do imperador e duques. Conquanto seguissem estritamente as leis do ritmo e das rimas, muitos eram analfabetos e ditavam as letras e música de suas canções; até hoje o termo alemão para poesia — *Dichtung* — significa ditado. Geralmente mandavam os menestréis cantar suas canções; algumas vezes eram eles mesmos que as cantavam. Ouvimos falar sobre um grande *Sängerkrieg* (torneio de cantos), que se realizou no castelo de Wartburg, em 1207; consta que Tannhäuser e Wolfram von Eschenbach dele participaram.[30]* Durante um século os trovadores auxiliaram a melhorar a situação da mulher na Alemanha, e as damas da aristocracia tornaram-se a vida e a inspiração de uma cultura requintada, a qual a Alemanha somente iria encontrar de novo em Schiller e Goethe.

Wolfram e Walther von der Vogelweide são classificados como trovadores porque escreviam canções de amor; mas Wolfram e seu *Parzival* podem ser mais bem considerados sob o cabeçalho de um romance. Walther "do Pássaro do Prado" nasceu algures no Tirol, antes de 1170. Cavaleiro, porém pobre, piorou sua situação dedicando-se à poesia. Encontramo-lo aos 20 anos cantando nas casas da aristocracia vienense para ganhar o pão de cada dia. Naqueles anos de sua mocidade escreveu sobre o amor com uma liberdade sensual que até seus próprios rivais censuravam. O seu *Unter den Linden* é hoje uma jóia da literatura alemã daquele tempo:

Unter den linden, an der heide, da unser sweier bette was; du muget ir vinden schone beide gebrochen bluomen under gras. Vor dem valde in einem tal — tandaradei! — schone sanc diu nahtegal.	Embaixo de frondosas tílias, Sobre as urzes, Havia um leito para nós; Podiam-se ver ali Flores esparsas Numa relva pisada. De uma pequena mata no vale — *Tandaradei!* — Vinha o doce canto do rouxinol.

*Tannhäuser, um dos últimos trovadores, tem sido confundido pela lenda com o cavaleiro Tannhäuser que fugiu do Venusberg para Roma e encontrou um nicho para si na ópera.

Ich kam gegangen
zuo der ouwe;
do was min friedel komen e.
Da wart ich empfangen,
here frouwe!
Daz ich bin saelic iemer me.
Kiste er mich? Wol tusend stunt;
tandaradei!
Sehet, wie tot mit ist der munt.

Do het er gemachet
also riche
von bluomen eine bettestat.
Das wirt noch gelachet
innercliche,
kum iemen an daz selbe pfat,
bi den rosen er wol mac —
tandaradei! —
merken wa mir'z houbet lac.

Daz er bi mir laege,
wesse ez iemen
(nu en welle Got!) so schamte
ich mich
wes er mit mir pflaege,
niemer niemen
bevinde daz wan er und ich
unde ein kleinez vogellin —
tandaradei! —
daz mac wol getriuwe sin.[31]

Atravessei correndo
A clareira para ir até lá;
Meu amor já havia chegado primeiro.
E ali fui agarrada,
Feliz jovem que sou!
Realmente feliz sempre me sinto.
Muitos beijos me deu ele ali —
Tandaradei! —
Vede meus lábios, vede como estão vermelhos!

Ali ele fez, às pressas,
Cheio de alegria,
Um caramanchão de flores
Para nós.
Isso ainda deve ser alvo de zombaria
Para aqueles que o mesmo caminho percorrem
E virem o lugar em que, naquele dia —
Tandaradei! —
Repousei a cabeça entre as rosas.

Como me sentiria envergonhada
Se alguém
Estivesse ali perto (Deus me livre!).
Ali, deitados ficamos, nós dois,
Mas isso ninguém soube
A não ser eu e meu amor
E o pequeno rouxinol —
Tandaradei! —
O qual, eu sei, a ninguém contará.[32]

À medida que os anos foram entrando, sua percepção foi-se amadurecendo e ele começou a ver na mulher maiores encantos, mais graciosidade, e a recompensa de uma união pelo casamento lhe pareceu mais rica do que os efêmeros prazeres proporcionados pela variedade. "Feliz o homem e feliz a mulher cujos corações são fiéis um ao outro; suas vidas serão valiosas e gozarão eterna felicidade."[33] Lamentava as adulações que seus companheiros trovadores faziam às damas da corte; proclamava que *wip* (*Weib,* mulher) era um título mais nobre que *vrouwe* (*Frau,* senhora); as mulheres e os homens bons constituíam a verdadeira nobreza. Achava "as damas alemãs muito honestas, quais anjos de Deus; qualquer um que as difama estará mentindo deslavadamente".[34]

O Imperador Henrique VI morreu em 1197 e a Alemanha mergulhou no caos até o tempo em que Frederico II atingiu a maioridade. A aristocracia negou sua proteção às letras e Walther errou de uma corte a outra, cantando para ganhar o pão, nisso concorrendo com pelotiqueiros barulhentos e histriões descarados. Em um item da conta de despesas do bispo Wolfger de Passau lê-se: "Cinco *solidi,* 12 de novembro de 1203, para Walther von der Vogelweide a fim de comprar ele para si um casaco de pele com que passar este frio inverno."[35] Foi um gesto duplamente cristão, pois Walther era gibelino fanático, empregava sua lira contra os papas, condenava as fraquezas

da Igreja e criticava o fato de as moedas alemãs voarem através dos Alpes para ir encher as arcas de São Pedro.[36] Nó entanto, ele era um fiel cristão e compôs um grande hino, *O Hino do Cruzado*. Às vezes, podia pairar acima das batalhas e ver todos os homens como irmãos:

> Nasceu de uma virgem a humanidade:
> Somos todos iguais, inteiramente iguais;
> E nossas bocas recebem o mesmo alimento.
> Quando estiverem todos revolvidos nossos restos mortais,
> E deles os vermes deixarem apenas os ossos,
> Dizeis, vós, que conhecestes de vista o homem quando vivo,
> Qual deles agora é o vilão e qual o cavalheiro?
> Cristãos, judeus e pagãos são todos servos
> E Deus é quem cuida de tudo e de todos.[37]

Após um quarto de século de peregrinação e pobreza, Walther recebeu de Frederico II uma propriedade e uma renda (1221), e pôde viver em paz os últimos sete anos de sua vida. Lamentava estar muito velho e doente para participar das cruzadas. Pediu a Deus lhe perdoasse por não ter podido amar os inimigos.[38] Deixou seus bens em um testamento poético: "aos invejosos a minha má sorte; aos mentirosos os meus sentimentos; aos falsos amantes as minhas loucuras e às damas o sofrimento de meu coração".[39] Foi sepultado na catedral de Würzburg, e, nas suas imediações, um monumento proclama a afeição da Alemanha para com o maior poeta de sua época.

Depois dele a poesia dos trovadores mergulhou em extravagâncias, e partilhou também os desastres que destruíram a Alemanha depois da queda de Frederico II. Ulrich von Lichtenstein (*ca.* 1200 — *ca.* 1276) conta em sua poética autobiografia, *Frauendienst*, como foi criado em todas aquelas maneiras de "servir às damas". Escolheu uma para sua deusa, mandou costurar o lábio leporino para atenuar-lhe a repulsa e combateu por ela em um torneio. Quando lhe disseram que ela se manifestara surpresa ao saber que ainda estava com um dedo, que pensara tivesse perdido em sua honra, cortou-o e enviou-lho. Quase desmaiou de prazer quando a sorte lhe permitiu que bebesse a água, na qual ela tinha lavado as mãos.[40] Recebera uma carta de sua deusa e durante muitas semanas carregou-a no bolso antes de encontrar alguém, em quem pudesse confiar, que a lesse para ele em segredo, pois Ulrich não sabia ler.[41] Com a promessa dos favores de sua beldade, postou-se dois dias vestido de mendigo, entre leprosos, diante do portão dela; ela o recebeu depois e, achando-o importuno, fê-lo descer pela janela com o auxílio de um lençol. Ulrich era, durante todo esse tempo, casado e tinha filhos.

Aquele movimento dos trovadores terminou com alguma dignidade na pessoa de Henrich von Meissen, cujas canções em honra das mulheres lhe granjearam o título de *Frauenlob* (*Louvor às Damas*). Quando morreu em Mogúncia, em 1317, as mulheres da cidade carregaram seu ataúde com lamentos melodiosos, a fim de enterrá-lo na catedral, e ali derramaram tanto vinho sobre o caixão que molhou o templo em toda a sua extensão.[42] Depois dele, a arte de fazer canções caiu das mãos dos cavaleiros e foi recolhida pela classe média; desapareceu a feição romântica de veneração às damas seguindo-se-lhe, no século XIV, a arte robusta e alegre do *Meistersinger*, a qual anunciava a Parnaso a ascensão da *bourgeoisie*.

VII. OS ROMANCES

Quanto ao romance, a classe média já havia conquistado esse setor. Da mesma maneira que os *troubadours* e *trovatori*, trovadores escreviam delicadas poesias para as damas do sul da França e Itália, também no norte da França poetas de nascimento humilde — conhecidos na França como *trouvères* ou inventores — abrilhantavam as noites das classes média e alta com poéticos contos de amor e guerra.

As composições típicas dos *trouvères* eram a *ballade*, o *lai*, a *chanson de geste* e o *roman*. Alguns modelos interessantes do *lai* chegaram até nós de uma poetisa tida como a maior de todas, tanto pela França como pela Inglaterra. Marie de France deixou a Bretanha para ir viver na Inglaterra, no reino de Henrique II (1154-89); por sugestão dele, ela transformou em versos várias lendas dos bretões. Fê-lo com uma delicadeza de linguagem e sentimentos como nenhum trovador. Uma de suas poesias merece espaço aqui pelo seu extraordinário tema: a amante viva dirigindo-se ao seu amado que morreu.

> No lugar em que estais, alguém vos amou muito
> Durante o verão claro e o inverno sombrio?
> Encontrastes na vossa cova alguma bela
> Que ficasse deitada e nua ao vosso lado?
> O beijo da morte é mais longo e perdurável
> Do que os beijos ardentes que, vivos, trocávamos?
> Ou será, meu amor, que agora tão feliz
> Estais que me esquecestes, e à minha nudez?
>
> Qual é o sortilégio desse vosso sono
> Que a paragens tão cálidas vos conduziu?
> Qual é o encanto da morte, desta feiticeira
> Que, em seus braços sombrios, vos tem noite e dia?
> Pequeno é o vosso espaço, debaixo da relva.,
> Longe do sol que brilha e da sombra que acolhe.
> Oh, meu amado, estais tão distante de mim
> Nesse frio lugar em que, morto, jazeis...
>
> Aí repousareis, deitado como ao tempo
> Em que, no nosso leito de amor, nos amávamos.
> E vivereis ainda, e sempre, enquanto houver
> Alguém que, estando vivo, viva o nosso amor.
> Vede como é suave a sombra da palmeira!
> E dizei-me se um dia calmo e radioso,
> Com sua paz dourada e seu silêncio místico,
> Não é muito melhor do que o amor e a vida?
>
> Folhas iguais a mãos, largas e perfumadas,
> Tecendo o dia inteiro, vão tecendo um sonho
> Ao qual jamais resiste nenhum belo pássaro,
> Assim também a morte tece para vós.
> E muitos sons estranhos, nos ares pairando,
> Como respirações, arrebatam o dia;
> E no lugar sereno em que agora jazeis
> A morte há de ser um delicioso desmaio.

Não me julgueis jamais pela simples palavra
 Que eu a vós costumava dizer ou cantar;
Oh! palavras mais doces ouvir deveríeis
 Pelo tempo tão longo da vida e da morte.
Pois a seiva da terra alcançou para sempre
 O vosso coração, mudando a fé em flores,
E o cálido soprar do vento arrebatou
 As horas de ilusão de vossa alma gentil.

Sei que muitas sementes hão de ter achado
 No mais fértil dos solos algum pensamento
A fim de florescerem sob o sol radioso
 Como jamais, em parte alguma, floresceram;
E uniram-se, decerto, as flores mais esplêndidas
 Para tornar mais bela a vossa sepultura,
E por isso uma parte de vós me traiu.
 A Morte vos tornou infiel, onde estais.[43]

A *chanson de geste* (canção dos feitos) surgiu provavelmente como concatenação de baladas e cantigas. O poeta teceu fantasias e aventuras em um ponto histórico geralmente oferecido pelas crônicas, fazendo-as em versos de 10 ou 12 sílabas e de tamanho tal, que somente as noites de inverno do norte podiam sustentar. A *Chanson de Roland* foi o doce arauto desse gênero. O herói favorito das *chansons de geste* francesas era Carlos Magno. Grande na História, os poetas deram-lhe uma grandeza quase sobrenatural, converteram seu fracasso na Espanha em uma gloriosa conquista, e enviaram-no em expedições triunfantes a Constantinopla e Jerusalém, a sua legendária barba branca esvoaçando majestosamente ao vento. Assim como o *Beowulf* e o *Nibelungenlied* ecoavam a "era heróica" das migrações, também as *chansons* refletiam a era feudal no enredo, na moral e na disposição de espírito. Fossem quais fossem o tema, o cenário e o tempo, elas se moviam numa atmosfera feudal com motivos e indumentárias feudais. O assunto era sempre o da guerra: a guerra entre os feudos, entre as nações ou entre as religiões, e, entre seus gritos, a mulher e o amor encontravam apenas um lugar secundário.

Ao melhorar a ordem social e ao elevar-se a posição social da mulher com a expansão da riqueza, cedeu a guerra seu lugar ao amor, o qual passou a ser o tema principal da poesia, e, no século XII, passaram os *romans* a substituir as *chansons de geste*. A mulher subiu ao trono da literatura e reteve-o durante séculos. O nome *roman* significava a princípio qualquer trabalho escrito no francês dos primeiros tempos, o qual, como legado de Roma, foi chamado por aquele nome. Os romances não se chamavam *romans* porque fossem românticos; ao contrário, certos sentimentos começaram a chamar-se assim porque abundavam nos romances franceses. O *Roman de la Rose* ou de *Troie* ou de *Renard* significavam simplesmente o conto de uma rosa, de Tróia ou de uma raposa no *roman*, ou francês, dos primeiros tempos. Uma vez que nenhuma forma literária nasce sem pais legítimos, pode-se dizer que os romances tiveram sua origem nas *chansons de geste* que se cruzaram com os sentimentos dos amores galantes dos trovadores. Algumas de suas matérias talvez tenham vindo de alguns romances gregos, como, por exemplo, da *Ethiopica* de Heliodoro. Um livro grego, traduzido para o latim no século IV, exerceu enorme influência — a fictícia biografia de Ale-

xandre que falsamente foi atribuída a seu historiador oficial Calístenes. As histórias sobre Alexandre tornaram-se as mais populares e prolíficas de todos aqueles "ciclos" do romance medieval na Europa e no Oriente, onde se falava o grego. A mais bela forma do conto no Ocidente foi o *Roman d'Alixandre*, composto pelos trovadores Lambert li Tors e Alexandre de Bernay por volta de 1200, e compreendendo uns 20.000 versos alexandrinos.

Mais rico em variedades e mais terno em sentimentos foi o ciclo de romances — franceses, ingleses e alemães — que se originou do cerco de Tróia. O principal inspirador aí não foi Homero, porém Virgílio; a história de Dido já era um romance. E não haviam a França e a Inglaterra, assim como a Itália, recebido a colonização dos troianos que fugiam de uma derrota não merecida? Por volta de 1184, um poeta francês, Benoît de Ste.-Maure, tornou a narrar o *Roman de Troie* em 30.000 versos; foi traduzido em 12 línguas e imitado em 12 obras literárias. Na Alemanha, Wolfram von Eschenbach escreveu seus *Büche von Troye* do tamanho da *Ilíada;* na Itália, Boccaccio copiou de Benoît a história de Filostrato; na Inglaterra, o *Brut*, de Layamon (*ca.* 1205), descreveu em 32.000 versos a fundação de Londres por Bruto, o imaginário bisneto de Enéias, e, de Benoît, surgiram *Troilus* e *Criseyde*, de Chaucer e a peça de Shakespeare.

O terceiro grande ciclo do romance medieval foi o arturiano. Temos visto razões para acreditar que Artur era um cristão nobre que lutara contra os invasores saxônios no século VI. Quem foi que o transformou, a ele e a seus cavaleiros, naquelas lendas deliciosas que somente os afeiçoados de Malory é que saborearam totalmente? Quem criou Gawaine, Galaad, Percival, Merlin, Guinevere, Lancelote, Tristão, o cavalheirismo cristão da *Távola Redonda* e a mística história do Santo Graal? Não se conseguiu resposta segura após um século de discussões; a investigação é sempre fatal para a certeza. As mais estranhas referências quanto a Artur encontram-se nos cronistas ingleses. Alguns elementos da lenda aparecem na *Crônica* de Nênio (976); ela se expandiu na *Historia Britonum* (1137) de Geofredo de Monmouth. A narrativa de Geofredo foi posta em versos franceses por Robert Wace, poeta de Jersey, no *Le Brut d'Angleterre* (1155). Nela encontramos a *Távola Redonda*. Os fragmentos mais antigos da lenda são provavelmente alguns contos de Gales agora reunidos no *Mabinogion*; os manuscritos mais antigos dessa história que se ampliaram são franceses. A corte de Artur e o Santo Graal acham-se, por consenso comum, situados em Gales e no sudoeste da Britânia. A primeira apresentação completa da lenda em prosa encontra-se num manuscrito inglês duvidosamente atribuído a um arcediago de Oxford, Walter Map (1137-96). A mais antiga forma de versos daquele ciclo é encontrada nos *romans* de Chrétien de Troyes (*ca.* 1140-91).

Quanto à vida de Chrétien, sabemos quase tão pouco quanto sobre a de Artur. Ele escreveu, no princípio de sua carreira literária, *Tristan*, obra agora desaparecida. Esse trabalho chegou às mãos da condessa Maria de Champagne, filha de Eleanor da Aquitânia, e parece que lhe despertou a esperança de que Chrétien pudesse ser o homem indicado para escrever sobre "o amor galante" e os mais altos ideais da cavalaria, na forma de *roman*. Maria convidou-o, por assim dizer, para ser o poeta laureado de sua corte em Troyes. Sob seu patrocínio (1160-72), ele compôs quatro romances em estrofes rimadas de versos de oito sílabas: *Erec et Enide, Cligès, Yvain,* e *Le Chevalier de la charrette* — título que não era muito sublime para a história de Lancelote, o "perfeito cavaleiro". Em 1175, na corte de Felipe, conde de Flandres, começou ele

o *Conte del Graal* ou *Perceval le Gallois*. Escreveu nove mil versos e deixou-o para ser terminado em 60.000 versos por outro poeta. O ambiente daquelas histórias aparece no princípio do *Erec*:

> Num dia de Páscoa o rei Artur estava com a sua corte em Cardigã. Nunca se vira uma corte tão bela como naquela ocasião, pois havia ali muitos bons cavaleiros, conhecidos por sua intrepidez e bravura, e ricas damas e donzelas, formosas e gentis filhas de reis. Antes, porém, que a corte se dispersasse naquele dia, o rei disse aos cavaleiros que desejava caçar o veado branco, a fim de que se observasse condignamente a tradição. Ao ouvir aquilo, lord Gawain mostrou-se muito contrariado e explicou: "Sire, não granjeareis agradecimentos nem encontrareis boa vontade nessa caçada. Há muito sabemos qual o costume nessa caçada ao veado branco: caberá àquele que puder matar o veado o privilégio de beijar a mais bela donzela de vossa corte... Nisso, porém, sobrevirá um grande mal; pois há aqui 500 donzelas de nobre nascimento e não há nem uma delas pela qual um bravo e valente cavaleiro não esteja disposto a afirmar, certo ou não, ser a sua dama a mais bela e a mais nobre de todas." "Disso sei eu muito bem, mas mesmo assim não renunciarei ao que propus... Amanhã iremos todos alegremente caçar o veado branco", respondeu o rei.[44]

E começava-se também, em tais histórias, com descrições exageradas próprias dos romances: "A natureza empregara toda a sua habilidade em formar Enid, e maravilhar-se mais de 500 vezes ao ver como, naquela ocasião, conseguira fazer uma criatura tão perfeita." Na história de Lancelote lemos que "aquele que é amante perfeito é sempre obediente e satisfaz, pronta e alegremente, os desejos de sua amada... Sente doçura no sofrimento, pois o amor, que é seu guia, acalma e alivia sua dor."[45] Contudo, a condessa Maria tinha uma concepção muito flexível sobre o amor:

> Se um cavaleiro encontrasse uma rapariga ou donzela sozinha, e zelando ele pela sua boa reputação, não deveria tratá-la de maneira desonrosa do mesmo modo que não gostaria de cortar seu próprio pescoço. E se ele a assaltasse, ficaria arruinado para sempre em todas as cortes. Mas se ela fosse conquistada pelas armas por outrem, quando estivesse sob sua escolta, esse outro cavaleiro poderia então fazer com ela o que quisesse sem incorrer em ignomínia ou censura.[46]

Os versos de Chrétien são graciosos, porém fracos, e sua abundância logo nos cansa, a nós modernos, com a pressa que temos. Foi o primeiro a fazer uma exposição completa do cavaleirismo ideal em sua descrição de uma corte, onde a cortesia, a honra, a bravura e a abnegação do amor pareciam ser de mais importância do que a Igreja ou os credos. Chrétien fez jus a seu nome de cristão em seu último romance, elevou o ciclo arturiano para uma feição mais nobre, nele acrescentando a história do Santo Graal.* José de Arimatéia, dizia a história, apanhara um pouco do sangue, que escorria do Cristo crucificado, na taça em que Jesus havia bebido na Última Ceia; José ou seu descendente havia levado a taça com o imperecível sangue para a Bretanha, onde um rei enfermo a guardava em um castelo misterioso, e somente um cavaleiro que tivesse vida inteiramente pura é que poderia descobrir a taça e salvar o rei, perguntando-lhe qual a causa de sua enfermidade. Na história de Chrétien é Percival,

* Santo Graal ou Gral — *Taça Sagrada*. A palavra parece vir do hipotético *cratale*, originado da palavra latina *crater*, alteração do grego, *cratera*, através do francês *graal* — taça.

o gaulês, quem procura a taça, na forma inglesa da lenda, é Galaad, o imaculado filho de Lancelote; em ambas as versões o que descobre a taça leva-a para o céu. Na Alemanha, Wolfram von Eschenbach transformou Percival em Parzival e deu ao conto sua feição medieval mais célebre.

Wolfram (*ca.* 1165 — *ca.* 1220) era um cavaleiro bávaro que arriscava o estômago com seus versos. Obteve a proteção do Landgrave Hermann da Turíngia, viveu no castelo de Wartburgo durante 20 anos e escreveu o principal poema do século XIII. Deve tê-lo ditado, pois assegura-se que nunca aprendera a ler. Disse que não baseara sua história, o *Parzival*, na de Chrétien, mas, sim, na de um poeta provençal chamado Kiot. Não sabemos da existência de tal poeta nem de qualquer outra referência entre a lenda de Chrétien (1175) e a de Wolfram (1205). Dos 16 "livros" do poema de Wolfram, 11 parecem ser baseados no *Conte del Graal*, de Chrétien. Os bons cristãos e os leais cavaleiros da Idade Média não sentiam obrigação alguma de reconhecer suas dívidas literárias. Achava-se que a matéria dos romances era propriedade comum. Qualquer um podia valer-se de outra produção se a pudesse melhorar, e Wolfram melhorou a tutela de Chrétien.

Parzival é filho de um cavaleiro do Anjou com a rainha Herzeleide (Coração Sofredor), a qual é neta de Titurel — o primeiro guardião da Taça — e irmã de Amfortas, o rei enfermo. Pouco antes de dar à luz Parzival, a rainha recebe notícias de que o marido tombara em um combate entre cavaleiros, diante de Alexandria. Resolvida a não deixar que Parzival morra tão jovem, cria-o em lugar ermo, oculta dele sua linhagem real e o mantém ignorante do manejo das armas.

Aquilo afligiu bastante o povo, que viu naquele ato
  Um grande mal,
Sendo uma educação que não ficava bem ao filho
  De poderoso Rei.
Mesmo assim a mãe o manteve oculto nos vales da floresta
Nem pensou, em seu amor e amargura, no quanto prejudicava
  A criança real.
Não lhe deu nenhuma arma própria de cavaleiro.
  Para seus folguedos, tinha ele
Apenas os brinquedos que fazia com os arbustos que cresciam
  À beira dos caminhos
Solitários por onde andava.
Fez para si um arco e setas, e com esses,
  Em momentos de alegria,
Quase sem pensar, alvejava os pássaros que cantavam
  Nas árvores frondosas.
Quando, porém, a seus pés uma ave canora caiu
  Morta
Baixou ele a cabeça dourada, de grande surpresa tomado,
  E, em sua cólera e mágoa de criança,
Pôs-se a arrancar os cabelos, dourados cabelos,
(Pois isto eu sei muito bem: em toda a terra não havia
  Criança mais terna)...
Lembrou-se depois como a música, que sua mão
  Para sempre silenciara,
Havia inebriado de doçura a sua alma
  E seu coração de grande tristeza se encheu.[47]

Parzival torna-se homem e ignorante das coisas. Um dia ele encontra dois cavaleiros na estrada, admira o esplendor de suas armaduras, julga-os deuses e ajoelha-se diante deles. Informado de que não são deuses, e, sim, cavaleiros, resolve ser tão majestoso quanto eles. Deixa sua terra para ir à procura do rei Artur, o que transforma os homens em cavaleiros; a mãe morre de pesar com sua partida. No caminho, Parzival furta de uma duquesa, que dormia, um beijo, a cinta e o anel, e essa nódoa de seu procedimento deixa-o impuro durante muitos anos. Encontra Ither, o Cavaleiro Vermelho, que envia por seu intermédio um desafio ao rei Artur. Apresentado ao rei, Parzival pede-lhe permissão para aceitar o desafio; volta para onde está Ither, e, com a sorte de um principiante, mata-o, veste sua armadura e parte à cata de aventuras. À noite pede hospedagem a Gurnemanz; o velho barão simpatiza com ele, ensina-lhe as manhas dos combates feudais e dá-lhe conselhos de cavaleiro:

> Tende piedade dos necessitados; sede bom, generoso e humilde. O homem que tem dignidade envergonha-se de pedir quando se vê em necessidade; dai-lhe antecipadamente o que precisa... Contudo, sede prudente, não sejais pródigo nem mesquinho... Não façais muitas perguntas nem recuseis responder a perguntas justas. Observai e escutai... Poupai os que se renderem, seja qual for o mal que vos tenham feito... Sede varonil e alegre. Mostrai-vos atencioso e respeitoso para com as mulheres, isso aumenta a honra de um jovem. Sede constante — esse é o papel que cabe ao homem. Aquele que trai um amor sincero trai a si próprio.[48]

Parzival torna a partir, salva Kondwiramur que se encontra presa, casa-se com ela, desafia para um combate o marido que havia voltado, mata-o e deixa a esposa à procura de sua mãe. Por acaso ele chega ao castelo em que está a Taça. É homenageado pelos cavaleiros guardiães, vê a Taça (aqui uma preciosa pedra) e, lembrando-se dos conselhos do bom Gurnemanz, nada pergunta sobre a mágica Taça ou sobre o rei doente, não sabe que este último é seu tio. Na manhã seguinte descobre que todo o castelo está vazio; sai a cavalo e a ponte é suspensa, logo depois, por mãos invisíveis, como se com isso quisessem impedir sua volta. Torna a ir à corte de Artur; mas ali, em meio às homenagens que fazem, uma vidente, Kundry, chama-o de ignorante e descortês por não ter indagado a causa da doença de Amfortas. Parzival jura que há de descobrir novamente a Taça.

Um ressentimento, porém, obscurece-lhe a vida naquele ponto. Acha que a desgraça que Kundry lhe lançou é imerecida. Percebe as muitas injustiças que há no mundo, renuncia a Deus, acusa-o, e, durante quatro anos, não vai à Igreja nem faz sua orações.[49] Nesse intervalo, sofre muitas desditas, sempre procurando a Taça sem jamais poder encontrá-la. Um dia chega, por acaso, à morada de um anacoreta, Trevrezent, que é justamente um tio seu. Fica conhecendo, por meio dele, a história da Taça e a razão da doença de Amfortas, qual seja o ter este último deixado de atentar à guarda da relíquia para se entregar a um amor ilícito. O anacoreta consegue fazer Parzival voltar à fé cristã e toma a si as penas pelos pecados cometidos por ele. Humilhado e purificado, curado de sua ignorância e liberto de seus sofrimentos, Parzival recomeça suas buscas. O anacoreta revela a Kundry que Parzival é sobrinho e herdeiro de Amfortas. Ela o encontra e anuncia que ele fora escolhido para sucessor de Amfortas, como rei e guardião da Taça. Guiado por ela até ao castelo oculto, pergunta a Amfortas qual a causa de sua doença. O rei fica imediatamente curado. Parzival encontra a sua esposa Kondwiramur, a qual fica sendo sua rainha. Lohengrin é o filho de ambos.

Como se quisesse fornecer a Wagner outro libreto, Gottfried von Strassburg produziu, por volta de 1210, a mais feliz versão da história de Tristão. É uma glorificação entusiástica do adultério e da deslealdade, e desonra o código da moral tanto feudal como cristão.

Tristão, como Parzival, nasceu de uma jovem mãe, Blanchefleur, logo depois que ela recebeu notícias de que o príncipe, seu esposo, havia sido morto em uma batalha; ela lhe dá o nome de Tristão — triste — e morre. O menino é educado por seu tio Mark, rei da Cornualha, e por ele feito cavaleiro. Homem feito, sobrepuja a todos nos torneios, e mata o desafiador irlandês Morold. Mas, no combate que travou, recebe um ferimento venenoso, o qual o moribundo Morold diz somente poderá ser curado pela rainha Isolda, da Irlanda. Disfarçado de Tantris, um harpista, Tristão visita a Irlanda, é curado pela rainha e torna-se tutor da filha dela, também chamada Isolda. Ao voltar para a Cornualha descreve a Mark a beleza e o talento da jovem. Mark manda-o buscá-la para ele. Isolda mostra-se relutante em deixar a casa. Ao descobrir que Tristão é o assassino de seu tio Morold, inflama-se de ódio contra ele. Mas a mãe convence-a que parta e dá a Brangane, sua camareira, uma poção a fim de que, ministrada a Mark e Isolda, desperte o amor de um pelo outro. Por engano a camareira dá a poção à jovem e a Tristão, os quais caem logo nos braços um do outro. Multiplica-se a desonra; ambos concordam em ocultar seu amor. Isolda casa-se com Mark, dorme com Tristão e planeja matar Brangane por estar a par de tudo. Mark é aqui o único cavaleiro no conto; descobre o logro, confessa a Isolda e Tristão que é grande a afeição que lhes tem para deles se vingar e contenta-se em exilar o sobrinho. Em suas peregrinações, Tristão encontra uma terceira Isolda e apaixona-se por ela, não obstante ter jurado à rainha de Mark que ambos seriam "um só coração, um só corpo e uma só vida". Aqui Gottfried deixa o conto inacabado, e todos os ideais da cavalaria se esboroam. O resto da história pertence a Malory e a um período posterior.

A Alemanha produziu naquela extraordinária geração — a primeira do século XIII — outro poeta, o qual, juntamente com Walther, Wolfram e Gottfried, formou um quarteto inigualável no campo da literatura do mundo cristão contemporâneo. Hartmann von Aue começou por seguir desajeitadamente Chrétien nos romances poéticos *Erec* e *Iwein*; quando, porém, se dedicou às lendas de sua terra, a Suábia, produziu uma pequena obra-prima — *Der arme Heinrich* (*O Pobre Henrique, ca.* 1205). Como Jó, o "pobre Henrique" é um homem rico que, no auge de sua grandeza, é atacado de lepra, a qual só pode ser curada (aqui cabe a palavra à magia medieval) quando uma virgem morrer espontaneamente por ele. Não esperando tal sacrifício, Henrique entrega-se a lamentações e ao desespero. Mas, atentai, ali aparece uma virgem disposta a morrer para que Henrique fique curado. Os pais dela, julgando que aquela decisão havia sido inspirada por Deus, dão seu consentimento, o que até parece inacreditável, e a jovem desnuda seu formoso peito à faca. Mas Henrique subitamente se torna verdadeiro homem, manda sustar o gesto fatal, recusa o sacrifício, deixa de lamentar-se e aceita sua dor como sendo intervenção divina. Com o espírito transformado pela sua nova disposição, a doença do corpo logo desaparece e sua salvadora torna-se sua esposa. Hartmann redimiu o absurdo da história com versos simples, fluentes e despretensiosos e a Alemanha conservou o poema até esta nossa era de descrentes.

Um conto mais bonito foi narrado, em alguma época da primeira metade do século XIII, por um francês cujo nome desconhecemos, sob o título *C'est d'Aucassin et Nicolette*. Meio romântico, meio irônico, foi bem fraseado ora em poesia ora em prosa, com música anotada no texto da poesia.

Aucassin, filho do conde de Beaucaire, apaixona-se por Nicolette, filha adotiva do visconde de Beaucaire. O conde é contra o casamento, quer que o filho se case em alguma família feudal que possa fornecer-lhe auxílio em caso de guerra e ordena ao visconde, seu vassalo, que esconda a moça. Quando Aucassin procura vê-la, o visconde aconselha-o a "deixar Nicolette em paz, caso contrário jamais veria ele o paraíso", ao

que Aucassin responde de uma maneira cheia do cepticismo que já se criava naquela época.

> O que iria fazer no paraíso? Pouco se me dá em ir para lá, o que apenas desejo é ter Nicolette... Pois para o paraíso só vão certas pessoas como, por exemplo, sacerdotes idosos, velhos paralíticos e aleijados, os quais passam os dias e as noites tossindo diante dos altares... Nada tenho a fazer com tal gente. Já para o inferno poderei ir. Pois é para lá que vão os grandes mestres e os belos cavaleiros que morrem nos combates ou nas grandes guerras, e os altivos arqueiros e os homens leais. Com eles irei eu também. E para lá vão também as belas e corteses damas que têm amigos — dois ou três — além do esposo. E lá passam os harpistas e menestréis e os reis do mundo. Com esses eu irei contanto que tenha a meu lado Nicolette, a minha muito doce amiga.[50]

O pai de Nicolette encerra-a no quarto e o pai de Aucassin aprisiona o filho em um celeiro, onde o jovem canta a história de uma cura estranha e encantadora:

> A Nicolette, branca flor como a Açucena
> A mais doce dama no caramanchão encontrada,
> Doce como as uvas que a taça
> Enchem e perfumam,
> Aconteceu um dia o seguinte:
> Vindo de Limousin, apareceu
> Um peregrino, cheio de úlceras horríveis,
> Contorcendo-se em dores, deitou-se
> Arquejante, na cama que lhe deram,
> Apavorado com a morte tão próxima.
> Foi então que entrastes, pura e branca,
> Suavemente diante do enfermo aparecestes;
> E levantando a saia enfeitada de arminho
> E a camisola, graciosamente lhe mostrastes
> As duas pernas lindamente encantadoras.
> Coisa extraordinária então aconteceu:
> Ergueu-se com rapidez, e, são completamente,
> Deixou a cama, e, tomando a cruz em suas mãos,
> Para sua querida terra natal partiu novamente.
> Lírio, tão branco, tão doce que sois,
> Maravilhoso é o vosso porte,
> Encantador é o vosso riso, a vossa voz,
> Belo é o vosso amor.
> Como são doces vossos beijos e vossas carícias,
> Todo mundo deve naturalmente vos adorar.[51]

Entrementes, a flor branca como a açucena faz uma corda com os lençóis da cama e, por meio dela, desce para o jardim.

> Ela soergueu depois a saia com ambas as mãos... e andando de leve sobre a relva orvalhada chegou até ao portão e saiu correndo. Seus cabelos eram dourados, cheios de cachinhos; os olhos, azuis e risonhos; o rosto, a coisinha mais delicada de se ver, com uns lábios mais vermelhos do que qualquer rosa ou cereja em pleno verão; os dentes, pequenos e brancos; os seios, tão firmes que se salientavam debaixo de suas vestes quais duas maçãs. Tão fina era sua cintura que se podia enlaçá-la com

duas mãos. As margaridas que ela esmagava com os pés, em sua passagem, eram pretas comparadas à sua pele, tão branca era aquela bela donzela.[52]

E assim ela chega até às grades da janela da cela em que está encerrado Aucassin, corta uma trança de seus cabelos, passa-a para ele e jura que seu amor é tão grande quanto o dele. O pai manda procurá-la; ela foge para a floresta e passa a viver ali com os pastores. Passado algum tempo, o pai de Aucassin, julgando ter-se desembaraçado dela, liberta-o. Aucassin parte para a floresta e procura-a, passando por muitas vicissitudes um tanto cômicas. Encontra-a, coloca-a à sua frente, no cavalo, "e beija-a durante todo o tempo da viagem". Para escapar aos pais que os perseguem, tomam um navio e cruzam o Mediterrâneo. Chegam a um país onde se dá uma sova em todos os homens que provocam nascimentos e guerras. São capturados por guerreiros menos amáveis, ficam separados durante três anos, porém, afinal, juntam-se novamente. Os irados pais morrem, e Aucassin e Nicolette passam a ser o conde a condessa de Beaucaire. Nada há mais esquisito do que isso em toda essa rica literatura da França.

VIII. A REAÇÃO DAS SÁTIRAS

Aquele interessante interlúdio desta história sugere que os franceses estavam começando a sentir a saturação do romance. O mais famoso dos poemas da Idade Média — o mais lido e mais conhecido do que *A Divina Comédia* — começou como romance e terminou como uma das mais duras sátiras da História. Por volta de 1237, Guilherme de Lorris, um jovem estudante de Orléans, escreveu um poema alegórico que tinha por fim abranger toda a arte de amores galantes e ser, por meio de suas próprias abstrações, um exemplo e resumo de todos os romances de amor. Nada sabemos de Guilherme de Lorris salvo o fato de que escreveu os primeiros 4.266 versos do *Roman de la Rose*. Ele se descreve a si mesmo, em um sonho, entrando, depois de muito vaguear, em magnífico Jardim do Amor, onde florescem todas as flores conhecidas, e onde cantam todos os pássaros, e casais felizes, personificando a alegria e a graça da vida galante — Ventura, Prazer, Cortesia, Beleza... — dançam sob a presidência do Deus do Amor; encontra-se ali uma nova religião, com uma concepção nova do paraíso, no qual a mulher substitui Deus. O sonhador vê naquele jardim uma rosa mais bela do que todas as belezas que a circundam, porém guardada por centenas de espinhos. É o símbolo da bem-amada, e o desejo do herói de alcançá-la e colhê-la torna-se uma alegoria de todas as campanhas amorosas até então tentadas por uma vontade refreada que alimenta a imaginação. Nenhum ser humano entra no conto; todos os atores são personificações das qualidades de caráter que se encontram em quaisquer cortes onde as mulheres são perseguidas pelos homens: Dissimulação, Orgulho, Vilania, Vergonha, Riqueza, Avareza, Inveja, Preguiça, Hipocrisia, Juventude, Desespero, até mesmo "Pensamento Novo" — que aqui significa inconstância. A maravilha disso é que, com tais abstrações, Guilherme conseguiu fazer versos interessantes — talvez porque, em qualquer idade e qualquer disfarce, o amor é tão interessante quanto o sangue é quente. (A tradução de Chaucer para o inglês — *The Romaunt of the Rose* — da primeira metade do poema de Guilherme é tão bela quanto o original.)

Guilherme morreu prematuramente, deixando o poema inacabado, e durante 40 anos o mundo ficou sem saber se o Amante, atingido por Cupido e tremendo de amor, havia feito algo mais além do beijo dado à Rosa. Foi então que outro francês,

João Clopinel, ou João de Meung, pôs mãos à obra e acrescentou-lhe mais de 22.000 versos, em um poema tão diferente do de Guilherme como Rabelais de Tennyson. O lapso de tempo decorrido em uma geração modificara a disposição de espírito; o romance ficara esquecido durante algum tempo; a filosofia estava lançando o pálio da razão sobre a poesia religiosa; as cruzadas haviam fracassado; e começara a idade da dúvida e das sátiras. Certo dia aquele João escreveu a sua turbulenta continuação por sugestão do mesmo rei Filipe IV, o qual iria mandar seus cépticos advogados ridicularizarem o papa. João Clopinel nasceu em Meung, no Loire, por volta de 1250, estudou filosofia e literatura em Paris, tornando-se um dos homens mais cultos de seu tempo. Não sabemos que coisa maldosa o fez pôr sua cultura, seu anticlericalismo, seu desprezo por mulheres e romances, na continuação de um dos mais românticos poemas de todas as literaturas. Com os mesmos versos de oito sílabas e estrofes rimadas de Guilherme, mas com um espírito e vivacidade completamente diferentes dele, João embrenha-se em todos os tópicos, desde a Criação do Mundo até o Dia do Juízo, enquanto o pobre Amante fica esperando no jardim durante todo aquele tempo, saudoso de sua Rosa. Se havia algum resquício de romance em Clopinel, é de vê-lo na fantasia de Platão em uma época dourada do passado quando "ninguém chamava isso e aquilo coisa de sua propriedade, e a luxúria e a rapina eram desconhecidas"; quando não havia senhores feudais, nem Estados, nem leis; quando os homens viviam sem comer carne, peixe ou ave e "partilhavam os bens da terra em comum".[53] Ele não é um livre-pensador; aceita os dogmas da Igreja como eles são, apenas detesta "aquelas gordas e prósperas criaturas, os frades mendicantes, que vivem enganando com palavras mentirosas, e empanturrando-se com bebidas e comidas".[54] Não tolera os hipócritas e recomenda-lhes alho e cebola para facilitar suas lágrimas de crocodilos.[55] Admite que o "amor de uma graciosa mulher" é a melhor dávida da vida, mas parece que não obtivera essa dávida.[56] Talvez não a merecesse; a sátira jamais conquista jovens bonitas, e João, demasiado escolado em Ovídio, pensava e aconselhava que se devia mais usar as mulheres do que amá-las. A monogamia é um absurdo, diz ele; a natureza fez *toutes pour tous* — todas as mulheres para todos os homens. Faz um marido saciado censurar uma esposa vaidosa:

> A que vem todos esses adornos?
> Que lucro tenho eu
> Com esses vestidos caríssimos e de cortes esquisitos?
> Que lucro tenho eu
> Com os ardis de teus flertes e tuas pieguices?
> Que me importam todas essas rendas
> Com que enlaças e prendes os cabelos
> E todos esses fios de ouro? Por que
> Se precisa engastar marfim
> Nesses espelhos com círculos de ouro? ... Por que
> Essas jóias que são mais próprias de um diadema real?
> Para que esses rubis, pérolas e safiras
> Que te fazem assumir uma expressão
> De tolo convencimento? Essas fazendas caras,
> Essas pregas, essas golas, para quê?
> Essa cinta a realçar tua cintura,
> E esses enfeites de pérolas, para quê?
> Ora vamos, dize para que enfiar os pés

Nessas botinas bizarras, se tens vontade de mostrar
As curvas de tuas pernas? Por São Teobaldo,
Eu juro, três dias não passarão e venderei
Esse lixo, e uma boa tunda te darei.[57]

É um consolo saber que, no fim, o Deus do Amor, à frente de seus inúmeros vassalos, ataca a torre onde o Perigo, a Vergonha e o Medo (as hesitações da dama) guardam a Rosa, e a Saudação acolhe o Amante no relicário e deixa-o colher a imagem de seus sonhos. Mas como pode a terminação romântica desse romance, durante tanto tempo protelada, eliminar os 18.000 versos de rude realismo e obscenidades?

Os três livros que mais foram lidos na Europa ocidental dos séculos XII e XIII foram o *Romance da Rosa*, a *Lenda Dourada* e *Reynard, a Raposa. Reynard* começou sua carreira em latim como Ysengrinus por volta de 1150 e passou para várias línguas como *Roman de Renart, Reynard the Fox, Reineke de Vos, Reinaert* e finalmente *Reinecke Fuchs*, de Goethe. Diversos autores contribuíram com uns 30 contos alegres para aquele ciclo até perfazer um total de 24.000 versos, quase todos com o objetivo de satisfazer as formas feudais, as cortes reais, as cerimônias cristãs e as fragilidades humanas por meio de figuras de animais.

Renart, a raposa, prega peças maldosas em Nobre, o leão, o rei do reino. Percebe o amor dele com a Dama Harouge, fêmea do leopardo, e com intrigas dignas de Talleyrand convence-a a ser sua amante. Acalma a raiva de Nobre e outros animais dando a cada um um talismã que revela ao marido as infidelidades da esposa. As revelações que disso resultam são horríveis; os maridos batem em suas esposas culpadas, as quais fogem e procuram refúgio junto a Renart. Este recolhe-as a todas em um harém. Em um conto, os animais empenham-se num torneio, com grandes aparatos e desfiles. Em *La Mort Renart*, a velha raposa está moribunda; Bernardo, o burro, arcebispo da corte, aparece para ministrar-lhe os últimos sacramentos. Renart confessa os pecados, mas estipula que se sarar ficará nulo o juramento que fez de reformar-se. Finge que morre, e os muitos animais, aos quais traíra, batera, depenara ou espoliara, reúnem-se para lastimar sua morte, o que fazem com hipocrisia. O arcebispo prega um sermão rabelaisiano junto à cova e censura Renart por ter-se "aproveitado de tudo quanto podia". Mas quando lhe derramam água benta, Renart ressuscita, agarra Chantecler (que está sacudindo o turíbulo) pelo pescoço e foge com sua presa para o mato. Para se compreender a Idade Média não se deve jamais esquecer a figura de Renart.

O *Roman de Renart* foi o maior dos *fabliaux. Fabliau* era a fábula de animais satirizando os homens, geralmente em versos de oito sílabas, em número que ia de 30 a 1.000. Algumas eram tão antigas quanto as de Esopo ou mais antigas ainda; outras tinham vindo da Índia através do Islã. A maioria difamava mulheres e sacerdotes, ressentia os poderes naturais de uma classe e os poderes sobrenaturais de outra. As mulheres e sacerdotes haviam condenado os menestréis por recitarem *fabliaux* escandalosos. Na verdade, os *fabliaux* eram dirigidos aos estômagos fortes; empregavam a linguagem de tavernas e bordéis e mostravam-se indiferentes à metrificação. Mas de seus arranjos Chaucer, Boccaccio, Ariosto, La Fontaine e uma centena de outros contadores de história armaram uma boa parte daquilo a que poderíamos chamar de "conto surpreendente" ou "conto de terror".

A sátira fez com que baixasse a situação dos menestréis. Aqueles cantores errantes receberam seu nome inglês da palavra *ministeriales*, a qual significava originariamen-

te servidor nas cortes dos barões, e seu nome francês de *jongleurs*, da palavra latina *ioculator*, provedor de chistes. Exerciam as funções dos rapsodistas gregos, bufões romanos, poetas escandinavos, músicos anglo-saxônios e dos bardos galeses e irlandeses. No auge dos romances do século XII, os menestréis substituíam a tipografia e mantinham sua dignidade fornecendo histórias, algumas dignas de ser classificadas como literárias. Com a harpa ou viola nas mãos, recitavam canções tristes, *dits* ou *contes* (pequenas histórias), poemas, lendas sobre a Virgem Maria ou sobre os santos, *chansons de geste, romans* ou *fabliaux*. Durante a quaresma, quando deles não se precisava, freqüentavam, quando podiam, uma *confrèrie* de menestréis e *jongleurs* como a que sabemos ter-se realizado em Fécamp, na Normandia, por volta do ano 1000; ali aprendiam as peças e árias de um e outro e as novas canções dos poetas e trovadores. Muitos deles se mostravam dispostos a divertir seu auditório com prestidigitações, cambalhotas, contorções, bem como andando sobre uma corda esticada, quando as recitações exigiam muito esforço intelectual da parte de seus ouvintes. Quando os poetas passaram a ir de uma cidade a outra recitando suas próprias poesias, e o hábito da leitura foi-se espalhando, diminuindo com isso o interesse pelos recitadores, os menestréis foram-se transformando em comediantes, os *jongleurs* passaram a saltimbancos; faziam malabarismos com facas, trabalhavam com marionetes ou exibiam animais ensinados, tais como ursos, macacos, cavalos, galos, cachorros, camelos e leões. Alguns menestréis adaptavam *fabliaux* para pantomimas e representavam-nas sem omitir as obscenidades que elas contivessem. A Igreja constantemente as censurava e proibia seus adeptos assistir a elas ou, aos reis, alimentar os artistas. O bispo Honório de Autun era de opinião que nenhum menestrel seria admitido no paraíso.

A popularidade dos saltimbancos e dos *fabliaux*, e o acolhimento estrondoso que as novas classes letradas e os rebeldes estudantes das universidades deram ao poema de João Clopinel sobre a *bourgeoisie* assinalaram o fim de uma época. O romance continuaria, mas seria desafiado por todos os lados pela sátira, humorismo e uma disposição de espírito realístico que escarneciam dos contos da cavalaria muito antes do nascimento de Cervantes. Durante um século a sátira ocuparia o palco e roeria o coração da religião até que se desmoronasse todo o arcabouço da estrutura medieval e deixasse a alma do homem orgulhosa e cambaleante à borda da razão.

CAPÍTULO XXXIX

Dante

1265 — 1321

I. OS TROVADORES ITALIANOS

FOI na corte de Apúlia, de Frederico II, que nasceu a literatura italiana. Talvez os muçulmanos, com suas comitivas, tivessem também estimulado, pois todos os moslemes letrados faziam versos. Alguns anos antes da morte de Frederico, em 1250, Ciullo d'Alcamo (*ca.* 1200) escreveu um belo "Diálago entre o Amante e a Dama", e Alcamo, na Sicília, era uma cidade quase inteiramente povoada de muçulmanos. Foi dos trovadores da Provença que sobreveio uma influência mais decisiva, pois que enviavam eles seus poemas ao culto Frederico e a seus auxiliares ou iam pessoalmente à sua corte. O próprio Frederico não somente patrocinava a poesia como também a escrevia e escrevia-a em italiano. O seu primeiro-ministro, Piero delle Vigne, compôs excelentes sonetos e talvez tenha inventado essa forma difícil. Rinaldo d'Aquino (irmão de Santo Tomás), que vivia na corte de Frederico, Guido delle Colonne, um juiz, e Iacopo da Lentino, um notário, do *regno* de Frederico, figuravam entre os poetas da "Renascença de Apúlia". Um soneto de Iacopo (*ca.* 1233), uma geração antes do nascimento de Dante, já tem a delicadeza de sentimento e acabamento na forma dos poemas na *Vita nuova:*

Por mim quero servir a Deus de coração
   Para que possa entrar no paraíso —
   O lugar sagrado onde, segundo dizem todos,
Reinam a alegria e a paz.

Sem minha dama, contudo, não quero nem pensar em ir —
   Ela que tem um lindo rosto e cabelos lindos;
   Pois sei que não teria lá
Nenhum prazer com ela ausente, isso eu sei.

Prestai atenção ao que digo: longe de mim a intenção
   De que lá cometeria algum pecado;
   Contemplaria apenas suas feições graciosas,

   Seus ternos e belos olhos e seu rosto encantador,
E haveria de ser completo o meu contentamento:
   Ver minha dama muito feliz no lugar que ela merece.[1]

Quando a corte de Frederico viajou pela Itália, levou ele consigo também muitos poetas, os quais estenderam sua influência pelo Lácio, Toscana e Lombardia. Manfre-

do, seu filho, continuou a patrocinar a poesia e escreveu versos que o próprio Dante elogiou. Muitos desses versos "sicilianos" foram traduzidos para o toscano e contribuíram também para a formação da escola de poetas que culminaram em Dante. Ao mesmo tempo, os trovadores franceses, deixando uma *langue d'oc* que vivia atormentada pelas guerras religiosas, refugiaram-se nas cortes italianas, iniciaram os poetas italianos no *gai saber*, ensinaram as mulheres italianas a apreciarem elogios em versos e persuadiram os magnatas a recompensarem a poesia mesmo quando dirigida a suas esposas. Alguns dos primeiros poetas toscanos foram ainda mais longe no imitarem os trovadores franceses: escreviam seus versos em provençal. Sordello (*ca.* 1200-70), nascido perto da Mântua de Virgílio, ofendeu o terrível Ezzelino, fugiu para Provença e escreveu, em provençal, transcendentes poemas de amor.

Daquela paixão platônica, em que se operava uma estranha união da metafísica com a poesia, veio o *dolce stil nuovo* da Toscana. Em vez da franca sensualidade que encontraram nos cantores provençais, os poetas italianos preferiram ou simularam amar as mulheres como encarnações de uma beleza pura e abstrata ou como símbolos de sabedoria ou filosofia divinas. Era aquela uma nova feição de uma Itália que havia conhecido milhares de poetas de amor. Talvez o espírito de São Francisco influísse naquelas castas penas ou a *Summa* de Santo Tomás pesasse sobre eles ou eles sentissem a influência dos mistérios árabes, os quais viam na beleza apenas Deus e escreviam poemas de amor à Divindade.[2]

Um bando de cantores letrados constituía a nova escola. Guido Guinizelli (1230?-75), de Bolonha, a quem Dante saudara como seu pai intelectual,[3] rimou a nova filosofia do amor numa famosa *canzone* (o *canzo* provençal — canto) *Coração Gentil*, onde pedia perdão a Deus por amar muito a sua dama, alegando que ela parecia a encarnação da Divindade. Lapa Gianni, Dino Frescobaldi, Guido Orlandi e Cino da Pistóia espalharam o novo estilo pelo norte da Itália, o qual chegou a Florença pelos versos do mais belo expoente pré-Dante, Guido Cavalcanti (*ca.* 1258-1300), amigo do grande vate italiano. Guido era uma exceção entre aqueles poetas: era nobre, genro de Farinata degli Uberti, o homem que chefiava a facção gibelina em Florença. Livre-pensador averroísta, jogava com suas dúvidas sobre a imortalidade, até mesmo sobre Deus.[4] Tomou parte ativa e violenta na política, foi exilado por Dante e outros priores em 1300, caiu doente, foi perdoado e morreu naquele mesmo ano. O seu altivo e aristocrático espírito estava bem aparelhado para moldar sonetos de uma graça fria e clássica:

> Beleza da mulher; emanação do altíssimo
> Fidalguia armada para o exercício varonil;
> O agradável canto dos pássaros; doce resposta do amor;
> A resistência dos velozes navios que singram os mares;
>
> O ar sereno quando começa a nascer o sol;
> A neve branca, sem vento, a cair docemente;
> Campos de todas as flores, o lugar da nascente;
> Ouro e prata; a jóia azul-celeste;
>
> Comparado a isso, o doce e tranqüilo bem
> Que minha dama acalenta no coração
> Pouca coisa poderia parecer ou significar

Realmente, acima de tudo isso ela pairava
Como o Céu e bem maior do que esta Terra.
Todos os bens se apegam às criaturas que são boas.[5]

Dante muito aprendeu de Guido, imitou suas *canzoni* e, talvez, tenha sido devido a ele que tomou a decisão de escrever *A Divina Comédia*. "Ele desejava", diz Dante, "que lhe escrevesse sempre no idioma vernáculo e não em latim."[6] No decorrer do século XIII os predecessores de Dante moldaram a nova língua, vencendo sua rude imperfeição e dando-lhe uma linguagem melodiosa e uma concentração e sutileza em seus fraseados a que nenhuma outra língua européia pôde igualar. Criaram o idioma que Dante podia chamar de "ilustre, principal, elegante e curial",[7] adequado para as funções mais nobres. Ao lado de seus sonetos, os versos dos provençais eram despidos de harmonia; os dos *trouvères* e *minnesingers*, quase imprestáveis. Neles, a poesia não se transformara em uma torrente de rimas alegres, porém em um trabalho de arte intensa e compacta, burilado com o mesmo esmero e requinte que as imagens dos púlpitos de Niccolò Pisano e seu filho. Em parte a grandeza de um homem é devida ao fato de outros, de menores possibilidades, lhe terem aplainado o caminho, moldado a disposição de espírito da época a seu gênio, preparado um instrumento para suas mãos e confiado uma tarefa já meio feita.

II. DANTE E BEATRIZ

Em maio de 1265, Bella Alighieri presenteou o esposo, Alighiero Alighieri, com um filho, o qual batizaram com o nome de Durante Alighieri; sem dúvida, não lhes passara pelo pensamento que aquelas palavras significavam o *portador do vento eterno*. Parece que foi o próprio poeta que abreviou seu nome para Dante.[8] A família já tinha uma longa tradição em Florença, mas caíra na pobreza. A mãe morreu logo nos primeiros anos da vida do poeta. Alighiero tornou a casar-se e Dante cresceu, talvez, infeliz com uma madrasta, um meio-irmão e duas meio-irmãs.[9] O pai morreu quando o rapaz contava 15 anos, deixando dívidas como herança.[10]

De seus professores, era Brunetto Latini o que lhe deixara as mais gratas recordações. Brunetto, ao regressar da França, resumira sua enciclopédia francesa, *Trésor*, no *Tesoretto* italiano. Dele aprendeu Dante *come l'uom s'eterna* (como o homem se imortaliza).[11] Indubitavelmente Dante devia ter encontrado grande prazer em estudar Virgílio; ele fala em o *bel stilo* do mantuano. Que outro estudante amou tanto um clássico a ponto de acompanhar seu autor através do inferno? Diz Boccaccio que Dante esteve em Bolonha em 1287. Ali ou algures colheu o poeta tanta coisa da triste ciência e da milagrosa filosofia do tempo, que seu poema tornou-se excessivamente pesado com sua erudição. Aprendeu também a andar a cavalo, caçar, esgrimir, pintar e cantar. Seja como for, receberam-no nos círculos culturais se bem que tenha sido por causa de sua amizade com Cavalcanti. Conheceu naqueles círculos muitos poetas.

O mais célebre de todos os casos de amor começou quando Dante e Beatriz tinham nove anos. Segundo Boccaccio, foi em uma festa do primeiro dia de maio, na casa de Folco Portinari, um dos principais cidadãos de Florença. A pequena "Bice" era filha de Folco; é provável fosse ela também a Beatriz de Dante,[12] embora não seja isso absolutamente certo para acalmar as dúvidas dos espíritos meticulosos. Sabemos daquele primeiro encontro pela descrição feita por Dante nove anos depois na *Vita nuova*:

O vestido dela, naquele dia, era da mais nobre cor, um carmim alegre, cintado e adornado como convinha a uma jovem de muito pequena idade. Digo sinceramente que, naquele momento, o espírito da vida, que tem sua morada na câmara mais recôndita do coração, começou a tremer tão violentamente a ponto de as menores pulsações de meu corpo lhe acompanharem também o movimento; e, ao tremer, ele disse estas palavras: *Ecce deus fortior me, qui veniens, dominabitur mihi* (Contemplai uma divindade mais forte do que eu, a qual, vindo, me dominará)... Daquele tempo em diante o amor governou a minha alma.[13]

Um rapazola beirando a puberdade é um fruto maduro para tais tremedeiras; a maioria de nós já passou por essas coisas e pode volver os olhos para aqueles tempos de "afeição transitória" como uma das experiências mais espirituais de nossa juventude, o despertar misterioso do corpo e da alma para a vida, sexo, beleza e falhas individuais e, no entanto, sem esse anseio consciente que o corpo sente por outro corpo mas tão-somente o tímido desejo de estar perto do ser amado, servi-lo e ouvi-lo falar e observar sua modesta graça. Dê-se à alma masculina a sensibilidade de Dante — um homem cheio de paixão e imaginação — e tal revelação e amadurecimento poderiam muito bem ficar uma eterna lembrança e estímulo. Conta-nos ele que procurava por todos os meios ver Beatriz, mesmo que fosse apenas para contemplá-la sem ser visto. Parece que a perdeu de vista depois, durante nove anos. Estavam com 18 anos quando

aconteceu que aquela mesma maravilhosa dama me apareceu toda vestida de branco, entre duas nobres senhoras mais velhas do que ela. Ao passar pela rua, ela virou os olhos para o lugar onde eu, muito encabulado, me achava; e com sua indizível cortesia... saudou-me, fazendo-o tão virtuosamente, que tive a impressão de que estava contemplando ali mesmo os próprios limites da bem-aventurança... Saí depois como que inebriado... Depois, como me julgava um pouco conhecedor da arte de discursar em versos, resolvi fazer um soneto.[14]

Assim, se acreditarmos em sua história, nasceu a seqüência de sonetos e comentários conhecidos por *La vita nuova* (*A Nova Vida*). Espaçadamente, nos nove anos seguintes (1283-92), compôs ele sonetos, a que acrescentou mais tarde textos em prosa. Enviou um soneto atrás do outro para Cavalcanti, que os guardou e tornou-se seu amigo. Todo o romance é, em certo ponto, um artifício literário. Os poemas não são agora agradáveis para nosso gosto, já agora completamente mudado, devido a suas fantasias no endeusamento do amor à maneira dos trovadores, às longas dissertações escolásticas nas interpretações e ao misticismo de algarismos simbólicos, porém devemos descontar aquelas infecções do tempo.

Diz o amor referindo-se a ela: "Como pode ser
   Que a carne, que do pó é feita, seja assim tão pura?"
   Então contemplando-a sempre, afirma solene: "Sem dúvida,
Essa é uma criatura de Deus até agora desconhecida."

Ela tem da pérola a palidez que fica bem
   A uma bela mulher, bem proporcionada.
   É tão alta quanto o permite a natureza
E sem comparação ultrapassa a própria beleza.

Seja para onde for que volva os doces olhos,
O espírito do amor deles cintila flamejante
E atinge até às partes mais recônditas

Do coração de todos os que os contemplam.
E em seu sorriso pode-se ver a imagem do amor;
Donde ser impossível fitá-la firmemente.[15]

Alguns de seus trabalhos em prosa são mais interessantes do que os versos:

Quando ela aparecia em qualquer lugar, afigurava-se-me, com a esperança de receber seu amável cumprimento, não haver mais ninguém meu inimigo; invadiame tal sentimento de bondade, que muito certamente naquele momento teria perdoado a qualquer um que me tivesse feito mal... Ela passava majestosa dentro de sua simplicidade... e depois que passava muitos diziam: "Não é uma mulher, porém um desses belos anjos do céu"... Na verdade digo que ela se mostrava tão meiga que despertava naqueles que a fitavam uma doce e indizível quietude.[16]

Não há nenhuma idéia de casamento com Beatriz naquela enfatuação possivelmente artificial. Ela se casou em 1289 com Simone de Bardi, membro de rica firma bancária. Dante não deu atenção àquele incidente tão superficial, mas continuou a escrever poemas sobre ela sem lhe mencionar o nome. Alguns anos mais tarde Beatriz morria, com a idade de 24 anos, e o poeta, citando-lhe pela primeira vez o nome, pranteou-a em uma serena elegia:

Para as alturas do Céu foi Beatriz,
Para o Reino onde os Anjos estão em paz,
E vivendo ao lado deles, para os amigos está morta.
Pelos rigores do inverno, como outros, ela não foi arrancada,

Nem pela intensidade do calor do verão,
Mas pela perfeição de sua bondade.
Da luz de sua grande humildade
Irradiou-se uma auréola tão extraordinária

Que deixou maravilhado o Eterno
Até despertar-lhe o doce desejo
De chamar tão encantadora criatura.

Assim, Ele lhe ordenou que a Ele mesmo aspirasse,
Julgando este fatigante e pérfido lugar
Indigno de uma jovem tão cheia de graça.[17]

Em outro poema ele a descreveu cercada de muitas homenagens no paraíso. "Depois de escrever esse soneto", diz-nos ele,

foi-me dado contemplar uma visão muito maravilhosa, na qual vi coisas que fizeram com que não mais falasse coisa alguma sobre aquela abençoada criatura enquanto não pudesse discorrer de maneira mais condigna a seu respeito. E para esse fim me esforço o mais que posso, como ela bem o sabe. Por conseguinte, se Lhe

apraz, a Ele que é a vida de todas as coisas, que minha vida continue comigo ainda uns poucos anos, é minha esperança que poderei ainda escrever a seu respeito o que jamais foi escrito sobre qualquer mulher. Depois disso, possa convir Àquele que é Mestre da Graça que meu espírito vá contemplar a glória de sua dama, isto é, da abençoada Beatriz que agora fita continuamente o Seu semblante.

Assim, naquelas palavras finais de seu pequeno livro, Dante lançava suas vistas para uma obra maior; e "desde o primeiro dia em que vi seu rosto nesta vida até àquela visão" com que ele termina o *Paradiso*, "não se interrompeu jamais a seqüência de meu canto".[18] Raramente um homem traçou tão grande diretriz e seguiu-a através de todas as suas vicissitudes.

III. O POETA NA POLÍTICA

Contudo, houve desvios. Algum tempo depois da morte de Beatriz, Dante abandonou-se a uma série de amores ligeiros — "Pietra", "Pargoletta", "Lisetta", "ou outras vaidades de tais usos breves".[19] A uma dama, a quem chama apenas de *gentil donna*, endereçou poemas de amor menos etéreos do que os endereçados a Beatriz. Por volta de 1291, com a idade de 26 anos, casou-se com Gemma Donati, uma descendente da mais antiga aristocracia florentina. Em 10 anos ela lhe deu vários filhos, calcula-se terem sido três ou quatro ou mesmo sete.[20] Fiel ao código dos trovadores, Dante jamais mencionou a esposa e os filhos em sua poesia. Teria sido indelicado. Casamento e amor romântico são coisas distintas.

Depois, talvez por intermédio de Cavalcanti, ingressou na política. Juntou-se, por motivos que desconhecemos, aos Brancos (*Bianchi*), o partido da classe média superior. Devia ter tido muita habilidade, pois já em 1300 era eleito para o Priorado ou Conselho Municipal. Durante seu breve encargo, os Pretos (*Neri*), chefiados por Corso Donati, tentaram desfechar um *coup d'état* para restaurar no poder a antiga nobreza. Após suprimirem aquela revolta, os priores, com a aquiescência de Dante, procuraram estabelecer a paz banindo os chefes de ambos os partidos, entre eles Donati, parente de Dante por afinidade, e Cavalcanti, seu amigo. Em 1301, Donati invadiu Florença com um bando de Pretos armados, depôs os priores e apoderou-se do governo. Em princípios de 1302, Dante e 15 outros cidadãos foram julgados e condenados sob várias acusações políticas; sentenciaram-nos à morte na fogueira caso entrassem novamente em Florença. Dante fugiu e, esperando poder regressar logo, não levou consigo a família. Aquele exílio, com a confiscação de suas propriedades, condenou o poeta a levar uma vida errante e pobre durante 19 anos, amargurou-lhe o espírito e, em certo ponto, determinou a feição e o tema de *A Divina Comédia*. Seus companheiros de exílio persuadiram, contra sua opinião, a que Arezzo, Bolonha e Pistóia enviassem contra Florença um exército de 10.000 homens para os restaurarem no governo ou em sua terra (1304). Falhou a tentativa, passando Dante, seguindo seu destino, a viver com amigos em Arezzo, Bolonha e Pádua.

Foi durante a primeira década de seu exílio que reuniu alguns de seus poemas que havia escrito à *gentil donna* e acrescentou-lhes um comentário em prosa transformando-a na *Dama Filosofia*. O *Convívio* (*Banquete, ca.* 1308) descreve como Dante, dados os seus desapontamentos no amor e na vida, procurou consolo na filosofia, como encontrou uma divina revelação naquele sedutor estudo e resolveu partilhá-la, em

italiano, com os que não sabiam ler em latim. Parece que tinha em mente escrever uma nova *Summa* ou *Tesouro*, na qual cada parte seria um comentário em um poema sobre a bela dama. Era um extraordinário esquema para redimir a ternura com a insensibilidade. O pequeno livro é uma mistura de feitiçarias, alegorias rebuscadas e apanhados das filosofias de Boécio e Cícero. Devemos considerar isso um traço da inteligência de Dante, pois, após completar três dos 14 comentários que pretendia fazer, abandonou o livro como sendo totalmente inútil.

Tomou então a modesta tarefa de restabelecer o domínio dos Sacros Imperadores Romanos na Itália. A sua experiência convencera-o de que o caos e a violência da política nas cidades italianas eram devidos à concepção atomística de liberdade — o fato de cada região, cidade, classe, indivíduo e desejo exigirem a liberdade anárquica. Como Maquiavel dois séculos mais tarde, ansiava ter algum poder para coordenar os homens, as classes e as cidades em um todo ordeiro, dentro do qual todos pudessem trabalhar e viver com segurança e em paz. Tal poder unificador poderia vir quer do papa quer do chefe do Sacro Império Romano, ao qual o norte da Itália se sujeitara muito tempo teoricamente. Mas Dante acabara de ser exilado naquele tempo por um partido aliado ao papado; uma história, aliás incerta, diz que ele havia tomado parte em uma missão de Florença junto a Bonifácio VIII, e que ela fracassara. Durante longo tempo os papas haviam-se oposto à unificação da Itália, porquanto a consideravam um perigo para sua liberdade espiritual bem como para seu poder temporal. A única esperança de ordem parecia estar na restauração do controle imperial, na volta da majestosa *Pax Romana* da antiga Roma.

Assim, em data desconhecida, Dante escreveu seu provocador tratado *De Monarchia*. Fazendo-o em latim, como sendo ainda a língua da filosofia, Dante declarava que o governo ideal seria um Estado mundial que mantivesse uma ordem estável e uma justiça uniforme sobre toda a terra, uma vez que a atividade intelectual constituía a função apropriada do homem e isso somente se poderia conseguir dentro da paz. Tal Estado seria a própria imagem e correlação da ordem celeste criada por Deus em todo o universo. A Roma Imperial quase havia chegado a ser esse Estado internacional; a aprovação divina a isso tornou-se manifesta ao preferir Ele fazer-se criatura sob a autoridade de Augusto; o próprio Cristo ordenara aos homens que aceitassem a autoridade política dos Césares. Certamente aquele domínio do antigo Império não se originara da Igreja, porém o Sacro Império Romano era aquele antigo ressuscitado. É verdade que um papa coroou Carlos Magno e, com isso, pareceu subordinar o Império ao papado. Contudo, a "usurpação de um direito não cria um direito; se o criasse, esse mesmo método haveria de mostrar a dependência da autoridade eclesiástica sobre o Império depois que o Imperador Oto restaurara o Papa Leão e depusera Benedito".[21] O direito do Império de governar não derivou da Igreja porém da lei natural que a ordem social exige, e, uma vez que a lei natural é a vontade de Deus, é de Deus que o Estado recebe sua força. É verdade que o imperador deve reconhecer a autoridade superior do papa nas questões de religião e moral, porém isso não limita a soberania do Estado na "esfera terrena".[22]

O *De Monarchia*, a despeito de um mecanismo escolástico de discussões que não mais se coadunava com as correntes de pensamento, foi poderoso argumento para "um mundo" de um só governo. Apenas uns poucos homens conheceram o manuscrito durante a vida do autor. Após sua morte, teve maior divulgação e foi utilizado como propaganda pelo antipapal Luís, o Bávaro. Foi queimado em público por or-

dem de um legado do papa em 1329, colocado no Index Papal dos Livros Proibidos no século XVI e tirado desse Index por Leão XIII em 1897.

Segundo Boccaccio,[23] Dante escreveu o *De Monarchia* "no advento de Henrique VI". No ano de 1310, o rei da Alemanha invadiu a Itália, na esperança de restabelecer em toda a península, exceto nos Estados Papais, o domínio imperial que havia perecido com Frederico II. Dante acolheu-o com grandes esperanças. Em uma "Carta aos Príncipes e Povos da Itália", ele concitou as cidades lombardas a que abrissem seus corações e suas portas ao "Arrigo" de Luxemburgo, o qual as libertaria do caos e do papa. Ao chegar Henrique a Milão, Dante apressou-se a ir lá, onde se jogou entusiasticamente aos pés do imperador. Parecia que todos os seus sonhos de ver uma Itália unificada estavam prestes a concretizar-se. Florença, indiferente ao apelo do poeta, fechou as portas a Henrique, e Dante endereçou uma carta pública aos *Scelestissimis Florentinis* — "aos grandes criminosos florentinos" (março de 1311):

> Não sabeis vós que Deus ordenou que a raça humana se submeta ao governo de um só imperador para se defender a justiça, a paz e a civilização, e que a Itália sempre se tem tornado presa da guerra civil toda a vez que cai o Império? Vós que transgredis as leis humanas e divinas, vós, cuja insaciável e horrível avareza está pronta a conduzir-vos a qualquer crime, não vos sentis atormentados por uma segunda morte, vós que fostes os primeiros e os únicos a enfurecer-vos contra a glória do príncipe romano, o monarca da terra e o embaixador de Deus?... Tolos e insensatos! Vós sucumbireis, por força, à Águia Imperial![24]

Para grande tristeza de Dante, Henrique nenhuma medida tomou contra Florença. O poeta escreveu, em abril, uma carta ao imperador à maneira de um profeta hebraico que estivesse advertindo um rei:

> Estamos assombrados com essa inércia tão demorada... Passais a primavera e o inverno em Milão, perdendo todo esse tempo... Milão (por acaso não sabeis?) é o grande mal... É a víbora... ela exala de sua corrupção, que evapora, uma fumaça infecciosa, e, com isso, os rebanhos vizinhos se enlanguecem... Levantai-vos, pois, ó nobre filho de Jessé![25]

Florença respondeu declarando Dante excluído para sempre da anistia e da própria Florença. Henrique deixou a cidade incólume e dirigiu-se, via Gênova e Pisa, para Roma, e Siena, onde morreu (1313).

Aquilo foi um grande desastre para o poeta. Tinha arriscado tudo na vitória de Henrique, queimado atrás de si todas as pontes que conduziam a Florença. Dante fugiu para Gubbio e refugiou-se no mosteiro de Santa Croce. Ali, parece, escreveu grande parte de *A Divina Comédia*.[26] Mas ainda não se saciara da política. Em 1316, esteve provavelmente com Uguccione della Faggiuola em Luca; naquele ano Uguccione derrotou os florentinos em Montecatini; Florença reergueu-se e incluiu dois filhos de Dante em uma sentença de morte, a qual, porém, não foi executada. Luca revoltou-se contra Uguccione, e Dante voltou a ser uma criatura errante. Florença, em um gesto generoso, esquecendo suas disposições anteriores, ofereceu anistia e garantias a todos os exilados que voltassem, sob a condição, porém, de pagarem uma multa, percorrerem a rua com trajes de penitentes e submeterem-se a uma breve prisão. Um amigo notificou Dante da proclamação. Ele respondeu com uma carta que se tornou célebre:

> A um amigo florentino: Pela vossa carta, que recebi com devida reverência e afeto, é-me grato saber... o quanto é cara para a vossa alma minha volta à minha terra. Analisai, porém, o decreto... se estivesse disposto a pagar certa quantia e a sofrer o estigma da oblação, seria perdoado e poderia voltar imediatamente....
>
> É essa, então, a gloriosa revogação com a qual chamam Dante Alighieri para que volte a sua terra após sofrer pacientemente um exílio de 15 anos?... Longe está de um homem que prega a justiça... pagar àqueles que infligem injustiça, como se fossem eles seus benfeitores. Não é esse o modo para eu regressar a minha terra... Se se pode encontrar outro meio... que não macule a honra de Dante, adotá-lo-ei sem demora. Se não se puder entrar em Florença por tal meio, então jamais aí entrarei... Qual! Não posso olhar a face do sol e as estrelas em toda a parte? Não posso, debaixo de qualquer céu, contemplar as mais preciosas verdades?[27]

Provavelmente aceitou, em fins do ano 1316, o convite de Can Grande della Scala, governante de Verona, para que fosse viver como seu hóspede. Ali, parece, terminou o *Paradiso* de *A Divina Comédia* (1318), dedicando-o a Can Grande. Podemos imaginá-lo naquele período — aos 51 anos — como Boccaccio o descreveu em a *Vita* de 1354: homem de altura mediana, "algo curvado", andando com passos graves e medidos, com sombria dignidade; cabelos escuros e pele morena, o rosto comprido e meditativo, testa enrugada e saliente, olhos profundos, nariz fino e aquilino, lábios também finos e um queixo voluntarioso.[28] Era a fisionomia de um espírito outrora amável, mas que o sofrimento transformara dando-lhe certo azedume. Ao Dante de *Vita nuova* mal teria afetado toda a ternura e sensibilidade ali expressas, e algo dessas qualidades aparece na piedade com que ele ouve a história de Francesca. Era tristonho e austero como sói suceder com um exilado derrotado. A adversidade aguçara-lhe a língua. Tornou-se imperioso para encobrir a sua queda do poder. Orgulhava-se de seus antepassados porque era pobre. Desprezava os fazedores de dinheiro da *bourgeoisie* de Florença. Não perdoou a Portinari por ter casado Beatriz com um banqueiro e vingou-se dele da única maneira que pôde: colocou os usurários em um dos abismos mais profundos do inferno. Não esqueceu jamais um insulto ou uma zombaria, e poucos foram os inimigos que escaparam à condenação de sua pena. Dava pouca atenção àqueles que ficaram neutros na revolução ou na guerra, menos do que Sólon. O segredo de seu caráter estava em sua flamejante atividade. "Não é pela graça da riqueza, mas pela graça de Deus que sou o que sou, e a afeição ardente pela sua casa me tem devorado."[29]

Esgotou todas as suas forças em seu poema e não podia sobreviver muito tempo a ele. Em 1319, deixou Verona e foi viver com o conde Guido da Polenta, em Ravena. Recebeu um convite de Bolonha para ali ser coroado poeta laureado. Declinou o convite com uma écloga em latim. Em 1321, Guido enviou-o a Veneza em missão política, a qual fracassou. Voltou com uma febre apanhada nos pântanos de Vêneto. Estava demasiado fraco para vencê-la, e ela o levou em 14 de setembro de 1321, com a idade de 57 anos. O conde Guido planejou levantar um bonito túmulo sobre a cova do poeta, mas isso não foi feito. O baixo-relevo que se encontra hoje sobre o esquife de mármore foi esculpido por Pietro Lombardo em 1483. Ali, como todo o mundo sabe, foi um lugar que Byron visitou e onde chorou. Hoje, o túmulo passa quase despercebido a um canto da praça mais movimentada de Ravena, e seu guardião, um velho aleijado, recitará, por umas poucas liras, as sonoras belezas do poema que todos os homens louvam e que poucos foram os que leram.

IV. *A DIVINA COMÉDIA*

1. *O Poema*

Boccaccio relata que Dante começou a *Divina Comédia* em hexâmetros, em latim, vertendo-a depois para o italiano a fim de conseguir um auditório maior. Talvez o ardor de seus sentimentos afetasse a sua escolha; parecia mais fácil imprimir maior paixão na língua italiana do que em um latim há tanto tempo ligado à urbanidade e restrições clássicas. Na sua mocidade, restringiria a primeira língua às poesias de amor, mas, agora que seu tema continha a mais alta filosofia da redenção humana pelo amor, pensou se não caberia melhor escrevê-la na língua "vulgar". Havia começado, em data incerta — deixando depois inacabado — um ensaio em latim *De vulgari eloquentia* (*Sobre a Eloqüência do Vernáculo*), aspirando atrair os letrados para uma utilização literária mais ampla da língua vernácula; havia elogiado a compacta majestade do latim, porém exprimira a esperança de que, pela poesia do *Regno* de Frederico e o *stil nuovo* dos *trovatori* toscanos e lombardos, se podia erguer uma língua italiana acima de seus dialetos, a qual conteria (como o disse no *Convivio*) "a mais doce e mais requintada beleza".[30] Mesmo Dante, em seu orgulho, mal sonharia que seu poema não somente iria adaptar o idioma italiano para qualquer empreendimento literário como também iria dar-lhe a *dolce bellezza* que a literatura do mundo jamais conhecera.

Jamais um poema fora traçado com tão elaborados esforços. Uma fraqueza por tríades — como reflexo da Trindade — moldou a sua forma: haveria de conter três "cantos", cada um de 33 cânticos, a fim de estar em conformidade com a idade de Jesus na vida terrena; um cântico extra no primeiro canto perfaria um belo total de 100; cada cântico seria escrito em grupos de três versos e o segundo verso de cada grupo haveria de rimar com o primeiro e o terceiro do seguinte. Nada podia ser mais artificial; contudo, toda arte é um artifício se bem que dissimulado. A *terza rima* liga cada estrofe com a seguinte e tece-as todas em um canto contínuo, o qual, no original, flui gotejantemente na língua mas que, na tradução, manqueja com pés emprestados. Dante condenou antecipadamente todas as traduções de sua obra: "Nada que tem a harmonia da relação musical pode ser transferido de sua própria língua para outra sem que destrua toda a sua doçura e harmonia."[31] *

Assim como o número ditara a forma, fora também a alegoria que planejara a história. Na epístola em que fazia sua dedicatória a Can Grande,[32] Dante explicou o simbolismo de seus cantos. Podíamos suspeitar tratar-se de uma interpretação posterior de um poeta que desejasse ser um filósofo. Contudo, o interesse da Idade Média pelo simbolismo, as esculturas alegóricas das catedrais, os frescos alegóricos de Giotto, Gaddi e Rafael e as sublimações também alegóricas de Dante em a *Vita nuova* e o *Convivio* sugerem que o poeta realmente tinha em mente os esboços do esquema que ele descrevera, talvez com detalhes imaginários. O poema, diz ele, pertence ao gênero filosófico e a moralidade constitui sua preocupação. Qual um teólogo interpretando a Bíblia, atribui três significados a suas palavras: o literal, o alegórico e o místico.

> O enredo deste trabalho segundo a carta... é a situação das almas depois da morte... Mas se o trabalho for considerado alegoricamente, sua figura central é o ho-

* Devíamos abrir exceção para as traduções de Dante Gagriel Rossetti de *Vita nuova* e dos predecessores do poeta.

> mem, o qual, pelo mérito ou pela falta dele, fica exposto às recompensas ou às punições da justiça... O objetivo do todo e desta parte é remover os que vivem nesta vida em um estado de miséria e guiá-los para um mundo de felicidades.

Expressando-se de outra forma, o *Inferno* é o homem passando pelo pecado, sofrimento e desespero; o *Purgatório*, a sua purificação pela fé; o *Paraíso*, a sua redenção pela revelação divina e amor abnegado. Virgílio, que guia Dante através do inferno e purgatório, representa o conhecimento, a razão e a sabedoria, os quais nos podem conduzir às portas da felicidade; somente a fé e o amor (Beatriz) é que nos farão entrar no paraíso. A vida de Dante no exílio é, no poema, o inferno; seus estudos e escritos são a sua purificação e suas esperanças e amor, a sua redenção e a sua única felicidade. É talvez devido ao fato de haver Dante levado muito a sério, no *Paraíso*, o seu simbolismo, que esse canto se torna o mais árduo; pois, a Beatriz que era uma visão celestial na *Vita nuova*, torna-se na visão que Dante tem do céu uma pomposa abstração — um destino não muito próprio para tão impecável criatura. Dante explica a Can Grande a razão por que chama seu poema de *Commedia* — porque a história passava da miséria para a felicidade e também porque "é escrita em um estilo humilde e despretensioso, na língua vulgar que até as donas-de-casa falam".[33] (O adjetivo *Divina* foi acrescentado por admiradores no século XVII.)

A dolorosa comédia, "este livro, devido ao qual emagreci durante todos esses anos",[34] foi o trabalho e o consolo de seu exílio e foi terminada apenas três anos antes de sua morte. Resumia sua vida, seu saber, sua teologia e sua filosofia; tivesse incluído também o bom humor, a ternura e a pura sensualidade da Idade Média, podia ter sido a "síntese medieval". Dante reuniu naqueles 100 cantos breves as ciências que havia colhido de Brunetto Latini e talvez de Bolonha, a astronomia, a cosmologia, a geologia e a cronologia de uma época que era demasiado ativa para poder entregar-se aos estudos. Aceitou não somente as influências místicas e as fatalidades da astrologia como também toda a mitologia cabalística que atribuía significados e forças ocultas aos números e ao alfabeto. O número nove distingue Beatriz porque a sua raiz quadrada é o três tornado sagrado pela Trindade. Há nove círculos no inferno, nove níveis no purgatório e nove esferas no paraíso. Aos poucos Dante adota, com respeito e gratidão, a filosofia e teologia de Tomás de Aquino, mas sem fidelidade servil. Santo Tomás ter-se-ia surpreendido com os argumentos do *De Monarchia* ou com o espetáculo dos papas no inferno. A concepção de Dante sobre Deus, como luz e amor (*l'amor che move il sole e l'altre stelle* — o amor que move o sol e as outras estrelas),[35] é Aristóteles trazido pela filosofia árabe. Ele conhece algo de al-Farabi, Avicena, al-Ghazali, Averróis e, conquanto coloque Averróis no inferno, choca a ortodoxia colocando o herege averroísta Siger de Brabante no céu;[36] mais ainda, põe nos lábios de Tomás palavras de louvor para o homem que havia atraído a ira teológica contra o Doutor Seráfico. Contudo, Siger parece ter negado aquela imortalidade pessoal na qual o poema de Dante se apóia. A História exagerou ou a heterodoxia de Siger ou a ortodoxia de Dante.

Estudos recentes têm dado certa ênfase a fontes orientais, especialmente do Islã, como origem das idéias de Dante:[37] a lenda persa de ascensão de Arda Viraf ao céu; as descrições do inferno no Alcorão; a história da viagem de Maomé ao céu; a viagem ao céu e inferno no *Risalat al-Ghufran* de Abul-l-Ala al-Ma'arri; o *Futuhat* de Ibn Arabi... No *Risalat*, al-Ma'arri descreve Iblis (Satanás) amarrado e torturado no inferno e

cristãos e outros poetas "infiéis" sofrendo lá; o narrador é recebido à porta do paraíso por uma *huri* — uma bela virgem, a qual foi indicada para servir-lhe de guia.[38] No *Futuhat*, Ibn Arabi (que escreveu poemas de amor com religiosas interpretações alegóricas) traçou diagramas preciosos do além, descreveu o inferno e o céu como estando exatamente debaixo e acima de Jerusalém, dividiu o inferno e o céu em nove níveis e descreveu o círculo da Rosa Mística e os coros dos anjos que cercam a Luz Divina — tudo como na *Divina Comédia*.[39] Pelo que sabemos, nenhum desses escritos árabes havia sido traduzido, ao tempo de Dante, em qualquer língua que ele conhecesse.

Havia abundância de trabalhos apocalípticos no judaísmo e no cristianismo que descreviam viagens ou visões de inferno e céu, sem contar o sexto livro da *Eneida*, de Virgílio. Uma lenda irlandesa contava como São Patrício havia visitado o purgatório e o inferno, e havia visto nesses lugares túnicas e sepulcros de fogo, pecadores dependurados de cabeça para baixo ou devorados por serpentes ou cobertos de gelo.[40] Um sacerdote poeta do século XII, na Inglaterra, Adam de Ros, tornou a contar em substancioso poema a viagem de São Paulo pelo inferno sob a direção do arcanjo São Miguel; fez Miguel expor os graus de penas para as diferentes espécies de pecado e mostrou São Paulo tremendo diante dos horrores que via, como o próprio Dante.[41] Joachim de Flora contou sua própria descida ao inferno e sua ascensão ao céu. Havia centenas de tais visões e contos. Com toda aquela terrível evidência, não seria muito necessário para Dante atravessar as barreiras lingüísticas para ir ao Islã a fim de descobrir os modelos para seu *Inferno*. Como qualquer artista, fundiu o material existente, transformou-o e incendiou-o com sua imaginação apaixonada e grande sinceridade. Tirou os elementos de sua obra onde pudesse encontrá-los — em Tomás de Aquino e trovadores, nos trovejantes sermões de Pedro Damião sobre os sofrimentos do inferno, em suas meditações sobre Beatriz viva e depois de morta, em seus conflitos com políticos e papas, em textos de ciências que atravessaram seu caminho, na teologia cristã da Queda do Homem, Encarnação, pecado, graça e Dia do Juízo, na concepção plotínico-agostiniana da ascensão gradativa da alma para se unir a Deus, na ênfase de Santo Tomás sobre a Visão Beatífica como objetivo final, objetivo esse que é o único que satisfaz o homem. Disso fez ele o poema, no qual o terror, a esperança e a peregrinação do espírito medieval encontraram uma voz, um símbolo e uma forma.

2. *Inferno*

Nel mezzo del cammin di nostra vita
Mi ritrovai per una selva oscura,
Che la diritta via era smarrita.

Da nossa vida em meio da jornada
Achei-me numa selva tenebrosa
Tendo perdido a verdadeira estrada.[42]

Vagueando naquela escuridão, Dante encontra Virgílio, seu "mestre e guia, o único de quem recebi o belo estilo que me trouxe honrarias".[43] Virgílio diz-lhe que a única saída daquela floresta é através do inferno e purgatório, mas, se Dante quisesse acompanhá-lo, ele o conduziria até às portas do paraíso, "onde um mais digno do que eu será o teu guia"; na verdade, acrescenta, é por ordem de Beatriz que vem em auxílio do poeta.

Ambos atravessam uma abertura na superfície da terra e chegam às portas do inferno, onde se acham inscritas estas amargas palavras:

Per me si va nella città dolente,
Per me si va nell'eterno dolore,
Per me si va tra la perduta gente.
Giustizia mosse il mio alto fattore;
Facemi la divina potestate,
La somma sapienza e il primo amore.
Dinanzi a me non fur cose create,
Se non eterne, ed io eterno duro:
Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate![44]

Por mim se vai das dores à morada,
Por mim se vai ao padecer eterno,
Por mim se vai à gente condenada.
Moveu justiça o autor meu sempiterno,
Formado fui por divinal possança,
Sabedoria suma e amor superno.
No existir, ser nenhum a mim se avança,
Não sendo eterno, e eu eternal perduro;
Deixai, ó vós, que entrais, toda a esperança!

O inferno é um túnel subterrâneo que vai até ao centro da terra. Dante concebe-o com uma imaginação poderosa quase sádica: abismos tenebrosos entre gigantescas rochas escuras; pântanos, lagos e rios que exalam vapores fétidos; tempestades de chuva, neve, granizo e de tições acesos; ventos uivantes e frio petrificador; corpos torturados, rostos contorcendo-se e gritos e gemidos de gelar o sangue. No alto daquele recinto infernal estão os que não foram bons nem maus e os que foram neutros; irritações ignóbeis os punem; são mordidos por vespas e moscardos, roídos por vermes e consumidos pela inveja e o remorso. Dante, que jamais se mostrara neutro nas lutas, despreza-os, provocando um comentário de Virgílio:

Misericordia e giustizia gli sdegna:
Non ragioniam di lor, ma guarda e passa...[45]

A clemência e a justiça os desdenharam:
Mais deles não falemos: olha e passa.

Os dois viajantes chegam ao rio subterrâneo Aqueronte e são transportados para a outra margem pelo velho Caronte, que ali serve desde os tempos de Homero. Na outra margem Dante vê-se no limbo, o primeiro círculo do inferno, onde ficam os virtuosos, mas que não foram batizados, inclusive Virgílio e todos os bons pagãos e todos os bons judeus exceto uns poucos heróis do Antigo Testamento, os quais Cristo, em uma visita ao limbo, libertara mandando-os para o céu. O único sofrimento deles consiste em desejar eternamente um destino melhor e saber que jamais o terão. Ali, honrados por todos os estrangeiros, estão os grandes poetas pagãos — Homero, Horácio, Ovídio, Lucano; eles recebem Virgílio e fazem Dante o sexto de sua tribo. Olhando mais para o alto, diz Dante:

Vidi il Maestro di color che sanno
Seder tra filosofica famiglia...

Alçando os olhos, de respeito entrado,
O Mestre vejo dos que mais se acimam
De saber, de filósofos cercado.

Refere-se a Aristóteles, cercado de Sócrates, Platão, Demócrito, Diógenes, Heráclito, Anaxágoras, Empédocles, Tales, Zenão, Cícero, Sêneca, Euclides, Ptolomeu, Hipócrates, Galeno, Avicena e Averróis "que fez os grandes comentários".[46] Evidentemente, pela vontade de Dante, toda aquela nobre companhia, inclusive os infiéis sarracenos, seria agraciada com o céu.

Virgílio conduz Dante depois ao segundo círculo, onde os pecadores carnais são jogados incessantemente de um lado para outro por terríveis ventos; aí Dante vê Páris, Helena, Dido, Semíramis, Cleópatra, Tristão e Paolo e Francesca. A formosa Francesca devia casar-se com o bravo, porém disforme Gianciotto Malatesta, a fim de dar paradeiro a uma luta de família entre os Polenta, senhores de Ravena, e os Malatesta, senhores de Rimini. O resto da história é muito incerto; uma versão favorecida faz com que Paolo, o belo irmão de Gianciotto, se finja de pretendente; Francesca aceita-o, mas no dia do casamento vê-se ela unindo-se a Gianciotto. Logo depois teve ela um momento de amor com Paolo. Gianciotto apanhou-os em flagrante e matou-os (*ca.* 1265). Balançando-se no vento qual uma visão ao lado do espírito de seu amante desencarnado, Francesca da Rimini conta a Dante a sua história:

Nessun maggior dolore
Che ricordarsi del tempo felice
Nella miseria...
Noi leggevamo um giorno per diletto
Di Lancelotto, como l'amor lo strinse:
Soli eravamo e senza alcun sospetto.
Per più fiate gli occhi ci sospinse
Quella lettura, e scolorocci il viso:
Ma solo un punto fu quel che ci vinse.
Quando leggemmo il disiato riso
Esser baciato da cotante amante,
Questi, che mai da me non fia diviso,
La bocca mi bacciò tutto tremante.
Galeotto fu il libro e chi lo scrisse:
Quel giorno più non vi leggemmo avante.

Não há tormento mais dolorido
Que recordar o tempo venturoso
Na desgraça... Teu Mestre o tem sentido.
Por passatempo eu lia o meu dileto
De Lancelote extremos namorados;
Éramos sós, de corações quietos.
Nossos olhos, por vezes encontrados,
Cessam de ler; ao gesto a cor mudara.
Um ponto só deu causa aos nossos fados.
Ao lermos que nos lábios osculara
O desejado riso o heróico amante,

Este, que mais de mim se não separa,
A boca me beijou todo tremante
De Galeoto fez o autor e o escrito.
Em ler não fomos nesse dia avante.[47]

Dante desfalece, tal a piedade que lhe causou a história. Desperta e vê-se no terceiro círculo do inferno, onde os que são culpados de gula jazem no lodo debaixo de contínua tempestade de neve, granizo e água suja, enquanto Cérbero vocifera contra eles e os espicaça com um tridente. Virgílio e Dante descem ao quarto círculo, onde se encontra Plutão; aí os pródigos e avarentos lutam entre si, rolando grandes pesos uns contra os outros numa guerra sisifeana. Os poetas seguem as águas escuras e tremendamente quentes do rio Estige e chegam ao quinto círculo; aí aqueles que pecaram pelo ódio acham-se cobertos de excrementos e ferem-se horrivelmente a si mesmos; os que haviam cometido o pecado da preguiça estão submergidos nas águas estagnadas da lagoa Estígia, cuja superfície enlameada estremece com suas respirações arquejantes. Flégias conduz os viajantes através da lagoa e eles chegam ao sexto círculo, a cidade de Lúcifer, onde os hereges são assados em sepulturas de fogo. Descem ao sétimo círculo. Aí, sob a presidência de Minotauro, os que cometeram crimes violentos vivem perpetuamente sob a ameaça de morrerem afogados em caudaloso rio de sangue; centauros atiram-lhes setas toda a vez que suas cabeças emergem. Numa parte daquele círculo acham-se os suicidas, inclusive Piero delle Vigne; em outra, os que cometeram violência contra Deus ou contra a natureza ou contra a arte acham-se descalços, os pés nus em cima da areia quente, enquanto flocos de fogo caem sobre suas cabeças. Entre os sodomitas, Dante encontra seu velho professor, Brunetto Latini — uma condenação muito sem gosto para um guia, filósofo e amigo.

À beira do oitavo círculo aparece um horrível monstro, o qual carrega os poetas para as profundezas do poço onde se acham os usurários. Na parte superior do abismo daquele círculo, observa-se engenhosa diversidade de sofrimentos sem fim para os sedutores, bajuladores e simoníacos. Estes últimos são fixados de cabeça para baixo nos buracos; somente os pés ficam à mostra lambidos por chamas eternas. Entre os simoníacos está o Papa Nicolau III (1277-80), cujas más ações, juntamente com as de outro papas, são condenadas, e, numa ousada fantasia, Dante descreve Nicolau como o tomando, a ele, Dante, por Bonifácio VIII (falecido em 1303), cuja chegada ao inferno é esperada a todo o momento.[48] Logo Clemente V (morto em 1314) virá também, prediz Nicolau. No quarto abismo do oitavo círculo estão os que tinham a presunção de adivinhar o futuro; suas cabeças estão fixadas de costas no pescoço. De uma ponte — Malebolge, sobre o quinto abismo, contemplam eles os peculatários, os quais nadam eternamente em um lago de piche fervente. Hipócrates passa constantemente em redor do sexto abismo, usando mantos bordados de chumbo. Caifás jaz no único caminho daquele abismo, prostrado e crucificado, de maneira que todos que ali passam pisam em seu corpo. No sétimo abismo, cobras venenosas atormentam os ladrões; Dante reconhece, no meio deles, muitos florentinos. De um arco, sobre o oitavo abismo, ele vê chamas devorarem os maus conselheiros; acha-se ali o velhaco Ulisses. Os fazedores de escândalos e cismáticos sofrem, no nono abismo, o esquartejamento de seus membros; Maomé é descrito com terrível ferocidade:

Qual tonel, que aduelas perde ao fundo,
Estava um pecador que roto eu via

Das fauces ao lugar, que é menos mundo.
As entranhas pendiam-lhe; trazia
Patentes os pulmões e o saco feio,
Onde o alimento de feição varia.
A contemplá-lo estava de horror cheio,
Eis me encara e me diz, abrindo o peito:
"Vê como eu tenho lacerado o seio!
Maomé sou, quase pedaços feito;
Antecede-me Ali, que se lamenta:
Do mento à testa o rosto lhe é desfeito.
Todos, que a dor aqui tanto atormenta
De escândalos, de cismas inventores,
Fendidos têm, qual vês, pena cruenta.
Demônio deixo atrás, que os pecadores
Aos fios passa de cruel espada.
Da multidão nenhum aos seus furores
No giro escapa da afrontosa estrada.
Cerra-se em todo cada golpe horrendo
Antes que torne a olhar-lhe a face irada.[49]

No décimo abismo do oitavo círculo encontram-se os falsários e os alquimistas, todos eles a lamuriar-se de seus vários sofrimentos; um cheiro fétido de suor e pus empesta o ar, e os gemidos dos sofredores repercutem ali horrivelmente.

Por fim os poetas atingem o nono e mais baixo círculo do inferno, o qual, por estranho que pareça, é um imenso poço de gelo. Aí os traidores ficam enterrados com gelo até ao pescoço; lágrimas de dor cristalizam-se em suas faces. O conde Ugolino della Gherardesca, que traiu Pisa, aí se encontra eternamente ligado ao arcebispo Ruggieri, o qual o aprisionou com os filhos e netos e deixou que todos morressem de fome. Agora a cabeça de Ugolino jaz sobre o peito do arcebispo que a fica roendo sempre. No nadir, o centro da terra e o fim daquele túnel do inferno que se vai estreitando, o gigante Lúcifer jaz enterrado, até à cintura, no gelo, as enormes asas a sacudirem-lhe dos ombros, chorando lágrimas de sangue das três faces que dividem sua cabeça e mastigando um traidor em cada uma delas — Bruto, Cássio e Judas.

Metade dos horrores da alma medieval acha-se estampada naquela crônica tétrica. À medida que se lêem suas cruentas páginas, vai a gente sentindo todo o seu horror. O efeito que se tem no fim é de opressão, esmagamento. Nem todos os pecados e crimes do homem poderiam igualar a fúria cheia de sadismo daquela vingança divina. A concepção de Dante sobre o inferno é a crueldade que a teologia medieval coroou. Os antigos clássicos tinham imaginado um Hades ou um Averno que recebia todos os seres humanos mortos em um subterrâneo tenebroso, mas não haviam descrito esse Tártaro como lugar de tortura. Séculos de barbarismo, insegurança e guerras tiveram de intervir antes que o homem pudesse profanar seu Deus com atributos de imorredoura vingança e de inesgotável crueldade.

É com grande alívio que, no fim, sabemos que Virgílio e Dantes atravessaram o centro da terra, inverteram a direção de suas cabeças e pés e caminham agora em direção dos antípodas. Com a rapidez de um sonho que despreza o tempo, os dois poetas atravessam, em dois dias, o diâmetro da terra. Emergem no hemisfério sul, na manhã da Páscoa, recebem a luz do dia e postam-se ao pé do terraço da montanha que é o purgatório.

3. Purgatório

Em comparação com o inferno, a concepção do purgatório é humana: o homem pode pelo esforço e a dor, pela esperança e visão, purificar-se do pecado e egoísmo e alcançar, passo a passo, a compreensão, o amor e a felicidade. Assim Dante descreve o purgatório como um cone montanhoso dividido em nove níveis: um antepurgatório, sete terraços — um para a purgação de cada um dos sete pecados capitais — e, no cume, o paraíso terrestre. O pecador passa, com uma dor que vai diminuindo progressivamente, para um nível mais alto, e, a cada subida, um anjo entoa um dos cânticos celestes. Nos terraços inferiores, há castigos severos para os pecados que foram confessados e perdoados, mas que não tiveram expiação completa. Contudo, ao contrário da amarga consciência que se tem de que o sofrimento no inferno jamais terminará, há ali a fortalecedora certeza de que, findo o castigo, sobrevirá eterna felicidade. Uma disposição mais doce e uma luz brilhante prevalecem naqueles cantos e revelam um Dante aprendendo a bondade do seu guia pagão.

Virgílio tira com orvalho o suor e a sujeira do inferno do rosto de Dante. O mar que cerca a montanha resplandece à luz do sol que começa a despontar e a alma obscurecida pelo pecado estremece de alegria com o advento da graça divina. Ali, no primeiro nível, de acordo com a esperança de Santo Tomás de que alguns pagãos bondosos poderiam ser salvos, Dante encontra Catão de Utica, o grave e rígido estóico que preferiu matar-se a aceitar o perdão de César. Ali também está Manfredo, o filho de Frederico, que combateu o papa, mas que tributou grande amor à poesia. Virgílio continua a guiar Dante, citando muitas vezes os versos:

> Lascia dir le genti;
> Sta come torre ferma che non crolla
> Giammai la cima per soffiar d'e venti...
> Segue-me: a vozes vãs, ouvido escasso!
> Qual torre, inabalável sê, dos ventos
> À fúria opondo válido embaraço."

"Deixai a gente falar; ficai firme como a torre que jamais se abala com o soprar dos ventos."[50] Virgílio é um estranho no purgatório; não pode responder às perguntas de Dante com a mesma presteza com que atendera no inferno que lhe era conhecido; percebe sua incapacidade e mostra-se, às vezes, irritado. Fica confortado quando encontra Sordello; os poetas, que são filhos de Mântua, caem nos braços um do outro, unidos pela afeição que sentem pela cidade natal. Nesse ponto, Dante irrompe com amarga catilinária contra seu país, resumindo seu ensaio sobre a necessidade de um governo monárquico:

> Ah! serva Itália, da aflição morada!
> Nau sem piloto em pego tormentoso!
> Rainha outrora em lupanar tornada!
> Esse espírito nobre e deleitoso
> Nome escrutando só da doce terra,
> Logo o patrício acolhe carinhoso:
> Os vivos raivam no teu solo em guerra;
> Se encarniça um no outro ferozmente
> Os que um só muro, uma só cava encerra.

Busca, ó mísera Itália, diligente
No mantimo teu, busca em teu seio:
Onde acha paz a tua infausta gente?
Justiniano em vão te ajeitar veio
A brida; a sela fica abandonada:
Maior vergonha te há causado o freio.
Ah! Cúria! Aos teus deveres dedicada
Deixar-te cumpre a César todo o mando,
Como a lei quer por Cristo decretada![51]

Como se quisesse mostrar sua admiração pelos reis que sabem manter firmes as rédeas do governo, conta como Sordello os guia, na base do monte do purgatório, a um vale encantador banhado pelo sol, semeado de flores fragrantes, onde moram o Imperador Rodolfo, o rei Otocar da Boêmia, Pedro II de Aragão, Henrique II da Inglaterra e Filipe III da Espanha.

Conduzidos por Lúcia (simbolizando a luz da graça de Deus), Dante e Virgílio são recebidos por um anjo no primeiro terraço do purgatório. Aí os orgulhosos são punidos, cada um carregando em suas costas curvadas pesada pedra; baixos-relevos nas paredes e no chão descrevem célebres feitos de humildade e as más conseqüências do orgulho. No segundo terraço, estão os olhos dos invejosos, os quais se vestem andrajosamente, sendo costurados continuamente com fios de ferro. No terceiro terraço a raiva, no quarto a preguiça, no quinto a avareza, todos sofrem as penas adequadas. Ali, o Papa Adriano V, que outrora cobiçava a riqueza, cumpre serenamente sua pena, está calmo com a certeza de que irá conseguir a salvação final. Em um dos muitos interessantes episódios que iluminam o Purgatório, aparece o poeta Estácio e cumprimenta os viajantes com uma efusão que raramente se vê entre os poetas, ao encontrarem-se estes na terra. Juntos os três sobem até ao sexto terraço, onde se expurga o pecado da gulodice; pendem das árvores diante dos penitentes deliciosos frutos, mas estes fogem ao alcance de suas mãos e ouvem-se vozes no ar que recontam históricos feitos de temperança. No sétimo e último terraço estão os que pecaram pela incontinência, mas que confessaram antes de morrer. São purificados pelas chamas. Dante nutre a simpatia do poeta pelos pecados da carne, sobretudo quando cometidos por pessoas de temperamento artístico e, portanto, sensíveis, sonhadores e precipitados. Ali se acha Guido Guinizelli. Dante o saúda como *pater in litteris* e agradece os "doces cantos, os quais, enquanto viver a língua, nos fará amar até a própria pena que os traçou".[52]

Um anjo guia-os através do fogo, na última subida, ao paraíso terrestre. Aí Virgílio dele se despede:

Te hei com engenho e arte conduzido:
Seja-te agora o teu querer o guia;
Angústias e fraguras tens vencido.
Olha: o semblante o sol já te alumia;
Flores, ervinhas, árvores virentes
Vê que a Terra espontânea brota e cria.
Antes que os olhos venham refulgentes,
Que em teu prol me enviaram por seu pranto,
Repousa, ou pelos prados vai florentes.
"Não mais te falo, nem te aceno, entanto;

Possuis vontade livre, reta e boa,
Cumpre os ditames teus: a ti, portanto,
Pois de ti és senhor, dou mitra e coroa.[53]

Virgílio e Estácio ficam agora para trás. Dante percorre os campos ao longo dos riachos do Paraíso terrestre, respirando o agradável perfume de seu ar puro e ouvindo os cantos dos pássaros nos cimos das árvores. Uma dama que colhia flores pára de cantar para explicar-lhe por que aquela bela região se acha deserta: ali fora outrora o Jardim do Éden, mas a desobediência do homem fez com que ele fosse exilado, assim como a humanidade, de seus inocentes prazeres. Àquele paraíso perdido, desce do céu Beatriz, vestida com tal resplendor que Dante apenas pode perceber-lhe a presença, não a pode ver:

Antes que aos olhos se mostrasse o aspeito,
Sentiu, por força oculta que desprende,
Do antigo amor o poderoso efeito.[54]

"Sem que os olhos pudessem vislumbrar, irradiou dela uma oculta virtude que me despertou toda a força do antigo amor." Ele se volta para falar ao poeta, seu guia, mas Virgílio já voltara para o limbo, de onde saíra para atender ao chamado de Beatriz. Dante chora, mas Beatriz lhe pede que lamente mais os pecados da concupiscência com os quais, depois da morte dela, ele maculara a imagem dela em sua alma. Na verdade, diz-lhe ela, aquela selva tenebrosa da qual, por intermédio de Virgílio, o havia salvo, era a vida da incontinência, na qual, na metade de sua vida, mergulhara, desviando-se do caminho do bem. Dante cai no chão tomado da vergonha e confessa seus pecados. As virgens celestes aparecem e intercedem junto a Beatriz que se ofendera e pedem-lhe que revele a Dante sua segunda beleza espiritual. Não que ela tivesse esquecido a primeira:

Jamais arte ou natura te mostrara
Enlevo, quanto a rara formosura
Do corpo, em pó tornado, em que eu morara.[55]

Compadecida, ela mostra sua nova beleza celestial, porém as virgens recomendam a Dante que não a contemple diretamente, mas sim aos pés somente. Beatriz os conduz, a ele e a Estácio (o qual havia completado, depois de 12 séculos, o seu prazo no purgatório) a uma fonte da qual saem duas correntes — Lete (Esquecimento) e Eunoe (Boa Compreensão). Dante bebe das águas de Eunoe e fica purificado e, agora, regenerado, está "em condições de subir para as estrelas".[56]

Não é verdade que o *Inferno* seja a única parte interessante de *A Divina Comédia*. Há muitas passagens didáticas áridas no *Purgatório* bem como um acervo de coisas teológicas, mas aquele cântico do poema, liberto dos horrores da condenação, enche-se passo a passo de belezas e ternura, anima a subida com a reconquista dos encantos da natureza e enfrenta bravamente a tarefa de fazer belo o corpo desencarnado de Beatriz. Por meio dela, mais uma vez, como em sua mocidade, Dante entra no paraíso.

4. *O Paraíso*

A teologia de Dante tornou essa tarefa mais difícil. Tivesse ele descrito o paraíso no estilo persa ou maometano com um jardim de prazeres físicos e espirituais, a sua natureza sensível teria encontrado abundantes imagens. Como poderia, porém, aquele "materialista constitucional", aquela inteligência humana conceber um céu de puro deleite espiritual? Mais ainda, o desenvolvimento filosófico de Dante proibia-o de representar Deus ou os anjos e santos do céu em termos antropomórficos; ao contrário, ele os idealiza como formas e pontos de luz e as abstrações resultantes perdem em um vazio luminoso a vida e o calor da carne pecadora. A doutrina católica professava a ressurreição do corpo, e Dante, conquanto se esforçasse para ser espiritual, dota alguns habitantes do céu com feições corpóreas e voz humana. É agradável saber que, mesmo no céu, Beatriz tem pés bonitos.

O seu plano sobre o paraíso é arquitetado com impressionante consistência, brilhante imaginação e ousados pormenores. Seguindo a astronomia de Ptolomeu, julga o céu uma série de nove esferas de cristal que giram ao redor da Terra; essas esferas são as "muitas mansões" da "morada do Pai". Em cada esfera, encontram-se engastados um planeta e uma multidão de estrelas, quais gemas num diadema. Enquanto se agitam, aqueles corpos celestes, todos eles dotados gradativamente com inteligência divina, cantam a alegria de sua bem-aventurança e o louvor de seu Criador e inundam o céu com a música das esferas. As estrelas, diz Dante, são os santos do céu, as almas dos que foram salvos; segundo os méritos que granjearam em vida, diferentemente alta é sua posição acima da Terra, maior sua felicidade e mais próximos estão eles daquele empírico que está acima de todas as esferas e mantém o trono de Deus.

Como que atraído pela luz que se irradia de Beatriz, Dante eleva-se do paraíso terrestre para o primeiro círculo do céu, que é o da Lua. Lá estão as almas dos que, sem que tivessem culpa, foram obrigados a violar seus votos religiosos. Uma delas, Piccarda Donati, explica-lhe que, embora estejam no círculo mais baixo do céu e gozem de certo grau de felicidade menor que o dos espíritos acima deles estão todos livres, graças à Divina Sabedoria, de toda inveja, desejo ou descontentamento. Pois a essência da felicidade está em aceitar-se com satisfação a Vontade de Deus: *la Sua voluntate è nostra pace* (a Sua vontade é nossa paz).[57] Essa é a linha básica de *A Divina Comédia.*

Sujeito ao magnetismo celeste que atrai todas as coisas a Deus, Dante eleva-se com Beatriz ao segundo céu, o qual é a esfera dominada pelo planeta Mercúrio. Ali se encontram os que, na Terra, se absorviam em atividades práticas para bons objetivos, porém mais atentos às honrarias do mundo do que à casa de Deus. Justiniano aparece e cita em versos reais as funções históricas do Império Romano e das leis romanas. Por intermédio dele, Dante fere novamente a tecla de se ter um só mundo sob as mesmas leis e um único rei. Beatriz conduz o poeta ao terceiro céu, o círculo de Vênus, onde o poeta provençal Folque prediz a tragédia de Bonifácio VIII. No quarto céu, cujo orbe é o Sol, Dante encontra os filósofos cristãos: Boécio, Isidoro de Sevilha, Beda, Pedro Lombardo, Graciano, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura e Siger de Brabante. Numa graciosa alocução, o dominicano Tomás relata a Dante a vida de São Francisco. Boaventura, o franciscano, conta-lhe a história de São Domingos. Tomás, sempre homem e espírito de grande atividade, sobrecarrega a narrativa com discursos

sobre sutilezas teológicas. Dante anseia tanto ser filósofo que, em muitos cantos, deixa de ser poeta.

Beatriz o conduz para o quinto céu, o de Marte, onde estão as almas dos guerreiros que morreram lutando pela verdadeira religião: Josué, Judas Macabeu, Carlos Magno, até mesmo Roberto Guiscard, o devastador de Roma. Figuram como milhares de estrelas, na forma de uma ofuscante cruz e do corpo do Crucificado. Cada estrela, naquele luminoso emblema, ali se agrupa em uma harmonia celestial. Subindo ao sexto céu, o de Júpiter, Dante encontra os que, na Terra, ministraram justiça eqüitativamente; ali estão Davi, Ezequias, Constantino e Trajano — outro pagão irrompendo no céu. Essas estrelas vivas estão dispostas na forma de uma águia, falam unissonamente, discorrendo para Dante sobre teologia e celebrando louvores aos reis justos.

Galgando o que Beatriz figuradamente chama de "escada do palácio eterno", o poeta e seu guia chegam ao sétimo céu da felicidade, o planeta Saturno com as estrelas, suas companheiras. A cada subida, a beleza de Beatriz se reveste de novo brilho, como se realçada pelo crescente esplendor de cada esfera mais alta. Ela não ousa sorrir ao seu enamorado, receosa de que ele venha a ser aniquilado pela sua luz. Esse é o círculo dos monges que viveram religiosamente, fiéis a seus votos. Pedro Damião está entre eles; Dante pergunta-lhe como conciliar a liberdade do homem com a previsão de Deus e as conseqüentes predestinações. Pedro responde que mesmo as mais esclarecidas almas do céu, que estão debaixo de Deus, não sabem responder àquela pergunta. São Bento aparece e lamenta a corrupção de seus monges.

Agora o poeta voa dos círculos dos planetas para o oitavo céu, a zona das estrelas fixas. Da constelação dos Gêmeos ele olha para baixo e vê a infinitesimal Terra, "tão pequenina que provocou meu sorriso". Um momento de saudades, mesmo para aquele miserável planeta, tê-lo-ia comovido, mas um olhar de Beatriz lhe diz que aquele céu de luz e amor, e não aquele cenário de pecados e lutas, é que é o seu próprio lar.

O cântico XXIII começa com um dos símiles característicos de Dante:

> Quando tudo em seus véus a noite esconde
> Sobre o ninho dos filhos seus amados
> Ave, pousada entre a dileta fronde,
> Para ver os seus gestos desejados
> E buscar cibo que lhes dê sustento,
> Desvelos, que lhes são bem compensados,
> Da rama espia o tempo de olho atento
> E com sôfrego anelo espera o dia,
> Da alvorada aguardando o nascimento:
> Tal vigilante Beatriz eu via
> Para a plaga voltada luminosa,
> Onde mais lento o sol me parecia.
> Vendo-a assim pronta em vista e cuidadosa,
> Homem fiquei, que melhorar-se aspira
> E na esperança alenta a alma cuidosa.

E assim Beatriz fixa seus olhos, cheios de expectativa, para determinado ponto. Subitamente o céu resplandece com extraordinário fulgor. "Olha", grita Beatriz, "as hostes triunfantes de Cristo!" — as novas almas que se conquistaram para o paraíso. Dante olha para o lugar indicado, mas vê apenas uma luz tão ampla e forte, que sente

a vista ofuscada, não percebe o que se passa. Beatriz pede-lhe que abra os olhos; agora, diz ela, ele pode contemplar todo o seu encanto. Sorri para ele e é, afirma Dante, uma experiência que jamais se apagará de sua memória. "Por que meu rosto te encanta?", pergunta ela e pede-lhe que contemple mais a Cristo, a Virgem Maria e aos apóstolos. Dante procura descobri-los, mas apenas vê "legiões de esplendores, nos quais relampejam raios flamejantes", enquanto a seus ouvidos chega a música de *Regina Coeli*, cantada pelas hostes celestes.

Cristo e Maria ascendem, porém os apóstolos permanecem ainda atrás e Beatriz pede-lhes que falem a Dante. São Pedro indaga algo sobre sua religião, fica satisfeito com as respostas e concorda com ele que, enquanto Bonifácio for papa, a Santa Sé estará vazia e profanada.[58] Dante não se mostra de forma alguma misericordioso para com Bonifácio.

Os apóstolos desaparecem no céu, e Dante sobe afinal com a "que transformou sua alma em paraíso ao mais alto céu, o nono. Ali no empírico não há nenhuma estrela, mas tão-somente a luz pura, o Deus espiritual, incorpóreo, o não-criado, a fonte imutável de todas as almas, corpos, causas, movimentos, luz e vida. O poeta esforça-se por contemplar a Visão Pura, mas tudo o que vê é um ponto de luz ao redor do qual giram nove círculos de inteligências puras — serafins, querubins, tronos, dominações, virtudes, potestades, principados, arcanjos e anjos; por intermédio destes, Seus agentes e emissários, o Todo-Poderoso governa o mundo. Conquanto não possa vislumbrar a Essência Divina, Dante contempla todas as hostes do céu, as quais formam uma rosa luminosa, um maravilhoso espetáculo de luzes cintilantes e de todos os matizes, uma rosa que se vai expandindo, pétala por pétala até transformar-se em gigantesca flor.

Beatriz deixa depois o seu enamorado e ocupa seu lugar na rosa. Dante a vê sentada em seu trono individual e roga-lhe que o auxilie ainda; ela sorri bondosamente para ele e fixa depois o olhar no centro de toda a luz, porém envia São Bernardo para ajudá-lo e confortá-lo. Bernardo manda Dante contemplar a Rainha do Céu; o poeta obedece, porém apenas vislumbra um brilho flamejante cercado de milhares de anjos envoltos em luz. Bernardo diz-lhe que, se desejasse ter o poder de contemplar a visão celeste mais nitidamente, deveria acompanhá-lo em sua oração à Mãe de Deus. O cântico final começa com a melodiosa súplica de Bernardo:

> Vergine Madre, figlia del tuo Figlio,
> Umile ed alta più che creatura —

"Virgem Mãe, filha de teu Filho, mais humilde e mais enaltecida do que qualquer outra criatura." Bernardo suplica à Virgem a sua graça para que Dante possa contemplar a Majestade Divina. Beatriz e muitos santos inclinam-se para Maria com as mãos postas. Ela olha um instante benignamente para Dante e depois para a "Luz Eterna". Agora, diz o poeta, "ao tornar-se pura a minha vista, vai ela cada vez mais penetrando os raios daquela luz que é a própria Verdade". O que vê depois, continua, ultrapassa tudo o que se pode definir, mas, "naquele abismo brilhante, claro e alto, parecia haver três orbes de três matizes integrados em um só". O majestoso poema termina com Dante ainda fixando seu olhar naquele brilho extraordinário, fascinado e atraído pelo "Amor que movimenta o Sol e todas as estrelas".

A Divina Comédia é o mais estranho e o mais difícil de todos os poemas. Nenhum

outro, antes de dar a conhecer seus tesouros, faz exigências tão imperiosas quanto esse. A sua linguagem é a mais compacta e a mais concisa desta parte de Horácio e Tácito; recolhe em uma palavra ou frase, conteúdo e sutilezas que requerem grandes conhecimentos e uma inteligência alerta para compreendê-los completamente. Mesmo as questões teológicas, psicológicas e astronômicas têm nele uma precisão profunda que somente um filósofo escolástico pode usufruir ou a ela igualar-se. Dante viveu tão intensamente em seu tempo, que seu poema quase se rompe sob o peso das alusões contemporâneas, hoje ininteligíveis sem o amontoado de notas que obstruem o movimento da narrativa.

Ele gostava de ensinar e procurou derramar no poema todos os seus conhecimentos, com o que resultou jazerem os versos vivos a par de fantasias mortas. Enfraquece o encanto de Beatriz tornando-a a voz de seus amores e ódios políticos. Interrompe a história para acusar dezenas de cidades ou grupos ou indivíduos e, às vezes, o poema cai em um mar de vituperações. Venera a Itália, mas Bolonha está cheia de alcoviteiros,[59] Florença é obra favorita de Lúcifer,[60] Pistóia, o esconderijo das feras,[61] Gênova, "cheia de corrupções"[62] e quanto Pisa, "Maldição sobre Pisa! Possa o Arno ser represado em sua nascente e toda a cidade de Pisa, com seus homens e ratos, afogar-se em suas águas enfurecidas!"[63] Dante acha que "a suprema sabedoria e o primeiro amor" criaram o inferno. Promete tirar, por um momento, o gelo dos olhos de Alberigo se este lhe disser o nome e a história; Alberigo obedece e pede-lhe cumpra o que prometera — "estende agora a tua mão, abre meus olhos!" "Mas" ,diz Dante, "não os abri para ele; ser-lhe rude seria cortesia."[64] Se um homem tão amargo pôde percorrer com um guia o paraíso, nós todos teremos também a nossa salvação.

Mesmo assim seu poema é o maior de todos os livros cristãos medievais e um dos maiores de todos os tempos. A lenta acumulação de sua intensidade através dos 100 cantos é uma experiência que nenhum leitor minucioso jamais esquecerá. É, como o disse Carlyle, o mais sincero dos poemas; não há pretensões nele, nenhuma hipocrisia ou falsa modéstia, nenhum sicofantismo ou covardia; os mais poderosos homens da época, mesmo um papa que arrogava a si todos os poderes, são atacados com uma força e ardor sem paralelo na poesia. Mais ainda, há nele um vôo da imaginação, que chega a desafiar a supremacia de Shakespeare: quadros vivos de coisas jamais vistas por deuses ou homens; descrições da natureza que somente um espírito observador e sensível pode fazer, e pequenas narrativas, como as de Francesca e Ugolino, que condensam grandes tragédias em um estreito espaço sem perderem sua matéria vital. Não há bom humor naquele homem, porém houve nele amor, até o momento em que as desventuras o transformaram em teólogo.

O que Dante atinge no fim é o sublime. Não podemos encontrar em seu poema o Mississipi de vida e ação que é a *Ilíada*, nem a nobre e sonolenta corrente dos versos de Virgílio, nem a compreensão universal e o perdão de Shakespeare, porém nele se encontra a grandeza, bem como uma força torturada e meio bárbara que prefigura Miguel Ângelo. E porque Dante amava a ordem assim como a liberdade, e uniu sua paixão e visão à forma, construiu ele um poema de tal força escultural, que nenhum homem ainda o pôde igualar. A Itália considerou-o, através dos séculos que a ele se seguiram, como o libertador da língua dourada; Petrarca e Boccaccio e uma centena de outros ficaram inspirados pela sua batalha e engenho, e toda a Europa vibrou com a história do altivo exilado que tinha ido ao inferno e voltado e jamais sorrira novamente.

EPÍLOGO

A Herança Medieval

CONVINHA que terminássemos nossa longa narrativa com Dante, pois no século de sua morte apareceram homens que iam começar a destruir o majestoso edifício da fé e esperança no qual tinha vivido: Wyclif e Huss iriam exordiar a Reforma; Giotto e Chrysoloras, Petrarca e Boccaccio proclamariam a Renascença. Na história dos homens — tão múltiplos e diferentes são eles — uma disposição de espírito pode sobreviver em algumas almas e lugares, muito tempo depois de seus sucessores ou oponentes se terem levantado em outros espíritos ou Estados. A Idade da Fé atingiu, na Europa, a sua última e completa florescência na figura de Dante; sofreu um ferimento mortal com a "navalha" de Occam, no século XIV, porém ainda viveu, sofrendo, até ao advento de Bruno e Galileu, de Descartes e Spinoza, de Bacon e Hobbes; ela pode voltar se a Idade da Razão sofrer uma catástrofe. Grandes áreas do mundo ficaram sob o signo e o domínio da fé enquanto a Europa ocidental singrava os mares da razão que ainda não haviam sido traçados. A Idade Média é uma condição bem como um período: devemos encerrá-los na Europa ocidental com Colombo; na Rússia continuaram até a época de Pedro, o Grande (falecido em 1725), e na Índia até aos nossos tempos.

Estamos tentados a considerar a Idade Média como um leve intervalo entre a queda do Império Romano no Ocidente (476) e a descoberta da América; devemos lembrar-nos de que os adeptos de Abelardo intitulavam-se *moderni* e que o bispo de Exeter, em 1287, referia-se ao seu século como sendo *moderni tempores* (tempos modernos).[1] A fronteira entre o "medieval" e o "moderno" está sempre avançando, e a nossa era de carvão e óleo e de favelas denegridas de fuligem poderá algum dia ser considerada medieval por uma era de forças mais limpas e de vida mais interessante. A Idade Média não foi mero interlúdio entre uma civilização e outra: se a datarmos da aceitação do cristianismo pelos romanos e do Concílio de Nicéia, A.D. 325, veremos que inclui os séculos finais da cultura clássica, o amadurecimento do cristianismo católico, que se transformou em uma civilização rica e completa, e a dissolução dessa civilização nas culturas opostas da Renascença e Reforma. Os homens da Idade Média foram vítimas do barbarismo, depois seus conquistadores e depois os criadores de uma nova civilização. Seria insensato olharmos com híbrido orgulho para um período que produziu tão grandes homens e mulheres e ergueu das ruínas do barbarismo o papa-

do, os Estados europeus e a riqueza arduamente adquirida de nossa herança medieval.*

Aquela herança incluiu males e um bem. Não nos recuperamos ainda completamente da Idade Média: a insegurança que incita a ambição, o temor que alimenta a crueldade, a pobreza que cria a sordidez e a ignorância, a falta de higiene que gera as doenças, a ignorância que fomenta a credulidade, superstições e ocultismos — tudo isso ainda vive entre nós e o dogmatismo que supura com a intolerância e inquisições apenas aguarda uma oportunidade ou permissão para oprimir, matar, destruir e devastar. Nesse sentido é o modernismo uma capa colocada sobre o medievalismo, a qual ainda prevalece secretamente e é, em cada civilização de uma geração, o produto laborioso e o privilégio obrigatório e precário de uma minoria dominada. A Inquisição deixou sua maldosa marca na sociedade européia; reconheceu a tortura como parte do processo legal, e expeliu os homens da aventura da razão para um conformismo horrível e estagnado.

Foi a religião o legado preponderante da Idade da Fé: o judaísmo absorveu-se no Talmude até o século XVIII; o maometismo acalmou-se depois da vitória do Alcorão sobre a filosofia no século XII; o cristianismo dividiu-se entre o Oriente e Ocidente, entre o Norte e o Sul e, contudo, é a religião mais poderosa e a mais influente na história do homem branco. O credo da Igreja medieval conta hoje (1950) com o culto de 330.000.000 de católicos romanos e 128.000.000 de ortodoxos; a sua liturgia ainda impressiona a alma depois de terem falhado todos os argumentos; o trabalho da Igreja em matéria de educação e caridade, e a implantação da moral no homem bárbaro deixaram para os tempos modernos um precioso fundo de ordem social e disciplina moral. O sonho papal de uma Europa unificada desapareceu na luta entre o Império e o papado, porém todas as gerações encontram-se animadas de uma visão homogênea de uma ordem moral internacional superior à ética selvagem de Estados soberanos.

Ao desfazer-se aquele sonho papal, as nações da Europa assumiram essencialmente essa feição que mantiveram até o nosso século, e o princípio da nacionalidade preparou-se para escrever a história política dos tempos modernos. Entrementes, o espírito medieval criou grandes sistemas de leis civis e canônicas, códigos marítimos e mercantis, cartas de liberdade municipal, o sistema de júri e do *habeas-corpus* e a Carta Magna da aristocracia. Cortes e cúrias prepararam para os Estados e a Igreja processos e mecanismos de administração, os quais são empregados até hoje. Surgiu nas Cortes espanholas, na Islândia, nos Estados-Gerais franceses e no Parlamento inglês o governo representativo.

Maior ainda foi o legado econômico. A Idade Média conquistou o deserto, venceu a grande guerra contra a floresta, as selvas, os pântanos e o mar, e jungiu o solo à vontade do homem. Na maioria dos Estados da Europa ocidental pôs-se um paradeiro à escravidão. Organizou a produção em corporações, as quais até mesmo agora entram nos ideais dos economistas que procuram um caminho médio entre o indivíduo irresponsável e o Estado autocrata. Até nosso tempo, os alfaiates, sapateiros e costureiros exerciam seus ofícios em suas lojas à maneira dos da Idade Média; sua submissão à produção em grande escala e às organizações capitalistas ocorreu diante de nossos

* A recapitulação seguinte limita-se mais ao cristianismo medieval e não repetirá o sumário da civilização islâmica que foi dado no fim do Livro II.

próprios olhos. As grandes feiras que, de vez em quando, reúnem homens e mercadorias nas cidades modernas são um legado do comércio medieval; também assim são os nossos esforços para reprimir o monopólio, e regular os preços e salários. Quase todos os processos dos bancos modernos foram herdados das finanças medievais. Mesmo as nossas irmandades e sociedades secretas têm raízes e ritos naqueles tempos.

A moral na Idade Média foi herdeira do barbarismo e parente do cavalheirismo. A nossa idéia no tocante ao cavalheiro é uma criação medieval, e esse ideal de cavalheirismo, conquanto afastado de sua prática original, tem sobrevivido como sendo uma das mais nobres concepções do espírito humano. Talvez o culto à Virgem Maria tenha trazido novos elementos de candura na conduta do homem europeu. Se a moral dos últimos séculos progrediu sobre a da Idade Média, fê-lo apoiada no fundamento medieval da unidade da família, educação moral e na lenta difusão dos hábitos de honra e cortesia — e a vida moral dos cépticos modernos pode muito bem ser um resto de luz da ética cristã absorvida na mocidade.

O legado intelectual da Idade Média é mais pobre que a herança dos helenos e está embebido de centenas de perversões ocultas, em sua maioria provenientes da antigüidade. Mesmo assim, inclui as línguas modernas, as universidades e a terminologia da filosofia e ciências. O escolasticismo foi mais um exercício de lógica do que uma duradoura conquista filosófica, embora domine em centenas de colégios. Os postulados da fé medieval cercearam a historiografia; os homens julgavam conhecer a origem e o destino do mundo e do homem, e teceram um emaranhado de mitos que quase aprisionou a História dentro das muralhas das crônicas monásticas. Não é absolutamente verdade que os historiadores medievais não tivessem noção do progresso; o século XIII, da mesma maneira que o século XIX, ficou fortemente impressionado com suas próprias realizações. Tampouco a Idade Média era tão estática como chegáramos a supor; a distância imobiliza o movimento, assimila as diferenças e congela as alterações, mas as alterações eram tão insistentes naquele tempo como agora, tanto em costumes como em indumentária, línguas, idéias, leis, governos, comércio, finança, literatura e arte. Contudo, os pensadores medievais não davam tanta importância quanto os modernos ao progresso que não fosse acompanhado de melhoramentos.

O legado científico é, na realidade, modesto. Contudo, inclui os números hindus, o sistema decimal, a concepção de ciência experimental, contribuições substanciais para a matemática, geografia, astronomia e óptica, a descoberta da pólvora, a invenção dos óculos, a bússola do marinheiro, o relógio de pêndulo e — aparentemente o mais indispensável de todos — a destilação do álcool. Médicos árabes e judeus melhoraram a medicina dos gregos, e pioneiros cristãos emanciparam a cirurgia do ofício dos barbeiros. Metade dos hospitais da Europa são fundações medievais ou restaurações modernas de estabelecimentos medievais. A ciência moderna herdou o internacionalismo e, em parte, a língua internacional do pensamento medieval.

Em seguida à disciplina moral, é a arte que figura como a mais rica parcela de nossa herança. O edifício do Empire State é tão sublime quanto a catedral de Chartres e somente deve sua grandeza e arquitetura à estabilidade de sua audaciosa altura e à pureza de suas linhas funcionais. Mas a união da escultura, pintura, poesia e música com a arquitetura na vida de uma catedral gótica dá a Chartres, Amiens, Reims e Notre Dame um alcance e uma profundidade de harmonia sensória e espiritual, uma riqueza e diversidade de floreios e ornamentos que jamais deixam arrefecer o nosso interesse, encantam a nossa alma. Aqueles portais, torres e pináculos, aquelas abóbadas que

eram um gigantesco contraponto de pedra, aquelas estátuas, altares, fontes e túmulos tão belamente esculpidos, aqueles vitrais que rivalizavam com o arco-íris e castigavam o sol — tudo isso nos faz perdoar muitas coisas a uma era que tributava consciencioso amor aos símbolos de sua fé e ao trabalho de suas mãos. Foi para as catedrais que se desenvolveu a música polifônica e a notação e pauta musicais, e foi na Igreja que nasceu o drama moderno.

O legado medieval em literatura, conquanto não possa concorrer em qualidade com o da Grécia, pode comparar-se ao de Roma. Dante pode postar-se ao lado de Virgílio, Petrarca ao lado de Horácio, a poesia de amor dos árabes e dos trovadores ao de Ovídio, Tibulo e Propércio; os romances arturianos são mais profundos e mais nobres que os que se encontram nas *Metamorphoses* ou em *Heroidas* e revestem-se da mesma graciosidade, e os grandes hinos medievais estão no mesmo nível que os mais belos da poesia romana. O século XIII iguala-se à época de Augusto ou à de Leão X. Raramente viu qualquer século um florescimento artístico ou intelectual tão grande e tão variado quanto aquele. Uma expansão comercial quase tão vigorosa quando a que assinalou o findar do século XV ampliou, enriqueceu e despertou o mundo; grandes papas, desde Inocêncio III a Bonifácio VIII, fizeram da Igreja, durante um século, o pináculo da ordem e das leis européias. São Francisco foi um grande cristão; as ordens mendicantes restauraram o ideal monástico; grandes estadistas, como Filipe Augusto, São Luís, Filipe IV, Eduardo I, Frederico II, Afonso X, etc., ergueram seus Estados dos costumes para as leis e seus povos a um novo nível de civilização. Triunfando sobre as tendências místicas do século XII, o século XIII projetou-se na filosofia e ciência com um zelo e coragem que a Renascença não ultrapassou. Em literatura, o "século maravilhoso" correu as escadas desde o *Parzival* de Wolfram von Eschenbach até à concepção de *A Divina Comédia*. Quase todos os elementos da civilização medieval pareciam, naquele século, alcançar uma união, madureza e forma culminantes.

Jamais renderemos justiça à Idade Média enquanto não tomarmos a Renascença italiana não como seu afastamento, porém como o objetivo alcançado. Colombo e Magalhães continuaram as explorações já muito adiantadas, feitas pelos mercadores e navegantes de Veneza, Gênova, Marselha, Barcelona, Lisboa e Cádis. Aquele mesmo espírito que agitou o século XII proporcionou orgulho e batalhas às cidades da Itália da Renascença. Aquela mesma energia e vitalidade de caráter que distinguiam Enrico Dandolo, Frederico II e Gregório IX consumiram os homens da Renascença; os *condottieri* originaram-se de Roberto Guiscard; os "déspotas", de Ezzelino e Pallavicino; os pintores percorreram os caminhos abertos por Cimabue e Duccio, e Palestrina foi o medianeiro entre o canto gregoriano e Bach. Petrarca foi o herdeiro de Dante e dos trovadores, Boccaccio um poeta italiano. A despeito do *Don Quixote*, o romance continua a florescer na Europa da Renascença, e Chrétien de Troyes chegou à perfeição na figura de Malory. A "ressurreição das letras" havia começado nas escolas medievais; o que dintinguia a Renascença era que ela estendera a ressurreição do latim aos clássicos gregos e repelira o gótico para reviver a arte grega. Mas a escultura grega já tinha sido aceita como modelo por Niccolò Pisano no século XIII, e quando Chrysoloras levou a língua e os clássicos gregos para a Itália (1393), a Idade Média ainda tinha à sua frente um século a ser percorrido.

Na Itália, Espanha e França da Renascença, dominava a mesma religião que havia construído as catedrais e composto seus hinos, apenas com esta diferença: que a Igreja italiana, partilhando sobremodo a cultura daquele tempo, deu ao espírito italiano

uma liberdade de pensamento nascida nas universidades medievais, sob a condição, porém, de que os filósofos e cientistas prosseguiriam seus trabalhos sem tentar destruir a fé do povo.

E assim foi que a Itália e a França não participaram da Reforma; ambas passaram da cultura católica do século XIII para o humanismo dos séculos XV e XVI e daí para o iluminismo dos séculos XVII e XVIII. Foi essa continuidade, combinada com o comércio pré-colombiano do Mediterrâneo, que deu aos povos latinos uma temporária vantagem cultural sobre as nações do Norte que haviam sido mais duramente castigadas pelas guerras religiosas. Tal continuidade voltou através da Idade Média para a clássica Roma e, através do sul da Itália, para a clássica Grécia. Por intermédio das colônias gregas na Sicília, Itália e França, a conquista dos romanos e a latinização da França e da Espanha, um magnificente fio de cultura estendeu-se de Safo e Anacreonte a Virgílio e Horácio, a Dante e Petrarca, a Rabelais e Montaigne, a Voltaire e Anatole France. Ao passarmos da Idade da Fé para a Renascença, estaremos avançando de uma infância incerta para a juventude forte e alegre de uma cultura que uniu a graça clássica à força dos bárbaros e nos transmitiu, rejuvenescida e enriquecida, aquela herança da civilização à qual devemos sempre dar nossas contribuições, mas que jamais devemos deixar perecer.

MAIS UMA VEZ OBRIGADO, LEITOR AMIGO.

Bibliografia

Livros referidos no texto ou em notas

O asterisco indica os volumes recomendados para um estudo posterior.

ABBOTT, G. F., Israel in Egypt, London, 1907.
ABBOTT, Nabia, Two Queens of Baghdad, Univ. of Chicago Press, 1946.
*ABÉLARD, P., Historia Calamitatum, St. Paul, Minn., 1922. Ouvrages inédits, ed. V. Cousin, Paris, 1836.
ABRAHAMS, I., Chapters on Jewish Literature, Phila., 1899. Jewish Life in the Middle Ages, Phila., 1896.
ABU BEKR IBN TUFAIL, The History of Hayy ibn Yaqzan, tr. Ockley, N. Y., n. d.
ACKERMAN, PHYLLIS, Tapestry, the Mirror of Civilization, Oxford Univ. Press, 1933.
ADAMS, B., Law of Civilization and Decay, N. Y., 1921.
*ADAMS, H., Mont St. Michel and Chartres, Boston, 1926.
ADDISON, J. D., Arts and Crafts in the Middle Ages, Boston, 1908.
ALI, MAULANA MUHAMMAD, The Religion of Islam, Lahore, 1936.
ALI TABARI, The Book of Religion and Empire, N. Y., 1922.
AMEER ALI, SYED, The Spirit of Islam, Calcutta, 1900.
AMMIANUS MARCELLINUS, Works, Loeb Lib., 1935. 2v.
ANDRAE, TOR, Mohammed, tr. Menzel, N. Y., 1936.
ANGLO-SAXON CHRONICLE, tr. Ingram, Everyman Lib.
ANGLO-SAXON POETRY, ed. R. K. Gordon, Everyman Lib.
ARCHER, T. A., and KINGSFORD, C. L., The Crusades, N. Y., 1895.
*ARISTOTLE, Politics, tr. Ellis, Everyman Lib.
ARMSTRONG, SIR WALTER, Art in Great Britain and Ireland, London, 1919.
ARNOLD, M., Essays in Criticism, First Series, N. Y., n.d. Home Lib.
ARNOLD, SIR T. W., Painting in Islam, Oxford, 1928.
The Preaching of Islam, N. Y., 1913. and GUILLAUME, A., The Legacy of Islam, Oxford, 1931.
ASHLEY, W. J., Introduction to English Economic History and Theory, N. Y., 1894f. 2v.
ASIN Y PALACIOS M., Islam and the Divine Comedy, London, 1926.
ASSER OF ST. DAVID'S, Annals of the Reign of Alfred the Great, in Giles, J. A.
*AUCASSIN AND NICOLETTE, tr. Mason, Everyman Lib.
AUGUSTINE, ST., The City of God, tr. Healey, London, 1934.
* Confessions, Loeb Lib. 2v.
Letters, Loeb Lib.
AUSONIUS, Poems, Loeb Lib. 2v.
AVERROËS, A Decisive Discourse on... the Rellation Between Religion and Philosophy, and An Exposition of the Methods of Argument Concerning the Doctrines of the Faith, Baroda n. d.
AVICENNA, Canon Medicinae, Venice, 1608.

BACON, ROGER, Opus majus, tr. Burke, Univ. of Penn. Press, 1928. 2v.
BADER, G., Jewish Spiritual Heroes, N. Y., 1940. 3v.
BAEDEKER, K., Northern Italy, London, 1913.
AL-BALADHURI, ABU-L ABBAS AHMAD, Origins of the Islamic State; tr. Hitti, Columbia Univ. Press, 1916.
BARNES, H. E., Economic History of the Western World, N. Y., 1942.
History of Western Civilization, N. Y., 1935. 2v.
BARON, S. W., Social and Religious History of the Jews. Columbia Univ. Press, 1937. 3v. ed., Essays on Maimonides, Columbia Univ. Press, 1941.
BEARD, MIRIAM, History of the Business Man, N. Y., 1938.
BEBEL, A., Woman under Socialism, N. Y., 1923.
BECKER, C. H., Christianity and Islam, London, 1909.
BEDE, VEN., Ecclesiastical History of England, ed. King; Loeb Lib.
BEER, M., Social Struggles in the Middle Ages, London, 1924.
BELLOC, H., Paris, N. Y., 1907.
BENJAMIN OF TUDELA. Travels; cf. Komroff, M., Contemporaries of Marco Polo.
BEVAN, E. R., and SINGER, C., The Legacy of Israel, Oxford, 1927.
BIEBER, M., History of the Greek and Roman Theater, Princeton Univ. Press, 1939.
AL-BIRUNI, Chronology of Ancient Nations, tr. Sachau, London, 1879.
India, London, 1910. 2v.
BLOK, P. J., History of the People of the Netherlands, N. Y., 1898. 3v.
BOER, T. J., DE, History of Philosophy in Islam, London, 1903.
*BOETHIUS, Consolation of Philosophy, Loeb Lib.
BOISSIER, G., La fin du paganisme, Paris, 1913. 2v.
BOISSONNADE, P., Life and Work in Medieval Europe, N. Y., 1927.
BONAVENTURE, ST., Life of St. Francis, in Little Flowers of St. Francis, Everyman Lib.
BOND, FR., Gothic Architecture in England, London, 1906.
Wood Carving in English Churches, London, 1910. 2v.
BOUCHIER, E. S., Life and Letters in Roman Africa, Oxford, 1913.
BREHAUT, E., An Encyclopedist of the Dark Ages, N. Y., 1912.
BRIDGES, J. H., Life and Work of Roger Bacon, London, 1914.
BRIFFAULT, R., The Mothers, N. Y., 1927. 3v.
BRIGHT, W., Age of the Fathers, N. Y., 1903. 2v.
BRITTAIN, A., Women of Early Christianity, Phila., 1907.
BROGLIE, DUC DE, St. Ambrose, London, 1899.
BROWN, P. HUME, History of Scotland, Cambridge Univ. Press, 1929. 3v.
BROWNE, E. G., Arabian Medicine, London, 1921.
Literary History of Persia, Cambridge Univ. Press, 1929. 3v.
BROWNE, LEWIS, ed., The Wisdom of Israel, N. Y., 1945.
BRYCE, JAS., The Holy Roman Empire, N. Y., 1921.
BUKHSH, S. K., The Orient under the Caliphs, translated from A. Von Kremer's *Kulturgeschichte des Orients*, Calcutta, 1920.
Studies: Indian and Islamic, London, 1927.
BULLETIN OF THE IRANIAN INSTITUTE, N. Y.
BURTON, SIR R. F., The Jew, the Gypsy, and El Islam, Chicago, 1898.
Personal Narrative of a Pilgrimage to al-Madinah and Meccah, London, 1893. 2v.
BURY, J. B., History of the Eastern Roman Empire, London, 1912.
History of the Later Roman Empire, London, 1923. 2v.
Life of St. Patrick, London, 1905.
BUTLER, P., Women of Medieval France, Phila., 1908.

CALVERT, A. F., Cordova, London, 1907.
Moorish Remains in Spain, N. Y., 1906.
Seville, London, 1907.

CAMBRIDGE ANCIENT HISTORY, N. Y., 1924. 12v.
CAMBRIDGE MEDIEVAL HISTORY, N. Y., 1924f. 8v.
CAMPBELL, D., Arabian Medicine, London, 1926. 2v.
CAPES, W. W., University Life in Ancient Athens, N. Y., 1922.
CARLYLE, R. W., History of Medieval Political Theory in the West, Edinburgh, 1928. 5v.
CARLYLE, T. H., Past and Present, in Works, Collier ed., N. Y., 1901. 20v.
CARTER, T. F., The Invention of Printing in China, N. Y., 1925.
CASSIODORUS, Letters, ed. Hodgkin, London, 1886.
CASTIGLIONE, A., History of Medicine, N. Y., 1941.
CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, N. Y., 1912. 16v.
CHAMBERS, E. K., The Medieval Stage, Oxford, 1903. 2v.
CHAPMAN, C. E., History of Spain, founded on the *Historia de España* of Rafael Altamira, N. Y., 1930.
CHARDIN, SIR J., Travels in Persia, London, 1927.
CHATEAUBRIAND, VICOMTE DE, The Genius of Christianity, Baltimore, n.d.
CLAPHAM, J. H., and POWER, EILEEN, Cambridge Economic History of Europe, Vol. I, Camb. Univ. Press, 1944.
CHRÉTIEN DE TROYES, Arthurian Romances, London, Everyman Lib.
CLAUDIAN, Poems, Loeb Lib. 2v.
CLAVIJO, GONZALES DE, Embassy to Timberlane, 1403-6, N. Y., 1928.
CLAYTON, J., Pope Innocent III and His Times, Milwaukee, 1941.
COLLINGWOOD, R. G., and MIRES, J. L., Roman Britain, Oxford, 1937.
CONNICK, C. J., Adventures in Light and Color, N. Y., 1937.
COULTON, G. G., Chaucer and His England, London, 1921.
Five Centuries of Religion, Camb. Univ. Press, 1923. 3v.
From St. Francis to Dante: a tr. of the Chronicle of Salimbene, London, 1908.
The Inquisition, N. Y., 1929.
Inquisition and Liberty, London, 1938.
Life in the Middle Ages, Camb. Univ. Press, 1930. 4v.
Medieval Panorama, N. Y., 1944.
The Medieval Scene, Camb. Univ. Press, 1930.
The Medieval Village, Camb. Univ. Press, 1925.
Social Life in Britain from the Conquest to the Reformation, Camb. Univ. Press, 1938.
CRAM, R. A., The Substance of Gothic, Boston, 1938.
CRESWELL, K. A., Early Muslim Architecture, Oxford, 1932. 2v.
CRONYN, G., The Fool of Venus: the Story of Peire Vidal, N. Y., 1934.
CRUMP, C. G., and JACOB, E. F., The Legacy of the Middle Ages, Oxford, 1926.
CUNNINGHAM, W., The Growth of English Industry and Commerce, Camb. Univ. Press, 1896.
CUTTS, E. L., St. Jerome, London, S.P.C.K., n.d.

DALTON, O. M., Byzantine Art and Archeology, Oxford, 1911.
DANTE, Eleven Letters, tr. Latham, Boston, 1891.
De Monarchia, tr. Henry, Boston, 1904.
Il Convito, tr. Sayer, London, 1887.
La Commedia, ed. Toynbee, London, 1900.
La Vita Nuova, tr. D. G. Rossetti, Portland, Me., 1898.
The Vision of (The Divine Comedy), tr. Cary, Everyman Lib.
D'ARCY, M. C., Thomas Aquinas, London, 1930.
DASENT, G., tr., Story of Burnt Njal, Everyman Lib.
DAVIS, H. W. C., ed., Medieval England, Oxford, 1928
DAVIS, WM. S., Life on a Medieval Barony, N. Y., 1923.
and WEST, W. M., Readings in Ancient History, Boston, 1912. 2v.

DAWSON, CHRISTOPHER, The Making of Europe, N. Y., 1932.
DAY, CLIVE A History of Commerce, London, 1926.
DENNIS, G., Cities and Cometeries of Etruria, Everyman Lib., 2v.
DE VAUX, BARON CARRA, Les penseurs de l'Islam, Paris, 1921. 5v.
DE WULF, M ., History of Medieval Philosophy, London, 1925. 2v.
Philosophy and Civilization in the Middle Ages, Princeton Univ. Press, 1922.
DHALLA, M. N., Zoroastrian Civilization, Oxford, 1922.
DIEHL, C., Byzantine Portraits, N. Y., 1926.
Manuel d'art Byzantin, Paris, 1910.
DIESENDRUCK, LEVI, Maimonides and Thomas Aquinas, in N. Y. Public Library Pamphlets, v. 372.
DIEULAFOY, M., Art in Spain and Portugal, N. Y., 1913.
DILL, SIR S., Roman Society in Gaul in the Merovingian Age, London, 1926.
Roman Society in the Last Century of the Western Empire, London, 1905.
DILLON, E., Glass, N. Y., 1907.
DIMAND, M. S., Handbook of Muhammadan Art, N. Y., 1944.
DOPSCH, A., Economic and Social Foundations of European Civilization, N. Y., 1937.
*DOUGHTY, CHAS. M., Travels in Arabia Deserta, N. Y., 1923. 2v.
DOZY, R., Spanish Islam, N. Y., 1913.
DRAPER, J. W., History of the Intellectual Development of Europe, N. Y., 1876. 2v.
DRUCK, D., Yehuda Halevy, N. Y., 1941.
DUBNOW, S. M., History of the Jews in Russia and Poland, Phila., 1916. 3v.
DUCHAILLU, P., The Viking Ages, N. Y., 1889. 2v.
DUCHESNE, L., Early History of the Christian Church, London, 1933. 3v.
DUDDEN, F. H., Gregory the Great, London, 1905. 2v.
DUHEM, P., Le système du monde, Paris, 1913. 5v.

EGINHARD, Life of Charlemagne, N. Y., 1880.
ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 14th ed.
ERIGENA, JOHN SCOTUS, On the Division of Nature, Book I, Annapolis, Md., 1940.
EUNAPIUS, Lives of the Sophists, in Philostratus, Everyman Lib.

FARMER, H. G., History of Arabian Music, London, 1929.
FAURE, E., History of Art, N. Y., 1921. 4v. Vol. III: Medieval Art.
FENOLLOSA, E. F., Epochs of Chinese and Japanese Art, N. Y., 1921. 2v.
FERGUSSON, J., History of Architecture in All Countries, London, 1874. 2v.
FIEDLER, H. G., ed., Das Oxforder Buch Deutscher Dichtung, Oxford, 1936.
FIGGIS, J. N., Political Aspects of St. Augustine's City of God, London, 1921.
FINLAY, G., Greece under the Romans, Everyman Lib.
History of Greece, Oxford, 1877. 7v.
FIRDOUSI, Epic of the Kings, retold by Helen Zimmern, N. Y., 1883.
Shah Nameh, in Gottheil, R., Literature of Persia, N. Y., Vol. I.
FISHER, H. L., The Medieval Empire, London, 1898. 2v.
FOAKES-JACKSON, F., and LAKE, K., Beginnings of Christianity, London, 1920. 3v.
FRANCKE, K., History of German Literature, N. Y., 1901.
FRANK, T., ed., Economic Survey of Ancient Rome, Baltimore, 1933f. 5v.
FRAZER, SIR J., Adonis, Attis, Osiris, London, 1907.
The Magic Art, N. Y., 1935. 2v.
FREEMAN, E. A., Historical Essays, First Series, London, 1896.
History of the Norman Conquest of England, London, 1870. 4v.
FRENCH CLASSICS, ed. Perier, Paris, Libraire Hatier, n.d.
FRIEDLÄNDER, L., Roman Life and Manners under the Early Empire, London, n.d. 4v.
FUNK, F. X., Manual of Chuch History, London, 1910. 2v.

GABIROL, SOLOMON IBN, The Improvement of the Moral Qualities, tr. and introd. by Stephen S. Wise, N. Y., 1902.
Selected Religious Poems, tr. Israel Zangwill, Phila., 1923.
GARDINER, E. N., Athletics of the Ancient World, Oxford, 1930.
GARDNER, ALICE, Julian, Philosopher and Emperor, N. Y., 1895.
GARRISON, F., History of Medicine, Phila., 1929.
GASQUET, A., CARDINAL, Monastic Life in the Middle Ages, London, 1922.
GEOFFREY OF MONMOUTH, British History, in Giles, Six Chronicles.
GEST, A. P., Roman Engineering, N.Y., 1930.
GESTA FRANCORUM, , ed. Brehier, Paris, 1924.
AL-GHAZALI, ABU HAMID, The Alchemy of Happiness, tr. Field, London, 1910.
Some Religious and Moral Teachings, tr. Nawab Ali, Baroda, 1920.
*GIBBON, ED., Decline and Fall of the Roman Empire, Everyman Library. 6v.
* ed. J. B. Bury, London, 1900. 7v.
GILDAS, Works, in Giles, Six Chronicles.
GILES, J. A., Six Old English Chronicles, London, 1848.
GILSON, E., La philosophie au moyen âge, Paris, 1922. 2v.
La philosophie au moyen âge, Paris, 1947.
Philosophy of St. Bonaventure, N. Y., 1938.
Reason and Revelation in the Middle Ages, N. Y., 1938.
GIRALDUS CAMBRENSIS, Itinerary through Wales, and Description of Wales, Everyman Lib.
GLOVER, T. R., Life and Letters in the Fourth Century, N. Y., 1924.
GORDON, R. K., ed., see Anglo-Saxon Poetry.
GOTTHEIL, R. J., ed., Literature of Persia, N. Y., 1900. 2v.
GRABMANN, M., Thomas Aquinas, N. Y., 1928.
GRAETZ, H., History of the Jews, tr. Bella Löwy, Phila., 1891f. 6v.
GREEN, J. R., Conquest of England, London, 1884.
The Making of England, London, 1882.
* Short History of the English People, London, 1898. 3v.
GREGORY OF TOURS, History of the Franks, tr. Brehaut, N. Y., 1916.
GROUSSET, R., Civilizations of the East, London, 1931; Vol. I: The Near and Middle East.
GROVE'S Dictionary of Music and Musicians, N. Y., 1928. 5v.
GRUNEBAUM, G. VON, Medieval Islam, Univ. of Chicago Press, 1946.
GRUNER, O. C., Treatise on the Canon of Medicine of Avicenna, London, 1930.
GUIBERT OF NOGENT, Autobiography, London, 1925.
GUIGNEBERT, C., Christianity Past and Present, N. Y., 1927.
GUILLAUME, A., The Traditions of Islam, Oxford, 1924.
GUIZOT, F., History of Civilization, London, 1898. 3v.
* History of France, London, 1872. 8v.

HALEVI, J., Kitab al Khazari, tr. Hirschfeld, London, 1931.
Selected Poems, tr. Nina Salaman, Phila., 1928.
HAMMERTON, J. A., ed., Universal History of the World, London, n.d. 8v.
HASKINS, C. H., The Normans in European History, Boston, 1915.
The Renaissance of the Twelfth Century, Harvard Univ. Press, 1928.
Studies in Medieval Culture, Oxford, 1929.
HASTINGS, J., ed., Encyclopedia of Religion and Ethics, N. Y., 1928. 12v.
HAVERFIELD, F., The Roman Occupation of Britain, Oxford, 1924.
HAZLITT, W. C., The Venetian Republic, London, 1900. 2v.
HEADLAM, C., Story of Chartres, London, 1908.
Story of Nuremberg, London, 1911.
HEARNSHAW, F., Social and Political Ideas of Some Great Medieval Thinkers, N. Y., 1923.
Medieval Contributions to Modern Civilization, N. Y., 1922.
HEATH, SIR THOS., History of Greek Mathematics, Oxford, 1921. 2v.

HEBRAIC LITERATURE, translations from the Talmud, Midrashim, and Cabala, London, 1901
HEBREW LITERATURE, ed. Epiphanius Wilson, N. Y., 1901.
HEFELE, C. J., History of the Christian Councils, Edinburgh, 1894. 5v.
HEITLAND, W., Agricola, Camb. Univ. Press, 1921.
HELL, JOS., The Arab Civilization, Camb. Univ. Press, 1926.
HIGHAM, T., and BOWRA, C., Oxford Book of Greek Verse, Oxford, 1930.
HIMES, N., Medical History of Contraception, Baltimore, 1936.
HITLER, A., Mein Kampf, N. Y., 1939.
HITTI, P. K., History of the Arabs, London, 1937.
HODGKIN, T., Italy and Her Invaders, Oxford, 1892. 7v.
Charlemagne, N. Y., 1902.
HOLINSHED, Chronicle, Everyman Lib.
HOME, G., Roman London, London, 1926.
HOOVER, H., and GIBBONS, H. A., Conditions of a Lasting Peace, N. Y., 1939.
HOPKINS, C. EDWARD, The Share of Thomas Aquinas in the Growth of the Witchcraft Delusion, Univ. of. Penn., 1940.
HORN, F. W., History of the Literature of the Scandinavian North, Chicago, 1895.
HOUSTMA, M., ed., Encyclopedia of Islam, London, 1908-24.
HOWARD, C., Sex Worship, Chicago, 1909.
HULME, E. M., The Middle Ages, N. Y., 1938.
HUME, DAVID, History of England, N. Y., 1891. 6v.
HUME, MARTIN, The Spanish People, N. Y., 1911.
HURGRÖNJE, C., Mohammedanism, N. Y., 1916.
HUSIK, I., History of Medieval Jewish Philosophy, N. Y., 1930.
HYDE, DOUGLAS, Literary History of Ireland, London, 1899.

IACOPO DE VORAGINE, The Golden Legend, tr. Wm. Caxton, Cambridge Univ. Press, 1914.
IBN KHALDOUN, Les prolégomènes, tr. en français par M.de Slane, Paris, 1934. 3v.
IBN KHALLIKAN, M., Biographical Dictionary, tr. M. de Slane. Paris, 1843. 2v.
INGE, W. R., Philosophy of Plotinus, London, 1929. 2v.
IRVING, W., Alhambra, N. Y., 1925.
Life of Mahomet, Everyman Lib.

JACKSON, SIR T., Byzantine and Romanesque Architecture, Camb. Univ. Press, 1920. 2v.
Gothic Architecture in France, England, and Italy, Camb. Univ. Press, 1915. 2v.
JALAL UD-DIN RUMI, Selected Poems, ed. & tr. R. A. Nicholson, Camb. Univ. Press, 1898.
JAMES, B., Women of England, Phila., 1908.
JENKS, EDW., Law and Politics in the Middle Ages, N. Y., 1898.
JEROME, ST., Select Letters, tr. Wright, Loeb Lib.
JOINVILLE, JEAN DE, Chronicle of the Crusade of St. Louis, Everyman Lib.
JORDANES, Gothic History. Princeton Univ. Press, 1915.
JÖRGENSEN, J., St. Francis of Assisi N. Y., 1940.
JOSEPH BEN JOSHUA BEN MEIR, Chronicles, London, 1835. 2v.
JOYCE, P., Short History of Ireland, London, 1924.
JULIAN, Works, Loeb Lib. 3v.
JUSSERAND, J. J., English Wayfaring Life in the Middle Ages, London, 1891.
JUSTINIANI INSTITUTIONUM LIBRI QUATTUOR, ed. Moyle, Oxford Univ. Press, 1888, 2v.

KANTOROWICZ, E., Frederick the Second, London, 1931.
KELLOGG, J. H., Rational Hydrotherapy, Battle Creek, Mich., 1928.
KER, W. P., Epic and Romance, London, 1897.
KIRSTEIN, L., Dance: a Short History, N. Y., 1935.
KLAUSNER, J., From Jesus to Paul, N. Y., 1943.
KLUCHEVSKY, V., History of Russia, London, 1912. 3v.

KOMROFF, M., Contemporaries of Marco Polo, N. Y., 1937.
KROEGER, A., The Minnesinger of Germany, N. Y., 1873.

LACROIX, Paul, Arts of the Middle Ages, London, n.d.
History of Prostitution, N. Y., 1931. 2v.
Manners, Customs, and Dress during the Middle Ages, N. Y., 1876.
Military and Religious Life in the Middle Ages, London, n.d.
Science and Literature in the Middle Ages, London, n.d.
LANCIANI, R., Ancient Rome, Boston, 1889.
LANE, EDW., Arabian Society in the Middle Ages, London, 1883.
LANE-POOLE, S., Art of the Saracens in Egypt, London, 1886.
Cairo, London, 1895.
Saladin, London, 1920.
Speeches and Table Talk of the Prophet Mohammad, London, 1882.
Story of the Moors in Spain, N. Y., 1889.
Studies in a Mosque, London, 1883.
LANG, P. H., Music in Western Civilization, N. Y., 1941. A model of scholarship and style.
LAVISSE, E., Histoire de France, Paris, 1900f. 18v.
LEA, H. C., Historical Sketch of Sacerdotal Celibacy, Boston, 1884.
History of Auricular Confessions, Phila., 1886. 3v.
History of the Inquisition in the Middle Ages, N. Y., 1888. 3v.
History of the Inquisition in Spain, N. Y., 1906. 4v.
Superstition and Force, Phila., 1892.
LECKY, W. E., History of European Morals, N. Y., 1926. 2v.
LESTRANGE, G., Baghdad during the Abbasid Caliphate, Oxford, 1924.
Palestine under the Moslems, Boston, 1890.
LETHABY, W., Medieval Art, London, 1904.
LÖNNROT, E., Kalevala, Everyman Lib. 2v.
LITTLE, A. G., ed., Roger Bacon Essays, Oxford, 1914.
LITTLE FLOWERS OF ST. FRANCIS, Everyman Lib.
LORRIS W., and JEAN CLOPINEL DE MEUNG, The Romance of the Rose, London, 1933. 3v.
LOT, F., The End of the Ancient World, N. Y., 1931.
LOUIS, PAUL, Ancient Rome at Work, N. Y., 1927.
LOWIE, R., Are We Civilized?, N. Y., 1929.
LÜTZOW, COUNT VON, Bohemia, an Historical Sketch, Everyman Lib.
LIRA GRAECA, ed., and tr. by J.M. Edmonds, Loeb Lib. 3v.

MABINOGION, tr. Lady Charlotte Guest, Everyman Lib.
MACDONALD, D. B., Aspects of Islam, N. Y., 1911.
Development of Muslim Theology, Jurisprudence, and Constitutional Theory, N. Y., 1903.
Religious Attitude and Life in Islam, Chicago, 1909.
MACLAURIN, C., Mere Mortals, N. Y., 1925. 2v.
MACROBII, Opera accedunt integra, London, 1694.
MAHAFFY, J. P., Old Greek Education, N. Y., n.d.
MAIMONIDES, Guide to the Perplexed, tr. Friedländer, London, 1885. 3v.
Mishneh Torah, Book I, tr. Hyamson, N. Y., 1937.
MAINE, SIR H., Ancient Law, Everyman Lib.
MAITLAND, S. R., Dark Ages, London, 1890.
AL-MAKKARI, AHMED, History of the Mohammedan Dynasties in Spain, tr. de Gayangos. London, 1840. 2v.
MÂLE, É., L'art religieux du XIIIme siècle en France Paris, 1902.
MALTER, H., Saadia Gaon, Phila., 1921.
MANTZIUS, K., History of Theatrical Art, London, 1903f. 6v.

MARCUS AURELIUS, Meditations, tr. Long, Boston, 1876.
MARCUS, J., The Jew in the Medieval World, Cincinnati, 1938.
MARGOLIOUTH, D. S., Cairo, Jerusalem, and Damascus, N. Y., 1907.
Mohammed and the Rise of Islam, N. Y., 1905.
MARITAIN, J., The Angelic Doctor, N. Y., 1940.
AL-MASUDI, ABU-L HASAN, Meadows of Gold and Mines of Gems, tr. Sprenger, London, 1841.
MATTHEWS, B., Development of the Drama, N. Y., 1921.
MAVOR, J., Economic History of Russia, London, 1925. 2v.
MAY, SIR T., Democracy in Europe, London, 1877, 2v.
McCABE, J., Crises in the History of the Papacy, N. Y., 1916.
Empresses of Constantinople, Boston, n.d.
St. Augustine and His Age, N. Y., 1903.
Story of Religious Controversy, Boston, 1929.
McKINNEY, H., and ANDERSON, W., Music in History, Cincinnati, 1940.
MICHELET, J. DE, History of France, N. Y., 1880. 2v.
MIGEON, G., Les arts musulmans, Paris, 1922. 2v.
MILMAN, H., History of Latin Christianity, N. Y., 1860. 8v.
MIRROR OF PERFECTION, in Little Flowers of St. Francis.
MOLMENTI, P., Venice, London, 1906. 6v.
MOMMSEN, TH., Provinces of the Roman Empire, N. Y., 1887. 2v.
MONROE, P., Source Book of the History of Education for the Greek and Roman Period, N. Y., 1932.
MONTALEMBERT, COUNT DE, The Monks of the West, Boston, n.d. 2v.
*MONTESQUIEU, CHAS. BARON DE, Spirit of Laws, N. Y., 1899. 2v.
MOORE, C. H., Development and Character of Gothic Architecture, London, 1890.
MOORE, G. F., Judaism in the First Centuries of the Christian Era, Cambridge, Mass., 1932. 2v.
MOREY, CHAS., Medieval Art, N. Y., 1942.
MUIR, SIR W., The Caliphate, London, 1891.
Life of Mohammed, Edinburgh, 1912.
MÜLLER-LYER, F., Evolution of Modern Marriage, N. Y., 1930.
MUMFORD, LEWIS, Technics and Civilization, N. Y., 1934.
MUNK, S., Mélanges de philosophie juive et arabe, Paris, 1859.
MUNRO, D. C., and SELLERY, G. C., Medieval Civilization, N .Y., 1926.
MURRAY, A. S., History of Greek Sculpture, London, 1890. 2.v

NENIUS, History of the Britons, in Giles, Six Chronicles.
NEUMAN, A. A., The Jews in Spain, Phila., 1942. 2v.
*NEWMAN, LOUIS, and SPITZ, S., The Talmudic Anthology, N. Y., 1945.
NICHOLSON, R. A., Literary History of the Arabs, Camb. Univ. Press, 1930.
The Mystics of Islam, Camb. Univ. Press, 1922.
Studies in Islamic Mysticism, Camb. Univ. Press, 1921.
Studies in Islamic Poetry, Camb. Univ. Press, 1921.
Translations of Eastern Poetry and Prose, Camb. Univ. Press, 1922.
NICKERSON, H., The Inquisition, Boston, 1923.
NIETZSCHE, F., Beyond Good and Evil, N. Y., 1923.
NÖLDEKE, TH., Sketches from Eastern History, London, 1892.
NUN'S RULE, being the Ancren Riwle modernized, by Jas. Morton, London, 1926.

OESTERLEY, W., and BOX, G., Short Survey of the Literature of Rabbinical and Medieval Judaism, London, 1920.
OGG, F., Source Book of Medieval History, N. Y., 1907.
O'LEARY, DELACY, Arabic Thought and Its Place in History, London, 1922.

OMAN, C. W., The Byzantine Empire, London, 1892.
OXFORD HISTORY OF MUSIC, Oxford, 1929. 7v.

PAETOW, L. J., Guide to the Study of Medieval History, N. Y., 1931.
PALMER, E. H., The Caliph Haroun Alraschid, N. Y., n.d.
PANOFSKY, ERWIN, Abbot Suger, Princeton, 1948.
PARIS, MATTHEW, English History from the Year 1235 to 1273, tr. Giles, London, 1852. 3v.
PAUL THE DEACON, History of the Longobards, tr. Foulke, Univ. of Penn., 1907.
PAUPHILET, A., ed., Jeux et sapience du moyen âge, Paris, 1940.
PERSIAN ART, Souvenir of the Exhibition at Burlington House, London, 1931.
PHILBY, H. ST. JOHN, A Pilgrim in Arabia, Golden Cockerel Press, n.d.
PICKTHALL, MARMADUKE, The Meaning of the Glorious Koran, N. Y., 1930.
PIRENNE, H., Economic and Social History of Medieval Europe, N. Y., n.d.
History of Europe from the Invasions to the Sixteenth Century, N. Y., 1939.
Medieval Cities, Princeton, 1939.
Mohammed and Charlemagne, N. Y., 1930.
PIRENNE, J., Les grands courants de l'histoire universelle, Neuchâtel, 1946. 3v.
PLINY THE ELDER, Natural History, London, 1855. 6v.
PLUMMER, C., Life and Times of Alfred the Great, Oxford, 1902.
POKROVSKY, M., History of Russia, N. Y., 1931.
POLLOCK, F., and MAITLAND, F., History of English Law before Edward I, Camb. Univ. Press, 1895. 2v.
*POLO, MARCO, Travels, ed. Komroff, N. Y., 1926.
POOLE, R. L., Illustrations of the History of Medieval Thought and Learning, N. Y., 1920.
POPE, A. U., Introduction to Persian Art, London, 1930.
Iranian and Armenian Contributions to the Beginnings of Gothic Architecture, Bulletin of the Asia Institute, N. Y., 1946.
Masterpieces of Persian Art, N. Y., 1945.
Survey of Persian Art, Oxford Univ. Press, 1938. 6v.
PORTER, A. K., Medieval Architecture, N. Y., 1909, 2v.
POWER, EILEEN, Medieval People, Boston, 1924.
and POWER, RHODA, Cities and Their Stories, Boston, 1927.
PRESTAGE, E., Chivalry, N. Y., 1928.
PROCOPIUS, Anecdota, or Secret History, Loeb Lib.
Buildings, Loeb Lib.
History of the Wars, Loeb Lib. 5v.
PSELLUS, M., Chronographia, French tr. by Émile Renauld, Paris, n.d.

QUENNELL, M., Everyday Life in Roman Britain, N. Y., 1925.

RABY, F. J., History of Christian Latin Poetry in the Middle Ages, Oxford, 1927.
History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages, Oxford, 1934. 2v.
RAMBAUD, A., History of Russia, Boston, 1879. 3v.
RAPAPORT, S. Tales and Maxims from the Talmud, London, 1910.
RASHDALL, H., The Universities of Europe in the Middle Ages, Oxford, 1936, revised by F. M. Powicke and A. B. Emden. 3v.
RAWLINSON, G., The Seventh Great Oriental Monarchy, London, 1876.
REESE, G., Music in the Middle Ages, N. Y., 1940.
RÉMUSAT, C. DE, Abélard, Paris, 1845. 2v.
RENAN, E., Averroès et l'averroisme, Paris, n.d.
The Christian Church, London, n.d.
Marc Aurèle, Paris, n.d.
Poetry of the Celtic Races, in Harvard Classics, Vol. 38, N. Y., 1938.
RENARD, G., Guilds of the Middle Ages, London, 1918.

RICHARD, E., History of German Civilization, N. Y., 1911.
RICKARD, T., Man and Metals, N. Y., 1932. 2v.
RIEFSTAHL, H., The Parish-Watson Collection of Mohammedan Potteries, N. Y., 1922.
RIHANI, A., The Quatrains of Abu-l Ala, London, 1904.
RIVOIRA, G., Lombardic Architecture, London, 1910. 2v.
Moslem Architecture, Oxford, 1918.
ROBERTSON, J. M., Short History of Free Thought, London, 1914. 2v.
ROBILLARD, M., Chartres, Grenoble, n.d.
ROGERS, J. E. T., Six Centuries of Work and Wages, N. Y., 1890.
ROSTOVTZEFF, M., History of the Ancient World, Oxford, 1928. Vol. II: Rome.
Social and Economic History of the Roman Empire, Oxford, 1926.
ROTH, LEON, Spinoza, Descartes, and Maimonides, Oxford, 1924.
ROWBOTHAM, J., The Troubadours and Courts of Love, London, 1895.
RUSKIN, J., Stones of Venice, Everyman Lib. 3v.
RUSSELL, B., History of Western Philosophy, N. Y., 1945.
RUSSELL, C. E., Charlemagne, Boston, 1930.

SABATIER, P., Life of St. Francis of Assisi, N. Y., 1909.
SA'DI, The Gulistan, in Gottheil, R., Literature of Persia, Vol. II.
The Rose Garden (Gulistan), tr. by L. Cranmer-Byng, London, 1919.
SALADIN, H., ET MIGEON, G., Manuel d'art musulman, Paris, 1907. 2v.
SALIBA, D., Étude sur la métaphysique d'Avicenne, Paris, 1926.
SALZMAN, L., English Industries of the Middle Ages, Oxford, 1923.
SANDYS, SIR J., Companion to Latin Studies, Cambridge, 1925.
SANGER, W., History of Prostitution, N. Y., 1910.
SARRE, F., Die Kunst des alten Persien, Berlin, 1925.
SARTON, G., Introduction to the History of Science, Baltimore, 1930f. 3v. in 5. A masterpiece of painstaking scholarship.
SAUNDERS, O. E., History of English Art in the Middle Ages, Oxford, 1932.
SAXO GRAMMATICUS, Danish History, London, n.d. 2v.
SCHECHTER, S., Studies in Judaism, N. Y., 1920. 3v.
SCHEVILL, F., Siena, N. Y., 1909.
SCHNEIDER, H., The History of World Civilization, N. Y., 1931. 2v.
SCHOENFELD, H., Women of the Teutonic Nations, Phila., 1908.
SCHOENHOF, J., History of Money and Prices, N. Y., 1896.
*SCOTT-MONCRIEFF, C. K., The Letters of Abélard and Héloïse, N. Y., 1926.
SEDGWICK, H. D., Italy in the Thirteenth Century, Boston, 1912. 2v.
SEEBOHM, F., The English Village Community, London, 1896.
SEIGNOBOS, C., The Feudal Regime, N. Y., 1902.
SHORT, E. H., The Painter in History, London, 1929.
SHOTWELL, J. T., and LOOMIS, L. R., The See of Peter, Columbia Univ. Press, 1927.
SIDONIUS APOLLINARIS, Poems and Letters, Loeb Lib. 2v.
SIGFUSSON, SAEMUND, The Elder Edda, London, 1907.
SIHLER, E. G., From Augustus to Augustine, Camb. Univ. Press, 1923.
SINGER, C., ed., Studies in the History and Method of Science, Oxford, 1917f. 2v.
SMITH, MARGARET, ed., The Persian Mystics: Attar, London, 1932.
SMITH, TOULMIN, English Gilds: the Original Ordinances, London, 1870.
SOCRATES, Ecclesiastical History, London, 1892.
SOZOMEN, Ecclesiastical History, London, 1855.
SPECULUM, A JOURNAL OF MEDIEVAL STUDIES, Cambridge, Mass.
SPENCER, H., Principles of Sociology, N. Y., 1910. 3v.
*SPENGLER, O., Decline of the West, N. Y., 1928. 2v.
STEPHENS, W. R., Hildebrand and His Times, London, 1914.
STERLING, M. B., The Story of Parzival, N. Y., 1911.

STEVENS, C. E., Sidonius Apollinaris, Oxford, 1933.
STREET, G. E., Gothic Architecture in Spain, London, 1869.
STRZYGOWSKI, J., Origin of Christian Church Art, Oxford, 1923.
STUBBS, WM. Constitutional History of England, Oxford, 1903. 3v.
STURLUSON, SNORRI, Heimskringla: The Norse Sagas, Everyman Lib.
Heimskringla: The Olaf Sagas, Everyman Lib.
The Younger Edda, in Sigfusson, S.
SUMNER, W. G., Folkways, Boston, 1906.
SYKES, SIR P., History of Persia, London, 1921. 2v.
SYMONDS, J. A., Studies of the Greek Poets, London, 1920.
Introduction to the Study of Dante, London, 1899.

AL-TABARI, Chronique, Fr. tr. by Zotenberg, Paris, 1867.
TAGORE, SIR R., Gitanjali, N. Y., 1891.
TAINE, H., Ancient Regime, N. Y. 1891.
Italy: Florence and Venice, N. Y., 1869.
TALMUD, Babylonian, Eng. tr., London, 1935f. 24v.
TARN, W., Hellenistic Civilization, London, 1927.
TAYLOR, H. O, The Classical Heritage of the Middle Ages, N. Y., 1911.
The Medieval Mind, London, 1927. 2v.
THATCHER, O., and MCNEAL, E., Soucer Book for Medieval History, N. Y., 1905
THIERRY, A., History of the Conquest of England by the Normans, London, 1847. 2v.
THOMAS AQUINAS, ST., Summa contra Gentiles, London, 1924. 4v.
Summa theologica, tr. by Dominican Fathers, London, 1920. 22v.
THOMPSON, SIR E., Introduction to Greek and Latin Paleography, Oxford, 1912.
THOMPSON, J. W., Economic and Social History of the Middle Ages, 300-1300, N. Y., 1928.
Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages, N. Y., 1931.
Feudal Germany, Chicago, 1928.
* The Middle Ages, N.Y., 1931. 2v.
*THORNDIKE, LYNN, History of Magic and Experimental Science, N. Y., 1929f. A work of magnificent scholarship, which illuminates every subject that it touches.
* Short History of Civilization, N. Y., 1926.
TISDALL, W., Original Sources of the Qur'an.
TORNAY, S. C., Averroës' Doctrine of the Mind, Philadelphia Review, May, 1943.
*TOYNBEE, A. J., A Study of History, Oxford, 1935f. 6v.
TRAILL, H. D., Social England, N.Y., 1902. 6v.

UEBERWEG, F., History of Philosophy, N. Y., 1971. 2v.
USHER, A. P., History of Mechanical Inventions, N. Y., 1929.
AL-UTBL, ABUL-NASR, Memoirs of the Emir Sabaktagin and Mahmud of Ghazna, tr. Reynolds, London, 1858.

VACANDARD, E., The Inquisition, N. Y., 1908.
*VAN DOREN, MARK, An Anthology of World Poetry, N. Y., 1928. The best work of its kind.
VASARI, G., Lives of the Painters, Everyman Lib. 3v.
VASILIEV, A., History of the Byzantine Empire, Madison, Wis., 1929, 2v.
VERNADSKY, G., Kievan Russia, Yale Univ. Press, 1948.
VILLARI, P., The Two First Centuries of Florentine History, London, 1908.
*VILLEHARDOUIN, G. DE, Chronicle of the Fourth Crusade, Everyman Lib.
VINOGRADOFF, P., English Society in the Eleventh Century, Oxford, 1908.
VOLTAIRE, Essay on the Manners and Morals of Europe, in Works, Vol. XIII, N. Y., 1901.
VOSSLER, K., Medieval Culture: an Introduction to Dante and His Times, N. Y., 1929. 2v.
*WADDELL, HELEN, Medieval Latin Lyrics, N. Y., 1942.
The Wandering Scholars, London, 1927

Peter Abélard, N. Y., 1933.
WAERN, C., Medieval Sicily, London, 1910.
WALKER TRUST REPORT, The Great Palace of the Bizantine Emperors, Oxford, 1947.
WALSH, J. J., The Popes and Science, N. Y., 1913.
The Thirteenth the Greatest of Centuries. Catholic Summer School Prĕss, 1920.
WALTHER VON DER VOGELWEIDE, I Saw the World, tr. Colvin, London, 1938.
Songs and Sayings, tr. Betts, London, n.d.
WAXMAN, M., History of Jewish Literature, N. Y., 1930. 3v.
WEIGALL, A., The Paganism in Our Christianity, N. Y., 1928.
WEIR, T. H., Omar Khayyam the Poet, N. Y., 1926.
WELCH, ALICE, Of Six Medieval Women, London, 1913.
WEST, A. F., Alcuin, N. Y., 1916.
WESTERMARCK, E., Origin and Development of the Moral Ideas, London, 1917f. 2v.
Short History of Marriage, N. Y., 1926.
WHERRY, E. M., Commentary on the Qur'an, with Sale's tr. and notes, London, 1896. 4v.
WHITE, E. M., Woman in World History, London, n. d.
WICKSTEED, P. H., Dante and Aquinas, London, 1913.
WILLIAM OF MALMESBURY, Chronicle of the Kings of England, London, 1883.
WILLIAM OF TYRE, Godeffroy of Bologne, or the Siege and Conquest of Jerusalem, tr. Caxton, London, 1893.
WILLOUGHBY, W. W., Social Justice, N. Y., 1900.
WINCKELMANN, J., History of Ancient Art, Boston, 1880. 2v.
WOLFRAM VON ESCHENBACH, Parzival, tr. Weston, London, 1894. 2v.
WRIGHT, TH., ed., The Book of the Knight of La Tour-Landry, London, 1868.
A History of Domestic Manners and Sentiments in England during the Middle Ages, London, 1862.

YELLIN, D., and ABRAHAMS, I., Maimonides, Phila., 1903.

ZEITLIN, S., Maimonides, N. Y., 1935.
ZIMMERN, H., The Hansa Towns, N. Y., 1889.

Notas

Muitos títulos de obras referidos podem ser encontrados na Bibliografia. Os números romanos maiúsculos, exceto no início de uma nota, indicam volumes, seguidos dos números de páginas; os números romanos minúsculos indicam "livros" (divisões do texto) seguidos dos números dos capítulos ou versículos.

CAPÍTULO I

1. Ammianus Marcellinus, xxi, 16.
2. Philostorgius, ii, 9, in Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, II, 78.
3. Sozomen, *Ecclesiastical History*, ii, 3.
4. Lot, Ferdinand, *End of the Ancient World*, 71; Bury, J. B., *History of the Later Roman Empire*, I, 87.
5. *Cambridge Medieval History*, IV, 748.
6. Ibid., I, 593.
7. Munro and Sellery, *Medieval Civilization*, 87, cita 30.000; Bury, op. cit., cita 70.000.
8. Dudden, F. H., *Gregory the Great*, I, 129.
9. Duchesne, L., *Early History of the Christian Church*, II, 127.
10. Socrates, *Ecclesiastical History*, i, 37-8.
11. Ibid., ii, 7-11.
12. Boissier, G., *La Fin du Paganisme*, I, 68; Duchesne, II, 250.
13. Boissier, op. cit., I, 82.
14. Eunapius, *Lives of the Sophists*, 487.
15. Capes, W. W., *University Life in Ancient Athens*, 66.
16. Boissier, I, 178.
17. Wright, W. C., Introd. to Eunapius, p. 333.
18. Cf. Inge, W. R., *Philosophy of Plotinus*, I, ii.
19. In Murray, A. S., *History of Greek Sculpture*, I, 100.
20. In Boissier, I, 96.
21. Ammianus, xxii, 5; Duchesne, II, 262.
22. Boissier, I, 102.
23. Socrates, iii, 1.
24. Julian, *Letter to the Athenians*, 278D-280C; Ammianus, xvi, 11-12.
25. Ammianus, xvi, 53; Duchesne, II, 199.
26. Ammianus, xviii, 1.
27. Ibid., xvi, 10.
28. Boissier, I, 107.
29. Ammianus, xxv, 4.
30. Julian, *Misopogon*, 338B.
31. Socrates, iii, I; Ammianus, xxii, 4.
32. *Misopogon*, 340B.
33. Ammianus, xvi, 1.
34. Gardner, Alice, *Julian, Philosopher and Emperor*, 260.
35. Ammianus, xxii, 7.
36. Eunapius, 477.
37. Julian, Letter 441, in *Works*, III, 7.
38. Julian, *To Edicius*, 23, in *Works*, III.
39. Julian, *Against the Galileans*, 89A-94A, 106DE, 168B, 351D, 238A, 319D.
40. Julian, *To the Cynic Herakleios*, 205C.
41. Ibid., 217B.
42. Ibid., 237B.
43. Ammianus, xxii, 12.
44. Lucian, *Panegyric*, in Boissier, I, 140.
45. Julian, *Letter to a Priest*, 305B; *To Arsacius*.
46. Julian, *To the High Priest Theodorus*, 16.
47. *Letter to a Priest*, 290D.
48. Ammianus, xxii, 10.
49. Sozomen, v, 5, 18; Julian, *Works*, III, 41n.
50. In Boissier, I, 122.
51. Julian, Letter 10; Boissier, I, 127.
52. Julian, *Misopogon*, 368C.
53. Ammianus, xxii, 13.
54. Sozomen, vi, 2.
55. Ammianus, xxv, 3.
56. Milman, H. H., *History of Latin Christianity*, I, 112; Sihler, E. G., *From Augustus to Augustine*, 217.
57. Theodoret, iii, 28, in Lecky, W. E. H., *History of European Morals*, II, 261.
58. Duschene, II, 268.

CAPÍTULO II

1. Dopsch, A., *Economic and Social Foundations of European Civilization*, 89.
2. Guilherme de Malmesbury, *Chronicle of the Kings of England*, i, 4.
3. Lea, H. C., *Superstition and Force*, 451.
4. Boissier, II, 180.
5. Rostovtzeff, M., *Social and Economic History of the Roman Empire*, 479.
6. Dill, S., *Roman Society in the Last Century of the Roman Empire*, 297.
7. Jordanes, *Gothic History*, 247.
8. In Thompson, J. W., *Economic and Social History of the Middle Ages*, 106.
9. Jordanes, § 26 e segs. Gibbon, III, 38.
10. Ammianus, xxxi, 13.

11. Socrates, iv, 31.
12. Broglie, Duque de, *St. Ambrose*, 120-4.
13. Gibbon, III, 168.
14. Bury, J. B., *History of the Later Roman Empire*, I, 129; Gibbon, III, 175.
15. Pirenne, H., *Medieval Cities*, 36.
16. Louis, Paul, *Ancient Rome at Work*, 231.
17. Boissier, I, 417; Dill, op. cit., 228, 272.
18. Salvianus, *De Gubernatione Dei*, v, 28, in Frank, T., *Economic Survey of Ancient Rome*, III, 260.
19. Boissier, II, 416.
20. Ibid.
21. Louis, Paul, 235.
22. In Hodgkin, T., *Italy and Her Invaders*, I, 423.
23. Cf. Agostinho, Ep. 232.
24. Salvian, iv, 15; *passim*; e excertos in Heitland, W. E., *Agricola*, 423, Boissier, II, 410, 420, e Bury, *Later Roman Empire*, 307.
25. In Dill, 56.
26. Symmachus, Ep. vi, 42; ii, 46; in Dill, 150.
27. Friedländer, L., *Roman Life and Manners under the Early Empire*, II, 12.
28. Lot, 178; Dill, 58; Friedländer, II, 29.
29. Ammianus, xiv, 6.
30. Symmachus, Ep. iii, 43.
31. Ammianus, xxii, 10.
32. Ibid., xxi, 1; Thorndike, L., *History of Magic and Experimental Science*, I, 285.
33. Ammianus, xvi, 1.
34. Macrobius, *Opera accedunt integrae*, Saturnalia, *ad fin*.
35. Ibid., i, 11.
36. Claudian, *Poems*, "On the Consulate of Stilicho", iii, 130.
37. Voltaire, *Works*, XIII, 77.
38. Boissier, II, 180.
39. In Shotwell, J. T., e Loomis, R., *The See of Peter*, 675.
40. Symmachus, Ep. x, 3, in Boissier, II, 224.
41. In Boissier, II, 280.
42. Jordanes, 167f.
43. Procopius, *History of the Wars*, iii, 3.25.
44. Jordanes, § 168.
45. Procopius, iii, 5.
46. Jordanes, § 181.
47. Ibid., § 254 e segs.
48. Procopius, iii, 4.
49. Gibbon, III, 461; Sihler, 302.

CAPÍTULO III

1. Paul, I Cor. vii, 32.
2. Gibbon, II, 318; Lecky, *History of European Morals*, II, 49; Duchesne, II, 189.
3. Robertson, J. M., *Short History of Free Thought*, 242; Bury, *History of the Eastern Roman Empire*, 352f.
4. Hefele, C. J., *History of the Christian Councils*, III, 12.
5. Milman, I, 281 e segs.
6. Davis, H. W. C., *Medieval England*, 128.
7. Ammianus, xxvii, 3.
8. Gibbon, II, 485n.
9. Ammianus, xxvii, 3; Duchesne, II, 364.
10. Cutts, E. L., *St. Jerome*, 30f.
11. Jerônimo, *Letters*, xxii, 30.
12. Ibid., xxxviii, 3; xxii, 13, 27.
13. Ep. cxvii, 7.
14. Ep. xxii, 14.
15. Ibid.
16. Ep. cvii, 3.
17. Ep. xxii, 21.
18. Ep. xxiii.
19. Adv. Jovin., i, 2.
20. Ep. xxii, 25.
21. Duchesne, III, 74.
22. Ibid., 446.
23. Cutts, 150.
24. Jerônimo, Ep. lx, 17.
25. Socrates, iv, 30.
26. Broglie, 10-13.
27. Agostinho, *Confissões*, ix, 7.
28. In Davis, W. S., e West, W. M., *Readings in Ancient History*, II, 297.
29. Guizot, F., *History of Civilization*, I, 341.
30. Gregório de Tours, *History of the Franks*, 15.
31. Guizot, *History of Civilization*, II, 69.
32. Duchesne, II, 391.
33. Lecky, *Morals*, II, 107.
34. Cutts, 137.
35. Lecky, I.c.
36. Ibid., 210.
37. Ibid., 107, 158.
38. Boissier, II, 55.
39. Jerônimo, Ep. cxxv, 11.
40. Lecky, II, 115.
41. Ibid., 109.
42. Sozomen, vi, 33.
43. Lecky, II, 110; Nöldeke, Th., *Sketches from Eastern History*, 212f.
44. Lecky, II, 118.
45. Taylor, H. O., *Classical Heritage of the Middle Ages*, 78.
46. Ibid.; Glover, T. R., *Life and Letters in the Fourth Century*, 349.
47. In Gibbon, III, 75.
48. Socrates, vi, 3.
49. Bury, *Later Roman Empire*, I, 138-9.
50. Socrates, vi, 4-5.
51. In Clapham and Power, 116.
52. McCabe, J., *St. Augustine and His Age*, 228.
53. Ibid., 35.
54. Agostinho, *Confissões*, ii, 3.
55. Ibid., vi, 3.

56. Agostinho, *Cidade de Deus*, ii, 14.
57. *Confissões*, v, 8.
58. Enciclopédia Britânica, II, 682.
59. McCabe, *Augustine*, 254.
60. Catholic Encyclopedia, II, 88; Agostinho, *Cartas*, introd., xvi-xviii.
61. Agostinho, Ep. 86.
62. Ep. 93.
63. Ep. 173.
64. Ep. 204.
65. Eps. 103, 133.
66. *Cidade de Deus*, v, 9; vi, 22, 27.
67. Sermon 289.
68. Sermon 165.
69. Duchesne, III, 143.
70. Sermon 131.
71. Ep. 181A.
72. Comment in Joan. Evang., xxix, 6; Sermon 43.
73. In *Cambridge Medieval History*, I, 581.
74. *De Trinitae*, i, 1.
75. *De vera religione*, xxiv, 45.
76. Solil, i, 7.
77. *Confissões*, xiii, 16.
78. *Cidade de Deus*, iv, 27.
79. Ibid.
80. *De libero arbitrio*, ii, 16.
81. *De Gen. ad litt.*, vii, 28; De Wulf, *History of Medieval Philosophy*, I, 118; Catholic Encyclopedia, II, 90.
82. In De Wulf, I, 117.
83. *Confissões*, Livro xi.
84. *De Trin.*, x, 10.
85. Ibid., viii, 6; *Confissões*, x, 6.
86. *De bono conjugali*, x; Figgis, J. N., *Political Aspects of St. Augustine's City of God*, 76; Lea, H. C., *Sacerdotal Celibacy*, 47.
87. *Confissões*, x, 30.
88. Ibid., vii, 14; x, 6, 22; xiii, 9.
89. *Cidade de Deus*, vi, 9.
90. Filípicas, iii, 20; Efésios, ii, 19.
91. Figgis, 46.
92. Marcus Aurelius, *Meditations*, iv, 19.
93. *Cidade de Deus*, xv, 1.
94. Ibid., i, 34.
95. Ibid., xix, 7; xx, 9.
96. Boissier, II, 331.
97. Agostinho, *Cartas*, p. 38.
98. Comm. on Psalm cxxii.
99. Funk, F. X., *Manual of Church History*, I, 198.
100. Frazer, Sir. J. G., *Adonis, Attis, Osiris*, 315.
101. Ibid., 306.
102. In Boissier, II, 118.
103. Renan, E., *Marc Aurèle*, 629.
104. Duchesne, III, 11.
105. Ibid., 16.
106. Lecky, *Morals*, II, 61.
107. Ibid., 72.
108. Ibid., 83.
109. Ibid., 81.
110. Fisher, H. L., *The Medieval Empire*, I, 14.
111. Guignebert, C., *Christianity Past and Present*, 151.
112. Ambrose, Ep. 2, in Boissier, II, 424.

CAPÍTULO IV

1. *Cambridge Ancient History*, XII, 287.
2. Heverfield, F., *The Roman Occupation of Britain*, 220; Home, G., *Roman Britain*, 104.
3. Quennell, M., *Everyday Life in Roman Britain*, 103.
4. Mommsen, Th., *Provinces of the Roman Empire*, I, 211.
5. Bede, *Ecclesiastical History*, v, 24.
6. Gildas, *Chronicle*, xxiii; *Anglo-Saxon Chronicle*, p. 25.
7. Bede, i, 15; *Anglo-Saxon Chronicle*, 26.
8. Collingwood, R. G., and Myres, J., *Roman Britain*, 320.
9. Geoffrey of Monmouth, *British History*, vii-xi.
10. Guilherme de Malmesbury, *Chronicle*, II.
11. Collingwood, 324.
12. Joyce, P. W., *Short History of Ireland*, 123; Hyde, D., *Literary History of Ireland*, 77.
13. Hyde, 19.
14. Lecky, *Morals*, II, 253.
15. Joyce, 123.
16. Briffault, R., *The Mothers*, III, 230, citando De Jubainville, *Le Droit du rois dans l'épopée irlandaise*, in *Révue archéologique*, XLIII, 332f.
17. Hyde, 71.
18. Ibid., 83.
19. Do sétimo século "Voyage of Brand", in Hyde, 96f.
20. Bede, i, 13; Bury, J. B., *Life of St. Patrick*, 54.
21. Duchesne, III, 425.
22. Bury, *Patrick*, 172.
23. Nennius, *History of the Britons*, II, in Giles, *Six Old English Chronicles*, p. 410.
24. Bury, *Patrick*, 121.
25. Ausonius, *Poems, Commemoratio Professorum Burdigalensium*.
26. Waddell, H., *Medieval Latin Lyrics*, 32.
27. Ausonius, *Poems, Parentalia*, x.
28. Ibid., Ep. xxii, 23f.
29. Stevens, *Sidonius Apollinaris*, 68-9.
30. Guizot, *History of Civilization*, I, 343.
31. Dill, *Last Century*, 206.
32. Stevens, 134-8.
33. Ibid., 160 e segs.

34. Sidonius Apollinaris, *Poems and Letters*, Ep. i, 2.
35. In Francke, K., *History of German Literature*, 10.
36. Sidonius in Lacroix, P., *Manners, Customs, and Dress*, 514.
37. Gibbon, IV, 65.
38. Gregório de Tours, viii, 9.
39. Lea, *Superstition and Force*, 318.
40. Sófocles, *Antigone*, II, 264-7.
41. Gibbon, IV, 70.
42. Schoenfeld, Hermann. *Women of the Teutonic Nations*, 41; Dill, *Roman Society in the Merovingian Age*, 47.
43. Lei Sálica, xiv e xli, Ogg, F., *Source Book of Medieval History*, 63-5.
44. Schoenfeld, 40.
45. Brittain, A., *Women of Early Christianity*, 203.
46. Lot, 397.
47. Gregório de Tours, ii, 37.
48. Ibid.
49. Id., ii, 40.
50. II, 43.
51. V, 132-6; vi, 165.
52. Dill, *Merovingian Age*, 279.
53. Gregório de Tours, vii, 178; x, 246.
54. Id., iv, 100.
55. Michelet, J., *History of France*, I, 107.
56. Gregório, introd., p. xxii.
57. Gregório, i, 5.
58. II, prólogo.
59. Gregório, introd., p. xxiv.
60. Guizot, *History of Civilization*, I, 58.
61. Lecky, *Morals*, II, 204.
62. Isidoro de Sevilha, *Etymologies*, in Brehaut, E., *An Encyclopedist of the Dark Ages*, 215.
63. Dieulafoy, M., *Art in Spain and Portugal*, 54.
64. Mahaffy, J. P., *Old Greek Education*, 52.
65. Thompson, J. W., *Economic History of the Middle Ages*, 120.
66. Cassiodorus, *Letters of, Variae*, ii, 27.
67. Procopius, v, I.26.
68. This survives only as a crude abreviation by Jordanes.
69. Milman, I, 433.
70. Ibid., 439.
71. In Cassiodorus, *Variae*, ii, 6; iii, 28.
72. Milman, I. 442.
73. Boethius, *Consolation of Philosophy*, ii, 3.
74. Ibid., 4.
75. Ibid., iii, 10.
76. Procopius, v, I.

CAPÍTULO V

1. *Justiniani Institutionum libri quattuor*, Introd., I, 63.
2. Procopius, *Buildings*, i. 7.
3. Procopius, *Anecdota*, viii, 24.
4. John Malalas in Bury, *Later Roman Empire*, II, 24.
5. Procopius, *Anecdota*, xv, II.
6. Id., *History of the Wars*, i, 24.
7. Id., *Buildings*, i, 11.
8. Diehl, C., *Byzantine Portraits*, 58.
9. Procopius, *Anecdota*, xi.
10. Ibid., ix, 50.
11. Bury, *Later Roman Empire*, II, 29.
12. Procopius, *Anecdota*, xvii, 5.
13. Diehl, *Portraits*, 70.
14. Bouchier, E., *Life and Letters in Roman Africa*, 107.
15. Procopius, *History of the Wars*, iv. 6.
16. Ibid., vii, 1.
17. Ibid., 5-8.
18. Lot, 267.
19. Gibbon, IV, 359.
20. Lot, 267.
21. *Justiniani Inst.*, Proemium.
22. Cod. I, xiv, 34.
23. Cod. IV, xliii, 21.
24. Cod. XI, xlviii, 21; lxix, 4.
25. Bury, *Later Roman Empire*, II, 406; Milman, I, 501.
26. Procopius, *History of the Wars*, vii, 32.
27. In Gibbon, V, 43.
28. Procopius, *Buildings*, i, 1.

CAPÍTULO VI

1. Frank, *Economic Survey of Ancient Rome*, IV, 152.
2. Rostovtzeff, M., *History of the Ancient World*, II, 353-4.
3. Procopius, *History*, viii, 17.
4. Lopez, R. S., *in Speculum*, XX, i, 3, 7, 19.
5. Ibid., 10-12.
6. Novella 122 in Bury, *Later Roman Empire*, II, 356.
7. Dalton, O. M., *Byzantine Art*, 50.
8. Bury, 357.
9. Diehl, C., *Manuel d'art Byzantin*, 248.
10. Procopius, *Anecdota*, xvii, 24.
11. Himes, N., *Medical History of Contraception*, 92-6.
12. Boissier, *La fin du paganisme*, I, 168.
13. Gibbon, I, 382.
14. Schneider, H., *History of World Civilization*, II, 640.
15. Castiglione, A., *History of Medicine*, 252; Garrison, F. H., *History of Medicine*, 123.
16. Thorndike, L., *History of Magic and Experimental Science*, I, 147.
17. O'Leary, D., *Arabic Thought*, 53.
18. Himes, 95.

19. Thorndike, I, 584.
20. Agostinho, *Confissões*, vii, 6.
21. Heath, Sir T., *History of Greek Mathematics*, II, 528.
22. Socrates, vii, 15.
23. Lecky, *Morals*, II, 315.
24. Bury, *Later Roman Empire*, I, 217.
25. Duchesne, III, 210.
26. Socrates, vii, 15.
27. Gregory Nazianzen, *Panegyric on St. Basil*, in Monroe, P., *Source Book of the History of Education for the Greek and Roman Period*, 305.
28. Bury, *Later Roman Empire*, I, 377.
29. Diehl, *Manuel*, 218.
30. Higham and Bowra, *Oxford Book of Greek Verse*, 654.
31. Ibid., 665.
32. Socrates, vii, 48.
33. Procopius, *History*, viii, 32; v, 3.
34. Winckelmann, J., *History of Ancient Art*, I, 360-1; Finlay, G., *Greece under the Romans*, 195.
35. Strzygowski, J., *Origin of Christian Church Art*, 4-6.
36. Procopius, *Buildings*, i, 10.
37. Ibid., i, 1.
38. Ibid.
39. Ibid., i, 3.
40. Dalton, 258.
41. Lot, 143.
42. Diehl, *Manuel*, 249; Dalton, 579; Lot, 146.
43. Boécio, ix.

CAPÍTULO VII

1. Ammianus, xxii, 6.
2. Ibid.
3. Dhalla, M. N., *Zoroastrian Civilization*, 371.
4. Rawlinson, G., *Seventh Great Oriental Monarchy*, 29.
5. Procopius, *Persian War*, ix, 19.
6. Bury, *Later Roman Empire*, I, 92.
7. Ammianus, xxiii, 6.
8. Talmud, Berachoth, 8b.
9. Dhalla, 301f.
10. Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 188.
11. Macrobius, *Saturnalia*, vii, 1.
12. Gottheil, R. J., *Literature of Persia*, I, 159.
13. Firdousi, *Epic of the Kings*, recontado por Helen Zimmern, 191; Sykes, Sir P., *History of Persia*, I, 466.
14. Gottheil, I, 166.
15. Dhalla, 377.
16. Ibid., 305.
17. Browne, E. G., *Literature History of Persia*, I, 107.
18. Sarton, G., *Introd. to the History of Science*, I, 435.
19. Browne, E. G., *Arabian Medicine*, 23.
20. Dhalla, 354.
21. Ibid., 362.
22. Ibid., 274; Bury, *Later Roman Empire*, I, 91.
23. Rawlinson, G., *Seventh Great Oriental Monarchy*, 636.
24. Bright, W., *Age of the Fathers*, I, 202.
25. Sykes, I, 414.
26. Lowie, R. H., *Are We Civilized?*, 37.
27. Pope, A. U., *Survey of Persian Art*, I, 755.
28. Dhalla, 356.
29. Pope, 761.
30. Baron, S. W., *Social and Religious History of the Jews*, I, 256.
31. Ammianus, xxiii, 6.
32. Pope, 716.
33. Browne, *Literary History*, I, 127.
34. Ibn Khaldun, *Prolégomènes*, I, 80, Rawlinson, 61, atribui estas palavras a Ardashir I.
35. Eunapius, § 466.
36. *Cambridge Ancient History*, XII, 112.
37. Sykes, I, 403.
38. Rawlinson, 141.
39. Browne, *Literary History*, I, 171. Sykes, I, 449, situa este massacre nos primeiros anos de Cósroes I.
40. Pope, 755.
41. Procopius, *History of the Wars*, ii, 9.
42. Nöldeke, Th., *Geschichte der Perser... aus Tabari*, 160, in De Vaux, *Les Penseurs de l'Islam*, I, 92.
43. Rawlinson, 446.
44. Sykes, I, 460.
45. Procopius, *History*, i, 26.
46. Mommsen, *Provinces*, II, 47.
47. Graetz, H., *History of the Jews*, III, 18.
48. Sykes, I, 480f.
49. Pope, 524.
50. Creswell, K. A., *Early Muslim Architecture*, I, 101.
51. Dieulafoy, *Art in Spain*, 13.
52. Ibid., Pope, A. U., *Iranian and Armenian Contributions to the Beginnings of Gothic Architecture*, 130
53. Theophylactus Simocarta in Rivoira, G. T., *Moslem Architecture*, 114. Herzfeld considera o palácio de Ctesifonte obra de Sapor I.
54. Gottheil, I, 167.
55. Arnold, Sir T., *Painting in Islam*, 62.
56. Pope, *Survey*, I, 717; Dieulafoy, 21.
57. Ackerman, P., in *Bulletin of the Iranian Institute*, Dec., 1946, p. 42.
58. Pope, A. U., *Introd. to Persian Art*, 144, 168.

59. Sykes, I, 465.
60. Pope, A. U., *Masterpieces of Persian Art*, 182.
61. Pope, *Introd.*, 64.
62. Fenollosa, E., *Epochs of Chinese and Japanese Art*, I, 21.
63. Riefstahl, R. M., *The Parish-Watson Collection of Mohammedan Potteries*, p. viii; Pope, *Survey*, I, 779; Lot, 141.
64. Sir Percy Sykes in Hammerton, J. A., *Universal History of the World*, IV, 2318.
65. Exemplos in Sarre, F., *Die Kunst des alten Persien*, 143.
66. Pope, *Introd.*, 100.
67. Pope, *Survey*, I, 775.
68. Dhalla, 273.
69. Sykes, I, 490.
70. Browne, *Literary History*, I, 194.
71. Sykes, I, 490.
72. Ibid., 498.

CAPÍTULO VIII

1. Burton, Sir R. F., ed., *Thousand Nights and a Night*, I, vii.
2. Hell, J., *The Arab Civilization*, 7; Dawson, Christopher, *The Making of Europe*, 136.
3. Enciclopédia Britânica, II, 184.
4. Doughty, Chas., *Travels in Arabia Deserta*, I, xx.
5. Margolioth, D. S., *Mohammed and the Rise of Islam*, 29; Nöldeke, *Sketches*, 7.
6. Burton, R. F., *Personal Narrative of a Pilgrimage to al-Medinah and Meccah*, II, 93.
7. Blunt, Lady A. and Sir W. S., *The Seven Golden Odes of Pagan Arabia*, 43.
8. Ibid.
9. Koran, ix, 98; tr. and ed. Pickthall, *The Meaning of the Glorious Koran*. A numeração dos versículos, de Pickthall, difere ocasionalmente da de outras transcrições.
10. Sale, G., in Wherry, E. M., *Commentary on the Qur'an*, tr. de Sale, I, 43.
11. Herodotus, iii, 8.
12. Ali Tabari, *Book of Religion and Empire*, Prólogo, ix; Margoliouth, *Mohammed*, 59; Muir, Sir W., *Life of Mohammed*, 512.
13. Browne, E. G., *Literary History of Persia*, I, 261.
14. al-Tabari, Abu Jafar Muhammad, *Chronique*, Part. III, cap. xlvi, p. 202.
15. Pickthall, p. 2
16. Browne, *Literary History*, I, 247.
17. Tisdall, W. S., *Original Sources of the Koran*, 264, citando Ibn Ishaq; Lane-Poole, S., *Speeches and Table Talk of the Prophet Mohammed*, xxiv.
18. Nicholson, R. A., *Translations of Eastern Poetry and Prose*, 38-40. Cf. Koran, xcvi.
19. Muir, *Life*, 51.
20. Koran, xliii, 3; lvi, 76; lxxxv, 22.
21. II, 91.
22. Lxxxvii, 6.
23. Ali, Maulana Muhammad, *The Religion of Islam*, 174.
24. Macdonald, D. B., *Religious Attitude and Life in Islam*, 42.
25. Margoliouth, *Mohammed*, 45.
26. Dozy, R., *Spanish Islam*, 15.
27. Hell, 19.
28. Sale in Wherry, I, 80.
29. al-Baladhuri, Abu-l Abas, *Origins of the Islamic State*, i, 1.
30. Ameer Ali, Syed, *Spirit of Islam*, 54.
31. Muir, *Life*, 214, 234.
32. Ibid., 236.
33. Ibid., 238, citando tradições.
34. Ibid.
35. Andrae, Tor, *Mohammed*, 206; Muir, 245f, citando Ibn Hisham e al-Tabari.
36. Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 58 e segs.
37. Muir, 252f.
38. al-Baladhuri, i, 2.
39. Ibid., i, 4.
40. Ameer Ali, 94.
41. Andrae, 238.
42. Koran, ii, 100; Macdonald, D. B., *Development of Muslim Theology, Jurisprudence, and Constitutional Theory*, 69.
43. Koran, xli, 6.
44. XXXIII, 37.
45. Andrae, 267.
46. Koran, xxxiii, 51.
47. Muir, 77, 244.
48. Koran, xxxiii, 51.
49. Muir, 201.
50. Bukhsh, S. K., *Studies, Indian and Islamic*, 6.
51. Muir, 511.
52. Lane-Poole, *Speeches*, xxx.
53. Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 110.
54. Bukhsh, *Studies*, 6.
55. Irving, W., *Life of Mahomet*, 238.
56. Margoliouth, 105; Irving, 231.
57. Koran, xxxi, 19.
58. Sa'di, *Gulistan*, ii, 29.
59. Margoliouth, 458.
60. Gibbon, V, 254.
61. Margoliouth, 466.

CAPÍTULO IX

1. E.g., sura lv.
2. Lane-Poole, *Speeches*, 180.
3. Koran, xliv, 53; xxxv, 33.
4. XLVII, 15, lxxvi, 14-15.
5. LV, 56-8, lxxviii, 33; xxxvii, 48.

6. LVI, 17; lxxvii, 19.
7. Margoliouth, 69.
8. Koran xvii, 35; Lane-Poole, 157.
9. Ibid., 158.
10. Ali, Maulana, M., *Religion of Islam*, 587.
11. Lane-Poole, 161, 163.
12. Ibid., 162.
13. Ibid.
14. Ali, Maulana, 390.
15. Koran, lv, 10; iv, 31-2.
16. Ali, Maulana, 655.
17. Koran, xxxiii, 53.
18. Ali, 602.
19. Koran, ii, 232; Ali, 632.
20. Ibid., 684.
21. Pickthall, p. 594n.
22 Lane-Poole, 161.
23. Koran, xxxi, 14; xlvi, 15.
24. Ameer, Ali, 183.
25. Lane-Poole, 167.
26. Citado in Muir, *Life*, 520.
27. Lane-Poole, 159.
28. Ibid.
29. Sale in Wherry, I, 122.
30. E.g., Deut. xviii, 15-18; Hag. ii, 7; Song of Songs, ii, 3, xxi, 7; John xvi, 12-13.
31. Talmud, Pirke Aboth, ii, 18.
32. Nöldeke, *Sketches*, 44.
33. Cf. Koran, v, 35 com Talmud, Sanh., ii, 5; Koran, ii, 183 com Ber., i, 2; e Nöldeke, 31.
34. Lane-Poole, xl.
35. Bevan, E. R., *Legacy of Israel*, 147; Hitti, P. K., *History of the Arabs*, 125.
36. Baron, S. W., *Social and Religious History of the Jews*, I, 335-7.
37. Hurgronje, C. S., *Mohammedanism*, 65.

CAPÍTULO X

1. *Cambridge Medieval History*, II, 331.
2. Burton, *Personal Narrative*, I, 149.
3. Finlay, G., *Greece under the Romans*, 367.
4. Muir, Sir W., *The Caliphate*, 56.
5. Ibid., 57.
6. Ibid., 198.
7. Hitti, 176.
8. Gibbon, V, 296.
9. Macdonald, *Development of Muslim Theology*, 23.
10. Hitti, 197.
11. Sykes, Sir P., *History of Persia*, I, 538.
12. Hell, J., 59-60.
13. Muir, *Caliphate*, 376; Hitti, 222.
14. Dozy, 161; Hitti, 227.
15. Muir, *Caliphate*, 428-37; Hitti, 285.
16. Nöldeke, 132.
17. Sa'di, *Gulistan*, i, 3.
18. Burton, Sir R. F., *The Thousand Nights and a Night*, I, 186.
19. Palmer, E. H., *The Caliph Haroun Alraschid*, 30, 78.
20. Arnold, Sir T. W., *Painting in Islam*, 16.
21. Abbott, Nabia, *Two Queens of Baghdad*, 183.
22. Muir, *Caliphate*, 482.
23. Palmer, 221.
24. Ibid., 35; Abbott, 113.
25. Palmer, 81f.
26. Ibn Khaldun, *Les Prolégomènes*, I, 26.
27. Hitti, 300.
28. Eginhard, *Life of Charlemagne*, xvi, 3.
29. Palmer, 121.
30. Nicholson, R. A., *Translations of Eastern Poetry and Prose*, 64.
31. Utbi, Abul-Nasr Muhammad, *Historical Memoirs of the Emir Sabaktagin and Mahmud of Ghazni*, ch. 50, p. 466.
32. Saladin, H., et Migeon, G., *Manuel d'art musulman*, I, 441.

CAPÍTULO XI

1. Lestrange, G., *Palestine under the Moslems*, citando Masudi, ii, 438.
2. Hitti, 351.
3. Milman, H. H., *History of Latin Christianity*, III, 65n.
4. Lane, E. W., *Arabian Society in the Middle Ages*, 117.
5. Usher, A. P., *History of Michanical Inventions*, 128-9.
6. De Vaux, Baron Carra, *Les Penseurs d'Islam*, I, 8.
7. Barnes, H. E., *Economic History of the Western World*, 111.
8. Renard, G., *Life and Work in Prehistoric Times*, 113.
9. Hitti, 344.
10. Thompson, J. W., *Economic and Social History of the Middle Ages*, 373.
11. Ibn Khaldun, *Les Prolégomènes*, 416.
12. Hitti, 348.
13. Muir, *Caliphate*, 501.
14. Hitti, 344.
15. Hurgronje, 128.
16. Browne, E. G., *Literary History*, I, 323.
17. Ibid., 318.
18. Dawson, 158.
19. Browne, I, 323; Muir, *Caliphate*, 510.
20. Nöldeke, 146-75.
21. Arnold, *Painting in Islam*, 104.
22. Guillaume, A., *The Traditions of Islam*, 13.
23. Ibid., 134-8; Becker, C. H., *Christianity and Islam*, 62.
24. Guillaume, 47-52, 77.
25. Margoliouth, *Mohammed*, 80.

26. Guillaume, 80.
27. Sykes, I, 521.
28. Andrae, 101.
29. Mencionado in Wherry, I, 172.
30. Ali, Maulana, 730.
31. Philby, H., *A Pilgrim in Arabia*, 40.
32. Doughty, I, 59.
33. Burton, *Pilgrimage*, I. 325.
34. Ali, Maulana, 522.
35. Burton, *Pilgrimage*, II, 63; Mencionado in Wherry, I, 185.
36. Graetz, H., *History of the Jews*, III, 87; Hitti, 234.
37. Lestrange, *Palestine*, 212; Arnold, Sir T., and Guillaume, A., *The Legacy of Islam*, 81.
38. Baron, S. W., *History*, I, 319.
39. Guillaume, 132.
40. Catholic Encyclopedia, VIII, 459.
41. Becker, 32.
42. Hitti, 685; Sarton, G., *Introduction to the History of Science*, Vol. II, Part. I, 80.
43. Westermarck, E., *Origin and Development of the Moral Ideas*, II, 476.
44. Kremer, A. von, *Kulturgeschichte des Orients unter den Khalifen*, 52.
45. Abbott, 98.
46. Lane, E. W., *Arabian Society*, 219-20.
47. Bukhsh, S. K., *Studies*, 83.
48. Hitti, 239.
49. Ali, Maulana, 390.
50. Lane-Poole, S., *Saladin*, 247.
51. Macdonald, D. B., *Aspects of Islam*, 294; Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 362.
52. Müller-Lyer, F., *Evolution of Modern Marriage*, 42.
53. Lane-Poole, *Saladin*, 217.
54. Ibid., 251; Sumner, W, G., *Folkways*, 353.
55. Lane, E. W., *Arabian Society*, 221.
56. Ibid., 223.
57. Hitti, 342.
58. Bukhsh, *Studies*, 88.
59. Abbott, 137, 149.
60. Bukhsh, 84.
61. al-Ghazzali, Abu Hamid, *Kimiya'e Saadat*, tr. conforme *The Alchemy of Happiness* de C. Field, 93.
62. Himes, N. E., *Medical History of Contraception*, 136.
63. Lane-Poole, *Saladin*, 415.
64. Guillaume, *Traditions*, 115.
65. Westermarck, *Moral Ideas*, I, 94.
66. Mencionado in Wherry, I, 168.
67. Hitti, 338.
68. De Vaux, II, 272f; Chardin, Sir J., *Travels in Persia*, 198.
69. Muir, *Caliphate*, 374.
70. Ibid., 519.
71. Lane, *Saladin*, 285.
72. Bury, J. B., *History of the Eastern Roman Empire*, 236.
73. Hurgronje, 98.
74. Macdonald, *Muslim Theology*, 84; Guillaume, 69; Burton, *Personal Narrative*, I, 148, 167.
75. Arnold and Guillaume, *Legacy*, 305.
76. Macdonald, *Theology*, 66.
77. Muir, *Caliphate*, 170.
78. Lestrange, *Palestine*, 24.
79. Hitti, 236f.
80. In Lestrange, 120.
81. Ibid., 342.
82. Ibid., 301.
83. Ibid., 295-301, 342, 348, 353, 361, 377.
84. Ibid., 265.
85. Ibid., 237.
86. Creswell, K. A. C., *Early Muslim Architecture*, I, 137; Rivoira G. T., *Moslem Architecture*, 110.
87. Iacube, ii, 587, in Lestrange, 262.
88. Lane, *Saladin*, 184.
89. Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 339.
90. Baron, I, 320.
91. Abulfeda, in Rowbotham, J. F., *The Troubadours and the Courts of Love*, 16n.
92. Lestrange, G., *Baghdad during the Abbasid Caliphate*, 253.
93. Lane, E. W., *Arabian Society*, 203.
94. Lane-Poole, S., *Studies in a Mosque*, 185.

CAPÍTULO XII

1. In Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 331.
2. Lane, *Saladin*, 86.
3. Lane-Poole, S., *Cairo*, 183.
4. Hitti, 409.
5. Macdonald, *Aspects of Islam*, 289, 301
6. Bukhsh, *Studies*, 195.
7. Carter, T. F., *The Invention of Printing in China*, introdução e p. 85; Thompson, Sir E. M., *Introduction to Greek and Latin Palaeography*, 34; Barnes, *Economic History*, 113.
8. Bukhsh, 49-50.
9. Ibid., 197.
10. Gibbon, V, 411.
11. Browne, *Literary History*, I, 275.
12. Pope, *Masterpieces of Persian Art*, 151.
13. Sarton, I, 662.
14. Gibbon, V, 298.
15. al-Tabari, *Chronique*, i, 1.
16. Ibid., i, 17.
17. Ibid., i, 118.
18. Sarton, I, 637.
19. De Vaux, I, 78.
20. Ibn Khaldun, I, 78.
21. Sarton, I, 530.
22. Arnold e Guillaume, *Legacy*, 385.
23. Sarton, I, 602.

24. Bukhsh, 168.
25. De Vaux, II, 76.
26. Ibid., 78.
27. al-Biruni, Abu Rayhan Muhammad, *Chronology of Ancient Nations*, introd., xiii.
28. al-Biruni, *India*, I, 3.
29. In Boer, T. J. de, *History of Philosophy in Islam*, 146.
30. De Vaux, II, 217; Arnold e Guillaume, 395.
31. al-Biruni, *India*, I, 198.
32. Bukhsh, 181.
33. Sarton, I, 707.
34. Ibid., 693.
35. Lane, *Arabian Society*, 54n.
36. Ibn Khaldun, III, 250-5.
37. Thompson, J. W., *Economic and Social History*, 358.
38. Grunebaum, G. von, *Medieval Islam*, 331.
39. Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 392.
40. Kellogs, J. H., *Rational Hydrotherapy*, 1928, 24.
41. Ibid.
42. Lane, *Arabian Society*, 56.
43. Garrison, F., *History of Medicine*, 1929, 137.
44. Arnold e Guillaume, 336.
45. Bukhsh, 197.
46. Hitti, 364.
47. Ibid.
48. Campbell, D., *Arabian Medicine*, 66f.
49. Sarton, I, 609.
50. Ibn Khallikan, Muhammad, *Biographical Dictionary*, I, 440.
51. Ibid., 443.
52. In Draper, J. W., *History of the Intellectual Development of Europe*, I, 411.
53. John, i, 1-3.
54. Bukhsh, 59.
55. Boer, 101; Arnold e Guillaume, 255.
56. Aristóteles, *De Anima*, iii, 5.
57. Macdonald, *Muslim Theology*, 150.
58. Barhebraeus in Grunebaum, 182; Hitti, 353; Muir, *Caliphate*, 521.
59. In Ameer, Ali, *Spirit of Islam*, 408.
60. Dawson, 155.
61. Ibn Khallikan, III, 308.
62. O'Leary, DeL., *Arabic Thought and Its Place in History*, 153.
63. Ueberweg, F., *History of Philosophy*, I, 412.
64. De Vaux, IV, 12-18.
65. Boer, 123.
66. Ibid., 81 e segs.
67. Husik, I., *History of Medieval Jewish Philosophy*, xxxix.
68. Salibu, D., *Étude sur la metaphysique d'Avicenne*, 21.
69. Ibid., 106, 114, 121, 151; Hastings, *Encyclopedia of Religion and Ethics*, XI, 275-6; Boer, 136.
70. Salibu, 170; Gruner, O. C., *Treatise on the Canon of Medicine of Avicenna*, introdução, p. 9.
71. Boer, 138-42.
72. Salibu, 208.
73. In Ameer Ali, 395.
74. Boer, 144.
75. al-Baladhuri, i, 6; Bacon, Roger, *Opus Maius*, tr. R. B. Burke, Vol. I, p. 15.
76. Salibu, 27.
77. Arnold e Guillaume, 311.
78. *Avicennae Canon Medicinae*, p. 118.
79. In Nicholson, R. A., *Mystics of Islam*, 7.
80. Ibn Khaldun, III, 106.
81. Browne, *Literary History*, I, 426.
82. In Hitti, 435.
83. Nicholson, R. A., *Studies in Islamic Mysticism*, 4-5.
84. Macdonald, *Religious Attitude*, 169-71; Nicholson, *Studies in Mysticism*, 78.
85. Ibid., 25.
86. Arnold e Guillaume, 219.
87. Hitti, 438.
88. Browne, II, 261.
89. Nicholson, *Studies in Mysticism*, 6-21.
90. Id., *Translations of Eastern Poetry*, 98-100.
91. In Browne, II, 265.
92. Nicholson, *Mysticism*, 28-31, 38.
93. Browne, I, 404; Dawson, 158.
94. Hitti, 443.
95. Browne, I, 404.
96. al-Masudi, Abul-l Hasan, *Meadows of Gold*, French tr., IV, 89.
97. Lane-Poole, *Cairo*, 154.
98. Nicholson, *Studies in Islamic Poetry*, 48.
99. Id., *Translations*, 33.
100. Nicholson, R. A., *Literary History of the Arabs*, 295; Ibn Khallikan, I, 393.
101. De Vaux, IV, 252.
102. Browne, I, 369.
103. Nicholson, *Islamic Poetry*, 133-7.
104. Rihani, A. F., *The Quatrains of Abu'l'Ala* (al-Ma'arri), vii.
105. Nicholson, *Literary History*, 319.
106. Id., *Islamic Poetry*, 148.
107. Ibid., 102, 145; Rihani, 120.
108. Nicholson, *Islamic Poetry*, 108-10.
109. Ibid., 191-2.
110. Ibid., 121.
111. Id., *Translations*, 102.
112. Id., *Islamic Poetry*, 150.
113. Ibid., 160.
114. Ibid., 161-5.
115. Id., *Translations*, 102.
116. Id., *Islamic Poetry*, 119.
117. Ibid., 127.

118. Id., *Translations*, 102.
119. Id., *Islamic Poetry*, 140.
120. In Browne, II, 120.
121. In Firdusi, *The Epic of Kings*, repetido por Helen Zimmern, 4.
122. Firdusi, *The Shah Nameh*, in Gottheil, R. J., ed., *The Literature of Persia*, I, 54.
123. Ibid., 156, tr. Jas. Atkinson. Matthew Arnold repetiu o fato in *Sohrab and Rustum*.
124. In Pope, *Survey of Persian Art*, II, 975.
125. Cf. "The Nazarene Broker's Story" in Burton, *Thousand Nights and a Night*, I, 270.
126. Pope, *Survey*, II, 1439.
127. Lane-Poole, *Saladin*, 29.
128. Lane, *Arabian Society*, 54-61.
129. Pope, II, 927; Hell, 109.
130. Creswell, I, 329.
131. In Lane, *Arabian Society*, 58.
132. Pope, II, 975.
133. Pope, IV, 317-28.
134. Pope, Arthur U., *Introduction to Persian Art*, 200.
135. Arnold e Guillaume, 117.
136. Pope, II, 1447.
137. Fenollosa, E. F., *Epochs of Chinese and Japanese Art*, I, 21; Pope, *Survey*, I, 2.
138. Pope, II, 1468.
139. Guillaume, 128.
140. Enciclopédia Britânica, XV, 654.
141. Ibid., Hitti, 420.
142. Arnold, *Painting in Islam*, 65.
143. Ibid., 21.
144. Lane, *Arabian Society*, 117.
145. Ibid., 15.
146. Hitti, 274.
147. Farmer, H. G., in Arnold e Guillaume, 358.
148. Sa'di, *Gulistan*, ii, 26.
149. In Arnold e Guillaume, 359
150. Farmer in Arnold e Guillaume, 367.
151. Ibid., 372.
152. Ibid., 361; Farmer, H. G., *History of Arabian Music*, 154.
153. Farmer in Arnold e G., 359.
154. Hitti, 214.
155. Farmer, 31.
156. Ibid., 112.
157. Ibid., 60-4; Lane-Poole, *Cairo*, 156.
158. Farmer, 120.
159. Ibid., 124.
160. Lane, *Arabian Society*, 172-6.

CAPÍTULO XIII

1. Gibbon, V, 344.
2. Sarton, I, 466; II (ii), 599.
3. Ueberweg, I, 409.
4. Tarn, W. W., *Hellenistic Civilization*, 217; Sarton, I, 466.
5. Gibbon, V, 346.
6. Munro, D. C., e Sellery. G. C., *Medieval Civilization*, 170.
7. Lane-Poole, *Cairo*, 65.
8. Browne, II, 223.
9. Hitti, 625.
10. Browne, II, 223; Margoliouth, D. S., *Cairo, Jerusalem, and Damascus*, 46.
11. Nöldeke, 3.
12. Hitti, 626.
13. Arnold e Guillaume, 163.
14. Pope, Arthur U., *Iranian and Armenian Contributions to the Beginnings of Gothic Architecture*, 237.
15. Lane, *Arabian Society*, 54f.
16. Lane-Poole, *Cairo*, 44, 60.
17. Pope, II, 1488.
18. Arnold e Guillaume, 116.
19. Dimand, M. S., *Handbook of Muhammadan Art*, 255; Arnald, *Painting in Islam*, 127.
20. Margoliouth, *Cairo*, 69.
21. Arnold e Guillaume, 333.
22. Arnold, Sir T. W., *The Preaching of Islam*, 102.
23. Pirenne, Henri, *Mohammed and Charlemagne*, 160f.
24. Hitti, 605.
25. Waern, Cecília, *Medieval Sicily*, 20.
26. Arnold e Guillaume 241.
27. Waern, 25.
28. Calvert, A. F., *Moorish Remains in Spain*, 239.
29. al-Maqqari, Ahmed ibn Muhammad, *History of the Mohammedan Dynasties in Spain*, ii, 146.
30. Ibid., vi, 6.
31. Ibid.
32. Dozy, 458-65.
33. Maqqari, vii, 1.
34. Dozy, 516.
35. Ibid., 522; Calvert, A. F., *Seville*, 11.
36. Lane-Poole, S., *Story of the Moors in Spain*, 43.
37. Dozy, 633, 689.
38. Cf. Maqqari, vi, 3.
39. Dozy, 234.
40. Gibbon, V, 376.
41. Chapman, C. E., *History of Spain*, 50.
42. Ibid., 41; Dozy, 236; Lane-Poole, *Moors*, 50.
43. Chapman, 41.
44. Clapham, J. H., e Power, E., *Cambridge Economic History of Europe*, 136; Barnes, *Economic History*, 114.
45. Clapham, 354-5; Thompson, J.W.; *Economic and Social History*, 547.
46. *Cambridge Medieval History*, III, 432.

47. Pirenne, Jacques, *Les grands courants de l'histoire universelle*, II, 117.
48. Ibid., 19.
49. Arnold, *Preaching*, 134; Dozy, 235.
50. Chapman, 49, 58.
51. Dozy, 268.
52. Ibid.
53. Arnold, *Preaching*, 144.
54. Dozy, 235; Lane-Poole, *Moors*, 47.
55. Rivoira, *Moslem Architecture*, 240.
56. Dozy, 278.
57. Ibid., 286.
58. Arnold, *Preaching*, 141.
59. Dozy, 534.
60. Maqqari, iii, 1.
61. Thompson, J. W., *Economic and Social History*, 549.
62. Maqqari, iii, 2.
63. Ibid., iii, 1.
64. Calvert, *Moorish Remains*, 189.
65. Calvert, A. F., *Cordova*, 107.
66. Maqqari, Vol. II, 139-200.
67. Dozy, 455; Chapman, 50.
68. Pirenne, J., II, 20
69. Maqqari, II, 3.
70. In Dozy, 576.
71. Sarton, I, 713.
72. Dozy, 281.
73. Maqqari, vii, 1.
74. Arnold e Guillaume, 186.
75. Dozy, 326.
76. Ibid.
77. Tr. de Dulcie Smith in Van Doren, Mark, *Anthology of World Poetry*, 99.

CAPÍTULO XIV

1. Browne, II, 176.
2. Ibid., 177; Gibbon, V, 17.
3. Browne, II, 190.
4. Marco Polo, *Travels*, i, 24.
5. Ameer Ali, *Spirit of Islam*, 313.
6. Hitti, 446.
7. Thompson, J. W., *Economic and Social History*, 391; Arnold, *Preaching*, 96.
8. William of Tripoli in Lane-Poole, *Cairo*, 84.
9. Hitti, 679.
10. Adams, Brooks, *Law of Civilization and Decay*, 128.
11. In Lane-Poole, *Cairo*, 27.
12. Irving, W., *The Alhambra*, 47.
13. Lane-Poole, *Moors*, 225.
14. Pope, *Introduction*, 30; Pope, *Survey*, II, 1043.
15. Cf. Migeon, G., *Les arts musulmans*, II, 11.
16. Fry, Roger, in *Persian Art: Souvenir of the Exhibition of Persian Art at Burlington House*, xix.
17. Dillon, E., *Glass*, 165.
18. Lane, *Arabian Society*, 200.
19. Pope, *Masterpieces*, 65.
20. Dimand, *Handbook*, 280.
21. *Time* Magazine, Jan. 23, 1939.
22. Arnold, *Painting*, 127.
23. *N. Y. Times Book Review*, Maio 19, 1940, p. 2.
24. Bukhsh, 96.
25. Nicholson, *Translations*, 116.
26. Ibn Khaldun, III, 438.
27. Ibid., 426.
28. Browne, II, 375.
29. Ibid., 392.
30. Sarton, I, 759.
31. Ibid., II (i), 8.
32. Ibid., I, 760.
33. Browne, II, 246.
34. Nicholson, *Islamic Poetry*, 4-5.
35. Weir, T. H., *Omar Khayyam the Poet*, 21.
36. Nicholson, *Islamic Mysticism*, 1.
37. Browne, II, 108.
38. Ibid., 256.
39. Heron-Allen, Edw., in Houtsma, M., ed., *Encyclopedia of Islam*, III (ii), 988.
40. Weir, 16; Nicholson, *Islamic Poetry*, 5.
41. Browne, II, 249.
42. Quadra cxv do Bodleain MS. in Weir, 36.
43. Weir, 71.
44. In Browne, II, 247.
45. Smith, Margaret, ed., *The Persian Mystics: Attar*, 20-7.
46. Jalal un-Din Rumi, *Selected Poems from the Divani Shamsi Tabriz*, ed. e tr. de R. A. Nicholson, 107.
47. Ibid., 71.
48. Ibid., 47.
49. Sarton, II (ii), 872.
50. Browne, II, 521.
51. Sa'di, *Rose Garden*, 12.
52. Sa'di, *Gulistan*, ii, 7.
53. Ibid., iii, 19.
54. In Browne, II, 530.
55. *Gulistan*, ii, 30.
56. Bustan in Grousset, R., *The Civilizations of the East*, Vol. I: *The Near and Middle East*, 272.
57. *Gulistan*, i, 12.
58. I, 3.
59. II, 27.
60. II, 40.
61. IV, 7.
62. V, 5.
63. V, 4.
64. VII, 2.
65. VII, 4.
66. VIII, 31.
67. VIII, 38.
68. I, 4.

69. V, 8.
70. III, 11.
71. Browne, II, 534.
72. Grunebaum, 39.
73. Sarton, II (i), 12.
74. Ibid., 216.
75. Ibid., 27; II (ii), 632.
76. Ibid., II (i), 31.
77. Margoliouth, *Cairo*, 220.
78. Sarton, II (ii), 1014.
79. Ibid., II (i), 51; II (ii), 663.
80. Ibid., II (i), 424.
81. Hitti, 686.
82. Sarton, II (i), 232.
83. Garrison, 136.
84. Lestrange, *Baghdad*, 104.
85. Garrison, 136; Hell, 117; Lane-Poole, *Cairo*, 34; Margoliouth, *Cairo*, 124-9; Hitti, 677.
86. Baron, S., ed., *Essays on Maimonides*, 112.
87. al-Ghazali, *Some Religious and Moral Teachings*, 138.
88. al-Ghazali, *Destruction of Philosophy*, 155f.
89. Macdonald, *Muslim Theology*, 239.
90. Asin y Palacios, Miguel, *Islam and the Divine Comedy*, 273-5.
91. In Sadi, *Gulistan*, ii, 25.
92. Muir, *Caliphate*, 146.
93. Arnold, *Painting*, 54.
94. Becker, 31.
95. Boer, 175; Duhem, P., *Le système du monde*, IV, 522, 526; Macdonald, *Muslim Theology*, 250.
96. Abu Bepr ibn Tufail, *History of Hayy ibn Yaqzan*, 68.
97. Ibid., 99, 139.
98. In Renan, E., *Averroès et l'averroisme*, 16.
99. Sarton, II, (i), 305.
100. Averroës, *Exposition of the Methods of Argument Concerning the Doctrines of the Faith*, 230.
101. Id., *A Decisive Discourse on the Relation between Religion and Philosophy*, 52.
102. Id., *Exposition*, 190; *Discourse*, 50-1; Gilson, E., *Reason and Revelation in the Middlle Ages*, 40f.
103. Averroës, *Exposition*, 193.
104. Sarton, II (i), 358.
105. Averroës, *Discourse*, 14.
106. Comentário sobre a *Metafísica* de Aristóteles, xii, in Renan, 108.
107. Comentário sobre a *Física*, de Aristóteles, viii, in Renan, 112; Duhem, IV, 549.
108. De Vaux, IV, 70.
109. Comentário sobre *De Anima*, de Aristóteles, iii, in Renan, 122; Duhem, IV, 573.
110. *Destruction of the Destruction*, in Renan, 137n.
111. In Renan, 143.
112. Ibid., 146
113. Arnold e Guillaume, 277-9; Tornav' S. C., *Averroës Doctrine of the Mind*, *Philosophical Review*, Maio, 1943, 282n.; De Vaux, IV, 71; Duhem, IV, 566.
114. Bacon, R, *Opus maius*, i, 6; De Vaux, IV, 87.
115. Renan, 32.
116. In Browne, II, 440.
117. Ibid., 439.
118. Pope, *Survey*, II, 1542.
119. Lestrange, *Baghdad*, 350; Browne, II, 460.
120. Cf. Arnold, *Painting*, 99.
121. Pope, *Survey*, II, 1044.
122. Burton, *Personal Narrative*, 90-2.
123. Arnold e Guillaume, 169
124. Enciclopédia Britânica, XVIII, 339.
125. Arnold e Guillaume, 121; Pope, *Introduction*, 241; Enciclopédia Britânica, XV, 657.
126. Dennis, Geo., *Cities and Cemeteries of Etruria*, I, 37.
127. Browne, II, 432.
128. Arnold e Guillaume, 93.

CAPÍTULO XV

1. Abbott, G. F., *Israel in Egipt*, 43.
2. Baron, S., *Social and Religious History of the Jews*, I, 266; Graetz, H., *History of the Jews*, II, 566.
3. Socrates, *Ecclesiastical History*, iii, 20; Julian, *Works*, III, 51.
4. Abbott, 45.
5. Ammianus Marcellinus, *Works*, xxiii, 1.
6. Jerônimo, *Commentary on Isaiah*, vi, 11-13, in Baron, I, 261.
7. Baron, I, 255.
8. Baeder, Gershom, *Jewish Spiritual Heroes*, III, 46.
9. Talmud, Yebamoth, 37b.
10. Friedländer, L., *Roman Life and Manners under the Early Empire*, III, 173.
11. Gregório de Tours, *History of the Franks*, 1916, viii, 1.
12. Referência ao Mishna encontram-se em tratados, capítulos e seções; do Gemara babilônio em tratados e em *in folio*.
13. Baba Kama, 60b.
14. Megilla, 16b.
15. Tanhuma, ed. Buber, Yitro, sect. 7, in Moore, G. F., *Judaism in the First Centuries of the Christian Era*, II, 242.
16. Menachoth, 99b.
17. Pesikta Rabbati, 10, 4, in Newman, L., and Spitz, S., *Talmudic Anthology*, 300.

18. Chagiga, 10a.
19. Exemplos in Moore, I, 259.
20. Berachoth, 6b.
21. Aboda Zara, 3b; Newman, 31.
22. Chagiga, 3b.
23. Succah, 52b.
24. Barachoth, 6a.
25. Aboda Zara, 3b.
26. Mechilta, 65a, no Êxodo xix, 18.
27. Do Deut. vi. 4.
28. Shebuoth, 77b.
29. Erubin, 18a.
30. Bereshit Rabbah no Gên. xxiii, 9.
31. Berachoth, 6a.
32. Aboda Zara, 5a.
33. Sifre no Deut. 32.
34. Shebuoth, 55a.
35. Midrash Mishle, 28, in Newman, 90.
36. Genesis Rabbah, xlviii, 8.
37. Baba Metzia, 58b.
38. Berachoth, 34a.
39. Ketuboth, 111a.
40. Wayyikra Rabbah, 34, in Newman, 108.
41. Bereshit Rabbah, 44, 1, in Newman, 292.
42. Citado in Cohen, A., *Everyman's Talmud*, 89.
43. Aboda Zara, 20b.
44. Kiddushin, 66d.
45. Shebuoth, 41a.
46. In Cohen, A., 258.
47. Levítico xxi, 2-5.
48. Yebamoth, 48b.
49. Ketuboth, 27; Cohen, A., 257.
50. Pesachim, 113a.
51. Shebuoth, 152.
52. Pesachim, 49b.
53. Êxodo xxiii, 19; xxiv, 26; Deut. xiv, 21.
54. Nidda, 17.
55. Yoma, 75.
56. Shebuoth, 33.
57. Ibid., 152a.
58. Baba Bathra, 58b.
59. Pesachim, 109a.
60. Berachoth, 55a, 60b.
61. Taanith, 11a.
62. Pesachim, 108.
63. Êxodo xii, 13.
64. Megilla em Esther, 7b, in Moore, II, 51.
65. In Oesterley, W. O., and Box, G. H., *Short Survey of the Literature of Rabbinical and Medieval Judaism*, 149.
66. Kiddushin, 31a; Isaías ··i, 1.
67. Baba Bathra, 8b; Baron, I, 277-8.
68. Berachoth, 10a.
69. Gên. i, 28; Kiddushin, 29b.
70. Genesis Rabbah, lxxi, 6.
71. Yebamoth, 12b; Himes, N. E., *Medical History of Contraception*, 72.
72. Baba Bathra, 21.
73. Exodus Rabbah, i, 1.
74. Harris, M. H., ed., *Hebraic Literature: Translation from the Talmud, Midrashim, and Kabbala*, 336.
75. Baba Bathra, 9a.
76. Ketuboth, 50a, 67.
77. Taanith, 22.
78. Ibid., 20b.
79. Graetz, II, 486, 545.
80. Baba Bathra, 9.
81. Gittin, 70a.
82. Chagiga, 16a.
83. Berachoth, 61a.
84. Kiddushin, 29b.
85. Sota, 44a.
86. Taanith, lv, 8.
87. Yebamoth, 63a.
88. Ibid., 65a, 44a.
89. Pesikta Rabbati, 25, 2, in Newman, 3.
90. Berachoth, xxiv, 1.
91. Kiddushin, 4.
92. Yebamoth, xlv, 1; 64b.
93. Gittin, lx, 10.
94. Ketuboth, vii, 6.
95. Cohen, A., 179.
96. Ketuboth, 77a; Neuman, A. A., *The Jews in Spain*, Filadélfia, 1942, II, 59.
97. Yebamoth, xix, in Baeder, III, 66.
98. Gittin, 90b.
99. Kiddushin, 80b.
100. Nidda, 45.
101. Kiddushin, 49b.
102. Yoma, 83b.
103. Mikvaoth, 9b, in Cohen, A., 170.
104. Hai Gaon in Newman, 540.
105. Yebamoth, 88b.
106. Ketuboth, 47b.
107. Shebuoth, 30b.
108. Erubin, 41b.
109. Baeder, III, 15.
110. Bereshit Rabbah, xvii, 7.
111. Harris, M. H., *Hebraic Literature*, 340.
112. Pirke Aboth, iv, 1.
113. Ibid., iv, 3.
114. Ibid., i, 17.
115. Ibid., iii, 17.
116. Shemot Rabbah, xxv, 16, in Newman, 397.
117. Menachoth 29b, in Moore, II, 187.
118. Renan, E., *Origins of Christianity: The Christian Church*, 131; Baron, I, 305-6.

CAPÍTULO XVI

1. Graetz, III, 308.
2. Abrahams, Israel, *Jewish Life in the Middle Ages*, 219.
3. Benjamin de Tudela, *Travels*, in Komroff, M., ed, *Contemporaries of Marco Polo*, 290.

4. Graetz, III, 90. Outros datam o Gaonate de 589; cf. Oesterley e Box, 209.
5. Graetz, III, 133.
6. Ibid., 148.
7. Druck, D., *Yehuda Halevy*, 66.
8. Baron, I, 353.
9. Husik, I., *History of Medieval Jewish Philosophy*, 35, 42f.
10. Malter, H., *Saadia Gaon*, 279, 291.
11. Benjamin of Tudela, in Komroff, 310.
12. Baron, I, 318.
13. Friedländer, III, 181.
14. Dill, Sir S., *Roman Society in Gaul in the Merovingian Age*, 246.
15. Graetz, III, 143, 161, 241, 389.
16. Benj. de Tudela, in Komroff, 260.
17. Ibid., 257.
18. Ameer, Ali, Syed, *The Spirit of Islam*, 260.
19. Druck, 26.
20. Dozy, R., *Spanish Islam*, 597 e segs.
21. Abbott, G. F., 71.
22. Abrahams, *Jewish Life*, 366.
23. Dozy, 721.
24. Graetz, III, 617.
25. Neuman, A., *Jews in Spain*, I, 5.
26. Ibid., 164.
27. Ibid., II, 184.
28. Ibid., II, 221; Graetz, III, 281.
29. Neuman, II, 221.
30. Graetz, III, 360 e segs.
31. Baron, II, 37; Graetz, III, 506.
32. Neuman, II, 149.
33. Ibid., 247.
34. Abrahams, *Jewish Life*, 67.
35. Sholom Asch in Browne, Lewis, ed., *The Wisdom of Israel*, 698.
36. Baba Kama, 113a.
37. Pirke Aboth, iii, 2.
38. Baron, II, 17.
39. Ibid., 26.
40. Ibid.
41. Bracton, *De Legibus*, vi, 51, Baron, II, 24.
42. Pollock, F., e Maitland F. W., *History of English Law before Edward I*, I, 455.
43. *Cambridge Medieval History*, VII, 643.
44. Rickard, T. A., *Man and Metals*, II ,602.
45. Abrahams, *Jewish Life*, 241.
46. Rapaport, S., *Tales and Maxims from the Talmud*, 147.
47. Graetz, III, 229.
48. Arnold, Sir T., e Guillaume, A., *The Legacy of Islam*, 102.
49. Pirenne, H., *Medieval Cities*, 258.
50. Baron, II, 8 e segs.
51. Jewish Encyclopedia, IV, 379.
52. Deut. xxiii, 20.
53. Baba Metzia, v, 1-2, 11.
54. Abrahams, *Jewish Life*, 110.
55. Baron, II, 120.
56. Pirenne, H., *Economic and Social History of Medieval Europe*, 134.
57. *Cambridge Medieval History*, VII, 644.
58. Ibid., 646.
59. Neuman, A., I, 202; Lacroix, P., *Manners, Customs, and Dress during the Middle Ages*, 451.
60. Coulton, G. G., *Medieval Panorama*, 352.
61. Abbott, *Israel*, 113.
62. Lacroix, *Manners*, 451.
63. Ashley, W. J., *Introduction to English Economic History and Theory*, 202.
64. Abbott, 117.
65. Pollock e Maitland, 451.
66. *Cambridge Medieval History*, VI, 226.
67. Abbott, 122.
68. Husik, 508.
69. Abbott, 125; Graetz, III, 588.
70. Abbott, 135; Lacroix, *Manners*, 445.
71. In Foakes-Jackson, F., e Lake, K., *Beginnings of Christianity*, I, 76.
72. Baba Bathra, 90.
73. Baba Metzia, iv, 3.
74. Baron, I, 277-8; II, 108.
75. Baron, II, 99.
76. Moore, II, 174-5.
77. Abrahams, *Jewish Life*, 141, 319, 326, 335; Baron, II, 99.
78. Coulton, *Panorama*, 357.
79. Abrahams, 277.
80. Ibid., 281.
81. Burton, Sir R. F., *The Jew, the Gypsy, and El Islam*, 128; Baron, II, 169.
82. Abrahams, 331.
83. Baba Kama, 113b.
84. Abrahams, 106.
85. Ibid., 104.
86. Ibid., 90.
87. Baron, II, 112.
88. Abrahams, 166.
89. Kiddushin, 41a; Neuman, II, 21.
90. Ibid.
91. Moore, II, 22.
92. Abrahams, 117.
93. Burton, *The Jew*, 43.
94. White, E. M., *Woman in World History*, 176.
95. Abrahams, 155.
96. Brittain, A., *Women of Early Christianity*, 10.
97. White, 189.
98. Neuman, II, 63.
99. White, 185.
100. Marcus, J., *The Jew in the Medieval World*, 313.
101. Abrahams, 32.
102. Neuman, II, 153.
103. Baron, I, 288; II, 97.

104. Abrahams, 126.
105. Brittain, 12.
106. Moore, I, 316.
107. Maimonides, *Mishneh Torah,* Livro I, tr. Moses, Hyamson, 63a.
108. In Waxman, M., *History of Jewish Literature*, I, 214.
109. Jewish Encyclopedia, IX, 122.
110. *Oxford History of Music*, introd. volume, 60.
111. Jewish Encyclopedia, III, 453.
112. In Zeitlin, S., *Maimonides,* 44.
113. Baron, II, 83.
114. Lacroix, *Manners*, 439.
115. Baron, II, 35.
116. Abrahams, 411; Moore, II, 74.
117. Deut. vii, 3; Neemia xiii, 25.
118. Klausner, J., *From Jesus to Paul*, 515.
119. Baron, II, 55.
120. Gittin, 61.
121. Abrahams, 413-4.
122. Ibid., 418.
123. Ibid., 424; Baron, II, 40.
124. Baron, II, 36.
125. Abbott, 93.
126. Coulton, *Panorama*, 352.
127. Ibid.
128. Graetz, IV, 33.
129. Gregório, I, Epístola ii, 6, in Dudden, F. H., *Gregory the Great,* II, 154.
130. Ep. xiii, 15, in Dudden, II, 155.
131. Belloc, H., *Paris*, 170.
132. Graetz, III, 421.
133. Coulton, *Panorama*, 352.
134. Thatcher, O. J., e McNeal, E. H. *Source Book of Medieval History,* 212.
135. Lea, H. C., *History of the Inquisition in the Middle Ages*, II, 63.
136. Graetz, III, 563.
137. Ibid., 583.
138. Marcus, 151.
139. Baron, II, 85.
140. Abbott, 51; Jewish Encyclopedia, III, 453.
141. *Camb. Med. H.*, VII, 624; Jewish Encyclopedia, IX, 368.
142. Graetz, III, 299.
143. Ibid., 300.
144. Ibid., 301 e segs.; *Cambridge Medieval History*, V, 257f; VII, 641.
145. Graetz, III, 350; Abbott, 88.
146. Jewish Encyclopedia, IV, 379.
147. Graetz, III, 356.
148. *Cambridge Medieval History*, VII, 642.
149. Graetz, IV, 35; Jewish Encyclopedia, IX, 358.
150. Abbott, 124.
151. Coulton, *Panorama,* 359.
152. Cunningham, W., *Growth of English Industry and Commerce*, 204.
153. Jewish Encyclopedia, IV, 379.
154. Lacroix, *Manners*, 439; Coulton, 352.
155. Graetz, III, 642; Abbott, 130.
156. Abbott, 131.
157. Ibid., 68.
158. Lacroix, *Manners*, 447.
159. Abbott, 68.
160. Montesquieu, C. Baron de, *The Spirit of Laws,* I, xii, 5.
161. Joseph ben Joshua ben Meir, *Chronicles*, I, 197.
162. Marcus, 24.
163. Graetz, III, 570.
164. Villehardouin, G., de, *Chronicles of the Crusades*, 148.
165. Abbott, 113.
166. *Cambridge Medieval History*, VII, 641.

CAPÍTULO XVII

1. Abrahams, *Jewish Life*, 210.
2. Sarton, G., *Introduction to the History of Science,* II (i), 295.
3. Abrahams, I., *Chapters on Jewish Literature*, 116.
4. Waxman, I, 226.
5. Graetz, III, 269.
6. Gabirol, S. ibn, *Selected Religious Poems*, tr. Israel Zangwill, 52.
7. Ibid., 30.
8. Abrahams, *Literature,* 109.
9. Abrahams, *Jewish Life*, 163.
10. In Wilson, E., ed., *Hebrew Literature*, 383.
11. Sarton, II (i), 188.
12. Halevi, J., *Selected Poems,* tr. Nina Salaman, 58.
13. Abbott, 72.
14. Druck, 97.
15. Ibid., 94.
16. Wilson, *Hebrew Literature,* 365-6.
17. Novella 146 in Burton, *The Jew*, 105.
18. Graetz, III, 573.
19. Sarton, II (ii), 557.
20. Schechter, S., *Studies in Judaism*, I, 107.
21. Graetz, III, 604.
22. Sarton, II (i), 145.
23. *N. Y. Times*, Junho 2, 1937.
24. Sarton, II (i), 145.
25. Cf. Komroff, M., *The Contemporaries of Marco Polo*.
26. Husik, 24.
27. Munk, S., *Mélanges de philosophie juive et arabe*, 153.
28. Marcus, 312.
29. Cf. Gabirol, S. ibn, *Improvement of the Moral Qualities*, tr. Stephen Wise, 4, 27.
30. Gabirol, *Fons Vitae*, i, 3, in Munk, 6.
31. Halevi, J., *Kitab al-Khazari,* tr. H. Hirschfeld, i, 116.

32. Ibid., III, 5, 7.
33. Husik, 215.
34. Yellin, D., e Abrahms, I., *Maimonides*, 11; Zeitlin, *Mainonides*, 1.
35. Ueberweg, F., *History of Philosophy*, I, 427.
36. Zeitlin, *Maimonides*, 5.
37. "Letter of Consolation" in Yellin, 46.
38. Zeitlin, 178.
39. Arnold, Sir., T., *Preaching of Islam*, 421.
40. Baron, S., ed., *Essays on Maimonides*, 290.
41. Maimonides, Aphorisms, in Thorndike, L., *History of Magic and Experimental Science*, I, 176.
42. Zeitlin, 172.
43. In Baron, *Essays*, 288.
44. Zeitlin, 174.
45. Baron, *Essays*, 284.
46. Maimonides, *Mishneh Torah*, Introd., 4b.
47. Zeitlin, 214.
48. *Mishneh Torah*, Introd., 16, 3a.
49. In Baron, *Essays*, 117.
50. Maimonides, *Guide to the Perplexed* tr. M. Friedländer, III, xli.
51. Ibid., III, 35, in Baron, *Essays*, 139.
52. *Guide*, III, xxxvii, xli; Deut. xxiii, 17; Êxodo xxii, 1; xxxi, 15.
53. *Mishneh Torah*, 40b.
54. Ibid., 59a.
55. Ibid., 54a.
56. Ibid., 53a.
57. Ibid., 53ab.
58. Ibid., 52b.
59. In Baron, *Essays*, 110.
60. Zeitlin, 132.
61. *Guide*, I, Introd.
62. Ibid., II, xix; III, xiv.
63. II, Pt. II, Introd. and Prop. xx.
64. Ibid., xxxvi-xlvi.
65. III, xxii.
66. II, xviif.
67. II, xxx.
68. III, x, xii.
69. III, lxx.
70. Zeitlin, 151.
71. Ibid., 103; Baron, *Essays*, 143.
72. *Guide*, II, Pt. II, Introd.
73. Baron, *Essays*, 119-21; Zeitlin, 209.
74. Marcus, 307-9.
75. Spinoza, *Tractatus Theologico-Politicus*, xv, 4.
76. Roth, L., *Spinoza, Descartes, and Maimonides*, 66; Baron, *Essays*, 7.
77. Husik, 302; Graetz, IV, 23.
78. Ibid., III, 631.
79. Neuman, A., II, 122.
80. Ibid., 118; Graetz, IV, 29-41.
81. Jewish Encyclopedia, III, 457, 479.
82. Sarton, II (i), 366.
83. Graetz, IV, 21.
84. Baron, *History*, II, 136.
85. Ibid., 142.
86. Abrahams, *Jewish Life*, 143, 157, 193.
87. In Marcus, 314.

CAPÍTULO XVIII

1. Thompson, J. W., *Economic and Social History*, 173.
2. Gibbon, IV, 504.
3. *Cambridge Medieval History*, II, 289.
4. Ibid., IV, 6; Gibbon, V, 142.
5. In Diehl, *Manuel*, 335.
6. *Cambridge Medieval History*, IV, 115f.
7. Voltaire, *Works*, XIII, 190.
8. Diehl, *Portraits*, 159; Bury, *Eastern Roman Empire*, 169.
9. McCabe, J., *Empresses of Constantinople*, 174.
10. *Cambridge Medieval History*, IV, 108; Diehl, *Portraits*, 264.
11. Boissonnade, P., *Life and Work in Medieval Europe*, 56.
12. *Cambridge Medieval History*, IV, 750.
13. Diehl, *Portraits*, 236.
14. *Cambridge Medieval History*, IV, 745.
15. Komroff, *Contemporaries of Marco Polo*, 266.
16. *Cambridge Medieval History*, IV, 760.
17. Ibid.
18. Clapham e Power, 212.
19. Diehl, *Portraits*, 153; Gibbon, V, 458; Brittain, *Women of Early Christianity*, 318.
20. Lopez, R. S., in *Speculum*. Vol. XX, No. 1, pp. 17-18; Boissonnade, 46-7; *Cambridge Medieval History*, IV, 761.
21. Boissonnade, 50.
22. Ibid., 51.
23. Castiglione, 254.
24. Bury, *Eastern Roman Empire*, 436; Grunebaum, *Medieval Islam*, 54.
25. Psellus, *Chronographia*, vi, 46.
26. Ibid., v, 25-37.
27. Diehl, *Manuel*, 405.
28. Luitprand in Grunebaum, 29.
29. Cf. Walker Trust Report, *The Great Palace of the Byzantine Emperors*, pranchas 24-37 e 57.
30. The judgment of Kondakof in Diehl, *Manuel*, 580.
31. Diehl, 590.
32. Ibid., 381.
33. Finlay, *Greece under the Romans*, 21.
34. Thompson, J. W., *Feudal Germany*, 458.
35. Kluchevsky, V. O., *History of Russia*, I, 46; Thompson, *Feudal Germany*, 456.

36. Pokrovsky, M. N., *History of Russia*, 11; Fustel de Coulanges põe dúvidas a respeito — cf. Dopsch, 26.
37. *Cambridge Medieval History*, IV, 186.
38. Mavor, J., *Economic History of Russia*, I, 15.
39. Kluchevsky, I, 88.
40. Rambaud, A., *History of Russia*, I, 84.

CAPÍTULO XIX

1. Paul the Deacon, *History of the Longobards*, i, 9.
2. Bury, *Later Roman Empire*, II, 299.
3. Munro e Sellery, 538.
4. Dante, *Eleven Letters*, 135.
5. Notas de W. D. Foulke in Paul the Deacon, 309.
6. Voltaire, *Works*, XIII, 80.
7. Molmenti, P., *Venice*, I, I, 212-4.
8. *Cambridge Medieval History*, III, 170.
9. Pirenne, *Medieval Cities*, 110.
10. Ruskin, *Stones of Venice*, II, 55.
11. Lanciani, R., *Ancient Rome*, 57.
12. Ibid., 275.
13. Castiglione, 301.
14. Dozy, *Spanish Islam*, 440.
15. Coulton, G. G., *Five Centuries of Religion*, I, 174.
16. Hume, M., *The Spanish People*, 129; *Spain*, 191; Enciclopédia Britânica, V, 699.
17. In Guizot, *History of France*, I, 171.
18. Ibid., 168.
19. Pirenne, *Cities*, 243; Voltaire, XIII, 131.
20. Freeman, E. A., *Historical Essays*, First Series, 179.
21. *Cambridge Medieval History*, II, 613.
22. Guizot, *France*, I, 229f; Guizot, *History of Civilization*, II, 193-6.
23. Pollock e Maitland, I, 117; Barnes, H. E., *History of Western Civilization*, I, 775.
24. Lea, *Superstition and Force*, 469.
25. Guizot, *Civilization*, II, 225f.
26. Capitular de Carlos Magno, ano 803, § 3, in Guizot, *Civilization*, II, 222.
27. In Pirenne *Cities*, 166.
28. Ibid., 58; *Cambridge Medieval History*, II, 665; Rickard, *Man and Metals*, II, 510.
29. *Cambridge Medieval History*, II, 657.
30. Letter of Alcuin in William of Malmesbury, i, 3, p. 66.
31. Eginhard, *Life of Charlemagne*, 61.
32. Hodgkin, T. *Life of Charlemagne*, 312.
33. West, A. F., *Alcuin*, 55.
34. Eginhard, p. 14.
35. Ibid., 62.
36. Ibid., 64.
37. Capitular de 802 in Bebel, A., *Woman under Socialism*, 60.
38. Eginhard, 33.
39. Bury, *Eastern Empire*, 318.
40. Eginhard, 56-8.
41. Raby, F. J., *History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages*, I, 190.
42. Eginhard, 52.
43. Ibid., 48; Russel, C. E., *Charlemagne*, 262.
44. Guizot, *France*, I, 241.
45. Morey, C. R., *Medieval Art*, 207.
46. Ibid., 191.
47. Davis, *Medieval England*, 266.
48. Guizot, *Civilization*, II, 375.
49. Erigena, J. S., *De divisione naturae*, i, 69.
50. In Guizot, *Civilization*, II, 383.
51. Erigena, § 517.
52. Ibid., § 443.
53. § 518.
54. § 896.
55. § 919-26, 937-40.
56. § 861.
57. Poole, R. L., *Illustrations of the History of Medieval Thought*, 61.
58. Guizot, *Civilization*, II, 388.
59. William of Malmesbury, ii, 4.
60. Guizot, *France*, I, 303.
61. Ibid., 311.
62. Ibid., 329.
63. Ibid., 336.

CAPÍTULO XX

1. Asser, *Alfred the Great*, 51.
2. Asser, 66, 78, 85.
3. Alfred, Prefácio da tr. de Gregory I's *Cura pastoralis*, in Ogg, *Source Book of Medieval History*, 191.
4. Voltaire, *Works*, XIII, 176.
5. Boissonnade, *Life and Work in Medieval Europe*, 83.
6. Green, J. R., *Conquest of England*, 135, 329, 359-60.
7. Stubbs, W., *Constitutional History of England*, I, 146, 157.
8. Hume, D., *History of England*, I, 181.
9. Pollock e Maitland, II, 450.
10. Guilherme de Malmesbury in Coulton, G. G., *Social Life in Britain*, 20; Green, J. R., *Making of England*, 192.
11. Trail, H. D., *Social England*, I, 204.
12. Hume, D., *History of England*, I, 188.
13. Briffault, R., *The Mothers*, II, 419.
14. Guilherme de Malmesbury, i, 4.
15. Ibid., i, 2.
16. Ibid., ii, 5.
17. Bede, v, 24.
18. Ibid., i, 15.
19. Ibid., Introd., xvi.

20. Gordon, R. K., *Anglo-Saxon Poetry*, 81-2.
21. In Ker, W. P., *Epic and Romance*, 63.
22. Beowulf, xxxvii e xliii, in Gordon, *Anglo-Saxon Poetry*, 60, 70.
23. Bede, iv, 23.
24. Plummer, *Life and Times of Alfred the Great*, 14.
25. In Addison, J., *Arts and Crafts in the Middle Ages*, 4.
26. Aldhelme (c. 709) in Addison, 199.
27. Bede, iv, 18.
28. Freeman, E. A., *Norman Conquest*, II, 298.
29. Guilherme de Malmesbury, iii, 238; Ordericus Vitalis, *Historia Ecclesiastica*, 492A; Freeman, *Norman Conquest*, II, 244.
30. Guizot, *France*, I, 345; Freeman, *Norman Conquest*, III, 320.
31. *Mabinogion*, 1f.
32. Hyde, *Literary History of Ireland*, 233.
33. Joyce, *Short History of Ireland*, 39-46.
34. Thompson, J. W., *Economic History*, 148.
35. Boissonnade, 78.
36. Joyce, 80.
37. Ibid., 163.
38. Ibid., 155, 158.
39. Hyde, 222.
40. Ibid., 239.
41. Ibid., 279 e segs.
42. Thompson, Sir E. M. *Introd. to Greek and Latin Palaeography*, 374.
43. Joyce, 189-92.
44. Keating in Hyde, 488.
45. Horn, F. W., *Literature of the Scandinavian North*, 13; *Cambridge Medieval History*, II, 481.
46. Sturluson, S., *Heimskringla*, Harald the Fairhaired, cap. 3.
47. Ibid., Haakon the Good, ch. 23.
48. Ibid., Olaf Tryggvesson, cap. 7.
49. Ibid., cap. 92.
50. Ibid., cap. 87.
51. Ibid., St. Olaf, cap. 56, 131.
52. Ibid., cap. 74.
53. Ibid., Apêndice da Saga de Olaf Tryggvesson; Enciclopédia Britânica, art. Columbus.
54. *Beowulf*, xxxv.
55. Sturluson, Son of Magnus, ch. 33; Du-Chaillu, P., *The Viking Age*, II, 370, 379.
56. Saxo Grammaticus, *Danish History*, I, 23.
57. Hastings, *Encyclopedia*, III, 499c.
58. DuChaillu, II, 1.
59. Haskins, *Normans in European History*, 36.
60. DuChaillu, I, 486.
61. Saxo, 25.
62. Thompson, J. W., *The Middle Ages*, I, 327.
63. Sturluson, Magnus the Good, ch. 16.
64. Sigfusson, Saemund, *The Elder Edda*, 22-56.
65. Ibid., 23.
66. 59.
67. 66.
68. 14.
69. 84.
70. 102.
71. 81.
72. 65.
73. 73.
74. 121.
75. 58.
76. 55-6.
77. 36.
78. 68.
79. Horn, *Literature of the Scandinavian North*, 41.
80. Faereyinga Saga in Ker, *Epic and Romance*, 236.
81. Sturluson, Olaf Tryggvesson's Saga, cap. 9.
82. Sturluson, Ynglinga Saga, cap. 6 e nota; Hodgkin, *Charlemagne*, 154; Saxo, 44.
83. Milman, III, 216. Milman persuasivamente defende a veracidade deste relato, negada pelos historiadores alemães.
84. *Cambridge Medieval History*, 270.
85. West, *Alcuin*, 127.
86. Raby, F. J. E., *History of Christian Latin Poetry in the Middle Ages*, 183.
87. Welch, Alice K., *Of Six Medieval Women*, 5.
88. Addison, *Arts and Crafts*, 16.

CAPÍTULO XXI

1. *Cambridge Medieval History*, I, 536.
2. In Russell, B., *History of Western Philosophy*, 379.
3. Rule of St. Benedict, cap. 3, in Ogg., 87.
4. Cap. 2.
5. Cap. 53.
6. Dudden, I, 111.
7. In Maitland, S. R., *Dark Ages*, 196-8.
8. In Dudden, I, 58.
9. Ibid., 289.
10. Bede, ii, 1.
11. Gregório de Tours, 227.
12. Dudden, I, 245.
13. Thompson, J. W., *Middle Ages*, I, 178.
14. Dudden, II, 156; McCabe, J., *Story of Religious Controversy*, 307.
15. Bede, ii, 1.
16. Ibid., 198.

17. Gregório, I, Ep. xiii, 45, in Dudden, I, 278.
18. In Abélard, *Ouvrages inédits, Quaestio*, 1a.
19. Gregório, I, *Magna Moralia*, in Dudden, II, 313.
20. *Dialogues*, iv, 7, in Dudden, I, 330.
21. Dudden, II, 434f.
22. Ibid., 38.
23. Thompson, J. W., *Middle Ages*, I, 178.
24. Voltaire, *Obras*, XIII, 90.
25. *Cambridge Medieval History*, II, 690.
26. Funk, I, 287; *Cambridge Medieval History*, V, 710.
27. In Milman, III, 25.
28. Gibbon, IV, 82.
29. Sartom, I, 555.
30. Poole, R. L., *Illustrations*, 20.
31. Taylor, H. O., *Medieval Mind*, I, 136.
32. Dudden, I, 86.
33. Ibid.
34. Montalembert, Comte de, *Monks of the West*, I, 553.
35. Guizot, *Civilization*, II, 113-9; Toynbee, A. J., *Study of History*, II, 331.
36. Waddell, H., *Wandering Scholars*, 34.
37. Bede, i, 17.
38. Guilherme de Malmesbury, i, 2.
39. Bede, i, 30.
40. Bede, Letter to Egbert.
41. Green, *Making of England*, 413.
42. Gibbon, V, 534.
43. Coulton, *Five Centuries of Religion*, I, 222.
44. Ibid., 352.
45. *Cambridge Medieval History*, V, 662.
46. Ibid., III, 67.
47. Milman, III, 111.
48. *Cambridge Medieval History*, III, 455.
49. Milman, III, 160; McCabe, *Crises in the History of the Papacy*, 128f.
50. Ibid., 131, citando o *Liber Pontificalis*.
51. Milman, III, 171; *Cambridge Medieval History*, III, 455.
52. Milman, III, 178.
53. Ibid., 185f.
54. Sandys, Sir John, *Companion to Latin Studies*, 847.
55. Vicent of Baeuvais, *Spec. Hist.*, in Milman, III, 221.
56. Thorndike, *Magic and Experimental Science*, I, 704.
57. *Cambridge Medieval History*, III, 199.
58. Hulme, E. M., *Middle Ages*, 339; Coulton, G. G., *Life in the Middle Ages*, I, 1; Sarton, I, 734.
59. Funk, I, 262.
60. Stephens, W. R. W., *Hildebrand*, 14; Milman, III, 230; McCabe, *Crises*, 140.
61. *Cambridge Medieval History*, 510.
62. Guizot, *France*, I, 160.
63. Porter, A. K., *Medieval Architecture*, II, 2.
64. Ibid.
65. Carlyle, R. W., *History of Medieval Political Theory in the West*, IV, 52.
66. Coulton, *Five Centuries of Religion*, IV, 187.
67. Coulton, *From St. Francis to Dante*, uma tr. de *The Chronicle of Salimbene*, 286.
68. *Cambridge Medieval History*, V, 9-10.
69. Catholic Encyclopedia, I, 156.
70. *Cambridge Medieval History*, V, 12.
71. Lea, *Sacerdotal Celibacy*, 210.
72. Lecky, *Morals*, II, 237.
73. Lea, *History of Auricular Confessions*, I, 46.
74. Letter to Egbert in Bede, p. 4.
75. Catholic Encyclopedia, III, 486.
76. *Cambridge Medieval History*, IV, 268.
77. Ibid., 272.
78. Lea, *Sacerdotal Celibacy*, 194, 223; Thompson, *Social and Economic History*, 622.
79. Lea, *Celibacy*, 226.
80. Bryce, Jas., *Holy Roman Empire*, 158.
81. *Cambridge Medieval History*, V, 99.
82. Thompson, *Social and Economic History*, 663.
83. Taylor, *Medieval Mind*, II, 55.
84. Letter of Gregory VII to William I of England, 1080, in Bryce, 160.
85. Catholic Encyclopedia, X, 871c.
86. Figgis, *Political Aspects of St. Augustin's City of God*, 88.
87. Catholic Encyclopedia, X, 871c.
88. Carlyle, R. W., *Medieval Political Theory*, IV, 64.
89. Stephens, *Hildebrand*, 116.
90. Thatcher e McNeal, 159.
91. *Cambridge Medieval History*, V, 74f.

CAPÍTULO XXII

1. Lot, *End to the Ancient World*, 125.
2. Dopsch, 283.
3. Seebohm, F., *English Village Community*, 126 e segs.
4. Seignobos, C., *Feudal Regime*, 34; Barnes, *Economic History*, 139.
5. Clapham e Power, 237-8.
6. Letters, iv, 2.
7. Coulton, G. G., *Medieval Village*, 151.
8. McCabe, *Story of Religions Controversy*, 325.
9. Thompson, *Social and Economic History*, 679.
10. Coulton, *Medieval Village*, 492.
11. Coulton, *Medieval Panorama*, 322.

12. Thomas Aquinas, *Summa Theologica I. IIae*, xciv, 5.
13. Decreto do Quarto Concílio de Orléans, in Dopsch, 250.
14. Lecky, *Morals*, II, 70; Sarton, II (ii), 799; but cf. Catholic Encyclopedia, XIV, 38.
15. Ashley, *Introd. do English Economic History*, II, 276.
16. Coulton, *Medieval Village*, 59.
17. Westermarck, E., *Short History of Marriage*, 14; Coulton, *Medieval Village*, 80.
18. Seignobos, 14; Coulton, *Medieval Village*, 464.
19. Bebel, 57.
20. *Cambridge Medieval History*, VII, 721.
21. Coulton, *Life in the Middlle Ages*, III, 123-5.
22. *Cambridge Medieval History*, VII, 722.
23. Seignobos, 21.
24. Coulton, *Medieval Village*, 65.
25. Cram, R. A., *Substance of Gothic*, 181.
26. Lynn White, Jr., in *Speculum*, abril 1940, p. 151.
27. Taine, H., *Ancient Regime*, 9; Carlyle, T., *Past and Present*, 55f.
28. Barnes, *Economic History*, 145.
29. *Cambridge Medieval History*, VII, 741.
30. Coulton, *Medieval Village*, 311-18.
31. Ibid., 21, 243.
32. Coulton, *Panorama*, 92.
33. *Speculum*, Apr. 1940, 154.
34. Ibid., 155.
35. Chateaubriand, Visconde de, *The Genius of Christianity*, iv, 1.4.
36. Coulton, *Medieval Village*, 119.
37. Lacroix, Paul, *Military and Religious Life in the Middle Ages*, 165.
38. Hitti, *History of the Arabs*, 663; Arnold, *Legacy of Islam*, 131.
39. Lacroix, Paul, *Science and Literature in the Middle Ages*, 299f.
40. Beaumanoir in Seignobos, 55.
41. Coulton, *Panorama*, 50.
42. Voltaire, *Works*, XIII, 131.
43. Thompson, *Feudal Germany*, 301.
44. Carlyle, R. W., *Medieval Political Theory*, 463.
45. Pollock e Maitland, II, 242.
46. Maine, Sir H., *Ancient Law*, 135.
47. Coulton, *Medieval Village*, 528.
48. Jenks, E., *Law and Politics in the Middle Ages*, 23.
49. Coulton, *Medieval Village*, 187.
50. Lea, *Superstition and Force*, 286, 297, 314.
51. Coulton, *Panorama*, 379.
52. Lea, *Superstition*, 178.
53. Ibid., 140f, 179.
54. Seignobos, 79.
55. Lea, *Superstition*, 129.
56. Sumner, W. G., *Folkways*, 522.
57. Barnes, *Western Civilization*, I, 798.
58. Seignobos, 81.
59. Coulton, *Medieval Village*, 248.
60. Lacroix, *Military Life*, 49.
61. Davis, W. S., *Life on a Medieval Barony*, 176.
62. Coulton, *From St. Francis to Dante*, 20.
63. Seignobos, 74.
64. Coulton, *Chaucer and His England*, 199.
65. Coulton, *Panorama*, 247.
66. Prestage, E., *Chivalry*, 72.
67. *Speculum*, Apr. 1930, 189.
68. Thorndike, *Magic and Science*, II, 31.
69. Hoover, H., e Gibbons, H. A., *Conditions of a Lasting Peace*, 29.
70. Prestage, 75.
71. Coulton, *Panorama*, 239.
72. Trail, U, 379.
73. In Briffault, *Mothers*, III, 383, 394-5.
74. Bebel, 63.
75. Prestage, 9.
76. Rowbotham, 283.
77. Prestage, 98.
78. Davis, *Life on a Medieval Barony*, 77.
79. Vossler, K., *Medieval Culture*, I, 299; Taylor, *Medieval Mind*, II, 562.
80. Miss Amy Kelly in *Speculum*, Jan. 1937, 5.
81. Rowbotham, 224, 235.
82. Ibid., 249.
83. Ibid., 245.
84. In Vossler, I, 323.

CAPÍTULO XXIII

1. Thompson, *Middle Ages*, I, 565.
2. LeStrange, *Palestine under the Moslems*, 202.
3. Coulton, *Panorama*, 327.
4. Lacroix, *Military and Religious Life*, 108.
5. Ogg, 282-8.
6. Guilherme de Malmesbury, 358.
7. Chanson de Roland, II, 848f, in French Classics, Paris, n.d., Lib. Hatier.
8. Munro, D. C., in *N. Y. Herald Tribune*, Abril 26, 1931.
9. Thompson, *Social and Economic History*, 389.
10. Guizot, *France*, I, 384.
11. Lacroix, P., *History of Prostitution*, 904.
12. Guizot, *France*, 388.
13. *Cambridge Medieval History*, IV, 334.
14. Gibbon, VI, 72.
15. *Gesta Francorum*, app.
16. Thompson, *Social and Economic History*, 396.
17. Gibbon, VI, 75.
18. William of Tyre, *Siege of Jerusalem*, cap. clxi.

19. In Taylor, *Medieval Mind*, I, 551.
20. Albertus Aquens in Milman, IV, 38n.
21. Thompson, *Economic History*, 397.
22. Archer e Kingsford, *Crusades*, 171.
23. Milman, IV, 251.
24. Guilherme de Tyre, xxi, 7.
25. Archer, 176.
26. Muir, *Caliphate*, 578.
27. Guizot, *France*, 427f; *Cambridge Medieval History*, V, 307.
28. Adams, B., *Law of Civilization and Decay*, 94.
29. In Munro e Sellery, 275f.
30. Lane-Poole, *Saladin*, 175.
31. Ibid., 205f.
32. 232.
33. 246.
34. De Vaux, Carra, *Penseurs d'Islam*, I, 26.
35. Guizot, *France*, 439f; Gibbon, VI, 119.
36. Lane-Poole, *Saladin*, 307.
37. Ibid., 351f.
38. 357.
39. Ibid.
40. De Vaux, I, 27.
41. Lane-Poole, *Saladin*, 367.
42. Giraldus Cambrensis, *Itinerary through Wales*, i, 3.
43. Adams, *Civilization and Decay*, 133.
44. Gibbon, ed. Bury, VI, 528.
45. Villehardouin, Introd., xvii.
46. Adams, *Civilization and Decay*, 130.
47. Gibbon, VI, 100.
48. Oman, C. W. C., *Byzantine Empire*, 280-2.
49. Robert de Clari in Villehardouin, Introd., xxiv.
50. Villehardouin, 31.
51. Jackson, Sir T. C., *Bizantine and Romanesque Archicteture*, I, 101.
52. Diehl, *Manuel*, 635.
53. Dalton, *Bizantine Art*, 538.
54. Gibbon, VI, 171.
55. Beard, Miriam, *History of the Business Man*, 109.
56. Enciclopédia Britânica, VI, 788; McLaurin, C., *Mere Mortals*, II, 215f.
57. Kantorowicz, E., *Frederick II*, 185f.
58. Villehardouin, 177.
59. Ibid., 220.
60. 320.
61. Day, Clive, *History of Commerce*, 88.
62. Hitti, 346.
63. Guizot, *Civilization*, I, 534.
64. Lea, *Auricular Confession*, III, 152.
65. *Speculum*, Oct. 1938, 391.
66. In Gibbon, VI, I, 25n.
67. *Speculum*, Oct. 1938, 403.
68. Hitti, 665.
69. Arnold, *Legacy of Islam*, 60,

CAPÍTULO XXIV

1. Day, *Commerce*, 57; Pirenne, *Medieval Cities*, 87.
2. Boissonnade, 173.
3. Thompson, *Economic History*, 577.
4. *Speculum*, Abr. 1940, 145.
5. Boissonnade, 173.
6. Coulton, *Panorama*, 325.
7. Ibid., 322.
8. Beard, 79.
9. Zimmern, H., *The Hansa Towns*, 183.
10. Ibid., 95.
11. Ibid., 152, 200.
12. Thompson, J. W., *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages*, 451.
13. Id., *Economic and Social History of the Middle Ages*, 581.
14. *Cambridge Medieval History*, VI, 478.
15. Gest, A. P., *Roman Engineering*, 142.
16. Haskins, C.H., *Studies in Medieval Culture*, 101.
17. Usher, *History of Inventions*, 125.
18. Thompson, *Later Middle Ages*, 504.
19. Hitti, 667.
20. Rickard, *Man and Metals*, II, 561.
21. Salzman, L. F., *English Industries of the Middle Ages*, 1.
22. Rickard, II, 595.
23. Ibid., 615.
24. *Cambridge Medieval History*, VI, 500.
25. Renard, G., *Guilds in the Middle Ages*, 24.
26. Pirenne, H., *Economic and Social History of Medieval Europe*, 211.
27. Thompson, J. W., *Later Middle Ages*, 5.
28. Boissonnade, 187.
29. Ibid., 186.
30. Pirenne, H., *Economic History*, 113.
31. *Anglo-Saxon Chronicle*, 198.
32. Schoenhof, J., *History of Money and Prices*, 98.
33. Jusserand. J. J., *English Wayfaring Life in the Middle Ages*, 192.
34. Boissonnade, 221.
35. Coulton, *Panorama*, 285.
36. Id., *Five Centuries of Religion*, V, 282.
37. Pirenne, *Economic History*, 120.
38. Coulton, *Panorama*, 343.
39. Boissonnade, 167.
40. Pirenne, 128.
41. Pirenne, *Cities*, 223.
42. Mathew Paris, *Historia maior*, 1235, I, p. 2.
43. Ashley, *English Economic History and Theory*, I. 201.
44. Pirenne, *Economic History*, 130.
45. Ibid., 135.

46. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 15.
47. Ibid.
48. Id., *Later Middle Ages*, 449; Day, 93.
49. Schoenhof, 63.
50. Ibid., 57; Thompson, *Later Middle Ages*, 432.
51. Adams, *Law of Civilization*, 167.
52. Lacroix, *Manners, Customs, and Dress*, 272.
53. Davis, *Medieval England*, 376.
54. Zimmern, *Hansa*, 165; Thompson, *Later Middle Ages*, 449.
55. Molmenti, *Venice*, Part I, Vol. I, 149; Thompson, *Later Middle Ages*, 420, 452; Crump, C. G., *Legacy of the Middle Ages*, 441.
56. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 246; *Later Middle Ages*, 449-50.
57. Aristóteles, *Política*, i, 10.
58. Luke vi, 34.
59. In Ashley, *English Economic History and Theory*, I, 126.
60. Ibid., 128.
61. Ibid.
62. 158.
63. 149.
64. 64.411.
65. Coulton, G. G., *Medieval Scene*, 146.
66. Ashley, I, 149, 157.
67. Ibid., II, 405.
68. Pirenne, *Economic History*, 137.
69. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 638.
70. Coulton, *Medieval Village*, 284.
71. Pirenne. *Economic History*, 129.
72. Ashley, I, 198.
73. *Cambridge Medieval History*, VI, 491.
74. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, II, IIae, lxxviii, 2.
75. Ashley, I, 196; Coulton, *Panorama*, 336.
76. Boissonnade, 166.
77. Ashley, I, 203.
78. Abbott, G. F., *Israel in Egypt*, 112.
79. Baron, S., *Social and Religious History of the Jews*, II, 16.
80. Rivoira, G., *Lombardic Architecture*, I, 108.
81. Dopsch, 338.
82. *Cambridge Medieval History*, VI, 484.
83. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 792.
84. Lethaby, W., *Medieval Art*, 145.
85. Richard, E., *History of German Civilization*, 195; Lacroix, *Manners*, 271.
86. Saunders, O. E., *History of English Art in the Middle Ages*, 85.
87. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 493.
88. Id., *Later Middle Ages*, 196.
89. Day, 47.
90. Coulton, *Medieval Scene*, 92.
91. Walsh, J. J., *Thirteenth the Greatest of Centuries*, 437.
92. Barnes, *Economic History*, 184; Renard, *Guilds*, 37.
93. Ashley, I, 81.
94. Addison, J., *Arts and Crafts*, 2.
95. Power, Eileen, and Power, R., *Cities and Their Stories*, 74.
96. Bebel, 59.
97. Villari, P., *Two First Centuries of Florentine History*, 35.
98. Guibert of Nogent, *Autobiography*, 6-bis, 7-9.
99. Pirenne, H., *History of Europe*, 276.
100. Boissonnade, 207; Renard, *Guilds*, 62; Coulton, *Panorama*, 293; Schevill, *Siena*, 68.
101. Barnes, *Economic History*, 162-3.
102. Day, 51.
103. Headlam, C., *Story of Nuremberg*, 152.
104. Salzman, 335.
105. Pirenne, *Economic History*, 213.
106. Coulton, *Chaucer*, 128; *Medieval Village*, 329.
107. Boissonnade, 237.
108. Pirenne, *Cities*, 75.
109. Barnes, *Economic History*, 163.
110. Clapham e Power, 337.
111. Ibid.
112. Mateus Paris, I, 11, 42, 48, 156, 164, etc.
113. Coulton, *Panorama*, 456.
114. Porter, *Medieval Architecture*, II, 149.
115. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 801.
116. Guizot, *France*, I, 614.
117. Beard, 85.
118. In Zimmern, *Hansa*, 49.
119. Coulton, *Social Life in Britain*, 101; Schoenhof, 125.
120. Rogers, J. E. T., *Six Centuries of Work and Wages*, 92; Jusserand, 99; Schoenhof 119.
121. Rogers, 73; Renard, 16.
122. Mateus Paris, 1251; Milman, VI, 57 e segs., Lea, H. C., *History of the Inquisition in the Middle Ages*, I, 270.
123. Munro e Sellery, 468.
124. Pirenne, *Economic History*, 203.
125. Ashley, I, 82.
126. Ralph Higben's, *Chronicle*, viii, 145, in Coulton, *Social Life*, 356.
127. Beard, 145.

CAPÍTULO XXV

1. Benjamin of Tudela in Komroff, *Contemporaries*, 264; Diehl, *Manuel*, 390.

2. *Cambridge Medieval History*, IV, 760.
3. Vasiliev, A. A., *History of the Byzantine Empire*, II, 151.
4. Mat. Paris, *Chronica maiora*, v, 38; *Historia minor*, iii, 38-9, in *Cambridge Medieval History*, IV, 493.
5. Vasiliev, II, 237, 241.
6. Finlay, G., *History of Greece*, III, 372.
7. Kluchevsky, I, 185; Pokrovsky, 78.
8. Rambaud, I, 96.
9. Vernadsky, G., *Kievan Russia*, 93-5.
10. Rambaud, I, 129; Kluchevsky, I, 323.
11. Vasiliev, II, 237.
12. Rambaud, I, 144.
13. Afirmado por Karamsin, negado por Soloviev, cf. Rambaud, I, 169.
14. Rambaud, I, 172.
15. Morey, *Medieval Art*, 158f.
16. *Cambridge Medieval History*, VI, 468.
17. Lönnrot, E., *Kalevala*, I, vii.
18. Rambaud, I, 144.
19. Lützow, *Bohemia*, 44.
20. *Cambridge Medieval History*, V, 348.
21. Richard, *German Civilization*, 186; Thompson, *Feudal Germany*, 161.
22. Richard, 186.
23. Carlyle, R. W., *Medieval Political Theory*, V, 88; III, 89.
24. Freeman, *Norman Conquest*, II, 181.
25. *Anglo-Saxon Chronicle*, 168.
26. Ibid., 163.
27. Voltaire, *Works*, XIII, 274.
28. Hume, D., *History of England*, I, 504.
29. Davis, *Medieval England*, 355; Milman, IV, 298, 302.
30. Stubbs, *Constitutional History*, I, 309; Freeman, *Norman Conquest*, IV, 430.
31. Ibid., 714.
32. Vinogradoff, P., *English Society in the Eleventh Century*, 472; Coulton, *Medieval Village*, 11.
33. Stubbs, I, 330.
34. Enciclopédia Britânica, XI, 432.
35. Cf. *Anglo-Saxon Chronicle*, 206-8.
36. Coulton, *Life*, III, 5-7; *Panorama*, 229.
37. Pollock e Maitland, I, 104; Freeman, *Historical Essays*, 2d Series, 114.
38. Texto in Rowbotham, 62.
39. Coulton, *Panorama*, 231.
40. Hume, D., I, 478.
41. Holinshed, *Chronicle*, 18.
42. Ogg, 304-10.
43. Jenks, 35.
44. Pollock e Maitland, I, 138.
45. Enciclopédia Britânica, VIII, 9a.
46. Draper, *Intellectual Development of Europe*, II, 81.
47. Pollock e Maitland, I, 465; II, 398.
48. Coulton, *Panorama*, 379.
49. Home, *Roman London*, 118.
50. *Speculum*, Jan. 1937, 20.
51. Coulton, *Panorama*, 297.
52. Joyce, *Ireland*, 246-8; Hume, I, 356. O Cardeal Gasquet (*Monastic Life in the M. Ages*, 169) argúi de modo não convincente, contra a autenticidade desta bula.
53. In Coulton, *Panorama*, 66.
54. Brown, P. H., *History of Scotland*, I, 88.
55. Thierry, A., *Conquest of England by the Normans*, I, 21.
56. Blok, P. J., *History of ... the Netherlands*, I, 230.
57. May, Sir T., *Democracy in Europe*, I, 338-9.
58. Enciclopédia Britânica, XXI, 912c.
59. Guizot, *France*, I, 524.
60. Ibid., 312.
61. 522.
62. Belloc, *Paris*, 154.
63. Adams, H., *Mont St. Michel and Chartres*, 177.
64. Joinville, *Chronicle*, 153.
65. Lacroix, *Manners*, 32.
66. In Munro e Sellery, 520.
67. Joinville, 308.
68. *Cambridge Medieval History*, VI, 347.
69. Joinville, 139.
70. Taylor, H. O., *Medieval Mind.*, I, 365.
71. *Cambridge Medieval History*, VI, 349.
72. Joinville, 149.
73. Ibid., 310; Guizot, *France*, I, 556; Munro e Sellery, 496.
74. Joinville, 316.
75. Munro e Sellery, 498.
76. Joinville, 148.
77. Munro e Sellery, 493; 500.
78. Guizot, *France*, I, 543.
79. Joinville, 150.
80. Guizot, *Civilization*, I, 184; Lacroix, *Manners*, 234.
81. Coulton, *From St. Francis*, 140.
82. Guizot, *France*, I, 452.
83. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 44; Porter, *Medieval Architecture*, II, 264.
84. Thompson, 40.
85. Ibid., 22.
86. Hearnshaw, F., *Medieval Contributions to Modern Civilization*, 67; Enciclopédia Britânica, X, 702b; Hearnshaw, *Social and Political of Some Great Medieval Thinkers*, 145, 157, 163.
87. *Cambridge Medieval History*, VI, 409.
88. Thompson, 349.
89. Chapman, C. E., *History of Spain*, 90; Carlyle, R. W., *Political Theory*, V, 134.
90. *Cambridge Medieval History*, VII, 695-702
91. Pirenne, J., *Les grands courants*, II, 157.
92. Lea, H. C., *History of the Inquisition in*

Spain, I, 58.
93. Sterling., M. B., *Story of Parzival*, 20f.
94. Milman, V, 61.

CAPÍTULO XXVI

1. In Waern, *Sicily*, 36.
2. *Cambridge Medieval History*, VI, 131.
3. Sarton, II (1), 119.
4. In Waern, 50f.
5. Bryce, 292.
6. Catholic Encyclopedia, I, 749a.
7. Hazlitt, W. C., *Venetian Republic*, I, 190f.
8. Molmenti, I(1), 82.
9. Ibid., 84.
10. 145.
11. Thompson, *Economic History of the Later Middle Ages*, 11.
12. Beard, 107.
13. Ruskin, *Stones of Venice*, I, 8.
14. Beard, 102-5.
15. Dante, *Eleven Letters*, 160, carta de Março de 1314 a Guido da Polenta.
16. Molmenti, I (2), 49, 53.
17. Ibid., 9, 13-15; Sedgwick, H. D., *Italy in the Thirteenth Century*, II, 200.
18. Molmenti, I (2), 139, 154, 157.
19. Molmenti, I (1), 204.
20. Beard, 146.
21. Coulton, *From St. Francis*, 215.
22. Ibid.
23. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 421.
24. Sedgwick, I, 175.
25. Thompson, 441; *Cambridge Medieval History*, V, 230.
26. Kantorowicz, 26.
27. Ibid., 30.
28. *Cambridge Medieval History*, VI, 137.
29. Kantorowicz, 204.
30. Ibid., 219.
31. 282.
32. 310.
33. *Cambridge Medieval History*, VI, 150.
34. Kantorowicz, 288.
35. Ibid., 529.
36. Pirenne, J., *Grands courants*, II, 114; Kantorowicz, 311.
37. Ibid., 307.
38. 355.
39. 195.
40. Mat. Paris, 1238, 157.
41. Ibid.
42. Sedgwick, I, 133; Kantorowicz, 308.
43. Ibid., 251.
44. 343.
45. 460.
46. 615.
47. 624-32.
48. Nietzsche, F., *Beyond Good and Evil*, 200.
49. Kantorowicz, 611.
50. Sedgwick, I, 440; Kantorowicz, 332.
51. Ibid., 292.
52. Milman, VI, 240f.
53. Renard, 24; *Cambridge Medieval History* VI, 496.
54. Thompson, *Later Middle Ages*, 259.
55. Beard, 140.
56. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 471.
57. Villari, *First Centuries of Florentine History*, 178.
58. Ibid., 211.
59. 498.

CAPÍTULO XXVII

1. In Coulton, *Social Life*, 15.
2. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, lxiv, 4.
3. In Coulton, *Five Centuries of Religion*, I, 60.
4. Ibid., 31.
5. Gregory I, *Dialogues*, iv, 30, 35, in Lecky, *Morals*, II, 220.
6. Ibid., 221.
7. Westermarck, *Moral Ideas*, I, 723; Coulton, *Five Centuries*, I, 71.
8. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, Suplemento, xcvii, 5, 7.
9. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, III, 384.
10. Ibid., 385.
11. Coulton, *Five Centuries*, I, 40.
12. Gregory I, *Dialogues*, i, 4, in Dudden, II, 367.
13. Coulton, *Five Centuries*, I, 445-9; II, 665.
14. Coulton, *Panorama*, 416.
15. Id., *Social Life*, 337.
16. Westermarck, *Moral Ideas*, I, 722.
17. Coulton, *Panorama*, 416.
18. *Cambridge Medieval History*, VII, 635.
19. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 19.
20. Id., *Panorama*, 417.
21. Id., *Medieval Village*, 241.
22. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, xxiii, 7.
23. Coulton, *Life*, I, 54.
24. Lecky, *Morals*, II, 220.
25. In Coulton, *Inquisition and Liberty*, 18.
26. Lea, *Auricular Confession*, III, 322.
27. Dudden, II, 427.
28. Renan, E., *Poetry of the Celtic Races*, 177.
29. Coulton, *Five Centuries*, I, 75.
30. Id., *Inquisition and Liberty*, 2.
31. John of Salisbury, *Metalogicus*, vii, 2.
32. In Munro e Sellery, 489.
33. Giraldus Cambrensis, *Gemma Ecle-*

siastica, ii, 24, in Robertson, J. M., *Short History of Free Thought*, II, 311.
34. Ibid., i, 51, in Robertson, II, 311.
35. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, III, 558.
36. Coulton, *Social Life*, 218; *Five Centuries*, I, 71.
37. Vincent of Beauvais, *Speculum Morale*, ii, 3.6; ii, 1.11.
38. Coulton, *Five Centuries*, I, 31
39. Coulton, *The Inquisition*, 62.
40. Citado por Bertoldo de Regensburg in Coulton, *Five Centuries*, I, 72.
41. *Aucassin et Nicolette*, line 22.
42. Coulton, *Panorama*, 17.
43. Id., *Five Centuries*, I, 303.
44. Reese, G., *Music in the Middle Ages*, 110.
45. Wright, Th., *The Book of the Knight of La Tour-Landry*, prólogo, e cap. 35, 174.
46. Coulton, *Village*, 254.
47. Raby, *Christian Latin Poetry*, 358.
48. Durand, *Rationale divinorum officiorum*, in Raby, 357.
49. Raby, 356.
50. Giraldus Cambrensis, *Itinerary*, i, 2.
51. Vincent of Beauvais, *Speculum Historiale*, vi, 99, in Coulton, *Life*, i, 1.
52. Cesar de Heisterbach, ii, 170.
53. Ibid.
54. Milman, III, 242.
55. Coulton, *Five Centuries*, I, 300.
56. Moore, *Judaism*, II, 4.
57. Catholic Encyclopedia, I, 634.
58. Voltaire, *Works*, XIII, 136.
59. In Splengler, O., *Decline of the West*, II, 295.
60. Voltaire, III, 137.
61. Lea, *Auricular Confessión*, II, 443.
62. Ibid., III, 285.
63. Catholic Encyclopedia, VII, 787.
64. *Cambridge Medieval History*, VI, 678; Funk, I, 379.
65. Adams, B., *Law of Civilization and Decay*, 64.
66. Lanfranc, *De corpore et sanguine Domini, in Cambridge Medieval History*, VI, 678.
67. Lacroix, *Military*, 454.
68. Matt, vi, 7.
69. Enciclopédia Britânica, VI, 795.
70. Montalembert, I, 57.
71. Male, E., *L'art religieux du XIIIe siècle en France*, 309-11.
72. Coulton, *Panorama*, 107.
73. Coulton, *Life*, I, 168.
74. Addison, *Arts*, 65.
75. Coulton, *Five Centuries*, IV, 94.
76. Haskins, *Renaissance of Twelfth Century*, 235.
77. Jusserand, 327.
78. Ibid.
79. Coulton, *Five Centuries*, IV, 106.
80. Clavijo, G. de, *Embassy to Tamerlane*, 7, 63, 81.
81. Coulton, *Five Centuries*, V, 105.
82. Ibid., IV, 120.
83. V, 99.
84. Coulton, *Five*, IV, 98.
85. Ibid., 116.
86. 111.
87. Haskins, *Renaissance*, 235.
88. Coulton, *Five Centuries*, IV, 121.
89. Funk, I, 297.
90. Howard, C., *Sex Worship*, 78-93; Coulton, *Life*, IV, 209-10.
91. Davis, *Medieval England*, 202; Frazer, Sir J., *Magic Art*, II, 370.
92. Weigall, A., *The Paganism in Our Christianity*, 131.
93. Adams, H., *Mont St. Michel*, 91.
94. Coulton, *From St. Francis*, 119.
95. In Adams, H., 262.
96. Ibid., 93, 254.
97. 259.
98. 258.
99. Funk, I, 296.
100. Catholic Encyclopedia, IX, 791d.
101. Julian Ribera in Thorndike, *Short History of Civilization*, 350.
102. For tr. of *Dies irae* cf. Van Doren, M., *Anthology*, 460.
103. Gibbon, VI, 494f.
104. Renard, 42; Brentano in Smith, T., *English Guilds*, lxxxv.
105. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 674; Barnes, *Economic History*, 164.
106. Catholic Encyclopedia, V, 679.
107. Villari, 161.
108. Coulton, *Five Centuries*, IV, 333; *Medieval Village*, 294.
109. Ibid.
110. Maine, *Ancient Law*, 132.
111. Coulton, *Panorama*, 172, 293; *From St. Francis*, 293; Lea, *Sacerdotal Celibacy*, 283; Mateus Paris, I, 83.
112. Davis, *Medieval England*, 28.
113. Coulton, *Panorama*, 137, 154.
114. Id., *Medieval Village*, 295.
115. Ibid., 303; id., *Panorama*, 197, 204; *Social Life*, 213; *Life*, III, 39.
116. Lecky, *Morals*, II, 335.
117. Coulton, *Panorama*, 129.
118. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 3.
119. Thatcher, 165-6.
120. *Cambridge Medieval History*, VI, 543.
121. Jewish Encyclopedia, I, 550.
122. Lea, op. cit., I, 13.
123. *Cambridge Medieval History*, VI, 8.
124. Ibid., 3; Taylor, *Medieval Mind*, II, 303.

125. Carlyle, R. W., *Political Theory*, V, 157, 182.
126. Ibid., 162.
127. Enciclopédia Britânica, II, 370a.
128. Clayton, J., *Pope Innocent III*, 181.
129. Walsh, J., *Thirteenth Century*, 370.
130. *Cambridge Medieval History*, VI, 2.
131. In Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 129.
132. *Cambridge Medieval History*, VI, 694.
133. Enciclopédia Britânica, XII, 370b.
134. Coulton, *From St. Francis*, 275.
135. Funk, I, 358.
136. Coulton, *From St. Francis*, 277.
137. *Cambridge Medieval History*, VI, 120.
138. Luke Wadding in Coulton, *From St. Francis*, 277.
139. Ibid., 225.
140. Coulton, *Panorama*, 165.
141. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 688.
142. Voltaire, XIII, 130.
143. Clapham e Power, 189.
144. Lea, *Auricular Confession*, III, 17.
145. Taylor, *Medieval Mind*, II, 303; Thompson, *Economic Middle Ages*, 689.
146. Id., *Feudal Germany*, 19.
147. Boissonnade, 72, 243.
148. Ibid., Lacroix, *Manners*, 12.
149. Fisher, H. L., *Medieval Empire*, II, 64.
150. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 692.
151. Ibid., 691.
152. Id., *Later Middle Ages*, 12.
153. Funk, I, 355.
154. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, III, 624.
155. Lavisse, E., *Histoire de France*, III, 318.
156. Mateus Paris, I, 50.
157. Coulton, *Five Centuries*, IV, 522.
158. Coulton, *Life*, I, 36.
159. Milman, V, 139.
160. Porter, *Medieval Architecture*, II, 164; Coulton, *Social Life*, 215.
161. Cf. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 21-30, para muitas instâncias da autoreforma eclesiástica.

CAPÍTULO XXVIII

1. Coulton, *From St. Francis*, 12.
2. Beer, M., *Social Struggles in the Middle Ages*, 135, 177.
3. Luchaire in Munro e Sellery, 438.
4. Ibid., Beer, 133.
5. Enciclopédia Britânica, XXIII, 288b.
6. Coulton, *Panorama*, 463.
7. Vacandard, *Inquisition*, 70.
8. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 662.
9. *Cambridge Medieval History*, VI, 21.
10. Sabatier, *Life of St. Francis*, 43.
11. Mateus Paris, I, 66.
12. Vacandard, 83.
13. Ibid., 74.
14. 91.
15. Luchaire, 444.
16. Vacandard, 77; Beer, 129-31.
17. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 79; Vacandard, 97; Luchaire, 441.
18. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 70; Vacandard, 73; Morey, *Medieval Art*, 255.
19. Vacandard, 77.
20. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 103.
21. Rowbotham, 293.
22. Luchaire, 434.
23. Ibid., 436.
24. Lea, I, 120, 133.
25. Thatcher, 209.
26. Lea, I, 139.
27. Ibid., 141.
28. Ibid.
29. 146.
30. 153.
31. 154.
32. Guizot, *France*, I, 507; Coulton, *Life*, I, 68.
33. Lea, I, 162.
34. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 490.
35. Lea, 554.
36. Maimonides, *Guide to the Perplexed*, III, introd., xli.
37. Vacandard, 48.
38. Ibid.
39. 63.
40. 68.
41. Sumner, *Folkways*, 238.
42. Catholic Encyclopedia, VIII, 28c.
43. Lea, 237.
44. Vacandard, 63.
45. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 49.
46. Vacandard, 37.
47. Lea, 69.
48. Nickerson, H., *Inquisition*, 61.
49. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 689; Jusserand, 280.
50. Lea, 318.
51. Ibid., 321.
52. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 49.
53. Catholic Encyclopedia, VIII, 29a; Vacandard, 52.
54. Ibid., 119.
55. Coulton, *Inquisition*, 59; *Inquisition and Liberty*, 66.
56. Vacandard, 61.
57. Sarton, II (2), 546.
58. Vacandard, 183.
59. Ibid., 163.
60. Davis, *Medieval England*, 406.
61. Thatcher, 309.

62. Lea, 371; Vacandard, 190.
63. Lea, 381
64. Ibid., 436.
65. 317.
66. Catholic Encyclopedia, VIII, 31d.
67. Lea, 441.
68. Catholic Encyclopedia, VIII, 31c.
69. Lea, 441.
70. Catholic Encyclopedia, VIII, 32b.
71. Ibid., 32d.
72. Ibid.
73. Coulton, *Inquisition*, 86.
74. Vacandard, 183.
75. Lea, II, 97.
76. Catholic Encyclopedia, VIII, 33d.
77. *Cambridge Medieval History*, VI, 723; Vacandard, 203.
78. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 689.
79. Vacandard, 144, 178.
80. Lea, I, 549.
81. Ibid., 550.
82. *Cambridge Medieval History*, VI, 723; Vacandard, 196; Lea, I, 551.
83. Ibid., 393.
84. 113.

CAPÍTULO XXIX

1. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 603.
2. Coulton, *Five Centuries*, IV, 15.
3. Gilson, E., *Philosophy of St. Bonaventure*, 31.
4. Coulton, *Life*, IV, 98.
5. In Coulton, *From Francis*, 70.
6. Coulton, *Life*, IV, 238.
7. Lea, I, 35.
8. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 604.
9. Milman, IV, 259.
10. Coulton, *Life*, IV, 155.
11. Coulton, *Five Centuries*, IV, 96, 367-77.
12. In Coulton, *Life*, IV, 199.
13. Cesar de Heisterbach, i, 249, in Coulton, *Five Centuries*, I, 377; Jocelyn's *Chronicle*, in Carlyle, Th., *Past and Present*, p. 72.
14. Waddel, H., *Wandering Scholars*, 210.
15. Taylor, *Medieval Mind*, I, 268.
16. Ibid., 430.
17. Coulton, *Five Centuries*, I, 183.
18. Lacroix, Paul, *History of Prostitution*, 692.
19. Cf. Longfellow's "Golden Legend."
20. *Cambridge Medieval History*, V, 675.
21. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 612.
22. Étienne de Bourbon, *Anecdotes*, in Coulton *Five Centuries*, I, 79.
23. Ogg, 258.
24. Coulton, *Five Centuries*, I, 308.
25. Ibid., IV, 165.
26. I, 304.
27. Munro e Sellery, 410.
28. In Gilson, É., *La Philosophie au moyen âge*, I, 92.
29. W. B. Yeats, Introd. to Tagore, R., *Gitanjali*, xviii.
30. Munro e Sellery, 412.
31. Ibid.
32. Coulton, *Five Centuries*, I, 305.
33. Ibid., 391.
34. 336.
35. 387.
36. Jörgensen, *St Francis*, 12.
37. In Sabatier, 149.
38. Jörgensen, 21.
39. Sabatier, 26; Bonaventure, *Life of St. Francis*, ch. 1.
40. Sabatier, 59f.
41. *Mirror of Perfection*, cap. 14.
42. *Tres Socii*, 35, in Sabatier, 74.
43. *Mirror*, cap. 69.
44. Ibid., cap. 11.
45. Ibid.
46. Coulton, *Panorama*, 529.
47. *Tres Socii*, 38-41.
48. *Little Flowers of St. Francis*, cap. 8.
49. Ibid., cap. 9.
50. *Mirror*, cap. 61.
51. Ibid., cap. 29-35.
52. Ibid., cap 114.
53. *Little Flowers*, cap. 22.
54. Cap. 16.
55. Sabatier, 97.
56. Arnold, M., *Essays in Criticism*, First Series, 155.
57. *Little Flowers*, cap. 11.
58. Cap. 24.
59. Sabatier, 229.
60. Ibid., 227.
61. Dr. E. F. Hartung in *Time*, Mar. 11, 1935.
62. *Mirror*, cap. 116.
63. Cap. 120.
64. Faure, É., *Medieval Art*, 398.
65. Texto do arbítrio in Sabatier, 337.
66. Milman, V, 242.
67. *Cambridge Medieval History*, VI, 737f.
68. Mat. Paris, ii, 443, in Coulton, *Five Centuries*, IV, 170.
69. Ibid., 388.
70. Coulton, *From Francis*, 101-2.
71. Ibid.
72. Funk, I, 370.
73. Crump, 413.
74. Lea, *Sacerdotal Celibacy*, 105.
75. Power, E., *Medieval People*, 64.
76. *Little Flowers*, cap. 33.

77. E.g., *Nun's Rule* (Ancren Riwle), 105, 185.
78. Cf. pp. 294-6.
79. Montalembert, II, 703.
80. Ibid.
81. Lea, *Celibacy*, 264.
82. Taylor, *Medieval Mind*, I, 492.
83. Coulton, *Panorama*, 622.
84. Power, *Medieval People*, 80.
85. Ibid.
86. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, III, 10-17.
87. Lea, I, 272.
88. *Cambridge Medieval History*, VII, 789.
89. Sabatier, 52.
90. Lea, II, 326.
91. Coulton, *Life*, III, 54; Kantorowicz, 419.
92. Sabatier, 52; Taylor, *Medieval Mind*, I, 460.
93. Milman, VI, 123.
94. Coulton, *Life*, I, 205.
95. Catholic Encyclopedia, II, 662d.
96. Ibid., 663.
97. Thatcher, 311.
98. *Cambridge Medieval History*, VII, 7-8.
99. Milman, VI, 282; Coulton, *Panorama*, 212.
100. Guizot, *France*, I, 591.
101. Catholic Encyclopedia, II, 666c.
102. Ibid., 667c; Ogg, 383-8.
103. Adams, B., *Law of Civilization and Decay*, 173; Draper, *Intellectual Development*, II, 83.
104. Guizot, *France*, I, 596.
105. *Cambridge Medieval History*, VII, 18.
106. Guizot, 601; Draper, II, 86.
107. Milman, VI, 494 e segs.
108. Lea, II, 58.
109. Hume, *England*, I, 511.
110. Coulton, *Five Centuries*, IV, 118.
111. Coulton, *From Francis*, 150.

CAPÍTULO XXX

1. In Coulton, *Five Centuries*, I, 176.
2. Id., *Medieval Village*, 103.
3. Bede, i, 27.
4. Coulton, *Life*, IV, 160n.
5. In Coulton, *From Francis*, 18.
6. Benvenuta da Imola in Coulton, *From Francis*, 416; Lacroix, *Prostitution*, I, 694.
7. Ibid., 695.
8. 700.
9. 697.
10. II, 908.
11. Wright, ed., *Book of the Knight of La Tour-Landry*, Prólogo e cap. 35.
12. In Briffault, *Mothers*, III, 417.
13. Lecky, *Morals*, II, 152.
14. Lacroix, *Prostitution*, II, 904.
15. Ibid., 905.
16. 904.
17. I, 721.
18. II, 869; Sumner, *Folkways*, 529; Babel, 61; Garrison, *History of Medicine*, 192; Sanger, Wm., *History of Prostitution*, 98.
19. St. Augustine, *De ordine*, ii, 4.
20. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, II IIae, x, 11.
21. Enciclopédia Britânica, XVIII, 598a.
22. Ibid.
23. Lacroix, *Prostitution*, I, 733-42.
24. Ibid., II, 751; Sanger, 95
25. Coulton, *Panorama*, 172.
26. Lecky, *Morals*, II, 218.
27. Power, E., *Medieval People*, 118.
28. Pollock e Maitland, II, 387.
29. Coulton, *Panorama*, 634.
30. Bevan, E., e Singer, C., *Legacy of Israel*, 102.
31. Crump, 346.
32. Thomas Aquinas, *Summa contra Gentiles*, iii, 122.
33. Himes, *Contraception*, 160f.
34. Lacroix, *Prostitution*, I, 699.
35. Coulton, *Medieval Village*, 404.
36. Schoenfeld, H., *Women of the Teutonic Nation*, 122.
37. Freeman, *Norman Conquest*, II, 166.
38. Wright, Th., *History of Domestic Manners and Sentiments*, 275.
39. Pollock e Maitland, II, 390; Crump, 297; Butler, P., *Women of Medieval France*, 30.
40. St. John Chrysostom in James, B., *Women of England*, 108.
41. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, Suplemento, lxxxi, 3.
42. Ibid., I, xciii, 4.
43. Suplemento, xxxix, 3.
44. II IIae, xxvi, 10.
45. In Coulton, *Panorama*, 614, citando Gratian, *Decretum*, II, xxxiii, 5.
46. Coulton, *Life*, III, 114; *Five Centuries*, I, 174.
47. Id., *Chaucer's England*, 212.
48. Id., *Panorama*, 618.
49. Schoenfeld, 41.
50. Davis, *Life on a Medieval Barony*, 102.
51. James, *Women of England*, 182.
52. Renard, 20.
53. Cf. James, 116.
54. Wright, T., *Domestic Manners*, 273-4.
55. Butler, *Women of France*, 104.
56. Adams, H., *Mont St. Michel*, 211.
57. Butler, 123.
58. Tout, T. F., *Medieval Forgers*, in Coulton, *Five Centuries*, IV, 310.
59. Haskins, *Renaissance*, 89
60. Exs. in Coulton, *Chaucer's England*, 200;

Five Centuries, I, 251.
61. Lacroix, *Manners*, 41.
62. Coulton, *Medieval Village*, 72, 344.
63. Id., *Panorama*, 74, 369.
64. Enciclopédia Britânica, VIII, 8d.
65. Coulton, *Inquisition*, 47.
66. Hume, I, 185.
67. Salzman, 309.
68. Ashley, II, 73.
69. Coulton, *Chaucer*, 131.
70. Coulton, *Life*, III, 57 e segs.
71. Id., *Medieval Village*, 30.
72. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 571; Porter, *Medieval Architecture*, II, 159.
73. Coulton, *Panorama*, 377.
74. Ibid.
75. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 234-5.
76. Coulton, *From Francis*, 218.
77. Sumner, 472; Jusserand, 212; Boissonnade, 262.
78. Coulton, *Social Life*, 395.
79. Joinville, 309.
80. Cf. Coulton, *From Francis*, app. C.
81. Jusserand, 132f.
82. Davis, *Medieval England*, 425.
83. Zimmern, *Hansa*, 111.
84. Ibid.
85. Coulton, *Social Life*, 371, 425.
86. Ashley, II, 328.
87. Bacon, R., *Opus maius*, ed. Bridges, II, 251.
88. Ashley, II, 307.
89. Ibid., 323.
90. Davis, *Life on a Medieval Barony*, 95.
91. Trail, I, 484.
92. James, *Women*, 208.
93. *Speculum*, Apr. 1940, 148; Enciclopédia Britânica, IV, 470.
94. In Adams, H., 202.
95. Friedländer, *Roman Manners*, II, 183.
96. Butler, *Women*, 147.
97. Dante, *Purgatório*, xxiii, 102.
98. Coulton, *From Francis*, 271.
99. Davis, *Life on a Medieval Barony*, 96.
100. In Coulton, *Life*, III, 64.
101. Crump, 431.
102. Beard, 69.
103. Coulton, *Life*, IV, 173.
104. *Speculum*, Abril 1928, 198.
105. Sarton, II (1), 96.
106. *Speculum*, Jan. 1934; 306.
107. Ibid.
108. Lowie, *Are We Civilized?*, 75.
109. Lacroix, *Manners*, 176.
110. Butler, *Women*, 150.
111. Giraldus Cambrensis, *Description of Wales*, i, 10.
112. Salzman, 171.
113. Lacroix, P., *Arts of the Middle Ages*, 13.
114. Rogers, *Six Centuries*, 46.
115. Sedgwick, *Italy*, II, 197.
116. Power, *Medieval People*, 103.
117. Thompson, *Economic History of the Middle Ages*, 595.
118. Müller-Lyer, *Marriage*, 56.
119. Coulton, *Panorama*, 313; Addison, *Arts*, 272.
120. Coulton, *Medieval Village*, 27.
121. Schevill, *Siena*, 349.
122. Haskins, *Studies in Medieval Culture*, 122.
123. Sedgwick, II, 206.
124. Coulton, *Panorama*, 96.
125. Power, E., *Medieval People*, 76.
126. Lacroix, *Manners*, 239; Coulton, *Medieval Village*, 559.
127. Coulton, *Panorama*, 96.
128. Kirstein, L., *Dance*, 88.
129. Wright, Th., *Domestic Manners*, 257.
130. Walsh, J., *Thirteenth Century*, 452.
131. Davis, *Medieval England*, 372.
132. Davis, *Life on a Medieval Barony*, 64.
133. Enciclopédia Britânica, XIII, 791c.
134. Lacroix, *Manners*, 233.
135. Gardiner, E. N., *Athletics of the Ancient World*, 237.
136. Coulton, *Panorama*, 83.
137. Gardiner, 238.
138. Coulton, *Panorama*, 95.
139. Coulton, *Social Life*, 392.
140. Id., *Chaucer*, 278.
141. Chambers, E. K., *The Medieval Stage*, I, 287; Maitland, *Dark Ages*, 174; Lacroix, *Science and Literature in the Middle Ages*, 240.
142. Ibid.; Chambers, I, 323; Coulton, *Panorama*, 606.
143. Chambers, I, 343.
144. *Time*, Dec. 31, 1945.
145. Waddell, *Wandering Scholars*, 200.
146. Coulton, *From Francis*, 56.
147. Ibid., 55.
148. 57.
149. 13.

CAPÍTULO XXXI

1. Jackson, Sir T., *Byzantine and Romanesque Architecture*, 94.
2. Id., *Gothic Architecture*, I, 59.
3. Spencer, H., *Principles of Sociology*, III, 291; Coulton, *Life*, IV, 169.
4. Theophilus, *Schedula diversarum artium*, Introd., in Dillon, *Glass*, 126.
5. Addison, *Arts*, 86, 59.
6. Ibid., 186.
7. Walsh, *Thirteenth Century*, 115.
8. Saunders, *English Art in the Middle Ages*, 65.

9. Ackerman, Phyllis, *Tapestry*, 42f.
10. Ruskin, *Stones of Venice*, I, cap. 2.
11. Morey, 195.
12. Short, E. H., *The Painter in History*, 75.
13. Mâle, *L'art religieux du XIIIe siècle*, 80.
14. Taine, H., *Italy: Florence and Venice*, 49.
15. Enciclopédia Britânica, V, 706d.
16. Vasari, *Lives*, I, 66.
17. Morey, 267.
18. Lacroix, *Arts*, 251f.
19. Adams, H., *Mont St. Michel*, 137.
20. Saunders, 105.
21. Mâle, 78.
22. Bond, F., *Wood Carvings in English Churches*, I, 167.
23. Ibid.
24. Mâle, 74.
25. S. Reinach in Walsh, *Thirteenth Century*, 106.
26. Kantorowicz, 535; Morey, 314; Sedgwick, II, 225.

CAPÍTULO XXXII

1. Pope, A. U., *Iranian and Armenian Contribution to the Beginnings of Gothic Architecture*, 127.
2. Porter, II, 170.
3. *Speculum*, Jan, 1927, 23.
4. Mâle, 66; Morey, 234.
5. Guilherme de Malmesbury, v, 3.
6. Enciclopédia Britânica, VII, 763.
7. Cram, *Substance of Gothic*, 119.
8. Pope, *Contributions*, 137.
9. Bond, F., *Gothic Architecture in England*, 263; Pirenne, J., *Grands courants*, II, 135; Porter, II, 63.
10. Addison, *Arts*, 201.
11. Panofsky, I., *Abbot Suger*.
12. Cram, 144.
13. Coulton, *Life*, II, 18; Porter, I, 151f.
14. Headlam, C., *Story of Chartres*, 140.
15. Jackson, *Gothic Architecture*, I, 96.
16. Ferguson, J., *History of Architecture*, I, 540.
17. Adams, H., 66.
18. Headlam, *Chartres*, 229.
19. Ibid., 208.
20. Ibid.
21. Adams, H., 76.
22. Connick, C. J., *Adventures in Light and Color*, 10.
23. Robillard, M., *Chartres*, 54.
24. Faure, *Medieval Art*, 348; Bond, *Gothic Architecture in England*, 33; Moore, C. H., *Development of Gothic Architecture*, 124.
25. Jackson, *Gothic Architecture*, I, 189.
26. Ibid.
27. Walsh, *Thirteenth Century*, 108.
28. Armstrong, Sir W., *Art in Great Britain*, 46.
29. Morey, 293. A parte referente à Alemanha foi limitada a alguns mestres durante a composição destas páginas, e por essa razão deve-se falar da arquitetura e escultura alemãs em segunda mão, ou por vagas lembranças de visitas feitas em 1912 e 1932.
30. De Wulf, *Medieval Philosophy*, I, 3.
31. Morey, 297.
32. In Taine, *Italy: Florence*, 89.
33. Beard, 143.
34. Street, G., *Gothic Architecture in Spain*, 106.
35. Arnold, *Legacy of Islam*, 168; Dieulafoy, *Art in Spain*, 147.

CAPÍTULO XXXIII

1. Lang, P. H., *Music in Western Civilization*, 51.
2. Ibid., 43.
3. Reese, *Music in the Middle Ages*, 63.
4. Ibid., 20f; *Oxford History of Music*, introductory volume, 137.
5. Lang, 71.
6. Grove, *Dictionary of Music*, Notation.
7. Arnold, *Legacy of Islam*, 17; Sarton, II (1), 25, 406.
8. A data e a identidade de Franco são discutidas; cf. Grove, s.v., Franco of Cologne.
9. Lang, 130.
10. Ibid., 139.
11. Giraldus Cambrensis, *Description of Wales*, i, 8.
12. Lang, 97.
13. Jusserand, 196.
14. Reese, 206.
15. Ibid., 246.
16. Desta forma contesta, com notável erudição, Julian Ribera *in La musica de las cantigas*; cf. McKinney, H. D., e Anderson, W. R., *Music in History*, 181. Beck, Gennerich e Reese preferem derivar o nome e as canções dos trovadores do tropo; cf. Reese, 218.
17. Lacroix, *Arts*, 203.
18. Addison, *Arts*, 110.
19. Reese, 123.
20. Rowbotham, 6; Lacroix, *Arts*, 205.
21. Ibid., 204.

CAPÍTULO XXXIV

1. In Ogg, 145.
2. Vossler, K., *Medieval Culture*, I, 5.
3. Dante, *La Vita Nuova*, xxv.
4. Munro e Sellery, 330.
5. Cf. Pollock e Maitland, I, 57.

6. Mumford, L., *Technics and Civilization*, 438; Enciclopédia Britânica, XXI, 1006a.
7. *Lyra Graeca*, III, 679, ap. por J. M. Edmonds.
8. Munro e Sellery, 282; Haskins, *Renaissance*, 16; id., *Normans*, 236.
9. Haskins, *Renaissance*, 72.
10. Thorndike in *Speculum*, Abr. 1937, 268.
11. Haskins, *Renaissance*, 72.
12. Coulton, *Panorama*, 683.
13. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 554.
14. Lacroix, *Arts*, 472.
15. Walsh, *Thirteenth Century*, 156.
16. Coulton, *Medieval Scene*, 124; *Panorama*, 576; Haskins, *Renaissance*, 71.
17. Enciclopédia Britânica, XIV, 3.
18. Haskins, *Renaissance*, 43.
19. Calvert, *Moorish Remains in Spain*, 426.
20. Haskins, *Studies in Medieval Culture*, 100.
21. Bevna, *Legacy of Israel*, 230.
22. Ibid., 211.
23. Sarton, II (1), 125.
24. Arnold, *Legacy of Islam*, 347.
25. Ibid., 244.
26. Wright, *Domestic Manners*, 271.
27. De Wulf, *Medieval Philosophy*, I, 61; West, *Alcuin*, 57.
28. John of Salisbury, *Metalogicus*, i, 24, in Poole, *Illustrations*, 98.
29. Thorndike in *Speculum*, Oct. 1940, 401.
30. Walsh, *Thirteenth Century*, 28.
31. Thorndike, 1.c.; Rashdall, *Universities of Europe in the Middle Ages*, III, 350; Crump, *Legacy of the Middle Ages*, 262-3.
32. Abélard, *Historia Calamitatum*, Introd. de R. A. Cramp, p. v.
33. Coulton, *Medieval Village*, 254.
34. Jusserand, 279.
35. Coulton, *Panorama*, 388.
36. Thorndike, *Speculum*, Oct. 1940, 408.
37. Rashdall, *Universities*, III, 370.
38. Aristóteles, *Politica*, viii, 1.
39. Crump, 266.
40. Rashdall, I, 93.
41. Ibid., 113.
42. Lea, *Inquisition in the Middle Ages*, I, 59.
43. Walsh, *Thirteenth Century*, 33; Baedeker, K., *Northern Italy*, 471.
44. Rashdall, I, 149-67.
45. Ibid., 196.
46. 196-7.
47. Paetow, L. J., *Guide to the Study of Medieval History*, 448.
48. Haskins, *Renaissance*, 396.
49. Rashdall, I, 445.
50. Thorndike, *Magic*, II, 53.
51. *Cambridge Medieval History*, VI, 746.
52. Enciclopédia Britânica, XI, 995.
53. Rashdall, III, 29n.
54. Ibid., 33.
55. 109.
56. 246n; Sarton, II (2), 584.
57. Davis, *Medieval England*, 398.
58. Enciclopédia Britânica, X, 9006b.
59. Ashley, I, 203.
60. Munro e Sellery, 350; Walsh, *Thirteenth Century*, 65.
61. Waddell, *Wandering Scholars*, 171.
62. Walsh, 65.
63. Rashdall, IV, 325-36.
64. Ibid.
65. Coulton, *Social Life*, 95.
66. Rashdall, III, 386.
67. Ibid., 439.
68. 441.
69. 440.
70. 96n.
71. 431.
72. 432; Coulton, *Life*, III, 73.
73. Rashdall, III, 439.
74. Castiglione, 328.
75. Munro e Sellery, 350.
76. Rashdall, I, 466-70.

CAPÍTULO XXXV

1. V. Cousin in Abélard, *Ouvrages inédits*, xcix.
2. Gilson, É., *La philosophie au moyen âge*, ed. 1947, 238.
3. De Wulf, *Medieval Philosophy*, I, 103.
4. Ibid., 46.
5. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, i, 1.
6. Ueberweg, *History of Philosophy*, I, 386.
7. Abélard, *Historia Calamitatum*, cap. 6.
8. Rémusat, C. de, *Abélard*, I, 39.
9. Abélard, *Calamitatum*, cap. 5.
10. Gilson, *La philosophie au moyen âge*, ed. 1922, I, 89.
11. Abélard, *Calamitatum*, cap. 5.
12. Rémusat, I, 30n.
13. Abélard, cap. 16.
14. Rémusat, I, 54.
15. Abélard, cap. 6. Ele não pode dizer que o acompanhou.
16. Ibid., cap. 7; Lea, *Celibacy*, 269.
17. Abélard, cap. 7.
18. Ibid.
19. Poole, *Illustrations*, 125.
20. Abélard, *Dialectica*, introd. à Parte IV, in *Ouvrages inédits*.
21. Ibid.
22. In Rémusat, II, 534-5.
23. *Ouvrages inédits*, p. clxxxvii.
24. Abélard, *Sic et non*, in *Ouvrages*, p. 16.
25. De Wulf, *Medieval Philosophy*, I, 201.
26. Abélard, *Calamitatum*, cap. 9.

27. Rémusat, I, 77.
28. Abélard, *Calamitatum*, cap. 9.
29. Cap. 11.
30. Rémusat, II, 197.
31. Ibid., 196; Gilson, *La philosophie au moyen âge*, ed. 1947, p. 291.
32. Ueberweg, I, 387.
33. Rémusat, II, 203.
34. Ibid., 205.
35. Abélard, *Calamitatum*, cap. 12.
36. Cap. 13.
37. Cap. 15.
38. Cap. 14.
39. In Scott-Moncrieff, *Letters of Abélard and Héloïse*, 53-6.
40. Ibid., p. 82.
41. P. 103.
42. Butler, *Women*, 68.
43. O Prof. Paetow considerou as "cartas de Heloísa... vãs fantasias de um verdadeiro homem fútil". — *Speculum*, Apr. 1927, 227. O Prof. Gilson conclui em favor de sua geral autenticidade; cf. sua *Héloïse et Abélard*, Paris, 1938, e *Speculum*, Julho 1939, 394.
44. Abélard, *Scito te ipsum*, xiii-xiv, in Rémusat, II, 466.
45. Abélard, Ep. xiii, in *Cambridge Medieval History*, V, 798.
46. St. Bernard, Eps. 191 e 338, in Taylor, *Medieval Mind*, I, 417, e II, 385; Adams, H., 313; Ueberweg, 396.
47. Raby, *Christian Latin Poetry*, 321.
48. Rémusat, I, 260.

CAPÍTULO XXXVI

1. Duhem, *Système du monde*, III, 88.
2. De Wulf, *History of Medieval Philosophy*, I, 154.
3. Poole, *Illustrations*, 151.
4. Ibid., 185.
5. 108.
6. Thorndike, *Magic*, II, 58.
7. Ibid., 50; o grifo é meu.
8. Ibid., 58.
9. Poole, 158.
10. Taylor, *Medieval Mind*, II, 402.
11. In Poole, *Illustrations*, 164.
12. In Adams, H., 292.
13. John of Salisbury, *Polycraticus*, v, 16; vi, 24; vii, 17.
14. V, 16.
15. IV, 3.
16. V, 6; vi, 6, 12, 25; iii, 15.
17. VIII, 20.
18. VII, 11.
19. Munro e Sellery, 460; Sarton, II (2), 860; De Wulf, *History of Medieval Philosophy*, I, 248.
20. Ibid.
21. Robertson, J. M., *History of Free Thought*, I, 325.
22. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, I, 99.
23. Coulton, *Five Centuries*, I, 345.
24. Id., *Medieval Scene*, 111.
25. De Wulf, I, 189.
26. Lea, II, 319.
27. Gilson, *La philosophie au moyen âge*, ed. 1947; 384.
28. Rashdall, I, 354.
29. Lea, II, 320-3.
30. Renan, *Averroès*, 288.
31. Coulton, *Panorama*, 449.
32. Rashdall, I, 264.
33. De Wulf, II, 97.
34. Hearnshaw, *Medieval Contributions to Modern Civilization*, 145.
35. Lea, III, 440.
36. Castiglione, 330.
37. Coulton, *Panorama*, 461.
38. Gilson, *La philosophie*, ed. 1947, 564.
39. De Wulf, II, 96, 103.
40. In Gilson, ed. 1947, 564.
41. Ibid., 565.
42. 562.
43. 558; Renan, *Averroès*, 268.
44. Ibid., 273-5; Gilson, ed. 1947, 559.
45. *Cambridge Medieval History*, V, 822.
46. De Wulf, I, 144.
47. Id., *Philosophy and Civilization in the Middle Ages*, 51.
48. Gilson, *Philosophy of St. Bonaventure*, 8.
49. Sabatier, 41.
50. Gilson, *La philosophie*, ed. 1922, II, 9.
51. Sarton, II (2), 938; Taylor, *Medieval Mind*, II, 451.
52. Maritain, J., *The Angelic Doctor*, 32.
53. Ibid., 29.
54. 31; D'Arcy, *Thomas Aquinas*, 35.
55. Ibid., 51.
56. 46.
57. Grabmann, M., *Thomas Aquinas*, 32.
58. Wicksteed, P. H., *Dante and Aquinas*, 93; D'Arcy, 47.
59. Maritain, 45.
60. D'Arcy, 52.
61. De Wulf, *Philosophy and Civilization*, 166.
62. Maritain, 40.
63. Bevan, *Legacy of Israel*, 267.
64. Diesendruck, Z., *Maimonides and Thomas Aquinas*, 5.
65. Gilson, *La philosophie*, ed. 1922, I, 114.
66. In Sarton, II (2), 915.
67. Thomas Aquinas, *De caelo et mundo*, lect. 22, in Grabmann, 44.
68. Id., *Summa contra Gentiles*, i, 2.
69. Ibid.
70. Id., *Comm. on Aristotle's Metaphysics*,

333.
71. Id , *Summa Theologica*, I, xvi, 8.
72. Id., *Summa contra Gentiles*, i, 12.
73. Ibid., i, 3.
74. Id., *Summa Theologica*, II IIae, i, 5.
75. Ibid., II IIae, x, 7.
76. Id., *Quodlibeta*, II, *a*, 7, in Grabmann, 50.
77. Id., *Summa Theologica*, II IIae, i, 10.
78. Ibid., xxvi, 10.
79. Id., *De veritate*, ii, 10.
80. Id., *Summa contra Gentiles*, i, 11.
81. Id., *Summa Theologica*, I, ii, 3; *Summa contra Gentiles*, i, 16.
82. Ibid., i, 3; i, 30.
83. Id., *Summa Theologica*, I, lxxxiv, 7.
84. Id., *Summa contra Gentiles*, ii, 38.
85. Ibid. 35.
86. Ibid., iii, 23.
87. Id., *Quodlibeta*, xi, 4.
88. Id., *Comm. on II Sent.*, VIII, vi, 4, in Hopkins, C. E., *Share of Thomas Aquinas in ... the Witchcraft Delusion*, 78.
89. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, cxvii, 3.
90. Ibid., lcxv, 3; xcv, 5.
91. Ibid., 4.
92. Id., *Comm. on Aristotle's Metaphysics*, 146, 157.
93. Id., *Summa Theologica*, I, lxxvi, 1.
94. In Walsh, *Thirteenth Century*, 444.
95. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, lxxv, 4.
96. Id., *Summa contra Gentiles*, ii, 72.
97. D'Arcy, 147.
98. Thomas Aquinas, *Comm. on Aristotle's Metaphysics*, 179.
99. Id., *Summa contra Gentiles*, ii, 49.
100. Id., *De anima*, iii, 7.
101. Id., *Summa Theologica*, I, lxxviii, 1-4.
102. Ibid., I, v, 6.
103. De Wulf, *History of Medieval Philosophy*, II, 25.
104. Thomas Aquinas, *De veritate*, xxiv, 1.
105. Id., *Summa contra Gentiles*, i, 1.
106. Id., *Summa Theologica*, I, lxxvi, 1.
107. Ibid., I IIae, iv, 6.
108. Id., *De veritate*, ii, 2.
109. Id., *Summa contra Gentiles*, iii, 27-31.
110. Id., *Summa Theologica*, II IIae, xiv, 3; xxvii, 1; xxxi, 4.
111. Id., *Comm. on Aristotle's Metaphysics* 207; *Summa Theologica*, I, xcii, 1; xcix, 2; cxv, 3.
112. Ibid.
113. Ibid., I, xcii, 3.
114. Ibid., I, v, 3.
115. Ibid., II IIae, x, 11.
116. Ibid., II IIae, civ, 1; I IIae, xix, 5; *De veritate*, xvii, 5; *on IV Sent.*, 38.
117. Id., *Summa Theologica*, II IIae, x, 11.
118. Ibid., 10.
119. Ibid., 11.
120. Ibid., 8.
121. Ibid.
122. Ibid., II IIae, xi, 4.
123. Ibid., I IIae, xcvii, 3.
124. Ibid., I, ciii, 3.
125. Ibid., I IIae, cv, 1; cvii, 1.
126. Id., *De regime principum*, i, 6.
127. Id., *Summa Theologica*, II IIae, lxvi, 2.
128. Ibid.
129. Ibid, II IIae, cxviii, 1.
130. Ibid., II IIae, lxvi, 7.
131. Ibid., II IIae, lxxvii, 4.
132. Ibid., II IIae, lxxviii, 1-4.
133. Ibid., I IIae, xcii, 1; cv, 1; II IIae, lvii, 3; lxx, 3.
134. Ibid., I IIae, vii, 1f; *Comm. on II Sent.*, xliv; *Summa contra Gentiles*, iv, 76; Hearnshaw, *Social and Political Ideas*, 102.
135. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, xxiii, 5.
136. Ibid., I, xxiii, 1, 3; *Summa contra Gentiles*, iii, 163, citando São Paulo, Efésios, i, 4.
137. Wicksteed, 266.
138. Gilson, *Bonaventure*, 7.
139. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, I, xii, 1, 7-8.
140. Ibid., II IIae, clxxix-clxxxii.
141. Sarton, II (2), 916.
142. Thomas Aquinas, *Summa contra Gentiles*, i, 1.
143. Sarton, II (2), 906.
144. Gilson, *Reason and Revelation*, 30.
145. Id., *La philosophie*, ed. 1947, 606.
146. De Wulf, *Medieval Philosophy*, II, 85.
147. Ibid., 84; Gilson, 603.
148. Quoted in Mill, J. S., *System of Logic*, pref.
149. Waddell, *Wandering Scholars*, 113.
150. Gilson, *La philosophie*, ed. 1922, I, 154.

CAPÍTULO XXXVII

1. James, *Women*, 120.
2. Thorndike, *Magic*, II, 8.
3. Ibid., 814.
4. Coulton, *Panorama*, 105.
5. Coulton, *Five Centuries*, I, 251.
6. Himes, 161.
7. Coulton, *Panorama*, 106.
8. Kantorowicz, 354.
9. Thorndike, *Magic*, II, 169.
10. Coulton, *Life*, I, 33.
11. Id., *Panorama*, 115.
12. Milman, I, 542.
13. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, III, 424.

14. Hastings, *Encyclopedia of Religion and Ethics*, III, 421a.
15. Pauphilet, A., *Jeux et sapience du moyen âge*, 317n.
16. Coulton, *Social Life*, 256.
17. Singer, Chas., *Studies in the History and Method of Science*, I, 165.
18. Castiglione, 385.
19. Thorndike, *Magic*, II, 167.
20. Lacroix, *Science and Literature*, 208.
21. Thorndike, II, 319.
22. Ibid., 328.
23. 689, 949.
24. Sarton, II (2), 1082.
25. Walsh, *The Popes and Science*, 52.
26. Sarton, II (2), 1082.
27. Cf. texto em galês, *Popes*, ap.
28. Ibid., 31, 43.
29. Pliny, *Natural History*, xxxvi, 26, 67.
30. Thorndike, II, 237.
31. Sarton, II (2), 611.
32. Thorndike, II, 449.
33. Sarton, II (2), 617.
34. Singer, *Studies*, II, 105.
35. Ibid., I ,18.
36. Thorndike, I, 775.
37. Addison, *Arts*, 78.
38. Giraldus Cambrensis, *Itinerary*, 6.
39. Agostinho, *Cidade de Deus*, xvi, 9.
40. Sarton, I, 516.
41. Joinville, 258.
42. Raby, *Christian Latin Poetry*, 356.
43. Sarton, II (2), 575.
44. Kantorowicz, 360.
45. Mumford, 22.
46. Sarton, II (1), 21.
47. *Speculum*, Abr. 1941, 242.
48. Sarton, II (2), 1024.
49. Ibid., Singer, II, 398.
50. Arnold, *Legacy of Islam*, 97.
51. Kantorowicz, 354.
52. Sarton, II (2), 1030.
53. Willoughby, W., *Social Justice*, 14.
54. Sarton, II (2), 1041.
55. Ibid., 1098.
56. 1037.
57. 1038-9.
58. Thorndike, I, 740.
59. Garrison, 148.
60. Sarton, II (1), 81, 242.
61. Garrison, 175.
62. Ibid., 181.
63. Castiglione, 381.
64. Bartholomaeus Anglicus, xlv, 4, in Coulton, *Social Life*, 502.
65. Castiglione, 384.
66. Kantorowicz, 356.
67. Lacroix, *Science*, 149.
68. Thorndike in *Speculum*, Abril 1928, 194; Neuman, *Jew in Spain*, II, 110.
69. Garrison, 170.
70. Lea, *Inquisition in Middle Ages*, III, 52.
71. Ibid., 52-7.
72. Garrison, 144, 172.
73. Lacroix, *Science*, 154.
74. Garrison, 144.
75. Coulton, *Panorama*, 448.
76. Sarton, II (1), 72.
77. In Castiglione, 337.
78. Garrison, 153.
79. Castiglione, 388.
80. Walsh, *Thirteenth Century*, 345.
81. Sarton, II (1), 84.
82. Joyce, *Ireland*, 151.
83. Garrison, 186.
84. *Speculum*, Jan, 1937, 19.
85. Munro e Sellery, 266.
86. In Coulton, *Panorama*, 304.
87. Jackson, *Byzantine and Romanesque Architecture*, I, 142; Barnes, *Economic History*, 165.
88. Thorndike, II, 28f.
89. Ibid., 25.
90. 538.
91. Ibid.
92. 526, 551, 566, 583, 658.
93. Walsh, *Thirteenth Century*, 48.
94. Albertus Magnus, *De animalibus*, iv, 3, in Sarton, II (2), 938.
95. Sarton, II (1), 72.
96. Bacon, *Opus tertium*, cap. 17.
97. Id., *Opus maius*, I, xi.
98. Bridges, J. H., *Life and Work of Roger Bacon*, 125.
99. Bacon, *Opus tertium*, Brewer ed., p. 28.
100. Id., *Opus maius*, i, 10.
101. In Little, A. G., *Roger Bacon Essays*, i, 1.
102. *Opus maius*, i, 1.
103. *Compendium studii philosophiae*, ed. Brewer, p. 469.
104. *Opus maius*, ii, 12.
105. Ibid.
106. VII, 1.
107. Little, 117; Sarton, II (2), 805, 961.
108. *Opus tertium*, cap. 29.
109. *Opus maius*, iv, 16.
110. Ibid., iv; 4; *De coelestibus*, in Little, 15.
111. *Opus maius*, vi, 1.
112. Thorndike, II, 650.
113. *Opus maius*, iv, 4.
114. Bridges, 36; Little, 180.
115. Sloane MS., folio 83b, 1-2, in Little, 178.
116. *De secretis operibus artis et naturae*, cap. iv, in Little, 178.
117. Little, 321; En. Br., XI, 3.
118. In Bridges, 93.
119. *Opus maius*, v, 4.
120. *De secretis operibus*, in Singer, II, 397.
121. Singer, II, 132.
122. *Opus maius*, vii, *ad initium*.

123. Bridges, 387.
124. Ibid., 127.
125. 52.
126. De Wulf, *Med. Philosophy*, ii, 139.
127. *Opus maius*, ii, 5.
128. *Compendium philosophiae*, in Coulton, *Life*, II, 55f.
129. *Opus tertium*, in Taylor, *Medieval Mind*, II, 523.
130. Ibid. in Coulton, *Five Centuries*, I, 135.
131. Taylor, II, 530.
132. Little, 26.
133. Ibid.
134. 28.
135. Taylor, II, 347.
136. Thorndike, II, 196.
137. Ibid., 203.

CAPÍTULO XXXVIII

1. Cf. Saxo Grammaticus, 89.
2. Joinville, 140.
3. Iacopo de Voragine, *Golden Legend*, pp. 48-56.
4. Mâle, 320.
5. Raby, *Secular Latin Poetry*, II, 289.
6. Haskins, *Renaissance*, 177.
7. Waddell, *Wandering Scholars*, 188.
8. In Raby, op. cit., 171.
9. Tr. de Helen Waddell in *Medieval Latin Lyrics*, 171.
10. In Van Doren, M., *Anthology of World Poetry*, 454.
11. In Waddell, op. cit., 278.
12. Bieber, M., *History of the Greek and Roman Theater*, 423.
13. Chambers, *Medieval Stage*, II, 44; Matthews, B., *Development of the Drama*, 115.
14. Mantzius, *History of Theatrical Art*, II, 5.
15. Mathews, 114.
16. Symonds, J. A., *Studies of the Greek Poets*, 310.
17. Raby, *Christian Latin Poetry*, 219.
18. Mantzius, II, 10f.
19. Thomas Aquinas, *Summa Theologica*, II IIae, clxviii, 3.
20. *Chanson de Roland*, 1989-2009.
21. Sturluson, *Prose Edda* 72, in Sigfusson.
22. Dasent, G., *Story of Burnt Njal*, 237-128.
23. In Butler, *Women*, 101.
24. *Cambridge Medieval History*, III, 128.
25. Cf. uma excelente ficção biográfica de Peire Vidal in Cronyn, G., *The Fool of Venus*.
26. Arnold, *Legacy of Islam*, 17.
27. Lecky, *Morals*, II, 232.
28. *Speculum*, Out. 1938, 380-7.
29. Tr. de Ezra Pound in Van Doren, 660.
30. Reese, *Medieval Music*, 232.
31. Fiedler, *Das Oxforder Buch Deutscher Dichtung*, 5.
32. Walther von der Vogelweide, *I Saw the World*, 41.
33. In Taylor, *Medieval Mind*, II, 56.
34. Walther von der Vogelweide, *Songs and Sayings*, 33.
35. Walther von der Vogelweide, *I Saw the World*, 16.
36. Taylor, II, 62.
37. Walther von der Vogelweide, *I Saw the World*, 69.
38. Walther von der Vogelweide, *Songs and Sayings*, 22.
39. Taylor, II, 58.
40. Prestage, *Chivalry*, 100; Coulton, *Life*, III, 77; Francke, *German Literature*, 111.
41. Kroeger, A.E., *The Minnesinger of Germany*, 4.
42. Schoenfeld, *Women of the Teutonic Nations*, 162.
43. Tr. de Arthur O'Shaughnessy in Van Doren, 663.
44. Chrétien de Troyes, *Arthurian Romances*, 1.
45. Ibid., 318, 309.
46. 287.
47. Wolfram von Eschenbach, *Parzival*, I, 67.
48. In Taylor, II, 8.
49. Wolfram, I, 188; vi, 937.
50. *Aucassin et Nicolette*, 6.
51. Ibid., 12. Texto francês in Pauphiler, 444.
52. *Aucassin*, 13.
53. William of Lorris and Jean Clopinel de Meung, *Romance of the Rose*, II. 8767f, 8858.
54. Lines 8511 e segs.
55. 7849.
56. 1675.
57. 9267-70, 9725-47.

CAPÍTULO XXXIX

1. Tr. de D. G. Rossetti.
2. Asin y Palacios, *Islam and the Divine Comedy*, 271f.
3. Dante, *Purgatorio*, xxvi, 91f.
4. Sedgwick, *Italy*, II, 277.
5. Tr. de D. G. Rossetti.
6. Vossler, II, 152.
7. In Sedgwick, II, 291.
8. Cf. *Purgatorio*, xxx, 55.
9. Sedgwick, II, 283.
10. Vossler, I, 323.
11. Dante, *Inferno*, xv, 85.
12. Vossler, I, 164.
13. Dante, *La Vita Nuova*, ii, tr. Rosseti.
14. Ibid., iii.
15. xix.
16. xxvi.

17. xxxii.
18. *Paradiso*, xxx, 28.
19. Id., *Purgatorio*, xxxi, 60.
20. Symonds, *Dante*, 55.
21. Dante, *De monarchia*, iii, 11.
22. Ibid., 16.
23. *De monarchia*, pref., xxxiii.
24. Dante, *Eleven Letters*, vi.
25. Ep. vii.
26. Symonds, *Dante*, 79.
27. Ep. x.
28. Symonds, *Dante*, 92.
29. Letter to the Italian Cardinals (1314).
30. Dante, *Il Convito*, x, 5.
31. Ibid., vii, 4.
32. A autenticidade desta carta foi não convincentemente contestada por Vossler, I, 76.
33. Dante, *Eleven Letters*, p. 197.
34. In Coulton, *Panorama*, 208.
35. Dante, *Paradiso*, fim.
36. Ibid., x, 137f.
37. Cf. Blochet, *Sources orientales de la Divine Comédie*, Paris, 1901, e Asin y Palacios, *La escatologia musulmana en la Divina Comedia*, Madri, 1919, traduzido de *Islam and the Divine Comedy*.
38. Asin y Palacios, 55-61.
39. Ibid., 171-3, 276-7.
40. Ibid., 232.
41. Rowbotham, 130.
42. Dante, *Inferno*, i, 1-3.
43. Ibid., i, 86.
44. Ibid., iii, 1-9.
45. Ibid., iii, 50.
46. Ibid., iv, 131-43.
47. Ibid., v, 121-42; tr. J. P. Xavier Pinheiro.
48. Ibid., xix, 53.
49. Ibid., xxviii, 22-42; tr. J. P. Xavier Pinheiro.
50. Id., *Purgatório*, v, 13.
51. Ibid., vi, 76-93; tr. J.P. Xavier Pinheiro.
52. Ibid., xxvi, 112.
53. Ibid., xxvii, fim; tr. J. P. Xavier Pinheiro.
54. Ibid., xxx, 37-9.
55. Ibid., xxxi, 49-51.
56. Ibid., fim.
57. Id., *Paradiso*, iii, 85.
58. Ibid., xxvii, 22-8.
59. Id., *Inferno*, xviii, 57-63.
60. Id., *Paradiso*, ix, 127.
61. Id., *Inferno*, xxiv, 125.
62. Ibid., xxxiii, 152.
63. Ibid., xxxiii, 80-4.
64. Ibid., xxxiii, 148.

EPÍLOGO

1. Coulton, *Medieval Village*, 290.

Sobre os Autores

WILL DURANT nasceu em North Adams, Estado de Massachusetts, em 1885. Cursou escolas paroquiais católicas em sua cidade natal, em Kearny, Estado de Nova Jersey, e posteriormente a faculdade jesuíta St. Peter's College, de Jersey City, Nova Jersey, bem como a Universidade Colúmbia, em Nova York. Trabalhou um verão como repórter no *Journal*, de Nova York, em 1907, mas, por temperamento, não conseguiu adaptar-se ao trabalho e passou a lecionar (1907-11) Latim, Francês, Inglês e Geometria no Seton Hall College, em South Orange, Nova Jersey. Entrou no seminário no Seton Hall em 1909, saindo dois anos depois por motivos que ele descreveu no seu livro *Transição*. Passou da tranqüila vida de seminarista para os círculos mais radicais de Nova York e tornou-se (1911-13) professor da Ferrer Modern School, onde se fazia uma experiência em educação livre. Em 1912 viajou pela Europa a convite e por conta de Alden Freeman, de quem se tornara amigo, e começou a alargar seus horizontes de cultura.

Voltando a Ferrer School, apaixonou-se por uma de suas alunas, demitiu-se do cargo e tomou-a como esposa (1913). Durante quatro anos fez estudos de pós-graduação na Universidade Colúmbia, especializando-se em Biologia e Filosofia. Recebeu o seu Ph.D. em 1917 e lecionou Filosofia um ano em Colúmbia. Em 1914, numa igreja presbiteriana de Nova York, Durant começou a pronunciar palestras bissemanais sobre História, Literatura e Filosofia, que se estenderam por 13 anos e lhe proporcionaram a base inicial para seus trabalhos posteriores.

O inesperado sucesso de *A História da Filosofia* (1926) permitiu-lhe aposentar-se do magistério. Daí em diante, com exceção da publicação de ocasionais ensaios, o casal Durant empregou a maior parte de seu tempo de trabalho (oito a quatorze horas diárias) ao livro *A História da Civilização*. Para se prepararem melhor para a obra, Will Durant e a mulher viajaram pela Europa em 1927, deram a volta ao mundo em 1930, para estudar o Egito, o Oriente Próximo, Índia, China e Japão, e novamente circularam a Terra em 1932, para visitar o Japão, a Manchúria, Sibéria, Rússia européia e Polônia. Essas viagens deram o *background* para o livro *Nossa Herança Oriental* (1935), como primeiro volume de *A História da Civilização*. Várias outras visitas à Europa serviram de preparo para o Volume II, *Nossa Herança Clássica* (1939), e Volume III, *César e Cristo* (1944). Em 1948, seis meses passados na Turquia, Iraque, Irã, Egito e continente europeu forneceram a perspectiva necessária para o Volume IV, *A Idade da Fé* (1950). Em 1951, o casal Durant voltou à Itália para acrescentar um mundo de conhecimentos adquiridos laboriosamente para o preparo e publicação (1953) do Volume V, *A Renascença*; e em 1954, estudos posteriores na Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra abriram novas vistas para o Volume VI, *A Reforma* (1957).

A participação da Sra. Durant no preparo desses volumes tornara-se, a cada ano, tão substancial que no caso do Volume VII, *Começa a Idade da Razão*, por justiça, seu nome juntou-se, na página-título, ao do marido como co-autora. O nome Ariel, de sua mulher, foi pela primeira vez usado por Will Durant no seu romance *Transição* (1927) e no seu livro *Mansões da Filosofia* (1929), republicado como *Os Prazeres da Filosofia*.

Com a publicação do Volume XI, *A Era de Napoleão*, os Durant concluíram uma obra que abrangeu mais de quatro décadas de trabalho.

O Livro III trata do Talmude, e resume as contribuições do judaísmo medieval para a religião, a moral, o comércio, as finanças, a ciência e a filosofia.

O Livro IV lança uma nova luz sobre a "Idade das Trevas", e dá uma nova perspectiva do feudalismo e da cavalaria.

O Livro V, "O Clímax do Cristianismo" abre com um capítulo dramático sobre as Cruzadas, estuda a "Revolução Econômica" que as sucedeu, descreve a "Glória Gótica" que se ergueu sobre esta riqueza e passa em revista "A Moral e os Costumes da Cristandade". Um capítulo provocante, mas imparcial, analisa o credo, o ritual e as práticas da Igreja Católica Romana. Em seguida, o livro trata da literatura, da ciência, da filosofia e da arte dos séculos XII e XIII, resume o pensamento de São Tomás de Aquino e conclui com um capítulo sobre Dante, apresentado como a síntese e a culminação do Cristianismo medieval.

Um Epílogo sobre "A Herança Medieval" recapitula as contribuições da Idade Média para a vida e o pensamento "modernos" (uma palavra muito usada no século XII). Sua frase final sugere a transição para o Volume V, A RENASCENÇA, publicado em 1953: "Ao passarmos da Idade da Fé para a Renascença, estaremos avançando de uma infância incerta para a juventude forte e alegre de uma cultura que uniu a graça clássica à força dos bárbaros e nos transmitiu, rejuvenescida e enriquecida, aquela herança de civilização à qual devemos sempre dar nossas contribuições, mas que jamais devemos deixar perecer."

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de
WILL e ARIEL DURANT

I. *Nossa Herança Oriental*
II. *Nossa Herança Clássica*
III. *César e Cristo*
IV. *A Idade da Fé*
V. *A Renascença*
VI. *A Reforma*
VII. *Começa a Idade da Razão*
VIII. *A Era de Luís XIV*
IX. *A Era de Voltaire*
X. *Rousseau e a Revolução*
XI. *A Era de Napoleão*